



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2971

Terça-feira - 05 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	3	Descanso .....	352	Lauro Muller .....	661
Água Doce .....	12	Dionísio Cerqueira .....	353	Lebon Regis .....	662
Águas de Chapecó .....	14	Doutor Pedrinho .....	354	Lindóia do Sul .....	663
Águas Frias .....	18	Entre Rios .....	367	Lontras .....	665
Águas Mornas .....	19	Ermo .....	382	Luiz Alves .....	666
Anchieta .....	20	Faxinal dos Guedes .....	383	Luzerna .....	668
Angelina .....	29	Flor do Sertão .....	389	Maíra .....	868
Anitápolis .....	30	Formosa do Sul .....	390	Major Vieira .....	870
Antônio Carlos .....	31	Forquilha .....	391	Maracajá .....	871
Apiuna .....	33	Fraiburgo .....	394	Maravilha .....	904
Arabutã .....	39	Garopaba .....	397	Marema .....	905
Arroio Trinta .....	41	Garuva .....	400	Massaranduba .....	908
Ascurra .....	59	Gaspar .....	413	Meleiro .....	925
Balneário Arroio do Silva .....	62	Governador Celso Ramos .....	430	Modelo .....	927
Balneário Rincão .....	66	Grão Pará .....	431	Mondaí .....	928
Barra Bonita .....	67	Gravatal .....	432	Monte Carlo .....	957
Barra Velha .....	82	Guaraciaba .....	444	Monte Castelo .....	960
Benedito Novo .....	83	Guaramirim .....	445	Morro da Fumaça .....	965
Biguaçu .....	92	Guarujá do Sul .....	448	Morro Grande .....	966
Blumenau .....	96	Herval d'Oeste .....	451	Navegantes .....	967
Bom Jesus .....	146	Ibiam .....	455	Nova Erechim .....	1053
Bom Jesus do Oeste .....	148	Ibicaré .....	459	Nova Trento .....	1055
Bom Retiro .....	149	Ibirama .....	461	Nova Veneza .....	1066
Botuvera .....	154	Ilhota .....	463	Novo Horizonte .....	1068
Braço do Trombudo .....	155	Imarui .....	465	Orleans .....	1069
Brusque .....	158	Imbituba .....	466	Otaclício Costa .....	1071
Caçador .....	185	Indaial .....	503	Ouro .....	1076
Caibi .....	207	Iomerê .....	511	Palhoça .....	1077
Camboriú .....	209	Ipira .....	512	Palma Sola .....	1083
Campo Alegre .....	211	Ipuacú .....	513	Palmeira .....	1085
Campo Erê .....	271	Ipumirim .....	514	Palmitos .....	1089
Campos Novos .....	275	Iraceminha .....	521	Papanduva .....	1090
Canoinhas .....	284	Irani .....	526	Paraíso .....	1092
Capinzal .....	292	Iratí .....	528	Passo de Torres .....	1149
Catanduvas .....	296	Irineópolis .....	529	Passos Maia .....	1150
Caxambu do Sul .....	308	Itá .....	539	Paulo Lopes .....	1153
Celso Ramos .....	312	Itaiópolis .....	540	Penha .....	1154
Chapadão do Lageado .....	313	Itapiranga .....	541	Peritiba .....	1172
Chapecó .....	316	Itapoá .....	544	Pinhalzinho .....	1176
Cocal do Sul .....	320	Ituporanga .....	550	Pinheiro Preto .....	1181
Concórdia .....	321	Jaborá .....	552	Piratuba .....	1187
Cordilheira Alta .....	326	Jaraguá do Sul .....	579	Pomerode .....	1190
Coronel Freitas .....	329	Joaçaba .....	639	Ponte Alta do Norte .....	1196
Coronel Martins .....	330	José Boiteux .....	648	Porto Belo .....	1199
Correia Pinto .....	332	Jupia .....	649	Porto União .....	1200
Corupá .....	334	Lacerdópolis .....	652	Pouso Redondo .....	1211
Cunha Porã .....	336	Lages .....	653	Presidente Castello Branco .....	1217
Cunhataí .....	338	Laguna .....	654	Presidente Getúlio .....	1218
Curitibanos .....	351	Lajeado Grande .....	659	Princesa .....	1219

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2971

Terça-feira - 05 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

## Sumário

Rancho Queimado.....	1222	São Francisco do Sul.....	1730	Tijucas .....	1967
Rio do Campo .....	1224	São João Batista.....	1777	Timbé do Sul .....	1978
Rio do Oeste.....	1241	São João do Oeste .....	1785	Timbó .....	1983
Rio dos Cedros.....	1672	São Joaquim .....	1830	Três Barras .....	1994
Rio do Sul .....	1244	São José.....	1831	Treviso .....	1995
Rio Negrinho.....	1673	São José do Cedro.....	1840	Treze Tilias .....	1997
Romelândia.....	1679	São Lourenço do Oeste.....	1846	Trombudo Central.....	1999
Saltinho .....	1685	São Miguel da Boa Vista .....	1870	União do Oeste .....	2000
Salto Veloso .....	1686	São Miguel do Oeste.....	1871	Urussanga .....	2003
Santa Rosa do Sul .....	1687	São Pedro de Alcântara.....	1916	Vargem .....	2005
Santa Terezinha do Progresso .....	1690	Schroeder .....	1918	Vargem Bonita .....	2006
Santo Amaro da Imperatriz .....	1693	Seara .....	1930	Videira.....	2007
São Bento do Sul.....	1717	Serra Alta .....	1942	Xanxerê.....	2027
São Bernardino .....	1725	Sul Brasil .....	1948	Xavantina .....	2029
São Carlos .....	1726	Tangará .....	1950	Xaxim .....	2035
São Domingos.....	1727	Tigrinhos .....	1953	Zortéa .....	2037

## Associações

AMAVI .....	2038	COSEMS/SC .....	2039
-------------	------	-----------------	------

## Consórcios

CINCATARINA .....	2042
CIS/AMOSC.....	2059
CIS/AMVI .....	2087
CISNORDESTE .....	2090
Lambari.....	2091
CISAM-SUL .....	2150





# Agronômica

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 41 2019

Publicação Nº 2214790



## Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br)Email: [prefeitura@agronomica.sc.gov.br](mailto:prefeitura@agronomica.sc.gov.br)

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

Pregão Presencial Nº PR41/2019

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de 2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agronômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro., o Município de Agronômica, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº PR41/2019 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA., e de acordo com a classificação das empresas para cada item constantes da Ata do Pregão em anexo.

#### 451 - RENOVADORA DE PNEUS ZANELLA LTDA (81.768.905/0001-08)

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
01/11/2019	6	15335 - Recauchutagem pneu 1400-24, borrachudo quente, com no mínimo Recauchutagem pneu 1400-24, borrachudo quente, com no mínimo: 34cm de largura de banda, 2,6 de profundidade de sulco e 9cm de largura de garra.	S	ZANELLA	5	1.200,00	6.000,00
01/11/2019	7	15330 - Recauchutagem de pneu 18,4 - 30, BORRACHUDO QUENTE, COM NO MÍN RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18,4 - 30, BORRACHUDO QUENTE, COM NO MÍNIMO: 42CM DE LARGURA DA BANDA, 4CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 5CM DE LARGURA DE GARRA.	S	ZANELLA	4	1.370,00	5.480,00
01/11/2019	8	19513 - Vulcanização de pneu 1400-24	S	ZANELLA	4	280,00	1.120,00
01/11/2019	9	19514 - Vulcanização de pneu 18,4x30	S	ZANELLA	4	340,00	1.360,00
01/11/2019	18	15326 - RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14.9 - 26, BORRACHUDO À QUENTE.	S	ZANELLA	4	1.090,00	4.360,00
01/11/2019	19	19512 - VULCANIZAÇÃO DE PNEU 14.9 - 26.	S	ZANELLA	4	250,00	1.000,00
01/11/2019	22	15334 - Recauchutagem de pneu 750 R16, Frizado, (TRATOR)	S	ZANELLA	4	270,00	1.080,00
01/11/2019	24	19518 - Vulcanização de pneu 750 R16	S	ZANELLA	15	90,00	1.350,00
01/11/2019	25	15322 - RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1.100	S	ZANELLA	4	390,00	1.560,00
01/11/2019	28	15321 - RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1.000 X 20	S	ZANELLA	4	385,00	1.540,00
01/11/2019	29	15265 - RECAPAGEM DE PNEU 1.000 X 20	S	ZANELLA	5	400,00	2.000,00
01/11/2019	30	19508 - VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1.000 X 20	S	ZANELLA	5	130,00	650,00
Total						27.500,00	

#### 2295 - F.M. PNEUS LTDA (81.374.845/0001-49)

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
01/11/2019	17	15333 - RECAUCHUTAGEM DE PNEU 23.1 - 30	S	vipal	2		5.280,00



## Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br)Email: [prefeitura@agronomica.sc.gov.br](mailto:prefeitura@agronomica.sc.gov.br)

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

		BORRACHUDO À QUENTE				2.640,00	
01/11/2019	20	19517 - VULCANIZAÇÃO DE PNEU 23.1 - 30.	S	vipal	4	795,00	3.180,00
<b>Total</b>						8.460,00	

### 3080 - RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA (07.564.353/0001-63)

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
01/11/2019	1	15325 - recauchutagem de pneu 12.5 /80-18, BORRACHUDO QUENTE, COM NO recauchutagem de pneu 12.5 / 80 - 18, BORRACHUDO QUENTE, COM NO MÍNIMO 30CM DE LARGURA DE BANDA, 2,2CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 4,1CM DE LARGURA DE GARRA.	S	vipal	4	520,00	2.080,00
01/11/2019	2	19511 - vulcanização de pneu 12.5/80-18	S	vipal	4	200,00	800,00
01/11/2019	12	15332 - recauchutagem de pneu 19.5 - 24 , BORRACHUDO QUENTE, COM NO recauchutagem de pneu 19.5 - 24 , BORRACHUDO QUENTE, COM NO MÍNIMO 40CM DE LARGURA DE BANDA, 3CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 8CM DE LARGURA DE GARRA.	S	vipal	4	1.430,00	5.720,00
01/11/2019	13	19516 - vulcanização de pneu 19.5 - 24	UN	vipal	6	350,00	2.100,00
01/11/2019	21	15329 - Recauchutagem de pneu 17,5 - 25, BORRACHUDO QUENTE, COM NO Recauchutagem de pneu 17,5 - 25, BORRACHUDO QUENTE, COM NO MÍNIMO:40CM DE LARGURA DE BANDA, 3CM DE PROFUNDIDADE DE SULCO E 8CM DE LARGURA DE GARRA.	S	vipal	4	1.175,00	4.700,00
01/11/2019	26	15266 - RECAPAGEM DE PNEU 1.100	S	vipal	4	400,00	1.600,00
01/11/2019	27	19509 - VULCANIZAÇÃO DE PNEU 1.100	S	vipal	4	120,00	480,00
<b>Total</b>						17.480,00	

### 2499 - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP (82.989.096/0001-27)

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
01/11/2019	3	19506 - Vulcanização 275/80R22.5	S	RUBBERN EW	4	90,00	360,00
01/11/2019	4	15286 - Recapagem pneu 275/80R22,5 Recapagem pneu 275/80R22,5 RADIAL BORRACHUDO FRIQ, COM NO MÍNIMO DE 17MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO.	S	RUBBERN EW	25	385,00	9.625,00
01/11/2019	5	15276 - RECAPAGEM DE PNEU 750 - 16, BORRACHUDO FRIQ, COM NO MÍNIMO 1 RECAPAGEM DE PNEU 750 - 16, BORRACHUDO FRIQ, COM NO MÍNIMO 12,5MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO.	S	RUBBERN EW	5	225,00	1.125,00
01/11/2019	10	15271 - RECAPAGEM DE PNEU 185 R 14	S	RUBBERN EW	4	160,00	640,00
01/11/2019	11	19526 - vulganização de pneu 215/75 r 17.5	S	RUBBERN EW	4	70,00	280,00
01/11/2019	14	15275 - RECAPAGEM DE PNEU 215/75 R17,5, RADIAL COM NO MÍNIMO 14MM DE RECAPAGEM DE PNEU 215/75 R17,5, RADIAL COM NO MÍNIMO 14MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO	S	RUBBERN EW	15	234,00	3.510,00
01/11/2019	15	15268 - RECAPAGEM DE PNEU 1000 R20, RADIAL,	S	RUBBERN	30	448,00	



# Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br)

Email: [prefeitura@agronomica.sc.gov.br](mailto:prefeitura@agronomica.sc.gov.br)

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

		BORRACHUDO FRIO, COM NO RECAPAGEM DE PNEU 1000 R20, RADIAL, BORRACHUDO FRIO, COM NO MÍNIMO 20MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO.		EW			13.440,00
01/11/2019	16	15278 - RECAPAGEM DE PNEU 900R20 RADIAL BORRACHUDO FRIO COM NO MÍNIMO RECAPAGEM DE PNEU 900R20 RADIAL BORRACHUDO FRIO COM NO MÍNIMO DE 16MM DE PROFUNDIDADE DE SULCO.	S	RUBBERN EW	4	398,00	1.592,00
01/11/2019	23	19510 - Vulcanização de pneu 1000 R20	S	RUBBERN EW	10	128,00	1.280,00
<b>Total</b>						<b>31.852,00</b>	

1.2. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a cada 3 (três) meses, podendo ser alterado o valor tanto para cima como para baixo, sendo publicado em Mural Público.

1.3.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº PR41/2019 e seus anexos;
- Proposta da (s) Licitante(s);
- Ata do Pregão.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses.

## 4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 As carcaças dos pneus deverão ser retiradas no Almoxarifado da Prefeitura sito na Rua 7 de Setembro, na cidade de Agronômica, em horário de expediente da Administração, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da "Autorização de Fornecimento" emitida pelo Município e entregues em até 48 (quarenta e oito) horas no mesmo local onde foram retirados.

4.3. No ato da entrega do objeto a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.



## Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br)

Email: [prefeitura@agronomica.sc.gov.br](mailto:prefeitura@agronomica.sc.gov.br)

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

4.4. Os objetos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.5. Se a substituição dos objetos não for realizada no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às sanções previstas neste Edital e na Ata de Registro de Preços.

4.6. O recebimento dos materiais ou serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela qualidade e característica do objeto entregue, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato (Ata de Registro de Preços).

### 5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Na entrega dos materiais, a CONTRATADA deverá acompanhar-se de Nota Fiscal correspondente, encaminhando-a ao respectivo requisitante.

5.2 O pagamento será efetuado de acordo com a apresentação das Notas Fiscais, em até 30 (TRINTA) dias após o recebimento do material, referente às quantias solicitadas, datada e assinada por responsável dos órgãos municipais; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

5.3 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos especificados no orçamento do Município e nos demais órgãos e entidades usuárias, existentes nas dotações:

29 - 1 . 4001 . 12 . 361 . 18 . 2.5 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

35 - 1 . 4001 . 12 . 361 . 18 . 2.11 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

37 - 1 . 4001 . 12 . 361 . 18 . 2.13 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

36 - 1 . 4001 . 12 . 361 . 18 . 2.12 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

49 - 1 . 4001 . 27 . 812 . 21 . 2.18 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

136 - 1 . 6001 . 6 . 181 . 41 . 2.28 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

70 - 1 . 6001 . 26 . 782 . 39 . 2.26 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

75 - 1 . 7001 . 20 . 606 . 46 . 2.29 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

### 6. RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

### 7 OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

7.2 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.



## Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br)

Email: [prefeitura@agronomica.sc.gov.br](mailto:prefeitura@agronomica.sc.gov.br)

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

- a) O fornecedor não poderá de forma alguma vender os produtos acima do preço praticado no varejo.
- b) A Prefeitura Municipal poderá ter livre acesso de verificar junto ao fornecedor o preço de varejo pós Licitação, quantas vezes forem necessárias, podendo ter preço ofertado diminuído.

### 8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

**8.3. Somente serão contratadas as empresas que se comprometem a entregar ou executar o objeto da licitação pelo preço da primeira colocada, caso o registro da mesma venha a ser cancelado, de acordo com a ordem de classificação da Ata do Pregão.**

### 9. PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estarão as empresas fornecedoras sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação da empresa;

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global estimado para a contratação, no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

3- Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

9.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

### 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da cidade de Rio do Sul/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Agronômica-Santa Catarina, 1 de novembro de 2019.



# Prefeitura Municipal de Agronômica

Site: [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br)Email: [prefeitura@agronomica.sc.gov.br](mailto:prefeitura@agronomica.sc.gov.br)

CNPJ: 83.102.590/0001-90

Fone/Fax: (47) 3542-0166

Rua Sete de Setembro, nº 215, Centro, CEP 89.188-000, Agronômica-SC

## Assinaturas

REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S)	PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
MARISTELA NAIR ZANELLA RENOVADORA DE PNEUS ZANELLA LTDA	Pregoeiro JULIA FLOR SILVA TONON
RODRIGO PEZZINI F.M. PNEUS LTDA	JAQUELINE TEREZINHA JETHE
ROGERIO JAMYR BELOTTO RB RECAPAGENS BLUMENAU LTDA	ACIR TADEU CARDOSO
SIMONE PATRICIA KLOPPPEL NICOLODELLI RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP	GISELEN ROSA
	RODRIGO MARCELINO

## ERRATA DO EDITAL PR46/2019

Publicação Nº 2214972

### ERRATA DO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL PARA EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE TROCA DE ÓLEO E FILTRO PARA OS VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA.

ERRATA: No item 5.1.1.1.

onde lê-se:

"5.1.1.1. As empresas que cotarem graxas e óleos lubrificantes deverão apresentar Registro dos produtos cotados emitidos pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e biocombustível (ANP) conforme artigo 13 da Resolução ANP nº 22/2014. Estes registros deverão acompanhar a proposta de preços."

leia-se:

"5.1.1.1. As empresas que cotarem graxas e óleos lubrificantes deverão apresentar Registro dos produtos cotados emitidos pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e biocombustível (ANP) conforme Resolução ANP nº 22/2014. Estes registros deverão acompanhar a proposta de preços."

ABERTURA DOS ENVELOPES: FICA MANTIDA A DATA DE ABERTURA PARA O DIA 12/11/2019 ÀS 09:00h.

Local: Rua Sete de Setembro, 215, Setor de Licitações.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura Municipal ou no site [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br)Maiores informações: (47) 3542-0166 e-mail: [licitacao@agronomica.sc.gov.br](mailto:licitacao@agronomica.sc.gov.br)

Agronômica, em 04 de Novembro de 2019.





Julia Flor Silva Tonon  
Pregoeira

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI  
Prefeito Municipal em Exercício

### **EXTRATO DO CONTRATO 02/2019 FMAS**

Publicação Nº 2214849

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGRONÔMICA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2019

Contrato que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGRONÔMICA e a empresa GENTE SEGURADORA S/A.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PRE-  
FEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA.

Valor da contratação: R\$ 992,00 (novecentos e noventa e dois reais).

Vigência: 22/10/2019 à 22/10/2020.

Cesar Luiz Cunha  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO 10/2019 FMS**

Publicação Nº 2214827

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2019

CREDENCIAMENTO 04/2019 FMS

Contrato que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA e CARINA CRISTINA VENTURI.

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ODONTOLOGIA PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE DE  
SAÚDE DO MUNICÍPIO.

Valor da contratação: R\$ 36,00 por consulta prestada.

Vigência: 16/10/2019 à 16/10/2020.

Osmar Frederico Korb  
Diretor do Departamento de Saúde

### **EXTRATO DO CONTRATO 11/2019 FMS**

Publicação Nº 2214846

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/2019

Contrato que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA e a empresa GENTE SEGURADORA S/A.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PRE-  
FEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA.

Valor da contratação: R\$ 3.107,00 (três mil cento e sete reais).

Vigência: 22/10/2019 à 22/10/2020.

Osmar Frederico Korb  
Diretor do Departamento

### **EXTRATO DO CONTRATO 12/2019 FMS**

Publicação Nº 2214848

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2019

Contrato que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA e a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS  
GERAIS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PRE-  
FEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA.

Valor da contratação: R\$ 2.060,00 (dois mil e sessenta reais).

Vigência: 22/10/2019 à 22/10/2020.

Osmar Frederico Korb  
Diretor do Departamento

**EXTRATO DO CONTRATO 39/2019**

Publicação Nº 2214831

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2019

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA e a empresa GENTE SEGURADORA S/A.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA.

Valor da contratação: R\$ 3.367,00 (três mil trezentos sessenta e sete reais).

Vigência: 22/10/2019 à 22/10/2020.

Cesar Luiz Cunha

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 40/2019**

Publicação Nº 2214833

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2019

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA e a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA.

Valor da contratação: R\$ 3.640,00 (três mil seiscentos e quarenta reais).

Vigência: 22/10/2019 à 22/10/2020.

Cesar Luiz Cunha

Prefeito Municipal

**Nº 475/2019**

Publicação Nº 2215403

PORTARIA N.º 475/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI, Prefeito Municipal em exercício usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando, que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Poder Executivo Municipal, permite-lhe editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública.

Considerando que para o desempenho de atividades laborais a que foram investidos no ato da posse para com a administração pública municipal, os servidores se encontram amparados e submetidos ao que dispõe e determina o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando a determinação contida no Art. 1º da Lei Complementar nº 28/2005 de 14/12/2005, ainda, ao requerimento protocolizado nesta municipalidade pela servidora municipal Sra. PATRICIA PEPLAU VENTURA, matrícula Nº 1062, ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária ANM – 2.08 e lotação no Departamento de Saúde,

**RESOLVE:**

1) Fica concedido adicional de escolaridade no importe de 20% (vinte por cento), sobre seu vencimento base e a partir de 01/11/2019, para a servidora municipal Sra. PATRICIA PEPLAU VENTURA, matrícula Nº 1062, ocupante do cargo em provimento efetivo de Técnico em Vigilância Sanitária ANM – 2.08 e lotação no Departamento de Saúde.

2) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI

Prefeito Municipal em exercício



**Nº 476/2019**

Publicação Nº 2215413

PORTARIA Nº 476/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI, Prefeito Municipal em exercício de Agrônomo Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. VOLNICE REGINA FLAUSINO, matrícula nº 24, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL T.O.P.M.A, e lotação no Departamento de Planejamento, encontra-se com as férias do período aquisitivo 01/03/2017 a 01/03/2018 vencidas.

**RESOLVE:**

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 05/11/2019 A 14/11/2019, 10 (DEZ) dias, que referem-se ao período aquisitivo 01/03/2017 a 01/03/2018, para a servidora municipal Sra. VOLNICE REGINA FLAUSINO, matrícula nº 24, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL T.O.P.M.A, e lotação no Departamento de Planejamento.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

AMARILDO JOSÉ DEMARCHI

Prefeito Municipal em exercício

# Água Doce

## PREFEITURA

**294/2019**

Publicação Nº 2216141

PORTARIA Nº 294/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

VILSON ANTONIO VERONA, Vice-Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 95, inciso II, alínea g da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor JULNEI BRUNO BLEICHUHL, inscrito no CPF nº 575.528.009-68, ocupante do cargo de Assessor de Comunicação, no período de 04/11/2019 até 18/11/2019, período 18/19.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/11/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 05 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA  
Vice-Prefeito

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER  
Diretora do Dpto Recursos Humanos

**DECRETO Nº 143/2019**

Publicação Nº 2216123

DECRETO Nº 143/2019 – DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

“ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 27 da Lei nº 2.623 de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.623 de 11 de dezembro de 2018, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4,67 (quatro reais e sessenta e sete centavos).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para correta aplicação recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – PNATE – Programa Nacional Transporte Escolar.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesa 3.3.90.00.00.0061/190 com a seguinte classificação orçamentária:

18 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	
01 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	
12.365.0013.2.082 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE- ENSINO INFANTIL	
3.3.90.00.00.0061/190 Aplicações Diretas .....	R\$ 4,67
TOTAL .....	R\$ 4,67

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado o seguinte elemento de despesa:

18 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	
01 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	
12.362.0011.2.078 082 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE- ENSINO MÉDIO	
3.3.90.00.00.0061/185 Aplicações Diretas .....	R\$ 4,67
TOTAL .....	R\$ 4,67

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Água Doce, 31 de outubro de 2019.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 144/2019**

Publicação Nº 2216125

DECRETO Nº 144/2019 – DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo nº 26 da Lei nº 2.623, de 11 de dezembro de 2018,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.623, de 11 de dezembro de 2018, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200,34 (duzentos reais e trinta e quatro centavos).

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para aplicação dos recursos recebidos do FEP.

Art. 2º. Ficam suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.20.00.00.0736/29 Transferências a União e 3.3.90.00.00.736/135 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

**03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA****01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS**

28.846.0000.0.002 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP

3.3.20.00.00.0736/29 Transferências a União ..... R\$ 2,00

**08 SECRETARIA DE INFRA-ESTRURA****04 DEPTO.DE URBANISMO**

26.782.0019.2.072 MANUTENÇÃO DO DEPTO.DE INFRAESTRUTURA RURAL

3.3.90.00.00.0736/135 Aplicações Diretas ..... R\$ 198,34

**TOTAL .....R\$ 200,34**

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado nas rubricas de Recursos FEP.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de novembro de 2019.  
VILSON ANTONIO VERONA  
Prefeito em Exercício

# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL DE 27º CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

Publicação Nº 2216150

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855  
CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antônio Hentges, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados a 27º CONVOCAÇÃO para o provimento da vaga de Auxiliar de Serviços Internos, conforme abaixo especificado.

#### 1. Da data e endereço:

DATA: 07 de Novembro de 2019

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó-SC.

#### 2. Do candidato convocado:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS – 01 VAGA  
HORÁRIO: 15:00 h

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
102	MARISA APARECIDA GUIDI	17º (3º chamada)

Águas de Chapecó, 05 de Novembro de 2019.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

### LEI M. Nº 1.987-2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2215008

LEI MUNICIPAL Nº 1.987/2019  
DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

	DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR DESPESAS DECORRENTE DA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que ele SANCIONA e PROMULGA a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a custear as despesas decorrente da alimentação de servidores públicos municipal, quando em serviço da administração, fora da sede do município.

§ 1º As despesas de que trata o caput deste artigo, são todas aquelas relacionadas com alimentação, especificamente com almoço, quando necessária à estadia dos servidores na zona rural do município, por força da distância até a sede do município.

§ 1º As despesas autorizadas por esta Lei poderão ser por meio de aquisição de gêneros alimentícios, para o preparo das refeições ou por meio do fornecimento do alimento já preparado, podendo ser consumido no próprio estabelecimento credenciado ou entrega de marmita.

Art. 2º Havendo serviços na sede do município, prestados pelos servidores públicos municipal, sem a possibilidade de interrupção para o horário de almoço, as despesas de alimentação poderão ser autorizadas na mesma forma do § 2º do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Constituem comprovantes regulares para fins de despesa pública, o documento fiscal, em primeira via, conforme definido na legislação tributária.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de  
Águas de Chapecó/SC, em 04 de novembro de 2019.  
LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal  
Registre e publique-se

## LEI M. Nº 1.988-2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2215013

LEI MUNICIPAL Nº 1.988/2019  
DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS IMÓVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que ele SANCIONA e PROMULGA a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder direito real de uso de bens imóveis pertencentes ao Poder Público, em favor de pessoas jurídicas de direito privado, selecionadas na forma da legislação vigente, mediante prévio procedimento licitatório, na modalidade de concorrência, sobre os imóveis que elenca:

I - Pavilhão industrial em alvenaria com área construída de 150m<sup>2</sup> (cento e cinquenta metros quadrados), localizado na Rodovia SC 283, s/n, edificado sob o lote nº 01 da quadra 83. Transcrição matrícula nº 9.785 no Cartório do Registro de Imóveis de São Carlos/SC. Patrimônio público municipal registro nº 5246.

II – Edificação em alvenaria, com área construída de 128,11m<sup>2</sup> (cento e vinte e oito metros e onze centímetros quadrados), localizado na Rua Porto União, 570 – Centro, edificado sob o lote 01-A da quadra 02. Transcrição matrícula nº 5.045 no Cartório do Registro de Imóveis de São Carlos/SC. Patrimônio público municipal registro nº 5986.

III - Lote 01 da quadra 01 com área total de 2.955,46 (dois mil novecentos e cinquenta e cinco metros e quarenta e seis centímetros quadrados), parte integrante da área industrial da Linha Gramados, S/N - Zona Rural. Transcrição matrícula nº 9.904 no Cartório do Registro de Imóveis de São Carlos/SC. Patrimônio público municipal registro nº 5248.

VI - Lote 03 da quadra 01 com área total de 3.016,75 (três mil e dezesseis metros e setenta e cinco centímetros quadrados), parte integrante da área industrial da Linha Gramados, S/N - Zona Rural. Transcrição matrícula nº 9.904 no Cartório do Registro de Imóveis de São Carlos/SC. Patrimônio público municipal registro nº 5248.

V – Pavilhão industrial em alvenaria, edificado sob o lote 02 da quadra 02, com área construída de 261,00m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta e um metros e oitenta centímetros quadrados), localizado na Rodovia SC 283, S/N, parte integrante da área industrial da Linha Gramados, S/N - Zona Rural. Transcrição matrícula nº 9.904 no Cartório do Registro de Imóveis de São Carlos/SC. Patrimônio público municipal registro nº 5248.

VI – Pavilhão industrial em alvenaria, edificado sob o lote 03 da quadra 02, com área construída de 289,80m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta e nove metros e oitenta centímetros quadrados), localizado na Rodovia SC 283, S/N, parte integrante da área industrial da Linha Gramados, S/N - Zona Rural. Transcrição matrícula nº 9.904 no Cartório do Registro de Imóveis de São Carlos/SC. Patrimônio público municipal registro nº 5248.

VII – Área de terra sem benfeitorias na fração de 600,00m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados), parte integrante da chácara nº 11, com área total de 6.719,41m<sup>2</sup> (seis mil setecentos e dezenove metros e quarenta e um centímetros quadrados). Transcrição matrícula nº 4.199 no Cartório do Registro de Imóveis de São Carlos/SC. Patrimônio público municipal registro nº 5212.

Art. 2º A concessão de que trata o artigo 1º desta Lei dar-se-á pelo prazo e nas condições que a Lei Municipal definir, resolvendo-se a concessão a qualquer tempo, caso o concessionário dê ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato administrativo ou interrompa o funcionamento da empresa por mais de 01 (um) ano.

Parágrafo único. Ocorrendo as hipóteses de rompimento contratual previstas no “caput” deste artigo, o imóvel, bem como suas benfeitorias, serão revertidos ao patrimônio público, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem direito a retenção, ficando o concessionário obrigado a desocupar o imóvel no prazo de 30 (trinta) dias, e não o fazendo será tido como esbulhador da posse, sujeito a ação possessória própria.

Art. 3º O objeto desta concessão não poderá, sem a anuência do município concedente, ser cedido, locado, transferido, penhorado ou de qualquer forma onerado ou concedido no todo ou em parte a terceiros sob pena de revogação da concessão.

Art. 4º O concedente reserva-se o direito de vistoriar as áreas concedidas sempre que julgar conveniente, determinando as providências que entender oportunas e necessárias para sua preservação, fiscalizando, igualmente, o uso do mesmo.

Art. 5º O concessionário fica obrigado a respeitar e obedecer todas as normas sociais emanadas do Poder Público.

Art. 6º A entidade concessionária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel objeto da concessão a que se refere esta Lei.

Art. 7º As despesas provenientes da aplicação desta Lei correrão por conta do orçamento público vigente.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito do município de  
Águas de Chapecó/SC, em 04 de novembro de 2019.  
LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal  
Registre e publique-se

**LEI M. Nº 1.989-2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2215015

LEI MUNICIPAL Nº 1.989/2019  
DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

	DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do município de Águas de Chapecó, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que ele SANCIONA e PROMULGA a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) nas seguintes contas:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	6
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	2
Função	Saúde	10
Sub-função	Assistência Ambulatorial e Hospitalar	302
Programa	Saúde de Qualidade com Responsabilidade	5
Atividade	Atenção Média e Alta Complexidade Ambulatorial, Hospitalar e SAMU	2.040
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
		Valor
(33)	3.3.93.00.00 - Aplicação Direta	1.038 – Rec. Vinculados SUS
(34)	3.3.93.00.00 – Aplicação Direta	1.002 – Recursos Ordinários
		50.000,00
		100.000,00
Valor Total R\$:		150.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	6
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	2
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	Saúde de Qualidade com Responsabilidade	5
Atividade	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FMS	2.036
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
		Valor
(11)	3.3.90.00.00 – Aplicação Direta	1.038 – Recursos Vinculados SUS
		50.000,00
Valor Total R\$:		50.000,00

Art. 2º Para cobertura do CREDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR, de que trata o artigo 1º, será através da redução na seguinte dotação orçamentária:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	6
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	2
Função	Saúde	10
Sub-função	Assistência Ambulatorial e Hospitalar	301
Programa	Saúde de Qualidade com Responsabilidade	5
Projeto	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde – FMS	1.018
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
		Valor
(7)	4.4.90.00.00 - Aplicação Direta	1.063 – Recursos Ordinários
		50.000,00
Valor Total R\$:		50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	6
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	2
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	Saúde de Qualidade com Responsabilidade	5
Atividade	Manutenção Básica em Saúde Geral (PSF, PACS, SAÚDE BUCAL)	2.037
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
		Valor
(14)	3.1.90.00.00 – Aplicação Direta	1.038 – Recursos Vinculados SUS
		150.000,00

Valor Total R\$:

150.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de  
Águas de Chapecó/SC, em 04 de novembro de 2019.  
LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal  
Registre e publique-se.

# Águas Frias

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº35/2019

Publicação Nº 2215755

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS  
Estado de Santa Catarina

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 87/2019

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 35/2019

Tipo : Menor preço - Unitário

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL COPA E COZINHA, MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE E MATERIAL DE EXPEDIENTE

Entrega dos Envelopes : Até às 08:00 horas do dia 19 de novembro de 2019.

Abertura dos Envelopes : 08:30 horas do dia 19 de novembro de 2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (049) 3332-0019 ou no site [www.aguasfrias.sc.gov.br](http://www.aguasfrias.sc.gov.br).

Águas Frias -SC, 04 de novembro de 2019

RICARDO ROLIM DE MOURA

PREFEITO



# Águas Mornas

## PREFEITURA

### TOMADA DE PREÇOS Nº 57/2019

Publicação Nº 2216105

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS MORNAS. AVISO DE LICITAÇÃO. Modalidade: Tomada de Preços. Processo nº 57/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos executivo. Retirada do Edital: Na Prefeitura, à Praça José Adão Lehmkuhl, 62, Centro, Águas Mornas/SC, fone: (48) 3245-7252, das 07 às 12 horas, ou pelo e-mail: [licitacao@aguasmornas.sc.gov.br](mailto:licitacao@aguasmornas.sc.gov.br). Entrega das Propostas: No mesmo Local acima, até às 10 horas do dia 21/11/2019. Águas Mornas, 05 de novembro de 2019. Omero Prim – Prefeito Municipal.

# Anchieta

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 012/2017-HOSPITAL/UPA

Publicação Nº 2215176

	SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 012/2017 DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS FIRMADO ENTRE A EMPRESA CORDOVA & CORDOVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA E O HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE.
--	--

O HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE através do Prefeito Municipal e a empresa CORDOVA & CORDOVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, já qualificada no contrato 012/2017, com fundamento da Lei Federal Nº 8.666/93 de 21/06/93 considerando o previsto na Cláusula Quarta e Sétima do referido contrato, celebram o presente termo aditivo, com base nas Cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS VALORES AVENÇADOS

O valor mensal previsto na Cláusula Quarta, do contrato 012/2017, será mantido para os próximos 12 meses.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato ora aditado, previsto na Cláusula Sétima, fica prorrogado até 31 de outubro de 2020.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para fazer frente às despesas correrão a conta da seguinte dotação:

Projeto/Atividade	Recurso/Elemento	Despesa/Ano	Descrição	Valor Bloqueado
09.01 – 10.301.0023.2.101	335 /3.3.90	18/2019	ADM.GERAL.BENS E SERV. DA ATENÇÃO BÁSICA	49.920,00

Obs: O presente contrato será executado pelo Fundo Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado. E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Anchieta – SC, 15 de outubro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI Prefeito Municipal CPF 625.835.909-44	dionisio gobbi m. cordova Médico/Contratado CPF 086.666.697-48
---	--

**DECRETO Nº 197/2019**

Publicação Nº 2214583

**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Anchieta****DECRETO Nº 197/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.****HOMOLOGA LAUDO DE AVALIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS INSERVÍVEIS PARA ALIENAÇÃO MEDIANTE LEILÃO, REALIZADO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO MOBILIÁRIA E IMOBILIÁRIA – COMPAMI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO a legitimidade da Comissão instituída pelo Decreto Municipal nº 157/2019 e nomeada pelo Decreto nº 159/2019, para realizar Laudo de Avaliação de bens públicos inservíveis a serem leiloados;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica homologado o Laudo de Avaliação realizado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto Municipal nº 159/2019, de 04 de setembro de 2019, com a especificação dos bens, número de patrimônio e valores em reais do lance mínimo, conforme Laudo anexo, o que passa a fazer parte integrante do presente Decreto.

**Art. 2º** Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Anchieta/SC, 04 de novembro de 2019.

**IVAN JOSE CANCI**  
*Prefeito Municipal*

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
**Camila Baronio** - Secretária de Administração e Gestão

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina**

**Prefeitura Municipal de Anchieta**

**LAUDO DE AVALIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS INSERVÍVEIS PARA ALIENAÇÃO  
MEDIANTE LEILÃO**

Excelentíssimo Senhor  
**IVAN JOSÉ CANCI**  
Prefeito Municipal  
Anchieta-SC

Atendendo ao Despacho de Vossa Excelência, para que esta comissão procedesse a avaliação dos bens móveis, informados pelos respectivos responsáveis das Secretarias Municipais como inservíveis relatamos que:

No dia 07 de outubro, procedemos a verificação *in loco* da situação dos respectivos bens e acompanhados do avaliador da empresa Mais Ativo/Super Bid, contratada pela municipalidade para realização de leilões públicos eletrônicos, decidimos pelo agrupamento de alguns por considerarmos irrecuperáveis; outros consideramos importante alienar individualmente pois podem ser recuperados, mas para a Administração Municipal é inviável a recuperação devido aos altos custos de reparo, e outros porque estão ociosos.

Na tabela abaixo descrevemos os bens para alienação, os respectivos números de patrimônio, os motivos e o valor mínimo para alienação mediante leilão:

<u>Nº DO PATRIMÔNIO</u>	<u>BENS</u>	<u>MOTIVOS/SITUAC</u> <u>ÃO</u>	<u>VALOR</u> <u>SUGERIDO</u> <u>PARA</u> <u>ALIENAÇÃO</u>
02622, 02546, 02585, 02545, 00670, 02541, 02723, 02587, 02605, 02547, 01590, 01565, 02612, 03523, 02525, 00157, 02471, 01063, 02542, 02474, 01065, 02634, 01574, 02702, 02597, 01952, 01073, 00271, 01072, 01068, 01067, 01071, 01070, 01066, 00648, 01069, 01064, 00527, 02160, 01919, 00574, 00547, 00270, 02735, 01074, 03485, 02472, 02473, 02188, 02480, 01062, 02580, 02604, 03090, 02836, 03394, 02948, 03341, 03003, 03054, 03521, 00573, 03061,	Calculadoras, computadores, máquinas de escrever, impressoras, monitores, televisores, aparelhos de DVD, teclados, retroprojeto, telefones toners e outros contendo aproximadamente 18 unidades de monitores de computador, 01 retroprojeto, 13 impressoras, 16 CPUs de computador, 12 aparelhos de DVD, 01 rádios 06 máquinas de datilografia, 12 teclados, 11 televisores, 05 calculadoras, 15 estabilizadores.	Equipamentos queimados; Já verificados pelo técnico; Sem peças para manutenção Não funcionam mais.	R\$ 400,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

03393, 02837, 03089, 03340, 02946, 00692, 03521,			
00267, 00599, 00430, 03273, 02996, 03389, 03256, 03277, 00430, 02287, 03278, 03256, 02557, 00599, 00267, 02288, 00583, 03273, 00573	Fogão industrial (02), geladeira (03), pia (01), arquivo de aço (06), centrífuga (01), armário (03), freezer (02), e outros, patrimônio	Já participaram do leilão de 2018. Sem comprador.	R\$ 300,00
00411; 00352; 00354; 00291; 00296; 00288; 00511; 00408; 00299; 00297; 00348; 02061; 00289; 00402; 00357; 00353. 00346; 00350; 00347; 00293; 00301; 00512; 00356; 00417; 00412; 00283; 00514; 00285; 00415; 00351; 00355; 02059; 02060; 00513; 00337; 00345; 00323; 00405; 00339; 00335; 00333; 00334; 00336; 00344; 00341; 00517; 00374; 00312; 00457; 00421; 00420; 00459. 00455; 00462; 00458; 00316; 00515; 00466; 00309; 00461; 00464, 0860, 1039, 0785, 0795, 1028, 1046, 0896, 1045, 0793, 1040, 0732, 0902, 1016, 0737, 0735, 1041, 2344, 0779, 0907, 2353, 1017, 1029, 1049, 0759, 1020, 2797, 2351, 0315, 0602, 0591, 0456, 0606, 0093, 0422, 0403, 0372, 0518, 2793, 00298	Carteiras/Mesa e cadeiras escolares, aproximadamente 100 unidades.	Já participaram do leilão de 2018. Sem comprador.	R\$ 120,00
3253, 00193, 00272, 00580	Diversos – Assistência Social 01 Rádio, 01 aparelho de	Sucata.	R\$ 300,00

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

	DVD, 01 liquidificador, 01 serra tico-tico, 01 forno elétrico, 01 cilindro elétrico, 01 fogão industrial, 01 geladeira, 01 TV, 01 CPU de computador, 01 fogão a gás.		
2450	Ônibus – Marca modelo: Mercedes Benz/OF1113. Ano de fabricação e modelo 1986, placa ADF 3706, Diesel, Cor prata, Chassi: 9BM344058GB723909	Está parado, servindo para fazer socorro. No enteando está em condições ruins, apresentando gastos com mecânica.	R\$ 22.600,00
2454	Caminhão furgão marca/modelo IMP/Mercedes Benz 310 D Sprinter F. Ano 1997/modelo 1997. Placa LZQ 8201, Chassi: 8AC690331VA511263	O carro está parado apresentando muitos gastos com mecânica	R\$ 15.000,00
4710	Coifa industrial de exaustão 900x600mm largura, baixo nível de ruído, sistema eletrostático com eliminador de fumaça e odor através da ozonização do ar, consumo de energia 75 wats, material inox.	Equipamento novo, está na creche desde 2014, não pôde ser instalado porque o local em que está instalado o fogão não permite.	R\$ 700,00
2458	Fiat Ducato M Jaedi Ambulância placa MHL 6899 Ano 2009/2010, Cor Branca, Chassi: 93W245H34A2049081	Motor fundido e desmontado.	R\$ 14.800,00
01638, 01161, 01756, 01402, 01851, 01577, 0752, 01408, 01282, 01599, 0556, 01333, 01289, 01271, 04082, 01272, 01281, 01521, 01111, 01515, 01504, 01419, 01757, 04217	Equipamentos hospitalares, eletrônicos, móveis, equipamentos de informática, televisores, ferro de passar.	Sucata.	R\$ 200,00
4709	Ônibus Scania Série Diplomata 350 – Placa GPA 9461 (Doação da	Em péssimo estado de conservação, mas em funcionamento.	R\$ 12.000,00

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

	Receita Federal)		
2306	Motoniveladora Fiatallis Modelo FG 85, motor cuminnng 6 CTB Diesel 157 CV	Em regular estado de conservação (em funcionamento)	R\$ 49.200,00
02274	Distribuidor de adubo orgânico, modelo DOS 4 toneladas nº 1127152 Serie 201206 Mepel	Sucata, com peças utilizáveis.	R\$ 1.800,00
02266	Ensiladeira JF92Z10 Serie 3	Sucata, com peças	R\$ 500,00
03924	Colhedora de forragens, CUSTOM 930 CIII 12 facas com Hidr + D Corte, uma linha com correias, comando bica hidráulica, disco de corte estrelado, com 4 rolos, peso operacional 600 Kg	Sucata, com peças utilizáveis.	R\$ 600,00
02272	Ensiladeira Pecu 9004 II Nogueira	Sucata, com peças utilizáveis.	R\$ 500,00
03921	Colhedora de forragens, CUSTOM 930 CIII 12 facas com Hidr + D Corte, uma linha com correias, comando bica hidráulica, disco de corte estrelado, com 4 rolos, peso operacional 600 Kg	Sucata, com peças utilizáveis.	R\$ 600,00

A Comissão de Avaliação Permanente de Avaliação Mobiliária e Imobiliária, assina a presente avaliação.

\_\_\_\_\_  
Carlos Augusto Antonietti  
Engenheiro Agrônomo - Membro da  
COMPAMI

\_\_\_\_\_  
Oscar Rizzotto  
Membro da COMPAMI

\_\_\_\_\_  
Claudecir Paulo Viera  
Secretária de Desenvolvimento Local -  
Membro da COMPAMI

\_\_\_\_\_  
Bianca Dal Ri  
Fiscal de Tributos e Obras - Membro da  
COMPAMI

\_\_\_\_\_  
Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [administracao@anchieta.sc.gov.br](mailto:administracao@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

**EDITAL CMDC 001/2019 - INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS**

Publicação Nº 2216042

EDITAL 001/2019/CMDCA

Divulga inscrições deferidas e indeferidas ao processo suplementar de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Anchieta/SC, e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Anchieta/SC, no uso de suas atribuições legais e considerando a decisão da Comissão Especial Eleitoral, designada pela Resolução 001/2019/CMDCA, realizada em reunião no 04 de novembro de 2019, registrada em ata circunstanciada,

**RESOLVE:**

Art. 1º Divulgar lista dos candidatos ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cujas inscrições foram deferidas e indeferidas:

**A – INSCRIÇÕES DEFERIDAS/HOMOLOGADAS:**

1. Rosane Sissgler
2. Salete Contini
3. Patrícia Lucian
4. Jussara Lasch
5. Juliana de Souza Machado Mantovani
6. Blecaute Teufanis Ribas
7. Cristian Regina Tremarin

Art. 2º Divulga que não houve inscrições indeferidas.

**PUBLIQUE-SE.**

Anchieta – SC, 04 de novembro de 2019.

Ione Teresinha Presotto  
Presidente do Conselho Municipal dos  
Direitos da Criança e do Adolescente

**COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:**

Lijane Teresinha Provin Jozane de Paula Bard Maria Lisete Junges

Siria Maldaner Camila Baronio Kellin Dal Ri

**PORTARIA Nº 442/2019**

Publicação Nº 2215741

PORTARIA nº. 442/2019

De, 01 de novembro de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o agendamento das férias no início do ano, onde gozaria do direito das mesmas em novembro de 2019;

**RESOLVE:**

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Carla Marina Tremarin, ocupante do cargo de Diretora de Assistência Social, matrícula 2499, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social - FMAS, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 01/11/2019 à 30/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 01 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.



**PORTARIA Nº 443/2019**

Publicação Nº 2215744

PORTARIA nº. 443/2019  
De, 04 de novembro de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 30 (trinta) dias para o servidor Público Municipal senhor Ademir Camargo, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula 1912, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 05/11/2019 à 04/12/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 04 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo

**PORTARIA Nº 444/2019**

Publicação Nº 2215745

PORTARIA nº. 444/2019  
De, 04 de novembro de 2019.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Declarar Vago por Aposentadoria,

Art. 1º - Fica vago Por Aposentadoria o cargo efetivo de Contador, ocupado pela servidora senhora Nelsi Luiza Schmidt Piovesan, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 04 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.  
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

**PREGÃO PRESENCIAL N 057/2019 - PM**

Publicação Nº 2215615

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 057/2019

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para: Registro de Preços visando a aquisição de materiais de construção e prestação de serviços de mão de obra de pedreiro, para o Setor da Educação e demais Setores da Administração Pública do município de Anchieta/SC, pelo período de até 12 meses após a data da Homologação do Processo Licitatório. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 19/11/2019. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 04 de Novembro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

# Angelina

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 103/2019

Publicação Nº 2215116

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

DECRETO Nº 103/19  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

#### EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001255 de 14 de Dezembro de 2018

DECRETA

Art. 1º -		Fica aberto no corrente exercício Crédito para as seguintes dotações orçamentárias:	
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS			
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS			
0412232.003 - Manutenção e Func. da Sec. de Adm. e Finanças			
(11) 3.3.50.00.00.00.00.0.1.00 - Transf a Instituições Privadas s/ Fins Lucr		R\$	6.000,00
(12) 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Aplicação Direta		R\$	5.000,00
06 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS SERVICOS PUBLICOS			
06.02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS			
1545282.023 – Manutenção e Func. dos Serviços de Iluminação Pública			
(94) 3.3.90.00.00.00.00.0.1.08 - Aplicação Direta		R\$	60.000,00
	Total Suplementação	R\$	71.000,00

Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até o mês e ano corrente..
Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Angelina, 30 de outubro de 2019.  
GILBERTO ORLANDO DORIGON  
Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2019

Publicação Nº 2215004

MUNICÍPIO DE ANGELINA/SC - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2019 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL – O Município de Angelina torna público que as 09:00 horas do dia 19 de novembro de 2019, estará recebendo propostas para fornecimento de alimentação para funcionários da Prefeitura Municipal de Angelina e Fundo Municipal de Saúde para o distrito de Barra Clara. O edital encontra-se à disposição no Setor de Licitações do Município de Angelina/SC e pelo endereço: [www.angelina.sc.gov.br](http://www.angelina.sc.gov.br). Angelina/SC, em 05 de novembro de 2019. Gilberto Orlando Dorigon – Prefeito Municipal.

# Anitápolis

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019 - FMS

Publicação Nº 2215048

PREGAO PRESENCIAL Nº 013/2019 – O Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial no dia 18/11/2019, às 14:00 horas. Objeto: Registro de preços para aquisição futura, eventual e parcelada de serviços de saúde para a realização de Procedimentos com Finalidade Diagnóstica. O Edital completo estará à disposição dos interessados, a partir do dia 05/11/2019, no email: [licita@anitapolis.sc.gov.br](mailto:licita@anitapolis.sc.gov.br); no site [www.anitapolis.sc.gov.br](http://www.anitapolis.sc.gov.br); na Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis, Fone: (48) 3256-0188. Anitápolis, 04/11/2019. Solange Back – Secretária Municipal de Saúde.

### TERMO DE POSSE 11/2019

Publicação Nº 2215509

	ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC. Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax 3256-0188 E-mail: <a href="mailto:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br">prefeitura@anitapolis.sc.gov.br</a>
--	---

### TERMO DE POSSE Nº. 011/2019

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, compareceu a esta Prefeitura Municipal de Anitápolis o Sr. ANTONIO MORAES TEODORO, concursado, apresentando o respectivo Ato de Nomeação, datado de 26 de setembro de 2019, do Exmo Sr. Prefeito de Anitápolis/SC, publicado em 27 de setembro de 2019, o qual nomeia para o cargo de MOTORISTA II, nos termos da Lei nº. 506/2000 de 28.12.00, Lei nº. 505/2000 de 28.12.00, alterada pela Lei nº. 688/2007 de 10.12.07, Lei nº. 504/2000 de 28.12.00 e Seção II, Inciso VIII do artigo 97 de Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16.12.2004 e considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2019.

Tomou POSSE e prestou compromisso de fielmente exercer as funções do referido cargo, cumprir o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Anitápolis, Leis, Decretos e Regulamentos.

Anitápolis, 04 de novembro de 2019.

Laudir Pedro Coelho  
Prefeito Municipal

Empossado

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N 73/2019 A 75/2019 E TERMO ADITIVO AO CONTRATO 68/2019

Publicação Nº 2214995

#### EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO

Contrato nº 0073/2019; Origem: Chamamento Público Nº 002/2018. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: ROSIMERI POYER HARTMANN. Objeto: FARMACEUTICO. Valor mensal: R\$ 4.403,63 (quatro mil, quatrocentos e três reais e sessenta e três centavos). Vigência: 15 de outubro de 2019 a 29 de outubro de 2019.

Contrato nº 074/2019; Origem: Chamamento Público Nº 002/2018. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: LEANDRO PETRY. Objeto: FARMACEUTICO. Valor mensal: R\$ 4.403,63 (quatro mil, quatrocentos e três reais e sessenta e três centavos). Vigência: 15 de outubro de 2019 a 12 de novembro de 2019.

Contrato nº 075/2019; Origem: Processo Seletivo Nº 002/2017. Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: EDIENE DE FIGUEREDO MARGOTTI. Objeto: ENFERMEIRO. Valor mensal: R\$ 2.809,31 (dois mil, oitocentos e nove reais e trinta e um centavos). Vigência: 04 de novembro de 2019 a 27 de novembro de 2019.

#### Extrato de aditivo ao contrato de trabalho

Primeiro aditivo ao contrato nº 068/2019; Contratante: Município de Antônio Carlos/SC. Contratada: IZABELLE CRISTINE DA SILVA OLIVEIRA MAURICIO. Objeto: PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA. Vigência: Fica para 29 de novembro de 2019 o prazo contratual anunciado na cláusula 4ª (quarta) – DO PRAZO CONTRATUAL do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

### PORTARIA N 529/2019

Publicação Nº 2214991

#### PORTARIA Nº 529/2019

Concede insalubridade.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com Lei nº 558/1992;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder insalubridade ao servidor ISMAEL SOARES, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social, a partir de 04 de novembro de 2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 04 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 05 de novembro de 2019.

### PORTARIA N 530/2019

Publicação Nº 2215548

#### PORTARIA Nº 530/2019

Readaptação de servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo como artigo 27 da Lei nº 558/92;

#### RESOLVE:

Artigo 1º - Autorizar a readaptação do (a) servidor (a) municipal KÁTIA TEREZINHA GOEDERT, ocupante do cargo de PROFESSOR COM PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALISTA 40H, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em virtude de modificação em seu estado de saúde, conforme Avaliação Médica realizada pelo perito Dr. Jorge Luiz Tramuja, passando a atuar como auxiliar de Direção Escolar (secretária) no Centro de Educação Infantil Coração de Jesus, a contar de 10 de agosto de 2019.

Artigo 2º - A readaptação de que trata o artigo 1º desta Portaria, será pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser revisto, revogado ou alterado em qualquer momento, caso haja alteração no quadro clínico do servidor.

Artigo 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10/08/2019.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 054/2019.

Município de Antônio Carlos, em 04 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 05 de novembro de 2019.

# Apiuna

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO - LICITAÇÃO Nº 130/2019

Publicação Nº 2215374

#### AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 130/ 2019

O setor de licitação da Prefeitura de Apiúna -SC, comunica aos interessados que a licitação referente ao Pregão Presencial 130/2019, objetivando AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEÇAS/MATERIAL DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO MAQUINÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, está SUSPENSA em virtude da necessidade de alterações no Edital.

Após serem realizadas as referidas alterações, o Aviso de Licitação e Edital serão republicados com uma nova data para abertura do certame. Informações pelo E-mail: licitacao@apiuna.sc.gov.br ou pelo Telefone: (47) 3353-2000

Apiúna, SC, 04 de novembro de 2019

### AVISO ERRATA AO AVISO DE ERRATA Nº 01 AO EDITAL 127/2019

Publicação Nº 2214843

#### AVISO ERRATA AO AVISO DE ERRATA Nº 01 AO EDITAL 127/2019

Prefeitura Municipal de Apiúna

Errata ao Aviso de Publicação de extrato de errata ao edital nº 127/2019.

O Prefeito de Apiúna em uso de suas atribuições legais torna público para o conhecimento de quem possa interessar que houve alteração na publicação do aviso de licitação, passando a constar corretamente que a Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 05/11/2019 – Das 14 horas às 14 horas e 20 minutos e Data/Hora de Abertura: 05/11/2019 – Após as 14 horas e NÃO no dia 29/10/2019 das 09 horas às 14 horas e 20 minutos, como ficou no aviso. O edital, local, data e horário de abertura dos envelopes permanecem inalterados. Maiores Informações Fone 47 3353 2000

José Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

### DECRETO Nº 3303/2019

Publicação Nº 2215126

#### DECRETO Nº 3303/2019

De 03/09/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE APIÚNA - SC.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os Membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE APIÚNA, em conformidade com a Lei nº 282/1996 de 13/11/1996, passando a ter a seguinte composição:

– Representantes da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social			
Titular	:	Mara Raquel Gonçalves	
Suplente	:	Eliana Teresinha Beltrami	
– Representantes da Secretaria Municipal de Educação			
Titular	:	Mônica Franco	
Suplente	:	Aline Berkembrock	
– Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças			
Titular	:	Adilson Fortunato	
Suplente	:	Fabiana Bazzanella	
– Representantes da Assistência Social			
Titular	:	Fátima Waltrick Branco	
Suplente	:	Nadir Inês Werner Fusinato	
– Representantes da Sociedade Civil			
Titular	:	Inalva Ramos	
Suplente	:	Angelita Antônio	
– Representantes da Sociedade Civil			

Titular	:	Alcides Farias	
Suplente	:	Sonia dos Santos	
– Representantes dos Trabalhadores de Assistência Social			
Titular	:	Andressa Blauth	
Suplente	:	Laís Daniel	
– Representantes das Entidades			
Titular	:	Noemi de Oliveira Gomes Neves	
Suplente	:	Lirio Girardi	

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 176/2018, de 02 de maio de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de fevereiro de 2019.

Prefeitura municipal de Apiúna, 03 de setembro de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

## LEI ORDINÁRIA Nº916/2019

Publicação Nº 2216107

LEI ORDINÁRIA Nº916/2019

DE 05/11/2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna e da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 554.431,07 (Quinhentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e trinta e um Reais e sete centavos), da seguinte dotação orçamentária:

03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0304.2034	Reforma do Prédio do Paço Municipal	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	5.000,00
	TOTAL	5.000,00
04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0361.0402.1041	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.Fundeb/Fundef(Out.Desp. Ensino)	11.100,00
	Subtotal	11.100,00
0012.0361.0402.1041	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec. de Impostos de Transf. de Imp.-Educ.	10.000,00
	Subtotal	10.000,00
0012.0361.0402.1041	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Escolares	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
13.600	Salário Educação	74.900,00
	Subtotal	74.900,00
0012.0361.0402.1043	Construção e Reforma de Quadras Esportivas	
40000000000	Despesas de Capital	



44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec. de Impostos de Transf. de Imp.-Educ.	10.000,00
	Subtotal	10.000,00
0012.0361.0402.1043	Construção e Reforma de Quadras Esportivas	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.Fundeb/Fundef(Out.Desp. Ensino)	57.211,58
	Subtotal	57.211,58
0012.0361.0402.1043	Construção e Reforma de Quadras Esportivas	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
13.600	Salário Educação	22.419,49
	Subtotal	22.419,49
0012.0365.0401.2044	Aquis. de Gêneros Aliment P/ Merenda Escolar/Ens. Infantil	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	25.000,00
	Subtotal	25.000,00
0012.0361.0402.2046	Formaç. Contin. para Gestores, Prof. e Pessoal de Apoio Semed	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec. de Impostos de Transf. de Imp.-Educ.	2.000,00
	Subtotal	2.000,00
0012.0361.0402.2046	Formaç. Contin. para Gestores, Prof. e Pessoal de Apoio Semed	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
13.600	Salário Educação	6.600,00
	Subtotal	6.600,00
0012.0361.0402.2140	Implantação de Laboratório e Salas Informatizadas	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
13.600	Salário Educação	1.000,00
	Subtotal	1.000,00
0012.0361.0402.2141	Aquisição de Mobiliários e Equipamentos para Semed	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec. de Impostos de Transf. de Imp.-Educ.	5.000,00
	Subtotal	5.000,00
	TOTAL	210.800,00
05	Fundo Municipal de Saude	
001	Fundo Municipal de Saude	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp.-Saúde	150.000,00
	Subtotal	150.000,00
0010.0301.0502.2052	Manutenção das Ações Estratégia da Saúde da Família	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	

10.200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp- -Saúde	80.000,00
	TOTAL	80.000,00
0010.0301.0502.2054	Manutenção das Ações do Programa Saúde Bucal	
300000000000	Despesas Correntes	
310000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
319000000000	Aplicações Diretas	
10.200	Rec.de Impostos e de Transf.Imp- -Saúde	20.000,00
	Subtotal	20.000,00
	TOTAL	250.000,00
07	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
001	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
0018.0541.0701.2076	Manutenção da Coleta e Depósito final do Lixo	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33930000000000	Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgão, Fundos e Entidades OFSS com Consórcio Público do Qual o Ente Participe	
10.000	Recursos Ordinários	30.000,00
	TOTAL	30.000,00
08	Secretaria da Industria, Comercio e Turismo	
001	Secretaria da Industria, Comercio e Turismo	
0023.0695.0801.2080	Implantação de Sinalização Turística	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	3.000,00
	TOTAL	3.000,00
09	Fundo Municipal da Assistência Social	
001	Fundo Municipal da Assistência Social	
0008.0244.0901.2090	Concessão de Benefícios a Carentes	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	25.000,00
	Subtotal	25.000,00
0008.0242.0901.2094	Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
335000000000	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	
10.000	Recursos Ordinários	1.000,00
	Subtotal	1.000,00
0008.0242.0901.2094	Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	5.000,00
	Subtotal	5.000,00
	TOTAL	31.000,00
13	Secretaria de Esporte e Lazer	
001	Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.1301.2132	Promoções e Competições Esportivas	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
335000000000	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	
10.000	Recursos Ordinários	1.000,00
	Subtotal	1.000,00
0027.0812.1301.2132	Promoções e Competições Esportivas	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	7.200,00
	Subtotal	7.200,00

0027.0812.1301.2132	Promoções e Competições Esportivas	
40000000000	Despesas de Capital	
44000000000	Investimentos	
44900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	2.000,00
	Subtotal	2.000,00
	TOTAL	10.200,00
	Total Geral	554.431,07

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 554.431,07 (Quinhentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e trinta e um Reais e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

02	Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito	
001	Gabinete do Prefeito e do Vice-prefeito	
0004.0122.0201.2020	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-prefeito	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
002	Controladoria Interna Municipal	
0004.0124.0201.2803	Manutenção da Controladoria Municipal	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	6.000,00
	TOTAL	6.000,00
04	Secretaria de Educação e Cultura	
001	Ativ. Ensino Infantil, Fund., Médio e Superior	
0012.0361.0401.2040	Aquis. de Gêner. Aliment. P/ Merenda Escolar P/ Ens. Fundam.	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	15.000,00
	Subtotal	15.000,00
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.100	Rec.de Impostos e de Transf.de Imp-Educ	27.000,00
	Subtotal	27.000,00
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
13.600	Salário Educação	104.919,49
	Subtotal	104.919,49
0012.0365.0402.2048	Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil	
30000000000	Despesas Correntes	
31000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000	Aplicações Diretas	
11.900	Transf.Fundeb/Fundef(Out.Desp.Ensino)	68.311,58
	Subtotal	68.311,58
0012.0364.0402.2148	Apoio ao Ensino Superior	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	10.000,00
	Subtotal	10.000,00
0012.0364.0402.2148	Apoio ao Ensino Superior	
30000000000	Despesas Correntes	
33000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	7.200,00

	Subtotal	7.200,00
	TOTAL	218.000,00
06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0782.0602.2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	151.000,00
	TOTAL	151.000,00
07	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
001	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
0020.0606.0702.2070	Assistência e Apoio ao Produtor Rural	
300000000000	Despesas Correntes	
310000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
319000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	5.000,00
	Subtotal	5.000,00
0020.0606.0702.2070	Assistência e Apoio ao Produtor Rural	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	90.000,00
	Subtotal	90.000,00
	TOTAL	95.000,00
11	Encargos Gerais do Município	
001	Encargos Gerais do Município	
0028.0843.0001.0001	Amortização do Principal e Encargos da Dívida	
400000000000	Despesas de Capital	
460000000000	Amortização da Dívida	
469000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	10.000,00
	Subtotal	10.000,00
0028.0846.0001.0002	Pagamento de Inativos	
300000000000	Despesas de Correntes	
310000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
319000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	50.000,00
	Subtotal	50.000,00
	TOTAL	60.000,00
	TOTAL	554.431,07

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 05 de Novembro de 2019.

MARCELO DOUTEL DA SILVA

Prefeito Municipal em exercício

# Arabutã

## PREFEITURA

### CONTRATO ACT 80/2019

Publicação Nº 2214739

#### CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 080/2019

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e EMANUELE PEREIRA DA CONCEIÇÃO inscrita no CPF/MF sob o nº 064.517.185-99, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento do cargo de Agente de Copa e Higienização em substituição a servidora Lucia Patzlaff conforme laudo da perícia realizada pelo INSS, e para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 005/2018, em conformidade com a LC nº 210, de 28 de junho de 2018;
  - 2) VIGÊNCIA: de 04 até 26 de novembro de 2019;
  - 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
  - 4) VENCIMENTO: R\$1.320,83 (um mil trezentos e vinte com oitenta e três centavos) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
  - 5) CARGO/FUNÇÃO: Agente de Copa e Higienização;
  - 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação–
  - 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 40h, pelo turno matutino e vespertino;
  - 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
  - 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);
- Arabutã/SC, 04 de novembro de 2019.

Emanuele Pereira Da Conceição Leani Kapp Schmitt  
Contratada Prefeita

#### Testemunhas:

Dulci Driemeier Losch  
CPF/MF nº. 009.112.609-60

Jaíne Wallman da Silva  
CPF/MF nº. 079.664.859-00

### CONTRATO ACT 81/2019

Publicação Nº 2215857

#### CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 081/2019

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e SAMARA TAIS WASEM KOLLING inscrita no CPF/MF sob o nº. 091.506.739 -04, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- OBJETO: A presente contratação objetiva reintegração da servidora ao cargo de Professora II conforme parecer jurídico que prevê a estabilidade constitucional desde a confirmação da gravidez até 05 meses após o parto, e para atender as necessidades temporárias do excepcional interesse público conforme Edital de Processo Seletivo nº. 004/2018, em conformidade com a LC nº. 210, de 28 de junho de 2018, ficando a disposição da rede Municipal de Ensino;
- 1) VIGÊNCIA: de 25 de outubro 2019 até o 5º mês após o nascimento do bebê;
  - 2) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
  - 3) VENCIMENTO: R\$1.592,37 (um mil quinhentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos), conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
  - 4) CARGO/FUNÇÃO: Professora;
  - 5) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação –REDE MUNICIPAL DE ENSINO;
  - 6) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno vespertino;
  - 7) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
  - 8) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 04 de novembro de 2019.

Samara Tais Wasem Kolling  
Contratada

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

## Testemunhas:

Dulci Driemeier Losch  
CPF/MF nº. 009.112.609-00

Jaíne Wallman da Silva  
CPF/MF nº. 079.664.859-00

**PREGÃO 59.2019**

Publicação Nº 2214716

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 081/2019.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 059/2019

## Objeto:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de material de Informática  
Tipo de Julgamento: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até 08h45 do dia 18/11/2019.

Abertura: às 09h00 do dia 18/11/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 30 de outubro de 2019.

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

**TERMO ADITIVO CONTRATO ACT 71/2019**

Publicação Nº 2214719

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 71/2019

Terceiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, ARLETE VITORINO MOREIRA, celebrado em 02 de agosto de 2019.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. LEANI KAPP SCHMITT, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº. 492.348.549-34, residente e domiciliada em Linha Unidos, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte a Senhora ARLETE VITORINO MOREIRA inscrita no CPF/MF sob o nº 102.734.897-30, doravante denominado CONTRATADA têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

## CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: Da Vigência, fica prorrogado a vigência do contrato até dia 28 de janeiro de 2020 conforme laudo da perícia realizada pelo INSS, podendo ser rescindido em data anterior em caso de retorno da servidora Janete Petry, nos termos do artigo 10, inciso V da LC 210.

## CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 04 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Leani Kapp Schmitt

CONTRATADA

Arlete Vitorino Moreira

Testemunhas:

Dulci Driemeier Losch  
CPF/MF nº. 009.112.609-00

Jaíne Wallmann da Silva  
CPF/MF nº. 079.664.859-00

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 0083/2019

Publicação Nº 2214837

CONTRATO Nº 0083/2019 INEXIGIBILIDADE Nº 0019/2019–PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0181/2019 –

CONTRATAÇÃO DO SHOW COM “BRAVANA” PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA, NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro, nº 26, Centro, no Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Senhor CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – doravante denominado CONTRATANTE e WB PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.386.313/000-02 estabelecido na Rua Dr. Luiz Migliasno, nº 1986, sala 13 24º andar – Jardim Cadore, Município de São Paulo - SC, neste ato, representado por JESAIS FARIAS DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, músico, inscrito no CPF nº 103.087.268-63 e CI sob nº 20.655.982-3, residente e domiciliado na Rua José de Oliveira Coelho nº 180, apt., 62, Vila Andrade – São Paulo – SC, doravante denominado CONTRATADA, tem entre si justo e contratado o presente contrato para a realização de SHOW ARTÍSTICO NACIONAL COM BRAVANA, a ser realizado no dia 14 de dezembro de 2019, durante A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA 2019, cuja celebração foi precedida de dispensa de licitação, através de inexigibilidade nº 0019/2019, atendidas as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA –DO FUNDAMENTO LEGAL

0.1 O presente Contrato decorre da autorização de Inexigibilidade de Licitação constante no Artigo 25 da Lei 8/666 de 21 de Junho de 1993: “É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: III -para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”.

#### CLÁUSULA SEGUNDA -OBJETO DO CONTRATO

2.1 Este contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO SHOW COMPLETO DOS ARTISTAS TRIO BRAVANA, NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2019 A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA 2019, NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

–Horário previsto para início do show: 22h:00m, com duração prevista de 02h e 30 minutos, no dia 14 (quatorze) de dezembro de 2019 –sábado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA -OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A obrigação e responsabilidade para efeito de realização do espetáculo compete à CONTRATANTE, a quem reservam-se as seguintes providências mínimas abaixo discriminadas:

- Equipe de apoio que deverá estar à disposição durante o Show.
- Energia elétrica mínima de 180 KWA com distância máxima do palco de 20 metros.
- Segurança pública durante as apresentações, assim como antes e depois, conforme as normas e exigências locais (Brigada Militar, Corpo de Bombeiros e Ambulância).
- Responsabilidade por toda e qualquer ocorrência policial, criminal e, ou civil que venham a ser vítima qualquer dos artistas e equipe produtora e público, durante o espetáculo, em todas as decorrências e assistência administrativa e outras.
- Providenciar toda a estrutura necessária para a realização do show.

#### CLÁUSULA QUARTA -OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 A obrigação e responsabilidade para efeito de realização do espetáculo compete à CONTRATADA, a quem reservam-se as seguintes providências mínimas abaixo discriminadas:

- Fazer apresentar-se no local hora e data previamente estabelecido neste contrato.
- Produção completa do espetáculo.
- Pagamento do transporte, hospedagem, camarim, alimentação e demais despesas provenientes da contratação.

4.2 A CONTRATADA, reserva-se o direito das seguintes providências mínimas abaixo:

- É proibida qualquer manifestação política em cima do palco.
- É proibida propaganda publicitária em cima do palco e na sua área externa.

#### CLÁUSULA QUINTA –DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de duração do presente instrumento terá vigência até 31/12/2019.



**CLÁUSULA SEXTA –DO VALOR**

6.1 –O valor total do contrato é de R\$18.500,00 DEZOITO MIL E QUINHENTOS REAIS).

6.2 – O pagamento será efetuado por transferência bancária em até 3 (três) dias, após a realização do Show, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

**CLÁUSULA SÉTIMA –DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1 -As despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto da presente licitação, ocorrerão à conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

72-1.2005.13.392.13.2.33.1.339000 – Aplicações Diretas

**CLÁUSULA OITAVA -DA RESCISÃO**

8.1 O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, no descumprimento de suas cláusulas.

8.2 - Fica estipulado a multa no valor de 10% do valor do cachê artístico deste contrato para a parte que infringir a qualquer cláusula constante no mesmo, além de responder na forma de legislação em vigor, pelas perdas e danos que causar.

8.3 - Fica acordado que a partir do momento que o Show for realizado, a CONTRATANTE está ciente que todas as obrigações por partes da CONTRATADA foram cumpridas, inclusive se ocorrer atraso na apresentação.

**CLÁUSULA NONA -DO FORO**

9.1 Fica estipulado o Foro de Videira – SC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam em duas vias de igual forma e teor para que produzam os mesmos efeitos, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e qualificadas.

Arroio Trinta, 31 de outubro de 2019

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27  
CLAUDIO SPRÍCIGO  
CPF nº 551.995.939-00  
CONTRATANTE

WB PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA  
CNPJ nº 09.386.313/000-02  
JESAIS FARIAS DE OLIVIERA  
CPF nº 103.087.268-63

Testemunhas:

CESAR LUIZ ALTENHOFEN  
CPF: 818.571.019-87

RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº: 0083/2019 - INEXIGIBILIDADE Nº: 0019/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0181/2019

CONTRATADO: WB PRODUÇÕES ARTÍSTICAS

FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DO SHOW COM "TRIO BRAVANA" PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A EXPOTRINTA VALOR: R\$18.500,00

**CONTRATO Nº 0084/2019**

Publicação Nº 2214741

CONTRATO Nº 0084/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E SHEILA APARECIDA WEISS ELABORAÇÃO DE TESTE SELETIVO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 0186/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0104/2019 – DL

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, este ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC CONTRATANTE e a Empresa SCHEILA APARECIDA WEISS ME, estabelecida na rua Benjamin Constant, nº 823, loja 2, sala 2, Bairro Imigrantes, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, inscrita no



CNPJ sob nº 26.068.753/0001-22, neste ato representado por sua proprietária, SRA. SCHEILA APARECIDA WEISS, portadora da Carteira de Identidade nº 3.533.331 e CPF nº 035.774.019-07, residente e domiciliado na cidade de rua Blumenau, nº 1355, Apto 101, Bairro Estados, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATADA, de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores e tendo em vista o que dispõe, resolvem contratar o objeto do presente, decorrente de Dispensa de Licitação por Baixo Valor, pelas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração, aplicação, apreciação, correção das provas, julgamento de recursos e fornecimento da relação dos aprovados, para o preenchimento de vagas em Teste Seletivo, conforme segue:

Item	Serviço	Unid.	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33527 - Elaboração, aplicação e correção de seis provas, para seis cargos do processo seletivo. A empresa contratada prestará os serviços de: Elaboração do Processo Seletivo, incluindo todas as etapas (editais, anexos, fichas e formulários, elaboração, impressão, aplicação e correção das provas, contratação dos fiscais para aplicação das provas, homologação das etapas do processo seletivo para publicação, defesa dos possíveis recursos, etc.).	Un	1	9.100,00	9.100,00
Total Geral					9.100,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor de R\$ 9.100,00 (NOVE MIL E CEM REAIS).

Parágrafo único - Toda e qualquer despesas decorrentes do fornecimento do objeto contratado serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus para o Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O pagamento será feito pelo Município de Arroio Trinta, em moeda nacional, Mediante Ordem Bancária, e ocorrerá em até trinta (30) dias após a realização e conferência dos serviços, mediante depósito ou boleto bancário.

A prestação dos serviços deverá ocorrer no andar do período do processo seletivo, com início imediato após a emissão da autorização de fornecimento e final após a homologação dos resultados, obedecendo os períodos conforme a legislação vigente.

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fatos que justifiquem a aplicação da alínea "D", do Inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

Os serviços deverão ser prestados no Município de Arroio Trinta, conforme cronograma a ser desenvolvido pela Secretaria de Administração e Finanças.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I- A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

II- A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem.

III- A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

IV- A CONTRATADA providenciará toda a documentação necessária para a execução dos serviços contratados, devendo apresentá-la ao Município, quitada.

V- A CONTRATADA assumirá integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

VI- A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

VII- A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

VIII- todas as questões das provas deverão ser inéditas, garantindo-se absoluto sigilo quanto ao conteúdo das provas e gabaritos de respostas, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

IX- Aplicação das provas de acordo com o estipulado no edital.

X- Realizar o pagamento de todos os fiscais para aplicação das provas;

XI- Os impressos a serem utilizados em todas as fases do concurso deverão ter boa qualidade de impressão.

XII- As provas deverão ser bem organizadas e atualizadas pedagogicamente, providenciar caderno de questões e folha de resposta das provas (gabaritos) de forma a garantir a segurança e a transparência do processo.

XIII- As provas deverão ser montadas e acondicionadas pela empresa que se responsabilizará pela quantidade e guarda, preservando o mais absoluto sigilo acerca do teor das questões e do transporte das mesmas até sua distribuição aos candidatos.

XIV- Deverá fixar no local das provas lista com os códigos, números de inscrição e nomes de todos os candidatos, bem como distribuí-los nas respectivas salas, sinalizar corredores e numerar as salas, providenciar a lista de presença para assinatura dos candidatos em ordem alfabética, com o respectivo número do documento de identidade.

XV- Responsabilizar-se pela seleção, treinamento, acompanhamento e pagamento dos fiscais para atuarem durante a realização do concurso, com crachás de identificação da empresa.

XVI- Responsabilizar-se pela correção e avaliação das provas de acordo com as normas estabelecidas na legislação e no edital de concurso.

XVII- Apresentar lista de classificação e de convocação dos candidatos aprovados em todas as fases do concurso, além de disquetes ou outros meios de leitura compatível para pronta publicação na imprensa.

XVIII- Orientar a contratante sobre as publicações a serem efetuadas.

XIX- Analisar todos os pedidos de inscrição, deferindo ou indeferindo os pedidos que não cumprirem as condições editalícias; prestar suporte e esclarecimentos de dúvidas decorrentes do processo de inscrição;

XX- Julgar os recursos e demais pedidos administrativos apresentados pelos candidatos;

XXI- Organizar o processo de concurso sendo:

- elaborar o Teste Seletivo, observando as respectivas datas, bem como sua correta formalização de acordo com o Edital;

- responsabilizar-se pela elaboração, aplicação e correção das provas;

- apresentar relatório dos candidatos aprovados para a devida homologação;

- para a realização das provas, a proponente deverá observar o constante do Edital, sendo que toda despesa correrá às suas exclusivas expensas, inclusive material, impostos e pessoal necessário para o bom e fiel andamento dos serviços;

XXII- Fornecer a contratante relação dos candidatos aprovados, em ordem alfabética, na primeira e demais fases, para publicação na imprensa escrita do município, contendo o número de inscrição e nome do candidato, bem como a média final para a última publicação.

XXIII- A empresa deverá fornecer a contratante, relação de cargos contendo nome do candidato, classificação e endereço completo (Rua, Bairro, Cidade, CEP, Telefone)

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

I- Fiscalizar e Emitir Laudo comprovando a execução dos Serviços

II- Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

III- Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato.

IV- Fazer o acompanhamento e fiscalização dos trabalhos.

V- Fazer as publicações dos resultados de acordo com as etapas realizadas do concurso.

VI- Fornecer local adequado para a aplicação das provas.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

A multa prevista no item anterior será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas;

Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

#### CLÁUSULA SETIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- O presente contrato é regido pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;

- Os recursos administrativos e os casos de alteração ou rescisão contratual são os constantes na Lei nº 8.666/93 e 10.520/02.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo para a execução dos serviços será de até 90 (noventa) dias a partir da data da emissão da autorização para início emitida pela Município de Arroio Trinta, podendo ser prorrogado conforme disposto no inciso II do artigo 57 da Lei n. 8.666/93, atualizada.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este contrato pode ser rescindido unilateralmente pela Município de Arroio Trinta, a qualquer momento, entendendo a oportunidade e conveniência administrativa, não recebendo a contratada qualquer valor a título de indenização pela rescisão unilateral. Serão reconhecidos os direitos da administração previstos no art. 77 da Lei Federal 8.666/1993 e alterações posteriores.

Parágrafo único – Nos casos omissos serão aplicados os preceitos do Direito Público, teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Arroio Trinta – SC, 31 de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA CLAUDIO SPRICIGO CONTRATANTE		SCHEILA APARECIDA WEISS ME CNPJ nº 26.068.753/0001-22 CONTRATADA
TESTEMUNHAS		
RONIVAN BRANDALISE CPF: 027.783.989-02		MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI CPF: 000.077.349-21

CONTRATO Nº 0084/2019 –DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

CONTRATADA: SCHEILA APARECIDA WEIS - ME

PROCESSO ADMINISTRATIVO 00186/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0104/2019 – DL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE TESTE SELETIVO

VALOR: R\$9.100,00

**CONTRATO Nº 0087/2019**

Publicação Nº 2215678

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0087/2019 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA, VIDETER TERRAPLENAGENS LTDA, PARA SERVIÇOS DE ROMPEDOR DE ROCHAS**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0050/2019.**

**1ª CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**, com sede à Rua XV de Novembro Nº 26, CEP: 89590-000, Arroio Trinta – SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, neste ato representado por seu prefeito municipal **CLAUDIO SPRICIGO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 551.995.939-00, e portado da Carteira de Identidade nº 1.912.533 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo 33, Centro, Arroio Trinta – SC e de ora diante denominada simplesmente, Município de Arroio Trinta;

**2ª CONTRATADA: VIDETER TERRAPLENAGENS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.P.N.J. sob o nº 01.323.668/0001-32, com sede na Rua Luiz Carlos Machienavie nº 70, Bairro Universitário na cidade de Videira, Estado de Santa, representada pela Senhora **ROSINA MACHIENAVIE**, brasileira, Portadora do CPF sob nº 844.856.719-68 e CI sob nº 1332845, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA; Em conformidade com o processo de licitação na modalidade PREGÃO Nº 0050/2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

## **I - OBJETO**

### **CLÁUSULA PIMEIRA: OBJETO DO CONTRATO**

§ 1º - A CONTRATADA por força do presente instrumento obriga-se a **EXECUTAR SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA COM ROMPEDOR DE ROCHAS, NECESSÁRIOS PARA ADEQUAR O TERRENO ONDE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA PRETENDE CONSTRUIR O CENTRO DE EVENTOS E PARA OUTRAS LOCALIDADES EM QUE O MUNICÍPIO NECESSITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO**, com dotações orçamentárias próprias do vigente orçamento, nas especificações e quantidades estimadas, conforme descrito no Edital da referida PREGÃO PRESENCIAL e seus anexos, tudo de acordo o Edital e a planilha orçamentária e descrição abaixo:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total.
1	<b>33520 - Escavadeira Hidráulica com rompedor de rochas.</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratação de até 150 (cento e cinquenta) horas de serviço de escavadeira hidráulica de no mínimo 17 toneladas, com rompedor de rochas de no mínimo 1 tonelada.</li> <li>• Os equipamentos deverão estar à disposição da contratante durante todo o período do contrato, sendo que o Município agendará com pelo menos 5(cinco) dias de antecedência as datas para executar os serviços.</li> <li>• O licitante vencedor será responsável pelo transporte dos equipamentos até o local de trabalho, não tendo ônus para o município, assim como o combustível que será usado, os consertos/reparos nas máquinas quando houver necessidade, além da alimentação dos funcionários e todos os direitos trabalhistas.</li> <li>• Os serviços serão realizados em até 12 meses, conforme forem sendo solicitados pelo Secretário de Infraestrutura.</li> </ul>	Hr	150	310,00	46.500,00
<b>Total Geral (R\$)</b>					<b>46.500,00</b>

**1.2.** Os serviços deverão ser executados no terreno localizado entre as Ruas Padre Augustinho e Rua Vergílio Biava, Centro de Arroio Trinta SC, e outras estradas vicinais, após emissão da Ordem de Execução, expedida pelo Poder Executivo Municipal.

**1.3.** Os serviços deverão ser realizados conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura, sendo que o responsável pela fiscalização do Contrato, agendará com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência as datas que deverão ser executados os serviços.

**1.4.** Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

**2.1.** O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº **0183/2019 - PR**, Pregão Presencial nº **0050/2019 - PR**

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**3.1.** A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de **2019**, conforme segue:

**87 - 1 . 2007 . 22 . 661 . 21 . 2.47 . 1 . 339000 Aplicações Diretas**

## **CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR**

**4.1.** Os serviços, objeto do presente contrato, serão executados pelo preço total e global de **R\$46.500,00(QUARENTA E SEIS MIL E QUINHENTOS REAIS)** conforme proposta constante nos autos.

Parágrafo único - O pagamento pelos serviços executados será realizado por transferência bancária, mensalmente, até o 10º (décimo) dia útil ao mês subsequente, conforme quantidade de horas trabalhadas, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

**4.2.** O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

**4.3.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**4.4.** A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

**4.5.** Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE**

**5.1.** As obrigações da contratada são as descritas no edital.

**5.2 –** São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

**5.3 -** O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

**6.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

**6.1.2.** Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

**6.1.3.** Apresentar documentação falsa;

**6.1.4.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

**6.1.5.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**6.1.6.** Não mantiver a proposta;

**6.1.7.** Cometer fraude fiscal;

**6.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo.

**6.2.** De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

**6.3.** Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

**6.3.1.** Advertência;



**6.3.2.** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos serviços empenhados.

**6.3.3.** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.

**6.3.4.** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**6.4.** Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

**7.1.** A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos serviços, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

**7.2.** A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

## **CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

**8.1.** Este contrato vige da data de emissão da Ordem de Execução até 12 meses.

## **CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA**

**9.1.** O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES**

**10.1.** As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.



**10.2.** Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

**10.3.** O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

**10.4.** O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

**10.5.** A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

**10.6.** A contratante se responsabilizará pela substituição dos serviços executados fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

**10.7.** Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

**11.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 04 de novembro de 2019.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA**

**CLAUDIO SPRICIGO**

**CNPJ 82.826.462/0001-27**

Contratante

**VIDETER TERRAPLENAGENS LTDA - ME,  
C.P.N.J. Nº 01.323.668/0001-32  
ROSINA MACHIENAVIE  
CPF Nº 844.856.719-68  
CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

**RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02**

**MICHEL JUNIOR SERIGHELLI  
CPF Nº 000.077.349-21**

**CONTRATO Nº0087 /2019**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0183/2019**  
**PREGÃO 0050/2019**  
**FINALIDADE: ROMPEDOR DE ROCHAS PARA TERRENO**  
**CENTRO DE EVENTOS, E OUTRAS LOCALIDADES**  
**CONTRATADA: VIDETER TERRAPLANAGENS LTDA**  
**VALOR: R\$46.500,00**

**PORTARIA Nº 308 - NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO VEÍCULAR**

Publicação Nº 2214821

PORTARIA Nº 308, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Nomeia os Membros da Comissão Especial de Avaliação Veicular Destinados a Avaliar os Veículos Utilizados nas Contratações Decorrentes do Pregão Presencial Nº 0047/2019.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a necessidade de constatar o estado de conservação dos veículos a serem utilizados pelas empresas contratadas para a execução dos serviços de transporte escolar licitados por meio do Pregão Presencial nº 0047/2019:

RESOLVE:

Artigo 1.º - Constituir e nomear comissão especial de avaliação veicular, objetivando constatar o estado de conservação dos veículos a serem utilizados nos serviços de transporte escolar contratados por meio do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 0047/2019, ficando assim constituída:

I- LUCIANO LOCATELLI, motorista

II- ÂNGELO ARALDI, mecânico;

III- RONIVAN BRANDALISE, contador.

Artigo 2.º - Os membros da Comissão Municipal de Avaliação ficarão responsáveis pela avaliação dos veículos de modo a detalhar seu estado de conservação, para tanto devendo elaborar o Laudo de Avaliação nos termos do anexo XIV do Edital de Pregão Presencial nº 0014/2019 - PR

Artigo 3.º - Caberá à Secretaria Municipal de Educação, sempre que necessário, solicitar a Comissão a realização de seus trabalhos.

Artigo 4.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta, 30 de outubro de 2019.

CLÁUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal.

**TERMO DE ADITIVO Nº 0002/2019 AO CONTRATO Nº 0001/2017 FASM**

Publicação Nº 2214940

TERMO ADITIVO Nº 0002/2019 AO CONTRATO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE COLETIVO EMPRESARIAL Nº 0001/2017 – DATADO DE 20 DE SETEMBRO DE 2017, ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FED. EST. COOP. MÉDICAS. UNIFLEX NACIONAL CUSTO OPERACIONAL (PÓS-PAGAMENTO)

PLANO REFERÊNCIA - ACOMODAÇÃO COLETIVA

PROCESSO Nº 0001/2017

PREGÃO Nº 0001/2017

**QUALIFICAÇÃO DA OPERADORA**

UNIMED DP ESTADO DE SANTA CATARINA FED ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS

CNPJ: 76.590.884/0001-43 Registro da Operadora na ANS nº 35.569-1

Classificação: Cooperativa Médica

Endereço: Rua Otto Boehm, nº 478, CEP. 89.201-700, Bairro: América, Cidade: Joinville – SC, neste ato representada pelo seu diretor Presidente Dr., ALBERTO GUGELMIN NETO, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF sob nº 774.008.449-20 e RG sob nº 1.366.201.

**QUALIFICAÇÃO DO CONTRATANTE**

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CLAUDIO SPRICIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – Santa Catarina.

Em conformidade com o Art. 57, § 1º Inciso II da Lei 8.666/93, pactuam as partes para, no contrato 0001/2017, promover as seguintes alterações:

**CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA - DURAÇÃO DO CONTRATO**

Fica aditivada a vigência do Contrato 0001/2017, por mais 12(doze) meses, ou seja de novembro de 2019 a novembro de 2020.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA – As demais cláusulas do contrato 0001/2017, permanecem inalteradas.

Por estarem as partes assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento, juntamente com duas testemunhas.

Arroio Trinta – SC, 31 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ Nº 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRICIGO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
FED. ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS  
CNPJ Nº 76.590.884/0001-43  
DR. ALBERTO GUGELMIN NETO  
DIRETOR PRESIDENTE  
CONTRATADA

## TESTEMUNHAS:

GIZELI MAFFIOLETTI  
CPF Nº: 088.733.359-18

MARILIA BORGIA FERRONATO  
CPF Nº: 066.042.359-63

TERMO ADITIVO 0002/2019 AO CONTRATO Nº 0001/2017  
PROCESSO ADMINISTRATIVO – 0001/2017  
PREGÃO Nº 0001/2017  
CONTRATADA: UNIMED DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
OBJETO: ADITIVAÇÃO DE PRAZO – NOVEMBRO/2020

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0106/2019**

Publicação Nº 2215773

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

**Processo Administrativo Nº 0180/2019 - DL**  
**Dispensa por Justificativa Nº 0106/2019 - DL**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1893/2018, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

**RATIFICAR** a presente **Dispensa por Justificativa**, do tipo **Menor preço por item**, embasada no **Art. 24, inc. II da Lei 8.666/93** e tendo como objeto **Aquisição de materiais de proteção e segurança para manutenção das atividades do corpo de bombeiros**, nestes termos:

Proponente que apresentou o menor preço e seus respectivos itens:

**3872 - JOBE LUV INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (44.669.141/0001-77)**

Item	Material	Unid.	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33648 - Balaclava modelo Bombeiro - Em Thermex® S - ( Suedine de Meta Aramida); - 1 camada; - 300g/m².	Un	10	65,00	650,00
2	33649 - Conjunto Defender Ex - Rip Stop 60/40, modelo ergonomico, com barreira de umidade e barreira térmica, costuras seladas, bolsos expansíveis. CASACO com Velcro de 50mm e zipper. CALÇA com suspensórios em H nas costas, reforço nos joelhos e nas barras do em raspa térmica, braguilha com velcro, suspensórios em H destacável. Forro Fixo. Modelo Forro Fixo Santa Catarina calça com cós com elástico Tam. G.	Un	2	2.650,00	5.300,00
3	33650 - Luva de combate a incêndio Job Fire - Tam. M	Un	2	335,00	670,00
4	33651 - Bota Combate a Incêndio 9687	Un	3	390,02	1.170,06
<b>Total Geral</b>					<b>7.790,06</b>

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 04 de novembro de 2019.

**Claudio Spricigo.**  
Prefeito de Arroio Trinta.

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 0017/2019**

Publicação Nº 2216190

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

**Processo Administrativo Nº 0179/2019 - IL**  
**Inexigibilidade Nº 0017/2019 - IL**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1893/2018, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

**RATIFICAR** a presente **Inexigibilidade**, do tipo **Menor preço Por item**, embasada no **Art. 25, inc. III da Lei 8.666/93** e tendo como objeto **Contratação de show com a Dupla João Gustavo e Leonardo**, à ser realizado no dia 13 de dezembro de 2019, às 20:00 horas, para animação da Expotrinta, como parte integrante da Festiitá All Italiana 2019., nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

**3870 - LEONARDO DE ALMEIDA NUNES 05324780960 (18.645.445/0001-94)**

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	<b>33644 - Contratação de show com a Dupla João Gustavo e Leonardo.</b> Show com duração aproximada de 2 horas e 30 minutos. Realização do Show: dia 13 de dezembro de 2019, com início as 20 hrs. É de responsabilidade da Contratada, todas as despesas referente a sonorização e iluminação, necessários para realização do Show, bem como as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação.	Un	1	3.500,00	3.500,00
<b>Total</b>				<b>3.500,00</b>	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 01 de novembro de 2019.

**Claudio Spricigo.**  
Prefeito de Arroio Trinta.



# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 61/2019

Publicação Nº 2215023

Município de Ascurra

Edital de Pregão 76-2019

Extrato de contrato n. 61/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: SUPERMERCADO FISTAROL LTDA

CNPJ: 83.953.067/0001-78

Objeto: O presente contrato tem como objeto o fornecimento de móveis, eletrodomésticos, aparelhos e equipamentos de processamento de dados para a assistência social deste município, conforme edital e termo de referência.

Validade: até 28/02/2020

Valor: R\$ R\$ 4.992,45

Ascurra, 5 de novembro 2019.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 62/2019

Publicação Nº 2215037

Município de Ascurra

Edital de Pregão 76-2019

Extrato de contrato n. 62/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: SANDRO VILMAR PIRES ME

CNPJ: 83.953.067/0001-78

Objeto: O presente contrato tem como objeto o fornecimento de móveis, eletrodomésticos, aparelhos e equipamentos de processamento de dados para a assistência social deste município, conforme edital e termo de referência.

Validade: até 28/02/2020

Valor: R\$ 6.250,00

Ascurra, 5 de novembro 2019.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 63/2019

Publicação Nº 2215046

Município de Ascurra

Edital de Pregão 76-2019

Extrato de contrato n. 63/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: RICHESSE MOVÉIS EIRELI EPP

CNPJ: 20.265.303/0001-43

Objeto: O presente contrato tem como objeto o fornecimento de móveis, eletrodomésticos, aparelhos e equipamentos de processamento de dados para a assistência social deste município, conforme edital e termo de referência.

Validade: até 28/02/2020

Valor: R\$ 9.463,80

Ascurra, 5 de novembro 2019.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 64/2019**

Publicação Nº 2215052

Município de Ascurra

Edital de Pregão 76-2019

Extrato de contrato n. 64/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: L&amp;S COMERCIAL EIRELI

CNPJ: 32.763.201/0001-37

Objeto: O presente contrato tem como objeto o fornecimento de móveis, eletrodomésticos, aparelhos e equipamentos de processamento de dados para a assistência social deste município, conforme edital e termo de referência.

Validade: até 28/02/2020

Valor: R\$ 1.991,80

Ascurra, 5 de novembro 2019.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 65/2019**

Publicação Nº 2215063

Município de Ascurra

Edital de Pregão 76-2019

Extrato de contrato n. 65/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI

CNPJ: 33.419.290/0001-61

Objeto: O presente contrato tem como objeto o fornecimento de móveis, eletrodomésticos, aparelhos e equipamentos de processamento de dados para a assistência social deste município, conforme edital e termo de referência.

Validade: até 28/02/2020

Valor: R\$ 1.434,00

Ascurra, 5 de novembro 2019.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6718, DE 30/10/2019**

Publicação Nº 2215079

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.102.772/0001-6PORTARIA N.º 6718 de 30 de Outubro de 2019.

NOMEIA A COMISSÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 13/2019.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 197 e Art. 198, da Lei Complementar n.º 117/2011 de 19/12/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra),

CONSIDERANDO, o art. 192 da Lei Complementar nº 117/2011 de 19.12.2011, que determina a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado a ampla defesa;

CONSIDERANDO, a Decisão Administrativa nº 316/2019 de 30/10/2019, determinando a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, tendo como investigada a servidora RAFAELA FÁVERO, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem;

CONSIDERANDO, a determinação para o afastamento preventivo da servidora RAFAELA FÁVERO, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, do exercício de suas atribuições, pelo prazo de 60 dias, contados a partir de sua cientificação quanto a abertura do processo administrativo disciplinar, sem prejuízo de sua remuneração; e

CONSIDERANDO, o objeto da investigação em apurar a responsabilidade da servidora Rafaela Fávero, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, quanto aos fatos narrados no e-mail datado de 28/10/2019, encaminhado por Rennan Souza, da empresa OZZ Saúde, que atua como agente regulador do SAMU, bem como os fatos conexos relacionados ao que foi narrado na denúncia.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear os membros mencionados na Portaria nº 6374, de 07/03/2019, quais sejam: VANESSA MUNIQUE FAVA, ocupante do cargo de Assistente Social, de matrícula funcional nº 8184, ADRIAN JORDY PEDRO MOSER MASS, ocupante do cargo de Atendente Geral, de matrícula funcional nº 144068, e MERY MOSER PACHECO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, de matrícula funcional nº 4499, a apurar os fatos narrados na Decisão Administrativa, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º - A comissão, ora constituída terá o prazo de 60 (Sessenta) dias, contados a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, admitida sua prorrogação por igual período, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 3º - Determino o afastamento preventivo da servidora investigada Rafaela Favero, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de 04/11/2019, sem prejuízo dos vencimentos.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 30 de outubro de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 30 de Outubro de 2019.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000  
ASCURRA – SC Home-page: [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br) E-mail: [gabinete@ascurra.sc.gov.br](mailto:gabinete@ascurra.sc.gov.br)

**PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 12/2018 FMS**

Publicação Nº 2215714

**PRIMEIRO TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 12/2018  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

O MUNICÍPIO DE ASCURRA, com sede à Rua Benjamin Constant, 221, Centro, Ascurra (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.102.772/0001-61, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Senhor Lairton Antonio Possamai, e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 11.241.709/0001-03, com sede na Rua de Lurdes, n. 47, Bairro Nossa Senhora de Lurdes, Ascurra (SC), representado pelo Senhor Enilson Erley de Freitas, Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, no uso de suas prerrogativas e com fundamento na Lei 8.666/1993 e alterações, considerando:

- Que em 6/11/2018 foi publicado edital de credenciamento de n. 12/2018 visando o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE, QUE CONSISTE EM SERVIÇO DE CONSULTAS MÉDICAS EM ESPECIALIDADES E PROCEDIMENTOS CIRURGICOS EM AMBIENTE HOSPITALAR.

- Que o referido credenciamento possui vigência até 6/11/2019;

- A necessidade contínua na prestação dos serviços objeto deste credenciamento e a consequente renovação dos contratos com os atuais credenciados bem como com eventuais novos que virem a se credenciar;

-Que o credenciamento deve permanecer aberto durante o prazo da vigência da prestação dos serviços, RESOLVE:

TORNAR PÚBLICA a prorrogação da vigência deste credenciamento, pelo prazo de 12 (doze) meses.

Serão mantidos todos os demais termos e condições do Edital, ficando estabelecida a prorrogação do prazo para credenciamento de novos interessados até a data de 6/11/2020.

Ascurra, 4 de novembro de 2019.  
LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal

ENILSON ERLEY DE FREITAS  
Secretário Municipal da Saúde e Assistência Social

# Balneário Arroio do Silva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 205/2019

Publicação Nº 2215219

Decreto nº 205, de 09 de outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 965, de 07 de dezembro de 2018 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse e necessidade administrativa,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por Provável Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	04	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
UNIDADE	04.04	Departamento de Esportes
FUNÇÃO	27	Desporto e Lazer
PROGRAMA	12	Gestão e Apoio ao Esporte e Lazer
SUBFUNÇÃO	812	Desporto Comunitário
RECURSO	0.1.5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.010	Manutenção do Departamento de Esportes
ELEMENTO	3.3.90	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	72	

Valor: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme Artigo 9º e Artigo 11, da Lei Municipal nº 965, de 07 de dezembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 09 de outubro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 09 de outubro de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 219/2019

Publicação Nº 2215220

Decreto nº 219, de 25 de outubro de 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS DO FMAS ESTADO A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 965, de 07 de dezembro de 2018 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse e necessidade administrativa,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	09	Fundo Municipal de Assistência Social	
UNIDADE	09.01	Fundo Municipal de Assistência Social	
FUNÇÃO	08	Assistência Social	
PROGRAMA	05	Gestão das Ações de Inclusão de Desenvolvimento Social	
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária	
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção das Ações Vinculadas FMAS – Estado	
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	116		

Valor: R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto, utiliza-se o Provável Excesso de Arrecadação, de Recursos Vinculados FMAS Estado, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), conforme Artigo 9º e Artigo 11, da Lei Municipal nº 965, de 07 de dezembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 25 de outubro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 25 de outubro de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 227/2019

Publicação Nº 2215222

Decreto nº 227, de 1º de novembro de 2019.

DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JULIANA SCHERER MOUTINHO, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE CONTROLE E FUNCIONAMENTO DE BIBLIOTECAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Juscelino da Silva Guimarães, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designada, a partir de 4 de novembro de 2019, a Servidora Pública Municipal JULIANA SCHERER MOUTINHO, ocupante do Cargo de Provimento efetivo de Agente Administrativo, brasileira, maior, solteira, nascida em 16 de setembro de 1994, portadora do RG nº 5.480.570 - SSP/SC, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 048.516.789-16, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Planejamento Econômico, vinculado à Secretaria de Administração e Finanças, do Poder Executivo Municipal, com direito a percepção do vencimento equivalente ao Código DAS-02, constante dos Anexos IV e V, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 28 de dezembro de 2001, com jornada de trabalho de tempo integral, de 40 horas semanais e em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º À Servidora Pública ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Planejamento Econômico,

nomeada nos termos deste Decreto, é assegurada à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 1º de novembro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 1º de novembro de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 228/2019

Publicação Nº 2215224

Decreto nº 228, de 1º de novembro de 2018.

NOMEIA O SENHOR ZOROASTRO BARRETO JUNIOR, PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ESPORTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Juscelino da Silva Guimarães, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 4 de novembro de 2019, o Senhor ZOROASTRO BARRETO JUNIOR, brasileiro, maior, casado, nascido em 12 de setembro de 1948, portador do RG nº 1219592 – SSP/SC, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 154.805.189-68, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Esportes, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, do Poder Executivo Municipal, com direito a percepção do vencimento equivalente ao Código DAS-02, constantes dos Anexos IV e V, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 28 de dezembro de 2001, com jornada de trabalho em tempo integral de 40 horas semanais e em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º Ao Servidor Público ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Esportes, nomeado nos termos deste Decreto, é assegurada à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 1º de novembro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças em 1º de novembro de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 229/2019

Publicação Nº 2215221

Decreto nº 229, de 01 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 965, de 07 de dezembro de 2018 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse e necessidade administrativa,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	07	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
UNIDADE	07.01	Departamento de Obras
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão de Obras de Infra Estrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	01.5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	Manutenção do Departamento de Obras
ELEMENTO	3.3.90	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	96	

Valor: R\$ 100.000,00 (oitenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto, utiliza-se o Provável Excesso de Arrecadação, de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme Artigo 9º e Artigo 11, da Lei Municipal nº 965, de 07 de dezembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 01 de novembro de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de novembro de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 082/PMBR/2019

Publicação Nº 2215592

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 082/PMBR/2019.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 19/11/2019 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Registro de Preços para futuras instalações com fornecimentos de materiais de sinalização, para uso nas ruas, avenidas e demais logradouros públicos do Município de Balneário Rincão - SC., conforme especificações (Anexo I – Termo de Referencia do edital), de acordo com as especificações deste edital e seus anexos.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site [www.balneariorincao.sc.gov.br](http://www.balneariorincao.sc.gov.br) no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 04 de Novembro de 2019.

Pregoeira

Gisele Ferreira.



# Barra Bonita

## PREFEITURA

### APOSTILA CONTRATO 02/2019

Publicação Nº 2214886

APOSTILA DE ALTERAÇÃO  
AO CONTRATO DE Nº02/2019

Conforme disposto no artigo 65, II, da Lei n. 8.666/1993, registramos na presente Apostila:

Tendo em vista a diminuição do valor e por comum acordo entre as partes os produtos Gasolina Comum e Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, do contratado AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA, com sede na Av. Buenos Aires, – Centro – Barra Bonita (SC), inscrita no CNPJ sob no 04.478.803/0001-07, neste ato representado pelo seu representante legal doravante denominada CONTRATADO, ainda com fulcro no inciso II, do art. 65, da Lei de Licitações altera-se, o valor dos produtos Gasolina Comum R\$ 4,48 (quatro reais e quarenta e oito centavos); Óleo Diesel S10 R\$ 3,79 (três reais com setenta e nove centavos); Óleo Diesel BS500 R\$ 3,69 (três reais com sessenta e nove centavos) constante na Cláusula Quinta do Contrato 02/2019.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 04 de novembro de 2019.  
MOACIR PIROCA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA  
P/ CONTRATADA

Testemunha:

Nome: Leliandra Luciana Vilanova      Nome: Roberto Francisco Giongo  
CPF – 057.352.069-07                      CPF – 025.481.169-80

### APOSTILA CONTRATO 03/2019

Publicação Nº 2214889

APOSTILA DE ALTERAÇÃO  
AO CONTRATO DE Nº03/2019

Conforme disposto no artigo 65, II, da Lei n. 8.666/1993, registramos na presente Apostila:

Tendo em vista a diminuição do valor e por comum acordo entre as partes os produtos Gasolina Comum e Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, do contratado AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA, com sede na Av. Buenos Aires, – Centro – Barra Bonita (SC), inscrita no CNPJ sob no 04.478.803/0001-07, neste ato representado pelo seu representante legal doravante denominada CONTRATADO, ainda com fulcro no inciso II, do art. 65, da Lei de Licitações altera-se, o valor dos produtos Gasolina Comum R\$ 4,48 (quatro reais e quarenta e oito centavos); Óleo Diesel S10 R\$ 3,79 (três reais com setenta e nove centavos); Óleo Diesel BS500 R\$ 3,69 (três reais com sessenta e nove centavos) constante na Cláusula Quinta do Contrato 03/2019.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 04 de novembro de 2019.  
MOACIR PIROCA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA  
P/ CONTRATADA

Testemunha:

Nome: Leliandra Luciana Vilanova      Nome: Roberto Francisco Giongo  
CPF – 057.352.069-07                      CPF – 025.481.169-80

**APOSTILA CONTRATO 04/2019**

Publicação Nº 2214892

APOSTILA DE ALTERAÇÃO  
AO CONTRATO DE Nº04/2019

Conforme disposto no artigo 65, II, da Lei n. 8.666/1993, registramos na presente Apostila:

Tendo em vista a diminuição do valor e por comum acordo entre as partes os produtos Gasolina Comum e Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, do contratado AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA, com sede na Av. Buenos Aires, – Centro – Barra Bonita (SC), inscrita no CNPJ sob no 04.478.803/0001-07, neste ato representado pelo seu representante legal doravante denominada CONTRATADO, ainda com fulcro no inciso II, do art. 65, da Lei de Licitações altera-se, o valor dos produtos Gasolina Comum R\$ 4,48 (quatro reais e quarenta e oito centavos); Óleo Diesel S10 R\$ 3,79 (três reais com setenta e no centavos); Óleo Diesel BS500 R\$ 3,69 (três reais com sessenta e nove centavos) constante na Cláusula Quinta do Contrato 04/2019.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 04 de novembro de 2019.  
MOACIR PIROCA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA  
P/ CONTRATADA

Testemunha:

Nome: Leliandra Luciana Vilanova	Nome: Roberto Francisco Giongo
CPF – 057.352.069-07	CPF – 025.481.169-80

**APOSTILA CONTRATO 05/2019**

Publicação Nº 2214894

APOSTILA DE ALTERAÇÃO  
AO CONTRATO DE Nº05/2019

Conforme disposto no artigo 65, II, da Lei n. 8.666/1993, registramos na presente Apostila:

Tendo em vista a diminuição do valor e por comum acordo entre as partes os produtos Gasolina Comum e Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10, do contratado AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA, com sede na Av. Buenos Aires, – Centro – Barra Bonita (SC), inscrita no CNPJ sob no 04.478.803/0001-07, neste ato representado pelo seu representante legal doravante denominada CONTRATADO, ainda com fulcro no inciso II, do art. 65, da Lei de Licitações altera-se, o valor dos Gasolina Comum R\$ 4,48 (quatro reais e quarenta e oito centavos); Óleo Diesel S10 R\$ 3,79 (três reais com setenta e no centavos); Óleo Diesel BS500 R\$ 3,69 (três reais com sessenta e nove centavos), constante na Cláusula Quinta do Contrato 05/2019.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 04 de novembro de 2019.  
MOACIR PIROCA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

AUTO POSTO BARRA BONITA LTDA  
P/ CONTRATADA

Testemunha:

Nome: Leliandra Luciana Vilanova	Nome: Roberto Francisco Giongo
CPF – 057.352.069-07	CPF – 025.481.169-80

**DECRETO Nº1156/2019**

Publicação Nº 2215738

## DECRETO Nº 1156/2019

Homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente-COMDEMA.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade aos incisos VI do artigo 73º e artigos 99º e 101º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997, , Lei Complementar Municipal nº68/2019:

CONSIDERANDO-SE a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, conforme consta em Ata realizada na data de,

## DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, na forma do texto em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICIPIO DE BARRA BONITA/SC 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

## COMDEMA

## REGIMENTO INTERNO

## Índice

Capítulo I Do Objetivo

Capítulo II Da Competência

Capítulo III Da Composição

Capítulo IV Da Organização

Capítulo V Das Assembleias

Capítulo VI Da Presidência

Capítulo VII Da Secretaria

Capítulo VIII Das Reuniões

Capítulo IX Dos Atos

Capítulo X Disposições Finais

## Capítulo I

## Do Objetivo

Art. 1º Este regimento estabelece normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, órgão consultivo e deliberativo, criado pela Lei nº.849, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Prefeito Municipal de Barra Bonita/SC, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

## Capítulo II

## Da Competência

Art. 2º Compete ao COMDEMA:

I - Estudar, propor e atualizar a Política Ambiental do Município;

II - Exigir o pleno cumprimento da Política Ambiental, denunciando qualquer desrespeito à lei;

III – Fiscalizar as ações do órgão ambiental municipal e a utilização do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

IV - Deliberar, apresentando sugestões sobre:

- a) as diretrizes de desenvolvimento do Município;
- b) as alterações nas leis de uso do solo no Município;
- c) as definições relativas à coleta e ao tratamento de resíduos de qualquer natureza;
- d) a instalação ou expansão de empreendimentos de qualquer natureza, potencialmente causadores de impacto ambiental, em qualquer magnitude;
- e) as definições relativas ao uso e proteção dos recursos hídricos;
- f) imunização do corte de árvores ou área de relevante interesse ecológico e paisagístico;

V - Propor campanhas educativas para formar consciência pública da necessidade de proteger, conservar e melhorar o meio ambiente;

VI - Propor e acompanhar a implantação de novas unidades de conservação e assessorar a efetiva implantação das existentes;

VII - Manter intercâmbio com órgãos da Administração Federal, Estadual, Municipal e com entidades não governamentais para receber e fornecer subsídios técnicos, úteis na defesa e recuperação do meio ambiente;

VIII - Decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, sobre multas e outras penalidades impostas pelo órgão executor da política municipal do meio ambiente;

IX - Responder consultas sobre matéria de sua competência, orientando os interessados e a população sobre as normas de proteção ambiental;

X - Acompanhar, examinar e opinar sobre a implementação de normas, políticas e legislação do meio ambiente, no Município;

XI - Elaborar ou alterar seu Regimento Interno;

XII – Deliberar sobre a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos envolvidos as informações necessárias, nos termos do Decreto n. 2.663, de 09 de fevereiro de 2012.

### Capítulo III

#### Da Composição

Art. 3º O COMDEMA será composto por 08 (oito) membros titulares e 08 (oito) membros

I – Representantes Governamentais:

- a) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente,
- b) Departamento de Engenharia,
- c) Secretaria Municipal de Assistência Social,
- d) Empresa de Pesquisa e Extensão do Estado de Santa Catarina – EPAGRI.

II – Representantes Não Governamentais:

- a) Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR,
- b) Setor de Comércio,
- c) Setor de Indústria,
- d) Criadores de suínos, bovinos, aves e peixe.

§ 1º Para cada membro titular será indicado um suplente.

§ 2º A composição dos membros do COMDEMA é instituída, observando-se os critérios de paridade fixados na legislação pertinente, bem como pela Lei nº849/2019.

### Capítulo IV

#### Da Organização

Art. 4º O mandato dos membros do COMDEMA será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 5º O COMDEMA ficará diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 6º O suporte administrativo e técnico, em caráter permanente ou eventual, indispensável ao funcionamento do COMDEMA será prestado diretamente pela Prefeitura Municipal, tanto em relação às instalações e material de consumo, como aos recursos humanos e financeiros.

Art. 7º O COMDEMA terá a seguinte estrutura:

I - Assembleia;

II - Presidência;

III - Secretaria.

#### Capítulo V

##### Das Assembléias

Art. 8º A Assembléia se constitui no órgão superior deliberativo e normativo do COMDEMA, encarregado de compatibilizar os planos, programas, projetos e atividades de proteção ambiental com as normas pertinentes.

Art. 9º A Assembléia é composta pelos membros titulares do COMDEMA, e seus respectivos suplentes, havendo ausência do titular, com direito a voto nos atos e deliberações do Conselho.

Art. 10. A Assembléia Geral Ordinária ocorrerá uma vez por mês, conforme calendário aprovado na primeira reunião do ano;

Art. 11. A Assembléia Geral Extraordinária poderá ocorrer quantas vezes se fizer necessário, por convocação do presidente ou de 1/3 dos membros;

Art. 12. As Assembléias são abertas a participação do público em geral, com direito de manifesto e sem direito a voto.

Art. 13. As decisões do Conselho poderão ser formalizadas através de resoluções aprovadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em razão de empate.

Art. 14. As decisões e atos do COMDEMA, aprovados em Assembléia, sob a forma de Resoluções, tem efeito normativo e executivo nas ações da Administração Pública, após baixados sob a forma de Decretos pelo Executivo Municipal.

Art. 15. Compete à Assembléia:

I - Eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário Geral e o Vice-Secretário do COMDEMA;

II - Destituir ou requisitar a substituição de membros às entidades;

III - Apreciar e deliberar sobre temas da competência do COMDEMA;

IV - Deliberar sobre normas e atos relativos ao Regimento Interno ou ao funcionamento do COMDEMA a qualquer título;

V - Aprovar resoluções e propostas, encaminhando ao Executivo Municipal.

#### Capítulo VI

##### Da Presidência

Art. 16. A Presidência é composta de um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos em votação secreta entre os membros do COMDEMA, com mais da metade dos votos válidos, para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Presidente, a presidência será exercida pelo seu Vice-Presidente e na falta de ambos, pelo Secretário.

Art. 17. Compete à Presidência do COMDEMA:

I - Representar o Conselho em juízo ou fora dele;

II - Estabelecer a pauta, convocar e presidir as reuniões e assembléias;

III - Assinar as Resoluções, correspondências e outros documentos;

IV - Fazer cumprir as decisões da assembléia e o regimento interno;

V - Constituir comissões e propor a designação de relatores para matérias;

VI - Tomar decisões de urgência, submetendo a Assembléia seguinte;

VII - Propor o calendário anual das Assembléias Ordinárias;

VIII - Adotar as providências necessárias ao andamento dos processos;

IX - Encaminhar votação das matérias submetidas a apreciação;

X - Exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Assembléia.

## Capítulo VII Da Secretaria

Art. 18. A Secretaria é composta de um Secretário e um Vice-Secretário, eleitos entre os membros do COMDEMA, da mesma forma e na mesma Assembléia de eleição da Presidência.

Art. 19. A Secretaria é órgão auxiliar da Assembléia, das Comissões e da Presidência, desempenhando atividades de gabinete e de assessoramento administrativo.

Art. 20. Quando necessário, a Secretaria com a anuência prévia da Presidência, poderá requisitar junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, apoio técnico, operacional e administrativo dos órgãos da Administração Direta e Indireta, bem como requisitar servidores, para a execução de atividades relacionadas ao COMDEMA.

Art. 21. Os documentos enviados ao Conselho serão recebidos, registrados e protocolados junto ao protocolo geral da Prefeitura Municipal, que os encaminhará ao órgão municipal do Meio Ambiente, e complementados com todas as informações disponíveis relacionadas ao assunto neles abordado, sendo em seguida encaminhados ao Presidente do Conselho, como elementos de pauta da próxima Assembléia, para análise e deliberação imediata ou eventual distribuição a um relator.

Art. 22. Compete a Secretaria do COMDEMA:

I - Secretariar as reuniões e assembleias;

II - Organizar e Arquivar documentos e correspondências;

III - Manter sob sua guarda os livros de atas, de presenças e de protocolo;

VI - Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;

V - Relatar as matérias encaminhadas ao COMDEMA;

VI - Executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência;

VII - Preparar e remeter a convocação e a pauta das reuniões do COMDEMA, 7 (sete) dias antes de cada Assembléia;

VIII - Elaborar as atas das reuniões e a redação final de todas as Resoluções, e documentos que forem expedidos pelo Conselho;

IX - Assinar em conjunto com a Presidência, toda a documentação do COMDEMA.

X - Disponibilizar aos Conselheiros, cópias da documentação referente a assuntos da pauta, que exijam tomadas de decisões, se solicitado, vedada a divulgação do conteúdo do material.

## Capítulo VIII Das Reuniões

Art. 23. As reuniões da Assembléia obedecerão a seguinte ordem:

I - Abertura dos trabalhos pelo Presidente do Conselho;

II - Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior, facultados os pedidos de retificação;

III - Apresentação da pauta em curso, pela secretária;

IV - Deliberação individual dos assuntos da pauta;

V - Designação de relatores;

VI - Agenda livre, para serem debatidos ou levados ao conhecimento do Plenário, assuntos de interesse geral;

VII - Encerramento da reunião pelo Presidente.

Art. 24. A presença de metade mais um dos Conselheiros formalizará a maioria simples e estabelecerá "quorum" para a realização das reuniões e deliberações.

Art. 25. Os relatórios a serem apresentados à Assembléia, deverão ser elaborados por escrito pelo Relator e entregues à Secretaria, com 10 (dez) dias de antecedência à data da reunião, para fins de processamento e inclusão na pauta.

Art. 26. A inclusão de assuntos na pauta de reuniões, não previstos na súmula encaminhada com antecedência aos conselheiros, somente será possível por aprovação da Assembléia, na reunião em curso, a pedido do Presidente.

Art. 27. Qualquer Conselheiro poderá apresentar assuntos em reuniões ordinárias, devendo para tanto propor ao Presidente sua inclusão na súmula da pauta de reuniões, com a antecedência necessária, objetivando cientificar os demais Conselheiros.

Art. 28. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria dos membros presentes, excluído o voto do Presidente, a não ser quando houver necessidade de uso do voto de qualidade, em razão de empate.

Parágrafo único. Se o assunto em votação estiver relacionado diretamente a qualquer dos Conselheiros, o mesmo deverá se retirar no momento da discussão e votação.

Art. 29. Das reuniões da Assembléia serão lavradas atas, das quais constarão:

I - Local, data e hora da reunião;

II - O nome dos Conselheiros presentes;

III - A justificativa dos Conselheiros ausentes;

IV - Sumário do expediente, relação de matérias lidas, registro das proposições apresentadas e das comunicações recebidas e ou emitidas;

V - Resumo das matérias incluídas na pauta, com a indicação dos Conselheiros que participaram dos debates, designações e encaminhamentos de relatores;

VI - Declaração de voto, se requerido;

VII - Deliberações e atos do Conselho.

Parágrafo único. A ata será lavrada ainda que não haja reunião por falta de "quorum", nela constando, neste caso, o exposto nos incisos I, II e III acima.

#### Capítulo IX Dos Atos

Art. 30. São atos do COMDEMA:

I - Resoluções;

II - Normas e Padrões de proteção do Meio Ambiente;

III - Propostas.

Art. 31. Resolução é a manifestação do Conselho sobre a matéria que lhe seja submetida.

Art. 32. Normas e padrões de proteção e melhoria do meio ambiente são atos do Conselho de caráter geral;

Art. 33. Propostas são encaminhamentos de medidas que visam cumprir as atribuições do Conselho e cuja adoção esteja além das suas competências.

#### Capítulo X Disposições Finais

Art. 34. O comparecimento dos Conselheiros às assembleias ordinárias e extraordinárias é obrigatório e ocorrerá a perda do mandato sempre que se verifique a ausência, sem justificativa, da representação por mais de 3 (três) sessões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas no período de 1 (um) ano.

Art. 35. Em caso de omissão do órgão representado, em suprir a falta de seus representantes, após a devida comunicação, poderá ser proposto em Assembléia a alteração da composição do COMDEMA, conforme disposto pela Lei n 849/2019.

Art. 36. Nas atividades do COMDEMA fica expressamente proibida qualquer manifestação político partidária.

Art. 37. O exercício das funções de membro do Conselho é gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 38. Em caso de votação, o Presidente do Conselho ouvirá os demais Conselheiros acerca do interesse e conveniência na ocorrência de voto aberto ou fechado.

Art. 39. O presente regimento poderá ser alterado por proposição do Conselho, com aprovação por maioria absoluta dos seus membros.

Art. 40 - O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Barra Bonita/SC 1º de outubro de 2019.



Valdecir Deres Itacir Novelo  
CMDR Setor de Comércio.

Jaderio Silveira Rocha Tiago Frizon  
Setor de Indústria Criadores de suínos, bovinos, aves e peixe.

Claudimir Luiz Dassi  
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Jeovana Berti  
Departamento de Engenharia.

Marco Antonio Rocha Meneguzzi Claudinei Isoto  
Secretaria Municipal de Assistência Social. EPAGRI

## LEI Nº861

Publicação Nº 2214877

LEI Nº861 /2019.

Autoriza a alteração da Lei Orçamentária através da abertura de Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$. 635.000,00 (Seiscientos e Trinta e Cinco Mil Reais) e contém outras providências.

Moacir Piroca, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina:  
FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sancionei a seguinte Lei:

### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 635.000,00 (Seiscientos e Trinta e Cinco Mil Reais), nas dotações abaixo especificadas, e constantes do Orçamento da Prefeitura Municipal:

ÓRGÃO : 03.000 – SECRET.MUNIC.ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
UNID/ORÇ : 03.001 - ADMINISTRAÇÃO

PROJ/ATIV: 004.122.0002.2003 – Manut.das Ativid. da Secret. De Adm. e Fazenda  
CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos  
FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários ..... R\$. 250.000,00

UNID/ORÇ : 03.002 - FAZENDA

PROJ/ATIV/ : 04.123.0003.2004 – ADMINISTRACAO GERAL FAZENDARIA  
CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos  
FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários ..... R\$. 20.000,00  
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário ..... R\$. 50.000,00

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO CULT.ESP.TURISMO  
UNID/ORÇ: 05.001 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

PROJ/ATIV: 012.306.0017.2025 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar  
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário ..... R\$. 10.000,00

UNID/ORÇ: 05.002 - CULTURA ESPORTE E TURISMO

PROJ/ATIV/ : 27.813.0033.1002 – CONSTR. AMPL. REFORMA CENTROS LAZER  
CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas - Investimentos  
FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários ..... R\$. 40.000,00

ÓRGÃO: 06.000 – SECRET.MUNIC. DE AGRIC.IND.COM.E MEIO AMB.  
UNID/ORÇ: 06.003 – DEPARTAMENTO DE ABASTECIMENTO RURAL DE AGUA

PROJ/ATIV:17.511.0022.2031– Manut. e Coord. Depart. Rural de Abastec. de Água  
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários ..... R\$. 20.000,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRET. MUNIC. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV.URBANOS  
UNID/ORÇ: 07.001 - UNIDADE DE VIAÇÃO E OBRAS



PROJ/ATIV: 26.782.0031.2017 – Manutenção das Atividades da Unid.de Viação e Obras  
 CAT/ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas  
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário ..... R\$. 130.000,00

UNID/ORÇ: 07.002 - UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS

PROJ/ATIV: 015.452.0019.2019 – Manutenção das Atividades e Serviços de Urbanismo  
 CAT/ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas  
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário ..... R\$. 10.000,00  
 CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinários ..... R\$. 20.000,00

ÓRGÃO: 09.000 – SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL  
 UNID/ORÇ: 09.001 - UNIDADE DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ/ATIV: 008.241.0006.2103 – Manut.Ativ.de Assistência ao Idoso  
 CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 FONTE/REC: 010000 – Recursos Ordinário ..... R\$. 5.000,00

ÓRGÃO: 12.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 UNID/ORÇ: 12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV: 010.301.0009.2302 – Manut.das Ativid. de Assist. Médica e Sanitária  
 CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas –Despesas de Capital  
 FONTE/REC: 010200 – Recursos Ordinário ..... R\$. 80.000,00  
 Total ..... R\$. 635.000,00

Art. 2º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes de anulações de dotações conforme abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA MUNIC.DE EDUCAÇÃO CULT.ESP.TURISMO  
 UNID/ORÇ: 05.001 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO: 012.361.0010.2008 – Adm. Geral dos Bens e Serv.da Sec.Mun. Educação  
 CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos  
 FONTE/REC: 010100 – Rec. de Import. e Transf. de Importos ..... R\$. 150.000,00

PROJETO: 012.361.0010.2009 – Manut. Desenv. do Ensino Fundamental e Val. Magist.  
 CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
 FONTE/REC: 010100 – Rec. de Import. e Transf. de Importos ..... R\$. 335.000,00

PROJ/ATIV: 012.361.0010.2010 – Manutenção dos serviços de Transporte Escolar  
 CAT.ECON: 449000000000 – Aplicações Diretas - Investimentos  
 FONTE/REC: 010100 – Rec. de Import. e Transf. de Importos ..... R\$. 150.000,00  
 Total ..... R\$. 635.000,00

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º - Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 809/2017, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente as suplementações e reduções introduzidas na presente Lei.

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 6º - Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 808/2017, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente aos Créditos e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, SC em 04 de novembro de 2019.  
 MOACIR PIROCA  
 Prefeito Municipal

**LEI Nº862**

Publicação Nº 2214884

LEI Nº.862 /2019

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE BARRA BONITA, AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

Moacir Piroca, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em atendimento ao § 2º, do artigo 165 da constituição federal:

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sancionei a seguinte Lei:

Art. 1º - O orçamento do Município de Barra Bonita, para o exercício de 2020, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021;

II – a estrutura dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;

IV – as disposições sobre dívida pública municipal;

V – as disposições sobre despesas com pessoal;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII – as disposições gerais.

I – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 são aquelas definidas nos anexos que compõe esta Lei.

§ 1º - Os recursos estimados na lei orçamentária para 2020 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas nos anexos que compõe esta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º - O anexo de prioridades e metas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

Art. 4º - A Lei de Orçamento evidenciará a Receita por rubrica em cada unidade gestora e a Despesa da Unidade Gestora, por programa, função, sub-função, projeto ou atividade e, quanto a sua natureza, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza e modalidade de aplicação, na forma dos seguintes Adendos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN No. 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN No. 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN No. 8/85);

IV – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Sub-funções, programas e por Projetos e Atividades (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Demonstrativo da Despesa por Funções e Sub-funções conforme o vínculo com os Recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa, por categoria econômica, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Parágrafo 1º - Os fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

Parágrafo 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias n.42/1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, Portaria Interministerial n. 163 de 04 de maio de 2001.

III – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO.

Art. 5º - O orçamento para o exercício de 2020 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e autarquias.

Art. 6º - Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2020, excluídas as previsões de convênios e as operações de créditos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anteriores.

Art. 7º - Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 8º - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I – eliminação de despesas com horas extras;

II – redução de até 20% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e

agricultura; e

III – adoção de turno único regulamentado por decreto do executivo;

IV - redução dos investimentos programados.

V – eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

Art. 9º – Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes dos anexos a esta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem serão atendidos com recursos do Fundo Municipal de Defesa Civil, recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2019.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 10º – O orçamento para o exercício de 2020 contemplará recursos no Fundo Municipal de Defesa Civil para atender os passivos contingentes e outros riscos imprevistos conforme Art. 9º desta Lei.

Parágrafo Único – Para efeito desta lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal.

Art. 11º – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 12º – O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras.

Art. 13º – Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado.

Parágrafo Único - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial, através de ato próprio do Prefeito Municipal.

Art. 14º – As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2020, são as constantes do relatório anexo a esta lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 15º – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural e esportivo, de cooperação técnica e voltada para associativismo municipal, e serão autorizadas através de Lei específica.

Parágrafo Único – Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o Município for associado.

Art. 16º – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 17º – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18º – Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária.

Art. 19º – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 20º – A lei orçamentária para 2020 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar por ato próprio, dentro de cada projeto ou atividade, o saldo das dotações e ou vínculos/fontes de recursos que o compõem, bem como proceder a criação de novas categorias econômicas.

Art. 21º – Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento

das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes nesta lei e alterações posteriores.

Parágrafo 1º. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, bem como sua criação, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

Parágrafo 2º. O superávit financeiro do exercício de 2019 apurado no Balanço anual, bem como os excessos de arrecadações ocorridos durante o exercício de 2020, servirão como fontes de recursos para abertura de crédito suplementar, que poderá ser feita através de Decreto do Prefeito Municipal no decorrer do exercício financeiro de 2020.

#### IV – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 22º – Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2020, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 23º – As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária, ou incluídas posteriormente através de crédito especial autorizadas por lei específica.

Art. 24º – A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 25º – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir através de reposição salarial a remuneração dos servidores até o limite da inflação ocorrido no período de acordo com o índice oficial adotado pelo município, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 26º – A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo obedecerão aos limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 27º – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração

Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite

estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 28o – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

I – eliminação das despesas com horas extras; II – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 29o – Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como “outras despesas de pessoal”, sub-elemento do elemento de despesa 3.1.9.0.34.00 – Outros despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização computadas como despesas de pessoal na apuração do seu limite estabelecido no Artigo 20 da LRF.

Parágrafo único – Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Barra Bonita, ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 30o – A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 31o – No exercício de 2020, o Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus

tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art.14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo Único - O Poder Executivo municipal também fica autorizado reajustar o IPTU, no percentual limite da inflação ocorrido no período de acordo com o índice oficial adotado pelo município do valor praticado, como forma de compensar os benefícios citados no caput deste artigo, devidamente regulamentado por decreto.

Art. 32o – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 33o – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 34o – Ocorrendo assistência pela União prevista no Art. 64, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá se estruturar para: I - elaborar o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais, na forma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35o – O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária a Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 30/12/2019.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “Caput” deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2020, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas.

Art. 36o – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 37o – A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 38o – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 39o – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração

direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 40o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 41o – Revogam-se as disposições em contrário.

Barra Bonita - SC, em 04 de novembro de 2019.

MOACIR PIROCA

PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA N.º 429, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215461

PORTARIA N.º 429, de 01 de novembro de 2019.

"Prorroga contrato temporário de servidor e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve;

Art. 1º - Fica prorrogado o contrato temporário do servidor, Danimar Antonio Santin, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com jornada de trabalho de 40 horas semanais com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, até 03 de setembro de 2020, em substituição da servidora Nilva Bau Boss, que assumiu cargo comissionado.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 01 de novembro 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

**PORTARIA N.º428, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215448

PORTARIA N.º428, de 01 de novembro de 2019.

"Concede licença a servidora e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Resolve;

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde a servidora, Mariclei de March da Rocha, matrícula nº335105, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 28.10.2019 a 11.11.2019.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 28.10.2019.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 01 de novembro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

**PORTARIA N.º428, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215349

PORTARIA N.º428, de 01 de novembro de 2019.

"Concede licença a servidora e dá outras providencias"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Resolve;

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde a servidora, Mariclei de March da Rocha, matrícula nº335105, ocupante do cargo de



Auxiliar de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 28.10.2019 a 11.11.2019.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 28.10.2019.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 01 de novembro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

## **PORTARIA N.º430, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215476

PORTARIA N.º430, de 04 de novembro de 2019.

Designa servidora e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art.1º. Fica designada a servidora Loivana Caneppele Deresz, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria Municipal de Administração, para desempenhar as funções de seu cargo junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 04 de novembro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei .

## **PORTARIA Nº 426, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2214847

PORTARIA Nº 426, de 01 de novembro de 2019

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Vanderlei Ferronato, Matrícula nº 420601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de alunos ate a cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando Nº10/2019 e Roteiro de Viagem nº08/2019 da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda .

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 01 de novembro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA Nº 427, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2214861

PORTARIA Nº 427, de 01 de novembro de 2019.  
Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento a Sra. Josiane de Fatima Kornowski, ocupante do cargo de Secretaria Municipal, do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$300,00 (trezentos reais), conforme Memorando nº19/2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA 01 de novembro de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

# Barra Velha

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 006/2019 FUMTEC

Publicação Nº 2215149

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 013/2019 – Pregão Presencial nº 006/2019 FUMTEC

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, Tipo Menor Preço por ITEM, para aquisição de material esportivo para as escolinhas de futebol, handebol, futsal e para todos os campeonatos municipais, torneios e eventos a serem realizados pela Fundação de Turismo, Esporte e Cultura, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 19/11/2019 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 19/11/2019 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Danielli Alves Lacerda. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br). Barra Velha, 28 de outubro de 2019. VALTER MARINO ZIMMERMANN – Prefeito.



# Benedito Novo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 118/2019 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 2215140



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**  
 Rua Celso Ramos, 5070 – FONE/FAX (47) 3385-0487.  
 89.124-000 – Benedito Novo – SC  
 e-mail: gabinete@beneditonovo.sc.gov.br

**DECRETO Nº 118 DE 23 de outubro de 2019.**

#### Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

**EAN MICHEL GRUNDMANN**, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, alínea "c" da Lei Orgânica do município e do Art. 5º e 6º da Lei nº 1.955, de 23 de outubro de 2019.

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional suplementar, no orçamento geral do corrente exercício, na entidade Prefeitura Municipal de Benedito Novo, no valor de **R\$ 556.941,00** (quinhentos e cinquenta e seis mil e novecentos e quarenta e um reais), conforme dotação orçamentária abaixo.

9.001.0004.0122.0900.2901		
Mantenção das Atividades da Secretaria de Planejamento		
319000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00
<hr/>		
8.001.0015.0451.0800.2801		
Mantenção das Atividades do Sistema Viário		
339000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	60.000,00
<hr/>		
7.002.0017.0452.0701.2702		
Recolhimento e Destinação Final de Resíduos Sólidos		
449000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	76.000,00
<hr/>		
7.001.0020.0608.0700.2701		
Assistência ao Produtor Rural		
339000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	45.000,00
<hr/>		
6.001.0027.0812.0600.2601		
Manter e Apoiar as Atividades de Esporte		
339000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	15.000,00
<hr/>		
3.001.0028.0843.0301.2303		
Amortamento da Dívida Interna e Encargos		
469000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	85.000,00
<hr/>		
3.001.0004.0122.0300.2301		
Mantenção das Atividades Administrativas Financeiras		
449000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	25.000,00
<hr/>		
Total do Vínculo 01000000		311.000,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**  
 Rua Celso Ramos, 5070 – FONE/FAX (47) 3385-0487.  
 89.124-000 – Benedito Novo – SC  
 e-mail: gabinete@beneditonovo.sc.gov.br

05.001.0012.0365.0500.2505		
Desenvolvimento do Ensino Infantil		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01010000	70.941,00
<hr/>		
05.001.0012.0365.0500.2505		
Desenvolvimento do Ensino Infantil		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01010000	100.000,00
<hr/>		
05.001.0012.0361.0500.2502		
Desenvolvimento do Ensino Fundamental		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01010000	50.000,00
<hr/>		
05.001.0012.0361.0500.2502		
Desenvolvimento do Ensino Fundamental		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01010000	25.000,00
<hr/>		
Total do Vínculo 01010000		245.941,00
<hr/>		
Total de Suplementações na Entidade Prefeitura		556.941,00

**Art. 2º** - Para atender ao disposto no artigo anterior, ficam autorizadas as anulações das seguintes dotações.

08.001.0015.0451.0800.1801		
Abertura e Pavimentação de Ruas		
34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	111.000,00
<hr/>		
08.001.0015.0451.0800.1802		
Revitalização Urbana		
34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00
<hr/>		
03.001.0004.0122.0300.2301		
Manutenção das Atividades Administrativas Financeiras		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
<hr/>		
03.001.0009.0272.0300.2302		
Encargos com Inativos		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
<hr/>		
03.001.0028.0061.0301.2305		
Despesas Judiciais		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**  
 Rua Celso Ramos, 5070 – FONE/FAX (47) 3385-0487.  
 89.124-000 – Benedito Novo – SC  
 e-mail: gabinete@beneditonovo.sc.gov.br

33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	120.000,00
<hr/>		
03.002.0008.0243.0304.2310		
Manutenção das Atividades da Infância e Adolescência		
33350000000000000000 – Transf. inst. Priv. s/ fins lucrativos	01000000	10.000,00
<hr/>		
03.002.0008.0243.0304.2310		
Manutenção das Atividades da Infância e Adolescência		
34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	10.000,00
<hr/>		
04.002.0008.0244.0401.2413		
Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social		
33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	5.000,00
<hr/>		
08.001.0015.0452.0800.2802		
Atividades de Limpeza e Conservação de Vias		
33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	10.000,00
<hr/>		
Total do Vínculo 01000000		311.000,00
<hr/>		
05.001.0012.0361.0500.1501		
Construção Ampl. Melhorias Escolas Ensino Fundamental		
34490000000000000000 - Aplicações diretas	01010000	20.000,00
<hr/>		
05.001.0012.0365.0500.1502		
Construção Ampl. Melhorias das Escolas do Ensino Infantil		
34490000000000000000 - Aplicações diretas	01010000	225.941,00
<hr/>		
Total do Vínculo 01010000		245.941,00
<hr/>		
Total de Anulações na Entidade Prefeitura		556.941,00
<hr/>		

**Art. 3º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 23 de outubro de 2019.

**JEAN MICHEL GRUNDMANN**  
 Prefeito de Benedito Novo

O **Decreto nº 118/2019** foi publicado na forma da Lei.  
 Benedito Novo, aos 23 de outubro de 2019.

**Joice Aparecida Costa**  
 Auxiliar Administrativa I

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 74/2019**

Publicação Nº 2214992

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 74/2019

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 74/2019

Contratada: WALTRAM KLITZKE

Objeto: LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA EM ALVENARIA, COM 60M<sup>2</sup>, LOCALIZADA NA RUA WALDEMAR GESSNER, Nº 180, CENTRO, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, COMPOSTA POR COZINHA E SALA, DOIS QUARTOS, UM BANHEIRO, UMA LAVAÇÃO E UMA GARAGEM, PARA ABRIGAMENTO DE GESTANTE QUE NÃO POSSUI CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE PROVER A PRÓPRIA MANUTENÇÃO.

Finalidade do Aditivo: Prorrogação de Prazo

Vigência: 01/11/2019 a 30/04/2020

Data Assinatura: 28/10/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 356/2019 - APLICA MEDIDA DISCIPLINAR**

Publicação Nº 2215056

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 356/2019, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

APLICA MEDIDA DISCIPLINAR.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar medida disciplinar, com Desconto na Folha de Pagamento das horas não trabalhadas e faltas ao serviço público não justificadas, conforme a Lei 1.334 de 28-09-2005, não registradas no Cartão Ponto do período de dia 09-09-2019 a 10-10-2019, dos Servidores em anexo:

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 18 de outubro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 357/2019 - NOMEIA AUXILIAR DE SALA**

Publicação Nº 2215059

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 357/2019, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

NOMEIA AUXILIAR DE SALA

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; cargo criado pela Lei Complementar nº 180/2019; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, nesta data, FLAVIA ELEN FERREIRA LONGO, para ocupar o cargo de Auxiliar de Sala, AUS, Anexo II, Sub anexo I, do Quadro dos Servidores Públicos Municipal, aprovada no Concurso Público nº 002/2019.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 21 de outubro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

### **PORTARIA Nº 358/2019 - CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO**

Publicação Nº 2215071

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 358/2019, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, art. 108 e seguintes da Lei Complementar nº4, de 22-12-95,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença-prêmio ao servidor FLAVIO TESKE, ocupante do cargo de Mecânico, símbolo MC, Anexo I, sub anexo IV, do Quadro dos Servidores Públicos Municipal de Benedito Novo, o quinquênio de 04-05-2014 a 03-05-2019, com recebimento em Gozo, pelo período de 21 de outubro de 2019 a 18 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 21 de outubro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

### **PORTARIA Nº 359/2019 - CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

Publicação Nº 2215072

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 359/2019, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; art. 101 da Lei Complementar nº 004, de 22-12-95.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença por motivo de doença em pessoa da família, desde 20 de setembro de 2019, a servidora IRENE LUZIA DA ROCHA ITNER, ocupante do cargo de Servente, símbolo SE, do Quadro dos Servidores Públicos Municipais de Benedito Novo, por motivo de doença do Marido Marcio Itner, de conformidade com o atestado apresentado, laudo da inspeção médica e parecer social, e de acordo com o art. 101, parágrafo único da Lei Complementar 004/95, percebendo 80% (oitenta por cento) da remuneração, no primeiro mês e 70% (setenta por cento) da remuneração do segundo ao sexto mês.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 21 de outubro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 360/2019 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Publicação Nº 2215076

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 360/2019 DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", Lei Orgânica do Município; e, art. 227 da Lei Complementar nº 004, de 22-12-95.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde para os servidores municipais, conforme Relatório dos Atestados Médicos, do período de 09 de setembro de 2019 a 10 de outubro de 2019, contendo 12 páginas, em anexo, e de acordo com a Lei nº 1.808 de 18 de novembro de 2015 onde institui Prêmio-Eficiência e Auxílio-Alimentação.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 21 de outubro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 361/2019 - CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA**

Publicação Nº 2215078

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 361/2019, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019.

**CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA**

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, de conformidade com o art. 15 da Lei Complementar nº 08/97, alterada pela Lei Complementar nº 10/1997;

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder Função Gratificada – FG-I, a partir de 01 de outubro de 2019, para servidora MARIZA PASQUALI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo I, AUA, Anexo I, sub anexo II, do Quadro dos Servidores Públicos Municipais de Benedito Novo, por desempenhar além de suas atribuições, exercer a função de Secretária da Junta de Serviço Militar.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 21 de outubro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

**PORTARIA Nº 362/2019 - DESIGNA SERVIDORES PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 1356/2019, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019, REFERENTE A EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA PEDRO MAUS E KARL BLAESE - CENTRO, MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC.**

Publicação Nº 2215086

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 362/2019, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Designa Servidores para Acompanhar e Fiscalizar

a Execução do Contrato Administrativo nº 135/2019, de 18 de outubro de 2019, referente a Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica na Rua Pedro Maus e Karl Blaese – Centro, Município de Benedito Novo - SC.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "d", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 8.666/1993 – Art. 67 e 73; e

Considerando a importância da Municipalidade em adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os Senhores MARCO ANTONIO MAI, INGOMAR ROEDER e CRISTIANO RIBEIRO GOMES, respectivamente, Engenheiro Civil, Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e Assessor de Captação de Recursos, para comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento na execução das Obras de Pavimentação Asfáltica nas Ruas Pedro Maus e Karl Blaese, Centro, Município de Benedito Novo - SC.

Art. 2º - Determinar que a Comissão ora designada deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela Contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

Art. 3º - Dê-se ciência aos servidores designados, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 22 de outubro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaro que estou ciente da designação de fiscal e das funções inerentes ao contrato, ora atribuídas.

MARCO ANTONIO MAI

Engenheiro Civil

INGOMAR ROEDER

Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

CRISTIANO RIBEIRO GOMES

Assessor de Captação de Recursos

**PORTARIA Nº 363/2019 - DESIGNA SERVIDORES PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 136/2019, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019, REFERENTE A EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA IRMÃO MANSUETTO - DISTRITO DE SANTA MARIA - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC**

Publicação Nº 2215088

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

PORTARIA Nº 363/2019, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

Designa Servidores para Acompanhar e Fiscalizar

a Execução do Contrato Administrativo nº 136/2019, de 22 de outubro de 2019, referente a Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica na Rua Irmão Mansueto – Distrito de Santa Maria, Município de Benedito Novo - SC.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea “d”, da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 8.666/1993 – Art. 67 e 73; e Considerando a importância da Municipalidade em adotar procedimentos administrativos que permitam a gestão mais eficiente e efetiva dos contratos;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os Senhores MARCO ANTONIO MAI, INGOMAR ROEDER e CRISTIANO RIBEIRO GOMES, respectivamente, Engenheiro Civil, Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e Assessor de Captação de Recursos, para comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento na execução das Obras de Pavimentação Asfáltica na Rua Irmão Mansueto, Distrito de Santa Maria, Município de Benedito Novo - SC.

Art. 2º - Determinar que a Comissão ora designada deverá:

I – zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II – avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela Contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento.

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

Art. 3º - Dê-se ciência aos servidores designados, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 22 de outubro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

**CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS**

Declaro que estou ciente da designação de fiscal e das funções inerentes ao contrato, ora atribuídas.

MARCO ANTONIO MAI  
Engenheiro Civil

INGOMAR ROEDER  
Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

CRISTIANO RIBEIRO GOMES  
Assessor de Captação de Recursos

**PORTARIA Nº 364/2019 - ENCERRA O PRAZO DA PORTARIA Nº 312/2019**

Publicação Nº 2215137

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 364/2019, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

**ENCERRA O PRAZO DA PORTARIA Nº 312/2019**

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea “a” c/c “e”, da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995;

**RESOLVE:**



Art. 1º - Encerrar, nesta data, o prazo da Portaria nº 312/2019 de 01/10/2019, que contratou a Servidora TATIANA CRISTINA KLOEHN, ocupante do cargo de Professor I-20, Símbolo P-I-20, Anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 23 de outubro de 2019.  
JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

# Biguaçu

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 235/2019

Publicação Nº 2215389

DECRETO Nº 235/2019 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Fixa em decorrência da conclusão do Processo Administrativo nº 11192/2019, o valor da parcela VPNI (Agregação) paga a servidora MARILEIA ELVIRA ROCHA DE FARIA, a partir de 31/10/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em face ao relatório final realizado pela Comissão de Avaliação de Vantagens Pessoais Nominalmente Identificáveis nos autos do Processo Administrativo nº 11192/2019, e observada a aplicação e o respeito aos princípios constitucionais da instalação do devido processo legal e da ampla defesa,

#### DECRETA:

Art.1º O valor da parcela VPNI (Agregação) paga a servidora MARILEIA ELVIRA ROCHA DE FARIA, detentora da matrícula funcional nº 339, portadora do CPF nº 716.082.579-91, inscrita no PASEP nº 17033119028, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Normalista, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, fica fixado a partir de 31/10/2019, em R\$ 1.742,46 (um mil, setecentos e quarenta e dois reais e quarenta e seis centavos).

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos aplicam-se a partir de 31/10/2019, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu (SC), 31 de outubro de 2019.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

### DECRETO Nº 243/2019

Publicação Nº 2216037

DECRETO Nº 243/2019 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º, da Lei federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público da servidora LENI MARIA SALVADOR SORGEN, a partir de 31/10/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

#### DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República à servidora LENI MARIA SALVADOR SORGEN, detentora da matrícula funcional nº 7451-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Magistério Auxiliar de Sala - 30 horas, portadora do CPF nº 718.891.080-49, inscrita no PASEP nº 10220091827, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, correspondente a 37,83% (trinta e sete vírgula oitenta e três por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV da Lei Complementar nº 54/2012 - Estatuto dos Profissionais do Magistério do Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos operam-se a partir de 31/10/2019.

Biguaçu, 01 de novembro de 2019.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

**DL44-2019-FMS**

Publicação Nº 2215256

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 44/2019- FMS**

OBJETO: Aquisição de protetor solar por ordem judicial para atender paciente dos processos nº 5002456-31.2011.404.7200/SC, nº 0005431-68.2011.8.24.0007.

EMPRESA CONTRATADA: Farmácia Preço Baixo de Biguaçu Ltda

VALOR: 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:  
30 10/1 2032 3339032990000000000  
400 10/1 2032 3339032990000000000

VIGÊNCIA: 31/12/2019

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA: Conforme processo judicial 0005431-68.2011.8.24.0007, anexo ao processo.

A empresa contratada apresentou todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria Municipal de Saúde apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 30 de outubro de 2019.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani  
Secretária de Saúde

**EDITAL DE INTIMAÇÃO COMAT Nº 004/2019**

Publicação Nº 2215562

**EDITAL DE INTIMAÇÃO COMAT Nº 004/2019**

O Secretário-Geral da Comissão Municipal de Assuntos Tributários - COMAT, nos termos do art. 334, III da LC 03/2007, e nos termos do art. 26, III do Decreto nº 148/2014, FAZ SABER que por este meio INTIMA os REQUERENTES abaixo qualificados, das Decisões proferidas por esta Comissão, para que no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, no Diário Oficial dos Municípios, possam apresentar os respectivos pagamentos ou Recursos ao Conselho Municipal de Contribuintes:

Número do Processo	Requerente	CPF/CNPJ	Assunto	Situação
8468/2017	Jaime Anderson Coutinho	***.678.169-**	Revisão de ISS	Indeferido
6569/2019	Eder Vieira	***.583.829-**	Não incidência de ITBI	Indeferido
9398/2019	Valcir Bonifácio da Silva	***.037.339-**	Não Incidência de IPTU	Indeferido

Biguaçu, 04 de novembro de 2019.

Bruno Diogo Marques  
Secretário Geral da Comissão Municipal de Assuntos Tributários  
Decreto Municipal nº 43/2017

**ERRATA PE 147-2019**

Publicação Nº 2215179

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**ERRATA 01 DO EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO nº 147/2019**

Comunicamos às empresas interessadas no PE – 147/2019-PMB, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE RATICIDA E LARVICIDA BIOLÓGICO PARA SECRETARIA DE SAÚDE, ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE AGRICULTURA E SECRETARIA DE OBRAS, que após o recebimento de impugnação ao edital de licitação, alterou-se o item do Anexo nº 01 e do termo de referência, conforme decisão do Técnico Agrícola do Município de Biguaçu e parecer exposto no processo na modalidade pregão PP-167/2018 deste município. Deste modo, deve-se considerar o item que segue:

Leia-se no Anexo nº 01 do edital de licitação:

Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor de referência Unit.(R\$)	Valor de referência Total (R\$)
2	INSETICIDA BIOLÓGICO PARA CONTROLE DE BORRACHUDOS, LARVICIDA BIOLÓGICO – BACILLUS THURINGIENSIS ISRAELENSES, 1200 UTI'S (UNIDADES TOXICAS INTERNACIONAIS), SORO TIPO H14, REGISTRO NA ANVISA E RECOMENDADO PELA OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE). EMBALAGEM 1 LITRO, COM LACRE INTERNO E REGISTRADO NA ANVISA, VALIDADE MÍNIMA 12 MESES.	LITRO	180	133,90	24.102,00

Diante do exposto, a data de realização da sessão de licitação:

DATA DA REALIZAÇÃO: 19 de NOVEMBRO de 2019.

HORÁRIO: 16:00 HORAS

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 15:45 horas, do dia 19 de NOVEMBRO de 2019;

ABERTURA DA SESSÃO:

Às 16:00 horas, do dia 19 de NOVEMBRO de 2019;

As demais informações constantes no aviso e edital de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 04 de novembro de 2019.

GERSON DA SILVA  
Pregoeiro

**PORTARIA Nº 3335/2019**

Publicação Nº 2215425

PORTARIA Nº 3335/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), STHEFANY MARTINS DE SOUZA, ocupante do cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 12598/2019 em anexo, no período de 12/10/2019 a 20/10/2019.

Biguaçu, 01 de novembro de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 12.383/2019

Publicação Nº 2215599

DECRETO Nº 12.383, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Ficam reconhecidas as despesas constantes no Anexo I a III deste Decreto, no valor de R\$ 594.414,91 (quinhentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e quatorze reais e noventa e um centavos), realizadas e não processadas em exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município.

Art. 2º As despesas de que trata o artigo 1º deste Decreto correrão por conta das seguintes dotações específicas:

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

1101 – Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 11.01.04.122.0028.2277 – Manut. Ativ. Adm. Fin. Seinfra

Modalidade 3.3.90 (342) Aplicações Diretas R\$ 104,13

Fonte de Recursos 0100.00000

37 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

3704 – Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira

Atividade 37.04.18.122.0039.2513 – Man. Ativ. Dir. Gestão Adm. Fin. Meio Ambiente

Modalidade 3.3.90 (1052) Aplicações Diretas R\$ 170,74

Fonte de Recursos 0206.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0060.2389 – PAB FIXO – Piso de Atenção Básica

Modalidade 3.3.90 (58) Aplicações Diretas R\$ 816,01

Fonte de Recursos 0238.00064

Atividade 31.01.10.302.0059.2385 – MAC – Media e Alta Complexidade - Produção

Modalidade 3.3.90 (90) Aplicações Diretas R\$ 586.435,28

Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.305.0062.2391 – Vigilância Epidemiológica

Modalidade 3.3.90 (118) Aplicações Diretas R\$ 6.888,75

Fonte de Recursos 0238.00066

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de outubro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 12.383/2019 - ANEXO I

Publicação Nº 2215600

#### ANEXO I

CREDOR:	FAST VEÍCULOS LTDA
DOCUMENTO	Memorando nº. 197/2019/SEDEAD/DP/GERENCIA DE TRANSPORTES
DATA:	18.10.2019

ORIGEM DA DESPESA:	Ressarcimento de despesa, referente pagamento do auto de infração nº. T158025377, ocorrido em 16.08.2018, do veículo Renault/Sandero, placa QIM 5340, locado ao município, a ser descontado em folha de pagamento do servidor Marcos Aurélio da Veiga, matrícula 17994-9, descontado em 10 parcelas.
DOTAÇÃO:	342
FONTE DE RECURSO:	0100.00000
VALOR:	R\$ 104,13
TOTAL GERAL A RECONHECER	R\$ 104,13 (cento e quatro reais e treze centavos)

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 22 de outubro de 2019.

Edson Francisco Brunsfeld  
Secretário Municipal de Obras

## DECRETO Nº 12.383/2019 - ANEXO II

Publicação Nº 2215603

### ANEXO II

CREDOR:	ORCALI SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA
DOCUMENTO:	9º. Termo Aditivo do contrato nº. 238/2017
DATA:	
ORIGEM DA DESPESA:	Referente ao reajuste/repactuação do contrato de serviços de limpeza e manutenção predial, relativo ao período de Novembro e Dezembro de 2018.
DOTAÇÃO:	1052
FONTE DE RECURSO	0206.00000
VALOR:	R\$ 170,74
TOTAL A RECONHECER	R\$ 170,74 (cento e setenta reais e setenta e quatro centavos).

Reconheço as despesas desta relação. Blumenau, 22 de outubro de 2019.

Eder Antonio Boron  
Secretário Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade

## DECRETO Nº 12.383/2019 - ANEXO III

Publicação Nº 2215605

### ANEXO III

CREDOR:	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MISERICÓRDIA DE VILA ITROUPAVA
DOCUMENTO:	Memorando SEMUS 040/2019
DATA:	16/09/2019
ORIGEM DA DESPESA:	Pagamento do excedente do Teto MAC do exercício de 2018 – Julho a Dezembro/2018.
DOTAÇÃO:	90
FONTE DE RECURSO:	0238.00065
VALOR:	R\$ 86.435,28
CREDOR:	ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - HOSPITAL SANTA ISABEL
DOCUMENTO:	Memorando SEMUS 056/2019
DATA:	08/10/2019

ORIGEM DA DESPESA:	Pagamento do excedente do Teto MAC do exercício de 2018 – Janeiro a Julho/2018.
DOTAÇÃO:	90
FONTE DE RECURSO:	0238.00065
VALOR:	R\$ 500.000,00
CREDOR:	RSUL ENGENHARIA EIRELI
DOCUMENTO:	Processo 201/25620
DATA:	03/10/2019
ORIGEM DA DESPESA:	Referente à aquisição de peças e serviços de manutenção preventiva para os geradores das salas de vacina do CEDAP. Período: Agosto e setembro.
DOTAÇÃO:	118
FONTE DE RECURSO:	0238.00066
VALOR:	R\$ 6.888,75
CREDOR:	RSUL ENGENHARIA EIRELI
DOCUMENTO:	Processo 201/25620
DATA:	03/10/2019
ORIGEM DA DESPESA:	Referente à aquisição de peças e serviços de manutenção preventiva para os geradores das salas de vacina dos Ambulatórios Gerais. Período: Agosto, setembro e dezembro/2018.
DOTAÇÃO:	58
FONTE DE RECURSO:	0238.00064
VALOR:	R\$ 816,01
VALOR A RECONHECER	R\$ 594.140,04 (Quinhentos e noventa e quatro mil cento e quarenta reais e quatro centavos).

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 22 de outubro de 2019.

WINNETOU MICHEL KRAMBECK  
Secretário Municipal de Promoção da Saúde/  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## PORTARIA Nº 23.539/2019

Publicação Nº 2215609

PORTARIA Nº 23.539, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR GERAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO, ENTÃO OCUPADO PELO SERVIDOR PÚBLICO CARLOS LANGE, EM VIRTUDE DE SEU FALECIMENTO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso VI, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e de conformidade com o Memorando Gapref nº 115/2019, resolve:

DECLARAR A VACÂNCIA do cargo em comissão de Diretor Geral, Símbolo CC-2, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, então



ocupado pelo servidor público Carlos Lange, em virtude de seu falecimento na data de 03 de setembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de outubro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 23.540/2019**

Publicação Nº 2215612

PORTARIA Nº 23.540, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA PAULA PADILHA PENTEADO KLEIN PARA ATUAR COMO DEFENSOR DATIVO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E.C., NOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 024/2019, EM TRÂMITE PERANTE A 2ª CPASD.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no §2º do art. 242 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e conforme solicitação efetuada pela Presidente da 2ª CPASD, através do Memorando nº 31/2019, resolve:

DESIGNAR

PAULA PADILHA PENTEADO KLEIN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador, matrícula nº 231718, inscrita na OAB sob o nº 44.557, para atuar como defensor dativo do servidor público municipal E.C., matrícula nº 2500647, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 024/2019, em trâmite perante a 2ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 23.541/2019**

Publicação Nº 2215613

PORTARIA Nº 23.541, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, combinado com o §2º do art. 7º da Lei Complementar nº 706, de 29/01/2009, de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

NOMEAR, no dia 01 de novembro de 2019:

BRUNA CIDRAL DO AMARAL, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Gerente de Instrução de Projetos de Captação de Recursos, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG;

PALOMA SENILDA GOTTCHEFSKI, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor Operacional, símbolo CC-4, na Secretaria Municipal do Esporte – SME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 01 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

## **HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 02-013/2019**

Publicação Nº 2215618

Tomada de Preços nº 013/2019 - Contratação empresa para assessoria, especializada em processos/procedimentos de captação de recursos, no âmbito do Governo Federal, Organismos Nacionais e Internacionais, Embaixadas e outros que tenham linhas de crédito e recursos a fundo perdidos para mutuários públicos, com o objetivo de proporcionar melhorias na prestação de serviços públicos municipais aos cidadãos de Blumenau/SC – pelo período de 12 meses – SEGG.

Contratada: SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA, no valor total de R\$ 110.915,97 (cento e dez mil, novecentos e quinze reais e noventa e sete centavos).

**HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 02-008/2019**

Publicação Nº 2215622

Tomada de Preços nº 008/2019 - Contratação de empresa para execução de pavimentação em bloco de concreto intertravado, drenagem pluvial, obras complementares e sinalização viária da Rua Matos da Costa, Bairro Passo Manso, conforme especificações constantes neste edital – Contrato de Financiamento nº 0498.699 – DV 69 – FINISA – SEMOB.

Contratada: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI, no valor total de R\$222.416,61 (duzentos e vinte e dois mil, quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e um centavos).

**PORTARIA SEDEAD Nº 34.344/2019**

Publicação Nº 2215626

PORTARIA SEDEAD Nº 34.344/2019

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

RETIFICAR PORTARIA SEDEAD Nº 34.255, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019.

Onde se lê:

Cadastro	Nome	Processo	Período	
			Início	Fim
22952-4	KATIUSCIA JOSEA GUSAWA	2019/561	04/09/2019	05/09/2019

Leia-se:

Cadastro	Nome	Processo	Período	
			Início	Fim
22952-4	KATIUSCIA JOSEA GUSAWA	2019/561	31/08/2019	05/09/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de outubro de 2019.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 34.339/2019**

Publicação Nº 2215627


**PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**
**PORTARIA SEDEAD Nº 34.339/2019**

**CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.**

**ANDERSON ROSA**, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores indicados:

CADASTRO	NOME	PROCESSO	PERÍODO	
			INÍCIO	FIM
23077-1	CLAUDIO JURE NANDI	2019/650	24/09/2019	13/10/2019
21547-3	TANIA MARIA ADRIANO	2019/661	23/09/2019	27/09/2019
22835-9	MARINA NEVES FOGACA	2019/664	26/09/2019	26/09/2019
22835-9	MARINA NEVES FOGACA	2019/664	30/09/2019	30/09/2019
22835-9	MARINA NEVES FOGACA	2019/664	01/10/2019	01/10/2019
22949-2	ROSELI CRISTIANA BEHLING KORTE	2019/670	30/09/2019	30/09/2019
23038-6	TATIANA CRISTINA FERREIRA	2019/671	25/09/2019	09/10/2019
22996-0	LITSSU DE MELO MARCELINO	2019/673	01/10/2019	30/10/2019
22834-0	DANIELA TORRI	2019/674	30/09/2019	04/10/2019
22924-2	SILVIA RAQUEL NOGUEIRA CALIXTO	2019/675	30/09/2019	14/10/2019
23122-3	FRANCIELLE RODRIGUES	2019/676	01/10/2019	14/10/2019
23053-3	MARCIO DIOVANE DA SILVA ARAMBURU	2019/678	18/09/2019	01/10/2019
23130-8	KARLA DANIELA ROSA NANDI	2019/681	02/10/2019	03/10/2019
23167-4	CAROLINA MARIA DALRI MEIRELES	2019/682	24/09/2019	24/09/2019
13007-9	FLAVIO AYRES RODRIGUES	2019/684	03/10/2019	03/10/2019
14388-0	ALESSANDRA MASSANEIRO	2019/685	01/10/2019	31/10/2019
21547-3	TANIA MARIA ADRIANO	2019/686	01/10/2019	03/10/2019
23172-8	MARCIA APARECIDA KANTOVISCKI FIGUEIREDO	2019/687	03/10/2019	17/10/2019
22839-3	NARA CRISTINA DE MOURA	2019/689	03/10/2019	03/10/2019
19901-0	ADRIANA GRUEBEL	2019/690	02/10/2019	11/10/2019
22951-5	LUIZA PAULA TORRES	2019/691	04/10/2019	11/10/2019
21040-4	SHIRLEY JORGE DA SILVA	2019/692	04/10/2019	02/12/2019
23142-4	JESSICA LETICIA ERHARDT PRADO	2019/693	07/10/2019	08/10/2019



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CADASTRO	NOME	PROCESSO	PERÍODO	
22932-4	PATRICIA CRISTINA LINDNER	2019/695	07/10/2019	08/10/2019
23130-8	KARLA DANIELA ROSA NANDI	2019/701	08/10/2019	09/10/2019
23074-4	MARIA JACLEIVE MENDES DOS SANTOS DA ROCHA	2019/702	08/10/2019	11/10/2019
22841-5	ALEXANDRA LIMA DEMENIGHI	2019/703	03/10/2019	04/10/2019
23174-3	CLARISSA HOPPE FERNANDES	2019/704	07/10/2019	07/10/2019
22815-5	CLARISSA HOPPE FERNANDES	2019/704	07/10/2019	07/10/2019
22906-8	SIMONI PAULI BOOS	2019/705	04/10/2019	04/10/2019
23006-4	CRISTINA CORRENTE	2019/706	01/10/2019	10/10/2019
20455-2	EVANILDES FIDELIS	2019/707	04/10/2019	13/10/2019
22830-2	JULIANA MARY DE AZEVEDO OURIQUES	2019/708	02/10/2019	08/10/2019
23142-8	MARILIA FISCHER DA SILVA	2019/709	08/10/2019	09/10/2019
23148-0	RAQUEL GIRAO	2019/710	01/10/2019	01/10/2019
23148-0	RAQUEL GIRAO	2019/710	02/10/2019	09/10/2019
22946-0	LUZIA NEUZITA DE OLIVEIRA	2019/711	03/10/2019	03/10/2019
22984-0	JOSIANE DE ANDRADE	2019/712	04/10/2019	07/10/2019
71482-3	RAFAELA VASSELAI BUERGER ALFART	2019/714	04/10/2019	11/10/2019
20991-0	KELLI REGINA LOHN	2019/715	05/10/2019	19/10/2019
71440-3	SESUANA INAYE APARECIDA MAGALHAES DA ROSA	2019/717	02/10/2019	04/10/2019
71440-3	SESUANA INAYE APARECIDA MAGALHAES DA ROSA	2019/717	05/10/2019	08/10/2019
23090-8	CARMEN HERTEL	2019/719	02/10/2019	16/10/2019
71443-7	PAMELA VIRGINIA BRANDAO	2019/720	10/10/2019	11/10/2019
22913-2	JULIA CRISTINA FELISBERTO	2019/722	07/10/2019	07/10/2019
23091-1	DEBORA STEINHEUSER MANDEL	2019/723	07/10/2019	07/10/2019
22942-3	ALINE IARA FEUSTEL FRANCO	2019/724	06/10/2019	12/10/2019
23123-5	CRISTIANE WEBER DOS SANTOS TAVARES	2019/725	10/10/2019	11/10/2019
71291-5	DANIELA APARECIDA ELI ROTA	2019/726	10/10/2019	11/10/2019
22963-8	GABRIELA CHRISTINA ZICKUHR KOHLER	2019/727	09/10/2019	11/10/2019
22991-8	LETICIA MARA TAVARES	2019/729	07/10/2019	20/10/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de outubro de 2019.

**ANDERSON ROSA**  
**Secretário Municipal de Administração**

**PORTARIA SEDEAD Nº 34.314/2019**

Publicação Nº 2215628

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO****PORTARIA SEDEAD Nº 34.314/2019**

**CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.**

**ANDERSON ROSA**, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores indicados:

CADASTRO	NOME	PROCESSO	PERÍODO	
			INÍCIO	FIM
23127-3	FERNANDA APARECIDA DA SILVA MINATTO	2019/628	13/09/2019	13/09/2019
23094-1	DANIELE SILVA DA ROSA	2019/629	16/09/2019	16/11/2019
22913-2	JULIA CRISTINA FELISBERTO	2019/631	18/09/2019	21/09/2019
71427-9	CAROLINE GABRIELA NUNES TAMASIA	2019/632	17/09/2019	18/09/2019
22893-8	JANE SCHEILA MOTTER	2019/633	12/09/2019	13/09/2019
22990-1	MAYTE ALVES DE ANDRADE POSSAMAI	2019/635	18/09/2019	18/09/2019
756-0	TANIA SEDREZ	2019/636	13/09/2019	20/09/2019
20912-0	ROSA HIPOLITO MACHADO	2019/637	17/09/2019	20/09/2019
19556-1	HELENA MARIA DA ROSA HOSTIN	2019/639	18/09/2019	17/10/2019
23079-9	THAISY REGINA MENDES	2019/640	23/09/2019	23/09/2019
21743-3	ANA CRISTINA ALFARTH MUELLER	2019/641	22/09/2019	28/09/2019
22903-9	LILIANE LELIS GONCALVES MACHADO	2019/643	12/09/2019	12/09/2019
20455-2	EVANILDES FIDELIS	2019/644	23/09/2019	27/09/2019
71352-9	CAROLINE GABRIELA NUNES TAMASIA	2019/645	18/09/2019	20/09/2019
18617-1	LEDA MARIA MENDONCA	2019/646	18/09/2019	18/09/2019
23142-7	GABRIELA ROSA DOS SANTOS AMORIM	2019/647	22/09/2019	28/09/2019
19364-0	MARGELY HANSEN	2019/648	19/09/2019	05/10/2019
23166-2	MONICA SILVA CAMPOS COSTA	2019/649	23/09/2019	27/09/2019
22998-7	ANITUIKE GRISEL LUCOLI	2019/651	23/09/2019	30/09/2019
17301-0	CLAUDINEIA MATTEI HILGERT	2019/654	23/09/2019	01/10/2019
22932-4	PATRICIA CRISTINA LINDNER	2019/655	23/09/2019	04/10/2019
21263-6	CACILDA RAIMUNDO DA SILVA	2019/656	19/09/2019	02/10/2019



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CADASTRO	NOME	PROCESSO	PERÍODO	
22953-0	DAIANA DUARTE LEMOS ALVES	2019/657	26/09/2019	27/09/2019
22063-9	SIMONE NOLDIN HENKELS	2019/660	25/09/2019	26/09/2019
22852-8	MARINELA GRAHL PASQUAL	2019/666	30/09/2019	14/10/2019
71206-8	TAMIRIS SANTANA DA SILVA	2019/667	26/09/2019	30/09/2019
23032-9	ALINE MARTINS HEMKEMAIER	2019/669	30/09/2019	30/09/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de outubro de 2019.

**ANDERSON ROSA**  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 34.309/2019**

Publicação Nº 2215630

PORTARIA SEDEAD Nº 34309/2019

LOTA O SERVIDOR JOSUE ADILSON CRUZ, MEDIANTE PROCESSO SELETIVO INTERNO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA ATUAR NO CENTRO DE ATUAÇÃO PSICOSSOCIAL Nº 02/2018, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

JOSUE ADILSON CRUZ, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Seletivo Interno de Profissionais de Saúde para atuar no Centro de Atenção Psicossocial Nº 02/2018, para o cargo de PSICÓLOGO em efetivo exercício na função, no Centro de Atenção Psicossocial II do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 14 de outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 07 de outubro de 2019.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

## PORTARIA SEDEAD Nº 34.383/2019

Publicação Nº 2215633

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO****PORTARIA SEDEAD Nº 34.383/2019**

**CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.**

**ANDERSON ROSA**, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores indicados:

CADASTRO	NOME	PROCESSO	PERÍODO	
			INÍCIO	FIM
17301-0	CLAUDINEIA MATTEI HILGERT	2019/654	23/09/2019	01/10/2019
20787-0	MARILUCIA BECKER	2019/713	09/10/2019	11/10/2019
22948-2	JOELMA DA APARECIDA BUENO	2019/716	05/10/2019	23/10/2019
23157-9	GABRIELA FARIAS SILVA	2019/721	04/10/2019	09/10/2019
22927-2	ANA PAULA BASTOS SOARES	2019/730	11/10/2019	11/10/2019
23004-0	FRANCIELE MATEUS JASPER	2019/731	13/10/2019	20/10/2019
22857-8	ANA PAULA DE SOUZA CRESTANI	2019/732	14/10/2019	23/10/2019
23149-8	INAJARA DA SILVA	2019/733	12/10/2019	22/10/2019
71311-4	FABIANA DEL NERO SANSONE TEIXEIRA	2019/734	12/10/2019	19/10/2019
71455-6	RUTH NEIA EUFRAZIO DE OLIVEIRA	2019/736	07/10/2019	18/10/2019
23148-0	RAQUEL GIRAO	2019/737	10/10/2019	16/10/2019
23160-2	ALINE SANTANA ALEXANDRINO	2019/738	14/10/2019	14/10/2019
22869-0	JONI PEREIRA	2019/739	07/10/2019	21/10/2019
22932-4	PATRICIA CRISTINA LINDNER	2019/740	14/10/2019	15/10/2019
22933-6	AGASIANA SUELEN SCHMITZ	2019/741	14/10/2019	15/10/2019
23157-9	GABRIELA FARIAS SILVA	2019/742	10/10/2019	08/12/2019
23148-4	MARCIELE VIGOLO MARCIANO	2019/746	14/10/2019	17/10/2019
71466-5	JESSICA LAUMANN	2019/747	15/10/2019	18/10/2019
21414-0	TERESINHA KURECK	2019/750	14/10/2019	12/12/2019
19901-0	ADRIANA GRUEBEL	2019/751	14/10/2019	17/10/2019
71448-9	BRUNA RIEGERT AMERICANO	2019/752	14/10/2019	23/10/2019
22956-2	MONICA MARIA SCHLINGMANN	2019/753	11/10/2019	12/10/2019
22932-4	PATRICIA CRISTINA LINDNER	2019/754	16/10/2019	17/10/2019





**PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

CADASTRO	NOME	PROCESSO	PERÍODO	
22956-2	MONICA MARIA SCHLINGMANN	2019/755	14/10/2019	12/12/2019
71460-3	BRUNA TAMARA RONCHI	2019/756	15/10/2019	18/10/2019
20346-7	NELIA MARIA SOARES DA SILVA	2019/758	17/10/2019	15/12/2019
10419-1	CINTIA MARA MIELKE	2019/759	17/10/2019	15/11/2019
22952-4	KATIUSCIA JOSEA GUSAWA	2019/761	16/10/2019	18/10/2019
71476-9	TAMISE DE SOUZA PEREIRA	2019/762	14/10/2019	18/10/2019
23136-3	TAUANA PACKER PEREIRA DA CUNHA	2019/763	14/10/2019	18/10/2019
21372-1	ELAINE GRAZIELA BRUHMULLER	2019/764	15/10/2019	19/10/2019
71418-0	MARA RUBIA DE SOUZA	2019/765	16/10/2019	23/10/2019
19556-1	HELENA MARIA DA ROSA HOSTIN	2019/767	18/10/2019	16/11/2019
22984-5	PRISCILA MURIEL RIBAS LEOPOLDINO	2019/773	14/10/2019	18/10/2019
23079-9	THAISY REGINA MENDES	2019/774	22/10/2019	23/10/2019
22906-8	SIMONI PAULI BOOS	2019/778	23/10/2019	23/10/2019
71356-0	MARINA CORREIA DE LARA	2019/780	22/10/2019	31/10/2019
20991-0	KELLI REGINA LOHN	2019/783	21/10/2019	25/10/2019
23058-8	ANA PAULA BRESSANINI	2019/784	18/10/2019	18/10/2019
11914-8	SOLANGE ADRIANE SEHNEM FELLER	2019/785	18/10/2019	31/10/2019
71455-6	RUTH NEIA EUFRAZIO DE OLIVEIRA	2019/786	21/10/2019	19/12/2019
22627-0	LUCIO ANDRE NUSS	2019/789	21/10/2019	22/10/2019
23159-3	PRISCILA FERRAZ SILVA DO NASCIMENTO	2019/790	18/10/2019	20/10/2019
22919-0	JULIA KRACIK	2019/791	22/10/2019	22/10/2019
23030-4	JUCELAINE KINCZIKOWSKI	2019/795	21/10/2019	21/10/2019
71322-1	ANA PAULA PINHEIRO	2019/796	24/10/2019	25/10/2019
23142-4	JESSICA LETICIA ERHARDT PRADO	2019/797	23/10/2019	25/10/2019
21372-1	ELAINE GRAZIELA BRUHMULLER	2019/798	24/10/2019	24/10/2019
71334-1	NAYELE RODRIGUES DE ALMEIDA DA ROSA DOS PASSOS	2019/799	22/10/2019	30/10/2019
21187-7	ROSEMARI TERESINHA HOFSCHEIDER	2019/9180	16/10/2019	05/12/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 29 de outubro de 2019.

**ANDERSON ROSA**  
**Secretário Municipal de Administração**

**PORTARIA SEDEAD Nº 34.366/2019**

Publicação Nº 2215635

PORTARIA SEDEAD Nº 34.366/2019

LOTA A SERVIDORA VILMA DE ALMEIDA LUCIANO, MEDIANTE PROCESSO SELETIVO INTERNO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA ATUAR NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA Nº 02/2018, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

VILMA DE ALMEIDA LUCIANO, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Seletivo Interno de Profissionais de Saúde para atuar na Estratégia de Saúde da Família Nº 02/2018, para o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM em efetivo exercício na função, na unidade de Estratégia de Saúde da Família Frei João Maria do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 04 de novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 de outubro de 2019.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 34.364/2019**

Publicação Nº 2215636

PORTARIA SEDEAD Nº 34.364/2019

LOTA A SERVIDORA ANA PAULA SOUSA TEODORO, MEDIANTE PROCESSO SELETIVO INTERNO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA ATUAR NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA Nº 02/2018, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

ANA PAULA SOUZA TEODORO, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Seletivo Interno de Profissionais de Saúde para atuar na Estratégia de Saúde da Família Nº 02/2018, para o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM em efetivo exercício na função, na unidade de Estratégia de Saúde da Família Harold Ewald do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 04 de novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 24 de outubro de 2019.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 34.380/2019**

Publicação Nº 2215638

PORTARIA SEDEAD Nº 34.380/2019

LOTA O SERVIDOR VAGNER LOPES BARBOSA, MEDIANTE PROCESSO REMOÇÃO INTERNA PARA O CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM Nº 021/2019, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

Vagner Lopes Barbosa, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Remoção Interna Para o Cargo de Técnico em Enfermagem Nº 021/2019, para o cargo de Técnico em Enfermagem em efetivo exercício na função, no Amb. Geral Dr. Diogo Vergara do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 04 de novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 29 de outubro de 2019.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA SEDEAD Nº 34.381/2019**

Publicação Nº 2215639

PORTARIA SEDEAD Nº 34.381/2019

LOTA A SERVIDORA ELAENE BUCHHORN, MEDIANTE PROCESSO REMOÇÃO INTERNA PARA O CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM Nº 021/2019, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

Elaene Buchhorn, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Remoção Interna Para o Cargo de Técnico em Enfermagem Nº 021/2019, para o cargo de Técnico em Enfermagem em efetivo exercício na função, no Amb. Geral Heinz Schrader do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 04 de novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 29 de outubro de 2019.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 732**

Publicação Nº 2215641


**PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD**
**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 732**

**ANDERSON ROSA**, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO**

De acordo com o Artigo 41, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares nº 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
34.307/2019	07.10.2019	LARISSA COSTA PEREIRA	De 30 para 40 horas	11.09.2019
34.310/2019	08.10.2019	GISELE DE OLIVEIRA SANTOS TEBALDI	De 30 para 40 horas	30.09.2019
34.310/2019	08.10.2019	ROSANGELA APARECIDA SIMÕES	De 30 para 40 horas	27.09.2019
34.311/2019	08.10.2019	CELDO BOAVENTURA DO AMARAL VELHO	De 20 para 40 horas	07.10.2019
34.311/2019	08.10.2019	HELENA MICHEL MBACKIRTZIS	De 20 para 40 horas	03.10.2019
34.311/2019	08.10.2019	HELENA SQUIZATTO SCHOENBERGER	De 20 para 40 horas	01.10.2019
34.320/2019	10.10.2019	ANGELITA APARECIDA FORLIN	De 20 para 40 horas	21.10.2019
34.321/2019	10.10.2019	TATIANE GRAZIELLE RODRIGUES DE RAMOS CRIVELATTO	De 30 para 40 horas	14.10.2019
34.321/2019	10.10.2019	EDUARDO JOSE CORDOVA ALVES	De 30 para 40 horas	14.10.2019
34.321/2019	10.10.2019	ELISANGELA APARECIDA BORTOLI POLI	De 30 para 40 horas	11.10.2019
34.322/2019	11.10.2019	MONICA RADKE DE ARAUJO	De 30 para 40 horas	01.11.2019
34.340/2019	22.10.2019	RAFAEL VIEIRA	De 30 para 40 horas	21.10.2019
34.340/2019	22.10.2019	JULIA KRACIK	De 30 para 40 horas	21.10.2019
34.340/2019	22.10.2019	CAMILA DIX	De 30 para 40 horas	21.10.2019
34.340/2019	22.10.2019	CAMILA RODRIGUES	De 30 para 40 horas	21.10.2019
34.340/2019	22.10.2019	BIANCA FRENSCH DESCHAMPS	De 30 para 40 horas	21.10.2019
34.340/2019	22.10.2019	ANDRE CHRISTIAN FADL SCHALDACH	De 30 para 40 horas	21.10.2019
34.340/2019	22.10.2019	TARCILA MUELLER VOLLES	De 30 para 40 horas	21.10.2019
34.340/2019	22.10.2019	ALINE KRAUSE LEITE	De 30 para 40 horas	21.10.2019
34.343/2019	18.10.2019	LIDIANE APARECIDA DO NASCIMENTO STEFFEN	De 30 para 40 horas	21.10.2019
34.343/2019	18.10.2019	RAQUEL SUELI	De 30 para 40 horas	04.11.2019



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD**

		MANERICHI SCHUCH	40 horas	
34.352/2019	21.10.2019	SUZANA DESCHAMPS	De 30 para 40 horas	21.10.2019
34.358/2019	22.10.2019	JOSIANE DAMBROSIO TABORBA	De 30 para 40 horas	21.10.2019
34.358/2019	22.10.2019	LEANDRO ROBERTO CANESI FERREIRA	De 30 para 40 horas	25.11.2019
34.377/2019	28.10.2019	LUCIANE FERNANDES SIMÕES DA SILVA	De 30 para 40 horas	01.11.2019
34.392/2019	31.10.2019	KLEBER PALHARI CRUZ	De 20 para 40 horas	29.10.2019
34.393/2019	31.10.2019	CARLOS MAGNO BARROSO DE ARAUJO	De 10 horas para 20 horas	04.11.2019
34.394/2019	31.10.2019	LIGIA CRISTIANE DE OLIVEIRA MARTINS DE CAMARGO	De 30 para 40 horas	21.10.2019
34.394/2019	31.10.2019	MONICA MILANSKI	De 30 para 40 horas	11.11.2019
34.395/2019	01.11.2019	JULIAN PLAUTZ	De 30 para 40 horas	01.11.2019

Blumenau, 01 de novembro de 2019.

**ANDERSON ROSA**  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 735**

Publicação Nº 2215642

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 735**

**ANDERSON ROSA**, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**DISPENSAR AUMENTO DE JORNADA DE TRABALHO**

De acordo com o art. 41 da Lei Complementar n. 661, de 28 de novembro de 2007, com a redação dada pelas Leis Complementares ns. 735, de 06 de novembro de 2009, e 765, de 23 de julho de 2010:

Nº PORTARIA	DATA	NOME	JORNADA DE PARA	A CONTAR DE
34.308/2019	07.10.2019	CAMILA BAHR ZAPELINI	De 40 para 30 horas semanais	03.10.2019
34.342/2019	18.10.2019	ELI REGINA BOLFE	De 40 para 30 horas semanais	15.10.2019
34.357/2019	22.10.2019	MARCELA CAROLINA DE ALMEIDA RESENDE	De 40 para 30 horas semanais	21.10.2019
34.391/2019	31.10.2019	JULIA CRISTINA FELISBERTO	De 40 para 30 horas semanais	21.10.2019

Blumenau, 01 de novembro de 2019.

**ANDERSON ROSA**  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 736**

Publicação Nº 2215644


**PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD**
**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 736**

**ANDERSON ROSA**, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**DECLARAR A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS QUE INDICA**

Com base no artigo 26, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o artigo 12, da Lei Complementar nº 740, de 18 de janeiro de 2010, estáveis no serviço público municipal, os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo:

Portaria	Nome	Cargo	Estabilidade
34.379/19	ANA CAROLINE DALLAGO KARAM	AGENTE ADMINISTRATIVO	17/09/2019
34.379/19	ARQUIMINO DA ROCHA NEVES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	23/09/2019
34.379/19	CYNTHIA MARA DA SILVA SCHWARTZ	MÉDICO - 40 HORAS	27/09/2019
34.379/19	ELONHA JANI KRAUSE	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	23/09/2019
34.379/19	EVANDRO ADEMIR MANNES	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	07/09/2019
34.379/19	FABIAN FRIEDRICH	FARMACÊUTICO	19/07/2019
34.379/19	FRED JOHANNES RABITZSCH	TÉCNICO EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AMBIENTAL	30/09/2019
34.379/19	GABRIEL HENRIQUE DE NASCIMENTO PRIMO	AGENTE ADMINISTRATIVO	30/09/2019
34.379/19	GORETE YNAQUIEVI DE REZENDE FOCESATO	FARMACÊUTICO	22/09/2019
34.379/19	ISMAEL GOMES DA ROCHA	AGENTE ADMINISTRATIVO	11/10/2019
34.379/19	JACIARA RAITER	MÉDICO - 20 HORAS	15/08/2019
34.379/19	JANAINA LUCHINI SANDRI	FARMACÊUTICO	29/09/2019
34.379/19	JANETE SOUZA DOS SANTOS MONTIBELLER	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	14/08/2019
34.379/19	JOELMA FATIMA DE OLIVEIRA PACHECO	ENFERMEIRO	15/08/2019
34.379/19	JORGE RAFAEL SCHLEMPER	ENFERMEIRO	11/10/2018
34.379/19	JOZIEL DA ROSA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	25/07/2019
34.379/19	LETÍCIA DE SOUZA	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	22/08/2019
34.379/19	LUCAS BARBIERI MANTOVANI	MÉDICO - 20 HORAS	05/09/2018
34.379/19	MARIA CAROLINA HANK	AGENTE ADMINISTRATIVO	14/08/2019
34.379/19	MARIAH CHARLOTTE LEAL PIETZ	AGENTE ADMINISTRATIVO	26/08/2019
34.379/19	MARINA MARANGONI WEISSHEIMER	AGENTE ADMINISTRATIVO	26/09/2019
34.379/19	MARLENE HORMANN	SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS	24/08/2019
34.379/19	NADINE SCHLINDWEIN	AGENTE ADMINISTRATIVO	05/09/2019
34.379/19	NEIDE TEREZINHA DA SILVA TAVARES	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	22/09/2019
34.379/19	NÍVEA MARIA BATISTA MONTEIRO VALIM	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	14/09/2019
34.379/19	PATRÍCIA GIACOMELLI STENGER	ENFERMEIRO	10/07/2019
34.379/19	PURUCY CHRISTINA DE SOUZA CASTELLAIN	PROFESSOR - 40 HORAS (QP)	25/08/2019



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD

34.379/19	RAFAEL ANDRADE DA SILVA	AGENTE ADMINISTRATIVO	29/08/2019
34.379/19	ROBERT BRUNO MANSKE	FARMACÊUTICO	29/08/2019
34.379/19	SABRINA BERNARDES	PSICÓLOGO	09/10/2019
34.379/19	SILVANA CARDOSO WICHINHESKI	AGENTE ADMINISTRATIVO	01/08/2019
34.379/19	SIMONE SANTOS QUEIROZ	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	19/08/2019
34.379/19	TAIARA GABRIEL DROPA	CIRURGIÃO DENTISTA - 20 HORAS	26/09/2019
34.379/19	VAGNER LOPES BARBOSA	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	22/09/2019
34.379/19	WAGNER PINHEIRO MORENO	AGENTE ADMINISTRATIVO	04/09/2019

Blumenau, 01 de novembro de 2019

**ANDERSON ROSA**  
Secretário Municipal de Administração

### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 738

Publicação Nº 2215647

#### ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 738

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

#### ALTERAR LICENÇA-PRÊMIO DE PECÚNIA PARCIAL PARA PECÚNIA TOTAL

De acordo com os artigos 146, 288, II e 289, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO	
					INÍCIO	TÉRMINO
34387	2019	31.10.2019	2019/10/009562	MARCIA MARCIANO	12.04.1994	12.04.2004

Blumenau, 01 de novembro de 2019.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração



**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 737**

Publicação Nº 2215651

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 737**

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE**

De acordo com os artigos 277 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA		DATA	PROCESSO	NOME	PERÍODO	
					INÍCIO	TÉRMINO
34338	2019	15.10.2019	2019/10/009154	FABIANE DOS SANTOS GONÇALVES	21/01/2020	20/03/2020
34373	2019	28.10.2019	2019/10/009464	FRACIANE FRANÇA RODRIGUES DE ALMEIDA	27/11/2019	25/01/2020
34371	2019	25.10.2019	2019/10/009459	GABRIELA COMIN RUFATTO	15/02/2020	14/04/2020
34370	2019	25.10.2019	2019/10/009457	MARIA CRISTINA MARQUEZ BENVENUTTI	04/02/2020	03/04/2020
34361	2019	23.10.2019	2019/10/009381	MARIANE WESCHENFELDER RIBEIRO	31/01/2020	30/03/2020
34327	2019	14.10.2019	2019/10/009111	SIMONE STOQUEIRO	16/01/2020	15/03/2020

Blumenau, 01 de novembro de 2019.

ANDERSON ROSA  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 734**

Publicação Nº 2215654


**PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD**
**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 734**

**ANDERSON ROSA**, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 71, 72 e 73, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

**CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL**

Aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes dos Grupos Ocupacionais Especialista, Técnico, Funcional e Operacional:

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	GOC	PADRÃO	A PARTIR
34.304/2019	CATARINA INES KLOCK	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	JUCIANE MARA MOTA	Educador - Ensino Médio	GF	D	01/10/2019
34.304/2019	MARIA DA CONCEICAO LIMA E SOUZA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	H	01/10/2019
34.304/2019	CATARINA ELIZETE PATERNO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	DENILSON ALIPIO DE BRITTO	Agente de Zeladoria	GO	E	01/10/2019
34.304/2019	TAISE FERNANDA SIEGEL	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	CARLA ROSILDA MAIER	Professor - 40 Horas (QP)	GE	G	01/10/2019
34.304/2019	LEONOR REGINA TAUFENBACH	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/10/2019
34.304/2019	ROSEMERI MOSER	Assistente Social	GE	D	01/10/2019
34.304/2019	ELIANE CORREIA	Agente Administrativo	GF	E	01/10/2019
34.304/2019	LORENA MARIA DE CASTRO	Servente de Serviços Gerais	GO	D	01/10/2019
34.304/2019	ANGELO BARBOSA	Agente de Vigilância	GO	E	01/10/2019
34.304/2019	JOAO BATISTA DOS ANJOS	Agente de Zeladoria	GO	D	01/10/2019
34.304/2019	JAIME RANGEL	Agente de Vigilância	GO	D	01/10/2019
34.304/2019	MARISA VENZKE	Coordenador Pedagógico (40H)	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	FABIANA MARILSE TOMIO	Educador - Ensino Médio	GF	D	01/10/2019
34.304/2019	TATIANA ELOISA MARTINS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/10/2019
34.304/2019	ANA PATRICIA DA CRUZ	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	CLAITON TADEU LOSS STUMPF	Médico - 20 Horas	GE	F	01/10/2019
34.304/2019	MARILEIA DALPRA DOS SANTOS	Professor - 20 Horas (QP)	GE	G	01/10/2019
34.304/2019	CAROLINA VIEIRA MENDES DE MELO DA LUZ	Professor - 20 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	SALESIO CARDOSO	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/10/2019
34.304/2019	MARILDA TOMAZ	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	ROSANA POMMERENING VIEIRA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	G	01/10/2019
34.304/2019	GREISE PERON	Assistente Social	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	NECILDA TERESINHA CIPRIANO	Enfermeiro	GE	F	01/10/2019
34.304/2019	JOSEANE PITZ KOCK	Professor - 20 Horas (QP)	GE	I	01/10/2019
34.304/2019	ADRIANA GRUEBEL	Auxiliar de Enfermagem	GF	I	01/10/2019
34.304/2019	SIMONE DUARTE FREZZA	Fonoaudiólogo	GE	B	01/10/2019
34.304/2019	CLAUDIA RAQUEL AGUIAR OENNING	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	ELISETE DOS SANTOS OLIVEIRA	Servente de Serviços Gerais	GO	E	01/10/2019
34.304/2019	NEIVA ZAFFONATTO BORBA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/10/2019



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD

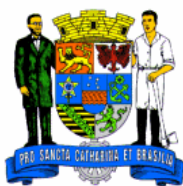
PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	GOC	PADRÃO	A PARTIR
34.304/2019	EMMA EMILIA ZIMMERMANN	Servente de Serviços Gerais	GO	E	01/10/2019
34.304/2019	ROSENIR BIRKNER BADIA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	F	01/10/2019
34.304/2019	CLEITON BRUNO HASKEL	Agente Administrativo	GF	C	01/10/2019
34.304/2019	IOZEMITA MARIA PEREIRA	Educador Social	GF	G	01/10/2019
34.304/2019	EDSON LUIZ FERREIRA	Agente de Vigilância	GO	C	01/10/2019
34.304/2019	MARA FABIANA MIRANDA WAISZIK	Agente Administrativo	GF	D	01/10/2019
34.304/2019	KATHJA ALEXANDRA TONN PESCHKE	Professor - 20 Horas (QP)	GE	J	01/10/2019
34.304/2019	OLAVIO DOS SANTOS	Agente de Vigilância	GO	C	01/10/2019
34.304/2019	CRISTIANO RICARDO DA CUNHA CAPORAL	Agente Administrativo	GF	D	01/10/2019
34.304/2019	ELISABETH TORRESANI	Enfermeiro	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	JOSE MOACIR CARVALHO	Guarda de Trânsito	GF	E	01/10/2019
34.304/2019	JOLAR BAIRROS	Auxiliar de Enfermagem	GF	I	01/10/2019
34.304/2019	CLEIDE TEREZINHA DE OLIVEIRA	Assistente Social	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	RONALDO MANSKE	Técnico em Enfermagem	GT	H	01/10/2019
34.304/2019	TANIA REGINA DIAS	Professor 40H Quadro Especial	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	JUZISCLEI MARQUIO PADILHA	Motorista	GO	E	01/10/2019
34.304/2019	DAIANE RAQUEL STUEPP	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	MICHELE TELES NIVALDO DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	KARINE DE PAULA VIEIRA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	JOICE DOS SANTOS SPEROTTO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	SABRINA DA SILVA SCHNEIDER	Professor - 40 Horas (QP)	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	ARNALDO MURILO SILVA	Professor - 20 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	VANDA CARDOSO BOBELLO	Professor - 20 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	CLAUDIA FERNANDES DA CRUZ	Técnico em Enfermagem	GT	E	01/10/2019
34.304/2019	EDER CASTANHA DE MELO	Motorista	GO	E	01/10/2019
34.304/2019	SONIA MARIA FALK	Fiscal de Obras e Posturas	GF	E	01/10/2019
34.304/2019	JACQUELINE GAZANIGA	Técnico em Higiene Dental	GT	E	01/10/2019
34.304/2019	CHRISTIAN ROGERIO CAMARA DE ABREU	Analista de Informática	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	GISLAINE STEFEN	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	E	01/10/2019
34.304/2019	MARCOS ANTONIO GHIZONI	Enfermeiro	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	EMERSON LUIZ MARCHESINI	Economista	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	MARCIO JOSE WEBER	Administrador	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	MARIA ROSANGELA MARQUATO	Agente Administrativo	GF	E	01/10/2019
34.304/2019	LIGIA SCHRUBBE ZIESE	Agente Administrativo	GF	E	01/10/2019
34.304/2019	CINTIA NELI DE OLIVEIRA	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	E	01/10/2019
34.304/2019	RAFAEL RUAN RUZINSKI	Farmacêutico	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	ROBERTO ESSIG	Agente Administrativo	GF	E	01/10/2019
34.304/2019	PEDRO HENRIQUE WIEDERKEHR MIEHE	Agente Administrativo	GF	E	01/10/2019
34.304/2019	FERNANDA MARTENS ALVES WEINGARTNER	Auxiliar de Consult. Dentário	GF	E	01/10/2019
34.304/2019	VALCIR CENCI	Enfermeiro	GE	E	01/10/2019
34.304/2019	ANDREIA GESSER	Técnico em Higiene Dental	GT	D	01/10/2019
34.304/2019	LEILA CRISTINA PERDONCINI	Geólogo	GE	D	01/10/2019
34.304/2019	MARTHA COLVARA BACHILLI	Médico - 20 Horas	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	ISABEL CESCON	Técnico em Enfermagem	GT	D	01/10/2019
34.304/2019	NARA CRISTINA DE MOURA	Técnico em Enfermagem	GT	D	01/10/2019
34.304/2019	SIMONE RAQUEL MERINI SANTOS	Educador Social	GF	D	01/10/2019
34.304/2019	ROZIDETE DOMINGUES DOS ANJOS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/10/2019
34.304/2019	SANDRA SCHIQUET	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/10/2019
34.304/2019	ELIANE TERESINHA HEIDEN	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/10/2019
34.304/2019	JOSE PAULO CASTRO DE SOUZA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/10/2019



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	GOC	PADRÃO	A PARTIR
34.304/2019	ROSENI BAASCH SCHMITT	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/10/2019
34.304/2019	TATIANA ROEDEL	Professor - 20 Horas (QP)	GE	D	01/10/2019
34.304/2019	ANTONIO CARLOS CARVALHO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/10/2019
34.304/2019	ELESSANDRA BIONDES DE SOUZA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	D	01/10/2019
34.304/2019	TATIANA CRUZ MACHADO	Técnico em Enfermagem	GT	C	01/10/2019
34.304/2019	SUELEN MATOSO DA SILVA VENTURELLI	Técnico em Higiene Dental	GT	D	01/10/2019
34.304/2019	CAROLINNE KISTENMACHER VIEIRA VERAS	Assistente Social	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	SILVANA APARECIDA RODRIGUES LEYVA	Técnico em Enfermagem	GT	D	01/10/2019
34.304/2019	ROSALINA JULIA CORREA SANTOS	Agente Comunitário de Saúde	GF	D	01/10/2019
34.304/2019	NERINA DE SOUZA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	LOIDE TEIXEIRA DO NASCIMENTO	Técnico em Higiene Dental	GT	D	01/10/2019
34.304/2019	RAQUEL OLIVEIRA DUARTE MUNARETTI	Técnico em Enfermagem	GT	D	01/10/2019
34.304/2019	CLAUDIA REGINA DA SILVA SCHORR	Agente Administrativo	GF	D	01/10/2019
34.304/2019	JANETE FERNANDES	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	KARINA PEREIRA ANDRADA	Assistente Social	GE	D	01/10/2019
34.304/2019	EFRAIM BARBOSA CICERELLI	Técnico em Enfermagem	GT	D	01/10/2019
34.304/2019	CASSIO BORTOLOTO	Arquiteto	GE	D	01/10/2019
34.304/2019	FERNANDA CHRISTINE ZAPFF	Agente Administrativo	GF	D	01/10/2019
34.304/2019	JURACI CUNHA	Técnico em Enfermagem	GT	D	01/10/2019
34.304/2019	JULIA KRACIK	Arquiteto	GE	D	01/10/2019
34.304/2019	JOCIMAR MACHADO	Agente de Vigilância	GO	D	01/10/2019
34.304/2019	HINGRIDI CARDOSO	Técnico em Enfermagem	GT	D	01/10/2019
34.304/2019	CRISLEI BERTOLDI	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	ANDREIA SILVA DE ANDRADE	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	CLEUNI GEMINIANO ALVES IKERT	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	ROSANE DA ROCHA WINK DOS SANTOS	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	SOLANGE GORETTI ROVEDDER	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	SISSI REGINA HARDT	Professor - 20 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	PATRICIA MARANGONI CANAL	Professor - 20 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	CECILIA SALVADOR RODRIGUES	Professor - 20 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	JULIANA CARNEIRO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	GIOVANE GLESIAS FELDHAUS	Agente Administrativo	GF	C	01/10/2019
34.304/2019	IRACILDA DE OLIVEIRA SILVA	Enfermeiro	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	LETICIA MARA TAVARES	Técnico em Enfermagem	GT	C	01/10/2019
34.304/2019	SIRLEI CAGLIARI	Técnico em Enfermagem	GT	C	01/10/2019
34.304/2019	REGIANE KAMMER	Técnico em Enfermagem	GT	C	01/10/2019
34.304/2019	MICHELE RIBEIRO	Técnico em Enfermagem	GT	C	01/10/2019
34.304/2019	SILVANA PIAZZA	Assistente Social	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	FERNANDA REGINA DOS SANTOS	Assistente Social	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	MARINA DOS SANTOS DALFOVO	Assistente Social	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	SARA HOFFMANN TERNES	Assistente Social	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	REJANE ROCHINSKI	Administrador	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	ALESSANDRA LETICIA DA PAIXAO	Assistente Social	GE	C	01/10/2019
34.304/2019	LILIAN CRISTINA MEINECKE	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/10/2019
34.304/2019	TATIANA WITTHOFT RAFFAELLI	Professor - 20 Horas (QP)	GE	B	01/10/2019
34.304/2019	ELAISE SESTREM	Agente Administrativo	GF	B	01/10/2019
34.304/2019	VANIR TERESINHA KLAUMANN	Agente de Vigilância	GO	B	01/10/2019
34.304/2019	SHIRLEI GISIANE PEREIRA CLIMACO	Agente Administrativo	GF	B	01/10/2019
34.304/2019	ELONHA JANI KRAUSE	Agente Comunitário de Saúde	GF	B	01/10/2019
34.304/2019	GABRIEL HENRIQUE DE NASCIMENTO PRIMO	Agente Administrativo	GF	B	01/10/2019



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	GOC	PADRÃO	A PARTIR
34.304/2019	LETICIA DE SOUZA	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/10/2019
34.304/2019	LUCIENE GOMES DA SILVA ELISIO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/10/2019
34.304/2019	PATRICIA MARIA RUDGER	Agente Comunitário de Saúde	GF	B	01/10/2019
34.304/2019	CRISTIANE PLOTGHER	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/10/2019
34.304/2019	SIMONE INACIO	Professor - 40 Horas (QP)	GE	B	01/10/2019
34.304/2019	ELIZABETH LINDNER TEIXEIRA	Enfermeiro	GE	B	01/10/2019
34.304/2019	NADINE SCHLINDWEIN	Agente Administrativo	GF	B	01/10/2019
34.304/2019	JULIANA SHEILA MANARIM	Agente Comunitário de Saúde	GF	B	01/10/2019
34.304/2019	GORETE YNAQUIEVI DE REZENDE FOCESATO	Farmacêutico	GE	B	01/10/2019
34.304/2019	ROBERT BRUNO MANSKE	Farmacêutico	GE	B	01/10/2019
34.304/2019	ANA MARIA MIGUEL GOMES DA SILVA	Téc em Vig. Sanit. e Saúde Amb	GT	B	01/10/2019
34.304/2019	ADRIANE HAUSMANN	Agente Administrativo	GF	B	01/10/2019
34.304/2019	RAFAEL GOULART	Motorista	GO	B	01/10/2019
34.304/2019	VAGNER LOPES BARBOSA	Técnico em Enfermagem	GT	B	01/10/2019
34.304/2019	ANA PAULA SOARES	Nutricionista	GE	B	01/10/2019
34.304/2019	EVANDRO ADEMIR MANNES	Técnico em Enfermagem	GT	B	01/10/2019
34.304/2019	ARQUIMINO DA ROCHA NEVES	Técnico em Enfermagem	GT	B	01/10/2019
34.304/2019	RAFAEL ANDRADE DA SILVA	Agente Administrativo	GF	B	01/10/2019
34.304/2019	CYNTHIA MARA DA SILVA SCHWARTZ	Médico - 40 Horas	GE	B	01/10/2019
34.304/2019	JOSIANE SUELEN DE MORAES	Técnico em Higiene Dental	GT	B	01/10/2019
34.304/2019	IRONI CLARETE KEIL	Técnico em Enfermagem	GT	B	01/10/2019
34.304/2019	LETICIA TEIXEIRA DE SOUZA MARTINELI	Técnico em Enfermagem	GT	B	01/10/2019
34.304/2019	FRED JOHANNES RABITZSCH	Téc em Vig. Sanit. e Saúde Amb	GT	B	01/10/2019
34.304/2019	ARIETE JANE DA SILVA	Cozinheiro	GO	B	01/10/2019
34.304/2019	WAGNER PINHEIRO MORENO	Agente Administrativo	GF	B	01/10/2019
34.304/2019	NIVEA MARIA BATISTA MONTEIRO VALIM	Agente Comunitário de Saúde	GF	B	01/10/2019
34.304/2019	NEIDE TEREZINHA DA SILVA TAVARES	Agente Comunitário de Saúde	GF	B	01/10/2019
34.304/2019	ANA CAROLINE DALLAGO KARAM	Agente Administrativo	GF	B	01/10/2019

Blumenau, 01 de novembro de 2019.

**ANDERSON ROSA**  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 740**

Publicação Nº 2215659

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD****ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 740**

**ANDERSON ROSA**, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013, resolve:

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO DE 180 (CENTO E OITENTA) DIAS CONSECUTIVOS**

De acordo com os artigos 146, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores públicos municipais, conforme segue:

Nº PORTARIA	DATA	PROCESSO	NOME	DECÊNIO
34326/2019	14.10.2019	2019/10/009108	ELISABETH KUEHN DE SOUZA	01.08.2004 a 01.08.2014
34335/2019	14.10.2019	2019/10/009117	CASSIO BORTOLOTTO	15.05.2009 a 15.05.2019
34353/2019	21.10.2019	2019/10/009297	JOÃO HENRIQUE NEGRÃO DE CASTRO	02.05.1998 a 02.05.2008
34354/2019	21.10.2019	2019/10/009298	JOÃO HENRIQUE NEGRÃO DE CASTRO	02.05.2008 a 02.05.2018
34355/2019	22.10.2019	2019/10/009336	MARIA LUIZA SCHMITZ	22.10.2009 a 22.10.2019
34368/2019	25.10.2019	2019/10/009448	CLAUDIO RUBINO KRUTZMANN	15.07.2005 a 15.07.2015
34369/2019	25.10.2019	2019/10/009451	NILSA TERESINHA HENDGES	13.07.2007 a 13.07.2017
34388/2019	31.10.2019	2019/10/009563	MARCIA MARCIANO	12.06.2004 a 12.06.2014
34389/2019	31.10.2019	2019/10/009572	MARILIS FISCHER	25.10.2009 a 25.10.2019
34390/2019	31.10.2019	2019/10/009580	DANIELA TORRES DE SOUZA	06.07.2009 a 06.07.2019

Blumenau, 01 de novembro de 2019.

**ANDERSON ROSA**  
Secretário Municipal de Administração

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Nº 733**

Publicação Nº 2215661



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU**

## **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD**

**ATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO NÚMERO 733**

**ANDERSON ROSA**, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013 e, com base nos artigos 27, 28 e 29, combinado com os artigos 61, 62 e 63, ambos da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007 e, artigos 74, 75 e 76, da Lei Complementar nº 662, de 28 de novembro de 2007, resolve:

**CONCEDER PROMOÇÃO VERTICAL**

Aos servidores públicos municipais de Blumenau, integrantes do Grupo Ocupacional Especialista:

PORTARIA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	VENCIMENTO		A PARTIR DE
			PADRÃO		
34.305/2019	ADRIANA TEIXEIRA MOELLER	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/10/2019
34.305/2019	ANGELITA ANA LARGURA SILVA	Assistente Social	K3II	C	01/10/2019
34.305/2019	ANISIO LUIZ ROCHA	Coordenador Pedagógico (40H)	B4II	J	01/10/2019
34.305/2019	BIANCA TOMAZ PEREIRA	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/10/2019
34.305/2019	CHRISTIAN ROGERIO CAMARA DE ABREU	Analista de Informática	I3III	E	01/10/2019
34.305/2019	CLAUDETE PATRICIA KAYSER MACHADO	Enfermeiro	L3III	F	01/10/2019
34.305/2019	DESIREE ROCHA NOGUEIRA VIANA	Professor - 20 Horas (QP)	B2II	B	01/10/2019
34.305/2019	ELIZABETH LINDNER TEIXEIRA	Enfermeiro	L3II	B	01/10/2019
34.305/2019	FABRICIA ALVES DE ALMEIDA RUDOLF	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/10/2019
34.305/2019	GILVANIA ERTAL	Professor - 20 Horas (QP)	B2II	B	01/10/2019
34.305/2019	MARCIO ALEXANDRE LOURENCO DE LIMA	Professor - 20 Horas (QP)	B2II	B	01/10/2019
34.305/2019	NERINA DE SOUZA	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	C	01/10/2019
34.305/2019	RAQUEL FERREIRA RIBEIRO	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/10/2019
34.305/2019	SALETE FARINON KNONER	Psicólogo	K2II	C	01/10/2019
34.305/2019	SANDRA APARECIDA MIYAMOTO FURTADO	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	C	01/10/2019
34.305/2019	SIMONE INACIO	Professor - 40 Horas (QP)	B4II	B	01/10/2019

Blumenau, 01 de novembro de 2019.

**ANDERSON ROSA**  
Secretário Municipal de Administração



**EXTRATOS DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS - SAMAE 2019**

Publicação Nº 2215677

**1) 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2213/2019**

PARTES: SAMAE e SANEAUT DO BRASIL LTDA. ME

OBJETO: fornecimento de materiais e serviços para conserto de transformadores.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 06-2246/2018.

VALOR: mantido.

PRAZO: prorrogado o contrato por mais 6 (seis) meses, passando a vigor de 28/09/2019 a 27/03/2020.

DATA DA ASSINATURA: 25 de setembro de 2019.

**2) 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2211/2017**

PARTES: SAMAE e IRIA DA VEIGA

OBJETO: locação de imóvel para manutenção de reservatório de água.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº. 08-2223/2017.

VALOR: R\$ 2.151,19 (dois mil cento e cinquenta e um reais e dezenove centavos)

PRAZO: prorrogado o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, passando a vigor de 09 de outubro de 2019 a 08 de outubro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 04 de outubro de 2019.

**3) 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2207/2015**

PARTES: SAMAE e CONSÓRCIO BLUMENAU NORTE SHOPPING

OBJETO: cessão, em regime de comodato, do salão comercial nº 23 ("espaço"), com 40,50 m2 (quarenta metros quadrados e cinquenta decímetros quadrados), localizado no BLUMENAU NORTE SHOPPING, para a utilização temporária como posto de atendimento do "SAMAE".

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-2203/15.

VALOR: não se aplica.

PRAZO: rescindido o contrato a partir de 06 de setembro de 2019. DATA DA ASSINATURA: 15 de outubro de 2019.

**4) CONTRATO Nº 2221/ 2019**

PARTES: SAMAE e ENGEPLAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - EPP

OBJETO: prestação de serviços de substituição das camadas de manta e pintura hidráulica e regularização das superfícies da Calha Parshall e do canal de distribuição da ETA II.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 2212/2019.

VALOR: R\$ 52.548,00 (cinquenta e dois mil, quinhentos e quarenta e oito reais).

PRAZO: 4 (quatro) meses, de 07/10/2019 a 06/02/2020

DATA DA ASSINATURA: 03 de outubro de 2019.

**5) CONTRATO Nº. 2222/2019**

PARTES: SAMAE e MILANOX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA ENVASE LTDA.

OBJETO: aquisição de máquina rotativa envasadora para água potável e mesa acumuladora rotativa

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão nº 2233/2019

VALOR: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

PRAZO: 90 (noventa) dias, contados do dia 28/10/2019 ao dia 27/01/2020.

DATA DA ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

**6) CONTRATO Nº 2223/2019**

PARTES: SAMAE e MANFRA E CIA LTDA.

OBJETO: aquisição de radar de penetração de solo (Georadar)

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão nº 2238/2019

VALOR: R\$ 425.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco mil reais).

PRAZO: 3 (três) meses, de 28/10/2019 a 27/01/2020.

DATA DA ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

**7) CONTRATO Nº 2224/2019**

PARTES: SAMAE e L'ART ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: prestação de serviço de perícia técnica, laudos e diagnósticos do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Blumenau/SC

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 09-2227/2019

VALOR: R\$ 308.991,27 (trezentos e oito mil, novecentos e noventa e um reais e vinte e sete centavos).

PRAZO: 12 (doze) meses, do dia 31/10/2019 ao dia 30/10/2020

DATA DA ASSINATURA: 29 de Outubro de 2019.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2243/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2215679

PREGÃO PRESENCIAL 06-2243/2019.

OBJETO: Registro de preço para possível aquisição de materiais elétricos (projetores, refletores, luminárias, disjuntores, contadores, fitas, lâmpadas, interruptores, cabos, fusíveis, reles, etc.) pelo período de 01 (um) ano - SAMAE. ENTREGA ENVELOPES: dia 26 de novembro de 2019, às 08:30 horas, ABERTURA ENVELOPES: dia 26 de novembro de 2019, às 09:00 horas. EDITAL COMPLETO: sem custas site oficial do município ([www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br)) e/ou ([www.samae.com.br](http://www.samae.com.br)) e/ou via e-mail [comprascontratos@samae.com.br](mailto:comprascontratos@samae.com.br) e/ou [marcelofileti@](mailto:marcelofileti@)



samae.com.br Contatos (47) 3331-8421 – 3331-8422. Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e nº 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações, Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau (SC), 04/11/2019.  
AndreEspezim  
Diretor Presidente

## **SUSPENSÃO DATA DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2237/2019 - SAMAE**

Publicação Nº 2215682

### **SUSPENSÃO DATA DE ABERTURA**

Pregão Presencial 06-2237/2019.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em telecomunicações para a prestação de serviços de Telefonia Móvel.

Informamos que resta suspensa a abertura do edital para verificação, correção e resposta de questionamentos recebidos.

Blumenau (SC), 04/11/2019.  
André Espezim  
Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7482/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215689

### **PORTARIA N.º 7482/2019**

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VERONICA NOGUEIRA SIEVERT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de VERONICA NOGUEIRA SIEVERT, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 18001040.1.00294/19-3, totalizando 1924 (mil, novecentos e vinte e quatro) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 3 (três) meses, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 12782/10/2019.

Blumenau, 18 de outubro de 2019.  
ELÓI BARNI  
Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7483/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215692

### **PORTARIA N.º 7483/2019**

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL WANDERLEA LEITE DE ARAUJO OLIVEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de WANDERLEA LEITE DE ARAUJO OLIVEIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021060.1.00095/19-6, totalizando 1834 (mil, oitocentos e trinta e quatro) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, e 9 (nove) dias, conforme Processo n.º 12790/10/2019.

Blumenau, 18 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 7484/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215693

PORTARIA N.º 7484/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL REINALDO DE OLIVEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de REINALDO DE OLIVEIRA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 21004110.1.00117/19-4, totalizando 3121 (três mil, cento e vinte e um) dias, correspondente a 8 (oito) anos, 6 (seis) meses, e 21 (vinte e um) dias, conforme Processo n.º 12791/10/2019.

Blumenau, 18 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 7485/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215696

PORTARIA N.º 7485/2019

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2019 ÀS 15 HORAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. KAREN CRISTINA BOZKO, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. KELLEN CHAVES DA SILVA DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 24 de outubro de 2019, às 15 horas.

Blumenau, 21 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 7486/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215697

PORTARIA N.º 7486/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE MARIA DE FÁTIMA CONTI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

de acordo com o artigo 4.º, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 99, e 104, anexo I, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, § 1.º inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6.º-A, parágrafo único, da mesma Emenda Constitucional, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012, à

ELIANE MARIA DE FÁTIMA CONTI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 3.672,48 (Três mil, seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e oito centavos), a contar de 04 de novembro de 2019, conforme Processo nº 11868/7/2019.

Blumenau, 22 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7487/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215700

PORTARIA N.º 7487/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUCIANO ANTONIO MULLER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de LUCIANO ANTONIO MULLER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 09001210.1.00117/19-3, totalizando 5124 (cinco mil, cento e vinte e quatro) dias, correspondente a 14 (quatorze) anos, e 14 (quatorze) dias, conforme Processo n.º 12798/10/2019.

Blumenau, 22 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7488/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215701

PORTARIA N.º 7488/2019

DESAFETA BENS PÚBLICOS DE PROPRIEDADE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU - ISSBLU.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso II, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º – Ficam desafetados de sua destinação específica os seguintes bens de propriedade do ISSBLU:

BEM	TOMBO
RACK PARA SERVIDOR	004
VEÍCULO VW/SPACEFOX TREND, PLACAS MKS2116, RENAVAL 489175848, ANO/MODELO 2012/2013, COR BRANCO.	024

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo seus efeitos a 30 de setembro de 2019.

Blumenau, 22 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7489/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215703

PORTARIA N.º 7489/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JEANE PITZ PUKALL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de JEANE PITZ PUKALL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021080.1.00008/19-6, totalizando 1620 (mil, seiscentos e vinte) dias, correspondente a 4 (quatro) anos, 5 (cinco) meses, e 10 (dez) dias, conforme Processo n.º 12815/10/2019.

Blumenau, 22 de outubro de 2019.

ELOI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7490/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215705

PORTARIA N.º 7490/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCIDES OTAVIO MEIER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de ALCIDES OTAVIO MEIER, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico de Hidrômetro Oficial, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021020.1.00074/19-9, totalizando 4152 (quatro mil, cento e cinquenta e dois) dias, correspondente a 11 (onze) anos, 4 (quatro) meses, e 17 (dezessete) dias, conforme Processo n.º 12795/10/2019.

Blumenau, 22 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7491/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215707

PORTARIA N.º 7491/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DIONE FLOHR.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de DIONE FLOHR, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 23001260.1.00045/19-9, totalizando 1959 (mil, novecentos e cinquenta e nove) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 4 (quatro) meses, e 14 (catorze) dias, conforme Processo n.º 12811/10/2019.

Blumenau, 23 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7492/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215708

PORTARIA N.º 7492/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GICELE MARIA CERVI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigo 37, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, e artigo 3º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

GICELE MARIA CERVI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotada na FURB Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 13.981,74 (Treze mil, novecentos e oitenta e um reais e setenta e quatro centavos), a partir de 04 de novembro de 2019, conforme Processo n.º 12688/10/2019.

Blumenau, 23 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7493/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215710

PORTARIA N.º 7493/2019

CONCEDE PENSÃO TEMPORÁRIA À LETÍCIA LOFFI E EDUARDA LOFFI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PENSÃO TEMPORÁRIA,

de acordo com os artigos 17, § 2º, e 18, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, combinado com o artigo 16, inciso I, do mesmo diploma legal, e artigo 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

LETÍCIA LOFFI e EDUARDA LOFFI, filhas da servidora pública municipal aposentada BERNARDETE LIBARDO, no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, falecida em 16 de outubro de 2019, devendo perceberem mensalmente o correspondente a 50% (cinquenta por cento) dos proventos, no valor de R\$ 1.911,36 (Mil, novecentos e onze reais e trinta e seis centavos) cada dependente, totalizando R\$ 3.822,72 (Três mil, oitocentos e vinte e dois reais e doze centavos), a contar da data do óbito, até completarem 21 (vinte e um) anos, conforme Processos n.os 12812/10/2019 e 12813/10/2019 .

Blumenau, 23 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7494/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215712

PORTARIA N.º 7494/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ILSON ROBERTO DE BORBA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE,

de acordo com o artigo 4.º, inciso III, § 2.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 18, 19, e 20, da Lei Complementar n.º 744, de 19 de março de 2010, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "b", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, a

ILSON ROBERTO DE BORBA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Laboratório, lotado na FUR-B-Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 2.223,90 (Dois mil, duzentos e vinte e três reais e noventa centavos), a contar de 05 de novembro de 2019, conforme Processo n.º 12625/9/2019. Blumenau, 23 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7495/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215719

PORTARIA N.º 7495/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOÃO AMARILDO RANGUETTI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de JOÃO AMARILDO RANGUETTI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 21026120.1.00605/19-0, totalizando 354 (trezentos e cinquenta e quatro) dias, correspondente a 11 (onze) meses, e 24 (vinte e quatro) dias, conforme Processo n.º 12836/10/2019.

Blumenau, 23 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7496/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215721

PORTARIA N.º 7496/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL HELOISA HELENA DE OLIVEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de HELOISA HELENA DE OLIVEIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 14001070.1.02412/19-1, totalizando 3826 (três mil, oitocentos e vinte e seis) dias, correspondente a 10 (dez) anos, 5 (cinco) meses, e 26 (vinte e seis) dias, conforme Processo n.º 12824/10/2019.

Blumenau, 24 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 7497/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215722

PORTARIA N.º 7497/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DULCE DA SILVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de DULCE DA SILVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 14001070.1.02175/19-0, totalizando 5072 (cinco mil, setenta e dois) dias, correspondente a 13 (treze) anos, 10 (dez) meses, e 27 (vinte e sete) dias, conforme Processo n.º 12807/10/2019.

Blumenau, 24 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7498/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215723

PORTARIA N.º 7498/2019

RETIFICA A PORTARIA N.º 7450/2019 QUE CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À MARGARETE EGER MEDEIROS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

CONSIDERANDO a revisão do cálculo dos proventos da aposentadoria concedida à servidora pública municipal Margarete Eger Medeiros, em virtude do acréscimo de 1% (um) por cento, nos anuênios, em 01/10/2019, passando de 30% (trinta) por cento, para 31% (trinta e um) por cento, alterando seus anuênios de R\$ 3.317,43 (Três mil, trezentos e dezessete reais e quarenta e três centavos), para R\$ 3.428,01 (Três mil, quatrocentos e vinte e oito reais e um centavo), conforme Certidão Nº 246/2019, da FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, resolve,

RETIFICAR,

a Portaria n.º 7450/2019, de 03 de outubro de 2019, que concedeu aposentadoria por tempo de contribuição à Margarete Eger Medeiros, servidora pública municipal, aposentada no cargo de provimento efetivo de Analista de Sistemas, lotada na FURB-Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, alterando os proventos mensais para R\$ 14.486,11 (Quatorze mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e onze centavos), a contar de 16 de outubro de 2019.

Blumenau, 24 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7499/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215725

PORTARIA N.º 7499/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TEREZINHA APARECIDA PATRICIA SIMAS BUCCI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, e 54, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

TEREZINHA APARECIDA PATRICIA SIMAS BUCCI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 2.540,52 (Dois mil, quinhentos e quarenta reais e cinquenta e dois centavos), a partir de 04 de novembro de 2019, conforme Processo nº 12727/10/2019.

Blumenau, 25 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7500/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215727

PORTARIA N.º 7500/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARLISE CISZ.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I-E, e 54, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARLISE CISZ, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 4.574,88 (Quatro mil, quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), a partir de 04 de novembro de 2019, conforme Processo n.º 12732/10/2019.

Blumenau, 25 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7501/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215728

PORTARIA N.º 7501/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRICIA PEREZ MEISTER DAL COLLI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de PATRICIA PEREZ MEISTER DAL COLLI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 19021040.1.00623/19-7, totalizando 10033 (dez mil, trinta e três) dias, correspondente a 27 (vinte e sete) anos, 5 (cinco) meses, e 28 (vinte e oito) dias, conforme Processo n.º 12844/10/2019.

Blumenau, 25 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente



**PORTARIA Nº 7502/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215729

PORTARIA N.º 7502/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEIDE MARIA MUNIZ DA COSTA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, e 54, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

NEIDE MARIA MUNIZ DA COSTA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.600,18 (Três mil, seiscentos reais e dezoito centavos), a partir de 04 de novembro de 2019, conforme Processo n.º 12672/10/2019.

Blumenau, 25 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7503/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215730

PORTARIA N.º 7503/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FABIANO ZANELLA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de FABIANO ZANELLA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Serviços em Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão N.º 00911/2019, expedida pelo IPREV - Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, totalizando 2131 (dois mil, cento e trinta e um) dias, correspondente a 5 (cinco) anos, 10 (dez) meses, e 6 (seis) dias, conforme Processo n.º 12857/10/2019.

Blumenau, 28 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7504/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215732

PORTARIA N.º 7504/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL INGRID PIONKOWSKI.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, e 54, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

INGRID PIONKOWSKI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.683,52 (Mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e dois centavos), a partir de 04 de novembro de 2019, conforme Processo n.º 12803/10/2019.

Blumenau, 29 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7505/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215735

PORTARIA N.º 7505/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CARLA SUELY SCHROEDER.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I-E, e 54, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

CARLA SUELY SCHROEDER, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 13.670,21 (Treze mil, seiscentos e setenta reais e vinte e um centavos), a partir de 04 de novembro de 2019, conforme Processo nº 12729/10/2019.

Blumenau, 29 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7506/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215737

PORTARIA N.º 7506/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANE FRITZKE SABEL.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, e 54, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

ROSANE FRITZKE SABEL, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.273,72 (Três mil, duzentos e setenta e três reais e setenta e dois centavos), a partir de 04 de novembro de 2019, conforme Processo nº 12733/10/2019.

Blumenau, 29 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7507/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215748

PORTARIA N.º 7507/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILENE ROZAR ZIMMERMANN.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, e 54, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 3.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 47, de 5 de julho de 2005, à

MARILENE ROZAR ZIMMERMANN, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.650,95 (Mil, seiscentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos), a partir de 04 de novembro de 2019, conforme Processo nº 12788/10/2019.

Blumenau, 29 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7508/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215750

PORTARIA N.º 7508/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSA MARIA ELIAS SCHMITT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 99, e 111, anexos II, e V, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

ROSA MARIA ELIAS SCHMITT, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.570,97 (Três mil, quinhentos e setenta reais e noventa e sete centavos), a partir de 04 de novembro de 2019, conforme Processo n.º 12829/10/2019.

Blumenau, 29 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7509/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215754

PORTARIA N.º 7509/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARI SOLANGE DE OLIVEIRA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 24 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com os artigos 4.º, inciso III, e 7º, § 1º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, e 54, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, §§ 1.º, inciso III, alínea "a", e 3º, da Constituição Federal, com redação determinada pelas Emendas Constitucionais n.os 20, de 15 de dezembro de 1998, e 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARI SOLANGE DE OLIVEIRA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 1.591,49 (Mil, quinhentos e noventa e um reais e quarenta e nove centavos), a contar de 04 de novembro de 2019, conforme Processo n.º 12800/10/2019.

Blumenau, 29 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7510/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215756

PORTARIA N.º 7510/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FABIANO ZANELLA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de FABIANO ZANELLA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Serviços em Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021080.1.00235/19-2, totalizando 851 (oitocentos e cinquenta e um) dias, correspondente a 2 (dois) anos, 4 (quatro) meses, e 1 (um) dia, conforme Processo n.º 12857/10/2019.

Blumenau, 29 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 7511/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215765

PORTARIA N.º 7511/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA APARECIDA PIVA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de MARIA APARECIDA PIVA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheira, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo n.º 19024070.1.00055/19-3, totalizando 601 (seiscentos e um) dias, correspondente a 1 (um) ano, 7 (sete) meses, e 26 (vinte e seis) dias, conforme Processo n.º 12852/10/2019.

Blumenau, 29 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 7512/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215767

PORTARIA N.º 7512/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA GORETY MENEGAZZO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

de acordo com os artigos 4.º, inciso I, e 5.º, inciso III, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 99, da Lei Complementar n.º 662, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, inciso I, § 1.º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARIA GORETY MENEGAZZO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 3.431,56 (Três mil, quatrocentos e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos), a partir de 04 de novembro de 2019, conforme Processo n.º 11591/6/2019.

Blumenau, 29 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº 7513/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215768

PORTARIA N.º 7513/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ISABEL CRISTINA DOS SANTOS EBERHARDT.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 73-B, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I-E, e 54,

da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, artigo 3º, seus incisos, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, à

ISABEL CRISTINA DOS SANTOS EBERHARDT, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 10.887,93 (Dez mil, oitocentos e oitenta e sete reais e noventa e três centavos), a partir de 04 de novembro de 2019, conforme Processo n.º 12740/10/2019. Blumenau, 29 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7514/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215771

PORTARIA N.º 7514/2019

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA MÉDICA OFICIAL DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR DE BLUMENAU – ISSBLU QUE SE REUNIRÁ NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2019 ÀS 15 HORAS.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria nº 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

NOMEAR,

nos termos do Artigo 68 C, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

Dr. RAFAEL DE FRANCESCHI, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. KAREN CRISTINA BOZKO, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, Dra. KELLEN CHAVES DA SILVA DE FRANCESCHI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, para compor a Junta Médica Oficial do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, que se reunirá no dia 31 de outubro de 2019, às 15 horas.

Blumenau, 29 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 7515/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215774

PORTARIA N.º 7515/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEUSA MARIA DE SOUZA RIBEIRO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR INVALIDEZ,

de acordo com os artigos 4.º, inciso I, e 28, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigos 2º, inciso I, anexo I, e 54, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, e artigo 40, § 1.º inciso I, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o artigo 6.º-A, parágrafo único, da mesma Emenda Constitucional, com redação acrescentada pela Emenda Constitucional n.º 70, de 29 de março de 2012, à

NEUSA MARIA DE SOUZA RIBEIRO, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos proporcionais e mensais de R\$ 1.083,92 (Mil, oitenta e três reais e noventa e dois centavos), a partir de 04 de novembro de 2019, conforme Processo nº 11494/5/2019.

Blumenau, 29 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7516/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215776

PORTARIA Nº 7516/2019

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LARISSA MENDES PINTO.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL,

com fundamento no artigo 24, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, à

LARISSA MENDES PINTO, servidora pública municipal, cargo de provimento efetivo de Fiscal Previdenciário, do quadro permanente de Pessoal do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, categoria 8, do grupo ocupacional especialista, carga horária de 30 (trinta) horas, faixa de vencimento I, padrão de vencimento 'D' para o padrão de vencimento 'E'.

Esta portaria entra em vigor a partir de 01 de novembro de 2019.

Blumenau, 30 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7518/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215779

PORTARIA N.º 7518/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILENE APARECIDA DAVID.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de MARILENE APARECIDA DAVID, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 21039010.1.00601/19-7, totalizando 1075 (mil, setenta e cinco) dias, correspondente a 2 (dois) anos, 11 (onze) meses, e 15 (quinze) dias, conforme Processo n.º 12882/10/2019.

Blumenau, 31 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7519/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215782

PORTARIA N.º 7519/2019

CONTA TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EGOLAND GNICH.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

MANDAR CONTAR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 4.º, § 6.º, da Lei Complementar nº 308, de 22 de dezembro de 2000,

a favor de EGOLAND GNICH, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Especiais, sob o Regime Jurídico Estatutário, para efeito de aposentadoria, conforme Certidão expedida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, Protocolo nº 20021010.1.00016/19-9, totalizando 3636 (três mil, seiscentos e trinta e seis) dias, correspondente a 9 (nove) anos, 11 (onze) meses, e 21 (vinte e um) dias, conforme Processo n.º 12874/10/2019.



Blumenau, 31 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## PORTARIA Nº 7520/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2215784

PORTARIA N.º 7520/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILDA ROSA GALVÃO CHECCUCCI GONÇALVES.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO,

de acordo com o artigo 72-A, seus incisos, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, artigo 37, parágrafo único, da Lei Complementar n.º 745, de 19 de março de 2010, e artigo 6.º, seus incisos, da Emenda Constitucional n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, à

MARILDA ROSA GALVÃO CHECCUCCI GONÇALVES, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Universitário, lotada na FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, sob o Regime Jurídico Estatutário, com proventos integrais e mensais de R\$ 15.494,98 (Quinze mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e noventa e oito centavos), a partir de 01 de novembro de 2019, conforme Processo n.º 12787/10/2019.

Blumenau, 01 de novembro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## PORTARIA Nº 7471/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2215786

PORTARIA N.º 7471/2019

CONCEDE O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

nos termos dos artigos 9.º, parágrafo único, e 10, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

Art.1.º CONCEDER O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA, aos servidores públicos municipais relacionados no quadro abaixo:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
212595	ALAN MARIO VENDRAMINI	09/10/2019	18/10/2019
231800	ALAN VANDERLEI MAÇANEIRO	06/10/2019	20/10/2019
223514	ALEILA ANAIR BONA	03/10/2019	16/11/2019
186945	ALEXANDRA METTE GUETHS	24/09/2019	23/10/2019
180084	AMALIA MARIA BOELTER	10/09/2019	09/10/2019
183628	ANA CRISTINA DA SILVA	03/09/2019	20/12/2019
193020	ANA KARLA RADTKE MONTAGNA	05/10/2019	31/10/2019
201529	ANDREA WERNKE SCHUMACHER	17/09/2019	24/10/2019
184462	ANDREIA CRISTIANE ZIMMERMANN SOUZA	15/10/2019	29/11/2019
200409	ANDREIA MARIA CLERICI KLOCK	15/10/2019	07/11/2019
212768	ANNA TARCIZIA ZAGO FLEMING	27/09/2019	11/12/2019
229919	AUREA CORREA	20/09/2019	05/10/2019
231779	AUREA CORREA	20/09/2019	05/10/2019
174424	CARLA LONGINA CASAS DA SILVA	21/09/2019	04/10/2019
231412	CAROLINE ZIMMERMANN EUFRAZIO	17/09/2019	26/11/2019
004790	CENESIO AMARILDO VANSUIT	19/09/2019	10/10/2019

219398	CLAUDIA DE CASSIA COPETTI DIDONE BEDUSCHI	13/10/2019	28/10/2019
230807	CRISTINA RODRIGUES	13/09/2019	04/10/2019
229594	DANIEL DANTAS FERNANDES	20/09/2019	27/09/2019
229152	DEISE TRETTIN ROSSINI	24/09/2019	07/11/2019
183741	DULCE MARIA LEHNEN	24/09/2019	04/10/2019
228490	ELAINE POPENGA	19/09/2019	04/01/2020
206520	ELAINE THEISS	27/09/2019	31/10/2019
201332	ELENIR MARIA CONSTANTINO DA SILVA	02/10/2019	18/10/2019
204366	ELIANE PIETA	08/10/2019	21/12/2019
201359	ELIZABETH KRUEGER	10/09/2019	08/11/2019
210927	ELUIZA FREITAS	28/09/2019	13/11/2019
184870	EVELYN CARLI	08/10/2019	07/11/2019
192970	FATIMA DE LUCCA DOS SANTOS	29/09/2019	14/11/2019
202800	FRANCISCO AUGUSTO ALVES NETO	09/10/2019	23/10/2019
230822	GISELLE OBERZINER	03/10/2019	17/11/2019
131458	GLAUCO ROBERTO DOS SANTOS DUARTE	28/09/2019	12/11/2019
231023	GREICI PEREIRA PACHECO	05/10/2019	20/12/2019
017248	HENRIQUE CELESTE BERNARDI	03/09/2019	26/09/2019
2500095	INGO RIEDL	02/10/2019	01/12/2019
132560	IRACEMA ASTUKO KITAMURA	26/09/2019	12/11/2019
229877	IRONI DAMKE LEAL	15/10/2019	30/10/2019
230123	ISMERIA DESCHAMPS DE BORBA	25/09/2019	01/11/2019
228184	IVANICE KOHLER	27/09/2019	04/10/2019
229191	JACKELINE MEDINA REZZA	15/10/2019	20/10/2019
229568	JANDIRA LUCINI SCHMITT	10/10/2019	25/11/2019
228938	JANE SCHEILA MOTTER	08/10/2019	19/10/2019
013633	JOAQUIM DOS SANTOS	25/09/2019	10/12/2019
229800	JOCIELI VARGAS DE FREITAS RIDIERI	01/10/2019	15/10/2019
000970	JONAS RUTHZATZ	03/09/2019	18/09/2019
229296	JOSILEA RAFFAELLI	02/10/2019	09/12/2019
148636	JUCIANE MARA MOTA BECKER	09/10/2019	20/12/2019
217107	JUCIMARA REGINA PAMPLONA WALDRICH	18/09/2019	28/12/2019
198773	JULIANA GIACOMOSSI	25/09/2019	22/10/2019
219401	KASSIA GISLON DE CAMPOS	03/09/2019	19/01/2020
206113	KATIA CILENE BAULER	28/09/2019	14/11/2019
231153	KATIA REGINA DE SOUZA ROSA	16/09/2019	14/12/2019
2500781	LUCIANE FILIPIN	04/10/2019	18/11/2019
004137	LUIZ ALBERTO PACHECO DE SOUSA	27/09/2019	11/11/2019
142425	LUIZ AUGUSTO VIEIRA	24/09/2019	08/10/2019
199150	LUIZA NUNES DAVID	02/10/2019	16/10/2019
229789	LUSCIMAR RECH BERKENBROCK	27/09/2019	29/11/2019
230136	MAIRLA ROCHA SOUZA	17/09/2019	30/09/2019
2500350	MARCELO ALUISIO FELISBINO	19/09/2019	03/11/2019
196592	MARCIA APARECIDA DA SILVA I	08/10/2019	22/10/2019
231486	MARIA DE LOURDES BARCELOS MARTINS MOREIRA	10/09/2019	25/10/2019
185205	MARIA HELENA ZUCKI	11/10/2019	25/10/2019
120774	MARIA PEREIRA DA SILVA	06/09/2019	21/02/2020



133108	MARIA REJANE BARROS DALLAMICO	01/10/2019	18/10/2019
200751	MARIA TEREZINHA DOS SANTOS	28/09/2019	11/11/2019
230097	MARIANE WESCHENFELDER RIBEIRO	18/09/2019	02/10/2019
230052	MARISA MARLENE MAFRA	01/10/2019	16/10/2019
225665	MARISE DA SILVA	20/09/2019	19/10/2019
228577	MARLISE SEVERINO WILHELMS	26/09/2019	08/11/2019
221031	MURILO ROGERIO CAMPOS	25/09/2019	10/11/2019
229129	NALU IARA BRUCH	21/09/2019	27/09/2019
192937	NEIDE MARIA MUNIZ DA COSTA	13/09/2019	11/10/2019
198463	OLISMARIA GLORIA NERY HAEDCHEN	14/09/2019	01/10/2019
231045	PABLINA REGIANE SOETH RONCAGLIO	03/10/2019	03/10/2019
009393	PAULO RICARDO DO NASCIMENTO FONSECA	22/08/2019	11/09/2019
224812	REGIANE DOS SANTOS KUTNI	01/10/2019	01/11/2019
229566	RENATA LINHARES DOS SANTOS	28/09/2019	10/01/2020
230599	RICARDO LUIZ GUERREIRO FERREIRA	21/09/2019	25/09/2019
211877	ROSEMARI TERESINHA HOFSCHEIDER	01/10/2019	02/10/2019
6000191	SANDRA REGINA GABRIEL MUELLER	01/10/2019	18/10/2019
231409	SOLANGE BLOCH VOLLES	18/09/2019	02/11/2019
221201	TANIA REGINA DIAS	24/09/2019	16/10/2019
230656	TANIA REGINA DUWE MANNERICH	25/09/2019	09/11/2019
230280	TATIANA DELLANDREA MICHELMANN	28/09/2019	14/11/2019
2500185	TATIANA DIAS DE MORAES	09/10/2019	23/10/2019
198056	TERESINHA CLARETE TESTONI NOGUEIRA	04/10/2019	27/11/2019
144495	TEREZINHA ALZIRA CUCCO	19/09/2019	03/11/2019
229188	THYARA BECKER ARALDI	28/09/2019	11/11/2019
229945	VIVIANI CHEILA FLORENTINO PASSOLD	21/09/2019	11/10/2019
189510	WESLEY BONELLI DA SILVA	09/09/2019	18/10/2019
230990	ZADIR SCHIBOWSKI	19/09/2019	03/10/2019

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 22 de agosto de 2019.

Blumenau, 15 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

## PORTARIA Nº 7472/2019 - ISSBLU

Publicação Nº 2215793

PORTARIA N.º 7472/2019

PRORROGA O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA CONCEDIDO PELAS PORTARIAS N.os 7073/2019 7111/2019 7141/2019 7177/2019 7218/2019 7219/2019 7286/2019 7287/2019 7354/2019 7359/2019 7360/2019 7417/2019 E 7418/2019.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve,

nos termos do artigo 38 do Regimento Interno do ISSBLU, aprovado pelo Decreto n.º 11.043, de 30 de agosto de 2016,

Art.1.º PRORROGAR O BENEFÍCIO DE AUXÍLIO DOENÇA, concedido através das Portarias N.os 7073/2019, 7111/2019, 7141/2019, 7177/2019, 7218/2019, 7219/2019, 7286/2019, 7287/2019, 7354/2019, 7359/2019, 7360/2019, 7417/2019, e 7418/2019, aos servidores

públicos municipais relacionados no quadro abaixo:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
212806	ADRIANA APARECIDA PEREIRA	05/09/2019	20/09/2019
230564	ALEXANDRO DOS SANTOS	31/08/2019	17/03/2020
225142	ALINE CRISTIE PLATZ DE CASTRO	19/09/2019	30/09/2019
230488	ANA MARIA DE SOUZA	07/09/2019	08/11/2019
228822	ARACELY DE OLIVEIRA XAVIER	30/09/2019	19/01/2020
230916	ARYANA LINGNER	27/08/2019	25/09/2019
195677	BERNADETE ZIMMERMANN BARDINI	17/09/2019	12/10/2019
231619	BRUNA MARIA DE FIGUEREDO MARIAN	20/09/2019	20/09/2019
229366	CAMILA DA CUNHA RIBEIRO DE MELO	23/09/2019	06/11/2019
231263	CARLA FRANCIELE DA SILVA DE FREITAS	14/09/2019	30/09/2019
229117	CARLOS ALBERTO TOSI PRATIS	18/09/2019	07/10/2019
214582	CLAUDETE SOUZA CAGNETTI	25/09/2019	26/10/2019
229288	CLAUDETHI MONTIBELER SOARES	01/10/2019	15/10/2019
185124	CLAUDIO RUBINO KRUTZMANN	22/09/2019	18/10/2019
231463	DAVY SCHMOELLER	06/09/2019	03/11/2019
231276	DEBORA AZEVEDO	23/09/2019	24/10/2019
229015	DOUGLAS DERLI LARANJEIRA	10/10/2019	03/02/2020
231339	EDINEIA BRORING KORB	06/10/2019	06/11/2019
229056	ELAINE CRISTINA MAÇANEIRO DA SILVA	15/09/2019	10/02/2020
229459	ELAINE NOGUEIRA DE ARAUJO DA SILVA	26/09/2019	27/09/2019
192201	ELIANE MARIA DE FATIMA CONTI	12/09/2019	09/10/2019
225924	ELIZIANE DE SOUZA PEREIRA	01/09/2019	17/11/2019
6000078	ELOISA HELENA GONÇALVES GOULART	06/10/2019	06/11/2019
230120	FABIANA CATSCHOR DOS SANTOS	13/10/2019	26/10/2019
002025	GILSON DA SILVA	29/08/2019	25/10/2019
231596	GRAZIELLE FATIMA DE OLIVEIRA TAVEIRA BOAVENTURA	05/10/2019	06/11/2019
180963	INGRID BECKHAUSER	21/09/2019	18/10/2019
174084	IRIS APARECIDA TOMASI	03/10/2019	08/10/2019
217379	ISOLETE FERNANDES	23/09/2019	25/10/2019
229191	JACKELINE MEDINA REZZA	06/09/2019	18/09/2019
185485	JEAN PIERRE DACIUK	26/09/2019	04/10/2019
209767	JOCELITA PATRICIA DESSBESELL CENSI	11/10/2019	25/10/2019
1600086	JUCELI TEREZINHA COSTA ZUNINO	12/09/2019	14/11/2019
231491	JULIA GOETTEN CARVALHO	03/10/2019	30/10/2019
139882	JURELI CORREA	12/10/2019	20/12/2019
231500	LIDIA SCHAEFER MENSCHEN	22/09/2019	22/11/2019
2500155	LIGIA ASSINI	03/10/2019	11/10/2019
229165	LUCAS SOTORIVA	17/09/2019	17/01/2020
148040	LUCEMIR SCHLINDWEIN LEITE	08/10/2019	07/02/2020
229289	LUCILENE FRANÇA LEITE	29/09/2019	28/10/2019
231293	MARA DENISE PAMPLONA PISSAIA	08/10/2019	08/11/2019

221066	MARA ELISABETH DA SILVA	08/10/2019	20/12/2019
227528	MARCIA BACCIN PALMEIRA	08/10/2019	06/12/2019
001519	MARCOS AURELIO SOARES	14/09/2019	15/01/2020
231468	MARIA DE LOURDES DE ANDRADE SANTOS	18/09/2019	22/11/2019
220566	MARIA GORETY MENEGAZZO	22/09/2019	15/10/2019
230832	MARILENE LUZ	15/09/2019	10/01/2020
209090	MARLI CAVILHA	11/10/2019	16/10/2019
170500	MARLI DOMINGOS	18/09/2019	01/11/2019
231155	MARLI FATIMA BELINSKI CECILIO	03/09/2019	21/10/2019
196568	MONICA EVELIN PFEIFFER BRETZKE	01/10/2019	22/11/2019
192538	NEILA REGINA BARCELOS SPIES	03/10/2019	30/11/2019
206970	NELCI PARABOZ PASA	03/10/2019	25/10/2019
201260	NELCI RIBEIRO	26/09/2019	01/10/2019
204129	NEUSA MARIA DE SOUZA	24/06/2019	18/10/2019
014397	OSMAR CELSO BAY	29/09/2019	25/10/2019
229438	PATRICIA DAMAS POLHEIN	12/09/2019	23/10/2019
230778	PATRICIA FORMENTO	29/09/2019	22/10/2019
117196	PATRICIA LONGO	11/10/2019	04/11/2019
111368	PEDRO MACHADO	18/09/2019	21/10/2019
231240	REGIANE DO NASCIMENTO VARGAS	09/10/2019	03/12/2019
000183	REGINA BALLMANN	06/09/2019	11/12/2019
228881	REINALDO JACQUES	01/10/2019	25/10/2019
191256	ROSANE SALVADOR RODRIGUES	24/08/2019	17/09/2019
174211	ROSEMERI FARIAS DE SOUZA	11/10/2019	15/10/2019
181099	ROSEMERI HEINIG	21/09/2019	20/12/2019
229329	SABRINA MUNIZ	08/10/2019	08/11/2019
148555	SANTINA BORGES D'AVILLA	11/09/2019	08/10/2019
231291	SHIRLEI DOS SANTOS BENTO	12/09/2019	20/10/2019
230200	SILVANA MONTIBELLER BURG	30/09/2019	04/10/2019
178306	SILVANA NADIR ZIMMERMANN	21/09/2019	18/10/2019
229629	SONIA MARIA WAGNER	27/08/2019	16/10/2019
212849	SUSANA ELLEN BEIMS ROSKOWSKI	28/09/2019	02/10/2019
203696	TEREZINHA APARECIDA CERONI MARTINS	23/09/2019	25/09/2019
168130	URSULA SOUZA	29/09/2019	16/10/2019
219380	VANIA RIZZOTO TILLMANN	28/09/2019	29/11/2019
230035	VERA LUCIA OLIVEIRA SILVA	28/09/2019	01/11/2019
009645	VINICIUS SOBOLWSKY	29/09/2019	22/11/2019
200603	YARA CAROLINE SCHEIDEMANTEL	14/09/2019	20/09/2019
209961	ZELI MARIA LORENZINI	28/09/2019	18/10/2019
197750	ZENAIDE DE SOUZA	08/10/2019	29/11/2019

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 24 de junho de 2019.

Blumenau, 15 de outubro de 2019.  
**ELÓI BARNI**  
 Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7473/2019 - ISSBLU**

Publicação Nº 2215796

PORTARIA N.º 7473/2019

CONCEDE O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE.

ELÓI BARNI, Diretor Presidente do ISSBLU – Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau, nomeado pela Portaria n.º 20.970, de 13 de junho de 2017, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 57, inciso I, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000,

nos termos dos artigos 14.º, inciso I, e 15, da Lei Complementar n.º 308, de 22 de dezembro de 2000, resolve

Art.1.º CONCEDER O BENEFÍCIO DO SALÁRIO MATERNIDADE, às servidoras públicas municipais relacionadas no quadro abaixo:

CADASTRO	NOME	INÍCIO	TÉRMINO
228887	ALESSANDRA FANDARUFF BONELLI	11/09/2019	08/01/2020
230121	ALEXANDRA DRAGER	01/10/2019	28/01/2020
228501	FABIANE DOS SANTOS GONÇALVES	23/09/2019	20/01/2020
231741	LUCIANA BOING	09/09/2019	06/01/2020
230747	LUSTERIMAR RITZEL NUNES DA SILVA	30/09/2019	27/01/2020
228519	MARIA CRISTINA MARQUEZ BENVENUTI	07/10/2019	03/02/2020
230097	MARIANE WESCHENFELDER RIBEIRO	03/10/2019	30/01/2020
229793	SIMONE STOQUEIRO	18/09/2019	15/01/2020

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 09 de setembro de 2019.

Blumenau, 15 de outubro de 2019.

ELÓI BARNI

Diretor Presidente

**EXTRATO Nº 507/2019 - FURB**

Publicação Nº 2215798

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****Extrato nº. 507/2019**

**PARTES:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e  
Youngarts Sistemas LTDA. – EPP

**ADITIVO DE PRORROGAÇÃO**  
**TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº. 265/2017.**

**OBJETO:** contratação de Serviço de Manutenção e Atualização do Software Exibidor Youngarts em uso Pela Rádio e Televisão Educativa – FURBTv.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Inexigibilidade de Licitação nº. 475/2017 e Contrato nº. 265/2017 firmado em 16 de outubro de 2017.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 265/2017 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 16 de outubro de 2019 até 15 de outubro de 2020, o que totalizará 36 (trinta e seis) meses contratados.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

De acordo com o item 1.2, mantem-se o preço inicialmente contratado, correspondente a **R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**, para fins da formalização deste aditivo.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	38458	1	Licença	Software de automação profissional de vídeo/áudio Video Works YoungArts (licença anual)/ integração com switches via protocolo de comunicação, reprodução em SD, HD, Full HD, 4K, Edição de entrada e saída de vídeos, Gerador de caracteres por arquivo, Sistema “espelho”, Controle de playout e reprodução independente Canal de URL (Streaming).	3.600,00	3.600,00

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 265/2017 e Termo Aditivo nº001, que não colidirem com o presente documento.

**DATA:** 11 de outubro de 2019.

**EXTRATO Nº 577/2019 - FURB**

Publicação Nº 2215800

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****Extrato nº. 577/2019**

**PARTES:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e  
PROF. JÚLIO CÉSAR BATISTA

**OBJETO:** contratação de professor para atuar no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Data Science, promovido pelo Instituto FURB.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Inex nº 394//2019 e Contrato nº 241/2019, com validade a partir de 28 de outubro de 2019.

**PREÇO:** Pelo objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará o preço de **R\$ 13.549,12 (treze mil quinhentos e quarenta e nove reais e doze centavos)**, de conformidade com os autos do processo de **Inexigibilidade de Licitação nº. 394/2019**, especialmente quanto a Proposta de **folhas 15**, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
				Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. Curso: Pós-Graduação Lato Sensu em Data Science Nível: Especialização	
01	38037	01	Valor	Disciplina: Linguagem de Promoção para Data Science	4.168,96
02	38037	01	Valor	Disciplina: Recuperação de Informações	5.211,20
03	38037	01	valor	Disciplina: Recuperação de Informações	4.168,96
				Carga Horária Total: 104hs Modalidade: Presencial	
<b>Preço Total (em R\$)</b>				<b>R\$ 13.549,12</b>	
<b>Preço Total (em reais, por extenso)</b>				<b>(treze mil quinhentos e quarenta e nove reais e doze centavos)</b>	

**PAGAMENTO:** O pagamento será em até **10 (dez) dias consecutivos** após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela **CONTRATANTE** e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários do **CONTRATADO** ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, ou seja 2022, na forma do *caput* do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

**DATA:** 04/11/2019

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO 1139**

Publicação Nº 2215909

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.139

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ BLUMENAUENSE À SENHORA MARCIA CRISTINA SARDÁ ESPINDOLA.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É concedido o título de Cidadã Blumenauense à Senhora Marcia Cristina Sardá Espindola, pelos relevantes serviços prestados ao município de Blumenau.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 31 DE OUTUBRO DE 2019.

MARCELO LANZARIN

Presidente

BRUNO CUNHA

Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA

1º Secretário

GILSON DE SOUZA

2º Secretário

**DECRETO 1140**

Publicação Nº 2215911

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.140

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO BLUMENAUENSE AO SENHOR RUDI OSCAR BECKHAUSER.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º É concedido o título de Cidadão Blumenauense ao Senhor Rudi Oscar Beckhauser, pelos relevantes serviços prestados ao município de Blumenau.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 31 DE OUTUBRO DE 2019.

MARCELO LANZARIN

Presidente

BRUNO CUNHA

Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA

1º Secretário

GILSON DE SOUZA

2º Secretário

# Bom Jesus

## PREFEITURA

### MINUTA DE CONTRATOS E DE ADITIVOS

Publicação Nº 2214838

**Minuta:**

Contrato Original nº: 4/2019

I – Termo Aditivo – Acréscimo de valor

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC

CNPJ/MF nº 04.310.564/0001-81

Finalidade: Acréscimo de valor total inicialmente contratado, até o limite de 25%

Vinculação: Proc. Licitatório nº 7/2019 – D.L. nº 4/2019

Valor do Aditivo: R\$ 13.782,00 (treze mil, setecentos e oitenta e dois reais)

Valor Total após Aditivo: R\$ 68.910,00 (sessenta e oito mil, novecentos e dez reais)

Foro: Comarca de Xanxerê/SC

Bom Jesus (SC), 22 de outubro de 2019.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

**Minuta:**

Contrato Original/FMS nº: 2/2019

II – Termo Aditivo – Acréscimo de valor.

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA CIS-AMOSC (Contrato de Rateio nº 99/2018)

CNPJ/MF n. 01.336.261/0001-40

Finalidade: Fica alterado os valores constantes na Cláusula Segunda do Contrato/FMS nº 2/2019.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 1/2019 – D.L nº 1/2019

Valor Total: R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)

Valor do Aditivo: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Valor Total após Aditivo: R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais)

Foro: Comarca de Xanxerê.

Bom Jesus (SC), 29 de outubro de 2019.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

**Minuta:**

Contrato nº: 56/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: ENGEDI SOLUTIONS DE ENGENHARIA EIRELI

CNPJ nº 81.546.988/0001-90

Finalidade: Pavimentação com pedras irregulares, incluindo drenagem pluvial e execução de passeios (calçada em concreto), com julgamento pelo menor preço global, de conformidade com os Projetos, Planilhas, Memoriais Descritivos anexos ao presente Edital e que se constituem parte dele, no perímetro urbano, em diversas ruas do Município de Bom Jesus/SC, em cumprimento ao Contrato de Financiamento n.º 2623.501.261-77/2018/Pró Transportes/Caixa.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 54/2019 – T.P nº 4/2019

Valor Total: R\$ 2.096.422,71 (dois milhões, noventa e seis mil, quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e um centavos).

Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Serviços

Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 22 de outubro de 2019.

RAFAEL CALZA

Prefeito Municipal

**Minuta:**

Contrato nº: 57/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS

Contratado: AUTO MECANICA BOM JESUS LTDA

CNPJ/MF nº 10.430.724/0001-29

Finalidade: Aquisição de combustíveis e óleos lubrificantes, com entrega parcelada, durante o exercício de 2019.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 56/2019 - P.P nº 27/2019



Valor Total: R\$ 5.070,00 (cinco mil e setenta reais)  
Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 23 de outubro de 2019.  
Rafael Calza  
Prefeito Municipal

Minuta:  
Contrato nº: 58/2019  
Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS  
Contratado: AUTO POSTO COLPANI LTDA  
CNPJ/MF nº 01.925.729/0004-84  
Finalidade: Aquisição de combustíveis e óleos lubrificantes, com entrega parcelada, durante o exercício de 2019.  
Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 56/2019 - P.P nº 27/2019  
Valor Total: R\$ 84.720,00 (oitenta e quatro mil setecentos e vinte reais)  
Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 23 de outubro de 2019.  
Rafael Calza  
Prefeito Municipal

Minuta:  
Contrato/FMS nº: 21/2019  
Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS  
Contratado: AUTO MECANICA BOM JESUS LTDA  
CNPJ/MF nº 10.430.724/0001-29  
Finalidade: Aquisição de combustíveis e óleos lubrificantes, com entrega parcelada, durante o exercício de 2019.  
Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 56/2019 - P.P nº 27/2019  
Valor Total: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais)  
Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 23 de outubro de 2019.

BEATRIS MARIA FOSCHIERA  
Gestora

Minuta:  
Contrato/FMS nº: 22/2019  
Contratante: MUNICÍPIO DE BOM JESUS  
Contratado: AUTO POSTO COLPANI LTDA  
CNPJ/MF nº 01.925.729/0004-84  
Finalidade: Aquisição de combustíveis e óleos lubrificantes, com entrega parcelada, durante o exercício de 2019.  
Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 56/2019 - P.P nº 27/2019  
Valor Total: R\$ 7.060,00 (sete mil reais e sessenta reais)  
Foro: Comarca de Xanxerê

Bom Jesus (SC), 23 de outubro de 2019.

BEATRIS MARIA FOSCHIERA  
Gestora

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5367/2019

Publicação Nº 2215095

DECRETO MUNICIPAL Nº 5367/19, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Nomeia membros da Comissão de Regularização Fundiária – REURB e dá outras providências.

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 1.165/2019, que Institui o Programa de regularização Fundiária no município de Bom Jesus do Oeste – SC.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados como membros da Comissão de Regularização Fundiária - REURB, conforme art. 6º, da Lei nº 1.165/2019:

- a) Claia Roessler Bohrer, representando a Assistência Social do Município;
- b) César Luis Majolo, representando a assessoria Jurídica;
- c) Clair dos Santos Serpa, representando os Servidores Públicos municipais;
- d) Vilmar Adriano Bortolozzo, representando o Setor de Urbanismo do Município;
- e) Leonir Lamb, Secretário Municipal de Administração e Fazenda;
- f) Celso da Silva, representando a comunidade.

Parágrafo Único. Fica designado como presidente da comissão o Secretário de Administração e Fazenda Sr. Leonir Lamb.

Art. 2º. As decisões deste conselho são de caráter consultivo, vinculando suas decisões a autoridade superior.

Parágrafo Único. O presente conselho exercerá suas funções de modo voluntário sem remuneração.

Art. 3º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a validade e eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 04 de novembro de 2019.

Registre-se  
Publique-se  
Cumpra-se.

RONALDO LUIZ SENER  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2019

Publicação Nº 2215444

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2333/2019

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 040/2019

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 09:00 horas do dia 19 de novembro de 2019, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços para eventual e parcelada aquisição de colhedora de forragens (nova) com área total original da máquina, tratorizada para manutenção das atividades da Secretaria da Agricultura.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto ao setor de Licitações do Município, sita a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [licitacao@bomjesusdoeste.sc.gov.br](mailto:licitacao@bomjesusdoeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdoeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdoeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 05 de novembro de 2019.

Ronaldo Luiz Senger  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 1230.10.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE LUCIANA P. JESUS

Publicação Nº 2214978

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1230/19 de 30.10.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 21 de outubro com término no dia 25 de outubro de 2019, a funcionária Luciana do Patrocínio de Jesus, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de outubro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### 1231.10.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE INGRID GRUDTNER

Publicação Nº 2214979

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1231/19 de 30.10.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 29 de outubro com término no dia 12 de novembro de 2019, a funcionária Ingrid Grudtner, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Antônia Maria da Silva Vieira.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de outubro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### 1232.10.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARCELA URBANO

Publicação Nº 2214980

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1232/19 de 30.10.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º

01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta na Declaração apresentada, 01 (um) dia de licença para realizar tratamento odontológico, no dia 28 de outubro de 2019, a funcionária Marcela Urbano, Ocupante do cargo de Servente, Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de outubro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1233.10.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA R. M. OLIVEIRA**

Publicação Nº 2214984

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1233/19 de 30.10.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no Atestado Médico apresentado, 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde, nos dias 30 e 31 de outubro de 2019, a funcionária Maria Regislene Mondo Oliveira, Ocupante do cargo de Servente, Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de outubro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1234.10.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA AP. S. SIMIANO**

Publicação Nº 2214985

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1234/19 de 30.10.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 29 outubro de 2019, a funcionária Maria Aparecida da Silva Simiano, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de outubro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1235.10.19 - AUTORIZAÇÃO DIRIGIR VEICULOS**

Publicação Nº 2214988

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Portaria Nº 1235/19 de 30.10.2019.

Autoriza excepcionalmente o Servidor comissionado da Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos a Dirigir Veículos Oficiais Pertencentes à Frota da Prefeitura Municipal de Bom Retiro - SC.

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com 2335/17 de 22.02.17 que autoriza em caráter excepcional servidores efetivos e comissionados a dirigirem veículos oficiais da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências:

Resolve:

Art. 1º. Autorizar o servidor da Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, abaixo relacionados a dirigir veículos oficiais pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Bom Retiro, de acordo com o requerimento:

Servidor	CNH	Categoria	validade
Paulo Cesar Moraes	00888781004	AD	28/05/2023

Art. 2º. O servidor autorizado a conduzir veículo oficial que for autuado por infração às normas de trânsito estará sujeito ao procedimento administrativo para apuração de responsabilidade e ressarcimento ao Erário.

Art. 3º. O servidor autorizado a dirigir veículo oficial deverá preencher e assinar todo e qualquer formulário que eventualmente se mostre eficaz no dirimir de possíveis dúvidas sobre o trajeto, horário e finalidade da condução, em especial a ficha de controle de tráfego a ser instituída pelo Município.

Art. 4º. A autorização de que trata esta Portaria não configura acúmulo de atribuições e não assegura ao servidor autorizado o direito a qualquer acréscimo salarial.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. CUMpra-SE, com as medidas legais pertinentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de outubro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1236.10.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE SUZANA M. BERNARDO**

Publicação Nº 2214989

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1236/19 de 30.10.19

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 29 outubro de 2019, a funcionária Suzana Mariana Bernardo, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de outubro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1237.10.19 - P.LIC. MOT. P. FAM. ZILMARA GORGES ROSAR**

Publicação Nº 2214994

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1237/19 de 30.10.19

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta na Declaração de Comparecimento apresentada meio dia de licença para acompanhar Terezinha da Silva Gorges, na realização de consulta, no dia 29 de outubro de 2019, período vespertino, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti e Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de outubro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1238.10.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IZABEL AP. T. SERAFIM**

Publicação Nº 2214997

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1238/19 de 30.10.19

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no Atestado Médico apresentado, 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 29 de outubro com término no dia 02 de novembro de 2019, a funcionária Izabel Aparecida Trento Serafim, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de outubro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**1239.10.19 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE JOELMA J. FARIAS**

Publicação Nº 2214998

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1239/19 de 30.10.19

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde, de acordo com o Atestado Médico apresentado até o dia 31 de janeiro de 2020, a funcionária Joelma Josyane Farias, Ocupante do cargo de Professor I – 3, Padrão I – Nível 22, 40 horas semanais do Quadro de Pessoal do Município,

com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
30 de outubro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **1240.11.19 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ERICLEIA F. MOTA**

Publicação Nº 2214999

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1240/19 de 04.11.19  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta na Declaração apresentada, meio dia de licença para realizar consulta psicológica, no dia 30 de outubro de 2019, período vespertino, a funcionária Ericleia Faustino da Mota, ocupante do cargo de Agente Administrativo – Nível 07, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **1241.11.19 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAÚDE ANA M. A. HINCKEL**

Publicação Nº 2215000

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1241/19 de 04.11.19

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde, de acordo com o Atestado Médico apresentado até o dia 15 de dezembro de 2019, a funcionária Ana Maria Alexandre Hinckel, Ocupante do cargo de Agente de Saúde – Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Programa Agente Comunitário de Saúde – Equipe Bairro São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
04 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

# Botuvera

## PREFEITURA

### EDITAL P.L. Nº 408/2019 - P.P. Nº 49/2019 - S.R.P. - IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

Publicação Nº 2214961

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 408/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2019 - SRP

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 408/2019 na Modalidade Pregão Presencial Nº 49/2019 - SRP, para AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 19/11/2019. Abertura da sessão: dia 19/11/2019 às 14:15 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no Departamento de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170, e-mail licitacao2@botuvera.sc.gov.br, e site <https://botuvera.atende.net/> Botuverá, 05 de Novembro de 2019.

Marcio F. Colombi  
Secretario de Agricultura



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### 120 - DECRETO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 2215352

#### DECRETO Nº 0120/2019

Institui a Comissão Municipal Coordenadora para o Processo Seletivo nº 005/2019 da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, e estabelece outras providências.

NILDO MELMESTET, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município ...

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Municipal Coordenadora para o Processo Seletivo nº 005/2019 da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 2º - A Comissão de que trata o artigo primeiro deste Decreto, fica assim composta:

Presidente : Mônica Dalila Sell Dalmarco

Secretário : Juliana do Nascimento

Membro: Silvania Rohling Goede

Membro: Elisabeth Hoeltgebaum

Membro: Rosana Baade Leonhardt

§ 1º - O Presidente e o Secretário terão obrigatoriamente seus respectivos suplentes que serão nominados na ata da primeira reunião da Comissão para atuarem no impedimento ou ausência dos titulares.

§ 2º - A Comissão poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art.3º - Compete a Comissão acompanhar e fiscalizar todas as etapas do Processo Seletivo nº 005/2019, exarar decisões sobre recursos contra Edital de Inscrições, homologações das inscrições, resultados e provas de títulos (quando necessário), exclusão de candidatos por infringência dos termos do edital e deliberar sobre os casos omissos.

Art. 4º - As decisões da Comissão serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º - Compete ao Presidente da Comissão presidir as reuniões e assinar todos os documentos oficiais da Comissão.

Art.6º - Compete ao Secretário da Comissão:

I - lavrar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;

II - propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

III - elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros;

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação .

Braço do Trombudo, 01/11/2019.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

**EDITAL 2 2019 - RETIFICA EDITAL 1 2019 DO PROCESSO SELETIVO 5 2019**

Publicação Nº 2215346



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO  
PROCESSO SELETIVO 005/2019

EDITAL Nº 002/2019 – RETIFICA EDITAL 001/2019 DO PROCESSO SELETIVO 05/2019

MUNICÍPIO: BRAÇO DO TROMBUDO

DATA: 04/11/2019

**NILDO MELMESTET**, Prefeito de Braço do Trombudo/SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal e emendas, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital que segue:

**1. RETIFICA-SE** o Edital 001/2019 que abre inscrições para o Processo Seletivo 05/2019 do Município de Braço do Trombudo, alterando o Cronograma de execução e consequentemente todos os itens relacionados às etapas de execução do Processo, passando a vigorar conforme segue:

**Onde se lê:**

O Processo Seletivo seguirá o seguinte Cronograma de Execução:

15/12/2019	Realização da Prova Objetiva e de Títulos
15/12/2019	Divulgação do Gabarito da Prova Objetiva – Após 18hs

**Leia-se:**

O Processo Seletivo seguirá o seguinte Cronograma de Execução:

14/12/2019	Realização da Prova Objetiva e de Títulos
14/12/2019	Divulgação do Gabarito da Prova Objetiva – Após 18hs

**Onde se lê:**

4.5. **A Prova Objetiva** será realizada no dia **15/12/2019**, com duração mínima de 30 minutos e máxima de 2 horas e 30 minutos, **com início às 9h**, tendo como local a **Escola Nucleada Braço do Trombudo Km 20, Rua Bruno Plaster, nº 197, Km 20, Braço do Trombudo/SC**.

**Leia-se:**

4.5. **A Prova Objetiva** será realizada no dia **14/12/2019**, com duração mínima de 30 minutos e máxima de 2 horas e 30 minutos, **com início às 13h30min**, tendo como local a **Escola Nucleada Braço do Trombudo Km 20, Rua Bruno Plaster, nº 197, Km 20, Braço do Trombudo/SC**.

**Onde se lê:**

4.6. **A recolha dos títulos** será realizada no dia **15/12/2019** no mesmo local da Prova Objetiva, das 09h30min até as 11h45min.

**Leia-se:**

4.6. **A recolha dos títulos** será realizada no dia **14/12/2019** no mesmo local da Prova Objetiva, das **14h** até as **16h45min**.

**Onde se lê:**

4.9. Os gabaritos das provas objetivas serão disponibilizados via internet, no site [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br) no dia **15/12/2019** após as 18h.



Página 1 de 2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO**  
**PROCESSO SELETIVO 005/2019**

---

**Leia-se:**

4.9. Os gabaritos das provas objetivas serão disponibilizados via internet, no site [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br) no dia **14/12/2019** após as 18h.

2. As demais informações constantes no referido edital permanecem inalteradas.

3. Publica-se este Edital no Mural de Publicação da Prefeitura Municipal, bem como, na internet, nos sites [atena.listaeditais.com.br](http://atena.listaeditais.com.br) e [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, 04 de novembro de 2019

**NILDO MELMESTET**

Prefeito de Braço do Trombudo



# Brusque

## PREFEITURA

**CONVÊNIO Nº 2016TN001934 - JULHO-2019-ERRATA-SETRAM**

Publicação Nº 2214591



PREFEITURA DE  
**BRUSQUE**



SECRETARIA  
**TRÂNS  
MOBIL**

O Secretário Municipal de Trânsito e Mobilidade, no uso de suas atribuições e atendendo o caput do art. 320 da Lei nº 13.281, de 04 de maio de 2016 que alterou a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, de acordo com as Resoluções nº 638 e 660 do CONTRAN, Resolução nº 709 do CONTRAN de 25/10/2017 e Portaria nº 85 do DENATRAN de 14/05/2018, torna pública a prestação de contas da aplicação da receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito, relativo ao mês de Julho/2019.

**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA  
DE  
TRANSPORTE  
E MOBILIDADE**

Mês referência: Julho/2019

Saldo em 30/06/2019	R\$ 1.217.269,70
---------------------	------------------

### Receitas

Data	Descrição	Valor
01 a 31/07/2019	Remuneração de aplicações financeiras – consolidação	R\$ 284,19
01 a 31/07/2019	Arrecadação de receita (multas)	R\$ 312.895,12
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 313.179,31</b>

### Despesas com Educação

Nº do Empenho	Data de emissão empenho	Nome do Credor	Valor Pago
6372/2019	13/05/2019	B.A.R. Propaganda e Marketing Ltda.	R\$ 6.959,06
8027/2019	06/06/2019	Mini Mercado Tete Ltda.	R\$ 514,73
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 7.473,79</b>

### Despesas com Sinalização

Nº do Empenho	Data de emissão empenho	Nome do Credor	Valor Pago
7895/2019	04/06/2019	Auto Eletro Baterias Ltda.	R\$ 58,00
7527/2019	27/05/2019	Equipar Proteção Individual Ltda.	R\$ 2.437,50
8179/2019	07/06/2019	Agri-Lat Implementos Agrícolas Ltda.	R\$ 162,00
8180/2019	07/06/2019	Agri-Lat Implementos Agrícolas Ltda.	R\$ 864,00
8304/2019	11/06/2019	Tecnolar Ltda. EPP	R\$ 1.269,00
8325/2019	11/06/2019	Jociane Nunes Ferreira Battisti ME	R\$ 190,00
8326/2019	11/06/2019	Jociane Nunes Ferreira Battisti ME	R\$ 74,92
8412/2019	12/06/2019	Auto Posto R&R Ltda.	R\$ 2.612,81



PREFEITURA DE  
**BRUSQUE**

SECRETARIA  
**TRÂNS  
MOBIL**

8461/2019	13/06/2019	Auto Mecânica Pinheiro Ltda.	R\$ 107,00
8462/2019	13/06/2019	Auto Mecânica Pinheiro Ltda.	R\$ 65,44
8183/2019	07/06/2019	Construmaq Indústria de Máquinas e Equipamentos Ltda.	R\$ 33.702,36
7842-3/2019	03/06/2019	SSAT Sinalização e Adesivos EIRELI	R\$ 9.331,60
9793/2019	05/07/2019	Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.	R\$ 10.583,52
4766/2019	12/04/2019	E. L. Westphal Sinalizações Viárias ME	R\$ 446,25
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 61.904,40</b>

## Despesas com Fiscalização e Policiamento

Nº do Empenho	Data de emissão empenho	Nome do Credor	Valor Pago
8191/2019	07/06/2019	Casa Própria Comércio de Materiais de Construção Ltda.	R\$ 68,02
2684/2019	01/03/2019	Kammers Materiais de Construção e Construtora Ltda. ME	R\$ 195,00
8392/2019	12/06/2019	Casa Própria Comércio de Materiais de Construção Ltda.	R\$ 1.378,14
8402/2019	12/06/2019	Auto Posto R&R Ltda.	R\$ 7.284,15
7636/2019	29/05/2019	Gráfica Nova Impressão Ltda.	R\$ 940,50
8573/2019	14/06/2019	GS Moto Peças Ltda.	R\$ 63,78
8572/2019	14/06/2019	GS Moto Peças Ltda.	R\$ 330,00
8574/2019	14/06/2019	GS Moto Peças Ltda.	R\$ 250,24
8551/2019	13/06/2019	Malafaia e Simonato Construção em Aço Ltda.	R\$ 897,29
7782/2019	31/05/2019	Malafaia e Simonato Construção em Aço Ltda.	R\$ 19.244,98
8784/2019	19/06/2019	Jociane Nunes Ferreira Battisti ME	R\$ 40,00
8785/2019	19/06/2019	Jociane Nunes Ferreira Battisti ME	R\$ 330,00
8786/2019	19/06/2019	Jociane Nunes Ferreira Battisti ME	R\$ 73,17
9365/2019	27/06/2019	A Italianinha Pizzaria e Restaurante Ltda.	R\$ 1.798,00
9186/2019	25/06/2019	Construtora WDD Ltda.	R\$ 2.011,11
9187/2019	25/06/2019	Construtora WDD Ltda.	R\$ 1.877,54
9606/2019	01/07/2019	Construtora WDD Ltda.	R\$ 476,44
9604/2019	01/07/2019	Construtora WDD Ltda.	R\$ 2.399,66
9297/2019	26/06/2019	Jociane Nunes Ferreira Battisti ME	R\$ 472,26



PREFEITURA DE  
**BRUSQUE**

SECRETARIA  
**TRÂNSITO E MOBILIDADE**

9298/2019	26/06/2019	Jociane Nunes Ferreira Battisti ME	R\$ 87,70
9299/2019	26/06/2019	Jociane Nunes Ferreira Battisti ME	R\$ 2.212,46
9303/2019	26/06/2019	Jociane Nunes Ferreira Battisti ME	R\$ 878,10
9289/2019	26/06/2019	Jociane Nunes Ferreira Battisti ME	R\$ 439,05
9622/2019	01/07/2019	Luminare Comércio de Lustres Eireli	R\$ 3.894,75
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 47.642,34</b>

## Despesas com Engenharia de Trânsito e Campo

Nº do Empenho	Data de emissão empenho	Nome do Credor	Valor Pago
8194/2019	07/06/2019	Microlan Informática Ltda.	R\$ 2.638,00
3941/2019	26/03/2019	Construmaq Indústria de Máquinas e Equipamentos Ltda.	R\$ 11.320,00
7525/2019	27/05/2019	Artefatos de cimento Raimondi Ltda.	R\$ 8.648,00
7023/2019	23/05/2019	Construtora WDD Ltda.	R\$ 3.400,76
7024/2019	23/05/2019	Construtora WDD Ltda.	R\$ 1.654,70
5202-1/2019	14/06/2019	Demacore Customização de Software Ltda.	R\$ 7.279,83
9184/2019	25/06/2019	Construtora WDD Ltda.	R\$ 1.533,02
9185/2019	25/06/2019	Construtora WDD Ltda.	R\$ 680,92
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 37.155,23</b>

## Outras Despesas

Nº do Empenho	Data de emissão empenho	Nome do Credor	Valor Pago
9682/2019	02/07/2019	Danyelle Brem Moraes	R\$ 2.466,49
9685/2019	02/07/2019	Rafael Scheibel de Andrade	R\$ 2.466,49
9684/2019	02/07/2019	Vilson Bohn	R\$ 2.466,49
9683/2019	02/07/2019	Ernani Bohnen	R\$ 2.466,49
4056/2019	16/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 73,76



PREFEITURA DE  
**BRUSQUE**

SECRETARIA  
**TRANS  
MOBIL**

4058/2019	16/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 47,66
4622/2019	16/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 20,94
4459/2019	16/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 11,46
4533/2019	16/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 49,50
4532/2019	16/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 1,78
4599/2019	16/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 392,75
4598/2019	16/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 18,31
4055/2019	18/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 129,07
4057/2019	18/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 83,40
10136/2019	12/07/2019	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	R\$ 19.793,76
4782/2019	30/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 491,14
4703/2019	30/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 1,49
4796/2019	30/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 208,17
4843/2019	30/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 32,45
4847/2019	30/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 42,56
4849/2019	30/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 14,41
4845/2019	30/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 39,74
4837/2019	30/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 71,97
4835/2019	30/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 35,02
4833/2019	30/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 10,08
4831/2019	30/07/2019	Despesa Extraordinária	R\$ 50,79
10495/2019	19/07/2019	Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina – CIEE-SC	R\$ 1.523,90
10496/2019	19/07/2019	Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina – CIEE-SC	R\$ 91,71
10494/2019	19/07/2019	Centro de Integração Empresa-Escola do Estado de Santa Catarina – CIEE-SC	R\$ 235,95
11280/2019	31/07/2019	Despesas Bancárias Banco do Brasil	R\$ 12.251,18
11293/2019	31/07/2019	Despesas Bancárias Caixa Econômica Federal	R\$ 84,00
11314/2019	31/07/2019	Ministério das Cidades	R\$ 20.329,11
11314/2019	31/07/2019	Centro de Informática e Automação do estado de Santa Catarina – CIASC	R\$ 20.329,11
----	11/07/2019	Lançamento específico – Lançamento referente a desvinculação da receita de multas, conforme EC nº 93/2016 e NT	R\$ 425.936,97



**PREFEITURA DE  
BRUSQUE****SECRETARIA  
DE  
TRANSPORTE  
E  
TRÂNS  
MOBIL**

	TCE/SC DMU – Desvinculação de Receitas de Municípios (DRM)	
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 512.268,10</b>

## **RESUMO**

<b>SALDO EM 30/06/2019</b>	<b>R\$ 1.217.269,70</b>
<b>RECEITAS (01 A 31/07/2019)</b>	<b>R\$ 313.179,31</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.530.449,01</b>
<b>DESPESAS COM EDUCAÇÃO</b>	<b>R\$ 7.473,79</b>
<b>DESPESAS COM SINALIZAÇÃO</b>	<b>R\$ 61.904,40</b>
<b>DESPESAS COM FISCALIZAÇÃO E POLICIAMENTO</b>	<b>R\$ 47.642,34</b>



PREFEITURA DE  
**BRUSQUE**



SECRET/  
**TRÂNS  
MOBIL**

<b>DESPESAS COM ENGENHARIA DE TRÂNSITO E CAMPO</b>	<b>R\$ 37.155,23</b>
<b>OUTRAS DESPESAS</b>	<b>R\$ 512.268,10</b>
<b>PAGAMENTO EM DESACORDO</b>	<b>R\$ 177,59</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 666.621,45</b>
<b>SALDO EM 31/07/2019</b>	<b>R\$ 863.827,56</b>

**Brusque, 12 de Agosto de 2019.**

---

**Renato Bianchi**  
**Diretor da SETRAM**

**DECRETO Nº 8476-2019**

Publicação Nº 2214592

DECRETO nº 8.476, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º e art. 6º do Decreto nº 6.306, de 11 de agosto de 2010, que trata da criação da Central Funerária.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º e art. 6º do Decreto nº 6.306, de 11 de agosto de 2010, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 1º .....

Parágrafo único: São empresas legalmente constituídas para operar junto a Central Funerária que se encontram habilitadas na forma da lei:

I – Funerária Estrela Ltda. ME – inscrita no CNPJ sob o nº 00.122.923/0001-16.

II – Funerária Graciola Ltda. ME – inscrita no CNPJ sob o nº 81.772.329/0004-15.

Art. 6º Em caso do familiar ou representante legal optar por empresa diversa das concessionárias da Central Funerária, a Ficha de Acompanhamento Funeral só será fornecida para empresa estabelecida no local onde será realizado o sepultamento, devidamente comprovado por documentos idôneos.

Parágrafo único. Tratando-se de funerária sediada em outros municípios, estas deverão realizar cadastro na Central Funerária, e apresentar cópia autenticada e atualizada de toda a documentação necessária para sua perfeita identificação e regularização, assim como de seus funcionários, quais sejam:

I – contrato social ou registro de firma individual, devidamente arquivado na Junta Comercial; Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ; alvarás comercial, sanitários, de funcionamento e localização; Certificado de Registro e Licenciamento dos veículos funerários; e Certidão Negativa de Débitos do município de origem;

II – relação contendo o nome completo dos funcionários, em documento devidamente assinado por representante legal da empresa e instruído com cópia da Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda e Carteira Nacional de Habilitação, se houver, de cada um dos empregados;

III – Quando o corpo for trasladado para município localizado a uma distância superior a 150 km (cento e cinquenta quilômetros) será obrigatório o transporte do corpo em caixão zincado, visando assegurar condições mínimas ao transporte, preservando questões ambientais e de saúde, sendo necessário a realização do serviço de tanatopraxia do corpo.’ (NR)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 25 de outubro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 8478 -2019**

Publicação Nº 2214593

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE****DECRETO Nº. 8478, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.****“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE EM EXERCÍCIO**, usando da competência que lhe confere o art. 23º da Lei nº 4.186 de 19.12.2018, a Lei nº 4.153 de 04.09.18, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, no valor de R\$ 412.106,94 (quatrocentos e doze mil, cento e seis reais e noventa e quatro centavos), para atender a programação abaixo especificada:

<b>25.00</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>
25.001	Fundo Municipal de Brusque
010.0305.0105.2274	Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)
3.3.90.00	Outras despesas correntes – Aplicações diretas
0.1.38.20	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental
VALOR	R\$ 40.000,00
3.3.90.00	Outras despesas correntes – Aplicações diretas
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf imp-saúde
VALOR	R\$ 11.000,00
010.0122.0090.2276	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGES)
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf imp-saúde
VALOR	R\$ 25.000,00
010.0301.0275.2271	Atenção Básica, ESF, ACS
3.1.90.00	Pessoal e Encargos sociais – Aplicações Diretas
0.1.06.03	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos - Convênio UNIFEBE
VALOR	R\$ 11.200,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos sociais – Aplicações Diretas
0.1.67.10	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado – ESF
VALOR	R\$ 27.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos sociais – Aplicações Diretas
0.1.38.08	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB
VALOR	R\$ 23.800,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos sociais – Aplicações Diretas
0.1.38.10	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – ESF
VALOR	R\$ 77.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos sociais – Aplicações Diretas
0.1.38.12	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – ACS
VALOR	R\$ 98.900,00
3.3.90.00	Outras despesas correntes – Aplicações diretas
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf imp-saúde
VALOR	R\$ 37.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos sociais – Aplicações Diretas
0.3.67.13	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado - NASF
VALOR	R\$ 3.000,00
010.0302.0280.2273	Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
3.1.90.00	Pessoal e Encargos sociais – Aplicações Diretas
0.3.67.11	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado - CEO
VALOR	R\$ 8.206,94
010.0304.0105.2279	Manutenção da Vigilância Sanitária
3.3.90.00	Outras despesas correntes – Aplicações diretas
0.1.06.01	Serviço de Saúde – Vigilância Sanitária
VALOR	R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

<b>25.00</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>
25.001	Fundo Municipal de Brusque
010.0305.0105.2274	Vigilância Epidemiológica e Ambiental (BLVGS)
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
0.1.38.20	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Vigilância Ep. E Ambiental
VALOR	R\$ 40.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf imp-saúde
VALOR	R\$ 11.000,00
010.0122.0090.2276	Gestão da Secretaria Municipal de Saúde (BLGES)
3.3.90.00	Outras despesas correntes – Aplicações diretas
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf imp-saúde
VALOR	R\$ 25.000,00
010.0301.0275.2271	Atenção Básica, ESF, ACS
4.4.90.00	Investimento – Aplicações Diretas
0.1.38.08	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB
VALOR	R\$ 20.000,00
3.3.90.00	Outras despesas correntes – Aplicações diretas
0.1.38.08	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – PAB
VALOR	R\$ 3.800,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos
0.1.38.10	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – ESF

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

2214593.odt - Pág.: 1

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

VALOR	R\$ 77.000,00
3.1.91.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos
0.1.38.12	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/União – ACS
VALOR	R\$ 98.900,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas
0.1.02.00	Rec. de Impostos e de Transf imp-saúde
VALOR	R\$ 37.000,00
010.0304.0105.2279	Manutenção da Vigilância Sanitária (BLVGS)
3.3.90.00	Outras despesas correntes – Aplicações Diretas
0.1.06.01	Serviço de Saúde – Vigilância Sanitária
VALOR	R\$ 50.000,00

II - Excesso de arrecadação do exercício corrente na seguinte receita/vínculo:

0.1.06.03	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos - Convênio UNIFEFE
Valor Orçado	0,00
Valor arrecadado até a data de 29/10/2019	44.800,00
Excesso de arrecadação até 29/10/2019	44.800,00
Utilizado Decreto 8348	11.200,00
Utilizado Decreto 8368	5.600,00
Utilizado Decreto 8376	5.600,00
Utilizado Decreto 8412	5.600,00
Utilizado Decreto 8431	5.600,00
Valor a utilizar	11.200,00

0.1.67.10	Transferência do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado - ESF
Valor Orçado	1.125.000,00
Valor arrecadado até a data de 29/10/2019	1.152.801,35
Excesso de arrecadação até 29/10/2019	27.801,35
Valor a utilizar	27.801,35

0.1.06.01	Serviço de Saúde – Vigilância Sanitária
Valor Orçado	1.500.000,00
Valor arrecadado até a data de 29/10/2019	1.786.892,46
Excesso de arrecadação até 29/10/2019	286.892,46
Valor a utilizar	50.000,00

III - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem do superávit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na seguinte fonte de recurso:

Conta Bancária	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2018
68.011-7	B.b Rede Psicossocial	0.1.67.13 0.3.67.13	R\$ 6.000,00 R\$ 0,00
345770-2	Besc - Farmácia Básica	0.1.67.13 0.3.67.13	R\$ 0,00 R\$ 2.229,95
Total			R\$ 8.229,95

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Restos a Pagar	0.1.67.13 0.3.67.13	R\$ 0,00 R\$ 0,00
DDO a pagar	0.1.67.13 0.3.67.13	R\$ 0,00 R\$ 0,00
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro	0.3.67.13	R\$ 8.229,95
Saldo a Utilizar	0.3.67.13	R\$ 8.229,95

Conta Bancária	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2018
65099-4	B.b Blmac	0.1.67.11 0.3.67.11	R\$ 11.245,81 R\$ 3.741,37
351524-9	Besc - Ppi Vig.sanitaria	0.1.67.11 0.3.67.11	R\$ 0,77 R\$ 399,13
Total			R\$ 15.387,08

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Restos a Pagar	0.1.67.11	R\$ 0,00

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

2214593.odt - Pág.: 2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE**

	0.3.67.11	R\$	0,00
DDO a pagar	0.1.67.11	R\$	0,00
	0.3.67.11	R\$	0,00
Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$	
Superávit Financeiro	0.3.67.11	R\$	15.387,08
Saldo a Utilizar	0.3.67.11	R\$	15.387,08

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 29 de outubro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de outubro de 2019.

**JONAS OSCAR PAEGLE**  
Prefeito Municipal

**Dr. EDSON RISTOW**  
Procurador Geral do Município

**HUMBERTO MARTINS FORNARI**  
Secretária Municipal de Saúde

**AURINHO SILVEIRA DE SOUZA**  
Chefe de Gabinete

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

2214593.odt - Pág.: 3

**DECRETO Nº 8480-2019**

Publicação Nº 2215985

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE****DECRETO Nº. 8.480, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.****“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE**, usando da competência que lhe confere o art. 21º da Lei nº 4.186 de 19/12/2018, a Lei nº 4.153 de 04/09/2018, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 237.063,63 (duzentos e trinta e sete mil, sessenta e três reais e trinta e sessenta e três centavos), para atender a programação abaixo especificada:

<b>23.00</b>	<b>Secretaria da Fazenda</b>
23.001	Secretaria da Fazenda
0004.0129.0010.2014	Manutenção do Depto. de Tributação e Fiscalização
4.4.90.00	Aplicações Diretas – Investimentos
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 238,00
<b>13.00</b>	<b>Secretaria de Obras e Serviços Públicos</b>
13.001	Secretaria de Obras e Serviços Públicos
0015.0451.0125.2036	Manutenção e Melhorias do Sistema Viário
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.3.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 150.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas - Investimentos
0.3.89.00	Alienação de Bens – Outros Programas
VALOR	R\$ 86.825,63

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:  
I – anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

<b>23.00</b>	<b>Secretaria da Fazenda</b>
23.001	Secretaria da Fazenda
0004.0129.0010.2014	Manutenção do Depto. de Tributação e Fiscalização
3.3.90.00	Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
0.1.00.00	Recursos Ordinários
VALOR	R\$ 238,00

II - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2018
41.156-0	B.b. Pmb/alienação Bens	0.1.89.00 0.3.89.00	551.548,26 123.990,27
Valores Comprometidos		Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar		0.1.89.00/0.3.8900	0,00
DDO à Pagar		0.1.89.00/0.3.8900	0,00
Restos à Pagar		0.1.89.00/0.3.8900	0,00
TOTAL		0.1.89.00/0.3.8900	0,00
Saldo		Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro		0.3.89.00	675.538,53
Valor Utilizado Decreto nº	0.3.89.00		75.691,00
8406/2019			
Valor Utilizado Decreto nº	0.3.89.00		170.083,15
8432/2019			
Valor Utilizado Decreto nº	0.3.89.00		10.190,00
8463/2019			
Valor Utilizado Decreto nº	0.3.89.00		10.594,22
8470/2019			
Saldo a Utilizar	0.3.89.00		408.980,16

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2018
21.744-1	B.b. Comp. Finan. Export.	0.1.00.00	21.050,63

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

2215985.odt - Pág.: 1

## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

60.837-8	B.b. Pmb/Defesa Civil Reconstrução	0.1.00.00	11.332,82
16.902-1	Banco do Brasil Diversos	0.1.00.00	244.790,97
283.141-4	B.b. Desoneração ICMS	0.1.00.00	17.322,35
73.071-8	B.b. FPM	0.1.00.00	1.096.371,85
26.051-7	B.b. Previ	0.1.00.00	1.892,44
42.403-x	B.b. Sna/Simples Nacional	0.1.00.00	478.824,30
49.419-x	B.b Pmb/ICMS	0.1.00.00	1.326.345,10
49.329-5	B.b Pmb/IPVA	0.1.00.00	106.949,08
15972	B.b Pmb/IPI Exportação	0.1.00.00	33.268,64
48.812-7	B.b Pmb/IRRF Dep. Judiciais	0.1.00.00	71.401,20
170.002-6	Besc C/C	0.1.00.00	198.366,71
75.142-1	B.b. Conv. Rua P. Antônio Eising	0.1.00.00	561,75
79.815-0	B.B Prolongamento Beira Rio Margem Direita - Convênio	0.1.00.00	67.603,23
79.235-7	B.b Pmb/ISSQN (Cartões)	0.1.00.00	44.471,19
143-0	Pmb – Fundo M. Procuradoria Geral	0.1.00.00	100.965,77
142-1	Pmb – Fundo Reserva Dep. Judiciais	0.1.00.00	30,67
647.009-1	Cef – Pmb/ Obras PAC OGU	0.1.00.00	349,88
192-8	Cef – PMB PAG FGTS	0.1.00.00	4.892,19
	Cef – Pmb/Fundo Procon	0.1.00.00	267.256,01
223-1	Cef - PMB/FIA	0.1.00.00	90.744,84
4-2	Cef - C/C	0.1.00.00	1.346.577,08
		0.3.00.00	15.335,50
66-2	Cef – Contribuições para Melhoria	0.1.00.00	1.186,18
6700.	Cef Plano de Habitação	0.1.00.00	18.170,21
65-4	Cef Tributos	0.1.00.00	791.446,01
153-7	Cef Rua 24hs	0.1.00.00	32.320,62
6-9	Cef Pmb - Previ	0.1.00.00	476,92
188-0	Cef Pmb Serv. Funeral	0.1.00.00	47.006,33
0124980-2	Cef Pmb – Conta Poupança	0.1.00.00	8.653,48
72-7	Cef – F. Turismo	0.1.00.00	58.208,53
246-0	Cef Pmb – Convênio Folha Pgto.	0.1.00.00	6.520,54
249-5	Cef Pmb Multas	0.1.00.00	100.000,00
647.039-	Cef Pmb/Const. 3º Etapa Vila Germânica	0.1.00.00	31,66
647.037-7	Cef – Pmb/ Praça Azambja	0.1.00.00	358,49
	Cef Pmb/Outorga Onerosa	0.1.00.00	61.507,28
253-3			
34.140-2	Pmb Tributos	0.1.00.00	19.218,48
105.005-2	Pmb Tributos	0.1.00.00	4.728,76
29409-8	Pmb Tributos	0.1.00.00	6.701,30
18.408-0	Pmb Tributos	0.1.00.00	12.919,50
TOTAL GERAL			6.716.158,49
Valores Comprometidos		Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar		0.1.00.00/0.3.00.00	966.907,70
DDO à Pagar		0.1.00.00/0.3.00.00	4.963,74
Restos à Pagar		0.1.00.00/0.3.00.00	54.821,74
TOTAL		0.1.00.00/0.3.00.00	1.026.693,18
Saldo		Fonte de Recursos	Valor R\$
Superávit Financeiro		0.3.00.00	5.689.465,31
Valor Utilizado Decreto nº 8311/2019		0.3.00.00	95.200,00
Valor Utilizado Decreto nº 8384/2019		0.3.00.00	9.500,00

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

2215985.odt - Pág.: 2



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE**

Valor Utilizado Decreto nº 8393/2019	0.3.00.00	178.819,12
Valor Utilizado Decreto nº 8398/2019	0.3.00.00	80.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8406/2019	0.3.00.00	1.000.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8408/2019	0.3.00.00	13.609,00
Valor Utilizado Decreto nº 8440/2019	0.3.00.00	57.848,82
Valor Utilizado Decreto nº 8448/2019	0.3.00.00	313,74
Valor Utilizado Decreto nº 8453/2019	0.3.00.00	28.149,36
Valor Utilizado Decreto nº 8456/2019	0.3.00.00	200.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8461/2019	0.3.00.00	300.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8470/2019	0.3.00.00	5.000,00
Valor Utilizado Decreto nº 8479/2019	0.3.00.00	189.000,00
Saldo a Utilizar	0.3.00.00	3.562.025,27

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 31/10/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de outubro de 2019.

**JONAS OSCAR PAEGLE**  
Prefeito Municipal

**Dr. EDSON RISTOW**  
Procurador Geral do Município

**EDENA BEATRIS CENSI**  
Secretaria da Fazenda

**AURINHO SILVEIRA DE SOUZA**  
Chefe de Gabinete do Prefeito

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (047)351-1833 - Centro - 88350-000 - Brusque - SC

2215985.odt - Pág.: 3

**EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 104-2017**

Publicação Nº 2214586

**EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 104-2017**

ESPÉCIE: 7º Termo Aditivo, Contrato nº 104/2017 entre o Município de Brusque e IPM SISTEMAS LTDA Objeto: termo aditivo prorrogação 28/10/2019 a 27/10/2020 Pregão nº 092/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Edena Beatris Censi e Aldo Luiz Mees

**EXTRATO CONTRATO Nº 036-2019-FMS**

Publicação Nº 2214587

**EXTRATO CONTRATO Nº 036-2019-FMS**

ESPÉCIE: Contrato nº 036/2019, entre o Município de Brusque e HOSPITAL ARQUIDIOCESANO CÔNSUL CARLOS RENAUX Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES HOSPITALARES ASSOCIADAS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE(SUS)Valor: R\$ 27.563.508,81 - ORIGEM: Inexigibilidade nº 005/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Humberto Martins Fornari e Nélcio Roberto Schwanke

**EXTRATO CONTRATO Nº 037-2019-FMS**

Publicação Nº 2214588

**EXTRATO CONTRATO Nº 037-2019-FMS**

ESPÉCIE: Contrato nº 037/2019, entre o Município de Brusque e HOSPITAL E MATERNIDADE DOM JOAQUIM Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES HOSPITALARES ASSOCIADAS AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE(SUS)Valor: R\$ 7.847.628,58 - ORIGEM: Inexigibilidade nº 005/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Humberto Martins Fornari e Raul Civinski De Souza

**EXTRATO CONTRATO Nº 146-2019**

Publicação Nº 2214589

**EXTRATO CONTRATO Nº 146-2019**

ESPÉCIE: Contrato nº 146/2019, entre o Município de Brusque e ARLINDO VOGUEL Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Valor: R\$ 99.496,56 - ORIGEM: PREGÃO Nº 099/2019 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Eliani Aparecida Busnardo Buemo e Arlindo Voguel.

**EXTRATO CONTRATO Nº 147-2019**

Publicação Nº 2214590

**EXTRATO CONTRATO Nº 147-2019**

ESPÉCIE: Contrato nº 147/2019, entre o Município de Brusque e GUARATUBA TRANSPORTES EIRELI EPP Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR Valor: R\$ 302.518,79- ORIGEM: PREGÃO Nº 099/2019 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Eliani Aparecida Busnardo Buemo e Anderson Mafra

**EXTRATO CONTRATO Nº 106-2019 - -SAMAE**

Publicação Nº 2215973

**EXTRATO DO CONTRATO 106/2019**

ESPÉCIE: Aquisição de tubos e conexões PVC, PP e PEAD; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 081/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.0512.0301.1192.3449051990000000000.06000000; VIGÊNCIA: 90 dias; DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019; VALOR: R\$ 19.880,00; FISCAL DO CONTRATO: Gilberto Cesar Albrecht; CONTRATADA: Guimarães Comercial Eireli ME; Diretor do SAMAE.

Brusque, 01 de novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO CONTRATO Nº 107-2019 - -SAMAE**

Publicação Nº 2215974

**EXTRATO DO CONTRATO 107/2019**

ESPÉCIE: Aquisição de tubos e conexões PVC, PP e PEAD; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 081/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.0512.0301.1192.3449051990000000000.06000000; VIGÊNCIA: 90 dias; DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019; VALOR: R\$ 3.475,00; FISCAL DO CONTRATO: Gilberto Cesar Albrecht; CONTRATADA: Sanefour Almeida Hidráulica Ltda.; Diretor do SAMAE.

Brusque, 01 de novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO CONTRATO Nº 108-2019 - -SAMAE**

Publicação Nº 2215975

**EXTRATO DO CONTRATO 108/2019**

ESPÉCIE: Aquisição de tubos e conexões PVC, PP e PEAD; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 081/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.0512.0301.1192.3449051990000000000.06000000; VIGÊNCIA: 90 dias; DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019; VALOR: R\$ 25.785,50; FISCAL DO CONTRATO: Gilberto Cesar Albrecht; CONTRATADA: Hifersane Comércio e Industria de Materiais Hidráulicos Ltda. EPP; Diretor do SAMAE.

Brusque, 01 de novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO CONTRATO Nº 109-2019 - -SAMAE**

Publicação Nº 2215976

**EXTRATO DO CONTRATO 109/2019**

ESPÉCIE: Aquisição de tubos e conexões PVC, PP e PEAD; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 081/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.0512.0301.1192.3449051990000000000.06000000; VIGÊNCIA: 90 dias; DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019; VALOR: R\$ 68.560,00; FISCAL DO CONTRATO: Gilberto Cesar Albrecht; CONTRATADA: Polierg Indústria e Comércio Ltda.; Diretor do SAMAE.

Brusque, 01 de novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO CONTRATO Nº 110-2019 - -SAMAE**

Publicação Nº 2215979

**EXTRATO DO CONTRATO 110/2019**

ESPÉCIE: Aquisição de tubos e conexões PVC, PP e PEAD; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 081/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.0512.0301.1192.3449051990000000000.06000000; VIGÊNCIA: 90 dias; DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019; VALOR: R\$ 13.959,80; FISCAL DO CONTRATO: Gilberto Cesar Albrecht; CONTRATADA: Hidrolux Indústria e Comércio de Materiais Hidráulicos Eireli ME; Diretor do SAMAE.

Brusque, 01 de novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO CONTRATO Nº 111-2019 - -SAMAE

Publicação Nº 2215980

EXTRATO DO CONTRATO 111/2019

ESPÉCIE: Aquisição de tubos e conexões PVC, PP e Pead; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 081/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.0512.0301.1192.3449051990000000000.06000000; VIGÊNCIA: 90 dias; DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019; VALOR: R\$ 8.532,00; FISCAL DO CONTRATO: Gilberto Cesar Albrecht; CONTRATADA: Danisan Materiais Hidráulicos e Elétricos Eireli EPP; Diretor do SAMAE.

Brusque, 01 de novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO CONTRATO Nº 112-2019 - -SAMAE

Publicação Nº 2215981

EXTRATO DO CONTRATO 112/2019

ESPÉCIE: Aquisição de tubos e conexões PVC, PP e Pead; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 081/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.0512.0301.1192.3449051990000000000.06000000; VIGÊNCIA: 90 dias; DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019; VALOR: R\$ 7.953,30; FISCAL DO CONTRATO: Gilberto Cesar Albrecht; CONTRATADA: Navodap Comércio de Materiais Hidráulicos Eireli; Diretor do SAMAE.

Brusque, 01 de novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### EXTRATO CONTRATO Nº 113-2019 - -SAMAE

Publicação Nº 2215982

EXTRATO DO CONTRATO 113/2019

ESPÉCIE: Aquisição de tubos e conexões PVC, PP e Pead; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 081/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.0512.0301.1192.3449051990000000000.06000000; VIGÊNCIA: 90 dias; DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019; VALOR: R\$ 100.200,00; FISCAL DO CONTRATO: Gilberto Cesar Albrecht; CONTRATADA: Corr Plastik Industrial Ltda.; Diretor do SAMAE.

Brusque, 01 de novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO CONTRATO Nº 114-2019 -SAMAE**

Publicação Nº 2215983

**EXTRATO DO CONTRATO 114/2019**

ESPÉCIE: Aquisição de equipamentos diversos; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 082/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.34495238000000.06000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019; VALOR: R\$ 4.350,00; FISCAL DO CONTRATO: Gilberto Cesar Albrecht; CONTRATADA: Materiais de Construção Nova Casa Eireli EPP; Diretor do SAMAE.

Brusque, 01 de novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 071-2019**

Publicação Nº 2214584

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 071-2019**

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 071-2019 em 24/10/2019- OBJETO aquisição de tintas e materiais para pintura Valor R\$214.748,300- RIGEM: Pregão nº 057/2019 SIGNATÁRIO: Andrea Patricia Volkmann

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 074-2019**

Publicação Nº 2214585

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 074-2019**

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 074-2019 em 24/10/2019- OBJETO aquisição de areia, base de brita, bica, brita, material de aterro, pedra bruta, rachão, pedrisco, pó de brita e rejeito de britagem e moagem Valor R\$6.933.925,00 ORIGEM: Pregão nº 092/2019 SIGNATÁRIO: Ricardo José de Souza

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154-2019**

Publicação Nº 2215986

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 154/2019**

Pregão nº 114/2019

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços de instalação e configuração de rede de fibra óptica de 145 pontos no Município, com solução de segurança, relatório e monitoramento da referida rede, com fornecimento de materiais

Impugnante: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA

RESULTADO DA IMPUGNAÇÃO: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA e CENTRO DE TECNOLOGIA ARMAZÉM DATACENTER LTDA, para no mérito considerá-la PARCIALMENTE PROCEDENTE, a primeira e TOTALMENTE PROCEDENTE a segunda, pelos motivos informados pela análise técnica.. O edital será republicado com as alterações solicitadas pelo Diretoria de Tecnologia e Informação devidamente justificadas. 31/10/2019

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Diretora de Licitações e Contrato

**LEI N. 4.254-2019**

Publicação Nº 2216004

LEI N. 4.254, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Institui o Mês de Atenção ao Idoso no município de Brusque.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e incluído no Calendário de Eventos Oficiais do Município de Brusque o Mês de Atenção ao Idoso, que será realizado anualmente no mês de julho.

Art. 2º São objetivos do Mês de Atenção ao Idoso:



- I - contribuir para fortalecer a imagem do idoso em nossa sociedade e conquistar o respeito das demais gerações;
- II - sensibilizar a sociedade para novas formas de participação da pessoa idosa;
- III - proporcionar canais de comunicação, convívio social, troca de experiências entre essas pessoas e as demais gerações;
- IV - conscientizar a pessoa idosa dos problemas de saúde característicos da idade, incentivando a realização de exames preventivos;
- V - sensibilizar a sociedade para a longevidade da pessoa humana;
- VI - valorizar e estimular a prática esportiva como fator de promoção de saúde e bem estar, resgatando a autoestima para o melhor convívio social do idoso.

Art. 3º O mês de Atenção ao Idoso será destinado à conscientização, prevenção e recuperação da saúde física e mental das pessoas com mais de sessenta anos, observados os princípios e diretrizes da Política Municipal do Idoso.

Art. 4º Sempre que conveniente o Poder Público deverá, no mês comemorativo, buscar parcerias para a organização, divulgação e execução de ações, com clubes de serviços, organizações sociais e assistenciais, igrejas, associações civis e comerciais, entre outras entidades da sociedade civil organizada, bem como envolver as instituições de longa permanência para idosos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de novembro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

DR. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA N. 13.146 - 2019**

Publicação Nº 2214594

PORTARIA N. 13.146, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do artigo 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei n. 3.315/2010,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os membros para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, a partir de 31 de outubro de 2019, conforme segue:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 01 (um) da Secretaria de Educação:

Titular: Bruna Pereira

Suplente: Rafael Scheibel de Andrade

Titular: Franciele Marcia Mayer

Suplente: Dorinel Fortunato dos Reis

b) 01 (um) representante dos professores da educação básica pública:

Titular: Elisabetha Soares Clerice

Suplente: Tânia Mara Vieira Pompermayer

c) 01 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas:

Titular: Sonia Mara Maurici da Silva

Suplente: Ana Claudia Schmitz

d) 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas:

Titular: Helena Gross

Suplente: Genete Terezinha Merizio

e) 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública:

Titular: Geisa Carla Gripa

Suplente: Carina Schulenburg Molverstet

Titular: Vanderleia Ana Felisbino Mannrich

Suplente: Mara Cristina Huppes

f) 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública; um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas:

Titular: Maria Eduarda Oliveira Pereira

Suplente: Cristian Freire

Titular: Carlos Eduardo Manrich

Suplente: Ana Carolina Tarter

g) 01 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação:

Titular: Lucimar Vieira Nass

Suplente: Claudemir Aparecido Lopes

h) 01 (um) representante do Conselho Tutelar:

Titular: Norberto Boos

Suplente: Neide Dalmolin

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de outubro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA N. 13.151-2019**

Publicação Nº 2216005

PORTARIA N. 13.151, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Exonera servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o § 1º do art. 18 da Lei Complementar n. 143/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Gabriel Carlos Booz do cargo de provimento em comissão de Coordenador, Padrão CC-V, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação, a partir de 04 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de novembro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

DEIVIS DA SILVA

Secretário de Assistência Social e Habitação

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

## **PORTARIA Nº 022-2019-IBPREV**

Publicação Nº 2215987

Portaria nº 022/2019

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a

José Brilhante da Silva

O Diretor-presidente do Instituto Brusquense de Previdência, nomeado pela Portaria nº 11.618, de 13 de janeiro de 2017, da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 8.436/2019, e com fundamento nos artigos 1º, §2º; 33, I, c; 36 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com

redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §1º, III, a, da Constituição Federal de 1988  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 260/2019, benefício de Aposentadoria Voluntária a JOSÉ BRILHANTE DA SILVA, CPF 992.966.248-00.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de novembro de 2019.

DAGOMAR ANTONIO CARNEIRO

Diretor-presidente

IBPREV

## PORTARIA Nº 2286-2019

Publicação Nº 2215996

Portaria nº 2286/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) SIDNEI GUISELIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Gerais, lotado(a) na Secretaria de Orçamento e Gestão, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 04/11/2019 a 01/02/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Novembro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 2288-2019

Publicação Nº 2215997

Portaria nº 2288/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.  
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) LEANDRO PAULO FURTADO DE ARAGÃO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista Veic. Pesados, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 04/11/2019 a 03/12/2019, referente ao período aquisitivo iniciado em 05/08/2014.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 04 de Novembro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos



**PORTARIA Nº 260-2019-SAMAE**

Publicação Nº 2214595

## PORTARIA Nº 260/2019

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 111 § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

## RESOLVE

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor ALMIR ROBERTO PAVESI, matrícula nº 8338-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Leitura e Inspeção, lotado na Área Administrativa, a contar de 01/11/2019.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/11/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 01 de novembro de 2019.

DEJAIR MACHADO

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 261-2019-SAMAE**

Publicação Nº 2215988

## PORTARIA Nº 261/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

## RESOLVE

Conceder Férias a servidora:

Jaqueline Maurici Montibeller Testoni, matrícula 7161-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório.

Pelo período de 05/11/2019 a 24/11/2019.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 05/11/2019.

Brusque, 01 de novembro de 2019.

Dejair Machado

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 262-2019-SAMAE**

Publicação Nº 2215989

## PORTARIA Nº 262/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

## RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Django Deucher, matrícula 8460-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações;

Orlando Soares Filho, matrícula 8095-00, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETA; e

Ricardo Bortolotto, matrícula 21148-00, ocupante do cargo de Químico;

Pelo período de 05/11/2019 a 04/12/2019.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 05/11/2019.

Brusque, 01 de novembro de 2019.  
Dejair Machado  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 263-2019-SAMAE**

Publicação Nº 2215990

PORTARIA Nº 263/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

João Aguinaldo da Silva, matrícula 48070-00, ocupante do cargo de Operador de Máquinas.

Pelo período de 12/11/2019 a 01/12/2019.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 12/11/2019.

Brusque, 01 de novembro de 2019.  
Dejair Machado  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 264-2019-SAMAE**

Publicação Nº 2215991

PORTARIA Nº 264/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Rogério Borges de Jesus, matrícula 3190-00, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações.

Pelo período de 18/11/2019 a 07/12/2019.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 18/11/2019.

Brusque, 01 de novembro de 2019.  
Dejair Machado  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 265-2019-SAMAE**

Publicação Nº 2215992

PORTARIA Nº 265/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias ao servidor:

Deivison Araldi, matrícula 48070-00, ocupante do cargo de Chefe.

Pelo período de 20/11/2019 a 09/12/2019.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 20/11/2019.

Brusque, 01 de novembro de 2019.  
Dejair Machado  
Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 266-2019-SAMAE**

Publicação Nº 2215993

PORTARIA Nº 266/2019

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

### **RESOLVE**

Conceder Férias ao servidor:

Alírio Pedro dos Santos Filho, matrícula 21032-00, ocupante do cargo de Agente de Almoxarifado.

Pelo período de 25/11/2019 a 24/12/2019.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 25/11/2019.

Brusque, 01 de novembro de 2019.  
Dejair Machado  
Diretor Presidente

## **PORTARIA Nº 267-2019-SAMAE**

Publicação Nº 2215994

PORTARIA Nº 267/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 053/2019, emitido em 14/10/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Nestor Edson Padilha de Carvalho, matrícula 8087-00, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 4GF-01J passando para o padrão de vencimento 4GF-01K por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, provocando efeitos financeiros a partir de 01/11/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 01 de novembro de 2019  
DEJAIR MACHADO  
DIRETOR PRESIDENTE

## **RESOLUÇÃO Nº 07, DE 05-11-2019**

Publicação Nº 2216007

RESOLUÇÃO Nº 07 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019  
Dispõe sobre a Criação de comissão especial.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Brusque-SC, em reunião ordinária realizada no dia 22 de outubro de 2019, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei Municipal n.º 3.243 de 21 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e sobre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência;

### **Resolve:**

Art. 1º - Criar comissão especial formada por conselheiros titulares e suplentes, com o objetivo de coordenar o processo eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente .

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Comissão Especial para coordenar o processo eleitoral:

Anelede Feuzer – Fundação Municipal de Esporte;  
Edemar Luiz Aléssio - Associação Empresarial de Brusque – ACIBr;  
Ivanete Lago Groh - Secretaria Municipal de Educação – SEME;  
Malisa Fernanda Costa Bruns - Grupo Escoteiro de Brusque.

Marcia Barbosa Nobrega  
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos  
da Criança e do Adolescente - CMDCA

## **RESOLUÇÃO Nº 08 DE 05-11-2019**

Publicação Nº 2216008

RESOLUÇÃO Nº 08 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a Criação de Comissão de Relações Institucionais e Controle Social.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Brusque-SC, em reunião ordinária realizada no dia 22 de outubro de 2019, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei Municipal n.º 3.243 de 21 de dezembro de 2009 que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e sobre o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência;

Resolve:

Art. 1º - Criar comissão Comissão de Relações Institucionais e Controle Social.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Comissão de Relações Institucionais e Controle Social.

Ligiane de Souza Scappini - Secretaria de Assistência Social e Habitação – SASH;  
Marcia Barbosa Nobrega - Grupo Escoteiro de Brusque;  
Rafael Scheibel de Andrade - Gabinete do Prefeito;  
Rosiclet Comandolli - Centro de Direitos Humanos – CDH.

Marcia Barbosa Nobrega  
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos  
da Criança e do Adolescente - CMDCA

**LEI COMPLEMENTAR N. 298-2019**

Publicação Nº 2216001

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE****LEI COMPLEMENTAR N. 298, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Altera o art. 1º da Lei Complementar n. 165, de 28 de março de 2011 e alterações, que dispõe sobre a criação dos cargos de monitor escolar I, II e III; altera o caput e o item 1 da alínea a do art. 67, acrescenta categorias 22, 23 e 24 ao Anexo X da Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, e dá outras providências.

**O PREFEITO DE BRUSQUE:**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar n. 165, de 28 de março de 2011, alterada pelas Leis Complementares ns. 183, de 16 de dezembro de 2011 e 187, de 05 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam criados no Quadro Permanente de Pessoal do Plano de Cargos e Carreiras do Poder Executivo, que constitui o Anexo I da Lei Complementar n. 143, de 31 de agosto de 2009, os cargos de Monitor Escolar I, II e III, com lotação na Secretaria de Educação do Município, integrantes do Grupo Ocupacional Operacional, categorias 22, 23 e 24, faixa de vencimento I, com carga horária de 40 (quarenta) e 20 (vinte) horas semanais.” (NR)

Art. 2º O caput e o item 1 da alínea a do art. 67 da Lei Complementar Municipal n. 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 67. As atuais classes de cargos de carreira submetidas ao processo de ranqueamento de que trata o art. 7º são distribuídas em categorias de 1 a 24 com as respectivas faixas de vencimentos, na forma do Anexo X.

§ 1º .....  
a) .....  
1. Do Poder Executivo integram as categorias de um a quinze, dezessete, vinte e um a vinte e quatro;”(NR)

Art. 3º Fica acrescido ao Anexo X da Lei Complementar Municipal n. 143, de 31 de agosto de 2009, as Categorias 22, 23 e 24, promovendo alteração no Anexo I da mesma lei, conforme Anexo desta Lei Complementar.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (47) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC  
[www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de novembro de 2019.

**JONAS OSCAR PAEGLE**  
Prefeito de Brusque

**DR. EDSON RISTOW**  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

**AURINHO SILVEIRA DE SOUZA**  
Chefe de Gabinete do Prefeito

Praça das Bandeiras, 77 - Fone/Fax: (47) 3251-1833 - Centro - 88350-050 - Brusque - SC  
[www.brusque.sc.gov.br](http://www.brusque.sc.gov.br)

# Caçador

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2019

Publicação Nº 2215964

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 150/2019 – PREGÃO PRESENCIAL – 89/2019-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL METÁLICO, CONTEMPLANDO DIMENSIONAMENTO DE UMA PONTE PÊNSIL, ELABORANDO CÁLCULO DE PERFIS, CHUMBADORES, LIGAÇÕES, PROJETO GEOMÉTRICO BÁSICO COM DETALHES CONSTRUTIVOS E PLANTAS DE CARGAS NAS FUNDAÇÕES PARA UMA PASSARELA DE PEDESTRE COM EXTENSÃO DE 55 M A SER INSTALADA DENTRO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 21/11/2019 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 21/11/2019 às 14h15min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 04 de novembro de 2019.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 8.452

Publicação Nº 2216034

DECRETO Nº 8.452, de 4 de novembro de 2019.

Designa servidor para exercer fiscalização de atas de registro de preços.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Alan Francis Amanthea para exercer a fiscalização das Atas de Registro de Preços nºs 177 e 178/2019, vinculadas ao Processo Licitatório nº 147/2019 – Pregão nº 86/2019, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de postes, chumbadores e luminárias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 4 de novembro de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

**EDITAL 05/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

Publicação Nº 2215387

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 05/2019**

A Comissão nomeada através do Decreto nº 8.413 de 15 de outubro de 2019, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura das inscrições e estabelece normas relativas à realização de Processo Seletivo Simplificado destinado à Admissão em Caráter Temporário (ACT) para os cargos de Psicólogo Escolar e Fonoaudiólogo Escolar para atuarem junto ao Projeto “Equipe de Apoio Multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação de Caçador, com foco na prevenção à violência e promoção da saúde mental nas escolas” que será regido pela Lei Complementar 163/2010 que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, visando suprir a carência de pessoal para o desempenho de atividades sazonais ou emergenciais que não justifiquem o provimento de cargos efetivos, demais legislação correlata aplicável e pelas normas estabelecidas neste edital.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1** O processo seletivo destina-se à admissão em caráter temporário de Psicólogo Escolar e Fonoaudiólogo Escolar para atuarem junto ao Projeto “Equipe de Apoio Multidisciplinar” da Secretaria Municipal de Educação, plano transitório com foco na prevenção à violência e a promoção da saúde mental nas escolas, criado para realizar intervenções na busca e promoção do bem estar psicossocial dos alunos das unidades escolares do município, em decorrência das vulnerabilidades sociais.

**1.2** A contratação dos candidatos classificados, nos termos deste edital, será por tempo determinado, com prazo de 6 meses, podendo ser prorrogado, mediante justificativa que demonstre a necessidade de continuidade do Projeto até o final do ano letivo de 2020.

**1.3** A aprovação e classificação no presente processo seletivo não cria direito à contratação que será realizada de acordo com as necessidades e disponibilidades orçamentárias da Prefeitura Municipal de Caçador.

**1.4** Os cargos objeto do Processo Seletivo, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas e a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

**1.5** As condições de habilitação, a descrição sumária dos cargos, a definição de conteúdos programáticos, as vagas e demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II, III e IV e V do presente Edital.

**2. REQUISITOS BÁSICOS PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

**2.1.** Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

**2.2.** Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

**2.3.** Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

**2.4.** Nível de escolaridade, habilitação legal (Registro no Conselho Regional de Psicologia para Psicólogos; e Registro no Conselho Regional de Fonoaudiologia para Fonoaudiólogos) para o exercício da profissão exigida pelo cargo;

**2.5.** Idade mínima de 18 (dezoito) anos (a serem completados até a data da contratação);

**2.6.** Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;





**2.7.** Apresentar declaração de não possuir acúmulo de cargo público, salvo as exceções previstas pelo art. 37, inc. VXI, da CF;

**2.8.** Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.

### **3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA**

**3.1.** É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art. 4º. do Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

**3.2.** Ao candidato abrangido pelo Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, é assegurado o direito de inscrever-se na condição de pessoa com deficiência, desde que a sua deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.

**3.3.** O candidato com deficiência deverá declarar tal condição em local apropriado, na ficha de inscrição.

**3.4.** Conforme disposto no Decreto Federal no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, em seu art. 39, o candidato deverá apresentar, no momento da avaliação perante uma junta de especialistas, conforme item 3.6, laudo médico com data inferior a 01 (um) ano, contados da data do presente Edital, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

**3.5.** O candidato que tenha declarado sua deficiência será convocado, em Edital próprio, após o encerramento das inscrições, para avaliação da compatibilidade da deficiência com o cargo a que concorre, sendo lícito à Comissão do Processo Seletivo programar a realização de quaisquer outros procedimentos prévios, se a junta de especialistas assim o requerer, para a elaboração de seu laudo.

**3.6.** A junta de especialistas será composta por um médico, um especialista da atividade profissional a que concorre o candidato e, se a deficiência assim o permitir, por portador da mesma deficiência, todos indicados pela Administração Municipal.

**3.7.** Compete à junta de especialistas, além da emissão do laudo, declarar, conforme a deficiência do candidato, se este deve ou não usufruir do benefício previsto.

**3.8.** A avaliação em questão será realizada sem ônus para o candidato, garantido recurso em caso de decisão denegatória, na forma estabelecida no item 6 deste Edital.

**3.9.** Os candidatos com deficiência somente poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores.

**3.10.** Os candidatos com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

**3.11.** O candidato com deficiência que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo na ficha de inscrição, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova.

**3.12.** A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.



**3.13.** A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

**3.14.** Fica reservado às pessoas a que se refere o caput deste artigo, o percentual de 10% (dez por cento) do número de vagas, desde que aprovados no respectivo processo seletivo simplificado; o primeiro candidato classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 10ª vaga e assim, sucessivamente a cada 10 vagas.

#### **4. INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO**

**4.1** As inscrições serão realizadas no setor de Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Porto União, nº 152, 5º andar, Centro, Caçador-SC, no período de 01/11/19 a 30/11/19, no horário de 8h30min. às 11h30min e 14h00min. às 18h.

**4.2.** É de inteira responsabilidade do candidato a conferência e confirmação dos dados de inscrição, bem como a responsabilidade por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição.

**4.3.** Não haverá inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

**4.4.** Não haverá possibilidade de alteração de cargo.

**4.5.** O candidato deverá anexar junto à ficha de inscrição, cópias do RG, CPF e comprovante de residência.

#### **5. PROCESSO SELETIVO**

##### **5.1. Provas**

**5.1.1.** As provas serão classificatórias e eliminatórias, e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, com cinco alternativas e um único comando correto.

**5.1.2.** Nas provas, serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem pontos em número igual ou superior ao estabelecido no Anexo II.

**5.1.3.** O candidato que não atingir a pontuação mínima em cada núcleo de prova será desclassificado do Processo Seletivo Simplificado.

**5.1.4.** Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

##### **5.2. Realização das Provas**

**5.2.1.** As provas serão realizadas na EMEB Henrique Júlio Berger, sito a Rua Marcos Gonçalves, nº40, Bairro Berger, Caçador-SC no dia 08/12/2019, às 08h30min., para todos os cargos e terão a duração de 03 (três) horas.

**5.2.2.** Só será permitido o ingresso dos candidatos nos locais de prova até o horário estabelecido no item 5.2.1.

**5.2.3.** O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do Processo Seletivo.



**5.2.4.** Para evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de provas pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o fechamento dos portões.

**5.2.5.** O candidato deverá comparecer aos locais de prova munidos de documento original de identidade oficial e com fotografia, e de caneta esferográfica azul ou preta.

**5.2.6.** Serão considerados documentos de identidade, os documentos oficiais e com fotografia. Preferencialmente Cédula Oficial de Identidade (RG) e Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

**5.2.7.** Caso o candidato não possa apresentar nenhum documento oficial com foto, no dia da realização da prova, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

**5.2.8.** O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos tais como bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, calculadora, palm-top, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Processo Seletivo vedar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

**5.2.9.** Os candidatos só poderão sair do local de realização do certame após 01 (uma) hora do início da prova.

**5.2.10.** Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar o local juntos.

**5.2.11.** A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

**5.2.12.** Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

**5.2.13.** A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

**5.2.14.** A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

**5.2.15.** Não será disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

**5.2.16.** Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

**5.2.17.** Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas.

**5.2.18.** A Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no item 5 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

**5.2.19.** Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.



**5.2.20.** Nas Provas Objetivas, o candidato deverá assinalar as respostas na Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da Folha de Respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas na capa do Caderno de Questões. Em hipótese alguma haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato. Na correção da Folha de Respostas será atribuída nota zero à questão com mais de uma opção assinalada, sem opção assinalada ou com rasura. O candidato deverá assinar a Folha de Respostas.

**5.2.21.** O gabarito preliminar será divulgado no dia 09/12/2019, no site da Prefeitura Municipal de Caçador ([www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br)).

**5.2.22.** O gabarito final será divulgado no dia 12/12/2019, no site da Prefeitura Municipal de Caçador ([www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br)).

## **6. DOS RECURSOS**

**6.1** O candidato que se sentir prejudicado dentro do Processo Seletivo Simplificado, poderá interpor recurso:

a) dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Caçador e entregue para registro na Secretaria Municipal de Educação de Caçador, situada à Rua Porto União, Edifício Pinheiros, 152, 5º andar. Caçador-SC, no horário das 08h30min às 11h30min e 13h30min às 17:00h, no setor de Recursos Humanos. O recurso deverá ser protocolado em até 2 dias após a publicação do ato que ensejou o recurso.

b) constem obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser devidamente firmado pelo candidato em todas as folhas;

c) seja apresentado digitado, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra questões, conforme modelo constante nos anexos deste edital.

**6.2** Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender aos critérios estabelecidos no item anterior.

**6.3** Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, via postal, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

**6.4** Se do exame de recursos resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

**6.5** No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação

**6.6** A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora, é irrecorrível na esfera administrativa.

**6.7** Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito no 6.1 deste edital.

**6.8** Os recursos intempestivos e inconsistentes não serão analisados.



**6.9** Em consequência de deferimento de recurso administrativo ou por constatação de erro material, os pontos, médias e classificação dos candidatos poderão ser alteradas para posição superior ou inferior.

## **7. RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO**

**7.1.** Havendo empate de pontuação, o critério de desempate será:

a) maior número de acertos da prova de Conhecimentos Específicos;

b) maior idade.

**7.2.** O resultado preliminar do Processo Seletivo contendo o desempenho de todos os candidatos inscritos, em ordem decrescente de pontuação, será publicado no site da Prefeitura Municipal de Caçador ([www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br)), a partir de 13/12/2019.

**7.3.** Após decididos todos os recursos, será publicada uma relação final, com todos os candidatos aprovados por cargo e em ordem de classificação, no site da Prefeitura Municipal de Caçador ([www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br)), a partir de 18/12/2019.

**7.4.** Os candidatos aprovados passarão a constituir um cadastro de reserva pelo período de validade do Processo Seletivo, cabendo-lhes a responsabilidade de manter atualizado, através de documento protocolado junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação, seu endereço e telefone para fins de convocação, sob pena de serem considerados desistentes.

## **8. DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO**

**8.1.** Após a homologação os candidatos poderão ser convocados a qualquer tempo, durante a vigência deste Processo Seletivo, através de contato da Secretaria Municipal de Educação de Caçador.

**8.2.** Após a comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital, o candidato classificado será encaminhado para Exame Admissional.

**8.3.** O exame médico é eliminatório, sendo excluídos do Processo Seletivo os candidatos que não apresentarem aptidão para o exercício do serviço público para o qual se inscreveram, podendo a Administração Municipal solicitar outros exames específicos além dos previstos neste edital para melhor avaliar as condições de saúde do candidato.

**8.4.** O candidato deverá manter atualizado seu endereço, junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Educação, após a homologação do resultado do Processo Seletivo.

## **9. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**9.1.** A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente dos pontos obtidos.

**9.2.** A homologação do Processo Seletivo será feita por ato do Prefeito Municipal de Caçador, mediante a apresentação das listagens finais dos resultados do certame.



**9.3.** O Processo Seletivo terá validade de 06 meses, podendo ser prorrogado até o final do ano letivo de 2020.

**9.4.** Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Processo Seletivo em qualquer de suas fases.

**9.5.** Será excluído do certame o candidato que:

- a)** faltar a prova objetiva;
- b)** não atingir a pontuação mínima em cada núcleo da prova objetiva;
- c)** deixar de assinar o cartão-resposta;
- d)** portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Processo Seletivo;
- e)** for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- f)** for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- g)** deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

**9.6.** O presente Processo Seletivo objetiva o preenchimento de cargos, na forma das Leis Complementares Municipais Nº 56/2004, Nº 163/2010, Nº 286 de 2014 e Lei Nº 298 de 2015.

**9.7.** Considerando que os contratos terão vigência durante o ano letivo de 2020, com períodos inferiores a 12 meses, os profissionais contratados não terão direito à fruição de recesso escolar, tendo suas férias indenizadas por ocasião do encerramento do contrato.

**9.8.** A inscrição do candidato implicará o conhecimento do presente Edital, bem como o compromisso tácito de aceitar as condições do Processo Seletivo, tais como se acham estabelecidas.

**9.9.** A aprovação em Processo Seletivo não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Secretaria Municipal de Educação, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo, respeitada a ordem de classificação.

**9.10.** É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar pela internet, através do site da Prefeitura Municipal de Caçador ([www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br)), ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão de Processo Seletivo a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Processo Seletivo.

**9.11.** Após a homologação, o candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, junto à Secretaria Municipal de Educação, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização desta informação.

**9.12.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

**9.13.** São partes integrantes deste Edital os Anexos I, II, III, IV e V que o acompanham.



**9.14.** O presente Edital e demais atos relativos ao Processo Seletivo Simplificado estarão disponibilizados no site da Prefeitura Municipal de Caçador ([www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br))

**Caçador, 31 de outubro de 2019**

**COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO**

**EDITAL 05/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - ANEXO 1**

Publicação Nº 2215392



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 05/2019**  
**ANEXO I**

CÓDIGO DO CARGO	CARGO	ÁREA DE ATUAÇÃO	REQUISITOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	VAGAS	JORNADA SEMANAL	VENCIMENTO-BASE (R\$) (*)
01	PSICÓLOGO	PSICOLOGIA ESCOLAR	Diploma de graduação em Psicologia, com registro profissional do CRP	Conforme a necessidade	35 horas semanais	5.034,35
02	FONOAUDIÓLOGO	FONOAUDIOLOGIA ESCOLAR	Diploma de graduação em Fonoaudiologia, com registro profissional do CRF	Conforme a necessidade	35 horas semanais	5.034,35

**ATRIBUIÇÕES****CABERÁ AO PSICÓLOGO ESCOLAR:**

- 1 - Promover as relações interpessoais dos educandos;
- 2 - Observar as necessidades dos alunos e saber como os professores definem o seu trabalho e quais os recursos que usam para desempenhá-los.
- 3 - Observando as patologias e sofrimento psicológico que permitem compreender os mecanismos que permeiam o fracasso escolar;
- 4 - Conhecer e participar da atualização do Projeto Político Pedagógico;
- 5 - Capacitar e orientar de professores;
- 6 - Atender e orientar os pais dos alunos quando houver a necessidade de acompanhamento do aluno para outros profissionais;
- 7 - Desenvolver orientação vocacional e profissional dos educandos;
- 8 - Participar de reuniões de pais e conselho de classe;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 05/2019**  
**ANEXO I**



- 9 - Auxiliar na construção e execução de projetos de ordem multidisciplinar realizados na escola;
- 10 -Atender e orientar alunos em suas diversas necessidades auxiliando em seu desenvolvimento integral;
- 11 -Reconhecer e avaliar alunos com dificuldades educacionais, encaminhá-los e após parecer, organizar em parceria com profissionais da escola e clínicos, programas que visem o desenvolvimento dos alunos atendidos.

**CABERÁ AO FONOAUDIÓLOGO ESCOLAR:**

- 1 - Participar do diagnóstico institucional a fim de identificar e caracterizar os problemas de aprendizagem tendo em vista a construção de estratégias pedagógicas para a superação e melhorias no processo de ensino-aprendizagem;
- 2- Atuar de modo integrado à equipe multidisciplinar a fim de criar ambientes físicos favoráveis à comunicação humana e ao processo de ensino-aprendizagem;
- 3 - Desenvolver ações educativas, formativas e informativas com vistas à disseminação do conhecimento sobre a interface entre comunicação e aprendizagem para os diferentes atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem: gestores, equipes técnicas, professores, familiares e educandos, inclusive intermediando campanhas públicas ou programas intersetoriais que envolvam a otimização da comunicação e da aprendizagem no âmbito educacional;
- 4 - Desenvolver ações institucionais, que busquem a promoção, prevenção, diagnóstico e intervenção de forma integrada ao planejamento educacional, bem como realizar encaminhamentos extraescolares, a fim de criar condições favoráveis para o desenvolvimento e a aprendizagem;
- 5 - Orientar a equipe escolar para a identificação de fatores de riscos e alterações ocupacionais ligadas ao âmbito da fonoaudiologia;
- 6 - Participar da elaboração, execução e acompanhamento de projetos e propostas educacionais, contribuindo para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, a partir da aplicação de conhecimentos do campo fonoaudiológico.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 05/2019  
ANEXO I**

7 - Na educação especial e/ou inclusiva: sensibilizar e capacitar educandos, educadores e familiares para a utilização de estratégias comunicativas que possam favorecer a universalização do acesso ao ambiente escolar, o aprendizado e a inclusão escolar e social.

**EDITAL 05/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - ANEXO 2**

Publicação Nº 2215393

Cargo	Núcleo de Prova	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos exigido em cada Núcleo de Prova
Todos os Cargos.	Conhecimento Técnico-profissional	20	10	100
	Legislação Educacional	10	10	50
	Português	10	10	50

**EDITAL 05/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - ANEXO 3**

Publicação Nº 2215394

**➤ CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS DE NÚCLEO COMUM**

**PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS.** 1. Interpretação de textos. 2. Funções da linguagem. 3. Colocação pronominal. 4. Acentuação gráfica. 5. Pontuação. 6. Ortografia. 7. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. 8. Regência nominal e verbal. 9. Crase. 10. Concordância nominal e verbal. 11. Tempos e modos verbais. 12. Aspectos sintáticos e semânticos. 13. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. 14. Sentido dos vocábulos no texto. 15. Significação das palavras. 16. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

**LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL PARA TODOS OS CARGOS.** Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88): Dos Princípios Fundamentais. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/96; Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei 8069/90; Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; BNCC (Base Nacional Comum Curricular); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Plano de Cargos e Carreiras do Magistério de Caçador, LC 286/2014 e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador LC nº 56/2004.

**➤ CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO/PROFISSIONAL****CARGO: 01 - PSICÓLOGO**

**ÁREA DE ATUAÇÃO – PSICOLOGIA ESCOLAR** Noções sobre as concepções e relação entre desenvolvimento e aprendizagem. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento humano: Piaget, Vygotsky e Wallon. Formação continuada de professores e assessoria ao trabalho educacional coletivo. Educação inclusiva e seus desafios. Relação família/Escola. Prevenção às deficiências. Avaliação Psicológica: Fundamentos da medida psicológica. Instrumentos de avaliação: critérios de seleção, avaliação e interpretação dos resultados. Utilização das técnicas de avaliação na prática clínica. Técnicas de entrevista. Psicologia do desenvolvimento normal e patológico: desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo da criança, adolescente e adulto. Psicologia da Saúde – O trabalho da Psicologia na Saúde Pública; Saúde mental na atualidade. Equipes de saúde mental. Saúde coletiva: Políticas de saúde mental. Saúde mental e família. Saúde mental e escola. Saúde mental e trabalho. Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Orientação de Pais; Conhecimentos em Psicomotricidade; Psicoterapia de grupo;

**CARGO: 02 - FONOAUDIÓLOGO**

**ÁREA DE ATUAÇÃO – FONOAUDIOLOGIA ESCOLAR** Audiologia: Desenvolvimento do Sistema Auditivo. Processamento Auditivo. Audiologia Educacional. Linguagem: Anatomia e Fisiologia da Linguagem. Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem. Etiologia. Avaliação. Classificação. Diagnóstico. Abordagens Terapêuticas. Distúrbios Específicos de linguagem. Alterações do desenvolvimento da Linguagem. Distúrbios de Aprendizagem e Dislexia. Alterações da Linguagem de Origem Neurológica. Gagueira na Criança e no Adulto. Motricidade Orofacial: Atuação Fonoaudiológica em Neonatologia nas funções Orofaciais, nas Disfunções da Articulação Temporomandibular, nas Alterações de Fala, na Fissura Labiopalatina, na Disfagia Orofaríngea Neurogênica e Mecânica. Voz: Avaliação. Classificação. Diagnóstico Clínico.

**EDITAL 05/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - ANEXO 4**

Publicação Nº 2215395

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 05/2019 ANEXO IV FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS	
TIPO DE RECURSO:	1 - CONTRA GABARITO 2 - CONTRA PONTUAÇÃO PROVA 3 - CONTRA QUESTÃO PROVA
NOME DO CANDIDATO:	
NO DE INSCRIÇÃO:	CARGO:
Nº DA QUESTÃO:	DATA:
FUNDAMENTAÇÃO:	

**EDITAL 05/2019 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - ANEXO 5**

Publicação Nº 2215397

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR -SC  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 05/2019

Anexo V

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_ No de Inscrição: \_\_\_\_\_

Possui alguma deficiência: \_\_\_\_\_ Necessita: ( ) Intérprete de Libras ( ) Ledor ( ) Outro

Cargo Pretendido:	Código:
Psicólogo Escolar	
Fonoaudiólogo Escolar	

Dados Pessoais:

Nome: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_ Telefones: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras e assumo total responsabilidade pelo preenchimento, bem como, pelos dados declarados nesta Ficha de Inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Processo Seletivo 05/2019 e todas as disposições nele contidas.

Caçador/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do(a) Candidato (a) Assinatura do (a) recebedor (a)

**PORTARIA Nº 31.658**

Publicação Nº 2216010

PORTARIA Nº 31.658, de 25 de setembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, em conformidade com os arts. 114 e 271 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora abaixo nominada, contratada em caráter temporário para atuar na Secretaria Municipal da Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, função, unidade escolar de lotação e período da licença:

Código	Nome	Função	Escola de lotação	Período
15795	Maria Viviane de Quadra	Professor de Ensino Fundamental I	EMEB Hilda Granemann de Souza - 20h EMEB Pe. José Chamot - 20h	15/09/2019 a 12/03/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 25 de setembro de 2019.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 31.761**

Publicação Nº 2216011

PORTARIA Nº 31.761, de 07 de outubro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto na no art. 29, §1º na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 29.695, de 02 de outubro de 2018, que nomeou Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Estágio Probatório de Servidora aprovada em concurso público realizado pelo Município de Caçador/SC,

**RESOLVE:**

Art. 1º. SUBSTITUIR a Servidora GISELE DE SOUZA BLEICHUVEHL ZARUR, nomeada para compor a comissão de acompanhamento e avaliação de estágio probatório da Servidora Adriana Silveira Ruiz Dias, através da Portaria 29.695, de 02 de outubro de 2018, pela Servidora LILIA CAPELIM, passando a comissão a vigorar da seguinte forma:

Código	Servidor Avaliado	Cargo	Local de Atuação	Membros da Comissão
15558	Adriana Silveira Ruiz Dias	Assistente Social	Secretaria de Assistência Social e Habitação	Ana Paula de Castilha Souza
				Leda Maria Francio de Almeida
				Lilia Capelim

Art. 2º. Fica anulada a Portaria nº 30.305, de 15 de fevereiro de 2019.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 07 de outubro de 2019.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

**PORTARIA Nº 31.869**

Publicação Nº 2216012

PORTARIA Nº 31.869, de 30 de outubro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto na no art. 29, §1º na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 28.224, de 19 de julho de 2017, que nomeou Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Estágios Probatórios de Servidor aprovado em concurso público realizado pelo Município de Caçador/SC,

**RESOLVE:**

Art. 1º. SUBSTITUIR a Servidora ROSANIA PEREIRA DOS SANTOS GOLIN, nomeada para compor a comissão de acompanhamento e avaliação de estágio probatório do Servidor Willian Jose Guzi, através da Portaria 28.224, de 19 de julho de 2017, pela Servidora GRAZIELA WAGNER DA COSTA BENDER.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 30 de outubro de 2019.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

**PORTARIA Nº 31.870**

Publicação Nº 2216014

PORTARIA Nº 31.870, de 30 de outubro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto na no art. 29, §1º na Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 28.224, de 19 de julho de 2017, que nomeou Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos Estágios Probatórios de Servidor aprovado em concurso público realizado pelo Município de Caçador/SC,

RESOLVE:

Art. 1º. SUBSTITUIR a Servidora ROSANIA PEREIRA DOS SANTOS GOLIN, nomeada para compor a comissão de acompanhamento e avaliação de estágio probatório do Servidor Alessandro Iran Pacievitz, através da Portaria 28.224, de 19 de julho de 2017, pela Servidora GRAZIELA WAGNER DA COSTA BENDER.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar desta data.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de  
Caçador, em 30 de outubro de 2019.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

**PORTARIA Nº 31.872**

Publicação Nº 2216015

PORTARIA Nº 31.872, de 30 de outubro de 2019.

O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL DE CAÇADOR, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO as previsões estatutárias para afastamento dos Servidores em decorrência de falecimento de parentes, sem qualquer prejuízo,

CONSIDERANDO o direito da Servidora ao afastamento e o retorno antecipado ao desempenho de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, lotada na Guarda Municipal, afastamento do serviço pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias previsto no Estatuto	Período
9255	Lilian Aparecida de Oliveira do Prado	Guarda Municipal	05 dias	22/10/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Diretor Geral da Guarda Municipal de Caçador, em 30 de outubro de 2019.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA  
MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 31.876**

Publicação Nº 2216016

PORTARIA Nº 31.876, de 31 de outubro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio à Servidora lotada na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, local de atuação, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
1001	Roseli Salete Ferenc	Professora de Ensino Fundamental I	02/02/1998 a 01/02/2003	22/10/2019 a 20/12/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 31 de outubro de 2019.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 31.879**

Publicação Nº 2216018

PORTARIA Nº 31.879, de 31 de outubro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "b", da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura licença para ausentar-se do serviço pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data de início, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período
17775	João Basilio Cordeiro	Operador de Fábrica de Tubos e Artefatos de Cimento	08 dias	20/10/2019 a 27/10/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura de Caçador, em 31 de outubro de 2019.

Amarildo Tessaro – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

PORTARIA Nº 31.881

Publicação Nº 2216021

Memorando nº 21582/2019

PORTARIA Nº 31.881, de 31 de outubro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto artigo 29, §1º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear comissões para acompanhamento e avaliação dos estágios probatórios dos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome do servidor, cargo, local de atuação e membros da comissão, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Local de Atuação	Membros da Comissão
15139	Acir Pereira dos Santos	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	Secretaria de Infraestrutura	Valdir Medeiros de Oliveira Rubens Jofre Goes Ronaldo Bohrer
15593	Adriano de Oliveira Lourenço	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	Secretaria de Infraestrutura	Valdir Medeiros de Oliveira Rubens Jofre Goes Jorge Luiz Antunes de Oliveira
15735	Almir Paganini	Motorista	Secretaria de Infraestrutura	Amarildo Tessaro Valdir Medeiros de Oliveira Rubens Jofre Goes
15614	Edenilso da Cruz	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	Secretaria de Infraestrutura	Valdir Medeiros de Oliveira Rubens Jofre Goes Jorge Luiz Antunes de Oliveira
15144	Gilberto de Oliveira	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	Secretaria de Infraestrutura	Valdir Medeiros de Oliveira Rubens Jofre Goes Ronaldo Bohrer
15111	Giovani Lipka	Operador de Máquinas	Secretaria de Infraestrutura	Adão Ortiz de Goes José Valdir Peretti Jorge Luiz Antunes de Oliveira
16171	João Alexandre Moraes dos	Motorista	Secretaria de Infraestrutura	Amarildo Tessaro



Memorando nº 21582/2019

	Santos				Valdir Medeiros de Oliveira
15731	Leonardo Helmuth Dobler Huçulak	Assistente Administrativo	Secretaria de Infraestrutura	Rubens Jofre Goes	Amarildo Tessaro
15210	Lucas Fernandes de Lara	Agente de Serviços e Obras Especiais	Secretaria de Infraestrutura	Valdir Medeiros de Oliveira	Rubens Jofre Goes
15618	Luci Tibes dos Santos	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	Secretaria de Infraestrutura	Valdir Medeiros de Oliveira	Rubens Jofre Goes
15588	Luiz Carlos da Luz Antunes	Operador de Pavimentação	Secretaria de Infraestrutura	Ronaldo Bohrer	Valdir Medeiros de Oliveira
15400	Luiz Roberto de Souza	Motorista	Secretaria de Infraestrutura	Rubens Jofre Goes	Jorge Luiz Antunes de Oliveira
15253	Marcelo Silva	Agente de Serviços e Obras Especiais	Secretaria de Infraestrutura	Valdir Medeiros de Oliveira	Amarildo Tessaro
15110	Nilso José Godinho	Operador de Máquinas	Secretaria de Infraestrutura	Rubens Jofre Goes	Valdir Medeiros de Oliveira
15211	Nilso Roberto Goes	Agente de Serviços e Obras Especiais	Secretaria de Infraestrutura	Ronaldo Bohrer	Rubens Jofre Goes
15215	Robson Rosa de Oliveira	Agente de Serviços e Obras Especiais	Secretaria de Infraestrutura	Adão Ortiz de Goes	Jorge Luiz Antunes de Oliveira
15678	Rodrigo Correa	Auxiliar de Serviços e	Secretaria de Infraestrutura	José Valdir Peretti	Valdir Medeiros de Oliveira
				Jorge Luiz Antunes de Oliveira	Rubens Jofre Goes
				Ronaldo Bohrer	Rubens Jofre Goes
				Valdir Medeiros de Oliveira	Rubens Jofre Goes
				Rubens Jofre Goes	Ronaldo Bohrer
				Valdir Medeiros de Oliveira	Valdir Medeiros de Oliveira

Memorando nº 21582/2019

		Obras Especiais		
15166	Tyale Cardoso Mattos	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	Secretaria de Infraestrutura	Rubens Jofre Goes Jorge Luiz Antunes de Oliveira Valdir Medeiros de Oliveira Rubens Jofre Goes Ronaldo Bohrer
16172	Vinicius Alexandre Soares	Motorista	Secretaria de Infraestrutura	Amarildo Tessaro Valdir Medeiros de Oliveira Rubens Jofre Goes

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura de Caçador, em 31 de outubro de 2019.

Amarildo Tessaro – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

**PORTARIA Nº 31.930**

Publicação Nº 2216023

PORTARIA Nº 31.930, de 04 de novembro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional às Servidoras abaixo relacionadas, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
4134	Silvana Simone Adiers	01/12/2017 a 30/11/2018	21/10/2019 a 30/10/2019
1293	Rosani de Fatima Sabini de Moraes	20/08/2014 a 19/08/2015	04/11/2019 a 18/11/2019
1293	Rosani de Fatima Sabini de Moraes	20/08/2015 a 19/08/2016	19/11/2019 a 18/12/2019
1293	Rosani de Fatima Sabini de Moraes	20/08/2016 a 19/08/2017	19/12/2019 a 17/01/2020
1293	Rosani de Fatima Sabini de Moraes	20/08/2017 a 19/08/2018	18/01/2020 a 01/02/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração de Caçador, em 04 de novembro de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

**PORTARIA Nº 31.933**

Publicação Nº 2216024

PORTARIA Nº 31.933, de 04 de novembro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
14598	Diego Alves de Moura	09/05/2018 a 08/05/2019	30/10/2019 a 13/11/2019
2501	José Adelir Soares	01/03/2018 a 28/02/2019	29/10/2019 a 26/11/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Infraestrutura de Caçador, em 04 de novembro de 2019.

Amarildo Tessaro – SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA.

**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2019 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 129/2019**

Publicação Nº 2215186

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 01/2019 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 129/2019 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR E A EMPRESA CLINICA DR. BRIDI EIRELI - EPP. O presente apostilamento tem por objetivo a alteração do servidor responsável pela fiscalização do contrato, conforme Decreto n. 8.260/2019, passando o item 14.1 da Ata de Registro de Preços n. 129/2019, a ter a seguinte redação: "14.1. A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços ficará a cargo da servidora Juliene Granemann." Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas na Ata de Registro de Preço nº 129/2019, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2019 DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2019**

Publicação Nº 2215184

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 01/2019 DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2019 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR - E A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS DE CAÇADOR – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS. O presente apostilamento tem por objetivo a retificação do plano de trabalho e alteração da conta bancária informado, para fins de adequação, conforme justificativa formalizada pela Associação, e deferida pela Administração, através da comissão de Monitoramento, e Gestor da Parceria. Fica alterada a redação do item 5.1, da Clausula Quinta, do termo de Colaboração, passando a vigor da seguinte forma: 5.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária no Banco do Brasil, Agência nº 0375-1, Conta Corrente nº 18793-7. Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas no Termo de Colaboração nº 02/2019 de 12 de fevereiro de 2019, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

**TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2019 DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2019**

Publicação Nº 2215188

TERMO DE APOSTILAMENTO nº 02/2019 DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 02/2019 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR - E A ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS DE CAÇADOR – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS. O presente apostilamento tem por objetivo a alteração da conta bancária informado, para fins de adequação, conforme justificativa formalizada pela Associação, e deferida pela Administração, através da comissão de Monitoramento, e Gestor da Parceria. Fica alterada a redação do item 5.1, da Clausula Quinta, do termo de Colaboração, passando a vigor da seguinte forma: 5.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária no Banco do Brasil, Agência nº 0375-1, Conta Corrente nº 48793-7 e Agência nº 0375-1, Conta Corrente nº 406.644-8. Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas no Termo de Colaboração nº 02/2019 de 12 de fevereiro de 2019, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

**Caibi****PREFEITURA****169/2019**

Publicação Nº 2215610

DECRETO Nº. 169/2019 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2549/2018, de 20 de dezembro de 2018, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 9.681,89 (nove mil seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2019, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

**QUADRO I****ÓRGÃO 09 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS****UNIDADE 02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM****103010008.2.054 – MANUTENÇÃO DO BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA****3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas****(126) – Fonte: 1039 Recursos do FEP – Fundo Especial do Petróleo ..... R\$ 9.681,89**

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2019 da fonte 1039 Recursos do FEP – Fundo Especial do Petróleo no valor de R\$ 9.681,89.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 31 de outubro de 2019.

**ELÓI JOSÉ LÍBANO**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

**DIRLEI LEMES DE ALMEIDA**

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 324/19**

Publicação Nº 2214903

PORTARIA Nº 324/19

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

**RESOLVE:**

EXONERAR por motivo de aposentadoria a servidora OLIDETE CARLESSO , matrícula 8002-0 , do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM , com lotação junto ao Departamento Municipal de Saúde ,com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de novembro de 2019.

Eloi José Líbano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida

Diretor de administração

**PORTARIA 325/19**

Publicação Nº 2214969

PORTARIA Nº 325/19

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi , estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor Municipal MAURICIO RIGO , matrícula 9155-3, SUB DIRETOR CC 04 , com carga horária de 40 horas semanais, lotado no Departamento Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo de 15/05/2018 à 14/05/2019, pelo período de 30 dias consecutivos, tendo como início dia 04/11/2019 à 03/12/2019.

Conceder 1/3 constitucional ao servidor.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 04 de novembro de 2019

Eloi José Líbano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida

Diretor de Administração

# Camboriú

## PREFEITURA

### PE 015/19 - PMC

Publicação Nº 2215906

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2019 - PMC –EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA OS ITENS 1 AO 4, 6, 8 10 E 11 COM COTA PRINCIPAL PARA OS ITENS 5-7 E 9.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE AR CONDICONADO PARA ATENDER AS SECRETARIAS, AUTARQUIAS, DEPARTAMENTOS E PAÇO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14 e Decreto Municipal 3.252/2017.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 13:00 horas do dia 20 (vinte) de Novembro de 2019, no site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500, no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br) ou no e-mail [comprasdecamboriu@gmail.com](mailto:comprasdecamboriu@gmail.com)

Camboriú 04 de Novembro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

### PR 33/19 - FMS

Publicação Nº 2215355

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2019-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS GLP (13KG E 45KG), DESTINADA A REDE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 20 (vinte) de Novembro de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 04 de Novembro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

### PREGÃO ELETRÔNICO 014/2019 - PMC

Publicação Nº 2215462

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 014/2019 – PMC- EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA EQUIPAR O MAQUINÁRIO DA SECRETARIA DE OBRAS. CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Iniciará às 13:00 horas do dia 19 (Dezenove) de Novembro de 2019, no site [www.bnc.org.br](http://www.bnc.org.br)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47) 3365-9500, no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br) ou no e-mail [comprasdecamboriu@gmail.com](mailto:comprasdecamboriu@gmail.com)

Camboriú 04 de Novembro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL 007/2019 - FMC**

Publicação Nº 2215888

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2019 – FMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DECORAÇÃO NATALINA, PARA DECORAÇÃO DO "NATAL DA FAMÍLIA" DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO PELO FORNECEDOR. O EVENTO ACONTECERÁ NOS MESES DE NOVEMBRO/DEZEMBRO/2019 A JANEIRO/2020. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 13:00 horas do dia 19 (Dezenove) de Novembro de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 04 de Novembro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL 008/2019- FMC**

Publicação Nº 2216000

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2019 – FMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DECORAÇÃO/ILUMINAÇÃO NATALINA, PARA DECORAÇÃO DO "NATAL DA FAMÍLIA" DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, TRANSPORTE, INSTALAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO PELO FORNECEDOR. O EVENTO ACONTECERÁ NOS MESES DE NOVEMBRO/DEZEMBRO/2019 A JANEIRO/2020. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 19 (Dezenove) de Novembro de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 04 de Novembro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2019

Publicação Nº 2215109

#### RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 85/2019)

Às 10h do dia 04/11/2019, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de brinquedos pedagógicos para os CMEIs da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre/SC. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

### ATA PREGÃO Nº 90/2019

Publicação Nº 2215552

#### ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 90/2019)

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Daniela Saldanha e Josiane dos Santos, membros da responsáveis pelo Processo Licitatório nº 90/2019, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para locação de máquinas pesadas (retroescavadeira, escavadeira hidráulica e trator de esteira), para realização de serviços da Secretaria de Planejamento, Transporte e Obras. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: TERRAPLANAGEM PINO EIRELI EPP – CNPJ: 09.530.667/0001-70, DOIS IRMÃOS LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÃO EPP – CNPJ: 08.505.155/0001-91, FERMIANO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME – CNPJ: 86.740.669/0001-35 e TERRAPLANAGEM HAVERROTH LTDA – CNPJ: 29.885.169/0001-58. A licitante TERRAPLANAGEM PINO EIRELI EPP credenciou como representante na sessão o Sr. Cassio Eduardo Liebl, a licitante DOIS IRMÃOS LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÃO EPP credenciou como representante na sessão o Sr. Hendrion Rafael Ross, a licitante FERMIANO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME credenciou como representante na sessão o Sr. Paulo Pompilio do Nascimento, a licitante TERRAPLANAGEM HAVERROTH LTDA credenciou como representante na sessão o Sr. Joice Aparecida Lemos Haverroth. As licitantes apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e comprovaram enquadramento como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Passou-se a fase de lances, ficando definido conforme tabela.

#### ITEM 01 - Locação de retroescavadeira traçada

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
TERRAPLANAGEM PINO	140,00	105,00	1ª	HABILITADA
DOIS IRMÃOS LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÃO EPP	140,00	109,00	2ª	-----
FERMIANO LOCAÇÃO E SERVIÇOS	140,00	118,00	3ª	-----
HAVERROTH	130,00	130,00	4ª	-----

#### ITEM 02 - Locação de escavadeira hidráulica

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
TERRAPLANAGEM PINO	193,00	148,00	1ª	HABILITADA
HAVERROTH	170,00	150,00	2ª	-----
DOIS IRMÃOS LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÃO EPP	193,00	148,00	3ª	-----

#### ITEM 03 - Locação de trator esteira

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
FERMIANO LOCAÇÃO E SERVIÇOS	233,00	169,00	1ª	HABILITADA
HAVERROTH	190,00	170,00	2ª	-----
TERRAPLANAGEM PINO	233,00	233,00	3ª	-----

Após, abriu-se o envelope de documentos das licitantes primeiras classificadas em cada item conforme tabela acima, estando de acordo com o exigido no Edital, a empresa TERRAPLANAGEM PINO EIRELI EPP, foi declarada vencedora dos itens 01 e 02 e a licitante FERMIANO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME foi declarada vencedora do item 03. O representante da licitante DOIS IRMÃOS LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÃO EPP Sr. Hendrion Rafael Roos manifestou intenção de recursos quanto ao número do NIRE do contrato social e da Certidão Simplificada da empresa TERRAPLANAGEM PINO EIRELI EPP estarem divergentes. Está aberto o prazo de recurso conforme a Legislação vigente ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2019**


Publicação Nº 2215625

**MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC****AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2019****MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO** - exclusivamente para participação de microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP ou equiparadas


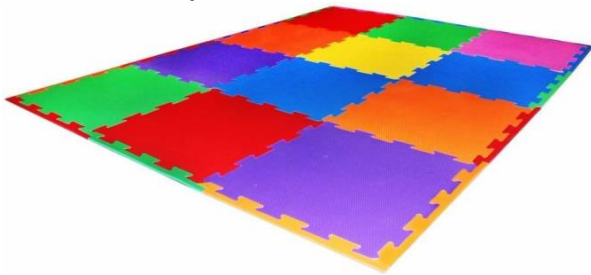
A licitação tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de mobiliário para as Unidades de Ensino da Rede Municipal de Campo Alegre/SC**, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	50	conj	<p><b>BERÇO – (BÇ1)</b> - Berço infantil em MDF com grades na cor branca, não dobrável, com rodízios e colchão em espuma D18.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b>  Comprimento: 1200 mm +/- 10 mm;<sup>2</sup>  Largura: 670 mm +/- 10 mm;<sup>2</sup>  Altura das cabeceiras considerando a estrutura tubular: 900 mm (+ou- 10 mm) sem considerar o rodízio.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b>  Selo do INMETRO; Estrutura metálica em formato de "U" invertido para sustentação das cabeceiras e das grades laterais, confeccionada em tubo de aço carbono, secção circular de 1 1/4", em chapa 16 (1,5mm), com curvas nos cantos superiores. Barras horizontais superiores, distantes das cabeceiras, de modo que estas se configurem como alças para condução do berço. Raio de curvatura do tubo de 100mm (+ou- 5mm) considerando o eixo do tubo. Estrutura do estrado em tubos de aço carbono, secção retangular com dimensões de 40 x 20mm, em chapa 16 (1,5mm). Base do berço (estrado) em chapa inteiriça de MDP, com espessura de 18mm, revestida nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP) na cor branca. Sistema de regulação de altura do estrado por meio de parafusos M6 e porcas soldadas internamente no topo dos tubos da estrutura do estrado. Ajuste do estrado em altura em no mínimo três (03) posições, somente por meio de ferramentas. Grades laterais fixas confeccionadas em MDP, com espessura de 20mm nas partes horizontais, e 18mm nas partes verticais, revestidas nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), texturizado na cor branca. Cabeceiras em MDP, em formato retangular, espessura de 18mm, revestidas nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP) texturizado, na cor branca. Nas peças de MDP os topos devem ser encabeçados em todo perímetro com fita de bordo de 2mm, com acabamento superficial liso, atóxica, na mesma cor e tonalidade do laminado. Arestas usinadas configurando acabamento arredondado. Quatro rodízios para pisos frios, com sistema de travas por pedal, injetados em nylon reforçado com fibra de vidro, com eixos de aço, rodas duplas de 75mm, injetadas em PVC, com capacidade de 60kg cada. Banda de rodagem em poliuretano injetado. Eixo dotado de rosca métrica. Sistema de travas nos dois sentidos, tanto na rodagem como no giro, através de mecanismo metálico. Eixos com sistema de rosca M12. Fixação dos rodízios às estruturas metálicas, por meio de porcas internas aos tubos. Estas porcas podem ser soldadas</p>	R\$ 836,98	R\$ 41.849,00

		<p>em chapas soldadas na parte interna dos tubos. <b>GARANTIA</b> Mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.</p>  <p><b>COLCHÃO – Descrição:</b> Colchão infantil em espuma flexível de poliuretano.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b> Altura: 120 mm - 5 mm +15 mm; Largura e comprimento: devem ser tais que o espaço entre o colchão e as laterais, e, entre o colchão e as cabeceiras, não exceda a 30 mm.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b> Espuma de poliuretano flexível com densidade D18, integral (tipo “simples”), revestido em uma das faces e nas laterais em tecido Jacquard, costurado em matelassê (acolchado), com fechamento perimetral tipo viés, e com acabamento da outra face do colchão plastificado. Tratamento antialérgico e antiácaro nos tecidos.</p> <p><b>GARANTIA</b> Mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.</p>		
02	150	<p>unid</p> <p><b>CE - CAMA EMPILHÁVEL</b> <b>DESCRIÇÃO</b> Caminha empilhável para crianças de 1 a 5 anos. Leve, lavável, montada através de encaixe, sem velcro e parafusos.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b> Altura: 110 mm + 50 mm; Largura: 550 mm +/- 50 mm; Comprimento: 1350 mm +/- 50 mm.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b> Selo do INMETRO. Permite empilhamento. Suporta até 50 kg. Pés e cabeceira em polipropileno virgem (PP não reciclado) que permitam higienização total com água. Ponteiros dos pés em borracha antiderrapante. Estrutura lateral em barras de alumínio de liga 6063 com espessura de 1,59mm, resistente à corrosão, inclusive por tensão, umidade e salinidade. Tela vazada em tecido 100% poliéster lavável, com tratamento antialérgico, antifungo, antiácaro, antibacteriano, antichama, anti-UV, antioxidante e isento de ftalatos. Acabamento soldado uniformemente resistente à tração manual.</p> <p><b>GARANTIA</b> Mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.</p>	R\$ 230,00	R\$ 34.500,00


					
03	50	unid	<p><b>COLCHONETE PARA REPOUSO - (C03)</b>– Linha FNDE</p> <p><b>Descrição:</b> Colchonete de lâmina de espuma flexível de poliuretano para uso infantil, certificado pelo INMETRO e em conformidade com a norma ABNT NBR 13579-1</p> <p><b>Dimensões:</b> Comprimento: 185cm. Largura: 65cm. Espessura: 05cm.</p> <p><b>Características:</b> Revestimento em material têxtil plastificado, “atóxico”, ref. “CORINO”, na cor AZUL REAL, impermeável, com acabamento em costura simples e acabamento em cadaço impermeável. Espuma com densidade nominal Kg/m³: D-20. Norma ABNT NBR 8537</p> <p><b>RECOMENDAÇÕES:</b> Para fabricação é indispensável atender às especificações técnicas específicas para cada material.</p>	R\$ 116,87	R\$ 5.843,50
04	4	unid	<p><b>PO - POLTRONA AMAMENTAÇÃO - Descrição:</b> Poltrona individual estofada, revestida em couro sintético, dotada de apoio de braços.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Profundidade útil do assento: mínima 470 mm / máxima 490 mm;</li> <li>· Largura útil do assento: mínima 530 mm / máxima 570 mm;</li> <li>· Altura (h) da superfície do assento: mínima 420 mm / máxima 450 mm;</li> <li>· Extensão vertical (h) útil do encosto: mínima 440 mm;</li> <li>· Largura útil do encosto: mínima 530 mm / máxima 570 mm;</li> <li>· Inclinação da superfície do assento (em relação à horizontal): entre -2º e -7º;</li> <li>· Ângulo do encosto (em relação ao plano do assento): mínimo 90º / máximo 110º;</li> <li>· Altura do apoio de braços (em relação ao assento): mínima 160 mm / máxima 200 mm;</li> <li>· Largura do apoio de braços: mínima 100 mm.</li> </ul> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Estrutura confeccionada em perfis tubulares de aço carbono, com secção retangular, com dimensões mínimas de 20x40mm, e espessura de parede mínima de 1,5mm. Pintura em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza.</li> <li>· Pés metálicos aparentes, cromados ou em aço inox, com secção circular com diâmetro mínimo de 2”, com ponteiros ajustáveis metálicas e partes em contato com o piso em plástico injetado.</li> <li>· Base de sustentação do assento e do encosto em percintas elásticas.</li> <li>· Laterais (braços), suporte do assento e suporte do encosto, de formato prismático. Cada um destes elementos deve ser inteiramente revestido em couro sintético, exceto a parte inferior do assento que deve ser revestida de tecido não tecido (TNT) de gramatura mínima de 70g/m². As superfícies</li> </ul>	R\$ 417,63	R\$ 1.670,52

			<p>revestidas em couro sintético devem receber camadas internas de espuma laminada (espessura mínima de 10 mm), de modo que toda a superfície do móvel seja almofadada. No apoio de braços (parte superior das laterais) a espuma deverá ser de no mínimo 30 mm de espessura e possuir densidade mínima D-23.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Almofada do assento confeccionada em espuma de densidade D-33, com mínimo de 100 mm de espessura, revestida com couro sintético, dotada de uma subcamada de tecido não tecido (TNT). Almofada do encosto confeccionada em espuma de densidade D-26 com mínimo de 100 mm de espessura, revestida com couro sintético, dotada de uma subcamada de tecido não tecido (TNT).</li> <li>· As almofadas deverão ser fixadas de forma permanente, mas não devem apresentar áreas em suas laterais que possam acumular sujidades.</li> <li>· Couro sintético para os revestimentos, texturizado, atóxico, laminado internamente com tecido de poliéster, com gramatura acima de 500g/m<sup>2</sup> e espessura mínima de 0,8mm, de odor neutro, na cor bege, padrão PANTONE 16-1406 TPX.</li> </ul> <p><b>GARANTIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Mínima de dois anos a partir da data da entrega, contra defeitos de fabricação.</li> </ul>		
05	20	unid	<p><b>CO2 - COLCHONETE PARA TROCADOR - Descrição:</b> Colchonete de espuma flexível de poliuretano.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Comprimento: 1000 mm +/- 5 mm;</li> <li>· Largura: 600 mm +/- 5 mm;</li> <li>· Altura: 40 mm +/- 10 mm.</li> </ul> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Espuma de poliuretano flexível com densidade D20, integral (sem colagem horizontal), revestido em material têxtil plastificado (corino), atóxico, na cor azul real, impermeável, com costura simples e acabamento em cadaço impermeável.</li> </ul> <p><b>GARANTIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Mínima de um ano a partir da data da entrega, contra defeitos de fabricação.</li> </ul>	R\$ 80,00	R\$ 1.600,00

					
06	200	unid	<p><b>TA1 - TATAME EM E.V.A. - Descrição:</b> Tatame em placas intertravadas de E.V.A. (etileno-acetato de vinil) com bordas de acabamento.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b>  Tamanho das placas: 1000 mm x 1000 mm +/- 10 mm;  Espessura: 20 mm +/- 10 mm.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b>  Placas de tatame intertravadas e bordas de acabamento, confeccionadas em E.V.A. (100%), atóxicas, com superfície texturizada, siliconizada, antiderrapante e lavável;  Densidade entre 150 e 180 gramas por centímetro cúbico;  Cada peça deve ser fornecida em conjunto com uma borda de acabamento.  Os encaixes devem proporcionar a junção perfeita das peças;  As arestas de bordas e placas devem ser uniformes, com corte preciso a 90º em relação ao plano da superfície, isentas de rebarbas e falhas.</p> <p><b>GARANTIA</b>  Mínima de três meses a partir da data da entrega, contra defeitos de fabricação.</p> 	R\$ 54,00	R\$ 10.800,00
07	25	conj	<p><b>CJP-01 CONJUNTO PROFESSOR – 1 MESA + 1 CADEIRA</b></p> <p><b>Descrição:</b> Conjunto para professor composto de uma mesa e uma cadeira.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mesa com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior com chapa de balanceamento, painel frontal em MDP ou MDF, revestido nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão (BP), montado sobre estrutura tubular de aço.</li> <li>- Cadeira empilhável, com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montados sobre estrutura tubular de aço.</li> </ul> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA MESA</b>  Largura: 1200 mm;  Profundidade: 650 mm;  Altura: 760 mm;  Espessura: 19,4 mm;</p>	R\$ 450,00	R\$ 11.250,00

		<p>Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1 mm para espessura e +/- 10 mm para altura.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS DA MESA</b></p> <p>Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 18mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor cinza, cantos arredondados. Revestimento na face inferior em chapa de balanceamento (contra placa fenólica) de 0,6mm. Aplicação de porcas garra com rosca métrica M6 e comprimento 10mm. Painel frontal em MDP ou MDF, com espessura de 18mm, revestido nas duas faces em laminado melamínico de baixa pressão – BP, acabamento frost, na cor cinza. Dimensões acabadas de 1117mm (largura) x 250mm (altura) x 18mm (espessura) admitindo-se tolerâncias de +/- 2mm para largura e altura e +/- 0,6mm para espessura. Topos encabeçados com fita de bordo termoplástica extrudada, confeccionada em PVC (cloreto de polivinila), PP (polipropileno) ou PE (polietileno), com "primer" na face de colagem, acabamento de superfície texturizado, na cor cinza, colada com adesivo "Hot Melting". Estrutura composta de: - Montantes verticais e travessa longitudinal confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção semi-oblonga de 25mm x 60mm, em chapa 16 (1,5 mm). Travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de "C", com secção circular, diâmetro 31,75mm (1 1/4"), em chapa 16 (1,5mm). Pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular, diâmetro de 38mm (1 1/2"), em chapa 16 (1,5mm). Fixação do tampo à estrutura através de 06 porcas garra rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm); 06 parafusos rosca métrica M6 (diâmetro de 6mm), comprimento 47mm, cabeça panela, fenda Phillips. Fixação do painel à estrutura através de parafusos auto-atarraxantes 3/16" x 5/8", zincados. Aletas de fixação do painel confeccionadas em chapa de aço carbono em chapa 14 (1,9 mm). Fixação das sapatas (frontal e posterior) aos pés através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem isento de cargas minerais, injetadas na cor cinza. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso. Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA CADEIRA</b></p> <p>Largura do assento: 400 mm;          Profundidade do assento: 430 mm;          Espessura do assento: 9,7 mm a 12mm;          Largura do encosto: 396 mm;          Altura do encosto: 198 mm;          Espessura do encosto: 9,6 mm a 12,1 mm;          Altura do assento ao chão: 460 mm;          Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1mm para espessura e +/- 10mm para altura do assento ao chão.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS DA CADEIRA</b></p> <p>Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem isento de cargas minerais, injetados na cor cinza. Alternativamente o assento e o encosto poderão ser fabricados em compensado anatômico moldado a quente, contendo no mínimo sete lâminas internas, com espessura</p>		
--	--	---	--	--



		<p>máxima de 1,5mm cada. Quando fabricado em compensado, o assento deve receber revestimento na face superior de laminado melamínico de alta pressão, de 0,6mm a 0,8 mm de espessura, acabamento texturizado, na cor cinza. Revestimento da face inferior em lâmina de madeira faqueada de 0,7mm, com acabamento em selador, seguido de verniz poliuretano, inclusive nos bordos. Quando fabricado em compensado, o encosto deve receber revestimento nas duas faces de laminado melamínico de alta pressão, de 0,6mm a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor cinza. Bordos revestidos com selador seguido de verniz poliuretano. Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm). Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm. Fixação do assento em compensado moldado à estrutura através de rebites de repuxo, diâmetro de 4,8mm, comprimento 19mm. Fixação do encosto em compensado moldado à estrutura através de rebites de repuxo, diâmetro 4,8mm, comprimento 22mm. Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem isento de cargas minerais, injetadas na cor cinza, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expansor. Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso. Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima 40 micrometros, na cor cinza.</p> <p><b>GARANTIA</b> Mínima de dois anos a partir da data da entrega, contra defeitos de fabricação.</p> 		
08	20	<p>unid</p> <p><b>CJR 01 - MESA PARA CRIANÇAS DE 5 A 6 ANOS – (M4) - (SALA MULTIUSO)</b> <b>Descrição:</b> Mesa coletiva com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior de laminado melamínico e na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão, montado sobre estrutura tubular de aço. <b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA MESA</b> · Largura: 1100 mm; · Profundidade: 680 mm; · Altura: 460 mm; · Espessura: 25,8 mm; · Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1 mm para espessura e +/- 10 mm para altura. <b>CARACTERÍSTICAS DA MESA</b> · Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 25mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta</p>	R\$ 441,00	R\$ 8.820,00

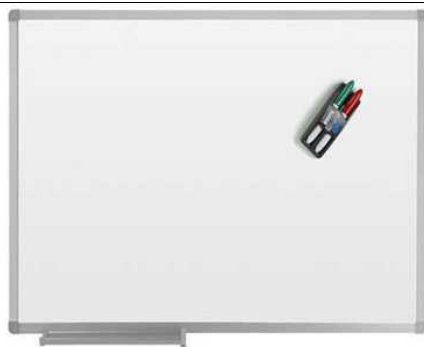

		<p>pressão, 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, com padrão especial de acabamento (impressão digital com <i>overlay</i> duplo), e cantos arredondados. Revestimento na face inferior em laminado melamínico de baixa pressão, na cor branca.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Topos encabeçados com fita de bordo PVC (cloreto de polivinila), PP (polipropileno) ou PE (polietileno), com "primer", acabamento texturizado, na cor laranja, colada com adesivo à base de PUR, através do processo "Hot Melting".</li> <li>· Estrutura composta de: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular, diâmetro de 45mm em chapa 16 (1,5mm).</li> <li>- Travessas longitudinais e transversais em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção retangular de 20x40mm, em chapa 16 (1,5mm).</li> </ul> </li> <li>· Fixação do tampo à estrutura através de parafusos rosca máquina polegada, diâmetro ¼", comprimento ½", cabeça lentilha, fenda combinada.</li> <li>· Tampa/ espaçador em polipropileno copolímero virgem, sem cargas, injetadas laranja, fixadas à estrutura através de encaixe.</li> <li>· Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem, sem cargas, injetadas na cor laranja, fixadas à estrutura através de encaixe.</li> <li>· Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso.</li> <li>· Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida epóxi/ poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza.</li> </ul> <p><b>GARANTIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Mínima de dois anos a partir da data da entrega, contra defeitos de fabricação.</li> </ul>		
09	80	<p>unid</p> <p><b>CJR 01 - CADEIRA PARA CRIANÇAS DE 5 A 6 ANOS – (C3) - (SALA MULTIUSO)</b></p> <p><b>Descrição:</b> Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montado sobre estrutura tubular de aço.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA CADEIRA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Largura do assento: 340 mm;</li> <li>· Profundidade do assento: 260 mm;</li> <li>· Espessura do assento: 7,2 mm a 9,1mm;</li> <li>· Largura do encosto: 350 mm;</li> <li>· Altura do encosto: 155 mm;</li> <li>· Espessura do encosto: 7,0 mm a 9,3 mm;</li> </ul>	R\$ 346,00	R\$ 27.680,00




			<ul style="list-style-type: none"> <li>· Altura do assento ao chão: 260 mm;</li> <li>· Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1mm para espessura e +/- 10mm para altura do assento ao chão.</li> </ul> <p><b>CARACTERÍSTICAS DA CADEIRA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem isento de cargas minerais, injetados na cor laranja.</li> <li>· Alternativamente o assento e o encosto poderão ser fabricados em compensado anatômico moldado a quente, contendo no mínimo cinco lâminas internas, com espessura máxima de 1,5mm cada.</li> <li>· Quando fabricado em compensado, o assento deve receber revestimento na face superior de laminado melamínico de alta pressão, 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor laranja. Revestimento da face inferior em lâmina de madeira faqueada de 0,7mm, com acabamento em selador, seguido de verniz poliuretano, inclusive nos bordos.</li> <li>· Quando fabricado em compensado, o encosto deve receber revestimento nas duas faces de laminado melamínico de alta pressão, 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor laranja. Bordos com acabamento em selador seguido de verniz poliuretano.</li> <li>· Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm).</li> <li>· Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm.</li> <li>· Fixação do assento em compensado moldado à estrutura através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 16mm.</li> <li>· Fixação do encosto em compensado moldado à estrutura através de rebites de "repuxo", diâmetro de 4,8mm, comprimento 18mm.</li> <li>· Ponteiros e sapatas, em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor laranja, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expensor.</li> <li>· Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anti-ferruginoso.</li> <li>· Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima 40 micrometros, na cor cinza.</li> </ul> <p><b>GARANTIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Mínima de dois anos a partir da data da entrega, contra defeitos de fabricação.</li> </ul>		
					
10	10	unid	<b>AM1- ARMÁRIO EM AÇO – 16 PORTAS</b> - Descrição: Armário roupeiro de aço com dezesseis portas com venezianas para	R\$ 1.230,00	R\$ 12.300,00

			<p>ventilação, compartimentos de tamanhos médios independentes sem divisórias internas, fechamento das portas independentes através de pitão para cadeado.</p> <p><b>DESCRIÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Armário roupeiro de aço com dezesseis portas com venezianas para ventilação, compartimentos de tamanhos médios independentes sem divisórias internas, fechamento das portas independentes através de pitão para cadeado.</li> </ul> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Corpo, divisórias e portas em chapa 22 (0,75mm);</li> <li>· Piso dos compartimentos em chapa 20 (0,90mm);</li> <li>· Pés em chapa 16 (1,50mm);</li> <li>· Dobradiças em chapa internas não visíveis na parte exterior do móvel no mínimo 75mm de altura 14 (1,9mm), duas unidades por porta.</li> <li>· Porta-etiquetas estampado ou sobreposto, sendo este último exclusivamente de liga metálica não ferrosa cromado.</li> <li>· Pintura em tinta em pó híbrida epóxi/ poliéster, eletrostática brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza.</li> </ul> <p><b>GARANTIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Mínima de três anos a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e oxidação.</li> </ul>		
11	5	unid	<p><b>ARMÁRIO ROUPEIRO - (AM2) - (CRECHE III E PRÉ-ESCOLA)</b></p> <p><b>Descrição:</b> Roupeiro em aço na cor cristal, confeccionados em chapa de aço "22" (0,75mm), constituído por 12 portas. As portas devem possuir venezianas para arejamento e possuir pitão para cadeado.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Não será aceito ondulações, ressaltos, rebarbas ou imperfeições no acabamento dos roupeiros.</li> <li>• Devem ser tratados contra oxidação com fosfato de zinco e pintados com tinta especial na cor platina com secagem em estufa.</li> <li>• Após o processo acima descrito o produto deve seguir para uma estufa de alta temperatura para receber a pintura pelo processo eletrostático de pintura a pó, consolidando a superfície do produto com 50 micra de espessura de tinta, no mínimo. Possuir dobradiças internas para evitar</li> </ul>	R\$ 1.000,00	R\$ 5.000,00


			<p>arrombamentos com abertura de 135°, pés removíveis com sapatas plásticas niveladoras Ø3/8".</p> <p>• <b>Dimensões:</b>            Altura: 1945 mm            Largura: 900 mm            Profundidade: 400 mm</p>		
12	14	unid	<p><b>QM - QUADRO MURAL EM FELTRO - Descrição:</b> Quadro em metal com feltro para fixação de recados, trabalhos e outros. <b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS:</b> Altura: 1200 mm +/- 10 mm; Largura: 900 mm +/- 10 mm.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b>            Moldura com cantos arredondados em alumínio anodizado fosco; Confeccionado MDF 3mm revestido na parte frontal com card board 6mm; Acabamento em feltro acrílico 2mm; Sistema de fixação invisível permitindo instalação na vertical ou horizontal.</p> <p><b>GARANTIA</b>            Mínima de três meses a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.</p> 	R\$ 300,60	R\$ 4.208,40
13	30	unid	<p><b>QB1 - QUADRO BRANCO TIPO LOUSA MAGNÉTICO – 1200x2000. Descrição:</b> Quadro com superfície em laminado branco brilhante especial para escrita e fixação de acessórios magnéticos.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS:</b> Altura: 1200 mm +/- 10 mm; Largura: 2000 mm +/- 10 mm; Espessura: 17mm.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b>            Resistente a manchas;            Moldura em alumínio anodizado fosco;            Confeccionado em MDF 9 mm, sobreposto de chapa metálica e laminado melamínico branco;            Sistema de fixação invisível;            Acompanha:            - 1 apagador;            - 4 caixas com 12 canetas cada, nas cores vermelho, verde, azul e preto.</p> <p><b>GARANTIA</b>            Mínima de dois anos a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.</p>	R\$ 400,00	R\$ 12.000,00

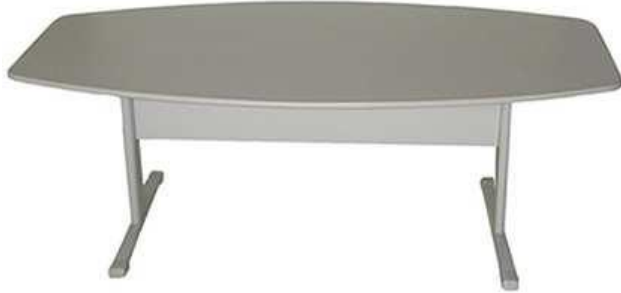
					
14	15	unid	<p><b>QB2 QUADRO BRANCO TIPO LOUSA MAGNÉTICO – 1200x3000</b> - Descrição: Quadro Com superfície em laminado branco brilhante especial para escrita e fixação de acessórios magnéticos.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b>            Altura: 1200 mm +/- 10 mm;            Largura: 3000 mm +/- 10 mm;            Espessura: 17mm.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b>            Resistente a manchas;            Moldura em alumínio anodizado fosco;            Confeccionado em MDF 9 mm, sobreposto de chapa metálica e laminado melamínico branco;            Sistema de fixação invisível;            Acompanha:            - 1 apagador;            - 4 caixas com 12 canetas cada, nas cores vermelho, verde, azul e preto.</p> <p><b>GARANTIA</b>            Mínima de dois anos a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.</p> 	R\$ 500,00	R\$ 7.500,00
15	10	unid	<p><b>QUADRO VERDE QUADRICULADO PARA GIZ MEDIDAS: 3,00X1,20MT</b> - Composição Lousa Quadriculado Máxima "Aglomerado 12mm" - Mold. Alumínio</p> <p>Laminado melamínico texturizado verde lousa em 0,8mm, quadriculado 5x5cm. Chapa de madeira aglomerada resinada 12mm. Moldura J alumínio anodizado natural 18mm frente x 15mm espessura, cantos retos. Suporte para apagador e giz em alumínio em toda a extensão do quadro. Orifícios na moldura para fixação na parede.</p>	R\$ 920,00	R\$ 9.200,00


16	60	unid	<p><b>ARMÁRIO 2 PORTAS:</b> <b>Descrição:</b> Confeccionado em aglomerado revestido em melamínico BP na cor cinza claro ou casca de ovo, com duas portas e divisória central interna. Fundo em duratree. Três prateleiras internas. Com duas fechaduras cilíndricas e puxadores. Pés em tubo industrial 25x25 (parede 1,20mm) e requadro em tubo 20x30 (parede 1,06mm). Solda MIG. Pintura por sistema eletrostático em epóxi-pó e secagem em estufa. Acabamento dos pés com ponteiros plásticos em PP.</p> <p>Medidas: A1600 x L1000 x P420mm.</p>	R\$ 650,00	R\$ 39.000,00
17	11	unid	<p><b>AQ1 - ARQUIVO EM AÇO - Descrição:</b> Arquivo deslizante em aço com quatro gavetas montadas sobre trilhos telescópicos que permitam abertura total.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b>          Altura: 1330 mm +/- 10 mm;          Largura: 470 mm +/- 10 mm;          Profundidade: 710 mm +/- 10 mm;          Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b>          Corpo e estrutura interna em aço chapa 22 (espessura 0,75mm) na cor cinza;          Gavetas em chapa 24 (0,60mm);          Trilhos telescópicos e guias zincados em chapa 18 (1,20mm) ou superior;          Haste de travamento de gavetas em chapa 16 (1,50mm);          Fechamento inferior (junto ao piso) em chapa 24 (0,60mm).          Puxadores em zamac no acabamento steel de 96mm.          Fechadura de tambor cilíndrico (mínimo 4 pinos) com sistema de travamento simultâneo das gavetas.          Chaves em duplicata.          Compressores para pastas em todas as gavetas.          Porta-etiquetas estampado ou sobreposto, sendo este último exclusivamente de liga metálica não ferrosa cromado ou niquelado.          Gavetas dotadas de trilhos telescópicos compostos por guias lineares com rolamentos de esferas de aço, com capacidade de carga vertical mínima de 45kg e mecanismo contra escape.          Sapatas niveladoras em metal cromado com base de polipropileno injetado.          Pintura em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza.</p> <p><b>GARANTIA</b>          Mínima de três anos a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e oxidação.</p>	R\$ 570,00	R\$ 6.270,00



					
18	15	unid	<p><b>C6 - CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS - Descrição:</b> Cadeira giratória estofada com braços e rodízios, dotada de mecanismo amortecedor e regulador do assento e do encosto.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b> Largura do assento: 500 mm +/- 50 mm; Profundidade do assento: 460 mm +/- 10 mm; Altura do assento variável: faixa obrigatória entre 420 mm e 520 mm; Largura do encosto: 400 mm +/- 10 mm (medida no ponto mais saliente do apoio lombar); Extensão vertical do encosto: 350 mm +/- 10 mm; Espessura da espuma do assento: mínima de 40 mm; Espessura da espuma do encosto: mínima de 30 mm; Tolerâncias dimensionais para tubos conforme ABNT NBR 6591; Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b> Assento e encosto confeccionados em compensado anatômico moldado a quente, contendo no mínimo sete lâminas internas, com espessura máxima de 1,5mm cada. Estofamento do assento e do encosto em espuma de poliuretano expandido, colada à madeira e revestida com tecido, na cor cinza, dotado de proteção com produto impermeabilizante hidro-repelente. Fases inferior do assento e posterior do encosto revestidas com capas de plástico injetado, na cor preta. Fixação do assento e do encosto à estrutura por meio de parafusos com rosca métrica e porcas de cravar. Estrutura composta de: - Mecanismo de regulagem independente do assento e do encosto; inclinação do encosto variável em pelo menos 22º e do assento em pelo menos 8º com bloqueio em qualquer posição através de sistema de lâminas travadas por contato. Comando por alavanca. - Suporte para regulagem de altura do encosto com curso de 70 mm, dotado de dispositivo de fixação, articulado e com sistema amortecedor flexível. - Coluna de regulagem de altura do assento por acionamento a gás. Curso mínimo do pistão de 100 mm. - Base em formato de estrela com 5 pontas e sistema de acoplamento cônico. Distância entre eixo da coluna e eixo do rodízio igual ou maior que 300 mm.</p>	R\$ 342,00	R\$ 5.130,00




			<p>- Rodízios de duplo giro com rodas duplas de 50 mm (mínimo),</p> <p>- Dispositivos de regulagens e alavancas com manoplas em material plástico injetado e desenho ergonômico.</p> <p>Acabamento das partes metálicas em pintura em pó, brilhante, na cor preta.</p> <p>Terminações de tubos em plástico injetado, na cor preta, fixadas através de encaixe. Estas não devem poder ser retiradas sem o uso de ferramentas.</p> <p>Todos os encontros de tubos ou uniões de partes metálicas devem receber solda em toda a extensão da união.</p> <p><b>GARANTIA:</b> Mínima de dois anos a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação, oxidação das partes metálicas e desgaste ou desprendimento de componentes.</p> 		
19	5	unid	<p><b>M7 - MESA DE REUNIÃO - Descrição:</b> Mesa de reunião com tampo retangular ou oval em MDF revestido de laminado melamínico, montada sobre dois pés.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b>  Tampo retangular: 2000 x 950 mm +/- 50 mm;  Altura: 750 mm +/- 5 mm;  Para acomodação de pessoas em cadeira de rodas (PCR) e atendimento às exigências da ABNT NBR 9050 a mesa deve possuir altura livre sob o tampo: mínima de 730 mm;  Espessura do tampo: 25 mm +/- 0,6 mm;  Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b>  Tampo em MDF, com espessura de 25 mm, revestido na face inferior com laminado melamínico de baixa pressão (BP), e na face superior com laminado melamínico de alta pressão, de 0,8 mm de espessura, cor cinza ou branco, acabamento texturizado.</p> <p>Bordos encabeçados com perfil extrudado maciço de 180º, na cor cinza ou branco, com a mesma tonalidade do laminado do tampo, admitindo-se pequenas variações decorrentes das características de cada material (brilho, textura). O perfil deve ser encaixado e fixado com adesivo ao tampo, e ser nivelado com as suas superfícies.</p> <p>Estrutura constituída de: - Estrutura em aço carbono com dois pés, com trava em MDF entre os mesmos. - Fixação do</p>	R\$ 500,00	R\$ 2.500,00

			<p>tampo à estrutura através de parafusos de rosca com buchas metálicas.</p> <p>Sapatas reguláveis em nylon ou polipropileno injetado.</p> <p>Terminações de tubos em plástico injetado, na cor cinza ou preta, fixadas através de encaixe. Estas não devem poder ser retiradas sem o uso de ferramentas.</p> <p>Peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes.</p> <p>Acabamento das partes metálicas em pintura em pó, brilhante, na cor cinza ou preta.</p> <p>Todos os encontros de tubos ou uniões de partes metálicas devem receber solda em toda a extensão da união.</p> <p><b>GARANTIA</b></p> <p>Mínima de dois anos a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação, oxidação das partes metálicas e desgaste ou desprendimento de componentes.</p> 		
20	60	unid	<p><b>C7 - CADEIRA FIXA - Descrição:</b> Cadeira fixa estofada, sem braços, montada sobre armação tubular de aço com quatro pés.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b></p> <p>Largura do assento: 500 mm +/- 50 mm;</p> <p>Profundidade do assento: 460 mm +/- 10 mm;</p> <p>Altura do assento: 430 mm +/- 10 mm;</p> <p>Largura do encosto: 400 mm +/- 10 mm (medida no ponto mais saliente do apoio lombar);</p> <p>Extensão vertical do encosto: 350 mm +/- 10 mm;</p> <p>Espessura da espuma do assento: mínima de 40 mm;</p> <p>Espessura da espuma do encosto: mínima de 30 mm.</p> <p>Tolerâncias dimensionais para tubos conforme ABNT NBR 6591.</p> <p>Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b></p> <p>Assento e encosto confeccionados em compensado anatômico moldado a quente, contendo no mínimo sete lâminas internas, com espessura máxima de 1,5 mm cada.</p> <p>Estofamento do assento e do encosto em espuma de poliuretano expandido, colada à madeira e revestida com tecido, na cor cinza, dotado de proteção com produto impermeabilizante hidro-repelente.</p> <p>Faces inferior do assento e posterior do encosto revestidas com capas de plástico injetado, na cor preta.</p> <p>Fixação do assento e do encosto à estrutura por meio de parafusos com rosca métrica e porcas de cravar.</p> <p>Estrutura constituída de 4 pés, confeccionada em tubo de aço com costura, laminado a frio, secção circular mínima 22,3 mm (7/8"), com espessura mínima de 1,5 mm (chapa 16).</p> <p>Acabamento das partes metálicas em pintura em pó, brilhante, na cor preta.</p>	R\$ 200,00	R\$ 12.000,00


			<p>Terminações de tubos em plástico injetado, na cor preta, fixadas através de encaixe. Estas não devem poder ser retiradas sem o uso de ferramentas.</p> <p>Sapatas articuladas para garantir o nivelamento em relação às variações do piso.</p> <p>Todos os encontros de tubos ou uniões de partes metálicas devem receber solda em toda a extensão da união.</p> <p><b>GARANTIA</b></p> <p>Mínima de dois anos a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação, oxidação das partes metálicas, degradação do tecido e das sapatas.</p> 		
21	10	unid	<p><b>SF1 SOFÁ DOIS LUGARES - Descrição:</b> Sofá de dois lugares em material lavável e pés em alumínio.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b></p> <p>Largura: 1250 mm +/- 50 mm;          Profundidade: 750 mm +/- 50 mm;          Altura: 730 mm +/- 30 mm.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b></p> <p>Revestimento superior em laminado de PVC com reforço em manta (Korino) CV 20;          Acabamento inferior em Tela de Ráfia;          Estrutura:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Madeira de pinus e eucalipto proveniente de reflorestamento com imunização contra mofo, cupim e microorganismos.</li> <li>- Sustentação do assento e encosto com cintas elásticas de alta resistência.</li> <li>- Travamento da estrutura com grampos fixados com grampeadores pneumáticos.</li> </ul> <p>Espumas de poliuretano:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assento: Densidade D-23</li> <li>- Braço: Densidade D-20</li> <li>- Encostos: Densidade D-20</li> </ul> <p><b>GARANTIA</b></p> <p>Mínima de doze meses a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação, degradação do tecido e desgaste ou desprendimento de componentes.</p>	R\$ 600,00	R\$ 6.000,00

					
22	20	unid	<p><b>QUADRO DE AVISOS EM METAL – (QM) – (PROFESSORES E ADMINISTRAÇÃO)</b>  <b>Descrição:</b> Quadro em metal para fixação de avisos.  <b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b>  Largura: 1500 mm +/- 10 mm;  Altura: 900 mm +/- 10 mm;  <b>CARACTERÍSTICAS</b>  Moldura com cantos arredondados em alumínio anodizado fosco;  Fundo confeccionado em MDF 10mm;  Acabamento em chapa de aço branca magnética;  Sistema de fixação invisível permitindo instalação na vertical ou horizontal.  <b>GARANTIA</b>  Mínima de três meses a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.</p> 	R\$ 250,00	R\$ 5.000,00
23	4	unid	<p><b>M8 - MESA PARA REFEIÇÃO - Descrição:</b> Mesa de reunião com tampo redondo em MDF revestido de laminado melamínico, montada sobre coluna central dotada de quatro pés.  <b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA MESA</b>  · Diâmetro do tampo: 1000 mm +/- 10 mm;  · Altura: 750 mm +/- 5 mm;  · Para acomodação de pessoas em cadeira de rodas (PCR) e atendimento às exigências da ABNT NBR 9050 a mesa deve possuir altura livre sob o tampo: mínima de 730 mm;  · Espessura do tampo: 25,8 mm +/- 0,6 mm;  · Tolerâncias dimensionais para tubos conforme ABNT NBR 6591;  · Tolerâncias para camada de tinta: mínimo 40 micrometros /máximo 100 micrometros.  <b>CARACTERÍSTICAS</b>  · Tampo em MDF, com espessura de 25 mm, revestido na face inferior com laminado melamínico de baixa pressão (Bp), e na face superior com laminado melamínico de alta pressão, de 0,8 mm de espessura, cor cinza, acabamento texturizado.</p>	R\$ 400,00	R\$ 1.600,00


			<ul style="list-style-type: none"> <li>· Bordos encabeçados com perfil extrudado maciço de 180º, na cor cinza, com a mesma tonalidade do laminado do tampo, admitindo-se pequenas variações decorrentes das características de cada material (brilho, textura). O perfil deve ser encaixado e fixado com adesivo ao tampo, e ser nivelado com as suas superfícies.</li> <li>· Estrutura constituída de: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Suporte de sustentação do tampo, confeccionado em tubo de aço laminado a frio, com costura, perfil retangular de 30 x 50 mm, com espessura de chapa mínima de 1,5 mm;</li> <li>- Coluna central fabricada com tubo de aço laminado a frio, com costura, com diâmetro de 3" (polegadas), com espessura de chapa mínima de 1,5 mm;</li> <li>- Pés em número de quatro, confeccionados em tubo de aço laminado a frio, com costura, perfil retangular de 30 x 50 mm, com espessura de chapa mínima de 1,5 mm.</li> </ul> </li> <li>· Fixação do tampo à estrutura através de parafusos de rosca métrica M6 com buchas metálicas.</li> <li>· Sapatas reguláveis metálicas, rosca M6, com partes em contato com o piso em plástico injetado.</li> <li>· Terminações de tubos em plástico injetado, na cor preta, fixadas através de encaixe. Estas não devem poder ser retiradas sem o uso de ferramentas.</li> <li>· Peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes.</li> <li>· Acabamento das partes metálicas em pintura em pó, brilhante, na cor cinza.</li> <li>· Todos os encontros de tubos ou uniões de partes metálicas devem receber solda em toda a extensão da união.</li> </ul> <p><b>GARANTIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Mínima de dois anos contra defeitos de fabricação a partir da data de entrega, oxidação das partes metálicas e desgaste ou desprendimento de componentes.</li> </ul> 		
24	100	cj	<p><b>CONJUNTO REFEITÓRIO UMA MESA E DOIS BANCOS:</b>  <b>Ensino fundamental - DIMENSÕES:</b> 2000X700X750mm  <b>DESCRIÇÃO: MESA:</b> Estrutura em tubo de aço 30x30 e requadro superior em tubo 30x50. Ponteiros plásticos injetados 30x30 fixadas através de encaixe. Solda MIG. Tratamento anticorrosivo. Pintura epóxi-pó. Tampo (2000x700mm) em MDF (18mm) revestido com laminado melamínico (0,8mm). Bordas com PVC tipo "T" fixados através de encaixe. Fixado através de seis parafusos 4,5x16. Altura: 750mm.</p> <p><b>DIMENSÕES:</b>2000X350X450mm  <b>DESCRIÇÃO: BANCO:</b> Estrutura em tubo de aço, pés em 30x30 e requadro superior em tubo 30x50. Ponteiros plásticos injetados 30x30 internos. Solda MIG. Tratamento anticorrosivo. Pintura epóxi-pó. Assento (2000x350mm) em</p>	R\$ 700,00	R\$ 70.000,00


			<p>MDF (18mm) revestido com laminado melamínico (0,8mm). Bordas com PVC tipo "T" fixados através de encaixe. Fixado à estrutura através de seis parafusos 4.5x16. Altura:450mm.</p> <p><b>GARANTIA</b> Mínima de dois anos contra defeitos de fabricação a partir da data de entrega, oxidação das partes metálicas e desgaste ou desprendimento de componentes.</p> 		
25	60	cj	<p><b>CONJUNTO REFEITÓRIO UMA MESA E DOIS BANCOS: Educação Infantil DIMENSÕES: 2000x700x580mm</b></p> <p><b>Descrição: Mesa:</b> Estrutura tipo monobloco em tubo 20x40. Tampo (2000x700mm) em compensado multilaminado boleado e revestido com laminado melamínico textura pós-forming, fixado através de parafusos. Fechamento dos topos com ponteiros plásticos. Altura: 580mm. Solda MIG. Tratamento anticorrosivo. Pintura epóxi-pó.</p> <p><b>DIMENSÕES: 1900X350X320mm</b></p> <p><b>Descrição: BANCOS:</b> Estrutura tipo monobloco em tubo 20x40. Assento (1900x350mm) em compensado multilaminado revestido com laminado melamínico textura pós-forming, fixado através de parafusos. Fechamento dos topos com ponteiros plásticos. Altura 320mm. Solda MIG. Tratamento anticorrosivo. Pintura epóxi-pó.</p> 	R\$ 700,00	R\$ 42.000,00
26	20	unid	<p><b>C8 - CADEIRA FIXA - Descrição:</b> Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado, montados sobre estrutura tubular de aço, para uso adulto.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Largura do assento: 480 mm +/- 30 mm;</li> <li>· Profundidade do assento: 430 mm +/- 30 mm;</li> <li>· Altura do assento: 440 mm +/- 10 mm;</li> </ul>	R\$ 124,95	R\$ 2.499,00

			<ul style="list-style-type: none"> <li>· Largura do encosto: 430 mm +/- 30 mm;</li> <li>· Extensão vertical do encosto: 250 mm +/- 30 mm.</li> </ul> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetados, na cor azul;</li> <li>· Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm).</li> <li>· Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8 mm, comprimento 12mm.</li> <li>· Sapatas em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor azul, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expensor.</li> <li>· Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso.</li> <li>· Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima 40 micrometros, na cor cinza.</li> </ul> <p><b>GARANTIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Mínima de dois anos a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.</li> </ul> 		
27	10	unid	<p><b>EG - ESCORREGADOR GRANDE</b></p> <p><b>Descrição:</b> Escorregador para crianças a partir de três anos.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Largura: 590 cm;</li> <li>· Altura mínima: 1152 mm;</li> <li>· Comprimento: 2050 mm;</li> <li>· Tolerância: ±10% (dez por cento).</li> </ul> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Selo do INMETRO</li> <li>· Peças multicoloridas</li> <li>· Não tóxico</li> <li>· Rampa contínua ou com ondulações com uma escada de degraus, que deve obedecer à inclinação estabelecida em norma vigente.</li> <li>· Fixação da rampa à escada através de barras de polietileno laterais ou central.</li> <li>· Corrimão incorporado à própria escada.</li> <li>· Topo da escada com duas laterais altas para dar segurança.</li> <li>· Produto deverá ser fabricado em polietileno pelo processo de rotomoldagem, composto com aditivos anti-estático e aditivo anti-UV que protejam contra raios solares e</li> </ul>	R\$ 800,00	R\$ 8.000,00

			<p>desbotamento provocado pelo tempo (sol e/ou chuva), garantindo a cor e a resistência do produto.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· O acabamento do corrimão deverá ter as laterais arredondadas no topo da escada.</li> <li>· Os materiais utilizados no processo de fabricação dos produtos deverão possibilitar a reciclagem após o término da vida útil.</li> </ul> <p><b>GARANTIA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.</li> </ul> 		
28	50	unid	<p><b>C1 - CADEIRA DE ALIMENTAÇÃO - Descrição:</b> Cadeira alta de alimentação infantil dobrável, com bandeja removível.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Altura: 1050 mm +/- 50 mm;</li> <li>· Largura: 560 mm +/- 50 mm;</li> <li>· Profundidade: 680 mm +/- 50 mm;</li> <li>· Proteção lateral: mínimo de 140 mm, medidos do topo da proteção lateral à superfície do assento;</li> <li>· Altura do encosto: mínima de 250 mm, medidos na posição vertical;</li> <li>· Ângulo do encosto: mínimo 60º em relação à horizontal (se menor o comprimento mínimo do encosto deve ser de 400 mm);</li> <li>· Borda frontal do assento: raio mínimo de 5 mm.</li> </ul> <p><b>CARACTERÍSTICAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Suporta até 15 kg;</li> <li>· Cadeira dobrável, com estrutura tubular de seção circular em aço carbono;</li> <li>· Assento e encosto acolchoados com espuma revestida de lona vinílica laminada com tecido;</li> <li>· Braços ou dispositivo para proteção lateral;</li> <li>· Bandeja em (PP) polipropileno injetado, na cor branca, removível ou articulada com bordas arredondadas nas laterais para retenção de líquidos;</li> <li>· Apoio para os pés em (PP) polipropileno injetado, removível ou articulado;</li> <li>· Sapatas antiderrapantes com partes em contato com o piso emborrachadas.</li> <li>· Cinto tipo suspensório com largura mínima de 25mm, dotado de pontos de retenção entre as pernas, tiras subabdominais e tiras de ombro. O sistema de fixação do cinto à cadeira deve prover segurança contra quedas e assegurar a estabilidade da criança.</li> <li>· Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza.</li> </ul> <p><b>GARANTIA</b></p>	R\$ 205,00	R\$ 10.250,00




			<p>· Mínima de um ano a partir da data da entrega, contra defeitos de fabricação.</p> 		
29	50	unid	<p><b>CADEIRA PARA REUNIÃO - (C7) - Descrição:</b> Cadeira fixa com braços, espaldar médio, assento e encosto em compensado multilaminado anatômico, espuma de poliuretano injetada em densidade de 40 a 50kg/m<sup>3</sup>, com apoio dorso lombar, com capa de polipropileno anti-alérgico em alta resistência a propagação de rasgos além de baixa deformação. Solidez à luz classe 5, pilling padrão 5, peso 280/290g/m, base em aço, pintura em epóxi pó na cor preta, encosto fixo, revestimento em tecido fogo retardante, na cor azul. Braços fixos e apoia braços em poliuretano.</p> <p><b>OBS:</b> A cadeira deve obter a certificação da ABNT 13.962 e ter garantia de 5 (cinco) anos.</p> <p>• <b>Dimensões:</b> Altura do assento da cadeira ao chão: regulável</p> <p>Assento da cadeira: 58 cm x 58 cm</p>	R\$ 177,00	R\$ 8.850,00
30	250	cj	<p><b>CONJUNTO ESCOLAR ADULTO 1 MESA + 1 Cadeira Ref.:</b> Linha Escolar – FNDE - Modelo: CJA 06</p> <p><b>Características</b></p> <p><b>Carteira:</b> Tampo em madeira aglomerada (MDP), com os cantos arredondados, espessura 18 mm com revestimentos superior em laminado melamínico de alta pressão com o acabamento texturizado cor CINZA. Afixado à estrutura com parafusos de 5,0 mm de Ø x 45 mm de comprimento. Porta livros em polipropileno, afixado à estrutura por rebites de repuxo com 4,0 mm de Ø x 10 mm de comprimento e com o símbolo internacional da reciclagem. Ponteiros e sapatas em polipropileno copolímero virgem afixado por meio de encaixe. Coluna e travessa longitudinal em tubo oblongo 29 x 58 mm (CH 16), travessa superior em tubo Ø 1 1/4" (CH 16) e pés confeccionados em tubo Ø 1 1/2" (CH 16). Dimensões aproximadas: CJA-06 (L x P x A) 600 x 450 x 760 mm;</p> <p><b>Cadeira:</b> Assento e Encosto em Polipropileno e afixado à estrutura por rebites de repuxo. Em polipropileno copolímetro virgem, com o símbolo internacional de reciclagem e afixado por meio de encaixe. Estrutura tubular Ø 20,7 mm (CH 14). Dimensões aproximadas: CJA-06: Encosto 396 x 198 Assento 400 x 430 Altura até o assento 460 mm; Observações: Conjunto indicado para o ensino fundamental/médio. Recomendado alunos de 1,59 a 1,88 m de altura.</p> <p><b>GARANTIA</b></p>	R\$ 323,80	R\$ 80.950,00

			<p>Mínima de dois anos a partir da data da entrega, contra defeitos de fabricação.</p> 		
31	150	cj	<p><b>CJA-03 CONJUNTO ALUNO 3 – 1 MESA + 1 CADEIRA</b>  <b>Descrição:</b> Conjunto para crianças com altura compreendida entre 1,19 e 1,42m, composto de uma mesa e uma cadeira.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mesa individual com tampo em MDP ou MDF, revestido na face superior de laminado melamínico de alta pressão e na face inferior em chapa de balanceamento, montado sobre estrutura tubular de aço, contendo porta-livros em plástico injetado.</li> <li>- Cadeira individual empilhável com assento e encosto em polipropileno injetado ou em compensado anatômico moldado, montado sobre estrutura tubular de aço.</li> </ul> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA MESA</b>  Largura: 600 mm;  Profundidade: 450 mm;  Altura: 594 mm;  Espessura: 19,4 mm;  Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1 mm para espessura e +/- 6mm para altura.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS DA MESA</b>  Tampo em MDP ou MDF, com espessura de 18 mm, revestido na face superior em laminado melamínico de alta pressão, 0,8 mm de espessura, acabamento texturizado, na cor cinza, cantos arredondados. Revestimento na face inferior em chapa de balanceamento (contra-placa fenólica) de 0,6 mm. Aplicação de porcas garra com rosca métrica M6 e comprimento 10 mm.</p> <p>Topos encabeçados com fita de bordo termoplástica extrudada, confeccionada em PVC (cloreto de polivinila); PP (polipropileno) ou PE (polietileno), com "primer" na face de colagem, acabamento de superfície texturizado, na cor amarela, colada com adesivo "HotMelting".</p> <p>Estrutura composta de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Montantes verticais e travessa longitudinal confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção oblonga de 29 mm x 58 mm, em chapa 16 (1,5mm).</li> <li>- Travessa superior confeccionada em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, curvado em formato de "C", com secção circular, diâmetro de 31,75mm ( 1 1/4) em chapa 16 (1,5 mm).</li> <li>-Pés confeccionados em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, secção circular, diâmetro de 38 mm (1 1/2"), em chapa 16 (1,5mm).</li> </ul> <p>Porta-livros em polipropileno copolímero isento de cargas minerais, composto preferencialmente de 50% de matéria-</p>	R\$ 344,00	R\$ 51.600,00

		<p>prima reciclada ou recuperada, podendo chegar até 100%, injetado na cor cinza.</p> <p>Fixação do tampo à estrutura através de 06 porcas garra rosca métrica M6 (diâmetro de 6 mm) e 06 parafusos rosca métrica M6 (diâmetro de 6 mm), comprimento 47 mm cabeça panela, fenda Phillips.</p> <p>Fixação do porta-livros à travessa longitudinal através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,0mm, comprimento 10mm.</p> <p>Fixação das sapatas (frontal e posterior) aos pés através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 12 mm.</p> <p>Ponteiros e sapatas em copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor amarela, fixadas à estrutura através de encaixe.</p> <p>Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento antiferruginoso.</p> <p>Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima de 40 micrometros na cor cinza.</p> <p><b>DIMENSÕES E TOLERÂNCIAS DA CADEIRA</b></p> <p>Largura do assento: 400 mm;</p> <p>Profundidade do assento: 310 mm;</p> <p>Espessura do assento: 9,7 mm a 12mm;</p> <p>Largura do encosto: 396 mm;</p> <p>Altura do encosto: 198 mm;</p> <p>Espessura do encosto: 9,6 mm a 12,1 mm;</p> <p>Altura do assento ao chão: 350 mm;</p> <p>Tolerância: até + 2 mm para largura e profundidade, +/- 1mm para espessura e +/- 10mm para altura do assento ao chão.</p> <p><b>CARACTERÍSTICAS DA CADEIRA</b></p> <p>Assento e encosto em polipropileno copolímero virgem isento de cargas minerais, injetados na cor amarela.</p> <p>Alternativamente o assento e o encosto poderão ser fabricados em compensado anatômico moldado a quente, contendo no mínimo sete lâminas internas, com espessura máxima de 1,5mm.</p> <p>Quando fabricado em compensado, o assento deve receber revestimento na face superior de laminado melamínico de alta pressão, 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor amarela. Revestimento da face inferior em lâmina de madeira faqueada de 0,7mm, com acabamento em selador, seguido de verniz poliuretano, inclusive nos bordos.</p> <p>Quando fabricado em compensado, o encosto deve receber revestimento nas duas faces de laminado melamínico de alta pressão, 0,6 a 0,8mm de espessura, acabamento texturizado, na cor amarela. Bordos com acabamento em selador seguido de verniz poliuretano.</p> <p>Estrutura em tubo de aço carbono laminado a frio, com costura, diâmetro de 20,7mm, em chapa 14 (1,9mm).</p> <p>Fixação do assento e encosto injetados à estrutura através de rebites de “repuxo”, diâmetro de 4,8mm, comprimento 12mm.</p> <p>Fixação do assento em compensado moldado à estrutura através de rebites de “repuxo,” diâmetro de 4,8mm, comprimento 19mm.</p> <p>Fixação do encosto em compensado moldado à estrutura através de rebites de “repuxo,” diâmetro de 4,8mm, comprimento 22mm.</p>		
--	--	---	--	--

		<p>Ponteiras e sapatas, em polipropileno copolímero virgem, isento de cargas minerais, injetadas na cor amarela, fixadas à estrutura através de encaixe e pino expensor.</p> <p>Nas partes metálicas deve ser aplicado tratamento anti-ferruginoso.</p> <p>Pintura dos elementos metálicos em tinta em pó híbrida Epóxi / Poliéster, eletrostática, brilhante, polimerizada em estufa, espessura mínima 40 micrometros, na cor cinza.</p> <p><b>GARANTIA</b></p> <p>Mínima de dois anos a partir da data da entrega, contra defeitos de fabricação.</p>		
32	150	<p><b>CONJUNTO ESCOLAR JUVENIL 1 MESA + 1 CADEIRA - Ref.: Linha Escolar – FNDE - Modelo: CJA 04</b></p> <p><b>Características</b></p> <p><b>Carteira:</b> Tampo em madeira aglomerada (MDP), com os cantos arredondados, espessura 18 mm com revestimentos superior em laminado melamínico de alta pressão com o acabamento texturizado cor CINZA, afixado à estrutura com parafusos de 5,0 mm de Ø x 45 mm de comprimento. Porta livros em polipropileno, afixado à estrutura por rebites de repuxo com 4,0 mm de Ø x 10 mm de comprimento e com o símbolo internacional da reciclagem. Ponteiras e sapatas em polipropileno copolímero virgem afixado por meio de encaixe. Coluna e travessa longitudinal em tubo oblongo 29 x 58 mm (CH 16), travessa superior em tubo Ø 1 ¼" (CH 16) e pés confeccionados em tubo Ø 1 ½" (CH 16). Dimensões aproximadas: CJA-04 (L x P x A) 60 cm x 45 cm x 64 cm.</p> <p><b>Cadeira:</b> Assento e Encosto em Polipropileno e afixado à estrutura por rebites de repuxo em polipropileno copolímero virgem, com o símbolo internacional de reciclagem e afixado por meio de encaixe. Estrutura tubular Ø 20,7 mm (CH 14). Encosto 39 cm x 19 cm Assento 40 cm x 35 cm Altura até o assento 38 cm. Observações: Conjunto indicado para o ensino fundamental. Recomendado para alunos de 1,33 a 1,59 m de altura.</p> <p><b>GARANTIA</b></p> <p>Mínima de dois anos a partir da data da entrega, contra defeitos de fabricação.</p>	R\$ 303,80	R\$ 45.570,00

					
33	10	unid	<p><b>LONGARINA AUDITÓRIO DE DOIS LUGARES.</b></p> <p><b>Descrição:</b> Estrutura: base dos pés e colunas duplas em tubo 20X40 (parede 1,50mm) e com reforço central. Barra linear transversal dupla de apoio dos assentos em tubo 30x40 (parede 1,20mm). Fechamento com ponteiros. Braços individuais laterais em tubo 20x20 (parede 1,06mm) com apoio em forma de protetor confeccionado em resina plástica de alto impacto fixado por rebites. Suporte do encosto, com curvatura ergonômica especial em tubo industrial SAE 1006/1020 20x20 (parede 1,20mm). Soldagem dos componentes que formam a estrutura deverão ser ligados entre si através de solda pelo sistema MIG em todas as junções. Acabamento com tinta epóxi-pó, híbrida e eletrostática na cor preta. Ponteiros dos topos com sapatas em polipropileno injetado. Assento (400x400x8mm) sem abas e com curvatura anatômica anterior e posterior em resina plástica de alto impacto (PP). Encosto (410x210x8mm) em resina plástica (PP) ergonômico. A espessura do assento/encosto deve ser de 8mm em toda sua extensão. Fixados à estrutura por rebites pop de alumínio (4 no assento e 4 no encosto) 6.2x22. Altura do assento em relação ao piso 440mm e altura do encosto em relação ao piso 830mm. Aprovado pelo Inmetro.</p>	R\$ 359,00	R\$ 3.590,00
34	20	cj	<p><b>CONJUNTO DE MESAS PARA SOCIALIZAÇÃO INFANTIL</b></p> <p><b>Descrição:</b> Conjunto composto por 01 mesa central, 06 cadeiras e 06 carteiras <b>formando um círculo colorido, permitindo várias formações.</b></p> <p>Tampos em MDF revestido na face superior em laminado de alta pressão texturizado. Face inferior e bordos envernizados. Estruturas em tudo de aço 07/8". Bandeja porta livros em polipropileno medindo 415 x 340 mm. Assento em forma de concha em polipropileno. Acabamento com ponteiros pretas.</p> <p>Idade indicada: 03 a 06 anos</p> <p>Dimensões aproximadas:</p> <p>Diâmetro do conjunto montado: 1566 x 1654 x 600 mm (L x P x A)</p>	R\$ 1.500,00	R\$ 30.000,00

			Carteira: 787 x 420 x 600 mm (L x P x A); Cadeira: Concha 390 x 370 mm		
35	50	cj	<b>CONJUNTO COLETIVO TAMANHO 01 - (CJC-01) - (Creches II, III e Sala Multiuso) – Linha FNDE</b> Conjunto de mesa quadrada com quatro cadeiras para crianças de 1 a 4 anos. Dimensões: 800x800x460mm <b>Descrição: Mesa:</b> Estrutura em tubo de aço industrial, pés em tubo 1 1/2, travessa em tubo 20x40. Tratamento antiferruginoso e pintura em epóxi-pó. Tampo em MDP ou MDF, revestido na parte superior em laminado melamínico na cor cinza e na parte inferior na cor branca, fixado por parafusos. Bordas com cantos arredondados e com acabamento em lâmina de borda na cor laranja. Ponteiras e sapatas em polipropileno. Altura 460mm. Dimensões: 450x330x560mm <b>Descrição: Cadeira:</b> Estrutura em tubo de aço industrial 20,7mm. Tratamento antiferruginoso e pintura em epóxi-pó. Apresentar na proposta o Certificado de Conformidade do processo produtivo (ABNT/INMETRO). Assento e encosto em polipropileno injetado de forma anatômica, cor laranja, fixado à estrutura por rebite 4,8x16. Altura 560mm	R\$ 800,00	R\$ 40.000,00
36	20	unid	<b>MESA CONJUGADA</b> - Mesa 1,80 x 0,60x 0,75 c/ mesa de computador com teclado retrátil medindo 1,00x60x35 com corredeira metálica, suporte de CPU e estabilizador, confeccionado em MDP de 15mm de espessura com acabamento em perfil 180 graus no tampo da mesa e acabamento em fita no teclado e no suporte de CPU, com pés de ferro reforçado 30x50 pintados com “epóxi a pó” na cor cinza.	R\$ 450,00	R\$ 9.000,00
37	20	unid	<b>MESA DE TRABALHO</b> - Mesa de trabalho confeccionada em MDF, nas medidas 1,40x0,60x0,75 com gaveteiro 3 gavetas com chaves, na cor cinza claro.	R\$ 500,00	R\$ 10.000,00
38	5	unid	<b>BALCÃO COM TRÊS PORTAS E TRÊS GAVETAS E TAMPO:</b> Produto Montado: Sim Sistema De Montagem: Parafusado Altura: 87 Cm Garantia: 01 Ano Largura: 1,20 M Material Da Estrutura: Corpo E Portas Em Aço Material Do Puxador: Ps Metalizado Número De Gavetas: 3 Profundidade: 50 Cm Tipo De Puxador: Externo Necessita Montagem: Sim Número De Portas: 3 Detalhes Técnicos: - Pés Em Ps - Gavetas Com Corpo Em Pvc Branco - Tampo De 25mm Revestido Com Fórmica No Padrão Mármore Branco. Tipo De Dobradiça: Metálica Acompanha Manual De Instalação: Sim Cor Predominante: Branco Tipo De Corredeira: Telescópica	R\$ 400,00	R\$ 2.000,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>					<b>R\$ 686.030,42</b>

Recebimento das Propostas: das **8h** do dia **05/11/2019** até as **09h45min** do dia **22/11/2019**;  
 Início da Sessão de Disputa de Preços: às **10h** do dia **22/11/2019** no endereço eletrônico

[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta de dotação orçamentária na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	05.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	05.02	Serviço de Ensino Fundamental
Função	12	Educação
Subfunção	361	Ensino Fundamental
Programa	10	Ensino Fundamental
Projeto	1.004	Construção, Reforma e Adequação de Unid. Escolares
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	05.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	05.03	Serviço de Educação Infantil
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	12	Educação
Projeto	2.106	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação Infantil
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00.00.00	Equipamento e Material Permanente

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 04 de novembro de 2019.

**LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ**  
Secretária Municipal de Administração

**CONVOCAÇÃO Nº 261/2019**

Publicação Nº 2215772

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018  
CONVOCAÇÃO Nº 261/2019

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. MILENA KACHUBOWSKI, inscrita no CPF/MF sob nº 094.804.789-51 aprovada em 28º lugar no Processo Seletivo nº 02/2018, para o Cargo Público na Função de ATENDENTE DE SALA para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 07 de novembro de 2019, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 04 de novembro de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ROSA REGINA DZIEDZIC  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 12.345 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2214572

DECRETO Nº 12.345 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

NOMEIA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO REFERENTE AMOSTRAS DE UNIFORMES ESCOLARES APRESENTADAS PELO VENCEDOR DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2019 – PREGÃO ELETRÔNICO, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no Inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Nomeia a Comissão de Avaliação, referente AMOSTRAS DE UNIFORMES ESCOLARES, apresentadas pelo Vencedor do Processo Licitatório nº 69/2019 – Pregão Eletrônico, do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A Comissão de que trata o caput deste Artigo, será composta pelas seguintes Servidoras Públicas Municipais, lotadas na Secretaria Municipal de Educação:

ELAINE MARTINS, matrícula funcional nº 000711;  
RITA ZEZOTKO SCHOLZE, matrícula funcional nº 000579;  
TACIANA AMORIM CUNHA, matrícula funcional nº 000153.

Art. 2º A Empresa Licitante, vencedora do certame de que trata o artigo 1º deste Decreto, deverá apresentar amostra e laudos, no prazo de trinta dias, a contar da data que for declarada vencedora do melhor preço apurado na fase de lances. As amostras deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Educação, sita a Rua Cel. Bueno Franco nº 167, Centro, Município de Campo Alegre/SC., para que seja efetuada a avaliação pela Comissão nomeada no parágrafo único do artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º Dentre as atribuições da referida Comissão de Avaliação, esta deverá emitir Relatórios devidamente assinados pelos membros, acerca das avaliações realizadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 04 de novembro de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 12.346 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2214573

**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 12.346 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal em exercício do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial o Art. 22 da Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de março de 2012; Decreta:

Art. 1º Nomear MARCIA SEMPTICOWSKI OGLIARI, matrícula funcional nº 000987, registro no sistema sob nº 955956, no Cargo Público de Professor I, para exercer a Função de Professor da Educação Infantil, e Anos Iniciais, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, que autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 2.677,64 (dois mil seiscentos e setenta e sete reais, sessenta e quatro centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de EVILIN FERRAZ DOS SANTOS, aprovada em 13º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2016, homologado pelo Decreto nº 10.286 em data de 01 de fevereiro de 2017, prorrogado pelo Decreto nº 11.747 de 31 de janeiro de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 04 de novembro de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 12.347 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2214574

**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 12.347 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial aos incisos VII e IX do art. 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, e suas alterações; DECRETA:

Art. 1º Contratar LUCIENE APARECIDA VIEIRA BRÊTAS, registro no sistema sob nº 955957, no Cargo Público de Professor V, para exercer a Função de Professor de Língua Portuguesa "não habilitado, Atividades de Nível Médio, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012, pelo período de 04 de novembro de 2019 a 25 novembro de 2019, em substituição ao Professor V titular Hirvinng Alecssey Keretch Ulbirich, matrícula funcional nº 000871, registro no sistema sob nº 955570 qual encontra-se em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A, do "Piso Nacional" no valor de R\$ 1.918,31 (um mil, novecentos e dezoito reais, e trinta e um centavos) mensais, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 3º A presente contratação, dá-se em razão da classificação de LUCIENE APARECIDA VIEIRA BRÊTAS, ter sido aprovada em 1º lugar, no Processo Seletivo nº 02/2018, Homologado pelo Decreto nº 11.714 de 14 de janeiro de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
04 de novembro de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 12.348 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2215516

DECRETO Nº 12.348 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.767 de 11 de dezembro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
04 de novembro de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 12.349 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2215517

DECRETO Nº 12.349 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 4.767 de 11 de dezembro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras		

15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 15.000,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras		
08.01 -	Serviço de Planejamento e Obras		
15.452.0044.2.111 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Planejamento, Transportes e Obras		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 15.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 04 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## PORTARIA Nº 17.212 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2214575

PORTARIA Nº 17.212 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

INTERROMPER A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Considerando o resultado de Exame Médico emitido pelo INP – Instituto de Neurologia do Paraná, devidamente assinado pelo Médico Dr. Marcos Seefeld – CRM 9525, protocolado pelo serviço de protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 24 de outubro de 2019 sob nº 009139, que trata da Licença Para Tratamento de Saúde da Servidora Pública Municipal VIVIANE INÊS FERNANDES CALDAS SCHIAVENIN;

Considerando o LEM – Laudo de Exame Médico Pericial; LEMP – Laudo de Conclusão de Exame Médico Pericial, CREM – Comunicado de resultado de Exame Médico Pericial, emitido pelo Médico Perito do INSS CRM-SC 4189 – Matrícula INSS 2058693, devidamente assinado pelo Dr. Carlos Sérgio Moura, em data de 30 de outubro de 2019, o qual trata das considerações sobre capacidade laborativa com base no exame Médico Pericial da Servidora Pública Municipal VIVIANE INÊS FERNANDES CALDAS SCHIAVENIN;

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Interromper a Licença Para Tratamento de Saúde, concedida pela Portaria nº 17.194 de 15 de outubro de 2019, da Servidora Pública Municipal, VIVIANE INÊS FERNANDES CALDAS SCHIAVENIN, matrícula funcional nº 000540, registro no sistema sob nº 954646, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo único. A interrupção de que trata o caput deste artigo, em virtude da Servidora Pública Municipal encontra-se apta ao trabalho, porém com redução de carga horária, resultado de Exame Médico emitido pelo INP – Instituto de Neurologia do Paraná, devidamente assinado pelo Médico Dr. Marcos Seefeld – CRM 9525, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 24 de outubro de 2019 sob nº 009139, e ainda, o LEM – Laudo de Exame Médico Pericial; LEMP – Laudo de Conclusão de Exame Médico Pericial, CREM – Comunicado de resultado de Exame Médico Pericial, emitidos em data de 30 de outubro de 2019 respectivamente, devidamente assinados pelo Dr. Carlos Sérgio Moura, Médico Perito do INSS CRM-SC 4189 – Matrícula INSS 2058693.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 04 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 04/11/2019.

JEFFERSON TRADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.213 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2214576

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 17.213 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do art. 71, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º A Servidora Pública Municipal VIVIANE INÊS FERNANDES CALDAS SCHIAVENIN, matrícula funcional nº 000540, registro no sistema sob nº 954646, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, nomeada pelo Decreto Municipal nº 5.136 de 02 de abril de 2008, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04 de novembro de 2019.  
Parágrafo único. A lotação de que trata o caput deste artigo se dá em Redução do CREM – Comunicado de resultado de Exame Médico Pericial nº 001 de 30 de outubro de 2019, devidamente assinado pelo Médico Perito Dr. Carlos Sérgio Moura CRM-SC 4189 Matr. INSS nº 2058693.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
04 de novembro de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.214 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2214577

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 17.214 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE REDUÇÃO CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Considerando o LEM Laudo de Exame Médico Pericial nº 001, expedido em data de 30 de outubro de 2019, devidamente assinado pelo Dr. Carlos Sérgio Moura, CRM-SC4189, Matrícula INSS 2058693, o qual na conclusão Médico Pericial o diagnóstico apontado que a Servidora Pública Municipal VIVIANE INÊS FERNANDES CALDAS SCHIAVENIN, encontra-se parcialmente capaz para desenvolver suas atividades, devendo prorrogar a redução de 50% da carga horária com restrições até a data de 15 de fevereiro de 2020;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990; Resolve:

Art. 1º Conceder a redução de 50% (cincoenta por cento) da Carga horária, conforme LEMP Laudo de Conclusão Médico Pericial, expedido em data de 30 de outubro de 2019, devidamente assinado pelo Médico Perito Dr. Carlos Sérgio Moura CRM-SC 4189 Matrícula INSS 2058693, à Servidora Pública Municipal VIVIANE INÊS FERNANDES CALDAS SCHIAVENIN, matrícula funcional nº 000540, registro no sistema sob nº 954646, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º A redução da carga horária de que trata o caput deste artigo, a partir de 04 de novembro de 2019 até 04 de maio de 2020;

§ 2º A redução da carga horária não ocasionará prejuízo a remuneração "vencimentos" da Servidora Pública Municipal mencionada no Art. 1º desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
04 de novembro de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.215 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2214596

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 16.855 DE 14 DE JUNHO DE 2019

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 10 de junho de 2019, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal PATRÍCIA DAIANE PAUL, matrícula funcional nº 000851, registro no sistema sob nº 955550, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde. Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 03/CAESP/2019, devidamente assinado e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 10 de junho de 2019 sob nº 004297.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de junho de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 14 de junho de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 17/06/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.216 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2214597

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.216 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 1º de novembro de 2019, considerando-se aprovado o Estágio Probatório do Servidor Público Municipal FABIANO CHICOVIS, matrícula funcional nº 000877, registro no sistema sob nº 955597, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Instrutor de Música, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, esporte e Lazer.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 04/CAESP/2019, devidamente assinado e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 1º de novembro de 2019 sob nº 009410.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de março de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 04 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.217 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2214598

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.217 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 1º de novembro de 2019, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal KELY CRISTIANE FRIEDRICH DREFHAL, matrícula funcional nº 000882, registro no sistema sob nº 955609, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 04/CAESP/2019, devidamente assinado e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 1º de novembro de 2019 sob nº 009410.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de julho de 2019.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 04 de novembro de 2019.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.218 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2214599

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.218 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

HOMOLOGA RESULTADO DE AVALIAÇÃO DA CAESP REFERENTE AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal e, art. 49 da Lei Complementar Municipal nº 006/2002; Resolve:

Art. 1º Fica homologado o resultado da avaliação de Estágio Probatório, realizada pela CAESP, em data de 1º de novembro de 2019, considerando-se aprovado o Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal INGRID KURZAWA ZWIENER OSTERMAYER, matrícula funcional nº 000850, registro no sistema sob nº 955549, ocupante do Cargo Público de Médico, exercendo a Função de Médico II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A homologação de que trata o caput deste artigo, em atenção ao Ofício nº 04/CAESP/2019, devidamente assinado e protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 1º de novembro de 2019 sob nº 009410.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de janeiro de 2019.



Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 04 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.219 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2214600

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.219 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE REDUÇÃO CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Considerando Ofício SMS nº 212/2019, expedido em data de 1º de novembro de 2019, devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 04 de novembro de 2019, sob nº 009422, o qual informa que Servidora Pública Municipal ANDRESSA FÁTIMA ZAK DE MELO, matrícula funcional nº 000931, registro no sistema sob nº 955740, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Farmacêutico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, passará a desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, conforme razões expostas no Processo Administrativo nº 1242/2019, informa ainda o referido ofício que o horário de trabalho da Servidora Pública Municipal permanece inalterado: das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs às 17:00hs;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, no uso das suas atribuições legais, e o disposto no inciso IX do artigo 71, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º A lotação da Servidora Pública Municipal ANDRESSA FÁTIMA ZAK DE MELO, matrícula funcional nº 000931, registro no sistema sob nº 955740, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Farmacêutico, nomeada pelo Decreto Municipal nº 10.761 de 18 de setembro de 2017, sua lotação passa a ser na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental a partir de 04 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

04 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 05/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.220 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2214963

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.142 DE 19 DE SETEMBRO DE 2019

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal ANA CAROLINE KROL UHLIG, matrícula funcional nº 000872, registro no sistema sob nº 955571, ocupante do Cargo Público de Professor V, exercendo a Função de Professor de Língua Portuguesa, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo, 27 de janeiro de 2016 a 27 de janeiro de 2019.

Art. 2º A Servidora gozará a Licença Prêmio no período de 16 de setembro de 2019 a 15 de outubro de 2019, segundo opção sua já

requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, requerimento devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 10 de setembro de 2019 sob o nº 007413.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de setembro de 2019.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 19 de setembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 20/09/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2019**

Publicação Nº 2215298

**MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2019**  
**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – EXCLUSIVO PARA ME OU EPP**

A licitação tem como objeto **REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de equipamentos eletrônicos para uso nas unidades da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre - SC**, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	05	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>FREEZER VERTICAL 300L – LINHA BRANCA – (FZ)</b></li> <li>• Freezer vertical, linha branca, sistema de refrigeração “frostfree”.</li> <li>• O refrigerador deverá possuir certificação do INMETRO apresentando classificação energética "A ou B, conforme estabelecido na Portaria n.º 20, de 01 de fevereiro de 2006.</li> <li>• Dimensões aproximadas: 169x67x59,3cm (AxLxP)</li> <li>• Capacidade:</li> <li>• Capacidade total (volume interno): 300 litros.</li> <li>• Características construtivas:</li> <li>• Gabinete externo do tipo monobloco e porta revestida em chapa de aço com acabamento em pintura eletrostática (em pó), na cor branca.</li> <li>• Sistema de isolamento térmico em espuma de poliuretano injetado no gabinete e nas portas.</li> <li>• Partes internas revestidas com painéis plásticos moldados com relevos para suporte das prateleiras e gavetas deslizantes.</li> <li>• Gavetas transparentes e removíveis em acrílico.</li> <li>• Compartimento de congelamento rápido.</li> <li>• Lâmpada interna.</li> <li>• Formas para gelo.</li> <li>• Gaxetas magnéticas para vedação hermética das portas com o gabinete.</li> <li>• Batentes das portas dotados de sistema antitranspirante.</li> <li>• Dobradiças metálicas.</li> <li>• Pés com rodízios.</li> <li>• Sistema de controle de temperatura por meio de termostato ajustável digital externo.</li> <li>• Sistema de refrigeração “frostfree”.</li> <li>• Gás refrigerante:</li> <li>• Obs.1: O gás a ser utilizado no processo de refrigeração não poderá ser prejudicial à camada de ozônio, conforme protocolo de Montreal de 1987, ao Decreto Federal nº99.280 de 07/06/90, e à Resolução Conama nº 267 de 2000.</li> <li>• Obs. 2: O gás refrigerante deve ainda preferencialmente possuir baixo índice GWP(“Global Warming Potential” – Potencial de Aquecimento Global), conforme Protocolo de Kyoto de 1997 e Decreto Federal nº 5445 de 12/05/05.</li> <li>• Plugue e cordão de alimentação com certificação INMETRO.</li> </ul>	2.643,00	13.215,00

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Voltagem: 220V.</li> <li>• Indicação da voltagem no cordão de alimentação (rabicho) do aparelho.</li> <li>• Certificação INMETRO apresentando classificação energética "A ou B".</li> <li>• Requisitos de segurança:</li> <li>• O produto deve atender os requisitos de segurança estabelecidos na NM 60335-1: 2006 - Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares - Parte 1:</li> <li>• Requisitos gerais.</li> <li>• Matérias-primas, tratamentos e acabamentos:</li> <li>• As matérias primas utilizadas na fabricação do equipamento devem atender às normas técnicas específicas para cada material.</li> <li>• Gabinete e parte externa da porta em chapa de aço galvanizada ou fosfatizada com acabamento em pintura eletrostática em pó, poliéster, na cor branca.</li> <li>• Aramados galvanizados ou fosfatizados com acabamento em pintura eletrostática em pó, poliéster, na cor branca.</li> <li>• Elementos de fixação expostos, parafusos e arruelas deverão possuir proteção adequada contra corrosão/oxidação.</li> </ul>		
02	01	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL – 4 PORTAS – (RF1)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Refrigerador industrial vertical de 4 portas, capacidade útil mínima de 1000 litros, monofásico 220 V, compressor de 1/2 hp, sistema de transmissão térmica convectiva, através de evaporadores e condensadores com sistema de ar forçado (sistema frost-free), dotado de 8 prateleiras ajustáveis.</li> <li>• Dimensões aproximadas: 180x125x75cm (AxLxP)</li> <li>• Características construtivas:</li> <li>• Gabinete tipo monobloco revestido interna e externamente em aço inox, em chapa 22 (0,80 mm).</li> <li>• Isolamento do gabinete de poliuretano injetado, com espessura mínima de 55 mm e densidade mínima de 36 kg/m<sup>3</sup>.</li> <li>• Sapatas reguláveis constituídas de base metálica e ponteira maciça de material polimérico, fixadas de modo que a base do equipamento situe-se a aproximadamente 150 mm do piso.</li> <li>• Portas revestidas interna e externamente em aço inox, em chapa 22 (0,80 mm).</li> <li>• Isolamento da porta de poliuretano injetado, com espessura mínima de 45 mm e densidade mínima de 36 kg/m<sup>3</sup>.</li> <li>• Vedação hermética em todo o perímetro das portas, constituída de gaxeta magnética sanfonada.</li> <li>• Puxadores, trincos e dobradiças em aço inox. Trincos com travamento automático.</li> <li>• Barreira térmica em todo o perímetro dos batentes das portas para evitar a condensação, constituída de resistência elétrica de baixa potência, intercambiável.</li> <li>• Sistema de controle de temperatura por meio de termostato regulável, dotado de termômetro digital, com posicionamento frontal de fácil acesso.</li> <li>• Sistema de refrigeração por transmissão térmica convectiva, dotado de compressor hermético de 1/2 hp,</li> </ul>	5.652,36	5.652,36

			<p>monofásico 220 V (conforme tensão local), com sistema de ar forçado e degelo automático (sistema “frost-free”).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Obs.: O compressor deve ser instalado na parte superior do equipamento.</li> <li>• O gás a ser utilizado no processo de refrigeração não poderá ser prejudicial à camada de ozônio, conforme protocolo de Montreal de 1987, ao Decreto Federal nº 99.280 de 07/06/90, e à Resolução Conama nº 267 de 2000.</li> <li>• O gás refrigerante deve ainda possuir preferencialmente, baixo índice GWP (“Global Warming Potential” – Potencial de Aquecimento Global), conforme Protocolo de Kyoto de 1997 e Decreto Federal nº 5445 de 12/05/05.</li> <li>• 8 prateleiras em grade de aço inox, perfil de seção circular com diâmetro de 1/4”. Distância máxima de 25 mm entre arames.</li> <li>• As paredes internas do gabinete devem ser dotadas de dispositivos em aço inox que possibilitem o ajuste de altura das prateleiras a cada 70 mm (+/- 10 mm).</li> <li>• Piso interno do gabinete revestido em aço inox, em chapa 22 (0,80mm).</li> <li>• A base deve ter formato de bandeja com rebaixo para o direcionamento de qualquer líquido derramado no interior do gabinete para o dreno, com vistas ao seu escoamento.</li> <li>• Painel superior em aço inox, em chapa 22 (0,75mm), para proteção do sistema de refrigeração e elétrico do equipamento.</li> <li>• Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação.</li> <li>• Plugue e cordão de alimentação com certificação INMETRO.</li> <li>• Conexões de fiação com bornes dotados de parafusos para compressão dos fios.</li> <li>• Todo o sistema elétrico deve ser fixado ao gabinete por meio de braçadeiras.</li> <li>• Indicação da voltagem no cordão de alimentação (rabicho) do aparelho.</li> <li>• Comprimento mínimo do cordão: 2,0m.</li> <li>• O equipamento deve ser projetado para a temperatura de trabalho de até + 8°C quando submetido a ambientes de até + 43°C.</li> <li>• Devem ser utilizados componentes (sistema de refrigeração) que do ponto de vista de potência consumida permitam a otimização no consumo de energia durante a sua vida útil.</li> <li>• Matérias-primas, tratamentos e acabamentos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• As matérias primas utilizadas na fabricação do equipamento devem atender às</li> <li>• normas técnicas específicas para cada material.</li> <li>• Todas as soldas utilizadas nos componentes em aço inox deverão ser de argônio e possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias.</li> </ul> </li> <li>• Revestimento interno e externo do gabinete, do piso e das portas em aço inox AISI 304, acabamento brilhante.</li> <li>• Prateleiras em arame de aço inox AISI 304.</li> </ul>		
--	--	--	---	--	--

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Parafusos e porcas de aço inox.</li> <li>• Painel superior para proteção do sistema de refrigeração e elétrico do</li> <li>• equipamento em aço inox AISI 304.</li> <li>• Ponteiras das sapatas em poliamida 6.0.</li> <li>• O equipamento e seus componentes devem ser isentos de rebarbas, arestas cortantes ou elementos perfurantes.</li> <li>• No produto acabado, o filme plástico de proteção das chapas de aço inox deve poder ser facilmente removido pelo usuário, sendo imprescindível que na montagem do aparelho o filme seja previamente removido:</li> <li>• De todas as suas partes internas,</li> <li>• Das dobras das portas,</li> <li>• De qualquer outra parte junto a dobras,</li> <li>• Sob qualquer elemento sobreposto.</li> </ul>		
03	04	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>GELADEIRA DE USO DOMÉSTICO FROSTFREE 300L – LINHA BRANCA – (RF2)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Refrigerador vertical combinado, linha branca, sistema de refrigeração “frostfree”, voltagem 220 V</li> <li>• O refrigerador deverá possuir certificação INMETRO apresentando classificação energética “A”, conforme estabelecido na Portaria n.º 20, de 01 de fevereiro de 2006.</li> <li>• Dimensões aproximadas: 176 x 62 x 69 cm (AxLxP)</li> <li>• Capacidade:</li> <li>• Capacidade total (volume interno): mínima de 300 litros.</li> <li>• Características construtivas:</li> <li>• Gabinete externo do tipo monobloco e portas revestidas em chapa de aço com acabamento em pintura eletrostática (em pó), na cor branca.</li> <li>• Sistema de isolamento térmico em espuma de poliuretano injetado no gabinete e nas portas.</li> <li>• Gabinete tipo “duplex” com duas (2) portas (freezer e refrigerador).</li> <li>• Partes internas revestidas com painéis plásticos moldados com relevos para suporte das prateleiras internas deslizantes.</li> <li>• Conjunto de prateleiras de vidro temperado removíveis e reguláveis.</li> <li>• Prateleiras da porta e cestos plásticos, removíveis e reguláveis.</li> <li>• Gaveta plástica para acondicionamento de frutas, verduras e legumes.</li> <li>• Prateleira e/ou gaveta plástica no compartimento do freezer.</li> <li>• Formas para gelo no compartimento do freezer.</li> <li>• Gaxetas magnéticas para vedação hermética das portas com o gabinete.</li> <li>• Batentes das portas dotados de sistema antitranspirante.</li> <li>• Dobradiças metálicas.</li> <li>• Sapatas niveladoras.</li> <li>• Sistema de controle de temperatura por meio de termostato ajustável.</li> <li>• Sistema de refrigeração “frostfree”.</li> <li>• Gás refrigerante R600a.</li> <li>• OBS.1: O gás a ser utilizado no processo de</li> </ul>	1.779,67	7.118,68

			<p>refrigeração não poderá ser prejudicial à camada de ozônio, conforme protocolo de Montreal de 1987, ao Decreto Federal nº 99.280 de 07/06/90, e à Resolução Conama nº 267 de 2000.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• OBS.2: O gás refrigerante deve ainda possuir baixo índice GWP ("Global Warming Potential" – Potencial de Aquecimento Global), conforme Protocolo de Kyoto de 1997 e Decreto Federal nº 5445 de 12/05/05.</li> <li>• Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação.</li> <li>• Plugue e cordão de alimentação com certificação INMETRO.</li> <li>• Voltagem: 220V</li> <li>• Indicação da voltagem no cordão de alimentação (rabicho) do aparelho.</li> <li>• Certificação INMETRO apresentando classificação energética "A", conforme estabelecido na Portaria n.º 20, de 01 de fevereiro de 2006.</li> <li>• Requisitos de segurança:</li> <li>• O produto deve atender os requisitos de segurança estabelecidos na NM 60335-1: 2006 - Segurança de aparelhos eletrodomésticos e similares - Parte 1:</li> <li>• Requisitos gerais.</li> <li>• Matérias-primas, tratamentos e acabamentos:</li> <li>• As matérias primas utilizadas na fabricação do equipamento devem atender às normas técnicas específicas para cada material.</li> <li>• Gabinete e parte externa da(s) porta(s) em chapa de aço galvanizada ou fosfatizada com acabamento em pintura eletrostática em pó, poliéster, na cor branca.</li> <li>• Aramados galvanizados ou fosfatizados com acabamento em pintura eletrostática em pó, poliéster, na cor branca.</li> <li>• Elementos de fixação expostos, parafusos e arruelas deverão possuir proteção adequada contra corrosão/oxidação.</li> </ul>		
04	01	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>FOGÃO INDUSTRIAL 06 BOCAS COM QUEIMADORES DUPLOS E FORNO DE CÂMARA E COM BANHO MARIA ACOPLADOS – (FG1)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Fogão industrial central de 6 bocas com forno e torneiras de controle em dois</li> <li>• lados opostos, fixadas em tubo de alimentação (gambiarra), alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo) ou gás natural, e com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". O tamanho das bocas será de 30x30cm e 3 queimadores simples sendo 3 queimadores duplos c/ chapa ou banho maria e c/forno. 4 pés em perfil "L" de aço inox e sapatas reguláveis constituídas de base metálica e ponteira maciça de material polimérico, fixadas de modo que o equipamento fique a aproximadamente 50 mm do piso.</li> <li>• Dimensões: 83x107x84 cm (AxLxP)</li> </ul>	2.163,38	2.163,38
05	01	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>FOGÃO DE 04 BOCAS DE USO DOMÉSTICO – LINHA BRANCA – (FG2)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Volume do forno: 62,3 litros</li> <li>• Classificação Energética: Mesa/ forno: A/B</li> <li>• Mesa:</li> <li>• Queimador normal (1,7 kW):3</li> </ul>	609,33	609,33

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Queimador família (2 kW):1</li> <li>• Forno:</li> <li>• Queimador do forno 2,4</li> <li>• Dimensões aproximadas: 87x 51x 63 cm (AxLxP)</li> <li>• Peso aproximado: 28,4 Kg</li> </ul>		
06	06	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>MICROONDAS 30L – LINHA BRANCA – (MI)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Forno de microondas</li> <li>• Capacidade:</li> <li>• Volume útil mínimo de 30 litros, resultado do produto das dimensões internas da cavidade do equipamento.</li> <li>• Características construtivas:</li> <li>• Gabinete monobloco em aço galvanizado revestido interna e externamente com pintura eletrostática em pó, na cor branca.</li> <li>• Iluminação interna.</li> <li>• Painel de controle digital com funções pré-programadas.</li> <li>• Timer.</li> <li>• Relógio.</li> <li>• Porta com visor central, dotada de puxador e/ou tecla de abertura.</li> <li>• Dispositivos e travas de segurança.</li> <li>• Sapatas plásticas.</li> <li>• Prato giratório em vidro.</li> <li>• Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação.</li> <li>• Plugue e cordão de alimentação com certificação INMETRO.</li> <li>• Voltagem: 220V.</li> <li>• Indicação da voltagem no cordão de alimentação (rabicho) do aparelho.</li> <li>• Selo de certificação INMETRO.</li> <li>• Matérias-primas, tratamentos e acabamentos:</li> <li>• As matérias primas utilizadas na fabricação do equipamento devem atender às normas técnicas específicas para cada material.</li> <li>• Todas as partes metálicas deverão estar isentas de rebarbas e arestas cortantes.</li> <li>• Todas as fixações visíveis, parafusos, arruelas deverão possuir proteção</li> <li>• adequada contra corrosão/ oxidação ou serem fabricados em aço inox.</li> <li>• As dobradiças e vedações da porta, bem como partes associadas devem ser construídas de modo a suportar desgastes em uso normal.</li> </ul>	509,33	3.055,98
07	04	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL CAPACIDADE DE 8L – (LQ1)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Liquidificador industrial de 8 litros, fabricado em conformidade com a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego NR12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.</li> <li>• Capacidade:</li> <li>• Copo com capacidade útil de 8 litros.</li> <li>• Características construtivas:</li> <li>• Copo removível confeccionado em chapa de aço inox, em peça única, sem soldas, com espessura de 1 mm.</li> <li>• Flange do copo em material plástico injetado, em cor clara.</li> </ul>	848,37	3.393,48

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alças em aço inox, espessura de chapa de 1,25mm, com bordas rebatidas para o lado interno e soldadas em toda extensão de modo a não haver retenção de resíduos. Fixação das alças ao copo com soldas lisas, uniformes e sem frestas de modo a evitar o acúmulo de resíduos.</li> <li>• Tampa do copo em aço inox, espessura mínima de chapa de 0,6mm, com dobras estruturais que permitam a limpeza interna.</li> <li>• Gabinete do motor em aço inox, espessura mínima de chapa de 0,6mm, flange superior e ao da base em material plástico injetado, em cor clara. Dreno da flange posicionado de modo a não haver entrada de líquidos no gabinete do motor.</li> <li>• Sapatas antivibratórias em material aderente.</li> <li>• Facas, eixo, buchas, porca fixadora do eixo da faca e pino elástico de tração da faca em aço inox.</li> <li>• O conjunto formado pelas facas, eixo e elementos de fixação deve ser removível para limpeza, sem a necessidade de utilização de ferramentas.</li> <li>• Flange de acoplamento do motor, pinos de tração e elementos de fixação em aço inox.</li> <li>• Interruptor liga/desliga.</li> <li>• Interruptor para pulsar.</li> <li>• Motor monofásico de ½ HP.</li> <li>• Dimensionamento e robustez da fixação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação.</li> <li>• Voltagem do aparelho: 220 V</li> <li>• Indicação da voltagem na chave comutadora.</li> <li>• Cordão de alimentação (rabicho) com 1200 mm de comprimento.</li> <li>• Matérias-primas, tratamentos e acabamentos:</li> <li>• As matérias primas utilizadas na fabricação do equipamento devem atender às normas técnicas específicas para cada material.</li> <li>• Copo, tampa, alças e gabinete em aço inox AISI 304, com acabamento BB N.7 do lado externo e 2B do lado interno, conforme padrões ASTM.</li> <li>• Flange do copo, base e flange do gabinete em polipropileno injetado virgem, em cor clara.</li> <li>• Facas em aço inox AISI 420 temperado.</li> <li>• Eixo, buchas e porca fixadora do eixo da faca em aço inox AISI 304.</li> <li>• Pino elástico de tração da faca em aço inox AISI 304.</li> <li>• Flange de acoplamento, pinos de tração e elementos de fixação em aço inox AISI 304.</li> <li>• O equipamento e seus componentes devem ser isentos de rebarbas, arestas cortantes ou elementos perfurantes.</li> </ul>		
08	10	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>LIQUIDIFICADOR SEMI-INDUSTRIAL CAPACIDADE DE 2L – (LQ2)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Liquidificador com 2 Velocidades com Função Pulsar</li> <li>• Capacidade para Triturar Gelo</li> <li>• Capacidade:</li> <li>• Copo com capacidade útil de 2 litros.</li> <li>• Características construtivas:</li> <li>• Copo removível, confeccionado em chapa de aço inox, em peça única, sem soldas, com espessura de 1 mm.</li> </ul>	1.032,24	10.322,40

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Flange do copo em material plástico injetado, em cor clara.</li> <li>• Alças em aço inox, espessura de chapa de 1,25mm, com bordas rebatidas para o lado interno e soldadas em toda extensão de modo a não haver retenção de resíduos. Fixação das alças ao copo com soldas lisas, uniformes e sem frestas de modo a evitar o acúmulo de resíduos.</li> <li>• Tampa do copo em aço inox, espessura mínima de chapa de 0,6mm, com dobras estruturais que permitam a limpeza interna.</li> <li>• Gabinete do motor em aço inox, espessura mínima de chapa de 0,6mm, flange superior e ao da base em material plástico injetado, em cor clara. Dreno da flange posicionado de modo a não haver entrada de líquidos no gabinete do motor.</li> <li>• Sapatas antivibratórias em material aderente.</li> <li>• Facas, eixo, buchas, porca fixadora do eixo da faca e pino elástico de tração da faca em aço inox.</li> <li>• O conjunto formado pelas facas, eixo e elementos de fixação deve ser removível para limpeza, sem a necessidade de utilização de ferramentas.</li> <li>• Flange de acoplamento do motor, pinos de tração e elementos de fixação em aço inox.</li> <li>• Interruptor liga/desliga.</li> <li>• Interruptor para pulsar.</li> <li>• Motor monofásico de ½ HP.</li> <li>• Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação.</li> <li>• Voltagem do aparelho: 220 V</li> <li>• Indicação da voltagem na chave comutadora.</li> <li>• Cordão de alimentação (rabicho) com 1200 mm de comprimento.</li> <li>• Matérias-primas, tratamentos e acabamentos:</li> <li>• As matérias primas utilizadas na fabricação do equipamento devem atender às normas técnicas específicas para cada material.</li> <li>• Copo, tampa, alças e gabinete em aço inox AISI 304, com acabamento BB N.7 do lado externo e 2B do lado interno, conforme padrões ASTM.</li> <li>• Flange do copo, base e flange do gabinete em polipropileno injetado virgem, em cor clara.</li> <li>• Facas em aço inox AISI 420 temperado.</li> <li>• Eixo, buchas e porca fixadora do eixo da faca em aço inox AISI 304.</li> <li>• Pino elástico de tração da faca em aço inox AISI 304.</li> <li>• Flange de acoplamento, pinos de tração e elementos de fixação em aço inox AISI 304.</li> <li>• O equipamento e seus componentes devem ser isentos de rebarbas, arestas cortantes ou elementos perfurantes.</li> </ul>		
09	01	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>ESPRESSADOR DE FRUTAS CÍTRICAS – (EP)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Espressador/extrator de frutas cítricas, industrial, fabricado em aço inox.</li> <li>• Dimensões e tolerância:</li> <li>• Altura: 390mm</li> <li>• Largura: 360mm</li> <li>• Diâmetro: 205mm</li> </ul>	335,97	335,97



			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tolerância: +/- 10%</li> <li>• Produção média: 15 unid. minuto (aproximada)</li> <li>• Características construtivas:</li> <li>• Gabinete, câmara de sucos e tampa fabricados em aço inox.</li> <li>• Copo e peneira em aço inox.</li> <li>• Jogo de carambola composto por: 1 Castanha pequena (para limão), 1 Castanha grande (para laranja).</li> <li>• Motor: 1/4 HP (mais potente que os motores convencionais de 1/5 e 1/6 HP).</li> <li>• Rotação: 1740 Rpm.</li> <li>• Frequência: 50/60 Hz.</li> <li>• Tensão: 220v.</li> <li>• Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação.</li> <li>• Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem.</li> <li>• Matérias-primas, tratamentos e acabamentos:</li> <li>• As matérias primas utilizadas na fabricação do produto devem atender às normas técnicas específicas para cada material.</li> <li>• Câmara de sucos, tampa e gabinete em aço inox AISI 304.</li> <li>• Aro de câmara de líquido, copo e peneira em aço inox AISI 304.</li> <li>• Jogo de carambola (castanhas) em poliestireno.</li> <li>• O equipamento e seus componentes devem ser isentos de rebarbas, arestas cortantes ou elementos perfurantes.</li> </ul>		
10	09	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>BALANÇA DE PRATO COM CAPACIDADE PARA 15 KG – (BL1)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Balança eletrônica digital com prato em aço inoxidável com capacidade de 15kg, fabricada e aferida de acordo com o “Regulamento Técnico Metrológico para Instrumentos de Pesagem não Automáticos” - Portaria INMETRO nº 236, de 22 de dezembro de 1994.</li> <li>• Classificação metrológica: “Tipo III”.</li> <li>• Dimensões:</li> <li>• Dimensões mínimas do prato: 240 x 325 mm,</li> <li>• Peso mínimo do equipamento: 3,100 kg,</li> <li>• Capacidade: 15 kg,</li> <li>• Divisão: de 5g em 5g.</li> <li>• Características construtivas e funcionais:</li> <li>• Gabinete em ABS.</li> <li>• Display de LCD de 5 dígitos com mínimo de 12mm de altura.</li> <li>• Teclado de membrana composto de teclas e funções.</li> <li>• Pés reguláveis.</li> <li>• Nível de bolha.</li> <li>• Desligamento automático.</li> <li>• Temperatura de operação de -10°C a +40°C ou com redução dessa faixa de temperatura.</li> <li>• Umidade relativa suportada: 10% a 90%, sem condensação.</li> <li>• Tensão elétrica: 220VCA.</li> <li>• Comutação automática de voltagem.</li> <li>• Frequência de rede elétrica: 60 Hz.</li> <li>• Consumo máximo: 10W.</li> </ul>	589,00	5.301,00

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bateria interna.</li> <li>• Plugue e cordão de alimentação com certificação INMETRO.</li> <li>• Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação.</li> <li>• Matérias primas, tratamentos e acabamentos:</li> <li>• Base em aço galvanizado ou em ABS injetado.</li> <li>• Prato removível em aço inoxidável AISI 430, com cantos arredondados e bordas dotadas de ressalto para retenção de pequenas quantidades de líquidos,</li> <li>• Suportes do prato em alumínio injetado,</li> <li>• Gabinete construído em ABS injetado.</li> </ul>		
11	05	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>BALANÇA PLATAFORMA PARA 150 KG – (BL2)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Balança digital de plataforma, com coluna e piso móvel, fabricada e aferida de acordo com o “Regulamento Técnico Metrológico para Instrumentos de Pesagem não Automáticos” - Portaria INMETRO nº 236, de 22 de dezembro de 1994.</li> <li>• Dimensões e tolerância:</li> <li>• Plataforma:</li> <li>• Largura: 43cm.</li> <li>• Comprimento: 61cm.</li> <li>• Tolerância: +/- 10%.</li> <li>• Capacidade:</li> <li>• Capacidade de pesagem: 150 kg.</li> <li>• Características construtivas e funcionais:</li> <li>• Com plataforma e piso móvel.</li> <li>• Coluna tubular longa.</li> <li>• Divisão de 50g.</li> <li>• Indicador: bateria de longa duração.</li> <li>• Alto desligamento para proporcionar economia da bateria.</li> <li>• Botão liga/desliga.</li> <li>• Com visor cristal líquido e dígitos grandes.</li> <li>• Memória de tara e zero, sobra e falta.</li> <li>• Teclas com funções.</li> <li>• Tensão elétrica: 220V.</li> <li>• Com carregador + bateria e demais acessórios.</li> <li>• Rodízios de movimentação.</li> <li>• Plugue e cordão de alimentação com certificação INMETRO.</li> <li>• Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente da peração.</li> <li>• Matérias primas, tratamentos e acabamentos:</li> <li>• As matérias primas utilizadas na fabricação do equipamento devem atender às normas técnicas específicas para cada material.</li> <li>• Todas as soldas utilizadas nos componentes em aço inox deverão ser de argônio e possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias.</li> <li>• Plataforma fabricada em aço carbono SAE 1020.</li> <li>• Rodízios de movimentação em polipropileno injetado.</li> <li>• Teclado em policarbonato.</li> <li>• O equipamento e seus componentes devem ser isentos de rebarbas, arestas cortantes ou elementos perfurantes.</li> </ul>	1.418,20	7.091,00
12	03	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>BATEDEIRA PLANETÁRIA 5L – (BT1)</b></li> <li>• Descrição:</li> </ul>	2.117,87	6.353,61

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Batedeira planetária de aplicação semi-industrial, com capacidade para 5 litros, fabricada em conformidade com a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego, NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos.</li> <li>• Dimensões e tolerância:</li> <li>• Largura: 240mm,</li> <li>• Profundidade: 350mm,</li> <li>• Altura: 420mm,</li> <li>• Tolerância: +/- 15%</li> <li>• Características construtivas:</li> <li>• Estrutura ou suporte para o motor em aço, com fino acabamento em pintura epóxi.</li> <li>• Cuba em aço inox.</li> <li>• Cabeçote basculante com trave para facilitar a remoção da cuba para higienização.</li> <li>• Sistema de engrenagens helicoidais.</li> <li>• Com quatro níveis de velocidade.</li> <li>• Movimento planetário.</li> <li>• Sistema de troca de velocidade progressiva com polia variadora.</li> <li>• Com batedor para massas leves, massas pesadas e batedor globo.</li> <li>• Chave liga/desliga e chave seletora de velocidade.</li> <li>• Manipula trava/destrava.</li> <li>• Com os seguintes acessórios inclusos:</li> <li>• 1 tacho em aço inox, com capacidade para 5 litros,</li> <li>• 1 batedor para massas leves,</li> <li>• 1 batedor plano para massas pesadas,</li> <li>• 1 batedor globo para claras, etc.</li> <li>• Frequência: 50/60hz.</li> <li>• Potência: 500wats.</li> <li>• Voltagem: 220V.</li> <li>• Matérias-primas, tratamentos e acabamentos:</li> <li>• As matérias primas utilizadas na fabricação do produto devem atender às normas técnicas específicas para cada material.</li> <li>• Corpo em chapa de aço SAE 1020 com pintura em epóxi.</li> <li>• Cuba em aço inox AISI 304.</li> <li>• O equipamento e seus componentes devem ser isentos de rebarbas, arestas cortantes ou elementos perfurantes.</li> </ul>		
13	10	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS – (MT)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Multiprocessador de alimentos, com lâminas multifuncionais, modelo doméstico.</li> <li>• Capacidade:</li> <li>• Tigela grande: aprox. 2 litros de ingredientes líquidos ou 3 kg de massa.</li> <li>• Características construtivas:</li> <li>• Lâminas multifuncionais fabricadas em aço inoxidável.</li> <li>• Tigela extragrande, com capacidade aprox. para 2 litros de ingredientes líquidos ou 3kg de massa.</li> <li>• Tampa da tigela com bocal largo para absorver frutas, legumes e verduras inteiras.</li> <li>• Com 2 ajustes de velocidade e função pulsar que permita o controle preciso da duração e frequência do processamento.</li> <li>• Segurança: detecção de tampa e tigela e freio</li> </ul>	1.256,00	12.560,00

			<ul style="list-style-type: none"> <li>mecânico de 1,5s.</li> <li>• Cabo com armazenamento integrado.</li> <li>• Base firme com pés antidesslizantes (ventosa).</li> <li>• Motor com potência de 700W.</li> <li>• Voltagem: 220V.</li> <li>• Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação.</li> <li>• Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem.</li> <li>• Os acessórios devem combinar com a cor da velocidade, e possibilitar a limpeza em lava louças.</li> <li>• Acessórios: <ul style="list-style-type: none"> <li>• batedor para mistura de massas leves e pesadas,</li> <li>• 1 faca de corte em aço inoxidável para carnes, legumes e verduras,</li> <li>• 2 discos de metal para ralar e picar em pedaços finos e médios,</li> <li>• liquidificador (jarra) com tampa, com capacidade para 1,5 litros para misturar, triturar e mexer</li> <li>• ingredientes variados,</li> <li>• 1 disco emulsificador para preparar alimentos como clara em neve e maionese.</li> </ul> </li> <li>• Matérias primas, tratamentos e acabamentos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• As matérias primas utilizadas na fabricação do produto devem atender às normas técnicas específicas para cada material.</li> <li>• Estrutura, pilão e botão de velocidade fabricados em ABS.</li> <li>• Disco emulsificador fabricado em PP.</li> <li>• Pilão interno, tigela com tampa e liquidificador fabricados em SAN.</li> <li>• Discos e lâminas de corte fabricados em aço inoxidável.</li> <li>• O equipamento e seus componentes devem ser isentos de rebarbas, arestas cortantes ou elementos perfurantes.</li> </ul> </li> </ul>		
14	05	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>CENTRÍFUGA DE FRUTAS DE 800W – (CT)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Especificações técnicas/ Potência: 800W</li> <li>• Especificações técnicas/ Coletor de polpa: 2l</li> <li>• Especificações técnicas/ Frequência: 50/60 Hz</li> <li>• Especificações técnicas/ Comprimento do cabo: 1,2m/ 1,2m</li> <li>• Especificações do design/ Suporte e grampos: Alumínio escovado</li> <li>• Especificações do design/ Tubo para polpa: Aço inoxidável</li> <li>• Especificações do design/ Cores disponíveis: Alumínio escovado/ Alumínio</li> <li>• escovado</li> <li>• Acessórios/ Jarra de suco: 1.500 ml</li> <li>• Potência do Juicer: 800W</li> <li>• Volume: 0,0380 m³</li> <li>• Cor: Alumínio</li> <li>• Tensão: 220V</li> </ul>	283,30	1.416,50
15	05	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>MIXER DE ALIMENTOS – LINHA DOMÉSTICA – (MX)</b></li> <li>• Mixer de alimentos, linha doméstica, com capacidade de 1 litro.</li> <li>• Dimensões aproximadas e tolerância:</li> </ul>	332,97	1.664,85

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Altura: 430mm</li> <li>• Largura: 60mm</li> <li>• Profundidade: 650mm</li> <li>• Tolerância: +/- 10%</li> <li>• Características construtivas:</li> <li>• Capacidade volumétrica do copo: 1 litro.</li> <li>• Cabo (alça) ergonômico.</li> <li>• Lâmina de dupla ação, possibilitando cortar na vertical e na horizontal.</li> <li>• Recipiente para trituração.</li> <li>• Tampa e lâmina do triturador removíveis.</li> <li>• Base antirrespingos.</li> <li>• Botão turbo.</li> <li>• motor de 400W.</li> <li>• Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação.</li> <li>• Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem.</li> <li>• Matérias primas, tratamentos e acabamentos:</li> <li>• As matérias primas utilizadas na fabricação do produto devem atender às normas técnicas específicas para cada material.</li> <li>• Corpo do aparelho construído em polipropileno e borracha.</li> <li>• Jarra para a polpa construída em acrílico SAN.</li> <li>• Jarra em plástico virgem de 1º uso, atóxico.</li> <li>• O produto e seus componentes devem ser isentos de rebarbas, arestas cortantes ou elementos perfurantes.</li> </ul>		
16	10	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO – (PR)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Purificador/bebedouro de água refrigerado, com selos INMETRO, comprobatórios de conformidade com a legislação vigente.</li> <li>• Capacidade:</li> <li>• Armazenamento de água gelada: de 2,5 a 2,8 litros.</li> <li>• Atendimento: mínimo de 30 pessoas</li> <li>• Características gerais:</li> <li>• Constituído de:</li> <li>• Sistema de tratamento através de elementos filtrantes que removem os particulados da água e o cloro livre.</li> <li>• Compressor interno com gás refrigerante conforme legislação vigente.</li> <li>• Botão de acionamento automático do tipo fluxo contínuo, com regulagem para diferentes níveis de temperatura (natural, fresca ou gelada) ou torneira.</li> <li>• Bica telescópica ou ajustável para recipientes de diversos tamanhos.</li> <li>• Câmara vertical de filtragem e purificação.</li> <li>• Corpo em aço inox ou aço carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática a pó.</li> <li>• Painel frontal em plástico ABS de alta resistência com proteção UV.</li> <li>• Vazão aprox.: 40 a 60 Litros de água/ hora.</li> <li>• Pressão de funcionamento: 3 a 40 m.c.a (0,3 kgf/cm² à 4 kgf/cm²).</li> <li>• Temperatura de trabalho: 03 à 40º C.</li> <li>• Componentes para fixação e instalação: - canopla,</li> </ul>	762,67	7.626,70

			<p>conexões cromadas, buchas de fixação S8, parafusos, redutor de vazão, adaptadores para registro: flexível e mangueira.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produto de certificação compulsória, o equipamento deve possuir selos INMETRO, comprobatórios de conformidade com a legislação vigente, inclusive, com eficiência bacteriológica "APROVADO".</li> <li>• O gás a ser utilizado no processo de refrigeração não poderá ser prejudicial à camada de ozônio, conforme protocolo de Montreal de 1987, Decreto Federal nº 99.280 de 07/06/90, Resolução Conama nº 13 de 1995, Decreto Estadual nº 41.269 de 10/03/97 e Resolução Conama nº 267 de 2000. É desejável e preferencial que o gás refrigerante tenha baixo índice GWP ("Global Warming</li> <li>• Potencial" - Potencial de Aquecimento Global), conforme o Protocolo de Kyoto de 1997 e Decreto Federal nº 5445 de 12/05/05, devendo nesta opção utilizar o gás refrigerante "R600a".</li> <li>• Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação, estando de acordo com a determinação da portaria Inmetro nº 185, de 21 de julho de 2000, que determina a obrigatoriedade de todos os produtos eletroeletrônicos se adaptarem ao novo padrão de plugues e tomadas NBR 14136, a partir de 1º de janeiro de 2010.</li> <li>• Indicação da voltagem no cordão de alimentação.</li> </ul>		
17	03	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>EXAUSTOR/ VENTILADOR INDUSTRIAL – (EX)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Exaustor Industrial de 40 cm de diâmetro,</li> <li>• produzido em aço, com motor de potencia em 1/5CV,</li> <li>• vazão de 3000m³/h, RPM 1600 – 50/60Hz e chave de reversão do motor.</li> </ul>	295,31	885,93
18	07	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>MÁQUINA DE LAVAR ROUPA CAPACIDADE DE 11KG – LINHA BRANCA – (MQ)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Capacidade de roupa seca: 11Kg</li> <li>• voltagem: 220V</li> <li>• Consumo aproximado de energia (kwh): 0,32</li> <li>• Cor: branca</li> <li>• Potência: 550.0 W (220V)</li> <li>• Rotação do Motor - Centrifugação: 750 rpm</li> <li>• Dimensões aproximadas: 1,05 x 62x 61cm (AxLxP)</li> <li>• Peso aproximado: 40 Kg</li> </ul>	1.429,67	10.007,69
19	05	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>FERRO ELÉTRICO A SECO – (FR)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Potência: 1000W</li> <li>• Consumo: 1,0kWh</li> <li>• Cor: branco</li> <li>• Voltagem: 220V (não é bivolt)</li> <li>• Dimensões e Peso:</li> <li>• Dimensões aproximadas: 25x10,5x12 cm (AxLxP)</li> <li>• Peso aproximado: 750g</li> </ul>	83,27	416,35
20	05	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>SECADORA DE ROUPAS – (SC)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Duto de exaustão</li> <li>• Sistema antirrugas</li> <li>• Secagem por tombamento auto reversível</li> <li>• Seletor de temperatura de secagem</li> </ul>	1.829,67	9.148,35

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Seca 10Kg de roupas centrifugadas</li> <li>• Consumo de energia: 0,2 kWh</li> <li>• Voltagem: 220V (não é bivolt)</li> <li>• Cor: branco</li> <li>• Dimensões aproximadas: 85x60x54 cm (AxLxP)</li> <li>• Peso aproximado: 30Kg</li> <li>• OBS: Todos os equipamentos acima relacionados deverão atender a referências de mercado (comercializado em prateleira), utilizando marcas nacionais e focar em produtos que sejam regulados compulsoriamente. Todos os equipamentos acima relacionados deverão possuir os selos de eficiência relacionados ao seu desempenho e identificação de certificação compulsória. A etiquetagem determina a redução no consumo de energia elétrica em eletrodomésticos.</li> </ul>		
21	02	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>BEBEDOURO ELÉTRICO CONJUGADO – DUAS COLUNAS – (BB1)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Bebedouro elétrico conjugado, tipo pressão, com 2 colunas, acessível, com capacidade aproximada de 6 litros por hora (40 pessoas/h aprox.) e certificado pelo INMETRO.</li> <li>• Dimensões e tolerâncias:</li> <li>• Altura: 960mm</li> <li>• Altura parte conjugada: 650mm</li> <li>• Largura: 660mm</li> <li>• Profundidade: 291mm</li> <li>• Tolerância: +/-10%</li> <li>• características construtivas:</li> <li>• Pia em aço inox AISI 304 polido, bitola 24 (0,64mm de espessura), com quebra jato.</li> <li>• Gabinete em aço inox AISI 304.</li> <li>• Torneira: em latão cromado de suave acionamento, com regulagem de jato, sendo 2 (duas) torneiras de jato inclinado para boca e 01 (uma) torneira em haste para copo.</li> <li>• Reservatório de água em aço inox AISI 304, bitola 20 (0,95mm de espessura, com serpentina (tubulação) em cobre (0,50mm de parede) externa, com isolamento em poliestireno expandido.</li> <li>• Filtro de carvão ativado com vela sintetizada.</li> <li>• Termostato com controle automático de temperatura de 4º a 15ºC</li> <li>• Compressor de 1/10 de HP, com gás ecológico.</li> <li>• Protetor térmico de sistema (desligamento automático em caso de superaquecimento do sistema).</li> <li>• Dreno para limpeza da cuba.</li> <li>• Ralo sinfonado que barra o mau cheiro proveniente do esgoto.</li> <li>• Voltagem: compatível com todas as regiões brasileiras.</li> <li>• Capacidade aproximada: 6 litros por hora (40 pessoas/h aprox.).</li> <li>• Não possuir cantos vivos, arestas ou quaisquer outras saliências cortantes ou perfurantes de modo a não causar acidentes.</li> <li>• O bebedouro deve ser acessível, em conformidade à NBR 9050/2005, no que couber.</li> <li>• Produto de certificação compulsória, o equipamento</li> </ul>	1.386,00	2.772,00

			<p>deve possuir selos INMETRO, comprobatórios de conformidade com a legislação vigente, inclusive com eficiência bacteriológica "APROVADO".</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O gás a ser utilizado no processo de refrigeração não poderá ser prejudicial à camada de ozônio, conforme protocolo de Montreal de 1987, Decreto Federal nº 99.280 de 07/06/90, Resolução Conama nº 13 de 1995, Decreto Estadual nº 41.269 de 10/03/97 e Resolução Conama nº 267 de 2000. É desejável e preferencial que o gás refrigerante tenha baixo índice GWP ("Global Warming</li> <li>• Potential" - Potencial de Aquecimento Global), conforme o Protocolo de Kyoto de 1997 e Decreto Federal nº 5445 de 12/05/05, devendo nesta opção utilizar o gás refrigerante "R600a".</li> <li>• Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação, estando de acordo com a determinação da portaria Inmetro nº 185, de 21 de julho de 2000, que determina a obrigatoriedade de todos os produtos eletroeletrônicos se adaptarem ao novo padrão de plugues e tomadas NBR 14136, a partir de 1º de janeiro de 2010.</li> <li>• Indicação da voltagem no cordão de alimentação.</li> <li>• Matérias-primas, tratamentos e acabamentos:</li> <li>• As matérias primas utilizadas na fabricação do equipamento devem atender às normas técnicas específicas para cada material.</li> <li>• Todas as soldas utilizadas nos componentes em aço inox deverão ser de argônio e possuir superfície lisa e homogênea, não devendo apresentar pontos cortantes, superfícies ásperas ou escórias.</li> <li>• Pia, gabinete e reservatório em aço inox AISI 304, acabamento brilhante.</li> <li>• Parafusos e porcas de aço inox.</li> <li>• Torneira em latão cromado.</li> <li>• O equipamento e seus componentes devem ser isentos de rebarbas, arestas cortantes ou elementos perfurantes.</li> </ul>		
22	05	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 30000 BTU'S – (AR1)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Tipo 1 - 30.000 BTUS</li> <li>• Modelo Split High Wall Split High Wall</li> <li>• Tipo de ciclo Quente/Frio Frio</li> <li>• Cor Branco Branco</li> <li>• ENCE No mínimo D No mínimo D</li> <li>• Filtro de Ar Anti-bactéria</li> <li>• Vazão de Ar No mínimo 1.150 m³/h</li> <li>• Controle remoto Sim</li> <li>• Termostato Digital</li> <li>• Funções Sleep e Swing</li> <li>• Voltagem 220 V</li> </ul>	4.186,97	20.934,85
23	05	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12000 BTU'S – (AR3)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Tipo 3 - 12.000 BTUS</li> <li>• Modelo Split High Wall</li> <li>• Tipo de ciclo Quente/Frio Frio</li> <li>• Cor Branco</li> </ul>	2.228,37	11.141,85



			<ul style="list-style-type: none"> <li>• ENCE A</li> <li>• Filtro de Ar Anti-bactéria</li> <li>• Vazão de Ar No mínimo 500m³/h</li> <li>• Controle remoto Sim</li> <li>• Termostato Digital</li> <li>• Funções Sleep e Swing</li> <li>• Voltagem 220 V</li> <li>• Todos os equipamentos de ar condicionado tipo Split High Wall (tipo 1 ao 3), deverão possuir a tecnologia INVERTER. Todos os modelos dos aparelhos de ar condicionado deverão apresentar ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA – ENCE autorizada pelo Inmetro. Todos os aparelhos de ar condicionado deverão ser acompanhados do manual de instruções em português para uso, conservação e manutenção dos equipamentos.</li> </ul>		
24	15	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>TELEVISÃO - SMART TV 32</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• HD Netflix Youtube Conversor Digital</li> <li>• Suporte Parede</li> <li>• Wi Fi, Foto Sharing Plus, Miracast, DLNA, PhotoFrame e Rádio FM,</li> <li>• Tela LCD HD com resolução modo TV de 1366x768p, (HD) Resolução (modo Monitor - máxima via VGARGB) 1366 x 768,</li> <li>• Entrada RF (2),</li> <li>• Entrada de vídeo composto (1),</li> <li>• Entrada HDMI (2 sendo 1 lateral / 1 traseira) ,</li> <li>• Entrada de Áudio analógico (1),</li> <li>• Saída de HP (1),</li> <li>• Ethernet (1)</li> <li>• USB (2)</li> <li>• Entrada para PC para usar a TV como monitor de computador</li> <li>• Conversor de TV digital interno</li> <li>• Dimensões:</li> <li>• Altura: 48</li> <li>• Largura: 74</li> <li>• Profundidade: 18</li> <li>• Peso: aproximado até 18Kg</li> </ul>	1.133,00	16.995,00
25	10	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>APARELHO DE DVD – (DVD)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• DVD's compatíveis com os seguintes formatos: MP3, WMA, DivX, CD de vídeo, JPEG, CD, CD-R, CD RW, SVCD, DVD=R/+RW – DVD –R/ -RW</li> <li>• Sistemas de cor: NTSC e, Progressive Scan</li> <li>• Funções: Zoom, Book Marker Seach, Desligamento automático, Trava para crianças, Leitura Rápida, JPEG Slideshow, Close Caption</li> <li>• Conexões: 1 saída de vídeo composto, 1 saída de áudio, 1 entrada de microfone frontal: saída vídeo componente, saída S-Vídeo, saída de áudio digital coaxial</li> <li>• Função Karaokê: com pontuação</li> <li>• Cor: preto</li> <li>• Dimensões (LxAxP): 36x35x20 cm</li> <li>• Peso: 1,4Kg</li> </ul>	174,08	1.740,80
26	200	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>VENTILADOR DE PAREDE</b></li> <li>• Descrição</li> <li>• Ventilador para fixar parede com 200W de potência,</li> </ul>	236,97	47.394,00

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• 3 velocidades,</li> <li>• Quantidade de pás: 6,</li> <li>• Com Suporte para Parede e Grade protetora,</li> <li>• Medidas do produto: 50 x 50 x 33 cm (altura x largura x profundidade).</li> </ul>		
27	10	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>APARELHO DE SOM TIPO MICROSYSTEM – (MS)</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Aparelho de Micro system com karaokê, entrada para USB e para cartão de memória.</li> <li>• Características:</li> <li>• Entrada USB 1.0/2.0(full speed)</li> <li>• Entrada para cartão de memória: MMC, SD, MS</li> <li>• Rádio AM e FM estéreo com sintonia digital</li> <li>• Compatível com VCD, CD, CD-R, CD-RW</li> <li>• Reproduz vídeo no formato MPEG4 e CDs musicais em arquivos MP3 e WMA</li> <li>• Saída S-vídeo, vídeo componente, vídeo composto.</li> <li>• Saída de áudio digital coaxial</li> <li>• Dolby digital(AC3) e DTS</li> <li>• Função program, repeat, zoom, play, go to, pause e protetor de tela</li> <li>• Saída para fones de ouvido</li> <li>• Potência: 50W</li> <li>• Os equipamentos acima deverão atender a referências de mercado (comercializado em prateleira), utilizando marcas nacionais e focar em produtos que sejam regulados compulsoriamente. Deverão obter os selos de eficiência relacionados ao seu desempenho e identificação de certificação compulsória.</li> </ul>	589,66	5.896,60
28	170	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>BEBE CONFORTO:</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• - Alça giratória, funções fixa e de balanço,</li> <li>• - Redutores dupla face para os recém-nascidos e capota removível, ideal para proteger seu bebê.</li> <li>• - Almofadas redutoras com apoio de cabeça dupla face ideais para acomodar os recém-nascidos, estrutura leve que facilita a instalação no veículo e o transporte.</li> <li>• - Alça com 4 posições, capota removível.</li> <li>• - cinto de segurança de 3 pontos com protetores de ombros, 2 posições de altura e ajuste centralizado com botão frontal.</li> <li>• - Aprovado pelo INMETRO conforme a norma ABNT NBR 14.400 para crianças do nascimento aos 13kg.</li> </ul>	349,33	59.386,10
29	05	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>FOGÃO INDUSTRIAL 4 BOCAS A GÁS SEM FORNO</b></li> <li>• Fixadas em tubo de alimentação (gambiarra), alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo) ou gás natural, e com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". O tamanho das bocas será de 30x30cm e 2 queimadores simples sendo 2 queimadores duplos c/ chapa ou banho maria .</li> <li>• espaço painel</li> <li>• queimadores em ferro fundido, fixação através de encaixe</li> <li>• grelha removível em ferro fundido 30x30 com 4 pontas</li> <li>• estrutura desmontável perfil 5 cm</li> <li>• totalmente desmontável para facilitar o transporte e armazenamento</li> <li>• DIMENSÕES (CXAXP) comprimento 75 cm, altura montado 80 cm, profundidade 82 cm. Medidas</li> </ul>	1.055,09	5.275,45

			aproximadas. Peso aproximado 50 Kg.		
30	17	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>FORNO ELÉTRICO 50 LITROS</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>- Timer</li> <li>- Seletor de temperatura de 90 até 230°C.</li> <li>- Cordão elétrico com 90cm.</li> <li>- Porta de vidro (temperado)</li> <li>• - Voltagem: 220 V</li> <li>• - Acendimento manual</li> </ul>	550,21	9.353,57
31	05	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>REFRIGERADOR FROST FREE 2 PORTAS</b></li> <li>• Descrição:</li> <li>• Capacidade de 386 litros, incluindo o espaço do congelador com porta exclusiva.</li> <li>Prateleiras removíveis. Vários compartimentos</li> <li>• Voltagem: 220V</li> <li>• Dimensões aproximadas : Altura 1,76 Metros, largura 62,10 centímetros e profundidade 75,50 centímetros.</li> <li>• Capacidade de armazenagem do refrigerador (L) 294 litros</li> <li>• Capacidade de armazenagem do freezer (L) 92 litros</li> </ul>	2.463,00	12,315,00
32	12	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>AQUECEDOR VERSÁTIL 5500W</b></li> <li>• Material: Plástico de Alta Resistência</li> <li>Acabamento: Branco</li> <li>Ajustes de Temperatura: 3</li> <li>Potência: 5500 Watts</li> <li>Tensão: 220 Volts</li> <li>Dimensões: (L)24cm x (A)13cm x (P)20cm</li> <li>Modelo: Versátil 220V</li> <li>Garantia: 12 Meses</li> </ul>	209,22	2.510,64
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 304.054,42</b>	

Recebimento das Propostas: das **0h** do dia **05/11/2019** até as **13h45min** do dia **20/11/2019**;  
 Início da Sessão de Disputa de Preços: às **14h** do dia **20/11/2019** no endereço eletrônico  
[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta de dotação orçamentária na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	5.00	Secretaria Municipal de Educação
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico  
[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o

endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 04 de novembro de 2019.

**LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ**  
Secretária Municipal de Administração

## **TERMO DE RESCISÃO Nº 01/2019**

Publicação Nº 2215512

### **TERMO DE RESCISÃO Nº 01/2019**

AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 01/2018, CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, PELO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, situado na rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Rubens Blaszkowski, portador da Carteira de Identidade nº 918.450 SSP/SC, CPF/MF sob nº 379.515.489-87, e o ESTADO DE SANTA CATARINA, pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina – BMSC, situado à Rua Almirante Lamego, nº 381, Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 06.096.391/0001-76, doravante denominado CBMSC, neste ato representado por seu Comandante Geral Charles Alexandre Vieira, portador do CPF/MF sob nº 822.869.149-15, resolvem, por mútuo acordo, rescindir o Termo de Cessão de Uso nº 01/2018.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Em conformidade com a cláusula sexta – Da Depreciação, fica rescindido o Termo de Cessão de Uso nº 01/2018.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento passa a produzir os seus efeitos legais a partir de sua publicação no DOM – Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

Por estarem justos e acordes, firmam o presente Termo de Rescisão em 3 (três) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., de de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal de Campo Alegre	Cel. BM – CHARLES ALEXANDRE VIEIRA Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina

### **Testemunhas:**

JAMES RUSSELL DE SOUZA LIMA Função: Sub Tenente CPF/MF nº 389.573.532-91	JOEL DA SILVA FELICIANO Função: Soldado BM CPF/MF nº 009.322.609-85

# Campo Erê

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 50/2019

Publicação Nº 2215416

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 50/2019.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 12.792.399/0001-70. CONTRATADA: POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP, CNPJ 03.958.284/0001-11. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 1290/2019, Pregão Presencial nº 44/2019. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento, do Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 3.976,00 (três mil novecentos e setenta e seis). VIGÊNCIA: 12 meses a partir da assinatura. Campo Erê/SC, em 01/11/2019. SIGNATÁRIOS: Ademar Alberton pela Contratante e Cleyton Ricardo Lazarotto pela Contratada.

### EXTRATO CONTRATO 51/2019

Publicação Nº 2215419

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 51/2019.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 12.792.399/0001-70. CONTRATADA: ATUAL INFORMATICA E ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME, CNPJ 04.326.894/0001-65. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 1290/2019, Pregão Presencial nº 44/2019. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento, do Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais). VIGÊNCIA: 12 meses a partir da assinatura. Campo Erê/SC, em 01/11/2019. SIGNATÁRIOS: Ademar Alberton pela Contratante e Giovani Franken pela Contratada.

### EXTRATO CONTRATO 52/2019

Publicação Nº 2215420

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 52/2019.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 12.792.399/0001-70. CONTRATADA: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME, CNPJ 09.552.508/0001-77. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 1290/2019, Pregão Presencial nº 44/2019. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento, do Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 4.179,00 (quatro mil cento e setenta e nove reais). VIGÊNCIA: 12 meses a partir da assinatura. Campo Erê/SC, em 01/11/2019. SIGNATÁRIOS: Ademar Alberton pela Contratante e Jackson Neimar Pedrassani pela Contratada.

### EXTRATO CONTRATO 53/2019

Publicação Nº 2215424

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 53/2019.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 12.792.399/0001-70. CONTRATADA: GESUL COMERCIAL EIRELI EPP, CNPJ 14.711.959/0001-40. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 1290/2019, Pregão Presencial nº 44/2019. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento, do Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 8.606,00 (oito mil seiscentos e seis reais). VIGÊNCIA: 12 meses a partir da assinatura. Campo Erê/SC, em 01/11/2019. SIGNATÁRIOS: Ademar Alberton pela Contratante e Geisla Antonelli Rayzer Flach pela Contratada.

### EXTRATO CONTRATO 54/2019

Publicação Nº 2215429

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 54/2019.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 12.792.399/0001-70. CONTRATADA: MB CATARINENSE EIRELI ME, CNPJ 16.961.181/0001-52. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 1290/2019, Pregão Presencial nº 44/2019. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento, do Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 12.700,00 (doze mil e setecentos reais). VIGÊNCIA: 12 meses a partir da assinatura. Campo Erê/SC, em 01/11/2019. SIGNATÁRIOS: Ademar Alberton pela Contratante e Felipe Matheus Helfer pela Contratada.

**EXTRATO CONTRATO 55/2019**

Publicação Nº 2215432

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 55/2019.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 12.792.399/0001-70. CONTRATADA: BD INFORMATICA LTDA ME, CNPJ 32.109.914/0001-81. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 1290/2019, Pregão Presencial nº 44/2019. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento, do Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais). VIGÊNCIA: 12 meses a partir da assinatura. Campo Erê/SC, em 01/11/2019. SIGNATÁRIOS: Ademar Alberton pela Contratante e Bernardo Daniel pela Contratada.

**EXTRATO CONTRATO 56/2019**

Publicação Nº 2215435

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 56/2019.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 12.792.399/0001-70. CONTRATADA: GONÇALVES E NASCIMENTO EQUIPAMENTOS LTDA ME, CNPJ 33.741.213/0001-23. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 1290/2019, Pregão Presencial nº 44/2019. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento, do Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais). VIGÊNCIA: 12 meses a partir da assinatura. Campo Erê/SC, em 01/11/2019. SIGNATÁRIOS: Ademar Alberton pela Contratante e Laura Cristina Pinto Gonçalves pela Contratada.

**EXTRATO CONTRATO 57/2019**

Publicação Nº 2215437

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 57/2019.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, CNPJ nº 12.792.399/0001-70. CONTRATADA: TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI, CNPJ 29.634.736/0001-01. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRÔNICOS E ELETRODOMÉSTICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 1290/2019, Pregão Presencial nº 44/2019. DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento, do Fundo Municipal de Assistência Social. VALOR: R\$ 3.616,00,00 (três mil seiscentos e dezesseis reais). VIGÊNCIA: 12 meses a partir da assinatura. Campo Erê/SC, em 01/11/2019. SIGNATÁRIOS: Ademar Alberton pela Contratante e Marcio Da Silva pela Contratada.

**HOMOLOGAÇÃO PL 1290/2019**

Publicação Nº 2215414

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

**I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1290/2019**, na modalidade Pregão de nº **44/2019** tendo como objeto a Aquisição de móveis, eletrônicos e eletrodomésticos para a Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP	1	4	1,00	584,0000	584,0000
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP	1	8	2,00	540,0000	1.080,0000
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP	1	9	2,00	183,0000	366,0000
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP	1	10	1,00	156,0000	156,0000
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP	1	11	2,00	128,0000	256,0000
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP	1	13	1,00	1.534,0000	1.534,0000
ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTENCIA TÉCNICA ME	1	16	10,00	1.830,0000	18.300,0000
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME	1	2	1,00	1.340,0000	1.340,0000
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME	1	7	1,00	548,0000	548,0000
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME	1	20	1,00	380,0000	380,0000
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME	1	21	1,00	359,0000	359,0000
JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME	1	22	8,00	194,0000	1.552,0000
GESUL COMERCIAL EIRELI	1	1	2,00	1.800,0000	3.600,0000
GESUL COMERCIAL EIRELI	1	6	4,00	132,0000	528,0000
GESUL COMERCIAL EIRELI	1	15	2,00	79,0000	158,0000
GESUL COMERCIAL EIRELI	1	23	8,00	215,0000	1.720,0000
GESUL COMERCIAL EIRELI	1	24	5,00	310,0000	1.550,0000
GESUL COMERCIAL EIRELI	1	25	3,00	350,0000	1.050,0000
MB CATARINENSE EIRELI	1	3	2,00	1.180,0000	2.360,0000
MB CATARINENSE EIRELI	1	12	1,00	620,0000	620,0000
MB CATARINENSE EIRELI	1	14	1,00	720,0000	720,0000
MB CATARINENSE EIRELI	1	17	4,00	2.250,0000	9.000,0000
BD INFORMATICA LTDA	1	18	3,00	2.340,0000	7.020,0000
GONÇALVES & NASCIMENTO EQUIPAMENTOS LTDA	1	19	2,00	840,0000	1.680,0000
TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI	1	5	1,00	3.616,0000	3.616,0000

Total dos Proponentes

Nome da Proponente

Total

<b>ATUAL INFORMÁTICA E ASSISTENCIA TÉCNICA ME</b>	<b>18.300,00</b>
<b>BD INFORMATICA LTDA</b>	<b>7.020,00</b>
<b>GESUL COMERCIAL EIRELI</b>	<b>8.606,00</b>
<b>GONÇALVES &amp; NASCIMENTO EQUIPAMENTOS LTDA</b>	<b>1.680,00</b>
<b>JACKSON NEIMAR PEDRASSANI ME</b>	<b>4.179,00</b>
<b>MB CATARINENSE EIRELI</b>	<b>12.700,00</b>
<b>POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA EPP</b>	<b>3.976,00</b>
<b>TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI</b>	<b>3.616,00</b>

II - **DETERMINAR** que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação das referidas licitantes.

**Campo Erê – SC, Sexta-Feira, 01 de novembro de 2019.**

**ODILSON VICENTE DE LIMA**  
**Prefeito Municipal**



# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PP 100/2019

Publicação Nº 2215634

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 161/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2019

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 26 de novembro de 2019, às 16 horas, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E DESENTUPIMENTO DAS REDES PLUVIAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS – SC, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 04 de novembro de 2019.  
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019 - FUMREBOM

Publicação Nº 2215266

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE COMPRA Nº 02/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 25 de novembro de 2019, às 14 horas, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA USO DO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE CAMPOS NOVOS/SC.

Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 04 de novembro de 2019.  
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2019

Publicação Nº 2215422

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 160/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2019

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 19 de novembro de 2019, às 16 horas, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MATERIAIS DIVERSOS PARA ATENDER À DEMANDA DAS SECRETARIAS, FUNDOS E AUTARQUIAS MUNICIPAIS DE CAMPOS NOVOS - SC.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 08h15min às 11h15min diariamente e das 13h15min às 17h00min diariamente.

Campos Novos, 04 de novembro de 2019.  
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
PREFEITO MUNICIPAL

**ATA DE RG 04/2019 - SOCIAL - CESTAS BÁSICAS**

Publicação Nº 2215831

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/8

**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS****Processo Nº.: 16/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2019**

No dia 4 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.850.671/0001-04, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 8/2019, Processo Licitatório nº. 16/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS - SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6660	AIRTON SILVA DA MOTTA	
6776	CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	
6621	ENIO DELAZERI EIRELI	
6159	MERCADO JULIANO LTDA	
6985	PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AIRTON SILVA DA MOTTA	13.467.809/0001-70	AIRTON SILVA DA MOTTA	947.328.769-00
CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	26.556.616/0001-37		
ENIO DELAZERI EIRELI	07.383.088/0001-17	ENIO DELAZERI	453.533.100-63
MERCADO JULIANO LTDA	81.631.939/0001-56	RAFAEL MAURÍCIO RECALCATTI	042.636.929-77
PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI	24.170.620/0001-37	RAFAEL DE LARA	096.629.339-80

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS - SC  
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6985 - PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ACHOCOLATADO EM PÓ VITAMINADO INSTANTÂNEO. ASPECTO:PÓ HOMOGENEO, COR PRÓPRIO DO TIPO, CHEIRO CARCTERÍSTICO E SABOR DOCE, PRÓPRIO. ISENTO DE FARINHA, SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, OBTIDO DA MISTURA DE CACAU EM PÓ, LEITE EM PÓ VITAMINAS E MINERAIS E AROMA NATURAL DE CHOCOLATEM LIVRE DE GORDURAS TRANS, EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 1 KG INTEGRA, SEM ABERTURAS, CONTENDO INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	UN	3400BELA	900,000	5,9545	5.359,09

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/8

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2019

**Fornecedor: 6985 - PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	AÇÚCAR REFINADO – produto processado da cana-de-açúcar com moagem refinada. Não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, peso insatisfatório; embalagem: em polietileno leitoso ou transparente, atóxica, deve estar intacta, em pacotes de 5 kg. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	UN	1291ALTOALE	1.400,000	11,5619	16.186,66
3	ARROZ PARBOLIZADO: CLASSE: LONGO FINO-TIPO 1.0 PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR GRÃOS DISFORMES. EMBALAGEM INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE ATÉ 5KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA DO PRODUTO.	PCT	1260MINUTIN	1.400,000	12,3856	17.339,84
4	BISCOITO DOCE TIPO "MARIA", (EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 200 GRAMAS).	UN	2131PRODAS	900,000	3,3842	3.045,78
5	BOLACHA ÁGUA E SAL (EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 200 GRAMAS)	UN	2092PRODAS	900,000	3,6323	3.269,07
6	CAFÉ TORRADO E MOÍDO: DE BOA QUALIDADE, EMBALADO A VÁCUO, EM PACOTES DE 500G. CONTENDO NO MÁXIMO 1% DE IMPUREZAS, EMBALAGEM SECUNDÁRIA INTACTA, APRESENTANDO SELO DE PUREZA.	UN	2008CACULA	900,000	6,9471	6.252,39
7	DOCE DE LEITE, CONTENDO, AÇÚCAR, XAROPE DE GLICOSE AMIDO DE MILHO, ANTIUMECTANTE E ESTABILIZANTE, BICARBONATO DE SÓDIO CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO REGULADOR DE ACIDEZ CITRATO TRISSÓDICO DIHIDRATADO EMBALAGEM DE 400 GR	UN	3126DOCITO	900,000	3,1758	2.858,22
8	FARINHA DE MILHO ALTA QUALIDADE 1 KG.	UN	5588NUTRIMI	2.800,000	1,7368	4.863,04
9	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL para uso caseiro, branca, com glúten, sem conservantes ou aditivo (embalado em pacote hermético de 5kg)	UN	2877GARDEN	1.400,000	8,8625	12.407,50
10	FEIJÃO PRETO: TIPO 1.- DA ÚLTIMA SAFRA, OS GRÃOS DEVEM SER LIMPOS, ISENTOS DE MATÉRIA TERROSA, PARASITOS E DETRITOS ANIMAIS E VEGETAIS, EMBALAGEM 1KG. PACOTES PLÁSTICOS TRANSPARENTES. DEVERÁ CONSTAR NO RÓTULO REGISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	UN	2127BELA	2.800,000	3,9896	11.170,88
11	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO: EMBALAGEM 100G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES APÓS A DATA DE ENTREGA.	UN	1112APTI	900,000	1,9154	1.723,86
12	LEITE EM PÓ INTEGRAL EMBALAGEM 500 GR	UN	3092BELAC	2.800,000	9,2694	25.954,32
13	MACARRÃO COM OVOS TIPO ESPAGUETE EMB. DE 500 GRAMAS.	UN	1290QDELICI	2.800,000	1,8162	5.085,36
14	MISTURA PARA BOLO CHOCOLATE EMBALAGEM 400 GRAMAS	UN	LÉO	900,000	2,0345	1.831,05
15	ÓLEO DE SOJA REFINADO embalagem de 900 ml, cor própria, transparente, refinado, sem odor ou sabor estranho, de 900ml – Validade mínima de 12 meses.	UN	1685COCAMA	1.400,000	3,6621	5.126,94
16	SAL refinado, iodado, 1ª qualidade, não deve apresentar sujidades, misturas inadequada ao produto. Embalagem: deve estar intacta, acondicionado em pacotes de polietileno transparente, termossoldada, atóxica, com capacidade de 1 kg. Prazo de validade mínimo 12 meses a contar a partir da data de entrega.	UN	GARCA	500,000	1,0520	526,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 3/8

**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS****Processo Nº.: 16/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2019**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 4/8

**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS****Processo Nº.: 16/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2019****CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 5/8

**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS****Processo Nº.: 16/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2019****CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/8  
Processo Nº.: 16/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/8  
Processo Nº.: 16/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2019

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não manter a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 4 de Novembro de 2019.

\_\_\_\_\_  
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

AIRTON SILVA DA MOTTA	CNPJ: 13.467.809/0001-70	_____
CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	CNPJ: 26.556.616/0001-37	_____
ENIO DELAZERI EIRELI	CNPJ: 07.383.088/0001-17	_____



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 8/8

**FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS****Processo Nº.: 16/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2019**

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 4 de Novembro de 2019.

\_\_\_\_\_  
**SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

MERCADO JULIANO LTDA

CNPJ: 81.631.939/0001-56 \_\_\_\_\_

PARANÁ FOODS COMÉRCIO EIRELI

CNPJ: 24.170.620/0001-37 \_\_\_\_\_

# Canoinhas

## PREFEITURA

### ANÁLISE DE RECURSO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2019 EMPRESA E C EMPREENDIMENTOS

Publicação Nº 2215687

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2019

Recorrente: EC EMPREENDIMENTOS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.352.152/0001-23, com sede na Rua General Potiguara, 2500, bairro Fazendinha, Curitiba/PR, CEP 81330-320, na pessoa de seu representante legal.

#### RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto pela recorrente EC EMPREENDIMENTOS LTDA EPP contra a decisão administrativa que impôs a aplicação das penalidades de multa administrativa no patamar de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato bem como a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública local pelo prazo de 6 (seis) meses. A recorrente objetiva a exclusão das penalidades aplicadas, argumentando, para tanto, que o registro de preço não resulta diretamente na celebração de um contrato, bem como que a administração pública poderia contratar através de outros meios e com outros fornecedores. Alternativamente, requer a atenuação das penas aplicadas, diante da desproporcionalidade das sanções.

#### DA ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A decisão recorrida foi proferida em 23 de agosto de 2019, sendo a recorrente notificada em 22 de outubro de 2019, consoante cópia do e-mail anexado ao presente processo administrativo.

O art. 109, inciso I, alíneas "e" e "f", da Lei Federal nº. 8.666/93, dispõe que, dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei de Licitações cabe recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

O presente recurso foi recebido em 29 de outubro de 2019, portanto, dentro do prazo legal, evidenciando-se a sua tempestividade.

#### DO MÉRITO

Analisando as razões apresentadas no processo, verifico que assiste razão parcial à Recorrente.

Como bem destacado pela própria Recorrente, a Ata de Registro de Preços não se confunde com o Contrato Administrativo. A ata é um documento onde se formaliza a vinculação do licitante ao preço estipulado e demais condições de fornecimento, o que gerará futuras contratações. Já o contrato é o instrumento pelo qual são firmadas as obrigações entre a Administração e o licitante.

Maria Sylvia Di Pietro escreve sobre o Sistema de Registro de Preços:

"Resumidamente, pode-se dizer que no SRP o procedimento é o seguinte: o órgão gerenciador divulga sua intenção de efetuar o registro de preços; os órgãos participantes manifestam sua concordância, indicando sua estimativa de demanda e cronograma de contratações; o órgão gerenciador consolida tais informações; o mesmo órgão gerenciador faz pesquisa de mercado para verificação do valor estimado da licitação; a seguir, realiza o procedimento licitatório, na modalidade de concorrência ou pregão; terminada a licitação, o órgão gerenciador elabora a ata de registro de preços e convoca os fornecedores classificados para assiná-la, ficando os mesmos obrigados a firmar o instrumento de contratação". (grifo nosso)

Sobre a Ata de Registro de Preços explica a autora:

"A ata é documento vinculativo, porque obriga os licitantes ao fornecimento de bens ou à prestação de serviço, conforme o caso, observados os preços, quantidades e demais condições previstas no instrumento convocatório; em caso de descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais pelo fornecedor, cabe ao próprio órgão participante, em relação a suas contratações, aplicar as penalidades cabíveis, observando o direito de defesa e o contraditório (art. 6º, parágrafo único, do Regulamento) [...]". (grifo nosso)

Percebe-se, portanto, que ao se sujeitar às condições impostas no processo licitatório, a notificada ficou vinculada aos termos da Ata de Registro de Preços a qual assinou, bem como obrigada a firmar posterior contrato quando fosse demandada pela Administração Pública. Ressalta-se que, embora o ente público não possa obrigar o licitante a contratar, este fica sujeito às penalidades administrativas decorrentes de sua recusa injustificada.

Aliás, conforme já exposto na decisão proferida anteriormente, nos termos do art. 81 da Lei nº. 8.666/93, a recusa injustificada do licitante em assinar o contrato caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades estabelecidas.

Novamente, frise-se que a empresa não apresentou qualquer justificativa plausível para a recusa em assinar o contrato, e, portanto, as

penalidades impostas são plenamente cabíveis.

Por outro lado, embora a atitude da notificada tenha causado o atraso na execução do objeto licitado e transtornos ao Município, não houve prejuízos graves às atividades administrativas e ao interesse público. Assim, considerando que não há notícias de outras faltas praticadas pela Notificada, e diante dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como dos itens 16.5 e 16.6 do Edital de Concorrência Pública nº. PMC 15/2018, mantenho a penalidade de multa, porém, reduzo a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública local para o prazo de 3 (três) meses.

#### DECISÃO

Diante do exposto, dou parcial provimento ao recurso administrativo interposto por EC EMPREENDIMENTOS LTDA EPP para o fim de:

- manter a penalidade de multa;
- reduzir a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública local para o prazo de 3 (três) meses.

Canoinhas, 31 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO Nº 007/SMS/2019

Publicação Nº 2215681

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 007/SMS/2019

O Prefeito Municipal de Canoinhas-SC, torna público que se encontram abertas as inscrições ao Processo Seletivo para Contratação Temporária de profissionais que irão atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.528/2015.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Compreende-se como Processo Seletivo Simplificado: a inscrição, a classificação, e a contratação para o exercício temporário das atribuições do cargo.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado será realizado por intermédio de Comissão designada por Portaria Específica.

1.3. Durante toda a realização deste Processo Seletivo Simplificado serão prestigiados, sem prejuízos de outros, os princípios estabelecidos no Art. 37, "caput" da Constituição Federal.

#### 2. DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

2.1. O número de vagas a serem preenchidas através deste Processo Seletivo compreende:

Nº de Vagas	Função	Requisitos	Remuneração	Carga Horária Semanal	Tipo de Prova
01	Médico - ESF	Curso superior em Medicina e respectivo registro no Conselho Profissional	R\$ 13.758,26	40h	Títulos; Análise Curricular.
01	Médico	- Graduação em Medicina; Registro no CRM/SC	R\$ 3.323,13	10h	Títulos; Análise Curricular.
01	Técnico em Higiene Dental	- Ensino médio completo, curso de nível técnico em Saúde Bucal e registro no respectivo Conselho Profissional.	R\$ 2.262,18	40h	Títulos; Análise Curricular.

#### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão realizadas no período de 06 a 14 de novembro de 2019, das 08:00 às 12:00 na Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Felipe Schmidt nº 10 – Centro, Canoinhas/SC ou por meio eletrônico através do link

3.2. As inscrições serão requeridas através do preenchimento do formulário disponibilizado por meio eletrônico através do link informado no item 3.1, ou através do preenchimento da Ficha de Inscrição/Curriculum Vitae constante do Anexo I deste Edital, que deverá ser preenchida de forma clara, com letra legível, não podendo haver rasuras ou emendas, nem omissão de dados solicitados.

3.3. O preenchimento da Ficha de Inscrição/Curriculum Vitae de forma incompleta, ilegível ou incorreta, implicará a eliminação do candidato do Processo Seletivo.

3.4. Juntamente com a Ficha de Inscrição/Curriculum Vitae, no ato da inscrição o candidato deverá apresentar: documento de identificação (RG e CPF), comprovante da graduação e ou registro exigidos para o cargo, acompanhados das respectivas cópias, bem como deverá apresentar cópia da documentação para comprovação dos títulos, experiência profissional e participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios, conforme critérios estabelecidos neste edital.

3.4.1. No caso de inscrição via internet, o candidato deverá entregar pessoalmente ou enviar via Agência dos Correios, através de correspondência com Aviso de Recebimento (AR), cópias autenticadas dos seguintes documentos: documento de identificação (RG e CPF), comprovante da graduação e registro exigidos para o cargo, documentação para comprovação dos títulos, experiência profissional e participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios, conforme critérios estabelecidos neste edital.

3.4.2. Os documentos relacionados do Item 3.4.1 devem ser entregues ou endereçados à Secretaria Municipal de Saúde de Canoinhas – Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 007/SMS/2019 – Rua Felipe Schmidt, 10 – Centro – CEP 89460-090, os quais deverão ser recebidos impreterivelmente até às 12:00 do dia 14 de novembro de 2019, período que encerram-se as inscrições.

3.5. O requerimento de inscrição e apresentação dos documentos poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou através de procurador com poderes específicos, mediante a apresentação do respectivo mandato procuratório, com firma do outorgante devidamente reconhecida por Tabelião, acompanhado de cópia de documento oficial de identidade do procurador, autenticada em Cartório.

3.6. As inscrições serão gratuitas.

3.7. No ato da inscrição será entregue ao candidato, comprovante de requerimento de inscrição.

3.8. O candidato somente será considerado inscrito neste Processo Seletivo Simplificado, após ter cumprido todas as instruções descritas neste Edital.

3.9. As informações prestadas na Ficha de Inscrição/Curriculum Vitae serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo a Comissão Organizadora excluí-lo deste Processo Seletivo se o preenchimento for feito com dados incorretos, bem como, se constatado posteriormente serem inverídicas as referidas informações.

3.10. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições e/ou entrega de documentos.

3.11. Havendo inscrições indeferidas é facultado ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, no prazo de dois dias úteis após a publicação das relações das inscrições deferidas.

#### 4. DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. Ter idade mínima de 18 anos;

4.2. Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino);

4.3. No ato da contratação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação, além dos já apresentados para a inscrição:

4.3.1. Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

4.3.2. Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

4.3.3. Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

4.3.4. Cédula de Identidade (RG);

4.3.5. CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);

4.3.6. Comprovante de regularidade de inscrição no CPF;

4.3.7. Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;

4.3.8. Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;

4.3.9. Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;

4.3.10. Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;

4.3.11. Número de inscrição no PIS/PASEP;

4.3.12. Fotografia 3X4 recente;

4.3.13. Comprovante de residência atual;

4.3.14. Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

4.3.15. Certidão de Antecedentes Criminais junto ao TJSC;

4.4.16. Exame médico admissional.

4.4. O prazo de vigência da contratação será de até 06 (seis) meses, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 5.528/2015.

#### 5. DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO CURRICULAR E DOS TÍTULOS

5.1. A avaliação consistirá na Análise Curricular e de Títulos, com pontuação máxima de 10 (dez) pontos.

5.2. No processo de análise e avaliação curricular e dos títulos serão observadas, para fins de classificação, a formação escolar ou acadêmica, a experiência profissional na área para a qual concorre, a participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios, com as respectivas cargas horárias e conteúdos na área de habilitação ao cargo pretendido, com certificados expedidos por Instituição devidamente autorizada, sendo que a pontuação do candidato será estabelecida conforme os critérios da tabela abaixo:

TÍTULOS	
Título	Pontuação por Certificado
Certificado de Conclusão de Curso de Graduação em área diversa da exigida como requisito para o cargo.	0,25
Certificado de Conclusão de Curso de Pós Graduação em nível de Especialização, na área de conhecimento do Processo Seletivo ou em áreas afins, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.	0,50

Certificado de Conclusão de Curso de Pós Graduação em nível de Mestrado, na área de conhecimento do Processo Seletivo ou em áreas afins.	0,75
Certificado de Conclusão de Curso de Pós Graduação em nível de Doutorado, na área de conhecimento do Processo Seletivo ou em áreas afins.	1,00
Pontuação máxima por títulos	2,00
<b>PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E SIMPÓSIOS</b>	
Certificados	Pontuação por Certificado
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária de no mínimo 08 (oito) até o máximo de 20 (vinte) horas.	0,10
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 20 (vinte) até o máximo de 40 (quarenta) horas.	0,20
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 40 (quarenta) até o máximo de 80 (oitenta) horas.	0,30
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 80 (oitenta) até o máximo de 120 (cento e vinte) horas.	0,40
Certificado de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio, na área de atuação, com carga horária superior a 120 (cento e vinte) horas.	0,50
Pontuação máxima por participação em cursos, congressos, conferências, seminários e simpósios	3,00
<b>EXERCÍCIO PROFISSIONAL COMPROVADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO</b>	
Exercício profissional na área para a qual concorre.	01 (um) ponto para cada 06 (seis) meses completos, não sendo considerada a fração de períodos menores.
Pontuação máxima para experiência profissional comprovada na área de atuação	5,00
<b>PONTUAÇÃO MÁXIMA TOTAL</b>	<b>10 (dez) pontos</b>

5.3. Só serão considerados e pontuados os certificados, declarações e/ou certidões devidamente discriminados na Ficha de Inscrição/Curriculum Vitae, devendo o candidato entregar cópia dos documentos que comprovem a realização dos mesmos no prazo estipulado.

5.4. Para comprovação dos títulos, o candidato deverá apresentar, no momento da inscrição, a documentação pertinente em cópias autenticadas em cartório, ou ainda, em caso de inscrição presencial, cópias simples acompanhadas do original para verificação.

5.5. As informações prestadas e/ou não comprovadas de forma devida não serão computadas para fins de pontuação.

5.6. Não serão considerados na pontuação documentos ilegíveis ou incompletos.

5.7. Os Certificados de participação em curso, congresso, conferência, seminário ou simpósio que não constarem a carga horária não serão pontuados;

5.8 Não serão pontuados certificados e declarações de estágios.

5.9. A comprovação da experiência de trabalho se dará: pela apresentação de cópia da CTPS, página de identificação e contrato de trabalho (com início e fim); pela apresentação de declaração expedida pelo Setor de Recursos Humanos do Órgão Público onde trabalhou, com informação acerca das atividades desenvolvidas e respectivo período e/ou Portarias de Nomeações e Exonerações.

5.10 No caso de experiência profissional comprovada em dois locais diferentes em período concomitante, será considerado somente um dos vínculos para fins de tempo de experiência na área de atuação;

5.11. Cada certificado será pontuado uma única vez e para um único critério.

5.12. Os comprovantes de escolaridade e formação que constam como requisitos obrigatórios para o cargo, relacionados no item 2.1, não serão computados ou considerados na fase de Análise Curricular e Títulos, por se tratar de requisito de ingresso.

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO, RECURSOS E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

6.1. O Resultado Classificatório do Processo Seletivo Simplificado será a soma dos pontos obtidos no processo de análise e avaliação curricular e dos títulos, conforme os critérios de pontuação estabelecidos na tabela do item 5.2.

6.2. Os candidatos serão classificados de acordo com a pontuação obtida na ordem decrescente de pontos obtidos.

6.3. Será desclassificado o candidato que não obtiver pontuação mínima de 01 (um) ponto.

6.4. Ocorrendo empate, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

a) O candidato com maior tempo de experiência profissional comprovada;

b) O candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

6.5. No caso do candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme artigo 27, parágrafo único da Lei nº. 10.741/03 – Estatuto do Idoso, o primeiro critério de desempate será a maior idade, seguido pelo maior tempo de experiência profissional.

6.6. O candidato poderá interpor recurso, mediante documento escrito e protocolado junto à Comissão do Processo Seletivo, na Secretaria Municipal de Saúde, no prazo máximo de 48 horas, contados a partir do primeiro dia útil da divulgação do resultado preliminar da seleção, no horário das 8hs às 12hs, anexando a documentação comprobatória.

6.6.1. Caberá a Comissão proceder à análise e julgamento do mesmo no prazo de 48 horas.

6.6.2. Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, a Comissão encaminhará o resultado do Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito Municipal para homologação.

6.7. A classificação dos candidatos será válida enquanto prevalecer a situação de necessidade excepcional e temporária de interesse público, limitado ao prazo de vigência deste certame.

6.8. A convocação do primeiro candidato classificado será realizada pessoalmente ou por telefone, meio eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado;

6.9. Não comparecendo o candidato convocado ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação, serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem de classificação.

## 7. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

7.1 Médico Generalista – ESF – 40h: Realizar consultas clínicas na área adstrita; Executar ações de assistência integral às crianças, adolescentes, adultos e idosos; Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde e quando necessário no domicílio; Realizar atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias de intervenção na atenção básica definidas na NOAS; Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; Fomentar criação de grupos de patologias específicas; Realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; Encaminhar aos serviços de maior complexidade, garantindo à continuidade do tratamento na Unidade de Saúde da Família, por meio do sistema de referência a contrarreferência; Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Indicar internação hospitalar perante avaliação; Solicitar exames complementares; Atestar óbitos; Identificar os problemas e os fatores de risco aos quais a população adstrita está exposta; Participar junto à equipe na elaboração das ações para a promoção da saúde, prevenção de doenças e reabilitação; Valorizar a relação médico-paciente e médico - família a fim de criar vínculo, afeto e respeito; Prestar assistência integral ao indivíduo sob sua responsabilidade; Conhecer a realidade das famílias pelas quais é responsável, em relação aos fatores sociais, culturais, religiosos, econômicos, demográficos e epidemiológicos; Participar junto à equipe nos procedimentos de vigilância à saúde e vigilância epidemiológica; Discutir com a comunidade e com a equipe sobre o conceito de cidadania, enfatizando os direitos à saúde e as bases legais; Participar do processo de programação, planejamento das ações e organização do processo de trabalho das Unidades de Saúde da Família; Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, diabéticos, saúde mental, entre outros; Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

7.2 Médico – 10h: Prestar atividades de assistência integral ao cidadão, efetuando exames médicos, diagnóstico, prescrevendo medicamentos e aplicando recursos de medicina preventiva e/ou terapêutica para promover a saúde e bem estar ao paciente, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área, como realizar exames médicos, solicitar exames complementares ao diagnóstico, encaminhamentos para internação ou transferência para especialidade, emitir diagnósticos, prescrever e ministrar tratamentos para as diversas doenças, perturbações e lesões do organismo humano; definir instruções; emitir laudos e pareceres; aplicar as leis e regulamentos da saúde pública; desenvolver ações de saúde coletiva; participar de processos educativos, de ensino, pesquisa e de vigilância em saúde.

7.3 Técnico em Higiene Dental – 40h: Sob a supervisão do cirurgião-dentista, realizar as seguintes atividades: participar do treinamento e capacitação de Auxiliar em Saúde Bucal e de agentes multiplicadores das ações de promoção à saúde; participar das ações educativas atuando na promoção da saúde e na prevenção das doenças bucais; participar na realização de levantamentos e estudos epidemiológicos, exceto na categoria de examinador; ensinar técnicas de higiene bucal e realizar a prevenção das doenças bucais por meio da aplicação tópica do flúor, conforme orientação do cirurgião-dentista; fazer a remoção do biofilme, de acordo com a indicação técnica definida pelo cirurgião-dentista; supervisionar, sob delegação do cirurgião-dentista, o trabalho dos auxiliares de saúde bucal; realizar fotografias e tomadas de uso odontológicos; inserir e distribuir no preparo cavitário materiais odontológicos na restauração dentária direta, vedado o uso de materiais e instrumentos não indicados pelo cirurgião-dentista; proceder à limpeza e à anti-sepsia do campo operatório, antes e após atos cirúrgicos; remover suturas; aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos; realizar isolamento do campo operatório; instrumentar o cirurgião-dentista; credenciado a compor a equipe de saúde, desenvolver atividades auxiliares em Odontologia e colaborar em pesquisas; organizar e executar atividades de higiene bucal; processar filme radiográfico; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas; manipular materiais de uso odontológico; selecionar moldeiras; preparar modelos em gesso; registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal; executar limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho; realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal; desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários; realizar em equipe levantamento de necessidades em saúde bucal; adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção, entre outras atinentes ao cargo.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 A inscrição do candidato importará na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, bem como das normas e procedimentos que venham a ser editadas e publicadas durante a preparação e execução do certame.

8.2. O candidato que fizer sua declaração falsa ou inexata e que não satisfizer as condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.3. O candidato aprovado deverá manter atualizado o seu endereço.

8.4. A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no programa/cargo especificado neste Edital.

8.5. Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente neste Edital, conforme dispuser a legislação local.

8.6 O presente processo seletivo terá vigência de um ano, contado de sua publicação do presente Edital no Diário Oficial.

8.7. Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

Canoinhas, 4 de novembro de 2019

GILBERTO DOS PASSOS

PREFEITO ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO/CURRICULUM VITAE

### FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome do(a) Candidato(a): \_\_\_\_\_

Número do CPF: \_\_\_\_\_ Número do RG: \_\_\_\_\_

Cargo pretendido: \_\_\_\_\_ Número de filhos: \_\_\_\_\_



Endereço: \_\_\_\_\_ Número: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_  
 Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
 Telefone fixo: \_\_\_\_\_ Telefone celular: \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_

## CURRICULUM VITAE

## TÍTULOS

Título/Instituição	

## PARTICIPAÇÃO EM CURSOS, CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS E SIMPÓSIOS

Certificado	Carga Horária	

## EXERCÍCIO PROFISSIONAL COMPROVADO NA ÁREA DE ATUAÇÃO

Empresa/Órgão/Instituição	Tempo em Meses	

## ASSINATURA DO CANDIDATO

**LEI Nº 6.440 DE 31/10/2019**

Publicação Nº 2215691

LEI Nº 6.440 DE 31/10/2019

## “DENOMINA VIA PÚBLICA DE MIGUEL GUTTERVILL”

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

## LEI

Art. 1º - Fica denominada de Rua Miguel Guttervill, a via pública que tem início no lado direito da Av. dos Expedicionários, paralela com a Rua Júlio Budant Neto até se encontrar com a Rua Nair Mafalda Bertão Zaniolo, situada Bairro Campo da Água Verde.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/10/2019.

**LEI Nº 6.441 DE 31/10/2019**

Publicação Nº 2215694

LEI Nº 6.441 DE 31/10/2019

**"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.769, DE 22/11/2004"**

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

**LEI**

Art. 1º - Fica alterado o caput Art. 16 da Lei Municipal nº 3.769, de 22/11/2004 que "Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, cria o Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências", passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 16 As organizações de assistência social, pública ou privadas, bem como toda e qualquer entidade, com ou sem caráter assistencial que venham a realizar projetos sociais na área do idoso, deverão inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/10/2019.

**PUBLICAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 121/2019 (ELETRÔNICO)**

Publicação Nº 2215002

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 121/2019 (ELETRÔNICO)  
ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 18/11/2019, ficando estipulado os seguintes horários: às 14h00min (entrega) e 15h00min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO PREGÃO Nº PMC 155/2018 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 2215443

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 213/2018  
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 155/2018

REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO DIESEL S-10, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS DA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de seu Prefeito, torna público o realinhamento do valor do Item: 01) ÓLEO DIESEL S-10, que passa de R\$ 3,05 o litro para o valor de R\$ 3,12 o litro (fornecedor: AGRICOPEL COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA). O realinhamento foi solicitado pela empresa. A documentação para a concessão do reequilíbrio econômico financeiro encontra-se apenas ao Processo, disponível aos interessados.

Gilberto dos Passos

Prefeito



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 54/2019 - AVERBAÇÃO**

Publicação Nº 2215925

PORTARIA Nº 54/2019

**AVERBAÇÃO**

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e artigo 8ª inciso XV da Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001 que dispõem sobre o Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Considerando o disposto no artigo 79 da Lei Complementar nº 54/2016, que institui o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Canoinhas;

**RESOLVE**

Art. 1º - Considera-se cumprido o prazo estabelecido no artigo 14, parágrafo primeiro da Lei nº 42/2013, relativamente a servidora Morgana D. Lessak, que ocupa o cargo de Contadora com função gratificada de coordenadora contábil.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 31 de outubro de 2019.

Célio Galeski  
Presidente

Telma Bley Coronel Mario  
1ª Secretária 2º Secretário

**PORTARIA Nº 55/2019 - CONCEDE TRIÊNIOS**

Publicação Nº 2215930

PORTARIA Nº 55/2019

**CONCEDE TRIÊNIO**

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

Considerando a Lei Complementar nº 070/2019, que Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais.

**RESOLVE**

Art. 1º - Considerando o artigo 63 da Lei Complementar nº 070/2019, fica concedido adicional correspondente a 6% (seis) por cento do vencimento do cargo efetivo, aos seguintes funcionários efetivos; Camila Maiorki Salomon, Daniel Carvalho, Diego Rafael Alves, Jaqueline de Fátima Navarro, Jaqueline Wrublewski, Marcio Juliano Seleme, Marlene Emmer Ferreira, Morgana D. Lessak, Ricardo Beninca;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de outubro de 2019.

REGISTRA-SE.  
PUBLIQUE-SE.  
CUMPRA-SE.

Célio Galeski  
Presidente

Telma Bley Coronel Mario 1º Secretária 2º Secretário

# Capinzal

## PREFEITURA

### CIALAR PROCESSO LICITATÓRIO 0008/2019 PREGÃO PRESENCIAL 0004/2019

Publicação Nº 2215343

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0008/2019  
Pregão Presencial Nº 0004/2019

OBJETO: Registro de Preço para possível a aquisição de produtos de higiene e alimentação para crianças e adolescentes acolhidas no CIALAR. Com Recursos Próprios.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO dos interessados protocolo até às 08h25min do dia 18/11/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 18/11/2019 às 08h30min.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Item

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócoli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8739 e 3555-8716 ou pelo e-mail [licitacoes@capinzal.sc.gov.br](mailto:licitacoes@capinzal.sc.gov.br).

Capinzal, 05 de Novembro de 2019.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Presidente

Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar

### DECRETO Nº 104/2019

Publicação Nº 2215832

DECRETO No 104, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera Decreto no 001, de 2 de janeiro de 2019, que designa Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, usando da atribuição privativa que lhe confere o art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei no 8.666/93, que institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública,

#### DECRETA:

Art.1º Fica alterada a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Capinzal, sob a presidência do primeiro, até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2019, na forma a seguir especificada:

#### I - Membros efetivos:

- a) Daiane Toscan Helt;
- b) Marisa Aparecida Bonato Zocoli;
- c) Elaine Fátima Gotardo

#### II - Membros Suplentes:

- a) Thays Inara Bonissoni Almeida;
- b) Ana Paula Enderle;
- c) Leda Mara Poggere.

Art. 2º A Comissão Permanente de licitações reunir-se-á sempre que houver procedimentos relativos a licitações e deverá proceder em conformidade com a regulamentação exigida na Lei, salvo quando designada Comissão Especial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 4 de novembro de 2019.  
NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

**PMC CONTRATO 0306/2019**

Publicação Nº 2215075

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0306/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada....: HIDRAOURO SOLUCOES EM INSTALACOES HIDRAULICAS LTDA

Valor ..... : 194.980,99 (cento e noventa e quatro mil novecentos e oitenta reais e noventa e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 04/11/2019 Término: 04/08/2020

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0017/2019 Processo\_Licitatório....: 0149 / 2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada na execução de pintura na Escola Municipal Dr. Wilson Pedro Kleinubing, e especializada no ramo de construção civil para execução de cobertura do pátio central da Escola Ivo Silveira, conforme especificações dos projetos e memoriais descritivos. Com Recursos Próprios e Salário Educação

Capinzal, 4 de Novembro de 2019

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0177/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0043/2019**

Publicação Nº 2215452

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAPINZAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0177/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0043/2019

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

OBJETO: Contratação do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ 12.075.748/0001-32, para o fornecimento de luminárias LED para o sistema de Iluminação Pública da Avenida XV de Novembro e "Serra - Acesso Cidade Alta" do município de Capinzal/SC. Com Recursos Próprios COSIP.

VALOR DA DESPESA: R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais)

PREVISÃO LEGAL: Inciso XXVI, do art. 24, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, através da Secretaria da Administração e Finanças, representada por seu Secretário Ivair Lopes Rodrigues, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no inciso II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, torna público o Procedimento de Dispensa de Licitação, segundo as considerações e termos que seguem:

Trata-se de requerimento para formalização da contratação entre o Município de Capinzal e o Consórcio Interfederativo Catarinense – CINCATARINA, para repasse de recursos financeiros para pagamento de materiais e serviços elétricos.

O município faz parte do CINCATARINA através da Lei Municipal n. 3.289/2018 o protocolo de intenções foi ratificado, sem qualquer ressalva. O Consórcio Intermunicipal Catarinense – CINCATARINA é um Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12º Andar, Sala 1205, Bairro Canto, Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800, e o 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional, encontra-se estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina.

O CINCATARINA tem por objetivo a união dos municípios do Estado de Santa Catarina para o Desenvolvimento Regional.

Através do consórcio é possível fazer economia para os cofres públicos e tornar a gestão pública mais eficiente através de soluções conjuntas.

O protocolo de intenções, o contrato de consórcio público e o estatuto do CINCATARINA estão de acordo com as disposições legais (Lei 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/07).

A licitação poderá ser dispensada, nos termos do artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal 8.666/93, incluído pela Lei Federal 11.107/05: Por fim, o CINCATARINA está em dia com a regularidade fiscal e trabalhista, conforme Certidões Negativas anexas.

Capinzal-SC, 04 de Novembro de 2019.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário de Administração e Finanças

## **PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0178/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO 0044/2019**

Publicação Nº 2215441

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPINZAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0178/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0044/2019  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**OBJETO:** Contratação do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, para prestação de serviço de elaboração do sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários da Localidade de Vista Alegre. Com Recursos Próprios.

**VALOR DA DESPESA:** R\$ 9.120,00 (Nove mil cento e vinte reais)

**PREVISÃO LEGAL:** Inciso XXVI, do art. 24, da Lei 8.666/93.

**JUSTIFICATIVA:** Trata-se de requerimento para formalização da contratação direta entre o Município de Capinzal e o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, para repasse de recursos financeiros para pagamento de serviços técnicos.

Os serviços são realizados por profissionais de nível superior que integram o quadro técnico do CINCATARINA. Esses profissionais possuem habilitação para atender as demandas municipais nos segmentos de planejamento urbano, estudos ambientais, estudos sanitários entre outros.

Os trabalhos executados por horas técnicas através de profissionais habilitados, que servem para auxiliar os municípios consorciados nas suas atividades diárias e futuras, focado no planejamento, gerenciamento, execução e monitoramento de ações. As atividades preconizam a economia, analisando o cenário atual e projetando novos cenários para a melhoria do serviço, redução de seu custo e ou aumentando sua eficiência.

O CINCATARINA conta com uma equipe multidisciplinar elaborando diversos estudos nos municípios consorciados, composta por profissionais com as seguintes formações: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Contabilidade, Direito, Engenharia Ambiental, Engenharia Elétrica, Engenharia Florestal, Engenharia Sanitária e Ambiental, Farmácia e Geologia.

As ações executadas estão previstas no Protocolo de Intenções do CIMNATARINA, que foi integralmente ratificado pelo município através da Lei Municipal 3289/2018, sem qualquer ressalva.

O Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA é um Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto, Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800, e o 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional, encontra-se estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina.

A contratação direta do CINCATARINA deverá ser celebrada por dispensa de licitação, com ente consorciado, nos termos do artigo 24, XXVI, da Lei Federal n. 8666/93 c/c artigo 2º, § 1º, inciso III e artigo 17, ambos da Lei Federal n. 11.107/05, artigo 18, do Decreto Federal n. 6.017/07 e art. 5º, §2º da Portaria STN n. 274/16.

A execução dos serviços será mediante o regime de empreitada por preço unitário.

Na empreitada por preço unitário o preço é fixado por unidade determinada (hora técnica por profissional) e os pagamentos corresponderão à medição dos serviços efetivamente executados.

No contrato das horas deverá estar previsto os quantitativos estimados e o custo total da contratação, para fins orçamentários e de prevenção quanto à responsabilidade fiscal.

A execução das horas se dará de acordo com a necessidade do município, com a realização de medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os correspondentes valores devidos pelo município ao CINCATARINA. Os ajustes necessários para adequação dos quantitativos (ampliação dos valores ou redução de horas), serão feitos através de termo aditivo.

O protocolo de intenções, o contrato de consórcio público e o estatuto do CINCATARINA estão de acordo com as disposições legais (Lei 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/07).

Por fim, o CINCATARINA está em dia com a regularidade fiscal e trabalhista, conforme consulta das Certidões Negativas.

Capinzal-SC, 04 de Novembro de 2019.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário de Administração e Finanças

**TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 057/2017 - EVELINI ZENI DE MATOS**

Publicação Nº 2214694

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL 057/2017

Nome: EVELINI ZENI DE MATOS  
Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos da Secretaria da Administração e Finanças, Sr<sup>a</sup>. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, perante Vossa Senhoria, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá cumprir os requisitos básicos para nomeação, conforme o disposto no item 2 do Concurso Público originado pelo Edital 057/2017 devendo apresentar na Diretoria de Recursos Humanos num prazo de até 30 (trinta) dias, a partir do recebimento deste, cópia dos seguintes documentos:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares, este último em caso de candidato do sexo masculino, com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor, do comprovante de votação da última eleição; e do comprovante de quitação com o serviço militar;
- b) Habilitação para o cargo conforme exigido nos termos da tabela de cargos do inciso 1;
- c) RG;
- d) CPF;
- e) Certidão de Casamento ou Nascimento;
- f) Certidão de Nascimento de Filhos;
- g) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) com número do PIS/PASEP;
- h) Comprovante de residência;
- i) Uma (01) foto 3x4 colorida recente;
- j) Certidão de antecedentes criminais emitida pelo TJSC.

O candidato deverá também retirar as seguintes declarações na Diretoria de Recursos Humanos:

- 1. Declaração para abertura de conta para recebimento de salário;
- 2. Declaração de Bens atualizada com firma reconhecida em cartório;
- 3. Declaração de cargo acumulado ou não com firma reconhecida em cartório;
- 4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios, com firma reconhecida em cartório.
- 5. Agendamento de exame admissional a ser realizado por órgão credenciado pela Secretaria da Administração e Finanças do Município de Capinzal

O não-cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação em prazo hábil impede a nomeação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

Ticiane Paula H. de L. da Gama  
Diretoria de Recursos Humanos

# Catanduvás

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0138/2019- PREGÃO Nº 0085/2019

Publicação Nº 2215108

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0138/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0085/2019

Objeto: Aquisição de porta medicamentos para distribuição dos pacientes que utilizam a Atenção Básica do Município de Catanduvás - SC.

Abertura das Propostas: 08h45min, do dia 19 de novembro de 2019.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 04 de novembro de 2019, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail [licitacao@catanduvás.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvás.sc.gov.br)

Catanduvás – SC, 04 de novembro de 2019.

Ely Terezinha Magnabosco Moterle  
Secretária Municipal de Saúde

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 027/2019

Publicação Nº 2215084

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 027/2019  
Empresa Investigada: Eco Construções Eireli

A presidente da Comissão de Processo Administrativo, designada pelo Decreto nº 2.539/2019, de 11 de setembro de 2019, constituída para apuração da inexecução contratual e o descumprimento de cláusulas do contrato administrativo nº 0047/2019 e aplicar, se for o caso, as sanções contratuais e administrativas previstas no art. 87, II, III e IV, da Lei nº 8.666/1993, tendo sido frustrada a notificação via Correios, vem NOTIFICAR POR EDITAL a empresa ECO CONSTRUÇÕES EIRELI sobre o Processo Administrativo nº 027/2019, instaurado pelo Sr. Prefeito Municipal, no qual a empresa encontra-se na situação de INVESTIGADA.

Pelo presente Edital fica a empresa NOTIFICADA para, querendo, apresentar defesa no prazo de dez dias corridos, cuja contagem iniciará no primeiro dia útil após o décimo dia desta publicação.

O processo administrativo nº 027/2019 seguirá o procedimento fixado pelo Decreto nº 2.365/2018 e estará disponível para consulta da sede da Prefeitura de Catanduvás, na Rua Felipe Schmidt, 1435, centro, no Setor de Contratos, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

Catanduvás, 31 de outubro de 2019.  
Patrícia Moraes de Souza  
Presidente da Comissão

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0070/2018

Publicação Nº 2215114

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0070/2018

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SC E A EMPRESA T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. PROCESSO LICITATORIO 0118/2018 – INEXIGIBILIDADE 006/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 82.939.414/0001-45, sito a Rua Felipe Schmidt, 1435 – Centro;

CONTRATANTE: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, com sede na Avenida Alcides Antônio D'Agostini, nº 80, Sala 01, Bairro Industrial, no município de Maravilha-SC, CEP: 89.874-000, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 72.332.778/0001-09.

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes em 19 de novembro de 2018.

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Infraestrutura;  
CONSIDERANDO o previsto na Cláusula Décima Primeira – Dos Prazos, item 11.1, do contrato original;  
CONSIDERANDO a necessidade de manter a prestação dos serviços e estender o prazo do contrato supramencionado por interesse da Administração Municipal.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até 31 de dezembro de 2019, com novo prazo iniciando em 11 de novembro de 2019.  
CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 57, § 1º, inciso II, da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas, 01 de novembro de 2019.

JULEIDE INÊS D'AGOSTINI T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA CONTRATADA	DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS PREFEITURA DE CATANDUVAS CONTRATANTE
---	---

Testemunhas:

## PORTARIA 8.015

Publicação Nº 2215087

PORTARIA Nº 8015, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Portaria nº 8015, de 01 de Novembro de 2019.

“Autoriza os servidores relacionados a guiar veículos oficiais do Município e dá outras providências”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município de Catanduvas,

RESOLVE:

Art. 1º. Na ausência de servidores titulares do cargo motorista, ficam autorizados a guiar veículos oficiais do Município os servidores públicos municipais relacionados no Anexo I desta portaria.

Art. 2º. Aos servidores públicos municipais autorizados a guiar veículos oficiais é vedado:

- (a) ceder a direção do veículo a terceiros;
- (b) utilizar o veículo em atividades particulares;
- (c) conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado;
- (d) conduzir o veículo sem portar o documento de habilitação;
- (e) comer, fumar ou deixar lixo no interior do veículo;

Art. 3º. Os servidores públicos municipais autorizados a guiar veículos oficiais deverão:

- (a) Justificar ao responsável de cada órgão, o motivo da utilização do veículo;
- (b) Antes de sair com o veículo, verificar se está em perfeitas condições de uso e verificar os pneus, o nível de combustível, água do radiador, óleo de motor, etc.;
- (c) Registrar em documento próprio, o destino, serviço a ser executado, horário de saída e de retorno, bem como a quilometragem inicial e final do veículo;
- (d) No retorno, devolver as chaves do veículo ao responsável e informá-lo sobre qualquer ocorrência ou falha no veículo ou sobre a necessidade de algum reparo ou manutenção;
- (e) Zelar pelos veículos que guiarem, responsabilizando-se por quaisquer danos que vierem a dar causa.

Art. 4º. A Prefeitura não se responsabiliza pelos objetos pessoais deixados no interior do veículo.

Art. 5º. É de responsabilidade de quem, ao final do período (manhã/tarde/noite) utilizar o veículo, deixá-lo abastecido, se necessário.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 7.440, de 17 de JANEIRO de 2018, e suas disposições em contrário.

Catanduvas, 01 de Novembro de 2019.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal.

SERVIDORES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO AUTORIZADOS A GUIAR VEÍCULOS OFICIAIS:

Servidor e Lotação



- 1- Aldocir Marcon – Carteiras de Identidade, Trabalho e Junta Militar
- 2- Ana Paula Begnini – Patrimônio
- 3- Carlos Augusto Czech - Tributação
- 4- Daniela Luiza Miotto – Assessora Jurídica
- 5- Débora de Andrade – Tributação
- 6- Diego Grezelle – Tesouraria
- 7- Itamar Longhini – Contabilidade
- 8- Jonathan Padilha – Setor de Convênios
- 9- Juliani Pissolli – Coordenadora de Artesanato
- 10- Kleverson Augusto Nora – Auditor Fiscal
- 11- Leandro Guerra – Licitação
- 12- Lucimari Spader – Administração
- 13- Marcos Brocardo Junior – Engenheiro Civil
- 14- Michel Cristoffer Favero – Setor de Contratos
- 15- Paulo Constante Fuga – Vice-Prefeito
- 16- Ronaldo Luvison – Contabilidade
- 17- Rosa Maria dos Santos Britto – Tributação
- 18- Valmir de Rós – Assessor Jurídico
- 19- Wolny Menegazzo – Compras

SERVIDORES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AUTORIZADOS A GUIAR VEÍCULOS OFICIAIS:

Servidor e Lotação.

- 1- Angela Putton – Bolsa Família
- 2- Claudemir de Jesus de Oliveira – Motorista da Gestão
- 3- Deise Dezzanetti – Assistência Social
- 4- ElisRegina Bernardi– Educadora Social
- 5- Gislaine da Silva – CREAS
- 6- Indianara Silvia Lazzaroto – CREAS
- 7- Patricia Dri Moraes – CRAS
- 8- Rosane de Oliveira – Assistência Social
- 9- Valeria Aparecida de Oliveira Maroli – CRAS

SERVIDORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO AUTORIZADOS A GUIAR VEÍCULOS OFICIAIS.

Servidor e Lotação:

- 1- Elenir Fátima Chinato – Secretaria de Educação
- 2- Luciane Hack – Secretaria de Educação
- 3- Luiz Henrique Mendes da Silva – Ginásio Municipal
- 4- Maria Helena Macedo Knebel – Secretaria de Educação

SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE AUTORIZADOS A GUIAR VEÍCULOS OFICIAIS:

Servidor e Lotação:

- 1- Adelita Perla Haro – NASF
- 2- Adriano de Oliveira – ESF Sebaldo Kunz
- 3- Aline Cristina Bonatto – ESF Sebaldo Kunz
- 4- Almeri Rizzi – Vigilância Epidemiológica
- 5- Ana Maria Andreis Azevedo – Administração
- 6- Anusha Berton Baldissera – ESF Sebaldo Kunz
- 7- Arioldo Paz Padilha – ESF Centro
- 8- Daiana Franciele Mayer – ESF Centro
- 9- Damaris de Andrade – Administração
- 10- Dionete Ferrari - Agente no Combate
- 11- Dulce Salete Mayer – ESF Centro
- 12- Edina Simone da Rosa Ludvig – ESF Sayonara
- 13- Ely Terezinha Magnabosco Moterle – Secretaria de Saúde
- 14- Franciele Dresch Spier Butzen – NASF
- 15- Gabriel Spader – Fisioterapia
- 16- Gizomar Luis Gazzoni – Fisioterapia
- 17- Janete de Oliveira Couto – NASF
- 18- Jerônimo Torcatto – Administração
- 19- Juliana Maria Barbosa Lemos Lucena – ESF Sayonara
- 20- Lilian Daniela Ghiggi - Odontologa
- 21- Liliane Duerling – ESF Sayonara
- 22- Marisete Luvison Marcon – Vigilância Sanitária



- 23- Maristela Fatima Durigon da Costa – Administração
- 24- Nilton Augusto Guimarães Perlin – ESF Sayonara
- 25- Roselaine Janaina do Prado Freitas – Agente Combate de Endemias
- 26- Rosilene Verde Brustolin – Farmácia
- 27- Vanessa Cristine Funez – Hospital

**SERVIDORES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA AUTORIZADOS A GUIAR VEÍCULOS OFICIAIS:****Servidor e Lotação:**

- 1- Alexandre Pasqualli – Infraestrutura
- 2- Almir José Vicentini – Infraestrutura
- 3- Claudemir Francisco Biassi – Infraestrutura
- 4- Cristiano Britto – Infraestrutura
- 5- Divacir Antonio Dalmagro – Infraestrutura
- 6- Itacir Ribeiro dos Santos – Infraestrutura
- 7- João Gabriel Siqueira – Infraestrutura
- 8- José Carlos Dalzotto – Infraestrutura
- 9- Lucimar Correia – Infraestrutura
- 10- Marcia Pasqualli – Infraestrutura
- 11- Maurício Felipe – Infraestrutura
- 12- Michelli Cristine Camargo – Infraestrutura
- 13- Sergio Adelar Bernardini – Infraestrutura
- 14- Valdir Valter Pissolli – Infraestrutura
- 15- Wilson Baldi Farfus – Infraestrutura

**TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0073/2019**

Publicação Nº 2215102

EXTRATO DE CONTRATO PMC Nº 0073/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0133/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00832019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC  
CONTRATADA: GABRIELA TORRES RAUBER EPP

Objeto: Aquisição de brinquedos, visando o atender a proposta de atividades do programa – Catanduvás: Nossas Crianças Mais Felizes do Município de Catanduvás - SC.

Vigência do Contrato: 31/12/2019

Valor Contratual: R\$ 29.950,00 (vinte e nove mil novecentos e cinquenta reais).

Dotação Orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.017.3390.00	100	51/2019	Festividades Municipais

Catanduvás – SC, 01 de novembro de 2019.

Elenir Fátima Chinato  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

**TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0074/2019**

Publicação Nº 2215103

**CONTRATO PMC Nº 0074/2019**

**TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC E A EMPRESA REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME, PARA AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS VISANDO ATENDER ATIVIDADES DO PROGRAMA – CATANDUVAS: NOSSAS CRIANÇAS MAIS FELIZES, OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0133/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0083/2019.**

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa a Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, nesta cidade de Catanduvás - SC, inscrito no CNPJ/MF sob Nº. 82.939.414/0001-45, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Sra. Elenir Fátima Chinato, portadora da cédula de identidade nº 2.145.793 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 800.238.869-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME**, com sede na Rua dos Escoteiros, 30, Bairro Chico de Paula, município de Jaraguá do Sul - SC, CEP 89.254-730, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 79.912.788/0001-62, neste ato representada pelo, Sr. Felipe Schmitz Régis, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.597.841 e inscrito no CPF-MF sob o nº 084.275.659-09, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o **Processo Licitatório nº 0133/2019, modalidade Pregão Presencial nº 0083/2019**, e que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto a **aquisição de brinquedos visando atender o Programa Catanduvás: NOSSAS CRIANÇAS MAIS FELIZES.**

Item	Quant.	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
2	1.000,00	UN	BAMBOLA	BONECA COM ACESSÓRIOS MÉDICOS 22 CM. CORPO MACIO E PERFUMADO, ACESSÓRIOS O ESTETOSCÓPIO E VACINA. CABEÇA, BRAÇOS E PERNAS BRANCA OU NEGRA, DE VINIL SILICONE, ATÓXICA, ROUPA: VESTIDO OU PUJAMA. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 BONECA E ACESSÓRIOS.	25,66	25.660,00

1.2. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos serviços, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0083/2019 e seus Anexos;
- b) Proposta de Preços da CONTRATADA.

1.3. Os documentos referidos no presente item, são considerados suficientes para, em complemento à este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA E LOCAL DE EXECUÇÃO**

2.1. O objeto deste Contrato será executado a partir de sua assinatura, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, seguindo todas as determinações constante do Anexo "E" do Edital que a este deu causa.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

3.1. A vigência do Contrato será até 31 de dezembro de 2019, contados do recebimento da Autorização data de assinatura.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1. Pela prestação dos serviços previstos neste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R\$ 25.660,00 (vinte cinco mil seiscientos e sessenta reais)**.

4.2. A CONTRATADA encaminhará relatório dos trabalhos efetuados, assim como a respectiva nota fiscal de prestação dos serviços à CONTRATANTE, que atestará o recebimento dos mesmos e encaminhará à Contabilidade para que se proceda o pagamento até o dia o 12º dia útil, do mês subsequente ao qual foram efetuados os serviços.

4.3. O valor acordado nesta cláusula é considerado completo e deve compreender todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente, decorram do cumprimento pleno e integral do objeto deste contrato tais como, e sem se limitar a: materiais, equipamentos, ferramentas, instrumentos, despesas com deslocamentos, seguro, seguro de transporte e embalagem, salários, honorários, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários e securitários, lucro, taxa de administração, tributos e impostos incidentes e outros encargos não explicitamente citados e tudo o mais que possa influir no custo do objeto contratado, conforme as exigências constantes no edital que norteou o presente.

4.4. Durante a vigência deste contrato e para o recebimento do pagamento, a Contratada deverá manter a regularidade fiscal e previdenciária.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

1.1 Obrigações da Contratante:

- a) A Contratante obriga-se a proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa executar o objeto da presente licitação de forma satisfatória.
- b) Efetuar à Contratada o pagamento conforme as condições estabelecidas neste instrumento;
- c) Notificar à Contratada, através do gestor da contratação, fixando-lhe prazos para correção de irregularidades encontradas no fornecimento dos serviços;
- d) Gerenciar e supervisionar a prestação dos serviços, por intermédio de servidor designado;
- e) Adotar, em tempo hábil, as medidas convenientes quanto a decisões e providências que ultrapassem a competência da fiscalização;
- f) Fiscalizar os serviços executados, verificando se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os serviços estabelecidos na Cláusula Primeira.

#### 1.2 Obrigações da Contratada:

- a) A Contratada obriga-se a atender os critérios estabelecidos pela Contratante, nos termos da Lei e do Edital de Pregão Presencial 0083/2019;
- b) Responsabilizar-se por todos os serviços especificados no Contrato, de modo a garantir sua plena execução, utilizando equipamentos adequados e pessoal técnico qualificado;
- c) Prestar os serviços contratados de acordo com o estipulado no Edital que a este de Causa;
- d) Responsabilizar-se pelas despesas dos encargos sociais, previdenciários, tributários, referentes aos honorários da execução dos serviços, despesas com deslocamentos, equipamentos, alimentação e hospedagem e outros que incidam sobre o objeto do presente Contrato.

### CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização da CONTRATADA será exercida pelo CONTRATANTE, através de agente por ele designado, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 02 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

6.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pelo CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

7.3. O presente contrato poderá ser alterado nas condições estabelecidas no art. 65, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 7 da Lei 8.666/93, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

8.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

8.2.1. multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

8.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

8.3.1. multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

8.3.2. multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

8.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 8.2.1 e 8.3.1 será o valor inicial do Contrato.

8.5. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

**CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

9.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.017.3390.00	100	51/2019	Festividades Municipais

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

10.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência sem a anuência do Contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA, E DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES**

11.1. Independentemente de sua transcrição, farão parte do Contrato todas as condições estabelecidas no Edital e, no que couber, na proposta da CONTRATADA, bem como todas às disposições da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

11.2. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO**

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Catanduvas, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Catanduvas, SC, 01 de novembro de 2019.

**FELIPE SCHMITZ REGIS**  
Regis Comércio de Brinquedos Ltda ME  
**CONTRATADA**

**ELENIR FÁTIMA CHINATO**  
Secretária Municipal de Educação, Cultura e  
Desporto  
**CONTRATANTE**

Testemunhas:

Fl. 5/6

01.  
Nome:  
CPF:

02.  
Nome:  
CPF:

Fl. 6/6

**CÂMARA MUNICIPAL****EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 003 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215809

EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 003 de 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Altera o art. 136 da Lei Orgânica Municipal para adotar no processo legislativo orçamentário municipal as emendas impositivas previstas na Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015, e Emenda Constitucional nº 100, de 26 de junho de 2019”

IVACIR CARDOSO MOREIRA, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Catanduvas, Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e a Mesa, nos termos do Art. 29 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município:

Art. 1º O art. 136 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. ...

(...)

§7º. As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§8º. A execução do montante destinado a ações e serviços públicos de saúde previsto no § 7º, inclusive custeio, será computada para fins do cumprimento do inciso III do § 2º do art. 198 da Constituição Federal, vedada a destinação para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

§9º. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 7º deste artigo, em montante correspondente a 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165 da Constituição Federal.

§10. A garantia de execução de que trata o §9º deste artigo aplica-se também às programações incluídas por todas as emendas de iniciativa de bancada de parlamentares, no montante de até 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior.

§11. As programações orçamentárias previstas nos §§ 9º e 10 deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos de ordem técnica.

§12. Para fins de cumprimento do disposto nos §§ 9º e 10 deste artigo, os órgãos de execução deverão observar, nos termos da lei de diretrizes orçamentárias, cronograma para análise e verificação de eventuais impedimentos das programações e demais procedimentos necessários à viabilização da execução dos respectivos montantes.

§13. Os restos a pagar provenientes das programações orçamentárias previstas nos §§ 9º e 10 poderão ser considerados para fins de cumprimento da execução financeira até o limite de 0,5% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, para as programações das emendas individuais e até o limite de 0,5%, para as programações das emendas de iniciativa de bancada de parlamentares.

§14. Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias, os montantes previstos nos §§ 9º e 10 deste artigo poderão ser reduzidos em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias.

§15. Considera-se equitativa a execução das programações de caráter obrigatório que observe critérios objetivos e imparciais e que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

§16. As programações de que trata o § 10 deste artigo, quando versarem sobre o início de investimentos com duração de mais de um exercício financeiro ou cuja execução já tenha sido iniciada, deverão ser objeto de emenda pela mesma bancada, a cada exercício, até a conclusão da obra ou do empreendimento. (NR)”.

Art. 2º Esta emenda à Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvas/SC, em 04 de novembro de 2019.

IVACIR CARDOSO MOREIRA

Presidente da Câmara

Registrado nesta Secretaria em 04.11.2019

IVACIR CARDOSO MOREIRA

Presidente da Câmara

ANGELA M. C. M. DA CRUZ

1ª Secretária

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0017/2019**

Publicação Nº 2215510

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0017/2019

CONTRANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS (SC)

CNPJ N. 73.240.236/0001-79.

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA CNPJ N. 00.456.865/0001-67

PROCESSO LICITATÓRIO N. 11/2019 - PREGÃO N. 1/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA E OS SERVIÇOS TÉCNICOS





CORRELATOS VISANDO A GESTÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO CATANDUVAS – SC.  
CODIGO DO RECURSO E FONTE: 01.031.0001.2001.3.3.90.00.00.00.00.0100

VALOR TOTAL: R\$ 42.651,00 (Quarenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e um reais).  
DATA DA ASSINATURA: 31.10.2019.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

IVACIR CARDOSO MOREIRA  
Presidente da Câmara

MURAL PUBLICO: Publicado em 31.10.2019.

## **EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0018/2019**

Publicação Nº 2215511

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0018/2019

CONTRANTE: CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS (SC)  
CNPJ N. 73.240.236/0001-79.  
CONTRATADO: TONHO CORRETORA DE SEGUROS LTDA - CNPJ N. 06.353.081/0001-90  
COMPRA DIRETA N. 5/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE SEGURO DO PATRIMÔNIO (NOVASEDE/EQUIPAMENTOS/MOBILIÁRIO/UTENSÍLIOS) JÁ EXISTENTE A NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CATANDUVAS.  
CODIGO DO RECURSO E FONTE: 01.031.0001.2001.3.3.90.00.00.00.00.0100

VALOR TOTAL: R\$ 1.886,09 (Hum mil, oitocentos e oitenta e seis reais e nove centavos).  
DATA DA ASSINATURA: 31.10.2019.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

IVACIR CARDOSO MOREIRA  
Presidente da Câmara

MURAL PUBLICO: Publicado em 31.10.2019.

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 102/2019

Publicação Nº 2215115

Decreto Nº 102/2019

"Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o cargo de provimento em comissão de Gerente de Departamento, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, o(a) Sr(a). JAQUELINE BEDIN, inscrito(a) no CPF nº XXX.XXX.XXX-84, a partir de 06/11/2019.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 04 de novembro de 2019.

Glauber Burtet

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 126/2019

Publicação Nº 2215110

PORTARIA Nº 126/2019

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(a) Servidor(a) Municipal ELENICE ZAMBAN GNOATTO, ocupante do cargo de Gerente de Departamento, lotado(a) na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, por um período de 15 dias referente ao período aquisitivo de 06/09/2018 à 05/09/2019.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 08/11/2019 à 22/11/2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 04 de novembro de 2019.

GLAUBER BURTET

Prefeito

### TP Nº 015/2019 PCS

Publicação Nº 2215469

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRA DE ENGENHARIA Nº 015/2019 PCS

Objeto: Execução de reforma da Escola Municipal Bairro Antena, conforme especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma da Tomada de Preços: Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 20/11/2019.

Abertura: dia 20/11/2019, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 05 de novembro de 2019.

GLAUBER BURTET,  
Prefeito Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08.2019 PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07.2019**

Publicação Nº 2215415

**CONTRATO Nº 08/2019****PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2019**

TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CELEBRAM A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL** E A EMPRESA **GESUL COMERCIAL EIRELI**, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE POLTRONAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAXAMBU DO SUL.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Ângelo Rolim de Moura, nº 36, Centro do Município de Caxambu do Sul - SC, através do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Sr. **ARI JOSÉ POMPEU DA SILVA**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **GESUL COMERCIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.711.9590001/40, com sede na Avenida Sete de Setembro, nº 662, Centro, Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, CEP 89.874-000, neste ato representada pelo seu Procurador, Sr. **Andre Luiz Lansing Schnorrenberger**, portador da Cédula de Identidade RG nº 4315737 e inscrito no CPF sob o nº 029.962.159-66, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo de Licitação nº 002/2019, modalidade Pregão Presencial nº 001/2019, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o **CONTRATO Nº 07/2019**, para constar a seguinte alteração:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

1.1. O prazo Contratual fica prorrogado por mais 22 (vinte e dois) dias, início em 31/10/2019 e com término em 21/11/2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

2.1 – As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Caxambu do Sul - SC, em 04 de novembro de 2019.

**ARI JOSÉ POMPEU DA SILVA**  
Presidente  
**CONTRATANTE**

**GESUL COMERCIAL LTDA**  
Andre Luiz Lansing Schnorrenberger  
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1) Adilso Garghetti  
CPF: 021.144.599-18

2) Antonio Primo Ziliotto  
CPF: 946.606.119-49

# Celso Ramos

## PREFEITURA

### CONTRATO AF 3019

Publicação Nº 2215558

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS</b>  CNPJ: 78.493.343/0001-22      Fone: 35471211      Fax: 35471211 RUA DOM DANIEL HOSTIN 930 C.E.P.: 88598-000      - Celso Ramos - SC	<b>AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO</b> <b>Nr.: 3019/2019</b>  Processo Administrativo: 58/2019 Processo Nr.: 58/2019 Data do Processo: 04/11/2019 Data da Homologação: 04/11/2019 Sequência da Adjudicação: 1 Data da Adjudicação: 04/11/2019  <b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 11/2019 - DL</b>
--	---

Empenho Ordinário nr.: ..... Subempenho nr.: ..... Dcto Fiscal nr.: ..... Folha: 1/1

Fornecedor: <b>I3S TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTOS LTDA</b> Endereço: R MANOEL GUALBERTO DOS SANTOS,275 - CASA Cidade: Florianópolis - SC - CEP: 88045-130 CNPJ: 32.297.526/0001-71      Inscrição Estadual:	Código: 10612      Telefone: 4884336108< Banco: Agência: Conta Corrente:
---	---

Prezados Senhores,

Comunicamos que o fornecedor acima foi vencedor dos itens abaixo especificados.  
 Aguardamos, portanto, o fiel cumprimento das especificações e condições constantes no Processo Licitatório.

<b>Órgão:</b> 02 - PODER EXECUTIVO <b>Unidade:</b> 02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEAF <b>Centro de Custo:</b> <b>Fonte de Recurso:</b> Recursos Hídricos <b>Dotações Utilizadas:</b> 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 (12) - Manutenção da Secretaria de Administração Saldo: 32.780,29  <b>Compl. Elemento:</b> 3.3.90.39.05.00.00.00 - Serviços Técnicos Profissionais <b>Condições de Pagto:</b> 30 DIAS <b>Prazo Entrega/Exec.:</b> EM 15 DIAS <b>Local de Entrega:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS - RUA DOM DANIEL HOSTIN 930 - <b>Objeto da Compra:</b> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSO DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA (PRIMEIROS SOCORROS) AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS.  <b>Observações:</b> REALIZAÇÃO DO CURSO 11 E 12/11/2019.
---

Item	Quantidade	Unid	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	1,000	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR CURSO DE SUPORTE BÁSICO DE VIDA (PRIMEIROS SOCORROS) AOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS.		7.500,00	7.500,00

(Valores expressos em Reais R\$)	<b>Total Geral:</b> <b>Desconto:</b> <b>Total Líquido:</b>	7.500,00 0,00 7.500,00
----------------------------------	--	------------------------------

Celso Ramos, 4 de Novembro de 2019

SECRETÁRIO

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 097 DE 04.11.2019

Publicação Nº 2215199

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº. 097 DE 04.11.2019  
Concede Incentivo Econômico a Empresa Sebastião da Cruz - ME.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art.70, inciso I, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o estabelecido no § 1º do art. 1º, da Lei nº 0083 de 07.06.99, com as disposições do Decreto Legislativo nº 094 de 16.10.2019,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à empresa SEBASTIÃO DA CRUZ ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, sob nº 21.009.192/0001-77, incentivo econômico, conforme parecer da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, homologado através do Decreto Legislativo 094 de 16.10.2019, na forma que segue:

I - Com base no inciso VIII, do art.2º, da Lei 0083/99, o Município auxiliará a empresa solicitante com valor de R\$ 5.304,90 (cinco mil, trezentos e quatro reais e noventa centavos), em parcela única, conforme orçamento apresentado, devendo referido montante ser utilizado para pagamento dos materiais elétricos adquiridos;

II - Referido auxílio será concedido mediante comprovação da aquisição dos materiais, com apresentação de nota fiscal e dos seguintes documentos:

- a) Comprovante atualizado dos empregados contratados de acordo com o projeto apresentado;
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais.

III - A empresa beneficiada é responsável pela correta aplicação dos recursos recebidos, devendo apresentar à Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, os documentos citados nas alíneas do inciso II, deste Decreto, a cada ano, no mês de julho, pelo prazo de 05 (cinco) anos;

IV - A concessão do Incentivo Econômico, será mediante transferência de recursos financeiros, em conta Corrente da Empresa beneficiária.

Art. 2º A despesa prevista neste Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria da Agricultura  
01 – Divisão de Agricultura  
11 – Trabalho  
14 – Geração de Emprego e Renda  
334 – Fomento ao Trabalho  
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
33.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
2039 – Incentivo a instalação de novos empreendimentos e aos já existentes

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Chapadão do Lageado, 04 de novembro de 2019.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

**EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2019**

Publicação Nº 2215174

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2019 – PM

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 20 de novembro de 2019, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto formação de registro de preços com vistas a eventual contratação de serviços para a concretização das comemorações alusivas ao Natal, a ser realizada no dia 08 de dezembro de 2019, na Praça da Fé, localizado na Avenida 29 de novembro, Centro, Município de Chapadão do Lageado-SC, de conformidade com o Termo de Referência – Anexo II.. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 05 de novembro de 2019.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

**P O R T A R I A Nº 321/2019**

Publicação Nº 2214953

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 321/2019

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com as disposições do art. 12, e do anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Designar ALINE DA SILVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, para exercer a função gratificada de Chefe de Serviço, na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Fica acrescido ao salário do cargo efetivo, a gratificação de 30% (trinta por cento), FG-2, prevista no anexo V da Lei Complementar nº 007 de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24.10.2019.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 01 de novembro de 2019.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 320/2019**

Publicação Nº 2214951

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 320/2019

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e disposições da Lei Complementar Nº.007, de 23.12.99 e Lei Complementar Nº.008, de 23.12.99,

RESOLVE:

Art.1º Fazer cessar o efeito da Portaria nº 305/2019 de 08.10.2019, que designou a Servidora CLAUDIRENE FERREIRA, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, para exercer a função gratificada de Chefe de Serviço, na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24.10.2019.



Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 01 de novembro de 2019.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 322/2019**

Publicação Nº 2215081

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 322/2019

CONSIDERANDO a concessão e autorização de férias em favor do servidor público Maicson Montibeller, conforme Portaria nº 076/2019.

CONSIDERANDO a Portaria nº 100/2019 que suspendeu o gozo de férias do servidor, nos termos do §4º do art.78 da Lei Complementar nº 008/99;

CONSIDERANDO que o servidor tem direito a gozar 09 (nove) dias de férias, referente ao período remanescente.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art.1º Autorizar o Servidor Público MAICSON MONTIBELLER, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Nível Médio, a gozar férias no período de 06.11.2019 à 14.11.2019, num total de 09 (nove) dias, relativo ao período remanescente, de que trata a Portaria nº 100/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 04 de novembro de 2019.  
MARLI GORETTI KAMMERS  
Prefeita Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 010/2019

Publicação Nº 2215566

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 010/2019

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, nos termos do § 2º do artigo 2º da Lei nº 5.994, de 27 de abril de 2011, INTIMA os proprietários de imóveis abaixo descritos, para que efetuem a roçada e limpeza dos mesmos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação do presente Edital:

CADASTRO IMOBILIÁRIO	QUADRA	LOTE	NOME	TERMO DE OCORRÊNCIA E INSPEÇÃO
10984	557	15	Sidney Pereira	557/19
10986	557	17	Sidney Pereira	557/19
82669	4467	06	Clovis Antonio Pilatti	363/19
82604	4464	04	Silmar Consalter Primo	380/19
82621	4465	03	Clodoaldo Sebastião Carvalho da Silva	372/19
21863	1410	17	Valdecir Padilha	712/19
82603	4464	03	Aribert Zatti	494/19
56294	2970	03	Maximino Dias	185/19
23389	1582	05	Emanuelle Baldissera	353/19

Os proprietários que, no prazo de 10 dias a contar da publicação do presente edital, efetuarem a roçada de seus imóveis, deverão comunicar o fato imediatamente à Diretoria de Fiscalização de Obras e Posturas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

O não atendimento ao presente edital sujeitará os proprietários infratores à multa e autorizará o Município a efetuar a roçada, com a cobrança do preço público correspondente.

Chapecó – SC, 09 de outubro de 2019.  
VALDECIR ANTÔNIO DISNER  
Diretor de Fiscalização de Obras e Posturas  
Prefeitura Municipal de Chapecó

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2019

Publicação Nº 2215565

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2019

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, nos termos dos artigos 222, 223 e 224 da Lei nº 04, de 31 de maio de 1990, INTIMA os proprietários dos imóveis abaixo descritos, para comparecerem à Diretoria da Fiscalização de Obras e Posturas para apresentarem defesa ou solicitar prazo para regularização da ocorrência, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de publicação do presente Edital:

CADASTRO IMOBILIÁRIO	QUADRA	LOTE	PROPRIETÁRIO	TERMO DE OCORRÊNCIA E INSPEÇÃO
10984	557	15	Sidney Pereira	557/19
10986	557	17	Sidney Pereira	557/19
96723	4509	06	André Luiz Machado	76/19
94588	4078	17	Diego Antonio Ferretto	1565/18
14128	768	78	Jorge Elido Moreira de Matos	352/19

O não atendimento ao presente edital sujeitará o proprietário infrator à multa e autorizará o Município a tomar as medidas cabíveis.

Chapecó - SC, 09 de outubro de 2019.  
VALDECIR ANTÔNIO DISNER  
Diretor de Fiscalização de Obras e Posturas  
Prefeitura Municipal de Chapecó

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 011/2019**

Publicação Nº 2215567

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 011/2019

A Prefeitura Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, dando cumprimento ao disposto na Lei municipal nº. 170/83 (Código Tributário Municipal), artigos 213, 236, 237, 250, 271, 284,285 e 286, Lei Complementar municipal nº. 113, de 18/12/2000 e regulamentos, Multas Fiscais (MULTA - artigos 169, I, e 169 – A, I, da Lei municipal nº.170/83), faz saber que o contribuinte abaixo identificado, o qual se encontra em local incerto e não sabido, é sujeito passivo de créditos fiscais em fase de lançamento, conforme especificado abaixo:

Condomínio Residencial Jardim Itália Empreendimento Imobiliário Ltda	Auto de Infração nº 8969 – 06/2019
--	------------------------------------

Chapecó, 09 de outubro de 2019.  
VALDECIR ANTÔNIO DISNER  
Diretor de Fiscalização de Obras e Posturas  
Prefeitura Municipal de Chapecó

**EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 025/2019**

Publicação Nº 2215569

EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº. 025/2019

CONCEDENTE – Prefeitura Municipal de Chapecó.

CONVENIENTE – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI

OBJETO – O objeto do presente convênio consiste na concessão de Bolsas de Estágio a alunos regularmente matriculados e com frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino, proporcionando a oportunidade de realização de estágio em função afins ao curso, na Prefeitura Municipal de Chapecó.

DO PRAZO E DA VIGÊNCIA – O presente convênio terá validade a partir da data de sua assinatura, com término em 31 de Dezembro de 2020. Podendo ser renovado, mediante a lavratura de Termo Aditivo.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 01 de Abril de 2019 – Hilário Kolba, Diretor de Gestão de Pessoal, Sandra Maria Galera, Secretario Municipal de Educação, Mario Cezar de Aguiar e Fabrizio Machado Pereira, Representantes legais da entidade.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: PORTARIA N.º 7.715, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2018.**

Publicação Nº 2215570

Processo Administrativo Disciplinar: Portaria n.º 7.715, de 09 de novembro de 2018.

**JULGAMENTO**

Estando os autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria n.º 7.715, de 09 de novembro de 2018, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Processante e o contido no Parecer Jurídico nº 1131/2019, para:

- DETERMINAR a aplicação da penalidade de SUSPENSÃO por 15 (quinze) dias, à empregada pública municipal MARILEI MACHADO DE MOURA PEDON, ocupante do cargo de Agente de Combate às Endemias, pela infração ao art. 3º, IV e XI e art. 4º, XV, ambos da Lei Complementar nº. 617/2018 e art. 482, alíneas "e", "h" e "j" da CLT.

Nada mais.

Chapecó, 01 de novembro de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito

**SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 8.186, DE 03 DE JUNHO DE 2019.**

Publicação Nº 2215572

Sindicância: Portaria n.º 8.186, de 03 de junho de 2019.

**JULGAMENTO**

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.186, de 03 de junho de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o contido no Parecer Jurídico nº. 1118/2019 da Procuradoria Geral do Município para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó-SC, 04 de novembro de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 8.322, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2215573

Sindicância: Portaria n.º 8.322, de 08 de agosto de 2019.

**JULGAMENTO**

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.322, de 08 de agosto de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o contido no Parecer Jurídico nº. 1122/2019 da Procuradoria Geral do Município para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó-SC, 01 de novembro de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 8.323, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.**

Publicação Nº 2215575

Sindicância: Portaria n.º 8.323, de 08 de agosto de 2019.

**JULGAMENTO**

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.323, de 08 de agosto de 2019, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o contido no Parecer Jurídico nº. 1133/2019 da Procuradoria Geral do Município para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó-SC, 01 de novembro de 2019.  
LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 8/2019**

Publicação Nº 2215935

Estado de Santa Catarina  
Câmara Municipal de Chapecó

Aviso de Licitação -Pregão Presencial 8/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO.

Data/Hora da abertura da Sessão/Abertura dos envelopes: 14/11/2019, às 14h

Entrega dos envelopes: até o início da abertura da sessão.

A íntegra do edital poderá ser obtida no endereço da Câmara Municipal, na Rua Marechal Bormann, nº 320-E, Centro, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 13h00min às 18h00min, através de pedido pelo e-mail [compras@cmc.sc.gov.br](mailto:compras@cmc.sc.gov.br) e no portal [www.cmc.sc.gov.br](http://www.cmc.sc.gov.br), >transparência >licitações >consulta de licitações >entidade câmara municipal de chapecó.

Chapecó, 04 de novembro de 2019.

Ildo Adão Antonini  
Presidente do Legislativo

**PREGÃO PRESENCIAL 7/2019 DESPACHO ADMINISTRATIVO**

Publicação Nº 2215953

**DESPACHO ADMINISTRATIVO**

Considerando que se observou equívoco na redação no item: "especificação de material", itens 1,2 e 3, do Anexo II do Pregão Presencial 7/2019, cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE APOIO LEGISLATIVO, retifica-se o Edital, passando a vigorar nos termos abaixo.

A descrição correta é a mesma constante no anexo I, item "DOS PREÇOS ACEITOS E DO JULGAMENTO", com as especificações:

- Item 1 - Sistema de Controle do Processo Legislativo Municipal integrado ao Módulo de Apoio aos Gabinetes dos Vereadores;
- Item 2 - Sistema para divulgação na Internet das sessões plenárias da Câmara, ao Vivo e sob demanda.
- Item 3 - Sistema de controle e gerenciamento da sessão plenária.

Fica mantida a sessão para 07/11/2019.

Chapecó-SC, 04/11/2019  
Ildo A. Antonini  
Presidente

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### **AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/PMCS/2019 (CREDENCIAMENTO Nº 05/PMCS/2019)**

Publicação Nº 2214678

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE CREDENCIAMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 156/PMCS/2019  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/PMCS/2019 (CREDENCIAMENTO Nº 05/PMCS/2019)

Objeto: Credenciamento de leiloeiros públicos para realizarem, mediante contratos específicos, leilões de bens patrimoniais móveis em desuso (veículos e outros), do Município de Cocal do Sul/SC.

Recebimento dos documentos de credenciamento: Os documentos serão recebidos em envelope lacrado até às 09h30min do dia 04/12/2017.

Abertura dos envelopes: Dia 04/12/2017, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitação", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 04 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### **RESOLUÇÃO Nº 257/2019**

Publicação Nº 2215354

RESOLUÇÃO Nº. 257/19, de 04 de novembro de 2019.  
CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR MOISES DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ERIK PEREIRA ZEFERINO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, promulga a seguinte:

#### RESOLUÇÃO:

Art. 1º.- É concedida nos termos do Art. 20, inciso I I da Lei Orgânica Municipal e Art. 211, inciso II do Regimento Interno, licença por prazo DE 15 (quinze) ao Vereador Moises dos Santos, a partir de 01 de novembro de 2019.

Art. 2º. É convocado nos termos do Art. 20 §1ºb. da Lei Orgânica Municipal e Art. 219 inciso II do Regimento Interno , o suplente de Vereador, Senhor Alekssandro Zanette, para substituir o titular durante o período de licença concedido pôr esta Resolução.

Art. 3º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01 de novembro de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, 04 de novembro de 2019.  
ERIK PEREIRA ZEFERINO MARCEL FREITAS  
Presidente da Câmara 1º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e dezenove.

# Concórdia

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FEAS BASICA INVESTIMENTO Nº 1/2019

Publicação Nº 2215669

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FEAS BASICA INVESTIMENTO  
nº 1/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Repasse Fundo a Fundo – SST/FEAS/Básica Investimento, no valor de R\$ 12.974,37 (Doze mil novecentos e setenta e quatro reais e trinta e sete centavos).

Concórdia SC, 01 de novembro de 2019.

Denise Justi Lopes  
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 55/2019

Publicação Nº 2215674

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 55/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PNATE - Transporte Escolar - Ensino Médio no valor de R\$ 4.747,99 (quatro mil setecentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos), Ensino Infantil, no valor de R\$ 1.436,50 (um mil quatrocentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos), e Ensino Fundamental, no valor de R\$ 9.828,65 (nove mil e oitocentos e vinte e oito reais e sessenta e cinco centavos).

Concórdia SC, 04 de Novembro de 2019.

ENORI ANTONIO BOLSI.  
Secretário Municipal de Finanças

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 56/2019

Publicação Nº 2215676

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 56/2019

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Convênio FNDE/PAR/TD – Plano de Ação Articulada/Transferência Direta – Infraestrutura Escolar PAR Equipamento no valor de R\$ 52.882,94 (cinquenta e dois mil oitocentos e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos), e Infraestrutura Escolar PAR Mobiliário, no valor de R\$ 88.932,00 (oitenta e oito mil e novecentos e trinta e dois reais).

Concórdia SC, 04 de Novembro de 2019.

ENORI ANTONIO BOLSI.  
Secretário Municipal de Finanças

**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 175/2019 - PMC**

Publicação Nº 2215001

Contrato Nº : 175/2019  
Aditivo Nº : 2TA CTR 175/2019/2019  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : MOACIR FORNARI IND. E COM. DE PEC. P MAQ. E VEIC. LTDA EPP  
Licitação : Pregão Presencial 51/2019  
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva dos veículos automotores (ônibus) que compõem a frota da Secretaria Municipal de Educação, com fornecimento de peças e acessórios originais e novos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital  
Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 30/11/2019  
Assinatura : 31/10/2019  
Valor R\$: 8.333,33 (Oito Mil, Trezentos e Trinta e Três Reais e Trinta e Três Centavos )

Dotação : 42 - 06.001.2012.33390303900000000000.01010000

Dotação : 42 - 06.001.2012.33390391900000000000.01010000

Dotação : 51 - 06.002.2013.33390303900000000000.01010000

Dotação : 74 - 06.004.2018.33390303900000000000.01360000

Dotação : 198 - 12.001.2043.33390303900000000000.01000006

Dotação : 198 - 12.001.2043.33390391900000000000.01000006

Fiscal Técnico-Administrativo: MATHEUS ILKIV FOGGIATTO

Fiscal Técnico-Administrativo: WILLIAN SARMENTO

Fiscal Técnico-Administrativo: GENESIO BACH DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 176/2019 - PMC**

Publicação Nº 2215003

Contrato Nº : 176/2019  
Aditivo Nº : 2TA CTR 176/2019/2019  
Tipo Aditivo : Prorrogação  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Contratada : PERSIO COMERCIO DE VEICULOS LTDA  
Licitação : Pregão Presencial 51/2019  
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva dos veículos automotores (ônibus) que compõem a frota da Secretaria Municipal de Educação, com fornecimento de peças e acessórios originais e novos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital  
Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 30/11/2019  
Assinatura : 31/10/2019  
Valor R\$: 3.999,94 (Três Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Quatro Centavos )

Dotação : 42 - 06.001.2012.33390303900000000000.01010000

Dotação : 42 - 06.001.2012.33390391900000000000.01010000

Dotação : 51 - 06.002.2013.33390303900000000000.01010000

Dotação : 74 - 06.004.2018.33390303900000000000.01360000

Dotação : 198 - 12.001.2043.33390303900000000000.01000006

Dotação : 198 - 12.001.2043.33390391900000000000.01000006

Fiscal Técnico-Administrativo: MATHEUS ILKIV FOGGIATTO

Fiscal Técnico-Administrativo: WILLIAN SARMENTO

Fiscal Técnico-Administrativo: GENESIO BACH DA SILVA

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN



**EXTRATO 8º TA CONTRATO Nº 295/2018 - PMC**

Publicação Nº 2214916

Contrato Nº : 295/2018

Aditivo Nº : 8TA Ctr 295/2018/2019

Tipo Aditivo : Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 145/2018

Objeto : Contratação em regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos) para execução de recapeamento asfáltico com CBUQ, de parte das Ruas Japão, Israel e Albânia no Bairro Nações, parte das Ruas Itália, Espanha, Argentina, Canadá no Bairro Nações, das Ruas Rio de Janeiro e São Paulo no Bairro dos Estados e da Rua Clóvis Cesar de Oliveira no Bairro Santa Cruz, todas neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 31/10/2019 Término: 09/12/2019

Assinatura : 31/10/2019

Valor Acrescido R\$: 23.255,92 (Vinte e Três Mil, Duzentos e Cinquenta e Cinco Reais e Noventa e Dois Centavos )

Valor Suprimido R\$: 11.039,68 (Onze Mil, Trinta e Nove Reais e Sessenta e Oito Centavos )

Dotação : 113 - 08.001.1009.3449051980000000000.01000001

Dotação : 117 - 08.001.1009.3449051980000000000.01390001

Dotação : 118 - 08.001.1009.3449051980000000000.01390002

Dotação : 414 - 08.001.1009.3449051980000000000.03000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

Fiscal Técnico: MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2019 – FMEC**

Publicação Nº 2214700

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 14/2019 – FMEC

O Gestor da Fundação Municipal de Esportes, torna público que ratificou o ato da Senhora JAIRA ZAMPIERON, Chefe de Departamento, que declarou dispensável a Licitação, com fundamento no Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 31/10/2019, para a Aquisição de alimentação perecível para atender a delegação e atletas na Fase Estadual dos Jogos Abertos de Santa Catarina-JASC nas cidades de Timbó, Indaial e Pomerode no período de 01 a 10 de Novembro de 2019.; a favor de COMERCIAL ABELAM EIRELI no valor total de R\$ 143,60 (cento e quarenta e três e sessenta ), COMERCIAL ABELAM EIRELI no valor total de R\$ 11,25 (onze e vinte e cinco ), COMERCIAL ABELAM EIRELI no valor total de R\$ 179,70 (cento e setenta e nove e setenta ), COMERCIAL ABELAM EIRELI no valor total de R\$ 191,20 (cento e noventa e um e vinte ), COMERCIAL ABELAM EIRELI no valor total de R\$ 27,99 (vinte e sete e noventa e nove ), COMERCIAL ABELAM EIRELI no valor total de R\$ 349,50 (trezentos e quarenta e nove e cinquenta ), COMERCIAL ABELAM EIRELI no valor total de R\$ 201,00 (duzentos e um ), COMERCIAL ABELAM EIRELI no valor total de R\$ 89,70 (oitenta e nove e setenta ), COMERCIAL ABELAM EIRELI no valor total de R\$ 137,40 (cento e trinta e sete e quarenta ), COMERCIAL ABELAM EIRELI no valor total de R\$ 98,90 (noventa e oito e noventa ), COMERCIAL ABELAM EIRELI no valor total de R\$ 44,95 (quarenta e quatro e noventa e cinco ).

GIL ARTIFON

Gestor da Fundação Municipal de Esportes

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2019 – PMC**

Publicação Nº 2215091

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 42/2019 – PMC

O Secretário Municipal de Urbanismo e Obras, torna público que ratificou o ato do Senhor, Juscelino Alves de Oliveira, Diretor de Urbanismo, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04/11/2019, para a Prestação de serviço de Procedimento para Manutenção Preventiva, Ajuste e Calibração: Verificação e análise completa

do sistema eletro-mecânico e demais itens que compõe o equipamento, Verificação de peso inicial, testes de seção, repetibilidade, Execução de ajustes, Ajuste e Calibração, com emissão de Certificado de Calibração Rastreado RBC na Balança Rodoviária do Aterro Sanitário do Município.; a favor de LINEAR EQUIPAMENTOS E PECAS LTDA no valor total de R\$ 1.840,00 (um mil e oitocentos e quarenta ).

ELTON POLINA

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2019 – FUMDEMA**

Publicação Nº 2214959

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE  
LICITAÇÃO Nº 01/2019 – FUMDEMA

A Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente, torna público que ratificou o ato do Senhor, FERNANDO GUILIANI, Chefe de Departamento, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04/10/2019, para a prestação de serviço de coleta e destinação final de óleos de fritura residual disponibilizados como resíduos pela população do município, conforme especificações constantes no edital de Credenciamento nº 01/2019- FUMDEMA; a favor de INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA CATARINA LTDA.

ROBERTO MARINELLO

Diretor Superintendente

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2019 – FMS**

Publicação Nº 2215093

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE  
LICITAÇÃO Nº 17/2019 – FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato do Senhor, Geovani Bedin, Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 04/11/2019, para a Contratação de Psicólogo com área de atuação em sexualidade humana, gênero e orientação sexual, para a genitora do paciente Adrian Tavares Dirings (Lucimara), conforme determinação judicial autos nº 0001376-57.2019.8.24.0019.; a favor de IPUMED SERVIÇOS MÉDICOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES LTDA no valor total de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos ).

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## CÂMARA MUNICIPAL

## BALANCETE FINANCEIRO 10/2019

Publicação Nº 2215017

Betha Sistemas  
Exercício de 2019  
Período: Setembro  
Página: 1

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CONCORDIA**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>274.805,73</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>266.160,20</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	221.066,61
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.093,59
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>8.645,53</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.645,53
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>368.600,00</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	368.600,00		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>635.528,58</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>664.200,77</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	41.873,40	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	41.821,72
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	282.214,93	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	310.588,80
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	2.476,45	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	2.476,45
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	308.963,80	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	309.313,80
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>628.199,99</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>693.322,07</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	628.199,99	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	693.322,07
<b>TOTAL</b>	<b>1.632.328,57</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.632.328,57</b>

CONCORDIA, 01/10/2019

MAURO ACIR FRETTA  
Presidente

DELAIR M. S. DALLEGRAVE  
Contador CRC SC 022.843/O-5

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### ATA DE HABILITAÇÃO SEQ. Nº 02 - PROC. 132/2019 TP 11/2019

Publicação Nº 2215716

#### ATA HABILITAÇÃO SEQ. 02

Às 13h00min do dia quatro (04) de novembro de 2019, reuniram-se o presidente da comissão permanente de licitações Flaviano Perim e os membros Adriana de Cezaro Moresco e Nilvete Ap. S. Atuatti juntamente com o engenheiro do Município Valdemar Martins para em atendimento às disposições contidas na Lei Federal 8.666/1993 e alterações posteriores dar andamento a análise da documentação concernente a Tomada de Preços nº 11/2019. Da análise, foram julgados improcedentes os apontamentos praticados, conforme resposta técnica anexa. Ainda, tocante a Certidão solicitada no item 7.1.1 alínea "j", a empresa L&G POÇOS ARTESIANOS LTDA não apresentou documento complementar validador, entretanto, por ser de consulta online e fácil acesso, com fulcro no item 25.09 do edital, a CPL realizou diligência no site <https://certeproc1g.tjsc.jus.br> constando a validade da mesma, promovendo a juntada da referida consulta aos autos, quanto as demais documentações, a empresa apresentou conforme exigido no edital, restando habilitada. Tocante à empresa OESTE SUL PRESTADORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA, constatou-se que a mesma não apresentou Certidão de Pessoa Jurídica emitida pelo CFT com a devida comprovação de vínculo entre o profissional Sr. Diorgi Lopes detentor do acervo técnico apresentado e a empresa licitante, conforme item 7.1.1 alínea "o" do edital, e o acervo do profissional Sr. Felipe Silveira Beninca com vínculo comprovado não é compatível com o objeto do edital, portanto, resta a empresa inabilitada. Por fim, tocante a empresa ROBSON DOS SANTOS ME, a mesma apresentou documentação conforme exigido no edital, restando habilitada para a próxima fase do certame. Abre-se o prazo de 05 dias úteis a contar do recebimento desta ata para interposição recursal, se assim desejarem. Sem mais, encerra-se a presente sessão.

Flaviano Perim  
Presidente CPL

Adriana de Cezaro Moresco  
Membro CPL

Nilvete Ap. S. Atuatti  
Membro CPL

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROC. 139/2019 PREGÃO PRESENCIAL RP 63/2019

Publicação Nº 2214806

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 139/2019  
Pregão Presencial RP n. 63/2019  
Tipo: Menor preço global

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 18/11/2019.  
Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 18/11/2019.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 04 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 566/2019**

Publicação Nº 2214820

PORTARIA N. 566/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal, e considerando as disposições do artigo 70, inciso VII, da Lei Complementar n. 018/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta),

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora ANA PAULA DAL SANTO, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, matrícula n. 631306, licença para participação em curso de pós-graduação stricto sensu (Mestrado em Educação na Universidade Comunitária da Região de Chapecó), pelo período de 7 (sete) meses, a contar do dia 04/11/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 01 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**PORTARIA Nº 567/2019**

Publicação Nº 2214822

PORTARIA Nº 567/2019

“DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE ESTABILIDADE DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e artigo 20 da Lei Complementar nº 018/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º Declara estável, a partir de 01 de novembro de 2019, o servidor municipal ALAN FÁBIO FAVARETO, matrícula n. 1346002, ocupante do cargo de Professor Ensino Fundamental (anos finais) - Matemática, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais durante o período de Estágio Probatório.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 01 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 27/2019**

Publicação Nº 2215503

Portaria Nº 27/2019

Dispõe sobre os serviços de contabilidade da Câmara de Vereadores de Cordilheira Alta e ratifica o Decreto nº 312/2019 do Executivo Municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORDILHEIRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Resolve:

Art. 1º. Os serviços de contabilidade da Câmara de Vereadores serão realizados pela Sra. Adriana de Cezaro Moresco, servidora pública de Carreira do Poder Executivo municipal, colocada a disposição do Poder Legislativo durante o período de licença maternidade da contadora Efetiva da Camara.

Art. 2º Pelo desempenho das atividades junto a Camara de Vereadores a servidora receberá a remuneração prevista na Lei Complementar nº 187/2019, sendo atribuído 30% de gratificação de responsabilidade técnica sobre o vencimento do cargo de origem.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 04 de novembro de 2019.

Evandro Pederssetti

Presidente do legislativo municipal

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 87/2019

Publicação Nº 2215290

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 87/2019.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE MATERIAS PARA ORNAMENTAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL PARA EVENTO NATALINO.

Tipo: Menor preço por lote.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 18/11/2019.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 18/11/2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 30 de outubro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 88/2019

Publicação Nº 2215342

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital Pregão Presencial R.P Nº 88/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE READEQUAÇÃO DOS PASSEIOS DA AVENIDA SANTA CATARINA E RUA AMAZONAS, CONFORME PROJETO.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Entrega dos envelopes: Até às 08h30min do dia 19/11/2019.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 19/11/2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 49 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 31 de outubro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

### TERMO ADITIVO Nº 47/2019

Publicação Nº 2214704

PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº47/2019

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

1º TERMO ADITIVO Nº 47/2019 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2019

Contratado: GL EDITORA GRAFICA LTDA EPP

Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES:O item 1.1, da Ata de Registro de Preço, faz referência aos quantitativos previstos no anexo "D", que para o item "30", prevê as seguintes quantidades:

ITEM	QNT	ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	V. UN.	CLAS.
30	7.000,00 un	FOLDER 21 X 31 CM ABERTO, PAPEL COU- CHE 170 G C/ VINCO 4X1 CORES)	GL EDITORA GRAFICA LTDA EPP	0,24	

Fica aditivada a quantidade de 1.750 un, ou seja, R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) do item "30";

Constante no item 1.1 da Ata de Registro de preço Nº 5/2019, totalizando 25% da quantidade licitada para o item.

Vigência: 31/12/2019

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO 058/2019 PREGÃO 032/2019.

Publicação Nº 2215205

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 58/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM E EQUIPAMENTOS DE SONORIZAÇÃO E FORNECIMENTO DE FIGURANTE DE PAPAÍ NOEL, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO EVENTO DO NATAL 2019 ORGANIZADO PELO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h:30min do dia 18 de novembro de 2019, procedendo à abertura às 08h:45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site [www.coronelmartins.sc.gov.br](http://www.coronelmartins.sc.gov.br), ou junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Coronel Martins - SC, 04 de novembro de 2019.

Kaue Paulo Schuster  
Pregoeiro

### CONTRATO FUNSAU 0013/2019 PSICÓLOGA

Publicação Nº 2215083

ANEXO 09-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO FUNSAU Nº 0013 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2019 NÚMERO CONTRATO: 0013/2019

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/11/2019

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PSICÓLOGO (a), COM FINALIDADE DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Contrato Administrativo terá início na data da assinatura do mesmo até 01/11/2019, quando se iniciará a prestação dos serviços, podendo ser prorrogado, em caso de necessidade, mediante livre acordo entre as partes, formalizado em termo aditivo contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC 21.916

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ/CPF: 29.534.010/0001-99

CONTRATADA: SONIA BOTTEGA- ME.

### DECRETO Nº 195/2019

Publicação Nº 2215536

DECRETO Nº. 195, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,



**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada o Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, para o respectivo Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 04 de Novembro de 2019.

**NOME CARGO**

Tamara Turmina	Diretor Geral de Educação
----------------	---------------------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 04 de Novembro de 2019.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Sec. Mun. De Administração, Planejamento e finanças.

**PORTARIA Nº 145/2019**

Publicação Nº 2214699

PORTARIA Nº. 145 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período de referência que especifica:  
01 – Para gozo de 30 (Trinta) dias no período de 05 de Novembro de 2019 á 04 de Dezembro de 2019.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Claudir de Souza	Operador de Maquinas	02/06/2017 á 07/08/2018

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,  
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 04 de Novembro de 2019

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secretário de Administração Planejamento e Finanças

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1497/2019

Publicação Nº 2215673

DECRETO Nº 1497/2019  
DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

“ALTERA O ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 1492/2019, QUE HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, art. 95, da Lei Orgânica do Municipal, e  
CONSIDERANDO a necessidade de correção do número de vagas do cargo de “Motorista C – Categoria AB/B/C” de acordo com a quantidade oferecida no respectivo edital, DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Anexo Único, do Decreto nº 1492/2019, que homologa a classificação final dos inscritos e aprovados no Concurso Público para o provimento de cargos efetivos, realizado na forma do Edital nº 001/2019, da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, especificamente quanto ao número de vagas ofertadas ao cargo de “Motorista C – Categoria AB/B/C”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO ÚNICO  
(...)  
MOTORISTA C – CATEGORIA AB/B/C  
Número de vagas: 02”

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 04 de novembro de 2019.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito  
Registre-se e Publique-se

### DECRETO Nº 1498/2019

Publicação Nº 2215858

DECRETO Nº 1498/2019  
DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

“AUTORIZA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS, NOMEADA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 1377/2018 A PROCEDER A INCINERAÇÃO DOS DOCUMENTOS INSERVÍVEIS EXISTENTES NO ARQUIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, art. 95 e art. 221, da Lei Orgânica do Municipal, DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a Comissão de Avaliação de Documentos da Prefeitura Municipal de Correia Pinto, nomeada através do Decreto nº 1377/2018, a proceder a incineração de documentos inservíveis existentes no Arquivo Municipal, anteriores ao exercício de 2009.

§ 1º - Em decorrência da deliberação e análise da Comissão de Avaliação de Documentos, será procedida a incineração dos seguintes documentos relacionados ao (à):

I – Departamento de Fiscalização Tributária:

- a) Processos Administrativos de Cadastro de Empresas;
- b) Processos Administrativos de Isenções de IPTU, FUNREBOM, ISS e Taxas;
- c) Processos Administrativos Fiscais;
- d) Notas Fiscais Avulsas de Prestação de Serviço;
- e) Autorização de Impressão de Documentos Fiscais – AIDF;
- f) Livros de Registros dos Livros de ISS;
- g) Requerimentos de Alvará de Licença e Localização;
- h) Ofícios enviados e recebidos;
- i) Livros de Cadastros de empresas;
- j) Notificações;
- k) Intimações;
- l) Blocos de Notas de contribuinte já baixados.

## II – Departamento de Receita:

- a) Requerimentos de Restituição de Valores;
- b) Requerimentos de Parcelamento de Dívidas;
- c) Requerimentos de Prescrição de Dívidas;
- d) Requerimentos de Regularização de Imóveis.

## III – Departamento de Planejamento:

- a) Requerimentos de ITBI Rural e Urbano;
- b) Requerimentos de Certidão de Viabilidade;
- c) Requerimentos de Certidão de Avaliação Urbana e Rural;
- d) Requerimentos de Mapa de Localização;
- e) Requerimentos de Desconto de Arborização, Muro e Passeio;
- f) Requerimentos de Certidão de Uso do Solo;
- g) Requerimentos de Memorial Descritivo;
- h) Requerimentos de Desmembramento;
- i) Requerimentos de Isenção de IPTU;
- j) Requerimentos de Alinhamento, Topografia e Numeração de Casa;
- k) Requerimentos de Certidão de Decadência;
- l) Requerimentos de Habitabilidade (Habite-se);
- m) Requerimentos de Ponto de Taxi;
- n) Boletins de Cadastro Imobiliário;

## IV – Setor de Projetos:

- a) Mapas

## V – Setor de Contabilidade e Finanças:

- a) Notas de Empenho;
- b) Ordens de Pagamento;
- c) Boletins de Caixa;
- d) Guias de Recolhimento de Caixa;
- e) Notas de Transferência;
- f) Cadastros de Fornecedores;
- g) Cópias de Cheques;
- h) Balancetes;
- i) Diários de Caixa;
- j) Livros Razão;
- k) Segundas Via de Notas Fiscais;
- l) Prestações de Contas de Convênios.

## VI – Procuradoria Geral:

- a) Enciclopédia de Legislação Federal.

§ 2º - Não serão destruídos ou incinerados os documentos de valor mediato e guarda permanente, os relacionados com o traçado urbanístico e arquitetônico do Município, bem como os documentos relacionados ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 04 de novembro de 2019.

CELSON ROGERIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

# Corupá

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/19

Publicação Nº 2216087

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 121/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/19

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: SESI/SC - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, inscrito no CNPJ sob o nº 03.777.341/0094-65, estabelecido na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 615, Centro, no município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-701.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS, DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE E PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA FARMÁCIA BÁSICA E DEMANDA JUDICIAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I.

VALOR: O preço total para fornecimento do objeto de registro é de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) com a aplicação do percentual de 20,80 % de DESCONTO.

Data da Assinatura: 21/10/2019

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 038/19

Publicação Nº 2214968

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 134/2019

Dispensa de Licitação nº 038/2019

Contratante: Município de CORUPÁ/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.467/0001-70.

Contratado: SMB SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.

Valor total: R\$ 22.200,00 (sessenta e seis mil e seiscentos reais), sendo o valor de R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais) mensais.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de exames por imagem, a ser prestado junto ao pronto atendimento 24 horas de Corupá.

Fundamento Legal: Art. 24º, inciso IV, da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.

Corupá (SC), em 04 de novembro de 2019.

### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/18

Publicação Nº 2216129

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 009/18.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: FUNERARIA UNIÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.905.598/0001-19, estabelecida na Rua da Saudade nº 445, bairro Centro, município de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP 89278-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico financeiro do Contrato nº 009/2019, conforme prevê em sua cláusula quarta que o pagamento será de um salário mínimo vigente, que na época da assinatura do contrato era de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), sendo que em 2019 passou para R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) em função do reajuste anual do valor do salário mínimo, visando assim manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em função deste não ser previsível no momento da contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO Conforme disposto na Cláusula Quarto do Contrato original e conforme o reajuste anual do salário mínimo, reajusta-se o valor unitário do presente contrato para R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais), conforme Resolução 010/2018 do Conselho Municipal de Assistência Social de Corupá/SC.

Data da Assinatura: 31/10/2019

Data da Vigência: 19/03/2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 068/19**

Publicação Nº 2215172

**TERMO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 068/2019**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DE LIMPEZA PARA UTILIZAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I - QUANTITATIVO.

Pelo presente, com fulcro no Artigo 49, -CAPUT- da Lei de Licitações e Contratos Nº 8666/93, e alterações posteriores, REVOGO a presente licitação, tendo em vista razões de interesse público decorrente de fatos supervenientes, uma vez constatado que o interesse público ora perseguido poderia ser melhor satisfeito por outra via, bem como, considerando ainda a necessidade de revisão dos quantitativos licitados, dotação orçamentária e Cláusulas de Convênio entre o Município e o Corpo de Bombeiros Militar.

Promova-se a publicação do presente uma vez que ausente na hipótese direito adquirido, pois o certame ainda se encontrava em andamento, consoante entendimento que ora: -Como se viu, o caso não é de anulação (que suporia vício de validade), mas de mera revogação de processo licitatório até então válido, antes da homologação, sem supressão alguma na esfera jurídica dos concorrentes originais- AI Nº 228.554/MG, Rel Ministro Cezar Peluso, j. em 08.06.2004, DJ de 27/08/2004).

E,

Nos processos licitatórios de qualquer espécie, antes da homologação tem os concorrentes expectativa de direito no resultado da escolha a cargo da Administração, não sendo pertinente se falar do direito adquirido. Verifica-se pelos documentos acostados aos autos, que o procedimento licitatório ainda estava em curso e, ao titular de mera expectativa, não se abre contraditório. (RMS Nº 23.402/PR 2ª T., rel Ministra Eliana Calmon. J em 18/03/2008, DJ de 02/04/2008).

Publique-se

Corupá-SC, 04 de Novembro de 2019

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**Cunha Porã****PREFEITURA****DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº1/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2215478

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2019

DAS PARTES: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E EMPRESA COOPERATIVA REGIONAL AURIVERDE – FILIAL 8

PROCESSO LICITATÓRIO: 1856/2018

PREGÃO PRESENCIAL: 78/2018.

DO OBJETO: O presente aditivo de valores ocorre em comum acordo entre as partes, conforme previsão na Cláusula Nona, Item 9.3 – Alíneas I e II da Ata de Registro de Preços nº 1/2019, celebrado em 02 de janeiro de 2019 e o que dispõe o Edital de Pregão Presencial nº 78/2018, instaurado pelo Processo Licitatório nº 1856/2018, que tem como objeto a SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-500 (COMUM), ÓLEO DIESEL S-10 E GASOLINA COMUM PARA USO NOS VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E ÔNIBUS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME NECESSIDADE DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ – SC, tendo como justificativa a alteração dos preços dos combustíveis, conforme cópias de Notas Fiscais apresentadas pelas empresas detentoras da ata, bem como Parecer da Assessoria Jurídica do município. Ademais, tem como amparo o artigo 57, da Lei Geral das Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93 e Lei Federal nº 10.520/2002.

ITEM	QUANT	UND	DESCRIÇÃO	VALOR ANTE-RIOR	PERC. REAJUSTE	VALOR ATUAL	DETENTORA DA ATA
1	50.000	LTS	GASOLINA COMUM DE BOA QUALIDADE CONFORME NORMAS DA ANP.	R\$ 3,91	1,00%	R\$ 3,95	COOPERATIVA REGIONAL AURI-VERDE - FILIAL 8
2	75.000	LTS	OLEO DIESEL S-500 CONFORME NORMAS DA ANP.	R\$ 3,42	0,95%	R\$ 3,45	COOPERATIVA REGIONAL AURI-VERDE - FILIAL 8

DATA DO TERMO ADITIVO: 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

JAIRO RIVELINO EBELING – PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 30/2019**

Publicação Nº 2216029

PORTARIA Nº. 30/2019

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUNHA PORÃ - SC DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NÁDIA APARECIDA BARBIERI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas em Lei,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica pela presente portaria EXONERADA a Servidora da Câmara Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, a Sra. FLÁVIA CRISTINA STEIN, do empenho de sua função de Assessora Parlamentar, Cargo Comissionado, lotado na Câmara Municipal de Vereadores, a partir desta data. (data da rescisão 04/11/2019).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria n. 02/2019.

Cunha Porã, SC, 04 de Novembro de 2019.

NÁDIA APARECIDA BARBIERI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã –SC

**PORTARIA 31/2019**

Publicação Nº 2216030

PORTARIA Nº. 31/2019

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CUNHA PORÃ-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NÁDIA APARECIDA BARBIERI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas em Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica pela presente portaria NOMEADA a Servidora da Câmara Municipal de Cunha Porã, SC, Sra. FLÁVIA CRISTINA STEIN, para desempenhar a função de Assessora Jurídica, Cargo Comissionado, lotado na Câmara Municipal de Vereadores, com vencimento do respectivo cargo do quadro de pessoal a partir de 05/11/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cunha Porã, SC, 04 de Novembro de 2019.

NÁDIA APARECIDA BARBIERI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã - SC

# Cunhataí

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 086/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216084

DECRETO MUNICIPAL N.º 086/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º, § 1º, Inciso I da Lei Municipal n.º 931 de 13 de dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 5.000,00(Cinco Mil Reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E LAZER	4
Unidade	DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER	3
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-Função	Desporto Comunitário	812
Programa	DESPORTO E LAZER COMUNITÁRIO	8
Projeto	Manutenção das Ações do Departamento de Esportes e Lazer	2.020
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (61)
		5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Provável Excesso de Arrecadação para o Exercício Financeiro de 2019 na destinação de Recursos DR nº 10.00 – Recursos Ordinários no valor de R\$ - 5.000,00 (Cinco Mil Reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, 05 de novembro de 2019.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL  
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

### LEI MUNICIPAL Nº 945/2019

Publicação Nº 2216061

LEI MUNICIPAL Nº. 945/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

“ATRIBUI DENOMINAÇÃO A VIAS PÚBLICAS JUNTO AOS LOTEAMENTOS ‘ERNESTO DIEL’ E ‘WARKEN’ NO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber, a quem interessar possa, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Ficam denominadas as vias públicas sediadas no Loteamento “Ernesto Diel” e “Warken”, no Município de Cunhataí - (SC), como sendo:

I – A Rua “EMILIA MORAES KLAUCK”, do Loteamento ‘ERNESTO DIEL’, e a “RUA PROJETADA II” do loteamento ‘WARKEN’ passarão a denominar-se: “RUA FELIPPE DIEL”;

II – A Rua “PROJETADA A”, do Loteamento ‘ERNESTO DIEL’ passará a denominar-se: “RUA EMILIA MORAES KLAUCK”.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação da Lei correrão por conta de dotações orçamentárias vigentes, consignadas no Orçamento Municipal.



Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº. 772/2013, de 26 de agosto de 2013.

Cunhataí, Santa Catarina, em 05 de novembro de 2019.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL	
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento	

Registrada e publicada em data supra.

**LEI MUNICIPAL Nº 946/2019**

Publicação Nº 2216062

**LEI MUNICIPAL Nº. 946/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.**

**“DISPÕE SOBRE A REVISÃO NO PLANO PLURIANUAL 2018/2021, INSTITUÍDO PELA LEI 894/2017, DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber, a quem interessar possa, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo II – Programas de Governo, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2020.

**Art. 2º.** Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo III – Relação Detalhada da Receitas Planejadas, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

**Art. 3º.** Foram atualizados os valores para o exercício de 2020, os programas e fontes de recursos, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas.

**Art. 4º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**LUCIANO FRANZ**  
Prefeito Municipal

**AUGUSTO DIEL MARSCHALL**  
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

**ANEXO I****(Adendo 01)****= PLANO PLURIANUAL =  
- QUADRIÊNIO: 2018 a 2021 -****CLASSIFICAÇÃO DAS FUNÇÕES**

<b>CÓDIGO</b>	<b>DENOMINAÇÃO DAS FUNÇÕES</b>
<b>01</b>	<b>LEGISLATIVA</b>
<b>04</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO</b>
<b>06</b>	<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>
<b>08</b>	<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>
<b>10</b>	<b>SAÚDE</b>
<b>12</b>	<b>EDUCAÇÃO</b>
<b>13</b>	<b>CULTURA</b>
<b>15</b>	<b>URBANISMO</b>
<b>16</b>	<b>HABITAÇÃO</b>
<b>17</b>	<b>SANEAMENTO</b>
<b>20</b>	<b>AGRICULTURA</b>
<b>22</b>	<b>INDÚSTRIA</b>
<b>23</b>	<b>COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>
<b>25</b>	<b>ENERGIA</b>
<b>26</b>	<b>TRANSPORTE</b>
<b>27</b>	<b>DESPORTO E LAZER</b>
<b>28</b>	<b>ENCARGOS ESPECIAIS</b>
<b>99</b>	<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>

**ANEXO I****(Adendo 02)**

<b>= PLANO PLURIANUAL = - QUADRIÊNIO: 2018 a 2021 - CLASSIFICAÇÃO DAS SUBFUNÇÕES</b>	
<b>CÓDIGO</b>	<b>DENOMINAÇÃO DAS SUB-FUNÇÕES</b>
031	AÇÃO LEGISLATIVA
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
181	POLICIAMENTO
182	DEFESA CIVIL
241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO
242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
301	ATENÇÃO BÁSICA
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
361	ENSINO FUNDAMENTAL
362	ENSINO MÉDIO
364	ENSINO SUPERIOR
365	EDUCAÇÃO INFANTIL
392	DIFUSÃO CULTURAL
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA
452	SERVIÇOS URBANOS
482	HABITAÇÃO URBANA
511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO
606	EXTENSÃO RURAL
661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL
691	PROMOÇÃO COMERCIAL
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO
812	DESPORTO COMUNITÁRIO
845	TRANSFERÊNCIAS
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA

**ANEXO I****(Adendo 03)****= PLANO PLURIANUAL =  
- QUADRIÊNIO: 2018 a 2021****PROGRAMAS**

<b>CÓDIGO</b>	<b>DENOMINAÇÃO DOS PROGRAMAS</b>
<b>0000</b>	<b>PROCESSO LEGISLATIVO</b>
<b>0001</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>
<b>0002</b>	<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR</b>
<b>0003</b>	<b>MORADIA POPULAR</b>
<b>0004</b>	<b>GESTÃO ADMINISTRATIVA FINANCEIRA</b>
<b>0005</b>	<b>CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO</b>
<b>0006</b>	<b>EDUCAÇÃO PARA TODOS</b>
<b>0007</b>	<b>CULTURA – VALORIZAÇÃO DO POVO E SUA HISTÓRIA</b>
<b>0008</b>	<b>DESPORTO E LAZER COMUNITÁRIO</b>
<b>0009</b>	<b>SANEAMENTO BÁSICO</b>
<b>0010</b>	<b>APOIO AO ESTUDANTE</b>
<b>0011</b>	<b>ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL</b>
<b>0012</b>	<b>DEFESA CIVIL E SEGURANÇA COMUNITÁRIA</b>
<b>0013</b>	<b>DESENVOLVIMENTO URBANO</b>
<b>0014</b>	<b>CAMINHOS DA PRODUÇÃO</b>
<b>0015</b>	<b>INCENTIVO E ASSISTÊNCIA A AGRICULTURA</b>
<b>0016</b>	<b>MEIO AMBIENTE</b>
<b>0017</b>	<b>SAÚDE COM A ATENÇÃO QUE VOCÊ MERECE</b>
<b>0018</b>	<b>ENCARGOS ESPECIAIS</b>
<b>0019</b>	<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>
<b>0020</b>	<b>ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</b>
<b>0021</b>	<b>TRANSPORTE ESCOLAR</b>

**LEI MUNICIPAL Nº 947/2019**

Publicação Nº 2216063

LEI MUNICIPAL Nº. 947/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

**“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber, a quem interessar possa, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

**I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. O Orçamento do Município de Cunhataí Estado de Santa Catarina, para o exercício de 2020, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as metas e riscos fiscais;
- II – as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2018/2021;
- III – a estrutura dos orçamentos;
- IV – as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V – as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII – e as disposições gerais.

**II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º. Com referência as Metas Fiscais para o ano de 2020 e em observância as regras sobre a responsabilidade fiscal, serão apresentados anexos ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- I – Demonstrativo de Metas Anuais;
- II – Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2018;
- III – Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;
- IV – Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;
- V – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos;
- VI – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- VII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- VIII – Cálculo das Metas Fiscais de Receita;
- IX – Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;
- X – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;
- XI – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;
- XII – Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Montante da Dívida;
- XIII – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;
- XIV – Demonstrativo da Priorização de Recursos para obras em andamento e Conservação do Patrimônio Público;

**III – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020**

Art. 3º. As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 são aquelas definidas e demonstradas de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2019, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo XIII, a fim de compatibilizar a despesa orçada a receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

**IV – DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§1º. – Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

§2º. – A categoria de programação que trata o artigo 167 VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º. O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo único. O Município, por meio de Lei específica, poderá criar autarquias e Fundações cujos objetivos sejam a extensão de serviços públicos de sua competência, para os quais será concedida verba orçamentária própria do orçamento vigente ou créditos adicionais, na forma da Lei de criação.

Art. 7º. A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e Orçamentos Fiscais (F) e de Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Portaria Conjunta STN/COG nº 437, de 12 de julho de 2012 e Portaria Conjunta STN/COG nº 02, de 13 de julho de 2012 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV – Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V – Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 08/85);

X – Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento, denominado QDD;

XI – Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII – Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII – Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. Art. 5º, II da LRF);

XIV – Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV – Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2019. (Art. 5º, III);

XVIII – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2020. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

§1º. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§2º. O Quadro Demonstrativo da Despesa – QDD, de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001, e alterações posteriores, admitido à transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa/Modalidade de Aplicação/fonte de recursos para outro, dentro de cada órgão, projeto/atividade ou operações especiais e poderá ser feito por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta Lei como categoria de programação.

Art. 8º. A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

II – Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa; (Princípio da Transparência. Art. 48 da LRF);

Art. 9º. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação “00” - Ordinários do orçamento fiscal e corresponderá a até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

V – DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO  
DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2020 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos. (ART. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Centrais, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 7º, X desta lei (QDD).

§1º. Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, ou podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal, exceto aqueles cuja Lei específica trate sobre sua gestão.

§2º. A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2019 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios, o percentual de variação das transferências constitucionais, observando especialmente o comportamento de 2017 (Art. 12 da LRF).

Art. 13. Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita por fonte poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (ART. 9º da LRF).

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Anexo VII, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 16. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo XIV desta Lei. (ART. 4º, § 3º da LRF).

§1º. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2019.

§2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17. Os orçamentos para o exercício de 2020 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, com valor de até 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício. (ART. 5º, III da LRF).

§1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo XIV. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2020, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (ART. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (ART. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos



para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000.

§ 2º. Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50, I da LRF).

§ 3º. Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso de arrecadação poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 21 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2020, constantes do Anexo VII desta lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (ART. 4º, § 2º, V e ART. 14, I da LRF).

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, médica, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (ART. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas com base na Instrução Normativa TC 14/2012, e alterações posteriores, do Tribunal de Conta de Santa Catarina e na forma do Art. 70, Parágrafo único da CF, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 2º. A transferência de recurso, em forma de termo de ajuste, sempre que for o caso, deverá atender a Lei Federal 13.019/2014 e alterações posteriores.

Art. 23. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a Consórcios Públicos deverá estar contratada mediante contrato de rateio.

Parágrafo único. Os consórcios públicos beneficiados com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar conta com base na Instrução Normativa STN 72, de 01 de fevereiro de 2012 e normativas do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 24. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (ART. 16, § 3º da LRF).

Art. 25. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (ART. 45 da LRF).

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público estão apresentados no Anexo XV desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 26. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (ART. 62 da LRF).

Art. 27. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 28. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fontes de recursos, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167 VI da CF).

Art. 29. Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2019 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF).

Art. 30. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF). Parágrafo único. Os gastos serão apurados por meio de das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 31. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2020, serão dobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 32. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

## VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 33. A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 34. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 35. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 14 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário por meio da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 13 desta lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

#### VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF). Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2019 ou em créditos adicionais.

Art. 37. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 22, § único, V da LRF).

Art. 38. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 19 e 20 da LRF).

- I – eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II – eliminação das despesas com horas extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Cunhataí, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VIII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (ART. 14 da LRF).

Art. 41. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (ART. 14, § 3º da LRF).

Art. 42. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

#### IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2019.

§1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§2º. Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2019, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei Orçamentária aprovada em 2018 para o exercício de 2019.

Art. 44. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 45. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 46. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio de seus órgãos da

administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2020.  
Art. 47. O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 48. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí, Santa Catarina, em 05 de novembro de 2019.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento	
---	--

Registrada e publicada em data supra.

## PORTARIA 197/2019

Publicação Nº 2216059

PORTARIA Nº 197/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Prorroga licença para acompanhar tratamento de saúde a membro da família, a servidora pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, o Art. 105 da Lei Compl. nº. 002/2007, e

Considerando, o atestado médico protocolado sob o nº. 432, de 23 de outubro de 2019, e

Considerando, o atestado médico protocolado sob o nº. 455, de 31 de outubro de 2019, e

Considerando, que a Lei Complementar Municipal nº. 002/2007, de 14 de setembro de 2007, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cunhataí, estabelece que "ao servidor que, por motivo de doença do cônjuge, filhos, ou de pessoa que viva sua dependência econômica, esteja impossibilitado de exercer o cargo, face a impossibilidade de sua assistência pessoal, poderá ser concedida licença de até 30 (trinta) dias sucessivos e improrrogáveis, desde que comprove ser indispensável a sua assistência pessoal e que esta não possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo".

### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de afastamento, no período 23 de outubro de 2019 a 21 de novembro de 2019, para acompanhar o tratamento de saúde de seu esposo Josemir Hansen, a servidora pública municipal ILAIDI SALETE WENDT HANSEN, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de outubro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº. 192/2019 de 25 de outubro de 2019.

Cunhataí – SC, 05 de novembro de 2019.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL  
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

## PORTARIA 198/2019

Publicação Nº 2216060

PORTARIA Nº 198/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de férias a conselheira tutelar, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, o Art. 97 da Lei Compl. nº. 002/2007 e considerando o requerimento protocolado sob o nº 439/2019 de 28/10/2019.

### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias, a Servidora Municipal, ELICIANE BEATRIZ SCHMITT, Conselheira Tutelar, de 04/11/2019 a 03/12/2019, relativas ao período aquisitivo de 10/01/2018 a 09/01/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de novembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, 05 de novembro de 2019.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL

Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 217/2019

Publicação Nº 2216009

#### JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 217/2019

REFERENTE: Contrato de prestação de serviço firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitibanos e, MGE TELEINFORMATICA LTDA EPP, com o valor total de R\$ 282,60 (duzentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos).

RESUMO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO HORA TECNICA E DESLOCAMENTO, PARA CONFIGURAÇÃO DA NOVA CENTRAL TELEFONICA, DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS. EM CONFORMIDADE COM O ART. 25, INCISO I DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

#### FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso I da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 01 de novembro de 2019.

Diego Sebem Wordell  
Presidente da Comissão

Paulo A. da Costa Granemann  
Membro

Cristina Melo Menegotto  
Membro

Cristiane J. Pereira Sandri  
Membro

Cristiano França Pereira  
Membro

Roberto Carlos da Silva  
Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25, o inciso II dou como aprovada.

Curitibanos, 01 de novembro de 2019.

Hérion Adalberto Rech  
Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 01 de novembro de 2019.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

# Descanso

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019 - PMD

Publicação Nº 2215049

MUNICIPIO DE DESCANSO-PREFEITURA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019

Objeto: Registro de preços para contratação de empresas para prestar serviços, de forma parcelada de recapagens e vulcanizações de pneus usados em caminhões e máquinas das Secretarias/Setores da Municipalidade, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h30min do dia 19/11/2019, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br) Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 05 de Novembro de 2019.  
Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito Municipal

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATO 33-2019 - DISPENSA 98-2019 - PMDC

Publicação Nº 2215118

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 33/2019 - PMDC

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Contratada...: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

Valor ..... : 51.294,00 (cinquenta e um mil duzentos e noventa e quatro reais)

Vigência ..... : Início: 31/10/2019 Término: 30/10/2020

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 98/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA PRESTAR SERVIÇOS EDUCACIONAIS PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC, PARA MINISTRAR (EDUCAÇÃO DE CONTRA TURNO) O PROGRAMA DE JORNADA EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA (ROBÓTICA) PARA 03 TURMAS, ALMEJANDO UMA MAIOR EVOLUÇÃO INTELECTUAL DOS ALUNOS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira, 4 de Novembro de 2019

**Doutor Pedrinho****PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 82/2019**

Publicação Nº 2215629

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 82/2019

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES NOVOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, através do Fundo Municipal de Saúde – CNPJ nº 11.257.200/0001-40, neste ato representado por sua Prefeita Municipal SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa QUICKBUM E-COMMERCE - EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.323.616/0001-64, situado à Rua Garrincha-Do-Mato-Grosso, nº 440, setor 3, Bairro Jardim Vale das Perobas, cidade de Arapongas - PR, CEP: 86.709-742, neste ato representado pelo(a) representante legal, senhor(a) VALDIR DA SILVA COSTA, CPF sob nº 563.814.419-68 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital de Pregão Presencial nº 53/2019, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, do Decreto Municipal nº 56/2015, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1 - Constitui objeto do presente Contrato a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES NOVOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE, conforme segue:

Item	Unid.	Quant.	Descrição do Produto	Marca / Modelo	VALOR PROPOSTO	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	UNID	01	MICROSCÓPIO LABORATORIAL BÁSICO COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TIPO BINOCULAR, COM OCULAR 10 X E 16 X, COM 05 OBJETIVAS, COM CONDENSADOR KOEHLER E ILUMINAÇÃO LED.	COLEMAN / N107LED	R\$ 3.800,00	R\$ 3.800,00
6	UNID	01	SELADORA MANUAL – PEDAL/GRAU CIRÚRGICO.	AGIR	R\$ 1.410,00	R\$ 1.410,00
7	UNID	02	OFTALMOSCÓPIO COM COMPOSIÇÃO DE NO MÍNIMO 5 (CINCO) ABERTURAS E ATÉ 19 (DEZENOVE) LENTES.	MD / OMNI 3000	R\$ 629,50	R\$ 1.259,00
8	UNID	01	OXÍMETRO DE PULSO DO TIPO PORTÁTIL (DE MÃO) E 01 SENSOR DE SPO2.	ALFAMED / SENSE 10	R\$ 1.598,00	R\$ 1.598,00
9	UNID	02	OTOSCÓPIO SIMPLES COM ILUMINAÇÃO FIBRA OPTICA/HALÓGENA – XENON, COM COMPOSIÇÃO DE 5 (CINCO) A 10 (DEZ) ESPÉCULOS REUTILIZÁVEIS.	MD / MARK II	R\$ 316,00	R\$ 632,00
11	UNID	01	NEBULIZADOR PORTÁTIL DO TIPO ULTRASSÔNICO COM UMA SAÍDA SIMULTÂNEA.	MEDICATE	R\$ 235,00	R\$ 235,00
14	UNID	01	AUTOCLAVE HORIZONTAL DE MESA (ATÉ 75 LITROS), COM CÂMARA DE ESTERILIZAÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL, COM MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL COM CAPACIDADE ATÉ 25 LITROS E ALIMENTAÇÃO EM 220V.	ALT / 12LD	R\$ 2.949,00	R\$ 2.949,00
15	UNID	01	FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS DO TIPO LED, SEM FIO E SEM RADIÔMETRO.	ECEL / EC500	R\$ 799,00	R\$ 799,00
18	UNID	01	TENS – ESTIMULADOR TRANSCUTÂNEO COM 04 CANAIS.	IBRAMED / NEURODYN	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
19	UNID	01	TENS E FES COM 04 CANAIS.	IBRAMED / NEURODYN	R\$ 1.410,00	R\$ 1.410,00
20	UNID	01	LASER PARA FISIOTERAPIA COM CONSOLE, CANETA 650NM A 700 NM E CANETA 830 NM A 905 NM.	IBRAMED / LASERPULSE	R\$ 4.700,000	R\$ 4.700,000
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 19.792,00	

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Edital da Licitação nº 53/2019 e anexos, e guarda conformidade com a Proposta de Preços vencedora.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2019 do MUNICÍPIO, como segue:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2024 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

344905208 – APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MEDICODONTOLÓGICO, LABORATORIAIS E HOSPITALARES





**01382010 – ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE****CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

3.1 - O preço unitário e o valor total deste contrato é aquele previsto no quadro de preços por item da Cláusula Primeira (1.1).

3.1.1 - Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 - Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, fretes e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2– Os pagamentos se darão da seguinte forma:

3.2.1 – Em relação ao objeto da presente licitação, o pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

3.2.1.1 - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

**CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO:**

4.1 – A licitante vencedora disporá do prazo de 20 (vinte) dias corridos para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo que, a entrega deverá ser efetuada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, situada no endereço, Rua Santa Catarina, nº 93, Centro, na cidade de Doutor Pedrinho/SC, conforme necessidade do município, independentemente da quantidade solicitada.

4.2 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da quantidade e conformidade dos mesmos com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos mesmos e a consequente aceitação.

4.3 - Caso o produto não seja entregue no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato poderá iniciar procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo município.

4.4 - O produto será recusado quando entregue com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório.

4.5 – O item recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o município.

4.6 - Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e no Contrato.

4.7 - O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência de garantia do produto.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:**

5.1 - O prazo de execução e vigência do presente contrato se inicia na data de sua assinatura, e se estende até 31/12/2019.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso da execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

6.1 – Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 53/2019, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

- f) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do município;
- h) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- i) Pagar todas as despesas decorrentes do deslocamento do objeto da presente licitação, para a substituição de todo e qualquer elemento que apresentar defeito de fabricação durante todo o prazo de vigência da garantia contratual;
- j) Efetuar os eventuais reparos ou consertos durante a garantia contratual no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado mediante justificativa da contratada;
- k) Manter seus dados para contato (endereço físico, e-mail e telefones) atualizados perante o MUNICÍPIO;
- l) Firmar o contrato resultante desta licitação em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da convocação para fazê-lo, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos objetos fornecidos no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, na forma da Lei.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato poderá ensejar a suspensão do cadastro da CONTRATADA e/ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO, cumuladas em ambas as hipóteses, com multa de 0,5% (meio por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total do Contrato.

8.1.2 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.3 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.1.4 - Os pagamentos referentes a serviços que estejam sendo objeto de discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar a gestão e fiscalização deste Contrato, fica designada a Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, Ticiane Eugênia Lenzi.

11.2 - Fica nomeado(a) como preposto da CONTRATADA para o presente contrato o(a) Sr.(a) Valdir da Silva Costa, o(a) qual poderá ser contactado(a) através do telefone (43) 3252-7897 e e-mail licitacao@grupovscosta.com.br, e-mail este que será utilizado para todos os atos referentes a execução deste Contrato, inclusive para citações e intimações em caso de instauração de Processo Administrativo.

11.2.1 - Qualquer mensagem encaminhada ao e-mail fornecido pela CONTRATADA será considerada como recebida para todos os fins e efeitos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 24 de outubro de 2019.  
MUNICÍPIO CONTRATADA  
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES  
Prefeita Municipal

QUICKBUM E-COMMERCE - EIRELI  
VALDIR DA SILVA COSTA, CPF: 563.814.419-68

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 52.912

GESTORA/FISCAL DO CONTRATO  
TICIANE EUGÊNIA LENZI

Testemunhas:

ARNALDO VICENTE

ALLISON DA LUZ

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 84/2019

Publicação Nº 2214801

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 84/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA), PARA MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO CENTRO ESPORTIVO DE DOUTOR PEDRINHO –SC.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. ARTINO DALPIAZ, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.628.996/0001-96, com endereço à Rua Canoinhas, nº 260, Bairro Sete de Setembro, cidade de Gaspar - SC, CEP: 89.110-001, representada por VALMIR DE SOUZA, Brasileiro, CPF nº. 546.763.399-68, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de conformidade com a Licitação de Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 50/2019, projetos, planilhas, memorial descritivo, quantitativo, orçamento estimativo, plantas e demais anexos, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e com os demais diplomas legais aplicáveis, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO:

1.1 - O presente contrato tem por objeto a plena execução (compreendendo material e mão-de-obra), para MODERNIZAÇÃO E REFORMA DO CENTRO ESPORTIVO DE DOUTOR PEDRINHO, que compreende os projetos relacionados tudo de conformidade com o Edital, memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto, demais anexos e o presente instrumento.

1.2 - O objeto será executado sob o regime de empreitada por preço global e abrange a execução, pela CONTRATADA, de todos os serviços, atos, procedimentos, atividades e fornecimentos necessários ao seu pleno e integral cumprimento.

1.3 - Este contrato, Edital, memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto e demais anexos são complementares entre si, de forma que qualquer especificação, obrigação ou responsabilidade constante em um e omitido em outro, será considerado válido e existente para todos os fins.

1.4 - Em caso de rescisão somente serão pagos os serviços efetivamente realizados até o momento da rescisão.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO:

2.1 - O objeto e demais atribuições deste instrumento serão totalmente executados, sem restrições, pela CONTRATADA, tudo obrigatoriamente através de profissionais devidamente habilitados, capacitados e regularmente inscritos(s) junto ao órgão(s) competente(s).

2.2 - É de plena e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a prestação e o cumprimento de todos os serviços (inclusive os de engenharia) e o fornecimento de todo o material, produtos, matéria prima, estruturas, mão de obra, pessoal, maquinário e equipamento necessário à total execução do objeto e demais atribuições, obrigações e responsabilidades constantes do Edital, memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto, demais anexos e o presente instrumento, arcando de forma única e exclusiva com quaisquer encargos trabalhistas, fiscais, securitários, previdenciários, sociais, comerciais, tributários, administrativos ou de outra natureza (inclusive FGTS, INSS, PIS, SEGURO, dentre outros), resultante de qualquer vínculo empregatício ou não, o que em nenhuma hipótese será transferido ao MUNICÍPIO ou a qualquer entidade e pessoa a ele vinculado ou a terceiro.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE:

3.1 - O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 119.962,29 (cento e dezenove mil, novecentos e sessenta e dois reais e vinte e nove centavos) pelo integral/pleno cumprimento do objeto e demais atividades, atribuições, obrigações e responsabilidades do Edital, memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto, demais anexos e deste instrumento.

3.2 - Os pagamentos se darão da seguinte forma:

3.2.1 - Em relação ao item 01 do objeto da presente licitação, o pagamento de cada etapa será efetuado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de acordo com a execução físico-financeira, após a aprovação de cada Boletim de Medição, mediante apresentação da relação de empregados e das guias de recolhimento de INSS e do FGTS devidamente quitadas, bem como, dos documentos fiscais, no Setor de Contabilidade, porém fica condicionado à liquidação da despesa.

3.2.2 - Os pagamentos descritos no item "3.2.1" desta cláusula somente serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal, proporcionalmente à execução dos serviços executados, conforme os valores unitários constantes da "Proposta de Preços", individualizado conforme projetos executivos e cronogramas físico-financeiros distintos, sem prejuízo das demais condições estabelecidas no edital e neste contrato.

3.2.2.1 - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

3.2.2.2 - Os depósitos estão condicionados ao cumprimento de cada etapa dos serviços constantes dos respectivos cronogramas físico-financeiros, devidamente atestados pelo Fiscal do Contrato designado pelo Município.

3.3 - O Município, através da engenharia de fiscalização, realizará medição dos serviços prestados, conforme relatório fornecido pela contratada. A emissão da nota fiscal, pela empresa contratada, ficará condicionada à medição e aprovação dos serviços pelo servidor designado como Fiscal do Contrato e pela Engenharia de Fiscalização do Município.

3.4 - Incidirá sobre o valor total das Notas Fiscais emitidas o Imposto sobre Serviços (ISS), na forma do Código Tributário Municipal e legislação suplementar, o qual será retido na fonte. Da mesma forma, será retida a contribuição previdenciária, pela alíquota cabível para posterior recolhimento ao INSS, observado a regulamentação legal vigente.

3.5 - Para a efetivação de cada um dos pagamentos deste contrato será exigido da Licitante/Contratada a comprovação do recolhimento dos encargos fiscais e trabalhistas incidentes sobre a realização dos serviços objeto desta licitação, ficando sujeita, em caso de não apresentação, a retenção do pagamento até o seu adimplemento, não se configurando atraso por parte do Município.

3.6 - No preço estão inclusos todos os custos de execução do objeto, responsabilidade técnica, licenças, autorizações, alvarás, mão de obra, pessoal, alimentação, estadias, materiais, transportes, seguros, ferramental, produtos, maquinários, equipamentos (inclusive os de proteção individual), fretes, tributos, encargos sociais, trabalhistas, securitários e demais necessários e relacionados ao Edital, memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro, projeto, demais anexos e o presente instrumento.

3.7 - As despesas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA
02	DESPORTO
1006	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO ESPORTIVO
44905107	REFORMA
30000000	RECURSOS ORDINÁRIOS

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 - A CONTRATADA obriga-se:

- A aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO realizar, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, mediante autorização expressa do MUNICÍPIO;
- Pela contratação do pessoal, fornecimento de todos os materiais, transporte, ferramentas e equipamentos necessários para execução dos serviços nos locais indicados no memorial descritivo anexo ao edital;
- A refazer, a suas expensas, todo e qualquer serviço por má execução, trabalho defeituoso, acabamento insatisfatório ou executado fora das especificações técnicas, de acordo com o parecer Engenharia do Município, responsável pela fiscalização;
- A fornecer e obrigar o uso de equipamentos de proteção individual a seus empregados e aplicar a legislação referente a segurança, medicina e higiene do trabalho;
- Apresentar a guia paga e a relação de empregados do FGTS e a guia de recolhimento do INSS mensalmente, individualizada para obra;
- Confeccionar e instalar placas indicativas, sinalizadores, barreiras, sinais vermelhos, sinais de perigo, sinais de desvio e outros, em quantidade suficiente, sendo esta uma das condições para liberação ou aprovação da primeira medição;
- Deverá fornecer Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos serviços objeto desta licitação e da execução da obra;
- Manter o Diário de Obras sempre em dia, com anotações detalhadas do andamento dos trabalhos, e apresentar a cada semana para Engenharia do Município, responsável pela fiscalização;
- Guardar e disponibilizar, para eventuais fiscalizações futuras dos Órgãos de Controle da Administração Pública, todos os documentos fiscais e jurídicos da empresa e das obras executadas na forma deste processo licitatório.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

5.1 - Compete ao MUNICÍPIO efetuar o pagamento nos moldes estipulados na Clausula Terceira e acompanhar, controlar e fiscalizar o

cumprimento e a execução, o que não exime a CONTRATADA, de nenhuma forma, de sua plena, exclusiva e total responsabilidade, inclusive perante quaisquer terceiros e o MUNICÍPIO.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO:

6.1 – O prazo de vigência do presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do mesmo.

6.2 - O início dos serviços dar-se-á após o recebimento da Ordem de Serviço, em no máximo até 03 (três) dias consecutivos.

6.2.1 - A ordem de serviço será expedida mediante a subscrição do respectivo contrato, e a convocação para assinatura será feita pela Secretaria de Administração.

6.3 - O prazo para execução dos serviços (valor global) será de 60 (sessenta) dias contados do recebimento e subscrição da correspondente ordem de serviço, conforme cronograma físico-financeiro.

6.3.1 - A empresa contratada somente poderá executar a obra de forma dissonante do cronograma mediante expressa autorização da Administração Municipal.

6.3.2 - O fato de a mesma empresa ser contratada para execução de mais de um item não lhe dá o direito a prazo distinto, devendo observar para todos o prazo de execução, trabalhando de forma concomitante para atendimento deste sob pena de aplicação das sanções legais e contratuais inerentes.

6.4 - LOCAL: Rua Pioneiros, Centro – Doutor Pedrinho/SC.

6.5 – O PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO SERÁ CONTADO IMEDIAMENTE APÓS ESGOTADOS OS PRAZOS RECURSAIS COM VALIDADE ATÉ 31/12/2019.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO:

7.1 - Cabe ao MUNICÍPIO exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização dos serviços e obras contratados, o que não isenta a CONTRATADA de quaisquer de suas responsabilidades e obrigações.

7.2 - A CONTRATADA declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação, fiscalização e controle a serem adotados pelo MUNICÍPIO.

7.3 - A existência e atuação da fiscalização do MUNICÍPIO em nada restringe as responsabilidades únicas, integrais e exclusivas da CONTRATADA, especialmente no que concerne ao objeto e demais obrigações e responsabilidade contidas neste contrato.

7.4 - O MUNICÍPIO terá o direito de exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA, que venha a perturbar ou embaraçar a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, ficando isento de toda e qualquer responsabilidade, inclusive no âmbito judicial.

7.5 - O MUNICÍPIO promoverá medições, observadas as condições estabelecidas no Edital, projetos, planilhas, memorial descritivo, quantitativo, orçamento estimativo, plantas, demais anexos e no presente instrumento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 - Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo MUNICÍPIO, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

I – O pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO;

II – O pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início e/ou na entrega da obra;

III – O pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pela rescisão sem justo motivo, por culpa ou iniciativa da CONTRATADA.

8.2 - A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da Fazenda Pública Municipal (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da garantia contratual, bem como de eventuais valores devidos pelo MUNICÍPIO, retenções estas que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1 - A rescisão contratual poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; e

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para o MUNICÍPIO.



9.2 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pelo MUNICÍPIO, com as consequências previstas na cláusula oitava.

9.3 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

9.4 - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5 - Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.6 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do MUNICÍPIO, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:

a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com o MUNICÍPIO, e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;  
b) declaração de inidoneidade quando a CONTRATADA, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo do MUNICÍPIO). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

10.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designado(a) o(a) Engenheiro(a) Civil DAIANI FRANCIELY ANDREANI WILHELM do quadro da prefeitura municipal de Doutor Pedrinho/SC.

10.2 - Fica nomeado(a) como preposto da CONTRATADA para o presente contrato o(a) Sr.(a) Valmir de Souza, o(a) qual poderá ser contatado(a) através do telefone (47) 9 9958-6363 e e-mail vbconstrucoes.eng@gmail.com, e-mail este que será utilizado para todos os atos referentes a execução deste Contrato, inclusive para citações e intimações em caso de instauração de Processo Administrativo.

10.2.1 - Qualquer mensagem encaminhada ao e-mail fornecido pela CONTRATADA será considerada como recebida para todos os fins e efeitos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DA OBRA/SERVIÇO:

11.1 - A CONTRATADA fica desde já responsável pela solidez e segurança do empreendimento, inclusive no que tange a materiais e solo, nos moldes definidos pelo art. 618 do Código Civil.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA REVOGAÇÃO POR INTERESSE PÚBLICO:

12.1 - O Município de Doutor Pedrinho reserva-se o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

12.2 – Em caso de rescisão somente serão pagos os serviços efetivamente realizados até o momento da rescisão.

12.3 – A revogação da licitação nos termos dos itens da presente cláusula não gera para o Município obrigação de indenizar.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Doutor Pedrinho (SC), 31 de outubro de 2019.

ARTINO DALPIAZ  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

VALMIR DE SOUZA  
EMPREENHEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER  
ASSESSOR JURÍDICO  
OAB/SC 52.912

GESTOR/FISCAL DO CONTRATO  
DAIANI FRANCIELY ANDREANI WILHELM

Testemunhas:

ELAINE REGINA DE ESPÍNDOLA WOLLERT

ARNALDO VICENTE

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 86/2019**

Publicação Nº 2215742

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 86/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CESSÃO DE USO DE SOFTWARE CONSISTENTES NA DIVULGAÇÃO, PUBLICAÇÃO E GERENCIAMENTO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO – SC.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício ARTINO DALPIAZ, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.725.725/0001-35, situada à Rua 222, nº 246, sala 05, Bairro Meia Praia, cidade de Itapema – SC, CEP: 88.220-000, neste ato representado pelo(a) representante legal, senhor(a) CARLITO MELLO DE LIZ, empresário, CPF sob nº 181.488.089-53, residente e domiciliado na Rua 232, nº 245, apto 902, Bairro Meia Praia, cidade de Itapema – SC, CEP: 88.220-000, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 62/2019, e disposições da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1 - Constitui objeto do presente contrato a cessão de uso de software da CONTRATADA à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Decretos) por este fornecidos, dispostos no site [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) com link direcionado à página eletrônica do Município, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL de conexão será fornecida pela CONTRATADA ao setor técnico da CONTRATANTE.

1.2 - O valor total deste contrato corresponde a R\$ 10.488,32 (dez mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos), para realização de todos os serviços objeto deste instrumento.

1.3 – Este contrato se complementa pelo Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 62/2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

2.1 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto deste contrato correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2019 do MUNICÍPIO, como segue:

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2003 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

33904003 – HOSPEDAGEM DE SISTEMAS

1000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

3.1 - O valor total deste contrato é conforme descrito na cláusula primeira, item (1.2).

3.2 – No preço contratado já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, frete e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.3– Os pagamentos se darão da seguinte forma:

3.3.1 - Em relação ao objeto do presente contrato, o pagamento será efetuado em parcelas trimestrais e sucessivas no valor de R\$ 2.622,08 (dois mil, seiscentos e vinte e dois reais e oito centavos), totalizando quatro parcelas até a conclusão do pagamento, pagáveis ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC).

3.3.2 - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário.

3.4 - Havendo erro no documento de cobrança, ou qualquer circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a contratada se obriga a fazer as correções no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ficando pendente o pagamento até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso quaisquer ônus para a Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO:**

4.1 - Fica sendo de total responsabilidade da Contratada os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, despesas com administração, deslocamento, tributos e outros.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA:**

5.1 – O prazo de execução e vigência do presente contrato terá início na data de sua assinatura estendendo-se por doze meses, podendo ter seu prazo de vigência prorrogado mediante termo aditivo conforme a Lei nº 8666/93.

5.2 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto

quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

##### 6.1 - A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Realizar a execução dos serviços, objeto desta licitação, nas especificações contidas neste contrato;
- b) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do serviço, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas à contratante no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- c) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços realizados;
- d) Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
- e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- f) Executar o serviço licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- g) Executar o serviço com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, comprometendo-se pela garantia do mesmo e/ou substituindo os serviços realizados quando comprovada sua má execução;
- h) Publicar a legislação de atualização, compreendendo-se as Normas do mês corrente, no prazo de 01 (um) dia útil após o recebimento do material encaminhado pela CONTRATANTE;
- i) Disponibilizar a legislação municipal de forma consolidada por indexação e por dentro do texto. A consolidação por dentro do texto ocorrerá após a publicação de toda legislação municipal;
- j) Nos casos das Normas encaminhadas pela CONTRATANTE em formato "pdf", que sejam consideradas obsoletas ou que não tenham vínculo de alterações com outras Normas, disponibilizá-las em imagem, digitando-os com fiel observância o tipo e número do Ato, sua ementa na íntegra, e inserindo link para visualização da imagem original da Norma contendo sua íntegra;
- k) Informar via e-mail, ao gestor/setor responsável pelo acompanhamento do trabalho, os procedimentos a serem executados pelo corpo técnico da CONTRATANTE a fim de obter acesso aos recursos exclusivos por meio de suas contas individualizadas no portal, bem como publicar os documentos administrativos de efeito interno que a CONTRATANTE decida disponibilizar no portal, para consulta exclusiva dos servidores;
- l) Mediante solicitação da CONTRATANTE, fornecer em formato digital todo conteúdo das normas encaminhadas pela CONTRATANTE, durante o período de 30 (trinta) dias antecedentes ao término de cada mandato;
- m) Mediante solicitação da CONTRATANTE, fornecer em formato digital todo conteúdo original das normas encaminhadas pela CONTRATANTE;
- n) Manter seus dados para contato (endereço físico, e-mail e telefones) atualizados perante o MUNICÍPIO;
- o) Firmar o contrato resultante desta licitação em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da convocação para fazê-lo, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

##### 7.1 - A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Realizar o pagamento dos serviços objeto deste contrato no prazo e preço previsto neste instrumento;
- b) O MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93;
- c) Manter o envio contínuo das novas Normas expedidas pelo Município, a partir da data de assinatura do contrato, em arquivos digitais nos formatos de texto editável (.doc ou .txt) e imagem digitalizada (.pdf ou .jpeg/png). O envio do material de atualização deverá ocorrer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da assinatura pelas autoridades.
- d) Utilizar o endereço de e-mail fornecido pela CONTRATADA como meio de transmissão dos arquivos, observando o limite máximo de 20MB por e-mail encaminhado, por razões de ordem técnica. Dados superiores ao estabelecido neste item serão encaminhados de acordo com as instruções dadas pela equipe técnica da CONTRATADA à CONTRATANTE;
- e) Utilizar o sistema interno habilitado aos servidores previamente cadastrados e autorizados, a fim de proceder com a publicação das Normas e documentos administrativos de efeito interno. A publicação destes documentos será de responsabilidade da CONTRATANTE;
- f) Criar link em sua página oficial, com ícone de abertura descrito "LEIS MUNICIPAIS", por meio da seguinte URL de direcionamento: <https://www.leismunicipais.com.br/prefeitura/sc/doutorpedrinho>.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato poderá ensejar a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração, até o limite máximo de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual, limitado ao total de 15% do valor do contrato.

8.1.2 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.3 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.1.4 - Os pagamentos referentes a serviços que estejam sendo objeto de discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.



**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:**

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 – O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:**

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

11.1 - Para efetuar a gestão e fiscalização deste Contrato, fica designado o Secretário Municipal de Administração e Finanças Arnaldo Vicente.

11.2 - Fica nomeado como preposto da CONTRATADA para o presente contrato o Sr. Carlito Mello de Liz, o qual poderá ser contatado através do telefone (47) 3514-5600 e e-mail patricia.acker@leismunicipais.com.br

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:**

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó-SC, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho, 1º de novembro de 2019.

ARTINO DALPIAZ  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

CARLITO MELLO DE LIZ  
LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER  
ASSESSOR JURÍDICO OAB/SC 52.912

ARNALDO VICENTE  
GESTOR/FISCAL DO CONTRATO

ARNALDO VICENTE  
TESTEMUNHA

ALLISON DA LUZ  
TESTEMUNHA

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2019**

Publicação Nº 2215506

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87/2019

AQUISIÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE CATETER DE POLIURETANO PARA O PACIENTE ARNALDO LEWIN ENQUANTO SE CONCLUI PROCESSO LICITATÓRIO.

O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, situado à Rua Brasília, nº 02, Centro, nesta cidade de Doutor Pedrinho - SC, através do Fundo Municipal de Saúde – CNPJ nº 11.257.200/0001-40 neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício ARTINO DALPIAZ, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e a Empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.033.589/0001-12, situada à Rua Ricardo Georg, nº 1115, Bairro Itoupava Central, CEP: 89.069-100, cidade de Blumenau – SC, neste ato representado pelo(a) representante legal, senhor(a) DEISE EVANI PEREIRA WANDALL, CPF sob nº 775.898.829-68 aqui denominada simplesmente CONTRATADA, com base no Processo de Dispensa de Licitação nº 63/2019, e disposição da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, resolvem celebrar o presente Contrato de fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

1.1 – Constitui objeto do presente contrato a AQUISIÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE CATETER DE POLIURETANO PARA O PACIENTE ARNALDO LEWIN, ENQUANTO SE CONCLUI PROCESSO LICITATÓRIO, conforme segue:

Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Valor Ofertado	
					Unitário	Total
1	UNID	240	SPEEDICATH CATETER URINÁRIO LUBRIFICADO MAS-CULINO CALIBRE 12.	COLOPLAST	R\$ 18,16	R\$ 4.358,40
TOTAL GERAL:					R\$ 4.358,40	

1.2 – Este instrumento se complementa pelo Processo de Dispensa de Licitação nº 63/2019, e guarda conformidade com o melhor orçamento.

1.3 – O presente contrato não obriga o MUNICÍPIO a autorizar ou solicitar sua execução integral, sendo solicitadas de acordo com as reais

necessidades.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 – Os recursos financeiros para pagamento do objeto desta Licitação correrão a conta de dotações consignadas no Orçamento-Programa 2019 do MUNICÍPIO, como segue:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
2024 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
333903299 – OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA  
10200000 – RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 – O valor total deste contrato corresponde a R\$ 4.358,40 (quatro mil, trezentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), englobando os preços unitários e totais do(s) item(ns) estabelecido(s) na Clausula Primeira (1.1).

3.1.1 – Os preços propostos não serão reajustados durante o prazo contratual em obediência a Lei nº 9.069/95.

3.1.2 – Nos preços ofertados na proposta da CONTRATADA já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de impostos, taxas de qualquer natureza, transporte e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

3.2 – Em relação ao objeto da presente licitação, o pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS PRODUTOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal (emitido de acordo com as orientações do TCE/SC).

3.2.1 – Havendo erro no documento de cobrança, ou qualquer circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a contratada se obriga a fazer as correções no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, ficando pendente o pagamento até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso quaisquer ônus para a Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho.

3.2.2 - Os pagamentos serão realizados mediante depósito bancário através da Conta Corrente nº 66477-4, Agência nº 0095-7, Banco do Brasil, de titularidade da contratada.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO:

4.1 – A licitante vencedora disporá do prazo de 10 (dez) dias corridos para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo que, a entrega deverá ser efetuada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, situada no endereço, Rua Santa Catarina, nº 93, Centro, na cidade de Doutor Pedrinho/SC, conforme necessidade do município, independentemente da quantidade solicitada.

4.2 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da quantidade e conformidade dos mesmos com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos mesmos e a consequente aceitação.

4.3 - Caso o produto não seja entregue no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato poderá iniciar procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo município.

4.4 - O produto será recusado quando entregue com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital de Dispensa de Licitação.

4.5 – O item recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o município.

4.6 - Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e no Contrato.

4.7 - O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL:

5.1 – O contrato vigorará da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2019, sendo rescindido automaticamente após a realização de processo licitatório para aquisição do mesmo objeto, ou após a aquisição de todo quantitativo presente neste contrato.

5.2 - O início dos fornecimentos deve se dar a partir da assinatura deste instrumento, através da emissão da respectiva ordem.

5.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

5.4 - No caso de a execução do objeto serem divididos em parcelas mensais, o respectivo fornecimento se dará após a emissão de cada ordem de fornecimento.

5.5 – O MUNICÍPIO não será obrigado a utilizar ou autorizar a execução de todo quantitativo deste contrato, oriundo do presente Processo de Dispensa de Licitação, sendo este um estimativo para o período de vigência do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1 - Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital de Dispensa de Licitação, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Ressarcir ao MUNICÍPIO/FMS do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO/FMS ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO/FMS no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- b) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- c) Manter, durante a execução do contrato e/ou prestação dos serviços, as mesmas condições de habilitação;
- d) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- e) Fornecer o objeto contratado e/ou prestar os serviços previstos por profissional habilitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto e/ou prestar os serviços previstos com pontualidade e boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, e nos locais contratados;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial ou fracionada, conforme necessidade do MUNICÍPIO/FMS;
- h) Comunicar ao MUNICÍPIO em 24 horas qualquer alteração no endereço, telefone, e-mail ou Preposto indicado;
- i) Firmar o contrato resultante deste Processo de Dispensa de licitação em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento da convocação para fazê-lo, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FMS:

7.1 - Além das obrigações já previstas no presente contrato, como o pagamento dos serviços prestados no prazo e preço previsto neste instrumento, o MUNICÍPIO obriga-se a publicar o resumo do Contrato e dos Aditamentos que houver, na imprensa local, até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, conforme art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas no contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total do Contrato poderá ensejar a suspensão do cadastro da CONTRATADA ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO e multa, de acordo com a gravidade da infração, até o limite máximo de 1% (um por cento) por dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual.

8.1.2 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.3 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.1.4 – Os pagamentos referentes a serviços que estejam sendo objeto de discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências estabelecidas neste instrumento e/ou na Lei nº 8.666/93.

9.1.1 - O MUNICÍPIO poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.1.2 - Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, não cabe a CONTRATADA direito a qualquer indenização.

9.2 – Em virtude de seu caráter emergencial, este contrato será automaticamente extinto quando da conclusão de processo licitatório para nova aquisição do objeto deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA COBRANÇA JUDICIAL:

10.1 - As importâncias devidas pela CONTRATADA em razão de multas impostas pela inexecução deste instrumento serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato em título executivo extrajudicial, ressalvando-se a possibilidade de cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

11.1 - Para efetuar o acompanhamento e fiscalização deste Contrato, fica designada a Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, Ticiane Eugênia Lenzi.

11.2 - Fica nomeado(a) como preposto da CONTRATADA para o presente contrato o(a) Sr.(a) Deise Evani Pereira Wandall, o(a) qual poderá ser contatado(a) através do telefone 47 3144-9700 e e-mail olimed@olimed.com.br, e-mail este que será utilizado para todos os atos referentes a execução deste Contrato, inclusive para citações e intimações em caso de instauração de Processo Administrativo.

11.2.1 - Qualquer mensagem encaminhada ao e-mail fornecido pela CONTRATADA será considerada como recebida para todos os fins e efeitos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - As partes elegem o Foro da Cidade de Timbó – Santa Catarina, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas, para os efeitos legais.

Doutor Pedrinho, 1º de novembro de 2019.

ARTINO DALPIAZ

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DEISE EVANI PEREIRA WANDALL

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

CONTRATADA

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER

ASSESSOR JURÍDICO

OAB/SC 52.912

TICIANE EUGÊNIA LENZI

GESTORA/FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
ELAINE REGINA DE ESPÍNDOLA  
WOLLERT

\_\_\_\_\_  
ALLISON DA LUZ

# Entre Rios

## PREFEITURA

### LICITAÇÃO 047-2019 PMER

Publicação Nº 2214772

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS  
EXECUTIVO MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 047/2019- SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2019 - PMER

#### 1 - PREÂMBULO

1.1 - O Município de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal Sr. JURANDI DELL OSBEL, comunica que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, pelo critério do menor preço por item, tendo por finalidade a FUTURAS AQUISIÇÃO DE MAQUINA DODOVIARIA SENDO UMA RETROESCAVADEIRA NOVA 4X4, GABINADA COM AR CONDICIONADO DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I DESTE EDITAL, cujo processamento, direção e julgamento serão realizados pelo Pregoeiro, constituída pelo Decreto nº. 063/2019, em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, demais legislação pertinentes, bem como as condições adiante fixadas.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº. 01 e nº. 02, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até as 08h:20min (horário oficial de Brasília), do dia 20 de NOVEMBRO de 2019, no Setor de Protocolo desta Prefeitura, na Rua Pergentino Alberici, nº. 152, centro da cidade de Entre Rios/SC.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08h:30min (horário oficial de Brasília), do dia 20 de NOVEMBRO de 2019 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Entre Rios/SC, situada no endereço citado no item 1.2.

1.4 - Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

1.5 – Contato para informações devem ser encaminhada apenas por e-mail no endereço [licitacoes@entrerios.sc.gov.br](mailto:licitacoes@entrerios.sc.gov.br), não será respondido via telefone.

Entre Rios, SC, 04 de novembro de 2019.  
JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 327/2019

Publicação Nº 2215230

Portaria nº. 327/2019, de 05 de setembro de 2019.

SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 315/2018, EM FACE DA SERVIDORA MARLI DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação vigente e;

CONSIDERANDO que a Sra. Rosivani Damaratt, presidente deste processo administrativo disciplinar, foi exonerada por meio da Portaria nº 128/2019, da função de Secretária Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que pela Portaria nº 140/2019, foi nomeada Secretária Municipal de Educação a Sra. Ivaldina Ribeiro Brunetto, e com base no artigo 157, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 018/207, o secretário municipal da pasta que o servidor investigado deve ser membro da comissão processante;

CONSIDERANDO que o membro da comissão, Sr. Sadi Brunetto é esposo da Secretária Municipal de Educação, Sra. Ivaldina Ribeiro Brunetto, a qual será nomeada presidente da comissão, e evitando eventual alegação de suspeição, deve aquele ser substituído por outro membro;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado a servidora Ivaldina Ribeiro Brunetto e o vereador Alcino Valentin Biasus em substituição as pessoas de Rosivani Damaratt e Sadi Brunetto, como membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 315/2018, ficando a referida banca composta pelos seguintes membros, presidida pelo primeiro:

I – Presidente: Ivaldina Ribeiro Brunetto – Secretária Municipal de Educação;

II – Secretária: Rosângela Pereira Ferraz Paz – Professora;

III – Membro: Carlos Alexandre Lise – Agente de Informática;

IV – Membro: Orides de Almeida Umbelino – Vereador; e

V – Membro: Alcino Valentin Biasus – Vereador.

Art. 2º. No desempenho de suas funções, os membros ora nomeados deverão observar as disposições constantes da Portaria nº 315/2018, que permanece inalterada com seus demais termos.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, 05 de setembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 328/2019**

Publicação Nº 2215234

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 328 de 09 de setembro de 2019.

EXONERA ROSA MARIA BIASI ORLANDI, CONTRATADA TEMPORARIAMENTE DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 016/2007 de 05 de outubro de 2006 e,

Considerando, que a Professora Titular Terezinha Ferreira Carneiro retornou do auxílio doença;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerada a Sra. ROSA MARIA BIASI ORLANDI, contratada temporariamente para substituir a Professora Terezinha Ferreira Carneiro.

Art. 2º. O Regime Jurídico e o Sistema de Previdência serão aqueles previstos na Lei Complementar.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Entre Rios/SC, 09 de setembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 329/2019**

Publicação Nº 2215236

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº329 de 10 de setembro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCINO VALENTIM BIASUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para ao servidor Alcino Valentim Biasus pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 10 de setembro de 2019 a 09 de outubro de 2019.

Parágrafo Único: Período de Licença Prêmio outubro de 2016 a outubro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 10 de setembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 330/2019**

Publicação Nº 2215239

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº330 de 13 de setembro de 2019.

EXONERA A SRA. OLIVIA FORTES DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DA SAÚDE INDÍGENA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis Complementares n.º 008/01 e nº015/2006.

CONSIDERANDO, pedido em anexo;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerada a Sra. Olivia Fortes do cargo comissionado de Diretor de Departamento da Saúde Indígena (Lei Complementar n.º 015/2006), de livre nomeação e exoneração.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 13 de setembro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 331/2019**

Publicação Nº 2215242

Portaria nº 331 de 12 de setembro de 2019

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA EFETIVA SIDIANE BENIN HAMMERICH, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar 040/2009; e

CONSIDERANDO, atestado médico em anexo;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder Licença Maternidade, conforme a Lei Complementar 040/2009, para a servidora efetiva SIDIANE BENIN HAMMERICH, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a iniciar em 12 de setembro de 2019 e terminar em 09 de março de 2020. Retorno em 10 de março de 2020.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 13 de agosto de 2019.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 332/2019**

Publicação Nº 2215244

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 332 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARILETE INES GASPERIN MACEDÔ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Marilete Ines Gasperin Macedô, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 e terminar em 30 de outubro de 2019.



Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º será acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de outubro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 11 de maio de 2018 a 10 de maio de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 333/2019**

Publicação Nº 2215247

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 333 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL GISELE DE ANDRADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Gisele de Andrade, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 e terminar em 30 de outubro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de setembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 23 de maio de 2018 a 22 de maio de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 334/2019**

Publicação Nº 2215250

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 334 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LIRIAN CARDOSO NARDI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação; e

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Lirian Cardoso Nardi, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 e terminar em 30 de outubro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de setembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 03 de fevereiro de 2018 a 02 de fevereiro de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 335/2019**

Publicação Nº 2215251

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 335 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL HELIO TIDRES FERREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação; e

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Helio Tidres Ferreira, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 e terminar em 30 de outubro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de setembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 03 de fevereiro de 2018 a 02 de fevereiro de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 336/2019**

Publicação Nº 2215253

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 336 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDECIR NARDI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação; e

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Valdecir Nardi, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 e terminar em 30 de outubro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de setembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 23 de abril de 2018 a 22 de abril de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 337/2019**

Publicação Nº 2215255

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº337 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARLOS OSMAR DA COSTA VARELA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

**RESOLVE**

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para o servidor Carlos Osmar da Costa Varela pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio outubro de 2016 a outubro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 338/2019**

Publicação Nº 2215257

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº338 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ORIDES DE ALMEIDA UMBELINO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

RESOLVE

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para o servidor Orides de Almeida Umbelino pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio junho de 2016 a junho de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 339/2019**

Publicação Nº 2215258

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº339 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ODIMAR DE ASSUMPÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

RESOLVE

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para o servidor Odimar de Assumpção pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio abril de 2015 a abril de 2018.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 340/2019**

Publicação Nº 2215260

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº340 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MOACIR CARBONARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

**RESOLVE**

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para o servidor Moacir Carbonari pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio fevereiro de 2016 a fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 341/2019**

Publicação Nº 2215261

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº341 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ROGERIO DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

**RESOLVE**

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para o servidor Rogerio dos Santos pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio fevereiro de 2016 a fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 342/2019**

Publicação Nº 2215353

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº342 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GILMAR ANTONIO FELISBINO VOLF, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei

Municipal vigente; e

**RESOLVE**

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para o servidor Gilmar Antonio Felisbino Volf pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio fevereiro de 2016 a fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 343/2019**

Publicação Nº 2215356

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº343 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CLAUDIMIR PAVAN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

**RESOLVE**

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para o servidor Claudimir Pavan pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio março de 2017 a março de 2020.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 344/2019**

Publicação Nº 2215358

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº344 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GELSON RODRIGUES DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

**RESOLVE**

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para o servidor Gelson Rodrigues da Silva pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio outubro de 2016 a outubro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 345/2019**

Publicação Nº 2215363

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº345 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DANILO LUIZ RODIGHERI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

RESOLVE

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para o servidor Danilo Luiz Rodigheri pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio agosto de 2016 a agosto de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 346/2019**

Publicação Nº 2215365

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº346 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CELSO DOS SANTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

RESOLVE

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para o servidor Celso dos Santos pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio outubro de 2016 a outubro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 347/2019**

Publicação Nº 2215367

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº347 de 01 de outubro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NADIR DE GARRAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

**RESOLVE**

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para a servidora Nadir de Garrais pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 01 de outubro de 2019 a 30 de outubro de 2019.

Parágrafo Único: Período de Licença Prêmio fevereiro de 2016 a fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 348/2019**

Publicação Nº 2215370

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria Nº 348 de 01 de outubro de 2019.

EXONERA JUDITE APARECIDA TEIXEIRA, DO CARGO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 016/2007 de 05 de outubro de 2006 e,

Considerando, pedido de rescisão em anexo;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica exonerada a Sra. Judite Aparecida Teixeira, do cargo de Agente de Copa e Limpeza.

Art. 2º. O Regime Jurídico e o Sistema de Previdência Geral.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Entre Rios/SC, 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 349/2019**

Publicação Nº 2215372

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria Nº 349 de 01 de outubro de 2019

CONTRATA TEMPORARIAMENTE ADRIANA BATISTA BELINO, NO CARGO DE AGENTE DE COPA E LIMPEZA, APROVADO EM TESTE SELETIVO CONFORME EDITAL 001/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 016/2007 de 05 de outubro de 2006 e,

Considerando, aprovação havida em teste seletivo,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica Contratada a Sra. Adriana Batista Belino, aprovada em teste seletivo de que trata o Edital 001/2019, para desempenhar suas funções atinentes ao cargo, devendo cumprir carga horária de 40hs semanais.

Parágrafo único: O prazo de contratação, será até 26 de abril de 2020, conforme prevê o Capítulo III, item 3.2, do Edital 001/2019, podendo ser prorrogado nos termos previstos no referido Edital, ou até que persistir a necessidade da contratação e/ou a realização do Concurso Público.

Art. 2º. O Regime Jurídico e o Sistema de Previdência Geral.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Registre e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Entre Rios/SC, 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 350/2019**

Publicação Nº 2215384

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

PORTARIA Nº 350 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

RENOMEIA O SR. ADELAR CARBONARI DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO PARA O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR SERVIÇOS GERAIS, DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, CONSTANTE DA LEI COMPLEMENTAR Nº 008/01, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2001, ANEXO III, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 008/01.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. Adelar Carbonari, do cargo de Diretor de Departamento de Tributação para exercer o cargo de Diretor de Departamento de Serviços Gerais, (Lei Complementar n.º 008/01), anexo III, de 14 de dezembro de 2001 de livre nomeação e exoneração, percebendo a remuneração constante da tabela de níveis de vencimentos.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 01 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 351/2019**

Publicação Nº 2215408

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

PORTARIA Nº 351 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

“AUTORIZA O SR. ADELAR CARBONARI OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE SERVIÇOS GERAIS A CONDUZIR VEÍCULOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente faz saber:

Considerando, que pode ocorrer falta de motorista para conduzir veículo para realizar trabalhos destinados as Secretaria de Administração e Infra-Estrutura, como levar e buscar documentos, ou até mesmo conduzir caminhão.

Considerando, que o Sr. Adelar tem habilitação para conduzir veículos;

**Resolve:**

Art. 1º Fica autorizado o Sr. Adelar Carbonari para conduzir quando necessário o veículos das Secretarias de Administração e Infra-estrutura.

Art.2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Entre Rios, 01 de outubro de 2019.  
JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 352/2019**

Publicação Nº 2215409

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS  
PORTARIA Nº 352 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

"DESIGNA A SERVIDORA LIRIAN CARDOSO NARDI, ALÉM DE SUAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE TELEFONISTA, IRÁ AUXILIAR NOS PROTOCOLOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Jurandi Dell Osbel, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente faz saber:

Resolve:  
Art. 1º Fica concedida Função Gratificada para a servidora Lirian Cardoso Nardi, para que além de suas as funções que já vem desempenhando, irá auxiliar nos protocolos. Fazendo jus ao acréscimo de 10% mensais em cima de seu salário base, a título de função gratificada, conforme previsto no anexo VI, alínea "d", da Lei Complementar n. 019/2007, alterada pela lei complementar 043/2010.

Art. 2º. As despesas originadas com a presente portaria correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 01 de agosto de 2019.

Entre Rios/SC, 01 de outubro de 2019.  
JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 353/2019**

Publicação Nº 2215411

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS  
Portaria nº353 de 14 de outubro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JONAS ELIAS SIMONETTI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

Artigo 1º. Conceder Licença Prêmio conforme a 018/2007 art. 103, para ao servidor Jonas Elias Simonetti pelo prazo de 30 (trinta) dias, a iniciar em 14 de outubro de 2019 a 12 de novembro de 2019.

Paragrafo Único: Período de Licença Prêmio outubro de 2016 a outubro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 14 de outubro de 2019.  
JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 354/2019**

Publicação Nº 2215412

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 354 de 14 de outubro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IOMAR CEZAR BIASUS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 018/2007; e



**RESOLVE:**

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Iomar Cezar Biasus, pelo prazo de 30 (trinta) dias, em duas escalas a iniciar em 14 de outubro de 2019 a 23 de outubro de 2019. O restante das férias no decorrer desse ano e/ou até janeiro de 2020.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de fevereiro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 03 de fevereiro de 2018 a 02 de fevereiro de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 14 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 355/2019**

Publicação Nº 2215484

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 355 de 17 de outubro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADMIR HAMMERICH, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação; e

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Conceder férias ao servidor Admir Hammerich, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 17 de outubro de 2019 e terminar em 15 de novembro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º será acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de outubro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 19 de março de 2018 a 18 de março de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 17 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 356/2019**

Publicação Nº 2215486

PORTARIA Nº 356 DE 17 DE OUTUBRO DE 2019.

CONSTITUI A O COMITÊ DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE - COES E DESIGNA SEUS MEMBROS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal vigente; e

**RESOLVE**

Artigo 1º - Constituir junto a Secretaria Municipal de Entre Rios (SC), o Comitê de Operações de Emergência em Saúde (COES), Grupo Multidisciplinar e Intersetorial destinado a integrar as ações e serviços em saúde, para atuação em situações de emergência e estado de calamidade pública com o objetivo precípua de coordenar as ações emergenciais em área de saúde.

Artigo 2º - Designar os membros a seguir relacionados para comporem o Comitê de Operações de Emergência em Saúde (COES):

I – Sônia da Rosa Lentz Belém – Representante da Secretaria Municipal de saúde;

II – Jones Boldi – Representante da Vigilância Sanitária;

III – Valquiria Rozana Rossoni – Representante da Vigilância Epidemiológica;

IV – Peterson Alberici – Representante da Assistência Farmacêutica.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Entre Rios/SC, aos 17 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL

Prefeito Municipal

Sônia da Rosa Lentz Belém  
Secretária Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 357/2019**

Publicação Nº 2215489

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº 357 de 17 de outubro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE APARECIDA MAGISTRALI BIASI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação; e

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Conceder férias a servidora Eliane Aparecida magistral Biasi, pelo prazo de 30 (trinta dias) dias, a iniciar em 23 de outubro de 2019 e terminar em 21 de novembro de 2019.

Parágrafo único. As férias de que trata o artigo 1º foi acrescidas de 1/3 a mais da remuneração no mês de setembro de 2019.

Artigo 2º. O período aquisitivo de férias compreende em 13 de abril de 2018 a 12 de abril de 2019.

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, em 17 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 358/2019**

Publicação Nº 2215490

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº358 de 10 de outubro de 2019.

EXONERA MARILDA ROSA BORGES LUCIO, DO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE GABINETE DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 008/2001.

CONSIDERANDO, pedido em anexo;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica exonerada a Sra. MARILDA ROSA BORGES LUCIO do cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA (Lei Complementar n.008/2001), de livre nomeação e exoneração.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 10 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 359/2019**

Publicação Nº 2215494

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº359 de 22 de outubro de 2019.

EXONERA A SRA. EDUARDA DA FONSECA NO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 017/06.

CONSIDERANDO, Término de Contrato Temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerada Eduarda da Fonseca Contratada Temporariamente do cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Entre Rios/SC, 22 de outubro de 2019.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

# Ermo

## PREFEITURA

### **DIVULGA RELAÇÃO DE CANDIDATOS HABILITADOS A CONCORRER A ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DOS CONSELHEIROS TUTELARES - EDITAL 02/2019**

Publicação Nº 2215529

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/ CMDCA  
ERMO/SC

Divulga relação de Candidatos Habilitados a Concorrer a Eleição Suplementar dos Conselheiros Tutelares - Edital 02/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ermo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições e em conformidade com o Edital CMDCA Nº02/2019, RESOLVE:

Art. 1º-Torna pública a relação de candidatos DEFERIDOS, analisados pela Comissão Especial Eleitoral a concorrer à eleição suplementar para escolha de Conselheiros Tutelares Suplentes do Município de Ermo em 15 de Dezembro de 2019.

Nº. DE INSCRIÇÃO	CANDIDATO (A)
01	PATRICIA NAZARIO
02	DIANA ALBINO MORGEROT

Ermo, 04 de Novembro de 2019.

CINARA MATEUS RÉUS CLEMES

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Ermo

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 290/2019

Publicação Nº 2214745

DECRETO Nº. 0290/2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR RELATIVO À SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2476 de 06 de Dezembro de 2018;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 87.986,53 (oitenta e sete mil e novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e três centavos) no Município de Faxinal dos Guedes, nas seguintes programações de despesas:

#### Suplementações:

Órgão: 05 – Secretaria M. de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Infraestrutura

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 2601 – Estradas Vicinais

Projeto/Atividade: 2016 – Manut. das Ativ. de Infraestrutura

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1300 – Superávit Recursos Ordinários

Valor: R\$ 66.510,30

Órgão: 03 – Secretaria de Administração e Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Administração e Fazenda

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 402 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2004 – Manut. das Ativ. Adm. e Finanças

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1300 – Superávit Recursos Ordinários

Valor: R\$ 4.618,51

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 401 – Gestão Adm. Superior

Projeto/Atividade: 2003 – Manut. das At. Gab. Do Prefeito

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1300 – Superávit Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.857,72

Órgão: 04 – Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento de Educação

Função: 12 – Educação

Subfunção: 367 – Educação Especial

Programa: 1201 – Desenvolvimento Educacional

Projeto/Atividade: 2012 – Apoio a Educação Especial

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1300 – Superávit Recursos Ordinários

Valor: R\$ 15.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que se trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior de recursos ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 21 de Outubro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**DECRETO Nº 291/2019**

Publicação Nº 2214746

DECRETO Nº. 0291/2019.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal e art. 5º da Lei Municipal nº. 2476 de 06 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 23.847,99 (vinte e três mil, oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

Subtrai das Dotações:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Unidade Orçamentária: 01– Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 401 – Gestão Adm. Superior

Projeto/Atividade: 2003 – Manut. das Ativ. Gab. Do Prefeito

Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 06– S. M. da Agricultura e D. Econômico

Unidade Orçamentária: 01 – S. M. da Agricultura e D. Econômico

Função: 20 – Agricultura

Subfunção: 608 – Promoção da produção Agropecuária

Programa: 2001 – Assistência ao produtor Rural

Projeto/Atividade: 2021 – M. das Ativ. de Apoio ao produtor

Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 03 –Secretaria de Administração e Fazenda

Unidade Orçamentária: 01– Secretaria de Administração e Fazenda

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 402 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2004 – Manut. das At. Adm. e Finanças

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.699,00

Órgão: 07 – Secretaria M. de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 801 – Assistência Social Geral

Projeto/Atividade: 2024 – Manut. do Conselho Tutelar

Modalidade de Aplicação: 31900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 500,00

Órgão: 07 – Secretaria M. de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Assistência Social

Função: 08 – Assistência Social

Subfunção: 244 – Assistência Comunitária

Programa: 801 – Assistência Social Geral

Projeto/Atividade: 2024 – Manut. do Conselho Tutelar

Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.405,00

Órgão: 04 – Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Esporte

Função: 27 – Desporto e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

Programa: 2701 – Esporte é Vida

Projeto/Atividade: 2015 – Manutenção das Atividades Esportivas  
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 243,99

Adiciona para as Dotações:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito  
Unidade Orçamentária: 01 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito  
Função: 04 – Administração  
Subfunção: 122 – Administração Geral  
Programa: 401 – Gestão Adm. Superior  
Projeto/Atividade: 2003 – Manut. das Ativ. Gab. Do Prefeito  
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 06 – S. M. da Agricultura e D. Econômico  
Unidade Orçamentária: 01 – S. M. da Agricultura e D. Econômico  
Função: 20 – Agricultura  
Subfunção: 608 – Promoção da produção Agropecuária  
Programa: 2001 – Assistência ao produtor Rural  
Projeto/Atividade: 2021 – M. das Ativ. de Apoio ao produtor  
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 03 – Secretaria de Administração e Fazenda  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Administração e Fazenda  
Função: 04 – Administração  
Subfunção: 122 – Administração Geral  
Programa: 402 – Administração Geral  
Projeto/Atividade: 2004 – Manut. das At. Adm. e Finanças  
Modalidade de Aplicação: 44900000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 1.699,00

Órgão: 07 – Secretaria M. de Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria M. de Assistência Social  
Função: 08 – Assistência Social  
Subfunção: 244 – Assistência Comunitária  
Programa: 801 – Assistência Social Geral  
Projeto/Atividade: 2024 – Manut. do Conselho Tutelar  
Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 1.905,00

Órgão: 04 – Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 03 – Departamento de Esporte  
Função: 27 – Desporto e Lazer  
Subfunção: 812 – Desporto Comunitário  
Programa: 2701 – Esporte é Vida  
Projeto/Atividade: 2015 – Manutenção das Atividades Esportivas  
Modalidade de Aplicação: 44000000 – Aplicações Diretas  
Fonte: 1100 – Recursos Ordinários  
Valor: R\$ 243,99

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes - SC, 21 de Outubro de 2019.  
GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**DECRETO Nº 292/2019**

Publicação Nº 2214748

FAXINAL DOS GUEDES - SC  
GOVERNO MUNICIPAL  
Av. Rio Grande do Sul, 50. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br  
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

Faxinal dos Guedes, SC – 29 de Outubro de 2019.

Decreto nº292/2019

EXONERA SERVIDOR DO EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM EXTINÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica exonerado a partir da data 29 de outubro de 2019 o Sr. GERALCI JOÃO AMPOLINI, portador do CPF nº 251.197.299-91, do exercício do cargo de provimento em extinção de OFICIAL ADMINISTRATIVO da Lei Complementar 048/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 29 de Outubro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO Nº 293/2019**

Publicação Nº 2214751

FAXINAL DOS GUEDES - SC  
GOVERNO MUNICIPAL  
Av. Rio Grande do Sul, 50. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br  
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

Faxinal dos Guedes, SC – 31 de Outubro de 2019.

Decreto nº293/2019

EXONERA SERVIDOR DO EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica exonerada a partir da data 31 de outubro de 2019 a Sra. DAYANE MOSENA, portadora do CPF nº 037.572.479-65, do exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE EDUCAÇÃO da Lei Complementar 048/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 31 de Outubro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO Nº 294/2019**

Publicação Nº 2214752

FAXINAL DOS GUEDES - SC  
GOVERNO MUNICIPAL  
Av. Rio Grande do Sul, 50. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br  
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

Faxinal dos Guedes, SC – 31 de Outubro de 2019.

Decreto nº294/2019

EXONERA SERVIDOR DO EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

**DECRETA:**

Art.1º. Fica exonerada a partir da data 31 de outubro de 2019 a Sra. ALINE ROBERTA ANDHIGHI DE SOUZA, portadora do CPF nº 077.528.569-24, do exercício do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PROJETOS da Lei Complementar 048/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 31 de Outubro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO Nº 295/2019**

Publicação Nº 2214799

FAXINAL DOS GUEDES - SC  
GOVERNO MUNICIPAL  
Av. Rio Grande do Sul, 50. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - www.faxinal.sc.gov.br  
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

Faxinal dos Guedes, SC – 31 de Outubro de 2019.

Decreto nº295/2019

EXONERA SERVIDOR DO EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

**DECRETA:**

Art.1º. Fica exonerado a partir da data 31 de outubro de 2019 o Sr. PEDRO PAULO RAMILO, portador do CPF nº 593.571.699-20, do exercício do cargo de provimento em comissão de SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO da Lei Complementar 048/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 31 de Outubro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**TERMO ADITIVO 0001 AO CONTRATO 0051-2019**

Publicação Nº 2214750

TERMO ADITIVO N. 01 AO,  
CONTRATO AMINISTRATIVO N. 0051/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A  
CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATURAL

Ajustar a inclusão veículos nos termos do item 10.1 do Anexo I – Termo de Referência, que diz: "... havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículos, durante o período da vigência deste contrato a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esse contrato..." incluir os seguintes bens:

a) RENAULTMASTER FUR L3H2 PLACA: QJF5626 CHASSI: 93YMAF4XEKJ527697 ANO/MODELO: 2018 / 2019, valor de R\$ 5.807,33 (cinco mil oitocentos e sete reais e trinta e três centavos), contendo as seguintes coberturas:

Cobertura: CASCO 100% tabela Fipe, Franquia R\$ 5.500,00, RCF/Danos Materiais R\$ 250.000,00, RCF/Danos Corporais R\$ 500.000,00, Danos Morais/estéticos R\$ 100.000,00, Acessórios R\$ 20.000,00 com franquia de R\$ 3.500,00, APP MORTE POR PASSAGEIRO R\$ 100.000,00, APP INVALIDEZ PERMANENTE POR PASSAGEIRO R\$ 100.000,00, APP DESPESAS MÉDICA/HOSPITALAR POR PASSAGEIRO R\$ 100.000,00. VIDROS, FARÓIS, RETROVISORES E LANTERNAS COBERTURA PARA CARGA E DESCARGA; COBERTURA PARA GERENTE, SÓCIOS, FUNCIONÁRIOS E PREPOSTOS; CARRO RESERVA PARA PERDA TOTAL 30 DIAS E PERDA PARCIAL ILIMITADO

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

As demais disposições em contrário que não colidirem com o Contrato Administrativo Originário e com o presente Termo Aditivo n. 01 permanecem em pleno vigor, ficando eleito o Foro da Comarca de Xanxerê-SC, para dirimência de quaisquer questões fundadas no presente instrumento, com renúncia expressa de quaisquer outros por mais privilegiado que possa ser.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo n. 01 ao Contrato Administrativo n. 0051/2019, em 4 (vias) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 04 de Novembro de 2019.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 213/2019

Publicação Nº 2214783

	PORTARIA Nº 213/2019
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal ADRIANO PEREIRA, ocupante do Cargo de Agente de Administração exercendo a função de Enfermeiro lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 04/11/2019 a 18/11/2019, Conforme Decreto nº 002/2017 relativo ao período aquisitivo 08/18 a 08/19.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 04 dias do mês de Novembro de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DE INSCRITOS 1

Publicação Nº 2216148

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

#### EDITAL Nº 09/2019 – HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

O Sr. Rudimar Conte, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, por este Edital, torna pública a presente divulgação para informar o que segue:

#### 1. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

1.1 A Lista Definitiva de inscritos encontra-se disponível no site da FUNDATEC, [www.fundatec.org.br](http://www.fundatec.org.br).

#### 2. RESULTADO DOS RECURSOS

A Comissão de Concursos realizou a avaliação dos recursos interpostos pelos candidatos durante o período de 28/10 a 30/10/2019, decidindo o que segue:

##### 2.1 RECURSOS INDEFERIDOS OU INCONSISTENTES

2.1.1 O candidato de inscrição nº 53001460142-6 teve seu recurso indeferido pois, conforme Edital nº 05/2019, teve sua inscrição isenta nesse Concurso Público.

#### 3. RESULTADO DE FOTOS NÃO ACEITAS NA FICHA DE INSCRIÇÃO

3.1 Os candidatos de inscrição nº 53016422950-4, 53016461521-6 e 53018423316-1 continuaram com suas fotos “não aceitas” na ficha de inscrição. Portanto, deverá(ão) comparecer na sala de Coordenação de seu Local de Prova, disponível para consulta no link “Consulta de Data, Hora e Local da Prova Teórico-Objetiva”, para realizar o registro fotográfico e obter autorização de entrada na sala de realização de prova.

Formosa do Sul, 04 de novembro de 2019.

Rudimar Conte  
Prefeito Municipal

# Forquilha

## PREFEITURA

### 72 PUBLICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL 2019

Publicação Nº 2214888

#### PUBLICAÇÃO DE DÉBITO DE MULTA

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento da presente constituição de créditos tributários e de créditos não tributários, pelo lançamento da multa estipulada na art. 1º § 2º da Lei 2265/2017, do exercício fiscal de 2019.

A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento abaixo discriminado, ou para que apresente defesa formal. Em acordo com a Lei Municipal 494/98, art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em inscrição em dívida ativa e posterior protesto em cartório e /ou execução fiscal.

Nº NOTIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO	DÍVIDAS CONTIDAS
43178	10/10/2019	998,39	PAULO ROBERTO KAMMER	CONT. 104407	MULTA ART. 1º § 2º LEI 2265/2017
43180	10/10/2019	806,17	ROMACIR DOMINGOS DAL MORO	CONT. 135922	MULTA ART. 1º § 2º LEI 2265/2017
43176	10/10/2019	998,39	REGINALDO DA SILVA FERNANDES	CONT. 1709	MULTA ART. 1º § 2º LEI 2265/2017
43179	10/10/2019	550,28	JEFFERSON DE SOZUA CARDOSO	CONT. 109729	MULTA ART. 1º § 2º LEI 2265/2017
43175	10/10/2019	310,84	VALENTIN PICOLO UGIONI	CONT. 864	MULTA ART. 1º § 2º LEI 2265/2017
43177	10/10/2019	596,41	CELIO DE MEDEIROS	CONT. 2141	MULTA ART. 1º § 2º LEI 2265/2017

Forquilha/SC, 04 de novembro de 2019.

Ademir Brandieli Pedro

Secretário de Administração e Finanças

### 73 PUBLICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL 2019

Publicação Nº 2214890

#### PUBLICAÇÃO DE DÉBITO

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento da presente constituição de créditos tributários e de créditos não tributários, pelo lançamento de taxa de Aquisição de Terreno de Cemitério, do exercício fiscal de 2019.

A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento abaixo discriminado, ou para que apresente defesa formal. Em acordo com a Lei Municipal 494/98, art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em inscrição em dívida ativa e posterior protesto em cartório e /ou execução fiscal.

Nº NOTIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO	DÍVIDAS CONTIDAS
43181	16/10/2019	470,67	NELSON LUIZ LOSSO	CONT.: 10435	TX. TERRENO DE CEMITÉRIO
43182	16/10/2019	367,48	IVONE MINATTO	CONT.: 10582	TX. TERRENO DE CEMITÉRIO
43183	16/10/2019	791,45	FABRICIA DE SOUZA NASCIMENTO	CONT.: 130676	TX. TERRENO DE CEMITÉRIO
43184	16/10/2019	798,10	JOSE CICERO PEREIRA DA SILVA	CONT.: 114572	TX. TERRENO DE CEMITÉRIO
43185	16/10/2019	791,45	ELIZANGELA PEREIRA DOS SANTOS	CONT.: 116061	TX. TERRENO DE CEMITÉRIO
43186	16/10/2019	231,24	CLEUZA SILVA PICKLER	CONT.: 142216	TX. TERRENO DE CEMITÉRIO
43187	16/10/2019	765,60	ANTONIO CARLOS DA SILVA	CONT.: 142922	TX. TERRENO DE CEMITÉRIO

Forquilha/SC, 04 de novembro de 2019.

Ademir Brandieli Pedro

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº. 162 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2214898

DECRETO Nº. 162 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 2.396 de 23 de outubro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, para o exercício de 2019, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) distribuídos na seguinte conta:

Órgão 13 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.022 – Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação

207 – 3390.00.01.00 – Aplicações Diretas .....R\$ 40.000,00

TOTAL .....R\$ 40.000,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizada como fonte de recursos a anulação de dotação das dotações abaixo:

Órgão 07 – Secretaria de Infraestrutura

1.012 – Implantação do Parque de Eventos

108 – 4490.00.01.00 – Aplicações Diretas .....R\$ 40.000,00

TOTAL .....R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de outubro de 2019.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de outubro de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº. 163 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2214899

DECRETO Nº. 163 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 9º, da Lei Municipal nº 2.343 de 20 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, para o exercício de 2019, no valor de R\$ 166.360,00 (cento e sessenta e seis mil, trezentos e sessenta reais) distribuídos na seguinte conta:

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito

2.002 – Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito

002 – 3390.00.01.00 – Aplicações Diretas .....R\$ 8.000,00

Órgão 03 – Secretaria de Planejamento

2.005 – Manutenção da Secretaria de Planejamento

014 – 3390.00.01.00 – Aplicações Diretas .....R\$ 3.360,00

Órgão 05 – Secretaria de Educação

2.015 – Manutenção dos Centros de Educação Infantil

070 – 4490.00.01.01 – Aplicações Diretas .....R\$ 70.000,00

2.017 – Manutenção do Ensino Fundamental

085 – 3390.00.01.01 – Aplicações Diretas .....R\$ 80.000,00

Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

2.040 – Manutenção da Seção de Eventos

152 – 3390.00.01.01 – Aplicações Diretas .....R\$ 5.000,00

TOTAL .....R\$ 166.360,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizada como fonte de recursos a anulação de dotação das dotações abaixo:

Órgão 02 – Gabinete do Prefeito

2.002 – Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito

003 – 4490.00.01.00 – Aplicações Diretas .....R\$ 8.000,00

Órgão 03 – Secretaria de Planejamento

2.005 – Manutenção da Secretaria de Planejamento

015 – 4490.00.01.00 – Aplicações Diretas .....R\$ 3.360,00

Órgão 05 – Secretaria de Educação

2.015 – Manutenção dos Centros de Educação Infantil	
058 – 3190.00.01.01 – Aplicações Diretas .....	R\$ 70.000,00
2.017 – Manutenção do Ensino Fundamental	
077 – 3190.00.01.01 – Aplicações Diretas .....	R\$ 80.000,00
Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo	
2.040 – Manutenção da Seção de Eventos	
155 – 4490.00.01.01 – Aplicações Diretas .....	R\$ 5.000,00
TOTAL .....	R\$ 166.360,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de outubro de 2019.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de outubro de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0100\_2019 - PMF-DOM

Publicação Nº 2215717

Aviso do Pregão Presencial nº 0100/2019 – PMF  
Processo Administrativo Licitatório nº 0184/2019  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa que atue como agente de integração para operacionalização de programa de estágio de estudantes não obrigatório, que visa propiciar complementação do ensino e da aprendizagem aos estudantes, constituindo-se em instrumento de integração entre teoria e prática, bem como de aperfeiçoamento técnico cultural, científico e de relacionamento humano, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho, seguindo as especificações contidas no Termo de Referência (ANEXO IX do edital)  
Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 18.11.2019, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).  
Fraiburgo (SC), 04 de novembro de 2019.  
Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### EDITAL DE CANCELAMENTO

Publicação Nº 2215718

EDITAL NOTIFICAÇÃO DE CANCELAMENTO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3795/2018

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 82.947.979/0001-74, com endereço na Avenida Rio das Antas, nº 0185, Centro, Fraiburgo, SC, NOTIFICA os herdeiros e sucessores de MARIA TEREZA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob nº 739.368.399-72, com endereço na Rua I, s/n, Bairro São Miguel, Fraiburgo, SC, acerca do cancelamento da publicação do contrato nº CT19PMF288, por ausência de comparecimento da parte para firmá-lo em tempo hábil.

Sônia Menegon

Assessor Jurídico Compras

### PORTARIA 21242019

Publicação Nº 2215698

PORTARIA Nº 2124, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.  
Dispõe sobre o Afastamento Preventivo de Servidor

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; considerando especialmente o artigo 140 da Lei Complementar nº 109/2010; considerando a decisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 0002/2019;

#### RESOLVE:

Art. 1º Afastar preventivamente do efetivo exercício do cargo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a servidora FÁTIMA PAULINO IESBIK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 824.512.573-34, contratada em Regime Especial na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, sem prejuízo da remuneração, a partir de 01 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de novembro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

### PORTARIA 21252019

Publicação Nº 2215702

PORTARIA Nº 2125, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 187/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;



Em conformidade com o Edital nº 0007 de 15 de abril de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01918/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo a professora Viviane Silva, que se encontra em Auxílio Doença;  
Considerando a necessidade dos serviços de Professor, para atender excepcional interesse público;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ALESSANDRO RIBEIRO DE SOUZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 112.468.969-90, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de novembro de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 21262019**

Publicação Nº 2215709

PORTARIA Nº 2126, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01920/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Educação Infantil para atender excepcional interesse público, conforme laudo médico em anexo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GISLAINE VARELA RODRIGUES VELOSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 068.082.059-06, na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de novembro de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2019.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 21272019**

Publicação Nº 2215713

PORTARIA Nº 2127, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 01921/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Educação Infantil para atender excepcional interesse público, conforme laudo médico em anexo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CAMILA LUIZA SCORSIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 103.840.999-39, na função

de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05 de novembro de 2019 até 13 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 04 de novembro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE072/2019

Publicação Nº 2215761

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2019  
PROCESSO Nº 105/2019

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de pneus para atender os veículos que compõe a frota da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 18/11/2019. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 18/11/2019, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 04 de novembro de 2019.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 056/2019 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 2215531

CONVOCAÇÃO 056/2019 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

ALINE MATIAS DOS SANTOS

Candidato(a): 240595

Cargo: PROFESSOR DE ARTES 20 HORAS

Classificação: 13º LUGAR

Garopaba, 04 de novembro de 2019.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR DE ARTES 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 13º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 057/2019 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 2215532

CONVOCAÇÃO 057/2019 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).

EWELYN PAEGLE

Candidato(a): 247781

Cargo: MERENDEIRA

Classificação: 33º LUGAR

Garopaba, 04 de novembro de 2019.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de MERENDEIRA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 33º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 058/2019 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.**

Publicação Nº 2215533

CONVOCAÇÃO 058/2019 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).  
JULIANA CORREA  
Candidato(a): 260516  
Cargo: RECEPCIONISTA  
Classificação: 17º LUGAR

Garopaba, 04 de novembro de 2019.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de RECEPCIONISTA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 17º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 279/2019**

Publicação Nº 2215998

DECRETO N.º 279, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 27.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.151 de 04/12/2018 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 27.000,00 (vinte sete mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	27.000,00
10301252.078 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	27.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	27.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 27.000,00 (vinte sete mil reais), correrão por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	27.000,00
10301252.078 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	27.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	18.000,00
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	9.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 04 de novembro de 2019.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 05/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**ERRATA N.º 1: EDITAL PMG/FAZ Nº. 001/2019 QUE DISCIPLINA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER PROVISÓRIO**

Publicação Nº 2216038

ERRATA N.º 1: EDITAL PMG/FAZ Nº. 001/2019 QUE DISCIPLINA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER PROVISÓRIO

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Fazenda, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração na publicação do Edital nº 001/2019, publicado no DOM/SC, Edição 2954, paginas 447 à 460, em 14/10/2019.

Onde se Lê:

**6. DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO:**

6.1. Uma vez elaborada a lista com a classificação dos proponentes, o resultado será submetido à análise da Comissão Julgadora, para homologação e publicidade do ato no mural da Prefeitura Municipal, cuja publicação estará disponível a partir das 14 horas do dia 04 de novembro de 2019.

Leiam – se:

**6. DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO:**

6.1. Uma vez elaborada a lista com a classificação dos proponentes, o resultado será submetido à análise da Comissão Julgadora, para homologação e publicidade do ato no mural da Prefeitura Municipal, cuja publicação estará disponível a partir das 14 horas do dia 14 de novembro de 2019.

Os demais itens do edital permanecem inalterados.

Garopaba, 04 de novembro de 2019.

LUIZ CARLOS GASPAR  
Secretário de Fazenda

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 04/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2019 J.R. CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP**

Publicação Nº 2215479

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

CONTRATO Nº 004/2019 PROCESSO Nº 122/2018 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: J.R. CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP; CNPJ Nº 05.895.635/0001-18 OBJETO: ACRÉSCIMO DE R\$316.767,10 DATA DA ASSINATURA: 04/11/2019.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 091/2019 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Publicação Nº 2215475

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

PMG

PROCESSO Nº: 097/2019; MODALIDADE: DL 024/2019 CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GAROPABA CONTRATADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CNPJ Nº: 00.360.305/0001-04; OBJETO: PROCESSAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO GERADO PELO MUNICÍPIO DE GAROPABA/SC ABRANGENDO SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS, LANÇADOS EM CONTAS SALÁRIO INDIVIDUAIS NA CAIXA, ALÉM DE CRÉDITOS EM FAVOR DE ESTAGIÁRIOS OU QUALQUER OUTRA PESSOA QUE MANTENHA OU VENHA A MANter VÍNCULO DE REMUNERAÇÃO COM O CONTRATANTE DATA DA ASSINATURA: 23/10/2019.

# Garuva

## PREFEITURA

### AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL FMAS Nº 009/2019

Publicação Nº 2214958

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

#### AVISO DE REPUBLICAÇÃO

Processo Licitatório FMAS nº 009/2019  
Modalidade: TOMADA DE PREÇO  
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, incluindo o fornecimento de material e mão de obra, conforme planilhas orçamentárias, memorial descritivo e projetos anexos, através de Contrato de Repasse OGU nº 862066/2017 – Operação 1045948-94 – Programa de Proteção Social Básica.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 21/11/2019 as 09:00 horas.  
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.atende.net](http://www.garuva.atende.net).

GARUVA, 04 de novembro de 2019.  
RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

### CERTIDÃO PROCESSO FMS Nº 010/2019

Publicação Nº 2215097

TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA FMS Nº 010/2019  
DELIBERAÇÃO DE NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Certificamos que a empresa DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o Nº 82.887.829/0001-12, não apresentou a Certidão de Regularidade de Débitos Federais, a qual teria o prazo até o dia 25/10/2019 às 17:00h para protocolo do documento, conforme consta na ata de abertura das propostas do referido certame, lavrada em 18/10/2019. Por este motivo, a empresa DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA é deliberada inabilitada do certame. Nesta mesma ata, a Comissão Permanente de Licitações, nomeada através do decreto nº 247/2018, declara vencedora do certame a empresa ASR CONSTRUTORA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 27.383.455/0001-90, caso a primeira colocada não apresentasse a certidão requerida, situação ocorrida. Pelos motivos expostos, é vencedora do presente processo licitatório a empresa ASR CONSTRUTORA EIRELI, com o valor global de R\$ 320.033,61 (Trezentos e vinte mil, trinta e três reais e sessenta e um centavos).

Garuva, 28 de outubro de 2019.  
Barbara Romanzini Aguilera  
Diretora de Licitações

### DECRETO Nº 193/2019

Publicação Nº 2215026

DECRETO Nº 193, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019  
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso III, da Lei nº 2104, de 13/12/2018,

#### DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.004.0015.0451.1022.1013 Abertura/retif/ampliação de vias urbanas	4490	03.00.00	R\$	9.000,00
---	------	----------	-----	----------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. será utilizado recurso proveniente do Superávit Financeiro do exercício de 2018 referente os recursos ordinários do tesouro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 31 de outubro de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 194/2019

Publicação Nº 2215028

DECRETO Nº 194, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

“REGULAMENTA O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA PELO CIDADÃO (LEI FEDERAL Nº 12.527/2011), NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CRIA NORMAS DE PROCEDIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista o disposto no art. 45 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação conforme o disposto na Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 2º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal assegurarão, às pessoas físicas e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei nº. 12.527/2011.

Art. 3º A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagens.

§ 1º Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº. 7.115, de 29 de agosto de 1983.

CAPÍTULO II

DA ABRANGÊNCIA

Art. 4º Sujeitam-se ao disposto neste Decreto os órgãos da administração direta e indireta do Município de Garuva/SC.

Parágrafo Único - Para estes efeitos considera-se administração indireta além das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, consórcios públicos e sociedades de economia, as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos ou subvenções sociais do Município, ou com este mantenha contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 5º O acesso à informação disciplinado neste Decreto não se aplica aos casos de documentos sigilosos, como:

I - A ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público;

II - Os dados fiscais repassados pelo contribuinte para efeitos de cadastramento e lançamento fiscal;

III - O conteúdo dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados; e

IV - O prontuário médico de pacientes e as notificações compulsórias contendo a identificação de pacientes com doenças infectocontagiosas.

Parágrafo Único - Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas nos incisos, o acesso será permitido após a concordância do titular do órgão.

CAPÍTULO III

DA TRANSPARÊNCIA ATIVA

Art. 6º É dever dos órgãos da administração direta e indireta, independente de requerimento, a divulgação em seus sítios na internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidos ou custodiados, observados as normas de publicações e as exceções previstos neste Decreto e na Lei nº. 12.527/2011.

Parágrafo Único - As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de página na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

CAPÍTULO IV

DA TRANSPARÊNCIA PASSIVA

## SEÇÃO I DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

Art. 7º O serviço de informações ao cidadão no âmbito da Administração direta e indireta do Poder Executivo municipal será coordenado pela Ouvidoria Geral do Município, com auxílio, se necessário, da Procuradoria-Geral do Município e da Controladoria Geral a quem compete orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte dos órgãos públicos e suas unidades na prestação deste serviço, devendo:

- I - Atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II - Receber e registrar pedidos de acesso à informação;
- III - Encaminhar o pedido recebido ao órgão ou unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber; e
- IV - Informar sobre a tramitação de documentos.

## SEÇÃO II DO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 8º Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º - O pedido poderá ser formalizado na modalidade presencial na Ouvidoria Geral do Município, por telefone, ou por meio virtual, que será disponibilizado em seção específica no sítio do Portal da Transparência da Prefeitura de Garuva e será identificado pela sigla "SIC" (Serviço de Informação ao Cidadão).

Parágrafo Único – Caso o requerente apresente solicitação de informação por escrito, a Ouvidoria deverá anexar o pedido quando da abertura do protocolo na plataforma específica. E, se o requerente não possuir acesso à correspondência eletrônica a resposta conclusiva deverá ser impressa e entregue ao cidadão antes do encerramento do prazo legal para resposta.

§ 2º - É facultado a apresentação de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 9º. deste Decreto.

§ 3º - O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido.

Art. 9º A solicitação de acesso à informação deverá conter:

- I - Nome do requerente;
- II - Número de documento de identificação (CPF) válido;
- III - Especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV - Endereço físico ou eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Parágrafo Único - A falta de um dos requisitos previstos no "caput" deste artigo exime o fornecimento da informação e implica na devolução do requerimento pelo mesmo meio em que foi feito, sugerindo-se a complementação do dado faltoso ou incompleto.

Art. 10 Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I - Genéricos;
- II - Desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III - Que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo Único - São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

## SEÇÃO III DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 11 Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º - Caso não seja possível o acesso imediato, o órgão ou unidade deverá, no prazo de até 20 (vinte dias):

- I - Enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;
- II - Comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;
- III - Comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;
- IV - Indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou quem a detenha; ou
- V - Indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º - O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por 10 (dez) dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 12 Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou unidade deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo Único - Na hipótese do caput anterior o órgão ou unidade desobriga-se do fornecimento direto da informação.



Art. 13 A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.

Art. 14 Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - Razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - Possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará.

#### SEÇÃO IV DOS RECURSOS

Art. 15 No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de 10 (dez dias), contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior à que adotou a decisão, que deverá apreciá-lo no prazo de 05 (cinco dias), contado da sua apresentação.

#### CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES

Art. 16 Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I - Recusar-se a fornecer informação requerida nos termos deste Decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - Utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - Agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - Divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido às informações previstas no art. 5º deste Decreto.

#### CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 17 Os órgãos da administração pública direta e indireta do Município adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 18 Fica a Ouvidoria Geral do Município, responsável pelo funcionamento do protocolo para recebimento dos pedidos feitos por meio físico e da divulgação do endereço eletrônico para os pedidos feitos através da internet, bem como para registrar em plataforma específica o pedido de acesso à informação, caso o cidadão venha a formalizar sua demanda presencialmente e, também, pelo encerramento da demanda após serem satisfeitos os questionamentos do cidadão.

Art. 19 Aplicam-se subsidiariamente as demais normas estabelecidas pela Lei nº. 12.527/2011, aos procedimentos previstos neste Decreto.

Art. 20 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 195/2019

Publicação Nº 2215029

DECRETO Nº 195 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019  
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente a Lei nº 2171 de 31/10/2019,

#### DECRETA:

Art. 1º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.003.0015.0452.1022.2052 Man. da COSIP	3390	01.08.00	R\$	90.000,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da receita de Contribuição para a COSIP.

Art. 3º A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais) no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

02.001.0004.0122.1002.2002 Man. e inv. do Gabinete do Prefeito e Vice-Pref	3390	01.00.00	R\$	13.000,00
04.005.0028.0845.1007.2017 Contribuição para formação do PASEP	3390	01.00.00	R\$	75.000,00
11.001.0020.0608.1030.2060 Man. da Secr de Estratégias Rurais	3390	01.00.00	R\$	100.000,00

Art. 4º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.005.0028.0843.1007.2016 Amort do Princ e Enc da Dívida Pública	4690	01.00.00	R\$	88.000,00
11.003.0015.0452.1022.2052 Man. da COSIP	4490	01.00.00	R\$	100.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 196/2019

Publicação Nº 2215030

DECRETO Nº. 196 de 31 de outubro de 2019

“Dispõe sobre a exoneração do servidor Djaír de Borba, da função de Chefe do Setor de Habitação.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009;

DECRETA:

Art. 1o. – Fica exonerado o servidor DJAIR DE BORBA, da função de Chefe do Setor de Habitação, nomeado através do Decreto Nº 176/2018, de 03 de setembro de 2018.

Art. 2o - Este Decreto entrará em vigor a contar de 31 de outubro de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 198/2019

Publicação Nº 2215276

DECRETO Nº 198, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º, inciso II, da Lei nº 2104, de 13/12/2018,

DECRETA:

Art. 1o A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 7.740,00 (sete mil e setecentos e quarenta centavos), no orçamento do Município de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

12.002.0017.0512.1033.2065 Man do Sistema de Abastecimento de Água	3390	01.00.00	R\$	7.740,00
--	------	----------	-----	----------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. será utilizado recurso proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

12.002.0017.0512.1033.2065 Man do Sistema de Abastecimento de Água	4490	01.00.00	R\$	7.740,00
--	------	----------	-----	----------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Garuva, 04 de novembro de 2019.  
RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 199/2019

Publicação Nº 2215279

DECRETO Nº. 199 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

“Altera o Decreto nº 192 de 30 de outubro de 2019 e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009;

DECRETA:

Art. 1º – Fica alterada a redação do §2º do Art. 1º do Decreto 192, de 30 de outubro de 2019, que passa a ter a seguinte redação:  
"§ 2º – Os servidores com período aquisitivo igual ou superior a 06 (seis) meses gozarão de férias conforme a proporcionalidade, com início em 02 de janeiro de 2020."

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Adriany David  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 200/2019

Publicação Nº 2215281

DECRETO N.º 200 de 04 de Novembro de 2019.

"Dispõe sobre aprovação de loteamento e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Garuva, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do processo administrativo n. 2949/2018 e tendo em vista a aprovação exarada pelo Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal,

### DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o plano de Loteamento "VIMARTH", com área total de 213.800,86 m<sup>2</sup>, sendo constituído por 99 lotes, localizado à SC-417, S/N, bairro Industrial Leste, no quadro urbano do Município de Garuva - SC, matrícula nº 3.870 do Livro n. 02 de Registro Geral do 1º Registro de Imóveis de Garuva/SC, neste ato representada por MARIA ELIZABETH FERREIRA FELIPPIN e FERNANDA FERREIRA FELIPPIN, sócias administradoras da VIMARTH ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.985/0001-38, distribuído da seguinte maneira:

I – 213.800,86 m<sup>2</sup> de área total;

II – 192.931,98 m<sup>2</sup> (100 %) de área loteável;

III – 120.004,91 m<sup>2</sup> (62,20 %) da área loteável destinada aos lotes;

IV – 46.131,53 m<sup>2</sup> (23,91 %) da área loteável destinada ao sistema viário

V – 12.312,37 m<sup>2</sup> (6,38 %) da área loteável destinada à área comunitária e equipamentos públicos do Município;

VI – 14.483,17 m<sup>2</sup> (7,51 %) da área loteável destinada área verde.

Art. 2º - As características dos lotes e quadras do Loteamento "VIMARTH" são as constantes do memorial descritivo, anexado ao processo administrativo nº 2949/2018.

Art. 3º - A partir da data do registro do Loteamento no cartório de Registro de Imóveis, todas as áreas destinadas a arruamento e área comunitária, passarão a integrar o domínio e patrimônio do Município, conforme preceitua o artigo 22 da Lei Federal 6.766 de 19/12/79.

Art. 4º - O Loteamento ora aprovado deve ser registrado na circunscrição imobiliária do Município e Comarca de Garuva, em consonância com o disposto no artigo 18, da Lei 6766/79, dentro de prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação desse Decreto, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º - Os alvarás para edificação somente serão concedidos, após o registro do Loteamento, na forma determinada pelo artigo 4º deste Decreto, cumpridas as disposições do Termo de Compromisso e Plano de Execução de Obras, anexos a este Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 083/2019.

Garuva-SC, 04 de novembro de 2019

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### ANEXO I

#### TERMO DE COMPROMISSO E PLANO DE EXECUÇÃO DE OBRAS

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, doravante denominado somente PREFEITURA e de outro lado MARIA ELIZABETH FERREIRA FELIPPIN e FERNANDA FERREIRA FELIPPIN, sócias administradoras da VIMARTH ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.985/0001-38, doravante denominada LOTEADORA, de comum acordo assinam o Termo de Acordo, formulado conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A LOTEADORA se compromete, a executar as obras de infraestrutura no Loteamento "VIMARTH", localizado à SC-417, S/N, bairro Industrial Leste, no quadro urbano do Município de Garuva - SC, matrícula nº 3.870 do Livro n. 02 de Registro Geral do 1º Registro de Imóveis de Garuva/SC, com área total de 213.800,86 metros quadrados, cuja infraestrutura corresponde a implantação sem ônus para a Prefeitura, das obras exigidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal, no prazo fixado no cronograma contido processo de aprovação e transcrito simplificada na Cláusula Quinta.

Parágrafo Único - No caso de execução dos serviços pela Prefeitura, a Loteadora pagará os custos das obras e serviços, sob pena de inscrição em dívida ativa e cobrança judicial do débito.

a) A Loteadora se compromete a executar as obras a seguir enumeradas:

1 - Abertura das vias de circulação, com os respectivos marcos de alinhamento;

2 - Demarcação dos Lotes e Quadras;

3 - Drenagem, aterro e bueiros que se fizerem necessário, conforme projetos aprovados.

4 - Implantação da rede de distribuição de energia elétrica com iluminação pública;

5 - Rede de distribuição de água potável;

6 - Pavimentação e sinalização das vias de circulação.

7 - Paisagismo.

b) Do imóvel loteado restará distribuído nos seguintes quantitativos:

1 - Área dos lotes: 120.004,91 m<sup>2</sup>;

2 - Área das Ruas: 46.131,53 m<sup>2</sup>;

3 - Área destinada a equipamentos públicos (PMG): 12.312,37 m<sup>2</sup>;

4 - Área verde: 14.483,17 m<sup>2</sup>;

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Os LOTEADORES darão em caução 13 (treze) lotes, representado pelos lotes 1 á 6 da Quadra A e 09 à 15 da Quadra B do Loteamento "VIMARTH".

§ 1º - O loteamento será executado em uma única etapa.

§ 2º - Executadas as obras, a pedido da LOTEADORA, a PREFEITURA deverá emitir certidão de que a infraestrutura do loteamento se encontra devidamente implantada e liberar da caução de todos os lotes gravados em garantia do presente, emitindo o devido alvará de liberação de caução, dando assim por cumprida as obrigações assumidas neste termo pela LOTEADORA, nada mais tendo a realizar no respectivo loteamento.

§ 3º - Os lotes ora caucionados NÃO poderão ser comercializados, antes da emissão do respectivo alvará de liberação da caução.

§ 4º - A LOTEADORA deverá formalizar no ato do registro do Loteamento a HIPOTECA DOS LOTES CAUCIONADOS em favor da PREFEITURA, fazendo constar no respectivo registro a promessa de execução das obrigações, e no caso de inadimplência, os mesmos serão processados por meio de execução fiscal;

**CLAUSULA TERCEIRA** - A LOTEADORA poderá dispor livremente dos lotes não caucionados, podendo, entretanto, outorgar a escritura pública de compra e venda somente dos lotes servidos de infraestrutura total, ficando claro e entendido que a medida que os lotes forem recebendo as melhorias aqui previstas, poderão ser escriturados, devendo para tanto a LOTEADORA requerer à PREFEITURA a fiscalização "in loco" dos serviços executados. Depois de procedida a fiscalização, a PREFEITURA, através da expedição de certidão pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, ou órgão que venha a substituí-la, devidamente visada pelo CHEFE DO EXECUTIVO, liberará para escrituração os lotes beneficiados.

§ 1º - A LOTEADORA deverá facilitar a fiscalização permanente da PREFEITURA, durante a execução dos serviços. Fica a responsabilidade da PREFEITURA disponibilizar funcionário para a fiscalização, não correspondendo à falta de fiscal motivo suficiente para que a loteadora paralise as obras do loteamento.

§ 2º - Em se comprometendo a venda por meio de contrato particular de compra e venda, a LOTEADORA deverá identificar o nome e a situação do loteamento no momento da venda bem como delimitar e identificar, por meio de marcos, a parcela individualizada.

§ 3º - A LOTEADORA deverá, além das condições aqui contidas, observar as demais imposições legais, no que se refere aos procedimentos para comercialização das unidades autônomas.

**CLAUSULA QUARTA** - A LOTEADORA transferirá, mediante escritura pública de doação e sem qualquer ônus para o Município, a propriedade das áreas destinadas ao sistema de circulação, implantação de equipamentos comunitários e espaços livres de uso público.

**CLÁUSULA QUINTA** - O Plano de Execução das obras do Loteamento obedecerá ao seguinte cronograma:

Terraplanagem total - 120 dias

Drenagem pluvial - 420 dias

Rede de esgoto - 330 dias

Rede de distribuição de água potável - 330 dias

Rede de distribuição de energia elétrica - 480 dias

Pavimentação - 420 dias

Sinalização Viária e paisagismo - 480 dias

Demarcação dos lotes - 480 dias.

**CLÁUSULA SEXTA** - Todas as obras de implantação do loteamento serão concluídas no prazo máximo de 730 dias (02 anos), sendo que o prazo para realização das obras de infraestrutura, constantes neste termo de compromisso, começará a contar da data da aprovação do loteamento pela PREFEITURA com o respectivo Decreto de Aprovação.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A LOTEADORA obriga-se a executar todas as obras de infraestrutura constantes no cronograma de obras aprovado pela Prefeitura, dentro do prazo de 2 (dois) anos improrrogáveis, sob pena de se assim não o fizer, sujeita-se, desde já a adjudicação dos lotes caucionados, em favor da Prefeitura Municipal de Garuva. Para o cumprimento do disposto nesta cláusula observar-se-á o contido no item b da cláusula primeira.

§ 1º - Se a PREFEITURA optar pela adjudicação dos lotes caucionados em garantia a execução das obras de infraestrutura do loteamento, deverá ela realizar as obras garantidas pela caução.

§ 2º - Poderá a PREFEITURA, após findo o prazo de 02 anos para a loteadora executar as obras do loteamento, adjudicar os lotes caucionados e comercializá-los para cobrir os custos com a implantação da infraestrutura, devendo o saldo remanescente, caso houver ser ressarcido à LOTEADORA.

§ 3º - Não sendo suficiente o valor de comercialização dos lotes para cobrir os custos de infraestrutura a LOTEADORA fica obrigada a pagar a diferença.

§ 4º - Fica claro que o custo com a infraestrutura não poderá exceder ao valor de comercialização dos lotes, podendo apenas ficar como saldo remanescente, devendo ainda, ser observadas as obras já executadas pela LOTEADORA no cálculo dos custos remanescentes.

**CLÁUSULA OITAVA** - Executadas as obras constantes do memorial descritivo aprovado pela Prefeitura, os lotes dados em caução, serão liberados mediante comunicado formal da PREFEITURA ao Oficial do Cartório de Registro de Imóveis, onde o presente Instrumento de Compromisso de Garantia de Execução de Obras de Infraestrutura Urbana for levado à averbação, passando, na mesma ocasião, a ser comercializados por parte da LOTEADORA.

§ 1º - A constatação da conclusão das obras de infraestrutura urbana acima mencionada será feita mediante inspeção que o setor

competente da Prefeitura procederá, periodicamente para ao final, expedir certificado de conclusão das obras mencionadas.

§ 2º - Em caso de atraso na execução das obras de infraestrutura urbana, acima mencionada, aludidas no cronograma de obras, a LOTEADORA será notificada formalmente para que dentro de 30 dias, complemente os serviços e, caso não o façam, a área será automaticamente revertida à Prefeitura, que intervirá para a regularização do empreendimento, obedecida as disposições aplicáveis e exigidos os direitos e deveres constantes das Leis Federal nº 6.766/79 e Lei Estadual 6063/82.

§ 3º - Verificando que a LOTEADORA executou as obras de infraestrutura, a PREFEITURA expedirá certificado de conclusão dos trabalhos, ficando a LOTEADORA livre de qualquer solicitação futura no que se refere às referidas obras, incumbida a PREFEITURA de promover manutenção das mesmas, mediante sua intervenção direta ou das concessionárias dos serviços públicos.

CLÁUSULA NONA - Caso a PREFEITURA venha a realizar obras, poderá, ao invés de reverter para o seu patrimônio à área caucionada, cobrar o valor referido.

CLÁUSULA DÉCIMA - Os LOTEADORES deverão submeter a registro imediato o Loteamento no Cartório de Registro de Imóvel. Se não registrado no prazo legal, revoga-se automaticamente a aprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica desde já designado o Foro da Comarca de Garuva, para serem, discutidas todas as dúvidas oriundas deste instrumento, com renúncia aos demais.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Termo de Compromisso em duas vias de igual teor e forma.

Garuva-SC, 30 de outubro de 2.019

MARIA ELIZABETH FERREIRA FELIPPIN LOTEADORA
FERNANDA FERREIRA FELIPPIN LOTEADORA
RODRIGO ADRIANY DAVID Prefeito Municipal

#### CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO "VIMARTH"

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, autoridade certificadora deste instrumento de aprovação do loteamento "VIMARTH", que está localizado à SC-417, S/N, bairro Industrial Leste, no quadro urbano do Município de Garuva - SC, matrícula nº 3.870 do Livro n. 02 de Registro Geral do 1º Registro de Imóveis de Garuva/SC, de propriedade da VIMARTH ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, neste ato representada pelas sócias administradoras, MARIA ELIZABETH FERREIRA FELIPPIN e FERNANDA FERREIRA FELIPPIN, certifica que o referido Loteamento foi devidamente aprovado pelo Decreto Municipal nº XX de XX de XX de 2.019, com os seguintes objetivos que deverão ser levados a efeito:

- 1 - Registro do Termo de Acordo no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Garuva;
- 2 - Registro imediato do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis;
- 3 - Lavratura de Escritura Pública de Doação das Áreas Comunitárias com 12.312,37 m² (6,38 %); Área das Ruas com 46.131,53 m² (23,91 %) e Área Verde com 14.483,17 m² (7,51 %), ao Município de Garuva;
- 4 - Lavratura da Escritura de Hipoteca das áreas postas como garantia pela execução;
- 5 - A comprovação das providências mencionadas nos itens 2, 3 e 4, será feita mediante Certidão do Cartório de Registro de Imóveis.

Garuva-SC, 30 de outubro de 2.019

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

#### LEI Nº 2171/2019

Publicação Nº 2215019

LEI Nº 2171 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar."

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Garuva Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade 11.003. Secr. de Estratégias Rurais e Infraestrutura/Depto. de Infraestrutura  
Função/ Sub-função 15.452. Urbanismo/ Serviços Urbanos  
Programa 1022. Urbanização, humanização e infraestrutura urbana  
Ação 2052 Man. da COSIP

• 3390 Outras Despesas Correntes	01.08.00 COSIP	R\$	90.000,00
----------------------------------	----------------	-----	-----------

Art. 2º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação da receita de Contribuição para a COSIP.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento do Município de Garuva Crédito Adicional Suplementar



no valor de R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais), para a suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão/Unidade 02.001. Gabinete do Prefeito/Depto. de Gabinete  
Função/ Sub-função 04.122. Adm./Adm. Geral  
Programa 1002. Gestão Administrativa Superior  
Ação 2002 Man. e Inv. do Gabinete do Prefeito e Vice-Pref

• 3390 Outras Despesas Correntes	01.00.00 Recursos Ordinários do Tesouro	R\$	13.000,00
----------------------------------	---	-----	-----------

Órgão/Unidade 04.005. Secr. de Adm., Planej. e Finanças/Depto. de Finanças  
Função/ Sub-função 28.845. Encargos Especiais/Transferências  
Programa 1007. Gestão da Adm. Contábil e Financeira  
Ação 2017 Contribuição para formação do PASEP

• 3390 Outras Despesas Correntes	01.00.00 Recursos Ordinários do Tesouro	R\$	75.000,00
----------------------------------	---	-----	-----------

Órgão/Unidade 11.001. Secr. de Estratégias Rurais e Infraestrutura/Depto. de Estratégias Rurais  
Função/ Sub-função 20.608. Agricultura/ Promoção da Produção Agropecuária  
Programa 1030. Man. Secr. de Estratégias Rurais  
Ação 2060 Man. da Secr de Estratégias Rurais

• 3390 Outras Despesas Correntes	01.00.00 Recursos Ordinários do Tesouro	R\$	100.000,00
----------------------------------	---	-----	------------

Art. 4º Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão/Unidade 04.005. Secr. de Adm., Planej. e Finanças/Depto. de Finanças  
Função/ Sub-função 28.843. Encargos Especiais/ Serviço da Dívida Interna  
Programa 1007. Gestão da Adm. Contábil e Financeira  
Ação 2016 Amort do Princ e Enc da Dívida Pública

• 4690 Despesas de Capital	01.00.00 Recursos Ordinários do Tesouro	R\$	88.000,00
----------------------------	---	-----	-----------

Órgão/Unidade 11.003. Secr. de Estratégias Rurais e Infraestrutura/Depto. de Infraestrutura  
Função/ Sub-função 15.452. Urbanismo/ Serviços Urbanos  
Programa 1022. Urbanização, humanização e infraestrutura urbana  
Ação 2052 Man. da COSIP

• 4490 Despesas de Capital	01.00.00 Recursos Ordinários do Tesouro	R\$	100.000,00
----------------------------	---	-----	------------

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 2172/2019

Publicação Nº 2215020

LEI Nº 2172 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

“Estabelece normas para a pesca do robalo nos rios Palmital, Barrancos, Saí Guaçu e São João no Município de Garuva e dá outras providências.”

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A pesca de robalo-flecha (*Centropomus undecimalis*) e de robalo peva ou peba (*Centropomus parallelus* e *Centropomus mexicanus*) nos rios Palmital, Barrancos, Saí Guaçu e São João observará o disposto nesta Lei.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, considera-se:

I - pesca de lazer, aquela realizada de forma não habitual, para fins meramente de lazer, sem que dela dependa um profissional da pesca; e  
II - pesca artesanal, aquela praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, ou em embarcação de pequeno porte.

Art. 3º Fica proibida sob qualquer modalidade:

I - a pesca de robalos-flecha com comprimento total inferior a 70 cm (setenta centímetros); e  
II - a pesca de robalos peva ou peba com comprimento total inferior a 35 cm (trinta e cinco centímetros).

Parágrafo único. O comprimento mencionado nos incisos deste artigo será medido do bico à furca da cauda.

Art. 4º Fica fixada a quantidade máxima para pesca em 5 (cinco) robalos por pescador.

Art. 5º Fica vedado o uso de redes e tarrafas permitindo-se, no entanto, no caso de pesca artesanal:

I - o uso de redes com malhas de 10 cm (dez centímetros) ou mais; e  
 II - o uso de tarrafas com malhas de 8 cm (oito centímetros) ou mais.  
 Parágrafo único. Fica vedada, em qualquer hipótese, a pesca com rede de cerco.

Art. 6º Fica permitida ainda a utilização dos seguintes métodos, modalidades e petrechos:

I - redes de espera fixas, com malha igual ou superior a 100 mm (cem milímetros), medida tomada entre ângulos opostos com a malha esticada, sendo limitada à quantidade de um pano de rede de comprimento padrão 100 m (cem metros), por pescador; e  
 II - redes de caçeio com malha igual ou superior a 120 mm (cento e vinte milímetros) medida tomada entre ângulos opostos com a malha esticada, e confeccionadas com nylon de 0,40 mm (quarenta centésimos de milímetros) de espessura, sendo limitada à quantidade de um pano de rede de comprimento padrão de 100 m (cem metros) por barco.

Art. 7º No período compreendido entre 1º de novembro a 31 de dezembro de cada ano, será permitida a pesca de até dois robalos por pescador.

Art. 8º Fica vedado o transporte, a comercialização, o beneficiamento e a industrialização de pesca proibida.

Art. 9º Aos infratores desta Lei, serão aplicadas as penalidades previstas no Decreto-Lei nº 6.514, de 22 de julho de 2008, na Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 e em outras normas pertinentes.

Art. 10. Fica revogada a Lei nº 851, de 03 de julho de 1995.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
 Prefeito Municipal

## LEI Nº 2173/2019

Publicação Nº 2215021

LEI Nº 2173 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

“Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a estimar a receita e fixar a despesa para o exercício de 2020, e dá outras providências”

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, RODRIGO ADRIANY DAVID, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O orçamento do município de Garuva para o exercício financeiro de 2020, estima à receita total da Prefeitura e Fundos Municipais em R\$ 70.360.000,00 (setenta milhões e trezentos e sessenta mil reais).

Art. 2º O orçamento da Câmara, Prefeitura e Fundos Municipais para o exercício de 2020 estima a receita e fixa a Despesa em R\$ 70.360.000,00 (setenta milhões e trezentos e sessenta mil reais).

§ 1º A receita da Prefeitura e Fundos serão realizadas mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. - RECEITAS CORRENTES	R\$	70.360.000,00
1.1 - Receitas Tributárias	R\$	12.360.100,00
1.2 - Receitas de Contribuições	R\$	1.510.000,00
1.3 - Receitas Patrimoniais	R\$	415.000,00
1.4 - Receitas Agropecuárias	R\$	0,00
1.5 - Receitas de Serviços	R\$	2.363.500,00
1.6 - Transferências Correntes	R\$	59.778.500,00
1.7 - Outras Receitas Correntes	R\$	291.000,00
1.8 - (-) Deduções da receita corrente	R\$	- 6.358.100,00
2 - RECEITAS DE CAPITAL	R\$	0,00
2.1 - Operações de Crédito	R\$	0,00
2.2 - Alienação de Bens	R\$	0,00
2.3 - Transferências de Capital	R\$	0,00
TOTAL	R\$	70.360.000,00

§ 2º A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica.

Art. 3º Integram a estrutura orçamentária do município os seguintes órgãos:

1	CÂMARA DE VEREADORES	R\$	2.280.000,00
2	GABINETE DO PREFEITO	R\$	2.187.000,00
3	PROCURADORIA GERAL	R\$	608.000,00
4	SECR. MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	R\$	6.033.500,00
6	SECR. MUN. DESENV. ECONÔMICO, ESPORTE E TURISMO	R\$	830.000,00
7	SECR. MUN. EDUCAÇÃO E CULTURA	R\$	26.764.000,00
9	SECR. MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO	R\$	1.389.000,00
11	SECR. MUN. ESTRATÉGIAS RURAIS E INFRAESTRUTURA	R\$	6.600.000,00
12	SECR. MUN. SANEAMENTO AMBIENTAL	R\$	4.552.800,00
13	FUNDO MUN. AGRICULTURA	R\$	550.500,00
14	FUNDO MUN. SAÚDE	R\$	17.433.000,00
15	FUNDO MUN. DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$	884.000,00
16	FUNDO INFANCIA E ADOLESCÊNCIA	R\$	10.000,00
17	FUNDO MUN. HABITAÇÃO	R\$	50.000,00
18	FUNDO MUN. MEIO AMBIENTE	R\$	200,00
19	FUNDO REEQUIP BOMBEIROS	R\$	78.000,00
20	FUNDO ESPECIAL HONORÁRIOS SUCUMBÊNCIA	R\$	10.000,00
	SOMA	R\$	70.260.000,00

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

Reserva de Contingência R\$ 100.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o disposto no art. 5º item III da Lei 101/2000.

§ 2º Não se efetivando até o dia 15/12/2020 os riscos fiscais relacionados aos eventos abaixo relacionados, ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da Receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o orçamento para 2020 tenha reservado recursos para:

I - Processo de desapropriação;

II - Intempéries;

III - Fatos não previstos em execução de obras e serviços e campanhas de saúde; ou

IV - Dívidas judiciais.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, através de Decreto obedecidos os pressupostos legais desta Lei.

Art. 6º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometido até o limite de:

I - 15% (quinze por cento) por excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - 30% (trinta por cento) por anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas autorizados através de Lei específica;

III - 30% (trinta por cento) por superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único. Não ficam sujeitos aos limites máximos determinados pelo Inciso III deste artigo, os valores decorrentes da homologação de procedimentos licitatórios, cujo certame tenha ocorrido no exercício de 2019 e em que o prazo recursal impeça o seu empenhamento ainda no mesmo exercício.

Art. 7º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária oriundos de transferências voluntárias da União, Estado, operações de crédito, alienação de ativos e outros, só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A operação do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da receita e despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º O Controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 8º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe



do Poder Executivo Municipal como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, após aprovação de lei específica.

Art. 9º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 10. Durante o exercício de 2020, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, após aprovação de lei específica incluindo as fontes das referidas operações de créditos.

Art. 11. Fica o executivo municipal autorizado a firmar convênio com o Governo Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta, após aprovação de Lei específica.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor durante o exercício de 2020, a partir de 1º de janeiro.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 203/2019

Publicação Nº 2215031

PORTARIA Nº. 203, de 30 de outubro de 2019.

“DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE POSSE DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

Considerando, os termos da Portaria 180/2019 de 26 de setembro de 2019, que dispõe sobre a nomeação de candidatos aprovados em concurso público;

Considerando, que a candidata nomeada para o cargo de Professor Nível II, apresentou a documentação dentro do prazo estipulado pela municipalidade;

Considerando, o processo administrativo nº 91627/2019.

RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar por 02 (dois) dias, a contar de 30 de outubro de 2019, a posse da senhora SANDRA CRISTINA ROTHBARTH, CPF nº 818.181.819-91, nomeado através da Portaria 180/2019 de 26 de setembro de 2019, para o cargo de provimento efetivo de Professor Nível II.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 30 de outubro de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 204/2019

Publicação Nº 2215032

PORTARIA Nº. 204 de 30 de outubro de 2019

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, memorando 4637/2019 da SME;

CONSIDERANDO, concurso de remoção 001/2019 – processo nº 1121/2019;

RESOLVE:

Art. 1o. – Alterar a carga horária semanal da servidora THAIS REGINA SCHMIDT de 20 horas para 40 horas, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de 01 de novembro de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 205/2019**

Publicação Nº 2215034

PORTARIA Nº 205 de 30 de outubro de 2019

"DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE SERVIDOR HOMOLOGADO ATRAVÉS DO CONCURSO DE REMOÇÃO 001/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 044/2009 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009, 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, a classificação final do Concurso de Remoção nº 001/2019 – Processo 1121/2019;

RESOLVE:

Art. 10. – Remover os servidores conforme segue:

Servidor	Origem	Destino	Carga horária
Thais Regina Schmidt	Pré Escolar Victória Junqueira Pensky	Creche Municipal Maria Correa Saad	40 horas
Vivian Lopes Gonçalves	Escola Municipal Maria Martins Budal	Pré Escolar Victória Junqueira Pensky	20 horas

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 01 de novembro de 2019.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 9.068, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215433

DECRETO Nº 9.068 DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.  
DESIGNA SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada, a partir de 03 de outubro de 2019, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017, a servidora, ROSICLAIR DA ROSA, inscrita no CPF sob o nº 729.933.759-20, para o exercício de função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com mais de 200 alunos, nível I, do CDI Mercedes Melato Beduschi, em substituição à servidora Márcia de Oliveira Caetano, durante o afastamento da titular em virtude de doença.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03 de outubro de 2019.

Gaspar, 18 de outubro de 2019.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 9.072, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215436

DECRETO Nº 9.072, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.  
EXONERA APARECIDA DE OLIVEIRA DO CARGO EM COMISSÃO DE AUXILIAR DE DIREÇÃO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 21 de outubro de 2019, APARECIDA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 068.802.389-47, do cargo em comissão de Auxiliar de Direção, da Secretaria Municipal de Educação, ref. 46, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 8.117, de 11 de maio de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 21 de outubro de 2019.

Gaspar, 18 de outubro de 2019.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

### DECRETO Nº 9.073, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215438

DECRETO Nº 9.073, DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.  
DESIGNA SERVIDORA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada, a partir de 21 de outubro de 2019, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017, a servidora efetiva, SIMONE CHIMINELLI, inscrita no CPF sob o nº 785.171.259-91, para o exercício de função gratificada de Auxiliar de Direção, nível II, da Escola de Educação Básica Luiz Franzói.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para de 21 de outubro de 2019.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 8.928 de 02 de agosto de 2019.

Gaspar, 18 de outubro de 2019.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 9.082, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215196

DECRETO Nº 9.082, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

SUPLEMENTA SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.939, de 28 de novembro de 2018, artigo 6º, inciso V,

DECRETA:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito	
Unidade: 27 Defesa Cível	
Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA	
Subfunção: 182 DEFESA CIVIL	
Programa: 0022 Apoio a Defesa Cível	
Atividade: 2202 Manutenção da Defesa Civil	
Dotação: 18 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 74.925,00

Art. 1º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente da Administração Direta:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 01 de novembro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

**LEI COMPLEMENTAR Nº 117, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215440

LEI COMPLEMENTAR Nº 117, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 107, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 25 e o Capítulo VIII da Lei Complementar nº 107, de 21 de dezembro de 2018, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25. A compensação ambiental será calculada da seguinte forma:

$V = AR.VT.30\%$

Onde:

V = valor da medida de compensação ambiental, expresso em reais (R\$);
AR = área do terreno a ser regularizada expressa em metros quadrados (m²);
VT = valor venal do metro quadrado do terreno expresso em reais (R\$).

[...]

**CAPÍTULO VIII****DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

Art. 32. É considerada infração administrativa ambiental, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas estabelecidas nesta lei, conforme o disposto nos artigos 33 a 39 deste Capítulo, e para a efetiva responsabilização do infrator aplicam-se subsidiariamente as regras previstas na Lei nº 3.934, de 14 de novembro de 2018, que institui o Código Ambiental do Município de Gaspar, ou a que lhe for sucedânea.

Art. 33. Promover a construção, ampliação ou demolição/reconstrução de edificação em imóvel situado em área utilizável de NUI - APP de NUr - PI, sem a autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

Art. 34. Promover a construção, ampliação ou demolição/reconstrução de edificação em imóvel situado em área não utilizável de NUI - APP de NUr - PI.

Art. 35. Promover a demolição e a reconstrução de edificação em imóvel situado em área de NUI - APP de NUr - MA sem a autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

Art. 36. Promover a construção e ampliação de edificação em imóvel situado em área não utilizável de NUI - APP de NUr - MA.

Art. 37. Promover a regularização do parcelamento do solo ou uso do solo para fins diversos de edificação, inclusive serviços de terraplanagem

em imóvel situado em área utilizável de NUI - APP de NUr - PI sem a autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

Art. 38. Promover o parcelamento do solo, uso do solo para fins diversos de edificação, inclusive serviços de terraplanagem em imóvel situado em área não utilizável de NUI - APP de NUr - PI.

Art. 39. Promover a construção de edificação, o parcelamento do solo ou uso do solo para fins diversos de edificação, inclusive serviços de terraplanagem, em imóvel situado em NUI - APP de NUr - MA sem a observância da LLAPP. (NR)''

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 31 de outubro de 2019.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 118, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215446

LEI COMPLEMENTAR Nº 118, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

RATIFICA ALTERAÇÕES NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E NO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica ratificada a alteração no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, de que trata o Anexo Único da Lei Municipal nº 3.145, de 14 de outubro de 2009, alterada pelas Leis Complementares Municipais nº 53, de 17 de julho de 2013, nº 59, de 15 de abril de 2015, nº 75, de 15 de dezembro de 2016, e nº 104, de 28 de novembro de 2018, nos termos do Anexo I desta Lei Complementar, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito.

Art. 2º Fica ratificada a alteração no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, na forma aprovada pela Assembleia Geral da Entidade, Anexo II desta Lei Complementar, autorizando-se sua consolidação ao texto original para os fins de direito.

Art. 3º As alterações de que tratam os artigos 1º e 2º desta Lei Complementar serão publicadas após a vigência de todas as leis de ratificação, publicadas pelos entes consorciados.

§ 1º Observado o disposto no caput deste artigo, o Protocolo de Intenções e o Estatuto consolidado do CIMVI serão publicados no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a firmar aditivo ao Contrato de Consórcio para sua adequação aos termos do Protocolo de Intenções consolidado.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário, convalidados os atos até então praticados.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 31 de outubro de 2019.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

### **ANEXO I**

Alterações no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, aprovadas na 45ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/08/2019, na cidade de Timbó/SC:

“PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI:

[...]

#### **CLAUSULA SEGUNDA**

[...]

2.5.2.2 - O exercício do Poder de Polícia com as atividades inerentes a fiscalização e autuação na gestão ambiental será exercido pelo Município por seus agentes, com a assessoria técnica dos agentes do CIMVI. (Nova Redação)

[...]

**CLÁUSULA SÉTIMA**

[...]

7.2 - O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

[...]

VI – Revogado

VII – Revogado

[...]

**CLÁUSULA OITAVA**

[...]

8.5 - Compete à Assembleia Geral: (Nova Redação)

[...]

VI – aprovar:

[...]

c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de terceiros, arrecadação própria e/ou contrato de rateio; (Nova Redação)

[...]

VIII – aceitar, ad referendum, a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio, mantidos os efeitos de eventual cessão até a data da rescisão, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias da data da Assembleia em caso de não aprovação; (Nova Redação)

[...]

X – aprovar, ad referendum a celebração de convênios e/ou contratos de programa, mantidos os efeitos de eventual pactuação até a data da rescisão, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias da data da Assembleia em caso de não aprovação; (Nova Redação)

[...]

8.5.1 – Revogado.

[...]

8.7 - Proclamado eleito candidato a Presidente, este declinará se aceita o encargo e tomará posse no dia 01 de janeiro do ano subsequente. (Nova Redação)

8.7.1 – Caberá ao Presidente a nomeação e destituição dos empregos públicos comissionados, bem como das funções gratificadas e de confiança. (Nova Redação)

8.7.2 – Não poderão ser nomeados para empregos públicos comissionados, nem poderão receber funções de confiança o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento (Súmula 13 do STF). (Nova Redação)

8.7.3 – Somente poderão ser nomeados para empregos públicos comissionados pessoas que gozem de idoneidade moral, estejam no pleno gozo de seus direitos civis e políticos, não tenham sido condenadas em segundo grau por crimes contra a Administração Pública tampouco estejam impedidas de contratar com o Poder Público. (Nova Redação)

8.7.4 – O Diretor Executivo terá mandato de 04 (quatro) anos, prorrogáveis de acordo com a nomeação do Presidente do Consórcio, e somente poderá ser exonerado antes do término do mandato no caso de ocorrência de fato grave. (Dispositivo Acrescido)

[...]

**CLÁUSULA DÉCIMA-A - Revogado**

10-A.1 - Revogado

10-A.2 - Revogado

I – Revogado

II – Revogado

III – Revogado

IV – Revogado

V – Revogado

VI – Revogado

VII – Revogado

VIII – Revogado

IX – Revogado

X – Revogado

XI – Revogado

10-A.3 - Revogado

10-A.3.1 - Revogado

10-A.4 - Revogado

I - Revogado

II - Revogado

III - Revogado

IV - Revogado

V - Revogado

VI - Revogado

VII - Revogado

VIII - Revogado

10-A.5 - Revogado

10-A.6 - Revogado

10-A.7 - Revogado

CLÁUSULA DÉCIMA–B - Revogado

Art. 10-B.1 – Revogado

Art. 10-B.2 - Revogado

I – Revogado

II – Revogado

III – Revogado

IV – Revogado

V – Revogado

VI – Revogado

VII – Revogado

VIII – Revogado

IX – Revogado

X – Revogado

XI – Revogado

a) Revogado

b) Revogado

c) Revogado

d) Revogado

e) Revogado

f) Revogado

g) Revogado

h) Revogado

XII - Revogado

XIII - Revogado

XIV - Revogado

§1º - Revogado

§2º - Revogado

§3º - Revogado

§4º - Revogado

Art. 10-B.3 – Revogado

Art. 10-B.4- Revogado

§ 1º Revogado

§ 2º Revogado

§ 3º Revogado

§ 4º Revogado

[...]

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

[...]

13.2 – Os empregados públicos efetivos e comissionados pelo Consórcio Público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social, sendo os contratados temporariamente, regidos pelas disposições do Estatuto e do Protocolo de Intenções, aplicando-se a CLT no que não for conflitante com àqueles, sendo devido recolhimento de FGTS na forma do que disciplina a Lei Nacional nº 11.107/05 com redação dada pela Lei nº 13.822, de 2019. (Nova Redação)

[...]

13.2.5 – Os empregados públicos efetivos poderão ser exonerados no caso de restrição e/ou extinção do serviço para o qual foram contratados. (Dispositivo Acrescido)

13.2.6 - A exoneração de que trata a cláusula anterior ocorrerá na forma inversa de ingresso, ou seja, do mais novo para o mais antigo e do pior classificado para o melhor classificado. (Dispositivo Acrescido)

[...]

13.3.4.5.4 –

IV –

c – as férias, cujo direito decorre do efetivo exercício, do (a) contratado (a) temporário (a) por período de doze (12) meses, será devida na forma estabelecida na CLT. (Nova Redação)

c.1 - Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo: (Dispositivo Acrescido)

c.1.1 - deixar o emprego e não for readmitido dentro de 60 (sessenta) dias subsequentes à sua saída; (Dispositivo Acrescido)

c.1.2 - permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias; (Dispositivo Acrescido)

c.1.3 - deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 (trinta) dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços do CIMVI; e (Dispositivo Acrescido)

c.1.4 - tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos. (Dispositivo Acrescido)

c.2 - A interrupção da prestação de serviços deverá ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social. (Dispositivo Acrescido)

c.3 - Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o empregado, após o implemento de qualquer das condições previstas nesta alínea “c”, retornar ao serviço. (Dispositivo Acrescido)

c.4 - Para os fins previstos na alínea c.1.3 o CIMVI comunicará ao órgão local do Ministério do Trabalho, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, as datas de início e fim da paralisação total ou parcial dos serviços da empresa, e, em igual prazo, comunicará, nos mesmos termos, ao sindicato representativo da categoria profissional, bem como afixará aviso nos respectivos locais de trabalho. (Dispositivo Acrescido)

1.(revogado)

2.(revogado)

3.(revogado)

4. (revogado)

5. (revogado)

6. (revogado)

[...]

VIII - gratificação por atividade insalubre será devida na forma prevista pela CLT. (Nova Redação)

a) (revogado)

b) (revogado)

c) (revogado)

[...]

XII – ausentar-se do serviço nas hipóteses previstas na CLT. (Nova Redação)

a) (revogado)

1) (revogado)

2) (revogado)

b) (revogado)

1) (revogado)

c) (revogado)

1) (revogado)

2) (revogado)

[...]

XIII - as pessoas contratadas por este regime jurídico especial estão sujeitas ao regime Celetista fazendo jus ao FGTS na forma do que disciplina a Lei Nacional nº 11.107/05 com redação dada pela Lei nº 13.822, de 2019; (Nova Redação)

[...]

13.4.1 – Revogado

[...]



13.7.1 – Além do salário, poderá ser pago ao empregado ou agente público cedido ou em exercício de representação do Consórcio, as seguintes vantagens: (Nova Redação)

[...]

13.7.2 - Conceder-se-á:

I – Indenização de transporte ao empregado ou agente público cedido ou em exercício de representação do Consórcio que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de  $\frac{1}{4}$  do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro. (Nova Redação)

II – Adiantamento de viagem ao empregado ou agente público cedido ou em exercício de representação do Consórcio que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana. (Nova Redação)

III - Diária de viagem ao empregado, detentor de cargo comissionado, aos servidores públicos efetivos ou comissionados, cedidos ou não, agentes políticos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente, que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, ao exterior, em objetivo de serviço ao CIMVI, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção. (Nova Redação)

[...]

13.7.2.6 - Aplica-se o disposto nos itens 13.7.1, 13.7.2 e 13.7.3 aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente. (Nova Redação)

13.7.3 - Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado efetivo ou contratado temporário, bem como ao estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular). (Nova Redação)

[...]

13.7.5.4 – Aos empregados comissionados do CIMVI, poderá, a critério da Presidência do CIMVI, ser concedida, e livremente destituída, função de representação, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do salário mensal previsto para o emprego público. (Dispositivo Acrescido)

[...]

13.8

[...]

III – Para o emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar serviços administrativos nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Lavar documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI. (Nova Redação)

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Ensino superior completo na área de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Direito, Administração ou Superior de Tecnólogo em Gestão Pública e portador de Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B". (Nova Redação)

IV – Para o emprego de AGENTE CONTROLE INTERNO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar a fiscalização, controle e auditoria dos atos do Consórcio Público; Elaborar relatórios de controle interno; Prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão; Instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis ao Consórcio Público; Executar os demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI. (Nova Redação)

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Direito, Administração ou Superior de Tecnólogo em Gestão Pública. (Nova Redação)

c) poderá o Presidente do CIMVI conceder função de confiança para exercício das atribuições do presente emprego público, não incorporável aos vencimentos, para servidor de carreira do CIMVI, até o valor proporcional a jornada de trabalho a ser desenvolvida pelo beneficiário, tendo como parâmetro o vencimento do cargo de AGENTE CONTROLE INTERNO. (Dispositivo Acrescido)

[...]

V-A – REVOGADO  
[...]

XVI – REVOGADO

XVII - Para o emprego comissionado de ASSESSOR JURÍDICO: (Dispositivo Acrescido)

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimentos administrativos e judiciais, realizando a representação judicial do CIMVI, atividades relacionadas ao assessoramento jurídico dos empregados do CIMVI, tais como: exame de autos e papéis; pesquisa da doutrina, legislação e jurisprudência; redação de minutas de editais, termos de referência, notificações, contranotificações, ofícios, pareceres jurídicos, elaborar estudos, pesquisas, projetos de voto, minutas de decisões e de despachos diversos, executar atividades administrativas inerentes à sessões de conciliação, instrução e julgamento; executar atividades administrativas em geral. Executar outras atribuições correlatas a função, incluídas todas as prerrogativas e competências decorrentes da legislação de regência profissional, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI. (Dispositivo Acrescido)

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (OAB). (Dispositivo Acrescido)

XVIII - Para o emprego comissionado de ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL: (Dispositivo Acrescido)

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Cabe a tarefa de assessoramento nas questões afetas às notificações, inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações; assessoramento nos atendimentos de denúncias e verificação da ocorrência ou não de infração ambiental, bem como na elaboração de laudos ambientais, laudos de constatação, relatórios de fiscalização, vistoria, entre outros, atuando como agente de assessoramento nas tarefas decorrentes do exercício do poder de polícia na fiscalização ambiental e no controle das atividades de impacto ambiental local, inclusive auxiliando na lavratura do auto correspondente, dosimetria das penalidades compreendidas nas leis de crimes ambientais e códigos ambientais municipais; Assessoramento na elaboração de documentos técnicos de citação, intimação ou notificação dos responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos; Assessoramento no exercício de atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva; Assessoramento na fiscalização e aplicação de penalidades às atividades, obras e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local bem como no cumprimento de condicionantes estabelecidas em licenças ambientais ordinárias ou simplificadas; Coordenação de equipes de trabalho, aplicação de normas de segurança, saúde e meio ambiente, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI. (Dispositivo Acrescido)

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional), admitidos as seguintes habilitações: Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo, Biólogo. (Dispositivo Acrescido)

XIX - Para o emprego comissionado de ASSESSOR DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: (Dispositivo Acrescido)

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Cabe a tarefa de assessoramento nas questões afetas à aplicação, organização e execução das Políticas Municipais de Educação Ambiental, coordenação e assessoramento na organização do arranjo normativo dos entes públicos consorciados; coordenação e assessoramento no desenvolvimento constante de projetos e programas de educação ambiental; coordenação e assessoramento no processo de integração das Políticas municipais de educação ambiental com as políticas estadual e nacional, bem como assessoramento e coordenação no intercâmbio de atividades entre os órgãos dos municípios consorciados e os órgãos incumbidos da educação ambiental em nível estadual e nacional. Assessoramento na elaboração de documentos técnicos; Coordenação de equipes de trabalho, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI. (Dispositivo Acrescido)

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional), admitidos as seguintes habilitações: Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo, Biólogo. (Dispositivo Acrescido)

XX - Para o emprego de ANALISTA AMBIENTAL: (Dispositivo Acrescido)

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise dos processos de licenciamento ambiental e seus respectivos incidentes, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Realizar o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afeto à execução das políticas de meio ambiente, em especial as que se relacionam com as seguintes atividades; regulação, controle, licenciamento e auditoria ambiental; monitoramento ambiental; gestão, proteção e controle da qualidade ambiental; ordenamento dos recursos ambientais; conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e estímulo e difusão de tecnologias, informação e execução de programas de educação ambiental. Executar outras atribuições correlatas a função, incluídas todas as prerrogativas e competências decorrentes da legislação de regência profissional, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI. (Dispositivo Acrescido)

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional), admitidos as seguintes habilitações: Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo, Biólogo. (Dispositivo Acrescido)

XXI - Para o emprego de AUXILIAR ADMINISTRATIVO: (Dispositivo Acrescido)

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar os serviços de suporte operacional nas áreas de recursos humanos, administração, compras, contabilidade, ouvidoria, controle, devendo, para tanto, elaborar relatórios, planilhas e demais ações de expediente, bem como executar as ações requeridas pelos superiores hierárquicos; executar outras atividades correlatas elencadas no Regimento Interno ou que lhe venham a ser atribuídas, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI. (Dispositivo Acrescido)

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Ensino médio completo e portador de Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B". (Dispositivo Acrescido)

[...]

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16.1 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas. (Nova Redação)

[...]

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA

[...]

19.1.3 – O Consórcio Público poderá instituir preços públicos pela prestação de serviços cuja regulamentação será efetuada mediante Resolução do Presidente do CIMVI. (Nova Redação)

[...]

#### ANEXO 1 doS empregoS públicoS DE CONFIANÇA

##### EMPREGOS COMISSIONADOS CRIADOS

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal*	Salário/mês
1	ASSESSOR JURÍDICO	20h	R\$ 2.462,67
1	ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	20h	R\$ 1.687,77
1	ASSESSOR DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	20h	R\$ 1.687,77

\*Poderá haver ampliação ou redução da jornada de trabalho dos empregos comissionados, mediante alteração proporcional da respectiva remuneração.

#### ANEXO 2 dos empregos públicos PERMANENTES

##### EMPREGOS EFETIVOS

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal*	Salário/mês (R\$)
15 (quinze) Sendo: Engenheiros Ambientais, Engenheiros Florestais, Engenheiro Agrônomo, e Biólogo. Caberá ao Edital de Concurso ou Processo Seletivo a definição dos quantitativos de vagas abertas por profissão.	Analista Ambiental	40 horas	3.375,53
05	Auxiliar Administrativo	40 horas	1.569,79
01	Médico Veterinário	20 horas	3.896,63
05	Agente Administrativo	40 horas	2.883,50
2	Advogado	20 horas	4.467,15
1	Agente Controle Interno	20 horas	2.462,67
1	Biólogo	20 horas	4.208,36

1	Contador	20 horas	2.462,67
1	Engenheiro Agrônomo	20 horas	4.208,36
1	Engenheiro Civil	20 horas	4.208,36
1	Engenheiro Florestal	20 horas	4.208,36
1	Engenheiro Químico	20 horas	4.208,36
1	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	20 horas	4.208,36
1	Geólogo	20 horas	4.208,36

\*Poderá haver ampliação ou redução da jornada de trabalho dos empregos permanentes, mediante alteração proporcional da respectiva remuneração.

\*Ficam extintos:

08 vagas do emprego público de Médico Veterinário;  
09 vagas do emprego público de Fiscal Ambiental;  
04 vagas do emprego público de Agente Administrativo;  
01 vaga do emprego público de Geógrafo.”

## ANEXO II

Alterações no Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, aprovadas na 45ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09/08/2019, na cidade de Timbó/SC:

“REDAÇÃO FINAL PARA ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI:

[...]

Art. 2º-D - São objetivos do CIMVI:

§4º - O exercício do Poder de Polícia com as atividades inerentes a fiscalização e autuação na gestão ambiental será exercido pelo Município por seus agentes, com a assessoria técnica dos agentes do CIMVI. (Nova Redação)

[...]

Art. 16 - O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

[...]

VI – Revogado  
VII – Revogado

[...]

Art. 21 - Compete à Assembleia Geral: (Nova Redação)

[...]

VI – aprovar:

[...]

c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de terceiros, arrecadação própria e/ou contrato de rateio; (Nova Redação)

[...]

VIII – aceitar, ad referendum, a cessão de servidores por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio, mantidos os efeitos de eventual cessão até a data da rescisão, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias da data da Assembleia em caso de não aprovação; (Nova Redação)

[...]

X – aprovar, ad referendum a celebração de convênios e/ou contratos de programa, mantidos os efeitos de eventual pactuação até a data da rescisão, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias da data da Assembleia em caso de não aprovação; (Nova Redação)

[...]

§ 1º - Revogado.

[...]

Art. 27 - Proclamado eleito candidato a Presidente, este declinará se aceita o encargo e tomará posse no dia 01 de janeiro do ano subsequente. (Nova Redação)

§ 1º - Caberá ao Presidente a nomeação e destituição dos empregos públicos comissionados, bem como das funções gratificadas e de confiança. (Nova Redação)

§ 2º - Não poderão ser nomeados para empregos públicos comissionados, nem poderão receber funções de confiança o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento (Súmula 13 do STF). (Nova Redação)

§ 3º – Somente poderão ser nomeados para empregos públicos comissionados pessoas que gozem de idoneidade moral, estejam no pleno gozo de seus direitos civis e políticos, não tenham sido condenadas em segundo grau por crimes contra a Administração Pública tampouco estejam impedidas de contratar com o Poder Público. (Nova Redação)

[...]

§ 5º – O Diretor Executivo terá mandato de 04 (quatro) anos, prorrogáveis de acordo com a nomeação do Presidente do Consórcio, e somente poderá ser exonerado antes do término do mandato no caso de ocorrência de fato grave. (Dispositivo Acrescido)

[...]

#### CAPÍTULO X-A - REVOGADO

Art. 35-A - Revogado

Art. 35-B - Revogado

I – Revogado

II – Revogado

III – Revogado

IV – Revogado

V – Revogado

VI – Revogado

VII – Revogado

VIII – Revogado

IX – Revogado

X – Revogado

XI – Revogado

Art. 35-C - Revogado

Parágrafo Único - Revogado

Art. 35-D - Revogado

I – Revogado

II - Revogado

III - Revogado

IV - Revogado

V - Revogado

VI - Revogado

VII - Revogado

VIII - Revogado

Art. 35-E - Revogado

Art. 35-F - Revogado

Art. 35-G - Revogado

#### CAPÍTULO X-B - REVOGADO

Art. 35-H - Revogado

Art. 35-I - Revogado

I – Revogado

II – Revogado

III – Revogado

IV – Revogado  
V – Revogado  
VI – Revogado  
VII – Revogado  
VIII – Revogado  
IX – Revogado  
X - Revogado

XI - Revogado  
a) Revogado  
b) Revogado  
c) Revogado  
d) Revogado  
e) Revogado  
f) Revogado  
g) Revogado  
h) Revogado

XII – Revogado  
XIII - Revogado  
XIV - Revogado

§1º - Revogado

§2º - Revogado

§3º - Revogado

§4º - Revogado

Art.35-J - Revogado

Art.35-K – Revogado

§ 1º Revogado  
§ 2º Revogado  
§ 3º Revogado  
§ 4º Revogado

[...]

Art. 45 - Os empregados públicos efetivos e comissionados pelo Consórcio Público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social, sendo os contratados temporariamente, regidos pelas disposições do Estatuto e do Protocolo de Intenções, aplicando-se a CLT no que não for conflitante com àqueles, sendo devido recolhimento de FGTS na forma do que disciplina a Lei Nacional nº 11.107/05 com redação dada pela Lei nº 13.822, de 2019. (Nova Redação)

[...]

§ 10º - Os empregados públicos efetivos poderão ser exonerados no caso de restrição e/ou extinção do serviço para o qual foram contratados. (Dispositivo Acrescido)

§ 11º - A exoneração de que trata o parágrafo anterior ocorrerá na forma inversa de ingresso, ou seja, do mais novo para o mais antigo e do pior classificado para o melhor classificado. (Dispositivo Acrescido)

[...]

Art.46-E  
§4º  
IV –

c – as férias, cujo direito decorre do efetivo exercício, do (a) contratado (a) temporário (a) por período de doze (12) meses, será devida na forma estabelecida na CLT. (Nova Redação)

c.1 - Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo: (dispositivo acrescido)

c.1.1 - deixar o emprego e não for readmitido dentro de 60 (sessenta) dias subsequentes à sua saída; (dispositivo acrescido)

c.1.2 - permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias; (dispositivo acrescido)

c.1.3 - deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 30 (trinta) dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços do CIMVI; e (dispositivo acrescido)

c.1.4 - tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos. (dispositivo acrescido)

c.2 - A interrupção da prestação de serviços deverá ser anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social. (dispositivo acrescido)

c.3 - Iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o empregado, após o implemento de qualquer das condições previstas nesta alínea "c", retornar ao serviço. (dispositivo acrescido)

c.4 - Para os fins previstos na alínea c.1.3 o CIMVI comunicará ao órgão local do Ministério do Trabalho, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, as datas de início e fim da paralisação total ou parcial dos serviços da empresa, e, em igual prazo, comunicará, nos mesmos termos, ao sindicato representativo da categoria profissional, bem como afixará aviso nos respectivos locais de trabalho. (dispositivo acrescido)

- 1.(revogado)
- 2.(revogado)
- 3.(revogado)
4. (revogado)
5. (revogado)
6. (revogado)

[...]

VIII - gratificação por atividade insalubre será devida na forma prevista pela CLT.

- a) (revogado)
- b) (revogado)
- c) (revogado)

[...]

XII – ausentar-se do serviço nas hipóteses previstas na CLT.

- a) (revogado)
- 1) (revogado)
- 2) (revogado)
- b) (revogado)
- 1) (revogado)
- c) (revogado)
- 1) (revogado)
- 2) (revogado)

[...]

XIII - as pessoas contratadas por este regime jurídico especial estão sujeitas ao regime Celetista fazendo jus ao FGTS na forma do que disciplina a Lei Nacional nº 11.107/05 com redação dada pela Lei nº 13.822, de 2019; (Nova Redação)

[...]

Art. 47

§ 1º - REVOGADO

[...]

## SEÇÃO II

### DOS EMPREGOS PÚBLICOS DE CONFIANÇA

Art. 50

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal*	Salário/mês
[...]			
1	ASSESSOR JURÍDICO	20 h	R\$ 2.462,67
1	ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	20h	R\$ 1.687,77
1	ASSESSOR DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	20h	R\$ 1.687,77

\*Poderá haver ampliação ou redução da jornada de trabalho dos empregos comissionados, mediante alteração proporcional da respectiva remuneração.

[...]

§ 2º - A nomeação será feita pelo Presidente do CIMVI ao qual compete dar posse e fiscalizar o exercício funcional, observadas as disposições deste Estatuto e do regulamento do quadro de pessoal. (Nova Redação)

## SEÇÃO III

### dos empregos públicos PERMANENTES

Art. 51



Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal*	Salário/mês (R\$)
15 (quinze) Sendo: Engenheiros Ambientais, Engenheiros Florestais, Engenheiro Agrônomo, e Biólogo. Caberá ao Edital de Concurso ou Processo Seletivo a definição dos quantitativos de vagas abertas por profissão.	Analista Ambiental	40 horas	3.375,53
05	Auxiliar Administrativo	40 horas	1.569,79
01	Médico Veterinário	20 horas	3.896,63
05	Agente Administrativo	40 horas	2.883,50
2	Advogado	20 horas	4.467,15
1	Agente Controle Interno	20 horas	2.462,67
1	Biólogo	20 horas	4.208,36
1	Contador	20 horas	2.462,67
1	Engenheiro Agrônomo	20 horas	4.208,36
1	Engenheiro Civil	20 horas	4.208,36
1	Engenheiro Florestal	20 horas	4.208,36
1	Engenheiro Químico	20 horas	4.208,36
1	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	20 horas	4.208,36
1	Geólogo	20 horas	4.208,36

\*Poderá haver ampliação ou redução da jornada de trabalho dos empregos comissionados, mediante alteração proporcional da respectiva remuneração.

\*Ficam extintos:

08 vagas do emprego público de Médico Veterinário;  
09 vagas do emprego público de Fiscal Ambiental;  
04 vagas do emprego público de Agente Administrativo;  
01 vaga do emprego público de Geógrafo.

[...]

Art. 52-A - Conceder-se-á:

I – Indenização de transporte ao empregado ou agente público cedido ou em exercício de representação do Consórcio que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de ¼ do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro. (Nova Redação)

II - Adiantamento de viagem ao empregado ou agente público cedido ou em exercício de representação do Consórcio que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana. (Nova Redação)

III - Diária de viagem ao empregado, detentor de cargo comissionado, aos servidores públicos efetivos ou comissionados, cedidos ou não, agentes políticos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente, que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, ao exterior, em objetivo de serviço ao CIMVI, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção. (Nova Redação)

[...]

§ 6º - Aplica-se o disposto nos artigos 52, § 4º, 52-A e 52-B aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente. (Nova Redação)

Art. 52-B - Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado efetivo ou contratado temporário, bem como ao estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público, ou na indenização correspondente ao valor líquido que seria desembolsado para aquisição do vale-transporte, no caso de utilização de outro meio de transporte (próprio ou particular). (Nova Redação)

[...]

Art. 52-D

[...]

§ 4º – Aos empregados comissionados do CIMVI, poderá, a critério da Presidência do CIMVI, ser concedida, e livremente destituída, função de representação, sem prejuízo de suas atividades regulares, no percentual de até 50% (cinquenta por cento) do salário mensal previsto



para o emprego público. (Dispositivo Acrescido)

[...]

Art. 53

[...]

III – Para o emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar serviços administrativos nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Lavar documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI. (Nova Redação)

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Ensino superior completo na área de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Direito, Administração ou Superior de Tecnólogo em Gestão Pública e portador de Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B". (Nova Redação)

IV – Para o emprego de AGENTE CONTROLE INTERNO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar a fiscalização, controle e auditoria dos atos do Consórcio Público; Elaborar relatórios de controle interno; Prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão; Instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis ao Consórcio Público; Executar os demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI. (Nova Redação)

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Direito, Administração ou Superior de Tecnólogo em Gestão Pública. (Nova Redação)

c) poderá o Presidente do CIMVI conceder função de confiança para exercício das atribuições do presente emprego público, não incorporável aos vencimentos, para servidor de carreira do CIMVI, até o valor proporcional a jornada de trabalho a ser desenvolvida pelo beneficiário, tendo como parâmetro o vencimento do cargo de AGENTE CONTROLE INTERNO. (Dispositivo Acrescido)

[...]

V-A – REVOGADO

[...]

XVI – REVOGADO

[...]

XVII - Para o emprego comissionado de ASSESSOR JURÍDICO: (Dispositivo Acrescido)

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente à análise de procedimentos administrativos e judiciais, realizando a representação judicial do CIMVI, atividades relacionadas ao assessoramento jurídico dos empregados do CIMVI, tais como: exame de autos e papéis; pesquisa da doutrina, legislação e jurisprudência; redação de minutas de editais, termos de referência, notificações, contranotificações, ofícios, pareceres jurídicos, elaborar estudos, pesquisas, projetos de voto, minutas de decisões e de despachos diversos, executar atividades administrativas inerentes às sessões de conciliação, instrução e julgamento; executar atividades administrativas em geral. Executar outras atribuições correlatas a função, incluídas todas as prerrogativas e competências decorrentes da legislação de regência profissional, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI. (Dispositivo Acrescido)

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (OAB). (Dispositivo Acrescido)

XVIII - Para o emprego comissionado de ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL: (Dispositivo Acrescido)

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Cabe a tarefa de assessoramento nas questões afetas às notificações, inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações; assessoramento nos atendimentos de denúncias e verificação da ocorrência ou não de infração ambiental, bem como na elaboração de laudos ambientais, laudos de constatação, relatórios de fiscalização, vistoria, entre outros, atuando como agente de assessoramento nas tarefas decorrentes do exercício do poder de polícia na fiscalização ambiental e no controle das atividades de impacto ambiental local, inclusive auxiliando na lavratura do auto correspondente, dosimetria das penalidades compreendidas nas leis de crimes ambientais e códigos ambientais municipais; Assessoramento na elaboração de documentos técnicos de citação, intimação ou notificação dos responsáveis pelas fontes de poluição a apresentarem documentos ou esclarecimentos; Assessoramento no exercício de atividade orientadora visando à adoção de atitude ambiental positiva; Assessoramento na fiscalização e aplicação de penalidades às atividades, obras e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local bem como no cumprimento de condicionantes estabelecidas em licenças ambientais ordinárias ou simplificadas; Coordenação de equipes de trabalho, aplicação de normas de segurança, saúde e meio

ambiente, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI. (Dispositivo Acrescido)

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional), admitidos as seguintes habilitações: Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo, Biólogo. (Dispositivo Acrescido)

XIX - Para o emprego comissionado de ASSESSOR DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: (Dispositivo Acrescido)

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Cabe a tarefa de assessoramento nas questões afetas à aplicação, organização e execução das Políticas Municipais de Educação Ambiental, coordenação e assessoramento na organização do arranjo normativo dos entes públicos consorciados; coordenação e assessoramento no desenvolvimento constante de projetos e programas de educação ambiental; coordenação e assessoramento no processo de integração das Políticas municipais de educação ambiental com as políticas estadual e nacional, bem como assessoramento e coordenação no intercâmbio de atividades entre os órgãos dos municípios consorciados e os órgãos incumbidos da educação ambiental em nível estadual e nacional. Assessoramento na elaboração de documentos técnicos; Coordenação de equipes de trabalho, bem como atividades técnicas, administrativas e de informática; Elaborar documentação técnica de processos; Participar e organizar cursos e palestras; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI. (Dispositivo Acrescido)

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional), admitidos as seguintes habilitações: Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo, Biólogo. (Dispositivo Acrescido)

XX - Para o emprego de ANALISTA AMBIENTAL: (Dispositivo Acrescido)

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar principalmente a análise dos processos de licenciamento ambiental e seus respectivos incidentes, de adequação dos projetos ambientais às normas ambientais vigentes; Elaborar, supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente estudos, planejamentos, projetos e serviços referentes à sua área de atuação; Atuar como agente promotor do desenvolvimento do ambiente de forma a contribuir nos projetos e atividades de cooperação com todos os municípios consorciados; Realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos nas áreas antes especificadas; Realizar o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afeto à execução das políticas de meio ambiente, em especial as que se relacionam com as seguintes atividades: regulação, controle, licenciamento e auditoria ambiental; monitoramento ambiental; gestão, proteção e controle da qualidade ambiental; ordenamento dos recursos ambientais; conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e estímulo e difusão de tecnologias, informação e execução de programas de educação ambiental. Executar outras atribuições correlatas a função, incluídas todas as prerrogativas e competências decorrentes da legislação de regência profissional, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI. (Dispositivo Acrescido)

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão (Conselho Regional), admitidos as seguintes habilitações: Engenheiro Ambiental, Engenheiro Florestal, Engenheiro Agrônomo, Biólogo. (Dispositivo Acrescido)

XXI - Para o emprego de AUXILIAR ADMINISTRATIVO: (Dispositivo Acrescido)

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar os serviços de suporte operacional nas áreas de recursos humanos, administração, compras, contabilidade, ouvidoria, controle, devendo, para tanto, elaborar relatórios, planilhas e demais ações de expediente, bem como executar as ações requeridas pelos superiores hierárquicos; executar outras atividades correlatas elencadas no Regimento Interno ou que lhe venham a ser atribuídas, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CIMVI. (Dispositivo Acrescido)

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Ensino médio completo e portador de Carteira Nacional de Habilitação Categoria "B". (Dispositivo Acrescido)

[...]

Art. 62 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas. (Nova Redação)

[...]

Art. 74

[...]

§ 3º - O Consórcio Público poderá instituir preços públicos pela prestação de serviços cuja regulamentação será efetuada mediante Resolução do Presidente do CIMVI. (Nova Redação)

[...]"

**MUNICÍPIO DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 226/2018 AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2018 PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2019**

Publicação Nº 2214731

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 226/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2019

OBJETO: Aditivo de acréscimo de 25% do item 1; 9,03% do item 2; 4,85% do item 10 e 11,45% do item 11 da presente Ata de Registro de Preços para futuras aquisições de Materiais e Serviços relativos à adequação do imóvel locado às necessidades da Polícia Civil da Comarca de Gaspar/SC. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (CNPJ nº 83.102.244/0001-02). CONTRATADA: FORROTEC FORROS E DIVISÓRIAS (CNPJ nº 04.005.101/0001-06). VALOR: R\$ 10.313,91 (dez mil trezentos e treze reais e noventa e um centavos).

Gaspar (SC), 01/11/2019

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 242/2019 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 56/2019**

Publicação Nº 2215105

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 242/2019

Inexigibilidade de Licitação nº 56/2019

OBJETO: Licenciamento de software web de gestão de assistência social incluindo os módulos de gerenciamento de proteção básica, proteção especial, benefícios eventuais, habitação, mapa de georreferência e agenda e serviços correlatos de treinamento on-line, hospedagem, manutenção e suporte mensais. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (CNPJ nº 83.102.244/0001/02). CONTRATADA: Portabilis Tecnologia (CNPJ nº 11.258.607/0001-92). BASE LEGAL: Art. 25, I, da Lei 8.666/93. VALOR: R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

Gaspar/SC, 24/10/2019

Santiago Martin Navia

Secretário Municipal de Assistência Social

**SAMAE - GASPAR****EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1095/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 2215724

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 210/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº SAF - 95/2017

Início da vigência: 21/11/2019 | Vencido: 20/06/2020. Objeto: Renovação, por 7 (sete) meses, do Contratação de prestação de serviços de coleta e análise de efluente da estação de tratamento de esgoto (ETE) e corpos receptores (montante e jusante). Contratado: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA ME (CNPJ sob o nº 81.322.141/0001-22). Valor total: R\$ 17.150,02 (dezessete mil cento e cinquenta reais e dois centavos). Observação: Concede reajuste previsto no item 4.3 de 2,71% referente ao IGP-DI acumulado nos últimos doze meses.

Gaspar/SC, 01 de Novembro de 2019

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente do SAMAE

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 101/2019

Publicação Nº 2216027

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

#### PREGÃO PRESENCIAL 101/2019

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA E LIMPEZA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS INTEGRANTES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC INCLUINDO A SECRETARIA DA SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 20/11/2019 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 20/11/2019 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br).

Governador Celso Ramos, 04 de novembro de 2019.

Paulo Henrique Silveira de Souza

Secretário Municipal de Administração

### NOVO AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 94/2019

Publicação Nº 2216026

#### NOVO AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

#### TOMADA DE PREÇOS 94/2019

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO REFORÇO ESTRUTURAL DO PRÉDIO E AMPLIAÇÃO DO PÁTIO DA EEBM PREFEITO JOÃO BALDANÇA SOBRINHO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO REFERIDO EDITAL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 21/11/2019 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 21/11/2019 às 10h30min.

OBSERVAÇÃO: TENDO EM VISTA QUE NA PRIMEIRA REUNIÃO PÚBLICA NÃO HOUVE INTERESSADOS, A LICITAÇÃO SERÁ REPUBLICADA.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br).

Governador Celso Ramos, 04 de novembro de 2019.

Paulo Henrique Silveira de Souza

Secretário Municipal de Administração

# Grão Pará

## PREFEITURA

### PORTARIA 313 A 315-2019

Publicação Nº 2215274

PORTARIA Nº. 0313 / 2019 DE 28 de OUTUBRO de 2019

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE: Exonerar, a pedido, DIONE DA CONCEIÇÃO IZIDORIO, ocupante do Cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, partir desta data, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0314 / 2019 DE 01 de NOVEMBRO de 2019

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 10º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000

RESOLVE: Cessar, a partir desta data, os efeitos da portaria 198/2018, de 16/05/2018 que designa DAIANA MICHELS JUNKES, para ocupar a Função Gratificada de Chefe de Setor de Planejamento, retornando ao cargo efetivo de Engenheiro Civil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

PORTARIA Nº. 0315 / 2019 DE 01 de NOVEMBRO de 2019

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará em exercício, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº 991, de 04/04/2000,

RESOLVE: Contratar WILLIAN BERTO DE SOUZA, para, a partir de 04/11/2019, ocupar o Auxiliar de Administração, código 3.04, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria da Planejamento e Urbanismo, sob regime estatutário, com vínculo previdenciário ao INSS, em substituição a titular Jiseli Kons, em licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares, conforme solicitação administrativa.

### QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2215550

#### JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a COOPERATIVA DE ELETRICIDADE GRÃO-PARÁ - CERGAPA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, desde o ano de 2017; considerando que o Município está em mora com os referidos pagamentos e que isso pode acarretar prejuízos financeiros futuros para o Município; considerando que o fornecimento de energia elétrica e a iluminação pública são serviços públicos essenciais, nos termos da Lei nº 7.783/1989; em atendimento ao interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento da obrigação no valor de R\$ 6.133,80 fora da ordem cronológica, conforme relatório de despesas.

Relação das Ordens de pagamento nº 5887, 5888, 5889, 5892, 5893, 5895, 5896, 5897, 5898, 5899, 5900, 5901, 5903, 5904, 5905, 5906, 5907 e 5908.

Desta forma, tendo em vista o acima justificado efetua-se o pagamento do credor e PUBLIQUE-SE esta justificativa, para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais.

Grão-Pará/SC, 04 de novembro de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

# Gravatal

## PREFEITURA

### DECRETO 70/2019

Publicação Nº 2215089

DECRETO N.º 70, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO COFINANCIAMENTO ESTADUAL E MAC - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2019 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Nº 1.990/2019 de 31 de outubro de 2019:

Art. 1º Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 110.000,00(Cento e dez mil reais) nas seguintes classificações orçamentárias:

Órgão:	03- Fundo Municipal de Saúde	
Unidade:	01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Atividade:	2.019- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	
Despesa:	(14) 3.3.90.00.00.00.00.0691 -	R\$ 60.000,00 - Excesso Cofinanciamento
Atividade:	2.074- TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEX. E HOSPITALAR	
Despesa:	(27) 3.3.90.00.00.00.00.0065 -	R\$ 50.000,00 - Excesso MAC

Total: ..... R\$ 110.000,00

Art. 2º Para cobrir despesas decorrentes da abertura de crédito adicional suplementar de que trata o art. anterior, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação no recurso 691 do Cofinanciamento Estadual, na receita orçamentária 4.1.7.2.8.03.1.1.02.00.00; e no recurso 65 do MAC, na receita orçamentária 4.1.7.1.8.03.1.1.14.00.00.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 04 de novembro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial do Município em 05/11/2019.

### DECRETO 71/2019

Publicação Nº 2215090

DECRETO N.º 71, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2019 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Nº 1.991/2019 de 31 de outubro de 2019:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 49.603,12 (Quarenta e nove mil e seiscentos e três reais e doze centavos) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Projeto/Atividade:	2.019 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	
Despesa:	(15) 4.4.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 49.603,12
Total		R\$ 49.603,12

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar o valor de R\$ 49.603,12 (Quarenta e nove mil e seiscentos e três reais e doze centavos), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:



Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Projeto/Atividade:	2.019 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	
Despesa:	(12) 3.3.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 20.000,00
Projeto/Atividade:	2.025 – MANUTENÇÃO DA FROTA DO FUNDO MUN. DE SAÚDE	
Despesa:	(18) 3.3.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 29.603,12
Total		R\$ 49.603,12

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 04 de novembro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial do Município em 05/11/2019.

### **PORTARIA 577/2019 - ROSANA BALDOINO EUFRASIO MACHADO - EXONERAR**

Publicação Nº 2215121

PORTARIA Nº 577/2019 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido ROSANA BALDOINO EUFRASIO MACHADO, da função do cargo de Auxiliar Serviços Gerais, de provimento temporário, com carga horária de 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

### **PORTARIA 578/2019 - PATRICIA GUIMARAES MENDES - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

Publicação Nº 2215123

PORTARIA Nº 578/2019 DE 01 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora Rosa Selma dos Santos, ocupante do cargo efetivo de Professora Educação Infantil, encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde, ocasionando a vacância da vaga de Professora Educação Infantil;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora Educação Infantil, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018 e chamada pública nº 32.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário PATRICIA GUIMARAES MENDES, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 54, para o cargo temporário de Professora Educação Infantil, com carga horária de 40 horas semanais, na EEB Jose Cardoso de Aguiar, localizado no bairro Várzea das Canoas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 01 de outubro de 2019 até o término da Licença para Tratamento de Saúde da Titular e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 01 de outubro de 2019.  
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 579/2019 - CLAUDIANA DE SOUZA CORREA - FÉRIAS**

Publicação Nº 2215124

PORTARIA Nº 579/2019 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 15 (quinze) dias de férias a servidora municipal CLAUDIANA DE SOUZA CORREA, ocupante do cargo de Assistente Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 14/03/2019 a 13/03/2020, devendo ser gozadas entre 02/10/2019 a 16/10/2019;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 02 de outubro de 2019.  
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 580/2019 - NEIVA KARINE LEANDRO FERNANDES - EXONERAR**

Publicação Nº 2215127

PORTARIA Nº 580/2019 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido NEIVA KARINE LEANDRO FERNANDES, da função do cargo de Professora Ensino Fundamental, de provimento temporário, com carga horária de 20 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 02 de outubro de 2019.  
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 581/2019 - ANDRESA MACHADO SOUZA BRISTOT - LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 2215128

PORTARIA Nº 581/2019 DE 02 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal ANDRESA MACHADO DE SOUZA BRISTOT, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, por um período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 02/10/2019 até 29/03/2020 de acordo com § XVIII, do art. 7º, da Constituição Federal e Lei Municipal nº 1584/2013 de 14/02/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 02 de outubro de 2019.  
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal



**PORTARIA 582/2019 - MARILENE DOS SANTOS VIEIRA MENDES - LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 2215129

PORTARIA Nº 582/2019 DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Licença Maternidade à Servidora Municipal MARILENE DOS SANTOS VIEIRA MENDES, ocupante do cargo efetivo de Professora Educação Infantil, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, por um período de 180 (cento e oitenta) dias a partir de 03/10/2019 até 30/03/2020 de acordo com § XVIII, do art. 7º, da Constituição Federal e Lei Municipal nº 1584/2013 de 14/02/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 03 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 583/2019 - CLARISSE RODRIGUES ONOFRE - EXONERAR**

Publicação Nº 2215130

PORTARIA Nº 583/2019 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar por término de contrato CLARISSE RODRIGUES ONOFRE, da função do cargo de Professora Educação Infantil, de provimento temporário, com carga horária de 30 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 04 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 584/2019 - ROGER COSTA DA SILVA - MÉDICO CLÍNICO**

Publicação Nº 2215131

PORTARIA Nº 584/2019 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal e Lei Complementar Municipal nº 134/2009 de 24/11/2009;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Médico Clínico, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, o Processo Seletivo Público Simplificado para contratação emergencial temporária de médicos, do Edital nº 09/2019, homologado em 10/09/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica contratado em caráter temporário ROGER COSTA DA SILVA, Processo Seletivo 09/2019, classificação nº 01, para o cargo temporário de Médico Clínico, com carga horária de 20 horas semanais, na Extensão do ESF Várzea das Canoas, localizado no bairro Várzea das Canoas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, a partir de 07 de outubro de 2019 a 06 de outubro de 2021 ou até a realização de concurso público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 07 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 585/2019 - GRATIFICAÇÃO MÉDICO SAÚDE - ROGER COSTA DA SILVA**

Publicação Nº 2215132

PORTARIA Nº 585/2019 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, necessidade de manutenção dos serviços de atendimento na Secretaria Municipal de Saúde à população.

CONSIDERANDO, o Art. 2º da Lei Complementar nº 221/2019 de 04 de abril de 2019 que cria o abono pecuniário para profissionais que atuam na estratégia saúde da família – ESF ou que atuam como especialistas no Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º- Concede abono pecuniário por desempenho da função conforme tabela abaixo:

MÉDICO CLÍNICO	CARGA HORÁRIA	ABONO R\$
Roger Costa da Silva	20h	2.000,00

Art. 2º- A fiscalização dos requisitos constantes no Art. 1º, serão efetuadas pela Secretária Municipal de Saúde ou servidor designado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 07 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 586/2019 - ALAERCIO GONÇALVES DE MEDEIROS - FÉRIAS**

Publicação Nº 2215133

PORTARIA Nº 586/2019 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal ALAERCIO GONÇALVES DE MEDEIROS, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 04/07/2017 a 03/07/2018, devendo ser gozadas entre 07/10/2019 a 05/11/2019;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 07 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 587/2019 - JOAO BATISTA RAFAEL FERREIRA - FÉRIAS**

Publicação Nº 2215134

PORTARIA Nº 587/2019 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal JOAO BATISTA RAFAEL FERREIRA, ocupante do cargo de Secretário de Agricultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 02/01/2018 a 01/01/2019, devendo ser gozadas entre 07/10/2019 a 05/11/2019;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 07 de outubro de 2019.  
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 588/2019 - PAULO MARTINS DA ROSA - NOMEAR**

Publicação Nº 2215136

PORTARIA Nº 588/2019 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, o pedido de férias do secretário de agricultura JOAO BATISTA RAFAEL FERREIRA no período de 07/10/2019 a 05/11/2019.  
RESOLVE:

Art. 1º - Designar PAULO MARTINS DA ROSA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, para responder pela Secretaria de Agricultura, podendo desempenhar todos os atos necessários ao funcionamento da Secretaria, a partir desta data até 05/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 07 de outubro de 2019.  
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 589/2019 - FRANCIELI MENDES CORREA - FÉRIAS**

Publicação Nº 2215138

PORTARIA Nº 589/2019 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER 05 (cinco) dias de férias a servidora municipal FRANCIELI MENDES CORREA, ocupante do cargo de Enfermeira ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 02/04/2017 a 01/04/2018, devendo ser gozadas entre 07/10/2019 a 11/10/2019;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 07 de outubro de 2019.  
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA 590/2019 - CIMARA MENDES DO AMARAL - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

Publicação Nº 2215139

PORTARIA Nº 590/2019 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora Marilene dos Santos Vieira Mendes, ocupante do cargo efetivo de Professora Educação Infantil, encontra-se em Licença Maternidade, ocasionando a vacância da vaga de Professora Educação Infantil;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora Educação Infantil, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018 e chamada pública nº 33.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário CIMARA MENDES DO AMARAL, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 145, para a função do cargo temporário de Professora Educação Infantil, com carga horária de 30 horas semanais, no Centro Educacional Infantil Mickeylândia, localizado no bairro Termas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 07 de outubro de 2019 até 13 de dezembro de 2019 e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 07 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 591/2019 - ELIANE GOMES DOS SANTOS - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

Publicação Nº 2215142

PORTARIA Nº 591/2019 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora Aline Pickler Morgan Jacinto, ocupante do cargo temporário de Professora Educação Infantil, encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde, ocasionando a vacância da vaga de Professora Educação Infantil;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora Educação Infantil, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018 e chamada pública nº 33.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário ELIANE GOMES DOS SANTOS, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 44, para a função do cargo temporário de Professora Educação Infantil, com carga horária de 30 horas semanais, no Projeto Brincarte, localizado no Bairro Termas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 07 de outubro de 2019 até o término da Licença para Tratamento de Saúde da Titular e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 07 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 592/2019 - RAFAELA ZANELATO FERNANDES - FÉRIAS**

Publicação Nº 2215143

PORTARIA Nº 592/2019 DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal RAFAELA ZANELATO FERNANDES, ocupante do cargo de Técnica de Vigilância Epidemiológica, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 04/09/2018 a 03/09/2019, devendo ser gozadas no período de 07/10/2019 a 05/11/2019;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 07 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 593/2019 - YANKA DE OLIVEIRA VENERA - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

Publicação Nº 2215144

PORTARIA Nº 593/2019 DE 08 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora Neiva Karine Leandro Fernandes, ocupante do cargo temporário de Professora Ensino Fundamental – Séries Iniciais, pediu exoneração do cargo, ocasionando a vacância da vaga de Professora Ensino Fundamental – Séries Iniciais;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora Ensino Fundamental – Séries Iniciais, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018 e chamada pública nº 33.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário YANKA DE OLIVEIRA VENERA, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 13, para a função do cargo temporário de Professora Ensino Fundamental – Séries Iniciais, com carga horária de 20 horas semanais, na EEB Jose Cardoso de Aguiar, localizada no Bairro Várzea das Canoas, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 08 de outubro de 2019 até 13 de dezembro de 2019 e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 08 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 594/2019 - CINTIA MENDES DO AMARAL - CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

Publicação Nº 2215145

PORTARIA Nº 594/2019 DE 11 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, a possibilidade de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante estabelece o artigo 37, IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO, que a servidora Elisangela Correa Medeiros Pereira, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Fundamental, encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde, ocasionando a vacância da vaga de Professora Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO, que existe a necessidade urgente de preenchimento de vaga de Professora Ensino Fundamental, para que não haja paralisação no atendimento da população;

CONSIDERANDO, por fim, a realização do processo seletivo, conforme Lei Complementar Nº 181/2015, edital nº 009/2018 e chamada pública nº 34.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica contratada em caráter temporário CINTIA MENDES DO AMARAL, Processo Seletivo nº 009/2018, classificação nº 05, para a função do cargo temporário de Professora Ensino Fundamental, com carga horária de 20 horas semanais, na EEB Joaquim Cardoso Duarte, localizado no Bairro Pouso Alto, neste município, para atender necessidade de excepcional interesse público, no período compreendido entre 11 de outubro de 2019 até o término da Licença para Tratamento de Saúde da Titular e/ou de acordo com as necessidades e legislações vigentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 11 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 595/2019 - MARIA DE LOURDES CAETANO DO AMARAL - SUSPENDER A PORTARIA 305/2018**

Publicação Nº 2215146

PORTARIA Nº 595/2019 DE 11 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO, que a servidora Maria de Lourdes Caetano do Amaral encontra-se em licença prêmio.

**RESOLVE:**

Art. 1º- SUSPENDER os efeitos da Portaria nº 305/2018 de 22 de março de 2018 que concede função gratificada a servidora Maria de Lourdes Caetano do Amaral, no Departamento de Tesouraria, percebendo o valor de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) sobre seus vencimentos, enquanto a mesma encontra-se no período de gozo de sua licença prêmio;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 11 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 596/2019 - MARCIO LAURENTINO MENDONÇA - FÉRIAS**

Publicação Nº 2215147

PORTARIA Nº 596/2019 DE 14 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal MARCIO LAURENTINO MENDONÇA, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, relativos ao período aquisitivo de 14/02/2018 a 13/02/2019, devendo ser gozadas entre 14/10/2019 a 12/11/2019;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 1.820/2017, revogadas às disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 14 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 597/2019 - ANA PAULA DA SILVA MENDONÇA - CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA**

Publicação Nº 2215150

PORTARIA Nº 597/2019 DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora ANA PAULA DA SILVA MENDONÇA, para exercer função gratificada na Secretaria de Assistência Social, percebendo o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) conforme o nível GF02 do anexo IX da Lei 139/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 15 de outubro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****ATA 20**

Publicação Nº 2214882

**ATA 20 DA COMISSÃO PROCESSANTE**

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dezenove às vinte horas e trinta minutos na sala das comissões da Câmara Municipal de Gravatal na Rua Manoel José Cândido nº 142, reuniu-se a Comissão Processante sob a presidência do vereador Rafael Fernandes Machado, presentes o relator Antônio da Silva Silveira e o membro Alberto da Silva Duarte, para deliberar sobre o andamento do processo de julgamento das denúncias apresentadas contra o Prefeito Edvaldo Bez de Oliveira, por ter cometido infrações político-administrativas. Diante da decisão no Mandado de Segurança de nº 5000696-52.2019.8.24.0159/SC do Excelentíssimo Senhor Rodrigo Fagundes Mourão Juiz da Comarca de Armazém a Comissão Processante resolve por unanimidade suspender o Julgamento do Prefeito Municipal marcado para o dia 01/11/2019 às 19:00h. Assim, determino que seja citado/notificado o Prefeito Municipal ou seu bastante Procurador que a Sessão de Julgamento foi cancelada, determinamos também a lavratura da Ata e a publicação para que surta os efeitos legais.

RAFAEL FERNANDES MACHADO  
Presidente

ANTÔNIO DA SILVA SILVEIRA  
Relator

ALBERTO DA SILVA DUARTE  
Membro

**ATA 21**

Publicação Nº 2214887

**ATA 21 DA COMISSÃO PROCESSANTE**

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezenove às quatorze horas e quarenta e cinco minutos na sala das comissões da Câmara Municipal de Gravatal na Rua Manoel José Cândido nº 142, reuniu-se a Comissão Processante composta pelos Vereadores Rafael Fernandes Machado, Antonio da Silva Silveira e Alberto da Silva Duarte, sob a Presidência do primeiro, para na forma da decisão judicial exarada nos autos 5000696-52.2019.8.24.0159/SC proceder os atos destinados a apurar as denúncias formuladas pelos senhores Clarivaldo José Bento, Jefferson Mendes da Silva e José Cardoso de Souza, que versa sobre possíveis infrações político administrativas cometidas na gestão do Prefeito Municipal, Edvaldo Bez de Oliveira. Dando início aos trabalhos, os membros da Comissão decidiram citar/notificar o denunciado para que, apresente defesa prévia, por escrito e indique as provas que pretende produzir no prazo de dez dias, tudo conforme preconiza o art. 5º inc. III do decreto Lei nº 201/67. Assim, determino a lavratura da Ata e a publicação para que surta os efeitos legais.

RAFAEL FERNANDES MACHADO  
Presidente

ANTÔNIO DA SILVA SILVEIRA  
Relator

ALBERTO DA SILVA DUARTE  
Membro

**ATA 22**

Publicação Nº 2214895

**ATA 22 DA COMISSÃO PROCESSANTE**

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e dezenove às quinze horas e na sala das Comissões da Câmara Municipal de Gravatal na Rua Manoel José Cândido nº 142, reuniu-se a Comissão Processante composta pelos Vereadores Rafael Fernandes Machado, Antonio da Silva Silveira e Alberto da Silva Duarte, sob a Presidência do primeiro, para deliberar sobre o conteúdo das denúncias apresentadas e que compõem o laudo acusatório descrevendo as supostas infrações político administrativas praticadas pelo denunciado Edvaldo Bez de Oliveira Prefeito Municipal de Gravatal. Constatou-se que Ação Anulatória nº 5000298-08-2019.8.24.0159 que tramita na Comarca de Armazém suspendeu temporariamente o Decreto Legislativo 001/2019, razão pela qual a Comissão por unanimidade de seus membros resolveu apurar os fatos decorrentes de 3 (três) denúncias das 4 (quatro) apresentadas, consistindo em resumo: 1) do não repasse do duodécimo à Câmara de Vereadores – configuração do inciso I do artigo 4. - I - Impedir o funcionamento regular da Câmara; 2) do não afastamento do Secretário da Agricultura ante a não prestação de contas dos recursos e conhecimento pelo prefeito; 3) desatendimento aos pedidos de informações sem motivo justo – inciso III do decreto-lei 201/67. Assim, determino que seja citado/notificado o denunciado ou seu bastante Procurador sobre os atos circunstanciados nesta ata e determino ainda a publicação para que surta os efeitos legais.

RAFAEL FERNANDES MACHADO  
Presidente

ANTÔNIO DA SILVA SILVEIRA  
Relator

ALBERTO DA SILVA DUARTE  
Membro

**OFICIO 27**

Publicação Nº 2214885

Gravatal 30 de outubro de 2019

OF.CP027/2019

Excelentíssimo Senhor  
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
MD Prefeito Municipal de Gravatal/SC  
N E S T A

Assunto: CITAÇÃO

Senhor Prefeito Municipal,

Venho à presença de Vossa Excelência, citá-lo da decisão da tomada pela Comissão Processante em virtude da decisão em mandado de segurança de nº 5000696-52.2019.8.24.0159/SC, que determinou a suspensão da Sessão de julgamento aprazada para o dia 01/11/2019 às 19:00h.

Segue anexo a Ata nº 20 da Comissão Processante, ressalto que os autos do processo encontram-se a disposição de Vossa Excelência na secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Gravatal.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL FERNANDES MACHADO  
Presidente da Comissão Processante

**OFICIO 28**

Publicação Nº 2214891

Gravatal 31 de outubro de 2019

OF.CP028/2019

Excelentíssimo Senhor  
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
MD Prefeito Municipal de Gravatal/SC  
N E S T A

Assunto: CITAÇÃO

Senhor Prefeito Municipal,

Venho à presença de Vossa Excelência para citá-lo/notificá-lo do processo nº 001/2019, onde a Colenda Câmara Municipal de Vereadores aceitou a denúncia, que segue anexo, apresentada pelos senhores Clarisvaldo José Bento, Jeferson Mendes da Silva, e José Cardoso de Souza, que versa sobre possíveis irregularidades cometidas na gestão de Vossa Senhoria.

Assim Vossa Excelência esta citado para se quiser apresentar defesa prévia, por escrito e indicar as provas que pretende produzir, no prazo de dez dias, tudo conforme preconiza o art. 5º inc. III do decreto Lei nº 201/67.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL FERNANDES MACHADO  
Presidente da Comissão Processante



**OFICIO 29**

Publicação Nº 2214897

Gravatal 31 de outubro de 2019

OF.CP029/2019

Excelentíssimo Senhor  
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA  
MD Prefeito Municipal de Gravatal/SC  
N E S T A

Assunto: CITAÇÃO

Senhor Prefeito Municipal,

Venho à presença de Vossa Excelência para citá-lo/notificá-lo dos atos praticados pela Comissão Processante referente a Ata nº 22 que segue anexo.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

RAFAEL FERNANDES MACHADO  
Presidente da Comissão Processante

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EXTRATOS ADITIVOS AD08.19 CONT 06.15.DOCX

Publicação Nº 2214798

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : Ad08/19Cont06/15 - Contrato Nº: 06/2015

Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: EDITORA APRENDE BRASIL LTDA.

Valor ..... : 889,99 (oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 04/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 4/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL( ENSINO FUNDAMENTAL I(1º AO 5º ANO)E ENSINO FUNDAMENTAL II(6º AO 9º ANO) CONTENDO LIVRO DIDÁTICO INTEGRADO,PORTAL APRENDE BRASIL,ASSESSORIA PEDAGÓGICA,SIMEB-SISTEMA DE MONITORAMENTO EDUCACIONAL DO BRASIL E O HÁBILE-SISTEMA DE AVALIAÇÃO POSITIVO, ALUNOS- ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL. ADITIVO DE APOSTILAS.

### MINUTA EDITAL DE PREGÃO 129.19 REMOÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA.DOC

Publicação Nº 2216117

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº129/2019.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 155/19, Edital de Pregão Presencial Nº 129/19. Tipo: Menor preço; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO REMOÇÃO E DESLOCAMENTO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO ELETRICA NA RUA ADEMAR DE BARROS ESQUINA COM TREZE DE MAIO; recebimento de propostas até às 08:00 horas do dia 18/11/19; a abertura do Edital será às 08:00 horas do dia 18/11/19, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30 as 17:30 horas e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 04 de novembro de 2019.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 237/2019 - PMG

Publicação Nº 2214939

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE AGRICULTURA  
SETOR DE LICITAÇÕES

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Eletrônico nº 237/2019 – PMG  
Processo Licitatório: 237/2019 – PMG  
Tipo: Menor preço/lance por item  
Objeto: aquisição de veículo hatchback para a secretaria municipal de agricultura de Guaramirim (SC)  
Entrega dos Envelopes: até 19/11/2019 às 13h59min  
Abertura dos Envelopes: 19/11/2019 às 14h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) ou [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 04 de novembro de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito Municipal de Guaramirim

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 238/2019 PMG

Publicação Nº 2214817

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Edital: Pregão Presencial 238/2019 PMG

Processo Licitatório: 238/2019 PMG  
Tipo: Menor Preço - Por Item  
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE ESTANTES DE AÇO PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).  
Entrega dos Envelopes: 19/11/2019 às 09h00min  
Abertura dos Envelopes: 19/11/2019 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 4 de novembro de 2019.  
LUIS ANTONIO CHIODINI  
Prefeito

### DECRETO Nº. 1143/2019

Publicação Nº 2214818

DECRETO Nº. 1143/2019  
Abre crédito suplementar no valor de R\$ R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais).

Luis Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

12 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim  
001 - Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim  
0010.0302.0006.2038 - Manutenção dos Serviços Especializados de Saúde

33390000000000000000 - Aplicações diretas  
01382300 - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade  
R\$ 200.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do excesso de arrecadação apurado até a presente data, na conta receita 41718032105000000000 - Incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial, vínculo 01382300 - Teto Municipal de Média e Alta Complexidade, no valor de R\$ 200.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de novembro de 2019.  
Luis Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº. 1145/2019

Publicação Nº 2214819

DECRETO Nº. 1145/2019

Abre crédito suplementar no valor de R\$ R\$ 22.565,22 (vinte e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e dois centavos).

Luis Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 22.565,22 (vinte e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e vinte e dois centavos), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

08 - Secretaria de Infraestrutura  
001 - Secretaria de Infraestrutura  
0015.0451.0011.1013 - Pavimentação e Urbanização de Vias Públicas  
33390000000000000000 - Aplicações diretas  
01340000 - Transf. convênios-união/outros Não Rel  
R\$ 4.742,45  
03340000 - Transf. convênios-união/outros Não Rel  
R\$ 10.778,62  
34490000000000000000 - Aplicações Diretas  
01340000 - Transf. convênios-união/outros Não Rel  
R\$ 7.044,15

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, na fonte de recursos 03340000 - Transf. convênios-união/outros Não Rel, no valor de R\$ 17.822,77 (dezesete mil, oitocentos e vinte e dois reais e setenta e sete centavos) e, da anulação abaixo relacionada:

08 - Secretaria de Infraestrutura  
001 - Secretaria de Infraestrutura  
0015.0451.0011.1013 - Pavimentação e Urbanização de Vias Públicas  
34490000000000000000 - Aplicações Diretas  
01340000 - Transf. convênios-união/outros Não Rel  
R\$ 4.742,45

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de novembro de 2019.  
Luis Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº. 1146/2019**

Publicação Nº 2215450

DECRETO Nº. 1146/2019

Determina o horário de expediente do Departamento Municipal de Trânsito de Guaramirim - DEMUTRAN.

Luis Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado o horário de expediente dos servidores efetivos vinculados ao Departamento Municipal de Trânsito de Guaramirim - DEMUTRAN, que exercem suas funções na manutenção das vias públicas, sendo de segunda a sexta-feira, das 06h00min às 12h00min, ininterruptamente.

Art. 2º. O Órgão Público deverá organizar a rotina dos serviços para que seja obedecido o período de 15 (quinze) minutos de intervalo de cada servidor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 14 de novembro de 2019.

Guaramirim/SC, 04 de novembro de 2019.

Luis Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

Jiuvani Assis Assing

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

**PORTARIA Nº. 488/2019**

Publicação Nº 2214816

PORTARIA Nº. 488/2019

Concede licença maternidade à Silvana Oliveira dos Santos.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando que o atestado foi entregue ao Setor de Recursos Humanos no dia 30 de outubro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade à Silvana Oliveira dos Santos, Professora de Artes (40 horas semanais), vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 11 de agosto de 2019, por 180 (cento e oitenta) dias,

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 01 de novembro de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº. 489/2019**

Publicação Nº 2215451

PORTARIA Nº. 489/2019

Transfere Fábio Cipullo.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Transferir Fábio Cipullo, Contador (20 horas semanais), da Secretaria de Administração e Finanças à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a partir de 04 de novembro de 2019.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 422/2014.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 04 de novembro de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

**159/2019**

Publicação Nº 2215685

DECRETO Nº 159/2019  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.608/2018 de 22 de novembro de 2018.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 12.000,00(doze mil reais), no orçamento do Município de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

Órgão 07- SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Unidade 01- Departamento de Indústria e Comércio:

Função 22 – Indústria

Subfunção 661 – Promoção Industrial

Programa 36 – Incentivo a Indústria e Comércio

Atividade: 2.071 – Manutenção da Secretaria de Indústria e Comércio

3.3.90.00.00.00.118-Aplicações Diretas ..... R\$ 12.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido do orçamento vigente do Município de Guarujá do Sul, os seguintes itens orçamentários:

Órgão 07- SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Unidade 01- Departamento de Indústria e Comércio:

Função 22 – Indústria

Subfunção 661 – Promoção Industrial

Programa 36 – Incentivo a Indústria e Comércio

Atividade: 2.071 – Manutenção da Secretaria de Indústria e Comércio

3.1.90.00.00.00.118-Aplicações Diretas ..... R\$ 12.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 04 de novembro de 2019.

Claudio Junior Weschenfelder

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio

Secretário Administração e Fazenda

**160/2019**

Publicação Nº 2215926

DECRETO Nº 160/2019  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL  
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de GUARUJA DO SUL e autorização contida na Lei Municipal nº002.608/2018 de 22 de novembro de 2018.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Guarujá do Sul, no exercício de 2019, destinado ao reforço do seguinte item orçamentário:

11- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

04- Coordenação de Programas:

Atividade: 1104.10.301.0010.2.069

3.3.90.00-00.00.382 Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

Art. 2º Para dar cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º, fica reduzido o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2019, referente aos recursos do MAC o valor de R\$ 5.000,00.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, 07 de novembro de 2019.  
Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi registrado e publicado nesta data.

Franciane Baseggio  
Secretário Administração e Fazenda

## DECRETO MUNICIPAL Nº 155\_2019

Publicação Nº 2215582

Decreto Municipal nº. 155/2019  
LIBERA IMÓVEL OBJETO DE DOAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial seu artigo 63, inciso VII, Leis Municipais 1.886/2007, 1.991/2009 e 2.012/2009 e Decreto Municipal 13/2011 e Lei 8.666/93 e suas alterações:

Considerando que a empresa donatária cumpriu com o disposto na Lei Municipal 1.886/2007, 1.991/2009 e 2.012/2009 e Decreto Municipal 13/2011;

Considerando as regras contidas Processo Licitatório 22/2011 - Concorrência Pública 02/2011, item 01, cujo resultado foi homologado em 11 de maio de 2011 tendo como empresa vencedora a empresa: RAJU INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rod. BR 163, km 111 Loteamento Silvestre Foiatto, no município de Guarujá do Sul, - SC, inscrita no CNPJ nº 81.771.784/0002-34 e Inscrição Estadual nº 25.335.146-4, foi cumprido;

Considerando-se a documentação relativa a presente doação contida nos arquivos da Administração Municipal, em especial Processo Administrativo 01/2019, com parecer emitido pela Comissão Especial nomeada através do decreto 59/2018, para verificação do cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas beneficiárias de alienação de imóveis do município através de editais de Concorrência Pública;

### RESOLVE:

Art. 1º - Fica a empresa DONATÁRIA ou sua SUCESSORA, liberada do gravame contido na Lei Municipal 1.886/2007, 1.991/2009 e 2.012/2009 e Decreto Municipal 13/2011, constante na matrícula 3/R-9.288 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC, envolvendo área de terra constituída pelo Lote urbano de nº 05, quadra "D", com área de 2.443,80m², com um galpão em estrutura de concreto armado pré-moldado, medindo 35,0 x 20,0, mais mezanino medindo 5,0 x 9,95, totalizando uma área de 749,75m², situado na Rua Reinaldo Antônio Klein, do Loteamento Silvestre Foiatto, em Guarujá do Sul, SC.

Art. 2º - O presente Decreto Administrativo, entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em 01 de Novembro de 2019  
68º ano da Fundação e 57º ano da Instalação.

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

• Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Franciane Baseggio  
Secretária da Administração e Fazenda

Decreto Municipal nº. 156/2019

## LIBERA IMÓVEL OBJETO DE DOAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial seu artigo 63, inciso VII, Leis Municipais 1.886/2007, 1.991/2009 e 2.012/2009 e Decreto Municipal 13/2011 e Lei 8.666/93 e suas alterações:

Considerando que a empresa donatária cumpriu com o disposto na Lei Municipal 1.886/2007, 1.991/2009 e 2.012/2009 e Decreto Municipal 13/2011;

Considerando as regras contidas Processo Licitatório 15/2011 - Concorrência Pública 01/2011, item 01, cujo resultado foi homologado em 29 de março de 2011 tendo como empresa vencedora a empresa: BRASPET INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Geraldo Cassol, nº 178, Loteamento Silvestre Foiatto, no município de Guarujá do Sul, - SC, inscrita no CNPJ nº 13.123.801/0001-96 e Inscrição Estadual nº 25.630.249-9;

Considerando-se a documentação relativa a presente doação contida nos arquivos da Administração Municipal, em especial Processo

Administrativo 02/2019, com parecer emitido pela Comissão Especial nomeada através do decreto 59/2018, para verificação do cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas beneficiárias de alienação de imóveis do município através de editais de Concorrência Pública;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica a empresa DONATÁRIA ou sua SUCESSORA, liberada do gravame contido na Lei Municipal 1.886/2007, 1.991/2009 e 2.012/2009 e Decreto Municipal 13/2011, constante na matrícula 11.491 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC, envolvendo área de terra constituída pelo Lote urbano de nº 01, quadra "F", com área de 9.418,22m², com dois galpões em estrutura de concreto armado pré-moldado, com área de 740,0m² cada, totalizando uma área de 1.480,0m², situado na Rua Geraldo Cassol, do Loteamento Silvestre Foiatto, em Guarujá do Sul, SC.

Art. 2º - O presente Decreto Administrativo, entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em 01 de Novembro de 2019  
68º ano da Fundação e 57º ano da Instalação.

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

- Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Franciane Baseggio  
Secretária da Administração e Fazenda

**DECRETO MUNICIPAL Nº 156/2019**

Publicação Nº 2215584

Decreto Municipal nº. 156/2019  
LIBERA IMÓVEL OBJETO DE DOAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial seu artigo 63, inciso VII, Leis Municipais 1.886/2007, 1.991/2009 e 2.012/2009 e Decreto Municipal 13/2011 e Lei 8.666/93 e suas alterações:

Considerando que a empresa donatária cumpriu com o disposto na Lei Municipal 1.886/2007, 1.991/2009 e 2.012/2009 e Decreto Municipal 13/2011;

Considerando as regras contidas Processo Licitatório 15/2011 - Concorrência Pública 01/2011, item 01, cujo resultado foi homologado em 29 de março de 2011 tendo como empresa vencedora a empresa: BRASPET INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Geraldo Cassol, nº 178, Loteamento Silvestre Foiatto, no município de Guarujá do Sul, - SC, inscrita no CNPJ nº 13.123.801/0001-96 e Inscrição Estadual nº 25.630.249-9;

Considerando-se a documentação relativa a presente doação contida nos arquivos da Administração Municipal, em especial Processo Administrativo 02/2019, com parecer emitido pela Comissão Especial nomeada através do decreto 59/2018, para verificação do cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas beneficiárias de alienação de imóveis do município através de editais de Concorrência Pública;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica a empresa DONATÁRIA ou sua SUCESSORA, liberada do gravame contido na Lei Municipal 1.886/2007, 1.991/2009 e 2.012/2009 e Decreto Municipal 13/2011, constante na matrícula 11.491 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC, envolvendo área de terra constituída pelo Lote urbano de nº 01, quadra "F", com área de 9.418,22m², com dois galpões em estrutura de concreto armado pré-moldado, com área de 740,0m² cada, totalizando uma área de 1.480,0m², situado na Rua Geraldo Cassol, do Loteamento Silvestre Foiatto, em Guarujá do Sul, SC.

Art. 2º - O presente Decreto Administrativo, entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC, em 01 de Novembro de 2019  
68º ano da Fundação e 57º ano da Instalação.

Claudio Junior Weschenfelder  
Prefeito Municipal

- Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Franciane Baseggio  
Secretária da Administração e Fazenda



# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 069/2019

Publicação Nº 2215326

Estado de Santa Catarina  
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0111/2019  
EXTRATO CONTRATO Nº 069/2019  
CONTRATANTE:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:  
SONDAOESTE SONDAGENS E GEOLOGIA LTDA.

OBJETO: Execução de serviços de sondagem, poços de monitoramento e análises da água a serem realizados no Cemitério Municipal no município de Herval d'Oeste com fornecimento de material e mão de obra.

VALOR R\$ 24.999,96 (vinte e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.313/2018 de 28/12/2018.

Herval d'Oeste (SC), 15 de outubro de 2019.  
Américo Lorini  
Prefeito.

Mariano Badaloti Smaniotto  
Pela Contratada

### CONVOCAÇÃO PATRICIA CARDOZO DA CRUZ

Publicação Nº 2216188

#### CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Convocar PATRICIA CARDOZO DA CRUZ, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 018.043.790-93, aprovada em 8º (sétimo) lugar no Processo Seletivo nº 001/2019/SMS/HO, homologado 20 de março de 2019, na função de ENFERMEIRO, 40 horas semanais, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art 2º - O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste a fim de manifestar-se sobre a vaga e, para apresentar a relação de documentos necessários a contratação.

Art. 3º - A contratação dos aprovados, ora convocadas, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d'Oeste/SC, 04 de Novembro de 2019.  
Américo Lorini  
Prefeito

Ciente em ..... /...../ .....  
PATRICIA CARDOZO DA CRUZ

**DECRETO Nº 4.098/2019**

Publicação Nº 2215571

DECRETO Nº 4.098/2019.

RECEBE POR DOAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA BENS MÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O Município de Herval d'Oeste (SC) recebe por doação do Município de Joaçaba, conforme Lei autorizativa nº 5.295 de 29 de outubro de 2019, cuja origem da doação deu-se através da Receita Federal do Brasil, e incorpora ao Patrimônio do Município de Herval d'Oeste (SC) os bens móveis descritos a seguir:

- I - 50 pneus 10.00-20 16PR, marca Linglomg, para uso de ônibus/caminhão;
- II - 50 câmaras de ar 10.00-20R, marca Linglomg, para uso de ônibus/caminhão;
- III - 50 protetores de borracha aro 20, marca Linglomg;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 01 de novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

**PORTARIA Nº 1546/2019**

Publicação Nº 2216157

PORTARIA Nº 1546/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora REGINA INÊS REISDORFER (MATRÍCULA 3898), ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível – 6, Referência - C, 40 horas semanais, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 28 de julho de 2017 a 27 de julho de 2018, para serem gozadas a contar de 04 de novembro de 2019 a 15 de novembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 04 de novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

**PORTARIA Nº 1547/2019**

Publicação Nº 2216162

PORTARIA Nº 1547/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

RETIFICAR E DAR NOVA REDAÇÃO à Portaria Nº 1090/2015, da servidora TALITA PEREIRA DIAS DE MORAES (MATRÍCULA 3738), ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, Nível – 6, Referência - D, 40 horas semanais, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, onde se lê: "referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, leia-se: "referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de fevereiro de 2017 a 02 de fevereiro de 2018".

E, CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora supracitada, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 03 de fevereiro de 2018 a 02 de fevereiro de 2019, para serem gozadas a contar de 04 de novembro de 2019 a 15 de novembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.  
Herval d'Oeste/SC, 04 de novembro de 2019.  
Américo Lorini  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 1548/2019**

Publicação Nº 2216165

### **PORTARIA Nº 1548/2019**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

PRORROGAR OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 1508/2019, da servidora KARINE THAIS FERREIRA (MATRÍCULA 5102), a qual exerce a função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, sendo que a mesma passará a atuar junto ao CMEI Tania Regia Piovesan Bortoluz, turno matutino, em substituição à servidora Talita Pereira Dias de Moraes, que se encontra em gozo de Licença Prêmio, a contar de 04 de novembro de 2019 a 15 de novembro de 2019, classificada em 18º (décimo oitavo) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 002/2019/HO, homologado através do Decreto nº 4.027/2019 de 03 de maio de 2019, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho é regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.  
Herval d'Oeste/SC, 04 de Novembro de 2019.  
Américo Lorini  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 1549/2019**

Publicação Nº 2216167

### **PORTARIA Nº 1549/2019**

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor FERNANDO SÉRGIO FAVRETTO (MATRÍCULA 2879), ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, Nível – 9, Referência - D, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 29 de dezembro de 2015 a 28 de dezembro de 2016, para serem gozadas a contar de 04 de novembro de 2019 a 15 de novembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.  
Herval d'Oeste/SC, 04 de novembro de 2019.  
Américo Lorini  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 1550/2019**

Publicação Nº 2216170

### **PORTARIA Nº 1550/2019**

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a contar de 01 de novembro de 2019, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora ÍRIA TEREZINHA MATEVI (Matr. 231), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/B, Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, constante do quadro de pessoal do poder executivo municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 04 de novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

## **PORTARIA Nº 1551/2019**

Publicação Nº 2216172

PORTARIA Nº 1551/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à servidora SANDY CASSIA MENDES VIEIRA (MATRÍCULA 4835), a contar de 01 de novembro de 2019, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar nº 281/2011, a qual exerce a função de ENFERMEIRA, Nível/Referência – 12/1/A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme determina a Legislação Específica do Regime Geral de Previdência Social (INSS).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 04 de novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

## **TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO PATRICIA CARDOZO DA CRUZ**

Publicação Nº 2216192

PEDIDO DE RECLASSIFICAÇÃO

Eu, PATRICIA CARDOZO DA CRUZ,, brasileira, inscrita no CPF nº 018.043.790-93, aprovada e classificada em 8º (oitavo) lugar no Processo Seletivo nº 001/2019/SMS-HO, com homologação final publicada em 20 de março de 2019, para a função de ENFERMEIRO, 40 horas semanais, vem mui respeitosamente perante a Vossa Excelência, requerer a reclassificação para o último lugar da lista classificatória deste edital.

Herval d'Oeste, 04 de novembro de 2019.

PATRICIA CARDOZO DA CRUZ

**Ibiam****PREFEITURA****PORTARIA Nº 387/2019**

Publicação Nº 2216136

PORTARIA Nº 387, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010; RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda, abaixo relacionados:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Carmelita Chiesa Tragancin	01.01.2018 a 31.12.2018	18.11.2019 a 27.11.2019
Elza Rinaldi Coser	02.01.2018 a 01.01.2019	18.11.2019 a 27.11.2019
Ires Teresinha Tragansin de Oliveira Xavier	26.01.2018 a 25.01.2019	11.11.2019 a 20.11.2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 30 DE OUTUBRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 388/2019**

Publicação Nº 2216137

PORTARIA Nº 388, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares ao servidor público municipal vinculado à Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Sérgio Moreira	08.03.2018 a 07.03.2019	01.11.2019 a 30.11.2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 30 DE OUTUBRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 389/2019**

Publicação Nº 2216139

PORTARIA Nº 389, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares ao servidor público municipal vinculado à Secretaria Municipal da Infraestrutura, Obras e Transportes, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Irley Luiz Lamperti	02.01.2016 a 01.01.2017	04.11.2019 a 13.11.2019
Macir de Jesus Gomes Ribeiro	19.06.2018 a 18.06.2019	04.11.2019 a 03.12.2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 30 DE OUTUBRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 390/2019**

Publicação Nº 2216140

PORTARIA Nº 390, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a servidor público municipal vinculado a Secretaria Municipal da Educação, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Mônica Tragancin Holleweger	14.01.2018 a 13.01.2019	18.11.2019 a 27.11.2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 30 DE OUTUBRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 391/2019**

Publicação Nº 2216143

PORTARIA Nº 391, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

"CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais vinculados a Secretaria Municipal da Saúde, abaixo relacionado:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Giseli Seffer Alves de Anhaia	18.12.2017 a 17.12.2018	18.11.2019 a 02.12.2019
Maria Ivete Gomes de Oliveira	12.01.2018 a 11.01.2019	11.11.2019 a 20.11.2019 Convertido 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, conforme § 2º, do art. 77, da Lei Municipal nº 255/2004
Maria Solange da Silva Matos Borsoi	01.10.2018 a 30.09.2019	18.11.2019 a 27.11.2019
Wilmar Scuciato	01.01.2018 a 31.12.2018	04.11.2019 a 03.12.2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 30 DE OUTUBRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

## PORTARIA Nº 392/2019

Publicação Nº 2216144

PORTARIA Nº 392, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o art. 87, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade a servidora SILMARA TESCK DE OLIVEIRA, ocupante do cargo temporário de Professor II - ACT – Nível 3 – Referência A, com vencimentos conforme Anexo IX, da Lei Complementar Municipal nº 003, de 09 de janeiro de 2002.

Art. 2º. A licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias será usufruída no período de 31 de outubro de 2019 a 27 de fevereiro de 2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 31 DE OUTUBRO DE 2019.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

## RESOLUÇÃO Nº 41/2019 - CMAS

Publicação Nº 2216134

RESOLUÇÃO Nº 41/2019

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 25 de outubro de 2019, conforme Ata de nº 132/2019, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993- Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 615 de 10 de julho de 2014, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Ibiã – SC, Lei Municipal nº 632 de 01 de julho de 2019 - “Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Ibiã – SC e dá outras providências.”

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Demonstrativo de Serviços/Programas do Governo Federal, proteção social básica, Demonstrativo do Cofinanciamento IGD-SUAS e IGD-PBF do ano de 2018.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

IBIAM-SC 04 de novembro de 2019.

Giseli Seffer Alves de Anhaia

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Homologada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal



# Ibicaré

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/2019 FMS

Publicação Nº 2215401

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato Ata de Registro de Preços nº 016/2019

Processo Licitatório nº 065/2019/PMI, modalidade Pregão Presencial nº 033/2019/PMI.

OBJETO: Contratação eventual e futura de serviços de conserto, incluindo a desmontagem e montagem, de pneus destinados à manutenção dos veículos da frota dos órgãos participantes.

VALOR: R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais)

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ

FORNECEDOR: SIGMAR KRUMENAUER

VIGÊNCIA: 31 de outubro de 2020.

Ibicaré, SC, em 01 de novembro de 2019.

Marlene Alberguini

Gestor

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/2019 FMS

Publicação Nº 2215402

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 017/2019

Processo Licitatório nº 065/2019/PMI, modalidade Pregão Presencial nº 033/2019/PMI.

OBJETO: Contratação eventual e futura de serviços de conserto, incluindo a desmontagem e montagem, de pneus destinados à manutenção dos veículos da frota dos órgãos participantes.

VALOR: R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE PNEUS LUZERNA LTDA

VIGÊNCIA: 31 de outubro de 2020.

Ibicaré, SC, em 01 de novembro de 2019.

Marlene Alberguini

Gestor

### EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 048/2019 PM

Publicação Nº 2215399

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 048/2019

Processo Licitatório nº 065/2019, modalidade Pregão Presencial nº 033/2019.

OBJETO: Contratação eventual e futura de serviços de conserto, incluindo a desmontagem e montagem, de pneus destinados à manutenção dos veículos da frota dos órgãos participantes.

VALOR: R\$ 56.400,00 (Cinquenta e seis mil e quatrocentos reais)

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

FORNECEDOR: SIGMAR KRUMENAUER

VIGÊNCIA: 31 de outubro de 2020.

Ibicaré, SC, em 01 de novembro de 2019.

Gianfranco Volpato

Prefeito

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 049/2019 PM**

Publicação Nº 2215400

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 049/2019

Processo Licitatório nº 065/2019, modalidade Pregão Presencial nº 033/2019.

OBJETO: Contratação eventual e futura de serviços de conserto, incluindo a desmontagem e montagem, de pneus destinados à manutenção dos veículos da frota dos órgãos participantes.

VALOR: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais)

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

FORNECEDOR: COMÉRCIO DE PNEUS LUZERNA LTDA

VIGÊNCIA: 31 de outubro de 2020.

Ibicaré, SC, em 01 de novembro de 2019.

Gianfranco Volpato

Prefeito

# Ibirama

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº : 105/2019 CONTRATANTE : MUNICÍPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 2216049

Contrato Nº : 105/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE IBIRAMA

Contratada : Harmoniza Eventos e Decorações Ltda Me

Licitação : Pregão Presencial 96/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, COM MONTAGEM, INSTALAÇÃO E DESMONTAGEM DE DECORAÇÃO EXTERNA COM TEMA NATALINO EM RUAS, PRÉDIOS PÚBLICOS, PRAÇAS, PONTE IRINEU BORNHAUSEN, E PONTE PREFEITO OSVALDO TADEU BELTRAMINI (CENTRO), DESTA MUNICIPALIDADE.

Vigência : Início: 04/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 04/11/2019

Valor R\$: 56.000,00 (Cinquenta e Seis Mil Reais )

Dotação : 127 - 07.003.2090.33390399900000000000.01000000

FISCAL: JUCELIO JOSE DE ANDRADE

**DECRETO Nº 4.419, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019 - NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2215181

DECRETO nº 4.419, de 01 de novembro de 2019.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os cidadãos para representarem as entidades governamentais e indicados pelas entidades não governamentais, conforme Lei Municipal nº 3.207, de 15 de outubro de 2015, para comporem como membros no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, a saber:

I – 04 (QUATRO) REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS, sendo:

A) 01 (um) representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação:

Titular: Daiane Teixeira Rodrigues

Suplente: Carla Renata Goedert Modinger

B) 01 (um) representante da Secretaria de Saúde:

Titular: Joel Rone Hoffmann

Suplente: Andréia Voigt Duwe

C) 01 (um) representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Elvira Schulze Männchen

Suplente: Maira Jennrich da Costa

D) 01 (um) representante da Secretaria de Administração e Finanças:

Titular: Moacir Hajek

Suplente: Klaus Brodewolf

II – 04 (QUATRO) REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS, sendo:

A) 02 (dois) representantes das organizações dos usuários:

Titular: Geni Moreira Tiradentes de Souza

Suplente: Rosa da Cunha

Titular: Anne Marie B. Cascaes

Suplente: Angela Maria dos Santos Venerai

B) 02 (dois) representantes das entidades prestadoras de serviços e organizações de assistência social no âmbito municipal:

Titular: Rafaela Aparecida de Brito

Suplente: Daniela Sandri

Titular: Rudinei Pinsegher

Suplente: Anderson Paride Meneghelli

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 4.127, de 18 de setembro de 2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, convalidando aos atos praticados por este conselho retroagindo os efeitos à 19 de setembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 01 de novembro de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

## **TOMADA DE PREÇOS Nº 104/2019**

Publicação Nº 2216048

MUNICIPIO DE IBIRAMA.

-----  
TOMADA DE PREÇOS Nº 104/2019.

Objeto: Contratação de empresa para obra de "recomposição de pavimentação asfáltica - Rua XV de novembro e Rua Presidente Castelo Branco - Areado - Ibirama/SC" - Área: 3.922,49 m². Entrega dos envelopes até o dia 21 de novembro de 2019 as 09h00min. Sessão de abertura as 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, 3357-8527, na página do município na internet [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br) ou ainda pelo e-mail [compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - Ibirama, 04 de novembro de 2019. Adriano Poffo - Prefeito.

-----

# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO 075 - 2019 - PREGÃO - MUL - ELETRODOMÉSTICO

Publicação Nº 2215195

PROCESSO Nº 494/2019

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 075/2019 – MUL

REGISTRO DE PREÇO

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	DO OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E OUTROS UTENSÍLIOS PARA A PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS E A AUTARQUIA SAMAE, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 18/11/2019 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 18/11/2019 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00

ERICO OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 04 de novembro de 2019.

### AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO 078 - 2019 - PREGÃO - MUL - REFORMA RETROESCADEIRA CASE 580

Publicação Nº 2215007

PROCESSO Nº 506/2019

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 078/2019 - MUL

SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL GLOBAL
OBJETO	DO OBJETO – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA DE UMA RETRO-ESCAVADEIRA CASE 580M 4X4, conforme anexo I do edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 18/11/2019 às 14:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 18/11/2019 às 14:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00

ERICO OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 01 de novembro de 2019.

### AVISO DE LICITAÇÃO TP 014-2019 - AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VOVÔ JUCA

Publicação Nº 2215611

PROCESSO Nº. 082/2019

PREGÃO PRESENCIAL – Nº. 014/2019 - MUL

Registro de Preço

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	DO OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELÉTRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA SEUS FUNDOS E A AUTARQUIA SAMAE conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 29/04/2019 às 08:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 29/04/2019 às 09:00 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**MAIORES INFORMAÇÕES:**

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00

ERICO OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 09 de Abril de 2019.

# Imarui

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 018/2019

Publicação Nº 2215155

#### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº 018/2019

O Município de Imaruí/SC torna público aos interessados que se encontra aberto o Pregão Presencial – Registro de Preço, para aquisição de madeiras. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 19/11/2019 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 09h do dia 19/11/2019 no Setor de Licitação. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, no e-mail [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br) e no site [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br). Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 04 de novembro de 2019.  
Rui José Candemil Júnior  
Prefeito de Imaruí

# Imbituba

## PREFEITURA

### DECRETO PMI Nº 190, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2216041

DECRETO PMI Nº 190, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Regulamenta o Adicional de Produtividade aos profissionais do Grupo Ocupacional ANS–Atividade Técnica de Nível Superior, do Quadro Permanente de Carreira dos Servidores do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art.93, VII e XV, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO os preceitos da Lei nº4661, de 23 de dezembro de 2015, que institui o Adicional de Produtividade aos profissionais do Grupo Ocupacional ANS – Atividade Técnica de Nível Superior, do Quadro Permanente de Carreira dos Servidores do Poder Executivo;

CONSIDERANDO as competências delegadas aos órgãos municipais pela Lei complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo do Município de Imbituba;

CONSIDERANDO o memorando 15.121, de 02 de setembro de 2019;

#### DECRETA:

Art.1º Fica, pelas disposições deste ato, regulamentado o Adicional de Produtividade aos profissionais do Grupo Ocupacional ANS – Atividade Técnica de Nível Superior, do Quadro Permanente de Carreira dos Servidores do Poder Executivo.

Parágrafo único. O Adicional de Produtividade será devido aos servidores integrantes das Categorias Funcionais do Grupo Ocupacional ANS, que estejam no efetivo exercício de suas funções, a seguir nominados:

I– Enfermeiro.

Art.2º Ficam estabelecidos os seguintes formulários para apuração, efetivação e controle do Adicional de Produtividade:

I–Anexo I: Relatórios referentes à Categoria Funcional de Enfermeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

Anexo I.1- Adicional de Produtividade  
RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PRODUÇÃO– Enfermeiro  
Decreto PMI nº 190, de 04 de novembro de 2019.

CÓDIGO	ATIVIDADES	PONTOS POR ATIVIDADE	DIA	HORA	Σ PONTOS MENSAL	ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS
01.01	Abastecer as unidades com blocos de notificação compulsória, folhas de investigação e folhas de DO e DNV	30				
01.02	Ação conjunta com outros órgãos e instituições	135				
01.03	Ação e atendimento/ resposta ao ministério público e órgãos oficiais	150				
01.04	Ações de articulação de redes intra e intersetoriais	50				
01.05	Ações de redução de danos	100				
01.06	Acolhimento	150				
01.07	Acompanhamento ao paciente com tuberculose (Dots)	50				
01.08	Acompanhamento de paciente e internação hospitalar	100				
01.09	Acompanhamento de relatórios dos pacientes em uso de oxigênio domiciliar	50				
01.10	Acompanhamento de serviço residencial terapêutico	100				
01.11	Acompanhamento e suporte nas UBS	50				
01.12	Aconselhamento	50				
01.13	Administração de medicação	100				
01.14	Alimentação dos sistemas de saúde.	50				



01.15	Aplicação de vacina	50				
01.16	Aspiração	50				
01.17	Atenção às situações de crise	100				
01.18	Atendimento em oficina terapêutica	100				
01.19	Atendimento emergencial	100				
01.20	Atendimento de Denúncia – visita in loco	100				
01.21	Auxílio em pequenas cirurgias	100				
01.22	Avaliação antropométrica	50				
01.23	Avaliação do cadastro e acompanhamento das gestantes do município	50				
01.24	Balanco hídrico	25				
01.25	Bloqueio vacinal	100				
01.26	Coleta de citopatológico de colo uterino	50				
01.27	Coleta de exames laboratoriais específicos das doenças de notificação compulsória	100				
01.28	Coleta de material para exame laboratorial	50				
01.29	Colocação de sonda nasoenteral	100				
01.30	Colocação de sonda nasogástrica	100				
01.31	Conclusão de denúncias, reclamações e ouvidorias concluídas	50				
01.32	Consulta de enfermagem	100				
01.33	Consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem	50				
01.34	Controle de ambiente, desinfecção	50				
01.35	Controle e acompanhamento dos profissionais inseridos no CNES	50				
01.36	Cuidado de Estomas	25				
01.37	Digitar Declaração de Nascidos Vivos –DNV	50				
01.38	Digitar Declaração de Óbito- DO / Codificação de óbito- DO	50				
01.39	Digitar notificações do Sistema de Informação de Agravos e notificações - SINAN	50				
01.40	Dimensionamento de pessoas	50				
01.41	Discussão de casos clínicos juntamente com setores específicos	100				
01.42	Educação em saúde nas escolas	100				
01.43	Educação permanente	100				
01.44	Elaborar anualmente o perfil epidemiológico	200				
01.45	Encaminhamentos de exames autorizados para os setores específicos	50				
01.46	Entrega de materiais informativos sobre as doenças de notificação compulsória para os estabelecimentos de saúde	50				
01.47	Entregar e manter abastecido o Hospital São Camilo com blocos de DNV, DO e meios de transporte para coleta doenças de notificação compulsória	100				
01.48	Enviar amostras para análise de raiva	100				
01.49	Enviar lote semanal do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação).	100				
01.50	Enviar lote semanal do SIM (Sistema de Informação de Mortalidade)	100				
01.51	Enviar lote semanal do SINASC (Sistema de Informação de Nascidos Vivos)	100				
01.52	Esterilização de materiais de salas	50				
01.53	Exame clínico nas mamas	50				
01.54	Executar tarefas referentes à conservação e aplicação de vacinas	50				
01.55	Fortalecimento do Protagonismo de usuários e seus familiares	50				
01.56	Gerenciamento da logística de transporte das unidades básicas de saúde	50				
01.57	Gerenciamento de conflitos dos profissionais	100				
01.58	Glicemia capilar	50				
01.59	Higiene oral	25				
01.60	Liberação de alvará sanitário	80				
01.61	Liberação de carteira de saúde	10				
01.62	Manter informações atualizadas sobre a ocorrência de doenças e agravos para as Unidades	50				
01.63	Matriciamento	100				
01.64	Organizar medidas de ação coletiva para controle, prevenção e promoção da saúde	100				
01.65	Oxigenioterapia	50				

01.66	Participação de cursos, capacitações	100				
01.67	Participação de projetos de construção ou reforma de unidade de saúde	100				
01.68	Participação em comissão de conselhos municipais	100				
01.69	Participação em conselhos municipais	100				
01.70	Participação na elaboração de medidas de danos que possam ser causados aos pacientes durante a assistência de enfermagem	50				
01.71	Participação na elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contra referência do paciente nos diferentes níveis de atenção à saúde	50				
01.72	Participação na elaboração na Programação Anual de Saúde	100				
01.73	Participação nas ações do Sispacto	100				
01.74	Participar de curso de capacitação da Regional de saúde	50				
01.75	Prescrição da assistência de enfermagem	100				
01.76	Prescrição de medicamentos previamente estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde	100				
01.77	Prestar cuidados de enfermagem pré e pós-operatórios	100				
01.78	Prevenção e controle sistemático de doenças transmissíveis em geral	100				
01.79	Realização de curativos	100				
01.80	Realização de ECG	50				
01.81	Realização de Fleet enema	25				
01.82	Realização de grupos	150				
01.83	Realização de nebulização	25				
01.84	Realização de parto sem distocia	100				
01.85	Realização de projetos em saúde	100				
01.86	Realização de teste rápido	100				
01.87	Realização de tricotomia	50				
01.88	Realizar busca ativa de doenças infecto contagiosas	50				
01.89	Realizar encerramento das investigações em tempo oportuno	50				
01.90	Realizar entrega das carteirinhas do HEMOSC	50				
01.91	Realizar entrega de exames laboratoriais específicos da Vigilância epidemiológica	30				
01.92	Realizar investigação de óbito de mulher em idade fértil	100				
01.93	Realizar investigação de óbito de causa mal definida	100				
01.94	Realizar investigação de óbito fetal, infantil e menores de 5 anos	100				
01.95	Realizar investigação de óbito materno	100				
01.96	Realizar treinamento da equipe de saúde quando há alteração do protocolo de manejo das doenças	100				
01.97	Realizar visita e acompanhamento de reação vacinal	100				
01.98	Recebimento, acompanhamento e avaliação da produção mensal das equipes de saúde	100				
01.99	Repasse de informes recebidos da regional de saúde as enfermeiras (impressos, email)	50				
01.100	Retirada de ponto	25				
01.101	Retirada de sonda	50				
01.102	Reuniões com rede multidisciplinar municipal, regional, estadual quanto às informações oportunas de trabalho	100				
01.103	Reuniões de equipe	50				
01.104	Solicitação de exames (HIV,escarro, secreção vaginal)	50				
01.105	Solicitação de materiais	50				
01.106	Sondagem vesical	100				
01.107	Supervisão de atividades de assistência de enfermagem	100				
01.108	Supervisão dos recursos humanos (avaliação dos relatórios de folhas ponto, faltas, atestados, etc ...)	100				
01.109	Supervisionar e realizar notificação de doenças de notificação compulsória	100				
01.110	Troca de bolsa de colostomia	100				
01.111	Verificação da situação vacinal	50				
01.112	Verificação de batimentos cardíacos	25				
01.113	Verificação de frequência respiratória	25				
01.114	Verificação de pressão arterial	25				
01.115	Verificação de temperatura	25				
01.116	Visita aos grupos de saúde	50				

01.117	Visita domiciliar	100				
TOTAIS						
APROVAÇÃO (TITULAR DO ÓRGÃO SUPERIOR)		IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO		Servidor(a)		Superior hierárquico
Data		Data				
Nome		Nome				
Cargo		Cargo/Função				
Órgão Superior		Órgão Secundário				
Assinatura		Assinaturas				

**DECRETO PMI Nº 191, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2216055

DECRETO PMI Nº 191, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Regulamenta o Adicional de Produtividade aos profissionais do Grupo Ocupacional ANS–Atividade Técnica de Nível Superior do Quadro Permanente de Carreira dos Servidores do Poder Executivo e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art.93, VII e XV, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO os preceitos da Lei nº4661, de 23 de dezembro de 2015, que institui o Adicional de Produtividade aos profissionais do Grupo Ocupacional ANS – Atividade Técnica de Nível Superior, do Quadro Permanente de Carreira dos Servidores do Poder Executivo;

CONSIDERANDO as competências delegadas aos órgãos municipais pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo do Município de Imbituba;

CONSIDERANDO o processo administrativo 13.903/2018 e memorando 13.823/2019;

DECRETA:

Art.1º Fica, pelas disposições deste ato, regulamentado o Adicional de Produtividade aos profissionais do Grupo Ocupacional ANS – Atividade Técnica de Nível Superior, do Quadro Permanente de Carreira dos Servidores do Poder Executivo.

Parágrafo único. O Adicional de Produtividade será devido aos servidores integrantes das Categorias Funcionais do Grupo Ocupacional ANS, que estejam no efetivo exercício de suas funções, a seguir nominados:

I– Psicólogo

Art.2º Ficam estabelecidos os seguintes formulários para apuração, efetivação e controle do Adicional de Produtividade:

I–Anexo I: Relatório referente à Categoria Funcional de Psicólogo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina- DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

Anexo I.1- Adicional de Produtividade  
RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PRODUÇÃO– Psicólogo  
Decreto PMI nº 191, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

CÓDIGO	ATIVIDADES	PONTOS POR ATIVIDADE	DIA	HORA	PONTOS MENSAIS	ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS
01.01	Intervenção psicoterápica individual	15				
01.02	Intervenção psicoterápica em grupo	30				
01.03	Intervenção psicoterápica de casal	15				
01.04	Intervenção psicoterápica familiar	20				
01.05	Ludoterapia	10				
01.06	Arteterapia	10				
01.07	Avaliação psicológica/por sessão	20				
01.08	Anamnese e/ou entrevista psicológica	10				
01.09	Triagem psicológica	10				

01.10	Psicoterapia domiciliar	20				
01.11	Preparação para entrada, permanência e alta hospitalar	15				
01.12	Elaboração de psicodiagnóstico	20				
01.13	Elaboração de laudos	20				
01.14	Elaboração de pareceres	20				
01.15	Elaboração de atestados	20				
01.16	Elaboração de declarações	20				
01.17	Confecção de encaminhamentos	5				
01.18	Arquivamentos de registros de atendimento	3				
01.19	Receber, registrar, arquivar e distribuir processos, correspondências e demais expedientes recebidos	10				
01.21	Elaboração de exposição de motivos	30				
01.22	Elaboração e execução de Palestras/Workshop/oficinas/ por oficina	50				
01.23	Elaboração e aplicação de treinamentos /por treinamento	50				
01.24	Facilitação no processo de integração e adaptação dos indivíduos	10				
01.25	Coordenação e supervisão de atividades	40				
01.26	Participação em cursos e eventos	15				
01.27	Atuação junto aos meios de comunicação	20				
01.28	Administração de pessoal (mensal)	50				
01.29	Supervisão de estagiários/estagiário	50				
01.30	Acompanhamento e Avaliação de desempenho de pessoas	10				
01.31	Sondagem de aptidões e de capacidade profissional	20				
01.32	Aplicação de dinâmicas de grupo e/ou reunião de equipe	30				
01.33	Orientação individual	5				
01.34	Elaboração de diagnósticos psicossociais das organizações	40				
01.35	Desligamento de funcionários/por funcionário	10				
01.36	Recrutamento /Seleção de pessoas	10				
01.37	Preparação de pessoal para aposentadoria	15				
01.38	Controle de frequência de pessoal(mensal)	50				
01.39	Promoção de saúde mental e física do trabalhador	30				
01.40	Promoção de treinamento e desenvolvimento profissional	10				
01.41	Planejamento de férias e licenças(mensal)	80				
01.42	Intervenção/atendimento psicossocial	10				
01.43	Elaboração de pesquisas/por pesquisa	10				
01.44	Orientação profissional/por sessão	20				
01.45	Visita domiciliar	20				
01.46	Atividades realizadas fora do horário de expediente de trabalho da Administração Municipal /por hora	8				
01.47	Relatório e voto em Conselho Municipal do qual seja integrante como representante do Poder Executivo Municipal	20				
01.48	Abordagem social	15				
01.49	Visita institucional e escolar	20				
01.50	Elaboração de relatório	20				
01.51	Planejamento, elaboração e execução de políticas públicas e/ou projetos	50				
01.52	Intervenção psicopedagógica	10				
01.53	Suporte aos programas das políticas públicas	25				
01.54	Organização e coordenação de grupos	20				
01.55	Elaboração de projetos e programas;	30				
01.56	Orientação psicológica aos educadores e educando no processo de ensino-aprendizagem	10				
01.57	Acompanhamento e avaliação de programas de ensino para alunos com necessidades educacionais especiais.	15				
01.58	Fortalecimento das redes de proteção social, mediante assessoria a instituições e grupos comunitários	25				
01.59	Participação em audiências	40				
01.60	Participação em reunião da rede intersetorial	20				
01.61	Estudo de caso	25				
01.62	Coordenação de Equipe(mensal)	150				
01.63	Participação em órgãos colegiados (grupo de trabalho, comissões, conselhos, comitês, etc) como representante do Poder Executivo Municipal (por hora), desde que não remunerado especificamente pela atividade	10				
		TOTAL				

APROVAÇÃO (TITULAR DO ÓRGÃO SUPERIOR)		IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA PRODUÇÃO	Servidor(a)	Superior hierárquico
Data		Data		
Nome		Nome		
Cargo		Cargo/Função		
Órgão Superior		Órgão Secundário		
Assinatura		Assinaturas		

**DECRETO PMI Nº 192, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2216057

DECRETO PMI Nº 192, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.963, de 04 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$931.738,58 (novecentos e trinta e um mil, setecentos e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – SEINFRA			
Iluminação Pública			
15.452.0011-2.032			
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0017 (0125)	Aplicações Diretas	931.738,58	
Total		931.738,58	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação da seguinte fonte de recurso:

Demonstrativo das Fontes de Recursos (Excesso)		
Fonte de Recurso	Descrição da Fonte de Recurso	Valor total por Fonte de Recurso
01.0017	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública-COSIP	931.738,58
	Total da fonte	931.738,58

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

**DECRETO PMI Nº 193, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2216058

DECRETO PMI Nº 193, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.963, de 04 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$4.203.308,53 (quatro milhões, duzentos e três mil, trezentos e oito reais e cinquenta e três centavos), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO – SEINFRA			
Iluminação Pública			
15.452.0011-2.032			
3.3.90.00.00.00.00.0.3.0017 (0218)	Aplicações Diretas	4.203.308,53	
Total		4.203.308,53	

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superavit financeiro da seguinte fonte de recurso:

Demonstrativo das Fontes de Recursos (Superavit)		
Fonte de Recurso	Descrição da Fonte de Recurso	Valor total por Fonte de Recurso
03.0017	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública-COSIP	4.203.308,53
	Total da fonte	4.203.308,53

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 04 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

### **ERRATA DA LEI COMPLEMENTAR N.º 5.084, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2216056

ERRATA DA LEI COMPLEMENTAR N.º 5.084, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Eu, Luciano Alves Zanini, Administrador, publico a presente Errata da Lei Complementar n.º 5.084, de 31 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Imbituba – DOM-SC, edição 2.970, de 04 de novembro de 2019, páginas 465 à 492, onde houve erro na publicação do Anexo A, a Lei foi publicada em desacordo com o projeto aprovado pelo Poder Legislativo Municipal.

Desta forma, para fins de correção da publicação da Lei Complementar n.º 5.084, de 31 de outubro de 2019, publica-se a novamente a Lei e seus anexos em substituição a que foi publicada erroneamente.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

**LEI COMPLEMENTAR N.º 5.084, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2216003

**LEI COMPLEMENTAR N.º 5.084, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.**

Altera dispositivos da Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, que instituiu o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA** Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam revogados todos os anexos existentes na Lei Municipal 1.144, de 29 de abril de 1991, com exceção dos Anexos I e II introduzidos pela Lei Complementar Municipal 4.492/2014, de 11 de dezembro de 2014, que tratam da Tabela Salarial do Quadro Permanente de Carreira dos Servidores Municipais e da Tabela Salarial do Quadro Permanente de Pessoal dos Profissionais do Magistério Público Municipal, respectivamente.

Parágrafo Único. Os Anexos I e II de que tratam o *caput* deste artigo ficam renomeados para Anexo C e Anexo D, respectivamente.

Art. 2º Ficam transformadas as vagas dos cargos até então existentes, na forma da seguinte tabela:

DE		PARA	
Técnico esportivo <b>6 vagas</b>	Nível 10	Técnico em informática <b>6 vagas</b>	Nível 10
Técnico em administração <b>4 vagas</b>	Nível 10	Técnico em agrimensura <b>1 vaga</b> e técnico em contabilidade <b>3 vagas</b> .	Nível 10
Técnico em estradas <b>1 vaga</b>	Nível 10	Técnico em enfermagem <b>1 vaga</b>	Nível 10
Técnico em secretariado <b>3 vaga</b>	Nível 10	Técnico em enfermagem <b>3 vaga</b>	Nível 10
Técnico em fisioterapia <b>1 vaga</b>	Nível 10	Técnico em enfermagem <b>1 vaga</b>	Nível 10
Técnico em saneamento básico e ambulatorial <b>1 vaga</b>	Nível 10	Técnico em enfermagem <b>1 vaga</b>	Nível 10
Técnico em higiene dental <b>6 vagas</b>	Nível 10	Técnico em enfermagem <b>6 vagas</b>	Nível 10
Técnico em massagem <b>1 vaga</b>	Nível 10	Técnico em enfermagem <b>1 vaga</b>	Nível 10
Assistente de saúde <b>27 vagas</b>	Nível 6	Assistente administrativo <b>27 vagas</b>	Nível 6
Agrônomo <b>2 vagas</b>	Nível 13	Engenheiro Agrônomo <b>2 vagas</b>	Nível 13
Sanitarista <b>1 vaga</b>	Nível 13	Engenheiro Sanitarista e Ambiental <b>1 vaga</b>	Nível 13
Auxiliar vigilância epidemiológico <b>1 vaga</b>	Nível 4	Visitador Sanitário <b>1 vaga</b>	Nível 4
Recepcionista <b>1 vaga</b>	Nível 4	Telefonista/Recepcionista <b>1 vaga</b>	Nível 4
Mecânico <b>3 vagas</b>	Nível 3	Motorista <b>3 vagas</b>	Nível 3
Desenhista Técnico <b>2 vagas</b>	Nível 8	Atendente de Farmácia <b>2 vagas</b>	Nível 8
Analista de Informática/Sistema <b>1 vaga</b>	Nível 13	Psicólogo <b>1 vaga</b>	Nível 13
Analista de Informática/Sistema <b>1 vaga</b>	Nível 13	Administrador de Rede <b>1 vaga</b>	Nível 13
Geógrafo <b>1 vaga</b>	Nível 13	Auditor de Controle Interno <b>1 vaga</b>	Nível 13
Sociólogo <b>1 vaga</b>	Nível 13	Ouvidor Municipal <b>1 vaga</b>	Nível 13
Educador <b>1 vaga</b>	Nível 13	Analista Jurídico <b>1 vaga</b>	Nível 13

Art. 3º Ficam extintos todos os cargos e suas respectivas vagas do grupo III Magistério (MAG), almoxarife, desenhista artístico, técnico em vigilância epidemiológica, técnico em vigilância sanitária, técnico em radiologia, auxiliar de laboratório, auxiliar de nutricionismo, contínuo, auxiliar de atividades agropecuária e lubrificador.

Prefeitura de Imbituba  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





**GOVERNO DE  
IMBITUBA**

Art. 4º Consoante modificação imposta pelo Art. 1º desta Lei Complementar, ficam criados os anexos A e B na Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 31 de outubro de 2019.

**Rosenvaldo da Silva Júnior**  
Prefeito  
(Assinado digitalmente)

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**Luciano Alves Zanini**  
Administrador  
(Assinado digitalmente)

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
*Um Mar de Oportunidades*





**ANEXO A**

Anexo criado pela Lei Complementar nº 5.084/2019

GRUPOS OCUPACIONAIS, CATEGORIAS FUNCIONAIS, VAGAS, NÍVEIS E HABILITAÇÕES / ESCOLAR:

GRUPOS OCUPACIONAIS	CATEGORIA FUNCIONAL	VAGAS	NÍVEL	HABILITAÇÃO ESCOLARIDADE
GRUPO I ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR (ANS)	Administrador	5	13	Curso superior de bacharel em Administração e registro no Conselho Regional de Administração de Santa Catarina.
	Administrador de Rede	1	13	Curso superior de bacharel em Ciências da Computação ou bacharel em Sistemas da Informação ou Tecnólogo em Gerenciamento de Redes
	Analista de Informática /Sistemas	4	13	Curso superior de bacharel em Ciências da Computação ou bacharel em Sistemas da Informação ou Tecnólogo em Gerenciamento de Redes
	Analista de Trânsito	1	13	Conclusão do ensino superior, com habilitação legal específica na área do trânsito ou pós-graduação na área de trânsito
	Analista Jurídico	1	13	Curso superior de bacharel em Direito.
	Arquiteto	2	13	Curso superior de bacharel em Arquitetura e Urbanismo e registro no Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina
	Arquivista	1	13	Curso superior de bacharel em Arquivologia
	Assistente Social	16	13	Curso superior de bacharel em Serviço Social e registro no Conselho Regional de Serviço Social da 12ª Região – Santa Catarina
	Auditor de Controle Interno	1	13	Diploma de Conclusão de Curso Superior de Administração, Contabilidade ou Direito.
	Auditor Fiscal	4	13	Curso superior de bacharel em Administração ou Direito ou Economia ou Ciências Contábeis
	Bibliotecário	2	13	Curso superior de bacharel em Biblioteconomia e registro em Conselho Regional de Biblioteconomia da 14ª Região – Santa Catarina
	Biólogo	3	13	Curso superior de bacharel em Ciências Biológicas e registro no Conselho Regional de Biologia da 3ª Região – CRBio-03
	Bioquímico	4	13	Curso superior de bacharel em Farmácia ou bacharel em Farmácia com habilitação em Bioquímica ou bacharel em Bioquímica, e registro no Conselho Regional de Química da 13ª Região – Santa Catarina

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





GRUPO I ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR (ANS)	Contador	5	13	Curso superior de bacharel em Ciências Contábeis e registro no Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina
	Controlador Interno	1	13	Curso superior de bacharel em Administração ou Direito ou Economia ou Ciências Contábeis
	Economista	2	13	Curso superior de bacharel em Economia e registro em Conselho Regional de Economia de Santa Catarina – CORECON-SC
	Enfermeiro	7	13	Curso superior de bacharel em Enfermagem e registro em Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina – COREN-SC
	Engenheiro Agrimensor	1	13	Curso superior de bacharel em Engenharia de Agrimensura e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC
	Engenheiro Agrônomo	2	13	Curso superior de bacharel em Agronomia e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC
	Engenheiro Civil	11	13	Curso superior de bacharel em Engenharia Civil e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC
	Engenheiro Eletricista	2	13	Curso superior de bacharel em Engenharia Elétrica e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC
	Engenheiro Químico	1	13	Curso superior de bacharel em Engenharia Química e registro no Conselho Regional de Química da 13ª Região - Santa Catarina
	Engº Sanitarista e Ambiental	3	13	Curso superior de bacharel em Engenharia Sanitarista ou bacharel em Engenharia Ambiental ou bacharel em Engenharia Sanitarista e Ambiental e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC
	Farmacêutico	3	13	Curso superior de bacharel em Farmácia e registro no Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina- CRF/SC
	Fisioterapeuta	2	13	Curso superior de bacharel em Fisioterapia e registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região CREFITO/SC.
	Geólogo	1	13	Curso superior de bacharel em Geologia e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina- CREA-SC.

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





GOVERNO DE  
**IMBITUBA**

GRUPO I ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR (ANS)	Médico Cardiologista	1	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC, e especialização em Cardiologia com o respectivo registro de qualificação de especialista.
	Médico Cirurgião- Geral	1	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC, e residência em Cirurgia Geral.
	Médico Clínico Geral	4	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC.
	Médico do Trabalho	1	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC, e especialização em Medicina do Trabalho com o respectivo registro de qualificação de especialista
	Médico Endocrinologista	1	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC, e especialização em Endocrinologia com o respectivo registro de qualificação de especialista
	Médico Gastroenterologista	1	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC, e especialização em Gastroenterologia com o respectivo registro de qualificação de especialista
	Médico Ginecologista/Obstet- ra	2	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC, e especialização em Ginecologia e/ou Obstetrícia com o respectivo registro de qualificação de especialista
	Médico Hematologista	1	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC, e especialização em Hematologia com o respectivo registro de qualificação de especialista
	Médico Mastologista	1	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC, e especialização em Mastologia com o respectivo registro de qualificação de especialista
	Médico Otorrinolaringologist- a	1	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC, e especialização em Otorrinolaringologia com o respectivo registro de qualificação de especialista

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





GRUPO I ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR (ANS)	Médico Ortopedista/Traumatologista	2	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC, e especialização em Ortopedia e/ou Traumatologia com o respectivo registro de qualificação de especialista
	Médico Neurologista	1	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC, e especialização em Neurologia com o respectivo registro de qualificação de especialista
	Médico Pediatra	2	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC, e especialização em Pediatria com o respectivo registro de qualificação de especialista
	Médico Pneumologista	1	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC, e especialização em Pneumologia com o respectivo registro de qualificação de especialista
	Médico Psiquiatra	2	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC, e especialização em Psiquiatria com o respectivo registro de qualificação de especialista
	Médico Urologista	1	13	Curso superior de bacharel em Medicina e registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina CRM/SC, e especialização em Urologia com o respectivo registro de qualificação de especialista
	Médico Veterinário	2	13	Curso superior de bacharel em Medicina Veterinária e registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina CRMV/SC.
	Odontólogo	7	13	Curso superior de bacharel em Odontologia e registro no Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina – CRO/SC.
	Ouvidor Municipal	1	13	Diploma de Conclusão de Curso Superior de Administração ou Direito, com registro no respectivo Conselho de Classe e portador de Carteira Nacional de Habilitação Categoria “B”.
	Pedagogo	4	13	Curso Superior de licenciatura em Pedagogia.
GRUPO I ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR	Procurador Municipal	4	13	Curso superior de bacharel em Direito e registro na Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina.
	Psicólogo	2	13	Curso superior de bacharel em Psicologia e registro no Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região - Santa Catarina (CRP-12).
	Museólogo	1	13	Curso superior de bacharel em Museologia e registro no Conselho Regional de Museologia 5ª Região PR/SC - COREM 5R.

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





(ANS)	Nutricionista	3	13	Curso superior de bacharel em Nutrição e registro no Conselho Regional de Nutricionistas da 10ª Região de Santa Catarina-CRN/10
	Terapeuta Ocupacional	1	13	Curso superior de bacharel em Terapia Ocupacional e registro no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 10ª Região CREFITO/SC
	Turismólogo	1	13	Curso superior de bacharel em Turismo e/ou Hotelaria, ou tecnólogo em Turismo e/ou Hotelaria
GRUPO II ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO (ATM)	Agente	61	8	Ensino médio completo
	Agente de Trânsito	7	8	Ensino médio completo
	Atendente de Farmácia	2	8	Ensino médio profissionalizante de atendente de farmácia ou Ensino médio completo acrescido de curso profissionalizante de técnico em farmácia ou de atendente de farmácia
	Fiscal Ambiental	3	8	Ensino médio completo
	Fiscal de Obras e	8	8	Ensino médio completo
	Fiscal de Transportes	4	8	Ensino médio completo
	Fiscal de Tributos	8	8	Ensino médio completo
	Técnico Agrícola	1	10	Ensino médio profissionalizante de técnico agrícola ou Ensino médio completo acrescido de curso profissionalizante de técnico agrícola; e registro no Conselho Federal ou Regional de Técnicos Agrícolas
	Técnico em Agrimensura	4	10	Ensino médio profissionalizante de técnico em agrimensura ou Ensino médio completo acrescido de curso profissionalizante de técnico em agrimensura; e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina- CREA-SC
	Técnico em Contabilidade	8	10	Ensino médio profissionalizante de técnico em contabilidade ou Ensino médio completo acrescido de curso profissionalizante de técnico em contabilidade
	Técnico em Edificações	8	10	Ensino médio profissionalizante de técnico industrial com habilitação em Edificações ou Ensino médio completo acrescido de curso profissionalizante de técnico industrial com habilitação em Edificações; ; e registro no Conselho Regional dos Técnicos Industriais da 4ª Região – CRT04-PR/SC
	Técnico em Eletrotécnica	4	10	Ensino médio profissionalizante de técnico em Eletrotécnica ou Ensino médio completo acrescido de curso profissionalizante de técnico em Eletrotécnica ; e registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina- CREA-SC
	Técnico em Enfermagem	62	10	Ensino médio profissionalizante de técnico de enfermagem; ou Ensino médio completo acrescido de curso profissionalizante de técnico de enfermagem; e registro no Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina – Coren/SC
GRUPO II				

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





GOVERNO DE  
**IMBITUBA**

ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO (ATM)	Técnico de Informática	6	10	Ensino médio profissionalizante de técnico de informática ou Ensino médio completo acrescido de curso profissionalizante de técnico de informática.
	Téc. em Radiologia	2	10	Ensino médio profissionalizante de técnico em radiologia; ou Ensino médio completo acrescido de curso profissionalizante de técnico em radiologia; e registro no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 11ª Região – Santa Catarina – CRTR 11
	Técnico Lab. e Análises Clínicas	1	10	Ensino médio profissionalizante de técnico em laboratório ou técnico em análises clínicas ou técnico em laboratório e análises clínicas; ou Ensino médio completo acrescido de curso profissionalizante de técnico em laboratório ou técnico em análises clínicas ou técnico em laboratório e análises clínicas; e registro no Conselho Regional de Farmácia de Santa Catarina - CRF-SC
	Técnico em Segurança e Medicina do Trabalho	1	10	Ensino médio profissionalizante de técnico em Segurança do Trabalho ou Ensino médio completo acrescido de curso profissionalizante de técnico em Segurança do Trabalho
GRUPO III SERVIÇOS AUXILIARES (SAU )	Assist.	66	6	Ensino Fundamental Completo
	Assist. Operacional	8	6	Ensino Fundamental Completo
	Auxiliar de Biblioteca	2	4	Ensino Fundamental Completo
	Auxiliar de Enfermagem	6	4	Ensino Fundamental Completo, acrescido de curso profissionalizante de auxiliar de enfermagem; e registro Conselho Regional Enfermagem de Santa Catarina – Coren/SC
	Visitador Sanitário	5	4	Ensino Fundamental Completo
	Telefonista Central	3	6	Ensino Fundamental Completo
	Telefonista Recepcionista	4	4	Ensino Fundamental Completo
GRUPO III SERVIÇOS AUXILIARES (SAU )	Auxiliar de serviços	185	1	Certificado de conclusão até a 4ª série
	Balseiro	8	3	Certificado de conclusão até a 4ª série e curso de Marinheiro Auxiliar de Convés – MAC; e registro na Marinha do Brasil
	Calceteiro	8	3	Certificado de conclusão até a 4ª série
	Carpinteiro	7	3	Certificado de conclusão até a 4ª série
	Eletricista	6	3	Certificado de conclusão até a 4ª série
	Encanador	3	3	Certificado de conclusão até a 4ª série
GRUPO IV TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS (TSG)	Auxiliar de serviços	185	1	Certificado de conclusão até a 4ª série
	Balseiro	8	3	Certificado de conclusão até a 4ª série e curso de Marinheiro Auxiliar de Convés – MAC; e registro na Marinha do Brasil
	Calceteiro	8	3	Certificado de conclusão até a 4ª série
	Carpinteiro	7	3	Certificado de conclusão até a 4ª série
	Eletricista	6	3	Certificado de conclusão até a 4ª série
	Encanador	3	3	Certificado de conclusão até a 4ª série

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





**GOVERNO DE  
IMBITUBA**

GRUPO IV TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS (TSG)	Gari	26	1	Certificado de conclusão até a 4ª série
	Jardineiro	16	3	Certificado de conclusão até a 4ª série
	Motorista	62	3	Certificado de conclusão até a 4ª série; e carteira nacional de habilitação categoria "D" ou superior
	Operador	22	3	Certificado de conclusão até a 4ª série; e carteira nacional de habilitação categoria "D" ou superior
	Pedreiro	22	3	Certificado de conclusão até a 4ª série
	Pintor	6	3	Certificado de conclusão até a 4ª série
	Sepultador	3	2	Certificado de conclusão até a 4ª série
	Servente merendeira	180	1	Certificado de conclusão até a 4ª série
	Vigilante	11	2	Certificado de conclusão até a 4ª série e curso profissionalizante de formação de vigilantes
	Zelador	5	3	Certificado de conclusão até a 4ª série

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





**ANEXO B**

Anexo criado pela Lei Complementar nº 5.084/2019

**DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS**

<b>Cargo</b>	<b>Descrição das atribuições</b>
<b>GRUPO I</b> <b>ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR (ANS)</b>	
Administrador	Planejar, organizar, coordenar, supervisionar e executar os serviços técnico administrativos, a utilização dos recursos humanos, materiais, financeiros e outros, estabelecendo princípios, normas e procedimentos, para assegurar a correta aplicação da produtividade e eficiência dos mesmos; desenvolver estudos, criar e propor alternativas para a condução, acompanhamento, avaliação e reformulação de normas e procedimentos, utilizando metodologias e técnicas específicas; participar da definição de diretrizes, normas e procedimentos técnicos e administrativos relativos à sua área de atuação, de acordo com as políticas pré-fixadas; emitir pareceres, laudos e relatórios técnicos, dentro de sua área de atuação, por solicitação das unidades do Município; analisar, coordenar e acompanhar projetos e atividades atinentes à sua área de atuação; representar tecnicamente o Município, sempre que solicitado, em eventos relacionados à sua área de atuação; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado; outras atribuições afins e correlatas ao exercício do cargo que lhe forem solicitadas.
Administrador de Rede	Projetar, desenvolver, implantar e manter sistemas informatizados em rede; planejar, revisar, e adotar medidas eficientes para melhorar o desempenho da rede e uso dos sistemas e equipamentos já existentes; estudar, planejar, e propor a atualização e adaptação de equipamentos, linguagens e programas; planejar, indicar e implantar os meios múltiplos de segurança de equipamentos, programas e dados registrados; preparar e executar treinamentos específicos e sistemáticos de funcionários para obter o melhor uso de equipamentos e programas em rede; analisar e avaliar o desempenho da rede interna; definir e administrar a política de segurança da rede; fazer backup de documentos que compoñham a rede; cadastrar novos usuários; fazer dimensionamento e otimização da rede; elaborar e manter páginas para Internet e Intranet; auxiliar os usuários na criação de suas páginas Internet/Intranet; criar, instalar e configurar contas de correio eletrônico; auxiliar e treinar os usuários na operação de correio eletrônico; dar suporte na utilização de aplicativos baseados em interface WEB; fazer a manutenção das páginas do Município de Imbituba na Internet e Intranet; elaborar formulários e soluções que envolvam a interação usuário e páginas da Internet/Intranet; participar e propor soluções que envolvam o uso dos recursos da Internet/Intranet; ministrar treinamento no uso dos recursos da Internet e Intranet para os usuários e demais servidores do Município de Imbituba; elaborar e preparar material didático para os treinamentos a serem ministrados aos usuários e demais servidores do Município de Imbituba.
Analista de Informática/Sistemas	Analisar e estabelecer a utilização de sistemas de processamento de dados; estudar e pesquisar o desenvolvimento de equipamentos, programas, aplicativos e adequação dos sistemas de programação; propor a organização e o gerenciamento da informação, de modo racional e automatizado; elaborar planos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas; prestar assistência aos usuários das demais Secretarias, que integram a Administração Municipal; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo; Planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado; outras atribuições afins e correlatas ao exercício do cargo que lhe forem solicitadas.
Analista de Trânsito	Planejar, supervisionar, coordenar, controlar, organizar e/ou executar planos, programas, projetos e ações nas áreas de habilitação e licenciamento de veículos, controle de trânsito e sistema viário e sinalizações de trânsito de acordo com o Código Nacional de Trânsito.
Analista Jurídico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- realizar atendimento de funcionários, cidadãos ou usuários do serviço público que foram direcionados à Procuradoria, para prestar informações orientações de processos administrativos e judiciais;</li> <li>- estudar e sugerir soluções para assuntos de ordem administrativa legal e de interesse do Município, por ordem do Procurador-Geral;</li> <li>- analisar, orientar e propor soluções aos Advogados e ao Procurador-Geral e o Chefe do Poder Executivo acerca de modificações necessárias na legislação municipal, de modo a ajustá-la ao interesse público, conforme solicitação do Procurador-Geral;</li> </ul>

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades







	<ul style="list-style-type: none"> <li>- pesquisar e analisar politicamente o impacto das alterações legislativas junto à municipalidade;</li> <li>- auxiliar os Advogados na tramitação de processos administrativos e judiciais, auxiliando na tarefa de dar andamento às demandas e no auxílio de elaboração de minutas para a movimentação de todo e qualquer processo administrativo ou judicial;</li> <li>- auxiliar e atuar na administração do sistema de controle de prazos judiciais e administrativos, fomentar o sistema informatizado da Prefeitura Municipal;</li> <li>- elaborar e analisar relatórios e planilhas de processos findos e em andamento, para fins estatísticos, inclusive em relação a arrecadação fiscal e tributária;</li> <li>- auxiliar as demais unidades administrativas no encaminhamento das respostas junto ao Ministério Público, Tribunal de Contas e demais órgãos/autoridades;</li> <li>- realizar atividades administrativas inerentes a orientação e controle das funções relacionadas ao assessoramento;</li> <li>- prestar auxílio aos advogados e ao Procurador-Geral do Município nas suas áreas de atuação, para fins de auxiliar os advogados e Procurador-Geral: a. Elaborar, redigir, estudar e examinar anteprojeto de Lei, Decretos e regulamentos, assim como elaborar minutas de contratos, escrituras, convênios e de quaisquer outros atos jurídicos; b. Elaborar relatórios em assuntos de sua área de especialização; c. Acompanhar publicações de natureza jurídica e manter atualizado repositório de jurisprudências; d. Elaborar minuta de peças processuais e pareceres; e. Fazer pesquisas.</li> <li>- orientar os estagiários na elaboração de pesquisas, projetos de lei e minutas de petições de menor complexidade, solicitar cargas e devoluções de processos administrativos;</li> <li>- Prestar auxílio ao Procurador-Geral e aos advogados, para fins de coordenação, supervisão e orientação da Comissão de Mediação e Conciliação sobre soluções consensuais para a controvérsia de ordem tributária, fiscal e administrativa, compreendidas o exercício da função de conciliador eleito e mediador, a ser regulamentada por lei;</li> <li>- exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas pelo Procurador Geral ou por ele delimitadas dentro das atribuições previstas para o cargo;</li> <li>- fica vedado ao Analista Jurídico a sua representação como Procurador/Advogado no ajuizamento de ações, realização de audiências e apresentação de petições no âmbito das Justiças Estadual e Federal;</li> <li>- Por determinação do Procurador-Geral, atuar junto a qualquer órgão desta Municipalidade, prestando auxílio inerente às atribuições deste anexo</li> </ul>
Arquiteto	Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente os estudos, planejamentos, projetos de obras e serviços técnicos. Vistoriar, periciar e avaliar os laudos e pareceres técnicos; elaborar e analisar processos; elaborar orçamentos; padronizar, mensurar e controlar a qualidade da execução de obras e serviços técnicos; fiscalizar obras; produção técnica e especializada; conduzir equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; execução de instalação, montagem e reparo; operação e manutenção de equipamento e instalação; execução de desenho técnico; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
Arquivista	Planejar, organizar e dirigir os serviços de arquivo e acompanhar o processo documental informativo; Orientar e dirigir as atividades de identificação das espécies documentais; Planejar e dirigir os serviços de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e misto; Orientar quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; Avaliar e selecionar os documentos para fins de preservação e promover medidas necessárias a este fim específico; Elaborar pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos; Assessorar os trabalhos de pesquisa científica e técnico administrativa; Executar outras tarefas de mesma natureza e mesmo nível de dificuldade.
Assistente Social	Prestar serviços de âmbito social à população, identificando e analisando problemas e necessidades materiais, psíquicas e de outra ordem e aplicando métodos e processos básicos do serviço social, para prevenir ou eliminar desajustes de natureza biopsicossocial e promover a integração ou reintegração dessas pessoas à sociedade; aconselhar e orientar indivíduos afetados em seu equilíbrio emocional, baseando-se no conhecimento sobre a dinâmica psicossocial do comportamento das pessoas e aplicando a técnica do serviço social de estudo de casos, para possibilitar o desenvolvimento de suas capacidades e conseguir o seu ajustamento ao meio social; promover a participação consciente do indivíduo em grupos, desenvolvendo suas potencialidades e promovendo atividades educativas, recreativas e culturais, para assegurar o progresso coletivo e o ajustamento do comportamento individual; desenvolver a consciência social do indivíduo, aplicando a técnica do serviço social de grupo aliado à participação em atividades comunitárias, para atender às aspirações pessoais de indivíduos e famílias e inter-relacioná-los ao grupo; programar a ação básica de uma comunidade nos campos social, médico e outros, valendo-se da análise dos recursos e das carências socioeconômicas

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





	dos indivíduos, da família e da comunidade em estudo, para possibilitar a orientação adequada e o desenvolvimento harmônico; dar assistência ao infante e adolescente carente ou em conflito com a lei, atendendo às necessidades primordiais, para assegurar-lhe o desenvolvimento sadio da personalidade e integração na vida familiar e comunitária; identificar os problemas e fatores que perturbam ou impedem a utilização da potencialidade dos educandos, analisando as causas dessas perturbações, para permitir a eliminação dos mesmos a fim de um maior rendimento escolar; assistir encarcerados, programando e desenvolvendo atividades de caráter educativo e recreativo nos estabelecimentos de acolhida e atendendo suas necessidades básicas, para evitar a reincidência do ato antissocial e permitir sua reintegração na sociedade; articular-se com profissionais especializados em outras áreas relacionadas a problemas humanos, intercambiando informações, a fim de obter novos subsídios para elaboração de diretrizes, atos normativos e programas de ação social referentes a campos diversos de atuação, como orientação e reabilitação profissionais, desemprego, amparo a inválidos, acidentados e outros; Efetuar demais tarefas correlatas à sua função.
Auditor de Controle Interno	Verificação da regularidade dos atos de gestão e da consistência e qualidade dos controles internos; Execução de auditorias, fiscalizações, diligências e demais ações de controle e de apoio à gestão, nas suas diversas modalidades, relacionadas à aplicação de recursos públicos, bem como à administração desses recursos, examinando a legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e efetividade dos atos governamentais, em seus aspectos financeiro, orçamentário, contábil, patrimonial e operacional; a realização de atividades inerentes à verificação da regularidade das sindicâncias e dos processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito da Administração Municipal; Apoio às atividades dos órgãos de controle externo no que tange as suas responsabilidades; Exercer outras atividades correlatas e apoiar o Controle Interno no que for solicitado.
Auditor Fiscal	Realizar auditoria quanto aos impostos, às taxas e às contribuições de competência do Município; Executar procedimentos de fiscalização, inclusive diligências destinadas à verificação do cumprimento de obrigações tributárias principais e acessórias, à apuração de dados de interesse do fisco, praticando os atos previstos na legislação específica, relativamente a tributos municipais ou outros cuja fiscalização seja delegada ao município por outro ente tributante; Realizar auditoria fiscal e tributária em sociedades empresariais, empresários, órgãos, entidades, fundos, OSS, OSCIPS e demais contribuintes; Efetuar e homologar lançamentos de tributos devidos por empresas eventuais; Autorizar a confecção de documentos fiscais; Autenticar livros e demais documentos fiscais; Fixar base de cálculo por estimativa; Proceder ao arbitramento de receita tributável para os casos indicados; Instruir expedientes, lavrar notificações preliminares e realizar diligências fiscais; Atuar em plantões para atendimento ao contribuinte; Efetuar análise de documentos fiscais, contábeis, e contratuais, para conclusão fiscal, junto aos contribuintes; Fazer averiguações, junto a terceiros, acerca da situação de contribuintes, consultando as notas fiscais emitidas; Pesquisar junto ao cadastramento mobiliário de contribuintes a situação dos mesmos.
Bibliotecário	Disponibilizar informação sobre livros, documentos e periódicos; gerenciar unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação; disseminar informação com o objetivo de facultar o acesso e geração do conhecimento; desenvolver estudos e pesquisas; realizar difusão cultural; desenvolver ações educativas; prestam serviços de assessoria e consultoria; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado; executar outras atividades afins e correlatas.
Biólogo	Desenvolver projetos em unidades de conservação do município; assessorar o Conselho Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente; participar da educação ambiental formal e não formal; Executar levantamentos socioambientais e projetos de recuperação de áreas degradadas; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado; executar outras atividades afins e correlatas.
Bioquímico	Realizar tarefas específicas de desenvolvimento, produção, dispensação, controle, armazenamento, distribuição e transporte de produtos da área farmacêutica tais como medicamentos, alimentos especiais, cosméticos, imunobiológicos, domissanitários e insumos correlatos. Realizar análises clínicas, toxicológicas, físico-químicas, biológicas, microbiológicas e bromatológicas; participar da elaboração, coordenação e implementação de políticas de medicamentos; exercer fiscalização sobre estabelecimentos, produtos, serviços e exercício profissional; orientar sobre uso de produtos e prestam serviços farmacêuticos. Realizar pesquisa sobre os efeitos de medicamentos e outras substâncias sobre órgãos, tecidos e funções vitais dos seres humanos e dos animais.

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





Contador	Avaliação de acervos patrimoniais e verificação de haveres e obrigações, para quaisquer finalidades; avaliação dos fundos e apuração dos valores patrimoniais; concepção dos planos de determinação das taxas de depreciação e exaustão dos bens materiais e dos atos de amortização dos valores imateriais, inclusive de valores diferidos; escrituração regular, oficial ou não de todos os fatos relativos ao patrimônio e as variações patrimoniais das entidades, por quaisquer métodos, técnicas ou processos; classificação dos fatos para registro contábil e abertura e encerramento de escritas contábeis; controle de formalização, guarda, manutenção ou destruição de livros e outros meios de registro contábil, bem como dos documentos relativos à vida patrimonial; elaboração de balancetes e de demonstrações do movimento por contas ou grupos de contas, de forma analítica ou sintética; análise de balanços e elaboração de orçamentos de qualquer tipo, bem como conciliação de contas; organização dos processos de prestações de contas das entidades da administração pública federal, estadual, municipal, das autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações de direito público, a serem julgadas pelos tribunais, conselhos de contas ou órgãos similares; planificação das contas, com a descrição de suas funções e do funcionamento dos serviços contábeis; atividades compartilhadas com outros profissionais se necessário; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
Controlador Interno	Assessoramento dos agentes públicos por meio de vigilância, orientação e correção prévia ou concomitante dos atos da administração municipal, visando confirma-los ou desfazê-los, conforme seja ou não legal, conveniente, oportuno e eficiente; Normatização, em conjunto com as unidades administrativas, das rotinas e processos que integram o sistema de informações para o controle interno; Estabelecimento de indicadores e metas, meios e recursos, métodos e padrões e elaboração de planos de ação em parceria com a administração municipal; Monitoramento e avaliação dos projetos de acordo com os planos de ação; Apoio ao planejamento de capacitações e treinamentos dos servidores em parceria com as diversas áreas da administração municipal; Apoio às atividades dos órgãos de controle externo no que tange as suas responsabilidades.
Economista	Analisar ambiente econômico, elaborar e executar projetos (pesquisa econômica, de mercados, viabilidade econômica, entre outros), participar do planejamento estratégico e de curto prazo, gerir programação econômico-financeira, atuar na mediação e arbitragem, realizar perícias, analisar os dados econômicos e estatísticos coletados por diversas fontes e diferentes níveis, interpretando seu significado e os fenômenos neles retratados para decidir sua utilização nas soluções de problemas ou políticas a serem adotados, fazer previsões de alterações de procura de bens e serviços, preços, taxas, juros, situação de mercado de trabalho e outros de interesse econômico, servindo-se de pesquisas, análises e dados estatísticos para aconselhar ou propor políticas econômicas adequadas à natureza da Instituição às mencionadas situações, elaborar planos baseando-se nos estudos e análises efetuados e em informes coletados sobre os aspectos conjunturais e estruturais da economia, utilizar recursos de informática, executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.
Enfermeiro	Planejar, organizar, supervisionar e executar serviços de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos, para possibilitar a proteção e a recuperação da saúde individual ou coletiva; identificar as necessidades de enfermagem, realizando entrevistas, participando de reuniões e através de observação sistematizada, para preservar e recuperar a saúde; elaborar plano de enfermagem, baseando-se nas necessidades identificadas, para determinar a assistência a ser prestada pela equipe de enfermagem no período de trabalho; executar diversas tarefas de enfermagem, como aplicação de injeções, controle da pressão venosa, monitorização e aplicação de respiradores artificiais, prestação de cuidados de conforto, movimentação ativa e passiva e de higiene pessoal; fazer curativos, imobilizações especiais e ministrar medicamentos e tratamentos em situações de emergência, empregando técnicas usuais ou específicas, para atenuar as consequências dessas situações; fazer estudos e previsão de pessoal e materiais necessários às atividades, elaborando escalas de serviço e atribuições diárias, especificando e controlando equipamentos, materiais permanentes e de consumo, para assegurar o desempenho adequado dos trabalhos de enfermagem; coordenar e supervisionar o pessoal da equipe de enfermagem, observando, entrevistando e realizando reuniões de orientação e avaliação, para manter os padrões desejáveis de assistência aos pacientes; avaliar a assistência de enfermagem, analisando e interpretando dados estatísticos e registrando as atividades, para estudar o melhor aproveitamento do pessoal; implantar normas e medidas de proteção, orientando e controlando sua aplicação, para evitar acidentes; registrar as observações, tratamentos executados e ocorrências verificadas em relação ao paciente, anotando-as no prontuário, ficha de ambulatório, relatório de

Prefeitura de Imbituba  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





	enfermagem da unidade ou relatório geral, para documentar a evolução da doença e possibilitar o controle da saúde, a orientação terapêutica e a pesquisa; Efetuar demais tarefas correlatas à função.
Engenheiro Agrimensor	Realizar atividades em topografia, geodesia e batimetria; levantar e calcular pontos topográficos e geodésicos. Elaborar documentos cartográficos, estabelecendo semiologia e articulação de cartas, efetuar levantamentos por meio de imagens terrestres, aéreas e orbitais. Gerenciar projetos e obras de agrimensura e cartografia. Assessorar na implantação de sistemas de informações geográficas; Execução de serviços de escritório como edição de levantamentos planimétricos e planialtimétricos, projetos geométricos, cálculo de volumes (corte e aterro), projetos de calçamento, desmembramentos e remembramentos, elaboração de memoriais descritivos; Executar outros serviços afins e/ou compatíveis com a área de atuação.
Engenheiro Agrônomo	Atividades de planejamento, supervisão, coordenação, programação ou execução especializada de projetos em geral sobre a preservação e exploração de recursos naturais, da economia rural defesa e inspeção agrícolas e promoção agropecuária; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; zelar pela conservação e guarda das ferramentas, instrumentos, máquinas e equipamentos utilizados; velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; primar pela qualidade dos serviços executados; outras funções afins e correlatas ao cargo que lhes forem solicitadas pelo superior hierárquico.
Engenheiro Civil	Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia civil relativos a rodovias, malha viária, sistemas de água e esgoto e outros; estudar características e preparar planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo de obras, assegurando padrões técnicos exigidos; efetuar a fiscalização das obras públicas, observando a natureza dos materiais empregados e o método de uso dos mesmos, assegurando a boa execução do projeto; orientar a execução de contratos relativos às obras, no tocante às exigências técnicas e qualidade dos materiais de forma a realizar o controle adequado de qualidade da execução das obras. Efetuar demais tarefas correlatas à sua função.
Engenheiro Eletricista	Elaborar e dirigir estudos e projetos de engenharia elétrica, estudando características e especificações, preparando plantas, técnicas de execução e recursos necessários, a fim de possibilitar e orientar as fases de construção, instalação, funcionamento, manutenção e reparação de instalações, aparelhos e equipamentos elétricos, dentro dos padrões técnicos exigidos; Estudar a viabilidade técnica, elaborar, fiscalizar e coordenar a execução de projetos elétricos das construções, ampliações e reformas em geral; fiscalizar o cumprimento dos contratos administrativos, em seus aspectos técnicos, firmados pela instituição na área de energia elétrica, telefonia, informática e outras áreas; inspecionar a execução dos serviços técnicos e das obras da instituição, apresentando relatório sobre a situação dos mesmos; executar vistorias técnicas em instalações elétricas e áreas afins das edificações do Município ou que este se utilize; elaborar orçamento para execução de construção e reforma de instalações elétricas de alta e baixa tensão; estudar, dimensionar e detalhar a maneira ideal de instalação de equipamentos e materiais eletroeletrônicos em geral; emitir pareceres técnicos sobre projetos, obras e serviços no âmbito de sua área de atuação; zelar pela conservação e guarda das ferramentas, instrumentos, máquinas e equipamentos utilizados; velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; primar pela qualidade dos serviços executados; outras funções afins e correlatas ao cargo que lhes forem solicitadas pelo superior hierárquico.
Engenheiro Químico	Controlar processos químicos, físicos e biológicos definindo parâmetros de controle, padrões, métodos analíticos e sistemas de amostragem; Desenvolver processos e sistemas através de pesquisas, testes e simulações de processos e produtos; Projetar sistemas e equipamentos técnicos; Implantar sistemas de gestão ambiental e de segurança em processos e procedimentos de trabalho ao avaliar riscos; Implantar e fiscalizar ações de controle; Coordenar equipes e atividades de trabalho; Participar de programa de treinamento, quando convocado; Elaborar documentação técnica de todos os projetos, processos, sistemas e equipamentos desenvolvidos; Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
Engenheiro Sanitarista e Ambiental	Controlar Sistemas de distribuição de excretas e de águas residuárias (esgoto) em soluções individuais ou sistemas de esgotos, incluindo tratamento; Coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos (lixo); Controle sanitário do ambiente, incluindo o controle de poluição ambiental; Controle de vetores

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades







	<p>biológicos transmissores de doenças (artrópodes e roedores de importância para a saúde pública); Instalações prediais hidros sanitárias; Saneamento de edificações e locais públicos, tais como piscinas, parques e áreas de lazer, recreação e esporte em geral; Saneamento dos alimentos; Avaliar o impacto do desenvolvimento tecnológico sobre a qualidade de vida, considerando importantes restrições não técnicas, resultantes de fatores legais, sociais, econômicos estéticos e humanos, levando em conta a interação da tecnologia com o meio ambiente, tanto físico como biológico e social; primar pelo desenvolvimento equilibrado dos ecossistemas terrestres e aquáticos; examinar qualitativa quantitativamente as modificações introduzidas no mesmo espaço físico territorial do município, o grau de adaptabilidade biológica ou tecnológica da população nesta evolução, verificando o desenvolvimento econômico e urbano, seja através de interferências no meio, seja no processo tecnológico; participar de auditorias ambientais; desenvolver gestão e planejamento ambiental; controlar a qualidade ambiental, no que diz respeito a redes de monitoramento e vigilância; verificar as redes de saneamento, analisando os riscos ambientais provocados; realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres em questão da competência; coordenar promover e orientar programas e campanhas que visem conscientizar a população sobre questões que envolvem a interação dos fatores ambientais do desenvolvimento tecnológico da comunidade; intervir nos processos de produção, aliado ao conhecimento real das imposições legais, tecnológicas e metodologias auxiliares relativas a resolução e prevenção de problemas ambientais; elaborar projetos ou planos de manejo e recuperação de recursos e ambientes degradados do município a fim de promover sua adequada utilização; atender às normas de higiene e de segurança de trabalho; desempenho das atividades na área, referentes a arruamentos, estradas e obras hidráulicas, seus serviços afins e correlatos; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; analisar e dar parecer sobre a aprovação de plantas projetados em áreas que incidam limitações ambientais; Realizar levantamento florístico; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.</p>
Farmacêutico	<p>Coordenar, supervisionar e executar atividades relacionadas a análises clínicas, desenvolvendo pesquisas, programas, bem como, promover eventos de controle epidemiológico que dizem respeito à saúde pública; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; zelar pela conservação e guarda das ferramentas, instrumentos, máquinas e equipamentos utilizados; velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; primar pela qualidade dos serviços executados; exercer outras funções afins e correlatas ao cargo que lhes forem solicitadas pelo superior hierárquico.</p>
Fisioterapeuta	<p>Realizar avaliação e reavaliação do estado de saúde, sistemática e contextualizada às necessidades de Fisioterapia, identificando as disfunções presentes; elaborar diagnóstico fisioterapêutico baseado em avaliação e interpretação de dados complementares; estabelecer o plano de assistência fisioterapêutica, com objetivos imediatos e ao longo do período de cuidados ao paciente; prescrever, manipular e orientar o uso de equipamentos e materiais de Fisioterapia e de terapia respiratória segundo protocolos de assistência; participar das decisões e do manuseio de equipamentos de ventilação mecânica invasiva, segundo protocolos de assistência; orientar pacientes, familiares e equipe multiprofissional quanto ao emprego de técnicas fisioterapêuticas, a continuidade da assistência e ou sobre o plano de alta, conforme a necessidade; registrar a avaliação, o plano terapêutico e os procedimentos realizados, em prontuário observando a clareza das informações; orientar e supervisionar as atividades executadas por auxiliares sob sua responsabilidade; desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biossegurança e ou segurança do trabalho; zelar pela guarda, conservação e limpeza de equipamentos e materiais sob sua responsabilidade; participar da equipe multiprofissional contribuindo com sua competência específica na promoção da atenção integral à saúde.</p>
Geólogo	<p>Participar na execução de trabalhos de natureza geológica e geotécnica, para a conceituação inicial e desenvolvimento das diferentes fases de um projeto, fiscalização de sua execução e análise de comportamento final; Participar do levantamento, descrição, interpretação dos tipos de solo, rocha e demais aspectos geológicos-geotécnicos de significação para o projeto e construção de obras públicas; Utilizar, desenvolver e aprimorar cartas topográficas, geológicas e geográficas. Emitir boletins, relatórios e pareceres sobre assunto da sua especialidade.</p>
Médico Cardiologista	<p>Realizar exames subsidiários em cardiologia, cardiopatias congênitas; realizar exames de insuficiência Cardíaca Congestiva; realizar exames de hipertensão pulmonar; realizar exames de aterosclerose; realizar exames de doença arterial coronária; realizar exames de arritmias cardíacas, de miocardiopatias e doenças do pericárdio; realizar terapêutica em cardiologia; atuar na prevenção em cardiologia; (primária e secundária); organizar os serviços de saúde de acordo com as atribuições do cargo público; organizar estatísticas de saúde de sua área de atuação (epidemiologia, vigilância sanitária e</p>

Prefeitura de Imbituba  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





	epidemiológica); expedir atestados médicos; respeitar a ética médica; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
Médico Cirurgião-Geral	Realizar atendimento na área de cirurgia, urgência e emergência; desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêutica e acompanhamento dos pacientes, bem como executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área; Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; Participar de programa de treinamento, quando convocado.; Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva; Participar, articulado com equipe multiprofissional, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral; Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatórios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes; Efetuar a notificação compulsória de doenças; Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades; Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais; Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; Orientar e zelar pela preservação e guarda dos equipamentos, aparelhos e instrumentais utilizados em sua especialidade, observando a sua correta utilização; Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; Realizar outras atribuições afins.
Médico Clínico Geral	Participar das ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde; efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos, aplicar recursos de medicina terapêutica e preventiva à comunidade; requisitar exames complementares; analisar e interpretar resultados de exames de raio-x, bioquímico, hematológico e outros, comparando-os com os padrões normais, para confirmar e informar o diagnóstico; prescrever medicamentos, indicando dosagem e a respectiva via de administração; manter registros legíveis dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnosticada, tratamento e evolução da doença; emitir atestados de saúde e aptidão física e mental, de óbito, para atender determinações legais; atender emergências clínicas, cirúrgicas e traumáticas; participar de ações de promoção e prevenção na comunidade; realizar visitas domiciliares; atuar de acordo com as diretrizes do Programa de Saúde da Família; exercer outras atividades, compatíveis com a sua formação, previstas em Lei, regulamento ou por determinação superior
Médico do Trabalho	Promover a saúde do trabalhador, em especial aqueles expostos a maior risco de acidente de trabalho e/ou doenças profissionais, assegurando a sua continuidade operacional e a produtividade, realizando periodicamente exames clínicos e solicitando e interpretando resultados; Desenvolver ações e programas de proteção e vigilância em saúde do trabalhador, analisando, em conjunto, os riscos, condições de trabalho, fatores de insalubridade e periculosidade, etc., visando a preservação da saúde e segurança do trabalhador; Realizar estabelecimento de nexos causais para patologias ocupacionais ou de trabalho a partir de anamnese clínica ocupacional, exames físicos, complementares e inspeção nos locais de trabalho; Preparar informes e documentos em assuntos em Medicina do Trabalho; Elaborar projetos e ministrar treinamentos, palestras e/ou aulas de aperfeiçoamento; Efetuar perícias e auditorias e participar de sindicâncias, quando designado para tal; Colaborar com a formação e aprimoramento de outros profissionais, supervisionando e orientando ações, estágios e participando de programas de treinamento em serviço; Auxiliar na plena atenção prestada aos trabalhadores, integrando a equipe

Prefeitura de Imbituba  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





	técnica de segurança e acompanhado, sempre que necessário, visitas in loco; Atender às diversas unidades da Prefeitura sobre assuntos e exigências técnicas e legais em Medicina do Trabalho; Realizar avaliações médicas para atestados admissionais, exames periódicos, exames semestrais, demissionais, retorno ao trabalho, abertura de Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT e realizar consultas operacionais; Realizar outras inspeções médicas de caráter elucidativo ou apoio relativo a casos sujeitos à perícia, conforme solicitação, bem como avaliar o afastamento temporário de servidores, efetuando, inclusive, perícias domiciliares ou hospitalares, na impossibilidade de comparecimento destes ao local de perícia; Auxiliar nos inquéritos administrativos e/ou judiciais e figurar como assistente técnico nas perícias judiciais designadas, formulando quesitos; Solicitar, quando necessário, exames complementares e pareceres de especialistas para melhor elucidação do caso; Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação/especialização profissional.
Médico Endocrinologista	Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; respeitar a ética médica; organizar, e atuar e fomentar políticas de saúde pública em epidemiologia, mecanismos de ação hormonal, doenças hipotalâmicas, hipopituitarismo, adenoma hipofisários, avaliação funcional da tireóide e suas patologias feocromocitoma, hiperaldosteronismo primário, crescimento e desenvolvimento humano, puberdade normal e patológica, alterações glicêmicas, dislipidemias, metabolismo do cálcio, desordens das glândulas paratireóides; doenças do metabolismo ósseo, osteoporose, neoplasia endócrina múltipla 1 e 2, diabetes, distúrbios da tireóide, hirsutismo, obesidade, distúrbios gonadais, etc. planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
Médico Gastroenterologista	Prestar assistência médica em gastroenterologia efetuando os procedimentos técnicos pertinentes à especialidade e executando tarefas afins; Clinicar e medicar pacientes; assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; respeitar a ética médica; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
Médico Ginecologista/Obstetra	Tratar das afecções do aparelho reprodutor feminino e órgãos sexuais anexos, empregando tratamento clínico-cirúrgico, para promover ou recuperar a saúde; examinar a paciente fazendo inspeção, palpação e toque, para avaliar as condições gerais dos órgãos; realizar exames específicos de colposcopia e colpocitologia, utilizando colposcópio e lâminas, para fazer diagnóstico preventivo de afecções genitais e orientação terapêutica; participar de equipe de saúde pública, propondo ou orientando condutas, para promover programas de prevenção do câncer ginecológico e das mamas ou de outras doenças que afetam a área genital; colher secreções vaginais ou mamárias, para encaminhá-las a exame laboratorial; atender a mulher no ciclo gravídico-puerperal, prestando assistência médica específica, para preservar a vida e a saúde da mãe e do filho; fazer a anamnese, exame clínico e obstétrico e requisitar testes de laboratório, valendo-se de técnicas usuais, para compor o quadro clínico da cliente e diagnosticar a gravidez; requisitar exames de sangue, fezes e urina e analisar e interpretar os resultados dos mesmos, comparando-os com padrões normais, para prevenir e/ou tratar anemias, sífilis, parasitoses, incompatibilidades do sistema Rh, diabetes, moléstia hipertensiva e outras que possam perturbar a gestação; controlar a evolução da gravidez, realizando exames periódicos, verificando a menstruação uterina, o foco fetal, a pressão arterial e o peso, para prevenir ou tratar as intercorrências clínicas ou obstétricas; indicar o tipo de parto, atentando para as condições do pré-natal ou do período de parto, para assegurar resultados satisfatórios; realizar o exame pós-natal, fazendo o exame clínico e ginecológico, para avaliar a recuperação do organismo materno; participar de programas ou projetos de saúde pública aplicados à saúde materna. Efetuar demais tarefas correlatas a sua função.
Médico Hematologista	Supervisionar e executar atividades relacionadas à doação e transfusão de sangue, acompanhamento e controle do processo hemoterápico; triagem clínica de candidato à doação de sangue; avaliação clínico-física do candidato a doação de sangue, orientações esclarecimento aos candidatos; atendimento de intercorrência; consulta e atendimento dos hemofílicos; distribuição do Fator VIII e Fator IX aos hemofílicos. Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo

Prefeitura de Imbituba  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





	paciente ou seu representante legal; respeitar a ética médica; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
Médico Mastologista	Prestar assistência médica em mastologista efetuando os procedimentos técnicos pertinentes à especialidade e executando tarefas afins; clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade; analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; elaborar programas educativos e de atendimento médico-preventivo, voltado para a comunidade em geral; assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; respeitar a ética médica; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
Médico Neurologista	Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade; analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; Elaborar programas educativos e de atendimento médico preventivo, voltado para a comunidade em geral; assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; respeitar a ética médica; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
Médico Ortopedista/ Traumatologista	Prestar assistência médica em ortopedia efetuando os procedimentos técnicos pertinentes à especialidade e executando tarefas afins; clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade; analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; elaborar programas educativos e de atendimento médico-preventivo, voltado para a comunidade em geral; assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; respeitar a ética médica; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
Médico Otorrinolaringologista	Realizar atendimento na área de otorrinolaringologia; desempenhar funções da medicina preventiva e curativa; realizar atendimentos, exames, diagnóstico, terapêutica, acompanhamento dos pacientes e executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e área. Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; Participar de programa de treinamento, quando convocado. Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva;

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades







	<p>Participar, articulado com equipe multiprofissional, de programas e atividades de educação em saúde visando à melhoria de saúde do indivíduo, da família e da população em geral; Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica em ambulatorios, hospitais, unidades sanitárias, escolas, setores esportivos, entre outros; Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença; Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes; Efetuar a notificação compulsória de doenças; Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado; Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis; Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes; Participar de reuniões comunitárias em espaços públicos privados ou em comunidades, visando à divulgação de fatores de risco que favorecem enfermidades; Promover reuniões com profissionais da área para discutir conduta a ser tomada em casos clínicos mais complexos; Participar dos processos de avaliação da equipe e dos serviços prestados à população; Realizar diagnóstico da comunidade e levantar indicadores de saúde da comunidade para avaliação do impacto das ações em saúde implementadas por equipe; Representar, quando designado, a Secretaria Municipal na qual está lotado em Conselhos, Comissões, reuniões com as demais Secretarias Municipais; Participar do processo de aquisição de serviços, insumos e equipamentos relativos à sua área; Utilizar equipamentos de proteção individual conforme preconizado pela ANVISA; Orientar os servidores que o auxiliam na execução das tarefas típicas do cargo; Realizar outras atribuições afins.</p>
Médico Pediatra	<p>Prestar assistência médica em pediatria efetuando os procedimentos técnicos pertinentes à especialidade e executando tarefas afins; clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; realizar solicitação de exames, diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade; analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; elaborar programas educativos e de atendimento médico-preventivo, voltado para a comunidade em geral; assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; respeitar a ética médica; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.</p>
Médico Pneumologista	<p>Prestar assistência médica em pneumologia efetuando os procedimentos técnicos pertinentes à especialidade e executando tarefas afins; clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade; realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade; analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; elaborar programas educativos e de atendimento médico-preventivo, voltado para a comunidade em geral; assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; respeitar a ética médica; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.</p>
Médico Psiquiatra	<p>Realizar avaliação clínica e psiquiátrica; planejar, coordenar, executar e avaliar as atividades de assistência a saúde mental, intervindo terapêuticamente com as técnicas específicas individuais e/ou grupais, nos níveis preventivos, curativos, de reabilitação e reinserção social, de acordo com as necessidades; prestar assistência às vítimas de violência em suas famílias; emitir atestados e pareceres sobre as condições de saúde mental dos pacientes; trabalhar em equipe multiprofissional e</p>

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





	interdisciplinar; participar de reuniões da unidade e outras sempre que convocado pelos superiores; desenvolver e/ou participar de projetos intersetoriais que concorram para promover a saúde das pessoas e de suas famílias; participar de capacitações e treinamentos sempre que necessário ou que convocado pela gestão da unidade; participar do acolhimento atendendo as intercorrências dos usuários; atender nos domicílios sempre que houver necessidade; garantir a integralidade da atenção a saúde do usuário; preencher adequadamente os prontuários e todos os instrumentos de coleta de dados da unidade; participar do planejamento das atividades a serem desenvolvidas na instituição por residentes, estagiários ou voluntários; realizar solicitação de exames-diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; prestar atendimento em urgências clínicas dentro de atividades afins; coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indicadores de saúde da população; elaborar programas educativos e de atendimento médico-preventivo, voltado para a comunidade em geral; assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; respeitar a ética médica; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
Médico Urologista	Realizar avaliação clínica em urologia, tais como: afecções da próstata, anomalias congênitas do sistema urogenital, cistite, disfunção vesical neurogênicas, disfunção sexual masculina, doenças inflamatórias da próstata, estrutura e função renal, hipertrofia do prepúcio, fimose e parafimose, investigação da função renal, insuficiência renal aguda e crônica, infecções do trato urinário, infecções genitais, incontinência urinária, lesões traumáticas do sistema urogenital, litíase do trato urinário, tumores do trato urinário, transtornos da bexiga, da uretra e do pênis, uretrite, etc.; trabalhar em equipe multiprofissional e interdisciplinar; participar do acolhimento atendendo as intercorrências dos usuários; atender nos domicílios sempre que houver necessidade; garantir a integralidade da atenção à saúde do usuário; desenvolver e/ou participar de projetos Inter setoriais que concorram para promover a saúde das pessoas e de suas famílias; emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica; prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins; coletar e avaliar dados na sua área de atuação, de forma a desenvolver indica - dores de saúde da população; elaborar programas educativos e de atendimento médico-preventivo, voltado para a comunidade em geral; preencher adequadamente os prontuários e todos os instrumentos de coleta de dados da unidade; participar do planejamento das atividades a serem desenvolvidas na instituição por residentes, estagiários ou voluntários; realizar solicitação de exames, diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade; analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico; manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença; assumir responsabilidades sobre os procedimentos médicos que indica ou do qual participa; responsabilizar-se por qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, ainda que este tenha sido solicitado ou consentido pelo paciente ou seu representante legal; respeitar a ética médica; participar de reuniões da unidade e outras sempre que convocado pelos superiores; participar de capacitações e treinamentos sempre que necessário ou que convocado pela gestão da unidade; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da administração municipal; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
Médico Veterinário	Planejar e executar programas de vigilância sanitária e ambiental, com o intuito de controlar e evitar os riscos de agravos à saúde, integrando suas atividades às da vigilância epidemiológica; planejar e executar programas de defesa sanitária, proteção, aprimoramento e desenvolvimento de atividades de criação de animais, realizando estudos, pesquisas, exercendo fiscalização e empregando outros métodos, para assegurar a sanidade dos animais, a produção dos animais, a produção racional e econômica de alimentos.
Museólogo	Planejar e organizar a aquisição de peças de valor, registrar, catalogar e classificar as peças do museu, elaborando fichários e índices diversos, divulgar a coleção do museu, organizando exposições, adquirir peças e desenvolver o intercâmbio com outros museus, alugando ou pedindo emprestado peças para expor, atender aos pesquisadores, permitindo-lhes o acesso ao material não exibível, estudar novas

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





	técnicas e métodos de preparação e exposição do acervo, coordenar a conservação do acervo, supervisionar os trabalhos de recuperação de peças, realizar pesquisas, pode pronunciar conferências sobre as coleções do museu, executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade, organizar, ampliar e conservar, em um museu, coleções de objetos de caráter artístico, histórico e outras peças de igual valor e interesse, adotando sistemas específicos de catalogação, classificação, manutenção e divulgação, para facilitar a exposição do acervo e suas consultas.
Nutricionista	Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico-sanitário; participar de programas de educação nutricional; executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional. Conhecer e estimular a produção e o consumo dos alimentos saudáveis produzidos regionalmente; Promover a articulação intersetorial para viabilizar o cultivo de hortas e pomares comunitários; Capacitar ESF e participar de ações vinculadas aos programas de controle e prevenção dos distúrbios nutricionais como carências por micro nutrientes, sobrepeso, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis e desnutrição; Elaborar em conjunto com as ESF, rotinas de atenção nutricional e atendimento para doenças relacionadas à Alimentação e Nutrição, de acordo com protocolos de atenção básica, organizando a referência e a contra referência do atendimento; Realizar avaliação nutricional dos indivíduos.
Odontólogo	Executar exames clínicos para fins de levantamento epidemiológico; realizar procedimentos clínicos; realizar procedimentos coletivos; fluoroterapia e aplicação de selantes; atividades educativas e procedimentos periodontais; adequação de meio bucal; restauração, exodontia e procedimentos de urgência; procedimento cirúrgico eletivo (ambulatório); encaminhamento e orientação de usuários a outros níveis de especialização; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado; Outras atividades concernentes a área odontológica.
Ouvidor Municipal	Ouvir o cidadão e prover com informações os órgãos da Administração Direta e Indireta, objetivando a criação de políticas públicas de atendimento ao Cidadão, voltadas para a melhoria da qualidade dos serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Imbituba; Viabilizar um canal direto entre a Prefeitura e o cidadão, a fim de possibilitar respostas a problemas no tempo mais rápido possível; Receber e examinar sugestões, reclamações, elogios e denúncias dos cidadãos relativos aos serviços e ao atendimento prestados pelos diversos órgãos da Prefeitura de Imbituba, dando encaminhamento aos procedimentos necessários para a solução dos problemas apontados, possibilitando o retorno aos interessados; Encaminhar aos diversos órgãos da Prefeitura de Imbituba as manifestações dos cidadãos, acompanhando as providências adotadas e garantindo o retorno aos interessados. Elaborar pesquisas de satisfação dos usuários dos diversos serviços prestados pelos Órgãos da Prefeitura de Imbituba; Apoiar tecnicamente e atuar com os Diversos órgãos da Administração Direta e Indireta, visando à solução dos problemas apontados pelos cidadãos; Produzir relatórios que expressem expectativas, demandas e nível de satisfação da sociedade e sugerir as mudanças necessárias, a partir da análise e interpretação das manifestações recebidas; Recomendar a instauração de procedimentos administrativos para exame técnico das questões e a adoção de medidas necessárias para a adequada prestação de serviço público, quando for o caso; Contribuir para a disseminação de formas de participação popular no acompanhamento e fiscalização dos serviços prestados pela Prefeitura de Imbituba; Aconselhar o interessado a dirigir-se à autoridade competente quando for o caso; Resguardar o sigilo referente às informações levadas ao seu conhecimento, no exercício de suas funções; Divulgar, através dos canais de comunicação da Prefeitura de Imbituba, o trabalho realizado pela Ouvidoria, assim como informações e orientações que considerar necessárias ao desenvolvimento de suas ações. Exercer outras atividades correlatas e apoiar o Controle Interno no que for solicitado.
Pedagogo	Implantar, coordenar e avaliar projeto pedagógico de educação básica; Avaliar o desenvolvimento do projeto pedagógico para cada etapa da educação básica; Assessorar técnico-pedagogicamente no planejamento, desenvolvimento, avaliação e aperfeiçoamento de atividades educacionais; Promover o treinamento em tecnologia educacional; Coordenar reuniões pedagógicas com pais, professores e profissionais de outros segmentos; Promover integração entre família, escola e comunidade; Auxiliar na orientação pedagógica do acadêmico e executar tarefas específicas na orientação, relacionamento e integração de acadêmicos na comunidade universitária em geral; Elaborar e orientar a utilização de materiais instrucionais; Prestar atendimento individual e ou grupal com vista à orientação vocacional; Executar atividades administrativas em sua área de atuação; Prestar serviços educacionais e outros às crianças na primeira etapa de educação básica; Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão; Participar de programa de treinamento, quando

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





	convocado; Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.
Procurador Municipal	Representar o Município judicial e extrajudicialmente, nas ações em que este for autor, réu, litisconsorte, assistente ou oponente, ou tiver interesse; acompanhar o andamento dos processos em que o Município for parte interessada, atuando em todos os atos processuais, apresentando recursos em qualquer instância no sentido de bem defender os direitos ou interesses do Município; elaborar pareceres jurídicos relativamente aos processos administrativos ou requerimentos das demais Secretarias do Município; promover a cobrança extrajudicial dos créditos do Município; promover a cobrança da dívida ativa judicial e extrajudicialmente; analisar minutas de editais e de contratos firmados pelo Município nos termos do artigo 38 da lei 8.666/93 e outros atos municipais; manifestar-se previamente sobre os projetos de lei remetidos à Câmara Municipal de Vereadores; elaborar ou conferir os vetos do Prefeito aos projetos de leis aprovados pela Câmara Municipal; pesquisar, estudar, analisar, interpretar e planejar os trabalhos que digam respeito à área jurídica; executar ou auxiliar na redação ou elaboração de acordos e documentos jurídicos em geral, pronunciamentos, pareceres, contratos e termos de compromisso, aplicando a legislação na forma e terminologia adequada ao assunto em questão; assessorar o Município em assuntos de natureza jurídico-legal; superintender, coordenar, controlar, fiscalizar e planejar as atribuições e competência da procuradoria jurídica; respeitar a ética profissional na forma prevista no Estatuto da OAB; propor ação direta de inconstitucionalidade das leis aprovadas com vício de iniciativa; elaborar parecer em processo de competência da Procuradoria Jurídica; responder consulta que for distribuída; participar de comissão ou grupo de trabalho; sugerir declaração de nulidade de ato administrativo ou sua revogação; preparar minuta de informação a ser prestada ao Poder Judiciário e outros órgãos; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado; outras funções afins e correlatas ao cargo que lhes forem solicitadas pelo superior hierárquico.
Psicólogo	Realizar diagnósticos psicológicos; promover a orientação para seleção profissional; promover a orientação psicopedagógica; promover a solução de problemas de ajustamento; assessorar tecnicamente órgãos da Administração Pública Municipal; realizar perícias e emitir pareceres sobre psicologia; velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado; outras funções afins e correlatas ao cargo que lhes forem solicitadas pelo superior hierárquico.
Terapeuta Ocupacional	Atuar em equipe multiprofissional; atuar em projetos terapêuticos; avaliar, reavaliar e promover alta terapêutica ocupacional; elaborar diagnósticos, tratamento e prognóstico terapêutico ocupacional; desempenhar atividades de planejamento, organização e gestão em serviço; emitir laudos, atestados e relatórios terapêuticos ocupacionais; prescrever e analisar órtese/prótese; avaliar e executar atividades a serem desenvolvidas na instituição por residentes, estagiários ou voluntários; planejar e organizar qualificação, capacitação e treinamento dos técnicos e demais servidores lotados no órgão em que atua e demais campos da Administração Municipal, quando solicitado; velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; primar pela qualidade dos serviços executados; outras funções afins e correlatas ao cargo que lhes forem solicitadas pelo superior hierárquico.
Turismólogo	Planejar, organizar, dirigir, controlar, gerir e operacionalizar instituições e estabelecimentos ligados ao turismo; Coordenar e orientar trabalhos de seleção e classificação de locais e áreas de interesse turístico, visando ao adequado aproveitamento dos recursos naturais e culturais, de acordo com sua natureza geográfica, histórica, artística e cultural, bem como realizar estudos de viabilidade econômica ou técnica; Atuar como responsável técnico em empreendimentos que tenham o turismo e o lazer como seu objetivo social ou estatutário; Diagnosticar as potencialidades e as deficiências para o desenvolvimento do turismo nos Municípios e regiões; Formular e implantar prognósticos e proposições para o desenvolvimento do turismo nos Municípios e regiões; Criar e implantar roteiros e rotas turísticas; Analisar estudos relativos a levantamentos socioeconômicos e culturais, na área de turismo ou em outras áreas que tenham influência sobre as atividades e serviços de turismo; Pesquisar, sistematizar, atualizar e divulgar informações sobre a demanda turística; Coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de marketing turístico; Identificar, desenvolver e operacionalizar formas de divulgação dos produtos turísticos existentes; Formular programas e projetos que viabilizem a permanência de turistas nos centros receptivos; Organizar eventos de âmbito público, em diferentes escalas e tipologias; Planejar, organizar e aplicar programas de qualidade dos produtos e empreendimentos turísticos, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes; Emitir laudos

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades







	e pareceres técnicos referentes à capacitação ou não de locais e estabelecimentos voltados ao atendimento do turismo receptivo, conforme normas estabelecidas pelos órgãos competentes; Coordenar e orientar levantamentos, estudos e pesquisas relativamente a instituições, empresas e estabelecimentos que atendam ao setor turístico.
<b>GRUPO II</b> <b>ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO (ATM)</b>	
Agente Administrativo	Participar da elaboração e execução de procedimentos administrativos inerentes ao setor de atuação; orientar e proceder à tramitação de processos, orçamentos, contratos e demais assuntos administrativos, consultando documentos em arquivos e fichários, levantando dados, efetuando cálculos e prestando informações, quando necessário; elaborar relatórios de atividades com base em informações de arquivos, fichários e outros; elaborar, redigir, revisar, encaminhar e digitar cartas, ofícios, circulares, memorandos, tabelas, gráficos, instruções, normas e outros; atualizar e controlar fichários e arquivos de correspondências e documentos; receber, ordenar, protocolar e distribuir documentos e encaminhando ao setor destinado; requisitar material de escritório, guardando-o e distribuindo-o aos diversos setores; efetuar cálculos, utilizando máquinas, tabelas e outros meios auxiliares; atender chamadas telefônicas, anotando e enviando recados, para obter ou fornecer informações; recepcionar pessoas que se dirijam ao setor, prestando-lhes todas as informações e serviços necessários e inerentes ao setor; operar sistemas administrativos e técnicos em microcomputador, tais como processadores de texto, planilhas eletrônicas e outros aplicativos de uso corrente no setor; operar fax, e-mails, impressoras, transmitindo, recebendo, distribuindo e arquivando mensagens e documentos; auxiliar nos processos licitatórios de bens e serviços; colaborar em levantamentos, estudos e pesquisas para a formulação de planos, programas, projetos e ações públicas; Efetuar demais tarefas correlatas à sua função.
Agente de Trânsito	Controlar e orientar os motoristas para as condições do trânsito em geral; Executar ronda diurna ou noturna nas vias de trânsito; Cooperar com os policiais militares para aplicação das normas de trânsito em geral; Promover a orientação de motoristas, ciclistas e pedestres no cumprimento das normas de trânsito em geral; Executar atividades de polícia administrativa, aplicando multas de trânsito na forma da legislação em vigor; Controlar e executar atividades de fiscalização de trânsito; Auxiliar na arrecadação de valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos; Executar atividades de escolta de veículos de cargas perigosas, superdimensionadas e de valores.
Atendente de Farmácia	Realizar o atendimento dos cidadãos que procuram remédios nas Farmácias municipais, entregando o medicamento indicado pelo médico que prescreveu a receita, bem como, orientar os usuários quanto a uso do medicamento. Colaborar com o controle de estoque e organização das farmácias.
Fiscal Ambiental	Executar processos de controle ambiental, executam trabalhos de fiscalização e promoção no campo do meio ambiente, inspecionar estabelecimentos industriais, extrativistas, de mineração, comerciais e residenciais, com a finalidade de prevenir o desequilíbrio ambiental, bem como orientar a população quanto aos meios para atingir tais fins, e outros referente a função.
Fiscal de Obras e Posturas	Efetuar vistorias em obras e edificações conduzidas, a partir de roteiro de visitas estabelecido, anotando os dados de processo de alvará de construção, verificando se a obra foi executada conforme projeto aprovado pela Prefeitura Municipal; informar processo de alvará quanto aos dados obtidos nas vistorias "in loco", apontando as irregularidades encontradas; lavrar autos de infração, registrando em livro/documento próprio as irregularidades verificadas, em conformidade com a legislação vigente; lavrar termos de interdição de obras, registrando os motivos e solicitando ao interessado providências corretivas; realizar levantamentos e pesquisas de dados e situações objeto de fiscalização e efetuando cálculos de valores; elaborar relatórios. Efetuar demais tarefas correlatas à sua função.
Fiscal de Transporte	Fiscalizar os serviços de transportes de passageiros, verificando o cumprimento de horários, a tarifa de passagens e as condições em que trafegam os veículos, para descobrir possíveis irregularidades e possibilitar o melhoramento dos serviços.
Fiscal de Tributos	Verificar a incidência dos impostos e taxas, tendo em vista a legislação municipal em vigor, coligindo dados, sua revisão e consequente lançamento nos casos em que a Lei permitir; proceder a fiscalização dentro das normas e disciplina que regem o procedimento fiscal; participação em fiscalização e diligências programadas pelas superior; execução de intimações, notificações, vistorias, autuações e interdições de contribuintes não cadastrados; instrução de processos fiscais; análises contábeis, econômicas e financeiras das pessoas jurídicas; exercícios de encargos nos órgãos fiscais e nos estabelecimentos dos contribuintes; participação em órgão colegiado de natureza fiscal; bem como demais atividades correlatas.

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





Técnico Agrícola	Executar tarefas de caráter técnico, relativas à programação, assistência técnica e controle dos trabalhos agrícolas, orientando os agricultores nas tarefas de preparação dos solos, plantio e beneficiamento de espécies vegetais, combate a parasitas e outras pragas; prestar assistência aos agricultores e criadores; auxiliar no trabalho de defesa sanitária animal e vegetal; informar aos agricultores sobre a conveniência da introdução de novas culturas e equipamentos indicados para cada lavoura, bem como a manutenção e conservação dos mesmos; orientar os criadores, fazendo demonstrações práticas sobre métodos de vacinação, de criação e contenção de animais, bem como sobre processos adequados de limpeza e desinfecção de estábulos, baias e tambos; Efetuar demais tarefas correlatas à sua função.
Técnico em Agrimensura	Execução de serviços de campo como levantamentos planialtimétricos e planimétricos de imóveis, de vias públicas, de edificações; Locação de obras viárias, construção civil e drenagem pluvial; Levantamentos com GPS e Estação Total. Auxiliar em serviços de alinhamento para expedição de alvarás de construção; Execução de serviços de escritório como edição de levantamentos planimétricos e planialtimétricos, projetos geométricos, cálculo de volumes (corte e aterro), projetos de calçamento, desmembramentos e remembramentos, elaboração de memoriais descritivos; Executar outros serviços afins e / ou compatíveis com a área de atuação.
Técnico em Contabilidade	Realizam atividades inerentes à contabilidade em empresas, órgãos governamentais e outras instituições públicas e privadas. Constituir e regularizar empresa, identificar documentos e informações, atender à fiscalização e proceder consultoria empresarial. Executar a contabilidade geral, operacionalizar a contabilidade de custos e efetuar contabilidade gerencial. Administrar o departamento pessoal e realizam controle patrimonial
Técnico em Edificações	Realizar levantamento topográfico; Fazer levantamento planialtimétricos; elaborar desenho topográfico; desenvolver planilhas de cálculo; locar obras; conferir cotas e medidas; coletar dados do local; interpretar projetos; elaborar plantas seguindo normas e especificações técnicas; elaborar projetos arquitetônicos; desenvolver projeto de estrutura de concreto; elaborar projetos de estrutura metálica, instalações hidrosanitárias, elétricas, telefônicas, de prevenção e combate à incêndios, de ar condicionado e cabeamento estruturado; Legalizar projetos e obras: Conferir projetos; selecionar documentos para legalização da obra; encaminhar projetos para aprovação junto aos órgãos competentes; controlar prazo de documentação; organizar arquivo técnico; Planejar o trabalho de execução de obras civis; Elaborar plano de ação; participar da definição de métodos e técnicas construtivas; listar máquinas, equipamentos e ferramentas; elaborar cronograma de suprimentos; racionalizar canteiro de obras; acompanhar os resultados dos serviços; Orçar obras; Fazer estimativa de custos; interpretar projetos e especificações técnicas; fazer visita técnica para levantamento de dados; levantar quantitativos de projetos de edificações; cotar preços de insumos e serviços; fazer composição de custos diretos e indiretos; elaborar planilha de quantidade e de custos; comparar custos; elaborar cronograma físico-financeiro; Providenciar suprimentos e serviços; Pesquisar a existência de novas tecnologias; elaborar cronograma de compras; consultar estoque; selecionar fornecedores; fazer cotações de preços; elaborar estudo comparativo de custos; negociar prazos de entrega e condições de pagamento de produtos e serviços; Supervisionar execução de obras; Inspeccionar a qualidade dos materiais e serviços; controlar o estoque e o armazenamento de materiais; seguir as instruções dos fabricantes; racionalizar o uso dos materiais; cumprir cronograma preestabelecido; conferir execução e qualidade dos serviços; fiscalizar obras; realizar medições; realizar apropriação de máquinas, equipamentos e mão-de-obra; fazer diário de obras; solucionar problemas de execução; zelar pela organização, segurança e limpeza da obra; padronizar procedimentos; Executar controle tecnológico de materiais e solos; Aplicar normas técnicas; operar equipamentos de laboratório e sondagem; executar serviços de sondagem; coordenar equipe de coleta de amostras e ensaios; coletar amostras; executar ensaios; especificar e quantificar os materiais utilizados nos ensaios; elaborar e analisar relatórios técnicos; controlar estoque dos materiais de ensaio; Executar a manutenção e conservação de obras; Fazer visita técnica para diagnóstico; verificar responsabilidade; apresentar soluções alternativas; orçar o serviço; providenciar o reparo; supervisionar a execução; Utilizar recursos de informática; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.
Técnico em Enfermagem	Atividades envolvendo à execução de enfermagem relativos a observação, cuidado e aplicação de tratamento; participação de programas voltados a saúde pública; planejar, organizar, coordenar e avaliar serviços de enfermagem em Unidades Sanitárias, Ambulatórios, seções próprias e outras atividades inerentes ao cargo; velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; primar pela qualidade dos serviços executados; outras funções afins e correlatas ao cargo que lhes forem solicitadas pelo superior hierárquico.

Prefeitura de Imbituba  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





Técnico em Eletrotécnica	Realizar estudos sobre sistemas e instalações elétricas, efetuando experiências, cálculos, medições e outras operações, colaborando em trabalhos de pesquisa e aperfeiçoamento relativos a instalações de produção e distribuição de energia; Preparar estimativas detalhadas das quantidades e custos de materiais e mão-de-obra necessários, efetuando cálculos, estimativas e projeções, determinando os meios requeridos para a fabricação e montagem das instalações e equipamentos elétricos; Orientar as atividades dos trabalhadores de sua equipe nas diferentes fases dos trabalhos, acompanhando a execução das tarefas, solucionando problemas, prestando esclarecimentos e tomando outras medidas que assegurem a observância dos padrões técnicos estabelecidos; Inspeccionar as redes de transmissão e distribuição de energia, verificando possíveis falhas e orientando a manutenção das redes; Conduzir a execução técnica referente à instalação de tubulações, por onde passam os fios elétricos; Executar projetos de iluminação e neste sentido proceder à instalação de cabos elétricos, conexão e condutores e outro aparelhos de iluminação; Auxiliar em trabalhos de pesquisa, ensino e administração referente à área de eletricidade; Aperfeiçoar máquinas, ferramentas e equipamentos; Executar tecnicamente os projetos de equipamentos e instalações elétricas; Colaborar na assistência técnica de equipamentos elétricos; Registrar o desempenho, avaliar a eficiência; Auxiliar na elaboração de projetos e fazer manutenção dos equipamentos elétricos; Colaborar a elaboração de relatórios de atividades; Utilizar recursos de informática; Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.
Técnico em Informática	Prestar suporte técnico aos usuários de microcomputadores, no tocante ao uso de software básico, aplicativos, serviços de informática e de redes em geral; Orientar e executar trabalhos de natureza técnica, relativos ao planejamento, avaliação e controle de instalações e equipamentos de telecomunicações, orientando-se por plantas, esquemas e outros documentos específicos e utilizando instrumentos apropriados para sua montagem, funcionamento, manutenção e reparo; Executar a montagem de aparelhos, circuitos ou componentes eletrônicos, utilizando técnicas e ferramentas apropriadas, orientando-se por desenhos e planos específicos; Participar e orientar o funcionamento e a operação de equipamentos de telecomunicações; Realizar trabalhos de transmissão e captação de imagem e som, operando equipamentos de áudio e vídeo, a partir de uma programação de trabalho previamente estabelecida; Trabalhar com elementos e equipamentos de projeção de slides e retroprojeção de aparelhos do tipo geradores de caracteres, de efeitos especiais e de computação gráfica; Captar ângulos de luz e adequação de som; Fazer montagens de imagens captadas, eliminando partes desnecessárias; Diagnosticar problemas de hardware e software, a partir de solicitações recebidas dos usuários, buscando solução para os mesmos ou solicitando apoio superior; Orientar trabalhos de instalação e ampliação de redes telefônicas e tarefas correlatas para garantir o seu perfeito funcionamento; Efetuar reparos em sistemas eletrônicos ou conjuntos mecânicos de equipamentos, conforme solicitações recebidas ou a partir de problemas detectados; Desenvolver aplicações baseadas em software, utilizando técnicas apropriadas, mantendo a documentação dos sistemas e registros de uso dos recursos de informática; Planejar, supervisionar, controlar e realizar ações de montagem e de manutenção corretiva e preventiva de sistemas integrados eletrônicos; Dar suporte técnico em apresentações de aulas, palestras, seminários etc., que requeiram o uso de equipamentos de informática.
Técnico em Laboratório e Análises Clínicas	Executar atividades de laboratório relacionadas a análises clínicas, realizando exames simples, auxiliando os trabalhos de apoio a estas tarefas para possibilitar o diagnóstico ou prevenção de doenças; controlar material de consumo e orientar os pedidos dos mesmos; orientar e fiscalizar a limpeza nas dependências do laboratório para garantir a higiene do ambiente; velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; primar pela qualidade dos serviços executados; outras funções afins e correlatas ao cargo que lhes forem solicitadas pelo superior hierárquico.
Técnico em Radiologia	Orientar e preparar os pacientes de acordo com instruções médicas estabelecidas, para assegurar a validade dos exames; Operar equipamentos de radiografia, radioscopia, radioterapia, radioisótopos, medicina nuclear, observando as instruções específicas de operação identificando adequadamente o material utilizado; Prestar serviços auxiliares aos profissionais da área a execução de exames subsidiários mais complexos; Operar máquinas reveladoras, preparando soluções, revelando, fixando, lavando, secando e identificando chapas radiográficas; Auxiliar na organização de arquivos, envio e recebimento de documentos, pertinentes a sua área de atuação para assegurar a pronta localização de dados; Desenvolver suas atividades, aplicando normas e procedimentos de biossegurança; Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços; Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; Executar tratamento e descarte de resíduos de materiais provenientes de seu local de trabalho. Manter-se atualizado em relação às tendências e

Prefeitura de Imbituba  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





	inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor/departamento; Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.
Técnico em Segurança e Medicina do Trabalho	Realizar inspeções rotineiras nas diversas áreas e equipamentos do Município, com vistas a segurança e a saúde dos servidores; atender e encaminhar servidores acidentados, em conjunto com profissionais da área de enfermagem; analisar os acidentes de trabalho, investigando as causas, a fim de propor medidas preventivas e corretivas; inspecionar o funcionamento e observar a utilização dos equipamentos de segurança; supervisionar as atividades de combate a incêndios e salvamentos; velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados; primar pela qualidade dos serviços executados; outras funções afins e correlatas ao cargo que lhes forem solicitadas pelo superior hierárquico.
<b>GRUPO III SERVIÇOS AUXILIARES (SAU)</b>	
Assistente Administrativo	Atender ao público: receber e fazer comunicações telefônicas, anotar recados, agendar reuniões e compromissos, responder indagações rotineiras e prestar informações básicas; digitar despachos, relatórios e outros expedientes que lhe forem solicitados; elaborar, informar ou instruir expedientes relacionados ao departamento; receber, selecionar, classificar e arquivar correspondências e documentos; conferir, organizar e controlar documentos e processos; realizar atividades auxiliares em audiência, incluída a de digitação; desempenhar atividades de apoio em reuniões, audiências, etc.; minutar e transcrever atas, elaborar e despachar ofícios, memorandos, protocolando-os quando necessários, entre outros; atender o expediente normal da unidade, controlar arquivos informatizados, redigir ofícios, memorandos, cartas, relatórios; exercer todas as atividades de nível de seu cargo de natureza repetitiva; realizar tarefas auxiliares, sob supervisão da chefia imediata, classificando, arquivando e registrando documentos e fichas, recebendo, estocando e fornecendo materiais, operando equipamentos para reprodução, digitação de documentos em geral; velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; primar pela qualidade dos serviços executados; executar outras tarefas para o desenvolvimento das atividades do setor, inerentes à sua função.
Assistente Operacional	Coordenar e executar trabalhos relativos à área operacional da Administração Municipal; Participar de treinamento, quando exigido; Auxiliar na execução de tarefas de responsabilidade e controle de equipamentos, ferramentas, transportes de materiais e proteção individual e coletiva, local de trabalho, higiene, iluminação, ventilação e outros; Elaborar boletim mensal, relatando suas atividades e encaminhar a chefia imediata; Executar outras atividades compatíveis com o emprego.
Auxiliar de Biblioteca	Controlar e selecionar o recebimento do material bibliográfico; Auxiliar na elaboração de murais, folhetos, cartazes, manuais, painéis e na preparação de feiras e/ou exposições escolares; Pesquisar, preparar, organizar e atualizar base de dados da Biblioteca; Guardar material nas estantes, repor fichas, organizar fisicamente o acervo;
Auxiliar de Enfermagem	Realizar procedimentos de enfermagem, dentro de suas competências técnicas e legais; realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes, Unidades de Saúde da Família e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçadas pela equipe; preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamento na Unidade de Saúde da Família; zelar pela limpeza e ordem do material, do equipamento e das dependências da Unidade de Saúde da Família, garantindo o controle de infecção; realizar busca ativa de casos como tuberculose, hanseníase e todas demais doenças de cunho epidemiológico; executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária, no âmbito de sua competência; realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às famílias de risco, conforme planejamento da Unidades de Saúde da Família; realizar atividades de enfermagem, conforme competência legal, correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde- NOAS 2001; outras ações e atividades a serem definidas de acordo com prioridades locais durante o desenvolvimento do Programa.
Telefonista Central	Atender chamadas telefônicas, anotando e enviando recados, para obter ou fornecer informações; recepcionar pessoas que se dirijam ao setor, prestando-lhes todas as informações e serviços necessários e inerentes ao setor; operar sistemas telefônicos de uso corrente no setor; operar fax, e-mails, impressoras, transmitindo, recebendo, distribuindo e arquivando mensagens e documentos; Efetuar demais tarefas correlatas à sua função.
Telefonista Recepcionista	Operar mesa telefônica, manuseando chaves, interruptores e outros dispositivos, para estabelecer comunicações internas, locais, interurbanas e internacionais; Recepcionar e encaminhar/orientar

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades







	municipes e visitantes. Auxiliar na organização e serviços de protocolo em eventos e exposições e executar outras tarefas correlatas a sua função.
Visitador Sanitário	Visitam domicílios periodicamente; assistem pacientes, dispensando-lhes cuidados simples de saúde, sob orientação e supervisão de profissionais da saúde; orientam a comunidade para promoção da saúde; rastreiam focos de doenças específicas; realizam partos; promovem educação sanitária e ambiental; participam de campanhas preventivas; incentivam atividades comunitárias; promovem comunicação entre unidade de saúde, autoridades e comunidade; participam de reuniões profissionais. Executam tarefas administrativas.
<b>GRUPO IV TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS</b>	
Auxiliar de Serviços	Conservar e manter a limpeza dos órgãos públicos do Município, de suas autarquias fundações públicas, etc., tais como: salas, refeitórios, banheiros cozinhas, copas, consultórios, pátios, ruas, praças, etc., remover pó, lavar vidros e janelas, varrer e limpar o chão; utilizar materiais de limpeza, tais como: água, sabão, desinfetante e vassoura para execução de suas tarefas; coletar o lixo em embalagem adequada; repor papel higiênico toalhas e sabonetes; auxiliar no atendimento das cantinas escolares; limpar utensílios como: lixeiras, objetos de adorno, mesas e cadeiras; atender as normas de higiene e segurança do trabalho; primar pela qualidade dos serviços executados; velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; outras funções afins e correlatas ao cargo que lhes forem solicitadas pelo superior hierárquico; Executar outras tarefas de apoio (serviços organizacionais, estoques, arquivos, etc.) para o desenvolvimento das atividades do setor, inerentes à sua função.
Balseiro	Operar balsa, fazendo a travessia de modo a observar todas as normas de segurança atinentes ao cargo e a embarcação; verificar o equipamento/rebocador/balsa, promovendo a sua manutenção antes do início dos trabalhos; verificar nível e pressão de óleo dos motores de propulsão e outros utilizados na embarcação; manter os portos em condições de atracagem segura, promovendo os reparos necessários ao bom funcionamento deste; comunicar quaisquer avarias ou anormalidades imediatamente depois de observá-las a chefia imediata; usar sempre os equipamentos de segurança (EPIs); instruir e auxiliar os usuários para que esses adotem todas as medidas de segurança para uma segura travessia e quanto aos procedimentos emergenciais; executar outras tarefas correlatas ao cargo que lhe forem designadas por seu superior.
Calceteiro	Fazer o assentamento de pedras irregulares, visando à pavimentação de ruas, carregar e descarregar veículos em geral; Transportar, arrumar e elevar mercadorias, materiais de construção e outros; Proceder à abertura de valas; efetuar serviços de capina em geral; Varrer, escovar, lavar e remover lixos e detritos de vias públicas e próprios municipais; Auxiliar em tarefas de construção, calçamentos e pavimentação em geral; Auxiliar no recebimento, entrega, pesagem e contagem de materiais; Executar a pavimentação de leitos de estradas, ruas e obras similares, espalhando uma camada de areia ou terra e recobrimdo-a com paralelepípedos, blocos de concreto, ou outro material, para dar-lhes melhor aspecto e facilitar o trânsito de veículos e pedestres; Executar tarefas afins.
Carpinteiro	Executar trabalhos de carpintaria, cortando, montando, instalando, reparando e adequando peças de madeira; confeccionar ou reparar portas, janelas, cadeiras, mesas, escadas, armações, andaimes e outros, cortando, pregando, parafusando, colando e encaixando as partes das peças para a formação do conjunto desejado; confeccionar caixilhos, entalhes, encaixes, etc., utilizando instrumentos manuais - formão, furadeira, serrote, máquinas de serrar, torner, aplainar e furar, para obter as formas e medidas necessárias; rapar, polir, lixar, envernizar e laquear moveis e utensílios de madeira, tais como mesas, cadeiras e estantes dando-lhes o acabamento devido; colocar fechaduras, dobradiças e puxadores; afiar as ferramentas utilizadas operando máquinas ou instrumentos manuais; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
Eletricista	Confeccionar, dar manutenção e reparação em instalações elétricas em prédios públicos; localizar e reparar defeitos em sistemas elétricos; recuperar aparelhos eletrodomésticos; distribuir, orientar e fiscalizar a execução de tarefas que eventualmente forem executadas sob o seu comando; relacionar e controlar o material necessário aos serviços a executar; desempenhar tarefas afins.
Encanador	Atuar dentro da sua especialidade, na construção, manutenção, conservação e recuperação do patrimônio público; montar e reparar sistemas de tubulações de água, esgoto, pias, tanques, vasos sanitários, registros, torneiras, caixas de água e outros; zelar pela conservação e guarda das ferramentas, instrumentos, máquinas e equipamentos utilizados; velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; primar pela qualidade dos serviços executados; executar outras funções afins e correlatas ao cargo que lhes forem solicitadas pelo superior hierárquico.

Prefeitura de Imbituba  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





Gari	Varrer ruas, praças, parques e jardins municipais, utilizando vassouras, ancinhos e outros instrumentos similares para manter os referidos locais em condições de higiene e trânsito; Recolher os montes de lixo, acondicionando-os em sacos plásticos, latões, cestos, carrinhos de tração manual e outros depósitos adequados, para posterior coleta e transporte; Percorrer os logradouros, seguindo roteiros pré-estabelecidos, para coletar lixo; Despejar o lixo amontoado ou acondicionado em latões e sacos plásticos, em caminhões especiais da Prefeitura, possibilitando assim seu transporte aos locais apropriados; Esvaziar as lixeiras distribuídas pelas vias públicas; Raspar meios-fios, limpar ralos e saídas de esgotos; Executar outras atividades afins.
Jardineiro	Diariamente apara a grama nas áreas verdes da Administração Pública, utilizando-se de máquina roçadeira: prepara e opera o equipamento movimentando as lâminas de corte mantendo a altura desejada do gramado zelando pela qualidade do trabalho e atendimento das condições contratuais negociadas; Faz a poda de plantas em vasos e jardins mantendo a estética e harmonia do conjunto utilizando-se de facões e tesouras específicas para tal fim. Limpa o local e remove os resíduos para o lixo; Utiliza-se de material mecânico e elétrico na execução das tarefas obedecendo a procedimentos específicos adquiridos em treinamentos bem como de equipamentos de segurança para preservar-se de riscos e acidentes de trabalho. Cuida da conservação do equipamento utilizado mantendo-o disponível em local adequado solicitando sua manutenção quando necessário; Executa outras tarefas relacionadas com o cargo, a critério do superior.
Motorista	Dirigir veículos oficiais para exercer as atividades próprias do cargo, desde que devidamente habilitado; executar atividades de transporte utilizando automóveis, conforme orientação superior; comportar-se de acordo com as regras e exigências do Condigo Nacional de Trânsito; manter o asseio do(s) veículo(s) que lhe for confiado; observar as condições de abastecimento e manutenção dos veículos e seus componentes, verificando os níveis de óleo, água, condições e fluido, dos freios e parte elétrica; comunicar imediatamente o superior hierárquico sobre ruídos estranhos ou defeitos constatados no veículo; velar pela guarda, conservação, higiene e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
Operador	Executar trabalhos de terraplenagem, nivelamento, abaulamento, abrir valetas e cortar taludes; operar com rolos compressores, reboque e serviços agrícolas com tratores; proceder ao transporte de aterros; executar serviços de pavimentação; providenciar o abastecimento de combustível, água e lubrificantes na máquina sob sua responsabilidade; comunicar ao superior hierárquico qualquer anomalia no funcionamento da máquina; efetuar serviços de coleta, distribuição de materiais, limpeza de areia e roçação; executar serviços em qualquer área do município, de acordo com as solicitações; comunicar ao responsável a necessidade de reparos ou substituição de materiais e equipamentos de trabalho; velar pela guarda, conservação e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo. Executar outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas pelos superiores hierárquicos.
Pedreiro	Executar, trabalhos de alvenaria, muros, paredes, concretos, materiais, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações, processos e instrumentos pertinentes ao ofício, bem assim, outras obras afins e correlatas; verificar com o mestre de obras, características do trabalho a realizar, examinando a planta e especificações, para orientar-se na escolha do material e forma de execução do trabalho; preparar massas, misturando cimento, areia e água, dosando as quantidades de forma adequada, para obter a argamassa; assentar tijolos ou pedras, seguindo os desenhos e formas indicadas e unindo-os com argamassa para construir alicerces, levantar paredes, pilares, vigas, degraus de escada e outras partes da construção; rebocar as estruturas construídas e proceder à aplicação de camadas de cimento ou assentamento de ladrilhos, vergas ou material similar, utilizando processos apropriados, para revestir pisos e paredes; construir bases de concreto ou de outro material, baseando-se nas especificações, para possibilitar a instalação de tubos para bueiros, postes de rede elétrica, máquinas e para outros fins; realizar trabalhos de manutenção de prédios, calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, trocando telhas, aparelhos sanitários, manilhas e outras peças e bases danificadas, para reconstruir essas estruturas; primar pela qualidade dos serviços executados; velar pela guarda, conservação e economia dos materiais a si confiados, recolhendo-os e armazenando-os adequadamente ao final de cada expediente; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo.
Pintor	Pintar as superfícies externas e internas de edifícios e outras obras civis, raspando-as amassando-as e cobrindo-as com uma ou várias camadas de tinta; revestir tetos, paredes e outras partes de edificações com papel e materiais plásticos e, para tanto, entre outras atividades, preparam as superfícies a revestir, combinam materiais, etc.

Prefeitura de Imbituba  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
www.imbituba.sc.gov.br

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





Servente Merendeira	Fazer trabalhos de limpeza nas diversas dependências dos prédios municipais, proceder à limpeza de pisos, vidros, lustres, móveis e instalações sanitárias; remover lixos e detritos; lavar e encerar assoalhos; retirar o pó de livros e estantes de armários, fazer a arrumação, conservação e remoção de móveis, máquinas e materiais; preparar café e servi-lo; transportar volumes; preparar lanches e refeições diversas; executar outras tarefas correlatas.
Sepultador	Construir carneiras, abrir covas, sepulturas e jazigos para enterramentos; preparar a sepultura, escavando a terra e escorando as paredes da abertura ou retirando o lápide e limpando o interior das covas ou túmulos já existentes para permitir sepultamento; carregar e colocar o caixão na cova aberta, manipulando as cordas de sustentação, para facilitar seu posicionamento na mesma; efetuar o fechamento da sepultura, recobrando-a com terra e cal ou fixando uma laje, para assegurar a inviolabilidade de túmulo; realizar exumação dos cadáveres (devidamente autorizado); fazer transferência de ossadas para outros túmulos (devidamente autorizado); controlar sepultamentos e preenchimento da autorização para abertura de sepulturas; fazer reparos em túmulos e dependências; executar tarefas de capina, varrição, remoção de lixo, limpeza e desinfecção de velório, colaborando para a manutenção da ordem e limpeza do cemitério; manter a limpeza e conservação de jazigos e covas; orientar e atender a população, divulgando o que as famílias e responsáveis deve fazer para zelar por suas sepulturas; zelar pelo uso adequado e conservação dos materiais e ferramentas de trabalho, que lhe são confiados, limpando-os e guardando-os em lugar apropriado para mantê-los em condições de uso; requisitar material para suas atividades; abrir e fechar os portões dos cemitérios; zelar pela segurança do cemitério; preparar o cemitério para o dia de finados; atender as normas de higiene e segurança do trabalho; informar ocorrência no serviço de sua competência ao superior imediato; executar outras tarefas afins.
Vigilante	Zelar pela guarda do patrimônio e exercer a vigilância de espaços públicos, estacionamentos, edifícios públicos, privados e outros estabelecimentos, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências para evitar incêndios, roubos, entrada de pessoas estranhas e outras anormalidades; controlar fluxo de pessoas, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados; escoltar pessoas e mercadorias; fazer manutenções simples nos locais de trabalho.
Zelador	Executar funções de zeladoria em escolas municipais, creches e em outros próprios municipais, promovendo a limpeza e conservação dos mesmos e assegurando o cumprimento de regulamentos preestabelecidos, visando o asseio, segurança e bem-estar de seus usuários.

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades



**PORTARIA PMI/SEDURB/SEFPP Nº 007/2019**

Publicação Nº 2216036

PORTARIA PMI/SEDURB/SEFPP Nº 007, de 04 de novembro de 2019.

Designa servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato referente à Construção de Portal Turístico na Av. Renato Ramos da Silva, Vila Nova, Imbituba/SC e dá outras providências.

A Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, ADALIANY VIEIRA CONSTANTINO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor, considerando o disposto no art. 67 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e a celebração do Contrato para execução da obra de Construção de Portal Turístico na Av. Renato Ramos da Silva, Vila Nova, Imbituba/SC, por meio do processo Licitatório nº 101/2019. RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Engº. Civil JHONATAN PEREIRA DELFINO, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto constante do respectivo processo, no qual a Prefeitura de Imbituba é contratante, e que, será substituído em suas ausências e em seus impedimentos, pelo servidor Engº. Civil TIAGO BRILL LOPES.

Art. 2º Determinar que o fiscal ora designado, ou na ausência deste, o fiscal substituto, deverá:

I – Zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências à sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da Lei;

II – Avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior à aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – Atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria PMI/SEDURB/SEFPP nº 004/2019.

Imbituba-SC, 04 de novembro de 2019.

ADALIANY VIEIRA CONSTANTINO

Secretária da SEDURB

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

# Indaial

## PREFEITURA

### ATO DE POSSE

Publicação Nº 2215545

ATO DE POSSE Nº 157/2019

De 04 de novembro de 2019

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Rosangela Aparecida de Oliveira, nomeado através da Portaria nº 1890/2019 para o cargo de Enfermeiro IV, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitado pelo Concurso Público nº 001/2017.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

O servidor apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pelo empossado.

Prefeitura Municipal de Indaial em 04 de novembro de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ROSANGELA APARECIDA DE OLIVEIRA

Empossado

### DECRETO Nº 1655/19

Publicação Nº 2215069

. DECRETO Nº 1655/19

. De 01 de novembro de 2019

Nomeia Coordenador de Mobilidade Urbana / Cláudio Juarez Scwindenn

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em 01 de novembro de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador de Mobilidade Urbana (CC-2), previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 227/19, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Cláudio Juarez Scwindenn, inscrito no CPF sob o nº 646.953.879-72.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

### DECRETO Nº 1656/19

Publicação Nº 2215074

. DECRETO Nº 1656/19

. De 01 de novembro de 2019

Nomeia Diretor de Controle Social e Transparência / Ednilson Trapasolli

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em 01 de novembro de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Controle Social e Transparência (CC-3), previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 227/19, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Ednilson Trapasolli, inscrito no CPF sob o nº 059.036.639-40.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

## DECRETO Nº 1657/19

Publicação Nº 2215107

. DECRETO Nº 1657/19

. De 01 de novembro de 2019

Nomeia Gerente de Atendimento ao Empreendedor / Raquel Rufino

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada em 05 de novembro de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Atendimento ao Empreendedor (CC-5), previsto no Anexo III, Lei Complementar nº 227/19, com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Raquel Rufino inscrita no CPF sob o nº 041.697.739-18.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 01 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

## DECRETO Nº 1658/19

Publicação Nº 2215336

. DECRETO Nº 1658/19

. De 04 de novembro de 2019

ALTERA DECRETO Nº 1617/19 NOMEIA REPRESENTANTES PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE INDAL - CMPCI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 5536/18 e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Políticas Culturais de Indaial – CMPCI, os seguintes representantes: SOCIEDADE CIVIL

1 - Patrimônio Material/Imaterial

Titular: Heinz Beyer

Suplente: Letícia Michalack Gilz

2 – Música

Titular: Sidney Trentini Machado

Suplente: Jean Carlos Gonçalves

3 – Livro/Literatura

Titular: Marco Antonio Struve

Suplente: Ivone Schlei

4 – Artes Cênicas

Titular: Paula Marina Torres de Souza

Suplente: Marcelo da Silva

5 – Artes Visuais

Titular: Alex Bauer Antonio Moreira

Suplente: Iria Pieritz



6 – Culturas Populares  
Titular: Geovani Gilz  
Suplente: Almir Leite Meireles

#### REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

1 - FIC  
Titular: Arlete Polidoro  
Suplente: Marli Alves Bomtempo Peixe

2 – Coordenadoria de Desenvolvimento Econômico, Eventos e Turismo  
Titular: Telma Fusinato  
Suplente: Rogério Wilson Theiss

3 – Secretaria da Educação  
Titular: Camila Klug de Oliveira  
Suplente: Andrea de Souza

4 – Gabinete do Prefeito  
Titular: Rosemeri Girardi Stahnke  
Suplente: Jonas Mizaël Rosenbrock

5 – Secretaria de Planejamento  
Titular: Viviane Ewald  
Suplente: Daniela Beduschi

6 – Fundação Municipal de Esportes  
Titular: Valmir Theiss  
Suplente: Igor de Oliveira Insaurriaga Silva

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário em especial o Decreto nº 1617/19

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

### LEI COMPLEMENTAR Nº 228/2019

Publicação Nº 2215282

. LEI COMPLEMENTAR Nº 228

. de 04 de novembro de 2019

Regulamenta o Art. 10 da Lei Complementar 121 de 21 de dezembro de 2011, define responsabilidades aos profissionais de Vigilância Sanitária e dá outras providências

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Os profissionais de Vigilância Sanitária, pelo desempenho de suas atividades específicas, farão jus a gratificação por produtividade variáveis, cuja mensuração e forma de aquisição estão especificadas no anexo I desta Lei, levando-se em conta a qualidade do trabalho realizado, para aferimento dos propósitos fixados nesta Lei, visando incentivar e aprimorar as atividades, ações e fiscalização sanitária.

§ 1º - Excetuam-se do disposto no caput deste artigo, os servidores públicos que não sejam de provimento efetivo.

§ 2º - Entende-se por atividades específicas de Vigilância Sanitária:

I - Fiscalização a estabelecimentos de alimentação:

- a) Indústria de alimentos: doces, salgados, massas frescas, panificação, congelados, sorvetes, gelo, conservas, entre outras;
- b) Locais de elaboração ou venda de alimentos: açougues, mercados, padarias, confeitarias, pizzarias, restaurantes, lanchonetes, bares, sorveterias, cantinas, feiras, quiosques, cozinhas industriais, entre outros;

II - Fiscalização a estabelecimentos de saúde:

- a) Clínicas em geral, consultórios médicos, consultórios odontológicos, drogarias, farmácias de manipulação, postos de saúde, laboratórios em geral, salas de Vacina entre outros;

III - Fiscalização a estabelecimentos de interesse em saúde:

- a) Estabelecimentos de ensino: Educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, ensino técnico, entre outros;
- b) Estabelecimentos comerciais: distribuidoras e transportadoras de medicamentos, de produtos laboratoriais, de produtos médicos, odontológicos e veterinários, agropecuárias, dedetizadoras entre outros;
- c) Outros estabelecimentos: clubes recreativos, Institutos de longa permanência para idosos, ginásio de esportes, academias de ginástica, piscinas de uso coletivo, salões de beleza, entre outros;

IV - Fiscalização em geral;

- a) Comércio em geral (móveis, eletrodomésticos, vestuário, calçados, etc);
- b) Parques de diversão, circos, eventos, etc;
- c) Prestadores de serviços (contabilidades, escritórios em geral, etc);
- d) Hotéis, motéis, dormitórios, abrigos, etc;
- e) Floriculturas, lavanderias, postos de combustíveis, oficinas em geral, lavagem de veículos, confecções, indústrias em geral (metalúrgicas, serralherias, madeireiras, malharias etc);
- f) Outros estabelecimentos afins.
- g) Atendimentos a denúncias e reclamações: esgoto, criação de animais, alimentos, saúde, reciclagem, lixo, mau cheiro, fumaça industrial, estabelecimentos clandestinos, falta de limpeza e higiene, etc;
- h) Vistorias e/ou liberação de viabilidades;
- i) Vistorias para emissão de alvará sanitário;
- j) Análise de documentação;
- V) Atendimento e orientação a população e ao setor regulado.
- VI) Outras atividades sujeitas a Vigilância Sanitária.

Art. 2º - A apuração da produção será feita através de relatório mensal, em formulário específico do setor, ao qual serão anexados os documentos que comprovarão as ações e procedimentos da fiscalização.

Parágrafo único - Quando a atividade de fiscalização for designada e autorizada previamente pelo chefe/coordenador da fiscalização de Vigilância Sanitária a ser realizada em dupla ou em equipe, a pontuação será computada individualmente para cada profissional de Vigilância Sanitária que dela participar efetivamente.

Art. 3º São consideradas atividades mínimas inerentes ao exercício do cargo, que deverão ser cumpridas e não computadas para efeito de cálculos de parcelas para a concessão da Gratificação por Produtividade, quaisquer atividades constantes no Anexo I desta LEI, cujas atividades executadas pelo servidor fiscal, equivalem paritariamente ao montante 500 (quinhentas) parcelas.

§ 1º Para concessão das parcelas de que trata esta Lei, o servidor apresentará relatório minucioso de atividades realizadas que deverá ser referendado imediatamente pela chefia. O fato dos profissionais de Vigilância Sanitária designados como executor do Serviço já ter obtido o percentual máximo de parcelas não o desobriga do cumprimento das atividades determinadas pela chefia.

§ 2º O máximo de parcelas para efeito de cálculos para pagamento mensal da gratificação por produtividade corresponde a 1500 (um mil e quinhentas) parcelas.

§ 3º O valor da parcela de produtividade para os profissionais de Vigilância Sanitária corresponderá a 0,1% (zero vírgula um por cento) da remuneração básica do piso da categoria do fiscal de Saúde.

§ 4º As parcelas, a que se refere o artigo primeiro desta Lei, só serão aferidas e computadas para efeito de pagamento da Gratificação de Produtividade Fiscal, a partir do cumprimento do disposto no Art. 3º e do parágrafo 1º do desta Lei.

§ 5º As parcelas excedentes não utilizadas no período de aferição, ficam automaticamente eliminadas.

Art. 4º - Os procedimentos fiscais que posteriormente vierem a ser invalidados por decisão administrativa ou judicial e que tenham sido considerados para o cálculo da produção fiscal serão decrescidos, no limite da respectiva parcela, quando da apuração da produtividade do mês imediatamente subsequente.

§ 1º As deduções, acertos, remissões ou quaisquer acordos feitos pelo Executivo não trarão prejuízo as parcelas adquiridas pelos Fiscais, considerando-se, para tal efeito, o valor efetivamente notificado.

§ 2º Serão estornadas as parcelas atribuídas à lavratura indevida e injustificada de autos de infração, intimações fiscais e notificações preliminares.

§ 3º Caso a gratificação de produtividade já tenha sido paga com base nas informações mencionadas no art.3º desta LEI, estas deverão ser descontadas no banco de parcelas e, sendo insuficiente o saldo, os descontos serão feitos na produtividade que exceder a pontuação máxima nos meses subsequentes.

Art. 5º - O relatório mensal de produção será entregue até as 17:00 horas do 7º dia útil, subsequente ao mês da produção.

§ 1º - O não cumprimento da obrigação implicará na redução de 40 parcelas por dia de atraso, até o sétimo dia útil, após o qual a produção somente será computada para o mês subsequente.

§ 2º - As parcelas reduzidas serão levadas a crédito no relatório subsequente, desde que justificado o atraso e aceito pelas chefias.

Art. 6º - Os atos fiscais imperfeitos serão glosados no próprio relatório ou, no subsequente, a critério das chefias.

Parágrafo único - Constitui direito dos profissionais de Vigilância Sanitária reclamar da glosa, cuja instância terminará no Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º - Compete ao cargo de Chefia do Setor de Vigilância Sanitária, em especial, a orientação, supervisão e controle das atividades desenvolvidas pelos profissionais de Vigilância Sanitária.

Art. 8º - Atendendo às necessidades especiais, a Secretaria de Saúde poderá determinar fiscalização especial, as quais atribuirá parcelas correspondentes ao trabalho efetuado.

§ 1º O número de parcelas atribuídas pela execução de fiscalização especial não poderá ser inferior a 50 (cinquenta) parcelas, e seu pagamento deverá ser acompanhado de anuência do Chefe do Poder Executivo, ou responsável por ele designado.

Art. 9º - Além de outras garantias e vantagens asseguradas pelo sistema municipal, serão concedidas aos profissionais de Vigilância Sanitária as seguintes vantagens:

I - Quota de produtividade variável;

II - Gratificação de produtividade baseada na média, recebida a este título, dos últimos 12 (doze) meses e/ou pela média aritmética do período de investidura no cargo, em casos de período inferior a 12 (doze) meses, quando ocorrer os seguintes casos:

- a) Férias;
- b) Auxílio-doença, desde que justificado por atestado médico;
- c) Regime especial de fiscalização;

Art. 10 - O profissional de Vigilância Sanitária, quando no exercício de Chefia do Setor de Vigilância Sanitária, devidamente nomeado, receberá a título de gratificação, 100 % da média aritmética das gratificações de produtividade percebidas pelos profissionais de Vigilância Sanitária no mês respectivo.

Art. 11 - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei ocorrerão por conta de dotações específicas, consignadas no orçamento vigente.

Art.12 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2019.



Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França  
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura  
Secretário de Governo

## ANEXO I RELATÓRIO SINTÉTICO DE PRODUÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	PARCELAS
01	Atendimento de denúncia/reclamações	10
02	Palestras	25
03	Coleta de água (por ponto de coleta)	5
04	Coleta de alimentos	15
05	Orientação para a população	10
06	Orientação para o setor regulado	10
07	Curso de aperfeiçoamento/capacitação presencial (por hora assistida)	10
08	Curso de aperfeiçoamento/capacitação a distância (por hora assistida), desde que autorizado pela chefia imediata.	10
9	Liberação de viabilidade	05
10	Licença de Transporte	10
11	Licença evento esporádico	10
12	Baixa de responsabilidade técnica	5
13	Requisição de notificação de receita	5
14	Análise de balanços farmacêuticos e/ou receitas, por drogaria/farmácia	10
15	Emissão de relatórios, exceto de infração	10
16	Instauração de processo administrativo Sanitário	30
17	Cadastramento de vistorias e denúncias	5
18	Vistoria em estabelecimentos de alimentos	20
19	Vistoria em estabelecimentos de saúde	20
20	Vistoria em estabelecimento de interesse a saúde	20
21	Vistoria em estabelecimentos em geral, exceto saúde e alimentos	10
22	Lavatura de Auto de Intimação	10

## LEI COMPLEMENTAR Nº 229/2019

Publicação Nº 2215283

. LEI COMPLEMENTAR Nº 229

. de 04 de novembro de 2019

Altera a Lei Complementar nº 221/2019, que institui a Lei de Parcelamento do Solo no Município de Indaial

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso IX do artigo 1º da Lei Complementar nº 221/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. [...]

[...]

IX. Faixa non edificandi: é a faixa de terras com limitação administrativa para construções, com largura de 15 (quinze) metros, contados a partir da linha que define a faixa de domínio da estrada, estabelecida pela Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

Art. 2º O artigo 2º da Lei Complementar nº 221/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. A execução de qualquer parcelamento do solo para fins urbanos dependerá sempre de licença e fiscalização do Órgão Municipal de Planejamento, obedecidas às normas desta Lei, da Legislação Federal (Lei nº 6.766/79) e Estadual (Lei nº 17.492/2018) pertinente.

Art. 3º O artigo 6º da Lei Complementar nº 221/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. Não será permitido o parcelamento do solo:

I. Em terrenos naturais com declividade igual ou superior a 45% (quarenta e cinco por cento);

II. Em terrenos terraplanados, com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento);

III - Em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública ou onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, sem que sejam preliminarmente saneados;

IV. Em terrenos alagadiços ou sujeitos a inundações, sem o exame e a anuência prévia da Prefeitura Municipal, que, considerando o interesse público, decidirá sobre a convivência do parcelamento, ressalvado o direito de vizinhança da comunidade conforme a área;

§ 1º Nos casos previstos no inciso II será permitido parcelamento de solo com glebas contendo declividade superior a 30% (trinta por cento) após terraplanagem, desde que seja atendido os seguintes requisitos:

a) Os taludes não devem ocupar área superior a 1/3 da área mínima da gleba para o zoneamento em que o parcelamento esteja inserido;

b) A declividade em 2/3 da área mínima da gleba (segundo o zoneamento) deverá conter no máximo 20% (vinte por cento) de declividade estando em área contínua;

c) A região da gleba descrita acima deverá possuir profundidade mínima de 20 (vinte) metros.

§2º. Nos casos previstos no inciso III deste artigo, o interessado deverá submeter a aprovação da Prefeitura o Projeto de Saneamento da área, sob responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado.

§3º. Todo parcelamento do solo a ser realizado nos casos previstos no inciso III deste artigo, deverá apresentar laudo específico expedido por profissional(is) competente(s), com registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/SC), atestando que o terreno possui condições geológicas, geotécnicas e ambientais para a realização de obras, garantindo a segurança individual e coletiva dos moradores e do entorno.

§4º. Nas AIE e AIP não serão permitidos os parcelamentos do solo com fins residenciais.

Art. 4º Acrescente o inciso X ao artigo 13 da Lei Complementar nº 221/2019:

Art. 13 [...]

X - As Áreas Verdes (AV e AVL), na hipótese do artigo 15 da presente Lei, não terão limites fixados de declividade.

Art. 5º Acrescente o § 3º ao artigo 16 da Lei Complementar nº 221/2019:

Art. 16.

[...]

§ 3º Excluem-se do disposto neste artigo os desmembramentos acima de 30.000,00 m² que forem:

a) Por meio de inventário;

b) Para fins de divisão familiar;

Art. 6º O inciso VII do artigo 42 da Lei Complementar nº 221/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 42.

[...]

VII - Rede de eletrificação e iluminação pública com a tecnologia LED (sigla LED, em inglês: light-emitting diode);

Art. 7º O inciso II do artigo 60 da Lei Complementar nº 221/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 60. [...]

[...]

II. As casas geminadas, isoladas e ou em série, definidas no caput deste artigo e da Seção I, deverão obedecer aos limites definidos nos incisos V e VI e, a cada bloco de 3 unidades, será obrigatório um recuo de 1,5 metros entre os blocos.

Art. 8º A letra 'b' do inciso VIII do artigo 62 da Lei Complementar nº 221/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 62 [...]

[...]

VIII – [...]

[...]

b) Não estar situada em local com declividade superior a 15% (quinze por cento) ou sobre áreas de preservação permanente, podendo ser ocupado 30% (trinta por cento) desta área por taludes com declividades superiores a 15% (quinze por cento);

Art. 9º O artigo 70 da Lei Complementar nº 221/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 70. Quanto à análise, tramitação e aprovação dos projetos de condomínios fechado de lotes, aplicar-se-ão as mesmas disposições estabelecidas para loteamentos, no que couber, devendo as áreas de uso comum ter a proporção de 35% da área útil do condomínio, sendo obrigatória a existência de área comunitária institucional (ACI).

§ 1º Os tamanhos dos lotes e limites de ocupação das áreas de uso exclusivo serão os mesmos estabelecidos na Lei do Plano Diretor para a área em que se situarem os condomínios.

I – As mesmas condições previstas no artigo 6º desta lei devem prevalecer para condomínios de lotes;

§ 2º Em empreendimentos de até 50 lotes deverá ser previsto apenas área de lazer, destinada a jardins, arborização e equipamentos de lazer, com os seguintes requisitos:

a) Ter proporção mínima de 10% (dez por cento) da área útil do condomínio;

b) Não estar situada em local com declividade superior a 15% (quinze por cento) ou sobre áreas de preservação permanente, podendo ser ocupada 30% (trinta por cento) desta área por taludes com declividades superiores a 15% (quinze por cento);

c) Possuir indispensável continuidade, não podendo ser composta por adição de áreas parciais isoladas;

d) Deverão ter no mínimo 50% de seu total onde possa ser inscrito um raio de 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros) e testada mínima de 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros).

§ 3º Fica facultado ao empreendedor sobrepor a Área de Lazer, na proporção máxima de 50% (cinquenta por cento) desta área, à Garantia de Cobertura Florestal prevista na Lei Federal nº 11.428/2006, observada as disposições desta Lei:

a) Somente será aceita a sobreposição prevista neste artigo, se a Área de Lazer estiver ocupada por vegetação no estágio de sucessão idêntico ou superior ao que se pretende garantir a cobertura florestal, esta condição deverá ser comprovada por meio de inventário florestal, nos termos da Resolução CONAMA, e estará sujeita a avaliação e análise do órgão ambiental.

b) A sobreposição de que trata este artigo somente será permitida na proporção da Área Lazer que for ocupada originariamente por vegetação no estágio de sucessão idêntico ou superior ao que se pretende garantir a cobertura florestal, vedada a reposição florestal para tais fins.

c) No caso da Área de Lazer que não estiver integralmente coberta por vegetação, a sobreposição prevista neste artigo, poderá ser feita apenas no quinhão da Área Verde de Lazer, que estiver coberta por vegetação no estágio de sucessão idêntico ou superior ao que se pretende garantir a cobertura florestal, conforme previsão do parágrafo anterior.

d) Em nenhuma hipótese haverá sobreposição de área de preservação permanente para computo do percentual mínimo definido em Lei para destinação à Área de Lazer, devendo o empreendedor, no bojo do processo de licenciamento ambiental, locar claramente todas as áreas sobrepostas e discriminar as áreas sem a incidência de APP, destinadas exclusivamente para computo da Área Verde de Lazer, inclusive locando-as nas plantas apresentadas.

§ 4º Fica facultado ao loteador utilizar a área de Garantia de Cobertura Florestal prevista na Lei Federal nº 11.428/2006, sobrepondo-a a Área de Preservação Permanente estipulada na Lei Federal nº 12.651/2012, observadas as disposições desta Lei.

a) O quinhão de Garantia de Cobertura Florestal, nas condições deste artigo, poderá ser utilizada em no máximo 50% (cinquenta por cento) sobre a Área de Preservação Permanente eventualmente sobreposta.

b) Somente será aceita a condição prevista neste artigo, se a área de preservação permanente estiver ocupada por vegetação no estágio de

sucessão idêntico ou superior ao que se pretende garantir a cobertura florestal, esta condição deverá ser comprovada por meio de inventário florestal, nos termos da Resolução CONAMA, e estará sujeita a avaliação e análise do órgão ambiental.

c) Em todas as condições previstas neste artigo, deverá ser feita a averbação na matrícula do imóvel junto ao Registro de Imóveis competente, de que as áreas envolvidas compreendem a Garantia de Cobertura Florestal prevista na Lei Federal nº 11.428/2006, a ser realizado no ato do registro do parcelamento de solo.

d) Quando a área de preservação permanente for utilizada para os fins de sobreposição de Garantia de Cobertura Florestal, a respectiva proporção utilizada não será computada para todos os fins como área útil para apuração dos índices urbanísticos referentes aos percentuais mínimos destinados ao arruamento e equipamentos urbanos, e área de lazer.

Art. 10 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

Rodrigo Koenig França  
Procurador-Geral do Município

Manoel Felipe Boaventura  
Secretário de Governo

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 216/2019 - ALTERAÇÃO DO EDITAL

Publicação Nº 2214744

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 216/2019  
Edital de Tomada de Preços nº 018/2019-10430

### ALTERAÇÃO DO EDITAL

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Execução de passeios públicos (mão de obra).

Entrega dos envelopes: 21/11/2019 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 21/11/2019 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic4@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/2019

Publicação Nº 2215125

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 224/2019  
Edital de Pregão Presencial nº 008/2019-37941

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de materiais e artigos esportivos para a Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich.

Entrega dos envelopes: 18/11/2019 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 18/11/2019 - 14h30min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA CIRCUNSTANCIADA DA SESSÃO PÚBLICA - DIA 04/11/2019 - P.L. 028/2019 - PREGÃO PRESENCIAL 08/2019

Publicação Nº 2215870

ATA CIRCUNSTANCIADA DA SESSÃO PÚBLICA DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS

DATA:	04/11/2019
HORÁRIO:	13h30
LICITAÇÃO:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019
TIPO:	MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO:	Contratação de empresa para prestar serviços de segurança, vigilância desarmada e guarda de bens patrimoniais, conforme especificações constantes no edital de Pregão nº 08/2019 – Processo Licitatório nº 028/2019.

No dia e hora supramencionados, na sala do plenário da sede da Câmara Municipal de Indaial, realizou-se sessão pública para o recebimento

de propostas dos licitantes participantes para a licitação epígrafa, com a presença do Pregoeiro e Equipe de Apoio designada (Comissão Permanente de Licitação – Portaria 42/2017). Aberta a sessão, procedeu-se ao credenciamento, identificação dos representantes e recolhimento dos envelopes de proposta comercial (anexo II) e documentos de habilitação das empresas MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n. 05.913.862/0001-29, credenciado o senhor Carlos Alberto de Souza; ORBENK PARTICIPAÇÕES EIRELLI, inscrita no CNPJ n. 14.576.552/0001-57, credenciado o senhor Rafael Rodrigues Kreusch; VIGISOL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELLI, inscrita no CNPJ n. 799.929.774/0001-51, credenciado o senhor Nelson Paterno, presentes em sessão; e das empresas INTERCEPT SEGURANÇA LTDA., inscrita no CNPJ n. 08.282.615/0001-60, (sem representante credenciado); e EMPRESA PORTOLEGRENSE DE VIGILÂNCIA LTDA, inscrita no CNPJ n. 92.966.571/0003-65, (sem representante credenciado); ressaltando que as duas últimas empresas enviaram os envelopes pelo correio.

Verificou-se que as empresas estavam de acordo com as exigências do Edital, e, portanto, abertos os Envelopes de nº 1 (Proposta de Preços) das empresas participantes e, com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, o Pregoeiro suspendeu a sessão por 10 (dez) minutos para melhor analisar as propostas. Prosseguindo, o pregoeiro e equipe de apoio observaram que todas as propostas apresentaram divergências em relação aos percentuais da planilha de preços, porém, conforme determina o item 1.3 do Edital, a licitação será julgada pelo menor valor global. Assim, considerando o item 9.1.1 (julgamento), será acatado como correto o preço unitário mensal, devendo o vencedor readequar os percentuais da planilha conforme legislação vigente e condições exigidas no Edital. Ato contínuo, o pregoeiro questionou se há alguma objeção quanto ao estabelecido, e não havendo questionamentos, deu prosseguimento à sessão. Continuando, observou que a empresa MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA ficou desabilitada para a etapa de lances, uma vez que ultrapassou o percentual apresentado pela primeira colocada em 10%, conforme o item 8.2.4 do Edital. Ato contínuo, declarou classificadas as empresas: ORBENK PARTICIPAÇÕES EIRELLI, VIGISOL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELLI, INTERCEPT SEGURANÇA LTDA, e EMPRESA PORTOLEGRENSE DE VIGILÂNCIA LTDA, sendo que as últimas duas empresas declinaram da sua participação na etapa de lances por não estarem presentes. Ato contínuo o Pregoeiro perguntou se havia alguma objeção à proposta e, não havendo oposições, o pregoeiro iniciou a etapa de lances, e após, finalizada, declarou como classificada do Pregão (anexo relatório), a licitante:

Classificado	
Representantes/Fornecedores	Valor Total Mensal
ORBENK PARTICIPAÇÕES EIRELLI Rafael Rodrigues Kreusch	R\$17.180,00

Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro procedeu com a abertura dos envelopes de habilitação. Os documentos ali contidos foram verificados pelo pregoeiro e equipe de apoio. Após análise e conferência dos documentos, a comissão declarou CLASSIFICADA a proposta. Desta forma, o Pregoeiro declarou VENCEDORA a licitante ORBENK PARTICIPAÇÕES EIRELLI, que deverá encaminhar planilha de orçamento readequada, em dois dias úteis (até quarta-feira, dia 6/11), para o e-mail [licitacao@camaraindaial.sc.gov.br](mailto:licitacao@camaraindaial.sc.gov.br), a qual será enviada também aos demais participantes do pregão, por meio dos e-mails contidos nas propostas de preços. Prosseguindo, o pregoeiro observou que a manifestação de interesse de recurso fica prejudicada nesta data, conforme o item 10 do Edital, devendo ser considerado no prazo de 3 (três) dias para a interposição do recurso, contados do envio da Planilha de Orçamento atualizada, por parte da Administração. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante presente, para produza efeitos legais.

Jefferson José Carlini  
Pregoeiro

Fabiane de Oliveira Borges  
Membro da Equipe de Apoio

Lucas Nathaniel da Silva  
Membro da Equipe de Apoio

Luiz Fernando Surdi  
Membro da Equipe de Apoio

Maria Helena Theiss  
Membro da Equipe de Apoio

Andreia Cristina Nunes  
Membro da Equipe de Apoio

Representante da Empresa:

MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA  
Carlos Alberto de Souza

ORBENK PARTICIPAÇÕES EIRELLI  
Rafael Rodrigues Kreusch

VIGISOL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELLI  
Nelson Paterno

# Iomerê

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2019

Publicação Nº 2214812

#### MUNICÍPIO DE IOMERÊ

#### Edital de Pregão Presencial nº 41/2019

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 41/2019 para aquisição de gêneros alimentícios. A abertura das propostas se dará no dia 20/11/2019 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 04 de novembro de 2019.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

# Ipira

## PREFEITURA

### CONTRATO 155/2019-PMI

Publicação Nº 2215917

04/11/2019 04/11/2020 04/11/2019 2592 155/2019 0 1 "REF: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DA BANDA MARCIAL PROFESSOR MANTOVANI PARA O EVENTO DA NOITE DAS LANTERNAS 2019.

CONFORME CONTRATO Nº 155/2019-PMI" 1200,00 102943 TRANSPORTES SPAZZINI LTDA J 1 0 0 1594 36 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### CONTRATO 156/2019-PMI

Publicação Nº 2215920

04/11/2019 31/12/2019 04/11/2019 2019 66 2593 156/2019 0 1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de materiais (granitos, grades, portão metálico, janelas e telas) para o Centro Esportivo do Bairro dos Estudantes. 22825,00 101480 Sidnei Carlos de Mello ME J 1 155 2019 0 38 C 0 0 13 PR 39 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### CONTRATO 157/2019-PMI

Publicação Nº 2215927

04/11/2019 31/12/2019 04/11/2019 2019 66 2594 157/2019 0 1 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de materiais (granitos, grades, portão metálico, janelas e telas) para o Centro Esportivo do Bairro dos Estudantes. 3720,00 101910 VANIO LUIZ KIRST 03513896956 J 1 155 2019 0 38 C 0 0 13 PR 39 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### CONTRATOS 152 A 154/2019-PMI

Publicação Nº 2215915

04/11/2019 04/11/2020 04/11/2019 2019 64 2589 152/2019 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de material elétrico, para atender a realização do evento da Noite das Lanternas. 2591,50 102942 BMH MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA J 1 0 0 0 38 C 0 0 13 PR 38 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

04/11/2019 04/11/2020 04/11/2019 2019 64 2590 153/2019 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de material elétrico, para atender a realização do evento da Noite das Lanternas. 2984,00 102691 JV COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E DECORACOES LT J 1 0 0 0 38 C 0 0 13 PR 38 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

04/11/2019 04/11/2020 04/11/2019 2019 64 2591 154/2019 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de material elétrico, para atender a realização do evento da Noite das Lanternas. 2763,50 102941 SO LUZ COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS E HIDRAULIC J 1 0 0 0 38 C 0 0 13 PR 38 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

# Ipuacú

## PREFEITURA

### ERRATA CT PREF 143.2019

Publicação Nº 2214732

ERRATA AO CONTRATO PREF N.º 143 DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

CONTRATA EMPRESA PARA A MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE IPUAÇU-SC.

CONTRATADA: EFJ INSTALAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 11.354.002/0001-03.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 79/2019, Pregão Presencial Pref n.º 40/2019 e Ata de Registro de Preços n.º datada de 32/2019 de 24/10/2019.

OBJETO: É objeto do presente edital a Seleção de propostas para a Contratação de Empresa para a Manutenção e Instalação da Iluminação Pública no Perímetro Urbano e Rural do Município de Ipuacu-SC, através de Mão de Obra especializada e Fornecimento de Materiais Elétricos de iluminação pública, de acordo com as normas e especificações constantes no Anexo I – Termo de referência deste edital.

ONDE SE LIA: VALOR: de até R\$ 598.000,00 (quinhentos e noventa e oito reais).

VIGÊNCIA: é de 24 de outubro de 2019, e perdurará até a data de 24 de outubro de 2020.

LEIA-SE: VALOR: de até R\$ 598.000,00 (quinhentos e noventa e oito mil reais).

VIGÊNCIA: é de 24 de outubro de 2019, e perdurará até a data de 24 de outubro de 2020.



# Ipumirim

## PREFEITURA

### ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO-CREDENCIAMENTO Nº 03-2016-SERVIÇOS BANCÁRIOS/PM

Publicação Nº 2215818

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PARA A ABERTURA E O JULGAMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL, CREDENCIAMENTO - EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 03/2016.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove às nove horas, a comissão de licitação, reuniu-se para dar prosseguimento a Licitação supramencionada. Entretanto, apresentou-se para o credenciamento a empresa COOPERATIVA DE CREDITO,POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIÃO DE ESTADOS RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E MINAS GERAIS-SICREDI UNIESTADOS, neste ato sem representante presente. Ato continuo o Presidente da Comissão apresenta os envelopes da documentação de habilitação e proposta comercial, devidamente lacrados, que foram rubricados pela comissão de licitação. Dando continuidade ao embate licitatório foram abertos os envelopes da documentação e proposta, os quais foram abertos e conferidos pela Comissão de licitação. Em seguida a Comissão analisou a documentação e constatou que a empresa COOPERATIVA DE CREDITO,POUPANÇA E INVESTIMENTO UNIÃO DE ESTADOS RIO GRANDE DO SUL, SANTA CATARINA E MINAS GERAIS-SICREDI UNIESTADOS apresentou a documentação de habilitação e proposta comercial em conformidade com o edital, estando assim habilitada para as fases seguintes do certame. Comunica-se desta forma a empresa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata, que será assinada pela Comissão de licitação.

Laudecir Francio  
Pregoeiro

Jucilene Goldoni Caliar  
Equipe de apoio

### ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO-EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 02-2019-PM

Publicação Nº 2215835

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PARA A ABERTURA E O JULGAMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL, CREDENCIAMENTO - EDITAL DE CHAMAMENTO PUBLICO 02/2019.

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove às quatorze horas, a comissão de licitação reuniu-se para dar prosseguimento a Licitação supramencionada. Entretanto, apresentou-se para o credenciamento a empresa FORTINVEST EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, neste ato sem representante presente. Ato continuo o Presidente da Comissão apresenta os envelopes da documentação de habilitação e proposta comercial, devidamente lacrados, que foram rubricados pela comissão de licitação. Dando continuidade ao embate licitatório foram abertos os envelopes da documentação e proposta, os quais foram abertos e conferidos pela Comissão de licitação. Em seguida a Comissão analisou a documentação e constatou que a empresa FORTINVEST EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS apresentou a documentação de habilitação e proposta comercial em conformidade com o edital, estando assim habilitada para as fases seguintes do certame. Comunica-se desta forma a empresa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente ata, que será assinada pela Comissão de licitação.

Laudecir Francio  
Pregoeiro

Jucilene Goldoni Caliar  
Equipe de apoio

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 103-2019-SICREDI/PM

Publicação Nº 2215339

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 103/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2019, Processo de Licitação nº 89/2019, homologado em 25 de outubro de 2019.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de recebimento de documentos de arrecadação dos tributos e demais receitas municipais, adequadas ao padrão da FEBRABAN e tratamento, na forma prevista no termo de referência constante no Anexo I do





presente edital.

Valor: R\$ 1,80 (Um Real e Oitenta Centavos)

Assinatura: 25/10/2019 Vigência: 25/10/2024

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: COOPERATIVA DE CREDITO, POUP. E INVEST. -SICREDI U, situada na AVENIDA RIO BRANCO, Nº 02 C, BAIRRO: CENTRO, CIDADE DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 87.780.268/0044-01.

## **EXTRATO DE CONTRATO Nº 104-2019-NÚCLEO COMUNITÁRIO DE LINHA SALGADO/PM**

Publicação Nº 2215348

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 104/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019, Processo de Licitação nº 70/2019, homologado em 30 de outubro de 2019.

Objeto: O CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei Complementar Municipal Nº 161 de 17 de julho de 2017 e nos Termos do Edital de Concorrência Pública nº 1/2019 de 31 de julho de 2019, cede a CONCESSIONÁRIA, gratuitamente, o uso do imóvel situado na comunidade de LINHA SALGADO, para o fim precípuo de nele ser instalado e mantido a (sociedade).

Assinatura: 31/10/2019 Vigência: 31/10/2039

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: NÚCLEO COMUNITÁRIO DE LINHA SALGADO, situada na COMUNIDADE DE LINHA SALGADO, BAIRRO: RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.988.899/0001-81.

## **EXTRATO DE CONTRATO Nº 105-2019-SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA GRENAL-L. PROGRESSO/PM**

Publicação Nº 2215472

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 105/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019, Processo de Licitação nº 70/2019, homologado em 30 de outubro de 2019.

Objeto: O CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei Complementar Municipal Nº 161 de 17 de julho de 2017 e nos Termos do Edital de Concorrência Pública nº 1/2019 de 31 de julho de 2019, cede a CONCESSIONÁRIA, gratuitamente, o uso do imóvel situado na comunidade de LINHA PROGRESSO, para o fim precípuo de nele ser instalado e mantido a (sociedade).

Assinatura: 31/10/2019 Vigência: 31/12/2039

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA GRENAL, situada na LINHA PROGRESSO, BAIRRO: RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.403.697/0001-90.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 106-2019-CLUBE DE IDOSOS ESPERANÇA DE BONITO/PM**

Publicação Nº 2215474

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 106/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019, Processo de Licitação nº 70/2019, homologado em 30 de outubro de 2019.

Objeto: O CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei Complementar Municipal Nº 161 de 17 de julho de 2017 e nos Termos do Edital de Concorrência Pública nº 1/2019 de 31 de julho de 2019, cede a CONCESSIONÁRIA, gratuitamente, o uso do imóvel situado na comunidade de LINHA BONITO, para o fim precípuo de nele ser instalado e mantido a (sociedade).

Assinatura: 31/10/2019 Vigência: 31/10/2039  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CLUBE DE IDOSOS ESPERANÇA DE BONITO, situada na LINHA BONITO, BAIRRO: RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.833.880/0001-75.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 107-2019-SOCIEDADE ESP. E RECREAT. INTERNACIONAL-DOIS IRMÃOS/PM**

Publicação Nº 2215477

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 107/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019, Processo de Licitação nº 70/2019, homologado em 30 de outubro de 2019.

Objeto: O CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei Complementar Municipal Nº 161 de 17 de julho de 2017 e nos Termos do Edital de Concorrência Pública nº 1/2019 de 31 de julho de 2019, cede a CONCESSIONÁRIA, gratuitamente, o uso do imóvel situado na comunidade de LINHA DOIS IRMÃOS, para o fim precípuo de nele ser instalado e mantido a (sociedade).

Assinatura: 31/10/2019 Vigência: 31/10/2039  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: SOCIEDADE ESP. E RECREAT.INTERNACIONAL, situada na DOIS IRMAOS, BAIRRO: RURAL , cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.364.677/0001-10.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 108-2019-NUCLEO COMUNITÁRIO DE LINHA CORDILHEIRA/PM**

Publicação Nº 2215480

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 108/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019, Processo de Licitação nº 70/2019, homologado em 30 de outubro de 2019.

Objeto: O CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei Complementar Municipal Nº 161 de 17 de julho de 2017 e nos Termos do Edital de Concorrência Pública nº 1/2019 de 31 de julho de 2019, cede a CONCESSIONÁRIA, gratuitamente, o uso do imóvel situado na comunidade de LINHA CORDILHEIRA, para o fim precípuo de nele ser instalado e mantido a (sociedade).

Assinatura: 31/10/2019 Vigência: 31/10/2039  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: NUCLEO COMUNITÁRIO DE LINHA CORDILHEIRA, situada na LINHA CORDILHEIRA, BAIRRO: RURAL , CIDADE DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.077.956/0001-91.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 109-2019-CLUBE DE MÃES IMACULADA CONCEIÇÃO-LAJEADO LAMBEDOR/PM**

Publicação Nº 2215481

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 109/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019, Processo de Licitação nº 70/2019, homologado em 30 de outubro de 2019.

Objeto: O CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei Complementar Municipal Nº 161 de 17 de julho de 2017 e nos Termos do Edital de Concorrência Pública nº 1/2019 de 31 de julho de 2019, cede a CONCESSIONÁRIA, gratuitamente, o uso do imóvel situado na comunidade de LAJEADO LAMBEDOR, para o fim precípuo de nele ser instalado e mantido a (sociedade).

Assinatura: 31/10/2019 Vigência: 31/10/2039  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CLUBE DE MAES IMACULADA CONCEIÇÃO, situada na LAJEADO LAMBEDOR, BAIRRO: RURAL, CIDADE DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.131.010/0001-66.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 110-2019-ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO PEDRA BRANCA/PM**

Publicação Nº 2215482

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 110/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019, Processo de Licitação nº 70/2019, homologado em 30 de outubro de 2019.

Objeto: O CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei Complementar Municipal Nº 161 de 17 de julho de 2017 e nos Termos do Edital de Concorrência Pública nº 1/2019 de 31 de julho de 2019, cede a CONCESSIONÁRIA, gratuitamente, o uso do imóvel situado na comunidade de LINHA PEDRA BRANCA, para o fim precípuo de nele ser instalado e mantido a (sociedade).

Assinatura: 31/10/2019 Vigência: 31/10/2039  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIO PEDRA BRANCA, situada na LINHA PEDRA BRANCA, BAIRRO: RURAL, CIDADE DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.105.984/0001-87.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 111-2019-SOCIEDADE ESP. E RECREATIVA ESTRELA DO SUL DE LAJEADO MANSO/PM**

Publicação Nº 2215488

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 111/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019, Processo de Licitação nº 70/2019, homologado em 30 de outubro de 2019.

Objeto: O CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei Complementar Municipal Nº 161 de 17 de julho de 2017 e nos Termos do Edital

de Concorrência Pública nº 1/2019 de 31 de julho de 2019, cede a CONCESSIONÁRIA, gratuitamente, o uso do imóvel situado na comunidade de LAJEADO MANSO, para o fim precípuo de nele ser instalado e mantido a (sociedade).

Assinatura: 31/10/2019 Vigência: 31/10/2039  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: SOCIEDADE ESP. E RECREATIVA ESTRELA DO SUL DE LAJ., situada na LAJEADO MANSO, S/N, BAIRRO: RURAL, CIDADE DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.060.542/0001-85.

## **EXTRATO DE CONTRATO Nº 112-2019-SOCIEDADE ESP. E RECREATIVA ESTRELA DO SUL DE LAJEADO MANSO/PM**

Publicação Nº 2215496

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 112/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019, Processo de Licitação nº 70/2019, homologado em 30 de outubro de 2019.

Objeto: O CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei Complementar Municipal Nº 161 de 17 de julho de 2017 e nos Termos do Edital de Concorrência Pública nº 1/2019 de 31 de julho de 2019, cede a CONCESSIONÁRIA, gratuitamente, o uso do imóvel situado na comunidade de LAJEADO MANSO, para o fim precípuo de nele ser instalado e mantido a (sociedade).

Assinatura: 31/10/2019 Vigência: 31/10/2039

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: SOCIEDADE ESP. E RECREATIVA ESTRELA DO SUL DE LAJEADO MANSO, situada na COMUNIDADE DE LAJEADO MANSO, S/N, BAIRRO: RURAL, CIDADE DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.060.542/0001-85.

## **EXTRATO DE CONTRATO Nº 113-2019-CLUBE DE MÃES DE ENCRUZILHADA/PM**

Publicação Nº 2215499

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 113/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019, Processo de Licitação nº 70/2019, homologado em 30 de outubro de 2019.

Objeto: O CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei Complementar Municipal Nº 161 de 17 de julho de 2017 e nos Termos do Edital de Concorrência Pública nº 1/2019 de 31 de julho de 2019, cede a CONCESSIONÁRIA, gratuitamente, o uso do imóvel situado na comunidade de LINHA ENCRUZILHADA, para o fim precípuo de nele ser instalado e mantido a (sociedade).

Assinatura: 31/10/2019 Vigência: 31/10/2039

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CLUBE DE MAES ENCRUZILHADA, situada na COMUNIDADE DE ENCRUZILHADA, BAIRRO: RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.106.142/0001-38.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 114-2019-NÚCLEO COMUNITÁRIO DE BARRA NOVA/PM**

Publicação Nº 2215502

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 114/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019, Processo de Licitação nº 70/2019, homologado em 30 de outubro de 2019.

Objeto: O CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei Complementar Municipal Nº 161 de 17 de julho de 2017 e nos Termos do Edital de Concorrência Pública nº 1/2019 de 31 de julho de 2019, cede a CONCESSIONÁRIA, gratuitamente, o uso do imóvel situado na comunidade de LINHA BARRA NOVA, para o fim precípuo de nele ser instalado e mantido a (sociedade).

Assinatura: 31/10/2019 Vigência: 31/10/2039  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: NÚCLEO COMUNITÁRIO DE BARRA NOVA, situada na LINHA BARRA NOVA, BAIRRO: RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.041.379/0001-64.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 115-2019-CLUBE DE MÃES SANTA LUZIA DE DOIS IRMÃOS/PM**

Publicação Nº 2215508

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 115/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019, Processo de Licitação nº 70/2019, homologado em 30 de outubro de 2019.

Objeto: O CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei Complementar Municipal Nº 161 de 17 de julho de 2017 e nos Termos do Edital de Concorrência Pública nº 1/2019 de 31 de julho de 2019, cede a CONCESSIONÁRIA, gratuitamente, o uso do imóvel situado na comunidade de DOIS IRMÃOS, para o fim precípuo de nele ser instalado e mantido a (sociedade).

Assinatura: 31/10/2019 Vigência: 31/10/2039  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CLUBE DE MÃES SANTA LUZIA DE DOIS IRMÃOS, situada na LINHA DOIS IRMÃOS, BAIRRO: RURAL, CIDADE DE IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.131.018/0001-22.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 116-2019-SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA GUARANI-ALTO CAPITÃO/PM**

Publicação Nº 2215513

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 116/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019, Processo de Licitação nº 70/2019, homologado em 30 de outubro de 2019.

Objeto: O CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei Complementar Municipal Nº 161 de 17 de julho de 2017 e nos Termos do Edital de Concorrência Pública nº 1/2019 de 31 de julho de 2019, cede a CONCESSIONÁRIA, gratuitamente, o uso do imóvel situado na comunidade de ALTO CAPITÃO, para o fim precípuo de nele ser instalado e mantido a (sociedade).

Assinatura: 31/10/2019 Vigência: 31/10/2039  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA GUARANI, situada na LINHA ALTO CAPITÃO, BAIRRO: RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.434.448/0001-25.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 117-2019-ASSOC. CULTURAL ESPORTIVA E RECREAT. -SERRA ALTA/PM**

Publicação Nº 2215519

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 117/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019, Processo de Licitação nº 70/2019, homologado em 30 de outubro de 2019.

Objeto: O CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei Complementar Municipal Nº 161 de 17 de julho de 2017 e nos Termos do Edital de Concorrência Pública nº 1/2019 de 31 de julho de 2019, cede a CONCESSIONÁRIA, gratuitamente, o uso do imóvel situado na comunidade de SERRA ALTA, para o fim precípuo de nele ser instalado e mantido a (sociedade).

Assinatura: 31/10/2019 Vigência: 31/10/2039

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: ASSOC. CULTURAL ESPORTIVA E RECREAT. SERRA ALTA, situada na SERRA ALTA, BAIRRO: RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.912.652/0001-31.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 118-2019-CLUBE DE MÃES RAINHA DO LAR DE LINHA ÁUREA/PM**

Publicação Nº 2215520

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 118/2019

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2019, Processo de Licitação nº 70/2019, homologado em 30 de outubro de 2019.

Objeto: O CONCEDENTE, devidamente autorizado pela Lei Complementar Municipal Nº 161 de 17 de julho de 2017 e nos Termos do Edital de Concorrência Pública nº 1/2019 de 31 de julho de 2019, cede a CONCESSIONÁRIA, gratuitamente, o uso do imóvel situado na comunidade de LINHA ÁUREA, para o fim precípuo de nele ser instalado e mantido a (sociedade).

Assinatura: 31/10/2019 Vigência: 31/10/2039

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CLUBE DE MÃES RAINHA DO LAR DE LINHA ÁUREA, situada na COMUNIDADE DE LINHA ÁUREA, BAIRRO: RURAL, cidade de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.447.833/0001-03.

# Iraceminha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PL 063/2019 IL 06/2019

Publicação Nº 2216189

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2019  
INEXIGIBILIDADE/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2019

Objeto: O presente Chamamento Público se destina a selecionar organizações da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria, em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), cujo objetivo é a seleção de propostas com valor máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) para a consecução de Atividade de Fomento a entidades esportivas do Município de Iraceminha - SC. A presente licitação será regida pelas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e edital completo poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (0xx49) 3665 3200. Os documentos de habilitação e propostas poderão ser entregues a partir do dia 05 de novembro de 2019 até dia 05 de dezembro de 2019. Iraceminha (SC), 05 de Novembro de 2019. JEAN CARLOS NYLAND – Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 273/2019, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215815

PORTARIA Nº 273/2019, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 087/2018 e Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Tratamento de Saúde por 15 (cinco) dias, a Sra. CLAIR BOLFE TUMELEIRO, funcionária efetiva no cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horária de 20 horas semanais e contratada em Caráter Temporário (ACT) conforme Classificação do Teste Seletivo 001/2019 para atuar como PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horária de 20 horas semanais, lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes. Com data retroativa de 30/10/2019, conforme atestado médico.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 04 de Novembro de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### PORTARIA Nº 274/2019, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215820

PORTARIA Nº 274/2019, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 087/2018 e Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a Sra. CASSIANE BERTÓ, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, 40hs com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 01/11/2019 a 28/02/2020. Conforme atestado médico.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 04 de Novembro de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.



**PORTARIA Nº 275/2019, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215823

PORTARIA Nº 275/2019, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 087/2018 e Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

**RESOLVE:**

Art.1º - CONCEDER LICENÇA PATERNIDADE, nos termos do art. 124º, SEÇÃO VIII, da Lei Complementar nº 086/2018, de 17 de dezembro de 2018, no prazo de 05 (CINCO) dias, ao Servidor Público Municipal Sr. FABRICIO FARIAS, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM INFORMATICA, 40 horas semanais, com Lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda. Com data retroativa de 01/11/2019.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 04 de Novembro de 2019.  
JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

**PORTARIA Nº 276/2019, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215826

PORTARIA Nº 276/2019, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 087/2018 e Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

**RESOLVE:**

Art.1º - NOMEAR, o Sr. WILLIAN FINK, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO I, com carga horária de 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Saúde. A PARTIR DESTA DATA.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 04 de Novembro de 2019.  
JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

**PORTARIA Nº 277/2019, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215828

PORTARIA Nº 277/2019, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 087/2018 e Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

**RESOLVE:**

Art.1º - ALTERA NOMEAÇÃO do Sr. GUSTAVO LUIZ DRESCHER, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR GERAL, com carga horária de 40 horas semanais, responsável pelo setor de TESOURARIA, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 04 de Novembro de 2019.  
JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.



**PORTARIA Nº 278/2019, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215829

PORTARIA Nº 278/2019, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 087/2018 e Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

**RESOLVE:**

Art.1º - DESIGNAR, o Sr. GUSTAVO LUIZ DRESCHER, ocupante do cargo de DIRETOR GERAL, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, para responder pelo expediente da TESOURARIA, com poderes para assinar cheques da Prefeitura Municipal de Iraceminha e de seus Fundos, bem como praticar os demais atos necessários ao exercício da função, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 04 de Novembro de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

**PORTARIA Nº 279/2019, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215830

PORTARIA Nº 279/2019, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

**RESOLVE:**

CONCEDER férias regulamentares pelo período de 30 dias, a Servidora Pública Municipal, Sra. DAIANE STUCHI, funcionária efetiva no cargo de FISIOTERAPEUTA, 20 horas, no período de 04 DE NOVEMBRO A 03 DE DEZEMBRO 2019, referente ao período aquisitivo de 13/02/2018 A 12/02/2019.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 04 de Novembro de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

**DECRETO 074 2019**

Publicação Nº 2214794

**DECRETO Nº 000074/19 de 30 de Outubro de 2019**

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentaria e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA - ESTADO DE SANTA CATARINA no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 90 da Lei Orgânica Municipal de 05 Julho de 1990 e o que determina o Art. 7º da Lei Municipal nº de 001396/18 de (Orçamento Público Municipal)

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica autorizada a Movimentação Orçamentaria no valor de R\$ 91.750,00 conforme discriminado a seguir

**03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRACAO E FAZENDA****03.05 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

030504.123.10022.011 Atividades do Departamento de Contabilidade  
3.1.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 11.400,00

**03.08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO GERAL**

030804.122.10022.016 Atividades da Casa da Cidadania  
3.1.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 3.000,00  
030804.122.10022.007 Atividades da Administração Geral  
4.4.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 6.100,00

**04.00 - SECRET MUN EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO****04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

040112.365.10032.033 Manutenção do Ensino Infantil  
3.1.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 7.250,00

**04.02 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL**

040212.361.10032.040 Manutenção do transporte escolar  
3.1.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 20.000,00

**04.06 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES**

040627.812.10052.044 Manutenção do Departamento de Esportes  
4.4.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 16.000,00

**05.00 - SECRET MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****05.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**

050120.606.10122.045 Manutenção da Secretaria de Agricultura  
3.1.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 20.000,00  
050120.606.10122.047 Manutenção dos Serviços da Patrulha Mecanizada  
3.1.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 5.000,00

**09.00 - SECRETARIA MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO****09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

090108.244.10082.026 Manutenção e coordenação do órgão gestor de Assistência Social  
3.1.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 3.000,00

**Art. 2º** - Os recursos para atender a movimentação de dotação orçamentaria acima especificado, decorrerá da anulação da seguinte dotação

**03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRACAO E FAZENDA****03.08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO GERAL**

030804.122.10022.007 Atividades da Administração Geral  
3.1.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 6.100,00

**03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRACAO E FAZENDA****03.08 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO GERAL**

030804.122.10022.016 Atividades da Casa da Cidadania

3.3.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 3.000,00

**03.05 - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE**

030504.123.10022.011 Atividades do Departamento de Contabilidade

3.3.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 11.400,00

**04.00 - SECRET MUN EDUCACÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO****04.06 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES**

040627.812.10052.044 Manutenção do Departamento de Esportes

3.1.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 5.500,00

040627.812.10052.044 Manutenção do Departamento de Esportes

3.3.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 10.500,00

**04.02 - DEPARTAMENTO DE EDUCACÃO FUNDAMENTAL**

040212.361.10032.040 Manutenção do transporte escolar

3.3.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 20.000,00

**04.01 - DEPARTAMENTO DE EDUCACÃO INFANTIL**

040112.365.10032.033 Manutenção do Ensino Infantil

3.3.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 7.000,00

040112.365.10032.033 Manutenção do Ensino Infantil

4.4.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 250,00

**05.00 - SECRET MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE****05.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**

050120.606.10122.047 Manutenção dos Serviços da Patrulha Mecanizada

3.3.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 5.000,00

050120.606.10122.045 Manutenção da Secretaria de Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 20.000,00

**09.00 - SECRETARIA MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO****09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

090108.244.10082.026 Manutenção e coordenação do órgão gestor de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.000000 Aplicacoes Diretas 3.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Iraceminha (SC), 30 de Outubro de 2019**

\_\_\_\_\_  
**JEAN CARLOS NYLAND**

**Prefeito Municipal**

**Registrado e publicado em data supra**

**EVANDRO JOAO RAUBER**

**Secretário de Administração e Fazenda**

# Irani

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR N. 109/2019

Publicação Nº 2215265

LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR 029/2007 QUE "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO".

MARCELO PEGORARO, Prefeito em Exercício de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Os incisos VI e VII, do artigo 2º, da Lei Complementar 029/2007, passam a conter a seguinte redação:

Art. 2º. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

(...)

VI – para substituição temporária de servidores:

a) nos casos das licenças e afastamentos, previstos na Lei que institui o estatuto dos servidores públicos municipais, exceto na hipótese de concessão de licença para tratar de assuntos particulares;

b) nos casos de substituição de titular do cargo de Professor, quando este estiver em exercício de cargo em comissão, de direção de escola ou creche ou de secretário escolar;

c) no caso de férias de servidor efetivo, mediante justificativa de impossibilidade de manutenção da continuidade do serviço durante o afastamento do titular;

VII - admissão de profissional do magistério especializado para atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais, nos termos da legislação, matriculadas regularmente na rede municipal de ensino.

Art. 2º - Fica alterado o artigo 3º, da Lei Complementar 029/2007, o qual passam a conter a seguinte redação:

Art. 3º. O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo de provas ou provas e títulos sujeito à ampla divulgação.

§ 1º. A contratação para atender às necessidades decorrentes de assistência à situações de calamidade pública ou combate a surtos epidêmicos, prescindirá de processo seletivo, contudo não dispensa a comprovação de habilitação mínima correspondente a cada cargo

§2º. Para resguardar a continuidade do serviço público, caso a urgência na contratação não possa aguardar o prazo necessário para a deflagração de processo seletivo, a seleção deverá se dar através de chamada pública, cujo edital simplificado deverá ser publicado pela Administração, dando-se a seleção através da análise curricular dos candidatos inscritos, devendo a pontuação ser gradativa e considerar os seguintes títulos:

I – Graduação na área específica

II – Pós-graduação lato sensu na área específica ou afim

III – Mestrado na área específica ou afim

IV – Doutorado na área específica ou afim

V – Maior tempo de serviço na área específica ou afim, exercido na iniciativa pública ou privada, devidamente comprovados

§3º. Revogado.

Art. 3º. Fica alterado o inciso III, §1º, §2º, §3º e §4º, do artigo 4º, da Lei Complementar 029/2007, que passam a conter a seguinte redação:

Art. 4º. As contratações serão feitas por tempo determinado e improrrogável, observados os seguintes prazos máximos:

III - até a realização de concurso público, no caso do inciso V do art. 2º;

§ 1º. Revogado.

§2º. O prazo máximo da contratação, na hipótese prevista no inciso III, é de dois anos contados da data da vacância do cargo, vedada a prorrogação do contrato ou nova contratação para a mesma finalidade.

§ 3º. O prazo máximo da contratação, na hipótese prevista no inciso IV do art. 2º desta lei, é de um ano, prorrogável por mais um.

§ 4º. Na admissão, nos termos desta Lei, a jornada de trabalho será a prevista para a contratação do servidor em caráter efetivo.

Art. 3º. O parágrafo único do artigo 6º, da Lei Complementar 029/2007, passam a conter a seguinte redação:

Art. 6º. (...)

Parágrafo único. Na admissão de Professor para atendimento às disposições previstas no art. 2º, IV, V e VI, desta Lei, não houver a possibilidade de contratar profissional habilitado às funções de docência, a remuneração do contratado será o equivalente a 80% (oitenta por cento), do valor do vencimento inicial estabelecido para o "professor categoria nível superior, nível base, referencia base", nos termos da legislação que estabelece o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira do Magistério Público, (LC 001/1998).

§4º. Os parágrafos único do artigo 1º e 2º, 10, da Lei Complementar 029/2007, passam a conter a seguinte redação

§ 1º. A extinção do contrato, nos casos do inciso II, será comunicada com antecedência mínima de trinta dias, sob pena de o valor referente ao saldo de salário a ser pago ser convertido em indenização ao município.

§ 2º. A extinção antecipada do contrato, por iniciativa da Administração, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente a 1/3 (um terço) do que lhe caberia referente ao restante do contrato. A exoneração realizada por força de decisão judicial ou em face de preenchimento da vaga por concurso público dispensa o município do pagamento da indenização.

Art. 4º. Essa lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registrado e Publicado na Secretaria de Administração e Gestão em 04/11/2019.

Irani/SC, 04 de Novembro de 2019.

MARCELO PEGORARO

Prefeito em Exercício

# Irati

## PREFEITURA

### **PREGÃO Nº 051/2019-PMI - REFERENTE A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI/SC**

Publicação Nº 2215201

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 096/2019

Processo Licitatório Nº 096/2019

Edital: Pregão Presencial Nº 051/2019

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: REFERENTE A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 20.11.2019

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 20.11.2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, ramal 213, pelo site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br), ou ainda por meio do e-mail: [irati@irati.sc.gov.br](mailto:irati@irati.sc.gov.br)

Irati – SC, 04 de novembro de 2019.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2019 - FMS

Publicação Nº 2214987

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

4º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 04/2019, de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Walendowsky & Cia Ltda.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliada a Avenida 22 de Julho, nº. 22, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, e a empresa Walendowsky & Cia Ltda - ME, estabelecida na Rua Alberto Muller, nº 4980, Bairro Limeira, Município de Brusque, Estado de Santa Catarina, CNPJ 73.387.557/0001-09, pelo seu representante, Sr. Ivan José Walendowsky, inscrito no CPF sob nº 072.781.529-68 e RG 914.380 SSI/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1652/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 06/2019, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes, tem justo e aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 04/2019, de acordo com o parecer contábil do Senhor Julio Cesar Quadros – CRC/SC 038851/O-8, parecer jurídico da Senhora Ana Maria Onevetch – OAB/SC 45.815- A, e deferido pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, em 03 de outubro de 2019, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 04/2019.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 2.795,85 (dois mil setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e cinco centavos), conforme abaixo discriminado:

Item 01: óleo Diesel S10 – 19.969,95 litros – valor anterior R\$ 3,39 Total R\$ 67.698,13 – valor reajustado R\$ 3,53 – valor total: R\$ 70.493,92, sendo o valor aditivado de R\$ 2.795,85. CLAUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis, 07 de outubro de 2019.

GISELI KEMPINSKI  
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

IVAN JOSÉ WALENDOWSKY  
WALENDOWSKI & CIA LTDA ME

Testemunhas:

Nome: Géssica Greschechen CPF: 072.218.599-57	Nome: Josilaine Montoski CPF: 081.276.439-04
--	---



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2019 - PM**

Publicação Nº 2214949

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

4º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 17/2019, de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Walendowsky & Cia Ltda.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Lademir Fernando Arcari, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Secretário da Administração, residente e domiciliado a Rua Paraná, 655, no Centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 513.968.909-04 e portador da cédula de identidade n.º 25/R 1.512.462-SSP/SC, de acordo com a Portaria nº 123/2017, e a empresa Walendowsky & Cia Ltda - ME, estabelecida na Rua Alberto Muller, nº 4980, Bairro Limeira, Município de Brusque, Estado de Santa Catarina, CNPJ 73.387.557/0001-09, pelo seu representante, Sr. Ivan José Walendowsky, inscrito no CPF sob nº 072.781.529-68 e RG 914.380 SSI/SC, infra-assinado, doravante denominada PROMITENTE FORNECEDORA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/00 e Decreto Municipal nº 1652/2007 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº 02/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, conforme consta do Processo Licitatório nº 06/2019, modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecendo as disposições da Lei Federal 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes, tem justo e aditado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada e Clausula Oitava da Ata de Registro de Preços nº 17/2019, de acordo com o parecer contábil do Senhor Julio Cesar Quadros – CRC/SC 038851/O-8, parecer jurídico da Senhora Ana Maria Onevetch – OAB/SC 45.815- A, e deferido pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, em 03 de outubro de 2019, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº. 17/2019.

**CLAUSULA SEGUNDA**

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 50.991,24 (cinquenta mil novecentos e noventa e um reais e vinte e quatro centavos), conforme abaixo discriminado:

Item 01: óleo Diesel S10 – 249.645,98 litros – valor anterior R\$ 3,39 Total R\$ 846.299,87 – valor reajustado R\$ 3,53 – valor total: R\$ 881.250,31, sendo o valor aditivado de R\$ 34.950,44.

Item 03: óleo Diesel Comum S500 – 123.390,82 litros – valor anterior R\$ 3,32 Total R\$ 409.657,53 – valor reajustado R\$ 3,45 – valor total: R\$ 425.698,33, sendo o valor aditivado de R\$ 16.040,80. **CLAUSULA TERCEIRA**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento contratual.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis, 07 de outubro de 2019.

LADEMIR FERNANDO ARCARI  
SECRETARIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

IVAN JOSÉ WALENDOWSKY  
WALENDOWSKI & CIA LTDA ME

Testemunhas:

Nome: Géssica Greschechen CPF: 072.218.599-57	Nome: Josilaine Montoski CPF: 081.276.439-04
--	---

**CONTRATO Nº 22/2019 - FMS**

Publicação Nº 2214967

CONTRATO Nº 22/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 43/2016  
PREGÃO PRESENCIAL No. 13/2016

3º Termo Aditivo ao Contrato de fornecimento nº 25/2016 que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Senhora Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 798, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, a seguir denominada Contratante, e a empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Alameda Xingu, nº 512, andar 3 e 4, Bairro Alphaville Industrial, Município de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.740.876/0001-25, neste ato representada pelos senhores Julio Cesar Melo

Plum, portador do CPF nº 878.072.627-53, e RG nº 5.981.993-8 SSP/SP e Roberto Ribeiro Miranda, portador do CPF nº 410.244.191-34 e RG 997128 SSP/DF, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 43/2016, modalidade Pregão Presencial nº. 13/2016, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada na Cláusula Décima Primeira do Contrato nº. 55/2016, conforme ofício nº 801/2019 do Senhor Lademir Fernando Arcari, e deferido em 03 de outubro de 2019 pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência, até dia 02.10.2020.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e §1º, da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Oitava do Contrato nº 55/2016, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira do Contrato nº. 55/2016.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Pela execução do presente termo aditivo, a Contratante, pagará a Contratada o reajuste percentual de 4,67% referente ao INPC acumulado do período de Abril de 2018 a Março de 2019, conforme discriminado na tabela abaixo:

TABELA COM TOTAIS ESTIMADOS DE BENEFICIÁRIOS E VALORES					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
ÚNICO	FORNECIMENTO DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO	90	R\$ 238,47	R\$ 21.462,30	R\$ 257.547,60
PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)			0,01%		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA COM A INCIDÊNCIA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			R\$ 257.547,60 (duzentos e cinquenta e sete mil quinhentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos).		

#### CLAUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 03 de outubro de 2019.

GISELI KEMPINSKI

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

JULIO CESAR MELO PLUM

ROBERTO RIBEIRO MIRANDA

COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS

Testemunhas:

Nome: Gêssica Greschechen

Nome: Josilaine Montoski

CPF: 072.218.599-57

CPF: 081.276.439-04

### CONTRATO Nº 23/2019 - FMS

Publicação Nº 2214971

CONTRATO Nº 23/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2016

3º Termo Aditivo ao Contrato de Serviço de processamento de Dados nº 26/2016, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Olos Tecnologia Ltda EPP.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, CNPJ/MF n.º 06.089.125/0001-16, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 798, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, de ora em diante denominado de Contratante; de outro lado a empresa Olos Tecnologia Ltda EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 85.260.354/0001-28, com sede a rua Tufie Mahfud, nº 210, sala 301,303 e 304, Centro, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Alfredo Roeder Junior, sob o CPF nº 516.083.089-87 e RG nº 1.041.162-3 SSP/SC, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 05/2016, modalidade Pregão Presencial n.º 02/2016, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima do Contrato nº 26/2016, de acordo com o Ofício nº 738/2019, do Senhor Lademir Fernando Arcari – Secretário da Administração, e deferido em 09 de Setembro de 2019, pelo Senhor Juliano

Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até o dia 04/10/2020.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Facultado pelo artigo 65, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Sétima do Contrato nº 26/2016, o presente Termo Aditivo não sofrerá reajuste.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 05 de outubro de 2019.

GISELI KEMPINSKI GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	ALFREDO ROEDER JUNIOR OLOS TECNOLOGIA LTDA EPP
Contratante	Contratada
Testemunhas:	

Nome: Géssica Greschechen  
CPF: 072.218.599-57

Nome: Ivete Cardoso Fronczak  
CPF: 383.533.939-72

### CONTRATO Nº 24/2019 - FMS

Publicação Nº 2214975

CONTRATO Nº 24/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2016 - FMS  
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

3º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 28/2016, na Contratação de Empresa (Corretora e/ou seguradora), especializada para Prestação de Serviços na área de seguros de veículos que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a empresa Gente Seguradora S/A.

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Avenida 22 de julho, nº 1080, centro, neste município de Irineópolis, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Giseli Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 798, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, a seguir denominada Contratante, e de outro lado a empresa Gente Seguradora S/A, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 90.180.605/0001-02 com sede a rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Centro Histórico, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.020-060, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Wais, sob o CPF nº 632.005.380-15 e RG nº 7009036166 SSP/RS, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 07/2016, modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços n.º 01/2016 (FMS), pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo de aditado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Oitava do Contrato n.º 28/2016, de acordo com o Ofício nº 738/2019 do Senhor Lademir Fernando Arcari – Secretário da Administração, e deferido em 09 de setembro de 2019 pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até a partir do dia 27.10.2019 a 26.10.2020.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b c/c § 1º, da Lei nº 8.666/93, consolidada, e cláusula quarta do contrato nº 28/2016, adita-se o valor do objeto originariamente contratado. Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ 12.308,15 (Doze mil trezentos e oito reais e quinze centavos), conforme detalhamento a seguir:

Item	Período	Descrição	VALOR R\$
01	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Economy Flex – placas MHF 8723, ano de fabricação/modelo 2009/2010, chassi nº. 9BD15802AA6264904, código Renavam 134145682, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros). Bônus 2.	361,32

02	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Economy Flex – placas MHF 8903, ano de fabricação/modelo 2009/2010, chassi nº. 9BD15802AA6265898, código Renavam 134144724, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisa, laterais e traseiros). Bônus 2.	360,11
05	12 meses	Seguro de um veículo marca Iveco Fiat, modelo Daily 4912 Van (Ambulância) – placas MEH 0558, ano de fabricação/modelo 2004/2004, chassi nº. 93ZC4980148313980, Código Renavam 876200285, capacidade para 2,9 toneladas, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) Invalidez R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) e Cobertura de DMH (Despesas Médicas Hospitalares) R\$ 6.000,00 (Seis mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisa, laterais e traseiros). Bônus 2.	1.743,59
08	2 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Ducato MC Rontanamb – placas MID 7768, ano de fabricação/modelo 2010/2011, chassi nº. 93W245G34B2055641, Código Renavam 274364492, capacidade para 07 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) Invalidez R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) e Cobertura de DMH (Despesas Médicas Hospitalares) R\$ 6.000,00 (Seis mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisa, laterais e traseiros). Bônus 2.	1.743,59
09	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Ducato Adapta Ambulância - placas MHV 7015, ano de fabricação/modelo 2010/2011, chassi nº. 93W245H34B2053300, código Renavam 204651611, capacidade para 06 passageiros, 04 portas. Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) Invalidez R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) e Cobertura de DMH (Despesas Médicas Hospitalares) R\$ 6.000,00 (Seis mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisa, laterais e traseiros). Bônus 2.	1.743,58
11	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Way Economy – placas MKC 2713, ano de fabricação/modelo 2012/2013, chassi nº. 9BD15844AD6718912, código Renavam 468063757, capacidade para 05 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisa, laterais e traseiros). Bônus 2.	360,13
12	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat Doblo Attractiv 1.4 – placas MJM 7654, ano de fabricação/modelo 2012/2012, chassi nº. 9BD119707D1094536, código Renavam 471296490, capacidade para 07 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) Invalidez R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) e Cobertura de DMH (Despesas Médicas Hospitalares) R\$ 6.000,00 (Seis mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisa, laterais e traseiros). Bônus 0. Bônus 2.	375,74
14	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Way Economy – placas MLB 3468, ano de fabricação/modelo 2012/2013, chassi nº. 9BD15844AD6787694, código Renavam 504529030, capacidade para 05 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisa, laterais e traseiros). Bônus 2.	360,14
15	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Ducato Greencar MO1 – placas MKV 9096, ano de fabricação/modelo 2012/2013, chassi nº. 93W245H34D2103187, Código Renavam 490783864, capacidade para 13 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) Invalidez R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) e Cobertura de DMH (Despesas Médicas Hospitalares) R\$ 6.000,00 (Seis mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisa, laterais e traseiros). Bônus 2.	694,29



19	12 meses	Seguro de um veículo marca FIAT, modelo Uno Mille Way economy – placas MKG 0285, ano de fabricação/ modelo 2013/2013, chassi nº. 9BD15844AD6861154, Código Renavam 558837409, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros). Bônus 2.	360,11
20	12 meses	Seguro de um veículo marca FIAT, modelo Uno Mille Way Economy – Placas MKG 0425, ano de fabricação/ modelo 2013/2013, chassi nº. 9BD15844AD6862575, Código Renavam 558839487, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros). Bônus 2.	360,14
21	12 meses	Seguro de veículo marca FIAT, modelo Grand Siena Essence 1.6 – Placas MLF 1739, ano de fabricação/modelo 2014/2015, chassi nº 9BD197163F3234311, Código Renavam 1025420617, capacidade para 05 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) e Invalidez R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros). Bônus 2.	391,34
22	12 meses	Seguro de veículo marca FIAT, modelo Doblô Adventure Locker 1.8 – Placas MMD 4825, ano de fabricação/ modelo 2014/2014, chassi nº 9BD119409E1118182, Código do Renavam 1010498255, capacidade para 06 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros). Bônus 2.	505,87
23	12 meses	Seguro de veículo marca FIAT, modelo Doblô Adventure Locker 1.8 – Placas MMD 4965, ano de fabricação/ modelo 2014/2014, chassi nº 9BD119409E1118465, Código do Renavam 1010500675, capacidade para 06 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros). Bônus 2.	505,85
24	12 meses	Seguro de veículo marca RENAULT, modelo RT Sandero Authentique Flex 1.0 12v – Placas QIJ 9245, ano de fabricação/modelo 2017/2018, chassi nº 93Y5SRF84JJ864656, Código Renavam 1121640718, capacidade para 05 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) e Invalidez R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros). Bônus 2.	166,52
25	12 meses	Seguro de veículo Marca / Modelo I/RENAUT KANGOOKNIKS AMB Cor BRANCA Ano Fab / Mod 2017 / 2018 Tipo Ambulância, Combustível ALCOOL/GASOLINA - Placas QJI 3238 Renavam 01167405940 Chassi 8A1FC-2715JL118225. Cobertura Compreensiva VD R\$ 79.900,00 e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) Invalidez R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) e Cobertura de DMH (Despesas Médicas Hospitalares) R\$ 6.000,00 (Seis mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros).	1.769,59
26	12 meses	Seguro de veículo marca GM - CHEVROLET, modelo SPIN LTZ 1.8 8V ECONO,FLEX – Placas QJY 0613, ano de fabricação/modelo 2019/2019, chassi nº 9BGJC7520KB206106, Código Renavam 1188323528, capacidade para 05 passageiros, 07 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) e Invalidez R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas e guincho. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros). Bônus 2.	506,24
TOTAL R\$			12.308,15
(Doze mil trezentos e oito reais e quinze centavos)			

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis (SC), 28 de outubro de 2019.

Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis Giseli Kempinski	GENTE SEGURADORA S/A MARCELO WAIS
---	--------------------------------------

Testemunhas:	
--------------	--

Nome: Géssica Greschechen  
CPF: 072.218.599-57

Nome: Josilaine Montoski  
CPF: 081.276.439-04

## CONTRATO Nº 25/2019 - FMS

Publicação Nº 2214976

CONTRATO Nº 25/2019  
PROCESSO LICITATORIO Nº 08/2016  
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2016

3º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 29/2016, na Contratação de Prestação de Serviços na especialidade de neuropsiquiatria, que entre si celebram o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis e a Srª Mariane Wehmuth Furlan Eulálio.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, com sede à Avenida 22 de Julho, 1080, na Cidade de Irineópolis, Estado de Santa Catarina - CEP 89440-000, CNPJ nº 06.089.125/0001-16, neste ato representada pela Senhora Giseli Kempinski, no exercício de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado à Avenida 22 de Julho, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 037.800.599-59, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a Sra. Mariane Wehmuth Furlan Eulálio, residente a rua Dr. Goulin, nº 640, apto 54, bairro Juveve, Município de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CPF sob nº 315.720.088-73, RG nº 5.858.308-1, CRM/PR nº 25956, doravante designado(a) simplesmente "CONTRATADO(A)", têm justo e avençado o presente contrato de credenciamento, tudo de acordo com a legislação e Lei Federal nº 8.666/93 suas alterações e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo de Licitação nº. 06/2016, modalidade Credenciamento n.º 02/2016, Inexigibilidade nº 03/2016, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Oitava do Contrato nº. 29/2016, de acordo com o Ofício nº 738/2019 do Senhor Ladimir Fernando Arcari –Secretário da Administração, e deferido em 09 de setembro de 2019, pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência a partir do dia 27 de outubro de 2019 até o dia 26 de outubro de 2020.

### CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 28 de outubro de 2019.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS GISELI KEMPINSKI Contratante	MARIANE WEHMUTH FURLAN EULÁLIO Contratada/o
Testemunhas	

Nome: Géssica Greschechen  
CPF: 072.218.599-57

Nome: Josilaine Montoski  
CPF: 081.276.439-04

## CONTRATO Nº 72/2019 - PM

Publicação Nº 2214942

CONTRATO Nº 72/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 38/2016  
TOMADA DE PREÇOS N.º 19/2016

3º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços nº 54/2016 que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Vinicius Luiz Silva dos Santos 07696098640.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º

455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro a empresa Vinicius Luiz Silva dos Santos 07696098640, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 24.009.929/0001-40, com sede a rua Professora Amazônia, nº 1145, Centro, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Sr. Vinicius Luiz Silva dos Santos, brasileiro, engenheiro de minas com registro no CREA sob nº MG 0000143110D, portador do RG nº MG 14.087.850 IIMG, inscrito no CPF sob o nº 076.960.986-40, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 38/2016, modalidade TOMADA DE PREÇOS N.º 19/2016, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Nona do Contrato nº. 54/2016, de acordo com o Ofício nº 801/2019, do Senhor Lademir Fernando Arcari – Secretário da Administração, e deferido em 03 de outubro de 2019 pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 02/10/2020.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Facultado pelo artigo 65, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Quinta do Contrato nº 54/2017, o presente Termo Aditivo não sofrerá reajuste.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Permanecem inalteradas e plenamente válidas as demais cláusulas do contrato principal e seus aditivos.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis (SC), 03 de outubro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS	VINICIUS LUIZ SILVA DOS SANTOS 07696098640 VINICIUS LUIZ SILVA DOS SANTOS
Contratante	Contratada
Testemunhas:	

Nome: Géssica Greschechen  
CPF: 072.218.599-57

Nome: Josilaine Montoski  
CPF: 081.276.439-04

**CONTRATO Nº 73/2019 - PM**

Publicação Nº 2214944

CONTRATO Nº 73/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 43/2016  
PREGÃO PRESENCIAL No. 13/2016

3º Termo Aditivo ao Contrato de fornecimento nº 55/2016, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços.

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Publico Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, a seguir denominada Contratante, e a empresa Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Alameda Xingu, nº 512, andar 3 e 4, Bairro Alphaville Industrial, Município de Barueri, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.740.876/0001-25, neste ato representada pelos senhores Julio Cesar Melo Plum, portador do CPF nº 878.072.627-53, e RG nº 5.981.993-8 SSP/SP e Roberto Ribeiro Miranda, portador do CPF nº 410.244.191-34 e RG 997128 SSP/DF, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº. 43/2016, modalidade Pregão Presencial nº. 13/2016, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada na Cláusula Décima Primeira do Contrato nº. 55/2016, conforme ofício nº 801/2019 do Senhor Lademir Fernando Arcari, e deferido em 03 de outubro de 2019 pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência, até dia 02.10.2020.

**CLAUSULA SEGUNDA**

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e §1º, da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Cláusula Oitava do Contrato nº 55/2016, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Primeira do Contrato nº. 55/2016.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Pela execução do presente termo aditivo, a Contratante, pagará a Contratada o reajuste percentual de 4,67% referente ao INPC acumulado do período de Abril de 2018 a Março de 2019, conforme discriminado na tabela abaixo:



TABELA COM TOTAIS ESTIMADOS DE BENEFICIÁRIOS E VALORES					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO MENSAL	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR ANUAL ESTIMADO
01	FORNECIMENTO DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO	350	238,47	R\$ 83.464,50	R\$ 1.001.574,00
02	FORNECIMENTO DE CARTÕES ALIMENTAÇÃO (HOSPITAL MUNICIPAL)	11	238,47	R\$ 2.623,17	R\$ 31.478,04
PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)			0,01%		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA COM A INCIDÊNCIA DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO			R\$ 1.033.052,04 (um milhão trinta e três mil cinqüenta e dois reais e quatro centavos)		

**CLAUSULA TERCEIRA**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 03 de outubro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

JULIO CESAR MELO PLUM ROBERTO RIBEIRO MIRANDA  
COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES E SERVIÇOS

**Testemunhas:**

Nome: Géssica Greschechen  
CPF: 072.218.599-57

Nome: Josilaine Montoski  
CPF: 081.276.439-04

**CONTRATO Nº 74/2019 - PM**

Publicação Nº 2214946

CONTRATO Nº 74/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 51/2018  
TOMADA DE PREÇOS N.º 09/2018

1º Termo Aditivo ao Contrato de prestação de serviços nº 88/2018, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Unicasul – Consultores Associados S/S Ltda.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representada pelo Senhor Lademir Fernando Arcari, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Secretário da Administração, residente e domiciliado a Rua Paraná, 655, no Centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 513.968.909-04 e portador da cédula de identidade n.º 25/R 1.512.462-SSP/SC, de acordo com a Portaria nº 123/2017, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa Unicasul – Consultores Associados S/S Ltda, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.427.901/0001-03, com sede a rua Maestro Serafim Silva, nº 978, Bairro Coloninha, Município de Araranguá, Estado de Santa Catarina, CEP 88.900-000, neste ato representada pela Sra. Giovana Gaffuri Munaretto, sob o CPF nº 627.070.009-49 e RG 2.461.692-3, de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 51/2018, modalidade TOMADA DE PREÇOS N.º 09/2018, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Nona do Contrato nº. 88/2018, conforme Ofício nº 738/2019 de 05 de setembro de 2019 do Senhor Lademir Fernando Arcari, e deferido em 09 de setembro de 2019, pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 14/10/2020.

**CLAUSULA SEGUNDA**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 15 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS	UNICASUL – CONSULTORES ASSOCIADOS S/A LTDA
LADEMIR FERNANDO ARCARI	GIOVANA GAFFURI MUNARETTO
Contratante	Contratada
Testemunhas:	

Nome: Géssica Greschechen  
CPF: 072.218.599-57

Nome: Josilaine Montoski  
CPF: 081.276.439-04

**DECRETO Nº 3662**

Publicação Nº 2215631

DECRETO N º. 3.662/2019.

REVOGA OS EFEITOS DO DECRETO Nº 3.652/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar n º 007/2001, de 15/10/2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 3.652/2019 de 15/10/2018, que dispôs sobre a abertura de vaga para o emprego público de Médico ESF, no Concurso Público nº 02/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Irineópolis (SC), 01 de Novembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

# Itá

## PREFEITURA

### ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2019

Publicação Nº 2215106

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 071/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 038/2019 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e dezenove às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 005 de 07 de janeiro de 2019, senhor Pregoeiro Nereo Norberto Rostirolla, Silviane Carla Mertins e Julcimar Antonio Zotti, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº. 071/2019, Pregão Presencial nº. 038/2019, objetivando a aquisição de gás liquefeito de petróleo para manutenção das atividades dos departamentos e secretarias municipais. Apresentou envelopes de Proposta de Preço e Documentação a empresa DIRCEU LUIS RHODEN ME, neste ato, representada pelo Senhor Dirceu Luis Rhoden; A empresa cumpriu com os requisitos do edital para a fase de credenciamento. A empresa DIRCEU LUIS RHODEN ME comprovou a condição de ME, na fase de credenciamento. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que a empresa atendeu à disposição da Lei. Aberto o envelope de propostas de preços, conferidos, rubricados os documentos nele existente, e registrados no sistema COMPRAS; a proposta foi classificada para a fase de lances. Abertos os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrados os lances ficou classificado conforme segue, a empresa: DIRCEU LUIS RHODEN ME, se sagrou vencedora nos itens 01e 02 do edital com o valor total de R\$ 56.560,00 (cinquenta e seis mil quinhentos e sessenta reais). O critério de classificação foi o de menor preço por lance por item. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura do envelope de documentação da licitante vencedora do certame; O envelope foi aberto, os documentos nele contido foram rubricados pelo licitante presente, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; Da análise da documentação restou em HABILITAR a empresa por cumprir os requisitos do edital. O senhor Pregoeiro intima o Participante do certame a colocar na nota fiscal o número do processo e o número da ata de registro de preços e manter a regularidade das certidões negativas de débitos com a Municipalidade. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção de interpor recurso não houve manifestação; Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitante presente. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br) e entregue pessoalmente ao licitante presente.

Nereo Norberto Rostirolla  
Pregoeiro

Silviane Carla Mertins  
Equipe de Apoio

Julcimar Antonio Zotti  
Equipe de apoio

DIRCEU LUIS RHODEN ME  
Licitante

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02/2019

Publicação Nº 2215445

Portaria nº 362/2019, de 11 de Março de 2019, alterada pela Portaria nº 684/2019, de 07 de Agosto de 2019. Processo Administrativo instaurado em face à servidora I. L. M.. Dê-se ciência à servidora I. L. M.: Dia e hora: 04/11/2019 às 10h30min. PRESENÇA: Presidente: K. E. I. S.. Secretária: K. P. O.. Procurador Jurídico: C. O.. Agente Pública: Ausente sem justificativa. Advogada: Ausente. Testemunhas: Ausentes. Aberta a audiência, ausente a digna defensora, interessada, testemunha da defesa e referida, apesar de regularmente intimadas. Quanto a petição de fl. 317, solicitando, novamente, a redesignação dos depoimentos que serão colhidos na data de hoje, não há como se acatar o pedido. A data foi designada em audiência a pedido da defesa fl. 309, a fim da inquirição da testemunha da defesa e da referida. A interessada não se fazia presente, chegando apenas 20 min. após o ato. A indicação de que teria curso, não é motivo suficiente para designar nova data já alterada diversas vezes por requerimento da defesa. Aliado a isso, a autora deveria estar em atividade, já que a decisão afastamento foi revogada no dia 04/10/2019, fl. 266 ("Em relação ao afastamento preventivo, revoga-o determinando o seu retorno"). Referida decisão foi encaminhada por e-mail para a defesa (fl. 282v) e interessada (fl. 284v); foi publicado no diário oficial (fls. 287/288) e encaminhada por WhatsApp. Afora isso, a portaria que prorrogou os efeitos do afastamento sem prejuízo da remuneração, foi encaminhada em agosto para a interessada, a pedido desta (fl. 226). As audiências neste processo foram sempre designadas em horário de expediente a fim de possibilitar que todos os agentes públicos se fizessem presentes. Portanto, a informação de que teria curso não tem como ser acatada. Não foi apresentado certificado que dê conta do curso a ser realizado com a correlação com as atividades desenvolvidas pela requerente. Não se trata de curso disponibilizado pela Secretaria, mas sim, de particulares, em horário de expediente. Mais a mais, não é obrigatório a presença da interessada nos depoimentos, nem mesmo, no interrogatório, que será tido como direito constitucional ao silêncio, sem prejuízo. Em que pese toda a situação, a fim de que não se alegue eventual nulidade, designa-se nova data para coleta dos depoimentos da testemunha da defesa (Terezinha) e da referida (Odete), bem como o interrogatório para o dia 08/11/2019 às 10h30min. (sexta-feira). Pela ausência das servidoras públicas sem justificativa, determina-se sejam elas intimadas também para se manifestarem, por escrito, sob a ausência do comparecimento no dia 04/11/2015, sob pena de incorrem nas penas do art. 3º, VI, da Lei 34/2015 (opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço, bem como, deixar de atender as requisições e/ou comparecer às audiências designadas em processo administrativo disciplinar, sem justificativa plausível). Com ou sem a presença da interessada, testemunhas e defensor, os autos serão remetidos para alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias. Por fim, remeta-se ofício à Secretaria Municipal de Saúde a fim de responder o seguinte: (a) sobre o retorno da servidora Ivonete as atividades; (b) sobre a sua carga horária antes da suspensão de suas atividades, indicando-se o turno de prestação de serviço; (c) se o curso realizado durante o expediente pela servidora Ivonete faz parte daqueles disponibilizados pela Secretaria, ou se é decorrente de atividades particulares. E, para constar, eu P. o Digitei. E eu, K. P. O. o conferi. Itaiópolis, Santa Catarina, 04 de novembro de 2019. K. E. I. S. – Presidente. K. P. O. – Secretária. C. O. – OAB/SC 36.968. PROCURADORA: FABIANA GAUDENCIO BASCHERA OAB/SC 43.578

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2019

Publicação Nº 2215827

Extrato do contrato nº 49/2019. Dispensa de Licitação Nº 06/2019. Objeto: Solicitação de Dispensa de Licitação para Prestação de Serviços de Engenharia necessários para Elaboração de Projetos Arquitetônicos de Unidades de Saúde, Projeto de Prevenção e Combate a Incêndios, Projeto Hidrossanitário e Projeto Estrutural, Fornecimento de Orçamento, ARTs com taxa paga, Cronograma e Memorial Descritivo para a Localidade de Poço Claro e ESF Central da Secretaria Municipal da Saúde de Itaiópolis. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis. Contratada: Key Construction Soluções Rodoviárias Eireli. Valor R\$ 32.908,80. Vigência: 45 (quarenta e cinco) dias. Itaiópolis, 04/11/2019. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2019

Publicação Nº 2214943

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 162/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SOLDA, REPAROS EM COBERTURAS METÁLICAS, TELAS DE ARAME, GRADES E OUTRAS ESTRUTURAS METÁLICAS

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até 08h30min do dia 18/11/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fones (49) 3678-7714, (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 04 de novembro de 2019.

JOSÉ GILVANE LAUER

Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

### PORTARIA Nº 202/2019

Publicação Nº 2215304

PORTARIA Nº 202 de 04 de novembro de 2019.

Prorrogação de Processo Administrativo de Responsabilização e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

- a) Considerando a Portaria nº 120 de 02 de julho de 2019, que instaurou Processo Administrativo de Responsabilização para apurar fatos nela descrito;
- b) Considerando o esgotamento do prazo concedido para a apuração dos fatos;
- c) Considerando solicitação da comissão processante, aonde expõe a necessidade de mais prazo para a apuração dos fatos e as razões que justificam esta necessidade;

Resolve:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de apuração do Processo Administrativo de Responsabilização instaurado pela Portaria nº 120 de 02 de julho de 2019, nos termos Lei Municipal nº 3.153/2018, em cento e vinte dias contados da presente data.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos até 01/11/2019.

ITAPIRANGA – SC, 04 de novembro de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

### PORTARIA Nº 203/2019

Publicação Nº 2215308

PORTARIA Nº 203 de 04 de novembro de 2019.

Prorrogação de Processo Administrativo de Responsabilização e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

- a) Considerando a Portaria nº 121 de 02 de julho de 2019, que instaurou Processo Administrativo de Responsabilização para apurar fatos nela descrito;
- b) Considerando o esgotamento do prazo concedido para a apuração dos fatos;
- c) Considerando solicitação da comissão processante, aonde expõe a necessidade de mais prazo para a apuração dos fatos e as razões que justificam esta necessidade;

Resolve:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de apuração do Processo Administrativo de Responsabilização instaurado pela Portaria nº 121 de 02 de julho de 2019, nos termos Lei Municipal nº 3.153/2018, em cento e vinte dias contados da presente data.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos até 01/11/2019.

ITAPIRANGA – SC, 04 de novembro de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

## PORTARIA Nº 204/2019

Publicação Nº 2215311

PORTARIA Nº 204 de 04 de novembro de 2019.

Prorrogação de Processo Administrativo de Responsabilização e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

- a) Considerando a Portaria nº 122 de 02 de julho de 2019, que instaurou Processo Administrativo de Responsabilização para apurar fatos nela descrito;
- b) Considerando o esgotamento do prazo concedido para a apuração dos fatos;
- c) Considerando solicitação da comissão processante, aonde expõe a necessidade de mais prazo para a apuração dos fatos e as razões que justificam esta necessidade;

Resolve:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de apuração do Processo Administrativo de Responsabilização instaurado pela Portaria nº 122 de 02 de julho de 2019, nos termos Lei Municipal nº 3.153/2018, em cento e vinte dias contados da presente data.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos até 01/11/2019.

ITAPIRANGA – SC, 04 de novembro de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

## PORTARIA Nº 205/2019

Publicação Nº 2215312

Portaria nº 205 de 4 de novembro de 2019

O Prefeito em Exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 2/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder acréscimo de 5% (cinco por cento) incorporado no vencimento base, da servidora Vanda Rohden Neckel matrícula nº 12233/04, tendo em vista a conclusão de Pós Graduação em Gestão Escolar Integradora, em conformidade com o Art. 18 da Lei Complementar nº 2 de 20 de abril de 2006.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 4 de novembro de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

QUADRO DE VENCEDORES Nº 155/2019

Publicação Nº 2214697

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores

Pág 1 / 1



Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 155 / 2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO E PINTOR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS DAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE

Fornecedor: 482293 - ADEMIR DA SILVA					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
2	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PINTOR		HRS	4.000	21,95
Total por Fornecedor:					87.800,00
Fornecedor: 206547 - VM CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
1	SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTeiro E INSTALAÇÕES HIDRO-SANITARIAS.		HRS	5.000	26,00
3	SERVIÇOS DE AUXILIAR DE PEDREIRO		HRS	4.000	18,00
Total por Fornecedor:					202.000,00
Total Geral:					289.800,00

Resumo dos Fornecedor

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
482293 - ADEMIR DA SILVA	2	87.800,00
206547 - VM CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	1, 3	202.000,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-MC8FB-310554131 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

04/11/2019 08:02:11



# Itapoá

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 4175, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2216142

DECRETO MUNICIPAL Nº 4175, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Estabelece o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para o Biênio com início em 31 de outubro de 2019 até 31 de outubro de 2021.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, considerando o Ofício CMAS 022.2019, a Ata da Assembleia dos Trabalhadores SUAS 01.2019 de 04 de outubro de 2019, a Ata do Fórum de Entidades e Usuários da Assistência Social 2019 de 10 de outubro de 2019 e os ofícios de indicação das entidades, 112/2019 APAE e 007/2019 Rotary, os ofícios dos representantes governamentais 033/2019 SMAS, 281/2019 SME, 205/2019 SMS, 039/2019 SMA e 085/2019 SMTc e, solidariamente a Lei Municipal 761 de 05 de janeiro de 2018 alterada pela Lei Municipal 800 de 27 de agosto de 2018 e pela Lei Municipal 888 de 15 de julho de 2019,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para o Biênio com início em 31 de outubro de 2019 até 31 de outubro de 2021, que passa a ser constituída pelos seguintes membros:

#### I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

##### a) Secretaria Municipal de Assistência Social:

1. Claudia da Silva Barboza ..... Titular;
2. Bruna Daniele Piacentini ..... Suplente;

##### b) Secretaria Municipal de Saúde:

1. Scheila Aparecida Kziozek Pastuchak ..... Titular;
2. Eliana Frigo da Silva ..... Suplente;

##### c) Secretaria Municipal de Educação:

1. Iracema Marques Ferreirai ..... Titular;
2. Ivette Fonseca de Siqueira ..... Suplente;

##### d) Secretaria Municipal de Administração:

1. Roseli Itner ..... Titular;
2. Neuci Mormito Freire ..... Suplente;

##### e) Secretaria Municipal de Turismo e Cultura:

1. Gabriel Godoi da Silva ..... Titular;
2. Suellen Patrícia dos Santos ..... Suplente;

#### II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

##### a) Representantes de usuários da Assistência Social (1a cadeira):

1. Rejane de Fátima Faria Rypchinski ..... Titular;
2. Edite Elos Castro de Arruda ..... Suplente;

##### b) Representantes de usuários da Assistência Social (2a cadeira):

3. Narzarino Garcia de Souza ..... Titular;
4. Antônio Luiz da Silva ..... Suplente;

##### c) Trabalhadores da Assistência Social:

1. Daniela Vargas da Rosa ..... Titular;
2. Alexandre Ribeiro da Silva ..... Suplente;

##### d) Entidades ou Organizações da Sociedade Civil (1a cadeira):

1. Silmara Speck dos Santos (APAE) ..... Titular;
2. Saara Regina Demeu Andrade (APAE) ..... Suplente;

##### e) Entidades ou Organizações da Sociedade Civil (2a cadeira):

3. Ângelo Bellato Maciel (Rotary) ..... Titular;
4. Maria Lúcia Lisboa (Rotary) ..... Suplente;

Art. 2º O Conselho Municipal de Assistência Social terá prazo de 90 (noventa) dias após a vigência desde Decreto Municipal para propor, composição alternativa para a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura face que o Regimento Interno do Conselho veda a participação de

membros comissionados na representação governamental.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 3630/2018, de 24 de maio de 2018, Decreto Municipal nº 3683/2018, de 12 de julho de 2018, Decreto Municipal nº 3697/2018, de 25 de julho de 2018, Decreto Municipal nº 3735/2018, de 10 de agosto de 2018, Decreto Municipal nº 3718/2018, de 06 de agosto de 2018, Decreto Municipal nº 3778 de 21 de setembro de 2018, Decreto Municipal nº 3864, de 19 de dezembro de 2018, Decreto Municipal nº 3904 de 31 de janeiro de 2019, Decreto Municipal nº 3941, de 07 de março de 2019 e Decreto Municipal nº 3982, de 10 de abril de 2019.

Itapoá, 29 de outubro de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

## **DESPACHO DE REMESSA E JULGAMENTO TP Nº16/2019- SALA DE MÚSICA AYRTON**

Publicação Nº 2214936

### **DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO**

REF: Tomada de Preço nº 16/2019 – Processo nº84/2019, para a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução da sala de música da escola municipal Ayrton Senna, localizada a Rua Madalena Haú, nº68, Balneário Jardim Pérola do Atlântico, localidade de Itapema do Norte, neste Município, com metragem de 540 m2, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do edital.

À Diretora de Administração

Sra. ANGELA MARIA PUERARI

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação de V.Sas. no que se refere ao recurso impetrado através do protocolo nº 12274/2019 pela empresa PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, sob fls 413 a 430 e da contrarrazão impetrada através do protocolo nº 12687/2019 pela empresa CONSTRUTORA NOVA ITAJAÍ, sob fls 434 a 463.

Outrossim, a decisão do pedido encontra-se detalhada em Parecer Técnico nº209/2019 emitido pelo Departamento contábil do Município, sob fls nº465 e CI nº1046/2019 SME emitida pela Secretária de Educação e engenharia, Parecer Jurídico nº0125/2019, sob fl nº468, os quais consideram IMPROCEDENTES as razões apresentadas pela empresa PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES.

Itapoá, 04 de novembro de 2019.

FERNANDA CRISTINA ROSA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### **DESPACHO DE JULGAMENTO**

REF: Tomada de Preço nº 16/2019 – Processo nº84/2019, para a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução da sala de música da escola municipal Ayrton Senna, localizada a Rua Madalena Haú, nº68, Balneário Jardim Pérola do Atlântico, localidade de Itapema do Norte, neste Município, com metragem de 540 m2, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do edital.

Após análise de todas as peças processuais que interessam a espécie adoto as razões apresentadas no Parecer Técnico nº209/2019 emitido pelo Departamento contábil do Município, sob fls nº465 e CI nº1046/2019 SME emitida pela Secretária de Educação e engenharia, Parecer Jurídico nº0125/2019, sob fl nº468, como se minhas fossem, considerando-as integradas a este, julgo IMPROVIDO o recurso impetrado pela empresa PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, para que sejam tomadas as demais medidas cabíveis para a sequência do interesse público.

Itapoá, 04 de novembro de 2019.

ANGELA MARIA PUERARI

DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

## **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE EM LEGISLAÇÃO I Nº. 070/2019 - CLASSIFICAÇÃO PARCIAL**

Publicação Nº 2215227

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL – EDITAL Nº 070/2019

Processo Seletivo para contratação temporária de Assistente em Legislação

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições legais COMUNICA:

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
12947/2019	Vitoria Caon Bianco	9,7
12592/2019	Dieneri Inez Bolzan	9,6
12947/2019	Monique Maia da Luz	9,3
12709/2019	Daniela Bertazzo Grosso	9,1
12893/2019	Natalia Gabrieli Dias Klodzinski	9,1
12774/2019	Eloiza Schreoder Antunes	9,1
12860/2019	Larissa Maria Mendes	9,0
12965/2019	Lindomar Salva de Jesus	9,0
12859/2019	Maximino Augusto P. Fontana	8,8
12922/2019	Aline Marceli Zapora	8,8
12957/2019	Marcia Alice Lange	8,7
12891/2019	Camila Ligia Costa Rosado	8,7
12940/2019	Geovani de Jesus Neris	8,6
12626/2019	Nicole Faligurski Ferreira da Silva	8,6
12744/2019	Bruna Marobim Soares	8,6
12712/2019	Leiza de Souza Barbosa	8,5
12958/2019	Priscila Pitz Monteiro	8,5
12652/2019	Elorim Ananda de Oliveira Silva	8,3
12795/2019	Layra de Oliveira	8,2
12628/2019	Kelly Cristina Andrade de Paula Lima	8,1
12901/2019	Abatha Ingrid Piva	8,1
12753/2019	Delcio de Souza Venancio	8,0
12692/2019	Rogério Gonçalves Soares	8,0
12693/2019	Joari Soares Rosa	8,0
12857/2019	Fabia Regina dos Santos	8,0
12961/2019	Mariana Nunes Monteiro	8,0

## DESCLASSIFICADOS

PROTOCOLO	CANDIDATO	PONTOS
12839/2019	Hiago Budal Arins	7,9
12791/2019	Brendon Nascimento do Rosário de Jesus	7,9
12710/2019	Daniele Correia da Silva	7,8
12714/2019	Yngrid de Paula Lima	7,8
12960/2019	Vivian Mafra Moura	7,7
12890/2019	Camila Santin Balena	7,6
12878/2019	Jussara da Luz Ramos	7,6
12941/2019	Jocimara de Fatima Pavoski	7,5
12831/2019	Gabriel Kraieski	7,4
12932/2019	Jeilly Layne Skroch Gieseler	7,3
12689/2019	Vanessa Camargo	7,3
12766/2019	Tamara Cristina Ribeiro	7,3
12779/2019	Cleverson Vieira Rodrigues	7,1
12872/2019	Janice Maria Alves Bado	6,9
12880/2019	Kedima dos Santos	6,7
12589/2019	Sara Cristine Furst	6,7
12655/2019	Ademar Americo Fornel	6,4
12863/2019	Jessica Rubia de Campos	5,8
12789/2019	Rosely Manicardi	5,5

## INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

PROTOCOLO	CANDIDATO	MOTIVO
12871/2019	Aline Maria Gorisch da Silva	Descumprimento do item 3 - Apresentou certificado e não o histórico escolar.
12930/2019	Maila Garcia	Descumprimento do item 3 - Apresentou certificado e não o histórico escolar.

- A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 06 de novembro de 2019;
- A classificação para prova prática será publicada até o dia 08 de novembro de 2019.

Itapoá, 04 de novembro de 2019.

Célia Maria Reinert

Presidente

Cristiane Regina de Bittencourt Costa

Membro

Vandressa Aparecida Chervinski  
Secretária

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 84/2019**

Publicação Nº 2214835

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 84/2019

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: AVALIAR EMPRESA DE AVALIAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, com sede à Rua Conselheiro Laurindo, nº 825 - sala 107, Bairro: Centro, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 80.060-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.708.208/0001-33 e Inscrição Estadual: Isento, representada neste ato pela sócia, a Sra. RAFAELA MOLINARI TRICA, portadora do CNPF/MF nº 068.675.599-56 e do CI.RG nº 7.744.608-7 SSP/PR.

Licitação: PREGÃO Nº 59/2019 - REGISTRO DE PREÇO Nº 41/2019 - PROCESSO Nº 106/2019

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a realização de serviços de elaboração de Laudos de avaliação de imóveis urbanos e rurais, avaliações para locações de imóveis no Município de Itapoá para fins diversos da administração direta e indireta, conforme especificações constantes do termo de referencia parte integrantes do edital e seus anexos.

VALOR R\$: 63.050,00 (sessenta e três mil e cinquenta reais)

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/10/2020

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 31 de outubro de 2019.

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JÚNIOR  
SECRETÁRIO DA FAZENDA

**NOTIFICAÇÃO TP Nº16-19- SALA MÚSICA AYRTON**

Publicação Nº 2214938

**NOTIFICAÇÃO**

À

Empresa	CNPJ/MF
SUSANNE SELLGE EIRELLI	27.340.939/0001-51
PALETA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	14.589.125/0001-03

O Município de Itapoá, através da Secretária de Educação e da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto à licitação na modalidade Tomada de Preço nº 16/2019 – Processo nº84/2019, para a Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução da sala de música da escola municipal Ayrton Senna, localizada a Rua Madalena Haú, nº68, Balneário Jardim Pérola do Atlântico, localidade de Itapema do Norte, neste Município, com metragem de 540 m2, conforme projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do edital tendo o prazo de recursal, contrarrrazões, e despachos de julgamento findo. Fica, portanto a sessão pública para abertura de envelopes de propostas marcada para a data de 11/11/2019 às 09h:-00min na sede do Município, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Setor de Licitações e Contratos- Sala de Reuniões.

Itapoá, 04 de novembro de 2019.

FERNANDA CRISTINA ROSA  
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

**PORTARIA Nº 5416/2019**

Publicação Nº 2215207

PORTARIA MUNICIPAL nº. 5.416/2019  
Data: 04 de Novembro de 2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD Nº 002/2019,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração, do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, considerando:

- Processo de Sindicância Investigatória nº. 012/2019

Resolve:

Art.1º Tornar público a instauração de Processo Administrativo Disciplinar nº 002/2019, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, para apurar possíveis irregularidades cometidas pela servidora R.A.B. matrícula nº.607762, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

FLAVIO ELIAS GELAMO CUSTÓDIO .....	.....Presidente
HELOIZA HELENA MOREIRA .....	.....Secretária
NEUCI MORMITO FREIRE .....	.....Membro

§ 1º Caberá à Comissão apurar fatos relatados nos autos do nº 002/2019 apontando providências cabíveis.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá (SC), 04 de novembro de 2019  
JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA  
Secretária de Administração

## PREGÃO Nº 65/2019 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 2215158

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2019  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2019  
PROCESSO Nº 118/2019

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Lote, destinada EXCLUSIVAMENTE às empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/06, que será redigida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 08h30min receberá o protocolo dos envelopes no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Itapoá, e que às 09h00min do dia 20 de novembro de 2019, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES E MADEIRAS, A SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, BEM COMO CONVENIADOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, e poderá ser retirado através do site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no link "pregão", ou extrato no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou até mesmo na Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos das 07h30min às 13h30min.

Itapoá, 04 de novembro de 2019.  
ANGELA MARIA PUERARI  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO  
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

STEFANIE LIARA DE CASTILHO SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
RODRIGO CECHIN SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE	SILAS SCHAFHAUSER SECRETÁRIO DE ESPORTE E LAZER
JONECIR SOARES SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PESCA	JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO DIRETOR DE TURISMO
RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA CHEFIA DE GABINETE	

## TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2019 - EDITAL 035/2019 - MOTORISTA CATEGORIA D

Publicação Nº 2215190

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2019  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 035/2019  
MOTORISTA CATEGORIA D

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato EDVALDO ALVES DE FREITAS para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;

- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Carteira de Habilitação profissional Categoria D;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Certificado do ensino fundamental;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá. (RH emite em declaração para abertura da conta corrente).

Itapoá, 04 de novembro de 2019.

Sandra Regina Medeiros da Silva

Secretária Municipal de Saúde

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### PORTARIA Nº 147/2019 - NOMEIA CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA PARLAMENTAR

Publicação Nº 2215270

PORTARIA Nº147/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019  
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA PARLAMENTAR

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC, e com observância dos Arts. 9º, 10 e 16 da Lei Complementar nº. 44/2014, e da Resolução Legislativa nº 07/2014 e alterações:

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a partir do dia 04 de novembro de 2019, a servidora comissionada LETHICIA MARATELLI ARAUJO, CPF nº 069.846.249-16, no cargo de Assessora Parlamentar do vereador Joarez Antonio Santin – MDB, da Câmara Municipal de Itapoá/SC, com observância da Resolução nº 07/2014, de 1º de julho de 2014, e alteração pela Resolução nº 12/2019, de 22 de fevereiro de 2019, percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 5 da Lei Complementar nº 76/2019, de 11 de fevereiro de 2019, e com observância do requisito do cargo sendo idade mínima de 18 anos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 04 de novembro de 2019.

Geraldo Rene Behlau Weber

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>



# Ituporanga

## PREFEITURA

### ERRATA – LEI COMPLEMENTAR Nº 83, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215473

ERRATA – LEI COMPLEMENTAR Nº 83, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

A presente ERRATA é ora levado a efeito, para retificar a LEI COMPLEMENTAR Nº 83, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019 - publicação no DOM/SC nº 2212359. Torna público, para conhecimento e esclarecimento dos interessados, que houve um equívoco na sua publicação, cabendo a seguinte correção:

- Onde se lê no art. 2º: "Esta LEI COMPLEMENTAR Nº 83 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019".
- Leia-se: "Esta LEI COMPLEMENTAR Nº 84 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019".

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 04 de novembro de 2019.

ADRIANO JOSÉ COELHO

Prefeito em Exercício

### PORTARIA Nº 1.294, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2214914

PORTARIA Nº 1.294, de 30 de outubro de 2019.

O Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008, bem como a Lei 8080, de 19 de setembro de 1990, considerando ainda a indicação da Secretaria Competente, RESOLVE;

#### DESIGNAR

Art. 1º. Os médicos ARNALDO AMORIM JÚNIOR, SERGIO DE MOURA FERRO SILVA e PAULO CESAR LARA SAWADA, LUIZ FELIPE RODRIGUES DA SILVEIRA (suplente) para fazer parte da PERÍCIA MÉDICA OFICIAL.

Art. 2º. São atribuições do Médico Perito:

1. Realizar exames médicos-periciais nos Servidores Públicos Municipais, em consultórios credenciados, no domicílio do servidor, quando o caso assim exigir, em hospitais ou em outro local que atenda à necessidade do serviço, preenchendo laudos médicos nos modelos próprios do Município.
2. Avaliar o enquadramento legal da situação do servidor, com relação aos benefícios previstos em lei, para:
  - a) Licença para tratamento de saúde;
  - b) Licença compulsória, nos casos em que ao servidor possa ser atribuída a condição de fonte de infecção de doenças transmissíveis, enquanto durar esta condição, na forma prevista no que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Ituporanga, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais;
  - c) Licença para tratamento de saúde em pessoa da família que dependa exclusivamente de cuidados do servidor, desde que comprovado;
  - d) Licença para tratamento de doença ocupacional ou acidente de trabalho;
  - e) Avaliação da possibilidade de readaptação profissional;
  - f) Licença Gestante;
  - g) Isenção de recolhimento de Imposto sobre a renda na fonte (IRF), para aposentados que se enquadrem na legislação;
  - h) Indicação para aposentadoria;
  - i) Outros procedimentos descritos em lei, que demandem avaliação pericial.
3. Sugerir, quando julgar necessário, exames complementares e pareceres de especialistas, para melhor esclarecimento do caso;
4. Solicitar relatório pormenorizado dos médicos assistentes;
5. Preencher os laudos e os campos da conclusão de perícia médica de sua competência, assim como todos os demais formulários pertinentes ao caso;
6. Orientar o servidor a respeito do seu parecer e de suas consequências, assim como, no caso de discordância da decisão, das possibilidades de interposição de recurso ao Secretário de Administração;
7. Solicitar a convocação de junta médica sempre que:
  - a) As licenças para tratamento de saúde exceder a 90 (noventa) dias;



- b) Julgar necessária a avaliação do caso por outros médicos peritos ou ainda por um especialista;
  - c) Julgar ser indicada a aposentadoria do servidor;
  - d) Em situações especiais, a seu critério;
8. Participar como membro de junta médica, nos casos em que tenha sido designado pelo Setor de Recursos Humanos – RH;
9. Zelar pela observância do Código de Ética Médica;
10. Comunicar ao Recurso Humano - RH, obrigatoriamente, qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;
11. Emitir parecer técnico em juízo, quando indicado como representante do Poder Executivo, para atuar como perito assistente;
12. Participar, quando convocado, das revisões de auxílio-doença, processos de readaptação entre outros benefícios previstos em Lei.

Art. 3º. A Perícia Médica Oficial fica subordinada a coordenação do Secretário da Saúde.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 30 de outubro de 2019.

GERVÁRIO MACIEL  
Prefeito em Exercício

LIA CAROLINE MIGUEL  
Secretária da Administração

# Jaborá

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 84/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2019

Publicação Nº 2215327

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 84/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2019

O Pregoeiro do Município de Jaborá-SC, Robert Edward Savaris, designado pelo Decreto Nº1.823, de 01 de julho de 2019, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Processo Licitatório 84/2019 – PM, Pregão Presencial nº 45/2019, no que se refere a alterações na Planilha Orçamentária do Lote 02, Anexo I do Edital. Em virtude desta alteração, fica altera-se também a data de realização da sessão pública de pregão para o dia 19 de novembro de 2019, às 09 horas.

Jaborá/SC, 04 de novembro de 2019.  
Robert Edward Savaris  
Pregoeiro

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 86/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2019

Publicação Nº 2215309

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 86/2019  
TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2019

O Presidente da Comissão de Licitações, Aldo Guarese, designado pelo Decreto Nº1.822, de 01 de julho de 2019, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Processo Licitatório 86/2019 – PM, Tomada de Preços nº 4/2019, no que se refere ao item 4.13 do Edital e alteração da Planilha Orçamentária e Cronograma da Rua Anésio Miotto, Anexo I do Edital. Em virtude desta alteração, fica altera-se também a data de realização da sessão pública de pregão para o dia 20 de novembro de 2019, às 09 horas.

Jaborá/SC, 04 de novembro de 2019.  
Aldo Guarese  
Presidente

### PORTARIA Nº 146/2019

Publicação Nº 2214901

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 146, 04 de novembro de 2019.  
PRORROGA CONTRATO TEMPORÁRIO DE FRANCALAS CORREA NO CARGO AGENTE DE MANUTENÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VIII e XII, do Art. 102, da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal; mais a Lei Complementar nº. 125 de 18/junho/2013; ainda o constante no Processo Seletivo Simplificado 001/2018,

RESOLVE,

Art. 1º - Ficam prorrogados os efeitos da Portaria nº 125, de 05 de novembro de 2018, que contratou temporariamente FRANCALAS CORREA para o cargo de Agente de Manutenção.

Art. 2º - O prazo de contratação será até 05/03/2020.

Art. 3º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado, desde que haja notificação escrita, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04/11/2019.  
KLEBER MÉRCIO NORA  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 05/novembro/2019

CLAUDIA CORRADI TONIELLO  
Secretária de Administração

## PORTARIA Nº 147/2019

Publicação Nº 2214904

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 147, 04 de novembro de 2019.

PRORROGA CONTRATO TEMPORÁRIO DE ADRIANA RODRIGUES DA SILVEIRA NO CARGO AGENTE DE MANUTENÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos VIII e XII, do Art. 102, da Lei Orgânica do Município; combinado com o inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal; mais a Lei Complementar nº. 125 de 18/junho/2013; ainda o constante no Processo Seletivo Simplificado 001/2018,

RESOLVE,

Art. 1º - Ficam prorrogados os efeitos da Portaria nº 126, de 05 de novembro de 2018, que contratou temporariamente ADRIANA RODRIGUES DA SILVEIRA para o cargo de Agente de Manutenção.

Art. 2º - O prazo de contratação será até 05/03/2020.

Art. 3º - O presente ato poderá ser revogado a qualquer tempo, por razões de interesse público devidamente justificado, desde que haja notificação escrita, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04/11/2019.

KLEBER MÉRCIO NORA  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 05/novembro/2019

CLAUDIA CORRADI TONIELLO  
Secretária de Administração

## PORTARIA Nº 149/2019

Publicação Nº 2214909

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 149, de 04 de novembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo relacionados, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

- Cleide Mantei Nora
- Célio Antônio Amadei
- Maiquel Lidiekson Massignani Nora
- Ediane Soares Mascarello

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04/11/2019.

KLEBER MÉRCIO NORA  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 05/novembro/2019.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 150/2019**

Publicação Nº 2214911

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 150, de 04 de novembro de 2019.  
NOMEIA A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR a servidora FRANCIELE REGINA SIEGA, para o cargo em comissão de Coordenadora de Cadastros, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 04/11/2019.  
KLEBER MÉRCIO NORA  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 05/novembro/2019.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO  
Secretária de Administração

**EDITAL PROCESSO SELETIVO 01/2019**

Publicação Nº 2215861

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ****EDITAL PS Nº 01/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Abre inscrições e fixa normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Jaborá/SC.

O **MUNICÍPIO DE JABORÁ**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Ângelo Poyer, 320 – Centro, neste ato representado por seu Prefeito, **KLEBER MÉRCIO NORA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e em conformidade com o art.37, inciso II da Constituição Federal, torna público que serão abertas as inscrições para a realização de **PROCESSO SELETIVO** visando à contratação de servidores para o preenchimento de vagas de provimento temporário, nos termos do presente edital.

**I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da empresa contratada pelo Município - GEORGE ALMEIDA ME - APRENDER.COM, sediada em Joaçaba/SC.

1.2. O presente Processo Seletivo destina-se ao provimento dos cargos públicos de provimento temporário a serem ocupados na atual situação e consoante a disposição do Anexo I, parte integrante deste Edital.

**1.3. É de inteira responsabilidade de o candidato inteirar-se do presente conteúdo, bem como fazer consultas diárias no site da organizadora do concurso [www.aprender-sc.srv.br](http://www.aprender-sc.srv.br) para estar ciente de todas as publicações legais do processo que norteia o presente Edital.**

**II – DAS INSCRIÇÕES**

2.1. As inscrições para todos os cargos do referido Edital, serão recebidas **SOMENTE POR INTERNET**, através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico [www.aprender-sc.srv.br](http://www.aprender-sc.srv.br) na opção correspondente ao município de Jaborá do dia **04/11/2019 até as 14h00min do dia 03/12/2019**, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

2.1.1. O candidato deverá preencher o formulário de inscrição eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco e/ou, com informações incompletas, do contrário sua inscrição não será efetuada.

**2.1.2. O candidato deverá prestar BASTANTE ATENÇÃO ao selecionar o cargo desejado para a realização da prova, pois depois de inscrito e com o efetivo recolhimento da taxa de inscrição do cargo **NÃO** será possível cancelar sua inscrição ou mudar de cargo. Por isso, recomenda-se a leitura completa do Edital antes de formalizar a inscrição, outro sim, o candidato poderá optar por um único cargo.**

2.1.3. O candidato indicará um endereço eletrônico (e-mail) **VÁLIDO**, o qual deverá permanecer ativo e lido constantemente até o final do certame, sob responsabilidade do candidato. Caso o candidato não tenha um e-mail, é obrigação do mesmo providenciar o mais breve possível para conclusão de sua inscrição.

2.1.4. O candidato que não tiver condições de acesso para fazer sua inscrição on-line, poderá fazê-la dirigindo-se especificamente à Casa da Cidadania, Sita à Rua Angelo Poyer, 340, no horário das **08:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:30 hrs às 17:00 hrs**, no qual será auxiliado para realizar sua inscrição por um funcionário especialmente designado para este fim, nos dias considerados úteis e de expediente normal nas repartições públicas municipais. **Lembrando que excepcionalmente no último dia de inscrição, o auxílio para a inscrição será somente pelo período da manhã.**

2.1.5. **É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados corretos para a inscrição.**

2.1.6. **Em momento algum, a empresa organizadora responderá dúvidas ou questionamentos através de mensagens encaminhadas pelo aplicativo WHATSAPP.**

2.2. A APRENDER.COM não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, endereço e-mail inválido, congestionamento das linhas de comunicação, inscrições no horário limite para o encerramento, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ



2.3. O comprovante de inscrição, o boleto bancário relativo ao cargo e o comprovante de pagamento do boleto deverão ser mantidos em poder do candidato durante a vigência do período de inscrições.

2.3.1. Conforme já estabelecido no cronograma do ANEXO IV, será aberto prazo recursal para os candidatos que não se fizerem presente na listagem de homologação provisória das inscrições deferidas do processo. É dever do candidato conferir a listagem provisória disponibilizado no site da empresa, sendo que **passado o período recursal**, não será admitido recursos fora de prazo referente a inscrições não homologadas, muito menos, candidatos no dia da realização da prova requererem seus direitos, **NÃO SENDO POSSÍVEL** alteração no quadro já publicado.

2.4. O candidato deverá, no período das inscrições, pagar a importância indicada no quadro de cargos e salário do Anexo I, de acordo com o nível de escolaridade ao cargo pretendido no referido certame.

- 2.4.1. A inscrição só será efetivada pelo sistema com a impressão do boleto bancário e seu pagamento, pois apenas o preenchimento do formulário via website não caracteriza a efetiva inscrição do candidato no certame.
- 2.4.2. Não será considerado pagamento da taxa de inscrição por meio de agendamento, banco postal, cheque, ordem de pagamento, depósito bancário ou transferências entre contas, procedimentos que não constituem prova de quitação da taxa de inscrição via boleto.
- 2.4.3. Passado o horário previsto para o candidato realizar sua inscrição conforme já reservado no item 2.1, o sistema não disponibilizará mais nenhum documento referente ao processo (boleto, comprovante de inscrição).

2.5. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência da Administração Pública.

2.6 Serão aceitos pedidos de isenção da taxa de inscrição para todo candidato que se enquadrar na condição de doador de sangue fidelizado e/ou de medula óssea desde que comprovado sua condição mediante documentação emitida pela entidade coletora. O pedido de isenção da taxa de inscrição deverá ser encaminhado obrigatoriamente via Sedex, devendo a documentação chegar até a empresa para análise e apreciação até a data limite constante no cronograma do ANEXO IV, sob pena de não ser acatado após esta.

2.6.1 Para os candidatos enquadrados na condição de doador de medula óssea, é obrigatório junto a documentação (ANEXO VI) encaminhar também cópia simples da Carteira de Doador de Medula Óssea e/ou REDOME e o comprovante de Inscrição.

2.6.2. Para os candidatos enquadrados na condição de doador de sangue fidelizado, é obrigatório junto a documentação (ANEXO VI), encaminhar também a Declaração original da entidade coletora (Hemosc) que comprove a condição de doador de sangue fidelizado.

2.6.3. Independente da data de postagem, a documentação deverá estar na empresa até a data especificada no cronograma do ANEXO IV.

2.6.4. O pedido para o benefício da isenção deverá ser encaminhado de forma única via Sedex para o endereço da empresa:

ASSUNTO: EDITAL PS 01/2019 – PROCESSO SELETIVO  
JABORÁ / SC  
GEORGEO ALMEIDA ME - APRENDER.COM  
Rua Duque de Caxias, 844, 1º Andar  
CENTRO – 89.600-000 – JOAÇABA - SC

2.7. Após análise dos pedidos de isenção será publicada uma listagem contendo a relação dos isentos do pagamento da taxa de inscrição. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento de sua inscrição até a data limite conforme cronograma, sob pena de eliminação do certame.

2.8. Considera-se, para obtenção do benefício, somente a doação de sangue promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

2.9. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento no prazo supra descrito, para todos os efeitos legais.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ



2.10. A guia do boleto bancário e o comprovante de inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico [www.aprender.sc.srv.br](http://www.aprender.sc.srv.br) na aba correspondente ao certame em questão logo após o candidato ter preenchido o formulário de inscrição. A guia de pagamento bancário e o comprovante de inscrição **DEVERÃO SER IMPRESSOS NA SEQUÊNCIA E MANTIDOS EM PODER DO CANDIDATO.**

**2.10.1 Tanto o Boleto Bancário quanto o comprovante de inscrição poderão ser gerados quantas vezes forem necessário, observando-se o período de vigência das inscrições, ou seja, após encerrado o prazo das inscrições, não será mais possível a impressão dos mesmos.**

**2.11 O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até a data limite de vencimento constante no boleto, PREFERENCIALMENTE nas agências do Banco do Brasil.**

2.12 A inscrição do candidato e o pagamento do boleto bancário implicarão no conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

2.13. O candidato declarará, ao efetuar sua inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da admissão.

2.14. As inscrições efetuadas somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.

2.15. A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificada em qualquer etapa do presente certame, implicará na eliminação automática do candidato, não ficando livre das cominações legais decorrentes de seus atos.

2.16. Cada candidato poderá inscrever-se para apenas um dos cargos constantes do Anexo I.

2.17. Caso a inscrição do candidato não conste na relação das inscrições pré-homologadas que será divulgada conforme data constante no ANEXO IV, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a empresa através do e-mail ([contato@aprender.com.br](mailto:contato@aprender.com.br)) anexando no corpo do e-mail o comprovante de Pagamento da guia bancária na forma digital (scaneada), conforme prazos recursais estabelecidos neste Edital, sob pena de não serem acatadas reclamações posteriores.

### III - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Para efeito do que dispõe o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, bem como o art. 1º, § 2º, da Lei nº 2.899, de 17 de maio de 2006, devem ser reservados aos candidatos com deficiência, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de vagas oferecidas em Concursos Públicos.

3.2. O disposto no subitem 3.1 não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) implique na prática, em majoração indevida do percentual mínimo exigido.

3.3. Será considerada pessoa com deficiência aquela conceituada na medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que se enquadre nas categorias descritas nos Decretos federais nº 3.298/1999 e suas alterações, nº 5.296/2004 e suas alterações e na Lei federal nº 7.853/1989.

3.4. O candidato com deficiência após realizar sua inscrição on-line e fazer suas observações referentes à deficiência deverá encaminhar **OBRIGATORIAMENTE VIA SEDEX**, o requerimento preenchido conforme modelo do ANEXO V mais a cópia simples do CPF juntamente com a cópia do laudo médico (**original ou cópia autenticada**) especificando a respectiva deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência e a indicação de que ela não impede ao candidato o exercício das funções do cargo a que se inscreveu cuja data de expedição deverá ser compatível aos prazos legais estabelecidos por este Edital, para o endereço da empresa APRENDER.COM – Rua Duque de Caxias, 844 – Centro – Joaçaba/SC – 89.600-000.

3.5. O fornecimento da cópia simples do CPF e do laudo médico, por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato. A APRENDER.COM não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da cópia simples do CPF e do laudo a seu destino.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ



3.6. O candidato inscrito para a vaga reservada a candidato com deficiência que deixar de atender, no prazo editalício, as determinações do disposto nos subitens anteriores terá sua inscrição invalidada, passando a concorrer unicamente como candidato não portador de deficiência.

3.7 O candidato com deficiência submeter-se-á, quando da nomeação, à avaliação de equipe multiprofissional, que terá a decisão terminativa sobre:

- a) a qualificação do candidato como deficiente ou não; e
- b) o grau de deficiência, capacitante ou não, para o exercício do cargo.

3.8 O candidato com deficiência participará deste certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, bem como à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.9. Não será admitido recurso relativo à condição de deficiente de candidato que, no ato do preenchimento do formulário on-line de inscrição, **NÃO ASSINALAR NA OPÇÃO INDICADA E NÃO ESPECIFICAR QUAL CONDIÇÃO.**

3.10. O candidato que tiver a necessidade de realizar as provas em braile, necessitar de um intérprete ou em qualquer outra condição especial deverá requerer obrigatoriamente no ato da sua inscrição, conforme mencionado no item anterior.

3.11. O candidato que tiver a necessidade de prova em fonte ampliada deverá requerer obrigatoriamente no ato da inscrição, apresentando laudo médico para a condição especial e indicando o tamanho da fonte dentre as duas opções apresentadas no ANEXO V.

3.11.1. Encaminhar o pedido de forma digitalizada do ANEXO V preenchido e assinado para o endereço [contato@aprender-sc.com.br](mailto:contato@aprender-sc.com.br).

3.12. O candidato com deficiência que não requerer e não comprovar a condição especial (item 3.4), não terá o atendimento ou condição especial para a realização das provas, não podendo impetrar recurso em favor de sua condição.

3.13. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (gravidez, períodos menstruais, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se às provas, ou nelas prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou aplicação de nova prova.

3.14. Não será realizado atendimento domiciliar em nenhuma hipótese.

#### IV – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do ANEXO IV e estarão disponíveis no Mural Público da Prefeitura Municipal de Jaborá, e no endereço eletrônico [www.aprender-sc.srv.br](http://www.aprender-sc.srv.br) na opção correspondente ao município de Jaborá.

4.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

4.2.1 Para todos os efeitos, os candidatos que não constarem na relação do referido Edital, estarão com suas inscrições indeferidas.

4.3. Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá recurso, dirigido à APRENDER.COM, no prazo máximo previsto no ANEXO IV, contado da data de publicação da relação mencionada desde edital.

4.3.1 O recurso deverá ser preenchido conforme modelo disponível no site [www.aprender-sc.srv.br](http://www.aprender-sc.srv.br) na opção correspondente ao município de Jaborá que deverá ser encaminhado eletronicamente após o candidato realizar o preenchimento do mesmo de forma digitada ou manuscrita com letra legível. Junto com o formulário de recurso, o candidato deverá enviar o comprovante de pagamento da taxa de inscrição. Todos esses documentos deverão ser encaminhados para o e-mail [contato@aprender-sc.com.br](mailto:contato@aprender-sc.com.br).

#### V – DO VÍNCULO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

5.1 Os candidatos habilitados e classificados neste certame, serão regidos pelo Regime Jurídico Especial instituído pela Lei Complementar Municipal nº 125, de 18 de junho de 2013 e suas alterações, tendo como regime de previdência o Regime geral de Previdência Social (RGPS), sendo assegurado ao contratado sua filiação de acordo com a Legislação vigente.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ



## VI – DA PROVA

6.1. O Processo Seletivo, objeto deste Edital, constará de Prova objetiva de conhecimentos para todos os cargos.

6.2. O candidato que necessite de alguma condição especial para realização da prova deverá requerer quando da sua inscrição, bem como protocolar e comprovar o que lhe é de direito no ato da inscrição para que o atendimento seja concedido.

**6.3. Os portões do local de prova serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – observando-se o horário oficial de Brasília/DF, ou seja, SERÁ FECHADO PONTUALMENTE AS 08h15, NÃO SENDO MAIS PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS AO LOCAL DAS PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.**

**6.4. O local de aplicação da prova objetiva será na Escola Básica Municipal Alberto Bordin, sita à Rua Lauro Rupp, 2000, em Jaborá/SC, com início das provas as 08h30min.**

6.4.1 Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares prevista para o local das provas, a organizadora do Processo Seletivo e a Prefeitura Municipal de Jaborá poderão alterar os horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data e/ou turno, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais através do site [www.aprender.sc.srv.br](http://www.aprender.sc.srv.br).

**6.4.2 É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o local e horário da realização das provas ao cargo que se inscreveu a partir da data da homologação final das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.**

6.5. O Município de Jaborá reserva-se no direito de realizar as provas escritas de conhecimento nos períodos matutino, vespertino e noturno, de acordo com o número de candidatos inscritos no presente certame, se necessário for.

6.6. As provas escritas de conhecimento serão realizadas em etapa única de duas horas meia (2h30min) de duração, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e o tempo necessário para as instruções gerais que serão repassadas pelos fiscais de sala.

**6.7. Para entrada nos locais de prova, o candidato deverá apresentar obrigatoriamente documento físico de identificação válido e com foto e recomenda-se portar o comprovante de inscrição e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição para eventuais intercorrências que vierem a ocorrer, conforme reserva o item 2.3.1**

6.8. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal ou estadual, valham como identidade; carteira de trabalho e Carteira Nacional de Habilitação (somente o modelo com foto).

6.9. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, na data de realização da prova, documento de identidade original por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta (30) dias.

6.10. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo e sem foto), carteiras de estudante, documentos digitais (apresentados em celular), carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis e/ou danificados.

**6.11. Por ocasião da prova, o candidato que não apresentar o documento de identificação válido, na forma definida no item 6.7, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do certame.**

6.12. Não serão aceitos quaisquer outros documentos ou papéis em substituição aos exigidos.

6.13. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação da prova.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ**



6.14. Durante a realização das provas é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular, relógios, aparelhos celulares mesmo que desligados, ou ainda, qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, sob pena de eliminação do candidato do Processo Seletivo.

6.14.1. Os aparelhos de telefones celulares móveis e outros equipamentos eletrônicos deverão ser entregues desligados aos fiscais das salas antes do início das provas, para serem devolvidos na saída, sob pena de eliminação do candidato.

6.14.2. Não será permitido o uso de aparelhos celulares nos locais de provas, bem como é vedado ao candidato entrar no pátio do local de provas com o aparelho ligado, sendo que a não obediência implicará na eliminação e na remoção do candidato do estabelecimento designado como local de provas.

**6.15. Durante o período de realização da prova, não será permitido também o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço ou qualquer outro acessório que cubra as orelhas do candidato.**

6.16. No decurso das provas, o candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala se acompanhado por um fiscal.

6.17. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de prova após uma hora de seu início.

6.18. O candidato, ao encerrar a prova e antes de se retirar do local de sua realização, entregará ao fiscal de prova/sala o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de prova. Caso não o faça, será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

6.19. Todos os cartões-respostas serão rubricados ou assinados no verso pelos três (03) últimos candidatos de cada sala, independente do cargo.

6.20. Os três (03) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar as suas provas e retirar-se definitivamente do local simultaneamente.

6.21. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para as provas, nem a realização de prova fora dos horários e locais estabelecidos neste Edital.

## **VII – DA PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS**

7.1. A prova objetiva de conhecimentos inclui questões de Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, conforme ementa das disciplinas constantes dos Anexos presentes neste Edital.

7.2. A prova de conhecimentos para os cargos de nível alfabetizado, fundamental e médio será objetiva e constará de 30 (Trinta) questões, com até quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.3. A pontuação de cada disciplina para os cargos será a seguinte:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Conhecimentos Português (CP)	10	0,35	3,50
Conhecimentos Matemática (CM)	10	0,33	3,30
Conhecimentos Gerais (CG)	10	0,32	3,20
<b>Total</b>	<b>30</b>		<b>10,00</b>

7.4. A prova de conhecimentos para os cargos de nível técnico e superior será objetiva e constará de 30 (Trinta) questões, com até quatro (4) alternativas de respostas cada uma, sendo que apenas uma (1) estará correta.

7.5. A pontuação de cada disciplina para os cargos será a seguinte:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Conhecimentos Específicos (CE)	10	0,36	3,60
Conhecimentos Português (CP)	10	0,34	3,40
Conhecimentos Matemática (CM)	05	0,33	1,65
Conhecimentos Gerais (CG)	05	0,27	1,35
<b>Total</b>	<b>30</b>		<b>10,00</b>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ



7.6. Para realização da prova objetiva de conhecimentos, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica de tinta azul ou preta, sendo as questões respondidas em cartão-resposta, que não será substituído em caso de erro do candidato.

**7.6.1 No dia da realização da prova, a empresa não fornecerá canetas para os candidatos.**

7.7. A adequada marcação do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato.

7.8. Será atribuída nota zero (0,0) às respostas de questão (ões) que contenha(m):

- a) Emenda (s) e/ou rasura(s), ainda que legível (eis), no cartão-resposta;
- b) Mais de uma opção de resposta assinalada no cartão-resposta;
- c) Espaço não assinalado (s) no cartão-resposta;
- d) Cartão-resposta preenchido fora das especificações, ou seja, preenchido com lápis ou caneta esferográfica de tinta cuja cor seja diferente do especificado no item 7.6 ou, ainda, com marcação diferente da indicada no modelo previsto no cartão.

7.9. A prova objetiva de conhecimentos será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), sendo as notas expressas com até 02 (dois) decimal, sem arredondamento.

7.10. O Gabarito Oficial referente à prova objetiva de conhecimentos será divulgado a partir das 9h do primeiro dia útil subsequente à realização da referida prova no endereço eletrônico [www.aprendersc.srv.br](http://www.aprendersc.srv.br) e no Mural Público da Prefeitura Municipal de Jaborá/SC.

**7.11. O caderno de provas estará disponível de FORMA ÚNICA para todos os interessados que assim o requisitarem através do endereço eletrônico [contato@aprendersc.com.br](mailto:contato@aprendersc.com.br).**

7.12. Havendo necessidade de recurso para impugnação de questões da prova objetiva de conhecimentos, o candidato poderá preencher o requerimento que estará disponível através do endereço eletrônico [www.aprendersc.srv.br](http://www.aprendersc.srv.br), na aba "processos em andamento" no link do município de Jaborá, conforme prazos previstos em Edital.

7.12.1. As respostas às eventuais impugnações de questão serão publicadas juntamente com a classificação final do Processo Seletivo, bem como o Gabarito Oficial definitivo, na ocorrência de recurso julgado procedente.

7.12.2. O cartão resposta por questões de segurança não será repassado em momento algum para o candidato, somente o espelho do seu cartão com seus acertos e erros para conferência caso houver necessidade.

7.13. Toda questão anulada será computada como resposta correta para todos os candidatos.

**VIII – DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS**

8.1 Haverá prova de títulos somente para os cargos de Professor de Artes, Professor de Geografia, Professor de Ciências, Professor de Matemática, Professor de História, Professor de Letras e Professor de Educação Física.

**8.2 Somente serão habilitados para a avaliação de títulos, os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,0 (cinco) na prova escrita objetiva, individualmente.**

8.3. A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato, devendo o mesmo ser protocolado pelo próprio candidato logo após o término da prova objetiva em local a ser indicado na hora para o recebimento da documentação.

8.4 A avaliação de títulos, é de caráter **CLASSIFICATÓRIO**, para todos os cargos descritos no item 8.1, tendo como pontuação máxima 0,75 (Setenta e Cinco Centésimos) pontos.

**8.4.1 Para os títulos 'lato sensu' de especialização e 'Stricto Sensu', estarão aptos para pontuar somente os que apresentarem carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas, sendo que a titulação deverá ser compatível com o cargo escolhido.**

**8.4.2. A somatória dos títulos dar-se-á conforme pontuação descrita na tabela apresentada no item 8.5.**

**8.4.3. A habilitação maior prevalecerá sobre a menor não sendo cumulativa.**

8.5. Serão pontuados como títulos, diplomas em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste a conclusão do curso.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ



8.5.1. **Não será considerado e nem pontuará Declarações de Conclusão, Atestados de Conclusão, Histórico e/ou Grade curricular do curso em questão.**

8.6. A classificação dos candidatos observará a soma da pontuação obtida na prova escrita e avaliação de títulos, nos seguintes critérios:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	PONTUAÇÃO
DOUTORADO	0,75 (Setenta e Cinco Centésimos) PONTO – <b>MÁXIMO 1 TÍTULO</b>
MESTRADO	0,50 (Cinquenta Centésimos) PONTOS – <b>MÁXIMO 1 TÍTULO</b>
ESPECIALIZAÇÃO	0,25 (Vinte e Cinco Centésimos) PONTOS – <b>MÁXIMO 1 TÍTULO</b>

8.7. A documentação deverá ser apresentada em envelope próprio a ser lacrado na hora pelo fiscal responsável com os seguintes dizeres:

**TÍTULOS – PROCESSO SELETIVO 01/2019**

**Prefeitura Municipal de Jaborá – SC.**

**Cargo:** \_\_\_\_\_

**Candidato:** \_\_\_\_\_

8.8. Não serão aceitos títulos apresentados em envelopes sem identificação, títulos avulso-soltos ou fora do dia e hora já determinados em Edital.

**8.9. ATENÇÃO: Os candidatos deverão levar DUAS VIAS do ANEXO VII preenchidas. Uma ficará com a banca e a outra com o candidato, como comprovação da entrega da documentação.**

**8.9.1. O candidato que não apresentar as duas vias do Anexo VII PERDERÁ o direito do auxílio da titulação.**

8.10. Somente serão considerados os títulos entregues em cópia reprográfica autenticada em cartório. NÃO será dado "CONFERE COM O ORIGINAL" no ato da entrega. NÃO será fornecido nenhum material de auxílio (envelope) para protocolar a documentação, NÃO será aceito certificado na forma original. **O presente Edital não considera a Lei nº 13.726/18. (Desnecessidade de Autenticação de Documentos).**

8.11. Em hipótese alguma haverá segunda chamada para entrega de títulos, independente do motivo pelo qual o candidato deixou de apresentar as cópias autenticadas de sua titulação.

## **IX – DA PROVA PRÁTICA**

9.1. Haverá prova prática para os cargos de Motorista, Operador de Máquinas Agrícolas, Operador de Máquinas Pesada e Instrutor de Artes Aplicadas. A prova será aplicada conforme dia e horário estabelecido no cronograma do Anexo IV. Será feita chamada no local de espera sendo que o candidato que não comparecer no horário previsto e/ou atrasar por qualquer motivo, estará automaticamente eliminado.

9.2. O local de espera para os candidatos realizarem a prova prática para os cargos descritos no item anterior será em frente à sede da Prefeitura Municipal de Jaborá. O deslocamento até o local das provas, caso houver necessidade será feito através de veículo da própria municipalidade. A prova prática será aplicada de forma individualizada. Após a realização da prova prática, o candidato estará dispensado, não sendo permitido assistir a prova dos demais.

9.3. As provas práticas para os cargos de Motorista, Operador de Máquinas Pesada e Operador de Trator Agrícola, constará de uma prova em campo aberto e em vias públicas, em local já definido pela administração municipal de acordo com as opções apresentadas na tabela abaixo. **É vedado ao candidato após estar no local da prova prática se afastar, mesmo que temporariamente, sendo que tal conduta ocasionará em sua desclassificação nesta etapa.**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ**



9.4. Além das opções apresentadas na tabela abaixo, o município poderá ainda dispor de outros maquinários caso houver necessidade, dependendo do número de candidatos que irá realizar a prova para agilizar o processo. A escolha da opção é de livre iniciativa do candidato, não podendo em momento algum, alegar que seus concorrentes foram favorecidos ao realizar a prova com a outra opção disponível no dia. Havendo indisponibilidade de alguma das opções mencionadas na tabela abaixo, o candidato deverá realizar a prova de acordo com as opções apresentadas na hora da prova.

**9.4.1. O candidato que não apresentar sua Carteira Nacional de Habilitação na data prevista para o teste prático, ou apresentar a mesma vencida, ou em fase de mudança de categoria, ou não qualificada para condução da opção disponível na tabela abaixo, NÃO poderá realizar a prova.**

OPÇÕES DISPONÍVEIS	ANO	MODELO	CARGO
Retroescavadeira Caterpillar 416 E	2013	2013	Operador de Máquinas Pesada
Caminhão Basculante Ford cargo 2628	2009	2009	Motorista
Trator Agrícola New Holland - TT 4030	2017	2017	Operador de Trator Agrícola

9.5. A prova prática para o cargo de Instrutor de Artes Aplicadas constará de uma prova no qual será avaliado conhecimentos inerentes as atribuições do cargo.

9.6. Todos os candidatos concorrentes ao cargo sairão com nota máxima de 10,0 (dez) pontos no formulário de avaliação, onde o mesmo durante a realização da prova prática poderá manter sua pontuação ou perder conforme critérios a serem avaliados pelo fiscal de prova durante a realização de sua prova prática.

9.7. A pontuação final do candidato que além da prova escrita e objetiva tiver realizado a prova prática, será o resultado da soma da prova escrita e objetiva mais a nota da prova prática dividida por dois.

9.8. O candidato que não comparecer no local de espera definido no item 9.2, estará automaticamente desclassificado.

#### **X – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL**

10.1. Serão considerados aprovados de forma geral e farão parte da listagem final os candidatos que obtiverem média final igual ou superior a cinco (5,0) pontos.

10.2 A Nota final para os cargos de nível Fundamental, e Médio que serão avaliados somente com a prova escrita e objetiva será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$PO = (NaCP \times 0,35 + NaCM \times 0,33 + NaCG \times 0,32)$$

$$PO = NF$$

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Língua Portuguesa; NaCM: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Matemática; NaCG: Número de acertos em questões sobre Conhecimentos Gerais; NF: Nota Final.

10.3 A Nota final para os cargos de nível técnico e superior que serão avaliados somente com a prova escrita e objetiva será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$PO = (NaCE \times 0,36 + NaCP \times 0,34 + NaCM \times 0,33 + NaCG \times 0,27)$$

$$PO = NF$$

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaCE: Número de acertos em questões de Conhecimentos Específicos; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Língua Portuguesa; NaCM: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Matemática; NaCG: Número de acertos em questões sobre Conhecimentos Gerais; NF: Nota Final.

10.4 A Nota final para os cargos que além da prova escrita e objetiva tiver a prova prática será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$PO = (NaCP \times 0,35 + NaCM \times 0,33 + NaCG \times 0,32) + NPP$$

$$PO = NF$$

Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Língua Portuguesa; NaCM: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Matemática; NaCG: Número de acertos em questões sobre Conhecimentos Gerais; NF: Nota Final. NPP: Nota da Prova Prática.

10.5 A Nota final para os cargos de nível superior que além da prova escrita e objetiva tiver a contagem da Titulação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$PO = (NaCE \times 0,36 + NaCP \times 0,34 + NaCM \times 0,33 + NaCG \times 0,27) + T$$

$$PO = NF$$





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ**



Em que: PO: Nota da Prova Objetiva; NaCE: Número de acertos em questões de Conhecimentos Específicos; NaCP: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Língua Portuguesa; NaCM: Número de acertos em questões de Conhecimentos em Matemática; NaCG: Número de acertos em questões sobre Conhecimentos Gerais; NF: Nota Final; T: Titulação.

10.6. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente da média final.

10.7. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

**10.7.1. Para os cargos de nível fundamental e médio:**

- a) maior nota na prova de Conhecimentos Português (CP);
- b) maior nota na prova de Conhecimentos Matemática (CM);
- c) maior nota na prova de Conhecimentos Gerais (CG);
- e) sorteio público.

**10.7.2. Para os cargos de técnico e superior :**

- a) maior nota na prova de Conhecimentos Específico (CE);
- b) maior nota na prova de Conhecimentos Português (CP);
- c) maior nota na prova de Conhecimentos Matemática (CM);
- d) maior nota na prova de Conhecimentos Gerais (CG);
- e) sorteio público.

10.8. O sorteio público conforme estabelecido nos itens acima, será feito na sala de licitação da Prefeitura Municipal, com a presença dos funcionários do setor, a comissão do Processo Seletivo e a presença dos candidatos em questão que serão comunicados da sessão pela administração municipal. Se por algum motivo, o candidato não se fizer presente no dia e horário marcado para o sorteio público, o mesmo acontecerá sem maiores prejuízos, sendo que no final será lavrada uma ata pela comissão com a presença de testemunhas para que não haja, em momento algum, dúvidas quanto ao resultado e o procedimento utilizado.

## **XI – DOS RECURSOS**

11.1. Será admitido recurso para cada uma das fases do certame que deverá ser interposto, exclusivamente, pelo candidato, desde que devidamente fundamentado e apresentado nos prazos estabelecidos no cronograma constante do ANEXO IVI deste Edital.

11.2. Os recursos aqui mencionados deverão ser preenchidos em formulários modelos disponibilizados através do endereço eletrônico [www.aprender.sc.br](http://www.aprender.sc.br) na aba de processos em andamento na opção correspondente ao município de Jaborá, no qual deverá ser enviado para o e-mail [contato@aprender.sc.br](mailto:contato@aprender.sc.br) dentro dos prazos estabelecidos por este Edital.

11.3. Os recursos e os pedidos de impugnação e revisão de nota deverão ser encaminhados conforme item 11.2, cabendo a banca organizadora da APRENDER.COM a apreciação dos mesmos.

11.4. Os recursos que se apresentarem sem fundamentação teórica, ilegíveis, fora de prazo e que não estiverem de acordo com o disposto nos subitens acima serão liminarmente indeferidos automaticamente.

11.5. Às decisões dos recursos será dada divulgação, sejam elas através de publicações no mural público municipal e divulgação no site da empresa responsável.

11.6. Os candidatos poderão solicitar revisão da nota das provas, sendo que a nota poderá ser mantida, aumentada ou diminuída.

11.7. Não serão admitidos pedidos de revisão de nota de prova de outros candidatos, ou seja, o candidato poderá requerer revisão apenas da sua nota.

11.8. As decisões dos pedidos de revisão da nota das provas serão dadas a conhecer coletivamente.

11.9. A Comissão Especial do Processo Seletivo, nomeada pelo Decreto nº 1.847, de 31 de outubro de 2019, constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões, não cabendo recursos ou revisões adicionais na esfera administrativa.

## **XII – DA HOMOLOGAÇÃO**





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ**



12.1. O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Jaborá [www.jabora.sc.gov.br](http://www.jabora.sc.gov.br), no Boletim Oficial do Município e no endereço eletrônico [www.aprendersc.srv.br](http://www.aprendersc.srv.br).

### **XIII – DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE**

13.1 A convocação do candidato para apresentação dos documentos será realizada mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios e contato através de e-mail e telefone, sendo de responsabilidade única e exclusiva do candidato informar seu endereço eletrônico e telefone, corretamente quando do preenchimento do formulário de inscrição e mantê-lo atualizado perante o Departamento De Pessoal da Prefeitura Municipal após a homologação do certame.

13.2. São requisitos básicos para investidura no cargo:

- a) Aprovação neste certame;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;
- d) Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando for o caso;
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
- f) Ser aprovado em exame médico admissional;
- g) Apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição;
- h) O candidato convocado que não tenha interesse em assumir a vaga, poderá solicitar sua passagem para o final da lista de classificados, mediante assinatura de termo, não assegurada sua segunda convocação.

13.3. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta Médica Oficial para a verificação da Compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do emprego.

13.4. No prazo de 05 (cinco) dias, após a convocação, o candidato deverá apresentar, no Setor de Pessoal do Município, (O prazo poderá ser prorrogado através de requerimento expresso, por igual período e por uma única vez) os seguintes documentos:

- a) Exame admissional e exames complementares, conforme Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO da Prefeitura Municipal;
- b) Carteira de Trabalho CTPS  
Cópia de:
  - a) CPF, em situação regular;
  - b) Título de Eleitor;
  - c) Carteira de Identidade RG;
  - d) Certificado de Escolaridade ou Diploma;
  - e) Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria) (autenticada);
  - f) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) – conforme habilitação exigida para o cargo;
  - g) Certificado Militar (se homem);
  - h) Declaração de Não Acumulação de Cargo (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);
  - i) 1 Foto 3X4
  - j) Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 14 Anos;
  - k) Declaração de Bens;
  - l) Demais documentos que a administração julgar necessários.

13.5. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para nomeação e posse.

13.6. Apresentada a documentação acima mencionada e/ou outras julgadas necessárias pelo Município, o candidato convocado será nomeado para o cargo público.

13.7. A nomeação e posse no cargo público dar-se-á até 30 (trinta) dias após o envio do ato de convocação, sob pena de perda do direito de ser empossado.

### **XIV – DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ**



14.1. Delega-se competência para empresa responsável pelo certame para:

- a) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar as provas objetivas de conhecimentos;
- b) apreciar todos os recursos administrativos previstos neste Edital;
- c) emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- d) prestar informações sobre o certame;
- e) definir normas para aplicação das provas;
- f) selecionar fiscais para aplicação das provas.

**XV – DO FORO JUDICIAL**

15.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao Processo Seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Catanduvas/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de realização da prova correspondente.

16.2. O prazo de validade do presente Processo Seletivo é de um (01) ano, podendo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período, mediante justificativa, interesse e conveniência da Administração Municipal.

16.3. Os candidatos aprovados neste certame serão nomeados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas constante do Anexo I, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade.

16.4. A aprovação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à nomeação imediata, devendo ocorrer conforme a necessidade do serviço público municipal durante a vigência do certame e de acordo com o número de vagas estabelecidas no Anexo I, sendo que as vagas criadas durante sua vigência serão providas seguindo a ordem de classificação dos aprovados em cada cargo.

16.5. Será excluído do certame, por ato da empresa responsável pelo certame, vencedora do processo licitatório, o candidato que:

- a) tornar-se culpado por agressões ou descortesias para com qualquer membro da equipe encarregada de realização das provas;
- b) for surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for flagrado, utilizando-se de qualquer meio, visando burlar a prova, ou que apresentar falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova durante a sua realização, sem estar acompanhado de um fiscal.

16.6. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar o atendimento especial para esse fim em formulário disponível no site da empresa [www.aprender.sc.srv.br](http://www.aprender.sc.srv.br), deverá levar um (a) acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança, caso contrário ficará impossibilitada de realizar as provas.

16.7. O Gabarito Oficial da prova objetiva de conhecimentos e o resultado das provas serão divulgados no endereço eletrônico [www.aprender.sc.srv.br](http://www.aprender.sc.srv.br) e no Mural Público da Prefeitura Municipal de Jaborá/SC e no endereço eletrônico [www.jabora.sc.gov.br](http://www.jabora.sc.gov.br).

16.8. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos, conjuntamente, pela empresa responsável pelo certame e pela Comissão Especial do Processo Seletivo designada pelo Decreto 1.847 de 31 de outubro de 2019.

16.9. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Dos Cargos, Vagas, Carga Horária, Vencimentos e Habilitação.
- b) ANEXO II - Do Conteúdo Programático Geral todos os cargos.
- c) ANEXO III - Do Conteúdo Programático Específico para os cargos de Nível Técnico e Superior.
- d) ANEXO IV – Do cronograma – (Sujeito a alterações).
- e) ANEXO V – Do Requerimento para Necessidades Especiais / Amamentação
- f) ANEXO VI – Do requerimento Doador de Sangue/Medula Óssea.
- g) ANEXO VII – Identificação da Titulação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ**



16.10. As atribuições dos cargos são as contidas nas Leis Complementares nº 132/2014 e 135/2014, com as alterações que houver, não podendo o candidato alegar desconhecimento das mesmas ao assumir o cargo.

16.11. Será publicado Extrato do presente Edital para fins de publicidade legal, sendo que o Edital na íntegra estará disponível no Mural Público da Prefeitura Municipal, no site do Município [www.jabora.sc.gov.br](http://www.jabora.sc.gov.br) e no endereço eletrônico [www.aprender.sc.srv.br](http://www.aprender.sc.srv.br).

**16.11.1. Para efeitos legais de informações referente ao certame, em caso de divergência de informações entre o site da prefeitura, ou em qualquer outro meio de comunicação onde o presente Edital estiver publicado, sempre prevalecerá em relação aos demais, as publicações encontradas no site da empresa organizadora ([www.aprender.sc.srv.br](http://www.aprender.sc.srv.br)), não podendo em momento algum, o candidato alegar desconhecimento das regras que norteiam o presente processo em tela.**

Jaborá-SC, 04 de Novembro de 2019.

**KLEBER MÉRCIO NORA**  
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL



ANEXO I  
DOS CARGOS, VAGAS, REMUNERAÇÃO, HABILITAÇÃO E TIPO DE PROVA

ITEM	CARGOS	VAGAS OU CR	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL (R\$)	HABILITAÇÃO MÍNIMA/REQUISITO	TIPOS DE PROVAS	TAXA INSCRIÇÃO (R\$)
1.	AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO, COPA E COZINHA	CR	40h	1.140,41	Alfabetizado	P.O	30,00
2.	SERVENTE DE OBRAS E SERVIÇOS	CR	40h	1.140,41	Alfabetizado	P.O	30,00
3.	VIGIA	1+CR	40h	1.140,41	Alfabetizado	P.O	30,00
4.	MOTORISTA	CR	40h	1.376,31	Ensino Fundamental/Anos Iniciais e CNH Categoria "D"	P.O + P.P	30,00
5.	OPERADOR DE MAQUINAS AGRICOLAS	CR	40h	1.376,31	Ensino Fundamental/Anos Iniciais e CNH Categoria "C"	P.O + P.P	30,00
6.	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	CR	40h	1.565,72	Ensino Fundamental/Anos Iniciais e CNH Categoria "C"	P.O + P.P	30,00
7.	INSTRUTOR DE ARTES APLICADAS	CR	20h	820,87	Ensino Médio	P.O + P.P	80,00
8.	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CR	40h	1.644,68	Ensino médio	P.O	80,00
9.	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	01+CR	40h	1.755,20	Ensino Médio com habilitação de Técnico em Enfermagem com registro no COREN	P.O	80,00
10.	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (Micro área 10 - Parte de Castelhanos, São Lourenço e Lageado Colônia)	01	40	1.340,30	Ensino Médio / residir na área de atuação	P.O	80,00
11.	FISIOTERAPEUTA	01+CR	30h	2.652,18	Ensino superior em Fisioterapia e registro no CREFITO	P.O	100,00
12.	MÉDICO VETERINÁRIO	01+CR	40h	3.536,26	Curso Superior em Medicina Veterinária e Registro no CRMV	P.O	100,00
13.	PROFESSOR DE ARTES	CR	20h	1.372,07	Curso Superior na área de atuação (licenciatura)	P.O + T	100,00
14.	PROFESSOR DE GEOGRAFIA	CR	20h	1.372,07	Curso Superior na área de atuação (licenciatura)	P.O + T	100,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**



15.	PROFESSOR DE CIÊNCIAS	CR	20h	1.372,07	Curso Superior na área de atuação (licenciatura)	P.O + T	100,00
16.	PROFESSOR DE MATEMÁTICA	1+ CR	20h	1.372,07	Curso Superior na área de atuação (licenciatura)	P.O + T	100,00
17.	PROFESSOR DE HISTÓRIA	CR	20h	1.372,07	Curso Superior na área de atuação (licenciatura)	P.O + T	100,00
18.	PROFESSOR DE LETRAS (Português e Inglês)	CR	20h	1.372,07	Curso Superior na área de atuação (licenciatura)	P.O + T	100,00
19.	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	1+ CR	20h	1.372,07	Curso Superior na área de atuação (licenciatura) e Registro no CREF	P.O + T	100,00

**Legenda:**

**P.O: Prova Objetiva | P.P: Prova Prática | T: Titulação**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ



## ANEXO II

### DO CONTEÚDO GERAL PROGRAMÁTICO PARA TODOS OS CARGOS

#### I. NÍVEL ALFABETIZDO, FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)

**Língua Portuguesa (CP):** Compreensão de textos informativos e argumentativos; Alfabeto; formas comuns de tratamento; plural e singular; aumentativo e diminutivo; feminino e masculino; ortografia; tipos de frases: afirmativa, negativa, interrogativa e exclamativa; substantivo; substantivos coletivos; adjetivos; sinônimos e antônimos; Separação de sílabas; Noções de fonética; Acentuação gráfica de palavras; Estabelecer relações entre sequência de fatos ilustrados; Gramática em geral.

**Matemática (CM):** Tabuada dos números; Números naturais: operações e problemas. Unidades de medida de tempo, de comprimento, de massa e de capacidade. Sistema monetário brasileiro. Leitura de horas em relógios e de informações em calendários. Reconhecimento de figuras planas (quadrado, retângulo, triângulo, círculo). Noções de razões, frações, proporções e porcentagem. Radiação; Divisibilidades; Regras de três simples e composta; Algarismos romanos; Resolução de problemas simples. Conteúdos inerentes ao grau de instrução.

**Conhecimentos Gerais (CG):** Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Jaborá. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Jaborá. Ecologia e meio ambiente.

#### II. NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO e SUPERIOR

**Língua Portuguesa (CP):** Leitura, análise e compreensão de textos de gêneros diversos, significado contextual de palavras e expressões, fonética, pontuação, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática e morfológica, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, figuras de linguagem, estrutura das palavras, estilística, Conjugação de verbos, utilização de pronomes, adjetivos, substantivos e suas flexões, Gramática em geral.

**Matemática (CM):** Números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, complexos; Raiz quadrada de um número qualquer; Teoria dos Conjuntos; Álgebra: sequências, conceitos, operações com expressões algébricas; Equações e Inequações; Relações e funções; Funções logarítmicas, exponenciais, trigonométricas; Análise Combinatória; Progressões Aritméticas e Geométricas; Regra de três simples e composta. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano; Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura; Estatísticas: noções básicas, razão, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos; Matrizes e Determinantes; Sistema de Equações Lineares; Juros simples e composto; Noções de probabilidade. Expressões aritméticas; M.D.C (Máximo divisor Comum). M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum). Polinômios; Radiação; Exponenciação.

**Conhecimentos Gerais (CG):** Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Jaborá. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Jaborá. Ecologia e meio ambiente.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ



### ANEXO III

#### DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO PARA OS CARGOS DE NÍVEL TÉCNICO E SUPERIOR

**FISIOTERAPEUTA:** Sistema Único de Saúde (SUS): fundamentos, objetivos, atribuições, competências, diretrizes, gestão, aspectos organizativos e operacionais, recursos humanos, planejamento, orçamento e financiamento. Controle social no SUS: gestão colegiada, financiamento, legislação e normalização. O modelo de assistência no SUS: Níveis de assistência (primário, secundário e terciário), escopo da assistência: promoção da saúde, prevenção, terapêutica e reabilitação, estrutura em rede regionalizada e hierarquizada, responsabilidade sanitária, humanização do cuidado, características e funções da atenção primária à saúde, estratégia de saúde da família, gestão da assistência e gestão da clínica, organização da rede de urgência e emergência, regulação da assistência, planejamento em saúde pública. Pacto pela Saúde, Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Política Nacional de Humanização. Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde; epidemiologia e serviços de saúde; epidemiologia e meio ambiente. Organização e administração dos Serviços de Saúde no Brasil. Diagnóstico de saúde e planejamento estratégico situacional no Saúde. Modelos Técnicos assistenciais em saúde. Saúde da Família. Legislações pertinentes ao Programa. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1.990 – Lei Orgânica da Saúde; Anatomia e fisiologia dos sistemas: Músculo esquelético, cardiopulmonar, neurológico central e periférico, adulto e infantil; Fisiopatologia dos sistemas músculo esquelético e cardiopulmonar, bem como reumatologia básica, abrangendo adulto e infantil; Fisioterapia aplicada a Traumatologia – ortopedia; Fisioterapia aplicada a Cardiologia; Fisioterapia aplicada às disfunções Respiratórias adulto / infantil; Fisioterapia aplicada a Neurologia; Fisioterapia aplicada a Reumatologia. Atualidades relativas à profissão; Conhecimentos de Informática; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática.

**MÉDICO VETERINÁRIO:** Sistema Único de Saúde (SUS): fundamentos, objetivos, atribuições, competências, diretrizes, gestão, aspectos organizativos e operacionais, recursos humanos, planejamento, orçamento e financiamento. Controle social no SUS: gestão colegiada, financiamento, legislação e normalização. O modelo de assistência no SUS: Níveis de assistência (primário, secundário e terciário), escopo da assistência: promoção da saúde, prevenção, terapêutica e reabilitação, estrutura em rede regionalizada e hierarquizada, responsabilidade sanitária, humanização do cuidado, características e funções da atenção primária à saúde, estratégia de saúde da família, gestão da assistência e gestão da clínica, organização da rede de urgência e emergência, regulação da assistência, planejamento em saúde pública. Pacto pela Saúde, Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Política Nacional de Humanização. Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde; epidemiologia e serviços de saúde; epidemiologia e meio ambiente. Organização e administração dos Serviços de Saúde no Brasil. Diagnóstico de saúde e planejamento estratégico situacional no Saúde. Modelos Técnicos assistenciais em saúde. Saúde da Família. Legislações pertinentes ao Programa. Anatomia, fisiologia e patologia dos animais domésticos (pequenos, médios e grandes) de interesse na produção de alimentos; Defesa Animal: diagnóstico, prevenção e controle; Doenças de notificação obrigatória; Conhecimentos básicos de epidemiologia, análise de risco, bioestatística; Desenvolvimento de programas sanitários; Inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal: boas práticas de fabricação e análise de perigos e pontos críticos de controle; Métodos de amostragem e análise; Produtos de origem animal; Produtos de alimentação animal; Fiscalização de produtos de uso veterinário; Soros, vacinas e antígenos (biológicos); Antimicrobianos, antiparasitários e quimioterápicos; Controle da produção de soros, vacinas e antígenos para salmonelose, microplosmose, newcastle, brucelose, raiva, peste suína e febre aftosa; Ensaios de segurança (inocuidade, esterilidade e eficiência) para produtos injetáveis; Análises microbiológicas em produtos de origem animal e de alimentos para animais; Análise físico-química de produtos de origem animal e de alimentos para animais; Análise centesimal; Cromatografia líquida de alta eficiência para análise de corantes e vitaminas em leite; Absorção atômica; Noções básicas de biossegurança; Higiene de alimentos - zoonoses; Doenças transmitidas por alimentos; Identidade e qualidade de alimentos; Legislação federal – Defesa Sanitária Animal; Inspeção de produtos de origem animal; Produtos veterinários; Programas sanitários básicos. Conhecimentos em Informática; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.

**PROFESSOR DE ARTES:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, atualizada. Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil, Ensino Fundamental. Didática Geral. A Didática na formação de professores. Didáticas específicas. O planejamento da ação didática. As teorias educacionais e a docência. O professor como mediador no processo de ensino-aprendizagem. A Metodologia do Ensino nas concepções de educação. Os métodos de Ensino. Avaliação da aprendizagem. Educação Especial no contexto da inclusão social. (FUNDEB), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024). Projeto Político-Pedagógico. Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB, PROVA BRASIL E PROVINHA BRASIL). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). História do Ensino da Arte no Brasil; História da Arte





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ**



Medieval, História da Arte Moderna, Arte na Educação, Arte Catarinense, Pressupostos Filosóficos Metodológicos do Ensino da Arte; Leitura, Produção, Contextualização; Artes Visuais; A ação pedagógica das atividades artísticas; Conhecimento, Sensibilidade e Cultura; Imaginação e Linguagem; Intuição e Inspiração; Experimentação e Expressão nas diferentes Linguagens; Materialização Artística – Relação Forma e Configurações Expressivas; Legislação inerente à Educação e ao Ensino Público, conforme consta da Constituição Federal e da Legislação Infraconstitucional, Ensino da Arte e Tecnologia, Artes Gráficas; Conhecimento em Informática. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes à função, observando-se a prática do dia-a-dia.

**PROFESSOR DE GEOGRAFIA:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, atualizada. Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil, Ensino Fundamental. Didática Geral. A Didática na formação de professores. Didáticas específicas. O planejamento da ação didática. As teorias educacionais e à docência. O professor como mediador no processo de ensino-aprendizagem. A Metodologia do Ensino nas concepções de educação. Os métodos de Ensino. Avaliação da aprendizagem. Educação Especial no contexto da inclusão social. (FUNDEB), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/1990. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024). Projeto Político-Pedagógico. Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB, PROVA BRASIL E PROVINHA BRASIL). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O Espaço Natural em Transformação, Fusos horários no Brasil e no Mundo A importância da localização no espaço geográfico, O interior da Terra e a crosta terrestre, Dinâmica climática, formações vegetais e paisagens naturais, Hidrosfera - Importância das águas no espaço geográfico; Representação do espaço, Noções cartográficas, Noções de sensoriamento remoto, A organização do Espaço Mundial, O espaço geográfico, Os elementos do espaço geográfico (sócio-econômico-naturais); A população Mundial, Estrutura, crescimento e distribuição populacional, A explosão demográfica X problemas de alimentação, Dinâmica e conflitos; Atividades industriais e fatores de localização industrial; Elementos básicos para industrialização, Tipos de indústrias, Processos de industrialização e urbanização, Atividades agropecuárias e sua evolução, Os modos e sistemas de produção (jardinagem, coletivista, comercial, subsistência, "plantation", intensivo e extensivo), A questão agrária; O espaço de Circulação, Fluxos comerciais de transportes e comunicações, O sistema financeiro internacional, O processo de globalização e suas implicações, Impactos Ambientais, Blocos econômicos; GEOGRAFIA DO BRASIL - A organização do Espaço Brasileiro, Posição geográfica do Brasil, A divisão regional (divisão do IBGE e geoeconômica), O espaço colonial e o espaço atual, O Brasil no contexto mundial, Recursos Naturais, Apropriação da natureza (noções de relevo, clima, hidrografia, vegetação e solos), A questão ambiental brasileira; Composição e a ocupação populacional, O crescimento, a dinâmica e a distribuição populacional, Dinâmica dos conflitos populacionais; A atividade industrial brasileira e sua evolução, Estrutura e distribuição industrial, Fontes energéticas e os recursos minerais, O processo de urbanização e suas consequências, Formas de organização do capital (estatal, privado nacional e transnacional), As atividades agrárias, Sistema de uso da terra e tipos de cultura, Modos de produção, Questões agrárias (estrutura agrária, reforma agrária e as relações de trabalho), Agricultura alternativa; Os fluxos nacionais e internacionais, A importância dos meios de comunicação, Os transportes e o comércio na organização do espaço. Conhecimentos em Informática. Conhecimentos inerentes à função, observando-se a prática do dia-a-dia.

**PROFESSOR DE CIÊNCIAS:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, atualizada. Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil, Ensino Fundamental. Didática Geral. A Didática na formação de professores. Didáticas específicas. O planejamento da ação didática. As teorias educacionais e à docência. O professor como mediador no processo de ensino-aprendizagem. A Metodologia do Ensino nas concepções de educação. Os métodos de Ensino. Avaliação da aprendizagem. Educação Especial no contexto da inclusão social. (FUNDEB), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/1990. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024). Projeto Político-Pedagógico. Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB, PROVA BRASIL E PROVINHA BRASIL). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Meio Ambiente: estudo do ar; da água; do solo. Seres Vivos: vírus; estudo dos reinos Monera, dos Fungos, Protozoários; estudos dos vegetais, classificação, organologia, fisiologia; estudos dos animais, características gerais e classificação. Corpo Humano: noções do corpo humano, anatomia, fisiologia. Noções Básicas de Saúde: viroses, bacterioses, protozoonoses, verminoses e sua profilaxia. QUÍMICA. Matéria: conceitos fundamentais; propriedades gerais e específicas; transformações (fenômenos físicos e químicos); estados físicos e suas mudanças. Substâncias Puras e Misturas: conceito; classificação; fracionamento. Estudo do Átomo: teoria atômico-molecular; estrutura atômica; número atômico e massa atômica; semelhanças atômicas; distribuição eletrônica por camadas ou níveis. Elementos Químicos: nomenclatura e símbolos; classificação periódica; substâncias químicas; fórmulas químicas; noções de eletronegatividade e eletropositividade; ligações químicas. Noções Químicas (Noções): ácidos; bases; sais e óxidos. Reações Químicas: conceitos; tipos (análise, síntese, simples troca e dupla troca); equilíbrio das equações químicas e leis ponderais: lei Lavoisier e Proust. Termologia: calor e temperatura; propagação de calor; escalas termométricas; calorimetria; dilatação. Ondulatória: onda (conceito e classificação). Ótica: fundamentos básicos, espelhos planos e curvos; lentes; o olho humano e suas



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ



anomalias. Acústica: fundamentos, fontes sonoras, propagação do som, qualidades fisiológicas e propriedades das ondas sonoras. Eletricidade: eletrostática (formas de eletrização, condutor e isolantes; eletrodinâmica (corrente elétrica, intensidade de corrente elétrica, instrumentos de medida elétrica); magnetismo. Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes à função, observando-se a prática do dia-a-dia.

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, atualizada. Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil, Ensino Fundamental. Didática Geral. A Didática na formação de professores. Didáticas específicas. O planejamento da ação didática. As teorias educacionais e à docência. O professor como mediador no processo de ensino-aprendizagem. A Metodologia do Ensino nas concepções de educação. Os métodos de Ensino. Avaliação da aprendizagem. Educação Especial no contexto da inclusão social. (FUNDEB), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/1990. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024). Projeto Político-Pedagógico. Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB, PROVA BRASIL E PROVINHA BRASIL). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A importância da Educação Matemática; A Educação Matemática: pressupostos teóricos-metodológicos; Matemática financeira; A produção histórico-cultural do conhecimento da matemática: progressões, funções, logaritmos, polinômios, sistemas lineares, binômios de Newton, análise combinatória, regras de três simples e compostas, matrizes, determinantes, estatísticas e probabilidades, geometria analítica, números complexos; expressões aritméticas; Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática.

**PROFESSOR DE HISTÓRIA:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, atualizada. Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil, Ensino Fundamental. Didática Geral. A Didática na formação de professores. Didáticas específicas. O planejamento da ação didática. As teorias educacionais e à docência. O professor como mediador no processo de ensino-aprendizagem. A Metodologia do Ensino nas concepções de educação. Os métodos de Ensino. Avaliação da aprendizagem. Educação Especial no contexto da inclusão social. (FUNDEB), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/1990. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024). Projeto Político-Pedagógico. Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB, PROVA BRASIL E PROVINHA BRASIL). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). História Geral: Antiguidade clássica - o mundo greco-romano; O mundo Medieval; A modernidade Européia: transição do feudalismo para o capitalismo; A formação do Mundo Contemporâneo; O período entre guerras; A Segunda Guerra Mundial (1939/1945); O Mundo após a Segunda Guerra Mundial; O Terceiro Mundo; História do Brasil: A ocupação inicial do território brasileiro e a questão indígena; Principais características da Colonização Portuguesa no Brasil; A Corte Portuguesa no Brasil; O Império Brasileiro; A República Velha; A Era Vargas; A República contemporânea: do populismo ao militarismo; A Nova República; Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos em Informática. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática.

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, atualizada. Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil, Ensino Fundamental. Didática Geral. A Didática na formação de professores. Didáticas específicas. O planejamento da ação didática. As teorias educacionais e à docência. O professor como mediador no processo de ensino-aprendizagem. A Metodologia do Ensino nas concepções de educação. Os métodos de Ensino. Avaliação da aprendizagem. Educação Especial no contexto da inclusão social. (FUNDEB), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/1990. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024). Projeto Político-Pedagógico. Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB, PROVA BRASIL E PROVINHA BRASIL). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). História, conceitos, princípios, finalidades e objetivos da Educação Física. Os conteúdos nas aulas de Educação Física Escolar: Jogos, Esporte, Lutas, Ginástica, Dança; Os procedimentos didático-metodológicos do ensino da Educação Física. As concepções e as tendências pedagógicas da Educação Física Escolar. As concepções abertas no ensino da Educação Física Escolar. O lúdico nas aulas de Educação Física. O esporte no contexto escolar; As concepções do esporte; O fenômeno esportivo enquanto realidade educacional. Condicionamento físico, legislação, metodologia, métodos gímnicos, organização e pedagogia. Fundamentos, regras, equipamentos e instalações utilizadas nos esportes: atletismo, basquetebol, ginástica olímpica (artística), handebol, futebol e voleibol. Conceitos: anatomia, biometria, biomecânica, fisiologia do esforço e socorros de urgência. Contextualização sócio-política da Educação Física: Esporte na escola (teoria prática-conscientizadora). A cultura popular, o lazer e a Educação Física escolar de séries iniciais e educação infantil. O jogo: Características sócio-afetivas, motoras e cognitivas; Jogo cooperativo. O Ensino da Educação Física no Ensino Fundamental: Procedimentos metodológicos e avaliatórios; Seleção de conteúdos. A Educação Física com instrumento de comunicação, expressão, lazer e cultura. A Educação Física: ética, saúde, orientação sexual,



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ



pluralidade cultural e meio ambiente. A corporalidade e a ludicidade no ambiente escolar. Linguagem corporal e cultura. Corpo e poder: disciplina e controle. Metodologia de ensino de Educação Física. Conhecimentos em Informática. Conhecimentos inerentes à função, observando-se a prática do dia-a-dia.

**PROFESSOR DE LETRAS:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, atualizada. Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil, Ensino Fundamental. Didática Geral. A Didática na formação de professores. Didáticas específicas. O planejamento da ação didática. As teorias educacionais e a docência. O professor como mediador no processo de ensino-aprendizagem. A Metodologia do Ensino nas concepções de educação. Os métodos de Ensino. Avaliação da aprendizagem. Educação Especial no contexto da inclusão social. (FUNDEB), Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8069/1990. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024). Projeto Político-Pedagógico. Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB, PROVA BRASIL E PROVINHA BRASIL). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Gramática geral da Língua Inglesa; Gramática geral da Língua Portuguesa. Informática Básica. Novas Tecnologias em Sala de Aula; Conhecimentos inerentes à função, observando-se a prática do dia-a-dia.

**TÉCNICO DE ENFERMAGEM:** Sistema Único de Saúde (SUS): fundamentos, objetivos, atribuições, competências, diretrizes, gestão, aspectos organizativos e operacionais, recursos humanos, planejamento, orçamento e financiamento. Controle social no SUS: gestão colegiada, financiamento, legislação e normalização. O modelo de assistência no SUS: Níveis de assistência (primário, secundário e terciário), escopo da assistência: promoção da saúde, prevenção, terapêutica e reabilitação, estrutura em rede regionalizada e hierarquizada, responsabilidade sanitária, humanização do cuidado, características e funções da atenção primária à saúde, estratégia de saúde da família, gestão da assistência e gestão da clínica, organização da rede de urgência e emergência, regulação da assistência, planejamento em saúde pública. Pacto pela Saúde, Política Nacional de Atenção Básica no SUS. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Política Nacional de Humanização. Epidemiologia: bases conceituais, indicadores de saúde, sistema de informação em saúde; epidemiologia e serviços de saúde; epidemiologia e meio ambiente. Organização e administração dos Serviços de Saúde no Brasil. Diagnóstico de saúde e planejamento estratégico situacional no Saúde. Modelos Técnicos assistenciais em saúde. Saúde da Família. Legislações pertinentes ao Programa. Leis Orgânicas da Saúde: Lei 8080/90 (Princípios e diretrizes), e Lei 8142/90 (Financiamento e participação popular). Atualidades na Saúde e Indicadores de Saúde Pública. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária. Endemias/epidemias. Situação atual, medidas de controle e de tratamento. Planejamento e programação local de saúde, distritos sanitários e enfoque estratégico. Planejamento, organização, coordenação e supervisão do trabalho da enfermagem junto a Equipe de Saúde da Família, nos Centros de Saúde e na comunidade. Planejamento e coordenação da capacitação e educação permanente dos auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Assistência integral às pessoas em todas as fases da vida: criança, adolescente, adulto e idoso, no Centro de Saúde, domicílio, escolas, creches e asilos (saúde do trabalhador, saúde mental, doenças crônicas degenerativas, sexualidade, gravidez, parto e puerpério, aleitamento materno, climatério, prevenção do câncer de mama e cervico-uterino, violência doméstica, doenças transmissíveis, planejamento familiar, vacinas e calendário básico de vacinação, infecções respiratórias agudas, diarreia, desidratação, desnutrição, crescimento e desenvolvimento infantil, etc.). Lei do Exercício Profissional e Código de Ética de Enfermagem. Técnicas Básicas de Enfermagem. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Mulher no Ciclo Grávido - Puerperal. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Criança. Crescimento e desenvolvimento. Controle das infecções respiratórias agudas. Controle das doenças diarreicas e prevenção a acidentes e intoxicações. Vacinação. Aspectos imunológicos e operacionais. Vacinas utilizadas. Conservação. Programa e avaliação. Participação do Enfermeiro no Controle das Doenças Infecciosas e Parasitárias Prevalentes em Nosso Meio. Assistência de Enfermagem ao Adulto à Nível Ambulatorial. Fundamentos em geral da enfermagem. Conhecimentos em Informática; Conhecimentos inerentes à função, observando-se a prática do dia-a-dia.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ



#### ANEXO IV

#### DO CRONOGRAMA (Sujeito a alterações)

É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO FICAR ATENTO A TODAS AS PUBLICAÇÕES NO SITE DA [APRENDERSC.SRV.BR](http://APRENDERSC.SRV.BR) DURANTE OS PRAZOS ESTIPULADOS NO CRONOGRAMA ABAIXO.

ITEM	ATOS	DATAS
01.	Divulgação do Edital	04/11/2019
02.	Publicação do Edital	04/11/2019
03.	Período de Inscrições exclusivamente por Internet (on-line)	04/11 até 03/12/2019
04.	Período de Isenção da taxa de inscrição para Doadores de Sangue Fidelizados e Medula Óssea.	04/11 até 13/11/2019
05.	Pré-Divulgação das Inscrições Deferidas para Doadores de Sangue Fidelizados e Medula Óssea.	14/11/2019
06.	<b>Pré-Divulgação da Homologação Geral das Inscrições deferidas</b>	<b>05/12/2019</b>
07.	Recursos quanto às Inscrições (horário limite de recebimento até 17h)	04/12 até 05/12/2019
08.	Homologação Final das Inscrições	06/12/2019
09.	Ensalamento dos Candidatos	06/12/2019
10.	<b>Realização das Provas Objetivas de conhecimentos para todos – 08h30min</b>	<b>07/12/2019</b>
11.	<b>Realização das Provas Práticas – 13h15min</b>	<b>07/12/2019</b>
12.	Divulgação do Gabarito Provisório	09/12/2019
13.	Recursos quanto Gabarito Provisório (horário limite de recebimento até 17h)	09/12 à 10/12/2019
14.	Divulgação do Gabarito Oficial	13/12/2019
15.	<b>Divulgação Provisória dos Aprovados</b>	<b>16/12/2019</b>
16.	Recursos quanto à Classificação (horário limite de recebimento até 17h)	16/12/2019
17.	Homologação do Resultado Final do processo	17/12/2019

#### NOTAS:

\*\*\* Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares prevista para o local das provas, a organizadora do Certame e a Prefeitura Municipal de Jaborá poderão alterar os horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data e/ou turno, **CABENDO AOS CANDIDATOS A OBRIGAÇÃO DE ACOMPANHAR AS PUBLICAÇÕES** oficiais através do site [www.aprenderesc.srv.br](http://www.aprenderesc.srv.br) e/ou na aba correspondente ao município de Jaborá.

**\*\*\* É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o local e horário da realização das provas ao cargo que se inscreveu a partir da data da homologação final das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.**

O cronograma detalhado acima é uma projeção estimada da ordem das etapas do presente certame, estando sujeito a alterações no decorrer do certame, levando-se em conta o número de inscritos e o número de intercorrências intempestivas, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios legais de divulgação apresentados pelo presente Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ



**ANEXO V**

**REQUERIMENTO/DECLARAÇÃO**

Vaga para Deficiente físico e /ou Condição especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_,  
inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_,  
Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito para o Processo Seletivo  
01/2019 da Prefeitura Municipal de Jaborá(SC), inscrição sob o número \_\_\_\_\_, para o cargo de  
\_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria:

**01) ( ) Condição Especial para Deficiente Físico realizar a prova:**

Deficiência: \_\_\_\_\_ CID nº: \_\_\_\_\_

Nome do Médico: \_\_\_\_\_ CRM: \_\_\_\_\_

Especificar a Condição: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**02) ( ) Condição Especial para realização da prova:**

a) Prova com ampliação do tamanho da fonte tipo Arial ( )-12 ( )-14

b) Amamentação:

Nome do Acompanhante: \_\_\_\_\_

Horários Amamentação: \_\_\_\_\_

c) Outra Necessidade:

Especificar: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha deficiência não me impedirá de exercer as funções do cargo a que me inscrevi. Estarei também sujeito à avaliação pelo desempenho dessas funções, para fins de habilitação durante o estágio probatório.

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

Jaborá(SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura Candidato



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ



#### ANEXO VI

#### MODELO DE DECLARAÇÃO

#### ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO PARA DOADORES DE SANGUE FIDELIZADO e MEDULA ÓSSEA

**(A DECLARAÇÃO DO HEMOCENTRO ATESTANDO AS CONDIÇÕES DE DOADOR VOLUNTÁRIO  
DEVERÁ ESTAR ANEXADA A ESTA DECLARAÇÃO PARA TER VALIDADE.)**

Eu, \_\_\_\_\_, portador do documento de  
identidade nº \_\_\_\_\_, inscrito no cargo de \_\_\_\_\_ –  
Inscrição n.º \_\_\_\_\_ do Processo Seletivo Edital 01/2019 – Jaborá/SC,  
residente \_\_\_\_\_ e domiciliado \_\_\_\_\_ à \_\_\_\_\_ Rua/Av.  
\_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_,  
Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_,  
CEP \_\_\_\_\_, DECLARO que me enquadro nas condições estabelecidas no  
presente Edital.

Sendo assim, REQUER a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição, visto que comprovadamente me  
ENQUADRO NA CONDIÇÃO de **doador de Sangue / Medula Óssea**.

Nestes Termos firma a presente declaração e  
Pede Deferimento.

Jaborá/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante/Requerente

**(Não serão aceitas cópias e/ou cópias digitalizadas desta Declaração.  
Somente com assinatura original)**

#### ANEXO VII

23



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ



### IDENTIFICAÇÃO DA TITULAÇÃO

Eu \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade nº \_\_\_\_\_,  
inscrito no CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado a Rua  
\_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_,  
Cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrito para o Processo Seletivo  
01/2019 da Prefeitura Municipal de Jaborá, inscrição sob o número \_\_\_\_\_, para o cargo de  
\_\_\_\_\_ requer a Vossa Senhoria a apreciação da documentação apresentada:

APRESENTADO	TÍTULO(S)	PONTUAÇÃO
( )	DOUTORADO	0,75 (Setenta e Cinco Centésimo) PONTO – MÁXIMO 1 TÍTULO
( )	MESTRADO	0,50 (Cinquenta Centésimo) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO
( )	ESPECIALIZAÇÃO	0,25 (Vinte e Cinco Centésimo) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO

TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	_____ PONTOS
-------------------------	--------------

EM ANÁLISE PELA BANCA	( )
-----------------------	-----

***(A presente pontuação poderá sofrer alterações se  
necessário durante a revisão da titulação)***

Jaborá-SC, \_\_\_\_\_ de Novembro de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Candidato(a)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável pelo  
Recebimento.

**Com fulcro no presente Edital, o candidato que não apresentar as duas vias deste Anexo PERDERÁ o direito do auxílio da titulação.**



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 256/2019

Publicação Nº 2215576

#### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 256/2019

Ao 1º dia do mês de novembro de 2019, às oito horas, no auditório da SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA, ESPORTE E LAZER, na Rua Gustavo Hagedorn, 636, Bairro: Nova Brasília, (Arena Jaraguá), reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 12.750/2019, de 08/04/2019, formada pelos membros Vera de Tofol, Andréa Máximo Ferreira Malschitzky, Cláudia Rejane Goris de Oliveira, Ismael Niels e Marzeni Borges Antunes Gadotti para, sob a presidência do primeiro, procederem a abertura dos envelopes referentes a licitação: Edital de Chamamento Público nº 256/2019, cujo objeto é a exploração de guarda-volumes para a realização do evento público denominado "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", que se realizará no período de 07 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. Aberta a sessão pública, ficou constatado o não comparecimento de interessados em participar da presente licitação, a comissão decide por declarar o certame deserto. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata que após assinada pela comissão e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC). Jaraguá do Sul (SC), 1º de novembro de 2019.

Andréa Máximo Ferreira Malschitzky	
Cláudia Rejane Goris De Oliveira	
Ismael Niels	
Marzeni Borges Antunes Gadotti	
Vera de Tofol	

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2019-FMS

Publicação Nº 2216066

#### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2019-FMS

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, com início às treze horas e quarenta e cinco minutos, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 48/2019-FMS, que tem por objeto a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS II/AD E INFANTIL, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 13.127/2019. Compareceram ao certame, devidamente credenciados e entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponentes	Credenciado	Identificação
RFM SCHERER LTDA EPP	Dilson Scherer	538.990.409-53
VHR DISTRIBUIDORAEIRELI	Venesio Hornburg	821.724.049-34

Presente a sessão as Sras. Lucimara Gabardo Taraschucky e Joseane de Borba Zehnder representantes do Fundo Municipal de Saúde, para auxiliar na análise e julgamento das propostas apresentadas. Dando início a sessão foi realizado o credenciamento dos representantes presentes e logo após passou-se à abertura das propostas comerciais. Após a análise, relativamente às imposições do edital foram classificadas as propostas apresentadas, visto terem atendido as exigências do Edital. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lances), conforme registros no Anexo I desta Ata – Mapa de Preços. Não houve necessidade de aderir a LC 123/2006. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com os seguintes valores unitários para cada item:

Item	Empresa vencedora	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário do item R\$
01	DESERTO	10	kg	AMENDOIM TORRADO, SEM CASCA E SEM SAL – CÓDIGO 12753 Amendoim descascado, inteiro apresentando bom estado e conservação, sem nenhum sinal de mofo, embalagem plástica de 01 kg, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade.	XXX
02	VHR DISTRIBUIDORAEIRELI	30	kg	BISCOITO DOCE (LEITE) – CÓDIGO 16589 Biscoito doce s/recheio; de leite; de farinha de trigo, gordura vegetal, sal; açúcar e outras substâncias permitidas; embalagem filme bopp, com validade mínima na data da entrega de 5 meses; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela ANVISA	11,40

03	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	30	kg	BISCOITO DOCE S/RECHEIO – ROSQUINHA SABOR CHOCOLATE - CÓDIGO 27761 Biscoito doce s/recheio; rosquinha sabor chocolate; de farinha de trigo, ferro e ácido fólico, açúcar, cacau em pó, licor de cacau, sal refinado, corante caramelo; lecitina de soja e outras substâncias permitidas validade mínima 5 meses a contar data entrega; acondicionado em saco plástico pvc atóxico, e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005, e suas alterações produto sujeito a verificação no ato da entrega; aos proced. administrat. determinados pela ANVISA	12,00
04	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	50	Pctes	BISCOITO C/SAL CREAM CRACKER – CÓD 10661 Biscoito c/sal; cream cracker; farinha de trigo, gordura vegetal hidrogenada; água, e outras substâncias permitidas; embalagem filme bopp, com validade mínima na data da entrega de 5 meses; embalagem com no mínimo 400 gramas; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos proced. Administrativos determinados pela anvisa	3,25
05	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	100	Cx	CHÁ DE ERVAS – CÓDIGO 16939 Chá sabores diversos, cx c/ mínimo de 10 sachês. A embalagem deverá conter dados de identificação do produto e validade. (Frutas Vermelhas, Erva Doce, Camomila, Hortelã, Capim Cidreira, Mate)	2,40
06	DESERTO	10	kg	CHOCOLATE AO LEITE – CÓDIGO 27771 (Especificar Chocolate não Hidrogenado) Gotas de chocolate ao leite (pastilhas de chocolate) Embalagem em saco plástico transparente, atóxico, resistente, hermeticamente vedado, de até 1kg. Registrado no órgão competente.	XXX
07	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	30	kg	ACHOCOLATADO EM PÓ – CÓDIGO 10658 Instantâneo. Ingredientes obrigatórios: açúcar, cacau em pó, lecitina de soja e maltodextrina. Valor nutricional mínimo: 07 vitaminas, 03g de proteínas em 100g do produto seco. Embalagem primária de até 01 kg cada. Com Registro no Ministério da Saúde. Prazo de validade mínimo de 08 meses.	10,20
08	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	10	kg	FARINHA DE TRIGO – CÓDIGO 7740 Farinha de trigo especial, tipo 1, embalagem de no mínimo 01kg, 1ª qualidade, validade mínima de 04 meses, registrado no órgão Sanitário competente.	2,70
09	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	30	Un	GELATINA – CÓDIGO 13344 Pó para gelatina diversos sabores, com no mínimo 30g. A embalagem deverá conter dados de identificação do produto e validade.	1,00
10	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	700	L	LEITE SEMIDESNATADO EMB. TETRAPAK – CÓDIGO 24934 Leite semidesnatado tipo longa vida – Composição: leite integral e estabilizante. Embalagem primária: caixa tetra Pack, aspecto físico: líquido, unidade de fornecimento caixa com 1 litro. Validade mínima de 4 (quatro) meses e fabricação não superior a 30 (trinta) dias da entrega do produto.	3,20
11	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	100	L	LEITE SEMIDESNATADO ZERO LACTOSE – CÓDIGO 27602 Leite longa vida UHT semidesnatado sem lactose, contendo enzima lactase, para dietas com restrição de lactose, embalagem tetrapack 1 litro.	3,45
12	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	15	Un	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO - CÓDIGO 10687 Embalagem de no mínimo 400g. Validade de no mínimo 09 meses da data da entrega. Registrado em órgão competente.	9,85
13	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	80	Pctes	MILHO PIPOCA – CÓDIGO 13401 Milho de pipoca, tipo 1, embalagem de polietileno atóxico de no mínimo 250 gramas, com identificação na embalagem (rótulo dos ingredientes, informações nutricionais, peso, fornecedor, data de fabricação e validade mínima de 06 meses a contar da data de entrega, registrado no órgão competente.	2,65
14	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	250	Un	REFRIGERANTE – CÓDIGO 10724 Refrigerantes com diversos sabores; com compostos de extratos naturais, água gaseificada; sendo permitido corante caramelo, sacarina; isento de corantes artificiais, com validade mínima 02 meses a contar da fabricação; livre de sujidades, parasitas e larvas; acondicionado em embalagem pet de 2 lts, suas condições deverão estar de acordo com a nta-61 (decreto 12486 de 20/10/78)	4,70
15	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	5	kg	SAL REFINADO – CÓDIGO 13334 Sal refinado iodado, com embalagem plástica de 01 kg. Registrado em órgão competente. Validade 12 meses.	1,20
16	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	60	L	SUCO CONCENTRADO DE UVA – CÓDIGO 10347 Suco concentrado de fruta, sabor uva, embalagem com capacidade mínima de 500ml em embalagem original do fabricante, com informações do fabricante e data de validade. Registrado em órgão competente.	13,40
17	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	300	Pctes	SUCO DE FRUTAS ARTIFICIAL EM PÓ - CÓD 16938 Suco de frutas artificial em pó, embalagem atóxica de no mínimo 35gr, diversos sabores já adoçado; um litro de água para cada envelope do produto; validade mínima de 5 meses a contar da data da entrega, registrado em órgão competente.	1,10

18	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	20	Un	BEBIDA LÁCTEA – CÓDIGO 26612 Fermentada com polpa de frutas – diversos sabores – Sachê de mínimo 900 ml, a embalagem deve ser de plástico, resistente, reforçada e íntegra. Com registro no Ministério da Agricultura. Com informação nutricional no rótulo. Data de fabricação e prazo de validade mínimo de 30 dias.	4,70
19	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	15	kg	CEBOLA – CÓDIGO 8266 Cebola extra, para consumo fresco; graúda; com mais de 70% da superfície do bulbo coberta; pelo catafilo (película externa da cebola); não apresentar defeitos externos e internos que prejudiquem o consumo, como brotado, dano mecânico, mancha negra(carvão); parcialmente sem película ou podre.	5,15
20	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	15	kg	TOMATE – CÓDIGO 11496 Tomate fruto fresco de tamanho médio, com características íntegras, apresentando-se mesclado (maduro) e de primeira qualidade; fresco, limpo, coloração uniforme; apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo; isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos à superfície externa. Não deve apresentar quaisquer lesões de origem física, mecânica ou biológica. Podendo ser orgânico.	2,54
21	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	300	kg	BANANA – CÓDIGO 11495 Banana comum de primeira, apresentado grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	2,94
22	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	200	kg	LARANJA – CÓDIGO 7746 Laranja pera tipo especial, de 1ª qualidade, madura. A laranja deverá apresentar tamanho médio e, livre de danos fisiológicos, pragas e doenças, com perfeitas condições de conservação e maturidade.	1,90
23	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	300	kg	MAÇÃ ( FUJI) – CÓDIGO 10344 Maçã fuji - especial tamanho médio, grau médio de amadurecimento. Deverá estar livre de danos fisiológicos, pragas e doenças, com tamanho e cor uniforme e boa definição superficial.	5,75
24	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	250	kg	MAMÃO (COMUM) – CÓDIGO 7748 Mamão comum, de primeira qualidade, tamanho médio, casca lisa, consistência firme livre de fungos, sem amassados ou qualquer outra alteração em seu aspecto, cor ou sabor.	4,20
25	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	250	kg	TANGERINA – CÓDIGO 21290 Tangerina poncã de 1ª qualidade, tamanho médio por fruta 150g, casca livre de fungos, íntegra, maturação natural.	4,70
26	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	30	kg	PINHÃO - CÓDIGO 10723	10,00
27	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	100	kg	MELANCIA – CÓDIGO 7768 Melancia tamanho médio, fresco, em bom estado de conservação sem amassados ou qualquer outra alteração em seu aspecto, cor ou sabor	1,75
28	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	40	kg	SALSICHA – CÓDIGO 10696 Salsicha suína inteira, resfriada, 1ª qualidade, embalagem em polietileno, à vácuo, devendo constar: data da fabricação, validade e inspeção sanitária animal do órgão competente. Prazo de validade mínimo de 45 dias e data de fabricação máxima de 10 dias na data da entrega.	8,97
29	RFM SCHERER LTDA EPP	30	kg	PÃO FRANCÊS – CÓDIGO 17311 Pão; francês; composição mínima da massa: 40g farinha de trigo, 0,8g de sal; 0,4g de reforçador, 24ml de água, 0,2g de açúcar; 1,2g de fermento biológico, 0,4g de gordura vegetal; pesando 50 gramas por unidade, vida útil 6 horas; embalagem apropriada; e suas condições deverão estar de acordo com o (dec.3.029, de 16/04/99) e (port.593, de 25/08/99); portaria 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela Anvisa.	12,50
30	RFM SCHERER LTDA EPP	500	kg	BOLO NEGA MALUCA – CÓDIGO 27774 Bolo já preparado c/ cobertura de chocolate, fatia 50g.	27,50
31	RFM SCHERER LTDA EPP	500	kg	BOLO DE FUBÁ – CÓDIGO 27776 Bolo já preparado sem cobertura, fatia 50g.	30,00
32	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	4000	Un	ESFIRRA FECHADA ASSADA – DIVERSOS SABORES - CÓDIGO 32659 Ingredientes: Farinha de trigo especial, açúcar, sal, água, gordura vegetal, fermento, recheio: frango ou carne. Peso médio de 100g.	3,85
33	RFM SCHERER LTDA EPP	10000	Un	SANDUICHE NATURAL INTEGRAL – CÔD 29018 Ingredientes: pão integral (2 fatias de no mínimo 25g), 1 fatia de peito de ave defumado (15g), 2 fatias de queijo minas frescal (20g), 1 fatia grande de alface (Alface: em bom estado, livre de vermes, crocante e fresca), 2 fatias de tomate. Embalagem: primária, individual em plástico filme atóxico.	5,80

34	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	3000	Un	PÃO DE QUEIJO - CÓDIGO 21799 100% Natural. Elaborado com queijo, ovos in natura, leite pasteurizado, óleo vegetal, polvilho, água e sal. 40G cada unidade	2,10
35	RFM SCHERER LTDA EPP	6000	Un	SANDUICHE BAURU – CÓDIGO 36094 Pão francês (50g) feito no dia, margarina, presunto cozido (fatia 15g), queijo prato (fatia 15g), duas fatias de tomate. Embalado individualmente em saco plástico devidamente selado.	5,60
36	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	20	Un	EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO – CÓDIGO 22519 Extrato de tomate; concentrado; produto resultante da concentração de polpa de tomate por processo tecnológico; preparado com frutos maduros selecionados sem pele, sem sementes e corantes artificiais; isento de sujidades e fermentação; validade mínima 14 meses a contar da entrega, acondicionado embalagem mínima de 350gr; e suas condições deverão estar de acordo com a resolução rdc 276/03 e suas posteriores alterações; produto sujeito a verificação no ato entrega aos proc. Anvisa	2,90
37	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	12	Pacotes	CANJICA – CÓDIGO 13341 Milho de canjica branca; de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo; isento de sujidades, parasitas e larvas; admitindo umidade máxima de 14% por peso; acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, mínimo de 500g, com validade mínima de 4 meses a contar da data da entrega; e suas condições deverão estar de acordo com a portaria rdc 263 de 22 de setembro de 2005 e suas alterações posteriores; produto sujeito a verificação no ato da entrega aos procedimentos administrativos determinados pela ANVISA.	3,60
38	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	10	Un	MILHO EM CONSERVA – CÓDIGO 10753 Milho verde em conserva – embalagem de no mínimo 200gr (peso drenado) sem amassados ou ferrugens e que contenham data de fabricação e validade - produto com no máximo 30 dias de fabricação, no ato da entrega, e registrado em órgão competente.	2,00
39	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	6	Dz	OVOS – CÓDIGO 7803 Ovos de galinha, médios, vermelhos, isento de sujidades, fungos e substâncias tóxicas, acondicionados em embalagem com 01 dúzia, rótulo e especificações na embalagem. Deve conter data de validade na embalagem.	5,20
40	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	30	kg	CAFÉ EM PÓ 500GR – C/ SELO ABIC – Cód 8456 Pó de café homogêneo, torrado e moído, com selo ABIC, superior, a vácuo. Pacotes com 500 gramas. A marca deve possuir Certificado no PQC – Programa de Qualidade do Café, emitido por laboratório especializado, com nota de Qualidade Global mínima de 6,0 pontos e máxima de 7,2 na Escala Sensorial do Café e laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% de impureza. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor. A empresa vencedora deste item deverá apresentar juntamente com a primeira entrega do produto, a cópia do certificado de PQC – Programa de Qualidade do Café da ABIC, ou do laudo técnico, em plena validade da marca ofertada.	14,90
41	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	30	kg	AÇÚCAR REFINADO - C/ 1 KG – Cód 11422 Açúcar refinado de origem vegetal, constituído por sacarose e cana-de-açúcar, cor branca, granulometria fina, dissolução instantânea, embalado em pacote plástico lacrado de 1kg, livre de furos, contendo todas as informações pertinentes ao produto previstas na legislação vigente, data de fabricação e validade. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega pelo fornecedor.	2,36
42	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	10	kg	CARNE DE GADO MOÍDA DE 1ª – Cód 10717 Carne bovina moída, congelada, sem ossos, sem cartilagens e sem gorduras, 1ª qualidade, embalagem própria para alimentos, de polietileno à vácuo, devendo constar data de fabricação, validade, tipo de corte de carne, inspeção sanitária animal do órgão competente.	23,95
43	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	20	kg	MACARRÃO NINHOS LARGOS – Cód 10689 Massa com ovos, embalagem de 01 kg. Validade mínima de 10 meses. Registrado no órgão competente.	7,60
44	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	30	Kg	POLPA DE FRUTA CONGELADA – CÓDIGO 29017 Em embalagens de até 01kg, nos sabores: morango, uva, abacaxi e maracujá.	16,20
45	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	150	Litros	SUCO INTEGRAL (LARANJA E UVA – S/AÇÚCAR) – CÓDIGO 7868 Suco integral de fruta, sabores; uva, laranja, sem adição de açúcar, embalagem com capacidade mínima de 500ml em embalagem original do fabricante, com informações do fabricante e data de validade. Registrado em órgão competente.	12,90
46	VHR DISTRIBUIDORA EIRELI	3.000	Un	FOLHADO DE FRANGO/CARNE – CÓDIGO 32658 Ingredientes: Farinha de trigo especial, açúcar, sal, água, gordura vegetal, margarina para folhear, recheio: frango ou carne. Assados.	4,60
47	RFM SCHERER LTDA EPP	3.000	Un	SANDUICHE MISTO (PÃO FRANCÊS, QUEIJO, PRESUNTO E ALFACE) – CÓDIGO 20103-3 Pão francês (50g) feito no dia, presunto cozido (fatia 15g), queijo mussarela (fatia 15g) e alface, embalado individualmente em saco plástico devidamente selado	4,20

48	RFM SCHERER LTDA EPP	500	Kg	CUCA MASSA AMANTEIGADA – CÓDIGO 33436-2 Ingredientes: Farinha de trigo especial, margarina, ovos, açúcar, leite, fermento químico, amido de milho, emustab. Recheios: Banana, Maça, Chocolate, Farofa, Uva)	25,30
49	VHR DISTRI-BUIDORAEI-RELI	15	Un	ÓLEO DE SOJA – CÓDIGO 13332 Óleo de soja refinado com embalagem plástica (PET) 900 ml, validade mínima de 08 meses, registrado no órgão competente.	3,75

O valor inicial da proposta encontra-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02 - Documentação das licitantes vencedoras, concluindo-se pela HABILITAÇÃO das mesmas, visto terem atendido as exigências do Edital. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. As documentações das empresas vencedoras foram colocadas aos Representantes credenciados para verificação e análise do seu conteúdo em atendimento ao Edital, onde todos concordaram com o julgamento, passando visto em todas as folhas. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. Os itens não foram adjudicados as empresas vencedoras neste momento em função dos valores de alguns itens restarem consideravelmente acima do valor estimado do edital. Desta forma o processo será encaminhado ao Fundo Municipal de Saúde para verificação e autorização formal para adjudicação e homologação dos itens. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal para a devida Adjudicação e Homologação. Jaraguá do Sul, SC, 04 de novembro de 2019.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Sidnei Correa de Almeida	
Elían Gustavo Hermes Vareiro	
Lucimara Gabardo Taraschuck	
Joseane de Borba Zehnder	
Dilson Scherer	Retirou-se antes do término da sessão
Venesio Hornburg	

## ATA DE REUNIÃO PARA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO REFERENTE A HABILITAÇÃO - EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 10/2019 VERSÃO II

Publicação Nº 2214829

### ATA DE REUNIÃO PARA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO REFERENTE A HABILITAÇÃO - EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 10/2019 VERSÃO II

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, com início às oito horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 12.730/2019, formada pelos membros Taciana Tecilla Gessner, Verenice Aparecida Cordeiro e Adrieli Bubinski Linhares, para sob a presidência da primeira, para procederem a divulgação da análise e julgamento do recurso administrativo interposto pela empresa Geosky Aerolevantamentos e Engenharia Ltda, referente ao EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 10/2019 VERSÃO II, que tem como objeto “o Credenciamento de empresa especializada em Regularização Fundiária para execução do Projeto “LAR LEGAL” neste município, através de Termo de Cooperação firmado com a Prefeitura Municipal”.

Considerando a Decisão Administrativa exarada pelo Secretário Municipal da Administração (anexo) que julgou pelo deferimento do Recurso Administrativo interposto, a Comissão Especial reforma a decisão para HABILITAR a referida empresa, bem como mantém a habilitação das demais empresas participantes do certame, a saber:

Empresa
ADEHASC Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina
Geosky Aerolevantamentos e Engenharia Ltda
Ragserv Gestão e Serviços
SC Engenharia e Geotecnologia Ltda
Terra Firme Consultoria e Assessoria Ltda

A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e os autos serão disponibilizados à Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos para condução dos demais trâmites, efetivando a contratação. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial. Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

Taciana Tecilla Gessner
Verenice Aparecida Cordeiro
Adrieli Bubinski Linhares

## ATA DE REUNIÃO PARA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS INTERPOSTOS E CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE NOVAS PROPOSTAS COMERCIAIS AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

Publicação Nº 2216065

### ATA DE REUNIÃO PARA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS INTERPOSTOS E CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE NOVAS PROPOSTAS COMERCIAIS AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019

O Município de Jaraguá do Sul através da Pregoeira e sua Equipe de Apoio comunicam aos participantes do Pregão Presencial acima, que



considerando a Decisão Administrativa (anexa) que julgou pelo Indeferimento dos Recursos Administrativos protocolados pelas empresas FLAMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, ORBENK ADM E SERVIÇOS LTDA e SIM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA sob os protocolos nºs 26800/2019, 26890/2019 e 27050/2019 e que, solicita a aplicação do artigo Art. 48, (...) § 3º da Lei Federal 8.666/93, ficam CONVOCADAS as empresas participantes do certame:

AGIL EIRELI ME
FLAMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
JARAGUÁ GESTÃO DE RH EIRELI ME
LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA
ONDREPSB LIMPEZA E SERV. ESPECIAIS LTDA
ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI
VIGISOL SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO EIRELI

Para que apresentem Nova Proposta Comercial em atendimento ao Edital, assim definido:

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA das NOVAS PROPOSTAS: Até às 09:00 horas do dia 19 de novembro de 2019 no Setor de Protocolo. ABERTURA DAS PROPOSTAS às 10:00 hs do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Observação: Caso compareça para esta sessão um novo Credenciado, este deverá realizar seu credenciamento para participação da sessão. Jaraguá do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.

Rosinei Ap. Gretter Dias

Sidnei Corrêa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro

Pregoeira e Equipe de Apoio  
Decreto nº 11.334/2017.

## **AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 256/2019**

Publicação Nº 2215577

### **AUTORIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 256/2019**

Tendo analisado a Ata de Abertura e Julgamento do Edital de Chamamento Público acima, bem como a decisão da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto nº 12.750/2019, de 08 de abril de 2019, constatei total regularidade no procedimento da Comissão Especial, tanto no que se refere ao julgamento como na decisão apresentada, a qual restou DESERTA.

ISTO POSTO, H O M O L O G O o procedimento licitatório realizado.

Jaraguá do Sul, 1 de novembro de 2019.  
Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## **AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 145/2019**

Publicação Nº 2215217

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 145/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 05/11/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 19/11/2019 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: [compras@samaejs.com.br](mailto:compras@samaejs.com.br).

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2019 SEMAD**

Publicação Nº 2215018

Convocação de Processo Seletivo 001/2019 Semad.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão o de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 06 de novembro de 2019, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 001/2019 SEMAD conforme segue:

Nome: ARGEU ALISSON STECKLING

Cargo: Arquiteto e Urbanista - 40hs

Secretaria: SEMPLU

Classificação: 6º lugar

**CONVOCAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO 001/2019 SEMAD**

Publicação Nº 2215368

Convocação de Processo Seletivo 001/2019 Semad.

Pelo presente, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para comparecer junto a Divisão o de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, até às 16:00h do dia 06 de novembro de 2019, na Rua Walter Marquardt nº 1111 – Barra do Rio Molha, Jaraguá do Sul, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, haja vista a vossa classificação no Processo Seletivo 001/2019 SEMAD conforme segue:

Nome: ANDERSON DANIEL KLASSMANN

Cargo: Arquiteto e Urbanista - 40hs

Secretaria: SEMPLU

Classificação: 7º lugar

**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Publicação Nº 2214832

Recurso interposto pela empresa GEOSKY ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA, decorrente de sua inabilitação no Edital de Credenciamento nº 10/2019

Processo Administrativo nº 29.598/2019

**DECISÃO ADMINISTRATIVA****I RELATÓRIO**

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa GEOSKY ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA, decorrente de sua inabilitação no Edital de Credenciamento nº 10/2019, que tem por objeto a execução do Projeto LAR LEGAL no município de Jaraguá do Sul. O recurso interposto pela empresa GEOSKY ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA foi tempestivamente protocolado, (art. 109, I, da Lei 8.666/93), haja vista que a ata de julgamento foi publicizada no dia 29/08/2019 e o protocolo do recurso se deu no dia 04/09/2019. A Recorrente foi inabilitada por não apresentar o "projeto de credenciamento" exigido no item 3.5.1, que dispõe:

"Apresentar projeto de credenciamento com a indicação de profissionais das áreas de engenharia e advocacia, com capacidade técnica para execução dos serviços pertinentes a regularização fundiária".

A Recorrente expõe que atendeu perfeitamente as regras entabuladas no instrumento convocatório ao apresentar documentação regular e completa; apresentou documento intitulado como "CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ATRAVÉS DO PROJETO LAR LEGAL - RESOLUÇÃO 08/14-CM DO TJ/SC, indicando seus profissionais, tanto da área da engenharia como da advocacia; a exigência de comprovação de que a empresa possui profissionais técnicos restou apresentado no item 4 do documento apresentado; e houve excesso de formalidade.

A Comissão Especial de Licitações, em sua manifestação, acolheu as razões da Recorrente e decidiu por reconsiderar a decisão anteriormente proferida.

Realizada a manifestação jurídica, os autos foram remetidos ao Secretário da Administração para decisão em grau definitivo.

É o relatório.

**II FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente cabe destacar que a competência para julgamento do recurso está disposta na Lei 8.666/93, art. 109, § 4º, dispondo que o recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato recorrido, cabendo assim, ao Secretário da Administração proferir decisão administrativa.

O presente caso concreto trazido à análise diz respeito a assunto recorrente, qual seja: o conflito entre princípio da vinculação ao instrumento



convocatório e o princípio do formalismo moderado.

Vale expor que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que está substanciado no art. 41 da lei 8.666/93, é a aplicação específica do princípio da legalidade, razão pela qual a não observância das regras fixadas no instrumento pode acarretar a ilegalidade do certame. Já o princípio do formalismo moderado consiste na "adoção de formas simples e eficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados" (TCU, acórdão 357/2015).

O princípio do formalismo moderado veio com o desiderato de flexibilizar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (que demanda o cumprimento com maior rigor o formalismo das cláusulas editalícias). Assim sendo, deve ser realizada a ponderação entre os princípios alhures, sem, de fato, aniquilar um ou outro.

No caso em apreço, foi possível aferir que houve o cumprimento habilitatório, ainda que não nos conformes formais exatos descritos no item 3.5.1 do Edital.

A Recorrente apresentou os documentos que comprovam a sua condição habilitatória em outro formato, o que não compromete a análise da sua qualificação. De fato, no ponto 4 (denominado de qualificação técnica) da apresentação de sua proposta de credenciamento, a Recorrente apresenta e nomina o engenheiro e a advogada disponíveis para a execução do objeto editalício. Outrossim, no ponto 5.4 a Recorrente colaciona comprovante de inscrição e regularidade dos mencionados profissionais.

Quanto à exigência de subscrição do projeto apresentado pelos profissionais alhures (item 3.5.1.1), vale expor que tal ausência não aduz causa substancial a afastar a Recorrente do seu efetivo credenciamento, até porque poderia a comissão respectiva ter diligenciado e providenciado a sanabilidade da ausência de subscrição (art. 43, §3º, da Lei de Licitações). Não é demais lembrar que o fim central do presente credenciamento é conseguir angariar o maior número de empresas capazes de realizar a regularização fundiária nos moldes do projeto LAR LEGAL, observando os princípios constitucionais ligados à Administração Pública, art. 37 da CRFB.

Nesse sentido, vale citar o acórdão no proferido no Resp nº 1.306.436 que considerou excesso de formalismo a inabilitação de licitante que deixou de assinar determinada declaração exigida:

DIREITO ADMINISTRATIVO - REEXAME NECESSÁRIO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - INABILITAÇÃO DE LICITANTE - AUSÊNCIA DE ASSINATURA EM DOCUMENTO - VÍCIO FORMAL SANÁVEL - EXCESSO DE RIGOR - RAZOABILIDADE - VIOLAÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA - RECURSOS PREJUDICADOS. - É desarrazoado que um equívoco formal, que não compromete o processo licitatório, seja causa de inabilitação de uma licitante (Resp nº 1.306.436).

Tampouco seria substancial a inabilitação de participante que apresentou proposta titulada com outro nome, que não o determinado no Edital, ex.: ao invés de nominar como: proposta comercial; nomeia como: proposta de preço ou proposta orçamentária etc. Nesta hipótese estaria caracterizado o excesso de formalismo.

Existem diversos julgados tanto do Tribunal de Contas da União, quanto do Superior Tribunal de Justiça, quanto de Tribunais de Justiça sobre o tema ligado à aplicação ao princípio do formalismo moderado (STJ: MS nº 5.597/DF, MS nº 5.418/DF, MS 5.779/DF e MS 5.647; TCU: Acórdão 119/2016-Plenário, TC 000.643/2018-1, 187/2014, 1811/2014 etc.).

Diante do exposto, o parecer jurídico anexo, se manifesta pelo credenciamento da Recorrente e consigna que agiu acertadamente a comissão licitante em reconsiderar o julgamento proferido anteriormente.

### III DISPOSITIVO

Diante do exposto, por tudo mais que dos autos consta e do direito aplicável à espécie, a Secretaria da Administração decide pelo DEFERIMENTO DO RECURSO protocolizado pela empresa GEOSKY ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA, considerando sua HABILITAÇÃO no Edital de Credenciamento nº 10/2019, encaminhando esta decisão à Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos para que se tome as devidas providências legais.

Jaraguá do Sul, 18 de outubro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal da Administração

## DECISÃO ADMINISTRATIVA

Publicação Nº 2216075

As licitantes Orbenk Administração e Serviços Ltda., Sim Comércio e Serviços Eireli. e Flama Construções e Serviços Ltda., apresentaram as razões recursais da decisão proferida pela Pregoeira em 12/09/2019, por intermédio dos processos administrativos nºs 26.800/2019, 26.890/2019 e 27.050/2019.

As contrarrazões constam do processo administrativo nº 27.427/2019.

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

#### I – RELATÓRIO

Tratam-se de recursos administrativos interpostos pelas empresas Orbenk Administração e Serviços Ltda., Sim Comércio e Serviços Eireli. e Flama Construções e Serviços Ltda., da decisão proferida pela Pregoeira em 12/09/2019, por intermédio dos processos administrativos nºs 26.800/2019, 26.890/2019 e 27.050/2019, ao Pregão Presencial nº 17/2019, cujo objeto da presente licitação é a "contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de atendimento de protocolo, de forma contínua, destinados para apoio administrativo, a serem executados nas dependências da Secretaria de Administração (Setor de Protocolo) e Fundação Jaraguense de Meio Ambiente – FUJAMA do Município de Jaraguá do Sul – SC". As contrarrazões constam do processo administrativo nº 27.427/2019.

Segundo o Edital nº 17/2019, o prazo recursal seria até o dia 16/09/2019 e contrarrazões até o dia 20/09/2019, face o julgamento que ocorreu em 12/09/2019. Assim, os recursos administrativos e contrarrazões apresentados são TEMPESTIVOS.

As interessadas objetivam a revisão da decisão administrativa da Pregoeira acerca da formulação das suas propostas comerciais, para o fim de apurar a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis com as condições fixadas no edital.

Em relação à Orbenk Administração e Serviços Ltda., a mesma não concorda com a desclassificação de sua proposta, fazendo, em suma, apontamentos alegando que:

- a) não há óbice legal para renúncia de parcela da remuneração da proponente;
- b) pela possibilidade de saneamento de eventual equívoco de cotação do vale-transporte a menor do estipulado em Decreto nº 12.517/2018, na qual fixa a tarifa a R\$ 4,60 (quatro reais e sessenta centavos) para pagamento antecipado e R\$ 5,00 (cinco reais) para pagamento da passagem embarcada a partir de janeiro de 2019.

Em relação à Sim Comércio e Serviços Eireli e à Flama Construções e Serviços Ltda., contam os seguintes apontamentos:

- a) não concordam com a sua desclassificação, alegando que na convenção coletiva de trabalho SEAC SC nº 333/2019, inexistia a função de "atendente", não havendo previsão editalícia sobre qual o cargo utilizar para fins de cotação;
- b) as atribuições do "atendente" que constam são análogas às atividades de recepção, razão pela qual esta proponente compôs seu preço utilizando o piso de recepcionista para esta função;
- b) as atribuições constantes em edital para "atendente" são também atribuições de recepcionista;
- c) que a composição de custos estão corretas.

Os representantes legais das licitantes Flama Construções e Serviços Ltda. e Agil Eireli não assinaram suas razões e contrarrazões.

Visando analisar as peculiaridades técnicas dos recursos administrativos interpostos pelas licitantes, foi elaborado o Parecer Técnico nº 665/2019, de 10/10/2019, pela Controladoria Geral do Município.

Por sua vez, os autos foram encaminhados à Procuradoria-Geral do Município, para exarar manifestação jurídica e após os autos foram remetidos ao Secretário da Administração para decisão em grau definitivo.

É o breve relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente cabe destacar que a competência para julgamento do recurso está disposta na Lei 8.666/93, art. 109, § 4º, dispondo que o recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato recorrido, cabendo assim, ao Secretário da Administração proferir decisão administrativa.

Preliminarmente, na modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, os recursos administrativos encontram-se previstos no inciso XVIII, art. 4º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, verbis:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Como é sabido, somente podem ser desclassificadas as propostas, com base nos incisos I ou II do art. 48, da Lei nº 8.666/93, verbis:

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexeqüíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

b) valor orçado pela administração. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 2º Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b", será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

Após tomar as medidas recomendadas, a Pregoeira proferiu decisão administrativa devidamente motivada na análise contábil consubstanciada no Parecer Técnico nº 05/2019, de 21 de agosto de 2019, realizada pela Controladoria Geral do Município.

Sendo assim, correta a desclassificação das licitantes Orbenk Administração e Serviços Ltda., Sim Comércio e Serviços Eireli. e Flama Construções e Serviços Ltda., porque suas propostas comerciais:

- a) não atenderam às exigências mínimas do ato convocatório da licitação e Anexo XII que é parte integrante do Pregão nº 17/2019, que tratam das informações e dos requisitos que devem compor a Planilha de Composição de Custos;

b) apresentaram preços manifestamente inexequíveis, porque não foram considerados viáveis através de documentação que comprove que os custos dos insumos coerentes com os de mercado e coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

O Parecer Jurídico se manifesta pela manutenção da decisão da Pregoeira, com fundamento nos incisos I e II do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93, para o fim de desclassificar as propostas das licitantes:

a) Orbenk Administração e Serviços Ltda. porque a Planilha de Custos informa valores de gastos com transporte de funcionários inferiores aos praticados no mercado e com a legislação aplicável;

b) Sim Comércio e Serviços Eireli e Flama Construções e Serviços Ltda, porque a Planilha de Custos informa valores de salário base para serviços diversos do objeto licitado, pois indica o Piso Salarial de Recepcionista/Telefonista no valor de R\$ 1.176,31 (hum mil, cento e setenta e seis reais, trinta e um centavos).

### III – DA CONCLUSÃO / DISPOSITIVO

Diante do exposto, por tudo mais que dos autos consta e do direito aplicável à espécie, a Secretaria da Administração decide pelo NÃO PROVIMENTO DOS RECURSOS apresentados pelas licitantes Orbenk Administração e Serviços Ltda., Sim Comércio e Serviços Eireli. e Flama Construções e Serviços Ltda., pois seguindo o Parecer Jurídico e o Parecer Técnico da Controladoria Geral do Município, as propostas das recorrentes encontram-se desconformes e incompatíveis com as exigências editalícias em relação a forma de composição da Planilha de Custos fixada no Anexo XII do edital, impondo a sua desclassificação, com fundamento nos incisos I e II do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93, considerando a desclassificação de todas as empresas, aplique-se o §3º do artigo 48 da referida Lei. Encaminhando esta decisão à Diretoria de Compras, Licitações e Suprimentos para que se tome as devidas providências legais.

Jaraguá do Sul, 24 de outubro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal da Administração

## **E D I T A L TOMADA DE PREÇOS Nº 173/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

Publicação Nº 2216076

### **E D I T A L**

TOMADA DE PREÇOS Nº 173/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TIPO: Menor Preço Global

### **CONVOCAÇÃO PARA ABERTURA DA NOVA PROPOSTA COMERCIAL DA EMPRESA FATOR 3 CONSTRUÇÕES LTDA**

O Município de Jaraguá do Sul, através do Presidente da Comissão Especial de Licitações designado pelo Decreto nº 13.163/2019, CONVOCA as empresas FATOR 3 CONSTRUÇÕES LTDA e ARAÚJO CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, para abertura da NOVA PROPOSTA COMERCIAL da empresa FATOR 3 CONSTRUÇÕES LTDA, protocolada tempestivamente no dia 01/11/2019 sob o Protocolo nº 31399/2019, ficando marcada para o dia 06/11/2019 às 13:30 horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Jaraguá do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.

Ivan Andreias Wolter

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 13.163/2019

## **EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 229/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

Publicação Nº 2216067

### **EDITAL**

CONCORRÊNCIA Nº 229/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

### **COMUNICADO DE SUSPENSÃO**

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados na licitação acima, que em função de impugnações protocoladas tempestivamente e pedidos de esclarecimentos por empresas interessadas no certame, o mesmo encontra-se SUSPENSO, para a análise e revisão do Edital.

Ressaltamos que a nova data para entrega e abertura dos envelopes, será informada e republicada posteriormente.

Sem mais para o momento,

Jaraguá do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.  
ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019 2A CHAMADA PARA CAPACITAÇÃO EM AGROTURISMO**

Publicação Nº 2216078

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019  
2a Chamada para CAPACITAÇÃO EM AGROTURISMO

Período de inscrições: de 2 a 6 de setembro de 2019.

Relação de inscritos e resultado da análise das inscrições:

Nome:	Apresentou e entregou a documentação obrigatória em conformidade com o edital?	Inscrição selecionada?
CELSE TOMASELLI	( ) sim ( x ) não	( ) sim ( x ) não
GILBERTO TOMASELLI	( x ) sim ( ) não	( x ) sim ( ) não
OTAVIO SILVA	( x ) sim ( ) não	( x ) sim ( ) não
RosEmeri silva	( x ) sim ( ) não	( x ) sim ( ) não

Jaraguá do Sul (SC), 10 de setembro de 2019.  
DOMINGOS SÁVIO ZANCANARO  
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 256/2019 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER - SECEL  
RESULTADO DE JULGAMENTO**

Publicação Nº 2215578

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 256/2019  
SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER - SECEL

**RESULTADO DE JULGAMENTO**

A Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, através da Presidente da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 12.750/2019, de 08/04/2019, comunica aos interessados no Edital de Chamamento Público acima, que teve por objeto a exploração de Guarda-Volumes para a realização do evento público denominado "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", que se realizará no período de 07 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, restou DESERTO em função de nenhuma empresa protocolar envelope nesta data para participação no certame.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.  
Vera de Tofol  
Presidente da Comissão Especial de Licitações  
Decreto nº 12.750/2019

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 199/2019 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM CONVOCAÇÃO**

Publicação Nº 2215460

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL 199/2019  
TIPO: Menor Preço por Item

**CONVOCAÇÃO**

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados na licitação por Pregão Presencial acima, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de vigilância armada e desarmada e serviços de brigadistas para a 31ª Schützenfest – edição 2019:

Considerando o pedido de desistência de assumir o contrato pela primeira colocada, empresa J. H. EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA., ficam convocados os participantes do certame, para abertura da Habilitação da segunda colocada, empresa VIGISOL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI EPP. Sendo assim, esta Administração está marcando a data e horário, como segue:

DATA, HORA e LOCAL: Dia 05 de novembro de 2019 às 15h, na Sala II de Licitações da Gerência de Licitações e Contratos.

Jaraguá do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.  
ARGOS JOSE BURGARDT  
Secretário de Administração

NATÁLIA LÚCIA PETRY  
Secretária de Cultura, esporte e Lazer

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2019**

Publicação Nº 2216068

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2019****PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 137/2019**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e DEMAIS SECRETARIAS**CONTRATADA:** MICROCABLE SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA LTDA**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata o registro de preço para à aquisição de EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, ÁUDIO, VÍDEO, FOTO E LICENÇAS DE SOFTWARE ao longo de 12(doze) meses, destinados para diversas Secretarias da Administração Municipal, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.1.1 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 16.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.**PAGAMENTOS:** Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, devendo ser entregue no almoxarifado da Secretaria de Administração.**PRAZO PARA AS ENTREGAS:** A cada pedido realizado, a entrega total deverá acontecer no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada via fax símile e/ou e-mail.**CONDIÇÕES PARA AS ENTREGAS:** No recebimento de cada pedido, o produto será avaliado de acordo com a especificação detalhada constante no Edital. Não estando em conformidade, o mesmo será reprovado e o pedido será devolvido em sua totalidade.**LOCAIS E CONDIÇÕES PARA AS ENTREGAS:** Os equipamentos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, localizada na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Barra do Rio Molha, na Diretoria de Tecnologia da Informação, para a devida análise das mercadorias, pelos técnicos.**DATA DA ASSINATURA:** 04/10/2019.**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul**SIGNATÁRIOS:** Argos José Burgardt, Alceu Gilmar Moretti, Samira Helena Abreu Leutprecht, Maria Santin Camello, Daniel Peach, Eduardo Bertoldi, Normando Nelson Zitta Junior e Maichel Rogers Silveira

ARGOS JOSÉ BURGARDT – Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI - Gestor do FMS

SAMIRA HELENA ABREU LEUTPRECHT - Gestora do FMDDD

MARIA SANTIN CAMELLO - Ordenadora do FMAS

DANIEL PEACH - Gestor do Froagro

LUÍS FERNANDO ALMEIDA - Coordenador do FMHIS

EDUARDO BERTOLDI - Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo  
Convênio Rádio Patrulha e Convênio Trânsito

NORMANDO NELSON ZITTA JUNIOR – Presidente da FUJAMA

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 273/2019**

Publicação Nº 2216069

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 273/2019****PROCESSO:** PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2019**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e DEMAIS SECRETARIAS**CONTRATADA:** A.V COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI**OBJETO:** Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para o fornecimento de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 187/2019, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 16.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.**PAGAMENTOS:** Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega total de cada pedido realizado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso no Almoxarifado Central, conforme descrito no item 11.3.**PRAZO DE ENTREGA:** A cada pedido realizado, a entrega para os itens deverá acontecer com prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada fax símile e/ou e-mail.**LOCAL DE ENTREGA:** As entregas serão realizadas no Almoxarifado Central do Município, localizado na Rua Marina Frutuoso, 800, Centro – Jaraguá do Sul/SC aos cuidados do Sr. Reginaldo e/ou Daiane.**DATA DA ASSINATURA:** 09/10/2019.



FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Alceu Gilmar Moretti, Maria Santin Camello e Arilson José Alves

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI

- Gestor do FMS

MARIA SANTIN CAMELLO

Ordenadora do FMS

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 278/2019

Publicação Nº 2216070

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 278/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e DEMAIS SECRETARIAS

CONTRATADA: DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para o fornecimento de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 187/2019, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 16.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega total de cada pedido realizado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso no Almoxarifado Central, conforme descrito no item 11.3.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega para os itens deverá acontecer com prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão realizadas no Almoxarifado Central do Município, localizado na Rua Marina Frutuoso, 800, Centro – Jaraguá do Sul/SC aos cuidados do Sr. Reginaldo e/ou Daiane.

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Alceu Gilmar Moretti, Maria Santin Camello e Jair Jacobo

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI

- Gestor do FMS

MARIA SANTIN CAMELLO

Ordenadora do FMS

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 279/2019

Publicação Nº 2216071

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 279/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e DEMAIS SECRETARIAS

CONTRATADA: COMERCIAL MULTVILLE LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para o fornecimento de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 187/2019, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 16.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega total de cada pedido realizado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso no Almoxarifado Central, conforme descrito no item 11.3.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega para os itens deverá acontecer com prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão realizadas no Almoxarifado Central do Município, localizado na Rua Marina Frutuoso, 800, Centro

– Jaraguá do Sul/SC aos cuidados do Sr. Reginaldo e/ou Daiane.

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Alceu Gilmar Moretti, Maria Santin Camello e Alan Filipe da Silva

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI

- Gestor do FMS

MARIA SANTIN CAMELLO

Ordenadora do FMS

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 280/2019

Publicação Nº 2216072

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 280/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e DEMAIS SECRETARIAS

CONTRATADA: KLEIN E FILHOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para o fornecimento de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 187/2019, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 16.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega total de cada pedido realizado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso no Almoxarifado Central, conforme descrito no item 11.3.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega para os itens deverá acontecer com prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão realizadas no Almoxarifado Central do Município, localizado na Rua Marina Frutuoso, 800, Centro – Jaraguá do Sul/SC aos cuidados do Sr. Reginaldo e/ou Daiane.

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Alceu Gilmar Moretti, Maria Santin Camello e Jean Ricardo Klein

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI

- Gestor do FMS

MARIA SANTIN CAMELLO

Ordenadora do FMS

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 281/2019

Publicação Nº 2216073

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 281/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e DEMAIS SECRETARIAS

CONTRATADA: RIO FLEX COM. DE EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para o fornecimento de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 187/2019, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 16.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega total de cada pedido realizado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso no Almoxarifado Central, conforme descrito no item 11.3.

PRAZO DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega para os itens deverá acontecer com prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos,



após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão realizadas no Almoxarifado Central do Município, localizado na Rua Marina Frutuoso, 800, Centro – Jaraguá do Sul/SC aos cuidados do Sr. Reginaldo e/ou Daiane.

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Alceu Gilmar Moretti, Maria Santin Camello e James Everton Franke

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI  
- Gestor do FMS

MARIA SANTIN CAMELLO  
Ordenadora do FMS

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 282/2019

Publicação Nº 2216074

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 282/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e DEMAIS SECRETARIAS

CONTRATADA: BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para o fornecimento de MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO I do Pregão presencial 187/2019, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 16.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

PAGAMENTOS: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a solicitação e entrega total de cada pedido realizado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso no Almoxarifado Central, conforme descrito no item 11.3.

PRazo DE ENTREGA: A cada pedido realizado, a entrega para os itens deverá acontecer com prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, que será enviada fax símile e/ou e-mail.

LOCAL DE ENTREGA: As entregas serão realizadas no Almoxarifado Central do Município, localizado na Rua Marina Frutuoso, 800, Centro – Jaraguá do Sul/SC aos cuidados do Sr. Reginaldo e/ou Daiane.

DATA DA ASSINATURA: 09/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Alceu Gilmar Moretti, Maria Santin Camello e Izanir Billig

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário de Administração

ALCEU GILMAR MORETTI  
- Gestor do FMS

MARIA SANTIN CAMELLO  
Ordenadora do FMS

## PORTARIA Nº35/2019/SEMASH

Publicação Nº 2216081

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
--	---

### PORTARIA Nº35/2019/SEMASH

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 102/1010 de 12 de Novembro de 2010, e processo seletivo nº001/2017.

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, QUEILA BORGES DOS SANTOS, para em Caráter Temporário atuar como ADVOGADA CREAS em Regime de Direito Administrativo – RDA, da Lei 190, a partir de 05/11/2019 a 03/05/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.  
Jaraguá do Sul, XX de Novembro de 2019.  
Maria Santin Camello  
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

**PORTARIA Nº36/2019/SEMASH**

Publicação Nº 2216082

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº36/2019/SEMASH

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 102/1010 de 12 de Novembro de 2010, e processo seletivo nº001/2017.

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, BRUNO LONGO DE MOURA, para em Caráter Temporário atuar como PSICÓLOGO em Regime de Direito Administrativo – RDA, da Lei 190, a partir de 05/11/2019 a 03/05/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, XX de Novembro de 2019.  
Maria Santin Camello  
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

**PORTARIA Nº 003/2019 – SEMDEICST**

Publicação Nº 2216077

Portaria Nº 003/2019 – Semdeicst  
Homologa Seleccionados à Capacitação em Agroturismo

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo – Semdeicst, Domingos Sávio Zancanaro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 35 da Lei Complementar nº 186/2016 de 26 de dezembro de 2016, e, constatada total regularidade nos procedimentos de seleção dos inscritos em conformidade com o Edital de Chamamento Público nº 003/2019/Semdeicst – 2a Chamada para Capacitação em Agroturismo,

RESOLVE:

Art. 1º HOMOLOGAR as inscrições seleccionadas à Capacitação em Agroturismo.

Art. 2º Inscritos seleccionados:

I – Gilberto Tomaselli

II – Otavio Silva

III – Rosemeri Silva

Art. 3º A inscrição de Celso Tomaselli foi indeferida por não estar devidamente registrado como produtor rural no município de Jaraguá do Sul.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul (SC), 12 de setembro de 2019.  
Domingos Sávio Zancanaro  
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio, Serviços e Turismo

**PORTARIA Nº 2808/2019**

Publicação Nº 2216094

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--

PORTARIA Nº 2808/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 013/2019/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, EDNEIA TEIXEIRA ROCHA, para em Caráter Temporário atuar como Auxiliar de Sala, a partir de 01/11/2019 até 19/12/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE	CH
CMEI Onélia Muller Ersching	30

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2019

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 2809/2019**

Publicação Nº 2216096

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 2809/2019**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2019/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

ADMITIR, ZILMA ESPERANÇA, para em Caráter Temporário atuar como AGENTE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, a partir de 01/11/2019 até 19/12/2019, conforme o quadro abaixo:

UNIDADE ESCOLAR	C.H
CMEI Rui Kroeger	40

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2019

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 2810/2019**

Publicação Nº 2216097

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 2810/2019**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, CARLOS RAFAEL PEREIRA, admitido em Caráter Temporário, para atuar como SECRETÁRIO DE UNIDADE ESCOLAR, no CMEI Márcio Klinkoski, a partir de 22/10/2019.

Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 2799/2019, no que se refere a contratação do mesmo.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 2811/2019**

Publicação Nº 2216098

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2811/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, CRISTINA GIOVANA MAICA, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Educação Infantil no EMEB Atayde Machado , a partir de 16/10/2019.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº534/2019, Nº1355/2019 e Nº2188/2019 no que se refere a contratação da mesma e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 2812/2019**

Publicação Nº 2216100

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2812/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 011/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, EDNEIA TEIXEIRA ROCHA, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Agente de Alimentação e Nutrição, na CMEI Rosa Maria Donini, a partir de 16/10/2019.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº453/2019, Nº867/2019, Nº1385/2019 e Nº2212/2019, no que se refere a contratação da mesma, e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 2813/2019**

Publicação Nº 2216102

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2813/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, FATIMA APARECIDA FILIPPI, admitido em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, na EMEB Alberto Bauer, a partir de 09/10/2019.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº 352/2019, Nº 1423/2019 e Nº 2277/2019, no que se refere a contratação da mesma e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

## PORTARIA Nº 2814/2019

Publicação Nº 2216103

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

### PORTARIA Nº 2814/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

#### RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, JULIANE CAMEIRA, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Auxiliar de Sala, no CMEI Onélia Muller Ersching, a partir de 15/10/2019.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº 208/2019, Nº 1750/2019 e Nº 2407/2019, no que se refere a contratação da mesma e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

## PORTARIA Nº 2815/2019

Publicação Nº 2216106

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

### PORTARIA Nº 2815/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

#### RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, LEONI EDITE NARLOCH CIMARDI, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos Anos Finais, na disciplina de PORTUGUÊS, na EMEB Luiz Gonzaga Ayroso, a partir de 21/10/2019.

Em consequência, fica revogada a Portaria Nº889/2019, no que se refere a contratação da mesma.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 2816/2019**

Publicação Nº 2216108

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2816/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, MICHELE DIONE BERNES TORRES, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, Anos Finais, na disciplina de INGLÊS, na EMEB Anna Towe Nagel, EMEB Francisco de Paula e na EMEB Alberto Bauer, a partir de 14/10/2019.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº 326/2019, Nº 1867/2019 e Nº 2539, no que se refere a contratação da mesma e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 2817/2019**

Publicação Nº 2216110

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2817/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, NATHALY FRANCIELI BRUM ALFARO DE CARVALHO, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Auxiliar de Sala, no CMEI Elza Behling Grossklags, a partir de 02/10/2019.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº 233/2019, Nº 1879/2019 e Nº 2554/2019, no que se refere a contratação da mesma e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 2818//2019**

Publicação Nº 2216112

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

PORTARIA Nº 2818/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 009/2018/SEMED/PMJS.



**RESOLVE:**

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, PAMELA BONA, admitida em Caráter Temporário, para atuar como SECRETÁRIO DE UNIDADE ESCOLAR, no CMEI Márcio Klinkoski, a partir de 01/10/2019.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº 141/2019, Nº 1891/2019 e Nº 2567/2019, no que se refere a contratação da mesma e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 2819/2019**

Publicação Nº 2216113

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 2819/2019**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017, pelo Processo Seletivo de Provas, realizado através do Edital Nº 008/2019/SEMED/PMJS e pela Retificação 02/2019 SEMED/PMJS de 26 de abril de 2019.

**RESOLVE:**

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, RODRIGO MARQUES GRACIANO, admitido em Caráter Temporário, para atuar como Administrador Escolar, na EMEB ribeirão Cavalo, a partir de 17/10/2019.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº1630/2019 e Nº2602/2019, no que se refere a contratação do mesmo e devidas prorrogações de contrato.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 963/2019**

Publicação Nº 2215646

**PORTARIANº 963/2019**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ANA JERUSA BENING FLORIANO, matrícula 8161, ocupante do cargo efetivo de Recreadora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "ALEXANDER DE BORBA", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, INÊS HABLE PETRY, matrícula 7951, ocupante do cargo efetivo de Recreadora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "ALEXANDER ENKE", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, SANDRA REGINA PERON KAMCHEN, matrícula 10768, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "ALMIDA DALCANALE BERTOLI", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, IARA LUCHI SCHEIDT, matrícula 8038, ocupante do cargo efetivo de Recreadora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "ANELIA ENKE KARSTEN", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.5º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUCIANA LAZZARIS DEVEGILI, matrícula 9802, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "APOLÔNIA STÄHLIN JUNKS", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.6º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ESTELA HERTEL NAGEL, matrícula 9218, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na



Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "CARLO ANDREI EMMENDÖERFER", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.7º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ADRIANE KASSNER, matrícula 9250, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "CECÍLIA SATLER KARSTEN", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.8º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, SHEILA CRISTINA DA SILVA, matrícula 10861, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "DANIEL CARLOS PRETTI", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.9º NOMEAR, a partir de 1º/11/2019, FABIÓLA DO AMARAL COSTA WIELLE para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "ELZA BEHLING GROSSKLAGS", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.10. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, SOLANGE CRISTINA ANDREGOTTI NEUMANN, matrícula 4537, ocupante do cargo efetivo de Recreadora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "ESTRADA NOVA", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.11. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUCIANA HORNBURG PINI, matrícula 8472, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "FRANCIANE RAMOS", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.12. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, PATRICIA DE SOUZA GIOSELE, matrícula 7880, ocupante do cargo efetivo de Recreadora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "GERTRUDES KANZLER", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.13. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, JANAÍNA TOMASELLI WARMLING, matrícula 10895, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "GUILHERME TRIBESS", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.14. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MARLENE GELINSKI TISSI, matrícula 3088, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Centro de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "GUSTAVO MATHEDI", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.15. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LOURDES GRANEMANN THIBES DO LIVRAMENTO, matrícula 7968, ocupante do cargo efetivo de Recreadora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "JADER MARCOLLA", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.16. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ADRIANE MORETTI, matrícula 10416, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "JONES CHIODINI", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.17. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, EDILCE VANDERLINDE BECKAUSER, matrícula 7785, ocupante do cargo efetivo de Recreadora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "MÁRCIO KLINKOSKI", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.18. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, IVONE MARIA RANGHETTI VEGINI, matrícula 10543, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "MÁRCIO MAURO MARCATTO FILHO", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.19. NOMEAR, a partir de 1º/11/2019, NOÊMIA RITA BUTTNER MÖLLER para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "MARIA MOKWA KIATKOSKY", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.20. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, VERONICE SALETE ROY, matrícula 9160, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "MÁRIO NICOLLINI", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.21. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, SILVANA APARECIDA BUENO BEIL, matrícula 10537, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "ONÉLIA MULLER ERSCHING", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.22. NOMEAR, a partir de 1º/11/2019, NAIR MARTINS para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "PROFESSORA ALVINA KARSTEN SCHWEDLER", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.23. NOMEAR, a partir de a partir de 1º/11/2019, ANDRÉIA KRAUSE CLEMENTINO para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "PROFESSORA ILSE DUMKE GIESE", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.24. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MARLENE GOETTEN DE SOUZA, matrícula 7544, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "PROFESSORA LEONIR PESSATE ALVES", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.25. NOMEAR, a partir de 1º/11/2019, ANA APARECIDA GONZAGA para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "ROBSON DA SILVA BREIS", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.26. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ÁGUEDA VANDERLINDE BECKAUSER DE SOUZA, matrícula 8541, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "ROSA MARIA DONINI", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.27. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, KARINA PANSTEIN, matrícula 8489, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "RUI KROEGER", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.28. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LADE MÉRCIA MARTINS DOS SANTOS, matrícula 8207, ocupante do cargo efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "SIDNEI ALEXANDRE BERNES", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.29. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, RANIEL BEHLING, matrícula 9760, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil - Ensino Superior, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "WALDIR EDSON THEILACKER", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.30. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, VIVIAN FRANÇA PAGNO, matrícula 8508, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "WOLFGANG WEEGE", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## PORTARIA Nº 964/2019

Publicação Nº 2215648

PORTARIANº 964/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

### RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ANDREIA PISETTA FIORENTIN, matrícula 9436, ocupante do cargo efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "ADELINO FRANCENER" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MARCILENE CAMPREGHER, matrícula 8131, ocupante do cargo efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "ALBANO KANZLER" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CARLA FABIANE UBER DE MEDEIROS GRUTZMACHER, matrícula 10677, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "ALBERTO BAUER" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, GILMARA FRANCO FERREIRA DA CRUZ, matrícula 7802, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "ANNA TÖWE NAGEL" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.5º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, VALDINEI TAIT, matrícula 7906, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "ANTÔNIO ESTANISLAU AYROSO" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

- Art.6º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, RITA DE CASSIA MACIEL COSTA, matrícula 8364, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "ATAYDE MACHADO" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.
- Art.7º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ADRIANA MARIA FREIBERGER RAU, matrícula 8206, ocupante do cargo efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "CRISTINA MARCATTO" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.
- Art.8º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, QUELIS REGINA STRINGARI DERETTI, matrícula 3985, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "ERICH BLOSFELD" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.
- Art.9º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ZAIRA ALBUQUERQUE CORREA, matrícula 9852, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "FRANCISCO DE PAULA" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.
- Art.10. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, IARA VIEIRA, matrícula 9101, ocupante do cargo efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "GUI-LHERME HANEMANN" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.
- Art.11. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MIRTES DOMBROWSKI CHIAROTTO, matrícula 8444, ocupante do cargo efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "HELMUTH GUILHERME DUWE" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.
- Art.12. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ELIANE MARIA AVI DA SILVA, matrícula 7789, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "JONAS ALVES DE SOUZA" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.
- Art.13. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, EDILAINI TATIANE LEITHOLDT VIEIRA, matrícula 8263, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "LOTEAMENTO AMIZADE" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.
- Art.14. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ANGÉLICA DE FREITAS, matrícula 9120, ocupante do cargo efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "LUIZ GONZAGA AYROSO" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.
- Art.15. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUCIANO JOSÉ ROSS, matrícula 4006, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "MACHADO DE ASSIS" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.
- Art.16. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ROSÂNGELA SCHUMANN KLEINE, matrícula 9765, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "MARCOS EMÍLIO VERBINNEN" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.
- Art.17. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ADRIANE WEBER SCHRAUTH, matrícula 7750, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "MARIA NILDA SALAI STÄHELIN" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.
- Art.18. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CLAUDIA INÊS SCHWERTZ SIEWERDT, matrícula 8613, ocupante do cargo efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "MAX SCHUBERT" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.
- Art.19. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUDERITZ GONÇALVES FILHO, matrícula 4405, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "PADRE ALBERTO JACOBS" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.
- Art.20. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MÔNICA DA SILVA SENA, matrícula 10404, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "PROFESSORA GERTRUDES STEILEIN MILBRATZ" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.
- Art.21. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MARCELO FEDER, matrícula 9759, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "PROFESSOR FRANCISCO SOLAMON" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.



Art.22. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ELIANE LUZIA CATTONI PATERNOLLI, matrícula 7788, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "PROFESSOR HENRIQUE HEISE" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.23. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CLEUMIR SEHN, matrícula 10453, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "RENATO PRADI" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.24. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MÁRCIA JUCELI PIETROWSKI BOBROWICZ, matrícula 8288, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "RIBEIRÃO CAVALO" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.25. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ZENEIDE RODICZ, matrícula 8312, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "RIBEIRÃO MOLHA" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.26. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, IEDA KRUGER, matrícula 9848, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "RICIERI MARCATTO" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.27. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LEILA SALETE PORTZ DA SILVA, matrícula 8686, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "RODOLPHO DORNBUSCH" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.28. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, VOLNEI DE SOUZA, matrícula 3762, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "SANTO ESTÊVÃO" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.29. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUÍS FERNANDO OLEGAR, matrícula 4955, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETOR DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "VÍTOR MEIRELLES" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.30. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CLÁUDIA ROBERTA CHIODINI, matrícula 8953, ocupante do cargo efetivo de Administradora Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "WALDEMAR SCHMITZ" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.31. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ANDRÉIA CAVALHEIRO GONÇALVES LOPES, matrícula 8255, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de DIRETORA DO PRÉ-ESCOLAR "ELIANE WELK KREUTZFELD" - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## PORTARIA Nº 965/2019

Publicação Nº 2215650

PORTARIANº 965/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 985/2019/Semsa, de 21/10/2019, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, GEOVANI CARVALHO LOMBARDI, matrícula 10696, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE PROGRAMAS E SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MARINES SOARES SERENINI ZESUINO, matrícula 3966, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE GESTÃO TÉCNICA DA SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, FERNANDA SANTOS, matrícula 11221, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE GESTÃO TÉCNICA DA SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria

Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MARLENE ALFLEN BORDIN, matrícula 8299, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE GESTÃO TÉCNICA DA SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.5º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, JOSÉ JORGE MAGRIS FERNANDES, matrícula 10189, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR COREME E DE PRECEPTORIA MÉDICA - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.6º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, PAULO ROBERTO MIRANDA, matrícula 11190, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE FARMÁCIAS - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.7º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, SANDRA REGINA DE ABREU DA SILVA, matrícula 11026, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.8º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUCIELE PEREIRA DA SILVA, matrícula 11023, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.9º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, NÁDIA RENATE DA SILVA, matrícula 8988, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.10. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUIZ ANTÔNIO DA SILVA OREANO FERREIRA LIMA, matrícula 10326, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.11. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MARIANE PASZCUK TURCATEL, matrícula 108900, ocupante do emprego público de Enfermeira da Equipe de Saúde da Família (ESF), lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.12. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ELAINE RAMOS PAES SCOLARO, matrícula 11147, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.13. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ADALGISA FÁTIMA GAIESKI, matrícula 9570, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.14. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ANDRÉIA XAVIER COSTA BARROS, matrícula 108952, ocupante do emprego público de Enfermeira da Equipe de Saúde da Família (ESF), lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.15. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, RITA DE CÁSSIA VEIGA, matrícula 9823, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.16. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ALINE BEERBAUM SKLAR GEORG, matrícula 10926, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.17. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, DANIELA BOLL, matrícula 10851, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.18. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, DANIELA KELLER, matrícula 9380, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.19. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ANDRESA STOFFEL BROCA, matrícula 10864, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.20. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, TERCIANA POSSAMAI FIGUEIREDO, matrícula 10947, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.21. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, SUELEN ENDLER PEREIRA, matrícula 10329, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.22. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, HELOISA ARCHANJO TREVISAN DE OLIVEIRA, matrícula 108956, ocupante do emprego público de Enfermeira da Equipe de Saúde da Família (ESF), lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.23. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUCIANA SCHUCH, matrícula 10314, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.24. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, FRANCISCA ELZA GOMES MÁXIMO, matrícula 8403, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.25. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ROBYNSON LEANDRO BRAGA, matrícula 11033, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.26. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUCIANE MAHLSDT, matrícula 9737, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.27. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, PRISCILA STEFFANI, matrícula 9687, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.28. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ALINE ZIMMERMANN DA ROSA, matrícula 9484, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.29. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LENÍRIA DE CÁSSIA MENEL, matrícula 8339, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE UNIDADES DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.30. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ANA CRISTINA MACHADO KNEIPP, matrícula 8854, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DOS PROGRAMAS DE IMUNIZAÇÃO - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.31. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUIZ FERNANDO SABOIA PITTA GONÇALVES, matrícula 7844, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR TÉCNICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.32. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ROGÉRIO LUIZ DA SILVA, matrícula 7938, ocupante do cargo efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR TÉCNICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.33. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CAMILA VIEIRA SENS FERNANDES, matrícula 10784, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância em Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.34. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MARIA ELIANE CHELCKI ABITANTE, matrícula 9658, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE GESTÃO DE PESSOAS (RECURSOS HUMANOS) - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.35. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, JEOVANE GOMES DE FARIA, matrícula 9018, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE CAPACITAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.36. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ANDERSON GONÇALVES ZARDO, matrícula 9893, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE CONTABILIDADE - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.37. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, FABIANA DALLAGNOLO, matrícula 8427, ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE PROJETOS INSTITUCIONAIS EM SAÚDE - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.38. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, KARIN STOFFEL CARDOSO, matrícula 8223, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE GESTÃO TÉCNICA - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.39. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, THAISA TATIANA BEHRENS DE SOUZA, matrícula 8063, ocupante do cargo efetivo de Operadora de Computador, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE GESTÃO TÉCNICA - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.40. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, RAFAEL BUSCH, matrícula 10850, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Vigilância em Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.41. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, JANE MARLI SCHMITT, matrícula 9665, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE EQUIPES DE SAÚDE - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.42. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, JACKCIANE EYNG CANDIDO, matrícula 8432, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE EQUIPES DE SAÚDE - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.43. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, SIMONE DA SILVA WALDMANN, matrícula 8983, ocupante do cargo efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE EQUIPES DE SAÚDE - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.44. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, JOSEANE DE BORBA ZEHNDER, matrícula 9566, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE EQUIPES DE SAÚDE - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.45. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, RAQUEL MARIANO DA SILVA BELTRAMI, matrícula 8006, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE EQUIPES DE SAÚDE - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.46. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ROBERTO BASSI, matrícula 9107, ocupante do cargo efetivo de Assistente de TI, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE TI - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.47. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUCIMARA GABARDO TARACHUCKY, matrícula 8283, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ENCARREGADA DE COMPRAS - (FGC-3), da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município.

Art.48. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## PORTARIA Nº 966/2019

Publicação Nº 2215652

PORTARIANº 966/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 772/2019/Secel/DE, de 30/10/2019, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, KARINE FESTUGATTO, matrícula 8496, ocupante do cargo efetivo de Educadora Esportiva, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE ESPORTE DE RENDIMENTO - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CAIUS ANANDA XAVIER DOS SANTOS, matrícula 7337, ocupante do cargo efetivo de Educador Esportivo, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE PROGRAMAS DE ATIVIDADE FÍSICA - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CHRISTIANO GOULART MACHADO, matrícula 9680, ocupante do cargo efetivo de Educador Social de Nível Superior, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE EVENTOS CULTURAIS - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, VERA DE TOFOL, matrícula 7261, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Arquivo, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE PROGRAMAS CULTURAIS - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, do Poder Executivo do Município.

Art.5º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, FRANCIELE CRISTINE RIBEIRO ROCHA, matrícula 8974, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Biblioteca, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE BIBLIOTECA - INCENTIVO À LEITURA - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, do Poder Executivo do Município.

Art.6º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ANDRÉA MÁXIMO FERREIRA MALSCHITZKY, matrícula 7063, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE CONTRATOS - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, do Poder Executivo do Município.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.



Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 967/2019**

Publicação Nº 2215653

PORTARIANº 967/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, KATIUSCIA MARINA OTTO CANI WOLTER, matrícula 8282, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Procuradoria-Geral do Município, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE DISTRIBUIÇÃO E DE PUBLICAÇÃO OFICIAL - (FGC-2), do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, UWE ROBERTO BUHR, matrícula 9466, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DO SERVIÇO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS DA DIRETORIA DE DEFESA CIVIL - (FGC-2), do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUCINEIDE MEIER DALPIAZ, matrícula 9624, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO - (FGC-2), do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, KARLA FINGER, matrícula 9501, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada no Gabinete do Prefeito, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO - (FGC-2), do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 968/2019**

Publicação Nº 2215656

PORTARIANº 968/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUÍS CARLOS FLOR DA SILVA, matrícula 7211, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Topografia, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, SÉRGIO ANTÔNIO DE TOFEL, matrícula 8448, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE GESTÃO DE PESSOAS (RECURSOS HUMANOS) - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, AURISTELA DE SANTANA RIBEIRO, matrícula 7285, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO E DE GESTÃO - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ARIANO JOSÉ TOASSI, matrícula 9591, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE OBRAS E PROJETOS - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.5º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, JOACIR ANTÔNIO MARTIM, matrícula 7821, ocupante do cargo efetivo de Soldador, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO DA EQUIPE DE OFICINA - (FGC-3), da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 969/2019**

Publicação Nº 2215657

PORTARIANº 969/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MÁRIO LEMKE, matrícula 8170, ocupante do cargo efetivo de Contador, lotado na Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, para exercer a função gratificada de COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO - (FGC-4), da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, WAGNER RICARDO ALVES, matrícula 8905, ocupante do cargo efetivo de Auditor Interno, lotado na Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, para exercer a função gratificada de COORDENADOR DE AUDITORIA - (FGC-4), da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, BRUNA RAULINO POMMERENING, matrícula 10306, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de COORDENADORA DE CORREGEDORIA - (FGC-4), da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, KATLEEN POLITO KLEIN JUNKES, matrícula 9672, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de COORDENADORA DE TRANSPARÊNCIA E OUVIDORIA - (FGC-4), da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, do Poder Executivo do Município.

Art.5º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, INÊS MARLENE KASMIRSKI, matrícula 8167, ocupante do cargo efetivo de Auditora SR, lotada na Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO DO CONTROLE INTERNO - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, do Poder Executivo do Município.

Art.6º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, DEISE FERNANDA PINCEGHER RODRIGUES, matrícula 8739, ocupante do cargo efetivo de Auditora JR, lotada na Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE ATOS DE PESSOAL DO CONTROLE INTERNO - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública, do Poder Executivo do Município.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 970/2019**

Publicação Nº 2215658

PORTARIANº 970/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, WILMAR ROWEDER, matrícula 9472, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CRISTYAN ROBERTO KOPEAKI, matrícula 9091, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE GESTÃO - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, do Poder Executivo do Município.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 971/2019**

Publicação Nº 2215660

PORTARIANº 971/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, WILIAM HODECKER, matrícula 10945, ocupante do cargo efetivo de Arquiteto e Urbanista, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE ANÁLISE E LICENCIAMENTO DE EDIFICAÇÕES - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ANDRÉ PICININI, matrícula 10935, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE ANÁLISE DE PARCELAMENTO DO SOLO - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CRISTIANA DE SOUZA, matrícula 11035, ocupante do cargo efetivo de Arquiteta e Urbanista, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE ÁREAS URBANAS CONSOLIDADAS - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MARCELO ELIAS DA SILVEIRA, matrícula 10852, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.5º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CASSIANO RICARDO SIDUOSKI, matrícula 11188, ocupante do cargo efetivo de Cadastrador, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE FISCALIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.6º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ROBERSON RICARDO RANCH, matrícula 10541, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE ANÁLISE E LEVANTAMENTO CADASTRAL - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.7º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, PAULO AFONSO NICOLETTO, matrícula 10761, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.8º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ALCIDES SELLFELD, matrícula 7628, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Topografia, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE CADASTRO TÉCNICO - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 972/2019**

Publicação Nº 2215662

PORTARIANº 972/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, SIDNEI CORREA DE ALMEIDA, matrícula 7263, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Almoxarifado, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO DE REGULAÇÃO DE LICITAÇÕES - (FGC-3), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CEZAR AUGUSTO OGLIARI, matrícula 7985, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo,

lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE COTAÇÕES E ORÇAMENTOS - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CAMILA SOUZA DA ROSA, matrícula 11065, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ANA PAULA SCHEUER LEUTPRECHT, matrícula 9417, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ENCARREGADA DE ZELADORIA - (FGC-3), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.5º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, DENILSON RODOLFO DERETTI, matrícula 8661, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL - (FGC-3), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.6º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, THIAGO DE OLIVEIRA BRAGA, matrícula 10525, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.7º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, HELIZELTON MARCELO PEDRON, matrícula 7808, ocupante do cargo efetivo de Analista de TI, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE ADMINISTRAÇÃO DE BANCO DE DADOS - (FGC-1), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.8º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, DANILO PACKER, matrícula 10830, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA E SUPORTE TÉCNICO - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.9º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, DAIANE ISABEL MALLMANN, matrícula 10461, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.10. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MARISTELA ROSA, matrícula 7861, ocupante do cargo efetivo de Recreadora, readaptada para exercer o cargo de Agente Administrativo, conforme Portaria Nº 400/2017, de 19/04/2017, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.11. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CLARICE REIMER ZIMATH, matrícula 8587, ocupante do cargo efetivo de Administradora, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE ORÇAMENTO - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## PORTARIA Nº 973/2019

Publicação Nº 2215663

PORTARIANº 973/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, RAUL HENRIQUE DOS SANTOS, matrícula 7701, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 974/2019**

Publicação Nº 2215664

PORTARIANº 974/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, PAULO CESAR SERAPHIM, matrícula 9355, ocupante do cargo efetivo de Tesoureiro, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE CONTABILIDADE - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, JEFERSON AUGUSTO LACERDA BRUM, matrícula 9487, ocupante do cargo efetivo de Agente Tributário, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUCIANE DO CARMO SILVA VIEIRA, matrícula 10145, ocupante do cargo efetivo de Agente Tributário, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, TONY ALEXANDRE ROSARIO, matrícula 10928, ocupante do cargo efetivo de Agente Tributário, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.5º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ETELVINO FÁTIMA TUNES, matrícula 8113, ocupante do cargo efetivo de Agente Tributário, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE ARRECADAÇÃO DE ITBI - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.6º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, DAYSI CRISTINA RUEDIGER MINATTI, matrícula 10144, ocupante do cargo efetivo de Agente Tributário, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.7º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, DIRCEU HILLER, matrícula 10911, ocupante do cargo efetivo de Agente Tributário, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA - (FGC-2), da Secretaria Municipal da Fazenda, do Poder Executivo do Município.

Art.8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 975/2019**

Publicação Nº 2215665

PORTARIANº 975/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ELI ANTUNES, matrícula 7787, ocupante do cargo efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de COORDENADORA DE INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, FRANCINEIDE MARIA DOS SANTOS VICTOR, matrícula 9364, ocupante do cargo efetivo de Pedagoga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de COORDENADORA DE INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO - (FGC-4), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, BABIANI BUZZI MOREIRA, matrícula 10952, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, KARINA MENDES, matrícula 10972, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.5º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, VILDI LUZZANI DE OLIVEIRA, matrícula 9377, ocupante do cargo efetivo de Pedagoga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE CENTRO DE REFERÊNCIA



DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.  
Art.6º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, DANIELE GIOVANELLA SILVEIRA, matrícula 10760, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.7º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, TÂNIA APARECIDA FURTADO DE SOUSA, matrícula 10296, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.8º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, JACKSON FELLER, matrícula 10456, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de SUPERVISOR DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.9º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MARINEZ BORCK LARROZA, matrícula 9276, ocupante do cargo efetivo de Pedagoga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.10. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MARIA DOLORES PELISÃO TOMÉ, matrícula 9619, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.11. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, VANESSA BIER MATHIAS, matrícula 9573, ocupante do cargo efetivo de Terapeuta Ocupacional, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.12. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MARCELO DE OLIVEIRA, matrícula 9635, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DO CENTRO DE ACO-  
LHIMENTO - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.13. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MIKELLER FREIRE DE LIMA, matrícula 10309, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DO CENTRO DE ACO-  
LHIMENTO - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.14. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, VIVIANE DOMINGOS, matrícula 10215, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE BENEFÍCIOS DE TRANS-  
FERÊNCIA DE RENDA - (FGC-1), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.15. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LUCIANE MEYER, matrícula 8094, ocupante do cargo efetivo de Terapeuta Ocupacional, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.16. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ELCIO LOZOVEY, matrícula 8576, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro I, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de ENCARREGADO DE OBRAS E MANUTENÇÃO DAS UNIDA-  
DES HABITACIONAIS - (FGC-3), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.17. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, FRANCIELI ROBERTA MARTINS SAVALLISCH, matrícula 9497, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE CONTRATOS HABITACIONAIS - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.18. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, RODRIGO JOSÉ BRANCO DE MORAES, matrícula 8787, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DA DIRETORIA DE HABITAÇÃO - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.19. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, VENICIO BROCK, matrícula 8775, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro I, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE DE FISCALIZAÇÃO DE UNIDADES HABITA-  
CIONAIS NO PÓS OCUPAÇÃO - (FGC-2), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Poder Executivo do Município.

Art.20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 976/2019**

Publicação Nº 2215667

PORTARIANº 976/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019,

**RESOLVE :**

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, IONARA LAIZ VERDIN CAMARGO, matrícula 9681, ocupante do cargo efetivo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de COORDENADORA DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - (FGC-5), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, PEDRO GUILHERME GROSSKLAGS DOS SANTOS, matrícula 9618, ocupante do cargo efetivo de Assistente de TI, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de COORDENADOR DE CONVÊNIOS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PATRIMÔNIO - (FGC-5), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CRISTIANE GREGOLEWITSCH, matrícula 7266, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Biblioteca I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE ADMINISTRATIVA E DE LEGISLAÇÃO ESCOLAR - (FGC-6), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, KATHLEN HASS DA ROCHA, matrícula 8711, ocupante do cargo efetivo de Fonoaudióloga, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de COORDENADORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - (FGC-5), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.5º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, KAREN CRISTINA ARCE, matrícula 8946, ocupante do cargo efetivo de Secretária de Unidade Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE-GESTORA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA - (FGC-7), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.6º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CLEONIS ROSÁLIA TOMASELLI, matrícula 80161, ocupante do cargo efetivo de Estatística, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE-GESTORA DE RECURSOS HUMANOS - (FGC-7), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.7º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MORGANA VICENTIN FELIPPI, matrícula 9238, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE-GESTOR DE CONVÊNIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - (FGC-7), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.8º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, DENISE CAPISTRANO KREUSCH, matrícula 7976, ocupante do cargo efetivo de Recreadora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSESSORA PEDAGÓGICA - (FGC-8), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.9º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ELIZANGELA SILMARA PIEKARZEWICZ, matrícula 7791, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSESSORA PEDAGÓGICA - (FGC-8), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.10. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MICHELE DIAS VELASQUEZ FONTANA, matrícula 10493, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil - Ensino Superior, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSESSORA PEDAGÓGICA - (FGC-8), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.11. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ANDRÉ LUIZ CORREA DE BRITO, matrícula 10627, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSESSOR PEDAGÓGICO - (FGC-8), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.12. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, DÉBORA CRISTINA DE SIMAS PISETTA, matrícula 10621, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSESSORA PEDAGÓGICA - (FGC-8), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.13. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, JOSIANE CRISTINA DE FREITAS, matrícula 10710, ocupante do cargo efetivo de Profissional de Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSESSORA PEDAGÓGICA - (FGC-8), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.14. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, JOSIANE ZALESKI, matrícula 9543, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSESSORA PEDAGÓGICA - (FGC-8), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.15. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, JULIANO CRISTOFOLINI, matrícula 8279, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSESSOR PEDAGÓGICO - (FGC-8), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.



Art.16. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, JUREMA MEIER DALPIAZ GRÜMM, matrícula 7827, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSESSORA PEDAGÓGICA - (FGC-8), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.17. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LENIR FATIMA MULLER BOGO, matrícula 8105, ocupante do cargo efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSESSORA PEDAGÓGICA - (FGC-8), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.18. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, LETICIA UHMANN SCHNEIDER matrícula 10119, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSESSORA PEDAGÓGICA - (FGC-8), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.19. DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ROSELI APARECIDA BORGES FANHANI, matrícula 7890, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer a função gratificada de ASSESSORA PEDAGÓGICA - (FGC-8), da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.20. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## PORTARIA Nº 977/2019

Publicação Nº 2215668

PORTARIANº 977/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1998/2019/PGM, de 1º/11/2019, da Procuradoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, EDUARDO MARQUARDT, matrícula 8048, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Turismo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR JURÍDICO DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO, da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.2º NOMEAR, a partir de 1º/11/2019, JANAÍNA MARA VAILATTI FISCHER para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA DE GABINETE, da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, JAISON SILVEIRA, matrícula 10879, ocupante do cargo efetivo de Procurador Municipal, lotado na Procuradoria-Geral do Município, para exercer o cargo de provimento em comissão de PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO CONTENCIOSO, da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ANGELITA APARECIDA STANKEWICZ MISSFELDT, matrícula 9460, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria-Geral do Município, para exercer o cargo de provimento em comissão de PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE CONSULTORIA, da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.5º NOMEAR, a partir de 1º/11/2019, SAMIRA HELENA ABREU LEUTPRECHT para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO PROCON MUNICIPAL, da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.6º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ROSILEA KRAWULSKI, matrícula 7041, ocupante do cargo efetivo de Escriturária, lotada na Procuradoria-Geral do Município, para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE ADMINISTRATIVA DO PROCON MUNICIPAL, da Diretoria do Procon Municipal, da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 978/2019**

Publicação Nº 2215670

PORTARIANº 978/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 53 a 58, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1998/2019/PGM, de 1º/11/2019, da Procuradoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, ANDREA ROSANA SARDÁ MAIOCHI, matrícula 7774, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria-Geral do Município, para exercer a função gratificada de SUBPROCURADORA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS - (FGC-4), da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.2º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, FÁBIO DE LIMA ROCHA, matrícula 11029, ocupante do cargo efetivo de Procurador Municipal, lotado na Procuradoria-Geral do Município, para exercer a função gratificada de SUBPROCURADOR ADMINISTRATIVO E DE LEGISLAÇÃO - (FGC-4), da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.3º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MARIANA ARAÚJO MARCÓRIO CASTRO, matrícula 11006, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria-Geral do Município, para exercer a função gratificada de SUBPROCURADORA ESPECIALIZADA EM JUDICIALIZAÇÃO - (FGC-4), da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.4º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CRISTIANE ZAPPELINI, matrícula 9405, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria-Geral do Município, para exercer a função gratificada de SUBPROCURADORA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO FISCAL - (FGC-4), da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.5º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, CARLA SALETE PEREIRA FISCHER, matrícula 8073, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria-Geral do Município, para exercer a função gratificada de SUPERVISORA DE PROCESSOS ELETRÔNICOS DE EXECUÇÃO FISCAL - (FGC-1), da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.6º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MONISE FABIEN LESSMANN MACHADO, matrícula 10369, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Procuradoria-Geral do Município, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE ADMINISTRATIVA DE GESTÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - (FGC-2), da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.7º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, MARCOS ROGÉRIO CRISTOFOLINI, matrícula 10991, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Administração, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DE GESTÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - (FGC-2), da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.8º DESIGNAR, a partir de 1º/11/2019, JULIO CEZAR DAREN CARDOSO, matrícula 8891, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer a função gratificada de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DO EXECUTIVO FISCAL - (FGC-2), da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 979/2019**

Publicação Nº 2215671

PORTARIANº 979/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 31/10/2019, ADILSON ENGELMANN do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE RESPOSTAS DE DESASTRES, da Gerência de Prevenções e Respostas de Desastres, da Diretoria de Proteção e Defesa Civil, da Chefia de Gabinete, do Gabinete do Prefeito, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 655/2019, de 19/07/2019.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/10/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 31 de outubro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 980/2019**

Publicação Nº 2215672

PORTARIANº 980/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a pedido, a partir de 06/11/2019, MARISE CRISTINE MAFRA DA MAIA do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE MOBILIDADE, da Gerência de Planejamento Urbano, da Diretoria de Planejamento, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 18, da Portaria Nº 955/2019, de 31/10/2019.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/11/2019.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 04 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 278/2019 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER**

Publicação Nº 2216079

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 278/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA AMIZADE

CNPJ nº 84.435.775/0001-80

Rua Roberto Ziemann, 3174, bairro: Amizade, Jaraguá do Sul – SC.

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 503/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 278/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E RECREATIVA AMIZADE

CNPJ nº 84.435.775/0001-80

Rua Roberto Ziemann, 3174, bairro: Amizade, Jaraguá do Sul – SC.

DO OBJETO: Prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Rafael Gonçalves

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 279/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

SOCIEDADE ESPORTIVA RECREATIVA HANSA HUMBOLDT

CNPJ: 84.533.637/0001-33

Rua Roberto Seidel, 1551 – Bairro Seminário – Corupá/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.



Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.  
Vera de Tofol  
Presidente da Comissão Especial de Licitações  
Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 504/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 279/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

SOCIEDADE ESPORTIVA RECREATIVA HANSA HUMBOLDT

CNPJ: 84.533.637/0001-33

Rua Roberto Seidel, 1551 – Bairro Seminário – Corupá/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Luiz Carlos Bierende

Natália Lúcia Petry  
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

#### RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 280/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

SOCIEDADE ATIRADORES INDEPENDÊNCIA

CNPJ nº 83.442.012/0001-01

Rodovia Municipal JG 483, 445, bairro: Garibaldi, Jaraguá do Sul – SC.

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 505/2019-SECEL

**DO PROCESSO:** Origem: inexigibilidade nº 280/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

**DO CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**DA CONTRATADA:**

**SOCIEDADE ATIRADORES INDEPENDÊNCIA**

CNPJ nº 83.442.012/0001-01

Rodovia Municipal JG 483, 445, bairro: Garibaldi, Jaraguá do Sul – SC.

**DO OBJETO:** para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

**DO VALOR:** Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

**DA FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

**DO PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

**DATA DA ASSINATURA:** 01 de novembro de 2019

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

**SIGNATÁRIOS:** Natália Lúcia Petry e Osmar Schmidt

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 281/2019**

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

**ORIGEM:** EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL RIO DA LUZ – Salão BARG**

CNPJ: 83.784.488/0001-12

Rua Eurico Duwe, 2600, Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

**OBJETO:** prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades

das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60(sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 506/2019-SECEL

**DO PROCESSO:** Origem: inexigibilidade nº 2812019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

**DO CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**DA CONTRATADA:**

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL RIO DA LUZ – Salão BARG

CNPJ: 83.784.488/0001-12

Rua Eurico Duwe, 2600, Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

**DO OBJETO:** para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

**DO VALOR:** Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

**DA FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

**DO PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

**DATA DA ASSINATURA:** 01 de novembro de 2019

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

**SIGNATÁRIOS:** Natália Lúcia Petry e Anderson Michel Hornburg

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 282/2019**

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer



FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA RIO DA LUZ II – SALÃO CENTENÁRIO

CNPJ: 84.435.445/0001-94

Rua: Eurico Duwe, 6755, Bairro Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 507//2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 282/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA RIO DA LUZ II – SALÃO CENTENÁRIO

CNPJ: 84.435.445/0001-94

Rua: Eurico Duwe, 6755, Bairro Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.  
SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Johny Arnoldo Hass

Natália Lúcia Petry  
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 283/2019  
Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: SOCIEDADE RECREATIVA VITÓRIA

CNPJ: 83.785.162/0001-00

Rodovia Municipal JGS 489, Bairro Rio da Luz – Jaraguá do Sul – SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 508/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 283/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

SOCIEDADE RECREATIVA VITÓRIA

CNPJ: 83.785.162/0001-00

Rodovia Municipal JGS 489, Bairro Rio da Luz – Jaraguá do Sul – SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução

acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Sido Hornburg

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 284/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CLUBE CAÇA E TIRO BRACINHO

Rua Marechal Castelo Branco, 7503 – Centro – Schroeder – SC

CNPJ: 79.377.545/0001-71

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 509/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 284/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DO CONTRATADO:

CLUBE CAÇA E TIRO BRACINHO

Rua Marechal Castelo Branco, 7503 – Centro – Schroeder – SC

CNPJ: 79.377.545/0001-71

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

**DA FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

**DO PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. O CONTRATADO deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

**DATA DA ASSINATURA:** 01 de novembro de 2019.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

**SIGNATÁRIOS:** Natália Lúcia Petry e Eli Krogel

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 285/2019**

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

**ORIGEM:** EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**CONTRATADA:** SOCIEDADE RECREATIVA E DESPORTIVA 25 DE JULHO

**CNPJ:** 84.438.118/0001-96

**Rua:** Bertha Weege, 3280, Jaraguá 99, Jaraguá do Sul/SC

**OBJETO:** prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

**VALOR:** O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

**PAGAMENTO:** O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 510/2019-SECEL**

**DO PROCESSO:** Origem: inexigibilidade nº 285/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

**DO CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**DA CONTRATADA:**

SOCIEDADE RECREATIVA E DESPORTIVA 25 DE JULHO



CNPJ: 84.438.118/0001-96

Rua: Bertha Weege, 3280, Jaraguá 99, Jaraguá do Sul/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Gilmar Bier

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 286/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA GUARANY

CNPJ: 83.129.783/0001-35

Rodovia Municipal JGS 489, 5875, Bairro Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antônio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

# EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 511/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 286/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA GUARANY

CNPJ: 83.129.783/0001-35

Rodovia Municipal JGS 489, 5875, Bairro Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Nilson Schweder

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

## RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 287/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

SOCIEDADE CULTURAL ESPORTIVA E RECREATIVA ALIANÇA

CNPJ: 83.488.627/0001-60

Rodovia SC 110, KM18, 9355, Bairro Rio Cerro II – Jaraguá do Sul/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 512/2019-SECEL

**DO PROCESSO:** Origem: inexigibilidade nº 287/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

**DO CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**DA CONTRATADA:**

SOCIEDADE CULTURAL ESPORTIVA E RECREATIVA ALIANÇA

CNPJ: 83.488.627/0001-60

Rodovia SC 110, KM18, 9355, Bairro Rio Cerro II – Jaraguá do Sul/SC

**DO OBJETO:** para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

**DO VALOR:** Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

**DA FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

**DO PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

**DATA DA ASSINATURA:** 01 novembro de 2019

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

**SIGNATÁRIOS:** Natália Lúcia Petry e Waldino Hornburg

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 288/2019**

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

**ORIGEM:** EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**CONTRATADA:** SOCIEDADE ATIRADORES RIBEIRÃO GRANDE DA LUZ

CNPJ: 04.230.898/0001-45

Ribeirão Grande da Luz, s/nº, Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

**OBJETO:** prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

**VALOR:** O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

**PAGAMENTO:** O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias



após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antônio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 513/2019-SECEL

**DO PROCESSO:** Origem: inexigibilidade nº 288/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

**DO CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**DA CONTRATADA:**

SOCIEDADE ATIRADORES RIBEIRÃO GRANDE DA LUZ

CNPJ: 04.230.898/0001-45

Ribeirão Grande da Luz, s/nº, Rio da Luz, Jaraguá do Sul/SC

**DO OBJETO:** para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

**DO VALOR:** Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

**DA FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

**DO PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

**DATA DA ASSINATURA:** 01 de novembro de 2019

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

**SIGNATÁRIOS:** Natália Lúcia Petry e Fino Raasch

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 290/2019**

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

**ORIGEM:** EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**CONTRATADA:** ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E TIRO AO ALVO RIO CAMARADA

CNPJ: 79.362.836/0001-96

Estrada Duas Mamas, s/nº, Schroeder/SC

**OBJETO:** prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

**VALOR:** O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

**PAGAMENTO:** O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, **CONDICIONADO** ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 515/2019-SECEL

**DO PROCESSO:** Origem: inexigibilidade nº 2902019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

**DO CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**DA CONTRATADA:**

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E TIRO AO ALVO RIO CAMARADA

CNPJ: 79.362.836/0001-96

Estrada Duas Mamas, s/nº, Schroeder/SC

**DO OBJETO:** para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

**DO VALOR:** Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

**DA FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, **CONDICIONADO** ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

**DO PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

**DATA DA ASSINATURA:** 01 de novembro de 2019.

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

**SIGNATÁRIOS:** Natália Lúcia Petry e Jacques Beck

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 291/2019**  
**SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER - SECEL**

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

**ORIGEM:** EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**CONTRATADA:** ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ATIRADORES DE GUARAMIRIM

**CNPJ:** 24.605.604/0001-20

Rua 28 de Agosto, nº 887, sala 001, Bairro Nova Esperança, Guaramirim/SC

**OBJETO:** prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

**VALOR:** O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

**PAGAMENTO:** O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, **CONDICIONADO** ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 516/2019-SECEL**

**DO PROCESSO:** Origem: inexigibilidade nº 291/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

**DO CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**DA CONTRATADA:** ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ATIRADORES DE GUARAMIRIM

**CNPJ:** 24.605.604/0001-20

Rua 28 de Agosto, nº 887, sala 001, Bairro Nova Esperança, Guaramirim/SC

**DO OBJETO:** Prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

**DO VALOR:** Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

**DA FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, **CONDICIONADO** ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

**DO PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 de novembro de 2019.  
FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.  
SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Celso Alexandre Kuriwa

Natália Lúcia Petry  
Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 292/2019  
Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA VIEIRENSE

CNPJ: 83.784.389/0001-30

Rua Dona Matilde, 201, Vila Lalau, Jaraguá do Sul/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado à rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-Secel.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 517/2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 292/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E RECREATIVA VIEIRENSE

CNPJ: 83.784.389/0001-30

Rua Dona Matilde, 201, Vila Lalau, Jaraguá do Sul/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução



acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Valdir Hornburg

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 293/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

ORIGEM: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

SOCIEDADE RECREATIVA ALVORADA

CNPJ: 83.784.546/0001-08

Rua: Gustavo Gumz, 289, Rio Cerro I, Jaraguá do Sul/SC

OBJETO: prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 518//2019-SECEL

DO PROCESSO: Origem: inexigibilidade nº 293/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

DO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA:

SOCIEDADE RECREATIVA ALVORADA

CNPJ: 83.784.546/0001-08

Rua: Gustavo Gumz, 289, Rio Cerro I, Jaraguá do Sul/SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

**DA FORMA DE PAGAMENTO:** O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

**DO PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. A CONTRATADA deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

**DATA DA ASSINATURA:** 01 de novembro de 2019

**FORO:** Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

**SIGNATÁRIOS:** Natália Lúcia Petry e Alceu Konrath

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 294/2019**

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

**FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações posteriores, de 21 de junho de 1993

**ORIGEM:** EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 176/2019-SECEL

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**CLUBE ATLÉTICO BAEPENDI**

**CNPJ nº 84.435.874/0001-61**

Rua Augusto Mielke, 466, bairro Baependi, Jaraguá do Sul-SC

**OBJETO:** prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da “31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019”, a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

**VALOR:** O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) pela realização dos serviços.

**PAGAMENTO:** O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido no item 13 deste edital, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital.

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

**PRAZO DE EXECUÇÃO:** O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. As sociedades/clubes deverão executar, obrigatoriamente, todos os serviços referidos no item 5, do Edital de Credenciamento Nº 176/2019-SECEL

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 01 de novembro de 2019.

Vera de Tofol

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto 12.750/2019

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 519/2019-SECEL**

**DO PROCESSO:** Origem: inexigibilidade nº 294/2019 e o Credenciamento nº 176/2019-SECEL

**DO CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

**DO CONTRATADO:**

CLUBE ATLÉTICO BAEPENDI

CNPJ nº 84.435.874/0001-61

Rua Augusto Mielke, 466, bairro Baependi, Jaraguá do Sul-SC

DO OBJETO: para a prestação de serviços culturais e esportivos, das tradições germânicas, inerentes às atividades de promoção, produção, difusão e preservação cultural das tradições do Tiro ao Alvo, bem como das ritualísticas de Busca e Festas de Rei e Rainha, em conformidade com o número de estandes a serem instalados para a prática do tiro ao alvo no Parque Municipal de Eventos e em atendimento às necessidades das atividades relacionadas a realização da "31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019", a realizar-se de 7 a 17 de novembro de 2019, no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC.

DO VALOR: Pela prestação dos serviços culturais e esportivos descritos na Cláusula Segunda deste Termo, a(o) CONTRATADA fará jus a remuneração de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), em parcela única.

DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento correspondente aos serviços culturais e esportivos, conforme estabelecido na cláusula segunda deste termo, será efetuado, mediante a apresentação de recibo ou nota fiscal entregue à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer em até 30 (trinta) dias após o término da 31ª Schützenfest – Edição 2019, através de transferência para a conta bancária informada na Ficha de Credenciamento, com a dedução do ISS e, CONDICIONADO ao atendimento de todas as exigências constantes deste edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 176/2019-SECEL.

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução será de acordo com a programação dos eventos e atividades relacionadas a 31ª Schützenfest – Festa dos Atiradores – Edição 2019, bem como as atividades executadas no período de 7 a 17 de novembro de 2019 no Parque Municipal de Eventos, situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC. O CONTRATADO deverá executar, obrigatoriamente, todos os serviços descritos na Cláusula Segunda deste Termo. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes das contratações do presente Edital, correrão por conta das Dotações Orçamentárias, constantes do exercício de 2019, abaixo referidas:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1100.4.115	Realização da Festa do Atirador – Schützenfest	3.3.90 Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 Recursos Arrecadados Schützenfest

DATA DA ASSINATURA: 01 novembro de 2019

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Marcos Roberto Hasse

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

## RESOLUÇÃO Nº 032/2019/CA/ISSEM

Publicação Nº 2215212

RESOLUÇÃO Nº 032/2019/CA/Issem

Dispõe sobre a Indicação de segurado para compor o Comitê de Investimentos do Issem.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 217/2018, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de outubro de 2019, e

CONSIDERANDO que "Todos os membros do Comitê de Investimentos deverão comprovar a aprovação em exame de certificação, no mínimo CPA 10, organizado por entidade autônoma de reconhecida capacidade técnica e difusão no mercado brasileiro de capitais", conforme o § 1º do Art. 5º do Decreto Municipal nº 8.951/2012;

CONSIDERANDO que compete ao Conselho de Administração a indicação de um membro para compor o Comitê de Investimentos conforme o inciso IV do Art. 5º do Decreto Municipal nº 8.951/2012.

RESOLVE:

Art 1º – Indicar o nome da segurada Nívea de Oliveira Andriotti para compor o Comitê de Investimentos do Issem.

Art. 2º – Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2019.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do Conselho de Administração do Issem

## RESOLUÇÃO Nº 033/2019/CA/ISSEM

Publicação Nº 2215213

RESOLUÇÃO Nº 033/2019/CA/Issem

Dispõe sobre a adequação do serviço de farmácia básica ao novo modelo de gestão do Issem.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 217/2018, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de outubro de 2019, e



CONSIDERANDO a análise realizada na minuta que propõe a alteração no Decreto n.º 12.796/2019 para adequar o serviço de farmácia básica ao novo modelo de gestão e para inserir a possibilidade do serviço de acupuntura ser realizado por farmacêutico, onde verificou-se que as alterações apresentam-se de acordo com as discussões já realizadas anteriormente por este Conselho;

CONSIDERANDO a necessidade de adequações no modelo de farmácia básica que vem sendo oferecida aos segurados do Issem;  
CONSIDERANDO o parecer nº 003/2019 da Comissão de Assistência e Saúde, favorável à alteração proposta;

**RESOLVE:**

Art 1º – Ficam revogados os incisos XII e XIV do o § 2º do art. 23 do Decreto nº 12.796/2019.

Art. 2º – O art. 39 do Decreto nº 12.796/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 39. Farmácia básica é o serviço pelo qual o Issem-Saúde oferece descontos no percentual mínimo previsto no Rol de Cobertura do Issem-Saúde (Anexo I) em medicamentos adquiridos em farmácias conveniadas.

Art. 3º – O art. 40 do Decreto nº 12.796/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. Para a dispensação de produtos nas farmácias conveniadas, observar-se-á o seguinte:

I - para fazer jus ao benefício, o beneficiário deverá procurar uma farmácia conveniada ao Issem-Saúde, de posse de seu cartão de identificação pessoal para realizar suas compras;

II - a farmácia conveniada registrará a venda no sistema informatizado através do cartão de identificação pessoal e o valor da compra será descontado diretamente na folha de pagamento do associado, observando-se o seguinte:

a) quando se tratar de medicamento, a farmácia oferecerá o desconto no percentual mínimo previsto no rol de cobertura do Issem-Saúde (Anexo I) sobre o preço de venda no balcão;

b) quando se tratar de outros produtos passíveis de compra pelo cartão, fica a critério da farmácia oferecer desconto sobre o preço de venda no balcão.

§ 1º O beneficiário também poderá optar pelo pagamento a vista de suas compras, com os mesmos descontos.

§ 2º Para as compras realizadas nas farmácias conveniadas através do cartão de identificação pessoal, os beneficiários terão o seguinte limite de crédito mensal:

I - em valor equivalente a 3 (três) Unidades de Padrão Municipal (UPM), por associado.

II - em casos excepcionais decorrentes de tratamento de saúde em que se necessite de um limite de crédito superior, o associado responsável deverá realizar a solicitação junto ao setor de atendimento do Issem-Saúde munido de receituário, laudos e/ou exames médicos que atestem a necessidade, o que será analisado pelo médico-auditor ou pelo Superintendente de Assistência e Saúde e, uma vez autorizada a alteração do limite de crédito, o associado deverá firmar termo de ciência e responsabilidade comprometendo-se ao pagamento dos valores.

§ 3º Não podem ser adquiridos através do cartão de identificação pessoal com desconto em folha as seguintes categorias de produtos:

I - perfumaria;

II - cosméticos;

III - gêneros alimentícios.

§ 4º O uso do cartão de identificação pessoal é de inteira responsabilidade do associado, que assume total responsabilidade pelo pagamento das despesas geradas pelo seu cartão de associado e dos seus dependentes.

§ 5º Em caso de perda ou extravio do cartão, é dever do associado realizar seu

bloqueio imediato no sistema informatizado UtilCard ou comunicar o fato ao setor de atendimento do Issem-Saúde, que providenciará o bloqueio.

§ 6º O uso indevido do cartão, pelos beneficiários e/ou farmácias conveniadas, está sujeito às penalidades previstas nos arts. 186 e 187 da LCM n.º 217/2018,

sem prejuízo das demais responsabilidades administrativa, civil e penal.

Art. 4º – O art. 56 do Decreto nº 12.796/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 56. Em relação aos serviços de quiropraxia e acupuntura, observar-se-á o seguinte:

I - os serviços de quiropraxia deverão ser solicitados e realizados por médico ou fisioterapeuta, com comprovada especialização na área, conferida por entidade de ensino reconhecida por órgão oficial;

II - os serviços de acupuntura deverão ser solicitados e realizados por médico, fisioterapeuta ou farmacêutico, com comprovada especialização na área, conferida por entidade de ensino reconhecida por órgão oficial.

Art. 5º – Fica acrescido o inc. IV ao art. 82 do Decreto nº 12.796/2019, com a seguinte redação:

Art. 82. ...

IV - o serviço de saúde de farmácia básica.

Art. 6º – Fica revogado o inc. III do art. 84 do Decreto nº 12.796/2019.

Art. 7º Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2019.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do Conselho de Administração do Issem

**RESOLUÇÃO Nº 034/2019/CA/ISSEM**

Publicação Nº 2215214

RESOLUÇÃO Nº 034/2019/CA/Issem

Dispõe sobre o Regulamento do Issem-Assistência.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 217/2018, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de outubro de 2019, e

CONSIDERANDO a análise realizada na proposta de decreto que propõe a regulamentação da Lei Complementar Municipal n.º 217/2018 no que concerne ao Issem-Assistência, auxílios assistenciais integrantes do Fundo Municipal de Assistência e de Saúde (FMASA) do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais de Jaraguá do Sul/ SC (Issem);

CONSIDERANDO que o texto proposto no decreto a ser aprovado destina-se a disciplinar os auxílios assistenciais previstos na Lei Complementar Municipal (LCM) n.º 217/2018, e no Estatuto do Servidor através da Lei Complementar nº 154/2014, constituídos através do Fundo Municipal de Assistência e de Saúde (FMASA) e denominado Issem-Assistência, quais sejam: Auxílio-emergência, Auxílio-natalidade e Auxílio-funeral;

CONSIDERANDO que os recursos para as despesas com os referidos auxílios serão destinados ao Fundo Municipal de Assistência e de Saúde (FMASA), denominado Issem-Assistência, pelo órgão ou entidade de origem ao qual o servidor está vinculado, na medida que estes forem concedidos, a exemplo do já aprovado projeto de lei que trata do acidente de trabalho;

CONSIDERANDO que o custeio do Issem-Assistência será atendido conforme disposto no Art. 148 da Lei Complementar nº 217/2018;

CONSIDERANDO o parecer nº 004/2019 da Comissão de Assistência e Saúde, favorável à proposta apresentada;

**RESOLVE:**

Art 1º – Aprovar a minuta do Decreto que Regulamenta a Lei Complementar Municipal n.º 217/2018 no que concerne ao Issem-Assistência, auxílios assistenciais integrantes do Fundo Municipal de Assistência e de Saúde (FMASA) do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais de Jaraguá do Sul/ SC (Issem).

Art. 2º – Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2019.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do Conselho de Administração do Issem

**RESOLUÇÃO Nº 035/2019/CA/ISSEM**

Publicação Nº 2215215

RESOLUÇÃO Nº 035/2019/CA/Issem

Dispõe sobre o recurso impetrado contra a decisão do Processo Administrativo 001/2019.

O Conselho de Administração do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Municipal Nº 217/2018, em conformidade com a deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 21 de outubro de 2019, e

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo foi instaurado em maio do corrente ano, através da Portaria nº 367/2019 para verificar o atraso no pagamento de encargos patronais ao INSS, o que gerou o pagamento de multas e juros. Os encargos eram referente ao 13º salário de 2018, que deveria ser pago em 20/12/2018 e foi quitado em 17/01/2019. As multas e juros foram pagas em 10/05/2019 no valor de R\$ 474,37 (quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos) após a verificação de inconsistências entre a GFIP e a GPS dos servidores do Issem;

CONSIDERANDO que no Relatório Final a Comissão de Processo Administrativo manifesta sua decisão, verificando a negligência no pagamento dos encargos do 13º salário de 2018 ao INSS, e consequentemente danos ao erário com a aplicação de multas e juros, devendo as servidoras citadas ressarcir o Issem o valor corrigido, na proporção de 50% para cada uma;

CONSIDERANDO que o Procurador Autárquico, solicitado pelo Presidente do Issem, manifestou sua posição quanto aos procedimentos do processo administrativo, estando este de acordo com a legislação vigente, e que oportunizou ampla defesa as servidoras envolvidas;

CONSIDERANDO que na Decisão Administrativa o Presidente do Issem acata a manifestação da Comissão do Processo Administrativo Geral 001/2019, reconhece a responsabilidade das servidoras citadas e determina o ressarcimento ao erário, na proporção indicada no relatório final;

CONSIDERANDO que a Servidora Ariete Regina Jaworski, Contadora do Issem, impetrou recurso solicitando isenção de responsabilidade no caso, salientando que:

a) Em 2017 houve situação análoga, quando a Assistente de Recursos Humanos, emitiu a guia com um dia de atraso, o que gerou multa e juros, pagos pela servidora em questão, conforme documentos comprobatórios em anexo ao recurso;

b) No período de dezembro de 2018 e janeiro de 2019 houve acúmulo de serviço no setor de Contabilidade, tendo em vista a aposentadoria e licença maternidade de servidoras, o pequeno número de servidores no setor, os problemas advindos com a falta de recursos para o pagamento dos aposentados, sendo aguardada votação de nova legislação municipal para as providências contábeis necessárias, entre outros, impedindo a correta fiscalização dos atos;

CONSIDERANDO que a guia emitida em 14/01/2019 para pagamento dos encargos referentes ao 13º salário do Presidente do Issem, devidos ao INSS, foi considerada no prazo pela servidora;

CONSIDERANDO que em 2017 situação análoga ocorreu, sob a responsabilidade da Assistente de Recursos Humanos, não podendo alegar desconhecimento dos prazos;

CONSIDERANDO a deliberação em plenária referente ao parecer nº 11/2019 da Comissão de Legislação e Justiça;

RESOLVE:

Art 1º – Julgar improcedente o recurso impetrado pela servidora Ariete Regina Jaworski, e acatar a Decisão Administrativa apresentada pelo Presidente do Issem no Processo Administrativo Geral 001/2019.

Art. 2º – Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 30 de outubro de 2019.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente do Conselho de Administração do Issem

## RESOLUÇÃO Nº17/2019/CMD.

Publicação Nº 2215210

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL CONTROLE SOCIAL – ÓRGÃOS COLEGIADOS CONSELHO MUNICIPAL DE DESPORTOS - CMD
--	---

RESOLUÇÃO Nº17/2019/CMD.

Dispõe sobre substituição de Conselheiros

O Conselho Municipal de Desportos - CMD, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal 6.946/14, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 06 de fevereiro de 2019 e;

Considerando a pose dos Conselheiros titulares e suplentes, representantes do poder público e sociedade civil, para gestão 2018/2020, conforme portaria nº615/2018;

Considerando o Ofício 169/2019, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, que designa Andriely Thyliny Broetto Pinto e Diego Lopes Diogo como conselheiros titular e suplente, em substituição a Wanderlei Augusto Gessner e Arthur Daehl Polvarino, para representar as entidades, associações ou clubes esportivos do município de Jaraguá do Sul, no Conselho Municipal de Desportos (CMD)

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a substituição do conselheiro titular Wanderlei Augusto Gessner, pela conselheira Andriely Thyliny Broetto Pinto e do conselheiro suplente Arthur Daehl Polvarino pelo conselheiro Diego Lopes Diogo.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 07 de outubro de 2019.

CLEIDE MOSCA

Presidente do Conselho Municipal de Desportos – CMD

## SEMED - PORTARIA Nº 1820/2018

Publicação Nº 2216089

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
--	---

PORTARIA Nº 1820/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 005/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

PRORROGAR A PORTARIA Nº 1139/2018, de 13.06.2018, que admitiu, TAIS WELK, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS FINAIS, na disciplina de MATEMÁTICA, no período de 04.09.2018 até 20.12.2018.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2018

ROGÉRIO JUNG

Secretário Municipal da Educação

**SEMED - PORTARIA Nº 2807/2019**

Publicação Nº 2216090

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
--	--

**PORTARIA Nº 2807/2019**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 11.182/2017, de 02 de janeiro de 2017, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 186/2016, de 26 de dezembro de 2016, Lei Complementar Nº 102/2010, de 12/11/2010, alterada pela Lei Complementar Nº 190/2017, de 22/03/2017 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base de Títulos, realizado através do Edital Nº 005/2018/SEMED/PMJS.

**RESOLVE:**

DISPENSAR, em 16 de julho de 2019, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, TAIS WELK DE SIQUEIRA, admitido em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental, ANOS FINAIS, na disciplina de MATEMÁTICA, para atuar na EMEB Anna Towe Nagel, EMEB Loteamento Amizade e EMEB Renato Pradi.

Em consequência, ficam revogadas as Portarias Nº1139/2018, Nº1820/2019 e Nº2806/2019, no que se refere a contratação da mesma e devidas prorrogações de contrato..

Jaraguá do Sul, 29 de outubro de 2019.

IVANA ATANÁSIO DIAS

Secretária Municipal de Educação

# Joaçaba

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 5.286

Publicação Nº 2215233

PORTARIA Nº 5.286 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 25 de outubro de 2019, o contrato de trabalho do(a) Senhor(a) LUCIANA SALETE DA CAS, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 18º lugar no edital de Chamada Pública nº 004/2018 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 25 de outubro de 2019

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA Nº 5.287

Publicação Nº 2215238

PORTARIA Nº 5.287 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CARLOS AUGUSTO NASCIMENTO DA SILVA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme deferido da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 28 de outubro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 28 de outubro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 25 de outubro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA Nº 5.288

Publicação Nº 2215248

PORTARIA Nº 5.288 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 01 de outubro de 2019, o(a) Servidor(a) ILMARA SALETE ZAGO, Técnico de Administração, para exercer as

funções de Assistente de Administração, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme memorando nº 267/2019 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 25 de outubro de 2019.  
DIOCLELIO RAGNINI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

## PORTARIA Nº 5.289

Publicação Nº 2215252

PORTARIA Nº 5.289 DE 25 DE OUTUBRO DE 2019  
"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 01 de outubro de 2019, o(a) Servidor(a) CAMILA SALARDI FUTINA, Técnico de Administração, para exercer as funções de Assistente de Pregoeiro, nível FC-2, vinculado a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, de acordo com o art. 21 da Lei Complementar n.º 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme memorando nº 267/2019 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de outubro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 25 de outubro de 2019.  
DIOCLELIO RAGNINI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

## PORTARIA Nº 5.290

Publicação Nº 2215259

PORTARIA Nº 5.290 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019  
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

### RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ANA MARIA COZZA durante o período de 29 de outubro de 2019 a 28 de outubro de 2020, para exercer as funções de Assistente Social, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e nº 119 de 26 de maio de 2006, em virtude de sua aprovação em 01º lugar no edital de Teste Seletivo nº 05/2019, em substituição a servidora Rubia Karen Provensi, atualmente exercendo a função de Chefe de Vigilância, Monitoramento dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios, conforme memorando nº 297/2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 29 de outubro de 2019.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal



**PORTARIA Nº 5.291**

Publicação Nº 2215262

PORTARIA Nº 5.291 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

"DESIGNA COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, incisos V e VIII, da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR, os servidores abaixo discriminados, para compor a Comissão Técnica de Avaliação Imobiliária, conforme memorando nº 290/2019 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira:

- Andreia Lisiane Antunes de Souza Lovatel – Titular;
- Fabiano Grando Poletto – Suplente;
- Emanuel Ricardo Darold da Silva – Titular;
- Susana Rodrigues Barbosa – Suplente;
- Guilherme de Souza – Titular;
- Patricia de Pelegrin Spier – Suplente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 29 de outubro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.292**

Publicação Nº 2215263

PORTARIA Nº 5.292 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 29 de outubro de 2019, o contrato de trabalho do(a) Senhor(a) BEATRIZ APARECIDA ANTUNES DA LUZ, Auxiliar de Saúde Bucal, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e 343 de 08 de junho de 2017 e em virtude de sua aprovação em 04º lugar no edital de Teste Seletivo nº 005/2017 do Fundo Municipal de Saúde do município de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 29 de outubro de 2019

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.293**

Publicação Nº 2215264

PORTARIA Nº 5.293 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 29 de outubro de 2019, o contrato de trabalho do(a) Senhor(a) FERNANDO ORTIZ DA SILVA, Psicólogo, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido



pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em virtude de sua aprovação em 06º lugar no edital de Teste Seletivo nº 03/2018 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 29 de outubro de 2019  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

## PORTARIA Nº 5.294

Publicação Nº 2215267

PORTARIA Nº 5.294 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

### RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 29 de outubro de 2019, o(a) Sr.(a) ROMULO ANTONIO MILANI, Assessor de Secretaria, nível CC-6, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019, conforme memorando nº 294/2019 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 29 de outubro de 2019.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

## PORTARIA Nº 5.295

Publicação Nº 2215269

PORTARIA Nº 5.295 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019  
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

### RESOLVE,

Art. 1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de apurar eventual descumprimento das obrigações funcionais do servidor Sr. Gustavo Hohmann Camina, garantindo contraditório e ampla-defesa, conforme memorando nº 649/2019 da Secretaria Municipal de Saúde e Parecer Jurídico.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores, DIANE CARINA MATANA, INES MARIA PICOLI E SIDNEI JOSE GEMELLI para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através da Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013, Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Decreto n.º 5.430 de 02 de julho de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 30 de outubro de 2019.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 21/2019 - DISPENSA - AQUISIÇÃO CABO VGA**

Publicação Nº 2215344

**CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA**  
**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**  
**PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 021/2019**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 013/2019**

A **CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC)**, neste ato representada por sua Presidente, Senhora **DISNÉIA TEREZA DE MARCO TONIAL**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n. 8.666/1993 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve **HOMOLOGAR** a presente licitação nos seguintes termos:

**Processo de licitação n.:** 021/2019.

**Pregão presencial n.:** 013/2019.

**Data da homologação:** 01/11/2019.

**Objeto da licitação:** A presente dispensa de licitação tem por objeto a aquisição de um cabo VGA com 2 conectores montados, com vinte metros de comprimento para uso no Plenário da Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC.

**Fornecedor:** YURI A RIGGHI PICCININ & CIA LTDA - ME.

**Valor global:** R\$ 138,00 (Cento e trinta e oito reais).

**Fundamentação Legal:** Art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993.

**Dotação Orçamentária:** As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária/2019:

Desp.	Código da dotação	Descrição da dotação	Compl. do elemento	Valor previsto
2	01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00	MANUT.PODER LEGISLATIVO	3.3.90.39.47.00.00.00	138,00
	Fonte de Recurso: 1001 - Recursos ordinários			

Joaçaba (SC), 01 de novembro de 2019.

**DISNÉIA TEREZA DE MARCO TONIAL**  
**Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba**

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 022/2019 - DISPENSA - RENOVAÇÃO JORNAL EXPRESSO**

Publicação Nº 2215396

**CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA**  
**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**  
**PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 022/2019**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 014/2019**

A **CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC)**, neste ato representada por sua Presidente, Senhora **DISNÉIA TEREZA DE MARCO TONIAL**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n. 8.666/1993 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve **HOMOLOGAR** a presente licitação nos seguintes termos:

**Processo de licitação n.:** 022/2019.

**Pregão presencial n.:** 014/2019.

**Data da homologação:** 01/11/2019.

**Objeto da licitação:** A presente dispensa de licitação tem por objeto a renovação de uma assinatura anual do jornal impresso denominado "Jornal Expresso", com tiragem semanal e entrega na Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC.

**Fornecedor:** LUCIANO JUSTI.

**Valor global:** R\$ 170,00 (Cento e Setenta reais).

**Fundamentação Legal:** Art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993.

**Dotação Orçamentária:** As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária/2019:

Desp.	Código da dotação	Descrição da dotação	Compl. do elemento	Valor previsto
	01.01.2.001.3.3.90.00.00.			
2	00.00.00	MANUT.PODER	3.3.90.39.47	170,00
	Fonte de Recurso: 1001 -	LEGISLATIVO	.00.00.00	
	Recursos ordinários			

Joaçaba (SC), 01 de novembro de 2019.

**DISNÉIA TEREZA DE MARCO TONIAL**  
**Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba**

**PLASS****RESOLUÇÃO Nº 06/2019 PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Publicação Nº 2215984

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS

Av. XV de Novembro, 378 – Centro

89600-000 - Joaçaba – SC

Fone/Fax: 49 – 3527-8804

E-mail – plassjba@gmail.com

**RESOLUÇÃO N.º 06/2019/PLASS**

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Diretor Executivo do Plano de Saúde PLASS, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, acatando o Parecer Jurídico de 04 de novembro de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º - INSTAURAR “Processo Administrativo”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de apurar eventual descumprimento contratual e possíveis condutas irregulares da empresa ESPAÇO DENTI, com relação ao Edital de Credenciamento nº 01/2017 e Termo Aditivo nº 17/2017, garantindo contraditório e ampla defesa, conforme Memorando nº 33 do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba- PLASS

Art. 2º - DESIGNAR os Servidores Conselheiros Administrativos, LUCI TEREZINHA HEBERLE, LOERI JOSE LUVISON e SANDRA ANDREA STEFANES para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior;

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba - SC, 04 de novembro de 2019.

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PREGÃO PRESENCIAL JHL 0067/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 2213229

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0078/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0067/2019

PROTOCOLO JHL 2990/2019

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0067/2019 – Licitação 0078/2019, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE QUADRO DE COMANDO DE MOTORES PARA A ELEVATÓRIA DE ÁGUA TRATADA - EAT 019, DE PROPRIEDADE DO SIMAE, COM INSTALAÇÃO, STARTUP E FORNECIMENTO DE CABOS CONECTORES

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 19/11/2019 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 19/11/2019 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 05/11/2019 a 19/11/2019.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 01 de novembro de 2019.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae.

**RESUMO CONTRATO JHL 0107/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 2215455

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0107/2019

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0048/2019

PREGÃO PRESENCIAL 0026/2019

PROCESSO 0034/2019

PROTOCOLO Nº 1178/2019

Data assinatura: 31/10/2019

Objeto: Conforme prevê o artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 fica acrescido ao contrato o valor de R\$ 3.485,19 (Três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos), correspondente a 25% dos itens 4, 7, 8, 11, 12 e 15 tendo em vista a necessidade de realização de obras de substituição de rede e ramais domiciliares, para posterior execução de pavimentação asfáltica, por parte da Prefeitura Municipal de Joaçaba-SC.

Contratado: Georg Fischer Sistemas de Tubulações Ltda.

Valor: R\$ 3.485,19 (Três mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e dezenove centavos).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.061

Prazo de vigência: PERMANECE O MESMO.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae.

## RESUMO CONTRATO JHL 0108/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2215421

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0108/2019

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0041/2019

PREGÃO PRESENCIAL 0017/2019

PROCESSO 0020/2019

PROTOCOLO Nº 0778/2019

Data assinatura: 31/10/2019

Objeto: Conforme prevê o artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 fica acrescido ao contrato o valor de R\$20.479,60 (Vinte mil, quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta centavos), correspondente a 25% dos itens 17, 18, 28 e 52 tendo em vista a necessidade de realização de obras de substituição de rede e ramais domiciliares, para posterior execução de pavimentação asfáltica, por parte da Prefeitura Municipal de Joaçaba-SC.

Contratado: Polierg Indústria e Comércio Ltda.

Valor: R\$20.479,60 (Vinte mil, quatrocentos e setenta e nove reais e sessenta centavos).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.061

Prazo de vigência: PERMANECE O MESMO.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae.

## RESUMO CONTRATO JHL 0109/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2215580

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0109/2019

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0037/2019

PREGÃO PRESENCIAL 0017/2019

PROCESSO 0020/2019

PROTOCOLO Nº 0778/2019

Data assinatura: 31/10/2019

Objeto: Conforme prevê o artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 fica acrescido ao contrato o valor de R\$ 2.496,00 (Dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais), correspondente a 25% dos itens 53 e 54 tendo em vista a necessidade de realização de obras de substituição de rede e ramais domiciliares, para posterior execução de pavimentação asfáltica, por parte da Prefeitura Municipal de Joaçaba-SC.

Contratado: Lot Metais Eireli - ME.

Valor: R\$ 2.496,00 (Dois mil, quatrocentos e noventa e seis reais).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.061

Prazo de vigência: PERMANECE O MESMO.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae.

## RESUMO CONTRATO JHL 0110/2019 - SIMAE

Publicação Nº 2215390

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0110/2019

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO JHL 0072/2019

PREGÃO PRESENCIAL 0033/2019

PROCESSO 0042/2019

PROTOCOLO Nº 1539/2019

Data assinatura: 31/10/2019

Objeto: Conforme prevê o artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 fica acrescido ao contrato o valor de R\$60.265,00 (Sessenta mil, duzentos e sessenta e cinco reais), correspondente a 25% do total contratado, tendo em vista que o quantitativo inicialmente estimado não foi suficiente para atender as demandas do Simae para a execução dos serviços conforme justificativa apresentada pelo fiscal do contrato, anexada ao processo.

Contratado: Submar Serviços Aquáticos Ltda.

Valor: R\$ 60.265,00 (sessenta mil, duzentos e sessenta e cinco reais).

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.062

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.99.00.00.00

Prazo de vigência: PERMANECE O MESMO.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae.

## **TOMADA DE PREÇOS 0005/2019 - SIMAE**

Publicação Nº 2214777

Licitação nº 0067/2019

Modalidade Tomada de Preços JHL nº 0005/2019

Encontra-se aberto, no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Tomada de Preços JHL 0005/2019, Licitação 0067/2019, tipo Menor Preço Global (empregada por preço global), que trata do objeto: contratação de empresa de engenharia especializada para elaboração de projeto executivo, fornecimento e instalação de 01 (um) reservatório apoiado com capacidade de 1000m³, para armazenamento de água tratada, na zona de distribuição do RAP 012, no Bairro Nossa Senhora de Fátima, em Herval d'Oeste, com fornecimento total de materiais, transporte e mão de obra para a execução do serviço. Da Entrega dos Envelopes: até dia 21/11/2019 às 9h, na Sede do Simae, Rua Tiradentes, 123, em Joaçaba-SC. Da Abertura: dia 21/11/2019 às 9h10min, na Sede do Simae. O Edital e anexos encontram-se disponíveis no site: [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br). Maiores esclarecimentos serão prestados junto a Comissão Permanente de Licitações do Simae, no e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br) ou pelo telefone: (49) 3551-8200.

Joaçaba/SC, 30 de outubro de 2019.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae

# José Boiteux

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 65/2019 REFERENTE EVENTUAL COMPRA DE MATERIAIS HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DE TODAS AS SECRETARIAS MAIORES INFORMAÇÕES NO PRESENTE EDITAL.

Publicação Nº 2215278

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX – SC  
PROCESSO LICITATÓRIO 65/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2019

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna se público aos interessados, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 21/11/2019, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a AV 26 de Abril, nº 655 junto ao portal do Município, REFERENTE EVENTUAL COMPRA DE MATERIAIS HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DE TODAS AS SECRETARIAS MAIORES INFORMAÇÕES NO PRESENTE EDITAL. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital e demais informações diariamente, das 07:30 às 16:30 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima ou pelo fone/fax (47) 3352-7111.

José Boiteux/SC, em 04 de Outubro 2019.  
JONAS PUDEWELL  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 011/2019

Publicação Nº 2215972

PORTARIA nº 011 de 04 de novembro de 2019

“CONCEDE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX/SC”

Lindolfo Brehmer, Presidente da Câmara Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando o Artigo 37, Inciso XXXV, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de José Boiteux/SC;  
Considerando a Seção I, do Capítulo VI, da Lei Complementar nº 041 de 19 de fevereiro de 2014, que "Dispõe sobre a Reestruturação do Quadro de Pessoal, Plano de Cargos, Vencimentos e Desenvolvimento Funcional da Câmara Municipal de José Boiteux e dá outras providências";  
Considerando o cumprimento dos requisitos legais pelo servidor para a solicitação da referida progressão; e  
Considerando o parecer favorável expedido pela Assessoria Jurídica do Poder Legislativo;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor Luiz Gustavo Lunelli, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, Código ANM-1, Nível/Referência VIII-2, matrícula nº 45.0-00, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Câmara Municipal de José Boiteux/SC, progressão por Cursos de Aperfeiçoamento.

Art. 2º O Servidor terá direito de elevar um nível da classe a que pertence para a imediatamente superior, na carreira, de forma horizontal, passando do Nível/Referência VIII-2 para o Nível/Referência VIII-3, conforme o Anexo V da Lei Complementar nº 041/2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir do mês de janeiro de 2020.

Câmara Municipal de José Boiteux, 04 de novembro de 2019.  
Lindolfo Brehmer  
Presidente da Câmara Municipal



# Jupirá

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 262/19 DE 04/11/2019

Publicação Nº 2215202

PORTARIA N.º 262/19 de 04/11/2019.

REVOGA PORTARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art.1.º - REVOGAR, a Portaria de Nº 261/19 de 30/10/2019, que concedia 15 (quinze) dias de licença prêmio por assiduidade ao servidor municipal, ADEMIR PALOSKI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Saúde, que seriam que gozadas no período de 30/10/2019 a 14/11/2019, sendo que o servidor gozou apenas 05 (cinco) dias, ficando pendente para retirada 10 (dez) dias, seu retorno foi solicitado em virtude do interesse publico e de sua respectiva Secretaria pela falta de motorista para exercer as atividades de urgência na Secretaria.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupirá SC, 04 de novembro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 263/19 DE 04/11/2019

Publicação Nº 2215203

PORTARIA N.º 263/19 de 04/10/2019.

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art. 70 inciso IX da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006.

**RESOLVE:**

Art.1.º - CONCEDER, licença paternidade ao servidor municipal LUIZ CARLOS BARBOSA, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, lotado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, referente ao período de 03/11/2019 a 07/11/2019, devendo retornar as atividades no primeiro dia útil seguinte ao término da vigência.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupirá SC, 04 de novembro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 264/19 DE 04/11/2019

Publicação Nº 2215204

PORTARIA N.º 264/19 de 04/11/2019.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art 63, da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

**RESOLVE:**

Art.1.º - CONCEDER,30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal LUIZ CARLOS BARBOSA, ocupante do cargo de Operador de Maquinas, lotado na Secretaria de Agricultura e meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 02/04/2018 a 01/04/2019, que serão gozadas no

período 11/11/2019 a 10/12/2019, devendo retornar as atividades no primeiro dia útil seguinte ao término da vigência.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá - SC, 04 de novembro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 265/19 DE 04/11/2019**

Publicação Nº 2215206

PORTARIA N.º 265/19 de 04/11/2019.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupiá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art 63, da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

RESOLVE:

Art.1.º - CONCEDER,30 (trinta) dias de férias ao servidor municipal ALCENIR GARCIA, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 13/08/2018 a 12/08/2019, que serão gozadas no período 01/11/2019 a 03/12/2019, devendo retornar as atividades no primeiro dia útil seguinte ao término da vigência.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá - SC, 04 de novembro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 266/19 DE 04/11/2019**

Publicação Nº 2215208

PORTARIA N.º 266/19 de 04/11/2019.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupiá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art 63, da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

RESOLVE:

Art.1.º - CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal ELESANDRA COLONHI, ocupante do cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, lotada na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 14/04/2018 a 13/04/2019, que serão gozadas no período 04/11/2019 a 03/12/2019, devendo retornar as atividades no primeiro dia útil seguinte ao término da vigência.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá - SC, 04 de novembro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 267/19 DE 04/11/2019**

Publicação Nº 2215209

PORTARIA N.º 267/19 de 04/11/2019.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupiá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art 63, da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

**RESOLVE:**

Art.1.º - CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias a servidora municipal LEDI BONSZKOWAKI DE SOUZA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 03/05/2018 a 02/05/2019, que serão gozadas no período 04/11/2019 a 03/12/2019, devendo retornar as atividades no primeiro dia útil seguinte ao término da vigência.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá - SC, 04 de novembro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 268/19 DE 04/11/2019**

Publicação Nº 2215211

PORTARIA N.º 268/19 de 04/11/2019.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupiá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art 63, da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

**RESOLVE:**

Art.1.º - CONCEDER, 15 (quinze) dias de férias a servidora municipal MARLEI ALVEZ, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 22/05/2018 a 21/05/2019, que serão gozadas no período 11/11/2019 a 25/11/2019, devendo retornar as atividades no primeiro dia útil seguinte ao término da vigência.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupiá - SC, 04 de novembro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### DECRETO 54 19 EDUCAÇÃO FUNDEB

Publicação Nº 2215916

DECRETO Nº 54 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

"Dispõe sobre a nomeação dos membros para compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Fiscal do FUNDEB".

SERGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho de Acompanhamento e Controle Fiscal do FUNDEB, criado pela Lei Municipal n. 1.914 de 16 de julho de 2013, os seguintes servidores:

I – Representante Poder Executivo Municipal: Analú Scapini Antonelo (titular) e Rosana Ferrari Kikuti (suplente);

II - Representante da Secretaria Municipal de Educação: Cristiane Ubialle Cabral (titular) e Sandra Aparecida Da Cas de Sordi (suplente);

III – Representantes dos Professores das Escolas Públicas: Gracieli Goldoni Lopes (titular) e Rosiméri Dall'Orsoletta (suplente);

IV – Representantes da Direção das Escolas Públicas: Luciana Lourenço de Almeida Scapini (titular) e Janete Luzia Katschor (suplente);

V – Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos das Escolas Públicas: Eduarda Zaccaron Prando (titular) e Cristiane Dalla Costa Comerlato (suplente)

VI – Representantes dos pais de alunos da Escola Pública: Tatiane Papini Trentini (titular) e Cláudia Inês Tessaro Zanon (suplente); Marizane Regina Triques Dall'Orsoletta (titular) e Eduarda Zaccaron Prando (suplente).

VII – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública: Solange Leorato Gomes (titular) e Nelci Cláudia Ody (suplente);

VIII– Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública, indicado pela entidade de Estudantes Secundaristas: Gabriel Trindade Isotton (titular) e Juventino Savaris Junior (suplente);

IX – Representante do Conselho Municipal de Educação: Alzira Da Cas (titular)Camila Riquetti (suplente);

X – Representante do Conselho Tutelar: Ivete Chaves dos Santos (titular); Márcia Lago (suplente).

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 46 de 04/10/2019.

Lacerdópolis/SC, 04 de novembro de 2019.

Sergio Luiz Calegari

Prefeito de Lacerdópolis

# Lages

## PREFEITURA

### TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05/2019 PML

Publicação Nº 2215601

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:  
Termo de Colaboração nº 05/2019

Contratante: Município de Lages, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 82.777.301/0001-90, sito na Praça João Costa, nº 37, Centro, cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

Contratado: Associação de Apoio à Cultura e Esporte de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua José Francisco, nº 900, Cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.764.215/0001-90.

Chamamento Público nº 05/2019, homologado em 31 de outubro de 2019.

Objeto: para fomento ao turismo no município por meio da oferta do evento: Meia Maratona de Lages.

Valor: 20.000,00 (vinte mil reais).

Prazo de vigência: 31/12/2019.

ANTONIO CERON  
PREFEITO MUNICIPAL

# Laguna

## PREFEITURA

### EXTRATO 4

Publicação Nº 2216031

CONTRATO Nº 01/2019 - FLC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA

CONTRATADA: CORAL SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS

OBJETO: Este contrato tem por objetivo a prestação de serviço de apresentações musicais e artísticas do Coral Santo Antônio dos Anjos

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 15 de maio de 2019.

VALOR: O valor do presente Contrato é da importância total de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

DATA: 15 de Fevereiro de 2.019.

CONTRATO Nº 02/2019 - FLC

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

CONTRATADA: SOCIEDADE MUSICAL CARLOS GOMES

OBJETO: Este contrato tem por objetivo a prestação de serviço de apresentações musicais e artísticas da SOCIEDADE MUSICAL CARLOS GOMES para 01 (uma) apresentação.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 22 de setembro de 2019.

VALOR: O valor do presente Contrato é da importância total de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

DATA: 19 de Junho de 2.019.

CONTRATO Nº 03/2019 - FLC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA

CONTRATADA: SOCIEDADE MUSICAL UNIÃO DOS ARTISTAS

OBJETO: Este contrato tem por objetivo a prestação de serviço de apresentações musicais e artísticas da SOCIEDADE MUSICAL UNIÃO DOS ARTISTAS para 02 (duas) apresentações.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 23 de setembro de 2019.

VALOR: O valor do presente Contrato é da importância total de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).

DATA: 19 de Junho de 2.019.

### EXTRATO 5

Publicação Nº 2216032

CONTRATO Nº 001/2019 - PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada para a disposição final dos materiais recolhidos durante a limpeza, manutenção e conservação de ruas, logradouros, praças parias e faixas de areia e demais espaços públicos do Município de Laguna.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será a partir da assinatura do presente contrato, ou seja, seu início em 10/01/2019, e seu término em 31/12/2019.

VALOR: O valor do contrato anual será de R\$ 17.460,00 (dezesete mil quatrocentos e sessenta reais)

DATA: 10 de janeiro de 2019.

CONTRATO Nº 002/2019 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONTRATADA: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC/SC

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a contratação a capacitação das merendeiras da rede de ensino municipal que ocorrerá no dia 06 de fevereiro do corrente ano a se realizar no refeitório do Complexo do CAIC, conforme a dispensa de licitação e proposta de capacitação da contratada.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 06 de julho de 2019.

VALOR: O valor do presente Contrato é da importância total de R\$ 2.220,00 (dois mil duzentos e vinte reais).

DATA: 18 de Janeiro de 2.019.

CONTRATO Nº 003/2019 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONTRATADA: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC/SC

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a formação continuada para os professores da rede municipal de ensino de Laguna, durante o período de 05 a 08 de fevereiro do corrente ano, consistente na realização de palestras e oficinas, com carga horária total de 244 horas,

para 300 participantes, conforme estabelecido na dispensa de licitação e proposta de capacitação da contratada.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 08 de julho de 2019.

VALOR: O valor do presente Contrato é da importância total de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais).

DATA: 25 de Janeiro de 2.019.

CONTRATO Nº 004/2019 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONTRATADA: MAGAPAVI CONSTRUTORA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA LTDA

OBJETO: É objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada para a reforma da Praça Arquimedes Faria no bairro Mar Grosso, Laguna/SC.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Contrato será até o dia 31/12/2019.

VALOR: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor R\$ 102.919,66 (cento e dois mil novecentos e dezenove reais e sessenta e seis centavos).

DATA: 28 de Janeiro de 2.019.

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº 005/2019 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONTRATADA: RÁDIO GARIBALDI LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, o credenciamento de empresas jornalísticas e de radiodifusão para a divulgação da campanha de IPTU para o ano de 2019.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até o dia 31/12/2019.

VALOR: O valor total deste contrato é de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

DATA: 21 de Janeiro de 2.019.

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº 006/2019 - PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONTRATADA: RÁDIO DIFUSORA DE LAGUNA SOCIEDADE LTDA ME.

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, o credenciamento de empresas jornalísticas e de radiodifusão para a divulgação da campanha de IPTU para o ano de 2019.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até o dia 31/12/2019.

VALOR: O valor total deste contrato é de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

DATA: 21 de Janeiro de 2.019.

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº 007/2019 - PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONTRATADA: SISTEMA INTERATIVA DE COMUNICAÇÃO LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, o credenciamento de empresas jornalísticas e de radiodifusão para a divulgação da campanha de IPTU para o ano de 2019.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até o dia 31/12/2019.

VALOR: O valor total deste contrato é de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

DATA: 21 de Janeiro de 2.019.

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº 008/2019 - PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONTRATADA: JORNAL DIÁRIO DO SUL LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, o credenciamento de empresas jornalísticas e de radiodifusão para a divulgação da campanha de IPTU para o ano de 2019.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até o dia 31/12/2019.

VALOR: O valor total deste contrato é de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

DATA: 11 de Janeiro de 2.019.

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº 009/2019 - PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONTRATADA: JORNAL NOTISUL EIRELI EPP

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, o credenciamento de empresas jornalísticas e de radiodifusão para a divulgação da campanha de IPTU para o ano de 2019.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até o dia 31/12/2019.

VALOR: O valor total deste contrato é de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

DATA: 30 de Janeiro de 2.019.

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº 010/2019 - PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGUNA

CONTRATADA: JORNAL DE LAGUNA LTDA

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, o credenciamento de empresas jornalísticas e de radiodifusão para a divulgação da campanha de IPTU para o ano de 2019.

VIGÊNCIA: O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até o dia 31/12/2019.

VALOR: O valor total deste contrato é de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

DATA: 04 de Fevereiro de 2.019.



**CONTRATO Nº 011/2019 - PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** STARTECH EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA**OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato, o fornecimento de equipamento de videoconferência para uso no polo da UFSC em Laguna.**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato será a partir da data de sua assinatura até o dia 31/12/2019.**VALOR:** O valor total deste contrato é de R\$ 46.959,48 (quarenta e seis mil novecentos e cinquenta e nove reais quarenta e oito centavos).**DATA:** 29 de Janeiro de 2.019.**CONTRATO Nº 012/2019 - PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** ESTRUTURAR CONTRUÇÃO CIVIL LTDA ME**OBJETO:** É objeto do presente Contrato a contratação de empresa especializada para a reforma da Escola Iracy Virgínia Rodrigues no bairro Barranceira, Laguna/SC.**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste Contrato será até o dia 31/12/2019.**VALOR:** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para a execução e conclusão dos Serviços o valor de R\$ 161.438,08 (cento e sessenta e um mil quatrocentos e trinta e oito reais e oito centavos).**DATA:** 04 de Fevereiro de 2.019.**CONTRATO Nº 013/2019 – PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** NÚCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDAS – NURREVI**OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato a cooperação entre as partes, visando o acolhimento institucional, para atender a demanda judiciária, do atendimento de 01 (uma) criança/adolescente do CONTRATANTE, já destituída do poder familiar, vítima de abandono, ou que já foram esgotadas as possibilidades de colocação na família de origem ou em família substituta, encaminhadas pelo Conselho Tutelar, pelo Juizado da Infância e Juventude, pelo Ministério Público, na Instituição CONTRATADA.**VIGÊNCIA:** A prestação de serviços objeto deste instrumento se dará pelo prazo de 04 (quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei 8666/93.**VALOR:** O valor total do contrato será de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).**DATA:** 05 de Fevereiro de 2.019.**CONTRATO Nº 014/2019 – PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ESTREITO**OBJETO:** O imóvel, objeto da presente locação, destina-se exclusivamente para a “Instalação da unidade escolar Armando Calil Bulos.**VIGÊNCIA:** O prazo de locação inicial será de 12 (doze) meses, ou seja, seu início em 13/02/2019 com término em 13/02/2020.**VALOR:** O valor total do contrato, será de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).**DATA:** 13 de Fevereiro de 2.019.**CONTRATO Nº 15/2019 – PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** MARCUS PAULINO TEIXEIRA - ME**OBJETO:** Este contrato tem por objetivo a prestação de serviço de apresentações musicais para atender ao Carnaval 2019.**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de junho de 2019.**VALOR:** O valor do presente Contrato é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).**DATA:** 13 de Fevereiro de 2.019.**CONTRATO Nº 16/2019 – PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** RENATO DEMÉTRIO FERREIRA MEI**OBJETO:** Este contrato tem por objetivo a prestação de serviço de apresentação musical para atender ao Carnaval 2019.**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de junho de 2019.**VALOR:** O valor do presente Contrato é de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).**DATA:** 13 de Fevereiro de 2.019.**CONTRATO Nº 17/2019 – PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** MG EVENTOS LTDA – ME**OBJETO:** Este contrato tem por objetivo a prestação de serviço de apresentações musicais para atender ao Carnaval 2019.**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de junho de 2019.**VALOR:** O valor do presente Contrato é de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).**DATA:** 13 de Fevereiro de 2.019.**CONTRATO Nº 18/2019 – PML****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**CONTRATADA:** VITOR MENDES ROSA ME**OBJETO:** Este contrato tem por objetivo a prestação de serviço de apresentações musicais para atender ao Carnaval 2019.

**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de junho de 2019.

**VALOR:** O valor do presente Contrato é de R\$ 28.005,00 (vinte e oito mil e cinco reais).

**DATA:** 13 de Fevereiro de 2.019.

**CONTRATO Nº 19/2019 – PML**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

**CONTRATADA:** GRUPO MUSICAL MATUSA LTDA

**OBJETO:** Este contrato tem por objetivo a prestação de serviço de apresentações musicais para atender ao Carnaval 2019.

**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de junho de 2019.

**VALOR:** O valor do presente Contrato é de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

**DATA:** 14 de Fevereiro de 2.019.

**CONTRATO Nº 20/2019 – PML**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

**CONTRATADA:** WALTER MAX GIESMANN BOAVA LTDA

**OBJETO:** Este contrato tem por objetivo a prestação de serviço de apresentações musicais para atender ao Carnaval 2019.

**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de junho de 2019.

**VALOR:** O valor do presente Contrato é de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

**DATA:** 14 de Fevereiro de 2.019.

**CONTRATO Nº 21/2019 – PML**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

**CONTRATADA:** JENIFER GRIGNANI 04915776999

**OBJETO:** Este contrato tem por objetivo a prestação de serviço de apresentações musicais para atender ao Carnaval 2019.

**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato é específico para o evento, iniciando na data de sua assinatura e encerrando no dia 05 de junho de 2019.

**VALOR:** O valor do presente Contrato é de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).

**DATA:** 14 de Fevereiro de 2.019.

**CONTRATO Nº 22/2019 - PML**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

**CONTRATADA:** LINDOLAR COMÉRCIO DE ESQUADRIAS, FORROS E DIVISÓRIAS EIRELI

**OBJETO:** Constitui objeto do presente contrato, a contratação de empresa para fornecimento de materiais e serviços de instalação de divisórias no Salão Paroquial do Estreito.

**VIGÊNCIA:** O período de vigência do presente contrato encerra-se em 31 de dezembro de 2019.

**VALOR:** O valor total deste contrato é de R\$ 23.840,00 (vinte e três mil oitocentos e quarenta reais).

**DATA:** 14 de Fevereiro de 2.019.

**CONTRATO Nº 23/2019 - PML**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

**CONTRATADA:** EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. – EPAGRI

**OBJETO:** O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela Epagri S.A.

**VIGÊNCIA:** Para execução dos serviços, o prazo estipulado terá seu início em 01/03/2019 e seu término em 31/12/2019.

**VALOR:** O valor deste Contrato é de 43.800,00 (quarenta e três mil e oitocentos reais).

**DATA:** 21 de Fevereiro de 2.019.

**CONTRATO Nº 24/2019 - PML**

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

**CONTRATADA:** ETEC CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM EIRELI – ME

**OBJETO:** É objeto do presente Contrato a contratação de empresa para o fornecimento de materiais e serviços para o ensaibramento de ruas do município.

**VIGÊNCIA:** O prazo de vigência deste contrato será de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos.

**VALOR:** O valor deste Contrato é de R\$ 152.620,56 (cento e cinquenta e dois mil seiscentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos).

**DATA:** 22 de Fevereiro de 2.019.

## **TOMADA DE PREÇOS 04/2019-FMS**

Publicação Nº 2215223

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 04/2019-FMS

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, através do Fundo Municipal de Saúde, em conformidade com o que estabelece a Lei 8666/93 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, pelo critério de MENOR PREÇO POR GLOBAL, para a contratação de empresa especializada para a execução de reformas do Almoxarifado Central da Secretaria de Saúde, no dia 25 de novembro

de 2019, às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal [www.laguna.sc.gov.br](http://www.laguna.sc.gov.br), ou solicitação ao e-mail [pmlcompras99@gmail.com](mailto:pmlcompras99@gmail.com), telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 04 de novembro de 2019.

Waldomiro Souza Netto - Presidente da COPELI

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº 214/2019 DE 04/11/2019 REVOGA PORTARIA N.194/2019 DE 07/10/2019 QUE DESIGNOU SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JAQUELINE FORTES MARTINS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2215624

PORTARIA n. 214/2019  
DE 04/11/2019

"REVOGA PORTARIA N.194/2019 DE 07/10/2019 QUE DESIGNOU SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JAQUELINE FORTES MARTINS PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Art. 98, inc. II Letra "a" da Lei Orgânica Municipal

#### DECEDE:

Art. 1º - Revogar a Portaria n. 194/2019 DE 07/10/2019 que designou o Servidor Público Municipal JAQUELINE FORTES MARTINS, para o exercício da Função de Auxiliar de Educação Infantil.

Parágrafo Único – Com a revogação da função, o respectivo servidor retornará ao cargo de origem de Recepcionista.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 04 de novembro de 2019.

Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amalia Valli Bressler  
Servidora Designada

### **PORTARIA Nº 215/2019 DE 04/11/2019 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SONIA RODRIGUES DOS SANTOS PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2215637

PORTARIA N. 215/2019  
DE 04/11/2019

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SONIA RODRIGUES DOS SANTOS PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso V da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, especialmente Lei Complementar n. 030/2014 de 04/04/2014, bem como na observância da classificação de que trata o edital de processo seletivo n. 001/2018 e CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para preenchimento de vagas, para substituição de servidores até a realização de concurso público, decorrentes de exoneração, aposentadoria e afastamento para tratamento de saúde, de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

#### DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, SONIA RODRIGUES DOS SANTOS, para a função de excepcional interesse público de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO - ACT, nível 21, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos previstos em lei, com duração de 04 de Novembro de 2019 a 20 de dezembro de 2019.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 04 de Novembro de 2019.

Noeli José Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.  
Amalia Valli Bressler Servidora Designada

**PORTARIA Nº 216/2019 DE 04/11/2019 NOMEIA TATIANE MANENT BRAND PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

Publicação Nº 2215655

PORTARIA N. 216/2019

De 04/11/2019

"NOMEIA TATIANE MANENT BRAND PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO"

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra "a" da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001.

e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

**D E C I D E:**

Art. 1º - Nomear TATIANE MANENT BRAND, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO, Código do Cargo 06.09, junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, com vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 054/2017 de 18/12/2017 e suas alterações, com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 04 de Novembro de 2019.

Noeli José Da Magro  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.  
Amalia Valli Bressler Servidora Designada

**PORTARIA Nº 217/2019 DE 04/11/2019 EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADRIANA INES CHIODI BRASSO DO CARGO DE CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2215666

PORTARIA N. 217/2019

DE 04/11/2019

"EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADRIANA INES CHIODI BRASSO DO CARGO DE CHEFE DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

E CONSIDERANDO que o cargo de Chefe de Setor é de livre nomeação e exoneração.

**D E C I D E:**

Art. 1º - Exonerar o Servidor Público Municipal ADRIANA INES CHIODI BRASSO, do cargo de Chefe de Setor junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e habitação.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 04 de Novembro de 2019.

Noeli Jose Dal Magro  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler  
Servidora designada

**Lauro Muller****PREFEITURA****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº173/PMLM/2019**

Publicação Nº 2215119

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº173/PMLM/2019**

OBJETIVO: O Município de Lauro Muller torna público que procedeu, na forma do artigo 25, inciso III, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Inexigibilidade de Licitação a contratação de empresa para realização apresentação artística durante a feira do livro no município de Lauro Muller.

CONTRATADA	EVENTO	GLOBAL
GRUPO CIRANDELA	FEIRA DO LIVRO	R\$1.800,00
TOTAL:		R\$ 1.800,00

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER/SC

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso III, da Lei Nº 8.666/93.

RECONHECIDO: em 04/11/2019, por Ana Rúbia dos Santos Prestes Cesconeto, Secretaria de Administração e Finanças.

RATIFICAÇÃO: em 04/11/2019 por Valdir Fontanella, Prefeito Municipal

Lauro Muller, 04 de Novembro de 2019.

Genivaldo da Silva

Presidente da Comissão de Licitações

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### **MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº: 46/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 48/2019 – CONCORRÊNCIA Nº 02/2019**

Publicação Nº 2215404

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

EXTRATO CONTRATUAL

CONTRATO Nº: 46/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 48/2019 – CONCORRÊNCIA Nº 02/2019.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica de ruas com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente), com drenagem das águas pluviais, incluindo materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e projetos em anexo, vinculado ao Contrato de Financiamento nº 2623.500.809-68/2017, firmado junto à Caixa Econômica Federal e este Município, no âmbito do Pró-Transporte. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS – SC. CONTRATADA: LZK CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.455.659/0001-81, no valor global de 5.332.872,23 (cinco milhões, trezentos e trinta e dois mil, oitocentos e setenta e dois reais e vinte e três centavos). Vigência: 04/11/2019 - Término: 03/02/2021.

Lebon Régis (SC). Douglas Fernando de Mello – Prefeito Municipal.



# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PR 39/2019

Publicação Nº 2216187

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2019

GENIR LOLI – Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de gêneros alimentícios, as 08:30 horas do dia 20 de novembro de 2019, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de compras e licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 04 de novembro de 2019.

GENIR LOLI Prefeito Municipal

### DECRETO 3244

Publicação Nº 2215758

DECRETO Nº 3.244, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando o disposto na Lei nº 1.444, de 2 de Outubro de 2019,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64, autorizado a proceder à abertura, através de Crédito Adicional Suplementar das seguintes dotações orçamentárias:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social

Unidade: 001 – Diretoria de Ação Social

Projeto/Atividade: 1.008 – Investimentos Gerais - FMAS

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.1.61.0422 – Social Básico Investimentos ..... R\$ 6.487,18

Projeto/Atividade: 2.024 – Oferta da Proteção Social Básica

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos: 0.1.61.0235 – FMAS Básico Custeio ..... R\$ 15.136,77

Art. 2º. Os recursos necessários para a suplementação da dotação constante no art. 1º correrão por conta do Excesso de Arrecadação dos Recursos do Social Básico / Estado, Investimento Custeio, fontes 0.1.61.0422 e 0.1.61.0235.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul-SC, 29 de outubro de 2019.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

### RESULTADO FASE DE PROPOSTA TP 06/2019

Publicação Nº 2215704

RESULTADO DE PROPOSTAS DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS 06/2019.

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Tomada de Preços 06/2019

RESULTADO PROPOSTA DE PREÇOS

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS

PARECER DA COMISSÃO

Em ato contínuo foi realizada a abertura do envelope número dois, Proposta de Preços da licitante habilitada. Após análise da proposta, foi constatado que a mesma se encontra em acordo com preço constante do item 9.1 estabelecido no edital e com o orçamento prévio de preços. Assim sendo, a licitante abaixo foi julgada vencedora do presente certame. Fica aberto o prazo de cinco dias úteis a contar da publicação do resultado desta fase para eventuais recursos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão, e lavrou-se o presente termo que vai assinado pelos presentes.

Vencedor: ELETRO INSTALADORA BORTOLINI LTDA - R\$ 103.751,72 (Cento e três mil setecentos e cinquenta e um reais e setenta e dois centavos.

Lindóia do Sul, 01 de Novembro de 2019.

Comissão Permanente de Licitações.

# Lontras

## PREFEITURA

### DECRETO 159/2019

Publicação Nº 2215514

DECRETO Nº 159/2019  
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Presencial nº 101/2019 em 04 de novembro de 2019, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 101/2019, na modalidade de Pregão Presencial para FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE E MATERIAIS DE COPA E COZINHA PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 04 de novembro de 2019.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
PREFEITO

**Luiz Alves****PREFEITURA****DECRETO N.º 227/2019**

Publicação Nº 2214778

DECRETO Nº 227/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 - Lei Municipal n.º 1.748, de 30 de novembro de 2018;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de importância de R\$ 13.450,00 (treze mil, quatrocentos e cinquenta reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação.

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação.

12.361.0020.2.053 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação.

(88) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.00501.00 (0.1.0001) – Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

12.361.0020.2.091 – Manutenção das atividades da Educação Infantil para as Creches.

(107) 3.3.90.00.00.00.00.00.06.01019.00 (0.6.0037) – Aplicações Diretas R\$ 1.200,00

(108) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.00501.00 (0.1.0001) – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

12.365.0097.2.063 – Conservação do Patrimônio Público da Educação Infantil.

(109) 3.3.90.00.00.00.00.00.06.01019.00 (0.6.0037) – Aplicações Diretas R\$ 5.750,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2018, por conta de recursos de impostos e transferências de impostos - Educação, na importância de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), dos recursos do apoio FPM – Educação, na importância de R\$ 6.950,00 (seis mil, novecentos e cinquenta reais), totalizando R\$ 13.450,00 (treze mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 31 de outubro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO N.º 41/2019 – PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 27/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 21/2019 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2215058

EXTRATO DE CONTRATO N.º 41/2019 – PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 27/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 21/2019  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: H.F. COMERCIAL EIRELI. – CNPJ n.º 04.298.789/0001-60.

Do objeto: FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE LUIZ ALVES/SC.

Dos valores: O valor total a ser pago será de até R\$ 138.978,90 (cento e trinta e oito mil, novecentos e setenta e oito reais e noventa centavos).

Da vigência: O presente termo contratual terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, prorrogável nos termos da legislação vigente.

Luiz Alves, 31 de outubro de 2019.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 53/2019 (PREFEITURA)**

Publicação Nº 2215351

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2019  
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA E LAVAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES E SUAS SECRETARIAS.

Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 21/11/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 21/11/2019.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados ou conforme o edital.

Retirada do Edital: in loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 04 de novembro de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 54/2019 (PREFEITURA)**

Publicação Nº 2215319

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019  
LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO NATALINA, CONFORME DESCRIÇÃO E QUANTITATIVOS ESTABELECIDOS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 18/11/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 18/11/2019.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados ou conforme o edital.

Retirada do Edital: in loco ou no site [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br), no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 04 de novembro de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 391/2019**

Publicação Nº 2214780

PORTARIA N.º 391/2019

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora efetiva Sr.<sup>a</sup> MARTA ROBERTA PEREIRA DE ALMEIDA, atendente de educação infantil junto à Secretaria Municipal de Educação, com início no dia 04 de novembro de 2019 e término no dia 08 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 31 de outubro de 2019.  
MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário Municipal de Administração

# Luzerna

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 072/2019 - CC 003/2019 - AGÊNCIA DE PUBLICIDADE - PML

Publicação Nº 2215789

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE EDITAL  
Processo Licitatório nº 072/2019 - PML  
Concorrência Pública nº 003/2019 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, por intermédio da SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, neste ato representada por seu Secretário, Sr. JULIANO SCHNEIDER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 072/2019, nos seguintes termos:

- Modalidade: CONCORRÊNCIA do tipo TÉCNICA E PREÇO.

- Objeto: Contratação de serviços de agência de publicidade, compreendendo: planejamento, estudo, pesquisa, criação, produção, distribuição de materiais publicitários à veiculação e controle de resultados de campanhas publicitárias e institucionais, atos oficiais de caráter educativo e informativo que sejam de interesse do Município Luzerna/SC, conforme estabelece a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* FOCO PROPAGANDA LTDA.

- Valor total: R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais), com percentual de desconto de 80% (oitenta por cento) sobre os serviços constantes da "Tabela Referencial de Preços", publicada pelo Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de Santa Catarina – SINAPRO.

Luzerna (SC), 04 de novembro de 2019.

JULIANO SCHNEIDER  
Secretário de Coordenação de Governo e Gestão

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 087/2019 - PP 061/2019 - CAMISETAS (COM AMOSTRA) - PML

Publicação Nº 2215044

MUNICÍPIO DE LUZERNA  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO  
Processo Licitatório 087/2019 - PML  
Pregão Presencial nº 061/2019 - PML

A Secretária de Educação, Cultura e Esportes, Sra. REGINA CARIN JACOBY CUREAU, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 087/2019, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à aquisição de camisetas para os alunos da Escola Municipal São Francisco que realizarão apresentações em evento pedagógico, conforme especificações contidas neste Edital e em seus Anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* FIBRA TOP UNIFORMES INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL EIRELI.

- Valor total: R\$ 5.869,60

Luzerna (SC), 4 de novembro de 2019.

REGINA CARIN JACOBY CUREAU  
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

### LEI 1683

Publicação Nº 2216149

LEI Nº 1683 de 05 de novembro de 2019.

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 - LOA 2020"

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

## LEI:

Art.1º- O ORÇAMENTO GERAL do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), referente aos PODERES EXECUTIVO e LEGISLATIVO, para o exercício de 2020 estima a receita em R\$ 29.360.000,00 (vinte e nove milhões e trezentos e sessenta mil reais) e fixa a despesa em igual valor, conforme discriminação abaixo:

## I - RECEITAS

Receitas Correntes R\$ 26.313.488,00  
Impostos, Taxas e Cont. de Melhoria R\$ 3.366.672,00  
Contribuições R\$ 550.201,00  
Patrimonial R\$ 198.724,00  
Serviços R\$ 15.019,00  
Transferências R\$ 21.105.202,00  
Outras Receitas R\$ 1.077.670,00

Receitas de Capital R\$ 3.046.512,00  
Operações de crédito R\$ 3.000.000,00  
Alienação de bens R\$ 45.012,00  
Amortização de Empréstimos R\$ 1.500,00

Total R\$ 29.360.000,00

## II - DESPESAS POR CATEGORIA ECONÔMICA

Pessoal e encargos sociais	R\$ 12.730.177,00
Juros e Encargos da Dívida	R\$ 365.000,00
Outras despesas correntes	R\$ 12.642.676,00
Investimentos	R\$ 3.392.147,00
Amortização da dívida	R\$ 200.000,00
Reserva de Contingência	R\$ 30.000,00
Total	R\$ 29.360.000,00

Art.2º- A DESPESA será realizada com as discriminações apresentadas nos Anexos que integram a presente Lei, assim distribuída:

## I - DESPESAS POR ÓRGÃOS

Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 699.000,00
Gabinete do Prefeito	R\$ 1.615.002,00
Sec de Coordenação de Governo e Gestão	R\$ 3.172.971,00
Sec de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária	R\$ 9.319.640,00
Fundo de Saúde	R\$ 5.133.413,00
Sec de Saúde e Assistência Social	R\$ 1.054.068,00
Sec da Educação, Cultura e Esportes	R\$ 8.335.906,00
Reserva de Contingência	R\$ 30.000,00
Total	R\$ 29.360.000,00

Art.3º - Os recursos da RESERVA DE CONTINGÊNCIA serão utilizados por atos do Poder Executivo, para o atendimento de passivos contingentes, outros riscos, eventos fiscais imprevistos ou para atendimento de despesas oriundas de Situações de Emergência ou Calamidade Pública.

Art.4º - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa ou Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, poderá ser feita por Decretos do Poder Executivo, nos termos do art. 167, VI da Constituição Federal, até o limite total de despesas fixadas individualmente para cada Projeto, Atividade ou Operação Especial. Parágrafo Único - Os valores suplementados por Lei específica no decorrer do exercício, também poderão ser transpostos, remanejados ou transferidos de um Grupo de Natureza de Despesa ou Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial, por Decretos do Poder Executivo.

Art.5º - No decorrer da execução orçamentária de 2020, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por Decretos, nos termos do art. 89, da Lei Orgânica do Município e art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total do Orçamento da despesa orçamentária fixada para o Município descrito no artigo 1º desta Lei, utilizando os recursos, desde que não comprometidos:

- I. Do excesso ou o provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício, apurado em cada uma das fontes de recursos, respeitado o seu detalhamento;
- II. Do superávit financeiro do exercício anterior, apurado em cada uma das fontes de recursos, respeitado o seu detalhamento; e,
- III. O produto de operações de crédito autorizadas.



§1º- Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares e especiais decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no decorrer do exercício.

§2º- A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e da Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, Parágrafo Único e 50, I da Lei Federal Complementar nº 101/00.

§3º- Os recursos oriundos de Convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos suplementares de Projetos, Atividades ou Operações Especiais.

§4º- O ato que suplementar as dotações orçamentárias em decorrência do inciso I deste artigo, deverá atualizar a estimativa de receita em igual valor da suplementação.

Art.6º - Durante o exercício de 2020 o Poder Executivo Municipal poderá realizar operações de crédito para financiamento de Programas priorizados nesta Lei.

Art.7º - Integram a presente Lei os anexos:

- I. Ações;
- II. Receitas;
- III. Despesas;
- IV. Relação das Despesas planejadas;
- V. Receitas e Despesas por fonte de recursos;
- VI. Quadro de receitas consolidadas;
- VII. Quadro de despesas consolidadas;
- VIII. Relatório de despesas por órgão cfe vínculo e recurso;
- IX. Relatório de despesas por órgão cfe categoria econômica;
- X. Participação na despesa por órgão e unidade;
- XI. Anexo 01 da Lei 4320 - Receitas e Despesas;
- XII. Anexo 02 da Lei 4320 - Receita por categoria econômica;
- XIII. Anexo 02 da Lei 4320 - Despesa por categoria econômica;
- XIV. Anexo 05 da Lei 4320 - Funções e subfunções de Governo;
- XV. Anexo 06 da Lei 4320 - Programa de trabalho de Governo;
- XVI. Anexo 07 da Lei 4320 - Demonstrativo funções, subfunções e programas por ação;
- XVII. Anexo 08 da Lei 4320 - Despesa por funções, subfunções e programas por vínculo de recurso;
- XVIII. Anexo 09 da Lei 4320 - Despesa por órgão e função;
- XIX. Anexo da Lei 4320 - Sumário geral da Receita e Despesa;
- XX. Anexo da Lei 4320 - Quadro demonstrativo das dotações – QDD;
- XXI. Anexo da Lei 4320 - Demonstrativo da Receita e plano de aplicação;
- XXII. Plano de trabalho FMAS 2020;
- XXIII. PLANO DE TRABALHO FMI 2020;
- XXIV. PLANO FIA 2020;
- XXV. CIMCATARINA - Resolução 0053\_2019;
- XXVI. CISAMARP-Resolução Nº 46-2019 VALORES MENSAIS;
- XXVII. Resolução\_161\_2019\_Valores\_Serviços\_CIGA\_2020;
- XXVIII. Ofício CMV 35-2019.

Art.8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Luzerna(SC), 05 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

## LEI 1684

Publicação Nº 2216154

LEI Nº 1684 de 05 de novembro de 2019.

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI NO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica criada a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI, no MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) como órgão colegiado responsável pelo julgamento de recursos interpostos contra penalidades por infrações de trânsito no território municipal, a qual funcionará junto a Consultoria Técnica e será composta por 03 (três) membros da seguinte forma:

- I. Um integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;

II. Um representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade;

III. Um representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito;

§1º- Excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por integrante estabelecido no inciso I, poderá ser substituído por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito;

§2º- Excepcionalmente, na impossibilidade de se compor o colegiado por inexistência de entidades representativas da sociedade ligada à área de trânsito ou por comprovado desinteresse dessas entidades na indicação de representante, ou quando indicado, injustificadamente, não comparece à sessão de julgamento poderá ser substituído por um servidor público habilitado integrante de órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito;

§3º - O Presidente da JARI poderá ser qualquer um dos integrantes do colegiado, eleito entre si;

§4º - A nomeação dos integrantes da JARI será feita pelo chefe do Poder Executivo Municipal.

Art.2º- Compete à JARI:

I. Julgar os recursos interpostos pelos infratores;

II. Solicitar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações complementares relativas aos recursos objetivando uma melhor análise da situação recorrida;

III. Encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações, apontados em recursos e que se repitam sistematicamente;

IV. Formular seu Regimento Interno segundo as diretrizes do Conselho Nacional de Trânsito, mediante homologação do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - O Regimento Interno da JARI deverá ser encaminhado para conhecimento e cadastro ao CETRAN/SC.

Art.3º- O mandato dos membros da JARI será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por períodos sucessivos conforme dispuser o Regimento Interno.

Art.4º- A JARI somente poderá abrir a sessão e deliberar com composição completa.

Art.5º - A Consultoria Técnica prestará apoio administrativo à JARI.

Art.6º- As atividades exercidas pelos membros da JARI não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.7º- As dúvidas, sobre os casos omissos deverão ser resolvidas pela JARI, consultado o órgão máximo executivo de trânsito do Estado (CETRAN) ou da União (CONTRAN).

Art. 8º- Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta lei, será utilizada a receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito conforme Resolução CONTRAN nº 638 de 30/11/2016 e caso seja insuficiente, recursos orçamentários próprios.

Art.9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 05 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

## LEI COMPLEMENTAR 223

Publicação Nº 2216163

LEI COMPLEMENTAR Nº 223 de 05 de novembro de 2019.

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 202 de 12 de março de 2019 QUE “DISPÕE SOBRE O MODELO DE GESTÃO E A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC)” E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Altera o Parágrafo Único para parágrafo primeiro, cria o órgão executivo e rodoviário municipal de trânsito e insere o parágrafo segundo e seus incisos e parágrafo terceiro no art. 17 da Lei Complementar nº 202 de 12 de março de 2019 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17 - ...

...

§1º - ...

§2º- Fica criado o órgão executivo e rodoviário municipal de trânsito para exercer as competências do art. 24 da Lei Federal nº 9503 de 23 de setembro de 1997 que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro:

I. Cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II. Planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III. Implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV. Coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

V. Estabelecer, em conjunto com os órgãos de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI. Executar a fiscalização de trânsito em vias terrestres, edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis e as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste código, no exercício regular do poder de polícia de trânsito, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar, exercendo iguais atribuições no âmbito de edificações privadas de uso coletivo, somente para infrações de uso de vagas reservadas em estacionamentos;

VII. Aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste código, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

VIII. Fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

IX. Fiscalizar o cumprimento da norma contida no art. 95, aplicando as penalidades e arrecadando as multas nele previstas;

X. Implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

XI. Arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

XII. Integrar-se a outros órgãos e entidades do sistema nacional de trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da federação;

XIII. Implantar as medidas da política nacional de trânsito e do programa nacional de trânsito

XIV. Promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XV. Planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVI. Registrar e licenciar, na forma da legislação, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

XVII. Conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;

XVIII. Articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;

XIX. Fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;

XX. Vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos.

§3º- Para exercer as competências estabelecidas neste artigo, o Município deverá integrar-se ao Sistema Nacional de Trânsito, conforme previsto no art. 333 da Lei Federal nº 9503 de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

Art.2º- Ficam revogados os incisos VIII a XIV do art. 37 da Lei Complementar nº 202 de 12 de março de 2019.

Art.3º - As demais disposições vigentes da Lei Complementar nº 202 de 12 de março de 2019, permanecem inalteradas.

Art.4º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

Luzerna(SC), 05 de novembro de 2019.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**LEI 1683 - ANEXOS CONSOLIDADOS**

Publicação Nº 2216183

01 - Ações _____	2
02 - Receitas _____	4
03 - Despesas _____	10
04 - Relação das Despesas planejadas _____	19
05 - Receitas e Despesas por fonte de recursos _____	34
06 - Quadro de receitas consolidadas _____	81
07 - Quadro de despesas consolidadas _____	90
08 - Relatório de despesas por órgão cfe vínculo e recurso _____	91
09 - Relatório de despesas por órgão cfe categoria econômica _____	92
10 - Participação na despesa por órgão e unidade _____	95
11 - Anexo 01 da Lei 4320 - Receitas e Despesas _____	98
12 - Anexo 02 da Lei 4320 - Receita por categoria econômica _____	99
13 - Anexo 02 da Lei 4320 - Despesa por categoria econômica _____	114
14 - Anexo 05 da Lei 4320 - Funções e subfunções de Governo _____	116
15 - Anexo 06 da Lei 4320 - Programa de trabalho de Governo _____	117
16 - Anexo 07 da Lei 4320 - Demonstrativo funções, subfunções e programas por ação _____	126
17 - Anexo 08 da Lei 4320 - Despesa por funções, subfunções e programas por vinculo de recurso _____	129
18 - Anexo 09 da Lei 4320 - Despesa por órgão e função _____	132
19 - Anexo da Lei 4320 - Sumário geral da Receita e Despesa _____	147
20 - Anexo da Lei 4320 - Quadro demonstrativo das dotações - QDD _____	150
21 - Anexo da Lei 4320 - Demonstrativo da Receita e plano de aplicação _____	153
22 - Plano de trabalho FMAS 2020 _____	157
23 - PLANO DE TRABALHO FMI 2020 _____	160
24 - PLANO FIA_2020 _____	163
25 - CIMCATARINA - Resolução 0053_2019 _____	174
26 - CISAMARP-Resolução Nº 46-2019 VALORES MENSAIS _____	182
27 - Resolucao_161_2019_Valores_Serviços_CIGA_2020 _____	184
28 - Ofício CMV 35-2019 _____	195

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020**  
**Relatório de Projetos/Atividades**  
 Seleção: Opção = Demonstrar apenas os projetos/atividades com despesas

Página: 1/2  
 Data: 14/10/2019

Código	Descrição	Ação	Título	Valor
0.301	Contribuição ao PASEP.	0.301	Contribuição ao PASEP.	271.455,00
0.302	Juros, encargos e amortização de dívidas	0.302	Juros, encargos e amortização de dívidas	565.000,00
0.303	Sentenças judiciais	0.303	Sentenças judiciais	85.000,00
1.401	Construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oeste	1.401	Construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oeste	1,00
1.402	Acesso ao Loteamento Serenata	1.402	Acesso ao Loteamento Serenata, Anel Viário e Projeto Fot	3.000.000,00
2.101	Manutenção da Câmara de Vereadores	2.101	Manutenção da Câmara de Vereadores	699.000,00
2.201	Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito	2.201	Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito	60.000,00
2.202	Manutenção do Gabinete do Prefeito	2.202	Manutenção do Gabinete do Prefeito	363.000,00
2.210	Manutenção da assessoria jurídica	2.210	Manutenção da Procuradoria Municipal	340.000,00
2.230	Manutenção da Controladoria	2.230	Manutenção da Controladoria	115.000,00
2.240	Manutenção da Diretoria de Planejamento	2.240	Manutenção da Consultoria Técnica	326.000,00
2.260	Administração e execução do Fundo de Emergência da De	2.260	Administração e execução do Fundo de Emergência da De	10.000,00
2.270	Administração e Execução do Fundo Municipal de Defesa d	2.270	Administração e Execução do Fundo Municipal de Defesa	2,00
2.280	Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico, I	2.280	Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico,	261.000,00
2.290	Manutenção do Conselho Tutelar	2.290	Manutenção do Conselho Tutelar	140.000,00
2.301	Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação c	2.301	Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação	165.000,00
2.302	Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e C	2.302	Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e	1.771.515,00
2.304	Manutenção de entidades em que o Município seja associa	2.304	Manutenção de entidades em que o Município seja associ	215.000,00
2.305	Publicidade Institucional e de Marketing	2.305	Publicidade Institucional e de Marketing	100.001,00
2.401	Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços	2.401	Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços	1,00
2.403	Manutenção da iluminação pública	2.403	Manutenção da iluminação pública	385.201,00
2.404	Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos	2.404	Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos	2,00
2.405	Benefícios a pessoal e estagiários - Rural	2.405	Benefícios a pessoal e estagiários - Rural	150.000,00
2.406	Manutenção dos serviços na área urbana	2.406	Manutenção dos serviços na área urbana	1.773.374,00
2.407	Manutenção dos serviços na área rural	2.407	Manutenção dos serviços na área rural	1.995.239,00
2.408	Manutenção e conservação de prédios públicos	2.408	Manutenção e conservação de prédios públicos	370.001,00
2.420	Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agricultura	2.420	Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agropecuá	33.000,00
2.421	Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambier	2.421	Manutenção da Subsecretaria de Agropecuária e Meio Am	687.000,00
2.430	Administração e execução do Fundo do Meio Ambiente	2.430	Administração e execução do Fundo do Meio Ambiente	57,00
2.440	Administração e execução do Fundo de Desenvolvimento A	2.440	Administração e execução do Fundo de Desenvolvimento.	1,00
2.450	Manutenção do convênio rádio-patrolha	2.450	Manutenção do convênio rádio-patrolha	120.000,00
2.451	Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros	2.451	Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros	121.510,00
2.452	Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar - m	2.452	Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar - m	684.250,00
2.460	Administração e Execução do Fundo Municipal de Desenv	2.460	Administração e Execução do Fundo Municipal de Desenv	3,00
2.501	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde	2.501	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde	425.000,00
2.502	Manutenção do bloco da Atenção Básica	2.502	Manutenção do bloco da Atenção Básica	3.357.151,00
2.503	Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade	2.503	Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade	395.912,00
2.504	Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administraç	2.504	Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administraç	275.200,00
2.505	Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	2.505	Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica	90.000,00
2.506	Assistência Farmacêutica de Atenção Básica	2.506	Assistência Farmacêutica de Atenção Básica	485.150,00
2.507	Assistência Farmacêutica de Média Complexidade	2.507	Assistência Farmacêutica de Média Complexidade	90.000,00
2.511	Bem-Estar Animal	2.511	Bem-Estar Animal	15.000,00
2.601	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência S	2.601	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência	87.000,00
2.603	Manutenção do CRAS - Centro de Referência de Assistênci	2.603	Manutenção do CRAS - Centro de Referência de Assistênci	526.961,00
2.604	Concessão de benefícios eventuais	2.604	Concessão de benefícios eventuais	20.000,00
2.606	Manutenção da Assistência Social	2.606	Manutenção da Assistência Social	345.003,00
2.610	Administração e execução do Fundo do Idoso	2.610	Administração e execução do Fundo do Idoso	63.000,00
2.630	Administração e execução do Fundo da Infância e Adolescê	2.630	Administração e execução do Fundo da Infância e Adolesc	12.101,00
2.640	Administração e execução do Fundo de Habitação	2.640	Administração e execução do Fundo de Habitação	3,00
2.701	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche	2.701	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche	370.000,00
2.702	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré Escola	2.702	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré Escol	140.000,00
2.703	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundament	2.703	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamen	500.000,00
2.704	Manutenção da merenda escolar - Creche	2.704	Manutenção da merenda escolar - Creche	127.091,00
2.705	Manutenção da merenda escolar - Pré escola	2.705	Manutenção da merenda escolar - Pré escola	114.449,00
2.706	Manutenção da merenda escolar - Fundamental	2.706	Manutenção da merenda escolar - Fundamental	278.763,00
2.708	Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte	2.708	Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte	250.002,00
2.709	Manutenção da Educação - Creche	2.709	Manutenção da Educação - Creche	1.291.190,00

2

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

**Relatório de Projetos/Atividades**

Seleção: Opção = Demonstrar apenas os projetos/atividades com despesas

Página: 2/2

Data: 14/10/2019

Código	Descrição	Ação	Título	Valor
2.710	Manutenção da Educação - Pré escola	2.710	Manutenção da Educação - Pré escola	726.201,00
2.711	Manutenção da Educação - Fundamental	2.711	Manutenção da Educação - Fundamental	2.857.610,00
2.712	Manutenção do Transporte Escolar - educação básica	2.712	Manutenção do Transporte Escolar - educação básica	750.600,00
2.720	Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior	2.720	Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior	100.000,00
2.721	Manutenção do ensino profissionalizante	2.721	Manutenção do ensino profissionalizante	95.000,00
2.722	Atendimento aos deficientes físicos e mentais	2.722	Atendimento aos deficientes físicos e mentais	70.000,00
2.730	Manutenção da Diretoria de Esportes	2.730	Manutenção da Diretoria de Esportes	455.000,00
2.740	Apoio para a Difusão Cultural, Resgate da Memória e Prom	2.740	Apoio para a Difusão Cultural, Resgate da Memória e Pror	120.000,00
2.750	Administração e execução do Fundo da Cultura	2.750	Administração e execução do Fundo da Cultura	90.000,00
9.999	Reserva de Contingência	9.999	Reserva de Contingência	30.000,00

Total projetos/atividades: 67

Página: 1/6  
Data: 18/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação da Proposta da Receita

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>					
5	4.1.1.1.3.03.1.1.01.00.00 IR - Retido na Fonte - Trabalho - 60% (Próprio)	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	28.174.850,00
6	4.1.1.1.3.03.1.1.02.00.00 IR - Retido na Fonte - Trabalho - 25% (MDE)	0.1.1001.000001.00.00.00	Não	Não	300.000,00
7	4.1.1.1.3.03.1.1.03.00.00 IR - Retido na Fonte - Trabalho - 15% (ASPS)	0.1.1002.000002.00.00.00	Não	Não	125.000,00
8	4.1.1.1.3.03.4.1.01.00.00 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - 60% (Próprio)	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	75.000,00
9	4.1.1.1.3.03.4.1.02.00.00 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - 25% (MDE)	0.1.1001.000001.00.00.00	Não	Não	12.000,00
10	4.1.1.1.3.03.4.1.03.00.00 IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - 15% (ASPS)	0.1.1002.000002.00.00.00	Não	Não	5.000,00
11	4.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00 IPTU 60% (Próprio) - Principal	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	3.000,00
12	4.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00 IPTU 25% (MDE) - Principal	0.1.1001.000001.00.00.00	Não	Não	480.000,00
13	4.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00 IPTU 15% (ASPS) - Principal	0.1.1002.000002.00.00.00	Não	Não	200.000,00
14	4.1.1.1.8.01.1.2.01.00.00 IPTU 60% (Próprio) - Multa e Juros	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	120.000,00
15	4.1.1.1.8.01.1.2.02.00.00 IPTU 25% (MDE) - Multa e Juros	0.1.1001.000001.00.00.00	Não	Não	1.800,00
16	4.1.1.1.8.01.1.2.03.00.00 IPTU 15% (ASPS) - Multa e Juros	0.1.1002.000002.00.00.00	Não	Não	750,00
17	4.1.1.1.8.01.1.3.01.00.00 IPTU 60% (Próprio) - Dívida Ativa Principal	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	450,00
18	4.1.1.1.8.01.1.3.02.00.00 IPTU 25% (MDE) - Dívida Ativa Principal	0.1.1001.000001.00.00.00	Não	Não	12.000,00
19	4.1.1.1.8.01.1.3.03.00.00 IPTU 15% (ASPS) - Dívida Ativa Principal	0.1.1002.000002.00.00.00	Não	Não	5.000,00
20	4.1.1.1.8.01.1.4.01.00.00 IPTU 60% (Próprio) - Dívida Ativa Multas e Juros	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	3.000,00
21	4.1.1.1.8.01.1.4.02.00.00 IPTU 25% (MDE) - Dívida Ativa Multas e Juros	0.1.1001.000001.00.00.00	Não	Não	7.200,00
22	4.1.1.1.8.01.1.4.03.00.00 IPTU 15% (ASPS) - Dívida Ativa Multas e Juros	0.1.1002.000002.00.00.00	Não	Não	3.000,00
23	4.1.1.1.8.01.4.1.01.00.00 ITBI - 60% (Próprio) - Principal	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	1.800,00
24	4.1.1.1.8.01.4.1.02.00.00 ITBI - 25% (MDE) - Principal	0.1.1001.000001.00.00.00	Não	Não	210.000,00
25	4.1.1.1.8.01.4.1.03.00.00 ITBI - 15% (ASPS) - Principal	0.1.1002.000002.00.00.00	Não	Não	87.500,00
29	4.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00 ISS 60% (Próprio) - Principal	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	52.500,00
30	4.1.1.1.8.02.3.1.02.00.00 ISS 25% (MDE) - Principal	0.1.1001.000001.00.00.00	Não	Não	606.000,00
31	4.1.1.1.8.02.3.1.03.00.00 ISS 15% (ASPS) - Principal	0.1.1002.000002.00.00.00	Não	Não	252.500,00
32	4.1.1.1.8.02.3.1.04.00.00 ISS 60% (Próprio) - Multas e Juros	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	151.500,00
33	4.1.1.1.8.02.3.2.02.00.00 ISS 25% (MDE) - Multas e Juros	0.1.1001.000001.00.00.00	Não	Não	6.000,00
34	4.1.1.1.8.02.3.2.03.00.00 ISS 15% (ASPS) - Multas e Juros	0.1.1002.000002.00.00.00	Não	Não	2.500,00
35	4.1.1.1.8.02.3.3.01.00.00 ISS 60% (Próprio) - Dívida Ativa Principal	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	1.500,00
36	4.1.1.1.8.02.3.3.02.00.00 ISS 25% (MDE) - Dívida Ativa Principal	0.1.1001.000001.00.00.00	Não	Não	7.800,00
37	4.1.1.1.8.02.3.3.03.00.00 ISS 15% (ASPS) - Dívida Ativa Principal	0.1.1002.000002.00.00.00	Não	Não	3.250,00
38	4.1.1.1.8.02.3.4.01.00.00 ISS 60% (Próprio) - Dívida Ativa Multas e Juros	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	1.950,00
39	4.1.1.1.8.02.3.4.02.00.00 ISS 25% (MDE) - Dívida Ativa Multas e Juros	0.1.1001.000001.00.00.00	Não	Não	1.800,00
40	4.1.1.1.8.02.3.4.03.00.00 ISS 15% (ASPS) - Dívida Ativa Multas e Juros	0.1.1002.000002.00.00.00	Não	Não	750,00
79	4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00 Taxa de Alvará - Vigilância Sanitária - Principal	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	450,00
80	4.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00 Taxa de Alvará - Publicidade Comercial - Principal	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	20.000,00
81	4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00 Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços - Principal	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	1.500,00
82	4.1.1.2.1.01.1.04.00.00 Taxa de Alinhamento de Construções em Imóveis - Principal	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	90.000,00
83	4.1.1.2.1.01.1.1.11.00.00 Taxa de Análise de projetos pelo Corpo de Bombeiro - Principal	0.1.1020.000000.00.00.00	Não	Não	500,00
					60.000,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação da Proposta da Receita

Página: 2/6  
 Data: 18/10/2019

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>					
84	4.1.1.2.1.01.1.2.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P:Serviços - Multas e Juros	Não	Não	28.174.850,00
85	4.1.1.2.1.01.1.2.11.00.00	Taxa de Análise de projetos pelo Corpo de Bombeiro - Multas e Juros	Não	Não	700,00
86	4.1.1.2.1.01.1.2.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	Não	Não	10,00
87	4.1.1.2.1.01.1.3.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P:Serviços - Divida Ativa - Principal	Não	Não	10,00
88	4.1.1.2.1.01.1.3.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Divida Ativa - Principal	Não	Não	5.000,00
89	4.1.1.2.1.01.1.4.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P:Serviços - Multas e Juros	Não	Não	1.500,00
90	4.1.1.2.1.01.1.4.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Divida Ativa - Multas e Juros	Não	Não	2.000,00
41	4.1.1.2.1.04.1.1.01.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - (Próprio) Principal	Não	Não	250,00
42	4.1.1.2.1.04.1.1.02.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - (Fundo Meio Ambiente) Principal	Não	Não	3,00
91	4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Taxa de Serviços de Cemitérios - Principal	Não	Não	7,00
92	4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Principal	Não	Não	1.500,00
93	4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Taxa de alvará - Serviços do Planejamento - Principal	Não	Não	450.000,00
94	4.1.1.2.2.01.1.1.04.00.00	Outras Taxas de Serviços Planejamento - Principal	Não	Não	10.000,00
95	4.1.1.2.2.01.1.1.05.00.00	Taxas de Expediente - Principal	Não	Não	100,00
96	4.1.1.2.2.01.1.2.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Multas e Juros	Não	Não	300,00
97	4.1.1.2.2.01.1.2.91.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Multas e Juros	Não	Não	20.000,00
98	4.1.1.2.2.01.1.3.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Divida Ativa	Não	Não	10,00
99	4.1.1.2.2.01.1.3.91.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Divida Ativa	Não	Não	20.000,00
100	4.1.1.2.2.01.1.4.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Divida Ativa - Multas e Juros	Não	Não	50,00
101	4.1.1.2.2.01.1.4.91.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Divida Ativa - Multas e Juros	Não	Não	5.000,00
43	4.1.1.3.8.04.1.1.01.00.00	Contribuição de Melhoria p/ Pavim. e Obras Complem. - Principal	Não	Não	50,00
44	4.1.1.3.8.04.1.2.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Multa e Juros	Não	Não	1,00
45	4.1.1.3.8.04.1.3.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Divida Ativa	Não	Não	500,00
46	4.1.1.3.8.04.1.4.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Divida Ativa -	Não	Não	1.500,00
47	4.1.2.4.0.00.1.1.01.00.00	COSIP - 30% DRM	Não	Não	165.000,00
48	4.1.2.4.0.00.1.1.02.00.00	COSIP - 70% Principal	Não	Não	385.000,00
190	4.1.2.4.0.00.1.2.02.00.00	COSIP - Juros e Multas	Não	Não	100,00
191	4.1.2.4.0.00.1.3.02.00.00	COSIP - Divida Ativa	Não	Não	100,00
192	4.1.2.4.0.00.1.4.02.00.00	COSIP - Multa e juros da Divida Ativa	Não	Não	1,00
126	4.1.3.1.0.01.1.1.01.02.00	Aluguel da Casa / Capela Mortuária	Não	Não	50,00
127	4.1.3.1.0.01.1.1.01.03.00	Aluguel da Capela	Não	Não	100,00
128	4.1.3.1.0.01.1.1.01.04.00	Aluguel Auditório	Não	Não	3.000,00
129	4.1.3.1.0.01.1.1.01.05.00	Aluguel de toda a Estrutura do Centro de Eventos	Não	Não	1.000,00
130	4.1.3.1.0.01.1.1.02.06.00	Aluguel do Ginásio	Não	Não	20.000,00
102	4.1.3.1.0.01.1.2.01.00.00	Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio - Multas e Juros	Não	Não	10,00
103	4.1.3.1.0.01.1.3.01.00.00	Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio - Divida Ativa	Não	Não	1.500,00
104	4.1.3.1.0.01.1.4.01.00.00	Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio - Divida Ativa - Multas e Juros	Não	Não	500,00
105	4.1.3.1.0.02.1.1.01.00.00	Permissão de Serviços de Táxi (Transporte Individual de Passageiros)	Não	Não	3.000,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação da Proposta da Receita

Página: 3/6  
 Data: 18/10/2019

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>					
131 4.1.3.1.0.02.1.1.02.08.00	Quiosque da Praça Imaculada Conceição	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	28.174.850,00
133 4.1.3.1.0.02.1.1.03.01.00	Concessão de espaço para serviços de Saúde	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	500,00
132 4.1.3.1.0.02.1.1.03.09.00	Concessão de Administração do Terminal Rodoviário	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	30.000,00
106 4.1.3.1.0.02.1.2.01.00.00	Permissões e Concessões - Multas e Juros	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	1.500,00
107 4.1.3.1.0.02.1.3.01.00.00	Permissões e Concessões - Divida Ativa	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	1,00
108 4.1.3.1.0.02.1.4.01.00.00	Permissões e Concessões - Divida Ativa - Multas e Juros	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	500,00
134 4.1.3.2.1.00.1.1.01.01.10	Remuneração - Recursos Ordinários	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	50,00
143 4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.10	Remuneração - Salário Educação	0.1.1036.000036.00.00.00	Não	Não	35.000,00
144 4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.11	Remuneração - PNAE	0.1.1111.000111.00.00.00	Não	Não	1.500,00
145 4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.12	Remuneração - PNATE	0.1.1112.000112.00.00.00	Não	Não	300,00
146 4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.16	Remuneração - FUNDEB	0.1.1018.000018.00.00.00	Não	Não	100,00
147 4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.17	Remuneração - FUNDEB	0.1.1019.000019.00.00.00	Não	Não	3.000,00
148 4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.19	Remuneração - BL GBF	0.1.1309.000309.00.00.00	Não	Não	2.000,00
149 4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.20	Remuneração - BPC na Escola	0.1.1305.000305.00.00.00	Não	Não	400,00
150 4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.21	Remuneração - BL GSUAS	0.1.1311.000311.00.00.00	Não	Não	10,00
151 4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.22	Remuneração - BL PSB	0.1.1312.000312.00.00.00	Não	Não	500,00
152 4.1.3.2.1.00.1.1.04.02.24	Remuneração - PSB Estado Custeio	0.1.1308.000308.00.00.00	Não	Não	200,00
153 4.1.3.2.1.00.1.1.04.02.25	Remuneração - PSB Estado Investimento	0.1.1310.000310.00.00.00	Não	Não	300,00
154 4.1.3.2.1.00.1.1.04.03.26	Remuneração - Doações ao Fundo do Idoso	0.1.1350.000350.00.00.00	Não	Não	1,00
155 4.1.3.2.1.00.1.1.04.03.27	Remuneração - Doações ao FIA	0.1.1009.000009.00.00.00	Não	Não	50,00
156 4.1.3.2.1.00.1.1.06.01.28	Remuneração - Fundo Especial do Petróleo	0.1.1039.000039.00.00.00	Não	Não	400,00
157 4.1.3.2.1.00.1.1.06.01.29	Remuneração - CIDE	0.1.1007.000007.00.00.00	Não	Não	50,00
158 4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.35	Remuneração - Multas de Trânsito - Polícia Militar	0.1.1010.000010.00.00.00	Não	Não	2.500,00
159 4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.36	Remuneração - Multas de Trânsito - Polícia Civil	0.1.1011.000011.00.00.00	Não	Não	2.500,00
160 4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.38	Remuneração - Multas de Trânsito - Município	0.1.1012.000012.00.00.00	Não	Não	1.000,00
161 4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.41	Remuneração - Fundo do Meio Ambiente	0.1.1022.000022.00.00.00	Não	Não	50,00
162 4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.42	Remuneração - Rádio Patrulha	0.1.1021.000021.00.00.00	Não	Não	2.000,00
163 4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.43	Remuneração - Corpo de Bombeiros	0.1.1020.000000.00.00.00	Não	Não	1.500,00
109 4.1.3.2.2.00.1.1.01.00.00	Remuneração sobre Ações da OI	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	1,00
188 4.1.3.3.2.01.1.1.01.00.00	Permissão de serviço público de remoção, recolhimento e guarda em pátio de veículos	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	1.500,00
110 4.1.3.6.0.01.1.1.01.00.00	Operacionalização do Vale Alimentação	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	72.251,00
135 4.1.6.1.0.01.1.1.01.01.20	Serviços de Hospedagem no Centro de Eventos	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	1,00
186 4.1.6.1.0.01.1.1.02.01.00	Taxa de ingresso de visitação ao Museu Frei Miguel	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	3.000,00
49 4.1.6.1.0.02.1.1.01.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	6.000,00
136 4.1.6.9.0.99.1.1.01.01.30	Serviço de Cadastro IRL - Principal	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	800,00
137 4.1.6.9.0.99.1.1.01.01.40	Inscrição de empresas - Principal	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	5.000,00
138 4.1.6.9.0.99.1.1.02.01.50	Serviço de preparação de terra - Principal	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	100,00
111 4.1.6.9.0.99.1.2.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Multas e Juros	0.1.1000.000000.00.00.00	Não	Não	50,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação da Proposta da Receita

Página: 4/6  
 Data: 18/10/2019

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>					
112	4.1.6.9.0.99.1.2.02.00.00	Serviço de preparação de terra - Multas e Juros	Não	Não	28.174.850,00
113	4.1.6.9.0.99.1.3.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Dívida Ativa	Não	Não	1,00
114	4.1.6.9.0.99.1.3.02.00.00	Serviço de preparação de terra - Dívida Ativa	Não	Não	50,00
115	4.1.6.9.0.99.1.4.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Dívida Ativa - Multas e Juros	Não	Não	1,00
116	4.1.6.9.0.99.1.4.02.00.00	Serviço de preparação de terra - Dívida Ativa - Multas e Juros	Não	Não	15,00
50	4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	FPM 60% (Próprio)- Cota Mensal - Principal	Não	Não	1,00
51	4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	FPM 25% (MDE)- Cota Mensal - Principal	Não	Não	4.800.000,00
52	4.1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	FPM 15% (ASPS)- Cota Mensal - Principal	Não	Não	2.000.000,00
53	4.1.7.1.8.01.3.1.01.00.00	FPM 75% - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	Não	Não	1.200.000,00
54	4.1.7.1.8.01.3.1.02.00.00	FPM 25% - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	Não	Não	300.000,00
55	4.1.7.1.8.01.4.1.01.00.00	FPM 75% - 1% Cota entregue no mês de Julho - Principal	Não	Não	100.000,00
56	4.1.7.1.8.01.4.1.02.00.00	FPM 25% - 1% Cota entregue no mês de Julho - Principal	Não	Não	300.000,00
168	4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	ITR 60% (Próprio) - Principal	Não	Não	100.000,00
169	4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	ITR 25% (MDE) - Principal	Não	Não	4.800,00
170	4.1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	ITR 15% (ASPS) - Principal	Não	Não	2.000,00
57	4.1.7.1.8.01.7.1.01.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	Não	Não	1.200,00
58	4.1.7.1.8.02.6.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	Não	Não	24.000,00
59	4.1.7.1.8.05.1.1.01.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	Não	Não	120.000,00
60	4.1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	Transferências PNAE - Principal - Programa Nacional de Alimentação Escolar	Não	Não	400.000,00
61	4.1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	Transferências PNATE - Principal - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar	Não	Não	90.000,00
62	4.1.7.1.8.06.1.1.01.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 60% (Próprio) - Principal	Não	Não	38.000,00
63	4.1.7.1.8.06.1.1.02.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 25% (MDE) - Principal	Não	Não	6.000,00
64	4.1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 15% (ASPS) - Principal	Não	Não	2.500,00
180	4.1.7.1.8.12.1.1.02.00.00	BL BPC ESCOLA	Não	Não	1.500,00
181	4.1.7.1.8.12.1.1.03.00.00	BL GBF	Não	Não	100,00
182	4.1.7.1.8.12.1.1.04.00.00	BL GSUAS	Não	Não	17.000,00
183	4.1.7.1.8.12.1.1.05.00.00	BL PSB	Não	Não	100,00
117	4.1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	FEX-Auxílio Financeiro para Fomentos e Exportações	Não	Não	131.000,00
65	4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 60% (Próprio)- Principal	Não	Não	1,00
66	4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 25% (MDE)- Principal	Não	Não	5.100.000,00
67	4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 15% (ASPS)- Principal	Não	Não	2.125.000,00
68	4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 60% (Próprio)- Principal	Não	Não	1.275.000,00
69	4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 25% (MDE)- Principal	Não	Não	570.000,00
70	4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 15% (ASPS)- Principal	Não	Não	237.500,00
71	4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	Cota-Parte do IPI - 60% (Próprio) - Principal	Não	Não	142.500,00
72	4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	Cota-Parte do IPI - 25% (MDE) - Principal	Não	Não	69.000,00
73	4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	Cota-Parte do IPI - 15% (ASPS) - Principal	Não	Não	28.750,00
203	4.1.7.2.8.07.1.1.01.00.00	Proteção Social Básica - Custo	Não	Não	17.250,00
					14.000,00

Página: 5/6  
Data: 18/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação da Proposta da Receita

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Detailham./Aplic.	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>					
204	4.1.7.2.8.07.1.1.02.00.00	Proteção Social Básica - Investimento	Não	Não	28.174.850,00
139	4.1.7.2.8.99.1.1.01.01.60	Transporte Escolar Estadual	Não	Não	14.000,00
178	4.1.7.4.8.10.1.1.01.01.00	Transferências da Empresa 1Doc Tecnologia Ltda.	Não	Não	50.000,00
206	4.1.7.4.8.10.1.1.01.99.00	Transferências para o Programa Educação para o Mundo do Trabalho	Não	Não	0,00
74	4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	FUNDEB 60% - Principal	Não	Não	1,00
75	4.1.7.5.8.01.1.1.02.00.00	FUNDEB 40% - Principal	Não	Não	2.460.000,00
141	4.1.7.7.0.00.1.1.01.02.10	Doações ao FUNREBOM	Não	Não	1.640.000,00
142	4.1.7.7.0.00.1.1.01.02.20	Doações ao Fundo do Idoso	Não	Não	60.000,00
140	4.1.7.7.0.00.1.1.01.02.30	Doações ao FIA - Fundo da Infância e Adolescente	Não	Não	100,00
175	4.1.9.1.0.01.1.1.04.01.00	Multas previstas na Lei Complementar 172/2017	Não	Não	5.000,00
177	4.1.9.1.0.01.1.1.05.01.00	Multa pelo atraso na prestação de contas. art. 34. Dec.2509/2017	Não	Não	1.000,00
179	4.1.9.1.0.01.1.1.06.01.00	Multas aplicadas pelo CIMCATARINA (lei de licitações)	Não	Não	50,00
193	4.1.9.1.0.01.1.1.07.01.00	Multa de Trânsito - Parcela Polícia Militar 32,5%	Não	Não	500,00
194	4.1.9.1.0.01.1.1.07.02.00	Multa de Trânsito - Parcela Polícia Civil 32,5%	Não	Não	357.500,00
195	4.1.9.1.0.01.1.1.07.03.00	Multa de Trânsito - Parcela Município 35,0%	Não	Não	357.500,00
208	4.1.9.1.0.01.1.1.07.04.00	Multas de Trânsito - Parcela desvinculada	Não	Não	384.999,00
76	4.1.9.2.2.01.1.1.01.00.00	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	Não	Não	1,00
185	4.1.9.2.2.01.1.1.02.00.00	Devoluções de recursos repassados pela Lei 13.019	Não	Não	1,00
184	4.1.9.2.2.99.1.1.01.00.00	Restituição dos servidores pelo pagamento de de multas de trânsito pelo Município	Não	Não	5.000,00
187	4.1.9.2.2.99.1.1.02.00.00	Restituição dos servidores por sinistro	Não	Não	150,00
189	4.1.9.2.2.99.1.1.04.00.00	Ressarcimento por Seguradoras por danos causados ao Município.	Não	Não	10,00
207	4.1.9.2.2.99.1.1.06.00.00	Restituição TAC 06.2014.00011897-4 - Transcavalheiro	Não	Não	600,00
174	4.1.9.2.3.02.1.1.01.00.00	Ressarcimento de despesas de exames admissionais - § 3º art. 5º - Decreto 2060/2014	Não	Não	23.628,00
118	4.1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Principal	Não	Não	1.500,00
119	4.1.9.9.0.99.1.2.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Multas e Juros	Não	Não	1,00
120	4.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Dívida Ativa	Não	Não	30,00
121	4.1.9.9.0.99.1.4.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Dívida Ativa - Multas e Juros	Não	Não	150,00
202	4.2.1.1.2.00.1.1.03.00.00	Operação de crédito FINISA - CEF	Não	Não	50,00
77	4.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	Não	Não	3.000.000,00
122	4.2.2.2.0.00.1.1.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Principal	Não	Não	30.000,00
123	4.2.2.2.0.00.1.2.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Multas e Juros	Não	Não	15.000,00
124	4.2.2.2.0.00.1.3.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Dívida Ativa Principal	Não	Não	10,00
125	4.2.2.2.0.00.1.4.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Dívida Ativa - Multas e Juros	Não	Não	1,00
78	4.2.3.0.0.06.1.1.01.00.00	Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - principal	Não	Não	0,00
171	4.2.3.0.0.06.1.2.01.00.00	Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - Multas e Juros	Não	Não	0,00
172	4.2.3.0.0.06.1.3.01.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Dívida Ativa	Não	Não	1.000,00
173	4.2.3.0.0.06.1.4.01.00.00	Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - Dívida Ativa - Multas e Juros	Não	Não	500,00
196	9.1.1.1.8.01.1.1.07.01.00	Dedução pagamento em Cota Unica IPTU - 60% (próprios)	Não	Não	-15.000,00

Página: 6/6  
Data: 18/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação da Proposta da Receita

Receita Conta da Receita	Especificação	Recurso/Descrição/Atividade	Educação	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>					
209	9.1.1.1.8.01.1.1.07.02.00	Dedução pagamento em Cota Unica IPTU - 25% (MDE)	Não	Não	28.174.850,00
210	9.1.1.1.8.01.1.1.07.03.00	Dedução pagamento em Cota Unica IPTU - 15% (ASPS)	Não	Não	-6.250,00
199	9.1.1.1.8.01.1.1.08.01.00	Dedução de Imóveis Imunes - IPTU 60% (próprios)	Não	Não	-3.750,00
200	9.1.1.1.8.01.1.1.08.02.00	Dedução de Imóveis Imunes - IPTU 25% (MDE)	Não	Não	-15.000,00
201	9.1.1.1.8.01.1.1.08.03.00	Dedução de Imóveis Imunes - IPTU 15% (ASPS)	Não	Não	-6.250,00
176	9.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Dedução Cota Unica - Taxa de coleta de lixo	Não	Não	-3.570,00
1	9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	Não	Não	-15.000,00
205	9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	Não	Não	-1.600.000,00
164	9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal	Não	Não	-1.600,00
2	9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do ICMS - Principal	Não	Não	-2.000,00
3	9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do IPVA - Principal	Não	Não	-1.700.000,00
4	9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	Não	Não	-190.000,00
165	9.1.9.1.0.01.1.1.01.01.00	Dedução para formação do FUNSET - Polícia Militar	Não	Não	-23.000,00
166	9.1.9.1.0.01.1.1.01.02.00	Dedução para formação do FUNSET - Polícia Civil	Não	Não	-17.875,00
167	9.1.9.1.0.01.1.1.01.03.00	Dedução para formação do FUNSET - Parcela Prefeitura	Não	Não	-17.875,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA</b>					
10	4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.10	Remuneração - Piso Atenção Básica (46121)	Não	Não	1.185.150,00
11	4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.15	Remuneração - Plantas Medicinais Investimento (46127)	Não	Não	7.000,00
15	4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.24	Remuneração - Programa de Alimentação e Nutrição (49955)	Não	Não	2.000,00
12	4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.25	Remuneração - CIR (46129)	Não	Não	150,00
13	4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.26	Remuneração - Farmácia Estadual (46089)	Não	Não	200,00
14	4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.27	Remuneração - Co Financiamento (46120)	Não	Não	150,00
1	4.1.7.1.8.03.1.1.01.01.00	Piso de Atenção Básica Fixo	Não	Não	148.000,00
2	4.1.7.1.8.03.1.1.01.02.00	Estratégia Saúde da Família	Não	Não	171.000,00
3	4.1.7.1.8.03.1.1.01.03.00	Agentes Comunitários de Saúde	Não	Não	180.000,00
4	4.1.7.1.8.03.1.1.01.04.00	Saúde Bucal	Não	Não	53.500,00
5	4.1.7.1.8.03.1.1.01.05.00	Núcleo de Apoio da Saúde da Família - Nasf União	Não	Não	96.000,00
6	4.1.7.1.8.03.1.1.01.06.00	Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade - PMAQ	Não	Não	255.000,00
19	4.1.7.1.8.03.2.1.01.01.00	Mac União	Não	Não	34.000,00
17	4.1.7.1.8.03.3.1.01.01.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	Não	Não	15.000,00
18	4.1.7.1.8.03.3.1.01.02.00	Vigilância Sanitária	Não	Não	21.000,00
16	4.1.7.1.8.03.4.1.01.01.00	Farmácia Básica União	Não	Não	32.000,00
7	4.1.7.2.8.03.1.1.01.01.10	Cofinanciamento da atenção básica estadual	Não	Não	109.000,00
8	4.1.7.2.8.03.1.1.01.01.20	NASF Estadual	Não	Não	30.000,00
9	4.1.7.2.8.03.1.1.04.01.60	Programa Farmácia Básica Estadual	Não	Não	31.000,00
<b>02 - Receitas</b>					<b>29.360.000,00</b>
<b>Total geral:</b>					<b>29.360.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 1/9  
 Data: 14/10/2019

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>						<b>23.527.587,00</b>
Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito						1.615.002,00
Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito						423.000,00
Proj./Ativ.: 2.201 - Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito			Localizador: Município			
1	04.122.200	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	60.000,00
<b>Total:</b>						<b>60.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.202 - Manutenção do Gabinete do Prefeito			Localizador: Município			
2	04.122.200	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	295.000,00
2	04.122.200	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	1,00
2	04.122.200	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	67.997,00
2	04.122.200	4.4.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transf. a Instituicoes Privac	Não	Não	Não	1,00
2	04.122.200	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>363.000,00</b>
Unidade: 02.02 - Procuradoria Municipal						340.000,00
Proj./Ativ.: 2.210 - Manutenção da assessoria jurídica			Localizador: Município			
3	04.122.200	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	325.000,00
3	04.122.200	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	14.999,00
3	04.122.200	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>340.000,00</b>
Unidade: 02.03 - Controladoria do Município						115.000,00
Proj./Ativ.: 2.230 - Manutenção da Controladoria			Localizador: Município			
4	04.124.200	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	105.000,00
4	04.124.200	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	9.999,00
4	04.124.200	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>115.000,00</b>
Unidade: 02.04 - Consultoria Técnica						326.000,00
Proj./Ativ.: 2.240 - Manutenção da Diretoria de Planejamento			Localizador: Município			
5	04.122.200	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	215.000,00
5	04.122.200	3.3.40.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Municipio:	Não	Não	Não	1,00
5	04.122.200	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	110.997,00
5	04.122.200	3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrent	Não	Não	Não	1,00
5	04.122.200	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>326.000,00</b>
Unidade: 02.06 - Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil						10.000,00
Proj./Ativ.: 2.260 - Administração e execução do Fundo de Emergência da Defesa Civil			Localizador: Município			
6	06.182.202	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1,00
6	06.182.202	3.3.20.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Uniao	Não	Não	Não	1,00
6	06.182.202	3.3.30.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Estados e	Não	Não	Não	1,00
6	06.182.202	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	1,00
6	06.182.202	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	9.995,00
6	06.182.202	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>10.000,00</b>
Unidade: 02.07 - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos						2,00
Proj./Ativ.: 2.270 - Administração e Execução do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos dos Difusos - F			Localizador: Município			
7	14.422.200	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
7	14.422.200	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>2,00</b>
Unidade: 02.08 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico... e ITL						261.000,00
Proj./Ativ.: 2.280 - Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e administrativa			Localizador: Município			
8	22.661.201	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	130.000,00
8	22.661.201	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	1,00
8	22.661.201	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	130.998,00

10

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 2/9  
 Data: 14/10/2019

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>						<b>23.527.587,00</b>
Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito						1.615.002,00
Unidade: 02.08 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e IRL						261.000,00
Proj./Ativ.: 2.280 - Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e administrativa e Localizador: Município						
8	22.661.201	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>261.000,00</b>
Unidade: 02.09 - Conselho Tutelar						140.000,00
Proj./Ativ.: 2.290 - Manutenção do Conselho Tutelar Localizador: Município						
9	08.243.203	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	130.000,00
9	08.243.203	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	9.000,00
9	08.243.203	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
<b>Total:</b>						<b>140.000,00</b>
Órgão: 03.00 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão						3.172.971,00
Unidade: 03.01 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão						965.001,00
Proj./Ativ.: 0.302 - Juros, encargos e amortização de dívidas Localizador: Município						
12	28.843.0	3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	365.000,00
12	28.843.0	4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200.000,00
<b>Total:</b>						<b>565.000,00</b>
Proj./Ativ.: 0.303 - Sentenças judiciais Localizador: Município						
13	28.845.0	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	70.000,00
13	28.845.0	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
<b>Total:</b>						<b>85.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.304 - Manutenção de entidades em que o Município seja associado e/ou consorciado. Localizador: Município						
10	04.122.300	3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transf. a Consórcios Públicos	Não	Sim	Não	19.500,00
10	04.122.300	3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferências a Consórcios	Não	Não	Não	10.140,00
10	04.122.300	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	172.535,00
10	04.122.300	3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente	Não	Não	Não	6.825,00
10	04.122.300	4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferências a Consórcios	Não	Não	Não	6.000,00
<b>Total:</b>						<b>215.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.305 - Publicidade Institucional e de Marketing Localizador: Município						
11	04.131.200	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
11	04.131.200	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>100.001,00</b>
Unidade: 03.02 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio						2.207.970,00
Proj./Ativ.: 0.301 - Contribuição ao PASEP. Localizador: Município						
16	28.845.0	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	270.000,00
16	28.845.0	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1039.000039.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.205,00
16	28.845.0	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1007.000007.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	250,00
<b>Total:</b>						<b>271.455,00</b>
Proj./Ativ.: 2.301 - Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação de Governo e Gestão Localizador: Município						
15	04.331.300	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	165.000,00
<b>Total:</b>						<b>165.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.302 - Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão Localizador: Município						
14	04.122.300	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.075.000,00
17	28.845.300	3.3.20.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Uniao	Não	Não	Não	1,00
17	28.845.300	3.3.30.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Estados e	Não	Não	Não	1,00
17	28.845.300	3.3.40.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Municipios	Não	Não	Não	1,00
14	04.122.300	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	650.000,00
14	04.122.300	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1089.000089.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	46.512,00
<b>Total:</b>						<b>1.771.515,00</b>

03 - Despesas

11



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação da Proposta da Despesa

Página: 3/9  
 Data: 14/10/2019

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>						<b>23.527.587,00</b>
Órgão: 04.00 - Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura						9.319.640,00
Unidade: 04.02 - Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente						720.000,00
Proj./Ativ.: 2.420 - Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agricultura			Localizador: Município			
20	20.606.401	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	33.000,00
<b>Total:</b>						<b>33.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.421 - Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente			Localizador: Município			
21	20.606.401	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	360.000,00
21	20.606.401	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoe	Não	Não	Não	150.000,00
21	20.606.401	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	172.000,00
21	20.606.401	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.000,00
<b>Total:</b>						<b>687.000,00</b>
Unidade: 04.03 - Fundo Municipal do Meio Ambiente						57,00
Proj./Ativ.: 2.430 - Administração e execução do Fundo do Meio Ambiente			Localizador: Município			
22	18.541.401	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1022.000022.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1,00
22	18.541.401	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1022.000022.00.00.00 - Transferencias a Instituicoe	Não	Não	Não	1,00
22	18.541.401	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1022.000022.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	54,00
22	18.541.401	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1022.000022.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>57,00</b>
Unidade: 04.04 - Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro						1,00
Proj./Ativ.: 2.440 - Administração e execução do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário/Fundeagro			Localizador: Município			
23	20.608.401	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>1,00</b>
Unidade: 04.05 - Fundo de Desenvolvimento Rural						3,00
Proj./Ativ.: 2.460 - Administração e Execução do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR			Localizador: Município			
24	20.608.401	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1,00
24	20.608.401	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
24	20.608.401	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>3,00</b>
Unidade: 04.06 - Sec. de Serviços - Urbanos						5.158.577,00
Proj./Ativ.: 1.401 - Construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oeste			Localizador: Município			
18	15.451.400	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>1,00</b>
Proj./Ativ.: 1.402 - Acesso ao Loteamento Serenata			Localizador: Município			
19	15.451.400	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	0,00
19	15.451.400	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1520.000520.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000.000,00
<b>Total:</b>						<b>3.000.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.401 - Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços Integrados			Localizador: Município			
25	15.451.400	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>1,00</b>
Proj./Ativ.: 2.403 - Manutenção da iluminação pública			Localizador: Município			
27	15.452.400	3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.1008.000008.00.00.00 - Transf. a Consórcios Públic	Não	Sim	Não	1,00
27	15.452.400	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1008.000008.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
27	15.452.400	3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.1008.000008.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrent	Não	Não	Não	200.000,00
27	15.452.400	4.4.71.00.00.00.00.00.0.1.1008.000008.00.00.00 - Transferências a Consórcio	Não	Não	Não	1,00
27	15.452.400	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1008.000008.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	135.199,00
<b>Total:</b>						<b>385.201,00</b>
Proj./Ativ.: 2.406 - Manutenção dos serviços na área urbana			Localizador: Município			
26	15.451.400	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1,00
26	15.451.400	3.3.40.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Municipio	Não	Não	Não	10.000,00
26	15.451.400	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1039.000039.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
26	15.451.400	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1012.000012.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	183.375,00

03 - Despesas

12

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 4/9  
 Data: 14/10/2019

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>						<b>23.527.587,00</b>
Órgão: 04.00 - Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura						9.319.640,00
Unidade: 04.06 - Sec. de Serviços - Urbanos						5.158.577,00
Proj./Ativ.: 2.406 - Manutenção dos serviços na área urbana			Localizador: Município			
26	15.451.400	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.540.000,00
26	15.451.400	3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrent	Não	Não	Não	1,00
26	15.451.400	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	29.997,00
<b>Total:</b>						<b>1.773.374,00</b>
Unidade: 04.07 - Sec. de Serviços - Rurais						2.145.239,00
Proj./Ativ.: 2.405 - Benefícios a pessoal e estagiários - Rural			Localizador: Município			
28	15.782.400	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
<b>Total:</b>						<b>150.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.407 - Manutenção dos serviços na área rural			Localizador: Município			
29	15.782.400	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.060.000,00
29	15.782.400	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	608.870,00
29	15.782.400	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1007.000007.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	23.800,00
29	15.782.400	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1012.000012.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	183.374,00
29	15.782.400	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1039.000039.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	109.195,00
29	15.782.400	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.995.239,00</b>
Unidade: 04.08 - Sec. de Serviços - Prédios Públicos						370.003,00
Proj./Ativ.: 2.404 - Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos			Localizador: Município			
30	15.451.400	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
30	15.451.400	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>2,00</b>
Proj./Ativ.: 2.408 - Manutenção e conservação de prédios públicos			Localizador: Município			
31	15.451.400	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1,00
31	15.451.400	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	350.000,00
31	15.451.400	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>370.001,00</b>
Unidade: 04.10 - Convênios com Policiais e Bombeiros						925.760,00
Proj./Ativ.: 2.450 - Manutenção do convênio rádio-patrolha			Localizador: Município			
32	06.181.10	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1021.000021.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1,00
32	06.181.10	3.3.30.00.00.00.00.00.0.1.1021.000021.00.00.00 - Transferencias a Estados e	Não	Não	Não	1,00
32	06.181.10	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1021.000021.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	104.998,00
32	06.181.10	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1021.000021.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
<b>Total:</b>						<b>120.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.451 - Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros			Localizador: Município			
33	06.181.10	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000020.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1,00
33	06.181.10	3.3.30.00.00.00.00.00.0.1.1020.000020.00.00.00 - Transferencias a Estados e	Não	Não	Não	1,00
33	06.181.10	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000020.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	101.508,00
33	06.181.10	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1020.000020.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>121.510,00</b>
Proj./Ativ.: 2.452 - Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar - multas de trânsito			Localizador: Município			
34	06.181.10	3.3.30.00.00.00.00.00.0.1.1010.000010.00.00.00 - Transferencias a Estados e	Não	Não	Não	1,00
34	06.181.10	3.3.30.00.00.00.00.00.0.1.1011.000011.00.00.00 - Transferencias a Estados e	Não	Não	Não	1,00
34	06.181.10	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000010.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	335.644,00
34	06.181.10	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1011.000011.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	335.644,00
34	06.181.10	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1010.000010.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	6.480,00
34	06.181.10	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1011.000011.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	6.480,00
<b>Total:</b>						<b>684.250,00</b>
<b>03 - Despesas</b>						

13

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 5/9  
 Data: 14/10/2019

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>						<b>23.527.587,00</b>
Órgão: 06.00 - Secretaria de Saúde e Assistência Social						1.054.068,00
Unidade: 06.01 - Fundo Municipal de Assistência Social						978.964,00
Proj./Ativ.: 2.601 - Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência Social			Localizador: Município			
35	08.244.601	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	87.000,00
<b>Total:</b>						<b>87.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.603 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social			Localizador: Município			
36	08.244.601	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1312.000312.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	78.900,00
36	08.244.601	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	326.100,00
36	08.244.601	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	1,00
36	08.244.601	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1305.000305.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	110,00
36	08.244.601	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1312.000312.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	52.600,00
36	08.244.601	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1311.000311.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	350,00
36	08.244.601	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1308.000308.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	14.200,00
36	08.244.601	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
36	08.244.601	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1309.000309.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	17.400,00
36	08.244.601	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1310.000310.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	14.300,00
36	08.244.601	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	3.000,00
<b>Total:</b>						<b>526.961,00</b>
Proj./Ativ.: 2.604 - Concessão de benefícios eventuais			Localizador: Município			
37	08.244.601	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	20.000,00
<b>Total:</b>						<b>20.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.606 - Manutenção da Assistência Social			Localizador: Município			
38	08.244.601	3.1.40.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Municipio:	Não	Sim	Não	1,00
38	08.244.601	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	270.000,00
38	08.244.601	3.3.40.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Municipio:	Não	Não	Não	60.000,00
38	08.244.601	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	1,00
38	08.244.601	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
38	08.244.601	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>345.003,00</b>
Unidade: 06.02 - Fundo Municipal do Idoso						63.000,00
Proj./Ativ.: 2.610 - Administração e execução do Fundo do Idoso			Localizador: Município			
39	08.241.601	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1350.000350.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1,00
39	08.241.601	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	17.000,00
39	08.241.601	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	45.899,00
39	08.241.601	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1350.000350.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	99,00
39	08.241.601	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1350.000350.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>63.000,00</b>
Unidade: 06.04 - Fundo da Infância e Adolescente - FIA						12.101,00
Proj./Ativ.: 2.630 - Administração e execução do Fundo da Infância e Adolescência			Localizador: Município			
40	08.243.603	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1009.000009.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	1,00
40	08.243.603	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	7.051,00
40	08.243.603	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1009.000009.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	5.048,00
40	08.243.603	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1009.000009.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>12.101,00</b>
Unidade: 06.05 - Fundo Municipal de Habitação						3,00
Proj./Ativ.: 2.640 - Administração e execução do Fundo de Habitação			Localizador: Município			
41	16.122.605	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1,00
41	16.122.605	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
41	16.122.605	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>3,00</b>
<b>03 - Despesas</b>						<b>14</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 6/9  
 Data: 14/10/2019

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>						<b>23.527.587,00</b>
Órgão: 07.00 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes						8.335.906,00
Unidade: 07.01 - Educação						7.670.906,00
Proj./Ativ.: 2.701 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche			Localizador: Município			
52	12.365.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	370.000,00
<b>Total:</b>						<b>370.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.702 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré Escolar			Localizador: Município			
53	12.365.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	140.000,00
<b>Total:</b>						<b>140.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.703 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamental			Localizador: Município			
46	12.361.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	500.000,00
<b>Total:</b>						<b>500.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.704 - Manutenção da merenda escolar - Creche			Localizador: Município			
54	12.365.701	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	50.000,00
43	12.306.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
43	12.306.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1111.000111.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	27.090,00
54	12.365.701	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>127.091,00</b>
Proj./Ativ.: 2.705 - Manutenção da merenda escolar - Pré escola			Localizador: Município			
55	12.365.701	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	50.000,00
44	12.306.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1111.000111.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	14.448,00
44	12.306.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
55	12.365.701	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>114.449,00</b>
Proj./Ativ.: 2.706 - Manutenção da merenda escolar - Fundamental			Localizador: Município			
47	12.361.701	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	175.000,00
45	12.306.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	55.000,00
45	12.306.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1111.000111.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	48.762,00
47	12.361.701	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>278.763,00</b>
Proj./Ativ.: 2.708 - Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Gestão / Administração)			Localizador: Município			
42	12.122.701	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	250.000,00
42	12.122.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
42	12.122.701	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>250.002,00</b>
Proj./Ativ.: 2.709 - Manutenção da Educação - Creche			Localizador: Município			
56	12.365.701	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1019.000019.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	0,00
56	12.365.701	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	0,00
56	12.365.701	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1018.000018.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.130.000,00
56	12.365.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	140.000,00
56	12.365.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1019.000019.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.190,00
56	12.365.701	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>1.291.190,00</b>
Proj./Ativ.: 2.710 - Manutenção da Educação - Pré escola			Localizador: Município			
57	12.365.701	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1,00
57	12.365.701	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1018.000018.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	555.000,00
57	12.365.701	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1019.000019.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	0,00
57	12.365.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150.000,00
57	12.365.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1019.000019.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	11.200,00
57	12.365.701	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>726.201,00</b>
Proj./Ativ.: 2.711 - Manutenção da Educação - Fundamental			Localizador: Município			
48	12.361.701	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1018.000018.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.599.000,00

**03 - Despesas**

**15**

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Página: 7/9  
 Data: 14/10/2019

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação da Proposta da Despesa

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>						<b>23.527.587,00</b>
Órgão: 07.00 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes						8.335.906,00
Unidade: 07.01 - Educação						7.670.906,00
Proj./Ativ.: 2.711 - Manutenção da Educação - Fundamental			Localizador: Município			
48	12.361.701	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1019.000019.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	571.000,00
48	12.361.701	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	0,00
48	12.361.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	450.000,00
48	12.361.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1019.000019.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	227.610,00
48	12.361.701	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>2.857.610,00</b>
Proj./Ativ.: 2.712 - Manutenção do Transporte Escolar - educação básica			Localizador: Município			
49	12.361.701	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	135.000,00
49	12.361.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	125.000,00
49	12.361.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1036.000036.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	401.500,00
49	12.361.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1101.000101.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	50.000,00
49	12.361.701	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1112.000112.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	38.100,00
49	12.361.701	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
<b>Total:</b>						<b>750.600,00</b>
Proj./Ativ.: 2.720 - Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior			Localizador: Município			
51	12.364.702	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	100.000,00
<b>Total:</b>						<b>100.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.721 - Manutenção do ensino profissionalizante			Localizador: Município			
50	12.363.702	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1,00
50	12.363.702	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	2.030,00
50	12.363.702	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1122.000122.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
50	12.363.702	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	92.967,00
50	12.363.702	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>95.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.722 - Atendimento aos deficientes fisicos e mentais			Localizador: Município			
58	12.367.703	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1,00
58	12.367.703	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	65.000,00
58	12.367.703	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	0,00
58	12.367.703	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.998,00
58	12.367.703	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1001.000001.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>70.000,00</b>
Unidade: 07.02 - Esportes						455.000,00
Proj./Ativ.: 2.730 - Manutenção da Diretoria de Esportes			Localizador: Município			
59	27.812.704	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	205.000,00
59	27.812.704	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	36.000,00
59	27.812.704	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	204.000,00
59	27.812.704	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	10.000,00
<b>Total:</b>						<b>455.000,00</b>
Unidade: 07.03 - Cultura						120.000,00
Proj./Ativ.: 2.740 - Apoio para a Difusão Cultural, Resgate da Memória e Promoção do comércio local			Localizador: Município			
60	13.392.706	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1,00
60	13.392.706	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	70.000,00
60	13.392.706	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	48.999,00
60	13.392.706	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
<b>Total:</b>						<b>120.000,00</b>
Unidade: 07.04 - Fundo Municipal da Cultura						90.000,00
Proj./Ativ.: 2.750 - Administração e execução do Fundo da Cultura			Localizador: Município			
61	13.392.706	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1,00
61	13.392.706	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes	Não	Não	Não	89.996,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 8/9  
 Data: 14/10/2019

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>						<b>23.527.587,00</b>
Órgão: 07.00 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes						8.335.906,00
Unidade: 07.04 - Fundo Municipal da Cultura						90.000,00
Proj./Ativ.: 2.750 - Administração e execução do Fundo da Cultura			Localizador: Município			
61	13.392.706	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
61	13.392.706	4.4.50.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Transf. a Instituicoes Privac	Não	Não	Não	1,00
61	13.392.706	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>90.000,00</b>
Órgão: 99.00 - Reserva de Contingência						30.000,00
Unidade: 99.99 - Reserva de Contingência						30.000,00
Proj./Ativ.: 9.999 - Reserva de Contingência			Localizador: Município			
62	99.999.9999	9.9.99.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGEI	Não	Não	Não	30.000,00
<b>Total:</b>						<b>30.000,00</b>
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA</b>						<b>5.133.413,00</b>
Órgão: 05.00 - Fundo Municipal de Saúde						5.133.413,00
Unidade: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde						5.133.413,00
Proj./Ativ.: 2.501 - Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde			Localizador: Município			
2	10.301.500	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	425.000,00
<b>Total:</b>						<b>425.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.502 - Manutenção do bloco da Atenção Básica			Localizador: Município			
3	10.301.500	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1208.000208.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	254.000,00
3	10.301.500	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1.337.350,00
3	10.301.500	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1202.000202.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	109.150,00
3	10.301.500	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1203.000203.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	53.500,00
3	10.301.500	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1204.000204.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	180.000,00
3	10.301.500	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1205.000205.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	171.000,00
3	10.301.500	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1206.000206.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	154.000,00
3	10.301.500	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1209.000209.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	96.000,00
3	10.301.500	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1221.000221.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	30.000,00
3	10.301.500	3.3.40.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Transferencias a Municipio:	Não	Não	Não	130.000,00
3	10.301.500	3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Transferencias a Instituicoe	Não	Não	Não	1,00
3	10.301.500	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	825.000,00
3	10.301.500	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1206.000206.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
3	10.301.500	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1208.000208.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1.000,00
3	10.301.500	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
3	10.301.500	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1224.000224.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	150,00
<b>Total:</b>						<b>3.357.151,00</b>
Proj./Ativ.: 2.503 - Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade			Localizador: Município			
4	10.301.500	3.1.71.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Transf. a Consórcios Públic	Não	Sim	Não	15.660,00
6	10.302.500	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	1,00
4	10.301.500	3.3.71.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Transferências a Consórcic	Não	Não	Não	6.252,00
6	10.302.500	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	209.998,00
6	10.302.500	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1220.000220.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	34.000,00
6	10.302.500	3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrent	Não	Não	Não	130.000,00
6	10.302.500	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>395.912,00</b>
Proj./Ativ.: 2.504 - Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)			Localizador: Município			
1	10.122.500	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	255.000,00
1	10.122.500	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	18.000,00
1	10.122.500	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1201.000201.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	200,00
1	10.122.500	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
<b>Total:</b>						<b>275.200,00</b>

03 - Despesas

17

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
 Relação da Proposta da Despesa

Página: 9/9  
 Data: 14/10/2019

Despesa	Funcional	Dotação	Educação	Pessoal	Saúde	Valor
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA</b>						<b>5.133.413,00</b>
Órgão: 05.00 - Fundo Municipal de Saúde						5.133.413,00
Unidade: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde						5.133.413,00
Proj./Ativ.: 2.505 - Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica			Localizador: Município			
8	10.304.500	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1212.000212.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	20.999,00
8	10.304.500	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1213.000213.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	14.998,00
8	10.304.500	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	49.003,00
8	10.304.500	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1213.000213.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
8	10.304.500	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	4.997,00
8	10.304.500	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1212.000212.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
8	10.304.500	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1213.000213.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	1,00
<b>Total:</b>						<b>90.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.506 - Assistência Farmacêutica de Atenção Básica			Localizador: Município			
5	10.301.500	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	260.000,00
5	10.301.500	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	160.000,00
5	10.301.500	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1214.000214.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	32.000,00
5	10.301.500	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1215.000215.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	31.150,00
5	10.301.500	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1218.000218.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	2.000,00
<b>Total:</b>						<b>485.150,00</b>
Proj./Ativ.: 2.507 - Assistência Farmacêutica de Média Complexidade			Localizador: Município			
7	10.302.500	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1002.000002.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	90.000,00
<b>Total:</b>						<b>90.000,00</b>
Proj./Ativ.: 2.511 - Bem-Estar Animal			Localizador: Município			
9	10.304.500	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	15.000,00
<b>Total:</b>						<b>15.000,00</b>
<b>Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>						<b>699.000,00</b>
Órgão: 01.00 - Camara Municipal de Vereadores						699.000,00
Unidade: 01.01 - Camara Municipal de Vereadores						699.000,00
Proj./Ativ.: 2.101 - Manutenção da Câmara de Vereadores			Localizador: Município			
1	01.031.100	3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Sim	Não	550.000,00
1	01.031.100	3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	130.000,00
1	01.031.100	3.3.93.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrent	Não	Não	Não	7.000,00
1	01.031.100	4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.1000.000000.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	Não	Não	Não	12.000,00
<b>Total:</b>						<b>699.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>29.360.000,00</b>



Página: 1/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>							<b>23.527.587,00</b>
<b>Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito</b>							<b>1.615.002,00</b>
<b>Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito</b>							<b>423.000,00</b>
1	2.201 - Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito	A	1	04.122.0200	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	60.000,00
2	2.202 - Manutenção do Gabinete do Prefeito	A	1	04.122.0200	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	295.000,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	67.997,00
					4.4.50.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
<b>Unidade: 02.02 - Procuradoria Municipal</b>							<b>340.000,00</b>
3	2.210 - Manutenção da assessoria jurídica	A	1	04.122.0200	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	325.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	14.999,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
<b>Unidade: 02.03 - Controladoria do Município</b>							<b>115.000,00</b>
4	2.230 - Manutenção da Controladoria	A	1	04.124.0200	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	105.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	9.999,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
<b>Unidade: 02.04 - Consultoria Técnica</b>							<b>326.000,00</b>
5	2.240 - Manutenção da Diretoria de Planejamento	A	1	04.122.0200	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	215.000,00
					3.3.40.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	110.997,00
					3.3.93.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00

04 - Relação das Despesas planejadas

Página: 2/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>							<b>23.527.587,00</b>
<b>Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito</b>							<b>1.615.002,00</b>
<b>Unidade: 02.06 - Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil</b>							<b>10.000,00</b>
6	2.260 - Administração e execução do Fundo de Emergência da Defesa Civil	A	1	06.182.0202	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					3.3.20.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					3.3.30.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	9.995,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
<b>Unidade: 02.07 - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos</b>							<b>2,00</b>
7	2.270 - Administração e Execução do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos dos Difusos - FIMDD	A	1	14.422.0200	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
<b>Unidade: 02.08 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico... e ITL</b>							<b>261.000,00</b>
8	2.280 - Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e administrativa da ITL - Incubadora Econômica	A	1	22.661.0201	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	130.000,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	130.998,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
<b>Unidade: 02.09 - Conselho Tutelar</b>							<b>140.000,00</b>
9	2.290 - Manutenção do Conselho Tutelar	A	1	08.243.0203	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	130.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	9.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1.000,00

04 - Relação das Despesas planejadas

20

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação de Despesas Planejadas

Página: 3/15  
 Data: 14/10/2019

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>							
<b>Órgão: 03.00 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão</b>							
<b>Unidade: 03.01 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão</b>							
10	2.304 - Manutenção de entidades em que o Município seja associado e/ou consorciado.	A	1	04.122.0300	3.1.71.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	23.527.587,00 3.172.971,00 965.001,00 19.500,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)				3.3.71.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	10.140,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	172.535,00
					3.3.93.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	6.825,00
					4.4.71.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	6.000,00
11	2.305 - Publicidade Institucional e de Marketing	A	1	04.131.0200	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	100.000,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)				4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
12	0.302 - Juros, encargos e amortização de dívidas	O	1	28.843.0000	3.2.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	365.000,00
	Dívida Pública - Município de Luzerna(UN)				4.6.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	200.000,00
13	0.303 - Sentenças judiciais	O	1	28.845.0000	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	70.000,00
	Cumprimento de Sentença - Município de Luzerna(UN)				3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	15.000,00
<b>Unidade: 03.02 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio</b>							
14	2.302 - Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	A	1	04.122.0300	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	2.207.970,00 1.075.000,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)				3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	650.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1089.000089 Alenagações não vinculadas a Saúde e Educação	46.512,00
15	2.301 - Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação de Governo e Gestão	A	1	04.331.0300	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	165.000,00
16	0.301 - Contribuição ao PASEP.	O	1	28.845.0000	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	270.000,00
	Pagamento do PASEP - Município de Luzerna(UN)				3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1007.000007 CIDE - Cont. Intervenção Domínio Econômico	250,00
<b>04 - Relação das Despesas planejadas</b>							

Página: 4/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>							
<b>Órgão: 03.00 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão</b>							
<b>Unidade: 03.02 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio</b>							
17	2.302 - Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	A		1 28.845.0300		3.3.90.00.00.00.00 0.1.1039.000039 FEP - Fundo Especial do Petróleo	1,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)					Recursos Ordinários	1,00
						Recursos Ordinários	1,00
						Recursos Ordinários	1,00
<b>Órgão: 04.00 - Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura</b>							
<b>Unidade: 04.02 - Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente</b>							
20	2.420 - Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agricultura	A		1 20.606.0401		3.3.90.00.00.00.00 0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	9.319.640,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)					Recursos Ordinários	720.000,00
						Recursos Ordinários	33.000,00
21	2.421 - Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente	A		1 20.606.0401		3.1.90.00.00.00.00 0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	360.000,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)					Recursos Ordinários	150.000,00
						Recursos Ordinários	172.000,00
						Recursos Ordinários	5.000,00
<b>Unidade: 04.03 - Fundo Municipal do Meio Ambiente</b>							
22	2.430 - Administração e execução do Fundo do Meio Ambiente	A		1 18.541.0401		3.1.90.00.00.00.00 0.1.1022.000022 Fundo do Meio Ambiente	57,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)					0.1.1022.000022	1,00
						Fundo do Meio Ambiente	1,00
						Fundo do Meio Ambiente	54,00
						Fundo do Meio Ambiente	1,00
<b>Unidade: 04.04 - Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro</b>							
23	2.440 - Administração e execução do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário/Fundeagro	A		1 20.608.0401		3.3.90.00.00.00.00 0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)					Recursos Ordinários	1,00

04 - Relação das Despesas planejadas

Página: 5/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>							<b>23.527.587,00</b>
<b>Órgão: 04.00 - Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura</b>							<b>9.319.640,00</b>
<b>Unidade: 04.05 - Fundo de Desenvolvimento Rural</b>							<b>3,00</b>
24	2.460 - Administração e Execução do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR	A	1	20.608.0401	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)				3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
<b>Unidade: 04.06 - Sec. de Serviços - Urbanos</b>							<b>5.158.577,00</b>
18	1.401 - Construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oeste	P	1	15.451.0400	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
	Ponte - Município de Luzerna(UN)						
19	1.402 - Acesso ao Loteamento Serenata	P	1	15.451.0400	4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	0,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)				4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1520.000520 Operação de crédito FINISA - CEF	3.000.000,00
25	2.401 - Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços Integrados	A	1	15.451.0400	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)						
26	2.406 - Manutenção dos serviços na área urbana	A	1	15.451.0400	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)				3.3.40.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	10.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1.540.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1012.000012 Convênio de Transito - Prefeitura	183.375,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1039.000039 FEP - Fundo Especial do Petróleo	10.000,00
					3.3.93.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	29.997,00
27	2.403 - Manutenção da iluminação pública	A	1	15.452.0400	3.1.71.00.00.00.00.00	0.1.1008.000008 COSIP - Contrib. p/ Custo de Iluminação Pública	1,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)				3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1008.000008 COSIP - Contrib. p/ Custo de Iluminação Pública	50.000,00
					3.3.93.00.00.00.00.00	0.1.1008.000008 COSIP - Contrib. p/ Custo de Iluminação Pública	200.000,00
					4.4.71.00.00.00.00.00	0.1.1008.000008 COSIP - Contrib. p/ Custo de Iluminação Pública	1,00

04 - Relação das Despesas planejadas

23

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação de Despesas Planejadas

Página: 6/15  
 Data: 14/10/2019

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>							<b>23.527.587,00</b>
<b>Órgão: 04.00 - Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura</b>							<b>9.319.640,00</b>
<b>Unidade: 04.06 - Sec. de Serviços - Urbanos</b>							<b>5.158.577,00</b>
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1008.000008 COSIP - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública	135.199,00
<b>Unidade: 04.07 - Sec. de Serviços - Rurais</b>							<b>2.145.239,00</b>
28	2.405 - Benefícios a pessoal e estagiários - Rural	A	1	15.782.0400	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	150.000,00
29	2.407 - Manutenção dos serviços na área rural	A	1	15.782.0400	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1.050.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	608.870,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1007.000007 CIDE - Cont. Intervenção Domínio Econômico	23.800,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1012.000012 Convênio de Transito - Prefeitura	183.374,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1039.000039 FEP - Fundo Especial do Petróleo	109.195,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	10.000,00
<b>Unidade: 04.08 - Sec. de Serviços - Prédios Públicos</b>							<b>370.003,00</b>
30	2.404 - Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos	A	1	15.451.0400	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
31	2.408 - Manutenção e conservação de prédios públicos	A	1	15.451.0400	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	350.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	20.000,00
<b>Unidade: 04.10 - Convênios com Policiais e Bombeiros</b>							<b>925.760,00</b>
32	2.450 - Manutenção do convênio rádio-patrolha	A	1	06.181.0010	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1021.000021 Rádio Patrulha	1,00
					3.3.30.00.00.00.00.00	0.1.1021.000021 Rádio Patrulha	1,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1021.000021 Rádio Patrulha	104.998,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1021.000021 Rádio Patrulha	15.000,00
<b>04.3 - Relação das Despesas planejadas</b>							<b>24</b>
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1020.000020 Corpo de Bombeiros	1,00

Página: 7/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>							<b>23.527.587,00</b>
<b>Órgão: 04.00 - Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura</b>							<b>9.319.640,00</b>
<b>Unidade: 04.10 - Convênios com Policiais e Bombeiros</b>							<b>925.760,00</b>
					3.3.30.00.00.00.00.00	0.1.1020.000020	1,00
						Corpo de Bombeiros	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1020.000020	101.508,00
						Corpo de Bombeiros	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1020.000020	20.000,00
						Corpo de Bombeiros	
34	2.452 - Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar - multas de trânsito	A	1	06.181.0010	3.3.30.00.00.00.00.00	0.1.1010.000010	1,00
						Convênio de Transito - Militar	
					3.3.30.00.00.00.00.00	0.1.1011.000011	1,00
						Convênio de Transito - Civil	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1010.000010	335.644,00
						Convênio de Transito - Militar	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1011.000011	335.644,00
						Convênio de Transito - Civil	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1010.000010	6.480,00
						Convênio de Transito - Militar	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1011.000011	6.480,00
						Convênio de Transito - Civil	
<b>Órgão: 06.00 - Secretaria de Saúde e Assistência Social</b>							<b>1.054.068,00</b>
<b>Unidade: 06.01 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>							<b>978.964,00</b>
35	2.601 - Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência Social	A	1	08.244.0601	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000	87.000,00
						Recursos Ordinários	
36	2.603 - Manutenção do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social	A	1	08.244.0601	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000	326.100,00
						Recursos Ordinários	
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1312.000312	78.900,00
						BL PSB - Proteção Social Básica - União	
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000	1,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000	20.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1305.000305	110,00
						BPC na Escola (Benefício da Prestação Continuada)	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1308.000308	14.200,00
						Proteção Social Básica - Custeio	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1309.000309	17.400,00
						GBF - Índice Gestão Bolsa Família	

04 - Relação das Despesas planejadas

25



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação de Despesas Planejadas

Página: 8/15  
 Data: 14/10/2019

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>							<b>23.527.587,00</b>
<b>Órgão: 06.00 - Secretaria de Saúde e Assistência Social</b>							<b>1.054.068,00</b>
<b>Unidade: 06.01 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>							<b>978.964,00</b>
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1311.000311 BL GSUAS - Gestão do Sistema Único de Assistência Social	350,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1312.000312 BL PSB - Proteção Social Básica - União	52.600,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	3.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1310.000310 Proteção Social Básica - Investimento	14.300,00
37	2.604 - Concessão de benefícios eventuais Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	08.244.0601	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	20.000,00
38	2.606 - Manutenção da Assistência Social Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	08.244.0601	3.1.40.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	270.000,00
					3.3.40.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	60.000,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	15.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
<b>Unidade: 06.02 - Fundo Municipal do Idoso</b>							<b>63.000,00</b>
39	2.610 - Administração e execução do Fundo do Idoso Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	08.241.0601	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1350.000350 Doações ao Fundo do Idoso	1,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	17.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	45.899,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1350.000350 Doações ao Fundo do Idoso	99,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1350.000350 Doações ao Fundo do Idoso	1,00
<b>Unidade: 06.04 - Fundo da Infância e Adolescente - FIA</b>							<b>12.101,00</b>
40	2.630 - Administração e execução do Fundo da Infância e Adolescente Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	08.243.0603	3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.1009.000009 FIA Imposto de Renda	1,00
04 - Relação das Despesas planejadas					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	7.051,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação de Despesas Planejadas

Página: 9/15  
 Data: 14/10/2019

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailhamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA							
Órgão: 06.00 - Secretaria de Saúde e Assistência Social							
Unidade: 06.04 - Fundo da Infância e Adolescente - FIA							
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1009.000009	
						FIA Imposto de Renda	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1009.000009	1,00
						FIA Imposto de Renda	
Unidade: 06.05 - Fundo Municipal de Habitação							
41	2.640 - Administração e execução do Fundo de Habitação Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	16.122.0605	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000	3,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000	1,00
						Recursos Ordinários	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000	1,00
						Recursos Ordinários	
Órgão: 07.00 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes							
Unidade: 07.01 - Educação							
42	2.708 - Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Gestão / Administração) Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	12.122.0701	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001	8.335.906,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001	7.670.906,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001	250.000,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	
43	2.704 - Manutenção da merenda escolar - Creche Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	12.306.0701	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000	50.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1111.000111	27.090,00
						PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	
44	2.705 - Manutenção da merenda escolar - Pré escola Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	12.306.0701	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000	50.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1111.000111	14.448,00
						PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	
45	2.706 - Manutenção da merenda escolar - Fundamental Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	12.306.0701	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000	55.000,00
						Recursos Ordinários	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1111.000111	48.762,00
						PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar	
46	2.703 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamental Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	12.361.0701	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001	500.000,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	
47	2.706 - Manutenção da merenda escolar - Fundamental 04 - Relação das Despesas Planejadas	A	1	12.361.0701	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001	175.000,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação de Despesas Planejadas

Página: 10/15  
 Data: 14/10/2019

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b> <b>Órgão: 07.00 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes</b> <b>Unidade: 07.01 - Educação</b>							<b>23.527.587,00</b> <b>8.335.906,00</b> <b>7.670.906,00</b> <b>1,00</b>
48	2.711 - Manutenção da Educação - Fundamental Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	12.361.0701	4.4.90.00.00.00.00 0.1.1001.000001	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	0,00
					3.1.90.00.00.00.00 0.1.1001.000001	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	0,00
					3.1.90.00.00.00.00 0.1.1018.000018	FUNDEB 60%	1.599.000,00
					3.1.90.00.00.00.00 0.1.1019.000019	FUNDEB 40%	571.000,00
					3.3.90.00.00.00.00 0.1.1001.000001	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	450.000,00
					3.3.90.00.00.00.00 0.1.1019.000019	FUNDEB 40%	227.610,00
					4.4.90.00.00.00.00 0.1.1001.000001	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	10.000,00
49	2.712 - Manutenção do Transporte Escolar - educação básica Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	12.361.0701	3.1.90.00.00.00.00 0.1.1001.000001	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	135.000,00
					3.3.90.00.00.00.00 0.1.1001.000001	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	125.000,00
					3.3.90.00.00.00.00 0.1.1036.000036	Salário Educação	401.500,00
					3.3.90.00.00.00.00 0.1.1101.000101	Transporte Escolar do Estado	50.000,00
					3.3.90.00.00.00.00 0.1.1112.000112	PNATE - Programa Nacional de Transporte Escolar	38.100,00
					4.4.90.00.00.00.00 0.1.1001.000001	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1.000,00
50	2.721 - Manutenção do ensino profissionalizante Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	12.363.0702	3.1.90.00.00.00.00 0.1.1000.000000	Recursos Ordinários	1,00
					3.3.50.00.00.00.00 0.1.1000.000000	Recursos Ordinários	2.030,00
					3.3.90.00.00.00.00 0.1.1000.000000	Recursos Ordinários	92.967,00
					3.3.90.00.00.00.00 0.1.1122.000122	Especificação 1122	1,00
					4.4.90.00.00.00.00 0.1.1000.000000	Recursos Ordinários	1,00
51	2.720 - Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	12.364.0702	3.3.90.00.00.00.00 0.1.1000.000000	Recursos Ordinários	100.000,00
042- <del>Manutenção de Despesas planejadas</del>	<del>Manutenção - Município de Luzerna(UN)</del>	A	1	12.365.0701	3.3.90.00.00.00.00 0.1.1001.000001	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	370.000,00

Página: 11/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>							<b>23.527.587,00</b>
<b>Órgão: 07.00 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes</b>							<b>8.335.906,00</b>
<b>Unidade: 07.01 - Educação</b>							<b>7.670.906,00</b>
53	2.702 - Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré Escolar	A	1	12.365.0701	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	140.000,00
Manutenção - Município de Luzerna(UN)							
54	2.704 - Manutenção da merenda escolar - Creche	A	1	12.365.0701	3.1.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	50.000,00
Manutenção - Município de Luzerna(UN)							
					4.4.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1,00
55	2.705 - Manutenção da merenda escolar - Pré escola	A	1	12.365.0701	3.1.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	50.000,00
Manutenção - Município de Luzerna(UN)							
					4.4.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1,00
56	2.709 - Manutenção da Educação - Creche	A	1	12.365.0701	3.1.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	0,00
Manutenção - Município de Luzerna(UN)							
					3.1.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1018.000018 FUNDEB 60%	1.130.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1019.000019 FUNDEB 40%	0,00
					3.3.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	140.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1019.000019 FUNDEB 40%	11.190,00
					4.4.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	10.000,00
57	2.710 - Manutenção da Educação - Pré escola	A	1	12.365.0701	3.1.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1,00
Manutenção - Município de Luzerna(UN)							
					3.1.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1018.000018 FUNDEB 60%	555.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1019.000019 FUNDEB 40%	0,00
					3.3.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	150.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1019.000019 FUNDEB 40%	11.200,00
					4.4.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	10.000,00
58	2.722 - Atendimento aos deficientes físicos e mentais	A	1	12.367.0703	3.1.90.00.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1,00
Manutenção - Município de Luzerna(UN)							
					3.3.50.00.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	65.000,00
<b>04 - Relação das Despesas planejadas</b>							<b>29</b>

Página: 12/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func. Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>							<b>23.527.587,00</b>
<b>Órgão: 07.00 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes</b>							<b>8.335.906,00</b>
<b>Unidade: 07.01 - Educação</b>							<b>7.670.906,00</b>
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	0,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	4.998,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1001.000001 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação	1,00
<b>Unidade: 07.02 - Esportes</b>							<b>455.000,00</b>
59	2.730 - Manutenção da Diretoria de Esportes Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	27.812.0704	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	205.000,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	36.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	204.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	10.000,00
<b>Unidade: 07.03 - Cultura</b>							<b>120.000,00</b>
60	2.740 - Apoio para a Difusão Cultural, Resgate da Memória e Promoção do comércio local Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	13.392.0706	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	70.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	48.999,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1.000,00
<b>Unidade: 07.04 - Fundo Municipal da Cultura</b>							<b>90.000,00</b>
61	2.750 - Administração e execução do Fundo da Cultura Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	13.392.0706	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					3.3.50.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	89.996,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					4.4.50.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	1,00

04 - Relação das Despesas planejadas

30

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
 Relatório de Despesas Planejadas

Página: 13/15  
 Data: 14/10/2019

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>							<b>23.527.587,00</b>
<b>Órgão: 99.00 - Reserva de Contingência</b>							<b>30.000,00</b>
<b>Unidade: 99.99 - Reserva de Contingência</b>							<b>30.000,00</b>
62	9.999 - Reserva de Contingência	R	1	99.999.9999	9.9.99.00.00.00.00.00 0.1.1000.000000	Recursos Ordinários	30.000,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA</b>							<b>5.133.413,00</b>
<b>Órgão: 05.00 - Fundo Municipal de Saúde</b>							<b>5.133.413,00</b>
<b>Unidade: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde</b>							<b>5.133.413,00</b>
1	2.504 - Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)	A	1	10.122.0500	3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.1002.000002	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	255.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.1002.000002	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	18.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.1201.000201	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	200,00
					4.4.90.00.00.00.00.00 0.1.1002.000002	Participa SUS	2.000,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	
2	2.501 - Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde	A	1	10.301.0500	3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.1002.000002	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	425.000,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)						
3	2.502 - Manutenção do bloco da Atenção Básica	A	1	10.301.0500	3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.1002.000002	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	1.337.350,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)				3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.1202.000202	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	109.150,00
					Cofinanciamento		53.500,00
					3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.1203.000203	Saúde Bucal	180.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.1204.000204	PACS - Programa Agentes Comunitários de Saúde	171.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.1205.000205	ESF - Estratégia Saúde da Família	154.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.1206.000206	PAB - Piso da Atenção Básica	254.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.1208.000208	PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade	96.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.1209.000209	NASF Federal	30.000,00
					3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.1221.000221	NASF Estadual	130.000,00
					3.3.40.00.00.00.00.00 0.1.1002.000002	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	1,00
					3.3.50.00.00.00.00.00 0.1.1002.000002	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	825.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.1002.000002	Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	

04 - Relatório das Despesas planejadas

31

Página: 14/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detalhamento/Descrição do Recurso	Total
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA</b>							
<b>Órgão: 05.00 - Fundo Municipal de Saúde</b>							
<b>Unidade: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde</b>							
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1206.000206	5.133.413,00
						PAB - Piso da Atenção Básica	5.133.413,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1208.000208	1.000,00
						PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1002.000002	15.000,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1224.000224	150,00
						Especificação 1224	
4	2.503 - Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	10.301.0500	3.1.71.00.00.00.00.00	0.1.1002.000002	15.660,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	
					3.3.71.00.00.00.00.00	0.1.1002.000002	6.252,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	
5	2.506 - Assistência Farmacêutica de Atenção Básica Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	10.301.0500	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1002.000002	260.000,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1002.000002	160.000,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1214.000214	32.000,00
						Farmácia Básica União	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1215.000215	31.150,00
						Farmácia Básica Estado	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1218.000218	2.000,00
						Plantas Medicinais - Investimento Fitoterápico	
6	2.503 - Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	10.302.0500	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1002.000002	1,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1002.000002	209.998,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1220.000220	34.000,00
						MAC União - Média e Alta Complexidade	
					3.3.93.00.00.00.00.00	0.1.1002.000002	130.000,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1002.000002	1,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	
7	2.507 - Assistência Farmacêutica de Média Complexidade Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	10.302.0500	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1002.000002	90.000,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	
8	2.505 - Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	10.304.0500	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1002.000002	49.003,00
						Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1212.000212	20.999,00
						Vigilância em Saúde	
<b>04 - Relação das Despesas planejadas</b>							



Página: 15/15  
Data: 14/10/2019

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
Relação de Despesas Planejadas

Despesa	Projeto Atividade / Produto (UN)	Tipo	Local	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso/Detailamento/Descrição do Recurso	Total
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA							
Órgão:	05.00 - Fundo Municipal de Saúde						5.133.413,00
Unidade:	05.01 - Fundo Municipal de Saúde						5.133.413,00
					3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1213.000213 Vigilância Epidemiológica	14.998,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1002.000002 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde	4.997,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1213.000213 Vigilância Epidemiológica	1,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1212.000212 Vigilância em Saúde	1,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1213.000213 Vigilância Epidemiológica	1,00
9 2.511 - Bem-Estar Animal							
	UNIDADE(UN)	A	1	10.304.0500	3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	15.000,00
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA							
Órgão:	01.00 - Camara Municipal de Vereadores						699.000,00
Unidade:	01.01 - Camara Municipal de Vereadores						699.000,00
	1 2.101 - Manutenção da Câmara de Vereadores						550.000,00
	Manutenção - Município de Luzerna(UN)	A	1	01.031.0100	3.1.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	130.000,00
					3.3.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	7.000,00
					3.3.93.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	12.000,00
					4.4.90.00.00.00.00.00	0.1.1000.000000 Recursos Ordinários	
Total geral:							29.360.000,00

## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 1/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1000 Recursos Ordinários

## Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IR - Retido na Fonte - Trabalho - 60% (Próprios)	300.000,00
4.1.1.1.3.03.4.1.01.00.00	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - 60% (Próprio)	12.000,00
4.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	IPU 60% (Próprio) - Principal	480.000,00
4.1.1.1.8.01.1.2.01.00.00	IPU 60% (Próprio) - Multa e Juros	1.800,00
4.1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	IPU 60% (Próprio) - Dívida Ativa Principal	12.000,00
4.1.1.1.8.01.1.4.01.00.00	IPU 60% (Próprio) - Dívida Ativa Multas e Juros	7.200,00
4.1.1.1.8.01.4.1.01.00.00	ITBI - 60% (Próprio) - Principal	210.000,00
4.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Principal	606.000,00
4.1.1.1.8.02.3.2.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Multas e Juros	6.000,00
4.1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Dívida Ativa Principal	7.800,00
4.1.1.1.8.02.3.4.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Dívida Ativa Multas e Juros	1.800,00
4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Taxa de Alvará - Vigilância Sanitária - Principal	20.000,00
4.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	Taxa de Alvará - Publicidade Comercial - Principal	1.500,00
4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços - Principal	90.000,00
4.1.1.2.1.01.1.1.04.00.00	Taxa de Alinhamento de Construções em Imóveis - Principal	500,00
4.1.1.2.1.01.1.2.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços - Multas e Juros	700,00
4.1.1.2.1.01.1.2.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	10,00
4.1.1.2.1.01.1.3.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços - Dívida Ativa - Principal	5.000,00
4.1.1.2.1.01.1.3.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Principal	1.500,00
4.1.1.2.1.01.1.4.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.000,00
4.1.1.2.1.01.1.4.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	250,00
4.1.1.2.1.04.1.1.01.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - (Próprio) Principal	3,00
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Taxa de Serviços de Cemitérios - Principal	1.500,00
4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Principal	450.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Taxa de alvará - Serviços do Planejamento - Principal	10.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.04.00.00	Outras Taxas de Serviços Planejamento - Principal	100,00
4.1.1.2.2.01.1.1.05.00.00	Taxas de Expediente - Principal	300,00
4.1.1.2.2.01.1.2.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Multas e Juros	20.000,00
4.1.1.2.2.01.1.2.91.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Multas e Juros	10,00
4.1.1.2.2.01.1.3.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Dívida Ativa	20.000,00
4.1.1.2.2.01.1.3.91.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Dívida Ativa	50,00
4.1.1.2.2.01.1.4.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.000,00
4.1.1.2.2.01.1.4.91.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	50,00
4.1.1.3.8.04.1.1.01.00.00	Contribuição de Melhoria p/ Pavim. e Obras Complem. - Principal	1,00
4.1.1.3.8.04.1.2.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Multa e Juro	1,00
4.1.1.3.8.04.1.3.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa	500,00
4.1.1.3.8.04.1.4.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa	1.500,00
4.1.2.4.0.00.1.1.01.00.00	COSIP - 30% DRM	165.000,00
4.1.3.1.0.01.1.1.01.02.00	Aluguel da Casa / Capela Mortuária	50,00
4.1.3.1.0.01.1.1.01.03.00	Aluguel da Capela	100,00
4.1.3.1.0.01.1.1.01.04.00	Aluguel Auditório	3.000,00
4.1.3.1.0.01.1.1.01.05.00	Aluguel de toda a Estrutura do Centro de Eventos	1.000,00
4.1.3.1.0.01.1.1.02.06.00	Aluguel do Ginásio	20.000,00
4.1.3.1.0.01.1.2.01.00.00	Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio - Multas e Juros	10,00
4.1.3.1.0.01.1.3.01.00.00	Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio - Dívida Ativa	1.500,00
4.1.3.1.0.01.1.4.01.00.00	Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio - Dívida Ativa - Multas e Juro	500,00
4.1.3.1.0.02.1.1.01.00.00	Permissão de Serviços de Táxi (Transporte Individual de Passageiros)	3.000,00
4.1.3.1.0.02.1.1.02.08.00	Quiosque da Praça Imaculada Conceição	500,00
4.1.3.1.0.02.1.1.03.01.00	Concessão de espaço para serviços de Saúde	30.000,00
4.1.3.1.0.02.1.1.03.09.00	Concessão de Administração do Terminal Rodoviário	1.500,00
4.1.3.1.0.02.1.2.01.00.00	Permissões e Concessões - Multas e Juros	1,00
4.1.3.1.0.02.1.3.01.00.00	Permissões e Concessões - Dívida Ativa	500,00
4.1.3.1.0.02.1.4.01.00.00	Permissões e Concessões - Dívida Ativa - Multas e Juros	50,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.01.10	Remuneração - Recursos Ordinários	35.000,00
05 - Receitas e Despesas por fontes de recursos	Ações da Oi	1,00
4.1.3.3.2.01.1.1.01.00.00	Permissão de serviço público de remoção, recolhimento e guarda em pátio de veicul	1.500,00

34

## Estado de Santa Catarina

## MUNICÍPIO DE LUZERNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 2/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1000 Recursos Ordinários

## Receitas

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.6.0.01.1.1.01.00.00	Operacionalização do Vale Alimentação	72.251,00
4.1.6.1.0.01.1.1.01.01.20	Serviços de Hospedagem no Centro de Eventos	1,00
4.1.6.1.0.01.1.1.02.01.00	Taxa de ingresso de visitação ao Museu Frei Miguel	3.000,00
4.1.6.1.0.02.1.1.01.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.000,00
4.1.6.9.0.99.1.1.01.01.30	Serviço de Cadastro ITL - Principal	800,00
4.1.6.9.0.99.1.1.01.01.40	Incubação de empresas - Principal	5.000,00
4.1.6.9.0.99.1.1.02.01.50	Serviço de preparação de terra - Principal	100,00
4.1.6.9.0.99.1.2.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Multas e Juros	50,00
4.1.6.9.0.99.1.2.02.00.00	Serviço de preparação de terra - Multas e Juros	1,00
4.1.6.9.0.99.1.3.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Dívida Ativa	50,00
4.1.6.9.0.99.1.3.02.00.00	Serviço de preparação de terra - Dívida Ativa	1,00
4.1.6.9.0.99.1.4.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Dívida Ativa - Multas e Juros	15,00
4.1.6.9.0.99.1.4.02.00.00	Serviço de preparação de terra - Dívida Ativa - Multas e Juros	1,00
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	FPM 60% (Próprio)- Cota Mensal - Principal	4.800.000,00
4.1.7.1.8.01.3.1.01.00.00	FPM 75% - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	300.000,00
4.1.7.1.8.01.4.1.01.00.00	FPM 75% - 1% Cota entregue no mês de Julho - Principal	300.000,00
4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	ITR 60% (Próprio) - Principal	4.800,00
4.1.7.1.8.06.1.1.01.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 60% (Próprio) - Principal	6.000,00
4.1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	FEX-Auxílio Financeiro para Fomentos e Exportações	1,00
4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 60% (Próprio)- Principal	5.100.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 60% (Próprio)- Principal	570.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	Cota-Parte do IPI - 60% (Próprio) - Principal	69.000,00
4.1.9.1.0.01.1.1.04.01.00	Multas previstas na Lei Complementar 172/2017	1.000,00
4.1.9.1.0.01.1.1.05.01.00	Multa pelo atraso na prestação de contas. art. 34. Dec 2509/2017	50,00
4.1.9.1.0.01.1.1.06.01.00	Multas aplicadas pelo CIMCATARINA (lei de licitações)	500,00
4.1.9.1.0.01.1.1.07.04.00	Multas de Trânsito - Parcela desvinculada	1,00
4.1.9.2.2.01.1.1.01.00.00	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	1,00
4.1.9.2.2.01.1.1.02.00.00	Devoluções de recursos repassados pela Lei 13.019	5.000,00
4.1.9.2.2.99.1.1.01.00.00	Restituição dos servidores pelo pagamento de de multas de trânsito pelo Município	150,00
4.1.9.2.2.99.1.1.02.00.00	Restituição dos servidores por sinistro	10,00
4.1.9.2.2.99.1.1.04.00.00	Ressarcimento por Seguradoras por danos causados ao Município.	600,00
4.1.9.2.2.99.1.1.06.00.00	Restituição TAC 06.2014.00011897-4 - Transcavalheiro	23.628,00
4.1.9.2.3.02.1.1.01.00.00	Ressarcimento de despesas de exames admissionais - § 3º. art. 5º - Decreto 2060/20	1.500,00
4.1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Principal	1,00
4.1.9.9.0.99.1.2.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Multas e Juros	30,00
4.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Dívida Ativa	150,00
4.1.9.9.0.99.1.4.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Dívida Ativa - Multas e Juros	50,00
9.1.1.1.8.01.1.1.07.01.00	Dedução pagamento em Cota Unica IPTU - 60% (próprios)	-15.000,00
9.1.1.1.8.01.1.1.08.01.00	Dedução de Imóveis Imunes - IPTU 60% (próprios)	-15.000,00
9.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Dedução Cota Unica - Taxa de coleta de lixo	-15.000,00
<b>Total:</b>		<b>13.763.029,00</b>

## Despesas

Conta	Descrição	Valor
3.1.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municípios	1,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	19.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.116.108,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	365.000,00
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferencias a Uniao	2,00
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	2,00
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municípios	70.002,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	430.031,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	10.140,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.581.313,00
05 - 3.3.90.00.00.00.00.00	Despesas por fontes de recursos corrente de Op.entre Órgãos	13.827,00
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	2,00

05 - 3.3.90.00.00.00.00.00 Despesas por fontes de recursos corrente de Op.entre Órgãos

35

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 3/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1000 Recursos Ordinários

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	6.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	92.012,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00
<b>Total:</b>		<b>11.933.940,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 4/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1001 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Educação

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	IR - Retido na Fonte - Trabalho - 25% (MDE)	125.000,00
4.1.1.1.3.03.4.1.02.00.00	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - 25% (MDE)	5.000,00
4.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	IPTU 25% (MDE) - Principal	200.000,00
4.1.1.1.8.01.1.2.02.00.00	IPTU 25% (MDE) - Multa e Juros	750,00
4.1.1.1.8.01.1.3.02.00.00	IPTU 25% (MDE) - Dívida Ativa Principal	5.000,00
4.1.1.1.8.01.1.4.02.00.00	IPTU 25% (MDE) - Dívida Ativa Multas e Juros	3.000,00
4.1.1.1.8.01.4.1.02.00.00	ITBI - 25% (MDE) - Principal	87.500,00
4.1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Principal	252.500,00
4.1.1.1.8.02.3.2.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Multas e Juros	2.500,00
4.1.1.1.8.02.3.3.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Dívida Ativa Principal	3.250,00
4.1.1.1.8.02.3.4.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Dívida Ativa Multas e Juros	750,00
4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	FPM 25% (MDE)- Cota Mensal - Principal	2.000.000,00
4.1.7.1.8.01.3.1.02.00.00	FPM 25% - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	100.000,00
4.1.7.1.8.01.4.1.02.00.00	FPM 25% - 1% Cota entregue no mês de Julho - Principal	100.000,00
4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	ITR 25% (MDE) - Principal	2.000,00
4.1.7.1.8.06.1.1.02.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 25% (MDE) - Principal	2.500,00
4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 25% (MDE)- Principal	2.125.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 25% (MDE)- Principal	237.500,00
4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	Cota-Parte do IPI - 25% (MDE) - Principal	28.750,00
9.1.1.1.8.01.1.1.07.02.00	Dedução pagamento em Cota Unica IPTU - 25% (MDE)	-6.250,00
9.1.1.1.8.01.1.1.08.02.00	Dedução de Imóveis Imunes - IPTU 25% (MDE)	-6.250,00
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-1.600.000,00
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-1.600,00
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	-2.000,00
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.700.000,00
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	-190.000,00
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-23.000,00
<b>Total:</b>		<b>1.751.900,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	660.002,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.879.999,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	31.005,00
<b>Total:</b>		<b>2.571.006,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 5/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1002 Rec. de Imp. e Transf. de Impostos - Saúde

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.1.1.3.03.1.1.03.00.00	IR - Retido na Fonte - Trabalho - 15% (ASPS)	75.000,00
4.1.1.1.3.03.4.1.03.00.00	IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos -15% (ASPS)	3.000,00
4.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	IPTU 15% (ASPS) - Principal	120.000,00
4.1.1.1.8.01.1.2.03.00.00	IPTU 15% (ASPS) - Multa e Juros	450,00
4.1.1.1.8.01.1.3.03.00.00	IPTU 15% (ASPS) - Dívida Ativa Principal	3.000,00
4.1.1.1.8.01.1.4.03.00.00	IPTU 15% (ASPS) - Dívida Ativa Multas e Juros	1.800,00
4.1.1.1.8.01.4.1.03.00.00	ITBI - 15% (ASPS) - Principal	52.500,00
4.1.1.1.8.02.3.1.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Principal	151.500,00
4.1.1.1.8.02.3.2.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Multas e Juros	1.500,00
4.1.1.1.8.02.3.3.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Dívida Ativa Principal	1.950,00
4.1.1.1.8.02.3.4.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Dívida Ativa Multas e Juros	450,00
4.1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	FPM 15% (ASPS)- Cota Mensal - Principal	1.200.000,00
4.1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	ITR 15% (ASPS) - Principal	1.200,00
4.1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 15% (ASPS) - Principal	1.500,00
4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 15% (ASPS)- Principal	1.275.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 15% (ASPS)- Principal	142.500,00
4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	Cota-Parte do IPI - 15% (ASPS) - Principal	17.250,00
9.1.1.1.8.01.1.1.07.03.00	Dedução pagamento em Cota Unica IPTU - 15% (ASPS)	-3.750,00
9.1.1.1.8.01.1.1.08.03.00	Dedução de Imóveis Imunes - IPTU 15% (ASPS)	-3.570,00
<b>Total:</b>		<b>3.041.280,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	15.660,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.901.354,00
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municípios	130.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	6.252,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.732.995,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	130.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	17.001,00
<b>Total:</b>		<b>3.933.263,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 6/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1007 CIDE - Cont. Intervenção Domínio Econômico

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.06.01.29	Remuneração - CIDE	50,00
4.1.7.1.8.01.7.1.01.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	24.000,00
<b>Total:</b>		<b>24.050,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	24.050,00
<b>Total:</b>		<b>24.050,00</b>



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 7/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1008 COSIP - Contrib. p/ Custeio de Iluminação Pública

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.2.4.0.00.1.1.02.00.00	COSIP - 70% Principal	385.000,00
4.1.2.4.0.00.1.2.02.00.00	COSIP - Juros e Multas	100,00
4.1.2.4.0.00.1.3.02.00.00	COSIP - Dívida Ativa	100,00
4.1.2.4.0.00.1.4.02.00.00	COSIP - Multa e juros da Dívida Ativa	1,00
<b>Total:</b>		<b>385.201,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	1,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	50.000,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	200.000,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	135.199,00
<b>Total:</b>		<b>385.201,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 8/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1009 FIA Imposto de Renda

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.04.03.27	Remuneração - Doações ao FIA	50,00
4.1.7.7.0.00.1.1.01.02.30	Doações ao FIA - Fundo da Infância e Adolescente	5.000,00
<b>Total:</b>		<b>5.050,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.048,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00
<b>Total:</b>		<b>5.050,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 9/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1010 Convênio de Transito - Militar

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.35	Remuneração - Multas de Trânsito - Polícia Militar	2.500,00
4.1.9.1.0.01.1.1.07.01.00	Multa de Trânsito - Parcela Polícia Militar 32,5%	357.500,00
9.1.9.1.0.01.1.1.01.01.00	Dedução para formação do FUNSET - Polícia Militar	-17.875,00
<b>Total:</b>		<b>342.125,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	1,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	335.644,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.480,00
<b>Total:</b>		<b>342.125,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 10/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1011 Convênio de Transito - Civil

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.36	Remuneração - Multas de Trânsito - Polícia Civil	2.500,00
4.1.9.1.0.01.1.1.07.02.00	Multa de Trânsito - Parcela Polícia Civil 32,5%	357.500,00
9.1.9.1.0.01.1.1.01.02.00	Dedução para formação do FUNSET - Polícia Civil	-17.875,00
<b>Total:</b>		<b>342.125,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	1,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	335.644,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.480,00
<b>Total:</b>		<b>342.125,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 11/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1012 Convênio de Transito - Prefeitura

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.38	Remuneração - Multas de Trânsito - Município	1.000,00
4.1.9.1.0.01.1.1.07.03.00	Multa de Trânsito - Parcela Município 35,0%	384.999,00
9.1.9.1.0.01.1.1.01.03.00	Dedução para formação do FUNSET - Parcela Prefeitura	-19.250,00
<b>Total:</b>		<b>366.749,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	366.749,00
<b>Total:</b>		<b>366.749,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 12/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1018 FUNDEB 60%

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.16	Remuneração - FUNDEB	3.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	FUNDEB 60% - Principal	2.460.000,00
<b>Total:</b>		<b>2.463.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.284.000,00
<b>Total:</b>		<b>3.284.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 13/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1019 FUNDEB 40%

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.17	Remuneração - FUNDEB	2.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.02.00.00	FUNDEB 40% - Principal	1.640.000,00
<b>Total:</b>		<b>1.642.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	571.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	250.000,00
<b>Total:</b>		<b>821.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 14/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1020 Corpo de Bombeiros

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.1.2.1.01.1.1.11.00.00	Taxa de Analise de projetos pelo Corpo de Bombeiro - Principal	60.000,00
4.1.1.2.1.01.1.2.11.00.00	Taxa de Analise de projetos pelo Corpo de Bombeiro - Multas e Juros	10,00
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.43	Remuneração - Corpo de Bombeiros	1.500,00
4.1.7.7.0.00.1.1.01.02.10	Doações ao FUNREBOM	60.000,00
<b>Total:</b>		<b>121.510,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	1,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	101.508,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.000,00
<b>Total:</b>		<b>121.510,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 15/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1021 Rádio Patrulha

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.42	Remuneração - Rádio Patrulha	2.000,00
<b>Total:</b>		<b>2.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	1,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	104.998,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	15.000,00
<b>Total:</b>		<b>120.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 16/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1022 Fundo do Meio Ambiente

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.1.2.1.04.1.1.02.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - (Fundo Meio Ambiente) Principal	7,00
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.41	Remuneração - Fundo do Meio Ambiente	50,00
<b>Total:</b>		<b>57,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	54,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00
<b>Total:</b>		<b>57,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 17/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1036 Salário Educação

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.10	Remuneração - Salário Educação	1.500,00
4.1.7.1.8.05.1.1.01.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	400.000,00
<b>Total:</b>		<b>401.500,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	401.500,00
<b>Total:</b>		<b>401.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 18/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1039 FEP - Fundo Especial do Petróleo

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.06.01.28	Remuneração - Fundo Especial do Petróleo	400,00
4.1.7.1.8.02.6.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	120.000,00
<b>Total:</b>		<b>120.400,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	120.400,00
<b>Total:</b>		<b>120.400,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 19/47

Data: 18/10/2019

**Fonte de Recurso: 0.1.1089 Alienações não vinculadas a Saúde e Educação****Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	30.000,00
4.2.2.2.0.00.1.1.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Principal	15.000,00
4.2.2.2.0.00.1.2.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Multas e Juros	10,00
4.2.2.2.0.00.1.3.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Dívida Ativa Principal	1,00
4.2.2.2.0.00.1.4.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Dívida Ativa - Multas e Juros	1,00
4.2.3.0.0.06.1.1.01.00.00	Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - principal	0,00
4.2.3.0.0.06.1.2.01.00.00	Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - Multas e Juros	0,00
4.2.3.0.0.06.1.3.01.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Dívida Ativa	1.000,00
4.2.3.0.0.06.1.4.01.00.00	Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - Dívida Ativa - Multas e Juros	500,00
<b>Total:</b>		<b>46.512,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	46.512,00
<b>Total:</b>		<b>46.512,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 20/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1101 Transporte Escolar do Estado

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.2.8.99.1.1.01.01.60	Transporte Escolar Estadual	50.000,00
<b>Total:</b>		<b>50.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	50.000,00
<b>Total:</b>		<b>50.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 21/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1111 PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.11	Remuneração - PNAE	300,00
4.1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	Transferências PNAE - Principal - Programa Nacional de Alimentação Escolar	90.000,00
<b>Total:</b>		<b>90.300,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	90.300,00
<b>Total:</b>		<b>90.300,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 22/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1112 PNATE - Programa Nacional de Transporte Escolar

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.12	Remuneração - PNATE	100,00
4.1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	Transferências PNATE - Principal - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Es	38.000,00
<b>Total:</b>		<b>38.100,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	38.100,00
<b>Total:</b>		<b>38.100,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 23/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1122 Programa Educação para o Mundo do Trabalho

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.4.8.10.1.1.01.01.00	Transferências da Empresa 1Doc Tecnologia Ltda.	0,00
4.1.7.4.8.10.1.1.01.99.00	Transferências para o Programa Educação para o Mundo do Trabalho	1,00
<b>Total:</b>		<b>1,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00
<b>Total:</b>		<b>1,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 24/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1201 Participa SUS

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.25	Remuneração - CIR (46129)	200,00
<b>Total:</b>		<b>200,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	200,00
<b>Total:</b>		<b>200,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 25/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1202 Cofinanciamento

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.27	Remuneração - Co Financiamento (46120)	150,00
4.1.7.2.8.03.1.1.01.01.10	Cofinanciamento da atenção básica estadual	109.000,00
<b>Total:</b>		<b>109.150,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	109.150,00
<b>Total:</b>		<b>109.150,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 26/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1203 Saúde Bucal

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.1.8.03.1.1.01.04.00	Saúde Bucal	53.500,00
<b>Total:</b>		<b>53.500,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	53.500,00
<b>Total:</b>		<b>53.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 27/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1204 PACS - Programa Agentes Comunitários de Saúde

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.1.8.03.1.1.01.03.00	Agentes Comunitários de Saúde	180.000,00
<b>Total:</b>		<b>180.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	180.000,00
<b>Total:</b>		<b>180.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 28/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1205 ESF - Estratégia Saúde da Família

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.1.8.03.1.1.01.02.00	Estratégia Saúde da Família	171.000,00
<b>Total:</b>		<b>171.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	171.000,00
<b>Total:</b>		<b>171.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 29/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1206 PAB - Piso da Atenção Básica

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.10	Remuneração - Piso Atenção Basica (46121)	7.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.01.00	Piso de Atenção Básica Fixo	148.000,00
<b>Total:</b>		<b>155.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	154.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000,00
<b>Total:</b>		<b>155.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 30/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1208 PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.1.8.03.1.1.01.06.00	Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade - PMAQ	255.000,00
<b>Total:</b>		<b>255.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	254.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000,00
<b>Total:</b>		<b>255.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 31/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1209 NASF Federal

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.1.8.03.1.1.01.05.00	Núcleo de Apoio da Saúde da Família - Nasf União	96.000,00
<b>Total:</b>		<b>96.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	96.000,00
<b>Total:</b>		<b>96.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 32/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1212 Vigilância em Saúde

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.1.8.03.3.1.01.02.00	Vigilância Sanitária	21.000,00
<b>Total:</b>		<b>21.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.999,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00
<b>Total:</b>		<b>21.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 33/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1213 Vigilância Epidemiológica

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.1.8.03.3.1.01.01.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	15.000,00
<b>Total:</b>		<b>15.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	14.998,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00
<b>Total:</b>		<b>15.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 34/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1214 Farmácia Básica União

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.1.8.03.4.1.01.01.00	Farmácia Básica União	32.000,00
<b>Total:</b>		<b>32.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	32.000,00
<b>Total:</b>		<b>32.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 35/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1215 Farmácia Básica Estado

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.26	Remuneração - Farmacia Estadual (46089)	150,00
4.1.7.2.8.03.1.1.04.01.60	Programa Farmácia Básica Estadual	31.000,00
<b>Total:</b>		<b>31.150,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	31.150,00
<b>Total:</b>		<b>31.150,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 36/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1218 Plantas Medicinais - Investimento Fitoterápico

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.15	Remuneração - Plantas Medicinais Investimento (46127)	2.000,00
<b>Total:</b>		<b>2.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.000,00
<b>Total:</b>		<b>2.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 37/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1220 MAC União - Média e Alta Complexidade

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.1.8.03.2.1.01.01.00	Mac União	34.000,00
<b>Total:</b>		<b>34.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	34.000,00
<b>Total:</b>		<b>34.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 38/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1221 NASF Estadual

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.7.2.8.03.1.1.01.01.20	NASF Estadual	30.000,00
<b>Total:</b>		<b>30.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	30.000,00
<b>Total:</b>		<b>30.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 39/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1224 Programa de Alimentação e Nutrição (VAN)

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.24	Remuneração - Programa de Alimentação e Nutrição (49955)	150,00
<b>Total:</b>		<b>150,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	150,00
<b>Total:</b>		<b>150,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 40/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1305 BPC na Escola (Benefício da Prestação Continuada)

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.20	Remuneração - BPC na Escola	10,00
4.1.7.1.8.12.1.1.02.00.00	BL BPC ESCOLA	100,00
<b>Total:</b>		<b>110,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	110,00
<b>Total:</b>		<b>110,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 41/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1308 Proteção Social Básica - Custeio

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.04.02.24	Remuneração - PSB Estado Custeio	200,00
4.1.7.2.8.07.1.1.01.00.00	Proteção Social Básica - Custeio	14.000,00
<b>Total:</b>		<b>14.200,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	14.200,00
<b>Total:</b>		<b>14.200,00</b>



**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 42/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1309 GBF - Índice Gestão Bolsa Família

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.19	Remuneração - BL GBF	400,00
4.1.7.1.8.12.1.1.03.00.00	BL GBF	17.000,00
<b>Total:</b>		<b>17.400,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	17.400,00
<b>Total:</b>		<b>17.400,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 43/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1310 Proteção Social Básica - Investimento

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.04.02.25	Remuneração - PSB Estado Investimento	300,00
4.1.7.2.8.07.1.1.02.00.00	Proteção Social Básica - Investimento	14.000,00
<b>Total:</b>		<b>14.300,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	14.300,00
<b>Total:</b>		<b>14.300,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 44/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1311 BL GSUAS - Gestão do Sistema Único de Assistência Social

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.21	Remuneração - BL GSUAS	250,00
4.1.7.1.8.12.1.1.04.00.00	BL GSUAS	100,00
<b>Total:</b>		<b>350,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	350,00
<b>Total:</b>		<b>350,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 45/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1312 BL PSB - Proteção Social Básica - União

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.22	Remuneração - BL PSB	500,00
4.1.7.1.8.12.1.1.05.00.00	BL PSB	131.000,00
<b>Total:</b>		<b>131.500,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	78.900,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	52.600,00
<b>Total:</b>		<b>131.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 46/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1350 Doações ao Fundo do Idoso

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.1.3.2.1.00.1.1.04.03.26	Remuneração - Doações ao Fundo do Idoso	1,00
4.1.7.7.0.00.1.1.01.02.20	Doações ao Fundo do Idoso	100,00
<b>Total:</b>		<b>101,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	99,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00
<b>Total:</b>		<b>101,00</b>

**Estado de Santa Catarina****MUNICÍPIO DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos (Consolidado)

Página: 47/47

Data: 18/10/2019

Fonte de Recurso: 0.1.1520 Operação de crédito FINISA - CEF

**Receitas**

Conta	Descrição	Valor
4.2.1.1.2.00.1.1.03.00.00	Operação de crédito FINISA - CEF	3.000.000,00
<b>Total:</b>		<b>3.000.000,00</b>

**Despesas**

Conta	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.000.000,00
<b>Total:</b>		<b>3.000.000,00</b>
<b>Total geral das receitas:</b>		<b>29.360.000,00</b>
<b>Total geral das despesas:</b>		<b>29.360.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

### Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada

Seleção: Emitir somente as contas com valor

Página: 1/9  
Data: 14/10/2019

[illegible]

81

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada

Seleção: Emitir somente as contas com valor

Página: 2/9  
 Data: 14/10/2019

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	181.470,00
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	181.470,00
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	172.000,00
4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Taxa de Alvará - Vigilância Sanitária - Principal	20.000,00
4.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	Taxa de Alvará - Publicidade Comercial - Principal	1.500,00
4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços - Principal	90.000,00
4.1.1.2.1.01.1.1.04.00.00	Taxa de Alinhamento de Construções em Imóveis - Principal	500,00
4.1.1.2.1.01.1.1.11.00.00	Taxa de Análise de projetos pelo Corpo de Bombeiros - Principal	60.000,00
4.1.1.2.1.01.1.2.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	720,00
4.1.1.2.1.01.1.2.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços - Multas e Juros	700,00
4.1.1.2.1.01.1.2.11.00.00	Taxa de Análise de projetos pelo Corpo de Bombeiros - Multas e Juros	10,00
4.1.1.2.1.01.1.2.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	10,00
4.1.1.2.1.01.1.3.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Principal	6.500,00
4.1.1.2.1.01.1.3.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços - Dívida Ativa - Principal	5.000,00
4.1.1.2.1.01.1.3.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Principal	1.500,00
4.1.1.2.1.01.1.4.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.250,00
4.1.1.2.1.01.1.4.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juro	2.000,00
4.1.1.2.1.01.1.4.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	250,00
4.1.1.2.1.04.0.0.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	10,00
4.1.1.2.1.04.1.0.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	10,00
4.1.1.2.1.04.1.1.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	10,00
4.1.1.2.1.04.1.1.01.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - (Próprio) Principal	3,00
4.1.1.2.1.04.1.1.02.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - (Fun do Meio Ambiente) Principal	7,00
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	507.010,00
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	507.010,00
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	507.010,00
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	461.900,00
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Taxa de Serviços de Cemitérios - Principal	1.500,00
4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Principal	450.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Taxa de alvará - Serviços do Planejamento - Principal	10.000,00
4.1.1.2.2.01.1.1.04.00.00	Outras Taxas de Serviços Planejamento - Principal	100,00
4.1.1.2.2.01.1.1.05.00.00	Taxas de Expediente - Principal	300,00
4.1.1.2.2.01.1.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	20.010,00
4.1.1.2.2.01.1.2.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Multas e Juros	20.000,00
4.1.1.2.2.01.1.2.91.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Multas e Juros	10,00
4.1.1.2.2.01.1.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	20.050,00
4.1.1.2.2.01.1.3.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Dívida Ativa	20.000,00
4.1.1.2.2.01.1.3.91.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Dívida Ativa	50,00
4.1.1.2.2.01.1.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.050,00
4.1.1.2.2.01.1.4.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.000,00
4.1.1.2.2.01.1.4.91.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	50,00
4.1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	2.002,00
4.1.1.3.8.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Específica E/M	2.002,00
4.1.1.3.8.04.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	2.002,00
4.1.1.3.8.04.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	2.002,00
4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	1,00
4.1.1.3.8.04.1.1.01.00.00	Contribuição de Melhoria p/ Pavim. e Obras Complem. - Principal	1,00
4.1.1.3.8.04.1.2.00.00.00	Contribuição de Melhoria p/ Pavim. e Obras Complem. - Multas e Juros	1,00
4.1.1.3.8.04.1.2.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Multa e Jui	1,00
4.1.1.3.8.04.1.3.00.00.00	Contribuição de Melhoria p/ Pavim. e Obras Complem - Dívida Ativa	500,00
4.1.1.3.8.04.1.3.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativ	500,00
4.1.1.3.8.04.1.4.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa	1.500,00
4.1.1.3.8.04.1.4.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativ	1.500,00
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições	550.201,00
4.1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	550.201,00
4.1.2.4.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	550.201,00
4.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	550.000,00
4.1.2.4.0.00.1.1.01.00.00	COSIP - 30% DRM	165.000,00
4.1.2.4.0.00.1.1.02.00.00	COSIP - 70% Principal	385.000,00
4.1.2.4.0.00.1.2.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Multa e juros	100,00

Q6 - Quadro de receitas consolidadas

82



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada

Seleção: Emitir somente as contas com valor

Página: 3/9  
 Data: 14/10/2019

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.1.2.4.0.00.1.2.02.00.00	COSIP - Juros e Multas	100,00
4.1.2.4.0.00.1.3.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Dívida Ativa	100,00
4.1.2.4.0.00.1.3.02.00.00	COSIP - Dívida Ativa	100,00
4.1.2.4.0.00.1.4.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Juros e Multa da Dívida Ativa	1,00
4.1.2.4.0.00.1.4.02.00.00	COSIP - Multa e juros da Dívida Ativa	1,00
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial	198.724,00
4.1.3.1.0.00.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	61.711,00
4.1.3.1.0.01.0.0.00.00.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	26.160,00
4.1.3.1.0.01.1.0.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos	26.160,00
4.1.3.1.0.01.1.1.01.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	24.150,00
4.1.3.1.0.01.1.1.01.00.00	Espaços no Centro de Eventos São João Batista - Principal	4.150,00
4.1.3.1.0.01.1.1.01.02.00	Aluguel da Casa / Capela Mortuária	50,00
4.1.3.1.0.01.1.1.01.03.00	Aluguel da Capela	100,00
4.1.3.1.0.01.1.1.01.04.00	Aluguel Auditório	3.000,00
4.1.3.1.0.01.1.1.01.05.00	Aluguel de toda a Estrutura do Centro de Eventos	1.000,00
4.1.3.1.0.01.1.1.02.00.00	Espaços Esportivos - Principal	20.000,00
4.1.3.1.0.01.1.1.02.06.00	Aluguel do Ginásio	20.000,00
4.1.3.1.0.01.1.2.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	10,00
4.1.3.1.0.01.1.2.01.00.00	Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio - Multas e Juros	10,00
4.1.3.1.0.01.1.3.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa	1.500,00
4.1.3.1.0.01.1.3.01.00.00	Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio - Dívida Ativa	1.500,00
4.1.3.1.0.01.1.4.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa - Multas e Juros	500,00
4.1.3.1.0.01.1.4.01.00.00	Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio - Dívida Ativa - Multas e Juros	500,00
4.1.3.1.0.02.0.0.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	35.551,00
4.1.3.1.0.02.1.0.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	35.551,00
4.1.3.1.0.02.1.1.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	35.000,00
4.1.3.1.0.02.1.1.01.00.00	Permissão de Serviços de Táxi (Transporte Individual de Passageiros)	3.000,00
4.1.3.1.0.02.1.1.02.00.00	Receita de Concessões dos Quiosques	500,00
4.1.3.1.0.02.1.1.02.08.00	Quiosque da Praça Imaculada Conceição	500,00
4.1.3.1.0.02.1.1.03.00.00	Receita de Concessões das Salas e/ou Prédios Públicos	31.500,00
4.1.3.1.0.02.1.1.03.01.00	Concessão de espaço para serviços de Saúde	30.000,00
4.1.3.1.0.02.1.1.03.09.00	Concessão de Administração do Terminal Rodoviário	1.500,00
4.1.3.1.0.02.1.2.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	1,00
4.1.3.1.0.02.1.2.01.00.00	Permissões e Concessões - Multas e Juros	1,00
4.1.3.1.0.02.1.3.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	500,00
4.1.3.1.0.02.1.3.01.00.00	Permissões e Concessões - Dívida Ativa	500,00
4.1.3.1.0.02.1.4.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	50,00
4.1.3.1.0.02.1.4.01.00.00	Permissões e Concessões - Dívida Ativa - Multas e Juros	50,00
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários	63.262,00
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	63.261,00
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	63.261,00
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	63.261,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Ordinários	35.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.01.00	Remuneração - Recursos Ordinários	35.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.01.01.10	Remuneração - Recursos Ordinários	35.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Educação	6.900,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.00	Remuneração - Recursos da Educação - União	1.900,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.10	Remuneração - Salário Educação	1.500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.11	Remuneração - PNAE	300,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.12	Remuneração - PNATE	100,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.00	Remuneração - Recursos da Educação - Próprios	5.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.16	Remuneração - FUNDEB	3.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.17	Remuneração - FUNDEB	2.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Saúde	9.650,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.00	Remuneração - Recursos da Saúde - União	9.150,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.10	Remuneração - Piso Atenção Básica (46121)	7.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.15	Remuneração - Plantas Medicinais Investimento (46127)	2.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.24	Remuneração - Programa de Alimentação e Nutrição (49955)	150,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.00	Remuneração - Recursos da Saúde - Estado	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.25	Remuneração - CIR (46129)	200,00

99 - Quadro de receitas consolidadas

83

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada

Seleção: Emitir somente as contas com valor

Página: 4/9  
 Data: 14/10/2019

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.26	Remuneração - Farmacia Estadual (46089)	150,00
4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.27	Remuneração - Co Financiamento (46120)	150,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Assistência Social	1.711,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.00	Remuneração - Recursos da Assistência Social - União	1.160,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.19	Remuneração - BL GBF	400,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.20	Remuneração - BPC na Escola	10,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.21	Remuneração - BL GSUAS	250,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.22	Remuneração - BL PSB	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.02.00	Remuneração - Recursos da Assistência Social - Estado	500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.02.24	Remuneração - PSB Estado Custeio	200,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.02.25	Remuneração - PSB Estado Investimento	300,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.03.00	Remuneração - Recursos da Assistência Social - Próprios	51,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.03.26	Remuneração - Doações ao Fundo do Idoso	1,00
4.1.3.2.1.00.1.1.04.03.27	Remuneração - Doações ao FIA	50,00
4.1.3.2.1.00.1.1.06.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Vinculados ao Município	10.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.06.01.00	Remuneração - Recursos vinculados do Município - União	450,00
4.1.3.2.1.00.1.1.06.01.28	Remuneração - Fundo Especial do Petróleo	400,00
4.1.3.2.1.00.1.1.06.01.29	Remuneração - CIDE	50,00
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.00	Remuneração - Recursos Vinculados ao Município - Próprios	9.550,00
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.35	Remuneração - Multas de Trânsito - Polícia Militar	2.500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.36	Remuneração - Multas de Trânsito - Polícia Civil	2.500,00
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.38	Remuneração - Multas de Trânsito - Município	1.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.41	Remuneração - Fundo do Meio Ambiente	50,00
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.42	Remuneração - Rádio Patrulha	2.000,00
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.43	Remuneração - Corpo de Bombeiros	1.500,00
4.1.3.2.2.00.0.0.00.00.00	Dividendos	1,00
4.1.3.2.2.00.1.0.00.00.00	Dividendos	1,00
4.1.3.2.2.00.1.1.00.00.00	Dividendos - Principal	1,00
4.1.3.2.2.00.1.1.01.00.00	Remuneração sobre Ações da OI	1,00
4.1.3.3.0.00.0.0.00.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	1.500,00
4.1.3.3.2.00.0.0.00.00.00	Delegação dos Serviços de Infraestrutura	1.500,00
4.1.3.3.2.01.0.0.00.00.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário	1.500,00
4.1.3.3.2.01.1.0.00.00.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Pri	1.500,00
4.1.3.3.2.01.1.1.00.00.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor P	1.500,00
4.1.3.3.2.01.1.1.01.00.00	Permissão de serviço público de remoção, recolhimento e guarda em pátio de veicul	1.500,00
4.1.3.6.0.00.0.0.00.00.00	Cessão de Direitos	72.251,00
4.1.3.6.0.01.0.0.00.00.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	72.251,00
4.1.3.6.0.01.1.0.00.00.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	72.251,00
4.1.3.6.0.01.1.1.00.00.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	72.251,00
4.1.3.6.0.01.1.1.01.00.00	Operacionalização do Vale Alimentação	72.251,00
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços	15.019,00
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	9.001,00
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.001,00
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.001,00
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.001,00
4.1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	Serviços de Hospedagem	1,00
4.1.6.1.0.01.1.1.01.01.00	Serviços de Hospedagem no Centro de Eventos	1,00
4.1.6.1.0.01.1.1.01.01.20	Serviços de Hospedagem no Centro de Eventos	1,00
4.1.6.1.0.01.1.1.02.00.00	Serviços de visitação	3.000,00
4.1.6.1.0.01.1.1.02.01.00	Taxa de ingresso de visitação ao Museu Frei Miguel	3.000,00
4.1.6.1.0.02.0.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	6.000,00
4.1.6.1.0.02.1.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	6.000,00
4.1.6.1.0.02.1.1.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.000,00
4.1.6.1.0.02.1.1.01.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.000,00
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços	6.018,00
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	6.018,00
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	6.018,00
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	5.900,00
4.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Principal	5.800,00
4.1.6.9.0.99.1.1.01.01.00	Serviço de Cadastro ITL - Principa	5.800,00

96 - Quadro de receitas consolidadas

84

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada

Seleção: Emitir somente as contas com valor

Página: 5/9  
 Data: 14/10/2019

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.1.6.9.0.99.1.1.01.01.30	Serviço de Cadastro ITL - Principal	800,00
4.1.6.9.0.99.1.1.01.01.40	Incubação de empresas - Principal	5.000,00
4.1.6.9.0.99.1.1.02.00.00	Serviços Prestados pela Frota Municipal - Principal	100,00
4.1.6.9.0.99.1.1.02.01.00	Serviço de preparação de terra - Principal	100,00
4.1.6.9.0.99.1.1.02.01.50	Serviço de preparação de terra - Principal	100,00
4.1.6.9.0.99.1.2.00.00.00	Outros Serviços - Multas e Juros	51,00
4.1.6.9.0.99.1.2.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Multas e Juros	50,00
4.1.6.9.0.99.1.2.02.00.00	Serviço de preparação de terra - Multas e Juros	1,00
4.1.6.9.0.99.1.3.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa	51,00
4.1.6.9.0.99.1.3.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Dívida Ativa	50,00
4.1.6.9.0.99.1.3.02.00.00	Serviço de preparação de terra - Dívida Ativa	1,00
4.1.6.9.0.99.1.4.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	16,00
4.1.6.9.0.99.1.4.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Dívida Ativa - Multas e Juros	15,00
4.1.6.9.0.99.1.4.02.00.00	Serviço de preparação de terra - Dívida Ativa - Multas e Juros	1,00
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	24.621.802,00
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	10.643.701,00
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	10.643.701,00
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	8.832.000,00
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	8.000.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	8.000.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	FPM 60% (Próprio)- Cota Mensal - Principal	4.800.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	FPM 25% (MDE)- Cota Mensal - Principal	2.000.000,00
4.1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	FPM 15% (ASPS)- Cota Mensal - Principal	1.200.000,00
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de de	400.000,00
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de	400.000,00
4.1.7.1.8.01.3.1.01.00.00	FPM 75% - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	300.000,00
4.1.7.1.8.01.3.1.02.00.00	FPM 25% - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	100.000,00
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de jul	400.000,00
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de j	400.000,00
4.1.7.1.8.01.4.1.01.00.00	FPM 75% - 1% Cota entregue no mês de Julho - Principal	300.000,00
4.1.7.1.8.01.4.1.02.00.00	FPM 25% - 1% Cota entregue no mês de Julho - Principal	100.000,00
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	8.000,00
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	8.000,00
4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	ITR 60% (Próprio) - Principal	4.800,00
4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	ITR 25% (MDE) - Principal	2.000,00
4.1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	ITR 15% (ASPS) - Principal	1.200,00
4.1.7.1.8.01.7.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	24.000,00
4.1.7.1.8.01.7.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	24.000,00
4.1.7.1.8.01.7.1.01.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	24.000,00
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	120.000,00
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	120.000,00
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	120.000,00
4.1.7.1.8.02.6.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	120.000,00
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Func	1.005.500,00
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fur	903.500,00
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	903.500,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo	903.500,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.01.00	Piso de Atenção Básica Fixo	148.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.02.00	Estratégia Saúde da Família	171.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.03.00	Agentes Comunitários de Saúde	180.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.04.00	Saúde Bucal	53.500,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.05.00	Núcleo de Apoio da Saúde da Família - Nasf União	96.000,00
4.1.7.1.8.03.1.1.01.06.00	Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade - PMAQ	255.000,00
4.1.7.1.8.03.2.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulat	34.000,00
4.1.7.1.8.03.2.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulato	34.000,00
4.1.7.1.8.03.2.1.01.00.00	MAC Ambulatorial e Hospitalar	34.000,00
4.1.7.1.8.03.2.1.01.01.00	Mac União	34.000,00
4.1.7.1.8.03.3.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	36.000,00
4.1.7.1.8.03.3.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - Principal	36.000,00
4.1.7.1.8.03.3.1.01.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	36.000,00

98 - Quadro de receitas consolidadas

85

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada

Seleção: Emitir somente as contas com valor

Página: 6/9  
 Data: 14/10/2019

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.1.7.1.8.03.3.1.01.01.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	15.000,00
4.1.7.1.8.03.3.1.01.02.00	Vigilância Sanitária	21.000,00
4.1.7.1.8.03.4.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	32.000,00
4.1.7.1.8.03.4.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica - Principal	32.000,00
4.1.7.1.8.03.4.1.01.00.00	Programa Farmácia Básica União	32.000,00
4.1.7.1.8.03.4.1.01.01.00	Farmácia Básica União	32.000,00
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNI	528.000,00
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	400.000,00
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	400.000,00
4.1.7.1.8.05.1.1.01.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	400.000,00
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Esc	90.000,00
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Es	90.000,00
4.1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	Transferências PNAE - Principal - Programa Nacional de Alimentação Escolar	90.000,00
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transp	38.000,00
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transp	38.000,00
4.1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	Transferências PNATE - Principal - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do E	38.000,00
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	10.000,00
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	10.000,00
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 - Principal	10.000,00
4.1.7.1.8.06.1.1.01.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 60% (Próprio) - Principal	6.000,00
4.1.7.1.8.06.1.1.02.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 25% (MDE) - Principal	2.500,00
4.1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 15% (ASPS) - Principal	1.500,00
4.1.7.1.8.12.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	148.200,00
4.1.7.1.8.12.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	148.200,00
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Princi	148.200,00
4.1.7.1.8.12.1.1.02.00.00	BL BPC ESCOLA	100,00
4.1.7.1.8.12.1.1.03.00.00	BL GBF	17.000,00
4.1.7.1.8.12.1.1.04.00.00	BL GSUAS	100,00
4.1.7.1.8.12.1.1.05.00.00	BL PSB	131.000,00
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	1,00
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	1,00
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	1,00
4.1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	FEX-Auxílio Financeiro para Fomentos e Exportações	1,00
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	9.813.000,00
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Especifica E/M	9.813.000,00
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	9.565.000,00
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	8.500.000,00
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	8.500.000,00
4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 60% (Próprio)- Principal	5.100.000,00
4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 25% (MDE)- Principal	2.125.000,00
4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 15% (ASPS)- Principal	1.275.000,00
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	950.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	950.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 60% (Próprio)- Principal	570.000,00
4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 25% (MDE)- Principal	237.500,00
4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 15% (ASPS)- Principal	142.500,00
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	115.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	115.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	Cota-Parte do IPI - 60% (Próprio) - Principal	69.000,00
4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	Cota-Parte do IPI - 25% (MDE) - Principal	28.750,00
4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	Cota-Parte do IPI - 15% (ASPS) - Principal	17.250,00
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fu	170.000,00
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a F	170.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a	170.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	Atenção Básica	139.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.01.01.00	Atenção Básica	139.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.01.01.10	Cofinanciamento da atenção básica estadual	109.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.01.01.20	NASF Estadual	30.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.01.01.30	Farmácia	31.000,00
4.1.7.2.8.03.1.1.04.01.00	Programa Farmácia Básica Estadual	31.000,00

96.000,00 Quadro de receitas consolidadas

86

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada

Seleção: Emitir somente as contas com valor

Página: 7/9  
 Data: 14/10/2019

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.1.7.2.8.03.1.1.04.01.60	Programa Farmácia Básica Estadual	31.000,00
4.1.7.2.8.07.0.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	28.000,00
4.1.7.2.8.07.1.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	28.000,00
4.1.7.2.8.07.1.1.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal	28.000,00
4.1.7.2.8.07.1.1.01.00.00	Proteção Social Básica - Custeio	14.000,00
4.1.7.2.8.07.1.1.02.00.00	Proteção Social Básica - Investimento	14.000,00
4.1.7.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	50.000,00
4.1.7.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	50.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	50.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.01.00.00	Transporte Escolar Estadual	50.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.01.01.00	Transporte Escolar Estadual	50.000,00
4.1.7.2.8.99.1.1.01.01.60	Transporte Escolar Estadual	50.000,00
4.1.7.4.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas	1,00
4.1.7.4.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Específica E/M	1,00
4.1.7.4.8.10.0.0.00.00.00	Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Ar	1,00
4.1.7.4.8.10.1.0.00.00.00	Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas /	1,00
4.1.7.4.8.10.1.1.00.00.00	Transferência de Convênios de Instituições Privadas - Principal	1,00
4.1.7.4.8.10.1.1.01.00.00	Transferências para o Programa Educação para o Mundo do Trabalho	1,00
4.1.7.4.8.10.1.1.01.99.00	Transferências para o Programa Educação para o Mundo do Trabalho	1,00
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	4.100.000,00
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	4.100.000,00
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	4.100.000,00
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação	4.100.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educaç	4.100.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	FUNDEB 60% - Principal	2.460.000,00
4.1.7.5.8.01.1.1.02.00.00	FUNDEB 40% - Principal	1.640.000,00
4.1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	65.100,00
4.1.7.7.0.00.1.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	65.100,00
4.1.7.7.0.00.1.1.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	65.100,00
4.1.7.7.0.00.1.1.01.00.00	Doações de Pessoas Físicas	65.100,00
4.1.7.7.0.00.1.1.01.02.00	Doações ao FUNREBOM	65.100,00
4.1.7.7.0.00.1.1.01.02.10	Doações ao FUNREBOM	60.000,00
4.1.7.7.0.00.1.1.01.02.20	Doações ao Fundo do Idoso	100,00
4.1.7.7.0.00.1.1.01.02.30	Doações ao FIA - Fundo da Infância e Adolescente	5.000,00
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	1.132.670,00
4.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.101.550,00
4.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	1.101.550,00
4.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	1.101.550,00
4.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.101.550,00
4.1.9.1.0.01.1.1.04.00.00	Multas incidentes sobre a construção clandestina e/ou irregulares	1.000,00
4.1.9.1.0.01.1.1.04.01.00	Multas previstas na Lei Complementar 172/2017	1.000,00
4.1.9.1.0.01.1.1.05.00.00	Multas previstas na legislação de diária e adiantamentos.	50,00
4.1.9.1.0.01.1.1.05.01.00	Multa pelo atraso na prestação de contas. art. 34. Dec 2509/2017	50,00
4.1.9.1.0.01.1.1.06.00.00	Multas previstas na legislação de licitações	500,00
4.1.9.1.0.01.1.1.06.01.00	Multas aplicadas pelo CIMCATARINA (lei de licitações)	500,00
4.1.9.1.0.01.1.1.07.00.00	Multas previstas na Legislação de Trânsito	1.100.000,00
4.1.9.1.0.01.1.1.07.01.00	Multa de Trânsito - Parcela Polícia Militar 32,5%	357.500,00
4.1.9.1.0.01.1.1.07.02.00	Multa de Trânsito - Parcela Polícia Civil 32,5%	357.500,00
4.1.9.1.0.01.1.1.07.03.00	Multa de Trânsito - Parcela Município 35,0%	384.999,00
4.1.9.1.0.01.1.1.07.04.00	Multas de Trânsito - Parcela desvinculada	1,00
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	30.889,00
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	29.389,00
4.1.9.2.2.01.0.0.00.00.00	Restituição de Convênios	5.001,00
4.1.9.2.2.01.1.0.00.00.00	Restituição de Convênios - Primárias	5.001,00
4.1.9.2.2.01.1.1.00.00.00	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	5.001,00
4.1.9.2.2.01.1.1.01.00.00	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	1,00
4.1.9.2.2.01.1.1.02.00.00	Devoluções de recursos repassados pela Lei 13.019	5.000,00
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	24.388,00
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	24.388,00
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	24.388,00

96 - Quadro de receitas consolidadas

87

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada

Seleção: Emitir somente as contas com valor

Página: 8/9  
 Data: 14/10/2019

Conta	Descrição	Valor Estimado
4.1.9.2.2.99.1.1.01.00.00	Restituição dos servidores pelo pagamento de de multas de trânsito pelo Município	150,00
4.1.9.2.2.99.1.1.02.00.00	Restituição dos servidores por sinistro	10,00
4.1.9.2.2.99.1.1.04.00.00	Ressarcimento por Seguradoras por danos causados ao Município.	600,00
4.1.9.2.2.99.1.1.06.00.00	Restituição TAC 06.2014.00011897-4 - Transcavalheiro	23.628,00
4.1.9.2.3.00.0.0.00.00.00	Ressarcimentos	1.500,00
4.1.9.2.3.02.0.0.00.00.00	Ressarcimento de Custos	1.500,00
4.1.9.2.3.02.1.0.00.00.00	Ressarcimento de Custos	1.500,00
4.1.9.2.3.02.1.1.00.00.00	Ressarcimento de Custos - Principal	1.500,00
4.1.9.2.3.02.1.1.01.00.00	Ressarcimento de despesas de exames admissionais - § 3º, art. 5º - Decreto 2060/2	1.500,00
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	231,00
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	231,00
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	231,00
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	1,00
4.1.9.9.0.99.1.1.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Principal	1,00
4.1.9.9.0.99.1.2.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	30,00
4.1.9.9.0.99.1.2.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Multas e Juros	30,00
4.1.9.9.0.99.1.3.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	150,00
4.1.9.9.0.99.1.3.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Dívida Ativa	150,00
4.1.9.9.0.99.1.4.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	50,00
4.1.9.9.0.99.1.4.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Dívida Ativa - Multas e Juro	50,00
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital	3.046.512,00
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito	3.000.000,00
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	3.000.000,00
4.2.1.1.2.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	3.000.000,00
4.2.1.1.2.00.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	3.000.000,00
4.2.1.1.2.00.1.1.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal	3.000.000,00
4.2.1.1.2.00.1.1.03.00.00	Operação de crédito FINISA - CEF	3.000.000,00
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens	45.012,00
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis	30.000,00
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	30.000,00
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	30.000,00
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	30.000,00
4.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	30.000,00
4.2.2.2.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	15.012,00
4.2.2.2.0.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis	15.012,00
4.2.2.2.0.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal	15.000,00
4.2.2.2.0.00.1.1.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Principal	15.000,00
4.2.2.2.0.00.1.2.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros	10,00
4.2.2.2.0.00.1.2.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Multas e Juros	10,00
4.2.2.2.0.00.1.3.00.00.00	Alienação Bens Imóveis - Dívida Ativa Principal	1,00
4.2.2.2.0.00.1.3.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Dívida Ativa Principal	1,00
4.2.2.2.0.00.1.4.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Dívida Ativa - Multas e Juros	1,00
4.2.2.2.0.00.1.4.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Dívida Ativa - Multas e Juros	1,00
4.2.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos	1.500,00
4.2.3.0.0.06.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais	1.500,00
4.2.3.0.0.06.1.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais	1.500,00
4.2.3.0.0.06.1.3.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Dívida Ativa	1.000,00
4.2.3.0.0.06.1.3.01.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Dívida Ativa	1.000,00
4.2.3.0.0.06.1.4.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Multa e Juros da Dívida Ativa	500,00
4.2.3.0.0.06.1.4.01.00.00	Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - Dívida Ativa - Multas e Juros	500,00
9.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	
9.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.636.420,00
9.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-64.820,00
9.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUCOES DA RECEITA DE IMPOSTOS	-49.820,00
9.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	(R)Impostos Específicos de Estados/DF/Municípios	-49.820,00
9.1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	(R)Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	-49.820,00
9.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	-49.820,00
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	-49.820,00
9.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	Dedução de pagamento em Cota Única - IPTU	-25.000,00
9.1.1.1.8.01.1.1.07.01.00	Dedução pagamento em Cota Unica IPTU - 60% (próprios)	-15.000,00

98 - Quadro de receitas consolidadas

88

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Quadro Discriminativo das Receitas e Respectivas Legislações - Consolidada

Seleção: Emitir somente as contas com valor

Página: 9/9

Data: 14/10/2019

Conta	Descrição	Valor Estimado
9.1.1.1.8.01.1.1.07.02.00	Dedução pagamento em Cota Unica IPTU - 25% (MDE)	-6.250,00
9.1.1.1.8.01.1.1.07.03.00	Dedução pagamento em Cota Unica IPTU - 15% (ASPS)	-3.750,00
9.1.1.1.8.01.1.1.08.00.00	Dedução de pagamento em Cota Unica - IPTU	-24.820,00
9.1.1.1.8.01.1.1.08.01.00	Dedução de Imoveis Imunes - IPTU 60% (próprios)	-15.000,00
9.1.1.1.8.01.1.1.08.02.00	Dedução de Imoveis Imunes - IPTU 25% (MDE)	-6.250,00
9.1.1.1.8.01.1.1.08.03.00	Dedução de Imoveis Imunes - IPTU 15% (ASPS)	-3.570,00
9.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas	-15.000,00
9.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-15.000,00
9.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-15.000,00
9.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-15.000,00
9.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Dedução Cota Unica -Taxa pela Prestação de Serviços - Principal	-15.000,00
9.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Dedução Cota Unica - Taxa de coleta de lixo	-15.000,00
9.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERENCIA CORRENTE	-3.516.600,00
9.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências da União e de suas Entidades	-1.603.600,00
9.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências da União - Especifica E/M	-1.603.600,00
9.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	(R)Participação na Receita da União	-1.601.600,00
9.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	-1.600.000,00
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R) Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-1.600.000,00
9.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-1.600,00
9.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-1.600,00
9.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	-2.000,00
9.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	-2.000,00
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - Principal	-2.000,00
9.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-1.913.000,00
9.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	(R)Transferências dos Estados - Especifica E/M	-1.913.000,00
9.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	(R)Participação na Receita dos Estados	-1.913.000,00
9.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS	-1.700.000,00
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.700.000,00
9.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA	-190.000,00
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPVA - Principal	-190.000,00
9.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios	-23.000,00
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-23.000,00
9.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	-55.000,00
9.1.9.1.0.00.0.0.00.00.00	Dedução para formação do FUNSET	-55.000,00
9.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Dedução para formação do FUNSET	-55.000,00
9.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Dedução para formação do FUNSET	-55.000,00
9.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Dedução para formação do FUNSET	-55.000,00
9.1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Dedução para formação do FUNSET - Policia Militar	-17.875,00
9.1.9.1.0.01.1.1.01.02.00	Dedução para formação do FUNSET - Policia Civil	-17.875,00
9.1.9.1.0.01.1.1.01.03.00	Dedução para formação do FUNSET - Parcela Prefeitura	-19.250,00
<b>Total geral:</b>		<b>29.360.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Quadro Discriminativo das Despesas e Respectivas Legislações - Consolidada

Seleção: Emitir somente as contas com valor

Página: 1/1

Data: 14/10/2019

Conta	Descrição	Valor Estimado
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	25.737.853,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.730.177,00
3.1.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios	1,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	35.161,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	12.695.015,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	365.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	365.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.642.676,00
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferencias a Uniao	2,00
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	6,00
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios	200.002,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	430.034,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	16.392,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	11.652.413,00
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	343.827,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.592.147,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	3.392.147,00
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	2,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	6.001,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.386.144,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	200.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	200.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00
<b>Total geral:</b>		<b>29.360.000,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório de Despesas por Órgão conforme Vínculo e Recursos

Página: 1/1  
 Data: 14/10/2019

Órgão	Ordinário	Vinculado	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>	<b>13.790.946,00</b>	<b>9.736.641,00</b>	<b>23.527.587,00</b>
<b>Despesas</b>	<b>13.790.946,00</b>	<b>9.736.641,00</b>	<b>23.527.587,00</b>
02.00 - Gabinete do Prefeito	1.615.002,00	0,00	1.615.002,00
03.00 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	3.125.004,00	47.967,00	3.172.971,00
04.00 - Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	4.498.878,00	4.820.762,00	9.319.640,00
06.00 - Secretaria de Saúde e Assistência Social	871.057,00	183.011,00	1.054.068,00
07.00 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	3.651.005,00	4.684.901,00	8.335.906,00
99.00 - Reserva de Contingência	30.000,00	0,00	30.000,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA</b>	<b>3.948.263,00</b>	<b>1.185.150,00</b>	<b>5.133.413,00</b>
<b>Despesas</b>	<b>3.948.263,00</b>	<b>1.185.150,00</b>	<b>5.133.413,00</b>
05.00 - Fundo Municipal de Saúde	3.948.263,00	1.185.150,00	5.133.413,00
<b>Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>	<b>699.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>699.000,00</b>
<b>Despesas</b>	<b>699.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>699.000,00</b>
01.00 - Camara Municipal de Vereadores	699.000,00	0,00	699.000,00
<b>Total geral:</b>	<b>18.438.209,00</b>	<b>10.921.791,00</b>	<b>29.360.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Despesas por Órgão, Unidade e Categorias Econômicas

Página: 1/3  
 Data: 14/10/2019

**Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Gabinete do Prefeito	1.613.994,00	1.008,00	1.615.002,00
Gabinete do Prefeito	422.998,00	2,00	423.000,00
Procuradoria Municipal	339.999,00	1,00	340.000,00
Controladoria do Município	114.999,00	1,00	115.000,00
Consultoria Técnica	325.999,00	1,00	326.000,00
Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil	9.999,00	1,00	10.000,00
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	1,00	1,00	2,00
Diretoria de Desenvolvimento Econômico... e ITL	260.999,00	1,00	261.000,00
Conselho Tutelar	139.000,00	1.000,00	140.000,00
Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	2.920.458,00	252.513,00	3.172.971,00
Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	759.000,00	206.001,00	965.001,00
Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio	2.161.458,00	46.512,00	2.207.970,00
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	6.071.479,00	3.248.161,00	9.319.640,00
Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	715.000,00	5.000,00	720.000,00
Fundo Municipal do Meio Ambiente	56,00	1,00	57,00
Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro	1,00	0,00	1,00
Fundo de Desenvolvimento Rural	2,00	1,00	3,00
Sec. de Serviços - Urbanos	1.993.379,00	3.165.198,00	5.158.577,00
Sec. de Serviços - Rurais	2.135.239,00	10.000,00	2.145.239,00
Sec. de Serviços - Prédios Públicos	350.002,00	20.001,00	370.003,00
Convênios com Policiais e Bombeiros	877.800,00	47.960,00	925.760,00
Secretaria de Saúde e Assistência Social	1.036.764,00	17.304,00	1.054.068,00
Fundo Municipal de Assistência Social	961.663,00	17.301,00	978.964,00
Fundo Municipal do Idoso	62.999,00	1,00	63.000,00
Fundo da Infância e Adolescente - FIA	12.100,00	1,00	12.101,00
Fundo Municipal de Habitação	2,00	1,00	3,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	8.293.898,00	42.008,00	8.335.906,00
Educação	7.639.900,00	31.006,00	7.670.906,00
Esportes	445.000,00	10.000,00	455.000,00
Cultura	119.000,00	1.000,00	120.000,00
Fundo Municipal da Cultura	89.998,00	2,00	90.000,00
Reserva de Contingência			30.000,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	30.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>19.936.593,00</b>	<b>3.560.994,00</b>	<b>23.527.587,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Despesas por Órgão, Unidade e Categorias Econômicas

Página: 2/3

Data: 14/10/2019

**Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Fundo Municipal de Saúde	5.114.260,00	19.153,00	5.133.413,00
Fundo Municipal de Saúde	5.114.260,00	19.153,00	5.133.413,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>5.114.260,00</b>	<b>19.153,00</b>	<b>5.133.413,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Despesas por Órgão, Unidade e Categorias Econômicas

Página: 3/3  
Data: 14/10/2019**Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Camara Municipal de Vereadores	687.000,00	12.000,00	699.000,00
Camara Municipal de Vereadores	687.000,00	12.000,00	699.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>687.000,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>699.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>	<b>25.737.853,00</b>	<b>3.592.147,00</b>	<b>29.360.000,00</b>

---

MOISES DIERSMANN  
Prefeito Municipal

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
 Demonstrativo da Participação Relativa das Despesas

Página: 1/3  
 Data: 14/10/2019

Conta	Especificação	Previsão	Participação Relativa (%)
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>		<b>23.527.587,00</b>	<b>100,0000</b>
<b>Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito</b>		<b>1.615.002,00</b>	<b>1,7979</b>
<b>Unidade: 02.01 - Gabinete do Prefeito</b>		<b>423.000,00</b>	<b>1,7979</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	295.000,00	1,2538
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00	0,0000
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	127.997,00	0,5440
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	1,00	0,0000
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
<b>Unidade: 02.02 - Procuradoria Municipal</b>		<b>340.000,00</b>	<b>1,4451</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	325.000,00	1,3814
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	14.999,00	0,0638
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
<b>Unidade: 02.03 - Controladoria do Município</b>		<b>115.000,00</b>	<b>0,4888</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	105.000,00	0,4463
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	9.999,00	0,0425
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
<b>Unidade: 02.04 - Consultoria Técnica</b>		<b>326.000,00</b>	<b>1,3856</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	215.000,00	0,9138
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios	1,00	0,0000
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	110.997,00	0,4718
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	1,00	0,0000
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
<b>Unidade: 02.06 - Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil</b>		<b>10.000,00</b>	<b>0,0425</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferencias a Uniao	1,00	0,0000
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	1,00	0,0000
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00	0,0000
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	9.995,00	0,0425
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
<b>Unidade: 02.07 - Fundo de Defesa dos Direitos Difusos</b>		<b>2,00</b>	<b>0,0000</b>
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
<b>Unidade: 02.08 - Diretoria de Desenvolvimento Econômico... e ITL</b>		<b>261.000,00</b>	<b>1,1093</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	130.000,00	0,5525
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00	0,0000
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	130.998,00	0,5568
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
<b>Unidade: 02.09 - Conselho Tutelar</b>		<b>140.000,00</b>	<b>0,5950</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	130.000,00	0,5525
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	9.000,00	0,0383
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,0043
<b>Órgão: 03.00 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão</b>		<b>3.172.971,00</b>	<b>4,1016</b>
<b>Unidade: 03.01 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão</b>		<b>965.001,00</b>	<b>4,1016</b>
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	19.500,00	0,0829
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	70.000,00	0,2975
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	365.000,00	1,5514
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	10.140,00	0,0431
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	287.535,00	1,2221
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	6.825,00	0,0290
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	6.000,00	0,0255
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,8501
<b>Unidade: 03.02 - Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio</b>		<b>2.207.970,00</b>	<b>9,3846</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.075.000,00	4,5691
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferencias a Uniao	1,00	0,0000
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	1,00	0,0000
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios	1,00	0,0000
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.086.455,00	4,6178
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	46.512,00	0,1977

95

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
 Demonstrativo da Participação Relativa das Despesas

Página: 2/3  
 Data: 14/10/2019

Conta	Especificação	Previsão	Participação Relativa (%)
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>		<b>23.527.587,00</b>	<b>100,0000</b>
<b>Órgão: 04.00 - Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura</b>		<b>9.319.640,00</b>	<b>3,0602</b>
<b>Unidade: 04.02 - Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente</b>		<b>720.000,00</b>	<b>3,0602</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	360.000,00	1,5301
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	150.000,00	0,6375
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	205.000,00	0,8713
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,0213
<b>Unidade: 04.03 - Fundo Municipal do Meio Ambiente</b>		<b>57,00</b>	<b>0,0002</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00	0,0000
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	54,00	0,0002
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
<b>Unidade: 04.04 - Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro</b>		<b>1,00</b>	<b>0,0000</b>
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
<b>Unidade: 04.05 - Fundo de Desenvolvimento Rural</b>		<b>3,00</b>	<b>0,0000</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
<b>Unidade: 04.06 - Sec. de Serviços - Urbanos</b>		<b>5.158.577,00</b>	<b>21,9257</b>
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	1,00	0,0000
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios	10.000,00	0,0425
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.783.376,00	7,5799
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	200.001,00	0,8501
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1,00	0,0000
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.165.197,00	13,4531
<b>Unidade: 04.07 - Sec. de Serviços - Rurais</b>		<b>2.145.239,00</b>	<b>9,1180</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.060.000,00	4,5053
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.075.239,00	4,5701
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,0425
<b>Unidade: 04.08 - Sec. de Serviços - Prédios Públicos</b>		<b>370.003,00</b>	<b>1,5726</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	350.001,00	1,4876
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.001,00	0,0850
<b>Unidade: 04.10 - Convênios com Policiais e Bombeiros</b>		<b>925.760,00</b>	<b>3,9348</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2,00	0,0000
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	4,00	0,0000
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	877.794,00	3,7309
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	47.960,00	0,2038
<b>Órgão: 06.00 - Secretaria de Saúde e Assistência Social</b>		<b>1.054.068,00</b>	<b>4,1609</b>
<b>Unidade: 06.01 - Fundo Municipal de Assistência Social</b>		<b>978.964,00</b>	<b>4,1609</b>
3.1.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios	1,00	0,0000
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	675.000,00	2,8690
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios	60.000,00	0,2550
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	2,00	0,0000
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	226.660,00	0,9634
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	17.301,00	0,0735
<b>Unidade: 06.02 - Fundo Municipal do Idoso</b>		<b>63.000,00</b>	<b>0,2678</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	17.000,00	0,0723
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	45.998,00	0,1955
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
<b>Unidade: 06.04 - Fundo da Infância e Adolescente - FIA</b>		<b>12.101,00</b>	<b>0,0514</b>
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00	0,0000
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	12.099,00	0,0514
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
<b>Unidade: 06.05 - Fundo Municipal de Habitação</b>		<b>3,00</b>	<b>0,0000</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000

10 - Participação na despesa por órgão e unidade

96

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
 LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
 Demonstrativo da Participação Relativa das Despesas

Página: 3/3  
 Data: 14/10/2019

Conta	Especificação	Previsão	Participação Relativa (%)
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>		<b>23.527.587,00</b>	<b>100,0000</b>
<b>Órgão: 07.00 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes</b>		<b>8.335.906,00</b>	<b>32,6039</b>
<b>Unidade: 07.01 - Educação</b>		<b>7.670.906,00</b>	<b>32,6039</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.515.003,00	19,1903
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	67.030,00	0,2849
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.057.867,00	12,9969
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	31.006,00	0,1318
<b>Unidade: 07.02 - Esportes</b>		<b>455.000,00</b>	<b>1,9339</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	205.000,00	0,8713
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	36.000,00	0,1530
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	204.000,00	0,8671
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,0425
<b>Unidade: 07.03 - Cultura</b>		<b>120.000,00</b>	<b>0,5100</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	70.000,00	0,2975
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	48.999,00	0,2083
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,0043
<b>Unidade: 07.04 - Fundo Municipal da Cultura</b>		<b>90.000,00</b>	<b>0,3825</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	89.996,00	0,3825
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	1,00	0,0000
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1,00	0,0000
<b>Órgão: 99.00 - Reserva de Contingência</b>		<b>30.000,00</b>	<b>0,1275</b>
<b>Unidade: 99.99 - Reserva de Contingência</b>		<b>30.000,00</b>	<b>0,1275</b>
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	30.000,00	0,1275
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA</b>		<b>5.133.413,00</b>	<b>100,0000</b>
<b>Órgão: 05.00 - Fundo Municipal de Saúde</b>		<b>5.133.413,00</b>	<b>100,0000</b>
<b>Unidade: 05.01 - Fundo Municipal de Saúde</b>		<b>5.133.413,00</b>	<b>100,0000</b>
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	15.660,00	0,3051
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.985.001,00	58,1485
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios	130.000,00	2,5324
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1,00	0,0000
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	6.252,00	0,1218
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.847.346,00	35,9867
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	130.000,00	2,5324
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	19.153,00	0,3731
<b>Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>		<b>699.000,00</b>	<b>100,0000</b>
<b>Órgão: 01.00 - Camara Municipal de Vereadores</b>		<b>699.000,00</b>	<b>100,0000</b>
<b>Unidade: 01.01 - Camara Municipal de Vereadores</b>		<b>699.000,00</b>	<b>100,0000</b>
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	550.000,00	78,6838
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	130.000,00	18,5980
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	7.000,00	1,0014
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	12.000,00	1,7167
<b>Total geral:</b>		<b>29.360.000,00</b>	<b>100,0000</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Página: 1/1  
 Data: 14/10/2019

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
Receitas Correntes	29.949.908,00	DESPESAS CORRENTES	25.737.853,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.431.492,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.730.177,00
Contribuições	550.201,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	365.000,00
Receita Patrimonial	198.724,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.642.676,00
Receita de Serviços	15.019,00		
Transferências Correntes	24.621.802,00		
Outras Receitas Correntes	1.132.670,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.636.420,00		
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MEL	-64.820,00		
(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRE	-3.516.600,00		
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	-55.000,00		
		Superavit	575.635,00
Total	26.313.488,00	Total	26.313.488,00
Superavit do orçamento corrente	575.635,00		
Receitas de Capital	3.046.512,00	DESPESAS DE CAPITAL	3.592.147,00
Operações de Crédito	3.000.000,00	INVESTIMENTOS	3.392.147,00
Alienação de Bens	45.012,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00
Amortização de Empréstimos	1.500,00		
Deficit	545.635,00		
Total	3.592.147,00	Total	3.592.147,00
Resumo			
Receitas Correntes	29.949.908,00	102,01 %	DESPESAS CORRENTES 25.737.853,00 87,66 %
Receitas de Capital	3.046.512,00	10,38 %	DESPESAS DE CAPITAL 3.592.147,00 12,23 %
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.636.420,00	-12,39 %	RESERVA DE CONTINGENCIA 30.000,00 0,10 %
Total	29.360.000,00	100,00 %	Total 29.360.000,00 100,00 %



69

Página: 2/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Princ	350.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.01.00.00	ITBI - 60% (Próprio) - Principal	210.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.02.00.00	ITBI - 25% (MDE) - Principal	87.500,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.03.00.00	ITBI - 15% (ASPS) - Principal	52.500,00		
4.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	1.036.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.036.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.010.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Principal	606.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Principal	252.500,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Principal	151.500,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	10.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Multas e Juros	6.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Multas e Juros	2.500,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Multas e Juros	1.500,00		
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	13.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Dívida Ativa Principal	7.800,00		
4.1.1.1.8.02.3.3.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Dívida Ativa Principal	3.250,00		
4.1.1.1.8.02.3.3.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Dívida Ativa Principal	1.950,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	3.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.01.00.00	ISS 60% (Próprio) - Dívida Ativa Multas e Juros	1.800,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.02.00.00	ISS 25% (MDE) - Dívida Ativa Multas e Juros	750,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.03.00.00	ISS 15% (ASPS) - Dívida Ativa Multas e Juros	450,00		
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	<b>Taxas</b>	688.490,00		
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	181.480,00		
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	181.470,00		
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	181.470,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	172.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Taxa de Alvará - Vigilância Sanitária - Principal	20.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	Taxa de Alvará - Publicidade Comercial - Principal	1.500,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.03.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P-Serviços - Principal	90.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.04.00.00	Taxa de Alinhamento de Construções em Imóveis - Principal	500,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.11.00.00	Taxa de Análise de projetos pelo Corpo de Bombeiro - Principal	60.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.2.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	720,00		
4.1.1.2.1.01.1.2.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indús/P-Serviços - Multas e Juros	700,00		
4.1.1.2.1.01.1.2.01.00.00	Taxa de Análise de projetos pelo Corpo de Bombeiro - Multas e Juros	10,00		
4.1.1.2.1.01.1.2.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	10,00		

100

Página: 3/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.1.2.1.01.1.3.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Principal	6.500,00		
4.1.1.2.1.01.1.3.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indus/P.Serviços - Dívida Ativa - Principal	5.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.3.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Principal	1.500,00		
4.1.1.2.1.01.1.4.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.250,00		
4.1.1.2.1.01.1.4.01.00.00	Taxa de Funcionamento Estab Comer/Indus/P.Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.4.91.00.00	Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	250,00		
4.1.1.2.1.04.0.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	10,00		
4.1.1.2.1.04.1.0.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	10,00		
4.1.1.2.1.04.1.1.00.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	10,00		
4.1.1.2.1.04.1.1.01.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - (Próprio) Principal	3,00		
4.1.1.2.1.04.1.1.02.00.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - (Fundo Meio Ambiente) Principal	7,00		
4.1.1.2.2.00.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	507.010,00		
4.1.1.2.2.01.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	507.010,00		
4.1.1.2.2.01.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	507.010,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxa de Serviços de Cemitérios - Principal	461.900,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Principal	1.500,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Taxa de alvará - Serviços do Planejamento - Principal	450.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Outras Taxas de Serviços Planejamento - Principal	10.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.04.00.00	Taxas de Expediente - Principal	100,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.05.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	300,00		
4.1.1.2.2.01.1.2.00.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Multas e Juros	20.010,00		
4.1.1.2.2.01.1.2.01.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Multas e Juros	20.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.2.91.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	10,00		
4.1.1.2.2.01.1.3.00.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Dívida Ativa	20.050,00		
4.1.1.2.2.01.1.3.01.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Dívida Ativa	20.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	50,00		
4.1.1.2.2.01.1.4.01.00.00	Taxa de Serviços de Coleta de Lixo - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.050,00		
4.1.1.2.2.01.1.4.91.00.00	Outras taxas de prestação de serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.000,00		
4.1.1.3.0.00.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	50,00	2.002,00	
4.1.1.3.0.00.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Específica EM	2.002,00		
4.1.1.3.8.00.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	2.002,00		
4.1.1.3.8.04.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	2.002,00		
4.1.1.3.8.04.1.1.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	1,00		
4.1.1.3.8.04.1.1.01.00.00	Contribuição de Melhoria p/ Pavim. e Obras Complem. - Principal	1,00		
4.1.1.3.8.04.1.2.00.00.00	Contribuição de Melhoria p/ Pavim. e Obras Complem. - Multas e Juros	1,00		

Página: 4/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.1.3.8.04.1.2.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Multa e Juros	1,00		
4.1.1.3.8.04.1.3.00.00.00	Contribuição de Melhoria p/ Pavim. e Obras Complem - Dívida Ativa	500,00		
4.1.1.3.8.04.1.3.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa	500,00		
4.1.1.3.8.04.1.4.00.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.500,00		
4.1.1.3.8.04.1.4.01.00.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.500,00		
4.1.2.0.0.0.0.0.00.00.00	Contribuições		550.201,00	
4.1.2.4.0.0.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		550.201,00	
4.1.2.4.0.0.1.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	550.000,00		
4.1.2.4.0.0.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	165.000,00		
4.1.2.4.0.0.1.1.01.00.00	COSIP - 30% DRM	385.000,00		
4.1.2.4.0.0.1.1.02.00.00	COSIP - 70% Principal	100,00		
4.1.2.4.0.0.1.2.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Multa e Juros	100,00		
4.1.2.4.0.0.1.2.02.00.00	COSIP - Juros e Multas	100,00		
4.1.2.4.0.0.1.3.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Dívida Ativa	100,00		
4.1.2.4.0.0.1.3.02.00.00	COSIP - Dívida Ativa	100,00		
4.1.2.4.0.0.1.4.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Juros e Multa da Dívida Ativa	1,00		
4.1.2.4.0.0.1.4.02.00.00	COSIP - Multa e Juros da Dívida Ativa	1,00		
4.1.3.0.0.0.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		189.074,00	
4.1.3.1.0.0.0.0.00.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		61.711,00	
4.1.3.1.0.0.1.0.00.00.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudémios, Tarifas de Ocupação	26.160,00		
4.1.3.1.0.0.1.1.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos	26.160,00		
4.1.3.1.0.0.1.1.01.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	24.150,00		
4.1.3.1.0.0.1.1.01.02.00	Espaços no Centro de Eventos São João Batista - Principal	4.150,00		
4.1.3.1.0.0.1.1.01.03.00	Aluguel da Casa / Capela Mortuária	50,00		
4.1.3.1.0.0.1.1.01.04.00	Aluguel da Capela	100,00		
4.1.3.1.0.0.1.1.01.05.00	Aluguel Auditório	3.000,00		
4.1.3.1.0.0.1.1.02.00.00	Aluguel de toda a Estrutura do Centro de Eventos	1.000,00		
4.1.3.1.0.0.1.1.02.06.00	Espaços Esportivos - Principal	20.000,00		
4.1.3.1.0.0.1.1.2.00.00.00	Aluguel do Ginásio	20.000,00		
4.1.3.1.0.0.1.1.2.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	10,00		
4.1.3.1.0.0.1.1.2.01.00.00	Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio - Multas e Juros	10,00		
4.1.3.1.0.0.1.1.3.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa	1.500,00		
4.1.3.1.0.0.1.1.3.01.00.00	Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio - Dívida Ativa	1.500,00		
4.1.3.1.0.0.1.1.4.00.00.00	Aluguéis e Arrendamentos - Dívida Ativa - Multas e Juros	500,00		
4.1.3.1.0.0.1.1.4.01.00.00	Aluguéis de espaços no Centro de Eventos e do Ginásio - Dívida Ativa - Multas e Juros	500,00		
4.1.3.1.0.0.2.0.00.00.00	Receita por Categoria Econômica	35.551,00		
4.1.3.1.0.0.2.0.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos			

Página: 5/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.3.1.0.02.1.0.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos	35.551,00		
4.1.3.1.0.02.1.1.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Princ	35.000,00		
4.1.3.1.0.02.1.1.01.00.00	Permissão de Serviços de Táxi (Transporte Individual de Passageiros)	3.000,00		
4.1.3.1.0.02.1.1.02.00.00	Receita de Concessões dos Quiosques	500,00		
4.1.3.1.0.02.1.1.02.08.00	Quiosque da Praça Imaculada Conceição	500,00		
4.1.3.1.0.02.1.1.03.00.00	Receita de Concessões das Salas e/ou Prédios Públicos	31.500,00		
4.1.3.1.0.02.1.1.03.01.00	Concessão de espaço para serviços de Saúde	30.000,00		
4.1.3.1.0.02.1.1.03.09.00	Concessão de Administração do Terminal Rodoviário	1.500,00		
4.1.3.1.0.02.1.2.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multa	1,00		
4.1.3.1.0.02.1.2.01.00.00	Permissões e Concessões - Multas e Juros	1,00		
4.1.3.1.0.02.1.3.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Divid	500,00		
4.1.3.1.0.02.1.3.01.00.00	Permissões e Concessões - Divida Ativa	500,00		
4.1.3.1.0.02.1.4.00.00.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Divid	50,00		
4.1.3.1.0.02.1.4.01.00.00	Permissões e Concessões - Divida Ativa - Multas e Juros	50,00		
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		53.612,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	53.611,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	53.611,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Prindpal	53.611,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Ordinarios	35.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.01.00	Remuneração - Recursos Ordinários	35.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.01.10	Remuneração - Recursos Ordinários	35.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Educação	6.900,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.00	Remuneração - Recursos da Educação - União	1.900,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.10	Remuneração - Salário Educação	1.500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.11	Remuneração - PNAE	300,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.12	Remuneração - PNATE	100,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.00	Remuneração - Recursos da Educação - Próprios	5.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.16	Remuneração - FUNDEB	3.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.03.17	Remuneração - FUNDEB	2.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Assistência Social	1.711,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.00	Remuneração - Recursos da Assistência Social - União	1.160,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.19	Remuneração - BL GBF	400,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.20	Remuneração - BPC na Escola	10,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.21	Remuneração - BL GSUAS	250,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.02.00	Remuneração - BL FSB	500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.02.00	Remuneração - Recursos da Assistência Social - Estado	500,00		

Página: 6/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.3.2.1.00.1.1.04.02.24	Remuneração - PSB Estado Custeio	200,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.02.25	Remuneração - PSB Estado Investimento	300,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.03.00	Remuneração - Recursos da Assistência Social - Próprios	51,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.03.26	Remuneração - Doações ao Fundo do Idoso	1,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.03.27	Remuneração - Doações ao FIA	50,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.06.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Recursos Vinculados ao Município	10.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.06.01.00	Remuneração - Recursos vinculados do Município - União	450,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.06.01.28	Remuneração - Fundo Especial do Petróleo	400,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.06.01.29	Remuneração - CIDE	50,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.00	Remuneração - Recursos Vinculados ao Município - Próprios	9.550,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.35	Remuneração - Multas de Trânsito - Polícia Militar	2.500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.36	Remuneração - Multas de Trânsito - Polícia Civil	2.500,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.38	Remuneração - Multas de Trânsito - Município	1.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.41	Remuneração - Fundo do Meio Ambiente	50,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.42	Remuneração - Rádio Patrulha	2.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.06.03.43	Remuneração - Corpo de Bombeiros	1.500,00		
4.1.3.2.2.00.0.0.00.00.00	Dividendos	1,00		
4.1.3.2.2.00.1.0.00.00.00	Dividendos	1,00		
4.1.3.2.2.00.1.1.00.00.00	Dividendos - Principal	1,00		
4.1.3.2.2.00.1.1.01.00.00	Remuneração sobre Ações da OI	1,00	1.500,00	
4.1.3.3.0.0.0.0.00.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	1.500,00		
4.1.3.3.2.00.0.0.00.00.00	Delegação dos Serviços de Infraestrutura	1.500,00		
4.1.3.3.2.01.0.0.00.00.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário	1.500,00		
4.1.3.3.2.01.1.0.00.00.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado	1.500,00		
4.1.3.3.2.01.1.1.00.00.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Princ	1.500,00		
4.1.3.3.2.01.1.1.01.00.00	Permissão de serviço público de remoção, recolhimento e guarda em pátio de veículos - Principal	1.500,00		
4.1.3.6.0.0.0.0.00.00.00	Cessão de Direitos	72.251,00	72.251,00	
4.1.3.6.0.01.0.0.00.00.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	72.251,00		
4.1.3.6.0.01.1.0.00.00.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	72.251,00		
4.1.3.6.0.01.1.1.00.00.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	72.251,00		
4.1.3.6.0.01.1.1.01.00.00	Operacionalização do Vale Alimentação	72.251,00		
4.1.6.0.0.0.0.00.00.00	Receita de Serviços			
4.1.6.1.0.0.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	15.019,00		
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	9.001,00		
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	3.001,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.001,00		

104

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 7/15  
 Data: 14/10/2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	Serviços de Hospedagem	1,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.01.01.00	Serviços de Hospedagem no Centro de Eventos	1,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.01.01.20	Serviços de Hospedagem no Centro de Eventos	1,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.02.00.00	Serviços de visitação	3.000,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.02.01.00	Taxa de ingresso de visitação ao Museu Frei Miguel	3.000,00		
4.1.6.1.0.02.0.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	6.000,00		
4.1.6.1.0.02.1.0.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	6.000,00		
4.1.6.1.0.02.1.1.00.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.000,00		
4.1.6.1.0.02.1.1.01.00.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	6.000,00		
4.1.6.9.0.0.0.0.00.00.00	Outros Serviços	6.018,00	6.018,00	
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	6.018,00		
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços - Principal	5.900,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Principal	5.800,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.01.01.00	Serviço de Cadastro ITL - Principa	5.800,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.01.01.30	Serviço de Cadastro ITL - Principal	800,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.01.01.40	Incubação de empresas - Principal	5.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.02.00.00	Serviços Prestados pela Frota Municipal - Principal	100,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.02.01.00	Serviço de preparação de terra - Principal	100,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.02.01.50	Serviço de preparação de terra - Principal	100,00		
4.1.6.9.0.99.1.2.00.00.00	Outros Serviços - Multas e Juros	51,00		
4.1.6.9.0.99.1.2.00.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Multas e Juros	50,00		
4.1.6.9.0.99.1.2.01.00.00	Serviço de preparação de terra - Multas e Juros	1,00		
4.1.6.9.0.99.1.3.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa	51,00		
4.1.6.9.0.99.1.3.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Dívida Ativa	50,00		
4.1.6.9.0.99.1.3.02.00.00	Serviço de preparação de terra - Dívida Ativa	1,00		
4.1.6.9.0.99.1.4.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	16,00		
4.1.6.9.0.99.1.4.01.00.00	Serviços da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL - Dívida Ativa - Multas e Juros	15,00		
4.1.6.9.0.99.1.4.02.00.00	Serviço de preparação de terra - Dívida Ativa - Multas e Juros	1,00		
4.1.7.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências Correntes	23.446.302,00		
4.1.7.1.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	9.638.201,00		
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Especifica E/M			
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União			
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal			
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal			
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal			
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal			
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	FPM 60% (Proprio)- Cota Mensal - Principal			

Página: 8/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.71.8.01.2.1.02.00.00	FPM 25% (MDE)- Cota Mensal - Principal	2.000.000,00		
4.1.71.8.01.2.1.03.00.00	FPM 15% (ASPS)- Cota Mensal - Principal	1.200.000,00		
4.1.71.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	400.000,00		
4.1.71.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro - P	400.000,00		
4.1.71.8.01.3.1.01.00.00	FPM 75% - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	300.000,00		
4.1.71.8.01.3.1.02.00.00	FPM 25% - 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	100.000,00		
4.1.71.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	400.000,00		
4.1.71.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Princip	400.000,00		
4.1.71.8.01.4.1.01.00.00	FPM 75% - 1% Cota entregue no mês de Julho - Principal	300.000,00		
4.1.71.8.01.4.1.02.00.00	FPM 25% - 1% Cota entregue no mês de Julho - Principal	100.000,00		
4.1.71.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	8.000,00		
4.1.71.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	8.000,00		
4.1.71.8.01.5.1.01.00.00	ITR 60% (Próprio) - Principal	4.800,00		
4.1.71.8.01.5.1.02.00.00	ITR 25% (MDE) - Principal	2.000,00		
4.1.71.8.01.5.1.03.00.00	ITR 15% (ASPS) - Principal	1.200,00		
4.1.71.8.01.7.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	24.000,00		
4.1.71.8.01.7.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	24.000,00		
4.1.71.8.01.7.1.01.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	24.000,00		
4.1.71.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	120.000,00		
4.1.71.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	120.000,00		
4.1.71.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	120.000,00		
4.1.71.8.02.6.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	120.000,00		
4.1.71.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	528.000,00		
4.1.71.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	400.000,00		
4.1.71.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	400.000,00		
4.1.71.8.05.1.1.01.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	400.000,00		
4.1.71.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	90.000,00		
4.1.71.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	90.000,00		
4.1.71.8.05.3.1.01.00.00	Transferências PNAE - Principal - Programa Nacional de Alimentação Escolar	90.000,00		
4.1.71.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Esco	38.000,00		
4.1.71.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Esco	38.000,00		
4.1.71.8.05.4.1.01.00.00	Transferências PNATE - Principal - Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar	38.000,00		
4.1.71.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	10.000,00		
4.1.71.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	10.000,00		
4.1.71.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	10.000,00		
4.1.71.8.06.1.1.01.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 60% (Próprio) - Principal	6.000,00		



Página: 9/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.7.1.8.06.1.1.02.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 25% (MDE) - Principal	2.500,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 - 15% (ASPS) - Principal	1.500,00		
4.1.7.1.8.12.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	148.200,00		
4.1.7.1.8.12.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	148.200,00		
4.1.7.1.8.12.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS - Principal	148.200,00		
4.1.7.1.8.12.1.1.02.00.00	BL BPC ESCOLA	100,00		
4.1.7.1.8.12.1.1.03.00.00	BL GBF	17.000,00		
4.1.7.1.8.12.1.1.04.00.00	BL GSUAS	100,00		
4.1.7.1.8.12.1.1.05.00.00	BL PSB	131.000,00		
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	1,00		
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	1,00		
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	1,00		
4.1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	FEX-Auxílio Financeiro para Fomentos e Exportações	1,00		
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		9.643.000,00	
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M			
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados			
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS			
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	9.643.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 60% (Próprio)- Principal	9.565.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 25% (MDE)- Principal	8.500.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 15% (ASPS)- Principal	8.500.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	5.100.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	2.125.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 60% (Próprio)- Principal	1.275.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 25% (MDE)- Principal	950.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 15% (ASPS)- Principal	950.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	570.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	237.500,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	Cota-Parte do IPI - 60% (Próprio) - Principal	142.500,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	Cota-Parte do IPI - 25% (MDE) - Principal	115.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	Cota-Parte do IPI - 15% (ASPS) - Principal	115.000,00		
4.1.7.2.8.07.0.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	69.000,00		
4.1.7.2.8.07.1.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	28.750,00		
4.1.7.2.8.07.1.1.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal	17.250,00		
4.1.7.2.8.07.1.1.01.00.00	Proteção Social Básica - Custeio	28.000,00		
4.1.7.2.8.07.1.1.02.00.00	Proteção Social Básica - Investimento	14.000,00		

107

Página: 10/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.72.8.99.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	50.000,00		
4.1.72.8.99.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	50.000,00		
4.1.72.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	50.000,00		
4.1.72.8.99.1.1.01.00.00	Transporte Escolar Estadual	50.000,00		
4.1.72.8.99.1.1.01.01.00	Transporte Escolar Estadual	50.000,00		
4.1.72.8.99.1.1.01.01.60	Transferências de Instituições Privadas	50.000,00		
4.1.74.0.00.0.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas - Especifica E/M	1,00	1,00	
4.1.74.8.00.0.00.00.00	Outras Transferências de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente	1,00	1,00	
4.1.74.8.10.0.00.00.00	Outras Transferência de Instituições Privadas para EST/DF/MUN - Não Especificadas Anteriormente	1,00	1,00	
4.1.74.8.10.1.00.00.00	Transferência de Convênios de Instituições Privadas - Principal	1,00	1,00	
4.1.74.8.10.1.1.00.00.00	Transferências para o Programa Educação para o Mundo do Trabalho	1,00	1,00	
4.1.74.8.10.1.1.01.99.00	Transferências para o Programa Educação para o Mundo do Trabalho	1,00	1,00	
4.1.75.0.00.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas	4.100.000,00	4.100.000,00	
4.1.75.8.00.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Especifica E/M	4.100.000,00	4.100.000,00	
4.1.75.8.01.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	4.100.000,00	4.100.000,00	
4.1.75.8.01.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	4.100.000,00	4.100.000,00	
4.1.75.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de	2.460.000,00	2.460.000,00	
4.1.75.8.01.1.1.01.00.00	FUNDEB 60% - Principal	1.640.000,00	1.640.000,00	
4.1.75.8.01.1.1.02.00.00	FUNDEB 40% - Principal	65.100,00	65.100,00	
4.1.77.0.00.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	65.100,00	65.100,00	
4.1.77.0.00.1.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	65.100,00	65.100,00	
4.1.77.0.00.1.1.01.00.00	Doações de Pessoas Físicas	60.000,00	60.000,00	
4.1.77.0.00.1.1.01.02.00	Doações ao FUNREBOM	100,00	100,00	
4.1.77.0.00.1.1.01.02.10	Doações ao FUNREBOM	5.000,00	5.000,00	
4.1.77.0.00.1.1.01.02.20	Doações ao FIA - Fundo da Infância e Adolescente			
4.1.77.0.00.1.1.01.02.30	Doações ao FIA - Fundo da Infância e Adolescente			
4.1.9.0.00.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes	1.132.670,00	1.132.670,00	
4.1.91.0.00.0.00.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	1.101.550,00	1.101.550,00	
4.1.91.0.01.0.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	1.101.550,00	1.101.550,00	
4.1.91.0.01.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica	1.000,00	1.000,00	
4.1.91.0.01.1.1.00.00.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.000,00	1.000,00	
4.1.91.0.01.1.1.04.00.00	Multas incidentes sobre a construção dandestina e/ou irregulares	50,00	50,00	
4.1.91.0.01.1.1.05.00.00	Multas previstas na Lei Complementar 172/2017			
4.1.91.0.01.1.1.05.00.00	Multas previstas na Lei Complementar 172/2017			
4.1.91.0.01.1.1.05.00.00	Multas previstas na Lei Complementar 172/2017			

108

Página: 11/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.9.1.0.01.1.1.05.01.00	Multa pelo atraso na prestação de contas. art. 34. Dec 2509/2017	50,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.06.00.00	Multas previstas na legislação de licitações	500,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.06.01.00	Multas aplicadas pelo CIMCATARINA (lei de licitações)	500,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.07.00.00	Multas previstas na Legislação de Trânsito	1.100.000,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.07.01.00	Multa de Trânsito - Parcela Polícia Militar 32,5%	357.500,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.07.02.00	Multa de Trânsito - Parcela Polícia Civil 32,5%	357.500,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.07.03.00	Multa de Trânsito - Parcela Município 35,0%	384.999,00		
4.1.9.1.0.01.1.1.07.04.00	Multas de Trânsito - Parcela desvinculada	1,00		
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	30.889,00		
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Restituições	29.389,00		
4.1.9.2.0.01.0.0.00.00.00	Restituição de Convênios	5.001,00		
4.1.9.2.0.01.1.0.00.00.00	Restituição de Convênios - Primárias	5.001,00		
4.1.9.2.0.01.1.1.00.00.00	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	5.001,00		
4.1.9.2.0.01.1.1.01.00.00	Restituição de Convênios - Primárias - Principal	1,00		
4.1.9.2.0.01.1.1.02.00.00	Devoluções de recursos repassados pela Lei 13.019	5.000,00		
4.1.9.2.0.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	24.388,00		
4.1.9.2.0.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	24.388,00		
4.1.9.2.0.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	24.388,00		
4.1.9.2.0.99.1.1.01.00.00	Restituição dos servidores pelo pagamento de de multas de trânsito pelo Município	150,00		
4.1.9.2.0.99.1.1.02.00.00	Restituição dos servidores por sinistro	10,00		
4.1.9.2.0.99.1.1.04.00.00	Ressarcimento por Seguradoras por danos causados ao Município.	600,00		
4.1.9.2.0.99.1.1.06.00.00	Restituição TAC 06.2014.00011897-4 - Transcavalheiro	23.628,00		
4.1.9.2.3.00.0.0.00.00.00	Ressarcimentos	1.500,00		
4.1.9.2.3.00.0.0.00.00.00	Ressarcimento de Custos	1.500,00		
4.1.9.2.3.02.0.0.00.00.00	Ressarcimento de Custos	1.500,00		
4.1.9.2.3.02.1.0.00.00.00	Ressarcimento de Custos - Principal	1.500,00		
4.1.9.2.3.02.1.1.01.00.00	Ressarcimento de despesas de exames admissionais - § 3º. art. 5º - Decreto 2060/2015	1.500,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes	231,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas	231,00		
4.1.9.0.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	231,00		
4.1.9.0.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	1,00		
4.1.9.0.0.99.1.1.00.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Prindpal	1,00		
4.1.9.0.0.99.1.1.01.00.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	30,00		
4.1.9.0.0.99.1.2.00.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Multas e Juros	30,00		
4.1.9.0.0.99.1.2.01.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	150,00		
4.1.9.0.0.99.1.3.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Dívida Ativa	150,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 12/15  
 Data: 14/10/2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.9.9.0.99.1.4.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	50,00		
4.1.9.9.0.99.1.4.01.00.00	Ressarcimento de adiantamentos pelo plano de Saúde - Dívida Ativa - Multas e Juros	50,00		
4.2.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital		3.000.000,00	3.046.512,00
4.2.1.0.0.0.0.00.00.00	Operações de Crédito		3.000.000,00	
4.2.1.1.0.0.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno	3.000.000,00		
4.2.1.1.2.0.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	3.000.000,00		
4.2.1.1.2.00.1.0.00.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal	3.000.000,00		
4.2.1.1.2.00.1.1.00.00.00	Operação de crédito FINISA - CEF		45.012,00	
4.2.1.1.2.00.1.1.03.00.00	Alienação de Bens		30.000,00	
4.2.2.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis			
4.2.2.1.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	30.000,00		
4.2.2.1.3.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	30.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	30.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Imóveis		15.012,00	
4.2.2.2.0.0.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis			
4.2.2.2.0.0.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal	15.012,00		
4.2.2.2.0.0.1.1.00.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Principal	15.000,00		
4.2.2.2.0.0.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros	15.000,00		
4.2.2.2.0.0.1.2.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros	10,00		
4.2.2.2.0.0.1.2.01.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Dívida Ativa Principal	10,00		
4.2.2.2.0.0.1.3.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Dívida Ativa Principal	1,00		
4.2.2.2.0.0.1.3.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Dívida Ativa Principal	1,00		
4.2.2.2.0.0.1.4.00.00.00	Alienação de Bens Imóveis - Dívida Ativa - Multas e Juros	1,00		
4.2.2.2.0.0.1.4.01.00.00	Alienação de terrenos do cemitério - Dívida Ativa - Multas e Juros	1,00		
4.2.3.0.0.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos		1.500,00	
4.2.3.0.0.0.0.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais	1.500,00		
4.2.3.0.0.0.1.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Dívida Ativa	1.500,00		
4.2.3.0.0.0.1.3.00.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Dívida Ativa	1.000,00		
4.2.3.0.0.0.1.3.01.00.00	Amortização de Empréstimos Contratuais - Dívida Ativa	1.000,00		
4.2.3.0.0.0.1.4.00.00.00	Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - Dívida Ativa - Multas e Juros	500,00		
4.2.3.0.0.0.1.4.01.00.00	Contratos de Alienação de bens imóveis a prazo - Dívida Ativa - Multas e Juros	500,00		
9.0.0.0.0.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
9.1.0.0.0.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE			
9.1.1.0.0.0.0.00.00.00	Impostos e Contribuições de Melhoria		-64.820,00	
9.1.1.1.0.0.0.0.00.00.00	(R) DEDUÇÕES DA RECEITA DE IMPOSTOS		-49.820,00	
				110

Página: 13/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
9.1.1.1.8.00.0.00.00.00	(R)Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	-49.820,00		
9.1.1.1.8.01.0.00.00.00	(R)Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	-49.820,00		
9.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	-49.820,00		
9.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	(R)Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	-49.820,00		
9.1.1.1.8.01.1.1.07.00.00	Dedução de pagamento em Cota Unica - IPTU	-25.000,00		
9.1.1.1.8.01.1.1.07.01.00	Dedução pagamento em Cota Unica IPTU - 60% (próprios)	-15.000,00		
9.1.1.1.8.01.1.1.07.02.00	Dedução pagamento em Cota Unica IPTU - 25% (MDE)	-6.250,00		
9.1.1.1.8.01.1.1.07.03.00	Dedução pagamento em Cota Unica IPTU - 15% (ASPS)	-3.750,00		
9.1.1.1.8.01.1.1.08.00.00	Dedução de pagamento em Cota Unica - IPTU	-24.820,00		
9.1.1.1.8.01.1.1.08.01.00	Dedução de Imóveis Imunes - IPTU 60% (próprios)	-15.000,00		
9.1.1.1.8.01.1.1.08.02.00	Dedução de Imóveis Imunes - IPTU 25% (MDE)	-6.250,00		
9.1.1.1.8.01.1.1.08.03.00	Dedução de Imóveis Imunes - IPTU 15% (ASPS)	-3.570,00	-15.000,00	
9.1.1.2.0.00.0.00.00.00	<b>Taxas</b>			
9.1.1.2.2.00.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-15.000,00		
9.1.1.2.2.01.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-15.000,00		
9.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	-15.000,00		
9.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Dedução Cota Unica - Taxa pela Prestação de Serviços - Principal	-15.000,00		
9.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Dedução Cota Unica - Taxa de coleta de lixo	-15.000,00		
9.1.7.0.00.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE	-3.516.600,00		
9.1.7.1.0.00.0.00.00.00	(R)Transferências da União e de suas Entidades	-1.603.600,00		
9.1.7.1.8.00.0.00.00.00	(R)Transferências da União - Específica E/M			
9.1.7.1.8.01.0.00.00.00	(R)Participação na Receita da União			
9.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	-1.603.600,00		
9.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-1.601.600,00		
9.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-1.600.000,00		
9.1.7.1.8.06.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	-1.600,00		
9.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	-2.000,00		
9.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	-2.000,00		
9.1.7.2.0.00.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-2.000,00		
9.1.7.2.8.00.0.00.00.00	(R)Transferências dos Estados - Específica E/M	-1.913.000,00		
9.1.7.2.8.01.0.00.00.00	(R)Participação na Receita dos Estados	-1.913.000,00		
9.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS	-1.700.000,00		
9.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-1.700.000,00		
9.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-190.000,00		
9.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-190.000,00		
9.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	(R)Cota-Parte do ICMS - Principal	-23.000,00		

111

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 14/15  
 Data: 14/10/2019

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	(R)Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-23.000,00		
9.1.9.0.0.0.0.0.00.00.00	(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS		-55.000,00	
9.1.9.1.0.0.0.0.00.00.00	Dedução para formação do FUNSET		-55.000,00	
9.1.9.1.0.01.0.0.00.00.00	Dedução para formação do FUNSET	-55.000,00		
9.1.9.1.0.01.1.0.00.00.00	Dedução para formação do FUNSET	-55.000,00		
9.1.9.1.0.01.1.1.00.00.00	Dedução para formação do FUNSET	-55.000,00		
9.1.9.1.0.01.1.1.01.00.00	Dedução para formação do FUNSET - Polícia Militar	-17.875,00		
9.1.9.1.0.01.1.1.01.01.00	Dedução para formação do FUNSET - Polícia Civil	-17.875,00		
9.1.9.1.0.01.1.1.01.02.00	Dedução para formação do FUNSET - Paróquia Prefeitura	-19.250,00		
9.1.9.1.0.01.1.1.01.03.00				
<b>Total das receitas:</b>				<b>28.174.850,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>28.174.850,00</b>
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.0.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			
4.1.3.0.0.0.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		9.650,00	
4.1.3.2.0.0.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		9.650,00	
4.1.3.2.1.0.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias			
4.1.3.2.1.0.0.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	9.650,00		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	9.650,00		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.03.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Saúde	9.650,00		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.03.01.00	Remuneração - Recursos da Saúde - União	9.150,00		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.03.01.10	Remuneração - Piso Atenção Básica (46121)	7.000,00		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.03.01.15	Remuneração - Plantas Medicináveis Investimento (46127)	2.000,00		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.03.01.24	Remuneração - Programa de Alimentação e Nutrição (49955)	150,00		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.03.02.00	Remuneração - Recursos da Saúde - Estado	500,00		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.03.02.25	Remuneração - CIR (46129)	200,00		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.03.02.26	Remuneração - Farmácia Estadual (46089)	150,00		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.03.02.27	Remuneração - Co Finandamento (46120)	150,00		
4.1.7.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		1.175.500,00	
4.1.7.1.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		1.005.500,00	
4.1.7.1.8.0.0.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M			
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo Bloco Cust	1.005.500,00		
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo Bloco Cust	903.500,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	903.500,00		

112

Página: 15/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo	903.500,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.01.00	Piso de Atenção Básica Fixo	148.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.02.00	Estratégia Saúde da Família	171.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.03.00	Agentes Comunitários de Saúde	180.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.04.00	Saúde Bucal	53.500,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.05.00	Núcleo de Apoio da Saúde da Família - Nasf União	96.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.06.00	Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade - PMAQ	255.000,00		
4.1.7.1.8.03.2.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	34.000,00		
4.1.7.1.8.03.2.1.00.00.00	MAC Ambulatorial e Hospitalar	34.000,00		
4.1.7.1.8.03.2.1.01.00.00	MAC União	34.000,00		
4.1.7.1.8.03.2.1.01.01.00	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde	36.000,00		
4.1.7.1.8.03.3.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde - Principal	36.000,00		
4.1.7.1.8.03.3.1.00.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	36.000,00		
4.1.7.1.8.03.3.1.01.01.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	15.000,00		
4.1.7.1.8.03.3.1.01.02.00	Vigilância Sanitária	21.000,00		
4.1.7.1.8.03.4.0.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica	32.000,00		
4.1.7.1.8.03.4.1.00.00.00	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica - Principal	32.000,00		
4.1.7.1.8.03.4.1.01.00.00	Programa Farmácia Básica União	32.000,00		
4.1.7.1.8.03.4.1.01.01.00	Farmácia Básica União	32.000,00	170.000,00	
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	170.000,00		
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo	170.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo - Princ	170.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Atenção Básica	139.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	Atenção Básica	139.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.01.01.00	Cofinanciamento da atenção básica estadual	109.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.01.01.10	NASF Estadual	30.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.01.01.20	Farmácia	31.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.04.00.00	Programa Farmácia Básica Estadual	31.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.04.01.00	Programa Farmácia Básica Estadual	31.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.04.01.60		31.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>1.185.150,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>1.185.150,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>29.360.000,00</b>

12 - Anexo 02 da Lei 4320 - Receita por categoria econômica

113

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/2  
 Data: 14/10/2019

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		9.179.516,00	19.936.593,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
3.1.40.00.00.00.00.00	Transferências a Municípios		1,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		19.501,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		9.160.014,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		365.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		365.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		10.392.077,00	
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferências a União		2,00	
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferências a Estados e ao Distrito Federal		6,00	
3.3.40.00.00.00.00.00	Transferências a Municípios		70.002,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		430.033,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		10.140,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		9.675.067,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta De corrente de Op.entre Órgãos		206.827,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			3.560.994,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		3.360.994,00	
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos		2,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		6.001,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.354.991,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		200.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		200.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			30.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		30.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.000.661,00	
3.1.40.00.00.00.00.00	Transferências a Municípios		15.660,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		2.985.001,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.113.599,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		130.000,00	
3.3.40.00.00.00.00.00	Despesa por Categoria Econômica		1,00	
3.3.40.00.00.00.00.00	da Lei 4320 - Despesa por Categoria Econômica			
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu			
<b>Total das despesas:</b>				<b>23.527.587,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>23.527.587,00</b>
				5.114.260,00
				114



Página: 2/2  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		6.252,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.847.346,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta De corrente de Op.entre Órgãos		130.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			19.153,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		19.153,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		19.153,00	
<b>Total das despesas:</b>			<b>5.133.413,00</b>	<b>5.133.413,00</b>
<b>Total da entidade:</b>			<b>5.133.413,00</b>	<b>5.133.413,00</b>
<b>Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			687.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		550.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		550.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		137.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		130.000,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta De corrente de Op.entre Órgãos		7.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			12.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		12.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		12.000,00	
<b>Total das despesas:</b>			<b>699.000,00</b>	<b>699.000,00</b>
<b>Total da entidade:</b>			<b>699.000,00</b>	<b>699.000,00</b>
<b>Total geral:</b>			<b>29.360.000,00</b>	<b>29.360.000,00</b>

13 - Anexo 02 da Lei 4320 - Despesa por categoria econômica

115

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1  
 Data: 14/10/2019

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
	124 Controle Interno
	131 Comunicação Social
	331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador
6 Segurança Pública	181 Policiamento
	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	241 Assistência ao Idoso
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	122 Administração Geral
	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	304 Vigilância Sanitária
12 Educação	122 Administração Geral
	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	363 Ensino Profissional
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
	367 Educação Especial
13 Cultura	392 Difusão Cultural
14 Direitos da Cidadania	422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
	782 Transporte Rodoviário
16 Habitação	122 Administração Geral
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
20 Agricultura	606 Extensão Rural
	608 Promoção da Produção Agropecuária
22 Indústria	661 Promoção Industrial
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
	845 Outras Transferências
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

Página: 1/9  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>					
<b>Órgão: 02.00</b>	<b>Gabinete do Prefeito</b>	<b>3.000.001,00</b>	<b>19.576.131,00</b>	<b>921.455,00</b>	<b>23.527.587,00</b>
<b>Unidade: 02.01</b>	<b>Gabinete do Prefeito</b>	<b>0,00</b>	<b>1.615.002,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.615.002,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>423.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>423.000,00</b>
04	Administração		423.000,00		423.000,00
04.122	Administração Geral		423.000,00		423.000,00
04.122.0200	Administração e Coordenação (gabinete)		423.000,00		423.000,00
04.122.0200.2.201	Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do prefeito		60.000,00		60.000,00
04.122.0200.2.202	Manutenção do Gabinete do Prefeito		363.000,00		363.000,00
<b>Unidade: 02.02</b>	<b>Procuradoria Municipal</b>	<b>0,00</b>	<b>340.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>340.000,00</b>
04	Administração		340.000,00		340.000,00
04.122	Administração Geral		340.000,00		340.000,00
04.122.0200	Administração e Coordenação (gabinete)		340.000,00		340.000,00
04.122.0200.2.210	Manutenção da Procuradoria Municipal		340.000,00		340.000,00
<b>Unidade: 02.03</b>	<b>Controladoria do Município</b>	<b>0,00</b>	<b>115.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>115.000,00</b>
04	Administração		115.000,00		115.000,00
04.124	Controle Interno		115.000,00		115.000,00
04.124.0200	Administração e Coordenação (gabinete)		115.000,00		115.000,00
04.124.0200.2.230	Manutenção da Controladoria		115.000,00		115.000,00
<b>Unidade: 02.04</b>	<b>Consultoria Técnica</b>	<b>0,00</b>	<b>326.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>326.000,00</b>
04	Administração		326.000,00		326.000,00
04.122	Administração Geral		326.000,00		326.000,00
04.122.0200	Administração e Coordenação (gabinete)		326.000,00		326.000,00
04.122.0200.2.240	Manutenção da Consultoria Técnica		326.000,00		326.000,00
<b>Unidade: 02.06</b>	<b>Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
06	Segurança Pública		10.000,00		10.000,00
06.182	Defesa Civil		10.000,00		10.000,00
06.182.0202	Defesa Civil		10.000,00		10.000,00
06.182.0202.2.260	Administração e execução do Fundo de Emergência da Defesa Civil		10.000,00		10.000,00

15 - Anexo 06 da Lei 4320 - Programa de trabalho de Governo

117

Página: 2/9  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>					
<b>Órgão: 02.00 Gabinete do Prefeito</b>					
<b>Unidade: 02.07 Fundo de Defesa dos Direitos Difusos</b>					
14	Direitos da Cidadania				2,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		2,00		2,00
14.422.0200	Administração e Coordenação (gabinete)		2,00		2,00
14.422.0200.2.270	Administração e Execução do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos dos Difusos - FMDDDD		2,00		2,00
<b>Unidade: 02.08 Diretoria de Desenvolvimento Econômico... e ITL</b>					
22	Indústria	0,00	261.000,00	0,00	261.000,00
22.661	Promoção Industrial		261.000,00		261.000,00
22.661.0201	Indústria e Comércio		261.000,00		261.000,00
22.661.0201.2.280	Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e administrativa da ITL - Inc		261.000,00		261.000,00
<b>Unidade: 02.09 Conselho Tutelar</b>					
08	Assistência Social	0,00	140.000,00	0,00	140.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		140.000,00		140.000,00
08.243.0203	Assistência à criança e ao adolescente		140.000,00		140.000,00
08.243.0203.2.290	Manutenção do Conselho Tutelar		140.000,00		140.000,00
<b>Órgão: 03.00 Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão</b>					
<b>Unidade: 03.01 Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão</b>					
04	Administração				315.001,00
04.122	Administração Geral		315.001,00		315.001,00
04.122.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)		215.000,00		215.000,00
04.122.0300.2.304	Manutenção de entidades em que o Município seja associado e/ou consorciado.		215.000,00		215.000,00
04.131	Comunicação Social		100.001,00		100.001,00
04.131.0200	Administração e Coordenação (gabinete)		100.001,00		100.001,00
04.131.0200.2.305	Publicidade Institucional e de Marketing		100.001,00		100.001,00
28	Encargos Especiais			650.000,00	650.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			565.000,00	565.000,00
28.843.0000	Encargos Especiais			565.000,00	565.000,00
28.843.0000.0.302	Juros, encargos e amortização de dívidas			565.000,00	565.000,00
28.845	Outras Transferências			85.000,00	85.000,00
28.845.0000.06 da Lei 4320	Programa de trabalho de Governo			85.000,00	85.000,00
28.845.0000.0.303	Sentenças judiciais			85.000,00	85.000,00

118

Página: 3/9  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>					
<b>Órgão: 03.00 Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão</b>					
<b>Unidade: 03.01 Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão</b>					
28	Encargos Especiais	3.000.001,00	19.576.131,00	921.455,00	23.527.587,00
28.845	Outras Transferências	0,00	2.251.516,00	921.455,00	3.172.971,00
28.845.0000	Encargos Especiais	0,00	315.001,00	650.000,00	965.001,00
28.845.0000.0.303	Sentenças Judiciais			650.000,00	650.000,00
				85.000,00	85.000,00
				85.000,00	85.000,00
				85.000,00	85.000,00
<b>Unidade: 03.02 Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio</b>					
04	Administração	0,00	1.936.515,00	271.455,00	2.207.970,00
04.122	Administração Geral		1.936.512,00		1.936.512,00
04.122.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)		1.771.512,00		1.771.512,00
04.122.0300.2.302	Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		1.771.512,00		1.771.512,00
04.331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador		1.771.512,00		1.771.512,00
04.331.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)		165.000,00		165.000,00
04.331.0300.2.301	Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coordenação de Governo e Gestão		165.000,00		165.000,00
28	Encargos Especiais		3,00	271.455,00	271.458,00
28.845	Outras Transferências		3,00	271.455,00	271.458,00
28.845.0000	Encargos Especiais		3,00	271.455,00	271.455,00
28.845.0000.0.301	Contribuição ao PASEP.		3,00	271.455,00	271.455,00
28.845.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)			3,00	3,00
28.845.0300.2.302	Manutenção da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão			3,00	3,00
<b>Órgão: 04.00 Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura</b>					
<b>Unidade: 04.02 Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente</b>					
20	Agricultura	3.000.001,00	6.319.639,00	0,00	9.319.640,00
20.606	Extensão Rural	0,00	720.000,00	0,00	720.000,00
20.606.0401	Agricultura e Meio Ambiente		720.000,00		720.000,00
20.606.0401.2.420	Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de Agropecuária e Meio Ambiente		33.000,00		33.000,00
20.606.0401.2.421	Manutenção da Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente		687.000,00		687.000,00
<b>Unidade: 04.03 Fundo Municipal do Meio Ambiente</b>					
18	Gestão Ambiental	0,00	57,00	0,00	57,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		57,00		57,00
18.541.541.0000.0.000	Programa de Trabalho de Governo		57,00		57,00
18.541.0401.2.430	Administração e execução do Fundo do Meio Ambiente		57,00		57,00

119

Página: 4/9  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>					
<b>Órgão: 04.00 Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura</b>					
<b>Unidade: 04.03 Fundo Municipal do Meio Ambiente</b>					
18	Gestão Ambiental	3.000.001,00	19.576.131,00	921.455,00	23.527.587,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	3.000.001,00	6.319.639,00	0,00	9.319.640,00
18.541.0401	Agricultura e Meio Ambiente	0,00	57,00	0,00	57,00
18.541.0401.2.430	Administração e execução do Fundo do Meio Ambiente		57,00		57,00
<b>Unidade: 04.04 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro</b>					
20	Agricultura	0,00	1,00	0,00	1,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		1,00		1,00
20.608.0401	Agricultura e Meio Ambiente		1,00		1,00
20.608.0401.2.440	Administração e execução do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário/Fundeagro		1,00		1,00
<b>Unidade: 04.05 Fundo de Desenvolvimento Rural</b>					
20	Agricultura	0,00	3,00	0,00	3,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		3,00		3,00
20.608.0401	Agricultura e Meio Ambiente		3,00		3,00
20.608.0401.2.460	Administração e Execução do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR		3,00		3,00
<b>Unidade: 04.06 Sec. de Serviços - Urbanos</b>					
15	Urbanismo	3.000.001,00	2.158.576,00	0,00	5.158.577,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	3.000.001,00	2.158.576,00		5.158.577,00
15.451.0400	Serviços Integrados	3.000.001,00	1.773.375,00		4.773.376,00
15.451.0400.1.401	Construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oeste	1,00	1.773.375,00		4.773.376,00
15.451.0400.1.402	Acesso ao Loteamento Serenata, Anel Viário e Projeto Fotovoltaico	3.000.000,00	1,00		3.000.000,00
15.451.0400.2.401	Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de Serviços Integrados		1.773.374,00		1.773.374,00
15.451.0400.2.406	Manutenção dos serviços na área urbana		385.201,00		385.201,00
15.452	Serviços Urbanos		385.201,00		385.201,00
15.452.0400	Serviços Integrados		385.201,00		385.201,00
15.452.0400.2.403	Manutenção da iluminação pública		385.201,00		385.201,00

15 - Anexo 06 da Lei 4320 - Programa de trabalho de Governo

120

Página: 5/9  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>					
<b>Órgão: 04.00</b>	<b>Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura</b>				
<b>Unidade: 04.07</b>	<b>Sec. de Serviços - Rurais</b>				
15	Urbanismo				
15.782	Transporte Rodoviário		2.145.239,00		2.145.239,00
15.782.0400	Serviços Integrados		2.145.239,00		2.145.239,00
15.782.0400.2.405	Benefícios a pessoal e estagiários - Rural		150.000,00		150.000,00
15.782.0400.2.407	Manutenção dos serviços na área rural		1.995.239,00		1.995.239,00
<b>Unidade: 04.08</b>	<b>Sec. de Serviços - Prédios Públicos</b>	0,00	370.003,00	0,00	370.003,00
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana		370.003,00		370.003,00
15.451.0400	Serviços Integrados		370.003,00		370.003,00
15.451.0400.2.404	Adaptações de acessibilidade dos imóveis públicos		2,00		2,00
15.451.0400.2.408	Manutenção e conservação de prédios públicos		370.001,00		370.001,00
<b>Unidade: 04.10</b>	<b>Convênios com Policiais e Bombeiros</b>	0,00	925.760,00	0,00	925.760,00
06	Segurança Pública				
06.181	Policimento		925.760,00		925.760,00
06.181.0010	Serviços de Segurança Pública		925.760,00		925.760,00
06.181.0010.2.450	Manutenção do convênio rádio-patrolha		120.000,00		120.000,00
06.181.0010.2.451	Manutenção do convênio com o Corpo de Bombeiros		121.510,00		121.510,00
06.181.0010.2.452	Manutenção do convênio com as Polícias Civil e Militar - multas de trânsito		684.250,00		684.250,00
<b>Órgão: 06.00</b>	<b>Secretaria de Saúde e Assistência Social</b>	0,00	1.054.068,00	0,00	1.054.068,00
<b>Unidade: 06.01</b>	<b>Fundo Municipal de Assistência Social</b>	0,00	978.964,00	0,00	978.964,00
08	Assistência Social				
08.244	Assistência Comunitária		978.964,00		978.964,00
08.244.0601	Assistência Social		978.964,00		978.964,00
08.244.0601.2.601	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Assistência Social		87.000,00		87.000,00
08.244.0601.2.603	Manutenção do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social		526.961,00		526.961,00
08.244.0601.2.604	Concessão de benefícios eventuais		20.000,00		20.000,00
08.244.0601.2.606	Manutenção da Assistência Social		345.003,00		345.003,00

15 - Anexo 06 da Lei 4320 - Programa de trabalho de Governo

121

Página: 6/9  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>					
<b>Órgão: 06.00 Secretaria de Saúde e Assistência Social</b>					
<b>Unidade: 06.02 Fundo Municipal do Idoso</b>					
08	Assistência Social		63.000,00		63.000,00
08.241	Assistência ao Idoso		63.000,00		63.000,00
08.241.0601	Assistência Social		63.000,00		63.000,00
08.241.0601.2.610	Administração e execução do Fundo do Idoso		63.000,00		63.000,00
<b>Unidade: 06.04 Fundo da Infância e Adolescente - FIA</b>					
08	Assistência Social		12.101,00	0,00	12.101,00
08.243	Assistência a Criança e ao Adolescente		12.101,00		12.101,00
08.243.0603	Assistência a criança e ao adolescente		12.101,00		12.101,00
08.243.0603.2.630	Administração e execução do Fundo da Infância e Adolescência		12.101,00		12.101,00
<b>Unidade: 06.05 Fundo Municipal de Habitação</b>					
16	Habitação	0,00	3,00	0,00	3,00
16.122	Administração Geral		3,00		3,00
16.122.0605	Habitação		3,00		3,00
16.122.0605.2.640	Administração e execução do Fundo de Habitação		3,00		3,00
<b>Órgão: 07.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esportes</b>					
<b>Unidade: 07.01 Educação</b>					
12	Educação		8.335.906,00	0,00	8.335.906,00
12.122	Administração Geral		7.670.906,00	0,00	7.670.906,00
12.122.0701	Educação básica		250.002,00		250.002,00
12.122.0701.2.708	Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (Gestão / Administração)		250.002,00		250.002,00
12.306	Alimentação e Nutrição		245.300,00		245.300,00
12.306.0701	Educação básica		245.300,00		245.300,00
12.306.0701.2.704	Manutenção da merenda escolar - Creche		77.090,00		77.090,00
12.306.0701.2.705	Manutenção da merenda escolar - Pré escola		64.448,00		64.448,00
12.306.0701.2.706	Manutenção da merenda escolar - Fundamental		103.762,00		103.762,00
12.361	Ensino Fundamental		4.283.211,00		4.283.211,00
12.361.0701	Educação básica		4.283.211,00		4.283.211,00
12.361.0701.2.703	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamental		500.000,00		500.000,00
12.361.0701.2.706	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Fundamental		175.001,00		175.001,00
12.361.0701.2.711	Manutenção da Educação - Fundamental		2.857.610,00		2.857.610,00

122



Página: 7/9  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>					
<b>Órgão: 07.00</b>	<b>Secretaria da Educação, Cultura e Esportes</b>				
<b>Unidade: 07.01</b>	<b>Educação</b>	3.000.001,00	19.576.131,00	921.455,00	23.527.587,00
12	Educação				8.335.906,00
12.361	Ensino Fundamental				7.670.906,00
12.361.0701	Educação básica				7.670.906,00
12.361.0701.2.712	Manutenção do Transporte Escolar - educação básica				7.670.906,00
12.363	Ensino Profissional				7.670.906,00
12.363.0702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico				7.670.906,00
12.363.0702.2.721	Manutenção do ensino profissionalizante				7.670.906,00
12.364	Ensino Superior				7.670.906,00
12.364.0702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico				7.670.906,00
12.364.0702.2.720	Manutenção do Transporte Escolar - ensino superior				7.670.906,00
12.365	Educação Infantil				7.670.906,00
12.365.0701	Educação básica				7.670.906,00
12.365.0701.2.701	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Creche				7.670.906,00
12.365.0701.2.702	Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - Pré Escolar				7.670.906,00
12.365.0701.2.704	Manutenção da merenda escolar - Creche				7.670.906,00
12.365.0701.2.705	Manutenção da merenda escolar - Pré escola				7.670.906,00
12.365.0701.2.709	Manutenção da Educação - Creche				7.670.906,00
12.365.0701.2.710	Manutenção da Educação - Pré escola				7.670.906,00
12.367	Educação Especial				7.670.906,00
12.367.0703	Atendimento aos deficientes físicos e mentais				7.670.906,00
12.367.0703.2.722	Atendimento aos deficientes físicos e mentais				7.670.906,00
<b>Unidade: 07.02</b>	<b>Esportes</b>	0,00	455.000,00	0,00	455.000,00
27	Desporto e Lazer				455.000,00
27.812	Desporto Comunitário				455.000,00
27.812.0704	Esporte				455.000,00
27.812.0704.2.730	Manutenção da Diretoria de Esportes				455.000,00
<b>Unidade: 07.03</b>	<b>Cultura</b>	0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
13	Cultura				120.000,00
13.392	Difusão Cultural				120.000,00
13.392.0706	Cultura				120.000,00
13.392.0706.2.740	Programa de incentivo à cultura, preservação do patrimônio, Resgate da memória e Promoção do comércio local				120.000,00

123

Página: 8/9  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>					
<b>Órgão: 07.00</b>	<b>Secretaria da Educação, Cultura e Esportes</b>				
<b>Unidade: 07.04</b>	<b>Fundo Municipal da Cultura</b>	3.000.001,00	19.576.131,00	921.455,00	23.527.587,00
		0,00	8.335.906,00	0,00	8.335.906,00
		0,00	90.000,00	0,00	90.000,00
13	Cultura		90.000,00		90.000,00
13.392	Difusão Cultural		90.000,00		90.000,00
13.392.0706	Cultura		90.000,00		90.000,00
13.392.0706.2.750	Administração e execução do Fundo da Cultura		90.000,00		90.000,00
<b>Órgão: 99.00</b>	<b>Reserva de Contingência</b>	0,00	0,00	0,00	30.000,00
<b>Unidade: 99.99</b>	<b>Reserva de Contingência</b>	0,00	0,00	0,00	30.000,00
99	Reserva de Contingência				30.000,00
99.999	Reserva de Contingência				30.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				30.000,00
99.999.9999.9.999	Reserva de Contingência				30.000,00
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA</b>					
<b>Órgão: 05.00</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>	0,00	5.133.413,00	0,00	5.133.413,00
<b>Unidade: 05.01</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>	0,00	5.133.413,00	0,00	5.133.413,00
10	Saúde		5.133.413,00		5.133.413,00
10.122	Administração Geral		275.200,00		275.200,00
10.122.0500	Saúde		275.200,00		275.200,00
10.122.0500.2.504	Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Administração)		275.200,00		275.200,00
10.301	Atenção Básica		4.289.213,00		4.289.213,00
10.301.0500	Saúde		4.289.213,00		4.289.213,00
10.301.0500.2.501	Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Saúde		425.000,00		425.000,00
10.301.0500.2.502	Manutenção do bloco da Atenção Básica		3.357.151,00		3.357.151,00
10.301.0500.2.503	Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade		21.912,00		21.912,00
10.301.0500.2.506	Assistência Farmacêutica de Atenção Básica		485.150,00		485.150,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		464.000,00		464.000,00
10.302.0500	Saúde		464.000,00		464.000,00
10.302.0500.2.503	Manutenção do bloco de Média e Alta Complexidade		374.000,00		374.000,00
10.302.0500.2.507	Assistência Farmacêutica de Média Complexidade		90.000,00		90.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		105.000,00		105.000,00
10.304.0500	Saúde		105.000,00		105.000,00
10.304.0500.2.505	Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológica		90.000,00		90.000,00
10.304.0500.2.506	Manutenção do trabalho de Governo		15.000,00		15.000,00

124

Página: 9/9  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>					
<b>Órgão: 01.00 Câmara Municipal de Vereadores</b>					
<b>Unidade: 01.01 Câmara Municipal de Vereadores</b>					
01	Legislativa	0,00	699.000,00	0,00	699.000,00
01.031	Ação Legislativa	0,00	699.000,00	0,00	699.000,00
01.031.0100	Processo Legislativo	0,00	699.000,00	0,00	699.000,00
01.031.0100.2.101	Manutenção da Câmara de Vereadores		699.000,00		699.000,00
<b>Total geral:</b>					<b>29.360.000,00</b>

15 - Anexo 06 da Lei 4320 - Programa de trabalho de Governo

125

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/3  
 Data: 14/10/2019

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		699.000,00		699.000,00
01.031	Ação Legislativa		699.000,00		699.000,00
01.031.0100	Processo Legislativo		699.000,00		699.000,00
04	Administração		3.455.513,00		3.455.513,00
04.122	Administração Geral		3.075.512,00		3.075.512,00
04.122.0200	Administração e Coordenação (gabinete)		1.089.000,00		1.089.000,00
04.122.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)		1.986.512,00		1.986.512,00
04.124	Controle Interno		115.000,00		115.000,00
04.124.0200	Administração e Coordenação (gabinete)		115.000,00		115.000,00
04.131	Comunicação Social		100.001,00		100.001,00
04.131.0200	Administração e Coordenação (gabinete)		100.001,00		100.001,00
04.331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador		165.000,00		165.000,00
04.331.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)		165.000,00		165.000,00
06	Segurança Pública		935.760,00		935.760,00
06.181	Policimento		925.760,00		925.760,00
06.181.0010	Serviços de Segurança Pública		925.760,00		925.760,00
06.182	Defesa Civil		10.000,00		10.000,00
06.182.0202	Defesa Civil		10.000,00		10.000,00
08	Assistência Social		1.194.065,00		1.194.065,00
08.241	Assistência ao Idoso		63.000,00		63.000,00
08.241.0601	Assistência Social		63.000,00		63.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		152.101,00		152.101,00
08.243.0203	Assistência a criança e ao adolescente		140.000,00		140.000,00
08.243.0603	Assistência a criança e ao adolescente		12.101,00		12.101,00
08.244	Assistência Comunitária		978.964,00		978.964,00
08.244.0601	Assistência Social		978.964,00		978.964,00
10	Saúde		5.133.413,00		5.133.413,00
10.122	Administração Geral		275.200,00		275.200,00
10.122.0500	Saúde		275.200,00		275.200,00
10.301	Atenção Básica		4.289.213,00		4.289.213,00
10.301.0500	Saúde		4.289.213,00		4.289.213,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		464.000,00		464.000,00
10.302.0500	Saúde		464.000,00		464.000,00
10.304	Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por ação		105.000,00		105.000,00
10.304.0500	Saúde		105.000,00		105.000,00

126

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Página: 2/3  
 Data: 14/10/2019

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde		5.133.413,00		5.133.413,00
10.304	Vigilância Sanitária		105.000,00		105.000,00
10.304.0500	Saúde		105.000,00		105.000,00
12	Educação		7.670.906,00		7.670.906,00
12.122	Administração Geral		250.002,00		250.002,00
12.122.0701	Educação básica		250.002,00		250.002,00
12.306	Alimentação e Nutrição		245.300,00		245.300,00
12.306.0701	Educação básica		245.300,00		245.300,00
12.361	Ensino Fundamental		4.283.211,00		4.283.211,00
12.361.0701	Educação básica		4.283.211,00		4.283.211,00
12.363	Ensino Profissional		95.000,00		95.000,00
12.363.0702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico		95.000,00		95.000,00
12.364	Ensino Superior		100.000,00		100.000,00
12.364.0702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico		100.000,00		100.000,00
12.365	Educação Infantil		2.627.393,00		2.627.393,00
12.365.0701	Educação básica		2.627.393,00		2.627.393,00
12.367	Educação Especial		70.000,00		70.000,00
12.367.0703	Atendimento aos deficientes físicos e mentais		70.000,00		70.000,00
13	Cultura		210.000,00		210.000,00
13.392	Difusão Cultural		210.000,00		210.000,00
13.392.0706	Cultura		210.000,00		210.000,00
14	Direitos da Cidadania		2,00		2,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		2,00		2,00
14.422.0200	Administração e Coordenação (gabinete)		2,00		2,00
15	Urbanismo				
15.451	Infra-Estrutura Urbana	3.000.001,00	4.673.818,00		7.673.819,00
15.451.0400	Serviços Integrados	3.000.001,00	2.143.378,00		5.143.379,00
15.452	Serviços Urbanos	3.000.001,00	2.143.378,00		5.143.379,00
15.452.0400	Serviços Integrados		385.201,00		385.201,00
15.782	Transporte Rodoviário		385.201,00		385.201,00
15.782.0400	Serviços Integrados		2.145.239,00		2.145.239,00
16	Habitação				
16.126 - Anexo 07 da Lei 4320/64	Planejamento das funções, subfunções e programas por ação		3,00		3,00
16.126.0605	Habitação		3,00		3,00
					127

Página: 3/3  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
16	Habitação		3,00		3,00
16.122	Administração Geral		3,00		3,00
16.122.0605	Habitação		3,00		3,00
18	Gestão Ambiental		57,00		57,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		57,00		57,00
18.541.0401	Agricultura e Meio Ambiente		57,00		57,00
20	Agricultura		720.004,00		720.004,00
20.606	Extensão Rural		720.000,00		720.000,00
20.606.0401	Agricultura e Meio Ambiente		720.000,00		720.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária		4,00		4,00
20.608.0401	Agricultura e Meio Ambiente		4,00		4,00
22	Indústria		261.000,00		261.000,00
22.661	Promoção Industrial		261.000,00		261.000,00
22.661.0201	Indústria e Comércio		261.000,00		261.000,00
27	Desporto e Lazer		455.000,00		455.000,00
27.812	Desporto Comunitário		455.000,00		455.000,00
27.812.0704	Esporte		455.000,00		455.000,00
28	Encargos Especiais		921.455,00	921.455,00	921.458,00
28.843	Serviço da Dívida Interna		3,00		565.000,00
28.843.0000	Encargos Especiais			565.000,00	565.000,00
28.845	Outras Transferências		3,00		356.458,00
28.845.0000	Encargos Especiais			356.455,00	356.455,00
28.845.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)		3,00		3,00
99	Reserva de Contingência				30.000,00
99.999	Reserva de Contingência				30.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				30.000,00
<b>Total:</b>		<b>3.000.001,00</b>	<b>25.408.544,00</b>	<b>921.455,00</b>	<b>29.360.000,00</b>
<b>Total geral:</b>		<b>3.000.001,00</b>	<b>25.408.544,00</b>	<b>921.455,00</b>	<b>29.360.000,00</b>

16 - Anexo 07 da Lei 4320 - Demonstrativo funções, subfunções e programas por ação

128

Página: 1/3  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	699.000,00		699.000,00
01.031	Ação Legislativa	699.000,00		699.000,00
01.031.0100	Processo Legislativo	699.000,00		699.000,00
04	Administração	3.409.001,00	46.512,00	3.455.513,00
04.122	Administração Geral	3.029.000,00	46.512,00	3.075.512,00
04.122.0200	Administração e Coordenação (gabinete)	1.089.000,00		1.089.000,00
04.122.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)	1.940.000,00	46.512,00	1.986.512,00
04.124	Controle Interno	115.000,00		115.000,00
04.124.0200	Administração e Coordenação (gabinete)	115.000,00		115.000,00
04.131	Comunicação Social	100.001,00		100.001,00
04.131.0200	Administração e Coordenação (gabinete)	100.001,00		100.001,00
04.331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	165.000,00		165.000,00
04.331.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)	165.000,00		165.000,00
06	Segurança Pública	10.000,00	925.760,00	935.760,00
06.181	Policimento		925.760,00	925.760,00
06.181.0010	Serviços de Segurança Pública		925.760,00	925.760,00
06.182	Defesa Civil	10.000,00		10.000,00
06.182.0202	Defesa Civil	10.000,00		10.000,00
08	Assistência Social	1.011.054,00	183.011,00	1.194.065,00
08.241	Assistência ao Idoso	62.899,00	101,00	63.000,00
08.241.0601	Assistência Social	62.899,00	101,00	63.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	147.051,00	5.050,00	152.101,00
08.243.0203	Assistência a criança e ao adolescente	140.000,00		140.000,00
08.243.0603	Assistência a criança e ao adolescente	7.051,00	5.050,00	12.101,00
08.244	Assistência Comunitária	801.104,00	177.860,00	978.964,00
08.244.0601	Assistência Social	801.104,00	177.860,00	978.964,00
10	Saúde	3.948.263,00	1.185.150,00	5.133.413,00
10.122	Administração Geral	275.000,00	200,00	275.200,00
10.122.0500	Saúde	275.000,00	200,00	275.200,00
10.301	Atenção Básica	3.174.263,00	1.114.950,00	4.289.213,00
10.301.0500	Saúde	3.174.263,00	1.114.950,00	4.289.213,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	430.000,00	34.000,00	464.000,00
10.302.0500	Saúde	430.000,00	34.000,00	464.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	69.000,00	36.000,00	105.000,00
10.304.0500	Saúde	69.000,00	36.000,00	105.000,00

17 - Anexo 08 da Lei 4320 - Despesa por funções, subfunções e programas por vínculo de recurso

129

Página: 2/3  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	2.986.005,00	4.684.901,00	7.670.906,00
12.122	Administração Geral	250.002,00		250.002,00
12.122.0701	Educação básica	250.002,00		250.002,00
12.306	Alimentação e Nutrição	155.000,00	90.300,00	245.300,00
12.306.0701	Educação básica	155.000,00	90.300,00	245.300,00
12.361	Ensino Fundamental	1.396.001,00	2.887.210,00	4.283.211,00
12.361.0701	Educação básica	1.396.001,00	2.887.210,00	4.283.211,00
12.363	Ensino Profissional	94.999,00	1,00	95.000,00
12.363.0702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	94.999,00	1,00	95.000,00
12.364	Ensino Superior	100.000,00		100.000,00
12.364.0702	Ações voltadas ao Ensino Superior e Técnico	100.000,00		100.000,00
12.365	Educação Infantil	920.003,00	1.707.390,00	2.627.393,00
12.365.0701	Educação básica	920.003,00	1.707.390,00	2.627.393,00
12.367	Educação Especial	70.000,00		70.000,00
12.367.0703	Atendimento aos deficientes físicos e mentais	70.000,00		70.000,00
13	Cultura	210.000,00		210.000,00
13.392	Difusão Cultural	210.000,00		210.000,00
13.392.0706	Cultura	210.000,00		210.000,00
14	Direitos da Cidadania	2,00		2,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	2,00		2,00
14.422.0200	Administração e Coordenação (gabinete)	2,00		2,00
15	Urbanismo	3.778.874,00	3.894.945,00	7.673.819,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	1.950.004,00	3.193.375,00	5.143.379,00
15.451.0400	Serviços Integrados	1.950.004,00	3.193.375,00	5.143.379,00
15.452	Serviços Urbanos		385.201,00	385.201,00
15.452.0400	Serviços Integrados		385.201,00	385.201,00
15.782	Transporte Rodoviário	1.828.870,00	316.369,00	2.145.239,00
15.782.0400	Serviços Integrados	1.828.870,00	316.369,00	2.145.239,00
16	Habituação	3,00		3,00
16.122	Administração Geral	3,00		3,00
16.122.0605	Habituação	3,00		3,00
18	Gestão Ambiental		57,00	57,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		57,00	57,00
18.541.0401	Agricultura e Meio Ambiente		57,00	57,00

17 - Anexo 08 da Lei 4320 - Despesa por funções, subfunções e programas por vínculo de recurso

130



Página: 3/3  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
20	Agricultura	720.004,00		720.004,00
20.606	Extensão Rural	720.000,00		720.000,00
20.606.0401	Agricultura e Meio Ambiente	720.000,00		720.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	4,00		4,00
20.608.0401	Agricultura e Meio Ambiente	4,00		4,00
22	Indústria	261.000,00		261.000,00
22.661	Promoção Industrial	261.000,00		261.000,00
22.661.0201	Indústria e Comércio	261.000,00		261.000,00
27	Desporto e Lazer	455.000,00		455.000,00
27.812	Desporto Comunitário	455.000,00		455.000,00
27.812.0704	Esporte	455.000,00		455.000,00
28	Encargos Especiais	920.003,00	1.455,00	921.458,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	56.500,00		56.500,00
28.843.0000	Encargos Especiais	56.500,00		56.500,00
28.845	Outras Transferências	355.003,00	1.455,00	356.458,00
28.845.0000	Encargos Especiais	355.000,00	1.455,00	356.455,00
28.845.0300	Administração e Coordenação (Secretaria)	3,00		3,00
99	Reserva de Contingência			30.000,00
99.999	Reserva de Contingência			30.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			30.000,00
<b>Total:</b>		<b>18.438.209,00</b>	<b>10.921.791,00</b>	<b>29.360.000,00</b>
<b>Total geral:</b>		<b>18.438.209,00</b>	<b>10.921.791,00</b>	<b>29.360.000,00</b>

17 - Anexo 08 da Lei 4320 - Despesa por funções, subfunções e programas por vínculo de recurso

131

Página: 1/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	1.204.000,00	0,00	10.000,00
03.00 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		0,00	0,00	0,00	2.251.513,00	0,00	0,00
04.00 - Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	925.760,00
06.00 - Secretaria de Saúde e Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.455.513,00</b>	<b>0,00</b>	<b>935.760,00</b>

18 - Anexo 09 da Lei 4320 - Despesa por órgão e função

132

Página: 2/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - Secretaria de Saúde e Assistência Social		0,00	1.054.065,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.670.906,00
99.00 - Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>1.194.065,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.670.906,00</b>

18 - Anexo 09 da Lei 4320 - Despesa por órgão e função

133

Página: 3/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutur		0,00	0,00	7.673.819,00	0,00	0,00	57,00
06.00 - Secretaria de Saúde e Assistência Social		0,00	0,00	0,00	3,00	0,00	0,00
07.00 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes		210.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>210.000,00</b>	<b>2,00</b>	<b>7.673.819,00</b>	<b>3,00</b>	<b>0,00</b>	<b>57,00</b>

18 - Anexo 09 da Lei 4320 - Despesa por órgão e função

134

Página: 4/15

Data: 14/10/2019

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA							
Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	261.000,00	0,00	0,00
03.00 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutur		0,00	720.004,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - Secretaria de Saúde e Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	720.004,00	0,00	261.000,00	0,00	0,00

Página: 5/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.615.002,00
03.00 - Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão		0,00	0,00	0,00	921.458,00	0,00	3.172.971,00
04.00 - Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.319.640,00
06.00 - Secretaria de Saúde e Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.054.068,00
07.00 - Secretaria da Educação, Cultura e Esportes		0,00	0,00	455.000,00	0,00	0,00	8.335.906,00
99.00 - Reserva de Contingência		0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>455.000,00</b>	<b>921.458,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>23.527.587,00</b>

18 - Anexo 09 da Lei 4320 - Despesa por órgão e função

136

Página: 6/15

Data: 14/10/2019

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA							
Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
05.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página: 7/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
05.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	5.133.413,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.133.413,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

18 - Anexo 09 da Lei 4320 - Despesa por órgão e função

138



Página: 8/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
05.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

18 - Anexo 09 da Lei 4320 - Despesa por órgão e função

139

Página: 9/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
05.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

18 - Anexo 09 da Lei 4320 - Despesa por órgão e função

140

Página: 10/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
05.00 - Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.133.413,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.133.413,00</b>

18 - Anexo 09 da Lei 4320 - Despesa por órgão e função

141

Página: 11/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - Camara Municipal de Vereadores		699.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>699.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

18 - Anexo 09 da Lei 4320 - Despesa por órgão e função

142

Página: 12/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - Camara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

18 - Anexo 09 da Lei 4320 - Despesa por órgão e função

143

Página: 13/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - Camara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

18 - Anexo 09 da Lei 4320 - Despesa por órgão e função

144

Página: 14/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - Camara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

18 - Anexo 09 da Lei 4320 - Despesa por órgão e função

145

Página: 15/15  
Data: 14/10/2019

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - Camara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	699.000,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>699.000,00</b>
	<b>Total geral:</b>						<b>29.360.000,00</b>

18 - Anexo 09 da Lei 4320 - Despesa por órgão e função

146



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Página: 1/3  
 Data: 14/10/2019

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	31.811.270,00	04 - Administração	3.455.513,00
41 - Receitas Correntes	28.764.758,00	06 - Segurança Pública	935.760,00
42 - Receitas de Capital	3.046.512,00	08 - Assistência Social	1.194.065,00
9 - DEDUÇÕES DA RECEITA E RECURSOS ARRECA	-3.636.420,00	12 - Educação	7.670.906,00
91 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.636.420,00	13 - Cultura	210.000,00
		14 - Direitos da Cidadania	2,00
		15 - Urbanismo	7.673.819,00
		16 - Habitação	3,00
		18 - Gestão Ambiental	57,00
		20 - Agricultura	720.004,00
		22 - Indústria	261.000,00
		27 - Desporto e Lazer	455.000,00
		28 - Encargos Especiais	921.458,00
		99 - Reserva de Contingência	30.000,00
<b>Subtotal:</b>	<b>28.174.850,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>23.527.587,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>Total:</b>	<b>28.174.850,00</b>	<b>Total:</b>	<b>23.527.587,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Página: 2/3  
Data: 14/10/2019

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS	1.185.150,00	10 - Saúde	5.133.413,00
41 - Receitas Correntes	1.185.150,00		
<b>Subtotal:</b>	<b>1.185.150,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>5.133.413,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>Total:</b>	<b>1.185.150,00</b>	<b>Total:</b>	<b>5.133.413,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

Página: 3/3  
Data: 14/10/2019

Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA

Receitas	Valor	Despesas	Valor
		01 - Legislativa	699.000,00
<b>Subtotal:</b>	<b>0,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>699.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>Total:</b>	<b>699.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Página: 1/3  
 Data: 14/10/2019

**Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Gabinete do Prefeito	1.613.994,00	1.008,00	1.615.002,00
Gabinete do Prefeito	422.998,00	2,00	423.000,00
Procuradoria Municipal	339.999,00	1,00	340.000,00
Controladoria do Município	114.999,00	1,00	115.000,00
Consultoria Técnica	325.999,00	1,00	326.000,00
Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil	9.999,00	1,00	10.000,00
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	1,00	1,00	2,00
Diretoria de Desenvolvimento Econômico... e ITL	260.999,00	1,00	261.000,00
Conselho Tutelar	139.000,00	1.000,00	140.000,00
Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	2.920.458,00	252.513,00	3.172.971,00
Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão	759.000,00	206.001,00	965.001,00
Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio	2.161.458,00	46.512,00	2.207.970,00
Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura	6.071.479,00	3.248.161,00	9.319.640,00
Subsecretaria de Agropecuária e Meio Ambiente	715.000,00	5.000,00	720.000,00
Fundo Municipal do Meio Ambiente	56,00	1,00	57,00
Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária/Fundeagro	1,00	0,00	1,00
Fundo de Desenvolvimento Rural	2,00	1,00	3,00
Sec. de Serviços - Urbanos	1.993.379,00	3.165.198,00	5.158.577,00
Sec. de Serviços - Rurais	2.135.239,00	10.000,00	2.145.239,00
Sec. de Serviços - Prédios Públicos	350.002,00	20.001,00	370.003,00
Convênios com Policiais e Bombeiros	877.800,00	47.960,00	925.760,00
Secretaria de Saúde e Assistência Social	1.036.764,00	17.304,00	1.054.068,00
Fundo Municipal de Assistência Social	961.663,00	17.301,00	978.964,00
Fundo Municipal do Idoso	62.999,00	1,00	63.000,00
Fundo da Infância e Adolescente - FIA	12.100,00	1,00	12.101,00
Fundo Municipal de Habitação	2,00	1,00	3,00
Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	8.293.898,00	42.008,00	8.335.906,00
Educação	7.639.900,00	31.006,00	7.670.906,00
Esportes	445.000,00	10.000,00	455.000,00
Cultura	119.000,00	1.000,00	120.000,00
Fundo Municipal da Cultura	89.998,00	2,00	90.000,00
Reserva de Contingência			30.000,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	30.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>19.936.593,00</b>	<b>3.560.994,00</b>	<b>23.527.587,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**Página: 2/3  
Data: 14/10/2019

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

**Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Fundo Municipal de Saúde	5.114.260,00	19.153,00	5.133.413,00
Fundo Municipal de Saúde	5.114.260,00	19.153,00	5.133.413,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>5.114.260,00</b>	<b>19.153,00</b>	<b>5.133.413,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**Página: 3/3  
Data: 14/10/2019

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

**Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Camara Municipal de Vereadores	687.000,00	12.000,00	699.000,00
Camara Municipal de Vereadores	687.000,00	12.000,00	699.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>687.000,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>699.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>	<b>25.737.853,00</b>	<b>3.592.147,00</b>	<b>29.360.000,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 1/4  
 Data: 14/10/2019

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA</b>			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes	28.764.758,00	<b>PROGRAMA: 0000 - Encargos Especiais</b>	<b>921.455,00</b>
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - Receitas de Capital	3.046.512,00	PROJETO/ATIVIDADE	
9.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - DEDUÇÕES DA RECEITA C	-3.636.420,00	0301 Contribuição ao PASEP.	271.455,00
		0302 Juros, encargos e amortização de dívidas	565.000,00
		0303 Sentenças judiciais	85.000,00
		<b>PROGRAMA: 0010 - Serviços de Segurança Pública</b>	<b>925.760,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2450 Manutenção do convênio rádio-patrolha	120.000,00
		2451 Manutenção do convênio com o Corpo de Bombe	121.510,00
		2452 Manutenção do convênio com as Polícias Civil e I	684.250,00
		<b>PROGRAMA: 0200 - Administração e Coordenação (gab</b>	<b>1.304.003,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2201 Benefícios a pessoal e estagiários - Gabinete do p	60.000,00
		2202 Manutenção do Gabinete do Prefeito	363.000,00
		2210 Manutenção da assessoria jurídica	340.000,00
		2230 Manutenção da Controladoria	115.000,00
		2240 Manutenção da Diretoria de Planejamento	326.000,00
		2270 Administração e Execução do Fundo Municipal de	2,00
		2305 Publicidade Institucional e de Marketing	100.001,00
		<b>PROGRAMA: 0201 - Indústria e Comércio</b>	<b>261.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2280 Manutenção da Diretoria de Desenvolvimento Ecc	261.000,00
		<b>PROGRAMA: 0202 - Defesa Civil</b>	<b>10.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2260 Administração e execução do Fundo de Emergên	10.000,00
		<b>PROGRAMA: 0203 - Assistência a criança e ao adolesc</b>	<b>140.000,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2290 Manutenção do Conselho Tutelar	140.000,00
		<b>PROGRAMA: 0300 - Administração e Coordenação (Sec</b>	<b>2.151.515,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2301 Benefícios a pessoal e estagiários - Sec. de Coor	165.000,00
		2302 Manutenção da Secretaria de Coordenação de Gc	1.771.515,00
		2304 Manutenção de entidades em que o Município sej	215.000,00
		<b>PROGRAMA: 0400 - Serviços Integrados</b>	<b>7.673.819,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1401 Construção de ponte entre Luzerna e Herval d'Oe	1,00
		1402 Acesso ao Loteamento Serenata	3.000.000,00
		2401 Benefícios a pessoal e estagiários - Secretaria de	1,00
		2403 Manutenção da iluminação pública	385.201,00
		2404 Adaptações de acessibilidade dos imóveis públic	2,00
		2405 Benefícios a pessoal e estagiários - Rural	150.000,00
		2406 Manutenção dos serviços na área urbana	1.773.374,00
		2407 Manutenção dos serviços na área rural	1.995.239,00
		2408 Manutenção e conservação de prédios públicos	370.001,00
		<b>PROGRAMA: 0401 - Agricultura e Meio Ambiente</b>	<b>720.061,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2420 Benefícios a pessoal e estagiários - Subsec. de A	33.000,00
		2421 Manutenção da Subsecretaria de Agricultura e Me	687.000,00
		2430 Administração e execução do Fundo do Meio Amt	57,00
		2440 Administração e execução do Fundo de Desenvol	1,00
		2460 Administração e Execução do Fundo Municipal de	3,00
		<b>PROGRAMA: 0601 - Assistência Social</b>	<b>1.041.964,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2601 Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Ass	87.000,00
		2603 Manutenção do CRAS - Centro de Referência de,	526.961,00
		2604 Concessão de benefícios eventuais	20.000,00

21 - Anexo da Lei 4320 - Demonstrativo da Receita e plano de aplicação

153

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 2/4  
 Data: 14/10/2019

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR	
		PROGRAMA: 0601 - Assistência Social	1.041.964,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		2606 Manutenção da Assistência Social	345.003,00	
		2610 Administração e execução do Fundo do Idoso	63.000,00	
		PROGRAMA: 0603 - Assistência a criança e ao adolesce	12.101,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		2630 Administração e execução do Fundo da Infância e	12.101,00	
		PROGRAMA: 0605 - Habitação	3,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		2640 Administração e execução do Fundo de Habitação	3,00	
		PROGRAMA: 0701 - Educação básica	7.405.906,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		2701 Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - C	370.000,00	
		2702 Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - P	140.000,00	
		2703 Benefícios a pessoal e estagiários - Educação - F	500.000,00	
		2704 Manutenção da merenda escolar - Creche	127.091,00	
		2705 Manutenção da merenda escolar - Pré escola	114.449,00	
		2706 Manutenção da merenda escolar - Fundamental	278.763,00	
		2708 Manutenção da Secretaria de Educação, Cultura	250.002,00	
		2709 Manutenção da Educação - Creche	1.291.190,00	
		2710 Manutenção da Educação - Pré escola	726.201,00	
		2711 Manutenção da Educação - Fundamental	2.857.610,00	
		2712 Manutenção do Transporte Escolar - educação bá	750.600,00	
		PROGRAMA: 0702 - Ações voltadas ao Ensino Superior	195.000,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		2720 Manutenção do Transporte Escolar - ensino super	100.000,00	
		2721 Manutenção do ensino profissionalizante	95.000,00	
		PROGRAMA: 0703 - Atendimento aos deficientes físico	70.000,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		2722 Atendimento aos deficientes físicos e mentais	70.000,00	
		PROGRAMA: 0704 - Esporte	455.000,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		2730 Manutenção da Diretoria de Esportes	455.000,00	
		PROGRAMA: 0706 - Cultura	210.000,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		2740 Apoio para a Difusão Cultural, Resgate da Memór	120.000,00	
		2750 Administração e execução do Fundo da Cultura	90.000,00	
		PROGRAMA: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	
		PROJETO/ATIVIDADE		
		9999 Reserva de Contingência	30.000,00	
	SUBTOTAL	28.174.850,00	SUBTOTAL	23.527.587,00
	Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
	TOTAL	28.174.850,00	TOTAL	23.527.587,00



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 3/4

Data: 14/10/2019

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
<b>Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LUZERNA</b>			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00 - Receitas Correntes	1.185.150,00	<b>PROGRAMA: 0500 - Saúde</b>	<b>5.133.413,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2501 Benefícios a pessoal e estagiários - Fundo de Sai	425.000,00
		2502 Manutenção do bloco da Atenção Básica	3.357.151,00
		2503 Manutenção do bloco de Média e Alta Complexida	395.912,00
		2504 Manutenção da Secretaria de Saúde (Gestão / Ad	275.200,00
		2505 Manutenção da Vigilância Sanitária e Epidemiológ	90.000,00
		2506 Assistência Farmacêutica de Atenção Básica	485.150,00
		2507 Assistência Farmacêutica de Média Complexidad	90.000,00
		2511 Bem-Estar Animal	15.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.185.150,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>5.133.413,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	0,00	Transferências Financeiras Concedidas	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.185.150,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>5.133.413,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Página: 4/4  
Data: 14/10/2019

RECEITA	VALOR	APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR
Entidade: 5 - CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA			
		PROGRAMA: 0100 - Processo Legislativo	699.000,00
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2101 Manutenção da Câmara de Vereadores	699.000,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	699.000,00
		Transferências Financeiras Concedidas	0,00
TOTAL	0,00	TOTAL	699.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE  
LUZERNA

### **RESOLUÇÃO DO CMAS Nº 003/2019**

Dispõe sobre a aprovação do Plano de aplicação dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social- 2019, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA-CMAS, no uso de suas competências legais e regimentais, consoante Decreto municipal de 2621 de 07 agosto de 2019, em sua Reunião Ordinária de 30 de Setembro de 2019 e, Considerando que o Fundo Municipal de Assistência Social é fiscalizado pelo Conselho Municipal de assistência social;

Considerado que é de competência do Conselho Municipal de Assistência Social elaborar anualmente o PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO, de acordo com os objetivos, metas e ações definidas na política Municipal de Assistência Social, e sedimentado com base nas deliberações da última Conferência Municipal de Assistência Social - 2019;

#### **Resolve:**

Art. 1º Fica aprovado o Plano Anual de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, na forma do ANEXO I, desta Resolução.

Aet. 2º A Presente Resolução segue acostada pela Ata de Reunião assinada pelos membros do Colegiado do Conselho, presentes a esta sessão em que foi aprovada, por “Quórum Qualificado”, a sua redação final, e entrará em vigor após a sua publicação.

Luzerna, 30 de setembro de 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

**ANEXO 01- PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FMAS**

<b>AÇÃO</b>	<b>PRAZO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>Valor</b>
ATIVIDADE DE FÉRIAS COM OS GRUPOS DO SCFV	Janeiro de 2020	Assistência Social	R\$8.000,00
AÇÃO COMUNITÁRIA PAIF COM TODAS AS FAMÍLIAS	Março 2020	Assistência Social	R\$2.000,00
AÇÕES COMUNITÁRIAS (Combate a violência e Exploração Sexual Infanto-juvenil)	Maio 2020	Assistência Social	R\$3.000,00
AÇÕES COMUNITÁRIAS DIVERSAS (ENCONTRO INTERGERACIONAL-COM CRIANÇAS, MULHERES E IDOSOS E FAMÍLIAS, ETC)	Junho de 2020	Assistência Social	R\$5.000,00
OFICINA PAIF A NOITE COM TODOS OS FAMILIARES (O papel do Pai na Família)	Agosto 2020	Assistência Social	R\$ 3.000,00
GINCANA DA FAMÍLIA	Outubro 2020	Assistência Social	R\$4.000,00
16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	Novembro 2020	Assistência Social	R\$2.000,00
AÇÃO COMUNITÁRIA DE ENCERRAMENTO DO PAIF	Dezembro 2020	Assistência Social	R\$3.000,00
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS	Janeiro a dezembro de 2020	Assistência Social	R\$154.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

GRUPOS DO PAIF E DO SCFV			
MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA	Janeiro a dezembro de 2020	Assistência Social	R\$76.500,00
CONVÊNIO ABRIGO FREI BRUNO	Janeiro a dezembro de 2020	Assistência Social	R\$12.000
		TOTAL	R\$273.000,00

### 1. PLANO DE APLICAÇÃO/LOA

Consiste na distribuição dos recursos por área prioritária que atendam os objetivos e intenções de uma política definida no Plano de Ação, elaborado e aprovado pelo Conselho de assistência social.

Trata o presente documento do Plano de aplicação dos Recursos do Fundo de Assistência Social de Luzerna – SC para o exercício de 2020.

O valor total orçado para o exercício de 2020 é de R\$273.000,00

### 2. PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Receitas	Valor R\$	Despesas	Valor R\$
		Despesas Correntes	273.000,00
<b>Proteção Social Básica</b>	R\$138.000,00		
<b>IGD PBF</b>	R\$17.160,00		
<b>Total</b>	R\$155.16,00		R\$273,000,00

ARLETE HOFFELDER  
PRESIDENTE CMAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

### **RESOLUÇÃO DO CMI Nº 002/2019**

Dispõe sobre a aprovação do Plano de aplicação dos Recursos do Fundo Municipal do Idoso - 2019, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE LUZERNA- CMI, no uso de suas competências legais e regimentais, consoante Decreto municipal de 2590 de 07 junho de 2018, em sua Reunião Ordinária de 30 de Setembro de 2019 e, Considerando que o Fundo Municipal do Idoso é administrado pelo Conselho Municipal do idoso;

Considerado que é de competência do Conselho Municipal do idoso elaborar anualmente o PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO, de acordo com os objetivos, metas e ações definidas na política Municipal do idoso, e sedimentado com base nas deliberações da última Conferência Municipal do idoso - 2015;

#### **Resolve:**

Art. 1º Fica aprovado o Plano Anual de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal do idoso, na forma do ANEXO I, desta Resolução.

Aet. 2º A Presente Resolução segue acostada pela Ata de Reunião assinada pelos membros do Colegiado do Conselho, presentes a esta sessão em que foi aprovada, por “Quórum Qualificado”, a sua redação final, e entrará em vigor após a sua publicação.

Luzerna, 30 de setembro de 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

**ANEXO 01- PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FMI**

<b>AÇÃO</b>	<b>RECURSO</b>	<b>PRAZO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>Valor</b>
Aquisição de lanches para os grupos de idosos, conforme lei 1552 de 2017	Ordinário	De janeiro a dezembro de 2020	Assistência Social	R\$23.500,00
Locação do Clube Vitória para treino dos idosos	Ordinário	De janeiro a dezembro de 2020	Assistência Social	R\$4.500,00
Jogos da terceira idade	Ordinário	Outubro de 2020	Assistência Social	R\$4.000,00
Uniformes para os jogos da terceira idade	Ordinário	Julho de 2020	Assistência Social	R\$10.000,00
Almoço de encerramento dos grupos da terceira idade, com fundamento na lei 1552 de 2017	Ordinário	Novembro 2020	Assistência Social	R\$ 4.000,00
Acolhimento de idosos no abrigo Frei Rogério	Ordinário	De janeiro a dezembro de 2020	Assistência Social	R\$17.000,00
			<b>TOTAL</b>	<b>R\$63.000,00</b>

**1. PLANO DE APLICAÇÃO/LOA**

Consiste na distribuição dos recursos por área prioritária que atendam os objetivos e intenções de uma política definida no Plano de Ação, elaborado e aprovado pelo Conselho do idoso.

Trata o presente documento do Plano de aplicação dos Recursos do Fundo do Idoso de Luzerna – SC para o exercício de 2020.

O valor total orçado para o exercício de 2020 é de R\$63.000,00

**2. PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE**



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Receitas	Valor R\$	Despesas	Valor R\$
Recurso Ordinário	63.000,00	Despesas Correntes	63.000,00
<b>Total</b>	63.000,00		63.000,00

HELGA MAZZARINO  
PRESIDENTE CMI





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

# **PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**

**LUZERNA, 2020**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

## ÍNDICE

1.	Apresentação	03
.....		
2.	Fundamentação legal	07
.....		
3.	Plano de Ação/LDO	08
.....		
4.	Plano de Aplicação/LOA	11
5.	Previsão de Receita por Fonte	12
.....		
6.	Detalhamento da Aplicação dos recursos	13
Referências		13
.....		



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

## 1. APRESENTAÇÃO

O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) é previsto pelo ECA (Lei no 8.069/90), que estabelece a criação (deve ser por lei específica de cada ente) e sua manutenção como diretriz:

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento [...]:

IV — **Manutenção de fundos** nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; Tendo natureza jurídica de fundo, obedece, para todos os efeitos, às normas gerais de Contabilidade Pública, das quais se destaca a Lei no 4.320/64:

Art. 71. Constitui **fundo especial** o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Como características básicas, podem-se elencar:

- 1) Vinculado ao Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente;
- 2) Deve haver um único Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- 3) Não possui personalidade jurídica;
- 4) Deve ser criado por Lei, devendo explicitar suas fontes de receitas, seus objetivos e finalidades;
- 5) Integra o orçamento público, para todos os efeitos, sujeito às regras gerais de execução orçamentária;
- 6) Conta bancária específica para movimentação dos recursos;
- 7) Orçamento que possibilite a execução dos planos de ação e aplicação;
- 8) Gestor nomeado pelo Poder Executivo (ordenar despesas, emitir empenhos, cheques, prestar contas etc.);



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
**CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

9) Sujeito ao Controle Interno (do Poder Executivo e do Conselho dos Direitos) e Controle Externo (Poder Legislativo, Tribunal de Contas e Ministério Público).

A relação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente com o orçamento público é direta, ou seja, o primeiro faz parte do segundo. A execução das ações de responsabilidade do FIA devem passar necessariamente pelo planejamento, ou seja, incluídas no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Desta forma, o FIA integra o orçamento público e está sujeito às regras gerais de execução orçamentária, ou seja, tudo deve passar pelo orçamento, seja através da peça original, seja por créditos adicionais.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes de Luzerna é um órgão consultivo, deliberativo e fiscalizador da política municipal de defesa, proteção e promoção dos direitos da criança e adolescentes. Tendo como competências básicas:

I - Formular a política municipal de promoção, defesa, orientação e proteção integral da criança e do adolescente, por intermédio de um conjunto de ações governamentais e não governamentais;

II - Cumprir e fazer cumprir no âmbito municipal as normas e toda a legislação inerente, e principalmente, as Constituições Federal e Estadual, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei orgânica Municipal e a presente Lei;

III - Propiciar apoio técnico ao CONSELHO TUTELAR e as entidades de atendimento às crianças e aos adolescentes existentes no Município, no sentido de se tornarem efetivos os princípios, as diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV - Acompanhar e controlar a execução da Política Municipal da Criança e do Adolescente;

V - Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa da criança e do adolescente;

VI - Estimular e incentivar a atualização permanente das pessoas e instituições envolvidas no atendimento à família, à criança e do adolescente, respeitando a descentralização político administrativa, contemplada na Constituição Federal;

4



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
**CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

VII - Difundir as políticas sociais básicas, em caráter supletivo e de proteção integral;

VIII - Dar o devido encaminhamento às denúncias de violação dos direitos da criança e do adolescente que lhe forem encaminhadas, controlando a execução das medidas necessárias à sua apuração;

IX - Propor, incentivar e acompanhar programas de prevenção e atendimento biopsicossocial às crianças e adolescentes, nos casos de vítimas de negligência, maus tratos, exploração sexual, tortura, pressão psicológica ou intoxicação por efeitos de entorpecentes e drogas congêneres;

X - Oferecer subsídios para a elaboração de legislação voltada aos interesses da criança e do adolescente, através de consulta à sociedade em geral;

XI - Definir com os Poderes Executivo e Legislativo Municipais, o percentual e dotação orçamentária correspondente, a ser destinado à execução das Políticas Sociais Básicas de Saúde, Educação, Cultura, Lazer, Justiça, Saneamento Básico, Habitação, Trabalho, das Políticas Assistências destinadas à criança e adolescente, e acompanhar a sua aplicação;

XII - Definir a política de captação, administração, controle e aplicação dos recursos financeiros que venham a constituir no Município o FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, em cada exercício;

XIII - Registrar todos os Programas e Projetos governamentais e não governamentais no âmbito municipal, procedendo inicialmente, a um levantamento destes programas, cadastrando todos os órgãos, entidades ou congêneres existentes, verificando o seu funcionamento e atuação, e após, mantendo um cadastro atualizado;

XIV - Dispor sobre a elaboração e alteração do seu Regimento Interno com a aprovação de 2/3 (dois terços) de seus membros, no mínimo subordinado à homologação do Chefe do Poder Executivo;

XV - Manter comunicação e intercâmbio com os CONSELHOS DE DIREITOS e TUTELARES de outros Municípios, com os Conselhos Nacional (CONANDA) e Estadual (CEDCA), bem como, outros órgãos, entidades, associações ou organismos Municipais,

5



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
**CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

Estaduais, Federais ou Internacionais, que tenham atuação nas áreas de proteção defesa e promoção dos direitos e interesses da criança e do adolescente;

XVI - Dar posse aos membros eleitos do CONSELHO TUTELAR, na forma prevista, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo Regimento Interno e declarar vago o posto por perda do mandato, nas hipóteses previstas nesta lei;

XVII - Eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário;

XVIII - Efetuar o registro das entidades governamentais e não governamentais que desenvolvem programas com crianças e adolescentes, assim como inscrever os respectivos programas de proteção e sócio-educativos, na forma do artigo 90 e 91 da Lei nº 8.069/90.

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente com representantes do governo e da sociedade, analisando todas as informações e a realidade social, elege prioridades, traça metas, distribui os recursos do FIA da melhor forma para aquela comunidade.

A partir da constituição federal de 1988, por meio da atuação dos conselhos paritários sejam eles setoriais (saúde, assistência social e educação) ou de segmentos (criança, adolescentes e idosos), os fundos tornaram-se importante instrumento de acompanhamento e controle dos recursos pela sociedade. Seguindo o modelo adotado para o desenvolvimento das políticas sociais na Constituição Federal o Estatuto da Criança e Adolescente determina que sejam mantidos fundos nacionais, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos da criança e adolescentes(art. 88, inciso IV) com objetivo de programar o ordenamento político institucional e democratizar a gestão de atendimento.

Cabe, portanto, aos Conselhos de Direitos da Criança e Adolescentes deliberarem, gerir e fiscalizar os fundos em cada esfera de governo, tendo como referência o plano de aplicação os recursos, aprovado em reunião plenária do conselho. O Estatuto da criança e adolescente vinculou o fundo ao respectivo conselho de direitos o que significa que necessariamente, nenhum recurso poderá ter destinação sem que tenham sido deliberadas politicamente e tecnicamente pelo conselho.

6



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

O planejamento a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), com a participação da sociedade em geral e da Administração Pública, é dividido em duas etapas: o plano de ação e o plano de aplicação:

## 2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Segundo o capítulo III referente ao fundo municipal para infância e adolescência, o artigo 11 cita que, fica criado o Fundo Municipal para a Infância e adolescência, nos termos do artigo 88 da Lei Federal nº 8.069/90, cuja execução e controle contábil subordinar-se-á a Secretaria de Administração.

Diante do exposto a seção I, da competência do fundo, artigo 12, compete ao Fundo Municipal:

I - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos pelo Estado ou União, em benefício das crianças e dos adolescentes;

II - registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doação ao Fundo;

III - manter o controle escritural das aplicações financeiras levadas a efeito pelo Município, nos termos das Resoluções do CMDCA;

IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício das crianças e dos adolescentes, nos termos das Resoluções do CMDCA;

V - administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, segundo as Resoluções do CMDCA.

7



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

### 3. PLANO DE AÇÃO/LDO

Definição de objetivos e metas com a especificação de prioridades que atendam a uma necessidade ou propósito específico. A destinação dos recursos do Fundo, prioritariamente, deve ser para atender aos programas de proteção especial.

O presente Plano de Ação foi aprovado pelo Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Luzerna em Reunião ordinária do dia 30 de setembro de 2019, registrada na ata de Nº 013, em observância ao contido no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Abaixo segue algumas ações a serem pactuadas entre governo e sociedade civil, tendo como objetivos: prevenção, orientação e encaminhamentos para melhorar a qualidade de vida das crianças e adolescentes do município, que sofrem com as violências e negligências de todas as esferas.

A	Ações	Recursos	Prazo	Responsável
Capacitação contínua dos conselheiros tutelares e dos conselheiros de direitos	*Contratar empresas e profissionais habilitados para promover as capacitações. *Oportunizar pagamento de inscrições/diárias/adiantamentos de cursos e capacitações.	Palestras Cursos Participação de eventos.	Janeiro a dezembro de 2020	CMDCA / Conselho Tutelar
Campanha para captação de Recursos para o FIA.	*Planejar as variantes legais e cabíveis para obtenção de recursos.	Reuniões com empresários. Campanhas publicitárias.	Setembro a dezembro de 2020	CMDCA/ Secretaria de Administração/ Conselho Tutelar

8





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

	*Buscar parcerias com empresários, dirigentes e trabalhadores quanto à importância de doações e os benefícios fiscais.			/ Diretoria de Assistência Social.
Realizar campanhas, com famílias sobre direitos violados, atingindo crianças e adolescentes do município.	*Levar informações sobre os tipos de violência e como identificá-las; *Explicar sobre o Estatuto da Criança e Adolescente;	Folders, Palestras, Reuniões, grupos de estudo.	Todo o período de vigência.	CRAS, Conselho Tutelar, Secretaria Educação.
Campanha de incentivo de Guarda e Adoção	*Realizar campanhas sobre os processos de adoção.	*Reuniões para apresentar problemas e pedir fiscalização. *Campanhas de orientação às famílias e as crianças e adolescentes em situação de risco.	Nov. de 2020	CMDCA, Fórum, Conselho Tutelar.
Realizar a semana de Combate a todas as formas de violência contra criança e adolescente. Alcançar a comunidade em geral.	*Mobilizar e conscientizar sobre o auto-cuidado, da prevenção das violências e do incentivo a denúncia aos órgãos competentes * Realizar uma programação diferenciada na semana do dia 15 a 18 de maio de 2020.	*Palestrante *Divulgação imprensa *Caminhada *Balões, faixas e cartazes. *Apresentação teatral * Camisetas	Maio a setembro 2020	Todos os setores da prefeitura e comunidade em geral.
Realizar a semana Municipal de Prevenção ao Uso de Drogas, alcançando a comunidade geral e os	*Conscientizar crianças e adolescentes sobre os malefícios da Droga.	*Cartazes, faixas, banners, camisetas e cartilhas	De 07 até o dia 11 de agosto de 2020	Secretarias de Educação, saúde e assistência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
**CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**

adolescentes das escolas do Município.				
Manutenção das atividades e ações do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	*Manter as atividades do FMDCA. (Materiais de escritório, pagamento de sistemas...)	Sistema de gerenciamento e armazenamento de dados	Janeiro a dezembro de 2020	FMDCA

#### 4. PLANO DE APLICAÇÃO/LOA

Consiste na distribuição dos recursos por área prioritária que atendam os objetivos e intenções de uma política definida no Plano de Ação, elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos.

Trata o presente documento do Plano de aplicação dos Recursos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Luzerna – SC para o exercício de 2020.

O valor total orçado para o exercício de 2020 é de R\$12.101,00.

#### 5. PREVISÃO DE RECEITA POR FONTE

Receitas	Valor R\$	Despesas	Valor R\$
Transferência de Instituições Privadas	4.370,00	Despesas Correntes	12.100,00
Transferências de Pessoas (condenação)	3.648,00	Despesas de Capital	1,00
Rendimentos de aplicações Financeiras	30,00		

10

24 - PLANO FIA\_2020

172



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
CMDCA- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Transferências do Município			
<b>Total</b>	<b>8.048,00</b>		<b>12.101,00</b>

## 6. DETALHAMENTO ESTIMADO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Ações	Valor R\$	
Capacitação de conselheiros Municipais, Tutelares e monitoramento de políticas públicas.	3.000,00	
Divulgação e marketing e captação de recursos.	1.000,00	
Campanhas nas escolas sobre direitos violados. Atingindo as crianças e adolescentes do município.	3.000,00	
Campanha de incentivo a Guarda e Adoção	1.100,00	
Semana de Combate a todas as formas de violência contra criança e adolescente	3.000,00	
Semana Municipal de Prevenção ao Uso de Drogas,	1.000,00	
<b>Total</b>	<b>12.100,00</b>	

## REFERÊNCIAS

GOMES G.J.; TAVARES E. C.; VIANA L.C. (2010). Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tribunal de contas de santa Catarina.

11

24 - PLANO FIA\_2020

173



www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br  
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3380-1620  
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

## Resolução n. 053/2019

### DISPÕE SOBRE A TABELA DO RATEIO FIXO MENSAL DO PROJETO DE LICITAÇÕES COMPARTILHADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

O Presidente do **Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA**, **Sr. Moisés Diersmann**, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, contidas no Protocolo de Intenções e Contrato de Consórcio Público;

**CONSIDERANDO** que a Assembleia Geral do **Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA**, realizada no dia 30 de julho de 2019, aprovou o rateio para o projeto de licitações compartilhadas para o exercício de 2020.

#### RESOLVE:

**Art. 1º.** Fica estabelecida a tabela de Rateio Fixo Mensal do Projeto de Licitações Compartilhadas:

CÓD	MUNICÍPIO	3.1.71.70		3.3.71.70		4.4.71.70		RATEIO MÊS VALOR R\$
		ÍNDICE RATEIO	VALOR R\$	ÍNDICE RATEIO	VALOR R\$	ÍNDICE RATEIO	VALOR R\$	
1	Abdon Batista	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
2	Abelardo Luz	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
3	Agrolândia	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
4	Agronômica	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
5	Água Doce	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
6	Águas de Chapecó	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
7	Águas Frias	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
8	Águas Mornas	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
9	Alfredo Wagner	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
10	Alto Bela Vista	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
11	Anchieta	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
12	Angelina	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
13	Anita Garibaldi	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
14	Anitápolis	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
15	Antônio Carlos	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
16	Apiúna	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
17	Arabutã	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
18	Araquari	1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00
19	Araranguá	1,85	4.625,00	1,85	2.405,00	1,00	500,00	7.530,00
20	Armazém	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
21	Arroio Trinta	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
22	Arvoredo	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
23	Ascurra	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
24	Atalanta	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
25	Aurora	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
26	Balneário Arroio do Silva	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00

Sede do CIMCATARINA  
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto  
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA  
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro  
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000



www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br  
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3380-1620  
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

27	Balneário Barra do Sul	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
28	Balneário Camboriú	2,90	7.250,00	2,90	3.770,00	1,00	500,00	11.520,00
29	Balneário Gaivota	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
30	Balneário Piçarras	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
31	Balneário Rincão	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
32	Bandeirante	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
33	Barra Bonita	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
34	Barra Velha	1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00
35	Bela Vista do Toldo	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
36	Belmonte	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
37	Benedito Novo	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
38	Biguaçu	1,95	4.875,00	1,95	2.535,00	1,00	500,00	7.910,00
39	Blumenau	3,30	8.250,00	3,30	4.290,00	1,00	500,00	13.040,00
40	Bocaina do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
41	Bom Jardim da Serra	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
42	Bom Jesus	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
43	Bom Jesus do Oeste	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
44	Bom Retiro	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
45	Bombinhas	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
46	Botuverá	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
47	Braço do Norte	1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00
48	Braço do Trombudo	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
49	Brunópolis	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
50	Brusque	2,70	6.750,00	2,70	3.510,00	1,00	500,00	10.760,00
51	Caçador	2,05	5.125,00	2,05	2.665,00	1,00	500,00	8.290,00
52	Caibi	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
53	Calmon	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
54	Camboriú	2,05	5.125,00	2,05	2.665,00	1,00	500,00	8.290,00
55	Campo Alegre	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
56	Campo Belo do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
57	Campo Erê	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
58	Campos Novos	1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00
59	Canelinha	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
60	Canoinhas	1,75	4.375,00	1,75	2.275,00	1,00	500,00	7.150,00
61	Capão Alto	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
62	Capinzal	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
63	Capivari de Baixo	1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00
64	Catanduvas	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
65	Caxambu do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
66	Celso Ramos	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
67	Cerro Negro	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
68	Chapadão do Lageado	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00

Sede do CIMCATARINA  
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto  
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA  
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro  
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000



www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br  
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3380-1620  
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

69	Chapecó	3,00	7.500,00	3,00	3.900,00	1,00	500,00	11.900,00
70	Cocal do Sul	1,05	2.625,00	1,05	1.365,00	1,00	500,00	4.490,00
71	Concórdia	2,20	5.500,00	2,20	2.860,00	1,00	500,00	8.860,00
72	Cordilheira Alta	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
73	Coronel Freitas	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
74	Coronel Martins	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
75	Correia Pinto	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
76	Corupá	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
77	Criciúma	3,00	7.500,00	3,00	3.900,00	1,00	500,00	11.900,00
78	Cunha Porã	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
79	Cunhataí	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
80	Curitibanos	1,55	3.875,00	1,55	2.015,00	1,00	500,00	6.390,00
81	Descanso	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
82	Dionísio Cerqueira	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
83	Dona Emma	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
84	Doutor Pedrinho	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
85	Entre Rios	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
86	Ermo	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
87	Erval Velho	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
88	Faxinal dos Guedes	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
89	Flor do Sertão	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
90	Florianópolis	3,30	8.250,00	3,30	4.290,00	1,00	500,00	13.040,00
91	Formosa do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
92	Forquilha	1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00
93	Fraiburgo	1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00
94	Frei Rogério	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
95	Galvão	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
96	Garopaba	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
97	Garuva	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
98	Gaspar	1,95	4.875,00	1,95	2.535,00	1,00	500,00	7.910,00
99	Governador Celso Ramos	1,05	2.625,00	1,05	1.365,00	1,00	500,00	4.490,00
100	Grão Pará	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
101	Gravatal	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
102	Guabiruba	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
103	Guaraciaba	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
104	Guaramirim	1,55	3.875,00	1,55	2.015,00	1,00	500,00	6.390,00
105	Guarujá do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
106	Guatambú	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
107	Herval d'Oeste	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
108	Ibiam	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
109	Ibicaré	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
110	Ibirama	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
111	Içara	1,75	4.375,00	1,75	2.275,00	1,00	500,00	7.150,00
112	Ilhota	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
113	Imaruí	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00

Sede do CIMCATARINA  
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto  
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA  
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro  
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000



www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br  
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3380-1620  
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

114	Imbituba	1,65	4.125,00	1,65	2.145,00	1,00	500,00	6.770,00
115	Imbuia	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
116	Indaial	1,95	4.875,00	1,95	2.535,00	1,00	500,00	7.910,00
117	Iomerê	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
118	Ipira	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
119	Iporã do Oeste	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
120	Ipuaçu	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
121	Ipumirim	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
122	Iraceminha	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
123	Irani	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
124	Irati	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
125	Irineópolis	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
126	Itá	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
127	Itaiópolis	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
128	Itajaí	3,30	8.250,00	3,30	4.290,00	1,00	500,00	13.040,00
129	Itapema	1,95	4.875,00	1,95	2.535,00	1,00	500,00	7.910,00
130	Itapiranga	1,05	2.625,00	1,05	1.365,00	1,00	500,00	4.490,00
131	Itapoá	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
132	Ituporanga	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
133	Jaborá	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
134	Jacinto Machado	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
135	Jaguaruna	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
136	Jaraguá do Sul	3,00	7.500,00	3,00	3.900,00	1,00	500,00	11.900,00
137	Jardinópolis	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
138	Joaçaba	1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00
139	Joinville	3,30	8.250,00	3,30	4.290,00	1,00	500,00	13.040,00
140	José Boiteux	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
141	Jupia	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
142	Lacerdópolis	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
143	Lages	3,00	7.500,00	3,00	3.900,00	1,00	500,00	11.900,00
144	Laguna	1,65	4.125,00	1,65	2.145,00	1,00	500,00	6.770,00
145	Lajeado Grande	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
146	Laurentino	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
147	Lauro Muller	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
148	Lebon Régis	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
149	Leoberto Leal	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
150	Lindóia do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
151	Lontras	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
152	Luiz Alves	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
153	Luzerna	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
154	Macieira	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
155	Mafra	1,75	4.375,00	1,75	2.275,00	1,00	500,00	7.150,00
156	Major Gercino	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
157	Major Vieira	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
158	Maracajá	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
159	Maravilha	1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00

Sede do CIMCATARINA  
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto  
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA  
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro  
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000



www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br  
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3380-1620  
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

160	Marema	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
161	Massaranduba	1,05	2.625,00	1,05	1.365,00	1,00	500,00	4.490,00
162	Matos Costa	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
163	Meleiro	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
164	Mirim Doce	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
165	Modelo	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
166	Mondai	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
167	Monte Carlo	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
168	Monte Castelo	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
169	Morro da Fumaça	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
170	Morro Grande	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
171	Navegantes	2,20	5.500,00	2,20	2.860,00	1,00	500,00	8.860,00
172	Nova Erechim	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
173	Nova Itaberaba	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
174	Nova Trento	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
175	Nova Veneza	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
176	Novo Horizonte	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
177	Orleans	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
178	Otacílio Costa	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
179	Ouro	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
180	Ouro Verde	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
181	Paial	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
182	Painel	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
183	Palhoça	2,90	7.250,00	2,90	3.770,00	1,00	500,00	11.520,00
184	Palma Sola	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
185	Palmeira	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
186	Palmitos	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
187	Papanduva	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
188	Paraíso	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
189	Passo de Torres	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
190	Passos Maia	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
191	Paulo Lopes	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
192	Pedras Grandes	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
193	Penha	1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00
194	Peritiba	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
195	Pescaria Brava	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
196	Petrolândia	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
197	Pinhalzinho	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
198	Pinheiro Preto	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
199	Piratuba	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
200	Planalto Alegre	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
201	Pomerode	1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00
202	Ponte Alta	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
203	Ponte Alta do Norte	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
204	Ponte Serrada	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
205	Porto Belo	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00

Sede do CIMCATARINA  
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto  
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA  
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro  
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000





www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br  
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3380-1620  
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

206	Porto União	1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00
207	Pouso Redondo	1,05	2.625,00	1,05	1.365,00	1,00	500,00	4.490,00
208	Praia Grande	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
209	Presidente Castello Branco	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
210	Presidente Getúlio	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
211	Presidente Nereu	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
212	Princesa	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
213	Quilombo	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
214	Rancho Queimado	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
215	Rio das Antas	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
216	Rio do Campo	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
217	Rio do Oeste	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
218	Rio do Sul	2,10	5.250,00	2,10	2.730,00	1,00	500,00	8.480,00
219	Rio dos Cedros	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
220	Rio Fortuna	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
221	Rio Negrinho	1,55	3.875,00	1,55	2.015,00	1,00	500,00	6.390,00
222	Rio Rufino	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
223	Riqueza	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
224	Rodeio	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
225	Romelândia	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
226	Salete	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
227	Saltinho	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
228	Salto Veloso	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
229	Sangão	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
230	Santa Cecília	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
231	Santa Helena	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
232	Santa Rosa de Lima	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
233	Santa Rosa do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
234	Santa Terezinha	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
235	Santa Terezinha do Progresso	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
236	Santiago do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
237	Santo Amaro da Imperatriz	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
238	São Bento do Sul	2,30	5.750,00	2,30	2.990,00	1,00	500,00	9.240,00
239	São Bernardino	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
240	São Bonifácio	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
241	São Carlos	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
242	São Cristovão do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
243	São Domingos	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
244	São Francisco do Sul	1,85	4.625,00	1,85	2.405,00	1,00	500,00	7.530,00
245	São João Batista	1,45	3.625,00	1,45	1.885,00	1,00	500,00	6.010,00
246	São João do Itaperiú	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00

Sede do CIMCATARINA  
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto  
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA  
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro  
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000



www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br  
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3380-1620  
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

247	São João do Oeste	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
248	São João do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
249	São Joaquim	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
250	São José	3,00	7.500,00	3,00	3.900,00	1,00	500,00	11.900,00
251	São José do Cedro	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
252	São José do Cerrito	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
253	São Lourenço do Oeste	1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00
254	São Ludgero	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
255	São Martinho	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
256	São Miguel da Boa Vista	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
257	São Miguel do Oeste	1,55	3.875,00	1,55	2.015,00	1,00	500,00	6.390,00
258	São Pedro de Alcântara	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
259	Saudades	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
260	Schroeder	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
261	Seara	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
262	Serra Alta	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
263	Siderópolis	0,95	2.375,00	0,95	1.235,00	1,00	500,00	4.110,00
264	Sombrio	1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00
265	Sul Brasil	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
266	Taió	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
267	Tangará	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
268	Tigrinhos	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
269	Tijucas	1,55	3.875,00	1,55	2.015,00	1,00	500,00	6.390,00
270	Timbó do Sul	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
271	Timbó	1,55	3.875,00	1,55	2.015,00	1,00	500,00	6.390,00
272	Timbó Grande	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
273	Três Barras	1,25	3.125,00	1,25	1.625,00	1,00	500,00	5.250,00
274	Treviso	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
275	Treze de Maio	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
276	Treze Tilias	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
277	Trombudo Central	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
278	Tubarão	2,50	6.250,00	2,50	3.250,00	1,00	500,00	10.000,00
279	Tunápolis	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
280	Turvo	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
281	União do Oeste	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
282	Urubici	0,85	2.125,00	0,85	1.105,00	1,00	500,00	3.730,00
283	Urupema	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
284	Urussanga	1,15	2.875,00	1,15	1.495,00	1,00	500,00	4.870,00
285	Vargeão	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
286	Vargem	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
287	Vargem Bonita	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00
288	Vidal Ramos	0,75	1.875,00	0,75	975,00	1,00	500,00	3.350,00

Sede do CIMCATARINA  
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto  
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA  
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro  
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000



www.cimcatarina.sc.gov.br E-mail: cimcatarina@cimcatarina.sc.gov.br  
CNPJ: 12.075.748/0001-32 Fone: (48) 3380-1620  
O Coletivo Inovando a Gestão Pública

289	Videira	1,85	4.625,00	1,85	2.405,00	1,00	500,00	7.530,00
290	Vitor Meireles	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
291	Witmarsum	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
292	Xanxerê	1,65	4.125,00	1,65	2.145,00	1,00	500,00	6.770,00
293	Xavantina	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00
294	Xaxim	1,35	3.375,00	1,35	1.755,00	1,00	500,00	5.630,00
295	Zortéa	0,65	1.625,00	0,65	845,00	1,00	500,00	2.970,00

**Art. 2º.** Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, sendo que seus efeitos serão produzidos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Florianópolis SC, 07 de agosto de 2019.

**MOISÉS DIERSMANN**  
Prefeito de Luzerna  
Presidente do CIMCATARINA

(Este texto não substitui o publicado no DOM de 08.08.2019 – Edição nº 2897 ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)))

Sede do CIMCATARINA  
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto  
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800

1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA  
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro  
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISAMARP**  
Rua Manoel Roque nº 99 Térreo- Fone: (49) 3531-1653 – Videira/SC.  
[www.cisamarp.sc.gov.br](http://www.cisamarp.sc.gov.br)      [cisamarp@cisamarp.sc.gov.br](mailto:cisamarp@cisamarp.sc.gov.br)

**Resolução nº 46/2019**

Estabelece Valores Fixos para manutenção do CISAMARP para o ano de 2020.

Moises Diersmann, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Luzerna, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, Art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP, e parecer nº 001/2019 do Conselho Fiscal.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Definir de valores de Rateio Fixo para o ano de 2020.

Art. 2º A cobrança do Rateio dos Valores Fixos para manutenção do CISAMARP, se dará baseada nos seguintes critérios:

1. Municípios com população de **até 5000 (cinco mil) habitantes**, valor de R\$ 1.601,00 (um mil, seiscentos e um reais) mensais, divididos em R\$ 1.144,00 (um mil, cento e quarenta e quatro reais) modalidade de aplicação 3.1.90.00 e R\$ 457,00 (quatrocentos e cinquenta e sete reais) modalidade de aplicação 3.3.90.00.
2. Municípios com população **de 5001 (cinco mil e um) habitantes até 20.000 (vinte mil) habitantes**, valor de R\$ 1.826,00 (um mil, oitocentos e vinte e seis reais) mensais, divididos em R\$ 1.305,00 (um mil, trezentos e cinco reais) modalidade de aplicação 3.1.90.00 e R\$ 521,00 (quinhentos e vinte e um reais) modalidade de aplicação 3.3.90.00.
3. Municípios com população **acima de 20.001 (vinte mil e um) habitantes**, valor de R\$ 2.626,00 (dois mil, seiscentos e vinte e seis reais) mensais, divididos em R\$ 1.877,00 (um mil, oitocentos e setenta e sete reais) modalidade de aplicação 3.1.90.00 e R\$ 749,00 (setecentos e quarenta e nove reais) modalidade de aplicação 3.3.90.00.

Art. 3º Valores serão devidos seguindo as condições estabelecidas no contrato de rateio de valor fixo celebrado entre o município e o CISAMARP.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - CISAMARP**

Rua Manoel Roque nº 99 Térreo- Fone: (49) 3531-1653 – Videira/SC.

[www.cisamarp.sc.gov.br](http://www.cisamarp.sc.gov.br)[cisamarp@cisamarp.sc.gov.br](mailto:cisamarp@cisamarp.sc.gov.br)

Art. 4º Esta resolução entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário em especial a resolução 11/2018, devendo ser ratificada pela Assembléia Geral do CISAMARP, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 23 de setembro de 2019.

**MOISES  
DIERSMANN:  
02465119907**

Digitally signed by MOISES DIERSMANN:  
02465119907  
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora  
Raz: Brasileira v2, ou=AC SOLUTI, ou=AC SOLUTI  
Multiple, ou=Certificado PF A1, cn=MOISES  
DIERSMANN 02465119907  
Reason: I am the author of this document  
Location:  
Date: 2019-09-23 10:41:29

Moises Diersmann  
Presidente CISAMARP

**Resolução CIGA n.º 161, de 15 de agosto de 2019.**

Dispõe sobre a contraprestação financeira, por parte dos Municípios Consorciados e Contratantes do CIGA, para os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação referentes aos sistemas Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), Portal de Gestão das Câmaras de Vereadores (G-Câmara), Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (G-Nota), Gestão do Simples Nacional (G-Simples), Gestão do Domicílio Eletrônico do Contribuinte (G-DEC), Gestão do Cadastro Integrado Municipal (G-CIM) e Gestão de Obras (G-Obras) e o Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental (SinFAT/SC), durante o Exercício 2020, e dá outras providências.

Considerando que a 22ª Assembleia Geral do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, realizada em 30 de julho de 2019, definiu que sejam mantidos, para o Exercício de 2020, os valores vigentes referentes à contraprestação financeira, por parte dos Municípios Consorciados e Contratantes do CIGA, para os seguintes serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), Portal de Gestão das Câmaras de Vereadores (G-Câmara), Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (G-Nota), Gestão do Simples Nacional (G-Simples), Gestão do Domicílio Eletrônico do Contribuinte (G-DEC), Gestão do Cadastro Integrado Municipal (G-CIM) e Gestão de Obras (G-Obras), vide Ata publicada na Edição n.º 2902 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, de 14 de agosto de 2019;

Considerando que, na mesma oportunidade, houve a aprovação, pela Assembleia Geral, da proposta de valores para o Exercício de 2020 referente ao Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental (SinFAT/SC);

**O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pelos Contrato de Consórcio Público e Estatuto do CIGA, consoante artigos 19 e 20 do Contrato de Consórcio Público e artigo 35, inciso I, do Estatuto, ambos do CIGA,

**RESOLVE:**

1/11

27 - Resolucao\_161\_2019\_Valores\_Serviços\_CIGA\_2020

184



**Art. 1.º.** Determinar que os valores referentes à contraprestação financeira, por parte dos Municípios Consorciados e Contratantes do CIGA, para os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação atinentes aos sistemas Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), Portal de Gestão das Câmaras de Vereadores (G-Câmara), Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (G-Nota), Gestão do Simples Nacional (G-Simples), Gestão do Domicílio Eletrônico do Contribuinte (G-DEC), Gestão do Cadastro Integrado Municipal (G-CIM) e Gestão de Obras (G-Obras), não serão reajustados para o Exercício 2020 e estão estabelecidos nas tabelas constantes dos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, que integram a presente Resolução.

**Art. 2.º.** Determinar que os valores referentes à contraprestação financeira, por parte dos Municípios Consorciados e Contratantes do CIGA, para os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação relativo ao Sistema SinFAT/SC para o Exercício 2020 estão estabelecidos na tabela constante dos Anexos IX, que integram a presente Resolução.

**Art. 3.º.** Para fins do disposto no artigo 1.º, quando os valores forem definidos com base no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), considerar-se-á o coeficiente de Capitais de Estados igual a 4,0.

**Art. 4.º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2020, e deve ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia, nos termos do artigo 37 do Estatuto do CIGA.

**Art. 5.º.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 15 de agosto de 2019.



**ROBSON JEAN BACK**

Prefeito do Município de São Martinho (SC)  
PRESIDENTE DO CIGA

**ANEXO I****TABELA DE VALORES PARA UTILIZAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS  
EXERCÍCIO DE 2020**

<b>Faixa</b>	<b>Coeficiente FPM</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>
1	0,6	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
2	0,8	R\$ 425,00	R\$ 5.100,00
3	1,0	R\$ 510,00	R\$ 6.120,00
4	1,2	R\$ 595,00	R\$ 7.140,00
5	1,4	R\$ 690,00	R\$ 8.280,00
6	1,6	R\$ 760,00	R\$ 9.120,00
7	1,8	R\$ 845,00	R\$ 10.140,00
8	2,0	R\$ 1.025,00	R\$ 12.300,00
9	2,2	R\$ 1.190,00	R\$ 14.280,00
10	2,4	R\$ 1.355,00	R\$ 16.260,00
11	2,6	R\$ 1.525,00	R\$ 18.300,00
12	2,8	R\$ 1.695,00	R\$ 20.340,00
13	3,0	R\$ 2.030,00	R\$ 24.360,00
14	3,2	R\$ 2.380,00	R\$ 28.560,00
15	3,4	R\$ 2.715,00	R\$ 32.580,00
16	3,6	R\$ 3.050,00	R\$ 36.600,00
17	3,8	R\$ 3.385,00	R\$ 40.620,00
18	4,0	R\$ 3.725,00	R\$ 44.700,00

3/11

27 - Resolucao\_161\_2019\_Valores\_Serviços\_CIGA\_2020

186



**ANEXO II****TABELA DE VALORES PARA UTILIZAÇÃO DO PORTAL DE GESTÃO DAS CÂMARAS DE  
VEREADORES  
EXERCÍCIO DE 2020**

Faixas de Valores	Formas de Pagamento	
	Parcela Única (Anual) A partir de:	12 Parcelas (Mensal) A partir de:
Até 9 Vereadores	R\$ 3.024,00	R\$ 280,00
De 10 a 15 Vereadores	R\$ 4.050,00	R\$ 375,00
Acima de 15 Vereadores	R\$ 5.886,00	R\$ 545,00

4/11

27 - Resolucao\_161\_2019\_Valores\_Serviços\_CIGA\_2020

187

**ANEXO III****TABELA DE VALORES PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA****EXERCÍCIO DE 2020**

<b>N.º Habitantes</b>	<b>Valor Mensal</b>
Até 1.250	R\$ 50,00
Acima de 1.250	R\$ 0,04 x N.º Habitantes

**ANEXO IV****TABELA DE VALORES PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL  
– MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA****EXERCÍCIO DE 2020**

<b>Faixa</b>	<b>Coefficiente FPM</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>
1	0,6	R\$ 140,00	R\$ 1.680,00
2	0,8	R\$ 165,00	R\$ 1.980,00
3	1,0	R\$ 210,00	R\$ 2.520,00
4	1,2	R\$ 245,00	R\$ 2.940,00
5	1,4	R\$ 275,00	R\$ 3.300,00
6	1,6	R\$ 345,00	R\$ 4.140,00
7	1,8	R\$ 400,00	R\$ 4.800,00
8	2,0	R\$ 485,00	R\$ 5.820,00
9	2,2	R\$ 550,00	R\$ 6.600,00
10	2,4	R\$ 625,00	R\$ 7.500,00
11	2,6	R\$ 695,00	R\$ 8.340,00
12	2,8	R\$ 760,00	R\$ 9.120,00
13	3,0	R\$ 830,00	R\$ 9.960,00
14	3,2	R\$ 900,00	R\$ 10.800,00
15	3,4	R\$ 1.035,00	R\$ 12.420,00
16	3,6	R\$ 1.165,00	R\$ 13.980,00
17	3,8	R\$ 1.310,00	R\$ 15.720,00
18	4,0	R\$ 1.450,00	R\$ 17.400,00

6/11

27 - Resolucao\_161\_2019\_Valores\_Serviços\_CIGA\_2020

189

**ANEXO V****TABELA DE VALORES PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL  
– MUNICÍPIOS DE FORA DO ESTADO DE SANTA CATARINA****EXERCÍCIO DE 2020**

<b>Faixa</b>	<b>N.º Habitantes</b>	<b>Valor Anual</b>
1	Até 5.000	R\$ 2.055,00
2	De 5.001 até 10.000	R\$ 4.110,00
3	De 10.001 até 20.000	R\$ 6.520,00
4	De 20.001 até 50.000	R\$ 9.000,00
5	De 50.001 até 100.000	R\$ 12.265,00
6	De 100.001 até 250.000	R\$ 17.155,00
7	De 250.001 até de 500.000	R\$ 23.115,00
8	De 500.000 até 750.000	R\$ 32.900,00
9	Acima de 750.000	Sob Consulta

7/11

27 - Resolucao\_161\_2019\_Valores\_Serviços\_CIGA\_2020

190

**ANEXO VI****TABELA DE VALORES PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DO DOMICÍLIO  
ELETRÔNICO DO CONTRIBUINTE****EXERCÍCIO DE 2020**

<b>Faixa</b>	<b>Coefficiente FPM</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>
1	0,6	R\$ 130,00	R\$ 1.560,00
2	0,8	R\$ 156,00	R\$ 1.872,00
3	1,0	R\$ 188,00	R\$ 2.256,00
4	1,2	R\$ 226,00	R\$ 2.712,00
5	1,4	R\$ 272,00	R\$ 3.264,00
6	1,6	R\$ 327,00	R\$ 3.924,00
7	1,8	R\$ 393,00	R\$ 4.716,00
8	2,0	R\$ 472,00	R\$ 5.664,00
9	2,2	R\$ 567,00	R\$ 6.804,00
10	2,4	R\$ 681,00	R\$ 8.172,00
11	2,6	R\$ 818,00	R\$ 9.816,00
12	2,8	R\$ 982,00	R\$ 11.784,00
13	3,0	R\$ 1.179,00	R\$ 14.148,00
14	3,2	R\$ 1.415,00	R\$ 16.980,00
15	3,4	R\$ 1.698,00	R\$ 20.376,00
16	3,6	R\$ 2.038,00	R\$ 24.456,00
17	3,8	R\$ 2.446,00	R\$ 29.352,00
18	4,0	R\$ 2.936,00	R\$ 35.232,00

8/11

27 - Resolucao\_161\_2019\_Valores\_Serviços\_CIGA\_2020

191

**ANEXO VII****TABELA DE VALORES PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DO CADASTRO INTEGRADO MUNICIPAL****EXERCÍCIO DE 2020**

<b>Ficam isentos os municípios com até 50 operações por ano.</b>			
<b>Faixa</b>	<b>IPM até</b>	<b>Valor Mensal</b>	<b>Valor Anual</b>
1	0,075	45,50	546,00
2	0,100	54,25	651,00
3	0,125	67,38	808,50
4	0,150	78,75	945,00
5	0,175	89,25	1.071,00
6	0,200	112,00	1.344,00
7	0,250	128,63	1.543,50
8	0,300	157,50	1.890,00
9	0,350	177,63	2.131,50
10	0,400	201,25	2.415,00
11	0,500	224,00	2.688,00
12	0,750	245,88	2.950,50
13	1,000	268,63	3.223,50
14	1,500	291,38	3.496,50
15	2,000	334,25	4.011,00
16	3,000	377,13	4.525,50
17	5,000	423,50	5.082,00
18	10,000	469,00	5.628,00

**ANEXO VIII****TABELA DE VALORES PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DE OBRAS****EXERCÍCIO DE 2020**

<b>N.º Habitantes</b>	<b>Valor Mensal</b>
Até 10.000	R\$ 100,00
De 10.001 até 400.000	R\$ 0,01 x N.º Habitantes
Acima de 400.000	R\$ 4.000,00

10/11

27 - Resolucao\_161\_2019\_Valores\_Serviços\_CIGA\_2020

193

**ANEXO IX****TABELA DE VALORES PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE  
LICENCIAMENTO AMBIENTAL****EXERCÍCIO DE 2020**

<b>N.º Habitantes</b>	<b>Valor Anual</b>
Até 9.600	R\$ 480,00
Acima de 9.600	R\$ 0,05 x N.º Habitantes

11/11

27 - Resolucao\_161\_2019\_Valores\_Serviços\_CIGA\_2020

194





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LUZERNA**

Luzerna, SC, 30 de setembro de 2019.

**Ofício CMV Nº 035/2019**

Exmo. Sr. Prefeito Municipal

Assunto: **Envio Proposta Orçamentária da Câmara Municipal para Ano de 2020**

Nossas Saudações. Por meio do presente, a Câmara de Vereadores de Luzerna, **SOLICITA** inclusão no Projeto de Lei referente ao Orçamento Geral do Município para o ano de 2020, a seguinte preposição:

**ORÇAMENTO PARA ANO DE 2020 – CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PREVISTA 2020
<b>3000000</b>	<b>Despesas Correntes</b>	<b>687.000,00</b>
<b>3100000</b>	<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>550.000,00</b>
3190000	Aplicações Diretas	550.000,00
<b>3300000</b>	<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>137.000,00</b>
3390000	Aplicações Diretas	130.000,00
3393000	Aplicações Diretas Decorrentes de Op entre Órgãos	7.000,00
<b>4000000</b>	<b>Despesas de Capital</b>	<b>12.000,00</b>
4400000	Investimentos	12.000,00
4490000	Aplicações Diretas	12.000,00
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA (R\$)</b>		<b>699.000,00</b>

Certos de podermos contar com a colaboração de Vossa Senhoria, renovamos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Alexander Rover  
 Presidente Câmara Municipal de Vereadores

Exmo. Sr.  
**Moisés Diersmann**  
 Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna  
 Ave. 16 de Fevereiro, 151, Centro | [camara@luzerna.sc.gov.br](mailto:camara@luzerna.sc.gov.br) | CNPJ: 11.351.972/0001-47  
 Fone (49) 3523-1758 | 89609-000 | Luzerna | SC

# Mafra

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 136/2019 (NOVA DATA DE ABERTURA)

Publicação Nº 2216020

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 136/2019  
(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de móveis sob medida, geladeira, fogão, pedra de granito, painel, mesa com cadeiras e outros materiais, destinados a Guarnição Especial PM de Mafra, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 18/11/2019, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra (SC), 04 de novembro de 2019.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

### LEI Nº. 4.437

Publicação Nº 2215431

Lei nº. 4.437  
DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI ORDINÁRIA Nº 223, DE 20 DE AGOSTO DE 1956, QUE "DÁ DENOMINAÇÃO A LOGRADOURO PÚBLICO", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A redação do art. 1º da Lei Ordinária nº 223, de 20 de agosto de 1956, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Os seguintes logradouros públicos, situados no loteamento da família Schultz, desta cidade, denominar-se-ão: A primeira rua transversal, à Dr. Getúlio Vargas, logo após o bueiro sobre o Arroio do Passo - Pedro Adélio, a segunda, "Lúcio Antônio de Farias" e a terceira e última "Balduino Schultz"."

Art. 2º A redação do art. 2º da Lei Ordinária nº 223, de 20 de agosto de 1956, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. Terá a denominação "Francisco Reitmeyer" a Rua que iniciando na Tenente Adelírio vai até a "Pedro Adélio" (mais ou menos paralela à Rua Dr. Getúlio Vargas)."

Art. 3º A redação do art. 5º da Lei Ordinária nº 223, de 20 de agosto de 1956, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. No loteamento Jardim América, as duas principais ruas terão as seguintes denominações: A primeira, logo após a quadra inicial, além da rodovia federal e a paralela "João Batista Pigatto" e a segunda "Teixeira de Freitas". As ruas transversais receberão os seguintes nomes: A primeira à esquerda da Av. Cel. José Severiano Maia e à ela paralela denominar-se-á "Paulo Heyse Filho", a segunda "Rivadavia Haymussi" a terceira "Aloysio Fornek", a quarta "José Bartneck" e a quinta "Messias Graneman". A primeira à direita da Av. Cel. José Severiano Maia denominar-se-á "João Maria do Valle", a segunda "Santos Dumont", a terceira "Antônio Nunes", a quarta "Salvador Correa" e a quinta "Antônio Rebelatto"."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a alínea "b", do art. 1º da Lei Ordinária nº. 953, de 23 de agosto de 1978.

Mafra/SC, 23 de outubro de 2019.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

**NOVA ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO REFERENTE À TOMADA DE PREÇO Nº 016/2019.**

Publicação Nº 2216022

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

NOVA ABERTURA  
DA PROPOSTA DE PREÇO REFERENTE À TOMADA DE PREÇO Nº 016/2019.

O MUNICIPIO DE MAFRA torna público aos interessados, que após transcorrer o prazo para apresentação de recurso, referente a fase de propostas, realizará no dia 07/11/2019 às 14h00min a abertura da proposta de preço para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 385/2019 – TOMADA DE PREÇO Nº 016/2019, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para revitalização parcial das calçadas e execução de ciclovias e praças na Rua Capitão João Braz e na Rua Alípio Siqueira, conforme projeto, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constantes no presente processo licitatório, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, Mafra/SC. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00, Fone: (47) 3641-4009 e 3641-4060.

Mafra (SC), 04 de novembro de 2019.  
Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

# Major Vieira

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA 003.2019

Publicação Nº 2215507

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA

#### AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 002/2019

Objeto O MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de CONCORRÊNCIA, do tipo MAIOR OFERTA, para a outorga de concessão de uso de bem público, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, suas posteriores alterações, a Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995. E demais disposições legais pertinentes e mediante o estabelecido neste Edital. Abertura dos Envelopes/Data/hora: 29/07/2019 às 09h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio Florentino Souza, 210, Bairro Centro. Fone (47) 3655-1111. Major Vieira/SC, 27 de junho de 2019. Orildo Antonio Severgnini. Prefeito Municipal.

# Maracajá

## PREFEITURA

### PORTARIA 240/2019

Publicação Nº 2214925

Portaria nº 240 de 1º de novembro de 2019.

NOMEIA CINARA MINATO, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DA E.E.B.M. NIVALDO JOSÉ ROSA.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 58 de 29 de Novembro de 2017,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear, CINARA MINATO, brasileira, maior, nascida em 27 de maio de 1970, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 636.844.389-87, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora da E.E.B.M. Nivaldo José Rosa.

Art. 2º Fica concedido Gratificação mensal de 21,2% (vinte e um virgula dois por cento), sobre o valor do vencimento do respectivo cargo efetivo, por prestar seus serviços como Diretor de Escola.

Art. 3º Fica mantida a vantagem de quinquênio na folha da servidora.

Art. 4º Fica suspenso o pagamento de Regência de Classe à servidora enquanto a mesma estiver ocupando cargo de Direção.

Art. 5º A servidora contratada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme legislação municipal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de novembro de 2019.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 1º de novembro de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

### PORTARIA 241/2019

Publicação Nº 2214929

PORTARIA Nº. 241 DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA, A PEDIDO, E SEM VENCIMENTOS, AO SERVIDOR RELACIONADO.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo nº 181 da Lei Complementar N.º 46 de 26/8/2015,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida licença, a pedido, e sem vencimentos, ao servidor DAVID FLORES DE BITTENCOURT, do cargo de Motorista de Ônibus, pelo período de 6 de novembro de 2019 até 5 de novembro de 2021, ressaltando a possibilidade de interrupção, a qualquer momento, da licença concedida, em função das imperiosas necessidades da administração pública.

Art. 2º - Caso a licença seja interrompida, deverá o servidor retornar às suas atividades normais num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de exoneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de novembro de 2019.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração Municipal, em 4 de novembro de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 1/2019      Data do Registro: 22/01/2019      Válido até: 22/01/2020						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO PARA ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E CEI), SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO, CENTRO DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PARQUE ECOLÓGICO, DEPARTAMENTO DE SAÚDE, C						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO - Características: Papel higiênico em rolo, branco, não reciclado, 100% de fibras naturais, neutro, macio, com alto poder de absorção, com distribuição homogênea das fibras ao longo do papel. Caixa com 8 unidades/rolos de 300 metros x 10 cm cada. Apresentar Ficha Técnica do Produto. Fornecer todos os dispensers necessários em comodato.	CX	ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	JUMBINHO	0	77.0000
2	SABONETE EM ESPUMA - Sabonete líquido em espuma, em refil de 600 ml, indicado para uso profissional. Fragrância floral. Cada refil deve conter sua própria válvula de acionamento. Apresentar Ficha Técnica do Produto e Registro do produto junto ao Ministério da Saúde e/ou ANVISA. Fornecer todos os dispensers necessários em comodato.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	PROLIN	0	27.8000

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 1/2019		Data do Registro: 22/01/2019		Válido até: 22/01/2020			
<b>Objeto da Compra:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO COM EQUIPAMENTOS EM COMODATO PARA ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E CEI), SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO, CENTRO DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS, PARQUE ECOLÓGICO, DEPARTAMENTO DE SAÚDE, C							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO - Papel toalha interfolhado cor branca, folhas 100% celulose virgem, sem pigmentação oriunda da utilização de aparas de material impresso, com alto poder de absorção, acondicionados em caixa ou fardo com 5000 folhas, com 2 dobras e embaladas em maços/pacotes plásticos com 250 unidades. Apresentar Ficha Técnica do Produto. Fornecer todos os equipamentos necessários em comodato.	CX	ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	TUBARAO	0	85,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 001/2019

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

(111401) - ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP

Maracajá, 22 de Janeiro de 2019.



## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2019 - PREGÃO Nº 002/2019

Publicação Nº 2214825

Página: 1/29

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 2/2019 Data do Registro: 30/01/2019 Válido até: 30/01/2020

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I.) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICIPAL

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ADESIVO INSTANTANEO MULTUISO - embalagem com 20 gramas, média viscosidade, embalagem plástica.	UN	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Jocar	0	4,5000	1
2			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	FIRMEX	0	4,5400	2
3			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	TEK BOND	0	5,0900	3
2	ALGODAO EM BOLA - Algodão, 100% algodão hidrófilo, em bolas, pacotes com 100 gramas.	PCT	RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	COTTON	0	6,0000	1
3	ALFINETE MARCADOR PARA MAPAS - Alfinete marcador para mapas, niquelado, cores diversas, caixa com 50 unidades.	CX	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	1,5900	1
2			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	JOCAR	0	2,3400	2
3			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Jocar	0	2,4100	3
4	ALFINETE NIQUELADO CABEÇA DE METAL - Alfinete niquelado cabeça de metal, número 24, caixa com 50gr.	CX	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	JOCAR	0	1,9900	1
2			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	KIT	0	2,8600	2
3			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	GOLLER	0	2,9000	3
5	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº 4 - Almofoada para carimbo nº 4, para tinta preta, 10,5cm x 18cm, com tecido de longa duração em estôjo plástico.	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	MASTERPRIN	0	3,6000	1
2			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	GOLLER	0	4,9000	2
1			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	3,1700	1
2			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	CARBRINK	0	3,6000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 2/29

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I.) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.

7	APONTADOR DE LÁPIS - Apontador de lápis, em plástico, uma boca, tipo colegial, caixa com 20 unidades.	CX	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Leo Leo	0	3,8500	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP: (7350)	LEO E LEO	0	4,2900	2
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	SERTIC	0	5,5900	3
8	ARGILA BRANCA EM PACOTE COM 1KG	PCT	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	VS	0	1,4900	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	CATARINENSE	0	1,5000	2
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	ANGEPLAS	0	3,7200	3
9	BALÃO Nº 7 - PACOTE COM 50 UNIDADE, CORES VARIADAS	PCT	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	SÃO ROQUE	0	4,8400	1
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	São Roque	0	4,8000	2
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	SÃO ROQUE	0	5,4400	3
10	BARBANTE ALGODÃO CRU - Barbante de algodão cru, rolo com 300 m.	RL	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	São João	0	6,8300	1
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	PIRATININGA	0	9,1700	2
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	EUROROMA	0	9,5000	3
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	EUROROMA	0	9,5000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Página: 3/29

Número do Registro de Preços: 2/2019 Data do Registro: 30/01/2019 Válido até: 30/01/2020

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I.) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	BLOCO DE RECADO AUTO ADESIVO, MEDINDO 51X38MM, COR AMARELA, COM 100 FOLHAS CADA BLOCO, 4 BLOCOS POR PACOTE.	PCT	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Notefix	0	2,6800	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	2,7000	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	NOTEFIX	0	3,1100	3
13	BOLA DE ISOPOR 10MM	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	IZOCON	0	0,0700	1
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	KNAUF	0	0,1000	2
14	BOLA DE ISOPOR 20MM	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	IZOCON	0	0,1000	1
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	KNAUF	0	0,1100	2
15	BOLA DE ISOPOR 35MM	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	IZOCON	0	0,1300	1
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Isocon	0	0,1600	2
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	KNAUF	0	0,2000	3
16	BOLA DE ISOPOR 40MM	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	IZOCON	0	0,3400	1
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	KNAUF	0	0,5000	2
17	BOLA DE ISOPOR 75MM	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	IZOCON	0	0,6600	1
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Isocon	0	0,6800	2
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	KNAUF	0	0,8900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Página: 4/29

Número do Registro de Preços: 2/2019 Data do Registro: 30/01/2019 Válido até: 30/01/2020

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I.) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
18	BOLA DE ISOPOR 100 MM.	UN	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Isocon	0	1,4500	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	IZOCON	0	1,4900	2
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	KNAUF	0	1,7000	3
19	BORRACHA PARA APAGAR NA COR BRANCA Nº 60 - Borrachas para apagar na cor branca, máxima apagabilidade, sem látex e PVC, em plástico, atóxica, nº 60, caixa com 20 unid.	CX	ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	LEO E LEO	0	2,8000	1
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	LEO&LEO	0	8,9000	2
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	LEO E LEO	0	9,9000	3
20	CADERNO BROCHURA CAPA SIMPLES COM 48 FOLHAS - Caderno brochura, capa simples, com 48 folhas pautadas, 14cmx20cm.	UN	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Credetal	0	0,8600	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	FORONI	0	0,9400	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	PANAMERICA	0	0,9900	3
21	CADERNO CAPA DURA 200MMX275MM - Caderno capa dura, 1 matéria, 200mm x 275mm, Brochura, 96 Folhas pautadas, com espiral.	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	SÃO DOMING	0	4,6600	1
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	PANAMERICA	0	4,9700	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	PANAMERICA	0	5,1800	3
22	CADERNO CAPA DURA 10 MATÉRIA - Caderno capa dura, 10 matéria, 200mm x 275mm, Brochura, 20 Folhas pautadas, com espiral.	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	PANAMERICA	0	8,2300	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	SÃO DOMING	0	8,2400	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Página: 5/29

Número do Registro de Preços: 2/2019      Data do Registro: 30/01/2019      Válido até: 30/01/2020						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP. (7350)	CADERSIL	0	8,9600
23	CADERNO CALIGRAFIA 1/4 BROCHURA - Caderno caligrafia, 1/4 Brochura, 40 Folhas pautadas, capa simples.	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	PANAMERICA	0	0,9800
			ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP. (7350)	PANAMERICA	0	0,9600
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	JANDAIA	0	1,1000
24	CADERNO BROCHURA CAPA SIMPLES - Caderno brochura, capa simples, quadrilado, com 40 folhas quadriladas 1x1cm, medindo 14cmx20cm.	UN	ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP. (7350)	PANAMERICA	0	1,1300
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	FORONI	0	1,2500
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	PANAMERICA	0	3,4400
25	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO REFORÇADO - Caixa para arquivo morto, POLIONDA, reforçado, com tampa, tamanho aproximado de 14 x 25 x 36cm, acondicionada em fardos com 50 unidades, em preto.	CX	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	ALAPLAST	0	109,0000
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	POLIBRAS	0	129,9900
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	ALAPLAST	0	130,0000
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Polibras	0	130,0000
26	CANETA ESFEROGRAFICA MEDIA AZUL - Caneta esferográfica, escrita média e uniforme; tinta azul; que possibilite a retirada da carga pela extremidade inferior; encaixe firme e perfeito da tampa nas duas extremidades; parte visível da tinta no tubo de carga, medindo no mínimo 9cm; com respirador no corpo da caneta, ponta em aço inox ou latão e estera de turgência; tampa ventilada, caixa com 100 und.	CX	RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	COMPACTOR	0	31,5000
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	COMPACTOR	0	36,2300

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 6/29

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I.) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Compactor	0	39,9000	3
27	CANETA ESFEROGRAFICA MÉDIA VERMELHA - Caneta esferográfica, escrita média e uniforme; tinta vermelha; que possibilite a retirada da carga pela extremidade inferior; encaixe firme e perfeito da tampa nas duas extremidades; parte visível da tinta no tubo de carga, medindo no mínimo 9cm; com respirador no corpo da caneta, ponta em aço inox ou latão e esfera de tungstênio; tampa ventilada, caixa com 100 unid.	CX	RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	JOCAR	0	24,9000	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	COMPACTOR	0	36,2300	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	COMPACTOR	0	40,7300	3
28	CANETA ESFEROGRAFICA MEDIA PRETA - Caneta esferográfica, escrita média e uniforme; tinta preta; que possibilite a retirada da carga pela extremidade inferior; encaixe firme e perfeito da tampa antiafianjante nas duas extremidades; parte visível da tinta no tubo de carga, medindo no mínimo 9cm; com respirador no corpo da caneta, ponta em aço inox ou latão e esfera de tungstênio; tampa ventilada, caixa com 100 unid.	CX	RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	COMPACTOR	0	31,5000	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	COMPACTOR	0	36,2300	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	COMPACTOR	0	40,7300	3
29	CANETA HIDROCOR - Caneta hidrocor ponta grossa, jogo com 12 cores, com selo do INMETRO.	JG	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	LEO&LEO	0	2,8900	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	LEO LEO	0	2,9000	2
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	LEONORA	0	5,3000	3
30	CANETA HIDROGRAFICA FOSFORECENTE - Caneta hidrográfica, fosforescente, para destaque de texto, escrita de aproximadamente 3 mm de largura, cor amarela, com 15 unid.	CX	ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	MASTERPRIN	0	12,9000	1
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Masterprint	0	12,9900	2
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	13,1900	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Página: 7/29

Número do Registro de Preços: 2/2019			Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020		
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	CANETA MARCADOR PARA QUADRO BRANCO - Caneta marcador para quadro branco cores diversas (preto, vermelho e azul), com escrita para quadro branco no corpo da caneta, caixa com 12 unidades.	CX	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Masterprint	0	12,4000	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	16,8900	2
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	MASTERPRIN	0	18,0000	3
32	CANETA PARA RETROPROJETOR - Caneta para retroprojeto nas cores: preto, vermelho, verde e azul, ponta arredondada, com escrita para retroprojeto no corpo da caneta, tampa a base de álcool, secagem rápida, ponta de 1,0mm, caixa com 12 unidades.	CX	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	MASTERPRIN	0	15,2900	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	MAXPRINT	0	15,1200	2
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	16,0900	3
33	CARTOLINA BRANCA - Cartolina, cor branca, com formato 0,50 x 0,66cm 180gr/m², resistente, pacote com 100 unid.	CX	ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	OFF PAPER	0	36,9200	1
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Embalatrento	0	46,0000	2
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	JANDAIA	0	48,3000	3
34	CALCULADORA DE BOLSO - Calculadora, calculadora de bolso, CB 1483, visor de cristal líquido de oito dígitos, as quatro operações básicas e funções de raiz quadrada e porcentagem, alimentação por uma pilha AA, Tamanho: 68 x 106 x 19 mm	UN	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Classe	0	3,9000	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	HOOPSON	0	5,2500	2
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	STAR	0	7,3500	3
36	CLIPS METALICO Nº 2/0 - Clips metálico niquelado, para papéis, numero 2/0, caixa com 100 unidades, acondicionados em caixa.	CX	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	NEWS	0	1,0400	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Página: 8/29

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA; MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	XR	0	1,0500	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA.-EPP. (7350)	CHAPARRAU	0	1,2500	3
37	COLA COLORIDA 25 GR - Cola colorida, embalagem 25g, em caixa com 4 unidades, caixa com cores diversas.	CX	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	PIRATININGA	0	3,1400	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	MARIPEL	0	3,1600	2
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Acrilux	0	3,6000	3
38	COLA GLITTER 21GR, CAIXA COM 6 UNI - Cola Glitter, embalagem 21g, em caixa com 06 unidades, caixa com cores diversas.	CX	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	PIRATININGA	0	4,9000	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	MARIPEL	0	5,4300	2
			SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	PIRATININGA	0	5,9000	3
39	COLA PLÁSTICA BRANCA - Cola plástica branca, lavável, não tóxica, frasco com 40 gr, 12 unidades, selo do INMETRO.	CX	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Frma	0	6,7000	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	FRAMA	0	6,8000	2
			SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	PIRATININGA	0	8,9000	3
40	COLA PLASTICA BRANCA, FRASCO COM 1000 GR EM EMBALAGEM RESISTENTE	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	PIRATININGA	0	6,6200	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA.-EPP. (7350)	PIRATININGA	0	6,6000	2
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	FRAMA	0	8,5900	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 9/29

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I.) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.

41	COLA EM BASTÃO, 40 GRAMAS - Cola em bastão, 40 gramas, embalagem plástica, não tóxica, lavável, caixa com 10 unidades.	CX	ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP (7350)	LEO E LEO	1 7,2800
42	COMPASSO - uma ponta seca em forma de agulha, que determina o ponto fixo no papel e a outra ponta dotada de um estilete de grafite, traça a circunferência, fabricado em metal, 12,2x1,5x3,2cm.	UN	ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	JOCAR	2 9,9900
43	COLCHETE LATONADO PARA PAPÉIS Nº 7, CAIXA COM 72 UNID	CX	SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	BRW	1 3,3900
44	COMPACT DISC (CD) - Compact disc (CD), virgem, gravável (Cd-r), capacidade de 700mb, duração de 80 minutos, acondicionado em embalagem resistente.	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	LEO LEO	2 4,4300
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	LEO&LEO	3 4,5000
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	BACHI	1 3,3000
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	ELGIN	1 0,8000
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Maxprint	2 1,2000
			HAYA INFORMATICA LTDA - EPP (7847)	MAXPRINT	3 1,2000
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	ELGIN	4 1,2000
45	CORRETIVO LIQUÍDO - Corretivo líquido, multiuso (para erros estereográficas e de mecanografia); a base de água, contendo resina acrílica; não tóxico; pincel com cerdas (naturais ou sintéticas) compactas e indeformáveis (não alterando com o uso), permitindo correção precisa e uniforme; com alto poder de cobertura; secagem rápida; frasco com 18 ml, com selo do INMETRO, caixa com 12 unidades.	CX	HAYA INFORMATICA LTDA - EPP (7847)	DELTA	1 10,3000
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Frama	2 10,3000
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	FRAMA	3 10,7400

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Página: 10/29

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	CORRETIVO DE FITA - Corretivo de fita na cor branca, medindo 12mx 4,2mm.	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	MASTERPRIN	0	2,1400	1
47	ELÁSTICO EM BORRACHA - Elástico em Borracha, cores diversas pacote com 1000 peças.	PCT	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Masterprint	0	2,1000	2
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	JOCAR	0	3,5000	3
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	REDBOR	0	16,1100	1
48	ESPETINHO DE BAMBU EM EMBALAGEM DE 50 UNIDADES	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA.-EPP. (7350)	RED BOR	0	16,1200	2
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	MAMUTH	0	19,5800	3
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	GABOARD	0	1,7000	1
49	ESTILETE LARGO - Estilete largo, fabricado em termoplástico e guia da lâmina em aço carbono, lâmina de 18mm.	UN	SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	ABB MIX	0	2,2900	2
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	GABOARDI	0	3,7200	3
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	MASTERPRIN	0	0,9000	1
50	ETIL VINIL ACETATO (EVA) - Etil Vinil Acetato (EVA), folha emborrachada, cores diversas, med. 60cm x 40cm e 2mm de espessura, pacote com 10 unidades.	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA.-EPP. (7350)	MASTERPRIN	0	1,0700	2
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Jocar	0	1,2500	3
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	MAKE +	0	9,5000	1
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Haiti	0	9,5500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 11/29

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	ETIQUETA AUTO ADESIVA PARA IMPRESSORA LASER E DESKJET - Etiqueta auto adesiva para impressora laser e ink jet, medindo 84,67 x 101,6mm, contendo 06 etiquetas por folha, acondicionadas em embalagem com 25 folhas.	PCT	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	EOX	0	9,0900	1
52	ETIQUETA PARA IMPRESSORAS JAT DE TINTA E LASER - Etiqueta para Impressoras Jato de Tinta e Laser, com 14 etiquetas por folha, formato 33,9mmX101,6mm, acondicionadas em embalagem com 25 folhas.	CX	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Colacril	0	6,3700	1
53	EXTRATOR DE GRAMPOS - Extrator de grampos, formato espátula, material metal cromado.	UN	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Carbrink	0	0,7800	1
54	ESQUADRO - 60º x 26 cm, feito em material acrílico, com escala gravada.	UN	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Walleu	0	0,7500	1
55	ENVELOPE A4 - confeccionado no papel kraft natural 80g, no tamanho 24 x 34cm, pacote com 100.	PCT	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	FORONI	0	15,3000	1
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Foroni	0	15,4000	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP. (7350)	DUBFLEX	0	10,1400	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAÇA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Página: 12/29

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
56	FITA ADESIVA NA COR PARDAS - Fita adesiva, na cor parda medindo 45mm x 50m, com papel crepado, tratado e adesivo a base de resina e borracha.	RL	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	ADELBRAS	0	7,0400	1		
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	EUROCEL	0	7,0000	2		
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	EUROCEL	0	7,8000	3		
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	EUROCEL	0	10,7000	4		
57	FITA EMPACOTAMENTO TRANSPARENTE - Fita empacotamento, transparente, medindo 48mm x 45m, a base de resina e borracha sintética.	RL	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Cellux	0	1,9000	1		
			SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	EMBALANDO	0	1,9400	2		
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	ADELBRAS	0	2,3000	3		
58	FITA TRANSPARENTE MEDINDO 12MM X 30M - Fita transparente medindo aproximadamente 12mm x 30m, com disco interno medindo aproximadamente 2,6cm de diâmetro.	RL	SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	EMBALANDO	0	0,4900	1		
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	ADELBRAS	0	0,5300	2		
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Cellux	0	0,6400	3		
59	FITA MÉTRICA CORRENTE - Fita métrica corrente, 150cm, material emborrachado; medida: 2 cm x 150 cm;	RL	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	SUPER	0	1,0000	1		
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	STAR	0	3,7000	2		
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	COATS	0	3,7000	3		
60	FITA MIMOSA Nº 02 - Fita mimosa, 100% poliéster (Cetim), peça com 10 metros, largura: 10mm (Nº 2), cores diversas.	RL	RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	PROGRESSO	0	3,4000	1		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Página: 13/29

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
61	FTILHO - material plástico, rolo com 50 metros, espessura: 4mm, cor lisa, diversas cores.	RL	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	ENFESTA	0	1,1900	1		
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	PROGRESSO	0	1,6900	2		
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	DVI	0	2,3900	3		
62	FITA ADESIVA DUPLA FACE - 12mm x 30m, filme de polipropileno bi-orientado coberto com adesivo acrílico a base de água em ambos os lados, não aparece quando aplicada.	RL	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	ADELBRAS	0	2,6600	1		
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	EUROCEL	0	2,6500	2		
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	EUROCEL	0	2,7600	3		
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	EUROCEL	0	2,7700	4		
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Adelbras	0	2,9000	5		
63	GIZ DE CERA C/ 12 UN - Giz de cera, grosso, com 12 unidades e cores variadas.	CX	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	PIRATININGA	0	1,8800	1		
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	PIRATININGA	0	1,8900	2		
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	ACRILEX	0	1,9900	3		
64	GIZ ESCOLAR BRANCO - Giz escolar branco, a base de gipsita desidratado a base de água, anti-alérgico, plastificado, não tóxico, escrita macia, caixa com 50 bastões.	CX	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Delta	0	2,1500	1		
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	DELTA	0	2,3300	2		
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	DELTA	0	2,7000	3		
65	GIZ ESCOLAR COLORIDO - Giz escolar colorido, a base de gipsita desidratado a base de água e pigmentos, anti-alérgico, plastificado, não tóxico, escrita macia, caixa com 50 bastões.	CX	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Delta	0	2,3900	1		

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Página: 14/29

**Número do Registro de Preços: 2/2019 Data do Registro: 30/01/2019 Válido até: 30/01/2020**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I.) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICIPAL

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	DELTA	0	2.4000	2
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	DELTA	0	3.4500	3
66	GRAMPEADOR PISTOLA C/ CORPO EM AÇO - Grampeador pistola com corpo em aço, dotado de trava de segurança, que utilize grampo tamanho 106/6. Grampeador de madeira, com desprendimento rápido com modo de ajuste de perfuração.	UN	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Leo Leo	0	18,1000	1
67	GRAMPEADOR P/ GRAMPOS 26/6 - Grampeador, corpo metálico, para grampos 26/6, para grampear simultaneamente no mínimo 20 folhas de 75 g/m², capacidade para armazenar no mínimo 200 grampos, com base medindo aproximadamente 18 cm a 20 cm de comprimento, com recarregador pela frente, embalagem individual, acondicionado em caixa.	UN	RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	JOCAR	0	8,9500	1
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	JOCAR	0	20,9500	2
			SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	BRW	0	11,2900	2
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	11,6900	3
68	GRAMPEADOR PARA GRAMPOS 23/8-3 - Grampeador, corpo metálico, para grampos 23/8-3, para grampear simultaneamente no mínimo 100 folhas de 75 g/m², capacidade para armazenar no mínimo 200 grampos, com recarregador pela frente, embalagem individual, acondicionado em caixa.	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	42,4500	1
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Masterprint	0	42,5000	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA -EPP (7350)	JOCAR	0	49,4000	3
69	GRAMPO ENCADERNADOR (TIPO TRILHO) - Grampo encadernador (tipo trilho), em plástico, Branco, medida total 30cm, pacote com 50 unidades.	PCT	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Lourenson	0	5,7000	1
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	JOCAR	0	6,2000	2
70	GRAMPO P/ GRAMPEADOR TAMANHO 26/6 CX C/ 5000 - Grampo para grampeador, tamanho 26/6, galvanizado, caixa com 5000 unidades, acondicionados em caixa.	CX	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	BRW	0	2,2400	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Página: 15/29

**Número do Registro de Preços: 2/2019      Data do Registro: 30/01/2019      Válido até: 30/01/2020**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I.) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICIPAL

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
71	GRAMPO P/ GRAMPEADOR TAMANHO 23/13 COM 5.000 UNIDADES - Grampo para grampeador, tamanho 23/13, galvanizado, caixa com 5000 unidades, acondicionados em caixa.	CX	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	BRW	0	2.5000	2
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	2.5100	3
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	BRW	0	10,8800	1
72	GRAMPO PARA GRAMPEADOR DE MADEIRA - tamanho 106/6, galvanizado, caixa com 3.500 unidades, acondicionados em caixa.	CX	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	10,8700	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA.-EPP. (7350)	CHAPARRAU	0	13,6500	3
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	5,5500	1
73	GLITTER EM PÓ - partículas de PVC metalizadas, potes com 3 gramas, cores diversas.	PTE	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	BRW	0	6,8500	2
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	JOCAR	0	6,9900	3
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	HONEY	0	0,4500	1
74	LÁTEX 0,8MM X 10M - Látex, 0,8mm de espessura, 10m comprimento, composição: 58% elastodieno e 42 % poliéster.	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	BRW	0	0,6600	2
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	STAR	0	0,7000	3
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	REAL	0	0,6800	1
75	LÁPIS DE COR TAMANHO GRANDE - caixa c/ 12 unidades, medindo aproximadamente 175mm de comprimento, acondicionadas em caixa com selo do INMETRO.	CX	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	MASTERPRIN	0	2,6800	1
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	LEONORA	0	3,0500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Página: 16/29

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	BRW	0	3,1900	3
76	LÁPIS CORPO EM MADEIRA - Lápis, corpo em madeira, envernizado formato sextavado, matéria de carga grafite nº 2, medindo no mínimo 170mm, apontado, macio e resistente, com selo do INMETRO. Caixa com 144 unidades.	CX	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	MULTICOLOR	0	33,8000	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	LEO LEO	0	33,9900	2
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Multicolor	0	36,0000	3
			ORLEANS INFORMATICA LTDA.-EPP. (7350)	MULTICOLOR	0	36,5000	4
77	LIVRO DE ATA - Livro de ata medindo no mínimo 215 x 315mm, papel sulfite ou apergaminhado com no mínimo 56gr/m2, pautado, com 100 folhas, com capa de papelão reforçada, embalagem resistente.	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	FORONI	0	8,9000	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	TILIBRA	0	9,4100	2
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	SD	0	9,4500	3
78	LIVRO DE PROTOCOLO	UN	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Foroni	0	7,5000	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	SÃO DOMING	0	7,8000	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA.-EPP. (7350)	SAO DOMING	0	9,4300	3
79	LIVRO PONTO . - Livro ponto, medindo no mínimo 215 x 315mm, papel sulfite ou apergaminhado com no mínimo 56gr/m2, com 100 folhas, com capa de papelão reforçado, embai100agem resistente.	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	FORONI	0	13,1500	1
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Foroni	0	13,2000	2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 17/29

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020				
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	TILIBRA	0	13,8900	3	
80	LUPA LENTE 90mm - Lupa, com cabo de plástico preto, lente aumento zoom 90mm, 15cmx8cm.	UN	RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	STAR	0	8,8000	1	
81	MASSA DE MODELAR NÃO TOXICA CX C/ 12 UN	CX	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	KOALA	0	2,6000	1	
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Acrilex	0	2,5700	2	
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	ACRILEX	0	2,6200	3	
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	ACRILEX	0	2,7400	4	
82	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO - Marcador para quadro branco, recarregável, com ponta redonda e com traço de 2,1 mm, tinta líquida, comprimento da caneta: 12,5cm, nas cores azul, vermelho e preto, caixa com 12 unidades.	CX	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	21,3900	1	
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	JOCAR	0	32,5000	2	
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	JOCAR	0	33,5000	3	
84	PAPEL ALMAÇO - Papel Almaço com pauta, pacote com 100 folhas, medindo (210 X 297mm).	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	PANAMERICA	0	7,3300	1	
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Panamericana	0	7,3500	2	
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	PALTA BRANC	0	11,3400	3	
85	PAPEL CARTÃO 48 X 66CM - Papel Cartão 48x66cm. Cores diversas. Pacote com 20 folhas.	PCT	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	VMP	0	14,2800	1	
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	VMP	0	14,3000	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 18/29

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
86	PAPEL CREPON MEDINDO 48CM X 2MT CORES DIVERSAS	UN	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	VMP	0	14,4000	3
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	VMP	0	0,6200	1
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	VMP	0	0,6300	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA.-EPP. (7350)	VMP	0	0,7300	3
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	VMP	0	0,7300	4
87	PAPEL CELOFONE. - em folha, cores diversas e transparente, 85cm x100 cm.	UN	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	VMP	0	0,6000	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	CROMUS	0	0,6900	2
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	RST	0	0,8600	3
88	PAPEL DUPLEX. - Papel duplex (dupla face), cores diversas, medindo 48x66, pacote com 20 unidades.	PCT	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	VMP	0	12,0600	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	VMP	0	12,0000	2
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	VMP	0	13,9000	3
			ORLEANS INFORMATICA LTDA.-EPP. (7350)	VMP	0	15,6000	4
89	PAPEL ENCERADO BRILHANTE MEDINDO 0,50 X 0,66 CORES DIVERSAS	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	VMP	0	0,2200	1
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	VMP	0	0,3000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 19/29

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020				
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	VMP	0	0,4500	3	
90	PAPEL KRAFT COR PARDA - Papel kraft cor parda, grafite puro, com brilho, gramatura de 80gr/m2, com 1,20 de altura, em bobina pesando aprox 21,50kg	RL	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Embalatrento	0	132,0000	1	
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	GESSELE	0	133,0000	2	
			ORLEANS INFORMATICA LTDA -EPP. (7350)	SAFRA	0	149,5000	3	
91	PAPEL KRAFT NA COR BRANCA - Papel kraft, na cor branca, com brilho, gramatura 80gr/m2, com 90cm de altura e bobina pesando 15 kg.	RL	RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	GESSELE	0	88,1900	1	
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	SAFRA	0	98,0000	2	
			ORLEANS INFORMATICA LTDA -EPP. (7350)	SAFRA	0	104,3300	3	
92	PAPEL KRAFT PARDO. - Papel kraft, na cor parda, grafite puro, com brilho, gramatura 80gr/m², com 0,60cm de largura e bobina pesando 12kg.	RL	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	SAFRA	0	72,0000	1	
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Embalatrento	0	78,0000	2	
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	GESSELE	0	81,4100	3	
93	PAPEL ALCALINO RECICLADO - Papel alcalino reciclado, conforme norma ABNT NBR 15755:2009, que utiliza em sua composição matérias-primas recicladas pré e pós-consumo, isento de cloro, cujas principais características é superfície lisa, Papel para máquina fotocopiadora / impressora a laser e jato de tinta, formato A-4 (210 x 297mm), gramatura 7580 g/m², cor: creme. Resma com 500 folhas, embalagem de papel resistente com identificação do papel na resma.	RES	RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	ECO MILLENII	0	19,4500	1	
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Chamex	0	19,5000	2	
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	JANDAIA	0	20,9700	3	

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 20/29

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.

			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	REPORT	0	21,0000	4
94	Papel para máquina fotocopadora / impressora a laser e jato de tinta, Off-set, na cor branca, formato A-4 (210 x 297mm), gramatura 75/80 g/m2, resma com 500 folhas, embalagem de papel resistente com identificação do papel na resma, acondicionados em caixa com 10 resmas	CX	SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	SUL FIT	0	147,0000	1
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Magnum	0	148,0000	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	ORLEANS PAI	0	153,7900	3
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	MEGA PAPER	0	163,9000	4
95	PAPEL ALCALINO A-3 - Papel alcalino para máquina fotocopadora / impressora a laser e jato de tinta, Off-set, na cor branca, formato A-3 (420x297), gramatura 75 g/m², resma com 500 folhas, embalagem de papel resistente com identificação do papel na resma	RES	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Report	0	39,9000	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	REPORT	0	46,8800	2
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	CHAMEX	0	47,7800	3
96	PAPEL TEXTURIZADO - Papel texturizado, opaline, liso, para utilização em impressoras jato de tinta, laser e copiadoras, cor branca, A4, 180gr pascote com 50 unidades.	PCT	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	VMP	0	5,3000	1
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	OFFPAPER	0	5,2500	2
97	PAPEL SEDA - 48x60cm, cores diversas.	UN	RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	VMP	0	0,1400	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	VMP	0	0,1500	2
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	VMP	0	0,1500	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Página: 21/29

**Número do Registro de Preços: 2/2019      Data do Registro: 30/01/2019      Válido até: 30/01/2020**

**Objeto da Compra:** REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I.) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
98	PAPEL VEGETAL OU TRANSLÚCIDO - liso, caixa com 100 folhas , formato Ofício (216 x 355), gramatura: 90/95g.	CX	RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	MARES	0	27.2000	1
99	PAPEL FOTOGRAFICO, - Papel fotográfico, tamanho A4, 21cm x 29,7 cm, 220g/m², glossy paper, brilhoso, compatível com todas as impressoras jato de tinta, super branco, pacote com 50 folhas.	PCT	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	MASTERPRIN	0	13.9000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP (7350)	MASTERPRIN	0	17.2500	2
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	MASTERPRIN	0	17.9900	3
100	PASTA CATALOGO - Pasta Catálogo com 100 envelopes plásticos, presos com grampos metálicos medindo 243mm x 333mm, para folhas A4.	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	ACP	0	10.8900	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP (7350)	ACP	0	12.5300	2
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	DAC	0	14.3000	3
101	PASTA COM ABA E ELÁSTICO - Pasta com aba e elástico, com ilhoses para passagem do elástico, formato ofício, plastificada, cartão 480/580 g/m2, cores diversas, acondicionadas em caixa	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	FRAMA	0	1.2700	1
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Frana	0	1.2800	2
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	ACP	0	1.6500	3
102	PASTA COM GRAMPO TRILHO DE PAPEL - Pasta com grampo trilho de papel, plastificada, tamanho 235mm x 325mm. Cores diversas	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	FRAMA	0	0.9500	1
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Frana	0	0.9800	2
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	FRAMA	0	1.5000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Página: 22/29

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020				
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.	
103	Pasta suspensa, em cartão marmorizado, plastificado, para documentos, tamanho ofício, com prendedor metálico tipo espiral, com etiqueta e guia, ganchos laterais plásticos presos por ilhós, para maior sustentação dos documentos. Caixa com 20 unidades.	CX	ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	FRAMA	0	1,5000	4	
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	FRAMA	0	21,5900	1	
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	FRAMA	0	24,0000	2	
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	FRAMA	0	24,0000	3	
104	PEN DRIVER, CAPACIDADE 8 GIGA BYTE	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	U-TECH	0	19,9800	1	
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	MULTILASER	0	19,9900	2	
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	MULTILASER	0	23,9000	3	
105	PERCEVEJO LATONADO - Percevejo latonado, caixa com 100 unidades, acondicionados em caixa.	CX	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	1,3500	1	
			SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	BRW	0	1,3600	2	
			ORLEANS INFORMATICA LTDA -EPP- (7350)	PRAYON	0	2,2100	3	
106	PERFURADO PARA PAPEL TAMANHO GRANDE - Perfurador para papel em estrutura metálica, tamanho grande, com régua medidora, com capacidade para perfurar simultaneamente 70 folhas de 75 gr/m2, com alavanca de pressão medindo aproximadamente 20 cm de comprimento, embalagem individual, acondicionados em caixa.	UN	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Masterprint	0	68,0000	1	
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	JOCAR	0	68,7700	2	
108	PINCEL ATÔMICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 12CM - Pincel atômico, medindo aproximadamente 12cm de comprimento, ponta de feltro retangular com escrita medindo aproximadamente 7,5mm x 3,5mm de espessura; nas cores: preto, vermelho, verde e azul, acondicionados em caixa.	CX	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	12,6200	1	

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 23/29

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I.) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.

109	PINCEL CHATO TAMANHO 10 - Pincel chato para pintura artística, tamanho 10, cerdas brancas naturais, cabo de madeira amarelo, pacote com 12 und.	PCT	SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	LEONORA	0	16,9000	2
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	MASTERPRIN	0	19,9000	3
			SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	LEONORA	0	14,8000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA.-EPP. (7350)	LEO E LEO	0	15,0000	2
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Leo Leo	0	15,4600	3
110	PISTOLA PLÁSTICA PARA COLA QUENTE, DE PONTA COM ISOLANETE TÉRMICO E SECAGEM RÁPIDA PARA USO DE REFIL FINO.	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	LEO LEO	0	15,5300	4
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	LEONORA	0	16,9900	5
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Classe	0	7,9000	1
			SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	CLASSE	0	7,9800	2
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	MAKE +	0	8,1000	3
111	PISTOLA PLÁSTICA PARA COLA QUENTE, DE PONTA COM ISOLANETE TÉRMICO E SECAGEM RÁPIDA PARA USO DE REFIL GROSSO.	UN	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Classe	0	10,6500	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	MAKE +	0	10,7000	2
			SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	CLASSE	0	12,9000	3
112	PLÁSTICO ADESIVO, TRANSPARENTE, EM ROLO COM APROXIMADAMENTE 45CMX25METROS DE COMPRIMENTO, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM RESISTENTE.	RL	RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	PLAVITEC	0	45,7000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Página: 24/29

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA; MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS; SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO; FUNDO MUNICI					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
113	PALITO DE PICOLÉ - feitos de maneira clara, ponta redonda, 11 cm de comprimento, pacotes com 100 unidades.	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA.-EPP. (7350)	VMP	0	45,8000	2
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	COLACRIL	0	47,4000	3
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	GABOARD	0	2,4000	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	STILO	0	2,4900	2
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	TELGE	0	3,5000	3
114	PILHA ALCALINA AA - Pilha alcalina, pequena, AA, 1,5V, cartela com 04 Unidades, com selo do INMETRO.	PCT	ORLEANS INFORMATICA LTDA.-EPP. (7350)	MAXPRINT	0	2,2400	1
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	ELGIN	0	3,8200	2
115	PILHA ALCALINA AAA - Pilha alcalina, pequena, AAA, 1,2V, cartela com 04 Unidades, com selo do INMETRO.	PCT	RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	ALFACELL	0	3,9500	3
			ORLEANS INFORMATICA LTDA.-EPP. (7350)	MAXPRINT	0	2,5700	1
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	ELGIN	0	3,8200	2
116	REFIL DE COLA QUENTE FINO EM PACOTE COM 20 UNIDADES, COM SELO DO INMETRO	PCT	RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	ALFACELL	0	3,9500	3
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	5,7900	1
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Classe	0	6,5000	2
			SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	CLASSE	0	6,9000	3



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 25/29

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 2/2019      Data do Registro: 30/01/2019      Válido até: 30/01/2020						
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I.) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
117	REFIL DE COLA QUENTE GROSSO, EMPACOTE COM 20 UNIDADES, COM SELO DO INMETRO	PCT	SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP (111292)	CLASSE	0	12,9000
118	REGISTRADOR AZ FORMATO OFÍCIO LOMBO ESTREITO - Registrador AZ, formato ofício, lombro largo, medindo 24,5cm de altura x 28,50cm largura, com ferragem niquelada; caixa com 8 unidades.	CX	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Classe	0	12,9500
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	14,6900
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Frama	0	54,8900
			ORLEANS INFORMATICA LTDA -EPP. (7350)	FRAMA	0	63,9600
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	BRW	0	78,0000
119	REGISTRADOR AZ FORMATO OFÍCIO MEDINDO 34,5CM - Registrador AZ, formato ofício, lombro largo, medindo 34,5cm de altura x 28,50cm largura mm, com ferragem niquelada; caixas com 8 unidades.	CX	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	FRAMA	0	55,7000
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Frama	0	55,9000
			ORLEANS INFORMATICA LTDA -EPP. (7350)	FRAMA	0	63,9600
120	RÉGUA DE PLÁSTICO MEDINDO 30CM - Régua de plástico, transparente, escala milimétrica, medindo 30 cm de comprimento, pacote com 20 unidades.	PCT	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	WALEU	0	8,8000
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Walleu	0	10,9000
			ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP (111401)	WALEU	0	11,4600
121	TESOURA DE AÇO INOX MEDINDO 21CM - Tesoura de aço inox com cabo plástico para escritório, medindo aproximadamente 21 cm.	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	BRW	0	3,3900

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 26/29

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020		Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
122	TESOURA DE AÇO INOX PARA PICOTAR MEDINDO 24CM	UN	RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	MEGANEW	0	22.0000	1		
123	TESOURA ESCOLAR 12CM - Tesoura escolar 12 cm - inox, com ponta arredondada, com cabo plástico, caixa com 20 unidades.	CX	LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Leo Leo	0	25.6000	1		
124	TINTA GUACHE FRASCO COM 250ML - Tinta guache frasco com 250ml (branca, preta, verde, vermelho, azul, amarelo).	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	PIRATININGA	0	2.3300	1		
125	TINTA PARA ALMOFADA DE CARIMBO - Tinta para almofada de carimbo, cor preta, com aproximadamente 42ml.	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	CARBRINK	0	2.0900	1		
126	TINTA AQUARELA EM PALETA COM 12 CORES - Tinta aquarela, em paleta com 12 cores, pastilhas solúveis em água, cores vivas, produto não tóxico.	UN	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	LEO&LEO	0	5.2500	1		

Página: 27/29

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I.) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
127	TINTA MARCADOR QUADRO BRANCO - Tinta Marcador Quadro Branco, frascos contendo 20 ml, reabastece todas as marcas de pincel, nas cores azul, vermelho e preto, caixa com 12 frascos	CX	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	CIS	0	10,2600	3
			GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	BRW	0	32,0000	1
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	JOCAR	0	36,8900	2
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	JOCAR	0	38,4400	3
128	TNT CORES DIVERSAS ROLA COM 50MT - TNT cores diversas (vermelho, amarelo, verde, azul, preto, branco, laranja, rosa pink, marrom). Rolo com 50 mts.	RL	GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP (7446)	ACP	0	46,4000	1
			ORLEANS INFORMATICA LTDA-EPP. (7350)	SUL BRASIL	0	46,5000	2
			LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA (111545)	Santa Fé	0	46,9000	3
			MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	SANTA FÉ	0	47,1000	4
129	TRANSFERIDOR, EM ACRÍLICO - com 360 graus, Dimensões: 13cm x 16,5cm x 1cm, transparente, com escala gravada.	UN	MARY BOOK COMERCIO LTDA (111502)	VALLEU	0	1,0900	1
			RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME (110689)	WALEU	0	1,6000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Página: 28/29

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I.) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

Página: 29/29

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 2/2019		Data do Registro: 30/01/2019		Válido até: 30/01/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (ESCOLAS E C.E.I.) E DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, FUNDO MUNICI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2019  
PROCESSO Nº 2/2019

- (7350) - ORLEANS INFORMATICA LTDA.-EPP.
- (7446) - GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP
- (7847) - HAYA INFORMATICA LTDA - EPP
- (110689) - RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME
- (111292) - SUL BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP
- (111401) - ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP
- (111502) - MARY BOOK COMERCIO LTDA
- (111545) - LIPAPER LIVRARIA, INFORMATICA E PAPELARIA LTDA

Maracajá, 30 de Janeiro de 2019.

# Maravilha

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 203/2019.

Publicação Nº 2215594

DECRETO LEGISLATIVO Nº 203 de 1º/11/2019.

Homologa Termo Aditivo ao Termo de Concessão de Uso de Imóvel, celebrado entre o Município de Maravilha e a Empresa WM Comércio e Serviços EIRELI - ME e dá Outras Providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial a alínea "d" do inciso "I" do artigo 46 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município que o plenário da Câmara aprovou e ELE promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º Fica por este Decreto Legislativo homologado em sua totalidade e sem restrições Termo Aditivo ao Termo de Concessão de Uso de bem imóvel, firmado entre o Município de Maravilha e a Empresa WM comércio e Serviços EIRELI - ME.

Art. 2º Ficam prorrogados os prazos para cumprimento das condições constantes da Cláusula Décima do Termo de Concessão de Uso nº 011/2016, os quais passam a vigorar a partir da desta homologação do presente Termo Aditivo, sendo:

I – 18 Meses para geração dos novos empregos propostos no certame licitatório;

II – 12 meses para iniciar as obras de execução do projeto;

III – 12 meses para dar início as atividades empresariais;

IV – 24 meses para executar o total do projeto da obra contida na proposta.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal em vigor.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões aos 1º dias do mês de novembro de 2019.

Jandir Primon

Presidente

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 204/2019.

Publicação Nº 2215595

DECRETO LEGISLATIVO Nº 204 de 1º/11/2019.

Homologa Termo Aditivo ao Termo de Concessão de Uso de Imóvel, celebrado entre o Município de Maravilha e a Empresa Thomas Eloi Heydt - ME e dá Outras Providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial a alínea "d" do inciso "I" do artigo 46 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município que o plenário da Câmara aprovou e ELE promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º Fica por este Decreto Legislativo homologado em sua totalidade e sem restrições Termo Aditivo ao Termo de Concessão de Uso de bem imóvel, firmado entre o Município de Maravilha e a Empresa Thomas Eloi Heydt - ME.

Art. 2º Ficam prorrogados os prazos para cumprimento das condições constantes da Cláusula Quinta do Termo de Cessão de Uso, os quais passam a vigorar a partir da desta homologação do presente Termo Aditivo, sendo:

I – 18 Meses para geração dos novos empregos propostos no certame licitatório;

II – 10 meses para dar início as atividades empresariais;

III – 24 meses para executar o total do projeto da obra contida na proposta.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal em vigor.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões aos 1º dias do mês de novembro de 2019.

Jandir Primon

Presidente

# Marema

## PREFEITURA

### DECRETO 149-2019

Publicação Nº 2215064

Decreto 149/2019

De 24/10/2019

DECRETA A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL ELI FERNANDA TOMAZELLI E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 98 da Lei n. 9.504 de 30/09/97

CONSIDERANDO Decreto de nomeação nº 31/2019

CONSIDERANDO requerimento efetuado pela servidora

DECRETA

Art. 1º A exoneração da Servidora Pública Municipal ELI FERNANDA TOMAZELLI, a partir 31 de outubro de 2019, nos termos acima mencionados.

Art. 2º O presente decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Marema, em 24 de outubro de 2019

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

### DECRETO 152/2019

Publicação Nº 2215065

DECRETO nº152/2019

De 30/10/2019

EXONERA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL DARLEI PAGANI MESADRI EXERCENDO O CARGO DE ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO GERAL CC-03 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor

CONSIDERANDO decreto de nomeação 017/2017

CONSIDERANDO reforma da estrutura administrativa Lei Complementar de 48/2018 de 13/06/2018

DECRETA

Art. 1º - A exoneração do Servidor Público Municipal DARLEI PAGANI MESADRI na função de DIRETOR ADJUNTO CC-10 a partir de 01/11/2019, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 30 de outubro de 2019.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

**LEI 1189/2019**

Publicação Nº 2215068

Lei nº 1189/2019  
De 29/10/2019

"INSTITUI O PROGRAMA DE ESTÍMULO A EXPEDIÇÃO DE NOTAS FISCAIS NO MUNICÍPIO DE MAREMA/SC, DISPÕE SOBRE O SORTEIO DE PRÊMIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município, FAZ SABER aos habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o programa de estímulo à expedição de Notas Fiscais a ser denominado por Decreto, de contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS; Imposto Sobre Serviços - ISS, Nota Fiscal de Produtor Rural e de Consumidores no âmbito do Município de Marema/SC.

Art. 2º O Programa instituído nos termos desta lei, objetiva:

- I. Conscientizar e mobilizar os consumidores, através de ações de educação fiscal nas escolas e comunidade Maremense, acerca da importância de exigir nota fiscal ou cupom fiscal quando da aquisição de bens, mercadorias ou contratação de serviços;
- II. Promover o incremento da arrecadação dos tributos municipais, pela exigência, por parte dos consumidores, da nota ou cupom fiscal e, ao mesmo tempo, propiciar ao Município um aumento na participação na arrecadação Estadual;
- III. Estimular o crescimento da economia e do comércio local, premiar os consumidores, produtores, usuários de serviço e contribuintes municipais;
- IV. Concretizar o princípio constitucional da eficiência que impõe à administração pública adoção de todos os meios alternativos e necessários para a cobrança de seus créditos tributários e não tributários, de modo a aprimorar o sistema de arrecadação, estimular a redução da inadimplência fiscal e atender aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- V. Promover a divulgação do programa e seus objetivos, planejando e executando campanhas de marketing.

Art. 3º O Programa consistirá na premiação, mediante sorteios realizados conforme calendário a ser estabelecido na regulamentação da presente Lei.

Art. 4º Concorrerão aos Prêmios do Programa:

- I. Os contribuintes ou responsáveis tributários que apresentarem comprovante de quitação e tributos municipais ainda não adimplidos na data de início do presente programa;
- II. Os consumidores que apresentarem Nota Fiscal de aquisição de mercadoria e de prestação de serviços, em comércio estabelecido no território do Município de Marema/SC, devidamente inscritos no cadastro de Contribuinte Estadual e/ou Municipal;
- III. Os produtores rurais inscritos no Município de Marema/SC que apresentarem a emissão de Nota de Produtor Rural; e,
- IV. Para as pessoas jurídicas serão consideradas Notas Fiscais de mercadorias e prestação de serviços fornecidos a pessoa jurídica provenientes de empresas com inscrição no Município de Marema/SC.

Art. 5º Para concorrer aos sorteios do Programa, os consumidores do Município deverão obter junto ao órgão municipal competente os cupons numerados que serão fornecidos na quantidade estabelecida por Decreto, ouvido o Conselho Gestor de Desenvolvimento Econômico.

§ 1º Serão consideradas para a troca por cupons a primeira via de Nota Fiscal de venda ao consumidor e cupons fiscais emitidos por máquinas registradoras que contenham número do CNPJ do vendedor;

§ 2º A Nota Fiscal de Produtor Rural, quando legalmente necessário, somente será trocada quando acompanhada do comprovante de retenção da respectiva contribuição ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL).

Art. 6º Para a troca por cupons, os documentos fiscais serão entregues e carimbados pelo órgão promotor do programa e devolvidos ao participante da campanha.

Art. 7º Serão premiados os cupons corretamente preenchidos em sorteio público e amplamente divulgado.

Art. 8º A data de realização dos sorteios, será definida com antecedência com ampla divulgação.

Art. 9º O Poder Executivo fica autorizado a celebrar convênios, termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação, com vistas à popularização e incremento promocional do programa.

Art. 10 A Premiação do Programa dar-se-á em vale-compras, nos valores a serem estipulados por decreto, sendo que deverão eles ser utilizados exclusivamente para a realização de compras e/ou contratação de serviços, dentre outros, em empresas e prestadores de serviços situados no território do Município de Marema/SC.

Parágrafo único. A liberação do vale compras fica condicionada à regularidade fiscal e tributária do premiado e do fornecedor para com o fisco municipal.

Art. 11 Quando o valor do documento válido para troca exceder o valor mínimo estipulado e não completar o valor para ter direito ao 2º cupom, poderá ser utilizado o saldo da nota fiscal para posteriores trocas/retiradas de cupons.

Art. 12 O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, através de Decreto.

Parágrafo único. O Regulamento do Programa disciplinará, entre outros:

- I. O número de sorteios;



- II. O valor e número dos prêmios;
- III. A participação dos cidadãos;
- IV. Os documentos fiscais alcançados pelo programa e sua validade;
- V. As datas e formas do sorteio;
- VI. Locais de troca das notas fiscais;
- VII. O termo de adesão, permitindo direitos de imagem aos contemplados;
- VIII. Valores correspondente da troca pelo cupom da Campanha.

Art. 13 As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta dos recursos consignados no orçamento anual, ficando limitado a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por ano.

Art. 14 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Marema/SC, em 29 de outubro de 2019.

ADILSON BARELLA  
PREFEITO MUNICIPAL

Pitágoras Argenti  
Secretário de Administração

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 85.2019 (PMM) - PEÇAS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO PARQUE INFORMÁTICO

Publicação Nº 2215375



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019

VALIDADE: 01/11/2019 A 01/11/2020

PUBLICADO EM:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

LOCAL: \_\_\_\_\_

ASS: \_\_\_\_\_



Ao primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. ARMINDO SESAR TASSI**, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019**, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os preços oferecidos referentes ao Processo supramencionado, tendo sido os preços oferecidos pela(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) comercial(is) foi(ram) classificada(s):

LICITANTE(S) PRESENTE(S)	CNPJ/CPF
TOP CENTER COMERCIAL LTDA, neste ato representado por ROBERTO TROMM	82.135.625/0001-25
REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA COM. ATAC. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA, neste ato representado por GEISON ALEXANDRE LOPES	13.729.372/0001-03
IMPERIO DO PAPEL COM. DE PAPEIS LTDA ME, neste ato representado por HELTON BILK	20.081.724/0001-14
PERFORM TECNOLOGIA EIRELI EPP, neste ato representado por LUCAS DA SILVA	21.873.370/0001-03
ANDRE FELIX MAES CORDEIRO 04132993922, neste ato representado por ANDRE FELIX MAES CORDEIRO	16.937.642/0001-51
OSMAR ORLANDI JUNIOR - ME, neste ato representado por EVERTON VARGAS DICK	22.417.394/0001-10
JS SIMOES EIRELI, neste ato representado por EDEVALDO FORTES SIMÕES JUNIOR	26.981.059/0001-00
ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E ELETRONICOS EIRELI EPP, neste ato representado por EVANDRO DA SILVA	27.913.520/0001-41
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME, neste ato representado por RODRIGO ALVES DE CAMPOS	27.286.283/0001-36
RUBENS VERAS JUNIOR- ME, neste ato representado por	30.401.636/0001-06

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

RUBENS VERAS JUNIOR	
FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME, neste ato representado por RAFAEL RODRIGO LAMIN	23.964.820/0001-07
ANDRE LAMIN FIRMA INDIVIDUAL, neste ato representado por ANDRE LAMIN	31.173.448/0001-30
SCHINATO & SILVA TECNOLOGIA LTDA, neste ato representado por FELIPE SCHINATO	33.357.638/0001-33
VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI, neste ato representado por HENRIQUE MATTOS DO AMARAL	33.419.290/0001-61
RK ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE COMPUTADORES LTDA- ME, neste ato representado por LUIZ RODRIGO NATALI	07.651.892/0001-30

2

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços a **AQUISIÇÃO DE PECAS E EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO PARQUE INFORMÁTICO DA PREFEITURA BEM COMO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, de acordo com as especificações e quantitativo abaixo:

FORNECEDOR: 274313 - ELECTROINOX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E ELETRONICOS EIRELI EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX DE 400W REAIS, COM FAN DE NO MÍNIMO 12", TENSÃO AUTO RANGE (90-264VAC), PFC ATIVO, EFICIÊNCIA 80% TÍPICA, CERTIFICAÇÃO 80 PLUS BRONZE, 3 CONECTORES SATA, IDE, 1 AUX. ATX, 1 ALIMENTAÇÃO 20/24 PINOS, 1 PCI-E 6 PINOS E CPU 4 + 4 PINOS.	UNID	BLUECASE	40	165,0000	6.600,0000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 6.600,00						
FORNECEDOR: 287717 - ANDRE LAMIN FIRMA INDIVIDUAL						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
13	MEMÓRIA RAM 4GB DDR3, FREQUÊNCIA 1333MHZ, LATÊNCIA CL9, PINAGEM 240	UNID	OXY	40	106,0000	4.240,0000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 4.240,00						
FORNECEDOR: 296589 - SCHINATO & SILVA TECNOLOGIA LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
20	SWITCH GIGABIT ETHERNET DE 8 PORTAS RJ45 10/100/1000MBPS, AUTO-NEGOCIAÇÃO, AUTO MDI/MDI-X, HALF/FULL DUPLEX, LEDS INDICATIVOS E FONTE BIVOLT, FONTE PADRAO NBR 14136 2 OU 3 PINOS	UNID	MERCUSYS	20	114,0000	2.280,0000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 2.280,00						
FORNECEDOR: 259080 - PERFORM TECNOLOGIA EIRELI EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
12	PROCESSADOR COM FREQUÊNCIA DE 3,2GHZ, CACHE DE 8MB, 4 NUCLEOS, 4 THREADS, SUPORTE A DDR4, PROCESSADOR GRAFICO INCLUSO, SOCKET 1151	UNID	I3-8300	20	1.011,6000	20.232,0000

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

22	PLACA DE VÍDEO 2GB PCI-E 2.0 8X, CORE CLOCK MÍNIMO 954MHZ, MEMÓRIA CLOCK MÍNIMO 1800MHZ, BARRAMENTO MÍNIMO 64BIT, DDR3, DIRECTX12 E OPENGL 4.5, SAÍDA HDMI - D-SUB - DVI-D	UNID	GIGABYTE	5	238,7500	1.193,7500
27	GABINETE ATX MID TOWER - GABINETE ATX, PRETO, BOTÕES DE POWER, RESET E CONEXÕES USB(2X), MIC(1X) E ÁUDIO(1X) NA FRENTE, COM PÉS DE PLÁSTICO EMBAIXO DO GABINETE E COM LED DE INDICAÇÃO DE POWER ON E HD	UNID	VINIK	20	98,0000	1.960,0000
<b>TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 23.385,75</b>						
<b>FORNECEDOR: 281514 - RUBENS VERAS JUNIOR- ME</b>						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
7	UNIDADE DE ARMAZENAMENTO PADRAO M2, 240 GB, LEITURA SEQUENCIAL DE ATÉ 2.000/1.100MB/S, 3 ANOS DE GARANTIA	UNID	WD	30	283,5000	8.505,0000
31	FILTRO DE LINHA MINIMO DE 4 TOMADAS, 110-220V, BOTÃO DE LIGA/DESLIGA, CIRCUIT BREAKER (DISPENSA FUSÍVEL, POSSUI CHAVE DISJUNTORA), LED INDICATIVO, CABO DE 1,3M TOMADA TRIPOLAR E MATERIAL ANTI-CHAMA, PADRÃO NBR 14136 3 PINOS	UNID	RITATCH	40	19,9000	796,0000
<b>TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 9.301,00</b>						
<b>FORNECEDOR: 302937 - VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI</b>						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
10	MONITOR DE LED DE TELA 23,6", PRETO, CONEXAO VGA/HDMI, FONTE INTERNA, RESOLUÇÃO 1920X1080 (FHD), TEMPO DE RESPOSTA 5MS OU MENOS, FONTE PADRAO NBR 14136 2 OU 3 PINOS, PADRAO VESA	UNID	LG 24MK430H	20	620,0000	12.400,0000
23	FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA NOTEBOOK - UNIVERSAL BIVOLT COM ADAPTADOR DE ENERGIA, CABO DE ALIMENTAÇÃO E 10 TIPOS DE CONECTORES INTERCAMBIÁVEIS	UNID	XZHANG XZ-605	20	76,0000	1.520,0000
25	NOBREAK 2200VA 6 TOMADAS, GARANTIA EXTENDIDA 2 ANOS,BIVOLT 110-220V, SAIDA 115V, SUPORTE 2 COMPUTADORES AO MESMO TEMPO, TOMADAS E PLUG PADRAO NBR 14136 2 OU 3 PINOS, FATOR DE POTENCIA MINIMO 0,7. COMUNICAÇÃO USB, FILTRO DE LINHA INTEGRADO, PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA SUBTENSÃO E SOBRETENSÃO, 4 BATERIAS SELADAS INTERNAS	UNID	TS SHARA UPS SENOIDAL UNIVERSAL 2200VA 4BAT/12V 7AH	4	1.285,0000	5.140,0000
34	TELFONE CELULAR COM 16GB DE ESPAÇO INTERNO 1 GB DE MEMORIA, ANDROID VERSAO 8, WIFI 3G 4G, PROCESSADOR 1.4 GH, BATERIA DE 2100 MAH, CAMERA TRASEIRA 8MP, FRONTAL 5MP	UNID	SAMSUNG J2 CORE J260M 16GB	50	470,0000	23.500,0000
37	REPETIDOR WIFI 300MB/S, 2.4GHZ, PORTA ETHERNET	UNID	MERCUSYS MW310R	20	59,0000	1.180,0000
41	MEMÓRIA DE NOTEBOOK RAM 4GB DDR3 -	UNID	TEAM GROUP 4GB	20	114,0000	2.280,0000

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
 CNPJ: 83.102.483/0001-62



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	FREQUÊNCIA 1333MHZ, LATÊNCIA CL9, PINAGEM 204		DDR3 1333 NOTEBOOK			
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 46.020,00						
FORNECEDOR: 148440 - TOP CENTER COMERCIAL LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
6	SSD 240GB, 2.5", ATÉ 500MB/S PARA LEITURA E 350MB/S PARA GRAVAÇÃO. 3 ANOS DE GARANTIA	UNID	KINGSTON	120	200,0000	24.000,0000
8	HD PURPLE PARA CFTV 3 TB- HD SATA 6 GB/S DE 3 TB, PARA USO ESPECÍFICO EM CFTV, GARANTIA DE OPERAÇÃO 24 HORAS X 7 DIAS/ SEMANA.	UNID	WESTERN DIGITAL	30	505,0000	15.150,0000
9	DISCO RIGIDO - SATA 6GB/S DE 1 TERA, 7200RPM, TAMANHO 3,5" 64MB CACHE	UNID	WESTERN DIGITAL	10	205,0000	2.050,0000
11	PLACA-MÃE SOCKET 1151, CHIPSET H310M COM TODOS OS CAPACITORES SÓLIDOS, MEMÓRIA DDR4, 2 DIMMS, ENTRADA PARA CHIP M2, VIDEO VGA E HDMI, 4X SATA 6GB/S, 2 PCI-E.	UNID	CENTRIUM	20	320,0000	6.400,0000
14	MEMÓRIA RAM 8GB DDR4, FREQUÊNCIA 2400MHZ, LATÊNCIA CL15, PINAGEM 288	UNID	KINGSTON	40	215,0000	8.600,0000
26	NOBREAK 1400VA 6 TOMADAS, GARANTIA EXTENDIDA 2 ANOS, BIVOLT 110-220V, SAÍDA 115V, SUPORTE 2 COMPUTADORES AO MESMO TEMPO, TOMADAS E PLUG PADRÃO NBR 14136 2 OU 3 PINOS, FATOR DE POTÊNCIA MÍNIMO 0,5	UNID	TS SHARA	30	440,0000	13.200,0000
28	HEADPHONE CONCHA, PRETO, CONEXÃO P2(3,2MM), CABO DE 1,2M	UNID	C3 TECH	20	39,0000	780,0000
29	TELEFONE FIXO COM FIO DE 3 FUNÇÕES FLASH, REDIAL/REDISCAR E MUTE/MUDO; 3 VOLUMES DE CAMPAINHA; 2 TIMBRES DE CAMPAINHA; OPÇÃO DE CHAVE E BLOQUEIO; POSIÇÕES MESA E PAREDE; COR CINZA ÁRTICO; SINALIZAÇÃO DE LINHA: PULSO E TOM; DURAÇÃO DO FLASH: 300MS.	PC	INTELBRAS	40	38,5000	1.540,0000
30	SUPORTE PARA MONITOR ARTICULADO PARA MESA, COM PISTÃO A GAS, SUPORTA MONITOR ATÉ 27", GIRO HORIZONTAL ATÉ 180°, REGULAGEM DE ALTURA, ROTAÇÃO 360°, FIXAÇÃO MÓRCIA, 2 USB, FIXA DO MONITOR VESA, FIXAÇÃO DE MESA MÓRCIA	UNID	ELG	40	205,0000	8.200,0000
32	NOTEBOOK 14", SSD 240GB, 8GB DE MEMÓRIA DDR4, PROCESSADOR DE NO MÍNIMO 2,5 GHZ 2 NÚCLEOS 4 THREADS 3MB DE CACHE, LICENCIADO COM WINDOWS 10 PRO	UNID	LENOVO	4	2.300,0000	9.200,0000
40	SUPORTE ARTICULADO PARA 2 MONITORES SIMULTÂNEOS, COM PISTÃO A GAS, FIXAÇÃO VESA, ROTAÇÃO DE TELA 360°, GIRO HORIZONTAL 180°	UNID	ELG	20	330,0000	6.600,0000
42	TELEFONE IP, AUDIO HD, SUPORTE A COTNA SIP, SUPORTE A POE IEEE802.3AF, VIVA VOZ, 2 PORTAS ETHERNET DE 10/100MBPS, SUPORTE A VLAN	UNID	INTELBRAS	10	191,0000	1.910,0000

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 97.630,00						
FORNECEDOR: 303232 - RK ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE COMPUTADORES LTDA-ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
43	CABO EXTENSOR USB 2.0, MACHO X FÊMEA DE 1,8 DE COMPRIMENTO	UNID	FORTREK	20	8,5000	170,0000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 170,00						
FORNECEDOR: 283908 - FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX DE 200W REAIS, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA MÍNIMA DE 70%, 2 CONECTORES SATA, IDE, 1 AUX. ATX E ALIMENTAÇÃO 20/24 PINOS.	UNID	FORTREK	20	41,5000	830,0000
4	TECLADO COM FIO USB, TECLADO COM FIO USB NA COR PRETA, TECLAS DURÁVEIS E SILENCIOSAS, RESISTENTE A DERRAMAMENTOS, PERFIL FINO, PADRÃO ABNT/2 E GARANTIA DE 3 ANOS, COMPRIMENTO DO CABO NO MÍNIMO 1,5M.	UNID	C3 TECH	40	21,4000	856,0000
5	MOUSE COM FIO USB, USB COM DESIGN AMBIDESTRO, CONFORTÁVEL, COM SCROLL-LOCK, SENSOR ÓPTICO DE 1000DPI, CABO DE 1,8M	UNID	C3 TECH	40	11,9000	476,0000
15	CABO DE FORÇA TRIPOLAR, PARA FONTE DE ALIMENTAÇÃO DE COMPUTADORES, POSSUI O SELO DO INMETRO, COMPRIMENTO DE 1,5M PADRAO NBR 14136 3 PINOS - PARA FONTE DE ALIMENTAÇÃO DE COMPUTADORES, POSSUI O SELO DO INMETRO, COMPRIMENTO DE 1,5M	PECAS	MEGATRON	30	8,9000	267,0000
17	PLACA DE REDE GIGABIT PCI-E 10/100/1000, PLUG AND PLAY, SUPORTE AO WINDOWS 7/8/10, ENTRADA RJ45	UNID	VINIK	10	40,0000	400,0000
18	MINI ADAPTADOR WIRELESS USB 300MBPS	UNID	TP-LINK	10	53,0000	530,0000
19	COOLER FAN MÍNIMO 1100 RPM	UNID	C3 TECH	30	22,4000	672,0000
21	ROTEADOR WIRELESS 2 ANTENAS 5DBI, 300MB, 1 PORTA WAN, 4 LAN, FONTE DE ALIMENTAÇÃO 110-220V, COM PLUG PADRAO NBR 14136 2 OU 3 PINOS	UNID	TP-LINK	20	74,0000	1.480,0000
24	EMENDA PONTO A PONTO RJ45	UNID	FORTREK	30	3,0000	90,0000
38	SUPORTE PARA NOTEBOOK COM AJUSTE DE ALTURA 5 POSICOES	UNID	MASTICMOL	20	29,9900	599,8000
39	TELEFONE SEM FIO COM DISCAGEM RÁPIDA PARA ATÉ 10 NÚMEROS, 2 TECLAS DE DISCAGEM DIRETA, 7 TIPOS DE TOQUE, 5 OPÇÕES DE VOLUME DE TOQUE E DE ÁUDIO, AUTOATENDIMENTO, MODO REPOUSO AUTOMÁTICO AO COLOCAR O FONE NA BASE, FUNÇÕES FLASH, REDISCAR E MUDO, BATERIA COM DURAÇÃO DE ATÉ 9 HORAS EM USO OU 96 HORAS EM REPOUSO, TECLA PAGE PARA LOCALIZAÇÃO DO FONE ALCANCE ATÉ 300 METROS EM AMBIENTE ABERTO OU ATÉ 50 METROS EM AMBIENTE FECHADO, TECNOLOGIA DIGITAL,	UNID	INTELBRAS	3	79,0000	237,0000

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
 CNPJ: 83.102.483/0001-62





## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	ALIMENTAÇÃO 220V OU BIVOLT. CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 FONE, 1 BASE, 1 BATERIA RECARREGÁVEL, 1 ADAPTADOR DE TENSÃO BIVOLT, 1 CABO DE LINHA TELEFÔNICA E 1 MANUAL DO USUÁRIO. GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.					
44	CABO HDMI 2M	UNID	CHIPSEC	20	12,0000	240,0000
45	CABO HDMI 5M	UNID	BRASFORMA	10	19,0000	190,0000
<b>TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 6.867,80</b>						
<b>FORNECEDOR: 171514 - REI DOS REIS COMÉRCIO ATACADISTA COM. ATAC. DE EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA</b>						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
3	FONTE DE ALIMENTAÇÃO ATX PARA GABINETE SFF, MÍNIMO 300W REAIS, TENSÃO AUTO RANGE (90~264VAC), PFC ATIVO, EFICIÊNCIA 80% TÍPICA, CERTIFICAÇÃO 80 PLUS BRONZE, MÍNIMO 3 CONECTORES SATA, 1 IDE, 1 ALIMENTAÇÃO 20/24 PINOS.	UNID	SEASONIC SS-300TFX	40	155,0000	6.200,0000
16	RJ45 CAT5E - CORPO EM TERMOPLÁSTICO DE ALTO IMPACTO NÃO PROPAGANTE À CHAMA, VIAS DE CONTATO PRODUZIDAS EM BRONZE FOSFOROSO COM CAMADAS DE MICRÔMETROS DE NÍQUEL E MICRÔMETROS DE OURO, COMPATÍVEL COM OS PADRÕES DE MONTAGEM T568A E T569B	UNID	FORTREK	300	0,8000	240,0000
33	PROJETOR DLP-MULTIMÍDIA COM 3200 LUMENS, FUNÇÃO ECONÔMICA, LÂMPADA DE 190W, RESOLUÇÃO DE XGA(1024X768) ATÉ HD(1600X1200), AJUSTE DE FOCO/ZOOM DE IMAGENS, CONTRASTE DE 13000:1, CONEXÕES HDMI, D-SUB, P2 ÁUDIO, VÍDEO COMPOSTO E MICRO USB	UNID	ACER	4	1.900,0000	7.600,0000
36	KIT LOCALIZADOR / RASTREADOR DE CABOS DE REDE (UTP) E TELEFONIA, POSSUIR GERADOR DE TOM E PONTEIRA INDUTIVA	UNID	SPARTEC	2	159,0000	318,0000
46	TELEFONE HEADSET - CONTROLE DIGITAL DO VOLUME DE RECEPÇÃO, TECLADO EMBORRACHADO DE ALTA DURABILIDADE E FLASH AJUSTÁVEL (100, 300 E 600 MS); TECLAS FLASH, MUTE, REDIAL E ON/OFF E LEDS INDICATIVOS DE STATUS DE CHAMADA E MUDO; CHAVES PARA AJUSTE DE CAMPAINHA, MODE (TOM E PULSO); HASTE FLEXÍVEL (SEMIRRÍGIDA) E CONVERSÍVEL (300°); TIARA DE AÇO COM REVESTIMENTO PVC E APOIO DE CABEÇA CONFORTÁVEL E RESISTENTE; HEADSET MONOAURICULAR AJUSTÁVEL COM PROTETOR REMOVÍVEL EM ESPUMA; HEADSET COM CONECTOR DO TIPO RJ9; COMPATÍVEL COM LINHAS E CENTRAIS ANALÓGICAS E COM OS ACESSÓRIOS PROTETOR AURICULAR E PROTETOR DE MICROFONE; GARANTIA DE 12 MESES.	UNID	INTELBRAS	5	118,0000	590,0000

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 1 HEADSET, 1 BASE DISCADORA, 1 CABO DE LINHA TELEFÔNICA E 1 MANUAL DO USUÁRIO.							
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 14.948,00							
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 211.442,55							

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto é de: **R\$ 211.442,55 (DUZENTOS E ONZE MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS).**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante a validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a adquirir/contratar o objeto exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à(s) licitante(s) vencedora(s), ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma hipótese legalmente prevista para tanto, garantindo à(s) vencedor(as), neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3. Fica ressalvada à Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total do objeto desta ata de registro de preços.

2.4. O fornecimento/execução do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), órgão gerenciador da mesma bem como responsável pela unidade financeira competente.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO**

3.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue/executado em até 48 (quarenta e oito) horas na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, conforme solicitação, após o recebimento da ordem de compra/serviço.

3.1.1. As entregas/execuções serão parceladas, conforme necessidade.

3.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: [contabilidade@massaranduba.sc.gov.br](mailto:contabilidade@massaranduba.sc.gov.br).

3.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

3.3. A não entrega/execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

8

3.4. O objeto somente será considerado aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

3.5. Caso o objeto não atenda às especificações desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE**

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;

b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

4.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da Lei e mediante efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

5.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização desta Prefeitura em seu acompanhamento.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

5.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

9

5.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

5.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

5.6. Manter vigente durante a validade da ata de registro de preços os documentos de habilitação que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

5.7. Entregar/executar o objeto em até 48 (quarenta e oito) horas na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, conforme solicitação, após o recebimento da ordem de compra/serviço.

5.8. Será recusado o objeto que seja imprestável, defeituoso, ou que não atenda as especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

5.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata de registro de preços.

5.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.11. Submeter-se à fiscalização por parte da Prefeitura de Massaranduba (SC).

**CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)**

6.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas nesta ata de registro de preços.

6.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.

6.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

6.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares previstas nesta ata de registro de preços ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

10

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES**

7.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, sem justificativas aceitas pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, em sanções administrativas de advertência, multas ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração Municipal.

7.1.1. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:

- a) A entrega/execução do objeto com atraso;
- b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;
- c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;
- d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

7.1.2. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:

- a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;
- b) A não entrega/execução do objeto.

7.2. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela licitante, nos seguintes casos:

- a) Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços, a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC);
- b) Multa moratória de 01% (um por cento) por dia sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, até o máximo de 20% (vinte por cento), quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;
- c) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços;

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

- e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:
- e.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;
- e.2) Desatender às determinações da fiscalização;
- e.3) Não obedecer às condições de entrega/execução especificadas no contrato/ata de registro de preços;
- e.4) Não entregar/executar o objeto dando ensejo à rescisão contratual ou cancelamento da ata de registro de preços;
- f) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa.
- 7.3. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante.
- 7.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela licitante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- 7.5. Ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados e a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC), se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do art. 7 da Lei Federal 10.520/02.
- 7.6. Quaisquer das sanções administrativas poderão, a juízo da Administração Municipal e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante.
- 7.7. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa.
- 7.8. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

- 8.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:
- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;

12

f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;

g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;

n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

13

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

9.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1. Integram esta ata de registro de preços: o edital do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019** e a(s) proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(s) classificada(s) no certame.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

10.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pelo Sr. Gilberto Lopes, técnico em informática, exercerão rigoroso controle em relação ao presente certame, anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução desta ata determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Massaranduba (SC), 01 de novembro de 2019.

**MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA**  
**ARMINDO SESAR TASSI**  
CONTRATANTE

**TOP CENTER COMERCIAL LTDA**  
**ROBERTO TROMM**  
CONTRATADA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

14

**REI DOS REIS COMÉRCIO**  
**ATACADISTA COM. ATAC. DE EQUIP.**  
**DE INFORMÁTICA LTDA**  
**GEISON ALEXANDRE LOPES**  
CONTRATADA

**PERFORM TECNOLOGIA EIRELI EPP**  
**LUCAS DA SILVA**  
CONTRATADA

**ELECTROINOX COMERCIO DE**  
**EQUIPAMENTOS E ELETRONICOS**  
**EIRELI EPP**  
**EVANDRO DA SILVA**  
CONTRATADA

**RUBENS VERAS JUNIOR- ME**  
**RUBENS VERAS JUNIOR**  
CONTRATADA

**FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME**  
**RAFAEL RODRIGO LAMIN**  
CONTRATADA

**ANDRE LAMIN FIRMA INDIVIDUAL**  
**ANDRE LAMIN**  
CONTRATADA

**SCHINATO & SILVA TECNOLOGIA**  
**LTDA**  
**FELIPE SCHINATO**  
CONTRATADA

**EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA**  
**EIRELI**  
**HENRIQUE MATTOS DO AMARAL**  
CONTRATADA

**VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019**

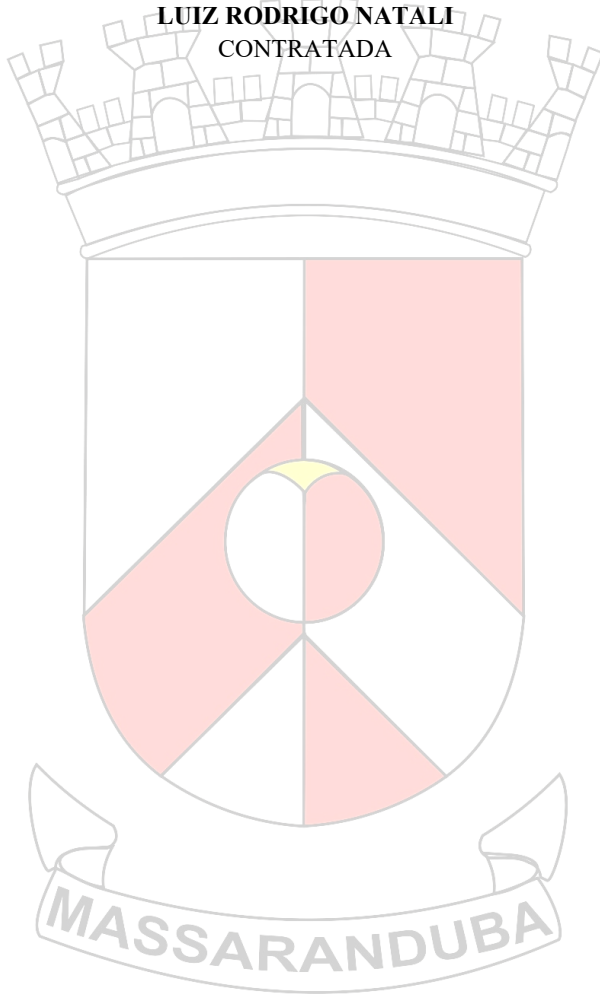
Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

15

**RK ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE  
COMPUTADORES LTDA-ME  
LUIZ RODRIGO NATALI  
CONTRATADA**



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 199/2019**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
CNPJ: 83.102.483/0001-62



**CONTRATO ADITIVO 20.2016 AD 10 - IPM SISTEMAS LTDA**

Publicação Nº 2214828

DÉCIMO TERMO ADITIVO (20/10) AO CONTRATO Nº 20/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E IPM SISTEMAS LTDA.

O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso das atribuições que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, IPM SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0001-41, com sede na Avenida Trompowsky, número 354, bairro Centro, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. ALDO LUIZ MEES, inscrito no CPF sob o nº 292.867.519-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016, celebram o presente Termo Aditivo de Ampliação de Objeto ao Contrato em epígrafe, de acordo com o índice possível de ampliação sem que se extrapole o limite de 25% (vinte e cinco por cento) autorizado pelo artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA IMPLEMENTAÇÃO DO OBJETO**

1.1. Fica acrescido junto à Prefeitura Municipal de Massaranduba (SC), o serviço no módulo de RH para implementação do novo plano de cargos e salários do Município, conforme legislação a ser aprovada pelo Município, no valor único de R\$ 6.601,06 (seis mil seiscentos e um reais e seis centavos), a ser pago pela Contratante em até 15 (quinze) dias da implementação.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO:**

2.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.001 - GERÊNCIA DE PESSOAL

2011 – MANUTENÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

33903908 – MANUTENÇÃO DE SOFTWARE

10000 – Recursos Ordinários

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES**

3.1. As partes ratificam expressamente todas as demais cláusulas do contrato originário que não tenham sido alteradas pelo presente termo de adendo.

E, por acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para suprir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Massaranduba	(SC),	04	de	novembro	de	2019
--------------	-------	----	----	----------	----	------

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

IPM SISTEMAS LTDA

ALDO LUIZ MEES

CONTRATADA

Testemunhas:

JULIANA POLETTI DA SILVA CPF: 043.554.869-74 Gerência de Licitações	ELTRIDA FRITZKE VOELZ CPF: 489.697.029-20 Gerente de Recursos Humanos
---	---

**CÂMARA MUNICIPAL****RESSOLUÇÃO Nº 129/2019**

Publicação Nº 2216045

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº 129/2019

05/11/2019

**Altera o Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba (SC)**

O Presidente da Câmara de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O Art. 31 da Resolução nº 120/2017 (Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Massaranduba) passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 31. O suplente de Vereador, quando convocado, substitui o Vereador que originou a vaga em todas as suas funções nas comissões permanentes ou temporárias, inclusive a presidência.

Art. 2º O inciso III do artigo 70 da Resolução nº 120/2017 (Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Massaranduba) passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 70 .....  
(...)

III – dar a Comissão conhecimento de toda matéria recebida, distribuindo-a imediatamente ao relator efetivo escolhido na mesma data referida no artigo 62, designar relator especial ou reservar-se para relatá-las pessoalmente;

Art. 3º Fica incluído o §4º no artigo 75 da Resolução nº 120/2017 com a seguinte redação:

§4º Caso o Presidente da Comissão não se apresente à hora regulamentar o relator efetivo dará como cancelada a reunião, computando falta ao mesmo, e comunicará o fato ao Presidente da Câmara.

Art. 4º O inciso I do parágrafo 1º do artigo 114 da Resolução nº 120/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

I – terão numeração por sessão legislativa, em séries específicas:

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA

Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340

e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

Art. 5º O §6º do artigo 138 da Resolução nº 120/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

§6º O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem retificativa à Câmara Municipal para propor a modificação dos projetos de lei de caráter orçamentário enquanto não exarado o parecer final da Comissão de Finanças, Orçamentos e Fiscalização.

Art. 6º O §3º do artigo 141 da Resolução nº 120/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

§3º O Projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamentos sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, sendo vedada a apresentação de emendas, assegurado aos Vereadores amplo debate sobre a matéria, sendo inclusive, notificado com prazo mínimo de 05 (cinco) dias o ordenador das contas para, se assim entender, apresentar defesa técnica e/ou utilizar-se da Tribuna pelo tempo máximo de 30 (trinta) minutos para proceder ao contraditório e ampla defesa ou esclarecimentos necessários referente às contas.

Art. 7º O artigo 171 da Resolução nº 120/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 171. A pauta da Ordem do Dia será organizada pelo Presidente da Mesa, observando-se, quando necessário, as disposições deste regimento sobre proposições com tramitação diferenciadas.

Art.8º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DE VEREADORES DE MASSARANDUBA (SC) EM 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Ilmar Sapinski

Presidente

Publicado no expediente da data supra

Jair Micheluzzi

Assistente Legislativo

# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 064-2019

Publicação Nº 2215574

DECRETO n.º 064/2019

TRATA DA NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO PARA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO “PREGÃO”.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a legislação em vigor, resolve:

#### NOMEAR

Art. 1.º Sem ônus para o Município, a Senhora ANELIZE LONGARETTI TOLDO FRANCISCO como Pregoeira, JULIO CÉSAR DE OLIVIERIA e VILMAR MOTTA TRISTÃO para constituírem a Equipe de Apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 2.º Os serviços prestados pelos membros acima indicados serão gratuitos e considerados relevantes ao Município.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revoga-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 024/2019, de 18 de abril de 2019.

Meleiro/SC, 04 de novembro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 405-2019

Publicação Nº 2215232

PORTARIA n.º 405/2019

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

#### NOMEAR

Art. 1.º A Senhora GILCINEIA SCHNEIDER BERTI, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovada em Concurso Público – Edital n.º 001/2019, homologado em 20 de Agosto de 2019.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 04 de Novembro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

**RESOLUÇÃO CMDCA N. 20-2019 - CONVOCA ELEITOS**

Publicação Nº 2214701

Resolução CMDCA n. 20/2019 de 04 de novembro de 2019.  
Convoca Conselheiros Tutelares eleitos.

O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Meleiro/SC, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal n. 1.682/2015, Decreto Municipal n. 59/2017, e Lei Municipal 1.805/2019, ad referendum, à Comissão Especial Eleitoral – CEE,

CONSIDERANDO a emissão do Ofício CMDCA n. 04/2019 de 01 de agosto de 2019, no qual comunica o Ministério Público da Comarca de Meleiro a respeito da atual situação do Conselho Tutelar que atualmente conta com somente 02 (dois) conselheiros;

CONSIDERANDO que as eleições para o Conselho Tutelar para o mandato 2020/2023 ocorreram em 06 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO a emissão do Ofício CMDCA n. 08/2019 de 07 de outubro de 2019, no qual comunica o Ministério Público da Comarca de Meleiro sobre o resultado das eleições do conselho tutelar, bem como solicita autorização para convocar conselheiros eleitos para completarem o efetivo do referido conselho;

CONSIDERANDO a manifestação (anexa) do Ministério Público da Comarca de Meleiro autorizando a convocação para completar o quadro de conselheiros tutelares;

CONSIDERANDO a ordem de classificação nas eleições do conselho tutelar de Meleiro;

CONSIDERANDO que os conselheiros HENRIQUE ANTONIO MANFREDINI (2º titular) e MARIA APARECIDA NATAL MATEUS (5º titular) foram eleitos nas eleições para os mandatos em 2020/2023, e que detém mandatos (2016/2019) e estarão em seus cargos até a posse dos conselheiros eleitos;

CONSIDERANDO que ROSILEI TRENTTO (1º titular), CLAIR DE PRÁ GUELLERE (3º titular), e ELIZANE BONFANTE ZILLI (4º titular), foram eleitos no pleito de 06 de outubro de 2019;

Resolvem:

Art. 1º - Ficam convocados, para assumirem seus cargos de Conselheiros Tutelares, os membros ROSILEI TRENTTO (1º titular), CLAIR DE PRÁ GUELLERE (3º titular), e ELIZANE BONFANTE ZILLI (4º titular).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro/SC, 04 de novembro de 2019.  
JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Presidente do CMDCA de Meleiro

# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO 238/2019

Publicação Nº 2216138

DECRETO Nº 238/2019 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO, DE QUE DIPOE A LEI MUNICIPAL nº 2438/2019, DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso de suas atribuições, de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Considerando em especial a LEI MUNICIPAL Nº 2438/2019 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019: DISPÕE SOBRE O AUXÍLIO FINANCEIRO À NOVAS INDÚSTRIAS QUE SE INSTALAREM NO MUNICÍPIO, ÀS EMPRESAS EXISTENTES, OBJETIVANDO A AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EMPREGO E RENDA, NO MUNICÍPIO DE MODELO – SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, em especial em seu artigo 4º, DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO do Município de Modelo SC, para opinar, emitir parecer, quanto a concessão de incentivos, dentro dos padrões estabelecidos pela Lei Municipal 2438/2019 DE 22 de outubro de 2019: Dispõe sobre o auxílio financeiro à novas indústrias que se instalarem no Município, às empresas existentes, objetivando a ampliação e manutenção de emprego e renda, no município de Modelo – SC, conforme especifica e dá outras providências.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão de que trata o artigo 1º deste Decreto:

I - SUELEN CECCON – Presidente.

II - KARINE EBERHARDT - Secretária.

III - ANDRIELI PROVENCY MEMBRO

IV – GILMAR JOSE VOGEL - MEMBRO

V – GILBERTO LUIS SIGNOR – MEMBRO

VI –VALENIO KOTTWITZ – MEMBRO

VII – JESSICA PEZENATTO – MEMBRO

VIII – ELIZANDRA CHAVES - MEMBRO

IX – NOELI LANG - MEMBRO

Art. 3º As atribuições da comissão são as constantes da Lei Municipal Nº 2438/2019,

Art. 4º - O serviço da comissão não será remunerado, sendo considerado de relevante interesse público, não lhe atribuindo qualquer remuneração e nem a geração de vínculo empregatício, social e ou trabalhistas.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,  
aos 31 de outubro de 2019

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

Janice Martini Muller

Secretaria Municipal da Administração

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PUBLICO 07-2019

Publicação Nº 2215171

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE  
INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 007/2019.

O Município de Mondaí, por meio da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E CULTURA, informa que, tendo por fundamento as disposições contidas no art. 31 da Lei Federal de nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015 que dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil ratificado pelo Decreto Municipal 4969/2019.

DADOS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL  
NOME: CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE MONDAI - CDL,  
CNPJ: 15.067.965/0001-79  
ENDEREÇO: Avenida do Engenho, nº 205, Sala 02, Centro, Mondaí, SC.  
TELEFONE: 049 3674 0133  
EMAIL [executivo@mondai.cdl-sc.org.br](mailto:executivo@mondai.cdl-sc.org.br) [acimcdlmondai@gmail.com](mailto:acimcdlmondai@gmail.com)  
PRESIDENTE: Leandro Laerte Figleski.

VALOR: até R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) do exercício em curso, em conformidade com Plano de Trabalho.

OBJETO: O presente Termo de Fomento visa ao estabelecimento de bases para a cooperação e para promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE, parte integrante deste Termo, cuja finalidade é a realização do Projeto Magia de Natal 2019, a ser executado pela CONVENIENTE

#### JUSTIFICATIVA DA DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

A Dispensa e a Inexigibilidade de Chamamento Público fundamentam-se pela previsão contida no inciso VI do art. 30, inciso II do art. 31, todos da Lei 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.024/2015. A Câmara de Dirigentes Lojistas de Mondaí - CDL fundada no dia 25 de maio de 2006 tem como missão o Desenvolvimento do cultura e arte, bem como o fortalecimento da identidade local. É incontestável a necessidade de parceria para a realização da projeto Magia de Natal 2019, pois trata-se de uma das maiores e mais renomada atração natalina regional, colocando o Município de Mondaí em evidencia e fortalecendo o turismo, cultura e comercio local, atraindo centenas de visitantes ao município.

Registre-se que, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar desta publicação, a justificativa poderá ser impugnada, conforme previsão do art. art. 32, §2º, da Lei nº 13.019/2014.

Mondaí, 04 de novembro de 2019.

SANDRA REGINA CALLAI SCHUH  
SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

### EXTRATO PREGÃO Nº 063.2019 PMM

Publicação Nº 2215060

AVISO DE REPUBLICAÇÃO – NOVA DATA DE ABERTURA. PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 099/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 063/2019 - O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 063/2019. TIPO: Menor Preço Por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de serviços de máquinas (escavadeira hidráulica, retroescavadeira traçada, trator de esteiras, rompedor hidráulico, caminhão basculante, moto niveladora, rolo compactador e mini escavadeira hidráulica), destinados para recuperação de vias públicas, abertura de fontes de água, soltura de cascalho, acessos a propriedades, abertura de valas, aterros e demais serviços similares, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I, do Edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 13h45min do dia 19 de novembro de 2019. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 14h00min do dia 19 de novembro de 2019. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br). MONDAI (SC), 04 de Novembro de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

**EXTRATO PREGÃO Nº 065.2019 PMM**

Publicação Nº 2215874

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 102/2019 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/2019 - O MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, a RETIFICAÇÃO do Anexo do Edital de Pregão Presencial nº 065/2019, tendo em vista a ocorrência de alterações, conforme segue: OBJETO: Este processo tem por objeto o Registro de preço para eventual e futura aquisição de 02 (dois) veículos automotores novos, tipo PICK-UP e 03 (três) veículos automotores novos, tipo SEDAN de fabricação nacional destinado para Prefeitura Municipal do Município de Mondaí, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I – Termo de Referência. ERRATA DO ITEM 2 do Termo de Referência do Anexo I - Especificações do Objeto – Comum a todos os participantes: Onde se Lê: Veículo: tipo sedan; mínimo de 04 cilindros, motor mínimo 1.4, potência mínima de 110 CV, capacidade mínima de 05 passageiros; 5 (cinco). portas, sendo 4(quatro) laterais e 1 de acesso ao porta-malas; combustível flex: gasolina/etanol; ano/modelo: 2019/2020 ou superior; transmissão. mecânica com no mínimo 5 (cinco) velocidades frente e 1(uma) ré; passageiros: mínimo de 5(cinco) incluindo o motorista; air bag: mínimo duplo frontal; • direção elétrica ou hidráulica; ar-condicionado integrado frio e quente; retrovisores elétricos; vidros e travas elétricas nas portas; sistema de alarme ou dispositivo antifurto original de fábrica; estepe; protetor de cárter; equipado com os demais itens e acessórios de segurança exigidos por lei; cor: sólida a definir; película anti-furto nos vidros laterais e traseiro com transparência mínima permitida por lei e no parabrisa com transparência total; garantia: mínimo 12(doze) meses. Leia-se: Veículo: tipo sedan; mínimo de 03 cilindros, motor mínimo 1.3, potência mínima de 105 CV, capacidade mínima de 05 passageiros; 5 (cinco). portas, sendo 4(quatro) laterais e 1 de acesso ao porta-malas; combustível flex: gasolina/etanol; ano/modelo: 2019/2020 ou superior; transmissão. mecânica com no mínimo 5 (cinco) velocidades frente e 1(uma) ré; passageiros: mínimo de 5(cinco) incluindo o motorista; air bag: mínimo duplo frontal; • direção elétrica ou hidráulica; ar-condicionado integrado frio e quente; retrovisores elétricos; vidros e travas elétricas nas portas; sistema de alarme ou dispositivo antifurto original de fábrica; estepe; protetor de cárter; equipado com os demais itens e acessórios de segurança exigidos por lei; cor: sólida a definir; película anti-furto nos vidros laterais e traseiro com transparência mínima permitida por lei e no parabrisa com transparência total; garantia: mínimo 12(doze) meses. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br). MONDAI (SC), 04 de Novembro de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.



**CÂMARA MUNICIPAL****AUTÓGRAFO DE LEI Nº 36/2019 (PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 32/2019)**

Publicação Nº 2216052

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES**

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 36/2019.

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 36/2019  
(Redação Final do Projeto de Lei Ordinária nº 32/2019)

Dispõe sobre a atualização do Plano Plurianual 2018/2021, instituído pela Lei Municipal nº 3.643/2017, do Município de Mondaí, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que votou e aprovou o Projeto de Lei e encaminha para a sanção do Prefeito Municipal a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o PPA – Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 3643 de 22 de setembro de 2017, por meio da inclusão de novas Órgãos, Unidades Administrativas, Programas e Ações de Governo, pela alteração ou fixação de novas metas físicas e financeiras, na adequação das rubricas orçamentárias de receitas e fontes de custeio das despesas para o exercício financeiro de 2020 e seguintes, nos termos dos Anexos da presente Lei.

Art. 2º Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas, mediante a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

Art. 3º Foram atualizados os valores para o exercício de 2020 e seguintes, de maneira a adequar os programas e fontes de recursos, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente.

Art. 4º Em consonância com o art. 165, § 2º da Constituição, as prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 e seguintes, são aquelas definidas nos anexos desta Lei, representando as reivindicações da sociedade e confirmadas pelos órgãos da Prefeitura.

Art. 5ª Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, 4 de novembro de 2019.

Elizandro Mainardi,  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.



**AUTÓGRAFO DE LEI Nº 37/2019 (PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 33/2019)**

Publicação Nº 2216053

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES**

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019  
(Redação Final do Projeto de Lei Ordinária nº 33/2019)

Estabelece as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Mondaí para o exercício de 2020, e dá outras providências..

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que votou e aprovou o Projeto de Lei e encaminha para a sanção do Prefeito Municipal a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece às diretrizes orçamentárias do Município de Mondaí, para o exercício de 2020, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, às normas estabelecidas pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, combinado, com o inciso VI do artigo 56 da Lei Orgânica do Município, com o inciso parágrafo 2º do Artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº. 018 de 28 de novembro de 2006, e, com a Lei Municipal nº. 3.643 de 22 de setembro de 2017 (Plano Plurianual), e suas atualizações, sendo elaboradas e executadas de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I – As prioridades e metas da administração pública municipal, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021;

II – A estrutura e organização dos orçamentos;

III – As diretrizes gerais;

IV – As diretrizes específicas para o Poder Legislativo

V – As disposições sobre a receita;

VI – As disposições sobre a despesa;

VII – As disposições sobre os créditos adicionais;

VIII – Das despesas com educação e saúde;

IX – As disposições sobre despesas com pessoal;

X – As disposições sobre alterações na legislação tributária; e

XI – Das disposições gerais.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

§ 1º As diretrizes, metas e prioridades constantes do Plano Plurianual e desta Lei considerar-se-ão modificadas por leis posteriores e pelos créditos adicionais abertos.

§ 2º Esta Lei dispõe, dentre outras matérias, também sobre o equilíbrio das finanças públicas, critérios e formas de limitação de empenho, sobre o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas, sobre condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas e privadas, sobre a despesa de pessoal para os fins do art. 169, § 1º da Constituição, e compreende os anexos de que trata os §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações.

CAPÍTULO I  
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em consonância com o art. 165, § 2º da Constituição, as prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 são aquelas definidas nos Anexos desta Lei, as quais foram extraídas do Plano Plurianual, para o período de 2018 a 2021, aprovado pela Lei Municipal nº. 3.643, de 22 de setembro de 2017, e suas atualizações. Outras prioridades apresentadas pelas reivindicações da sociedade e confirmadas pelos órgãos da Prefeitura, as metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020, são os especificados no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

§ 1º O detalhamento das metas e prioridades consta no Anexo I a esta Lei, em conformidade com os objetivos estabelecidos nos programas temáticos constantes do Plano Plurianual 2018-2021

§ 2º As metas e prioridades de que trata o caput deste artigo, atendidas às despesas que configurem obrigação constitucional, legal ou obrigatórias de caráter continuado do Município, as com funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e as de conservação do patrimônio público, têm precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2020 e na sua execução, não se configurando, todavia, em limite à programação da despesa

§ 3º A Lei Orçamentária Anual de 2020 conterá dotações necessárias ao cumprimento do cronograma de execução de obras e demais contratos em andamento, em atendimento ao princípio da continuidade das ações públicas, observando e cumprindo o disposto no art. 45, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 4º O anexo de metas e prioridades conterá no que couber, o disposto no § 2º, do art. 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 5º A Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição da República Federativa do Brasil.

§ 6º Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2020, o Poder Executivo Municipal, poderá, se verificados alterações da conjuntura nacional, estadual e municipal e dos parâmetros macroeconômicos utilizados, adequar as metas definidas nesta Lei, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

CAPÍTULO II  
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura e deverá ser elaborada de conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o da publicidade, igualdade, justiça social e o da transparência social:

I – O princípio da publicidade visa promover a transparência da gestão fiscal, permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas ao ente público;

II – O princípio de justiça social implica em assegurar que os Programas dispostos na Proposta Orçamentária contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos e suas regiões, bem como no combate a qualquer tipo de exclusão social, principalmente aos munícipes mais necessitados;

III – O princípio da transparência social requer a observância da utilização dos diversos meios de comunicações disponíveis, a fim de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas; e

IV – O princípio da economicidade implica na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.

Art. 4º As ações do Governo Municipal visando à viabilização financeira do município deverão orientar-se pelas seguintes diretrizes gerais:

I – busca da elevação imediata, substancial e permanente das receitas públicas, sobretudo das receitas próprias, bem como da ampliação e da diversificação das fontes alternativas de receita, sobretudo as de menor custo para a sociedade;

II – promoção de amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais;

III – aprimoramento da capacidade de gestão de despesas do setor público, bem como de gestão orçamentária, de administração financeira e de controle interno, por intermédio da modernização dos instrumentos e dos mecanismos de exercício de despesas e determinação de gastos, de controle de custos, de administração financeira e de controle interno.

IV – promoção da melhoria permanente da administração pública municipal, por meio de um modelo de gestão por resultados e da capacitação e valorização dos servidores públicos do município;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

V – manutenção do compromisso com o equilíbrio das contas públicas, aprimorando a prevenção e a mitigação de riscos fiscais por meio de uma gestão moderna e eficiente para subsidiar a elevação da capacidade de investimentos. Aprimorar os mecanismos de cobrança e os instrumentos de arrecadação fiscal.

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: o menor nível da classificação institucional;

II – ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

III – FUNÇÃO: maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

IV – SUB-FUNÇÃO: uma partição da função, que visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

V – PROGRAMA: o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado pelas metas físicas estabelecidas no Plano Plurianual;

VI – ATIVIDADE: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, destinados para manutenção das unidades orçamentárias de acordo com a estrutura da Prefeitura Municipal e os programas específicos de manutenção continuada, devendo as mesmas serem realizadas de forma contínua e permanente cujo produto final será a manutenção das ações governamental as quais foram extraídas do Plano Plurianual atualizado;

VII – PROJETO: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, previamente aprovados no Plano Plurianual em vigor e serão um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do governo municipal;

VIII – OPERAÇÕES ESPECIAIS: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços; e

IX – FONTE DE RECURSOS: vinculação de recursos públicos a uma despesa específica ou a qualquer que seja a aplicação, desde a previsão até o efetivo pagamento da despesa, constantes dos programas e ações governamentais, dividindo-se essa destinação em ordinária e vinculada.

§ 1º Cada Programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como os órgãos orçamentários responsáveis pela realização da ação e em seus créditos adicionais.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

§ 2º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função e subfunção às quais se vincula.

§ 3º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2020, bem como nos créditos adicionais, por função, subfunção, programa, projeto/atividade, operação especial e categoria econômica.

Art. 6º A receita orçamentária será discriminada pelos seguintes níveis:

I – Categoria Econômica;

II – Origem;

III – Espécie;

IV – Rubrica;

V – Alínea; e

VI – Subalínea.

§ 1º A Categoria Econômica da receita, primeiro nível de classificação, está assim detalhada:

I – Receitas Correntes - 1; e

II – Receitas de Capital - 2.

§ 2º A Origem, segundo nível da classificação das receitas, identifica a procedência dos recursos públicos em relação ao fato gerador no momento em que os mesmos ingressam no patrimônio público.

§ 3º O terceiro nível, denominado Espécie, possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de tais recursos.

§ 4º O quarto nível, a Rubrica, agrega, dentro de cada espécie de receita, determinadas receitas com características próprias e semelhantes entre si.

§ 5º A Alínea, quinto nível, funciona como uma qualificação da Rubrica, apresentando o nome da receita propriamente dita e recebendo o registro pela entrada dos recursos financeiros.

§ 6º O sexto nível, a Subalínea, representa o detalhamento mais analítico das receitas públicas.

Art. 7º A despesa orçamentária será discriminada por:

I – Órgão Orçamentário;

II – Unidade Orçamentária;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

- III – Função;
- IV – Subfunção;
- V – Programa;
- VI – Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VII – Categoria Econômica;
- VIII – Grupo de Natureza da Despesa;
- IX – Modalidade de Aplicação;
- X – Elemento de Despesa; e
- XI – Fonte de Recursos.

§ 1º A Categoria Econômica da despesa está assim detalhada:

- I – Despesas Correntes - 3; e
- II – Despesas de Capital - 4.

§ 2º Os Grupos de Natureza da Despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I – pessoal e encargos sociais - 1;
- II – juros e encargos da dívida - 2;
- III – outras despesas correntes - 3;
- IV – investimentos - 4;
- V – inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas - 5; e
- VI – amortização da dívida - 6.

§ 3º A Modalidade de Aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

- I – diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social; e



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

II – indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou por entidades privadas sem fins lucrativos.

§ 4º Na especificação da modalidade de aplicação de que trata o parágrafo anterior será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I – transferências à União - 20;

II – transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30;

III – transferências a Estados e ao Distrito Federal - Fundo a Fundo - 31

IV – transferências a Municípios - 40

V – transferências a Municípios - Fundo a Fundo - 41

VI – transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - 50;

VII – transferências a instituições privadas com fins lucrativos - 60;

VIII – transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio - 71;

IX – execução orçamentária delegada a Consórcios Públicos - 72;

X – transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da lei complementar nº 141, de 2012 - 73;

XI – aplicações diretas - 90; e

XII – aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - 91.

§ 5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os códigos da modalidade de aplicação incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2020 e em seus Créditos Adicionais.

§ 6º A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de modalidade de aplicação.

§ 7º A Lei Orçamentária Anual para 2020 conterá a destinação de recursos, classificados por Fontes, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda, e pelo Tribunal de Contas do Estado do Santa Catarina – TCE / SC.

§ 8º O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras Fontes de Recursos para atender suas peculiaridades, além das determinadas no § 7º deste artigo;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

§ 9º Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§ 10. As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§ 11. A Reserva de Contingência, prevista no inciso I, parágrafo único do artigo 46 desta Lei, será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere ao grupo de natureza da despesa.

§ 12. Não poderão ser fixadas no orçamento despesas sem que estejam definidas as correspondentes fontes de recursos.

§ 13. Cada Projeto constará somente de uma esfera orçamentária e sob um único Programa.

Art. 8º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

Art. 9º O projeto de Lei Orçamentária de 2020 que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal e a respectiva Lei, além dos quadros exigidos, serão constituídas de:

I – Texto da Lei;

II – Demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, Econômicas (Anexo 1, da Lei 4.320/1964);

III – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/1964);

IV – Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 3, da Lei 4.320/1964);

V – Demonstrativo da aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, para efeito de cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição da República e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº. 14, de 12 de setembro de 1996, pela Emenda nº. 53, aprovada em 19 de dezembro de 2.006;

VI – Demonstrativo dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino;

VII – Demonstrativo da aplicação nas ações e serviços públicos de saúde, para efeito de cumprimento do disposto no artigo 198 da Constituição da República e no art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº. 29 de 13 de setembro de 2000;

VIII – Demonstrativo da receita segundo as categorias econômicas;

IX – Detalhamento da despesa por unidade orçamentária;





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

- X – Detalhamento da despesa por órgão;
- XI – Detalhamento da despesa – consolidado;
- XII – Demonstrativo de programa de trabalho;
- XIII – Demonstrativo de programa de trabalho por órgão;
- XIV – Demonstrativo de programa de trabalho – demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas por projetos, atividades e operações especiais; (Anexo 6, da Lei 4.320/1964);
- XV – Demonstrativo de programa de trabalho – demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas por projetos, atividades e operações especiais; (Anexo 7, da Lei 4.320/1964);
- XVI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/1964);
- XVII – Demonstrativo da despesa por órgãos e funções, (Anexo 9, da Lei 4.320/1964);
- XVIII – Demonstrativo da natureza de despesa segundo as categorias econômicas.
- XIX – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XX – Demonstrativo das receitas e despesas dos orçamentos fiscais e da seguridade social;
- XXI – Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário-Financeiro, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF;
- XXII – Demonstrativo das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado que serão geradas em 2020 com indicação das medidas de compensação;
- XXIII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2020;
- XXIV – Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público;
- XXV – Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previsto para o exercício de 2020;
- § 1º Os fundos municipais integrarão o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas, sendo efetuadas as transferências do Município ao fundo de forma financeira, ou seja, os registros contábeis da Prefeitura dar-se-ão somente nos sistemas financeiros e compensação, fechando os balanços em sua consolidação.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

§ 2º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias nº. 42/1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, bem como alterações posteriores.

Art. 10. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas se atendido o disposto no § 3º do art. 166 da Constituição da República e no art. 33 da Lei nº. 4.320/64, não podendo, ainda, incidirem sobre:

I – dotações financiadas com recursos vinculados;

II – dotações referentes à contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal sobre recursos transferidos ao Município;

III – recursos destinados ao serviço e encargos da dívida, precatórios, despesas com pessoal e encargos sociais;

IV – dotações referente a obras em execução.

Parágrafo único. Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual não poderão ser apresentadas emendas com recursos insuficientes para a conclusão de etapas de obras ou cumprimento de parcela de contratos de entrega de bem ou serviço.

CAPÍTULO III  
DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 11. O orçamento para o exercício de 2020 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo, e seus fundos.

Art. 12. Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2020, excluídas as previsões de convênios e operações de crédito, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Art. 13. Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I – racionalização dos gastos com diárias, viagens e equipamentos;

II – racionalização de despesas com horas extras;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

III – redução de até 30% dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – redução dos investimentos programados, desde que ainda não iniciados;

V – redução das despesas com material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

VI – redução do número de funcionários admitidos em cargos comissionados;

VII – redução do número de funcionários admitidos em caráter temporário.

§ 1º Caso ocorra o disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho, e movimentação financeira.

§ 2º O Chefe do Poder Legislativo, com base na comunicação recebida, publicará ato estabelecendo os montantes que estão disponíveis para movimentação e empenho.

§ 3º Despesas que não serão objeto de limitação de empenho nos termos do artigo 9º, § 2º da Lei Complementar nº. 101 de 04 de maio de 2000 são as constantes no ANEXO II desta Lei.

Art. 15. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes no ANEXO III desta Lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2018, exceto os itens de recursos vinculados ou de convênios.

§ 2º Sendo ainda, estes recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei específico ou autorização na própria Lei Orçamentária Anual, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, consórcios intermunicipais de saúde, de inspeção sanitária animal constituídos exclusivamente por entes públicos e ainda as voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, mediante prévia autorização legislativa.

§ 1º Não se aplica o disposto neste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas, em que o Município for associado.

§ 2º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais e contribuições, as entidades privadas sem fins lucrativos deverão apresentar declaração de funcionamento regular e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria, bem como o previsto no art. 116 da lei 8.666/93,



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

especialmente com relação a regularidade fiscal exigida pela Constituição da República, em seu art. 195, § 1º e a lei 8.666/93, art. 116 c/c art. 29.

§ 3º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, atendendo o exigido no art. 16 e seu parágrafo, da lei 4.320/64.

Art. 17. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que venha a ser acrescida à execução orçamentária de 2020, a qualquer tempo, deverá atender ao disposto nos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 18. Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda a 1,00% da receita corrente líquida prevista (orçada) para o exercício.

Art. 19. Em conformidade com o Art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, a administração publica por meio de lei específica poderá destinar recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas, por meio de contribuições, subvenções sociais e auxílios, observando a legislação em vigor.

Art. 20. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos na lei orçamentária.

Art. 21. Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência no Município, conforme disposto no art. 227 da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 22. O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 23. A Lei Orçamentária de 2020 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos:

I – certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não embargada; e

II – certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 24. A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, até 30 de setembro do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 1º de julho de 2019 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2020, especificando:



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

- I – número e data do ajuizamento da ação originária;
- II – número do precatório;
- III – tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV – enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V – data da autuação do precatório;
- VI – nome do beneficiário;
- VII – valor do precatório a ser pago (atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 5º, da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº 62/2009);
- VIII – data do trânsito em julgado;
- IX – número da vara ou comarca de origem; e
- X – cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Parágrafo único. A forma de pagamento e a atualização monetária dos precatórios e das parcelas resultantes observarão, no exercício de 2020, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo, conforme disposto no art. 100, § 1º, da Constituição Federal, na Emenda Constitucional nº 62/2009 e no Decreto nº 213/2010.

Art. 25. O pagamento das obrigações de pequeno valor de que trata o art. 100, § 3º, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, pela Emenda Constitucional nº 30, de 13 de setembro de 2000 e pela Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, sujeitar-se-á ao disposto na Lei nº 11.467/2011.

Art. 26. No decorrer do exercício de 2020 os débitos judiciais transitados em julgado de pequeno valor e as despesas decorrentes das condenações judiciais a que o Município for condenado após a elaboração do orçamento anual, serão encaminhadas aos respectivos órgãos para pagamento mediante suplementação, caso necessário, priorizando aqueles de caráter alimentar nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 100 da Constituição Federal.

Art. 27. A Secretaria de Administração e Fazenda fica obrigada a evidenciar os beneficiários de pagamentos de sentenças judiciais, com a observação da ordem cronológica específica ao objeto.

CAPÍTULO IV  
DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 28. Atendido o disposto no art. 29-A da Constituição da República, o repasse ao Poder Legislativo Municipal, no exercício de 2020, será de até 5% (cinco por cento) do somatório da receita



## ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE MONDAÍ CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

tributária e das transferências previstas no §5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159 daquela Constituição, excluídos os valores para formação do FUNDEB, efetivamente realizado no exercício anterior, cujo montante deverá ser consignado por estimativa na Lei Orçamentária de 2020.

§ 1º O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, sob a pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art. 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.

§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal.

§ 3º A despesa com subsídio de vereadores e salário dos funcionários administrativos do Poder Legislativo não poderá ser maior do que 6% (seis por cento) da receita Corrente Líquida, conforme previsto no artigo 20, inciso III, alínea "a", combinado com o limite prudencial estabelecido no parágrafo único do artigo 22, ambos da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, desde que tal percentual seja igual ou menor que o resultante da aplicação do cálculo previsto nas Emendas Constitucionais nº 25/2000 e nº 58/2009.

§ 4º Ao final do exercício financeiro as disponibilidades do Legislativo serão devolvidas ao Poder Executivo, deduzidos os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo.

### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA

Art. 29. A natureza da receita orçamentária a ser estimada na lei do orçamento para o exercício de 2020, será de acordo com a Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações, e terá seus cálculos com base nos três últimos exercícios financeiros, havendo incrementos de receita deverá ser apresentado justificativa, de acordo com o § 3º do art. 12 da LRF.

Art. 30. O Município poderá realizar Operações de Crédito na medida em que demonstre capacidade de endividamento e se configurar eminente falta de recursos, como dispõe a legislação em vigor.

§ 1º As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, no exercício de 2020, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas na lei orçamentária anual, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, observado o que dispõe a Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal ou outro ato que a venha substituir e legislação correlata.

§ 2º De acordo com o que determina o art. 35 da LRF, fica expressamente proibida a realização de operações de crédito com entes da federação.

Art. 31. A Operação de Crédito por Antecipação de Receita destinar-se-á para atendimento de insuficiência de caixa durante o exercício de 2020 e constará na lei orçamentária.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

Parágrafo único. A Operação de Crédito por Antecipação de Receita será efetuada mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central.

Art. 32. A concessão, incentivos e benefícios de natureza tributária, por meio de renúncia de receita, serão concedidos de conformidade com o art. 14 da Lei de responsabilidade fiscal.

Art. 33. O Poder Legislativo poderá proceder a reestimativa da receita na proposta orçamentária apresentada, desde que comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

Art. 34. A Receita de Alienação de Bens e Direitos, deverá ser movimentada em conta corrente específica, vinculada a sua aplicação em despesas de capital, formalizando-se um processo de controle em separado para atender a informações posteriores.

CAPÍTULO VI  
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DESPESA

Art. 35. A despesa será fixada pela lei orçamentária, de conformidade com a receita estimada e a sua classificação orçamentária será por natureza da despesa, conforme Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 36. Na execução orçamentária do exercício de 2020, deverá ser adotado sistema de limitação de empenho por Unidade Orçamentária, sempre que a gestão fiscal se evidenciar deficitária, respeitando-se sempre os limites mínimos constitucionais de gastos com saúde e educação.

Art. 37. As despesas obrigatórias de caráter continuado deverão ter dotações orçamentárias suficientes, e sua expansão será de acordo com os respectivos contratos.

Art. 38. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos serviços, tais como: custo dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros, além de permitir a alocação dos custos administrativos/operacionais da Secretaria de Administração nas mais diversas áreas, setores, secretarias e ou departamentos beneficiados pelos serviços da mesma.

Parágrafo único. Os custos das ações serão apurados no mínimo por meio das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas e financeiras realizadas e apuradas ao final do exercício.

Art. 39. Os programas priorizados por esta lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2020 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 40. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2020, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

ano, por Secretaria e unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas Secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do PPA e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecido no art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 41. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores e vendedores e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos ou a pessoas físicas, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos arts. 25, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000, e somente sob a forma de subvenções, conforme art. 19 da Lei 4.320/64.

CAPÍTULO VII  
DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 42. Os recursos oriundos de convênios não previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou subestimados no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais ou suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 43. A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias na Lei de Diretrizes Orçamentárias poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Art. 44. O Poder Executivo, por decreto do Prefeito Municipal, no âmbito do Poder Executivo, poderá aumentar ou diminuir as metas financeiras estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 45. Está o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a realizar abertura de créditos adicionais na Lei de Diretrizes Orçamentárias, por decreto, dependendo da existência de recursos disponíveis, nos termos e limites da Lei Federal nº. 4.320/64 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Os recursos disponíveis de que trata o artigo, são aqueles referidos no artigo 43, da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964:

I – Está o Poder Executivo municipal devidamente autorizado a movimentar o excesso de arrecadação, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

adicional, a ser apurado em cada fonte de recurso, conforme prevê o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 3º deste mesmo artigo.

II – Está o Poder Executivo municipal devidamente autorizado a movimentar, as dotações orçamentárias de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto de programação, por decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo no âmbito do Poder Legislativo, desde que não comprometa as dotações de pessoal, encargos e outras consideradas prioritárias ao atendimento, principalmente as que dependem de limites mínimos legais, conforme previsto no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64.

III – Está o Poder Executivo municipal devidamente autorizado a utilizar o superávit financeiro, verificado no balanço patrimonial do exercício financeiro imediatamente anterior, para suplementação de dotações orçamentárias, conforme prevê o § 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 2º deste mesmo artigo.

IV – Está o Poder Executivo municipal devidamente autorizado a suplementar, utilizando-se do Excesso de Arrecadação, verificado nas rubricas específicas dos convênios, utilizando para isto o repasse do respectivo convênio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação para efeitos de outras suplementações.

Art. 46. A abertura de créditos adicionais ao orçamento, dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa, podendo esta fazer parte da Lei Orçamentária Anual, até determinado limite, em valor percentual único sobre o total do orçamento aprovado, nos termos e limites da Lei Federal nº. 4.320/64 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Os recursos disponíveis de que trata o artigo, são aqueles referidos no artigo 43, da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964:

I – Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2020, como Reserva de Contingência o percentual de até 5% (cinco por cento), do valor da receita corrente líquida estimada, tanto para a Prefeitura, quanto para os Fundos, de conformidade com o art. 7º da Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

II – Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2020, autorização para movimentação do excesso de arrecadação, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito adicional, a ser apurado em cada fonte de recurso, conforme prevê o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 3º deste mesmo artigo.

III – Poderá o Poder Executivo incluir na lei da proposta orçamentária para o exercício de 2020, autorização para movimentar, as dotações orçamentárias de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto de programação, por decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo no âmbito do Poder Legislativo, desde que não comprometa as dotações de pessoal, encargos e outras consideradas prioritárias ao atendimento, principalmente as que dependem de limites mínimos legais, conforme previsto no artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei 4.320/64.

IV – Poderá o Poder Executivo incluir na lei orçamentária anual para o exercício de 2020, autorização para utilização do superávit financeiro, verificado no balanço patrimonial do exercício



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

financeiro imediatamente anterior, para suplementação de dotações orçamentárias, conforme prevê o § 1º, inciso I, do artigo 43 da Lei 4.320/64, combinado com o § 2º deste mesmo artigo.

V – Poderá o Poder Executivo incluir na lei orçamentária anual, autorização para suplementar, utilizando-se do Excesso de Arrecadação, verificado nas rubricas específicas dos convênios, utilizando para isto o repasse do respectivo convênio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação para efeitos de outras suplementações.

VI – Poderá o Poder Executivo incluir na lei orçamentária anual, autorização para anulação de dotações vinculadas para suplementação de outras dotações não vinculadas de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto de programação, por decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo, quando não houver a efetiva arrecadação das receitas vinculadas àquela finalidade.

Art. 47. Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício.

Art. 48. Ao longo da execução orçamentária, o Executivo Municipal, autorizado por esta Lei, poderá incluir novas fontes de recursos nos projetos, atividades ou operações especiais previstos no PPA, LDO e no orçamento das unidades gestoras na forma de créditos suplementares, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2020.

Art. 49. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o *caput* deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

CAPÍTULO VIII  
DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

Art. 50. O Poder Executivo Municipal por meio da Secretaria de Educação, tomará as medidas necessárias para atendimento da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, ou outro norma jurídica que vier a substituí-la.

Art. 51. Quando a Rede Oficial da Educação Básica for insuficiente para atender a demanda, ou para a realização de cursos técnicos, poderão ser concedidos auxílios financeiros à rede particular local ou regional por meio de convênio aprovado em lei específica.

Art. 52. Aos alunos residentes no Município de Mondaí, que freqüentam o ensino superior das Universidades da região, o ensino profissionalizante e ensino técnico de nível médio, em instituições de ensino fora do Município, poderão ser concedido auxílio para o transporte, ou bolsas de estudo, devidamente regulamentado e autorizado em Lei específica, ficando os mesmos fora do cálculo dos 25% mínimos obrigatórios, previstos no artigo 212 da Constituição Federal de 1988.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

Art. 53. O Poder Executivo consignará na proposta orçamentária para o exercício de 2020, dotações orçamentárias próprias para contabilização das despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, do Salário Educação, do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE, e da complementação financeira obtida com o Programa Estadual de Transporte Escolar.

Art. 54. Para o atendimento de todos os alunos do ensino fundamental, independentemente da instituição de ensino que estejam matriculados e a que esfera de governo que pertençam, esta o Poder Executivo autorizado a suportar as despesas inerentes ao transporte escolar, propiciando o acesso de todos os alunos à rede escolar.

§ 1º Os recursos que porventura forem ressarcidos ao Município pela prestação de serviços de transporte escolar serão deduzidos da efetiva aplicação em educação.

§ 2º Para atendimento do Programa de Transporte Escolar serão de forma impreterível avaliado o custo com sua manutenção, os trajetos necessários, a nucleação de escolas, a alocação de turmas nos mesmos períodos evitando assim deslocamentos de todo aparato destinado à execução deste serviço em vários períodos diários.

§ 3º Fica a critério da Secretaria de Educação do Município, ouvidos todos os colégios municipais e elaboração do roteiro do transporte escolar para cada ano letivo.

Art. 55. Para atendimento das disposições da Lei nº. 11.494 de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, ou outro ordenamento jurídico que vier a substituí-lo, o Poder Executivo Municipal poderá conceder abono salarial em caráter excepcional e não permanente, aos professores e profissionais do ensino básico, desde que seja para completar o percentual mínimo de aplicação dos recursos do FUNDEB, que pode ser instituído de forma proporcional à carga horária de cada profissional ou de outra forma que privilegie o tratamento isonômico, mediante prévia autorização legislativa.

Art. 56. O Poder Executivo Municipal por meio da Secretaria da Saúde, tomará as medidas necessárias para atendimento à legislação vigente e em especial à Emenda Constitucional nº. 29/2000.

Art. 57. O Município aplicará no mínimo 15% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do artigo 7º da Emenda Constitucional no 29/2000 e no artigo 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

CAPÍTULO IX  
DAS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 58. Consideram se despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

extras, funções de confiança, licenças-prêmio por assiduidade, e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Art. 59. Para o cumprimento do que determina o Art. 169 da Constituição Federal, no decorrer do ano 2020, o poder executivo municipal poderá proceder à concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estruturas de carreiras, bem como admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratação de pessoal em caráter temporário na forma da lei, realizar processos seletivos para admissão de pessoal em caráter temporário, bem como realizar concursos públicos para provimento de cargos efetivos, observados a legislação pertinente e os limites e regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 1º A criação ou o aumento do número de cargos, além dos mencionados no caput, atenderá também os seguintes requisitos:

I – existência prévia de dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas com pessoal e os acréscimos dela decorrentes;

II – inexistência de cargos, funções ou empregos públicos similares, vagos e sem previsão de uso na administração, ressalvada sua extinção ou transformação decorrente das medidas propostas; e

III – resultar de ampliação de ação governamental decorrente de investimentos ou de expansão de serviços devidamente previstos na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º Os projetos de lei de criação ou ampliação de cargos deverão demonstrar em sua exposição de motivos o atendimento aos requisitos de que trata este artigo e aqueles da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, especialmente:

I – estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos e seu acréscimo percentual em relação a Receita Corrente Líquida estimada; e

II – declaração do ordenador da despesa de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual 2018-2021, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual que contenhas as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados, seus saldos e perspectivas de utilização;

§ 3º No caso de aumento das despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição da República;

§ 4º Ficam dispensados da estimativa de impacto orçamentário e financeiro os atos de concessão e vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Art. 60. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

Art. 61. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I – suspensão da contratação de pessoal, exceto, devidamente justificadas, nas áreas de Saúde, Educação e Segurança;

II – eliminação das despesas com serviços extraordinários;

III – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V – destituição de servidores das funções gratificadas; e

VI – proibição de concessão de novas vantagens a servidores.

Art. 62. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como “outras despesas de pessoal decorrentes de terceirização”, sub-elemento de despesa: 3.1.90.34.00.

Parágrafo único. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Mondaí, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 63. A revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata a Constituição Federal (Artigo 37, inciso X), com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 19/98, para o exercício de 2020, será autorizada por lei específica, respeitados os limites constantes da Lei Federal Complementar nº. 101/2000.

CAPÍTULO X  
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 64. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular a arrecadação ou o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou ainda beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios, na medida do possível ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 65. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

Art. 66. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

Art. 67. A modernização da administração tributária e fiscal será desenvolvida para ajustes do código tributário e na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Deverão ser tomadas as seguintes medidas:

- I – cobrança de taxas com base nos custos das operações a atuações do Município;
- II – aplicação da correção monetária de acordo com os índices oficiais; e
- III – ampliação permanente do cadastro técnico fiscal e dados demográficos atualizados.

Art. 68. O Poder Executivo Municipal poderá encaminhar ao legislativo, até 30 dias antes do encerramento do atual exercício, o projeto de lei dispondo sobre mudanças no Código Tributário.

Parágrafo único. Não se inclui neste caso, alterações sobre a Planta de Valores Imobiliários, base do IPTU e ITBI.

CAPÍTULO XI  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 69. O Orçamento terá sua execução centrada nos Órgãos e Unidades Orçamentárias, de acordo com a estrutura orçamentária da Prefeitura Municipal, assim constituída:

I – ÓRGÃOS DA ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA:

a) PODER LEGISLATIVO:

- 1. Câmara de Vereadores; e

b) PODER EXECUTIVO:

- 1. Gabinete do Prefeito;
- 2. Secretaria de Planejamento, Economia e Gestão;
- 3. Secretaria de Administração e Fazenda;
- 4. Secretaria de Promoção Social e Habitação;
- 5. Secretaria da Educação e Cultura;
- 6. Secretaria de Saúde;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

7. Secretaria de Esportes, Juventude, Turismo e Lazer;
8. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
9. Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos; e
10. Reserva de Contingência;

II – UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS:

- a) Câmara de Vereadores;
- b) Gabinete do Prefeito;
- c) Coordenação de Controle Interno;
- d) Assessoria Especial de Gabinete;
- e) Assessoria de Imprensa e Divulgação Oficial;
- f) Procuradoria Geral do Município;
- g) Gabinete do Vice-Prefeito;
- h) Assessoria de Planejamento e Orçamento;
- i) Departamento do Comércio, Indústria e Serviços;
- j) Departamento de Recursos Humanos;
- k) Departamento de Arrecadação de Tributos e Fiscalização;
- l) Departamento de Contabilidade;
- m) Departamento Financeiro;
- n) Departamento de Material e Patrimônio;
- o) Departamento de Compras, Licitações e Contratos;
- p) Departamento de Gestão e Desenvolvimento Social;
- q) Departamento de Operações de Assistência Social;
- r) Departamento de Geração de Empregos e Renda;
- s) Departamento de Habitação;





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

- t) Departamento de Ensino Fundamental;
- u) Departamento de Ensino Infantil;
- v) Departamento da Cultura;
- w) Departamento de Ensino Médio e Educação Superior;
- x) Departamento de Merenda Escolar;
- y) Departamento de Ações de Saúde;
- z) Departamento Administrativo e Financeiro;
- aa) Departamento de Esportes;
- bb) Departamento da Juventude;
- cc) Departamento de Turismo e Lazer;
- dd) Departamento de Agricultura;
- ee) Departamento do Meio Ambiente;
- ff) Departamento de Urbanismo;
- gg) Departamento de Obras e Serviços Viários;
- hh) Departamento de Serviços Públicos; e
- ii) Departamento de Água e Esgoto.

III – FUNDOS:

- a) Fundo Municipal da Saúde – FMS;
- b) Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS;
- c) Fundo Municipal da Educação – FME; e
- d) Fundo Municipal para Infância e Adolescência – FIA.

Art. 70. As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório e contrato, nos termos da Lei 8.666/93, consolidada.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

Art. 71. As despesas com a desapropriação de imóveis urbanos, serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

Art. 72. Para atendimento do § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 73. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 20/12/2019.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2020 fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 74. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 75. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 167, da Constituição Federal.

Art. 76. O Poder Executivo Municipal está autorizado a contratar estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior, de ensino profissionalizante do 2º Grau, ensino médio e Supletivo, nos termos das Leis federais nº 6.494 de 07 de dezembro de 1977; nº. 8.859, de 23 de março de 1994 e outras normas que regulam a matéria.

Art. 77. O Executivo Municipal está autorizado assinar convênios com o Governo Federal e Estadual por meio de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhada cópia de todos os convênios firmados à Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 78. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a auxiliar custeio de despesas de outros Entes da Federação, as quais somente poderão ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, na medida de suas disponibilidades orçamentárias e financeiras, e desde que haja convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere, de acordo com o disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. A cessão de servidores para outras esferas de Governo independente do cumprimento das exigências dispostas no *caput* deste artigo, desde que não sejam admitidos para esse fim específico, salvo se para realizar atividades em que o Município tenha responsabilidade solidária com outros entes da Federação, em especial nas áreas de educação, saúde e assistência Social.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MONDAÍ  
CÂMARA DE VEREADORES

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 37/2019.

Art. 79. Para fins do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000 e suas alterações, consideram-se irrelevantes as despesas realizadas até o valor de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), no caso de aquisição de bens ou prestação de serviços, e de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Art. 80. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registra todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, independentemente de sua legalidade.

Art. 81. O Poder Executivo poderá extinguir obrigação tributária de sujeito passivo pela dação em pagamento de bens imóveis.

Art. 82. O Poder Executivo poderá realizar alienação de bens móveis e imóveis, nos termos da legislação vigente.

Art. 83. O Poder Executivo poderá criar empresa estatal, nos termos da legislação vigente.

Art. 84. Para efeito do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devem ser realizados no exercício financeiro, atendido o cronograma pactuado.

Art. 85. São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 86. A destinação de recursos para as ações de alimentação escolar obedecerá ao princípio da descentralização e a distribuição será proporcional ao número de alunos matriculados nas redes públicas de ensino, localizadas no Município, no ano anterior.

Art. 87. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, 4 de novembro de 2019.

Elizandro Mainardi,  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PORTARIA 527/2019

Publicação Nº 2215288

PORTARIA 527/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de NOVEMBRO/2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
FERNANDA BOM SOARES	12/12/2016 A 11/12/2017	01/11/2019 A 30/11/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 01 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 01 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

### PORTARIA 528/2019

Publicação Nº 2215291

PORTARIA Nº 528/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR POR PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) MARIA APARECIDA LANGARO RAISER DA CRUZ, investido (a) no cargo de SECRETÁRIA DE ESTABELECIMENTO ESCOLAR do quadro de Pessoal com Provimento COMISSÃO E CONFIANÇA, criado e aprovado pela Lei Complementar 049/2011 de 07 de outubro de 2011; lotado(a) na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Art. 2º- Justifica-se a presente exoneração do cargo de Secretária de Estabelecimento Escolar pelo pedido de Demissão da servidora, protocolado em 31/10/2019.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 01 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 01 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

### PORTARIA 529/2019

Publicação Nº 2215299

PORTARIA Nº 529/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) JOÃO CARLOS FLESCHE, investido (a) no cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL do quadro de Pessoal com Provimento COMISSÃO E CONFIANÇA, criado e aprovado pela Lei Complementar 049/2011 de 07 de outubro de 2011; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Art. 2º A presente exoneração encontra respaldo legal no art. 95 da Lei já supracitada; haja vista ser de livre nomeação e exoneração pela prefeita os cargos de provimento em comissão e confiança.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir de 01 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 01 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

## PORTARIA 531/2019

Publicação Nº 2215305

PORTARIA Nº 531/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) servidor(a) CLEBERSON CASTANHO RG 5.585.285/SESP/SC, para exercer o cargo de TÉCNICO EM RADIOLOGIA do quadro de pessoal com provimento TEMPORÁRIO, EMERGENCIAL E EXCEPCIONAL, pelo prazo de 60(sessenta dias); nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia "387-TÉCNICO EM RADIOLOGIA" e jornada de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas semanais".

Art. 2º- Justifica-se a presente contratação pela necessidade emergencial de dispor de profissional na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 01 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 01 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal de Saúde.

## PORTARIA 533/2019

Publicação Nº 2215295

PORTARIA Nº 533/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a servidora LUCIANA APARECIDA ANTUNES DA SILVA RG. 3777021 /SESP SC, ASSISTENTE DE SECRETARIA lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 049/2011 de 07 de Outubro de 2011, com nível salarial "DAS I" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º- A presente nomeação encontra respaldo legal no art. 95, da Lei já supracitada, haja vista ser de livre nomeação e exoneração pela Prefeita os cargos de provimento em comissão e confiança, como é o caso em tela, onde a referida servidora nomeada executará atividade de Assistente de Secretaria junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 04 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 04 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 535/2019**

Publicação Nº 2215293

**PORTARIA 535/2019**

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de NOVEMBRO/2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
LUCIMARA ALVES DOS REIS	10/12/2016 A 09/12/2017	04/11/2019 A 03/12/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 04 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 539/2019**

Publicação Nº 2215297

**PORTARIA 534/2019**

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de NOVEMBRO/2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
VALMOR CORREA DE DEUS	15/03/2018 A 14/03/2019	04/11/2019 A 03/12/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 04 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 04 de novembro  
de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

# Monte Castelo

## PREFEITURA

### CREDENCIAL DO IDOSO 00033/2019

Publicação Nº 2215039

Credencial de Estacionamento em Vagas Especial para Idosos

Credencial n. 00033/2019

Beneficiário: GENI ENDLER ORACZ

Data da expedição: 28/10/2019

Validade: 28/10/2024

Fundamentação Jurídica: Resolução nº 303, de 2008 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito

### CREDENCIAL DO IDOSO 00034/2019

Publicação Nº 2215040

Credencial de Estacionamento em Vagas Especial para Idosos

Credencial n. 00034/2019

Beneficiário: JOSÉ DARCI PRESTES

Data da expedição: 31/10/2019

Validade: 31/10/2024

Fundamentação Jurídica: Resolução nº 303, de 2008 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito

### CREDENCIAL DO IDOSO 00035/2019

Publicação Nº 2215041

Credencial de Estacionamento em Vagas Especial para Idosos

Credencial n. 00035/2019

Beneficiário: RONILDA DA ROSA RIBEIRO

Data da expedição: 04/11/2019

Validade: 04/11/2024

Fundamentação Jurídica: Resolução nº 303, de 2008 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito

### DECRETO 2283

Publicação Nº 2215855

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.283 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, PROMOVE A DOAÇÃO DE TERRENO URBANO, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea “h” e 82 “Caput” e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º “Caput”, 6º “Caput” e parágrafo único, 9º “Caput” e Inciso V e 16 “Caput” e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009; considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º “Caput” e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 “Caput” e Inciso II e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente a Autorização Legislativa conferida pela Lei Complementar Municipal Nº 050 de 08 de Outubro de 2019, no seu Artigo 5º “Caput” e Inciso XXXIV,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS Nº 0118/2019, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019, o qual tem como requerentes e interessados as pessoas de Jéssica Marcondes da Costa Grein e Jean Djoni Grein.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos dos requerentes e interessados Jéssica Marcondes da Costa Grein e Jean Djoni Grein e promovido a favor destes donatários, a doação sem encargos, de um terreno urbano de propriedade do Município de Monte Castelo, com área superficial de 213,94m<sup>2</sup> (duzentos treze metros e noventa e quatro décimos quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 120, da Quadra G, do Loteamento Municipal conhecido como "Mutirão", situado no Bairro Rio das Antas, o qual será desmembrado de área maior de domínio público Municipal, reconhecida como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculada junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.759.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.283 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome dos requerentes donatários, referente ao terreno urbano que lhes foi doado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel doado, em nome dos donatários especificados nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a:

I- promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano doado em nome dos requerentes donatários beneficiados;

II- realizar a baixa da carga patrimonial, a desafetação e demais atos administrativos necessários à consolidação da doação.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 04 de Novembro de 2019.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2281

Publicação Nº 2215840

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.281, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Aprova desmembramento de LOTE URBANO"

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a o Plano Diretor Municipal a Lei Complementar Municipal n. 011, de 24 de junho de 2.010:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área superficial de 2.679,10 m<sup>2</sup> (dois mil seiscentos setenta e nove metros e dez décimos quadrados), matriculado sob o nº. 6.629 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva, SC, situado no Bairro Rio das Antas, Município de Monte Castelo - SC, de propriedade do Senhor TEODORO REGODZINSKI, CPF: 218.800.349-42 e RG:315.303.

Parágrafo Único – O imóvel objeto deste Decreto, ficará desmembrado em 03 (três) lotes e distribuídas na forma que segue:

LOTE 01: Terreno urbano com área superficial de 1.342,35m<sup>2</sup> (mil trezentos e quarenta e dois metros e trinta e cinco décimos quadrados), situado na esquina das Ruas Governador Jorge Lacerda (lado par) e Rua XV de Novembro (lado ímpar), no Município de Monte Castelo/SC.  
CONFRONTAÇÕES:

Pela Frente: Com o Lado par da Rua Jorge Lacerda, em 30,09 metros;

Pelos Fundos: Com imóvel de matrícula nº 3.651 de propriedade de Luiz Brandenburg, em 38,12 metros;

Lado Direito: Com o Lote nº 2 do mesmo desmembramento, em 39,71 metros;

Lado Esquerdo: Com o Rio das Antas (navegável), em 41,99 metros.

Lote 02: Terreno urbano com área superficial de 415,75m<sup>2</sup> (quatrocentos e quinze metros e setenta e cinco décimos quadrados), situado a 30,09 metros de distancia da margem esquerda do Rio das Antas, no Município de Monte Castelo/SC.

CONFRONTAÇÕES:

Pela Frente: Com o Lado par da Rua Governador Jorge Lacerda, em 10,00 metros;

Pelos Fundos: Com imóvel de matrícula nº 3.651 de propriedade de Luiz Brandenburg, em 11,00 metros;

Lado Direito: Com o Lote 03 do mesmo desmembramento, em 39,49 metros;

Lado Esquerdo: Com o Lote 01 do mesmo desmembramento, em 39,71 metros.

Lote 03: Terreno urbano com área superficial de 921,00m<sup>2</sup> (novecentos e vinte e um metros quadrados), situado a 40,09 metros de distancia da margem esquerda do Rio das Antas, no Município de Monte Castelo/SC.

CONFRONTAÇÕES:

Pela Frente: Com o Lado par da Rua Governador Jorge Lacerda, em 25,69 metros;



Pelos Fundos: Com imóvel de matrícula nº 3.651 de propriedade de Luiz Brandenburg, em 21,26 metros;  
Lado Direito: Com imóvel de matrícula nº 2.729 de propriedade de Sibila Pechelbiski em 39,49 metros;  
Lado Esquerdo: Com o Lote 02 do mesmo desmembramento, em 39,71 metros.

Art. 2º - É de exclusiva responsabilidade do proprietário e responsável técnico a aferição dos dados informados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo, SC, 04 de novembro de 2019.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2282

Publicação Nº 2215853

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.282 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, PROMOVE A DOAÇÃO DE TERRENO URBANO, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009: considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso II e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente a Autorização Legislativa conferida pela Lei Complementar Municipal Nº 050 de 08 de Outubro de 2019, no seu Artigo 5º "Caput" e Inciso XXXIII,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS Nº 0117/2019, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019, o qual tem como requerente e interessado (a) a pessoa de Leonildo Gonçalves da Luz.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos do (a) requerente e interessado (a) Leonildo Gonçalves da Luz e promovido a favor deste (a) donatário (a), a doação sem encargos, de um terreno urbano de propriedade do Município de Monte Castelo, com área superficial de 284,93m2 (duzentos e oitenta e quatro metros e noventa e três decímetros quadrados ) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 119, da Quadra G, do Loteamento Municipal conhecido como "Mutirão", o qual será desmembrado de área maior de domínio público Municipal, reconhecida como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculada junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.759.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.282 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome do (a) requerente donatário (a), referente ao terreno urbano que lhes foi doado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária – CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel doado, em nome do (a) donatário (a) especificado (a) nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a:

I- promover para efeito de controle governamental, o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano doado em nome do (a) requerente donatário (a) beneficiado (a);

II- realizar a baixa da carga patrimonial, a desafetação e demais atos administrativos necessários - efetiva consolidação da doação.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 04 de Novembro de 2019.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2284

Publicação Nº 2215859

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.284 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, PROMOVE A DOAÇÃO DE TERRENO URBANO, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º "Caput", 6º



"Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009: considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso II e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente a Autorização Legislativa conferida pela Lei Complementar Municipal Nº 050 de 08 de Outubro de 2019, no seu Artigo 5º "Caput" e Inciso XXXV,

**DECRETA:**

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS Nº 0119/2019, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019, o qual tem como requerentes e interessados as pessoas de Evanir Machado do Prado e Valdemiro Veiga do Prado.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos dos requerentes e interessados Evanir Machado do Prado e Valdemiro Veiga do Prado e promovido a favor destes donatários, a doação sem encargos, de um terreno urbano de propriedade do Município de Monte Castelo, com área superficial de 224,73m2 (duzentos e vinte e quatro metros e setenta e três decímetros quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 121, da Quadra G, do Loteamento Municipal conhecido como "Mutirão", situado no Bairro Rio das Antas, o qual será desmembrado de área maior de domínio público Municipal, reconhecida como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculada junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.759.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.284 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome dos requerentes donatários, referente ao terreno urbano que lhes foi doado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel doado, em nome dos donatários especificados nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a:

I- promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano doado em nome dos requerentes donatários beneficiados;

II- realizar a baixa da carga patrimonial, a desafetação e demais atos administrativos necessários à consolidação da doação.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 04 de Novembro de 2019.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2285**

Publicação Nº 2215867

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.285 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, PROMOVE A DOAÇÃO DE TERRENO URBANO, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea "h" e 82 "Caput" e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigos 5º "Caput", 6º "Caput" e parágrafo único, 9º "Caput" e Inciso V e 16 "Caput" e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009: considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º "Caput" e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 "Caput" e Inciso II e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente a Autorização Legislativa conferida pela Lei Complementar Municipal Nº 049 de 20 de Agosto de 2019, no seu Artigo 5º "Caput" e Inciso XXIX,

**DECRETA:**

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS Nº 068/2019, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019, o qual tem como requerente e interessado (a) a pessoa de Margarete de Moura Miranda.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos do (a) requerente e interessado (a) Margarete de Moura Miranda e promovido a favor deste (a) donatário (a), a doação sem encargos, de um terreno urbano de propriedade do Município de Monte Castelo, com área superficial de 96,58 m2 (noventa e seis metros e cinquenta e oito decímetros quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 122, da Quadra G, do Loteamento Municipal conhecido como "Mutirão", o qual será desmembrado de área maior de domínio público Municipal, reconhecida como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculada junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.759.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.285 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome do (a) requerente donatário (a), referente ao terreno urbano que lhes foi doado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária – CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel doado, em nome do (a) donatário (a) especificado (a) nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a:

I- promover para efeito de controle governamental, o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano doado em nome do (a) requerente donatário (a) beneficiado (a);

II- realizar a baixa da carga patrimonial, a desafetação e demais atos administrativos necessários - efetiva consolidação da doação.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 04 de Novembro de 2019.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2286

Publicação Nº 2215869

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.286 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, PROMOVE A DOAÇÃO DE TERRENO URBANO, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, considerando as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea “h” e 82 “Caput” e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; considerando também, as disposições contidas nos Artigo 5º “Caput”, 6º “Caput” e parágrafo único, 9º “Caput” e Inciso V e 16 “Caput” e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009: considerando ainda, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º “Caput” e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 “Caput” e Inciso II e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e considerando finalmente a Autorização Legislativa conferida pela Lei Complementar Municipal Nº 049 de 20 de Agosto de 2019, no seu Artigo 5º “Caput” e Inciso XXXII,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – PARFIS Nº 0071/2019, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019, o qual tem como requerentes e interessados as pessoas de Nelci Varela Stank dos Santos Paz e Deoclides dos Santos Paz.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos dos requerentes e interessados Nelci Varela Stank dos Santos Paz e Deoclides dos Santos Paz e promovido a favor destes donatários, a doação sem encargos, de um terreno urbano de propriedade do Município de Monte Castelo, com área superficial de 223,09m2 (duzentos e vinte e três metros e nove decímetros quadrados) consistente e identificado como sendo o Lote Nº 123, da Quadra G, do Loteamento Municipal conhecido como “Mutirão”, situado no Bairro Rio das Antas, o qual será desmembrado de área maior de domínio público Municipal, reconhecida como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculada junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.759.

DECRETO EXECUTIVO Nº 2.286 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome dos requerentes donatários, referente ao terreno urbano que lhes foi doado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel doado, em nome dos donatários especificados nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a:

I- promover para efeito de controle governamental o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano doado em nome dos requerentes donatários beneficiados;

II- realizar a baixa da carga patrimonial, a desafetação e demais atos administrativos necessários á consolidação da doação.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 04 de Novembro de 2019.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 179/2019

Publicação Nº 2214957

Morro da Fumaça. DISPENSA DE LICITAÇÃO 179/2019. Serviços técnicos de informática através da Cessão de Direito de Uso do Sistema DetranNet, módulo Fiscalização, desenvolvido e instalado no ambiente DATACENTER do CIASC. Relativos ao acesso/cessão de informação do banco de dados do DETRAN/SC para a inserção e atualização das multas de trânsito de competência administrativa da CONTRATANTE, conforme detalhado no ANEXO I. Data: 31/10/2019 às 15:30. Vencedor: CENTRO DE INFORMATICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SC SA. R\$ 78.000,00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

# Morro Grande

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 29-2019 - PMMG

Publicação Nº 2215198

Contrato nº:	29/2019
Contratante:	MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE
Contratada:	SETEP CONSTRUÇÕES S.A.
Valor:	R\$ 551.633,29
Data da Assinatura:	31/10/2019
Vigência Inicial:	31/10/2019
Vigência Final:	30/04/2019
Dotações:	(63,169, 170) 0602.1006.44905198
Licitação:	Edital de Tomada de Preços nº 3/2019.
Objeto Resumido:	Contratação de obra de pavimentação asfáltica e drenagem na Estrada Municipal Santa Luzia, com extensão total de 584,45 metros
Espécie:	Execução de Obra

### PORTARIA 108-2019

Publicação Nº 2215216

PORTARIA N. 108/2019

Prorroga o prazo para conclusão do Processo De Sindicância nº 01/2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a legislação em vigor,

Considerando a deliberação apresentada pela Comissão de Sindicância;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogado o prazo de conclusão do Processo de Sindicância nº 01/2019, até o dia 20 de novembro de 2019

Art. 2º. Excepcionalmente, mediante robusta justificativa, será admitida nova prorrogação por mais trinta dias.

Morro Grande/SC, 04 de novembro de 2019.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO MÉDICOS CONCURSO 01-2019

Publicação Nº 2215934

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 30 de outubro de 2019

Ilm Sr  
JORGE ENRIQUE PORTELA LOPEZ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2015, para o cargo de MEDICO CLINICO GERAL 40 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Gisele M Serafim Diandra Pereira  
RH SAUDE DIR DE RECURSOS HUMANOS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 30 de outubro de 2019

Ilm Sr  
LUIS FELIPE DA SILVA LICKS( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2015, para o cargo de MEDICO CLINICO GERAL 40 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Gisele M Serafim Diandra Pereira  
RH SAUDE DIR DE RECURSOS HUMANOS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 30 de outubro de 2019

Ilm Sr  
JOÃO EMERSON REBUCI HASHIMOTO( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2015, para o cargo de MEDICO CLINICO GERAL 40 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Gisele M Serafim Diandra Pereira  
RH SAUDE DIR DE RECURSOS HUMANOS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 30 de outubro de 2019

Ilm Sr  
RAFAEL FERREIRA DA SILVA( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2015, para o cargo de MEDICO CLINICO GERAL 40 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Gisele M Serafim Diandra Pereira  
RH SAUDE DIR DE RECURSOS HUMANOS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 30 de outubro de 2019

Ilm Sr  
EDUARDO VASSÃO( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PUBLICO 001/2015 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2015, para o cargo de MEDICO CLINICO GERAL 20 horas

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Gisele M Serafim Diandra Pereira  
RH SAUDE DIR DE RECURSOS HUMANOS

## CONVOCAÇÃO SELETIVO 02/2019 - ALEXANDRE

Publicação Nº 2214786

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 30 de outubro de 2019

Ilm Sr  
ALEXANDRE HENRIQUE ALMEIDA( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 002/2019 –

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia da publicação , para tratar da contratação do processo seletivo de Nº 002/2019, para o cargo de AGENTE DE ENDEMIAS

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Gisele M Serafim Diandra Pereira  
RH SAUDE DIR DE RECURSOS HUMANOS



**DISTRATO 976/2019 - DOUGLAS**

Publicação Nº 2214788

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 976/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, DOUGLAS ALVES SERPA, portadora do CPF 064.860.129-35, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

**CLÁUSULA ÚNICA\_ - \_DO DISTRATO**

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 438/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/11/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 31 de Outubro de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes		MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística  DOUGLAS ALVES SERPA Contratado

**DISTRATO 977/2019 - LEILA**

Publicação Nº 2214789

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 977/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, LEILA REGINA DOS SANTOS, portadora do CPF 902.931.779-53, doravante denominado de CONTRATADA, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

**CLÁUSULA ÚNICA\_ - \_DO DISTRATO**

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 071/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/11/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 31 de Outubro de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes		MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística  LEILA REGINA DOS SANTOS Contratada

**DISTRATO 981/2019**

Publicação Nº 2215924

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 981/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante



denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, MARISE SABRINA DA SILVA SANTOS, portadora do CPF 08870442985, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

#### CLÁUSULA ÚNICA\_-\_DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 438/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/11/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 01 DE NOVEMBRO de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes		
MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística		
MARISE SABRINA DA SILVA SANTOS Contratada		

#### DISTRATO 982/2019

Publicação Nº 2215929

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 982/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, THAYSA FATIMA DA SILVA, portadora do CPF 10590062948, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

#### CLÁUSULA ÚNICA\_-\_DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 438/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/11/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 01 DE NOVEMBRO de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes		
MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística		
THAYSA FÁTIMA DA SILVA Contratada		

#### DISTRATO 983/2019

Publicação Nº 2215931

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 983/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ANA CAROLINA DA LUZ PONTES, portadora do CPF 08843594923, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o

presente DISTRATO conforme segue:

#### CLÁUSULA ÚNICA\_- DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 438/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/11/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 01 DE NOVEMBRO de 2019.

EMÍLIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes		
MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística		
ANA CAROLINA DA LUZ PONTES Contratada		

#### PORTARIA 3090/2019

Publicação Nº 2215937

PORTARIA Nº 3090, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO Concurso Público Municipal 01/2014, Decreto 257/2018 e Decreto 41/2019 ;  
CONSIDERANDO o Mandado de Segurança Cível/PROC, processo 0300975-25.2019.8.24.0135;

#### RESOLVE:

Art. 1º REINTEGRAR, a partir desta data, a servidora ANA CAROLINA RAUE, portador da cédula de identidade nº 7826388, inscrito no CPF sob nº 074.761.239-05 ao quadro de servidores públicos municipais, no Cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 20 horas, lotado na Secretaria Municipal da Educação, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº 7/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 1º de novembro de 2019.

EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário de Administração

#### PORTARIA 3091/2019

Publicação Nº 2215941

PORTARIA Nº 3091, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO Concurso Público Municipal 01/2014, Decreto 257/2018 e Decreto 41/2019 ;  
CONSIDERANDO o Mandado de Segurança Cível/PROC, processo 0300642-73.2019.8.24.0135;

#### RESOLVE:

Art. 1º REINTEGRAR, a partir desta data, a servidora ANDREZA KARLA DE SOUZA SCHLOGL, portador da cédula de identidade nº 3.404.265, inscrito no CPF sob nº 023.334.809-39 ao quadro de servidores públicos municipais, no Cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 20 horas, lotado na Secretaria Municipal da Educação, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº 7/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 1º de novembro de 2019.  
EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário de Administração

### **PORTARIA 3092/2019**

Publicação Nº 2215938

PORTARIA Nº 3092, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO Concurso Público Municipal 01/2014, Decreto 257/2018 e Decreto 41/2019 ;  
CONSIDERANDO o Mandado de Segurança Cível/PROC, processo 0300972-70.2019.8.24.0135;

**RESOLVE:**

Art. 1º REINTEGRAR, a partir desta data, a servidora ANDRÉIA GERALDO, portador da cédula de identidade nº 3.726.774, inscrito no CPF sob nº 027.338.859-28 ao quadro de servidores públicos municipais, no Cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 20 horas, lotado na Secretaria Municipal da Educação, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº 7/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Navegantes, 1º de novembro de 2019.  
EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário de Administração

### **PORTARIA 3093/2019**

Publicação Nº 2215945

PORTARIA Nº 3093, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO Concurso Público Municipal 01/2014, Decreto 257/2018 e Decreto 41/2019 ;  
CONSIDERANDO o Mandado de Segurança Cível/PROC, processo 0300677-33.2019.8.24.0135;

**RESOLVE:**

Art. 1º REINTEGRAR, a partir desta data, a servidora CAROLINE MENDES BORTOLATO, portador da cédula de identidade nº 50895168, inscrito no CPF sob nº 077.999.479-50 ao quadro de servidores públicos municipais, no Cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 20 horas, lotado na Secretaria Municipal da Educação, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº 7/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Navegantes, 1º de novembro de 2019.  
EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito

MÁRCIO DA ROSA  
Secretário de Administração

### **PORTARIA 3094/2019**

Publicação Nº 2215948

PORTARIA Nº 3094, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO Concurso Público Municipal 01/2014, Decreto 257/2018 e Decreto 41/2019 ;  
CONSIDERANDO o Mandado de Segurança Cível/PROC, processo 0300640-06.2019.8.24.0135;

**RESOLVE:**

Art. 1º REINTEGRAR, a partir desta data, a servidora CLAUDIA RUTH DA SILVA CHAGAS SANTOS, portador da cédula de identidade nº 4.776.388, inscrito no CPF sob nº 064.748.199-52 ao quadro de servidores públicos municipais, no Cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 20 horas, lotado na Secretaria Municipal da Educação, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº 7/2003.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 1º de novembro de 2019.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração

**PORTARIA 3095/2019**

Publicação Nº 2215955

PORTARIA Nº 3095, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO Concurso Público Municipal 01/2014, Decreto 257/2018 e Decreto 41/2019 ;  
CONSIDERANDO o Mandado de Segurança Cível/PROC, processo 0300631-44.2019.8.24.0135;

**RESOLVE:**

Art. 1º REINTEGRAR, a partir desta data, a servidora DAGMAR MARIA GONZAGA KALBUSH, portador da cédula de identidade nº 4.471.161, inscrito no CPF sob nº 007.188.219-71 ao quadro de servidores públicos municipais, no Cargo efetivo de Professora da Educação Infantil – 20 horas, lotado na Secretaria Municipal da Educação, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº 7/2003.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 1º de novembro de 2019.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração

**PORTARIA 3096/2019**

Publicação Nº 2215960

PORTARIA Nº 3096, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO Concurso Público Municipal 01/2014, Decreto 257/2018 e Decreto 41/2019 ;  
CONSIDERANDO o Mandado de Segurança Cível/PROC, processo 0300632-29.2019.8.24.0135;

**RESOLVE:**

Art. 1º REINTEGRAR, a partir desta data, a servidora LILIAN GOMES RIBEIRO, portador da cédula de identidade nº 411109200, inscrito no CPF sob nº 337.619.018-60 ao quadro de servidores públicos municipais, no Cargo efetivo de Professora da Educação Infantil – 20 horas, lotado na Secretaria Municipal da Educação, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº 7/2003.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 1º de novembro de 2019.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração

**PORTARIA 3097/2019**

Publicação Nº 2215962

PORTARIA Nº 3097, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO Concurso Público Municipal 01/2014, Decreto 257/2018 e Decreto 41/2019 ;  
CONSIDERANDO o Mandado de Segurança Cível/PROC, processo 0300985-69.2019.8.24.0135;

**RESOLVE:**

Art. 1º REINTEGRAR, a partir desta data, a servidora LINDBERG DA SILVA JERÔNIMO LEITE, portador da cédula de identidade nº 405.414, inscrito no CPF sob nº 720.675.277-20 ao quadro de servidores públicos municipais, no Cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 20 horas, lotado na Secretaria Municipal da Educação, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº 7/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 1º de novembro de 2019.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração

**PORTARIA 3098/2019**

Publicação Nº 2215965

PORTARIA Nº 3098, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO Concurso Público Municipal 01/2014, Decreto 257/2018 e Decreto 41/2019 ;  
CONSIDERANDO o Mandado de Segurança Cível/PROC, processo 0300635-81.2019.8.24.0135;

**RESOLVE:**

Art. 1º REINTEGRAR, a partir desta data, a servidora PAULA CRISTINA GONÇALVES, portador da cédula de identidade nº 4.776.759, inscrito no CPF sob nº 044.166.449-06 ao quadro de servidores públicos municipais, no Cargo efetivo de Professora da Educação Infantil – 20 horas, lotado na Secretaria Municipal da Educação, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº 7/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 1º de novembro de 2019.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração

**PORTARIA 3099/2019**

Publicação Nº 2215936

PORTARIA Nº 3099, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019  
DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO Concurso Público Municipal 01/2014, Decreto 257/2018 e Decreto 41/2019 ;  
CONSIDERANDO o Mandado de Segurança Cível/PROC, processo 0300973-55.2019.8.24.0135;

**RESOLVE:**

Art. 1º REINTEGRAR, a partir desta data, a servidora VALDELIRIA MIOTTO, portador da cédula de identidade nº 8.061.274.315, inscrito no CPF sob nº 729.706.180-87 ao quadro de servidores públicos municipais, no Cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental – Anos Iniciais – 20 horas, lotado na Secretaria Municipal da Educação, nos termos do Art. 30 da Lei Complementar nº 7/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 1º de novembro de 2019.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração

## PORTARIA 3101/2019

Publicação Nº 2215907

PORTARIA Nº 3101 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DE COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO E REVOGA NA ÍNTEGRA A PORTARIA nº 1760/2019. O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o Decreto nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR Carla da Silva Carvalho como membro da Comissão Especial de Licitação para atuar na concorrência pública que visa a contratação de entidade hospitalar para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de assistência à saúde, atendimento de urgência e emergência, internações hospitalares, atendimento ambulatorial, execução do projeto do novo centro cirúrgico aprovado e gestão administrativa do Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, situado em Navegantes, em substituição a Paulo Renato Crispim – Membro, passando a composição da referida comissão a ser a seguinte:

- a) Marluza Trevisan – Presidente;
- b) Carla da Silva Carvalho – Membro;
- c) Feancielli Aparecida Nerling – Membro;
- d) Salete de Fátima Santos – Membro;
- e) Aldo Marques Peres Filho – Membro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e revoga na íntegra a portaria nº 1760, de 25 de junho de 2019, publicada na edição nº 2860 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, de 26/06/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## PORTARIA 505/2019

Publicação Nº 2214795

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)

PORTARIA Nº 505 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por CONCURSO PUBLICO 001/2014 para o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM a senhora LUCIANE APARECIDA MIRANDA, com efeito a partir de 04/02/2019

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito a partir de 04/02/2019

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE FEVEREIRO DE 2019.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Marcio da Rosa



## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Rua João Emílio n.º 100 - Centro - CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500 - www.navegantes.sc.gov.br  
DOE ÓRGÃOS! DOE SANGUE! SALVE VIDAS!

**RESPOSTA 46/2019 FMS -- ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA**

Publicação Nº 2215711

**ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2019 FMS**

Aos 04 dias do mês de novembro de 2019, às 15h, reuniu-se a pregoeira com sua equipe de apoio, designados pela Portaria número 530 de 08 de fevereiro de 2019, com intuito de analisar e julgar a impugnação ao edital do Pregão Presencial nº 46/2019, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES DE SAÚDE E AO CEO (CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS) DA SECRETARIA DE SAÚDE DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Protocolada pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDS - CNPJ: 00.802.002/0001-02.

## PRELIMINARMENTE

A pregoeira ao receber a Impugnação ao Edital, verificou que a mesma foi protocolada tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-la, passando a analisá-la, conforme fundamenta o artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93, que traz a seguinte redação: "Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preço ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso."

## 2- DA DECISÃO:

Após verificação da impugnação, esta comissão encaminhou os questionamentos à Secretária solicitante, Secretaria Municipal de Saúde, para verificar a necessidade das exigências solicitada, e esta encaminhou resposta que segue:  
Navegantes, 04 de novembro de 2019.

CI 1120/2019

DE: SECRETARIA DA SAÚDE – MARLUZA TREVISAN

PARA: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Assunto: RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, NO PROCESSO Nº 046/2019 - REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DAS UNIDADES DE SAÚDE E AO CEO (CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS) DA SECRETARIA DE SAÚDE DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

A escolha pelo tubete de vidro e não outro material, se deu por diversos motivos, segue:

- 1) O êmbulo não desliza suavemente nas paredes do tubo de plástico, isso faz com que haja uma oscilação de intensidade na injeção refletindo em dor ao administrar a solução anestésica;
- 2) O plástico tem maior resiliência ao sofrer pressões maiores. Essa resiliência pode provocar um vazamento da solução anestésica e o paciente relata um gosto amargo na boca;
- 3) O vidro conserva melhor as soluções, o vedamento que se consegue entre o êmbulo de silicone e o vidro é muito mais hermético do que a compressão do tubete de plástico;
- 4) A qualidade do tubete de plástico é inferior ao tubete de vidro. Além da dificuldade da leitura no tubetes de plástico;

O motivo mais importante por esta escolha, é pelo fato de que durante a anamnese se o paciente relatar que tem alergia a alguns alimentos, geralmente enlatados, ou produtos cosméticos, provavelmente é alérgico ao grupo dos parabenos. O Metilparabeno é um conservante obrigatório nos anestésicos locais, acondicionados em tubetes de plástico, conforme Sociedade Brasileira de Química (SBQ):

Reações de hipersensibilidade à anestésicos locais são raras, mas bem conhecidas. Quando uma reação alérgica é observada, é comum a causa ser proveniente dos conservadores adicionados aos anestésicos. Conservadores como metilparabeno (MP) são utilizados em tubetes plásticos de anestésicos para evitar são itens de uso único, os quais não necessitariam da inclusão de parabenos especificada e varia bastante entre os fabricantes. Além disso, os anestésicos locais, empregados em Odontologia são itens de uso único, os quais não necessitariam da inclusão de parabenos...

Analisando amostras a Sociedade Brasileira de Química (SBQ), chegou à seguinte conclusão:

Embora não tragam indicação na "bula", foi possível observar concentrações variáveis de metilparabeno em soluções anestésicas locais odontológicas, especialmente aquelas envasadas em tubetes de plástico. Provavelmente isto se deve à facilidade de contaminação deste tipo de embalagem. Já os anestésicos dos fabricantes Septodont e DFL (à exceção do Prilonest), envasados em tubetes de vidro, não apresentaram metilparabeno na sua formulação.

Desta forma, finalizo apresentando mais de um fabricante dos anestésicos em tubetes de vidro, a DFL e a Septodont, não estando o certame direcionado e sempre viando o bem estar de nossos pacientes, com produtos de qualidade.

Atenciosamente, Marluza Trevisan - Secretária da Saúde

Pelo exposto, decide-se pela Improcedência DA IMPUGNAÇÃO apresentada pela empresa, mantendo-se a entrega e abertura dos envelopes

agendada para o dia 05 de novembro de 2019.

- PUBLIQUE-SE.

É a decisão.

Navegantes, 04 de novembro de 2019.

Pregoeira Franciele Justino

Equipe de Apoio:

Keila Aparecida Paixão Fernandes

Inglid Lima Gonçalves

Agath Stefany Jensen

Ratificando:

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**EDITAL CONCURSO 01-/2019 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2214781



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**EDITAL 032/2019 - ABERTURA DAS INSCRIÇÕES**

O **Município de Navegantes/SC**, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **Emílio Vieira**, de acordo com o extrato publicado no **Diário Catarinense** e no **Diário Oficial do Município** em **31/10/2019**, TORNA PÚBLICA realização de **Concurso Público** para cargos efetivos do **Quadro do Magistério Municipal**, os quais serão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

I - Este edital e seus anexos dispõem sobre o regramento do presente certame, o qual será executado pela **Objetiva Concursos** em conformidade com as disposições legais vigentes, sob a fiscalização da **Comissão responsável por acompanhar a elaboração do edital e a execução contratual**, instituída pela Portaria 2746/19. É única e exclusiva responsabilidade do candidato seguir estritamente as instruções contidas neste edital, bem como acompanhar o cronograma e as publicações oficiais referentes ao andamento deste certame, conforme abaixo disposto:

a) Qualquer legislação citada ao longo deste documento deve ser considerada conjuntamente às alterações com entrada em vigor até a data de publicação deste edital, ainda que não mencionadas;

b) A publicidade oficial deste certame, até a homologação final, dar-se-á através do **Painel de Publicações da Prefeitura Municipal**, dos sites [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) e [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br), e/ou, ainda, a critério da **Comissão responsável por acompanhar a elaboração do edital e a execução contratual**, do **Diário Catarinense**, disponível no site [diariocatarinense-pl.presslab.com.br](http://diariocatarinense-pl.presslab.com.br), onde, ao longo do certame, poderão ser publicados extratos e/ou editais;

c) O certame seguirá o Cronograma de Execução, **Anexo VIII** deste edital. As datas ora definidas poderão sofrer alteração em virtude da necessidade de ajustes operacionais, garantida a publicidade legal nos meios de comunicação acima estipulados, não cabendo quaisquer alegações de prejuízo e/ou solicitações de ressarcimento, exceto nos casos específicos previstos neste edital;

d) A fim de evitar ônus desnecessários, todos os interessados em participar deste certame deverão obrigatoriamente realizar a leitura integral e acurada deste edital e seus anexos antes de se inscrever e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, sendo sua total e exclusiva responsabilidade conhecer todas as normas e condições ora estabelecidas, uma vez que, por força do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a realização da inscrição e o pagamento da taxa de inscrição implicam conhecimento e aceitação tácita dos termos editalícios, descabendo quaisquer alegações de desconhecimento e/ou discordância do regramento em tela;

e) Em atenção aos princípios da publicidade e transparência que regem todos os atos da Administração Pública, salienta-se que a concretização da inscrição representa ciência e consentimento, tácitos do candidato, quanto à publicação de seus dados (nome, número de inscrição, condição de cotista, etc.) e resultados (pontuação, classificação e demais dados referentes às suas provas) nos meios acima referidos. Cumpre salientar que somente serão publicadas informações estritamente necessárias ao certame em tela, ao passo que a concretização da inscrição configura renúncia, por parte do candidato, à proteção de dados, descabendo quaisquer solicitações de exclusão dessas informações da publicidade oficial do certame;

f) As informações prestadas e/ou a apresentação de quaisquer documentos necessários exigidos por este edital, em qualquer momento do certame, são de inteira e total responsabilidade do candidato e só terão validade para este certame;

g) A constatação de irregularidade e/ou falsidade nas informações prestadas e/ou nos documentos apresentados pelo candidato, ainda que verificada posteriormente à nomeação, acarretarão na sua eliminação do certame, ou, ainda, anulação do seu ato de nomeação/termo de posse, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal por crime contra a fé pública;

h) Durante todo o curso deste certame, é assegurado ao candidato o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do **Capítulo IX** deste edital;

i) Todos os horários definidos neste edital, seus anexos e demais publicações oficiais referentes ao andamento deste certame têm como referência o Horário de Brasília-DF. Todas as publicações oficiais previstas serão realizadas dentro do horário compreendido entre **9h e 18h** da data prevista no Cronograma de Execução deste edital;

j) Durante toda a execução do certame os candidatos poderão ainda esclarecer suas dúvidas através do endereço eletrônico [www.objetivas.com.br/fale-conosco](http://www.objetivas.com.br/fale-conosco) ou pelo telefone (51) 3335-3370, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das **9h às 11h30min** e das **13h às 17h30min**, **impreterivelmente**. **Cumprir enfatizar que não serão fornecidas informações que já constem expressamente dos editais;**

II – O **Município** e a **Objetiva Concursos** não se responsabilizam por erros de preenchimento de dados, por quaisquer solicitações não recebidas por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, erro, extravio ou atraso dos Correios, erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que



*Seriedade e ética:  
Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 2 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados e/ou envio, por meio digital (se for o caso), de documentos, exceto aos que, comprovadamente, derem causa. As despesas de deslocamento e estadia efetuadas pelos candidatos em razão deste certame, independentemente das circunstâncias, são única e exclusiva responsabilidade dos candidatos, não cabendo quaisquer alegações de prejuízo e/ou solicitações de ressarcimento.

**III - Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão responsável por acompanhar a elaboração do edital e a execução contratual em conjunto com a Objetiva Concursos.**

**CAPÍTULO I - DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS CARGOS**

1.1. Com o respeito à ordem de classificação, bem como ao percentual de vagas reservadas, nos termos do **Capítulo IV** deste edital, este certame destina-se ao provimento das vagas legais existentes e à formação de cadastro reserva para provimento das vagas legais que vierem a existir dentro da validade do certame, conforme tabela abaixo.

**1.1.1 - Tabela de cargos:**

Cargos	Vagas <sup>(1)</sup>	Escolaridade e/ou outros requisitos exigidos para o exercício dos cargos a serem apresentados quando da posse	Carga Horária Semanal	Vencimento Outubro/ 2019 R\$ <sup>(2)</sup>	Valor de Inscrição R\$
Professor de Educação Infantil	01+CR	Pedagogia com habilitação em Educação Infantil.	20h	1.598,96	100,00
Professor de Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental – Matemática	01+CR	Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	20h	1.598,96	100,00
Professor – Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental	01+CR	Pedagogia com habilitação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental.	20h	1.598,96	100,00
<b>NOTAS DE RODAPÉ À TABELA DE CARGOS</b>					
❖	Por <b>CR</b> deve-se entender Cadastro Reserva;				
❖	Por <b>habilitação legal para o exercício da profissão</b> deve-se entender todo e qualquer requisito que o Órgão regulamentador da respectiva profissão exija para fins de exercício legal daquela profissão (registro, inscrição, dentre outros);				
❖	A descrição das <b>atribuições</b> , em conformidade com a legislação vigente, encontra-se no <b>Anexo VI</b> deste edital;				
1	Os candidatos classificados neste certame são meros detentores de expectativa de direito à nomeação, de forma que sua nomeação fica condicionada à liberação e/ou à criação futura de vagas dentro do prazo de validade deste certame, de acordo, ainda, com a necessidade e disponibilidade orçamentária da Administração Municipal, respeitada sempre a ordem de classificação e o percentual de vagas reservadas;				
2	Valor inicial de ingresso, conforme legislação vigente no Município, <b>limitado ao teto estabelecido pela Constituição Federal de 1988, art. 37, XI</b> . O servidor fará jus ainda ao Auxílio-Alimentação, no valor de R\$ 101,87 (cento e um reais e oitenta e sete centavos), podendo ainda ser concedidos outros benefícios, nos termos da legislação vigente;				

1.2. Além de ter sido aprovado e classificado neste certame, na forma estabelecida por este edital, são requisitos para ingresso no serviço público, nos termos da Lei Complementar 09/2003, a serem **apresentados quando da Posse**:

- Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que o candidato esteja amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do Parágrafo 1º, Art. 12, da Constituição Federal e do Decreto 70436/72;
- Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da **posse**;
- Estar quite com as obrigações eleitorais e do Serviço Militar (esta última somente para candidatos do sexo masculino);
- Possuir aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo pretendido, e, nos casos de deficiência, que essa seja compatível com o exercício das atribuições do cargo pretendido;
- Estar em pleno exercício de seus direitos civis e políticos;
- Possuir a escolaridade e/ou outros requisitos necessários para o exercício do cargo pretendido, conforme item 1.1.1 deste edital, em conformidade com a lei de criação do cargo, na data da **posse**;
- Não perceber proventos de aposentadoria civil (servidor público civil) ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma estabelecida pela Constituição Federal;
- Apresentar documento de identidade, certidão de nascimento, casamento ou equivalente e CPF (Cadastro de Pessoa Física) regularizado;
- Apresentar a inscrição no PIS ou PASEP, ou, se não estiver cadastrado, negativa expedida pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, respectivamente;
- Apresentar comprovante de residência (água, luz ou telefone fixo) atualizado e em nome próprio, ou, no caso de comprovante em nome de terceiros, declaração do titular, devidamente reconhecida em cartório, de que o candidato reside no respectivo endereço;



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 3 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**k) Apresentar declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;**

1.2.1. Nos termos da letra "d", do item 1.2 deste edital, a análise da aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo pretendido será realizada mediante exame médico de ingresso a ser realizado por médico ou junta médica do Município, ou, ainda, por esta designada, quando também poderão ser solicitados outros exames a fim de assegurar que o candidato realmente apresente aptidão necessária para o exercício das atribuições do cargo, bem como, se for o caso, confirmar a condição de pessoa com deficiência e, ainda, a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do cargo pretendido. A ausência da aptidão física e mental, ou, ainda, a incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo pretendido impossibilitam o deferimento da posse – candidatos com deficiência, verificar as atribuições do cargo pretendido, e, ainda, o **Capítulo IV** deste edital.

1.2.2. Nos termos da letra "g", do item 1.2 deste edital, para comprovar que não incorre na acumulação ilícita, na forma estabelecida pela Constituição Federal, o candidato deverá apresentar declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública ou aposentadoria civil (servidor público civil) ou militar.

1.2.3. Nos termos da letra "h", do item 1.2 deste edital, somente serão aceitos como **documentos de identidade**: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, ou Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, são válidos como documentos de identidade; Certificado de Reservista; Passaporte (dentro da validade); Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (somente modelo com foto) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

1.2.3.1. Não serão aceitos como documentos de identidade: somente a cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, protocolo de documentos, certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos abertos, ou avariados, ou com foto desatualizada, ou ilegíveis, ou, ainda, não identificáveis.

1.2.4. Para fins de registro, é imprescindível, ainda, que o candidato possua número de CPF regularizado (atualizado).

**1.3. ATENÇÃO:** O preenchimento de todos os requisitos necessários elencados no item 1.2 deste edital e seus subitens, quando da posse, é inteira e total responsabilidade do candidato, que deverá comprová-los mediante a apresentação das vias originais dos comprovantes, acompanhadas de fotocópia simples e legível, sob pena de indeferimento da posse.

## CAPÍTULO II - DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET (NÃO PRESENCIAL)

2.1. As inscrições serão realizadas somente via **internet** e poderão ser realizadas a partir das **9h** do dia **31 de outubro de 2019** até o **meio-dia (12h)** do dia **22 de novembro de 2019**, pelo site [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br).

2.1.1. Caso o candidato não possua acesso à internet, será disponibilizado computador para realização da inscrição na **Secretaria Municipal de Educação** (Av. Pref. José Juvenal Mafra, nº 430, Bairro Centro, no Município de Navegantes/SC), durante o período das inscrições, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das **8h às 12h** e das **13h30min às 17h30min**, EXCETO no último dia de inscrições, quando o posto funcionará somente até **12h (meio-dia)**.

2.1.2. Não haverá outro prazo e/ou outra forma de recebimento de inscrições que não a estipulada neste capítulo, de forma que o candidato **NÃO deve tentar se inscrever fora dos prazos e/ou por outros meios, ou, ainda, remeter à Objetiva Concursos** quaisquer cópias e/ou documentos para fins de inscrição, devendo sim **preencher seus dados no formulário eletrônico de inscrição com bastante atenção e dentro do prazo estipulado.**

2.1.3. Os candidatos interessados na isenção, reserva de vagas, atendimento especial para a realização das provas, ou, ainda, interessados em utilizar o direito de preferência pelo efetivo exercício da função de jurado para fins de desempate, além de efetuar devidamente a sua inscrição, deverão verificar o capítulo próprio deste edital, **para as providências quanto à solicitação.**

2.1.3.1. Em relação aos casos listados no item 2.1.3 deste edital, não haverá outra forma e/ou prazo de recebimento de solicitação e/ou documentação que não a estipulada nos capítulos específicos deste edital, conforme cada caso. Solicitações enviadas por meio diverso do previsto nos capítulos específicos, conforme cada caso, intempestivas, condicionais, fora dos padrões ou com falta total/falta parcial/erro de preenchimento e/ou envio de documento que comprove a condição que dá direito ao deferimento de qualquer solicitação realizada implica em indeferimento do pedido, mesmo que o candidato tenha marcado o campo respectivo, caso houver, no formulário eletrônico de inscrição.

2.1.4. Os candidatos também poderão se inscrever para as vagas do Processo Seletivo Público 001/2019, **desde que observados os turnos de aplicação da Prova Objetiva de cada Edital.**

TURNO	CARGOS
TURNO 01	Professor (TODOS)



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 4 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



2.1.4.1. Em caso de necessidade de ajustes operacionais, o Município de Navegantes reserva-se o direito de indicar **nova divisão de turnos** para a realização da Prova Objetiva.

2.1.4.2. Em ocorrendo a hipótese prevista no item 2.1.4.1, os candidatos que se inscreveram em mais de um cargo, **respeitando a divisão de turnos prevista no item 2.1.4**, não serão prejudicados com a nova divisão, sendo-lhes assegurado o direito de realizar a Prova Objetiva dos cargos para os quais se inscreveram.

2.1.4.3. Eventualmente, se houver inscrição do mesmo candidato em mais de um Edital e em mais de uma vaga e as provas coincidirem no mesmo horário e data, o candidato deverá optar por uma das provas, **sendo vedado realizar mais de uma prova no mesmo horário e data**, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga a título de taxa de inscrição.

2.2. Para a realização da inscrição, é imprescindível que o candidato possua documento de identidade, nos termos do item 1.2.3 deste edital e seu subitem, e, ainda, número de CPF - Cadastro de Pessoa Física regularizado. O candidato que estiver com o CPF desatualizado, ou, ainda, que não possuir CPF, deverá solicitar a regularização e/ou emissão do documento nos postos credenciados (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios ou Receita Federal), em tempo de conseguir o registro e o respectivo número antes do término do período de inscrições. Não serão aceitas inscrições com falta de preenchimento de documentos.

2.2.1. Preferencialmente, durante toda a validade do certame, o candidato deverá utilizar o mesmo documento de identidade que utilizou para a realização da inscrição para tratar de seus interesses junto ao **Município e à Objetiva Concursos**, inclusive no que diz respeito ao ingresso às provas.

2.3. Após o preenchimento do formulário eletrônico de inscrição, o candidato deverá imprimir o Boleto Bancário para o pagamento da taxa de inscrição, o qual será da **CAIXA ECONOMICA FEDERAL**, em que a representação numérica do código de barras (linha digitável) inicia com o número **104**. A fim de evitar pagamento de boleto fraudado, antes de efetuar o pagamento, o candidato deve verificar os primeiros números constantes no código de barras e o Banco.

2.3.1. O candidato é o único responsável por verificar as informações do boleto bancário, bem como por certificar-se, no ato do pagamento, que o seu boleto foi pago corretamente (linha digitável do boleto deve ser igual à do comprovante de pagamento), inclusive no que diz respeito ao valor correto. O boleto bancário pago será o registro provisório de inscrição, devendo ser conservado pelo candidato.

2.3.1.1. Além de se certificar quanto às informações do boleto, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preencheu adequadamente o formulário eletrônico de inscrição, bem como que está devidamente inscrito no cargo desejado, haja vista, é vedada a alteração de sua opção inicial após o pagamento da inscrição, independentemente de as inscrições já terem se encerrado ou não. Qualquer alteração de opção de cargo, dentro do período de inscrições, deverá ser realizada mediante nova inscrição e pagamento, nos termos deste capítulo, sendo vedada, ainda, qualquer transferência do valor pago a título de taxa de inscrição para terceiros ou para outros certames.

2.3.2. O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em agência bancária, terminal de autoatendimento de Banco do qual o candidato seja correntista ou correspondente bancário, impreterivelmente até a data prevista no Cronograma de Execução, [Anexo VIII](#) deste edital, com o Boleto Bancário impresso.

2.3.2.1. **O candidato é o único responsável por conhecer e respeitar os horários limites de cada instituição recebedora (com relação ao processamento do pagamento)**, quer seja pelo modo presencial (agências bancárias, casas lotéricas, entre outros locais de recebimento de boletos de pagamento), quer seja pelo modo virtual (internet ou caixas eletrônicos), de forma a garantir que o seu pagamento seja processado pelo sistema bancário dentro do último dia de pagamento, conforme estabelecido no Cronograma de Execução deste edital.

2.3.2.1.1. Os pagamentos de taxa de inscrição realizados no último dia que resultem em processamento do pagamento em data posterior ao último dia de pagamento previsto no Cronograma de Execução, [Anexo VIII](#) deste edital, ensejarão a não homologação da referida inscrição. A **Objetiva Concursos**, em hipótese alguma, homologará inscrição cujo pagamento foi processado com data posterior à data prevista no Cronograma de Execução deste edital como último dia de pagamento.

2.3.3. Não serão aceitas inscrições por meio diverso do previsto no item 2.1 deste edital, intempestivas, condicionais, fora dos padrões. O candidato que solicitou, devidamente, sua inscrição, somente terá a mesma homologada após a **Objetiva Concursos** receber da instituição bancária responsável a confirmação do pagamento de sua inscrição, nos termos deste edital. **Não serão homologadas inscrições pagas com cheque, agendamentos bancários e outros meios sem a devida provisão de fundos. Não serão homologadas inscrições cuja taxa de inscrição foi paga com valor a menor do que o previsto neste edital para o respectivo cargo pleiteado. Inscrição, cuja taxa foi paga com valor a maior do que o estabelecido neste edital para o respectivo cargo pleiteado será homologada, pelo perfazimento do valor estabelecido.**

2.3.4. O candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição em desacordo com qualquer das disposições supracitadas não terá sua inscrição homologada.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 5 de 26**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



#### 2.4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

2.4.1. Na data prevista no Cronograma de Execução, [Anexo VIII](#) deste edital, será divulgada a Homologação das Inscrições, com a respectiva relação de candidatos. O candidato deverá consultar o edital, bem como a relação de candidatos homologados para confirmar sua inscrição.

2.4.2. Caso a inscrição não tenha sido homologada, o candidato poderá interpor pedido de recurso, conforme determinado neste edital. Se mantida a não homologação, após o julgamento do recurso, o candidato será eliminado do certame, não assistindo direito de realizar a(s) prova(s), exceto se, por ocasião da Prova Objetiva, apresentar ao fiscal de sala documento de inscrição e comprovante de pagamento, válidos, que permitam a inclusão provisória da inscrição para realização da prova.

2.4.2.1. No caso da exceção prevista acima, a inclusão da inscrição em caráter definitivo ficará condicionada à verificação da regularidade da inscrição e pagamento, posterior ao ato de inclusão, restando, desde já os candidatos cientes de que, em sendo constatada qualquer irregularidade de inscrição e/ou pagamento da inscrição incluída provisoriamente no dia da Prova Objetiva, nos termos do item anterior, a inclusão provisória será automaticamente revogada, independentemente de qualquer formalidade, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

#### CAPÍTULO III - DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO VALOR DA INSCRIÇÃO

3.1. O candidato interessado e que atender às condições estabelecidas na Lei Municipal 2233/2009 e na Lei Estadual 10.567/1997 (Doadores de Sangue e Medula Óssea) poderá pleitear a isenção do pagamento do valor da inscrição, **desde que:**

**I - Para doadores de sangue ou medula óssea:** comprove, pelo menos 03 (três) doações no último ano, a órgão oficial ou à entidade credenciada, contado o período retroativamente da publicação deste edital. A comprovação se dará por meio de declaração(ões) assinada(s) por autoridade competente da entidade coletora oficial ou credenciada na(s) qual(is) conste(m) expressamente a quantidade de doações, as datas correspondentes em que foram realizadas e o tipo de doação. **NÃO SERÃO ACEITOS COMO COMPROVANTES:** a) termo de consentimento para cadastro no REDOME; b) carteira emitida pelo REDOME; c) declaração de coleta de amostra para fins de cadastro; d) solicitação de cadastro; e) protocolo para doação e/ou cadastro, e; f) carteira de controle de doações;

3.2. Após certificar-se de que preenche todos os requisitos para obtenção da isenção, durante o período estabelecido no Cronograma de Execução, [Anexo VIII](#) deste edital, **especificamente**, o candidato interessado **deverá efetuar sua inscrição** diretamente no site [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br) e anexar a seguinte documentação digitalizada:

- a) **Todos os documentos exigidos no item 3.1 deste edital**, conforme aplicado a cada caso;
- b) **requerimento**, [Anexo IV](#) deste edital, preenchido e assinado, de forma clara e legível, solicitando a isenção. É responsabilidade única e exclusiva do candidato certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

3.2.1. Todos os documentos listados no item 3.2 deste edital devem ser digitalizados e salvos, preferencialmente, em um único arquivo, nas extensões "pdf", "png", "jpg" ou "jpeg". O tamanho máximo da totalidade dos arquivos a serem enviados é de 2MB.

3.2.2. Em qualquer uma das hipóteses previstas de isenção, realizada a inscrição, os candidatos deverão imprimir o boleto bancário e guardá-lo para o caso de ter seu pedido indeferido.

3.3. A solicitação de isenção realizada em uma inscrição fica vinculada e restrita especificamente àquele número de inscrição, (não se comunica automaticamente às outras inscrições do candidato), de forma que, se o candidato quiser alterar sua opção de inscrição, pleiteando isenção, ou, ainda, caso o candidato deseje pleitear isenção em outras inscrições, além de atentar-se ao item 2.3.1 deste edital e seu subitem, **deverá, obrigatoriamente, refazer o procedimento previsto no item 3.2 deste edital**, conforme cada caso, dentro do prazo estabelecido por esses itens, impreterivelmente, sendo vedadas quaisquer alterações no que diz respeito à isenção posteriormente aos prazos acima estabelecidos.

3.3.1. O simples preenchimento dos dados necessários ou apresentação dos comprovantes exigidos para a solicitação de isenção, ou de já ter obtido o benefício em outros certames não garantem, por si só, o deferimento da solicitação, o que está sujeito à análise, por parte da **Objetiva Concursos**, com base na legislação em vigor, ao cumprimento dos requisitos exigidos para o deferimento, podendo esta valer-se de consulta aos órgãos gestores aos quais o candidato declara estar vinculado, para verificar a veracidade das informações prestadas por ele.

3.3.1.1. O deferimento da solicitação em uma inscrição não se comunica automaticamente às demais inscrições do candidato, assim, o candidato deve atender a todos os requisitos exigidos, conforme especificado cada caso, em todas as



*Seriedade e ética:  
Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 6 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



inscrições que realizar, estando ciente de que a inobservância de qualquer disposição deste Capítulo implicará o indeferimento do pedido de isenção do candidato.

3.4. Na data prevista no Cronograma de Execução, Anexo VIII deste edital, será divulgado, por edital, o Resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição, ao passo que o candidato deverá consultar o respectivo edital, bem como a relação de candidatos deferidos para confirmar a sua situação. Os candidatos com a solicitação de isenção concedida terão a inscrição automaticamente efetivada. O candidato que tiver sua solicitação de indeferida poderá interpor recurso, conforme determinado neste edital.

3.5. Após a divulgação do resultado da análise dos recursos eventualmente interpostos: **a)** os candidatos, cujo recurso de isenção for procedente, terão a inscrição automaticamente efetivada; **b)** os candidatos, cujo recurso for improcedente, não terão o deferimento da sua solicitação, de forma que, para permanecerem participando do certame, deverão providenciar o pagamento do boleto bancário impresso no momento da inscrição, ou providenciar a impressão de 2ª via do boleto, na sua área do candidato, no site [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br), e proceder o pagamento nos termos estipulados no Capítulo II deste edital.

3.6. Não caberá qualquer devolução do valor pago a título de taxa de inscrição ao candidato que teve deferida solicitação de isenção e também efetuou o pagamento da taxa de inscrição, de forma que orienta-se aos interessados que só efetuem o pagamento do boleto bancário após a divulgação do Resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição, caso não desejem interpor recurso, ou para aqueles que desejarem interpor recurso, somente após a divulgação do resultado da análise dos recursos.

#### **CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCD**

4.1. De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 37, inciso VIII, Decreto Federal 9.508/18 e Lei Complementar 007/2003, as pessoas com deficiência, assim compreendidas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Decreto Federal 3298/99, art. 4º, têm assegurado direito de inscrição neste certame, sendo-lhes reservado, em cada cargo, um percentual de **10% (dez por cento)** do total das vagas existentes e das futuras.

4.1.1. Para fins de posse, a deficiência de que é portador deverá, obrigatoriamente, ser compatível com as atribuições do cargo para o qual se classificou, uma vez que, em hipótese alguma as atribuições do cargo serão modificadas para se adaptarem às condições especiais do PCD, não sendo, todavia, obstáculo ao exercício das atribuições do cargo a utilização de material tecnológico ou equipamentos específicos de uso habitual do candidato ou a necessidade de adaptação do ambiente de trabalho.

4.1.2. Nos termos da legislação vigente, distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres não serão considerados como deficiência.

4.1.3. Por força do arredondamento previsto no Decreto Federal 9.508/18, art. 1º, parágrafo 3º, a 1ª vaga a ser destinada à PCD será a 5ª (quinta) vaga existente ou que vier a surgir em cada cargo, a partir de quando, após cada 19 (dezenove) candidatos nomeados pela classificação geral, será nomeado 01 (um) candidato PCD, nos termos do limite de vagas reservadas em lei.

4.1.4. O percentual previsto, nos termos acima, será observado ao longo da execução do certame, bem como durante todo o período de validade deste certame, inclusive quanto às vagas legais que vierem a existir.

4.2. A pessoa com deficiência que não declarar essa condição por ocasião da inscrição concorrerá única e exclusivamente à(s) vaga(s) da ampla concorrência e não poderá invocar esta condição futuramente em seu favor.

4.3. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência poderá requerer atendimento especial, conforme estipulado no **Capítulo V** deste edital. Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, com o amparo do Decreto Federal 9508/18, particularmente o art. 2º, os candidatos com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange às provas aplicadas, ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.3.1. Consideram-se condições de igualdade aquelas que permitam a avaliação do candidato com deficiência, respeitando-se as peculiaridades da deficiência de que possui.

4.4. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher no formulário de inscrição o cargo a que deseja concorrer e selecionar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como **encaminhar** para a **Objetiva Concursos**, via **SEDEX, postado, impreterivelmente**, até a data e horário estabelecidos no Cronograma de Execução, Anexo VIII deste edital, os seguintes documentos:

**a) Laudo médico (original ou cópia legível e autenticada em cartório), emitido há menos de um ano caso não contiver expressamente que se trata de deficiência irreversível**, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência;



*Seriedade e ética:  
Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 7 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



b) **Requerimento** (**Anexo I** deste edital) solicitando vaga especial onde conste o tipo de deficiência que é portador. O requerimento deverá estar preenchido e assinado, de forma clara, legível e individualizada em caso de inscrição em mais de um cargo (o envelope e os documentos exigidos na letra "a" deste item poderão ser únicos para ambas inscrições, mas o requerimento deverá, obrigatoriamente, ser individualizado).

4.5. O resultado das solicitações de inscrição como pessoa com deficiência será divulgado quando da Homologação das Inscrições, a partir de quando será possibilitada a interposição de recursos, conforme o período determinado por edital.

4.5.1 Cumpre salientar que, com base na Lei 7853/89, art. 8º, II e no Decreto Federal 9508/18, art. 7º, a análise realizada no momento da inscrição atém-se ao cumprimento dos requisitos previstos neste edital, **tendo em vista que os candidatos com inscrição homologada como pessoa com deficiência, aprovados e classificados neste certame, serão submetidos, quando da posse, a exame médico de ingresso a ser realizado por médico ou junta médica do Município, ou, ainda, por esta designada, quando também poderão ser solicitados outros exames, a fim de confirmar a condição de pessoa com deficiência, bem como a aptidão necessária e a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do cargo**, entretanto, salienta-se que o não cumprimento dos requisitos estabelecidos neste capítulo, quaisquer que sejam, implica o indeferimento da inscrição como pessoa com deficiência, mesmo que o candidato tenha marcado tal opção no formulário de inscrição.

4.6. Os candidatos com inscrição homologada como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, desde que aprovados no certame, além de figurar na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em lista à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

4.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

**CAPÍTULO V - DO ATENDIMENTO AOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

5.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização da prova deverá marcar essa opção no formulário de inscrição, indicando ali os recursos especiais necessários, bem como **encaminhar para a Objetiva Concursos**, via **SEDEX**, postado, **impreterivelmente**, até a data e horário estabelecidos no Cronograma de Execução, **Anexo VIII** deste edital, os seguintes documentos:

a) **Laudo médico (original ou cópia legível e autenticada em cartório), emitido há menos de um ano caso não contiver expressamente que se trata de deficiência irreversível**, que justifique o atendimento especial solicitado; e

b) no caso de tempo adicional, também **Parecer Original emitido por especialista da área de sua deficiência**, atestando a necessidade de tempo adicional, conforme Lei Federal 7853/89 e alterações. Prezando pela isonomia de tratamento entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora adicional a candidatos nessa situação.

c) **Requerimento** (**Anexo II** deste edital) solicitando atendimento especial. O requerimento deverá estar preenchido e assinado, de forma clara, legível e individualizada em caso de inscrição em mais de um cargo (o envelope e os documentos exigidos nas letras "a" e "b" deste item poderão ser únicos para ambas inscrições, mas o requerimento deverá, obrigatoriamente, ser individualizado).

5.1.1. O candidato que desejar concorrer à vaga especial para Pessoas com Deficiência e necessitar de atendimento especial, inclusive em caso de inscrição em mais de um cargo, poderá utilizar o mesmo envelope e o mesmo laudo e/ou parecer para todas as solicitações, todavia, o requerimento deverá, obrigatoriamente, ser individualizado.

5.1.2. Casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou novas provas.

5.2. Salvo nos casos de força maior, desde que devidamente comprovados, a apresentação do laudo e/ou parecer (EXCETO para amamentação) dentro do período referido no item 4.1 deste edital é condição indispensável para fins de deferimento da solicitação. Os pedidos de atendimento especial para realização da prova serão examinados juntamente com o laudo e/ou parecer para verificação das possibilidades operacionais de atendimento (EXCETO para amamentação). A solicitação de atendimento especial estará sujeita à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido, podendo, ainda, a **Comissão responsável por acompanhar a elaboração do edital e a execução contratual e/ou Objetiva Concursos**, solicitar ao candidato outras informações e/ou documentação complementar.

5.3. Será divulgada, quando da homologação das inscrições, a relação de candidatos que tiveram deferido e/ou indeferido o pedido de atendimento especial para a realização das provas. Os candidatos poderão interpor recurso contra este resultado no período determinado por edital.

5.4. Considerando-se a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, bem como a isonomia de tratamento entre os candidatos, aqueles que fizerem uso de marca-passos, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, utilizarem prótese auditiva, ou, ainda, os candidatos com problema de hipoglicemia ou outros problemas de saúde que necessitem ingerir alimento de qualquer natureza durante a prova, deverão apresentar laudo médico, bem como comparecer ao local de provas munidos dos respectivos laudos que comprovem tais necessidades, e,



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 8 de 26**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



ainda, informar previamente ao fiscal de sala, sob pena de serem excluídos sumariamente do certame, ou, ainda, de não poder utilizar a prótese ou ingerir o respectivo mantimento durante a realização da(s) prova(s).

5.5. A candidata que tiver necessidade de amamentar deverá apresentar, no dia da prova, a certidão de nascimento da criança e levar um(a) acompanhante, que ficará em sala reservada com a criança e será o(a) responsável pela sua guarda. A criança não poderá permanecer desacompanhada de responsável, de forma que, a candidata que não levar acompanhante maior de idade não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

5.5.1. Para garantir a aplicação dos termos e condições deste edital, a candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada por Fiscal, sem a presença do responsável pela guarda da criança. Cumpre salientar que não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

#### CAPÍTULO VI - DAS PROVAS

6.1. Para todos os cargos deste certame será aplicada **PROVA OBJETIVA**, de caráter **eliminatório/classificatório**, em primeira etapa, com questões objetivas, de múltipla escolha, com **04 (quatro) alternativas**, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.

6.1.1. Serão considerados aprovados em primeira etapa e/ou habilitados à etapa seguinte os candidatos que obtiverem **sessenta por cento ou mais na nota final da Prova Objetiva, desde que não tenham zerado nenhuma das disciplinas.**

6.2. Será aplicada **PROVA DE TÍTULOS**, de caráter **classificatório**, como última etapa, para TODOS os candidatos, desde que habilitados na prova eliminatória, conforme **Capítulo VIII**, do presente edital.

#### 6.3. CONTEÚDOS E PONTUAÇÃO:

CARGO	PROVA	DISCIPLINA	Nº Questões	Peso por questão	PESO TOTAL
Professor (Todos)	Objetiva	Português	10	2,20	22,00
		Matemática	10	1,80	18,00
		Legislação e Conhecimentos Específicos	20	3,00	60,00
	Títulos				20,00

6.4. Os pontos por disciplina correspondem ao número de acertos multiplicado pelo peso de cada uma de suas questões. A **NOTA DA PROVA OBJETIVA** será o somatório dos pontos obtidos em cada disciplina.

6.5. A Prova de Títulos, conforme aplicada a cada cargo, terá sua nota somada à nota obtida na Prova Objetiva, para composição da **NOTA FINAL**.

6.6. Não haverá prova fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes. Não será admitido à prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

6.7. O candidato deverá apresentar, no dia da realização da prova, o documento de inscrição e o comprovante de pagamento. A critério da Comissão do Certame, esses documentos poderão ser dispensados, desde que comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato, nos termos do item 2.4.1 deste edital ou do edital que divulga o resultado dos recursos das inscrições.

6.8. O ingresso na sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade, desde que o documento permita com clareza sua identificação, conforme item 1.2.3 deste edital e seu subitem. **O candidato deverá estar ciente de que, caso não validado o documento de identificação, não poderá fazer a prova.**

6.9. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, os documentos originais, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

6.10. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador ou que esteja danificado.

6.11. A identificação especial será julgada pela Comissão do Certame. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado deste certame.

6.12. A identificação correta do dia, local e horário da realização das provas, bem como seu comparecimento, é de responsabilidade exclusiva do candidato.



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 9 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



6.13. O não comparecimento no dia, local e horário previstos na convocação de qualquer das provas eliminatórias acarretará a eliminação do candidato.

6.14. Após ingresso na sala de prova, não será permitido ao candidato usar óculos escuros e/ou acessórios de chapelaria como boné, chapéu, gorro, cachecol, manta, luvas e similares, e, ainda, permanecer com armas, ou quaisquer dispositivos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *ipod*®, gravadores, *pen drive*, *mp3* ou similar, relógio de qualquer espécie, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, *Walkman*®, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc. Caso o candidato esteja portando arma, deverá depositá-la na sala de Coordenação. Os demais pertences, inclusive aparelhos eletrônicos, deverão ser desligados e depositados na sala de prova, em local indicado pelo fiscal. Os objetos pessoais devem ser deixados em local indicado pelo fiscal dentro da sala de prova, ficando sob inteira responsabilidade do candidato. A Empresa não se responsabiliza por quaisquer objetos dos candidatos, de valor ou não.

6.15. Após o início das provas, a utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que o candidato tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer dos dispositivos previstos no item anterior. O descumprimento dessa determinação poderá implicar eliminação do candidato deste certame, caracterizando-se como tentativa de fraude.

6.16. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou divergência na distribuição, os organizadores do certame poderão, para o bom andamento dos trabalhos, providenciar cópias do material necessário ou entregar material reserva, podendo ser não personalizado, desde que constantes todos os dados necessários que assegurem os procedimentos de correção das provas dos candidatos, devendo ser registradas em ata as providências tomadas.

6.17. Se, por qualquer razão fortuita, as provas sofrerem atraso em seu início ou necessitarem de interrupção dos trabalhos, os candidatos afetados terão sempre assegurado o tempo total para realização da prova, previsto neste edital, sendo concedido o tempo adicional necessário para garantia de isonomia de tratamento.

6.18. Em ocorrendo atraso ou interrupção, os candidatos atingidos deverão permanecer no local do Concurso Público e atender às orientações dos coordenadores e fiscais, auxiliando no bom andamento dos trabalhos, sob pena de serem excluídos sumariamente do certame.

6.19. **Poderá ser excluído sumariamente deste certame o candidato que:**

- a) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- b) Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
- c) For surpreendido, em ato flagrante, durante a realização da prova ou em caso de interrupção dos trabalhos, comunicando-se com outro candidato, bem como utilizando-se de consultas não permitidas, de aparelho celular ou de outro equipamento de qualquer natureza não permitido;
- d) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas;
- e) Não permitir ser submetido ao detector de metal (quando aplicável);
- f) Antes do término de sua prova, afastar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
- g) Não permitir a coleta de sua assinatura e/ou recusar-se a realizar qualquer procedimento que tenha por objetivo comprovar a autenticidade de identidade e/ou de dados;
- h) Recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado a sua realização, ou, em caso de razão fortuita, ao ser determinado pelo fiscal ou pela Coordenação Executiva.

6.20. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de procedimento ilícito ou colaborado para tal, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado deste certame.

#### CAPÍTULO VII - DA PROVA OBJETIVA

7.1. A Prova Objetiva, para todos os cargos, tem data prevista Cronograma de Execução, [Anexo VIII](#) deste edital, em local e horário a serem divulgados por edital, **conforme divisão de turnos abaixo**. No horário de convocação ocorrerá o fechamento dos portões, não sendo mais permitido o ingresso de qualquer candidato ao local de prova.

TURNO	CARGOS
TURNO 01	Professor (TODOS)

7.1.1. Em caso de necessidade de ajustes operacionais, o Município de Navegantes reserva-se o direito de indicar nova data e divisão de turnos para a realização da Prova Objetiva, garantida publicidade nos meios estipulados nas **Disposições Preliminares deste edital**, com antecedência mínima de **08 (oito) dias** da realização da prova.

7.1.1.1. Em ocorrendo a hipótese prevista no item 7.1.1, os candidatos que se inscreveram em mais de um cargo,



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 10 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



respeitando a divisão de turnos prevista no item 7.1, não serão prejudicados com a nova divisão, sendo-lhes assegurado o direito de realizar a Prova Objetiva dos cargos para os quais se inscreveram.

7.2. Desde já, ficam os candidatos convocados a **comparecerem com antecedência de 01 (uma) hora ao local das provas**, munidos de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa.

7.3. A **Objetiva Concursos** poderá, em caráter meramente complementar, enviar para o e-mail indicado pelo candidato no formulário eletrônico de inscrição, comunicação quanto à data, local e horário da Prova Objetiva. A remessa da comunicação via correio eletrônico não exime o candidato da responsabilidade de acompanhamento de todos os atos referentes a este certame nos meios estipulados nas Disposições Preliminares, inciso I, letra "b" deste edital, bem como de obter as informações necessárias pelo site ou telefone da Objetiva Concursos. Não haverá encaminhamento de comunicação via postal.

7.4. Os programas e/ou referências bibliográficas da Prova Objetiva de cada cargo são os constantes no **Anexo VII** do presente edital.

7.5. Os candidatos devem comparecer à prova preparados no que se refere à alimentação, pois **NÃO** será permitido ao candidato ingerir alimento de qualquer natureza após seu ingresso na sala de provas, EXCETO para os casos de previstos no **Capítulo V** deste edital.

7.6. Durante a realização das provas, o candidato somente poderá manter consigo, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa, lápis, documento de identidade e uma garrafa transparente de água, sem rótulo.

7.7. Após o ingresso do candidato na sala de provas, não será permitida comunicação entre candidatos, nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.

7.8. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, a **Objetiva Concursos** poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos ou de alguns candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

7.9. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO DE RESPOSTAS.

7.10. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura óptica, sendo o CARTÃO DE RESPOSTAS o único documento válido e utilizado para essa correção, devendo ser preenchido pelo candidato com bastante atenção.

7.11. O Cartão de Respostas não poderá ser substituído, tendo em vista sua codificação, sendo o candidato responsável pela conferência dos dados impressos no Cartão de Respostas, em especial o nome, o número de inscrição e o cargo de sua opção, bem como pela entrega do seu cartão, devidamente preenchido e assinado.

7.11.1. A não entrega do Cartão de Respostas do candidato implicará a sua automática eliminação do certame. **A falta de assinatura no cartão poderá também implicar eliminação do candidato do certame.**

7.12. O tempo de duração da Prova Objetiva será de até **3h (três horas)**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.

7.13. O candidato, ao terminar a Prova Objetiva, devolverá ao fiscal da sala o Cartão de Respostas, podendo levar consigo seu caderno de provas, desde que decorrida **1h (uma hora)** de prova, contada do efetivo início das provas.

7.13.1. O candidato que sair antes do tempo previsto no item 7.13 deste edital devolverá ao fiscal da sala, além do Cartão de Respostas, o caderno de provas, sendo-lhe permitido copiar seu Cartão de Respostas, para conferência com o Gabarito Oficial.

7.14. A correção das Provas Objetivas será feita por sistema eletrônico (leitura óptica dos Cartões de Resposta), sem ingerência humana, em ato público aberto aos interessados, cuja data, local e horário serão informados oportunamente por edital, assim sendo, não haverá desidentificação dos Cartões de Respostas.

7.15. Em nenhuma hipótese será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no Cartão de Respostas, não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura. Qualquer marcação que estiver em desconformidade com as instruções poderá ser anulada, ficando condicionada à leitura óptica.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 11 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



7.16. Ao final da Prova Objetiva, os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes, quando, então, poderão retirar-se do local, simultaneamente, após concluído.

**CAPÍTULO VIII - DA PROVA DE TÍTULOS**  
**Para TODOS os cargos.**

8.1. Após a prova eliminatória, os candidatos que lograram aprovação e que desejarem participar da Prova de Títulos deverão **apresentar** as documentações necessárias (Títulos e o Formulário de Títulos), impreterivelmente, no período e na forma que serão determinados pelo edital de convocação da Prova de Títulos, a ser divulgado posteriormente. Não serão recebidos Títulos em outra ocasião. Para tanto, os candidatos deverão, no período determinado pelo edital de convocação da Prova de Títulos, anexar a seguinte documentação digitalizada no campo **ENVIAR TÍTULOS**:

a) **Formulário de Títulos**, [Anexo V](#) deste edital, devidamente **preenchido e assinado, de forma completa e legível**. Para fins de controle da documentação enviada, o candidato deverá permanecer com uma cópia (simples) deste formulário preenchido, e;

b) **cópia simples legível de todos os títulos a serem apresentados**, conforme estabelecido por este edital.

b1) O candidato que possuir título com nome diverso do nome que consta no documento de identificação utilizado para a inscrição deverá enviar também uma cópia simples e legível do documento comprobatório da alteração (certidão de casamento, separação, averbação no registro civil etc.), assim como declarar tal condição no **Formulário de Títulos**, [Anexo V](#) deste edital, informando o seu nome correto e relacionando os títulos encaminhados que apresentam a divergência de nome para fins de comprovação da titularidade.

8.1.1. Cada um dos documentos listados no item 8.1 deste edital devem ser digitalizados e salvos, individualmente, em arquivos nas extensões "pdf", "png", "jpg" ou "jpeg". O tamanho máximo de cada um dos arquivos a serem enviados é de 2MB.

8.1.1.1. É responsabilidade única e exclusiva do candidato certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

8.2. O candidato poderá enviar seus títulos em todas as inscrições que fizer, contudo, antes de fazê-lo, deve atentar-se ao item 2.1.4 deste edital e seus subitens, **bem como repetir o procedimento previsto no item 8.1 deste edital e seus subitens em cada uma das inscrições realizadas**. Os documentos enviados e/ou pontuados em uma inscrição não se comunicam automaticamente às demais inscrições do candidato. O candidato deve atender a todos os requisitos exigidos por este edital em todas as inscrições que realizar.

8.3. Esta Prova tem caráter **classificatório**, sendo que o candidato que deixar de encaminhar as documentações necessárias (Títulos e o Formulário de Títulos), não será eliminado do certame, somente não terá somados os pontos correspondentes a esta etapa.

8.5. **Cumpra salientar que, quando da convocação, os candidatos deverão apresentar as vias originais dos documentos estabelecidos no item 8.1, enviados no momento da inscrição, para fins de confirmação da veracidade dos documentos anteriormente apresentados, sob pena de eliminação do processo e impossibilidade da posse.**

8.6. **O preenchimento correto do Formulário de Títulos, o upload e a comprovação de todos os documentos necessários são de inteira responsabilidade do candidato.**

8.7. O candidato deverá listar no **Formulário de Títulos**, [Anexo V](#) deste edital, o requisito específico que lhe concede direito à contratação (concluído ou em andamento), conforme a habilitação exigida para a contratação, constantes na **Tabela de disciplinas**, item 1.1.1 deste edital.

8.8. Em caso de documentos gerados por via eletrônica, a chave específica (dígito identificador/verificador) deverá estar impressa no próprio documento a ser verificado.

8.9. Cada título será considerado e avaliado uma única vez, vedada a cumulatividade de pontos.

8.10. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos, o candidato perderá os pontos correspondentes, assegurados ampla defesa e contraditório.



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 12 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**


**8.12. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS:**

Categoria (somente cursos concluídos)		Pontuação por Título	Forma de apresentação
<b>1. Pós-graduação*</b> Somente títulos que guardem <u>relação direta</u> com as atribuições do cargo	Doutorado	6,0	a) Para comprovação de conclusão de curso de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em nível de Doutorado e/ou Mestrado, será aceita a cópia do diploma, expedido e registrado pela Instituição responsável pelo Curso. Caso ainda não possua o diploma, será aceito documento expedido pela Instituição responsável pelo Curso, devendo constar expressamente a conclusão do curso.
	Mestrado	5,0	a.1) Nos casos em que a nomenclatura do curso possa não ser suficiente para a Banca aferir a relação com as atribuições do cargo, o candidato deverá anexar junto ao título o conteúdo programático e/ou a ementa de modo a permitir à Banca realizar essa aferição.
	Especialização	3,0	b) Para comprovação de conclusão de curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> em nível de Especialização e/ou MBA, com carga horária mínima de 360 horas, ou Residência será aceita a cópia do certificado, expedido e registrado pela Instituição responsável pelo Curso. Caso ainda não possua o certificado, será aceito documento expedido pela Instituição responsável pelo Curso, devendo <b>constar expressamente</b> a sua conclusão e carga horária. b.1) Nos casos em que a nomenclatura do curso possa não ser suficiente para a Banca aferir a relação com as atribuições do cargo, o candidato deverá anexar junto ao título o conteúdo programático e/ou a ementa de modo a permitir à Banca realizar essa aferição.
<b>Pontuação máxima: 20,0 pontos</b>			
*Desde que não seja a de requisito/habilitação para ingresso no cargo.			
I. O candidato poderá apresentar mais de um Título em cada categoria. Entretanto, a pontuação não poderá ultrapassar a pontuação máxima para a Prova de Títulos, independentemente de serem apresentadas comprovações para tal.			
II. Os Títulos, quando expedidos em língua estrangeira, deverão estar acompanhados da tradução para a língua portuguesa por Tradutor Juramentado e, ainda, no caso de Graduação e Pós-Graduação, da revalidação, de acordo com a Lei Federal 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.			

**8.13. NÃO** serão pontuados os Títulos:

- Que estiverem desacompanhados do **Formulário de Títulos**;
- cujo Formulário de Títulos tenha sido encaminhado sem estar preenchido;
- não relacionados ou relacionados indevidamente no Formulário de Títulos, mesmo que encaminhados;
- relacionados no Formulário de Títulos, mas não encaminhados;
- sem a chave específica de autenticação, em caso de documentos gerados por via eletrônica, conforme item 8.8;
- que apresentem o nome do candidato incompleto, abreviado, com erros de digitação ou, ainda, diferente da inscrição e/ou dos documentos apresentados para comprovação, conforme letra "b1", do item 8.1;
- de modalidades que não estejam descritas na grade de pontuação;
- de cursos não concluídos;
- apresentados em forma de: boletim de matrícula, atestados de frequência, atestados/atas de apresentação e/ou defesa de trabalho de conclusão, monografia, dissertação ou tese, assim como outro documento que não atenda as exigências expressas na grade de pontuação;
- sem a tradução para a língua portuguesa e/ou a revalidação, conforme grade de pontuação;
- que ultrapassem a quantidade máxima de títulos a serem apresentados, conforme grade de pontuação;
- que apresentem rasuras, emendas ou entrelinhas;
- que apresentem dados imprecisos, incoerentes ou incompletos que comprometam ou impossibilitem a Banca de aferir a pontuação correta segundo os critérios previstos neste edital, e;
- sem relação direta com área da disciplina correspondente à respectiva inscrição.

**CAPÍTULO IX - DOS RECURSOS**

9.1. Todos os períodos previstos para interposição de recursos encontram-se estabelecidos no Cronograma de Execução, **Anexo VIII** deste edital, todavia, sua confirmação dar-se-á conjuntamente ao edital de cada evento, **especificamente**, devendo, portanto, os candidatos estarem atentos às publicações ao longo do certame.

9.1.1. Os recursos deverão ser preenchidos/digitados na **Área do Candidato**, no site **[www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br)**, por meio do sistema eletrônico de interposição de recurso, seguindo as orientações da página. Não haverá hipótese de solicitação do pedido de revisão de outra forma e/ou por outro meio senão aquele disponibilizado para tal na respectiva página,



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 13 de 26**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



considerando-se deserto o pedido cujo preparo seja efetuado de outro modo e em desconformidade com as regras deste capítulo.

9.1.1.1. Caso o candidato não possua acesso à Internet, será disponibilizado computador para interposição de recursos na **Prefeitura Municipal de Navegantes** (Rua João Emílio, nº 100, Bairro Centro, no Município de Navegantes/SC), no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, durante o período mencionado no edital que abre o período de recursos de cada evento, especificamente.

9.2. Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados, atendendo rigorosamente aos preceitos fixados neste capítulo, devendo ser dirigidos à **Comissão Executora**. Cada um dos pedidos de revisão deverá ser formulado através de um formulário eletrônico de recurso, sendo que junto a este deve(m) ser apresentada(s): **(a)** No caso de indeferimento de isenção/inscrição, as razões pelas quais solicita a homologação da sua isenção/inscrição e todos os documentos comprobatórios que permitam o deferimento (comprovante de inscrição, pagamento, etc.); **(b)** Circunstanciada exposição a respeito das questões, títulos, pontos ou resultados, para as quais, em face às normas do certame, contidas neste edital, da natureza da função a ser provida ou do critério adotado, deveria ser atribuído maior grau, número de pontos ou resultado diverso; **(c)** Em outros casos, as razões do pedido e os documentos comprobatórios.

9.2.1. Em data a ser informada por edital, será disponibilizada, na **Prefeitura Municipal** e no endereço eletrônico [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br), vista da(s) prova(s) padrão para subsidiar a interposição de recursos. Os candidatos não terão direito à vista em outro momento, não sendo, ainda, fornecidas cópias.

9.3. Não se conhecerão os recursos que não estejam fundamentados com argumentação lógica e consistente, inclusive os pedidos de simples revisão da prova ou da nota. Recursos inconsistentes e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital serão preliminarmente indeferidos. Recursos interpostos, que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecidos no edital não serão apreciados.

9.4. No formulário eletrônico de recurso não é necessário apor a qualificação do candidato, tendo em vista que cada formulário estará vinculado diretamente ao registro do recorrente. As razões do pedido não poderão conter qualquer identificação do recorrente, timbre de escritório e/ou empresa etc., permitindo-se assim a sua análise sem a identificação do postulante.

9.5. Não serão admitidos recursos coletivos, ao passo que cada candidato deve interpor seu próprio recurso. Admitir-se-á um único recurso para cada tipo de situação, de forma que, identificado mais de um recurso do candidato para a mesma situação, somente será considerado o último recurso interposto, conforme horário registrado pelo sistema. Os demais recursos não serão apreciados.

9.6. Se houver alteração de Gabarito Oficial (retificação e/ou anulação de questão), as provas serão corrigidas de acordo com a referida alteração. Em caso de haver questões que possam vir a ser anuladas por decisão da Comissão Executiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos, independentemente de terem ou não recorrido, quando forem computados os pontos respectivos, exceto para os que já tiverem recebido a pontuação.

9.7. Durante o período de recursos, salvo previsão em contrário, não será aceita e/ou considerada complementação de documentação que deveria ter sido entregue e/ou encaminhada no período determinado em Capítulo específico deste edital, conforme cada etapa e/ou nos termos do edital de convocação.

9.8. O resultado dos recursos interpostos será divulgado por edital. Os Pareceres exarados pela Banca Examinadora, identificados somente pelo cargo e número de inscrição do candidato, ficarão disponíveis para consulta dos candidatos, em geral, na **Prefeitura Municipal de Navegantes/SC**, e, para o recorrente, na **Área do candidato**, no site [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br), a partir da divulgação dos respectivos resultados. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

#### **CAPÍTULO X - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

10.1. A nota final, para efeito de classificação dos candidatos, será igual à soma das notas obtidas nas Provas Objetiva e de Títulos, conforme aplicadas a cada cargo.

10.2. A classificação final do certame será publicada por edital e apresentará apenas os candidatos aprovados por cargo, em ordem decrescente de pontos, sendo composta de duas listas, contendo a primeira a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência, e a segunda somente a pontuação destes últimos, se houver aprovados.

10.3. Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate de notas, para efeitos da classificação final, se dará nos termos abaixo definidos.

a) **1ª preferência:** Candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição



*Seriedade e ética:  
Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 14 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



neste certame, em conformidade com a Lei 10741/03, art. 27, parágrafo único - Estatuto do Idoso.

b) **2ª preferência:** Candidatos que estiverem no efetivo exercício da função de Jurado, nos termos do Código de Processo Penal, art. 440.

c) **Pelo resultado das provas aplicadas, conforme segue:**

- a) obtiver maior nota Conhecimentos Específicos;
- b) obtiver maior nota em Legislação;
- c) obtiver maior nota em Português.

d) **Por sorteio:** Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate dar-se-á através do sistema de sorteio que, se necessário, será realizado em ato público, a ser divulgado por edital, e seu resultado fará parte da classificação final do certame.

10.3.1. O candidato que desejar utilizar a preferência pela condição de Jurado como critério de desempate **encaminhar** para a **Objetiva Concursos**, via **SEDEX, postado, impreterivelmente**, até a data e horário estabelecidos no Cronograma de Execução, **Anexo VIII** deste edital, os seguintes documentos:

a) **Cópia autenticada ou original da Certidão, Declaração, Atestado, ou outros documentos públicos expedidos pela Justiça Estadual ou Federal**, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do Código de Processo Penal, art. 440 (alterado pela Lei Federal 11689/08), a partir da vigência da Lei.

b) **Requerimento (Anexo IV)** deste edital), **preenchido e assinado**, de forma clara, legível e individualizada em caso de inscrição em mais de um cargo (o envelope e os documentos exigidos na letra "a" deste item poderão ser únicos para ambas inscrições, mas o requerimento deverá, obrigatoriamente, ser individualizado).

#### CAPÍTULO XI - DO PROVIMENTO

11.1. O provimento obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados, respeitado o percentual de reserva de vagas.

11.2. O ato de nomeação dos candidatos será publicado no **Painel de Publicações da Prefeitura Municipal**, no site **[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)**, e, paralelamente, será feita comunicação ao candidato, via postal e/ou via e-mail e/ou via telefone, conforme dados informados no formulário de inscrição ou posteriormente atualizados.

11.2.1. O candidato obriga-se a manter atualizados os seus dados cadastrais junto à **Objetiva Concursos**, por meio da sua ficha cadastral, até a data de publicação da Homologação Final e, após esta data, junto ao **Município**, através de correspondência com aviso de recebimento ou pessoalmente.

11.2.2. É responsabilidade única e exclusiva do candidato manter seus dados como endereço residencial e eletrônico, telefone, etc. atualizados, até que se expire o prazo de validade do certame, para viabilizar os contatos necessários, sob o risco de quando for nomeado, perder o prazo para tomar posse, caso não seja localizado.

11.2.3. O **Município** e a **Objetiva Concursos** não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de endereços residencial e/ou eletrônico e/ou telefones, etc., informados erroneamente e/ou não atualizados.

11.3. Os candidatos terão o prazo de até **30 (trinta) dias**, contados da publicação do ato de nomeação, prorrogáveis por igual período, a pedido, para tomar posse, e **15 (quinze) dias**, contados da data da posse, para entrar em exercício.

11.4. Nos termos do item 1.3 deste edital, ficam advertidos os candidatos de que a ausência de quaisquer comprovantes dos requisitos para ingresso no serviço público impossibilitará a posse, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da sua classificação neste certame, bem como de sua nomeação.

11.5. Caso o candidato não deseje assumir de imediato, poderá, mediante requerimento próprio, solicitar para passar para o final da lista dos aprovados e, para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do certame, a novo chamamento uma só vez.

11.6. Será tornado sem efeito o ato de nomeação se não ocorrer a posse e/ou exercício nos prazos legais, sendo que o candidato perderá automaticamente a vaga (exceto no caso previsto no item 11.5 deste edital), facultando à Administração Pública o direito de convocar o próximo candidato, por ordem de classificação.

#### CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Somente haverá devolução do valor da taxa de inscrição em caso de alteração de requisito essencial ao(s) cargo(s), adiamento da Prova Objetiva, suspensão que cause alteração da data da Prova Objetiva, exclusão de cargo ou cancelamento do certame.



*Seriedade e ética:  
Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 15 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



12.2. O Concurso Público terá validade por **02 (dois) anos** a partir da data de Homologação Final, prorrogáveis por mais **02 (dois) anos**, a critério do **Município**.

12.3. A publicidade oficial deste certame, após a sua homologação final, dar-se-á através do **Painel de Publicações da Prefeitura Municipal** e do site **[www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br)**.

12.4. Os candidatos desde já ficam cientes das disposições constitucionais aplicáveis aos servidores públicos para fins de aposentadoria, observadas as demais disposições legais vigentes.

12.5. Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais, a **Objetiva Concursos** não fornece apostilas e/ou manuais e/ou quaisquer outros materiais de consulta, assim como também não fornece cópias das provas a candidatos ou instituições de direito público ou privado (candidatos verificar o teor do item 9.2.1 do presente edital), mesmo após o encerramento do Concurso Público.

12.6. Fazem parte do presente edital:

Anexo I – Requerimento Pessoas com Deficiência;

Anexo II – Requerimento Atendimento Especial;

Anexo III – Requerimento Desempate – Condição de Jurado;

Anexo IV – Requerimento Isenção da Taxa de Inscrição;

Anexo V – Formulário de Relação de Títulos;

Anexo VI – Descritivo das Atribuições dos Cargos;

Anexo VII – Conteúdos Programáticos e/ou Referências Bibliográficas;

Anexo VIII – Cronograma de Execução.

Navegantes/SC, 31 de outubro de 2019.

**EMÍLIO VIEIRA,**  
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 16 de 26**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**ANEXO I**  
**REQUERIMENTO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame>

Nome completo do candidato:			
Número da Inscrição:		Cargo:	
Documento de Identidade:			
Órgão Expedidor com UF:		Data Expedição:	
CPF:	Título de Eleitor:	Zona:	Seção:
Data de nascimento:		Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	
Endereço residencial completo:		Nº:	Complemento:
Cidade:		UF:	CEP:
Telefone fixo: [ ]		Telefone Celular: [ ]	
E-mail:			
Filiação	Nome completo da mãe:		
	Nome completo do pai:		
<p>Eu, _____, acima qualificado(a), <b>VENHO REQUERER vaga especial como pessoa com deficiência</b>; <b>DECLARO</b> que possuo conhecimento das atribuições do cargo para o qual me inscrevo, bem como que tenho ciência de que minha deficiência deve ser compatível com as referidas atribuições do cargo para fins de posse, o que será confirmado quando dos exames médicos admissionais; <b>DECLARO</b> que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros e que estou ciente de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação, ou, ainda, que a não apresentação e/ou a apresentação dos documentos fora dos padrões, prazo e/ou forma solicitados implicará o indeferimento da solicitação; <b>DECLARO</b> que estou ciente de que, constatada falsidade em qualquer momento, poderei responder por crime contra a fé pública, nos termos da lei vigente, o que também acarretará minha eliminação deste certame. <b>Diante do exposto:</b></p> <p>( <input type="checkbox"/> ) Apresento <b>LAUDO MÉDICO</b> emitido há menos de um ano com CID.</p> <p>( <input type="checkbox"/> ) Apresento <b>LAUDO MÉDICO</b> o qual declara expressamente que se trata de <b>deficiência irreversível</b>, com CID, emitido em ____/____/____.</p>			
<b>DESCREVER OS DADOS ABAIXO COM BASE NO LAUDO MÉDICO:</b>			
Tipo de deficiência de que é portador:			
Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID:			
Nome do Médico Responsável pelo laudo:			

**ATENÇÃO:** Nos termos da legislação vigente, distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres não serão considerados como deficiência.

Nestes Termos,  
Espera Deferimento.

\_\_\_\_\_  
(Local)

\_\_\_\_\_  
(Data)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Candidato)

**ATENÇÃO SENHOR CANDIDATO:** Favor enviar este Requerimento, juntamente com os documentos necessários, nos termos do Capítulo IV deste edital, via SEDEX, para o endereço da Objetiva Concursos: Rua Casemiro de Abreu, 347, Bairro Rio Branco, Porto Alegre/RS, CEP 90420-001.



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 17 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**ANEXO II**  
**REQUERIMENTO - ATENDIMENTO ESPECIAL**

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame>

Nome completo do candidato:			
Número da Inscrição:		Cargo:	
Documento de Identidade:			
Órgão Expedidor com UF:		Data Expedição:	
CPF:	Título de Eleitor:	Zona:	Seção:
Data de nascimento:		Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	
Endereço residencial completo:		Nº:	Complemento:
Cidade:		UF:	CEP:
Telefone fixo: [ ]		Telefone Celular: [ ]	
E-mail:			
Filiação	Nome completo da mãe:		
	Nome completo do pai:		
<p>Eu, _____, acima qualificado(a) <b>VENHO REQUERER</b> atendimento especial no dia de realização das provas do Concurso Público, e, <b>DECLARO</b>, desde já, que preencho os requisitos necessários para deferimento da solicitação, que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros e que estou ciente de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação, ou, ainda, que a apresentação dos documentos fora dos padrões, prazo e forma solicitados, implicará indeferimento da solicitação. Declaro, ainda que estou ciente de que, constatada falsidade em qualquer momento, poderei responder por crime contra a fé pública, nos termos da lei vigente, o que também acarretará minha eliminação deste certame.</p>			
<b>MARCAR ABAIXO UM X AO LADO DO TIPO DE ATENDIMENTO ESPECIAL QUE NECESSITA</b>			
<input type="checkbox"/> Acessibilidade no local de provas (Candidato cadeirante).		<input type="checkbox"/> Prova com letra ampliada (Candidato com deficiência visual). Tamanho da fonte: _____	
<input type="checkbox"/> Acessibilidade no local de provas (Candidato com dificuldade de locomoção).		<input type="checkbox"/> Prova em Braille (Candidato com deficiência visual).	
<input type="checkbox"/> Auxílio para preenchimento do cartão de resposta (Candidato com deficiência visual).		<input type="checkbox"/> Sala para amamentação (Candidata lactante).	
<input type="checkbox"/> Auxílio para preenchimento do cartão de resposta (Candidato com deficiência motora que impeça o preenchimento do cartão).		<input type="checkbox"/> Tempo adicional (Candidato que apresentar parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, conforme Lei Federal 7853/89).	
<input type="checkbox"/> Intérprete de Libras (Candidato com deficiência auditiva).		<input type="checkbox"/> Outro (descrever): _____	
<input type="checkbox"/> Ledor (Candidato com deficiência visual).			
<p><b>ATENÇÃO:</b> Para o atendimento das condições solicitadas, verificar a obrigatoriedade de apresentação de <b>LAUDO MÉDICO</b> com <b>CID</b> emitido há menos de um ano, acompanhado deste requerimento preenchido. No caso de pedido de <b>tempo adicional</b>, é obrigatório <b>PARECER ORIGINAL</b> emitido por especialista da área de sua deficiência justificando sua necessidade junto a esse requerimento.</p>			
<p><b>Dados especiais para aplicação das PROVAS</b> (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário e/ou tratamento especial):</p>			

Nestes Termos,  
Espera Deferimento.

(Local)

(Data)

(Assinatura do Candidato)

**ATENÇÃO SENHOR CANDIDATO:** Favor enviar este Requerimento, juntamente com os documentos necessários, nos termos do Capítulo V deste edital, via SEDEX, para o endereço da Objetiva Concursos: Rua Casemiro de Abreu, 347, Bairro Rio Branco, Porto Alegre/RS, CEP 90420-001.



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 18 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**ANEXO III**  
**REQUERIMENTO DESEMPATE - CONDIÇÃO DE JURADO**

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame>

Nome completo do candidato:				
Número da Inscrição:		Cargo:		
Documento de Identidade:				
Órgão Expedidor com UF:		Data Expedição:		
CPF:	Título de Eleitor:	Zona:	Seção:	
Data de nascimento:		Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino		
Endereço residencial completo:			Nº:	Complemento:
Cidade:		UF:	CEP:	
Telefone fixo: [ ]		Telefone Celular: [ ]		
E-mail:				
Filiação	Nome completo da mãe:			
	Nome completo do pai:			
<p>Eu, _____, acima qualificado(a), <b>VENHO REQUERER</b> que, em caso de aprovação, restando empatado, haja preferência no critério de desempate pela condição de jurado (conforme Art. 440, Código de Processo Penal). <b>DECLARO</b>, desde já, que preencho os requisitos necessários para deferimento da solicitação, que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros e que estou ciente de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação, ou, ainda, que a apresentação dos documentos fora dos padrões, prazo e forma solicitados, implicará indeferimento da solicitação. Declaro, ainda que estou ciente de que, constatada falsidade em qualquer momento, poderei responder por crime contra a fé pública, nos termos da lei vigente, o que também acarretará minha eliminação deste certame. <b>Assim Sendo</b>, seguem anexos os documentos que comprovam essa condição.</p> <p>( ) <b>DECLARO</b> que tenho pleno conhecimento de que SOMENTE serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos expedidos pela Justiça Estadual e Federal do país, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do Art. 440 (Código de Processo Penal), a partir da entrada em vigor da Lei Federal nº 11.689/08.</p>				

Nestes Termos,  
Espera Deferimento.

\_\_\_\_\_  
 (Local) (Data) (Assinatura do Candidato)

**ATENÇÃO SENHOR CANDIDATO:** Favor enviar este Requerimento, juntamente com os documentos necessários, nos termos do Capítulo X deste edital, via SEDEX, para o endereço da Objetiva Concursos: Rua Casemiro de Abreu, 347, Bairro Rio Branco, Porto Alegre/RS, CEP 90420-001.



*Seriedade e ética:*  
*Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 19 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**ANEXO IV**  
**REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame>

Nome completo do candidato:			
Número da Inscrição:		Cargo:	
Documento de Identidade:			
Órgão Expedidor com UF:		Data Expedição:	
CPF:	Título de Eleitor:	Zona:	Seção:
Data de nascimento:		Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	
Endereço residencial completo:		Nº:	Complemento:
Cidade:		UF:	CEP:
Telefone fixo: [ ]		Telefone Celular: [ ]	
E-mail:			
Filiação	Nome completo da mãe:		
	Nome completo do pai:		
<p>Eu, _____, acima qualificado, <b>VENHO REQUERER ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO</b> ____/____/____, do _____ <b>[LOCAL]</b>, nos termos da Lei Municipal _____, para:</p> <p><b>[SENHOR CANDIDATO, FAVOR PREENCHER ACIMA O TIPO DE SITUAÇÃO QUE LHE DÁ DIREITO A ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO]. DECLARO</b>, desde já, que preencho os requisitos necessários para deferimento da solicitação, que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros e que estou ciente de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação, ou, ainda, que a apresentação dos documentos fora dos padrões, prazo e forma solicitados, implicará indeferimento da solicitação. Declaro, ainda que estou ciente de que, constatada falsidade em qualquer momento, poderei responder por crime contra a fé pública, nos termos da lei vigente, o que também acarretará minha eliminação deste certame.</p>			

Nestes Termos,  
Espera Deferimento.

\_\_\_\_\_  
(Local)

\_\_\_\_\_  
(Data)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Candidato)

**ATENÇÃO SENHOR CANDIDATO:** Favor proceder conforme exigido no Capítulo III deste edital.



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 20 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**ANEXO V**  
**FORMULÁRIO DE RELAÇÃO DE TÍTULOS**

**EDITAL \_\_\_\_/20\_\_\_\_ - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame; Leia atentamente o Capítulo correspondente à Prova de Títulos para preencher este formulário>

DADOS PESSOAIS				
Cargo:				
Nome completo do candidato:				
Número da Inscrição:		Documento de Identidade:		
<b>Possui alteração de nome?</b> <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	<b>Documento(s) enviado(s) para a comprovação do nome do candidato:</b> (Marque com <b>X</b> no(s) espaço(s) correspondente(s) ao(s) documento(s) entregue(s) para a comprovação do nome) <input type="checkbox"/> Cópia do documento de identidade/RG. <input type="checkbox"/> Cópia da certidão de casamento, separação, averbação no registro civil etc. <input type="checkbox"/> Outro: _____			
<b>ORIENTAÇÕES</b>	<b>Relação de documentos enviados/anexados a este Formulário</b> <b>1º passo:</b> Liste nas linhas abaixo todos os títulos/cursos/certificados enviados (inclusive a escolaridade/requisito do cargo), conforme o exemplo em vermelho, de forma clara e objetiva, utilizando uma linha para cada título. (Os títulos apresentados para suprir a escolaridade/requisito ou utilizado pela Banca Avaliadora para supri-los <b>NÃO</b> receberão pontuação). Caso necessite de mais linhas para listar seus títulos, imprima outro formulário e continue o preenchimento. <b>2º passo:</b> Após listar o título, <b>numere o documento físico correspondente</b> com o número que consta na linha.		<b>BANCA AVALIADORA</b> <b>NOTA:</b>	
			<b>Avaliação:</b>	<b>Revisão:</b>
	<i>Ex: Pós-Graduação lato sensu em Informática Educativa - Universidade</i>			
	1			
	2			
	3			
	4			
	5			
	6			
	7			
8				
9				
10				
<b>REGISTROS (BANCA AVALIADORA):</b>				
Eu, _____, acima qualificado, <b>DECLARO</b> , para os devidos fins, que li e estou ciente e de pleno acordo com as normas contidas no Edital de Abertura das Inscrições e demais publicações e assumo total responsabilidade pelos documentos apresentados e pelas informações prestadas neste formulário.				

Local

Data

Assinatura do candidato



PREENCHA OS DADOS ABAIXO, DESTAQUE ESTE CANHOTO E COLE NA PARTE EXTERNA DO ENVELOPE DE ENTREGA DOS TÍTULOS

**CONCURSO PÚBLICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ - MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**

Nº da inscrição:	<b>BANCA AVALIADORA</b>	<b>NOTA:</b>
Cargo:		
Nome do candidato:		



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 21 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**ANEXO VI - DESCRITIVO DAS ATRIBUIÇÕES**

**PROFESSOR (TODOS):** Exemplos de Atribuições: Ministrar aulas e orientar a aprendizagem do aluno; elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; avaliar o desempenho do aluno atribuindo-lhe notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os serviços de orientação e supervisão escolar; promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de reuniões, conselhos de classe, atividades cívicas e outras; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino emanado do órgão superior competente e fornecer dados e apresentar relatório de suas atividades compatíveis com o cargo.

**ANEXO VII - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

**ATENÇÃO CANDIDATO!**

**(A)** Em todas as provas, quando da citação de legislação, ainda que não mencionadas, devem ser consideradas as emendas e/ou alterações da legislação com entrada em vigor até a data do início das inscrições. Ainda, considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados; **(B)** Na Prova de Português será exigida a norma ortográfica atualmente em vigor.

**PORTUGUÊS**

**PARA TODOS OS CARGOS**

**Conteúdos:** 1) Compreensão, interpretação, estruturação e articulação de textos; significado contextual de palavras e expressões; vocabulário. 2) Ortografia e acentuação. 3) Classes, formação e emprego das palavras. 4) Significação das palavras: sinônimas, antônimas e homônimas. 5) Colocação pronominal. 6) A oração e seus termos. 7) O período e sua construção: coordenação e subordinação. 8) Flexão nominal e verbal. 9) Emprego de tempos, modos e vozes verbais. 10) Concordância nominal e verbal. 11) Regência nominal e verbal. 12) Ocorrência de crase. 13) O uso dos porquês. 14) Pontuação. 15) Figuras de estilo e vícios de linguagem.

**MATEMÁTICA**

**PARA TODOS OS CARGOS**

**Conteúdos:** 1) Conjuntos Numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais - propriedades, operações, representação geométrica. 2) Equações: 1º grau, 2º grau. 3) Funções: função polinomial do 1º grau, função polinomial do 2º grau, função exponencial, função logarítmica. 4) Sequências numéricas: progressão aritmética (PA) e progressão geométrica (PG). 5) Sistemas lineares. 6) Análise Combinatória. 7) Probabilidade. 8) Estatística. 9) Matemática Financeira: juros simples e compostos, descontos, taxas proporcionais. 10) Razão e proporção, regra de três, porcentagem, taxas de acréscimo e decréscimos, taxa de lucro ou margem sobre o preço de custo e sobre o preço de venda. 11) Geometria Plana: unidades de medidas, perímetro e área. Teoremas de Tales e Pitágoras. 12) Geometria Espacial: unidades de medidas, áreas e volume. 13) Raciocínio lógico. 14) Aplicação dos conteúdos anteriormente listados em situações cotidianas.

**LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**PARA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Conteúdos:** 1) Desenvolvimento infantil. 2) Organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. 3) A organização do espaço na Educação Infantil. 4) Rotinas na Educação Infantil. 5) Projetos pedagógicos e planejamento para o trabalho em Educação Infantil. 6) Avaliação na Educação Infantil. 7) Teorias educacionais. 8) Concepções Pedagógicas. 9) Grafismo. 10) Desenho infantil. 11) Limites, Disciplina e Comportamento Infantil. 12) Psicomotricidade. 13) Prática Educativa. 14) O lúdico como instrumento de aprendizagem. 15) O jogo e o brincar. 16) Sexualidade. 17) Educação Especial e Educação Inclusiva. 18) Formação de Professores. 19) Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. 20) Linguagens e Linguagens Geradoras. 21) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 22) Práticas promotoras de igualdade racial. 23) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 24) Educação das Relações Étnico-Raciais. 25) Educação para Todos. 26) Diretrizes Curriculares Nacionais. 27) Legislação. **Didática da Matemática:** 1) O jogo e o ensino de Matemática. 2) O Ensino e Aprendizagem da Matemática e Suas Implicações Teóricas. 3) A Compreensão dos Conceitos Matemáticos pelas Crianças. 4) A Construção do Conhecimento Matemático. 5) Práticas pedagógicas.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 232).
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município.**
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010**, aprovado em 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Brinquedos e Brincadeiras de Creches:** manual de orientação pedagógica. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial.** São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT; Instituto Avisa Lá - Formação Continuada de Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: SECAD.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Vol. I, II e III.
- ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva.** Cortez Editora.
- ALVES, E. M. S. **A Ludicidade e o Ensino de Matemática:** uma prática possível. Papirus.



*Seriedade e ética:  
Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 22 de 26**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



- ANTUNES, C. **As Inteligências Múltiplas e seus Estímulos**. Papyrus.
- BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Artmed.
- BARBOSA, M. C. S. **Por Amor e Por Força**: rotinas na educação infantil. Artmed.
- BOYNTON, M.; BOYNTON, C. **Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- CARDOSO, M. S. **Educação Inclusiva e Diversidade**: uma prática educativa junto a alunos com necessidades especiais. Redes.
- CARREIRA, D. **Indicadores da Qualidade na Educação**: relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa.
- CASTORINA, J. A. et al. **Piaget e Vygotsky**: novas contribuições para o debate. Editora Ática.
- CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M. (Org.). **Interação Escola-Família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC.
- CERQUETTI-ABERKANE, F.; BERDONNEAU, C. **O Ensino da Matemática na Educação Infantil**. Artmed.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Artmed.
- CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. S. **Educação Infantil**: pra que te quero?. Artmed.
- CRAIDY, C. M. (Org.). **Convivendo com Crianças de 0 a 6 Anos**. Editora Mediação.
- CUNHA, S. R. V. da (Org.). **Cor, Som, Movimento**: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Editora Mediação. (Cadernos Educação Infantil)
- FONSECA, V. da. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem**. Artmed.
- FONSECA, V. da. **Educação Especial**: programa de estimulação precoce, uma introdução às ideias de Feuerstein. Artmed.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.
- GIANCATERINO, R. **Escola, Professor, Aluno**. Madras.
- GIGANTE, A. M. B.; SANTOS, M. B. dos. **Práticas Pedagógicas em Matemática**: espaço, tempo e corporeidade. Edelbra.
- GONZALEZ-MENA, J. **Fundamentos da Educação Infantil**: ensinando crianças em uma sociedade diversificada. AMGH.
- GREIG, P. A. **Criança e seu Desenho**: o nascimento da arte e da escrita. Artmed.
- HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção de pré-escola à universidade. Editora Mediação.
- HOFFMANN, J. **Avaliação na Pré-Escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Editora Mediação.
- HORN, M. G. S. **Sabores, Cores, Sons, Aromas**: a organização dos espaços na educação infantil. Artmed.
- JUNQUEIRA FILHO, G. A. **Linguagens Geradoras**: seleção e articulação de conteúdos em educação infantil. Editora Mediação.
- KISHIMOTO, T. M.; OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. **Em Busca da Pedagogia da Infância**: pertencer e participar. Penso.
- LORENZATO, S. **Educação Infantil e Percepção Matemática**. Autores Associados.
- MACEDO, L. de. **Ensaios Pedagógicos**: como construir uma escola para todos?. Artmed.
- MACEDO, L. de; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar. Artmed.
- MACHADO, P. B. **Comportamento Infantil**: estabelecendo limites. Editora Mediação.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? por quê? como fazer?. Editora Moderna.
- MANTOVANI, M. **Quando é Necessário Dizer Não!**. Paulinas.
- MARINHO, H. R. B. (Org.). **Pedagogia do Movimento**: universo lúdico e psicomotricidade. Ibpex.
- MATTOS, R. A. de. **História e Cultura Afro-Brasileira**. Editora Contexto.
- MÉRÉDIEU, F. de. **O Desenho Infantil**. Cultrix.
- MINGUET, P. A. (Org.). **A Construção do Conhecimento na Educação**. Artmed.
- MOYLES, J. R. **Só Brincar?** opapel do brincar na educação infantil. Artmed.
- MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- OLIVEIRA, Z. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. Cortez Editora.
- PANIZZA, M. et al. **Ensinar Matemática na Educação Infantil e nas Séries Iniciais**: análise e propostas. Artmed.
- PERRENOUD, P. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Artmed.
- PIÑÓN, A.; FUNARI, P. P. **A Temática Indígena na Escola**: subsídios para os professores. Editora Contexto.
- REIS, S. M. G. dos. **A Matemática no Cotidiano Infantil**: jogos e atividades com crianças de 3 a 6 anos para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático. Papyrus.
- SEQUEIROS, L. **Educar para a Solidariedade**: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Artmed.
- SMOLE, K. S. **A Matemática na Educação Infantil**: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Artmed.
- SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. **Resolução de Problemas**. Artmed. (Coleção Matemática de 0 a 6 Anos)
- SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. **Figuras e Formas**. Artmed. (Coleção Matemática de 0 a 6 Anos)
- STOBÁUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. **Educação Especial**: em direção à educação inclusiva. EDIPUCRS.
- SUKIENNIK, P. B. (Org.). **O Aluno Problema**: transtornos emocionais de crianças e adolescentes. Mercado Aberto.
- VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da Aprendizagem**: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad.
- VYGOTSKY, L. S. **Formação Social da Mente**. Martins Fontes.
- ZABALA, A. **A Prática Educativa**: como ensinar. Artmed.
- ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil**. Artmed.

**PARA PROFESSOR DE SÉRIES/ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA**

**Conteúdo 1:** 1) O Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e Planejamento de Aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da Aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso Escolar. 11) A Prática Educativa. 12) Formação de Professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 21) Educação das Relações Étnico-Raciais. 22) Legislação.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 232).
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município**.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 23 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010**, aprovado em 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos**: orientações gerais. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Jovens de 15 a 17 Anos no Ensino Fundamental**. Caderno de Reflexões. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD.
- ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. Cortez Editora.
- BOYNTON, M.; BOYNTON, C. **Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- CARDOSO, M. S. **Educação Inclusiva e Diversidade**: uma prática educativa junto a alunos com necessidades especiais. Redes.
- CARREIRA, D. **Indicadores da Qualidade na Educação**: relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa.
- CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M. (Org.). **Interação escola-família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Vol. 3. Artmed.
- DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Autores Associados.
- DEMO, P. **Ser Professor**: é cuidar que o aluno aprenda. Editora Mediação.
- DURANTE, M. **Alfabetização de Adultos**: leitura e produção de textos. Artes Médicas.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.
- GADOTTI, M. **História das Ideias Pedagógicas**. Ática.
- GIANCATERINO, R. **Escola, Professor, Aluno**. Madras.
- HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. Artmed.
- HOFFMANN, J. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Editora Mediação.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. Cortez Editora.
- MACEDO, L. de. **Ensaio Pedagógico**: como construir uma escola para todos?. Artmed.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer?. Moderna.
- MATTOS, R. A. de. **História e Cultura Afro-brasileira**. Editora Contexto.
- MINGUET, P. A. (Org.). **A Construção do Conhecimento na Educação**. Artmed.
- MORIN, E. **A Cabeça Bem-Feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Bertrand.
- MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Cortez Editora.
- MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- OUTEIRAL, J. **Adolescer**: estudos revisados sobre a adolescência. Revinter.
- PERRENOUD, P. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Artmed.
- PIÑÓN, A.; FUNARI, P. P. **A Temática Indígena na Escola**: subsídios para os professores. Editora Contexto.
- Qualquer material que contemple os conteúdos acima citados.
- SACRISTÁN, J. C.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e Transformar o Ensino**. Artmed.
- SEQUEIROS, L. **Educar para a Solidariedade**: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Artmed.
- SILVA, T. T. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Autêntica.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Artmed.
- SUKIENNIK, P. B. (Org.). **O Aluno Problema**: transtornos emocionais de crianças e adolescentes. Mercado Aberto.
- VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da Aprendizagem**: práticas de mudança por uma prática transformadora. Libertad.
- WEISZ, T.; SANCHEZ, A. **O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem**. Editora Ática.
- ZABALA, A. **A Prática Educativa**: como ensinar. Artmed.

**Conteúdo 2:** 1) Conjuntos Numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais - propriedades, operações, representação geométrica, divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum. 2) Equações e inequações: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica. 3) Funções: função polinomial do 1º grau, função polinomial do 2º grau, função exponencial, função logarítmica, funções trigonométricas. 4) Trigonometria: triângulo retângulo, triângulos quaisquer, ciclo trigonométrico, relações entre arcos, equações e inequações. 5) Sequências numéricas: progressão aritmética e progressão geométrica. 6) Matriz, determinante e sistemas lineares. 7) Análise Combinatória. 8) Probabilidade. 9) Estatística. 10) Matemática Financeira: juros simples e compostos, descontos, taxas proporcionais; razão e proporção, regra de três, porcentagem, taxas de acréscimo e decréscimo, taxa de lucro ou margem sobre o preço de custo e sobre o preço de venda. 11) Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, círculo, circunferência, polígonos regulares inscritos e circunscritos. Propriedades, perímetro e área. 12) Geometria Espacial: poliedros, prismas, pirâmide, cilindro, cone e esfera. Elementos, classificação, áreas e volume. 13) Geometria Analítica: ponto, reta e circunferência. 14) Cônicas: elipse, hipérbole, parábola. 15) Números Complexos. 16) Polinômios e Equações Algébricas. 17) Cálculo diferencial e integral de funções de uma variável: limite, derivada e integral. Cálculo e aplicações. 18) Raciocínio lógico. 19) Aplicação dos conteúdos anteriormente listados em situações cotidianas. 20) Parâmetros Curriculares Nacionais.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Matemática**. Brasília: MEC/SEF.
- Qualquer material que contemple os conteúdos acima citados.

**PARA PROFESSOR SÉRIES/ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**Conteúdos: Legislação e Didática geral:** 1) Infância: Educação e Sociedade. 2) Desenvolvimento da Criança. 3) Concepções Pedagógicas. 4) Teorias Educacionais. 5) Planejamento Pedagógico. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) O Lúdico como Instrumento de Aprendizagem. 9) A Importância do Jogo na Aprendizagem. 10) Fracasso Escolar. 11) Grafismo. 12) Limites, Disciplina e Comportamento Infantil. 13) Psicomotricidade. 14) Prática Educativa. 15) Formação de Professores. 16) Educação Especial e Educação Inclusiva. 17) Sexualidade. 18) Dificuldades de Aprendizagem. 19) Alfabetização. 20) Educação de Jovens e Adultos. 21) Cidadania. 22) Parâmetros Curriculares Nacionais. 23) Ensino Fundamental de Nove Anos. 24) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 25) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 26) Educação das Relações Étnico-Raciais. 27) Educação para Todos. 28) Diretrizes Curriculares Nacionais. 29) Legislação. **Didática da Matemática:** 1) O jogo e o ensino de Matemática. 2) O Ensino e Aprendizagem da Matemática e Suas Implicações Teóricas. 3) A Compreensão dos Conceitos Matemáticos pelas Crianças. 4) A Construção do Conhecimento Matemático. 5) Princípios de Aprendizagem. 6) Práticas pedagógicas. 7) O Conceito de Numeralização. 8) Ensino da Aritmética, de Frações e da Geometria.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social -



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 24 de 26**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



Art. 193 a 232).

- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município**.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.
  
- BRASIL. Ministério da Educação. **A Criança de 6 anos, a Linguagem Escrita e o Ensino Fundamental de Nove Anos**: orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade. Belo Horizonte.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos**: orientações gerais. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, Estação Gráfica.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD.
- BRASIL. **Parcer CNE/CP nº 003/2004**, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. **Parcer CNE/CEB nº 7/2010**, aprovado em 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Ensino de primeira a quarta série. Brasília: MEC/SEF.
  
- ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. Cortez Editora.
- ALVES, E. M. S. **A Lucidade e o Ensino de Matemática**: uma prática possível. Papirus.
- ANTUNES, C. **As Inteligências Múltiplas e seus Estímulos**. Papirus.
- BOYNTON, M.; BOYNTON, C. **Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- CARDOSO, M. S. **Educação Inclusiva e Diversidade**: uma práxis educativa junto a alunos com necessidades especiais. Redes Editora.
- CARREIRA, D. **Indicadores da Qualidade na Educação**: relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa.
- CARRETERO, M. **Construir e Ensinar**: as Ciências Sociais e a História. Artmed.
- CASTORINA, J. A. et al. **Piaget e Vygotsky**: novas contribuições para o debate. Editora Ática.
- CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M. (Org.). **Interação escola-família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Vol. 3. Artmed.
- DALLA ZEN, M. I. H.; XAVIER, M. L. M. (Org.). **Alfabetizar**: fundamentos e práticas. Editora Mediação.
- DURANTE, M. **Alfabetização de Adultos**: leitura e produção de textos. Artes Médicas.
- FERREIRO, E. **Reflexões sobre Alfabetização**. Cortez Editora.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Artmed.
- FONSECA, V. da. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem**. Artmed.
- FONSECA, V. da. **Educação Especial**: programa de estimulação precoce, uma introdução às ideias de Feuerstein. Artmed.
- FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. Cortez Editora.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.
- GIANCATERINO, R. **Escola, Professor, Aluno**. Madras.
- GIGANTE, A. M. B.; SANTOS, M. B. dos. **Práticas Pedagógicas em Matemática**: espaço, tempo e corporeidade. Edelbra.
- GOLBERT, C. S. **Matemática nas Séries Iniciais**: o sistema decimal de numeração. Editora Mediação.
- GOLBERT, C. S. **Novos Rumos na Aprendizagem da Matemática**. Editora Mediação.
- GREIG, P. **A Criança e seu Desenho**: o nascimento da arte e da escrita. Artmed.
- HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. Artmed.
- HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção de pré-escola à universidade. Editora Mediação.
- HOFFMANN, J. **Avaliação Mito e Desafio**. Editora Mediação.
- HOFFMANN, J. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Editora Mediação.
- KAMII, C. **A Criança e o Número**. Papirus.
- KISHIMOTO, T. M.; OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. **Em Busca da Pedagogia da Infância**: pertencer e participar. Penso.
- LIPPMANN, L. **Ensino da Matemática**. IESDE Brasil.
- MACEDO, L. de; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Artmed.
- MACEDO, L. de. **Ensaios Pedagógicos**: como construir uma escola para todos?. Artmed.
- MALDANER, A. **Educação Matemática**: fundamentos teórico-práticos para professores dos anos iniciais. Editora Mediação.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer?. Editora Moderna.
- MARINHO, H. R. B. (Org.). **Pedagogia do Movimento**: universo lúdico e psicomotricidade. Ibpex.
- MATTOS, R. A. de. **História e Cultura Afro-brasileira**. Editora Contexto.
- MINGUET, P. A. (Org.). **A Construção do Conhecimento na Educação**. Artmed.
- MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Cortez Editora.
- MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- PANIZZA, M. et al. **Ensinar Matemática na Educação Infantil e nas Séries Iniciais**: análise e propostas. Artmed.
- PERRENOUD, P. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Artmed.
- PINÓN, A.; FUNARI, P. P. **A Temática Indígena na Escola**: subsídios para os professores. Editora Contexto.
- RANGEL, A. C. **Educação Matemática e a Construção do Número pela Criança**. Artmed.
- SEQUEIROS, L. **Educar para a Solidariedade**: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Artmed.
- SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. **Ler, Escrever e Resolver Problemas**. Artmed.
- SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. **Cadernos do Mathema: Ensino Fundamental: Jogos de Matemática de 1º a 5º ano**. Artmed.
- SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. Editora Contexto.
- STOBÁUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. **Educação Especial**: em direção à educação inclusiva. EDIPUCRS.
- SUKIENNIK, P. B. (Org.). **O Aluno Problema**: transformos emocionais de crianças e adolescentes. Mercado Aberto.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 25 de 26**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**CONCURSO PÚBLICO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



- TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. **Aprender a Ler e a Escrever**: uma proposta construtivista. Artmed.
- VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da Aprendizagem**: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad.
- VYGOTSKY, L. S. **Formação Social da Mente**. Martins Fontes.
- WEISZ, T.; SANCHEZ, A. **O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem**. Editora Ática.
- ZABALA, A. **A Prática Educativa**: como ensinar. Artmed.

**ANEXO VIII- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

**OBS.:** Este cronograma tem caráter orientador, podendo ter suas datas alteradas em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da Comissão responsável por acompanhar a elaboração do edital e a execução contratual, em conformidade com a Objetiva Concursos, garantida a publicidade legal nos meios de comunicação definidos nas Disposições Preliminares deste edital.

DATA	EVENTOS
De 31/10 a 22/11/2019	Período de Inscrições
31/10 e 01/11/2019	Período para os interessados em obter isenção da taxa de inscrição realizarem sua inscrição e efetuarem, o upload dos documentos necessários - <b>Até 23h59min</b>
31/10 e 01/11/2019	Período para os interessados em obter a isenção da taxa de inscrição realizarem sua inscrição
01/11/2019	Data limite para entrega de documentos para requerimento da isenção da taxa de inscrição <b>(ver horário estabelecido no Capítulo III deste edital)</b>
08/11/2019	Divulgação do resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição
11, 12 e 13/11/2019	Período para interposição de recursos das isenções
22/11/2019	Divulgação do resultado dos recursos de isenção da taxa de inscrição e prazo para pagamento
25/11/2019	<b>Último dia para efetuar o Pagamento do Boleto Bancário</b> (o pagamento deve ser processado pelo sistema bancário até essa data)
25/11/2019	Último dia para envio dos documentos para Pessoas com Deficiência, atendimento especial ou condição de Jurado – <b>VIA SEDEX POSTADO ATÉ 17H</b>
10/12/2019	Divulgação da homologação das inscrições e Convocação para a Prova Objetiva
11, 12 e 13/12/2019	Período para interposição de recursos das inscrições
20/12/2019	Divulgação do resultado dos recursos das inscrições e convocação para a Prova Objetiva (data, local e horário)
22/12/2019	<b>Aplicação da Prova Objetiva</b>
23/12/2019	Divulgação do Gabarito Preliminar (a partir das 14h)
24, 26 e 27/12/2019	Período para interposição de recursos do Gabarito Preliminar e vista de Prova Padrão
27/12/2019	Ato Público de Leitura dos Cartões de Resposta (na Objetiva Concursos)
13/01/2020	Divulgação do Gabarito Definitivo e das notas da Prova Objetiva
14, 15 e 16/01/2020	Período para interposição de recursos das notas da Prova Objetiva
23/01/2020	Divulgação do resultado dos recursos de notas da Prova Objetiva e convocação para a Prova de Títulos
24, 27 e 28/01/2020	<b>Período de entrega de Títulos</b>
07/02/2020	Divulgação das notas da Prova de Títulos
10, 11 e 12/02/2020	Período para interposição de recursos das notas da Prova de Títulos
20/02/2020	Divulgação do resultado dos recursos de notas da Prova de Títulos e convocação para Ato Público de sorteio de desempate <b>(se necessário)</b>
21/02/2020	Ato Público de sorteio de desempate <b>(se necessário)</b>
A definir	Classificação Final

# É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar o cronograma e as publicações oficiais referentes ao andamento deste certame, nos meios definidos nas Disposições Preliminares deste edital.



*Seriedade e ética:  
 Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 26 de 26**

**EDITAL SELETIVO SIMPLIFICADO EDUCAÇÃO 01/2019**

Publicação Nº 2214785

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE NAVEGANTES****PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
001/2019**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**EDITAL 033/2019 - ABERTURA DAS INSCRIÇÕES**

O **Município de Navegantes/SC**, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **Emílio Vieira**, de acordo com o extrato publicado no **Diário Catarinense** e no **Diário Oficial do Município** em **31/10/2019**, TORNA PÚBLICA realização de **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** o qual visa contratação, por prazo determinado, sob o Regime Administrativo Especial.

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

I - Este edital e seus anexos dispõem sobre o regramento do presente certame, o qual será executado pela **Objetiva Concursos** em conformidade com as disposições legais vigentes, sob a fiscalização da **Comissão de Coordenação e Fiscalização Comissão responsável por acompanhar a elaboração do edital e a execução contratual**, instituída pela Portaria 2746/19. É única e exclusiva responsabilidade do candidato seguir estritamente as instruções contidas neste edital, bem como acompanhar o cronograma e as publicações oficiais referentes ao andamento deste certame, conforme abaixo disposto:

a) Qualquer legislação citada ao longo deste documento deve ser considerada conjuntamente às alterações com entrada em vigor até a data de publicação deste edital, ainda que não mencionadas;

b) A publicidade oficial deste certame, até a homologação final, dar-se-á através do **Painel de Publicações da Prefeitura Municipal**, dos sites [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) e [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br), e/ou, ainda, a critério da **Comissão responsável por acompanhar a elaboração do edital e a execução contratual**, do **Diário Catarinense**, disponível no site [diariocatarinense-pl.presslab.com.br](http://diariocatarinense-pl.presslab.com.br), onde, ao longo do certame, poderão ser publicados extratos e/ou editais;

c) O certame seguirá o Cronograma de Execução, **Anexo VIII** deste edital. As datas ora definidas poderão sofrer alteração em virtude da necessidade de ajustes operacionais, garantida a publicidade legal nos meios de comunicação acima estipulados, não cabendo quaisquer alegações de prejuízo e/ou solicitações de ressarcimento, exceto nos casos específicos previstos neste edital;

d) A fim de evitar ônus desnecessários, todos os interessados em participar deste certame deverão obrigatoriamente realizar a leitura integral e acurada deste edital e seus anexos antes de se inscrever e efetuar o pagamento da taxa de inscrição, sendo sua total e exclusiva responsabilidade conhecer todas as normas e condições ora estabelecidas, uma vez que, por força do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a realização da inscrição e o pagamento da taxa de inscrição implicam conhecimento e aceitação tácita dos termos editalícios, descabendo quaisquer alegações de desconhecimento e/ou discordância do regramento em tela;

e) Em atenção aos princípios da publicidade e transparência que regem todos os atos da Administração Pública, salienta-se que a concretização da inscrição representa ciência e consentimento, tácitos do candidato, quanto à publicação de seus dados (nome, número de inscrição, condição de cotista, etc.) e resultados (pontuação, classificação e demais dados referentes às suas provas) nos meios acima referidos. Cumpre salientar que somente serão publicadas informações estritamente necessárias ao certame em tela, ao passo que a concretização da inscrição configura renúncia, por parte do candidato, à proteção de dados, descabendo quaisquer solicitações de exclusão dessas informações da publicidade oficial do certame;

f) As informações prestadas e/ou a apresentação de quaisquer documentos necessários exigidos por este edital, em qualquer momento do certame, são de inteira e total responsabilidade do candidato e só terão validade para este certame;

g) A constatação de irregularidade e/ou falsidade nas informações prestadas e/ou nos documentos apresentados pelo candidato, ainda que verificada posteriormente à contratação, acarretarão na sua eliminação do certame, ou, ainda, anulação do seu ato de contratação/termo de posse, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal por crime contra a fé pública;

h) Durante todo o curso deste certame, é assegurado ao candidato o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos termos do **Capítulo IX** deste edital;

i) Todos os horários definidos neste edital, seus anexos e demais publicações oficiais referentes ao andamento deste certame têm como referência o Horário de Brasília-DF. Todas as publicações oficiais previstas serão realizadas dentro do horário compreendido entre **9h e 18h** da data prevista no Cronograma de Execução deste edital;

j) Durante toda a execução do certame os candidatos poderão ainda esclarecer suas dúvidas através do endereço eletrônico [www.objetivas.com.br/fale-conosco](http://www.objetivas.com.br/fale-conosco) ou pelo telefone (51) 3335-3370, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das **9h às 11h30min** e das **13h às 17h30min**, **impreterivelmente**. **Cumprir enfatizar que não serão fornecidas informações que já constem expressamente dos editais**;

II – O **Município** e a **Objetiva Concursos** não se responsabilizam por erros de preenchimento de dados, por quaisquer solicitações não recebidas por motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 2 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



linhas de comunicação, erro, extravio ou atraso dos Correios, erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados e/ou envio, por meio digital (se for o caso), de documentos, exceto aos que, comprovadamente, derem causa. As despesas de deslocamento e estadia efetuadas pelos candidatos em razão deste certame, independentemente das circunstâncias, são única e exclusiva responsabilidade dos candidatos, não cabendo quaisquer alegações de prejuízo e/ou solicitações de ressarcimento.

**III - Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão responsável por acompanhar a elaboração do edital e a execução contratual em conjunto com a Objetiva Concursos.**

**CAPÍTULO I – DAS ESPECIFICAÇÕES DAS FUNÇÕES TEMPORÁRIAS**

1.1. Com o respeito à ordem de classificação, bem como ao percentual de vagas reservadas (pessoas com deficiência), conforme Capítulo IV deste edital, este certame destina-se à contratação temporária, conforme segue:

**1.1.1 - Tabela de funções:**

Funções	Vagas (1)	Escolaridade e/ou outros requisitos exigidos para a função temporária na contratação	Carga Horária Semanal	Salário Outubro/ 2019 R\$ (2)	Valor de Inscrição R\$
Agente de Educação	CR	a) Ensino Médio completo; e b) Ter ou estar participando de formação continuada em educação especial de no mínimo 80 horas. (4)	20h 30h 40h	1.102,15 1.653,24 2.204,31	50,00
Agente de Serviços Gerais	CR	Ensino Fundamental completo.	40h	1.199,56	30,00
Especialista em Assuntos Educacionais - Orientação Escolar	CR	a) Pedagogia com habilitação em Orientação Escolar; ou b) Pedagogia ou Normal Superior e Pós-Graduação em nível de Especialização com habilitação em Orientação Escolar. c) Licenciatura, de Graduação Plena, Pós-Graduação em nível de Especialização com habilitação em Orientação Escolar.	40h (5)	3.453,78	70,00
Especialista em Assuntos Educacionais - Supervisão Escolar	CR	a) Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar; ou b) Pedagogia ou Normal Superior e Pós-Graduação em nível de Especialização com habilitação em Supervisão Escolar. c) Licenciatura, de Graduação Plena, Pós-Graduação em nível de Especialização com habilitação em Supervisão Escolar.	40h (5)	3.453,78	70,00
Instrutor de Informática	CR	Ensino Médio completo e cursos de formação na área de informática de no mínimo 80 horas. (4)	20h (5) 40h (5)	937,17 1.874,37	50,00
Intérprete de Libras	CR	a) Ensino Médio com Proficiência em Interpretação em Libras ou Certificado de curso de Formação Continuada em Libras ou Oficina de Interpretação em Libras, ambos os cursos com carga horária mínima de 80 horas; (2) ou b) Bacharelado em Letras - Libras.	20h 40h	1.102,15 2.204,31	50,00
Monitor de Educação Infantil	CR	Ensino Médio completo.	30h (5)	1.199,56	50,00
Monitor de Transporte Escolar	CR	Ensino Médio completo.	30h (5)	1.199,56	50,00
Professor – Séries/Anos Iniciais do Ensino Fundamental	CR	<b>HABILITADO:</b> a) Pedagogia com habilitação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental; <b>MAGISTÉRIO:</b> c) Habilitação mínima em Curso de Nível Médio, na modalidade Normal.	20h (5)	1.598,96 1.294,17	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> a) Pedagogia com habilitação em Séries Iniciais do Ensino Fundamental; <b>MAGISTÉRIO:</b> c) Habilitação mínima em Curso de Nível Médio, na modalidade Normal.	40h (5)	3.197,92 2.588,34	70,00
Professor de Educação Infantil	CR	<b>HABILITADO:</b> a) Pedagogia com habilitação em Educação Infantil; <b>MAGISTÉRIO:</b>	20h (5)	1.598,96 1.294,17	70,00



**Objetiva**  
CONCURSOS

*Seriedade e ética:  
Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 3 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



		c) Habilitação mínima em Curso de Nível Médio, na modalidade Normal.			
	CR	<b>HABILITADO:</b> a) Pedagogia com habilitação em Educação Infantil; <b>MAGISTÉRIO:</b> c) Habilitação mínima em Curso de Nível Médio, na modalidade Normal.	40h <sup>(5)</sup>	3.197,92 2.588,34	70,00
Professor de Sala de Recursos Multifuncionais	CR	a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior, com especialização em Educação Especial; ou b) Licenciatura Plena em Pedagogia e Cursos de Formação Continuada em Educação Especial.	20h <sup>(5)</sup> 40h <sup>(5)</sup>	1.598,96 3.197,92	70,00
Professor de Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental – ARTES	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	10h <sup>(5)</sup>	799,48 511,66	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	20h <sup>(5)</sup>	1.598,96 1.023,33	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	30h <sup>(5)</sup>	2.398,44 1.535,00	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	40h <sup>(5)</sup>	3.197,92 2.046,67	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	10h <sup>(5)</sup>	799,48 511,66	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	20h <sup>(5)</sup>	1.598,96 1.023,33	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	10h <sup>(5)</sup>	799,48 511,66	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	20h <sup>(5)</sup>	1.598,96 1.023,33	70,00



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 4 de 46**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



		<b>a)</b> Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> <b>b)</b> Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> <b>c)</b> Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.			
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> <b>a)</b> Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> <b>b)</b> Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> <b>c)</b> Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	30h <sup>(5)</sup>	2.398,44  1.535,00	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> <b>a)</b> Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> <b>b)</b> Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> <b>c)</b> Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	40h <sup>(5)</sup>	3.197,92  2.046,67	70,00
Professor - EDUCAÇÃO FÍSICA (Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais))	CR	Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <sup>(3)</sup>	10h <sup>(5)</sup>	799,48	70,00
			20h <sup>(5)</sup>	2.398,44	
			30h <sup>(5)</sup>	2.302,08	
			40h <sup>(5)</sup>	3.197,92	
Professor de Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental – ENSINO RELIGIOSO	CR	Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	10h <sup>(5)</sup>	799,48	70,00
			20h <sup>(5)</sup>	1.598,96	
			30h <sup>(5)</sup>	2.398,44	
			40h <sup>(5)</sup>	3.197,92	
Professor de Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental - GEOGRAFIA	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> <b>a)</b> Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> <b>b)</b> Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> <b>c)</b> Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	10h <sup>(5)</sup>	799,48	70,00
				511,66	
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> <b>a)</b> Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> <b>b)</b> Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> <b>c)</b> Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	20h <sup>(5)</sup>	1.598,96	70,00
				1.023,33	
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> <b>a)</b> Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b>	30h <sup>(5)</sup>	2.398,44	70,00
				1.535,00	



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 5 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



		<b>b)</b> Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> <b>c)</b> Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.			
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> <b>a)</b> Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> <b>b)</b> Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> <b>c)</b> Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	40h <sup>(5)</sup>	3.197,92  2.046,67	70,00
Professor de Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental – HISTÓRIA	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> <b>a)</b> Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> <b>b)</b> Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> <b>c)</b> Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	10h <sup>(5)</sup>	799,48  511,66	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> <b>a)</b> Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> <b>b)</b> Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> <b>c)</b> Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	20h <sup>(5)</sup>	1.598,96  1.023,33	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> <b>a)</b> Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> <b>b)</b> Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> <b>c)</b> Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	30h <sup>(5)</sup>	2.398,44  1.535,00	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> <b>a)</b> Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> <b>b)</b> Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> <b>c)</b> Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	40h <sup>(5)</sup>	3.197,92  2.046,67	70,00
Professor de Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental – INGLÊS	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> <b>a)</b> Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> <b>b)</b> Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> <b>c)</b> Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	10h <sup>(5)</sup>	799,48  511,66	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina	20h <sup>(5)</sup>	1.598,96	70,00



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 6 de 46**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



		específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		1.023,33	
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	30h <sup>(5)</sup>	2.398,44 1.535,00	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	40h <sup>(5)</sup>	3.197,92 2.046,67	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	10h <sup>(5)</sup>	799,48 511,66	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	20h <sup>(5)</sup>	1.598,96 1.023,33	70,00
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	30h <sup>(5)</sup>	2.398,44 1.535,00	70,00
Professor de Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental – LINGUA PORTUGUESA		<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. <b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	40h <sup>(5)</sup>	3.197,91 2.046,67	70,00



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 7 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



		de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.			
Professor de Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental – MATEMÁTICA	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	10h <sup>(5)</sup>	799,48	70,00
		<b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		511,56	
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	20h <sup>(5)</sup>	1.598,96	70,00
		<b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		1.023,33	
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	30h <sup>(5)</sup>	2.398,44	70,00
		<b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		1.535,00	
	CR	<b>HABILITADO:</b> Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	40h <sup>(5)</sup>	3.197,92	70,00
		<b>NÃO HABILITADO:</b> a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; <b>ou</b> b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; <b>ou</b> c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		2.046,67	
Secretário Escolar	CR	Ensino Médio completo e certificado de curso na área de Informática de no mínimo 100 horas.	40h <sup>(5)</sup>	1.896,39	50,00

**NOTAS DE RODAPÉ À TABELA DE FUNÇÕES**

❖	Por <b>CR</b> deve-se entender Cadastro Reserva;
❖	Por <b>habilitação legal para o exercício da profissão</b> deve-se entender todo e qualquer requisito que o Órgão regulamentador da respectiva profissão exija para fins de exercício legal daquela profissão (registro, inscrição, dentre outros);
❖	A descrição das <b>atribuições</b> , em conformidade com a legislação vigente, encontra-se no <b>Anexo VI</b> deste edital;
1	Os candidatos classificados neste certame são meros detentores de expectativa de direito à contratação, de forma que sua admissão fica condicionada à liberação e/ou à criação futura de vagas dentro do prazo de validade deste certame, de acordo, ainda, com a necessidade e disponibilidade orçamentária da Administração Municipal, respeitada sempre a ordem de classificação e o percentual de vagas reservadas;
2	Valor inicial de ingresso, conforme legislação vigente no Município, <b>limitado ao teto estabelecido pela Constituição Federal de 1988, art. 37, XI</b> . O contratado fará jus ainda ao Auxílio-Alimentação, no valor de R\$ 101,87 (cento e um reais e oitenta e sete centavos) e Auxílio - Transporte, podendo ainda ser concedidos outros benefícios, nos termos da legislação vigente; Nos casos em que o vencimento for inferior ao salário mínimo nacional, haverá complementação até que este seja atingido;
3	Além dos demais requisitos exigidos, <u>especificamente</u> para o <b>Professor - Séries Finais do Ensino Fundamental – Educação Física</b> , se faz necessário Registro no Conselho Regional de Educação Física, conforme Lei 9.696/98;
4	Comprovação de realização de curso mediante apresentação de cópia de diploma, certificado, declaração, atestado ou documento, expedido pela Instituição responsável pelo curso, em que conste o período de realização (data de início e fim), a carga horária, o nome do curso e/ou os dados necessários para aferir a relação com a função.
5	O regime de trabalho para as Funções de <b>Professor (EXCETO AGENTE DE EDUCAÇÃO, INTÉRPRETE DE LIBRAS)</b> dependendo da vaga existente, quando na contratação, poderá ser alterado, com salário proporcional. Para <b>Instrutor de Informática, Professor Educação Infantil e Séries iniciais do Ensino Fundamental, Professor de Sala de Recursos Multifuncionais</b> poderá ter alteração de 40 para 20 horas. Para as Funções de <b>Séries Finais do Ensino Fundamental</b> a carga horária poderá ser de 10, 20, 30 ou 40 horas conforme a vaga disponível no momento da contratação.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 8 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



1.2. Além de ter sido aprovado e classificado neste certame, na forma estabelecida por este edital, são requisitos para ingresso no serviço público municipal, a serem **apresentados quando da contratação**:

- a) Ter sido classificado no Processo Seletivo Simplificado, na forma estabelecida neste Edital, em conformidade com o Plano de Cargos do Município de Navegantes.
- b) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que o candidato esteja amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do Parágrafo 1º, Art. 12, da Constituição Federal e do Decreto nº 70.436/72;
- c) Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da contratação;
- d) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares (esta última para candidatos do sexo masculino);
- e) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições a função;
- f) Possuir, na data da contratação, a habilitação para a função pretendida, na forma estabelecida neste Edital, de acordo com a Lei nº 2.265, de 08 de janeiro de 2010, que autorizou a contratação;
- f.1) Comprovação através de diploma, histórico ou certificado expedido pela Instituição responsável ou declaração atual de que está cursando graduação e qual fase ou ano, conforme a função;
- g) Não perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do inciso XVI e parágrafo 10º do Art. 37 da Constituição Federal;
- h) Candidatos com deficiência - verificar item próprio, neste Edital;
- i) Duas Fotos 3 x 4 (recentes); Cópia da Carteira de Identidade; Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento (ou equivalente); Cópia do Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- j) Dados bancários (agência e conta corrente para fins de depósito mensal de salários);
- k) Declaração de Bens e Valores que integram o patrimônio, dependentes, endereço residencial e telefone para contato;
- l) Preencher, com todas informações necessárias, a Ficha de dados cadastrais fornecida pela Administração.
- m) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- n) Gozo dos direitos políticos;

1.2.1. Nos termos da letra “e”, do item 1.2 deste edital, a análise da aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função pretendida será realizada mediante exame médico de ingresso a ser realizado por médico ou junta médica do Município, ou, ainda, por esta designada, quando também poderão ser solicitados outros exames a fim de assegurar que o candidato realmente apresente aptidão necessária para o exercício das atribuições da função pretendida, bem como, se for o caso, confirmar a condição de pessoa com deficiência e, ainda, a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições da função pretendida. A ausência da aptidão física e mental, ou, ainda, a incompatibilidade da deficiência com as atribuições da função pretendida impossibilitam o deferimento da posse – candidatos com deficiência, verificar as atribuições da função pretendida, e, ainda, o **Capítulo IV** deste edital.

1.2.2. Nos termos da letra “g”, do item 1.2 deste edital, para comprovar que não incorre na acumulação ilícita, na forma estabelecida pela Constituição Federal, o candidato deverá apresentar declaração negativa de acumulação de função, emprego ou função pública ou aposentadoria civil (servidor público civil) ou militar.

1.2.3. Nos termos da letra “i”, do item 1.2 deste edital, somente serão aceitos como **documentos de identidade**: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, ou Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por força de Lei Federal, são válidos como documentos de identidade; Certificado de Reservista; Passaporte (dentro da validade); Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (somente modelo com foto) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentro os acima citados).

1.2.3.1. Não serão aceitos como documentos de identidade: somente a cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, protocolo de documentos, certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos abertos, ou avariados, ou com foto desatualizada, ou ilegíveis, ou, ainda, não identificáveis.

1.2.4. Para fins de registro, é imprescindível, ainda, que o candidato possua número de CPF regularizado (atualizado).

**1.3. ATENÇÃO:** O candidato deverá, por ocasião da CONTRATAÇÃO, comprovar todos os requisitos elencados no item 1.2 deste edital e seus subitens. A não apresentação dos comprovantes exigidos impossibilitará a contratação do candidato, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da sua classificação neste certame, bem como de sua convocação para contratação.

**CAPÍTULO II - DAS INSCRIÇÕES PELA INTERNET (NÃO PRESENCIAL)**

2.1. As inscrições serão realizadas somente via **internet** e poderão ser realizadas a partir das **9h** do dia **31 de outubro de 2019** até o **meio-dia (12h)** do dia **22 de novembro de 2019**, pelo site [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br).



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 9 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



2.1.1. Caso o candidato não possua acesso à internet, será disponibilizado computador para realização da inscrição na **Secretaria Municipal de Educação** (Av. Pref. José Juvenal Mafra, nº 430, Bairro Centro, no Município de Navegantes), durante o período das inscrições, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no horário das **8h às 12h e das 13h30min às 17h30min**, EXCETO no último dia de inscrições, quando o posto funcionará somente até **12h (meio-dia)**.

**2.1.1.1. ATENÇÃO!** Para as funções de **PROFESSOR - SÉRIES FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (EXCETO Educação Física)**, no momento da inscrição, o candidato deverá selecionar a função de acordo com a sua escolaridade (**HABILITADO ou NÃO HABILITADO**), conforme discriminado na tabela do item 1.1.1, sendo o único responsável pelas informações prestadas. Ver item 11.2.1 deste edital referente à classificação dessas funções de acordo com a escolaridade.

**2.1.1.2.** Quando da divulgação das notas das Provas Objetiva, constatada divergência de escolaridade (**Habilitado ou Não Habilitado**), o candidato deverá requerer a troca por meio de recurso, anexando ao formulário eletrônico a comprovação conforme alíneas f e f.1 do item 1.2 deste edital. Este será o único momento para correção dessa informação.

**2.1.1.3.** Por ocasião da contratação, se o candidato não apresentar a escolaridade informada na inscrição, não lhe caberá direito de remanejo para a outra lista, perdendo direito à vaga.

2.1.2. Não haverá outro prazo e/ou outra forma de recebimento de inscrições que não a estipulada neste capítulo, de forma que o candidato **NÃO deve tentar se inscrever fora dos prazos e/ou por outros meios, ou, ainda, remeter à Objetiva Concursos quaisquer cópias e/ou documentos para fins de inscrição**, devendo sim **preencher seus dados no formulário eletrônico de inscrição com bastante atenção e dentro do prazo estipulado**.

2.1.3. Os candidatos interessados na isenção, reserva de vagas, atendimento especial para a realização das provas, ou, ainda, interessados em utilizar o direito de preferência pelo efetivo exercício da função de jurado para fins de desempate, além de efetuar devidamente a sua inscrição, deverão verificar o capítulo próprio deste edital, **para as providências quanto à solicitação**.

2.1.3.1. Em relação aos casos listados no item 2.1.3 deste edital, não haverá outra forma e/ou prazo de recebimento de solicitação e/ou documentação que não a estipulada nos capítulos específicos deste edital, conforme cada caso. Solicitações enviadas por meio diverso do previsto nos capítulos específicos, conforme cada caso, intempestivas, condicionais, fora dos padrões ou com falta total/falta parcial/erro de preenchimento e/ou envio de documento que comprove a condição que dá direito ao deferimento de qualquer solicitação realizada implica em indeferimento do pedido, mesmo que o candidato tenha marcado o campo respectivo, caso houver, no formulário eletrônico de inscrição.

2.1.4. Os candidatos também poderão se inscrever para as vagas do Concurso Público 001/2019, **desde que observados os turnos de aplicação da Prova Objetiva de cada Edital**.

TURNOS	FUNÇÕES
TURNOS 02	Agente de Educação (TODOS); Agente de Serviços Gerais; Especialista em Assuntos Educacionais - Orientação Escolar; Especialista em Assuntos Educacionais - Supervisão Escolar; Instrutor de Informática (TODOS); Intérprete de Libras (AMBOS); Monitor de Educação Infantil; Monitor de Transporte Escolar; Professor (TODOS) e Secretário de Escola.

2.1.4.1. Em caso de necessidade de ajustes operacionais, o Município de Navegantes reserva-se o direito de indicar **nova divisão de turnos** para a realização da Prova Objetiva.

2.1.4.2. Em ocorrendo a hipótese prevista no item 2.1.4.1, os candidatos que se inscreveram em mais de um função e/ou função, **respeitando a divisão de turnos prevista no item 2.1.4**, não serão prejudicados com a nova divisão, sendo-lhes assegurado o direito de realizar a Prova Objetiva dos cargos e/ou funções para os quais se inscreveram.

2.1.4.3. Eventualmente, se houver inscrição do mesmo candidato em mais de um Edital e em mais de uma vaga e as provas coincidirem no mesmo horário e data, o candidato deverá optar por uma das provas, **sendo vedado realizar mais de uma prova no mesmo horário e data**, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga a título de taxa de inscrição.

2.2. Para a realização da inscrição, é imprescindível que o candidato possua documento de identidade, nos termos do item 1.2.3 deste edital e seu subitem, e, ainda, número de CPF - Cadastro de Pessoa Física regularizado. O candidato que estiver com o CPF desatualizado, ou, ainda, que não possuir CPF, deverá solicitar a regularização e/ou emissão do documento nos postos credenciados (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios ou Receita Federal), em tempo



*Seriedade e ética:  
Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 10 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



de conseguir o registro e o respectivo número antes do término do período de inscrições. Não serão aceitas inscrições com falta de preenchimento de documentos.

2.2.1. Preferencialmente, durante toda a validade do certame, o candidato deverá utilizar o mesmo documento de identidade que utilizou para a realização da inscrição para tratar de seus interesses junto ao **Município** e à **Objetiva Concursos**, inclusive no que diz respeito ao ingresso às provas.

2.3. Após o preenchimento do formulário eletrônico de inscrição, o candidato deverá imprimir o Boleto Bancário para o pagamento da taxa de inscrição, o qual será da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, em que a representação numérica do código de barras (linha digitável) inicia com o número **104**. A fim de evitar pagamento de boleto fraudado, antes de efetuar o pagamento, o candidato deve verificar os primeiros números constantes no código de barras e o Banco.

2.3.1. O candidato é o único responsável por verificar as informações do boleto bancário, bem como por certificar-se, no ato do pagamento, que o seu boleto foi pago corretamente (linha digitável do boleto deve ser igual à do comprovante de pagamento), inclusive no que diz respeito ao valor correto. O boleto bancário pago será o registro provisório de inscrição, devendo ser conservado pelo candidato.

2.3.1.1. Além de se certificar quanto às informações do boleto, antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preencheu adequadamente o formulário eletrônico de inscrição, bem como que está devidamente inscrito na função desejada, haja vista, é vedada a alteração de sua opção inicial após o pagamento da inscrição, independentemente de as inscrições já terem se encerrado ou não. Qualquer alteração de opção de função, dentro do período de inscrições, deverá ser realizada mediante nova inscrição e pagamento, nos termos deste capítulo, sendo vedada, ainda, qualquer transferência do valor pago a título de taxa de inscrição para terceiros ou para outros certames.

2.3.2. O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em agência bancária, terminal de autoatendimento de Banco do qual o candidato seja correntista ou correspondente bancário, impreterivelmente até a data prevista no Cronograma de Execução, [Anexo VIII](#) deste edital, com o Boleto Bancário impresso.

2.3.2.1. **O candidato é o único responsável por conhecer e respeitar os horários limites de cada instituição recebedora (com relação ao processamento do pagamento)**, quer seja pelo modo presencial (agências bancárias, casas lotéricas, entre outros locais de recebimento de boletos de pagamento), quer seja pelo modo virtual (internet ou caixas eletrônicos), de forma a garantir que o seu pagamento seja processado pelo sistema bancário dentro do último dia de pagamento, conforme estabelecido no Cronograma de Execução deste edital.

2.3.2.1.1. Os pagamentos de taxa de inscrição realizados no último dia que resultem em processamento do pagamento em data posterior ao último dia de pagamento previsto no Cronograma de Execução, [Anexo VIII](#) deste edital, ensejarão a não homologação da referida inscrição. A **Objetiva Concursos**, em hipótese alguma, homologará inscrição cujo pagamento foi processado com data posterior à data prevista no Cronograma de Execução deste edital como último dia de pagamento.

2.3.3. Não serão aceitas inscrições por meio diverso do previsto no item 2.1 deste edital, intempestivas, condicionais, fora dos padrões. O candidato que solicitou, devidamente, sua inscrição, somente terá a mesma homologada após a **Objetiva Concursos** receber da instituição bancária responsável a confirmação do pagamento de sua inscrição, nos termos deste edital. **Não serão homologadas inscrições pagas com cheque, agendamentos bancários e outros meios sem a devida provisão de fundos. Não serão homologadas inscrições cuja taxa de inscrição foi paga com valor a menor do que o previsto neste edital para a respectiva função pleiteada. Inscrição, cuja taxa foi paga com valor a maior do que o estabelecido neste edital para a respectiva função pleiteada será homologada, pelo perfazimento do valor estabelecido.**

2.3.4. O candidato que efetuar o pagamento da taxa de inscrição em desacordo com qualquer das disposições supracitadas não terá sua inscrição homologada.

#### **2.4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:**

2.4.1. Na data prevista no Cronograma de Execução, [Anexo VIII](#) deste edital, será divulgada a Homologação das Inscrições, com a respectiva relação de candidatos. O candidato deverá consultar o edital, bem como a relação de candidatos homologados para confirmar sua inscrição.

2.4.2. Caso a inscrição não tenha sido homologada, o candidato poderá interpor pedido de recurso, conforme determinado neste edital. Se mantida a não homologação, após o julgamento do recurso, o candidato será eliminado do certame, não assistindo direito de realizar a(s) prova(s), exceto se, por ocasião da Prova Objetiva, apresentar ao fiscal de sala documento



*Seriedade e ética:  
Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 11 de 46**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



de inscrição e comprovante de pagamento, válidos, que permitam a inclusão provisória da inscrição para realização da prova.

2.4.2.1. No caso da exceção prevista acima, a inclusão da inscrição em caráter definitivo ficará condicionada à verificação da regularidade da inscrição e pagamento, posterior ao ato de inclusão, restando, desde já os candidatos cientes de que, em sendo constatada qualquer irregularidade de inscrição e/ou pagamento da inscrição incluída provisoriamente no dia da Prova Objetiva, nos termos do item anterior, a inclusão provisória será automaticamente revogada, independentemente de qualquer formalidade, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

**CAPÍTULO III - DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO VALOR DA INSCRIÇÃO**

3.1. O candidato interessado e que atender às condições estabelecidas na Lei Municipal 2233/2009 e na Lei Estadual 10.567/1997 (Doadores de Sangue e Medula Óssea) poderá pleitear a isenção do pagamento do valor da inscrição, **desde que:**

**I - Para doadores de sangue ou medula óssea:** comprove, pelo menos 03 (três) doações no último ano, a órgão oficial ou à entidade credenciada, contado o período retroativamente da publicação deste edital. A comprovação se dará por meio de declaração(ões) assinada(s) por autoridade competente da entidade coletora oficial ou credenciada na(s) qual(is) conste(m) expressamente a quantidade de doações, as datas correspondentes em que foram realizadas e o tipo de doação. **NÃO SERÃO ACEITOS COMO COMPROVANTES:** a) termo de consentimento para cadastro no REDOME; b) carteira emitida pelo REDOME; c) declaração de coleta de amostra para fins de cadastro; d) solicitação de cadastro; e) protocolo para doação e/ou cadastro, e; f) carteira de controle de doações;

3.2. Após certificar-se de que preenche todos os requisitos para obtenção da isenção, durante o período estabelecido no Cronograma de Execução, **Anexo VIII** deste edital, **especificamente**, o candidato interessado **deverá efetuar sua inscrição** diretamente no site [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br) e anexar a seguinte documentação digitalizada:

- a) **Todos os documentos exigidos no item 3.1 deste edital**, conforme aplicado a cada caso;
- b) **requerimento**, **Anexo IV** deste edital, **preenchido e assinado**, de forma clara e legível, solicitando a isenção. É responsabilidade única e exclusiva do candidato certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

3.2.1. Todos os documentos listados no item 3.2 deste edital devem ser digitalizados e salvos, preferencialmente, em um único arquivo, nas extensões "pdf", "png", "jpg" ou "jpeg". O tamanho máximo da totalidade dos arquivos a serem enviados é de 2MB.

3.2.2. Em qualquer uma das hipóteses previstas de isenção, realizada a inscrição, os candidatos deverão imprimir o boleto bancário e guardá-lo para o caso de ter seu pedido indeferido.

**3.3.** A solicitação de isenção realizada em uma inscrição fica vinculada e restrita especificamente àquele número de inscrição, (não se comunica automaticamente às outras inscrições do candidato), de forma que, se o candidato quiser alterar sua opção de inscrição, pleiteando isenção, ou, ainda, caso o candidato deseje pleitear isenção em outras inscrições, além de atentar-se ao item 2.3.1 deste edital e seu subitem, **deverá, obrigatoriamente, refazer o procedimento previsto no item 3.2 deste edital**, conforme cada caso, dentro do prazo estabelecido por esses itens, impreterivelmente, sendo vedadas quaisquer alterações no que diz respeito à isenção posteriormente aos prazos acima estabelecidos.

3.3.1. O simples preenchimento dos dados necessários ou apresentação dos comprovantes exigidos para a solicitação de isenção, ou de já ter obtido o benefício em outros certames não garantem, por si sós, o deferimento da solicitação, o que está sujeito à análise, por parte da **Objetiva Concursos**, com base na legislação em vigor, ao cumprimento dos requisitos exigidos para o deferimento, podendo esta valer-se de consulta aos órgãos gestores aos quais o candidato declara estar vinculado, para verificar a veracidade das informações prestadas por ele.

3.3.1.1. O deferimento da solicitação em uma inscrição não se comunica automaticamente às demais inscrições do candidato, assim, o candidato deve atender a todos os requisitos exigidos, conforme especificado cada caso, **em todas as inscrições que realizar**, estando ciente de que a inobservância de qualquer disposição deste Capítulo implicará o indeferimento do pedido de isenção do candidato.

3.4. Na data prevista no Cronograma de Execução, **Anexo VIII** deste edital, será divulgado, por edital, o Resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição, ao passo que o candidato deverá consultar o respectivo edital, bem como a relação de candidatos deferidos para confirmar a sua situação. Os candidatos com a solicitação de isenção concedida terão a inscrição automaticamente efetivada. O candidato que tiver sua solicitação de indeferida poderá interpor recurso, conforme determinado neste edital.

3.5. Após a divulgação do resultado da análise dos recursos eventualmente interpostos: **a)** os candidatos, cujo recurso de isenção for procedente, terão a inscrição automaticamente efetivada; **b)** os candidatos, **cujo recurso for improcedente, não**



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 12 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



terão o deferimento da sua solicitação, de forma que, para permanecerem participando do certame, deverão providenciar o pagamento do boleto bancário impresso no momento da inscrição, ou providenciar a impressão de 2ª via do boleto, na sua área do candidato, no site [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br), e proceder o pagamento nos termos estipulados no Capítulo II deste edital.

3.6. Não caberá qualquer devolução do valor pago a título de taxa de inscrição ao candidato que teve deferida solicitação de isenção e também efetuou o pagamento da taxa de inscrição, de forma que orienta-se aos interessados que só efetuem o pagamento do boleto bancário após a divulgação do Resultado das solicitações de isenção da taxa de inscrição, caso não desejem interpor recurso, ou para aqueles que desejarem interpor recurso, somente após a divulgação do resultado da análise dos recursos.

**CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCD**

4.1. De acordo com a Constituição Federal de 1988, art. 37, inciso VIII, Decreto Federal 9.508/18 e Lei complementar 007/2003, as pessoas com deficiência, assim compreendidas aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no Decreto Federal 3298/99, art. 4º, têm assegurado direito de inscrição neste certame, sendo-lhes reservado, em cada função, um percentual de **10% (dez por cento)** do total das vagas existentes e das futuras.

4.1.1. Para fins de posse, a deficiência de que é portador deverá, obrigatoriamente, ser compatível com as atribuições da função para o qual se classificou, uma vez que, em hipótese alguma as atribuições da função serão modificadas para se adaptarem às condições especiais do PCD, não sendo, todavia, obstáculo ao exercício das atribuições da função a utilização de material tecnológico ou equipamentos específicos de uso habitual do candidato ou a necessidade de adaptação do ambiente de trabalho.

4.1.2. Nos termos da legislação vigente, distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres não serão considerados como deficiência.

4.1.3. Por força do arredondamento previsto no Decreto Federal 9.508/18, art. 1º, parágrafo 3º, a 1ª vaga a ser destinada à PCD será a 5ª (quinta) vaga existente ou que vier a surgir em cada função, a partir de quando, após cada 19 (dezenove) candidatos nomeados pela classificação geral, será nomeado 01 (um) candidato PCD, nos termos do limite de vagas reservadas em lei.

4.1.4. O percentual previsto, nos termos acima, será observado ao longo da execução do certame, bem como durante todo o período de validade deste certame, inclusive quanto às vagas legais que vierem a existir.

4.2. A pessoa com deficiência que não declarar essa condição por ocasião da inscrição concorrerá única e exclusivamente à(s) vaga(s) da ampla concorrência e não poderá invocar esta condição futuramente em seu favor.

4.3. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência poderá requerer atendimento especial, conforme estipulado no **Capítulo V** deste edital. Ressalvadas as disposições especiais contidas neste edital, com o amparo do Decreto Federal 9508/18, particularmente o art. 2º, os candidatos com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange às provas aplicadas, ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.3.1. Consideram-se condições de igualdade aquelas que permitam a avaliação do candidato com deficiência, respeitando-se as peculiaridades da deficiência de que possui.

4.4. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher no formulário de inscrição a função que deseja concorrer e selecionar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como **encaminhar** para a **Objetiva Concursos**, via **SEDEX, postado, impreterivelmente**, até a data e horário estabelecidos no Cronograma de Execução, [Anexo VIII](#) deste edital, os seguintes documentos:

- a) **Laudo médico (original ou cópia legível e autenticada em cartório)**, emitido há menos de um ano caso não **contiver expressamente que se trata de deficiência irreversível**, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência;
- b) **Requerimento (Anexo I** deste edital) solicitando vaga especial onde conste o tipo de deficiência que é portador. O requerimento deverá estar preenchido e assinado, de forma clara, legível e individualizada em caso de inscrição em mais de uma função (o envelope e os documentos exigidos na letra "a" deste item poderão ser únicos para ambas inscrições, mas o requerimento deverá, obrigatoriamente, ser individualizado).

4.5. O resultado das solicitações de inscrição como pessoa com deficiência será divulgado quando da Homologação das Inscrições, a partir de quando será possibilitada a interposição de recursos, conforme o período determinado por edital.



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 13 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



4.5.1 Cumpre salientar que, com base na Lei 7853/89, art. 8º, II e no Decreto Federal 9508/18, art. 7º, a análise realizada no momento da inscrição atém-se ao cumprimento dos requisitos previstos neste edital, **tendo em vista que os candidatos com inscrição homologada como pessoa com deficiência, aprovados e classificados neste certame, serão submetidos, quando da posse, a exame médico de ingresso a ser realizado por médico ou junta médica do Município, ou, ainda, por esta designada, quando também poderão ser solicitados outros exames, a fim de confirmar a condição de pessoa com deficiência, bem como a aptidão necessária e a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições da função**, entretanto, salienta-se que o não cumprimento dos requisitos estabelecidos neste capítulo, quaisquer que sejam, implica o indeferimento da inscrição como pessoa com deficiência, mesmo que o candidato tenha marcado tal opção no formulário de inscrição.

4.6. Os candidatos com inscrição homologada como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, desde que aprovados no certame, além de figurar na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em lista à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

4.7. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com estrita observância da ordem classificatória.

**CAPÍTULO V - DO ATENDIMENTO AOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

5.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização da prova deverá marcar essa opção no formulário de inscrição, indicando ali os recursos especiais necessários, bem como **encaminhar** para a **Objetiva Concursos**, via **SEDEX**, postado, **impreterivelmente**, até a data e horário estabelecidos no Cronograma de Execução, **Anexo VIII** deste edital, os seguintes documentos:

- a) **Laudo médico (original ou cópia legível e autenticada em cartório), emitido há menos de um ano caso não contiver expressamente que se trata de deficiência irreversível**, , que justifique o atendimento especial solicitado; e
- b) no caso de tempo adicional, também **Parecer Original emitido por especialista da área de sua deficiência**, atestando a necessidade de tempo adicional, conforme Lei Federal 7853/89 e alterações. Prezando pela isonomia de tratamento entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora adicional a candidatos nessa situação.
- c) **Requerimento (Anexo II** deste edital) solicitando atendimento especial. O requerimento deverá estar **preenchido e assinado**, de forma clara, legível e individualizada em caso de inscrição em mais de uma função (o envelope e os documentos exigidos nas letras "a" e "b" deste item poderão ser únicos para ambas inscrições, mas o requerimento deverá, **obrigatoriamente**, ser individualizado.

5.1.1. O candidato que desejar concorrer à vaga especial para Pessoas com Deficiência e necessitar de atendimento especial, inclusive em caso de inscrição em mais de uma função, poderá utilizar o mesmo envelope e o mesmo laudo e/ou parecer para todas as solicitações, todavia, o requerimento deverá, obrigatoriamente, ser individualizado.

5.1.2. Casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou neles prosseguir, ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou novas provas.

5.2. Salvo nos casos de força maior, desde que devidamente comprovados, a apresentação do laudo e/ou parecer (EXCETO para amamentação) dentro do período referido no item 4.1 deste edital é condição indispensável para fins de deferimento da solicitação. Os pedidos de atendimento especial para realização da prova serão examinados juntamente com o laudo e/ou parecer para verificação das possibilidades operacionais de atendimento (EXCETO para amamentação). A solicitação de atendimento especial estará sujeita à análise da legalidade, viabilidade e razoabilidade do pedido, podendo, ainda, a **Comissão responsável por acompanhar a elaboração do edital e a execução contratual e/ou Objetiva Concursos**, solicitar ao candidato outras informações e/ou documentação complementar.

5.3. Será divulgada, quando da homologação das inscrições, a relação de candidatos que tiveram deferido e/ou indeferido o pedido de atendimento especial para a realização das provas. Os candidatos poderão interpor recurso contra este resultado no período determinado por edital.

5.4. Considerando-se a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante as provas, bem como a isonomia de tratamento entre os candidatos, aqueles que fizerem uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, utilizarem prótese auditiva, ou, ainda, os candidatos com problema de hipoglicemia ou outros problemas de saúde que necessitem ingerir alimento de qualquer natureza durante a prova, deverão apresentar laudo médico, bem como comparecer ao local de provas munidos dos respectivos laudos que comprovem tais necessidades, e, ainda, informar previamente ao fiscal de sala, sob pena de serem excluídos sumariamente do certame, ou, ainda, de não poder utilizar a prótese ou ingerir o respectivo mantimento durante a realização da(s) prova(s).

5.5. A candidata que tiver necessidade de amamentar deverá apresentar, no dia da prova, a certidão de nascimento da criança e levar um(a) acompanhante, que ficará em sala reservada com a criança e será o(a) responsável pela sua guarda.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 14 de 46**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



A criança não poderá permanecer desacompanhada de responsável, de forma que, a candidata que não levar acompanhante maior de idade não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

5.5.1. Para garantir a aplicação dos termos e condições deste edital, a candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada por Fiscal, sem a presença do responsável pela guarda da criança. Cumpre salientar que não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

#### CAPÍTULO VI - DAS PROVAS

6.1. Para todas as funções deste certame será aplicada **PROVA OBJETIVA**, de caráter **eliminatório/classificatório**, em primeira etapa, com questões objetivas, de múltipla escolha, com **04 (quatro) alternativas**, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições das funções.

6.1.1. Serão considerados aprovados em primeira etapa e/ou habilitados à etapa seguinte os candidatos que **não tenham zerado nenhuma das disciplinas**.

6.2. Será aplicada **PROVA DE TÍTULOS**, de caráter **classificatório**, como última etapa, para os candidatos à **ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - ORIENTAÇÃO ESCOLAR**, **ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - SUPERVISÃO ESCOLAR** e **PROFESSOR (TODOS)**, desde que habilitados na prova eliminatória, conforme **Capítulo VIII**, do presente edital.

#### 6.3. CONTEÚDOS E PONTUAÇÃO:

FUNÇÃO	PROVA	DISCIPLINA	Nº Questões	Peso por questão	PESO TOTAL
<b>TABELA A</b>					
Especialista em Assuntos Educacionais - Orientação Escolar	Objetiva	Português	10	2,50	25,00
Especialista em Assuntos Educacionais - Supervisão Escolar		Matemática	10	2,00	20,00
Professor (Todos)		Legislação e Conhecimentos Específicos	20	2,75	55,00
	Títulos				20,00
<b>TABELA B</b>					
Agente de Educação (TODOS)	Objetiva	Português	10	2,50	25,00
Agente de Serviços Gerais		Matemática	10	2,00	20,00
Instrutor de Informática (AMBOS)		Legislação e Conhecimentos e Específicos	20	2,75	55,00
Intérprete de Libras (AMBOS)					
Monitor de Educação Infantil					
Monitor de Transporte Escolar					
Secretário Escolar					

6.4. Os pontos por disciplina correspondem ao número de acertos multiplicado pelo peso de cada uma de suas questões. A **NOTA DA PROVA OBJETIVA** será o somatório dos pontos obtidos em cada disciplina.

6.5. A Prova de Títulos, conforme aplicada a cada função, terá sua nota somada à nota obtida na Prova Objetiva, para composição da **NOTA FINAL**.

6.6. Não haverá prova fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes. Não será admitido à prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.

6.7. O candidato deverá apresentar, no dia da realização da prova, o documento de inscrição e o comprovante de pagamento. A critério da Comissão do Certame, esses documentos poderão ser dispensados, desde que comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato, nos termos do item 2.4.1 deste edital ou do edital que divulga o resultado dos recursos das inscrições.

6.8. O ingresso na sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade, desde que o documento permita com clareza sua identificação, conforme item 1.2.3 deste edital e seu subitem. **O candidato deverá estar ciente de que, caso não validado o documento de identificação, não poderá fazer a prova.**

6.9. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, os documentos originais, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, ocasião em que poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 15 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



6.10. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador ou que esteja danificado.

6.11. A identificação especial será julgada pela Comissão do Certame. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado deste certame.

6.12. A identificação correta do dia, local e horário da realização das provas, bem como seu comparecimento, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

6.13. O não comparecimento no dia, local e horário previstos na convocação de qualquer das provas eliminatórias acarretará a eliminação do candidato.

6.14. Após ingresso na sala de prova, não será permitido ao candidato usar óculos escuros e/ou acessórios de chapelaria como boné, chapéu, gorro, cachecol, manta, luvas e similares, e, ainda, permanecer com armas, ou quaisquer dispositivos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *ipod®*, gravadores, *pen drive*, *mp3* ou similar, relógio de qualquer espécie, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, *Walkman®*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc. Caso o candidato esteja portando arma, deverá depositá-la na sala de Coordenação. Os demais pertences, inclusive aparelhos eletrônicos, deverão ser desligados e depositados na sala de prova, em local indicado pelo fiscal. Os objetos pessoais devem ser deixados em local indicado pelo fiscal dentro da sala de prova, ficando sob inteira responsabilidade do candidato. A Empresa não se responsabiliza por quaisquer objetos dos candidatos, de valor ou não.

6.15. Após o início das provas, a utilização de aparelhos eletrônicos é vedada em qualquer parte do local de provas. Assim, ainda que o candidato tenha terminado sua prova e esteja se encaminhando para a saída do local, não poderá utilizar quaisquer dos dispositivos previstos no item anterior. O descumprimento dessa determinação poderá implicar eliminação do candidato deste certame, caracterizando-se como tentativa de fraude.

6.16. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou divergência na distribuição, os organizadores do certame poderão, para o bom andamento dos trabalhos, providenciar cópias do material necessário ou entregar material reserva, podendo ser não personalizado, desde que constantes todos os dados necessários que assegurem os procedimentos de correção das provas dos candidatos, devendo ser registradas em ata as providências tomadas.

6.17. Se, por qualquer razão fortuita, as provas sofrerem atraso em seu início ou necessitarem de interrupção dos trabalhos, os candidatos afetados terão sempre assegurado o tempo total para realização da prova, previsto neste edital, sendo concedido o tempo adicional necessário para garantia de isonomia de tratamento.

6.18. Em ocorrendo atraso ou interrupção, os candidatos atingidos deverão permanecer no local do Concurso Público e atender às orientações dos coordenadores e fiscais, auxiliando no bom andamento dos trabalhos, sob pena de serem excluídos sumariamente do certame.

6.19. **Poderá ser excluído sumariamente deste certame o candidato que:**

- a) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;
- b) Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
- c) For surpreendido, em ato flagrante, durante a realização da prova ou em caso de interrupção dos trabalhos, comunicando-se com outro candidato, bem como utilizando-se de consultas não permitidas, de aparelho celular ou de outro equipamento de qualquer natureza não permitido;
- d) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas;
- e) Não permitir ser submetido ao detector de metal (quando aplicável);
- f) Antes do término de sua prova, afastar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
- g) Não permitir a coleta de sua assinatura e/ou recusar-se a realizar qualquer procedimento que tenha por objetivo comprovar a autenticidade de identidade e/ou de dados;
- h) Recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado a sua realização, ou, em caso de razão fortuita, ao ser determinado pelo fiscal ou pela Coordenação Executiva.

6.20. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de procedimento ilícito ou colaborado para tal, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado deste certame.



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 16 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**CAPÍTULO VII - DA PROVA OBJETIVA**

7.1. A Prova Objetiva, para todas as funções, tem data prevista no Cronograma de Execução, [Anexo VIII](#) deste edital, em local e horário a serem divulgados por edital, **conforme divisão de turno abaixo**. No horário de convocação ocorrerá o fechamento dos portões, não sendo mais permitido o ingresso de qualquer candidato ao local de prova.

TURNO	FUNÇÕES
TURNO 02	Agente de Educação (TODOS); Agente de Serviços Gerais; Especialista em Assuntos Educacionais - Orientação Escolar; Especialista em Assuntos Educacionais - Supervisão Escolar; Instrutor de Informática (TODOS); Intérprete de Libras (AMBOS); Monitor de Educação Infantil; Monitor de Transporte Escolar; Professor (TODOS) e Secretário de Escola.

7.1.1. Em caso de necessidade de ajustes operacionais, o Município de Navegantes reserva-se o direito de indicar nova data e divisão de turnos para a realização da Prova Objetiva, garantida publicidade nos meios estipulados nas **Disposições Preliminares deste edital**, com antecedência mínima de **08 (oito) dias** da realização da prova.

7.1.1.1. Em ocorrendo a hipótese prevista no item 7.1.1, os candidatos que se inscreveram em mais de uma função, **respeitando a divisão de turnos prevista no item 7.1**, não serão prejudicados com a nova divisão, sendo-lhes assegurado o direito de realizar a Prova Objetiva dos cargos/funções para os quais se inscreveram.

7.2. Desde já, ficam os candidatos convocados a **comparecerem com antecedência de 01 (uma) hora ao local das provas**, munidos de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa.

7.3. A **Objetiva Concursos** poderá, em caráter meramente complementar, enviar para o e-mail indicado pelo candidato no formulário eletrônico de inscrição, comunicação quanto à data, local e horário da Prova Objetiva. A remessa da comunicação via correio eletrônico não exime o candidato da responsabilidade de acompanhamento de todos os atos referentes a este certame nos meios estipulados nas Disposições Preliminares, inciso I, letra "b" deste edital, bem como de obter as informações necessárias pelo site ou telefone da Objetiva Concursos. Não haverá encaminhamento de comunicação via postal.

7.4. Os programas e/ou referências bibliográficas da Prova Objetiva de cada função são os constantes no [Anexo VII](#) do presente edital.

7.5. Os candidatos devem comparecer à prova preparados no que se refere à alimentação, pois **NÃO** será permitido ao candidato ingerir alimento de qualquer natureza após seu ingresso na sala de provas, **EXCETO** para os casos de previstos no **Capítulo V** deste edital.

7.6. Durante a realização das provas, o candidato somente poderá manter consigo, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa, lápis, documento de identidade e uma garrafa transparente de água, sem rótulo.

7.7. Após o ingresso do candidato na sala de provas, não será permitida comunicação entre candidatos, nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.

7.8. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do certame, a **Objetiva Concursos** poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos ou de alguns candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

7.9. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, **EXCETO** no CARTÃO DE RESPOSTAS.

7.10. A correção das provas será feita por meio eletrônico - leitura óptica, sendo o CARTÃO DE RESPOSTAS o único documento válido e utilizado para essa correção, devendo ser preenchido pelo candidato com bastante atenção.

7.11. O Cartão de Respostas não poderá ser substituído, tendo em vista sua codificação, sendo o candidato responsável pela conferência dos dados impressos no Cartão de Respostas, em especial o nome, o número de inscrição e a função de sua opção, bem como pela entrega do seu cartão, devidamente preenchido e assinado.

7.11.1. A não entrega do Cartão de Respostas do candidato implicará a sua automática eliminação do certame. **A falta de assinatura no cartão poderá também implicar eliminação do candidato do certame.**

7.12. O tempo de duração da Prova Objetiva será de até **3h (três horas)**, incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas.



*Seriedade e ética:  
Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 17 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



7.13. O candidato, ao terminar a Prova Objetiva, devolverá ao fiscal da sala o Cartão de Respostas, podendo levar consigo seu caderno de provas, desde que decorrida **1h (uma hora)** de prova, contada do efetivo início das provas.

7.13.1. O candidato que sair antes do tempo previsto no item 7.13 deste edital devolverá ao fiscal da sala, além do Cartão de Respostas, o caderno de provas, sendo-lhe permitido copiar seu Cartão de Respostas, para conferência com o Gabarito Oficial.

7.14. A correção das Provas Objetivas será feita por sistema eletrônico (leitura óptica dos Cartões de Resposta), sem ingerência humana, em ato público aberto aos interessados, cuja data, local e horário serão informados oportunamente por edital, assim sendo, não haverá desidentificação dos Cartões de Respostas.

7.15. Em nenhuma hipótese será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no Cartão de Respostas, não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda ou rasura. Qualquer marcação que estiver em desconformidade com as instruções poderá ser anulada, ficando condicionada à leitura óptica.

7.16. Ao final da Prova Objetiva, os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes, quando, então, poderão retirar-se do local, simultaneamente, após concluído.

**CAPÍTULO VIII - DA PROVA DE TÍTULOS**  
**Somente para ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - ORIENTAÇÃO ESCOLAR, ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - SUPERVISÃO ESCOLAR e PROFESSOR (TODOS).**

8.1. Conforme estabelecido no Cronograma de Execução, **Anexo X** deste edital, para lograr pontuação na última etapa do certame, os candidatos interessados deverão apresentar as documentações necessárias (Títulos e o Formulário de Títulos) **no mesmo período das inscrições**, não sendo recebidos títulos em outra ocasião. Para tanto, os candidatos deverão **efetuar sua inscrição** e anexar a seguinte documentação digitalizada no campo **ENVIAR TÍTULOS**:

a) **Formulário de Títulos, Anexo V** deste edital, devidamente **preenchido e assinado, de forma completa e legível**. Para fins de controle da documentação enviada, o candidato deverá permanecer com uma cópia (simples) deste formulário preenchido, e;

b) **cópia simples legível de todos os títulos a serem apresentados**, conforme estabelecido por este edital.

b1) O candidato que possuir título com nome diverso do nome que consta no documento de identificação utilizado para a inscrição deverá enviar também uma cópia simples e legível do documento comprobatório da alteração (certidão de casamento, separação, averbação no registro civil etc.), assim como declarar tal condição no **Formulário de Títulos, Anexo V** deste edital, informando o seu nome correto e relacionando os títulos encaminhados que apresentam a divergência de nome para fins de comprovação da titularidade.

8.1.1. Cada um dos documentos listados no item 8.1 deste edital devem ser digitalizados e salvos, individualmente, em arquivos nas extensões "pdf", "png", "jpg" ou "jpeg". O tamanho máximo de cada um dos arquivos a serem enviados é de 2MB.

8.1.1.1. É responsabilidade única e exclusiva do candidato certificar-se de que a documentação está corretamente anexada, sem erros, antes de enviá-la.

8.2. O candidato poderá enviar seus títulos em todas as inscrições que fizer, contudo, antes de fazê-lo, deve atentar-se ao item 2.1.4 deste edital e seus subitens, **bem como repetir o procedimento previsto no item 8.1 deste edital e seus subitens em cada uma das inscrições realizadas**. Os documentos enviados e/ou pontuados em uma inscrição não se comunicam automaticamente às demais inscrições do candidato. O candidato deve atender a todos os requisitos exigidos por este edital em todas as inscrições que realizar.

8.3. Serão recebidas as documentações (Títulos e o Formulário de Títulos) de todos os candidatos, porém serão avaliados **apenas os Títulos dos candidatos aprovados na Prova Objetiva**.

8.4. Esta Prova tem caráter **classificatório**, sendo que o candidato que deixar de encaminhar as documentações necessárias (Títulos e o Formulário de Títulos), não será eliminado do certame, somente não terá somados os pontos correspondentes a esta etapa.

8.5. **Cumprido salientar que, quando da contratação, os candidatos deverão apresentar as vias originais dos documentos estabelecidos no item 8.1, enviados no momento da inscrição, para fins de confirmação da veracidade dos documentos anteriormente apresentados, sob pena de eliminação do processo e impossibilidade da contratação.**

8.6. **O preenchimento correto do Formulário de Títulos, o upload e a comprovação de todos os documentos necessários são de inteira responsabilidade do candidato.**

8.7. O candidato deverá listar no **Formulário de Títulos, Anexo V** deste edital, o requisito específico que lhe concede direito à



*Seriedade e ética:  
Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 18 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



contratação (concluído ou em andamento), conforme a habilitação exigida para a contratação, constantes na **Tabela de disciplinas**, item 1.1.1 deste edital.

8.8. Em caso de documentos gerados por via eletrônica, a chave específica (dígito identificador/verificador) deverá estar impressa no próprio documento a ser verificado.

8.9. Cada título será considerado e avaliado uma única vez, vedada a cumulatividade de pontos.

8.10. Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos, o candidato perderá os pontos correspondentes, assegurados ampla defesa e contraditório.

**8.12. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS:**

Categoria (somente cursos concluídos)		Pontuação por Título	Forma de apresentação
<b>1. Pós-graduação*</b> Somente títulos que guardem <u>relação direta</u> com as atribuições da função	<b>Doutorado</b>	<b>6,0</b>	a) Para comprovação de conclusão de curso de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em nível de Doutorado e/ou Mestrado, será aceita a cópia do diploma, expedido e registrado pela Instituição responsável pelo Curso. Caso ainda não possua o diploma, será aceito documento expedido pela Instituição responsável pelo Curso, devendo constar expressamente a conclusão do curso.
	<b>Mestrado</b>	<b>5,0</b>	a.1) Nos casos em que a nomenclatura do curso possa não ser suficiente para a Banca aferir a relação com as atribuições da função, o candidato deverá anexar junto ao título o conteúdo programático e/ou a ementa de modo a permitir à Banca realizar essa aferição.
	<b>Especialização</b>	<b>3,0</b>	b) Para comprovação de conclusão de curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> em nível de Especialização e/ou MBA, com carga horária mínima de 360 horas, ou Residência será aceita a cópia do certificado, expedido e registrado pela Instituição responsável pelo Curso. Caso ainda não possua o certificado, será aceito documento expedido pela Instituição responsável pelo Curso, devendo <b>constar expressamente</b> a sua conclusão e carga horária. b.1) Nos casos em que a nomenclatura do curso possa não ser suficiente para a Banca aferir a relação com as atribuições da função, o candidato deverá anexar junto ao título o conteúdo programático e/ou a ementa de modo a permitir à Banca realizar essa aferição.
<b>Pontuação máxima: 20,0 pontos</b>			
*Desde que não seja a de requisito/habilitação para ingresso na função.			
I. O candidato poderá apresentar mais de um Título em cada categoria. Entretanto, a pontuação não poderá ultrapassar a pontuação máxima para a Prova de Títulos, independentemente de serem apresentadas comprovações para tal.			
II. Os Títulos, quando expedidos em língua estrangeira, deverão estar acompanhados da tradução para a língua portuguesa por Tradutor Juramentado e, ainda, no caso de Graduação e Pós-Graduação, da revalidação, de acordo com a Lei Federal 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.			

**8.13. NÃO** serão pontuados os Títulos:

- a) Que estiverem desacompanhados do **Formulário de Títulos**;
- b) cujo Formulário de Títulos tenha sido encaminhado sem estar preenchido;
- c) não relacionados ou relacionados indevidamente no Formulário de Títulos, mesmo que encaminhados;
- d) relacionados no Formulário de Títulos, mas não encaminhados;
- e) sem a chave específica de autenticação, em caso de documentos gerados por via eletrônica, conforme item 8.8;
- f) que apresentem o nome do candidato incompleto, abreviado, com erros de digitação ou, ainda, diferente da inscrição e/ou dos documentos apresentados para comprovação, conforme letra "b1", do item 8.1;
- g) de modalidades que não estejam descritas na grade de pontuação;
- h) de cursos não concluídos;
- i) apresentados em forma de: boletim de matrícula, atestados de frequência, atestados/atas de apresentação e/ou defesa de trabalho de conclusão, monografia, dissertação ou tese, assim como outro documento que não atenda as exigências expressas na grade de pontuação;
- j) sem a tradução para a língua portuguesa e/ou a revalidação, conforme grade de pontuação;
- k) que ultrapassem a quantidade máxima de títulos a serem apresentados, conforme grade de pontuação;
- l) que apresentem rasuras, emendas ou entrelinhas;
- m) que apresentem dados imprecisos, incoerentes ou incompletos que comprometam ou impossibilitem a Banca de aferir a pontuação correta segundo os critérios previstos neste edital, e;
- n) sem relação direta com área da disciplina correspondente à respectiva inscrição.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 19 de 46**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**CAPÍTULO IX - DOS RECURSOS**

9.1 Todos os períodos previstos para interposição de recursos encontram-se estabelecidos no Cronograma de Execução, **Anexo VIII** deste edital, todavia, sua confirmação dar-se-á conjuntamente ao edital de cada evento, **especificamente**, devendo, portanto, os candidatos estarem atentos às publicações ao longo do certame.

9.1.1. Os recursos deverão ser preenchidos/digitados na **Área do Candidato**, no site [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br), por meio do sistema eletrônico de interposição de recurso, seguindo as orientações da página. Não haverá hipótese de solicitação do pedido de revisão de outra forma e/ou por outro meio senão aquele disponibilizado para tal na respectiva página, considerando-se deserto o pedido cujo preparo seja efetuado de outro modo e em desconformidade com as regras deste capítulo.

9.1.1.1. Caso o candidato não possua acesso à Internet, será disponibilizado computador para interposição de recursos na **Prefeitura Municipal de Navegantes** (Rua João Emilio, nº 100, Bairro Centro, no Município de Navegantes/SC), no horário das **8h às 12h e das 13h30min às 17h30min**, durante o período mencionado no edital que abre o período de recursos de cada evento, **especificamente**.

9.2. Os recursos deverão ser individuais e devidamente fundamentados, atendendo rigorosamente aos preceitos fixados neste capítulo, devendo ser dirigidos à **Comissão Executiva**. Cada um dos pedidos de revisão deverá ser formulado através de um formulário eletrônico de recurso, sendo que junto a este deve(m) ser apresentada(s): **(a)** No caso de indeferimento de isenção/inscrição, as razões pelas quais solicita a homologação da sua isenção/inscrição e todos os documentos comprobatórios que permitam o deferimento (comprovante de inscrição, pagamento, etc.); **(b)** Circunstanciada exposição a respeito das questões, títulos, pontos ou resultados, para as quais, em face às normas do certame, contidas neste edital, da natureza da função a ser provida ou do critério adotado, deveria ser atribuído maior grau, número de pontos ou resultado diverso; **(c)** Em outros casos, as razões do pedido e os documentos comprobatórios.

9.2.1. Em data a ser informada por edital, será disponibilizada, na **Prefeitura Municipal** e no endereço eletrônico [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br), vista da(s) prova(s) padrão para subsidiar a interposição de recursos. Os candidatos não terão direito à vista em outro momento, não sendo, ainda, fornecidas cópias.

9.3. Não se conhecerão os recursos que não estejam fundamentados com argumentação lógica e consistente, inclusive os pedidos de simples revisão da prova ou da nota. Recursos inconsistentes e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital serão preliminarmente indeferidos. Recursos interpostos, que não se refiram especificamente aos eventos aprazados ou interpostos fora do prazo estabelecidos no edital não serão apreciados.

9.4. No formulário eletrônico de recurso não é necessário apor a qualificação do candidato, tendo em vista que cada formulário estará vinculado diretamente ao registro do recorrente. As razões do pedido não poderão conter qualquer identificação do recorrente, timbre de escritório e/ou empresa etc., permitindo-se assim a sua análise sem a identificação do postulante.

9.5. Não serão admitidos recursos coletivos, ao passo que cada candidato deve interpor seu próprio recurso. Admitir-se-á um único recurso para cada tipo de situação, de forma que, identificado mais de um recurso do candidato para a mesma situação, somente será considerado o último recurso interposto, conforme horário registrado pelo sistema. Os demais recursos não serão apreciados.

9.6. Se houver alteração de Gabarito Oficial (retificação e/ou anulação de questão), as provas serão corrigidas de acordo com a referida alteração. Em caso de haver questões que possam vir a ser anuladas por decisão da Comissão Executiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos, independentemente de terem ou não recorrido, quando forem computados os pontos respectivos, exceto para os que já tiverem recebido a pontuação.

9.7. Durante o período de recursos, salvo previsão em contrário, não será aceita e/ou considerada complementação de documentação que deveria ter sido entregue e/ou encaminhada no período determinado em Capítulo específico deste edital, conforme cada etapa e/ou nos termos do edital de convocação.

9.8. O resultado dos recursos interpostos será divulgado por edital. Os Pareceres exarados pela Banca Examinadora, identificados somente pela função e número de inscrição do candidato, ficarão disponíveis para consulta dos candidatos, em geral, na **Prefeitura Municipal de Navegantes/SC**, e, para o recorrente, na **Área do candidato**, no site [www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br), a partir da divulgação dos respectivos resultados. Não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 20 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**CAPÍTULO X – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE**

10.1. Verificando-se a ocorrência de empate em relação às notas recebidas por dois ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória:

- a) **1ª preferência:** Candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição neste certame, em conformidade com a Lei 10741/03, art. 27, parágrafo único - Estatuto do Idoso.
- b) **2ª preferência:** Candidatos que estiverem no efetivo exercício da função de Jurado, nos termos do Código de Processo Penal, art. 440.
- c) **Pelo resultado das provas aplicadas, conforme segue:**
  - c.1) **Para a TABELA A:**
    - a) Obter maior nota na Prova Objetiva;
    - b) obter maior nota em Legislação e Conhecimentos Específicos;
    - c) obter maior nota em Português.
  - c.2) **Para a TABELA B:**
    - a) Obter maior nota em Legislação, Conhecimentos Gerais e Específicos;
    - b) obter maior nota em Português.
- d) **Por sorteio:** Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados os critérios acima, o desempate dar-se-á através do sistema de sorteio que, se necessário, será realizado em ato público, a ser divulgado por edital, e seu resultado fará parte da classificação final do certame.

10.3.1. O candidato que desejar utilizar a preferência pela condição de Jurado como critério de desempate **encaminhar** para a **Objetiva Concursos**, via **SEDEX, postado, impreterivelmente**, até a data e horário estabelecidos no Cronograma de Execução, **Anexo VIII** deste edital, os seguintes documentos:

- a) **Cópia autenticada ou original da Certidão, Declaração, Atestado, ou outros documentos públicos expedidos pela Justiça Estadual ou Federal**, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do Código de Processo Penal, art. 440 (alterado pela Lei Federal 11689/08), a partir da vigência da Lei.
- b) **Requerimento (Anexo IV deste edital), preenchido e assinado**, de forma clara, legível e individualizada em caso de inscrição em mais de uma função (o envelope e os documentos exigidos na letra “a” deste item poderão ser únicos para ambas inscrições, mas o requerimento deverá, obrigatoriamente, ser individualizado).

**CAPÍTULO XI – DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

11.1. A nota final, para efeito de classificação dos candidatos, será igual à soma das notas obtidas nas Provas Objetiva e de Títulos, conforme aplicadas a cada função.

11.2. Apurado o resultado, a Classificação Final dos candidatos será publicada junto ao Edital de Homologação Final, o qual será afixado junto ao **Painel de Publicações da Prefeitura Municipal**, quando, então passará a fluir o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

11.2.1. A classificação final do Processo Seletivo Simplificado apresentará apenas os candidatos classificados por função, em ordem decrescente de pontos, sendo composta de duas listas, contendo a primeira a pontuação de todos os candidatos, inclusive a de pessoas com deficiência, e a segunda contendo somente a pontuação de pessoas com deficiência, se houver aprovados.

11.2.2. Para a função de Professor – Educação Infantil, Séries Finais (EXCETO Educação Física) e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, os candidatos serão classificados conforme nota obtida em ordem decrescente, sendo que haverá classificações separadas, inclusive para as pessoas com deficiência, as saber:

- a) Professor – Séries Finais do Ensino Fundamental:
  - **Lista dos Candidatos Habilitados;**
  - **Lista dos Candidatos Não Habilitados;**
- b) Professor – Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental:
  - **Lista dos Candidatos Habilitados;**
  - **Lista dos Candidatos do Magistério;**

11.2.2.1. Para a contratação, será iniciado o chamamento pela lista dos Habilitados e, somente quando não restarem mais candidatos Habilitados interessados nas vagas, será iniciado o chamamento da lista dos Não Habilitados.

**CAPÍTULO XII - DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA**

12.1. Homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado e autorizada a contratação pelo Prefeito, os candidatos aprovados serão convocados e contratados obedecendo a ordem de classificação, por função temporária (disciplina/área), conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Educação. O candidato deverá apresentar os seguintes documentos:



*Seriedade e ética:  
Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 21 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



- a) a documentação comprobatória das condições previstas no item 1.2 deste Edital acompanhada de fotocópia;
- b) atestado de boa saúde física e mental, a ser fornecido por Médico ou Junta Médica do Município de Navegantes, ou, ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício da função, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
- c) declaração negativa de acumulação de função, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, XVI e suas emendas.

12.1.1. A não apresentação dos documentos acima, na ocasião da contratação, implicará impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

12.2. Para as vagas de professor, o candidato poderá escolher até 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a vaga disponível, considerando que cada candidato poderá ter apenas um vínculo, ou seja, o candidato apenas poderá ser contratado para uma vaga, seja ela para 10, 20, 30 ou 40 horas, através do Processo Seletivo Edital 001/2019;

12.2.1. A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

12.2.2. O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga. Porém, em razão de esgotada a listagem de professores classificados por disciplina, no processo seletivo, o candidato desistente poderá justificar sua desistência, através do Departamento Administrativo da Educação, e aguardar a manifestação da Diretoria de Gestão de Pessoas, que poderá atender ou não de acordo com as necessidades de excepcional interesse público;

12.3. A publicação da convocação dos candidatos, após a divulgação do resultado final, será feita por Edital, publicado junto ao **Mural do Paço Municipal**, no site [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), sendo seu extrato veiculado no "DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA".

12.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar os comunicados e os Editais referentes a convocação para contratação, divulgados nos meios acima mencionados.

12.3.2. O candidato obriga-se a manter atualizados os seus dados cadastrais junto à **Objetiva Concursos Ltda.**, por meio da sua ficha cadastral, até a data de publicação da Homologação Final dos resultados e, após esta data, junto ao Município de Navegantes, através de correspondência com aviso de recebimento ou pessoalmente.

12.3.2.1. O Município de Navegantes e a Objetiva Concursos Ltda. não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de endereços residencial e eletrônico ou telefones não atualizados ou informados erroneamente.

12.4. Não comparecendo o candidato convocado ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação, serão convocados os demais candidatos, observando-se a ordem classificatória crescente.

12.5. Caso o candidato não deseje assumir de imediato, poderá, mediante requerimento próprio, solicitar para passar para o final da lista dos classificados e, para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Processo Seletivo Simplificado, a novo chamamento uma só vez.

12.5.1. A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal de Educação de Navegantes, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados. A classificação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na escolha de vagas, dependendo da sua classificação no Processo Seletivo;

12.6. O Processo Seletivo Simplificado terá validade durante o ano letivo do ano de 2020, a partir da data de Homologação Final dos resultados.

12.7. No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, poderão ser chamados para contratação pelo tempo remanescente, os demais candidatos classificados, observada a ordem classificatória.

12.8. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta Médica Oficial para a verificação da deficiência, bem como da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições da função.

**CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. Somente haverá devolução do valor da taxa de inscrição em caso de alteração de requisito essencial à(s) função(ões), adiamento da Prova Objetiva, suspensão que cause alteração da data da Prova Objetiva, exclusão de função ou cancelamento do certame.



**Objetiva**  
CONCURSOS

*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 22 de 46**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



- 13.2. O Processo Seletivo Público terá validade durante o ano letivo do ano de 2020, a partir da data de Homologação Final.
- 13.3. A publicidade oficial deste certame, após a sua homologação final, dar-se-á através do **Mural do Paço Municipal** e dos sites [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).
- 13.4. Os candidatos desde já ficam cientes das disposições constitucionais aplicáveis aos servidores públicos para fins de aposentadoria, observadas as demais disposições legais vigentes.
- 13.5. Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais, a **Objetiva Concursos** não fornece apostilas e/ou manuais e/ou quaisquer outros materiais de consulta, assim como também não fornece cópias das provas a candidatos ou instituições de direito público ou privado (candidatos verificar o teor do item 9.2.1 do presente edital), mesmo após o encerramento do Concurso Público.
- 13.6. Fazem parte do presente edital:
- Anexo I – Requerimento Pessoas com Deficiência;
  - Anexo II – Requerimento Atendimento Especial;
  - Anexo III – Requerimento Desempate – Condição de Jurado;
  - Anexo IV – Requerimento isenção da Taxa de Inscrição;
  - Anexo V – Formulário de Relação de Títulos;
  - Anexo VI – Descritivo das Atribuições das Funções;
  - Anexo VII – Conteúdos Programáticos e/ou Referências Bibliográficas;
  - Anexo VIII – Cronograma de Execução.

Navegantes/SC, 31 de outubro de 2019.

**EMÍLIO VIEIRA,**  
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 23 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**ANEXO I**  
**REQUERIMENTO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame>

Nome completo do candidato:			
Número da Inscrição:		Função:	
Documento de Identidade:			
Órgão Expedidor com UF:		Data Expedição:	
CPF:	Título de Eleitor:	Zona:	Seção:
Data de nascimento:		Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	
Endereço residencial completo:		Nº:	Complemento:
Cidade:		UF:	CEP:
Telefone fixo: [ ]		Telefone Celular: [ ]	
E-mail:			
Filiação	Nome completo da mãe:		
	Nome completo do pai:		
<p>Eu, _____, acima qualificado(a), <b>VENHO REQUERER</b> vaga especial como pessoa com deficiência; <b>DECLARO</b> que possuo conhecimento das atribuições da função para o qual me inscrevo, bem como que tenho ciência de que minha deficiência deve ser compatível com as referidas atribuições do função para fins de posse, o que será confirmado quando dos exames médicos admissionais; <b>DECLARO</b> que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros e que estou ciente de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação, ou, ainda, que a não apresentação e/ou a apresentação dos documentos fora dos padrões, prazo e/ou forma solicitados implicará o indeferimento da solicitação; <b>DECLARO</b> que estou ciente de que, constatada falsidade em qualquer momento, poderei responder por crime contra a fé pública, nos termos da lei vigente, o que também acarretará minha eliminação deste certame.</p> <p><b>Diante do exposto:</b></p> <p>(    ) Apresento <b>LAUDO MÉDICO</b> emitido há menos de um ano com CID.</p> <p>(    ) Apresento <b>LAUDO MÉDICO</b> o qual declara expressamente que se trata de deficiência irreversível, com CID, emitido em ____/____/____.</p>			
<b>DESCREVER OS DADOS ABAIXO COM BASE NO LAUDO MÉDICO:</b>			
Tipo de deficiência de que é portador:			
Código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID:			
Nome do Médico Responsável pelo laudo:			

**ATENÇÃO:** Nos termos da legislação vigente, distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples, do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres não serão considerados como deficiência.

Nestes Termos,  
Espera Deferimento.

\_\_\_\_\_  
(Local)

\_\_\_\_\_  
(Data)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Candidato)

**ATENÇÃO SENHOR CANDIDATO:** Favor enviar este Requerimento, juntamente com os documentos necessários, nos termos do Capítulo IV deste edital, via SEDEX, para o endereço da Objetiva Concursos: Rua Casemiro de Abreu, 347, Bairro Rio Branco, Porto Alegre/RS, CEP 90420-001.



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 24 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**ANEXO II**  
**REQUERIMENTO - ATENDIMENTO ESPECIAL**

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame>

Nome completo do candidato:			
Número da Inscrição:		Função:	
Documento de Identidade:			
Órgão Expedidor com UF:		Data Expedição:	
CPF:	Título de Eleitor:	Zona:	Seção:
Data de nascimento:		Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	
Endereço residencial completo:		Nº:	Complemento:
Cidade:		UF:	CEP:
Telefone fixo: [ ]		Telefone Celular: [ ]	
E-mail:			
Filiação	Nome completo da mãe:		
	Nome completo do pai:		
<p>Eu, _____, acima qualificado(a) <b>VENHO REQUERER</b> atendimento especial no dia de realização das provas do Concurso Público, e, <b>DECLARO</b>, desde já, que preencho os requisitos necessários para deferimento da solicitação, que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros e que estou ciente de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação, ou, ainda, que a apresentação dos documentos fora dos padrões, prazo e forma solicitados, implicará indeferimento da solicitação. Declaro, ainda que estou ciente de que, constatada falsidade em qualquer momento, poderei responder por crime contra a fé pública, nos termos da lei vigente, o que também acarretará minha eliminação deste certame.</p>			
<b>MARCAR ABAIXO UM X AO LADO DO TIPO DE ATENDIMENTO ESPECIAL QUE NECESSITA</b>			
<input type="checkbox"/> Acessibilidade no local de provas (Candidato cadeirante).		<input type="checkbox"/> Prova com letra ampliada (Candidato com deficiência visual). Tamanho da fonte: _____	
<input type="checkbox"/> Acessibilidade no local de provas (Candidato com dificuldade de locomoção).		<input type="checkbox"/> Prova em Braille (Candidato com deficiência visual).	
<input type="checkbox"/> Auxílio para preenchimento do cartão de resposta (Candidato com deficiência visual).		<input type="checkbox"/> Sala para amamentação (Candidata lactante).	
<input type="checkbox"/> Auxílio para preenchimento do cartão de resposta (Candidato com deficiência motora que impeça o preenchimento do cartão).		<input type="checkbox"/> Tempo adicional (Candidato que apresentar parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, conforme Lei Federal 7853/89).	
<input type="checkbox"/> Intérprete de Libras (Candidato com deficiência auditiva).		<input type="checkbox"/> Outro (descrever):	
<input type="checkbox"/> Ledor (Candidato com deficiência visual).			
<p><b>ATENÇÃO:</b> Para o atendimento das condições solicitadas, verificar a obrigatoriedade de apresentação de <b>LAUDO MÉDICO</b> com CID emitido há menos de um ano, acompanhado deste requerimento preenchido. No caso de pedido de <u>tempo adicional</u>, é obrigatório <b>PARECER ORIGINAL</b> emitido por especialista da área de sua deficiência justificando sua necessidade junto a esse requerimento.</p>			
<p><b>Dados especiais para aplicação das PROVAS</b> (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário e/ou tratamento especial):</p>			

Nestes Termos,  
Espera Deferimento.

(Local)

(Data)

(Assinatura do Candidato)

**ATENÇÃO SENHOR CANDIDATO:** Favor enviar este Requerimento, juntamente com os documentos necessários, nos termos do Capítulo V deste edital, via SEDEX, para o endereço da Objetiva Concursos: Rua Casemiro de Abreu, 347, Bairro Rio Branco, Porto Alegre/RS, CEP 90420-001.



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 25 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**ANEXO III**  
**REQUERIMENTO DESEMPATE - CONDIÇÃO DE JURADO**

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame>

Nome completo do candidato:			
Número da Inscrição:		Função:	
Documento de Identidade:			
Órgão Expedidor com UF:		Data Expedição:	
CPF:	Título de Eleitor:	Zona:	Seção:
Data de nascimento:		Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	
Endereço residencial completo:		Nº:	Complemento:
Cidade:		UF:	CEP:
Telefone fixo: [ ]		Telefone Celular: [ ]	
E-mail:			
Filiação	Nome completo da mãe:		
	Nome completo do pai:		
<p>Eu, _____, acima qualificado(a), <b>VENHO REQUERER</b> que, em caso de aprovação, restando empatado, haja preferência no critério de desempate pela condição de jurado (conforme Art. 440, Código de Processo Penal). <b>DECLARO</b>, desde já, que preencho os requisitos necessários para deferimento da solicitação, que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros e que estou ciente de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação, ou, ainda, que a apresentação dos documentos fora dos padrões, prazo e forma solicitados, implicará indeferimento da solicitação. Declaro, ainda que estou ciente de que, constatada falsidade em qualquer momento, poderei responder por crime contra a fé pública, nos termos da lei vigente, o que também acarretará minha eliminação deste certame. <b>Assim Sendo</b>, seguem anexos os documentos que comprovam essa condição.</p> <p>( ) <b>DECLARO</b> que tenho pleno conhecimento de que SOMENTE serão aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos expedidos pela Justiça Estadual e Federal do país, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do Art. 440 (Código de Processo Penal), a partir da entrada em vigor da Lei Federal nº 11.689/08.</p>			

Nestes Termos,  
Espera Deferimento.

(Local)

(Data)

(Assinatura do Candidato)

**ATENÇÃO SENHOR CANDIDATO:** Favor enviar este Requerimento, juntamente com os documentos necessários, nos termos do Capítulo X deste edital, via SEDEX, para o endereço da Objetiva Concursos: Rua Casemiro de Abreu, 347, Bairro Rio Branco, Porto Alegre/RS, CEP 90420-001.



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 26 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**ANEXO IV**  
**REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame>

Nome completo do candidato:			
Número da Inscrição:		Função:	
Documento de Identidade:			
Órgão Expedidor com UF:		Data Expedição:	
CPF:	Título de Eleitor:	Zona:	Seção:
Data de nascimento:		Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	
Endereço residencial completo:		Nº:	Complemento:
Cidade:		UF:	CEP:
Telefone fixo: [ ]		Telefone Celular: [ ]	
E-mail:			
Filiação	Nome completo da mãe:		
	Nome completo do pai:		
<p>Eu, _____, acima qualificado, <b>VENHO REQUERER ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO</b> ____/____/____, do _____ <b>[LOCAL]</b>, nos termos da <b>Lei Municipal</b> _____, para:</p> <p><b>[SENHOR CANDIDATO, FAVOR PREENCHER ACIMA O TIPO DE SITUAÇÃO QUE LHE DÁ DIREITO A ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO]. DECLARO</b>, desde já, que preencho os requisitos necessários para deferimento da solicitação, que as informações aqui prestadas e os documentos apresentados são verdadeiros e que estou ciente de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação, ou, ainda, que a apresentação dos documentos fora dos padrões, prazo e forma solicitados, implicará indeferimento da solicitação. Declaro, ainda que estou ciente de que, constatada falsidade em qualquer momento, poderei responder por crime contra a fé pública, nos termos da lei vigente, o que também acarretará minha eliminação deste certame.</p>			

Nestes Termos,  
Espera Deferimento.

\_\_\_\_\_  
(Local)

\_\_\_\_\_  
(Data)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Candidato)

**ATENÇÃO SENHOR CANDIDATO:** Favor proceder conforme exigido no Capítulo III deste edital.



*Seriedade e ética:*  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 27 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**ANEXO V**  
**FORMULÁRIO DE RELAÇÃO DE TÍTULOS**

**EDITAL \_\_\_\_/20\_\_\_\_ - EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

<Para fins de identificação do certame, imprima este anexo na íntegra, inclusive com a parte do cabeçalho onde consta a identidade do certame; Leia atentamente o Capítulo correspondente à Prova de Títulos para preencher este formulário>

DADOS PESSOAIS			
Função:			
Nome completo do candidato:			
Número da Inscrição:		Documento de Identidade:	
<b>Possui alteração de nome?</b> <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	<b>Documento(s) enviado(s) para a comprovação do nome do candidato:</b> (Marque com <b>X</b> no(s) espaço(s) correspondente(s) ao(s) documento(s) entregue(s) para a comprovação do nome) <input type="checkbox"/> Cópia do documento de identidade/RG. <input type="checkbox"/> Cópia da certidão de casamento, separação, averbação no registro civil etc. <input type="checkbox"/> Outro: _____		
<b>ORIENTAÇÕES</b> <b>1º passo:</b> Liste nas linhas abaixo todos os títulos/cursos/certificados enviados (inclusive a escolaridade/requisito da função), conforme o exemplo em vermelho, de forma clara e objetiva, utilizando uma linha para cada título. (Os Títulos apresentados para suprir a escolaridade/requisito ou utilizado pela Banca Avaliadora para supri-los <b>NÃO</b> receberão pontuação). Caso necessite de mais linhas para listar seus títulos, imprima outro formulário e continue o preenchimento. <b>2º passo:</b> Após listar o título, <b>numere o documento físico correspondente</b> com o número que consta na linha.	<b>Relação de documentos enviados/anexados a este Formulário</b>		<b>BANCA AVALIADORA</b> <b>NOTA:</b>
			<b>Avaliação:</b> <b>Revisão:</b>
	<b>Ex:</b> Pós-Graduação lato sensu em Informática Educativa - Universidade		
	1		
	2		
	3		
	4		
	5		
	6		
	7		
8			
9			
10			
<b>REGISTROS (BANCA AVALIADORA):</b>			
Eu, _____, acima qualificado, <b>DECLARO</b> , para os devidos fins, que li e estou ciente e de pleno acordo com as normas contidas no Edital de Abertura das Inscrições e demais publicações e assumo total responsabilidade pelos documentos apresentados e pelas informações prestadas neste formulário.			

Local

Data

Assinatura do candidato

✂ PREENCHA OS DADOS ABAIXO, DESTAQUE ESTE CANHOTO E COLE NA PARTE EXTERNA DO ENVELOPE DE ENTREGA DOS TÍTULOS

**CONCURSO PÚBLICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ - MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**

Nº da inscrição:	<b>BANCA AVALIADORA    NOTA:</b>
Função:	
Nome do candidato:	



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 28 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**ANEXO VI - DESCRITIVO DAS ATRIBUIÇÕES**

**AGENTE DE EDUCAÇÃO: *Exemplo das Atribuições:*** Promover passeios para reconhecimento do ambiente escolar de forma que o educando se familiarize com todos os percursos e através de conversas entenda que cada dependência da Unidade Escolar tem uma função específica; estar sempre comunicando ao educando para onde irá conduzi-lo e o porquê. Se for uma volta aleatória, indagá-lo se consente em ir junto, se aceita ser conduzido como forma de respeitar sua vontade; Observar se houver necessidade de alguma rampa, algum ajuste a se fazer na Unidade Escolar para garantir o Acesso do educando em todos os ambientes, comunicando à Direção escolar caso haja algo impedindo o acesso; Acompanhar a criança ao banheiro, auxiliando na higiene que se fizer necessária com naturalidade, respeito e zelo de forma a não expor o educando em momento tão íntimo; Estimular o contato com outras crianças, nem que para isso o Monitor insira-se nas brincadeiras e a medida que a interação com outra(s) criança(s) vá se dando, retire-se e fique só observando; Procurar junto à família do educando e a equipe técnica da Unidade escolar, a possibilidade de adquirir instrumentos adaptados para a sua alimentação: talheres com reforçador, mesa que se encaixe na cadeira de rodas ou banco adaptado com encosto, bandeja, prato, copo, que facilitem o movimento da criança e que melhor contribuam para a sua independência na hora das refeições; Auxiliar o educando a alimentar-se dando instruções objetivas e claras do que se quer que ela faça; Promover Trabalho com Símbolos referentes à rotina escolar a fim de que o educando vá percebendo-a e adquirindo consequentemente maior respeito as regras e limites em sala; Promover e ou Participar de Jogos e Brincadeiras que reúnam a turma, no início ou no final da aula, para contribuir com o interesse do educando em Permanecer dentro da sala de aula, possibilitando de igual forma a participação efetiva da criança com deficiência; Diversificar os Meios de Acesso ao Conteúdo em Sala de Aula; Promover a independência e autonomia do aluno na Execução das atividades em sala de aula; Manter relacionamento profissional, ético e de parceria com a professora regente; Procurar estabelecer Comunicação e Investigação sobre o Histórico pessoal do educando, tanto familiar quanto escolar.

**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS: *Exemplo das Atribuições:*** Manter os materiais de cozinha sempre limpos; responsabilizar-se pela guarda dos mantimentos e utensílios; servir e atender a chefia sempre que solicitado; efetuar a limpeza de pátios, pisos, sanitários, carpetes e enceramento de pisos; conservar os materiais de limpeza sempre em lugar seguro para evitar possíveis acidentes; zelar pelo asseio e limpeza de todos os ambientes e equipamentos; acatar as orientações e tratar com respeito todos os funcionários e usuários; desempenhar a função com competência, assiduidade, pontualidade, senso de responsabilidade, zelo, discrição e honestidade; cumprir horário pré-estabelecido, bem como participar de reuniões e eventos promovidos pela secretaria e executar com eficiência a limpeza/organização do local de trabalho, proporcionando aos demais um espaço adequado para o desenvolvimento das atividades.

**ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – ORIENTAÇÃO ESCOLAR: *Exemplo das Atribuições:*** Garantir que a escola cumpra a sua função social de construção do conhecimento; Diagnosticar junto à comunidade escolar (direção, especialistas, professores, pais, alunos, APP) as suas reais necessidades e recursos disponíveis e identificar a situação pedagógica da escola; Promover e garantir a articulação entre escola, família e comunidade; Coordenar a elaboração do Projeto Político Pedagógico acompanhando sua execução e oferecendo subsídios atualizados para os docentes; Providenciar, junto à administração superior, recursos financeiros, materiais, físicos e humanos necessários à viabilização do Projeto Político Pedagógico na escola; Coordenar, juntamente com o diretor e secretário de escola, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos; Coordenar a elaboração e acompanhar a execução do planejamento curricular garantindo que a realidade do aluno seja ponto de partida e o redirecionador permanente do currículo; Promover a avaliação permanente do currículo visando o replanejamento; Garantir o acesso e a permanência na escola; Promover o aperfeiçoamento permanente de professores através de reuniões pedagógicas, encontros de estudos visando à construção das competências do docente; Garantir a unidade teoria-prática, conteúdo-forma, meio-fim, todo-partes, técnico político, saber-não-saber; Promover a construção de estratégias pedagógicas que visam separar a rotulagem, discriminação e exclusão das classes marginalizadas; Participar da elaboração do Regimento Escolar; Trabalhar coletivamente para que a escola não se desvie de sua verdadeira função; Promover a análise crítica dos textos didáticos e a elaboração de materiais didáticos mais adequados aos alunos e coerentes com as concepções do homem e da sociedade que direcionam a ação pedagógica; Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos; Contribuir para que a organização de turmas e o horário escolar considerem as condições materiais de vida dos alunos compatibilizando estudo-trabalho; Estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola; Estimular a reflexão coletiva de valores @ liberdade, justiça, honestidade, respeito, solidariedade, fraternidade, comprometimento social; Cumprir com os horários pré-determinados pela escola; Cabe ainda ao Orientador Educacional A promoção do desenvolvimento humano, social e intelectual da clientela que compreende os educandos; Incumbência do aconselhamento vocacional dos educandos, em cooperação com os professores, a família e a comunidade; Promover a participação dos pais e alunos no Projeto Político Pedagógico; Garantir a participação de pais e alunos no Conselho de Classe; Dar apoio aos alunos em necessidades pessoais e em dificuldades comportamentais; em parceria com as famílias. Auxiliar aos educandos em suas necessidades de saúde e de relacionamento pessoal e institucional. Auxiliar aos alunos em suas dificuldades de aprendizagem; Participar do processo de escolha de representantes de turmas (aluno, professor) com vistas ao redimensionamento do processo ensino aprendizagem.

**ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – SUPERVISÃO ESCOLAR: *Exemplo das Atribuições:*** Garantir que a escola cumpra a sua função social de construção do conhecimento; Diagnosticar junto à comunidade escolar (direção, especialistas, professores, pais, alunos, APP) as suas reais necessidades e recursos disponíveis e identificar a situação pedagógica da escola; Promover e garantir a articulação entre escola, família e comunidade; Coordenar a elaboração do Projeto Político Pedagógico acompanhando sua execução e oferecendo subsídios atualizados para os docentes; Providenciar, junto à administração superior, recursos financeiros, materiais, físicos e humanos necessários à viabilização do Projeto Político Pedagógico na escola; Coordenar, juntamente com o diretor e secretário de escola, o Conselho de Classe em seu planejamento, execução, avaliação e desdobramentos; Coordenar a elaboração e acompanhar a execução do planejamento curricular garantindo que a realidade do aluno seja ponto de partida e o redirecionador permanente do currículo; Promover a avaliação permanente do currículo visando o replanejamento; Garantir o acesso e a permanência na escola; Promover o aperfeiçoamento permanente de professores através de reuniões pedagógicas, encontros de estudos visando à construção das competências do docente; Garantir a unidade teoria-prática, conteúdo-forma, meio-fim, todo-partes, técnico político, saber-não-saber; Promover a construção de estratégias pedagógicas que visam separar a rotulagem, discriminação e exclusão das classes marginalizadas; Participar da elaboração do Regimento Escolar; Trabalhar coletivamente para que a escola não se desvie de sua verdadeira função; Promover a análise crítica dos textos didáticos e a elaboração de materiais didáticos mais adequados aos alunos e coerentes com as concepções do homem e da sociedade que direcionam a ação pedagógica; Influir para que todos os funcionários da escola se comprometam com o atendimento às reais necessidades dos alunos; Contribuir para que a organização de turmas e o horário escolar considerem as condições materiais de vida dos alunos compatibilizando estudo-trabalho; Estimular e promover iniciativas de participação e democratização das relações na escola; Estimular a reflexão coletiva de valores @ liberdade, justiça, honestidade, respeito, solidariedade, fraternidade, comprometimento social; Cumprir com os horários pré-determinados pela escola; Cabe ainda ao Supervisor Educacional o acompanhamento dos docentes quanto ao atendimento amplo de suas obrigações a nível pedagógico; Estabelecer parcerias com os docentes para que cada área do conhecimento recupere o seu significado e se articule com a globalidade do conhecimento historicamente construído; Garantir a articulação vertical e horizontal entre os conteúdos pedagógicos; Assessorar os docentes através da ligação do trabalho dos professores com as determinações do



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 29 de 46**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



Projeto Político pedagógico da Unidade Escolar; Oferecer suporte pedagógico em nível de estruturação do trabalho docente com as determinações atuais dos Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de Ensino; Promover a integração entre os alunos no que tange as diversas práticas e atividades formativas intelectivas, culturais e de preparação para o trabalho; Acompanhar e avaliar o aluno estagiário, junto à instituição formadora;

**INSTRUTOR DE INFORMÁTICA:** Exemplo das Atribuições: Orientar os alunos sobre a utilização dos computadores no acesso à internet, visando sua rapidez e precisão, para que o objetivo do manejo dos equipamentos no tocante a pesquisa e estudo sejam atingidos; prestar orientações no âmbito de navegação à internet; executar outros serviços técnicos afins à informática; esclarecer dúvidas relativas ao funcionamento de máquinas (computadores) e ao uso da internet; usar de meios cabíveis para que seja mantida a organização necessária ao recinto, ao local de pesquisa, estudo e reflexão; oferecer condições de pesquisa via internet, através de máquinas que permitam a elaboração de trabalho, cujo objetivo é o de aperfeiçoar e enriquecer os programas escolares; proporcionar aos usuários, computadores com acesso à internet, munidos de programas de editor de texto, para a boa elaboração de trabalhos e pesquisa; auxiliar as pesquisas dos professores para preparar aulas e organizar atividades para os alunos; abrir sites que contenham matérias a serem pesquisadas; oferecer condições para o prefeito e proveitoso uso dos computadores; controlar o acesso às suas informações e suas formas de armazenamento, a manipulação e a transmissão de acordo com as normas; acessar arquivos de outros usuários para garantir a segurança, manutenção e conservação de redes, computadores e sistemas armazenados garantindo todos os privilégios individuais e direitos de privacidade dos usuários os que deverão ser preservados; rever e observar periodicamente as informações, para que não haja violações de leis nem de regulamentos, ou para outros fins; suspender todos os privilégios de determinado usuário em relação ao uso de redes, computadores e sistemas sob sua responsabilidade, por razões ligadas à segurança física e ao bem estar do usuário, ou por razões disciplinares ou relacionadas à segurança e ao bem estar dos outros membros da escola; cumprir horários determinados pela direção da escola; comunicar falhas ou avarias nas máquinas através de relatórios; conhecer e cumprir o projeto pedagógico e o regimento da unidade escolar e desenvolver outras atividades correlatas a sua função.

**INTERPRETE DE LIBRAS:** Exemplo das Atribuições: Atuar em sala de aula e em sala de apoio pedagógico nas unidades educativas da rede regular de ensino, traduzindo e interpretando da língua portuguesa para a língua de sinais e vice-versa nas aulas ministradas pelo Professor; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; levantar e avaliar os dados relativos à realidade de sua classe; zelar pela aprendizagem do aluno; organizar registros de observação dos alunos; participar de atividades extraclasses; realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico; participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades e articulação da escola com a família e a comunidade; integrar órgãos complementares da escola; observar os preceitos éticos de confiabilidade, imparcialidade, discrição e fidelidade na tradução e interpretação; digitar e arquivar documentos relativos à função; prestar serviços em seminários, cursos e reuniões e/ou outros eventos de formação continuada, quando solicitado; participar dos eventos promovidos pela Secretaria de Educação; participar ativamente das atividades que estão sendo desenvolvidas em sala e aula, quando solicitado pelos Gestores; interagir com o professor nas ações pedagógicas planejadas e/ou realizadas na ambiente escolar, quando solicitado; orientar professores quanto às suas possíveis dúvidas em Libras; executar tarefas afins com a educação; realizar as atividades que forem designadas por seu superior hierárquico ou pela Secretária Municipal de Educação.

**MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL:** Exemplo das Atribuições: Auxiliar o professor no atendimento às crianças; prestar cuidados de higiene e alimentação às crianças; conservar a higiene do ambiente de trabalho; zelar pela conservação dos materiais disponíveis na sala de aula; providenciar materiais necessários ao atendimento das crianças nas atividades de rotina; auxiliar o professor na execução das atividades pedagógicas; participar das reuniões de pais, de estudos e pedagógicas, sempre que necessário; auxiliar o professor com sugestões para a elaboração e execução do planejamento e material didático; cooperar com o professor na observação das crianças para o preenchimento da ficha de avaliação pedagógica; participar dos treinamentos sempre que necessário e executar outras atividades compatíveis com o cargo.

**MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR:** Exemplo das Atribuições: Apresentar-se devidamente identificado com crachá contendo o dístico MONITOR, e com aparência pessoal adequada; acompanhar os alunos desde o embarque no transporte escolar até seu desembarque na escola de destino, assim como acompanhar os alunos desde o embarque no final do expediente escolar, até o desembarque nos pontos próprios; identificar a instituição de ensino dos respectivos alunos e deixá-los dentro da respectiva unidade escolar; auxiliar no embarque, desembarque seguro e acomodação dos alunos e seus pertences, com a atenção voltada à segurança destes procurando evitar possíveis acidentes, ressaltando o uso do cinto de segurança; proceder com lisura e urbanidade para com os escolares, pais, professores e servidores dos estabelecimentos de ensino; ajudar os alunos a subir e descer as escadas dos transportes, observando a individualidade e o grau de dificuldade de cada aluno; orientar diariamente os alunos quanto ao risco de acidente, sobre medidas de segurança e comportamento, evitando que coloquem partes de seu corpo para fora da janela, certificando-se de que todos estejam assentados adequadamente dentro do veículo de transporte escolar; zelar pelo bom andamento da viagem, adotando medidas cabíveis de prevenção ou solução de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte; o aluno especial, cuja comprovação se dá através de laudo médico, terá tratamento adequado a sua limitação por parte do monitor; contatar regularmente a Secretaria Municipal de Educação e excepcionalmente o diretor ou responsável pela unidade escolar, mantendo-o informado de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços, bem como mudança de horários ou itinerários eventualmente.

**PROFESSOR (TODOS):** Exemplo das Atribuições: Ministrar aulas e orientar a aprendizagem do aluno; elaborar programas, planos de curso e de aula no que for de sua competência; avaliar o desempenho do aluno atribuindo-lhe notas ou conceitos nos prazos fixados; cooperar com os serviços de orientação e supervisão escolar; promover experiências de ensino e aprendizagem contribuindo para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de reuniões, conselhos de classe, atividades cívicas e outras; promover aulas e trabalhos de recuperação com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; seguir as diretrizes do ensino emanado do órgão superior competente e fornecer dados e apresentar relatório de suas atividades compatíveis com o cargo.

**SECRETÁRIO ESCOLAR:** Exemplo das Atribuições: Coordenar e executar as tarefas da secretaria escolar; organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamentos dos alunos, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e regularidade da vida escolar do aluno e a autenticidade dos documentos escolares; redigir e expedir toda a correspondência oficial da Unidade Escolar.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 30 de 46**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**ANEXO VII - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

**ATENÇÃO CANDIDATO!**

(A) Em todas as provas, quando da citação de legislação, ainda que não mencionadas, devem ser consideradas as emendas e/ou alterações da legislação com entrada em vigor até a data do início das inscrições. Ainda, considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados; (B) Na Prova de Português será exigida a norma ortográfica atualmente em vigor.

**PORTUGUÊS**

**PARA ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - ORIENTAÇÃO ESCOLAR, ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - SUPERVISÃO ESCOLAR e PROFESSOR (TODOS).**

**Conteúdos:** 1) Compreensão, interpretação, estruturação e articulação de textos; significado contextual de palavras e expressões; vocabulário. 2) Ortografia e acentuação. 3) Classes, formação e emprego das palavras. 4) Significação das palavras: sinônimas, antônimas e homônimas. 5) Colocação pronominal. 6) A oração e seus termos. 7) O período e sua construção: coordenação e subordinação. 8) Flexão nominal e verbal. 9) Emprego de tempos, modos e vozes verbais. 10) Concordância nominal e verbal. 11) Regência nominal e verbal. 12) Ocorrência de crase. 13) O uso dos porquês. 14) Pontuação. 15) Figuras de estilo e vícios de linguagem.

**PARA AGENTE DE EDUCAÇÃO (TODOS), INSTRUTOR DE INFORMÁTICA (AMBOS), INTÉRPRETE DE LIBRAS (AMBOS), MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR e SECRETÁRIO DE ESCOLA.**

**Conteúdos:** 1) Compreensão, interpretação, estruturação e articulação de textos; significado contextual de palavras e expressões; vocabulário. 2) Ortografia e acentuação. 3) Classes, formação e emprego das palavras. 4) Significação das palavras: sinônimas, antônimas e homônimas. 5) Colocação pronominal. 6) A oração e seus termos. 7) O período e sua construção: coordenação e subordinação. 8) Flexão nominal e verbal. 9) Emprego de tempos, modos e vozes verbais. 10) Concordância nominal e verbal. 11) Regência nominal e verbal. 12) Ocorrência de crase. 13) O uso dos porquês. 14) Pontuação.

**PARA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**

**Conteúdos:** 1) Compreensão e interpretação de textos; significado contextual e substituição de palavras e expressões; vocabulário; gêneros textuais. 2) Ortografia e acentuação. 3) Classificação das palavras quanto ao número de sílabas; encontros consonantais; divisão silábica; tonicidade: oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas. 4) Pontuação de frases; sinais de pontuação e seu uso. 5) Classificação e flexão de palavras: singular e plural; masculino e feminino; aumentativo e diminutivo. 6) Sinônimos e antônimos. 7) A oração e seus termos. 8) Concordância nominal e verbal. 9) Classificação e função do verbo: regular e irregular; principal e auxiliar. 10) Formas nominais do verbo: infinitivo, gerúndio e particípio. 11) Tempos e modos verbais.

**MATEMÁTICA**

**PARA ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - ORIENTAÇÃO ESCOLAR, ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - SUPERVISÃO ESCOLAR e PROFESSOR (TODOS).**

**Conteúdos:** 1) Conjuntos Numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais - propriedades, operações, representação geométrica. 2) Equações: 1º grau, 2º grau. 3) Funções: função polinomial do 1º grau, função polinomial do 2º grau, função exponencial, função logarítmica. 4) Sequências numéricas: progressão aritmética (PA) e progressão geométrica (PG). 5) Sistemas lineares. 6) Análise Combinatória. 7) Probabilidade. 8) Estatística. 9) Matemática Financeira: juros simples e compostos, descontos, taxas proporcionais. 10) Razão e proporção, regra de três, porcentagem, taxas de acréscimo e decréscimos, taxa de lucro ou margem sobre o preço de custo e sobre o preço de venda. 11) Geometria Plana: unidades de medidas, perímetro e área. Teoremas de Tales e Pitágoras. 12) Geometria Espacial: unidades de medidas, áreas e volume. 13) Raciocínio lógico. 14) Aplicação dos conteúdos anteriormente listados em situações cotidianas.

**PARA AGENTE DE EDUCAÇÃO (TODOS), INSTRUTOR DE INFORMÁTICA (AMBOS), INTÉRPRETE DE LIBRAS (AMBOS), MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR e SECRETÁRIO DE ESCOLA.**

**Conteúdos:** 1) Conjuntos Numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais - propriedades, operações, representação geométrica. 2) Equações e inequações: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica, trigonométrica. 3) Funções: função polinomial do 1º grau, função polinomial do 2º grau, função exponencial, função logarítmica, funções trigonométricas. 4) Trigonometria: triângulo retângulo, triângulos quaisquer, ciclo trigonométrico, relações entre arcos, equações e inequações. 5) Sequências numéricas: progressão aritmética (PA) e progressão geométrica (PG). 6) Matriz, determinante e sistemas lineares. 7) Análise Combinatória. 8) Probabilidade. 9) Estatística. 10) Matemática Financeira: juros simples e compostos, descontos, taxas proporcionais. 11) Razão e proporção, regra de três, porcentagem, taxas de acréscimo e decréscimos, taxa de lucro ou margem sobre o preço de custo e sobre o preço de venda. 12) Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, círculo, circunferência, polígonos regulares inscritos e circunscritos, unidades de medida. Propriedades, perímetro e área. Teoremas de Tales e Pitágoras. 13) Geometria Espacial: poliedros, prismas, pirâmide, cilindro, cone, esfera. Elementos, classificação, unidades de medidas, áreas e volume. 14) Raciocínio lógico. 15) Aplicação dos conteúdos anteriormente listados em situações cotidianas.

**PARA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**

**Conteúdos:** 1) Conjuntos Numéricos: Naturais e Inteiros: propriedades, operações, divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum. Racionais, Irracionais e Reais - propriedades, operações, representação geométrica. 2) Equações e inequações: 1º grau, 2º grau. 3) Sistemas lineares do 1º grau. 4) Polinômios: operações básicas, produtos notáveis, fatoração e equações. 5) Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, círculo, circunferência, polígonos regulares inscritos e circunscritos. Propriedades, perímetro e área. Teoremas de Tales e Pitágoras. 6) Unidade de medida: comprimento, área, volume, capacidade, massa, tempo. 7) Trigonometria: trigonometria no triângulo retângulo. 8) Matemática Financeira: juros simples. 9) Razão; proporção; regra de três; porcentagem. 10) Probabilidade. 11) Estatística. 12) Funções: polinomial do 1º e 2º grau. 13) Raciocínio lógico. 14) Aplicação dos conteúdos anteriormente listados em situações cotidianas.

**LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**PARA AGENTE DE EDUCAÇÃO (TODOS)**

**Conteúdos:** 1) Educação e Sociedade. 2) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 3) Sexualidade. 4) Drogas. 5) Doenças transmissíveis. 6) Adolescência. 7) Teorias Educacionais. 8) Concepções Pedagógicas. 9) Hábitos de higiene. 10) Alimentação. 11) Primeiros socorros. 12) Nutrição: noções gerais. 13) Legislação.

**Referências Bibliográficas:**



*Seriedade e ética:  
 Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 31 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 230).
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município**.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde da Criança**: crescimento e desenvolvimento. Série Cadernos de Atenção Básica, n.33. Brasília.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Dez Passos para uma Alimentação Saudável para crianças brasileiras menores de dois anos**. Brasília.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Vol. 3. Artmed.
- CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. S. **Educação Infantil**: pra que te quero?. Artmed.
- DELVAL, J. **Crescer e Pensar**: a construção do conhecimento na escola. Artmed.
- HUTZ, C. S. **Situações de Risco e Vulnerabilidade na Infância e na Adolescência**: aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo.
- MACHADO, P. B. **Comportamento Infantil**: estabelecendo limites. Editora Mediação. (Cadernos Educação Infantil nº 10).
- MANTOVANI, M. **Quando é Necessário Dizer Não**. Editora Paulinas.
- OUTEIRAL, J. **Adolescer**: estudos revisados sobre adolescência. Revinter.
- PEREIRA, D. Z. et al. **Criando Crianças**. Artmed.
- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos indicados.

#### PARA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

**Conteúdos:** 1) Informações sobre temas relevantes e/ou da atualidade nas áreas de cidadania, educação, cultura, economia, saúde, meio ambiente, consciência ecológica e sustentabilidade. 2) Faxina, limpeza, arrumação e higiene em geral. 3) Noções sobre preparar, servir, guardar e conservar alimentos. 4) Estoque de materiais e gêneros alimentícios. 5) Produtos, materiais, ferramentas e equipamentos de trabalho. 6) Coleta seletiva, separação e destinação correta de resíduos. 7) Noções de segurança do trabalho, higiene pessoal e do ambiente de trabalho. 8) Legislação.

#### Referências Bibliográficas:

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69).
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município**.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7** de 04 de março de 2016. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.
- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos listados.

#### PARA ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - ORIENTAÇÃO ESCOLAR

**Conteúdos:** 1) Educação e Sociedade. 2) O Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. 3) Organização do Trabalho Pedagógico na Escola. 4) Projetos Pedagógicos e Planejamento de Aula. 5) Currículo. 6) Avaliação. 7) Teorias Educacionais e concepções pedagógicas. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso Escolar. 11) Inclusão. 12) Limites, Disciplina e Comportamento. 13) Educação Especial. 14) Orientação Educacional. 15) História e Princípios da Orientação Educacional. 16) Ação Pedagógica e comunidade. 17) Estruturação da Subjetividade e Processos de Ensino-Aprendizagem. 18) Avaliação Psicopedagógica e Intervenção Pedagógica. 19) Orientação Profissional. 20) Diretrizes Curriculares Nacionais. 21) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação de Jovens e Adultos. 24) Legislação.

#### Referências Bibliográficas:

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 232).
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município**.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010**, aprovado em 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD.
- ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. Cortez Editora.
- ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. S (Org.). **O Coordenador Pedagógico e o Espaço da Mudança**. Loyola.
- ÁLVAREZ MENDEZ, J. M. **Avaliar para Conhecer, Examinar para Excluir**. Artmed.
- BASSEDAS, Eulália. et AL. **Intervenção Educativa e Diagnóstico Psicopedagógico**. Artmed.
- BLEGER, J. **Temas da Psicologia**: entrevistas e grupos. Martins Fontes.
- BOYNTON, M.; BOYNTON, C. **Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- CARDOSO, M. S. **Educação Inclusiva e Diversidade**: uma prática educativa junto a alunos com necessidades especiais. Redes.
- CARREIRA, D. **Indicadores da Qualidade na Educação**: relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 32 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Artmed.
- DURANTE, M. **Alfabetização de Adultos**: leitura e produção de textos. Artmed.
- FONSECA, V. da. **Educação Especial**: programa de estimulação precoce, uma introdução às ideias de Feuerstein. Artmed.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.
- GADOTTI, M. **História das Ideias Pedagógicas**. Editora Ática.
- GARCIA, R. L.; ALVES, N (Org.). **O Fazer e o Pensar dos Supervisores e Orientadores Educacionais**. Loyola.
- GARCIA, R. L. **Orientação Educacional**: o trabalho na escola. Loyola.
- GRINSPUN, M. P. S. Z (Org.). **A Prática dos Orientadores Educacionais**. Cortez Editora.
- HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção de pré-escola à universidade. Editora Mediação.
- LUCK, H. **Ação Integrada**: administração, supervisão e orientação educacional. Vozes.
- MACEDO, L. de. **Ensaio Pedagógico**: como construir uma escola para todos?. Artmed.
- MATTOS, R. A. de. **História e Cultura Afro-brasileira**. Editora Contexto.
- MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários para a Educação do Futuro**. Cortez Editora.
- MUNANGA, K (Org.). **Superando o Racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- OLIVEIRA, E. S. G.; GRINSPUN, M. P. S. Z. **Princípios e Métodos de Supervisão e Orientação Educacional**. IESDE.
- OSÓRIO, L. C.; ZILBERMANN, D. **Como Trabalhamos com Grupos**. Artes Médicas.
- OUTEIRAL, J. **Adolescer**: estudos revisados sobre a adolescência. Revinter.
- PERRENOUD, P. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Artmed.
- PIÑÓN, A.; FUNARI, P. P. **A Temática Indígena na Escola**: subsídios para os professores. Editora Contexto.
- PLACCO, V. M. N. S. **Formação e Prática do Educador e do Orientador**: confrontos e questionamentos. Papirus.
- SEQUEIROS, L. **Educar para a Solidariedade**: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Artmed.
- SOLÉ, I. **Orientação Educacional e Intervenção Psicopedagógica**. Artmed.
- SUKIENNIK, P. B (Org.). **O Aluno Problema**: transtornos emocionais de crianças e adolescentes. Mercado Aberto.
- TIBA, I. **Juventude & Drogas**: Anjos caídos. Integrare.
- VASCONCELOS, C. S. **Avaliação da Aprendizagem**: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad.
- VASCONCELOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. Libertad.
- VEIGA, I. P. **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Papirus Editora.

**PARA ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - SUPERVISÃO ESCOLAR**

**Conteúdos:** 1) Educação e Sociedade. 2) O Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. 3) Organização do Trabalho Pedagógico na Escola. 4) Projetos Pedagógicos e Planejamento de Aula. 5) Currículo. 6) Avaliação. 7) Teorias Educacionais e concepções pedagógicas. 8) Formação de Professores. 9) Fracasso Escolar. 10) Educação Especial. 11) Drogas. 12) Inclusão. 13) Limites, Disciplina e Comportamento. 14) História e Princípios da Supervisão Educacional. 15) Educação e Supervisão. 16) Supervisão Educacional. 17) Supervisão e tendências pedagógicas. 18) Supervisão e desenvolvimento institucional da escola. 19) Supervisão e cotidiano escolar. 20) Supervisão educacional e formação da prática transformadora. 21) Identidade Docente e o Coletivo na Escola. 22) Diretrizes Curriculares Nacionais. 23) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 24) Educação das Relações Étnico-Raciais. 25) Educação de Jovens e Adultos. 26) Legislação.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 232).
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município**.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010**, aprovado em 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. Cortez Editora.
- ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. S (Org.). **O Coordenador Pedagógico e o Espaço da Mudança**. Loyola.
- ÁLVAREZ MÉNDEZ, J. M. **Avaliar para Conhecer, Examinar para Excluir**. Artmed.
- ALVES, N (Coord.). **Educação e Supervisão**: o trabalho coletivo na escola. Cortez Editora.
- BOYNTON, M.; BOYNTON, C. **Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- BROSSEAU, G. **Introdução ao Estudo das Situações Didáticas**. Editora Ática.
- CARDOSO, M. S. **Educação Inclusiva e Diversidade**: uma práxis educativa junto a alunos com necessidades especiais. Redes.
- CARREIRA, D. **Indicadores da Qualidade na Educação**: relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Artmed.
- FERREIRA, N. S. C (Org.). **Supervisão Educacional**: para uma escola de qualidade. Cortez Editora.
- FONSECA, V. da. **Educação Especial**: programa de estimulação precoce, uma introdução às ideias de Feuerstein. Artmed.
- GADOTTI, M. **História das Ideias Pedagógicas**. Editora Ática.
- GANDIN, D.; GANDIN, L. A. **Temas para um Projeto Político-Pedagógico**. Vozes.
- GARCIA, R. L.; ALVES, N (Org.). **O Fazer e o Pensar dos Supervisores e Orientadores Educacionais**. Loyola.
- GIANCATERINO, R. **Supervisão Escolar e Gestão Democrática**: um elo para o sucesso escolar. Wak Editora.
- GIANCATERINO, R. **Escola, Professor, Aluno**. Madras.
- GRINSPUN, M. P. S. Z (Org.). **Supervisão e Orientação Educacional**: perspectivas de integração na escola. Cortez Editora.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 33 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



- HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção de pré-escola à universidade. Editora Mediação.
- LUCK, H. **Ação Integrada**: administração, supervisão e orientação educacional. Vozes.
- MACHADO, L. M.; MAIA, G. Z. **Administração e Supervisão Escolar**: questões para o novo milênio. Ed. Pioneira.
- MATTOS, R. A. de. **História e Cultura Afro-brasileira**. Editora Contexto.
- MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- OLIVEIRA, E. S. G. de; GRINSPUN, M. P. S. Z. **Princípios e Métodos de Supervisão e Orientação Educacional**. IESDE.
- PERRENOUD, P. **Construir Competências desde a Escola**. Artes Médicas Sul.
- PERRENOUD, P. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Artmed.
- PIÑÓN, A.; FUNARI, P. P. **A Temática Indígena na Escola**: subsídios para os professores. Editora Contexto.
- RANGEL, M. **Considerações sobre o Papel do Supervisor como Especialista em Educação na América Latina**. Vozes.
- RANGEL, M. **Supervisão Pedagógica**: princípios e práticas. Papirus.
- RANGEL, M.; FREIRE, W. (Org.). **Supervisão Escolar**: avanços de conceitos e processos. Wak Editora.
- SEQUEIROS, L. **Educar para a Solidariedade**: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Artmed.
- SILVA JR., C. A. da; RANGEL, M. (org.). **Nove Olhares sobre a Supervisão**. Papirus.
- SUKIENNIK, P. B. (Org.). **O Aluno Problema**: transtornos emocionais de crianças e adolescentes. Mercado Aberto.
- TIBA, I. **Juventude & Drogas**: Anjos Caídos. Integrare.
- UNESCO. **O Perfil dos Professores Brasileiros**: o que fazem, o que pensam, o que almejam... - Pesquisa Nacional UNESCO - São Paulo: Moderna.
- VASCONCELOS, C. S. **Avaliação da Aprendizagem**: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad.
- VASCONCELOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. Libertad.
- VEIGA, I. P. **Projeto Político Pedagógico da Escola**: uma construção possível. Papirus Editora.

**PARA INSTRUTOR DE INFORMÁTICA (AMBOS)**

**Conteúdos:** 1) Informática em Geral: conceitos. 2) Periféricos de um Computador. 3) Hardware: conceitos básicos, instalação, configuração e manutenção de dispositivos de hardware, funcionamento de componentes e periféricos. 4) Segurança da Informação. 5) Instalação, utilização e configurações básicas dos Sistemas Operacionais Linux e Windows 8 e 10. 6) Instalação, configuração e utilização: Word 2010, Excel 2010, Outlook 2010 e PowerPoint 2010 e suas respectivas versões posteriores. 7) Noções de segurança para Internet. 8) Configuração e utilização de Impressoras. 9) Instalação, configuração e utilização: Internet Explorer 11, Google Chrome 74, Mozilla Firefox 61 e suas respectivas versões posteriores. 10) Limites, Disciplina e Comportamento. 11) Inclusão, acessibilidade e diversidade. 12) Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, de ferramentas, de aplicativos e de procedimentos de informática. 13) Educação escolar e a informática. 14) Formas de uso dos computadores na educação. 15) Possíveis vantagens do uso da informática na escola. 16) Requisitos para o uso da informática na educação escolar. 17) A informática e os problemas escolares de aprendizagem. 18) Informática Educativa. 19) Legislação.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69).
- BRASIL. **Decreto nº 6.300**, de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município**.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.
- ALMEIDA, Fernando José de. **Educação e Informática**: os computadores na escola. Cortez.
- BOYNTON, M.; BOYNTON, C. **Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- CERT.BR. **Cartilha de Segurança para Internet**. Disponível em <http://cartilha.cert.br/>.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Vol. 3. Artmed.
- COX, Kenia Kodel. **Informática na educação escolar**. Autores Associados.
- CRUZ, Maria Lúcia R. M. da; WEISS, Alba Maria L. **A Informática e os problemas escolares de aprendizagem**. DP&A.
- GOOGLE CHROME. **Ajuda do Google Chrome** (Ajuda integrada e on-line).
- JUNIOR, Cícero Caiçara; PARIS, Wanderson Stael. **Informática, Internet e Aplicativos**. IBPEX.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** Moderna.
- MANTOVANI, M. **Quando é Necessário Dizer Não**. Editora Paulinas.
- MICROSOFT CORPORATION. **Ajuda integrada e on-line** do: Windows, Internet Explorer, Outlook, Excel, Word e Power Point.
- MICROSOFT PRESS. **Dicionário de Informática**. Tradução de Valeria Chamon. Campus.
- MORAES, Raquel de Almeida. **Informática na Educação**. DP&A.
- MOZILLA FIREFOX. **Ajuda do Firefox** (Ajuda integrada e on-line).
- SUKIENNIK, P. B. (Org.). **O Aluno Problema**: transtornos emocionais de crianças e adolescentes. Mercado Aberto.
- TORRES, Gabriel. **Hardware**: curso completo. Axcel Books.
- VALENTE, José Armando (Org.). **O computador na sociedade do conhecimento**. UNICAMP/NIED.
- VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática**: conceitos básicos. Campus.
- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos listados.

**PARA INTERPRETE DE LIBRAS (AMBOS)**

**Conteúdos:** 1) Identidades e cultura surda. 2) História do profissional tradutor e intérprete de língua de sinais. 3) Língua de sinais brasileira. 4) O intérprete de língua de sinais. 5) Código de ética. 6) Regulamento para atuação como tradutor e intérprete de língua de sinais. 7) A formação de intérpretes no mundo e no Brasil. 8) O intérprete educacional. 9) Modelos de tradução de interpretação. 10) O intérprete e os discursos a interpretar. 11) O contraste entre a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa. 12) Limites, Disciplina e Comportamento. 13) Inclusão, acessibilidade e diversidade. 14) Legislação.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 34 de 46**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 232).
- BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 12.319**, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município**.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. SEESP. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**.
- BOYNTON, M.; BOYNTON, C. **Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- BRITO, Lucinda Ferreira. **Integração Social e Educação de Surdos**. Babel.
- **Código de Ética do Intérprete**. Parte integrante do Regimento Interno do Departamento.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Vol. 3. Artmed.
- GOES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e Educação**. Autores Associados.
- GOLDFELD, Márcia. **A criança surda**. Plexus.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GOES, Maria Cecília Rafael de. **Surdez Processos Educativos e Subjetividade**. Lovize.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** Moderna.
- MANTOVANI, M. **Quando é Necessário Dizer Não**. Editora Paulinas.
- QUADROS, Ronice Muller. **Educação de Surdos**: Aquisição da Linguagem. Artes Médicas.
- RODRIGUES, Cristiane Seimet; VALENTE, Flávia. **Intérprete de Libras**. IESDE Brasil S.A.
- SILVA, Ivani Rodrigues; KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria (Orgs). **Cidadania, surdez e linguagem**: desafios e realidades.
- SKLIAR, Carlos (org.). **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Mediação.
- SOUZA, Regina Maria de. **Que palavra que te falta?** Martins Fontes.
- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos indicados.

**PARA MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

**Conteúdos:** 1) Família e escola. 2) Desenvolvimento Infantil. 3) Repouso e sono. 4) Recreação, entretenimento, brinquedos e brincadeiras. 5) Nutrição e Alimentação. 6) Higiene e cuidados corporais das crianças. 7) Saúde e bem-estar das crianças. 8) Prevenção de acidentes e primeiros socorros. 9) Arrumação e manutenção da ordem e limpeza no ambiente de trabalho. 10) Organização dos Espaços e Rotina na Educação Infantil/Creche. 11) Comportamento, disciplina e limites. 12) Inclusão, acessibilidade e diversidade. 13) Legislação.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 232).
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município**.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Brinquedos e Brincadeiras de Creches**: Manual de Orientação Pedagógica.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Proinfantil, Módulo III, Unidade 6 - Livro de Estudo, Vol. 2**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Orientação para a Alimentação Escolar na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Vol. I, II e III.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Dez Passos para uma Alimentação Saudável para crianças brasileiras menores de dois anos**. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da Criança**: crescimento e desenvolvimento. Série Cadernos de Atenção Básica, n.33. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Educação. CEERT: Instituto Avisa Lá. Formação Continuada de Educadores. **Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial**.
- BOYNTON, M.; BOYNTON, C. **Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Vol. 3. Artmed.
- CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. S. **Educação Infantil**: pra que te quero?. Artmed.
- GOLDSCHMIED, E. **Educação de 0 a 3 Anos**: o atendimento em creche. Artmed.
- GONZALEZ-MENA, J. **Fundamentos da Educação Infantil**: ensinando crianças em uma sociedade diversificada. AMGH.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos infantis**: o jogo, a criança e a educação. Vozes.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 35 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



- MACHADO, P. B. **Comportamento Infantil**: estabelecendo limites. Editora Mediação. (Cadernos Educação Infantil nº 10).
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** Moderna.
- MANTOVANI, M. **Quando é Necessário Dizer Não**. Editora Paulinas.
- MINOZZO, E. L.; ÁVILA, E. P. **Escola Segura**: prevenção de acidentes e primeiros socorros. Editora Age.
- PEREIRA, D. Z. et al. **Criando Crianças**. Artmed.
- UNESCO. **Cadernos Pedagógicos. Série Fundo do Milênio para a Primeira Infância**.
- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos indicados.

**PARA MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR**

**Conteúdos:** 1) Prevenção de acidentes e primeiros socorros. 2) Noções de conservação de veículos. 3) Noções de conhecimento de itens de segurança veicular. 4) Segurança e higiene do trabalho. 5) Saúde e bem-estar das crianças. 6) Comportamento, disciplina e limites. 7) Inclusão, acessibilidade e diversidade. 8) Legislação.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 11; Art. 14. Da Organização do Estado - Art. 29 a 30; Art. 37 a 41).
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- BRASIL. **Lei nº 9.503**, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Legislação complementar atualizada até a publicação do presente edital.
- BRASIL. Resoluções do Contran em vigor, disponíveis no link <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>.
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município**.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.

- BOYNTON, M.; BOYNTON, C. **Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- MACHADO, P. B. **Comportamento Infantil**: estabelecendo limites. Editora Mediação. (Cadernos Educação Infantil nº 10).
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** Moderna.
- MANTOVANI, M. **Quando é Necessário Dizer Não**. Editora Paulinas.
- Link: <<http://criancasegura.org.br/page/dicas-de-prevencao-transporte>>
- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos indicados.

**PARA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (TODOS)**

**Conteúdos:** 1) Desenvolvimento infantil. 2) Organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil. 3) A organização do espaço na Educação Infantil. 4) Rotinas na Educação Infantil. 5) Projetos pedagógicos e planejamento para o trabalho em Educação Infantil. 6) Avaliação na Educação Infantil. 7) Teorias educacionais. 8) Concepções Pedagógicas. 9) Grafismo. 10) Desenho infantil. 11) Limites, Disciplina e Comportamento Infantil. 12) Psicomotricidade. 13) Prática Educativa. 14) O lúdico como instrumento de aprendizagem. 15) O jogo e o brincar. 16) Sexualidade. 17) Educação Especial e Educação Inclusiva. 18) Formação de Professores. 19) Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. 20) Linguagens e Linguagens Geradoras. 21) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 22) Práticas promotoras de igualdade racial. 23) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 24) Educação das Relações Étnico-Raciais. 25) Educação para Todos. 26) Diretrizes Curriculares Nacionais. 27) Legislação. Didática da Matemática: 1) O jogo e o ensino de Matemática. 2) O Ensino e Aprendizagem da Matemática e Suas Implicações Teóricas. 3) A Compreensão dos Conceitos Matemáticos pelas Crianças. 4) A Construção do Conhecimento Matemático. 5) Práticas pedagógicas.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 232).
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município**.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010**, aprovado em 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Brinquedos e Brincadeiras de Creches**: manual de orientação pedagógica. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Infantil e Práticas Promotoras de Igualdade Racial**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT: Instituto Avisa lá - Formação Continuada de Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Vol. I, II e III.
- ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. Cortez Editora.
- ALVES, E. M. S. **A Ludicidade e o Ensino de Matemática**: uma prática possível. Papirus.
- ANTUNES, C. **As Inteligências Múltiplas e seus Estímulos**. Papirus.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 36 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



- BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Projetos Pedagógicos na Educação Infantil**. Artmed.
- BARBOSA, M. C. S. **Por Amor e Por Força**: rotinas na educação infantil. Artmed.
- BEYER, H. O. **Inclusão e Avaliação na Escola de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Editora Mediação.
- BOYNTON, M.; BOYNTON, C. **Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- CARDOSO, M. S. **Educação Inclusiva e Diversidade**: uma prática educativa junto a alunos com necessidades especiais. Redes.
- CARREIRA, D. **Indicadores da Qualidade na Educação**: relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa.
- CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M. (Org.). **Interação Escola-Família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Artmed.
- CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. P. S. **Educação Infantil**: pra que te quero?. Artmed.
- CRAIDY, C. M. (Org.). **Convivendo com Crianças de 0 a 6 Anos**. Editora Mediação.
- CUNHA, S. R. V. da (Org.). **Cor, Som, Movimento**: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Editora Mediação. (Cadernos Educação Infantil)
- FONSECA, V. da. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem**. Artmed.
- FONSECA, V. da. **Educação Especial**: programa de estimulação precoce, uma introdução às ideias de Feuerstein. Artmed.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.
- GIANCATERINO, R. **Escola, Professor, Aluno**. Madras.
- GIGANTE, A. M. B.; SANTOS, M. B. dos. **Práticas Pedagógicas em Matemática**: espaço, tempo e corporeidade. Edelbra.
- GONZALEZ-MENA, J. **Fundamentos da Educação Infantil**: ensinando crianças em uma sociedade diversificada. AMGH.
- GREIG, P. **A Criança e seu Desenho**: o nascimento da arte e da escrita. Artmed.
- HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção de pré-escola à universidade. Editora Mediação.
- HOFFMANN, J. **Avaliação na Pré-Escola**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Editora Mediação.
- HORN, M. G. S. **Sabores, Cores, Sons, Aromas**: a organização dos espaços na educação infantil. Artmed.
- JUNQUEIRA FILHO, G. A. **Linguagens Geradoras**: seleção e articulação de conteúdos em educação infantil. Editora Mediação.
- KISHIMOTO, T. M.; OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. **Em Busca da Pedagogia da Infância**: pertencer e participar. Penso.
- LORENZATO, S. **Educação Infantil e Percepção Matemática**. Autores Associados.
- MACEDO, L. de. **Ensaio Pedagógico**: como construir uma escola para todos?. Artmed.
- MACEDO, L. de; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar. Artmed.
- MACHADO, P. B. **Comportamento Infantil**: estabelecendo limites. Editora Mediação.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? por quê? como fazer?. Editora Moderna.
- MANTOVANI, M. **Quando é Necessário Dizer Não!**. Paulinas.
- MARINHO, H. R. B. (Org.). **Pedagogia do Movimento**: universo lúdico e psicomotricidade. Ibpx.
- MATTOS, R. A. de. **História e Cultura Afro-Brasileira**. Editora Contexto.
- MEREDIEU, F. de. **O Desenho Infantil**. Cultrix.
- MINGUET, P. A. (Org.). **A Construção do Conhecimento na Educação**. Artmed.
- MOYLES, J. R. **Só Brincar?** opapel do brincar na educação infantil. Artmed.
- MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- OLIVEIRA, Z. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. Cortez Editora.
- PANIZZA, M. et al. **Ensinar Matemática na Educação Infantil e nas Séries Iniciais**: análise e propostas. Artmed.
- PERRENOUD, P. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Artmed.
- PIÑÓN, A.; FUNARI, P. P. **A Temática Indígena na Escola**: subsídios para os professores. Editora Contexto.
- REIS, S. M. G. dos. **A Matemática no Cotidiano Infantil**: jogos e atividades com crianças de 3 a 6 anos para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático. Papyrus.
- SEQUEIROS, L. **Educar para a Solidariedade**: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Artmed.
- SMOLE, K. S. **A Matemática na Educação Infantil**: a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar. Artmed.
- SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. **Resolução de Problemas**. Artmed. (Coleção Matemática de 0 a 6 Anos)
- SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. **Figuras e Formas**. Artmed. (Coleção Matemática de 0 a 6 Anos)
- STOBÄUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. **Educação Especial**: em direção à educação inclusiva. EDIPUCRS.
- SUKIENNIK, P. B. (Org.). **O Aluno Problema**: transtornos emocionais de crianças e adolescentes. Mercado Aberto.
- VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da Aprendizagem**: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad.
- VYGOTSKY, L. S. **Formação Social da Mente**. Martins Fontes.
- ZABALA, A. **A Prática Educativa**: como ensinar. Artmed.
- ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil**. Artmed.

**PARA PROFESSOR DE SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS (TODOS)**

**Conteúdos:** 1) O Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. 2) Planejamento de Aula e Prática Educativa. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Avaliação. 6) Fracasso Escolar. 7) Disciplina e Limites. 8) Educação Inclusiva. 9) Diretrizes Curriculares Nacionais. 10) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 11) Educação das Relações Étnico-Raciais. 12) Legislação. 13) Papel do professor frente aos alunos com necessidades educacionais especiais. 14) Metodologias de ensino e aprendizagem. 15) Práticas pedagógicas. 16) Atendimento Educacional Especializado. 17) A inserção escolar - relações entre família e escola. 18) Educação inclusiva e escolarização. 19) Conceito de Necessidades Educacionais Especiais e Serviços em Educação Especial. 20) Organização do tempo e espaço físico na escola. 21) Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 22) Deficiência auditiva, Deficiência Física, Deficiência Mental, Deficiência Visual, Transtornos globais do Desenvolvimento. 23) Avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. 24) Avaliação do Aluno com NEE. 25) Desenvolvimento global da criança e do adolescente. 26) Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. 27) Educação e Diversidade. 28) Práticas pedagógicas. 29) Declaração de Salamanca. 30) Recursos Multifuncionais. 31) Legislação.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 232).
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 37 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município.**
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010**, aprovado em 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial. Publicações **Saberes e práticas da inclusão**. Disponível no site do MEC.
- BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial. Coleção **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. Disponível no site do MEC.
- ANTUNES, Celso. **As Inteligências Múltiplas e seus Estímulos**. Ed. Papyrus.
- BAPTISTA, Claudio Roberto (org.). **Inclusão e escolarização**: múltiplas perspectivas. Mediação.
- BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Mediação.
- BIANCHETTI, Lucídio (org.). **Um olhar sobre a diferença**. Papyrus, (série ed especial).
- BOYNTON, Mark; BOYNTON, Christine. **Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- CARDOSO, Marilene da Silva. **Educação Inclusiva e Diversidade**: uma práxis educativa junto a alunos com necessidades especiais. Redes Editora.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Mediação.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Artmed.
- **Declaração de Salamanca** - disponível no site: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>
- FERNÁNDEZ, Alicia. **Os Idiomas do Aprendente**: análise das modalidades ensinantes com famílias, escolas e meios de comunicação. Artmed.
- FONSECA, Vitor da. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem**. Artmed.
- FONSECA, Vitor da. **Educação especial**. Artes Médicas.
- FONSECA, Vitor da. **EDUCAÇÃO ESPECIAL. Programa de Estimulação Precoce**: uma introdução às ideias de Feuerstein. Artmed.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** - Saberes Necessários à Prática Educativa. Paz e Terra.
- GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob - **Educação Especial**- Caminhos Pedagógicos. Vozes.
- GARCIA, Jesus Nicasio. **Manual de Dificuldades de Aprendizagem**: linguagem, leitura, escrita e matemática. Artmed.
- GIANCATERINO, Roberto. **Escola, Professor, Aluno**. Madras.
- GONZALEZ, E. **Necessidades educacionais específicas - intervenção psicoeducacional**. Artmed.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção de pré-escola à universidade. Mediação.
- MANTOAN, MARIA Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? Moderna.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** Editora Moderna.
- MAZZOTTA, Marcos José. **Educação Especial no Brasil**: histórias e políticas públicas. Cortez.
- MINGUET, Pilar Aznar (Org.) **A Construção do Conhecimento na Educação**. Artmed.
- MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Cortez.
- OUTEIRAL, José. **Adolescer**: estudos revisados sobre a adolescência. Revinter.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez novas Competências para Ensinar**. Artmed.
- PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia diferenciada**: das intenções à ação. Artmed.
- PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia na escola das diferenças**: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Artmed.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Artmed.
- STOBÁUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. **Educação Especial**: em direção à escola inclusiva. EDIPUCRS.
- SUKIENNIK, Paulo Berél. **O Aluno Problema**. Mercado Aberto.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da Aprendizagem**: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad.
- ZABALA, A. **A Prática Educativa - como ensinar**. Artmed.
- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos indicados.

**PARA PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E FINAIS)) (TODOS)**

**Conteúdo 1:** 1) O Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. 2) Planejamento de Aula e Prática Educativa. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Avaliação. 6) Fracasso Escolar. 7) Disciplina e Limites. 8) Educação Inclusiva. 9) Diretrizes Curriculares Nacionais. 10) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 11) Educação das Relações Étnico-Raciais. 12) Legislação. **Conteúdo 2:** 1) Movimentos, Esportes e Jogos na Infância; A transformação didática do esporte; fundamentos pedagógicos para o trato do conhecimento esporte; práticas didáticas para um conhecimento de si de crianças e jovens na educação física. Cognição; motricidade. 2) Lazer e Cultura; Conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer; vivência lúdica no lazer: humanização pelos jogos; brinquedos e brincadeiras. 3) Exercício físico e cultura esportiva; Esporte e mídia: do jogo ao telespetáculo; o discurso midiático sobre exercício físico, saúde e estética - implicações na educação física escolar; a televisão e a mediação tecnológica do esporte; Concepção crítico emancipatória da educação física. 4) O esporte, a criança e o adolescente. Esportes, jogos e atividades rítmicas e expressivas: Características socioafetivas, motoras e cognitivas; Jogo cooperativo; Perspectivas educacionais por meio da ludicidade; Regulamentos e regras do esporte institucionalizado. 5) O treinamento esportivo precoce; o talento esportivo na escola; o fenômeno esportivo enquanto realidade educacional; as diferentes interpretações do movimento humano; o interesse na análise do movimento pelas atividades lúdicas: brinquedo e jogo; o interesse pedagógico-educacional no movimento humano; os interesses da educação física no ensino do movimento, interesse na análise do movimento dança; o interesse na análise do movimento na aprendizagem motora; o interesse na análise do movimento nos esportes. 6) Educação física no currículo escolar; metodologia e mudança metodológica do ensino de educação física; visão pedagógica do movimento; o conteúdo esportivo na aula de educação física; avaliação do processo ensino-aprendizagem nas aulas de educação física. 7) Educação física e esporte; reflexões sobre a escola capitalista e a educação física escolar; o lugar e o papel do esporte na escola; gênese esportiva e seus laços com a educação física escolar. 8) Atividades para o Ensino Fundamental. 9) Atividade física, exercício físico, saúde e qualidade de vida. 10) Atividade Física e Exercício Físico: definições e funções na vida do homem atual. 11) Aspectos fisiológicos da atividade física e do exercício físico na formação humana. 12) Benefícios do exercício físico para a saúde de escolares. 13) Educação Física e Saúde na formação de indivíduos na sociedade atual. 14) Exercício físico: riscos e benefícios à saúde na formação de crianças, jovens e adultos. 15) Aspectos biológicos do crescimento físico e suas implicações no desenvolvimento motor. 16) Anatomia humana, aspectos biomecânicos do movimento humano; Cinesilogia; Motricidade Humana. 17) Primeiros socorros para as aulas de educação física; atividades esportivas e acidentes durante as aulas; acidentes e primeiros socorros nas aulas de educação física; acidentes mais comuns em aulas de educação física. 19) Parâmetros Curriculares Nacionais. 20) Legislação.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 38 de 46**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 232).
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município**.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010**, aprovado em 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos - Orientações Gerais**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno de Reflexões - Jovens de 15 a 17 Anos no Ensino Fundamental**.
- BOYNTON, Mark; BOYNTON, Christine. **Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- COLL, C; MARCHESI, A; PALACIOS J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Vol. 3. Artmed.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** - Saberes Necessários à Prática Educativa. Paz e Terra.
- GIANCATERINO, Roberto. **Escola, Professor, Aluno**. Madras.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção de pré-escola à universidade. Mediação.
- MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** Editora Moderna.
- MINGUET, Pilar Aznar (Org.) **A Construção do Conhecimento na Educação**. Artmed.
- MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Cortez.
- OUTEIRAL, José. **Adolescer**: estudos revisados sobre a adolescência. Revinter.
- PERRENOUD, Philippe. **Dez novas Competências para Ensinar**. Artmed.
- SUKIENNIK, Paulo Berél. **O Aluno Problema**. Mercado Aberto.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da Aprendizagem**: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad.
- ZABALA, A. **A Prática Educativa - como ensinar**. Artmed.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Educação Física.
- ALMEIDA, Telma Teixeira de Oliveira. **Jogos e brincadeira**. São Paulo: Cortez.
- ARRIBAS, TERESA LLEIXÁ. **A Educação Física dos 3 aos 8 anos**. Artmed.
- ASSIS, Sávio de O. **Reinventando o Esporte**: possibilidades da prática pedagógica. (Coleção Educação Física e esportes). Autores Associados, chancela editorial CBCE.
- BARBANTI, Valdir J. **Teoria e Prática do Treinamento Esportivo**. Blucher.
- BEHNKE, R. S. **Anatomia do Movimento**. Artmed.
- BRIKMAN, L. **Linguagem do Movimento Corporal**. Summus.
- CALAIS-GERMAIN, Blandine. **Anatomia para o Movimento**: introdução à análise das técnicas corporais. Manole.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. Cortez.
- DAOLO, Jocimar. **Educação física e o conceito de cultura**. Autores Associados.
- DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar**. Atheneu.
- DE MARCO, Ademir (org.). **Educação Física: Cultura e Sociedade**. Papyrus.
- DIEM, Liselott. **Esportes para Crianças**: uma Abordagem Pedagógica. Viver.
- FERNANDES FILHO, J. **A prática da Avaliação Física: Testes, Medidas e Avaliação Física em Escolares, Atletas e Academias de Ginástica**. Shape.
- FLEGEL, Melinda J. **Primeiros Socorros no Esporte**. Ed. Manole.
- FOX, E. L. **Bases Fisiológicas da Educação Física e dos Desportos**. Guanabara Koogan.
- FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro**. Scipione.
- GAIO, Roberta; SEABRA JUNIOR, Luiz; DELGADO, Maurício Aníbal. **Formação profissional em Educação Física**. Fontoura.
- GALLAHUE, D. L. & OZMUN, J. C. **Compreendendo o Desenvolvimento Motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. Phorte.
- HILDEBRANDT-STRAMANN, Reinier. **Textos Pedagógicos sobre o Ensino da Educação Física**. Unijuí.
- HURTADO, Johann G. G. Melcherts. **O Ensino da Educação Física**: uma abordagem didático-metodológica. Prodil.
- KUNZ, Elenor. **Transformação Didático-Pedagógica do Esporte**. Unijuí.
- MAGILL, Richard A. **Aprendizagem Motora**: conceitos e aplicações. Ed. Edgard Blucher Ltda.
- MARCELLINO, N. C. **Pedagogia da Animação**. Papyrus.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer**: uma introdução. Autores Associados.
- MCGINNIS, P. M. **Biomecânica do Esporte e Exercício**. Artmed.
- MENESTRINA, E. **Educação Física e Saúde**. Unijuí.
- MEZZADRI, F. M.; CAVICHIOLLI, F. R.; SOUZA, D. L. de. **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas**. Fontoura.
- NEGRINE, Airton. **Educação Psicomotora**: a Lateralidade e a Orientação Espacial. Pallotti.
- NISTA-PICCOLO, Vilma; TOLEDO, Eliana de (Orgs.). **Abordagens pedagógicas do esporte: Modalidades convencionais e não convencionais**. Papyrus.
- NISTA-PICCOLO, Vilma; MOREIRA, Wagner Wey. **Corpo em movimento na educação infantil**. Cortez.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 39 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



- NISTA-PICCOLO, Vilma; MOREIRA, Wagner Wey. **Esporte como conhecimento e prática nos anos iniciais do ensino fundamental**. Cortez.
- NISTA-PICCOLO, Vilma; MOREIRA, Wagner Wey. **Esporte para a saúde nos anos finais do ensino fundamental**. Cortez.
- NISTA-PICCOLO, Vilma; MOREIRA, Wagner Wey. **Esporte para a vida no ensino médio**. Cortez.
- NOVAES, Jefferson da Silva; NOVAES, Giovanni da Silva. **Manual de Primeiros Socorros para Educação Física**. Sprint.
- PIRES, Giovani De L. **Educação Física e o Discurso Midiático**: abordagem crítico-emancipatória. Unijuí.
- PITANGA, F. J. G. **Testes, medidas e avaliação em educação física**. Phorte.
- RASCH, Philip J. **Cinesiologia e anatomia aplicada**. Guanabara Koogan.
- ROSE JR, Dante de. et al. **Esporte e Atividade Física na Infância e na Adolescência**: Uma abordagem multidisciplinar. Artmed.
- SCALON, Roberto Mário (org.). **A psicologia do esporte e a criança**. EDIPUCRS.
- SOLER, Reinaldo. **Educação Física Escolar**. Ed. Sprint.
- TANI, G.; MANOEL, E. J.; KOKUBUN, E.; PROENÇA, J. E. **Educação Física Escolar**. Fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. Edusp/ EPU.
- TOLKMITT, Valda Marcelino. **Educação Física numa Concepção Sociointeracionista** - de 5ª a 8ª série. Módulo.
- TORTORA, G. **Princípios de anatomia e fisiologia**. Guanabara Koogan.
- TRITSCHLER, K. **Medida e Avaliação em Educação Física e Esportes** de Barrow e McGee. Manole.

**PARA PROFESSOR SÉRIES/ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (TODOS)**

**Conteúdos:** 1) Infância: Educação e Sociedade. 2) Desenvolvimento da Criança. 3) Concepções Pedagógicas. 4) Teorias Educacionais. 5) Planejamento Pedagógico. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) O Lúdico como Instrumento de Aprendizagem. 9) A Importância do Jogo na Aprendizagem. 10) Fracasso Escolar. 11) Grafismo. 12) Limites, Disciplina e Comportamento Infantil. 13) Psicomotricidade. 14) Prática Educativa. 15) Formação de Professores. 16) Educação Especial e Educação Inclusiva. 17) Sexualidade. 18) Dificuldades de Aprendizagem. 19) Alfabetização. 20) Educação de Jovens e Adultos. 21) Cidadania. 22) Parâmetros Curriculares Nacionais. 23) Ensino Fundamental de Nove Anos. 24) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 25) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 26) Educação das Relações Étnico-Raciais. 27) Educação para Todos. 28) Diretrizes Curriculares Nacionais. 29) Legislação. Didática da Matemática: 1) O jogo e o ensino de Matemática. 2) O Ensino e Aprendizagem da Matemática e Suas Implicações Teóricas. 3) A Compreensão dos Conceitos Matemáticos pelas Crianças. 4) A Construção do Conhecimento Matemático. 5) Princípios de Aprendizagem. 6) Práticas pedagógicas. 7) O Conceito de Numeralização. 8) Ensino da Aritmética, de Frações e da Geometria.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 232).
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município**.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.
- BRASIL. Ministério da Educação. **A Criança de 6 anos, a Linguagem Escrita e o Ensino Fundamental de Nove Anos**: orientações para o trabalho com a linguagem escrita em turmas de crianças de seis anos de idade. Belo Horizonte.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos**: orientações gerais. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, Estação Gráfica.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010**, aprovado em 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Ensino de primeira a quarta série. Brasília: MEC/SEF.
- ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. Cortez Editora.
- ALVES, E. M. S. **A Ludicidade e o Ensino de Matemática**: uma prática possível. Papirus.
- ANTUNES, C. **As Inteligências Múltiplas e seus Estímulos**. Papirus.
- BEYER, H. O. **Inclusão e Avaliação na Escola de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Editora Mediação.
- BOYNTON, M.; BOYNTON, C. **Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- CARDOSO, M. S. **Educação Inclusiva e Diversidade**: uma prática educativa junto a alunos com necessidades especiais. Redes Editora.
- CARREIRA, D. **Indicadores da Qualidade na Educação**: relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa.
- CARRETERO, M. **Construir e Ensinar**: as Ciências Sociais e a História. Artmed.
- CASTORINA, J.A. et al. **Piaget e Vygotsky**: novas contribuições para o debate. Editora Ática.
- CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M (Org.). **Interação escola-família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Vol. 3. Artmed.
- DALLA ZEN, M. I. H.; XAVIER, M. L. M (Org.). **Alfabetizar**: fundamentos e práticas. Editora Mediação.
- DURANTE, M. **Alfabetização de Adultos**: leitura e produção de textos. Artes Médicas.
- FERREIRO, E. **Reflexões sobre Alfabetização**. Cortez Editora.
- FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Artmed.
- FONSECA, V. da. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem**. Artmed.
- FONSECA, V. da. **Educação Especial**: programa de estimulação precoce, uma introdução às ideias de Feuerstein. Artmed.
- FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. Cortez Editora.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 40 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



- GIANCATERINO, R. **Escola, Professor, Aluno**. Madras.
- GIGANTE, A. M. B.; SANTOS, M. B. dos. **Práticas Pedagógicas em Matemática**: espaço, tempo e corporeidade. Edelbra.
- GOLBERT, C. S. **Matemática nas Séries Iniciais**: o sistema decimal de numeração. Editora Mediação.
- GOLBERT, C. S. **Novos Rumos na Aprendizagem da Matemática**. Editora Mediação.
- GREIG, P. **A Criança e seu Desenho**: o nascimento da arte e da escrita. Artmed.
- HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. Artmed.
- HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção de pré-escola à universidade. Editora Mediação.
- HOFFMANN, J. **Avaliação Mito e Desafio**. Editora Mediação.
- HOFFMANN, J. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Editora Mediação.
- KAMIL, C. **A Criança e o Número**. Papirus.
- KISHIMOTO, T. M.; OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. **Em Busca da Pedagogia da Infância**: pertencer e participar. Penso.
- LIPPMANN, L. **Ensino da Matemática**. IESDE Brasil.
- MACEDO, L. de; PETTY, A. L. S.; PASSOS, N. C. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**. Artmed.
- MACEDO, L. de. **Ensaios Pedagógicos**: como construir uma escola para todos?. Artmed.
- MALDANER, A. **Educação Matemática**: fundamentos teórico-práticos para professores dos anos iniciais. Editora Mediação.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer?. Editora Moderna.
- MARINHO, H. R. B. (Org.). **Pedagogia do Movimento**: universo lúdico e psicomotricidade. Ibepex.
- MATTOS, R. A. de. **História e Cultura Afro-brasileira**. Editora Contexto.
- MINGUET, P. A. (Org.). **A Construção do Conhecimento na Educação**. Artmed.
- MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Cortez Editora.
- MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- PANIZZA, M. et al. **Ensinar Matemática na Educação Infantil e nas Séries Iniciais**: análise e propostas. Artmed.
- PERRENOUD, P. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Artmed.
- PERRENOUD, P. **Ensinar**: agir na urgência, decidir na incerteza. Artmed.
- PIÑÓN, A.; FUNARI, P. P. **A Temática Indígena na Escola**: subsídios para os professores. Editora Contexto.
- RANGEL, A. C. **Educação Matemática e a Construção do Número pela Criança**. Artmed.
- REIS, S. M. G. dos. **A Matemática no Cotidiano Infantil**: jogos e atividades com crianças de 3 a 6 anos para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático. Papirus.
- SEQUEIROS, L. **Educar para a Solidariedade**: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Artmed.
- SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I. **Ler, Escrever e Resolver Problemas**. Artmed.
- SMOLE, K. S.; DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. **Cadernos do Mathema: Ensino Fundamental: Jogos de Matemática de 1º a 5º ano**. Artmed.
- SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**. Editora Contexto.
- STOBÁUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. **Educação Especial**: em direção à educação inclusiva. EDIPUCRS.
- SUKIENNIK, P. B. (Org.). **O Aluno Problema**: transtornos emocionais de crianças e adolescentes. Mercado Aberto.
- TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. **Aprender a Ler e a Escrever**: uma proposta construtivista. Artmed.
- VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da Aprendizagem**: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad.
- VYGOTSKY, L. S. **Formação Social da Mente**. Martins Fontes.
- WEISZ, T.; SANCHEZ, A. **O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem**. Editora Ática.
- ZABALA, A. **A Prática Educativa**: como ensinar. Artmed.

**PARA PROFESSOR SÉRIES/ANOS FINAIS - PARTE COMUM A TODOS**

**Conteúdo 1:** 1) O Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e Planejamento de Aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da Aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso Escolar. 11) A Prática Educativa. 12) Formação de Professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 21) Educação das Relações Étnico-Raciais. 22) Legislação.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 232).
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município**.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**, aprovado em 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 7/2010**, aprovado em 7 de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de Nove Anos**: orientações gerais. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Jovens de 15 a 17 Anos no Ensino Fundamental**. Caderno de Reflexões. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD.
- ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma Escola Reflexiva**. Cortez Editora.
- BEYER, H. O. **Inclusão e Avaliação na Escola de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Editora Mediação.
- BOYNTON, M.; BOYNTON, C. **Prevenção e Resolução de Problemas Disciplinares**: guia para educadores. Artmed.
- CARDOSO, M. S. **Educação Inclusiva e Diversidade**: uma práxis educativa junto a alunos com necessidades especiais. Redes.
- CARREIRA, D. **Indicadores da Qualidade na Educação**: relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 41 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



- CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M (Org.). **Interação escola-família**: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC.
- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Vol. 3. Artmed.
- DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. Autores Associados.
- DEMO, P. **Ser Professor**: é cuidar que o aluno aprenda. Editora Mediação.
- DURANTE, M. **Alfabetização de Adultos**: leitura e produção de textos. Artes Médicas.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra.
- FREIRE, P. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. Editora UNESP.
- FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e Ousadia**: o cotidiano do professor. Paz e Terra.
- GADOTTI, M. **História das Ideias Pedagógicas**. Ática.
- GARCEZ, L.; OLIVEIRA, J. **Explicando a Arte Brasileira**. Nova Fronteira.
- GIANCATERINO, R. **Escola, Professor, Aluno**. Madras.
- HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A Organização do Currículo por Projetos de Trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. Artmed.
- HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção de pré-escola à universidade. Editora Mediação.
- HOFFMANN, J. **Avaliação Mito e Desafio**. Editora Mediação.
- HOFFMANN, J. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Editora Mediação.
- LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. Cortez Editora.
- MACEDO, L. de. **Ensaaios Pedagógicos**: como construir uma escola para todos?. Artmed.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: o que é? Por quê? Como fazer?. Moderna.
- MATTOS, R. A. de. **História e Cultura Afro-brasileira**. Editora Contexto.
- MEIER, M.; GARCIA, S. **Mediação da Aprendizagem**: contribuições de Feuerstein e de Vygotsky. Edição do Autor.
- MINGUET, P. A (Org.). **A Construção do Conhecimento na Educação**. Artmed.
- MORIN, E. **A Cabeça Bem-Feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Bertrand.
- MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Cortez Editora.
- MUNANGA, K (Org.). **Superando o Racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
- OUTEIRAL, J. **Adolescer**: estudos revisados sobre a adolescência. Revinter.
- PERRENOUD, P. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Artmed.
- PIÑÓN, A.; FUNARI, P. P. **A Temática Indígena na Escola**: subsídios para os professores. Editora Contexto.
- SACRISTÁN, J. C.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e Transformar o Ensino**. Artmed.
- SEQUEIROS, L. **Educar para a Solidariedade**: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Artmed.
- SILVA, T. T. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Autêntica.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Artmed.
- SUKIENNIK, P. B (Org.). **O Aluno Problema**: transtornos emocionais de crianças e adolescentes. Mercado Aberto.
- VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação da Aprendizagem**: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad.
- WEISZ, T.; SANCHEZ, A. **O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem**. Editora Ática.
- ZABALA, A. **A Prática Educativa**: como ensinar. Artmed.

**PARA PROFESSOR SÉRIES/ANOS FINAIS - ARTES (TODOS)**

**Conteúdo 2:** 1) História da Arte. 2) Ensino da arte e novas tecnologias. 3) Didática, Tendências, Práticas Pedagógicas e Avaliação no Ensino de Artes. 4) A linguagem artística. 5) Produção de Artes. 6) Aprendizagem Artística. 7) Metodologia de ensino e aprendizagem em Artes. 8) O ensino de Artes e o cotidiano escolar contemporâneo. 9) Arte e Sociedade. 10) Manifestações artísticas. 11) Construção do Conhecimento. 12) Parâmetros Curriculares Nacionais.

**Referências Bibliográficas:**

- AMARAL, A.; TORAL, A. **Arte e Sociedade no Brasil**. Instituto Callis. V. 1, 2 e 3.
- BARBOSA, A. M. **A Imagem no Ensino da Arte**. Perspectiva.
- BARBOSA, A. M. **Arte-Educação no Brasil**: das origens ao modernismo. Perspectiva.
- BARBOSA, A. M. **Teoria e Prática da Educação Artística**. Cultrix.
- BARBOSA, A. M. **Tópicos Utópicos**. C/ARTE.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental**: Arte. Brasília: MEC/SEF.
- CANCLINI, N. G. **A Socialização da Arte**: teoria e prática na América Latina. Cultrix.
- CUNHA, S. R. V. da (Org.). **Cor, Som, Movimento**: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Editora Mediação. (Cadernos Educação Infantil)
- FERRAZ, M. H. C. T.; FUSARI, M. F. R. **Arte na Educação Escolar**. Cortez Editora.
- FERRAZ, M. H. C. T.; FUSARI, M. F. R. **Metodologia do Ensino da Arte**. Cortez Editora.
- GARCEZ, L.; OLIVEIRA, J. **Explicando a Arte Brasileira**. Nova Fronteira.
- HERNÁNDEZ, F. **Catadores da Cultura Visual**: proposta para uma nova narrativa educacional. Editora Mediação.
- HERNÁNDEZ, F. **Cultura Visual, Mudança Educativa e Projetos de Trabalho**. Artes Médicas Sul.
- JAVELBERG, R. **Para Gostar de Aprender Arte**: sala de aula e formação de professores. Artes Médicas.
- JAPIASSU, R. **Metodologia do Ensino de Teatro**. Papirus Editora.
- MARTINS, M. C.; PICOSQUE, G.; GUERRA, M. T. T. **Didática de Ensino de Arte** - A língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. FTD.
- MARTINS, M. C.; PICOSQUE, G.; GUERRA, M. T. T. **Teoria e Prática do Ensino de Arte**: a língua do mundo. FTD.
- MÖDINGER, C. R. et al. **Artes Visuais, Dança, Música e Teatro**: práticas pedagógicas e colaborações docentes. Edelbra.
- MÖDINGER, C. R. et al. **Práticas Pedagógicas em Artes**: espaço, tempo e corporeidade. Edelbra.
- OLIVEIRA, J.; GARCEZ, L. **Explicando a Arte**: uma iniciação para entender e apreciar as artes visuais. Ediouro.
- OSTROWER, F. **Universos da Arte**. Campus.
- PENNA, M. **Música(s) e Seu Ensino**. Sulina.
- PILLAR, A. D (Org.). **A Educação do Olhar no Ensino das Artes**. Mediação.
- PILLAR, A. D. **Desenho e Construção do Conhecimento na Criança**. Artes Médicas.
- PIMENTEL, L. G (Org.). **Som, Gesto, Forma e Cor**: dimensões da Arte e seu ensino. C/ARTE.
- PROENÇA, G. **História da Arte**. Editora Ática.
- SANTAELLA, L. **Comunicação Ubíqua**: repercussões na cultura e na educação. Paulus.
- TATIT, A.; MACHADO, M. S. M. **300 propostas de artes visuais**. Edições Loyola.
- TREVISAN, A. **Como Apreciar a Arte**. AGE Editora.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 42 de 46**





**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**PARA PROFESSOR SÉRIES/ANOS FINAIS - CIÊNCIAS (TODOS)**

**Conteúdo 2:** 1) Ambiente e recursos naturais: Fatores Abióticos do ambiente - Ar, Água, Rochas e Solo; Os Recursos Naturais e sua Utilização pelo Homem e demais Seres vivos; Noções de Ecologia; Problemas ambientais; Características dos ecossistemas brasileiros. 2) Seres vivos: Propriedades, Nomenclaturas e Classificação dos Seres Vivos; Níveis de Organização dos Seres Vivos; Anatomia, Morfologia e Fisiologia dos Seres Vivos; Noções de Evolução. 3) Corpo Humano: Anatomia, Morfologia e Fisiologia dos Sistemas: Digestivo, Respiratório, Circulatório, Excretor, Locomotor, Sensorial, Nervoso, Endócrino e Reprodutor; Noções de Embriologia e Hereditariedade; Doenças humanas virais, bacterianas e parasitárias; Relação entre Hábitos Alimentares e Comportamentais do Homem e sua saúde; Adolescência e sexualidade. 4) Química e Física: Fenômenos da natureza: físicos e químicos; Estrutura e Propriedades da Matéria; Estados Físicos da Matéria; Transformações da matéria; Elementos Químicos, Substâncias e Misturas; Funções e Reações Químicas; Força e movimento; Fontes, formas e transformação de energia; Calor e temperatura; Produção, propagação e efeitos do calor; As ondas e o som; A luz, magnetismo, eletricidade. 5) Metodologias no Ensino de Ciências e a organização da prática educativa. 6) Noções de astronomia. 7) Parâmetros Curriculares Nacionais.

**Referências Bibliográficas:**

- AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. **Biologia**. Editora Moderna. V. 1, 2 e 3.
- BARNES, R. D.; RUPPERT, E. E. **Zoologia dos Invertebrados**. Roca.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Ciências Naturais**. Brasília: MEC/SEF.
- CANTO, E.L. **Ciências Naturais: aprendendo com o cotidiano**. Moderna.
- CAPRA, F. **Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. Cultrix.
- CRUZ, D. **Coleção Tudo é Ciências**. Editora Ática.
- CRUZ, D. **Química e Física**. Editora Ática.
- CURTIS, H. **Biologia**. Guanabara Koogan.
- DE ROBERTIS, E. **Biologia Celular e Molecular**. Ed. Guanabara Koogan.
- DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, J. A.; PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. Cortez Editora.
- DIAS, G. F. **Pegada Ecológica e Sustentabilidade Humana**. Gaia.
- LOPES, S. **Coleção BIO volume único**. Editora Saraiva.
- ODUM, E. **Fundamentos de Ecologia**. Ed. Guanabara Koogan.
- PURVES, W.K.; SADAVA, D.; ORIAN, G.H.; HELLER, H.C. **Vida, A Ciência da Biologia**. Artmed.
- RAVEN, P.H. **Biologia Vegetal**. Guanabara Koogan.
- SAMPAIO, J. L.; CALÇADA, C. S. **Física**. Saraiva.
- TITO, P.; CANTO, E. **Química na Abordagem do Cotidiano**. Moderna.
- USBERCO, J.; SALVADOR, E. **Química**. Saraiva.

**PARA PROFESSOR SÉRIES/ANOS FINAIS – ENSINO RELIGIOSO (TODOS)**

**Conteúdo 2:** 1) Os objetivos Gerais do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental. 2) Culturas e Tradições Religiosas: filosofia da tradição religiosa; história e tradição religiosa; sociologia e tradição religiosa; psicologia e tradição religiosa. 3) Escrituras Sagradas e ou Tradições orais: Revelação; história das narrativas sagradas; contexto cultural; exegese. 4) Teologias: Divindades; verdades de fé; vida além morte. 5) Ritos: Rituais; símbolos e espiritualidades. 6) Despertar o aluno para a fé e para valores que o conduzem a uma vida mais feliz. 7) Respeito a pluralidade cultural e religiosa. 8) Os Fundamentos Cristãos. 9) Ecumenismo. 10) Desvendar os caminhos da convivência, da Solidariedade, do respeito mútuo e do amor. 11) Senso Ético. 12) Ensino Religioso e cidadania. 13) Parâmetros Curriculares Nacionais.

**Referências Bibliográficas:**

- BRANDENBURG, L. E.; FUCHS, H. L.; KLEIN, R.; WACHS, M. C (Org.). **Ensino Religioso na Escola: base, experiências e desafios**. Brasília: MEC/SEF.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais: Pluralidade Cultural**. Brasília: MEC/SEF.
- BRUNNER-TRAUT, E (Org.). **Os Fundadores das Grandes Religiões: Akhenaton, Zaratustra, Moisés, Jesus, Mani, Maomé, Buda, Confúcio, Lao-Tse**. Vozes.
- GAARDER, J.; HELLERN, V.; NOTAKER, H. **O Livro das Religiões**. Companhia das Letras.
- KUNG, H. **Religiões do Mundo: em busca dos pontos comuns**. São Paulo: Verus.
- MASSENZIO, M. **A História das Religiões na Cultura Moderna**. São Paulo: Hedra.
- MUNDO JOVEM (Org.). **Ensino Religioso e Cidadania: textos e dinâmicas**. EDIPUCRS.
- OLENIKI, M. L. R.; DALDEGAN, V. M. **Encantar: uma prática pedagógica no ensino religioso**. Vozes.
- OLIVEIRA, L. B. de; JUNQUEIRA, S. R. A.; ALVES, L. A. S.; KEIM, E. J. **Ensino Religioso no Ensino Fundamental**. Cortez Editora.
- WACHS, M. C.; FUCHS, H. L.; BRANDENBURG, L. E.; KLEIN, R (Org.). **Práxis do Ensino Religioso na Escola**. Sinodal.
- WILGES, I. **Cultura Religiosa: as religiões no mundo**. Vozes.
- WILKINSON, P. **Religiões**. Rio de Janeiro: Zahar.
- ZILLES, U. **A Crítica da Religião**. Porto Alegre: EST.

**PARA PROFESSOR SÉRIES/ANOS FINAIS - GEOGRAFIA (TODOS)**

**Conteúdo 2:** 1) Meio Ambiente: A questão ambiental e as relações entre a natureza e a sociedade; As perspectivas e desafios da sociedade atual com relação ao meio ambiente; Mudanças Climáticas; Evolução da humanidade e o clima; Fontes de energia no mundo; Políticas Nacionais e Internacionais sobre mudanças climáticas; O Brasil e o meio ambiente Antártico. Recursos naturais: localização e potencialidades; Os recursos energéticos (biomassa, hidroeletricidade, outras fontes de energia, etc.) e os recursos naturais; Geografia e educação ambiental. 2) Meio Físico: Forma, dimensões, movimentos e estrutura do Planeta Terra; Caracterização do meio físico (geologia, geomorfologia, relevo, vegetação, domínios, biomas; processos erosivos e de formação do solo, solos; transformações naturais e antrópicas, etc.); As paisagens naturais; Áreas degradadas: identificação e recuperação; Climatologia: conceitos, camadas da atmosfera; caracterização, funções, processos e composição da atmosfera, climas. 3) Geografia Humana; Epistemologia da Geografia; conceitos e linguagem geológico-geomorfológico, metodologias, princípios e paradigmas; Geografia da População: aspectos demográficos, estrutura, dinâmica, migrações e distribuição da população; Geografia dos espaços rural e urbano; Geografia Econômica: as atividades econômicas, os blocos econômicos, globalização e a crise do capitalismo internacional no início do século XXI; Geografia política: Os conjuntos de países e as relações de poder; a geopolítica mundial no início do século XXI. 4) Cartografia: Meios de orientação e de representação cartográfica; Localização de pontos por coordenadas geográficas; Transformação e cálculo de escalas; Sistemas de projeções; Cartografia digital; A Cartografia e o ensino de Geografia. 5) Geotecnologias: Sistemas de Informações Geográficas - SIGs - e as técnicas de Geoprocessamento; Sistemas de Posicionamento por Satélite; Sensoriamento Remoto; Aplicações das geotecnologias no ensino.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 43 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



6) Recursos Hídricos: O ciclo da água; Identificação de bacias hidrográficas; Identificação de sistemas de drenagem. O ecossistema costeiro e o uso racional do mar; Fenômenos oceanográficos e climatológicos no Brasil; Abundância e distribuição da água doce no Planeta; Demanda da água; A água subterrânea; Processos aluviais; Atividades antrópicas nos recursos hídricos. 7) Ensino de Geografia: Práticas de ensino de Geografia; Estrutura dos PCN e o ensino de Geografia. 8) Noções e conceitos básicos no ensino de geografia. 9) Parâmetros Curriculares Nacionais.

**Referências Bibliográficas:**

- ALMEIDA, L. M. A.; RIGOLIN, T. B. **Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: Editora Ática.
- AYOADE, J. O. Introdução à climatologia para os trópicos. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Coleção Explorando o Ensino - Geografia**. Vol. 22.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Geografia**. Brasília: MEC/SEF.
- CAMARA, G. et al. **Anatomia de Sistemas de Informações Geográficas**. INPE, IBM Brasil, CPQD/TELEBRÁS, Unicamp.
- CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. Editora Contexto.
- CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Org.). **Geomorfologia do Brasil**. Bertrand Brasil.
- CASTROGIOVANNI, A. C. et al. **Um Globo em suas Mãos**: práticas para a sala de aula. UFRGS.
- FITZ, P. R. **Cartografia Básica**. Oficina de Textos.
- FITZ, P. R. **Geoprocessamento sem Complicação**. Oficina de Textos.
- GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da (Org.). **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Bertrand Brasil.
- GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da (Org.). **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. Bertrand Brasil.
- GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S. da; BOTELHO, R. G. M. (Org.). **Erosão e Conservação dos Solos**: conceitos, temas e aplicações. Bertrand Brasil.
- GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Bertrand Brasil.
- MACHADO, M. C. S.; BRITO, T. **Antártica**: ensino fundamental e ensino médio. Coleção Explorando o Ensino - vol. 9. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica.
- MENDONÇA, F., DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia**: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos.
- MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. Hucitec.
- OLIVEIRA, G. S.; SILVA, N. F.; HENRIQUES, R. **Mudanças Climáticas**: ensino fundamental e médio. Coleção Explorando o Ensino - vol. 13. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica.
- PRESS, F. et al. **Para Entender a Terra**. Bookman.
- ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. EDUSP.
- SANTOS, M. **Por uma Nova Geografia**. EDUSP.
- SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Record.
- SCHNEEBERGER, C. A.; FARAGO, L. A. **Minimanual Compacto de Geografia Geral**: teoria e prática. Rideel.
- SCHNEEBERGER, C. A.; FARAGO, L. A. **Minimanual Compacto de Geografia do Brasil**: teoria e prática. Rideel.
- SERAFIM, C. F. S.; CHAVES, P. T. **Geografia**: ensino fundamental e ensino médio: o mar no espaço geográfico brasileiro. Coleção Explorando o Ensino - vol. 8. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica.
- SUERTEGARAY, D. M. A. (Org.). **Terra**: feições ilustradas. UFRGS.
- SUERTEGARAY, D. M. A. **Notas sobre Epistemologia da Geografia**. Cadernos Geográficos nº 12. UFSC.
- TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M. de; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (Org.). **Decifrando a Terra**. USP.

**PARA PROFESSOR SÉRIES/ANOS FINAIS - HISTÓRIA (TODOS)**

**Conteúdo 2:** 1) Processo Civilizatório: Pré-história da América, Pré-história do Brasil. 2) Civilizações da Antiguidade Oriental e Ocidental. 3) Idade Média: Europa, Ásia e África. 4) Transição Idade Média - Idade Moderna. 5) História da África 6) As Revoluções Burguesas. 7) Idade Contemporânea: o Brasil e o Mundo nos Séculos XIX, XX e XXI. 8) História do Estado. 9) Conhecimento sobre as Teorias da História, historiografia, autores fundamentais e intérpretes do Brasil. 10) Parâmetros Curriculares Nacionais.

**Referências Bibliográficas:**

- BETHELL, L. (Org.). **História da América Latina**. Vol. 1. América Latina Colonial. Edusp.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: História**. Brasília: MEC/SEF.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. EDUSP.
- HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). Cia das Letras.
- KARNAL, L. **Estados Unidos**: a formação da nação. Contexto.
- KERN, A. A. **Antecedentes Indígenas**. Editora da UFRGS.
- LE GOFF, J. **A Civilização do Ocidente Medieval**. EDUSC.
- PINSKY, J. **As Primeiras Civilizações**. Contexto.
- THOMPSON, E. P. **Costumes Em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Companhia das Letras.
- VISENTINI, P. G. F.; RIBEIRO, L. D. T.; PEREIRA, A. D. **Breve História da África**. Leitura XXI.
- WASSERMAN, C.; GUZZELLI, C. A. B. (Org.). **Ditaduras Militares na América Latina**. UFRGS.
- WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. Companhia das Letras.

**PARA PROFESSOR SÉRIES/ANOS FINAIS - LÍNGUA INGLESA (TODOS)**

**Conteúdo 2:** 1) Interpretação de Textos. 2) Vocabulário. 3) Estruturas gramaticais. 4) Prática pedagógica de inglês. 5) Teorias de aquisição da linguagem. 6) Ensino de Inglês e suas metodologias. 7) Parâmetros Curriculares Nacionais.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Estrangeira**. Brasília: MEC/SEF.
- LIGHTBOWN, P. S.; SPADA, N. **How Languages Are Learned - USA**, Oxford University Press.
- MCCARTHY, M.; O'DELL, F. **English Vocabulary in Use**. Cambridge UP.
- MOURÃO, J. **O Ensino de Língua Inglesa e suas Metodologias**. Clube de Autores.
- MURPHY, R. **English Grammar in Use**. Cambridge UP. (Red, Blue and Lilac).
- NICHOLLS, S. M. **Aspectos Pedagógicos e Metodológicos do Ensino de Inglês**. EDUFAL.
- SWAN, M.; WALTER, C. **The Good Grammar Book**. Oxford UP.
- SWAN, M.; WALTER, C. **How English Works**: a grammar practice book. Oxford UP.
- VENTURI, M. A. **Tópicos de Aquisição e Ensino de Língua Estrangeira**. Humanitas.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 44 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



**PARA PROFESSOR SÉRIES/ANOS FINAIS – LÍNGUA PORTUGUESA (TODOS)**

**Conteúdo 2:** 1) Concepção de Linguagem: Linguagem como Expressão do Pensamento. 2) Linguagem como Meio de Comunicação. 3) Linguagem como Processo de Interação: Dialogismo, Enunciado/Enunciação. 4) Epilinguismo - Metalinguismo. 5) Fenômenos Constitutivos da Linguagem. 6) Texto/Diálogo. 7) Gêneros do Discurso. 8) Leitura/Compreensão e Produção Textual. 9) Linguística. 10) Autoria. 11) Conhecimentos de Literatura. 12) Gramática. 13) Implicações na Prática Pedagógica. 14) Parâmetros Curriculares Nacionais.

**Referências Bibliográficas:**

- ASSIS, M. de. **Papéis Avulsos**.
- ASSIS, M. de. **Dom Casmurro**.
- AZEVEDO, A. de. **O cortiço**.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Editora Martins Fontes.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Editora Companhia Nacional.
- BOUQUET, S. **Introdução à Leitura de Saussure**. Editora Cultrix.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF.
- CALVET, L.-J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Editora Parábola.
- CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. Editora Ouro sobre Azul.
- CARVALHO, C. **Para Compreender Saussure**. Editora Vozes.
- CINTRA, L.; CUNHA, C. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Editora Nova Fronteira.
- GERALDI, J. W. (Org.). **O Texto na Sala de Aula**. Editora Ática.
- GONZAGA, S. **Curso de Literatura Brasileira**. Editora Leitura XXI.
- GONZAGA, S. **Manual de Literatura Brasileira**. Editora Mercado Aberto.
- JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. Editora Cultrix.
- KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. (Org.). **Ler e Compreender: os sentidos do texto**. Editora Contexto.
- LAJOLO, M. **Literatura: leitores e leitura**. Editora Moderna.
- LOPES NETO, J. S. **Contos Gauchescos**.
- LOPES, E. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. Editora Cultrix.
- NEVES, I. C. B. et al. (Org.). **Ler e Escrever: compromisso de todas as áreas**. Editora da UFRGS.
- NEVES, M. H. M. **Que Gramática Estudar na Escola? Norma e uso da Língua Portuguesa**. Editora Contexto.
- ROSA, J. G. **Primeiras Histórias**.
- SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Editora Cultrix.
- TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. Cortez Editora.
- ZILBERMAN, R. (Org.). **Leitura em Crise na Escola: as alternativas do professor**. Editora Mercado Aberto.

**PARA PROFESSOR SÉRIES/ANOS FINAIS – MATEMÁTICA (TODOS)**

**Conteúdo 2:** 1) Conjuntos Numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais - propriedades, operações, representação geométrica, divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum. 2) Equações e inequações: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica. 3) Funções: função polinomial do 1º grau, função polinomial do 2º grau, função exponencial, função logarítmica, funções trigonométricas. 4) Trigonometria: triângulo retângulo, triângulos quaisquer, ciclo trigonométrico, relações entre arcos, equações e inequações. 5) Sequências numéricas: progressão aritmética e progressão geométrica. 6) Matriz, determinante e sistemas lineares. 7) Análise Combinatória. 8) Probabilidade. 9) Estatística. 10) Matemática Financeira: juros simples e compostos, descontos, taxas proporcionais; razão e proporção, regra de três, porcentagem, taxas de acréscimo e decréscimo, taxa de lucro ou margem sobre o preço de custo e sobre o preço de venda. 11) Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, círculo, circunferência, polígonos regulares inscritos e circunscritos. Propriedades, perímetro e área. 12) Geometria Espacial: poliedros, prismas, pirâmide, cilindro, cone e esfera. Elementos, classificação, áreas e volume. 13) Geometria Analítica: ponto, reta e circunferência. 14) Cônicas: elipse, hipérbole, parábola. 15) Números Complexos. 16) Polinômios e Equações Algébricas. 17) Cálculo diferencial e integral de funções de uma variável: limite, derivada e integral. Cálculo e aplicações. 18) Raciocínio lógico. 19) Aplicação dos conteúdos anteriormente listados em situações cotidianas. 20) Parâmetros Curriculares Nacionais.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Matemática**. Brasília: MEC/SEF.
- Livros e publicações que contemplem os conteúdos acima citados.

**PARA SECRETÁRIO ESCOLAR**

**Conteúdos:** 1) Comunicação Oral e Escrita: atendimento ao público, relações humanas, comunicação, comunicações organizacionais, eficácia nas comunicações administrativas, correspondência oficial - documentos e/ou modelos utilizados, mensagens eletrônicas, atendimento telefônico, formulários, cartas comerciais, fraseologia adequada, redação oficial, abreviações, 2) Documentação e Arquivo: pesquisa, documentação, arquivo, sistemas e métodos de arquivamento. 3) Serviços de secretaria; Cronograma de atividades do serviço de secretaria; Registros escolares; Serviço de pessoal. 4) Técnicas de redação e arquivo. 5) Administração de materiais. 6) Ergonomia: postura e movimento, fatores ambientais, organização e higiene do/no local de trabalho. 7) Legislação.

**Referências Bibliográficas:**

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º a 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 230).
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- NAVEGANTES. **Lei Orgânica do Município**.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 7**, de 11 de novembro de 2003. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 179**, de 30 de abril de 2013. Sistema Municipal de Ensino do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 9**, de 18 de novembro de 2003. Estatuto do Magistério Público do Município.
- NAVEGANTES. **Lei Complementar nº 72**, de 08 de janeiro de 2010. Plano de Carreira do Magistério.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 45 de 46**



**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC**  
**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019**  
**REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA**



- BRASIL, Presidência da República. **Manual de Redação da Presidência da República**.
- BELTRÃO, O.; BELTRÃO, M. **Correspondência, linguagem e comunicação**: oficial, comercial, bancária e particular. Atlas.
- DUL, J.; WEERDMEESTER, B. **Ergonomia prática**. Edgard Blucher.
- FREITAS, Olga. **Administração de materiais**. Universidade de Brasília.
- MEDEIROS, João Bosco; HERNANDES, Sonia. **Manual da Secretária**: técnicas de trabalho. Atlas.
- RITTA, Wanda. **Manual do Profissional de Secretariado**. Edição do autor.
- SOUSA, Rosineide Magalhães de. **Técnicas de redação e arquivo**. Brasília: Universidade de Brasília.
- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos indicados.

**ANEXO VIII- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

**OBS.:** Este cronograma tem caráter orientador, podendo ter suas datas alteradas em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério da Comissão responsável por acompanhar a elaboração do edital e a execução contratual, em conformidade com a Objetiva Concursos, garantida a publicidade legal nos meios de comunicação definidos nas Disposições Preliminares deste edital.

DATA	EVENTOS
<b>31/10 a 22/11/2019</b>	Período de Inscrições
<b>31/10 a 22/11/2019</b>	<b>Período de apresentação de Títulos</b>
<b>31/10 e 01/11/2019</b>	Período para os interessados em obter isenção da taxa de inscrição realizarem sua inscrição e efetuarem, o upload dos documentos necessários - <b>Até 23h59min</b>
<b>31/10/2019</b>	Data limite para entrega de documentos para requerimento da isenção da taxa de inscrição ( <b>ver horário estabelecido no Capítulo III deste edital</b> )
<b>08/11/2019</b>	Divulgação do resultado dos pedidos de isenção da taxa de inscrição
<b>11 e 12/11/2019</b>	Período para interposição de recursos das isenções
<b>21/11/2019</b>	Divulgação do resultado dos recursos de isenção da taxa de inscrição e prazo para pagamento
<b>25/11/2019</b>	<b>Último dia para efetuar o Pagamento do Boleto Bancário</b> (o pagamento deve ser processado pelo sistema bancário até essa data)
<b>25/11/2019</b>	Último dia para envio dos documentos para Pessoas com Deficiência, atendimento especial ou condição de Jurado – <b>VIA SEDEX POSTADO ATÉ 17H</b>
<b>10/12/2019</b>	Divulgação da homologação das inscrições e convocação para a Prova Objetiva (data, local e horário)
<b>11 e 12/12/2019</b>	Período para interposição de recursos das inscrições
<b>20/12/2019</b>	Divulgação do resultado dos recursos das inscrições
<b>22/12/2019</b>	<b>Aplicação da Prova Objetiva</b>
<b>23/12/2019</b>	Divulgação do Gabarito Preliminar (a partir das 14h)
<b>24 e 26/12/2019</b>	Período para interposição de recursos do Gabarito Preliminar e vista de Prova Padrão
<b>27/12/2019</b>	Ato Público de Leitura dos Cartões de Resposta (na Objetiva Concursos)
<b>07/01/2020</b>	Divulgação do Gabarito Definitivo e das notas preliminares das provas objetiva e de títulos
<b>08 e 09/01/2020</b>	Período para interposição de recursos das notas das Provas Objetiva e de Títulos
<b>20/01/2020</b>	Divulgação do resultado dos recursos de notas das Provas Objetiva e de Títulos
<b>20/01/2020</b>	Convocação para Ato Público de sorteio de desempate ( <b>se necessário</b> )
<b>21/01/2020</b>	Ato Público de sorteio de desempate ( <b>se necessário</b> )
<b>A definir</b>	Classificação Final

# É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar o cronograma e as publicações oficiais referentes ao andamento deste certame, nos meios definidos nas Disposições Preliminares deste edital.



**Seriedade e ética:**  
**Nós acreditamos nesses valores.**

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 46 de 46**



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIAS Nº 036-2019 - EXONERA SERVIDOR**

Publicação Nº 2215035

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 036/2019

O Presidente em exercício da Câmara de Vereadores de Navegantes, Jefferson Machado Macarini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

EXONERA:

ARTIGO 1 º - Fica exonerada a Senhora THAISE PACHECO DA COSTA inscrita no CPF nº 063.466.099-39, do cargo de ASSESSOR DE GABINETE desta casa legislativa.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor a partir de 01/11/2019.

Câmara Municipal de Navegantes, em 01 de novembro de 2019.

Jefferson Machado Macarini

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

**PORTARIAS Nº 037-2019 - EXONERA SERVIDOR**

Publicação Nº 2215033

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 037/2019

O Presidente em exercício da Câmara de Vereadores de Navegantes, Jefferson Machado Macarini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

EXONERA:

ARTIGO 1 º - Fica exonerado o Senhor JOSÉ SERGIO PEREIRA JUNIOR inscrito no CPF nº 051.849.709-75, do cargo de ASSESSOR DE GABINETE desta casa legislativa.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor a partir de 01/11/2019.

Câmara Municipal de Navegantes, em 01 de novembro de 2019.

Jefferson Machado Macarini

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

**PORTARIAS Nº 038-2019 - NOMEIA SERVIDOR**

Publicação Nº 2215036

NAVEGANTES CÂMARA DE VEREADORES

Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro - Navegantes

CNPJ. 83.551.531/0001- 08 CEP. 88.375-000

Fone/fax (47)3342.1818 – E-mail: camara.munip@terra.com.br

PORTARIA LEGISLATIVA NÚMERO 038/2019

O Presidenta da Câmara de Vereadores de Navegantes, JEFFERSON MACHADO MACARINI no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

NOMEIA:

ARTIGO 1 º - Fica nomeado o Senhor, ELIEZER PEDROZO inscrito no CPF nº 009.278.319-88, para o cargo de ASSESSOR DE GABINETE desta casa, com a carga horária de 40:00 horas semanais.

ARTIGO 2 º – Esta portaria entra em vigor a partir de 01/11/2019.

Câmara Municipal de Navegantes, em 01 de novembro de 2019.

JEFFERSON MACHADO MACARINI

Presidente da Câmara Municipal de Navegantes/SC

---

## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**

---

### **PORTARIA Nº 76 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2215515

PORTARIA N º 76 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

“DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES PARA O ANO DE 2019”.

A DIRETORA-PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 99 de maio de 2011 e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de setembro de 1993 e Lei 8.883 de 08 de junho de 1994, RESOLVE:

I – Instituir a Comissão Permanente de Licitação que terá a seguinte composição:

a) RAFAEL CASTRO – PRESIDENTE

b) ALESSANDRA CRISTINA HOEHN – MEMBRO

c) MARGARETH BERLINK DA COSTA – MEMBRO

II – A presente Comissão Permanente de Licitações terá vigência de 12 meses.

III – Fica revogada a portaria nº 33 de 09 de julho de 2019.

IV – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

GISELE DE OLIVEIRA FERNANDES

DIRETORA PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data. Navegantes, 04 de novembro de 2019.

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 297/2019 NOMEAÇÃO MÔNICA CRISTINA SÔRA

Publicação Nº 2214743

DECRETO Nº 297, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de Candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2019.

O Prefeito de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 126 de 20 de março de 2019, combinada com a Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Srta. MÔNICA CRISTINA SÔRA, para ocupar o cargo de MOTORISTA, aprovada no Concurso Público nº 001/2019, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada em R\$ 2.008,66 – Serviços Operacionais (SOP), do Anexo I da Lei Complementar nº 126 de 2019.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 04 de novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

### DECRETO Nº 298/2019 ADICIONAL DE TITULAÇÃO MÔNICA CRISTINA SÔRA

Publicação Nº 2214747

DECRETO Nº 298, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de Adicional de Titulação.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 25 da Lei Complementar nº 126 de 20 de março de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o Adicional de Titulação – Ensino Médio, na ordem de 5% (cinco por cento), para a Servidora Municipal MÔNICA CRISTINA SÔRA, ocupante do cargo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 04 de novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 007/2019

Publicação Nº 2216145

#### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 007/2019

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei nº 1.026 de 23 de maio de 2001, Código Tributário Municipal Lei nº 20 de 30 de abril de 1999 e em conformidade com a Lei nº 1.901 de 23 de outubro de 2019, faz saber a quem possa interessar que fará realizar Audiência Pública para Apresentação de projeto e custos da contribuição de melhoria na Rua José Dalemole no seguinte local, data e horário:

Local – Câmara de Vereadores de Nova Erechim – Plenário Luiz Moratelli.

Data – 13/11/2019

Horário – 19:00h

Desta forma, ficam convidados todos os que desejarem participar desta Audiência Pública.

Nova Erechim, (SC), 04 de novembro de 2019.  
RAMIREZ TAPIA  
Prefeito em Exercício

## **PORTARIA Nº 109/2019 FÉRIAS ESTEFANI PAGLIARI BEVILAQUA**

Publicação Nº 2215449

PORTARIA Nº 109, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2018.  
Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

### **R E S O L V E:**

Art. 1º Fica concedido 30 (trinta) dias de Férias para a Servidora Municipal ESTEFANI PAGLIARI BEVILAQUA, Matrícula 5429/01, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento, a ser usufruída no período de 02.12.2019 a 11.12.2019 e no período de 02.01.2020 a 21.01.2020, referente ao período 01.02.2018 a 31.01.2019.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 04 de novembro de 2019.  
RAMIREZ TAPIA  
Prefeito em Exercício

# Nova Trento

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 835/2019

Publicação Nº 2214954

PORTARIA Nº 835/2019

Concede Licença para Tratamento de Interesses Particulares

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 100, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Interesses Particulares, ao Servidor Público Municipal GIOVANI VOLTOLINI, matrícula nº 7072, concursado no cargo de Técnico de Informática, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 04(quatro) anos, a contar de 01 de novembro de 2019 a 30 de outubro de 2023.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de novembro de 2019.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

### PORTARIA Nº 840/2019

Publicação Nº 2214964

PORTARIA Nº 840/2019

Concede Licença Tratamento Saúde

Joel Garbari, Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 613/2019, que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal NATAL LAUDELINO RAISER, matrícula nº 923, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, pertencente ao Quadro de Pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 120(cento e vinte) dias, com efeitos a contar de 25/10/2019 a 21/02/2020, conforme resultado pericial, datado de 01 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de novembro de 2019.

Joel Garbari

Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 841/2019

Publicação Nº 2214580

PORTARIA Nº 841/2019

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal

nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 013/2019, de 18 de outubro de 2019, convocada conforme Decreto nº 187/2019, MARCILÉIA SILVA ALVES, matrícula nº 8207, para exercer a Função Pública Temporária de Agente de Apoio Escolar, com 20(vinte) horas semanais, atuante no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 04 de novembro de 2019 a 18 de dezembro de 2019, por motivo de excepcional interesse público, atendendo a legislação vigente, no atendimento de alunos com deficiência.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de novembro de 2019.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO Nº 283/2019**

**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARCILÉIA SILVA ALVES, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Coronel Benjamim Gallotti, nº 172, Bairro Tajuba I, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 053.917.109-36, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições da Função Pública Temporária de Agente de Apoio Escolar, com 20(vinte) horas semanais, atuante no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ .786,39 (setecentos e oitenta e seis reais e trinta e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado a contar de 04 de novembro de 2019 a 18 de dezembro de 2019, por motivo de excepcional interesse público, atendendo a legislação vigente, no atendimento de alunos com deficiência.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 283/2019)

- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;
- VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04(quatro) horas diárias, totalizando 20(vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de novembro de 2019 .

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Marciléia Silva Alves  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de novembro de 2019.

**TESTEMUNHAS:**

Jean Marcos Bunn  
CPF:097.284.399-03  
Assistente Administrativo

Daniel Ceccato  
CPF: 085.599.12916  
Assistente Administrativo

**PORTARIA Nº 841/2019 "A"**

Publicação Nº 2215152

**PORTARIA Nº 841/2019 "A"****Concessão de Férias**

Lindomir Boso, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, ao Servidor Público Municipal, ARNALDO CRISTOFOLINI JUNIOR, matrícula nº 65, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Agrícola, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 04/11/2019 a 03/12/2019, relativo ao período aquisitivo de 05/03/2018 a 04/03/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de novembro de 2019.

Lindomir Boso  
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 842/2019**

Publicação Nº 2214581

**PORTARIA Nº 842/2019****Admissão em Caráter Temporário**

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 013/2019, de 18 de outubro de 2019, convocada conforme Decreto nº 187/2019, LUCIANA MARIA CADORIN, matrícula nº 8208, para exercer a Função Pública Temporária de Agente de Apoio Escolar, com 20(vinte) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 04 de novembro de 2019 a 18 de dezembro de 2019, por motivo de excepcional interesse público, atendendo a legislação vigente, no atendimento de alunos com deficiência.



Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de novembro de 2019.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 284/2019

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LUCIANA MARIA CADORIN, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua Francisco Cadorin, nº 133, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 023.834.819-98, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições da Função Pública Temporária de Agente de Apoio Escolar, com 20(vinte) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ .786,39 (setecentos e oitenta e seis reais e trinta e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 04 de novembro de 2019 a 18 de dezembro de 2019, por motivo de excepcional interesse público, atendendo a legislação vigente, no atendimento de alunos com deficiência.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 284/2019)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04(quatro) horas diárias, totalizando 20(vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.



Nova Trento, em 04 de novembro de 2019 .

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Luciana Maria Cadorin  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de novembro de 2019.

**TESTEMUNHAS:**

Jean Marcos Bunn  
CPF:097.284.399-03  
Assistente Administrativo

Daniel Ceccato  
CPF: 085.599.12916  
Assistente Administrativo

**PORTARIA Nº 843/2019**

Publicação Nº 2214582

PORTARIA Nº 843/2019

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 013/2019, de 18 de outubro de 2019, convocada conforme Decreto nº 187/2019, EDUARDA MEYER CAVILHA, matrícula nº 8209, para exercer a Função Pública Temporária de Agente de Apoio Escolar, com 40(quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 04 de novembro de 2019 a 18 de dezembro de 2019, por motivo de excepcional interesse público, atendendo a legislação vigente, no atendimento de alunos com deficiência.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de novembro de 2019.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 285/2019

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora EDUARDA MEYER CAVILHA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Geral Aguti, s/nº, Localidade de Aguti, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 120.894.109-73, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições da Função Pública Temporária de Agente de Apoio Escolar, com 40(quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Aguti, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ .1.572,79 (hum mil quinhentos e setenta e dois reais e setenta e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado a contar de 04 de novembro de 2019 a 18 de dezembro de 2019, por motivo de excepcional interesse público, atendendo a legislação vigente, no atendimento de alunos com deficiência.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 285/2019)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de novembro de 2019 .

Luiz Carlos Orsi Eduarda Meyer Cavilha  
Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de novembro de 2019.

**TESTEMUNHAS:**

Jean Marcos Bunn  
CPF:097.284.399-03  
Assistente Administrativo

Daniel Ceccato  
CPF: 085.599.12916  
Assistente Administrativo

**PORTARIA Nº 845/2019**

Publicação Nº 2214970

**PORTARIA Nº 845/2019**

Designa Servidor

Jucelino Marino Chini, Secretário Municipal de Administração e Finanças, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o Servidor Público Municipal SILVIO CONHAQUI, matrícula 7797, concursado no cargo de Assistente Administrativo, 40 (quarenta) horas semanais, para exercer as atividades atribuídas ao seu cargo junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento do Município de Nova Trento, a contar de 04 de novembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Artigo 2º da Portaria nº 302/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de novembro de 2019.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

## **PORTARIA Nº 846/2019**

Publicação Nº 2215055

PORTARIA Nº 846/2019

Admissão em Caráter Temporário

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095 de 18/04/2017, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Chamamento Público nº 014/2019, de 18/10/2019, convocado conforme Decreto nº 188/2019, ALYSON GATTERMANN ROMÃO, matrícula nº 8211, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 05 de novembro de 2019 até 02 de fevereiro de 2020, por motivo de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de novembro de 2019.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini  
Secretário M. de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 287/2019

### **CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, MAXILIANO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 035.940.189-97, RG nº 3355244, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor ALYSON GATTERMANN ROMÃO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua 408, nº 1234, Bairro Morretes, Município de Itapema/SC, portador do CPF nº 082.140.839-90, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.460,44 (hum mil quatrocentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado a contar de 05 de novembro de 2019 até 02 de fevereiro de 2020, por motivo de excepcional interesse público.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 287/2019)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;  
V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;  
VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 05 de novembro de 2019.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde D. Comunitário

Alyson Gattermann Romão  
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato em Diário oficial dos Municípios/DOM/SC.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHAS:**

Francieli Sabrina Andrietti  
Assistente Administrativo  
CPF: 076.577.989-71

Jean Marcos Bunn  
Assistente Administrativo  
CPF: 284.399.399-03

**PORTARIA Nº 847/2019**

Publicação Nº 2215077

PORTARIA Nº 847/2019

**Rescisão de Contrato de Trabalho**

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, de acordo com o que determina a Cláusula Quinta, inciso III do Contrato de Trabalho nº 144/2019, firmado entre as partes,

**RESOLVE:**

Rescindir o Contrato de Trabalho da Servidora Pública Municipal Admitida em Caráter Temporário, PAMELA DE JESUS MACHADO, matrícula nº 8064, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 05 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de novembro de 2019.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Mun. de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 848/2019**

Publicação Nº 2215104

**PORTARIA Nº 848/2019****Admissão em Caráter Temporário**

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 04/2019, de 01 de julho de 2019, homologado em 02/09/2019, convocada conforme Decreto nº 167/2019, PAMELA DE JESUS MACHADO, matrícula nº 8212, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, do quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 05 de novembro de 2019 a 05 de maio de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 05 de novembro de 2019.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO Nº 288/2019****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, MAXILIANO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do CPF nº 035.940.189-97, RG nº 3355244, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora PAMELA DE JESUS MACHADO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Dorvino Manoel Rachadel, nº 33, Bairro Centro, Município de São João Batista/SC, portadora do CPF nº 072.962.729-29, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.460,44 (hum mil, quatrocentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado a contar de 05 de novembro de 2019 a 05 de maio de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 288/2019)

- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;  
VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 05 de novembro de 2019.

Maxiliano de Oliveira  
Secretário Municipal de Saúde D. Comunitário

Pamela de Jesus Machado  
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHAS:**

Francielli Sabrina Andrietti  
Assistente Administrativo  
CPF: 076.577.989-71

Jean Marcos Bunn  
Assistente Administrativo  
CPF: 097.284.399-03

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2019**

Publicação Nº 2215080

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2019 (EXCLUSIVAMENTE para participação de Microempresas - ME e/ou Empresas de Pequeno Porte - EPP)

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de limpeza em geral, a empresa realizará a limpeza em todo Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, visto que após as reformas realizadas nas dependências do Hospital geraram poeira e sujeiras do pós obra, conforme especificações descritos no Anexo I (Termo de Referência) do presente edital. Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Entrega dos envelopes: até as 08:30 do dia 18/11/2019. Abertura das Propostas: às 09:00 horas do dia 18/11/2019. Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3211/3213 – compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2019**

Publicação Nº 2215082

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2019

Objeto: O objeto deste Pregão é o Registro de Preços para aquisição parcelada de Oxigênio Medicinal, Óxido Nitroso Medicinal e Nitrogênio, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Nova Trento, conforme condições, especificações e quantidades contidas no Anexo I, parte integrante deste edital. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega dos envelopes: até as 08:30 do dia 20/11/2019. Abertura das Propostas: às 09:00 horas do dia 20/11/2019. Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3211/3213 – compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2019**

Publicação Nº 2215085

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2019

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na realização de exames de endoscopia digestiva alta, colonoscopia, polypectomia e teste de urease, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Nova Trento, conforme termo de referência, especificações e quantitativos descritos no anexo I deste Edital. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega dos envelopes: até as 08:30 do dia 21/11/2019. Abertura das Propostas: às 09:00 horas do dia 21/11/2019. Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3211/3213 – [compras@novatrento.sc.gov.br](mailto:compras@novatrento.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito



# Nova Veneza

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 343/2019 - PMNV

Publicação Nº 2214749

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 343/2019  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
Contratada.: SILVA & LEMOS DA SIVA LTDA ME  
Valor ..... : R\$ 26.228,80 (vinte seis mil e duzentos e vinte oito reais)  
Vigência ..... : Início: 05/11/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 219/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (171)  
Objeto ..... : Aquisição de cestas natalinas destinadas aos servidores públicos municipais.

Nova Veneza/SC, 05 de novembro de 2019.  
Rogério José Frigo  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

### EXTRATOS DE CONTRATOS DO N.º 78 AO N.º 80 - FMS

Publicação Nº 2214842

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 78/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA  
Contratada.: ISAURO KIRCHNER  
Valor ..... : R\$ 8.668,80 (oito mil, seiscentos e sessenta oito reais e oitenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 05/11/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (09);  
Objeto ..... : Aquisição de cestas natalinas destinadas aos colaboradores da Saúde.

Contrato Nº.: 79/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA  
Contratada.: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA SAÚDE DA AMESC - CISAMESC  
Valor ..... : R\$ 100.000,00 (cem mil reais)  
Vigência ..... : Início: 05/11/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 37/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (23); 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (44)  
Objeto ..... : aquisição de produtos, insumos, procedimentos e serviços médicos, de enfermagem, de fisioterapeutas, de fonoaudiólogos, de psicólogo, entre outros, como também serviços administrativos de saúde para atendimento a demanda da Atenção Básica Municipal.

Contrato Nº.: 80/2019  
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA  
Contratada.: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA SAÚDE DA AMREC - CISAMREC  
Valor ..... : R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)  
Vigência ..... : Início: 05/11/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 38/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (44);  
Objeto ..... : aquisição de produtos, insumos, procedimentos e serviços médicos, de enfermagem, de fisioterapeutas, de fonoaudiólogos, de psicólogo, entre outros, como também serviços administrativos de saúde para atendimento a demanda da Atenção Básica Municipal.

Nova Veneza/SC, 05 de novembro de 2019.  
Rogério José Frigo  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

Maristela Vitali Cúnico  
Fundo Municipal de Saúde de Nova Veneza



**PREGÃO PRESENCIAL N.º 224/2019**

Publicação Nº 2215245

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial N.º 224/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o planejamento, divulgação e a realização de processo seletivo público, cujo fim será o provimento de cargos com admissão em caráter temporário.

Abertura: às 08:30 horas do dia 14/11/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 04 de novembro 2019.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 029/2019

Publicação Nº 2215568

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 04.11.2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada....: SETIM E TITON LTDA  
Valor ..... : R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

DATA: 04/11/2019 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

### EXTRATO DE RESULTADO DO PREGÃO Nº 032/2019

Publicação Nº 2215286

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE  
AVISO DE RESULTADO DO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 032/2019 –AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PARA O FIM DE REFORMA DE RESIDÊNCIAS, I;. Que na data de sua realização: Dia 04/11/2019 que teve como ÚNICA empresa participantes a saber BE-VILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME. Sendo que a empresa foi vencedora com o valor global estimado de R\$ 328. 849,00 (trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e quarenta e nove reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz às exigências do edital; a empresa vencedora encontram-se a rigor habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedora do Pregão Presencial Nº 032/2019, e adjudico os itens as empresas vencedoras.

Novo Horizonte/SC, em 04 de novembro de 2019.

IDINARA CRISTINA MASSUCCO  
Pregoeira

Homologo o resultado da licitação  
DE ACORDO  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal

# Orleans

## PREFEITURA

### ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 65/2018-5 PREFEITURA

Publicação Nº 2214803

#### ADITIVO DE PRAZO

Aditivo Nº ..... : 65/2018-5 - Contrato Nº: 65/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: ESTRUTURAR CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 07/11/2019 Término: 07/04/2020

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2018

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA EDIFICAÇÃO PARA USO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS, CONFORME ANEXOS. (CONTRATO 841789/2016 - PROCESSO 1037258-55/2016).

Orleans, 04 de Novembro de 2019

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

### PROCESSO Nº 211/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2215763

#### PROCESSO Nº 211/2019

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 116/2019

REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODA A FROTA DAS SECRETARIAS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 19/11/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 20/11/2019, às 08h15min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 04 de Novembro de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

### PROCESSO Nº 212/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2215456

#### PROCESSO Nº 212/2019

TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGª Nº 25/2019

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS NA ÁREA DE ENGENHARIA/ARQUITETURA, COM BASE NOS PROJETOS ELABORADOS, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CRECHE DÉBORA LAURENTINO NO MUNICÍPIO DE ORLEANS -SC.

Recebimento dos Envelopes de Propostas e Habilitação até o dia: 21/11/2019 às 17h00min.

Abertura dos Envelopes dia: 22/11/2019, às 13h45min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 04 de Novembro de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATO Nº 10/2019 PREFEITURA**

Publicação Nº 2215918

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS E LODOVICO CARBONE A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.926.544/0001-43, sediada na Rua XV de Novembro, nº 282, Bairro Centro, na cidade de Orleans/SC, na qualidade de LOCATÁRIO, neste ato representada pelo seu representante legal JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal, CPF sob o nº 342.332.529-91, e do outro lado LODOVICO CARBONE, inscrito no CPF nº 288.324.009-44, residente na cidade de Orleans/SC, na qualidade de LOCADOR, têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, em conformidade com a cláusula Nona do Contrato de Prestação de Serviços Nº 10/2019 que firmaram aos 23 de Janeiro de 2019, resolvendo rescindir o referido Contrato por interesse público superveniente, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato de Prestação de Serviços Nº 10/2019, celebrado em 23/01/2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO**

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira de forma amigável, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO**

As partes elegem o foro da comarca de Orleans/SC para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente instrumento de contrato.

Assim, justos e contratados, assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Orleans 01 de Novembro de 2019.

PREFEITURA DE ORLEANS  
JORGE LUIZ KOCH  
LOCATÁRIO

LODOVICO CARBONE  
LODOVICO CARBONE  
LOCADOR

**Testemunhas:**

Nome: Francielli Ceolin Beltrame  
CPF: 079.888.149-66

Nome: Rosana T. W. Baschirotto  
CPF: 774.428.819-04

**Otacílio Costa****PREFEITURA****NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 221/2019/DMT**

Publicação Nº 2215329

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 221/2019  
Notificado: Gustavo de Oliveira Weiss  
Auto n. 54359296W

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. GUSTAO DE OLIVEIRA WEISS, inscrito no CPF/MF sob o n.065.882.009-51, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de deixar de efetuar reg do veic em 30 dias qdo for transf prop, cometida na Rod. SC 425, KM55, S/Nº, Otacílio Costa, no dia 23/06/2017 às 09:29, na condução do GM/CELTA 3 portas super, placa MBT0544, com fundamento no Art. 233 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 04 de Novembro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

**NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 222/2019/DMT**

Publicação Nº 2215332

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 222/2019  
Notificado: Jair Nunes da Silva  
Auto n. 54177604G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. JAIR NUNES DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o n.708.110.839-34, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de transitar pela contramão em via c/ sinalização de sent único, cometida na R Antonio da Luz ao lado do supermercado ofertaoveic na via lado oposto da vtr, Otacílio Costa, no dia 26/04/2017 às 17:15, na condução do GM/CORSA WIND, placa LWW7733, com fundamento no Art. 186 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 04 de Novembro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

**NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 223/2019/DMT**

Publicação Nº 2215334

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 223/2019  
Notificado: Luciana Barroso de Arruda Studart  
Auto n. 54176579G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. LUCIANA BARROSO DE ARRUDA STUDART, inscrito no CPF/MF sob o n.013.538.953-43, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de estc em desacor c/regulamentação – ponto ou vaga de taxi, cometida na R Bahia ft a farmácia SESI, Otacílio Costa, no dia 21/06/2017 às 19:56, na condução do HONDA/CITY DX FLEX, placa NUX5539, com fundamento no

Art. 181 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 04 de Novembro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

#### **NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 224/2019/DMT**

Publicação Nº 2215335

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 224/2019  
Notificado: Kelvem de Oliveira Godoi  
Auto n. 54177610G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. KELVEM DE OLIVEIRA GODOI, inscrito no CPF/MF sob o n.000.096.118779-43, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de recusar submeter teste/ex clin/peric/proc forma Art 277 CTB, cometida na R Nazare n 64, Otacílio Costa, no dia 15/06/2017 às 00:50, na condução do FIAT/UNO MILLE FIRE, placa MDH7372, com fundamento no Art. 165 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 04 de Novembro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

#### **NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 225/2019/DMT**

Publicação Nº 2215337

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 225/2019  
Notificado: Fernando de Liz Cordova  
Auto n. E026009039

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. FERNANDO DE LIZ CORDOVA, inscrito no CPF/MF sob o n.073.720.619-54, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de conduzir o veículo com equi. obrigatório ineficiente/inop, cometida na SC114/202.0/ Otacílio Costa-Lages (BR282 distrito índios) posto PmrV 11, Otacílio Costa, no dia 29/06/2017 às 10:45, na condução do M.BENZ/L 1313, placa MBP9100, com fundamento no Art. 230 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 04 de Novembro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

#### **NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 226/2019/DMT**

Publicação Nº 2215360

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 226/2019  
Notificado: Claudio Otavio Noschang  
Auto n. 54176489G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. CLAUDIO OTAVIO NOSCHANG, inscrito no CPF/MF sob o n.090.982.830-04, que lhe foi imposta a penalidade de multa em

decorrência de infração de trânsito de conduzir veículo com silenciador de motor defeito/defic/inop, cometida na R São Cristóvão ft n 260 Art 230 INC XI CTB, veic c/ cand de escape furado, causando barulho, Otacílio Costa, no dia 16/06/2017 às 02:03, na condução do I/PEU-GEOT 206 SELECION, placa DIY0014, com fundamento no Art. 230 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 04 de Novembro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

#### **NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 227/2019/DMT**

Publicação Nº 2215361

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 227/2019  
Notificado: Catarina Ribeiro da Silva  
Auto n. 54023042G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. CATARINA RIBEIRO DA SILVA, inscrito no CPF/MF sob o n.923.837.189-04, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de estac em desacordo com as posições estabelecida no CTB, cometida na Av do Trabalhador, ft 706, B Fatima veic estacionado em paralelo e na faixa amarela, em local p/, Otacílio Costa, no dia 25/03/2017 às 16:43, na condução do VW/GOL 1.6 POWER, placa MFC3288, com fundamento no Art. 181 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 04 de Novembro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

#### **NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 228/2019/DMT**

Publicação Nº 2215362

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 228/2019  
Notificado: IrinaldoStarosky  
Auto n. 54177559G

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. IRINANDO STAROSCKY, inscrito no CPF/MF sob o n.534.471.829-20, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de conduzir o veículo sem equipamento obrigatório, cometida na estrada geral Mato Escuro Art 230 IX CTB, sem o estepe/macaco/limpador, Otacílio Costa, no dia 11/04/2017 às 11:30, na condução do FORDE/ESCORT 1.8 GL, placa MBL5830, com fundamento no Art. 230 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 04 de Novembro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

#### **NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 229/2019/DMT**

Publicação Nº 2215364

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito



**NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 229/2019**

Notificado: Cecília de Jesus Ramos Rita  
Auto n. P0393000DS

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. CECILIA DE JEUSUS RAMOS RITA, inscrito no CPF/MF sob o n.003.762.548-90, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de estacionar na contramão de direção, cometida na Luis Fernando Sa numero 393, Otacílio Costa, no dia 19/10/2018 às 11:15, na condução do I/FORD FUSION, placa FAE5463, com fundamento no Art. 181 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 04 de Novembro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

**NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 230/2019/DMT**

Publicação Nº 2215366

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA  
Secretaria Municipal de Planejamento  
Diretoria Municipal de Trânsito

**NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 230/2019**

Notificado: Narciso Borges de Oliveira  
Auto n. P03CP0014L

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. NARCISO BORGES DE OLIVEIRA, inscrito no CPF/MF sob o n.495.547.949-91, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de cond veículo em mau estdo de conservação, comprom segurança, cometida na Paulo Roberto Ferreira numero 38, Otacílio Costa, no dia 06/12/2018 às 20:06, na condução do VW/GOL 1.0, placa CYR7268, com fundamento no Art. 230 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 04 de Novembro de 2019  
Anderson Amarante de Liz  
Diretor de Trânsito

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA****ATA COMITÊ DE INVESTIMENTO**

Publicação Nº 2216019

Otacílio Costa, 06 de setembro de 2019.

**ATA DE REUNIÃO DO COMITE DE INVESTIMENTO**

Aos seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove reuniram-se na sede do instituto de previdência do município de Otacílio Costa, o presidente do Ipam Gilberto Carlos Rodrigues, os assessores financeiros Handreus Misfled do Nascimento e Ivan Casagrande e a administradora de atos de pessoal Keyla Cristina Chaves para realizar a reunião trimestral do comitê de investimento.

Foi realizada análise dos investimentos e optou-se em verificar na política de investimentos uma realocação do fundo Caixa Referenciado DI, a qual no decorrer deste mês se fará a realocação a ser definida.

Demais investimentos permanecerão da forma como estão, porém, conforme análise dos resumos mensais optou-se por acompanhar o fundo Caixa IMA-B5+ que obteve resultados não satisfatórios no mês de Agosto por conta de grande instabilidade econômica. Apesar disso, o IPAM (Instituto de Previdência de Otacílio Costa) encontra-se dentro da meta atuarial.

Foi tratado também acerca da política de investimentos, para a qual, não será contratada nenhuma assessoria para elaboração, ficando a mesma a cargo da comissão de investimento para a elaboração e readequação para o ano de 2020.

Após lançamento do edital, foram recebidas as documentações para credenciamento dos bancos Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Itaú. As quais, após análise documental, credenciam os bancos citados acima a receber aplicações financeiras do Ipam.



**ATA REUNIÃO**

Publicação Nº 2216017

Otacílio Costa, 29 de julho de 2019.

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL E ADMINISTRATIVO DO IPAM**

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove estiveram reunidos na sede do Instituto de Previdência do Município de Otacílio Costa o presidente Gilberto Carlos Rodrigues, a assessora jurídica Carina Amâncio Kreuch, a contadora Juliana Aparecida Coelho de Liz de Souza, a administradora de Atos de pessoal Keyla Cristina Chaves e os membros Nivaldo <achado, Oneide Aparecida Coelho Farias, Daiana Mota, Rosagela Baldessar, Antonio Pires Burg, para tratar de assuntos referentes ao último trimestre. Foram comentados assuntos referentes ao Portal Transparência que foi recentemente implantado, apresentado os documentos referentes ao credenciamento dos bancos para o consignado, apresentação das despesas e receitas até o mês de Maio/2019, a situação atual sobre o reajuste da Unimed e a liminar que suspender o mesmo ficando assim apenas o reajuste do IGPM que já foi incluso nas folhas para descontos dos beneficiários. Todos os membros presentes concordaram em realizar o pagamento da primeira parcela do décimo terceiro dos aposentados e pensionistas, prevista para o mês de Agosto. A próxima reunião ficou agendada para o mês de Outubro/2019. Sem mais para o momento dou por encerrada a reunião.

**PORTARIA 40/2019**

Publicação Nº 2216013

PORTARIA Nº 40/2019

**APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**

O Presidente do IPAM – INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 48 inciso III e XII, da Lei 81/2005,

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTARIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DE ILSON CRISTOVÃO FERREIRA, brasileiro, casado, portador do RG nº 1.179.854, CPF nº 400.889.799-20, nomeado pela portaria n.º 81/96, ocupante do cargo de PROFESSOR II, lotado na Secretaria de Educação, com carga horária de 20 horas semanais, matrícula nº 961, inscrito no PIS nº 107.49069.65.9, de acordo com o Art. 6º da EC 41/03 - Provento Integral - Com Paridade, última remuneração, valor dos proventos R\$ 2.947,77 (dois mil novecentos e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos).

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e Publique-se.

Otacílio Costa (SC), 04 de novembro de 2019.  
GILBERTO CARLOS RODRIGUES  
PRESIDENTE DO IPAM

# Ouro

## PREFEITURA

### DL Nº 014/19 CONTRATO Nº 062/19

Publicação Nº 2215100

MUNICÍPIO DE OURO - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0057/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0014/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE OURO.

Contratado: ESTRUTURAS METÁLICAS DELAZARI LTDA.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para construção e instalação de um portal metálico em arco. Pilar com aço estrutural com perfil "U" 120mmx40mm treliçados, com cantoneiras nas dimensões mínimas de 12mm X 30mm X 5000mm. Largura de 9 metros. Escavação de sapatas e concretagem. Acessórios de fixação.

Fundamento legal: Artigo 24, da Lei Federal 8.666/93.

Vigência: O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 30 de novembro de 2020.

Ouro SC, 04/11/2019, Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0057/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0014/2019

CONTRATO N. 062/2019

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ESTRUTURAS METÁLICAS DELAZARI LTDA.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para construção e instalação de um portal metálico em arco. Pilar com aço estrutural com perfil "U" 120mmx40mm treliçados, com cantoneiras nas dimensões mínimas de 12mm X 30mm X 5000mm. Largura de 9 metros. Escavação de sapatas e concretagem. Acessórios de fixação.

Fundamento legal: Artigo 24, da Lei Federal 8.666/93.

Vigência: O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e vigorará até 30 de novembro de 2020.

Valor total: O valor total será de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Data de assinatura: 04/11/2019.

# Palhoça

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PG 207-2019

Publicação Nº 2215285

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 207/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 207 -2019, no dia 21 de novembro de 2019, às 09h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. O PREGÃO PRESENCIAL nº 207 - 2019 têm como objeto a aquisição de material: cal pacote de 8 kg para pintura de áreas públicas, meio fios e praças do município de Palhoça - SC, pelo sistema de registro de preço, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 04 de novembro de 2019. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

### DECRETO Nº 2.518, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215977

DECRETO Nº 2.518, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE, NA ORDEM DE R\$ 1.409.000,00.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições que lhe confere o art. 17 da Lei Orçamentária nº 4.673, de 20 de dezembro de 2018, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 899.000,00 (oitocentos e noventa e nove mil reais), as Dotações Orçamentárias da Prefeitura Municipal de, como segue:

13:00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
13:01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Projeto/Atividade : 2021 – Func. E Manutenção do Ensino Fundamental  
Red8 – 31.91.00.00.00.00.00.01010143- Aplicações Diretas R\$ 240.000,00  
Projeto/Atividade : 2154– Func. E Manutenção das Escolas Profissionais  
Red 28 – 33.90.00.00.00.00.00.00000142- Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

27:00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
27:01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Projeto/Atividade : 2015 – Serviços Públicos Concedidos  
Red 88 – 33.90.00.00.00.00.00. .01080186- Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

16:00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
16:01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO  
Projeto/Atividade : 2010 – Contribuições Contributárias e Contributivas  
Red 27 – 33.90.00.00.00.00.00.01080186- Aplicações Diretas R\$ 40.000,00  
SOMA R\$ 899.000,00

Art. 2º A Suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação parcial da dotação abaixo discriminada abaixo, por conta do orçamento fiscal da prefeitura de Palhoça:

13:00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
13:01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Projeto/Atividade : 2022 – Func. E Manutenção da Educação Infantil  
Red 96 – 31.91.00.00.00.00.00.01010143- Aplicações Diretas R\$ 240.000,00  
Projeto/Atividade : 2154– Func. E Manutenção das Escolas Profissionais  
Red 005 – 31.90.00.00.00.00.00.00000142- Aplicações Diretas R\$ 3.000,00  
Red 212 – 31.91.00.00.00.00.00.00000142- Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

05:00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PUBLICOS- SESP  
05:00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PUBLICOS- SESP  
Projeto/Atividade : 2028 – Manutenção da Iluminação Pública  
Red190 – 33.90.00.00.00.00.01080186- Aplicações Diretas R\$ 640.000,00  
SOMA R\$ 899.000,00

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), as Dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, por conta do orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Palhoça, como segue:

18:00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
18:01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Projeto/Atividade : 2039 – Func. E Manutenção do Fundo - fmas  
Red 282 – 31.90.00.00.00.00.01000152- Aplicações Diretas R\$ 35.000,00  
Red 305 – 31.91.00.00.00.00.01000152- Aplicações Diretas R\$ 5.000,00  
Red.288--33.90.00.00.00.00.0.1000152-Aplicações Diretas R\$ 260.000,00  
SOMA R\$ 300.000,00

Art. 4º A Suplementação que se refere o Artigo 3º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação abaixo discriminada abaixo, por conta do orçamento fiscal da prefeitura de Palhoça:

14:00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ. INFRAEST E SANEAMENTO  
14:01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJ. INFRAEST E SANEAMENTO  
Projeto/Atividade :1290 – Pav. Da Rua Clotides Frutuoso Lopes – B.Ariú  
Red.458 44.90.00.00.00.00.0.1000142– Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
Projeto/Atividade : 1295 – Calçamento da Rua Roque Duarte – Alto Ariú  
Red. 463 44.90.00.00.00.00.0.1000142– Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
Projeto/Atividade :1296 – Calçamento da Servi Atalibio Ramos – Passa Vinte  
Red. 464 44.90.00.00.00.00.0.1000142– Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
Projeto/Atividade :1297 – Calçamento da Rua João Pessoa – Praia de Fora  
Red. 465 44.90.00.00.00.00.0.1000142– Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
Projeto/Atividade :1315 – Pavimentação Rua José Jorge da Silva – Barra Ariú  
Red. 483 44.90.00.00.00.00.0.1000142– Aplicações Diretas R\$ 100.000,00  
SOMA R\$ 300.000,00

Art. 5º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), as Dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Esportes, como segue:

22:00 – FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA  
22:01 – FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA  
Projeto/Atividade : 2078 – Func. E Manutenção Da Faculdade  
Red 226 – 31.91.00.00.00.00.01000130- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 6º A Suplementação que se refere o Artigo 5º deste Decreto correrá por conta da anulação parcial da dotação abaixo discriminada como segue:

22:00 – FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA  
22:01 – FACULDADE MUNICIPAL DE PALHOÇA  
Projeto/Atividade : 2078 – Func. E Manutenção Da Faculdade  
Red 232– 31.90.00.00.00.00.01000130- Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 7º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), as Dotações Orçamentárias do Fundo Municipal de Esportes, como segue:

34:00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
34:01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
Projeto/Atividade : 2082 – Func. E Manutenção do Esporte e Cultura  
Red 264 – 33.90.00.00.00.00.01000143- Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Art. 8º A Suplementação que se refere o Artigo 7º deste Decreto correrá por conta da anulação parcial da dotação abaixo discriminada como segue:

34:00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
34:01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
Projeto/Atividade : 1120 – Festa de Natal  
Red 255 – 33.90.00.00.00.00.01000143- Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 01 de novembro de 2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

## **EDITAL DE CIÊNCIA/NOTIFICAÇÃO DE PEDIDO DE REURB (LEI FEDERAL 13.465/17) DE TERCEIROS INTERESSADOS EDITAL DE REURB- PROCESSO Nº. 20744/19**

Publicação Nº 2215313

EDITAL DE CIÊNCIA/NOTIFICAÇÃO DE PEDIDO DE REURB (LEI FEDERAL 13.465/17) DE TERCEIROS INTERESSADOS

EDITAL DE REURB- Processo nº. 20744/19

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, CNPJ 82.892.316/0001-08, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos aqueles que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, aos AUSENTES, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS INTERESSADOS, SEUS CÔNJUGES E/OU SUCESSORES, que na forma do art. 31, §5 da Lei nº 13.465/2017, formulado por TONI DE MACEDO, brasileira, divorciada, CPF 025.162.699-78, residente e domiciliado à RUA MARIETA DE ANDRADE PIRES MACEDO n.56 - Bairro ARIRIU, PALHOÇA/SC autuado em 12/09/2019, Processo nº. 20744/19 tendo por objeto o imóvel que assim se descreve e caracteriza: Imóvel localizado à RUA MARIETA DE ANDRADE PIRES MACEDO n. 56 - Bairro ARIRIU, Município de PALHOÇA/SC, com área de 779,80m2, com Vertice V1 - N: 6936041,01 E:727051,32 V2 - N: 6936048,56 E: 727051,97 V3 - N: 6936049,46 E:727044,01 V4 - N 6936059,45 E: 727045,49 V5 - N: 6936058,04 E: 727027,24 V6 - N: 6936012,18 E: 7270020,41 V7 - N: 6936016,11 E: 727036,42 V8 - N: 6936043,22 E: 727039,76, frente com rua MARIETA ANDRADE PIRES MACEDO, lado direito com OSVALDINO JOSÉ BABY, fundos com COMERCIO DE FRUTAS E VERDURAS IRMÃOS MARINHO LTDA.ME CNPJ: 03.763.699/0001-30 e lado esquerdo LEA MARLI PEREIRA CPF: 689.041.779-87 e SIMONE AUREA PIRES CPF: 859.395.609-20. O requerente pleiteia regularização fundiária, prevista na lei federal 13.465/2017, alegando a posse do imóvel por si e por seus antecessores, anterior a 22/12/2016. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados para exame nesta serventia, que funciona à Av. Hilza Terezinha Pagani, n. 289, Prefeitura Municipal de Palhoça, Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, no horário das 12:00 às 19:00 horas, de segunda a sexta-feira, fone (48) 3220-0300, Decorrido o prazo de 30 (trintas) dias corridos a contar da data de cada uma das duas publicações deste edital, sem que haja a apresentação de impugnação escrita, com as razões da discordância, será presumida a anuência ao pedido de reconhecimento de regularização fundiária (REURB), e ensejará o seu imediato registro em nome do requerente, como previsto no art. 31, § 5, da Lei nº 13.465/2017. E, para que chegue ao conhecimento de todos aqueles eventualmente interessados e para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital. Palhoça 01 de Novembro de 2019. A Prefeitura Municipal de Palhoça.

## **EDITAL DE CIÊNCIA/NOTIFICAÇÃO DE PEDIDO DE REURB (LEI FEDERAL 13.465/17) DE TERCEIROS INTERESSADOS EDITAL DE REURB- PROCESSO Nº. 21191/2019**

Publicação Nº 2215314

EDITAL DE CIÊNCIA/NOTIFICAÇÃO DE PEDIDO DE REURB (LEI FEDERAL 13.465/17) DE TERCEIROS INTERESSADOS

EDITAL DE REURB- Processo nº. 21191/2019

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, CNPJ 82.892.316/0001-08, Estado de Santa Catarina, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos aqueles que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento, aos AUSENTES, DESCONHECIDOS, EVENTUAIS INTERESSADOS, SEUS CÔNJUGES E/OU SUCESSORES, que na forma do art. 31, §5 da Lei nº 13.465/2017, formulado por ELIANE MACEDO, brasileira, divorciada, CPF 444.722.779-72, residente e domiciliado à RUA MARIETA DE ANDRADE PIRES MACEDO n.56 - Bairro ARIRIU, PALHOÇA/SC autuado em 18/09/2019, Processo nº. 21191/19 tendo por objeto o imóvel que assim se descreve e caracteriza: Imóvel localizado à RUA MARIETA DE ANDRADE PIRES MACEDO n. 56 - Bairro ARIRIU, Município de PALHOÇA/SC, com área de 286,00m2, com Vertice V1 - N: 6936019,02 E:727048,26 V2 - N: 6936041,01 E: 727051,32 V3 - N: 6936043,22 E:727039,76 V4 - N 6936016,11 E: 727036,42, frente com rua MARIETA ANDRADE PIRES MACEDO, lado direito com OSVALDINO JOSÉ BABY, fundos com TONI DE MACEDO e lado esquerdo TONI DE MACEDO. O requerente pleiteia regularização fundiária, prevista na lei federal 13.465/2017, alegando a posse do imóvel por si e por seus antecessores, anterior a 22/12/2016. O requerimento e a documentação completa que o acompanha permanecerão à disposição dos interessados para exame nesta serventia, que funciona à Av. Hilza Terezinha Pagani, n. 289, Prefeitura Municipal de Palhoça, Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, no horário das 12:00 às 19:00 horas, de segunda a sexta-feira, fone (48) 3220-0300, Decorrido o prazo de 30 (trintas) dias corridos a contar da data de cada uma das duas publicações deste edital, sem que haja a apresentação de impugnação escrita, com as razões da discordância, será presumida a anuência ao pedido de reconhecimento de regularização fundiária (REURB), e ensejará o seu imediato registro em nome do requerente, como previsto no art. 31, § 5, da Lei nº 13.465/2017. E, para que chegue ao conhecimento de todos aqueles eventualmente interessados e para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital. Palhoça 01 de Novembro de 2019. A Prefeitura Municipal de Palhoça.

## **ERRATA - LEI Nº 4630, DE 26 DE JUNHO DE 2018. DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE VEÍCULOS ABANDONADOS EM LOGRADOUROS PÚBLICOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA**

Publicação Nº 2216033

Notificação nº 24230/2019

Placa do veículo: ALZ4797

Data da fiscalização: 25/10/2019

Hora da fiscalização: 16:22:00

Endereço de localização do veículo: RUA NOVA VENEZA, 298

Nome do(a) proprietário(a): MKS COMÉRCIO DE TINTAS LTDA - EPP

CPF/CNPJ do(a) proprietário(a): 11.449.704/0001-62

Fica NOTIFICADO(A) o(a)proprietário(a) do veículo de placa ALZ4797 a retirá-lo do logradouro público no prazo de até 5 (cinco) dias do recebimento desta notificação, tendo em vista que foi caracterizado como veículo abandonado. Em caso de não cumprimento, o veículo será removido com base na lei municipal nº 4630, de 26 de junho de 2018.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 263/2019 - PP 86/2018**

Publicação Nº 2214760

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 263/2019

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 4º Termo de Aditamento ao Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 265/2018, firmado em 07/12/2018, com a empresa NEO-REDE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI – EPP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em interligação de dados e voz, acesso internet, rede interna e telefonia IP para Prefeitura Municipal de Palhoça e suas dependências (Secretarias, Fundos, Autarquias, Escolas, CEI, entre outros): Fica suprimido o item Unidade Escolar CEI Estrelinha no valor de R\$ 4.614,00 (quatro mil seiscentos e quatorze reais), correspondente ao percentual de 0,3118%, sobre o valor total do contrato nº 265/2018, conforme Memorando n.º 60.185/2019 da Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 86/2018

DATA: 31/10/2019

Signatários: pelo Contratante:

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Pelo Contratado,

NEOREDE TELECOMUNICAÇÕES EIRELI – EPP.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 265/2019 - PP 107/2018**

Publicação Nº 2214765

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 265/2019

Termo de Aditamento – Readequação

Espécie: 2º Termo de Aditamento ao Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 185/2018, firmado em 21/09/2018, com a empresa ABASE SISTEMAS E SOLUÇÕES LTDA.

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços para cessão de licenciamento, locação, migração e treinamento de uso do sistema de informatização para a gestão educacional pública municipal, incluindo atendimento e suporte técnico para as Unidades Educacionais, com período máximo de 48 (quarenta e oito) meses: Devido ao reajuste anual previsto na Cláusula VIII do Contrato de Prestação de Serviços n.º 185/2018, fica reajustado no percentual de 3,38%, o valor estabelecido no contrato, tendo como base o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), referente ao período de Setembro de 2018 a Setembro de 2019..

FUNDAMENTO LEGAL: art. 65 da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N.º 107/2018

DATA: 01/11/2019

Signatários: pelo Contratante:

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Pelo Contratado,

ABASE SISTEMAS E SOLUÇÕES LTDA.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO N.º 266/2019 - CC 85/2018**

Publicação Nº 2214767

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 266/2019

Termo de Aditamento – Prorrogação

Espécie: 4º Termo de Aditamento ao Contrato de Execução de Obras Nº 194/2018, firmado em 04/10/2018, com a empresa VOGELSANGER ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: (LOTE 4) Fica prorrogado por mais 45 (quarenta e cinco) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras n.º 194/2018, sendo o prazo de vigência com início retroativo em 29/10/2019 a 12/12/2019, conforme parecer técnico efetuado pelo setor de engenharia.

FUNDAMENTO LEGAL: art.57, da Lei n. 8.666/93, e suas posteriores alterações.

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA: Nº 85/2018

DATA: 04/11/2019

Signatários: pelo Contratante,

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

ALEXSANDER DA SILVA

Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça



CREA/SC 090082-3  
FELIPE AUGUSTO DE BONI  
Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça  
CREA/SC 165296-8  
Pelo Contratado,  
VOGELSANGER ENGENHARIA LTDA.

## **LICITAÇÃO DESERTA - TOMADA DE PREÇOS Nº 184/2019**

Publicação Nº 2215345

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
TOMADA DE PREÇO Nº 184/2019  
LICITAÇÃO DESERTA

O Município de Palhoça torna público que aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, na sala de reuniões, a partir das 14h00min, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações - CPL - designada pela Portaria nº 1750/2019. Sob a Presidência do servidor Julio Cesar da Cruz, convocando a servidora Carolina Elisa Peres para secretariar os trabalhos, a fim de realizar a Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de Muro de Contenção em Solo Grampeado (1.672,4m²), Avenida das Torres – Palhoça/SC. Tendo como critério de julgamento, a conformidade das propostas com o edital e MENOR PREÇO. Presentes a sessão apenas os membros da Comissão Permanente de Licitações. Após transcorrer o horário previsto para recebimento e abertura dos envelopes de Habilitação e Proposta, esta Comissão de Licitações constatou o não comparecimento de empresas interessadas no certame. Diante disto, a Comissão Permanente de Licitações, por unanimidade de votos, decide arquivar o processo, dando a Licitação como DESERTA, sugerindo assim um novo certame licitatório. Palhoça, 04 de novembro de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal.

## **PORTARIA 142/2019**

Publicação Nº 2214947

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar

Portaria 142/2019

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 96/2010.

Sob a égide do art. 230 da Lei 96/2010:

### **RESOLVE:**

1.1- Afastar, preventivamente, sem prejuízo de sua remuneração, pelo prazo de quarenta e cinco dias, o (a) servidor (a), G.L.F, em exercício na Secretaria da Educação, a fim de evitar influenciar na apuração relativa ao Processo Administrativo Disciplinar, instaurado por meio da Portaria nº 44/2019, publicada no DOM/SC Edição nº 2818/ 2019 pg. 1198.

1.2 - Fica proibido o acesso do (a) mencionado (a) servidor (a) às repartições internas do órgão que presta serviço.

1.3 - Fica proibido procurar as testemunhas com intuito de obstruir o processo.

1.4 A portaria entra em vigor com a data da publicação.

Palhoça - SC, em 04 de novembro de 2019.

Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

## **PREGAO PRESENCIAL RP 208/2019**

Publicação Nº 2215417

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL RP Nº. 208/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 22 de Novembro de 2019, as 09:00 hs, para recebimento dos Propostas,

habilitação, e a etapa dos lances na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL RP - Nº. 208/2019 Aquisição de pneus para os veículos leve, médios e pesados pertencentes a Secretarias, Fundos e Autarquias do Município de Palhoça, através do Sistema de Registro de Preços do Município de Palhoça., conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes deste Edital, através do Sistema de Pregão Presencial. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: [www.palhoça.atende.net](http://www.palhoça.atende.net). Palhoça, 31 de outubro de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

## REABERTURA DO PREGAO PRESENCIAL RP 188/2019

Publicação Nº 2215715

ERRATA DE REABERTURA Nº 001/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 188/2019

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital convocatório do PREGÃO PRESENCIAL nº 188/2019, nas especificações do Termo de Referência Anexo 01, que tem como objeto a contratação de empresa aquisição de Cestas Básicas para atender as necessidades dos programas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Palhoça, Desta forma fica A REABERTURA DO CERTAME para o dia 25/11/2019 às 09:00 hs para entrega dos envelopes e sessão de lances. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site [palhoça.atende.net](http://palhoça.atende.net).

Palhoça, 04 de novembro de 2019.

Sandra Pereira de Abreu Oliveira  
Pregoeira

## RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO 186/2019

Publicação Nº 2215485

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 186/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 186/2019, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto Contratação de Empresa para execução de Serviços de Desassoreamento de Corpo Hídrico e Serviços Técnicos na Elaboração de Estudos de Batimetria do Município de Palhoça, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME:

ROOS ASSESSORIA E CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA ME - CNPJ 13.783.455/0001-72, ficou classificada e habilitada no seu menor preço no Lote 02 totalizando a importância de R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais). O Lote 01 não foi adquirido.

Palhoça, 04 de novembro de 2019.

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 46-2019 - INSTITUTO VÓ MARIA

Publicação Nº 2215154

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 46/2019. PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica INSTITUTO VÓ MARIA. OBJETO: Prestação de serviços de internação para tratamento de paciente, através do processo judicial, a saber: DOUGLAS SANTOS MENDES – autos nº 0919100-39.2017.8.24.0045. Valor do contrato: Dá-se a este instrumento o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

DATA: 04/11/2019.



# Palma Sola

## PREFEITURA

### AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 60/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2215226

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 60/2019 – Registro de Preços

Tipo: Menor Preço Por item

Objeto: Aquisição de Camiseta (formandos) e Estojo Escolar

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21/06/93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes/Credenciamento: até às 08:30h do dia 19/11/2019.

Abertura dos envelopes: às 09:00 h do dia 19/11/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira, das 07h às 13:00h e/ou no site [www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone: (0xx) 49 3652 – 3200 e/ou 49 – 3652- 3219

Palma Sola, 04 de novembro de 2019.

Marines F. Sansigolo  
Pregoeira

### DECRETO 2016/2019 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 146.500,00

Publicação Nº 2214714

Decreto 216/2019, de 29 de outubro de 2019.

Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2018/2018, de 04 de dezembro de 2018.

Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 146.500,00 (cento e quarenta e seis mil e quinhentos reais) para fazer face as despesas em diversas secretarias como segue:

#### 05.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

##### 05.003 Fundo Municipal de Saúde

##### 2021 Atenção Básica

01381104 Transferências do Sistema Único de Saúde SUS/União

3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

#### 06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

##### 06.003 Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil

##### 2006 Segurança Pública

01111095 Convênio de Trânsito Civil

3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

#### 07.00 SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTE

##### 07.001 Diretoria de Obras e Serviços Urbanos

##### 2079 Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Obras e Serviços urbanos

01000100 Recursos Ordinários

3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente decreto serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 29 de outubro de 2019.

Cleomar Jose Mantelli

Prefeito Municipal.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto  
Secretária de Planejamento.

### **EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 23/2019**

Publicação Nº 2215381

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 119/2019  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 23/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE 5.530 EXEMPLARES JORNAL INFORMATIVO PARA EDUCAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL PARA ENFRENTAMENTO DO MOSQUITO "AEDES AEGYPTI". - PROJETO FUNASA

VALOR TOTAL: R\$: 14.599,20

EMIÇÃO: 04/11/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 24/2019**

Publicação Nº 2215505

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 120/2019  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 24/2019

CONTRATO Nº. 142/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: STADLER SHOWS E TURISMO EIRELI  
OBJETO: contratação de empresa especializada em trabalhos artísticos/ musicais/shows, que gerencie bandas, grupos musicais e outros, - contratação da dupla Davi e Fernando para fazer Show no Aniversário do Município, na data de 30 de dezembro de 2019.

VALOR TOTAL: R\$: 16.000,00

EMIÇÃO: 04/11/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Cleomar José Mantelli  
Prefeito Municipal

# Palmeira

## PREFEITURA

### **DECRETO N.º 1544\_ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO**

Publicação Nº 2215912

DECRETO N.º 1544/2019

Abre crédito adicional suplementar proveniente do superávit financeiro verificado .

A Prefeita Municipal de Palmeira/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei N.º 792 de 26 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 311.000,00(Trezentos e onze mil reais), a saber:

Fundo Municipal de Saúde

3010.123.449000(Conv União)249 – Reequipamento do Fundo Municipal de Saúde R\$ 80.000,00

3010.123.449000(Pab Invest Apoio)250 - Reequipamento do Fundo Municipal de Saúde R\$ 55.900,00

3010.254.339000(farm união)255 – Manutenção do Programa Farmácia Básica R\$ 45.000,00

3010.221.339000(Pab) 201 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 50.000,00

Fundo Municipal de Assistência Social

2011.225.339000(IGD)253 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 20.000,00

2011.225.339000(AB Est)254 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 18.000,00

Secretaria de Educação Cultura e Desporto

2005.113.449000(Sal edc)240 – Construção Ampliação e Término de Creches R\$ 42.100,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes do superávit financeiro verificado.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, 22 de Maio de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 04 de novembro de 2019.

### **DECRETO N.º 1545\_ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DO SUPERÁVIT FINANCEIRO VERIFICADO**

Publicação Nº 2215914

DECRETO N.º 1545/2019

Abre crédito adicional suplementar proveniente do superávit financeiro verificado .

A Prefeita Municipal de Palmeira/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei N.º 792 de 26 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 771,26(Setecentos e setenta e um reais e vinte e seis centavos), a saber:

Secretaria de Educação Cultura e Desporto

2005.212.339000.252 – Manutenção da Secretaria de Educação R\$ 56,98

2005.267.339000.251 – Manutenção da Atividade Creche R\$ 714,28

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes do superávit financeiro verificado.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, 22 de Maio de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 04 de novembro de 2019.

**DECRETO N.º 1560\_2019\_ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DO EXCESSO E OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO .**

Publicação Nº 2215919

DECRETO N.º 1560/2019

Abre crédito adicional suplementar proveniente do excesso e/ou provável excesso de arrecadação .

A Prefeita Municipal de Palmeira/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei N.º 792 de 26 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 165.000,00(Cento e sessenta e cinco mil reais) a saber:

Secretaria de Administração

2003.24.339000.56 – Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 50.000,00

Secretaria de Agricultura e do Abastecimento

2008.242.319000.38 – Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 30.000,00

2008.242.447100.100 – Manutenção da Secretaria de Agricultura R\$ 10.000,00

Secretaria do Meio Ambiente

2015.260.319000.114 – Manutenção da Secretaria do Meio Ambiente R\$ 25.000,00

2015.260.339000.115 – Manutenção da Secretaria do Meio Ambiente R\$ 50.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes do excesso e/ou provável excesso de arrecadação verificado no exercício.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, 24 de Junho de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 04 de novembro de 2019.

**DECRETO N.º 1563\_2019\_ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação Nº 2215921

DECRETO N.º 1563/2019

Abre crédito adicional suplementar

A Prefeita Municipal de Palmeira/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei N.º 792 de 26 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00(Cento e cinquenta mil reais) a saber:

Fundo Municipal de Saúde

3010.221.339000.259 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 150.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes do superávit financeiro verificado do exercício anterior.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, 01 de Julho de 2019.  
FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 04 de novembro de 2019.

## **DECRETO N.º 1564\_2019\_ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DO SUPERÁVIT FINANCEIRO**

Publicação Nº 2215922

DECRETO N.º 1564/2019

Abre crédito adicional suplementar proveniente do Superávit Financeiro .

A Prefeita Municipal de Palmeira/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei N.º 792 de 26 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 57.500,00(Cinquenta e sete mil e quinhentos reais) a saber:

Secretaria de Educação Cultura e Desporto

2005.116.339000.260 – Ampliar Reequipar Transporte Escolar R\$ 7.500,00

Fundo da Infância Adolescência

2009.210.339000.263 – Manut do Fundo Munic dos Direitos da Criança e Adolescente R\$ 20.000,00

Fundo Municipal de Assistência Social

2011.225.339000.238 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 30.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes do superávit financeiro verificado do exercício anterior.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, 01 de Julho de 2019.  
FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA  
Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 04 de novembro de 2019.

## **DECRETO N.º 1575\_2019\_ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DO EXCESSO E OU PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**

Publicação Nº 2215923

DECRETO N.º 1575/2019

Abre crédito adicional suplementar proveniente do excesso e/ou provável excesso de arrecadação .

A Prefeita Municipal de Palmeira/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei N.º 792 de 26 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00(Cento e Cinquenta Mil Reais) a saber:

Secretaria de Educação Cultura e Desporto

2005.116.339000.229 – Ampliar Reequipar Transporte Escolar R\$ 80.000,00

Secretaria de Transporte Obras e Serviços Públicos

2007.232.339000.167 – Manutenção do Departamento de Transporte R\$ 70.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes do excesso e/ou provável excesso de arrecadação verificado no exercício.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, 09 de Agosto de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 04 de novembro de 2019.

# Palmitos

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATOS 10.1 2019

Publicação Nº 2214730

PREFEITURA MUNICIPAL PALMITOS

Termo de Rescisão ao Contrato: nº 53/2017. Contratada: ELISABETE SIGNORI - MEI. Cancelamento: 30/10/2019. Dair Jocely Enge – Prefeito.

### PROCESSO 120/2019

Publicação Nº 2215501

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 019/2019

PROCESSO N.º 120/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DURANTE O PERÍODO LETIVO, COM ITINERÁRIOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO E DO INTERIOR DO MUNICÍPIO PARA ESCOLAS LOCALIZADAS NOS PERÍMETROS RURAL E URBANO.

CONTRATADO: MARIA DE LOURDES GUADAGNIN - MEI, inscrita no CNPJ sob nº 34.620.425/0001-15.

VALOR TOTAL: R\$ 7.600,32 (sete mil e seiscentos reais e trinta e dois centavos).

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 04/11/2019.

Palmitos, 4 de Novembro de 2019. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

# Papanduva

## PREFEITURA

### EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO - SP EVENTOS

Publicação Nº 2215341

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 022/2010, datado em 01 de Março de 2019, vinculada ao processo licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: SP EVENTOS. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 30 de Maio de 2019. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE ATA Nº 125/2019 - MULLER PRODUTOS PARA SAÚDE

Publicação Nº 2215111

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ATA Nº 125/2019

Objeto: Extrato de Ata referente ao PREGÃO PRESENCIAL nº 052/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: MULLER PRODUTOS PARA A SAÚDE. Valor total de R\$ 11.180,00 (onze mil e cento e oitenta reais). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 21 de Outubro de 2019 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

### EXTRATO DE ATA Nº 126/2019 - SEBMED

Publicação Nº 2215112

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ATA Nº 126/2019

Objeto: Extrato de Ata referente ao PREGÃO PRESENCIAL nº 052/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: SEBMED PRODUTOS PARA A SAÚDE. Valor total de R\$ 8.100,00 (oito mil e cem reais). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 21 de Outubro de 2019 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

### EXTRATO DE ATA Nº 127/2019 - CARLA M. DE SOUZA

Publicação Nº 2215113

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ATA Nº 127/2019

Objeto: Extrato de Ata referente ao PREGÃO PRESENCIAL nº 052/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: CARLA MACHADO DE SOUZA. Valor total de R\$ 102.747,00 (cento e dois mil e setecentos e quarenta e sete reais). Base legal: Lei 8666/92. Papanduva, 21 de Outubro de 2019 – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2019 - ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO V. DE PAULO

Publicação Nº 2215453

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

ESTADO DE SANTA CATARINA.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 062/2019

Objeto: EXTRATO de Contrato nº 062/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO. Validade: 17/10/2020. Papanduva, 04 de novembro de 2019. Luiz Henrique- Prefeito municipal.

### EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO Nº 001 ~ 015/2019 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Publicação Nº 2215331

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO Nº 001 ~015/2019

Objeto: Extrato de termo de adesão a Chamada Pública nº 006/2019, referente ao CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇO



CAPACITADOS E ESPECIALIZADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratadas: AGROCAP CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, ELMO ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA LTDA, ENG & GEO GEORREFERENCIAMENTO EIRELI, ESTOP TOPOGRAFIA E CONSULTORIA LTDA, GEO CONSULTORES ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA, GEOJÁ MAPAS DIGITAIS E AEROLEVANTAMENTO LTDA, GEOMAPA ENGENHARIA LTDA, GEONEVES AEROLEVANTAMENTOS LTDA, GEO GEOSKY ENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS LTDA, INTEGRAL SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA, LASER SUL FUNDAÇÃO E TOPOGRAFIA LTDA, PLANA – SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA, RENAN OLÁVIO FERENS, SOLO TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO LTDA, TERRA FIRME CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA. Validade: 20/09/2020. Papanduva, 25 de Outubro de 2019. Luiz Henrique Saliba – Prefeito Municipal.

**LEI Nº 2218-2019 , DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO E NORMATIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR EM VIRTUDE DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO.**

Publicação Nº 2214807

LEI Nº 2218, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A DEFINIÇÃO E NORMATIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR EM VIRTUDE DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO.

Luiz Henrique Saliba, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte

**LEI**

Art. 1º. São consideradas de pequeno valor, para os fins do disposto nos §§ 3º e 4º do art. 100 da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional n. 62 de 2009), do § 2º do artigo 13 da Lei nº 12.153/09, e de outras normas legais ou constitucionais, as obrigações que a Fazenda do Município de Papanduva, suas Autarquias e Fundações devam quitar em decorrência de decisão judicial transitada em julgado, cujo valor seja igual ou inferior ao maior benefício do Regime Geral de Previdência Social, independente da natureza do crédito.

§ 1º. Considera-se valor da obrigação, para os fins do disposto no caput, o total apurado na data da conta de liquidação homologada ou aprovada no processo de origem, atualizado até a data de expedição do ofício judicial requisitando o pagamento.

§ 2º. As requisições judiciais de que tratam este artigo serão liquidadas em ordem cronológica, assegurada a preferência aos créditos de natureza alimentícia cujos titulares, originários ou por sucessão hereditária, tenham 60 (sessenta) anos de idade, ou sejam portadores de doença grave, ou pessoas com deficiência, assim definidos na forma da lei.

§ 3º. Os créditos preferenciais de que trata o parágrafo anterior serão liquidados em ordem cronológica própria.

Art. 2º. É facultada às partes exequentes a renúncia ao crédito no que exceder ao valor estabelecido nesta lei, para que possam optar pelo recebimento como requisição de pequeno valor.

Parágrafo único. A opção pelo recebimento do crédito na forma prevista neste artigo, a ser exercida nos autos do processo, implica a renúncia do restante dos créditos porventura existentes e que sejam oriundos do mesmo processo.

Art. 3º. Esta lei aplica-se imediatamente a todos os débitos judiciais da Administração Direta e Indireta, excetuadas as hipóteses de determinação de pagamento expedidas antes da sua vigência.

Art. 4º. Fica vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar de valor pago, como fracionamento, repartição ou quebra de valor da execução com o intuito de fazer jus ao pagamento sem precatório.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 054, de 02 de dezembro de 2014.

Município de Papanduva, 31 de outubro de 2019.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Girseliano Moreira da Silva

Secretário da Administração

# Paraíso

## PREFEITURA

### CT 13/2019 FMS

Publicação Nº 2216119

MUNICIPIO DE PARAISO/FUNDO MUN. DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2019 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2018

PROCESSO LICITATORIO Nº 33/2018

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA, ÓLEO DIESEL E GÁS DE COZINHA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PARAÍSO/SC.

DO VALOR TOTAL: R\$ 10.074,00 (Dez mil e setenta e quatro reais)

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: ABASTECEDORA PEPERI LTDA ME

DA VIGENCIA: O prazo de vigência será da assinatura até 31/12/2019.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 29 de outubro de 2019.

ILI ALVES

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO

### DECRETO 2177/2019

Publicação Nº 2215094

#### DECRETO Nº 2177/2019

Regulamenta a Política Municipal de Meio Ambiente, define normas do Processo Administrativo de fiscalização ambiental, fixa o procedimento de aplicação das sanções em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de 09 de novembro de 1993, e demais legislações em vigor, de conformidade com o art. 15 da Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017, Lei Complementar Municipal Nº 016/2019 e:

Considerando que nos termos do art. 23, VI e VII da Constituição Federal é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: "proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, bem como preservar as florestas, a fauna e a flora";

Considerando que a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora;

Considerando que nos termos da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e regulamentos, são autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os servidores de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização;

Considerando que, nos termos da Lei Orgânica do Município e demais normativas, as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções administrativas, independentemente da obrigação de reparação aos danos causados;

Considerando as disposições da Lei Complementar Municipal n. 016/2019, que trata da Política Municipal de Meio Ambiente;

DECRETA:

CAPÍTULO I

Da competência e do exercício da ação fiscalizatória

Art. 1º Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas, em especial as de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais do Poder Executivo municipal designados para as atividades de fiscalização, bem como as equipes técnicas dos órgãos/entidades aos quais tal atribuição for delegada.

§2º Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§3º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.

§4º As infrações ambientais serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e contraditório.

Art. 2º No exercício da ação fiscalizadora, fica assegurada aos agentes a entrada a qualquer dia e hora e a permanência pelo tempo que se tornar necessário em estabelecimentos e propriedades públicas ou privadas, observado o disposto no art. 5º, XI da Constituição da República.

§1º Os agentes, quando obstados, poderão requisitar força policial para garantir o exercício de suas atribuições.

§2º Quando a fiscalização for realizada por solicitação de entidade sindical e/ou organização não governamental legalmente constituídas e/ou partidos políticos e/ou parlamentares, para a defesa dos interesses difusos relacionados à proteção do meio ambiente e recursos naturais, os mesmos poderão acompanhar as atividades de fiscalização ou nomear técnico habilitado para representá-los.

Art. 3º Para imposição e gradação da penalidade a autoridade competente observará o disposto no Anexo III e:

I - A gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e meio ambiente;

II - Os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III - A situação econômica do infrator ente, no caso de multa.

## CAPÍTULO II

### Das Infrações Administrativas e da Responsabilidade.

Art. 4º As infrações administrativas serão punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 3º:

I - Advertência;

II - Multa simples;

III - Multa diária;

IV - Apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - Destruição ou inutilização do produto;

VI - Suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - Embargo de obra ou atividade;

VIII - Demolição de obra;

IX - Suspensão parcial ou total de atividades;

X - Obrigação de promover a recuperação ambiental;

XI - Participação em programa de educação ambiental.

XI – Restritiva de direitos, sendo:

a) Suspensão de registro, licença ou autorização;

b) Cancelamento de registro, licença ou autorização;

c) Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

d) Proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

§1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições da Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações e legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§3º A multa simples será aplicada em conformidade com o disposto neste Decreto, na Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações; Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e suas alterações; Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e suas alterações, podendo ser aplicada isolada ou cumulativamente com as demais sanções.

§4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§6º As sanções indicadas nos incisos VI a IX do caput serão aplicadas quando o produto, obra, atividade ou estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§7º Os custos resultantes do embargo, suspensão, temporário ou definitivo, de obra ou atividade; demolição de obra; destruição ou inutilização do produto, assim como os decorrentes da apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; serão ressarcidos pelo infrator, após encerrado o processo administrativo, quando comprovada a prática da infração.

§8º A participação em programa de educação ambiental poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, inclusive advertência.

Art. 5º Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente ou correlato, conforme dispuser o órgão arrecadador, cabendo ao Chefe do Poder Executivo a regulamentação competente.

Art. 6º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Art. 7º O valor das multas será convertido em Unidade Monetária Ambiental (UMA) e, caso não pagos na época oportuna, serão inscritos em dívida ativa com a cobrança de juros no percentual de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do vencimento.

Art. 8º O pagamento de multa imposta pelo Estado e/ou União substitui a multa municipal, se na mesma hipótese de incidência.

Art. 9º Responderá pela infração quem de qualquer forma concorrer para a prática das infrações administrativas ou delas se beneficiar, conforme o disposto neste Decreto e nos artigos 2º, 3º e 4º da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, incidindo também nas penas cominadas na referida Lei o diretor, administrador, membro de conselho e órgão técnico, auditor, gerente, preposto ou mandatário de pessoa jurídica que, sabendo da conduta ilícita de outrem, deixar de impedir sua prática quando devia agir para evitá-la.

## Seção I

### Das circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 10. São circunstâncias agravantes de penalidade:

a) ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária;

b) ter o agente cometido a infração coagindo outrem para execução material da infração;

c) ter o agente cometido a infração, concorrendo para danos à propriedade alheia;

- d) ter ocorrido dano atingindo unidade de Conservação, zona de amortecimento ou áreas sujeitas, por ato do Poder Público, a regime especial de uso;
- e) ter o agente cometido a infração à noite, domingos ou feriados;
- f) infração cometida através do emprego de métodos cruéis na morte, abate ou captura de animais ou através de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa;
- g) infração cometida em período de defesa da fauna e/ou flora;
- h) infração cometida em épocas de seca ou inundações;
- i) ser o agente reincidente em infrações ambientais, considerada reincidência genérica o cometimento de nova infração ambiental de qualquer espécie e reincidência específica o cometimento de nova infração ambiental, de mesma espécie, ambas dentro do prazo de cinco anos.

Art. 11. São circunstâncias atenuantes de penalidade:

- a) baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator;
- b) arrependimento do infrator, manifestado pela adoção espontânea e imediata de medidas para a correção, reparação ou limitação dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos;
- c) comunicação prévia pelo autuado do perigo iminente de degradação ambiental à autoridade competente;
- d) colaboração com a fiscalização, explicitada por não oferecimento de resistência, permanência ou livre acesso a dependências, instalações e locais de ocorrência da possível infração e pronta apresentação de documentos solicitados.

Art. 12. A autoridade julgadora, verificando a existência de circunstâncias atenuantes ou agravantes, poderá readequar o valor da multa indicada pelo agente autuante em auto de infração, minorando-a ou majorando-a de forma a atingir os princípios básicos do processo administrativo ambiental estabelecidos pelo art. 66 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações e na Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e alterações.

## Seção II

### Da Aplicação da Penalidade de Advertência

Art. 13. A penalidade de advertência poderá ser imposta ao infrator pela autoridade ambiental fiscalizadora, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§1º Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R\$ 10 UMA (Unidade Monetária Ambiental)

§2º A autoridade ambiental fiscalizadora fixará prazo máximo de 30 (trinta) dias àquele que houver cometido infração passível de imputação de advertência para regularização e reparação do dano ambiental, sempre que cabível, cujo descumprimento implicará na conversão da penalidade de advertência em multa simples.

§3º Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de 03 (três) anos contados da data da última autuação por infração ambiental, ficando o infrator imediatamente sujeito as demais.

## Seção III

### Da Aplicação de Penalidade de Multa Simples

Art. 14. A multa simples será aplicada isolada ou cumulativamente com as demais sanções.

§1º A multa decorrente da constatação de infração administrativa terá por base o ato em si e a unidade de medida aplicável, como: hectare, fração, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra pertinente, animais ou outra unidade de medida coerente ao objeto jurídico lesado.

§2º O órgão ambiental municipal especificará a unidade de medida aplicável a realidade da vistoria, dependendo das condições específicas de cada procedimento fiscalizatório, para cada espécie de recurso natural objeto da infração.

Art. 15. Para o cálculo da multa o agente autuante levará em conta os valores mínimo e máximo capitulados para a infração, considerando o disposto nos arts. 3º, 10 e 11 deste Decreto.

Art. 16. Não tendo o agente autuante documentos ou informações que no ato da fiscalização identifiquem a capacidade econômica, fará a classificação pela capacidade aparente verificada no ato da autuação, relatando os critérios adotados no relatório de fiscalização.

Parágrafo único. O autuado poderá, por ocasião da defesa, requerer a reclassificação da sua capacidade econômica, mediante comprovação por documentos.

Art. 17. Os parâmetros iniciais (agravantes e atenuantes) para indicação da multa aberta nos autos de infração ambiental não poderão implicar em indicação de multa para determinada infração ambiental com valor inferior ao mínimo ou superior ao máximo estabelecido no Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e suas alterações.

Art. 18. O cometimento de nova infração ambiental pelo mesmo infrator, no período de cinco anos contados da lavratura de auto de infração anterior, devidamente confirmado em julgamento, implica em:

I - Aplicação da multa em triplo, no caso de reincidência específica; ou

II - Aplicação da multa em dobro, no caso de reincidência genérica.

§1º O agravamento será apurado no procedimento da nova infração, do qual se fará constar, por cópia, o auto de infração anterior e o julgamento que o confirmou.

§2º Antes do julgamento da nova infração, a autoridade ambiental deverá verificar a existência de auto de infração anterior confirmado em julgamento, para fins de aplicação do agravamento da nova penalidade.

§3º Após o julgamento da nova infração, não será efetuado o agravamento da penalidade.

§4º Constatada a existência de auto de infração anteriormente confirmado em julgamento, a autoridade ambiental deverá:

I - Agravar a pena conforme disposto no caput;

II - Notificar o autuado para que se manifeste sobre o agravamento da penalidade no prazo das alegações finais; e

III - Julgar a nova infração considerando o agravamento da penalidade.

## Seção IV

### Da Aplicação da Penalidade de Multa Diária

Art. 19. A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo e ainda nos casos de descumprimento de embargo, suspensão ou termos de compromisso.

§1º Constatada a situação prevista no caput o Agente autuante lavrará auto de infração indicando a incidência e o valor da multa diária.

§2º Cessado o período que se prolongou no tempo a infração ambiental que gerou a multa diária, o somatório desta não poderá ser inferior a 0,5 UMA (unidade monetária ambiental) e nem superior a 500.000,00 UMA's.

§3º O valor da multa-dia deverá ser fixado de acordo com os critérios estabelecidos neste Decreto, não podendo ser inferior ao mínimo estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e alterações, nem superior a dez por cento do valor da multa simples cominada para a infração.

§4º A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental detentor do processo administrativo documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração, sendo obrigatória a confirmação da informação por relatório de agente autuante.

§5º Por ocasião do julgamento do auto de infração, cabe a autoridade ambiental fiscalizadora, em caso de procedência da autuação, confirmar ou modificar o valor da multa-dia, e justificadamente, decidir o período de sua aplicação, consolidando o montante devido pelo autuado para posterior cobrança judicial ou extrajudicial.

§6º A celebração de termo de compromisso para reparação condicionada à cessação dos danos encerrará a contagem da multa diária.

§7º Caso verificada a inveracidade da comunicação referente à cessação do fato que ensejou a autuação, após notificação do empreendedor, a multa diária incidirá durante os próximos 30 (trinta) dias até que o infrator evidencie a execução das medidas acordadas com o órgão competente, sendo obrigatória a confirmação da informação por relatório de agente autuante, não se aplicando neste caso o redutor previsto no §3º deste artigo.

§8º Ultrapassados os 30 (trinta) dias do prazo improrrogável a que se refere o § 6º, caso o infrator não tenha comunicado a regularização da situação, aplicar-se-ão cumulativamente as penalidades de embargo ou suspensão das atividades, multa simples e multa diária.

## Seção V

Da Apreensão e Destinação dos Animais, Produtos e Subprodutos da Fauna e Flora e da Apreensão, Destinação, Destruição ou Inutilização de Demais Produtos e Subprodutos Objeto da Infração, Instrumentos, Petrechos, Equipamentos ou Veículos de Qualquer Natureza Utilizados na Infração

Art. 20. Os animais, produtos, subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos ou veículos de qualquer natureza serão apreendidos, salvo em impossibilidade justificada.

Art. 21. Os animais domésticos e exóticos serão apreendidos quando:

I - Forem encontrados no interior de unidade de conservação de proteção integral; ou

II - Forem encontrados em área de preservação permanente ou quando impedirem a regeneração natural de vegetação em área cujo corte não tenha sido autorizado.

§1º Na hipótese prevista no inciso II, os proprietários deverão ser previamente notificados para que promovam a remoção dos animais do local no prazo assinalado pela autoridade competente.

§2º Não será adotado o procedimento previsto no §1º quando não for possível identificar o proprietário dos animais apreendidos, seu preposto ou representante.

Art. 22. A autoridade ambiental fiscalizadora, mediante decisão fundamentada em que se demonstre a existência de interesse público relevante, poderá autorizar o uso do bem apreendido nas hipóteses em que não haja outro meio disponível para a consecução da respectiva ação fiscalizatória.

Parágrafo único. Os veículos de qualquer natureza que forem apreendidos poderão ser utilizados pela administração ambiental para fazer o deslocamento do material apreendido até local adequado, para promover a recomposição do dano ambiental ou outro fim que vise à proteção ou recuperação do meio ambiente enquanto o bem permanecer apreendido.

Art. 23. Nos casos em que a administração não dispor de local adequado para a guarda ou depósito dos bens apreendidos, a critério da autoridade ambiental fiscalizadora, o depósito poderá ser confiado:

I - A órgãos e entidades de caráter ambiental, beneficentes, científicos, culturais, educacionais, hospitalares, penal e militar; ou

II - Ao próprio autuado, desde que a posse dos bens ou animais não traga risco de utilização em novas infrações.

§1º Os órgãos e entidades públicas que se encontrarem sob a condição de depositário serão preferencialmente contemplados no caso da destinação final do bem ser doado.

§2º Os bens confiados em depósito não poderão ser utilizados pelos depositários, salvo o uso lícito de veículos e embarcações pelo próprio autuado.

§3º A entidade fiscalizadora poderá celebrar convênios ou acordos com os órgãos e entidades públicas para garantir, após a destinação final, o repasse de verbas de ressarcimento relativas aos custos do depósito.

§4º Nos casos de anulação, cancelamento ou revogação da apreensão, o órgão ou a entidade ambiental responsável pela apreensão restituirá o bem no estado em que se encontra ou, na impossibilidade de fazê-lo, indenizará o proprietário pelo valor de avaliação consignado no termo de apreensão, descontados os valores relativos aos desgastes naturais.

Art. 24. A autoridade ambiental fiscalizadora, durante a instrução do processo administrativo, levando-se em conta a natureza dos bens e animais apreendidos e considerando o risco de perecimento, procederá da seguinte forma:

I - Os animais da fauna silvestre serão apreendidos obrigatoriamente no momento da constatação da infração e, após avaliação de risco de contaminação e avaliação biológica de risco de causar desequilíbrio ecológico por técnico habilitado, serão libertados em seu habitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, ou ainda destinadas a estudos em universidades, centros de pesquisa e afins, desde que os mesmos possuam projetos devidamente aprovados em comissão de ética prevendo o uso dos animais e que fiquem sob responsabilidade de técnicos habilitados;

II - Os animais silvestres apreendidos somente poderão ser deixados depositados com o infrator em caso de impossibilidade de remoção devido a situações excepcionais como grande tamanho, ferocidade, perigo de envenenamento ou outras circunstâncias justificáveis, até que a autoridade ambiental possa tomar as providências para removê-los e destiná-los corretamente;

III - Os animais domésticos ou exóticos mencionados no art. 21 poderão ser vendidos;

IV - Os produtos perecíveis e as madeiras sob risco iminente de perecimento serão avaliados e doados.

§1º Os animais de que trata o inciso III após avaliados, poderão ser doados, mediante decisão motivada da autoridade ambiental fiscalizadora,



sempre que sua guarda ou venda forem inviáveis econômica ou operacionalmente.

§2º A doação a que se refere o § 1º será feita às instituições mencionadas no art. 23.

§3º O órgão ou entidade ambiental deverá estabelecer mecanismos que assegurem a indenização ao proprietário dos animais vendidos ou doados, pelo valor de avaliação consignado no termo de apreensão, caso a decisão do processo administrativo seja favorável ao autuado.

§4º Os animais exóticos ou silvestres relacionados nas listas de espécies ameaçadas de extinção ou anexos da Convenção sobre Comércio Internacional das espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES não poderão ser vendidos, devendo ser destinados a jardins zoológicos, fundações, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, ou ainda destinados a estudos em universidades, centros de pesquisa e afins, desde que os mesmos possuam projetos devidamente aprovados em comissão de ética prevendo o uso dos animais e que fiquem sob responsabilidade de técnicos habilitados.

§5º Serão consideradas sob risco iminente de perecimento as madeiras que estejam acondicionadas a céu aberto ou que não puderem ser guardadas ou depositadas em locais próprios, sob vigilância, ou ainda quando inviável o transporte e guarda, atestados pelo Agente autuante no documento de apreensão.

§6º A liberação dos animais da fauna silvestre em seu habitat natural deverá ser precedida de laudo técnico emitido por profissional habilitado.

Art. 25. Após decisão que confirme o auto de infração, os bens e animais apreendidos que ainda não tenham sido objeto da destinação prevista no art. 24, não mais retornarão ao infrator, devendo ser destinados da seguinte forma:

I - Os produtos perecíveis serão doados, exceto animais oriundos da caça;

II - As madeiras poderão ser doadas, vendidas ou utilizadas pela administração quando houver necessidade, conforme decisão motivada da autoridade competente;

III - Os produtos e subprodutos da fauna, perecíveis e não perecíveis, serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;

IV - Os instrumentos utilizados na prática da infração poderão ser destruídos, utilizados pela administração quando houver necessidade, doados ou vendidos, garantida a sua descaracterização, neste último caso, por meio da reciclagem quando o instrumento puder ser utilizado na prática de novas infrações;

V - Os demais petrechos, equipamentos, veículos e embarcações poderão ser utilizados pela administração quando houver necessidade ou ainda vendidos, doados ou destruídos, conforme decisão motivada da autoridade ambiental fiscalizadora.

Art. 26. Os bens apreendidos poderão ser doados pela autoridade competente para os órgãos e entidades públicas de caráter científico, cultural, educacional, hospitalar, penal e militar, bem como para outras entidades com fins beneficentes.

Art. 27. Tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, inclusive a destruição, serão determinadas pelo órgão competente e correrão a expensas do infrator.

Art. 28. O termo de doação de bens apreendidos vedará a transferência a terceiros, a qualquer título, dos animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações doados.

Parágrafo único. A autoridade ambiental fiscalizadora poderá autorizar a transferência dos bens doados quando tal medida for considerada mais adequada à execução dos fins institucionais dos beneficiários.

Art. 29. Os bens sujeitos à venda serão submetidos a leilão, nos termos do §5º do art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. Os custos operacionais de depósito, remoção, transporte, beneficiamento e demais encargos legais correrão à conta do adquirente.

## Seção VI

### Da Aplicação da Penalidade de Suspensão de Venda e Fabricação do Produto

Art. 30. A penalidade de suspensão de venda e fabricação de produto será aplicada pela autoridade ambiental fiscalizadora, quando o produto não estiver obedecendo às determinações legais e regulamentares, resguardado o devido processo legal, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A suspensão de venda ou fabricação de produto constitui medida que visa evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

## Seção VII

### Da Aplicação da Penalidade de Embargo de Obra ou Atividade e Suas Respectivas Áreas

Art. 31. O embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas é uma medida preventiva que visa impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada e será aplicada pelo agente autuante, devendo ser restrita aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades ou obras realizadas legalmente pelo administrado.

§1º O descumprimento total ou parcial de embargo, sem prejuízo do disposto da aplicação das demais penalidades, ensejará a aplicação cumulativa das seguintes sanções:

I - Multa simples;

II - Suspensão da atividade que originou a infração e da venda de produtos ou subprodutos criados ou produzidos na área ou local do embargo infringido;

III - Suspensão ou cancelamento de registros, licenças ou autorizações de funcionamento da atividade econômica junto aos órgãos ambientais e de fiscalização.

§2º O Agente autuante, verificando o descumprimento de embargo, deverá autuar o infrator, conforme o art. 79 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e alterações.

§3º Persistindo o descumprimento do embargo, o agente autuante deverá comunicar o crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal Brasileiro a autoridade policial competente.

Art. 32. A cessação das penalidades de embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental fiscalizadora, de acordo com as suas atribuições, após a apresentação, pelo autuado, de documentação que comprove a regularização da obra ou atividade.

§1º A solicitação para cessação das penalidades de embargo anterior à etapa de julgamento deverá ser feita diretamente a unidade do

órgão ambiental e respectiva unidade responsável pela lavratura do termo de embargo.

§2º As decisões de suspensão de termos de embargo pela Autoridade Ambiental Fiscalizadora, de acordo com as suas atribuições, deverão estar embasadas técnica ou juridicamente.

#### Seção VIII

##### Da Aplicação da Penalidade de Demolição

Art. 33. A sanção de demolição de obra poderá ser aplicada pela autoridade ambiental fiscalizadora, garantido o contraditório e ampla defesa, quando:

I - Verificada a construção de obra em área ambientalmente protegida, em desacordo com a legislação ambiental;

II - Quando a obra ou construção realizada não atenda às condicionantes da legislação ambiental e não seja passível de regularização.

§1º A demolição poderá ser feita pela administração ou pelo infrator, em prazo assinalado, após o julgamento do auto de infração.

§2º As despesas para a realização da demolição correrão às custas do infrator, que será notificado para realizá-la ou para reembolsar aos cofres públicos os gastos que tenham sido efetuados pela administração, apurados no curso do Auto de Infração.

§3º Não será aplicada a penalidade de demolição quando, mediante laudo técnico, for comprovando que o desfazimento poderá trazer piores impactos ambientais que sua manutenção, caso em que a autoridade ambiental, mediante decisão fundamentada, deverá, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, impor as medidas necessárias à cessação e mitigação do dano ambiental, observada a legislação em vigor.

#### Seção IX

##### Da Aplicação da Penalidade de Suspensão Parcial ou Total das Atividades

Art. 34. A penalidade de suspensão parcial ou total da atividade será aplicada pelo agente autuante como medida preventiva, quando os processos produtivos estejam operando em desacordo com a legislação ambiental ou normas técnicas específicas, promovendo danos ao meio ambiente.

§1º A aplicação da penalidade de suspensão parcial ou total das atividades deixará de ser aplicada a partir de decisão da autoridade ambiental fiscalizadora, com base em documentos que comprovem a regularização da atividade.

§2º O descumprimento total ou parcial da penalidade de suspensão, sem prejuízo do disposto da aplicação das demais penalidades, ensejará a aplicação cumulativa das seguintes sanções:

I - Multa simples;

II - Suspensão da venda de produtos ou subprodutos criados ou produzidos durante o período de suspensão parcial ou total da atividade infringida;

III - Suspensão ou cancelamento de registros, licenças ou autorizações de funcionamento da atividade econômica junto aos órgãos ambientais e de fiscalização.

#### Seção X

##### Da Suspensão ou Cassação da Licença ou Autorização Ambiental

Art. 35. A penalidade administrativa de suspensão de licença ou autorização ambiental será imposta em face da infração ambiental, aplicado pela autoridade ambiental fiscalizadora em caso de reincidência específica ou em caso de utilização da licença e autorização ambiental com inobservância das condicionantes impostas ou mediante abuso ou fraude.

§1º O ato de suspensão ou cassação de licenças ou autorizações ambientais ocorrerá por meio de ofício emitido pelo órgão ambiental municipal, endereçado ao infrator.

#### Seção XI

##### Da Obrigação de Promover a Recuperação Ambiental

Art. 36. A penalidade de promover obrigação de promover a recuperação ambiental será sempre imposta quando restar dano ao meio ambiente.

§1º Em se tratando de supressão de vegetação nativa sem a devida autorização, a recuperação deverá ocorrer na área onde efetivamente ocorreu o dano, sendo vedada a compensação, salvo em casos que o dano seja irreversível e a compensação proposta seja mais vantajosa ao meio ambiente, comprovada em projeto apresentado pelo administrado e reconhecida pelos órgãos executores da política estadual de meio ambiente.

§2º Em situações em que a recuperação do dano ambiental mostrar-se impossível, deverá a autoridade ambiental fiscalizadora determinar, com base em parecer técnico, a sua compensação, ainda que financeira, cujo montante determinado deverá ser creditado na forma do artigo 5º deste Decreto.

#### Seção XII

##### Da Participação em Programa de Educação Ambiental.

Art. 37. A penalidade de participação em programa de educação ambiental será aplicada sempre que a autoridade ambiental fiscalizadora julgar conveniente, ante as condições pessoais do infrator.

§1º A penalidade de participação em programa de educação ambiental poderá ser aplicada cumulativamente em todas as hipóteses e isoladamente somente quando a infração cometida não for considerada grave ou gravíssima.

§2º O programa de educação ambiental será implementado pelos órgãos executores da política municipal do meio ambiente; pelo Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER AMBIENTAL, voltado à prevenção de conduta reincidente.

§3º A participação nos cursos de educação ambiental deve ser custeada pelo próprio infrator, que demonstrará sua frequência por meio de apresentação de certificado no órgão autuante.

§4º O programa de educação ambiental consistirá de palestras educativas de no mínimo 10 horas aulas.

**CAPÍTULO III****Do Processo Administrativo de Fiscalização Ambiental e dos Procedimentos de Fiscalização****Seção I****Das Disposições Gerais**

Art. 38. As infrações ambientais serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório. Parágrafo único. O processo administrativo inicia-se de ofício pela autoridade ambiental fiscalizadora com lavratura do Auto de Infração Ambiental (AIA) pelo agente autuante, em razão do conhecimento de infração às regras jurídicas, em especial as de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Art. 39. Constituem princípios básicos do processo administrativo infracional a legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, formalismo moderado, publicidade, contraditório, ampla defesa, segurança jurídica, interesse público, impessoalidade, boa-fé e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos ambientais serão observados, entre outros, os critérios de:

I - Atuação conforme a lei e o direito;

II - Atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - Divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na legislação vigente;

VI - Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - Indicação dos pressupostos de fato e direito que determinarem a decisão;

VIII - Observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - Adoção de formas simples suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - Garantia dos direitos à comunicação, apresentação de alegações finais, produção de provas e interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - Proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - Impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

XIII - Interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

Art. 40. Será instaurado processo para apuração de infrações ambientais com a primeira via do auto de infração.

Parágrafo único. A instauração do processo dar-se-á junto ao órgão ambiental municipal ou entidade designada.

Art. 41. O processo administrativo de fiscalização ambiental será formado isolada ou conjuntamente, conforme o caso, de:

I - Auto de infração ambiental;

II - Relatório de fiscalização;

III - Defesa prévia;

IV - Manifestação sobre defesa prévia ou contradita;

V - Alegações Finais,

VI - Decisão.

§1º Em qualquer fase do processo administrativo a autoridade ambiental fiscalizadora poderá designar a realização de audiência de conciliação da administração com o administrado, a fim de buscar a celebração de termo de compromisso.

§2º A audiência de conciliação poderá ser solicitada pelo administrado, recomendada pelo agente autuante ou determinada de ofício pela autoridade ambiental fiscalizadora.

§3º Havendo a celebração de acordo, será lavrada ata da audiência indicando os seus termos, definindo o prazo para a celebração do termo de compromisso.

§4º Havendo celebração de acordo serão dispensadas as fases subsequentes do processo, elaborando-se de imediato a decisão de aplicação de penalidade.

§5º Todos os documentos apresentados pelo autuado ou por seu procurador legitimado deverão ser protocolizados junto ao Poder Executivo Municipal.

§6º Quando da existência da demanda de fiscalização e notificação estes deverão fazer parte do processo administrativo de infração ambiental.

§7º A autoridade ambiental julgadora poderá requisitar a produção de provas necessárias à sua convicção, bem como parecer técnico ou contradita do agente autuante, especificando o objeto a ser esclarecido.

§8º Todos os documentos relativos ao processo administrativo poderão ser digitalizados caso a Administração disponha de sistema informatizado para tais fins.

§9º No caso do parágrafo anterior, todas as movimentações relativas ao processo administrativo eletrônico serão inseridas no sistema, cabendo ao autuado seu acompanhamento, inclusive de intimações, notificações, citações e todos os demais autos de cientificação.

§10. Os prazos, no caso de processo eletrônico via sistema informatizado, serão abertos ao autuado com a sua consulta ao sistema ou em não havendo consulta, após o período de 05 (cinco) dias de seu lançamento, de forma automática.

Art. 42. Os processos administrativos de fiscalização ambiental deverão obedecer à numeração, observando-se o número do respectivo auto de infração ambiental.

§1º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas pelo órgão que proceder à juntada de qualquer documento aos autos.

§2º Eventuais falhas ou omissões não constituirão motivo de nulidade do processo administrativo, cabendo à autoridade ambiental mandar supri-las.

§3º A autuação do processo será formalizada em sua capa contendo obrigatoriamente os dados na ordem que segue:

I - Número de processo;

II - Número da notificação quando couber;



- III - Número do Auto de Infração Ambiental;
- IV - Número do Termo de Embargo e Suspensão quando couber;
- V - Número do Termo de Apreensão e Depósito quando couber;
- VI - Nome do autuado.

### Seção III Da Intimação/Notificação

Art. 43. Havendo incerteza sobre autoria ou algum elemento que componha a materialidade da infração, o Agente autuante poderá intimar/ notificar o administrado para que apresente informações ou documentos ou ainda para que adote providências pertinentes à proteção do meio ambiente.

§1º A lavratura da Intimação/Notificação será em 02 (duas) vias, destinando-se a primeira para arquivo na unidade responsável pela emissão e a segunda ao intimado/notificado.

§2º A Notificação, como instrumento que visa dar início à apuração de infrações contra o meio ambiente, somente será utilizada quando necessária à elucidação de fatos que visem esclarecer possível situação de ocorrência de infração.

Art. 44. A intimação/notificação bem como todos os documentos apresentados pelo administrado deverão ser autuados.

§1º Caso não exista infração ambiental deve ser arquivado o procedimento.

§2º No caso de existência de infração ambiental, os autos do procedimento devem ser encaminhados para o órgão ambiental municipal para lavratura do auto de infração.

Art. 45. Quando não houver atendimento à Notificação deverá ser procedida a lavratura de auto de infração ambiental.

Parágrafo único. A Notificação e todos os documentos que o acompanham deverão ser juntados ao processo administrativo.

### Seção IV Do Auto de Infração

Art. 46. Verificada a ocorrência de infração administrativa ambiental, será lavrado auto de infração pelo agente autuante, preferencialmente de maneira imediata, através de Formulário oficial, em 2 (duas) vias, destinando-se a primeira a formalização do processo administrativo e a segunda ao infrator;

§1º Nos casos em que o auto de infração ambiental não seja lavrado no ato da constatação da infração ambiental, o autuado será notificado por via postal com aviso de recebimento ou publicação por edital no veículo de publicações oficiais da municipalidade.

§2º Para produzir efeitos a notificação por via postal independe do recebimento pessoal do interessado, sendo suficiente que a correspondência seja entregue no endereço por ele indicado ou no local da constatação da infração ambiental.

Art. 47. No auto de infração ambiental deverá constar:

I - Identificação do órgão fiscal;

II - Nome ou razão social do autuado, com o respectivo endereço para correspondência;

III - Endereço da infração administrativa ambiental, bem como a hora, dia, mês e ano da constatação da mesma;

IV - Local da infração;

V - Descrição sumária da infração administrativa ambiental;

VI - Grau de lesividade da infração administrativa ambiental;

VII - Fundamento legal referente à infração administrativa ambiental;

VIII - Indicação da sanção ou sanções aplicadas e o valor no caso de indicação de sanção de multa;

IX - Identificação e assinatura do autuado, preposto ou terceiro, conforme §2º do art. 46;

X - Identificação e assinatura das testemunhas;

XI - Identificação e assinatura do Agente autuante;

XII - Informação de que o autuado possui prazo de até 20 (vinte) dias contados a partir da ciência da infração e do valor da penalidade para apresentação da defesa prévia, bem como que o processo administrativo ambiental seguirá conforme estabelecido neste Decreto.

§1º O auto de infração deverá ser lavrado para cada pessoa que tenha participado da prática da infração, individualizadamente, sendo-lhes imputadas às sanções, na medida de sua culpabilidade.

§2º A critério do agente autuante o valor da sanção de multa poderá ser informado posteriormente por via postal com o Aviso de Recebimento - AR ou outro meio válido que possibilite a ciência do interessado.

Art. 48. Ao ser entregue o auto de infração ambiental o autuado, preposto ou terceiro deverá acusar o seu recebido, sempre que possível, valendo esta como notificação da lavratura do auto de infração.

§1º No caso de recusa em assinar o auto de infração e demais termos inerentes à infração, estes deverão ser lavrados na presença de 02 (duas) testemunhas ou servidor municipal ou funcionário do consórcio, certificando o ocorrido em campo próprio do formulário e entregando a via correspondente ao autuado.

§2º No caso da ausência do autuado ou da recusa em receber a via correspondente do auto de infração e seu respectivo termo (quando houver), bem como no caso de restar infrutífera a tentativa de cientificação pela via postal, o agente de fiscalização certificará o ocorrido, publicando Edital no veículo de publicações oficiais da municipalidade, caracterizando assim a ciência do interessado.

§3º Na hipótese de evasão do infrator, o agente autuante deverá lavrar o auto de infração e seu respectivo termo (quando houver), certificando o ocorrido, publicando Edital no veículo de publicações oficiais da municipalidade, caracterizando assim a ciência do interessado.

Art. 49. No caso de auto de infração lavrado em formulário de papel próprio do Estado, o Agente Fiscal deverá proceder ao lançamento de todos os dados no Sistema, caso este esteja implantado.

§1º O auto de infração não deve conter rasuras.

§2º No caso de rasuras ou ausência de informações, será determinada ao Agente autuante a substituição, a qualquer tempo, durante a instrução do processo, do auto de infração.

Art. 50. O auto de infração que apresentar vício sanável poderá, a qualquer tempo, ser convalidado de ofício pela autoridade julgadora, mediante despacho saneador.

Parágrafo único. Constatado e comprovado o vício sanável, sob alegação do autuado, o procedimento será anulado a partir da fase processual em que o vício foi produzido, corrigindo-se os vícios sanáveis e reabrindo-se novo prazo para defesa, aproveitando-se os atos

regularmente produzidos.

Art. 51. O auto de infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora competente, que determinará o arquivamento do processo.

§1º Para os efeitos do caput, considera-se vício insanável aquele em que a correção da autuação implica modificação do fato descrito no auto de infração.

§2º Nos casos em que o auto de infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, deverá ser lavrado novo auto.

§3º O erro no enquadramento legal da infração não implica vício insanável, podendo ser alterado pela autoridade julgadora, mediante decisão fundamentada que retifique o auto de infração.

Art. 52. São nulos os autos nos casos de:

I - Incompetência;

II - Vício de forma;

III - Ilegalidade do objeto;

IV - Inexistência dos motivos; e

V - Desvio de finalidade.

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade, observar-se-ão as seguintes normas e conceitos:

I - A incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;

II - O vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à validade do ato;

III - A ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;

IV - A inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito em que se fundamenta o ato é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido; e

V - O desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

Art. 53. Cada auto de infração lavrado corretamente originará um processo administrativo infracional.

Parágrafo único. Nos casos de litisconsórcio de infratores, será lavrado um auto de infração para cada infrator que será apensado no processo administrativo infracional.

## Seção V

### Do Relatório de Fiscalização

Art. 54. Após a fiscalização no local, na lavratura da intimação/notificação ou do auto de infração ambiental, o Agente autuante que participou do ato fiscalizatório elaborará o relatório de fiscalização, que deverá conter obrigatoriamente:

I - Identificação do órgão autuante;

II - Identificação da unidade autuante;

III - Número do relatório de fiscalização;

IV - Data em que foi elaborado relatório de fiscalização;

V - Identificação e endereço do infrator;

VI - Local da infração administrativa ambiental;

VII - Local da infração;

VIII - Identificação do Agente Fiscal e testemunhas;

IX - Motivo pelo qual foi realizada a fiscalização;

X - Data da constatação da infração ambiental pelo Agente Fiscal;

XI - Descrição das infrações administrativas ambientais constatadas;

XII - Medidas adotadas;

XIII - O grau de lesividade da infração ou infrações ambientais;

XIV - Indicação da sanção ou sanções aplicadas e o valor no caso de indicação de sanção de multa;

XV - Descrição da condição financeira do infrator;

XVI - Identificação das circunstâncias agravantes e atenuantes;

XVII - Verificação de reincidência em infrações ambientais;

XVIII - Assinatura do(s) Agente(s) autuante(s) que participou(aram) do ato fiscalizatório;

XIX - Registros fotográficos, croquis de localização, imagens digitalizadas, imagens de satélites e outras informações quando cabíveis;

XX - Número da Licença ambiental, certidão e/ou autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente, quando cabíveis.

§1º Havendo a impossibilidade de qualquer um dos incisos descritos anteriormente o agente fiscal deverá justificar no relatório.

§2º Considera-se perfeito o auto de infração que não sofrer impugnação, dispensando-se as fases previstas nos arts. 55 e seguintes deste Decreto, viabilizando-se a inscrição em dívida ativa dos valores das sanções bem como a adoção de todas as demais medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis a execução das penalidades aplicadas.

## Seção VI

### Da Defesa Prévia

Art. 55. A defesa prévia referente ao auto de infração ambiental lavrado deverá ser protocolizada junto ao Protocolo Geral do Município.

§1º A defesa prévia será lançada no sistema informatizado, caso disponibilizado.

§2º A defesa prévia deve ser juntada no processo administrativo e encaminhada ao Agente autuante responsável pela lavratura do auto de infração ambiental, para análise e elaboração de manifestação acerca das razões de defesa apresentadas.

Art. 56. A defesa será formulada por escrito e deverá conter os fatos e fundamentos jurídicos que contrariem o disposto no auto de infração e termos que o acompanham, bem como a especificação das provas e alegações de fato e direito, arrolar testemunhas e indicar outros meios de prova que o autuado pretende produzir a seu favor, devidamente justificadas, sob pena de preclusão, cabendo ao autuado arcar com todos os ônus e custos da produção de provas.

Art. 57. O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, devendo, para tanto, anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração, na forma da legislação processual civil.

Art. 58. Pode o infrator após ser notificado da lavratura do auto de infração e durante o prazo de defesa requerer o pagamento da multa

com 30% (trinta por cento) de desconto, conforme art. 64 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações.

§1º Deve a autoridade ambiental fiscalizadora definir o valor de multa para a infração administrativa e reduzir o valor em 30% (trinta por cento), devendo proceder a análise das demais penalidades administrativas a serem aplicadas se for o caso.

§2º A guia bancária para pagamento da multa deve ter o prazo de 05 (cinco) dias para pagamento.

Art. 59. A defesa não será conhecida quando apresentada:

I - Fora do prazo;

II - Por quem não seja legitimado;

III - Perante órgão ou entidade ambiental incompetente.

§1º Requerimentos formulados em desacordo com o previsto no caput não serão conhecidos, prosseguindo o rito processual.

§2º As provas propostas pelo autuado, quando impertinentes, desnecessárias ou protelatórias poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da autoridade ambiental fiscalizadora.

## Seção VII

### Da Manifestação Acerca da Defesa Prévia

Art. 60. Compete ao Agente autuante que lavrou o auto de infração ambiental, desde que oferecida a defesa prévia, a elaboração de manifestação acerca da defesa prévia.

Art. 61. Na manifestação acerca da defesa prévia deverão constar:

I - Identificação do órgão autuante;

II - identificação da unidade autuante;

III - Número da manifestação acerca da defesa prévia;

IV - Data em que foi elaborada a manifestação acerca da defesa prévia;

V - Nome, qualificação ou razão social do autuado;

VI - Informações quanto ao reconhecimento ou não da defesa prévia pelo órgão ambiental;

VII - Informações quanto à proposição de termo de compromisso pelo autuado;

VIII - Considerações do Agente autuante em relação à consistência e coerência das provas e alegações propostas na defesa prévia;

IX - Conclusão, através de manifestação, favorável ou não à manutenção do auto de infração ambiental lavrado, fundamentada na legislação ambiental vigente;

X - Assinatura do(s) Agente(s) autuante(s) que participou(aram) da elaboração da mesma.

§1º Sempre que oportuno deve ser indicada na elaboração da manifestação acerca da defesa prévia a necessidade de laudo técnico, parecer jurídico ou produção de outras provas, sendo que nestes casos o processo será remetido ao superior hierárquico para decisão interlocutória.

§2º Caso o autuado não ofereça defesa prévia no prazo legal, fica dispensada a elaboração de manifestação acerca de seus termos.

## Seção IX

### Das Alegações Finais

Art. 62. A autoridade ambiental fiscalizadora publicará em sua sede administrativa e em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores (internet) a relação dos processos que entrarão na pauta de decisão final, para fins de apresentação de alegações finais pelos interessados.

Art. 63. Publicados os processos administrativos que entrarão na pauta de decisão final na sede administrativa da autoridade administrativa o autuado terá o direito de manifestar-se em alegações finais, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 64. Não apresentadas as alegações finais, tal situação deverá ser certificada no processo.

## Seção X

### Da Decisão de Penalidade

Art. 65. Ao receber o processo administrativo concluído a autoridade ambiental superior do agente autuante lavrará decisão de penalidade.

§1º Tal decisão será proferida independentemente da proposição e celebração de termo de compromisso com o autuado, sempre que houver defesa administrativa. Considera-se perfeito o auto de infração que não sofrer impugnação, dispensando-se as fases previstas nos artigos 55 e seguintes deste Decreto.

§2º Na ocorrência de dano ambiental a pena de reparação ou recuperação deve sempre ser aplicada, independente das demais sanções administrativas.

Art. 66. A autoridade ambiental julgadora, mediante decisão fundamentada, poderá discordar das proposições do Agente autuante, podendo, para tanto, embasar sua decisão em parecer técnico ou jurídico e/ou na legislação aplicável.

Parágrafo único. As autoridades ambientais julgadoras poderão requisitar a produção de provas necessárias à sua convicção, bem como parecer técnico ou jurídico ou nova manifestação do Agente autuante, especificando o objeto a ser esclarecido.

Art. 67. A autoridade ambiental julgadora deverá proceder o julgamento do auto de infração ambiental elaborando ao final decisão de penalidade, ressalvada a hipótese prevista no art. 54, §2º, deste Decreto.

§1º O prazo para fins de decisão é de 30 (trinta) dias a contar da apresentação das alegações finais, podendo ser prorrogado, justificadamente.

§2º A constatação de fatos que constituem, em tese, crimes ambientais, enseja a remessa obrigatória de fotocópias de peças e informações ao Ministério Público, conforme art. 86 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009.

§3º O excesso de prazo não acarreta nulidade do processo administrativo tampouco implica desoneração do cumprimento das sanções aplicadas ao autuado.

Art. 68. A decisão de penalidade deverá conter:

I - O número e a data em que a decisão foi elaborada;

II - Número do auto de infração ambiental, termo de embargo/interdição ou suspensão e/ou do termo de apreensão e depósito, número do processo administrativo de infração ambiental e do processo de licenciamento, se houver relevância;

III - A data em que foram lavrados os autos de infração ambiental;

IV - Nome, qualificação ou razão social do autuado;

V - O endereço do local e data em que ocorreu a infração;

VI - A descrição sucinta do fato que a motivou;

VII - A indicação do dispositivo legal e regulamentar em que se fundamenta;

VIII - A decisão de manutenção, majoração ou minoração das penalidades impostas;

IX - A fixação do valor definitivo da multa imposta;

X - A fundamentação legal que alicerça a decisão;

XI - As medidas a serem adotadas;

XII - A assinatura da autoridade ambiental julgadora.

Art. 69. Dentre as medidas a serem adotadas, citadas no inciso XI do art. 68, deverão estar incluídas:

I - A concessão do direito a redução do valor de multa, através de termo de compromisso, quando cabível;

II - A expedição da guia oficial de recolhimento da multa;

III - A determinação para providenciar o licenciamento ambiental, certidão ambiental ou autorização ambiental, quando aplicáveis; e

IV - A determinação para providenciar o licenciamento ambiental da respectiva atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais ou para a recuperação da área degradada.

§1º Nos casos de infrações administrativas ambientais em que haja necessidade de recuperação de área degradada ou contaminada, a mesma deve ser licenciada, conforme estabelecido em Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA vigentes.

§2º No caso de haver necessidade do estabelecimento de medidas de compensação ambiental decorrentes de usos ilegais de áreas de preservação permanente, deverão ser seguidos os critérios estabelecidos em Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA vigentes.

Art. 70. Juntamente a decisão de penalidade, exceto nos casos de cancelamento ou suspensão do auto de infração ambiental, a autoridade ambiental fiscalizadora deverá emitir guia oficial de recolhimento da multa de cobrança do auto de infração ambiental, bem como providenciar sua remessa.

Art. 71. A decisão da autoridade ambiental julgadora e a guia oficial de recolhimento da multa para pagamento do valor referente ao auto de infração ambiental serão encaminhadas ao autuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data do julgamento, através de ofício, por via postal registrada com aviso de recebimento - AR ou mediante intimação pessoal.

Parágrafo único. Considerando-se, ainda, a impossibilidade de intimação pessoal do autuado, deverá a ciência ser realizada por edital publicado no veículo de divulgação oficial da municipalidade.

Art. 72. Caso sejam constatadas que não foram cumpridas, no prazo estipulado, as determinações estabelecidas nas decisões expedidas pela autoridade ambiental julgadora, referentes às obrigações ambientais, deverá o processo administrativo de fiscalização ambiental ser remetido à Procuradoria para que ingresse com a competente ação civil pública ou qualquer outra medida judicial acerca dos fatos constatados no processo administrativo ambiental.

## Seção XI

### Do Procedimento de Suspensão do Valor de Multa e Elaboração de Termo de Compromisso

Art. 73. A multa estabelecida na decisão poderá ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso, obrigar-se à adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

§1º A correção do dano de que trata este artigo será feita mediante a apresentação de projeto técnico de regeneração ou recuperação de área, conforme o caso, juntamente com a respectiva defesa prévia do auto de infração lavrado.

§2º A autoridade ambiental julgadora que estiver analisando o processo administrativo ambiental, durante a decisão de penalidade e considerando a necessidade de priorizar a recuperação do meio ambiente, poderá reconhecer de ofício e ofertar no processo o benefício da redução da multa, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para o infrator apresentar projeto técnico.

§3º A autoridade ambiental julgadora pode dispensar o infrator de apresentar projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.

§4º É considerada reparação ambiental que não exige apresentação de projeto técnico a regeneração de área desflorestada, excetuando-se Área de Proteção Permanente - APP e área contígua a floresta exótica homogênea, inferior a 02 (dois) hectares, que possa ser reparada por regeneração natural, onde não houve remoção de solo e serrapilheira, com inclinação inferior a 30% (trinta por cento) e inexistência de curso d'água.

§5º Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental, por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizada monetariamente deverá ser pago integralmente.

§6º Os valores apurados no §5º serão recolhidos no prazo de 05 (cinco) dias do recebimento da notificação.

§7º A comprovação da recuperação da área degradada deverá ser feita através de relatório assinado por profissional habilitado, obrigatoriamente acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Anotação de Função Técnica - AFT expedida pelo conselho regional de classe do profissional, comprovando a atribuição técnica profissional do relatado.

§8º A comprovação da recuperação da área degradada e o cumprimento do termo de compromisso deverão ser feitos pelo infrator, nos termos do termo de compromisso.

Art. 74. No termo de compromisso deverão constar:

I - Número do processo administrativo de autuação e licenciamento, se houver;

II - O nome, qualificação e endereço das partes compromissadas e respectivos representantes legais;

III - Histórico sucinto, com descrição detalhada de seu objeto, valor do investimento previsto e cronograma físico de execução e implantação das obras e serviços exigidos, com metas a serem atingidas;

IV - Considerações, como o prazo de vigência do compromisso que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas poderá variar entre o mínimo de 90 (noventa) dias e o máximo de 03 (três) anos, com possibilidade de prorrogação por igual período;

V - Modo e cronograma de adequação legal e técnica do infrator;

VI - Fixação de multa diária pelo descumprimento e os casos de rescisão, em decorrência do não cumprimento das obrigações nele pactuadas;

VII - Suspensão das penalidades impostas na decisão final;

VIII - Prazo de vigência;

IX - Data, local e assinatura do infrator;

X - O foro competente para dirimir litígios entre as partes;



XI - Previsão de prazo para a publicação do termo de compromisso, mediante extrato, no veículo de divulgação oficial da municipalidade, às expensas do infrator.

Art. 75. O termo de compromisso deverá ser firmado em até 90 (noventa) dias, contados da protocolização do requerimento.

§1º O requerimento deverá ser protocolizado no prazo de 20 (vinte) dias contados a partir da data de recebimento da comunicação do valor da multa a ser paga.

§2º A assinatura do termo de compromisso implicará renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

Art. 76. Da data da assinatura do termo de compromisso e enquanto perdurar a sua vigência, ficarão suspensas, em relação aos fatos que deram causa à celebração do instrumento, a aplicação de sanções administrativas contra a pessoa física ou jurídica que o houver firmado.

Art. 77. Por ocasião da lavratura do termo de compromisso, deverá ser expedido boleto bancário no valor de 70% (setenta por cento) do valor indicado no auto de infração.

Parágrafo único. O compromissado deverá efetuar o pagamento do referido boleto bancário dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da data de expedição do boleto.

## Seção XII

### Do Procedimento de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade do Meio Ambiente

Art. 78. A autoridade ambiental fiscalizadora poderá, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 72 da Lei Nacional nº 9.605/98, converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 79. São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente:

I - Execução de obras ou atividades de recuperação de danos decorrentes da própria infração;

II - Implementação de obras ou atividades de recuperação de áreas degradadas, bem como de preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente;

III - Custeio ou execução de programas e projetos ambientais desenvolvidos por entidades públicas, de proteção e conservação do meio ambiente ou organizações não governamentais sem fins lucrativos regularmente constituídas e em funcionamento há mais de 02 (dois) anos, cujas finalidades institucionais e atuação, comprovadamente, estiverem harmonizadas com as finalidades da proteção do meio ambiente;

IV - Manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente;

V - O investimento e custeio das atividades de fiscalização ambiental dos órgãos executores da política estadual do meio ambiente; e

VI - A capacitação dos agentes e autoridades ambientais envolvidas nas atividades de fiscalização e apuração das infrações ambientais.

Art. 80. Não será concedida a conversão de multa para reparação de danos de que trata o inciso I do art. 79, quando:

I - Não se caracterizar dano direto ao meio ambiente;

II - A recuperação da área degradada puder ser realizada pela simples regeneração natural.

Parágrafo único. Na hipótese do caput a multa poderá ser convertida nos serviços descritos nos incisos II, III, IV, V e VI do art. 79, sem prejuízo da reparação dos danos praticados pelo infrator.

Art. 81. O autuado poderá requerer a conversão de multa de que trata esta Seção por ocasião da apresentação da defesa prévia.

Parágrafo único. A autoridade ambiental julgadora que estiver analisando o processo administrativo ambiental, durante a decisão de aplicação de penalidade e considerando a necessidade de priorizar a recuperação do meio ambiente, poderá reconhecer de ofício e ofertar no processo o benefício da conversão da multa prevista neste artigo, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para o infrator apresentar projeto técnico.

Art. 82. O valor dos custos dos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente não poderá ser inferior ao valor da multa convertida.

§1º Na hipótese de a recuperação dos danos ambientais de que trata o inciso I do art. 79 importar recursos inferiores ao valor da multa convertida, a diferença será aplicada nos outros serviços descritos no art. 79.

§2º Independentemente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

§3º A autoridade ambiental julgadora aplicará o desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor da multa consolidada.

Art. 83. A conversão de multa destinada à reparação de danos ou recuperação das áreas degradadas pressupõe que o autuado apresente pré-projeto acompanhando o requerimento.

§1º Caso o autuado ainda não disponha de pré-projeto na data de apresentação do requerimento, a autoridade ambiental fiscalizadora, se provocada, poderá conceder o prazo de até trinta dias para que ele proceda à juntada aos autos do referido documento, que se enquadrem no rol constante no art. 79.

§2º A autoridade ambiental julgadora poderá dispensar o projeto de recuperação ambiental quando a recuperação ambiental não exigir.

§3º Antes de decidir o pedido de conversão da multa, a autoridade ambiental julgadora poderá determinar ao autuado que proceda emendas, revisões e ajustes no pré-projeto.

§4º O não-atendimento por parte do autuado de qualquer das situações previstas neste artigo importará no pronto indeferimento do pedido de conversão de multa.

Art. 84. Por ocasião do julgamento da defesa a autoridade ambiental julgadora deverá, numa única decisão, julgar o auto de infração e o pedido de conversão da multa.

§1º A decisão sobre o pedido de conversão é discricionária, podendo a administração, em decisão motivada, deferir ou não o pedido formulado, observado o disposto neste Decreto.

§2º Em caso de acatamento do pedido de conversão, deverá a autoridade ambiental julgadora notificar o autuado para que compareça à sede do órgão ambiental para a assinatura de termo de compromisso.

§3º O deferimento do pedido de conversão implica na renúncia a eventuais recursos.

§4º A assinatura do termo de compromisso implicará renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

§5º O termo de compromisso terá efeitos na esfera civil e administrativa.

§6º O descumprimento do termo de compromisso implica:

I - Na esfera administrativa, a imediata inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança da multa resultante do auto de infração em seu valor integral; e

II - Na esfera civil, a imediata execução judicial das obrigações assumidas, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.

§7º O termo de compromisso poderá conter cláusulas relativas às demais sanções aplicadas em decorrência do julgamento do auto de infração.

§8º A assinatura do termo de compromisso tratado neste artigo suspende a exigibilidade da multa aplicada.

Art. 85. A conversão da multa não poderá ser concedida novamente ao mesmo infrator durante o período de 05 (cinco) anos, contados da data da assinatura do termo de compromisso.

### Seção XIII

#### Dos Recursos

Art. 86. Da decisão proferida pela autoridade ambiental fiscalizadora caberá recurso no prazo de 20 (vinte) dias ao Chefe do Poder Executivo ou a quem este delegar.

§1º Os recursos de que trata o caput devem ser protocolados no Protocolo Geral da Municipalidade, devendo ser encaminhado obrigatoriamente à Autoridade Ambiental Julgadora que proferiu a decisão na defesa, para que o recurso seja juntado ao processo administrativo e encaminhado ao órgão superior recursal.

§2º A autoridade ambiental fiscalizadora realizará exame de admissibilidade do recurso, bem como os efeitos das penalidades, conforme art. 81 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009.

Art. 87. Os Recorrentes serão notificados pela autoridade ambiental fiscalizadora dos recursos não conhecidos que consequentemente não terão seguimento ao órgão superior recursal.

Art. 88. Os recursos conhecidos serão encaminhados órgão superior recursal.

Art. 89. O recurso não será conhecido quando interposto:

I - Fora do prazo;

II - Perante órgão ambiental incompetente;

III - Por quem não seja legitimado.

### CAPÍTULO IV

#### Dos Prazos

Art. 90. Os prazos de que trata o presente Decreto terão seu início no primeiro dia útil subsequente ao da cientificação/intimação/notificação e serão contados na forma da Legislação Processual Civil.

Art. 91. Recaindo o término em dia sem expediente na repartição, ficará o prazo prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 92. Prescreve em 05 (cinco) anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado.

§1º Considera-se iniciada a ação de apuração de infração ambiental pela administração com a lavratura do auto de infração.

§2º Incide a prescrição no procedimento de apuração do auto de infração paralisado por mais de 03 (três) anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação e da reparação dos danos ambientais.

§3º Quando o fato objeto da infração também constituir crime, a prescrição de que trata o caput reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal.

Art. 93. Interrompe-se a prescrição:

I - Pelo recebimento do auto de infração ou cientificação do infrator por qualquer outro meio, inclusive por edital;

II - Por qualquer ato inequívoco da administração que importe apuração do fato; e

III - Pela decisão condenatória recorrível.

Parágrafo único. Considera-se ato inequívoco da administração, para o efeito do que dispõem o inciso II, aqueles que impliquem instrução do processo.

### CAPÍTULO V

#### Do Recolhimento Da Multa

Art. 94. Os valores correspondentes às sanções aplicadas deverão ser recolhidos em qualquer agência bancária credenciada, mediante guia oficial a ser emitida pela autoridade ambiental.

Art. 95. As multas estarão sujeitas à atualização monetária transcorrido o prazo de seu vencimento, sem prejuízo da aplicação de juros de mora e demais encargos previstos em lei.

Art. 96. Caso não tenha sido realizado o recolhimento da multa no prazo fixado, o processo administrativo de fiscalização ambiental deverá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança na forma usualmente utilizada pelo município.

Art. 97. Quando as medidas administrativas forem esgotadas e não restarem atendidas no processo de fiscalização, o órgão executor deve ingressar com a competente ação judicial visando garantir o cumprimento das disposições legais.

### CAPÍTULO VI

#### Do Valor Das Multas

Art. 98. Às condutas caracterizadas como infração ambiental na Lei Federal nº 9.605/98 e alterações (regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e alterações), aplicam-se as correspondentes sanções neles previstas, devendo o valor das multas aplicadas ser convertidos, na data da autuação, para Unidade Monetária Ambiental (UMA) do município.

### CAPÍTULO VII

#### Das Disposições Finais

Art. 99. Caso o infrator em sua defesa prévia apresentar pedidos cumulativos e/ou sucessivos solicitando os benefícios da suspensão do

valor de multa e conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente (previstos respectivamente na Seção XI e XII do Capítulo IV deste Decreto), a autoridade ambiental julgadora se optar pela concessão, deverá conceder o benefício da conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 100. O Município poderá firmar convenio com outros Municípios, Estado, União, Consórcios Públicos ou privados, bem como com outros órgãos da administração direta e/ou indireta, quanto ao exercício de suas competências de gestão ambiental, no território sob sua jurisdição.

Art. 101. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paraíso/SC, 24 de outubro de 2019.  
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e Publicado na forma da Lei.  
Paraíso (SC), 24 de outubro de 2019.

Servidor(a) Responsável

ANEXO I

MINUTA DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

TIMBRE DO MUNICÍPIO COM IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL AUTUANTE

No exercício da ação fiscalizadora, fica assegurada aos agentes de fiscalização a entrada a qualquer dia e hora e a permanência pelo tempo que se tornar necessário, em estabelecimentos e propriedades públicas ou privadas, observado o disposto no artigo 5º, XI da Constituição da República.

#### AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº

AUTUADO				
Nome/Razão Social				
CPF/CNPJ		RG/Órgão Emissor/Insc. Estadual		
Endereço para correspondência				
Rua/Avenida/Rodovia/Estrada:				Número:
Bairro:		Município:		
CEP		Telefone		
E-mail:		Caixa Postal:		
LOCAL/ENDEREÇO DA INFRAÇÃO				
Rua/Avenida/Rodovia/Estrada:				Número:
Bairro:		Município:		
Coordenadas Geográficas (caso necessário)				
LATITUDE S			LONGITUDE W	
Dados da autuação (constatação da infração administrativa ambiental)				
Data da autuação:	Horário:	Período ( ) Matutino ( ) Vespertino ( ) Noturno		
Descrição sumária da infração administrativa ambiental				
Grau de lesividade da infração administrativa ambiental				
( ) Leve I ( ) Leve II ( ) Médio I ( ) Médio II ( ) Grave I ( ) Grave II ( ) Gravíssima				
Tipificação da Infração				
Legislação Infringida:				
Lei ..... / ..... Art. .... Inciso .... § ....., Alínea .....				
Lei ..... / ..... Art. .... Inciso .... § ....., Alínea .....				
Lei ..... / ..... Art. .... Inciso .... § ....., Alínea .....				
Lei ..... / ..... Art. .... Inciso .... § ....., Alínea .....				
Lei ..... / ..... Art. .... Inciso .... § ....., Alínea .....				
Lei ..... / ..... Art. .... Inciso .... § ....., Alínea .....				
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS IMPOSTAS				
( ) Advertência		( ) Suspensão de venda e fabricação		
( ) Multa Diária		( ) Embargo de obra ou atividade		
( ) Apreensão		( ) Destruição ou inutilização		
( ) Demolição		( ) Suspensão parcial /total de atividades		
( ) Obrigação de promover a recuperação ambiental		( ) Participação em programa de educação ambiental por ____ horas		
MULTA SIMPLES R\$ _____ UMA _____				
Autoridade Ambiental				
Nome:		CPF:	Assinatura:	
Testemunhas				
Nome:		CPF:	Assinatura:	
Nome:		CPF:	Assinatura:	
Observações:				

**INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO**

O autuado fica notificado de que possui o prazo de até 20 (vinte) dias contados da ciência da presente autuação e imposição de penalidades acima, para diligenciar ao órgão ambiental do município autuante, no endereço que consta impresso no timbre deste documento, em horário comercial, para apresentar DEFESA PRÉVIA escrita. Informamos que o processo administrativo ambiental seguirá conforme estabelecido no Decreto Municipal nº ...../ ..... Fica Vossa Senhoria Notificado que deverá recolher o valor das multas aplicadas no prazo de 05 (cinco) dias contados do término do prazo de defesa prévia, caso não apresentada ou apresentada intempestivamente, devendo retirar a guia de recolhimento junto à Prefeitura do Município Oficiante, no endereço e horário já apresentados. O não recolhimento da multa no prazo assinalado implicará no acréscimo de juros de 1% ao mês, iniciados da data de vencimento, bem como na inscrição em Dívida Ativa. O descumprimento das sanções impostas acarretará a adoção de todas as medidas cabíveis no âmbito administrativo, civil e criminal.

Ciência do Autuado (Representante/Preposto – anotar CPF):

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

**ANEXO II****MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL – TCA**

TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL - TCA Nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_

**DADOS DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

Número do Protocolo no Município:	Número do Protocolo no CONDER:	Data:
-----------------------------------	--------------------------------	-------

Pelo presente Termo de Compromisso Ambiental o MUNICÍPIO DE PARAISO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 80.912.009/0001-08 com sede na Rua Alcides Zanin, nº.593, Centro, Paraiso. /SC, representado por seu Prefeito o Sr. Valdecir Antônio Casagrande, em parceria técnica com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº ....., setor ambiental, com sede na rua ....., nº . ....., centro de ...../SC, representado por seu Gestor Ambiental. ....

A(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica(s) abaixo identificada(s) compromete(m) - se, por si e por seus herdeiros ou sucessores, perante o órgão do ente federado licenciador, a executar, dentro do prazo estipulado, as medidas abaixo descritas, com o objetivo de mitigar e compensar os danos causados pela atividade, empreendimento ou obra licenciada, ficando o presente Termo de Compromisso vinculado ao processo de licenciamento ambiental em epígrafe.

**COMPROMISSÁRIO(A)**

Nome/Razão Social

CPF/CNPJ

RG/Órgão Emissor/Insc. Estadual

Endereço para correspondência

Rua/Avenida/Rodovia/Estrada:

Número:

Bairro:

Município/UF:

CEP:

Telefone:

E-mail:

Considerandos [...]

RESOLVEM

Celebrar o presente Termo de Compromisso Ambiental, de acordo com os seguintes termos:

**LOCAL/ENDEREÇO DA INFRAÇÃO**

Rua/Avenida/Rodovia/Estrada:

Número:

Bairro:

Município/UF:

Coordenadas Geográficas

Coord. XX°XX'XX.XX" S e XX°XX'XX.XX" O.

Descrição sumária da infração ambiental

**FUNDAMENTO LEGAL**



Lei Nacional nº 9.605/98 e alterações; Decreto Federal nº 6.514/08 e alterações; Lei Estadual nº 14.675/09 e alterações; Decreto Municipal nº XXXXXX, de XX de XXXX de XXXX, Código de Processo Civil (art.15, c/c art.139, IV), Lei Complementar Nacional nº 140, de 08 de dezembro de 2011.

Grau de lesividade da infração administrativa ambiental

( )Leve I ( )Leve II ( )Médio I ( )Médio II ( )Grave I ( )Grave II ( )Gravíssima

Tipificação da Infração

Legislação Infringida

Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações; Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e suas alterações; Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e suas alterações.

Decreto Fed. nº 6.514/2008:

MULTA SIMPLES R\$ ..... (..... reais) (Decreto Fed. Nº 6.514/2008, Art ..... , Inciso ....., § ....., alínea .....)

MULTA SIMPLES R\$ ..... (.....reais) (Decreto Fed. Nº 6.514/2008, Art ..... , Inciso ....., § ....., alínea .....)

TOTAL DAS MULTAS SIMPLES: R\$ ..... , ( ..... REAIS) que ficam com a exigibilidade suspensa em razão da subscrição do presente Termo de Compromisso.

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO/COMPENSAÇÃO A SEREM EXECUTADAS:

A(o) COMPROMISSÁRIO(A) deverá executar todas as medidas de recuperação ambiental e condicionantes previstas no processo de licenciamento ambiental mencionado no presente termo, sem prejuízo de outras que porventura venha a se mostrar necessárias, bem como:

A)

B)

C)

CRONOGRAMA PARA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO/COMPENSAÇÃO E ENTREGA DOS RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO A CONTAR DA DATA DA

ASSINATURA DO PRESENTE TCA.

Para execução das medidas de recuperação/compensação terá o(a) COMPROMISSÁRIO(A) o prazo de:

[...]

Caso observado que o(a) COMPROMISSÁRIO(A) utiliza de má fé, deslealdade processual ou outros artifícios para procrastinar o devido processo administrativo de [...], ou no caso de arquivamento sem análise de mérito do pedido efetuado pelo órgão ambiental, considerar-se-á automaticamente descumprido o presente acordo desde a data do arquivamento ou da decisão do órgão ambiental municipal que reconhecer a má fé, deslealdade processual ou outros artifícios para procrastinar o devido processo administrativo.

Fica DESIGNADO (A) o (a) servidor(a) ..... , para efetuar o acompanhamento da execução do presente Termo de Compromisso Ambiental, ficando responsável por lavar o termo de recebimento definitivo de execução das obrigações ora pactuadas.

DO VALOR DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO/COMPENSAÇÃO

Dá-se as medidas de recuperação/compensação previstas no presente Termo de Compromisso Ambiental (TCA), o valor de R\$ ..... (.....)

Notas Finais:

1) Toda e qualquer alteração dos projetos e programas objeto do presente TCA deverá ser comunicada à municipalidade e ao CONDER para anuência e acompanhamento, salvo as decorrentes de situações emergenciais que serão posteriormente avaliadas pela municipalidade e/ou CONDER;

2) O(a) COMPROMISSÁRIO(A) deverá apresentar, sem prejuízo da realização de vistorias periódicas, relatórios a respeito do cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Compromisso ou quando exigido pelo setor técnico da municipalidade ou do CONDER.

VALOR DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL PARA EFEITO DE COBRANÇA DO TÍTULO EXTRAJUDICIAL:

R\$ ..... ( ..... valor por extenso)

SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL:

O descumprimento das obrigações fixadas no presente TCA, por razões imputáveis ao compromissário, sujeitará ao pagamento de multa correspondente a 20% do valor de recuperação ambiental, prevista no quadro acima, sem prejuízo de multa diária de R\$ ..... ( ..... ), até o efetivo cumprimento, limitada à 90%(noventa por cento) do valor da recuperação ambiental prevista no quadro acima, além do recolhimento do valor da recuperação ambiental prevista no quadro acima, tudo acrescido de juros moratórios de 1% ao mês, correção monetária pelo INPC/IBGE ou outro indexador que o vier a substituir, todos contados da data do inadimplemento, que serão aplicadas pela municipalidade, sem prejuízo dos demais sanções penais, civis e administrativas.

O inadimplemento de qualquer obrigação acarretará o vencimento antecipado das demais, independentemente de qualquer notificação ou aviso.

Fica o(a) compromissário(a) obrigado(a) a satisfazer a pena cominada no presente termo, juntamente com o desempenho das obrigações principais e secundárias previstas no processo de licenciamento, nos termos do artigo 411 do código civil.

O não cumprimento deste TCA ensejará a execução judicial das obrigações dele decorrentes como título executivo extra judicial.

CONFISSÃO, RECONHECIMENTO E RENÚNCIA.

O (A) COMPROMISSÁRIO(A) reconhece, em caráter irretratável, irrevogável e irrenunciável, a prática dos danos ambientais apurados no processo de licenciamento ambiental, renunciando a todo o direito material e/ou de ação que porventura tenha em desfavor da municipalidade ou do CONDER, confessando ter ciência e aceitar voluntariamente todas as obrigações assumidas no presente Termo de Compromisso, que, caso sejam descumpridas, serão objeto de processo objetivando sua cobrança, judicial ou extrajudicial, autorizando-se a inclusão do nome d(a) COMPROMISSÁRIO(A) em dívida ativa, bem como encaminhamento à protestos e/ou órgãos de proteção do crédito, constituindo-se o presente como título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos a fim de viabilizar o respectivo processo executacional.

DESCONTO

Fica CONCEDIDO, após a execução integral das disposições do presente TCA, desconto de .....%, conforme dispõe o art. .... do Decreto Municipal que define "normas do processo administrativo de fiscalização ambiental, fixa sanções".

FORO

Fica eleito o foro da Comarca de ..... para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

**PUBLICIDADE**

O presente Termo de Compromisso será publicado em extrato, na forma regulamentar.

**OMISSÕES E DIVERGÊNCIAS**

Eventuais omissões e divergências na interpretação das disposições do presente instrumento deverão ser resolvidas pela municipalidade em conjunto com o CONDER, observando-se o maior e melhor interesse à proteção ambiental.

**VIGÊNCIA**

O presente Termo de Compromisso tem vigência de ..... meses, contados da data de sua subscrição, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, a critério da municipalidade e do CONDER.

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

A municipalidade e/ou CONDER poderão, diante de novas informações ou se as circunstâncias assim o exigirem, retificar ou complementar o presente compromisso, determinando outras providências que se fizerem necessárias.

A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Compromisso Ambiental, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações assumidas.

O MUNICÍPIO e/ou CONDER poderão fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo compromissário no prazo fixado na notificação ou requisição.

O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso Ambiental poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis.

Este Termo de Compromisso Ambiental não inibe ou impede que o comprometente exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo.

Em caso de transferência de propriedade ou posse, onerosa ou gratuita, da área integral ou fracionada, o compromissário se obriga a dar ciência à outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações ora assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento. Se o compromissário transferir a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerá como responsável solidário com o adquirente nas obrigações e nas multas por descumprimento. Se o compromissário transferir tão somente a posse, a qualquer título, permanecerá responsável solidário com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento.

Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e do art. 784 do Código de Processo Civil.

Assim, por se acharem justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo de Compromisso em três (03) vias de igual teor e forma, para um só fim de direito, na presença das testemunhas abaixo, a que tudo assistiram.

Local e data:

Secretário de XXXXXXXX do Município de XXXXXXXX		XXXXXXX CONDER - Ambiental
XXXXXXX COMPROMISSÁRIO(A)		

Testemunhas:

Nome:XXXXXXXXXXXXXXXXXX CPF:		Nome:XXXXXXXXXXXXXXXXXX CPF:
---------------------------------	--	---------------------------------

**ANEXO III****III.1 DOSIMETRIA DA MULTA**

Situação	Indicador de gravidade da conduta	Valor do indicador (1)	Níveis de gravidade (somatório dos valores) (2)
Motivação para a conduta			Leve I = 20
	não intencional = 10		Leve II = 30
	Intencional = 20		Médio I = 40
			Médio II = 50 a 60
			Grave I = 70 a 80
			Grave II = 90 a 100
			Gravíssimo = 110
Efeitos para meio o ambiente	Potencial = 10		

	Reversível em curto prazo = 20		
	Reversível em médio prazo = 30		
	Reversível em longo prazo = 50		
	Irreversível = 60		
Efeitos para saúde a pública	Não há = 0		
	Potencial = 10		
	Efetiva e reversível = 20		
	Efetiva e irreversível = 30		
Total			

### III.1.1 Fórmula do cálculo do valor da multa:

Deve-se conferir ao administrado uma nota em cada um dos três indicadores de gravidade da conduta (motivação da conduta; efeitos para o meio ambiente; efeitos para a saúde pública).

Somados os 3 valores encontrados no item acima, será classificada a infração conforme o nível de gravidade (leve I; leve II; médio I; médio II; grave I; grave II; gravíssimo)

Conforme o nível de gravidade encontrado acima, deve ser aplicada a tabela correspondente ao artigo infringido (conforme tabelas a seguir no anexo), tendo em conta ainda a situação econômica do infrator.

O valor encontrado no campo da tabela do artigo respectivo serve de valor base, sobre o qual incidirão ainda agravantes e atenuantes.

### III.2 ENQUADRAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO INFRATOR

III.2.1 Em se tratando de pessoa jurídica de direito privado, a situação econômica do infrator será determinada pelos critérios que seguem:

I - micro infrator: Serão considerados como inseridos no presente critério as microempresas (ME), o micro empreendedor individual (MEI), as empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI), entidades religiosas, partidos políticos, associações, fundações privadas, cooperativas e demais pessoas físicas ou jurídicas, inclusive entes despersonalizados, salvo se demonstrado terem receita bruta superior a fixada pela LC nº 123/06 para enquadramento como microempresa, em cada ano calendário;

II - pequeno infrator: Presume-se pequeno infrator quaisquer dos sujeitos referidos no inciso anterior, cuja receita bruta em cada ano calendário seja enquadrada como empresa de pequeno porte nos termos da LC nº 123/06.

III - médio infrator: pessoa jurídica que tiver produzido receita bruta anual superior ao teto de enquadramento como empresa de pequeno porte e igual ou inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais). Presume-se médio infrator a empresa limitada (LTDA), salvo se comprovado seu enquadramento como EPP ou ME. Serão também médios infratores, quaisquer dos sujeitos referidos no inciso I e II, cuja receita bruta ultrapasse o teto de enquadramento como empresa de pequeno porte (LC nº 123/06) e seja igual ou inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);

IV - grande infrator I: pessoa jurídica que tiver produzido receita bruta anual superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e igual ou inferior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais). Presume-se grande infrator I

as Sociedades Anônimas, salvo se demonstrado terem produzido receita bruta anual superior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais). Serão também grandes infratores I, quaisquer dos sujeitos referidos nos incisos I, II, e III, cuja receita bruta em cada ano calendário seja superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e igual ou inferior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais).

V - grande infrator II: pessoa jurídica que tiver produzido receita bruta anual superior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais). Serão também grandes infratores II, quaisquer dos sujeitos referidos no inciso I, II, III e IV, cuja receita bruta em cada ano calendário seja superior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais).

III.2.2 A alteração de norma que revise os parâmetros estabelecidos nos incisos I a V deste dispositivo (item III.2.1) para caracterização do porte econômico das pessoas jurídicas terá incidência automática nos limites ali estabelecidos.

III.2.3 No caso de entidades privadas sem fins lucrativos a verificação da situação econômica do infrator será aferida tendo-se em conta o seu patrimônio líquido constante da última declaração de rendimentos apresentada perante a Secretaria da Receita Federal ou conforme o seu volume de receita bruta anual.

III.2.4 No caso de o infrator ser município, serão adotados os seguintes critérios, tendo em conta a quantidade de habitantes do município, conforme último censo ou contagem populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE:

I - Micro infrator: o município com população de até 5.000 habitantes;

II - Pequeno infrator: o município com população de 5.001 até 10.000 habitantes;

III - Médio infrator: o município com população de 10.001 até 20.000 habitantes;

IV - Grande infrator I: o município com população de 20.001 até 50.000 habitantes;

V - Grande infrator II: o município com população superior a 50.000 habitantes;

III.2.5 No caso de órgãos e entidades municipais de direito público, como fundações e autarquias, a aferição da situação econômica do infrator levará em consideração os seguintes critérios:

I - Quantidade de habitantes do município, conforme último censo ou contagem populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e

II - Localização do município nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR.

III.2.6 Serão considerados como de baixa situação econômica, os órgãos e entidades municipais em que o Município tenha até 50.000 (cinquenta mil) habitantes e esteja localizado nas áreas definidas no inciso II do item III.2.5.

III.2.7 No caso de órgãos e entidades estaduais e federais de direito público, como fundações e autarquias, a aferição da situação econômica do infrator levará em consideração a sua receita corrente líquida.

### III.3 QUADROS DE VALORAÇÃO POR ARTIGO

Tabela de valoração do artigo 29 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.000,00	1.500,00	2.600,00	2.700,00
Leve II	550,00	1.100,00	1.600,00	2.650,00	2.750,00
Médio I	600,00	1.200,00	1.700,00	2.700,00	2.800,00

Médio II	650,00	1.300,00	1.800,00	2.750,00	2.850,00
Grave I	700,00	1.400,00	1.900,00	2.800,00	2.900,00
Grave II	750,00	1.500,00	2.000,00	2.850,00	2.950,00
Gravíssimo	800,00	1.600,00	2.100,00	2.900,00	3.000,00

Tabela de valoração do artigo 31 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.500,00	3.000,00	4.600,00	4.700,00
Leve II	550,00	1.600,00	3.250,00	4.650,00	4.750,00
Médio I	600,00	1.700,00	3.500,00	4.700,00	4.800,00
Médio II	650,00	1.800,00	3.750,00	4.750,00	4.850,00
Grave I	700,00	1.900,00	4.000,00	4.800,00	4.900,00
Grave II	750,00	2.000,00	4.250,00	4.850,00	4.950,00
Gravíssimo	800,00	2.100,00	4.500,00	4.900,00	5.000,00

Tabela de valoração do artigo 33 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	25.000,00	80.000,00	100.000,00	125.000,00
Leve II	5.500,00	27.500,00	82.500,00	105.000,00	130.000,00
Médio I	6.000,00	30.000,00	85.000,00	110.000,00	135.000,00
Médio II	6.500,00	32.500,00	87.500,00	115.000,00	140.000,00
Grave I	7.000,00	35.000,00	90.000,00	120.000,00	200.000,00
Grave II	7.500,00	37.500,00	92.500,00	125.000,00	300.000,00
Gravíssimo	8.000,00	40.000,00	95.000,00	130.000,00	500.000,00

Tabela de valoração do artigo 34 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	25.000,00	80.000,00	100.000,00	125.000,00
Leve II	5.500,00	27.500,00	82.500,00	105.000,00	130.000,00
Médio I	6.000,00	30.000,00	85.000,00	110.000,00	135.000,00
Médio II	6.500,00	32.500,00	87.500,00	115.000,00	140.000,00
Grave I	7.000,00	35.000,00	90.000,00	120.000,00	200.000,00
Grave II	7.500,00	37.500,00	92.500,00	125.000,00	300.000,00
Gravíssimo	8.000,00	40.000,00	95.000,00	130.000,00	500.000,00

Tabela de valoração do artigo 35 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	700,00	2.000,00	5.000,00	10.000,00	20.000,00
Leve II	750,00	3.000,00	9.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	800,00	4.000,00	11.000,00	20.000,00	50.000,00
Médio II	1.000,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00	80.000,00
Grave I	1.500,00	7.000,00	20.000,00	50.000,00	100.000,00
Grave II	2.000,00	8.500,00	35.000,00	80.000,00	100.000,00
Gravíssimo	2.500,00	10.000,00	60.000,00	100.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 36 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	700,00	800,00	5.000,00	10.000,00	20.000,00
Leve II	700,00	1.000,00	10.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	700,00	2.000,00	15.000,00	20.000,00	50.000,00
Médio II	1.000,00	3.000,00	20.000,00	30.000,00	80.000,00
Grave I	1.500,00	5.000,00	25.000,00	50.000,00	100.000,00
Grave II	2.000,00	8.000,00	30.000,00	80.000,00	100.000,00
Gravíssimo	2.500,00	10.000,00	40.000,00	100.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 37 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	300,00	1.000,00	3.000,00	5.000,00	8.000,00

Leve II	350,00	1.250,00	3.500,00	6.000,00	9.000,00
Médio I	400,00	1.500,00	4.000,00	7.000,00	10.000,00
Médio II	450,00	2.000,00	4.500,00	8.750,00	10.000,00
Grave I	500,00	2.500,00	6.800,00	9.000,00	10.000,00
Grave II	550,00	3.000,00	7.000,00	9.250,00	10.000,00
Gravíssimo	600,00	3.600,00	7.200,00	9.500,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 38 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	3.000,00	10.000,00	30.000,00	40.000,00	47.000,00
Leve II	3.050,00	10.500,00	31.000,00	41.000,00	47.500,00
Médio I	3.100,00	11.000,00	32.000,00	42.000,00	48.000,00
Médio II	3.150,00	11.500,00	33.000,00	43.000,00	48.500,00
Grave I	3.200,00	12.000,00	34.000,00	44.000,00	49.000,00
Grave II	3.250,00	12.500,00	35.000,00	45.000,00	49.500,00
Gravíssimo	3.300,00	13.000,00	36.000,00	46.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 39 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00	45.000,00
Leve II	550,00	5.500,00	16.500,00	33.000,00	46.000,00
Médio I	600,00	6.000,00	18.000,00	36.000,00	47.000,00
Médio II	650,00	6.500,00	19.500,00	39.000,00	48.000,00
Grave I	700,00	7.000,00	21.000,00	42.000,00	49.000,00
Grave II	750,00	7.500,00	22.500,00	45.000,00	49.500,00
Gravíssimo	800,00	8.000,00	24.000,00	48.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 43 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	6.000,00	15.000,00	30.000,00	40.000,00
Leve II	5.100,00	6.200,00	17.000,00	33.000,00	43.000,00
Médio I	5.200,00	6.400,00	20.000,00	36.000,00	45.000,00
Médio II	5.300,00	6.600,00	25.000,00	40.000,00	48.000,00
Grave I	5.500,00	7.000,00	30.000,00	43.000,00	49.000,00
Grave II	7.500,00	10.000,00	35.000,00	46.000,00	49.500,00
Gravíssimo	8.000,00	15.000,00	40.000,00	50.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 44 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	6.000,00	10.000,00	13.000,00	17.000,00
Leve II	5.050,00	6.500,00	11.000,00	14.000,00	18.000,00
Médio I	5.100,00	7.000,00	12.000,00	15.000,00	19.000,00
Médio II	5.150,00	8.000,00	13.000,00	16.000,00	19.000,00
Grave I	5.200,00	10.000,00	14.000,00	17.000,00	20.000,00
Grave II	5.250,00	12.000,00	15.000,00	18.000,00	20.000,00
Gravíssimo	5.300,00	15.000,00	16.000,00	19.500,00	20.000,00

Tabela de valoração do artigo 45 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	6.000,00	15.000,00	30.000,00	40.000,00
Leve II	5.100,00	6.200,00	17.000,00	33.000,00	43.000,00
Médio I	5.200,00	6.400,00	20.000,00	36.000,00	45.000,00
Médio II	5.300,00	6.600,00	25.000,00	40.000,00	48.000,00
Grave I	5.500,00	7.000,00	30.000,00	43.000,00	49.000,00
Grave II	7.500,00	10.000,00	35.000,00	46.000,00	49.500,00
Gravíssimo	8.000,00	15.000,00	40.000,00	50.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 55 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator
--------------------	--------------------------------

	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	50,00	220,00	320,00	420,00	470,00
Leve II	55,00	225,00	325,00	425,00	475,00
Médio I	60,00	230,00	330,00	430,00	480,00
Médio II	65,00	235,00	335,00	435,00	485,00
Grave I	70,00	240,00	340,00	440,00	490,00
Grave II	75,00	245,00	345,00	445,00	495,00
Gravíssimo	80,00	250,00	350,00	450,00	500,00

Tabela de valoração do artigo 56 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	100,00	300,00	450,00	750,00	850,00
Leve II	110,00	350,00	500,00	775,00	875,00
Médio I	200,00	400,00	550,00	800,00	900,00
Médio II	250,00	450,00	600,00	825,00	925,00
Grave I	300,00	500,00	650,00	850,00	950,00
Grave II	350,00	550,00	700,00	875,00	975,00
Gravíssimo	400,00	600,00	750,00	900,00	1.000,00

Tabela de valoração do artigo 59 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	3.000,00	6.000,00	9.300,00	9.700,00
Leve II	1.050,00	3.100,00	6.250,00	9.400,00	9.750,00
Médio I	1.100,00	3.200,00	6.500,00	9.500,00	9.800,00
Médio II	1.150,00	3.300,00	6.750,00	9.600,00	9.850,00
Grave I	1.200,00	3.400,00	7.000,00	9.700,00	9.900,00
Grave II	1.250,00	3.500,00	7.250,00	9.800,00	9.950,00
Gravíssimo	1.300,00	3.600,00	7.500,00	9.900,00	10.000,00

Tabela de valoração dos artigos 61 e 62 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	7.500,00	12.000,00	18.000,00	25.000,00
Leve II	7.500,00	20.000,00	40.000,00	50.000,00	150.000,00
Médio I	10.000,00	70.000,00	230.000,00	450.000,00	900.000,00
Médio II	30.000,00	200.000,00	700.000,00	1.400.000,00	2.900.000,00
Grave I	50.000,00	500.000,00	1.600.000,00	3.200.000,00	6.700.000,00
Grave II	65.000,00	800.000,00	2.700.000,00	5.400.000,00	15.000.000,00
Gravíssimo	80.000,00	1.000.000,00	10.000.000,00	20.000.000,00	50.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 63 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	2.550,00	2.600,00	2.650,00	2.700,00
Leve II	1.550,00	2.600,00	2.650,00	2.700,00	2.750,00
Médio I	1.600,00	2.650,00	2.700,00	2.750,00	2.800,00
Médio II	1.650,00	2.700,00	2.750,00	2.800,00	2.850,00
Grave I	1.700,00	2.750,00	2.800,00	2.850,00	2.900,00
Grave II	1.750,00	2.800,00	2.850,00	2.900,00	2.950,00
Gravíssimo	1.800,00	2.850,00	2.900,00	2.950,00	3.000,00

Tabela de valoração do artigo 64 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00	60.000,00
Leve II	1.000,00	10.000,00	30.000,00	60.000,00	120.000,00
Médio I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	190.000,00
Médio II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	250.000,00
Grave I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	500.000,00
Grave II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	3.250,00	32.500,00	100.000,00	400.000,00	2.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 65 do Decreto nº 6.514/2008.



Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	100.000,00	300.000,00	600.000,00	800.000,00	940.000,00
Leve II	101.000,00	330.000,00	630.000,00	830.000,00	950.000,00
Médio I	102.000,00	360.000,00	660.000,00	860.000,00	960.000,00
Médio II	103.000,00	390.000,00	690.000,00	890.000,00	970.000,00
Grave I	104.000,00	420.000,00	720.000,00	920.000,00	980.000,00
Grave II	105.000,00	450.000,00	750.000,00	950.000,00	990.000,00
Gravíssimo	106.000,00	480.000,00	780.000,00	980.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 66 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.500,00	2.400,00	3.600,00	5.000,00
Leve II	1.000,00	4.000,00	8.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	2.000,00	14.000,00	46.000,00	90.000,00	180.000,00
Médio II	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Grave I	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	500.000,00
Grave II	3.500,00	35.000,00	200.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	4.000,00	40.000,00	500.000,00	2.000.000,00	10.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 67 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	50.000,00	150.000,00	300.000,00	600.000,00
Leve II	10.000,00	100.000,00	300.000,00	600.000,00	1.200.000,00
Médio I	15.000,00	150.000,00	450.000,00	900.000,00	1.800.000,00
Médio II	20.000,00	200.000,00	600.000,00	1.200.000,00	2.400.000,00
Grave I	30.000,00	250.000,00	750.000,00	1.500.000,00	3.000.000,00
Grave II	40.000,00	300.000,00	900.000,00	1.800.000,00	3.600.000,00
Gravíssimo	50.000,00	350.000,00	1.050.000,00	2.100.000,00	5.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 68 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.000,00
Leve II	1.200,00	2.500,00	4.500,00	6.500,00	8.000,00
Médio I	1.400,00	3.000,00	5.000,00	7.000,00	8.500,00
Médio II	1.700,00	3.500,00	5.500,00	8.000,00	8.500,00
Grave I	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.500,00	9.000,00
Grave II	2.500,00	4.500,00	7.000,00	9.000,00	9.500,00
Gravíssimo	3.000,00	5.000,00	8.000,00	10.000,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 69 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	100.000,00	600.000,00	1.700.000,00	2.500.000,00
Leve II	10.000,00	130.000,00	650.000,00	1.750.000,00	3.000.000,00
Médio I	30.000,00	160.000,00	700.000,00	1.800.000,00	3.500.000,00
Médio II	40.000,00	190.000,00	750.000,00	1.850.000,00	4.000.000,00
Grave I	50.000,00	220.000,00	800.000,00	1.900.000,00	4.500.000,00
Grave II	60.000,00	250.000,00	850.000,00	1.950.000,00	6.000.000,00
Gravíssimo	70.000,00	280.000,00	900.000,00	2.000.000,00	10.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 71 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	2.500,00	6.000,00	8.000,00	9.400,00
Leve II	550,00	2.550,00	6.100,00	8.200,00	9.500,00
Médio I	600,00	2.600,00	6.200,00	8.400,00	9.600,00
Médio II	650,00	2.650,00	6.300,00	8.600,00	9.700,00
Grave I	700,00	2.700,00	6.400,00	8.800,00	9.800,00
Grave II	750,00	2.750,00	6.500,00	9.000,00	9.900,00
Gravíssimo	800,00	2.800,00	6.600,00	9.200,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 71-A do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.500,00	2.400,00	3.600,00	5.000,00
Leve II	1.000,00	4.000,00	8.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	2.000,00	14.000,00	46.000,00	90.000,00	180.000,00
Médio II	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Grave I	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	500.000,00
Grave II	3.500,00	35.000,00	200.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	4.000,00	40.000,00	500.000,00	2.000.000,00	10.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 72 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	50.000,00	200.000,00	400.000,00	470.000,00
Leve II	10.500,00	55.000,00	220.000,00	410.000,00	475.000,00
Médio I	11.000,00	60.000,00	240.000,00	420.000,00	480.000,00
Médio II	11.500,00	65.000,00	260.000,00	430.000,00	485.000,00
Grave I	12.000,00	70.000,00	280.000,00	440.000,00	490.000,00
Grave II	12.500,00	75.000,00	300.000,00	450.000,00	495.000,00
Gravíssimo	13.000,00	80.000,00	320.000,00	460.000,00	500.000,00

Tabela de valoração do artigo 73 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	30.000,00	80.000,00	150.000,00	194.000,00
Leve II	10.500,00	31.000,00	85.000,00	155.000,00	195.000,00
Médio I	11.000,00	32.000,00	90.000,00	160.000,00	196.000,00
Médio II	11.500,00	33.000,00	95.000,00	165.000,00	197.000,00
Grave I	12.000,00	34.000,00	100.000,00	170.000,00	198.000,00
Grave II	12.500,00	35.000,00	105.000,00	175.000,00	199.000,00
Gravíssimo	13.000,00	36.000,00	110.000,00	180.000,00	200.000,00

Tabela de valoração do artigo 74 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	12.000,00	24.000,00	36.000,00	54.000,00
Leve II	10.250,00	13.000,00	26.000,00	39.000,00	58.500,00
Médio I	10.500,00	14.000,00	28.000,00	42.000,00	63.000,00
Médio II	10.750,00	15.000,00	30.000,00	45.000,00	67.500,00
Grave I	11.000,00	16.000,00	32.000,00	48.000,00	72.000,00
Grave II	11.250,00	17.000,00	34.000,00	60.000,00	90.000,00
Gravíssimo	11.500,00	18.000,00	45.000,00	66.500,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 75 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	10.000,00	30.000,00	40.000,00	47.000,00
Leve II	1.050,00	10.100,00	30.500,00	41.000,00	47.500,00
Médio I	1.100,00	10.200,00	31.000,00	42.000,00	48.000,00
Médio II	1.150,00	10.300,00	31.500,00	43.000,00	48.500,00
Grave I	1.200,00	10.400,00	32.000,00	44.000,00	49.000,00
Grave II	1.250,00	10.500,00	32.500,00	45.000,00	49.500,00
Gravíssimo	1.300,00	10.600,00	33.000,00	46.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 77 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	3.500,00	10.500,00	21.000,00	42.000,00
Leve II	600,00	4.200,00	12.600,00	25.200,00	50.400,00
Médio I	700,00	4.900,00	14.700,00	29.400,00	58.800,00
Médio II	800,00	5.600,00	16.800,00	33.600,00	67.200,00
Grave I	900,00	6.300,00	18.900,00	37.800,00	75.600,00
Grave II	1.000,00	7.000,00	21.000,00	42.000,00	84.000,00



Gravíssimo	1.100,00	7.700,00	23.100,00	46.200,00	100.000,00
------------	----------	----------	-----------	-----------	------------

Tabela de valoração do artigo 78 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	100,00	150,00	200,00	250,00	270,00
Leve II	110,00	160,00	210,00	255,00	275,00
Médio I	120,00	170,00	220,00	260,00	280,00
Médio II	130,00	180,00	230,00	265,00	285,00
Grave I	140,00	190,00	240,00	270,00	290,00
Grave II	150,00	200,00	250,00	275,00	295,00
Gravíssimo	160,00	210,00	260,00	280,00	300,00

Tabela de valoração do artigo 79 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	30.000,00	90.000,00	250.000,00	500.000,00
Leve II	12.000,00	36.000,00	108.000,00	300.000,00	600.000,00
Médio I	15.000,00	45.000,00	135.000,00	350.000,00	700.000,00
Médio II	20.000,00	60.000,00	180.000,00	400.000,00	800.000,00
Grave I	25.000,00	75.000,00	225.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Grave II	30.000,00	90.000,00	270.000,00	700.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	40.000,00	120.000,00	360.000,00	850.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 80 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	2.000,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00
Leve II	2.000,00	5.000,00	10.000,00	40.000,00	70.000,00
Médio I	3.000,00	10.000,00	30.000,00	80.000,00	190.000,00
Médio II	4.000,00	30.000,00	60.000,00	120.000,00	400.000,00
Grave I	5.000,00	40.000,00	70.000,00	160.000,00	600.000,00
Grave II	6.000,00	50.000,00	80.000,00	200.000,00	800.000,00
Gravíssimo	7.000,00	60.000,00	90.000,00	400.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 81 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	5.000,00	10.000,00	20.000,00	40.000,00
Leve II	1.250,00	6.250,00	12.500,00	25.000,00	50.000,00
Médio I	1.500,00	7.500,00	15.000,00	30.000,00	60.000,00
Médio II	1.750,00	8.750,00	17.500,00	35.000,00	70.000,00
Grave I	2.000,00	10.000,00	20.000,00	40.000,00	80.000,00
Grave II	2.250,00	11.250,00	22.500,00	45.000,00	90.000,00
Gravíssimo	2.500,00	12.500,00	25.000,00	50.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 82 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	180.000,00
Leve II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	240.000,00
Médio I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Médio II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	360.000,00
Grave I	3.500,00	35.000,00	105.000,00	205.000,00	410.000,00
Grave II	4.000,00	40.000,00	120.000,00	240.000,00	480.000,00
Gravíssimo	4.500,00	45.000,00	135.000,00	270.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 83 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	30.000,00	90.000,00	250.000,00	500.000,00
Leve II	12.000,00	36.000,00	108.000,00	300.000,00	600.000,00
Médio I	15.000,00	45.000,00	135.000,00	350.000,00	700.000,00
Médio II	20.000,00	60.000,00	180.000,00	400.000,00	800.000,00

Grave I	25.000,00	75.000,00	225.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Grave II	30.000,00	90.000,00	270.000,00	700.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	40.000,00	120.000,00	360.000,00	850.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 84 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	2.000,00	4.000,00	35.000,00	60.000,00	85.000,00
Leve II	2.500,00	6.000,00	37.500,00	65.000,00	87.500,00
Médio I	3.000,00	8.000,00	40.000,00	70.000,00	90.000,00
Médio II	3.500,00	10.000,00	42.500,00	75.000,00	92.500,00
Grave I	4.000,00	14.000,00	45.000,00	80.000,00	95.000,00
Grave II	4.500,00	15.000,00	47.500,00	85.000,00	97.500,00
Gravíssimo	5.000,00	16.000,00	50.000,00	90.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 85 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	180.000,00
Leve II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	240.000,00
Médio I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Médio II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	360.000,00
Grave I	3.500,00	35.000,00	105.000,00	205.000,00	410.000,00
Grave II	4.000,00	40.000,00	120.000,00	240.000,00	480.000,00
Gravíssimo	4.500,00	45.000,00	135.000,00	270.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 86 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	3.000,00	6.000,00	9.000,00	9.700,00
Leve II	550,00	3.100,00	6.200,00	9.100,00	9.750,00
Médio I	600,00	3.200,00	6.400,00	9.200,00	9.800,00
Médio II	650,00	3.300,00	6.600,00	9.300,00	9.850,00
Grave I	700,00	3.400,00	6.800,00	9.400,00	9.900,00
Grave II	750,00	3.500,00	7.000,00	9.500,00	9.950,00
Gravíssimo	800,00	3.600,00	7.200,00	9.600,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 87 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	5.000,00	35.000,00	70.000,00	94.000,00
Leve II	1.600,00	10.000,00	40.000,00	75.000,00	95.000,00
Médio I	1.700,00	15.000,00	45.000,00	80.000,00	96.000,00
Médio II	1.800,00	17.500,00	50.000,00	85.000,00	97.000,00
Grave I	1.900,00	20.000,00	55.000,00	90.000,00	98.000,00
Grave II	2.000,00	22.500,00	60.000,00	95.000,00	99.000,00
Gravíssimo	2.100,00	25.000,00	65.000,00	100.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 88 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	45.000,00	150.000,00	300.000,00	420.000,00
Leve II	5.500,00	50.000,00	160.000,00	320.000,00	425.000,00
Médio I	6.000,00	55.000,00	170.000,00	340.000,00	430.000,00
Médio II	6.500,00	60.000,00	180.000,00	360.000,00	435.000,00
Grave I	7.000,00	65.000,00	190.000,00	380.000,00	500.000,00
Grave II	7.500,00	70.000,00	200.000,00	600.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	8.000,00	75.000,00	210.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 89 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	180.000,00
Leve II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	240.000,00

Médio I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Médio II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	360.000,00
Grave I	3.500,00	35.000,00	105.000,00	205.000,00	410.000,00
Grave II	4.000,00	40.000,00	120.000,00	240.000,00	480.000,00
Gravíssimo	4.500,00	45.000,00	135.000,00	270.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 90 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	3.000,00	6.000,00	9.000,00	9.700,00
Leve II	550,00	3.100,00	6.200,00	9.100,00	9.750,00
Médio I	600,00	3.200,00	6.400,00	9.200,00	9.800,00
Médio II	650,00	3.300,00	6.600,00	9.300,00	9.850,00
Grave I	700,00	3.400,00	6.800,00	9.400,00	9.900,00
Grave II	750,00	3.500,00	7.000,00	9.500,00	9.950,00
Gravíssimo	800,00	3.600,00	7.200,00	9.600,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 91 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	200,00	2.000,00	7.000,00	15.000,00	25.000,00
Leve II	400,00	3.000,00	10.000,00	20.000,00	35.000,00
Médio I	600,00	6.000,00	15.000,00	25.000,00	45.000,00
Médio II	800,00	8.000,00	20.000,00	35.000,00	60.000,00
Grave I	1.000,00	10.000,00	30.000,00	60.000,00	70.000,00
Grave II	1.200,00	12.000,00	40.000,00	70.000,00	80.000,00
Gravíssimo	1.500,00	15.000,00	45.000,00	80.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 92 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.000,00
Leve II	1.200,00	2.500,00	4.500,00	6.500,00	8.000,00
Médio I	1.400,00	3.000,00	5.000,00	7.000,00	8.500,00
Médio II	1.700,00	3.500,00	5.500,00	8.000,00	8.500,00
Grave I	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.500,00	9.000,00
Grave II	2.500,00	4.500,00	7.000,00	9.000,00	9.500,00
Gravíssimo	3.000,00	5.000,00	8.000,00	10.000,00	10.000,00

**DECRETO 2178/2019**

Publicação Nº 2215096

**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PARAISO - SC****DECRETO Nº 2178/2019**

**Disciplina o procedimento ambiental para obtenção de licença ambiental em todas as suas fases, declaração de atividade não constante, certidões de conformidade ambiental, no âmbito do Município de Paraíso/SC e dá outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de 09 de novembro de 1993, e demais legislações em vigor, de conformidade com o art. 15 da Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017, Lei Complementar Municipal Nº 016/2019 e:

Considerando que a Resolução n. 98/2017 do CONSEMA/SC estabelece o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito do Estado de Santa Catarina e suas delegações aos Municípios.

Considerando que o art. 14, § 1º da Resolução CONSEMA/SC 98/2017 pela Resolução CONSEMA/SC 117/2017 e tendo em vista que compete ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente definir os critérios para expedição de Certidão de Conformidade Ambiental ou sujeição das atividades que estejam abaixo dos limites fixados para fins de licenciamento ambiental ao procedimento de Licenciamento Ambiental Simplificado (Autorização Ambiental - AuA), poderá este (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente) definir, por Resolução, a sujeição das atividades originariamente sujeitas a Certidão de Conformidade Ambiental ao processo de licenciamento ambiental simplificado (AuA).

**DECRETA**

**Art. 1º** Este Decreto regulamenta no âmbito do Município de Paraíso o procedimento para a obtenção de licença ambiental em todas as suas fases, declaração de atividade não constante, certidões de conformidade ambiental, em parceria técnico-jurídica com o Consórcio de Desenvolvimento Regional - CONDER, os procedimentos mínimos previstos no presente Decreto e seus anexos, podendo a equipe técnica ambiental, consideradas as características peculiares do empreendimento, solicitar dos requerentes outras exigências além das contidas no presente ato regulatório.

**Art. 2º** O procedimento de licenciamento ambiental e todas as suas fases seguirá o procedimento estabelecido na Resolução do CONSEMA/SC n. 98/2017, com prazo máximo de 06 (seis) meses, para a expedição de cada Licença (LAP, LAI e LAO), contados da data do protocolo.  
Parágrafo único. Os prazos para a expedição das licenças poderão ser suspensos ou prorrogados mediante despacho fundamentado do órgão licenciador.

**Art. 3º** Para a obtenção de declarações de atividade não constante e certidões de conformidade ambiental será observado, no âmbito do Município de Paraíso em parceria técnico-jurídica com o Consórcio de Desenvolvimento Regional - CONDER, os procedimentos mínimos previstos no presente Decreto e seus anexos, podendo a equipe técnica ambiental, consideradas as características peculiares do empreendimento, solicitar dos requerentes outras exigências além das contidas no presente ato regulatório.

Rua Alcides Zanin, 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

2

**Art. 4º** A análise dos pedidos de licenças, certidões e declarações somente será iniciada mediante a comprovação, pelo solicitante, do recolhimento das taxas devidas.

**Art. 5º** Os empreendedores e a equipe técnica seguirão as seguintes regras:

I- para a expedição de Certidão de Conformidade Ambiental as regras constantes do ANEXO I;  
II – para a expedição de Declaração de Atividade não Constante as regras do ANEXO II, e em sendo necessário a equipe técnica ambiental, consideradas as características peculiares do empreendimento, solicitar dos requerentes outras exigências além das contidas no presente ato regulatório.

**Art. 6º** São parte integrantes e inseparáveis deste ato os Anexos I e II.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso/SC, 24 de outubro de 2019.

**VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE**  
**Prefeito Municipal**

Certifico que este Decreto foi registrado e Publicado na forma da Lei.  
Paraíso (SC), 24 de outubro de 2019.

Servidor(a) Responsável

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

3

## ANEXO I Do Procedimento para Certidões de Conformidade Ambiental

### Sumário

1	Objetivo.....	3
2	Instrumentos do Processo de Controle Ambiental.....	3
3	Etapas do Processo de Solicitação da Certidão de Conformidade Ambiental.....	4
4	Instruções Gerais.....	4
5	Instruções Específicas.....	5
6	Documentação Necessária para a solicitação de Certidão de Conformidade Ambiental ...	5
Capítulo 1.....		7
Capítulo 2.....		12
Capítulo 3.....		13
Capítulo 4.....		15
Capítulo 5.....		24
Capítulo 6.....		26

### 1 Objetivo

Definir a documentação necessária ao processo de solicitação de certidão de conformidade ambiental das atividades da Listagem de Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, com porte abaixo dos limites fixados para fins de licenciamento ambiental aprovada pela Resolução CONSEMA nº 98/17; Resolução CONSEMA nº 99/17 e no âmbito das competências outorgadas pelas Resoluções CONSEMA nº 100, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p.15; Resolução CONSEMA nº 101, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p.15; Resolução CONSEMA nº 102, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p.15; Resolução CONSEMA nº 103, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, páginas 15/16; Resolução CONSEMA nº 104, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 105, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 106, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 107, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 111, de 04 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.615, veiculada em 13/09/2017, página 5; Resolução CONSEMA nº 111, de 04 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.615, veiculada em 13/09/2017, p.5.

### 2 Instrumentos do Processo de Controle Ambiental

- Conformidade Ambiental: Com prazo de validade indicado na Declaração de Conformidade Ambiental vinculado ao prazo máximo de vigência da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) expedida pelo Conselho Regional de Classe do Profissional, cadastra atividades com porte abaixo dos limites fixados para licenciamento ambiental, mediante

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

4

apresentação de Declaração de Conformidade Ambiental (Resolução CONSEMA nº. 98/17, art. 1º, XVI c/c art.17, VII).

- Declaração de Conformidade Ambiental: subscrita por profissional legalmente habilitado, obrigatoriamente acompanhada de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) expedida pelo Conselho Regional de Classe do Profissional comprova junto ao Município em parceria técnico-jurídica com o CONDER Ambiental que o empreendimento/atividade está localizado de acordo com a legislação ambiental e florestal vigente, que trata de forma adequada seus efluentes líquidos e resíduos sólidos e que o imóvel possui Reserva Legal averbada ou registrada no Cadastro Ambiental Rural (Lei Nacional nº 12.651/12, art.18, §4º), desde que localizado em área rural.

### 3 Etapas do Processo de Solicitação da Certidão de Conformidade Ambiental

O procedimento de conformidade ambiental obedecerá às seguintes etapas:

- a) Abertura de protocolo Geral no Município que promoverá remessa e Protocolo numérico, por ordem de entrada, no Protocolo Geral do CONDER Ambiental e após implantação do Sinfat municípios os processos serão protocolados via sistema.
  - b) Requerimento de solicitação de certidão de conformidade ambiental.
  - c) Encaminhamento dos documentos pertinentes, em meio físico e digital.
- Análise técnico-jurídica pelo CONDER Ambiental dos documentos apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias.
  - Emissão de Certidão de Conformidade Ambiental.

### 4 Instruções Gerais

- Nas faixas marginais dos recursos hídricos existentes na área mapeada para implantação do empreendimento, deve ser respeitado o afastamento mínimo previsto na legislação vigente.
- Quando da necessidade de utilização de jazidas de empréstimos e áreas de bota-fora, fora da área do empreendimento, as mesmas são objeto de licenciamento ambiental específico.
- Os empreendimentos/atividades geradores de efluentes líquidos são obrigados a instalar caixa de inspeção.
- A alteração de titularidade do empreendimento/atividade deve ser comunicada ao CONDER Ambiental, com vistas à atualização, dessa informação no processo administrativo.
- O empreendedor e o profissional que subscreve a Declaração de Conformidade Ambiental são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.
- A solicitação de certidão de conformidade ambiental somente será protocolada com a entrega dos arquivos digitais da documentação completa listada na presente Resolução.
- Os arquivos de texto e estudos ambientais, devem ser redigidos em português, apresentar tamanho de folha A4 (210mm x 297mm) e serem entregues em formato pdf texto.

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

5

- As plantas e mapas devem seguir as Normas Brasileiras (ABNT), com unidades do Sistema Internacional de Unidades e devem ser entregues no formato pdf.
- Os arquivos contendo imagens devem ser entregues em formato .jpg ou .png.
- Documentos que não tenham sido gerados eletronicamente devem ser apresentados ao protocolo para conferência e digitalização. Documentos gerados e assinados eletronicamente são aceitos como originais.
- O Município e o CONDER Ambiental colocam-se ao dispor dos interessados para dirimir possíveis dúvidas decorrentes desta Resolução.

### 5 Instruções Específicas

- A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) deve fazer menção à Declaração de Conformidade Ambiental, com período de validade igual à validade desta (Declaração de Conformidade Ambiental); bem como ao parâmetro de enquadramento de porte do empreendimento/atividade: AE (área edificada), AI (área inundada), AU (área útil),  $C_{max}C$  (capacidade máxima de cabeças), L (comprimento), NH (número de unidades habitacionais), NL (número de leitos), NVB (número de vagas para barcos), QT (quantidade de resíduos) Q(1) (vazão de bombeamento), V(tensão), VUF (volume útil do forno).

### 6 Documentação Necessária para a solicitação de Certidão de Conformidade Ambiental

- a. Requerimento da Certidão de Conformidade Ambiental acompanhado dos documentos pertinentes, e confirmação de localização do empreendimento segundo suas coordenadas geográficas ou planas (UTM). Conforme modelo do Capítulo 2 do Anexo I;
- b. Procuração para representação do interessado. Conforme modelo do Capítulo 3 do Anexo I;
- c. Registro Geral - RG e Cadastro de Pessoa Física - CPF, ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e contrato social;
- d. Formulário de Caracterização de Atividade da Certidão de Conformidade Ambiental. Conforme modelo do Capítulo 4 do Anexo I;
- e. Declaração de Conformidade Ambiental. Conforme modelo do Capítulo 5 do Anexo I;
- f. Declaração de inexistência de embargos e outros gravames na área objeto da atividade e/ou de inexistência de trâmite simultâneo de processo de licenciamento ambiental em outro órgão. Disponível no sítio eletrônico do CONDER em [www.conder.sc.gov.br](http://www.conder.sc.gov.br).
- g. Certidão da prefeitura relativa ao uso e ocupação do solo, nos termos da Resolução CONAMA nº. 237/97, art. 10, §1º. Não são aceitas certidões que não contenham data de expedição, ou com prazo de validade vencido. Certidões sem prazo de validade são consideradas válidas até 180 dias após a data da emissão;
- h. Cópia de Certidão de Transcrição ou Inteiro Teor de Matrícula, vigente, do Registro de Imóveis (com no máximo 90 dias);

Rua Alcides Zanin, 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

6

- i. Anuência do proprietário do imóvel para a realização de estudos ambientais assim como para a operação de atividade potencialmente poluidora quando o proprietário do imóvel não for o empreendedor requerente;
- j. Cadastro Ambiental Rural – CAR e a respectiva reserva legal, quando couber;
- k. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) expedida pelo Conselho Regional de Classe do Profissional, com atribuição na respectiva área de atuação da atividade;
- l. Comprovação da destinação final adequada dos resíduos sólidos e líquidos pertinentes a atividade.
- m. Laudo hidrossanitário emitido pelo município e comprovante de limpeza (realizada há no máximo um ano) do sistema de tratamento de efluentes sanitários realizado por empresa ambientalmente licenciada;
- n. Outros estudos, informações ou documentos complementares que a equipe técnica ambiental entender necessárias.
- o. Comprovante de pagamento das taxas respectivas.
- p. Apresentar documentação em meio físico e digital

### CAPÍTULO 1

#### LISTA DAS ATIVIDADES SUJEITAS À CONFORMIDADE AMBIENTAL

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PORTE
01.51.00	Criação de animais confinados de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc).	CmáxC<100
01.52.00	Criação de animais confinados de médio porte (ovinos, caprinos, etc).	CmáxC<500
01.70.00	Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura).	CmáxC<12.000
01.70.10	Criação de animais confinados de pequeno porte.	CmáxC<12.000
01.80.00	Criação de animais confinados de pequeno porte (ranicultura).	AU(3)<0,1 ha
03.31.00	Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo.	AI<0,1 ha
03.31.02	Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo.	AI<0,1 ha
03.31.03	Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo Águas Frias.	AI<0,1 ha
03.35.00	Unidades de beneficiamento de moluscos bivalves.	AU(3)<0,05 ha

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

7

10.40.10	Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido - exceto de cerâmica esmaltada.	AU(3)<0,05 ha
10.50.10	Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento e gesso.	AU(3)<0,2 ha
11.00.15	Produção de forjados, arames e relaminados de metais ferrosos e não ferrosos, a frio, sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico.	AU(3)<0,1 ha
11.50.02	Estamparia, funilaria e latoaria, sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão ou esmaltação ou imersão.	AU(3)<0,1 ha
11.60.02	Serralheria, fabricação de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e de artigos de caldeireiro sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão ou esmaltação ou imersão.	AU(3)<0,1ha
11.70.02	Fabricação de artigos de cutelaria, armas, ferramentas manuais e fabricação de artigos de metal para escritório, usos pessoal e doméstico - exceto ferramentas para máquinas, sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão ou esmaltação ou imersão.	AU(3)<0,05 ha
11.90.02	Fabricação de outros artigos de metal, não especificados em outros códigos, sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão, ou esmaltação ou imersão.	AU(3)<0,05 ha
13.60.00	Fabricação de máquinas, aparelhos, componentes e equipamentos eletrônicos	AU(3)<0,1 ha
13.70.00	Fabricação de instrumentos ópticos, peças e acessórios.	AU(3)<0,1 ha
13.90.00	Montagem, reparação ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e comerciais, e elétricos e eletrônicos.	AU(3)<0,1 ha
14.10.00	Montagem e reparação de embarcações e estruturas flutuantes, reparação de caldeiras, máquinas, turbinas e motores.	AU(3)<0,1 ha
15.11.00	Desdobramento secundário de madeiras.	AU(3)<0,3 ha
15.31.00	Fabricação de chapas e placas de madeira aglomerada, prensada ou compensada, revestida ou não com material plástico, com ou sem cogeração de energia elétrica.	AU(3)<0,1 ha

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

8

15.55.00	Fabricação de molduras, esquadrias e casas pré-fabricadas.	AE(1)<3.000 m <sup>2</sup>
16.10.00	Fabricação de móveis de madeira, vime e junco.	AU(3)<0,2 ha
16.20.00	Fabricação de móveis de metal ou com predominância de metal, revestidos ou não com lâminas plásticas - inclusive estofados.	AU(3)<0,2 ha
16.50.00	Fabricação e acabamento de artigos diversos do mobiliário.	AU(3)<0,2 ha
17.40.00	Fabricação de artefatos de papelão, cartolina e cartão, não associada à produção de papelão, cartolina e cartão, com geração de resíduos perigosos ou com geração de efluentes líquidos industriais ou com emissões atmosféricas.	AU(3)<0,1 ha
17.60.00	Fabricação de artigos diversos de fibra prensada ou isolante - inclusive peças e acessórios para máquinas e veículos.	AU(3)<0,5 ha
18.10.00	Beneficiamento de borracha natural.	AU(3)<0,1 ha
18.20.00	Fabricação e condicionamento de pneumáticos e câmaras-de-ar e fabricação de material para condicionamento de pneumáticos.	AU(3)<0,1 ha
18.50.00	- Fabricação de artefatos de borracha (peças e acessórios para veículos, máquinas, aparelhos, correias, canos, tubos, artigos para uso doméstico, galochas e botas) exceto artigos de vestuário.	AU(3)<0,1 ha
19.90.00	Fabricação de calçados e ou outros artigos de couros e peles.	AU(3)<0,1 ha
20.81.00	Fabricação de sabão, detergentes, desinfetantes, glicerina, preparados para limpeza e velas.	AU(3)<0,1 ha
20.85.00	Fabricação de produtos de perfumaria e cosmético.	AU(3)<0,1 ha
23.21.00	Fabricação de artigos de material plástico.	AU(3)<0,5 ha
23.22.00	Fabricação de flocos e grãos (pellets) de material plástico.	AU(3)<0,1 ha
24.11.00	Fiação ou tecelagem de fibras têxteis vegetais.	AU(3)<0,1 ha
24.12.00	Fiação ou tecelagem de fibras têxteis artificiais e sintéticas.	AU(3)<0,3 ha
24.13.00	Fiação ou tecelagem de materiais têxteis de origem animal.	AU(3)<0,3 ha
26.00.00	Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares.	AU(3)<0,1 ha
26.43.00	Refinação e preparação de óleos e gorduras vegetais, produção de manteiga de cacau e gorduras de origem animal destinadas à alimentação.	AU(3)<0,05 ha

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

9

26.50.01	Industrialização de produtos de origem animal, inclusive cola.	AU(3)<0,1 ha
26.50.02	Industrialização de produtos de origem vegetal.	AU(3)<0,2 ha
26.70.00	Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios.	AU(3)<0,05 ha
26.70.10	Resfriamento e distribuição de leite.	AU(3)<0,1 ha
26.91.00	Fabricação de sorvetes.	AU(3)<0,2 ha
26.92.00	Fabricação de fermentos e leveduras.	AU(3)<0,1 ha
26.95.00	Fabricação de rações balanceadas para animais, por meio da mistura de produtos de origem vegetal e rações industrializadas.	AU(3)<0,02 ha
27.10.00	Fabricação e engarrafamento de vinhos.	AU(3)<0,1 ha
27.20.00	Fabricação e engarrafamento de aguardentes, licores e outras bebidas alcoólica.	AU(3)<0,1 ha
27.40.00	Fabricação de bebidas não alcoólicas – exceto engarrafamento e gaseificação de águas minerais em embalagem pet.	AU(3)<0,1 ha
27.40.10	Fabricação e engarrafamento de cervejas, chopes, inclusive maltes.	AU(3)<0,1 ha
28.10.00	Preparação de fumo, fabricação de cigarros, charutos e cigarrilhas e outras atividades de elaboração do tabaco, não especificadas ou não classificadas.	AU(3)<0,1 ha
29.10.00	Atividades da indústria editorial e gráfica com geração de resíduos perigosos ou com geração de efluentes líquidos ou com emissões atmosféricas.	AU(3)<0,1 ha
30.40.00	Fabricação de abrasivos.	AU(3)<0,1 ha
30.80.00	Fabricação de fraldas descartáveis e absorventes higiênicos.	AU(3)<0,1 ha
30.90.00	Fabricação de calçados de qualquer material, exceto em couro.	AU(3)<0,02 ha
30.90.10	Fabricação de partes de calçado de qualquer material, exceto em couro.	AU(3)<0,01 ha
33.13.00	Reservatórios artificiais para usos múltiplos que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.	AI<3 ha
33.13.05	Canais de irrigação.	L<0,5 Km
33.13.19	Estrutura de Apoio Náutico - EAN I - Trapiche, Pier, Atracadouro, Rampa de lançamento de embarcações e Plataforma de Pesca.	AE(1)<=100 m²

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

10

33.13.20	Estrutura de Apoio Náutico - EAN II - Garagem Náutica ou Marina.	AU(2)<150 m²
30.20.01	Desassoreamento mecanizado de cursos d'água, exceto por draga.	L<1 km
33.30.00	Macro drenagem.	ABH<100ha
34.11.02	Produção de energia eólica, exceto se com mini geração de energia distribuída.	P<0,1 MW
34.12.00	Linhas e redes de transmissão de energia elétrica.	V<69 kV
34.31.11	Sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários.	Q<1,5 l/s
34.41.15	Unidade de compostagem de resíduos sólidos urbanos segregados na fonte.	QT<=0,5 ton/dia
34.41.16	Central de triagem de resíduos sólidos urbanos oriundos de coleta seletiva.	QT<=1 ton/dia
34.41.17	Unidade de biodigestão anaeróbica de resíduos.	QT<=0,5 ton/dia
42.32.20	Instalações aéreas de tancagem autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos e gasosos.	VT<=15 m³
43.30.00	Comércio atacadista com depósitos de combustíveis e lubrificantes, de origem vegetal e mineral.	AE(2)<1.000 m²
47.84.00	Terminal rodoviário de carga.	AU(3)<0,5 ha
56.20.00	Hospitais para animais e Centro de Zoonoses com alojamento de animais.	AU(3)<0,05 ha
71.11.01	a) Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	NH<10
71.11.02	Atividades de hotelaria localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor ou Lei de Ordenamento Territorial; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	NL<50
71.11.03	a) Condomínio em áreas rurais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor ou Lei de Ordenamento Territorial que regulem a ocupação e uso do solo rural; b) não exista sistema de coleta de lixo na área objeto da atividade; c) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	AU(7)<=2 ha

Rua Alcides Zanin, 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

11

71.11.06	Condomínios comerciais horizontais ou verticais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	AE(1)<2.000 m <sup>2</sup>
71.11.07	Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços) localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	AE(1)<2.000 m <sup>2</sup>
71.60.08	Armazenamento temporário de eletroeletrônicos e eletrodomésticos pós-consumo.	AU(3)<0,03 ha
71.70.10	Complexos turístico e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos.	AU(3)<3 ha

*\*A presente lista será atualizada automaticamente com as alterações da Resolução CONSEMA/SC nº 99/2017.*

### SIGLAS E ABREVIATURAS

ABH = Área de Contribuição da Bacia Hidrográfica (ha)  
 AE(1) = área edificada: somatório das áreas ocupadas pelas edificações existentes dentro da área útil do empreendimento (m<sup>2</sup>).  
 AE(2)= área edificada : somatório das áreas ocupadas pelas edificações existentes dentro da área útil do empreendimento destinadas exclusivamente para depósito de produtos (m<sup>2</sup>).  
 AI = área inundada (ha)  
 AU(1) = área útil titulada pelo DNPM (ha)  
 AU(2) = área total utilizada pelo empreendimento em terra ou sobre a água, construída ou não, incluindo a área de dársenas e vagas molhadas (m<sup>2</sup>)  
 AU(3) = área útil geral(ha)  
 AU(4) = área útil para atividades agrícolas, para projeto agropecuário irrigado com infraestrutura coletiva (ha).  
 AU(5) = área útil para Parque Aquícola(ha).  
 AU(6) = área útil para pilhas de rejeito e de estéril em mineração(ha).  
 AU(7) = área total para parcelamento de solo urbano(ha).  
 CN = capacidade nominal do equipamento (t/h)  
 CP = capacidade de produção  
 CmedA = capacidade média de abate/dia  
 CmaxC = capacidade máxima de cabeças  
 CmaxM = capacidade máxima de matrizes  
 FR = faixa de rádio frequência (kHz)  
 L = comprimento (km)  
 L(1) = comprimento do curso d'água que será retificado (km)  
 MP = matéria prima (t/safra)  
 NH = número de unidades habitacionais  
 NL = número de leitos NV = número de veículos  
 P = potência instalada (MW)  
 PA = produção anual de ROM (m3/ano)

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

12

Pax = número de passageiros por ano (embarcados e desembarcados)  
PM = produção mensal de ROM (m<sup>3</sup>/mês)  
PM(2) = produção mensal (m<sup>2</sup>/mês)  
Q = vazão máxima prevista (l/s)  
Q(1) = vazão de bombeamento (m<sup>3</sup>/h)  
Q(2) = vazão média ao final do plano (l/s)  
QL = quantidade mensal de lâmpadas recebidas  
QP = vazão de projeto em m<sup>3</sup>/s, para tempo de recorrência de 50 anos  
QT = quantidade de resíduos (t/dia)  
V = tensão (kV)  
VD = volume dragado (m<sup>3</sup>)  
VS = volume de sedimento (m<sup>3</sup>)  
VT = volume do tanque (m<sup>3</sup>)  
VUF = volume do útil do forno (m<sup>3</sup>)

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

13

### CAPÍTULO 2 MODELO DE REQUERIMENTO

Ao Município de Paraíso/SC em parceria técnico-jurídica com o Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER Ambiental

O(A) requerente abaixo identificado(a) solicita ao Município de **Paraíso/SC** em parceria técnico-jurídica com o Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER Ambiental, análise dos documentos, anexos, com vistas a **Certidão de conformidade ambiental** do empreendimento/atividade abaixo qualificado:

<b>Dados Pessoais do(a) Requerente</b>										
RAZÃO										
CNPJ/CPF:			E-MAIL:							
<b>Endereço do(a) Requerente</b>										
CEP:					LOGRADOURO:					
COMPLEMENTO:							BAIRRO:			
MUNICÍPIO:					UF:		DDD:		TELEFONE:	
<b>Dados do Empreendimento</b>										
RAZÃO										
CNPJ/CPF:										
<b>Endereço do Empreendimento</b>										
CEP:					LOGRADOURO:					
COMPLEMENTO:							BAIRRO:			
MUNICÍPIO:					UF:		TELEFONE:			
<b>Dados de confirmação das coordenadas geográficas (latitude/longitude) ou planas (UTM) no sistema de projeção (DATUM) SIRGAS2000, de um ponto no local de intervenção do empreendimento.</b>										
LOCALIZAÇÃO:		Latitude	g:	m:	s:	Longitude(W)		g:	m:	s:
COORDENADAS						COORDENADAS				

#### Assinatura

Nestes termos, pede deferimento.

Local e data \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

NOME/ASSINATURA DO(A) \_\_\_\_\_  
REQUERENTE:

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

14

### CAPÍTULO 3

#### MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante abaixo qualificado(a), nomeia e constitui seu bastante procurador(a) o(a) outorgado(a) abaixo qualificado(a) para representá-lo(a) junto ao Município de **Paraíso/SC** em parceria técnico-jurídica com o Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER Ambiental no processo de **Certidão de conformidade ambiental** do empreendimento/atividade abaixo qualificado.

<b>Dados do(a) Outorgante</b>									
Razão Social/Nome:				Nacionalidade:					
Estado Civil:		Profissão:		Cargo:					
Empresa:			Cnpj/Cpf:						
<b>Endereço do(a) outorgante</b>									
Cep:		Logradouro:							
Complemento:			Bairro:						
Município:						Uf:			
<b>Dados do(a) Outorgado(a)</b>									
Razão Social/Nome:				Nacionalidade:					
Estado Civil:		Profissão:		Cargo:					
Rg:			Cnpj/Cpf:						
<b>Endereço do(a) Outorgado(a)</b>									
Cep:		Logradouro:							
Complemento:			Bairro:						
Município:						Uf:			
<b>Dados da Área do Empreendimento/Atividade</b>									
Empreendimento/Atividade:									
Cep:		Logradouro:							
Bairro:			Município:			Uf:		Sc	
<b>Assinaturas</b>									
Local e Data:									
Outorgante					Outorgado(a)				

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

15

### CAPÍTULO 4

#### FORMULÁRIO PARA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

<b>*1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO</b>			
Razão social:			
Nome fantasia:			
Inscrição municipal:		CNPJ:	
Endereço da unidade a ser licenciada:			
CEP:		Município:	
Bairro:		Distrito:	
Pessoa para contato (empresa):			Telefone:
E-mail:			

<b>2. INFORMAÇÕES SOBRE O IMÓVEL</b>			
*Área do terreno: .....m <sup>2</sup>		*Área construída utilizada pela atividade: .....m <sup>2</sup>	
*Área útil da atividade ao ar livre: .....m <sup>2</sup>		*Área útil total: .....m <sup>2</sup>	
Característica da construção:    ( ) alvenaria                      ( ) madeira                      ( ) misto			
Ano da construção: .....		Ampliação:    ( ) sim    ( ) não    Ano da ampliação: .....	
Recursos hídricos:    ( ) sim                      ( ) não                      ( ) Possui nos terrenos extremantes:			
Tipo do recurso hídrico:    ( ) rio                      ( ) ribeirão                      ( ) lagoa                      ( ) outros			
Distância recurso hídrico: ..... m		Faixa ANEA ou APP: ( ) .....m curso d'água ( ) ..... m nascente	
Cobertura vegetal: ( ) sim    ( ) não		Tipo de vegetação:	
Área do terreno com vegetação arbórea: ..... m <sup>2</sup>		Observações:	

<b>3. INFORMAÇÕES SOBRE A VIZINHANÇA</b>	
Direita: ..... Distância aprox.: ..... m	Esquerda: ..... Distância aprox.: ..... m
Frente: ..... Distância aprox.: ..... m	Fundos: ..... Distância aprox.: ..... m

<b>*4. PRINCIPAL(IS) ATIVIDADE(S) DO EMPREENDIMENTO</b>	
<b>CÓDIGO ATIVIDADE:</b>	<b>(CONSEMA 99/17)</b>

<b>5. INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE</b>			
<b>5.1. Regime de Funcionamento</b>			
Data início das atividades: ..... / ..... / .....		Dias de funcionamento da semana:	
Horário de funcionamento: .....		Horas/dia: .....	
<b>5.2. Número de Funcionários</b>			
Administração: .....	Produção: .....	Outros: .....	<b>TOTAL: .....</b>

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

16

### 6. FONTE(S) DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA

( ) Concessionária pública: ..... Consumo de energia: ..... kwh/mês

( ) Outra: ..... Consumo mensal .....

### 7. FONTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

( ) Rede Pública: ..... m<sup>3</sup>/mês ( ) Poço Artesiano: ..... m<sup>3</sup>/mês

( ) Nascente: ..... m<sup>3</sup>/mês ( ) Rio/Ribeirão. Nome.....: ..... m<sup>3</sup>/mês

( ) Água de chuva reservada: ..... m<sup>3</sup>/mês V<sub>reservatorio</sub> ..... m<sup>3</sup> | ( ) água de reuso: ..... m<sup>3</sup>/mês

( ) Outras: ..... **TOTAL:** ..... m<sup>3</sup>/mês

### \* 8. FINALIDADES DO USO DA ÁGUA

( ) Sanitários: ..... m<sup>3</sup>/mês ( ) Incorporada ao produto ..... m<sup>3</sup>/mês

( ) Processo industrial: ..... m<sup>3</sup>/mês ( ) Lavagem de equipamentos: ..... m<sup>3</sup>/mês

( ) Lavagem de pisos: ..... m<sup>3</sup>/mês ( ) Lavagem de veículos ..... m<sup>3</sup>/mês

( ) Refeitório: ..... m<sup>3</sup>/mês ( ) Água de reposição: ..... m<sup>3</sup>/mês

( ) Caldeira: ..... m<sup>3</sup>/mês ( ) Outro: .....

**TOTAL:** ..... m<sup>3</sup>/mês

### \* 9. INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO PRODUTIVO DESENVOLVIDO

#### 9.1. Principais Produtos Fabricados ( ) Não Se Aplica

<i>Produtos finais</i>	<i>Quantidade/mês</i>	<i>Forma de acondicionamento</i>	<i>Forma de armazenamento</i>

#### 9.2. Atividades e Serviços Inerentes

<i>Atividade/Serviço</i>	<i>Itens fabricados, preparados ou consertados</i>	<i>Quant/mês</i>	<i>Und</i>

#### 9.3. Principais Matérias-Prima e Insumos

<i>Matérias-prima /insumos</i>	<i>Quant/mês</i>	<i>Forma de acondicionamento</i>	<i>Forma de armazenamento</i>

#### 9.4. Equipamentos Utilizados/Máquinas ( ) Não Se Aplica

<i>Equipamentos</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Tipo</i>	<i>Capacidade</i>	<i>Potência</i>

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

17


### 10. INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADES TERCEIRIZADAS

<i>Empresa Prestadora do Serviço</i>	<i>Nº Licença Ambiental</i>	<i>Serviços prestados</i>	<i>Quant/Mês</i>

### \*11. INFORMAÇÕES SOBRE OS EFLUENTES LÍQUIDOS

#### 11.1. Efluentes líquidos gerados

( ) Esgoto sanitário: ..... m <sup>3</sup> /mês	( ) Refeitório: ..... m <sup>3</sup> /mês
( ) Efluentes industriais: ..... m <sup>3</sup> /mês	( ) Lavagem de equipamentos: ..... m <sup>3</sup> /mês
( ) Lavagem de veículos: ..... m <sup>3</sup> /mês	( ) Outro: ..... m <sup>3</sup> /mês
( ) Lavagem de pisos: ..... m <sup>3</sup> /mês	( ) <b>TOTAL:</b> ..... m <sup>3</sup> /mês

#### 11.2. Sistema de tratamento para os efluentes sanitários

( ) Fossa séptica e sumidouro V <sub>fossa</sub> = ..... m <sup>3</sup>	( ) Fossa séptica filtro anaeróbio e sumidouro V <sub>fossa</sub> = ..... m <sup>3</sup> V <sub>filtro</sub> = ..... m <sup>3</sup>
( ) Fossa séptica e filtro anaeróbio V <sub>fossa</sub> = ..... m <sup>3</sup> V <sub>filtro</sub> = ..... m <sup>3</sup>	( ) Concessionária Pública
( ) Tratamento conjunto com efluentes Industriais	( ) Outro: .....

#### 11.3. Sistema de tratamento de efluentes industriais ( ) Não Se Aplica

( ) Físico	( ) Físico-químico	( ) Biológico	( ) Terceirizado Local: .....
------------	--------------------	---------------	-------------------------------

#### 11.4. Local de lançamento dos efluentes tratados (industriais e sanitários)

( ) Rio/Ribeirão	( ) Córrego	( ) Rede pública canalizada	( ) Outra: .....
------------------	-------------	-----------------------------	------------------

#### 11.5. Volume dos efluentes tratados e volume reutilizado, exceto sanitário

( ) Volume total tratado: ..... m <sup>3</sup>	Reutiliza o efluente tratado?: ( ) sim ( ) Não Volume reutilizado: ..... m <sup>3</sup>
--	---

### \*12. EQUIPAMENTOS/PONTOS GERADORES DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

<i>Equipamento / Ponto</i>	<i>Combustível</i>		<i>Caracterização do Poluente</i>	<i>Equipamento de Controle Ambiental</i>
	<i>Tipo</i>	<i>Volume</i>		

### 13. FONTES GERADORAS DE RUÍDOS OU VIBRAÇÕES

<i>Fonte geradora</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Controle Ambiental</i>

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

18

--	--	--

### \*14. RESÍDUOS SÓLIDOS (INCLUSIVE RECICLÁVEIS)

<i>Resíduo</i>	<i>Local de origem</i>	<i>Quant/mês</i>	<i>Acondicionamento e armazenagem</i>	<i>Período de armazenagem</i>

### 15. RESÍDUOS OLEOSOS USADOS OU CONTAMINADOS (INCLUSIVE RECICLÁVEIS)

<i>Resíduo</i>	<i>Local de origem</i>	<i>Quant/mês</i>	<i>Acondicionamento e armazenagem</i>	<i>Período de armazenagem</i>

### \*16. TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS

<i>Tipo resíduo</i>	<i>Transportador (Nome, CPF/CNPJ e LO)</i>	<i>Local de destino final (Nome, CPF/CNPJ e LO)</i>

### 17. RESÍDUOS REUTILIZADOS PELA PRÓPRIA EMPRESA

<i>Tipo resíduo</i>	<i>Quantidade/mês (unidade)</i>	<i>Forma de reuso</i>

### \*18. FLUXOGRAMA DA ATIVIDADE

### \*RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES

Nome: ..... Formação profissional: .....

Registro do Profissional: ..... Assinatura: .....

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

19

(junto a entidade de classe):

ART Nº .....

### \*DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

#### (ADMINISTRADOR OU RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA)

Eu, ....., declaro, sob as penas da Lei, a veracidade das informações prestadas neste documento.

Assinatura: ..... Carimbo da empresa: .....

\*xxxxxxx, .....de.....de.....

Legenda:

\* **Indispensável o preenchimento, é base para o licenciamento ambiental**

### CAPÍTULO 5

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

O(a) declarante, abaixo identificado(a) em conformidade com o disposto na Resolução CONSEMA nº 98/17 e Resolução CONSEMA nº 99/17 e ciente das aplicações relativas à legislação administrativa, civil e penal, declara para fins de comprovação junto ao Município de Paraíso/SC em parceria técnico-jurídica com o Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER Ambiental que o empreendimento abaixo descrito está localizado de acordo com a legislação ambiental e florestal vigente, não está situado em área de preservação permanente, tratando de forma adequada seus efluentes líquidos e resíduos sólidos e que o imóvel, quando localizado em área rural, possui Reserva Legal.

#### Identificação do(a) Responsável Técnico(a)

NOME:			
CGC/CPF:		FORMAÇÃO:	
Nº. REG. CONSELHO:			
Nº. da Anotação de Responsabilidade Técnica ou Função Técnica:			
Data de Emissão:	Data de Validade:		

#### Identificação do empreendedor

NOME/RAZÃO SOCIAL:	
--------------------	--

#### Dados do empreendimento/atividade

NOME/RAZÃO SOCIAL:			
LOGRADOURO:			
NÚMERO:		COMPLEMENTO:	
BAIRRO:			
CEP:		MUNICÍPIO:	
UF:			

Rua Alcides Zanin, 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

20

**Coordenadas geográficas (latitude/longitude) ou planas (UTM) no sistema de projeção (DATUM) SIRGAS2000**

LOCALIZAÇÃO:	Lati	g:	m:	s:	Longitude(W	g:	m:	s:
--------------	------	----	----	----	-------------	----	----	----

COORDENADA UTM x:		COORDENADAS UTM y:	
----------------------	--	-----------------------	--

Esta declaração tem validade de  anos, contados a partir da data de sua emissão e deve ser renovada previamente ao seu vencimento.

### ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PORTE

Validade: \_\_\_\_\_

Obs.: Vinculada ao prazo máximo de vigência da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) expedida pelo Conselho Regional de Classe do Profissional.

Local e data	
--------------	--

Nome/Assinatura do(a) Responsável Técnico(a)	.....
--	-------

### CAPÍTULO 6

#### ENDEREÇO DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER

--

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraiso.sc.gov.br](http://www.paraiso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

21

### ANEXO II DO PROCEDIMENTO PARA DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE

#### Sumário

1	Objetivo.....	27
2	Instrumentos do Processo de Controle Ambiental.....	28
3	Documentação Necessária .....	28
	Capítulo 1 – Modelo de Requerimento .....	29
	Capítulo 2 – Modelo de Procuração.....	30
	Capítulo 3 – Formulário para Declaração de Atividade Não Constante.....	32
	Capítulo 4 – Endereço do Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER .....	37

#### 1 Objetivo

Definir a documentação necessária para solicitação de Declaração de Atividades Não Constantes da Listagem de Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, na forma da Resolução CONSEMA nº. 98/17; Resolução CONSEMA nº. 99/17 e no âmbito das competências outorgadas pelas Resolução CONSEMA nº 100, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p.15; Resolução CONSEMA nº 101, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p.15; Resolução CONSEMA nº 102, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p.15; Resolução CONSEMA nº 103, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 104, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 105, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 106, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 107, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 111, de 04 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.615, veiculada em 13/09/2017, página 5.

#### 2 Instrumentos do Processo de Controle Ambiental

- Declaração de Atividade não Constante: Com prazo de validade de no máximo 1 (um) ano, certifica atividades não constantes da listagem para licenciamento ambiental (Resolução CONSEMA nº. 98/17, art.17, I).

#### 3 Documentação Necessária

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

22

- a. Requerimento de Atividade Não Constante devidamente preenchido e assinado;
- b. Formulário de Caracterização de Atividade Não Constante devidamente preenchido e assinado;
- c. Procuração para representação do interessado, instruída com cópia da cédula de identidade e CPF do interessado e do procurador. Conforme modelo do Capítulo 2 do Anexo II;
- d. Registro Geral - RG e Cadastro de Pessoa Física - CPF, ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e contrato social;
- e. Declaração de inexistência de embargos e outros gravames na área objeto da atividade e/ou de inexistência de trâmite simultâneo de processo de licenciamento ambiental em outro órgão. Disponível no sítio eletrônico do CONDER em [www.CONDER.sc.gov.br](http://www.CONDER.sc.gov.br).
- f. Comprovação da destinação final adequada dos efluentes líquidos (tratamento) e resíduos sólidos;
- g. Laudo hidrossanitário emitido pelo município e comprovante de limpeza (realizada há no máximo um ano) do sistema de tratamento de efluentes sanitários realizado por empresa ambientalmente licenciada;
- h. Outros estudos, informações ou documentos complementares que a equipe técnica ambiental entender necessárias.
- i. Comprovante de pagamento das taxas respectivas;
- j. Apresentar documentação em meio físico e digital.

### CAPÍTULO 1

#### MODELO DE REQUERIMENTO

Ao Município de ..... em parceria técnico-jurídica com Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER Ambiental

O(a) requerente abaixo identificado solicita ao Município de ..... em parceria técnico-jurídico com o Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER Ambiental, **DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE** com base nas informações e documentos fornecidos, sob os quais o requerente assume total responsabilidade.

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

##### 1.1. Empreendedor/Requerente

RAZÃO SOCIAL/NOME:		
CNPJ/CPF:	DDD e TELEFONE:	
ENDEREÇO/LOGRADOURO:		E-MAIL:
CEP:	BAIRRO:	MUNICÍPIO:

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

23

### 1.2. Empreendimento/Imóvel

ENDEREÇO/LOGRADRO:		
CEP:	BAIRRO:	MUNICÍPIO:

### 2. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE REALIZADA:

### 3. ASSINATURA

Nestes termos, pede deferimento.

....., \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO(A) REQUERENTE

## CAPÍTULO 2

### MODELO DE PROCURAÇÃO

#### PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular o(a) outorgante abaixo qualificado(a), nomeia e constitui seu bastante procurador(a) para representá-lo(a) junto ao Município de ..... em parceria técnico-jurídica com o Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER no processo de:

( ) Obtenção de licença ambiental      ou      ( ) Renovação de licença ambiental

#### Tipo de licença:

( ) Prévia

( ) AuA – Autorização ambiental

( ) Instalação

( ) Declaração de atividade não constante

( ) Operação

#### Dados do(a) Outorgante:

Razão social/Nome:

CNPJ/CPF:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Município:

CEP:

Bairro:

Estado:

#### Dados do Outorgado(a):

Razão social/Nome:

CNPJ/CPF:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

CEP:

Município:

Estado:

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraiso.sc.gov.br](http://www.paraiso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

24

**Dados do Empreendimento:**

Razão social/Empreendedor:

CNPJ/CPF:

Logradouro:

Complemento:

Bairro:

Município:

Número:

CEP:

Estado: Santa Catarina

Local e data: ....., ..... de ..... de .....

**Assinaturas:**.....  
Outorgante.....  
OutorgadoRua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

## Capítulo 3

### Formulário para Declaração de Atividade Não Constante

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Razão social:

Nome fantasia:

Inscrição municipal:

CNPJ:

Endereço da unidade a ser licenciada:

CEP:

Município:

Bairro:

Distrito:

Pessoa para contato (empresa):

Telefone:

E-mail:

#### 2. INFORMAÇÕES SOBRE O IMÓVEL

Área do terreno: .....m<sup>2</sup>Área útil total: .....m<sup>2</sup>

#### 3. PRINCIPAL(IS) ATIVIDADE(S) DA EMPRESA

#### 4. INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE

##### 4.1. Regime de Funcionamento

Data início das atividades: ..... / ..... / .....

Dias de funcionamento da semana: .....

Horário de funcionamento: .....

Horas/dia: .....

4.2. Número de Funcionários: Total: .....

#### 5. INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADES DA EMPRESA

##### 5.1. Principais Produtos Fabricados

<i>Produtos</i>	<i>Quant/mês</i>	<i>Forma de acondicionamento/armazenamento</i>

##### 5.2. Principais Matérias-Primas e Insumos

<i>Matérias-primas/insumos</i>	<i>Quant/mês</i>	<i>Forma de acondicionamento/armazenamento</i>

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: www.paraíso.sc.gov.br



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

<b>5.3. Principais Equipamentos Utilizados no Processo Produtivo</b>		
<i>Equipamentos</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Tipo</i>

<b>5.4. Principais Produtos Comercializados</b>		
<i>Produtos/Artigos</i>	<i>Quantidade/mês</i>	<i>Forma de acondicionamento/armazenamento</i>

<b>5.5. Principais Serviços Prestados</b>	
<i>Serviços Prestados</i>	<i>Quantidade/Mês</i>

<b>5.6. Outras Atividades</b>	

<b>6. INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADES TERCEIRIZADAS</b>			
<i>Empresa Prestadora de Serviço</i>	<i>Nº Licença Ambiental</i>	<i>Serviços prestados</i>	<i>Quantidade/Mês</i>

<b>7. INFORMAÇÕES SOBRE OS EFLUENTES LÍQUIDOS</b>	
<b>7.1. Efluentes líquidos gerados</b>	
( ) Esgoto sanitário: ..... m <sup>3</sup> /mês	( ) Refeitório: ..... m <sup>3</sup> /mês
( ) Outro: ..... m <sup>3</sup> /mês	
<b>7.2. Sistema de tratamento para os efluentes sanitários</b>	
( ) Fossa séptica e sumidouro V <sub>fossa</sub> = ..... m <sup>3</sup>	( ) Fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro V <sub>fossa</sub> = ..... m <sup>3</sup> V <sub>filtro</sub> = ..... m <sup>3</sup>

Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC

(    ) Fossa séptica e filtro anaeróbio $V_{\text{fossa}} = \dots\dots\dots \text{m}^3$ $V_{\text{filtro}} = \dots\dots\dots$ $\text{m}^3$	(    ) Concessionária Pública
(    ) Caixa de retenção de gorduras $V = \dots\dots\dots \text{m}^3$	(    ) Outro. ....
<b>7.3. Sistema de tratamento de efluentes gerados</b>	
(    ) Caixa separadora de óleo e areia $V = \dots\dots\dots \text{m}^3$	(    ) Outro. ....
<b>7.4. Local de lançamento dos efluentes tratados</b>	
(    ) Rio/Ribeirão/Córrego	(    ) Rede pluvial canalizada
(    ) Outro: .....	

### 8. RESÍDUOS SÓLIDOS (INCLUSIVE RECICLÁVEIS)

Resíduos	Local de origem	Quantidade /mês	Acondicionamento e armazenagem	Período de armazenagem

### RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES

Nome: .....

Assinatura: .....

### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE (ADMINISTRADOR OU RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA)

Eu, .....nome....., .....cargo....., declaro, sob as penas da Lei, a veracidade das informações prestadas neste documento.

Assinatura: ..... Carimbo da empresa: .....

xxxxxx, .....de.....de.....

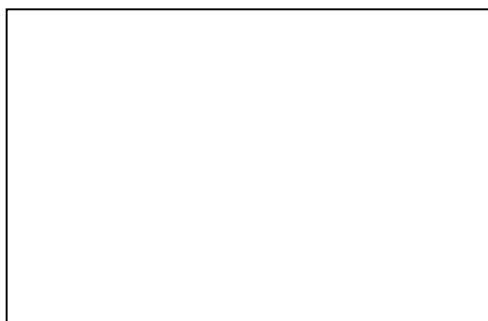
Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br)



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO - SC**

## **Capítulo 4**

### **Endereço do Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER**



Rua Alcides Zanin , 593 - Centro - Cep 89906-000 - Fone: (49) 36270077 - site: [www.paraizo.sc.gov.br](http://www.paraizo.sc.gov.br)

**DECRETO 2179/2019**

Publicação Nº 2215098

DECRETO Nº 2179/2019.

"Estabelece Ponto Facultativo e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal promulgada em 06 de novembro de 1993, no artigo 64, inciso XL, e demais disposições legais e:

Considerando que dia 31 de outubro é feriado municipal alusivo ao Dia da Reforma Protestante e que dia 28 de outubro é dia do Servidor Público, tendo possibilidade de prolongar o feriado continuamente,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todo território do Município de Paraíso, Estado de Santa Catarina, nos dias e horário abaixo estabelecido em função do dia do Funcionário Público bem como do feriado do dia de finados.

DIA 01/11/2019 – Sexta- Feira, o dia.

Art. 2º Os serviços emergenciais de saúde ao público, serão em regime de Plantão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paraíso/SC, 25 de Outubro de 2019.

Valdecir Antônio Casagrande  
Prefeito MunicipalEste Decreto foi registrado e  
Publicado na forma da Lei.  
Paraíso(SC), 25 de outubro de 2019.

Servidor Responsável

**DECRETO 2180/2019**

Publicação Nº 2215099

DECRETO Nº 2180/2019

Institui o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente -COMDEMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de 09 de novembro de 1993, e demais legislações em vigor, de conformidade com o art. 15 da Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017, Lei Complementar Municipal Nº 016/2019 e:

CONSIDERANDO-SE que a necessidade de estabelecer o a composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, eis que delegado por lei ao Poder Executivo Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, será composto por 08 (oito) membros, nomeados por ato do Prefeito Municipal, indicados pelas entidades a seguir:

I – Representantes Governamentais – Poder Executivo:

- a) Ademir Both – Servidor lotado na Secretaria Municipal de Agricultura
- b) Laercio Scheffer – Servidor lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

II - Representantes Governamentais – Poder Legislativo:

- a) Volnei Paulo Bortoncello – Câmara de Vereadores
- b) Andrei Sevald – Eng. Agrônoma da Epagri

II – Representantes Não Governamentais:

- a) Vilmar Zilki – Comunidade de Distrito de Grapia, Barra Grande, Rosário
- b) Alcides Pavan – Linha Três Passos e Entre Rios
- c) Ronei Antônio de Gasperin - Linha Limeira e Fundo União
- d) Valdecir Schommer – Linha Farroupilha

Art. 2º O CONDEMA em sua reunião de instalação elaborará seu Regimento Interno, que será homologado por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paraíso/SC, 30 de outubro de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
Prefeito Municipal



Certifico que este Decreto foi registrado e Publicado na forma da Lei.  
Paraíso (SC), 30 de outubro de 2019.

Servidor(a) Responsável

## DECRETO 2181/2019

Publicação Nº 2215101

DECRETO Nº 2181/2019

Nomeia membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente-COMDEMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de 09 de novembro de 1993, e demais legislações em vigor, de conformidade com o art. 15 da Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017, Lei Complementar Municipal Nº 016/2019 e Decreto Nº 2177/2019:

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados as pessoas abaixo descritas para comporem o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA:

I – Representantes Governamentais – Poder Executivo:

- a) Ademir Vichinieski – Servidor lotado na Secretaria Municipal de Agricultura
- b) Laercio Scheffer – Servidor lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

II - Representantes Governamentais – Poder Legislativo:

- a) Volnei Paulo Bortoncello – Câmara de Vereadores
- b) Andreia Sevald – Eng. Agrônoma da Epagri

II – Representantes Não Governamentais:

- a) Vilmar Zilki – Comunidade de Distrito de Grapia, Barra Grande, Rosário
- b) Alcides Pavan – Três Passos e Entre Rios
- c) Ronei Antônio de Gasperin - Limeira e Fundo União
- d) Valdecir Schommer - Farroupilha

Art. 2º Fica convocada a reunião de instalação do CONDEMA para o dia 05/11/2019 na sede da Prefeitura Municipal de Paraíso/SC a partir das 13:30hs.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Paraíso/SC, 30 de outubro de 2019.  
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e Publicado na forma da Lei.  
Paraíso (SC), 30 de outubro de 2019.

Servidor(a) Responsável

## PR 48/2019

Publicação Nº 2216111

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2019

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 19 de novembro de 2019, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COLHEDORAS DE FORRAGEM, NOVAS, A SEREM UTILIZADAS NOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (049 36270077), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município de Paraíso/SC, [www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br).

Paraíso/SC, 05 de novembro de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
PREFEITO MUNICIPAL.

**TP 13/2019**

Publicação Nº 2216180

MUNICIPIO DE PARAISO – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 13/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2019

O MUNICIPIO DE PARAISO leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 08:30 horas do dia 21 de novembro de 2019, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, situado à Rua Alcides Zanin nº. 593 – Centro – Paraíso/SC,

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE PEDRAS IRREGULARES NO TRECHO DA RUA ALCIDES OSCAR SCHMIDT, TRECHO DA RUA ALCIDES ZANIN, TRECHO DA RUA ATILIO GRANZOTO, TRECHO DA RUA JOÃO QUIRINO DOS SANTOS E TRECHO DA RUA DOS PINHEIROS, COM APROXIMADAMENTE 8.618,66M<sup>2</sup> E PASSEIOS NO TRECHO DA RUA DOS PINHEIROS EM TORNO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC COM APROXIMADAMENTE 1.831,21M.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Compras e Licitações, sito a Rua Alcides Zanin, 593, Paraíso – SC, pelo telefone (49) 36270077, de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

O edital estará disponível no site do município de Paraíso/SC,

[www.paraíso.sc.gov.br](http://www.paraíso.sc.gov.br).

Paraíso/SC, 05 de novembro de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL.

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2019

Publicação Nº 2215928

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES  
AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2019

O Município de Passo de Torres/SC, torna público a abertura do Credenciamento nº. 01/2019, que tem como objeto o credenciamento de interessados para módulos à beira mar de vendas de lanches e bebidas nas praias do município de Passo de Torres, para a temporada de 2019/2020. O Edital estará disponível no site [www.passodetorres.sc.gov.br](http://www.passodetorres.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitação, localizado na Rua Beira Rio, nº 20, Centro, Passo de Torres/SC. As inscrições deverão ser realizadas junto ao Departamento de Licitação, de 06 de novembro a 06 de dezembro de 2019. O julgamento e resultado será divulgado no dia 09 de dezembro de 2019. O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira ou pelo fone: (48) 3548-0035.

JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

### AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2019

Publicação Nº 2215932

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES  
AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2019

O Município de Passo de Torres/SC, torna público a abertura do Credenciamento nº. 02/2019, que tem como objeto o credenciamento de interessados para comércio ambulante e atividades econômicas temporárias no município de Passo de Torres, para a temporada de 2019/2020. O Edital estará disponível no site [www.passodetorres.sc.gov.br](http://www.passodetorres.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitação, localizado na Rua Beira Rio, nº 20, Centro, Passo de Torres/SC. As inscrições deverão ser realizadas junto ao Departamento de Licitação, de 06 de novembro a 06 de dezembro de 2019. O julgamento e resultado será divulgado no dia 09 de dezembro de 2019. O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira ou pelo fone: (48) 3548-0035.

JONAS GOMES DE SOUZA  
Prefeito Municipal

# Passos Maia

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 429, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215844

PORTARIA Nº 429, de 1º de novembro de 2019.

“EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR o servidor EDSON SALVADEGO, matrícula nº 10543, ocupante do Cargo Provimento em Comissão de Secretário Executivo, Código SEX-2, lotando-o no Órgão Gabinete do Prefeito, a partir do dia 1º de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de novembro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

### PORTARIA Nº 430, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215846

PORTARIA Nº 430, de 1º de novembro de 2019.

“CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito do servidor à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, da servidora ELIZABETE ALVES PADILHA DA SILVA, matrícula nº 10395, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Símbolo SG-13, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 17/08/2018 a 17/08/2019, para serem convertidas na competência de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 1º de novembro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 431, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215848

PORTARIA Nº 431, de 04 de novembro de 2019.

**"NOMEIA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 47, da Lei Complementar nº 018, de 03 de agosto de 2005,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR o Senhor EDSON SALVADEGO, para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal da Saúde, lotando-o na Secretaria Municipal da Saúde, a partir do dia 04 de novembro de 2019.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo público, o servidor ora nomeado fará jus ao subsídio fixado no art. 1º da Lei Municipal nº 776, de 27 de junho de 2016.

Art. 2º A presente Portaria terá vigência da data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 04 de novembro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 432, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215850

PORTARIA Nº 432, de 04 de novembro de 2019.

**"CONCEDE FÉRIAS, CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor ENIO JOSE GIRARDI, matrícula n. 10647, ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Desenvolvimento Urbano, Código DDU-24, lotado na Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, sendo 15 (quinze) dias referentes ao período aquisitivo de 01/09/2017 a 31/08/2018, e 15 (quinze) dias referentes ao período aquisitivo de 01/09/2018 a 31/08/2019, para serem gozadas no período de 04/11/2019 a 03/12/2019.

Art. 2º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do Art. 72, § 3º, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor ENIO JOSE GIRARDI, referente ao período aquisitivo de 01/09/2018 a 31/08/2019, para serem convertidas na competência de novembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 04 de novembro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 020/2019**

Publicação Nº 2216002

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 020/2019

"CONCEDE LICENÇA E CONVOCA SUPLENTE QUE ESPECÍFICA"

CRISTI CEZAR LEMES DE ROSA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, do Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições conferidas pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa, DECRETA:

Art. 1º Conceder licença a vereadora eleita pelo PSD, a senhora LUCIA MICHELON THOMAZZONI, pelo período de trinta (30) dias a contar de 1º de novembro a 30 de novembro de 2019, para tratar de assuntos particulares, amparado conforme, artigo nº 269, inciso III, do regimento interno desta Casa Legislativa.

Art. 2º Convoca para assumir pelo mesmo período, o suplente de vereador, eleito pelo PSB o senhor WILMAR DE REZENDE.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Passos Maia/SC, 04 de novembro de 2019.

CRISTI CEZAR LEMES DE ROSA

Presidente

Certifico que o presente Decreto Legislativo foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI

Secretário Executivo

**Paulo Lopes****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - TP Nº 09/2019 - PL Nº 60/2019**

Publicação Nº 2216085

AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2019

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade Tomada de Preço, do tipo Menor preço global. Objeto: Contratação por empreitada global, para a Revitalização das ruas Florianópolis e Santa Catarina, localizadas no bairro Centro, no município de Paulo Lopes/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e demais anexos do edital. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 – “DOCUMENTAÇÃO” e nº. 2 – “PROPOSTA” deverão ser protocolados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, 130, centro, Paulo Lopes/SC, até as 09h55min do dia 19/11/2019. A sessão se dará no mesmo dia a partir das 10h00min, no endereço acima especificado. O edital encontra-se a disposição dos interessados no site <http://www.paulolopes.sc.gov.br>.

Paulo Lopes, 30 de outubro de 2019.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

# Penha

## PREFEITURA

ATA 058/2019 FMEDUC

Publicação Nº 2215347

**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPALPREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2019 - FMEDUC**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019 - FMEDUC**  
**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2019**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE ALIMENTOS PARA OS EVENTOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA, TREINAMENTOS E PALESTRAS.**

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE PENHA-SC**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Rua Prefeito José João Batista, nº 115, inscrita no CNPJ sob nº 30.747.548/0001-60, neste ato representado por sua Gestora Sra. **SUSELLI B. ANACLETO BATISTA**, portadora do CPF de nº 004.941.099-71, residente e domiciliado na cidade de Penha/SC, doravante denominada **CONTRATANTE** e a Empresa **EDSON DO NASCIMENTO O PADEIRO**, estabelecida à AV. Pref. Eugênio Krause, nº 3780, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.046.044/0001-13, telefone (47) 3363-7812, representada, neste ato pelo Sr. Edson do Nascimento, CPF sob o nº 952.946.609-97, Cargo/Função Proprietário, doravante denominados **"FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO"**, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S)**, conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº .../2019-FMEDUC para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços** para a futura aquisição de alimentos para os eventos de Formação Continuada, Treinamentos e Palestras dos Professores e Monitores das Unidades Escolares e Centros de Educação infantil de Penha/SC, conforme solicitação nº 129/2019 do Fundo Municipal de Educação, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores dos produtos encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	DESCRIPTIVO	TIPO DE UNIDADE	MARCA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	Suco sabores diversos - acondicionado em caixas de aproximadamente 1 litro. Ingredientes: água, açúcar e suco concentrado (sabores diversos), acidulante: ácido cítrico; aromatizante: aroma natural (da fruta) e antioxidante; ácido ascórbico. Não contem glúten.	CX	PURITY	400	R\$ 4,55	R\$ 1.820,00





**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

2	Refrigerante sabor guaraná e/ou cola - acondicionado em garrafas plásticas de no mínimo 2 litros. Contendo aromatizantes. Não contem glúten. Ingredientes: água gaseificada, açúcar, (sabores diversos), corantes, acidulantes, aroma natural.	UN	COCA-COLA	225	R\$ 6,85	R\$ 1.541,25
3	Cuca sabores diversos - com aproximadamente 400 gr. Ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido de milho, ovos, urucum, fermento, entre outros. Acondicionado em embalagem plástica redonda, resistente.	UN	O PADEIRO	350	R\$ 5,45	R\$ 2.226,00
4	Bolo simples tipo (inglês) - com aproximadamente 400 gr. Ingredientes: farinha de trigo c/ ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido de milho, bicarbonato de sódio, aroma artificial de baunilha, fosfato ácido de alumínio, entre outros. Acondicionado em embalagem plástica redonda, resistente.	UN	O PADEIRO	350	R\$ 6,36	R\$ 2.226,00
5	Pão de leite rico em cálcio fatiado - ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, sal, glúten, fosfato tricalcio, leite em pó integral, farinha de soja, emulsificante lecitina de soja, conservador propionato de cálcio e acidulante ácido láctico. Contem glúten. Acondicionado em embalagem plástica de aproximadamente 500gr.	UN	O PADEIRO	250	R\$ 4,54	R\$ 1.135,00
6	Queijo tipo muzzarella, fatiado e inter folhado - peso aproximado de 200gr, acondicionado em embalagem plástica a vácuo. Ingredientes: leite pasteurizado, cloreto de cálcio, coalho, fermento láctico e sal. Não contem glúten.	PCT	RIOLAT	100	R\$ 4,42	R\$ 442,00

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CPF: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

7	Apresentado fatiado e inter folhado - peso aproximado de 200gr, acondicionado em embalagem plástica a vácuo. Ingredientes: paleta suína, proteína vegetal, água, sal, glicose, amido, condimentos, flavorizante, antioxidante, corante, colorido artificialmente. Não contém glúten.	PCT	LACTOFRIOS	100	R\$ 4,09	R\$ 409,00
8	Guardanapo branco, papel simples, medindo aproximadamente 22x22,5cm, pacote c/50 unidades.	UN	KING COOK	200	R\$ 1,45	R\$ 290,00
9	Copos descartáveis para suco e/ou refrigerante. Altamente resistentes. Cor: branco ou transparente. Capacidade para 300ml. Embalagem contendo no mínimo 50 copos.	UN	BOMPACK	500	R\$ 3,63	R\$ 1.815,00
10	Copo térmico isopor para café. Capacidade para 180ml. Embalagem contendo no mínimo 50 unidades.	UN	DART	500	R\$ 5,91	R\$ 2.955,00
11	Pão de queijo - ingredientes: polvilho, gordura vegetal hidrogenada, ovo em pó, queijo, leite integral em pó e sal refinado. Não contém glúten.	KG	O PADEIRO	200	R\$ 32,78	R\$ 6.556,00
12	Mini salgadinhos - variados (risoles de pizza, bolinha de queijo, empadinha carne, frango e/ou camarão, coxinha, pastelzinho de carne e/ou frango) acondicionados em caixa de papelão, contendo um cento em cada caixa.	CENTO	O PADEIRO	200	R\$ 54,64	R\$ 10.928,00
13	Mini folhados, mini quiches, mini pizzas e mini sanduíches de sabores variados. Acondicionados em caixa de papelão, contendo um cento em cada caixa.	CENTO	O PADEIRO	200	R\$ 63,75	R\$ 12.750,00
14	Café torrado e moído - Descrição do objeto: Grão beneficiado do fruto maduro de espécies do gênero <i>Coffea</i> , submetido a tratamento térmico até atingir o ponto de torra tradicional, sendo posteriormente submetido ao processo de moagem. O	PCT	CABOCLO	200	R\$ 8,18	R\$ 1.636,00

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CPF: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

<p>produto deve estar de acordo com toda legislação vigente.</p> <p>Características gerais: Com tolerância de 1% de impurezas como cascas, paus, insetos; com ausência de larvas, parasitos e substâncias estranhas. Rendimento mínimo esperado de 6,25 litros de café pronto para cada pacote de 500 g. Sem glúten. Segundo a RDC nº 277, de 22/09/2005, o produto deve ser obtido, processado, embalado, armazenado, transportado e conservado em condições que não produzam, desenvolvam e ou agreguem substâncias físicas, químicas ou biológicas que coloquem em risco a saúde do consumidor. Deve ser obedecida a legislação vigente de Boas Práticas de Fabricação</p> <p>Características sensoriais (organolépticas): aspecto de pó homogêneo fino, cor castanho; sabor e odor próprios.</p> <p>Características Macroscópicas e Microscópicas: ausência de matérias prejudiciais à saúde humana (macroscópicas e microscópicas), abrangendo insetos, outros animais, parasitos, excrementos de insetos e/ou de outros animais, objetos rígidos, pontiagudos ou cortantes, conforme determina a Resolução RDC nº 175, de 08/07/2003. A presença de matéria prejudicial à saúde humana detectada macroscopicamente torna o produto/lote avaliado impróprio para o consumo humano e dispensa a determinação microscópica. Na detecção ou identificação de ingredientes previstos em Regulamento Técnico específico e ingredientes declarados no rótulo devem ser observados os dispositivos do Regulamento Técnico Específico do alimento embalado e as informações declaradas no rótulo.</p> <p>Embalagem primária: Embalagem contendo 500g, em alto vácuo. A</p>					
---	--	--	--	--	--

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CNPJ: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

	rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Embalagem secundária: de papelão reforçada, com as abas superiores e inferiores totalmente lacradas, com capacidade para até 10 kg. Prazo de validade: mínimo de 8 meses a partir da data da entrega.					
15	<p><b>LEITE EM PÓ INTEGRAL.</b></p> <p>Leite em pó integral, instantâneo, contendo no mínimo 25% de proteína e máximo de 27% de lipídios. Umidade máxima de 3,5%. Produto de origem nacional (in nº 11 de 09/09/1999 - MAA). Registro no ministério da agricultura. Embalagem: contendo até 01 kg de peso líquido, sacos de poliéster metalizado, termossoldados. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. Prazo de validade: no mínimo 10 meses a contar da data da entrega.</p>	PCT	PIRACANJUBA	150	R\$ 25,55	R\$ 3.832,50
16	<p>Açúcar refinado especial - Embalagem primária: deve estar intacta, em polietileno atóxico, contendo 01 kg de peso líquido. Não serão aceitos produtos cujas embalagens estejam danificadas. A rotulagem deve estar de acordo com a legislação vigente. O produto deve ter sido fabricado no máximo de 30 dias antes da data de entrega. Prazo de validade: mínimo de 10 meses a partir da data da entrega.</p>	KG	GUARANI	50	R\$ 2,29	R\$ 114,50
17	<p>Pão tipo doce tipo "massinha" – contendo 50 g cada, obtido pela cocção de massa preparada com farinha de trigo tipo 1 enriquecida com ferro e ácido fólico, água, sal, fermento biológico e açúcar. Coberto com creme ou frutas e farofa.</p>	UN	O PADEIRO	500	R\$ 2,00	R\$ 1.000,00

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CPF: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

	Sabores variados: banana, creme, farofa. O pão deve apresentar aspecto de massa integralmente cozida, o miolo deve ser poroso, macio, homogêneo e elástico. O pão não deverá estar amassado, queimado ou com manchas escuras na parte inferior (evidência de formas sujas). Deve seguir a legislação vigente para o alimento em questão. Embalagem: pacote de polietileno contendo 10 unidades. A embalagem deve estar intacta. O rótulo deve estar de acordo com a legislação vigente. Deve ser confeccionado em até 12 horas antes da entrega, com validade de 03 dias para o consumo.					
18	Biscoitos caseiros com baixo teor de gordura e açúcares. Diversos sabores: fubá, amanteigado, amendoim, chocolate, leite, coco e outros. Validade: Deverá ser entregue com no mínimo 5 meses de validade a partir da data de entrega. Embalagem: contendo 700g de peso líquido. Apresentar rótulo conforme legislação vigente.	PCT	O PADEIRO	100	R\$ 8,42	R\$ 842,00
VALOR TOTAL:					R\$ 52.199,75	

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.  
2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4 O fornecimento do objeto deverá ser realizado pela CONTRATADA, de forma parcelada, de acordo com a necessidade, locais, data e horário indicados pela Secretaria de Educação e Cultura, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no **Anexo I – Termo de Referência** anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - se dispor a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:**

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Educação e Cultura. Se, por qualquer razão, a **CONTRATADA** não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO**

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável do recebimento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;





PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAI**

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.



**PENHA**  
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO**

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 25 de Outubro de 2019.

**SUSELLI B. ANACLETO BATISTA**  
Gestora do Fundo Municipal de Educação  
**Contratante**

**EDSON DO NASCIMENTO O PADEIRO**  
**EDSON DO NASCIMENTO**  
**Contratado**

**TESTEMUNHAS**

Nome:

Nome:

C.P.F. nº

C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

**De acordo:**

**JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA**  
Secretário de Administração

**MARCELO ALVES CRIVELATTI**  
Controle Interno  
Portaria nº 739/2019

---

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200  
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019 - FMS**

Publicação Nº 2215330

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019 - FMS

Objeto: Registro de Preços para futura aquisição de equipamentos de esterilização de materiais médicos hospitalares, atendendo as necessidades da central de esterilização do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 662/2019, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega dos Envelopes: 20/11/2019 às 14:00 horas, na Sala do Empreendedor do Municipal de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro André Luis Santos Valadão.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 3, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12h as 18h.

Penha/SC, 04 de novembro de 2019.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário da Administração

**PORTARIA Nº 1957/2019**

Publicação Nº 2215939

PORTARIA N.º 1957/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 274/2019 PMP, onde era contratada a Sra. ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA DENICOL, da função de Professora Não Habilitado de Língua Inglesa, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 679/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 01 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, no primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 1958/2019**

Publicação Nº 2215943

PORTARIA N.º 1958/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 377/2019 PMP, onde era contratada a Sra. ANGELITA DA SILVA GONÇALVES, da função de Monitora de Educação Infantil, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 884/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 01 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, no primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

## PORTARIA Nº 1959/2019

Publicação Nº 2215944

PORTARIA N.º 1959/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 92/2019 FMS, onde era contratada a Sra. JOSIANE DE SOUZA CUNHA, da função de Auxiliar de Serviços, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1771/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 01 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, no primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

## PORTARIA Nº 1960/2019

Publicação Nº 2215947

PORTARIA N.º 1960/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 272/2019 PMP, onde era contratada a Sra. JULIANE COSTA NICLAS, da função de Professora Não Habilitado de Educação Infantil, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 677/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 01 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, no primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

## PORTARIA Nº 1961/2019

Publicação Nº 2215949

PORTARIA N.º 1961/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica

Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Termo de Compromisso de Estágio nº 01/2018, onde era contratada a Sra. LUANA SERPA SCHMITZ, na função de Estagiária, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 93/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 01 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração no primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

## PORTARIA Nº 1962/2019

Publicação Nº 2215950

PORTARIA N.º 1962/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Termo de Compromisso de Estágio nº 17/2019, onde era contratado o Sr. MANOEL TAVARES DOS SANTOS NETO, na função de Estagiário, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1101/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 01 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração no primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

## PORTARIA Nº 1963/2019

Publicação Nº 2215952

PORTARIA N.º 1963/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Sra. SILVANIRA RASSVEILER DA MOTTA para ocupar o cargo em comissão de COORDENADORA DO SETOR DE REGULAÇÃO, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 01 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, no primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

## ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 1964/2019**

Publicação Nº 2215954

PORTARIA N.º 1964/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 64, VI, IX e XXXIV, Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º Autoriza, os servidores abaixo nominados, para dirigir os veículos pertencentes a frota da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Penha:

- AMINE DE OLIVEIRA VENTURA – Matrícula 11496 - CNH nº 06112400323 – Validade 15/08/2023.
- DAIANE CAROLINA DE SOUZA – Matrícula 11523 - CNH nº 06667693750 – Validade 23/07/2022.
- SAMARA FORMAGI – Matrícula 11250 - CNH nº 06255195047 – Validade 05/06/2024.
- ALESSANDRO MENDES – Matrícula 11130 - CNH nº 07316218302 – Validade 14/08/2020.
- ANA CATARINA DE CAMARGO – Matrícula 10486 - CNH nº 06100963937 – Validade 31/01/2024.
- VANDERLEIA ROSA DE SOUZA CASAGRANDE – Matrícula 11221 - CNH nº 06410790494 – Validade 01/03/2020.
- ALEXANDER ALMEIDA DA SILVA JUNIOR – Matrícula 10821 - CNH nº 06692582818 – Validade 08/05/2021.
- EMILLY EWYLLYN CORREA DE SOUZA – Matrícula 10879 - CNH nº 07295088023 – Validade 10/07/2020.

Art. 2º A presente autorização não exime o servidor das responsabilidades inerentes à condução de veículos oficiais, nem o resguarda de eventuais ações regressivas em caso de dano ao patrimônio público ou alheio.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 01 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, no primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 1965/2019**

Publicação Nº 2215957

PORTARIA N.º 1965/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 250/2018 PMP, onde era contratada a Sra. MAYARA LOURDES FRANCISCO, da função de Professora Habilitada de Educação Infantil, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 484/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 1966/2019**

Publicação Nº 2215959

PORTARIA N.º 1966/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. ANGELICA APARECIDA FLORES EFFTING, no período de 20/11/2019 a 19/11/2020, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 713/2019 ao Contrato nº 676/2019 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 1967/2019**

Publicação Nº 2215961

PORTARIA N.º 1967/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. DILANDRE DE FATIMA LANÇANA, no período de 07/11/2019 a 06/11/2020, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 113/2019 ao Contrato nº 95/2017 FMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 1968/2019**

Publicação Nº 2215963

PORTARIA N.º 1968/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 386/2019 PMP, onde era contratada a Sra. LUCIANA JOANINI TAVARES, da função de Monitora de Educação Infantil, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 900/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

## PORTARIA Nº 1969/2019

Publicação Nº 2215966

PORTARIA N.º 1969/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI para compor a COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO/SINDICÂNCIA sem ônus para este Município, para apuração de denúncia de utilização do veículo da fiscalização da saúde para fins particulares, solicitado através Memorando 1doc 6.376/2019, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

## PORTARIA Nº 1970/2019

Publicação Nº 2215967

PORTARIA N.º 1970/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. DEBORA CABRAL RAMOS VIEIRA, no período de 07/11/2019 a 06/11/2020, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 114/2019 ao Contrato nº 100/2017 FMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS



**PORTARIA Nº 1971/2019**

Publicação Nº 2215969

PORTARIA N.º 1971/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. JOSIANE VELOSO TEIXEIRA SCHULLE, no período de 05/11/2019 a 04/11/2020, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 115/2019 ao Contrato nº 96/2017 FMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

--	--

**PORTARIA Nº 1972/2019**

Publicação Nº 2215971

PORTARIA N.º 1972/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. LINDANIR MARIA PEREIRA, no período de 05/11/2019 a 04/11/2020, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 116/2019 ao Contrato nº 94/2017 FMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

--	--

# Peritiba

## PREFEITURA

### PORTARIA 545/2019

Publicação Nº 2214703

PORTARIA Nº 545/2019  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE  
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora JENIFER CRISTINA BENINI, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "A", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 25 de Outubro de 2019, no período matutino, conforme atestado médico em anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV- DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMILIA) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 25 de Outubro de 2019.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 25/Outubro/2019.	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

### PORTARIA 546/2019

Publicação Nº 2214705

PORTARIA Nº 546/2019  
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE  
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora CLEUSA SIMON BERNO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 15, Classe "H", Licença por motivo de doença em pessoa da família, do dia 25 de Outubro, período vespertino, ao dia 24 de novembro de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 51, (Seção II- DO HORÁRIO DE TRABALHO E UNIFORME, Capítulo V - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 29 de outubro de 2019.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 29/outubro/2019	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 547/2019**

Publicação Nº 2214706

PORTARIA Nº 547/2019  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor AMIR OMAIRI, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO CLINICO GERAL, Grupo 3, Nível 7, Classe "C", Afastamento Para Tratamento de Saúde, retroativo ao dia 22 de outubro de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMPRASE E PUBLIQUE-SE**

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 29 de outubro de 2019.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 29/outubro/2019.	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 548/2019**

Publicação Nº 2214708

PORTARIA Nº 548/2019  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a Servidora JULIANE ANDREIA GONÇALVES, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, Grupo 3, Nível 1, Classe "A" Afastamento Para Tratamento de Saúde, retroativo ao dia 22 de outubro de 2019, no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMPRASE E PUBLIQUE-SE**

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 29 de outubro de 2019.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 29/outubro/2019.	
---	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 549/2019**

Publicação Nº 2214710

PORTARIA Nº 549/2019  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor JOSÉ ANGELO NUNES DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, Grupo 3, Nível 7, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, retroativo ao dia 24 de outubro de 2019, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE**

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 29 de outubro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 29/outubro/2019.	
---	--

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

**PORTARIA 550/2019**

Publicação Nº 2214712

PORTARIA Nº 550/2019

CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, revisada em 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1.º CONVOCAR nos dias 31/10 a 14/11/2019, a servidora GEISE GROSS ocupante do cargo efetivo de CONTADOR, Grupo 2, Nível 6, Classe "A", que se encontra em férias do período de 16/10 a 14/11/2019, sendo que o período de gozo para os referidos dias será definido posteriormente.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE**

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 30 de outubro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 30/outubro/2019	
--	--

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

**PORTARIA 551/2019**

Publicação Nº 2214713

PORTARIA Nº 551/2019

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a vigência da Lei Complementar n.º 39/2012 de 21 de Setembro de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1.º PROMOVER, a partir do dia 01 de Novembro de 2019, a Servidora LUCIANA NILSON, ocupante do cargo de provimento efetivo de DIRETOR DE ESCOLA, da Classe "D" para a Classe "E" do Grupo 4, Nível 20, referente ao período de 01/11/2016 a 31/10/2019, em conformidade com a Lei n.º 39/2012, Art. 65, § 2.º, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE**

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 31 de outubro de 2019.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 31/outubro/2019	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

## PORTARIA 552/2019

Publicação Nº 2214720

PORTARIA Nº 552/2019  
CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, revisada em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º CONVOCAR nos dias 01/11 a 05/11/2019, a servidora LIZIANE KLEIN GAERTNER ocupante do cargo efetivo de ANALISTA DE RECURSOS HUMANOS, Grupo 2, Nível 6, Classe "E", que se encontra em férias do período de 07/10 a 05/11/2019, sendo que o período de gozo para os referidos dias será definido posteriormente.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 31 de outubro de 2019.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 31/outubro/2019	
--	--

Celestino Borges Vieira  
Responsável pela publicação

# Pinhalzinho

## PREFEITURA

**207**

Publicação Nº 2215602

DECRETO Nº 207/2019, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019

**“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.****MARIO AFONSO WOITEXEM**, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no artigo 13 da Lei Municipal No 2.579/2018 de 20/12/2018.**DECRETA:****Artigo 1o** – Fica aberto Crédito Adicional, Espécie Suplementar no valor de R\$ 136.00,00 (cento e trinta e seis mil reais) no seguinte projeto/atividade do Orçamento Municipal abaixo:**13.001.0022.0661.0022.2061 – INCENTIVO AO EMPREENDEDOR**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33500000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	80.000,00

**10.002.0015.0451.0020.2054 – MANUTENÇÃO, SINALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS E ESPAÇOS PÚBLICOS**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	30.000,00

**06.001.0012.0306.0025.2033 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLAR)**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	14.000,00

**06.001.0012.0361.0005.2013 – MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.01.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	12.000,00

**Artigo 2o** – Para dar cobertura ao Crédito Adicional, espécie suplementar aberto no artigo 1o, ficam anulados R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais) na dotação orçamentaria no seguinte Projeto/Atividade:**13.001.0022.0661.0022.2061 – INCENTIVO AO EMPREENDEDOR**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33600000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Transferências a instituições privadas com fins lucrativos	40.000,00
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	20.000,00
44900000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	10.000,00
44930000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	10.000,00

**10.002.0015.0451.0020.2054 – MANUTENÇÃO, SINALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS E ESPAÇOS PÚBLICOS**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
-----------	----	---------------	-------

44900000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	30.000,00
----------	-------------	---	-----------

## 06.001.0012.0306.0025.2033 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLAR)

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	14.000,00

## 06.001.0012.0361.0005.2013 – MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.1.01.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	12.000,00

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho – SC, 25 de outubro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

**210**

Publicação Nº 2215604

DECRETO Nº 210/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, ESPÉCIE SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no Inciso II do artigo 14 da Lei Municipal No 2.579/2018 de 20/12/2018.

DECRETA:

Artigo 1o – FICA aberto Crédito Adicional, espécie Suplementar no valor de R\$ 6.491,43 (seis mil quatrocentos e noventa e um reais e quarenta e três centavos) destinados a suplementar a seguinte Atividade e Projeto:

## 03.002.0004.0121.0003.1043 – CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CULTURA E EVENTOS

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3390000	0.3.34.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	6.491,43

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Adicional, Espécie Suplementar aberto no artigo 1o serão utilizados como fonte os recursos o valor de R\$ 6.491,43 (seis mil quatrocentos e noventa e um reais e quarenta e três centavos) provenientes do SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado na conta bancária 647144-3 no exercício financeiro de 2018 e anulação do empenho nº 4266/2017.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho - SC, 30 de outubro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

**212**

Publicação Nº 2215608

DECRETO Nº 212/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

"HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES E A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente:

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a classificação final das inscrições e a classificação preliminar dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado nº.002/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, conforme planilha anexo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho/SC, 01 de Novembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado na data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PINHALZINHO/SC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 002/2019 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto na legislação vigente, torna pública a HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES e a CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR dos candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado n. 002/2019 da Secretaria Municipal de Saúde:

CANDIDATO	CARGO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Silvana Nogueira Negri	Auxiliar de consultório dentário	11	1º
Elisabete Sehnem Schwertz	Auxiliar de consultório dentário	0	2º
Ana Paula Aires	Agente de combate às endemias	0	1º
Patricia Frey	Agente de combate às endemias	0	2º
Juliana de Fatima Stefanski Garcia	Agente de combate às endemias	0	3º
Taciana Regina Oliveira	Agente de combate às endemias	0	4º
Andrei Vinicius Seibel	Agente de combate às endemias	0	5º
Andre Christian Lauermann	Agente de combate às endemias	0	6º
Fabiane Biesdorf	Agente de combate às endemias	0	7º
Jaqueline Webra do Nascimento	Agente de combate às endemias	0	8º



Salete Stumm	Técnico em enfermagem	25	1º
Dauana Barcarolo Boesing	Técnico em enfermagem	25	2º
Marcia Travessini da Cunha	Técnico em enfermagem	23	3º
Marcia Kaufmann	Técnico em enfermagem	4	4º
Neila Aparecida Defante	Técnico em enfermagem	2	5º
Alidiane Neres	Técnico em enfermagem	1	6º
Diane Von Muhlen	Técnico em enfermagem	1	7º
Elaine Lenhart Backes	Técnico em enfermagem	0	8º
Rita Duarte Pierozan	Técnico em enfermagem	0	9º
Patricia da Silva Pinto	Técnico em enfermagem	0	10º
Viviane Albani	Técnico em enfermagem	0	11º
Bruna Eliza Ely	Técnico em enfermagem	0	12º
Marcelo Luis Immich	Enfermeiro	25	1º
Camila Rosalen Konzen	Enfermeiro	20	2º
Elisangela Neu	Enfermeiro	18	3º
Maura Rosana Rohr	Enfermeiro	17	4º
Elisangela Beatriz Linke	Enfermeiro	13	5º
Claudia Marin Spiorin	Enfermeiro	12	6º
Daiana Rizzi	Enfermeiro	10	7º
Simony Silveira	Enfermeiro	5	8º
Taynara Belé Gonçalves	Enfermeiro	2	9º
Camilla Andressa Henchen Auler	Enfermeiro	1	10º

Pinhalzinho, 01 de novembro de 2019.

Mario Afonso Woitexem

Prefeito de Pinhalzinho

## CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2019 - PMP

Publicação Nº 2215504

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE RETIFICAÇÃO MODALIDADE

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2019 - PMP

Objeto: Alienação com transferência de domínio de imóveis de propriedade deste Município de Pinhalzinho, que serão alienados em ordem, de acordo com a classificação, sendo que o primeiro colocado terá direito ao 1º lote e os demais seguem na ordem de classificação até o 12º lote. Conforme condições constantes no Edital de Concorrência.

O MUNICÍPIO DE PINHALZINHO, através de VALQUIRIA ASTRIGI, pregoeira designada pelo Decreto n. 182/2019, TORNA PÚBLICO:

Fica PRORROGADO o recebimento das propostas de 05/11/2019 até as 08:30h para o dia 23/12/2019 até as 08:30h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br).

Pinhalzinho, SC, 04 de novembro de 2019.

VALQUIRIA ASTRIGI

Pregoeira

## PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2019 - CIDIR

Publicação Nº 2215557

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA - CIDIR

1º AVISO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2019 - CIDIR

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSUMOS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS URBANAS E ESTRADAS VICINAIS DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO "CIDIR", conforme especificações constantes do Anexo "A" do Edital Convocatório.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item

Fica prorrogado o recebimento das propostas da licitação do dia 14/11/2019 as 09:45 para o dia 19/11/2019 as 09:45.

Fica prorrogada Abertura da licitação do dia 14/11/2019 as 10:00 para o dia 19/11/2019 as 10:00.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.pinhaltinho.atende.net](http://www.pinhaltinho.atende.net) ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [cidir@pinhaltinho.sc.gov.br](mailto:cidir@pinhaltinho.sc.gov.br)

Pinhalzinho/SC, 04 de novembro de 2019.

Jairo Rivelino Ebeling

Presidente do CIDIR

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPE DE PREGÃO PRESENCIAL 002-2019 – CVP**

Publicação Nº 2215526

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE PINHALZINHO

AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPE DE PREGÃO PRESENCIAL 002-2019 – CVP

CÂMARA DE VEREADORES DE PINHALZINHO – SC

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA.

Modalidade: pregão presencial

Tipo: menor preço

Abertura de envelope de empresa: 13:30 do dia 06/11/2019

Na Câmara de Vereadores de Pinhalzinho SC, situada à Av. Porto alegre, nº 2515, Pioneiro, Pinhalzinho SC

Pinhalzinho-SC, 04 de NOVENBRO de 2019.

Claudecir José Corradi - Presidente

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 259/2019.

Publicação Nº 2215802

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 259/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n.º 001/2019 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Ana Paula Bernardi

CPF n.º 059.606.529-94

Endereço: Rua Frederico Denardi – Pinheiro Preto - SC

#### PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Ana Paula Bernardi, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 001/2019.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA Educação, Cultura e esportes função de "Servente", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.º 001/2019, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.448,58 (Hum mil quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de novembro de 2019, até nomeação de aprovado em concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

A contratada executará as seguintes funções:

- Receber, orientar, encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas em dependências do órgão; - Montar, reparar e ajustar máquinas e ferramentas; - Efetuar limpeza das dependências internas e externas das instalações dos órgãos da Administração Pública; - Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndio ou quaisquer outros relativos à segurança do órgão; - Executar serviços internos de entrega de documentos e mensagens; - Realizar serviços relacionados com cozinha e copa do órgão; - Executar ronda diurna ou noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes, verificando se portas, janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente; - Verificar instalações hidráulicas elétricas e sanitárias durante o seu turno a fim de detectar possíveis irregularidades e providenciar, a tempo, as medidas recomendáveis; - Controlar a movimentação de veículos, a entrada e saída de volumes, bens móveis e pessoas; - Registrar sua passagem pelos postos de controle, acionando o relógio especial de ponto para comprovar a regularidade de sua ronda, quando necessário; - Solicitar socorro às autoridades competentes, imediatamente nos casos de incêndio, enchentes, ameaças de desabamentos, vendavais, atentados contra a integridade física o contra a vida, comunicando o fato à chefia imediata; - Relatar

as anormalidades verificadas no seu turno de trabalho; - Executar outras atividades compatíveis com o cargo; - Realizar reparos, compatíveis com seu conhecimento; - Auxiliar nas atividades de correspondência interna, deslocamento de móveis, equipamentos, materiais de expediente; - Auxiliar no controle e organização do almoxarifado; - Instalar equipamentos para os quais não se exige conhecimento técnico; - Auxiliar em todas as atividades internas para as quais se exige trabalho braçal; - Controlar o uso e consumo de energia elétrica e outros bens da administração, a fim de evitar desperdício; - Executar outras atividades compatíveis com o cargo e similares as suas atribuições.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

##### 4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades a CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

##### 4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que a Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de novembro de 2019, até nomeação de aprovado em concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 04 de novembro de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Ana Paula Bernardi

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome: Nome:

CPF: CPF

**DECRETO Nº 5.095, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215465

DECRETO Nº 5.095, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.039 de 22 de outubro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação no Município de Pinheiro Preto no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 44

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:101

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, decorre da anulação da seguinte dotação orçamentária do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 37

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:101

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA 530/2019**

Publicação Nº 2214721

PORTARIA Nº 530, DE 01 de novembro DE 2019.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR Augustinho Carlos Loat.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor Augustinho Carlos Loat, ocupante do cargo efetivo de Vigia, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 16/10/2019 a 15/10/2019, que será gozado de 01/11/2019 a 30/11/2019, devendo retornar a suas atividades em 02/12/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/11/2019.

Centro Administrativo Municipal, 01 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA 531/2019**

Publicação Nº 2214722

PORTARIA Nº 531, DE 01 de novembro DE 2019.

contrata Gian Carlos Delziovo PARA OCUPAR a função temporaria de motorista, CONFORME ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, a partir de 01 de novembro de 2019, Gian Carlos delziovio, brasileiro, portador do CPF nº 066.689.189-30, residente e domiciliado na avenida Marechal Castelo Branco, centro, neste município de Pinheiro Preto -SC, para ocupar a função temporária de Motorista, nível de vencimento TSO-04, carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, e filiado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 01 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 532/2019**

Publicação Nº 2214724

PORTARIA Nº 532, de 01 de novembro DE 2019.

exonera Marisa aparecida neis do cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento de ensino.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a partir 01 de novembro de 2019 a servidora Marisa aparecida neis, nomeada pela Portaria nº 256/2019, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento de Ensino, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 01 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 533/2019**

Publicação Nº 2215315

PORTARIA Nº 533, DE 01 novembro de 2019.

Concede Licença prêmio A Servidora Pública Solange Aparecida Batista Manica.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 148, VI, da Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora pública Solange Aparecida Batista Manica, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, 01 (um) mês de LICENÇA PRÊMIO, referente ao período aquisitivo de 18/02/2012 a 17/02/2017, cujo gozo do benefício dar-se-á no período compreendido entre 04 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019 devendo retornar a suas atividades em 04 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 01 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 536/2019**

Publicação Nº 2215010

PORTARIA Nº 536, de 04 de novembro DE 2019.

exonera Ana Paula Bernardi da função temporária de Servente.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a partir 04 de novembro de 2019 a servidora Ana Paula Bernardi, nomeada pela Portaria nº 187/2019, para exercer a

função temporária de Servente, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com vencimento previsto em lei.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 04 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 537/2019**

Publicação Nº 2215011

PORTARIA Nº 537, DE 04 de novembro DE 2019.

Contrata Ana Paula Bernardi PARA OCUPAR a função temporária DE Servente.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando, o atestado médico que declarou Ana Paula Bernardi apta para exercer a função de servente;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 04 de novembro de 2019, Ana Paula Bernardi, brasileira, portadora CPF nº 059.606.529-94, residente e domiciliada na Rua Frederico Denardi, São José, neste município de Pinheiro Preto -SC, para ocupar a função de Servente, nível de vencimento SEG-01, carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, e filiada ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 04 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 538/2019**

Publicação Nº 2215012

PORTARIA Nº 538, DE 04 de novembro DE 2019.

NOMEIA Jhony Douglas da Silva PARA OCUPAR O CARGO DE PROVIMENTO efetivo DE Operador de Trator Agrícola, CONFORME ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação no Concurso Público nº 001/2019;

Considerando o laudo médico que declara Jhony Douglas da Silva apto para exercer o cargo de Operador de Trator Agrícola;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a partir de 04 de novembro de 2019, Jhony Douglas da Silva, brasileiro, solteiro, portador CPF nº 086.069.149-75, residente e domiciliado na Rua Bazina Akkar, Santa Catarina, no município de Caçador -SC, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Operador de Trator Agrícola, nível de vencimento TSO-03, carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Agricultura, e filiado ao Regime Próprio de Previdência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 04 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 540, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215405

PORTARIA Nº 540, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

DETERMINA INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 231 Lei Complementar nº 016, de 17 de novembro de 1992, e

Considerando a necessidade urgente de se produzir prova para eventual processo Disciplinar;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar Ana Laine Grahl, presidente da comissão, ocupante do cargo efetivo de Agente Financeiro, matrícula funcional nº 440810; Jurcelei Bertha, membro da comissão, ocupante do cargo efetivo de Assistente Social, matrícula funcional nº 363801, Máira Mattana Mariani, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Cadastro Geral, matrícula funcional nº 96501, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância Investigativa destinada a apurar, no prazo de 60 dias, os fatos de que trata o Processo de sindicância nº 01/2019, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro administrativo de Pinheiro Preto, 04 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito municipal

**PORTARIA Nº 541, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215284

PORTARIA Nº 541, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA SERVIDOR A DIRIGIR CARRO QUE ESPECIFICA

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição legais, e

CONSIDERANDO o Seminário de Qualificação: Alternativas para incremento das Receitas Municipais integrante do programa CNM Qualifica, a ser realizado no Auditório da Amosc - Av. Getúlio Vargas, 571-S, Centro, Chapecó – SC no dia 5 de novembro, a partir das 8h;

CONSIDERANDO que a Secretaria de administração não possui veículo apto para viagem

**RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar o servidor Hadriel Dalmolin, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras, Rendas e Tributos, a dirigir o veículo oficial CLASSIC, Placa MLT 7657, no período de 05 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO/SC, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito



# Piratuba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº1208/2019

Publicação Nº 2215864

DECRETO Nº 1.208/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Designa servidor municipal para proceder à análise da documentação para progressão por nova habilitação, progressão por escolaridade, progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação e dá outras providências.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo ao inciso VI do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do artigo 21 e 31 da lei complementar nº 66/2015, que institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências e artigo 16 e 26 da lei complementar nº 67/2015 que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores públicos do Município de Piratuba e dá outras providências e artigo 20 e 30 da lei complementar nº 68/2015 que dispõe sobre o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e § 4º da lei complementar 69/2015 que dispõe sobre a criação de cargos da Fundação de Cultura e Eventos de Piratuba – FCEP e dá outras providências.

#### DECRETA

Art. 1º Designa o servidor Cristiano Schwingel, servidor efetivo no cargo de administrador, sob matrícula nº 415, para proceder à análise da documentação para progressão por nova habilitação, progressão por escolaridade e progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação, dos servidores públicos municipais, nos termos do artigo 21 e 31 da Lei Complementar nº 66/2015, de 02 de janeiro de 2015 e artigo 16 e 26 da Lei Complementar nº 67/2015, de 02 de janeiro de 2015, e artigo 20 e 30 da lei complementar nº 68/2015, de 02 de janeiro de 2015 e § 4º da lei complementar 69/2015, de 02 de janeiro de 2015.

Art. 2º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, 01 de Novembro de 2019.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93  
Em 01 de Novembro de 2019.

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 412/2019

Publicação Nº 2215194

PORTARIA Nº 412/2019  
EXONERA SERVIDOR A PEDIDO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

#### EXONERA A PEDIDO

SÉRGIO LUIZ SCHIOCHET, brasileiro, casado, residente e domiciliada na Avenida 18 de Fevereiro, s/nº na cidade e município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº 843.933 e CPF sob o nº 400.595.379-49, servidor ocupante do cargo comissionado de GERENTE DE ACOMPANHAMENTO E SUPERVISÃO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS, conforme Portaria nº187/2017, de 22 de março de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 01 de novembro de 2019.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº 1.388/2017  
Em 01 de novembro de 2019

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 413/2019**

Publicação Nº 2215287

PORTARIA Nº 413/2019  
EXONERA SERVIDORA A PEDIDO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA A PEDIDO

JULIANA MARIA BALDASSO, brasileira, união estável, residente e domiciliada na Rua 14 de junho, na cidade e município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº4732598 e CPF sob o nº 073.886.629-60, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL, conforme Portaria nº119/2019, de 15 de março de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de outubro de 2019.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 01 de novembro de 2019.  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 01 de novembro de 2019

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 414/2019**

Publicação Nº 2215292

PORTARIA Nº 414/2019  
EXONERA SERVIDORA A PEDIDO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

EXONERA A PEDIDO

LISIANE NALIGIA DE AGUIAR, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Zonalta, Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº6.656.200 e CPF sob o nº104.003.289-33, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, conforme Portaria nº142/2019, de 15 de março de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 01 de novembro de 2019.  
Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 01 de novembro de 2019

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 415/2019**

Publicação Nº 2215303

PORTARIA Nº415/2019  
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DE SANEAMENTO BÁSICO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba – SC, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 120 da Lei Complementar

nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, alterada pela Lei Complementar nº 77/2016 de 18 de agosto de 2016, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Piratuba e dá outras providências,

#### NOMEIA

CARLOS ALEXANDRE DALMAGRO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Avenida 18 de Fevereiro, município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº4.488.293 e CPF sob o nº 054.089.729-92, para exercício do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE SANEAMENTO BÁSICO, constante do Anexo I-F, da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, alterada pela Lei Complementar nº 058/2012 de 12 de setembro de 2012, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-050, da Lei supra mencionada.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Piratuba-SC, em 01 de novembro de 2019.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93  
Em 01 de novembro de 2019

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

#### **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 070/2019**

Publicação Nº 2215191

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 070/2019

Objeto: Registro de Preços para possível aquisição peças destinados a manutenção de máquina Retroescavadeira, JCB, 4CX, ano 2014, série n.º 2162229 da Frota de Máquinas do Município de Piratuba, conforme demais especificação constante no Edital.

Tipo: Menor Preço Por Lote.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 18/11/2019.

Abertura: às 08h30 do dia 18/11/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home Page [www.piratuba.sc.gov.br](http://www.piratuba.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 30 de outubro de 2019.

Carlos Alberto Maltauro  
Supervisor de Compras

# Pomerode

## PREFEITURA

### ANEXO I - DECLARAÇÃO

Publicação Nº 2216174

Anexo I

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF \_\_\_\_\_, representante da família acolhedora residente a rua \_\_\_\_\_; número \_\_\_\_\_; bairro \_\_\_\_\_; declaro através deste documento não estar inscrito em nenhum cadastro de adoção vigente, nem em possuir a intenção de adotar a(s) criança(s) e ou adolescente(s) que virei a acolher na modalidade de família acolhedora, tendo ciência de que tal acolhimento é de caráter temporário e provisório. Comprometo-me ainda a auxiliar no processo de transição para a família adotante e ou retorno a família de origem, conforme decisão judicial.

Assinatura Família Acolhedora

Pomerode, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### ANEXO II - TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

Publicação Nº 2216176

Anexo II

#### Termo de Adesão ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

O núcleo familiar representado por \_\_\_\_\_, brasileiro(a), portador(a) do RG nº ----- SSP/SC e inscrito(a) no CPF sob o nº -----, e \_\_\_\_\_, brasileiro(a), portador(a) do RG nº ----- SSP/SC e inscrito(a) no CPF sob o nº -----, todos residentes na Rua \_\_\_\_\_, Pomerode, Santa Catarina, CEP. 89107-000, vêm ADERIR AO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA, instituído pela lei municipal nº 3.053/2019, prestado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação de Pomerode.

Os integrantes da família aderente declaram que todas as informações prestadas no processo de seleção são verdadeiras e atuais, que não deixaram de prestar qualquer informação que pudesse afetar o julgamento que levou a sua aprovação na seleção e que sustentam todos os requisitos para participar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora previstos no art. 7º da lei municipal 3.053/2019.

São atribuições da família aderente ao serviço família acolhedora: a) exercer plenamente todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, como proteger a criança e o adolescente sob seus cuidados, nos aspectos fundamentais para o seu crescimento sadio, dando-lhe afeto e respeitando as suas necessidades individuais; b) seguir as orientações e determinações da autoridade judicial competente e da equipe técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, facilitando o acesso na dinâmica familiar; c) fornecer aos profissionais da equipe técnica e às autoridades competentes as informações necessárias sobre a situação da criança e do adolescente acolhido; d) participar dos encontros sistemáticos de preparação das famílias acolhedoras; e) ter disponibilidade no atendimento aos cuidados básicos (alimentação, educação, saúde, profissionalização, lazer, afetividade entre outros); f) assumir compromisso ético e guardar sigilo das informações repassadas sobre a criança/adolescente; g) contribuir na preparação da criança ou adolescente para o retorno à família de origem ou família extensa, ou colocação em família substituta, sempre com orientação técnica; h) nos casos de inadaptação, proceder à desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados do acolhido até novo encaminhamento, o que ocorrerá de maneira gradativa e com o devido acompanhamento e i) observar fielmente todos os direitos da criança e do adolescente, todas as obrigações de tutor e a integralidade da lei que institui o serviço (3.053/2019).

A família aderente ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora receberá subsídio a partir do primeiro dia que assume a responsabilidade de guarda da criança ou adolescente no valor de 1 (um) salário mínimo nacional vigente mensal. A família acolhedora receberá o equivalente a 1,5 (um e meio) salários mínimos quando o acolhido necessitar de cuidados especiais em razão de: a) recuperação em razão do uso de substâncias psicoativas; b) acometimento de doença grave incapacitante ou estigmatizante; c) portador de neoplasia (Câncer); d) pessoa com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia; e) portador de doenças degenerativas e psiquiátricas; f) excepcionalmente, a critério da equipe interdisciplinar do Serviço, quando ocorrerem outras situações consideradas especiais. No advento de, por ordem judicial, ser remetido à família acolhedora parte ou a integralidade de benefício de prestação continuada (arts. 20 e seguintes da lei nº 8.742/1993), pensão por morte (arts. 74 e seguintes da lei 8.213/91), alimentos (arts. 1.694 e seguintes do Código Civil) ou qualquer outro benefício ou compensação pecuniária de titularidade da criança ou adolescente acolhido ou em razão de seu acolhimento, esses valores serão necessariamente compensados com o subsídio, preservado o valor mínimo do subsídio de 1 (um) salário mínimo nacional vigente mensal.

A família aderente poderá ser desligada do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora pela perda de quaisquer dos requisitos para adesão ao programa previstos no art. 7º da lei municipal 3.053/2019; pelo descumprimento das obrigações e responsabilidades de acompanhamento; por solicitação escrita e justificada da própria família aderente; por solicitação da equipe técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora ou por recomendação do juízo da Família, Infância ou Juventude ou determinação judicial.

A família aderente será convocada para acolher criança ou adolescente quando, conforme estudo psicossocial, for a que melhor puder atender o acolhido entre as famílias aderentes disponíveis.

Pomerode, ---- de ----- de 2019

Membros da família aderente

Membros da família aderente

Coordenador de equipe do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora

### ANEXO III - INSCRIÇÃO DE FAMÍLIA CANDIDATA AO SERVIÇO DE FAMÍLIA ACOLHEDORA

Publicação Nº 2216181

	MUNICÍPIO DE POMERODE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACO- LHEDORA CNPJ 83.102.251/0001-04 Rua 15 de Novembro, 234 89107-000 - POMERODE - SC Fone (47) 3395-6300	
--	--	--

#### Anexo III

#### INSCRIÇÃO DE FAMÍLIA CANDIDATA AO SERVIÇO DE FAMÍLIA ACOLHEDORA

##### DADOS DO CANDIDATO

Nº da Inscrição: \_\_\_\_\_

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

Nome da Mãe: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Estado civil: ( ) solteiro(a) ( ) casado(a) ( ) União estável ( ) Divorciado(a)

##### DADOS DE ENDEREÇO

Rua: \_\_\_\_\_

Nº \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Ponto de Referência: \_\_\_\_\_

Telefones para contato: \_\_\_\_\_

##### DADOS DA FAMÍLIA

Nome	Nome da Mãe	D.N	CPF	Parentesco

Observações:

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável: \_\_\_\_\_

**DECRETO 3752/2019**

Publicação Nº 2215200

DECRETO MUNICIPAL Nº 3752/19

DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

HOMOLOGA RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO DO MUNICÍPIO DE POMERODE EDITAL Nº 65/19.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso I, alínea "n", da Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Fica homologado o resultado e classificação final do Processo Seletivo do Município de Pomerode Edital nº 065/2019, publicado em 23/09/2019.

Pomerode (SC), 04 de novembro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

**EDITAL Nº 072/2019**

Publicação Nº 2216169

Edital nº 072/2019

Dispõe sobre a inscrição e seleção de famílias interessadas em participar no Serviço de Família Acolhedora no Município de Pomerode.

**1. Objeto**

1.1 Selecionar nos termos do presente Edital, famílias da comunidade local interessadas em participar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, destinada a formação de cadastro reserva para o acolhimento em Família Acolhedora de Crianças e/ou adolescentes de ambos os sexos, afastadas do convívio familiar por determinação judicial por situação de risco pessoal e social, sob medida protetiva, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA lei 8.069/90.

**2. Família acolhedora**

2.1 O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora visa propiciar o acolhimento familiar provisório e excepcional de crianças e adolescentes (de zero a 18 anos incompletos) afastados do convívio familiar por decisão judicial em famílias previamente selecionadas e capacitadas.

2.2 A condição de família acolhedora é de caráter voluntário e, portanto, sem vínculo empregatício ou profissional com o órgão executor do Serviço.

**3. Dos Requisitos**

3.1 Poderá se inscrever as famílias que preencherem os seguintes requisitos:

- a) Os responsáveis possuírem idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos, sem restrições quanto ao gênero, estado civil e orientação sexual;
- b) Possuir diferença de 16 anos entre o acolhido e o responsável legal pelo acolhimento;
- c) Não manifestar interesse na adoção da criança e do adolescente participante do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora apresentando declaração conforme modelo fornecido pelo serviço de acolhimento em família acolhedora (anexo I deste edital)
- d) Não estar inscrito nos cadastros de adoção, nem possuir intenção na adoção de crianças e adolescentes.
- e) Ter anuência de todos membros da família, maiores de idade, que deverão obrigatoriamente assinar em conjunto a ficha de cadastro;
- f) Residir no município por no mínimo 2 (dois) anos;
- g) ter disponibilidade de tempo e demonstrar interesse em oferecer proteção e afeto às crianças e aos adolescentes;
- h) Obter parecer Psicossocial favorável da equipe interdisciplinar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- i) nenhum membro da família ser infligido de dependência ou vício em álcool ou substância psicoativa;
- j) não estar respondendo a processo judicial criminal;
- k) possuir disponibilidade para participar do processo de habilitação e formação, bem como das atividades do serviço;
- l) ter habitação que garanta condições dignas de segurança, habitabilidade e salubridade;

Parágrafo único – as famílias acolhedoras selecionadas serão cadastradas no Serviço de Família Acolhedora, por intermédio de termo de adesão, conforme modelo anexo II deste Edital.

**4. Da Inscrição**

4.1 As inscrições das famílias interessadas em participar do Serviço de Família Acolhedora, deverá ocorrer na sede do serviço, cito a rua XV de Novembro, 234, Centro, Pomerode, no período das 7:30 às 11:30 e das 13h às 17h de segunda a sexta feira, por meio do preenchimento de ficha de cadastro do Serviço e apresentação dos seguintes documentos:

- a) Carteira de identidade – RG e cadastro de pessoas físicas – CPF]
- b) Certidão de nascimento ou de casamento ou comprovante de união estável;
- c) Comprovante de residência;
- d) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- e) Ficha de cadastro (conforme anexo III deste Edital)
- f) Atestados médicos comprovando saúde física e mental;
- g) Comprovante de atividade remunerada de pelo menos um membro da família;

h) Número da agência e conta em nome do responsável para depósito do subsídio financeiro;

4.2 Deverão apresentar a documentação de todos os membros maiores de 18 anos do núcleo familiar.

4.3 Não será realizado o registro de famílias que não entregarem os documentos solicitados;

4.4 Os candidatos serão submetidos a avaliação psicossocial pela equipe do Serviço de Família Acolhedora, podendo ocorrer através de atendimentos individuais, coletivos e visitas domiciliares. A Avaliação Psicossocial é de caráter classificatório.

4.5 As inscrições podem ser realizadas durante todo o período de vigência deste edital.

4.6 O candidato ao Serviço de Família Acolhedora, ao inscrever-se, toma conhecimento deste edital, bem como declara ciência de todos os seus itens.

## 5. Dos Itens observados na Avaliação Psicossocial

5.1 disponibilidade afetiva e emocional de todos os membros da família, independente da idade;

5.2 padrão saudável das relações de apego e desapego;

5.3 relações familiares e comunitárias;

5.4 rotina familiar compatível com as necessidades do Serviço de Família Acolhedora;

5.5 não envolvimento de nenhum membro da família com dependência química;

5.6 espaços e condições gerais da residência;

5.7 motivação para a função voluntária de família acolhedora;

5.8 aptidão para o cuidado de crianças e adolescentes;

5.9 capacidade de lidar com a separação, apego e desapego;

5.10 flexibilidade, tolerância e pró-atividade.

Parágrafo único – Além da avaliação quanto a compatibilidade com a função de acolhimento, o estudo psicossocial realizado pela equipe técnica indicará, outrossim, o perfil de criança e/ou adolescente que cada família inicialmente está habilitada a acolher. É possibilitado, durante o processo, ouvir a opinião da família quanto a este aspecto, ainda que no momento da capacitação essa avaliação possa modificar-se.

## 6. Das Responsabilidades

6.1 As Famílias acolhedoras tem a responsabilidade de:

a) exercer plenamente todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, como proteger a criança e o adolescente sob seus cuidados, nos aspectos fundamentais para seu crescimento sadio, dando-lhe afeto e respeitando as suas necessidades individuais;

b) seguir as orientações e determinações da autoridade judicial competente e da equipe técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, facilitando o acesso na dinâmica familiar;

c) fornecer aos profissionais da equipe técnica e às autoridades competentes as informações necessárias sobre a situação da criança e do adolescente acolhido;

d) participar dos encontros sistemáticos de preparação das famílias acolhedoras;

e) ter disponibilidade no atendimento aos cuidados básicos (alimentação, educação, saúde, profissionalização, lazer, afetividade entre outros);

f) assumir compromisso ético e guardar sigilo das informações repassadas sobre a criança/adolescente;

g) contribuir na preparação da criança ou do adolescente para retorno à família de origem ou família extensa, ou colocação em família substituta, sempre com orientação técnica;

h) nos casos de inadaptação, proceder à desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados do acolhido até novo encaminhamento, o que ocorrerá de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.

6.2 A Equipe do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora Compete:

a) Realizar o processo de inscrição, seleção e capacitação das famílias;

b) Realizar o acompanhamento das crianças e adolescentes acolhidos;

c) Preparar e acompanhar as crianças e adolescentes no processo de transferência para a moradia da família acolhedora, bem como durante o período que residirão com as mesmas;

d) Realizar o acompanhamento das Famílias Acolhedoras, devendo:

-Realizar a capacitação das famílias acolhedoras para receber a criança ou adolescente que ficará sob sua guarda;

-acompanhar as famílias acolhedoras por meio de procedimentos técnicos e visitas domiciliares regulares, que identifiquem eventuais alterações na dinâmica familiar a partir da guarda, possíveis conflitos e suas resoluções, condições de moradia e situação emocional dos acolhidos;

e) Realizar o acompanhamento das famílias de origem:

- conhecer a história das famílias, identificando os motivos que levaram ao acolhimento, construindo um plano de ação para o retorno da criança ao lar, quando for o caso;

- acompanhar e trabalhar as famílias por meio de procedimentos técnicos e visitas domiciliares, desenvolvendo as diferentes capacidades dos seus integrantes, propiciando ganhos de autonomia e melhoria sustentável da qualidade de vida;

- inserir as famílias, conforme o caso, em programas da rede de proteção e inclusão social junto aos serviços públicos, na lógica da referência e contra-referência;

- preparar as famílias para o retorno das crianças e/ou adolescentes ao lar;

-acompanhar a família de origem a partir do retorno da criança e/ou adolescente, durante o período necessário a adaptação mútua.

## 7 Do Subsídio Financeiro

7.1 As Famílias cadastradas no Serviço, independente de sua condição econômica, receberão benefício financeiro temporário, exclusivamente para o cuidado do acolhido, nos moldes do art. 20 da Lei Municipal 3.053/19

## 8. Do Desligamento

8.1 A família poderá ser desligada do Serviço:

a) em caso de perda de quaisquer dos requisitos previstos no art.07 da lei Municipal 3.053/19;



- b) por solicitação escrita da própria família, com justificativa;
- c) por solicitação da equipe técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- d) por recomendação do juízo da Família, Infância ou Juventude ou Determinação Judicial.

#### 9. Da Seleção:

9.1 a seleção ocorrerá continuamente, observadas as seguintes etapas.

9.1 Primeira Etapa – Avaliação Documental: Avaliação dos documentos apresentados pelas famílias, para fins de verificar a procedência, bem como, com os critérios estabelecidos neste edital. Caso a família participante não apresente os documentos em consonância com o exigido, será desclassificada.

9.2 Segunda Etapa – Avaliação Técnica (psicossocial): Avaliação para verificação se a família inscrita como potencial acolhedora preenchem os requisitos necessários a função. Nesta etapa os inscritos deverão passar por um estudo psicossocial, que será realizado através de entrevistas individuais e coletivas, visitas domiciliares entre outras ferramentas que se fizerem necessárias.

9.3 Terceira Etapa: Disponibilização na sede do serviço, da relação das famílias selecionadas para formação do cadastro de reserva para os interessados.

9.4 Quarta Etapa – Capacitação: As famílias acolhedoras selecionadas serão capacitadas e receberão acompanhamento contínuo nos moldes do art. 9 da Lei Municipal 3.053/19.

§1º - A classificação para uma etapa subsequente é vinculada obrigatoriamente a classificação na etapa anterior, sendo que a aprovação em todas as etapas não assegura ao pretendente a habilitação imediata, mas apenas a expectativa de ser habilitado segundo a disponibilidade e necessidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

§2º não haverá ordem de classificação para as famílias aprovadas. A colocação da criança ou adolescente dependerá de perfil mais adequado de ambos, conforme avaliação da equipe do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

§3º Cada família acolhedora deverá acolher uma criança/adolescente por vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos.

#### 10. Do Pedido de Reconsideração:

10.1 A família que discordar da decisão aferida pela avaliação da equipe poderá entrar com pedido de reconsideração no prazo de 5 (cinco) dias úteis contatos a partir do resultado da avaliação, devendo encaminhar o recurso por escrito no mesmo local da inscrição.

#### 11. Da colocação da Criança em Família Acolhedora:

11.1 O acolhimento em família acolhedora será realizado conforme a existência de demanda, bem como de acordo com o perfil de cada família cadastrada e da criança/adolescente a ser acolhido.

11.2 O atendimento dependerá da disponibilidade de acolhimento pelas famílias cadastradas e parecer favorável da equipe técnica do serviço de acolhimento em Família Acolhedora.

#### 12. Das Disposições Finais:

12.1 As atribuições da Família Acolhedora, bem como todo o procedimento regulamentador do acolhimento são as constantes na Lei 8.069/1990 e na Lei Municipal 3.053/19, sem prejuízo das demais leis afetas.

12.2 O ato de inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

12.3 As datas e os locais para entrevista e visita domiciliar serão previamente agendadas pela equipe responsável com o inscrito.

12.4 Os casos omissos e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

12.5 É de responsabilidade dos candidatos acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo de seleção.

12.6 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital.

12.7 Fica Eleito o Foro da Comarca de Pomerode para dirimir as questões decorrentes da execução do presente edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.8 O presente Edital terá validade de um ano, contados a partir da data de sua publicação.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 05 de novembro de 2019

### PORTARIA 25.804

Publicação Nº 2214791

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.804

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 023/2015) LOUISE RELINDES BURDZAKI PARA O CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

O Secretário de Obras, WILHELM ZILZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

RESOLVE:



De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR LOUISE RELINDES BURDZAKI, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na Secretaria de Obras, a partir de 04 de novembro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2019.

WILHELM ZILZ  
Secretaria de Obras

## **RESOLUÇÃO Nº 044/2019/CMDCA**

Publicação Nº 2215788

### **RESOLUÇÃO Nº 044/2019/CMDCA**

Dispõe sobre a aprovação de despesas com os recursos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de Pomerode – FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 3.039/2019 de 03 de abril de 2019, e em conformidade com a reunião ordinária realizada no dia 18 de outubro de 2019,

### **RESOLVE**

Art. 1º - Aprovar o pagamento das despesas com café para realização do Curso de Formação dos Conselheiros Tutelares eleitos. O curso será realizado nos dias 18, 19 e 20 de novembro, na Unidade de Saúde Alwin Klotz e no dia 21 de novembro, na Câmara Municipal de Vereadores, no horário das 18:00 às 22:00 horas.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 30 de Outubro de 2019.

Rudi Voigt  
Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### DECRETO - 1897-2019 - USO DA QUADRA

Publicação Nº 2216046

DECRETO Nº 1897/2019

DISCIPLINA O USO DA QUADRA ESPORTIVA DO NÚCLEO MUNICIPAL RECANTO DA CRIANÇA POR TERCEIROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Roberto Molin de Almeida, Prefeito do Município de Ponte Alta do Norte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 81, VIII da Lei Orgânica do Município de Ponte Alta do Norte – SC,

DECRETA:

Art. 1º. O uso da quadra esportiva do Núcleo Municipal Recanto da Criança, poderá ser realizado por terceiros, mediante requerimento (anexo I), a ser devidamente preenchido e entregue a servidor designado a atender do local, que organizará os horários de uso, e encaminhará o requerente ao setor tributário, para efetuar o pagamento do preço pelo uso do espaço.

Art. 2º. O uso do espaço por terceiros somente poderá ser realizado em horários que respeitem e não interfiram nas atividades do Núcleo Municipal Recanto da Criança e ainda nos eventos a serem organizados pela diretoria de esportes do município.

Art. 3º. A locação do espaço somente poderá ser realizada por cidadão residente no município de Ponte Alta do Norte – SC, mediante documentos comprobatórios anexados ao requerimento, e destinado exclusivamente para a prática desportiva de futebol socy, devendo os usuários utilizarem-se dos equipamentos necessários para tanto, principalmente os calçados adequados, para a adequada manutenção do gramado, com lotação máxima de 10 desportistas em campo.

Art. 4º. O valor a ser pago pelo usuário será de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por hora, limitando o uso a uma hora diária por usuário ou equipe, que deverão ser recolhidos antecipadamente junto aos cofres do município de Ponte Alta do Norte, através de DAM (Documento de Arrecadação Municipal) que será expedido pelo departamento de tributos municipal, cujo comprovante de recolhimento quitado, deverá ser apresentado junto ao servidor responsável pelo controle e gestão do uso do espaço.

Art. 5º. As receitas advindas da cessão do uso do espaço farão parte da receita corrente do município.

Art. 6º. Fica ainda autorizada a exploração do serviço de bar no referido espaço pela APP do educandário, cujas licenças e demais autorizações legais serão de única e exclusiva responsabilidade da entidade que irá explorar o serviço.

Art. 7º. O Município de Ponte Alta do Norte-SC, fica isento de qualquer responsabilidade advinda de eventuais acidentes ou ainda má-gestão do uso do serviço de bar e cozinha na referida quadra esportiva, sendo a referida responsabilidade exclusiva dos seus usuários.

Art. 8º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponte Alta do Norte/SC, 05 de Novembro de 2019.

Roberto Molin de Almeida  
Prefeito Municipal

Fica publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de Novembro de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

Anexo I

### REQUERIMENTO

USO DA QUADRA esportiva do Núcleo Municipal Recanto da Criança

Requerente/Responsável: \_\_\_\_\_

Nº Identidade: \_\_\_\_\_ Inscrito CPF sob nº \_\_\_\_\_

Endereço Completo: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_

Equipe: \_\_\_\_\_

Venho requerer, o uso da quadra esportiva do Núcleo Recanto da Criança, para atividades desportivas, no seguinte dia da semana: \_\_\_\_\_, sendo a concessão de uso por hora, nos seguintes horários: das ..... até as ..... , perfazendo um total de ..... hora (s), por um período de ..... mês (es).

Fico ciente da responsabilidade advinda de eventuais acidentes ou ainda má-gestão do uso do serviço de bar e cozinha na referida quadra esportiva, e dos termos legais citados do decreto regulamenta a concessão de uso do bem público.

Documentos Comprobatórios: apresentar Comprovante de residência.

Ponte Alta do Norte, ...../ ..... /.....

Assinatura do Requerente/Responsável

**DECRETO-1896-2019 - DOTAÇÃO**

Publicação Nº 2216043

DECRETO Nº. 1896/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A MOVIMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DENTRO DA MESMA ATIVIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orçamentária nº. 1139/18 de 06/12/2018, Art. 5º Inciso II, e pelo Art. 81º, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - Fica anulada a Dotação Orçamentária abaixo relacionada, no montante de R\$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais), a saber:

10 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
10.01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
10.301.1001.2.031 – Manutenção das Atividades da saúde  
3.1.90.00.00.00.00.00.0002 – Vencimentos e Salário R\$ 300.000,00

Art. 2º - Fica suplementada a Dotação Orçamentária abaixo relacionada, no montante de R\$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais), a saber:

10 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
10.01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
10.301.1001.2.031 – Manutenção das Atividades da saúde  
3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Outras despesas correntes R\$ 300.000,00

Art. 3º - Para cobertura das Suplementações acima mencionadas, ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 05 de Novembro de 2019.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de Novembro de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

**DECRETO-1898-2019 - ALTERA COMISSÃO JULGAMENTO ESPORTES**

Publicação Nº 2216047

DECRETO nº 1898/2019

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO DE JULGAMENTO DO CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTSAL LIVRE MASCULINO E REGIONAIS FEMININO E VETERANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 81. Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º - Fica alterado os membros responsáveis do Conselho de Julgamento do Campeonato Municipal de Futsal Livre Masculino e Regionais Feminino e veterano, conforme abaixo descrito:

Delfa Terezinha W. Costa – Presidente  
Paulo Roberto Ferreira – Membro  
Willian Thiago Buss – Membro

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 05 de Novembro de 2019.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado o presente decreto aos cinco dias do mês de Novembro de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM - Diário Oficial dos

Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

## **PORTARIA -173-2019 - CARLA - DIRETORA**

Publicação Nº 2216044

PORTARIA N.º 173/2019

NOMEIA SERVIDORA EM CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal.

### **RESOLVE**

Art. 1º - Fica nomeada a servidora municipal CARLA FABIANE NEIS, matrícula nº 593, no cargo em comissão de Diretora do Departamento de Tributação, a contar de 01 de Novembro de 2019, em conformidade LC Nº 035/2010, percebendo os valores do cargo comissionado, afastando-se do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 05 de Novembro de 2019.  
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos cinco dias do mês de Novembro do ano de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PRG 078/2019 - PMPB

Publicação Nº 2215340

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço – Nº 078/2019 - PMPB

Tipo de licitação: Menor Preço Global;

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço de manutenção com fornecimento e instalação de materiais, atendendo as necessidades do Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina lotado neste Município, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 09h30min do dia 19/11/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 10h00min do dia 19/11/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 04 de Novembro de 2019

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2252 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2214851

DECRETO Nº 2.252, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 16, inciso I da Lei Municipal nº 2.700/2018".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 04 - Secretaria Municipal da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria Municipal da Fazenda

Funcional Programática: 0028.0843.9997

Atividade: 0.002 – Contribuição para formação do PASEP

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 75.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no Exercício de 2019, por conta dos recursos ordinários na importância de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 04 de novembro de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

# Porto União

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 167/2019

Publicação Nº 2214769

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 167/2019

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 05/11/2019 a 11/11/2019, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
  - Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
  - Carteira de Identidade;
  - Carteira de Trabalho;
  - Comprovante do PIS/PASEP
  - Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
  - Título de Eleitor;
  - Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
  - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
  - Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
  - Certidões Negativas Cíveis do 1º Grau de Jurisdição expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
  - Certidão Negativa Criminal do 1º Grau de Jurisdição expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
  - Certidão Negativa Cível e Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
  - Comprovante de residência atualizado;
  - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
  - Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia);
  - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
  - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
  - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH\*);
  - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH\*);
  - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH\*);
  - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH\*);
  - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH\*);
  - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH\*);
- \* Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

Cargo: PSICÓLOGO

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
DIOGO SCHERER OLIVETTI	9º		

Porto União (SC), 4 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 168/2019

Publicação Nº 2215875

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 168/2019

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 06/11/2019 a 12/11/2019, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de

segunda a sexta feira, para apresentar a FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
  - Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
  - Carteira de Identidade;
  - Carteira de Trabalho;
  - Comprovante do PIS/PASEP
  - Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
  - Título de Eleitor;
  - Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
  - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
  - Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
  - Certidões Negativas Cíveis do 1º Grau de Jurisdição expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
  - Certidão Negativa Criminal do 1º Grau de Jurisdição expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
  - Certidão Negativa Cível e Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
  - Comprovante de residência atualizado;
  - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
  - Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia);
  - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
  - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
  - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH\*);
  - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH\*);
  - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH\*);
  - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH\*);
  - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH\*);
  - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH\*);
- \* Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

Cargo: MOTORISTA DE VEICULOS LEVES

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
MAURICIO FERREIRA	6º		

Porto União (SC), 05 de novembro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 165/2019

Publicação Nº 2214981

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 230/2019.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 165/2019 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 19 de novembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 04 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.



**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 166/2019**

Publicação Nº 2214990

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 231/2019.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 166/2019.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS, POSTES E LUMINÁRIAS. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 19 de novembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 04 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 167/2019 - REGISTRO DE PREÇO**

Publicação Nº 2214996

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 232/2019 – Registro de Preços.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 167/2019 – Com Cota Exclusiva ME – EPP – MEI.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE CERCA DE MADEIRA PLÁSTICA. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 20 de novembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitoportouniao@yahoo.com.br](mailto:licitoportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 04 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 1.348/2019 - RH**

Publicação Nº 2214926

PORTARIA Nº 1.348, de 17 de outubro de 2019.

Dispõe sobre contratação por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, no período de 17 de outubro a 06 de dezembro de 2019, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, JOSIELE ZANELLA, para o emprego público de Enfermeiro do PSF (Programa Saúde da Família), de acordo com a Lei Municipal 3.494, de 30 de junho de 2008, alterada pela Lei Municipal nº 3.949 de 30 de novembro de 2011, em substituição à servidora Gelsiane Francieli Filipiak Bergmann, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada exercerá suas atividades junto à Unidade Básica de Saúde do Bairro Vice-King, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte



**PORTARIA Nº 1.350/2019 - RH**

Publicação Nº 2214927

PORTARIA Nº 1.350, de 17 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 17 de outubro a 07 de novembro de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, JAQUELINE ALVES, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Jucélia Aparecida Ferreira Espíndola, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.354/2019 - RH**

Publicação Nº 2214931

PORTARIA Nº 1.354, de 18 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato nº 099/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 099/2019, de JANETE CARMEN RIBEIRO PRESTES no período de 18 de outubro a 13 de dezembro de 2019, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora Renilda Aparecida Mello, que se encontra readaptada por 120 dias.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.356/2019 - RH**

Publicação Nº 2214933

PORTARIA Nº 1.356, de 21 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 21 de outubro de 2019 a 16 de outubro de 2020, ou até a realização de concurso público ou teste seletivo, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, CASSIANO DE SIQUEIRA STALISZ, para exercer as funções do cargo de Pedreiro, com vencimentos na Classe "02", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados no concurso público 001/2018.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto à Intendência de São Miguel da Serra, vinculada à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.357/2019 - RH**

Publicação Nº 2215463

PORTARIA Nº 1.357, de 21 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 21 de outubro de 2019 a 17 de janeiro de 2020, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, CASSIANO RODRIGO LOCATELLI, para exercer as funções do cargo de Operador de Máquinas Pesadas, com vencimentos na Classe "04", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em substituição ao servidor Jair Francisco de Souza que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Trânsito - DEMUTRAN, vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.359/2019 - RH**

Publicação Nº 2214935

PORTARIA Nº 1.359, de 21 de outubro de 2019.

Nomear através de Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2018, ELENICE DE LIMA KUBIAK, aprovada em 46º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, pertencente ao Grupo Ocupacional de Apoio (GA), do Anexo II, com vencimentos na Classe "01" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 21 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.362/2019 - RH**

Publicação Nº 2214937

PORTARIA Nº 1.362, de 22 de outubro de 2019.  
Dispõe sobre Prorrogação de Contrato nº 194/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 194/2019, de INOEMA DE FÁTIMA ARBIGAUS CHAVES no período de 18 de outubro a 14 de novembro de 2019, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, em substituição à servidora contratada Roseli dos Santos, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Criança Feliz, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 18 de outubro de 2019.

Porto União (SC), 22 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 1.367/2019 - RH**

Publicação Nº 2215464

PORTARIA Nº 1.367, de 24 de outubro de 2019.

Revogar a Portaria nº 866, de 30 de junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Considerando o requerimento da servidora Zilda Leoni Farber, solicitando a Revogação da Portaria nº 866, de 30 de junho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 866, de 30 de junho de 2013, que Averba o Tempo de Contribuição, da servidora ZILDA LEONI FARBER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 24 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 1.368/2019 - RH**

Publicação Nº 2214941

PORTARIA Nº 1.368, de 25 de outubro de 2019.

Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 25 de outubro a 20 de novembro de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, ILDA DE CASTRO, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Mirian Tatiane de Assumpção, que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 25 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 1.369/2019 - RH**

Publicação Nº 2215466

PORTARIA Nº 1.369, de 25 de outubro de 2019.

Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 25 de outubro a 08 de novembro de 2019, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, IRANEIDE MARIA DOS SANTOS, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A"

previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Dayane Vaz que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Berçário Maria Luiza Waldraf, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 25 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 1.370/2019 - RH**

Publicação Nº 2215468

PORTARIA Nº 1.370, de 25 de outubro de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de ELEILIANE GRACIELI ULINIKI, das funções do cargo de Enfermeiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 25 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 1.371/2019 - RH**

Publicação Nº 2215470

PORTARIA Nº 1.371, de 28 de outubro de 2019.

Dispõe sobre Rescisão de Contrato de Trabalho.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR, o contrato de trabalho de JUCELIA CRISTINA LEONARCZYK KASPECHACKI, as funções do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do contrato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 1.372/2019 - RH**

Publicação Nº 2215471

PORTARIA Nº 1.372, de 28 de outubro de 2019.

Exonerar a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, ANDREZA KERLI CORREA DALGALLO, matrícula 1987006, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme prevê Artigo 57 da Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 07 de outubro de 2019.

Porto União (SC), 28 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.373/2019 - RH**

Publicação Nº 2215483

PORTARIA Nº 1.373, de 28 de outubro de 2019.

Desclassificar Candidato Aprovado no Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Edital de Convocação nº 156/2019, publicado em Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 26 de setembro de 2019, Edição nº 2.939;

**RESOLVE:**

Art. 1º DESCLASSIFICAR, o candidato JOAREZ VIZNIEVSKI, aprovado em 25º lugar no Concurso Público 001/2018, para o cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, em razão de haver expirado o prazo para o candidato assumir a vaga.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.374/2019 - RH**

Publicação Nº 2215487

PORTARIA Nº 1.374, de 28 de outubro de 2019.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 28 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo de maio/2013 a maio/2018, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora MARISTELA SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 1.376/2019 - RH**

Publicação Nº 2215491

PORTARIA Nº 1.376, de 28 de outubro de 2019.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 28 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo de outubro/2014 a outubro/2019, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora GICELI APARECIDA GONCALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 1.377/2019 - RH**

Publicação Nº 2215492

PORTARIA Nº 1.377, de 28 de outubro de 2019.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 28 de outubro de 2019, referente ao período aquisitivo de fevereiro/2010 a fevereiro/2015, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora ROSANI ESTER SCHROH DE CAMARGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Pedagogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 28 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 1.383/2019 - RH**

Publicação Nº 2215497

PORTARIA Nº 1.383, de 31 de outubro de 2019.

Desclassificar Candidato Aprovado no Concurso Público 001/2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Edital de Convocação nº 157/2019, publicado em Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 1º de outubro de 2019, Edição nº 2.943;

**RESOLVE:**

Art. 1º DESCLASSIFICAR, o candidato JOSE AUGUSTO GUERREIRO PEREIRA, aprovado em 1º lugar no Concurso Público 001/2018, para o cargo de Psicólogo com Especialização em Saúde Mental, em razão de haver expirado o prazo para o candidato assumir a vaga.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

### **PORTARIA Nº 1.384/2019 - RH**

Publicação Nº 2215498

PORTARIA Nº 1.384, de 31 de outubro de 2019.

Exonerar a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, DIRLENE KLABUNDE, matrícula 1994301, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme prevê Artigo 57 da Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 31 de outubro de 2019.



ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIAS Nº 1.385 A 1.388/2019 - RH**

Publicação Nº 2215500

PORTARIA Nº 1.385, de 31 de outubro de 2019.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2019, de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento de 01 a 30 de setembro de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de outubro/2019, referente ao período aquisitivo setembro/2013 a setembro/2018, da servidora MARIZA DJANIRA PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), de 31 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.386, de 31 de outubro de 2019.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2019, de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento de 01 a 30 de setembro de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de outubro/2019, referente ao período aquisitivo abril/2014 a abril/2019, da servidora DAYANE VAZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), de 31 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.387, de 31 de outubro de 2019.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2019, de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento de 01 a 30 de setembro de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de outubro/2019, referente ao período aquisitivo setembro/2014 a setembro/2019, da servidora ADRIANA APARECIDA DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), de 31 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 1.388, de 31 de outubro de 2019.

Convertido em Pecúnia 1/3 da Licença Prêmio.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o parágrafo único do Art. 132 da Lei Municipal nº 2055/94 que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores do município de Porto União;

CONSIDERANDO o Decreto nº 668, de 19 de outubro de 2011 que regulamenta a conversão em pecúnia de 1/3 da Licença Prêmio;

CONSIDERANDO o Edital nº 008/2019, de divulgação dos servidores que protocolaram requerimento de 01 a 30 de setembro de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER EM PECUNIA 1/3 da Licença Prêmio, pago na folha de pagamento de outubro/2019, referente ao período aquisitivo maio/2009 a maio/2014, da servidora VASTI VIEIRA MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o gozo de 60 (sessenta) dias consecutivos de Licença Prêmio conforme Artigo 4º do Decreto 668.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), de 31 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF

Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA 002/2019 - ALTERADO 2**

Publicação Nº 2215006

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 010/2019.

Retificação de Edital de Concorrência 002/2019 – ALTERADO 2.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório supracitado. Diante das alterações a data limite para recebimento das propostas passa a ser dia 12 de dezembro de 2019 às 09h00min, com início da sessão pública às 09h15min. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 04 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal



# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### 122 20 19 REPUBLICAÇÃO PAV. AFONSO PENA

Publicação Nº 2214974

REPUBLICAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº122/2019  
TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2019

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados a REPUBLICAÇÃO da abertura da tomada de preço p/ obras e serviços de engenharia, passando às 13:30 Horas do dia 20.11.2019 para a contratação de empresa do ramo, com fornecimento de materiais e mão de obra para Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, passeios em paver e sinalização viária de trecho de via no Município de Pouso Redondo/SC, sendo parte da Rua Afonso Pena, Bairro Progresso, com área de 2.701,39 m2, conforme projetos. Justifica-se a alteração devido correção da publicidade conforme preceitua o Art. 21, inciso III da Lei 8.666/93 Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site [www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br)

Pouso Redondo, em 04 de novembro de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

### 123 2019 PAVIMENTAÇÃO AVANÇAR CIDADES

Publicação Nº 2214977

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº123/2019  
CONCORRENCIA P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 06/2019

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto concorrência pública, até as 08:30 Horas do dia 06.12.2019, Execução de Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, pavimentação dos passeios em paver e sinalização viária das Ruas: Rua Jenny Schneider e Rua Eugênio Schneider com extensão de 588,80m; Rua Prefeito Osni Gomes com extensão de 847,00m; e Rua Prefeito Querino Ferrari com extensão de 757,50m, conforme anexo III. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site [www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br)

Pouso Redondo, em 04 de novembro de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

### 124 2019 INEXIGIBILIDADE R. LIZ CONSULTORIA

Publicação Nº 2215849

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº124/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2019  
Contratada: Rafael Gustavo de Liz 05513426927 – CNPJ 23.072.414/0001-21

Objeto: Contratação de empresa especializada para contratação do palestrante Rafael Gustavo de Liz, palestra com o tema: "O mudo mudou, e existem muitas possibilidades de crescimento", a ser ministrada paras as famílias atendidas pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Valor estimado: 1.900,00 (um mil e novecentos reais)

Pouso Redondo, 04 de novembro de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 134/2019 DE 04/11/2019 APROVA PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.465/2017.

Publicação Nº 2216156

DECRETO Nº 134/2019 de 04/11/2019

Aprova Projeto de Regularização Fundiária, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017, no núcleo urbano informal com área de 18.248,48 m², que atinge as matrículas nº 5.853, 5.854, 5.855, 5.856 e 5.857, localizado na rua Estrada Geral, bairro Fazenda Viana, neste Município, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº 13.465/2018, de 11 de julho de 2017 e Lei Municipal nº 2.721 de 19 de setembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o Projeto de Regularização Fundiária, na modalidade REURB-S, no Município de Pouso Redondo.

Parágrafo Único: O projeto que trata este artigo é referente a regularização do imóvel urbano, localizado as margens da Estrada Geral, bairro Fazenda Viana, no Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina. Trata-se de uma área de terras com 18.248,48 m², que atinge as matrículas 5.853, 5.854, 5.855, 5.856 e 5.857, conforme consta no R. I. de Trombudo Central – SC, atualmente de propriedade de Bertinho Pauli. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V-1, de coordenadas N 6.985.481,37m. e E 602.411,06m., situado no limite com terras de Odilon Koglin (mat. 11.565), deste, segue com azimute de 104°38'12" e distância de 48,01m., confrontando neste trecho com terras de Odilon Koglin (mat. 11.565) e com terras de Alboni Althoff (mat. 7.406), até o vértice V-2, de coordenadas N 6.985.469,23m. e E 602.457,52m.; deste, segue com azimute de 107°16'38" e distância de 47,00m., confrontando neste trecho com terras de Alboni Althoff (mat. 7.406), até o vértice V-3, de coordenadas N 6.985.455,27m. e E 602.502,40m.; deste, segue com azimute de 110°27'38" e distância de 13,68m., confrontando neste trecho com terras de Alboni Althoff (mat. 7.406), até o vértice V-4, de coordenadas N 6.985.450,49m. e E 602.515,22m.; deste, segue com azimute de 118°03'44" e distância de 40,00m., confrontando neste trecho com terras de Joaci José da Silva (mat. 2.323), com a Estrada Geral Serra Grande e com terras de Dirceu José de Costa (mat. 6.910), até o vértice V-5, de coordenadas N 6.985.431,68m. e E 602.550,51m.; deste, segue com azimute de 180°58'11" e distância de 87,75 m., confrontando neste trecho com terras de Dirceu José de Costa (mat. 6.910) e com terras de Cerâmica Marchi LTDA ME (mat. 16.726), até o vértice V-6, de coordenadas N 6.985.343,94m. e E 602.549,02m.; deste, segue com azimute de 267°58'27" e distância de 93,86m., confrontando neste trecho com terras de Bertino Pauli (mat. 5.857, 5.856, 5.855) e com a Estrada Geral Serra Grande, até o vértice V-7, de coordenadas N 6.985.340,62m. e E 602.455,22m.; deste, segue com azimute de 207°32'32" e distância de 15,92m., confrontando neste trecho com a Estrada Geral Serra Grande, até o vértice V-8, de coordenadas N 6.985.326,50m. e E 602.447,86m.; deste, segue com azimute de 195°18'49" e distância de 22,99m., confrontando neste trecho com a Estrada Geral Serra Grande, até o vértice V-9, de coordenadas N 6.985.304,33m. e E 602.441,79m.; deste, segue com azimute de 267°45'32" e distância de 35,64 m., confrontando neste trecho com terras de Bertino Pauli (mat. 5.854, 5.853), até o vértice V-10, de coordenadas N 6.985.302,94m. e E 602.406,18m.; deste, segue com azimute de 1°34'06" e distância de 178,49m., confrontando neste trecho com terras de Cerâmica Marchi LTDA (mat. 11.678), até o vértice V-1, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e se encontram representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51 WGr, tendo como o DATUM o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º - A análise técnica foi efetuada pelos profissionais da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, com base nas diretrizes da Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto nº 9.310/2018 e Lei Municipal nº 2.721/2018, preconizando a promoção de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano, buscando viabilizar a titulação da terra a seus ocupantes ora informais.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo - SC, 04 de novembro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 135/2019 DE 04/11/2019 DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Publicação Nº 2216186

DECRETO Nº 135/2019 de 04/11/2019

Dispõe sobre a alteração de membros do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO que a representante titular da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação e o representante suplente da Secretaria Municipal de Educação e Cultura não fazem mais parte do quadro de servidores do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de manter atualizada a representação do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes servidoras para substituir os representantes que não fazem mais parte das Secretarias de Desenvolvimento Social e Habitação e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, de acordo com a Lei nº 2.648/2016:

I – Representantes governamentais:

a) Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação:

Valnete Maria Zonta Pauli – Titular

d) Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:  
Elizabeth Aparecida Oliveira Ribeiro - Suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 04 de novembro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

## **PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 090 2019**

Publicação Nº 2214973

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PRORROGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº120/2019,

PROCESSO Nº90/2019

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a PRORROGAÇÃO do prazo para abertura e julgamento das propostas e habilitação, do pregão presencial 90/2019 de OBJETO Registro de preços para aquisição de materiais de construção, elétricos, dentre outros, para uso das Secretarias Municipais.(lotes desertos processo 103/2019). Onde devido a erro de digitação, fica alterado o valor do item nº35 – Caixa PVC 2x4, onde passa a ser o valor correto R\$0,88. Em virtude disto altera-se a data de abertura para dia 18/11/2019 as 08:30 horas. OS DEMAIS ITENS DO EDITAL PERMANECEM INALTERADOS. Os interessados poderão solicitar maiores informações no site [www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br), e-mail [licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br) ou maiores informações pelo telefone (47) 3534-8700.

Pouso Redondo, 04 de novembro de 2019.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

## **REGIMENTO INTERNO FUNDEB DE POUSO REDONDO**

Publicação Nº 2214802

REGIMENTO INTERNO FUNDEB

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO  
FUNDEB NO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO

### **CAPÍTULO I**

Art. 1º - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, instituído pela Lei Municipal 1.961/07 de 30 de março de 2007, é organizado na forma de órgão colegiado e tem como finalidade acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros do FUNDEB do Município de Pouso Redondo.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

I. Acompanhar e controlar, em todos os níveis, a distribuição dos recursos financeiros do FUNDEB Municipal;

II. Acompanhar e controlar, junto aos órgãos competentes do Poder Executivo e ao Banco do Brasil, os valores creditados e utilizados à conta do FUNDEB;

III. Supervisionar a realização do censo escolar, no que se refere às atividades de competência do Poder Executivo Municipal, relacionadas ao preenchimento e encaminhamento dos formulários de coleta de dados, especialmente no que tange ao cumprimento dos prazos estabelecidos;

IV. Supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual do Município, especialmente no que se refere à adequada alocação dos recursos do FUNDEB, observando-se o cumprimento dos percentuais legais de destinação dos recursos;

V. Acompanhar, mediante verificação de demonstrativos gerenciais disponibilizados pelo Poder Executivo, o fluxo e a utilização dos recursos do FUNDEB, conforme disposto no art. 25 da Lei nº 11.494, de 20/06/2007;

VI. Exigir do Poder Executivo Municipal a disponibilização da prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB, em tempo hábil à análise e manifestação do Conselho no prazo regulamentar;

VII. Manifestar-se, mediante parecer gerencial, sobre as prestações de contas do Município, de forma a restituí-las ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para sua apresentação ao Tribunal de Contas competente, conforme Parágrafo Único do art. 27 da Lei 11.494, de 20/06/2007;

VIII. Observar a correta aplicação do mínimo de 60% dos recursos do Fundo na remuneração dos profissionais do magistério, especialmente em relação à composição do grupo de profissionais, cujo pagamento é realizado com essa parcela mínima legal de recursos;

IX. Exigir o fiel cumprimento do plano de carreira e remuneração do magistério da rede municipal de ensino;

X. Zelar pela observância dos critérios e condições estabelecidos para exercício da função de conselheiro, especialmente no que tange aos impedimentos para integrar o Conselho e para o exercício da presidência e vice-presidência do colegiado, descritos nos §§ 5º e 6º do art.

24 da Lei nº 11.494/2007;

XI. Requisitar, junto ao Poder Executivo Municipal, a infraestrutura e as condições materiais necessárias à execução plena das competências do Conselho, com base no disposto no § 10 do art. 24 da Lei nº 11.494/2007.

XII. Acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados, responsabilizando-se pelo recebimento, análise da Prestação de Contas desses Programas, encaminhando ao FNDE o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, acompanhado de parecer conclusivo, e notificar o órgão Executor dos Programas e o FNDE quando houver ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos;

XIII. Exercer outras atribuições previstas na legislação federal ou municipal.

§ 1º - O Conselho deve atuar com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal e será renovado periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

§ 2º - As decisões tomadas pelo Conselho deverão ser levadas ao conhecimento do Poder Público Municipal e da Comunidade.

## CAPÍTULO II

Art. 3º - O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB terá a seguinte composição, de acordo com o artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.961, de 30 de março de 2007, alterada pela Lei 2.314/2011 de 23/02/2011 e conforme o estabelecido no inciso IV do § 1º do art. 24 da Lei nº 11.494, de 20/06/2007:

I. 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II. 1 (um) representante dos professores das escolas públicas municipais;

III. 1 (um) representante dos diretores das escolas públicas municipais;

IV. 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;

V. 2 (dois) representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais;

VI. 1 (Um) representante do Conselho Municipal de Educação;

VII. 1 (Um) representante do Conselho Tutelar.

VIII. 2 (dois) representantes dos estudantes das escolas públicas municipais, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

§ 1º. Outros segmentos podem ser representados no Conselho, desde que definido na legislação municipal e que seja observada a paridade/equilíbrio na distribuição das representações.

§ 2º. A cada membro titular corresponderá um suplente.

§ 3º. Os membros titulares e suplentes terão um mandato de dois anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez, conforme estabelecido no § 11 do art. 24 da Lei 11.494/2007.

§ 4º. A nomeação dos membros ocorrerá a partir da indicação ou eleição por parte dos segmentos ou entidades previstas neste artigo.

§ 5º. Caberá ao membro suplente completar o mandato do titular e substituí-lo em suas ausências e impedimentos.

§ 6º. São impedidos de integrar o Conselho, conforme disposto no § 5º do art. 24 da Lei nº 11.494/2007:

I. Cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais;

II. Tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do FUNDEB, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III. Estudantes que não sejam emancipados;

IV. Pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal;

b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

§ 7º. Na hipótese da inexistência de estudantes emancipados, representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do Conselho com direito a voz.

## CAPÍTULO III

### SEÇÃO I

Art. 4º - As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente ou bimestralmente, conforme programado pelo colegiado.

Parágrafo Único. O Conselho poderá se reunir extraordinariamente por convocação do seu presidente ou de um terço dos seus membros.

Art. 5º - As reuniões serão realizadas com a presença da maioria dos membros do Conselho.

§ 1º. A reunião não será realizada se o quórum não se completar até 30 (trinta) minutos após a hora designada, lavrando-se termo que mencionará os conselheiros presentes e os que justificadamente não compareceram.

§2º. Quando não for obtida a composição de quórum, na forma do parágrafo anterior, será convocada nova reunião, a realizar-se dentro de dois dias, para a qual ficará dispensada a verificação de quórum.

§3º. As reuniões serão secretariadas por um dos membros, escolhido pelo presidente, a quem competirá a lavratura das atas.

## SEÇÃO II

Art. 6º - As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem:

- I. Leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;
- II. Comunicação da Presidência;
- III. Apresentação, pelos conselheiros, de comunicações de cada segmento;
- IV. Relatório das correspondências e comunicações, recebidas e expedidas;
- V. Ordem do dia, referente às matérias constantes na pauta da reunião.

## SEÇÃO III

Art. 7º - As decisões nas reuniões serão tomadas pela maioria dos membros presentes.

Art. 8º - Cabe ao presidente o voto de desempate nas matérias em discussão e votação.

Art. 9º - As decisões do Conselho serão registradas no livro de ata.

Art. 10 - Todas as votações do Conselho poderão ser simbólicas ou nominais, a critério do colegiado.

§ 1º - Os resultados da votação serão comunicados pelo presidente.

§ 2º - A votação nominal será realizada pela chamada dos membros do Conselho.

## SEÇÃO IV

Art. 11 - O presidente e o vice-presidente do Conselho serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar essas funções o representante do Poder Executivo Municipal, conforme disposto no § 6º do art. 24 da Lei nº 11.494/2007.

Parágrafo Único. O presidente será substituído pelo vice-presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 12 - Compete ao presidente do Conselho:

- I. Convocar os membros do Conselho para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II. Presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à consecução das suas finalidades;
- III. Coordenar as discussões e tomar os votos dos membros do Conselho;
- IV. Dirimir as questões de ordem;
- V. Expedir documentos decorrentes de decisões do Conselho;
- VI. Aprovar "ad referendum" do Conselho, nos casos de relevância e de urgência, matérias que dependem de aprovação pelo colegiado;
- VII. Representar o Conselho em juízo ou fora dele.

## SEÇÃO V

Art. 13 - A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB, de acordo com § 8º do art. 24 da Lei nº 11.494/2007:

- I - Não será remunerada;
- II - É considerada atividade de relevante interesse social;
- III - Assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;
- IV - Veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:
  - a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;
  - b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho;
  - c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.
- V - Veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Art. 14 - Perderá o mandato o membro do Conselho que faltar a quatro reuniões consecutivas ou a seis intercaladas durante o ano.

Art. 15 - Compete aos membros do Conselho:

- I. Comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II. Participar das reuniões do Conselho;
- III. Estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem distribuídas pelo presidente do Conselho;
- IV. Sugerir normas e procedimentos para o bom desempenho e funcionamento do Conselho;
- V. Exercer outras atribuições, por delegação do Conselho.

## CAPITULO IV

Art. 16 - As decisões do Conselho não poderão implicar em nenhum tipo de despesa.

Art. 17 - Eventuais despesas dos membros do Conselho, no exercício de suas funções, serão objeto de solicitação junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, comprovando-se a sua necessidade, para fins de custeio.

Art. 18 - Este Regimento poderá ser alterado em reunião extraordinária, expressamente convocada para esse fim, e por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art. 19 - O Conselho, caso julgue necessário, definirá os relatórios e os demonstrativos orçamentários e financeiros que deseje receber do Poder Executivo Municipal.

Art. 20 - O Conselho poderá, sempre que julgar conveniente, conforme Parágrafo Único do art. 25 da Lei nº 11.494/2007:

I - Apresentar ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo;

II - Por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário de Educação e Cultura competente ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - Requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) convênios com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o poder público;

d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

IV - Realizar visitas e inspetorias in loco para verificar:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo.

Art. 21 - Nos casos de falhas ou irregularidades, o Conselho deverá solicitar providências ao chefe do Poder Executivo e, caso a situação requeira outras providências, encaminhar representação à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Município/Estado e ao Ministério Público.

Art. 22 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão solucionados por deliberação do Conselho, em qualquer de suas reuniões, por maioria de seus membros presentes.

Pouso Redondo, 24/10/2019.

ANA CLAUDIA MORATELLI

Presidente do Conselho



# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### DECRETO N. D/4.380/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215045

Decreto nº D/4.380/2019, de 30 de outubro de 2019.

Homologa a Instrução Normativa nº SCI Nº 01/2019, que DISPÕE SOBRE A PRODUÇÃO DE INSTRUÇÕES NORMATIVAS A RESPEITO DAS ROTINAS DE TRABALHO A SEREM OBSERVADAS PELAS DIVERSAS UNIDADES DA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, OBJETIVANDO A IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE CONTROLE.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X, XII e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal,

Decreta:

Art. 1º Fica homologada a Instrução Normativa SCI nº 01/2019, que DISPÕE SOBRE A PRODUÇÃO DE INSTRUÇÕES NORMATIVAS A RESPEITO DAS ROTINAS DE TRABALHO A SEREM OBSERVADAS PELAS DIVERSAS UNIDADES DA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, OBJETIVANDO A IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS DE CONTROLE, que segue anexa como parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 30 de outubro de 2019.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 30/10/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella  
Secretária Municipal de Administração,  
Planejamento e Finanças

### DECRETO N. D/4.384/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215042

Decreto nº D/4.384/2019, de 04 de novembro de 2019.

Homologa o resultado final do Processo Seletivo Simplificado de Títulos nº 003/2019.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos X, XII e XIX, do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a ata de classificação final do Processo Seletivo n. 003/2019,

Decreta:

Art. 1º Tendo em vista a Ata de Classificação Final do Processo Seletivo Simplificado de Títulos – Edital n. 003/2019 do Município de Presidente Castello Branco, fica homologado o resultado final do referido Processo Seletivo, conforme segue:

ORDEM	CANDIDATO	GRADUAÇÃO	TOTAL
1º	Giane Benincá	10 pontos	10 pontos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 04 de novembro de 2019.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

]

Publicado o presente Decreto em 04/11/2019, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Giovana Petkov Lago Zanella  
Secretária Municipal de Administração,  
Planejamento e Finanças

# Presidente Getúlio

## PREFEITURA

### DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 2215376

Número do processo: 01/2019  
Requerente: JOSÉ LUIZ POFFO

#### DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO

O prefeito do município de Presidente Getúlio, no uso de suas atribuições previstas no art. 30, I da Lei Federal 13.465/2017, no art. 3º da Lei Municipal 3.229/2018 e no art. 5º, III do Decreto 032/2019, com redação dada pelo Decreto 066/2019, HOMOLOGA a indicação da classificação da modalidade REURB de interesse específico (REURB-E) quanto ao processo 01/2019, requerido por JOSÉ LUIZ POFFO.

Presidente Getúlio (SC), 08 de março de 2019.  
Nelson Virtuoso  
Prefeito municipal

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO Nº 007/2018

Publicação Nº 2214723

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 007/2018 – Segundo Termo Aditivo - Contratante: MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO Contratada: PGTUR TURISMO Vigência: Início: 01/11/2019 Término: 31/07/2020 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2018 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO E UNIVERSITÁRIO.  
Presidente Getúlio, 24 de outubro de 2019  
JOSE CARLOS DOS SANTOS - Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO Nº 008/2018

Publicação Nº 2214726

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 008/2018 – Segundo Termo Aditivo - Contratante: MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO Contratada: TURISMO PRESIDENTE LTDA Vigência: Início: 01/11/2019 Término: 31/07/2020 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2018 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO E UNIVERSITÁRIO.  
Presidente Getúlio, 24 de outubro de 2019  
JOSE CARLOS DOS SANTOS - Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO Nº 009/2018

Publicação Nº 2214728

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 009/2018 – Terceiro Termo Aditivo - Contratante: MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO Contratada: SARCELLA E SARCELLA TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA Vigência: Início: 01/11/2019 Término: 31/07/2020 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2018 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO E UNIVERSITÁRIO.  
Presidente Getúlio, 24 de outubro de 2019  
JOSE CARLOS DOS SANTOS - Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO Nº 010/2018

Publicação Nº 2214729

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 010/2018 - Segundo Termo Aditivo - Contratante: MUNICIPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO Contratada: DUOS MELLOS VIAGEM E TURISMO LTDA - ME Vigência: Início: 01/11/2019 Término: 31/07/2020 Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2018 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DO ENSINO TÉCNICO E UNIVERSITÁRIO.  
Presidente Getúlio, 24 de outubro de 2019  
JOSE CARLOS DOS SANTOS - Prefeito Municipal em Exercício



# Princesa

## PREFEITURA

### ATA 01 - HABILITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS PL 33.2019 IL 04.2019

Publicação Nº 2214813

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO 33/2019-FMS  
INEXIGIBILIDADE 04/2019-FMS  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO 04/2019-FMS

#### ATA DE HABILITAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

A Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto 64/2019, declarou aberta a Sessão e constatou a remessa de documentação pela proponente ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. Analisada a documentação de Credenciamento, constatou-se que a proponente encaminhou toda a documentação necessária. Passo seguinte, passou-se à análise da PROPOSTA DE PREÇOS da proponente, sendo constatado que o documento está adequado às exigências do Edital, tendo a mesma enviado proposta para os itens 01, 02, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12. Por fim, a Comissão passou a analisar a documentação de HABILITAÇÃO da proponente, sendo constatado que foi encaminhada a totalidade da documentação. Dessa forma, por atender a todos os requisitos do edital, declara-se HABILITADA a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR DE CEDRO. Sem mais, encerrou-se a sessão e posteriormente será elaborado contrato de serviços.

Princesa, 04 de novembro de 2019.

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T. da Silveira Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	-------------------------------------	---------------------------------

### DECRETO Nº 342, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2214966

DECRETO Nº 342 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018, no valor de R\$ 73.299,96 (Setenta e três mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

UNIDADE: 06.01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

PROJ./ATIV.: 20.608.0014.1.014 – Aquisição de Máquinas e Veículos

MODALIDADE:	(235) 4.90.00.0.1.0056.0000-	Aplicações Diretas	R\$	73.299,96
FONTE DE RECURSO: 01.0056 – Recurso Alienação de Bens				
TOTAL			R\$	73.299,96

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 73.299,96 (Setenta e três mil, duzentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Princesa/SC, 04 de Novembro de 2019.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti  
Contadora  
CRC/SC 026787/O-2

**PORTARIA N. 192 DE 04 OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2215619

PORTARIA Nº 192 DE 04 DE OUTUBRO DE 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 69, IX, X, XI, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que compete ao Prefeito a expedição de Portarias, nomear e comissionar servidores municipais;

CONSIDERANDO que a servidora exercente da função de controle interno, afastou-se das atividades em decorrência da maternidade iminente;

CONSIDERANDO a necessidade administrativa em manter servidor ocupando a função de controle interno;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 70 de 11 de junho de 2019 e Lei Complementar Municipal nº 24 de 30 de dezembro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora SABRINA BONFANTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF 012.386.959-57, nomeada pelo Decreto nº 126 de 25 de abril de 2018, para responder pelas funções de Chefe de Departamento da Secretaria de Administração, Planejamento e Fazenda, fazendo jus a respectiva gratificação.

Art. 2º. Designar a servidora SABRINA BONFANTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF 012.386.959-57, nomeada pelo Decreto nº 126 de 25 de abril de 2018, para responder temporariamente pelas funções de Controle Interno.

Art. 3º. Revoga-se a Portaria nº 125 de 18 de outubro de 2018.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa

Estado de Santa Catarina, 4 de novembro de 2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 190, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2214948

PORTARIA Nº. 190, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o que dispõe no Capítulo V, Subseção VII, Artigo 130 e 135, da Lei Complementar nº 022, de 30 de Dezembro de 2014 e Lei n. 575 de 10 de Novembro de 2010;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, 45 (quarenta e cinco) dias de Licença Prêmio ao Servidor, Senhor Pedro José Giehl, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Princesa/SC, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, referente ao período aquisitivo de 16 de fevereiro de 2014 a 15 de fevereiro de 2019, para usufruir no período de 31 de outubro de 2019 a 14 de dezembro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 31 de outubro de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 04 de novembro de 2019.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Princesa/SC, 05 de novembro de 2019

Liziane Fátima Pellenz

**PORTARIA Nº. 191, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215014

PORTARIA Nº. 191, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Art. 110 da Lei Complementar Nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER férias à servidora, Senhora Rosali de Fátima Corti, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo período de trinta (trinta) dias, considerando o período aquisitivo de 06 de maio de 2018 até 05 de maio de 2019. Sendo que as referidas férias serão gozadas com data inicial em 11 de novembro de 2019 a 10 de dezembro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 04 de novembro de 2019.

EDILSON MIGUEL WOLKWEIS

Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E  
PUBLICADA NA FORMA DA LEI  
PRINCESA/SC, 05 DE NOVEMBRO DE 2019  
LIZIANE FÁTIMA PELLEZ

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### ERRATA AO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019 PARA REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2215743

ERRATA AO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 82/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019 PARA REGISTRO DE PREÇOS - Onde se lê: CLECI APARECIDA VERONEZI, Prefeita Municipal de Rancho Queimado, no uso legal de suas atribuições, através do Departamento Municipal de Licitações e Contratos, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação "multientidades" na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para participação exclusiva de ME/EPP/MEI, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO NATALINA, INCLUSOS LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, MANUTENÇÃO E TRANSPORTE, EM VÁRIAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO PARA O EVENTO "NATAL ENCANTOS DA SERRA 2019", a realizar-se no Departamento de Licitações e Contratos, sito a Praça Leonardo Sell, Centro, Rancho Queimado - SC, CEP 88470-000, fone/fax: (48) 3275-3108, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os procedimentos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02, com o Decreto Federal 3.555 de 08/08/2000, com o Decreto Municipal 1349/2005, que regulamenta a utilização na modalidade pregão e com o descrito neste Edital. 1.1. O objeto da presente licitação é a eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO NATALINA, INCLUSOS LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, MANUTENÇÃO E TRANSPORTE, EM VÁRIAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO PARA O EVENTO "NATAL ENCANTOS DA SERRA 2019", com as respectivas especificações, quantidades e valores descritos no Termo de Referência (Anexo I). 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de iluminação e decoração natalina, inclusos locação, montagem, desmontagem, manutenção e transporte, em várias localidades do município de Rancho Queimado para o evento "Natal Encantos da Serra 2019", com as respectivas especificações, endereços e valores descritos neste Termo de Referência. 7.1.1. Todos os custos relacionados com a prestação dos serviços, incluso o fornecimento de equipamentos, locação, montagem, desmontagem, manutenção e transporte bem como os encargos sociais e trabalhistas, ficarão por conta do contratado. 7.16. - Responsabilizar-se por procedimentos de segurança durante a instalação, manutenção, transporte e desmontagem das estruturas solicitadas. Leia-se:

CLECI APARECIDA VERONEZI, Prefeita Municipal de Rancho Queimado, no uso legal de suas atribuições, através do Departamento Municipal de Licitações e Contratos, torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação "multientidades" na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para participação exclusiva de ME/EPP/MEI, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO NATALINA, INCLUSOS LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E TRANSPORTE, EM VÁRIAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO PARA O EVENTO "NATAL ENCANTOS DA SERRA 2019", a realizar-se no Departamento de Licitações e Contratos, sito a Praça Leonardo Sell, Centro, Rancho Queimado - SC, CEP 88470-000, fone/fax: (48) 3275-3108, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os procedimentos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02, com o Decreto Federal 3.555 de 08/08/2000, com o Decreto Municipal 1349/2005, que regulamenta a utilização na modalidade pregão e com o descrito neste Edital. 1.1. O objeto da presente licitação é a eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO NATALINA, INCLUSOS LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E TRANSPORTE, EM VÁRIAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO PARA O EVENTO "NATAL ENCANTOS DA SERRA 2019", com as respectivas especificações, quantidades e valores descritos no Termo de Referência (Anexo I). 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de iluminação e decoração natalina, inclusos locação, montagem, manutenção e transporte, em várias localidades do município de Rancho Queimado para o evento "Natal Encantos da Serra 2019", com as respectivas especificações, endereços e valores descritos neste Termo de Referência.

7.1.1. Todos os custos relacionados com a prestação dos serviços, incluso o fornecimento de equipamentos, locação, montagem, manutenção e transporte bem como os encargos sociais e trabalhistas, ficarão por conta do contratado. 7.16. - Responsabilizar-se por procedimentos de segurança durante a instalação, manutenção e transporte das estruturas solicitadas. O edital na sua íntegra contendo todas as especificações poderão ser obtidos nos dias úteis na Prefeitura Municipal na Praça Leonardo Sell, 40 – Rancho Queimado – SC, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou no site <http://www.rq.sc.gov.br/licitacao/pregao-presencial-n-35-2019/182> . Rancho Queimado, em 04 de novembro de 2019 – Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

### EXTRATO ADITIVO Nº I-87/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2018- PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2018

Publicação Nº 2215862

EXTRATO ADITIVO Nº I-87/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2018- PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2018 - QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO E A EMPRESA AK LUBRIFICANTRES EIRELI ME. O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do item 05 (zero cinco), constante do Contrato original (87/2018), perfazendo o total de R\$ 4.653,75 (quatro mil seiscentos e cinquenta e três e setenta e cinco centavos). Data da assinatura 21 de outubro de 2019. Publique-se, CLECI APARECIDA VERONEZI – Prefeita Municipal. Rancho Queimado, 04 de novembro de 2019.

### EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – PROCESSO LICITATÓRIO 76/2019

Publicação Nº 2214796

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS – PROCESSO LICITATÓRIO 76/2019. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Objeto: EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS COM RECURSOS PROVENIENTES DO PROGRAMA FINISA Nº 0522.906-07/2019, PARA A REALIZAÇÃO DE DRENAGEM NA ESTRADA GERAL DA INVERNADINHA DO MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: VANESSA ALINE HEINZ EIRELI – LOJA HEINZ, inscrito no CNPJ 07.805.169/0001-68. O valor total para eventual contratação R\$ 60.185,00 (sessenta mil cento e oitenta e cinco reais). Data de assinatura: 23 de outubro de 2019. Contratado: JOSEMIR CADORIN ME, inscrito no CNPJ:

04.461.076/0001-75. O valor total para eventual contratação R\$ 57.345,00 (cinquenta e quatro mil trezentos e quarenta e cinco reais). Data de assinatura: 23 de outubro de 2019. Atas de registro de preços proveniente do Processo Nº 76/2019 – P.P Nº 32/2019. Rancho Queimado 04 de novembro de 2019. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2019**

Publicação Nº 2214809

EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2019. Contratante: MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO. Contratado: AUTO ELETRICA MULLER 101 LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 27.193.568/0001-22. Objeto: fornecimento de peças dos veículos micro ônibus MML4879 e MKB 4099, ambos do transporte escolar. Valor total do fornecimento de peças R\$ 1.015,50 (mil e quinze reais e cinquenta centavos). Data de assinatura: 30 de outubro de 2019. Rancho Queimado, 04 de novembro de 2019. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### 373 PORTARIA Nº 373 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR HELIO LEITE

Publicação Nº 2215157

Portaria nº. 373, de 04 de novembro de 2019.

"Dispõe sobre a exoneração do servidor HELIO LEITE".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir do dia 04 de novembro de 2019, o servidor HELIO LEITE matrícula nº. 34001, contratado pela Portaria nº. 173/2019, para o cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seu efeito a partir de 04 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Adm Finanças

### 374 PORTARIA Nº 374 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR VIVIANE ALMEIDA

Publicação Nº 2215159

Portaria nº. 374, de 04 de novembro de 2019.

"Dispõe sobre a exoneração da servidora VIVIANE ALMEIDA".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir do dia 04 de novembro de 2019, a servidora VIVIANE ALMEIDA matrícula nº. 34288, contratada pela Portaria nº. 414/2018, para o cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seu efeito a partir de 04 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Adm Finanças

### 375 PORTARIA Nº 375 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE HELIO LEITE

Publicação Nº 2215160

Portaria nº. 375, de 04 de novembro de 2019.

"Dispõe sobre a contratação de HELIO LEITE, Admissão em Caráter Temporário - ACT".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação obtida no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo edital 02/2019,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, HELIO LEITE, admissão de caráter temporário, para exercer o cargo de Trabalhador Braçal, 40 horas semanais, nível I, do quadro geral de cargos de Provimento Efetivo, anexo III, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Adm e Finanças

### **376 PORTARIA Nº 376 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE JOSE AILTON OLIVEIRA**

Publicação Nº 2215161

Portaria nº. 376, de 04 de novembro de 2019.

“Dispõe sobre a contratação de JOSE AILTON OLIVEIRA, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação obtida no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo edital 02/2019,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, JOSE AILTO OLIVEIRA, admissão de caráter temporário, para exercer o cargo de Trabalhador Braçal, 40 horas semanais, nível I, do quadro geral de cargos de Provimento Efetivo, anexo III, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Adm e Finanças

### **377 PORTARIA Nº 377 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE VIVIANE ALMEIDA**

Publicação Nº 2215162

Portaria nº. 377, de 04 de novembro de 2019.

“Dispõe sobre a contratação de VIVIANE ALMEIDA, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação obtida no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo edital 02/2019,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, VIVIANE ALMEIDA, admissão de caráter temporário, para exercer o cargo de Motorista, 40 horas semanais, nível VIII, do quadro geral de cargos de Provimento Efetivo, anexo III, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Adm e Finanças



**378 PORTARIA Nº 378 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE VILSON AGOSTINI**

Publicação Nº 2215164

Portaria nº. 378, de 04 de novembro de 2019.

“Dispõe sobre a contratação de VILSON AGOSTINI, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação obtida no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo edital 02/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Contratar, VILSON AGOSTINI, admissão de caráter temporário, para exercer o cargo de Motorista, 40 horas semanais, nível VIII, do quadro geral de cargos de Provimento Efetivo, anexo III, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Adm e Finanças

**379 PORTARIA Nº 379 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SILMARA DOS SANTOS GASPAR**

Publicação Nº 2215165

Portaria nº. 379, de 04 de novembro de 2019.

“Dispõe sobre a contratação de SILMARA DOS SANTOS GASPAR, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação obtida no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo edital 02/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Contratar, SILMARA DOS SANTOS GASPAR, admissão de caráter temporário, para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo, 40 horas semanais, nível X, do quadro geral de cargos de Provimento Efetivo, anexo III, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Adm e Finanças

**380 PORTARIA Nº 380 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE ADRIANA LUCAS DOS SANTOS**

Publicação Nº 2215166

Portaria nº. 380, de 04 de novembro de 2019.

“Dispõe sobre a contratação de ADRIANA LUCAS DOS SANTOS, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação obtida no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo edital 02/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Contratar, ADRIANA LUCAS DOS SANTOS, admissão de caráter temporário, para exercer o cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais, nível I, do quadro geral de cargos de Provimento Efetivo, anexo III, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,



em 04 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Adm e Finanças

### **381 PORTARIA Nº 381 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE GREYCE APARECIDA ANDRE**

Publicação Nº 2215167

Portaria nº. 381, de 04 de novembro de 2019.

“Dispõe sobre a contratação de GREYCE APARECIDA ANDRE, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em razão de aprovação obtida no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo edital 02/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar, GREYCE APARECIDA ANDRE, admissão de caráter temporário, para exercer o cargo de Auxiliar Operacional Escolar, 40 horas semanais, nível II, do quadro geral de cargos de Provimento Efetivo, anexo III, da Lei nº 1.570, de 02 de janeiro de 2007

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Adm e Finanças

### **382 PORTARIA Nº 382 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ALMIR BONMANN**

Publicação Nº 2215168

Portaria nº. 382, de 04 de outubro de 2019.

“Concede férias ao servidor ALMIR BONMANN”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ALMIR BONMANN, matrícula 33822, 10 (dez) dias de férias em gozo, referente ao período aquisitivo de 17 de novembro de 2017 a 16 de novembro de 2018, tendo como período de gozo: 04 a 13 de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 04 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Administração e Finanças

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2019**

Publicação Nº 2215156

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 04/2019**

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais combinado com o artigo 75, da Lei Complementar nº 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, em respeito ao princípio constante no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, torna público para conhecimento dos interessados, que no período de 08/11/2019 a 25/11/2019, estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2019, destinado ao preenchimento de vagas de Admissão em Caráter Temporário do Magistério Público do Município de Rio do Campo, durante o ano letivo de 2020.

**1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido por este Edital e sua realização, coordenação e supervisão será executado pela Comissão Especial de Processo Seletivo instituída e nomeada pela portaria nº 354, de 10 de outubro de 2019, do Poder Executivo Municipal.

**2 DOS CARGOS**

2.1 Os cargos a serem providos, a habilitação exigida, número de vagas para provimento do cargo, bem como o tipo de provas, estão discriminadas nos quadros a seguir:

**2.2 Quadro I**

CARGO	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	TIPOS DE PROVAS
Professor Educação Infantil	Habilitado - Superior em Pedagogia ou Normal Superior para atuar na Educação Infantil. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5º fase em Curso de Licenciatura em Pedagogia, ou Normal Superior para atuar na Educação Infantil.	CR	20h a 40 h	Escrita e Títulos
Professor Ensino Fundamental Séries Iniciais (1º ao 5º ano)	Habilitado - Superior em Pedagogia ou Normal Superior para atuar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5º fase em Curso de Licenciatura em Pedagogia, ou Normal Superior para atuar nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.	CR	20h a 40 h	Escrita e Títulos

**2.3 Quadro II**

CARGO	HABILITAÇÃO MÍNIMA	VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	TIPOS DE PROVAS
Professor Ensino Fundamental de Artes	Habilitado - Graduação em curso de licenciatura em Artes Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura em Artes	CR	10h a 40h	Escrita e Títulos

Professor Ensino Fundamental de Inglês	Habilitado - Graduação em curso de licenciatura em Inglês. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Letras-Inglês.	CR	10h a 40h	Escrita e Títulos
Professor Ensino Fundamental de Língua Portuguesa	Habilitado - Graduação em curso de licenciatura em Língua Portuguesa. Não Habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura Língua Portuguesa.	CR	10h a 40h	Escrita e Títulos
Professor Ensino Fundamental de Matemática	Habilitado - Graduação em curso de licenciatura em Matemática. Não habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura em Matemática.	CR	10h a 40h	Escrita e Títulos
Professor Ensino Fundamental de Geografia	Habilitado - Graduação em curso de licenciatura em Geografia. Não habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura em Geografia.	CR	10h a 40h	Escrita e Títulos
Professor Ensino Fundamental de História	Habilitado - Graduação em curso de licenciatura em História. Não habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura em História.	CR	10h a 40h	Escrita e Títulos
Professor Ensino Fundamental de Ciências	Habilitado - Graduação em curso de licenciatura em Ciências. Não habilitado – Certidão de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Licenciatura em Ciências	CR	10h a 40h	Escrita e Títulos

2.4 Os cargos especificados no quadro anterior comporão lista de espera, e serão ocupadas de acordo com a necessidade de preenchimento do Magistério Público do Município de Rio do Campo, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2019.

### 3 DA REMUNERAÇÃO

3.1 A remuneração obedecerá à legislação municipal vigente.

### 4. DA DIVULGAÇÃO

4.1 A divulgação oficial do Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2019, na íntegra, será efetuada através de publicação no DOM (diário oficial do município) e no site da Prefeitura Municipal de Rio do Campo: [www.riodocampo.atende.net](http://www.riodocampo.atende.net).

### 5 DA INSCRIÇÃO

5.1 As inscrições serão realizadas via Internet no portal [www.riodocampo.atende.net](http://www.riodocampo.atende.net), a partir das 00h do dia 08 de novembro de 2019 até 23h59min do dia 25 de novembro de 2019, de acordo com a Ficha de Inscrição constante no Anexo I deste Edital.

5.2 As inscrições serão gratuitas.

5.3 O Município não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que tenham impossibilitado a transferência de dados.

5.4 Ao preencher a respectiva ficha de inscrição, via internet, o candidato deverá imprimir o cartão de identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto das provas.

5.5 No ato da inscrição, o candidato poderá se inscrever em até duas áreas, marcando em campo específico da Ficha de inscrição. Depois de efetivada a inscrição, não será aceito pedido de alteração desta opção.

5.6 O candidato assumirá total responsabilidade pelas informações prestadas no preenchimento da Ficha de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, omissões e declarações inexatas ou inverídicas, podendo este, a qualquer momento, responder por crime contra a fé pública.

5.7 Não serão aceitas inscrições que não atenderem rigorosamente ao disposto neste Edital, ou feitas por qualquer outra via, que não sejam as nele contidas.

5.8 O candidato que está cursando pedagogia, a partir da quinta fase, poderá se inscrever na área específica.

5.9 No período das inscrições o candidato deverá apresentar, na Secretaria Municipal de Educação, cópias legíveis acompanhadas do original, ou cópias autenticadas dos seguintes documentos:

- a) Certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização na disciplina / cargo para o qual se inscreveu ou em Educação, devidamente registrados, expedidos por instituição credenciada no MEC ou CEE/CME, com duração mínima ou superior a 16 horas, frequentados, ministrados e concluídos em período compreendido entre 01 de novembro de 2017 a 25 de novembro de 2019, contendo originalmente o número de horas destes;
- b) Certificados ou diplomas para habilitação profissional ou de curso de pós-graduação;
- c) Certificado de Frequência Escolar a partir da 5ª fase em Licenciatura;
- d) Atestado de Tempo de Serviço no Magistério, considerando até o dia 25 de novembro de 2019.
- e) Atestado ou declaração de conclusão de curso de habilitação, porém, no ato da contratação, deverá apresentar o certificado de conclusão.

5.9.1 Os documentos citados no item anterior poderão ser encaminhados também via SEDEX, em envelope lacrado, para o seguinte endereço: Secretaria Municipal de Educação – Avenida Tiradentes, nº 217, Bairro Guanabara, CEP: 89.198-000, Rio do Campo/SC.

5.9.2 A data de recebimento dos documentos referidos no item 5.9 será até 25 de novembro de 2019, das 7h30min até 13horas, na Secretaria Municipal de Educação.

5.10 Não será permitido, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição e dos documentos, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição, ou juntada de documentos posterior.

5.11 A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão do Processo Seletivo.

5.12 Após a efetivação da inscrição, não será aceito pedido de mudança de opção de disciplina.

5.13 Julgados os pedidos de inscrição, e satisfeitas às exigências, a Comissão publicará no site oficial do município, bem como afixação em local público, as inscrições deferidas.

## 6 DOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

6.1 Em face do número de vagas oferecidas para cada cargo, não haverá reserva de vagas para candidatos portadores de deficiência.

6.2 Os portadores de deficiência, antes da contratação, serão submetidos a perícia médica oficial, que terá decisão terminativa sobre a qualificação como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência de capacidade para o exercício do cargo.

6.3 Os candidatos portadores de deficiência deverão comparecer a perícia médica munidos de laudo que ateste a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da doença.

6.4 Caso o resultado da perícia conclua negativamente quanto à compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo, o candidato não será admitido, por inaptidão para o exercício da função ou cargo.

6.5 Os candidatos portadores de deficiência, resguardadas as condições especiais necessárias a participação do Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2019, participarão dele em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação, duração e critérios de aprovação, dia, horário e local de aplicação das provas.

6.6 Os candidatos portadores de deficiência ou com necessidades especiais que necessitem de qualquer tipo de atendimento diferenciado deverão solicitá-lo no ato da inscrição preenchendo o Requerimento de Condição Especial para Realização de Prova (Anexo II), indicando

claramente os recursos necessários para a realização das provas.

6.7 A necessidade de intermediários permanentes ou para auxiliar o portador de deficiência na realização das provas, ou, na execução de atribuições da função ou cargo, constitui obstáculo a sua inscrição no Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2019.

6.8 A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

## 7 - DO REGIME EMPREGATÍCIO E PREVIDENCIÁRIO

7.1 O regime jurídico para contratação temporária será o estabelecido em Lei Municipal e o regime previdenciário será o do Regime Geral de Previdência Social.

## 8 DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2019

8.1 O Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2019 será realizado mediante aplicação de prova escrita e de títulos para todos os cargos.

## 9 DAS PROVAS

### 9.1 Da prova de títulos:

9.1.1 Os candidatos cujos diplomas tenham sido expedidos com nome diferente do que consta na inscrição, deverão anexar certidão de casamento ou cópia da sentença que modificou o seu nome, sob pena de não terem os pontos computados.

9.1.2 Só serão pontuados os certificados ou diplomas de Cursos de pós-graduação na disciplina/ área, para o qual o candidato se inscreveu ou em Educação, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal, acompanhados do Histórico Escolar.

9.1.3 Os cursos presenciais, devidamente registrados, oferecidos por órgãos competentes terão maior valor.

9.1.4 Será computado 01 ponto na somatória total da prova de títulos do candidato que no período do ano letivo de 2019 não ultrapassar 02 faltas (Nas instituições da Rede Municipal de Rio do Campo – CEIs e Escolas), ressalvando-se apenas as licenças maternidade, paternidade, licença prêmio, férias e óbito de parentesco de primeiro grau (O candidato deverá adquirir essa declaração na instituição em que trabalha, com seu chefe imediato).

### 9.1.5 Não serão pontuados:

- a) Certidões, atestados ou quaisquer outros documentos que não sejam certificados ou diplomas emitidos na forma da lei.
- b) Os títulos não entregues no prazo e locais determinados.
- c) Títulos obtidos em cursos que não sejam na disciplina / cargo para a qual o candidato está inscrito ou em Educação.
- d) Diplomas ou certificados de cursos de atualização com duração inferior a 16 horas.
- e) Diplomas ou certificados de cursos de atualização anteriores a 01 de novembro de 2017.
- f) Atestado de frequência escolar inferior a 5º fase.
- g) Documentos cujo inteiro teor não possa ser lido e analisado.
- h) Os diplomas ou certificados de curso em mais de uma habilitação profissional ou de curso de pós-graduação, sendo pontuado apenas o de maior valor.

9.1.6 A prova de títulos é constituída pela análise e pontuação de documentos conforme segue:

TÍTULO	PONTOS POR TÍTULO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Cursos de aperfeiçoamento da área de atuação, frequentados, ministrados e concluídos no período entre 01 de novembro de 2017 a 25 de novembro de 2019, devidamente registrados nos órgãos competentes.	0,2 a cada 40 horas de Curso.	2
Cursos presenciais devidamente registrados, oferecidos por órgãos competentes (terão maior valor).	0,5 a cada 40 horas de curso presencial	
Tempo de serviço no Magistério.	De 1 à 5 meses = 0,5 ponto De 06 meses a 2 anos e 11 meses = 1,0 ponto De 03 anos a 8 anos e 11 meses = 1,5 ponto Acima de 09 anos = 2,0 pontos	2
Certificado ou diploma de curso de pós-graduação na área específica que irá atuar.	-	2
Certificado ou diploma de licenciatura em pedagogia.	-	4

Certificado ou diploma de Licenciatura com Habilitação específica na disciplina / cargo do currículo em que irá atuar.	-	4
Atestado de Frequência a partir da 5ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena na disciplina de opção, emitida pela universidade comprovando a fase cursada ou em curso pelo acadêmico.	0.5 para cada fase concluída	2
Declaração assiduidade ano letivo 2019	1,0	1,0

9.1.7 Caso o candidato apresente mais de um certificado e ou diploma de habilitação profissional ou curso de pós-graduação, só será aceito um de cada.

9.1.8 Para efeito da pontuação referente aos cursos de aperfeiçoamento, não será considerado títulos com a mesma data, mesmo que realizados em turnos e em órgãos diferentes, ficando válido apenas 01 (um), entre os apresentados com a mesma data.

9.1.9 Nos documentos apresentados para a prova de títulos devem constar a assinatura do responsável, a carga horária e o período de início e de término do curso.

9.1.10 É responsabilidade do candidato a entrega dos documentos da Prova de Títulos e Tempo de Serviço conforme normas previstas neste Edital. Os documentos que não estiverem de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital, ainda que entregues, não serão considerados.

9.1.11 A nota final da prova de títulos será a soma da nota dos certificados ou diplomas de cursos de aperfeiçoamento e ou atualização, os certificados ou diplomas para habilitação profissional ou de curso de pós-graduação, mais o tempo de serviço prestado ao magistério.

## 9.2 Das Provas Escritas

9.2.1 As provas escritas serão realizadas na Escola Municipal Prefeito Hilário Preis, situada na Rua 7 de Setembro, 500 – Rio do Campo - SC, no dia 08 de dezembro de 2019, com início às 09h:00min e terão duração de 03 (três) horas, contadas a partir da autorização do fiscal para início da mesma.

9.2.2 O candidato deverá comparecer ao seu local de prova com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos do horário fixado para o seu início, munido de documento de identidade oficial com foto, Ficha de Inscrição e caneta esferográfica de tinta azul ou preta.

9.2.3 O ingresso na sala de prova somente será permitido ao candidato que apresentar o comprovante de inscrição juntamente com documento de identificação expedido por um dos seguintes órgãos: Secretaria de Segurança Pública, Forças Armadas, Polícia Militares, Ministério do Trabalho, Ordens ou Conselhos de Classe legalmente reconhecidos ou Conselho Nacional de Trânsito (Carteira Nacional de Habilitação, expedida na forma da Lei n.º 9.503/97, com fotografia).

9.2.4 Caso esteja impedido de apresentar o documento de identificação utilizado para inscrever-se por motivo de perda, roubo ou extravio, o candidato deverá apresentar Boletim de Ocorrência (BO), emitido por autoridade policial no prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à realização da prova escrita, e será submetido à coleta de impressão digital.

9.2.5 Não será permitida a entrada no prédio de realização da prova, o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

9.2.6 Em nenhuma hipótese, haverá segunda chamada, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado por este Edital, seja qual for o motivo alegado pelo candidato.

9.2.7 Solicitações de condições especiais para a realização da prova serão analisadas pela Comissão Municipal do Processo Seletivo Simplificado.

9.2.8 Durante a realização da prova, não será permitida consulta de qualquer natureza, bem como o uso de telefone celular, pager, fones de ouvido, calculadora eletrônica ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos ou similares.

9.2.9 O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades dos aparelhos descritos no subitem anterior, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame.

9.2.10 Será excluído do Processo Seletivo Simplificado o candidato que durante a realização da prova:

- Comunicar-se com os demais candidatos ou com pessoas estranhas ao Processo Seletivo Simplificado.
- Consultar livros ou apontamentos, bem como utilizar-se de instrumentos próprios, salvo os, expressamente, permitidos no Edital.
- Ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em caso especial, devidamente acompanhado de um Fiscal do Processo Seletivo Simplificado.
- Portar-se inconvenientemente, perturbando, de qualquer forma, o bom andamento dos trabalhos e faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos.

- e) Não assinar a Lista de Presença.  
f) Não assinar e rubricar o Cartão-Resposta.

9.2.11 O candidato somente poderá se retirar do recinto da prova depois de transcorridos 30 (trinta) minutos do seu início.

9.2.12 Não será permitida a permanência de acompanhante do candidato ou de pessoas estranhas ao Processo Seletivo Simplificado nas dependências dos locais de aplicação da prova.

9.2.13 A candidata que tiver necessidade de amamentar seu bebê durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial, deverá levar um acompanhante maior de idade, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará as provas. Não haverá compensação do tempo de prova da candidata em virtude do tempo gasto para amamentação.

9.2.14 A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento do rompimento do lacre dos envelopes na presença dos candidatos.

9.2.15 Ao findar o tempo de duração para realização da prova, os três últimos candidatos a permanecerem na sala da prova escrita deverão retirar-se do local simultaneamente, após a assinatura da Ata de Sala. O candidato que negar-se a fazê-lo fica ciente que será penalizado com a exclusão do Processo Seletivo Simplificado nº 04/2019, sendo lavrado termo de ocorrência em Ata de Sala, testemunhado pelos outros dois candidatos e fiscais de sala.

9.2.16 A Prova Escrita será composta de 20 (vinte) questões de múltipla escolha (A, B, C e D), sendo que haverá somente uma alternativa correta.

9.2.17 Os cadernos de prova constituem o espaço pelo qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta correta, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, exceto nos cartões resposta.

9.2.18 As questões serão conforme Conteúdo Programático referenciado no Anexo III, e distribuídas de acordo com o quadro abaixo:

Matéria	Número de Questões	Peso por Questão	Total de Pontos
Conhecimentos Gerais (Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Atualida- des)	10	0,30	3,00
Conhecimentos Específicos	10	0,70	7,00

9.2.19 Atribuir-se-á à prova escrita nota de 0 (zero) a 10 (dez), permitidas as frações.

9.2.20 O candidato receberá junto com os cadernos de prova o cartão-resposta, único e insubstituível, o qual será preenchido e assinado sob sua responsabilidade.

9.2.21 O candidato, ao terminar a prova escrita fará a entrega do respectivo cartão-resposta e o caderno de prova aos fiscais de sala.

9.2.22 A avaliação das provas far-se-á, exclusivamente, por meio do cartão-resposta, o que anula qualquer outra forma de avaliação. Será considerada nula a resposta dada pelo candidato quando:

9.2.22.1 O cartão-resposta apresentar emendas e/ou rasuras;

9.2.22.2 O cartão-resposta apresentar mais de uma opção assinalada para a mesma questão;

9.2.22.3 A questão não estiver assinalada no cartão-resposta;

9.3 A Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado reserva-se o direito, de na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, realizarem as provas em local, data e/ou horário diverso daquele previsto neste Edital.

9.4 Em ocorrendo, a situação prevista no Item anterior, a divulgação dos novos locais de provas dar-se-á em até 05 (cinco) dias, anteriores a data de realização da prova nos mesmos meios de divulgação do Edital e/ou seu aviso resumido.

## 10 DA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E DO PRAZO PARA RECURSOS

10.1 A impugnação deste Edital poderá ser efetuada por qualquer cidadão, ente, entidade jurídica ou Poder, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do primeiro dia útil após a publicação do mesmo, mediante requerimento fundamentado, dirigido ao Prefeito Municipal, cuja decisão será publicada nos mesmos meios de divulgação do presente Edital.

10.2 Da inscrição indeferida, prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a publicação do ato de homologação das inscrições.

10.3 O gabarito provisório e o caderno de provas serão divulgados no dia 08 de dezembro de 2019, após o término da realização das provas,



sendo publicado no site da Prefeitura Municipal de Rio do Campo: [www.riodocampo.atende.net](http://www.riodocampo.atende.net)

10.4 Do Gabarito Provisório caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data da publicação, o qual deverá ser fundamentado, digitado e encaminhado ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado, conforme o formulário do Anexo IV.

10.5 Julgados os recursos, publicar-se-á o gabarito definitivo, com base no qual serão corrigidas as provas escritas.

10.6 Do gabarito definitivo não caberá nenhum outro tipo de recurso.

10.7 Para revisão dos pontos obtidos na sua Grade de Respostas e/ou reavaliação de sua classificação provisória, o candidato deverá protocolar pedido no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após a divulgação do respectivo resultado.

10.8 O resultado de classificação final do Processo Seletivo Simplificado será divulgado no dia 17 de dezembro de 2019 e publicado no DOM e no site da Prefeitura Municipal de Rio do Campo.

10.9 Das notas.

A nota final será  $PO = 70\% + PT = 30\%$ , onde a fórmula final será  $PO \times 0,7 + PT \times 0,3 = NF$

Entende-se

PO = Prova objetiva

PT = Prova de títulos

NF = Nota final

## 11 DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

11.1 A prova escrita terá caráter classificatório.

11.2 A prova de títulos será pontuada conforme quadro 9.1.6 e terá caráter apenas classificatório.

11.3 A classificação dos candidatos será realizada depois de esgotada a fase de recursos, na ordem decrescente da pontuação obtida na prova escrita e de títulos, sendo ordenada pela disciplina e pela habilitação mínima exigida, de acordo com a sua inscrição no Processo Seletivo.

11.4 A classificação no Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2019 gera para o candidato apenas expectativas de direito à admissão para o cargo, de acordo com as necessidades da Administração Pública.

11.5 Os aprovados serão convocados na ordem de classificação, sempre obedecendo ao princípio da oportunidade e conveniência, bem como, a necessidade do serviço público.

11.6 A homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado será publicada no Mural de Publicações da Prefeitura Municipal de Rio do Campo e no site da Prefeitura Municipal de Rio do Campo, com a classificação dos candidatos em ordem decrescente de nota final.

## 12 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1 Caso os candidatos obtenham idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

- Tiver idade igual ou superior a sessenta anos, até o último dia de inscrição neste Processo Seletivo, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);
- Obtiver maior número de acertos na prova de conhecimentos específicos;
- Obtiver maior número de acertos na prova de conhecimentos gerais;
- Obtiver maior pontuação na Prova de Títulos;
- Maior idade.

12.1.2 Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita.

## 13 DA ADMISSÃO

13.1 A admissão dos candidatos aprovados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação final, estabelecida de acordo com o Item 12 deste Edital.

13.2 A admissão dar-se-á através de ato oficial, e os candidatos terão 05(cinco) dias para tomarem posse do cargo junto ao Departamento de Recursos Humanos do município, bem como, para apresentarem os seguintes documentos:

13.2.1 Prova de aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;

13.2.2 Declaração que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

13.2.3 Certidão de Quitação Eleitoral emitida por cartórios eleitorais ou pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);



13.2.4 Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelos Foros das Justiças Federal ou Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos 5 (cinco) anos;

13.2.5 Comprovante de residência;

13.2.6 Certificado de conclusão do grau de escolaridade exigido para o cargo, conforme consta nos Quadros I e II deste Edital;

13.2.7 Cópia dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal:

- Prova de identidade;
- Certificado de reservista, para candidatos do sexo masculino;
- CPF;
- Título de eleitor e comprovante de que votou na última eleição;
- Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional;
- Comprovar idade mínima de 18 anos, no ato da posse.

13.3 Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, a Administração do Município de Rio do Campo convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo.

13.4 Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do cargo, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga.

13.5 A escolha de vagas da 1ª chamada ocorrerá de acordo com a ordem de classificação será realizada no dia 20 de janeiro de 2020, na Secretaria Municipal de Educação, às 8 horas.

13.5.1 Para chamadas posteriores ao dia 20 de janeiro de 2020, o contato com o candidato será feito através do telefone e/ou por e-mail registrado na ficha de inscrição (é de responsabilidade do candidato a atualização do seu contato), e será aguardado 24 horas para retorno.

13.5.2 O candidato que não se apresentar no dia, horário e local determinados para a escolha de vaga, bem como aquele presente que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, será excluído da listagem, podendo ser contratado através do chamamento público.

13.5.3 A chamada dos candidatos não habilitados deverá ocorrer depois de esgotadas todas as possibilidades de admissão dos candidatos habilitados.

13.5.4 Esgotadas todas as possibilidades de chamada deste processo seletivo a Secretaria de Educação de Rio do Campo realizará Chamada Pública cujas vagas serão publicadas no quadro de publicações oficiais do Município de Rio do Campo e/ou no site oficial do município.

13.5.5 A escolha de vagas deverá ser efetuada pelo próprio candidato, não podendo ser realizada por meio de procuração.

13.5.6 A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

13.5.7 O candidato que escolher vaga e desistir da mesma será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga.

13.5.8 Após a 1ª chamada, as vagas remanescentes e as novas vagas serão oferecidas aos candidatos aprovados respeitando a listagem de classificação, conforme o surgimento das mesmas no decorrer do ano letivo.

13.5.9 As vagas disponibilizadas no Processo Seletivo 04/2019 serão aquelas remanescentes da distribuição de aulas aos professores efetivos, portanto, estas aulas somente constituirão vaga a ser ofertada ao professor ACT depois de esgotadas todas as possibilidades de aproveitamento pelo professor efetivo.

13.6 Na hipótese de rescisão a pedido, o servidor fica ciente que sua solicitação implicará na perda dos dias trabalhados.

#### 14 DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 04/2019

14.1 O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2019 será até 31 de dezembro de 2020.

14.2 Exclusivamente para o cargo de Professor de Educação Infantil, o prazo poderá ser prorrogado até o início do ano letivo de 2021.

#### 15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Serão eliminados do Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2019 o candidato que utilizar ou tiver utilizado recursos ilícitos ou fraudulentos em qualquer fase de sua realização, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

15.2 Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão Municipal Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado e assessoria jurídica da Prefeitura Municipal de Rio do Campo de acordo com a legislação vigente.

15.3 Não havendo professor habilitado para preencher a vaga provida pelo presente edital, a Secretaria de Educação poderá chamar o profissional que obteve a melhor colocação, com habilitação no magistério, para exercer a referida função, até que a vaga seja ocupada por professor habilitado em concurso público.

15.4 Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Processo Seletivo Simplificado, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Processo Seletivo Simplificado, os registros eletrônicos a ele referentes.

15.5 - São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Ficha de Inscrição ao Processo Seletivo Simplificado.
- b) Anexo II - Requerimento Condição Especial para Realização de Provas.

c) Anexo III - Cargos e Conteúdos Programáticos das Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha.

d) Anexo IV - Formulário de Recurso.

e) Anexo V – Cronograma do Processo Seletivo

Prefeitura do Município de Rio do Campo/SC, 04 de novembro de 2019.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

## ANEXO I

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2019

## FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome do Candidato:		N.º de Inscrição:	
Cargo Pretendido (1):			
Cargo Pretendido (2):			
<b>DADOS CADASTRAIS</b>			
Pai:			
Mãe:			
Data de Nascimento:			
Naturalidade:		Estado:	
Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino		Estado Civil:	
Endereço Residencial:			Nº:
Cidade:	Estado:		
CPF:	Telefone:		
Carteira de Identidade (RG):	Órgão Expedidor:		
Deficiente: ( ) Sim ( ) Não	Tipo:		
E-mail:			
<p>Atesto sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações prestadas nesta Ficha de Inscrição, estando de acordo com as normas deste Processo Seletivo. Declaro ainda, ter conhecimento das exigências mínimas previstas no Edital que regulamenta o Processo Seletivo, e que aceito e atendo a todos os requisitos mínimos e condições estabelecidas para o exercício do cargo, comprometendo-me, ainda, a sua devida comprovação, quando exigida.</p> <p>OBRIGATÓRIO A APRESENTAÇÃO DESTE, JUNTAMENTE COM UM DOCUMENTO DE IDENTIDADE OFICIAL COM FOTO NO LOCAL DA PROVA.</p> <p>Levar caneta esferográfica azul ou preta e chegar 15 minutos com antecedência, no dia da realização do Processo Seletivo.</p>			
Local e Data:	Assinatura do Responsável pelo preenchimento:		

## ANEXO II

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2019

## REQUERIMENTO DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

\_\_\_\_\_, portador do documento de identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito no Processo Seletivo Simplificado N.º 04/2019 da Prefeitura Municipal de Rio do Campo sob o n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, requer a Vossa Senhoria condição especial para realização de provas.

(Assinale a sua opção)

1) ( ) Prova Ampliada

Fonte n.º \_\_\_\_\_ / Letra \_\_\_\_\_

2) ( ) Sala Especial

Especificar: \_\_\_\_\_

3) ( ) Leitura de Prova

4) ( ) Outra Necessidade

Especificar: \_\_\_\_\_

Nestes Termos.  
Pede Deferimento.

Rio do campo/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do (a) Candidato (a)

ANEXO III  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2019

**CARGOS E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS****CARGO**

Professor de Educação Infantil

Professor Ensino Fundamental

Professor Área Específica (Artes, Inglês, Português, Matemática ,Geografia e História) Conteúdos Programáticos para a prova de Conhecimentos Gerais para todos os cargos:

Disciplina	Conteúdos Gerais
Língua Portuguesa	Morfologia, Fonética, Vocabulário; Ortografia; Pontuação; Sílabas; Acentuação gráfica, crase, Classes gramaticais; Conjugação de verbos usuais; Regência; Concordância Verbal e Nominal, Formação de Palavras. Análise Sintática; Emprego de pronomes; Formas de tratamento; Uso dos Porquês.
Matemática	Números e problemas envolvendo as 04 operações. Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções. Juros simples e composto.
Conhecimentos Gerais e Atualidades	Atualidades do Brasil e do Mundo. Conhecimentos Gerais de Rio do Campo, de Santa Catarina e do Brasil. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento. Didática Geral, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Proposta Curricular de Rio do Campo, Constituição Federal, na parte referente à Educação, ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Sociologia da Educação. Filosofia da Educação, Metodologia das Disciplinas, Atualidades dentro da área educacional, Metodologia das Disciplinas. Atualidades dentro da área educacional.

**Conteúdos Programáticos para a prova de Conhecimentos Específicos:**

Professor de Educação Infantil	Proposta Curricular. A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. Diretrizes Curriculares e de qualidade para Educação Infantil.
Professor Ensino Fundamental	Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância, Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precusores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Temas Transversais.
Professor de Artes	História da Arte Brasileira: Moderno e Contemporâneo; artistas e obras. História da Arte Catarinense: artistas e obras. Teorias da Arte: conceitos, linguagens e estética. Arte-educação: parâmetros curriculares nacionais. Folclore Brasileiro: conceitos e manifestações. Ensino da Música: Cifras; tablaturas; partituras; instrumentos musicais; técnicas para transposição melodia e harmonia. Músicas folclóricas, étnicas, populares e sua utilização em aula; música e cultura. Procedimentos pedagógicos recursos, estratégias e metodologia.

Professor Inglês	Vocabulário cotidiano; interpretação de texto; plural dos substantivos; uso dos adjetivos; grau dos adjetivos (comparativo e superlativo); emprego dos artigos: definido e indefinido; preposições; numeral cardinal e ordinal; pronomes interrogativos; pronomes possessivos; pronomes relativos; pronomes reflexivos; advérbios; Verbos: To Be (passado e presente); conjugação verbal no indicativo (passado, presente e futuro) presente contínuo – presente perfeito – condicional simples – modo imperativo – verbos auxiliares.
Professor de Matemática	Número e suas operações (Número, álgebra, geometria, medidas e estatística); Sistemas de Medidas: comprimento, área, volume, capacidade, massa, ângulo, tempo; Regra de Três e proporções; Cálculos algébricos: produtos notáveis, fatoração de expressões algébricas; Equações, inequações e sistemas polinomiais de 1º e 2º graus. Estudo de Funções: 1º e 2º Graus, logarítmica, exponencial, trigonométricas; Geometria Plana e espacial. Sequências e progressões; Matrizes e Determinantes; Sistemas Lineares. Análise Combinatória; Matemática Financeira: Juros simples e compostos, juros e funções; Trigonometria: no triângulo retângulo e triângulos quaisquer; Geometria Analítica: ponto e reta, circunferência, seções cônicas; Estatística: termos de uma pesquisa estatística, Representação Gráfica, medidas de tendência central, medidas de dispersão, testes de significância; Polinômios e Equações Algébricas; e Noções de limites, derivadas e integral. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 (LDB) e alterações; Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); Noções de Informática Básica: Windows, Word, Excel e Navegadores de Internet. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.
Professor de História	Ensino de História: Saber histórico escolar; Seleção e organização de conteúdos históricos; - Metodologias do ensino de História; Trabalho com diferentes linguagens no ensino de História; - Conhecimento histórico contemporâneo: saber histórico e historiografia; história e temporalidade; - História do Brasil e a construção de identidades: historiografia brasileira e a história do Brasil; - História nacional, regional e local; História Brasileira: da ocupação indígena ao mundo contemporâneo; - História da América e suas identidades: lutas sociais e identidades: sociais, culturais e nacionais; - História do mundo Ocidental: legados culturais da Antiguidade clássica, convívios e confrontos entre povos e culturas na Europa Medieval. Didática Geral. Planejamento educacional; projeto político-pedagógico; sistema de ensino; sistema de avaliação do rendimento para a progressão escolar do educando. Lei nº 9.394/96 (LDB) e alterações; Constituição Federal, na parte referente à Educação; e ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente); - Proposta Curricular de Santa Catarina, PCN'S. DIDÁTICA GERAL. Lei Orgânica do Município. Conhecimentos de Informática: Word, Excel e Navegadores de Internet nas versões a partir de 2003. Conhecimentos inerentes à função observando-se a prática do dia-a-dia.
Professor de Geografia	O Brasil no mundo globalizado; A indústria no Brasil; Dinâmica climática e paisagens vegetais no mundo e no Brasil; O espaço agrário no mundo subdesenvolvido e no Brasil; Etnia e modernidade no mundo e no Brasil; As fontes alternativas e a energia no Brasil; Os países capitalistas desenvolvidos; População (rural e urbana, migrações internas e externas, formação étnica, urbanização, crescimento e controle da população). Representação do espaço (Noções cartográficas); Geografia de Santa Catarina.
Professor de Ciências	Ciências Morfológicas: Anatomia humana, Citologia, Embriologia Humana, Histologia, Morfologia, Células. Ecologia; - Educação Ambiental; - Genética; - Parasitologia; - Reino Animal, Vegetal e Mineral; - Solo, água e ar, Fotossíntese.

ANEXO IV  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2019

FORMULÁRIO DE RECURSO

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO CAMPO - SC.

NOME CANDIDATO (A): \_\_\_\_\_

N.º DE INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_ CARGO: \_\_\_\_\_

## TIPO DE RECURSO - (Assinale o tipo de Recurso)

- ( ) CONTRA o indeferimento da inscrição.  
( ) CONTRA a formulação das questões e quesitos.  
( ) CONTRA o resultado do gabarito provisório.  
( ) CONTRA a pontuação atribuída na classificação final.

## REFERENTE PROVA:

Nº. da Questão: \_\_\_\_\_

Resposta Gabarito Provisório / Oficial: \_\_\_\_\_ Resposta do Candidato: \_\_\_\_\_

## Fundamentação do Recurso:

(Obs.1: Este formulário deverá ser preenchido em duas vias e protocolado na Secretaria Municipal de Educação de Rio do Campo, durante o horário de expediente.

Obs. 2: Não serão aceitos recursos preenchidos a mão livre.)

Rio do Campo/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Assinatura do (a) Candidato (a)

## ANEXO V

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2019

## DECLARAÇÃO

Declaro para o devido fim de inscrição no processo seletivo nº 03/2018, que após consulta em nossos registros e no livro ponto da instituição: \_\_\_\_\_ constatei que o(a) servidor(a) \_\_\_\_\_

Inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_ não ultrapassou o limite de duas faltas durante o ano de letivo de 2019.

Esta declaração está de acordo com o item 5.6 do edital Nº 04/2019.

Sendo o que havia a declarar e por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Rio do Campo, \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2019

Assinatura e carimbo do Diretor Assinatura do requerente

## ANEXO VI

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2019

## CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2019

(SUJEITO A ALTERAÇÕES)

DATA PREVISTA	ATO
05/11/2019	Publicação do Edital
06/11/2019 a 07/11/2019	Prazo para recurso contra o Edital
08/11/2019 a 25/11/2019	Período das inscrições
27/11/2019	Publicação das inscrições
28/11/2019	Prazo para recurso contra indeferimento das inscrições
29/11/2019	Prazo para Avaliação dos recursos em face das inscrições
03/12/2019	Publicação definitiva das inscrições
08/12/2019	Data da Prova escrita
08/12/2019	Publicação do gabarito provisório, após o termino das provas.
10/12/2019	Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito
12/12/2019	Publicação do gabarito definitivo
12/12/2019	Publicação das notas e classificação provisória.
13/12/2019	Prazo para recurso da classificação provisória.
17/12/2019	Homologação do resultado final do Processo Seletivo n 04/2019

O contato com o candidato será feito através do telefone e/ou por e-mail registrado na ficha de inscrição (é de responsabilidade do candidato a atualização do seu contato), e será aguardado 24 horas para retorno.

**HOMOLOGAÇÃO - CHAMADA PÚBLICA 04/2019**

Publicação Nº 2215135

ATA DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA 04/2019 DA COMISSÃO INSTITUÍDA PELA PORTARIA DE Nº 368 /2019, PARA ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO DE ESCOLHA DE CANDIDATOS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS EXISTENTES NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O ANO LETIVO DE 2019 EM RAZÃO DE ESGOTADA A LISTAGEM DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS, POR ÁREA DE ATUAÇÃO E/OU DISCIPLINA, NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO – EDITAL 003/2018. Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, nas dependências da Secretaria de Educação do Município de Rio do Campo – SC, reuniram-se os membros da comissão nomeada pela portaria de nº 368 /2019 para relacionar os candidatos aprovados de acordo com o Edital nº 04/2019, 21 de outubro de 2019, que ficou assim deferido:

Sequência	Professor Educação Infantil	Critério de Classificação
1º	ANGELITA ODORIZZI	Habilitação/ Pedagogia
2º	SILVANA DA SILVA	Pedagogia não habilitada
3º	KÁTIA ROSELI DA SILVA	Ed.Física/habilitada
4º	PATRICIA DUBIELA	História 3º semestre/área afim
5º	FABÍULA BECKER	Ed. Física 1º semestre/ área afim

Considerando que todas as formalidades e normativas legais foram cumpridas, a Comissão responsável resolver HOMOLOGAR o resultado final desta Chamada Pública.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião que segue assinada por todos os membros da comissão.

Rio do Campo – SC, 29 de outubro de 2019

ILDA KALESKI DEMATTÉ: \_\_\_\_\_

PEDRO ORLANDO MUNIZ: \_\_\_\_\_

SUEN SEBOLD: \_\_\_\_\_

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 05/2019**

Publicação Nº 2216083

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RIO DO CAMPO  
RUA 29 DE DEZEMBRO, 70, sala 01  
BAIRRO CENTRO,  
FONE 0..47.35641671  
CNPJ.07.776.936/0001-58  
E-MAIL-CAMARA@CMRIODOCAMPO.SC.GOV.BR  
89198-000 – RIO DO CAMPO – SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO nº. 05/2019  
DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Dispõe sobre a alteração do horário de expediente da Câmara Municipal e estabelece outras providências”.

Os vereadores da Câmara de Vereadores de Rio do Campo, no uso de suas atribuições legais, aprovaram a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica alterado o horário de expediente da Câmara Municipal a partir do dia 05 de novembro de 2019 para turno único das 07:00 horas às 13:00 horas com exceção dos dias de sessão (reunião) ordinária que terão o seguinte horário de expediente das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas ao término da sessão.

Parágrafo único – Nos dias em que houver sessão (reunião) extraordinária ou solene o expediente será estendido conforme a necessidade.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, em 04 de novembro de 2019.  
DIOMAR SADLOWSKI  
PRESIDENTE

GILMAR FLORENTINO DA SILVA  
VICE-PRESIDENTE

VERONI ALVES  
PRIMEIRO SECRETÁRIO



# Rio do Oeste

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA 07/2019

Publicação Nº 2215268

EDITAL Nº 07/2019 – CHAMADA PÚBLICA  
CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso IX do art. 37 da CF/88, a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar 21/2006 e alterações e as Leis Municipais nº 1371/2002 e alterações, e nº 1729/2007 e alterações,

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede municipal de ensino para provimento de vaga no âmbito da Secretaria Municipal da Educação,

Considerando esgotamento da lista de Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais - HABILITADO

Considerando a falta de lista de Professor de Ensino Fundamental- Anos iniciais - NÃO HABILITADO

Considerando atestado apresentado por servidor e deferido por perícia do INSS.

Considerando que na Chamada Pública 06/2019 não houve candidato interessado ou que apresentasse os requisitos para a vaga.

TORNA PÚBLICO, os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA destinada ao provimento de vaga temporária pelo período de 30 dias podendo ser prorrogado mediante apresentação de nova perícia do INSS.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os procedimentos do presente Edital de Chamamento Público serão coordenados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

1.2. As publicações relativas ao presente procedimento estarão disponíveis no endereço eletrônico [www.riodooeste.sc.gov.br](http://www.riodooeste.sc.gov.br), e nos murais públicos municipais.

1.3. O presente Processo terá validade para o ano letivo de 2019.

#### 2. DOS CARGOS, HABILITAÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E VAGAS

2.1. Quadro de Cargos: (de acordo com a Lei nº 1729/2007 e alterações posteriores)

Cargo	Habilitação/Escolaridade	Remuneração Mensal	Carga Horária	Vagas
PROFESSOR nível 2	Curso Superior ao nível de graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitado	R\$ 1.447,35	20 horas semanais Vespertino	1
PROFESSOR nível 1	Curso Superior ao nível de graduação em Pedagogia- Cursando	R\$ 1.206,13	20 horas semanais Vespertino	1

2.1.1. Não havendo candidato com Habilitação/ Escolaridade em curso de Pedagogia a vaga poderá ser suprida por candidato Habilitado ou Cursando qualquer área da Educação.

2.2. Integra a remuneração mensal, o adicional de 20% (vinte por cento) por Regência de Classe e até 10% (dez por cento) pelo exercício em escolas de difícil acesso, nos termos da legislação.

2.3. A vaga disponível terá lotação na Escola de Educação Básica Vereador Alfredo Scotiini, situada na Localidade Toca Grande I.

#### 3. DA DATA E HORÁRIO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

3.1. Os candidatos interessados deverão dirigir-se à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, às 09h do dia 06 de Novembro de 2019 (quarta-feira), sito a Rua XV de Novembro, 1570, Bairro Jardim Primavera, município de Rio do Oeste/SC.

#### 4. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

4.1. Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao local indicado no item 3 deste Edital munidos dos seguintes documentos, original e fotocópias:

4.1.1. Documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);

4.1.2. Comprovação de habilitação conforme item 2.1.

4.1.3. Certificado de conclusão de cursos de Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado, se houver.

#### 5. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

5.1. Será recebida a documentação dos candidatos interessados e os seguintes critérios de escolha serão obedecidos as sequências das habilitações abaixo:

5.1.1. Professores habilitados em Licenciatura Plena em Pedagogia: conforme item 2.1.

5.1.2. Professores cursando Licenciatura Plena em Pedagogia: conforme item 2.1.

5.1.3. Professores habilitados, nesta ordem, em Língua Portuguesa, Matemática, Arte, Educação Física, Ciências, História, Geografia.

- 5.1.4. Professores cursando, nesta ordem, Língua Portuguesa, Matemática, Arte, Educação Física, Ciências, História, Geografia.
- 5.2. Havendo dois ou mais professores licenciados interessados na vaga, o critério de desempate será o de maior ao menor nível de graduação e pós-graduação dentro da área correspondente ao cargo, persistindo o empate, ficará com a vaga o mais idoso. E havendo dois ou mais professores Não habilitados (cursando) interessados na vaga, o critério de desempate será a maior fase da graduação, persistindo o empate, ficará com a vaga o mais idoso.
- 5.3. Os demais candidatos integrarão lista de classificação para eventual chamada posterior.

#### 6. CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

6.1. São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- a) a nacionalidade brasileira;
- b) o gozo dos direitos políticos;
- c) a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- f) aptidão física e mental adequada ao exercício do cargo;
- g) habilitação específica para as funções atribuídas ao cargo.

6.2. Para a contratação o candidato deverá apresentar antecipadamente toda a documentação solicitada pelo setor de recursos humanos do município.

6.3. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a contratação do candidato e o mesmo será eliminado da lista de classificação.

6.4. Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados.

#### 7. DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

7.1. Ao contratado através do presente Processo aplicar-se-á o regime administrativo especial previsto na Lei nº 1.371/2002 e suas alterações, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado (ACT) para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e serão segurados do Regime Geral da Previdência Social – INSS.

#### 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. O quadro de vagas será divulgado no sítio [www.riodooeste.sc.gov.br](http://www.riodooeste.sc.gov.br) e mural da Prefeitura e da Secretaria da Educação e Cultura, antes da chamada dos candidatos.

8.2. O Resultado final será divulgado no sítio [www.riodooeste.sc.gov.br](http://www.riodooeste.sc.gov.br) e nos murais públicos do Município.

8.3. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura que, julgando necessário, poderá submetê-los ao Prefeito Municipal.

8.4. Demais informações ou dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sito a Rua XV de Novembro, 1570, Bairro Jardim Primavera, município de Rio do Oeste/SC, ou pelo fone (47) 3543-0261, em horário comercial.

Rio do Oeste, 04 de Novembro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI  
PREFEITO

### DECRETO\_2475\_TURNO\_UNICO

Publicação Nº 2215908

DECRETO Nº 2.475, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Institui horário especial de funcionamento nas repartições públicas municipais de Rio do Oeste

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições do art. 65, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a adoção do turno único de trabalho para determinadas Secretarias da Prefeitura Municipal de Rio do Oeste contribuirá para a redução do custeio da máquina pública

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de funcionamento nas repartições públicas municipais de Rio do Oeste, do dia 5 (cinco) de novembro de 2019 ao dia 17 (dezessete) de janeiro de 2020.

Art. 2º Os servidores lotados na Secretaria de Obras e na Secretaria de Serviços Urbanos exercerão suas atividades das 6h às 12h.

Parágrafo único. Os servidores ocupantes dos cargos de agrimensor, engenheiro e fiscal de obras exercerão suas atividades nos termos do artigo 6º desta Lei.

Art. 3º Os servidores lotados na Secretaria de Agricultura exercerão suas atividades das 7h às 13h.

Art. 4º Os servidores lotados na Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo exercerão suas atividades das 7h às 13h, com exceção dos auxiliares de serviços gerais, cuja jornada de trabalho será das 6h às 12h.



Art. 5º Os servidores lotados na Secretaria de Saúde e Assistência Social exercerão suas atividades normalmente, exceto nas sextas-feiras, nas quais o expediente será das 7h às 13h.

Parágrafo único. O horário especial previsto no caput deste artigo não se aplica aos operadores de máquinas e veículos lotados na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Art. 6º Os servidores lotados na Secretaria de Administração e Fazenda exercerão suas atividades das 8h às 12h e das 13h30 às 17h, com atendimento ao público somente no período matutino.

Art. 7º Os servidores lotados na Secretaria de Educação e Cultura exercerão suas atividades em horário normal.

Art. 8º Em caso de necessidade e interesse público, bem como em situações excepcionais e de urgência, assim consideradas pelo Poder Executivo, o horário normal poderá ser restabelecido a qualquer tempo.

Parágrafo Único. A critério do Poder Executivo, qualquer servidor abrangido pelos efeitos do presente Decreto poderá ser convocado a cumprir horário integral, sem qualquer benefício adicional.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste – SC, 04 de novembro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito de Rio do Oeste

Este Decreto foi registrado no Diário Oficial dos Municípios em 04/11/2019.

FLÁVIO MALIKOSKI

Secretário da Administração e Fazenda

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA - 2º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2214834

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 115/2019, firmado em 27/06/2019, com término previsto para 02/09/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 796.313.399-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 115/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 115/2019, iniciando-se a prorrogação em 03/09/2019 e encerrando-se em 02/12/2019."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/09/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2019

Publicação Nº 2215439

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2019

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) INARA MARIA CUGNIER, portador(a) do CPF nº 052.943.689-27, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Guanabara, nº 1230, apto 403, Bairro Laranjeiras, na Cidade de Rio Do Sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Raio de Luz, em substituição à Elaine Cristina Budag em razão de exercer função de direção de unidade educacional.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.836,61 (Três mil oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 04/11/2019 e encerrando-se em 03/12/2019, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 29 de Outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	INARA MARIA CUGNIER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2019

Publicação Nº 2215442

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2019

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr(a) CINTHIA GARCIA WIETH, portador(a) do CPF nº 076.578.419-07, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Enedina Davila Ferreira, 1590, Cordeiros, Itajaí/SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VIII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações, prestará serviços de Fonoaudióloga, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Saúde, em substituição à Sandra Boschi Baggio devido ao seu afastamento para Licença maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.551,07 (Quatro mil quinhentos e cinquenta e um reais e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 04/11/2019 e encerrando-se em 03/12/2019, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 01 de Novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CINTHIA GARCIA WIETH
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

## CRISTINA VIANA JOCHEM - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2214702

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 137/2019, firmado em 24/09/2019, com término previsto para 24/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) CRISTINA VIANA JOCHEM portador(a) do CPF nº 078.961.799-46, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 137/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 137/2019, iniciando-se a prorrogação em 25/10/2019 e encerrando-se em 13/12/2019."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CRISTINA VIANA JOCHEM
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**DECRETO N. 8589, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2215852

DECRETO Nº 8.589, de 04 de novembro de 2019.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL. "

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentaria nº 5.894 de 18 de dezembro de 2017, e com a Lei nº 6044, de 14 de junho de 2019;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

86.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
86.03	DIRETORIA EXECUTIVA DE OBRAS		
2.046	Manutenção da Diretoria Executiva de Obras		
3.3.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	450.000,00
	TOTAL	R\$	450.000,00

Art.2º – Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

86.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA		
86.02	DIRETORIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO		
1.072	Contrapartida de Convênios		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	150.000,00
2.096	Pavimentação Comunitária		
3.3.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	300.000,00
	TOTAL	R\$	450.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto 8560 de 30 de outubro de 2019.

**GABINETE DO PREFEITO**

04 de novembro de 2019

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOME

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 8582, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2215757

DECRETO Nº 8582, de 01 de novembro de 2019.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 164.2019, DE 04.09.2019”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 7784, de 26 de dezembro de 2018, o resultado do Edital de Concorrência Pública nº 164/2019 de 04.09.2019, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

JUCÉLIA PINHEIRENSE  
JOSUE DOS SANTOS FERNANDES  
JOÃO MARCOLINO DO NASCIMENTO 03803067863

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
01 de novembro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 8582/2019

Pregão Presencial: Nº 164/2019 de 04.09.2019.

Objeto da Licitação:

OUTORGA DE PERMISSÃO, INCLUSIVE MANUTENÇÃO DE TODA ÁREA DO COMPLEXO. OBJETIVANDO A EXPLORAÇÃO DE UM QUIOSQUE E TRÊS ÁREAS PARA INSTALAÇÃO DE FOOD TRUCK, TODOS LOCALIZADOS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC.

Participantes:

JUCÉLIA PINHEIRENSE  
JOSUE DOS SANTOS FERNANDES  
JOÃO MARCOLINO DO NASCIMENTO 03803067863

Decisão: Pelo critério de maior oferta por lote, o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

JUCÉLIA PINHEIRENSE  
JOSUE DOS SANTOS FERNANDES  
JOÃO MARCOLINO DO NASCIMENTO 03803067863

**DECRETO Nº 8583, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2215764

DECRETO Nº 8583, de 01 de novembro de 2019.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 168.2019, DE 26.09.2019”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 8484, de 03 de outubro de 2019, o resultado do Edital de Concorrência Pública nº 168/2019 de 26.09.2019, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
01 de novembro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 8583/2019

Pregão Presencial: Nº 168/2019 de 26.09.2019.

Objeto da Licitação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO REMANESCENTE DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS ANTÔNIO TONON, RUA RONDÔNIA, RUA JOÃO FRONZA E ESTRADA QUINTINOS.

Participantes:

KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço global por lote, o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

## **DECRETO Nº 8584, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2215632

DECRETO Nº 8584, de 01 de novembro de 2019.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 183.2019, DE 10.10.2019".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 7785, de 26 de dezembro de 2018, o resultado do Edital de Pregão Presencial nº 183.2019, de 10.10.2019, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

COMÉRCIO DE BATERIAS DOROW LTDA.  
SETIM & TITON LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
01 de novembro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 8584/2019

Pregão Presencial: Nº 183.2019, de 10.10.2019.

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE BATERIAS AUTOMOTIVAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC, SUAS SECRETARIAS E FUNDAÇÕES.

Participantes:

COMÉRCIO DE BATERIAS DOROW LTDA.  
SETIM & TITON LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item, o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

COMÉRCIO DE BATERIAS DOROW LTDA.  
SETIM & TITON LTDA.

## DECRETO Nº 8585, DE 01 DE NOVEMBRO 2019

Publicação Nº 2215778

DECRETO Nº 8585, de 01 de novembro de 2019.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 191.2019, DE 16.10.2019".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 7785, de 26 de dezembro de 2018, o resultado do Edital de Pregão Presencial nº 191.2019, de 16.10.2019, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA.  
GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
01 de novembro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 8585/2019

Pregão Presencial: Nº 191.2019, de 16.10.2019.

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL GRÁFICO A FIM ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA DE RIO DO SUL/SC.

Participantes:

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA.  
GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA.  
MARCELO SIMONI ME

Decisão: Pelo critério de menor preço por item, o pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA.  
GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA.

## DECRETO Nº 8586, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2215640

DECRETO Nº 8586, de 01 de novembro de 2019.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010.2019/FMAS, DE 10.10.2019".



O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 7785, de 26 de dezembro de 2018, o resultado do Edital de Pregão Presencial nº 010/2019/FMAS, de 25.09.2019, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

01 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 8586/2019

Pregão Presencial: Nº 010.2019/FMAS, de 10.10.2019.

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO PARCELADA DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS, A FIM DE ATENDER AS NECES-SIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DE ACORDO COM EXIGÊNCIAS DESTE EDITAL.

Participantes:

COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA.

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA.

**DECRETO Nº 8587, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2215791

DECRETO Nº 8587, de 01 de novembro de 2019.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 179.2019, DE 30.09.2019”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 7785, de 26 de dezembro de 2018, o resultado do Edital de Pregão Presencial nº 179/2019, de 30.09.2019, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

LIBREMAC AMBIENTAL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

04 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 8587/2019

Pregão Presencial: Nº 179/2019, de 30.09.2019.



Objeto da Licitação:

AQUISIÇÃO DE CAÇAMBA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC.

Participantes:

FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA  
LIBREMAC AMBIENTAL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

LIBREMAC AMBIENTAL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA

## **DECRETO Nº 8588, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2214952

DECRETO Nº 8588, de 04 de novembro de 2019.

"NOMEIA MARIA DAS GRAÇAS RIBEIRO ZIMMERMANN A PARTIR DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 e 401 de 22/08/2018 e suas alterações,

DECRETA:

Art.1º – Fica nomeado, a partir de 04/11/2019, MARIA DAS GRAÇAS RIBEIRO ZIMMERMANN, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Fiscalização de Contratos e Orçamento na Secretaria Municipal de Gestão de Governo, nos termos do Artigo 11, da Lei Complementar n. 401 de 22/08/2018 e Artigo 2º, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

04 de Novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 048/2019**

Publicação Nº 2215197

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC  
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 048/2019**

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS E PENALIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS ÚTEIS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003.

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
109/2019	02/09/19	CLAUDIO CESAR OSTERMANN	683.833.559-04

Rio do Sul, 04 de novembro de 2019.

Alexandre Matos Pereira  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento  
Diretor do Departamento de Fiscalização

**GRAZIELE DOS SANTOS - 4º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2214715

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 045/2019, firmado em 24/01/2019, com término previsto para 25/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) GRAZIELE DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 088.325.269-48, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 045/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 045/2019, iniciando-se a prorrogação em 26/10/2019 e encerrando-se em 26/11/2019."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	GRAZIELE DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**JAMILE DE OLIVEIRA - 5º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2214718

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 064/2019, firmado em 22.01.19, com término previsto para 18/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JAMILE DE OLIVEIRA portador(a) do CPF nº 049.256.669-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 064/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 064/2019, iniciando-se a prorrogação em 19/10/2019 e encerrando-se em 20/12/2019."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JAMILE DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**JANINE CLARA MARHOLD - 3º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2214734

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 091/2019, firmado em 16/04/2019, com término previsto para 14/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) JANINE CLARA MARHOLD, portador(a) do CPF nº 082.144.079-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 091/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 091/2019, iniciando-se a prorrogação em 15/10/2019 e encerrando-se em 13/12/2019."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JANINE CLARA MARHOLD
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**JEFFERSON DOS SANTOS - 2º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2214839

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 092/2019, firmado em 23/04/2019, com término previsto para 02/09/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JEFFERSON DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 076.073.749-57, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 092/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 092/2019, iniciando-se a prorrogação em 03/09/2019 e encerrando-se em 02/12/2019."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/09/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JEFFERSON DOS SANTOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA - 4º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2214736

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 044/2019, firmado em 24/01/2019, com término previsto para 18/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA, portador(a) do CPF nº 015.721.429-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 044/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 044/2019, iniciando-se a prorrogação em 19/10/2019 e encerrando-se em 20/12/2019."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	JOELMA PAULINA CAPISTRANO CACHOEIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

## LEI N. 6071, DE 15 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215860

LEI Nº 6071, de 15 de outubro de 2019.

Cria a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização e dá outras providências.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os atos previstos como infrações administrativas à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou a outras normas de licitações e contratos da administração, e que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos.

Art. 2º A apuração da responsabilidade administrativa de que trata o art. 1º desta Lei será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização (PAR), o qual deverá ter sua tramitação pelo sistema de protocolo municipal.

Art. 3º A Comissão Processante criada pelo Executivo municipal para apuração das infrações administrativas definidas no art. 1º desta Lei será devida a gratificação prevista no art. 101, §2º da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015.

Parágrafo único. Aplica-se ao processo administrativo definido no art. 2º desta Lei as regras definidas nas Leis Federais nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e as regras do Processo Administrativo Disciplinar do art. 197 da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015, no que couber e não for contrário.

Art. 4º O Executivo Municipal deverá expedir regulamento, em até 30 (trinta) dias, para fins de criação e cumprimento das disposições desta Lei, no que se refere as disposições das Leis Federais nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

15 de outubro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

## LIDIANE MULLER BASILIO - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2214768

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 136/2019, firmado em 20/09/2019, com término previsto para 22/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LIDIANE MULLER BASILIO portador(a) do CPF nº 102.113.019-22, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 136/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 136/2019, iniciando-se a prorrogação em 23/10/2019 e encerrando-se em 20/12/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LIDIANE MULLER BASILIO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**LUCIMAR DAL ALBA BLOCK - 1º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2214776

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 133/2019, firmado em 16/09/2019, com término previsto para 16/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) LUCIMAR DAL ALBA BLOCK portador(a) do CPF nº 069.005.419-09, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 133/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 133/2019, iniciando-se a prorrogação em 17/10/2019 e encerrando-se em 31/10/2019."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	LUCIMAR DAL ALBA BLOCK
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**MARLON HASCKEL - 2º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2214840

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 097/2019, firmado em 09/05/2019, com término previsto para 02/09/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARLON HASCKEL, portador(a) do CPF nº 011.806.169-01, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 097/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 097/2019, iniciando-se a prorrogação em 03/09/2019 e encerrando-se em 02/12/2019."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/09/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARLON HASCKEL
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**NAIANY CAROLINE BORGES - 2º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2214782

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 131/2019, firmado em 11/09/2019, com término previsto para 11/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) NAIANY CAROLINE BORGES, portador(a) do CPF nº 094.989.729-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 131/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 131/2019, iniciando-se a prorrogação em 12/10/2019 e encerrando-se em 20/12/2019."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	NAIANY CAROLINE BORGES
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**NEUSA GONÇALVES BEUTING - 1º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2214787

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 132/2019, firmado em 11/09/2019, com término previsto para 11/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) NEUSA GONÇALVES BEUTING portador(a) do CPF nº 692.931.209-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 132/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 132/2019, iniciando-se a prorrogação em 12/10/2019 e encerrando-se em 29/11/2019."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	NEUSA GONÇALVES BEUTING
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**PORATRIA Nº. 1646/DGP**

Publicação Nº 2215706

PORTARIA N. 1646/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6.070 de 06 de março de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, a servidora Laysla Raquel May, matrícula n. 1800256, ocupante do cargo de provimento efetivo monitor escolar para realizar Estágio Curricular Obrigatório em



Pedagogia, de acordo com o requerimento efetuado pela servidora, por meio do Protocolo n. 183170/2019.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoas o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Arop

## **PORTARIA N. 1655/DGP DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2214792

PORTARIA N. 1655/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Memorando n. 560/2019, de 30 de outubro de 2019, emitido pela Procuradoria Geral do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 31/10/2019, o servidor ROMULO DA ROSA OURIQUES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo do cargo de Agente Político de Secretário Municipal de Obras e Agricultura, nos termos do artigo 11, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

## **PORTARIA N. 1661/DGP**

Publicação Nº 2215856

PORTARIA N. 1661/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar interinamente o servidor EULER NEUMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, para, a partir de 01 de novembro de 2019, exercer as funções do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Desenvolvimento Profissional, com opção pela remuneração do cargo a ser ocupado e com base nos Artigos 11 e 13, da Lei Complementar n. 401, de 22 de agosto de 2018 e Artigos 46 e 47 da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

Csvf



**PORTARIA N. 1671/DGP DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215734

PORTARIA N. 1671/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando o Memorando CI n. 0128/2019 e o Memorando CI n. 0156/2019, ambos emitidos pelo Departamento de Controle Interno e, relatórios em anexo,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 040/2019, referente ao servidor JEBERTON LUIS FERMINO, matrícula n. 193780, ocupante do cargo em comissão Diretor Executivo de Esporte.

Parágrafo único. O servidor em questão, em tese, teria infringido o artigo 170, incisos I, II, III, VI, IX e XI e o artigo 171, incisos X, XVII, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no artigo 186, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 197, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelas seguintes servidoras:

- a) Patrícia Raquel Mayr, matrícula n. 493602, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- b) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde;
- c) Rafael Pacher, matrícula n. 2200449, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA Nº 1647/DGP**

Publicação Nº 2215050

PORTARIA N. 1647/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Promoção Funcional sem mudança de área, a servidora CINTIA KLAUMANN AVILA, matrícula n. 101630-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, Nível II, Classe "C", promovendo-a para o Nível III, Classe "A", mediante apresentação do Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão e Organização da Escola com Ênfase em Coordenação e Orientação Escolar, por meio do protocolo n. 182956/2019, com fundamento no Art. 13 A, da Lei Complementar n. 075/2001, acrescentado pela Lei Complementar n. 159/2006.

Art. 2º Os efeitos financeiros decorrentes da Promoção Funcional serão devidos a partir de 18 de outubro de 2019.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Kcpsz

**PORTARIA Nº 1653/DGP**

Publicação Nº 2215067

PORTARIA Nº. 1653/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora AUREA LONGEN, matrícula n. 101826-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, a segunda Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2012 a 2015, com fundamento ao Art. 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de janeiro de 2016, com base nas disposições contidas no Art. 38 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Rio do Sul, 31 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Kcpsz

**PORTARIA Nº 1654/DGP**

Publicação Nº 2215073

PORTARIA Nº. 1654/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora AUREA LONGEN, matrícula n. 101826-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, a terceira Progressão por Desempenho Profissional, referente ao período de 2015 a 2018, com fundamento ao Art. 27, da Lei Complementar n. 401 de 22 de agosto de 2018.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior será devido a partir de 01 de janeiro de 2019, com base nas disposições contidas no Art. 38 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Rio do Sul, 31 de outubro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Kcpsz

**RESUMO DO CONTRATO Nº 018/2019/FMAS**

Publicação Nº 2215177

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 018/2019/FMAS

Pregão Presencial n.º 009/2019/FMAS

Contratante: Município de Rio do Sul/SC – Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: Bagatoli Comércio de Móveis Ltda - EPP

Objeto: Aquisição de materiais e bens permanentes, a fim de atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul/SC.

Valor: R\$ 4.876,00 (quatro mil oitocentos e setenta e seis reais).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2019.

Recurso: 90.01.2080.4490.5299, 90.05.2087.4490.5299, 90.05.2085.4490.5299, 90.03.1074.4490.5299 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 17 de outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## RESUMO DO CONTRATO Nº 019/2019/FMAS

Publicação Nº 2215178

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 019/2019/FMAS

Pregão Presencial n.º 009/2019/FMAS

Contratante: Município de Rio do Sul/SC – Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: Vicente Departamentos Eireli - ME

Objeto: Aquisição de materiais e bens permanentes, a fim de atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul/SC.

Valor: R\$ 48.021,00 (quarenta e oito mil e vinte e um reais).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2019.

Recurso: 90.01.2080.4490.5299, 90.05.2087.4490.5299, 90.05.2085.4490.5299, 90.03.1074.4490.5299 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 17 de outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## RESUMO DO CONTRATO Nº 020/2019/FMAS

Publicação Nº 2215180

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 020/2019/FMAS

Pregão Presencial n.º 009/2019/FMAS

Contratante: Município de Rio do Sul/SC – Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: Franciele Cristine Lamin ME

Objeto: Aquisição de materiais e bens permanentes, a fim de atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul/SC.

Valor: R\$ 1.940,00 (um mil novecentos e quarenta reais).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2019.

Recurso: 90.01.2080.4490.5299, 90.05.2087.4490.5299, 90.05.2085.4490.5299, 90.03.1074.4490.5299 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 17 de outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## RESUMO DO CONTRATO Nº 021/2019/FMAS

Publicação Nº 2215182

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 021/2019/FMAS

Pregão Presencial n.º 009/2019/FMAS

Contratante: Município de Rio do Sul/SC – Fundo Municipal de Assistência Social

Contratada: Império do Papel Comércio de Papéis Ltda ME

Objeto: Aquisição de materiais e bens permanentes, a fim de atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social de Rio do Sul/SC.

Valor: R\$ 3.310,00 (três mil trezentos e dez reais).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2019.

Recurso: 90.01.2080.4490.5299, 90.05.2087.4490.5299, 90.05.2085.4490.5299, 90.03.1074.4490.5299 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 17 de outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## RESUMO DO CONTRATO Nº 249/2019

Publicação Nº 2214872

### RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 249/2019

Pregão Presencial n.º 175/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ADL Comercial Eireli-EPP

Objeto: Aquisição de computadores, cadeiras e demais bens permanentes, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação e da Secretaria de Administração e Fazenda de Rio do Sul/SC.

Valor: R\$ 3.172,50 (três mil cento e setenta e dois reais e cinquenta centavos).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2019.

Recurso: 85.02.1058.4490.5299 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 16 de outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## RESUMO DO CONTRATO Nº 250/2019

Publicação Nº 2214873

### RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 250/2019

Pregão Presencial n.º 175/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Bagatoli Comércio de Móveis Ltda EPP

Objeto: Aquisição de computadores, cadeiras e demais bens permanentes, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação e da Secretaria de Administração e Fazenda de Rio do Sul/SC.

Valor: R\$ 3.119,00 (três mil cento e dezenove reais).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2019.

Recurso: 85.02.1058.4490.5299 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 16 de outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

**RESUMO DO CONTRATO Nº 251/2019**

Publicação Nº 2214874

**RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 251/2019**

Pregão Presencial n.º 175/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Vicente Departamentos Eireli - ME

Objeto: Aquisição de computadores, cadeiras e demais bens permanentes, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação e da Secretaria de Administração e Fazenda de Rio do Sul/SC.

Valor: R\$ 18.823,00 (dezoito mil oitocentos e vinte e três reais).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2019.

Recurso: 85.02.1058.4490.5299 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 16 de outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

**RESUMO DO CONTRATO Nº 253/2019**

Publicação Nº 2214875

**RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 253/2019**

Pregão Presencial n.º 175/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Electroinox Comércio de Equipamentos Eletrônicos Eireli - EPP

Objeto: Aquisição de computadores, cadeiras e demais bens permanentes, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Educação e da Secretaria de Administração e Fazenda de Rio do Sul/SC.

Valor: R\$ 50.928,00 (cinquenta mil novecentos e vinte e oito reais).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2019.

Recurso: 85.02.1058.4490.5299 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 16 de outubro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

**RICARDO DA SILVA - 2º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2214841

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 098/2019, firmado em 13/05/2019, com término previsto para 02/09/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RICARDO DA SILVA, portador(a) do CPF nº 009.420.289-37, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 098/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 098/2019, iniciando-se a prorrogação em 03/09/2019 e encerrando-se

em 02/12/2019."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/09/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	RICARDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**SUELEN REGINA WEINFURTER VIEIRA - 4º TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2214797

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 071/2019, firmado em 15/02/2019, com término previsto para 18/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) SUELEN REGINA WEINFURTER VIEIRA, portador(a) do CPF nº 056.088.759-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 071/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 071/2019, iniciando-se a prorrogação em 19/10/2019 e encerrando-se em 13/12/2019."

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SUELEN REGINA WEINFURTER VIEIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO EVERALDO DE SOUZA**

Publicação Nº 2215821

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) **EVERALDO DE SOUZA** é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de **COVEIRO, 40 horas**, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2017, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 1553/DGP de 11/10/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em **29/10/2019**. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no **prazo máximo de trinta dias**, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) *Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).*
- 2) *O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.*
- 3) *O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.*

**Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO****CANDIDATO:**

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 25 de Outubro de 2019.

**Departamento de Gestão de Pessoas**  
**Divisão de Desenvolvimento profissional**

Confirmação Recebimento (Assinatura):

---



**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO LUCAS DAMANN DA COSTA**

Publicação Nº 2215825

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) **LUCAS DAMANN DA COSTA**, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, 40 horas**, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2017, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. **1495/DGP de 30/09/2019**, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em **14/10/2019**. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no **prazo máximo de trinta dias**, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) *Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).*
- 2) *O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.*
- 3) *O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.*

**Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO****CANDIDATO:**

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	<b>1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.</b>

Rio do Sul, 11 de Outubro de 2019.

**Departamento de Gestão de Pessoas**  
**Divisão de Desenvolvimento profissional**

Confirmação Recebimento (Assinatura):

---

**LEI N. 6073, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2215865

**LEI Nº 6073**, de 25 de outubro de 2019.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2020 e dá outras providências.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal e na Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, as diretrizes orçamentárias do Município, compreendendo:

I – Das prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual para 2018/2021;

II - Da estrutura dos orçamentos;

III - As diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - Das disposições sobre dívida pública municipal;

V - Das disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VI - Das disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - Das disposições gerais.

**I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, constante desta Lei.

§ 1º Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000 acompanhado da memória e metodologia de cálculo e quando for obrigatório a avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior.

§ 2º A fim de dar cumprimento ao preceito da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deve ser composto pelos seguintes demonstrativos:

a) Demonstrativo 1 – Metas Anuais;

- b) Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- g) Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- h) Demonstrativo 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;
- i) Anexo IX – Demonstrativo de Riscos Fiscais.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração para o exercício financeiro de 2020 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2020 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2020 o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no Anexo II - Prioridades e Metas, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

## II - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta 03/2008.

§ 2º A categoria de programação de trata o art.167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, seus Fundos e Fundações, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, Conjunta 03/2008 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, conforme o Anexo 1, da Lei 4.320/64);

II - Receita por Categorias Econômicas, conforme o anexo 2, da Lei 4.320/64);

III - Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2, da Lei 4.320/64) (elemento);

IV - Funções e Subfunções de Governo, (Anexo 5, da Lei nº 4.320/64);

V - Programa de Trabalho de Governo, (Anexo 6, da Lei nº 4.320/64);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64);

IX - Análise da Evolução da Receita e Despesa;

X - Planilha de Identificação das Ações demonstrando os Projetos, Atividades e Operações Especiais por Categoria de Programação, com identificação da

Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Fiscais e indicação das fontes de financiamentos;

XI – Despesas com ações típicas de MDE e Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB;

XII - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida com base no artigo 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101, de 2000;

XIII - Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 2000; e

XIV - Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

§ 1º O Orçamento dos Fundos e Fundações que acompanha o Orçamento Geral do Município evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no *caput* deste Artigo.

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o inciso X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e conjunta 03/2008 admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo único, I da Lei 4.320/64, conterá:

I – exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e fluante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II – justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos conforme evidenciado no Anexo IX Demonstrativo - Riscos Fiscais e Providências.

### III - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2020 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e

despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Fundações e seus Fundos. (art. 1º, § 1º; art. 4º, I, "a"; art. 50, I; e art.48 da LRF).

Art. 11. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2020 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF).

Art. 12. Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 13. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações abaixo: (Art. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora.

Art. 14. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 15. Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO IX - Demonstrativo - Riscos Fiscais e Providencias desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro.



§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 16. Os orçamentos para o exercício de 2020 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, até o limite de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida. (Art. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo VII. (Art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinadas a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2020, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que tornarem insuficientes.

Art. 17. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º; art. 9º; e art. 13 da LRF).

Art. 19. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020 com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, Parágrafo único; e art. 50, I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos art. 8º, parágrafo único e art. 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no *caput* deste artigo. (Art. 8º, Parágrafo único e art. 50, I da LRF).

Art. 20. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2020, constantes do Demonstrativo 7 desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V; e art. 14, I da LRF).



Art. 21. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativas, assistenciais, recreativas, culturais, esportivas, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art. 4º, I, "f"; e art. 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de Controle Interno. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 22. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público.

Art. 23. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, incisos I e II da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF).

Art. 24. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF).

Art. 25. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Art. 26. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 27. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal. (Art. 167, VI da CF).

§ 2º Havendo alterações de códigos de destinação de recursos, poderão ser feitas por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF).

Art. 29. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o, art. 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30. Os programas priorizados por esta Lei, extraídos do Plano Plurianual e contemplados na Lei Orçamentária para 2020, serão desdobrados em metas quadrimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e"; e art. 9º, § 4º da LRF).

Art. 31. Para fins do disposto no art. 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

#### IV - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32. A Lei Orçamentária para 2020 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% das receitas correntes líquidas apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101/2000. (Art. 30; art. 31; e art. 32 da LRF).

Art. 33. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF).

Art. 34. Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 31 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no art. 14 desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

#### V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 169, § 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2020 ou em créditos adicionais.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, Parágrafo único, V da LRF).

Art. 37. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e art. 20 da LRF).

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 38. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Rio do Sul, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

## VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita

e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF).

Art. 40. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF).

Art. 41. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF).

## VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro de 2019.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 43. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2020.

Art. 46. Nos termos do inciso I do art. 29-A da Constituição Federal, o total da despesa do Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar 7% (sete por cento), relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Parágrafo único. Fica o Executivo Municipal autorizado a repassar índices menores ao limite previsto no *caput* deste artigo ao Poder Legislativo.

Art. 47. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

GABINETE DO PREFEITO  
25 de outubro de 2019

**JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOME**  
Prefeito Municipal

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33000000000000000000	Despesas correntes	4.363.218,52	3.792.836,19	3.958.701,82	6.103.420,00	7.745.683,00
33100000000000000000	Pessoal e encargos sociais	3.698.757,51	3.475.074,54	3.522.385,51	5.340.420,00	6.898.191,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	3.415.753,35	3.243.132,38	3.286.903,90	4.806.420,00	6.208.372,00
33190050000000000000	Outros benefícios previdenciários	5.833,46	31.955,18	20.461,69	0,00	0,00
33190050100000000000	Auxílio-doença - pessoal civil	0,00	0,00	1.415,41	0,00	0,00
33190050300000000000	Salário-maternidade - pessoal civil	5.833,46	31.955,18	19.046,28	0,00	0,00
33190080000000000000	Outros Benefícios Assistenciais	0,00	957,94	976,57	0,00	0,00
33190080300000000000	Auxílio-natalidade	0,00	957,94	976,57	0,00	0,00
33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	3.126.079,51	2.870.622,25	2.866.817,91	0,00	0,00
33190110100000000000	Vencimentos e salários	2.108.969,17	2.132.153,27	2.144.677,34	0,00	0,00
33190110500000000000	Incorporações	90.050,27	55.718,93	25.761,23	0,00	0,00
33190110700000000000	Abono de permanência	34.768,64	11.589,04	0,00	0,00	0,00
33190113100000000000	Gratificação por exercício de cargos	48.275,88	48.070,60	52.851,15	0,00	0,00
33190113300000000000	Gratificação por exercício de funções	95.952,97	98.839,65	103.060,86	0,00	0,00
33190113700000000000	Gratificação por tempo de serviço	302.345,51	124.406,50	124.112,68	0,00	0,00
33190114300000000000	13º salário	156.436,01	169.201,52	156.092,69	0,00	0,00
33190114400000000000	Férias - abono pecuniário	57.570,20	8.596,17	12.532,81	0,00	0,00
33190114500000000000	Férias - abono constitucional	33.344,23	14.475,61	19.488,01	0,00	0,00
33190119900000000000	Outras despesas fixas - pessoal civil	198.366,63	207.570,96	228.241,14	0,00	0,00
33190130000000000000	Obrigações patronais	283.840,38	302.307,29	339.420,08	0,00	0,00
33190130200000000000	Contribuições previdenciárias - INSS	283.840,38	302.307,29	339.420,08	0,00	0,00
33190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	0,00	0,00	975,24	0,00	0,00
33190164400000000000	Serviços extraordinários	0,00	0,00	975,24	0,00	0,00
33190340000000000000	Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	0,00	0,00	6.110,85	0,00	0,00
33190340100000000000	Substituição de mão-de-obra (lf art. 18 §1º)	0,00	0,00	6.110,85	0,00	0,00
33190940000000000000	Indenizações e restituições trabalhista	0,00	37.289,72	52.141,56	0,00	0,00
33190940700000000000	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	0,00	0,00	16.669,65	0,00	0,00
33190941100000000000	Licença-Prêmio convertida em Pecúnia	0,00	32.316,99	30.267,69	0,00	0,00
33190949900000000000	Diversas indenizações e restituições trabalhistas	0,00	4.972,73	5.204,22	0,00	0,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	283.004,16	231.942,16	235.481,61	534.000,00	689.819,00
33191030000000000000	Obrigações patronais	283.004,16	231.942,16	235.481,61	0,00	0,00
33191130000000000000	Contribuição patronal para RPPS	283.004,16	231.942,16	235.481,61	0,00	0,00
33300000000000000000	Outras despesas correntes	664.461,01	317.761,65	436.316,31	763.000,00	847.492,00
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	10.000,00	7.900,00	18.000,00	70.000,00	77.851,00
33350410000000000000	Contribuições	10.000,00	7.900,00	18.000,00	0,00	0,00
33350410200000000000	Despesas manutenção outras entidades direito privado	10.000,00	7.900,00	18.000,00	0,00	0,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	654.461,01	309.861,65	418.316,31	693.000,00	769.641,00

Identificador: WPL641101-051-RITPXU-305996108 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO 12/09/2019 13:55:08 -03:00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33390080000000000000	Outros benefícios assistenciais	0,00	1.915,88	0,00	0,00
33390080300000000000	Auxílio - natalidade	0,00	1.915,88	0,00	0,00
33390110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.651,35	2.900,23	3.337,36	0,00
33390114300000000000	13º salário	2.651,35	2.900,23	3.337,36	0,00
33390140000000000000	Diárias - civil	24.877,00	15.600,43	15.215,01	0,00
33390141400000000000	Diárias no país - civil	24.877,00	15.600,43	15.215,01	0,00
33390180000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	714,36	1.050,00	1.050,00	0,00
33390189900000000000	Outros auxílios financeiros a estudante	714,36	1.050,00	1.050,00	0,00
33390300000000000000	Material de consumo	46.015,37	60.593,77	56.466,36	0,00
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos	0,00	0,00	39,94	0,00
33390300300000000000	Combustíveis e lubrificantes p/outras finalidades	0,00	0,00	193,56	0,00
33390300400000000000	Gás engarrafado	191,00	211,00	146,00	0,00
33390300700000000000	Gêneros de alimentação	6.492,40	12.118,42	13.040,88	0,00
33390300900000000000	Material farmacológico	0,00	18,80	0,00	0,00
33390301500000000000	Material para festividades e homenagens	6.311,25	7.117,60	14.603,00	0,00
33390301600000000000	Material de expediente	3.591,82	8.297,83	14.089,61	0,00
33390301700000000000	Material de processamento de dados	10.277,79	11.440,78	120,00	0,00
33390302000000000000	Material de cama, mesa e banho	195,30	0,00	0,00	0,00
33390302100000000000	Material de copa e cozinha	808,79	1.581,33	1.588,19	0,00
33390302200000000000	Material limpeza e produtos de higienização	3.747,79	3.025,55	2.853,64	0,00
33390302300000000000	Uniformes, tecidos e aviamentos	0,00	0,00	373,98	0,00
33390302400000000000	Material para manutenção bens imóveis	4.486,97	3.960,31	554,94	0,00
33390302500000000000	Material para manutenção de bens móveis	1.799,20	835,00	668,70	0,00
33390302600000000000	Material elétrico e eletrônico	4.102,00	5.263,67	4.874,13	0,00
33390302800000000000	Material de proteção e segurança	267,94	2.408,32	332,49	0,00
33390302900000000000	Material para áudio, vídeo e foto	1.542,50	950,00	1.225,00	0,00
33390303000000000000	Material para comunicações	19,60	0,00	0,00	0,00
33390303400000000000	Material de sinalização visual e afins	0,00	0,00	774,00	0,00
33390309900000000000	Outros materiais de consumo	2.181,02	3.365,16	988,30	0,00
33390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	12.729,72	5.651,16	7.432,26	0,00
33390330100000000000	Passagens para o país	3.832,26	1.043,80	3.597,11	0,00
33390330300000000000	Taxas embarque seguro, frete e pedágio	848,34	164,18	339,62	0,00
33390339900000000000	Outras despesas com locomoção	8.049,12	4.443,18	3.495,53	0,00
33390340000000000000	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	0,00	0,00	220,00	0,00
33390340100000000000	Substituição Mão-de-obra LRF Art. 18 §1º	0,00	0,00	220,00	0,00
33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	504,00	2.130,00	2.370,00	0,00
33390362200000000000	Manutenção e conservação de bens imóveis	504,00	0,00	850,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-RITPXU-305996108 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 13:55:08 -03:00





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 351 - CÂMARA DE VEREDORES DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 3 / 4

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33390365000000000000	Serviços apoio administrativo, técnico e operacional	0,00	590,00	0,00	0,00
33390365900000000000	Serviços de áudio, vídeo e foto	0,00	1.540,00	1.520,00	0,00
33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	539.195,84	188.510,74	167.885,58	0,00
33390390100000000000	Assinatura de periódicos e anuidades	487,00	547,00	1.668,00	0,00
33390390500000000000	Serviços técnicos profissionais	894,00	2.505,84	1.775,00	0,00
33390391100000000000	Locação de softwares	14.168,81	27.525,68	0,00	0,00
33390391600000000000	Manutenção e conservação bens imóveis	6.250,00	5.115,00	3.365,00	0,00
33390391700000000000	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	2.352,00	4.698,00	995,00	0,00
33390391900000000000	Manutenção e conservação de veículos	1.080,00	0,00	0,00	0,00
33390392000000000000	Manutenção e conservação de bens móveis e outras naturezas intangíveis	495,00	280,00	4.850,00	0,00
33390392300000000000	Festividades e homenagens	1.973,00	3.159,00	0,00	0,00
33390394700000000000	Serviços de comunicação em geral	2.742,82	1.846,71	4.105,27	0,00
33390394800000000000	Serviços de seleção e treinamento	31.385,00	7.881,20	7.689,00	0,00
33390395000000000000	Serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais	53.425,37	60.464,27	63.047,20	0,00
33390395900000000000	Serviços de áudio, vídeo e foto	301.784,00	6.850,00	0,00	0,00
33390396300000000000	Serviços gráficos e editoriais	0,00	9.114,00	10,00	0,00
33390396400000000000	Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)	26.712,52	26.818,54	9.118,73	0,00
33390398100000000000	Serviços bancários	342,85	599,05	1.430,10	0,00
33390398300000000000	Serviços cópias e reprodução de documentos	899,50	285,50	550,70	0,00
33390398800000000000	Serviços de publicidade e propaganda	85.134,45	29.262,65	63.863,10	0,00
33390399900000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	9.069,52	1.558,30	5.418,48	0,00
33390400000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	133.750,18	0,00
33390400100000000000	Locação de equipamentos e softwares	0,00	0,00	44.102,14	0,00
33390400200000000000	Desenvolvimento e manutenção de software	0,00	0,00	2.080,00	0,00
33390400400000000000	Comunicação de dados	0,00	0,00	12.714,26	0,00
33390400500000000000	Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integram pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	32.311,90	0,00
33390400800000000000	Serviços técnicos profissionais de TIC	0,00	0,00	749,00	0,00
33390401400000000000	Tratamento de dados	0,00	0,00	41.792,88	0,00
33390460000000000000	Auxílio-alimentação	27.773,37	30.709,44	30.589,56	0,00
33390460100000000000	Auxílio-alimentação em pecúnia	27.773,37	30.709,44	30.589,56	0,00
33390930000000000000	Indenizações e restituições	0,00	800,00	0,00	0,00
33390930100000000000	Indenizações	0,00	0,00	0,00	0,00
34000000000000000000	Despesas de capital	52.851,25	66.388,49	11.330,70	1.530.000,00
34400000000000000000	Investimentos	52.851,25	66.388,49	11.330,70	1.530.000,00
34490000000000000000	Aplicações diretas	52.851,25	66.388,49	11.330,70	1.530.000,00
34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	52.851,25	66.388,49	11.330,70	0,00
34490520600000000000	Aparelhos e equipamentos de comunicação	1.237,40	0,00	383,70	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-RITPXU-305996108 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 13:55:08 -03:00





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 4 / 4

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2020
34490521200000000000	Aparelhos e utensílios domésticos	1.454,15	0,00	2.499,00	0,00
34490521800000000000	Coleções e materiais bibliográficos	0,00	226,29	217,00	0,00
34490522400000000000	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	0,00	0,00	823,00	0,00
34490523000000000000	Máquinas e equipamentos energéticos	2.994,80	1.047,90	0,00	0,00
34490523300000000000	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	247,90	20.286,80	0,00	0,00
34490523400000000000	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	13.104,00	0,00	5.388,00	0,00
34490523500000000000	Equipamentos de processamento de dados	30.723,00	43.047,50	1.120,00	0,00
34490524200000000000	Mobiliário em geral	3.050,00	1.780,00	500,00	0,00
34490529900000000000	Outros equipamentos material permanente	0,00	0,00	400,00	0,00
-	SUBTOTAL (Plano Origem X Destino não cadastrado)	104.098,26	69.054,21	0,00	0,00
Total Despesa		4.520.168,03	3.928.278,89	3.970.032,52	9.854.558,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Receita Orçamentária	0,00	Despesas correntes	7.745.683,00
Receitas correntes	0,00	Pessoal e encargos sociais	6.898.191,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Contribuições	0,00	Outras despesas correntes	847.492,00
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Deduções da receita	0,00		
Receitas correntes	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	0,00	<b>Total das Despesas Correntes</b>	7.745.683,00
<b>Déficit</b>	7.745.683,00	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Soma</b>	7.745.683,00	<b>Soma</b>	7.745.683,00
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	0,00	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	7.745.683,00
Receitas de capital	0,00	Despesas de capital	2.108.875,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	2.108.875,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital	0,00		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
<b>Total das Receitas de Capital</b>	0,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	2.108.875,00
		<b>-(Reserva de contingência</b>	0,00
		<b>+Reserva do RPPS)</b>	0,00
<b>Déficit</b>	2.108.875,00	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Resumo</b>			
Receitas Correntes	0,00	Despesa Correntes	7.745.683,00
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	2.108.875,00
		Reserva de Contingência	0,00
		Reserva do RPPS	0,00
<b>Subtotal</b>	0,00	<b>Subtotal</b>	9.854.558,00
<b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>		<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	
<b>Transfêrencias Recebidas</b>	10.419.558,00	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	565.000,00
<b>Total</b>	10.419.558,00	<b>Total</b>	10.419.558,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica  
Entidade(s): 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			7.745.683,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		6.898.191,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	6.208.372,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	689.819,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		847.492,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	77.851,00		
33900000000000000000	Aplicações diretas	769.641,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			2.108.875,00
44000000000000000000	Investimentos		2.108.875,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	2.108.875,00		
<b>Total</b>				<b>9.854.558,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Receitas Segundo Categoria Econômica  
Entidade(s): 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 códigoPpa: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
Total				

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo V - Funções e Subfunções de Governo

Ano: 2020

Entidade(s): 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
1	Legislativa	31	Acao Legislativa

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade(s): 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****001 - Câmara Municipal de Rio do Sul**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
01.031	Acao Legislativa	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
01.031.0001	Processo Legislativo	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
01.031.0001.2051	Manutenção da Câmara de Vereadores	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.854.558,00</b>	<b>9.854.558,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.854.558,00</b>	<b>9.854.558,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.854.558,00</b>	<b>9.854.558,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade(s): 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
01.031	Acao Legislativa	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
01.031.0001	Processo Legislativo	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
01.031.0001.2051	Manutenção da Câmara de Vereadores	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
Total Geral		0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa  
Entidade(s): 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	9.854.558,00	0,00	9.854.558,00
01.031	Acao Legislativa	9.854.558,00	0,00	9.854.558,00
01.031.0001	Processo Legislativo	9.854.558,00	0,00	9.854.558,00
<b>Total Geral</b>		9.854.558,00	0,00	9.854.558,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função  
Entidade(s): 351 - CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Legislativa	Total
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL	9.854.558,00	9.854.558,00
Total	9.854.558,00	9.854.558,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
 Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
 Anexo de Riscos Fiscais  
 LDO: 2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Intempérie (Enchente, vendaval, granizo, geada, nevasca, estiagem)	R\$ 10.000,00	Abertura de Créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	R\$ 10.000,00
Surtos Epidêmicos	R\$ 0,00		
Decisões Judiciais (Ações trabalhistas e precatórios)	R\$ 0,00		
Indenização por rescisões contratuais ou de outra natureza	R\$ 0,00		
Perda de depósitos judiciais em favor do Estado questionados no Judiciário	R\$ 0,00		
Outros passivos contingentes (especificar)	R\$ 0,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 10.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 10.000,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Fatos do príncipe (Alterações na legislação vigente que acarretem aumento inesperados de despesas)	R\$ 0,00		
Redução de receitas por colapso econômico	R\$ 0,00		
Garantias concedidas não cumpridas, inclusive fundos de aval	R\$ 0,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>

<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 10.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 10.000,00</b>
--------------	----------------------	--------------	----------------------

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Data Emissão: 13/09/2019 Hora Emissão: 13:47

Nota Explicativa:

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC 028616/O-4  
 Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC**  
 Lei de Diretrizes Orçamentárias  
 Anexo de Metas Fiscais  
**AValiação DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**  
 Ano de Referência: 2020

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2017	2018
RECEITAS CORRENTES (I)	38.133.728,34	33.862.021,94	37.929.044,43
Receita de Contribuições dos Segurados	5.612.106,70	6.413.013,67	0,00
Civil	5.612.106,70	6.413.013,67	0,00
Ativo	5.612.106,70	6.413.013,67	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	7.857.216,68	5.327.652,66	0,00
Civil	7.857.216,68	5.327.652,66	0,00
Ativo	7.857.216,68	5.327.652,66	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	23.741.783,38	18.809.604,92	17.731.957,34
Receitas Imobiliárias	5.400,00	1.890,00	5.640,00
Receitas de Valores Mobiliários	23.736.383,38	18.807.714,92	17.726.317,34
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	922.621,58	3.311.750,69	20.197.087,09
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>38.133.728,34</b>	<b>33.862.021,94</b>	<b>37.929.044,43</b>

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2017	2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	9.957.929,90	13.212.879,13	15.736.674,96
Benefícios - Civil	9.777.102,56	13.020.027,68	15.525.884,79
Aposentadorias	9.777.102,56	13.020.027,68	15.525.884,79
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	180.827,34	192.851,45	210.790,17
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	180.827,34	192.851,45	210.790,17
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)</b>	<b>9.957.929,90</b>	<b>13.212.879,13</b>	<b>15.736.674,96</b>

<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)</b>	<b>28.175.798,44</b>	<b>20.649.142,81</b>	<b>22.192.369,47</b>
---	----------------------	----------------------	----------------------

Identificador: WPL1181101-026-KZWNV-306431370 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

Pág 1 / 3



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC**  
 Lei de Diretrizes Orçamentárias  
 Anexo de Metas Fiscais  
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**  
 Ano de Referência: 2020

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2016	2017	2018
VALOR	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2016	2017	2018
VALOR	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2016	2017	2018
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	2016	2017	2018
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	190.011.256,29
2019	24.741.351,91	15.978.836,50	8.762.515,41	198.773.771,70
2020	24.117.803,25	16.680.646,17	7.437.157,08	206.210.928,78
2021	22.326.303,75	15.874.011,61	6.452.292,14	212.663.220,92
2022	21.216.208,54	14.933.160,00	6.283.048,54	218.946.269,46
2023	18.335.634,66	14.057.233,61	4.278.401,05	223.224.670,51
2024	16.437.225,97	13.599.567,03	2.837.658,94	226.062.329,45
2025	15.406.587,87	13.129.667,80	2.276.920,07	228.339.249,52
2026	14.438.095,27	13.620.851,61	817.243,66	229.156.493,18
2027	13.200.305,65	13.754.309,94	(554.004,29)	228.602.488,89
2028	12.132.534,93	13.821.269,89	(1.688.734,96)	226.913.753,93
2029	11.135.246,33	13.861.353,14	(2.726.106,81)	224.187.647,12
2030	10.193.277,36	14.101.041,00	(3.907.763,64)	220.279.883,48
2031	9.227.673,60	14.187.093,26	(4.959.419,66)	215.320.463,82
2032	8.355.280,81	14.284.834,25	(5.929.553,44)	209.390.910,38
2033	7.518.739,95	14.092.862,41	(6.574.122,46)	202.816.787,92
2034	6.818.518,70	13.928.310,91	(7.109.792,21)	195.706.995,71
2035	6.146.364,72	13.937.880,45	(7.791.515,73)	187.915.479,98
2036	5.450.370,17	13.753.984,17	(8.303.614,00)	179.611.865,98
2037	4.853.457,72	13.541.544,30	(8.688.086,58)	170.923.779,40
2038	4.299.099,86	13.286.944,50	(8.987.844,64)	161.935.934,76
2039	3.790.436,40	13.024.248,36	(9.233.811,96)	152.702.122,80
2040	3.314.703,22	12.659.663,05	(9.344.959,83)	143.357.162,97
2041	2.902.809,82	12.436.123,26	(9.533.313,44)	133.823.849,53
2042	2.470.580,94	12.037.488,96	(9.566.908,02)	124.256.941,51
2043	2.124.963,70	11.639.906,46	(9.514.942,76)	114.741.998,75
2044	1.805.031,54	11.294.684,87	(9.489.653,33)	105.252.345,42
2045	1.491.911,93	10.816.190,18	(9.324.278,25)	95.928.067,17
2046	1.248.827,19	10.185.369,10	(8.936.541,91)	86.991.525,26
2047	609.936,74	9.641.230,65	(9.031.293,91)	77.960.231,35
2048	462.880,93	9.110.935,02	(8.648.054,09)	69.312.177,26
2049	331.552,30	8.513.716,78	(8.182.164,48)	61.130.012,78
2050	243.087,56	7.902.942,76	(7.659.855,20)	53.470.157,58

Identificador: WPL1181101-026-KZWNV-306431370 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

Pág 2 / 3



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC**  
 Lei de Diretrizes Orçamentárias  
 Anexo de Metas Fiscais  
**AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS**  
 Ano de Referência: 2020

2051	178.816,52	7.333.129,47	(7.154.312,95)	46.315.844,63
2052	118.425,96	6.778.627,85	(6.660.201,89)	39.655.642,74
2053	70.412,55	6.175.494,69	(6.105.082,14)	33.550.560,60
2054	56.554,84	5.641.558,87	(5.585.004,03)	27.965.556,57
2055	34.023,89	5.114.105,44	(5.080.081,55)	22.885.475,02
2056	24.061,41	4.616.851,04	(4.592.789,63)	18.292.685,39
2057	19.293,50	4.163.189,99	(4.143.896,49)	14.148.788,90
2058	13.263,27	3.740.457,70	(3.727.194,43)	10.421.594,47
2059	9.196,54	3.349.513,04	(3.340.316,50)	7.081.277,97
2060	6.416,88	2.998.956,63	(2.992.539,75)	4.088.738,22
2061	1.291,32	2.665.988,20	(2.664.696,88)	1.424.041,34
2062	472,29	2.364.428,34	(2.363.956,05)	(939.914,71)
2063	0,00	2.086.144,63	(2.086.144,63)	(3.026.059,34)
2064	0,00	1.832.837,82	(1.832.837,82)	(4.858.897,16)
2065	0,00	1.606.311,52	(1.606.311,52)	(6.465.208,68)
2066	0,00	1.403.283,86	(1.403.283,86)	(7.868.492,54)
2067	0,00	1.222.736,63	(1.222.736,63)	(9.091.229,17)
2068	0,00	1.060.247,85	(1.060.247,85)	(10.151.477,02)
2069	0,00	914.245,81	(914.245,81)	(11.065.722,83)
2070	0,00	784.181,86	(784.181,86)	(11.849.904,69)
2071	0,00	671.097,27	(671.097,27)	(12.521.001,96)
2072	0,00	567.280,58	(567.280,58)	(13.088.282,54)
2073	0,00	478.294,57	(478.294,57)	(13.566.577,11)
2074	0,00	402.320,00	(402.320,00)	(13.968.897,11)
2075	0,00	335.651,04	(335.651,04)	(14.304.548,15)
2076	0,00	278.009,56	(278.009,56)	(14.582.557,71)
2077	0,00	227.940,42	(227.940,42)	(14.810.498,13)
2078	0,00	185.060,64	(185.060,64)	(14.995.558,77)
2079	0,00	146.932,36	(146.932,36)	(15.142.491,13)
2080	0,00	116.052,89	(116.052,89)	(15.258.544,02)
2081	0,00	91.750,30	(91.750,30)	(15.350.294,32)
2082	0,00	70.332,66	(70.332,66)	(15.420.626,98)
2083	0,00	53.756,96	(53.756,96)	(15.474.383,94)
2084	0,00	40.265,20	(40.265,20)	(15.514.649,14)
2085	0,00	30.657,16	(30.657,16)	(15.545.306,30)
2086	0,00	22.999,74	(22.999,74)	(15.568.306,04)
2087	0,00	16.336,44	(16.336,44)	(15.584.642,48)
2088	0,00	12.305,71	(12.305,71)	(15.596.948,19)
2089	0,00	9.351,94	(9.351,94)	(15.606.300,13)
2090	0,00	7.304,02	(7.304,02)	(15.613.604,15)
2091	0,00	5.765,00	(5.765,00)	(15.619.369,15)
2092	0,00	4.788,31	(4.788,31)	(15.624.157,46)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Emissão: 17/09/2019, às 14:49:35.

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC 028616/O-4  
 Contadora



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC**

Lei de Diretrizes Orçamentárias  
Anexo de Metas Fiscais  
**AValiação DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
Entidade(s): Consolidado  
Ano de Referência: 2020

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	% RCL	% PIB	% RCL	Variação	
									Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	333.979.272,00	115,932	0,00	284.883.043,66	98,890	0,00	98,890	0,00	(49.096.228,34)	(14,70)
Receitas Primárias (I)	285.450.634,00	99,087	0,00	262.526.538,20	91,129	0,00	91,129	0,00	(22.924.095,80)	(8,03)
Despesa Total	380.214.893,40	131,982	0,00	264.748.858,47	91,901	0,00	91,901	0,00	(115.466.034,93)	(30,37)
Despesas Primárias (II)	359.549.229,17	124,808	0,00	244.507.344,71	84,874	0,00	84,874	0,00	(115.041.884,46)	(32,00)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(74.098.595,17)	-25,721	0,00	18.019.193,49	6,255	0,00	6,255	0,00	92.117.788,66	(124,32)
Resultado Nominal	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00

R\$ 1,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Emissão: 17/09/2019, às 13:59:44.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

Identificador: WPL1141101-026-XLCPO-306428377 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

Pág 1 / 1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
 Prestação de Contas  
 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida da LDO  
 Entidade(s): Consolidado  
 LDO: 2020 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020

Pág 1 / 1

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	361.496.114,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	74.509.400,00
IPTU	22.460.000,00
ISS	28.150.000,00
ITBI	4.534.000,00
IRRF	8.100.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.265.400,00
Contribuições	16.059.000,00
Receita Patrimonial	25.693.002,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	25.463.002,00
Outras Receitas Patrimoniais	230.000,00
Receita Agropecuária	5.000,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	355.000,00
Transferências Correntes	223.544.812,00
Cota-Parte do FPM	36.600.000,00
Cota-Parte do ICMS	44.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	12.000.000,00
Cota-Parte do ITR	50.000,00
Transferências da LC 87/1996	300.000,00
Transferências da LC 61/1989	600.000,00
Transferências do FUNDEB	37.850.000,00
Outras Transferências Correntes	92.144.812,00
Outras Receitas Correntes	21.329.900,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	18.790.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência e Rend. Aplic. Fin. RPPS	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	600.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	18.190.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	342.706.114,00

NOTA:

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC 028616/O-4  
 Contadora





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC**  
 Lei de Diretrizes Orçamentárias  
 Anexo de Metas Fiscais  
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**  
 Ano de Referência: 2020

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
IPTU	Outros Benefícios	Isenção para aposentados e baixa renda advindos da Assistência Social.	2.900.000,00	2.800.000,00	2.800.000,00	Recadastramento Imobiliário e Mobiliário Revisão de valor Venal Economia das despesas correntes absorvida por todas as secretarias, Fundos e Fundações anualmente.
IPTU	Remissão	Remissão	23.000,00	23.000,00	23.000,00	Recadastramento Imobiliário e Mobiliário Revisão de valor Venal Economia das despesas correntes absorvida por todas as secretarias, Fundos e Fundações anualmente.
<b>TOTAL</b>			<b>2.923.000,00</b>	<b>2.823.000,00</b>	<b>2.823.000,00</b>	—

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Emissão: 17/09/2019, às 14:50:00.

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC 028616/O-4  
 Contadora

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC**

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Entidade(s): Consolidado

Ano de Referência: 2020

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Patrimônio/Capital	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	129.343.696,11	100,00 %	128.291.613,77	100,00 %	124.284.246,48	100,00 %
<b>TOTAL</b>	<b>129.343.696,11</b>	<b>100,00 %</b>	<b>128.291.613,77</b>	<b>100,00 %</b>	<b>124.284.246,48</b>	<b>100,00 %</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>	<b>2017</b>	<b>%</b>	<b>2016</b>	<b>%</b>
Patrimônio	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Lucros ou Prejuízos Acumulados	25.624.895,36	100,00 %	25.624.895,36	100,00 %	20.250.739,65	100,00 %
<b>TOTAL</b>	<b>25.624.895,36</b>	<b>100,00 %</b>	<b>25.624.895,36</b>	<b>100,00 %</b>	<b>20.250.739,65</b>	<b>100,00 %</b>

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Emissão: 17/09/2019, às 14:48:22.

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC 028616/O-4  
 Contadora



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC**

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

**METAS ANUAIS**

Entidade(s): Consolidado

Ano de Referência: 2020

AMF – Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022				R\$ 1,00
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100	
Receita Total	428.917.971,00	412.619.500,72	12.696,8246	0,00	428.827.971,00	397.315.728,24	11.912,6065	0,00	428.872.971,00	383.105.882,60	11.193,2925	0,00	0,00
Receitas Primárias (I)	343.151.510,00	330.112.082,73	10.157,9669	0,00	343.061.510,00	317.851.779,49	9.530,6111	0,00	343.106.510,00	306.491.971,35	8.954,462	0,00	0,00
Despesa Total	428.917.971,00	412.619.500,72	12.696,8246	0,00	216.812.322,00	200.879.959,87	60.229,277	0,00	216.812.322,00	193.675.240,91	56.586,539	0,00	0,00
Despesas Primárias (II)	399.602.512,00	384.418.000,96	11.829,288	0,00	193.361.322,00	179.152.246,73	53.714,718	0,00	193.361.322,00	172.726.809,42	50.465,988	0,00	0,00
Resultado Primário (III) = (I-II)	(56.451.002,00)	(54.305.918,23)	-1.6710,619	0,00	149.700.188,00	138.699.532,76	41.585,893	0,00	149.745.188,00	133.765.161,93	39.082,474	0,00	0,00
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Emissão: 17/09/2019, às 13:58:57.

Notas:

Parâmetros e projeções para as principais variáveis - 2020, 2021 e 2022 Inflação (IPCA acumulado - var. %) PIB de SC (R\$ milhões, valores correntes) SEF/DIOR

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

Identificador: WPL1131101-026-LVAMB-306428330 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

Pág 1 / 1



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC**

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

## **METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Entidade(s): Consolidado

Ano de Referência: 2020

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										R\$ 1,00
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	
Receita Total	287.896.979,54	333.979.272,00	16,01	247.469.750,00	(25,90)	428.917.971,00	73,32	428.827.971,00	(0,02)	428.872.971,00	0,01
Receitas Primárias (I)	256.044.909,54	285.450.634,00	11,48	221.468.636,00	(22,41)	343.151.510,00	54,94	343.061.510,00	(0,03)	343.106.510,00	0,01
Despesa Total	322.721.944,11	380.214.893,40	17,82	379.112.403,58	(0,29)	428.917.971,00	13,14	216.812.322,00	(49,45)	216.812.322,00	0,00
Despesas Primárias (II)	305.761.677,14	359.549.229,17	17,59	353.051.153,58	(1,81)	399.602.512,00	13,19	193.361.322,00	(51,61)	193.361.322,00	0,00
Resultado Primário (III) = (I-II)	(49.716.767,60)	(74.098.595,17)	49,04	(131.582.517,58)	77,58	(56.451.002,00)	(57,10)	149.700.188,00	(365,19)	149.745.188,00	0,03
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										R\$ 1,00
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	
Receita Total	315.725.919,21	346.971.065,68	9,90	247.469.750,00	(28,68)	412.619.500,72	66,74	397.315.728,24	(3,71)	383.105.882,60	(3,58)
Receitas Primárias (I)	280.794.937,66	296.554.663,66	5,61	221.468.636,00	(25,32)	330.112.082,73	49,06	317.851.779,49	(3,71)	306.491.971,35	(3,57)
Despesa Total	353.917.163,76	395.005.252,75	11,61	379.112.403,58	(4,02)	412.619.500,72	8,84	200.879.959,87	(51,32)	193.675.240,91	(3,59)
Despesas Primárias (II)	335.317.469,22	373.535.694,18	11,40	353.051.153,58	(5,48)	384.418.000,96	8,88	179.152.246,73	(53,40)	172.726.809,42	(3,59)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(54.522.531,55)	(76.981.030,52)	41,19	(131.582.517,58)	70,93	(54.305.918,23)	(58,73)	138.699.532,76	(355,40)	133.765.161,93	(3,56)
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Emissão: 17/09/2019, às 14:00:59.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

Identificador: WPL1161101-026-YXEAU-306428452 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

Pág 1 / 1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC**

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexo de Metas Fiscais

**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

Entidade(s): Consolidado

Ano de Referência: 2020

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	<b>2018 (a)</b>	<b>2017 (b)</b>	<b>2016 (c)</b>	<b>R\$ 1,00</b>
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>DESPESAS EXECUTADAS</b>	<b>2018 (d)</b>	<b>2017 (e)</b>	<b>2016 (f)</b>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

<b>SALDO FINANCEIRO</b>	<b>2018 (g) = ((Ia - IIId) + IIIh)</b>	<b>2017 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)</b>	<b>2016 (i) = ((Ic - IIIf)</b>
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Emissão: 17/09/2019, às 15:31:27.

Identificador: WPL1311101-026-FFTOC-306433887 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

Pág 1 / 1



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Principais Despesas - Metodologia e Memória de Cálculo  
Anexo de Metas Fiscais  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020

**Pessoal e encargos sociais**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	117.551.795,57	0,00
2018	124.514.483,61	5,92
2019	127.462.518,42	2,37
2020	147.497.170,52	15,72
2021	87.277.039,52	-40,83
2022	87.277.039,52	0,00

**Juros e encargos da dívida**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	1.640.643,31	0,00
2018	1.235.760,00	-24,68
2019	1.796.172,18	45,35
2020	1.150.000,00	-35,97
2021	1.000.000,00	-13,04
2022	1.000.000,00	0,00

**Outras despesas correntes**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	136.278.271,99	0,00
2018	150.734.260,47	10,61
2019	160.041.922,39	6,17
2020	168.105.363,66	5,04
2021	65.539.970,48	-61,01
2022	65.539.970,48	0,00

**Investimentos**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	51.962.314,39	0,00
2018	74.493.625,31	43,36
2019	56.010.078,77	-24,81
2020	72.219.787,00	28,94
2021	57.575.312,00	-20,28
2022	57.575.312,00	0,00

**Inversões financeiras**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	0,00	0,00
2018	0,00	0,00
2019	10.000,00	0,00
2020	10.000,00	0,00
2021	10.000,00	0,00
2022	10.000,00	0,00

**Amortização da dívida**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	5.278.918,85	0,00
2018	7.561.532,01	43,24
2019	6.471.827,82	-14,41
2020	5.960.000,00	-7,91
2021	5.400.000,00	-9,40
2022	5.400.000,00	0,00

**Reserva do RPPS**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	0,00	0,00
2018	0,00	0,00
2019	0,00	0,00
2020	0,00	0,00
2021	0,00	0,00
2022	0,00	0,00

**Reserva de contingência**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	10.010.000,00	0,00
2018	21.675.232,00	116,54
2019	27.319.884,00	26,04
2020	33.975.649,82	24,36



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Principais Despesas - Metodologia e Memória de Cálculo  
Anexo de Metas Fiscais  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020

2021	10.000,00	-99,97
2022	10.000,00	0,00

**FONTE: Sistema** Atende.Net - IPM **Unidade Responsável:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
**Data Emissão:** 16/09/2019 **Hora Emissão:** 14:35

\_\_\_\_\_  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41000000000000000000	Receitas correntes	260.660.924,32	281.686.720,44	301.420.390,55	269.620.600,00	361.496.114,00
41100000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	47.607.644,21	58.502.580,56	62.281.807,55	71.119.450,00	74.509.400,00
41110000000000000000	Impostos	40.254.109,01	50.743.225,35	50.573.110,99	55.717.250,00	63.244.000,00
41113000000000000000	Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza	3.623.830,99	4.813.767,71	5.666.011,99	6.280.000,00	8.100.000,00
41113020000000000000	Imposto sobre a renda de pessoa jurídica - IRPJ - líquida de incentivos	20.031,55	10.492,43	0,00	0,00	0,00
41113021000000000000	Imposto sobre a renda de pessoa jurídica - IRPJ - líquida de incentivos	20.031,55	10.492,43	0,00	0,00	0,00
41113022000000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte	20.031,55	10.492,43	0,00	0,00	0,00
41113030000000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho	3.603.799,44	4.803.275,28	5.666.011,99	6.280.000,00	8.100.000,00
41113031000000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos	3.603.799,44	4.803.275,28	4.436.892,87	5.880.000,00	6.500.000,00
41113032000000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal	3.603.799,44	4.803.275,28	4.436.892,87	5.880.000,00	6.500.000,00
41113033000000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal	0,00	0,00	1.229.119,12	400.000,00	1.600.000,00
41113034000000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal	0,00	0,00	1.228.686,44	400.000,00	1.600.000,00
41113035000000000000	Impostos específicos de estados/df/municípios	0,00	0,00	432,88	0,00	0,00
41118000000000000000	Impostos sobre o patrimônio para estados/df/municípios	33.001.226,96	39.950.987,32	44.907.099,00	49.437.250,00	55.144.000,00
41118010000000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	17.633.886,37	22.848.094,20	24.921.183,60	26.182.250,00	28.994.000,00
41118011000000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	14.470.603,46	19.131.292,60	20.644.668,54	22.370.250,00	22.460.000,00
41118012000000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	12.822.157,97	17.101.430,64	18.364.831,48	20.685.000,00	20.000.000,00
41118013000000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	44.815,98	67.349,62	66.317,28	57.750,00	60.000,00
41118014000000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	1.273.199,89	1.526.278,26	1.726.103,08	1.260.000,00	1.800.000,00
41118015000000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	330.429,62	436.234,08	487.416,70	367.500,00	600.000,00
41118016000000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	3.163.282,91	3.716.801,60	4.276.515,06	3.812.000,00	4.534.000,00
41118017000000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	3.162.956,60	3.715.540,84	4.246.365,22	3.800.000,00	4.500.000,00
41118018000000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - multas e juros	326,31	48,61	95,39	1.000,00	1.000,00
41118019000000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - dívida ativa	0,00	1.212,15	29.423,52	10.000,00	30.000,00
41118020000000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - dívida ativa	0,00	0,00	630,93	1.000,00	3.000,00
41118021000000000000	Impostos sobre a produção, circulação de mercadorias e serviços	15.367.340,59	17.102.893,12	19.985.915,40	23.255.000,00	28.150.000,00
41118022000000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza	10.929.733,30	17.102.893,12	19.985.915,40	23.255.000,00	28.150.000,00
41118023000000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	10.095.542,56	15.880.151,82	18.417.874,53	22.000.000,00	26.500.000,00
41118024000000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	67.375,59	233.927,25	275.743,22	250.000,00	300.000,00
41118025000000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa	565.182,62	741.516,24	957.758,65	700.000,00	1.000.000,00
41118026000000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multa e juros	201.632,53	247.297,81	334.539,00	305.000,00	350.000,00
41118027000000000000	Adicional ISS - fundo municipal de combate à pobreza	4.437.607,29	0,00	0,00	0,00	0,00
41119000000000000000	Outros impostos	3.629.051,06	5.978.470,32	0,00	0,00	0,00
41119010000000000000	Outros impostos	3.629.051,06	5.978.470,32	0,00	0,00	0,00

16/09/2019 07:53:47 -03:00

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-30632027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41119011000000000000	Outros impostos	3.629.051,06	5.978.470,32	0,00	0,00	0,00
41119011100000000000	Outros impostos - principal	2.171.175,33	4.591.879,60	0,00	0,00	0,00
41119011200000000000	Outros impostos - multas e juros	65.137,56	64.621,67	0,00	0,00	0,00
41119011300000000000	Outros impostos - dívida ativa	1.086.841,90	1.010.044,56	0,00	0,00	0,00
41119011400000000000	Outros impostos - dívida ativa - multas e juros	305.896,27	311.924,49	0,00	0,00	0,00
41120000000000000000	Taxas	7.346.140,16	7.755.442,06	11.669.622,55	12.380.700,00	11.245.100,00
41121000000000000000	Taxas pelo exercício do poder de polícia	3.148.305,86	2.508.362,56	3.733.577,25	2.719.900,00	3.324.900,00
41121010000000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização	2.983.325,96	2.363.158,03	3.482.249,94	2.520.000,00	3.075.000,00
41121011000000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	2.983.325,96	2.363.158,03	3.482.249,94	2.520.000,00	3.075.000,00
41121011100000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	2.983.318,30	2.363.154,86	3.054.805,11	2.319.500,00	2.699.500,00
41121011101000000000	Taxa de fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	448.095,87	0,00	0,00
41121011102000000000	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços	0,00	0,00	1.320.665,96	1.300.000,00	1.400.000,00
41121011103000000000	Taxa de Licença para Execução de Obras	0,00	0,00	632.453,33	600.000,00	600.000,00
41121011104000000000	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	653.589,95	419.500,00	699.500,00
41121011200000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - multas e juros	0,00	3,17	27.546,79	15.500,00	20.500,00
41121011201000000000	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	8.170,81	0,00	0,00
41121011202000000000	Taxa de licença para funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços	0,00	0,00	19.146,55	15.000,00	20.000,00
41121011203000000000	Taxa de Licença para Execução de Obras	0,00	0,00	229,43	500,00	500,00
41121011204000000000	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	3,17	0,00	0,00	0,00
41121011300000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa	7,66	0,00	329.393,32	150.000,00	300.000,00
41121011301000000000	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância	0,00	0,00	77.058,81	0,00	0,00
41121011302000000000	Receita da Dívida Ativa Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços	0,00	0,00	154.272,35	100.000,00	200.000,00
41121011303000000000	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Licença para Execução de Obras	0,00	0,00	97.614,40	50.000,00	100.000,00
41121011304000000000	Receita da Dívida Ativa Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	447,76	0,00	0,00
41121011400000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa - multas e juros	0,00	0,00	70.504,72	35.000,00	55.000,00
41121011401000000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa da Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00	0,00	12.533,22	0,00	0,00
41121011402000000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços	0,00	0,00	49.231,20	30.000,00	50.000,00
41121011403000000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Licença para Execução de Obras	0,00	0,00	8.740,30	5.000,00	5.000,00
41121040000000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental	164.979,90	145.204,53	251.327,31	199.900,00	249.900,00
41121041000000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental	164.979,90	145.204,53	251.327,31	199.900,00	249.900,00
41121041100000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental - principal	164.979,90	145.204,53	251.280,35	199.900,00	249.900,00
41121041200000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental - multas e juros	0,00	0,00	46,96	0,00	0,00
41122000000000000000	Taxas pela prestação de serviços	4.197.834,30	5.247.079,50	7.936.045,30	9.160.800,00	7.430.200,00
41122010000000000000	Taxas pela prestação de serviços	4.197.834,30	5.247.079,50	7.936.045,30	9.160.800,00	7.430.200,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41122011000000000000	Taxas pela prestação de serviços	4.197.834,30	5.247.079,50	7.936.045,30	9.160.800,00	7.430.200,00
41122011100000000000	Taxas pela prestação de serviços - principal	4.157.322,11	5.144.279,17	7.106.602,72	8.770.500,00	6.758.000,00
41122011101000000000	Taxa de limpeza pública	0,00	570,84	5.946.697,51	7.150.000,00	6.700.000,00
41122011102000000000	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	979.607,78	4.062,83	14.500,00	5.000,00
41122011103000000000	Taxa de Proteção a Desastres - TPD	0,00	0,00	1.110.423,27	1.300.000,00	0,00
41122011104000000000	Taxa de cemitérios	0,00	0,00	45.223,65	300.000,00	50.000,00
41122011105000000000	Taxa Guarda Municipal	0,00	0,00	195,46	6.000,00	3.000,00
41122011200000000000	Taxas pela prestação de serviços - multas e juros	0,00	0,00	24.971,71	100,00	2.100,00
41122011201000000000	Taxa de limpeza pública - Multas e Juros	0,00	0,00	24.840,83	0,00	0,00
41122011204000000000	Taxa de cemitérios	0,00	0,00	130,88	100,00	100,00
41122011206000000000	Taxa Fundo de Saneamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
41122011300000000000	Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa	40.284,92	77.984,62	642.644,22	290.100,00	540.000,00
41122011301000000000	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Proteção a Desastres - TPD	0,00	0,00	91.321,40	60.000,00	0,00
41122011302000000000	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Limpeza Pública	0,00	0,00	502.143,15	230.000,00	500.000,00
41122011304000000000	Taxa de cemitérios	0,00	0,00	49.179,67	100,00	40.000,00
41122011400000000000	Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa - multas e juros	227,27	24.815,71	161.826,65	100.100,00	130.100,00
41122011401000000000	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Proteção a Desastres - TPD	0,00	0,00	28.820,30	25.000,00	0,00
41122011402000000000	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Limpeza Pública	0,00	0,00	131.678,67	75.000,00	130.000,00
41122011404000000000	Taxa de Cemitérios	0,00	0,00	1.327,68	100,00	100,00
41128000000000000000	Taxas - específicas de estados, df e municípios	0,00	0,00	0,00	500.000,00	490.000,00
41128010000000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização	0,00	0,00	0,00	500.000,00	490.000,00
41128011000000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária	0,00	0,00	0,00	500.000,00	490.000,00
41128011100000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - principal	0,00	0,00	0,00	450.000,00	400.000,00
41128011200000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - multas e juros	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
41128011300000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - dívida ativa	0,00	0,00	0,00	40.000,00	70.000,00
41128011400000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - multas e juros	0,00	0,00	0,00	5.000,00	15.000,00
41130000000000000000	Contribuição de melhoria	7.395,04	3.913,15	39.074,01	3.021.500,00	20.300,00
41130010000000000000	Contribuição de melhoria	99,33	1.597,65	33.565,27	21.500,00	20.300,00
41130011000000000000	Contribuição de melhoria - principal	0,00	0,00	6.532,08	20.000,00	20.000,00
41130012000000000000	Contribuição de melhoria - multas e juros	0,00	0,00	0,00	500,00	100,00
41130013000000000000	Contribuição de melhoria - dívida ativa	86,49	700,94	16.597,45	500,00	100,00
41130014000000000000	Contribuição de melhoria - dívida ativa - multas e juros	12,84	612,49	10.435,74	500,00	100,00
41138000000000000000	Contribuição de melhoria - específica e/m	7.295,71	2.315,50	5.508,74	3.000.000,00	0,00
41138040000000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares	7.293,55	2.118,41	5.508,74	3.000.000,00	0,00
41138041000000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares	7.293,55	2.118,41	5.508,74	3.000.000,00	0,00
41138041100000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - principal	7.293,55	2.118,41	5.508,74	3.000.000,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado  
Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 4 / 27

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41138990000000000000	Outras contribuições de melhoria	2,16	197,09	0,00	0,00	0,00
41138991000000000000	Outras contribuições de melhoria	2,16	197,09	0,00	0,00	0,00
41138991100000000000	Outras contribuições de melhoria - principal	2,16	12,79	0,00	0,00	0,00
41200000000000000000	Contribuições	19.311.900,46	19.365.059,69	21.558.187,00	31.123.250,00	16.059.000,00
41210000000000000000	Contribuições sociais	13.768.166,78	12.808.693,40	13.623.062,35	22.673.250,00	8.309.000,00
41210040000000000000	Contribuição para o regime próprio de previdência social - RPPS	13.469.323,38	11.933.322,90	7.891.457,31	15.693.250,00	0,00
41210041000000000000	Contribuição patonal de servidor ativo civil para o RPPS - principal	7.857.216,68	5.520.309,23	7.891.457,31	15.693.250,00	0,00
41210042000000000000	Contribuição do servidor ativo civil para o RPPS	5.612.106,70	6.413.013,67	0,00	0,00	0,00
41210990000000000000	Outras contribuições sociais	0,00	32,68	0,00	0,00	0,00
41210991000000000000	Outras contribuições sociais	0,00	32,68	0,00	0,00	0,00
41210991200000000000	Outras contribuições sociais - multas e juros	0,00	26,08	0,00	0,00	0,00
41210991400000000000	Outras contribuições sociais - dívida ativa - multas e juros	0,00	6,60	0,00	0,00	0,00
41218000000000000000	Contribuições sociais específicas de estados, df, municípios	298.843,40	875.337,82	5.731.605,04	6.500.000,00	8.309.000,00
41218010000000000000	Contribuição do Servidor Civil para o Plano de Seguridade Social - CPSSS - Especifico de Es/DFMun	298.843,40	875.337,82	5.731.605,04	6.500.000,00	8.309.000,00
41218011000000000000	CPSSS do Servidor Civil Ativo	298.843,40	875.337,82	5.731.605,04	6.500.000,00	8.309.000,00
41218011100000000000	CPSSS do Servidor Civil Ativo -Principal	298.843,40	875.337,82	5.731.605,04	6.500.000,00	8.309.000,00
41218011101000000000	Servidor Ativo Civil - Prefeitura	298.843,40	875.337,82	5.731.605,04	6.500.000,00	6.400.000,00
41218011102000000000	Servidor Ativo Civil - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	1.770.000,00
41218011103000000000	Servidor Ativo Civil - Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	43.000,00
41218011104000000000	Servidor Ativo Civil - Desportos	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
41218011105000000000	Servidor Ativo Civil - Câmara de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	91.000,00
41219000000000000000	Outras contribuições sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41219990000000000000	Demais contribuições sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41219991000000000000	Demais contribuições sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41219991100000000000	Demais contribuições sociais - principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41219991101000000000	Outras contribuições sociais - principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41240000000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	5.543.733,68	6.556.366,29	7.935.124,65	8.450.000,00	7.750.000,00
41240001000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	5.543.733,68	6.556.366,29	7.935.124,65	8.450.000,00	7.750.000,00
41240001100000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal	5.543.733,68	6.556.366,29	7.935.124,65	8.450.000,00	7.750.000,00
41240001101000000000	COSIP - Taxa de Iluminação Pública	4.876.046,96	5.904.806,15	7.779.124,90	8.300.000,00	7.000.000,00
41240001102000000000	COSIP - Carnê IPTU	667.686,72	651.560,14	155.999,75	150.000,00	750.000,00
41300000000000000000	Receita patrimonial	26.923.407,06	22.879.197,00	24.925.763,48	25.445.434,00	25.693.002,00
41310000000000000000	Exploração do patrimônio imobiliário do estado	178.417,74	107.769,98	230.670,54	154.320,00	230.000,00
41310010000000000000	Aluguéis, arrendamentos, foros, laudêmios, tarifas de ocupação	178.417,74	107.769,98	230.670,54	154.320,00	230.000,00
41310011000000000000	Aluguéis e arrendamentos	178.417,74	107.769,98	230.670,54	154.320,00	230.000,00
41310011100000000000	Aluguéis e arrendamentos - principal	178.417,74	107.769,98	230.670,43	154.320,00	230.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-WSNBDM-306320027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41310011101000000000	Aluguéis e arrendamentos - Prefeitura	178.417,74	107.769,98	225.030,43	154.320,00	225.000,00
41310011102000000000	Aluguéis e arrendamentos - FAP	0,00	0,00	5.640,00	0,00	5.000,00
41310011200000000000	Aluguéis e arrendamentos - multas e juros	0,00	0,00	0,11	0,00	0,00
41320000000000000000	Valores mobiliários	26.744.989,32	22.771.427,02	24.695.092,94	25.291.114,00	25.463.002,00
41321000000000000000	Juros e correções monetárias	26.744.989,32	22.771.427,02	24.695.092,94	25.291.114,00	25.463.002,00
41321001000000000000	Remuneração de depósitos bancários	1.558.916,89	1.202.490,62	628.366,68	414.000,00	463.002,00
41321001100000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal	1.558.916,89	1.202.490,62	628.366,68	414.000,00	463.002,00
41321001101000000000	Remuneração de depósitos bancários de recursos vinculados	314.468,72	287.775,84	295.937,17	106.300,00	155.302,00
41321001101000000000	Remuneração depósitos bancários FUNDEB	144.891,75	116.005,07	115.335,52	100.000,00	150.000,00
41321001101020000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	0,00	0,00	125.396,75	6.300,00	5.302,00
41321001101030000000	Remuneração de Depósitos Bancários Saúde - Vinculados	166.202,09	171.221,88	54.972,73	0,00	0,00
41321001101040000000	Remuneração de depósitos bancários recursos vinculados - Cultural	3.374,88	548,89	232,17	0,00	0,00
41321001102000000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	1.244.448,17	914.714,78	332.429,51	307.700,00	307.700,00
41321001102010000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	1.231.224,59	911.918,19	328.759,06	273.200,00	273.200,00
41321001102020000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados - FIA	0,00	0,00	0,00	34.500,00	34.500,00
41321001102030000000	Remuneração de Depósitos Bancários Saúde - Próprio	0,00	0,00	1.027,60	0,00	0,00
41321001102040000000	Remuneração de depósitos bancários não vinculados - Cultural	13.223,58	2.796,59	2.642,85	0,00	0,00
41321004000000000000	Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS	25.186.072,43	21.568.936,40	24.066.726,26	24.877.114,00	25.000.000,00
41321004100000000000	Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS - principal	25.186.072,43	21.568.936,40	24.066.726,26	24.877.114,00	25.000.000,00
41400000000000000000	Receita agropecuária	8.289,34	7.169,42	4.361,66	5.000,00	5.000,00
41400010000000000000	Receita agropecuária - principal	8.289,34	7.169,42	4.361,66	5.000,00	5.000,00
41400011000000000000	Receita de serviços	8.289,34	7.169,42	4.361,66	5.000,00	5.000,00
41600000000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	470.225,99	502.643,58	710.289,25	569.500,00	355.000,00
41610000000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	470.225,99	502.482,75	710.289,25	569.500,00	355.000,00
41610010000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	470.225,99	502.482,75	710.289,25	569.500,00	355.000,00
41610011000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - principal	470.225,99	502.482,75	710.289,25	569.500,00	355.000,00
41610011100000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - multas e juros	0,00	0,00	641.406,06	514.500,00	300.000,00
41610011200000000000	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	0,00	0,00	641.406,06	514.500,00	300.000,00
41610011300000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - multas e juros	0,00	0,00	4.125,12	5.000,00	5.000,00
41610011400000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa	0,00	0,00	37.537,69	30.000,00	30.000,00
41690000000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa - multas e juros	0,00	0,00	27.220,38	20.000,00	20.000,00
41690010000000000000	Outros serviços	0,00	160,83	0,00	0,00	0,00
41690010000000000000	Outros serviços	0,00	160,83	0,00	0,00	0,00
41690091000000000000	Outros serviços - principal	0,00	160,83	0,00	0,00	0,00
41700000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	165.074.815,06	177.369.486,70	181.828.693,08	121.933.800,00	223.544.812,00
41710000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	90.740.404,92	94.416.303,93	48.468.016,44	37.963.900,00	123.957.312,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41718000000000000000	Transferências da união - específica e/m	90.740.404,92	94.416.303,93	48.468.016,44	37.963.900,00	123.957.312,00
41718010000000000000	Participação na receita da união	28.909.319,84	27.878.733,59	29.753.597,77	32.445.000,00	36.650.000,00
41718012000000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	26.320.653,18	25.533.498,82	27.307.361,24	29.900.000,00	34.000.000,00
41718012100000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	26.320.653,18	25.533.498,82	27.307.361,24	29.900.000,00	34.000.000,00
41718013000000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro	1.119.392,54	1.135.113,62	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00
41718013100000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro - principal	1.119.392,54	1.135.113,62	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00
41718014000000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho	795.517,67	1.171.135,44	2.396.123,05	1.230.000,00	1.300.000,00
41718014100000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho - principal	795.517,67	1.171.135,44	2.396.123,05	1.230.000,00	1.300.000,00
41718015000000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	673.756,45	38.985,71	50.113,48	15.000,00	50.000,00
41718015100000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	673.756,45	38.985,71	50.113,48	15.000,00	50.000,00
41718020000000000000	Transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais	234.926,39	301.350,06	458.449,08	356.000,00	455.000,00
41718022000000000000	Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfem	8.712,15	4.754,54	4.282,37	6.000,00	5.000,00
41718022100000000000	Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfem - principal	8.712,15	4.754,54	4.282,37	6.000,00	5.000,00
41718023000000000000	Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção de petróleo - lei nº 7.990/89	0,00	0,00	454.166,71	350.000,00	450.000,00
41718023100000000000	Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção de petróleo - lei nº 7.990/89 - principal	0,00	0,00	454.166,71	350.000,00	450.000,00
41718026000000000000	Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep	226.214,24	296.595,52	0,00	0,00	0,00
41718026100000000000	Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep - principal	226.214,24	296.595,52	0,00	0,00	0,00
41718030000000000000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	55.697.658,82	59.379.372,96	12.550.226,48	0,00	78.814.200,00
41718031000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	51.204.876,62	55.720.870,93	0,00	0,00	7.996.200,00
41718031100000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	51.204.876,62	55.720.870,93	0,00	0,00	7.996.200,00
41718032000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	653,60	40.376,71	0,00	0,00	66.850.000,00
41718032100000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Principal	653,60	40.376,71	0,00	0,00	66.850.000,00
41718033000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	407.000,00
41718033100000000000	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	407.000,00
41718034000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
41718034100000000000	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
41718035000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	109.000,00
41718035100000000000	Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	109.000,00
41718039000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	4.492.128,60	3.618.125,32	12.550.226,48	0,00	2.952.000,00
41718039100000000000	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Principal	4.492.128,60	3.618.125,32	12.550.226,48	0,00	2.952.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41718040000000000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Investimentos na Rede de Serviços Públicos de Saúde	488.008,10	1.432.948,05	938.211,86	914.900,00	1.053.112,00
41718041000000000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS destinados à Atenção Básica	488.008,10	1.432.948,05	938.211,86	914.900,00	1.053.112,00
41718041100000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas - principal	488.008,10	1.432.948,05	938.211,86	914.900,00	1.053.112,00
41718050000000000000	Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	3.572.984,12	3.699.146,74	4.212.735,54	3.948.000,00	4.385.000,00
41718051000000000000	Transferências do salário-educação	2.335.741,89	2.519.730,49	2.815.723,26	2.699.500,00	3.099.000,00
41718051100000000000	Transferências do salário-educação - principal	2.335.741,89	2.519.730,49	2.815.723,26	2.699.500,00	3.099.000,00
41718052000000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa dinheiro direto na escola - pdde	1.840,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
41718052100000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa dinheiro direto na escola - pdde - principal	1.840,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
41718053000000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae	1.121.722,00	1.140.425,90	1.189.104,00	1.189.500,00	1.256.500,00
41718053100000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae - principal	1.121.722,00	1.140.425,90	1.189.104,00	1.189.500,00	1.256.500,00
41718054000000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate	37.273,43	31.484,74	32.686,99	29.500,00	29.500,00
41718054100000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate - principal	37.273,43	31.484,74	32.686,99	29.500,00	29.500,00
41718059000000000000	Outras transferências diretas do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	76.406,80	5.505,61	175.221,29	29.500,00	0,00
41718059100000000000	Outras transferências diretas do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde - principal	76.406,80	5.505,61	175.221,29	29.500,00	0,00
41718060000000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	124.021,36	145.577,24	554.795,71	300.000,00	300.000,00
41718061000000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	124.021,36	145.577,24	554.795,71	300.000,00	300.000,00
41718061100000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	124.021,36	145.577,24	554.795,71	300.000,00	300.000,00
41718080000000000000	Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300.000,00
41718081000000000000	Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300.000,00
41718081100000000000	Transferências advindas de emendas parlamentares individuais - principal	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300.000,00
41718100000000000000	Transferências de convênios da união e de suas entidades	1.088.730,34	1.447.175,29	0,00	0,00	0,00
41718109000000000000	Outras transferências de convênios da união	1.088.730,34	1.447.175,29	0,00	0,00	0,00
41718109100000000000	Outras transferências de convênios da união - principal	1.088.730,34	1.447.175,29	0,00	0,00	0,00
41718990000000000000	Outras transferências da união	624.755,95	132.000,00	0,00	0,00	0,00
41718991000000000000	Outras transferências da união	624.755,95	132.000,00	0,00	0,00	0,00
41720000000000000000	Outras transferências da união - principal	624.755,95	132.000,00	0,00	0,00	0,00
41720000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	45.467.484,69	50.288.556,06	101.620.012,90	54.069.400,00	61.737.000,00
41728000000000000000	Transferências dos estados - específica e/m	45.467.484,69	50.288.556,06	101.620.012,90	54.069.400,00	61.737.000,00
41728010000000000000	Participação na receita dos estados	44.341.482,93	49.417.668,85	48.101.388,67	49.750.000,00	56.700.000,00
41728011000000000000	Cota-parte do ICMS	33.898.866,37	37.980.711,73	37.711.258,63	38.000.000,00	44.000.000,00
41728011100000000000	Cota-parte do ICMS - principal	33.898.866,37	37.980.711,73	37.711.258,63	38.000.000,00	44.000.000,00
41728012000000000000	Cota-parte do IPVA	8.466.364,35	8.687.370,99	9.697.044,69	11.000.000,00	12.000.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41728012100000000000	Cota-parte do IPVA - principal	8.466.364,35	8.687.370,99	9.697.044,69	11.000.000,00	12.000.000,00
41728013000000000000	Cota-parte do IPI - municípios	484.658,22	541.833,23	585.562,06	600.000,00	600.000,00
41728013100000000000	Cota-parte do IPI - municípios - principal	484.658,22	541.833,23	585.562,06	600.000,00	600.000,00
41728014000000000000	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico	334.967,08	223.170,62	107.523,29	150.000,00	100.000,00
41728014100000000000	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - principal	334.967,08	223.170,62	107.523,29	150.000,00	100.000,00
41728019000000000000	Outras transferências dos estados	1.156.626,91	1.984.582,28	0,00	0,00	0,00
41728019100000000000	Outras transferências dos estados - principal	1.156.626,91	1.984.582,28	0,00	0,00	0,00
41728019101000000000	Outras transferências dos estados	611.231,30	417.109,04	51.544.736,41	0,00	0,00
41728030000000000000	Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo	611.231,30	417.109,04	51.544.736,41	2.883.000,00	3.600.600,00
41728031000000000000	Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo	611.231,30	417.109,04	51.544.736,41	2.883.000,00	3.600.600,00
41728031100000000000	Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo - principal	611.231,30	417.109,04	51.544.736,41	2.883.000,00	3.600.600,00
41728031101000000000	Incentivo Hospitalar - Estadual	0,00	0,00	983.360,16	980.000,00	1.200.000,00
41728031102000000000	CEO Estadual	88.440,00	47.660,00	70.940,00	76.000,00	81.600,00
41728031103000000000	Farmácia Básica Estadual	232.241,30	189.749,04	646.392,07	520.000,00	640.000,00
41728031104000000000	Cirurgias Eletivas Gestão Plena - Estadual	0,00	0,00	49.352.344,18	120.000,00	120.000,00
41728031105000000000	NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família	0,00	0,00	66.000,00	72.000,00	112.000,00
41728031106000000000	Transferências Estaduais - Oncologia	0,00	0,00	0,00	620.000,00	650.000,00
41728031107000000000	Cofinanciamento Estadual	290.550,00	179.700,00	425.700,00	495.000,00	640.000,00
41728031108000000000	Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
41728031109000000000	Fms - Alto Vale Cir	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
41728031110000000000	Incentivo ao Sistema Prisional - Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	61.000,00
41728031111000000000	LRPD - Laboratório Regional de Prótese Dentária	0,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00
41728100000000000000	Transferência de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	514.770,46	453.778,17	763.095,48	1.436.400,00	1.099.500,00
41728102000000000000	Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de educação	0,00	0,00	0,00	799.500,00	799.500,00
41728102100000000000	Transferências de convênio dos estados	0,00	0,00	0,00	799.500,00	799.500,00
41728109000000000000	Outras transferências de convênio dos estados	514.770,46	453.778,17	763.095,48	636.900,00	300.000,00
41728109100000000000	Outras transferências de convênio dos estados - principal	514.770,46	453.778,17	763.095,48	636.900,00	300.000,00
41728990000000000000	Outras transferências dos estados	0,00	0,00	1.210.792,34	0,00	336.900,00
41728991000000000000	Outras transferências dos estados	0,00	0,00	1.210.792,34	0,00	336.900,00
41728991100000000000	Outras transferências dos estados - principal	0,00	0,00	1.210.792,34	0,00	336.900,00
41728991101000000000	Transferências de Convênios - Estado/Educação	0,00	0,00	897.291,00	0,00	0,00
41728991102000000000	Transferências de Convênios - Estado/Desenvolvimento Social	0,00	0,00	193.588,09	0,00	336.900,00
41728991103000000000	Transferências de Convênios - Estado/Desporto	0,00	0,00	119.913,25	0,00	0,00
41730000000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades	2.199.691,10	3.831.856,62	0,00	0,00	0,00
41738000000000000000	Transferências dos municípios - específica e/m	2.199.691,10	3.831.856,62	0,00	0,00	0,00
41738010000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS	64.485,84	50.524,64	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41738011000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS	64.485,84	50.524,64	0,00	0,00	0,00
41738011100000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - principal	64.485,84	50.524,64	0,00	0,00	0,00
41738100000000000000	Transferência de convênios dos municípios e de suas entidades	2.135.205,26	3.781.331,98	0,00	0,00	0,00
41738109000000000000	Outras transferências de convênios dos municípios	2.135.205,26	3.781.331,98	0,00	0,00	0,00
41738109100000000000	Outras transferências de convênios dos municípios - principal	2.135.205,26	3.781.331,98	0,00	0,00	0,00
41740000000000000000	Transferências de instituições privadas	46.885,16	0,00	0,00	100,00	100,00
41740001000000000000	Transferências de instituições privadas - principal	46.885,16	0,00	0,00	100,00	100,00
41740001100000000000	Transferências de instituições públicas	46.885,16	0,00	0,00	100,00	100,00
41750000000000000000	Transferências de outras instituições públicas	26.620.349,19	28.749.739,39	31.623.923,41	29.900.000,00	37.850.000,00
41758000000000000000	Transferências de outras instituições públicas - específica e/m	26.620.349,19	28.749.739,39	31.623.923,41	29.900.000,00	37.850.000,00
41758010000000000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	26.620.349,19	28.749.739,39	31.623.923,41	29.900.000,00	37.850.000,00
41758011000000000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	26.620.349,19	28.749.739,39	31.623.923,41	29.900.000,00	37.850.000,00
41758011100000000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB - principal	26.620.349,19	28.749.739,39	31.623.923,41	29.900.000,00	37.850.000,00
41770000000000000000	Transferências de pessoas físicas	0,00	83.030,70	116.740,33	400,00	400,00
41770001000000000000	Transferências de pessoas físicas - principal	0,00	83.030,70	116.740,33	400,00	400,00
41770001100000000000	Transferências de pessoas físicas - principal	0,00	83.030,70	116.740,33	400,00	400,00
41900000000000000000	Outras receitas correntes	1.264.642,20	3.060.583,49	10.111.288,53	19.424.166,00	21.329.900,00
41910000000000000000	Multas administrativas, contratuais e judiciais	1.103.605,38	2.309.537,08	3.668.565,10	2.857.500,00	3.999.500,00
41910010000000000000	Multas previstas em legislação específica	1.103.605,38	2.303.537,08	3.668.565,10	2.857.500,00	3.999.500,00
41910011000000000000	Multas previstas em legislação específica - principal	1.103.605,38	2.303.537,08	3.668.565,10	2.857.500,00	3.999.500,00
41910011100000000000	Multas previstas em legislação específica - principal	1.103.605,38	1.880.832,00	3.668.422,67	2.857.500,00	3.999.500,00
41910011101000000000	Multas previstas na Leg. Trânsito - Município	517.126,51	0,00	2.724.396,77	2.000.000,00	2.800.000,00
41910011102000000000	Multas previstas na Leg. Trânsito - Polícia Civil	586.478,87	1.880.832,00	539.027,78	428.500,00	599.500,00
41910011103000000000	Multas previstas na Leg. Trânsito - Polícia Militar	0,00	0,00	404.998,12	429.000,00	600.000,00
41910011200000000000	Multas previstas em legislação específica - multas e juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41910011400000000000	Multas previstas em legislação específica - dívida ativa - multas e juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41910060000000000000	Multas por danos ambientais	0,00	422.705,08	0,00	0,00	0,00
41910061000000000000	Multas administrativas por danos ambientais	0,00	0,00	142,43	0,00	0,00
41910061100000000000	Multas administrativas por danos ambientais - principal	0,00	0,00	142,43	0,00	0,00
41920000000000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos	57.697,39	542.560,21	217.833,58	100.000,00	200.000,00
41920000000000000000	Restituições	57.697,39	542.560,21	217.833,58	100.000,00	200.000,00
41922000000000000000	Outras restituições	57.697,39	542.560,21	217.833,58	100.000,00	200.000,00
41922991000000000000	Outras restituições - principal	57.697,39	542.560,21	217.833,58	100.000,00	200.000,00
41922991100000000000	Outras restituições - principal	57.697,39	542.560,21	217.833,58	100.000,00	200.000,00
41930000000000000000	Demais receitas correntes	103.339,43	208.486,20	6.224.889,85	16.466.666,00	17.130.400,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41990010000000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS	0,00	0,00	2.337.805,92	2.520.000,00	0,00
41990011000000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS	0,00	0,00	2.337.805,92	2.520.000,00	0,00
41990011100000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS - principal	0,00	0,00	2.337.805,92	2.520.000,00	0,00
41990030000000000000	Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores	0,00	0,00	654.851,72	0,00	600.000,00
41990031000000000000	Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores	0,00	0,00	654.851,72	0,00	600.000,00
41990031100000000000	Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores - principal	0,00	0,00	654.851,72	0,00	600.000,00
41990120000000000000	Encargos legais pela inscrição em dívida ativa e receitas de ônus de sucumbência	98.851,98	207.777,21	0,00	0,00	0,00
41990122000000000000	Ônus de sucumbência	98.851,98	207.777,21	0,00	0,00	0,00
41990122100000000000	Ônus de sucumbência - principal	98.851,98	207.777,21	0,00	0,00	0,00
41990990000000000000	Outras receitas	4.487,45	708,99	3.232.232,21	13.946.666,00	16.530.400,00
41990991000000000000	Outras receitas - primárias	4.487,45	708,99	3.232.232,21	13.946.666,00	16.530.400,00
41990991100000000000	Outras receitas - primárias - principal	0,00	2,60	2.815.223,80	13.945.666,00	16.410.400,00
41990991101000000000	Outras receitas - primárias - Prefeitura	0,00	0,00	2.249.457,42	13.395.066,00	15.870.000,00
41990991102000000000	Outras receitas - primárias - Saúde	0,00	0,00	50.123,66	0,00	0,00
41990991103000000000	Outras receitas - primárias - Cultural	0,00	0,00	348.010,60	340.000,00	380.000,00
41990991104000000000	Outras receitas - primárias - Desportos	0,00	0,00	7.985,80	500,00	500,00
41990991105000000000	Outras receitas - primárias - Fap	0,00	0,00	48.376,62	135.200,00	100.000,00
41990991106000000000	Outras Receitas Primárias - PMSC - Convenio de Radiopatrulha	0,00	0,00	33.000,00	35.900,00	39.900,00
41990991107000000000	Outras Receitas Primárias - Procon	0,00	0,00	78.269,70	20.000,00	20.000,00
41990991108000000000	Outras receitas - primárias - FUNPRO	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00
41990991200000000000	Outras receitas - primárias - multas e juros	0,00	0,00	14.505,73	0,00	0,00
41990991201000000000	Outras receitas - primárias - multas e juros - Prefeitura	0,00	0,00	14.505,73	0,00	0,00
41990991300000000000	Outras receitas - primárias - dívida ativa	4.487,45	706,39	354.379,94	500,00	100.000,00
41990991301000000000	Outras receitas - primárias dívida ativa - prefeitura	4.487,45	706,39	204.524,01	0,00	0,00
41990991302000000000	Outras receitas - primárias - dívida ativa - FUNPRO	0,00	0,00	149.855,93	500,00	100.000,00
41990991400000000000	Outras receitas - primárias - dívida ativa - multas e juros	0,00	0,00	48.122,74	500,00	20.000,00
41990991401000000000	Outras receitas - primárias - dívida ativa - multas e juros - prefeitura	0,00	0,00	25.287,20	0,00	0,00
41990991402000000000	Outras receitas - primárias - dívida ativa - multas e juros - FUNPRO	0,00	0,00	22.835,54	500,00	20.000,00
42000000000000000000	Receitas de capital	7.012.960,35	4.824.190,33	4.801.360,89	14.939.400,00	60.308.398,00
42100000000000000000	Operações de crédito	4.796.671,07	4.340.050,95	493.576,98	710.000,00	35.000.000,00
42110000000000000000	Operações de crédito - mercado interno	4.796.671,07	4.340.050,95	493.576,98	710.000,00	35.000.000,00
42119000000000000000	Outras operações de crédito - mercado interno	4.796.671,07	4.340.050,95	493.576,98	710.000,00	35.000.000,00
42119001000000000000	Outras operações de crédito - mercado interno	4.796.671,07	4.340.050,95	493.576,98	710.000,00	35.000.000,00
42119001100000000000	Outras operações de crédito - mercado interno - principal	4.796.671,07	4.340.050,95	493.576,98	710.000,00	35.000.000,00
42200000000000000000	Alienação de bens	293.900,00	0,00	0,00	59.000,00	59.000,00

Identificador: WPL841101-051-WSMBDM-306320027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

16/09/2019 07:53:47 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
42210000000000000000	Alienação de bens móveis	293.900,00	0,00	0,00	49.000,00	49.000,00
42213000000000000000	Alienação de bens móveis e semoventes	293.900,00	0,00	0,00	49.000,00	49.000,00
42213001000000000000	Alienação de bens móveis e semoventes - principal	293.900,00	0,00	0,00	49.000,00	49.000,00
42213001100000000000	Alienação de bens móveis e semoventes - principal	293.900,00	0,00	0,00	49.000,00	49.000,00
42220000000000000000	Alienação de bens imóveis	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
42220001000000000000	Alienação de bens imóveis	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
42220001100000000000	Alienação de bens imóveis - principal	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
42240000000000000000	Transferências de capital	1.922.389,28	484.139,38	4.307.783,91	14.170.400,00	25.249.398,00
42410000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	1.922.389,28	484.139,38	4.297.783,91	12.661.400,00	22.424.899,00
42418000000000000000	Transferências da união	1.922.389,28	484.139,38	4.297.783,91	12.661.400,00	22.424.899,00
42418030000000000000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	198.000,00	135.287,80	0,00	0,00	0,00
42418031000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	198.000,00	135.287,80	0,00	0,00	0,00
42418031100000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - principal	198.000,00	135.287,80	0,00	0,00	0,00
42418080000000000000	Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	5.700.000,00
42418081000000000000	Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	5.700.000,00
42418081100000000000	Transferências advindas de emendas parlamentares individuais - principal	0,00	0,00	0,00	0,00	5.700.000,00
42418081101000000000	Transferência de emendas parlamentares individuais - Prefeitura - Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	5.700.000,00
42418100000000000000	Transferência de convênios da união e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42418101000000000000	Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS	1.612.000,00	248.950,00	4.297.783,91	10.761.500,00	16.724.899,00
42418101100000000000	Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS - principal	1.612.000,00	248.950,00	1.923.336,00	8.820.000,00	8.485.000,00
42418102000000000000	Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação	1.612.000,00	248.950,00	1.923.336,00	8.820.000,00	8.485.000,00
42418102100000000000	Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação - principal	0,00	0,00	0,00	129.500,00	1.449.500,00
42418109000000000000	Outras transferências de convênios da união	0,00	0,00	0,00	129.500,00	1.449.500,00
42418109100000000000	Outras transferências de convênios da união - principal	0,00	0,00	0,00	1.812.000,00	6.790.399,00
42418109102000000000	Outras transferências de convênios da união - Gestão de Governo	0,00	0,00	2.374.447,91	1.812.000,00	6.790.399,00
42418109103000000000	Outras transferências de convênios da união - Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	0,00	910.500,00	910.500,00
42418109104000000000	Outras transferências de convênios da união - Infraestrutura	0,00	0,00	224.503,86	510.000,00	510.000,00
42418109107000000000	Outras transferências de convênios da união - Desenvolvimento Social	0,00	0,00	639.066,04	41.500,00	3.469.999,00
42418120000000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - principal	0,00	0,00	0,00	350.000,00	1.899.900,00
42418121000000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - principal	0,00	0,00	0,00	1.899.900,00	0,00
42418121100000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - principal	0,00	0,00	0,00	1.899.900,00	0,00
42418121100000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - principal	0,00	0,00	0,00	1.899.900,00	0,00
42418990000000000000	Outras transferências da união	112.389,28	99.901,58	0,00	0,00	0,00
42418991000000000000	Outras transferências da união	112.389,28	99.901,58	0,00	0,00	0,00
42420000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	112.389,28	99.901,58	0,00	0,00	0,00
42428000000000000000	Transferências dos estados, distrito federal, e de suas entidades	0,00	0,00	10.000,00	1.509.000,00	2.824.499,00
		0,00	0,00	10.000,00	1.509.000,00	2.824.499,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01

Identificador: WPL841101-051-WSMBDM-30632027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
42428100000000000000	Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	10.000,00	1.509.000,00	2.824.499,00
42428101000000000000	Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	695.000,00	680.000,00
42428101100000000000	Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS - principal	0,00	0,00	0,00	695.000,00	680.000,00
42428107000000000000	Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infra-estrutura em transporte	0,00	0,00	0,00	29.500,00	1.359.999,00
42428107100000000000	Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infra-estrutura em transporte - principal	0,00	0,00	0,00	29.500,00	1.359.999,00
42428109000000000000	Outras transferências de convênio dos estados	0,00	0,00	10.000,00	784.500,00	784.500,00
42428109100000000000	Outras transferências de convênio dos estados - principal	0,00	0,00	10.000,00	784.500,00	784.500,00
42428109200000000000	Outras transferências de convênios dos estados - Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	10.000,00	9.500,00	9.500,00
42428109300000000000	Outras transferências de convênios dos estados - Desenvolvimento Social	0,00	0,00	0,00	775.000,00	775.000,00
47000000000000000000	Receitas correntes intraorçamentárias	1.827.078,05	4.403.992,37	3.532.990,48	0,00	25.303.459,00
47200000000000000000	Contribuições	1.274.111,33	2.241.422,09	3.532.990,48	0,00	21.703.459,00
47210000000000000000	Contribuições sociais	1.274.111,33	2.241.422,09	3.532.990,48	0,00	21.703.459,00
47210040000000000000	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	0,00	0,00	3.532.990,48	0,00	0,00
47210041000000000000	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	0,00	0,00	3.532.990,48	0,00	0,00
47210041100000000000	Contribuição previdenciária em regime de parcelamento de débitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
47210041200000000000	Contribuições previdenciárias do regime próprio	1.274.111,33	2.241.422,09	0,00	0,00	0,00
47210291500000000000	Contribuição previdenciária em regime de parcelamento de débitos	1.274.111,33	2.241.422,09	0,00	0,00	0,00
47218000000000000000	Contribuições sociais específicas de estados, df, municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	17.590.459,00
47218030000000000000	Cpss patronal - servidor civil - específico de est/df/mun	0,00	0,00	0,00	0,00	17.590.459,00
47218031000000000000	Cpss patronal - servidor civil ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	17.590.459,00
47218031100000000000	Cpss patronal - servidor civil ativo - principal	0,00	0,00	0,00	0,00	17.590.459,00
47218031200000000000	Contribuição Patronal - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	13.011.000,00
47218031300000000000	Contribuição Patronal - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	3.786.640,00
47218031400000000000	Contribuição Patronal - Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
47218031500000000000	Contribuição Patronal - Desportos	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
47218031600000000000	Contribuição Patronal - Câmara de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	689.819,00
47218031700000000000	Contribuição Patronal - Fundo Ass. Social	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
47219000000000000000	Outras contribuições sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	4.113.000,00
47219990000000000000	Demais contribuições sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	4.113.000,00
47219992000000000000	Demais contribuições sociais - parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	4.113.000,00
47219992100000000000	Demais contribuições sociais - parcelamentos - principal	0,00	0,00	0,00	0,00	4.113.000,00
47219992200000000000	Demais contribuições sociais - parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	4.113.000,00
47900000000000000000	Outras receitas correntes	552.966,72	2.162.570,28	0,00	0,00	3.600.000,00
47990000000000000000	Demais receitas correntes	552.966,72	2.162.570,28	0,00	0,00	3.600.000,00
47990010000000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS	552.966,72	2.162.570,28	0,00	0,00	3.600.000,00
47990011000000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS	552.966,72	2.162.570,28	0,00	0,00	3.600.000,00

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO 16/09/2019 07:53:47 -03:00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
47990011100000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS - principal	552.966,72	2.162.570,28	0,00	0,00	3.600.000,00
91000000000000000000	Receitas correntes	(15.591.306,38)	(20.660.534,56)	(24.910.544,15)	(14.417.000,00)	(18.190.000,00)
91100000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	(129.257,53)	(2.927.076,13)	(3.140.872,75)	0,00	0,00
91110000000000000000	Impostos	(123.290,95)	(2.877.641,24)	(2.957.083,27)	0,00	0,00
91118000000000000000	Impostos específicos de estados/df/municípios	(56.554,28)	(2.653.555,18)	(2.957.083,27)	0,00	0,00
91118010000000000000	Impostos sobre o patrimônio para estados/df/municípios	(37.331,38)	(2.611.737,54)	(2.911.040,65)	0,00	0,00
91118011000000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	(23.427,38)	(2.577.949,86)	(2.910.997,56)	0,00	0,00
91118011000000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	(22.959,98)	(2.576.271,24)	(2.899.087,70)	0,00	0,00
91118011000000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	(467,40)	(1.678,62)	(11.909,86)	0,00	0,00
91118011200000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	(13.904,00)	(33.787,68)	(43,09)	0,00	0,00
91118014000000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	(13.878,40)	(33.758,26)	(10,89)	0,00	0,00
91118014200000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - multas e juros	0,00	0,00	(32,20)	0,00	0,00
91118014400000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - dívida ativa - multas e juros	(25,60)	(29,42)	0,00	0,00	0,00
91118020000000000000	Impostos sobre a produção, circulação de mercadorias e serviços	(19.222,90)	(41.817,64)	(46.042,62)	0,00	0,00
91118023000000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(19.222,90)	(41.817,64)	(46.042,62)	0,00	0,00
91118023100000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	(19.085,90)	(40.496,92)	(36.433,65)	0,00	0,00
91118023200000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	0,00	(1.090,87)	(9.603,17)	0,00	0,00
91118023400000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa - multas e juros	(137,00)	(229,85)	(5,80)	0,00	0,00
91119000000000000000	Outros impostos	(66.736,67)	(224.086,06)	0,00	0,00	0,00
91119010000000000000	Outros impostos	(66.736,67)	(224.086,06)	0,00	0,00	0,00
91119011000000000000	Outros impostos - principal	(66.736,67)	(224.086,06)	0,00	0,00	0,00
91119011000000000000	Outros impostos - multas e juros	(66.538,75)	(213.389,73)	0,00	0,00	0,00
91119011200000000000	Outros impostos - dívida ativa - multas e juros	(197,92)	(10.692,12)	0,00	0,00	0,00
91119011400000000000	Outros impostos - dívida ativa - multas e juros	0,00	(4,21)	0,00	0,00	0,00
91120000000000000000	Taxas	(5.672,61)	(42.499,40)	(180.932,56)	0,00	0,00
91121000000000000000	Taxas pelo exercício do poder de polícia	(5.659,37)	(30.452,24)	(6.756,13)	0,00	0,00
91121010000000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização	(329,05)	(30.452,24)	(6.756,13)	0,00	0,00
91121011000000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização	(329,05)	(30.452,24)	(6.756,13)	0,00	0,00
91121011100000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	(321,39)	(30.449,07)	(4.860,92)	0,00	0,00
91121011101000000000	Taxa de fiscalização de Vigilância Sanitária	(3,25)	(50,52)	(1.355,96)	0,00	0,00
91121011200000000000	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadores de Serviços	0,00	(801,11)	(1.640,49)	0,00	0,00
91121011300000000000	Taxa de Licença para Execução de Obras	(318,14)	(8.308,61)	(225,05)	0,00	0,00
91121011400000000000	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	(21.288,83)	(1.639,42)	0,00	0,00
91121011200000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - multas e juros	0,00	0,00	(1.895,21)	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-WSMBDM-30632027 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
91121011201000000000	Taxa de fiscalização sanitária	0,00	0,00	(900,27)	0,00	0,00
91121011202000000000	Taxa de licença para funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços	0,00	0,00	(957,92)	0,00	0,00
91121011203000000000	Taxa de Licença para Execução de Obras	0,00	0,00	(37,02)	0,00	0,00
91121011300000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa	(7,66)	(3,17)	0,00	0,00	0,00
91121011301000000000	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância	(7,66)	0,00	0,00	0,00	0,00
91121011304000000000	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	(3,17)	0,00	0,00	0,00
91121040000000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental	(5,330,32)	0,00	0,00	0,00	0,00
91121041000000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental	(5,330,32)	0,00	0,00	0,00	0,00
91121041100000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental - principal	(5,330,32)	0,00	0,00	0,00	0,00
91122000000000000000	Taxas pela prestação de serviços	(13,24)	(12,047,16)	(174,176,43)	0,00	0,00
91122010000000000000	Taxas pela prestação de serviços	(13,24)	(12,047,16)	(174,176,43)	0,00	0,00
91122011000000000000	Taxas pela prestação de serviços	(13,24)	(12,047,16)	(174,176,43)	0,00	0,00
91122011100000000000	Taxas pela prestação de serviços - principal	(13,24)	(12,047,16)	(169,374,59)	0,00	0,00
91122011101000000000	Taxa de limpeza pública	(13,24)	(5,216,38)	(554,01)	0,00	0,00
91122011102000000000	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	(6,830,78)	0,00	0,00	0,00
91122011103000000000	Taxa de Proteção a Desastres - TPD	0,00	0,00	(166,754,85)	0,00	0,00
91122011104000000000	Taxa de Cemitérios	0,00	0,00	(2,065,73)	0,00	0,00
91122011200000000000	Taxas pela prestação de serviços - multas e juros	0,00	0,00	(4,801,84)	0,00	0,00
91122011201000000000	Taxa de limpeza pública - Multas e Juros	0,00	0,00	(4,766,62)	0,00	0,00
91122011204000000000	Taxa de Cemitérios	0,00	0,00	(35,22)	0,00	0,00
91130000000000000000	Contribuição de melhoria	(293,97)	(6,935,49)	(2,856,92)	0,00	0,00
91130001000000000000	Contribuição de melhoria	0,00	(6,935,49)	0,00	0,00	0,00
91130001100000000000	Contribuição de melhoria - principal	0,00	(6,651,27)	0,00	0,00	0,00
91130001200000000000	Contribuição de melhoria - multas e juros	0,00	(284,22)	0,00	0,00	0,00
91138000000000000000	Contribuição de melhoria - específica e/m	(293,97)	0,00	(2,856,92)	0,00	0,00
91138040000000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares	(293,97)	0,00	(2,856,92)	0,00	0,00
91138041000000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares	(293,97)	0,00	(2,856,92)	0,00	0,00
91200000000000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - principal	(293,97)	0,00	(2,856,92)	0,00	0,00
91200000000000000000	Contribuições	0,00	(193,167,08)	(748,20)	0,00	0,00
91210000000000000000	Contribuições sociais	0,00	(192,656,57)	0,00	0,00	0,00
91210040000000000000	Contribuição para o regime próprio de previdência social - RPPS	0,00	(192,656,57)	0,00	0,00	0,00
91210041000000000000	Contribuição patrimonial de servidor ativo civil para o RPPS - principal	0,00	(192,656,57)	0,00	0,00	0,00
91240000000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	0,00	(510,51)	(748,20)	0,00	0,00
91240001000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	0,00	(510,51)	(748,20)	0,00	0,00
91240001100000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal	0,00	(510,51)	(748,20)	0,00	0,00
91240001102000000000	COSIP - Camê IPTU	0,00	(510,51)	(748,20)	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
91300000000000000000	Receita patrimonial	(1.462.521,22)	(2.761.282,30)	(6.365.154,94)	0,00	0,00
91320000000000000000	Valores mobiliários	(1.462.521,22)	(2.761.282,30)	(6.365.154,94)	0,00	0,00
91321000000000000000	Juros e correções monetárias	(1.462.521,22)	(2.761.282,30)	(6.365.154,94)	0,00	0,00
91321001000000000000	Remuneração de depósitos bancários	0,00	0,00	(24.746,02)	0,00	0,00
91321001100000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal	0,00	0,00	(24.746,02)	0,00	0,00
91321001101020000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	0,00	0,00	(24.492,29)	0,00	0,00
91321001102010000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	0,00	0,00	(253,73)	0,00	0,00
91321004000000000000	Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS	(1.462.521,22)	(2.761.282,30)	(6.340.408,92)	0,00	0,00
91321004100000000000	Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS - principal	(1.462.521,22)	(2.761.282,30)	(6.340.408,92)	0,00	0,00
91400000000000000000	Receita agropecuária	0,00	0,00	(166,06)	0,00	0,00
91400010000000000000	Receita agropecuária - principal	0,00	0,00	(166,06)	0,00	0,00
91400011000000000000	Receita de serviços	0,00	0,00	(166,06)	0,00	0,00
91600000000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	0,00	(160,83)	(1.169,68)	0,00	0,00
91610000000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	0,00	0,00	(1.169,68)	0,00	0,00
91610010000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	0,00	0,00	(1.169,68)	0,00	0,00
91610011000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - principal	0,00	0,00	(126,61)	0,00	0,00
91610011100000000000	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	0,00	0,00	(126,61)	0,00	0,00
91610011200000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - multas e juros	0,00	0,00	(1.043,07)	0,00	0,00
91690000000000000000	Outros serviços	0,00	(160,83)	0,00	0,00	0,00
91690090000000000000	Outros serviços	0,00	(160,83)	0,00	0,00	0,00
91690091000000000000	Outros serviços - principal	0,00	(160,83)	0,00	0,00	0,00
91700000000000000000	Transferências correntes	(13.999.527,63)	(14.644.336,77)	(15.239.236,48)	(14.417.000,00)	(18.190.000,00)
91710000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	(5.425.993,85)	(5.201.658,52)	(5.640.465,60)	(5.663.000,00)	(6.870.000,00)
91718000000000000000	Transferências da união - específica e/m	(5.425.993,85)	(5.201.658,52)	(5.640.465,60)	(5.663.000,00)	(6.870.000,00)
91718010000000000000	Participação na receita da união	(5.401.189,62)	(5.115.725,15)	(5.471.494,52)	(5.603.000,00)	(6.810.000,00)
91718012000000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	(5.266.438,45)	(5.107.928,11)	(5.461.471,95)	(5.600.000,00)	(6.800.000,00)
91718012100000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	(5.266.438,45)	(5.107.928,11)	(5.461.471,95)	(5.600.000,00)	(6.800.000,00)
91718015000000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	(134.751,17)	(7.797,04)	(10.022,57)	(3.000,00)	(10.000,00)
91718015100000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	(134.751,17)	(7.797,04)	(10.022,57)	(3.000,00)	(10.000,00)
91718050000000000000	Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	0,00	(56.818,00)	(58.012,00)	0,00	0,00
91718053000000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae	0,00	(56.818,00)	(58.012,00)	0,00	0,00
91718053100000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae - principal	0,00	(56.818,00)	(58.012,00)	0,00	0,00
91718060000000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	(24.804,23)	(29.115,37)	(110.959,08)	(60.000,00)	(60.000,00)
91718061000000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	(24.804,23)	(29.115,37)	(110.959,08)	(60.000,00)	(60.000,00)

Identificador: WPL841101-051-WSMBDM-30632027 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00

IPM Sistemas Ltda

Atende.Net - WPL v:2013.01



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
91718061100000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	(24.804,23)	(29.115,37)	(110.959,08)	(60.000,00)	(60.000,00)
91720000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	(8.573.533,78)	(9.442.678,25)	(9.598.770,88)	(8.754.000,00)	(11.320.000,00)
91728000000000000000	Transferências dos estados - específica e/m	(8.573.533,78)	(9.442.678,25)	(9.598.770,88)	(8.754.000,00)	(11.320.000,00)
91728010000000000000	Participação na receita dos estados	(8.573.533,78)	(9.442.678,25)	(9.598.770,88)	(8.754.000,00)	(11.320.000,00)
91728011000000000000	Cota-parte do ICMS	(6.783.330,22)	(7.596.141,31)	(7.542.250,49)	(6.800.000,00)	(8.800.000,00)
91728011100000000000	Cota-parte do ICMS - principal	(6.783.330,22)	(7.596.141,31)	(7.542.250,49)	(6.800.000,00)	(8.800.000,00)
91728012000000000000	Cota-parte do IPVA	(1.693.271,85)	(1.738.170,73)	(1.939.407,87)	(1.840.000,00)	(2.400.000,00)
91728012100000000000	Cota-parte do IPVA - principal	(1.693.271,85)	(1.738.170,73)	(1.939.407,87)	(1.840.000,00)	(2.400.000,00)
91728013000000000000	Cota-parte do IPI - municípios	(96.931,71)	(108.366,21)	(117.112,52)	(114.000,00)	(120.000,00)
91728013100000000000	Cota-parte do IPI - municípios - principal	(96.931,71)	(108.366,21)	(117.112,52)	(114.000,00)	(120.000,00)
91900000000000000000	Outras receitas correntes	0,00	(134.511,45)	(163.196,04)	0,00	0,00
91910000000000000000	Multas administrativas, contratuais e judiciais	0,00	(134.508,14)	(137.517,38)	0,00	0,00
91910010000000000000	Multas previstas em legislação específica	0,00	(134.508,14)	(137.517,38)	0,00	0,00
91910011000000000000	Multas previstas em legislação específica	0,00	(134.508,14)	(137.517,38)	0,00	0,00
91910011100000000000	Multas previstas na Leg. Trânsito - Município	0,00	(134.508,14)	(137.517,38)	0,00	0,00
91920000000000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos	0,00	(3,31)	0,00	0,00	0,00
91922000000000000000	Restituições	0,00	(3,31)	0,00	0,00	0,00
91922990000000000000	Outras restituições	0,00	(3,31)	0,00	0,00	0,00
91922991000000000000	Outras restituições - principal	0,00	(3,31)	0,00	0,00	0,00
91990000000000000000	Demais receitas correntes	0,00	0,00	(25.678,66)	0,00	0,00
91990900000000000000	Outras receitas	0,00	0,00	(25.678,66)	0,00	0,00
91990991000000000000	Outras receitas - primárias	0,00	0,00	(25.678,66)	0,00	0,00
91990991100000000000	Outras receitas - primárias - principal	0,00	0,00	(25.678,66)	0,00	0,00
91990991101000000000	Outras receitas - primárias - Prefeitura	0,00	0,00	(24.296,98)	0,00	0,00
91990991200000000000	Outras receitas - primárias - multas e juros	0,00	0,00	(24.296,98)	0,00	0,00
91990991201000000000	Outras receitas - primárias - multas e juros - Prefeitura	0,00	0,00	(1.381,68)	0,00	0,00
92000000000000000000	Receitas de capital	(44.598,04)	(26.267,08)	0,00	0,00	0,00
92400000000000000000	Transferências de capital	(44.598,04)	(26.267,08)	0,00	0,00	0,00
92410000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	0,00	(26.267,08)	0,00	0,00	0,00
92418000000000000000	Transferências da união	0,00	(26.267,08)	0,00	0,00	0,00
92418100000000000000	Transferência de convênios da união e de suas entidades	0,00	(26.267,08)	0,00	0,00	0,00
92418109000000000000	Outras transferências de convênios da união	0,00	(26.267,08)	0,00	0,00	0,00
92418109100000000000	Outras transferências de convênios da união - principal	0,00	(26.267,08)	0,00	0,00	0,00
92420000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	(44.598,04)	0,00	0,00	0,00	0,00
92428000000000000000	Transferências dos estados, distrito federal, e de suas entidades	(44.598,04)	0,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-30632027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
92428100000000000000	Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	(44.598,04)	0,00	0,00	0,00	0,00
92428109000000000000	Outras transferências de convênio dos estados	(44.598,04)	0,00	0,00	0,00	0,00
92428109100000000000	Outras transferências de convênio dos estados - principal	(44.598,04)	0,00	0,00	0,00	0,00
-	SUBTOTAL (Plano Origem X Destino não cadastrado)	0,00	(2,60)	123.317,39	69.857.000,00	0,00
<b>Total Receita</b>		253.865.058,30	270.228.098,90	284.967.515,16	340.000.000,00	428.917.971,00
Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33000000000000000000	Despesas correntes	199.563.574,48	228.926.651,62	250.181.816,80	284.494.332,50	316.752.534,18
33100000000000000000	Pessoal e encargos sociais	92.169.902,78	108.438.102,89	114.909.710,43	126.494.712,50	147.497.170,52
33171000000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	4.480,00	10.000,00	73.739,52
33171700000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	0,00	0,00	4.480,00	0,00	0,00
33171700100000000000	Participação em consórcio público	0,00	0,00	4.480,00	0,00	0,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33190010000000000000	Aposentadorias e reformas	83.337.297,23	101.881.467,68	105.714.052,88	111.211.462,50	128.817.972,00
33190010100000000000	Proventos - pessoal civil	9.777.102,56	13.020.027,68	15.525.884,79	0,00	0,00
33190010600000000000	13º salário - pessoal civil	9.760.213,43	13.020.027,68	15.525.884,79	0,00	0,00
33190040000000000000	Contratação por tempo determinado	16.889,13	0,00	0,00	0,00	0,00
33190049000000000000	Outros serviços temporários	6.739.629,57	6.186.457,09	5.448.236,48	0,00	0,00
33190050000000000000	Outros benefícios previdenciários	6.739.629,57	6.186.457,09	5.448.236,48	0,00	0,00
33190050100000000000	Auxílio-doença - pessoal civil	5.833,46	31.955,18	20.461,69	0,00	0,00
33190050300000000000	Salário-maternidade - pessoal civil	0,00	0,00	1.415,41	0,00	0,00
33190080000000000000	Outros Benefícios Assistenciais	5.833,46	31.955,18	19.046,28	0,00	0,00
33190080300000000000	Auxílio-natalidade	0,00	957,94	1.953,15	0,00	0,00
33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	62.192.402,21	73.086.503,35	78.233.589,79	0,00	0,00
33190110100000000000	Vencimentos e salários	48.158.307,04	56.433.579,95	62.602.072,87	0,00	0,00
33190110500000000000	Incorporações	1.540.176,50	1.684.680,55	1.710.322,88	0,00	0,00
33190110700000000000	Abono de permanência	34.768,64	11.589,04	0,00	0,00	0,00
33190113100000000000	Gratificação por exercício de cargos	176.963,20	154.336,11	171.564,54	0,00	0,00
33190113300000000000	Gratificação por exercício de funções	1.076.433,99	1.321.952,41	1.466.108,90	0,00	0,00
33190113700000000000	Gratificação por tempo de serviço	4.425.396,77	4.698.786,15	5.257.664,90	0,00	0,00
33190114200000000000	Férias indenizadas	242.593,03	554.167,57	622.642,71	0,00	0,00
33190114300000000000	13º salário	4.670.520,98	5.188.544,56	5.338.194,19	0,00	0,00
33190114400000000000	Férias - abono pecuniário	57.570,20	8.596,17	12.532,81	0,00	0,00
33190114500000000000	Férias - abono constitucional	1.611.305,23	2.822.590,30	824.244,85	0,00	0,00
33190119900000000000	Outras despesas fixas - pessoal civil	198.366,63	207.680,54	228.241,14	0,00	0,00
33190130000000000000	Obrigações patronais	3.145.731,11	3.262.703,26	3.245.205,89	0,00	0,00
33190130100000000000	FGTS	135.840,44	132.751,11	118.544,77	0,00	0,00

16/09/2019 07:53:47 -03:00

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01



Pág 18 / 27

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
3319013020000000000000	Contribuições previdenciárias - INSS	3.009.890,67	3.088.147,74	3.070.300,08	0,00	0,00
3319013400000000000000	Encargos de pessoal requisitado de outros entes	0,00	41.804,41	56.361,04	0,00	0,00
3319016000000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.476.598,32	2.669.234,46	3.133.001,14	0,00	0,00
3319016440000000000000	Serviços extraordinários	940.272,37	1.022.595,69	1.119.153,14	0,00	0,00
3319016990000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	536.325,95	1.646.638,77	2.013.848,00	0,00	0,00
3319034000000000000000	Outras desp. de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	0,00	0,00	6.110,85	0,00	0,00
3319034010000000000000	Substituição de mão-de-obra (lf art. 18 §1º)	0,00	0,00	6.110,85	0,00	0,00
3319091000000000000000	Sentenças judiciais	0,00	388,68	0,00	0,00	0,00
3319091150000000000000	Sentenças judiciais de pequeno valor	0,00	388,68	0,00	0,00	0,00
3319092000000000000000	Despesas de exercícios anteriores	0,00	3.512.616,24	0,00	0,00	0,00
3319092110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0,00	3.440.465,15	0,00	0,00	0,00
3319092130000000000000	Obrigações patronais	0,00	72.151,09	0,00	0,00	0,00
3319094000000000000000	Indenizações e restituições trabalhistas	0,00	37.289,72	52.141,56	0,00	0,00
3319094070000000000000	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	0,00	0,00	16.669,65	0,00	0,00
3319094110000000000000	Licença-Prêmio convertida em Pecúnia	0,00	32.316,99	30.267,69	0,00	0,00
3319094990000000000000	Diversas indenizações e restituições trabalhistas	0,00	4.972,73	5.204,22	0,00	0,00
3319096000000000000000	Ressarcimento desp pessoal requisitado	0,00	73.334,08	47.467,54	0,00	0,00
3319096010000000000000	Pessoal requisitado de outros órgãos	0,00	73.334,08	47.467,54	0,00	0,00
3319100000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	8.832.605,55	6.556.635,21	9.191.177,55	15.273.250,00	18.605.459,00
3319100000000000000000	Obrigações patronais	8.832.605,55	6.556.635,21	9.191.177,55	0,00	0,00
3319113000000000000000	Contribuição patronal para RPPS	283.004,16	231.942,16	235.481,61	0,00	0,00
3319113030000000000000	Contribuição ao RPPS	8.549.601,39	6.317.739,85	8.955.695,94	0,00	0,00
3319113400000000000000	Encargos de pessoal requisitado de outros entes	0,00	6.953,20	0,00	0,00	0,00
3320000000000000000000	Juros e encargos da dívida	406.219,10	1.635.091,71	1.189.910,96	1.750.000,00	1.150.000,00
3329000000000000000000	Aplicações diretas	406.219,10	1.635.091,71	1.189.910,96	1.750.000,00	1.150.000,00
3329021000000000000000	Juros sobre a dívida por contrato	406.219,10	1.471.414,07	1.189.910,96	0,00	0,00
3329021010000000000000	Juros dívida contratada instituições financeira	396.720,89	830.286,09	634.565,26	0,00	0,00
3329021990000000000000	Outros juros da dívida contratada	9.498,21	641.127,98	555.345,70	0,00	0,00
3329092000000000000000	Despesas de exercícios anteriores	0,00	163.677,64	0,00	0,00	0,00
3329092990000000000000	Outras despesas exercícios anteriores	0,00	163.677,64	0,00	0,00	0,00
3330000000000000000000	Outras despesas correntes	106.997.452,60	118.853.457,02	134.082.195,41	156.249.620,00	168.105.363,66
3330000000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	214.242,77	404.998,12	435.000,00	606.000,00
3330810000000000000000	Distribuição Constitucional ou Legal de Receita	0,00	214.242,77	404.998,12	0,00	0,00
3330810700000000000000	Participação do Estado - Multas de Trânsito	0,00	214.242,77	404.998,12	0,00	0,00
3335000000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	29.483.300,64	35.721.357,91	37.013.143,28	37.084.875,00	42.927.909,00
3335030000000000000000	Material de consumo (ver anexo I)	920,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3335030990000000000000	Outros materiais de consumo	920,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-WSNBDM-306320027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 19 / 27

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2020
33350390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	20.232,59	1.703,20	0,00	0,00
33350395000000000000	Serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais	20.198,79	0,00	0,00	0,00
33350398100000000000	Serviços bancários	33,80	0,00	0,00	0,00
33350399900000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0,00	1.703,20	0,00	0,00
33350410000000000000	Contribuições	29.043,148,05	35.596.654,71	36.694.543,28	0,00
33350410200000000000	Despesas manutenção outras entidades direito privado	4.586.360,91	5.844.008,42	6.856.546,22	0,00
33350419900000000000	Outras contribuições	24.456.787,14	29.752.646,29	29.837.997,06	0,00
33350430000000000000	Subvenções sociais	419.000,00	82.000,00	318.600,00	0,00
33350430200000000000	Transferências a instituições privadas de assistência social	419.000,00	82.000,00	318.600,00	0,00
33350920000000000000	Despesas de exercícios anteriores	0,00	41.000,00	0,00	0,00
33350924300000000000	Subvenções sociais	0,00	41.000,00	0,00	0,00
33371000000000000000	Transferências a consórcios públicos	0,00	0,00	1.120,00	0,00
33371700000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	0,00	0,00	1.120,00	0,00
33371700100000000000	Participação em consórcio público	0,00	0,00	1.120,00	0,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	76.920.075,05	80.728.914,51	93.892.015,55	115.527.505,00
33390040000000000000	Contratação por tempo determinado	1.297.687,16	2.592.319,47	4.289.250,42	117.829.994,18
33390040200000000000	Serviços temporários agentes de saúde	350,00	0,00	0,00	0,00
33390049900000000000	Outros serviços temporários	1.297.337,16	2.592.319,47	4.289.250,42	0,00
33390080000000000000	Outros benefícios assistenciais	41.926,96	30.654,38	43.946,10	0,00
33390080100000000000	Auxílio - funeral	32.114,52	25.864,65	38.086,62	0,00
33390080300000000000	Auxílio - natalidade	9.812,44	4.789,73	5.859,48	0,00
33390100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	2.651,35	2.900,23	3.337,36	0,00
33390114300000000000	13º salário	2.651,35	2.900,23	3.337,36	0,00
33390130000000000000	Obrigações patronais	2,17	0,00	0,00	0,00
33390130200000000000	Contribuições previdenciárias - INSS	2,17	0,00	0,00	0,00
33390140000000000000	Diárias - civil	138.450,78	203.335,64	150.741,35	0,00
33390141400000000000	Diárias no país - civil	138.450,78	203.335,64	150.741,35	0,00
33390160000000000000	Outras despesas variáveis-pessoal civil	21.494,42	46.015,31	49.155,82	0,00
33390169900000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	21.494,42	46.015,31	49.155,82	0,00
33390180000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	16.173,76	1.050,00	1.050,00	0,00
33390189900000000000	Outros auxílios financeiros a estudante	16.173,76	1.050,00	1.050,00	0,00
33390300000000000000	Material de consumo	8.107.757,66	9.883.901,82	11.772.737,70	0,00
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos	1.017.614,81	972.551,92	1.255.000,87	0,00
33390300300000000000	Combustíveis e lubrificantes p/outras finalidades	0,00	0,00	193,56	0,00
33390300400000000000	Gás engarrafado	63.473,08	97.534,86	55.921,60	0,00
33390300500000000000	Explosivos e munições	0,00	0,00	240,00	0,00
33390300600000000000	Alimentos para animais	0,00	5.875,50	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33390300700000000000	Gêneros de alimentação	2.695.311,31	3.063.732,90	3.350.522,48	0,00	0,00
33390300900000000000	Material farmacológico	2.812,10	14.160,40	21.454,57	0,00	0,00
33390301000000000000	Material odontológico	100.595,99	88.341,92	148.144,58	0,00	0,00
33390301100000000000	Material químico	440,00	2.684,78	1.132,00	0,00	0,00
33390301400000000000	Material educativo e esportivo	46.070,18	72.291,30	67.528,64	0,00	0,00
33390301500000000000	Material para festividades e homenagens	25.962,73	15.019,07	18.066,20	0,00	0,00
33390301600000000000	Material de expediente	154.449,81	140.048,04	223.208,15	0,00	0,00
33390301700000000000	Material de processamento de dados	53.166,23	93.155,96	74.800,71	0,00	0,00
33390301800000000000	Material e medicamentos uso veterinário	10.263,43	12.296,92	7.152,62	0,00	0,00
33390301900000000000	Material de acondicionamento e embalagem	6.554,82	4.355,57	1.654,00	0,00	0,00
33390302000000000000	Material de cama, mesa e banho	2.411,50	7.275,92	60.758,70	0,00	0,00
33390302100000000000	Material de copa e cozinha	10.334,26	11.350,58	6.702,99	0,00	0,00
33390302200000000000	Material limpeza e produtos de higienização	142.782,12	262.898,13	343.380,64	0,00	0,00
33390302300000000000	Uniformes, tecidos e aviamentos	29.939,77	46.954,01	70.080,72	0,00	0,00
33390302400000000000	Material para manutenção bens imóveis	232.724,74	195.009,90	182.692,76	0,00	0,00
33390302500000000000	Material para manutenção de bens móveis	44.543,23	48.725,14	78.994,66	0,00	0,00
33390302600000000000	Material elétrico e eletrônico	70.224,07	59.549,21	82.616,85	0,00	0,00
33390302700000000000	Material de manobra e patrulhamento	0,00	2.577,50	10.047,00	0,00	0,00
33390302800000000000	Material de proteção e segurança	32.510,35	42.414,82	46.510,23	0,00	0,00
33390302900000000000	Material para áudio, vídeo e foto	1.942,50	2.335,69	4.433,25	0,00	0,00
33390303000000000000	Material para comunicações	1.730,25	3.562,65	3.897,40	0,00	0,00
33390303100000000000	Sementes, mudas de plantas e insumos	6.363,90	1.174,60	25.276,76	0,00	0,00
33390303400000000000	Sobressalentes máquinas, motores, navios e embarcações	0,00	1.761,00	870,00	0,00	0,00
33390303500000000000	Material laboratorial	103.200,00	145.152,59	2.330,00	0,00	0,00
33390303600000000000	Material hospitalar	262.876,86	305.063,71	441.703,72	0,00	0,00
33390303700000000000	Sobressalentes de armamento	0,00	330,00	0,00	0,00	0,00
33390303900000000000	Material para manutenção de veículos	648.850,17	508.328,33	1.112.977,81	0,00	0,00
33390304100000000000	Material para utilização em gráfica	0,00	0,00	1.380,00	0,00	0,00
33390304200000000000	Ferramentas	11.250,08	8.471,03	2.110,71	0,00	0,00
33390304300000000000	Material para reabilitação profissional	1.435,40	0,00	0,00	0,00	0,00
33390304400000000000	Material de sinalização visual e afins	228.584,44	95.945,33	247.407,30	0,00	0,00
33390304500000000000	Material técnico de seleção e treinamento	225,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390304600000000000	Material bibliográfico não imobilizável	0,00	0,00	4.920,00	0,00	0,00
33390304700000000000	Aquisição de softwares	769,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390304900000000000	Bilhetes de passagem	3.588,82	744.474,42	15.262,86	0,00	0,00
33390305000000000000	Bandeiras, fâmulas e insígnias	690,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390305100000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo	1.646.530,95	2.038.479,94	2.611.588,41	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00

Pág 21 / 27

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33390309900000000000	Outros materiais de consumo	447.535,76	770.018,18	1.191.774,95	0,00	0,00
33390310000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	297.250,00	299.076,00	357.600,00	0,00	0,00
33390310100000000000	Premiações culturais	295.000,00	299.000,00	357.600,00	0,00	0,00
33390310400000000000	Premiações desportivas	2.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390319900000000000	Outras premiações	0,00	76,00	0,00	0,00	0,00
33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	1.438.798,29	1.506.442,57	1.683.514,36	0,00	0,00
33390320200000000000	Medicamentos	1.314.982,46	1.391.528,53	1.432.250,92	0,00	0,00
33390320300000000000	Gêneros alimentícios	123.815,83	114.914,04	251.263,44	0,00	0,00
33390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	31.757,60	84.962,43	11.040,94	0,00	0,00
33390330100000000000	Passagens para o país	7.500,23	10.520,11	7.205,79	0,00	0,00
33390330300000000000	Taxas embarque seguro, freteamento e pedágio	848,34	164,18	339,62	0,00	0,00
33390330500000000000	Locação veículo p/locomoção - pessoa jurídica	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390339900000000000	Outras despesas com locomoção	14.909,03	74.278,14	3.495,53	0,00	0,00
33390340000000000000	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização	0,00	0,00	220,00	0,00	0,00
33390340100000000000	Substituição Mão-de-obra LRF Art. 18 §1º	0,00	0,00	220,00	0,00	0,00
33390350000000000000	Serviços de consultoria	23.420,45	119.907,03	103.603,91	0,00	0,00
33390350100000000000	Assessoria e consultoria técnica ou jurídica	13.620,45	0,00	0,00	0,00	0,00
33390359900000000000	Outros serviços de consultoria	9.800,00	119.907,03	103.603,91	0,00	0,00
33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	4.048.033,20	3.129.835,29	3.580.081,72	0,00	0,00
33390360600000000000	Serviços técnicos profissionais	118.307,63	75.450,05	50.524,92	0,00	0,00
33390360700000000000	Estagiários	1.468.978,33	1.136.968,80	700.320,03	0,00	0,00
33390360800000000000	Bolsa de iniciação ao trabalho	199.080,81	0,00	0,00	0,00	0,00
33390361500000000000	Locação de imóveis	405.870,43	294.021,69	260.136,65	0,00	0,00
33390361800000000000	Manutenção e conservação equipamentos	8.079,00	1.698,65	5.425,00	0,00	0,00
33390362000000000000	Manutenção e conservação de veículos	10.638,88	5.126,00	11.516,24	0,00	0,00
33390362500000000000	Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	1.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390362700000000000	Serviços de limpeza e conservação	79.526,76	35.773,21	32.679,74	0,00	0,00
33390362800000000000	Serviços de comunicação em geral	16.324,44	13.976,00	23.013,70	0,00	0,00
33390362900000000000	Serviços de seleção e treinamento	13.802,07	1.344,02	1.389,90	0,00	0,00
33390363000000000000	Serviços médicos e odontológicos	13.440,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00
33390363300000000000	Serviços perícias médicas p/ benefícios	1.450.984,28	1.357.903,19	2.290.395,50	0,00	0,00
33390363400000000000	Serviços apoio administrativo, técnico e operacional	31.543,00	31.319,00	31.690,00	0,00	0,00
33390363500000000000	Confecção de uniformes, bandeiras e flâmulas	0,00	590,00	0,00	0,00	0,00
33390363800000000000	Fretes e transportes de encomendas	5.749,40	3.695,00	245,72	0,00	0,00
33390363900000000000	Serviços de áudio, vídeo e foto	0,00	1.540,00	1.520,00	0,00	0,00
33390369900000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	224.358,17	170.429,68	150.424,32	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00

Pág 22 / 27

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33390370000000000000	Locação de mão-de-obra	580,00	230,00	7.900,00	0,00
33390370200000000000	Limpeza e conservação	0,00	0,00	7.900,00	0,00
33390370600000000000	Manutenção e conservação de bens móveis	580,00	230,00	0,00	0,00
33390380000000000000	Arrendamento mercantil	218,00	0,00	0,00	0,00
33390380400000000000	Outros bens móveis	218,00	0,00	0,00	0,00
33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	51.325.653,55	52.898.683,32	59.565.622,92	0,00
33390390100000000000	Assinatura de periódicos e anuidades	18.755,12	11.384,25	15.730,29	0,00
33390390200000000000	Condomínios	3.950,00	0,00	0,00	0,00
33390390500000000000	Serviços técnicos profissionais	1.071.110,10	263.896,07	356.861,56	0,00
33390390800000000000	Manutenção de software	17.693,92	30.922,94	5.050,56	0,00
33390391000000000000	Locação de imóveis	236.053,52	164.098,87	175.531,78	0,00
33390391100000000000	Locação de softwares	710.886,36	834.356,19	279.306,00	0,00
33390391200000000000	Locação de máquinas e equipamentos	12.231,40	5.983,70	40.948,40	0,00
33390391400000000000	Locação bens móveis e outras naturezas intangíveis	8.200,00	1.400,00	0,00	0,00
33390391500000000000	Limpeza de veículos	2.630,00	1.007,00	90,00	0,00
33390391600000000000	Manutenção e conservação bens imóveis	120.096,77	176.348,12	205.428,35	0,00
33390391700000000000	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	86.880,48	98.855,64	315.615,06	0,00
33390391900000000000	Manutenção e conservação de veículos	305.971,30	303.670,99	330.943,36	0,00
33390392000000000000	Manutenção e conservação de bens móveis e outras naturezas intangíveis	1.532,00	1.857,00	11.784,00	0,00
33390392100000000000	Manutenção e conservação de estradas e vias	379.810,55	142.537,45	147.877,02	0,00
33390392200000000000	Exposições, congressos e conferências	22.010,00	13.100,00	28.408,00	0,00
33390392300000000000	Festividades e homenagens	7.863,00	3.294,00	118.522,32	0,00
33390392400000000000	Serviços de confecção, manut e instalação de sinal visual e afins	10.600,00	480,00	1.300,00	0,00
33390392500000000000	Serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins	9.157,60	4.675,00	645,00	0,00
33390392600000000000	Serviços de transporte escolar	1.220.457,76	704.243,53	2.025.038,91	0,00
33390392800000000000	Locação de veículos para locomoção	38.346,76	82.038,76	140.870,79	0,00
33390392800000000000	Coleta de lixo e demais resíduos	5.240.029,47	4.384.588,96	5.508.583,07	0,00
33390393700000000000	Juros	1.183,55	0,00	0,00	0,00
33390394100000000000	Fornecimento de alimentação	24.012,00	4.994,00	2.625,00	0,00
33390394300000000000	Serviços de energia elétrica	4.153.019,21	4.666.226,82	5.019.205,58	0,00
33390394400000000000	Serviços de água e esgoto	450.166,11	555.058,36	533.240,05	0,00
33390394500000000000	Serviços de gás	54.791,60	83.616,36	110.495,06	0,00
33390394600000000000	Serviços domésticos	3.981,00	0,00	180,00	0,00
33390394700000000000	Serviços de comunicação em geral	367.281,85	496.314,23	1.049.257,26	0,00
33390394800000000000	Serviços de seleção e treinamento	169.591,88	114.135,78	136.362,20	0,00
33390394900000000000	Produções jornalísticas	0,00	8.920,00	0,00	0,00
33390395000000000000	Serviços médico-hospitais, odontológicos e laboratoriais	28.682.263,84	31.725.666,95	35.587.134,90	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33390395300000000000	Serviços de assistência social	3.128,00	0,00	0,00	0,00
33390395600000000000	Serviços perícias médicas p/ benefícios	2.400,00	0,00	13.216,57	0,00
33390395900000000000	Serviços de áudio, vídeo e foto	304.660,80	18.464,05	1.445,92	0,00
33390396100000000000	Serviços de socorro e salvamento	0,00	0,00	9.327,00	0,00
33390396300000000000	Serviços gráficos e editoriais	467.536,24	155.909,48	148.080,95	0,00
33390396400000000000	Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)	26.712,52	26.818,54	308.073,61	0,00
33390396600000000000	Serviços judiciários	5.790,72	527,81	283.651,27	0,00
33390396700000000000	Serviços funerários	1.150,00	800,00	0,00	0,00
33390396900000000000	Seguros em geral	133.772,91	119.630,47	118.842,79	0,00
33390397000000000000	Confecção de uniformes, bandeiras e flâmulas	150,00	9.270,40	0,00	0,00
33390397100000000000	Confecção de material de acondicionamento e embalagem	2.925,00	0,00	0,00	0,00
33390397200000000000	Vale-transporte	1.827.511,44	654.720,50	2.012.634,65	0,00
33390397300000000000	Transporte de servidores	2.250,00	350,00	0,00	0,00
33390397400000000000	Fretes e transportes de encomendas	10.633,25	12.157,00	50.240,22	0,00
33390397500000000000	Multas e infrações de Transito	5.431,13	3.321,56	3.405,82	0,00
33390397700000000000	Vigilância ostensiva/monitorada	200.007,87	192.456,33	167.972,82	0,00
33390397800000000000	Limpeza e conservação	280.730,00	500,00	313.713,94	0,00
33390397900000000000	Serviços apoio administrativo, técnico e operacional	27.261,00	26.690,00	0,00	0,00
33390398000000000000	Hospedagens	44.048,22	21.153,86	3.036,50	0,00
33390398100000000000	Serviços bancários	321.100,96	398.059,28	535.672,16	0,00
33390398300000000000	Serviços cópias e reprodução de documentos	19.220,21	19.414,31	8.531,25	0,00
33390398800000000000	Serviços de publicidade e propaganda	165.282,94	341.071,35	69.538,10	0,00
33390399000000000000	Serviços de publicidade legal	21.292,18	2.314,00	50.196,90	0,00
33390399600000000000	Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	98.819,40	187.149,35	270.209,25	0,00
33390399900000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.923.281,61	5.824.234,06	3.050.798,68	0,00
33390400000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	1.349.503,81	0,00
33390400100000000000	Locação de equipamentos e softwares	0,00	0,00	741.464,53	0,00
33390400200000000000	Desenvolvimento e manutenção de software	0,00	0,00	2.080,00	0,00
33390400400000000000	Comunicação de dados	0,00	0,00	479.634,14	0,00
33390400500000000000	Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	49.017,58	0,00
33390400800000000000	Serviços técnicos profissionais de TIC	0,00	0,00	19.024,76	0,00
33390400900000000000	Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	0,00	0,00	1.785,00	0,00
33390401400000000000	Tratamento de dados	0,00	0,00	41.792,88	0,00
33390409900000000000	Outros serviços de tecnologia da informação e comunicação	0,00	0,00	14.704,92	0,00
33390460000000000000	Auxílio-alimentação	3.594.328,71	4.285.714,47	4.540.094,90	0,00
33390460100000000000	Auxílio-alimentação em pecúnia	3.594.328,71	4.285.714,47	4.540.094,90	0,00
33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	4.397.287,75	3.544.655,61	3.535.162,42	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-30632027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33390470200000000000	Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU	13.654,65	23.622,52	2.491,93	0,00
33390470500000000000	Imposto sobre propriedade de veículos automotores - IPVA	592,59	489,39	596,18	0,00
33390471000000000000	Taxas	16.786,70	0,00	5.992,18	0,00
33390471200000000000	Contribuição para o PIS/PASEP	3.997.702,92	3.161.036,36	3.026.952,56	0,00
33390471800000000000	Contribuição previdenciária s/ serv. terceiros - pessoa física	378.490,89	359.507,34	497.499,12	0,00
33390472100000000000	Contribuição sindical	60,00	0,00	0,00	0,00
33390479900000000000	Outras obrigações tributárias e contributivas	0,00	0,00	1.630,45	0,00
33390480000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	0,00	38.966,82	78.000,00	0,00
33390480100000000000	Auxílio financeiro a pessoas físicas	0,00	38.966,82	78.000,00	0,00
33390490000000000000	Auxílio-transporte	68.693,70	74.361,83	71.166,18	0,00
33390490100000000000	Auxílio-transporte pago em pecúnia	68.693,70	74.361,83	71.166,18	0,00
33390910000000000000	Sentenças judiciais	1.867.469,91	1.068.007,43	672.253,12	0,00
33390910200000000000	Precatórios incluídos na lei do orçamento	1.425.059,57	579.499,18	400.160,99	0,00
33390911500000000000	Sentenças judiciais de pequeno valor	26.820,29	413.680,48	234.671,15	0,00
33390913000000000000	Sentenças indenizatórias	0,00	5.368,55	0,00	0,00
33390919900000000000	Outras sentenças judiciais	415.590,05	69.459,22	37.420,98	0,00
33390920000000000000	Despesas de exercícios anteriores	137.712,13	873.394,30	1.887.170,99	0,00
33390923000000000000	Material de consumo	3.920,52	1.344,90	12.346,89	0,00
33390923300000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.479,00	0,00	0,00	0,00
33390923500000000000	Serviços de consultoria	650,00	450,00	0,00	0,00
33390923900000000000	Serviços de terceiros - pessoa jurídica	53.489,80	457.582,69	1.808.024,10	0,00
33390924100000000000	Contribuições	0,00	0,00	1.200,00	0,00
33390925200000000000	Equipamentos e material permanente	60.211,39	0,00	0,00	0,00
33390929900000000000	Outras despesas de exercícios anteriores	17.961,42	414.016,71	65.600,00	0,00
33390930000000000000	Indenizações e restituições	62.727,50	44.500,56	138.861,53	0,00
33390930100000000000	Indenizações	20.804,97	38.473,72	23.316,14	0,00
33390930200000000000	Restituições	41.922,53	6.026,84	115.545,39	0,00
33391000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	552.966,91	2.162.721,83	2.337.805,92	2.520.000,00
33391970000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	552.966,91	2.162.721,83	2.337.805,92	0,00
33391970100000000000	Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	552.966,91	2.162.721,83	2.337.805,92	0,00
33393000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	31.110,00	26.220,00	433.112,54	3.106.240,00
33393320000000000000	Material de distribuição gratuita	0,00	0,00	400.178,79	0,00
33393320200000000000	Medicamentos	0,00	0,00	400.178,79	0,00
33393390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	31.110,00	26.220,00	29.808,75	0,00
33393390000000000000	Serviços de Publicidade Legal	0,00	0,00	20.325,00	0,00
33393399900000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	31.110,00	26.220,00	9.483,75	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33393400000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	3.125,00	0,00	0,00
33393409900000000000	Outros serviços de tecnologia da informação e comunicação	0,00	0,00	3.125,00	0,00	0,00
34000000000000000000	Despesas de capital	19.355.128,45	15.689.970,72	14.558.447,05	28.185.783,50	78.189.787,00
34400000000000000000	Investimentos	17.484.851,65	10.411.051,87	7.035.827,72	21.857.783,50	72.219.787,00
34430000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
34471000000000000000	Transferências a consórcios públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
34490000000000000000	Aplicações diretas	17.484.851,65	10.411.051,87	7.035.827,72	21.857.783,50	72.212.787,00
34490140000000000000	Diárias - pessoal civil	0,00	56,26	0,00	0,00	0,00
34490141400000000000	Diárias Pessoal Civil - no País	0,00	56,26	0,00	0,00	0,00
34490300000000000000	Material de consumo	43.082,70	6.198,23	10.688,39	0,00	0,00
34490300700000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34490300700000000000	Gêneros de alimentação	536,98	0,00	0,00	0,00	0,00
34490301000000000000	Material odontológico	132,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34490301600000000000	Material de expediente	13.896,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34490301700000000000	Material de Processamento de Dados	1.706,00	2.543,00	3.765,31	0,00	0,00
34490302200000000000	Material limpeza e produtos de higienização	57,70	0,00	1.207,17	0,00	0,00
34490302400000000000	Material para manutenção bens imóveis	3.918,58	1.011,23	0,00	0,00	0,00
34490302500000000000	Material para manutenção de bens móveis	0,00	0,00	105,00	0,00	0,00
34490302600000000000	Material elétrico e eletrônico	695,00	1.198,00	1.753,10	0,00	0,00
34490302800000000000	Material de proteção e segurança	10.905,00	996,00	2.331,81	0,00	0,00
34490302900000000000	Material para áudio, vídeo e foto	0,00	0,00	29,00	0,00	0,00
34490303600000000000	Material hospitalar	9.286,37	0,00	0,00	0,00	0,00
34490309900000000000	Outros materiais de consumo	449,07	450,00	1.497,00	0,00	0,00
34490390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	174.676,77	20.410,08	9.006,85	0,00	0,00
34490392000000000000	Manutenção e conservação de bens móveis e outras naturezas intangíveis	65,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34490394700000000000	Serviços de Comunicação em Geral	1.782,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34490398100000000000	Serviços Bancários	15.223,55	171,51	86,79	0,00	0,00
34490399000000000000	Serviços de publicidade legal	0,00	0,00	440,00	0,00	0,00
34490399000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	157.606,22	20.238,57	8.480,06	0,00	0,00
34490510000000000000	Obras e instalações	13.015.690,32	9.001.047,57	3.707.348,00	0,00	0,00
34490510700000000000	Reformas	0,00	209.096,13	12.768,28	0,00	0,00
34490518000000000000	Estudos e projetos	0,00	23.160,00	0,00	0,00	0,00
34490519100000000000	Obras em andamento	14.509,76	0,00	0,00	0,00	0,00
34490519200000000000	Instalações incorporações ou inerentes imóvel	0,00	2.240,00	0,00	0,00	0,00
34490519800000000000	Obras contratadas	12.872.769,55	8.048.463,22	2.521.190,88	0,00	0,00
34490519900000000000	Outras obras e instalações	128.411,01	718.088,22	1.173.388,84	0,00	0,00
34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	3.096.415,95	1.367.735,23	2.431.556,49	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
3449052040000000000000	Aparelhos de medição e orientação	10.630,00	4.430,00	147.000,00	0,00	0,00
3449052060000000000000	Aparelhos e equipamentos de comunicação	4.049,90	4.195,28	6.463,40	0,00	0,00
3449052080000000000000	Aparelhos, equip., utens. médico-odontológicos, laboratoriais e hospitalares	115.444,34	435.187,65	8.154,91	0,00	0,00
3449052100000000000000	Aparelhos e equip. p/ esportes e diversão	0,00	53.301,10	0,00	0,00	0,00
3449052120000000000000	Aparelhos e utensílios domésticos	69.648,73	119.650,56	105.650,06	0,00	0,00
3449052180000000000000	Coleções e materiais bibliográficos	1.113,03	226,29	217,00	0,00	0,00
3449052200000000000000	Embarcações	142.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3449052240000000000000	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	17.337,00	2.029,90	18.369,00	0,00	0,00
3449052260000000000000	Instrumentos musicais e artísticos	0,00	0,00	229,90	0,00	0,00
3449052300000000000000	Máquinas e equipamentos energéticos	4.314,80	1.047,90	860,00	0,00	0,00
3449052330000000000000	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	35.876,90	34.593,70	22.136,71	0,00	0,00
3449052340000000000000	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	42.359,01	34.347,90	278.330,08	0,00	0,00
3449052350000000000000	Equipamentos de processamento de dados	134.033,87	118.903,62	194.557,27	0,00	0,00
3449052360000000000000	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	1.975,80	517,48	25.723,50	0,00	0,00
3449052380000000000000	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	3.150,00	3.032,25	19.668,00	0,00	0,00
3449052390000000000000	Equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos	104.900,00	0,00	1.037,50	0,00	0,00
3449052400000000000000	Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	7.194,00	52.590,00	0,00	0,00	0,00
3449052420000000000000	Mobiliário em geral	278.527,00	43.432,70	161.874,85	0,00	0,00
3449052440000000000000	Obras de arte e peças para museu	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3449052480000000000000	Veículos diversos	205.843,90	198.240,00	705.999,60	0,00	0,00
3449052510000000000000	Peças não incorporáveis a imóveis	3.600,00	1.446,00	3.770,00	0,00	0,00
3449052520000000000000	Veículos de tração mecânica	0,00	51.500,00	40.500,00	0,00	0,00
3449052870000000000000	Material de consumo de uso duradouro	2.925,65	0,00	0,00	0,00	0,00
3449052990000000000000	Outros equipamentos material permanente	1.907.742,02	209.062,90	691.014,71	0,00	0,00
3449061000000000000000	Aquisição de imóveis	1.080.030,42	0,00	0,00	0,00	0,00
3449061910000000000000	Obras em andamento	1.074.030,42	0,00	0,00	0,00	0,00
3449061990000000000000	Outras aquisições de bens imóveis	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3449092000000000000000	Despesas de exercícios anteriores	39.084,00	727,37	7.920,00	0,00	0,00
3449092510000000000000	Obras e instalações	0,00	0,00	7.920,00	0,00	0,00
3449092520000000000000	Equipamentos e material permanente	39.064,00	727,37	0,00	0,00	0,00
3449093000000000000000	Indenizações e restituições	15.891,49	14.877,13	869.307,99	0,00	0,00
3449093020000000000000	Restituições	15.891,49	14.877,13	869.307,99	0,00	0,00
3450000000000000000000	Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
3459000000000000000000	Aplicações diretas	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
3460000000000000000000	Amortização da dívida	1.890.276,80	5.278.918,85	7.522.619,33	6.518.000,00	5.960.000,00
3469000000000000000000	Aplicações diretas	1.890.276,80	5.278.918,85	7.522.619,33	6.518.000,00	5.960.000,00
3469071000000000000000	Principal dívida contratual resgatado	1.890.276,80	5.278.918,85	7.522.619,33	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-W5MBDM-306320027 - Emitido por: GIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:47 -03:00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): Consolidado  
Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 27 / 27

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
34690710100000000000	Amort. da dívida contratual c/ instituições financeiras	0,00	0,00	1.087.233,38	0,00	0,00
34690710200000000000	Amortização da dívida contratada com governos	0,00	1.691.940,30	1.386.061,40	0,00	0,00
34690719900000000000	Outras amortizações da dívida contratada	1.890.276,80	3.586.978,55	5.049.324,55	0,00	0,00
39000000000000000000	Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	27.319.884,00	33.975.649,82
39900000000000000000	Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	27.319.884,00	33.975.649,82
39990000000000000000	Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	27.319.884,00	33.975.649,82
-	SUBTOTAL (Plano Origem X Destino não cadastrado)	529.372,36	413.619,76	8.594,62	0,00	0,00
Total Despesa		219.448.075,29	245.030.242,10	264.748.858,47	340.000.000,00	428.917.971,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receita Orçamentária	447.107.971,00	Despesas correntes	316.752.534,18
Receitas correntes	361.496.114,00	Pessoal e encargos sociais	147.497.170,52
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	74.509.400,00	Juros e encargos da dívida	1.150.000,00
Contribuições	16.059.000,00	Outras despesas correntes	168.105.363,66
Receita patrimonial	25.693.002,00		
Receita agropecuária	5.000,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	355.000,00		
Transferências correntes	223.544.812,00		
Outras receitas correntes	21.329.900,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	25.303.459,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	21.703.459,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	3.600.000,00		
Deduções da receita	(18.190.000,00)		
Receitas correntes	(18.190.000,00)		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>368.609.573,00</b>	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>316.752.534,18</b>
<b>Déficit</b>	<b>0,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>51.857.038,82</b>
<b>Soma</b>	<b>368.609.573,00</b>	<b>Soma</b>	<b>368.609.573,00</b>
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	<b>51.857.038,82</b>	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	<b>0,00</b>
Receitas de capital	60.308.398,00	Despesas de capital	78.189.787,00
Operações de crédito	35.000.000,00	Investimentos	72.219.787,00
Alienação de bens	59.000,00	Inversões financeiras	10.000,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	5.960.000,00
Transferências de capital	25.249.398,00		
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital	0,00		
Operações de crédito	0,00		



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital			
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>60.308.398,00</b>	<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>78.189.787,00</b>
		<b>-(Reserva de contingência</b>	<b>33.975.649,82</b>
		<b>+Reserva do RPPS)</b>	<b>0,00</b>
<b>Déficit</b>	<b>17.881.389,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>
<b>Resumo</b>			
Receitas Correntes	368.609.573,00	Despesa Correntes	316.752.534,18
Receitas de Capital	60.308.398,00	Despesas de Capital	78.189.787,00
		Reserva de Contingência	33.975.649,82
		Reserva do RPPS	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>428.917.971,00</b>	<b>Subtotal</b>	<b>428.917.971,00</b>
<b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>		<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	
<b>Transfêrencias Recebidas</b>	<b>54.706.178,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>54.406.178,00</b>
<b>Total</b>	<b>483.624.149,00</b>	<b>Total</b>	<b>483.324.149,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
**Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica**  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			316.752.534,18
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		147.497.170,52	
31710000000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	73.739,52		
31900000000000000000	Aplicações diretas	128.817.972,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	18.605.459,00		
32000000000000000000	Juros e encargos da dívida		1.150.000,00	
32900000000000000000	Aplicações diretas	1.150.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		168.105.363,66	
33300000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	606.000,00		
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	42.927.909,00		
33710000000000000000	Transferências a consórcios públicos	35.220,48		
33900000000000000000	Aplicações diretas	117.829.994,18		
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	3.600.000,00		
33930000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	3.106.240,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			78.189.787,00
44000000000000000000	Investimentos		72.219.787,00	
44300000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	1.000,00		
44710000000000000000	Transferências a consórcios públicos	6.000,00		
44900000000000000000	Aplicações diretas	72.212.787,00		
45000000000000000000	Inversões financeiras		10.000,00	
45900000000000000000	Aplicações diretas	10.000,00		
46000000000000000000	Amortização da dívida		5.960.000,00	
46900000000000000000	Aplicações diretas	5.960.000,00		
90000000000000000000	Reserva de contingência			33.975.649,82
99000000000000000000	Reserva de contingência		33.975.649,82	
99900000000000000000	Reserva de contingência	33.975.649,82		
<b>Total</b>				<b>428.917.971,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Receitas Segundo Categoria Econômica  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 códigoPpa: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
100000000000000000	Receitas correntes			361.496.114,00
110000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria		74.509.400,00	
111000000000000000	Impostos	63.244.000,00		
112000000000000000	Taxas	11.245.100,00		
113000000000000000	Contribuição de melhoria	20.300,00		
120000000000000000	Contribuições		16.059.000,00	
121000000000000000	Contribuições sociais	8.309.000,00		
124000000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	7.750.000,00		
130000000000000000	Receita patrimonial		25.693.002,00	
131000000000000000	Exploração do patrimônio imobiliário do estado	230.000,00		
132000000000000000	Valores mobiliários	25.463.002,00		
140000000000000000	Receita agropecuária		5.000,00	
160000000000000000	Receita de serviços		355.000,00	
161000000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	355.000,00		
170000000000000000	Transferências correntes		223.544.812,00	
171000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	123.957.312,00		
172000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	61.737.000,00		
174000000000000000	Transferências de instituições privadas	100,00		
175000000000000000	Transferências de outras instituições públicas	37.850.000,00		
177000000000000000	Transferências de pessoas físicas	400,00		
190000000000000000	Outras receitas correntes		21.329.900,00	
191000000000000000	Multas administrativas, contratuais e judiciais	3.999.500,00		
192000000000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos	200.000,00		
199000000000000000	Demais receitas correntes	17.130.400,00		
200000000000000000	Receitas de capital			60.308.398,00
210000000000000000	Operações de crédito		35.000.000,00	
211000000000000000	Operações de crédito - mercado interno	35.000.000,00		
220000000000000000	Alienação de bens		59.000,00	
221000000000000000	Alienação de bens móveis	49.000,00		
222000000000000000	Alienação de bens imóveis	10.000,00		
240000000000000000	Transferências de capital		25.249.398,00	
241000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	22.424.899,00		
242000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	2.824.499,00		
700000000000000000	Receitas correntes intraorçamentárias			25.303.459,00
720000000000000000	Contribuições		21.703.459,00	
721000000000000000	Contribuições sociais	21.703.459,00		
790000000000000000	Outras receitas correntes		3.600.000,00	
799000000000000000	Demais receitas correntes	3.600.000,00		
100000000000000000	Receitas correntes			(18.190.000,00)
170000000000000000	Transferências correntes		(18.190.000,00)	
171000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	(6.870.000,00)		
172000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	(11.320.000,00)		
<b>Total</b>				<b>428.917.971,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento  
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo  
Ano: 2020  
Entidade(s): Consolidado

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
1	Legislativa	31	Acao Legislativa
4	Administração	62	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
		122	Administracao Geral
		125	Normatização e Fiscalização
		128	Formação de Recursos Humanos
		131	Comunicação Social
		244	Assistência Comunitária
6	Segurança Pública	122	Administracao Geral
		181	Policiamento
		182	Defesa Civil
8	Assistência Social	241	Assistência ao Idoso
		243	Assistência à Criança e ao Adolescente
		244	Assistência Comunitária
9	Previdência Social	271	Previdência Básica
10	Saúde	128	Formação de Recursos Humanos
		301	Atenção Básica
		302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
		304	Vigilância Sanitária
		305	Vigilância Epidemiológica
12	Educação	306	Alimentação e Nutrição
		361	Ensino Fundamental
		365	Educação Infantil
		368	Educação Básica
13	Cultura	391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
		392	Difusão Cultural
15	Urbanismo	451	Infra-Estrutura Urbana
		452	Serviços Urbanos
16	Habitação	482	Habitacao Urbana
18	Gestão Ambiental	542	Controle Ambiental
20	Agricultura	606	Extensão Rural
23	Comércio e Serviços	695	Turismo
27	Desporto e Lazer	812	Desporto Comunitário
28	Encargos Especiais	843	Serviço da Dívida Interna
99	Reserva de Contingência	999	Reserva de contingência

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 8

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

<b>01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL</b>					
<b>001 - Câmara Municipal de Rio do Sul</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
01	Legislativa	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
01.031	Acao Legislativa	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
01.031.0001	Processo Legislativo	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
01.031.0001.2051	Manutenção da Câmara de Vereadores	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.854.558,00</b>	<b>9.854.558,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.854.558,00</b>	<b>9.854.558,00</b>
<b>80 - SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO</b>					
<b>001 - Diretoria Executiva de Governo</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
04	Administração	0,00	0,00	7.560.000,00	7.560.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	7.540.000,00	7.540.000,00
04.122.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	7.290.000,00	7.290.000,00
04.122.0002.2000	Pessoal e Encargos Sociais - Gestão de Governo	0,00	0,00	4.925.000,00	4.925.000,00
04.122.0002.2001	Manutenção da Secretaria de Gestão de Governo	0,00	0,00	2.365.000,00	2.365.000,00
04.122.0008	Capital de Oportunidades	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
04.122.0008.2097	Manutenção do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
04.125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
04.125.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
04.125.0002.2094	Manutenção do Procon	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
06	Segurança Pública	0,00	0,00	5.216.500,00	5.216.500,00
06.122	Administracao Geral	0,00	0,00	2.860.000,00	2.860.000,00
06.122.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	2.860.000,00	2.860.000,00
06.122.0002.2005	Manutenção da Divisão de Infrações de Trânsito	0,00	0,00	2.860.000,00	2.860.000,00
06.181	Policimento	0,00	0,00	1.395.500,00	1.395.500,00
06.181.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	1.245.500,00	1.245.500,00
06.181.0002.2003	Manutenção Trânsito - Polícia Civil	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
06.181.0002.2004	Manutenção Trânsito - Polícia Militar	0,00	0,00	645.500,00	645.500,00
06.181.0003	Cidade Segura	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
06.181.0003.2006	Manutenção da Divisão da Guarda Municipal	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
06.182	Defesa Civil	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182.0003	Cidade Segura	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182.0003.2002	Manutenção do Departamento de Coordenação da Defesa	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
06.182.0003.2007	Manutenção do Fundo de Defesa Civil	0,00	0,00	911.000,00	911.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.776.500,00</b>	<b>12.776.500,00</b>
<b>002 - Diretoria Executiva de Comunicação</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
04	Administração	0,00	0,00	308.000,00	308.000,00
04.131	Comunicação Social	0,00	0,00	308.000,00	308.000,00
04.131.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	308.000,00	308.000,00
04.131.0002.2008	Manutenção da Diretoria Executiva de Comunicação	0,00	0,00	308.000,00	308.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>308.000,00</b>	<b>308.000,00</b>
<b>003 - Diretoria Técnica de Gestão do Governo</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
04	Administração	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
04.122.0002	Gestão para Resultados	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
04.122.0002.1000	Devolução de Convênios	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>750.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>750.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>750.000,00</b>	<b>13.084.500,00</b>	<b>13.834.500,00</b>
<b>81 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>					
<b>001 - Procuradoria Geral</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
04	Administração	2.000.000,00	0,00	1.631.000,00	3.631.000,00
04.062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
04.062.0013	Eficiência Administrativa	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
04.062.0013.0001	Operação Especial - Indenização, Ressarcimentos, Senten	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 8

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

## 81 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

### 001 - Procuradoria Geral

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	1.631.000,00	1.631.000,00
04.122.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	1.631.000,00	1.631.000,00
04.122.0013.2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	315.000,00	315.000,00
04.122.0013.2010	Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Geral	0,00	0,00	1.304.000,00	1.304.000,00
04.122.0013.2086	FUNPRO-Fundo de Manutenção, Reparelhamento e Mod	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
Total Unidade		2.000.000,00	0,00	1.631.000,00	3.631.000,00
Total Órgão		2.000.000,00	0,00	1.631.000,00	3.631.000,00

## 82 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

### 001 - Diretoria Técnica de Fazenda

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00
06.181	Policiamento	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00
06.181.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00
06.181.0013.2011	Manutenção do Funrebom	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00
28	Encargos Especiais	6.400.000,00	0,00	0,00	6.400.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	6.400.000,00	0,00	0,00	6.400.000,00
28.843.0013	Eficiência Administrativa	6.400.000,00	0,00	0,00	6.400.000,00
28.843.0013.0002	Pagamento da Dívida Fundada Interna	6.400.000,00	0,00	0,00	6.400.000,00
Total Unidade		6.400.000,00	0,00	700.000,00	7.100.000,00

### 002 - Diretoria Técnica de Administração

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	20.561.430,00	20.561.430,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	20.471.430,00	20.471.430,00
04.122.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	20.471.430,00	20.471.430,00
04.122.0013.2012	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	0,00	0,00	9.635.190,00	9.635.190,00
04.122.0013.2013	Pessoal e Encargos Sociais - Administração e Fazenda	0,00	0,00	10.760.000,00	10.760.000,00
04.122.0013.2015	Programa Qualidade de Vida no Trabalho	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
04.122.0013.2016	Consórcio de Informática na Gestão Pública	0,00	0,00	26.240,00	26.240,00
04.128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00
04.128.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00
04.128.0013.2014	Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipa	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	20.561.430,00	20.561.430,00
Total Órgão		6.400.000,00	0,00	21.261.430,00	27.661.430,00

## 83 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

### 001 - Departamento de Desenvolvimento Econômico

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	995.000,00	995.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	995.000,00	995.000,00
04.122.0008	Capital de Oportunidades	0,00	0,00	995.000,00	995.000,00
04.122.0008.2017	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
04.122.0008.2018	Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	695.000,00	695.000,00
04.122.0008.2104	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	995.000,00	995.000,00

### 002 - Departamento de Turismo e Eventos

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
23	Comércio e Serviços	0,00	585.000,00	450.000,00	1.035.000,00
23.695	Turismo	0,00	585.000,00	450.000,00	1.035.000,00
23.695.0008	Capital de Oportunidades	0,00	585.000,00	450.000,00	1.035.000,00
23.695.0008.1023	Ampliação e Reforma do Centro de Eventos	0,00	565.000,00	0,00	565.000,00
23.695.0008.1024	Promoção e Realização de Eventos - Federal	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
23.695.0008.1025	Promoção e Realização de Eventos - Estadual	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
23.695.0008.2019	Manutenção do Departamento de Turismo e Eventos	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
23.695.0008.2020	Promoção e Realização de Eventos	0,00	0,00	350.000,00	350.000,00
Total Unidade		0,00	585.000,00	450.000,00	1.035.000,00
Total Órgão		0,00	585.000,00	1.445.000,00	2.030.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 3 / 8

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

## 84 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### 001 - Departamento de Assistência Social

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
04.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
04.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
04.244.0009.2022	Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência e De	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
08	Assistência Social	0,00	0,00	4.998.000,00	4.998.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	243.000,00	243.000,00
08.243.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	243.000,00	243.000,00
08.243.0009.2021	Conselho Tutelar	0,00	0,00	243.000,00	243.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	4.755.000,00	4.755.000,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	4.755.000,00	4.755.000,00
08.244.0009.2023	Pessoal e Encargos Sociais - Assistência e Desenvolvemento	0,00	0,00	4.755.000,00	4.755.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.148.000,00</b>	<b>5.148.000,00</b>

### 002 - Departamento de Habitação

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
16	Habitação	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
16.482	Habitacao Urbana	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
16.482.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
16.482.0009.2024	Manutenção do Fundo de Habitação	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.248.000,00</b>	<b>5.248.000,00</b>

## 85 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### 001 - Diretoria Técnica de Educação

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	420.000,00	420.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	420.000,00	420.000,00
04.122.0007	Educação de Oportunidades	0,00	0,00	420.000,00	420.000,00
04.122.0007.2025	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	0,00	0,00	420.000,00	420.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>420.000,00</b>	<b>420.000,00</b>

### 002 - Secretária Municipal de Educação

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação	0,00	4.750.000,00	75.507.020,00	80.257.020,00
12.306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	3.325.000,00	3.325.000,00
12.306.0007	Educação de Oportunidades	0,00	0,00	3.325.000,00	3.325.000,00
12.306.0007.2026	Programa de Alimentação do Ensino Infantil	0,00	0,00	1.029.000,00	1.029.000,00
12.306.0007.2027	Programa de Alimentação do Ensino Fundamental	0,00	0,00	1.039.000,00	1.039.000,00
12.306.0007.2028	Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental -	0,00	0,00	360.000,00	360.000,00
12.306.0007.2030	Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches -	0,00	0,00	555.000,00	555.000,00
12.306.0007.2031	Programa Nacional de Alimentação Pré-Escola - PNAPE	0,00	0,00	335.000,00	335.000,00
12.306.0007.2032	Programa Alimentação Escolar Especial	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	4.750.000,00	25.266.000,00	30.016.000,00
12.361.0007	Educação de Oportunidades	0,00	4.750.000,00	25.266.000,00	30.016.000,00
12.361.0007.1056	Construção e Ampliação de Centros de Educação	0,00	4.450.000,00	0,00	4.450.000,00
12.361.0007.1058	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
12.361.0007.2034	Transporte Escolar Educação Básica	0,00	0,00	2.900.000,00	2.900.000,00
12.361.0007.2035	Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado	0,00	0,00	800.000,00	800.000,00
12.361.0007.2036	Transporte Escolar Ensino Fundamental - PNATE	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
12.361.0007.2037	Manutenção do Ensino Fundamental	0,00	0,00	1.250.000,00	1.250.000,00
12.361.0007.2039	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	0,00	0,00	17.451.000,00	17.451.000,00
12.361.0007.2042	Manutenção do Departamento Administrativo	0,00	0,00	2.835.000,00	2.835.000,00
12.365	Educação Infantil	0,00	0,00	46.916.020,00	46.916.020,00
12.365.0007	Educação de Oportunidades	0,00	0,00	46.916.020,00	46.916.020,00
12.365.0007.2038	Manutenção do Ensino Infantil	0,00	0,00	3.670.000,00	3.670.000,00
12.365.0007.2040	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil	0,00	0,00	43.246.020,00	43.246.020,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>4.750.000,00</b>	<b>75.507.020,00</b>	<b>80.257.020,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>4.750.000,00</b>	<b>75.927.020,00</b>	<b>80.677.020,00</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 4 / 8

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

## 86 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

### 007 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	47.973.572,00	13.405.000,00	61.378.572,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	43.184.572,00	5.605.000,00	48.789.572,00
15.451.0004	Mobilidade Urbana Eficiente	0,00	40.144.572,00	2.500.000,00	42.644.572,00
15.451.0004.1032	Pavimentação de Ruas, execução de galerias	0,00	5.550.000,00	0,00	5.550.000,00
15.451.0004.1034	Construção e Revitalização de Praças e Parques	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
15.451.0004.1071	Pavimentação Rio do Sul x Presidente Getúlio	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
15.451.0004.1072	Contrapartida de Convênios	0,00	2.423.572,00	0,00	2.423.572,00
15.451.0004.1078	Pavimentação de Vias - FINISA	0,00	10.211.000,00	0,00	10.211.000,00
15.451.0004.1083	BRDE/Avançar Cidades	0,00	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00
15.451.0004.1084	Obras de Arte Especiais, Ciclovias e Passarelas	0,00	950.000,00	0,00	950.000,00
15.451.0004.2096	Pavimentação Comunitária	0,00	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00
15.451.0005	Planejando o Futuro	0,00	3.040.000,00	3.105.000,00	6.145.000,00
15.451.0005.1001	Desapropriação de Imóveis	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
15.451.0005.1085	Muros de Contenção e Estabilização de Encostas	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
15.451.0005.1086	Reforma e Construção de Edificações	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
15.451.0005.2043	Manutenção da Diretoria Executiva de Planejamento	0,00	0,00	400.000,00	400.000,00
15.451.0005.2044	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Planejamento	0,00	0,00	2.705.000,00	2.705.000,00
15.452	Serviços Urbanos	0,00	4.789.000,00	7.800.000,00	12.589.000,00
15.452.0004	Mobilidade Urbana Eficiente	0,00	4.789.000,00	0,00	4.789.000,00
15.452.0004.1079	Aquisição de Maquinas, Implementos e Veículos Pesados -	0,00	4.789.000,00	0,00	4.789.000,00
15.452.0006	Recicla Rio do Sul	0,00	0,00	7.800.000,00	7.800.000,00
15.452.0006.2045	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos	0,00	0,00	7.800.000,00	7.800.000,00
17	Saneamento	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512.0008	Capital de Oportunidades	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512.0008.2099	Manutenção do Fundo de Saneamento Básico	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542	Controle Ambiental	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542.0005	Planejando o Futuro	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542.0005.2090	Manutenção do Fundo do Meio Ambiente	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
Total Unidade		0,00	47.973.572,00	13.532.000,00	61.505.572,00
Total Órgão		0,00	47.973.572,00	13.532.000,00	61.505.572,00

## 87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### 002 - Secretária Municipal de Saúde

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde	0,00	14.200.000,00	115.522.420,00	129.722.420,00
10.128	Formação de Recursos Humanos	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
10.128.0010	Saúde em Movimento	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
10.128.0010.1068	Fms - Alto Vale Cir	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
10.301	Atenção Básica	0,00	13.090.000,00	46.143.820,00	59.233.820,00
10.301.0010	Saúde em Movimento	0,00	13.090.000,00	46.143.820,00	59.233.820,00
10.301.0010.1035	Construção, reforma e ampliação de UBS	0,00	3.020.000,00	0,00	3.020.000,00
10.301.0010.1037	Aquisição de bens e materiais permanentes	0,00	880.000,00	0,00	880.000,00
10.301.0010.1038	Incremento ao piso de atenção básica	0,00	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00
10.301.0010.1040	Incremento ao piso de média e alta complexidade	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
10.301.0010.1041	Construção de academias de saúde	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
10.301.0010.1042	Aquisição de veículos	0,00	1.180.000,00	0,00	1.180.000,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 5 / 8

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

## 87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## 002 - Secretária Municipal de Saúde

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10.301.0010.1044	Aquisição de equipamentos	0,00	1.150.000,00	0,00	1.150.000,00
10.301.0010.1061	Construção e Equipamentos Policlínica de Referência - Vin	0,00	925.000,00	0,00	925.000,00
10.301.0010.1062	Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária	0,00	126.000,00	0,00	126.000,00
10.301.0010.1063	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e N	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
10.301.0010.1065	Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
10.301.0010.1066	Programa Requalificação de Ubs	0,00	850.000,00	0,00	850.000,00
10.301.0010.1073	Vigilância Alimentar e Nutricional - VAN	0,00	44.000,00	0,00	44.000,00
10.301.0010.2052	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	0,00	0,00	2.785.000,00	2.785.000,00
10.301.0010.2054	Consórcio Intermunicipal de Saúde	0,00	0,00	1.058.400,00	1.058.400,00
10.301.0010.2055	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde	0,00	0,00	16.254.220,00	16.254.220,00
10.301.0010.2056	Blatb - Pab Saúde Bucal	0,00	0,00	31.200,00	31.200,00
10.301.0010.2057	Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde	0,00	0,00	1.920.000,00	1.920.000,00
10.301.0010.2058	Blatb - Ações Saúde da Família	0,00	0,00	12.840.000,00	12.840.000,00
10.301.0010.2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	0,00	0,00	3.588.000,00	3.588.000,00
10.301.0010.2061	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	0,00	0,00	977.000,00	977.000,00
10.301.0010.2062	Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UI	0,00	0,00	4.900.000,00	4.900.000,00
10.301.0010.2073	Blfab - Farmácia Básica	0,00	0,00	1.760.000,00	1.760.000,00
10.301.0010.2091	Programa de Medicamentos Especiais	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
10.301.0010.2092	Tiras Reagentes - Diabetes	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
10.301.0010.2093	Oxigenoterapia	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	1.100.000,00	68.961.600,00	70.061.600,00
10.302.0010	Saúde em Movimento	0,00	1.100.000,00	68.961.600,00	70.061.600,00
10.302.0010.1064	Construção do CAPS	0,00	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
10.302.0010.2063	Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	0,00	0,00	57.420.000,00	57.420.000,00
10.302.0010.2064	Blmac - Caps	0,00	0,00	1.025.000,00	1.025.000,00
10.302.0010.2065	Blmac - Samu	0,00	0,00	395.000,00	395.000,00
10.302.0010.2066	Blmac - Ceo	0,00	0,00	471.600,00	471.600,00
10.302.0010.2067	Blmac - Faec Extra Teto	0,00	0,00	6.000.000,00	6.000.000,00
10.302.0010.2068	Blmac - Oncologia	0,00	0,00	3.650.000,00	3.650.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
10.304.0010	Saúde em Movimento	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
10.304.0010.2069	Blvgs - Vigilância Sanitária	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	347.000,00	347.000,00
10.305.0010	Saúde em Movimento	0,00	0,00	347.000,00	347.000,00
10.305.0010.2070	Blvgs - Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	255.000,00	255.000,00
10.305.0010.2071	Blvgs - Pam - DST/AIDS/Hepatite Viral	0,00	0,00	92.000,00	92.000,00
28	Encargos Especiais	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
28.843.0010	Saúde em Movimento	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
28.843.0010.0003	Pagamento Dívida Fundada Interna	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
Total Unidade		710.000,00	14.200.000,00	115.522.420,00	130.432.420,00
Total Órgão		710.000,00	14.200.000,00	115.522.420,00	130.432.420,00

## 88 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

## 001 - Fundação Cultural

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura	0,00	0,00	3.460.000,00	3.460.000,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	3.460.000,00	3.460.000,00
13.392.0011	Cultura para Todos	0,00	0,00	3.460.000,00	3.460.000,00
13.392.0011.2076	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul	0,00	0,00	3.060.000,00	3.060.000,00
13.392.0011.2077	Fundo Municipal de Cultura	0,00	0,00	400.000,00	400.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	3.460.000,00	3.460.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	3.460.000,00	3.460.000,00

## 89 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

## 001 - Fundação Municipal de Desporto

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
27.812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 6 / 8

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

## 89 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

### 001 - Fundação Municipal de Desporto

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
27.812.0012	Cidade do Esporte	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
27.812.0012.2078	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00

## 90 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 001 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	0,00	1.783.000,00	1.783.000,00
08.241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
08.241.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
08.241.0009.2098	Manutenção do Fundo do Idoso	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	1.777.000,00	1.777.000,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	1.777.000,00	1.777.000,00
08.244.0009.2080	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	0,00	0,00	1.777.000,00	1.777.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	1.783.000,00	1.783.000,00

### 002 - Serviços da Proteção Social Básica Federal

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	396.000,00	0,00	396.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	396.000,00	0,00	396.000,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	396.000,00	0,00	396.000,00
08.244.0009.1087	Bloco de Proteção Social Básica	0,00	396.000,00	0,00	396.000,00
Total Unidade		0,00	396.000,00	0,00	396.000,00

### 003 - Proteção Especial de Média Complexidade Federal

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	444.033,00	0,00	444.033,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	444.033,00	0,00	444.033,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	444.033,00	0,00	444.033,00
08.244.0009.1088	Bloco de Proteção Social Especial	0,00	391.458,00	0,00	391.458,00
08.244.0009.1089	Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família e CadÚnico	0,00	52.575,00	0,00	52.575,00
Total Unidade		0,00	444.033,00	0,00	444.033,00

### 003 - Serviços da Proteção Social Especial Federal

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	213.179,00	0,00	213.179,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	213.179,00	0,00	213.179,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	213.179,00	0,00	213.179,00
08.244.0009.1005	Aprimoramento da Gestão do SUAS - IDGSUAS	0,00	20.299,00	0,00	20.299,00
08.244.0009.1006	Bpc na Escola	0,00	2.880,00	0,00	2.880,00
08.244.0009.1014	Programa Aprimora Rede	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
08.244.0009.1015	Aepeti - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	0,00	72.000,00	0,00	72.000,00
08.244.0009.1016	Acessuas - Trabalho	0,00	117.000,00	0,00	117.000,00
Total Unidade		0,00	213.179,00	0,00	213.179,00

### 004 - Co-Financiamento Estadual

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	612.000,00	500.000,00	1.112.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	612.000,00	500.000,00	1.112.000,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	612.000,00	500.000,00	1.112.000,00
08.244.0009.1011	Benefícios Eventuais Estado	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
08.244.0009.1012	Construção, Ampliação e Reformas - CREAS - Estado	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
08.244.0009.2084	Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
08.244.0009.2085	Proteção Especial de Média Complexidade Estadual	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
08.244.0009.2087	Proteção Social Básica Estadual	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
Total Unidade		0,00	612.000,00	500.000,00	1.112.000,00

### 005 - Programas Federais

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 7 / 8

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

## 90 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 005 - Programas Federais

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
08.244.0009.1018	Construção do Centro Dia	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
08.244.0009.1019	Construção - CREAS - Federal	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
08.244.0009.1020	Construção do CRAS - Federal	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
08.244.0009.1021	Reforma e Ampliação do Centro POP - Federal	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Total Unidade		0,00	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
Total Órgão		0,00	3.565.212,00	2.283.000,00	5.848.212,00

## 91 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### 001 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	0,00	47.000,00	47.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	47.000,00	47.000,00
08.243.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	47.000,00	47.000,00
08.243.0009.2079	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	0,00	0,00	47.000,00	47.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	47.000,00	47.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	47.000,00	47.000,00

## 92 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES

### 001 - Fundo de Aposentadorias e Pensões

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
09	Previdência Social	0,00	0,00	26.371.809,18	26.371.809,18
09.271	Previdência Básica	0,00	0,00	26.371.809,18	26.371.809,18
09.271.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	26.371.809,18	26.371.809,18
09.271.0013.2088	Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões	0,00	0,00	352.809,18	352.809,18
09.271.0013.2089	Aposentadoria, Pensões e Benefícios	0,00	0,00	26.019.000,00	26.019.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	26.371.809,18	26.371.809,18

### 002 - Reserva de Contingência - FAP

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência	33.965.649,82	0,00	0,00	33.965.649,82
99.999	Reserva de contingência	33.965.649,82	0,00	0,00	33.965.649,82
99.999.0013	Eficiência Administrativa	33.965.649,82	0,00	0,00	33.965.649,82
99.999.0013.9011	Reserva de Contingência - Fap	33.965.649,82	0,00	0,00	33.965.649,82
Total Unidade		33.965.649,82	0,00	0,00	33.965.649,82
Total Órgão		33.965.649,82	0,00	26.371.809,18	60.337.459,00

## 93 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA

### 002 - Secretaria Municipal de Obras e Agricultura

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	0,00	19.615.000,00	19.615.000,00
15.452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	19.615.000,00	19.615.000,00
15.452.0004	Mobilidade Urbana Eficiente	0,00	0,00	19.615.000,00	19.615.000,00
15.452.0004.2048	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	0,00	0,00	7.750.000,00	7.750.000,00
15.452.0004.2100	Manutenção da Secretaria de Obras	0,00	0,00	6.700.000,00	6.700.000,00
15.452.0004.2101	Pessoal e Encargos Sociais - Obras	0,00	0,00	5.165.000,00	5.165.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	19.615.000,00	19.615.000,00

### 003 - Diretoria Executiva de Agropecuária

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	Agricultura	0,00	380.000,00	1.919.800,00	2.299.800,00
20.606	Extensão Rural	0,00	20.000,00	1.919.800,00	1.939.800,00
20.606.0005	Planejando o Futuro	0,00	10.000,00	1.919.800,00	1.929.800,00
20.606.0005.1028	Desenvolvimento Pecuário	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
20.606.0005.2095	Consórcio CIM - AMAVI - SUASA	0,00	0,00	4.800,00	4.800,00
20.606.0005.2102	Manutenção da Diretoria Executiva de Agricultura	0,00	0,00	525.000,00	525.000,00
20.606.0005.2103	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Agricultura	0,00	0,00	1.390.000,00	1.390.000,00
20.606.0008	Capital de Oportunidades	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
20.606.0008.1027	Aquisição de Máquinas - Federal	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	0,00	360.000,00	0,00	360.000,00
20.608.0008	Capital de Oportunidades	0,00	360.000,00	0,00	360.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 8 / 8

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

**93 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA****003 - Diretoria Executiva de Agropecuária**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
20.608.0008.1082	Promoção e Realização da Agrovale	0,00	360.000,00	0,00	360.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>380.000,00</b>	<b>1.919.800,00</b>	<b>2.299.800,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>380.000,00</b>	<b>21.534.800,00</b>	<b>21.914.800,00</b>

**99 - RESERVA DE CONTINGENCIA****001 - Reserva de Contingencia - Prefeitura**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
99.999	Reserva de contingência	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
99.999.0013	Eficiência Administrativa	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
99.999.0013.9010	Reserva de Contingência - Prefeitura	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>43.085.649,82</b>	<b>72.203.784,00</b>	<b>313.628.537,18</b>	<b>428.917.971,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 5

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
01.031	Acao Legislativa	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
01.031.0001	Processo Legislativo	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
01.031.0001.2051	Manutenção da Câmara de Vereadores	0,00	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
04	Administração	2.000.000,00	750.000,00	31.625.430,00	34.375.430,00
04.062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
04.062.0013	Eficiência Administrativa	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
04.062.0013.0001	Operação Especial - Indenização, Ressarcimentos, Sentença	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	750.000,00	31.057.430,00	31.807.430,00
04.122.0002	Gestão para Resultados	0,00	750.000,00	7.290.000,00	8.040.000,00
04.122.0002.1000	Devolução de Convênios	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
04.122.0002.2000	Pessoal e Encargos Sociais - Gestão de Governo	0,00	0,00	4.925.000,00	4.925.000,00
04.122.0002.2001	Manutenção da Secretaria de Gestão de Governo	0,00	0,00	2.365.000,00	2.365.000,00
04.122.0007	Educação de Oportunidades	0,00	0,00	420.000,00	420.000,00
04.122.0007.2025	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	0,00	0,00	420.000,00	420.000,00
04.122.0008	Capital de Oportunidades	0,00	0,00	1.245.000,00	1.245.000,00
04.122.0008.2017	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
04.122.0008.2018	Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	695.000,00	695.000,00
04.122.0008.2097	Manutenção do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
04.122.0008.2104	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
04.122.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	22.102.430,00	22.102.430,00
04.122.0013.2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	315.000,00	315.000,00
04.122.0013.2010	Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Geral	0,00	0,00	1.304.000,00	1.304.000,00
04.122.0013.2012	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	0,00	0,00	9.635.190,00	9.635.190,00
04.122.0013.2013	Pessoal e Encargos Sociais - Administração e Fazenda	0,00	0,00	10.760.000,00	10.760.000,00
04.122.0013.2015	Programa Qualidade de Vida no Trabalho	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
04.122.0013.2016	Consórcio de Informática na Gestão Pública	0,00	0,00	26.240,00	26.240,00
04.122.0013.2086	FUNPRO-Fundo de Manutenção, Reparelhamento e Modernização	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
04.125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
04.125.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
04.125.0002.2094	Manutenção do Procon	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
04.128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00
04.128.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00
04.128.0013.2014	Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00
04.131	Comunicação Social	0,00	0,00	308.000,00	308.000,00
04.131.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	308.000,00	308.000,00
04.131.0002.2008	Manutenção da Diretoria Executiva de Comunicação	0,00	0,00	308.000,00	308.000,00
04.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
04.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
04.244.0009.2022	Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
06	Segurança Pública	0,00	0,00	5.916.500,00	5.916.500,00
06.122	Administracao Geral	0,00	0,00	2.860.000,00	2.860.000,00
06.122.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	2.860.000,00	2.860.000,00
06.122.0002.2005	Manutenção da Divisão de Infrações de Trânsito	0,00	0,00	2.860.000,00	2.860.000,00
06.181	Policimento	0,00	0,00	2.095.500,00	2.095.500,00
06.181.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	1.245.500,00	1.245.500,00
06.181.0002.2003	Manutenção Trânsito - Polícia Civil	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
06.181.0002.2004	Manutenção Trânsito - Polícia Militar	0,00	0,00	645.500,00	645.500,00
06.181.0003	Cidade Segura	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
06.181.0003.2006	Manutenção da Divisão da Guarda Municipal	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
06.181.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00
06.181.0013.2011	Manutenção do Funrebom	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00
06.182	Defesa Civil	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182.0003	Cidade Segura	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182.0003.2002	Manutenção do Departamento de Coordenação da Defesa Civil	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
06.182.0003.2007	Manutenção do Fundo de Defesa Civil	0,00	0,00	911.000,00	911.000,00
08	Assistência Social	0,00	3.565.212,00	7.328.000,00	10.893.212,00
08.241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
08.241.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
 Planejamento e Orçamento  
 Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
 Entidade(s): Consolidado  
 LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 2 / 5

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08.241.0009.2098	Manutenção do Fundo do Idoso	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	290.000,00	290.000,00
08.243.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	290.000,00	290.000,00
08.243.0009.2021	Conselho Tutelar	0,00	0,00	243.000,00	243.000,00
08.243.0009.2079	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	0,00	0,00	47.000,00	47.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	3.565.212,00	7.032.000,00	10.597.212,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	3.565.212,00	7.032.000,00	10.597.212,00
08.244.0009.1005	Aprimoramento da Gestão do SUAS - IDGSUAS	0,00	20.299,00	0,00	20.299,00
08.244.0009.1006	Bpc na Escola	0,00	2.880,00	0,00	2.880,00
08.244.0009.1011	Benefícios Eventuais Estado	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
08.244.0009.1012	Construção, Ampliação e Reformas - CREAS - Estado	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
08.244.0009.1014	Programa Aprimora Rede	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
08.244.0009.1015	Aepeti - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação da Pobreza	0,00	72.000,00	0,00	72.000,00
08.244.0009.1016	Acessuas - Trabalho	0,00	117.000,00	0,00	117.000,00
08.244.0009.1018	Construção do Centro Dia	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
08.244.0009.1019	Construção - CREAS - Federal	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
08.244.0009.1020	Construção do CRAS - Federal	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
08.244.0009.1021	Reforma e Ampliação do Centro POP - Federal	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
08.244.0009.1087	Bloco de Proteção Social Básica	0,00	396.000,00	0,00	396.000,00
08.244.0009.1088	Bloco de Proteção Social Especial	0,00	391.458,00	0,00	391.458,00
08.244.0009.1089	Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família e CadÚnico	0,00	52.575,00	0,00	52.575,00
08.244.0009.2023	Pessoal e Encargos Sociais - Assistência e Desenvolvimento	0,00	0,00	4.755.000,00	4.755.000,00
08.244.0009.2080	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	0,00	0,00	1.777.000,00	1.777.000,00
08.244.0009.2084	Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
08.244.0009.2085	Proteção Especial de Média Complexidade Estadual	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
08.244.0009.2087	Proteção Social Básica Estadual	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
09	Previdência Social	0,00	0,00	26.371.809,18	26.371.809,18
09.271	Previdência Básica	0,00	0,00	26.371.809,18	26.371.809,18
09.271.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	26.371.809,18	26.371.809,18
09.271.0013.2088	Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões	0,00	0,00	352.809,18	352.809,18
09.271.0013.2089	Aposentadoria, Pensões e Benefícios	0,00	0,00	26.019.000,00	26.019.000,00
10	Saúde	0,00	14.200.000,00	115.522.420,00	129.722.420,00
10.128	Formação de Recursos Humanos	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
10.128.0010	Saúde em Movimento	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
10.128.0010.1068	Fms - Alto Vale Cir	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
10.301	Atenção Básica	0,00	13.090.000,00	46.143.820,00	59.233.820,00
10.301.0010	Saúde em Movimento	0,00	13.090.000,00	46.143.820,00	59.233.820,00
10.301.0010.1035	Construção, reforma e ampliação de UBS	0,00	3.020.000,00	0,00	3.020.000,00
10.301.0010.1037	Aquisição de bens e materiais permanentes	0,00	880.000,00	0,00	880.000,00
10.301.0010.1038	Incremento ao piso de atenção básica	0,00	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00
10.301.0010.1040	Incremento ao piso de média e alta complexidade	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
10.301.0010.1041	Construção de academias de saúde	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
10.301.0010.1042	Aquisição de veículos	0,00	1.180.000,00	0,00	1.180.000,00
10.301.0010.1044	Aquisição de equipamentos	0,00	1.150.000,00	0,00	1.150.000,00
10.301.0010.1061	Construção e Equipamentos Policlínica de Referência - Vinícius	0,00	925.000,00	0,00	925.000,00
10.301.0010.1062	Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária	0,00	126.000,00	0,00	126.000,00
10.301.0010.1063	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
10.301.0010.1065	Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
10.301.0010.1066	Programa Requalificação de Ubs	0,00	850.000,00	0,00	850.000,00
10.301.0010.1073	Vigilância Alimentar e Nutricional - VAN	0,00	44.000,00	0,00	44.000,00
10.301.0010.2052	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	0,00	0,00	2.785.000,00	2.785.000,00
10.301.0010.2054	Consórcio Intermunicipal de Saúde	0,00	0,00	1.058.400,00	1.058.400,00
10.301.0010.2055	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde	0,00	0,00	16.254.220,00	16.254.220,00
10.301.0010.2056	Blatb - Pab Saúde Bucal	0,00	0,00	31.200,00	31.200,00
10.301.0010.2057	Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde	0,00	0,00	1.920.000,00	1.920.000,00
10.301.0010.2058	Blatb - Ações Saúde da Família	0,00	0,00	12.840.000,00	12.840.000,00
10.301.0010.2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	0,00	0,00	3.588.000,00	3.588.000,00
10.301.0010.2061	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	0,00	0,00	977.000,00	977.000,00
10.301.0010.2062	Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	0,00	0,00	4.900.000,00	4.900.000,00
10.301.0010.2073	Bifab - Farmácia Básica	0,00	0,00	1.760.000,00	1.760.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL681101-051-WBZSAL-306320018 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:38 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
 Planejamento e Orçamento  
 Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
 Entidade(s): Consolidado  
 LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 3 / 5

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10.301.0010.2091	Programa de Medicamentos Especiais	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
10.301.0010.2092	Tiras Reagentes - Diabetes	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
10.301.0010.2093	Oxigenoterapia	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	1.100.000,00	68.961.600,00	70.061.600,00
10.302.0010	Saúde em Movimento	0,00	1.100.000,00	68.961.600,00	70.061.600,00
10.302.0010.1064	Construção do CAPS	0,00	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
10.302.0010.2063	Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	0,00	0,00	57.420.000,00	57.420.000,00
10.302.0010.2064	Blmac - Caps	0,00	0,00	1.025.000,00	1.025.000,00
10.302.0010.2065	Blmac - Samu	0,00	0,00	395.000,00	395.000,00
10.302.0010.2066	Blmac - Ceo	0,00	0,00	471.600,00	471.600,00
10.302.0010.2067	Blmac - Faec Extra Teto	0,00	0,00	6.000.000,00	6.000.000,00
10.302.0010.2068	Blmac - Oncologia	0,00	0,00	3.650.000,00	3.650.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
10.304.0010	Saúde em Movimento	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
10.304.0010.2069	Blvgs - Vigilância Sanitária	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	347.000,00	347.000,00
10.305.0010	Saúde em Movimento	0,00	0,00	347.000,00	347.000,00
10.305.0010.2070	Blvgs - Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	255.000,00	255.000,00
10.305.0010.2071	Blvgs - Pam - DST/AIDS/Hepatite Viral	0,00	0,00	92.000,00	92.000,00
12	Educação	0,00	4.750.000,00	75.507.020,00	80.257.020,00
12.306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	3.325.000,00	3.325.000,00
12.306.0007	Educação de Oportunidades	0,00	0,00	3.325.000,00	3.325.000,00
12.306.0007.2026	Programa de Alimentação do Ensino Infantil	0,00	0,00	1.029.000,00	1.029.000,00
12.306.0007.2027	Programa de Alimentação do Ensino Fundamental	0,00	0,00	1.039.000,00	1.039.000,00
12.306.0007.2028	Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental -	0,00	0,00	360.000,00	360.000,00
12.306.0007.2030	Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches -	0,00	0,00	555.000,00	555.000,00
12.306.0007.2031	Programa Nacional de Alimentação Pré-Escola - PNAPE	0,00	0,00	335.000,00	335.000,00
12.306.0007.2032	Programa Alimentação Escolar Especial	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	4.750.000,00	25.266.000,00	30.016.000,00
12.361.0007	Educação de Oportunidades	0,00	4.750.000,00	25.266.000,00	30.016.000,00
12.361.0007.1056	Construção e Ampliação de Centros de Educação	0,00	4.450.000,00	0,00	4.450.000,00
12.361.0007.1058	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
12.361.0007.2034	Transporte Escolar Educação Básica	0,00	0,00	2.900.000,00	2.900.000,00
12.361.0007.2035	Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado	0,00	0,00	800.000,00	800.000,00
12.361.0007.2036	Transporte Escolar Ensino Fundamental - PNATE	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
12.361.0007.2037	Manutenção do Ensino Fundamental	0,00	0,00	1.250.000,00	1.250.000,00
12.361.0007.2039	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	0,00	0,00	17.451.000,00	17.451.000,00
12.361.0007.2042	Manutenção do Departamento Administrativo	0,00	0,00	2.835.000,00	2.835.000,00
12.365	Educação Infantil	0,00	0,00	46.916.020,00	46.916.020,00
12.365.0007	Educação de Oportunidades	0,00	0,00	46.916.020,00	46.916.020,00
12.365.0007.2038	Manutenção do Ensino Infantil	0,00	0,00	3.670.000,00	3.670.000,00
12.365.0007.2040	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil	0,00	0,00	43.246.020,00	43.246.020,00
13	Cultura	0,00	0,00	3.460.000,00	3.460.000,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	3.460.000,00	3.460.000,00
13.392.0011	Cultura para Todos	0,00	0,00	3.460.000,00	3.460.000,00
13.392.0011.2076	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul	0,00	0,00	3.060.000,00	3.060.000,00
13.392.0011.2077	Fundo Municipal de Cultura	0,00	0,00	400.000,00	400.000,00
15	Urbanismo	0,00	47.973.572,00	33.020.000,00	80.993.572,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	43.184.572,00	5.605.000,00	48.789.572,00
15.451.0004	Mobilidade Urbana Eficiente	0,00	40.144.572,00	2.500.000,00	42.644.572,00
15.451.0004.1032	Pavimentação de Ruas, execução de galerias	0,00	5.550.000,00	0,00	5.550.000,00
15.451.0004.1034	Construção e Revitalização de Praças e Parques	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
15.451.0004.1071	Pavimentação Rio do Sul x Presidente Getúlio	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
15.451.0004.1072	Contrapartida de Convênios	0,00	2.423.572,00	0,00	2.423.572,00
15.451.0004.1078	Pavimentação de Vias - FINISA	0,00	10.211.000,00	0,00	10.211.000,00
15.451.0004.1083	BRDE/Avançar Cidades	0,00	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00
15.451.0004.1084	Obras de Arte Especiais, Ciclovias e Passarelas	0,00	950.000,00	0,00	950.000,00
15.451.0004.2096	Pavimentação Comunitária	0,00	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00
15.451.0005	Planejando o Futuro	0,00	3.040.000,00	3.105.000,00	6.145.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 4 / 5

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15.451.0005.1001	Desapropriação de Imóveis	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
15.451.0005.1085	Muros de Contenção e Estabilização de Encostas	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
15.451.0005.1086	Reforma e Construção de Edificações	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
15.451.0005.2043	Manutenção da Diretoria Executiva de Planejamento	0,00	0,00	400.000,00	400.000,00
15.451.0005.2044	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Planejamento	0,00	0,00	2.705.000,00	2.705.000,00
15.452	Serviços Urbanos	0,00	4.789.000,00	27.415.000,00	32.204.000,00
15.452.0004	Mobilidade Urbana Eficiente	0,00	4.789.000,00	19.615.000,00	24.404.000,00
15.452.0004.1079	Aquisição de Maquinas, Implementos e Veículos Pesados -	0,00	4.789.000,00	0,00	4.789.000,00
15.452.0004.2048	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	0,00	0,00	7.750.000,00	7.750.000,00
15.452.0004.2100	Manutenção da Secretaria de Obras	0,00	0,00	6.700.000,00	6.700.000,00
15.452.0004.2101	Pessoal e Encargos Sociais - Obras	0,00	0,00	5.165.000,00	5.165.000,00
15.452.0006	Recicla Rio do Sul	0,00	0,00	7.800.000,00	7.800.000,00
15.452.0006.2045	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos	0,00	0,00	7.800.000,00	7.800.000,00
16	Habitação	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
16.482	Habitacao Urbana	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
16.482.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
16.482.0009.2024	Manutenção do Fundo de Habitação	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
17	Saneamento	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512.0008	Capital de Oportunidades	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512.0008.2099	Manutenção do Fundo de Saneamento Básico	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542	Controle Ambiental	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542.0005	Planejando o Futuro	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542.0005.2090	Manutenção do Fundo do Meio Ambiente	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
20	Agricultura	0,00	380.000,00	1.919.800,00	2.299.800,00
20.606	Extensão Rural	0,00	20.000,00	1.919.800,00	1.939.800,00
20.606.0005	Planejando o Futuro	0,00	10.000,00	1.919.800,00	1.929.800,00
20.606.0005.1028	Desenvolvimento Pecuário	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
20.606.0005.2095	Consórcio CIM - AMAVI - SUASA	0,00	0,00	4.800,00	4.800,00
20.606.0005.2102	Manutenção da Diretoria Executiva de Agricultura	0,00	0,00	525.000,00	525.000,00
20.606.0005.2103	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Agricultura	0,00	0,00	1.390.000,00	1.390.000,00
20.606.0008	Capital de Oportunidades	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
20.606.0008.1027	Aquisição de Máquinas - Federal	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	0,00	360.000,00	0,00	360.000,00
20.608.0008	Capital de Oportunidades	0,00	360.000,00	0,00	360.000,00
20.608.0008.1082	Promoção e Realização da Agrovale	0,00	360.000,00	0,00	360.000,00
23	Comércio e Serviços	0,00	585.000,00	450.000,00	1.035.000,00
23.695	Turismo	0,00	585.000,00	450.000,00	1.035.000,00
23.695.0008	Capital de Oportunidades	0,00	585.000,00	450.000,00	1.035.000,00
23.695.0008.1023	Ampliação e Reforma do Centro de Eventos	0,00	565.000,00	0,00	565.000,00
23.695.0008.1024	Promoção e Realização de Eventos - Federal	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
23.695.0008.1025	Promoção e Realização de Eventos - Estadual	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
23.695.0008.2019	Manutenção do Departamento de Turismo e Eventos	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
23.695.0008.2020	Promoção e Realização de Eventos	0,00	0,00	350.000,00	350.000,00
27	Desporto e Lazer	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
27.812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
27.812.0012	Cidade do Esporte	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
27.812.0012.2078	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
28	Encargos Especiais	7.110.000,00	0,00	0,00	7.110.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	7.110.000,00	0,00	0,00	7.110.000,00
28.843.0010	Saúde em Movimento	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
28.843.0010.0003	Pagamento Dívida Fundada Interna	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
28.843.0013	Eficiência Administrativa	6.400.000,00	0,00	0,00	6.400.000,00
28.843.0013.0002	Pagamento da Dívida Fundada Interna	6.400.000,00	0,00	0,00	6.400.000,00
99	Reserva de Contingência	33.975.649,82	0,00	0,00	33.975.649,82
99.999	Reserva de contingência	33.975.649,82	0,00	0,00	33.975.649,82
99.999.0013	Eficiência Administrativa	33.975.649,82	0,00	0,00	33.975.649,82
99.999.0013.9010	Reserva de Contingência - Prefeitura	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 5 / 5

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
99.999.0013.9011	Reserva de Contingência - Fap	33.965.649,82	0,00	0,00	33.965.649,82
Total Geral		43.085.649,82	72.203.784,00	313.628.537,18	428.917.971,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
 Planejamento e Orçamento  
 Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa  
 Entidade(s): Consolidado  
 LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 3

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	9.854.558,00	0,00	9.854.558,00
01.031	Acao Legislativa	9.854.558,00	0,00	9.854.558,00
01.031.0001	Processo Legislativo	9.854.558,00	0,00	9.854.558,00
04	Administração	34.283.430,00	92.000,00	34.375.430,00
04.062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
04.062.0013	Eficiência Administrativa	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
04.122	Administracao Geral	31.735.430,00	72.000,00	31.807.430,00
04.122.0002	Gestão para Resultados	8.040.000,00	0,00	8.040.000,00
04.122.0007	Educação de Oportunidades	420.000,00	0,00	420.000,00
04.122.0008	Capital de Oportunidades	1.245.000,00	0,00	1.245.000,00
04.122.0013	Eficiência Administrativa	22.030.430,00	72.000,00	22.102.430,00
04.125	Normatização e Fiscalização	0,00	20.000,00	20.000,00
04.125.0002	Gestão para Resultados	0,00	20.000,00	20.000,00
04.128	Formação de Recursos Humanos	90.000,00	0,00	90.000,00
04.128.0013	Eficiência Administrativa	90.000,00	0,00	90.000,00
04.131	Comunicação Social	308.000,00	0,00	308.000,00
04.131.0002	Gestão para Resultados	308.000,00	0,00	308.000,00
04.244	Assistência Comunitária	150.000,00	0,00	150.000,00
04.244.0009	Ser Rio do Sul	150.000,00	0,00	150.000,00
06	Segurança Pública	247.000,00	5.669.500,00	5.916.500,00
06.122	Administracao Geral	50.000,00	2.810.000,00	2.860.000,00
06.122.0002	Gestão para Resultados	50.000,00	2.810.000,00	2.860.000,00
06.181	Policimento	147.000,00	1.948.500,00	2.095.500,00
06.181.0002	Gestão para Resultados	0,00	1.245.500,00	1.245.500,00
06.181.0003	Cidade Segura	147.000,00	3.000,00	150.000,00
06.181.0013	Eficiência Administrativa	0,00	700.000,00	700.000,00
06.182	Defesa Civil	50.000,00	911.000,00	961.000,00
06.182.0003	Cidade Segura	50.000,00	911.000,00	961.000,00
08	Assistência Social	6.793.000,00	4.100.212,00	10.893.212,00
08.241	Assistência ao Idoso	6.000,00	0,00	6.000,00
08.241.0009	Ser Rio do Sul	6.000,00	0,00	6.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	255.000,00	35.000,00	290.000,00
08.243.0009	Ser Rio do Sul	255.000,00	35.000,00	290.000,00
08.244	Assistência Comunitária	6.532.000,00	4.065.212,00	10.597.212,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	6.532.000,00	4.065.212,00	10.597.212,00
09	Previdência Social	1.020.000,00	25.351.809,18	26.371.809,18
09.271	Previdência Básica	1.020.000,00	25.351.809,18	26.371.809,18
09.271.0013	Eficiência Administrativa	1.020.000,00	25.351.809,18	26.371.809,18



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
 Planejamento e Orçamento  
 Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa  
 Entidade(s): Consolidado  
 LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 2 / 3

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	0,00	129.722.420,00	129.722.420,00
10.128	Formação de Recursos Humanos	0,00	10.000,00	10.000,00
10.128.0010	Saúde em Movimento	0,00	10.000,00	10.000,00
10.301	Atenção Básica	0,00	59.233.820,00	59.233.820,00
10.301.0010	Saúde em Movimento	0,00	59.233.820,00	59.233.820,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	70.061.600,00	70.061.600,00
10.302.0010	Saúde em Movimento	0,00	70.061.600,00	70.061.600,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	70.000,00	70.000,00
10.304.0010	Saúde em Movimento	0,00	70.000,00	70.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	347.000,00	347.000,00
10.305.0010	Saúde em Movimento	0,00	347.000,00	347.000,00
12	Educação	2.068.000,00	78.189.020,00	80.257.020,00
12.306	Alimentação e Nutrição	2.068.000,00	1.257.000,00	3.325.000,00
12.306.0007	Educação de Oportunidades	2.068.000,00	1.257.000,00	3.325.000,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	30.016.000,00	30.016.000,00
12.361.0007	Educação de Oportunidades	0,00	30.016.000,00	30.016.000,00
12.365	Educação Infantil	0,00	46.916.020,00	46.916.020,00
12.365.0007	Educação de Oportunidades	0,00	46.916.020,00	46.916.020,00
13	Cultura	3.070.000,00	390.000,00	3.460.000,00
13.392	Difusão Cultural	3.070.000,00	390.000,00	3.460.000,00
13.392.0011	Cultura para Todos	3.070.000,00	390.000,00	3.460.000,00
15	Urbanismo	27.433.572,00	53.560.000,00	80.993.572,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	8.068.572,00	40.721.000,00	48.789.572,00
15.451.0004	Mobilidade Urbana Eficiente	4.923.572,00	37.721.000,00	42.644.572,00
15.451.0005	Planejando o Futuro	3.145.000,00	3.000.000,00	6.145.000,00
15.452	Serviços Urbanos	19.365.000,00	12.839.000,00	32.204.000,00
15.452.0004	Mobilidade Urbana Eficiente	11.565.000,00	12.839.000,00	24.404.000,00
15.452.0006	Recicla Rio do Sul	7.800.000,00	0,00	7.800.000,00
16	Habitação	100.000,00	0,00	100.000,00
16.482	Habitacao Urbana	100.000,00	0,00	100.000,00
16.482.0009	Ser Rio do Sul	100.000,00	0,00	100.000,00
17	Saneamento	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512.0008	Capital de Oportunidades	0,00	2.000,00	2.000,00
18	Gestão Ambiental	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542	Controle Ambiental	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542.0005	Planejando o Futuro	0,00	125.000,00	125.000,00
20	Agricultura	2.279.800,00	20.000,00	2.299.800,00
20.606	Extensão Rural	1.919.800,00	20.000,00	1.939.800,00
20.606.0005	Planejando o Futuro	1.919.800,00	10.000,00	1.929.800,00
20.606.0008	Capital de Oportunidades	0,00	10.000,00	10.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	360.000,00	0,00	360.000,00
20.608.0008	Capital de Oportunidades	360.000,00	0,00	360.000,00
23	Comércio e Serviços	515.000,00	520.000,00	1.035.000,00
23.695	Turismo	515.000,00	520.000,00	1.035.000,00
23.695.0008	Capital de Oportunidades	515.000,00	520.000,00	1.035.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 3 / 3

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
27	Desporto e Lazer	2.425.000,00	1.000,00	2.426.000,00
27.812	Desporto Comunitário	2.425.000,00	1.000,00	2.426.000,00
27.812.0012	Cidade do Esporte	2.425.000,00	1.000,00	2.426.000,00
28	Encargos Especiais	6.400.000,00	710.000,00	7.110.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	6.400.000,00	710.000,00	7.110.000,00
28.843.0010	Saúde em Movimento	0,00	710.000,00	710.000,00
28.843.0013	Eficiência Administrativa	6.400.000,00	0,00	6.400.000,00
99	Reserva de Contingência	10.000,00	33.965.649,82	33.975.649,82
99.999	Reserva de contingência	10.000,00	33.965.649,82	33.975.649,82
99.999.0013	Eficiência Administrativa	10.000,00	33.965.649,82	33.975.649,82
<b>Total Geral</b>		<b>96.499.360,00</b>	<b>332.418.611,00</b>	<b>428.917.971,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 3

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Legislativa	Administração	Segurança Pública	Assistência Social	Previdência Social	Saúde
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL	9.854.558,00					
80 - SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO		8.618.000,00	5.216.500,00			
81 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		3.631.000,00				
82 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		20.561.430,00	700.000,00			
83 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		995.000,00				
84 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		150.000,00		4.998.000,00		
85 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		420.000,00				
86 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA						
87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						129.722.420,00
88 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL						
89 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS						
90 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				5.848.212,00		
91 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE				47.000,00		
92 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					26.371.809,18	
93 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA						
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
<b>Total</b>	<b>9.854.558,00</b>	<b>34.375.430,00</b>	<b>5.916.500,00</b>	<b>10.893.212,00</b>	<b>26.371.809,18</b>	<b>129.722.420,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL701101-051-TGZZSP-306320022 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:53:43 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo IX - Despesa por Órgão e Função

Entidade(s): Consolidado

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021



Órgão	Educação	Cultura	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL						
80 - SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO						
81 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO						
82 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA						
83 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO						
84 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL				100.000,00		
85 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	80.257.020,00					
86 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA			61.378.572,00		2.000,00	125.000,00
87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
88 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		3.460.000,00				
89 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS						
90 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
91 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						
92 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES						
93 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA			19.615.000,00			
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
<b>Total</b>	<b>80.257.020,00</b>	<b>3.460.000,00</b>	<b>80.993.572,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>125.000,00</b>

Pág 3 / 3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo IX - Despesa por Órgão e Função

Entidade(s): Consolidado

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021



Órgão	Agricultura	Comércio e Serviços	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	Total
01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL						9.854.558,00
80 - SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO						13.834.500,00
81 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO						3.631.000,00
82 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA				6.400.000,00		27.661.430,00
83 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		1.035.000,00				2.030.000,00
84 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL						5.248.000,00
85 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						80.677.020,00
86 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA						61.505.572,00
87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				710.000,00		130.432.420,00
88 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL						3.460.000,00
89 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS			2.426.000,00			2.426.000,00
90 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						5.848.212,00
91 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						47.000,00
92 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					33.965.649,82	60.337.459,00
93 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA	2.299.800,00					21.914.800,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA					10.000,00	10.000,00
<b>Total</b>	<b>2.299.800,00</b>	<b>1.035.000,00</b>	<b>2.426.000,00</b>	<b>7.110.000,00</b>	<b>33.975.649,82</b>	<b>428.917.971,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 11

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Conta	Valor
40000000000000000000 - Receita Orçamentária	447.107.971,00
41000000000000000000 - Receitas correntes	361.496.114,00
41100000000000000000 - Impostos, taxas e contribuições de melhoria	74.509.400,00
41110000000000000000 - Impostos	63.244.000,00
41113000000000000000 - Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza	8.100.000,00
41113030000000000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte	8.100.000,00
41113031000000000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho	6.500.000,00
41113031100000000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - principal	6.500.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	2.860.000,00
01010000 - Recursos Educação	2.145.000,00
01020000 - Recursos Saúde	1.495.000,00
41113034000000000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos	1.600.000,00
41113034100000000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal	1.600.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	704.000,00
01010000 - Recursos Educação	528.000,00
01020000 - Recursos Saúde	368.000,00
41118000000000000000 - Impostos específicos de estados/df municípios	55.144.000,00
41118010000000000000 - Impostos sobre o patrimônio para estados/df/municípios	26.994.000,00
41118011000000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	22.460.000,00
41118011100000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	20.000.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	8.800.000,00
01010000 - Recursos Educação	6.600.000,00
01020000 - Recursos Saúde	4.600.000,00
41118011200000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	60.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	26.400,00
01010000 - Recursos Educação	19.800,00
01020000 - Recursos Saúde	13.800,00
41118011300000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	1.800.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	792.000,00
01010000 - Recursos Educação	594.000,00
01020000 - Recursos Saúde	414.000,00
41118011400000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa - multas e juros	600.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	264.000,00
01010000 - Recursos Educação	198.000,00
01020000 - Recursos Saúde	138.000,00
41118014000000000000 - Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	4.534.000,00
41118014100000000000 - Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	4.500.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	1.980.000,00
01010000 - Recursos Educação	1.485.000,00
01020000 - Recursos Saúde	1.035.000,00
41118014200000000000 - Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - multas e juros	1.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	440,00
01010000 - Recursos Educação	330,00
01020000 - Recursos Saúde	230,00
41118014300000000000 - Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - dívida ativa	30.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	13.200,00
01010000 - Recursos Educação	9.900,00
01020000 - Recursos Saúde	6.900,00
41118014400000000000 - Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - dívida ativa - multas e juros	3.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	1.320,00
01010000 - Recursos Educação	990,00
01020000 - Recursos Saúde	690,00
41118020000000000000 - Impostos sobre a produção, circulação de mercadorias e serviços	28.150.000,00
41118023000000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza	28.150.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 11

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Conta	Valor
4111802310000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	26.500.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	11.660.000,00
01010000 - Recursos Educação	8.745.000,00
01020000 - Recursos Saúde	6.095.000,00
4111802320000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	300.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	132.000,00
01010000 - Recursos Educação	99.000,00
01020000 - Recursos Saúde	69.000,00
4111802330000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa	1.000.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	440.000,00
01010000 - Recursos Educação	330.000,00
01020000 - Recursos Saúde	230.000,00
4111802340000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa - multas e juros	350.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	154.000,00
01010000 - Recursos Educação	115.500,00
01020000 - Recursos Saúde	80.500,00
4112000000000000000 - Taxas	11.245.100,00
4112100000000000000 - Taxas pelo exercício do poder de polícia	3.324.900,00
4112101000000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização	3.075.000,00
4112101100000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização	3.075.000,00
4112101110000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	2.699.500,00
Indústrias e Prestadores de Serviços	1.400.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	1.400.000,00
4112101110300000000 - Taxa de Licença para Execução de Obras	600.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	600.000,00
4112101110400000000 - Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	699.500,00
01802200 - FUNREBOM	699.500,00
4112101120000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - multas e juros	20.500,00
4112101120200000000 - Taxa de licença para funcionamento de Estabelecimentos Comerciais,	20.000,00
Indústrias e Prestadores de Serviços	
01000000 - Recursos Ordinários	20.000,00
4112101120300000000 - Taxa de Licença para Execução de Obras	500,00
01000000 - Recursos Ordinários	500,00
4112101130000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa	300.000,00
4112101130200000000 - Receita da Dívida Ativa Taxa de Licença para Funcionamento de	200.000,00
Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadores de Serviços	
01000000 - Recursos Ordinários	200.000,00
4112101130300000000 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Licença para Execução de Obras	100.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	100.000,00
4112101140000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa - multas e juros	55.000,00
4112101140200000000 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Licença para	50.000,00
Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadores de Serviços	
01000000 - Recursos Ordinários	50.000,00
4112101140300000000 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Licença para	5.000,00
Execução de Obras	
01000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
4112104000000000000 - Taxa de controle e fiscalização ambiental	249.900,00
4112104100000000000 - Taxa de controle e fiscalização ambiental	249.900,00
4112104110000000000 - Taxa de controle e fiscalização ambiental - principal	249.900,00
01000000 - Recursos Ordinários	125.000,00
01802300 - Fundo do Meio Ambiente	124.900,00
4112200000000000000 - Taxas pela prestação de serviços	7.430.200,00
4112201000000000000 - Taxas pela prestação de serviços	7.430.200,00
4112201100000000000 - Taxas pela prestação de serviços	7.430.200,00
4112201110000000000 - Taxas pela prestação de serviços - principal	6.758.000,00
4112201110100000000 - Taxa de limpeza pública	6.700.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	6.700.000,00
4112201110200000000 - Outras Taxas pela Prestação de Serviços	5.000,00
01802100 - FUNPOM	5.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 3 / 11

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Conta	Valor
4112201110400000000 - Taxa de cemitérios	50.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	50.000,00
4112201110500000000 - Taxa Guarda Municipal	3.000,00
01802800 - Guarda Municipal	3.000,00
4112201120000000000 - Taxas pela prestação de serviços - multas e juros	2.100,00
4112201120400000000 - Taxa de cemitérios	100,00
01000000 - Recursos Ordinários	100,00
4112201120600000000 - Taxa Fundo de Saneamento Básico	2.000,00
01803100 - Saneamento Básico	2.000,00
4112201130000000000 - Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa	540.000,00
4112201130200000000 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Limpeza Pública	500.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	500.000,00
4112201130400000000 - Taxa de cemitérios	40.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	40.000,00
4112201140000000000 - Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa - multas e juros	130.100,00
4112201140200000000 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Limpeza	130.000,00
Pública	
01000000 - Recursos Ordinários	130.000,00
4112201140400000000 - Taxa de Cemitérios	100,00
01000000 - Recursos Ordinários	100,00
4112800000000000000 - Taxas - específicas de estados, df e municípios	490.000,00
4112801000000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização	490.000,00
4112801100000000000 - Taxa de fiscalização de vigilância sanitária	490.000,00
4112801110000000000 - Taxa de fiscalização de vigilância sanitária- principal	400.000,00
01020000 - Recursos Saúde	400.000,00
4112801120000000000 - Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - multas e juros	5.000,00
01020000 - Recursos Saúde	5.000,00
4112801130000000000 - Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - dívida ativa	70.000,00
01020000 - Recursos Saúde	70.000,00
4112801140000000000 - Taxa de fiscalização de vigilância sanitária- dívida ativa - multas e juros	15.000,00
01020000 - Recursos Saúde	15.000,00
4113000000000000000 - Contribuição de melhoria	20.300,00
4113000100000000000 - Contribuição de melhoria	20.300,00
4113000110000000000 - Contribuição de melhoria - principal	20.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	20.000,00
4113000120000000000 - Contribuição de melhoria - multas e juros	100,00
01000000 - Recursos Ordinários	100,00
4113000130000000000 - Contribuição de melhoria - dívida ativa	100,00
01000000 - Recursos Ordinários	100,00
4113000140000000000 - Contribuição de melhoria - dívida ativa - multas e juros	100,00
01000000 - Recursos Ordinários	100,00
4120000000000000000 - Contribuições	16.059.000,00
4121000000000000000 - Contribuições sociais	8.309.000,00
4121800000000000000 - Contribuições sociais específicas de estados, df, municípios	8.309.000,00
4121801000000000000 - Contribuição do Servidor Civil para o Plano de Seguridade Social - CPSSS - Específico de Est/DF/Mun	8.309.000,00
4121801100000000000 - CPSSS do Servidor Civil Ativo	8.309.000,00
4121801110000000000 - CPSSS do Servidor Civil Ativo -Principal	8.309.000,00
4121801110100000000 - Servidor Ativo Civil - Prefeitura	6.400.000,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	6.400.000,00
4121801110200000000 - Servidor Ativo Civil - Saúde	1.770.000,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	1.770.000,00
4121801110300000000 - Servidor Ativo Civil - Cultural	43.000,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	43.000,00
4121801110400000000 - Servidor Ativo Civil - Desportos	5.000,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	5.000,00
4121801110500000000 - Servidor Ativo Civil - Câmara de Vereadores	91.000,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	91.000,00
4124000000000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	7.750.000,00
4124000100000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	7.750.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 4 / 11

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Conta	Valor
4124000110000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal	7.750.000,00
4124000110100000000 - COSIP - Taxa de Iluminação Pública	7.000.000,00
01080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	7.000.000,00
4124000110200000000 - COSIP - Carnê IPTU	750.000,00
01080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	750.000,00
4130000000000000000 - Receita patrimonial	25.693.002,00
4131000000000000000 - Exploração do patrimônio imobiliário do estado	230.000,00
4131001000000000000 - Aluguéis, arrendamentos, foros, laudêmios, tarifas de ocupação	230.000,00
4131001100000000000 - Aluguéis e arrendamentos	230.000,00
4131001110000000000 - Aluguéis e arrendamentos - principal	230.000,00
4131001110100000000 - Aluguéis e arrendamentos - Prefeitura	225.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	225.000,00
4131001110200000000 - Aluguéis e arrendamentos - FAP	5.000,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	5.000,00
4132000000000000000 - Valores mobiliários	25.463.002,00
4132100000000000000 - Juros e correções monetárias	25.463.002,00
4132100100000000000 - Remuneração de depósitos bancários	463.002,00
4132100110000000000 - Remuneração de depósitos bancários - principal	463.002,00
4132100110100000000 - Remuneração de depósitos bancários de recursos vinculados	155.302,00
4132100110101000000 - Remuneração depósitos bancários FUNDEB	150.000,00
01180000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	100.000,00
01190000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	50.000,00
4132100110102000000 - Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	5.302,00
01310000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social	100,00
01320000 - Transferências de Convênios - União/Educação	500,00
01348000 - Transferências de Convênios - União - Gestão de Governo	500,00
01348600 - Transferências de Convênios - União - Infraestrutura	1,00
01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	100,00
01360000 - Salário-Educação	1.000,00
01430000 - Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	500,00
01440000 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	500,00
01610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	100,00
01620000 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	500,00
01648300 - Transferências de Convênios - Estado - Desenvolvimento Econômico.	500,00
01648600 - Transferências de Convênios - Estado - Infraestrutura	1,00
01802100 - FUNPOM	500,00
01802200 - FUNREBOM	500,00
4132100110200000000 - Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	307.700,00
4132100110201000000 - Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	273.200,00
01000000 - Recursos Ordinários	251.000,00
01060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	10.500,00
01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	500,00
01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	10.000,00
01802300 - Fundo do Meio Ambiente	100,00
01802600 - PMSC - Convenio de Rádioatrlha	100,00
01890000 - Alienações de Bens - Ordinários	1.000,00
4132100110202000000 - Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados - FIA	34.500,00
01090000 - FIA Imposto de Renda	34.500,00
4132100400000000000 - Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS	25.000.000,00
4132100410000000000 - Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS - principal	25.000.000,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	25.000.000,00
4140000000000000000 - Receita agropecuária	5.000,00
4140000100000000000 - Receita agropecuária	5.000,00
4140000110000000000 - Receita agropecuária - principal	5.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
4160000000000000000 - Receita de serviços	355.000,00
4161000000000000000 - Serviços administrativos e comerciais gerais	355.000,00
4161001000000000000 - Serviços administrativos e comerciais gerais	355.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 5 / 11

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Conta	Valor
41610011000000000000 - Serviços administrativos e comerciais gerais	355.000,00
41610011100000000000 - Serviços administrativos e comerciais gerais - principal	300.000,00
41610011101000000000 - Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	300.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	300.000,00
41610011200000000000 - Serviços administrativos e comerciais gerais - multas e juros	5.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
41610011300000000000 - Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa	30.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	30.000,00
41610011400000000000 - Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa - multas e juros	20.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	20.000,00
41700000000000000000 - Transferências correntes	223.544.812,00
41710000000000000000 - Transferências da união e de suas entidades	123.957.312,00
41718000000000000000 - Transferências da união - específica e/m	123.957.312,00
41718010000000000000 - Participação na receita da união	36.650.000,00
41718012000000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	34.000.000,00
41718012100000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	34.000.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	14.960.000,00
01010000 - Recursos Educação	11.220.000,00
01020000 - Recursos Saúde	7.820.000,00
41718013000000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro	1.300.000,00
41718013100000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro - principal	1.300.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	572.000,00
01010000 - Recursos Educação	429.000,00
01020000 - Recursos Saúde	299.000,00
41718014000000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho	1.300.000,00
41718014100000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho - principal	1.300.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	572.000,00
01010000 - Recursos Educação	429.000,00
01020000 - Recursos Saúde	299.000,00
41718015000000000000 - Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	50.000,00
41718015100000000000 - Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	50.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	22.000,00
01010000 - Recursos Educação	16.500,00
01020000 - Recursos Saúde	11.500,00
41718020000000000000 - Transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais	455.000,00
41718022000000000000 - Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfem	5.000,00
41718022100000000000 - Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfem - principal	5.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	5.000,00
41718023000000000000 - Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção de petróleo - lei nº 7.990/89	450.000,00
41718023100000000000 - Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção de petróleo - lei nº 7.990/89 - principal	450.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	450.000,00
41718030000000000000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	78.814.200,00
41718031000000000000 - Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	7.996.200,00
41718031100000000000 - Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	7.996.200,00
01380100 - Pab Fixo	2.090.000,00
01380200 - Agentes Comunitários de Saúde	1.545.000,00
01380300 - Estratégia da Saúde da Família - ESF	1.590.000,00
01380400 - Saúde Bucal	31.200,00
01380500 - NASF Federal	575.000,00
01380600 - PMAQ - Federal	495.000,00
01382100 - CAPS - Federal	380.000,00
01382300 - Laboratório Regional de Prótese Dentária - LRPD	90.000,00
01383300 - Incremento PAB - Emenda de Bancada	1.200.000,00





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 6 / 11

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Conta	Valor
417180320000000000 - Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	66.850.000,00
41718032100000000000 - Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Principal	66.850.000,00
01381000 - SAMU	160.000,00
01381100 - CEO - Federal	390.000,00
01381200 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde	56.100.000,00
01381800 - FAEC - Federal	6.000.000,00
01382200 - Transferências Federais - Oncologia	3.000.000,00
01383500 - Incremento MAC - Emenda de Bancada	1.200.000,00
41718033000000000000 - Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	407.000,00
41718033100000000000 - Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - Principal	407.000,00
01381600 - Vigilância Sanitária	60.000,00
01381700 - Vigilância Epidemiológica	255.000,00
01382700 - DST/AIDS/HEPATITE VIRAL	92.000,00
41718034000000000000 - Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	500.000,00
41718034100000000000 - Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica - Principal	500.000,00
01380800 - Farmácia Básica - Federal	500.000,00
41718035000000000000 - Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS	109.000,00
41718035100000000000 - Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS - Principal	109.000,00
01382600 - Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição (VAN)	65.000,00
01383200 - Vigilância Alimentar e Nutricional	44.000,00
41718039000000000000 - Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	2.952.000,00
41718039100000000000 - Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Principal	2.952.000,00
01382000 - Transferências Federais UPA	2.650.000,00
01382800 - Incentivo ao Sistema Prisional	302.000,00
41718040000000000000 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Investimentos na Rede de Serviços Públicos de Saúde	1.053.112,00
41718041000000000000 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS destinados à Atenção Básica	1.053.112,00
41718041100000000000 - Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas - principal	1.053.112,00
01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	1.053.112,00
41718050000000000000 - Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	4.385.000,00
41718051000000000000 - Transferências do salário-educação	3.099.000,00
41718051100000000000 - Transferências do salário-educação - principal	3.099.000,00
01360000 - Salário-Educação	3.099.000,00
41718053000000000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae	1.256.500,00
41718053100000000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae - principal	1.256.500,00
01430000 - Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	1.256.500,00
41718054000000000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate	29.500,00
41718054100000000000 - Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate - principal	29.500,00
01440000 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	29.500,00
41718060000000000000 - Transferência financeira do ICMS - desoneração - I.c. nº 87/96	300.000,00
41718061000000000000 - Transferência financeira do ICMS - desoneração - I.c. nº 87/96	300.000,00
41718061100000000000 - Transferência financeira do ICMS - desoneração - I.c. nº 87/96 - principal	300.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	132.000,00
01010000 - Recursos Educação	99.000,00
01020000 - Recursos Saúde	69.000,00
41718080000000000000 - Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	2.300.000,00
41718081000000000000 - Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	2.300.000,00
41718081100000000000 - Transferências advindas de emendas parlamentares individuais - principal	2.300.000,00
01760000 - Emendas Parlamentares Individuais	2.300.000,00
41720000000000000000 - Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	61.737.000,00
41728000000000000000 - Transferências dos estados - específica e/m	61.737.000,00
41728010000000000000 - Participação na receita dos estados	56.700.000,00





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 7 / 11

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Conta	Valor
4172801100000000000 - Cota-parte do ICMS	44.000.000,00
4172801110000000000 - Cota-parte do ICMS - principal	44.000.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	19.360.000,00
01010000 - Recursos Educação	14.520.000,00
01020000 - Recursos Saúde	10.120.000,00
4172801200000000000 - Cota-parte do IPVA	12.000.000,00
4172801210000000000 - Cota-parte do IPVA - principal	12.000.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	5.280.000,00
01010000 - Recursos Educação	3.960.000,00
01020000 - Recursos Saúde	2.760.000,00
4172801300000000000 - Cota-parte do IPI - municípios	600.000,00
4172801310000000000 - Cota-parte do IPI - municípios - principal	600.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	264.000,00
01010000 - Recursos Educação	198.000,00
01020000 - Recursos Saúde	138.000,00
4172801400000000000 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico	100.000,00
4172801410000000000 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - principal	100.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	100.000,00
4172803000000000000 - Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo	3.600.600,00
a fundo	
4172803100000000000 - Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse	3.600.600,00
fundo a fundo	
4172803110000000000 - Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse	3.600.600,00
fundo a fundo - principal	
4172803110100000000 - Incentivo Hospitalar - Estadual	1.200.000,00
01670200 - Incentivo Hospitalar - Estadual	1.200.000,00
4172803110200000000 - CEO Estadual	81.600,00
01670800 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Estadual	81.600,00
4172803110300000000 - Farmácia Básica Estadual	640.000,00
01670100 - Farmácia Básica - Estadual	640.000,00
4172803110400000000 - Cirurgias Eletivas Gestão Plena - Estadual	120.000,00
01670300 - Cirurgias Eletivas Gestão Plena - Estadual	120.000,00
4172803110500000000 - NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	112.000,00
01670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Estadual	112.000,00
4172803110600000000 - Transferências Estaduais - Oncologia	650.000,00
01670900 - Transferências Estaduais - Oncologia	650.000,00
4172803110700000000 - Cofinanciamento Estadual	640.000,00
01670400 - Cofinanciamento / ESF	640.000,00
4172803110800000000 - Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço	50.000,00
01630000 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde	50.000,00
4172803110900000000 - Fms - Alto Vale Cir	10.000,00
01630000 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde	10.000,00
4172803111000000000 - Incentivo ao Sistema Prisional - Estadual	61.000,00
01671300 - Incentivo ao Sistema Prisional - Estadual	61.000,00
4172803111100000000 - LRPD - Laboratório Regional de Prótese Dentária	36.000,00
01671200 - Transf. SUS - Estado - LRPD - Laboratório Regional de Prótese Dentária.	36.000,00
4172810000000000000 - Transferência de convênios dos estados e do distrito federal e de suas	1.099.500,00
entidades	
4172810200000000000 - Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de	799.500,00
educação	
4172810210000000000 - Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de	799.500,00
educação - principal	
01620000 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	799.500,00
4172810900000000000 - Outras transferências de convênio dos estados	300.000,00
4172810910000000000 - Outras transferências de convênio dos estados - principal	300.000,00
01649300 - Transferências de Convênios - Estado - Obras e Agricultura	300.000,00
4172899000000000000 - Outras transferências dos estados	336.900,00
4172899100000000000 - Outras transferências dos estados	336.900,00
4172899110000000000 - Outras transferências dos estados - principal	336.900,00
4172899110200000000 - Transferências de Convênios - Estado/Desenvolvimento Social	336.900,00
01610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	336.900,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 8 / 11

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Conta	Valor
4174000000000000000 - Transferências de instituições privadas	100,00
4174000100000000000 - Transferências de instituições privadas	100,00
4174000110000000000 - Transferências de instituições privadas - principal	100,00
01090000 - FIA Imposto de Renda	100,00
4175000000000000000 - Transferências de outras instituições públicas	37.850.000,00
4175800000000000000 - Transferências de outras instituições públicas - específica e/m	37.850.000,00
4175801000000000000 - Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	37.850.000,00
4175801100000000000 - Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	37.850.000,00
4175801110000000000 - Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB - principal	37.850.000,00
01180000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)	28.387.500,00
01190000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	9.462.500,00
4177000000000000000 - Transferências de pessoas físicas	400,00
4177000100000000000 - Transferências de pessoas físicas	400,00
4177000110000000000 - Transferências de pessoas físicas - principal	400,00
01090000 - FIA Imposto de Renda	400,00
4190000000000000000 - Outras receitas correntes	21.329.900,00
4191000000000000000 - Multas administrativas, contratuais e judiciais	3.999.500,00
4191001000000000000 - Multas previstas em legislação específica	3.999.500,00
4191001100000000000 - Multas previstas em legislação específica	3.999.500,00
4191001110000000000 - Multas previstas em legislação específica - principal	3.999.500,00
4191001110100000000 - Multas previstas na Leg. Trânsito - Município	2.800.000,00
01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	2.800.000,00
4191001110200000000 - Multas previstas na Leg. Trânsito - Polícia Civil	599.500,00
01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	599.500,00
4191001110300000000 - Multas previstas na Leg. Trânsito - Polícia Militar	600.000,00
01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	600.000,00
4192000000000000000 - Indenizações, restituições e ressarcimentos	200.000,00
4192200000000000000 - Restituições	200.000,00
4192299000000000000 - Outras restituições	200.000,00
4192299100000000000 - Outras restituições	200.000,00
4192299110000000000 - Outras restituições - principal	200.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	200.000,00
4199000000000000000 - Demais receitas correntes	17.130.400,00
4199003000000000000 - Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores	600.000,00
4199003100000000000 - Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores	600.000,00
4199003110000000000 - Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores - principal	600.000,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	600.000,00
4199099000000000000 - Outras receitas	16.530.400,00
4199099100000000000 - Outras receitas - primárias	16.530.400,00
4199099110000000000 - Outras receitas - primárias - principal	16.410.400,00
4199099110100000000 - Outras receitas - primárias - Prefeitura	15.870.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	15.870.000,00
4199099110300000000 - Outras receitas - primárias - Cultural	380.000,00
01060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	380.000,00
4199099110400000000 - Outras receitas - primárias - Desportos	500,00
01060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	500,00
4199099110500000000 - Outras receitas - primárias - Fap	100.000,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	100.000,00
4199099110600000000 - Outras Receitas Primárias - PMSC - Convenio de Radiopatrulha	39.900,00
01802600 - PMSC - Convenio de Rádioatrulha	39.900,00
4199099110700000000 - Outras Receitas Primárias - Procon	20.000,00
01802700 - PROCON	20.000,00
4199099130000000000 - Outras receitas - primárias - dívida ativa	100.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 9 / 11

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Conta	Valor
41990991302000000000 - Outras receitas - primárias - dívida ativa - FUNPRO	100.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	90.000,00
01802500 - FUNPRO	10.000,00
41990991400000000000 - Outras receitas - primárias - dívida ativa - multas e juros	20.000,00
41990991402000000000 - Outras receitas - primárias - dívida ativa - multas e juros - FUNPRO	20.000,00
01000000 - Recursos Ordinários	18.000,00
01802500 - FUNPRO	2.000,00
42000000000000000000 - Receitas de capital	60.308.398,00
42100000000000000000 - Operações de crédito	35.000.000,00
42110000000000000000 - Operações de crédito - mercado interno	35.000.000,00
42119000000000000000 - Outras operações de crédito - mercado interno	35.000.000,00
42119001000000000000 - Outras operações de crédito - mercado interno	35.000.000,00
42119001100000000000 - Outras operações de crédito - mercado interno - principal	35.000.000,00
01830000 - Operações de Crédito	35.000.000,00
42200000000000000000 - Alienação de bens	59.000,00
42210000000000000000 - Alienação de bens móveis	49.000,00
42213000000000000000 - Alienação de bens móveis e semoventes	49.000,00
42213001000000000000 - Alienação de bens móveis e semoventes	49.000,00
42213001100000000000 - Alienação de bens móveis e semoventes - principal	49.000,00
01890000 - Alienações de Bens - Ordinários	49.000,00
42220000000000000000 - Alienação de bens imóveis	10.000,00
42220001000000000000 - Alienação de bens imóveis	10.000,00
42220001100000000000 - Alienação de bens imóveis - principal	10.000,00
01890000 - Alienações de Bens - Ordinários	10.000,00
42400000000000000000 - Transferências de capital	25.249.398,00
42410000000000000000 - Transferências da união e de suas entidades	22.424.899,00
42418000000000000000 - Transferências da união	22.424.899,00
42418080000000000000 - Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	5.700.000,00
42418081000000000000 - Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	5.700.000,00
42418081100000000000 - Transferências advindas de emendas parlamentares individuais - principal	5.700.000,00
42418081101000000000 - Transferência de emendas parlamentares individuais - Prefeitura -	5.700.000,00
Investimentos	
01768601 - Emendas Parlamentares Individuais - Federal	4.400.000,00
01768602 - Emendas Parlamentares Individuais - Estadual	1.300.000,00
42418100000000000000 - Transferência de convênios da união e de suas entidades	16.724.899,00
42418101000000000000 - Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS	8.485.000,00
42418101100000000000 - Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS	8.485.000,00
- principal	
01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde	8.125.000,00
01330100 - Emenda Parlamentar - Investimento	360.000,00
42418102000000000000 - Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação	1.449.500,00
42418102100000000000 - Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação	1.449.500,00
- principal	
01320000 - Transferências de Convênios - União/Educação	1.449.500,00
42418109000000000000 - Outras transferências de convênios da união	6.790.399,00
42418109100000000000 - Outras transferências de convênios da união - principal	6.790.399,00
42418109102000000000 - Outras Transferências de Convênios da União - Gestão de Governo	910.500,00
01348000 - Transferências de Convênios - União - Gestão de Governo	910.500,00
42418109103000000000 - Outras Transferências de Convênios da União - Desenvolvimento	510.000,00
Econômico	
01348300 - Transferências de Convênios - União - Desenvolvimento Econômico	510.000,00
42418109104000000000 - Outras Transferências de Convênios da União - Infraestrutura	3.469.999,00
01348600 - Transferências de Convênios - União - Infraestrutura	3.469.999,00
42418109107000000000 - Outras Transferências de Convênios da União - Desenvolvimento Social	1.899.900,00
01310000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social	1.899.900,00
42420000000000000000 - Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	2.824.499,00
42428000000000000000 - Transferências dos estados, distrito federal, e de suas entidades	2.824.499,00
42428100000000000000 - Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas	2.824.499,00
entidades	
42428101000000000000 - Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde -	680.000,00
SUS	



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 10 / 11

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Conta	Valor
4242810110000000000 - Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS - principal	680.000,00
01630000 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde	680.000,00
4242810700000000000 - Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infra-estrutura em transporte	1.359.999,00
4242810710000000000 - Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infra-estrutura em transporte - principal	1.359.999,00
01648600 - Transferências de Convênios - Estado - Infraestrutura	1.359.999,00
4242810900000000000 - Outras transferências de convênio dos estados	784.500,00
4242810910000000000 - Outras transferências de convênio dos estados - principal	784.500,00
4242810910200000000 - Outras transferências de convênios dos estados - Desenvolvimento Econômico	9.500,00
01648300 - Transferências de Convênios - Estado - Desenvolvimento Econômico.	9.500,00
4242810910300000000 - Outras transferências de convênios dos estados - Desenvolvimento Social	775.000,00
01610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social	775.000,00
4700000000000000000 - Receitas correntes intraorçamentárias	25.303.459,00
4720000000000000000 - Contribuições	21.703.459,00
4721000000000000000 - Contribuições sociais	21.703.459,00
4721800000000000000 - Contribuições sociais específicas de estados, df, municípios	17.590.459,00
4721803000000000000 - Cpsss patronal - servidor civil - específico de est/df/mun	17.590.459,00
4721803100000000000 - Cpsss patronal - servidor civil ativo	17.590.459,00
4721803110000000000 - Cpsss patronal - servidor civil ativo - principal	17.590.459,00
4721803110100000000 - Contribuição Patronal - Prefeitura	13.011.000,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	12.750.780,00
01750000 - Taxa de Administração RPPS	260.220,00
4721803110200000000 - Contribuição Patronal - Saúde	3.786.640,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	3.710.907,20
01750000 - Taxa de Administração RPPS	75.732,80
4721803110300000000 - Contribuição Patronal - Cultural	90.000,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	88.200,00
01750000 - Taxa de Administração RPPS	1.800,00
4721803110400000000 - Contribuição Patronal - Desportos	10.000,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	9.800,00
01750000 - Taxa de Administração RPPS	200,00
4721803110500000000 - Contribuição Patronal - Câmara de Vereadores	689.819,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	676.022,62
01750000 - Taxa de Administração RPPS	13.796,38
4721803110600000000 - Contribuição Patronal - Fundo Ass. Social	3.000,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	2.940,00
01750000 - Taxa de Administração RPPS	60,00
4721900000000000000 - Outras contribuições sociais	4.113.000,00
4721999000000000000 - Demais contribuições sociais	4.113.000,00
4721999200000000000 - Demais contribuições sociais - parcelamentos	4.113.000,00
4721999210000000000 - Demais contribuições sociais - parcelamentos - principal	4.113.000,00
4721999210100000000 - Demais contribuições sociais - parcelamentos	4.113.000,00
01030000 - Contribuição Previdenciária	4.113.000,00
4790000000000000000 - Outras receitas correntes	3.600.000,00
4799000000000000000 - Demais receitas correntes	3.600.000,00
4799001000000000000 - Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS	3.600.000,00
4799001100000000000 - Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS	3.600.000,00
4799001110000000000 - Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS - principal	3.600.000,00
01050000 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	3.600.000,00
9000000000000000000 - Deduções da receita	(18.190.000,00)
9100000000000000000 - Receitas correntes	(18.190.000,00)
9170000000000000000 - Transferências correntes	(18.190.000,00)
9171000000000000000 - Transferências da união e de suas entidades	(6.870.000,00)
9171800000000000000 - Transferências da união - específica e/m	(6.870.000,00)
9171801000000000000 - Participação na receita da união	(6.810.000,00)
9171801200000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	(6.800.000,00)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 11 / 11

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - Metas Fiscais da Receita  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Conta	Valor
principal 9171801210000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal -	(6.800.000,00)
01010000 - Recursos Educação	(6.800.000,00)
9171801500000000000 - Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	(10.000,00)
9171801510000000000 - Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	(10.000,00)
01010000 - Recursos Educação	(10.000,00)
9171806000000000000 - Transferência financeira do ICMS - desoneração - I.c. nº 87/96	(60.000,00)
9171806100000000000 - Transferência financeira do ICMS - desoneração - I.c. nº 87/96	(60.000,00)
9171806110000000000 - Transferência financeira do ICMS - desoneração - I.c. nº 87/96 - principal	(60.000,00)
01010000 - Recursos Educação	(60.000,00)
9172000000000000000 - Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	(11.320.000,00)
9172800000000000000 - Transferências dos estados - especifica e/m	(11.320.000,00)
9172801000000000000 - Participação na receita dos estados	(11.320.000,00)
9172801100000000000 - Cota-parte do ICMS	(8.800.000,00)
9172801110000000000 - Cota-parte do ICMS - principal	(8.800.000,00)
01010000 - Recursos Educação	(8.800.000,00)
9172801200000000000 - Cota-parte do IPVA	(2.400.000,00)
9172801210000000000 - Cota-parte do IPVA - principal	(2.400.000,00)
01010000 - Recursos Educação	(2.400.000,00)
9172801300000000000 - Cota-parte do IPI - municípios	(120.000,00)
9172801310000000000 - Cota-parte do IPI - municípios - principal	(120.000,00)
01010000 - Recursos Educação	(120.000,00)
<b>Total:</b>	<b>428.917.971,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Pág 1 / 29

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0001 - Processo Legislativo**

**OBJETIVOS:**

Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2051 - Manutenção da Câmara de Vereadores	PRODUTO	UNID. MED.	META	9.854.558,00	-
	Manutenção da camara de vereadores	Mes	12,0000		
				9.854.558,00	01000000 - Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA:				9.854.558,00	-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0002 - Gestão para Resultados**

**OBJETIVOS:**

Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
1000 - Devolução de Convênios	PRODUTO	UNID. MED.	META	750.000,00	-
	Devolução de convênios	Unidade	1.0000		
2000 - Pessoal e Encargos Sociais - Gestão de Governo	PRODUTO	UNID. MED.	META	4.925.000,00	-
	Manutenção da Secretaria de Gestão	Mes	12.0000		
2001 - Manutenção da Secretaria de Gestão de Governo	PRODUTO	UNID. MED.	META	2.365.000,00	-
	Manutenção da Secretaria de Gestão	Mes	12.0000		
2003 - Manutenção Trânsito - Polícia Civil	PRODUTO	UNID. MED.	META	600.000,00	-
	Manutenção trânsito - polícia civil	Mes	12.0000		
2004 - Manutenção Trânsito - Polícia Militar	PRODUTO	UNID. MED.	META	645.500,00	-
	Manutenção trânsito - polícia militar	Mes	12.0000		
2005 - Manutenção da Divisão de Infrações de Trânsito	PRODUTO	UNID. MED.	META	2.860.000,00	-
	Manutenção do departamento de trânsito	Mes	12.0000		
				50.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				2.810.000,00	01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0002 - Gestão para Resultados**

**OBJETIVOS:**

Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2008 - Manutenção da Diretoria Executiva de Comunicação	PRODUTO	UNID. MED.	META	308.000,00	-
	Manutenção do departamento de comunicação social	Mes	12,0000		
2094 - Manutenção do Procon	PRODUTO	UNID. MED.	META	308.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				20.000,00	-
				20.000,00	01802700 - PROCON
TOTAL DO PROGRAMA:				12.473.500,00	





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Pág 4 / 29

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0003 - Cidade Segura**

**OBJETIVOS:**

Manter um policiamento ostensivo para garantir a segurança

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
	PRODUTO	UNID. MED.	META		
2002 - Manutenção do Departamento de Coordenação da Defesa Civil	Manutenção do departamento de defesa civil	Mes	12.0000	50.000,00	-
				50.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2006 - Manutenção da Divisão da Guarda Municipal	Manutenção do departamento da guarda municipal	Mes	12.0000	150.000,00	-
				147.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2007 - Manutenção do Fundo de Defesa Civil	Manutenção do fundo de defesa civil	Unidade	12.0000	3.000,00	01802800 - Guarda Municipal
				911.000,00	-
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>				<b>1.111.000,00</b>	-



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Pág 5 / 29

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0004 - Mobilidade Urbana Eficiente**

**OBJETIVOS:**

Proporcionar acesso facilitado ao trânsito e pedestres

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
1032 - Pavimentação de Ruas, execução de galerias	PRODUTO	UNID. MED.	META	5.550.000,00	-
				1.950.000,00	01348600 - Transferências de Convênios - União - Infraestrutura
				1.200.000,00	01648600 - Transferências de Convênios - Estado - Infraestrutura
				1.100.000,00	01768601 - Emendas Parlamentares Individuais - Federal
				1.300.000,00	01768602 - Emendas Parlamentares Individuais - Estadual
1034 - Construção e Revitalização de Praças e Parques	PRODUTO	UNID. MED.	META	1.000.000,00	-
				200.000,00	01348600 - Transferências de Convênios - União - Infraestrutura
				150.000,00	01648600 - Transferências de Convênios - Estado - Infraestrutura
				650.000,00	01768601 - Emendas Parlamentares Individuais - Federal
1071 - Pavimentação Rio do Sul x Presidente Getúlio	PRODUTO	UNID. MED.	META	10.000,00	-
				10.000,00	01648600 - Transferências de Convênios - Estado - Infraestrutura
1072 - Contrapartida de Convênios	PRODUTO	UNID. MED.	META	2.423.572,00	-
				2.423.572,00	01000000 - Recursos Ordinários
1078 - Pavimentação de Vias - FINISA	PRODUTO	UNID. MED.	META	10.211.000,00	-
				10.211.000,00	01830000 - Operações de Crédito
1079 - Aquisição de Máquinas, Implementos e Veículos Pesados - FINISA	PRODUTO	UNID. MED.	META	4.789.000,00	-
				4.789.000,00	01830000 - Operações de Crédito
1083 - BRDE/Avançar Cidades	PRODUTO	UNID. MED.	META	20.000.000,00	-
				20.000.000,00	01830000 - Operações de Crédito
1084 - Obras de Arte Especiais, Ciclovias e Passarelas	PRODUTO	UNID. MED.	META	950.000,00	-
				450.000,00	01348600 - Transferências de Convênios - União - Infraestrutura
				500.000,00	01768601 - Emendas Parlamentares Individuais - Federal
2048 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	PRODUTO	UNID. MED.	META	7.750.000,00	-
				7.750.000,00	01080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP
2096 - Pavimentação Comunitária	PRODUTO	UNID. MED.	META	2.500.000,00	-
				2.500.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2100 - Manutenção da Secretaria de Obras	PRODUTO	UNID. MED.	META	6.700.000,00	-
				6.400.000,00	01000000 - Recursos Ordinários

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL821101-026-PLALKE-306322551 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:35:51 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0004 - Mobilidade Urbana Eficiente**

**OBJETIVOS:**

Proporcionar acesso facilitado ao trânsito e pedestres

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
	PRODUTO	UNID. MED.	META		
2100 - Manutenção da Secretaria de Obras				6.700.000,00	-
2101 - Pessoal e Encargos Sociais - Obras				300.000,00	01649300 - Transferências de Convênios - Estado - Obras e Agricultura
				5.165.000,00	-
				5.165.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>				<b>67.048.572,00</b>	<b>-</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Pág 7 / 29

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0005 - Planejando o Futuro**

**OBJETIVOS:**

Implementar ações de planejamento que possibilitem a nossa cidade se desenvolva de forma ordenada, antecipando necessidades e coordenando esforços para o crescimento sustentável

AÇÕES			VALOR			RECURSOS		
	PRODUTO	UNID. MED.	META					
1001 - Desapropriação de Imóveis				40.000,00		-		
				40.000,00		01000000 - Recursos Ordinários		
1028 - Desenvolvimento Pecuário			META	10.000,00		-		
				10.000,00		01348600 - Transferências de Convênios - União - Infraestrutura		
1085 - Muros de Contenção e Estabilização de Encostas			META	1.000.000,00		-		
				600.000,00		01348600 - Transferências de Convênios - União - Infraestrutura		
				400.000,00		01768601 - Emendas Parlamentares Individuais - Federal		
1086 - Reforma e Construção de Edificações			META	2.000.000,00		-		
				250.000,00		01348600 - Transferências de Convênios - União - Infraestrutura		
				1.750.000,00		01768601 - Emendas Parlamentares Individuais - Federal		
2043 - Manutenção da Diretoria Executiva de Planejamento			META	400.000,00		-		
				400.000,00		01000000 - Recursos Ordinários		
2044 - Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Planejamento			META	2.705.000,00		-		
				2.705.000,00		01000000 - Recursos Ordinários		
2090 - Manutenção do Fundo do Meio Ambiente			META	125.000,00		-		
				125.000,00		01802300 - Fundo do Meio Ambiente		
2095 - Consórcio CIM - AMAVI - SUASA			META	4.800,00		-		
				4.800,00		01000000 - Recursos Ordinários		
2102 - Manutenção da Diretoria Executiva de Agricultura			META	525.000,00		-		
				525.000,00		01000000 - Recursos Ordinários		
2103 - Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Agricultura			META	1.390.000,00		-		
				1.390.000,00		01000000 - Recursos Ordinários		
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>				<b>8.199.800,00</b>		-		



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

PROGRAMA DE GOVERNO:  
0006 - Recicla Rio do Sul

OBJETIVOS:

Proteger e ampliar as áreas ambientais do município, fomentando as políticas de proteção ambiental.

AÇÕES			VALOR	RECURSOS
2045 - Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos			7.800.000,00	-
			7.800.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
TOTAL DO PROGRAMA:			7.800.000,00	-



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Pág 9 / 29

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0007 - Educação de Oportunidades**

**OBJETIVOS:**

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
1056 - Construção e Ampliação de Centros de Educação	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Construção e ampliação de centro de ensino fundamental	Projeto	1,0000	4.450.000,00	-
				1.200.000,00	01010000 - Recursos Educação
1058 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	Unidade	1,0000	300.000,00	-
				100.000,00	01320000 - Transferências de Convênios - União/Educação
2025 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Manutenção do gabinete do secretário de educação	Mes	12,0000	420.000,00	-
				420.000,00	01360000 - Salário-Educação
2026 - Programa de Alimentação do Ensino Infantil	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Programa de alimentação do ensino infantil	Mês	12,0000	1.029.000,00	-
				1.029.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2027 - Programa de Alimentação do Ensino Fundamental	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Programa de alimentação do ensino fundamental	Mês	12,0000	1.039.000,00	-
				1.039.000,00	01000000 - Recursos Ordinários

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0007 - Educação de Oportunidades**

**OBJETIVOS:**

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2028 - Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental - PNAE	PRODUTO	UNID. MED.	META	360.000,00	-
	Programa nacional de alimentação escolar fundamental-pnae	Mês	12.0000		
2030 - Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches - PNAC	PRODUTO	UNID. MED.	META	555.000,00	-
	Programa nacional de alimentação escolar para creches-pnac	Mês	12.0000		
2031 - Programa Nacional de Alimentação Pré-Escola - PNAPE	PRODUTO	UNID. MED.	META	335.000,00	-
	Programa nacional de alimentação escolar pré-escola - pnape	Mês	12.0000		
2032 - Programa Alimentação Escolar Especial	PRODUTO	UNID. MED.	META	7.000,00	-
	Programa alimentação escolar especial	Mês	12.0000		
2034 - Transporte Escolar Educação Básica	PRODUTO	UNID. MED.	META	2.900.000,00	-
	Transporte escolar educação básica - próprios	Mês	12.0000		
2035 - Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado	PRODUTO	UNID. MED.	META	800.000,00	-
	Transporte escolar ensino fundamental - estado	Mês	12.0000		
				2.700.000,00	01010000 - Recursos Educação
				200.000,00	01360000 - Salário-Educação
				800.000,00	01620000 - Transferências de Convênios - Estado/Educação



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Pág 11 / 29

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0007 - Educação de Oportunidades**

**OBJETIVOS:**

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
PRODUTO	UNID. MED.	MES	META		
2036 - Transporte Escolar Ensino Fundamental - PNATE	Transporte escolar ensino fundamental - pnate	Mês	12.0000	30.000,00	-
				30.000,00	01440000 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE
2037 - Manutenção do Ensino Fundamental	Manutenção do ensino fundamental	Mes	12.0000	1.250.000,00	-
				850.000,00	01010000 - Recursos Educação
				400.000,00	01360000 - Salário-Educação
2038 - Manutenção do Ensino Infantil	Manutenção do ensino infantil	Mes	12.0000	3.670.000,00	-
				970.000,00	01010000 - Recursos Educação
				2.300.000,00	01190000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)
				400.000,00	01360000 - Salário-Educação
2039 - Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	Manutenção do ensino fundamental	Mes	12.0000	17.451.000,00	-
				4.702.000,00	01010000 - Recursos Educação
				10.524.000,00	01180000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)
				2.225.000,00	01190000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)
2040 - Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil	Manutenção do ensino infantil	Mes	12.0000	43.246.020,00	-
				20.295.020,00	01010000 - Recursos Educação
				17.963.500,00	01180000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)
				4.987.500,00	01190000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL821101-026-PLALKE-306322551 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:35:51 -03:00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0007 - Educação de Oportunidades**

**OBJETIVOS:**

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
	PRODUTO	UNID. MED.	META		
2042 - Manutenção do Departamento Administrativo	Manutenção do departamento administrativo	Mes	12.0000	2.835.000,00	-
				2.835.000,00	01010000 - Recursos Educação
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>				<b>80.677.020,00</b>	<b>-</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0008 - Capital de Oportunidades**

**OBJETIVOS:**

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

AÇÕES			PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1023 - Ampliação e Reforma do Centro de Eventos						565.000,00	-
						65.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
1024 - Promoção e Realização de Eventos - Federal						500.000,00	01348300 - Transferências de Convênios - União - Desenvolvimento Econômico
	PRODUTO	UNID. MED.	META				
	Promoção e realização de eventos - união	Projeto	1,0000			10.000,00	-
1025 - Promoção e Realização de Eventos - Estadual						10.000,00	01348300 - Transferências de Convênios - União - Desenvolvimento Econômico
	PRODUTO	UNID. MED.	META				
	Promoção e realização de eventos - estados	Projeto	4,0000			10.000,00	-
1027 - Aquisição de Máquinas - Federal						10.000,00	01648300 - Transferências de Convênios - Estado - Desenvolvimento Econômico
	PRODUTO	UNID. MED.	META				
						10.000,00	-
1082 - Promoção e Realização da Agrovale						10.000,00	01348600 - Transferências de Convênios - União - Infraestrutura
	PRODUTO	UNID. MED.	META				
						360.000,00	-
2017 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico						360.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
	PRODUTO	UNID. MED.	META				
	Manutenção da secretaria de desenv. econômico e empreendedorismo	Mes	12,0000			200.000,00	-
2018 - Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico						200.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
	PRODUTO	UNID. MED.	META				
	Manutenção da secretaria de desenv. econômico e empreendedorismo	Mes	12,0000			695.000,00	-
						695.000,00	01000000 - Recursos Ordinários



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Pág 14 / 29

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0008 - Capital de Oportunidades**

**OBJETIVOS:**

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2019 - Manutenção do Departamento de Turismo e Eventos	PRODUTO	UNID. MED.	META	100.000,00	-
	Manutenção de departamento de turismo	Mes	12.0000		
2020 - Promoção e Realização de Eventos	PRODUTO	UNID. MED.	META	350.000,00	-
	Promoção e realização de eventos	Projeto	4.0000		
2097 - Manutenção do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC	PRODUTO	UNID. MED.	META	250.000,00	-
2099 - Manutenção do Fundo de Saneamento Básico	PRODUTO	UNID. MED.	META	2.000,00	-
2104 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico	PRODUTO	UNID. MED.	META	100.000,00	-
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>				<b>2.652.000,00</b>	<b>-</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Pág 15 / 29

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0009 - Ser Rio do Sul**

**OBJETIVOS:**

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
1005 - Aprimoramento da Gestão do SUAS - IDGSUAS	PRODUTO	UNID. MED.	META	20.299,00	-
				20.299,00	013500000 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/ União
1006 - Bpc na Escola	PRODUTO	UNID. MED.	META	2.880,00	-
				2.880,00	013500000 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/ União
1011 - Benefícios Eventuais Estado	PRODUTO	UNID. MED.	META	12.000,00	-
				12.000,00	016100000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social
1012 - Construção, Ampliação e Reformas - GREAS - Estado	PRODUTO	UNID. MED.	META	600.000,00	-
				600.000,00	016100000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social
1014 - Programa Aprimora Rede	PRODUTO	UNID. MED.	META	1.000,00	-
				1.000,00	013500000 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/ União
1015 - Aepeti - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	PRODUTO	UNID. MED.	META	72.000,00	-
				72.000,00	013500000 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/ União
1016 - Acessuas - Trabalho	PRODUTO	UNID. MED.	META	117.000,00	-
				117.000,00	013500000 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/ União
1018 - Construção do Centro Dia	PRODUTO	UNID. MED.	META	600.000,00	-
				600.000,00	013100000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social
1019 - Construção - GREAS - Federal	PRODUTO	UNID. MED.	META	500.000,00	-
				500.000,00	013100000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social
1020 - Construção do CRAS - Federal	PRODUTO	UNID. MED.	META	500.000,00	-
				500.000,00	013100000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social
1021 - Reforma e Ampliação do Centro POP - Federal	PRODUTO	UNID. MED.	META	300.000,00	-
				300.000,00	013100000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0009 - Ser Rio do Sul**

**OBJETIVOS:**

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
1087 - Bloco de Proteção Social Básica	PRODUTO	UNID. MED.	META	396.000,00	-
				396.000,00	013500000 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/ União
1088 - Bloco de Proteção Social Especial	PRODUTO	UNID. MED.	META	391.458,00	-
				391.458,00	013500000 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/ União
1089 - Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família e CadÚnico	PRODUTO	UNID. MED.	META	52.575,00	-
				52.575,00	013500000 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/ União
2021 - Conselho Tutelar	PRODUTO	UNID. MED.	META	243.000,00	-
	Conselho tutelar	Mes	12.0000	243.000,00	010000000 - Recursos Ordinários
2022 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social	PRODUTO	UNID. MED.	META	150.000,00	-
	Manutenção da secretaria de assistência social	Mes	12.0000	150.000,00	-
2023 - Pessoal e Encargos Sociais - Assistência e Desenvolvimento Social	PRODUTO	UNID. MED.	META	150.000,00	010000000 - Recursos Ordinários
	Manutenção da secretaria de assistência social	Mes	12.0000	4.755.000,00	-
2024 - Manutenção do Fundo de Habitação	PRODUTO	UNID. MED.	META	4.755.000,00	010000000 - Recursos Ordinários
	Manutenção do fundo de habitação	Mes	12.0000	100.000,00	-
2079 - Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	PRODUTO	UNID. MED.	META	100.000,00	010000000 - Recursos Ordinários
	Manutenção do fundo municipal da criança e do adolescente	Mes	12.0000	47.000,00	-
				12.000,00	010000000 - Recursos Ordinários
				35.000,00	010900000 - FIA Imposto de Renda

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL821101-026-PLALKE-306322551 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:35:51 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Pág 17 / 29

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0009 - Ser Rio do Sul**

**OBJETIVOS:**

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
	PRODUTO	UNID. MED.	META		
			Mes		
2080 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	Manutenção fundo municipal de assistência social		12.0000	1.777.000,00	-
2084 - Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual	PRODUTO	UNID. MED.	META	1.777.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				250.000,00	-
2085 - Proteção Especial de Média Complexidade Estadual	PRODUTO	UNID. MED.	META	250.000,00	01610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social
				100.000,00	-
2087 - Proteção Social Básica Estadual	PRODUTO	UNID. MED.	META	100.000,00	01610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social
				150.000,00	-
2098 - Manutenção do Fundo do Idoso	PRODUTO	UNID. MED.	META	150.000,00	01610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social
				6.000,00	-
				6.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>				<b>11.143.212,00</b>	<b>-</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Pág 18 / 29

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0010 - Saúde em Movimento**

**OBJETIVOS:**

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
1035 - Construção, reforma e ampliação de UBS	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Construção, ampliação e reformas	Projeto	1,0000	3.020.000,00	-
				10.000,00	01020000 - Recursos Saúde
				3.010.000,00	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde
1037 - Aquisição de bens e materiais permanentes	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	Unidade	1,0000	880.000,00	-
				820.000,00	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde
				60.000,00	01330100 - Emenda Parlamentar - Investimento
1038 - Incremento ao piso de atenção básica	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Incremento ao piso de atenção básica	Projeto	1,0000	2.200.000,00	-
				1.200.000,00	01383300 - Incremento PAB - Emenda de Bancada
				1.000.000,00	01760000 - Emendas Parlamentares Individuais
1040 - Incremento ao piso de média e alta complexidade	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Incremento ao piso de média e alta complexidade	Projeto	1,0000	2.500.000,00	-
				1.200.000,00	01383500 - Incremento MAC - Emenda de Bancada
				1.300.000,00	01760000 - Emendas Parlamentares Individuais
1041 - Construção de academias de saúde	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Construção de academias de saúde	Unidade	1,0000	100.000,00	-
				90.000,00	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde
				10.000,00	01630000 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0010 - Saúde em Movimento**

**OBJETIVOS:**

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.

2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
1042 - Aquisição de veículos	PRODUTO	UNID. MED.	META	1.180.000,00	-
	Aquisição de veículos - federal	Unidade	1,0000		
1044 - Aquisição de equipamentos	PRODUTO	UNID. MED.	META	1.150.000,00	-
	Aquisição de Equipamentos	Unidade	1,0000		
1061 - Construção e Equipamentos Policlínica de Referência - Vinculados	PRODUTO	UNID. MED.	META	925.000,00	-
	Construção e equipamentos policlínica de referência - vinculados	Unidade	1,0000		
1062 - Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária	PRODUTO	UNID. MED.	META	925.000,00	-
	Lrpd - laboratório regional de prótese dentária	Mes	12,0000		
				90.000,00	01382300 - Laboratório Regional de Prótese Dentária - LRPD
				36.000,00	01671200 - Transf. SUS - Estado - LRPD - Laboratório Regional de Prótese Dentária





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0010 - Saúde em Movimento**

**OBJETIVOS:**

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
PRODUTO	UNID. MED.	META			
Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição ]	Mes	1,0000			
1063 - Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição				65.000,00	-
				65.000,00	01382600 - Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição (VAN)
1064 - Construção do CAPS	UNID. MED.	META		1.100.000,00	-
	Unidade	1,0000		1.100.000,00	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde
1065 - Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço	UNID. MED.	META		50.000,00	-
				50.000,00	01630000 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde
1066 - Programa Requalificação de Ubs	UNID. MED.	META		850.000,00	-
	Mes	12,0000		850.000,00	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde
1068 - Fms - Alto Vale Cir	UNID. MED.	META		10.000,00	-
	Unidade	1,0000		10.000,00	01630000 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde
1073 - Vigilância Alimentar e Nutricional - VAN	UNID. MED.	META		44.000,00	-
				44.000,00	01383200 - Vigilância Alimentar e Nutricional
2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	UNID. MED.	META		2.785.000,00	-
	Mes	12,0000		2.785.000,00	01020000 - Recursos Saúde



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0010 - Saúde em Movimento**

**OBJETIVOS:**

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2054 - Consórcio Intermunicipal de Saúde	Consortio intermunicipal de saude	Unidade	META	1.058.400,00	-
			1,0000		
2055 - Pessoal e Encargos Sociais - Saúde	PRODUTO Pessoal e Encargos Sociais - Saúde	Unid. Med. Mês	META	758.400,00	01020000 - Recursos Saúde
			12,0000	100.000,00	01380800 - Farmácia Básica - Federal
				200.000,00	01670100 - Farmácia Básica - Estadual
2056 - Blatb - Pab Saúde Bucal	PRODUTO Blatb - pab saude bucal	Unid. Med. Mes	META	16.254.220,00	-
			12,0000	16.254.220,00	01020000 - Recursos Saúde
				31.200,00	-
2057 - Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde	PRODUTO Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde	Unid. Med. Mês	META	31.200,00	01380400 - Saúde Bucal
			12,0000	1.920.000,00	-
2058 - Blatb - Ações Saúde da Família	PRODUTO Blatb - ações saude da familia	Unid. Med. Mes	META	375.000,00	01020000 - Recursos Saúde
			12,0000	1.545.000,00	01380200 - Agentes Comunitários de Saúde
				12.840.000,00	-
2059 - Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	PRODUTO Blatb - pab fixo - ações basicas	Unid. Med. Mes	META	11.250.000,00	01020000 - Recursos Saúde
			12,0000	1.590.000,00	01380300 - Estratégia da Saúde da Família - ESF
				3.588.000,00	-
				2.090.000,00	01380100 - Pab Fixo
				495.000,00	01380600 - PMAQ - Federal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Pág 22 / 29

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0010 - Saúde em Movimento**

**OBJETIVOS:**

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2059 - Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Blatb - pab fixo - ações básicas	Mes	12.0000	3.588.000,00	-
				302.000,00	01382800 - Incentivo ao Sistema Prisional
2061 - Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Blatb - núcleo de apoio a saúde da família	Mes	12.0000	640.000,00	01670400 - Cofinanciamento / ESF
				61.000,00	01671300 - Incentivo ao Sistema Prisional - Estadual
2062 - Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	Mes	12.0000	977.000,00	-
				290.000,00	01020000 - Recursos Saúde
2063 - Bimac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Bimac - manutenção da gestão plena - mac	Mes	12.0000	575.000,00	01380500 - NASF Federal
				112.000,00	01670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Estadual
2064 - Bimac - Caps	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Bimac - caps	Mes	12.0000	4.900.000,00	-
				2.250.000,00	01020000 - Recursos Saúde
	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Bimac - manutenção da gestão plena - mac	Mes	12.0000	2.650.000,00	01382000 - Transferências Federais UPA
				57.420.000,00	-
	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Bimac - manutenção da gestão plena - mac	Mes	12.0000	56.100.000,00	01381200 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde
				1.200.000,00	01670200 - Incentivo Hospitalar - Estadual
	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Bimac - caps	Mes	12.0000	120.000,00	01670300 - Cirurgias Eletivas Gestão Plena - Estadual
				1.025.000,00	-
	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Bimac - caps	Mes	12.0000	645.000,00	01020000 - Recursos Saúde

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL821101-026-PLALKE-306322551 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:35:51 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020



**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0010 - Saúde em Movimento**

**OBJETIVOS:**

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.

2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

AÇÕES					VALOR	RECURSOS
2064 - Bimac - Caps	PRODUTO	UNID. MED.	META	1.025.000,00	-	
	Bimac - caps	Mes	12,0000			
2065 - Bimac - Samu	PRODUTO	UNID. MED.	META	380.000,00	01382100 - CAPS _ Federal	
	Bimac - samu	Mes	12,0000			
				235.000,00	01020000 - Recursos Saúde	
				160.000,00	01381000 - SAMU	
				471.600,00	-	
2066 - Bimac - Ceo	PRODUTO	UNID. MED.	META	390.000,00	01381100 - CEO - Federal	
	Bimac - ceo	Mes	12,0000			
				81.600,00	01670800 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Estadual	
				6.000.000,00	-	
				6.000.000,00	01381800 - FAEC - Federal	
2068 - Bimac - Oncologia	PRODUTO	UNID. MED.	META	3.650.000,00	-	
	Bimac - Oncologia	Mês	12,0000			
				3.000.000,00	01382200 - Transferências Federais - Oncologia	
				650.000,00	01670900 - Transferências Estaduais - Oncologia	
				70.000,00	-	
				10.000,00	01020000 - Recursos Saúde	
				60.000,00	01381600 - Vigilância Sanitária	
2070 - Blvgs - Vigilância Epidemiológica	PRODUTO	UNID. MED.	META	255.000,00	-	
	Blvgs - vigilância epidemiologica	Mes	12,0000			
				255.000,00	01381700 - Vigilância Epidemiológica	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0010 - Saúde em Movimento**

**OBJETIVOS:**

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2071 - Blvgs - Pam - DST/AIDS/Hepatite Viral	PRODUTO	UNID. MED.	META	92.000,00	-
	Hepatites virais	Unidade	12,0000		
2073 - Bifab - Farmácia Básica	PRODUTO	UNID. MED.	META	92.000,00	01382700 - DST/AIDS/HEPATITE VIRAL
	Bifab - farmacia basica	Mes	12,0000		
2091 - Programa de Medicamentos Especiais	PRODUTO	UNID. MED.	META	950.000,00	01020000 - Recursos Saúde
	Programa de medicamentos especiais	Mes	12,0000	400.000,00	01380800 - Farmácia Básica - Federal
				410.000,00	01670100 - Farmácia Básica - Estadual
				10.000,00	
2092 - Tiras Reagentes - Diabetes	PRODUTO	UNID. MED.	META	10.000,00	01670100 - Farmácia Básica - Estadual
	Tiras reagentes - diabetes	Mes	12,0000		-
2093 - Oxigenoterapia	PRODUTO	UNID. MED.	META	10.000,00	01670100 - Farmácia Básica - Estadual
	Oxigenoterapia	Mes	12,0000	10.000,00	-
3 - Pagamento Dívida Fundada Interna	PRODUTO	UNID. MED.	META	10.000,00	01670100 - Farmácia Básica - Estadual
	Pagamento da dívida fundada interna - Saúde	Mes	12,0000	710.000,00	-
TOTAL DO PROGRAMA:				710.000,00	01020000 - Recursos Saúde
				130.432.420,00	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

Pág 25 / 29

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0011 - Cultura para Todos**

**OBJETIVOS:**

Promover a popularização da cultura.

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
	PRODUTO	UNID. MED.	META		
2076 - Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul	Manutenção da fundação cultural de rio do sul	Mes	12.0000	3.060.000,00	-
				2.670.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				390.000,00	01060000 - Recursos Diretamente Arrecados pela Administração Indireta e Fundos
2077 - Fundo Municipal de Cultura	Descentralização cultural-próprios	Projeto	1.0000	400.000,00	-
				400.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
<b>TOTAL DO PROGRAMA:</b>				<b>3.460.000,00</b>	<b>-</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

**PROGRAMA DE GOVERNO:**  
**0012 - Cidade do Esporte**

**OBJETIVOS:**

Melhorar as condições dos espaços esportivos da Fundação de Desporto e dos espaços comunitários.

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2078 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	PRODUTO	UNID. MED.	META	2.426.000,00	-
	Manutenção da fundação municipal de esportes	Mes	12,0000		
				2.425.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				1.000,00	01060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos
TOTAL DO PROGRAMA:				2.426.000,00	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0013 - Eficiência Administrativa**

**OBJETIVOS:**

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
1 - Operação Especial - Indenização, Ressarcimentos, Sentenças Judiciais	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Precatórios e Ações Judiciais	Mês	12.0000	2.000.000,00	-
2 - Pagamento da Dívida Fundada Interna	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Pagamento da dívida fundada interna	Mês	12.0000	2.000.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2009 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Pagamento da dívida fundada interna	Mês	12.0000	6.400.000,00	-
2010 - Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Geral	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Manutenção da dívida fundada interna	Mês	12.0000	6.400.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2011 - Manutenção do Funreborn	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Manutenção da dívida fundada interna	Mês	12.0000	315.000,00	-
2012 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Manutenção da dívida fundada interna	Mês	12.0000	315.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2013 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Manutenção da dívida fundada interna	Mês	12.0000	1.304.000,00	-
2014 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Manutenção da dívida fundada interna	Mês	12.0000	1.304.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
2015 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Manutenção da dívida fundada interna	Mês	12.0000	700.000,00	-
2016 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Manutenção da dívida fundada interna	Mês	12.0000	700.000,00	01802200 - FUNREBOM
2017 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Manutenção da dívida fundada interna	Mês	12.0000	9.635.190,00	-
2018 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Manutenção da dívida fundada interna	Mês	12.0000	9.575.190,00	01000000 - Recursos Ordinários
2019 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	PRODUTO	UNID. MED.	META		
	Manutenção da dívida fundada interna	Mês	12.0000	60.000,00	01890000 - Alienação de Bens - Ordinários





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0013 - Eficiência Administrativa**

**OBJETIVOS:**

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2013 - Pessoal e Encargos Sociais - Administração e Fazenda	PRODUTO	UNID. MED.	META	10.760.000,00	-
	Manutenção Secretaria da Fazenda e Administração	Mes	12.0000		
2014 - Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais	PRODUTO	UNID. MED.	META	90.000,00	-
	Capacitação permanente dos servidores públicos municipais	Projeto	1.0000		
2015 - Programa Qualidade de Vida no Trabalho	PRODUTO	UNID. MED.	META	50.000,00	-
	Programa de Qualidade de Vida	Mês	12.0000		
2016 - Consórcio de Informática na Gestão Pública	PRODUTO	UNID. MED.	META	26.240,00	-
	Consórcio de informática na gestão pública municipal - ciga	Mes	12.0000		
2086 - FUNPRO-Fundo de Manutenção, Reaparelhamento e Modernização da Procuradoria Geral	PRODUTO	UNID. MED.	META	12.000,00	-
	Manutenção FUNPRO	Mês	12.0000		
2088 - Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões	PRODUTO	UNID. MED.	META	352.809,18	-
	Manutenção do fundo de aposentadorias e pensões	Mes	12.0000		
				1.000,00	01000000 - Recursos Ordinários
				351.809,18	01750000 - Taxa de Administração RPPS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Prioridades e Metas  
Entidade(s): Consolidado  
Ano da LDO: 2020

**PROGRAMA DE GOVERNO:**

**0013 - Eficiência Administrativa**

**OBJETIVOS:**

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

AÇÕES				VALOR	RECURSOS
2089 - Aposentadoria, Pensões e Benefícios	PRODUTO	UNID. MED.	META	26.019.000,00	-
	Manutenção do fundo de aposentadorias e pensões	Mes	12,0000		
9010 - Reserva de Contingência - Prefeitura	PRODUTO	UNID. MED.	META	10.000,00	-
	Reserva de contingência - prefeitura	Mes	12,0000		
9011 - Reserva de Contingência - Fap	PRODUTO	UNID. MED.	META	33.965.649,82	-
	Reserva de contingência - fap	Mes	12,0000		
				30.365.649,82	01030000 - Contribuição Previdenciária
				3.600.000,00	01050000 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS
TOTAL DO PROGRAMA:				91.639.889,00	-
TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS:				428.917.971,00	



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 7

Planejamento e Orçamento  
LDO - Demonstrativo da Despesa  
Entidade(s): Consolidado

Atualizado até: 16/09/2019 LDO: 2020 iLdo: 9

Dotação		%
<b>Órgão 1 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL</b>		
01.001.0001.0031.1.2051.33190000000000000000.01000000	6.208.372,00	1,45
01.001.0001.0031.1.2051.33191000000000000000.01000000	689.819,00	0,16
01.001.0001.0031.1.2051.33350000000000000000.01000000	77.851,00	0,02
01.001.0001.0031.1.2051.33390000000000000000.01000000	769.641,00	0,18
01.001.0001.0031.1.2051.34490000000000000000.01000000	2.108.875,00	0,49
<b>Total Órgão</b>	<b>9.854.558,00</b>	<b>2,30</b>
<b>Órgão 80 - SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO</b>		
80.001.0004.0122.2.2000.33190000000000000000.01000000	4.475.000,00	1,04
80.001.0004.0122.2.2000.33390000000000000000.01000000	450.000,00	0,10
80.001.0004.0122.2.2001.33350000000000000000.01000000	1.000.000,00	0,23
80.001.0004.0122.2.2001.33390000000000000000.01000000	1.365.000,00	0,32
80.001.0004.0122.8.2097.33390000000000000000.01000000	150.000,00	0,03
80.001.0004.0122.8.2097.34490000000000000000.01000000	100.000,00	0,02
80.001.0004.0125.2.2094.33390000000000000000.01802700	10.000,00	0,00
80.001.0004.0125.2.2094.34490000000000000000.01802700	10.000,00	0,00
80.001.0006.0122.2.2005.33390000000000000000.01000000	50.000,00	0,01
80.001.0006.0122.2.2005.33390000000000000000.01120000	2.310.000,00	0,54
80.001.0006.0122.2.2005.34490000000000000000.01120000	500.000,00	0,12
80.001.0006.0181.2.2003.33390000000000000000.01110000	500.000,00	0,12
80.001.0006.0181.2.2003.34490000000000000000.01110000	100.000,00	0,02
80.001.0006.0181.2.2004.33330000000000000000.01100000	600.000,00	0,14
80.001.0006.0181.2.2004.33330000000000000000.01802600	6.000,00	0,00
80.001.0006.0181.2.2004.33390000000000000000.01802100	4.500,00	0,00
80.001.0006.0181.2.2004.33390000000000000000.01802600	28.000,00	0,01
80.001.0006.0181.2.2004.34430000000000000000.01802600	1.000,00	0,00
80.001.0006.0181.2.2004.34490000000000000000.01802100	1.000,00	0,00
80.001.0006.0181.2.2004.34490000000000000000.01802600	5.000,00	0,00
80.001.0006.0181.3.2006.33390000000000000000.01000000	147.000,00	0,03
80.001.0006.0181.3.2006.33390000000000000000.01802800	1.500,00	0,00
80.001.0006.0181.3.2006.34490000000000000000.01802800	1.500,00	0,00
80.001.0006.0182.3.2002.33390000000000000000.01000000	50.000,00	0,01
80.001.0006.0182.3.2007.33390000000000000000.01348000	50.000,00	0,01
80.001.0006.0182.3.2007.34490000000000000000.01348000	861.000,00	0,20
80.002.0004.0131.2.2008.33390000000000000000.01000000	308.000,00	0,07
80.003.0004.0122.2.1000.33390000000000000000.01000000	750.000,00	0,17
<b>Total Órgão</b>	<b>13.834.500,00</b>	<b>3,23</b>
<b>Órgão 81 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>		
81.001.0004.0062.13.1.33390000000000000000.01000000	2.000.000,00	0,47
81.001.0004.0122.13.2009.33390000000000000000.01000000	315.000,00	0,07
81.001.0004.0122.13.2010.33190000000000000000.01000000	1.270.000,00	0,30
81.001.0004.0122.13.2010.33390000000000000000.01000000	34.000,00	0,01
81.001.0004.0122.13.2086.33390000000000000000.01802500	5.000,00	0,00
81.001.0004.0122.13.2086.34490000000000000000.01802500	7.000,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>3.631.000,00</b>	<b>0,85</b>
<b>Órgão 82 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA</b>		
82.001.0006.0181.13.2011.33390000000000000000.01802200	500.000,00	0,12
82.001.0006.0181.13.2011.34490000000000000000.01802200	200.000,00	0,05
82.001.0028.0843.13.2.33290000000000000000.01000000	1.000.000,00	0,23
82.001.0028.0843.13.2.34690000000000000000.01000000	5.400.000,00	1,26
82.002.0004.0122.13.2012.33390000000000000000.01000000	5.775.190,00	1,35
82.002.0004.0122.13.2012.33391000000000000000.01000000	3.600.000,00	0,84
82.002.0004.0122.13.2012.34490000000000000000.01000000	200.000,00	0,05
82.002.0004.0122.13.2012.34490000000000000000.01890000	60.000,00	0,01
82.002.0004.0122.13.2013.33190000000000000000.01000000	6.920.000,00	1,61
82.002.0004.0122.13.2013.33191000000000000000.01000000	3.340.000,00	0,78
82.002.0004.0122.13.2013.33390000000000000000.01000000	500.000,00	0,12
82.002.0004.0122.13.2015.33390000000000000000.01000000	50.000,00	0,01
82.002.0004.0122.13.2016.33393000000000000000.01000000	26.240,00	0,01



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 7

Planejamento e Orçamento  
LDO - Demonstrativo da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Atualizado até: 16/09/2019 LDO: 2020 iLdo: 9

Dotação		%
<b>Órgão 82 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA</b>		
82.002.0004.0128.13.2014.33390000000000000000.01000000	90.000,00	0,02
<b>Total Órgão</b>	<b>27.661.430,00</b>	<b>6,45</b>
<b>Órgão 83 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>		
83.001.0004.0122.8.2017.33390000000000000000.01000000	200.000,00	0,05
83.001.0004.0122.8.2018.33190000000000000000.01000000	645.000,00	0,15
83.001.0004.0122.8.2018.33390000000000000000.01000000	50.000,00	0,01
83.001.0004.0122.8.2104.33350000000000000000.01000000	50.000,00	0,01
83.001.0004.0122.8.2104.33390000000000000000.01000000	50.000,00	0,01
83.002.0023.0695.8.1023.34490000000000000000.01000000	65.000,00	0,02
83.002.0023.0695.8.1023.34490000000000000000.01348300	500.000,00	0,12
83.002.0023.0695.8.1024.33390000000000000000.01348300	10.000,00	0,00
83.002.0023.0695.8.1025.33390000000000000000.01648300	10.000,00	0,00
83.002.0023.0695.8.2019.33390000000000000000.01000000	100.000,00	0,02
83.002.0023.0695.8.2020.33390000000000000000.01000000	350.000,00	0,08
<b>Total Órgão</b>	<b>2.030.000,00</b>	<b>0,47</b>
<b>Órgão 84 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>		
84.001.0004.0244.9.2022.33390000000000000000.01000000	150.000,00	0,03
84.001.0008.0243.9.2021.33190000000000000000.01000000	183.000,00	0,04
84.001.0008.0243.9.2021.33390000000000000000.01000000	60.000,00	0,01
84.001.0008.0244.9.2023.33190000000000000000.01000000	4.315.000,00	1,01
84.001.0008.0244.9.2023.33390000000000000000.01000000	440.000,00	0,10
84.002.0016.0482.9.2024.33390000000000000000.01000000	100.000,00	0,02
<b>Total Órgão</b>	<b>5.248.000,00</b>	<b>1,22</b>
<b>Órgão 85 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>		
85.001.0004.0122.7.2025.33190000000000000000.01000000	170.000,00	0,04
85.001.0004.0122.7.2025.33390000000000000000.01000000	160.000,00	0,04
85.001.0004.0122.7.2025.34490000000000000000.01000000	90.000,00	0,02
85.002.0012.0306.7.2026.33390000000000000000.01000000	1.029.000,00	0,24
85.002.0012.0306.7.2027.33390000000000000000.01000000	1.039.000,00	0,24
85.002.0012.0306.7.2028.33390000000000000000.01430000	360.000,00	0,08
85.002.0012.0306.7.2030.33390000000000000000.01430000	555.000,00	0,13
85.002.0012.0306.7.2031.33390000000000000000.01430000	335.000,00	0,08
85.002.0012.0306.7.2032.33390000000000000000.01430000	7.000,00	0,00
85.002.0012.0361.7.1056.34490000000000000000.01010000	1.200.000,00	0,28
85.002.0012.0361.7.1056.34490000000000000000.01320000	1.350.000,00	0,31
85.002.0012.0361.7.1056.34490000000000000000.01360000	1.900.000,00	0,44
85.002.0012.0361.7.1058.34490000000000000000.01320000	100.000,00	0,02
85.002.0012.0361.7.1058.34490000000000000000.01360000	200.000,00	0,05
85.002.0012.0361.7.2034.33390000000000000000.01010000	2.700.000,00	0,63
85.002.0012.0361.7.2034.33390000000000000000.01360000	200.000,00	0,05
85.002.0012.0361.7.2035.33390000000000000000.01620000	800.000,00	0,19
85.002.0012.0361.7.2036.33390000000000000000.01440000	30.000,00	0,01
85.002.0012.0361.7.2037.33350000000000000000.01010000	830.000,00	0,19
85.002.0012.0361.7.2037.33390000000000000000.01010000	20.000,00	0,00
85.002.0012.0361.7.2037.33390000000000000000.01360000	400.000,00	0,09
85.002.0012.0361.7.2039.33190000000000000000.01010000	1.200.000,00	0,28
85.002.0012.0361.7.2039.33190000000000000000.01180000	8.940.000,00	2,08
85.002.0012.0361.7.2039.33190000000000000000.01190000	1.740.000,00	0,41
85.002.0012.0361.7.2039.33191000000000000000.01010000	1.802.000,00	0,42
85.002.0012.0361.7.2039.33191000000000000000.01180000	1.584.000,00	0,37
85.002.0012.0361.7.2039.33191000000000000000.01190000	485.000,00	0,11
85.002.0012.0361.7.2039.33390000000000000000.01010000	1.700.000,00	0,40
85.002.0012.0361.7.2042.33190000000000000000.01010000	2.535.000,00	0,59
85.002.0012.0361.7.2042.33390000000000000000.01010000	300.000,00	0,07
85.002.0012.0365.7.2038.33350000000000000000.01010000	950.000,00	0,22
85.002.0012.0365.7.2038.33350000000000000000.01190000	2.300.000,00	0,54
85.002.0012.0365.7.2038.33390000000000000000.01010000	20.000,00	0,00
85.002.0012.0365.7.2038.33390000000000000000.01360000	400.000,00	0,09



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 3 / 7

Planejamento e Orçamento  
LDO - Demonstrativo da Despesa  
Entidade(s): Consolidado

Atualizado até: 16/09/2019 LDO: 2020 iLdo: 9

Dotação		%
<b>Órgão 85 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>		
85.002.0012.0365.7.2040.33190000000000000000.01010000	14.934.020,00	3,48
85.002.0012.0365.7.2040.33190000000000000000.01180000	13.974.500,00	3,26
85.002.0012.0365.7.2040.33190000000000000000.01190000	4.097.500,00	0,96
85.002.0012.0365.7.2040.33191000000000000000.01010000	1.361.000,00	0,32
85.002.0012.0365.7.2040.33191000000000000000.01180000	3.989.000,00	0,93
85.002.0012.0365.7.2040.33191000000000000000.01190000	890.000,00	0,21
85.002.0012.0365.7.2040.33390000000000000000.01010000	4.000.000,00	0,93
<b>Total Órgão</b>	<b>80.677.020,00</b>	<b>18,81</b>
<b>Órgão 86 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA</b>		
86.007.0015.0451.4.1032.34490000000000000000.01348600	1.950.000,00	0,45
86.007.0015.0451.4.1032.34490000000000000000.01648600	1.200.000,00	0,28
86.007.0015.0451.4.1032.34490000000000000000.01768601	1.100.000,00	0,26
86.007.0015.0451.4.1032.34490000000000000000.01768602	1.300.000,00	0,30
86.007.0015.0451.4.1034.34490000000000000000.01348600	200.000,00	0,05
86.007.0015.0451.4.1034.34490000000000000000.01648600	150.000,00	0,03
86.007.0015.0451.4.1034.34490000000000000000.01768601	650.000,00	0,15
86.007.0015.0451.4.1071.34490000000000000000.01648600	10.000,00	0,00
86.007.0015.0451.4.1072.34490000000000000000.01000000	2.423.572,00	0,57
86.007.0015.0451.4.1078.34490000000000000000.01830000	10.211.000,00	2,38
86.007.0015.0451.4.1083.34490000000000000000.01830000	20.000.000,00	4,66
86.007.0015.0451.4.1084.34490000000000000000.01348600	450.000,00	0,10
86.007.0015.0451.4.1084.34490000000000000000.01768601	500.000,00	0,12
86.007.0015.0451.4.2096.33390000000000000000.01000000	2.400.000,00	0,56
86.007.0015.0451.4.2096.34490000000000000000.01000000	100.000,00	0,02
86.007.0015.0451.5.1001.34490000000000000000.01000000	30.000,00	0,01
86.007.0015.0451.5.1001.34590000000000000000.01000000	10.000,00	0,00
86.007.0015.0451.5.1085.34490000000000000000.01348600	600.000,00	0,14
86.007.0015.0451.5.1085.34490000000000000000.01768601	400.000,00	0,09
86.007.0015.0451.5.1086.34490000000000000000.01348600	250.000,00	0,06
86.007.0015.0451.5.1086.34490000000000000000.01768601	1.750.000,00	0,41
86.007.0015.0451.5.2043.33390000000000000000.01000000	400.000,00	0,09
86.007.0015.0451.5.2044.33190000000000000000.01000000	2.530.000,00	0,59
86.007.0015.0451.5.2044.33390000000000000000.01000000	175.000,00	0,04
86.007.0015.0452.4.1079.34490000000000000000.01830000	4.789.000,00	1,12
86.007.0015.0452.6.2045.33390000000000000000.01000000	7.800.000,00	1,82
86.007.0017.0512.8.2099.33390000000000000000.01803100	1.000,00	0,00
86.007.0017.0512.8.2099.34490000000000000000.01803100	1.000,00	0,00
86.007.0018.0542.5.2090.33390000000000000000.01802300	50.000,00	0,01
86.007.0018.0542.5.2090.33393000000000000000.01802300	30.000,00	0,01
86.007.0018.0542.5.2090.34490000000000000000.01802300	45.000,00	0,01
<b>Total Órgão</b>	<b>61.505.572,00</b>	<b>14,34</b>
<b>Órgão 87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>		
87.002.0010.0128.10.1068.33390000000000000000.01630000	10.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.1035.33390000000000000000.01330000	10.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.1035.34490000000000000000.01020000	10.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.1035.34490000000000000000.01330000	3.000.000,00	0,70
87.002.0010.0301.10.1037.33390000000000000000.01330000	20.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.1037.33390000000000000000.01330100	10.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.1037.34490000000000000000.01330000	800.000,00	0,19
87.002.0010.0301.10.1037.34490000000000000000.01330100	50.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.1038.33350000000000000000.01383300	600.000,00	0,14
87.002.0010.0301.10.1038.33350000000000000000.01760000	500.000,00	0,12
87.002.0010.0301.10.1038.33390000000000000000.01383300	600.000,00	0,14
87.002.0010.0301.10.1038.33390000000000000000.01760000	500.000,00	0,12
87.002.0010.0301.10.1040.33350000000000000000.01383500	600.000,00	0,14
87.002.0010.0301.10.1040.33350000000000000000.01760000	650.000,00	0,15
87.002.0010.0301.10.1040.33390000000000000000.01383500	600.000,00	0,14
87.002.0010.0301.10.1040.33390000000000000000.01760000	650.000,00	0,15



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 4 / 7

Planejamento e Orçamento  
LDO - Demonstrativo da Despesa  
Entidade(s): Consolidado

Atualizado até: 16/09/2019 LDO: 2020 iLdo: 9

Dotação		%
Órgão	87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
87.002.0010.0301.10.1041.33390000000000000000.01330000	10.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.1041.34490000000000000000.01330000	80.000,00	0,02
87.002.0010.0301.10.1041.34490000000000000000.01630000	10.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.1042.34490000000000000000.01020000	30.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.1042.34490000000000000000.01330000	500.000,00	0,12
87.002.0010.0301.10.1042.34490000000000000000.01330100	300.000,00	0,07
87.002.0010.0301.10.1042.34490000000000000000.01630000	350.000,00	0,08
87.002.0010.0301.10.1044.33390000000000000000.01330000	30.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.1044.33390000000000000000.01630000	20.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.1044.34490000000000000000.01330000	800.000,00	0,19
87.002.0010.0301.10.1044.34490000000000000000.01630000	300.000,00	0,07
87.002.0010.0301.10.1061.33390000000000000000.01330000	50.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.1061.34490000000000000000.01330000	875.000,00	0,20
87.002.0010.0301.10.1062.33390000000000000000.01382300	90.000,00	0,02
87.002.0010.0301.10.1062.33390000000000000000.01671200	36.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.1063.33390000000000000000.01382600	50.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.1063.34490000000000000000.01382600	15.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.1065.33390000000000000000.01630000	50.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.1066.33390000000000000000.01330000	50.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.1066.34490000000000000000.01330000	800.000,00	0,19
87.002.0010.0301.10.1073.33390000000000000000.01383200	5.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.1073.34490000000000000000.01383200	39.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2052.33350000000000000000.01020000	50.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2052.33390000000000000000.01020000	2.700.000,00	0,63
87.002.0010.0301.10.2052.34490000000000000000.01020000	35.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2054.33171000000000000000.01020000	6.720,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2054.33371000000000000000.01020000	1.680,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2054.33393000000000000000.01020000	750.000,00	0,17
87.002.0010.0301.10.2054.33393000000000000000.01380800	100.000,00	0,02
87.002.0010.0301.10.2054.33393000000000000000.01670100	200.000,00	0,05
87.002.0010.0301.10.2055.33190000000000000000.01020000	11.800.000,00	2,75
87.002.0010.0301.10.2055.33191000000000000000.01020000	2.854.220,00	0,67
87.002.0010.0301.10.2055.33390000000000000000.01020000	1.600.000,00	0,37
87.002.0010.0301.10.2056.33390000000000000000.01380400	31.200,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2057.33190000000000000000.01020000	350.000,00	0,08
87.002.0010.0301.10.2057.33190000000000000000.01380200	1.450.000,00	0,34
87.002.0010.0301.10.2057.33191000000000000000.01380200	20.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2057.33390000000000000000.01020000	25.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2057.33390000000000000000.01380200	50.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2057.34490000000000000000.01380200	25.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2058.33190000000000000000.01020000	2.700.000,00	0,63
87.002.0010.0301.10.2058.33190000000000000000.01380300	1.300.000,00	0,30
87.002.0010.0301.10.2058.33191000000000000000.01020000	520.000,00	0,12
87.002.0010.0301.10.2058.33191000000000000000.01380300	240.000,00	0,06
87.002.0010.0301.10.2058.33350000000000000000.01020000	8.000.000,00	1,87
87.002.0010.0301.10.2058.33390000000000000000.01020000	25.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2058.33390000000000000000.01380300	50.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2058.34490000000000000000.01020000	5.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2059.33190000000000000000.01380600	50.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2059.33190000000000000000.01382800	218.000,00	0,05
87.002.0010.0301.10.2059.33190000000000000000.01671300	47.580,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2059.33191000000000000000.01380600	5.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2059.33191000000000000000.01382800	62.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2059.33191000000000000000.01671300	13.420,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2059.33390000000000000000.01380100	2.000.000,00	0,47
87.002.0010.0301.10.2059.33390000000000000000.01380600	400.000,00	0,09
87.002.0010.0301.10.2059.33390000000000000000.01382800	10.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2059.33390000000000000000.01670400	600.000,00	0,14
87.002.0010.0301.10.2059.34490000000000000000.01380100	90.000,00	0,02



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 5 / 7

Planejamento e Orçamento  
LDO - Demonstrativo da Despesa  
Entidade(s): Consolidado

Atualizado até: 16/09/2019 LDO: 2020 iLdo: 9

Dotação		%
Órgão	87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
87.002.0010.0301.10.2059.34490000000000000000.01380600	40.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2059.34490000000000000000.01382800	12.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2059.34490000000000000000.01670400	40.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2061.33190000000000000000.01020000	235.000,00	0,05
87.002.0010.0301.10.2061.33190000000000000000.01380500	440.000,00	0,10
87.002.0010.0301.10.2061.33190000000000000000.01670700	40.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2061.33191000000000000000.01020000	55.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2061.33191000000000000000.01380500	45.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2061.33191000000000000000.01670700	12.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2061.33390000000000000000.01380500	80.000,00	0,02
87.002.0010.0301.10.2061.33390000000000000000.01670700	50.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2061.34490000000000000000.01380500	10.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2061.34490000000000000000.01670700	10.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2062.33190000000000000000.01020000	1.700.000,00	0,40
87.002.0010.0301.10.2062.33190000000000000000.01382000	550.000,00	0,13
87.002.0010.0301.10.2062.33191000000000000000.01020000	300.000,00	0,07
87.002.0010.0301.10.2062.33191000000000000000.01382000	50.000,00	0,01
87.002.0010.0301.10.2062.33390000000000000000.01020000	250.000,00	0,06
87.002.0010.0301.10.2062.33390000000000000000.01382000	2.040.000,00	0,48
87.002.0010.0301.10.2062.34490000000000000000.01382000	10.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2073.33390000000000000000.01020000	950.000,00	0,22
87.002.0010.0301.10.2073.33390000000000000000.01380800	390.000,00	0,09
87.002.0010.0301.10.2073.33390000000000000000.01670100	400.000,00	0,09
87.002.0010.0301.10.2073.34490000000000000000.01380800	10.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2073.34490000000000000000.01670100	10.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2091.33390000000000000000.01670100	10.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2092.33390000000000000000.01670100	10.000,00	0,00
87.002.0010.0301.10.2093.33390000000000000000.01670100	10.000,00	0,00
87.002.0010.0302.10.1064.34490000000000000000.01330000	1.100.000,00	0,26
87.002.0010.0302.10.2063.33350000000000000000.01381200	23.000.000,00	5,36
87.002.0010.0302.10.2063.33350000000000000000.01670200	1.200.000,00	0,28
87.002.0010.0302.10.2063.33350000000000000000.01670300	120.000,00	0,03
87.002.0010.0302.10.2063.33390000000000000000.01381200	33.000.000,00	7,69
87.002.0010.0302.10.2063.34490000000000000000.01381200	100.000,00	0,02
87.002.0010.0302.10.2064.33190000000000000000.01020000	515.000,00	0,12
87.002.0010.0302.10.2064.33190000000000000000.01382100	63.000,00	0,01
87.002.0010.0302.10.2064.33191000000000000000.01020000	120.000,00	0,03
87.002.0010.0302.10.2064.33191000000000000000.01382100	10.000,00	0,00
87.002.0010.0302.10.2064.33390000000000000000.01020000	10.000,00	0,00
87.002.0010.0302.10.2064.33390000000000000000.01382100	300.000,00	0,07
87.002.0010.0302.10.2064.34490000000000000000.01382100	7.000,00	0,00
87.002.0010.0302.10.2065.33190000000000000000.01020000	150.000,00	0,03
87.002.0010.0302.10.2065.33190000000000000000.01381000	90.000,00	0,02
87.002.0010.0302.10.2065.33191000000000000000.01020000	30.000,00	0,01
87.002.0010.0302.10.2065.33191000000000000000.01381000	15.000,00	0,00
87.002.0010.0302.10.2065.33390000000000000000.01020000	50.000,00	0,01
87.002.0010.0302.10.2065.33390000000000000000.01381000	50.000,00	0,01
87.002.0010.0302.10.2065.34490000000000000000.01020000	5.000,00	0,00
87.002.0010.0302.10.2065.34490000000000000000.01381000	5.000,00	0,00
87.002.0010.0302.10.2066.33390000000000000000.01381100	360.000,00	0,08
87.002.0010.0302.10.2066.33390000000000000000.01670800	75.000,00	0,02
87.002.0010.0302.10.2066.34490000000000000000.01381100	30.000,00	0,01
87.002.0010.0302.10.2066.34490000000000000000.01670800	6.600,00	0,00
87.002.0010.0302.10.2067.33390000000000000000.01381800	6.000.000,00	1,40
87.002.0010.0302.10.2068.33390000000000000000.01382200	2.900.000,00	0,68
87.002.0010.0302.10.2068.33390000000000000000.01670900	600.000,00	0,14
87.002.0010.0302.10.2068.34490000000000000000.01382200	100.000,00	0,02
87.002.0010.0302.10.2068.34490000000000000000.01670900	50.000,00	0,01
87.002.0010.0304.10.2069.33390000000000000000.01020000	10.000,00	0,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 6 / 7

Planejamento e Orçamento  
LDO - Demonstrativo da Despesa  
Entidade(s): Consolidado

Atualizado até: 16/09/2019 LDO: 2020 iLdo: 9

Dotação		%
<b>Órgão 87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>		
87.002.0010.0304.10.2069.33390000000000000000.01381600	50.000,00	0,01
87.002.0010.0304.10.2069.34490000000000000000.01381600	10.000,00	0,00
87.002.0010.0305.10.2070.33190000000000000000.01381700	35.000,00	0,01
87.002.0010.0305.10.2070.33191000000000000000.01381700	10.000,00	0,00
87.002.0010.0305.10.2070.33390000000000000000.01381700	200.000,00	0,05
87.002.0010.0305.10.2070.34490000000000000000.01381700	10.000,00	0,00
87.002.0010.0305.10.2071.33390000000000000000.01382700	85.000,00	0,02
87.002.0010.0305.10.2071.34490000000000000000.01382700	7.000,00	0,00
87.002.0028.0843.10.3.33290000000000000000.01020000	150.000,00	0,03
87.002.0028.0843.10.3.34690000000000000000.01020000	560.000,00	0,13
<b>Total Órgão</b>	<b>130.432.420,00</b>	<b>30,41</b>
<b>Órgão 88 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL</b>		
88.001.0013.0392.11.2076.33190000000000000000.01000000	1.000.000,00	0,23
88.001.0013.0392.11.2076.33191000000000000000.01000000	90.000,00	0,02
88.001.0013.0392.11.2076.33350000000000000000.01000000	1.400.000,00	0,33
88.001.0013.0392.11.2076.33390000000000000000.01000000	170.000,00	0,04
88.001.0013.0392.11.2076.33390000000000000000.01060000	380.000,00	0,09
88.001.0013.0392.11.2076.34490000000000000000.01000000	10.000,00	0,00
88.001.0013.0392.11.2076.34490000000000000000.01060000	10.000,00	0,00
88.001.0013.0392.11.2077.33390000000000000000.01000000	400.000,00	0,09
<b>Total Órgão</b>	<b>3.460.000,00</b>	<b>0,81</b>
<b>Órgão 89 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>		
89.001.0027.0812.12.2078.33190000000000000000.01000000	395.000,00	0,09
89.001.0027.0812.12.2078.33191000000000000000.01000000	10.000,00	0,00
89.001.0027.0812.12.2078.33350000000000000000.01000000	10.000,00	0,00
89.001.0027.0812.12.2078.33390000000000000000.01000000	2.000.000,00	0,47
89.001.0027.0812.12.2078.33390000000000000000.01060000	1.000,00	0,00
89.001.0027.0812.12.2078.34490000000000000000.01000000	10.000,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>2.426.000,00</b>	<b>0,57</b>
<b>Órgão 90 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
90.001.0008.0241.9.2098.33390000000000000000.01000000	6.000,00	0,00
90.001.0008.0244.9.2080.33350000000000000000.01000000	1.200.000,00	0,28
90.001.0008.0244.9.2080.33390000000000000000.01000000	535.000,00	0,12
90.001.0008.0244.9.2080.34490000000000000000.01000000	42.000,00	0,01
90.002.0008.0244.9.1087.33190000000000000000.01350000	1.000,00	0,00
90.002.0008.0244.9.1087.33191000000000000000.01350000	1.000,00	0,00
90.002.0008.0244.9.1087.33390000000000000000.01350000	394.000,00	0,09
90.003.0008.0244.9.1005.33390000000000000000.01350000	19.299,00	0,00
90.003.0008.0244.9.1005.34490000000000000000.01350000	1.000,00	0,00
90.003.0008.0244.9.1006.33390000000000000000.01350000	2.880,00	0,00
90.003.0008.0244.9.1014.33390000000000000000.01350000	1.000,00	0,00
90.003.0008.0244.9.1015.33190000000000000000.01350000	1.000,00	0,00
90.003.0008.0244.9.1015.33191000000000000000.01350000	1.000,00	0,00
90.003.0008.0244.9.1015.33390000000000000000.01350000	70.000,00	0,02
90.003.0008.0244.9.1016.33390000000000000000.01350000	117.000,00	0,03
90.003.0008.0244.9.1088.33190000000000000000.01350000	1.000,00	0,00
90.003.0008.0244.9.1088.33191000000000000000.01350000	1.000,00	0,00
90.003.0008.0244.9.1088.33350000000000000000.01350000	215.058,00	0,05
90.003.0008.0244.9.1088.33390000000000000000.01350000	174.400,00	0,04
90.003.0008.0244.9.1089.33390000000000000000.01350000	51.575,00	0,01
90.003.0008.0244.9.1089.34490000000000000000.01350000	1.000,00	0,00
90.004.0008.0244.9.1011.33390000000000000000.01610000	12.000,00	0,00
90.004.0008.0244.9.1012.34490000000000000000.01610000	600.000,00	0,14
90.004.0008.0244.9.2084.33350000000000000000.01610000	150.000,00	0,03
90.004.0008.0244.9.2084.34490000000000000000.01610000	100.000,00	0,02
90.004.0008.0244.9.2085.33390000000000000000.01610000	70.000,00	0,02
90.004.0008.0244.9.2085.34490000000000000000.01610000	30.000,00	0,01
90.004.0008.0244.9.2087.33390000000000000000.01610000	105.000,00	0,02





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 7 / 7

Planejamento e Orçamento  
LDO - Demonstrativo da Despesa  
Entidade(s): Consolidado  
Atualizado até: 16/09/2019 LDO: 2020 iLdo: 9

Dotação		%
<b>Órgão 90 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>		
90.004.0008.0244.9.2087.34490000000000000000.01610000	45.000,00	0,01
90.005.0008.0244.9.1018.34490000000000000000.01310000	600.000,00	0,14
90.005.0008.0244.9.1019.34490000000000000000.01310000	500.000,00	0,12
90.005.0008.0244.9.1020.34490000000000000000.01310000	500.000,00	0,12
90.005.0008.0244.9.1021.34490000000000000000.01310000	300.000,00	0,07
<b>Total Órgão</b>	<b>5.848.212,00</b>	<b>1,36</b>
<b>Órgão 91 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>		
91.001.0008.0243.9.2079.33350000000000000000.01090000	25.000,00	0,01
91.001.0008.0243.9.2079.33390000000000000000.01000000	12.000,00	0,00
91.001.0008.0243.9.2079.33390000000000000000.01090000	10.000,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>47.000,00</b>	<b>0,01</b>
<b>Órgão 92 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES</b>		
92.001.0009.0271.13.2088.33390000000000000000.01000000	1.000,00	0,00
92.001.0009.0271.13.2088.33390000000000000000.01750000	251.809,18	0,06
92.001.0009.0271.13.2088.34490000000000000000.01750000	100.000,00	0,02
92.001.0009.0271.13.2089.33190000000000000000.01000000	1.019.000,00	0,24
92.001.0009.0271.13.2089.33190000000000000000.01030000	25.000.000,00	5,83
92.002.0099.0999.13.9011.39990000000000000000.01030000	30.365.649,82	7,08
92.002.0099.0999.13.9011.39990000000000000000.01050000	3.600.000,00	0,84
<b>Total Órgão</b>	<b>60.337.459,00</b>	<b>14,07</b>
<b>Órgão 93 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA</b>		
93.002.0015.0452.4.2048.33171000000000000000.01080000	63.000,00	0,01
93.002.0015.0452.4.2048.33371000000000000000.01080000	32.760,00	0,01
93.002.0015.0452.4.2048.33390000000000000000.01080000	3.750.000,00	0,87
93.002.0015.0452.4.2048.33393000000000000000.01080000	2.000.000,00	0,47
93.002.0015.0452.4.2048.34471000000000000000.01080000	6.000,00	0,00
93.002.0015.0452.4.2048.34490000000000000000.01080000	1.898.240,00	0,44
93.002.0015.0452.4.2100.33390000000000000000.01000000	6.400.000,00	1,49
93.002.0015.0452.4.2100.33390000000000000000.01649300	300.000,00	0,07
93.002.0015.0452.4.2101.33190000000000000000.01000000	4.215.000,00	0,98
93.002.0015.0452.4.2101.33390000000000000000.01000000	950.000,00	0,22
93.003.0020.0606.5.1028.34490000000000000000.01348600	10.000,00	0,00
93.003.0020.0606.5.2095.33171000000000000000.01000000	4.019,52	0,00
93.003.0020.0606.5.2095.33371000000000000000.01000000	780,48	0,00
93.003.0020.0606.5.2102.33390000000000000000.01000000	435.000,00	0,10
93.003.0020.0606.5.2102.34490000000000000000.01000000	90.000,00	0,02
93.003.0020.0606.5.2103.33190000000000000000.01000000	1.315.000,00	0,31
93.003.0020.0606.5.2103.33390000000000000000.01000000	75.000,00	0,02
93.003.0020.0606.8.1027.34490000000000000000.01348600	10.000,00	0,00
93.003.0020.0608.8.1082.33390000000000000000.01000000	360.000,00	0,08
<b>Total Órgão</b>	<b>21.914.800,00</b>	<b>5,11</b>
<b>Órgão 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA</b>		
99.001.0099.0999.13.9010.39990000000000000000.01000000	10.000,00	0,00
<b>Total Órgão</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>428.917.971,00</b>	<b>100,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
LDO - Transferências Financeiras  
LDO: 2020

Pág 1 / 1

Entidade	Valor Concedido	Valor Recebido
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL	54.141.178,00	0,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL	0,00	3.070.000,00
FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES	0,00	1.020.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL	0,00	35.977.620,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	0,00	2.425.000,00
FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL	0,00	12.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL	0,00	1.782.000,00
CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL	565.000,00	10.419.558,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS - BOLSA ATLETA	0,00	0,00
<b>Total das Transferências</b>	<b>54.706.178,00</b>	<b>54.706.178,00</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

## 01000000 - Recursos Ordinários

Origem (Receita)		Valor
4111303110000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - principal	2.860.000,00
4111303410000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal	704.000,00
4111801110000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	8.800.000,00
4111801120000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	26.400,00
4111801130000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	792.000,00
4111801140000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa - multas e juros	264.000,00
4111801410000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	1.980.000,00
4111801420000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	440,00
4111801430000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	13.200,00
4111801440000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	1.320,00
4111802310000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	11.660.000,00
4111802320000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	132.000,00
4111802330000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa	440.000,00
4111802340000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa - multas e juros	154.000,00
4112101110200000000	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e de Serviços	1.400.000,00
4112101110300000000	Taxa de Licença para Execução de Obras	600.000,00
4112101120200000000	Taxa de licença para funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e de Serviços	20.000,00
4112101120300000000	Taxa de Licença para Execução de Obras	500,00
4112101130200000000	Receita da Dívida Ativa Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e de Serviços	200.000,00
4112101130300000000	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Licença para Execução de Obras	100.000,00
4112101140200000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e de Serviços	50.000,00
4112101140300000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Licença para Execução de Obras	5.000,00
4112104110000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental - principal	125.000,00
4112201110100000000	Taxa de limpeza pública	6.700.000,00
4112201110400000000	Taxa de cemitérios	50.000,00
4112201120400000000	Taxa de cemitérios	100,00
4112201130200000000	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Limpeza Pública	500.000,00
4112201130400000000	Taxa de cemitérios	40.000,00
4112201140200000000	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Limpeza Pública	130.000,00
4112201140400000000	Taxa de Cemitérios	100,00
4113000110000000000	Contribuição de melhoria - principal	20.000,00
4113000120000000000	Contribuição de melhoria - multas e juros	100,00
4113000130000000000	Contribuição de melhoria - dívida ativa	100,00
4113000140000000000	Contribuição de melhoria - dívida ativa - multas e juros	100,00
4131001110100000000	Aluguéis e arrendamentos - Prefeitura	225.000,00
4132100110000000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	251.000,00
4140000110000000000	Receita agropecuária - principal	5.000,00
4161001110100000000	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	300.000,00
4161001120000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - multas e juros	5.000,00
4161001130000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa	30.000,00
4161001140000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa - multas e juros	20.000,00
4171801210000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	14.960.000,00
4171801310000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de	572.000,00
4171801410000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de	572.000,00
4171801510000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	22.000,00
4171802210000000000	Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfem - principal	5.000,00
4171802310000000000	Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção de petróleo - lei nº 10.000	450.000,00
4171806110000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	132.000,00
4172801110000000000	Cota-parte do ICMS - principal	19.360.000,00
4172801210000000000	Cota-parte do IPVA - principal	5.280.000,00
4172801310000000000	Cota-parte do IPI - municípios - principal	264.000,00
4172801410000000000	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - principal	100.000,00
4192299110000000000	Outras restituições - principal	200.000,00
4199099110100000000	Outras receitas - primárias - Prefeitura	15.870.000,00
4199099130200000000	Outras receitas - primárias - dívida ativa - FUNPRO	90.000,00
4199099140200000000	Outras receitas - primárias - dívida ativa - multas e juros - FUNPRO	18.000,00
<b>Subtotal Origem</b>		<b>96.499.360,00</b>
Destino(Ação)		Valor



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

1	Operação Especial - Indenização, Ressarcimentos, Sentenças Judiciais	2.000.000,00
2	Pagamento da Dívida Fundada Interna	1.000.000,00
2	Pagamento da Dívida Fundada Interna	5.400.000,00
1000	Devolução de Convênios	750.000,00
1001	Desapropriação de Imóveis	30.000,00
1001	Desapropriação de Imóveis	10.000,00
1023	Ampliação e Reforma do Centro de Eventos	65.000,00
1072	Contrapartida de Convênios	2.423.572,00
1082	Promoção e Realização da Agrovale	360.000,00
2000	Pessoal e Encargos Sociais - Gestão de Governo	4.475.000,00
2000	Pessoal e Encargos Sociais - Gestão de Governo	450.000,00
2001	Manutenção da Secretaria de Gestão de Governo	1.000.000,00
2001	Manutenção da Secretaria de Gestão de Governo	1.365.000,00
2002	Manutenção do Departamento de Coordenação da Defesa Civil	50.000,00
2005	Manutenção da Divisão de Infrações de Trânsito	50.000,00
2006	Manutenção da Divisão da Guarda Municipal	147.000,00
2008	Manutenção da Diretoria Executiva de Comunicação	308.000,00
2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	315.000,00
2010	Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Geral	1.270.000,00
2010	Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Geral	34.000,00
2012	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	5.775.190,00
2012	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	3.600.000,00
2012	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	200.000,00
2013	Pessoal e Encargos Sociais - Administração e Fazenda	6.920.000,00
2013	Pessoal e Encargos Sociais - Administração e Fazenda	3.340.000,00
2013	Pessoal e Encargos Sociais - Administração e Fazenda	500.000,00
2014	Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais	90.000,00
2015	Programa Qualidade de Vida no Trabalho	50.000,00
2016	Consórcio de Informática na Gestão Pública	26.240,00
2017	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	200.000,00
2018	Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico	645.000,00
2018	Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico	50.000,00
2019	Manutenção do Departamento de Turismo e Eventos	100.000,00
2020	Promoção e Realização de Eventos	350.000,00
2021	Conselho Tutelar	183.000,00
2021	Conselho Tutelar	60.000,00
2022	Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social	150.000,00
2023	Pessoal e Encargos Sociais - Assistência e Desenvolvimento Social	4.315.000,00
2023	Pessoal e Encargos Sociais - Assistência e Desenvolvimento Social	440.000,00
2024	Manutenção do Fundo de Habitação	100.000,00
2025	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	170.000,00
2025	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	160.000,00
2025	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	90.000,00
2026	Programa de Alimentação do Ensino Infantil	1.029.000,00
2027	Programa de Alimentação do Ensino Fundamental	1.039.000,00
2043	Manutenção da Diretoria Executiva de Planejamento	400.000,00
2044	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Planejamento	2.530.000,00
2044	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Planejamento	175.000,00
2045	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos	7.800.000,00
2051	Manutenção da Câmara de Vereadores	6.208.372,00
2051	Manutenção da Câmara de Vereadores	689.819,00
2051	Manutenção da Câmara de Vereadores	77.851,00
2051	Manutenção da Câmara de Vereadores	769.641,00
2051	Manutenção da Câmara de Vereadores	2.108.875,00
2076	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul	1.000.000,00
2076	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul	90.000,00
2076	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul	1.400.000,00
2076	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul	170.000,00
2076	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul	10.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 3 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

2077	Fundo Municipal de Cultura	400.000,00
2078	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	395.000,00
2078	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	10.000,00
2078	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	10.000,00
2078	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	2.000.000,00
2078	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	10.000,00
2079	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	12.000,00
2080	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	1.200.000,00
2080	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	535.000,00
2080	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	42.000,00
2088	Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões	1.000,00
2089	Aposentadoria, Pensões e Benefícios	1.019.000,00
2095	Consórcio CIM - AMAVI - SUASA	4.019,52
2095	Consórcio CIM - AMAVI - SUASA	780,48
2096	Pavimentação Comunitária	2.400.000,00
2096	Pavimentação Comunitária	100.000,00
2097	Manutenção do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC	150.000,00
2097	Manutenção do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC	100.000,00
2098	Manutenção do Fundo do Idoso	6.000,00
2100	Manutenção da Secretaria de Obras	6.400.000,00
2101	Pessoal e Encargos Sociais - Obras	4.215.000,00
2101	Pessoal e Encargos Sociais - Obras	950.000,00
2102	Manutenção da Diretoria Executiva de Agricultura	435.000,00
2102	Manutenção da Diretoria Executiva de Agricultura	90.000,00
2103	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Agricultura	1.315.000,00
2103	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Agricultura	75.000,00
2104	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico	50.000,00
2104	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico	50.000,00
9010	Reserva de Contingência - Prefeitura	10.000,00
<b>Subtotal Destino</b>		<b>96.499.360,00</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 4 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

## 01010000 - Recursos Educação

Origem (Receita)		Valor
4111303110000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - principal	2.145.000,00
4111303410000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal	528.000,00
4111801110000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	6.600.000,00
4111801120000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	19.800,00
4111801130000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	594.000,00
4111801140000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa - multas e juros	198.000,00
4111801410000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	1.485.000,00
4111801420000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	330,00
4111801430000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	9.900,00
4111801440000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	990,00
4111802310000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	8.745.000,00
4111802320000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	99.000,00
4111802330000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa	330.000,00
4111802340000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa - multas e juros	115.500,00
4171801210000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	11.220.000,00
4171801310000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de	429.000,00
4171801410000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de	429.000,00
4171801510000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	16.500,00
4171806110000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	99.000,00
4172801110000000000	Cota-parte do ICMS - principal	14.520.000,00
4172801210000000000	Cota-parte do IPVA - principal	3.960.000,00
4172801310000000000	Cota-parte do IPI - municípios - principal	198.000,00
9171801210000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	(6.800.000,00)
9171801510000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	(10.000,00)
9171806110000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	(60.000,00)
9172801110000000000	Cota-parte do ICMS - principal	(8.800.000,00)
9172801210000000000	Cota-parte do IPVA - principal	(2.400.000,00)
9172801310000000000	Cota-parte do IPI - municípios - principal	(120.000,00)
<b>Subtotal Origem</b>		<b>33.552.020,00</b>
Destino(Ação)		Valor
1056	Construção e Ampliação de Centros de Educação	1.200.000,00
2034	Transporte Escolar Educação Básica	2.700.000,00
2037	Manutenção do Ensino Fundamental	830.000,00
2037	Manutenção do Ensino Fundamental	20.000,00
2038	Manutenção do Ensino Infantil	950.000,00
2038	Manutenção do Ensino Infantil	20.000,00
2039	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	1.200.000,00
2039	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	1.802.000,00
2039	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	1.700.000,00
2040	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil	14.934.020,00
2040	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil	1.361.000,00
2040	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil	4.000.000,00
2042	Manutenção do Departamento Administrativo	2.535.000,00
2042	Manutenção do Departamento Administrativo	300.000,00
<b>Subtotal Destino</b>		<b>33.552.020,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

Pág 5 / 20

01020000 - Recursos Saúde		
Origem (Receita)		Valor
4111303110000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - principal	1.495.000,00
4111303410000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal	368.000,00
4111801110000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	4.600.000,00
4111801120000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	13.800,00
4111801130000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	414.000,00
4111801140000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa - multas e juros	138.000,00
4111801410000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	1.035.000,00
4111801420000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	230,00
4111801430000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	6.900,00
4111801440000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	690,00
4111802310000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	6.095.000,00
4111802320000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	69.000,00
4111802330000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa	230.000,00
4111802340000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa - multas e juros	80.500,00
4112801110000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária- principal	400.000,00
4112801120000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - multas e juros	5.000,00
4112801130000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - dívida ativa	70.000,00
4112801140000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária- dívida ativa - multas e juros	15.000,00
4171801210000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	7.820.000,00
4171801310000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de	299.000,00
4171801410000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de	299.000,00
4171801510000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	11.500,00
4171806110000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	69.000,00
4172801110000000000	Cota-parte do ICMS - principal	10.120.000,00
4172801210000000000	Cota-parte do IPVA - principal	2.760.000,00
4172801310000000000	Cota-parte do IPI - municípios - principal	138.000,00
<b>Subtotal Origem</b>		<b>36.552.620,00</b>
Destino(Ação)		Valor
3	Pagamento Dívida Fundada Interna	150.000,00
3	Pagamento Dívida Fundada Interna	560.000,00
1035	Construção, reforma e ampliação de UBS	10.000,00
1042	Aquisição de veículos	30.000,00
2052	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	50.000,00
2052	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	2.700.000,00
2052	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	35.000,00
2054	Consórcio Intermunicipal de Saúde	6.720,00
2054	Consórcio Intermunicipal de Saúde	1.680,00
2054	Consórcio Intermunicipal de Saúde	750.000,00
2055	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde	11.800.000,00
2055	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde	2.854.220,00
2055	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde	1.600.000,00
2057	Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde	350.000,00
2057	Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde	25.000,00
2058	Blatb - Ações Saúde da Família	2.700.000,00
2058	Blatb - Ações Saúde da Família	520.000,00
2058	Blatb - Ações Saúde da Família	8.000.000,00
2058	Blatb - Ações Saúde da Família	25.000,00
2058	Blatb - Ações Saúde da Família	5.000,00
2061	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	235.000,00
2061	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	55.000,00
2062	Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	1.700.000,00
2062	Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	300.000,00
2062	Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	250.000,00
2064	Bimac - Caps	515.000,00
2064	Bimac - Caps	120.000,00
2064	Bimac - Caps	10.000,00
2065	Bimac - Samu	150.000,00





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 6 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

2065	Bimac - Samu	30.000,00
2065	Bimac - Samu	50.000,00
2065	Bimac - Samu	5.000,00
2069	Blvgs - Vigilância Sanitária	10.000,00
2073	Bifab - Farmácia Básica	950.000,00
<b>Subtotal Destino</b>		<b>36.552.620,00</b>
<b>01030000 - Contribuição Previdenciária</b>		
<b>Origem (Receita)</b>		<b>Valor</b>
4121801110100000000	Servidor Ativo Civil - Prefeitura	6.400.000,00
4121801110200000000	Servidor Ativo Civil - Saúde	1.770.000,00
4121801110300000000	Servidor Ativo Civil - Cultural	43.000,00
4121801110400000000	Servidor Ativo Civil - Desportos	5.000,00
4121801110500000000	Servidor Ativo Civil - Câmara de Vereadores	91.000,00
4131001110200000000	Aluguéis e arrendamentos - FAP	5.000,00
4132100410000000000	Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS - pri	25.000.000,00
4199003110000000000	Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdê	600.000,00
4199099110500000000	Outras receitas - primárias - Fap	100.000,00
4721803110100000000	Contribuição Patronal - Prefeitura	12.750.780,00
4721803110200000000	Contribuição Patronal - Saúde	3.710.907,20
4721803110300000000	Contribuição Patronal - Cultural	88.200,00
4721803110400000000	Contribuição Patronal - Desportos	9.800,00
4721803110500000000	Contribuição Patronal - Câmara de Vereadores	676.022,62
4721803110600000000	Contribuição Patronal - Fundo Ass. Social	2.940,00
4721999210100000000	Demais contribuições sociais - parcelamentos	4.113.000,00
<b>Subtotal Origem</b>		<b>55.365.649,82</b>
<b>Destino(Ação)</b>		<b>Valor</b>
2089	Aposentadoria, Pensões e Benefícios	25.000.000,00
9011	Reserva de Contingência - Fap	30.365.649,82
<b>Subtotal Destino</b>		<b>55.365.649,82</b>
<b>01050000 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS</b>		
<b>Origem (Receita)</b>		<b>Valor</b>
4799001110000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS - principal	3.600.000,00
<b>Subtotal Origem</b>		<b>3.600.000,00</b>
<b>Destino(Ação)</b>		<b>Valor</b>
9011	Reserva de Contingência - Fap	3.600.000,00
<b>Subtotal Destino</b>		<b>3.600.000,00</b>
<b>01060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos</b>		
<b>Origem (Receita)</b>		<b>Valor</b>
4132100110201000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	10.500,00
4199099110300000000	Outras receitas - primárias - Cultural	380.000,00
4199099110400000000	Outras receitas - primárias - Desportos	500,00
<b>Subtotal Origem</b>		<b>391.000,00</b>
<b>Destino(Ação)</b>		<b>Valor</b>
2076	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul	380.000,00
2076	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul	10.000,00
2078	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	1.000,00
<b>Subtotal Destino</b>		<b>391.000,00</b>





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 7 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

01080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP		
Origem (Receita)		Valor
4124000110100000000	COSIP - Taxa de Iluminação Pública	7.000.000,00
4124000110200000000	COSIP - Carnê IPTU	750.000,00
Subtotal Origem		7.750.000,00
Destino(Ação)		Valor
2048	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	63.000,00
2048	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	32.760,00
2048	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	3.750.000,00
2048	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	2.000.000,00
2048	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	6.000,00
2048	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	1.898.240,00
Subtotal Destino		7.750.000,00
01090000 - FIA Imposto de Renda		
Origem (Receita)		Valor
4132100110202000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados - FIA	34.500,00
4174000110000000000	Transferências de instituições privadas - principal	100,00
4177000110000000000	Transferências de pessoas físicas - principal	400,00
Subtotal Origem		35.000,00
Destino(Ação)		Valor
2079	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	25.000,00
2079	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	10.000,00
Subtotal Destino		35.000,00
01100000 - Convênio de Trânsito - Militar		
Origem (Receita)		Valor
4191001110300000000	Multas previstas na Leg. Trânsito - Polícia Militar	600.000,00
Subtotal Origem		600.000,00
Destino(Ação)		Valor
2004	Manutenção Trânsito - Polícia Militar	600.000,00
Subtotal Destino		600.000,00
01110000 - Convênio de Trânsito - Civil		
Origem (Receita)		Valor
4132100110201000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	500,00
4191001110200000000	Multas previstas na Leg. Trânsito - Polícia Civil	599.500,00
Subtotal Origem		600.000,00
Destino(Ação)		Valor
2003	Manutenção Trânsito - Polícia Civil	500.000,00
2003	Manutenção Trânsito - Polícia Civil	100.000,00
Subtotal Destino		600.000,00
01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura		
Origem (Receita)		Valor
4132100110201000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	10.000,00
4191001110100000000	Multas previstas na Leg. Trânsito - Município	2.800.000,00
Subtotal Origem		2.810.000,00
Destino(Ação)		Valor
2005	Manutenção da Divisão de Infrações de Trânsito	2.310.000,00
2005	Manutenção da Divisão de Infrações de Trânsito	500.000,00
Subtotal Destino		2.810.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 8 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

01180000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)		
Origem (Receita)		Valor
4132100110101000000	Remuneração depósitos bancários FUNDEB	100.000,00
4175801110000000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educ	28.387.500,00
Subtotal Origem		28.487.500,00
Destino(Ação)		Valor
2039	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	8.940.000,00
2039	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	1.584.000,00
2040	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil	13.974.500,00
2040	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil	3.989.000,00
Subtotal Destino		28.487.500,00
01190000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)		
Origem (Receita)		Valor
4132100110101000000	Remuneração depósitos bancários FUNDEB	50.000,00
4175801110000000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educ	9.462.500,00
Subtotal Origem		9.512.500,00
Destino(Ação)		Valor
2038	Manutenção do Ensino Infantil	2.300.000,00
2039	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	1.740.000,00
2039	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	485.000,00
2040	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil	4.097.500,00
2040	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil	890.000,00
Subtotal Destino		9.512.500,00
01310000 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social		
Origem (Receita)		Valor
4132100110102000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	100,00
4241810910700000000	Outras Transferências de Convênios da União - Desenvolvimento Social	1.899.900,00
Subtotal Origem		1.900.000,00
Destino(Ação)		Valor
1018	Construção do Centro Dia	600.000,00
1019	Construção - CREAS - Federal	500.000,00
1020	Construção do CRAS - Federal	500.000,00
1021	Reforma e Ampliação do Centro POP - Federal	300.000,00
Subtotal Destino		1.900.000,00
01320000 - Transferências de Convênios - União/Educação		
Origem (Receita)		Valor
4132100110102000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	500,00
4241810210000000000	Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação - prin	1.449.500,00
Subtotal Origem		1.450.000,00
Destino(Ação)		Valor
1056	Construção e Ampliação de Centros de Educação	1.350.000,00
1058	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	100.000,00
Subtotal Destino		1.450.000,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 9 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde		
Origem (Receita)		Valor
4241810110000000000	Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS - prin	8.125.000,00
Subtotal Origem		8.125.000,00
Destino(Ação)		Valor
1035	Construção, reforma e ampliação de UBS	10.000,00
1035	Construção, reforma e ampliação de UBS	3.000.000,00
1037	Aquisição de bens e materiais permanentes	20.000,00
1037	Aquisição de bens e materiais permanentes	800.000,00
1041	Construção de academias de saúde	10.000,00
1041	Construção de academias de saúde	80.000,00
1042	Aquisição de veículos	500.000,00
1044	Aquisição de equipamentos	30.000,00
1044	Aquisição de equipamentos	800.000,00
1061	Construção e Equipamentos Policlínica de Referência - Vinculados	50.000,00
1061	Construção e Equipamentos Policlínica de Referência - Vinculados	875.000,00
1064	Construção do CAPS	1.100.000,00
1066	Programa Requalificação de Ubs	50.000,00
1066	Programa Requalificação de Ubs	800.000,00
Subtotal Destino		8.125.000,00
01330100 - Emenda Parlamentar - Investimento		
Origem (Receita)		Valor
4241810110000000000	Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS - prin	360.000,00
Subtotal Origem		360.000,00
Destino(Ação)		Valor
1037	Aquisição de bens e materiais permanentes	10.000,00
1037	Aquisição de bens e materiais permanentes	50.000,00
1042	Aquisição de veículos	300.000,00
Subtotal Destino		360.000,00
01348000 - Transferências de Convênios - União - Gestão de Governo		
Origem (Receita)		Valor
4132100110102000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	500,00
4241810910200000000	Outras Transferências de Convênios da União - Gestão de Governo	910.500,00
Subtotal Origem		911.000,00
Destino(Ação)		Valor
2007	Manutenção do Fundo de Defesa Civil	50.000,00
2007	Manutenção do Fundo de Defesa Civil	861.000,00
Subtotal Destino		911.000,00
01348300 - Transferências de Convênios - União - Desenvolvimento Econômico		
Origem (Receita)		Valor
4241810910300000000	Outras Transferências de Convênios da União - Desenvolvimento Econômico	510.000,00
Subtotal Origem		510.000,00
Destino(Ação)		Valor
1023	Ampliação e Reforma do Centro de Eventos	500.000,00
1024	Promoção e Realização de Eventos - Federal	10.000,00
Subtotal Destino		510.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 10 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

## 01348600 - Transferências de Convênios - União - Infraestrutura

Origem (Receita)		Valor
4132100110102000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	1,00
4241810910400000000	Outras Transferências de Convênios da União - Infraestrutura	3.469.999,00
<b>Subtotal Origem</b>		<b>3.470.000,00</b>
Destino(Ação)		Valor
1027	Aquisição de Máquinas - Federal	10.000,00
1028	Desenvolvimento Pecuário	10.000,00
1032	Pavimentação de Ruas, execução de galerias	1.950.000,00
1034	Construção e Revitalização de Praças e Parques	200.000,00
1084	Obras de Arte Especiais, Ciclovias e Passarelas	450.000,00
1085	Muros de Contenção e Estabilização de Encostas	600.000,00
1086	Reforma e Construção de Edificações	250.000,00
<b>Subtotal Destino</b>		<b>3.470.000,00</b>

## 01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União

Origem (Receita)		Valor
4132100110102000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	100,00
4171804110000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas - princi	1.053.112,00
<b>Subtotal Origem</b>		<b>1.053.212,00</b>
Destino(Ação)		Valor
1005	Aprimoramento da Gestão do SUAS - IDGSUAS	19.299,00
1005	Aprimoramento da Gestão do SUAS - IDGSUAS	1.000,00
1006	Bpc na Escola	2.880,00
1014	Programa Aprimora Rede	1.000,00
1015	Aepeti - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	1.000,00
1015	Aepeti - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	1.000,00
1015	Aepeti - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	70.000,00
1016	Acessuas - Trabalho	117.000,00
1087	Bloco de Proteção Social Básica	1.000,00
1087	Bloco de Proteção Social Básica	1.000,00
1087	Bloco de Proteção Social Básica	394.000,00
1088	Bloco de Proteção Social Especial	1.000,00
1088	Bloco de Proteção Social Especial	1.000,00
1088	Bloco de Proteção Social Especial	215.058,00
1088	Bloco de Proteção Social Especial	174.400,00
1089	Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família e Cadúnico	51.575,00
1089	Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família e Cadúnico	1.000,00
<b>Subtotal Destino</b>		<b>1.053.212,00</b>

## 01360000 - Salário-Educação

Origem (Receita)		Valor
4132100110102000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	1.000,00
4171805110000000000	Transferências do salário-educação - principal	3.099.000,00
<b>Subtotal Origem</b>		<b>3.100.000,00</b>
Destino(Ação)		Valor
1056	Construção e Ampliação de Centros de Educação	1.900.000,00
1058	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	200.000,00
2034	Transporte Escolar Educação Básica	200.000,00
2037	Manutenção do Ensino Fundamental	400.000,00
2038	Manutenção do Ensino Infantil	400.000,00
<b>Subtotal Destino</b>		<b>3.100.000,00</b>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 11 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

01380100 - Pab Fixo		
Origem (Receita)		Valor
4171803110000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	2.090.000,00
Subtotal Origem		2.090.000,00
Destino(Ação)		Valor
2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	2.000.000,00
2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	90.000,00
Subtotal Destino		2.090.000,00
01380200 - Agentes Comunitários de Saúde		
Origem (Receita)		Valor
4171803110000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	1.545.000,00
Subtotal Origem		1.545.000,00
Destino(Ação)		Valor
2057	Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde	1.450.000,00
2057	Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde	20.000,00
2057	Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde	50.000,00
2057	Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde	25.000,00
Subtotal Destino		1.545.000,00
01380300 - Estratégia da Saúde da Família - ESF		
Origem (Receita)		Valor
4171803110000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	1.590.000,00
Subtotal Origem		1.590.000,00
Destino(Ação)		Valor
2058	Blatb - Ações Saúde da Família	1.300.000,00
2058	Blatb - Ações Saúde da Família	240.000,00
2058	Blatb - Ações Saúde da Família	50.000,00
Subtotal Destino		1.590.000,00
01380400 - Saúde Bucal		
Origem (Receita)		Valor
4171803110000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	31.200,00
Subtotal Origem		31.200,00
Destino(Ação)		Valor
2056	Blatb - Pab Saúde Bucal	31.200,00
Subtotal Destino		31.200,00
01380500 - NASF Federal		
Origem (Receita)		Valor
4171803110000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	575.000,00
Subtotal Origem		575.000,00
Destino(Ação)		Valor
2061	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	440.000,00
2061	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	45.000,00
2061	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	80.000,00
2061	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	10.000,00
Subtotal Destino		575.000,00
01380600 - PMAQ - Federal		
Origem (Receita)		Valor
4171803110000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	495.000,00
Subtotal Origem		495.000,00
Destino(Ação)		Valor
2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	50.000,00
2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	5.000,00
2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	400.000,00
2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	40.000,00
Subtotal Destino		495.000,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 12 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

01380800 - Farmácia Básica - Federal		
Origem (Receita)		Valor
4171803410000000000	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica - Principal	500.000,00
Subtotal Origem		500.000,00
Destino(Ação)		Valor
2054	Consórcio Intermunicipal de Saúde	100.000,00
2073	Bifab - Farmácia Básica	390.000,00
2073	Bifab - Farmácia Básica	10.000,00
Subtotal Destino		500.000,00
01381000 - SAMU		
Origem (Receita)		Valor
4171803210000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Am	160.000,00
Subtotal Origem		160.000,00
Destino(Ação)		Valor
2065	Bimac - Samu	90.000,00
2065	Bimac - Samu	15.000,00
2065	Bimac - Samu	50.000,00
2065	Bimac - Samu	5.000,00
Subtotal Destino		160.000,00
01381100 - CEO - Federal		
Origem (Receita)		Valor
4171803210000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Am	390.000,00
Subtotal Origem		390.000,00
Destino(Ação)		Valor
2066	Bimac - Ceo	360.000,00
2066	Bimac - Ceo	30.000,00
Subtotal Destino		390.000,00
01381200 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - União - Saúde		
Origem (Receita)		Valor
4171803210000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Am	56.100.000,00
Subtotal Origem		56.100.000,00
Destino(Ação)		Valor
2063	Bimac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	23.000.000,00
2063	Bimac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	33.000.000,00
2063	Bimac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	100.000,00
Subtotal Destino		56.100.000,00
01381600 - Vigilância Sanitária		
Origem (Receita)		Valor
4171803310000000000	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - Principal	60.000,00
Subtotal Origem		60.000,00
Destino(Ação)		Valor
2069	Bivgs - Vigilância Sanitária	50.000,00
2069	Bivgs - Vigilância Sanitária	10.000,00
Subtotal Destino		60.000,00
01381700 - Vigilância Epidemiológica		
Origem (Receita)		Valor
4171803310000000000	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - Principal	255.000,00
Subtotal Origem		255.000,00
Destino(Ação)		Valor
2070	Bivgs - Vigilância Epidemiológica	35.000,00
2070	Bivgs - Vigilância Epidemiológica	10.000,00
2070	Bivgs - Vigilância Epidemiológica	200.000,00
2070	Bivgs - Vigilância Epidemiológica	10.000,00
Subtotal Destino		255.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 13 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

01381800 - FAEC - Federal		
Origem (Receita)		Valor
4171803210000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Am	6.000.000,00
Subtotal Origem		6.000.000,00
Destino(Ação)		Valor
2067	BImac - Faec Extra Teto	6.000.000,00
Subtotal Destino		6.000.000,00
01382000 - Transferências Federais UPA		
Origem (Receita)		Valor
4171803910000000000	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transfe	2.650.000,00
Subtotal Origem		2.650.000,00
Destino(Ação)		Valor
2062	Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	550.000,00
2062	Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	50.000,00
2062	Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	2.040.000,00
2062	Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	10.000,00
Subtotal Destino		2.650.000,00
01382100 - CAPS _ Federal		
Origem (Receita)		Valor
4171803110000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	380.000,00
Subtotal Origem		380.000,00
Destino(Ação)		Valor
2064	BImac - Caps	63.000,00
2064	BImac - Caps	10.000,00
2064	BImac - Caps	300.000,00
2064	BImac - Caps	7.000,00
Subtotal Destino		380.000,00
01382200 - Transferências Federais - Oncologia		
Origem (Receita)		Valor
4171803210000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Am	3.000.000,00
Subtotal Origem		3.000.000,00
Destino(Ação)		Valor
2068	BImac - Oncologia	2.900.000,00
2068	BImac - Oncologia	100.000,00
Subtotal Destino		3.000.000,00
01382300 - Laboratório Regional de Prótese Dentária - LRPD		
Origem (Receita)		Valor
4171803110000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	90.000,00
Subtotal Origem		90.000,00
Destino(Ação)		Valor
1062	Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária	90.000,00
Subtotal Destino		90.000,00
01382600 - Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição (VAN)		
Origem (Receita)		Valor
4171803510000000000	Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS - Principal	65.000,00
Subtotal Origem		65.000,00
Destino(Ação)		Valor
1063	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição	50.000,00
1063	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição	15.000,00
Subtotal Destino		65.000,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 14 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

01382700 - DST/AIDS/HEPATITE VIRAL		
Origem (Receita)		Valor
4171803310000000000	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - Principal	92.000,00
Subtotal Origem		92.000,00
Destino(Ação)		Valor
2071	Blvgs - Pam - DST/AIDS/Hepatite Viral	85.000,00
2071	Blvgs - Pam - DST/AIDS/Hepatite Viral	7.000,00
Subtotal Destino		92.000,00
01382800 - Incentivo ao Sistema Prisional		
Origem (Receita)		Valor
4171803910000000000	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transfe	302.000,00
Subtotal Origem		302.000,00
Destino(Ação)		Valor
2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	218.000,00
2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	62.000,00
2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	10.000,00
2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	12.000,00
Subtotal Destino		302.000,00
01383200 - Vigilância Alimentar e Nutricional		
Origem (Receita)		Valor
4171803510000000000	Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS - Principal	44.000,00
Subtotal Origem		44.000,00
Destino(Ação)		Valor
1073	Vigilância Alimentar e Nutricional - VAN	5.000,00
1073	Vigilância Alimentar e Nutricional - VAN	39.000,00
Subtotal Destino		44.000,00
01383300 - Incremento PAB - Emenda de Bancada		
Origem (Receita)		Valor
4171803110000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	1.200.000,00
Subtotal Origem		1.200.000,00
Destino(Ação)		Valor
1038	Incremento ao piso de atenção básica	600.000,00
1038	Incremento ao piso de atenção básica	600.000,00
Subtotal Destino		1.200.000,00
01383500 - Incremento MAC - Emenda de Bancada		
Origem (Receita)		Valor
4171803210000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Am	1.200.000,00
Subtotal Origem		1.200.000,00
Destino(Ação)		Valor
1040	Incremento ao piso de média e alta complexidade	600.000,00
1040	Incremento ao piso de média e alta complexidade	600.000,00
Subtotal Destino		1.200.000,00
01430000 - Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		
Origem (Receita)		Valor
4132100110102000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	500,00
4171805310000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação e	1.256.500,00
Subtotal Origem		1.257.000,00
Destino(Ação)		Valor
2028	Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental - PNAE	360.000,00
2030	Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches - PNAC	555.000,00
2031	Programa Nacional de Alimentação Pré-Escola - PNAPE	335.000,00
2032	Programa Alimentação Escolar Especial	7.000,00
Subtotal Destino		1.257.000,00





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

Pág 15 / 20

01440000 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE		
Origem (Receita)		Valor
4132100110102000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	500,00
4171805410000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao tran	29.500,00
Subtotal Origem		30.000,00
Destino(Ação)		Valor
2036	Transporte Escolar Ensino Fundamental - PNATE	30.000,00
Subtotal Destino		30.000,00
01610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assistência Social		
Origem (Receita)		Valor
4132100110102000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	100,00
4172899110200000000	Transferências de Convênios - Estado/Desenvolvimento Social	336.900,00
4242810910300000000	Outras transferências de convênios do estados - Desenvolvimento Social	775.000,00
Subtotal Origem		1.112.000,00
Destino(Ação)		Valor
1011	Benefícios Eventuais Estado	12.000,00
1012	Construção, Ampliação e Reformas - CREAS - Estado	600.000,00
2084	Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual	150.000,00
2084	Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual	100.000,00
2085	Proteção Especial de Média Complexidade Estadual	70.000,00
2085	Proteção Especial de Média Complexidade Estadual	30.000,00
2087	Proteção Social Básica Estadual	105.000,00
2087	Proteção Social Básica Estadual	45.000,00
Subtotal Destino		1.112.000,00
01620000 - Transferências de Convênios - Estado/Educação		
Origem (Receita)		Valor
4132100110102000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	500,00
4172810210000000000	Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de educação -	799.500,00
Subtotal Origem		800.000,00
Destino(Ação)		Valor
2035	Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado	800.000,00
Subtotal Destino		800.000,00
01630000 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde		
Origem (Receita)		Valor
4172803110800000000	Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço	50.000,00
4172803110900000000	Fms - Alto Vale Cir	10.000,00
4242810110000000000	Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS -	680.000,00
Subtotal Origem		740.000,00
Destino(Ação)		Valor
1041	Construção de academias de saúde	10.000,00
1042	Aquisição de veículos	350.000,00
1044	Aquisição de equipamentos	20.000,00
1044	Aquisição de equipamentos	300.000,00
1065	Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço	50.000,00
1068	Fms - Alto Vale Cir	10.000,00
Subtotal Destino		740.000,00
01648300 - Transferências de Convênios - Estado - Desenvolvimento Econômico.		
Origem (Receita)		Valor
4132100110102000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	500,00
4242810910200000000	Outras transferências de convênios dos estados - Desenvolvimento Econômico	9.500,00
Subtotal Origem		10.000,00
Destino(Ação)		Valor
1025	Promoção e Realização de Eventos - Estadual	10.000,00
Subtotal Destino		10.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 16 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

01648600 - Transferências de Convênios - Estado - Infraestrutura		
Origem (Receita)		Valor
4132100110102000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	1,00
4242810710000000000	Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infra-estrut	1.359.999,00
Subtotal Origem		1.360.000,00
Destino(Ação)		Valor
1032	Pavimentação de Ruas, execução de galerias	1.200.000,00
1034	Construção e Revitalização de Praças e Parques	150.000,00
1071	Pavimentação Rio do Sul x Presidente Getúlio	10.000,00
Subtotal Destino		1.360.000,00
01649300 - Transferências de Convênios - Estado - Obras e Agricultura		
Origem (Receita)		Valor
4172810910000000000	Outras transferências de convênio dos estados - principal	300.000,00
Subtotal Origem		300.000,00
Destino(Ação)		Valor
2100	Manutenção da Secretaria de Obras	300.000,00
Subtotal Destino		300.000,00
01670100 - Farmácia Básica - Estadual		
Origem (Receita)		Valor
4172803110300000000	Farmácia Básica Estadual	640.000,00
Subtotal Origem		640.000,00
Destino(Ação)		Valor
2054	Consórcio Intermunicipal de Saúde	200.000,00
2073	Bifab - Farmácia Básica	400.000,00
2073	Bifab - Farmácia Básica	10.000,00
2091	Programa de Medicamentos Especiais	10.000,00
2092	Tiras Reagentes - Diabetes	10.000,00
2093	Oxigenoterapia	10.000,00
Subtotal Destino		640.000,00
01670200 - Incentivo Hospitalar - Estadual		
Origem (Receita)		Valor
4172803110100000000	Incentivo Hospitalar - Estadual	1.200.000,00
Subtotal Origem		1.200.000,00
Destino(Ação)		Valor
2063	Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	1.200.000,00
Subtotal Destino		1.200.000,00
01670300 - Cirurgias Eletivas Gestão Plena - Estadual		
Origem (Receita)		Valor
4172803110400000000	Cirurgias Eletivas Gestão Plena - Estadual	120.000,00
Subtotal Origem		120.000,00
Destino(Ação)		Valor
2063	Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	120.000,00
Subtotal Destino		120.000,00
01670400 - Cofinanciamento / ESF		
Origem (Receita)		Valor
4172803110700000000	Cofinanciamento Estadual	640.000,00
Subtotal Origem		640.000,00
Destino(Ação)		Valor
2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	600.000,00
2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	40.000,00
Subtotal Destino		640.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

Pág 17 / 20

01670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF Estadual		
Origem (Receita)		Valor
4172803110500000000	NASF - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	112.000,00
Subtotal Origem		112.000,00
Destino(Ação)		Valor
2061	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	40.000,00
2061	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	12.000,00
2061	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	50.000,00
2061	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	10.000,00
Subtotal Destino		112.000,00
01670800 - Centro de Especialidades Odontológicas - CEO Estadual		
Origem (Receita)		Valor
4172803110200000000	CEO Estadual	81.600,00
Subtotal Origem		81.600,00
Destino(Ação)		Valor
2066	BImac - Ceo	75.000,00
2066	BImac - Ceo	6.600,00
Subtotal Destino		81.600,00
01670900 - Transferências Estaduais - Oncologia		
Origem (Receita)		Valor
4172803110600000000	Transferências Estaduais - Oncologia	650.000,00
Subtotal Origem		650.000,00
Destino(Ação)		Valor
2068	BImac - Oncologia	600.000,00
2068	BImac - Oncologia	50.000,00
Subtotal Destino		650.000,00
01671200 - Transf. SUS - Estado - LRPD - Laboratório Regional de Prótese Dentária.		
Origem (Receita)		Valor
4172803111100000000	LRPD - Laboratório Regional de Prótese Dentária	36.000,00
Subtotal Origem		36.000,00
Destino(Ação)		Valor
1062	Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária	36.000,00
Subtotal Destino		36.000,00
01671300 - Incentivo ao Sistema Prisional - Estadual		
Origem (Receita)		Valor
4172803111000000000	Incentivo ao Sistema Prisional - Estadual	61.000,00
Subtotal Origem		61.000,00
Destino(Ação)		Valor
2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	47.580,00
2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	13.420,00
Subtotal Destino		61.000,00
01750000 - Taxa de Administração RPPS		
Origem (Receita)		Valor
4721803110100000000	Contribuição Patronal - Prefeitura	260.220,00
4721803110200000000	Contribuição Patronal - Saúde	75.732,80
4721803110300000000	Contribuição Patronal - Cultural	1.800,00
4721803110400000000	Contribuição Patronal - Desportos	200,00
4721803110500000000	Contribuição Patronal - Câmara de Vereadores	13.796,38
4721803110600000000	Contribuição Patronal - Fundo Ass. Social	60,00
Subtotal Origem		351.809,18
Destino(Ação)		Valor
2088	Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões	251.809,18
2088	Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões	100.000,00
Subtotal Destino		351.809,18



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 18 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

01760000 - Emendas Parlamentares Individuais		
Origem (Receita)		Valor
4171808110000000000	Transferências advindas de emendas parlamentares individuais - principal	2.300.000,00
Subtotal Origem		2.300.000,00
Destino(Ação)		Valor
1038	Incremento ao piso de atenção básica	500.000,00
1038	Incremento ao piso de atenção básica	500.000,00
1040	Incremento ao piso de média e alta complexidade	650.000,00
1040	Incremento ao piso de média e alta complexidade	650.000,00
Subtotal Destino		2.300.000,00
01768601 - Emendas Parlamentares Individuais - Federal		
Origem (Receita)		Valor
4241808110100000000	Transferência de emendas parlamentares individuais - Prefeitura - Investimentos	4.400.000,00
Subtotal Origem		4.400.000,00
Destino(Ação)		Valor
1032	Pavimentação de Ruas, execução de galerias	1.100.000,00
1034	Construção e Revitalização de Praças e Parques	650.000,00
1084	Obras de Arte Especiais, Ciclovias e Passarelas	500.000,00
1085	Muros de Contenção e Estabilização de Encostas	400.000,00
1086	Reforma e Construção de Edificações	1.750.000,00
Subtotal Destino		4.400.000,00
01768602 - Emendas Parlamentares Individuais - Estadual		
Origem (Receita)		Valor
4241808110100000000	Transferência de emendas parlamentares individuais - Prefeitura - Investimentos	1.300.000,00
Subtotal Origem		1.300.000,00
Destino(Ação)		Valor
1032	Pavimentação de Ruas, execução de galerias	1.300.000,00
Subtotal Destino		1.300.000,00
01802100 - FUNPOM		
Origem (Receita)		Valor
4112201110200000000	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	5.000,00
4132100110102000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	500,00
Subtotal Origem		5.500,00
Destino(Ação)		Valor
2004	Manutenção Trânsito - Polícia Militar	4.500,00
2004	Manutenção Trânsito - Polícia Militar	1.000,00
Subtotal Destino		5.500,00
01802200 - FUNREBOM		
Origem (Receita)		Valor
4112101110400000000	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	699.500,00
4132100110102000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	500,00
Subtotal Origem		700.000,00
Destino(Ação)		Valor
2011	Manutenção do Funrebom	500.000,00
2011	Manutenção do Funrebom	200.000,00
Subtotal Destino		700.000,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 19 / 20

Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

01802300 - Fundo do Meio Ambiente		
Origem (Receita)		Valor
4112104110000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental - principal	124.900,00
4132100110201000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	100,00
Subtotal Origem		125.000,00
Destino(Ação)		Valor
2090	Manutenção do Fundo do Meio Ambiente	50.000,00
2090	Manutenção do Fundo do Meio Ambiente	30.000,00
2090	Manutenção do Fundo do Meio Ambiente	45.000,00
Subtotal Destino		125.000,00
01802500 - FUNPRO		
Origem (Receita)		Valor
4199099130200000000	Outras receitas - primárias - dívida ativa - FUNPRO	10.000,00
4199099140200000000	Outras receitas - primárias - dívida ativa - multas e juros - FUNPRO	2.000,00
Subtotal Origem		12.000,00
Destino(Ação)		Valor
2086	FUNPRO-Fundo de Manutenção, Reaparelhamento e Modernização da Procurad	5.000,00
2086	FUNPRO-Fundo de Manutenção, Reaparelhamento e Modernização da Procurad	7.000,00
Subtotal Destino		12.000,00
01802600 - PMSC - Convenio de Rádioatruilha		
Origem (Receita)		Valor
4132100110201000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	100,00
4199099110600000000	Outras Receitas Primárias - PMSC - Convenio de Radiopatrulha	39.900,00
Subtotal Origem		40.000,00
Destino(Ação)		Valor
2004	Manutenção Trânsito - Polícia Militar	6.000,00
2004	Manutenção Trânsito - Polícia Militar	28.000,00
2004	Manutenção Trânsito - Polícia Militar	1.000,00
2004	Manutenção Trânsito - Polícia Militar	5.000,00
Subtotal Destino		40.000,00
01802700 - PROCON		
Origem (Receita)		Valor
4199099110700000000	Outras Receitas Primárias - Procon	20.000,00
Subtotal Origem		20.000,00
Destino(Ação)		Valor
2094	Manutenção do Procon	10.000,00
2094	Manutenção do Procon	10.000,00
Subtotal Destino		20.000,00
01802800 - Guarda Municipal		
Origem (Receita)		Valor
4112201110500000000	Taxa Guarda Municipal	3.000,00
Subtotal Origem		3.000,00
Destino(Ação)		Valor
2006	Manutenção da Divisão da Guarda Municipal	1.500,00
2006	Manutenção da Divisão da Guarda Municipal	1.500,00
Subtotal Destino		3.000,00
01803100 - Saneamento Básico		
Origem (Receita)		Valor
4112201120600000000	Taxa Fundo de Saneamento Básico	2.000,00
Subtotal Origem		2.000,00
Destino(Ação)		Valor
2099	Manutenção do Fundo de Saneamento Básico	1.000,00
2099	Manutenção do Fundo de Saneamento Básico	1.000,00
Subtotal Destino		2.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Origem e Destino de Aplicações de Recursos  
LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

Pág 20 / 20

01830000 - Operações de Crédito		
Origem (Receita)		Valor
4211900110000000000	Outras operações de crédito - mercado interno - principal	35.000.000,00
Subtotal Origem		35.000.000,00
Destino(Ação)		Valor
1078	Pavimentação de Vias - FINISA	10.211.000,00
1079	Aquisição de Maquinas, Implementos e Veículos Pesados - FINISA	4.789.000,00
1083	BRDE/Avançar Cidades	20.000.000,00
Subtotal Destino		35.000.000,00
01890000 - Alienações de Bens - Ordinários		
Origem (Receita)		Valor
4132100110201000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	1.000,00
4221300110000000000	Alienação de bens móveis e semoventes - principal	49.000,00
4222000110000000000	Alienação de bens imóveis - principal	10.000,00
Subtotal Origem		60.000,00
Destino(Ação)		Valor
2012	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	60.000,00
Subtotal Destino		60.000,00
Total Geral Origem		428.917.971,00
Total Geral Destino		428.917.971,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 67

## Planejamento e Orçamento Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Executiva de Governo	1
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Gestão para Resultados	2

Objetivo do programa:

Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2000	A 2	Pessoal e Encargos Sociais - Gestão de Governo	Manutenção da Secretaria de Gestão	12,00	4.925.000,00

### II - Descrição das Ações

Pessoal e Encargos Sociais - Gestão de Governo

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	4.475.000,00	0,00	4.475.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	450.000,00	0,00	450.000,00
<b>Total:</b>			<b>4.925.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.925.000,00</b>

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Executiva de Governo	1
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Gestão para Resultados	2

Objetivo do programa:

Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2001	A 2	Manutenção da Secretaria de Gestão de Governo	Manutenção da Secretaria de Gestão	12,00	2.365.000,00

### II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Gestão de Governo

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01000000 - Recursos Ordinários	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	1.365.000,00	0,00	1.365.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.365.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.365.000,00</b>

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Executiva de Governo	1
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Capital de Oportunidades	8

Objetivo do programa:

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2097	A 2	Manutenção do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC			250.000,00

### II - Descrição das Ações

Manutenção do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 2 / 67

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Executiva de Governo	1
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Capital de Oportunidades	8

Objetivo do programa:

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2097	A 2	Manutenção do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC			250.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>250.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>250.000,00</b>

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Executiva de Governo	1
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Normatização e Fiscalização	0125
Programa:	Gestão para Resultados	2

Objetivo do programa:

Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2094	A 2	Manutenção do Procon			20.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Procon

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01802700 - PROCON	0,00	10.000,00	10.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01802700 - PROCON	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>20.000,00</b>

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Executiva de Governo	1
Função:	Segurança Pública	0006
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Gestão para Resultados	2

Objetivo do programa:

Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2005	A 2	Manutenção da Divisão de Infrações de Trânsito	Manutenção do departamento de trânsito	12,00	2.860.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Divisão de Infrações de Trânsito

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	2.310.000,00	2.310.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	0,00	500.000,00	500.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 3 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Executiva de Governo	1
Função:	Segurança Pública	0006
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Gestão para Resultados	2

Objetivo do programa:

Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2005	A 2	Manutenção da Divisão de Infrações de Trânsito	Manutenção do departamento de trânsito	12,00	2.860.000,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção da Divisão de Infrações de Trânsito

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
Total:			50.000,00	2.810.000,00	2.860.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Executiva de Governo	1
Função:	Segurança Pública	0006
Subfunção:	Policciamento	0181
Programa:	Gestão para Resultados	2

Objetivo do programa:

Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2003	A 2	Manutenção Trânsito - Polícia Civil	Manutenção transito - policia civil	12,00	600.000,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção Trânsito - Polícia Civil

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	0,00	500.000,00	500.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			0,00	600.000,00	600.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Executiva de Governo	1
Função:	Segurança Pública	0006
Subfunção:	Policciamento	0181
Programa:	Gestão para Resultados	2

Objetivo do programa:

Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2004	A 2	Manutenção Trânsito - Polícia Militar	Manutenção transito - policia militar	12,00	645.500,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção Trânsito - Polícia Militar

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33330000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrit	01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00	600.000,00	600.000,00
33330000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrit	01802600 - PMSC - Convenio de Rádioatruilha	0,00	6.000,00	6.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01802600 - PMSC - Convenio de Rádioatruilha	0,00	28.000,00	28.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01802100 - FUNPOM	0,00	4.500,00	4.500,00
34430000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrit	01802600 - PMSC - Convenio de Rádioatruilha	0,00	1.000,00	1.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v:2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 4 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Executiva de Governo	1
Função:	Segurança Pública	0006
Subfunção:	Policciamento	0181
Programa:	Gestão para Resultados	2

Objetivo do programa:

Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2004	A	2	Manutenção Trânsito - Polícia Militar	Manutenção transito - policia militar	12,00	645.500,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção Trânsito - Polícia Militar

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01802100 - FUNPOM	0,00	1.000,00	1.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01802600 - PMSC - Convenio de Rádioatruha	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>645.500,00</b>	<b>645.500,00</b>

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Executiva de Governo	1
Função:	Segurança Pública	0006
Subfunção:	Policciamento	0181
Programa:	Cidade Segura	3

Objetivo do programa:

Manter um policiamento ostensivo para garantir a segurança

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2006	A	2	Manutenção da Divisão da Guarda Municipal	Manutenção do departamento da guarda municipal	12,00	150.000,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção da Divisão da Guarda Municipal

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01802800 - Guarda Municipal	0,00	1.500,00	1.500,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	147.000,00	0,00	147.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01802800 - Guarda Municipal	0,00	1.500,00	1.500,00
<b>Total:</b>			<b>147.000,00</b>	<b>3.000,00</b>	<b>150.000,00</b>

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Executiva de Governo	1
Função:	Segurança Pública	0006
Subfunção:	Defesa Civil	0182
Programa:	Cidade Segura	3

Objetivo do programa:

Manter um policiamento ostensivo para garantir a segurança

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2002	A	2	Manutenção do Departamento de Coordenação da Defesa Civil	Manutencao do departamento de defesa civil	12,00	50.000,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção do Departamento de Coordenação da Defesa Civil

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 5 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Executiva de Governo	1
Função:	Segurança Pública	0006
Subfunção:	Defesa Civil	0182
Programa:	Cidade Segura	3

Objetivo do programa:

Manter um policiamento ostensivo para garantir a segurança

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2002	A	2	Manutenção do Departamento de Coordenação da Defesa Civil	Manutencao do departamento de defesa civil	12,00	50.000,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção do Departamento de Coordenação da Defesa Civil

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
Total:			50.000,00	0,00	50.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Executiva de Governo	1
Função:	Segurança Pública	0006
Subfunção:	Defesa Civil	0182
Programa:	Cidade Segura	3

Objetivo do programa:

Manter um policiamento ostensivo para garantir a segurança

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2007	A	2	Manutenção do Fundo de Defesa Civil	Manutenção do fundo de defesa civil	12,00	911.000,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo de Defesa Civil

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01348000 - Transferências de Convênios - União - Gest	0,00	50.000,00	50.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01348000 - Transferências de Convênios - União - Gest	0,00	861.000,00	861.000,00
Total:			0,00	911.000,00	911.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Executiva de Comunicação	2
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Comunicação Social	0131
Programa:	Gestão para Resultados	2

Objetivo do programa:

Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2008	A	2	Manutenção da Diretoria Executiva de Comunicação	Manutenção do departamento de comunicação social	12,00	308.000,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção da Diretoria Executiva de Comunicação

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	308.000,00	0,00	308.000,00
Total:			308.000,00	0,00	308.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 6 / 67

**Entidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	80
Unidade:	Diretoria Técnica de Gestão do Governo	3
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Gestão para Resultados	2

Objetivo do programa:

Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1000	P 1	Devolução de Convênios	Devolução de convênios	1,00	750.000,00

**II - Descrição das Ações**

Devolução de Convênios

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	750.000,00	0,00	750.000,00
<b>Total:</b>			<b>750.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>750.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 7 / 67

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	81
Unidade:	Procuradoria Geral	1
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	0062
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1	O	0	Operação Especial - Indenização, Ressarcimentos, Sentenças Judiciais	Precatórios e Ações Judiciais	12,00	2.000.000,00

**II - Descrição das Ações**

Operação Especial - Indenização, Ressarcimentos, Sentenças Judiciais

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.000.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.000.000,00</b>

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	81
Unidade:	Procuradoria Geral	1
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2009	A	2	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	Manutenção da procuradoria juridica	12,00	315.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Procuradoria Geral do Município

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	315.000,00	0,00	315.000,00
<b>Total:</b>			<b>315.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>315.000,00</b>

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	81
Unidade:	Procuradoria Geral	1
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2010	A	2	Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Geral	Manutenção da procuradoria juridica	12,00	1.304.000,00

**II - Descrição das Ações**

Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Geral

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	1.270.000,00	0,00	1.270.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	34.000,00	0,00	34.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.304.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.304.000,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 8 / 67

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	81
Unidade:	Procuradoria Geral	1
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2086	A 2	FUNPRO-Fundo de Manutenção, Reaparelhamento e Modernização da Procuradoria Geral	Manutenção FUNPRO	12,00	12.000,00

**II - Descrição das Ações**

FUNPRO-Fundo de Manutenção, Reaparelhamento e Modernização da Procuradoria Geral

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01802500 - FUNPRO	0,00	5.000,00	5.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01802500 - FUNPRO	0,00	7.000,00	7.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>12.000,00</b>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 9 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	82
Unidade:	Diretoria Técnica de Fazenda	1
Função:	Segurança Pública	0006
Subfunção:	Policimento	0181
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2011	A	2	Manutenção do Funrebom	Manutenção do funrebom	12,00	700.000,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção do Funrebom

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01802200 - FUNREBOM	0,00	500.000,00	500.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01802200 - FUNREBOM	0,00	200.000,00	200.000,00
Total:			0,00	700.000,00	700.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	82
Unidade:	Diretoria Técnica de Fazenda	1
Função:	Encargos Especiais	0028
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	0843
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2	O	0	Pagamento da Dívida Fundada Interna	Pagamento da dívida fundada interna	12,00	6.400.000,00

## II - Descrição das Ações

Pagamento da Dívida Fundada Interna

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33290000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
34690000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	5.400.000,00	0,00	5.400.000,00
Total:			6.400.000,00	0,00	6.400.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	82
Unidade:	Diretoria Técnica de Administração	2
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2012	A	2	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	Manutenção Secretaria da Fazenda e Administração	12,00	9.635.190,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	5.775.190,00	0,00	5.775.190,00
33391000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operat	01000000 - Recursos Ordinários	3.600.000,00	0,00	3.600.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPI v:2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 10 / 67

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	82
Unidade:	Diretoria Técnica de Administração	2
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2012	A 2	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	Manutenção Secretaria da Fazenda e Administração	12,00	9.635.190,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3449000000000000000	Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
3449000000000000000	Aplicacoes diretas	01890000 - Alienações de Bens - Ordinários	0,00	60.000,00	60.000,00
<b>Total:</b>			<b>9.575.190,00</b>	<b>60.000,00</b>	<b>9.635.190,00</b>

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	82
Unidade:	Diretoria Técnica de Administração	2
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2013	A 2	Pessoal e Encargos Sociais - Administração e Fazenda	Manutenção Secretaria da Fazenda e Administração	12,00	10.760.000,00

**II - Descrição das Ações**

Pessoal e Encargos Sociais - Administração e Fazenda

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3319000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	6.920.000,00	0,00	6.920.000,00
3319100000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01000000 - Recursos Ordinários	3.340.000,00	0,00	3.340.000,00
3339000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	500.000,00	0,00	500.000,00
<b>Total:</b>			<b>10.760.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.760.000,00</b>

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	82
Unidade:	Diretoria Técnica de Administração	2
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2015	A 2	Programa Qualidade de Vida no Trabalho	Programa de Qualidade de Vida	12,00	50.000,00

**II - Descrição das Ações**

Programa Qualidade de Vida no Trabalho

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3339000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v:2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 11 / 67

## Planejamento e Orçamento Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	82
Unidade:	Diretoria Técnica de Administração	2
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2015	A	2	Programa Qualidade de Vida no Trabalho	Programa de Qualidade de Vida	12,00	50.000,00

### II - Descrição das Ações

Programa Qualidade de Vida no Trabalho

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total	
			<b>Total:</b>	<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	82
Unidade:	Diretoria Técnica de Administração	2
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2016	A	2	Consórcio de Informática na Gestão Pública	Consórcio de informatica na gestao publica municipal - ciga	12,00	26.240,00

### II - Descrição das Ações

Consórcio de Informática na Gestão Pública

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
3339300000000000000	Aplicação direta decorrente de operaç	01000000 - Recursos Ordinários	26.240,00	0,00	26.240,00
		Total:	26.240,00	0,00	26.240,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	82
Unidade:	Diretoria Técnica de Administração	2
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Formação de Recursos Humanos	0128
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2014	A	2	Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais	Capacitação permanente dos servidores públicos municipais	1,00	90.000,00

### II - Descrição das Ações

Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	90.000,00	0,00	90.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 12 / 67

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	83
Unidade:	Departamento de Desenvolvimento Econômico	1
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Capital de Oportunidades	8

Objetivo do programa:

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2017	A 2	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Manutenção da secretaria de desenv. economico e empreendedorismo	12,00	200.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	200.000,00	0,00	200.000,00
<b>Total:</b>			<b>200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	83
Unidade:	Departamento de Desenvolvimento Econômico	1
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Capital de Oportunidades	8

Objetivo do programa:

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2018	A 2	Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico	Manutenção da secretaria de desenv. economico e empreendedorismo	12,00	695.000,00

**II - Descrição das Ações**

Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	645.000,00	0,00	645.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>695.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>695.000,00</b>

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	83
Unidade:	Departamento de Desenvolvimento Econômico	1
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Capital de Oportunidades	8

Objetivo do programa:

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2104	Atividade 2	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico			100.000,00

**II - Descrição das Ações**

Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01000000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	50.000,00	0,00	50.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v:2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 13 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	83
Unidade:	Departamento de Desenvolvimento Econômico	1
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Capital de Oportunidades	8

Objetivo do programa:

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2104	Atividade 2	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico			100.000,00

## II - Descrição das Ações

Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	83
Unidade:	Departamento de Turismo e Eventos	2
Função:	Comércio e Serviços	0023
Subfunção:	Turismo	0695
Programa:	Capital de Oportunidades	8

Objetivo do programa:

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1023	P 1	Ampliação e Reforma do Centro de Eventos	Ampliação e reestruturação do centro de eventos hermann purnhagen	0,00	565.000,00

## II - Descrição das Ações

Ampliação e Reforma do Centro de Eventos

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	65.000,00	0,00	65.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01348300 - Transferências de Convênios - União - Dese	0,00	500.000,00	500.000,00
Total:			65.000,00	500.000,00	565.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	83
Unidade:	Departamento de Turismo e Eventos	2
Função:	Comércio e Serviços	0023
Subfunção:	Turismo	0695
Programa:	Capital de Oportunidades	8

Objetivo do programa:

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1024	P 1	Promoção e Realização de Eventos - Federal	Promoção e realização de eventos - união	1,00	10.000,00

## II - Descrição das Ações

Promoção e Realização de Eventos - Federal

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01348300 - Transferências de Convênios - União - Dese	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			0,00	10.000,00	10.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 14 / 67

## Planejamento e Orçamento Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	83
Unidade:	Departamento de Turismo e Eventos	2
Função:	Comércio e Serviços	0023
Subfunção:	Turismo	0695
Programa:	Capital de Oportunidades	8

Objetivo do programa:

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1025	P	1	Promoção e Realização de Eventos - Estadual	Promoção e realização de eventos - estados	4,00	10.000,00

### II - Descrição das Ações

Promoção e Realização de Eventos - Estadual

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01648300 - Transferências de Convênios - Estado - Des	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			0,00	10.000,00	10.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	83
Unidade:	Departamento de Turismo e Eventos	2
Função:	Comércio e Serviços	0023
Subfunção:	Turismo	0695
Programa:	Capital de Oportunidades	8

Objetivo do programa:

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2019	A	2	Manutenção do Departamento de Turismo e Eventos	Manutenção de departamento de turismo	12,00	100.000,00

### II - Descrição das Ações

Manutenção do Departamento de Turismo e Eventos

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			100.000,00	0,00	100.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	83
Unidade:	Departamento de Turismo e Eventos	2
Função:	Comércio e Serviços	0023
Subfunção:	Turismo	0695
Programa:	Capital de Oportunidades	8

Objetivo do programa:

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2020	A	2	Promoção e Realização de Eventos	Promoção e realização de eventos	4,00	350.000,00

### II - Descrição das Ações

Promoção e Realização de Eventos

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	350.000,00	0,00	350.000,00
Total:			350.000,00	0,00	350.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 15 / 67

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	84
Unidade:	Departamento de Assistência Social	1
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2022	A	2	Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social	Manutenção da secretaria de assistência social	12,00	150.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	150.000,00	0,00	150.000,00
<b>Total:</b>			<b>150.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	84
Unidade:	Departamento de Assistência Social	1
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	0243
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2021	A	2	Conselho Tutelar	Conselho tutelar	12,00	243.000,00

**II - Descrição das Ações**

Conselho Tutelar

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	183.000,00	0,00	183.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	60.000,00	0,00	60.000,00
<b>Total:</b>			<b>243.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>243.000,00</b>

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	84
Unidade:	Departamento de Assistência Social	1
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2023	A	2	Pessoal e Encargos Sociais - Assistência e Desenvolvimento Social	Manutenção da secretaria de assistência social	12,00	4.755.000,00

**II - Descrição das Ações**

Pessoal e Encargos Sociais - Assistência e Desenvolvimento Social

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	4.315.000,00	0,00	4.315.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	440.000,00	0,00	440.000,00
<b>Total:</b>			<b>4.755.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.755.000,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 16 / 67

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	84
Unidade:	Departamento de Habitação	2
Função:	Habitação	0016
Subfunção:	Habitacao Urbana	0482
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2024	A 2	Manutenção do Fundo de Habitação	Manutenção do fundo de habitação	12,00	100.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Fundo de Habitação

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 17 / 67

## Planejamento e Orçamento Planilha de Identificação das Ações da LDO

**Entidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Diretoria Técnica de Educação	1
Função:	Administração	0004
Subfunção:	Administracao Geral	0122
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2025	A 2	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	Manutenção do gabinete do secretario de educação	12,00	420.000,00

### II - Descrição das Ações

Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	170.000,00	0,00	170.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	160.000,00	0,00	160.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	90.000,00	0,00	90.000,00
<b>Total:</b>			<b>420.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>420.000,00</b>

**Entidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretária Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	0306
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2026	A 2	Programa de Alimentação do Ensino Infantil	Programa de alimentação do ensino infantil	12,00	1.029.000,00

### II - Descrição das Ações

Programa de Alimentação do Ensino Infantil

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	1.029.000,00	0,00	1.029.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.029.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.029.000,00</b>

**Entidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretária Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	0306
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2027	A 2	Programa de Alimentação do Ensino Fundamental	Programa de alimentação do ensino fundamental	12,00	1.039.000,00

### II - Descrição das Ações

Programa de Alimentação do Ensino Fundamental

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	1.039.000,00	0,00	1.039.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.039.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.039.000,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 18 / 67

**Entidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretaria Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	0306
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2028	A	2	Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental - PNAE	Programa nacional de alimentação escolar fundamental-pnae	12,00	360.000,00

**II - Descrição das Ações**

Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental - PNAE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01430000 - Recursos do Programa Nacional de Aliment	0,00	360.000,00	360.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>360.000,00</b>	<b>360.000,00</b>

**Entidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretaria Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	0306
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2030	A	2	Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches - PNAC	Programa nacional de alimentação escolar para creches-pnac	12,00	555.000,00

**II - Descrição das Ações**

Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches - PNAC

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01430000 - Recursos do Programa Nacional de Aliment	0,00	555.000,00	555.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>555.000,00</b>	<b>555.000,00</b>

**Entidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretaria Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	0306
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2031	A	2	Programa Nacional de Alimentação Pré-Escola - PNAPE	Programa nacional de alimentação escolar pré-escola - pnape	12,00	335.000,00

**II - Descrição das Ações**

Programa Nacional de Alimentação Pré-Escola - PNAPE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01430000 - Recursos do Programa Nacional de Aliment	0,00	335.000,00	335.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>335.000,00</b>	<b>335.000,00</b>





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 19 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretaria Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Alimentação e Nutrição	0306
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2032	A	2	Programa Alimentação Escolar Especial	Programa alimentação escolar especial	12,00	7.000,00

## II - Descrição das Ações

Programa Alimentação Escolar Especial

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01430000 - Recursos do Programa Nacional de Aliment	0,00	7.000,00	7.000,00
Total:			0,00	7.000,00	7.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretaria Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Ensino Fundamental	0361
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1056	P	1	Construção e Ampliação de Centros de Educação	Construção e ampliação de centro de ensino fundamental	1,00	4.450.000,00

## II - Descrição das Ações

Construção e Ampliação de Centros de Educação

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01010000 - Recursos Educação	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01320000 - Transferências de Convênios - União/Educa	0,00	1.350.000,00	1.350.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01360000 - Salário-Educação	0,00	1.900.000,00	1.900.000,00
Total:			0,00	4.450.000,00	4.450.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretaria Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Ensino Fundamental	0361
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1058	P	1	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	1,00	300.000,00

## II - Descrição das Ações

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01320000 - Transferências de Convênios - União/Educa	0,00	100.000,00	100.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01360000 - Salário-Educação	0,00	200.000,00	200.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v:2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 20 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretaria Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Ensino Fundamental	0361
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1058	P	1	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	1,00	300.000,00

## II - Descrição das Ações

Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
Total:			0,00	300.000,00	300.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretaria Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Ensino Fundamental	0361
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2034	A	2	Transporte Escolar Educação Básica	Transporte escolar educação básica - próprios	12,00	2.900.000,00

## II - Descrição das Ações

Transporte Escolar Educação Básica

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01010000 - Recursos Educação	0,00	2.700.000,00	2.700.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01360000 - Salário-Educação	0,00	200.000,00	200.000,00
Total:			0,00	2.900.000,00	2.900.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretaria Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Ensino Fundamental	0361
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2035	A	2	Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado	Transporte escolar ensino fundamental - estado	12,00	800.000,00

## II - Descrição das Ações

Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01620000 - Transferências de Convênios - Estado/Educ	0,00	800.000,00	800.000,00
Total:			0,00	800.000,00	800.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 21 / 67

**Entidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretária Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Ensino Fundamental	0361
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2036	A 2	Transporte Escolar Ensino Fundamental - PNATE	Transporte escolar ensino fundamental - pnate	12,00	30.000,00

**II - Descrição das Ações**

Transporte Escolar Ensino Fundamental - PNATE

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01440000 - Recursos do Programa Nacional de Apoio a	0,00	30.000,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>30.000,00</b>

**Entidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretária Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Ensino Fundamental	0361
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2037	A 2	Manutenção do Ensino Fundamental	Manutenção do ensino fundamental	12,00	1.250.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Ensino Fundamental

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01010000 - Recursos Educação	0,00	830.000,00	830.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01010000 - Recursos Educação	0,00	20.000,00	20.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01360000 - Salário-Educação	0,00	400.000,00	400.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.250.000,00</b>	<b>1.250.000,00</b>

**Entidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretária Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Ensino Fundamental	0361
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2039	A 2	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	Manutenção do ensino fundamental	12,00	17.451.000,00

**II - Descrição das Ações**

Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01180000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na	0,00	8.940.000,00	8.940.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	01190000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em	0,00	1.740.000,00	1.740.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v:2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 22 / 67

## Planejamento e Orçamento Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretaria Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Ensino Fundamental	0361
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2039	A	2	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	Manutenção do ensino fundamental	12,00	17.451.000,00

### II - Descrição das Ações

Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01010000 - Recursos Educação	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01190000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em	0,00	485.000,00	485.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01010000 - Recursos Educação	0,00	1.802.000,00	1.802.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01180000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na	0,00	1.584.000,00	1.584.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01010000 - Recursos Educação	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>17.451.000,00</b>	<b>17.451.000,00</b>

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretaria Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Ensino Fundamental	0361
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2042	A	2	Manutenção do Departamento Administrativo	Manutenção do departamento administrativo	12,00	2.835.000,00

### II - Descrição das Ações

Manutenção do Departamento Administrativo

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01010000 - Recursos Educação	0,00	2.535.000,00	2.535.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01010000 - Recursos Educação	0,00	300.000,00	300.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.835.000,00</b>	<b>2.835.000,00</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 23 / 67

## Planejamento e Orçamento Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretaria Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Educação Infantil	0365
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2038	A 2	Manutenção do Ensino Infantil	Manutenção do ensino infantil	12,00	3.670.000,00

### II - Descrição das Ações

Manutenção do Ensino Infantil

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01190000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em	0,00	2.300.000,00	2.300.000,00
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01010000 - Recursos Educação	0,00	950.000,00	950.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01010000 - Recursos Educação	0,00	20.000,00	20.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01360000 - Salário-Educação	0,00	400.000,00	400.000,00
Total:			0,00	3.670.000,00	3.670.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	85
Unidade:	Secretaria Municipal de Educação	2
Função:	Educação	0012
Subfunção:	Educação Infantil	0365
Programa:	Educação de Oportunidades	7

Objetivo do programa:

Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2040	A 2	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil	Manutenção do ensino infantil	12,00	43.246.020,00

### II - Descrição das Ações

Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01190000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em	0,00	4.097.500,00	4.097.500,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	01010000 - Recursos Educação	0,00	14.934.020,00	14.934.020,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	01180000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na	0,00	13.974.500,00	13.974.500,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de opç	01180000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na	0,00	3.989.000,00	3.989.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de opç	01010000 - Recursos Educação	0,00	1.361.000,00	1.361.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de opç	01190000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em	0,00	890.000,00	890.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01010000 - Recursos Educação	0,00	4.000.000,00	4.000.000,00
Total:			0,00	43.246.020,00	43.246.020,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 24 / 67

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	0451
Programa:	Mobilidade Urbana Eficiente	4

Objetivo do programa:

Proporcionar acesso facilitado ao trânsito e pedestres

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1032	Projeto	1	Pavimentação de Ruas, execução de galerias			5.550.000,00

**II - Descrição das Ações**

Pavimentação de Ruas, execução de galerias

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01348600 - Transferências de Convênios - União - Infra	0,00	1.950.000,00	1.950.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01648600 - Transferências de Convênios - Estado - Infra	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01768601 - Emendas Parlamentares Individuais - Feder	0,00	1.100.000,00	1.100.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01768602 - Emendas Parlamentares Individuais - Estad	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>5.550.000,00</b>	<b>5.550.000,00</b>

Entidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	0451
Programa:	Mobilidade Urbana Eficiente	4

Objetivo do programa:

Proporcionar acesso facilitado ao trânsito e pedestres

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1034	Projeto	1	Construção e Revitalização de Praças e Parques			1.000.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construção e Revitalização de Praças e Parques

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01348600 - Transferências de Convênios - União - Infra	0,00	200.000,00	200.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01648600 - Transferências de Convênios - Estado - Infra	0,00	150.000,00	150.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01768601 - Emendas Parlamentares Individuais - Feder	0,00	650.000,00	650.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 25 / 67

## Planejamento e Orçamento Planilha de Identificação das Ações da LDO

**Entidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	0451
Programa:	Mobilidade Urbana Eficiente	4

Objetivo do programa:

Proporcionar acesso facilitado ao trânsito e pedestres

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1071	Projeto	1	Pavimentação Rio do Sul x Presidente Getúlio			10.000,00

### II - Descrição das Ações

Pavimentação Rio do Sul x Presidente Getúlio

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01648600 - Transferências de Convênios - Estado - Infr	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>

**Entidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	0451
Programa:	Mobilidade Urbana Eficiente	4

Objetivo do programa:

Proporcionar acesso facilitado ao trânsito e pedestres

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1072	Projeto	1	Contrapartida de Convênios			2.423.572,00

### II - Descrição das Ações

Contrapartida de Convênios

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	2.423.572,00	0,00	2.423.572,00
<b>Total:</b>			<b>2.423.572,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.423.572,00</b>

**Entidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	0451
Programa:	Mobilidade Urbana Eficiente	4

Objetivo do programa:

Proporcionar acesso facilitado ao trânsito e pedestres

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1078	Projeto	1	Pavimentação de Vias - FINISA			10.211.000,00

### II - Descrição das Ações

Pavimentação de Vias - FINISA

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01830000 - Operações de Crédito	0,00	10.211.000,00	10.211.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>10.211.000,00</b>	<b>10.211.000,00</b>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 26 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	0451
Programa:	Mobilidade Urbana Eficiente	4

Objetivo do programa:

Proporcionar acesso facilitado ao trânsito e pedestres

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1083	Projeto	1	BRDE/Avançar Cidades			20.000.000,00

## II - Descrição das Ações

BRDE/Avançar Cidades

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01830000 - Operações de Crédito	0,00	20.000.000,00	20.000.000,00
Total:			0,00	20.000.000,00	20.000.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	0451
Programa:	Mobilidade Urbana Eficiente	4

Objetivo do programa:

Proporcionar acesso facilitado ao trânsito e pedestres

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1084	Projeto	1	Obras de Arte Especiais, Ciclovias e Passarelas			950.000,00

## II - Descrição das Ações

Obras de Arte Especiais, Ciclovias e Passarelas

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01348600 - Transferências de Convênios - União - Infra	0,00	450.000,00	450.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01768601 - Emendas Parlamentares Individuais - Feder	0,00	500.000,00	500.000,00
Total:			0,00	950.000,00	950.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	0451
Programa:	Mobilidade Urbana Eficiente	4

Objetivo do programa:

Proporcionar acesso facilitado ao trânsito e pedestres

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2096	Atividade	2	Pavimentação Comunitária			2.500.000,00

## II - Descrição das Ações

Pavimentação Comunitária

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	2.400.000,00	0,00	2.400.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	100.000,00	0,00	100.000,00
Total:			2.500.000,00	0,00	2.500.000,00





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 27 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	0451
Programa:	Planejando o Futuro	5

Objetivo do programa:

Implementar ações de planejamento que possibilitem a nossa cidade se desenvolva de forma ordenada, antecipando necessidades e coordenando esforços para o crescimento sustentável

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1001	Projeto	1	Desapropriação de Imóveis			40.000,00

## II - Descrição das Ações

Desapropriação de Imóveis

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	30.000,00	0,00	30.000,00
34590000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
Total:			40.000,00	0,00	40.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	0451
Programa:	Planejando o Futuro	5

Objetivo do programa:

Implementar ações de planejamento que possibilitem a nossa cidade se desenvolva de forma ordenada, antecipando necessidades e coordenando esforços para o crescimento sustentável

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1085	Projeto	1	Muros de Contenção e Estabilização de Encostas			1.000.000,00

## II - Descrição das Ações

Muros de Contenção e Estabilização de Encostas

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01348600 - Transferências de Convênios - União - Infra	0,00	600.000,00	600.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01768601 - Emendas Parlamentares Individuais - Feder	0,00	400.000,00	400.000,00
Total:			0,00	1.000.000,00	1.000.000,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 28 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	0451
Programa:	Planejando o Futuro	5

Objetivo do programa:

Implementar ações de planejamento que possibilitem a nossa cidade se desenvolva de forma ordenada, antecipando necessidades e coordenando esforços para o crescimento sustentável

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1086	Projeto	1	Reforma e Construção de Edificações			2.000.000,00

## II - Descrição das Ações

Reforma e Construção de Edificações

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01348600 - Transferências de Convênios - União - Infra	0,00	250.000,00	250.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01768601 - Emendas Parlamentares Individuais - Feder	0,00	1.750.000,00	1.750.000,00
Total:			0,00	2.000.000,00	2.000.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	0451
Programa:	Planejando o Futuro	5

Objetivo do programa:

Implementar ações de planejamento que possibilitem a nossa cidade se desenvolva de forma ordenada, antecipando necessidades e coordenando esforços para o crescimento sustentável

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2043	Atividade	2	Manutenção da Diretoria Executiva de Planejamento			400.000,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção da Diretoria Executiva de Planejamento

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	400.000,00	0,00	400.000,00
Total:			400.000,00	0,00	400.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 29 / 67

## Planejamento e Orçamento Planilha de Identificação das Ações da LDO

**Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**
**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Infra-Estrutura Urbana	0451
Programa:	Planejando o Futuro	5

Objetivo do programa:

Implementar ações de planejamento que possibilitem a nossa cidade se desenvolva de forma ordenada, antecipando necessidades e coordenando esforços para o crescimento sustentável

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2044	Atividade 2	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Planejamento			2.705.000,00

**II - Descrição das Ações**

Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Planejamento

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	2.530.000,00	0,00	2.530.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	175.000,00	0,00	175.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.705.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.705.000,00</b>

**Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**
**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Servicos Urbanos	0452
Programa:	Mobilidade Urbana Eficiente	4

Objetivo do programa:

Proporcionar acesso facilitado ao transito e pedestres

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1079	Projeto 1	Aquisição de Maquinas, Implementos e Veículos Pesados - FINISA			4.789.000,00

**II - Descrição das Ações**

Aquisição de Maquinas, Implementos e Veículos Pesados - FINISA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01830000 - Operações de Credito	0,00	4.789.000,00	4.789.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>4.789.000,00</b>	<b>4.789.000,00</b>

**Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**
**I - Classificação**

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Servicos Urbanos	0452
Programa:	Recicla Rio do Sul	6

Objetivo do programa:

Proteger e ampliar as áreas ambientais do município, fomentando as políticas de proteção ambiental.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2045	Atividade 2	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos			7.800.000,00

**II - Descrição das Ações**

Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	7.800.000,00	0,00	7.800.000,00
<b>Total:</b>			<b>7.800.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.800.000,00</b>

 IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v:2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 30 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Saneamento	0017
Subfunção:	Saneamento Básico Urbano	0512
Programa:	Capital de Oportunidades	8

Objetivo do programa:

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2099	Atividade 2		Manutenção do Fundo de Saneamento Básico			2.000,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo de Saneamento Básico

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01803100 - Saneamento Básico	0,00	1.000,00	1.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01803100 - Saneamento Básico	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.000,00</b>	<b>2.000,00</b>

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	86
Unidade:	Secretaria Municipal de Infraestrutura	7
Função:	Gestão Ambiental	0018
Subfunção:	Controle Ambiental	0542
Programa:	Planejando o Futuro	5

Objetivo do programa:

Implementar ações de planejamento que possibilitem a nossa cidade se desenvolva de forma ordenada, antecipando necessidades e coordenando esforços para o crescimento sustentável

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2090	Atividade 2		Manutenção do Fundo do Meio Ambiente			125.000,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo do Meio Ambiente

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01802300 - Fundo do Meio Ambiente	0,00	50.000,00	50.000,00
33393000000000000000	Aplicação direta decorrente de operaç	01802300 - Fundo do Meio Ambiente	0,00	30.000,00	30.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01802300 - Fundo do Meio Ambiente	0,00	45.000,00	45.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>125.000,00</b>	<b>125.000,00</b>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 31 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA	93
Unidade:	Secretaria Municipal de Obras e Agricultura	2
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Serviços Urbanos	0452
Programa:	Mobilidade Urbana Eficiente	4

Objetivo do programa:

Proporcionar acesso facilitado ao trânsito e pedestres

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2048	Atividade 2		Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública			7.750.000,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33171000000000000000	Transferências a consórcios públicos	01080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de	0,00	63.000,00	63.000,00
33371000000000000000	Transferências a consórcios públicos	01080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de	0,00	32.760,00	32.760,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de	0,00	3.750.000,00	3.750.000,00
33393000000000000000	Aplicação direta decorrente de operaç	01080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
34471000000000000000	Transferências a consórcios públicos	01080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de	0,00	6.000,00	6.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01080000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de	0,00	1.898.240,00	1.898.240,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>7.750.000,00</b>	<b>7.750.000,00</b>

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA	93
Unidade:	Secretaria Municipal de Obras e Agricultura	2
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Serviços Urbanos	0452
Programa:	Mobilidade Urbana Eficiente	4

Objetivo do programa:

Proporcionar acesso facilitado ao trânsito e pedestres

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2100	Atividade 2		Manutenção da Secretaria de Obras			6.700.000,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção da Secretaria de Obras

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	6.400.000,00	0,00	6.400.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01649300 - Transferências de Convênios - Estado - Obr	0,00	300.000,00	300.000,00
<b>Total:</b>			<b>6.400.000,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>6.700.000,00</b>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 32 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA	93
Unidade:	Secretaria Municipal de Obras e Agricultura	2
Função:	Urbanismo	0015
Subfunção:	Serviços Urbanos	0452
Programa:	Mobilidade Urbana Eficiente	4

Objetivo do programa:

Proporcionar acesso facilitado ao trânsito e pedestres

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2101	Atividade 2		Pessoal e Encargos Sociais - Obras			5.165.000,00

## II - Descrição das Ações

Pessoal e Encargos Sociais - Obras

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	4.215.000,00	0,00	4.215.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	950.000,00	0,00	950.000,00
Total:			5.165.000,00	0,00	5.165.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA	93
Unidade:	Diretoria Executiva de Agropecuária	3
Função:	Agricultura	0020
Subfunção:	Extensão Rural	0606
Programa:	Planejando o Futuro	5

Objetivo do programa:

Implementar ações de planejamento que possibilitem a nossa cidade se desenvolva de forma ordenada, antecipando necessidades e coordenando esforços para o crescimento sustentável

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1028	Projeto 1		Desenvolvimento Pecuário			10.000,00

## II - Descrição das Ações

Desenvolvimento Pecuário

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicações diretas	01348600 - Transferências de Convênios - União - Infra	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			0,00	10.000,00	10.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA	93
Unidade:	Diretoria Executiva de Agropecuária	3
Função:	Agricultura	0020
Subfunção:	Extensão Rural	0606
Programa:	Planejando o Futuro	5

Objetivo do programa:

Implementar ações de planejamento que possibilitem a nossa cidade se desenvolva de forma ordenada, antecipando necessidades e coordenando esforços para o crescimento sustentável

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2095	Atividade 2		Consórcio CIM - AMAVI - SUASA			4.800,00

## II - Descrição das Ações

Consórcio CIM - AMAVI - SUASA

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33171000000000000000	Transferências a consórcios públicos	01000000 - Recursos Ordinários	4.019,52	0,00	4.019,52
33371000000000000000	Transferências a consórcios públicos	01000000 - Recursos Ordinários	780,48	0,00	780,48
Total:			4.800,00	0,00	4.800,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v:2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 33 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA	93
Unidade:	Diretoria Executiva de Agropecuária	3
Função:	Agricultura	0020
Subfunção:	Extensão Rural	0606
Programa:	Planejando o Futuro	5

Objetivo do programa:

Implementar ações de planejamento que possibilitem a nossa cidade se desenvolva de forma ordenada, antecipando necessidades e coordenando esforços para o crescimento sustentável

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2102	Atividade 2	Manutenção da Diretoria Executiva de Agricultura			525.000,00

## II - Descrição das Ações

Manutenção da Diretoria Executiva de Agricultura

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	435.000,00	0,00	435.000,00
34490000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	90.000,00	0,00	90.000,00
<b>Total:</b>			<b>525.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>525.000,00</b>

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA	93
Unidade:	Diretoria Executiva de Agropecuária	3
Função:	Agricultura	0020
Subfunção:	Extensão Rural	0606
Programa:	Planejando o Futuro	5

Objetivo do programa:

Implementar ações de planejamento que possibilitem a nossa cidade se desenvolva de forma ordenada, antecipando necessidades e coordenando esforços para o crescimento sustentável

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2103	Atividade 2	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Agricultura			1.390.000,00

## II - Descrição das Ações

Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Agricultura

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	1.315.000,00	0,00	1.315.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	75.000,00	0,00	75.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.390.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.390.000,00</b>



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 34 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA	93
Unidade:	Diretoria Executiva de Agropecuária	3
Função:	Agricultura	0020
Subfunção:	Extensão Rural	0606
Programa:	Capital de Oportunidades	8

Objetivo do programa:

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1027	Projeto	1	Aquisição de Máquinas - Federal			10.000,00

## II - Descrição das Ações

Aquisição de Máquinas - Federal

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01348600 - Transferências de Convênios - União - Infra	0,00	10.000,00	10.000,00
Total:			0,00	10.000,00	10.000,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA	93
Unidade:	Diretoria Executiva de Agropecuária	3
Função:	Agricultura	0020
Subfunção:	Promoção da Produção Agropecuária	0608
Programa:	Capital de Oportunidades	8

Objetivo do programa:

Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1082	Projeto	1	Promoção e Realização da Agrovale			360.000,00

## II - Descrição das Ações

Promoção e Realização da Agrovale

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	360.000,00	0,00	360.000,00
Total:			360.000,00	0,00	360.000,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 35 / 67

**Entidade:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	RESERVA DE CONTINGENCIA	99
Unidade:	Reserva de Contingencia - Prefeitura	1
Função:	Reserva de Contingência	0099
Subfunção:	Reserva de contingência	0999
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
9010	R 9	Reserva de Contingência - Prefeitura	Reserva de contingência - prefeitura	12,00	10.000,00

**II - Descrição das Ações**

Reserva de Contingência - Prefeitura

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
39990000000000000000	Reserva de contingência	01000000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 36 / 67

## Planejamento e Orçamento Planilha de Identificação das Ações da LDO

**Entidade:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL	88
Unidade:	Fundação Cultural	1
Função:	Cultura	0013
Subfunção:	Difusão Cultural	0392
Programa:	Cultura para Todos	11

Objetivo do programa:

Promover a popularização da cultura.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2076	A	2	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul	Manutenção da fundação cultural de rio do sul	12,00	3.060.000,00

### II - Descrição das Ações

Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01000000 - Recursos Ordinários	90.000,00	0,00	90.000,00
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01000000 - Recursos Ordinários	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	170.000,00	0,00	170.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Ad	0,00	380.000,00	380.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Ad	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.670.000,00</b>	<b>390.000,00</b>	<b>3.060.000,00</b>

**Entidade:** FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL	88
Unidade:	Fundação Cultural	1
Função:	Cultura	0013
Subfunção:	Difusão Cultural	0392
Programa:	Cultura para Todos	11

Objetivo do programa:

Promover a popularização da cultura.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2077	A	2	Fundo Municipal de Cultura	Descentralização cultural-próprios	1,00	400.000,00

### II - Descrição das Ações

Fundo Municipal de Cultura

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	400.000,00	0,00	400.000,00
<b>Total:</b>			<b>400.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 37 / 67

## Planejamento e Orçamento Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	92
Unidade:	Fundo de Aposentadorias e Pensões	1
Função:	Previdência Social	0009
Subfunção:	Previdência Básica	0271
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2088	A 2	Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões	Manutenção do fundo de aposentadorias e pensões	12,00	352.809,18

### II - Descrição das Ações

Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	1.000,00	0,00	1.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01750000 - Taxa de Administração RPPS	0,00	251.809,18	251.809,18
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01750000 - Taxa de Administração RPPS	0,00	100.000,00	100.000,00
Total:			1.000,00	351.809,18	352.809,18

Entidade: FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	92
Unidade:	Fundo de Aposentadorias e Pensões	1
Função:	Previdência Social	0009
Subfunção:	Previdência Básica	0271
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2089	A 2	Aposentadoria, Pensões e Benefícios	Manutenção do fundo de aposentadorias e pensões	12,00	26.019.000,00

### II - Descrição das Ações

Aposentadoria, Pensões e Benefícios

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	1.019.000,00	0,00	1.019.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	01030000 - Contribuição Previdenciária	0,00	25.000.000,00	25.000.000,00
Total:			1.019.000,00	25.000.000,00	26.019.000,00

Entidade: FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	92
Unidade:	Reserva de Contingência - FAP	2
Função:	Reserva de Contingência	0099
Subfunção:	Reserva de contingência	0999
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
9011	R 9	Reserva de Contingência - Fap	Reserva de contingência - fap	12,00	33.965.649,82

### II - Descrição das Ações

Reserva de Contingência - Fap

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
39990000000000000000	Reserva de contingência	01030000 - Contribuição Previdenciária	0,00	30.365.649,82	30.365.649,82

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 38 / 67

**Entidade:** FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	92
Unidade:	Reserva de Contingência - FAP	2
Função:	Reserva de Contingência	0099
Subfunção:	Reserva de contingência	0999
Programa:	Eficiência Administrativa	13

Objetivo do programa:

Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
9011	R 9	Reserva de Contingência - Fap	Reserva de contingência - fap	12,00	33.965.649,82

**II - Descrição das Ações**

Reserva de Contingência - Fap

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
39990000000000000000	Reserva de contingência	01050000 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao	0,00	3.600.000,00	3.600.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>33.965.649,82</b>	<b>33.965.649,82</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 39 / 67

**Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Formação de Recursos Humanos	0128
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1068	P	1	Fms - Alto Vale Cir	Fms alto vale cir	1,00	10.000,00

**II - Descrição das Ações**

Fms - Alto Vale Cir

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01630000 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>

**Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1035	P	1	Construção, reforma e ampliação de UBS	Construção, ampliação e reformas	1,00	3.020.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construção, reforma e ampliação de UBS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	3.000.000,00	3.000.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>3.020.000,00</b>	<b>3.020.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 40 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1037	P	1	Aquisição de bens e materiais permanentes	Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	1,00	880.000,00

**II - Descrição das Ações**

Aquisição de bens e materiais permanentes

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01330100 - Emenda Parlamentar - Investimento	0,00	10.000,00	10.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01330100 - Emenda Parlamentar - Investimento	0,00	50.000,00	50.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	800.000,00	800.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>880.000,00</b>	<b>880.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1038	P	1	Incremento ao piso de atenção básica	Incremento ao piso de atenção básica	1,00	2.200.000,00

**II - Descrição das Ações**

Incremento ao piso de atenção básica

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01383300 - Incremento PAB - Emenda de Bancada	0,00	600.000,00	600.000,00
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01760000 - Emendas Parlamentares Individuais	0,00	500.000,00	500.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01383300 - Incremento PAB - Emenda de Bancada	0,00	600.000,00	600.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01760000 - Emendas Parlamentares Individuais	0,00	500.000,00	500.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.200.000,00</b>	<b>2.200.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 41 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1040	P	1	Incremento ao piso de média e alta complexidade	Incremento ao piso de média e alta complexidade	1,00	2.500.000,00

**II - Descrição das Ações**

Incremento ao piso de média e alta complexidade

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01383500 - Incremento MAC - Emenda de Bancada	0,00	600.000,00	600.000,00
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01760000 - Emendas Parlamentares Individuais	0,00	650.000,00	650.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01383500 - Incremento MAC - Emenda de Bancada	0,00	600.000,00	600.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01760000 - Emendas Parlamentares Individuais	0,00	650.000,00	650.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.500.000,00</b>	<b>2.500.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1041	P	1	Construção de academias de saúde	Construção de academias de saúde	1,00	100.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construção de academias de saúde

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	80.000,00	80.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01630000 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 42 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1042	P	1	Aquisição de veículos	Aquisição de veículos - federal	1,00	1.180.000,00

**II - Descrição das Ações**

Aquisição de veículos

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	30.000,00	30.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	500.000,00	500.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01630000 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde	0,00	350.000,00	350.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01330100 - Emenda Parlamentar - Investimento	0,00	300.000,00	300.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.180.000,00</b>	<b>1.180.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1044	P	1	Aquisição de equipamentos	Aquisição de Equipamentos	1,00	1.150.000,00

**II - Descrição das Ações**

Aquisição de equipamentos

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	30.000,00	30.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01630000 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	800.000,00	800.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01630000 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde	0,00	300.000,00	300.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.150.000,00</b>	<b>1.150.000,00</b>





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 43 / 67

## Planejamento e Orçamento Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1061	P	1	Construção e Equipamentos Policlínica de Referência - Vinculados	Construção e e equipamentos policlínica de referencia - vinculados	1,00	925.000,00

### II - Descrição das Ações

Construção e Equipamentos Policlínica de Referência - Vinculados

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	875.000,00	875.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>925.000,00</b>	<b>925.000,00</b>

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1062	P	1	Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária	Lrpd - laboratório regional de prótese dentária	12,00	126.000,00

### II - Descrição das Ações

Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01382300 - Laboratório Regional de Prótese Dentária - I	0,00	90.000,00	90.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01671200 - Transf. SUS - Estado - LRPD - Laboratório F	0,00	36.000,00	36.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>126.000,00</b>	<b>126.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 44 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1063	P	1	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição ]	1,00	65.000,00

**II - Descrição das Ações**

Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01382600 - Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição	0,00	50.000,00	50.000,00
34490000000000000000	Aplicações diretas	01382600 - Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição	0,00	15.000,00	15.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>65.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1065	P	1	Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço			50.000,00

**II - Descrição das Ações**

Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01630000 - Transferências de Convênios - Estado/Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>50.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 45 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1066	P	1	Programa Requalificação de Ubs	Programa requalificação de ubs	12,00	850.000,00

**II - Descrição das Ações**

Programa Requalificação de Ubs

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	800.000,00	800.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>850.000,00</b>	<b>850.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1073	P	1	Vigilância Alimentar e Nutricional - VAN			44.000,00

**II - Descrição das Ações**

Vigilância Alimentar e Nutricional - VAN

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01383200 - Vigilância Alimentar e Nutricional	0,00	5.000,00	5.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01383200 - Vigilância Alimentar e Nutricional	0,00	39.000,00	39.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>44.000,00</b>	<b>44.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 46 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2052	A	2	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	Manutenção do fundo municipal de saúde	12,00	2.785.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	2.700.000,00	2.700.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	35.000,00	35.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.785.000,00</b>	<b>2.785.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2054	A	2	Consórcio Intermunicipal de Saúde	Consortorio intermunicipal de saude	1,00	1.058.400,00

**II - Descrição das Ações**

Consórcio Intermunicipal de Saúde

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33171000000000000000	Transferências a consórcios públicos	01020000 - Recursos Saúde	0,00	6.720,00	6.720,00
33371000000000000000	Transferências a consórcios públicos	01020000 - Recursos Saúde	0,00	1.680,00	1.680,00
33393000000000000000	Aplicação direta decorrente de operaç	01670100 - Farmácia Básica - Estadual	0,00	200.000,00	200.000,00
33393000000000000000	Aplicação direta decorrente de operaç	01020000 - Recursos Saúde	0,00	750.000,00	750.000,00
33393000000000000000	Aplicação direta decorrente de operaç	01380800 - Farmácia Básica - Federal	0,00	100.000,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.058.400,00</b>	<b>1.058.400,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 47 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2055	A	2	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde	12,00	16.254.220,00

**II - Descrição das Ações**

Pessoal e Encargos Sociais - Saúde

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	11.800.000,00	11.800.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01020000 - Recursos Saúde	0,00	2.854.220,00	2.854.220,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	1.600.000,00	1.600.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>16.254.220,00</b>	<b>16.254.220,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2056	A	2	Blatb - Pab Saúde Bucal	Blatb - pab saude bucal	12,00	31.200,00

**II - Descrição das Ações**

Blatb - Pab Saúde Bucal

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01380400 - Saúde Bucal	0,00	31.200,00	31.200,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>31.200,00</b>	<b>31.200,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 48 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2057	A	2	Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde	Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde	12,00	1.920.000,00

**II - Descrição das Ações**

Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01380200 - Agentes Comunitários de Saúde	0,00	1.450.000,00	1.450.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	350.000,00	350.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01380200 - Agentes Comunitários de Saúde	0,00	20.000,00	20.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01380200 - Agentes Comunitários de Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	25.000,00	25.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01380200 - Agentes Comunitários de Saúde	0,00	25.000,00	25.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.920.000,00</b>	<b>1.920.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2058	A	2	Blatb - Ações Saúde da Família	Blatb - ações saude da familia	12,00	12.840.000,00

**II - Descrição das Ações**

Blatb - Ações Saúde da Família

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01380300 - Estratégia da Saúde da Família - ESF	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	2.700.000,00	2.700.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01020000 - Recursos Saúde	0,00	520.000,00	520.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01380300 - Estratégia da Saúde da Família - ESF	0,00	240.000,00	240.000,00
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	8.000.000,00	8.000.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01380300 - Estratégia da Saúde da Família - ESF	0,00	50.000,00	50.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	25.000,00	25.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>12.840.000,00</b>	<b>12.840.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 49 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2059	A	2	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	Blatb - pab fixo - ações básicas	12,00	3.588.000,00

**II - Descrição das Ações**

Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01382800 - Incentivo ao Sistema Prisional	0,00	218.000,00	218.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	01380600 - PMAQ - Federal	0,00	50.000,00	50.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	01671300 - Incentivo ao Sistema Prisional - Estadual	0,00	47.580,00	47.580,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01382800 - Incentivo ao Sistema Prisional	0,00	62.000,00	62.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01380600 - PMAQ - Federal	0,00	5.000,00	5.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01671300 - Incentivo ao Sistema Prisional - Estadual	0,00	13.420,00	13.420,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01380100 - Pab Fixo	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01380600 - PMAQ - Federal	0,00	400.000,00	400.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01670400 - Cofinanciamento / ESF	0,00	600.000,00	600.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01382800 - Incentivo ao Sistema Prisional	0,00	10.000,00	10.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01380600 - PMAQ - Federal	0,00	40.000,00	40.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01670400 - Cofinanciamento / ESF	0,00	40.000,00	40.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01380100 - Pab Fixo	0,00	90.000,00	90.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01382800 - Incentivo ao Sistema Prisional	0,00	12.000,00	12.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>3.588.000,00</b>	<b>3.588.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2061	A	2	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	Blatb - nucleo de apoio a saude da familia	12,00	977.000,00

**II - Descrição das Ações**

Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	0,00	40.000,00	40.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	235.000,00	235.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	01380500 - NASF Federal	0,00	440.000,00	440.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01380500 - NASF Federal	0,00	45.000,00	45.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01020000 - Recursos Saúde	0,00	55.000,00	55.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	0,00	12.000,00	12.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	0,00	50.000,00	50.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01380500 - NASF Federal	0,00	80.000,00	80.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01380500 - NASF Federal	0,00	10.000,00	10.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01670700 - Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>977.000,00</b>	<b>977.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 50 / 67

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2062	A 2	Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	12,00	4.900.000,00

**II - Descrição das Ações**

Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	1.700.000,00	1.700.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	01382000 - Transferências Federais UPA	0,00	550.000,00	550.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01382000 - Transferências Federais UPA	0,00	50.000,00	50.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01020000 - Recursos Saúde	0,00	300.000,00	300.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	250.000,00	250.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01382000 - Transferências Federais UPA	0,00	2.040.000,00	2.040.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01382000 - Transferências Federais UPA	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>4.900.000,00</b>	<b>4.900.000,00</b>

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2073	A 2	Blfab - Farmácia Básica	Blfab - farmacia basica	12,00	1.760.000,00

**II - Descrição das Ações**

Blfab - Farmácia Básica

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	950.000,00	950.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01380800 - Farmácia Básica - Federal	0,00	390.000,00	390.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01670100 - Farmácia Básica - Estadual	0,00	400.000,00	400.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01670100 - Farmácia Básica - Estadual	0,00	10.000,00	10.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01380800 - Farmácia Básica - Federal	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.760.000,00</b>	<b>1.760.000,00</b>





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 51 / 67

## Planejamento e Orçamento Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2091	A	2	Programa de Medicamentos Especiais	Programa de medicamentos especiais	12,00	10.000,00

### II - Descrição das Ações

Programa de Medicamentos Especiais

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01670100 - Farmácia Básica - Estadual	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2092	A	2	Tiras Reagentes - Diabetes	Tiras reagentes - diabetes	12,00	10.000,00

### II - Descrição das Ações

Tiras Reagentes - Diabetes

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01670100 - Farmácia Básica - Estadual	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>10.000,00</b>

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2093	A	2	Oxigenoterapia	Oxigenoterapia	12,00	10.000,00

### II - Descrição das Ações

Oxigenoterapia

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01670100 - Farmácia Básica - Estadual	0,00	10.000,00	10.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v:2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 52 / 67

## Planejamento e Orçamento Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Atenção Básica	0301
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2093	A	2	Oxigenoterapia	Oxigenoterapia	12,00	10.000,00

### II - Descrição das Ações

Oxigenoterapia

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
Total:			0,00	10.000,00	10.000,00

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0302
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1064	P	1	Construção do CAPS	Construção do caps	1,00	1.100.000,00

### II - Descrição das Ações

Construção do CAPS

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01330000 - Transferências de Convênios - União/Saúde	0,00	1.100.000,00	1.100.000,00
Total:			0,00	1.100.000,00	1.100.000,00

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0302
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2063	A	2	Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	Blmac - manutenção da gestão plena - mac	12,00	57.420.000,00

### II - Descrição das Ações

Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01381200 - Atenção de Média e Alta Complexidade Aml	0,00	23.000.000,00	23.000.000,00
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01670200 - Incentivo Hospitalar - Estadual	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v:2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 53 / 67

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0302
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2063	A	2	Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	Blmac - manutenção da gestão plena - mac	12,00	57.420.000,00

**II - Descrição das Ações**

Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01670300 - Cirurgias Eletivas Gestão Plena - Estadual	0,00	120.000,00	120.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01381200 - Atenção de Média e Alta Complexidade Aml	0,00	33.000.000,00	33.000.000,00
34490000000000000000	Aplicações diretas	01381200 - Atenção de Média e Alta Complexidade Aml	0,00	100.000,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>57.420.000,00</b>	<b>57.420.000,00</b>

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0302
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2064	A	2	Blmac - Caps	Blmac - caps	12,00	1.025.000,00

**II - Descrição das Ações**

Blmac - Caps

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01382100 - CAPS _ Federal	0,00	63.000,00	63.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	515.000,00	515.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01020000 - Recursos Saúde	0,00	120.000,00	120.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01382100 - CAPS _ Federal	0,00	10.000,00	10.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01382100 - CAPS _ Federal	0,00	300.000,00	300.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
34490000000000000000	Aplicações diretas	01382100 - CAPS _ Federal	0,00	7.000,00	7.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.025.000,00</b>	<b>1.025.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 54 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0302
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2065	A	2	Blmac - Samu	Blmac - samu	12,00	395.000,00

**II - Descrição das Ações**

Blmac - Samu

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01381000 - SAMU	0,00	90.000,00	90.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	150.000,00	150.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01020000 - Recursos Saúde	0,00	30.000,00	30.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01381000 - SAMU	0,00	15.000,00	15.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01381000 - SAMU	0,00	50.000,00	50.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	50.000,00	50.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01381000 - SAMU	0,00	5.000,00	5.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	5.000,00	5.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>395.000,00</b>	<b>395.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0302
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2066	A	2	Blmac - Ceo	Blmac - ceo	12,00	471.600,00

**II - Descrição das Ações**

Blmac - Ceo

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01670800 - Centro de Especialidades Odontológicas - C	0,00	75.000,00	75.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01381100 - CEO - Federal	0,00	360.000,00	360.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01381100 - CEO - Federal	0,00	30.000,00	30.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01670800 - Centro de Especialidades Odontológicas - C	0,00	6.600,00	6.600,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>471.600,00</b>	<b>471.600,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 55 / 67

**Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0302
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2067	A	2	Blmac - Faec Extra Teto	Blmac - faec extra teto	12,00	6.000.000,00

**II - Descrição das Ações**

Blmac - Faec Extra Teto

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01381800 - FAEC - Federal	0,00	6.000.000,00	6.000.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>6.000.000,00</b>	<b>6.000.000,00</b>

**Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL**

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0302
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2068	A	2	Blmac - Oncologia	Blmac - Oncologia	12,00	3.650.000,00

**II - Descrição das Ações**

Blmac - Oncologia

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01382200 - Transferências Federais - Oncologia	0,00	2.900.000,00	2.900.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01670900 - Transferências Estaduais - Oncologia	0,00	600.000,00	600.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01382200 - Transferências Federais - Oncologia	0,00	100.000,00	100.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01670900 - Transferências Estaduais - Oncologia	0,00	50.000,00	50.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>3.650.000,00</b>	<b>3.650.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 56 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Vigilância Sanitária	0304
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2069	A	2	Blvgs - Vigilância Sanitária	Blvgs - vigilância sanitária	12,00	70.000,00

**II - Descrição das Ações**

Blvgs - Vigilância Sanitária

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	10.000,00	10.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01381600 - Vigilância Sanitária	0,00	50.000,00	50.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01381600 - Vigilância Sanitária	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>70.000,00</b>	<b>70.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	0305
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2070	A	2	Blvgs - Vigilância Epidemiológica	Blvgs - vigilancia epidemiologica	12,00	255.000,00

**II - Descrição das Ações**

Blvgs - Vigilância Epidemiológica

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01381700 - Vigilância Epidemiológica	0,00	35.000,00	35.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de opç	01381700 - Vigilância Epidemiológica	0,00	10.000,00	10.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01381700 - Vigilância Epidemiológica	0,00	200.000,00	200.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01381700 - Vigilância Epidemiológica	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>255.000,00</b>	<b>255.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 57 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Saúde	0010
Subfunção:	Vigilância Epidemiológica	0305
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2071	A	2	Blvgs - Pam - DST/AIDS/Hepatite Viral	Hepatites virais	12,00	92.000,00

**II - Descrição das Ações**

Blvgs - Pam - DST/AIDS/Hepatite Viral

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01382700 - DST/AIDS/HEPATITE VIRAL	0,00	85.000,00	85.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01382700 - DST/AIDS/HEPATITE VIRAL	0,00	7.000,00	7.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>92.000,00</b>	<b>92.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	87
Unidade:	Secretária Municipal de Saúde	2
Função:	Encargos Especiais	0028
Subfunção:	Serviço da Dívida Interna	0843
Programa:	Saúde em Movimento	10

Objetivo do programa:

Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.  
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
3	O	0	Pagamento Dívida Fundada Interna	Pagamento da dívida fundada interna - Saúde	12,00	710.000,00

**II - Descrição das Ações**

Pagamento Dívida Fundada Interna

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33290000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	150.000,00	150.000,00
34690000000000000000	Aplicações diretas	01020000 - Recursos Saúde	0,00	560.000,00	560.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>710.000,00</b>	<b>710.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 58 / 67

**Entidade:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	89
Unidade:	Fundação Municipal de Desporto	1
Função:	Desporto e Lazer	0027
Subfunção:	Desporto Comunitário	0812
Programa:	Cidade do Esporte	12

Objetivo do programa:

Melhorar as condições dos espaços esportivos da Fundação de Desporto e dos espaços comunitários.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2078	A	2	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	Manutenção da fundação municipal de esportes	12,00	2.426.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	395.000,00	0,00	395.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01000000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01000000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01060000 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Ad	0,00	1.000,00	1.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>2.425.000,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>2.426.000,00</b>





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 59 / 67

**Entidade:** FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	91
Unidade:	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	1
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência à Criança e ao Adolescente	0243
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2079	A 2	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Manutenção do fundo municipal da criança e do adolescente	12,00	47.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01090000 - FIA Imposto de Renda	0,00	25.000,00	25.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	12.000,00	0,00	12.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01090000 - FIA Imposto de Renda	0,00	10.000,00	10.000,00
<b>Total:</b>			<b>12.000,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>47.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 60 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	1
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência ao Idoso	0241
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2098	A 2	Manutenção do Fundo do Idoso			6.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Fundo do Idoso

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	6.000,00	0,00	6.000,00
<b>Total:</b>			<b>6.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Fundo Municipal de Assistência Social	1
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2080	A 2	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	Manutenção fundo municipal de assistencia social	12,00	1.777.000,00

**II - Descrição das Ações**

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01000000 - Recursos Ordinários	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	535.000,00	0,00	535.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	42.000,00	0,00	42.000,00
<b>Total:</b>			<b>1.777.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.777.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Serviços da Proteção Social Básica Federal	2
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1087	Projeto 1	Bloco de Proteção Social Básica			396.000,00

**II - Descrição das Ações**

Bloco de Proteção Social Básica

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	1.000,00	1.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	1.000,00	1.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 61 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Serviços da Proteção Social Básica Federal	2
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1087	Projeto	1	Bloco de Proteção Social Básica			396.000,00

**II - Descrição das Ações**

Bloco de Proteção Social Básica

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	394.000,00	394.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>396.000,00</b>	<b>396.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Serviços da Proteção Social Especial Federal	3
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1005	Projeto	1	Aprimoramento da Gestão do SUAS - IDGSUAS			20.299,00

**II - Descrição das Ações**

Aprimoramento da Gestão do SUAS - IDGSUAS

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	19.299,00	19.299,00
34490000000000000000	Aplicações diretas	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>20.299,00</b>	<b>20.299,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Serviços da Proteção Social Especial Federal	3
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1006	Projeto	1	Bpc na Escola			2.880,00

**II - Descrição das Ações**

Bpc na Escola

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	2.880,00	2.880,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>2.880,00</b>	<b>2.880,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 62 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Serviços da Proteção Social Especial Federal	3
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1014	Projeto	1	Programa Aprimora Rede			1.000,00

**II - Descrição das Ações**

Programa Aprimora Rede

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Serviços da Proteção Social Especial Federal	3
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1015	Projeto	1	Aepeti - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil			72.000,00

**II - Descrição das Ações**

Aepeti - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	1.000,00	1.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	1.000,00	1.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	70.000,00	70.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>72.000,00</b>	<b>72.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Serviços da Proteção Social Especial Federal	3
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1016	Projeto	1	Acessuas - Trabalho			117.000,00

**II - Descrição das Ações**

Acessuas - Trabalho

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	117.000,00	117.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>117.000,00</b>	<b>117.000,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPI v:2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 63 / 67

**Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL**

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Proteção Especial de Média Complexidade Federal	3
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1088	Projeto	1	Bloco de Proteção Social Especial			391.458,00

**II - Descrição das Ações**

Bloco de Proteção Social Especial

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	1.000,00	1.000,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	1.000,00	1.000,00
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	215.058,00	215.058,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	174.400,00	174.400,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>391.458,00</b>	<b>391.458,00</b>

**Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL**

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Proteção Especial de Média Complexidade Federal	3
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1089	Projeto	1	Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família e CadÚnico			52.575,00

**II - Descrição das Ações**

Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família e CadÚnico

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	51.575,00	51.575,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01350000 - Transferências do Sistema Único de Assistê	0,00	1.000,00	1.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>52.575,00</b>	<b>52.575,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 64 / 67

<b>Entidade:</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL</b>		
<b>I - Classificação</b>			
Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		90
Unidade:	Co-Financiamento Estadual		4
Função:	Assistência Social		0008
Subfunção:	Assistência Comunitária		0244
Programa:	Ser Rio do Sul		9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1011	Projeto	1	Benefícios Eventuais Estado			12.000,00

**II - Descrição das Ações**

Benefícios Eventuais Estado

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assis	0,00	12.000,00	12.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>12.000,00</b>	<b>12.000,00</b>

<b>Entidade:</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL</b>		
<b>I - Classificação</b>			
Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		90
Unidade:	Co-Financiamento Estadual		4
Função:	Assistência Social		0008
Subfunção:	Assistência Comunitária		0244
Programa:	Ser Rio do Sul		9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1012	Projeto	1	Construção, Ampliação e Reformas - CREAS - Estado			600.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construção, Ampliação e Reformas - CREAS - Estado

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicações diretas	01610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assis	0,00	600.000,00	600.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>600.000,00</b>	<b>600.000,00</b>

<b>Entidade:</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL</b>		
<b>I - Classificação</b>			
Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		90
Unidade:	Co-Financiamento Estadual		4
Função:	Assistência Social		0008
Subfunção:	Assistência Comunitária		0244
Programa:	Ser Rio do Sul		9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2084	Atividade	2	Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual			250.000,00

**II - Descrição das Ações**

Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assis	0,00	150.000,00	150.000,00
34490000000000000000	Aplicações diretas	01610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assis	0,00	100.000,00	100.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>250.000,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Planilha de Identificação das Ações da LDO

Pág 65 / 67

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Co-Financiamento Estadual	4
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2085	Atividade 2	Proteção Especial de Média Complexidade Estadual			100.000,00

**II - Descrição das Ações**

Proteção Especial de Média Complexidade Estadual

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assis	0,00	70.000,00	70.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assis	0,00	30.000,00	30.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Co-Financiamento Estadual	4
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2087	Atividade 2	Proteção Social Básica Estadual			150.000,00

**II - Descrição das Ações**

Proteção Social Básica Estadual

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33390000000000000000	Aplicações diretas	01610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assis	0,00	105.000,00	105.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01610000 - Transferências de Convênios - Estado/Assis	0,00	45.000,00	45.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>150.000,00</b>

**Entidade:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

**I - Classificação**

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Programas Federais	5
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1018	Projeto 1	Construção do Centro Dia			600.000,00

**II - Descrição das Ações**

Construção do Centro Dia

**III - Detalhamento das Ações**

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01310000 - Transferências de Convênios - União/Assis	0,00	600.000,00	600.000,00
<b>Total:</b>			<b>0,00</b>	<b>600.000,00</b>	<b>600.000,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende Net - WPI v:2013.01

Identificador: WPL1341101-026-WHACA-306322953 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

16/09/2019 08:42:33 -03:00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 66 / 67

## Planejamento e Orçamento

## Planilha de Identificação das Ações da LDO

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Programas Federais	5
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1019	Projeto 1	Construção - CREAS - Federal			500.000,00

## II - Descrição das Ações

Construção - CREAS - Federal

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01310000 - Transferências de Convênios - União/Assist	0,00	500.000,00	500.000,00
Total:			0,00	500.000,00	500.000,00

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Programas Federais	5
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1020	Projeto 1	Construção do CRAS - Federal			500.000,00

## II - Descrição das Ações

Construção do CRAS - Federal

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01310000 - Transferências de Convênios - União/Assist	0,00	500.000,00	500.000,00
Total:			0,00	500.000,00	500.000,00

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

## I - Classificação

Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	90
Unidade:	Programas Federais	5
Função:	Assistência Social	0008
Subfunção:	Assistência Comunitária	0244
Programa:	Ser Rio do Sul	9

Objetivo do programa:

Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.

Justificativa do programa:

Ação	Local Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
1021	Projeto 1	Reforma e Ampliação do Centro POP - Federal			300.000,00

## II - Descrição das Ações

Reforma e Ampliação do Centro POP - Federal

## III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01310000 - Transferências de Convênios - União/Assist	0,00	300.000,00	300.000,00
Total:			0,00	300.000,00	300.000,00





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 67 / 67

## Planejamento e Orçamento Planilha de Identificação das Ações da LDO

**Entidade:** CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL

### I - Classificação

Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL	1
Unidade:	Câmara Municipal de Rio do Sul	1
Função:	Legislativa	0001
Subfunção:	Acao Legislativa	0031
Programa:	Processo Legislativo	1

Objetivo do programa:

Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia

Justificativa do programa:

Cumprir com o determinado em lei para a manutenção da Câmara de Vereadores composta por dez vereadores, com o apoio de vinte e três funcionários (dentre estes, dez assessores parlamentares).

Ação	Local	Tipo	Título	Produto	Física	Financeira
2051	A	2	Manutenção da Câmara de Vereadores	Manutenção da camara de vereadores	12,00	9.854.558,00

### II - Descrição das Ações

Manutenção da Câmara de Vereadores

### III - Detalhamento das Ações

Conta Despesa	Descrição	Recurso	Ordinários	Vinculados	Total
33190000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	6.208.372,00	0,00	6.208.372,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de op	01000000 - Recursos Ordinários	689.819,00	0,00	689.819,00
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas	01000000 - Recursos Ordinários	77.851,00	0,00	77.851,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	769.641,00	0,00	769.641,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	2.108.875,00	0,00	2.108.875,00
<b>Total:</b>			<b>9.854.558,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.854.558,00</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 3

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade(s): Consolidado

LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

<b>Programa: 1 - Processo Legislativo</b>	
<b>Objetivos:</b>	
Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia	
<b>Função: 1 - Legislativa</b>	<b>Subfunção: 31 - Acao Legislativa</b>
<b>Total Programa</b>	<b>9.854.558,00</b>
<b>Programa: 2 - Gestão para Resultados</b>	
<b>Objetivos:</b>	
Manter a cidade com os serviços básicos e essenciais em dia	
<b>Função: 4 - Administração</b>	<b>Subfunção: 122 - Administracao Geral</b>
<b>Função: 4 - Administração</b>	<b>Subfunção: 125 - Normatização e Fiscalização</b>
<b>Função: 4 - Administração</b>	<b>Subfunção: 131 - Comunicação Social</b>
<b>Função: 6 - Segurança Pública</b>	<b>Subfunção: 122 - Administracao Geral</b>
<b>Função: 6 - Segurança Pública</b>	<b>Subfunção: 181 - Policiamento</b>
<b>Total Programa</b>	<b>12.473.500,00</b>
<b>Programa: 3 - Cidade Segura</b>	
<b>Objetivos:</b>	
Manter um policiamento ostensivo para garantir a segurança	
<b>Função: 6 - Segurança Pública</b>	<b>Subfunção: 181 - Policiamento</b>
<b>Função: 6 - Segurança Pública</b>	<b>Subfunção: 182 - Defesa Civil</b>
<b>Total Programa</b>	<b>1.111.000,00</b>
<b>Programa: 4 - Mobilidade Urbana Eficiente</b>	
<b>Objetivos:</b>	
Proporcionar acesso facilitado ao transito e pedestres	
<b>Função: 15 - Urbanismo</b>	<b>Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana</b>
<b>Função: 15 - Urbanismo</b>	<b>Subfunção: 452 - Servicos Urbanos</b>
<b>Total Programa</b>	<b>67.048.572,00</b>
<b>Programa: 5 - Planejando o Futuro</b>	
<b>Objetivos:</b>	
Implementar ações de planejamento que possibilitem a nossa cidade se desenvolva de forma ordenada, antecipando necessidades e coordenando esforços para o crescimento sustentável	
<b>Função: 15 - Urbanismo</b>	<b>Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana</b>
<b>Função: 18 - Gestão Ambiental</b>	<b>Subfunção: 542 - Controle Ambiental</b>
<b>Função: 20 - Agricultura</b>	<b>Subfunção: 606 - Extensão Rural</b>
<b>Total Programa</b>	<b>8.199.800,00</b>
<b>Programa: 6 - Recicla Rio do Sul</b>	
<b>Objetivos:</b>	
Proteger e ampliar as áreas ambientais do município, fomentando as políticas de proteção ambiental.	
<b>Função: 15 - Urbanismo</b>	<b>Subfunção: 452 - Servicos Urbanos</b>
<b>Total Programa</b>	<b>7.800.000,00</b>
<b>Programa: 7 - Educação de Oportunidades</b>	
<b>Objetivos:</b>	
Aprimorar a educação infantil através de práticas educacionais alinhadas com a gestão pedagógica.	
<b>Função: 4 - Administração</b>	<b>Subfunção: 122 - Administracao Geral</b>
<b>Função: 12 - Educação</b>	<b>Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição</b>
<b>Função: 12 - Educação</b>	<b>Subfunção: 361 - Ensino Fundamental</b>
<b>Função: 12 - Educação</b>	<b>Subfunção: 365 - Educação Infantil</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 3

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade(s): Consolidado

LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

<b>Total Programa</b>		<b>80.677.020,00</b>
<b>Programa: 8 - Capital de Oportunidades</b>		
<b>Objetivos:</b>		
Incentivar o surgimento de empresas inovadoras e fomentar a economia criativa através de incentivos e capacitações.		
<b>Função: 4 - Administração</b>	<b>Subfunção: 122 - Administracao Geral</b>	
<b>Função: 17 - Saneamento</b>	<b>Subfunção: 512 - Saneamento Básico Urbano</b>	
<b>Função: 20 - Agricultura</b>	<b>Subfunção: 606 - Extensão Rural</b>	
<b>Função: 20 - Agricultura</b>	<b>Subfunção: 608 - Promoção da Produção Agropecuária</b>	
<b>Função: 23 - Comércio e Serviços</b>	<b>Subfunção: 695 - Turismo</b>	
<b>Total Programa</b>		<b>2.652.000,00</b>
<b>Programa: 9 - Ser Rio do Sul</b>		
<b>Objetivos:</b>		
Fomentar o desenvolvimento humano através do incentivo a capacitação, buscando fomentar trabalho e renda.		
<b>Função: 4 - Administração</b>	<b>Subfunção: 244 - Assistência Comunitária</b>	
<b>Função: 8 - Assistência Social</b>	<b>Subfunção: 241 - Assistência ao Idoso</b>	
<b>Função: 8 - Assistência Social</b>	<b>Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente</b>	
<b>Função: 8 - Assistência Social</b>	<b>Subfunção: 244 - Assistência Comunitária</b>	
<b>Função: 16 - Habitação</b>	<b>Subfunção: 482 - Habitacao Urbana</b>	
<b>Total Programa</b>		<b>11.143.212,00</b>
<b>Programa: 10 - Saúde em Movimento</b>		
<b>Objetivos:</b>		
Garantir o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.		
2) Reduzir os riscos e agravos à saúde		
<b>Função: 10 - Saúde</b>	<b>Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos</b>	
<b>Função: 10 - Saúde</b>	<b>Subfunção: 301 - Atenção Básica</b>	
<b>Função: 10 - Saúde</b>	<b>Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial</b>	
<b>Função: 10 - Saúde</b>	<b>Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária</b>	
<b>Função: 10 - Saúde</b>	<b>Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica</b>	
<b>Função: 28 - Encargos Especiais</b>	<b>Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna</b>	
<b>Total Programa</b>		<b>130.432.420,00</b>
<b>Programa: 11 - Cultura para Todos</b>		
<b>Objetivos:</b>		
Promover a popularização da cultura.		
<b>Função: 13 - Cultura</b>	<b>Subfunção: 392 - Difusão Cultural</b>	
<b>Total Programa</b>		<b>3.460.000,00</b>
<b>Programa: 12 - Cidade do Esporte</b>		
<b>Objetivos:</b>		
Melhorar as condições dos espaços esportivos da Fundação de Desporto e dos espaços comunitários.		
<b>Função: 27 - Desporto e Lazer</b>	<b>Subfunção: 812 - Desporto Comunitário</b>	
<b>Total Programa</b>		<b>2.426.000,00</b>
<b>Programa: 13 - Eficiência Administrativa</b>		
<b>Objetivos:</b>		
Modernizar a administração tributária municipal e aumentar a arrecadação.		

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 3 / 3

Planejamento e Orçamento

Programas de Trabalho

Entidade(s): Consolidado

LDO: 2020 Atualizado Até: 16/09/2019

<b>Função: 4 - Administração</b>	<b>Subfunção: 62 - Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário</b>
<b>Função: 4 - Administração</b>	<b>Subfunção: 122 - Administracao Geral</b>
<b>Função: 4 - Administração</b>	<b>Subfunção: 128 - Formação de Recursos Humanos</b>
<b>Função: 6 - Segurança Pública</b>	<b>Subfunção: 181 - Policiamento</b>
<b>Função: 9 - Previdência Social</b>	<b>Subfunção: 271 - Previdência Básica</b>
<b>Função: 28 - Encargos Especiais</b>	<b>Subfunção: 843 - Serviço da Dívida Interna</b>
<b>Função: 99 - Reserva de Contingência</b>	<b>Subfunção: 999 - Reserva de contingência</b>
<b>Total Programa</b>	<b>91.639.889,00</b>
<b>Total Geral</b>	<b>428.917.971,00</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 7

Planejamento e Orçamento  
Receita LDO - LDO - Demonstrativo da Receita  
Entidade(s): Consolidado  
Grau: 13 Atualizado até: 13/09/2019 LDO: 2020

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Receita Orçamentária	40000000000000000000	S	447.107.971,00	104,24
Receitas correntes	41000000000000000000	S	361.496.114,00	84,28
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	41100000000000000000	S	74.509.400,00	17,37
Impostos	41110000000000000000	S	63.244.000,00	14,75
Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza	41113000000000000000	S	8.100.000,00	1,89
Imposto sobre a renda - retido na fonte	41113030000000000000	S	8.100.000,00	1,89
Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho	41113031000000000000	S	6.500.000,00	1,52
Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - principal	41113031100000000000	A	6.500.000,00	1,52
Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos	41113034000000000000	S	1.600.000,00	0,37
Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal	41113034100000000000	A	1.600.000,00	0,37
Impostos específicos de estados/df municípios	41118000000000000000	S	55.144.000,00	12,86
Impostos sobre o patrimônio para estados/df/municípios	41118010000000000000	S	26.994.000,00	6,29
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	41118011000000000000	S	22.460.000,00	5,24
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	41118011100000000000	A	20.000.000,00	4,66
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	41118011200000000000	A	60.000,00	0,01
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	41118011300000000000	A	1.800.000,00	0,42
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa - multas e juros	41118011400000000000	A	600.000,00	0,14
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	41118014000000000000	S	4.534.000,00	1,06
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	41118014100000000000	A	4.500.000,00	1,05
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - multas e juros	41118014200000000000	A	1.000,00	0,00
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - dívida ativa	41118014300000000000	A	30.000,00	0,01
Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - dívida ativa - multas e juros	41118014400000000000	A	3.000,00	0,00
Impostos sobre a produção, circulação de mercadorias e serviços	41118020000000000000	S	28.150.000,00	6,56
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	41118023000000000000	S	28.150.000,00	6,56
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	41118023100000000000	A	26.500.000,00	6,18
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	41118023200000000000	A	300.000,00	0,07
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa	41118023300000000000	A	1.000.000,00	0,23
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa - multas e juros	41118023400000000000	A	350.000,00	0,08
Taxas	41120000000000000000	S	11.245.100,00	2,62
Taxas pelo exercício do poder de polícia	41121000000000000000	S	3.324.900,00	0,78
Taxas de inspeção, controle e fiscalização	41121010000000000000	S	3.075.000,00	0,72
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	41121011000000000000	S	3.075.000,00	0,72
Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadores de Serviços	41121011100000000000	S	2.699.500,00	0,63
Taxa de Licença para Execução de Obras	41121011102000000000	A	1.400.000,00	0,33
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - multas e juros	41121011103000000000	A	600.000,00	0,14
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa	41121011104000000000	A	699.500,00	0,16
Taxa de licença para funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadores de Serviços	41121011200000000000	S	20.500,00	0,00
Taxa de Licença para Execução de Obras	41121011202000000000	A	20.000,00	0,00
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa	41121011203000000000	A	500,00	0,00
Receita da Dívida Ativa Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadores de Serviços	41121011300000000000	S	300.000,00	0,07
Receita da Dívida Ativa da Taxa de Licença para Execução de Obras	41121011302000000000	A	200.000,00	0,05
Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa - multas e juros	41121011303000000000	A	100.000,00	0,02
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústrias e Prestadores de Serviços	41121011400000000000	S	55.000,00	0,01
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Licença para Execução de Obras	41121011402000000000	A	50.000,00	0,01
Taxas pela prestação de serviços	41121011403000000000	A	5.000,00	0,00
Taxas pela prestação de serviços	41121040000000000000	S	249.900,00	0,06
Taxas pela prestação de serviços	41121041000000000000	S	249.900,00	0,06
Taxas pela prestação de serviços	41121041100000000000	A	249.900,00	0,06
Taxas pela prestação de serviços	41122000000000000000	S	7.430.200,00	1,73
Taxas pela prestação de serviços	41122010000000000000	S	7.430.200,00	1,73
Taxas pela prestação de serviços	41122011000000000000	S	7.430.200,00	1,73



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 7

Planejamento e Orçamento  
 Receita LDO - LDO - Demonstrativo da Receita  
 Entidade(s): Consolidado  
 Grau: 13 Atualizado até: 13/09/2019 LDO: 2020

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Taxas pela prestação de serviços - principal	4112201110000000000	S	6.758.000,00	1,58
Taxa de limpeza pública	4112201110100000000	A	6.700.000,00	1,56
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	4112201110200000000	A	5.000,00	0,00
Taxa de cemitérios	4112201110400000000	A	50.000,00	0,01
Taxa Guarda Municipal	4112201110500000000	A	3.000,00	0,00
Taxas pela prestação de serviços - multas e juros	4112201120000000000	S	2.100,00	0,00
Taxa de cemitérios	4112201120400000000	A	100,00	0,00
Taxa Fundo de Saneamento Básico	4112201120600000000	A	2.000,00	0,00
Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa	4112201130000000000	S	540.000,00	0,13
Receita da Dívida Ativa da Taxa de Limpeza Pública	4112201130200000000	A	500.000,00	0,12
Taxa de cemitérios	4112201130400000000	A	40.000,00	0,01
Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa - multas e juros	4112201140000000000	S	130.100,00	0,03
Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Limpeza Pública	4112201140200000000	A	130.000,00	0,03
Taxa de Cemitérios	4112201140400000000	A	100,00	0,00
Taxas - específicas de estados, df e municípios	4112800000000000000	S	490.000,00	0,11
Taxas de inspeção, controle e fiscalização	4112801000000000000	S	490.000,00	0,11
Taxa de fiscalização de vigilância sanitária	4112801100000000000	S	490.000,00	0,11
Taxa de fiscalização de vigilância sanitária- principal	4112801110000000000	A	400.000,00	0,09
Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - multas e juros	4112801120000000000	A	5.000,00	0,00
Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - dívida ativa	4112801130000000000	A	70.000,00	0,02
Taxa de fiscalização de vigilância sanitária- dívida ativa - multas e juros	4112801140000000000	A	15.000,00	0,00
Contribuição de melhoria	4113000000000000000	S	20.300,00	0,00
Contribuição de melhoria	4113000100000000000	S	20.300,00	0,00
Contribuição de melhoria - principal	4113000110000000000	A	20.000,00	0,00
Contribuição de melhoria - multas e juros	4113000120000000000	A	100,00	0,00
Contribuição de melhoria - dívida ativa	4113000130000000000	A	100,00	0,00
Contribuição de melhoria - dívida ativa - multas e juros	4113000140000000000	A	100,00	0,00
Contribuições	4120000000000000000	S	16.059.000,00	3,74
Contribuições sociais	4121000000000000000	S	8.309.000,00	1,94
Contribuições sociais específicas de estados, df, municípios	4121800000000000000	S	8.309.000,00	1,94
Contribuição do Servidor Civil para o Plano de Seguridade Social - CPSSS - Específico de Est/DF/Mun	4121801000000000000	S	8.309.000,00	1,94
CPSSS do Servidor Civil Ativo	4121801100000000000	S	8.309.000,00	1,94
CPSSS do Servidor Civil Ativo -Principal	4121801110000000000	S	8.309.000,00	1,94
Servidor Ativo Civil - Prefeitura	4121801110100000000	A	6.400.000,00	1,49
Servidor Ativo Civil - Saúde	4121801110200000000	A	1.770.000,00	0,41
Servidor Ativo Civil - Cultural	4121801110300000000	A	43.000,00	0,01
Servidor Ativo Civil - Desportos	4121801110400000000	A	5.000,00	0,00
Servidor Ativo Civil - Câmara de Vereadores	4121801110500000000	A	91.000,00	0,02
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	4124000000000000000	S	7.750.000,00	1,81
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	4124000100000000000	S	7.750.000,00	1,81
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal	4124000110000000000	S	7.750.000,00	1,81
COSIP - Taxa de Iluminação Pública	4124000110100000000	A	7.000.000,00	1,63
COSIP - Carnê IPTU	4124000110200000000	A	750.000,00	0,17
Receita patrimonial	4130000000000000000	S	25.693.002,00	5,99
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	4131000000000000000	S	230.000,00	0,05
Aluguéis, arrendamentos, foros, laudêmios, tarifas de ocupação	4131001000000000000	S	230.000,00	0,05
Aluguéis e arrendamentos	4131001100000000000	S	230.000,00	0,05
Aluguéis e arrendamentos - principal	4131001110000000000	S	230.000,00	0,05
Aluguéis e arrendamentos - Prefeitura	4131001110100000000	A	225.000,00	0,05
Aluguéis e arrendamentos - FAP	4131001110200000000	A	5.000,00	0,00
Valores mobiliários	4132000000000000000	S	25.463.002,00	5,94
Juros e correções monetárias	4132100000000000000	S	25.463.002,00	5,94
Remuneração de depósitos bancários	4132100100000000000	S	463.002,00	0,11
Remuneração de depósitos bancários - principal	4132100110000000000	S	463.002,00	0,11
Remuneração de depósitos bancários de recursos vinculados	4132100110100000000	S	155.302,00	0,04
Remuneração depósitos bancários FUNDEB	4132100110101000000	A	150.000,00	0,03
Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	4132100110102000000	A	5.302,00	0,00
Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	4132100110200000000	S	307.700,00	0,07



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 3 / 7

Planejamento e Orçamento  
 Receita LDO - LDO - Demonstrativo da Receita  
 Entidade(s): Consolidado  
 Grau: 13 Atualizado até: 13/09/2019 LDO: 2020

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	4132100110201000000	A	273.200,00	0,06
Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados - FIA	4132100110202000000	A	34.500,00	0,01
Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS	4132100400000000000	S	25.000.000,00	5,83
Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS - principal	4132100410000000000	A	25.000.000,00	5,83
Receita agropecuária	4140000000000000000	S	5.000,00	0,00
Receita agropecuária	4140000100000000000	S	5.000,00	0,00
Receita agropecuária - principal	4140000110000000000	A	5.000,00	0,00
Receita de serviços	4160000000000000000	S	355.000,00	0,08
Serviços administrativos e comerciais gerais	4161000000000000000	S	355.000,00	0,08
Serviços administrativos e comerciais gerais	4161001000000000000	S	355.000,00	0,08
Serviços administrativos e comerciais gerais	4161001100000000000	S	355.000,00	0,08
Serviços administrativos e comerciais gerais - principal	4161001110000000000	S	300.000,00	0,07
Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	4161001110100000000	A	300.000,00	0,07
Serviços administrativos e comerciais gerais - multas e juros	4161001120000000000	A	5.000,00	0,00
Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa	4161001130000000000	A	30.000,00	0,01
Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa - multas e juros	4161001140000000000	A	20.000,00	0,00
Transferências correntes	4170000000000000000	S	223.544.812,00	52,12
Transferências da união e de suas entidades	4171000000000000000	S	123.957.312,00	28,90
Transferências da união - específica e/m	4171800000000000000	S	123.957.312,00	28,90
Participação na receita da união	4171801000000000000	S	36.650.000,00	8,54
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	4171801200000000000	S	34.000.000,00	7,93
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	4171801210000000000	A	34.000.000,00	7,93
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro	4171801300000000000	S	1.300.000,00	0,30
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro - principal	4171801310000000000	A	1.300.000,00	0,30
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho	4171801400000000000	S	1.300.000,00	0,30
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho - principal	4171801410000000000	A	1.300.000,00	0,30
Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	4171801500000000000	S	50.000,00	0,01
Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	4171801510000000000	A	50.000,00	0,01
Transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais	4171802000000000000	S	455.000,00	0,11
Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfem	4171802200000000000	S	5.000,00	0,00
Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfem - principal	4171802210000000000	A	5.000,00	0,00
Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção de petróleo - lei nº 7.990/89	4171802300000000000	S	450.000,00	0,10
Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção de petróleo - lei nº 7.990/89 - principal	4171802310000000000	A	450.000,00	0,10
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	4171803000000000000	S	78.814.200,00	18,38
Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	4171803100000000000	S	7.996.200,00	1,86
Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	4171803110000000000	A	7.996.200,00	1,86
Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	4171803200000000000	S	66.850.000,00	15,59
Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Principal	4171803210000000000	A	66.850.000,00	15,59
Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	4171803300000000000	S	407.000,00	0,09
Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - Principal	4171803310000000000	A	407.000,00	0,09
Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	4171803400000000000	S	500.000,00	0,12
Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica - Principal	4171803410000000000	A	500.000,00	0,12
Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS	4171803500000000000	S	109.000,00	0,03
Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS - Principal	4171803510000000000	A	109.000,00	0,03
Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	4171803900000000000	S	2.952.000,00	0,69
Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Principal	4171803910000000000	A	2.952.000,00	0,69
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Investimentos na Rede de Serviços Públicos de Saúde	4171804000000000000	S	1.053.112,00	0,25
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS destinados à Atenção Básica	4171804100000000000	S	1.053.112,00	0,25





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 4 / 7

Planejamento e Orçamento  
Receita LDO - LDO - Demonstrativo da Receita  
Entidade(s): Consolidado  
Grau: 13 Atualizado até: 13/09/2019 LDO: 2020

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas - principal	4171804110000000000	A	1.053.112,00	0,25
Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	4171805000000000000	S	4.385.000,00	1,02
Transferências do salário-educação	4171805100000000000	S	3.099.000,00	0,72
Transferências do salário-educação - principal	4171805110000000000	A	3.099.000,00	0,72
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae	4171805300000000000	S	1.256.500,00	0,29
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae - principal	4171805310000000000	A	1.256.500,00	0,29
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate	4171805400000000000	S	29.500,00	0,01
Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate - principal	4171805410000000000	A	29.500,00	0,01
Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	4171806000000000000	S	300.000,00	0,07
Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	4171806100000000000	S	300.000,00	0,07
Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	4171806110000000000	A	300.000,00	0,07
Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	4171808000000000000	S	2.300.000,00	0,54
Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	4171808100000000000	S	2.300.000,00	0,54
Transferências advindas de emendas parlamentares individuais - principal	4171808110000000000	A	2.300.000,00	0,54
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	4172000000000000000	S	61.737.000,00	14,39
Transferências dos estados - específica e/m	4172800000000000000	S	61.737.000,00	14,39
Participação na receita dos estados	4172801000000000000	S	56.700.000,00	13,22
Cota-parte do ICMS	4172801100000000000	S	44.000.000,00	10,26
Cota-parte do ICMS - principal	4172801110000000000	A	44.000.000,00	10,26
Cota-parte do IPVA	4172801200000000000	S	12.000.000,00	2,80
Cota-parte do IPVA - principal	4172801210000000000	A	12.000.000,00	2,80
Cota-parte do IPI - municípios	4172801300000000000	S	600.000,00	0,14
Cota-parte do IPI - municípios - principal	4172801310000000000	A	600.000,00	0,14
Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico	4172801400000000000	S	100.000,00	0,02
Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - principal	4172801410000000000	A	100.000,00	0,02
Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo	4172803000000000000	S	3.600.600,00	0,84
Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo	4172803100000000000	S	3.600.600,00	0,84
Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo - principal	4172803110000000000	S	3.600.600,00	0,84
Incentivo Hospitalar - Estadual	4172803110100000000	A	1.200.000,00	0,28
CEO Estadual	4172803110200000000	A	81.600,00	0,02
Farmácia Básica Estadual	4172803110300000000	A	640.000,00	0,15
Cirurgias Eletivas Gestão Plena - Estadual	4172803110400000000	A	120.000,00	0,03
NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família	4172803110500000000	A	112.000,00	0,03
Transferências Estaduais - Oncologia	4172803110600000000	A	650.000,00	0,15
Cofinanciamento Estadual	4172803110700000000	A	640.000,00	0,15
Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço	4172803110800000000	A	50.000,00	0,01
Fms - Alto Vale Cir	4172803110900000000	A	10.000,00	0,00
Incentivo ao Sistema Prisional - Estadual	4172803111000000000	A	61.000,00	0,01
LRPD - Laboratório Regional de Prótese Dentária	4172803111100000000	A	36.000,00	0,01
Transferência de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	4172810000000000000	S	1.099.500,00	0,26
Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de educação	4172810200000000000	S	799.500,00	0,19
Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de educação - principal	4172810210000000000	A	799.500,00	0,19
Outras transferências de convênio dos estados	4172810900000000000	S	300.000,00	0,07
Outras transferências de convênio dos estados - principal	4172810910000000000	A	300.000,00	0,07
Outras transferências dos estados	4172899000000000000	S	336.900,00	0,08
Outras transferências dos estados	4172899100000000000	S	336.900,00	0,08
Outras transferências dos estados - principal	4172899110000000000	S	336.900,00	0,08
Transferências de Convênios - Estado/Desenvolvimento Social	4172899110200000000	A	336.900,00	0,08
Transferências de instituições privadas	4174000000000000000	S	100,00	0,00
Transferências de instituições privadas	4174000100000000000	S	100,00	0,00
Transferências de instituições privadas - principal	4174000110000000000	A	100,00	0,00
Transferências de outras instituições públicas	4175000000000000000	S	37.850.000,00	8,82





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 5 / 7

Planejamento e Orçamento  
 Receita LDO - LDO - Demonstrativo da Receita  
 Entidade(s): Consolidado  
 Grau: 13 Atualizado até: 13/09/2019 LDO: 2020

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Transferências de outras instituições públicas - específica e/m	4175800000000000000	S	37.850.000,00	8,82
Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	4175801000000000000	S	37.850.000,00	8,82
Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	4175801100000000000	S	37.850.000,00	8,82
Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB - principal	4175801110000000000	A	37.850.000,00	8,82
Transferências de pessoas físicas	4177000000000000000	S	400,00	0,00
Transferências de pessoas físicas	4177000100000000000	S	400,00	0,00
Transferências de pessoas físicas - principal	4177000110000000000	A	400,00	0,00
Outras receitas correntes	4190000000000000000	S	21.329.900,00	4,97
Multas administrativas, contratuais e judiciais	4191000000000000000	S	3.999.500,00	0,93
Multas previstas em legislação específica	4191001000000000000	S	3.999.500,00	0,93
Multas previstas em legislação específica	4191001100000000000	S	3.999.500,00	0,93
Multas previstas em legislação específica - principal	4191001110000000000	S	3.999.500,00	0,93
Multas previstas na Leg. Trânsito - Município	4191001110100000000	A	2.800.000,00	0,65
Multas previstas na Leg. Trânsito - Polícia Civil	4191001110200000000	A	599.500,00	0,14
Multas previstas na Leg. Trânsito - Polícia Militar	4191001110300000000	A	600.000,00	0,14
Indenizações, restituições e ressarcimentos	4192000000000000000	S	200.000,00	0,05
Restituições	4192200000000000000	S	200.000,00	0,05
Outras restituições	4192299000000000000	S	200.000,00	0,05
Outras restituições	4192299100000000000	S	200.000,00	0,05
Outras restituições - principal	4192299110000000000	A	200.000,00	0,05
Demais receitas correntes	4199000000000000000	S	17.130.400,00	3,99
Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores	4199003000000000000	S	600.000,00	0,14
Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores	4199003100000000000	S	600.000,00	0,14
Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores - principal	4199003110000000000	A	600.000,00	0,14
Outras receitas	4199099000000000000	S	16.530.400,00	3,85
Outras receitas - primárias	4199099100000000000	S	16.530.400,00	3,85
Outras receitas - primárias - principal	4199099110000000000	S	16.410.400,00	3,83
Outras receitas - primárias - Prefeitura	4199099110100000000	A	15.870.000,00	3,70
Outras receitas - primárias - Cultural	4199099110300000000	A	380.000,00	0,09
Outras receitas - primárias - Desportos	4199099110400000000	A	500,00	0,00
Outras receitas - primárias - Fap	4199099110500000000	A	100.000,00	0,02
Outras Receitas Primárias - PMSC - Convenio de Radiopatrulha	4199099110600000000	A	39.900,00	0,01
Outras Receitas Primárias - Procon	4199099110700000000	A	20.000,00	0,00
Outras receitas - primárias - dívida ativa	4199099130000000000	S	100.000,00	0,02
Outras receitas - primárias - dívida ativa - FUNPRO	4199099130200000000	A	100.000,00	0,02
Outras receitas - primárias - dívida ativa - multas e juros	4199099140000000000	S	20.000,00	0,00
Outras receitas - primárias - dívida ativa - multas e juros - FUNPRO	4199099140200000000	A	20.000,00	0,00
Receitas de capital	4200000000000000000	S	60.308.398,00	14,06
Operações de crédito	4210000000000000000	S	35.000.000,00	8,16
Operações de crédito - mercado interno	4211000000000000000	S	35.000.000,00	8,16
Outras operações de crédito - mercado interno	4211900000000000000	S	35.000.000,00	8,16
Outras operações de crédito - mercado interno	4211900100000000000	S	35.000.000,00	8,16
Outras operações de crédito - mercado interno - principal	4211900110000000000	A	35.000.000,00	8,16
Alienação de bens	4220000000000000000	S	59.000,00	0,01
Alienação de bens móveis	4221000000000000000	S	49.000,00	0,01
Alienação de bens móveis e semoventes	4221300000000000000	S	49.000,00	0,01
Alienação de bens móveis e semoventes	4221300100000000000	S	49.000,00	0,01
Alienação de bens móveis e semoventes - principal	4221300110000000000	A	49.000,00	0,01
Alienação de bens imóveis	4222000000000000000	S	10.000,00	0,00
Alienação de bens imóveis	4222000100000000000	S	10.000,00	0,00
Alienação de bens imóveis - principal	4222000110000000000	A	10.000,00	0,00
Transferências de capital	4240000000000000000	S	25.249.398,00	5,89
Transferências da união e de suas entidades	4241000000000000000	S	22.424.899,00	5,23
Transferências da união	4241800000000000000	S	22.424.899,00	5,23
Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	4241808000000000000	S	5.700.000,00	1,33



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 6 / 7

## Planejamento e Orçamento

## Receita LDO - LDO - Demonstrativo da Receita

Entidade(s): Consolidado

Grau: 13 Atualizado até: 13/09/2019 LDO: 2020

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	42418081000000000000	S	5.700.000,00	1,33
Transferências advindas de emendas parlamentares individuais - principal	42418081100000000000	S	5.700.000,00	1,33
Transferência de emendas parlamentares individuais - Prefeitura - Investimentos	42418081101000000000	A	5.700.000,00	1,33
Transferência de convênios da união e de suas entidades	42418100000000000000	S	16.724.899,00	3,90
Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS	42418101000000000000	S	8.485.000,00	1,98
Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS - principal	42418101100000000000	A	8.485.000,00	1,98
Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação	42418102000000000000	S	1.449.500,00	0,34
Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação - principal	42418102100000000000	A	1.449.500,00	0,34
Outras transferências de convênios da união	42418109000000000000	S	6.790.399,00	1,58
Outras transferências de convênios da união - principal	42418109100000000000	S	6.790.399,00	1,58
Outras Transferências de Convênios da União - Gestão de Governo	42418109102000000000	A	910.500,00	0,21
Outras Transferências de Convênios da União - Desenvolvimento Econômico	42418109103000000000	A	510.000,00	0,12
Outras Transferências de Convênios da União - Infraestrutura	42418109104000000000	A	3.469.999,00	0,81
Outras Transferências de Convênios da União - Desenvolvimento Social	42418109107000000000	A	1.899.900,00	0,44
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	42420000000000000000	S	2.824.499,00	0,66
Transferências dos estados, distrito federal, e de suas entidades	42428000000000000000	S	2.824.499,00	0,66
Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	42428100000000000000	S	2.824.499,00	0,66
Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS	42428101000000000000	S	680.000,00	0,16
Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS - principal	42428101100000000000	A	680.000,00	0,16
Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infraestrutura em transporte	42428107000000000000	S	1.359.999,00	0,32
Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infraestrutura em transporte - principal	42428107100000000000	A	1.359.999,00	0,32
Outras transferências de convênio dos estados	42428109000000000000	S	784.500,00	0,18
Outras transferências de convênio dos estados - principal	42428109100000000000	S	784.500,00	0,18
Outras transferências de convênios dos estados - Desenvolvimento Econômico	42428109102000000000	A	9.500,00	0,00
Outras transferências de convênios dos estados - Desenvolvimento Social	42428109103000000000	A	775.000,00	0,18
Receitas correntes intraorçamentárias	47000000000000000000	S	25.303.459,00	5,90
Contribuições	47200000000000000000	S	21.703.459,00	5,06
Contribuições sociais	47210000000000000000	S	21.703.459,00	5,06
Contribuições sociais específicas de estados, df, municípios	47218000000000000000	S	17.590.459,00	4,10
Cpsss patronal - servidor civil - específico de est/df/mun	47218030000000000000	S	17.590.459,00	4,10
Cpsss patronal - servidor civil ativo	47218031000000000000	S	17.590.459,00	4,10
Cpsss patronal - servidor civil ativo - principal	47218031100000000000	S	17.590.459,00	4,10
Contribuição Patronal - Prefeitura	47218031101000000000	A	13.011.000,00	3,03
Contribuição Patronal - Saúde	47218031102000000000	A	3.786.640,00	0,88
Contribuição Patronal - Cultural	47218031103000000000	A	90.000,00	0,02
Contribuição Patronal - Desportos	47218031104000000000	A	10.000,00	0,00
Contribuição Patronal - Câmara de Vereadores	47218031105000000000	A	689.819,00	0,16
Contribuição Patronal - Fundo Ass. Social	47218031106000000000	A	3.000,00	0,00
Outras contribuições sociais	47219000000000000000	S	4.113.000,00	0,96
Demais contribuições sociais	47219990000000000000	S	4.113.000,00	0,96
Demais contribuições sociais - parcelamentos	47219992000000000000	S	4.113.000,00	0,96
Demais contribuições sociais - parcelamentos - principal	47219992100000000000	S	4.113.000,00	0,96
Demais contribuições sociais - parcelamentos	47219992101000000000	A	4.113.000,00	0,96
Outras receitas correntes	47900000000000000000	S	3.600.000,00	0,84
Demais receitas correntes	47990000000000000000	S	3.600.000,00	0,84
Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS	47990010000000000000	S	3.600.000,00	0,84
Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS	47990011000000000000	S	3.600.000,00	0,84
Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS - principal	47990011100000000000	A	3.600.000,00	0,84
Deduções da receita	90000000000000000000	S	(18.190.000,00)	(4,24)
Receitas correntes	91000000000000000000	S	(18.190.000,00)	(4,24)
Transferências correntes	91700000000000000000	S	(18.190.000,00)	(4,24)
Transferências da união e de suas entidades	91710000000000000000	S	(6.870.000,00)	(1,60)
Transferências da união - específica e/m	91718000000000000000	S	(6.870.000,00)	(1,60)
Participação na receita da união	91718010000000000000	S	(6.810.000,00)	(1,59)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Receita LDO - LDO - Demonstrativo da Receita

Entidade(s): Consolidado

Grau: 13 Atualizado até: 13/09/2019 LDO: 2020

Pág 7 / 7

Receitas	Conta	Tipo	Valor	%
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	91718012000000000000	S	(6.800.000,00)	(1,59)
Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	91718012100000000000	A	(6.800.000,00)	(1,59)
Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	91718015000000000000	S	(10.000,00)	0,00
Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	91718015100000000000	A	(10.000,00)	0,00
Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	91718060000000000000	S	(60.000,00)	(0,01)
Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	91718061000000000000	S	(60.000,00)	(0,01)
Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	91718061100000000000	A	(60.000,00)	(0,01)
Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	91720000000000000000	S	(11.320.000,00)	(2,64)
Transferências dos estados - específica e/m	91728000000000000000	S	(11.320.000,00)	(2,64)
Participação na receita dos estados	91728010000000000000	S	(11.320.000,00)	(2,64)
Cota-parte do ICMS	91728011000000000000	S	(8.800.000,00)	(2,05)
Cota-parte do ICMS - principal	91728011100000000000	A	(8.800.000,00)	(2,05)
Cota-parte do IPVA	91728012000000000000	S	(2.400.000,00)	(0,56)
Cota-parte do IPVA - principal	91728012100000000000	A	(2.400.000,00)	(0,56)
Cota-parte do IPI - municípios	91728013000000000000	S	(120.000,00)	(0,03)
Cota-parte do IPI - municípios - principal	91728013100000000000	A	(120.000,00)	(0,03)
<b>Total:</b>			<b>428.917.971,00</b>	<b>100,00</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo I - LDO das Metas e Prioridades

Entidade(s): Consolidado

LDO: 2020



<b>Órgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL</b>						
Unidade: 001 - Câmara Municipal de Rio do Sul						
Programa: 0001 - Processo Legislativo						
Proj./Ativ.: 2051 - Manutenção da Câmara de Vereadores						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2051	Manutenção da Câmara de Vereadores	Mes	12,0000	0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
<b>Total do Programa</b>				0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
<b>Total da Unidade</b>				0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
<b>Total do Órgão</b>				0,00	9.854.558,00	9.854.558,00
<b>Órgão: 80 - SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO</b>						
Unidade: 001 - Diretoria Executiva de Governo						
Programa: 0002 - Gestão para Resultados						
Proj./Ativ.: 2000 - Pessoal e Encargos Sociais - Gestão de Governo						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2000	Pessoal e Encargos Sociais - Gestão de Governo	Mes	12,0000	0,00	4.925.000,00	4.925.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				0,00	4.925.000,00	4.925.000,00
<b>Proj./Ativ.: 2001 - Manutenção da Secretaria de Gestão de Governo</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2001	Manutenção da Secretaria de Gestão de Governo	Mes	12,0000	0,00	2.365.000,00	2.365.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				0,00	2.365.000,00	2.365.000,00
<b>Proj./Ativ.: 2003 - Manutenção Trânsito - Polícia Civil</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2003	Manutenção Trânsito - Polícia Civil	Mes	12,0000	600.000,00	0,00	600.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				600.000,00	0,00	600.000,00
<b>Proj./Ativ.: 2004 - Manutenção Trânsito - Polícia Militar</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2004	Manutenção Trânsito - Polícia Militar	Mes	12,0000	645.500,00	0,00	645.500,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				645.500,00	0,00	645.500,00
<b>Proj./Ativ.: 2005 - Manutenção da Divisão de Infrações de Trânsito</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2005	Manutenção da Divisão de Infrações de Trânsito	Mes	12,0000	2.810.000,00	50.000,00	2.860.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				2.810.000,00	50.000,00	2.860.000,00
<b>Proj./Ativ.: 2094 - Manutenção do Procon</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2094	Manutenção do Procon		0,0000	20.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				20.000,00	0,00	20.000,00
<b>Total do Programa</b>				4.075.500,00	7.340.000,00	11.415.500,00

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



<b>Órgão: 80 - SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO</b>						
Unidade: 001 - Diretoria Executiva de Governo						
Programa: 0003 - Cidade Segura						
Proj./Ativ.: 2002 - Manutenção do Departamento de Coordenação da Defesa Civil						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2002	Manutenção do Departamento de Coordenação da Defesa Civil	Mes	12,0000	0,00	50.000,00	50.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>50.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2006 - Manutenção da Divisão da Guarda Municipal</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2006	Manutenção da Divisão da Guarda Municipal	Mes	12,0000	3.000,00	147.000,00	150.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>3.000,00</b>	<b>147.000,00</b>	<b>150.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2007 - Manutenção do Fundo de Defesa Civil</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2007	Manutenção do Fundo de Defesa Civil	Unidade	12,0000	911.000,00	0,00	911.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>911.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>911.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>914.000,00</b>	<b>197.000,00</b>	<b>1.111.000,00</b>
<b>Programa: 0008 - Capital de Oportunidades</b>						
<b>Proj./Ativ.: 2097 - Manutenção do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2097	Manutenção do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC		0,0000	0,00	250.000,00	250.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>250.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>0,00</b>	<b>250.000,00</b>	<b>250.000,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>4.989.500,00</b>	<b>7.787.000,00</b>	<b>12.776.500,00</b>
<b>Unidade: 002 - Diretoria Executiva de Comunicação</b>						
<b>Programa: 0002 - Gestão para Resultados</b>						
<b>Proj./Ativ.: 2008 - Manutenção da Diretoria Executiva de Comunicação</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2008	Manutenção da Diretoria Executiva de Comunicação	Mes	12,0000	0,00	308.000,00	308.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>308.000,00</b>	<b>308.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>0,00</b>	<b>308.000,00</b>	<b>308.000,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>0,00</b>	<b>308.000,00</b>	<b>308.000,00</b>
<b>Unidade: 003 - Diretoria Técnica de Gestão do Governo</b>						
<b>Programa: 0002 - Gestão para Resultados</b>						
<b>Proj./Ativ.: 1000 - Devolução de Convênios</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1000	Devolução de Convênios	Unidade	1,0000	0,00	750.000,00	750.000,00

17/09/2019 15:15:32 -03:00

Identificador: WPL871101-026-WOLJNX-306432932 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



<b>Órgão: 80 - SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO</b>					
Unidade: 003 - Diretoria Técnica de Gestão do Governo					
Programa: 0002 - Gestão para Resultados					
Proj./Ativ.: 1000 - Devolução de Convênios					
Total Projeto/Atividade:				0,00	750.000,00
Total do Programa				0,00	750.000,00
Total da Unidade				0,00	750.000,00
Total do Órgão				4.989.500,00	13.834.500,00
<b>Órgão: 81 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO</b>					
Unidade: 001 - Procuradoria Geral					
Programa: 0013 - Eficiência Administrativa					
Proj./Ativ.: 0001 - Operação Especial - Indenização, Ressarcimentos, Sentenças Judiciais					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Total
0001	Operação Especial - Indenização, Ressarcimentos, Sentenças Judiciais	Mês	12,0000	0,00	2.000.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	2.000.000,00
<b>Proj./Ativ.: 2009 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município</b>					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Total
2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	Mes	12,0000	0,00	315.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	315.000,00
<b>Proj./Ativ.: 2010 - Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Geral</b>					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Total
2010	Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Geral	Mes	12,0000	0,00	1.304.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.304.000,00
<b>Proj./Ativ.: 2086 - FUNPRO-Fundo de Manutenção, Reaparelhamento e Modernização da Procuradoria Geral</b>					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Total
2086	FUNPRO-Fundo de Manutenção, Reaparelhamento e Modernização da Procuradoria Geral do Município de Rio do Sul.	Mês	12,0000	12.000,00	12.000,00
Total Projeto/Atividade:				12.000,00	12.000,00
Total do Programa				12.000,00	12.000,00
Total da Unidade				12.000,00	12.000,00
Total do Órgão				12.000,00	12.000,00
<b>Órgão: 82 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA</b>					
Unidade: 001 - Diretoria Técnica de Fazenda					
Programa: 0013 - Eficiência Administrativa					
Proj./Ativ.: 0002 - Pagamento da Dívida Fundada Interna					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Total
0002	Pagamento da Dívida Fundada Interna	Mes	12,0000	0,00	6.400.000,00

17/09/2019 15:15:32 -03:00

Identificador: WPL871101-026-WOLJNX-306432932 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



## **Órgão: 82 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA**

Unidade: 001 - Diretoria Técnica de Fazenda

Programa: 0013 - Eficiência Administrativa

Proj./Ativ.: 0002 - Pagamento da Dívida Fundada Interna

<b>Total Projeto/Atividade:</b>		<b>0,00</b>	<b>6.400.000,00</b>	<b>6.400.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2011 - Manutenção do Funreboem</b>				
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado
2011	Manutenção do Funreboem	Mes	12,0000	700.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>700.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>6.400.000,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>6.400.000,00</b>

Unidade: 002 - Diretoria Técnica de Administração

Programa: 0013 - Eficiência Administrativa

Proj./Ativ.: 2012 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda

<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2012	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	Mes	12,0000	60.000,00	9.575.190,00	9.635.190,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>60.000,00</b>	<b>9.575.190,00</b>	<b>9.635.190,00</b>

Proj./Ativ.: 2013 - Pessoal e Encargos Sociais - Administração e Fazenda

<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2013	Pessoal e Encargos Sociais - Administração e Fazenda	Mes	12,0000	0,00	10.760.000,00	10.760.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>10.760.000,00</b>	<b>10.760.000,00</b>

Proj./Ativ.: 2014 - Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais

<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2014	Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais	Projeto	1,0000	0,00	90.000,00	90.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>90.000,00</b>	<b>90.000,00</b>

Proj./Ativ.: 2015 - Programa Qualidade de Vida no Trabalho

<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2015	Programa Qualidade de Vida no Trabalho	Mês	12,0000	0,00	50.000,00	50.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>50.000,00</b>

Proj./Ativ.: 2016 - Consórcio de Informática na Gestão Pública

<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2016	Consórcio de Informática na Gestão Pública	Mes	12,0000	0,00	26.240,00	26.240,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>26.240,00</b>	<b>26.240,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>60.000,00</b>	<b>20.501.430,00</b>	<b>20.561.430,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>60.000,00</b>	<b>20.501.430,00</b>	<b>20.561.430,00</b>
<b>Total do Órgão</b>				<b>760.000,00</b>	<b>26.901.430,00</b>	<b>27.661.430,00</b>



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



<b>Órgão: 83 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>						
Unidade: 001 - Departamento de Desenvolvimento Econômico						
Programa: 0008 - Capital de Oportunidades						
Proj./Ativ.: 2017 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2017	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Mes	12,0000	0,00	200.000,00	200.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>200.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2018 - Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2018	Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico	Mes	12,0000	0,00	695.000,00	695.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>695.000,00</b>	<b>695.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2104 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2104	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,0000	0,00	100.000,00	100.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>995.000,00</b>	<b>995.000,00</b>
<b>Total da Unidade</b>			<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>995.000,00</b>	<b>995.000,00</b>
<b>Unidade: 002 - Departamento de Turismo e Eventos</b>						
Programa: 0008 - Capital de Oportunidades						
Proj./Ativ.: 1023 - Ampliação e Reforma do Centro de Eventos						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1023	Ampliação e Reforma do Centro de Eventos	Projeto	0,0000	500.000,00	65.000,00	565.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>			<b>0,0000</b>	<b>500.000,00</b>	<b>65.000,00</b>	<b>565.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1024 - Promoção e Realização de Eventos - Federal</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1024	Promoção e Realização de Eventos - Federal	Projeto	1,0000	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>			<b>1,0000</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1025 - Promoção e Realização de Eventos - Estadual</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1025	Promoção e Realização de Eventos - Estadual	Projeto	4,0000	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>			<b>4,0000</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2019 - Manutenção do Departamento de Turismo e Eventos</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2019	Manutenção do Departamento de Turismo e Eventos	Mes	12,0000	0,00	100.000,00	100.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



<b>Órgão: 83 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>						
Unidade: 002 - Departamento de Turismo e Eventos						
Programa: 0008 - Capital de Oportunidades						
<b>Proj./Ativ.: 2020 - Promoção e Realização de Eventos</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2020	Promoção e Realização de Eventos	Projeto	4,0000	0,00	350.000,00	350.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>350.000,00</b>	<b>350.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>520.000,00</b>	<b>515.000,00</b>	<b>1.035.000,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>520.000,00</b>	<b>515.000,00</b>	<b>1.035.000,00</b>
<b>Total do Órgão</b>				<b>520.000,00</b>	<b>1.510.000,00</b>	<b>2.030.000,00</b>
<b>Órgão: 84 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>						
Unidade: 001 - Departamento de Assistência Social						
Programa: 0009 - Ser Rio do Sul						
<b>Proj./Ativ.: 2021 - Conselho Tutelar</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2021	Conselho Tutelar	Mes	12,0000	0,00	243.000,00	243.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>243.000,00</b>	<b>243.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2022 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2022	Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social	Mes	12,0000	0,00	150.000,00	150.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>150.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2023 - Pessoal e Encargos Sociais - Assistência e Desenvolvimento Social</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2023	Pessoal e Encargos Sociais - Assistência e Desenvolvimento Social	Mes	12,0000	0,00	4.755.000,00	4.755.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>4.755.000,00</b>	<b>4.755.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>0,00</b>	<b>5.148.000,00</b>	<b>5.148.000,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>0,00</b>	<b>5.148.000,00</b>	<b>5.148.000,00</b>
<b>Unidade: 002 - Departamento de Habitação</b>						
Programa: 0009 - Ser Rio do Sul						
<b>Proj./Ativ.: 2024 - Manutenção do Fundo de Habitação</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2024	Manutenção do Fundo de Habitação	Mes	12,0000	0,00	100.000,00	100.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Total do Órgão</b>				<b>0,00</b>	<b>5.248.000,00</b>	<b>5.248.000,00</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



<b>Órgão: 85 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>						
Unidade: 001 - Diretoria Técnica de Educação						
Programa: 0007 - Educação de Oportunidades						
Proj./Ativ.: 2025 - Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2025	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	Mês	12,0000	0,00	420.000,00	420.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>420.000,00</b>	<b>420.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>0,00</b>	<b>420.000,00</b>	<b>420.000,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>0,00</b>	<b>420.000,00</b>	<b>420.000,00</b>
<b>Unidade: 002 - Secretária Municipal de Educação</b>						
Programa: 0007 - Educação de Oportunidades						
Proj./Ativ.: 1056 - Construção e Ampliação de Centros de Educação						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1056	Construção e Ampliação de Centros de Educação	Projeto	1,0000	4.450.000,00	0,00	4.450.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>4.450.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.450.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1058 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1058	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Unidade	1,0000	300.000,00	0,00	300.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>300.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>300.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2026 - Programa de Alimentação do Ensino Infantil</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2026	Programa de Alimentação do Ensino Infantil	Mês	12,0000	0,00	1.029.000,00	1.029.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>1.029.000,00</b>	<b>1.029.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2027 - Programa de Alimentação do Ensino Fundamental</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2027	Programa de Alimentação do Ensino Fundamental	Mês	12,0000	0,00	1.039.000,00	1.039.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>1.039.000,00</b>	<b>1.039.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2028 - Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental - PNAE</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2028	Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental - PNAE	Mês	12,0000	360.000,00	0,00	360.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>360.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>360.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2030 - Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches - PNAC</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2030	Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches - PNAC	Mês	12,0000	555.000,00	0,00	555.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>555.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>555.000,00</b>

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



<b>Órgão: 85 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>						
Unidade: 002 - Secretaria Municipal de Educação						
Programa: 0007 - Educação de Oportunidades						
Proj./Ativ.: 2031 - Programa Nacional de Alimentação Pré-Escola - PNAPE						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2031	Programa Nacional de Alimentação Pré-Escola - PNAPE	Mês	12,0000	335,000,00	0,00	335,000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>335,000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>335,000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2032 - Programa Alimentação Escolar Especial</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2032	Programa Alimentação Escolar Especial	Mês	12,0000	7,000,00	0,00	7,000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>7,000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7,000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2034 - Transporte Escolar Educação Básica</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2034	Transporte Escolar Educação Básica	Mês	12,0000	2,900,000,00	0,00	2,900,000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>2,900,000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2,900,000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2035 - Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2035	Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado	Mês	12,0000	800,000,00	0,00	800,000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>800,000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>800,000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2036 - Transporte Escolar Ensino Fundamental - PNAPE</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2036	Transporte Escolar Ensino Fundamental - PNAPE	Mês	12,0000	30,000,00	0,00	30,000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>30,000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>30,000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2037 - Manutenção do Ensino Fundamental</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2037	Manutenção do Ensino Fundamental	Mês	12,0000	1,250,000,00	0,00	1,250,000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>1,250,000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1,250,000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2038 - Manutenção do Ensino Infantil</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2038	Manutenção do Ensino Infantil	Mês	12,0000	3,670,000,00	0,00	3,670,000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>3,670,000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3,670,000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2039 - Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2039	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	Mês	12,0000	17,451,000,00	0,00	17,451,000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>17,451,000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17,451,000,00</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



<b>Órgão: 85 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>					
Unidade: 002 - Secretaria Municipal de Educação					
Programa: 0007 - Educação de Oportunidades					
<b>Proj./Ativ.: 2040 - Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2040	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil	Mes	12,0000	43.246.020,00	0,00
			<b>Total Projeto/Atividade:</b>	<b>43.246.020,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2042 - Manutenção do Departamento Administrativo</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2042	Manutenção do Departamento Administrativo	Mes	12,0000	2.835.000,00	0,00
			<b>Total Projeto/Atividade:</b>	<b>2.835.000,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Total do Programa</b>			<b>78.189.020,00</b>	<b>2.068.000,00</b>
	<b>Total da Unidade</b>			<b>78.189.020,00</b>	<b>2.068.000,00</b>
	<b>Total do Órgão</b>			<b>78.189.020,00</b>	<b>2.488.000,00</b>
<b>Órgão: 86 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA</b>					
Unidade: 007 - Secretaria Municipal de Infraestrutura					
Programa: 0004 - Mobilidade Urbana Eficiente					
<b>Proj./Ativ.: 1032 - Pavimentação de Ruas, execução de galerias</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
1032	Pavimentação de Ruas, execução de galerias		0,0000	5.550.000,00	0,00
			<b>Total Projeto/Atividade:</b>	<b>5.550.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1034 - Construção e Revitalização de Praças e Parques</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
1034	Construção e Revitalização de Praças e Parques		0,0000	1.000.000,00	0,00
			<b>Total Projeto/Atividade:</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1071 - Pavimentação Rio do Sul x Presidente Getúlio</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
1071	Pavimentação Rio do Sul x Presidente Getúlio		0,0000	10.000,00	0,00
			<b>Total Projeto/Atividade:</b>	<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1072 - Contrapartida de Convênios</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
1072	Contrapartida de Convênios		0,0000	0,00	2.423.572,00
			<b>Total Projeto/Atividade:</b>	<b>0,00</b>	<b>2.423.572,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1078 - Pavimentação de Vias - FINISA</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
1078	Pavimentação de Vias - FINISA		0,0000	10.211.000,00	0,00
			<b>Total Projeto/Atividade:</b>	<b>10.211.000,00</b>	<b>0,00</b>

17/09/2019 15:15:32 -03:00

Identificador: WPL871101-026-WOLJNX-306432932 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



<b>Órgão: 86 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA</b>					
<b>Unidade: 007 - Secretaria Municipal de Infraestrutura</b>					
<b>Programa: 0004 - Mobilidade Urbana Eficiente</b>					
<b>Proj./Ativ.: 1079 - Aquisição de Maquinas, Implementos e Veículos Pesados - FINISA</b>					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
1079	Aquisição de Maquinas, Implementos e Veículos Pesados - FINISA		0,0000	4.789.000,00	0,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>4.789.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1083 - BRDE/Avançar Cidades</b>					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
1083	BRDE/Avançar Cidades		0,0000	20.000.000,00	0,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>20.000.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1084 - Obras de Arte Especiais, Ciclovias e Passarelas</b>					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
1084	Obras de Arte Especiais, Ciclovias e Passarelas		0,0000	950.000,00	0,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>950.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2096 - Pavimentação Comunitária</b>					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
2096	Pavimentação Comunitária		0,0000	0,00	2.500.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>2.500.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>42.510.000,00</b>	<b>4.923.572,00</b>
<b>Programa: 0005 - Planejando o Futuro</b>					
<b>Proj./Ativ.: 1001 - Desapropriação de Imóveis</b>					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
1001	Desapropriação de Imóveis		0,0000	0,00	40.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>40.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1085 - Muros de Contenção e Estabilização de Encostas</b>					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
1085	Muros de Contenção e Estabilização de Encostas		0,0000	1.000.000,00	0,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>1.000.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1086 - Reforma e Construção de Edificações</b>					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
1086	Reforma e Construção de Edificações		0,0000	2.000.000,00	0,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>2.000.000,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2043 - Manutenção da Diretoria Executiva de Planejamento</b>					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
2043	Manutenção da Diretoria Executiva de Planejamento		0,0000	0,00	400.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>

17/09/2019 15:15:32 -03:00

Identificador: WPL871101-026-WQJNX-306432932 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Anexo I - LDO das Metas e Prioridades

Entidade(s): Consolidado

LDO: 2020



<b>Órgão: 86 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA</b>					
Unidade: 007 - Secretaria Municipal de Infraestrutura					
Programa: 0005 - Planejando o Futuro					
Proj./Ativ.: 2043 - Manutenção da Diretoria Executiva de Planejamento					
Total Projeto/Atividade:			0,00	400.000,00	400.000,00
<b>Proj./Ativ.: 2044 - Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Planejamento</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2044	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Planejamento		0,0000	2.705.000,00	2.705.000,00
Total Projeto/Atividade:			0,00	2.705.000,00	2.705.000,00
<b>Proj./Ativ.: 2090 - Manutenção do Fundo do Meio Ambiente</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2090	Manutenção do Fundo do Meio Ambiente		0,0000	125.000,00	125.000,00
Total Projeto/Atividade:				125.000,00	125.000,00
Total do Programa				3.145.000,00	6.270.000,00
<b>Programa: 0006 - Recicla Rio do Sul</b>					
Proj./Ativ.: 2045 - Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2045	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos		0,0000	7.800.000,00	7.800.000,00
Total Projeto/Atividade:				7.800.000,00	7.800.000,00
Total do Programa				7.800.000,00	7.800.000,00
<b>Programa: 0008 - Capital de Oportunidades</b>					
Proj./Ativ.: 2099 - Manutenção do Fundo de Saneamento Básico					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2099	Manutenção do Fundo de Saneamento Básico		0,0000	2.000,00	2.000,00
Total Projeto/Atividade:				2.000,00	2.000,00
Total do Programa				2.000,00	2.000,00
Total da Unidade				45.637.000,00	61.505.572,00
Total do Órgão				15.868.572,00	61.505.572,00
<b>Órgão: 87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>					
Unidade: 002 - Secretaria Municipal de Saúde					
Programa: 0010 - Saúde em Movimento					
Proj./Ativ.: 0003 - Pagamento Dívida Fundada Interna					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
0003	Pagamento Dívida Fundada Interna	Mes	12,0000	710.000,00	710.000,00
Total Projeto/Atividade:				710.000,00	710.000,00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



<b>Órgão: 87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>						
<b>Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde</b>						
<b>Programa: 0010 - Saúde em Movimento</b>						
<b>Proj./Ativ.: 1035 - Construção, reforma e ampliação de UBS</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
1035	Construção, reforma e ampliação de UBS	Projeto	1,0000	3.020.000,00	0,00	3.020.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>3.020.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.020.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1037 - Aquisição de bens e materiais permanentes</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
1037	Aquisição de bens e materiais permanentes	Unidade	1,0000	880.000,00	0,00	880.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>880.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>880.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1038 - Incremento ao piso de atenção básica</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
1038	Incremento ao piso de atenção básica	Projeto	1,0000	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>2.200.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.200.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1040 - Incremento ao piso de média e alta complexidade</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
1040	Incremento ao piso de média e alta complexidade	Projeto	1,0000	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>2.500.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.500.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1041 - Construção de academias de saúde</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
1041	Construção de academias de saúde	Unidade	1,0000	100.000,00	0,00	100.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1042 - Aquisição de veículos</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
1042	Aquisição de veículos	Unidade	1,0000	1.180.000,00	0,00	1.180.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>1.180.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.180.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1044 - Aquisição de equipamentos</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
1044	Aquisição de equipamentos	Unidade	1,0000	1.150.000,00	0,00	1.150.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>1.150.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.150.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1061 - Construção e Equipamentos Policlínica de Referência - Vinculados</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
1061	Construção e Equipamentos Policlínica de Referência - Vinculados	Unidade	1,0000	925.000,00	0,00	925.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>925.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>925.000,00</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



<b>Órgão: 87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>						
<b>Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde</b>						
<b>Programa: 0010 - Saúde em Movimento</b>						
<b>Proj./Ativ.: 1062 - Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
1062	Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária	Mes	12,0000	126.000,00	0,00	126.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>126.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>126.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1063 - Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
1063	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição	Mes	1,0000	65.000,00	0,00	65.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>65.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>65.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1064 - Construção do CAPS</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
1064	Construção do CAPS	Unidade	1,0000	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>1.100.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.100.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1065 - Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
1065	Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço		0,0000	50.000,00	0,00	50.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>50.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1066 - Programa Requalificação de Ubs</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
1066	Programa Requalificação de Ubs	Mes	12,0000	850.000,00	0,00	850.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>850.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>850.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1068 - Fms - Alto Vale Cir</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
1068	Fms - Alto Vale Cir	Unidade	1,0000	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1073 - Vigilância Alimentar e Nutricional - VAN</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
1073	Vigilância Alimentar e Nutricional - VAN		0,0000	44.000,00	0,00	44.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>44.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>44.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde</b>						
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Ordinário</b>	<b>Valor Total</b>
2052	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	Mes	12,0000	2.785.000,00	0,00	2.785.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>2.785.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.785.000,00</b>



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



Órgão: 87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde					
Programa: 0010 - Saúde em Movimento					
Proj./Ativ.: 2054 - Consórcio Intermunicipal de Saúde					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Total
2054	Consórcio Intermunicipal de Saúde	Unidade	1,0000	1.058.400,00	1.058.400,00
Total Projeto/Atividade:				1.058.400,00	1.058.400,00
Proj./Ativ.: 2055 - Pessoal e Encargos Sociais - Saúde					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Total
2055	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde	Mês	12,0000	16.254.220,00	16.254.220,00
Total Projeto/Atividade:				16.254.220,00	16.254.220,00
Proj./Ativ.: 2056 - Blatb - Pab Saúde Bucal					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Total
2056	Blatb - Pab Saúde Bucal	Mes	12,0000	31.200,00	31.200,00
Total Projeto/Atividade:				31.200,00	31.200,00
Proj./Ativ.: 2057 - Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Total
2057	Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde	Mês	12,0000	1.920.000,00	1.920.000,00
Total Projeto/Atividade:				1.920.000,00	1.920.000,00
Proj./Ativ.: 2058 - Blatb - Ações Saúde da Família					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Total
2058	Blatb - Ações Saúde da Família	Mes	12,0000	12.840.000,00	12.840.000,00
Total Projeto/Atividade:				12.840.000,00	12.840.000,00
Proj./Ativ.: 2059 - Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Total
2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	Mes	12,0000	3.588.000,00	3.588.000,00
Total Projeto/Atividade:				3.588.000,00	3.588.000,00
Proj./Ativ.: 2061 - Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Total
2061	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	Mes	12,0000	977.000,00	977.000,00
Total Projeto/Atividade:				977.000,00	977.000,00
Proj./Ativ.: 2062 - Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Total
2062	Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	Mês	12,0000	4.900.000,00	4.900.000,00
Total Projeto/Atividade:				4.900.000,00	4.900.000,00

17/09/2019 15:15:32 -03:00

Identificador: WPL871101-026-WQLJNX-306432932 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



Órgão: 87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde						
Programa: 0010 - Saúde em Movimento						
Proj./Ativ.: 2063 - BImac - Manutenção da Gestão Plena - Mac						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2063	BImac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	Mes	12,0000	57.420.000,00	0,00	57.420.000,00
Total Projeto/Atividade:				57.420.000,00	0,00	57.420.000,00
Proj./Ativ.: 2064 - BImac - Caps						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2064	BImac - Caps	Mes	12,0000	1.025.000,00	0,00	1.025.000,00
Total Projeto/Atividade:				1.025.000,00	0,00	1.025.000,00
Proj./Ativ.: 2065 - BImac - Samu						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2065	BImac - Samu	Mes	12,0000	395.000,00	0,00	395.000,00
Total Projeto/Atividade:				395.000,00	0,00	395.000,00
Proj./Ativ.: 2066 - BImac - Ceo						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2066	BImac - Ceo	Mes	12,0000	471.600,00	0,00	471.600,00
Total Projeto/Atividade:				471.600,00	0,00	471.600,00
Proj./Ativ.: 2067 - BImac - Faec Extra Teto						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2067	BImac - Faec Extra Teto	Mes	12,0000	6.000.000,00	0,00	6.000.000,00
Total Projeto/Atividade:				6.000.000,00	0,00	6.000.000,00
Proj./Ativ.: 2068 - BImac - Oncologia						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2068	BImac - Oncologia	Mes	12,0000	3.650.000,00	0,00	3.650.000,00
Total Projeto/Atividade:				3.650.000,00	0,00	3.650.000,00
Proj./Ativ.: 2069 - BImac - Vigilância Sanitária						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2069	BImac - Vigilância Sanitária	Mes	12,0000	70.000,00	0,00	70.000,00
Total Projeto/Atividade:				70.000,00	0,00	70.000,00
Proj./Ativ.: 2070 - BImac - Vigilância Epidemiológica						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2070	BImac - Vigilância Epidemiológica	Mes	12,0000	255.000,00	0,00	255.000,00
Total Projeto/Atividade:				255.000,00	0,00	255.000,00
Proj./Ativ.: 2071 - BImac - Pam - DST/AIDS/Hepatite Viral						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2071	BImac - Pam - DST/AIDS/Hepatite Viral	Unidade	12,0000	92.000,00	0,00	92.000,00

17/09/2019 15:15:32 -03:00

Identificador: WPL871101-026-WOLJNX-306432932 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



<b>Órgão: 87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>					
Unidade: 002 - Secretária Municipal de Saúde					
Programa: 0010 - Saúde em Movimento					
Proj./Ativ.: 2071 - Blvgs - Pam - DST/AIDS/Hepatite Viral					
<b>Total Projeto/Atividade:</b>			<b>92.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>92.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2073 - Bifab - Farmácia Básica</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2073	Bifab - Farmácia Básica	Mes	12.0000	1.760.000,00	1.760.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>			<b>1.760.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.760.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2091 - Programa de Medicamentos Especiais</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2091	Programa de Medicamentos Especiais	Mes	12.0000	10.000,00	10.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>			<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2092 - Tiras Reagentes - Diabetes</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2092	Tiras Reagentes - Diabetes	Mes	12.0000	10.000,00	10.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>			<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2093 - Oxigenoterapia</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2093	Oxigenoterapia	Mes	12.0000	10.000,00	10.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>			<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>			<b>130.432.420,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.432.420,00</b>
<b>Total da Unidade</b>			<b>130.432.420,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.432.420,00</b>
<b>Total do Órgão</b>			<b>130.432.420,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.432.420,00</b>
<b>Órgão: 88 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL</b>					
Unidade: 001 - Fundação Cultural					
Programa: 0011 - Cultura para Todos					
Proj./Ativ.: 2076 - Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2076	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul	Mes	12.0000	390.000,00	3.060.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>			<b>390.000,00</b>	<b>2.670.000,00</b>	<b>3.060.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2077 - Fundo Municipal de Cultura</b>					
<b>Cód. Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Unidade Medida</b>	<b>Meta Física</b>	<b>Valor Vinculado</b>	<b>Valor Total</b>
2077	Fundo Municipal de Cultura	Projeto	1.0000	0,00	400.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>			<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>	<b>400.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>			<b>390.000,00</b>	<b>3.070.000,00</b>	<b>3.460.000,00</b>
<b>Total da Unidade</b>			<b>390.000,00</b>	<b>3.070.000,00</b>	<b>3.460.000,00</b>
<b>Total do Órgão</b>			<b>390.000,00</b>	<b>3.070.000,00</b>	<b>3.460.000,00</b>

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



<b>Órgão: 89 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>						
Unidade: 001 - Fundação Municipal de Desporto						
Programa: 0012 - Cidade do Esporte						
Proj./Ativ.: 2078 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2078	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	Mes	12,0000	1.000,00	2.425.000,00	2.426.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>1.000,00</b>	<b>2.425.000,00</b>	<b>2.426.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>1.000,00</b>	<b>2.425.000,00</b>	<b>2.426.000,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>1.000,00</b>	<b>2.425.000,00</b>	<b>2.426.000,00</b>
<b>Total do Órgão</b>				<b>1.000,00</b>	<b>2.425.000,00</b>	<b>2.426.000,00</b>
<b>Órgão: 90 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>						
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Assistência Social						
Programa: 0009 - Ser Rio do Sul						
Proj./Ativ.: 2080 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2080	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	Mes	12,0000	0,00	1.777.000,00	1.777.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>1.777.000,00</b>	<b>1.777.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 2098 - Manutenção do Fundo do Idoso</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2098	Manutenção do Fundo do Idoso		0,0000	0,00	6.000,00	6.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>0,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>6.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>0,00</b>	<b>1.783.000,00</b>	<b>1.783.000,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>0,00</b>	<b>1.783.000,00</b>	<b>1.783.000,00</b>
<b>Unidade: 002 - Serviços da Proteção Social Básica Federal</b>						
Programa: 0009 - Ser Rio do Sul						
Proj./Ativ.: 1087 - Bloco de Proteção Social Básica						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1087	Bloco de Proteção Social Básica		0,0000	396.000,00	0,00	396.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>396.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>396.000,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>396.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>396.000,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>396.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>396.000,00</b>
<b>Unidade: 003 - Serviços da Proteção Social Especial Federal</b>						
Programa: 0009 - Ser Rio do Sul						
Proj./Ativ.: 1005 - Aprimoramento da Gestão do SUAS - IDGSUAS						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1005	Igdsuas - Índice de Gestão Descentralizada		0,0000	20.299,00	0,00	20.299,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>20.299,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.299,00</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



<b>Órgão: 90 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>						
Unidade: 003 - Serviços da Proteção Social Especial Federal						
Programa: 0009 - Ser Rio do Sul						
<b>Proj./Ativ.: 1006 - Bpc na Escola</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1006	Bpc na Escola		0,0000	2.880,00	0,00	2.880,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>2.880,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.880,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1014 - Programa Aprimora Rede</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1014	Programa Aprimora Rede		0,0000	1.000,00	0,00	1.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1015 - Aepeti - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1015	Aepeti - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil		0,0000	72.000,00	0,00	72.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>72.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>72.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1016 - Acessuas - Trabalho</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1016	Acessuas - Trabalho		0,0000	117.000,00	0,00	117.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>117.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>117.000,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1088 - Bloco de Proteção Social Especial</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1088	Bloco de Proteção Social Especial		0,0000	391.458,00	0,00	391.458,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>391.458,00</b>	<b>0,00</b>	<b>391.458,00</b>
<b>Proj./Ativ.: 1089 - Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família e CadÚnico</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1089	Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família e CadÚnico		0,0000	52.575,00	0,00	52.575,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>52.575,00</b>	<b>0,00</b>	<b>52.575,00</b>
<b>Total do Programa</b>				<b>657.212,00</b>	<b>0,00</b>	<b>657.212,00</b>
<b>Total da Unidade</b>				<b>657.212,00</b>	<b>0,00</b>	<b>657.212,00</b>
<b>Unidade: 004 - Co-Financiamento Estadual</b>						
Programa: 0009 - Ser Rio do Sul						
<b>Proj./Ativ.: 1011 - Benefícios Eventuais Estado</b>						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1011	Benefícios Eventuais Estado		0,0000	12.000,00	0,00	12.000,00
<b>Total Projeto/Atividade:</b>				<b>12.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>12.000,00</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



<b>Órgão: 90 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>					
Unidade: 004 - Co-Financiamento Estadual					
Programa: 0009 - Ser Rio do Sul					
Proj./Ativ.:	1012 - Construção, Ampliação e Reformas - CREAS - Estado	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
Cód. Ação	1012 Construção, Ampliação e Reformas - CREAS - Estado		0,0000	600.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade:				600.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade: 600.000,00					
<b>Proj./Ativ.: 2084 - Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual</b>					
Cód. Ação	2084 Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
			0,0000	250.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade:				250.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade: 250.000,00					
<b>Proj./Ativ.: 2085 - Proteção Especial de Média Complexidade Estadual</b>					
Cód. Ação	2085 Proteção Especial de Média Complexidade Estadual	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
			0,0000	100.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade:				100.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade: 100.000,00					
<b>Proj./Ativ.: 2087 - Proteção Social Básica Estadual</b>					
Cód. Ação	2087 Proteção Social Básica Estadual	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
			0,0000	150.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade:				150.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade: 150.000,00					
Total do Programa				1.112.000,00	0,00
Total da Unidade				1.112.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade: 1.112.000,00					
<b>Unidade: 005 - Programas Federais</b>					
Programa: 0009 - Ser Rio do Sul					
Proj./Ativ.: 1018 - Construção do Centro Dia					
Cód. Ação	1018 Construção do Centro Dia	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
			0,0000	600.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade:				600.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade: 600.000,00					
<b>Proj./Ativ.: 1019 - Construção - CREAS - Federal</b>					
Cód. Ação	1019 Construção - CREAS - Federal	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
			0,0000	500.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade:				500.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade: 500.000,00					
<b>Proj./Ativ.: 1020 - Construção do CRAS - Federal</b>					
Cód. Ação	1020 Construção do CRAS - Federal	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
			0,0000	500.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade:				500.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade: 500.000,00					

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



Órgão: 90 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Unidade: 005 - Programas Federais						
Programa: 0009 - Ser Rio do Sul						
Proj./Ativ.: 1021 - Reforma e Ampliação do Centro POP - Federal						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1021	Reforma e Ampliação do Centro POP - Federal		0,0000	300.000,00	0,00	300.000,00
Total Projeto/Atividade:				300.000,00	0,00	300.000,00
Total do Programa				1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
Total da Unidade				1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
Total do Órgão				4.065.212,00	1.783.000,00	5.848.212,00
Órgão: 91 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE						
Unidade: 001 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente						
Programa: 0009 - Ser Rio do Sul						
Proj./Ativ.: 2079 - Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2079	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Mes	12,0000	35.000,00	12.000,00	47.000,00
Total Projeto/Atividade:				35.000,00	12.000,00	47.000,00
Total do Programa				35.000,00	12.000,00	47.000,00
Total da Unidade				35.000,00	12.000,00	47.000,00
Total do Órgão				35.000,00	12.000,00	47.000,00
Órgão: 92 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES						
Unidade: 001 - Fundo de Aposentadorias e Pensões						
Programa: 0013 - Eficiência Administrativa						
Proj./Ativ.: 2088 - Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2088	Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões	Mes	12,0000	351.809,18	1.000,00	352.809,18
Total Projeto/Atividade:				351.809,18	1.000,00	352.809,18
Proj./Ativ.: 2089 - Aposentadoria, Pensões e Benefícios						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2089	Aposentadoria, Pensões e Benefícios	Mes	12,0000	25.000.000,00	1.019.000,00	26.019.000,00
Total Projeto/Atividade:				25.000.000,00	1.019.000,00	26.019.000,00
Total do Programa				25.351.809,18	1.020.000,00	26.371.809,18
Total da Unidade				25.351.809,18	1.020.000,00	26.371.809,18

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



Órgão: 92 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES					
Unidade: 002 - Reserva de Contingência - FAP					
Programa: 0013 - Eficiência Administrativa					
Proj./Ativ.: 9011 - Reserva de Contingência - Fap					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
9011	Reserva de Contingência - Fap	Mes	12,0000	33.965.649,82	0,00
Total Projeto/Atividade:				33.965.649,82	0,00
Total do Programa				33.965.649,82	0,00
Total da Unidade				33.965.649,82	0,00
Total do Órgão				59.317.459,00	1.020.000,00
Valor Total					
60.337.459,00					
Órgão: 93 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA					
Unidade: 002 - Secretaria Municipal de Obras e Agricultura					
Programa: 0004 - Mobilidade Urbana Eficiente					
Proj./Ativ.: 2048 - Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
2048	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública		0,0000	7.750.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade:				7.750.000,00	0,00
Valor Total					
7.750.000,00					
Proj./Ativ.: 2100 - Manutenção da Secretaria de Obras					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
2100	Manutenção da Secretaria de Obras		0,0000	300.000,00	6.400.000,00
Total Projeto/Atividade:				300.000,00	6.400.000,00
Valor Total					
6.700.000,00					
Proj./Ativ.: 2101 - Pessoal e Encargos Sociais - Obras					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
2101	Pessoal e Encargos Sociais - Obras		0,0000	0,00	5.165.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	5.165.000,00
Total do Programa				8.050.000,00	11.565.000,00
Total da Unidade				8.050.000,00	11.565.000,00
Valor Total					
5.165.000,00					
5.165.000,00					
19.615.000,00					
19.615.000,00					
Unidade: 003 - Diretoria Executiva de Agropecuária					
Programa: 0005 - Planejando o Futuro					
Proj./Ativ.: 1028 - Desenvolvimento Pecuario					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
1028	Desenvolvimento Pecuario		0,0000	10.000,00	0,00
Total Projeto/Atividade:				10.000,00	0,00
Valor Total					
10.000,00					
Proj./Ativ.: 2095 - Consórcio CIM - AMAVI - SUASA					
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário
2095	Consórcio CIM - AMAVI - SUASA		0,0000	0,00	4.800,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	4.800,00
Valor Total					
4.800,00					
4.800,00					



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020



## Órgão: 93 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA

Unidade: 003 - Diretoria Executiva de Agropecuária

Programa: 0005 - Planejando o Futuro

Proj./Ativ.: 2102 - Manutenção da Diretoria Executiva de Agricultura

Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2102	Manutenção da Diretoria Executiva de Agricultura		0,0000	0,00	525.000,00	525.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	525.000,00	525.000,00

## Proj./Ativ.: 2103 - Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Agricultura

Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2103	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Agricultura		0,0000	0,00	1.390.000,00	1.390.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.390.000,00	1.390.000,00
Total do Programa				10.000,00	1.919.800,00	1.929.800,00

## Programa: 0008 - Capital de Oportunidades

Proj./Ativ.: 1027 - Aquisição de Máquinas - Federal

Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1027	Aquisição de Máquinas - Federal		0,0000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				10.000,00	0,00	10.000,00

## Proj./Ativ.: 1082 - Promoção e Realização da Agrovale

Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1082	Promoção e Realização da Agrovale		0,0000	0,00	360.000,00	360.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	360.000,00	360.000,00
Total do Programa				10.000,00	360.000,00	370.000,00
Total da Unidade				20.000,00	2.279.800,00	2.299.800,00
Total do Órgão				8.070.000,00	13.844.800,00	21.914.800,00

## Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Unidade: 001 - Reserva de Contingencia - Prefeitura

Programa: 0013 - Eficiência Administrativa

Proj./Ativ.: 9010 - Reserva de Contingência - Prefeitura

Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
9010	Reserva de Contingência - Prefeitura	Mes	12,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Total do Programa				0,00	10.000,00	10.000,00
Total da Unidade				0,00	10.000,00	10.000,00
Total do Órgão				0,00	10.000,00	10.000,00
Total Geral				332.418,611,00	96.499.360,00	428.917.971,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Emissão: 17/09/2019, às 15:15:33.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020

Pág 23 / 23

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL871101-026-WQLJNX-306432932 - Emitido por: RUBIA CRISTINA MOHR

17/09/2019 15:15:32 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
 Prestação de Contas  
 Demonstrativo da Receita Corrente Líquida da LDO  
 Entidade(s): Consolidado  
 LDO: 2020 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020

Pág 1 / 1

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	361.496.114,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	74.509.400,00
IPTU	22.460.000,00
ISS	28.150.000,00
ITBI	4.534.000,00
IRRF	8.100.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.265.400,00
Contribuições	16.059.000,00
Receita Patrimonial	25.693.002,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	25.463.002,00
Outras Receitas Patrimoniais	230.000,00
Receita Agropecuária	5.000,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	355.000,00
Transferências Correntes	223.544.812,00
Cota-Parte do FPM	36.600.000,00
Cota-Parte do ICMS	44.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	12.000.000,00
Cota-Parte do ITR	50.000,00
Transferências da LC 87/1996	300.000,00
Transferências da LC 61/1989	600.000,00
Transferências do FUNDEB	37.850.000,00
Outras Transferências Correntes	92.144.812,00
Outras Receitas Correntes	21.329.900,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	18.790.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência e Rend. Aplic. Fin. RPPS	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	600.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	18.190.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	342.706.114,00

NOTA:

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC 028616/O-4  
 Contadora



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Prestação de Contas

## Demonstrativo de Despesas com Educação - LDO

Atualizado: Não LDO: 2020 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020

RECEITAS DO ENSINO	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	
<b>1 - RECEITA DE IMPOSTOS</b>	63.244.000,00
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana ? IPTU	22.460.000,00
1.1.1 - IPTU	20.000.000,00
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	60.000,00
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	1.800.000,00
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	600.000,00
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos ? ITBI	4.534.000,00
1.2.1 - ITBI	4.500.000,00
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.000,00
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	30.000,00
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	3.000,00
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	28.150.000,00
1.3.1 - ISS	26.500.000,00
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	300.000,00
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	1.000.000,00
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	350.000,00
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte ? IRRF	8.100.000,00
1.4.1 - IRRF	8.100.000,00
1.4.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00
1.4.3 - Dívida Ativa do IRRF	0,00
1.4.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00
1.5 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural ? ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00
1.5.1 - ITR	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00
<b>2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	93.550.000,00
2.1 - Cota-Parte FPM	36.600.000,00
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)	34.000.000,00
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)	2.600.000,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	44.000.000,00
2.3 - ICMS-Desoneração ? L.C. nº87/1996	300.000,00
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	600.000,00
2.5 - Cota-Parte ITR	50.000,00
2.6 - Cota-Parte IPVA	12.000.000,00
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00
<b>3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	156.794.000,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	
<b>4 - EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	46.516.020,00
4.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	25.251.000,00
4.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	21.265.020,00
<b>5 - ENSINO FUNDAMENTAL</b>	25.036.000,00
5.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	12.749.000,00
5.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	12.287.000,00
<b>6 - ENSINO MÉDIO</b>	0,00
<b>7 - ENSINO SUPERIOR</b>	0,00
<b>8 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR</b>	0,00
<b>9 - OUTRAS</b>	0,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 2 / 2

Prestação de Contas

Demonstrativo de Despesas com Educação - LDO

Atualizado: Não LDO: 2020 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020

RECEITAS DO ENSINO	
<b>10 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (4 + 5 + 6 + 7 + 8 + 9)</b>	<b>71.552.020,00</b>
CÁLCULO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO	
<b>1 - 11 - Receitas destinadas ao FUNDEB</b>	<b>18.190.000,00</b>
<b>2 - 12 - Transferências de recursos do FUNDEB</b>	<b>37.850.000,00</b>
<b>3 - 13 - Total</b>	<b>(19.660.000,00)</b>
<b>4 - 4 - Despesas do MDE</b>	<b>71.552.020,00</b>
4.1 - 14.1 - Despesas do FUNDEB	38.000.000,00
4.2 - 14.2 - Despesas com Outros Recursos de Impostos	33.552.020,00
<b>5 - 15 (-) Deduções consideradas para o limite</b>	<b>19.660.000,00</b>
<b>6 - 16 (-) Deduções rendimentos para o limite</b>	<b>0,00</b>
<b>7 - 17 - Total das despesas para fins de limite</b>	<b>51.892.020,00</b>
<b>8 - 18 - Cálculo do índice de aplicação em educação</b>	<b>33.1%</b>

NOTA:

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC 028616/O-4  
 Contadora

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****Prestação de Contas****Demonstrativo de Despesas com Pessoal - LDO**

Atualizado: Não LDO: 2020 : 01 : 12 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020

Pág 1 / 1

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>Valor</b>
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	147.497.170,52
Pessoal Ativo	147.497.170,52
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	25.000.000,00
Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	25.000.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	122.497.170,52
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a - III b)	122.497.170,52
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>Valor</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	342.706.114,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	35,74
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II, III, art. 20 da LRF) - (60%)	205.623.668,40
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (57%)	195.342.484,98

NOTA:

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC 028616/O-4  
 Contadora



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 1

 Prestação de Contas  
 Demonstrativo de Despesas com Saúde - LDO  
 Entidade(s): Consolidado

Atualizado: Não LDO: 2020 Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2020

RECEITAS	Orçado Atualizado
<b>RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)</b>	154.194.000,00
Impostos	59.461.000,00
Multas, Juros de Mora e Dívida ativa dos Impostos	3.783.000,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	90.950.000,00
Da União	34.350.000,00
Do Estado	56.600.000,00
<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)</b>	89.227.800,00
Da União para o Município	84.347.200,00
Do Estado para o Município	4.280.600,00
Demais Municípios para o Município	0,00
Outras Receitas do SUS	600.000,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)</b>	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	246.848.712,00
<b>(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB</b>	18.190.000,00
<b>TOTAL</b>	472.080.512,00
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Orçado Atualizado
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	120.035.820,00
Pessoal e Encargos Sociais	26.101.940,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00
Outras Despesas Correntes	93.933.880,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	9.686.600,00
Investimentos	9.686.600,00
Inversões Financeiras	0,00
Amortização da Dívida	0,00
<b>TOTAL (IV)</b>	129.722.420,00
DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Orçado Atualizado
<b>DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV)</b>	129.722.420,00
<b>(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS</b>	0,00
<b>(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE</b>	91.579.800,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	91.579.800,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00
Outros Recursos	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)</b>	38.142.620,00
<b>Previsão do % mínimo de aplicação em Saúde</b>	24,74
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	Orçado Atualizado
Atenção Básica	59.233.820,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	70.061.600,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00
Vigilância Sanitária	70.000,00
Vigilância Epidemiológica	347.000,00
Alimentação e Nutrição	0,00
Outras Subfunções	10.000,00
<b>TOTAL</b>	129.722.420,00

NOTA:

 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

 RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC 028616/O-4  
 Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
 Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Lei de Diretrizes Orçamentárias  
 Anexo de Riscos Fiscais  
 LDO: 2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Intempérie (Enchente, vendaval, granizo, geada, nevasca, estiagem)	R\$ 10.000,00	Abertura de Créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	R\$ 10.000,00
Surtos Epidêmicos	R\$ 0,00		
Decisões Judiciais (Ações trabalhistas e precatórios)	R\$ 0,00		
Indenização por rescisões contratuais ou de outra natureza	R\$ 0,00		
Perda de depósitos judiciais em favor do Estado questionados no Judiciário	R\$ 0,00		
Outros passivos contingentes (especificar)	R\$ 0,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 10.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 10.000,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Fatos do príncipe (Alterações na legislação vigente que acarretem aumento inesperados de despesas)	R\$ 0,00		
Redução de receitas por colapso econômico	R\$ 0,00		
Garantias concedidas não cumpridas, inclusive fundos de aval	R\$ 0,00		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 0,00</b>

<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 10.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 10.000,00</b>
--------------	----------------------	--------------	----------------------

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Data Emissão: 17/09/2019 Hora Emissão: 15:16

Nota Explicativa:

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC 028616/O-4  
 Contadora





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Montante da Dívida - Metodologia e Memória de Cálculo  
Anexo de Metas Fiscais  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020

Especificação	Valores - R\$				
	2017	2018	2019	2020	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)					
Dívida Mobiliária	24.056.736,95	29.619.590,12	23.226.504,32	31.121.303,33	31.121.303,33
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	24.056.736,95	29.619.590,12	23.226.504,32	31.121.303,33	31.121.303,33
Internos	12.436.164,28	10.659.675,03	8.504.601,40	11.200.120,55	11.200.120,55
Externos	12.436.164,28	10.659.675,03	8.504.601,40	11.200.120,55	11.200.120,55
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas					
De Tributos	10.782.147,38	18.615.915,09	14.612.855,95	19.559.741,98	19.559.741,98
De Contribuições Previdenciárias	0,00	2.699.000,00	1.995.955,39	2.835.839,30	2.835.839,30
De Demais Contribuições Sociais	5.499.747,83	11.359.036,74	8.457.200,26	11.934.939,90	11.934.939,90
Do FGTS	4.353.964,49	4.088.603,59	4.159.700,30	4.295.895,79	4.295.895,79
Com Instituição Não Financeira	590.935,06	469.274,76	0,00	493.066,99	493.066,99
Demais Dívidas Contratuais	337.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	838.425,29	344.000,00	109.046,97	361.440,80	361.440,80
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)					
Disponibilidade de Caixa	13.460.736,13	10.748.163,67	11.634.831,73	11.293.095,56	11.293.095,56
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.083.884,88	10.741.444,60	11.447.352,12	11.286.035,83	11.286.035,83
(-) Restos a Pagar Processados	17.728.974,11	19.047.576,24	14.375.220,91	20.013.288,35	20.013.288,35
Demais Haveres Financeiros	4.645.089,23	8.306.131,64	2.927.868,79	8.727.252,52	8.727.252,52
	376.851,25	6.719,07	187.479,61	7.059,73	7.059,73
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	10.596.000,82	18.871.426,45	11.591.672,59	19.828.207,77	19.828.207,77
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	221.799.063,27	255.609.130,16	0,00	268.568.513,05	268.568.513,05
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	10,85	11,59	2.322.650,432,00	11,59	11,59
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	4,78	7,38	1.159.167,259,00	7,38	7,38
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120 %>	266.158.863,92	306.730.956,19	0,00	322.282.215,66	322.282.215,66
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108 %>	239.542.977,53	276.057.860,57	0,00	290.053.994,09	290.053.994,09
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Montante da Dívida - Metodologia e Memória de Cálculo  
Anexo de Metas Fiscais  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020

Especificação	Valores - R\$				
	2017	2018	2019	2020	2021
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	2.038.497,17	2.800.314,22	564.143,83	2.942.290,15	2.942.290,15
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	546.142,57	149.442,24	25.796.170,23	157.018,96	157.018,96
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Hora Emissão: 14:50

Data Emissão: 17/09/2019

Unidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
 Principais Despesas - Metodologia e Memória de Cálculo  
 Anexo de Metas Fiscais  
 Entidade(s): Consolidado  
 LDO: 2020

**Pessoal e encargos sociais**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	117.551.795,57	0,00
2018	124.514.483,61	5,92
2019	127.462.518,42	2,37
2020	147.497.170,52	15,72
2021	87.277.039,52	-40,83
2022	87.277.039,52	0,00

**Juros e encargos da dívida**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	1.640.643,31	0,00
2018	1.235.760,00	-24,68
2019	1.796.172,18	45,35
2020	1.150.000,00	-35,97
2021	1.000.000,00	-13,04
2022	1.000.000,00	0,00

**Outras despesas correntes**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	136.278.271,99	0,00
2018	150.734.260,47	10,61
2019	160.041.922,39	6,17
2020	168.105.363,66	5,04
2021	65.539.970,48	-61,01
2022	65.539.970,48	0,00

**Investimentos**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	51.962.314,39	0,00
2018	74.493.625,31	43,36
2019	56.010.078,77	-24,81
2020	72.219.787,00	28,94
2021	57.575.312,00	-20,28
2022	57.575.312,00	0,00

**Inversões financeiras**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	0,00	0,00
2018	0,00	0,00
2019	10.000,00	0,00
2020	10.000,00	0,00
2021	10.000,00	0,00
2022	10.000,00	0,00

**Amortização da dívida**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	5.278.918,85	0,00
2018	7.561.532,01	43,24
2019	6.471.827,82	-14,41
2020	5.960.000,00	-7,91
2021	5.400.000,00	-9,40
2022	5.400.000,00	0,00

**Reserva do RPPS**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	0,00	0,00
2018	0,00	0,00
2019	0,00	0,00
2020	0,00	0,00
2021	0,00	0,00
2022	0,00	0,00

**Reserva de contingência**

Metas Atuais	Valor Nominal - R\$	Variação %
2017	10.010.000,00	0,00
2018	21.675.232,00	116,54
2019	27.319.884,00	26,04
2020	33.975.649,82	24,36



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Principais Despesas - Metodologia e Memória de Cálculo  
Anexo de Metas Fiscais  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020

2021	10.000,00	-99,97
2022	10.000,00	0,00

**FONTE: Sistema** Atende.Net - IPM **Unidade Responsável:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
**Data Emissão:** 16/09/2019 **Hora Emissão:** 14:35

\_\_\_\_\_  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Principais Fontes de Receita - Metodologia e Memória de Cálculo  
Anexo de Metas Fiscais  
Entidade(s): Consolidado  
LDO: 2020

## Impostos, taxas e contribuições de melhoria

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2017	62.874.361,54	0,00
2018	62.894.900,00	0,03
2019	71.119.450,00	13,08
2020	74.509.400,00	4,77
2021	74.509.400,00	0,00
2022	74.509.400,00	0,00

## Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2017	0,00	0,00
2018	28.000.000,00	0,00
2019	29.900.000,00	6,79
2020	34.000.000,00	13,71
2021	34.000.000,00	0,00
2022	34.000.000,00	0,00

## Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2017	0,00	0,00
2018	16.310.700,00	0,00
2019	0,00	-100,00
2020	78.814.200,00	0,00
2021	78.814.200,00	0,00
2022	78.814.200,00	0,00

## Cota-parte do ICMS

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2017	0,00	0,00
2018	37.000.000,00	0,00
2019	38.000.000,00	2,70
2020	44.000.000,00	15,79
2021	44.000.000,00	0,00
2022	44.000.000,00	0,00

## Outras receitas correntes

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2017	511.000,00	0,00
2018	14.572.946,00	2751,85
2019	19.424.166,00	33,29
2020	21.329.900,00	9,81
2021	21.239.900,00	-0,42
2022	21.239.900,00	0,00

## Receitas de capital

Metas Anuais	Valor Nominal	Variação %
2017	23.115.000,00	0,00
2018	59.369.652,00	156,84
2019	14.939.400,00	-74,84
2020	60.308.398,00	303,69
2021	60.308.398,00	0,00
2022	60.308.398,00	0,00

**FONTE: Sistema** Atende.Net - IPM **Unidade Responsável:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

**Data Emissão:** 17/09/2019 **Hora Emissão:** 14:52

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
 Total das Despesas - Metodologia e Memória de Cálculo  
 Anexo de Metas Fiscais  
 Entidade(s): Consolidado  
 LDO: 2020

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	Previsão - R\$		
	2020	2021	2022
Despesas correntes (I)	316.752.534,18	317.052.534,18	317.052.534,18
Pessoal e encargos sociais	147.497.170,52	147.797.170,52	147.797.170,52
Juros e encargos da dívida	1.150.000,00	1.150.000,00	1.150.000,00
Outras despesas correntes	168.105.363,66	168.105.363,66	168.105.363,66
Despesas de capital (II)	78.189.787,00	78.189.787,00	78.189.787,00
Investimentos	72.219.787,00	72.219.787,00	72.219.787,00
Inversões financeiras	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Amortização da dívida	5.960.000,00	5.960.000,00	5.960.000,00
Reserva de Contingência (III)	33.975.649,82	33.975.649,82	33.975.649,82
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00
Reserva de contingência	33.975.649,82	33.975.649,82	33.975.649,82
<b>Total (IV) = (I + II + III)</b>	<b>428.917.971,00</b>	<b>429.217.971,00</b>	<b>429.217.971,00</b>
<b>FONTE: Sistema</b> Atende.Net - IPM <b>Unidade Responsável:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL <b>Data Emissão:</b> 17/09/2019 <b>Hora Emissão:</b> 15:03			

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC 028616/O-4  
 Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
**Total das Receitas - Metodologia e Memória de Cálculo**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
 Entidade(s): Consolidado  
 LDO: 2020

Especificação	Previsão - R\$		
	2020	2021	2022
40000000000000000000 - Receita Orçamentária	447.107.971,00	447.017.971,00	447.062.971,00
41000000000000000000 - Receitas correntes	361.496.114,00	361.406.114,00	361.451.114,00
41100000000000000000 - Impostos, taxas e contribuições de melhoria	74.509.400,00	74.509.400,00	74.509.400,00
41110000000000000000 - Impostos	63.244.000,00	63.244.000,00	63.244.000,00
41120000000000000000 - Taxas	11.245.100,00	11.245.100,00	11.245.100,00
41130000000000000000 - Contribuição de melhoria	20.300,00	20.300,00	20.300,00
41200000000000000000 - Contribuições	16.059.000,00	16.059.000,00	16.059.000,00
41210000000000000000 - Contribuições sociais	8.309.000,00	8.309.000,00	8.309.000,00
41220000000000000000 - Contribuições econômicas	0,00	0,00	0,00
41230000000000000000 - Contribuições para entidades privadas de serviço social	0,00	0,00	0,00
41240000000000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação públ	7.750.000,00	7.750.000,00	7.750.000,00
41300000000000000000 - Receita patrimonial	25.693.002,00	25.693.002,00	25.693.002,00
41310000000000000000 - Exploração do patrimônio imobiliário do estado	230.000,00	230.000,00	230.000,00
41320000000000000000 - Valores mobiliários	25.463.002,00	25.463.002,00	25.463.002,00
41330000000000000000 - Delegação de serviços públicos mediante concessão, pe	0,00	0,00	0,00
41340000000000000000 - Exploração de recursos naturais	0,00	0,00	0,00
41350000000000000000 - Exploração do patrimônio intangível	0,00	0,00	0,00
41360000000000000000 - Cessão de direitos	0,00	0,00	0,00
41390000000000000000 - Demais receitas patrimoniais	0,00	0,00	0,00
41400000000000000000 - Receita agropecuária	5.000,00	5.000,00	5.000,00
41500000000000000000 - Receita industrial	0,00	0,00	0,00
41600000000000000000 - Receita de serviços	355.000,00	355.000,00	355.000,00
41610000000000000000 - Serviços administrativos e comerciais gerais	355.000,00	355.000,00	355.000,00
41620000000000000000 - Serviços e atividades referentes à navegação e ao trans	0,00	0,00	0,00
41630000000000000000 - Serviços e atividades referentes à saúde	0,00	0,00	0,00
41640000000000000000 - Serviços e atividades financeiras	0,00	0,00	0,00
41690000000000000000 - Outros serviços	0,00	0,00	0,00
41700000000000000000 - Transferências correntes	223.544.812,00	223.544.812,00	223.589.812,00
41710000000000000000 - Transferências da união e de suas entidades	123.957.312,00	123.957.312,00	124.002.312,00
41720000000000000000 - Transferências dos estados e do distrito federal e de sua	61.737.000,00	61.737.000,00	61.737.000,00
41730000000000000000 - Transferências dos municípios e de suas entidades	0,00	0,00	0,00
41740000000000000000 - Transferências de instituições privadas	100,00	100,00	100,00
41750000000000000000 - Transferências de outras instituições públicas	37.850.000,00	37.850.000,00	37.850.000,00
41760000000000000000 - Transferências do exterior	0,00	0,00	0,00
41770000000000000000 - Transferências de pessoas físicas	400,00	400,00	400,00
41780000000000000000 - Transferências provenientes de depósitos não identifica	0,00	0,00	0,00
41900000000000000000 - Outras receitas correntes	21.329.900,00	21.239.900,00	21.239.900,00
41910000000000000000 - Multas administrativas, contratuais e judiciais	3.999.500,00	3.999.500,00	3.999.500,00
41920000000000000000 - Indenizações, restituições e ressarcimentos	200.000,00	200.000,00	200.000,00
41930000000000000000 - Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio públ	0,00	0,00	0,00
41990000000000000000 - Demais receitas correntes	17.130.400,00	17.040.400,00	17.040.400,00
42000000000000000000 - Receitas de capital	60.308.398,00	60.308.398,00	60.308.398,00
42100000000000000000 - Operações de crédito	35.000.000,00	35.000.000,00	35.000.000,00
42110000000000000000 - Operações de crédito - mercado interno	35.000.000,00	35.000.000,00	35.000.000,00
42120000000000000000 - Operações de crédito - mercado externo	0,00	0,00	0,00
42200000000000000000 - Alienação de bens	59.000,00	59.000,00	59.000,00
42210000000000000000 - Alienação de bens móveis	49.000,00	49.000,00	49.000,00
42220000000000000000 - Alienação de bens imóveis	10.000,00	10.000,00	10.000,00
42230000000000000000 - Alienação de bens intangíveis	0,00	0,00	0,00
42300000000000000000 - Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00
42400000000000000000 - Transferências de capital	25.249.398,00	25.249.398,00	25.249.398,00
42410000000000000000 - Transferências da união e de suas entidades	22.424.899,00	22.424.899,00	22.424.899,00
42420000000000000000 - Transferências dos estados e do distrito federal e de sua	2.824.499,00	2.824.499,00	2.824.499,00
42430000000000000000 - Transferências dos municípios e de suas entidades	0,00	0,00	0,00
42440000000000000000 - Transferências de instituições privadas	0,00	0,00	0,00
42450000000000000000 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00
42460000000000000000 - Transferências do exterior	0,00	0,00	0,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
**Total das Receitas - Metodologia e Memória de Cálculo**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
 Entidade(s): Consolidado  
 LDO: 2020

Especificação	Previsão - R\$		
	2020	2021	2022
42470000000000000000 - Transferências de pessoas físicas	0,00	0,00	0,00
42480000000000000000 - Transferências provenientes de depósitos não identificac	0,00	0,00	0,00
42700000000000000000 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assis	0,00	0,00	0,00
42710000000000000000 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assis	0,00	0,00	0,00
42900000000000000000 - Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00
42910000000000000000 - Integralização de capital social	0,00	0,00	0,00
42920000000000000000 - Resultado do banco central	0,00	0,00	0,00
42930000000000000000 - Remuneração das disponibilidades do tesouro	0,00	0,00	0,00
42940000000000000000 - Resgate de títulos do tesouro	0,00	0,00	0,00
42990000000000000000 - Demais receitas de capital	0,00	0,00	0,00
47000000000000000000 - Receitas correntes intraorçamentárias	25.303.459,00	25.303.459,00	25.303.459,00
47100000000000000000 - Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00	0,00	0,00
47110000000000000000 - Impostos	0,00	0,00	0,00
47120000000000000000 - Taxas	0,00	0,00	0,00
47130000000000000000 - Contribuição de melhoria	0,00	0,00	0,00
47200000000000000000 - Contribuições	21.703.459,00	21.703.459,00	21.703.459,00
47210000000000000000 - Contribuições sociais	21.703.459,00	21.703.459,00	21.703.459,00
47220000000000000000 - Contribuições econômicas	0,00	0,00	0,00
47230000000000000000 - Contribuições para entidades privadas de serviço social	0,00	0,00	0,00
47240000000000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação públ	0,00	0,00	0,00
47300000000000000000 - Receita patrimonial	0,00	0,00	0,00
47310000000000000000 - Exploração do patrimônio imobiliário do estado	0,00	0,00	0,00
47320000000000000000 - Valores mobiliários	0,00	0,00	0,00
47330000000000000000 - Delegação de serviços públicos mediante concessão, pe	0,00	0,00	0,00
47340000000000000000 - Exploração de recursos naturais	0,00	0,00	0,00
47350000000000000000 - Exploração do patrimônio intangível	0,00	0,00	0,00
47360000000000000000 - Cessão de direitos	0,00	0,00	0,00
47390000000000000000 - Demais receitas patrimoniais	0,00	0,00	0,00
47400000000000000000 - Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00
47500000000000000000 - Receita industrial	0,00	0,00	0,00
47600000000000000000 - Receita de serviços	0,00	0,00	0,00
47610000000000000000 - Serviços administrativos e comerciais gerais	0,00	0,00	0,00
47620000000000000000 - Serviços e atividades referentes à navegação e ao trans	0,00	0,00	0,00
47630000000000000000 - Serviços e atividades referentes à saúde	0,00	0,00	0,00
47640000000000000000 - Serviços e atividades financeiras	0,00	0,00	0,00
47690000000000000000 - Outros serviços	0,00	0,00	0,00
47700000000000000000 - Transferências correntes	0,00	0,00	0,00
47710000000000000000 - Transferências da união e de suas entidades	0,00	0,00	0,00
47720000000000000000 - Transferências dos estados e do distrito federal e de sua	0,00	0,00	0,00
47730000000000000000 - Transferências dos municípios e de suas entidades	0,00	0,00	0,00
47740000000000000000 - Transferências de instituições privadas	0,00	0,00	0,00
47750000000000000000 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00
47760000000000000000 - Transferências do exterior	0,00	0,00	0,00
47770000000000000000 - Transferências de pessoas físicas	0,00	0,00	0,00
47780000000000000000 - Transferências provenientes de depósitos não identificac	0,00	0,00	0,00
47900000000000000000 - Outras receitas correntes	3.600.000,00	3.600.000,00	3.600.000,00
47910000000000000000 - Multas administrativas, contratuais e judiciais	0,00	0,00	0,00
47920000000000000000 - Indenizações, restituições e ressarcimentos	0,00	0,00	0,00
47930000000000000000 - Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio públ	0,00	0,00	0,00
47990000000000000000 - Demais receitas correntes	3.600.000,00	3.600.000,00	3.600.000,00
48000000000000000000 - Receitas de capital intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00
48100000000000000000 - Operações de crédito	0,00	0,00	0,00
48110000000000000000 - Operações de crédito - mercado interno	0,00	0,00	0,00
48120000000000000000 - Operações de crédito - mercado externo	0,00	0,00	0,00
48200000000000000000 - Alienação de bens	0,00	0,00	0,00
48210000000000000000 - Alienação de bens móveis	0,00	0,00	0,00
48220000000000000000 - Alienação de bens imóveis	0,00	0,00	0,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
**Total das Receitas - Metodologia e Memória de Cálculo**  
**Anexo de Metas Fiscais**  
 Entidade(s): Consolidado  
 LDO: 2020

Especificação	Previsão - R\$		
	2020	2021	2022
4823000000000000000 - Alienação de bens intangíveis	0,00	0,00	0,00
4830000000000000000 - Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00
4840000000000000000 - Transferências de capital	0,00	0,00	0,00
4841000000000000000 - Transferências da união e de suas entidades	0,00	0,00	0,00
4842000000000000000 - Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	0,00
4843000000000000000 - Transferências dos municípios e de suas entidades	0,00	0,00	0,00
4844000000000000000 - Transferências de instituições privadas	0,00	0,00	0,00
4845000000000000000 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00
4846000000000000000 - Transferências do exterior	0,00	0,00	0,00
4847000000000000000 - Transferências de pessoas físicas	0,00	0,00	0,00
4848000000000000000 - Transferências provenientes de depósitos não identificados	0,00	0,00	0,00
4890000000000000000 - Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00
4891000000000000000 - Integralização de capital social	0,00	0,00	0,00
4892000000000000000 - Resultado do banco central	0,00	0,00	0,00
4893000000000000000 - Remuneração das disponibilidades do tesouro	0,00	0,00	0,00
4894000000000000000 - Resgate de títulos do tesouro	0,00	0,00	0,00
4899000000000000000 - Demais receitas de capital	0,00	0,00	0,00
4999000000000000000 - Recursos arrecadados em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00
9000000000000000000 - Deduções da receita	(18.190.000,00)	(18.190.000,00)	(18.190.000,00)
<b>Total</b>	<b>428.917.971,00</b>	<b>428.827.971,00</b>	<b>428.872.971,00</b>
<b>FONTE: Sistema</b> Atende.Net - IPM <b>Unidade Responsável:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL <b>Data Emissão:</b> 17/09/2019 <b>Hora Emissão:</b> 15:05:16			

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC 028616/O-4  
 Contadora



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 1 / 4

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41000000000000000000	Receitas correntes	430.372,09	385.590,52	350.885,62	350.000,00	390.000,00
41100000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	413.773,63	382.245,04	0,00	0,00	0,00
41110000000000000000	Impostos	413.773,63	382.245,04	0,00	0,00	0,00
41119000000000000000	Outros impostos	413.773,63	382.245,04	0,00	0,00	0,00
41119010000000000000	Outros impostos	413.773,63	382.245,04	0,00	0,00	0,00
41119011000000000000	Outros impostos	413.773,63	382.245,04	0,00	0,00	0,00
41119011100000000000	Outros impostos - principal	413.773,63	382.245,04	0,00	0,00	0,00
41300000000000000000	Receita patrimonial	16.598,46	3.345,48	2.875,02	10.000,00	10.000,00
41320000000000000000	Valores mobiliários	16.598,46	3.345,48	2.875,02	10.000,00	10.000,00
41321000000000000000	Juros e correções monetárias	16.598,46	3.345,48	2.875,02	10.000,00	10.000,00
41321001000000000000	Remuneração de depósitos bancários	16.598,46	3.345,48	2.875,02	10.000,00	10.000,00
41321001100000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal	16.598,46	3.345,48	2.875,02	10.000,00	10.000,00
41321001101000000000	Remuneração de depósitos bancários de recursos vinculados	3.374,88	548,89	232,17	0,00	0,00
41321001101040000000	Remuneração de depósitos bancários recursos vinculados - Cultural	3.374,88	548,89	232,17	0,00	0,00
41321001102000000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	13.223,58	2.796,59	2.642,85	10.000,00	10.000,00
41321001102010000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
41321001102040000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados - Cultural	13.223,58	2.796,59	2.642,85	0,00	0,00
41900000000000000000	Outras receitas correntes	0,00	0,00	348.010,60	340.000,00	380.000,00
41990000000000000000	Demais receitas correntes	0,00	0,00	348.010,60	340.000,00	380.000,00
41990900000000000000	Outras receitas	0,00	0,00	348.010,60	340.000,00	380.000,00
41990910000000000000	Outras receitas - primárias	0,00	0,00	348.010,60	340.000,00	380.000,00
41990911000000000000	Outras receitas - primárias - principal	0,00	0,00	348.010,60	340.000,00	380.000,00
41990911030000000000	Outras receitas - primárias - Cultural	0,00	0,00	348.010,60	340.000,00	380.000,00
91000000000000000000	Receitas correntes	(26.016,07)	(22.202,66)	0,00	0,00	0,00
91100000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	(26.016,07)	(22.202,66)	0,00	0,00	0,00
91110000000000000000	Impostos	(26.016,07)	(22.202,66)	0,00	0,00	0,00
91119000000000000000	Outros impostos	(26.016,07)	(22.202,66)	0,00	0,00	0,00
91119010000000000000	Outros impostos	(26.016,07)	(22.202,66)	0,00	0,00	0,00
91119011000000000000	Outros impostos	(26.016,07)	(22.202,66)	0,00	0,00	0,00
91119011100000000000	Outros impostos - principal	(26.016,07)	(22.202,66)	0,00	0,00	0,00
<b>Total Receita</b>		<b>404.356,02</b>	<b>363.387,86</b>	<b>350.885,62</b>	<b>350.000,00</b>	<b>390.000,00</b>
Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33000000000000000000	Despesas correntes	2.796.905,86	2.632.710,66	2.708.196,12	2.935.000,00	3.440.000,00
33100000000000000000	Pessoal e encargos sociais	916.283,45	934.529,43	872.336,52	885.000,00	1.090.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	853.632,96	860.897,63	793.933,65	800.000,00	1.000.000,00
33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	755.958,78	780.263,18	722.288,05	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-TCDJ0R-305995278 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 13:41:18 -03:00

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33190110100000000000	Vencimentos e salários	702.123,00	724.681,94	665.604,96	0,00	0,00
33190110500000000000	Incorporações	12.345,32	13.257,53	14.035,15	0,00	0,00
33190113700000000000	Gratificação por tempo de serviço	14.373,03	17.442,79	21.615,61	0,00	0,00
33190114200000000000	Férias indenizadas	298,46	430,22	0,00	0,00	0,00
33190114300000000000	13º salário	25.371,62	23.839,35	21.032,33	0,00	0,00
33190114500000000000	Férias - abono constitucional	1.447,35	611,35	0,00	0,00	0,00
33190130000000000000	Obrigações patronais	95.176,44	79.868,09	71.645,60	0,00	0,00
33190130200000000000	Contribuições previdenciárias - INSS	95.176,44	79.868,09	71.645,60	0,00	0,00
33190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	2.497,74	766,36	0,00	0,00	0,00
33190169900000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	2.497,74	766,36	0,00	0,00	0,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	62.650,49	73.631,80	78.402,87	85.000,00	90.000,00
33191130000000000000	Obrigações patronais	62.650,49	73.631,80	78.402,87	0,00	0,00
33191131400000000000	Contribuição ao RPPS	62.650,49	73.631,80	78.402,87	0,00	0,00
33300000000000000000	Outras despesas correntes	1.880.622,41	1.698.181,23	1.835.859,60	2.050.000,00	2.350.000,00
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	1.084.484,86	1.060.526,78	1.029.999,96	1.210.000,00	1.400.000,00
33350410000000000000	Contribuições	1.084.484,86	1.060.526,78	1.029.999,96	0,00	0,00
33350410200000000000	Despesas manutenção outras entidades direito privado	810.383,26	1.060.526,78	1.029.999,96	0,00	0,00
33350419900000000000	Outras contribuições	274.101,60	0,00	0,00	0,00	0,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	796.137,55	637.654,45	805.859,64	840.000,00	950.000,00
33390040000000000000	Contratação por tempo determinado	36.738,13	84.047,62	95.087,14	0,00	0,00
33390049900000000000	Outros serviços temporários	36.738,13	84.047,62	95.087,14	0,00	0,00
33390140000000000000	Diárias - civil	3.860,52	956,42	707,70	0,00	0,00
33390141400000000000	Diárias no país - civil	3.860,52	956,42	707,70	0,00	0,00
33390180000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	2.140,92	0,00	0,00	0,00	0,00
33390189900000000000	Outros auxílios financeiros a estudante	2.140,92	0,00	0,00	0,00	0,00
33390300000000000000	Material de consumo	61.575,28	42.438,22	44.768,07	0,00	0,00
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos	5.982,94	5.347,88	4.884,04	0,00	0,00
33390300400000000000	Gás engarrafado	0,00	903,30	87,60	0,00	0,00
33390300700000000000	Gêneros de alimentação	5.318,53	5.641,31	6.556,27	0,00	0,00
33390301600000000000	Material de expediente	3.750,99	1.868,75	1.555,25	0,00	0,00
33390301700000000000	Material de processamento de dados	2.179,48	1.569,84	891,65	0,00	0,00
33390302100000000000	Material de copa e cozinha	2.671,60	0,00	937,50	0,00	0,00
33390302200000000000	Material limpeza e produtos de higienização	12.763,83	2.313,30	10.154,14	0,00	0,00
33390302300000000000	Uniformes, tecidos e aviamentos	333,78	0,00	0,00	0,00	0,00
33390302400000000000	Material para manutenção bens imóveis	10.189,33	7.979,99	8.231,09	0,00	0,00
33390302500000000000	Material para manutenção de bens móveis	595,30	2.547,38	788,40	0,00	0,00
33390302600000000000	Material eletrônico e eletrônico	7.401,95	5.732,25	7.403,54	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-TCDJOR-305995278 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 13:41:18 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33390302800000000000	Material de proteção e segurança	1.194,52	337,25	0,00	0,00	0,00
33390302900000000000	Material para áudio, vídeo e foto	0,00	199,00	0,00	0,00	0,00
33390303900000000000	Material para manutenção de veículos	4.133,33	2.312,52	1.330,10	0,00	0,00
33390304200000000000	Ferramentas	22,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390304400000000000	Material de sinalização visual e afins	0,00	85,90	229,30	0,00	0,00
33390305100000000000	Material de conserv. e mant. bens uso comum povo	0,00	5.175,40	0,00	0,00	0,00
33390309900000000000	Outros materiais de consumo	5.037,70	424,15	1.719,19	0,00	0,00
33390310000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	295.000,00	299.000,00	357.600,00	0,00	0,00
33390310100000000000	Premiações culturais	295.000,00	299.000,00	357.600,00	0,00	0,00
33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	30.936,22	9.200,00	0,00	0,00	0,00
33390360700000000000	Estatuários	16.326,97	0,00	0,00	0,00	0,00
33390360800000000000	Bolsa de iniciação ao trabalho	4.429,25	0,00	0,00	0,00	0,00
33390369900000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	10.180,00	9.200,00	0,00	0,00	0,00
33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	308.185,41	140.559,20	247.683,18	0,00	0,00
33390390100000000000	Assinatura de periódicos e anuidades	5.207,52	2.443,45	2.777,29	0,00	0,00
33390390800000000000	Manutenção de software	1.822,50	3.548,38	4.450,56	0,00	0,00
33390391000000000000	Locação de imóveis	4.440,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390391100000000000	Locação de softwares	5.400,20	5.706,89	635,66	0,00	0,00
33390391200000000000	Locação de máquinas e equipamentos	1.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390391600000000000	Manutenção e conservação bens imóveis	3.720,00	2.000,00	4.645,00	0,00	0,00
33390391700000000000	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	9.340,50	4.016,40	6.980,49	0,00	0,00
33390391900000000000	Manutenção e conservação de veículos	735,35	440,00	645,00	0,00	0,00
33390392000000000000	Manutenção e conservação de bens móveis e outras naturezas intangíveis	450,00	0,00	275,00	0,00	0,00
33390392200000000000	Exposições, congressos e conferências	0,00	0,00	6.030,00	0,00	0,00
33390394300000000000	Serviços de energia elétrica	1.644,59	1.210,13	1.360,14	0,00	0,00
33390395900000000000	Serviços de áudio, vídeo e foto	0,00	0,00	850,00	0,00	0,00
33390396100000000000	Serviços de socorro e salvamento	0,00	0,00	2.467,00	0,00	0,00
33390396300000000000	Serviços gráficos e editoriais	37.640,60	22.529,60	10.434,40	0,00	0,00
33390396400000000000	Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	8.980,91	0,00	0,00
33390397200000000000	Vale-transporte	4.625,00	7.915,00	13.375,00	0,00	0,00
33390397500000000000	Multas e Infrações de Trânsito	0,00	68,10	0,00	0,00	0,00
33390397700000000000	Vigilância ostensiva/monitorada	8.936,00	8.492,00	20.502,00	0,00	0,00
33390397800000000000	Limpeza e conservação	7.460,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390398100000000000	Serviços bancários	11.581,41	14.787,67	19.728,95	0,00	0,00
33390398800000000000	Serviços de publicidade e propaganda	3.400,00	700,00	800,00	0,00	0,00
33390399000000000000	Serviços de publicidade legal	0,00	0,00	1.428,65	0,00	0,00
33390399600000000000	Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	0,00	0,00	267,95	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-TCDJOR-305995278 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 13:41:18 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 4 / 4

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33390399900000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	200.331,74	66.701,58	141.049,18	0,00	0,00
33390400000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	5.433,12	0,00	0,00
33390400900000000000	Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00
33390409900000000000	Outros serviços de tecnologia da informação e comunicação	0,00	0,00	5.283,12	0,00	0,00
33390460000000000000	Auxílio-alimentação	47.928,26	51.432,46	46.999,15	0,00	0,00
33390460100000000000	Auxílio-alimentação em pecúnia	47.928,26	51.432,46	46.999,15	0,00	0,00
33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	9.772,81	10.020,53	7.581,28	0,00	0,00
33390471200000000000	Contribuição para o PIS/PASEP	7.736,81	7.780,53	7.581,28	0,00	0,00
33390471800000000000	Contribuição previdenciária s/ serv. terceiros -pessoa física	2.036,00	2.240,00	0,00	0,00	0,00
34000000000000000000	Despesas de capital	34.687,79	2.760,00	6.184,61	20.000,00	20.000,00
34400000000000000000	Investimentos	34.687,79	2.760,00	6.184,61	20.000,00	20.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	34.687,79	2.760,00	6.184,61	20.000,00	20.000,00
34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	699,59	445,00	550,00	0,00	0,00
34490521800000000000	Aparelhos e utensílios domésticos	1.113,03	0,00	0,00	0,00	0,00
34490522400000000000	Coleções e materiais bibliográficos	8.900,00	0,00	255,00	0,00	0,00
34490523000000000000	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	1.320,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34490523300000000000	Máquinas e equipamentos energéticos	2.454,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34490523400000000000	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	6.449,17	1.599,00	1.214,48	0,00	0,00
34490523500000000000	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	8.060,00	0,00	2.618,13	0,00	0,00
34490524200000000000	Equipamentos de processamento de dados	2.692,00	716,00	1.287,00	0,00	0,00
34490524400000000000	Mobiliário em geral	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34490525100000000000	Obras de arte e peças para museu	0,00	0,00	260,00	0,00	0,00
	Peças não incorporáveis a imóveis	8.821,97	9.211,98	0,00	0,00	0,00
	SUBTOTAL (Plano Origem X Destino não cadastrado)	2.840.415,62	2.644.682,64	2.714.380,73	2.955.000,00	3.460.000,00
	<b>Total Despesa</b>					

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Receita Orçamentária	390.000,00	Despesas correntes	3.440.000,00
Receitas correntes	390.000,00	Pessoal e encargos sociais	1.090.000,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Contribuições	0,00	Outras despesas correntes	2.350.000,00
Receita patrimonial	10.000,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	380.000,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Deduções da receita	0,00		
Receitas correntes	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	390.000,00	<b>Total das Despesas Correntes</b>	3.440.000,00
<b>Déficit</b>	3.050.000,00	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Soma</b>	3.440.000,00	<b>Soma</b>	3.440.000,00
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	0,00	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	3.050.000,00
Receitas de capital	0,00	Despesas de capital	20.000,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	20.000,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital	0,00		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>20.000,00</b>
		<b>-(Reserva de contingência</b>	<b>0,00</b>
		<b>+Reserva do RPPS)</b>	<b>0,00</b>
<b>Déficit</b>	<b>20.000,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>
<b>Resumo</b>			
Receitas Correntes	390.000,00	Despesa Correntes	3.440.000,00
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	20.000,00
		Reserva de Contingência	0,00
		Reserva do RPPS	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>390.000,00</b>	<b>Subtotal</b>	<b>3.460.000,00</b>
<b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>		<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	
<b>Transfêrencias Recebidas</b>	<b>3.070.000,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>3.460.000,00</b>	<b>Total</b>	<b>3.460.000,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica  
Entidade(s): 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			3.440.000,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		1.090.000,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	1.000.000,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	90.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		2.350.000,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	1.400.000,00		
33900000000000000000	Aplicações diretas	950.000,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			20.000,00
44000000000000000000	Investimentos		20.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	20.000,00		
<b>Total</b>				<b>3.460.000,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Receitas Segundo Categoria Econômica  
Entidade(s): 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 códigoPpa: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000000000	Receitas correntes			390.000,00
13000000000000000000	Receita patrimonial		10.000,00	
13200000000000000000	Valores mobiliários	10.000,00		
19000000000000000000	Outras receitas correntes		380.000,00	
19900000000000000000	Demais receitas correntes	380.000,00		
<b>Total</b>				390.000,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo V - Funções e Subfunções de Governo

Ano: 2020

Entidade(s): 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
13	Cultura	391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
		392	Difusão Cultural

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade(s): 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**88 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL****001 - Fundação Cultural**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura	0,00	0,00	3.460.000,00	3.460.000,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	3.460.000,00	3.460.000,00
13.392.0011	Cultura para Todos	0,00	0,00	3.460.000,00	3.460.000,00
13.392.0011.2076	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul	0,00	0,00	3.060.000,00	3.060.000,00
13.392.0011.2077	Fundo Municipal de Cultura	0,00	0,00	400.000,00	400.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.460.000,00</b>	<b>3.460.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.460.000,00</b>	<b>3.460.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.460.000,00</b>	<b>3.460.000,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade(s): 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura	0,00	0,00	3.460.000,00	3.460.000,00
13.392	Difusão Cultural	0,00	0,00	3.460.000,00	3.460.000,00
13.392.0011	Cultura para Todos	0,00	0,00	3.460.000,00	3.460.000,00
13.392.0011.2076	Manutenção da Fundação Cultural de Rio do Sul	0,00	0,00	3.060.000,00	3.060.000,00
13.392.0011.2077	Fundo Municipal de Cultura	0,00	0,00	400.000,00	400.000,00
Total Geral		0,00	0,00	3.460.000,00	3.460.000,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa  
Entidade(s): 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13	Cultura	3.070.000,00	390.000,00	3.460.000,00
13.392	Difusão Cultural	3.070.000,00	390.000,00	3.460.000,00
13.392.0011	Cultura para Todos	3.070.000,00	390.000,00	3.460.000,00
<b>Total Geral</b>		3.070.000,00	390.000,00	3.460.000,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função  
Entidade(s): 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão		Cultura	Total
88 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		3.460.000,00	3.460.000,00
Total		3.460.000,00	3.460.000,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS  
Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41000000000000000000	Receitas correntes	264.058,02	352.353,27	120.246,53	1.000,00	1.000,00
41100000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	14.743,73	2.331,87	0,00	0,00	0,00
41110000000000000000	Impostos	14.743,73	2.331,87	0,00	0,00	0,00
41119000000000000000	Outros impostos	14.743,73	2.331,87	0,00	0,00	0,00
41119010000000000000	Outros impostos	14.743,73	2.331,87	0,00	0,00	0,00
41119011000000000000	Outros impostos	14.743,73	2.331,87	0,00	0,00	0,00
41119011100000000000	Outros impostos - principal	14.743,73	2.331,87	0,00	0,00	0,00
41300000000000000000	Receita patrimonial	49.314,29	2.753,36	322,91	500,00	500,00
41320000000000000000	Valores mobiliários	49.314,29	2.753,36	322,91	500,00	500,00
41321000000000000000	Juros e correções monetárias	49.314,29	2.753,36	322,91	500,00	500,00
41321001000000000000	Remuneração de depósitos bancários	49.314,29	2.753,36	322,91	500,00	500,00
41321001100000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal	49.314,29	2.753,36	322,91	500,00	500,00
41321001102000000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	49.314,29	2.753,36	322,91	500,00	500,00
41321001102010000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	49.314,29	2.753,36	322,91	500,00	500,00
41700000000000000000	Transferências correntes	200.000,00	347.268,04	119.913,25	0,00	0,00
41710000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	200.000,00	347.268,04	0,00	0,00	0,00
41718000000000000000	Transferências da união - específica e/m	200.000,00	347.268,04	0,00	0,00	0,00
41718030000000000000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	200.000,00	347.268,04	0,00	0,00	0,00
41718039000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	200.000,00	347.268,04	0,00	0,00	0,00
41718039100000000000	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Principal	200.000,00	347.268,04	0,00	0,00	0,00
41720000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	119.913,25	0,00	0,00
41728000000000000000	Transferências dos estados - específica e/m	0,00	0,00	119.913,25	0,00	0,00
41728990000000000000	Outras transferências dos estados	0,00	0,00	119.913,25	0,00	0,00
41728991000000000000	Outras transferências dos estados - principal	0,00	0,00	119.913,25	0,00	0,00
41728991100000000000	Outras transferências de Convênios - Estado/Desporto	0,00	0,00	119.913,25	0,00	0,00
41900000000000000000	Outras receitas correntes	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00
41900000000000000000	Demais receitas correntes	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00
41909900000000000000	Outras receitas	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00
41909910000000000000	Outras receitas - primárias	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00
41909911000000000000	Outras receitas - primárias - principal	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00
41909911040000000000	Outras receitas - primárias - Desportos	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00
-	SUBTOTAL (Plano Origem X Destino não cadastrado)	0,00	0,00	(154,11)	0,00	0,00
<b>Total Receita</b>		<b>264.058,02</b>	<b>352.353,27</b>	<b>120.092,42</b>	<b>1.000,00</b>	<b>1.000,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-SNTRIV-305994653 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 13:30:53 -03:00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33000000000000000000	Despesas correntes	2.033.740,93	2.438.768,97	2.191.830,57	2.196.000,00	2.416.000,00
33100000000000000000	Pessoal e encargos sociais	413.970,25	366.060,13	350.768,19	393.750,00	405.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	407.229,85	354.592,91	337.494,76	378.000,00	395.000,00
33190100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	342.925,76	306.410,17	288.607,38	0,00	0,00
33190110000000000000	Vencimentos e salários	309.993,34	250.298,65	267.969,90	0,00	0,00
33190110500000000000	Incorporações	1.408,00	4.547,57	4.178,52	0,00	0,00
33190113700000000000	Gratificação por tempo de serviço	1.864,33	2.375,71	2.752,67	0,00	0,00
33190114200000000000	Férias indenizadas	0,00	0,00	1.377,30	0,00	0,00
33190114300000000000	13º salário	11.978,95	9.984,38	11.222,84	0,00	0,00
33190114500000000000	Férias - abono constitucional	17.681,14	39.203,86	1.106,15	0,00	0,00
33190130000000000000	Obrigações patronais	63.024,02	45.718,49	45.856,98	0,00	0,00
33190130200000000000	Contribuições previdenciárias - INSS	63.024,02	45.718,49	45.856,98	0,00	0,00
33190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.280,07	2.464,25	3.030,40	0,00	0,00
33190164000000000000	Serviços extraordinários	1.280,07	2.464,25	3.030,40	0,00	0,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	6.740,40	11.467,22	13.273,43	15.750,00	10.000,00
33191130000000000000	Obrigações patronais	6.740,40	11.467,22	13.273,43	0,00	0,00
33191131400000000000	Contribuição ao RPPS	6.740,40	11.467,22	13.273,43	0,00	0,00
33300000000000000000	Outras despesas correntes	1.619.770,68	2.072.708,84	1.841.062,38	1.802.250,00	2.011.000,00
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	131.625,00	0,00	0,00	105.000,00	10.000,00
33350410000000000000	Contribuições	131.625,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33350410200000000000	Despesas manutenção outras entidades direito privado	1.488.145,68	2.072.708,84	1.841.062,38	1.697.250,00	2.001.000,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	0,00	0,00	462.565,38	0,00	0,00
33390040000000000000	Contratação por tempo determinado	0,00	0,00	462.565,38	0,00	0,00
33390049900000000000	Outros serviços temporários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390140000000000000	Diárias - civil	0,00	6.355,78	8.772,80	0,00	0,00
33390141400000000000	Diárias no país - civil	0,00	6.355,78	8.772,80	0,00	0,00
33390300000000000000	Material de consumo	133.159,58	283.798,36	161.942,18	0,00	0,00
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos	20.909,52	16.188,32	33.676,31	0,00	0,00
33390300400000000000	Gás engarrafado	59,90	0,00	0,00	0,00	0,00
33390300700000000000	Gêneros de alimentação	3.955,23	7.081,41	16.320,20	0,00	0,00
33390300900000000000	Material farmacológico	189,00	1.249,42	255,42	0,00	0,00
33390301400000000000	Material educativo e esportivo	28.447,58	35.447,79	31.034,88	0,00	0,00
33390301600000000000	Material de expediente	397,70	2.379,35	148,00	0,00	0,00
33390301700000000000	Material de processamento de dados	0,00	805,00	0,00	0,00	0,00
33390302000000000000	Material de cama, mesa e banho	2.195,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390302100000000000	Material de copa e cozinha	296,36	4.465,02	575,60	0,00	0,00
33390302200000000000	Material limpeza e produtos de higienização	4.370,74	6.489,80	4.087,75	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-SNTRIV-305994653 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 13:30:53 -03:00





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 3 / 4

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33390302400000000000	Material para manutenção bens imóveis	38.015,44	47.893,96	25.239,80	0,00
33390302500000000000	Material para manutenção de bens móveis	2.128,00	525,00	0,00	0,00
33390302600000000000	Material elétrico e eletrônico	3.381,06	6.846,68	528,12	0,00
33390302700000000000	Material de manobra e patrulhamento	0,00	600,00	0,00	0,00
33390302800000000000	Material de proteção e segurança	44,80	1.553,70	1.020,45	0,00
33390303900000000000	Material para manutenção de veículos	10.112,71	13.552,50	12.991,45	0,00
33390304200000000000	Ferramentas	444,06	3.800,20	935,65	0,00
33390304400000000000	Material de sinalização visual e afins	0,00	1.241,00	0,00	0,00
33390304900000000000	Bilhetes de passagem	3.588,82	28.253,32	15.262,86	0,00
33390309900000000000	Outros materiais de consumo	14.623,66	105.425,89	19.865,69	0,00
33390310000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	2.250,00	0,00	0,00	0,00
33390310400000000000	Premiações desportivas	2.250,00	0,00	0,00	0,00
33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	987.100,43	1.156.748,80	700.320,03	0,00
33390360600000000000	Serviços técnicos profissionais	0,00	19.780,00	0,00	0,00
33390360700000000000	Estagiários	987.100,43	1.136.968,80	700.320,03	0,00
33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	346.828,89	606.345,93	484.817,38	0,00
33390390500000000000	Serviços técnicos profissionais	24.383,58	21.941,28	51.655,00	0,00
33390391000000000000	Locação de imóveis	15.000,00	43.000,00	30.000,00	0,00
33390391100000000000	Locação de softwares	8.720,33	9.156,06	715,14	0,00
33390391200000000000	Locação de máquinas e equipamentos	380,00	550,00	0,00	0,00
33390391600000000000	Manutenção e conservação bens imóveis	15.184,00	23.739,92	13.823,40	0,00
33390391700000000000	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	2.865,40	4.092,80	1.537,00	0,00
33390391900000000000	Manutenção e conservação de veículos	4.705,49	8.228,15	7.541,10	0,00
33390392700000000000	Locação de veículos para locomoção	31.794,00	42.890,00	4.500,00	0,00
33390394100000000000	Fornecimento de alimentação	17.664,00	4.994,00	2.625,00	0,00
33390394700000000000	Serviços de comunicação em geral	2.364,73	0,00	33.824,27	0,00
33390396300000000000	Serviços gráficos e editoriais	1.208,40	30.511,84	8.800,00	0,00
33390396400000000000	Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	2.207,33	0,00
33390396900000000000	Seguros em geral	1.987,46	1.035,12	0,00	0,00
33390397500000000000	Multas e Infrações de Transito	1.183,30	0,00	0,00	0,00
33390397800000000000	Limpeza e conservação	0,00	0,00	7.995,00	0,00
33390398000000000000	Hospedagens	39.426,00	13.423,50	1.248,00	0,00
33390398100000000000	Serviços bancários	15.368,37	4.414,84	3.536,76	0,00
33390399600000000000	Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	59.643,08	119.079,65	193.935,22	0,00
33390399900000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	104.950,75	279.288,77	120.874,16	0,00
33390400000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	5.430,51	0,00
33390400100000000000	Locação de equipamentos e softwares	0,00	0,00	677,85	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-SNTRIV-305994653 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 13:30:53 -03:00



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 4 / 4

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33390400800000000000	Serviços técnicos profissionais de TIC	0,00	0,00	852,66	0,00
33390409900000000000	Outros serviços de tecnologia da informação e comunicação	0,00	0,00	3.900,00	0,00
33390460000000000000	Auxílio-alimentação	15.133,42	13.922,87	14.269,88	0,00
33390460100000000000	Auxílio-alimentação em pecúnia	15.133,42	13.922,87	14.269,88	0,00
33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	3.673,36	3.516,30	2.944,22	0,00
33390470500000000000	Imposto sobre propriedade de veículos automotores - IPVA	592,59	489,39	0,00	0,00
33390471200000000000	Contribuição para o PIS/PASEP	3.080,77	3.026,91	2.944,22	0,00
33390930000000000000	Indenizações e restituições	0,00	2.020,80	0,00	0,00
33390930200000000000	Restituições	0,00	2.020,80	0,00	0,00
34000000000000000000	Despesas de capital	16.398,21	62.462,89	34.047,60	10.000,00
34400000000000000000	Investimentos	16.398,21	62.462,89	34.047,60	10.000,00
34490000000000000000	Aplicações diretas	16.398,21	62.462,89	34.047,60	10.000,00
34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	0,00	6.726,10	0,00	0,00
34490521000000000000	Aparelhos e equip. p/ esportes e diversão	0,00	2.815,00	760,00	0,00
34490521200000000000	Aparelhos e utensílios domésticos	0,00	1.799,00	4.879,00	0,00
34490523300000000000	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	0,00	8.930,00	2.759,60	0,00
34490523400000000000	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	0,00	10.155,79	8.080,00	0,00
34490523500000000000	Equipamentos de processamento de dados	0,00	2.383,00	3.430,00	0,00
34490523800000000000	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	0,00	0,00	0,00	0,00
34490524000000000000	Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	0,00	4.590,00	0,00	0,00
34490524200000000000	Mobiliário em geral	2.000,00	159,00	766,00	0,00
34490524800000000000	Veículos diversos	0,00	4.240,00	3.300,00	0,00
34490529900000000000	Outros equipamentos material permanente	14.398,21	20.665,00	10.073,00	0,00
-	SUBTOTAL (Plano Origem X Destino não cadastrado)	2.742,64	2.963,72	0,00	0,00
<b>Total Despesa</b>		2.052.881,78	2.504.195,58	2.225.878,17	2.206.000,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-SNTRV-305994653 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 13:30:53 -03:00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA		DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Receita Orçamentária	1.000,00	Despesas correntes	2.416.000,00
Receitas correntes	1.000,00	Pessoal e encargos sociais	405.000,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Contribuições	0,00	Outras despesas correntes	2.011.000,00
Receita patrimonial	500,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	500,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Deduções da receita	0,00		
Receitas correntes	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	1.000,00	<b>Total das Despesas Correntes</b>	2.416.000,00
<b>Déficit</b>	2.415.000,00	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Soma</b>	2.416.000,00	<b>Soma</b>	2.416.000,00
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	0,00	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	2.415.000,00
Receitas de capital	0,00	Despesas de capital	10.000,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	10.000,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital	0,00		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
<b>Total das Receitas de Capital</b>	0,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	10.000,00
		<b>-(Reserva de contingência</b>	0,00
		<b>+Reserva do RPPS)</b>	0,00
<b>Déficit</b>	10.000,00	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Resumo</b>			
Receitas Correntes	1.000,00	Despesa Correntes	2.416.000,00
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	10.000,00
		Reserva de Contingência	0,00
		Reserva do RPPS	0,00
<b>Subtotal</b>	1.000,00	<b>Subtotal</b>	2.426.000,00
<b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>		<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	
<b>Transfêrencias Recebidas</b>	2.425.000,00	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	0,00
<b>Total</b>	2.426.000,00	<b>Total</b>	2.426.000,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
 Planejamento e Orçamento  
**Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica**  
 Entidade(s): 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS  
 LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			2.416.000,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		405.000,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	395.000,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	10.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		2.011.000,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	10.000,00		
33900000000000000000	Aplicações diretas	2.001.000,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			10.000,00
44000000000000000000	Investimentos		10.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	10.000,00		
<b>Total</b>				<b>2.426.000,00</b>

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC 028616/O-4  
 Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Receitas Segundo Categoria Econômica  
Entidade(s): 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS  
LDO: 2020 códigoPpa: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000000000	Receitas correntes			1.000,00
13000000000000000000	Receita patrimonial		500,00	
13200000000000000000	Valores mobiliários	500,00		
19000000000000000000	Outras receitas correntes		500,00	
19900000000000000000	Demais receitas correntes	500,00		
<b>Total</b>				1.000,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Anexo V - Funções e Subfunções de Governo

Ano: 2020

Entidade(s): 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Pág 1 / 1

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
27	Desporto e Lazer	812	Desporto Comunitário

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo VI - Programa de Trabalho

Entidade(s): 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**89 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS****001 - Fundação Municipal de Desporto**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
27.812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
27.812.0012	Cidade do Esporte	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
27.812.0012.2078	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.426.000,00</b>	<b>2.426.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.426.000,00</b>	<b>2.426.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.426.000,00</b>	<b>2.426.000,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade(s): 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
27.812	Desporto Comunitário	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
27.812.0012	Cidade do Esporte	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
27.812.0012.2078	Manutenção da Fundação Municipal de Esportes	0,00	0,00	2.426.000,00	2.426.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.426.000,00</b>	<b>2.426.000,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa  
Entidade(s): 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
27	Desporto e Lazer	2.425.000,00	1.000,00	2.426.000,00
27.812	Desporto Comunitário	2.425.000,00	1.000,00	2.426.000,00
27.812.0012	Cidade do Esporte	2.425.000,00	1.000,00	2.426.000,00
<b>Total Geral</b>		2.425.000,00	1.000,00	2.426.000,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função  
Entidade(s): 143 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Desporto e Lazer	Total
89 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	2.426.000,00	2.426.000,00
Total	2.426.000,00	2.426.000,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

Pág 1 / 6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41000000000000000000	Receitas correntes	39.030.450,67	34.460.680,14	40.736.462,87	50.209.884,00	34.014.000,00
41100000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	70.811,46	81.186,02	0,00	0,00	0,00
41110000000000000000	Impostos	70.811,46	81.186,02	0,00	0,00	0,00
41119000000000000000	Outros impostos	70.811,46	81.186,02	0,00	0,00	0,00
41119010000000000000	Outros impostos	70.811,46	81.186,02	0,00	0,00	0,00
41119011000000000000	Outros impostos	70.811,46	81.186,02	0,00	0,00	0,00
41119011100000000000	Outros impostos - principal	70.811,46	81.186,02	0,00	0,00	0,00
41200000000000000000	Contribuições	13.768.166,78	12.808.660,72	13.623.062,35	22.673.250,00	8.309.000,00
41210000000000000000	Contribuições sociais	13.768.166,78	12.808.660,72	13.623.062,35	22.673.250,00	8.309.000,00
41210040000000000000	Contribuição para o regime próprio de previdência social - RPPS	13.469.323,38	11.933.322,90	7.891.457,31	15.693.250,00	0,00
41210041000000000000	Contribuição patronal de servidor ativo civil para o RPPS - principal	7.857.216,68	5.520.309,23	7.891.457,31	15.693.250,00	0,00
41210042000000000000	Contribuição do servidor ativo civil para o RPPS	5.612.106,70	6.413.013,67	0,00	0,00	0,00
41218000000000000000	Contribuições sociais específicas de estados, df, municípios	298.843,40	875.337,82	5.731.605,04	6.500.000,00	8.309.000,00
41218010000000000000	Contribuição do Servidor Civil para o Plano de Seguridade Social - CPSSS - Específico de Est/DF/Mun	298.843,40	875.337,82	5.731.605,04	6.500.000,00	8.309.000,00
41218011000000000000	CPSSS do Servidor Civil Ativo	298.843,40	875.337,82	5.731.605,04	6.500.000,00	8.309.000,00
41218011100000000000	CPSSS do Servidor Civil Ativo - Principal	298.843,40	875.337,82	5.731.605,04	6.500.000,00	8.309.000,00
41218011101000000000	Servidor Ativo Civil - Prefeitura	298.843,40	875.337,82	5.731.605,04	6.500.000,00	6.400.000,00
41218011102000000000	Servidor Ativo Civil - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	1.770.000,00
41218011103000000000	Servidor Ativo Civil - Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	43.000,00
41218011104000000000	Servidor Ativo Civil - Desportos	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
41218011105000000000	Servidor Ativo Civil - Câmara de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	91.000,00
41219000000000000000	Outras contribuições sociais	0,00	0,00	0,00	480.000,00	0,00
41219090000000000000	Demais contribuições sociais	0,00	0,00	0,00	480.000,00	0,00
41219990000000000000	Demais contribuições sociais	0,00	0,00	0,00	480.000,00	0,00
41219991000000000000	Demais contribuições sociais - principal	0,00	0,00	0,00	480.000,00	0,00
41219991100000000000	Outras contribuições sociais - principal	0,00	0,00	0,00	480.000,00	0,00
41300000000000000000	Receita patrimonial	25.191.472,43	21.570.833,40	24.072.366,26	24.881.434,00	25.005.000,00
41310000000000000000	Exploração do patrimônio imobiliário do estado	5.400,00	1.890,00	5.640,00	4.320,00	5.000,00
41310010000000000000	Aluguéis, arrendamentos, foros, laudêmos, tarifas de ocupação	5.400,00	1.890,00	5.640,00	4.320,00	5.000,00
41310011000000000000	Aluguéis e arrendamentos	5.400,00	1.890,00	5.640,00	4.320,00	5.000,00
41310011100000000000	Aluguéis e arrendamentos - principal	5.400,00	1.890,00	5.640,00	4.320,00	5.000,00
41310011101000000000	Aluguéis e arrendamentos - Prefeitura	0,00	1.890,00	0,00	4.320,00	0,00
41310011102000000000	Aluguéis e arrendamentos - FAP	0,00	0,00	5.640,00	0,00	5.000,00
41320000000000000000	Valores mobiliários	25.186.072,43	21.568.943,40	24.066.726,26	24.877.114,00	25.000.000,00
41321000000000000000	Juros e correções monetárias	25.186.072,43	21.568.943,40	24.066.726,26	24.877.114,00	25.000.000,00
41321001000000000000	Remuneração de depósitos bancários	0,00	7,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-JOXSYS-3059595597 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 13:46:37 -03:00



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Tipo da Despesa: Empenhado

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41321001100000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal	0,00	7,00	0,00	0,00	0,00
41321001102000000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	0,00	7,00	0,00	0,00	0,00
41321001102000000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	0,00	7,00	0,00	0,00	0,00
41321004000000000000	Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS	25.186.072,43	21.568.936,40	24.066.726,26	24.877.114,00	25.000.000,00
41321004100000000000	Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS - principal	25.186.072,43	21.568.936,40	24.066.726,26	24.877.114,00	25.000.000,00
41900000000000000000	Outras receitas correntes	0,00	0,00	3.041.034,26	2.655.200,00	700.000,00
41900000000000000000	Demais receitas correntes	0,00	0,00	3.041.034,26	2.655.200,00	700.000,00
41900010000000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS	0,00	0,00	2.337.805,92	2.520.000,00	0,00
41900011000000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS	0,00	0,00	2.337.805,92	2.520.000,00	0,00
41900011100000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS - principal	0,00	0,00	2.337.805,92	2.520.000,00	0,00
41900030000000000000	Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores	0,00	0,00	654.851,72	0,00	600.000,00
41900031000000000000	Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores	0,00	0,00	654.851,72	0,00	600.000,00
41900031100000000000	Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores - principal	0,00	0,00	654.851,72	0,00	600.000,00
41900990000000000000	Outras receitas	0,00	0,00	48.376,62	135.200,00	100.000,00
41900991000000000000	Outras receitas - primárias	0,00	0,00	48.376,62	135.200,00	100.000,00
41900991100000000000	Outras receitas - primárias - principal	0,00	0,00	48.376,62	135.200,00	100.000,00
41900991105000000000	Outras receitas - primárias - Fap	0,00	0,00	48.376,62	135.200,00	100.000,00
47000000000000000000	Receitas correntes intraorçamentárias	1.827.078,05	4.403.992,37	3.532.990,48	0,00	25.303.459,00
47200000000000000000	Contribuições	1.274.111,33	2.241.422,09	3.532.990,48	0,00	21.703.459,00
47210000000000000000	Contribuições sociais	1.274.111,33	2.241.422,09	3.532.990,48	0,00	21.703.459,00
47210040000000000000	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	0,00	0,00	3.532.990,48	0,00	0,00
47210041000000000000	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	0,00	0,00	3.532.990,48	0,00	0,00
47210041102000000000	Contribuição previdenciária em regime de parcelamento de débitos	0,00	0,00	3.532.990,48	0,00	0,00
47210290000000000000	Contribuições previdenciárias do regime próprio	1.274.111,33	2.241.422,09	0,00	0,00	0,00
47210291500000000000	Contribuição previdenciária em regime de parcelamento de débitos	1.274.111,33	2.241.422,09	0,00	0,00	0,00
47218000000000000000	Contribuições sociais específicas de estados, df, municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	17.590.459,00
47218030000000000000	Cpss patronal - servidor civil - específico de est/dff/mun	0,00	0,00	0,00	0,00	17.590.459,00
47218031000000000000	Cpss patronal - servidor civil ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	17.590.459,00
47218031101000000000	Cpss patronal - servidor civil ativo - principal	0,00	0,00	0,00	0,00	17.590.459,00
47218031102000000000	Contribuição Patronal - Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	13.011.000,00
47218031103000000000	Contribuição Patronal - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	3.786.640,00
47218031104000000000	Contribuição Patronal - Cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
47218031105000000000	Contribuição Patronal - Desportos	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
47218031106000000000	Contribuição Patronal - Câmara de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	689.819,00
47218031106000000000	Contribuição Patronal - Fundo Ass. Social	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-JOVSY-305995597 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 13:46:37 -03:00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada		Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2020
47219000000000000000	Outras contribuições sociais	0,00	0,00	0,00	4.113.000,00
47219990000000000000	Demais contribuições sociais	0,00	0,00	0,00	4.113.000,00
47219992000000000000	Demais contribuições sociais - parcelamentos	0,00	0,00	0,00	4.113.000,00
47219992100000000000	Demais contribuições sociais - parcelamentos - principal	0,00	0,00	0,00	4.113.000,00
47219992101000000000	Demais contribuições sociais - parcelamentos	0,00	0,00	0,00	4.113.000,00
47900000000000000000	Outras receitas correntes	552.966,72	2.162.570,28	0,00	0,00
47990000000000000000	Demais receitas correntes	552.966,72	2.162.570,28	0,00	3.600.000,00
47990010000000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS	552.966,72	2.162.570,28	0,00	0,00
47990011000000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS	552.966,72	2.162.570,28	0,00	3.600.000,00
47990011100000000000	Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS - principal	(1.449.689,05)	(2.953.885,05)	(6.340.408,92)	0,00
91000000000000000000	Receitas correntes	0,00	(192.656,57)	0,00	0,00
91200000000000000000	Contribuições	0,00	(192.656,57)	0,00	0,00
91210000000000000000	Contribuições sociais	0,00	(192.656,57)	0,00	0,00
91210040000000000000	Contribuição para o regime próprio de previdência social - RPPS	0,00	(192.656,57)	0,00	0,00
91210041100000000000	Contribuição patronal de servidor ativo civil para o RPPS - principal	0,00	(192.656,57)	0,00	0,00
91300000000000000000	Receita patrimonial	(1.449.689,05)	(2.761.228,48)	(6.340.408,92)	0,00
91320000000000000000	Valores mobiliários	(1.449.689,05)	(2.761.228,48)	(6.340.408,92)	0,00
91321000000000000000	Juros e correções monetárias	(1.449.689,05)	(2.761.228,48)	(6.340.408,92)	0,00
91321004000000000000	Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS	(1.449.689,05)	(2.761.228,48)	(6.340.408,92)	0,00
91321004100000000000	Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS - principal	(1.449.689,05)	(2.761.228,48)	(6.340.408,92)	0,00
<b>Total Receita</b>		<b>39.407.839,67</b>	<b>35.910.787,46</b>	<b>37.929.044,43</b>	<b>59.317.459,00</b>
Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2020
33000000000000000000	Despesas correntes	9.953.659,09	13.195.510,26	15.733.424,96	26.271.809,18
33100000000000000000	Pessoal e encargos sociais	9.777.102,56	13.020.137,26	15.525.884,79	26.019.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	9.777.102,56	13.020.137,26	15.525.884,79	26.019.000,00
33190010000000000000	Aposentadorias e reformas	9.777.102,56	13.020.027,68	15.525.884,79	0,00
33190010100000000000	Proventos - pessoal civil	9.760.213,43	13.020.027,68	15.525.884,79	0,00
33190010600000000000	13º salário - pessoal civil	16.889,13	0,00	0,00	0,00
33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0,00	109,58	0,00	0,00
33190119900000000000	Outras despesas fixas - pessoal civil	0,00	109,58	0,00	0,00
33300000000000000000	Outras despesas correntes	176.556,53	175.373,00	207.540,17	252.809,18
33390000000000000000	Aplicações diretas	176.556,53	175.373,00	207.540,17	252.809,18
33390140000000000000	Diárias - civil	0,00	800,00	0,00	0,00
33390141400000000000	Diárias no país - civil	0,00	800,00	0,00	0,00
33390300000000000000	Material de consumo	22.318,75	10.670,38	15.049,47	0,00
33390300400000000000	Gás engarrafado	0,00	0,00	75,00	0,00
<b>Total Despesa</b>		<b>50.209.884,00</b>	<b>59.317.459,00</b>	<b>59.317.459,00</b>	<b>59.317.459,00</b>

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-JOXSYS-305995597 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 13:46:37 -03:00

Pág 4 / 6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33390301600000000000	Material de expediente	3.469,85	5.503,95	8.637,42	0,00	0,00
33390301700000000000	Material de processamento de dados	230,00	106,20	0,00	0,00	0,00
33390302100000000000	Material de copa e cozinha	1.428,11	0,00	125,00	0,00	0,00
33390302200000000000	Material limpeza e produtos de higienização	1.207,30	3.041,49	3.903,56	0,00	0,00
33390302400000000000	Material para manutenção bens imóveis	0,00	1.268,74	1.472,23	0,00	0,00
33390302500000000000	Material para manutenção de bens móveis	430,00	0,00	178,30	0,00	0,00
33390302600000000000	Material elétrico e eletrônico	496,37	0,00	0,00	0,00	0,00
33390302800000000000	Material de proteção e segurança	0,00	750,00	0,00	0,00	0,00
33390304500000000000	Material técnico de seleção e treinamento	225,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390305100000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo	14.832,12	0,00	0,00	0,00	0,00
33390309000000000000	Outros materiais de consumo	0,00	0,00	657,96	0,00	0,00
33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	0,00	230,00	786,39	0,00	0,00
33390320300000000000	Gêneros alimentícios	0,00	230,00	786,39	0,00	0,00
33390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	6.859,91	334,96	0,00	0,00	0,00
33390339000000000000	Outras despesas com locomoção	6.859,91	334,96	0,00	0,00	0,00
33390350000000000000	Serviços de consultoria	23.420,45	23.387,03	10.000,00	0,00	0,00
33390350100000000000	Assessoria e consultoria técnica ou jurídica	13.620,45	0,00	0,00	0,00	0,00
33390359000000000000	Outros serviços de consultoria	9.800,00	23.387,03	10.000,00	0,00	0,00
33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	68.480,11	61.329,12	66.772,10	0,00	0,00
33390360600000000000	Serviços técnicos profissionais	5.977,40	6.269,00	0,00	0,00	0,00
33390361800000000000	Manutenção e conservação equipamentos	1.538,20	897,10	2.225,00	0,00	0,00
33390362200000000000	Manutenção e conservação de bens imóveis	7.450,00	0,00	5.847,20	0,00	0,00
33390362500000000000	Serviços de limpeza e conservação	15.394,44	13.700,00	19.620,00	0,00	0,00
33390362700000000000	Serviços de comunicação em geral	5.330,07	1.344,02	1.389,90	0,00	0,00
33390362800000000000	Serviços de seleção e treinamento	5.190,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00
33390363400000000000	Serviços perícias médicas p/ benefícios	27.600,00	31.319,00	31.690,00	0,00	0,00
33390369000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	0,00	7.800,00	0,00	0,00	0,00
33390370000000000000	Locação de mão-de-obra	580,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390370600000000000	Manutenção e conservação de bens móveis	580,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	42.591,91	69.524,75	88.414,61	0,00	0,00
33390390100000000000	Assinatura de periódicos e anuidades	2.400,00	225,00	1.200,00	0,00	0,00
33390390800000000000	Manutenção de software	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390391100000000000	Locação de softwares	13.315,36	15.507,75	1.914,46	0,00	0,00
33390391700000000000	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	556,80	0,00	0,00	0,00	0,00
33390392200000000000	Exposições, congressos e conferências	0,00	1.000,00	2.084,00	0,00	0,00
33390394300000000000	Serviços de energia elétrica	5.201,31	5.810,00	6.507,49	0,00	0,00
33390394400000000000	Serviços de água e esgoto	1.104,76	1.207,57	1.271,54	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-JOXSYS-305995597 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 13:46:37 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33390394500000000000	Serviços de gás	65,00	60,00	0,00	0,00
33390394700000000000	Serviços de comunicação em geral	0,00	570,89	41,65	0,00
33390395000000000000	Serviços perícias médicas p/ benefícios	0,00	0,00	12.240,00	0,00
33390396300000000000	Serviços gráficos e editoriais	1.207,23	0,00	0,00	0,00
33390396400000000000	Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	1.784,86	0,00
33390396900000000000	Seguros em geral	418,44	410,07	428,72	0,00
33390397700000000000	Vigilância ostensiva/monitorada	1.485,00	1.553,00	1.614,99	0,00
33390398000000000000	Hospedagens	770,00	3.300,16	0,00	0,00
33390398100000000000	Serviços bancários	14.690,71	17.204,85	9.173,42	0,00
33390398300000000000	Serviços cópias e reprodução de documentos	897,30	545,72	0,00	0,00
33390398600000000000	Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	0,00	13.799,74	14.671,64	0,00
33390399000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0,00	8.330,00	35.481,84	0,00
33390400000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	11.588,50	0,00
33390400100000000000	Locação de equipamentos e softwares	0,00	0,00	6.602,30	0,00
33390400400000000000	Comunicação de dados	0,00	0,00	3.942,91	0,00
33390400500000000000	Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	1.043,29	0,00
33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.809,55	8.646,76	13.373,14	0,00
33390470200000000000	Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU	265,48	249,16	341,14	0,00
33390471800000000000	Contribuição previdenciária s/ serv. terceiros - pessoa física	2.484,07	8.397,60	13.032,00	0,00
33390472100000000000	Contribuição sindical	60,00	0,00	0,00	0,00
33390910000000000000	Sentenças judiciais	0,00	0,00	355,96	0,00
33390919900000000000	Outras sentenças judiciais	0,00	0,00	355,96	0,00
33390920000000000000	Despesas de exercícios anteriores	5.891,14	450,00	1.200,00	0,00
33390923500000000000	Serviços de consultoria	650,00	450,00	0,00	0,00
33390924100000000000	Contribuições	0,00	0,00	1.200,00	0,00
33390925200000000000	Equipamentos e material permanente	5.241,14	0,00	0,00	0,00
33390930000000000000	Indenizações e restituições	3.604,71	0,00	0,00	0,00
33390930200000000000	Restituições	3.604,71	0,00	0,00	0,00
34000000000000000000	Despesas de capital	0,00	10.939,92	3.250,00	700.000,00
34400000000000000000	Investimentos	0,00	10.939,92	3.250,00	700.000,00
34490000000000000000	Aplicações diretas	0,00	10.939,92	3.250,00	700.000,00
34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	0,00	10.939,92	3.250,00	0,00
34490523500000000000	Equipamentos de processamento de dados	0,00	9.461,92	3.250,00	0,00
34490524200000000000	Mobiliário em geral	0,00	1.478,00	0,00	0,00
39000000000000000000	Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	27.309.884,00
39900000000000000000	Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	27.309.884,00
39990000000000000000	Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	27.309.884,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-JOXVSY-305995597 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 13:46:37 -03:00





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES

Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 6 / 6

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
-	SUBTOTAL (Plano Origem X Destino não cadastrado)	5.610,81	6.428,95	0,00	0,00	0,00
Total Despesa		9.959.269,90	13.212.879,13	15.736.674,96	51.245.884,00	60.337.459,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receita Orçamentária	59.317.459,00	Despesas correntes	26.271.809,18
Receitas correntes	34.014.000,00	Pessoal e encargos sociais	26.019.000,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Contribuições	8.309.000,00	Outras despesas correntes	252.809,18
Receita patrimonial	25.005.000,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	700.000,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	25.303.459,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	21.703.459,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	3.600.000,00		
Deduções da receita	0,00		
Receitas correntes	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>59.317.459,00</b>	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>26.271.809,18</b>
<b>Déficit</b>	<b>0,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>33.045.649,82</b>
<b>Soma</b>	<b>59.317.459,00</b>	<b>Soma</b>	<b>59.317.459,00</b>
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	<b>33.045.649,82</b>	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	<b>0,00</b>
Receitas de capital	0,00	Despesas de capital	100.000,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	100.000,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital	0,00		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
<b>Total das Receitas de Capital</b>	0,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	100.000,00
		<b>-(Reserva de contingência</b>	33.965.649,82
		<b>+Reserva do RPPS)</b>	0,00
<b>Déficit</b>	100.000,00	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Resumo</b>			
Receitas Correntes	59.317.459,00	Despesa Correntes	26.271.809,18
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	100.000,00
		Reserva de Contingência	33.965.649,82
		Reserva do RPPS	0,00
<b>Subtotal</b>	59.317.459,00	<b>Subtotal</b>	60.337.459,00
<b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>		<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	
<b>Transfêrencias Recebidas</b>	1.020.000,00	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	0,00
<b>Total</b>	60.337.459,00	<b>Total</b>	60.337.459,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica  
Entidade(s): 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			26.271.809,18
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		26.019.000,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	26.019.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		252.809,18	
33900000000000000000	Aplicações diretas	252.809,18		
40000000000000000000	Despesas de capital			100.000,00
44000000000000000000	Investimentos		100.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	100.000,00		
90000000000000000000	Reserva de contingência			33.965.649,82
99000000000000000000	Reserva de contingência		33.965.649,82	
99900000000000000000	Reserva de contingência	33.965.649,82		
<b>Total</b>				<b>60.337.459,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Receitas Segundo Categoria Econômica  
Entidade(s): 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES  
LDO: 2020 códigoPpa: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000000000	Receitas correntes			34.014.000,00
12000000000000000000	Contribuições		8.309.000,00	
12100000000000000000	Contribuições sociais	8.309.000,00		
13000000000000000000	Receita patrimonial		25.005.000,00	
13100000000000000000	Exploração do patrimônio imobiliário do estado	5.000,00		
13200000000000000000	Valores mobiliários	25.000.000,00		
19000000000000000000	Outras receitas correntes		700.000,00	
19900000000000000000	Demais receitas correntes	700.000,00		
70000000000000000000	Receitas correntes intraorçamentárias			25.303.459,00
72000000000000000000	Contribuições		21.703.459,00	
72100000000000000000	Contribuições sociais	21.703.459,00		
79000000000000000000	Outras receitas correntes		3.600.000,00	
79900000000000000000	Demais receitas correntes	3.600.000,00		
<b>Total</b>				<b>59.317.459,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função  
Entidade(s): 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Previdência Social	Reserva de Contingência	Total
92 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	26.371.809,18	33.965.649,82	60.337.459,00
<b>Total</b>	<b>26.371.809,18</b>	<b>33.965.649,82</b>	<b>60.337.459,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo  
Ano: 2020  
Entidade(s): 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES

Pág 1 / 1

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
9	Previdência Social	271	Previdência Básica
99	Reserva de Contingência	999	Reserva de contingência

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade(s): 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**92 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES****001 - Fundo de Aposentadorias e Pensões**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
09	Previdência Social	0,00	0,00	26.371.809,18	26.371.809,18
09.271	Previdência Básica	0,00	0,00	26.371.809,18	26.371.809,18
09.271.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	26.371.809,18	26.371.809,18
09.271.0013.2088	Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões	0,00	0,00	352.809,18	352.809,18
09.271.0013.2089	Aposentadoria, Pensões e Benefícios	0,00	0,00	26.019.000,00	26.019.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.371.809,18</b>	<b>26.371.809,18</b>

**002 - Reserva de Contingência - FAP**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência	33.965.649,82	0,00	0,00	33.965.649,82
99.999	Reserva de contingência	33.965.649,82	0,00	0,00	33.965.649,82
99.999.0013	Eficiência Administrativa	33.965.649,82	0,00	0,00	33.965.649,82
99.999.0013.9011	Reserva de Contingência - Fap	33.965.649,82	0,00	0,00	33.965.649,82
<b>Total Unidade</b>		<b>33.965.649,82</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>33.965.649,82</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>33.965.649,82</b>	<b>0,00</b>	<b>26.371.809,18</b>	<b>60.337.459,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>33.965.649,82</b>	<b>0,00</b>	<b>26.371.809,18</b>	<b>60.337.459,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade(s): 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
09	Previdência Social	0,00	0,00	26.371.809,18	26.371.809,18
09.271	Previdência Básica	0,00	0,00	26.371.809,18	26.371.809,18
09.271.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	26.371.809,18	26.371.809,18
09.271.0013.2088	Manutenção do Fundo de Aposentadorias e Pensões	0,00	0,00	352.809,18	352.809,18
09.271.0013.2089	Aposentadoria, Pensões e Benefícios	0,00	0,00	26.019.000,00	26.019.000,00
99	Reserva de Contingência	33.965.649,82	0,00	0,00	33.965.649,82
99.999	Reserva de contingência	33.965.649,82	0,00	0,00	33.965.649,82
99.999.0013	Eficiência Administrativa	33.965.649,82	0,00	0,00	33.965.649,82
99.999.0013.9011	Reserva de Contingência - Fap	33.965.649,82	0,00	0,00	33.965.649,82
<b>Total Geral</b>		<b>33.965.649,82</b>	<b>0,00</b>	<b>26.371.809,18</b>	<b>60.337.459,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa  
Entidade(s): 28 - FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
09	Previdência Social	1.020.000,00	25.351.809,18	26.371.809,18
09.271	Previdência Básica	1.020.000,00	25.351.809,18	26.371.809,18
09.271.0013	Eficiência Administrativa	1.020.000,00	25.351.809,18	26.371.809,18
99	Reserva de Contingência	0,00	33.965.649,82	33.965.649,82
99.999	Reserva de contingência	0,00	33.965.649,82	33.965.649,82
99.999.0013	Eficiência Administrativa	0,00	33.965.649,82	33.965.649,82
<b>Total Geral</b>		1.020.000,00	59.317.459,00	60.337.459,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



## FAP FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSOES

Pág 1 / 1

Gestão Patrimonial e Contábil

Balancete de Verificação

Sistema: Todos Considera Encerramento: Não

Conta: 22000000000000000000 - Passivo não-circulante

Período: Janeiro de 2019 até: Junho de 2019 Indicador de Superávit: Todos : Não

Conta Contábil	Descrição da Conta	Tipo	S.	Saldo Anterior	Débito Período	Crédito Período	Saldo Atual
2.2.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Passivo não-circulante	S		(178.121.528,94)	36.808.369,50	77.010.580,47	(218.323.739,91)
2.2.7.0.0.00.00.00.00.00.00.00	Provisões a longo prazo	S		(178.121.528,94)	36.808.369,50	77.010.580,47	(218.323.739,91)
2.2.7.2.0.00.00.00.00.00.00.00	Provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo	S		(178.121.528,94)	36.808.369,50	77.010.580,47	(218.323.739,91)
2.2.7.2.1.00.00.00.00.00.00.00	Provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo - consolidação	S		(178.121.528,94)	36.808.369,50	77.010.580,47	(218.323.739,91)
2.2.7.2.1.03.00.00.00.00.00.00	Plano previdenciário - provisões de benefícios concedidos	S		(133.235.622,32)	4.358.429,70	32.950.428,45	(161.827.621,07)
2.2.7.2.1.03.01.00.00.00.00.00	Aposentadorias/pensões/outras benefícios concedidos do plano previdenciário do RPPS	A	P	(141.826.352,56)	0,00	32.950.428,45	(174.776.781,01)
2.2.7.2.1.03.03.00.00.00.00.00	(-) Contribuições do inativo para o plano previdenciário do RPPS	A	P	733.310,14	109.399,22	0,00	842.709,36
2.2.7.2.1.03.04.00.00.00.00.00	(-) Contribuições do pensionista para o plano previdenciário do RPPS	A	P	0,00	2.017,59	0,00	2.017,59
2.2.7.2.1.03.05.00.00.00.00.00	(-) Compensação previdenciária do plano previdenciário do RPPS	A	P	7.857.420,10	4.247.012,89	0,00	12.104.432,99
2.2.7.2.1.04.00.00.00.00.00.00	Plano previdenciário - provisões de benefícios a conceder	S		(75.353.488,17)	28.630.577,43	44.060.152,02	(90.783.062,76)
2.2.7.2.1.04.01.00.00.00.00.00	Aposentadorias/pensões/outras benefícios a conceder do plano previdenciário do RPPS	A	P	(306.232.409,35)	0,00	44.060.152,02	(350.292.561,37)
2.2.7.2.1.04.02.00.00.00.00.00	(-) Contribuições do ente para o plano previdenciário do RPPS	A	P	140.708.288,98	12.849.387,89	0,00	153.557.676,87
2.2.7.2.1.04.03.00.00.00.00.00	(-) Contribuições do ativo para o plano previdenciário do RPPS	A	P	71.161.471,18	6.625.168,67	0,00	77.786.639,85
2.2.7.2.1.04.04.00.00.00.00.00	(-) Compensação previdenciária do plano previdenciário do RPPS	A	P	19.009.161,02	9.156.020,87	0,00	28.165.181,89
2.2.7.2.1.05.00.00.00.00.00.00	Plano previdenciário - plano de amortização	S		30.467.581,55	3.819.362,37	0,00	34.286.943,92
2.2.7.2.1.05.98.00.00.00.00.00	(-) Outros créditos do plano de amortização	A	P	30.467.581,55	3.819.362,37	0,00	34.286.943,92

Ativo	0,00	Passivo	0,00
VPD	0,00	VPA	0,00
Contr. da Exec. do Plan. e Orçamento	0,00	Contr. da Aprov. do Plan. e Orçamento	0,00
Controle Credores	0,00	Controle Devedores	0,00
Total	0,00	Total	0,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41000000000000000000	Receitas correntes	76.404,12	118.803,74	163.642,45	35.000,00	35.000,00
41100000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	60,57	7.096,28	0,00	0,00	0,00
41110000000000000000	Impostos	60,57	7.096,28	0,00	0,00	0,00
41119000000000000000	Outros impostos	60,57	7.096,28	0,00	0,00	0,00
41119010000000000000	Outros impostos	60,57	7.096,28	0,00	0,00	0,00
41119011000000000000	Outros impostos - principal	60,57	7.096,28	0,00	0,00	0,00
41300000000000000000	Receita patrimonial	29.458,39	28.676,76	12.215,99	34.500,00	34.500,00
41320000000000000000	Valores mobiliários	29.458,39	28.676,76	12.215,99	34.500,00	34.500,00
41321000000000000000	Juros e correções monetárias	29.458,39	28.676,76	12.215,99	34.500,00	34.500,00
41321001000000000000	Remuneração de depósitos bancários	29.458,39	28.676,76	12.215,99	34.500,00	34.500,00
41321001102000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal	29.458,39	28.676,76	12.215,99	34.500,00	34.500,00
41321001102000000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	29.458,39	28.676,76	12.215,99	34.500,00	34.500,00
41321001102010000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	29.458,39	28.676,76	12.215,99	34.500,00	34.500,00
41321001102020000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados - FIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41700000000000000000	Transferências correntes	46.885,16	83.030,70	116.740,33	500,00	500,00
41740000000000000000	Transferências de instituições privadas	46.885,16	0,00	0,00	100,00	100,00
41740001000000000000	Transferências de instituições privadas	46.885,16	0,00	0,00	100,00	100,00
41740001100000000000	Transferências de instituições privadas - principal	46.885,16	0,00	0,00	100,00	100,00
41770000000000000000	Transferências de pessoas físicas	0,00	83.030,70	116.740,33	400,00	400,00
41770001000000000000	Transferências de pessoas físicas	0,00	83.030,70	116.740,33	400,00	400,00
41770001100000000000	Transferências de pessoas físicas - principal	0,00	83.030,70	116.740,33	400,00	400,00
41900000000000000000	Outras receitas correntes	0,00	0,00	34.686,13	0,00	0,00
41900000000000000000	Demais receitas correntes	0,00	0,00	34.686,13	0,00	0,00
41900900000000000000	Outras receitas	0,00	0,00	34.686,13	0,00	0,00
41900900000000000000	Outras receitas - primárias	0,00	0,00	34.686,13	0,00	0,00
41900910000000000000	Outras receitas - primárias - principal	0,00	0,00	34.686,13	0,00	0,00
41900911010000000000	Outras receitas - primárias - Prefeitura	0,00	0,00	34.686,13	0,00	0,00
41900991101000000000	Outras receitas - primárias - Prefeitura	0,00	0,00	34.686,13	0,00	0,00
<b>Total Receita</b>		<b>76.404,12</b>	<b>118.803,74</b>	<b>163.642,45</b>	<b>35.000,00</b>	<b>35.000,00</b>
Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33000000000000000000	Despesas correntes	43.733,56	177.335,53	91.627,29	47.000,00	47.000,00
33300000000000000000	Outras despesas correntes	43.733,56	177.335,53	91.627,29	47.000,00	47.000,00
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	0,00	127.847,32	50.040,00	25.000,00	25.000,00
33350410000000000000	Contribuições	0,00	127.847,32	50.040,00	0,00	0,00
33350410200000000000	Despesas manutenção outras entidades direito privado	0,00	127.847,32	50.040,00	0,00	0,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	43.733,56	49.488,21	41.587,29	22.000,00	22.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-SUBZIL-305994327 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 13:25:27 -03:00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 2 / 2

Código		Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
			2016	2017	2018	2019	2020
33390300000000000000		Material de consumo	1.781,80	4.460,00	10.362,57	0,00	0,00
33390300700000000000		Gêneros de alimentação	1.781,80	4.460,00	8.617,57	0,00	0,00
33390309900000000000		Outros materiais de consumo	0,00	0,00	1.745,00	0,00	0,00
33390360000000000000		Outros serviços terceiros - pessoa física	4.000,00	14.600,00	4.800,00	0,00	0,00
33390369900000000000		Outros serviços terceiros - pessoa física	4.000,00	14.600,00	4.800,00	0,00	0,00
33390390000000000000		Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	37.951,76	30.428,21	26.424,72	0,00	0,00
33390392200000000000		Exposições, congressos e conferências	0,00	0,00	2.350,00	0,00	0,00
33390398100000000000		Serviços bancários	25,50	55,00	70,60	0,00	0,00
33390398800000000000		Serviços de publicidade e propaganda	28.284,07	24.808,69	0,00	0,00	0,00
33390399600000000000		Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	3.142,19	1.024,52	2.611,38	0,00	0,00
33390399900000000000		Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	6.500,00	4.540,00	21.392,74	0,00	0,00
Total Despesa			43.733,56	177.335,53	91.627,29	47.000,00	47.000,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receita Orçamentária	35.000,00	Despesas correntes	47.000,00
Receitas correntes	35.000,00	Pessoal e encargos sociais	0,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Contribuições	0,00	Outras despesas correntes	47.000,00
Receita patrimonial	34.500,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	500,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Deduções da receita	0,00		
Receitas correntes	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>35.000,00</b>	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>47.000,00</b>
<b>Déficit</b>	<b>12.000,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>
<b>Soma</b>	<b>47.000,00</b>	<b>Soma</b>	<b>47.000,00</b>
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	<b>0,00</b>	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	<b>12.000,00</b>
Receitas de capital	0,00	Despesas de capital	0,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	0,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	0,00		
Transferências de Recursos do Fundo	0,00		
Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital	0,00		



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
<b>Total das Receitas de Capital</b>	0,00	<b>Total das Despesas de Capital</b>	0,00
		<b>-(Reserva de contingência</b>	0,00
		<b>+Reserva do RPPS)</b>	0,00
<b>Déficit</b>	0,00	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Resumo</b>			
Receitas Correntes	35.000,00	Despesa Correntes	47.000,00
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	0,00
		Reserva de Contingência	0,00
		Reserva do RPPS	0,00
<b>Subtotal</b>	35.000,00	<b>Subtotal</b>	47.000,00
<b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>		<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	
<b>Transfêrencias Recebidas</b>	12.000,00	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	0,00
<b>Total</b>	47.000,00	<b>Total</b>	47.000,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica  
Entidade(s): 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			47.000,00
33000000000000000000	Outras despesas correntes		47.000,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	25.000,00		
33900000000000000000	Aplicações diretas	22.000,00		
<b>Total</b>				47.000,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Receitas Segundo Categoria Econômica  
Entidade(s): 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL  
LDO: 2020 códigoPpa: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000000000	Receitas correntes			35.000,00
13000000000000000000	Receita patrimonial		34.500,00	
13200000000000000000	Valores mobiliários	34.500,00		
17000000000000000000	Transferências correntes		500,00	
17400000000000000000	Transferências de instituições privadas	100,00		
17700000000000000000	Transferências de pessoas físicas	400,00		
<b>Total</b>				35.000,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função  
Entidade(s): 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Assistência Social	Total
91 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	47.000,00	47.000,00
<b>Total</b>	<b>47.000,00</b>	<b>47.000,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo  
Ano: 2020  
Entidade(s): 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL

Pág 1 / 1

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
8	Assistência Social	243	Assistência à Criança e ao Adolescente

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade(s): 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

**91 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****001 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	0,00	47.000,00	47.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	47.000,00	47.000,00
08.243.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	47.000,00	47.000,00
08.243.0009.2079	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	0,00	0,00	47.000,00	47.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>47.000,00</b>	<b>47.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>47.000,00</b>	<b>47.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>47.000,00</b>	<b>47.000,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
Entidade(s): 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	0,00	47.000,00	47.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	47.000,00	47.000,00
08.243.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	47.000,00	47.000,00
08.243.0009.2079	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	0,00	0,00	47.000,00	47.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>47.000,00</b>	<b>47.000,00</b>

\_\_\_\_\_  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa  
Entidade(s): 145 - FUNDO MUN DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
08	Assistência Social	12.000,00	35.000,00	47.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	12.000,00	35.000,00	47.000,00
08.243.0009	Ser Rio do Sul	12.000,00	35.000,00	47.000,00
<b>Total Geral</b>		12.000,00	35.000,00	47.000,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41000000000000000000	Receitas correntes	165.305.669,48	184.696.631,92	194.403.400,41	214.888.616,00	240.950.002,00
41100000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	47.099.858,17	58.025.084,06	62.281.807,55	71.119.450,00	74.509.400,00
41100000000000000000	Impostos	39.746.322,97	50.265.728,85	50.573.110,99	55.717.250,00	63.244.000,00
41113000000000000000	Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza	3.623.830,99	4.813.767,71	5.666.011,99	6.280.000,00	8.100.000,00
41113020000000000000	Imposto sobre a renda de pessoa jurídica - IRPJ - líquida de incentivos	20.031,55	10.492,43	0,00	0,00	0,00
41113021000000000000	Imposto sobre a renda de pessoa jurídica - IRPJ - líquida de incentivos	20.031,55	10.492,43	0,00	0,00	0,00
41113021300000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte	20.031,55	10.492,43	0,00	0,00	0,00
41113030000000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho	3.603.799,44	4.803.275,28	5.666.011,99	6.280.000,00	8.100.000,00
41113031000000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - principal	3.603.799,44	4.803.275,28	5.666.011,99	6.280.000,00	8.100.000,00
41113034000000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos	3.603.799,44	4.803.275,28	4.436.892,87	5.880.000,00	6.500.000,00
41113034100000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal	3.603.799,44	4.803.275,28	4.436.892,87	5.880.000,00	6.500.000,00
41113034300000000000	Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - divida ativa	0,00	0,00	1.229.119,12	400.000,00	1.600.000,00
41118000000000000000	Impostos específicos de estados/df/municípios	0,00	0,00	1.228.686,44	400.000,00	1.600.000,00
41118010000000000000	Impostos sobre o patrimônio para estados/df/municípios	33.001.226,96	39.950.987,32	44.907.099,00	49.437.250,00	55.144.000,00
41118011000000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	17.633.886,37	22.848.094,20	24.921.183,60	26.182.250,00	28.994.000,00
41118011200000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	14.470.603,46	19.131.292,60	20.644.668,54	22.370.250,00	22.460.000,00
41118011300000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	12.822.157,97	17.101.430,64	18.364.831,48	20.685.000,00	20.000.000,00
41118011400000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - divida ativa	4.815,98	67.349,62	66.317,28	57.750,00	60.000,00
41118011500000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	1.273.199,89	1.526.278,26	1.726.103,08	1.260.000,00	1.800.000,00
41118011600000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - divida ativa	330.429,62	436.234,08	487.416,70	367.500,00	600.000,00
41118011700000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	3.163.282,91	3.716.801,60	4.276.515,06	3.812.000,00	4.534.000,00
41118011800000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	3.162.956,60	3.715.540,84	4.246.365,22	3.800.000,00	4.500.000,00
41118011900000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - multas e juros	326,31	48,61	95,39	1.000,00	1.000,00
41118012000000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - divida ativa	0,00	1.212,15	29.423,52	10.000,00	30.000,00
41118012100000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - divida ativa	0,00	0,00	630,93	1.000,00	3.000,00
41118020000000000000	Impostos sobre a produção, circulação de mercadorias e serviços	15.367.340,59	17.102.893,12	19.985.915,40	23.255.000,00	28.150.000,00
41118021000000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza	10.929.733,30	17.102.893,12	19.985.915,40	23.255.000,00	28.150.000,00
41118022000000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	10.095.542,56	15.880.151,82	18.417.874,53	22.000.000,00	26.500.000,00
41118023000000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	67.375,59	233.927,25	275.743,22	250.000,00	300.000,00
41118023400000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - divida ativa	565.182,62	741.516,24	957.758,65	700.000,00	1.000.000,00
41118023500000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	201.632,53	247.297,81	334.539,00	305.000,00	350.000,00
41118024000000000000	Adicional ISS - fundo municipal de combate à pobreza	4.437.607,29	0,00	0,00	0,00	0,00
41119000000000000000	Outros impostos	3.121.265,02	5.500.973,82	0,00	0,00	0,00
41119010000000000000	Outros impostos	3.121.265,02	5.500.973,82	0,00	0,00	0,00

16/09/2019 07:43:29 -03:00

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41119011000000000000	Outros impostos	3.121.265,02	5.500.973,82	0,00	0,00	0,00
41119011100000000000	Outros impostos - principal	1.663.389,29	4.114.383,10	0,00	0,00	0,00
41119011200000000000	Outros impostos - multas e juros	65.137,56	64.621,67	0,00	0,00	0,00
41119011300000000000	Outros impostos - dívida ativa	1.086.841,90	1.010.044,56	0,00	0,00	0,00
41119011400000000000	Outros impostos - dívida ativa - multas e juros	305.896,27	311.924,49	0,00	0,00	0,00
41120000000000000000	Taxas	7.346.140,16	7.755.442,06	11.669.622,55	12.380.700,00	11.245.100,00
41121000000000000000	Taxas pelo exercício do poder de polícia	3.148.305,86	2.508.362,56	3.733.577,25	2.719.900,00	3.324.900,00
41121011000000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização	2.983.325,96	2.363.158,03	3.482.249,94	2.520.000,00	3.075.000,00
41121011000000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	2.983.325,96	2.363.158,03	3.482.249,94	2.520.000,00	3.075.000,00
41121011100000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	2.983.318,30	2.363.154,86	3.054.805,11	2.319.500,00	2.699.500,00
41121011100000000000	Taxa de fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	448.095,87	0,00	0,00
41121011102000000000	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços	0,00	0,00	1.320.665,96	1.300.000,00	1.400.000,00
41121011103000000000	Taxa de Licença para Execução de Obras	0,00	0,00	632.453,33	600.000,00	600.000,00
41121011104000000000	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	653.589,95	419.500,00	699.500,00
41121011200000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - multas e juros	0,00	0,00	3,17	15.500,00	20.500,00
41121011201000000000	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	8.170,81	0,00	0,00
41121011202000000000	Taxa de licença para funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços	0,00	0,00	19.146,55	15.000,00	20.000,00
41121011203000000000	Taxa de Licença para Execução de Obras	0,00	0,00	229,43	500,00	500,00
41121011204000000000	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	3,17	0,00	0,00
41121011300000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa	7,66	0,00	329.393,32	150.000,00	300.000,00
41121011301000000000	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância	0,00	0,00	77.058,81	0,00	0,00
41121011302000000000	Receita da Dívida Ativa Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços	0,00	0,00	154.272,35	100.000,00	200.000,00
41121011303000000000	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Licença para Execução de Obras	0,00	0,00	97.614,40	50.000,00	100.000,00
41121011304000000000	Receita da Dívida Ativa Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	447,76	0,00	0,00
41121011400000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa - multas e juros	0,00	0,00	70.504,72	35.000,00	55.000,00
41121011401000000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa da Fiscalização e Vigilância Sanitária	0,00	0,00	12.533,22	0,00	0,00
41121011402000000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços	0,00	0,00	49.231,20	30.000,00	50.000,00
41121011403000000000	Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Licença para Execução de Obras	0,00	0,00	8.740,30	5.000,00	5.000,00
41121040000000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental	164.979,90	145.204,53	251.327,31	199.900,00	249.900,00
41121041000000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental	164.979,90	145.204,53	251.327,31	199.900,00	249.900,00
41121041100000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental - principal	164.979,90	145.204,53	251.280,35	199.900,00	249.900,00
41121041200000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental - multas e juros	0,00	0,00	46,96	0,00	0,00
41122000000000000000	Taxas pela prestação de serviços	4.197.834,30	5.247.079,50	7.936.045,30	9.160.800,00	7.430.200,00
41122010000000000000	Taxas pela prestação de serviços	4.197.834,30	5.247.079,50	7.936.045,30	9.160.800,00	7.430.200,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:29 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41122011000000000000	Taxas pela prestação de serviços	4.197.834,30	5.247.079,50	7.936.045,30	9.160.800,00	7.430.200,00
41122011100000000000	Taxas pela prestação de serviços - principal	4.157.322,11	5.144.279,17	7.106.602,72	8.770.500,00	6.758.000,00
41122011101000000000	Taxa de limpeza pública	0,00	570,84	5.946.697,51	7.150.000,00	6.700.000,00
41122011102000000000	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	979.607,78	4.062,83	14.500,00	5.000,00
41122011103000000000	Taxa de Proteção a Desastres - TPD	0,00	0,00	1.110.423,27	1.300.000,00	0,00
41122011104000000000	Taxa de cemitérios	0,00	0,00	45.223,65	300.000,00	50.000,00
41122011105000000000	Taxa Guarda Municipal	0,00	0,00	195,46	6.000,00	3.000,00
41122011200000000000	Taxas pela prestação de serviços - multas e juros	0,00	0,00	24.971,71	100,00	2.100,00
41122011201000000000	Taxa de limpeza pública - Multas e Juros	0,00	0,00	24.840,83	0,00	0,00
41122011204000000000	Taxa de cemitérios	0,00	0,00	130,88	100,00	100,00
41122011206000000000	Taxa Fundo de Saneamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
41122011300000000000	Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa	40.284,92	77.984,62	642.644,22	290.100,00	540.000,00
41122011301000000000	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Proteção a Desastres - TPD	0,00	0,00	91.321,40	60.000,00	0,00
41122011302000000000	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Limpeza Pública	0,00	0,00	502.143,15	230.000,00	500.000,00
41122011304000000000	Taxa de cemitérios	0,00	0,00	49.179,67	100,00	40.000,00
41122011400000000000	Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa - multas e juros	227,27	24.815,71	161.826,65	100.100,00	130.100,00
41122011401000000000	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Proteção a Desastres - TPD	0,00	0,00	28.820,30	25.000,00	0,00
41122011402000000000	Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Limpeza Pública	0,00	0,00	131.678,67	75.000,00	130.000,00
41122011404000000000	Taxa de Cemitérios	0,00	0,00	1.327,68	100,00	100,00
41128000000000000000	Taxas - específicas de estados, df e municípios	0,00	0,00	0,00	500.000,00	490.000,00
41128010000000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização	0,00	0,00	0,00	500.000,00	490.000,00
41128011000000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária	0,00	0,00	0,00	500.000,00	490.000,00
41128011100000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - principal	0,00	0,00	0,00	450.000,00	400.000,00
41128011200000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - multas e juros	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00
41128011300000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - dívida ativa	0,00	0,00	0,00	40.000,00	70.000,00
41128011400000000000	Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - multas e juros	0,00	0,00	0,00	5.000,00	15.000,00
41130000000000000000	Contribuição de melhoria	7.395,04	3.913,15	39.074,01	3.021.500,00	20.300,00
41130010000000000000	Contribuição de melhoria	99,33	1.597,65	33.565,27	21.500,00	20.300,00
41130011000000000000	Contribuição de melhoria - principal	0,00	0,00	6.532,08	20.000,00	20.000,00
41130012000000000000	Contribuição de melhoria - multas e juros	0,00	0,00	0,00	500,00	100,00
41130013000000000000	Contribuição de melhoria - dívida ativa	86,49	700,94	16.597,45	500,00	100,00
41130014000000000000	Contribuição de melhoria - dívida ativa - multas e juros	12,84	612,49	10.435,74	500,00	100,00
41138000000000000000	Contribuição de melhoria - específica e/m	7.295,71	2.315,50	5.508,74	3.000.000,00	0,00
41138040000000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares	7.293,55	2.118,41	5.508,74	3.000.000,00	0,00
41138041000000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares	7.293,55	2.118,41	5.508,74	3.000.000,00	0,00
41138041100000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - principal	7.293,55	2.118,41	5.508,74	3.000.000,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:29 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41138990000000000000	Outras contribuições de melhoria	2,16	197,09	0,00	0,00	0,00
41138991000000000000	Outras contribuições de melhoria	2,16	197,09	0,00	0,00	0,00
41138991100000000000	Outras contribuições de melhoria - principal	2,16	12,79	0,00	0,00	0,00
41200000000000000000	Contribuições	5.543.733,68	6.556.398,97	7.935.124,65	8.450.000,00	7.750.000,00
41210000000000000000	Contribuições sociais	0,00	32,68	0,00	0,00	0,00
41210990000000000000	Outras contribuições sociais	0,00	32,68	0,00	0,00	0,00
41210991000000000000	Outras contribuições sociais - multas e juros	0,00	32,68	0,00	0,00	0,00
41210991200000000000	Outras contribuições sociais - dívida ativa - multas e juros	0,00	26,08	0,00	0,00	0,00
41210991400000000000	Outras contribuições sociais - multas e juros	0,00	6,60	0,00	0,00	0,00
41240000000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	5.543.733,68	6.556.366,29	7.935.124,65	8.450.000,00	7.750.000,00
41240001000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	5.543.733,68	6.556.366,29	7.935.124,65	8.450.000,00	7.750.000,00
41240001100000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal	5.543.733,68	6.556.366,29	7.935.124,65	8.450.000,00	7.750.000,00
41240001101000000000	COSIP - Taxa de Iluminação Pública	4.876.046,96	5.904.806,15	7.779.124,90	8.300.000,00	7.000.000,00
41240001102000000000	COSIP - Carnê IPTU	667.686,72	651.560,14	155.999,75	150.000,00	750.000,00
41300000000000000000	Receita patrimonial	1.406.781,70	1.072.367,22	765.658,75	517.700,00	641.702,00
41310000000000000000	Exploração do patrimônio imobiliário do estado	173.017,74	105.879,98	225.030,54	150.000,00	225.000,00
41310010000000000000	Aluguéis, arrendamentos, foros, laudêmos, tarifas de ocupação	173.017,74	105.879,98	225.030,54	150.000,00	225.000,00
41310011000000000000	Aluguéis e arrendamentos	173.017,74	105.879,98	225.030,54	150.000,00	225.000,00
41310011000000000000	Aluguéis e arrendamentos - principal	173.017,74	105.879,98	225.030,43	150.000,00	225.000,00
41310011100000000000	Aluguéis e arrendamentos - Prefeitura	173.017,74	105.879,98	225.030,43	150.000,00	225.000,00
41310011200000000000	Aluguéis e arrendamentos - multas e juros	0,00	0,00	0,11	0,00	0,00
41320000000000000000	Valores mobiliários	1.233.763,96	966.487,24	540.628,21	367.700,00	416.702,00
41321000000000000000	Juros e correções monetárias	1.233.763,96	966.487,24	540.628,21	367.700,00	416.702,00
41321001000000000000	Remuneração de depósitos bancários	1.233.763,96	966.487,24	540.628,21	367.700,00	416.702,00
41321001100000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal	1.233.763,96	966.487,24	540.628,21	367.700,00	416.702,00
41321001101000000000	Remuneração de depósitos bancários de recursos vinculados	145.072,88	116.005,07	225.175,80	106.000,00	155.002,00
41321001102000000000	Remuneração de depósitos bancários FUNDEB	144.891,75	116.005,07	115.335,52	100.000,00	150.000,00
41321001103000000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	0,00	0,00	109.840,28	6.000,00	5.002,00
41321001104000000000	Remuneração de Depósitos Bancários Saúde - Vinculados	181,13	0,00	0,00	0,00	0,00
41321001105000000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	1.088.691,08	850.482,17	315.452,41	261.700,00	261.700,00
41321001106000000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	1.088.691,08	850.482,17	315.452,41	261.700,00	261.700,00
41400000000000000000	Receita agropecuária	8.289,34	7.169,42	4.361,66	5.000,00	5.000,00
41400001000000000000	Receita agropecuária	8.289,34	7.169,42	4.361,66	5.000,00	5.000,00
41400001100000000000	Receita agropecuária - principal	8.289,34	7.169,42	4.361,66	5.000,00	5.000,00
41600000000000000000	Receita de serviços	470.225,99	502.643,58	710.289,25	569.500,00	355.000,00
41610000000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	470.225,99	502.643,58	710.289,25	569.500,00	355.000,00
41610010000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	470.225,99	502.482,75	710.289,25	569.500,00	355.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:29 -03:00



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 5 / 21

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41610011000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	470.225,99	502.482,75	710.289,25	569.500,00	355.000,00
41610011100000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - principal	470.225,99	502.482,75	641.406,06	514.500,00	300.000,00
41610011101000000000	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	0,00	0,00	641.406,06	514.500,00	300.000,00
41610011200000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - multas e juros	0,00	0,00	4.125,12	5.000,00	5.000,00
41610011300000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa	0,00	0,00	37.537,69	30.000,00	30.000,00
41610011400000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa - multas e juros	0,00	0,00	27.220,38	20.000,00	20.000,00
41690000000000000000	Outros serviços	0,00	160,83	0,00	0,00	0,00
41690990000000000000	Outros serviços	0,00	160,83	0,00	0,00	0,00
41690991000000000000	Outros serviços	0,00	160,83	0,00	0,00	0,00
41690991100000000000	Outros serviços - principal	0,00	160,83	0,00	0,00	0,00
41700000000000000000	Transferências correntes	109.512.138,40	115.506.501,31	116.068.735,04	117.798.500,00	137.439.500,00
41710000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	35.900.330,56	33.603.982,92	34.979.578,10	37.049.000,00	41.790.000,00
41718000000000000000	Transferências da união - específica e/m	35.900.330,56	33.603.982,92	34.979.578,10	37.049.000,00	41.790.000,00
41718010000000000000	Participação na receita da união	28.909.319,84	27.878.733,59	29.763.597,77	32.445.000,00	36.650.000,00
41718012000000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	26.320.653,18	25.533.498,82	27.307.361,24	29.900.000,00	34.000.000,00
41718012100000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	26.320.653,18	25.533.498,82	27.307.361,24	29.900.000,00	34.000.000,00
41718013000000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro	1.119.392,54	1.135.113,62	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00
41718013100000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro - principal	1.119.392,54	1.135.113,62	0,00	1.300.000,00	1.300.000,00
41718014000000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho	795.517,67	1.171.135,44	2.396.123,05	1.230.000,00	1.300.000,00
41718014100000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho - principal	795.517,67	1.171.135,44	2.396.123,05	1.230.000,00	1.300.000,00
41718015000000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	673.756,45	38.985,71	50.113,48	15.000,00	50.000,00
41718015100000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	673.756,45	38.985,71	50.113,48	15.000,00	50.000,00
41718020000000000000	Transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais	234.926,39	301.350,06	458.449,08	356.000,00	455.000,00
41718022000000000000	Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfem	8.712,15	4.754,54	4.282,37	6.000,00	5.000,00
41718022100000000000	Cota-parte da compensação financeira de recursos minerais - cfem - principal	8.712,15	4.754,54	4.282,37	6.000,00	5.000,00
41718023000000000000	Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção de petróleo - lei nº 7.990/89	0,00	0,00	454.166,71	350.000,00	450.000,00
41718023100000000000	Cota-parte royalties - compensação financeira pela produção de petróleo - lei nº 7.990/89 - principal	0,00	0,00	454.166,71	350.000,00	450.000,00
41718026000000000000	Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep	226.214,24	296.595,52	0,00	0,00	0,00
41718026100000000000	Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep - principal	226.214,24	296.595,52	0,00	0,00	0,00
41718030000000000000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.345.592,56	0,00	0,00	0,00	0,00
41718039000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	1.345.592,56	0,00	0,00	0,00	0,00
41718039100000000000	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Principal	1.345.592,56	0,00	0,00	0,00	0,00
41718050000000000000	Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	3.572.984,12	3.699.146,74	4.212.735,54	3.948.000,00	4.385.000,00

16/09/2019 07:43:29 -03:00

Identificador: WPL841101-051-XVHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41718051000000000000	Transferências do salário-educação	2.335.741,89	2.519.730,49	2.815.723,26	2.699.500,00	3.099.000,00
41718051100000000000	Transferências do salário-educação - principal	2.335.741,89	2.519.730,49	2.815.723,26	2.699.500,00	3.099.000,00
41718052000000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa dinheiro direto na escola - pdde	1.840,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
41718052100000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa dinheiro direto na escola - pdde - principal	1.840,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
41718053000000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae	1.121.722,00	1.140.425,90	1.189.104,00	1.189.500,00	1.256.500,00
41718053100000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae - principal	1.121.722,00	1.140.425,90	1.189.104,00	1.189.500,00	1.256.500,00
41718054000000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate	37.273,43	31.484,74	32.686,99	29.500,00	29.500,00
41718054100000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate - principal	37.273,43	31.484,74	32.686,99	29.500,00	29.500,00
41718059000000000000	Outras transferências diretas do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	76.406,80	5.505,61	175.221,29	29.500,00	0,00
41718059100000000000	Outras transferências diretas do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde - principal	76.406,80	5.505,61	175.221,29	29.500,00	0,00
41718060000000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	124.021,36	145.577,24	554.795,71	300.000,00	300.000,00
41718061000000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	124.021,36	145.577,24	554.795,71	300.000,00	300.000,00
41718061100000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	124.021,36	145.577,24	554.795,71	300.000,00	300.000,00
41718100000000000000	Transferências de convênios da união e de suas entidades	1.088.730,34	1.447.175,29	0,00	0,00	0,00
41718109000000000000	Outras transferências de convênios da união	1.088.730,34	1.447.175,29	0,00	0,00	0,00
41718109100000000000	Outras transferências de convênios da união - principal	1.088.730,34	1.447.175,29	0,00	0,00	0,00
41718990000000000000	Outras transferências da união	624.755,95	132.000,00	0,00	0,00	0,00
41718991000000000000	Outras transferências da união	624.755,95	132.000,00	0,00	0,00	0,00
41718991100000000000	Outras transferências da união - principal	624.755,95	132.000,00	0,00	0,00	0,00
41720000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	44.856.253,39	49.371.447,02	49.465.233,53	50.849.500,00	57.799.500,00
41728000000000000000	Transferências dos estados - específica e/m	44.856.253,39	49.371.447,02	49.465.233,53	50.849.500,00	57.799.500,00
41728010000000000000	Participação na receita dos estados	44.341.482,93	48.917.668,85	48.101.388,67	49.750.000,00	56.700.000,00
41728011000000000000	Cota-parte do ICMS	33.898.866,37	37.980.711,73	37.711.258,63	38.000.000,00	44.000.000,00
41728011000000000000	Cota-parte do ICMS - principal	33.898.866,37	37.980.711,73	37.711.258,63	38.000.000,00	44.000.000,00
41728012000000000000	Cota-parte do IPVA	8.466.364,35	8.687.370,99	9.697.044,69	11.000.000,00	12.000.000,00
41728012100000000000	Cota-parte do IPVA - principal	8.466.364,35	8.687.370,99	9.697.044,69	11.000.000,00	12.000.000,00
41728013000000000000	Cota-parte do IPI - municípios	484.658,22	541.833,23	585.562,06	600.000,00	600.000,00
41728013100000000000	Cota-parte do IPI - municípios - principal	484.658,22	541.833,23	585.562,06	600.000,00	600.000,00
41728014000000000000	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico	334.967,08	223.170,62	107.523,29	150.000,00	100.000,00
41728014100000000000	Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - principal	334.967,08	223.170,62	107.523,29	150.000,00	100.000,00
41728019000000000000	Outras transferências dos estados	1.156.626,91	1.484.582,28	0,00	0,00	0,00
41728019100000000000	Outras transferências dos estados - principal	1.156.626,91	1.484.582,28	0,00	0,00	0,00
41728019101000000000	Outras transferências dos estados	1.156.626,91	1.484.582,28	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-XVHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:29 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41728100000000000000	Transferência de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	514.770,46	453.778,17	466.553,86	1.099.500,00	1.099.500,00
41728102000000000000	Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de educação	0,00	0,00	0,00	799.500,00	799.500,00
41728102100000000000	Transferências de convênio dos estados destinadas a programas de educação - principal	0,00	0,00	0,00	799.500,00	799.500,00
41728109000000000000	Outras transferências de convênio dos estados	514.770,46	453.778,17	466.553,86	300.000,00	300.000,00
41728109100000000000	Outras transferências de convênio dos estados - principal	514.770,46	453.778,17	466.553,86	300.000,00	300.000,00
41728990000000000000	Outras transferências dos estados	0,00	0,00	897.291,00	0,00	0,00
41728991000000000000	Outras transferências dos estados	0,00	0,00	897.291,00	0,00	0,00
41728991100000000000	Outras transferências dos estados - principal	0,00	0,00	897.291,00	0,00	0,00
41728991101000000000	Transferências de Convênios - Estado/Educação	0,00	0,00	897.291,00	0,00	0,00
41730000000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades	2.135.205,26	3.781.331,98	0,00	0,00	0,00
41738000000000000000	Transferências dos municípios - específica e/m	2.135.205,26	3.781.331,98	0,00	0,00	0,00
41738100000000000000	Transferência de convênios dos municípios e de suas entidades	2.135.205,26	3.781.331,98	0,00	0,00	0,00
41738109000000000000	Outras transferências de convênios dos municípios	2.135.205,26	3.781.331,98	0,00	0,00	0,00
41738109100000000000	Outras transferências de convênios dos municípios - principal	2.135.205,26	3.781.331,98	0,00	0,00	0,00
41750000000000000000	Transferências de outras instituições públicas	26.620.349,19	28.749.739,39	31.623.923,41	29.900.000,00	37.850.000,00
41758000000000000000	Transferências de outras instituições públicas - específica e/m	26.620.349,19	28.749.739,39	31.623.923,41	29.900.000,00	37.850.000,00
41758010000000000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	26.620.349,19	28.749.739,39	31.623.923,41	29.900.000,00	37.850.000,00
41758011000000000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	26.620.349,19	28.749.739,39	31.623.923,41	29.900.000,00	37.850.000,00
41758011100000000000	Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	26.620.349,19	28.749.739,39	31.623.923,41	29.900.000,00	37.850.000,00
41900000000000000000	Outras receitas correntes	1.264.642,20	3.026.467,36	6.637.423,51	16.428.466,00	20.249.400,00
41910000000000000000	Multas administrativas, contratuais e judiciais	1.103.605,38	2.309.537,08	3.668.565,10	2.857.500,00	3.999.500,00
41910010000000000000	Multas previstas em legislação específica	1.103.605,38	2.303.537,08	3.668.565,10	2.857.500,00	3.999.500,00
41910011000000000000	Multas previstas em legislação específica	1.103.605,38	2.303.537,08	3.668.565,10	2.857.500,00	3.999.500,00
41910011100000000000	Multas previstas em legislação específica - principal	1.103.605,38	1.880.832,00	3.668.422,67	2.857.500,00	3.999.500,00
41910011101000000000	Multas previstas na Leg. Trânsito - Município	517.126,51	0,00	2.724.396,77	2.000.000,00	2.800.000,00
41910011102000000000	Multas previstas na Leg. Trânsito - Polícia Civil	586.478,87	1.880.832,00	539.027,78	428.500,00	599.500,00
41910011103000000000	Multas previstas na Leg. Trânsito - Polícia Militar	0,00	0,00	404.998,12	429.000,00	600.000,00
41910011200000000000	Multas previstas em legislação específica - multas e juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41910060000000000000	Multas previstas em legislação específica - dívida ativa - multas e juros	0,00	422.705,08	0,00	0,00	0,00
41910060000000000000	Multas por danos ambientais	0,00	0,00	142,43	0,00	0,00
41910061000000000000	Multas administrativas por danos ambientais	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
41910061100000000000	Multas administrativas por danos ambientais - principal	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00
41920000000000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos	57.697,39	508.444,08	217.833,58	100.000,00	200.000,00
41922000000000000000	Restituições	57.697,39	508.444,08	217.833,58	100.000,00	200.000,00
41922990000000000000	Outras restituições	57.697,39	508.444,08	217.833,58	100.000,00	200.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:29 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41922991000000000000	Outras restituições	57.697,39	508.444,08	217.833,58	100.000,00	200.000,00
41922991100000000000	Outras restituições - principal	57.697,39	508.444,08	217.833,58	100.000,00	200.000,00
41990000000000000000	Demais receitas correntes	103.339,43	208.486,20	2.751.024,83	13.470.966,00	16.049.900,00
41990120000000000000	Encargos legais pela inscrição em dívida ativa e receitas de ônus de sucumbência	98.851,98	207.777,21	0,00	0,00	0,00
41990122000000000000	Ônus de sucumbência	98.851,98	207.777,21	0,00	0,00	0,00
41990122100000000000	Ônus de sucumbência - principal	98.851,98	207.777,21	0,00	0,00	0,00
41990990000000000000	Outras receitas	4.487,45	708,99	2.751.024,83	13.470.966,00	16.049.900,00
41990991000000000000	Outras receitas - primárias	4.487,45	708,99	2.751.024,83	13.470.966,00	16.049.900,00
41990991100000000000	Outras receitas - primárias - principal	0,00	2,60	2.334.016,42	13.469.966,00	15.929.900,00
41990991104000000000	Outras receitas - primárias - Desportos	0,00	0,00	2.214.771,29	13.395.066,00	15.870.000,00
41990991107000000000	Outras receitas - primárias - PMSC - Convenio de Radiopatrulha	0,00	0,00	7.975,43	0,00	0,00
41990991108000000000	Outras receitas - primárias - Procon	0,00	0,00	0,00	35.900,00	39.900,00
41990991200000000000	Outras receitas - primárias - FUNPRO	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
41990991201000000000	Outras receitas - primárias - multas e juros	0,00	0,00	0,00	19.000,00	0,00
41990991300000000000	Outras receitas - primárias - multas e juros - Prefeitura	0,00	0,00	14.505,73	0,00	0,00
41990991301000000000	Outras receitas - primárias - divida ativa	0,00	0,00	14.505,73	0,00	0,00
41990991302000000000	Outras receitas - primárias - divida ativa - prefeitura	4.487,45	706,39	364.379,94	500,00	100.000,00
41990991301000000000	Outras receitas - primárias - divida ativa - FUNPRO	4.487,45	706,39	204.524,01	0,00	0,00
41990991400000000000	Outras receitas - primárias - divida ativa - multas e juros	0,00	0,00	149.855,93	500,00	100.000,00
41990991401000000000	Outras receitas - primárias - divida ativa - multas e juros - prefeitura	0,00	0,00	48.122,74	500,00	20.000,00
41990991402000000000	Outras receitas - primárias - divida ativa - multas e juros - FUNPRO	0,00	0,00	25.287,20	0,00	0,00
42000000000000000000	Receitas de capital	0,00	0,00	22.835,54	500,00	20.000,00
42100000000000000000	Operações de crédito	5.049.710,35	4.439.952,53	2.878.024,89	2.399.500,00	48.468.498,00
42110000000000000000	Operações de crédito - mercado interno	4.796.671,07	4.340.050,95	493.576,98	710.000,00	35.000.000,00
42119000000000000000	Outras operações de crédito - mercado interno	4.796.671,07	4.340.050,95	493.576,98	710.000,00	35.000.000,00
42119001000000000000	Outras operações de crédito - mercado interno	4.796.671,07	4.340.050,95	493.576,98	710.000,00	35.000.000,00
42119001100000000000	Outras operações de crédito - mercado interno - principal	4.796.671,07	4.340.050,95	493.576,98	710.000,00	35.000.000,00
42200000000000000000	Alienação de bens	140.650,00	0,00	0,00	59.000,00	59.000,00
42210000000000000000	Alienação de bens móveis	140.650,00	0,00	0,00	49.000,00	49.000,00
42213000000000000000	Alienação de bens móveis e semoventes	140.650,00	0,00	0,00	49.000,00	49.000,00
42213001000000000000	Alienação de bens móveis e semoventes - principal	140.650,00	0,00	0,00	49.000,00	49.000,00
42220000000000000000	Alienação de bens imóveis	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
42220001000000000000	Alienação de bens imóveis - principal	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
42400000000000000000	Transferências de capital	112.389,28	99.901,58	2.364.447,91	1.630.500,00	13.409.498,00

16/09/2019 07:43:29 -03:00

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 9 / 21

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
42410000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	112.389,28	99.901,58	2.374.447,91	1.591.500,00	12.039.999,00
42418000000000000000	Transferências da união	112.389,28	99.901,58	2.374.447,91	1.591.500,00	12.039.999,00
42418080000000000000	Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	5.700.000,00
42418081000000000000	Transferências advindas de emendas parlamentares individuais - principal	0,00	0,00	0,00	0,00	5.700.000,00
42418081100000000000	Transferência de emendas parlamentares individuais - Prefeitura - Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	5.700.000,00
42418100000000000000	Transferência de convênios da união e de suas entidades	0,00	0,00	2.374.447,91	1.591.500,00	6.339.999,00
42418102000000000000	Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação - principal	0,00	0,00	0,00	129.500,00	1.449.500,00
42418102100000000000	Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação - principal	0,00	0,00	0,00	129.500,00	1.449.500,00
42418109000000000000	Outras transferências de convênios da união	0,00	0,00	2.374.447,91	1.462.000,00	4.890.499,00
42418109100000000000	Outras transferências de convênios da união - principal	0,00	0,00	2.374.447,91	1.462.000,00	4.890.499,00
42418109102000000000	Outras Transferências de Convênios da União - Gestão de Governo	0,00	0,00	1.510.878,01	910.500,00	910.500,00
42418109103000000000	Outras Transferências de Convênios da União - Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	224.503,86	510.000,00	510.000,00
42418109104000000000	Outras Transferências de Convênios da União - Infraestrutura	0,00	0,00	639.066,04	41.500,00	3.469.999,00
42418990000000000000	Outras transferências da união	112.389,28	99.901,58	0,00	0,00	0,00
42418991000000000000	Outras transferências da união - principal	112.389,28	99.901,58	0,00	0,00	0,00
42420000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	10.000,00	39.000,00	1.369.499,00
42428000000000000000	Transferências dos estados, distrito federal, e de suas entidades	0,00	0,00	10.000,00	39.000,00	1.369.499,00
42428100000000000000	Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	10.000,00	39.000,00	1.369.499,00
42428107000000000000	Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infra-estrutura em transporte	0,00	0,00	0,00	29.500,00	1.359.999,00
42428107100000000000	Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infra-estrutura em transporte - principal	0,00	0,00	0,00	29.500,00	1.359.999,00
42428109000000000000	Outras transferências de convênio dos estados	0,00	0,00	10.000,00	9.500,00	9.500,00
42428109100000000000	Outras transferências de convênio dos estados - principal	0,00	0,00	10.000,00	9.500,00	9.500,00
42428109102000000000	Outras transferências de convênios dos estados - Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	10.000,00	9.500,00	9.500,00
91000000000000000000	Receitas correntes	(14.115.601,26)	(17.684.446,85)	(18.570.135,23)	(14.417.000,00)	(18.190.000,00)
91100000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	(103.241,46)	(2.904.873,47)	(3.140.872,75)	0,00	0,00
91110000000000000000	Impostos	(97.274,88)	(2.855.438,58)	(2.957.083,27)	0,00	0,00
91118000000000000000	Impostos específicos de estados/df municípios	(56.554,28)	(2.653.555,18)	(2.957.083,27)	0,00	0,00
91118010000000000000	Impostos sobre o patrimônio para estados/df municípios	(37.331,38)	(2.611.737,54)	(2.911.040,65)	0,00	0,00
91118011000000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	(23.427,38)	(2.577.949,86)	(2.910.997,56)	0,00	0,00
91118011100000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	(22.959,98)	(2.576.271,24)	(2.899.087,70)	0,00	0,00
91118011200000000000	Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	(467,40)	(1.678,62)	(11.909,86)	0,00	0,00
91118014000000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	(13.904,00)	(33.787,68)	(43,09)	0,00	0,00
91118014100000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	(13.878,40)	(33.758,26)	(10,89)	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:29 -03:00

Pág 10 / 21

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
91118014200000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - multas e juros	0,00	0,00	(32,20)	0,00	0,00
91118014400000000000	Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - dívida ativa - multas e juros	(25,60)	(29,42)	0,00	0,00	0,00
91118020000000000000	Impostos sobre a produção, circulação de mercadorias e serviços	(19.222,90)	(41.817,64)	(46.042,62)	0,00	0,00
91118023000000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(19.222,90)	(41.817,64)	(46.042,62)	0,00	0,00
91118023100000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal	(19.085,90)	(40.496,92)	(36.433,65)	0,00	0,00
91118023200000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros	0,00	(1.090,87)	(9.603,17)	0,00	0,00
91118023400000000000	Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa - multas e juros	(137,00)	(229,85)	(5,80)	0,00	0,00
91119000000000000000	Outros impostos	(40.720,60)	(201.883,40)	0,00	0,00	0,00
91119010000000000000	Outros impostos	(40.720,60)	(201.883,40)	0,00	0,00	0,00
91119011000000000000	Outros impostos - principal	(40.720,60)	(201.883,40)	0,00	0,00	0,00
91119011200000000000	Outros impostos - multas e juros	(40.522,68)	(191.187,07)	0,00	0,00	0,00
91119011400000000000	Outros impostos - dívida ativa - multas e juros	(197,92)	(10.692,12)	0,00	0,00	0,00
91120000000000000000	Taxas	0,00	(4,21)	0,00	0,00	0,00
91121000000000000000	Taxas pelo exercício do poder de polícia	(5.672,61)	(42.499,40)	(180.932,56)	0,00	0,00
91121010000000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização	(5.659,37)	(30.452,24)	(6.756,13)	0,00	0,00
91121011000000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização	(329,05)	(30.452,24)	(6.756,13)	0,00	0,00
91121011000000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	(329,05)	(30.452,24)	(6.756,13)	0,00	0,00
91121011100000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	(321,39)	(30.449,07)	(4.860,92)	0,00	0,00
91121011101000000000	Taxa de fiscalização de Vigilância Sanitária	(3,25)	(50,52)	(1.355,96)	0,00	0,00
91121011102000000000	Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços	0,00	(801,11)	(1.640,49)	0,00	0,00
91121011103000000000	Taxa de Licença para Execução de Obras	(318,14)	(8.308,61)	(225,05)	0,00	0,00
91121011104000000000	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	(21.288,83)	(1.639,42)	0,00	0,00
91121011200000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - multas e juros	0,00	0,00	(1.895,21)	0,00	0,00
91121011201000000000	Taxa de fiscalização sanitária	0,00	0,00	(900,27)	0,00	0,00
91121011202000000000	Taxa de licença para funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadores de Serviços	0,00	0,00	(957,92)	0,00	0,00
91121011203000000000	Taxa de Licença para Execução de Obras	0,00	0,00	(37,02)	0,00	0,00
91121011300000000000	Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa	(7,66)	(3,17)	0,00	0,00	0,00
91121011301000000000	Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização e Vigilância	(7,66)	0,00	0,00	0,00	0,00
91121011304000000000	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	(3,17)	0,00	0,00	0,00
91121040000000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental	(5.330,32)	0,00	0,00	0,00	0,00
91121041000000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental	(5.330,32)	0,00	0,00	0,00	0,00
91121041100000000000	Taxa de controle e fiscalização ambiental - principal	(5.330,32)	0,00	0,00	0,00	0,00
91122000000000000000	Taxas pela prestação de serviços	(13,24)	(12.047,16)	(174.176,43)	0,00	0,00
91122010000000000000	Taxas pela prestação de serviços	(13,24)	(12.047,16)	(174.176,43)	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:29 -03:00



Pág 11 / 21

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada		Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019
91122011000000000000	Taxas pela prestação de serviços	(13,24)	(12,047,16)	(174.176,43)	0,00
91122011100000000000	Taxas pela prestação de serviços - principal	(13,24)	(12,047,16)	(169.374,59)	0,00
91122011101000000000	Taxa de limpeza pública	(13,24)	(5.216,38)	(554,01)	0,00
91122011102000000000	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	(6.830,78)	0,00	0,00
91122011103000000000	Taxa de Proteção a Desastres - TPD	0,00	0,00	(166.754,85)	0,00
91122011104000000000	Taxa de Cemitérios	0,00	0,00	0,00	0,00
91122011200000000000	Taxas pela prestação de serviços - multas e juros	0,00	0,00	0,00	0,00
91122011201000000000	Taxa de limpeza pública - Multas e Juros	0,00	0,00	(4.801,84)	0,00
91122011204000000000	Taxa de Cemitérios	0,00	0,00	(4.766,62)	0,00
91130000000000000000	Contribuição de melhoria	(293,97)	(6.935,49)	(2.856,92)	0,00
91130001000000000000	Contribuição de melhoria	0,00	(6.935,49)	0,00	0,00
91130001100000000000	Contribuição de melhoria - principal	0,00	(6.651,27)	0,00	0,00
91130001200000000000	Contribuição de melhoria - multas e juros	0,00	(284,22)	0,00	0,00
91138000000000000000	Contribuição de melhoria - específica e/m	(293,97)	0,00	(2.856,92)	0,00
91138040000000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares	(293,97)	0,00	(2.856,92)	0,00
91138041000000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares	(293,97)	0,00	(2.856,92)	0,00
91138041100000000000	Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - principal	(293,97)	0,00	(2.856,92)	0,00
91200000000000000000	Contribuições	0,00	(510,51)	(748,20)	0,00
91240000000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	0,00	(510,51)	(748,20)	0,00
91240001000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	0,00	(510,51)	(748,20)	0,00
91240001100000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal	0,00	(510,51)	(748,20)	0,00
91240001102000000000	COSIP - Camê IPTU	0,00	(510,51)	(748,20)	0,00
91300000000000000000	Receita patrimonial	(12.832,17)	(53,82)	(24.746,02)	0,00
91300000000000000000	Valores mobiliários	(12.832,17)	(53,82)	(24.746,02)	0,00
91321000000000000000	Juros e correções monetárias	(12.832,17)	(53,82)	(24.746,02)	0,00
91321001000000000000	Remuneração de depósitos bancários	0,00	0,00	(24.746,02)	0,00
91321001100000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal	0,00	0,00	(24.492,29)	0,00
91321001101020000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	0,00	0,00	(253,73)	0,00
91321001102010000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00
91321004000000000000	Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS	(12.832,17)	(53,82)	0,00	0,00
91321004100000000000	Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS - principal	(12.832,17)	(53,82)	0,00	0,00
91400000000000000000	Receita agropecuária	0,00	0,00	(166,06)	0,00
91400001000000000000	Receita agropecuária	0,00	0,00	(166,06)	0,00
91400001100000000000	Receita agropecuária - principal	0,00	0,00	(166,06)	0,00
91600000000000000000	Receita de serviços	0,00	(160,83)	(1.169,68)	0,00
91610000000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	0,00	0,00	(1.169,68)	0,00
91610010000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	0,00	0,00	(1.169,68)	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:29 -03:00



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 12 / 21

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
91610011000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	0,00	0,00	(1.169,68)	0,00	0,00
91610011100000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - principal	0,00	0,00	(126,61)	0,00	0,00
91610011101000000000	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	0,00	0,00	(126,61)	0,00	0,00
91610011200000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais - multas e juros	0,00	0,00	(1.043,07)	0,00	0,00
91690000000000000000	Outros serviços	0,00	(160,83)	0,00	0,00	0,00
91690990000000000000	Outros serviços	0,00	(160,83)	0,00	0,00	0,00
91690991000000000000	Outros serviços	0,00	(160,83)	0,00	0,00	0,00
91690991100000000000	Outros serviços - principal	0,00	(160,83)	0,00	0,00	0,00
91700000000000000000	Transferências correntes	0,00	(160,83)	0,00	0,00	0,00
91710000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	(13.999.527,63)	(14.644.336,77)	(15.239.236,48)	(14.417.000,00)	(18.190.000,00)
91718000000000000000	Transferências da união - específica e/m	(5.425.993,85)	(5.201.658,52)	(5.640.465,60)	(5.663.000,00)	(6.870.000,00)
91718000000000000000	Participação na receita da união	(5.425.993,85)	(5.201.658,52)	(5.640.465,60)	(5.663.000,00)	(6.870.000,00)
91718010000000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	(5.401.189,62)	(5.115.725,15)	(5.471.494,52)	(5.603.000,00)	(6.810.000,00)
91718012000000000000	Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	(5.266.438,45)	(5.107.928,11)	(5.461.471,95)	(5.600.000,00)	(6.800.000,00)
91718012000000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	(5.266.438,45)	(5.107.928,11)	(5.461.471,95)	(5.600.000,00)	(6.800.000,00)
91718015000000000000	Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	(134.751,17)	(7.797,04)	(10.022,57)	(3.000,00)	(10.000,00)
91718015100000000000	Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	(134.751,17)	(7.797,04)	(10.022,57)	(3.000,00)	(10.000,00)
91718050000000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae	0,00	(56.818,00)	(58.012,00)	0,00	0,00
91718053000000000000	Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae	0,00	(56.818,00)	(58.012,00)	0,00	0,00
91718053100000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	(24.804,23)	(29.115,37)	(110.959,08)	(60.000,00)	(60.000,00)
91718060000000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96	(24.804,23)	(29.115,37)	(110.959,08)	(60.000,00)	(60.000,00)
91718061000000000000	Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal	(24.804,23)	(29.115,37)	(110.959,08)	(60.000,00)	(60.000,00)
91720000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	(8.573.533,78)	(9.442.678,25)	(9.598.770,88)	(8.754.000,00)	(11.320.000,00)
91728000000000000000	Transferências dos estados - específica e/m	(8.573.533,78)	(9.442.678,25)	(9.598.770,88)	(8.754.000,00)	(11.320.000,00)
91728010000000000000	Participação na receita dos estados	(8.573.533,78)	(9.442.678,25)	(9.598.770,88)	(8.754.000,00)	(11.320.000,00)
91728011000000000000	Cota-parte do ICMS	(6.783.330,22)	(7.596.141,31)	(7.542.250,49)	(6.800.000,00)	(8.800.000,00)
91728011000000000000	Cota-parte do ICMS - principal	(6.783.330,22)	(7.596.141,31)	(7.542.250,49)	(6.800.000,00)	(8.800.000,00)
91728012000000000000	Cota-parte do IPVA	(1.693.271,85)	(1.738.170,73)	(1.939.407,87)	(1.840.000,00)	(2.400.000,00)
91728012100000000000	Cota-parte do IPVA - principal	(1.693.271,85)	(1.738.170,73)	(1.939.407,87)	(1.840.000,00)	(2.400.000,00)
91728013000000000000	Cota-parte do IPI - municípios	(96.931,71)	(108.366,21)	(117.112,52)	(114.000,00)	(120.000,00)
91728013100000000000	Cota-parte do IPI - municípios - principal	(96.931,71)	(108.366,21)	(117.112,52)	(114.000,00)	(120.000,00)
91900000000000000000	Outras receitas correntes	0,00	(134.511,45)	(163.196,04)	0,00	0,00
91910000000000000000	Multas administrativas, contratuais e judiciais	0,00	(134.508,14)	(137.517,38)	0,00	0,00
91910010000000000000	Multas previstas em legislação específica	0,00	(134.508,14)	(137.517,38)	0,00	0,00
91910011000000000000	Multas previstas em legislação específica	0,00	(134.508,14)	(137.517,38)	0,00	0,00
91910011100000000000	Multas previstas em legislação específica - principal	0,00	(134.508,14)	(137.517,38)	0,00	0,00

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01

16/09/2019 07:43:29 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada		Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019
91910011101000000000	Multas previstas na Leg. Trânsito - Município	0,00	(134.508,14)	(137.517,38)	0,00
91920000000000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos	0,00	(3,31)	0,00	0,00
91922000000000000000	Restituições	0,00	(3,31)	0,00	0,00
91922990000000000000	Outras restituições	0,00	(3,31)	0,00	0,00
91922991000000000000	Outras restituições	0,00	(3,31)	0,00	0,00
91922991100000000000	Outras restituições - principal	0,00	(3,31)	0,00	0,00
91990000000000000000	Demais receitas correntes	0,00	(25.678,66)	(25.678,66)	0,00
91990990000000000000	Outras receitas	0,00	0,00	(25.678,66)	0,00
91990991000000000000	Outras receitas - primárias	0,00	0,00	(25.678,66)	0,00
91990991100000000000	Outras receitas - primárias - principal	0,00	0,00	(25.678,66)	0,00
91990991101000000000	Outras receitas - primárias - Prefeitura	0,00	0,00	(24.296,98)	0,00
91990991200000000000	Outras receitas - primárias - multas e juros	0,00	0,00	(24.296,98)	0,00
91990991201000000000	Outras receitas - primárias - multas e juros - Prefeitura	0,00	0,00	(1.381,68)	0,00
92000000000000000000	Receitas de capital	(44.598,04)	(26.267,08)	(1.381,68)	0,00
92400000000000000000	Transferências de capital	(44.598,04)	(26.267,08)	0,00	0,00
92410000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	0,00	(26.267,08)	0,00	0,00
92418000000000000000	Transferências da união	0,00	(26.267,08)	0,00	0,00
92418100000000000000	Transferência de convênios da união e de suas entidades	0,00	(26.267,08)	0,00	0,00
92418109000000000000	Outras transferências de convênios da união	0,00	(26.267,08)	0,00	0,00
92418109100000000000	Outras transferências de convênios da união - principal	(44.598,04)	0,00	0,00	0,00
92420000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	(44.598,04)	0,00	0,00	0,00
92428000000000000000	Transferências dos estados, distrito federal, e de suas entidades	(44.598,04)	0,00	0,00	0,00
92428100000000000000	Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	(44.598,04)	0,00	0,00	0,00
92428109000000000000	Outras transferências de convênio dos estados	(44.598,04)	0,00	0,00	0,00
92428109100000000000	Outras transferências de convênio dos estados - principal	0,00	(2,60)	84.471,50	0,00
-	SUBTOTAL (Plano Origem X Destino não cadastrado)	156.195.180,53	171.425.867,92	178.795.761,57	202.871.116,00
<b>Total Receita</b>		156.195.180,53	171.425.867,92	178.795.761,57	271.228.500,00
Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33000000000000000000	Despesas correntes	102.925.362,87	118.262.056,67	128.845.036,90	138.031.972,50
33100000000000000000	Pessoal e encargos sociais	61.608.035,36	72.782.174,14	75.546.318,11	74.066.542,50
33171000000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	0,00	3.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	54.778.749,66	68.056.123,30	68.809.163,13	62.729.542,50
33190040000000000000	Contratação por tempo determinado	6.136.136,68	5.334.796,20	5.047.946,55	0,00
33190049900000000000	Outros serviços temporários	6.136.136,68	5.334.796,20	5.047.946,55	0,00
33190100000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	45.548.977,62	55.008.254,34	59.165.146,92	0,00
33190110100000000000	Vencimentos e salários	35.059.845,66	42.088.206,37	47.080.522,88	0,00

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

16/09/2019 07:43:29 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33190110500000000000	Incorporações	1.007.134,85	1.094.350,72	1.080.951,86	0,00	0,00
33190113100000000000	Gratificação por exercício de cargos	91.949,08	70.529,47	86.046,45	0,00	0,00
33190113300000000000	Gratificação por exercício de funções	960.279,29	1.188.327,38	1.309.535,94	0,00	0,00
33190113700000000000	Gratificação por tempo de serviço	3.348.436,61	3.760.894,42	4.251.219,98	0,00	0,00
33190114200000000000	Férias indenizadas	226.149,44	537.886,19	609.665,10	0,00	0,00
33190114300000000000	13º salário	3.618.058,17	4.004.519,44	4.177.427,61	0,00	0,00
33190114500000000000	Férias - abono constitucional	1.237.124,52	2.263.540,35	569.777,10	0,00	0,00
33190130000000000000	Obrigações patronais	1.950.016,36	2.009.739,43	2.118.598,68	0,00	0,00
33190130100000000000	FGTS	4.642,81	4.954,58	3.173,32	0,00	0,00
33190130200000000000	Contribuições previdenciárias - INSS	1.945.373,55	1.967.554,90	2.075.288,38	0,00	0,00
33190134000000000000	Encargos de pessoal requisitado de outros entes	0,00	37.229,95	40.136,98	0,00	0,00
33190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	1.143.619,00	2.152.518,68	2.477.470,98	0,00	0,00
33190164400000000000	Serviços extraordinários	609.969,20	568.407,03	496.567,31	0,00	0,00
33190169900000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	533.649,80	1.584.111,65	1.980.903,67	0,00	0,00
33190910000000000000	Sentenças judiciais	0,00	388,68	0,00	0,00	0,00
33190911500000000000	Sentenças judiciais de pequeno valor	0,00	388,68	0,00	0,00	0,00
33190920000000000000	Despesas de exercícios anteriores	0,00	3.512.616,24	0,00	0,00	0,00
33190921100000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	0,00	3.440.465,15	0,00	0,00	0,00
33190921300000000000	Obrigações patronais	0,00	72.151,09	0,00	0,00	0,00
33190960000000000000	Ressarcimento desp pessoal requisitado	0,00	37.809,73	0,00	0,00	0,00
33190960100000000000	Pessoal requisitado de outros órgãos	0,00	37.809,73	0,00	0,00	0,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	6.829.285,70	4.726.050,84	6.737.154,98	11.334.000,00	13.451.000,00
33191130000000000000	Obrigações patronais	6.829.285,70	4.726.050,84	6.737.154,98	0,00	0,00
33191131400000000000	Contribuição ao RPPS	6.829.285,70	4.726.050,84	6.737.154,98	0,00	0,00
33200000000000000000	Juros e encargos da dívida	406.219,10	1.599.585,36	1.138.484,71	1.700.000,00	1.000.000,00
33200000000000000000	Aplicações diretas	406.219,10	1.599.585,36	1.138.484,71	1.700.000,00	1.000.000,00
33290210000000000000	Juros sobre a dívida por contrato	406.219,10	1.435.907,72	1.138.484,71	0,00	0,00
33290210100000000000	Juros dívida contratada instituições financeira	396.720,89	830.286,09	634.565,26	0,00	0,00
33290219900000000000	Outros juros da dívida contratada	9.498,21	605.621,63	503.919,45	0,00	0,00
33290920000000000000	Despesas de exercícios anteriores	0,00	163.677,64	0,00	0,00	0,00
33290929900000000000	Outras despesas exercícios anteriores	0,00	163.677,64	0,00	0,00	0,00
33300000000000000000	Outras despesas correntes	40.911.108,41	43.880.297,17	52.160.234,08	62.265.430,00	65.539.970,48
33300000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	214.242,77	404.998,12	435.000,00	606.000,00
33308100000000000000	Distribuição Constitucional ou Legal de Receita	0,00	214.242,77	404.998,12	0,00	0,00
33308107000000000000	Participação do Estado - Multas de Trânsito	0,00	214.242,77	404.998,12	0,00	0,00
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	3.621.708,15	4.302.119,32	5.026.248,26	5.352.000,00	5.130.000,00
33350300000000000000	Material de consumo (ver anexo i)	920,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:29 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 15 / 21

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33350309900000000000	Outros materiais de consumo	920,00	0,00	0,00	0,00
33350410000000000000	Contribuições	3.620.788,15	4.302.119,32	5.026.248,26	0,00
33350410200000000000	Despesas manutenção outras entidades direito privado	3.620.788,15	4.302.119,32	5.026.248,26	0,00
33371000000000000000	Transferências a consórcios públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	36.705.323,35	37.174.993,25	44.358.248,03	33.540,48
33390040000000000000	Contratação por tempo determinado	1.124.747,49	2.295.807,64	3.496.545,95	0,00
33390049900000000000	Outros serviços temporários	1.124.747,49	2.295.807,64	3.496.545,95	0,00
33390080000000000000	Outros benefícios assistenciais	29.438,40	25.864,65	32.227,14	0,00
33390080100000000000	Auxílio - funeral	29.438,40	25.864,65	32.227,14	0,00
33390130000000000000	Obrigações patronais	2,17	0,00	0,00	0,00
33390130200000000000	Contribuições previdenciárias - INSS	2,17	0,00	0,00	0,00
33390140000000000000	Diárias - civil	20.754,74	43.360,57	16.540,15	0,00
33390141400000000000	Diárias no país - civil	20.754,74	43.360,57	16.540,15	0,00
33390160000000000000	Outras despesas variáveis-pessoal civil	17.614,06	37.269,31	25.903,13	0,00
33390169900000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	17.614,06	37.269,31	25.903,13	0,00
33390180000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	9.960,68	0,00	0,00	0,00
33390189900000000000	Outros auxílios financeiros a estudante	9.960,68	0,00	0,00	0,00
33390300000000000000	Material de consumo	6.250.474,90	7.543.359,89	9.148.575,05	0,00
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos	726.641,03	678.881,97	890.022,33	0,00
33390300400000000000	Gás engarrafado	33.960,00	13.839,70	12.409,00	0,00
33390300500000000000	Explosivos e munições	0,00	0,00	240,00	0,00
33390300600000000000	Alimentos para animais	0,00	5.875,50	0,00	0,00
33390300700000000000	Gêneros de alimentação	2.398.357,52	2.732.430,69	2.798.866,81	0,00
33390301100000000000	Material químico	200,00	130,00	0,00	0,00
33390301400000000000	Material educativo e esportivo	875,00	26.262,96	12.721,72	0,00
33390301500000000000	Material para festividades e homenagens	10.637,60	4.109,00	2.214,00	0,00
33390301600000000000	Material de expediente	50.891,36	45.891,57	49.676,59	0,00
33390301700000000000	Material de processamento de dados	15.975,44	24.457,72	41.716,89	0,00
33390301800000000000	Material e medicamentos uso veterinário	10.263,43	12.296,92	7.152,62	0,00
33390301900000000000	Material de acondicionamento e embalagem	632,00	0,00	0,00	0,00
33390302000000000000	Material de cama, mesa e banho	0,00	3.160,00	57.135,20	0,00
33390302100000000000	Material de copa e cozinha	2.613,60	3.470,83	1.762,81	0,00
33390302200000000000	Material limpeza e produtos de higienização	38.852,44	49.494,51	58.041,77	0,00
33390302300000000000	Uniformes, tecidos e aviamentos	16.304,09	32.327,47	38.928,20	0,00
33390302400000000000	Material para manutenção bens imóveis	49.609,49	87.531,26	120.396,28	0,00
33390302500000000000	Material para manutenção de bens móveis	16.774,50	29.961,27	39.532,61	0,00
33390302600000000000	Material eletrônico e eletrônico	24.090,28	28.648,49	50.695,21	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-XVHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:29 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33390302700000000000	Material de manobra e patrulhamento	0,00	1.977,50	10.047,00	0,00
33390302800000000000	Material de proteção e segurança	17.727,26	28.874,48	34.076,17	0,00
33390302900000000000	Material para áudio, vídeo e foto	400,00	837,69	3.136,25	0,00
33390303000000000000	Material para comunicações	891,35	2.965,50	2.817,70	0,00
33390303100000000000	Sementes, mudas de plantas e insumos	1.984,00	849,80	25.276,76	0,00
33390303400000000000	Sobressalentes máquinas, motores, navios e embarcações	0,00	1.761,00	870,00	0,00
33390303600000000000	Material hospitalar	51.087,51	1.724,48	8.421,24	0,00
33390303700000000000	Sobressalentes de armamento	0,00	330,00	0,00	0,00
33390303900000000000	Material para manutenção de veículos	540.189,75	384.778,71	970.886,42	0,00
33390304200000000000	Ferramentas	10.265,75	3.748,05	1.175,06	0,00
33390304400000000000	Material de sinalização visual e afins	217.204,44	91.247,23	240.855,40	0,00
33390304700000000000	Aquisição de softwares	769,00	0,00	0,00	0,00
33390304900000000000	Bilhetes de passagem	0,00	716.221,10	0,00	0,00
33390305000000000000	Bandeiras, flâmulas e insígnias	690,00	0,00	0,00	0,00
33390305100000000000	Material de conserv. e mant. bens uso comum povo	1.631.698,83	2.033.304,54	2.607.147,06	0,00
33390309900000000000	Outros materiais de consumo	380.889,23	495.969,95	1.062.353,95	0,00
33390310000000000000	Premiações cult., art., cient., esportivas e outras	0,00	76,00	0,00	0,00
33390319900000000000	Outras premiações	0,00	76,00	0,00	0,00
33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	92.593,05	15.941,85	135.725,33	0,00
33390320300000000000	Gêneros alimentícios	92.593,05	15.941,85	135.725,33	0,00
33390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	0,00	69.500,00	0,00	0,00
33390339900000000000	Outras despesas com locomoção	0,00	69.500,00	0,00	0,00
33390350000000000000	Serviços de consultoria	0,00	76.720,00	67.129,75	0,00
33390359900000000000	Outros serviços de consultoria	0,00	76.720,00	67.129,75	0,00
33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.051.830,27	291.310,07	312.929,61	0,00
33390360600000000000	Serviços técnicos profissionais	83.546,43	725,00	0,00	0,00
33390360700000000000	Estagiários	400.693,06	0,00	0,00	0,00
33390360800000000000	Bolsa de iniciação ao trabalho	194.651,56	0,00	0,00	0,00
33390361500000000000	Locação de imóveis	198.142,47	173.705,39	159.393,63	0,00
33390361800000000000	Manutenção e conservação equipamentos	6.425,00	160,00	2.206,00	0,00
33390362000000000000	Manutenção e conservação de veículos	10.638,88	0,00	2.036,66	0,00
33390362100000000000	Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	1.350,00	0,00	0,00	0,00
33390362200000000000	Manutenção e conservação de bens imóveis	2.812,76	0,00	950,00	0,00
33390362500000000000	Serviços de limpeza e conservação	930,00	276,00	1.400,00	0,00
33390362700000000000	Serviços de comunicação em geral	1.000,00	0,00	0,00	0,00
33390362800000000000	Serviços de seleção e treinamento	5.050,00	0,00	7.000,00	0,00
33390363400000000000	Serviços perícias médicas p/ benefícios	3.943,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:29 -03:00



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 17 / 21

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33390369900000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	142.647,11	116.443,88	139.943,32	0,00	0,00
33390370000000000000	Locação de mão-de-obra	0,00	230,00	7.900,00	0,00	0,00
33390370200000000000	Limpeza e conservação	0,00	0,00	7.900,00	0,00	0,00
33390370600000000000	Manutenção e conservação de bens móveis	0,00	230,00	0,00	0,00	0,00
33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	19.735.036,91	18.466.761,64	20.732.132,90	0,00	0,00
33390390100000000000	Assinatura de periódicos e anuidades	5.016,85	1.913,80	3.733,00	0,00	0,00
33390390500000000000	Serviços técnicos profissionais	1.004.611,41	153.601,34	209.989,48	0,00	0,00
33390390800000000000	Manutenção de software	6.426,48	18.576,48	0,00	0,00	0,00
33390391000000000000	Locação de imóveis	135.817,89	65.752,87	113.690,64	0,00	0,00
33390391100000000000	Locação de softwares	612.194,25	476.367,72	50.487,54	0,00	0,00
33390391200000000000	Locação de máquinas e equipamentos	7.645,00	910,00	37.220,00	0,00	0,00
33390391400000000000	Locação bens móveis e outras naturezas intangíveis	7.200,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00
33390391500000000000	Limpeza de veículos	2.630,00	650,00	90,00	0,00	0,00
33390391600000000000	Manutenção e conservação bens imóveis	62.376,55	93.845,14	77.982,45	0,00	0,00
33390391700000000000	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	36.390,40	39.185,24	148.045,67	0,00	0,00
33390391900000000000	Manutenção e conservação de veículos	255.115,42	242.980,25	274.263,35	0,00	0,00
33390392000000000000	Manutenção e conservação de bens móveis e outras naturezas intangíveis	587,00	846,00	6.659,00	0,00	0,00
33390392100000000000	Manutenção e conservação de estradas e vias	379.810,55	142.537,45	147.877,02	0,00	0,00
33390392200000000000	Exposições, congressos e conferências	16.645,00	9.250,00	10.010,00	0,00	0,00
33390392300000000000	Festividades e homenagens	140,00	135,00	118.522,32	0,00	0,00
33390392400000000000	Serviços de confecção, manut e instalação de sinal visual e afins	1.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390392500000000000	Serviços de manutenção de máquinas, equipamentos e afins	0,00	0,00	80,00	0,00	0,00
33390392600000000000	Serviços de transporte escolar	1.220.457,76	704.243,53	2.025.038,91	0,00	0,00
33390392800000000000	Coleta de lixo e demais resíduos	5.195.342,65	4.324.515,20	5.432.102,18	0,00	0,00
33390394100000000000	Fornecimento de alimentação	3.248,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390394300000000000	Serviços de energia elétrica	4.116.214,77	4.631.881,84	4.982.973,58	0,00	0,00
33390394400000000000	Serviços de água e esgoto	441.688,15	544.824,27	508.989,13	0,00	0,00
33390394500000000000	Serviços de gás	0,00	110,00	0,00	0,00	0,00
33390394600000000000	Serviços domésticos	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390394700000000000	Serviços de comunicação em geral	362.174,30	493.896,63	963.111,23	0,00	0,00
33390394800000000000	Serviços de seleção e treinamento	105.872,88	64.765,00	89.834,00	0,00	0,00
33390394900000000000	Produções jornalísticas	0,00	1.320,00	0,00	0,00	0,00
33390395000000000000	Serviços médico-hospitais, odontológicos e laboratoriais	770,00	0,00	880,00	0,00	0,00
33390395300000000000	Serviços de assistência social	3.128,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390395600000000000	Serviços perícias médicas p/ benefícios	2.400,00	0,00	976,57	0,00	0,00
33390396300000000000	Serviços gráficos e editoriais	375.619,66	33.531,44	40.716,11	0,00	0,00
33390396400000000000	Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	243.317,14	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:29 -03:00



Pág 18 / 21

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33390396600000000000	Serviços judiciais	5.790,72	527,81	283.651,27	0,00	0,00
33390396900000000000	Seguros em geral	93.234,83	97.238,18	115.209,81	0,00	0,00
33390397000000000000	Confeção de uniformes, bandeiras e flâmulas	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390397200000000000	Vale-transporte	1.622.630,44	561.555,50	1.813.319,65	0,00	0,00
33390397300000000000	Transporte de servidores	950,00	350,00	0,00	0,00	0,00
33390397400000000000	Fretes e transportes de encomendas	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00
33390397500000000000	Multas e infrações de Trânsito	289,43	925,29	824,42	0,00	0,00
33390397700000000000	Vigilância ostensiva/monitorada	11.291,44	67.142,06	96.330,00	0,00	0,00
33390397800000000000	Limpeza e conservação	120,00	500,00	1.360,00	0,00	0,00
33390397900000000000	Serviços apoio administrativo, técnico e operacional	27.261,00	26.690,00	0,00	0,00	0,00
33390398000000000000	Hospedagens	1.305,00	3.292,10	1.788,50	0,00	0,00
33390398100000000000	Serviços bancários	259.772,98	347.958,47	488.709,66	0,00	0,00
33390398300000000000	Serviços cópias e reprodução de documentos	10.289,21	7.178,45	7.540,55	0,00	0,00
33390398800000000000	Serviços de publicidade e propaganda	12.506,79	275.340,91	1.000,00	0,00	0,00
33390399000000000000	Serviços de publicidade legal	7.001,85	1.694,00	43.725,41	0,00	0,00
33390399600000000000	Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	12.029,96	18.268,73	37.454,38	0,00	0,00
33390399900000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	3.309.710,29	5.011.010,94	2.354.629,93	0,00	0,00
33390400000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	1.161.644,81	0,00	0,00
33390400100000000000	Locação de equipamentos e softwares	0,00	0,00	690.082,24	0,00	0,00
33390400400000000000	Comunicação de dados	0,00	0,00	462.976,97	0,00	0,00
33390400500000000000	Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	1.178,30	0,00	0,00
33390400800000000000	Serviços técnicos profissionais de TIC	0,00	0,00	1.497,50	0,00	0,00
33390400900000000000	Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	0,00	0,00	1.535,00	0,00	0,00
33390409900000000000	Outros serviços de tecnologia da informação e comunicação	0,00	0,00	4.374,80	0,00	0,00
33390460000000000000	Auxílio-alimentação	2.750.197,57	3.315.580,58	3.523.184,61	0,00	0,00
33390460100000000000	Auxílio-alimentação em pecúnia	2.750.197,57	3.315.580,58	3.523.184,61	0,00	0,00
33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	4.027.012,51	3.180.653,29	3.022.397,86	0,00	0,00
33390470200000000000	Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU	4.415,48	18.087,62	836,28	0,00	0,00
33390470500000000000	Imposto sobre propriedade de veículos automotores - IPVA	0,00	0,00	596,18	0,00	0,00
33390471000000000000	Taxas	16.786,70	0,00	1.737,74	0,00	0,00
33390471200000000000	Contribuição para o PIS/PASEP	3.976.885,34	3.150.228,92	3.016.427,06	0,00	0,00
33390471800000000000	Contribuição previdenciária s/ serv. terceiros - pessoa física	28.924,99	12.336,75	2.800,60	0,00	0,00
33390490000000000000	Auxílio-transporte	68.693,70	74.361,83	71.166,18	0,00	0,00
33390490100000000000	Auxílio-transporte pago em pecúnia	68.693,70	74.361,83	71.166,18	0,00	0,00
33390910000000000000	Sentenças judiciais	1.460.665,01	1.068.007,43	671.897,16	0,00	0,00
33390910200000000000	Precatórios incluídos na lei do orçamento	1.425.059,57	579.499,18	400.160,99	0,00	0,00
33390911500000000000	Sentenças judiciais de pequeno valor	26.820,29	413.680,48	234.671,15	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:29 -03:00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 19 / 21

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33390913000000000000	Sentenças indenizatórias	0,00	5.368,55	0,00	0,00
33390919900000000000	Outras sentenças judiciais	8.785,15	69.459,22	37.065,02	0,00
33390920000000000000	Despesas de exercícios anteriores	9.901,12	628.543,81	1.793.658,87	0,00
33390923000000000000	Material de consumo	522,12	1.344,90	12.208,89	0,00
33390923300000000000	Passagens e despesas com locomoção	1.479,00	0,00	0,00	0,00
33390923900000000000	Serviços de terceiros - pessoa jurídica	7.900,00	213.182,20	1.715.849,98	0,00
33390929900000000000	Outras despesas de exercícios anteriores	0,00	414.016,71	65.600,00	0,00
33390930000000000000	Indenizações e restituições	56.400,77	41.644,69	138.689,53	0,00
33390930100000000000	Indenizações	20.804,97	37.673,72	23.316,14	0,00
33390930200000000000	Restituições	35.595,80	3.970,97	115.373,39	0,00
33391000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	552.966,91	2.162.721,83	2.337.805,92	2.520.000,00
33391970000000000000	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	552.966,91	2.162.721,83	2.337.805,92	0,00
33391970100000000000	Cobertura de Déficit Atuarial do RPPS	552.966,91	2.162.721,83	2.337.805,92	0,00
33393000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	31.110,00	26.220,00	32.933,75	56.240,00
33393339000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	31.110,00	26.220,00	29.808,75	0,00
33393339900000000000	Serviços de Publicidade Legal	0,00	0,00	20.325,00	0,00
33393339900000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	31.110,00	26.220,00	9.483,75	0,00
33393400000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	3.125,00	0,00
33393409900000000000	Outros serviços de tecnologia da informação e comunicação	0,00	0,00	3.125,00	0,00
34000000000000000000	Despesas de capital	16.047.658,66	14.271.984,87	13.155.917,92	16.297.783,50
34400000000000000000	Investimentos	14.622.233,16	9.612.374,53	6.419.326,07	10.269.783,50
34430000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
34471000000000000000	Transferências a consórcios públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
34490000000000000000	Aplicações diretas	14.622.233,16	9.612.374,53	6.419.326,07	10.269.783,50
34490300000000000000	Material de consumo	17.960,65	2.007,23	5.682,10	0,00
34490300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos	1.500,00	0,00	0,00	0,00
34490301700000000000	Material de Processamento de Dados	1.188,00	0,00	2.495,00	0,00
34490302400000000000	Material para manutenção bens imóveis	3.918,58	1.011,23	0,00	0,00
34490302500000000000	Material para manutenção de bens móveis	0,00	0,00	105,00	0,00
34490302600000000000	Material elétrico e eletrônico	0,00	0,00	1.753,10	0,00
34490302800000000000	Material de proteção e segurança	10.905,00	996,00	0,00	0,00
34490302900000000000	Material para áudio, vídeo e foto	0,00	0,00	29,00	0,00
34490309900000000000	Outros materiais de consumo	449,07	0,00	1.300,00	0,00
34490390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	174.474,92	20.401,28	8.499,25	0,00
34490394700000000000	Serviços de Comunicação em Geral	1.782,00	0,00	0,00	0,00
34490398100000000000	Serviços Bancários	15.086,70	162,71	19,19	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:29 -03:00

Pág 20 / 21

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
34490399900000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	157.606,22	20.238,57	8.480,06	0,00	0,00
34490510000000000000	Obras e instalações	12.051.914,29	8.926.709,99	3.546.374,86	0,00	0,00
34490510700000000000	Reformas	0,00	209.096,13	12.768,28	0,00	0,00
34490518000000000000	Estudos e projetos	0,00	23.160,00	0,00	0,00	0,00
34490519200000000000	Instalações incorporações ou inerentes imóvel	0,00	2.240,00	0,00	0,00	0,00
34490519800000000000	Obras contratadas	11.994.510,76	7.974.125,64	2.384.203,87	0,00	0,00
34490519900000000000	Outras obras e instalações	57.403,53	718.088,22	1.149.402,71	0,00	0,00
34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	2.357.787,40	649.449,50	1.989.461,87	0,00	0,00
34490520400000000000	Aparelhos de medição e orientação	0,00	4.430,00	147.000,00	0,00	0,00
34490520600000000000	Aparelhos e equipamentos de comunicação	0,00	2.797,28	6.079,70	0,00	0,00
34490521000000000000	Aparelhos e equip. p/ esportes e diversão	0,00	46.575,00	0,00	0,00	0,00
34490521200000000000	Aparelhos e utensílios domésticos	1.795,70	108.883,21	78.826,06	0,00	0,00
34490522000000000000	Embarcações	142.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34490522400000000000	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	5.189,00	2.029,90	15.922,00	0,00	0,00
34490523300000000000	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	9.775,00	7.440,00	9.934,73	0,00	0,00
34490523400000000000	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	12.795,24	12.204,00	244.570,00	0,00	0,00
34490523500000000000	Equipamentos de processamento de dados	26.108,50	8.558,41	148.470,79	0,00	0,00
34490523600000000000	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	650,00	0,00	25.723,50	0,00	0,00
34490523900000000000	Equipamentos e utensílios hidráulicos e elétricos	104.900,00	0,00	1.037,50	0,00	0,00
34490524000000000000	Máquinas e equipamentos agrícolas e rodoviários	7.194,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00
34490524200000000000	Mobiliário em geral	154.045,46	26.298,80	114.899,95	0,00	0,00
34490524800000000000	Veículos diversos	102.343,90	194.000,00	592.900,00	0,00	0,00
34490525100000000000	Peças não incorporáveis a imóveis	0,00	230,00	0,00	0,00	0,00
34490525200000000000	Veículos de tração mecânica	0,00	0,00	40.500,00	0,00	0,00
34490528700000000000	Material de consumo de uso duradouro	2.925,65	0,00	0,00	0,00	0,00
34490529900000000000	Outros equipamentos material permanente	1.787.314,95	188.002,90	563.597,64	0,00	0,00
34490610000000000000	Aquisição de imóveis	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34490619900000000000	Outras aquisições de bens imóveis	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34490930000000000000	Indenizações e restituições	14.095,90	13.806,53	869.307,99	0,00	0,00
34490930200000000000	Restituições	14.095,90	13.806,53	869.307,99	0,00	0,00
34500000000000000000	Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
34590000000000000000	Aplicações diretas	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
34600000000000000000	Amortização da dívida	1.425.425,50	4.659.610,34	6.736.591,85	6.018.000,00	5.400.000,00
34690000000000000000	Aplicações diretas	1.425.425,50	4.659.610,34	6.736.591,85	6.018.000,00	5.400.000,00
34690710000000000000	Principal dívida contratual resgatado	1.425.425,50	4.659.610,34	6.736.591,85	0,00	0,00
34690710100000000000	Amort. da dívida contratual c/ instituições financeiras	0,00	0,00	1.087.233,38	0,00	0,00
34690710200000000000	Amortização da dívida contratada com governos	0,00	1.691.940,30	1.386.061,40	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-XWHQLP-306319409 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:29 -03:00

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 9 Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
346907199000000000000000	Outras amortizações da dívida contratada	1.425.425,50	2.967.670,04	4.263.297,07	0,00	0,00
390000000000000000000000	Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
399000000000000000000000	Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
399900000000000000000000	Reserva de contingência	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
-	SUBTOTAL (Plano Origem X Destino não cadastrado)	334.253,26	259.827,49	8.594,62	0,00	0,00
Total Despesa		119.307.274,79	132.793.869,03	142.009.549,44	154.339.756,00	216.512.322,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receita Orçamentária	289.418.500,00	Despesas correntes	153.517.010,00
Receitas correntes	240.950.002,00	Pessoal e encargos sociais	86.977.039,52
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	74.509.400,00	Juros e encargos da dívida	1.000.000,00
Contribuições	7.750.000,00	Outras despesas correntes	65.539.970,48
Receita patrimonial	641.702,00		
Receita agropecuária	5.000,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	355.000,00		
Transferências correntes	137.439.500,00		
Outras receitas correntes	20.249.400,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Deduções da receita	(18.190.000,00)		
Receitas correntes	(18.190.000,00)		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>222.760.002,00</b>	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>153.517.010,00</b>
<b>Déficit</b>	<b>0,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>69.242.992,00</b>
<b>Soma</b>	<b>222.760.002,00</b>	<b>Soma</b>	<b>222.760.002,00</b>
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	<b>69.242.992,00</b>	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	<b>0,00</b>
Receitas de capital	48.468.498,00	Despesas de capital	62.985.312,00
Operações de crédito	35.000.000,00	Investimentos	57.575.312,00
Alienação de bens	59.000,00	Inversões financeiras	10.000,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	5.400.000,00
Transferências de capital	13.409.498,00		
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital	0,00		
Operações de crédito	0,00		



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

Planejamento e Orçamento

Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital			
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>48.468.498,00</b>	<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>62.985.312,00</b>
		<b>-(Reserva de contingência</b>	<b>10.000,00</b>
		<b>+Reserva do RPPS)</b>	<b>0,00</b>
<b>Déficit</b>	<b>14.516.814,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>
<b>Resumo</b>			
Receitas Correntes	222.760.002,00	Despesa Correntes	153.517.010,00
Receitas de Capital	48.468.498,00	Despesas de Capital	62.985.312,00
		Reserva de Contingência	10.000,00
		Reserva do RPPS	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>271.228.500,00</b>	<b>Subtotal</b>	<b>216.512.322,00</b>
<b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>		<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	
<b>Transfêrencias Recebidas</b>	<b>0,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>53.841.178,00</b>
<b>Total</b>	<b>271.228.500,00</b>	<b>Total</b>	<b>270.353.500,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			153.517.010,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		86.977.039,52	
31710000000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	67.019,52		
31900000000000000000	Aplicações diretas	73.459.020,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	13.451.000,00		
32000000000000000000	Juros e encargos da dívida		1.000.000,00	
32900000000000000000	Aplicações diretas	1.000.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		65.539.970,48	
33300000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	606.000,00		
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	5.130.000,00		
33710000000000000000	Transferências a consórcios públicos	33.540,48		
33900000000000000000	Aplicações diretas	54.114.190,00		
33910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos	3.600.000,00		
33930000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	2.056.240,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			62.985.312,00
44000000000000000000	Investimentos		57.575.312,00	
44300000000000000000	Transferências a Estados e ao Distrito Federal	1.000,00		
44710000000000000000	Transferências a consórcios públicos	6.000,00		
44900000000000000000	Aplicações diretas	57.568.312,00		
45000000000000000000	Inversões financeiras		10.000,00	
45900000000000000000	Aplicações diretas	10.000,00		
46000000000000000000	Amortização da dívida		5.400.000,00	
46900000000000000000	Aplicações diretas	5.400.000,00		
90000000000000000000	Reserva de contingência			10.000,00
99000000000000000000	Reserva de contingência		10.000,00	
99900000000000000000	Reserva de contingência	10.000,00		
<b>Total</b>				<b>216.512.322,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Receitas Segundo Categoria Econômica  
LDO: 2020 códigoPpa: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
100000000000000000	Receitas correntes			240.950.002,00
110000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria		74.509.400,00	
111000000000000000	Impostos	63.244.000,00		
112000000000000000	Taxas	11.245.100,00		
113000000000000000	Contribuição de melhoria	20.300,00		
120000000000000000	Contribuições		7.750.000,00	
124000000000000000	Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	7.750.000,00		
130000000000000000	Receita patrimonial		641.702,00	
131000000000000000	Exploração do patrimônio imobiliário do estado	225.000,00		
132000000000000000	Valores mobiliários	416.702,00		
140000000000000000	Receita agropecuária		5.000,00	
160000000000000000	Receita de serviços		355.000,00	
161000000000000000	Serviços administrativos e comerciais gerais	355.000,00		
170000000000000000	Transferências correntes		137.439.500,00	
171000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	41.790.000,00		
172000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	57.799.500,00		
175000000000000000	Transferências de outras instituições públicas	37.850.000,00		
190000000000000000	Outras receitas correntes		20.249.400,00	
191000000000000000	Multas administrativas, contratuais e judiciais	3.999.500,00		
192000000000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos	200.000,00		
199000000000000000	Demais receitas correntes	16.049.900,00		
200000000000000000	Receitas de capital			48.468.498,00
210000000000000000	Operações de crédito		35.000.000,00	
211000000000000000	Operações de crédito - mercado interno	35.000.000,00		
220000000000000000	Alienação de bens		59.000,00	
221000000000000000	Alienação de bens móveis	49.000,00		
222000000000000000	Alienação de bens imóveis	10.000,00		
240000000000000000	Transferências de capital		13.409.498,00	
241000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	12.039.999,00		
242000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	1.369.499,00		
100000000000000000	Receitas correntes			(18.190.000,00)
170000000000000000	Transferências correntes		(18.190.000,00)	
171000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	(6.870.000,00)		
172000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	(11.320.000,00)		
<b>Total</b>				<b>271.228.500,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo  
Ano: 2020

Pág 1 / 1

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
4	Administração	62	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário
		122	Administracao Geral
		125	Normatização e Fiscalização
		128	Formação de Recursos Humanos
		131	Comunicação Social
		244	Assistência Comunitária
6	Segurança Pública	122	Administracao Geral
		181	Policimento
		182	Defesa Civil
8	Assistência Social	243	Assistência à Criança e ao Adolescente
		244	Assistência Comunitária
12	Educação	306	Alimentação e Nutrição
		361	Ensino Fundamental
		365	Educação Infantil
		368	Educação Básica
15	Urbanismo	451	Infra-Estrutura Urbana
		452	Servicos Urbanos
16	Habitação	482	Habitacao Urbana
18	Gestão Ambiental	542	Controle Ambiental
20	Agricultura	606	Extensão Rural
23	Comércio e Serviços	695	Turismo
28	Encargos Especiais	843	Serviço da Dívida Interna
99	Reserva de Contingência	999	Reserva de contingência

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 5

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985

## 80 - SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO

### 001 - Diretoria Executiva de Governo

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	7.560.000,00	7.560.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	7.540.000,00	7.540.000,00
04.122.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	7.290.000,00	7.290.000,00
04.122.0002.2000	Pessoal e Encargos Sociais - Gestão de Governo	0,00	0,00	4.925.000,00	4.925.000,00
04.122.0002.2001	Manutenção da Secretaria de Gestão de Governo	0,00	0,00	2.365.000,00	2.365.000,00
04.122.0008	Capital de Oportunidades	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
04.122.0008.2097	Manutenção do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
04.125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
04.125.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
04.125.0002.2094	Manutenção do Procon	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
06	Segurança Pública	0,00	0,00	5.216.500,00	5.216.500,00
06.122	Administracao Geral	0,00	0,00	2.860.000,00	2.860.000,00
06.122.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	2.860.000,00	2.860.000,00
06.122.0002.2005	Manutenção da Divisão de Infrações de Trânsito	0,00	0,00	2.860.000,00	2.860.000,00
06.181	Policimento	0,00	0,00	1.395.500,00	1.395.500,00
06.181.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	1.245.500,00	1.245.500,00
06.181.0002.2003	Manutenção Trânsito - Polícia Civil	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
06.181.0002.2004	Manutenção Trânsito - Polícia Militar	0,00	0,00	645.500,00	645.500,00
06.181.0003	Cidade Segura	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
06.181.0003.2006	Manutenção da Divisão da Guarda Municipal	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
06.182	Defesa Civil	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182.0003	Cidade Segura	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182.0003.2002	Manutenção do Departamento de Coordenação da Defesa	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
06.182.0003.2007	Manutenção do Fundo de Defesa Civil	0,00	0,00	911.000,00	911.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	12.776.500,00	12.776.500,00

### 002 - Diretoria Executiva de Comunicação

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	308.000,00	308.000,00
04.131	Comunicação Social	0,00	0,00	308.000,00	308.000,00
04.131.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	308.000,00	308.000,00
04.131.0002.2008	Manutenção da Diretoria Executiva de Comunicação	0,00	0,00	308.000,00	308.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	308.000,00	308.000,00

### 003 - Diretoria Técnica de Gestão do Governo

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
04.122.0002	Gestão para Resultados	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
04.122.0002.1000	Devolução de Convênios	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
Total Unidade		0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
Total Órgão		0,00	750.000,00	13.084.500,00	13.834.500,00

## 81 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

### 001 - Procuradoria Geral

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	2.000.000,00	0,00	1.631.000,00	3.631.000,00
04.062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
04.062.0013	Eficiência Administrativa	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
04.062.0013.0001	Operação Especial - Indenização, Ressarcimentos, Sentença	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	1.631.000,00	1.631.000,00
04.122.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	1.631.000,00	1.631.000,00
04.122.0013.2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	315.000,00	315.000,00
04.122.0013.2010	Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Geral	0,00	0,00	1.304.000,00	1.304.000,00
04.122.0013.2086	FUNPRO-Fundo de Manutenção, Reparelhamento e Modernização	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
Total Unidade		2.000.000,00	0,00	1.631.000,00	3.631.000,00
Total Órgão		2.000.000,00	0,00	1.631.000,00	3.631.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 5

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

## 82 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

### 001 - Diretoria Técnica de Fazenda

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00
06.181	Policimento	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00
06.181.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00
06.181.0013.2011	Manutenção do Funrebom	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00
28	Encargos Especiais	6.400.000,00	0,00	0,00	6.400.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	6.400.000,00	0,00	0,00	6.400.000,00
28.843.0013	Eficiência Administrativa	6.400.000,00	0,00	0,00	6.400.000,00
28.843.0013.0002	Pagamento da Dívida Fundada Interna	6.400.000,00	0,00	0,00	6.400.000,00
Total Unidade		6.400.000,00	0,00	700.000,00	7.100.000,00

### 002 - Diretoria Técnica de Administração

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	20.561.430,00	20.561.430,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	20.471.430,00	20.471.430,00
04.122.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	20.471.430,00	20.471.430,00
04.122.0013.2012	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	0,00	0,00	9.635.190,00	9.635.190,00
04.122.0013.2013	Pessoal e Encargos Sociais - Administração e Fazenda	0,00	0,00	10.760.000,00	10.760.000,00
04.122.0013.2015	Programa Qualidade de Vida no Trabalho	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
04.122.0013.2016	Consórcio de Informática na Gestão Pública	0,00	0,00	26.240,00	26.240,00
04.128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00
04.128.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00
04.128.0013.2014	Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipais	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	20.561.430,00	20.561.430,00
Total Órgão		6.400.000,00	0,00	21.261.430,00	27.661.430,00

## 83 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

### 001 - Departamento de Desenvolvimento Econômico

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	995.000,00	995.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	995.000,00	995.000,00
04.122.0008	Capital de Oportunidades	0,00	0,00	995.000,00	995.000,00
04.122.0008.2017	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
04.122.0008.2018	Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	695.000,00	695.000,00
04.122.0008.2104	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	995.000,00	995.000,00

### 002 - Departamento de Turismo e Eventos

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
23	Comércio e Serviços	0,00	585.000,00	450.000,00	1.035.000,00
23.695	Turismo	0,00	585.000,00	450.000,00	1.035.000,00
23.695.0008	Capital de Oportunidades	0,00	585.000,00	450.000,00	1.035.000,00
23.695.0008.1023	Ampliação e Reforma do Centro de Eventos	0,00	565.000,00	0,00	565.000,00
23.695.0008.1024	Promoção e Realização de Eventos - Federal	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
23.695.0008.1025	Promoção e Realização de Eventos - Estadual	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
23.695.0008.2019	Manutenção do Departamento de Turismo e Eventos	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
23.695.0008.2020	Promoção e Realização de Eventos	0,00	0,00	350.000,00	350.000,00
Total Unidade		0,00	585.000,00	450.000,00	1.035.000,00
Total Órgão		0,00	585.000,00	1.445.000,00	2.030.000,00

## 84 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### 001 - Departamento de Assistência Social

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
04.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
04.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
04.244.0009.2022	Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência e De	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
08	Assistência Social	0,00	0,00	4.998.000,00	4.998.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	243.000,00	243.000,00
08.243.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	243.000,00	243.000,00
08.243.0009.2021	Conselho Tutelar	0,00	0,00	243.000,00	243.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 3 / 5

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

## 84 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

### 001 - Departamento de Assistência Social

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	4.755.000,00	4.755.000,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	4.755.000,00	4.755.000,00
08.244.0009.2023	Pessoal e Encargos Sociais - Assistência e Desenvolvimento	0,00	0,00	4.755.000,00	4.755.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	5.148.000,00	5.148.000,00

### 002 - Departamento de Habitação

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
16	Habitação	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
16.482	Habitacao Urbana	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
16.482.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
16.482.0009.2024	Manutenção do Fundo de Habitação	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
Total Órgão		0,00	0,00	5.248.000,00	5.248.000,00

## 85 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### 001 - Diretoria Técnica de Educação

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	0,00	0,00	420.000,00	420.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	0,00	420.000,00	420.000,00
04.122.0007	Educação de Oportunidades	0,00	0,00	420.000,00	420.000,00
04.122.0007.2025	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	0,00	0,00	420.000,00	420.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	420.000,00	420.000,00

### 002 - Secretária Municipal de Educação

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação	0,00	4.750.000,00	75.507.020,00	80.257.020,00
12.306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	3.325.000,00	3.325.000,00
12.306.0007	Educação de Oportunidades	0,00	0,00	3.325.000,00	3.325.000,00
12.306.0007.2026	Programa de Alimentação do Ensino Infantil	0,00	0,00	1.029.000,00	1.029.000,00
12.306.0007.2027	Programa de Alimentação do Ensino Fundamental	0,00	0,00	1.039.000,00	1.039.000,00
12.306.0007.2028	Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental -	0,00	0,00	360.000,00	360.000,00
12.306.0007.2030	Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches -	0,00	0,00	555.000,00	555.000,00
12.306.0007.2031	Programa Nacional de Alimentação Pré-Escola - PNAPE	0,00	0,00	335.000,00	335.000,00
12.306.0007.2032	Programa Alimentação Escolar Especial	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	4.750.000,00	25.266.000,00	30.016.000,00
12.361.0007	Educação de Oportunidades	0,00	4.750.000,00	25.266.000,00	30.016.000,00
12.361.0007.1056	Construção e Ampliação de Centros de Educação	0,00	4.450.000,00	0,00	4.450.000,00
12.361.0007.1058	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
12.361.0007.2034	Transporte Escolar Educação Básica	0,00	0,00	2.900.000,00	2.900.000,00
12.361.0007.2035	Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado	0,00	0,00	800.000,00	800.000,00
12.361.0007.2036	Transporte Escolar Ensino Fundamental - PNATE	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
12.361.0007.2037	Manutenção do Ensino Fundamental	0,00	0,00	1.250.000,00	1.250.000,00
12.361.0007.2039	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	0,00	0,00	17.451.000,00	17.451.000,00
12.361.0007.2042	Manutenção do Departamento Administrativo	0,00	0,00	2.835.000,00	2.835.000,00
12.365	Educação Infantil	0,00	0,00	46.916.020,00	46.916.020,00
12.365.0007	Educação de Oportunidades	0,00	0,00	46.916.020,00	46.916.020,00
12.365.0007.2038	Manutenção do Ensino Infantil	0,00	0,00	3.670.000,00	3.670.000,00
12.365.0007.2040	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil	0,00	0,00	43.246.020,00	43.246.020,00
Total Unidade		0,00	4.750.000,00	75.507.020,00	80.257.020,00
Total Órgão		0,00	4.750.000,00	75.927.020,00	80.677.020,00

## 86 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

### 007 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	47.973.572,00	13.405.000,00	61.378.572,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	43.184.572,00	5.605.000,00	48.789.572,00
15.451.0004	Mobilidade Urbana Eficiente	0,00	40.144.572,00	2.500.000,00	42.644.572,00
15.451.0004.1032	Pavimentação de Ruas, execução de galerias	0,00	5.550.000,00	0,00	5.550.000,00
15.451.0004.1034	Construção e Revitalização de Praças e Parques	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
15.451.0004.1071	Pavimentação Rio do Sul x Presidente Getúlio	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 4 / 5

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

## 86 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

### 007 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15.451.0004.1072	Contrapartida de Convênios	0,00	2.423.572,00	0,00	2.423.572,00
15.451.0004.1078	Pavimentação de Vias - FINISA	0,00	10.211.000,00	0,00	10.211.000,00
15.451.0004.1083	BRDE/Avançar Cidades	0,00	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00
15.451.0004.1084	Obras de Arte Especiais, Ciclovias e Passarelas	0,00	950.000,00	0,00	950.000,00
15.451.0004.2096	Pavimentação Comunitária	0,00	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00
15.451.0005	Planejando o Futuro	0,00	3.040.000,00	3.105.000,00	6.145.000,00
15.451.0005.1001	Desapropriação de Imóveis	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
15.451.0005.1085	Muros de Contenção e Estabilização de Encostas	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
15.451.0005.1086	Reforma e Construção de Edificações	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
15.451.0005.2043	Manutenção da Diretoria Executiva de Planejamento	0,00	0,00	400.000,00	400.000,00
15.451.0005.2044	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Planejamento	0,00	0,00	2.705.000,00	2.705.000,00
15.452	Serviços Urbanos	0,00	4.789.000,00	7.800.000,00	12.589.000,00
15.452.0004	Mobilidade Urbana Eficiente	0,00	4.789.000,00	0,00	4.789.000,00
15.452.0004.1079	Aquisição de Maquinas, Implementos e Veículos Pesados -	0,00	4.789.000,00	0,00	4.789.000,00
15.452.0006	Recicla Rio do Sul	0,00	0,00	7.800.000,00	7.800.000,00
15.452.0006.2045	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos	0,00	0,00	7.800.000,00	7.800.000,00
17	Saneamento	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512.0008	Capital de Oportunidades	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512.0008.2099	Manutenção do Fundo de Saneamento Básico	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542	Controle Ambiental	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542.0005	Planejando o Futuro	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542.0005.2090	Manutenção do Fundo do Meio Ambiente	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
Total Unidade		0,00	47.973.572,00	13.532.000,00	61.505.572,00
Total Órgão		0,00	47.973.572,00	13.532.000,00	61.505.572,00

## 93 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA

### 002 - Secretaria Municipal de Obras e Agricultura

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo	0,00	0,00	19.615.000,00	19.615.000,00
15.452	Serviços Urbanos	0,00	0,00	19.615.000,00	19.615.000,00
15.452.0004	Mobilidade Urbana Eficiente	0,00	0,00	19.615.000,00	19.615.000,00
15.452.0004.2048	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	0,00	0,00	7.750.000,00	7.750.000,00
15.452.0004.2100	Manutenção da Secretaria de Obras	0,00	0,00	6.700.000,00	6.700.000,00
15.452.0004.2101	Pessoal e Encargos Sociais - Obras	0,00	0,00	5.165.000,00	5.165.000,00
Total Unidade		0,00	0,00	19.615.000,00	19.615.000,00

### 003 - Diretoria Executiva de Agropecuária

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	Agricultura	0,00	380.000,00	1.919.800,00	2.299.800,00
20.606	Extensão Rural	0,00	20.000,00	1.919.800,00	1.939.800,00
20.606.0005	Planejando o Futuro	0,00	10.000,00	1.919.800,00	1.929.800,00
20.606.0005.1028	Desenvolvimento Pecuário	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
20.606.0005.2095	Consórcio CIM - AMAVI - SUASA	0,00	0,00	4.800,00	4.800,00
20.606.0005.2102	Manutenção da Diretoria Executiva de Agricultura	0,00	0,00	525.000,00	525.000,00
20.606.0005.2103	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Agricultura	0,00	0,00	1.390.000,00	1.390.000,00
20.606.0008	Capital de Oportunidades	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
20.606.0008.1027	Aquisição de Máquinas - Federal	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	0,00	360.000,00	0,00	360.000,00
20.608.0008	Capital de Oportunidades	0,00	360.000,00	0,00	360.000,00
20.608.0008.1082	Promoção e Realização da Agrovale	0,00	360.000,00	0,00	360.000,00
Total Unidade		0,00	380.000,00	1.919.800,00	2.299.800,00
Total Órgão		0,00	380.000,00	21.534.800,00	21.914.800,00

## 99 - RESERVA DE CONTINGENCIA

### 001 - Reserva de Contingencia - Prefeitura

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
99.999	Reserva de contingência	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPI v.2013.01

Identificador: WPL671101-051-GOHLJG-306319434 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:43:54 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 5 / 5

Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

**99 - RESERVA DE CONTINGENCIA****001 - Reserva de Contingencia - Prefeitura**

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
99.999.0013	Eficiência Administrativa	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
99.999.0013.9010	Reserva de Contingência - Prefeitura	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>10.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>10.000,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>8.410.000,00</b>	<b>54.438.572,00</b>	<b>153.663.750,00</b>	<b>216.512.322,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 4

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração	2.000.000,00	750.000,00	31.625.430,00	34.375.430,00
04.062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
04.062.0013	Eficiência Administrativa	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
04.062.0013.0001	Operação Especial - Indenização, Ressarcimentos, Senten	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00
04.122	Administracao Geral	0,00	750.000,00	31.057.430,00	31.807.430,00
04.122.0002	Gestão para Resultados	0,00	750.000,00	7.290.000,00	8.040.000,00
04.122.0002.1000	Devolução de Convênios	0,00	750.000,00	0,00	750.000,00
04.122.0002.2000	Pessoal e Encargos Sociais - Gestão de Governo	0,00	0,00	4.925.000,00	4.925.000,00
04.122.0002.2001	Manutenção da Secretaria de Gestão de Governo	0,00	0,00	2.365.000,00	2.365.000,00
04.122.0007	Educação de Oportunidades	0,00	0,00	420.000,00	420.000,00
04.122.0007.2025	Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação	0,00	0,00	420.000,00	420.000,00
04.122.0008	Capital de Oportunidades	0,00	0,00	1.245.000,00	1.245.000,00
04.122.0008.2017	Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00
04.122.0008.2018	Pessoal e Encargos Sociais - Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	695.000,00	695.000,00
04.122.0008.2097	Manutenção do Centro de Atendimento ao Cidadão - CAC	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
04.122.0008.2104	Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
04.122.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	22.102.430,00	22.102.430,00
04.122.0013.2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	315.000,00	315.000,00
04.122.0013.2010	Pessoal e Encargos Sociais - Procuradoria Geral	0,00	0,00	1.304.000,00	1.304.000,00
04.122.0013.2012	Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda	0,00	0,00	9.635.190,00	9.635.190,00
04.122.0013.2013	Pessoal e Encargos Sociais - Administração e Fazenda	0,00	0,00	10.760.000,00	10.760.000,00
04.122.0013.2015	Programa Qualidade de Vida no Trabalho	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
04.122.0013.2016	Consórcio de Informática na Gestão Pública	0,00	0,00	26.240,00	26.240,00
04.122.0013.2086	FUNPRO-Fundo de Manutenção, Reparelhamento e Mode	0,00	0,00	12.000,00	12.000,00
04.125	Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
04.125.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
04.125.0002.2094	Manutenção do Procon	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00
04.128	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00
04.128.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00
04.128.0013.2014	Capacitação Permanente dos Servidores Públicos Municipa	0,00	0,00	90.000,00	90.000,00
04.131	Comunicação Social	0,00	0,00	308.000,00	308.000,00
04.131.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	308.000,00	308.000,00
04.131.0002.2008	Manutenção da Diretoria Executiva de Comunicação	0,00	0,00	308.000,00	308.000,00
04.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
04.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
04.244.0009.2022	Manutenção do Gabinete do Secretário de Assistência e De	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
06	Segurança Pública	0,00	0,00	5.916.500,00	5.916.500,00
06.122	Administracao Geral	0,00	0,00	2.860.000,00	2.860.000,00
06.122.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	2.860.000,00	2.860.000,00
06.122.0002.2005	Manutenção da Divisão de Infrações de Trânsito	0,00	0,00	2.860.000,00	2.860.000,00
06.181	Policimento	0,00	0,00	2.095.500,00	2.095.500,00
06.181.0002	Gestão para Resultados	0,00	0,00	1.245.500,00	1.245.500,00
06.181.0002.2003	Manutenção Trânsito - Polícia Civil	0,00	0,00	600.000,00	600.000,00
06.181.0002.2004	Manutenção Trânsito - Polícia Militar	0,00	0,00	645.500,00	645.500,00
06.181.0003	Cidade Segura	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
06.181.0003.2006	Manutenção da Divisão da Guarda Municipal	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
06.181.0013	Eficiência Administrativa	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00
06.181.0013.2011	Manutenção do Funrebom	0,00	0,00	700.000,00	700.000,00
06.182	Defesa Civil	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182.0003	Cidade Segura	0,00	0,00	961.000,00	961.000,00
06.182.0003.2002	Manutenção do Departamento de Coordenação da Defesa	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00
06.182.0003.2007	Manutenção do Fundo de Defesa Civil	0,00	0,00	911.000,00	911.000,00
08	Assistência Social	0,00	0,00	4.998.000,00	4.998.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	243.000,00	243.000,00
08.243.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	243.000,00	243.000,00
08.243.0009.2021	Conselho Tutelar	0,00	0,00	243.000,00	243.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	4.755.000,00	4.755.000,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	4.755.000,00	4.755.000,00
08.244.0009.2023	Pessoal e Encargos Sociais - Assistência e Desenvolvimen	0,00	0,00	4.755.000,00	4.755.000,00





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 2 / 4

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação	0,00	4.750.000,00	75.507.020,00	80.257.020,00
12.306	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	3.325.000,00	3.325.000,00
12.306.0007	Educação de Oportunidades	0,00	0,00	3.325.000,00	3.325.000,00
12.306.0007.2026	Programa de Alimentação do Ensino Infantil	0,00	0,00	1.029.000,00	1.029.000,00
12.306.0007.2027	Programa de Alimentação do Ensino Fundamental	0,00	0,00	1.039.000,00	1.039.000,00
12.306.0007.2028	Programa Nacional de Alimentação Escolar Fundamental -	0,00	0,00	360.000,00	360.000,00
12.306.0007.2030	Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creches -	0,00	0,00	555.000,00	555.000,00
12.306.0007.2031	Programa Nacional de Alimentação Pré-Escola - PNAPE	0,00	0,00	335.000,00	335.000,00
12.306.0007.2032	Programa Alimentação Escolar Especial	0,00	0,00	7.000,00	7.000,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	4.750.000,00	25.266.000,00	30.016.000,00
12.361.0007	Educação de Oportunidades	0,00	4.750.000,00	25.266.000,00	30.016.000,00
12.361.0007.1056	Construção e Ampliação de Centros de Educação	0,00	4.450.000,00	0,00	4.450.000,00
12.361.0007.1058	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
12.361.0007.2034	Transporte Escolar Educação Básica	0,00	0,00	2.900.000,00	2.900.000,00
12.361.0007.2035	Transporte Escolar Ensino Fundamental - Estado	0,00	0,00	800.000,00	800.000,00
12.361.0007.2036	Transporte Escolar Ensino Fundamental - PNATE	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00
12.361.0007.2037	Manutenção do Ensino Fundamental	0,00	0,00	1.250.000,00	1.250.000,00
12.361.0007.2039	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Fundamental	0,00	0,00	17.451.000,00	17.451.000,00
12.361.0007.2042	Manutenção do Departamento Administrativo	0,00	0,00	2.835.000,00	2.835.000,00
12.365	Educação Infantil	0,00	0,00	46.916.020,00	46.916.020,00
12.365.0007	Educação de Oportunidades	0,00	0,00	46.916.020,00	46.916.020,00
12.365.0007.2038	Manutenção do Ensino Infantil	0,00	0,00	3.670.000,00	3.670.000,00
12.365.0007.2040	Pessoal e Encargos Sociais - Ensino Infantil	0,00	0,00	43.246.020,00	43.246.020,00
15	Urbanismo	0,00	47.973.572,00	33.020.000,00	80.993.572,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	0,00	43.184.572,00	5.605.000,00	48.789.572,00
15.451.0004	Mobilidade Urbana Eficiente	0,00	40.144.572,00	2.500.000,00	42.644.572,00
15.451.0004.1032	Pavimentação de Ruas, execução de galerias	0,00	5.550.000,00	0,00	5.550.000,00
15.451.0004.1034	Construção e Revitalização de Praças e Parques	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
15.451.0004.1071	Pavimentação Rio do Sul x Presidente Getúlio	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
15.451.0004.1072	Contrapartida de Convênios	0,00	2.423.572,00	0,00	2.423.572,00
15.451.0004.1078	Pavimentação de Vias - FINISA	0,00	10.211.000,00	0,00	10.211.000,00
15.451.0004.1083	BRDE/Avançar Cidades	0,00	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00
15.451.0004.1084	Obras de Arte Especiais, Ciclovias e Passarelas	0,00	950.000,00	0,00	950.000,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 3 / 4

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
15.451.0004.2096	Pavimentação Comunitária	0,00	0,00	2.500.000,00	2.500.000,00
15.451.0005	Planejando o Futuro	0,00	3.040.000,00	3.105.000,00	6.145.000,00
15.451.0005.1001	Desapropriação de Imóveis	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00
15.451.0005.1085	Muros de Contenção e Estabilização de Encostas	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
15.451.0005.1086	Reforma e Construção de Edificações	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
15.451.0005.2043	Manutenção da Diretoria Executiva de Planejamento	0,00	0,00	400.000,00	400.000,00
15.451.0005.2044	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Planejamento	0,00	0,00	2.705.000,00	2.705.000,00
15.452	Serviços Urbanos	0,00	4.789.000,00	27.415.000,00	32.204.000,00
15.452.0004	Mobilidade Urbana Eficiente	0,00	4.789.000,00	19.615.000,00	24.404.000,00
15.452.0004.1079	Aquisição de Maquinas, Implementos e Veículos Pesados -	0,00	4.789.000,00	0,00	4.789.000,00
15.452.0004.2048	Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública	0,00	0,00	7.750.000,00	7.750.000,00
15.452.0004.2100	Manutenção da Secretaria de Obras	0,00	0,00	6.700.000,00	6.700.000,00
15.452.0004.2101	Pessoal e Encargos Sociais - Obras	0,00	0,00	5.165.000,00	5.165.000,00
15.452.0006	Recicla Rio do Sul	0,00	0,00	7.800.000,00	7.800.000,00
15.452.0006.2045	Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos	0,00	0,00	7.800.000,00	7.800.000,00
16	Habitação	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
16.482	Habitacao Urbana	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
16.482.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
16.482.0009.2024	Manutenção do Fundo de Habitação	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
17	Saneamento	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512.0008	Capital de Oportunidades	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512.0008.2099	Manutenção do Fundo de Saneamento Básico	0,00	0,00	2.000,00	2.000,00
18	Gestão Ambiental	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542	Controle Ambiental	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542.0005	Planejando o Futuro	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542.0005.2090	Manutenção do Fundo do Meio Ambiente	0,00	0,00	125.000,00	125.000,00
20	Agricultura	0,00	380.000,00	1.919.800,00	2.299.800,00
20.606	Extensão Rural	0,00	20.000,00	1.919.800,00	1.939.800,00
20.606.0005	Planejando o Futuro	0,00	10.000,00	1.919.800,00	1.929.800,00
20.606.0005.1028	Desenvolvimento Pecuário	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
20.606.0005.2095	Consórcio CIM - AMAVI - SUASA	0,00	0,00	4.800,00	4.800,00
20.606.0005.2102	Manutenção da Diretoria Executiva de Agricultura	0,00	0,00	525.000,00	525.000,00
20.606.0005.2103	Pessoal e Encargos Sociais - Diretoria de Agricultura	0,00	0,00	1.390.000,00	1.390.000,00
20.606.0008	Capital de Oportunidades	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
20.606.0008.1027	Aquisição de Máquinas - Federal	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	0,00	360.000,00	0,00	360.000,00
20.608.0008	Capital de Oportunidades	0,00	360.000,00	0,00	360.000,00
20.608.0008.1082	Promoção e Realização da Agrovale	0,00	360.000,00	0,00	360.000,00
23	Comércio e Serviços	0,00	585.000,00	450.000,00	1.035.000,00
23.695	Turismo	0,00	585.000,00	450.000,00	1.035.000,00
23.695.0008	Capital de Oportunidades	0,00	585.000,00	450.000,00	1.035.000,00
23.695.0008.1023	Ampliação e Reforma do Centro de Eventos	0,00	565.000,00	0,00	565.000,00
23.695.0008.1024	Promoção e Realização de Eventos - Federal	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
23.695.0008.1025	Promoção e Realização de Eventos - Estadual	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
23.695.0008.2019	Manutenção do Departamento de Turismo e Eventos	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
23.695.0008.2020	Promoção e Realização de Eventos	0,00	0,00	350.000,00	350.000,00
28	Encargos Especiais	6.400.000,00	0,00	0,00	6.400.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	6.400.000,00	0,00	0,00	6.400.000,00
28.843.0013	Eficiência Administrativa	6.400.000,00	0,00	0,00	6.400.000,00
28.843.0013.0002	Pagamento da Dívida Fundada Interna	6.400.000,00	0,00	0,00	6.400.000,00
99	Reserva de Contingência	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
99.999	Reserva de contingência	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
99.999.0013	Eficiência Administrativa	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
99.999.0013.9010	Reserva de Contingência - Prefeitura	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>8.410.000,00</b>	<b>54.438.572,00</b>	<b>153.663.750,00</b>	<b>216.512.322,00</b>

\_\_\_\_\_  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 4 / 4

CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 2

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
04	Administração	34.283.430,00	92.000,00	34.375.430,00
04.062	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
04.062.0013	Eficiência Administrativa	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
04.122	Administracao Geral	31.735.430,00	72.000,00	31.807.430,00
04.122.0002	Gestão para Resultados	8.040.000,00	0,00	8.040.000,00
04.122.0007	Educação de Oportunidades	420.000,00	0,00	420.000,00
04.122.0008	Capital de Oportunidades	1.245.000,00	0,00	1.245.000,00
04.122.0013	Eficiência Administrativa	22.030.430,00	72.000,00	22.102.430,00
04.125	Normatização e Fiscalização	0,00	20.000,00	20.000,00
04.125.0002	Gestão para Resultados	0,00	20.000,00	20.000,00
04.128	Formação de Recursos Humanos	90.000,00	0,00	90.000,00
04.128.0013	Eficiência Administrativa	90.000,00	0,00	90.000,00
04.131	Comunicação Social	308.000,00	0,00	308.000,00
04.131.0002	Gestão para Resultados	308.000,00	0,00	308.000,00
04.244	Assistência Comunitária	150.000,00	0,00	150.000,00
04.244.0009	Ser Rio do Sul	150.000,00	0,00	150.000,00
06	Segurança Pública	247.000,00	5.669.500,00	5.916.500,00
06.122	Administracao Geral	50.000,00	2.810.000,00	2.860.000,00
06.122.0002	Gestão para Resultados	50.000,00	2.810.000,00	2.860.000,00
06.181	Policimento	147.000,00	1.948.500,00	2.095.500,00
06.181.0002	Gestão para Resultados	0,00	1.245.500,00	1.245.500,00
06.181.0003	Cidade Segura	147.000,00	3.000,00	150.000,00
06.181.0013	Eficiência Administrativa	0,00	700.000,00	700.000,00
06.182	Defesa Civil	50.000,00	911.000,00	961.000,00
06.182.0003	Cidade Segura	50.000,00	911.000,00	961.000,00
08	Assistência Social	4.998.000,00	0,00	4.998.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	243.000,00	0,00	243.000,00
08.243.0009	Ser Rio do Sul	243.000,00	0,00	243.000,00
08.244	Assistência Comunitária	4.755.000,00	0,00	4.755.000,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	4.755.000,00	0,00	4.755.000,00
12	Educação	2.068.000,00	78.189.020,00	80.257.020,00
12.306	Alimentação e Nutrição	2.068.000,00	1.257.000,00	3.325.000,00
12.306.0007	Educação de Oportunidades	2.068.000,00	1.257.000,00	3.325.000,00
12.361	Ensino Fundamental	0,00	30.016.000,00	30.016.000,00
12.361.0007	Educação de Oportunidades	0,00	30.016.000,00	30.016.000,00
12.365	Educação Infantil	0,00	46.916.020,00	46.916.020,00
12.365.0007	Educação de Oportunidades	0,00	46.916.020,00	46.916.020,00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 2 / 2

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
15	Urbanismo	27.433.572,00	53.560.000,00	80.993.572,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	8.068.572,00	40.721.000,00	48.789.572,00
15.451.0004	Mobilidade Urbana Eficiente	4.923.572,00	37.721.000,00	42.644.572,00
15.451.0005	Planejando o Futuro	3.145.000,00	3.000.000,00	6.145.000,00
15.452	Serviços Urbanos	19.365.000,00	12.839.000,00	32.204.000,00
15.452.0004	Mobilidade Urbana Eficiente	11.565.000,00	12.839.000,00	24.404.000,00
15.452.0006	Recicla Rio do Sul	7.800.000,00	0,00	7.800.000,00
16	Habitação	100.000,00	0,00	100.000,00
16.482	Habitacao Urbana	100.000,00	0,00	100.000,00
16.482.0009	Ser Rio do Sul	100.000,00	0,00	100.000,00
17	Saneamento	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	0,00	2.000,00	2.000,00
17.512.0008	Capital de Oportunidades	0,00	2.000,00	2.000,00
18	Gestão Ambiental	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542	Controle Ambiental	0,00	125.000,00	125.000,00
18.542.0005	Planejando o Futuro	0,00	125.000,00	125.000,00
20	Agricultura	2.279.800,00	20.000,00	2.299.800,00
20.606	Extensão Rural	1.919.800,00	20.000,00	1.939.800,00
20.606.0005	Planejando o Futuro	1.919.800,00	10.000,00	1.929.800,00
20.606.0008	Capital de Oportunidades	0,00	10.000,00	10.000,00
20.608	Promoção da Produção Agropecuária	360.000,00	0,00	360.000,00
20.608.0008	Capital de Oportunidades	360.000,00	0,00	360.000,00
23	Comércio e Serviços	515.000,00	520.000,00	1.035.000,00
23.695	Turismo	515.000,00	520.000,00	1.035.000,00
23.695.0008	Capital de Oportunidades	515.000,00	520.000,00	1.035.000,00
28	Encargos Especiais	6.400.000,00	0,00	6.400.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	6.400.000,00	0,00	6.400.000,00
28.843.0013	Eficiência Administrativa	6.400.000,00	0,00	6.400.000,00
99	Reserva de Contingência	10.000,00	0,00	10.000,00
99.999	Reserva de contingência	10.000,00	0,00	10.000,00
99.999.0013	Eficiência Administrativa	10.000,00	0,00	10.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>78.334.802,00</b>	<b>138.177.520,00</b>	<b>216.512.322,00</b>

\_\_\_\_\_  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021



ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Administração	Segurança Pública	Assistência Social	Educação	Urbanismo	Habituação
80 - SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO	8.618.000,00	5.216.500,00				
81 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	3.631.000,00					
82 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	20.561.430,00	700.000,00				
83 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	995.000,00					
84 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	150.000,00		4.998.000,00			100.000,00
85 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	420.000,00			80.257.020,00		
86 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA					61.378.572,00	
93 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA					19.615.000,00	
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA						
<b>Total</b>	<b>34.375.430,00</b>	<b>5.916.500,00</b>	<b>4.998.000,00</b>	<b>80.257.020,00</b>	<b>80.993.572,00</b>	<b>100.000,00</b>

Pág 2 / 2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021



Órgão	Saneamento	Gestão Ambiental	Agricultura	Comércio e Serviços	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	Total
80 - SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO							13.834.500,00
81 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO							3.631.000,00
82 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA					6.400.000,00		27.661.430,00
83 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO				1.035.000,00			2.030.000,00
84 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL							5.248.000,00
85 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							80.677.020,00
86 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	2.000,00	125.000,00					61.505.572,00
93 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E AGRICULTURA			2.299.800,00				21.914.800,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA						10.000,00	10.000,00
<b>Total</b>	<b>2.000,00</b>	<b>125.000,00</b>	<b>2.299.800,00</b>	<b>1.035.000,00</b>	<b>6.400.000,00</b>	<b>10.000,00</b>	<b>216.512.322,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41000000000000000000	Receitas correntes	54.836.476,49	60.015.378,07	64.497.628,50	2.883.000,00	84.714.800,00
41100000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	4.918,95	4.637,29	0,00	0,00	0,00
41110000000000000000	Impostos	4.918,95	4.637,29	0,00	0,00	0,00
41119000000000000000	Outros impostos	4.918,95	4.637,29	0,00	0,00	0,00
41119010000000000000	Outros impostos	4.918,95	4.637,29	0,00	0,00	0,00
41119011000000000000	Outros impostos	4.918,95	4.637,29	0,00	0,00	0,00
41119011100000000000	Outros impostos - principal	4.918,95	4.637,29	0,00	0,00	0,00
41300000000000000000	Receita patrimonial	166.020,96	171.221,88	56.000,33	0,00	0,00
41320000000000000000	Valores mobiliários	166.020,96	171.221,88	56.000,33	0,00	0,00
41321000000000000000	Juros e correções monetárias	166.020,96	171.221,88	56.000,33	0,00	0,00
41321001000000000000	Remuneração de depósitos bancários	166.020,96	171.221,88	56.000,33	0,00	0,00
41321001100000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal	166.020,96	171.221,88	56.000,33	0,00	0,00
41321001101000000000	Remuneração de depósitos bancários de recursos vinculados	166.020,96	171.221,88	54.972,73	0,00	0,00
41321001101030000000	Remuneração de depósitos bancários Saúde - Vinculados	166.020,96	171.221,88	54.972,73	0,00	0,00
41321001102000000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	0,00	0,00	1.027,60	0,00	0,00
41321001102030000000	Remuneração de depósitos bancários Saúde - Próprio	0,00	0,00	1.027,60	0,00	0,00
41700000000000000000	Transferências correntes	54.665.536,58	59.805.402,77	64.391.504,51	2.883.000,00	84.714.800,00
41710000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	53.989.819,44	58.837.769,09	12.550.226,48	0,00	81.114.200,00
41718000000000000000	Transferências da união - específica e/m	53.989.819,44	58.837.769,09	12.550.226,48	0,00	81.114.200,00
41718030000000000000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	53.989.819,44	58.837.769,09	12.550.226,48	0,00	78.814.200,00
41718031000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	51.204.876,62	55.720.870,93	0,00	0,00	7.996.200,00
41718031100000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica - Principal	51.204.876,62	55.720.870,93	0,00	0,00	7.996.200,00
41718032000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	653,60	40.376,71	0,00	0,00	66.850.000,00
41718032100000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Principal	653,60	40.376,71	0,00	0,00	66.850.000,00
41718033000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	407.000,00
41718033100000000000	Transferência de Recursos do SUS - Vigilância em Saúde - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	407.000,00
41718034000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
41718034100000000000	Transferência de Recursos do SUS - Assistência Farmacêutica - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
41718035000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	109.000,00
41718035100000000000	Transferência de Recursos do SUS - Gestão do SUS - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	109.000,00
41718039000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	2.784.289,22	3.076.521,45	12.550.226,48	0,00	2.952.000,00
41718039100000000000	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo - Principal	2.784.289,22	3.076.521,45	12.550.226,48	0,00	2.952.000,00
41718080000000000000	Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300.000,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01

Identificador: WPL841101-051-LOFYTW-305983035 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 10:17:15 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41718081000000000000	Transferências advindas de emendas parlamentares individuais	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300.000,00
41718081100000000000	Transferências advindas de emendas parlamentares individuais - principal	0,00	0,00	0,00	0,00	2.300.000,00
41720000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	611.231,30	917.109,04	51.841.278,03	2.883.000,00	3.600.600,00
41728000000000000000	Transferências dos estados - específica e/m	611.231,30	917.109,04	51.841.278,03	2.883.000,00	3.600.600,00
41728010000000000000	Participação na receita dos estados	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
41728019000000000000	Outras transferências dos estados	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
41728019100000000000	Outras transferências dos estados - principal	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
41728019101000000000	Outras transferências dos estados	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00
41728030000000000000	Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo	611.231,30	417.109,04	51.544.736,41	2.883.000,00	3.600.600,00
41728031000000000000	Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo	611.231,30	417.109,04	51.544.736,41	2.883.000,00	3.600.600,00
41728031100000000000	Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo - principal	611.231,30	417.109,04	51.544.736,41	2.883.000,00	3.600.600,00
41728031101000000000	Incentivo Hospitalar - Estadual	0,00	0,00	983.360,16	980.000,00	1.200.000,00
41728031102000000000	CEO Estadual	88.440,00	47.660,00	70.940,00	76.000,00	81.600,00
41728031103000000000	Farmácia Básica Estadual	232.241,30	189.749,04	646.392,07	520.000,00	640.000,00
41728031104000000000	Cirurgias Eletivas Gestão Plena - Estadual	0,00	0,00	49.352.344,18	120.000,00	120.000,00
41728031105000000000	NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família	0,00	0,00	66.000,00	72.000,00	112.000,00
41728031106000000000	Transferências Estaduais - Oncologia	0,00	0,00	0,00	620.000,00	650.000,00
41728031107000000000	Cofinanciamento Estadual	290.550,00	179.700,00	425.700,00	495.000,00	640.000,00
41728031108000000000	Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
41728031109000000000	Fms - Alto Vale Cir	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
41728031110000000000	Incentivo ao Sistema Prisional - Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	61.000,00
41728031111000000000	LRPD - Laboratório Regional de Prótese Dentária	0,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00
41728100000000000000	Transferência de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	296.541,62	0,00	0,00
41728109000000000000	Outras transferências de convênio dos estados	0,00	0,00	296.541,62	0,00	0,00
41728109100000000000	Outras transferências de convênio dos estados - principal	0,00	0,00	296.541,62	0,00	0,00
41730000000000000000	Transferências dos municípios e de suas entidades	64.485,84	50.524,64	0,00	0,00	0,00
41738000000000000000	Transferências dos municípios - específica e/m	64.485,84	50.524,64	0,00	0,00	0,00
41738010000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS	64.485,84	50.524,64	0,00	0,00	0,00
41738011000000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS	64.485,84	50.524,64	0,00	0,00	0,00
41738011100000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - principal	64.485,84	50.524,64	0,00	0,00	0,00
41900000000000000000	Outras receitas correntes	0,00	34.116,13	50.123,66	0,00	0,00
41920000000000000000	Indenizações, restituições e ressarcimentos	0,00	34.116,13	0,00	0,00	0,00
41922000000000000000	Restituições	0,00	34.116,13	0,00	0,00	0,00
41922990000000000000	Outras restituições	0,00	34.116,13	0,00	0,00	0,00
41922991000000000000	Outras restituições	0,00	34.116,13	0,00	0,00	0,00
41922991100000000000	Outras restituições - principal	0,00	34.116,13	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v.2013.01

Identificador: WPL841101-051-LOFYTW-305983035 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 10:17:15 -03:00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41990000000000000000	Demais receitas correntes	0,00	0,00	50.123,66	0,00	0,00
41990900000000000000	Outras receitas	0,00	0,00	50.123,66	0,00	0,00
41990910000000000000	Outras receitas - primárias	0,00	0,00	50.123,66	0,00	0,00
41990911000000000000	Outras receitas - primárias - principal	0,00	0,00	50.123,66	0,00	0,00
41990911020000000000	Outras receitas - primárias - Saúde	0,00	0,00	50.123,66	0,00	0,00
42000000000000000000	Receitas de capital	1.963.250,00	384.237,80	1.923.336,00	9.515.000,00	9.165.000,00
42200000000000000000	Alienação de bens	153.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42210000000000000000	Alienação de bens móveis	153.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42213000000000000000	Alienação de bens móveis e semoventes	153.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42213001000000000000	Alienação de bens móveis e semoventes - principal	153.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42400000000000000000	Transferências de capital	153.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42410000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	1.810.000,00	384.237,80	1.923.336,00	9.515.000,00	9.165.000,00
42418000000000000000	Transferências da união	1.810.000,00	384.237,80	1.923.336,00	8.820.000,00	8.485.000,00
42418030000000000000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	198.000,00	135.287,80	0,00	8.820.000,00	8.485.000,00
42418031000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Atenção Básica	198.000,00	135.287,80	0,00	0,00	0,00
42418031100000000000	Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - principal	198.000,00	135.287,80	0,00	0,00	0,00
42418100000000000000	Transferências de convênios da união e de suas entidades	1.612.000,00	248.950,00	1.923.336,00	8.820.000,00	8.485.000,00
42418101000000000000	Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS	1.612.000,00	248.950,00	1.923.336,00	8.820.000,00	8.485.000,00
42418101100000000000	Transferências de convênio da união para o sistema único de saúde - SUS - principal	1.612.000,00	248.950,00	1.923.336,00	8.820.000,00	8.485.000,00
42420000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	695.000,00	680.000,00
42428000000000000000	Transferências dos estados, distrito federal, e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	695.000,00	680.000,00
42428100000000000000	Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	695.000,00	680.000,00
42428101000000000000	Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	695.000,00	680.000,00
42428101100000000000	Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS - principal	0,00	0,00	0,00	695.000,00	680.000,00
42428101100000000000	SUBTOTAL (Plano Origem X Destino não cadastrado)	0,00	0,00	39.000,00	69.857.000,00	0,00
-	<b>Total Receita</b>	56.799.726,49	60.399.615,87	66.459.964,50	82.255.000,00	93.879.800,00
Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33000000000000000000	Despesas correntes	76.109.202,06	87.058.055,65	94.389.475,87	109.328.940,00	120.185.820,00
33100000000000000000	Pessoal e encargos sociais	15.625.869,97	17.860.127,39	19.092.017,31	23.769.000,00	26.101.940,00
33171000000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	0,00	0,00	4.480,00	7.000,00	6.720,00
33171700000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	0,00	0,00	4.480,00	0,00	0,00
33171700100000000000	Participação em consórcio público	0,00	0,00	4.480,00	0,00	0,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	13.992.616,73	16.346.584,20	16.960.672,65	20.460.000,00	21.733.580,00
33190040000000000000	Contratação por tempo determinado	579.407,33	851.660,89	400.289,93	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-LOFYTW-305983035 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 10:17:15 -03:00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33190049900000000000	Outros serviços temporários	579.407,33	851.660,89	400.289,93	0,00	0,00
33190080000000000000	Outros Benefícios Assistenciais	0,00	0,00	976,58	0,00	0,00
33190080300000000000	Auxílio-natalidade	0,00	0,00	976,58	0,00	0,00
33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	12.335.632,82	14.120.843,83	15.190.729,53	0,00	0,00
33190110700000000000	Vencimentos e salários	9.898.937,17	11.238.239,72	12.443.297,79	0,00	0,00
33190110500000000000	Incorporações	429.238,06	516.805,80	585.396,12	0,00	0,00
33190113100000000000	Gratificação por exercício de cargos	36.738,24	35.736,04	32.666,94	0,00	0,00
33190113300000000000	Gratificação por exercício de funções	20.201,73	34.785,38	53.512,10	0,00	0,00
33190113700000000000	Gratificação por tempo de serviço	756.490,52	793.666,73	857.963,96	0,00	0,00
33190114200000000000	Férias indenizadas	16.145,13	15.851,16	11.600,31	0,00	0,00
33190114300000000000	13º salário	856.628,95	980.999,87	972.418,72	0,00	0,00
33190114500000000000	Férias - abono constitucional	321.253,02	504.759,13	233.873,59	0,00	0,00
33190130000000000000	Obrigações patronais	748.375,07	825.069,96	669.684,55	0,00	0,00
33190130700000000000	FGTS	131.197,63	127.796,53	115.371,45	0,00	0,00
33190130200000000000	Contribuições previdenciárias - INSS	617.177,44	692.698,97	538.089,04	0,00	0,00
33190134000000000000	Encargos de pessoal requisitado de outros entes	0,00	4.574,46	16.224,06	0,00	0,00
33190160000000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	329.201,51	513.485,17	651.524,52	0,00	0,00
33190164400000000000	Serviços extraordinários	329.023,10	451.724,41	618.580,19	0,00	0,00
33190169900000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	178,41	61.760,76	32.944,33	0,00	0,00
33190960000000000000	Ressarcimento desp pessoal requisitado	0,00	35.524,35	47.467,54	0,00	0,00
33190960100000000000	Pessoal requisitado de outros órgãos	0,00	35.524,35	47.467,54	0,00	0,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	1.633.253,24	1.513.543,19	2.126.864,66	3.302.000,00	4.361.640,00
33191130000000000000	Obrigações patronais	1.633.253,24	1.513.543,19	2.126.864,66	0,00	0,00
33191131400000000000	Contribuição ao RPPS	1.633.253,24	1.506.589,99	2.126.864,66	0,00	0,00
33191134000000000000	Encargos de pessoal requisitado de outros entes	0,00	6.953,20	0,00	0,00	0,00
33200000000000000000	Juros e encargos da dívida	0,00	35.506,35	51.426,25	50.000,00	150.000,00
33290000000000000000	Aplicações diretas	0,00	35.506,35	51.426,25	50.000,00	150.000,00
33290219900000000000	Juros sobre a dívida por contrato	0,00	35.506,35	51.426,25	0,00	0,00
33300000000000000000	Outros juros da dívida contratada	0,00	35.506,35	51.426,25	0,00	0,00
33350000000000000000	Outras despesas correntes	60.483.332,09	69.162.421,91	75.246.032,31	85.509.940,00	93.933.880,00
33350390000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	24.202.884,33	29.752.646,29	30.058.997,06	29.105.875,00	34.720.000,00
33350395000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	20.198,79	0,00	0,00	0,00	0,00
33350410000000000000	Serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais	20.198,79	0,00	0,00	0,00	0,00
33350410200000000000	Contribuições	24.182.685,54	29.752.646,29	30.058.997,06	0,00	0,00
33350419900000000000	Despesas manutenção outras entidades direito privado	0,00	0,00	221.000,00	0,00	0,00
33371000000000000000	Outras contribuições	24.182.685,54	29.752.646,29	29.837.997,06	0,00	0,00
33371000000000000000	Transferências a consórcios públicos	0,00	0,00	1.120,00	2.000,00	1.680,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-LOFYTW-305983035 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 10:17:15 -03:00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33371700000000000000	Rateio pela participação em consórcio público	0,00	0,00	1.120,00	0,00
33371700100000000000	Participação em consórcio público	0,00	0,00	1.120,00	0,00
33390000000000000000	Aplicações diretas	36.280.447,76	39.409.775,62	44.785.736,46	55.782.065,00
33390040000000000000	Contratação por tempo determinado	135.851,54	212.464,21	235.051,95	0,00
33390049900000000000	Outros serviços temporários	135.851,54	212.464,21	235.051,95	0,00
33390080000000000000	Outros benefícios assistenciais	12.488,56	2.873,85	11.718,96	0,00
33390080100000000000	Auxílio - funeral	2.676,12	0,00	5.859,48	0,00
33390080300000000000	Auxílio - natalidade	9.812,44	2.873,85	5.859,48	0,00
33390140000000000000	Diárias - civil	86.420,92	130.318,62	105.281,42	0,00
33390141400000000000	Diárias no país - civil	86.420,92	130.318,62	105.281,42	0,00
33390160000000000000	Outras despesas variáveis-pessoal civil	3.880,36	8.746,00	23.252,69	0,00
33390169900000000000	Outras despesas variáveis - pessoal civil	3.880,36	8.746,00	23.252,69	0,00
33390180000000000000	Auxílio financeiro a estudantes	3.357,80	0,00	0,00	0,00
33390189900000000000	Outros auxílios financeiros a estudante	3.357,80	0,00	0,00	0,00
33390300000000000000	Material de consumo	1.294.560,33	1.411.445,20	1.540.342,44	0,00
33390300100000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos	237.883,06	225.967,09	277.045,47	0,00
33390300400000000000	Gás engarrafado	29.262,18	82.030,86	32.840,00	0,00
33390300700000000000	Gêneros de alimentação	140.738,10	59.224,95	94.807,34	0,00
33390300900000000000	Material farmacológico	2.623,10	12.892,18	358,00	0,00
33390301000000000000	Material odontológico	100.595,99	88.341,92	148.144,58	0,00
33390301100000000000	Material químico	240,00	2.554,78	1.132,00	0,00
33390301400000000000	Material educativo e esportivo	7.927,00	2.312,00	2.696,00	0,00
33390301500000000000	Material para festividades e homenagens	9.013,88	3.792,47	1.249,20	0,00
33390301600000000000	Material de expediente	58.453,20	67.556,20	118.457,47	0,00
33390301700000000000	Material de processamento de dados	17.877,35	48.312,03	28.655,02	0,00
33390301900000000000	Material de acondicionamento e embalagem	5.588,70	4.355,57	1.654,00	0,00
33390302000000000000	Material de cama, mesa e banho	21,20	4.115,92	3.623,50	0,00
33390302100000000000	Material de copa e cozinha	1.579,10	1.833,40	240,96	0,00
33390302200000000000	Material limpeza e produtos de higienização	52.089,51	188.612,16	194.043,94	0,00
33390302300000000000	Uniformes, tecidos e aviamentos	8.901,90	14.626,54	6.992,26	0,00
33390302400000000000	Material para manutenção bens imóveis	117.010,98	17.505,32	12.218,62	0,00
33390302500000000000	Material para manutenção de bens móveis	21.531,33	14.601,49	36.757,25	0,00
33390302600000000000	Material elétrico e eletrônico	30.752,41	13.058,12	13.806,64	0,00
33390302800000000000	Material de proteção e segurança	12.330,24	8.371,07	6.349,78	0,00
33390302900000000000	Material para áudio, vídeo e foto	0,00	349,00	0,00	0,00
33390303000000000000	Material para comunicações	0,00	0,00	1.079,70	0,00
33390303100000000000	Sementes, mudas de plantas e insumos	4.379,90	324,80	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-LOFYTW-305983035 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 10:17:15 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33390303500000000000	Material laboratorial	103.200,00	145.152,59	2.330,00	0,00	0,00
33390303600000000000	Material hospitalar	211.789,35	303.339,23	433.282,48	0,00	0,00
33390303900000000000	Material para manutenção de veículos	82.756,77	81.603,49	103.157,62	0,00	0,00
33390304100000000000	Material para utilização em gráfica	0,00	0,00	1.380,00	0,00	0,00
33390304200000000000	Ferramentas	518,27	832,59	0,00	0,00	0,00
33390304300000000000	Material para reabilitação profissional	1.435,40	0,00	0,00	0,00	0,00
33390304400000000000	Material de sinalização visual e afins	11.380,00	3.371,20	5.548,60	0,00	0,00
33390309000000000000	Outros materiais de consumo	24.681,41	16.408,23	12.492,01	0,00	0,00
33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	1.317.755,67	1.490.270,72	1.503.670,64	0,00	0,00
33390320200000000000	Medicamentos	1.314.982,46	1.391.528,53	1.432.250,92	0,00	0,00
33390320300000000000	Gêneros alimentícios	2.773,21	98.742,19	71.419,72	0,00	0,00
33390330000000000000	Passagens e despesas com locomoção	12.167,97	9.476,31	3.608,68	0,00	0,00
33390330100000000000	Passagens para o país	3.667,97	9.476,31	3.608,68	0,00	0,00
33390330500000000000	Locação veículo p/locomção - pessoa jurídica	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390350000000000000	Serviços de consultoria	0,00	19.800,00	26.474,16	0,00	0,00
33390359000000000000	Outros serviços de consultoria	0,00	19.800,00	26.474,16	0,00	0,00
33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	1.760.257,20	1.549.824,11	2.469.348,96	0,00	0,00
33390360600000000000	Serviços técnicos profissionais	28.738,80	47.086,05	50.524,92	0,00	0,00
33390360700000000000	Estagiários	64.857,87	0,00	0,00	0,00	0,00
33390361500000000000	Locação de imóveis	91.456,08	85.436,66	100.743,02	0,00	0,00
33390362000000000000	Manutenção e conservação de bens imóveis	0,00	0,00	1.409,28	0,00	0,00
33390362200000000000	Manutenção e conservação de bens imóveis	68.760,00	35.773,21	23.432,54	0,00	0,00
33390362500000000000	Serviços de limpeza e conservação	0,00	0,00	1.993,70	0,00	0,00
33390362700000000000	Serviços de comunicação em geral	7.472,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390362800000000000	Serviços de seleção e treinamento	3.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390363000000000000	Serviços médicos e odontológicos	1.450.984,28	1.357.903,19	2.290.395,50	0,00	0,00
33390363900000000000	Fretes e transportes de encomendas	5.749,40	3.695,00	0,00	0,00	0,00
33390369900000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	39.038,77	19.930,00	850,00	0,00	0,00
33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	30.026.040,69	33.080.647,30	37.268.222,69	0,00	0,00
33390390100000000000	Assinatura de periódicos e anuidades	5.643,75	6.255,00	6.352,00	0,00	0,00
33390390200000000000	Condomínios	3.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33390390500000000000	Serviços técnicos profissionais	33.301,11	85.439,96	82.942,08	0,00	0,00
33390390800000000000	Manutenção de software	4.222,94	1.598,08	0,00	0,00	0,00
33390391000000000000	Locação de imóveis	80.377,10	55.346,00	31.841,14	0,00	0,00
33390391100000000000	Locação de softwares	49.376,50	293.608,85	225.553,20	0,00	0,00
33390391200000000000	Locação de máquinas e equipamentos	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00
33390391400000000000	Locação bens móveis e outras naturezas intangíveis	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-LOFTW-305983035 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 10:17:15 -03:00

Pág 7 / 10

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33390391500000000000	Limpeza de veículos	0,00	357,00	0,00	0,00
33390391600000000000	Manutenção e conservação bens imóveis	32.566,22	47.148,06	92.462,50	0,00
33390391700000000000	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	35.375,38	46.475,15	158.056,90	0,00
33390391800000000000	Manutenção e conservação de veículos	42.961,04	50.024,59	41.896,61	0,00
33390392000000000000	Manutenção e conservação de bens móveis e outras naturezas intangíveis	0,00	731,00	0,00	0,00
33390392200000000000	Exposições, congressos e conferências	0,00	0,00	1.770,00	0,00
33390392300000000000	Festividades e homenagens	5.750,00	0,00	0,00	0,00
33390392400000000000	Serviços de confecção, manut e instalação de sinal visual e afins	9.500,00	480,00	1.300,00	0,00
33390392500000000000	Serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins	9.097,60	4.675,00	0,00	0,00
33390392700000000000	Locação de veículos para locomoção	6.552,76	39.148,76	136.370,79	0,00
33390392800000000000	Coleta de lixo e demais resíduos	44.686,82	60.073,76	76.480,89	0,00
33390393700000000000	Juros	1.183,55	0,00	0,00	0,00
33390394100000000000	Fornecimento de alimentação	3.100,00	0,00	0,00	0,00
33390394300000000000	Serviços de energia elétrica	19.458,86	22.338,08	23.284,95	0,00
33390394400000000000	Serviços de água e esgoto	3.232,12	7.311,77	22.979,38	0,00
33390394500000000000	Serviços de gás	54.726,60	83.446,36	110.495,06	0,00
33390394600000000000	Serviços domésticos	3.901,00	0,00	180,00	0,00
33390394700000000000	Serviços de comunicação em geral	0,00	0,00	13.174,84	0,00
33390394800000000000	Serviços de seleção e treinamento	32.334,00	36.089,58	18.039,20	0,00
33390394900000000000	Produções jornalísticas	0,00	7.600,00	0,00	0,00
33390395000000000000	Serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais	28.628.068,47	31.665.202,68	35.523.207,70	0,00
33390395900000000000	Serviços de áudio, vídeo e foto	0,00	8.270,05	595,92	0,00
33390396100000000000	Serviços de socorro e salvamento	0,00	0,00	6.860,00	0,00
33390396300000000000	Serviços gráficos e editoriais	39.479,20	55.734,80	85.386,44	0,00
33390396400000000000	Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	37.628,25	0,00
33390396700000000000	Serviços funerários	1.150,00	800,00	0,00	0,00
33390396900000000000	Seguros em geral	34.158,91	20.349,24	1.401,50	0,00
33390397000000000000	Confecção de uniformes, bandeiras e flâmulas	0,00	9.270,40	0,00	0,00
33390397100000000000	Confecção de material de acondicionamento e embalagem	2.925,00	0,00	0,00	0,00
33390397200000000000	Vale-transporte	134.601,00	85.250,00	90.640,00	0,00
33390397400000000000	Fretes e transportes de encomendas	10.633,25	12.107,00	50.240,22	0,00
33390397500000000000	Multas e Infrações de Transito	3.958,40	2.157,92	2.581,40	0,00
33390397700000000000	Vigilância ostensiva/monitorada	162.235,43	112.589,27	36.364,38	0,00
33390397800000000000	Limpeza e conservação	273.150,00	0,00	304.358,94	0,00
33390398000000000000	Hospedagens	2.547,22	1.138,10	0,00	0,00
33390398100000000000	Serviços bancários	16.952,50	9.873,40	9.355,75	0,00
33390398300000000000	Serviços cópias e reprodução de documentos	6.919,20	11.404,64	440,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-LOFTW-305983035 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 10:17:15 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33390398800000000000	Serviços de publicidade e propaganda	8.000,00	0,00	0,00	0,00
33390399000000000000	Serviços de publicidade legal	14.173,95	0,00	1.837,30	0,00
33390399600000000000	Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	15.505,91	11.992,21	7.079,17	0,00
33390399900000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	189.284,90	223.860,59	67.066,18	0,00
33390400000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	17.418,95	0,00
33390400500000000000	Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	356,35	0,00
33390400800000000000	Serviços técnicos profissionais de TIC	0,00	0,00	15.925,60	0,00
33390400900000000000	Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	0,00	0,00	100,00	0,00
33390409900000000000	Outros serviços de tecnologia da informação e comunicação	0,00	0,00	1.037,00	0,00
33390460000000000000	Auxílio-alimentação	747.822,58	874.069,12	925.051,70	0,00
33390460100000000000	Auxílio-alimentação em pecúnia	747.822,58	874.069,12	925.051,70	0,00
33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	351.119,37	336.472,87	485.947,10	0,00
33390470200000000000	Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU	8.973,69	2.600,48	1.314,51	0,00
33390471000000000000	Taxas	0,00	0,00	2.413,82	0,00
33390471800000000000	Contribuição previdenciária s/ serv. terceiros -pessoa física	342.145,68	333.872,39	480.588,32	0,00
33390479900000000000	Outras obrigações tributárias e contributivas	0,00	0,00	1.630,45	0,00
33390480000000000000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	0,00	38.966,82	78.000,00	0,00
33390480100000000000	Auxílio financeiro a pessoas físicas	0,00	38.966,82	78.000,00	0,00
33390910000000000000	Sentenças judiciais	406.804,90	0,00	0,00	0,00
33390919900000000000	Outras sentenças judiciais	406.804,90	0,00	0,00	0,00
33390920000000000000	Despesas de exercícios anteriores	121.919,87	244.400,49	92.174,12	0,00
33390923000000000000	Material de consumo	3.398,40	0,00	0,00	0,00
33390923900000000000	Serviços de terceiros - pessoa jurídica	45.589,80	244.400,49	92.174,12	0,00
33390925200000000000	Equipamentos e material permanente	54.970,25	0,00	0,00	0,00
33390929900000000000	Outras despesas de exercícios anteriores	17.961,42	0,00	0,00	0,00
33390930000000000000	Indenizações e restituições	0,00	0,00	172,00	0,00
33390930200000000000	Restituições	0,00	0,00	172,00	0,00
33393000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	0,00	0,00	400.178,79	620.000,00
33393320000000000000	Material de distribuição gratuita	0,00	0,00	400.178,79	0,00
33393320200000000000	Medicamentos	0,00	0,00	400.178,79	0,00
34000000000000000000	Despesas de capital	2.998.021,68	1.208.460,72	1.172.268,46	10.246.600,00
34400000000000000000	Investimentos	2.533.170,38	589.152,21	386.240,98	6.061.000,00
34490000000000000000	Aplicações diretas	2.533.170,38	589.152,21	386.240,98	6.061.000,00
34490300000000000000	Material de consumo	24.585,07	4.191,00	0,00	0,00
34490301000000000000	Material odontológico	132,00	0,00	0,00	0,00
34490301600000000000	Material de expediente	13.896,00	0,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-LOFYTW-305983035 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 10:17:15 -03:00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
3449030170000000000000	Material de Processamento de Dados	518,00	2.543,00	0,00	0,00
3449030220000000000000	Material limpeza e produtos de higienização	57,70	0,00	0,00	0,00
3449030260000000000000	Material elétrico e eletrônico	695,00	1.198,00	0,00	0,00
3449030360000000000000	Material hospitalar	9.286,37	0,00	0,00	0,00
3449030990000000000000	Outros materiais de consumo	0,00	450,00	0,00	0,00
3449039000000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	43,00	0,00	0,00	0,00
3449039810000000000000	Serviços Bancários	43,00	0,00	0,00	0,00
3449051000000000000000	Obras e instalações	867.766,42	74.337,58	160.973,14	0,00
3449051910000000000000	Obras em andamento	14.509,76	0,00	0,00	0,00
3449051980000000000000	Obras contratadas	853.256,66	74.337,58	136.987,01	0,00
3449051990000000000000	Outras obras e instalações	0,00	0,00	23.986,13	0,00
3449052000000000000000	Equipamentos e material permanente	527.681,47	510.623,63	225.267,84	0,00
3449052040000000000000	Aparelhos de medição e orientação	10.630,00	0,00	0,00	0,00
3449052060000000000000	Aparelhos e equipamentos de comunicação	2.812,50	1.398,00	0,00	0,00
3449052080000000000000	Aparelhos, equip., utens. médico-odontológicos, laboratoriais e hospitalares	115.444,34	435.187,65	8.154,91	0,00
3449052120000000000000	Aparelhos e utensílios domésticos	65.699,29	4.707,70	16.609,00	0,00
3449052240000000000000	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	3.248,00	0,00	1.369,00	0,00
3449052260000000000000	Instrumentos musicais e artísticos	0,00	0,00	229,90	0,00
3449052300000000000000	Máquinas e equipamentos energéticos	0,00	0,00	860,00	0,00
3449052330000000000000	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	23.400,00	2.218,90	7.322,98	0,00
3449052340000000000000	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	5.733,00	69,90	12.388,00	0,00
3449052350000000000000	Equipamentos de processamento de dados	65.044,00	4.790,00	17.764,35	0,00
3449052360000000000000	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	527,80	517,48	0,00	0,00
3449052380000000000000	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	3.150,00	0,00	16.238,00	0,00
3449052420000000000000	Mobiliário em geral	116.699,54	8.623,00	35.888,00	0,00
3449052480000000000000	Veículos diversos	103.500,00	0,00	0,00	0,00
3449052510000000000000	Peças não incorporáveis a imóveis	3.600,00	1.216,00	3.510,00	0,00
3449052520000000000000	Veículos de tração mecânica	0,00	51.500,00	0,00	0,00
3449052990000000000000	Outros equipamentos material permanente	8.193,00	395,00	104.933,70	0,00
3449061000000000000000	Aquisição de imóveis	1.074.030,42	0,00	0,00	0,00
3449061910000000000000	Obras em andamento	1.074.030,42	0,00	0,00	0,00
3449092000000000000000	Despesas de exercícios anteriores	39.064,00	0,00	0,00	0,00
3449092520000000000000	Equipamentos e material permanente	39.064,00	0,00	0,00	0,00
3460000000000000000000	Amortização da dívida	464.851,30	619.308,51	786.027,48	560.000,00
3469000000000000000000	Aplicações diretas	464.851,30	619.308,51	786.027,48	560.000,00
3469071000000000000000	Principal dívida contratual resgatado	464.851,30	619.308,51	786.027,48	0,00
3469071990000000000000	Outras amortizações da dívida contratada	464.851,30	619.308,51	786.027,48	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-LOFTW-305983035 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

12/09/2019 10:17:15 -03:00



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Análise da Evolução da Receita e Despesa  
Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL  
Tipo da Despesa: Empenhado

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
-	SUBTOTAL (Plano Origem X Destino não cadastrado)	44.755,92	49.858,82	0,00	0,00	0,00
<b>Total Despesa</b>		79.151.979,66	88.316.375,19	95.561.744,33	115.889.940,00	130.432.420,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

## Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receita Orçamentária	93.879.800,00	Despesas correntes	120.185.820,00
Receitas correntes	84.714.800,00	Pessoal e encargos sociais	26.101.940,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00	Juros e encargos da dívida	150.000,00
Contribuições	0,00	Outras despesas correntes	93.933.880,00
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	84.714.800,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Deduções da receita	0,00		
Receitas correntes	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>84.714.800,00</b>	<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>120.185.820,00</b>
<b>Déficit</b>	<b>35.471.020,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>
<b>Soma</b>	<b>120.185.820,00</b>	<b>Soma</b>	<b>120.185.820,00</b>
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	<b>0,00</b>	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	<b>35.471.020,00</b>
Receitas de capital	9.165.000,00	Despesas de capital	10.246.600,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	9.686.600,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	560.000,00
Transferências de capital	9.165.000,00		
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital	0,00		





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>9.165.000,00</b>	<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>10.246.600,00</b>
		<b>-(Reserva de contingência</b>	<b>0,00</b>
		<b>+Reserva do RPPS)</b>	<b>0,00</b>
<b>Déficit</b>	<b>1.081.600,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>
<b>Resumo</b>			
Receitas Correntes	84.714.800,00	Despesa Correntes	120.185.820,00
Receitas de Capital	9.165.000,00	Despesas de Capital	10.246.600,00
		Reserva de Contingência	0,00
		Reserva do RPPS	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>93.879.800,00</b>	<b>Subtotal</b>	<b>130.432.420,00</b>
<b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>		<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	
<b>Transfêrencias Recebidas</b>	<b>35.977.620,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>129.857.420,00</b>	<b>Total</b>	<b>130.432.420,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
 Planejamento e Orçamento  
**Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica**  
 Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL  
 LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			120.185.820,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		26.101.940,00	
31710000000000000000	Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	6.720,00		
31900000000000000000	Aplicações diretas	21.733.580,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	4.361.640,00		
32000000000000000000	Juros e encargos da dívida		150.000,00	
32900000000000000000	Aplicações diretas	150.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		93.933.880,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	34.720.000,00		
33710000000000000000	Transferências a consórcios públicos	1.680,00		
33900000000000000000	Aplicações diretas	58.162.200,00		
33930000000000000000	Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	1.050.000,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			10.246.600,00
44000000000000000000	Investimentos		9.686.600,00	
44900000000000000000	Aplicações diretas	9.686.600,00		
46000000000000000000	Amortização da dívida		560.000,00	
46900000000000000000	Aplicações diretas	560.000,00		
			<b>Total</b>	<b>130.432.420,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC 028616/O-4  
 Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo II - Receitas Segundo Categoria Econômica  
Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 códigoPpa: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000000000	Receitas correntes			84.714.800,00
17000000000000000000	Transferências correntes		84.714.800,00	
17100000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	81.114.200,00		
17200000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	3.600.600,00		
20000000000000000000	Receitas de capital			9.165.000,00
24000000000000000000	Transferências de capital		9.165.000,00	
24100000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	8.485.000,00		
24200000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	680.000,00		
<b>Total</b>				<b>93.879.800,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo V - Funções e Subfunções de Governo  
Ano: 2020  
Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL

Pág 1 / 1

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
10	Saúde	128	Formação de Recursos Humanos
		301	Atenção Básica
		302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
		304	Vigilância Sanitária
		305	Vigilância Epidemiológica
28	Encargos Especiais	843	Serviço da Dívida Interna

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
**Anexo VI - Programa de Trabalho**  
Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 2

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

<b>87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE</b>					
<b>002 - Secretária Municipal de Saúde</b>					
<b>Código</b>	<b>Especificação</b>	<b>Op. Especiais</b>	<b>Projetos</b>	<b>Atividades</b>	<b>Total</b>
10	Saúde	0,00	14.200.000,00	115.522.420,00	129.722.420,00
10.128	Formação de Recursos Humanos	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
10.128.0010	Saúde em Movimento	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
10.128.0010.1068	Fms - Alto Vale Círculo	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
10.301	Atenção Básica	0,00	13.090.000,00	46.143.820,00	59.233.820,00
10.301.0010	Saúde em Movimento	0,00	13.090.000,00	46.143.820,00	59.233.820,00
10.301.0010.1035	Construção, reforma e ampliação de UBS	0,00	3.020.000,00	0,00	3.020.000,00
10.301.0010.1037	Aquisição de bens e materiais permanentes	0,00	880.000,00	0,00	880.000,00
10.301.0010.1038	Incremento ao piso de atenção básica	0,00	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00
10.301.0010.1040	Incremento ao piso de média e alta complexidade	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
10.301.0010.1041	Construção de academias de saúde	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
10.301.0010.1042	Aquisição de veículos	0,00	1.180.000,00	0,00	1.180.000,00
10.301.0010.1044	Aquisição de equipamentos	0,00	1.150.000,00	0,00	1.150.000,00
10.301.0010.1061	Construção e Equipamentos Policlínica de Referência - Vinícius	0,00	925.000,00	0,00	925.000,00
10.301.0010.1062	Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária	0,00	126.000,00	0,00	126.000,00
10.301.0010.1063	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e Nutrição	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
10.301.0010.1065	Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
10.301.0010.1066	Programa Requalificação de Ubs	0,00	850.000,00	0,00	850.000,00
10.301.0010.1073	Vigilância Alimentar e Nutricional - VAN	0,00	44.000,00	0,00	44.000,00
10.301.0010.2052	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	0,00	0,00	2.785.000,00	2.785.000,00
10.301.0010.2054	Consórcio Intermunicipal de Saúde	0,00	0,00	1.058.400,00	1.058.400,00
10.301.0010.2055	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde	0,00	0,00	16.254.220,00	16.254.220,00
10.301.0010.2056	Blatb - Pab Saúde Bucal	0,00	0,00	31.200,00	31.200,00
10.301.0010.2057	Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde	0,00	0,00	1.920.000,00	1.920.000,00
10.301.0010.2058	Blatb - Ações Saúde da Família	0,00	0,00	12.840.000,00	12.840.000,00
10.301.0010.2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	0,00	0,00	3.588.000,00	3.588.000,00
10.301.0010.2061	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	0,00	0,00	977.000,00	977.000,00
10.301.0010.2062	Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA	0,00	0,00	4.900.000,00	4.900.000,00
10.301.0010.2073	Blfab - Farmácia Básica	0,00	0,00	1.760.000,00	1.760.000,00
10.301.0010.2091	Programa de Medicamentos Especiais	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
10.301.0010.2092	Tiras Reagentes - Diabetes	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
10.301.0010.2093	Oxigenoterapia	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	1.100.000,00	68.961.600,00	70.061.600,00
10.302.0010	Saúde em Movimento	0,00	1.100.000,00	68.961.600,00	70.061.600,00
10.302.0010.1064	Construção do CAPS	0,00	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
10.302.0010.2063	Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	0,00	0,00	57.420.000,00	57.420.000,00
10.302.0010.2064	Blmac - Caps	0,00	0,00	1.025.000,00	1.025.000,00
10.302.0010.2065	Blmac - Samu	0,00	0,00	395.000,00	395.000,00
10.302.0010.2066	Blmac - Ceo	0,00	0,00	471.600,00	471.600,00
10.302.0010.2067	Blmac - Faec Extra Teto	0,00	0,00	6.000.000,00	6.000.000,00
10.302.0010.2068	Blmac - Oncologia	0,00	0,00	3.650.000,00	3.650.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
10.304.0010	Saúde em Movimento	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
10.304.0010.2069	Blvgs - Vigilância Sanitária	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	347.000,00	347.000,00
10.305.0010	Saúde em Movimento	0,00	0,00	347.000,00	347.000,00
10.305.0010.2070	Blvgs - Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	255.000,00	255.000,00
10.305.0010.2071	Blvgs - Pam - DST/AIDS/Hepatite Viral	0,00	0,00	92.000,00	92.000,00
28	Encargos Especiais	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
28.843.0010	Saúde em Movimento	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
28.843.0010.0003	Pagamento Dívida Fundada Interna	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>710.000,00</b>	<b>14.200.000,00</b>	<b>115.522.420,00</b>	<b>130.432.420,00</b>
<b>Total Órgão</b>		<b>710.000,00</b>	<b>14.200.000,00</b>	<b>115.522.420,00</b>	<b>130.432.420,00</b>
<b>Total Geral</b>		<b>710.000,00</b>	<b>14.200.000,00</b>	<b>115.522.420,00</b>	<b>130.432.420,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo VI - Programa de Trabalho  
Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 2 / 2

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
**Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)**  
Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde	0,00	14.200.000,00	115.522.420,00	129.722.420,00
10.128	Formação de Recursos Humanos	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
10.128.0010	Saúde em Movimento	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
10.128.0010.1068	Fms - Alto Vale Cir	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
10.301	Atenção Básica	0,00	13.090.000,00	46.143.820,00	59.233.820,00
10.301.0010	Saúde em Movimento	0,00	13.090.000,00	46.143.820,00	59.233.820,00
10.301.0010.1035	Construção, reforma e ampliação de UBS	0,00	3.020.000,00	0,00	3.020.000,00
10.301.0010.1037	Aquisição de bens e materiais permanentes	0,00	880.000,00	0,00	880.000,00
10.301.0010.1038	Incremento ao piso de atenção básica	0,00	2.200.000,00	0,00	2.200.000,00
10.301.0010.1040	Incremento ao piso de média e alta complexidade	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
10.301.0010.1041	Construção de academias de saúde	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
10.301.0010.1042	Aquisição de veículos	0,00	1.180.000,00	0,00	1.180.000,00
10.301.0010.1044	Aquisição de equipamentos	0,00	1.150.000,00	0,00	1.150.000,00
10.301.0010.1061	Construção e Equipamentos Policlínica de Referência - Vin	0,00	925.000,00	0,00	925.000,00
10.301.0010.1062	Lrpd - Laboratório Regional de Prótese Dentária	0,00	126.000,00	0,00	126.000,00
10.301.0010.1063	Programa de Financiamento das Ações de Alimentação e N	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00
10.301.0010.1065	Cies - Comissão de Integração, Ensino e Serviço	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
10.301.0010.1066	Programa Requalificação de Ubs	0,00	850.000,00	0,00	850.000,00
10.301.0010.1073	Vigilância Alimentar e Nutricional - VAN	0,00	44.000,00	0,00	44.000,00
10.301.0010.2052	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	0,00	0,00	2.785.000,00	2.785.000,00
10.301.0010.2054	Consórcio Intermunicipal de Saúde	0,00	0,00	1.058.400,00	1.058.400,00
10.301.0010.2055	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde	0,00	0,00	16.254.220,00	16.254.220,00
10.301.0010.2056	Blatb - Pab Saúde Bucal	0,00	0,00	31.200,00	31.200,00
10.301.0010.2057	Blatb - Ações Agente Comunitário de Saúde	0,00	0,00	1.920.000,00	1.920.000,00
10.301.0010.2058	Blatb - Ações Saúde da Família	0,00	0,00	12.840.000,00	12.840.000,00
10.301.0010.2059	Blatb - Pab Fixo - Ações Básicas	0,00	0,00	3.588.000,00	3.588.000,00
10.301.0010.2061	Blatb - Núcleo de Apoio a Saúde da Família	0,00	0,00	977.000,00	977.000,00
10.301.0010.2062	Blatb - Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UI	0,00	0,00	4.900.000,00	4.900.000,00
10.301.0010.2073	Blfab - Farmácia Básica	0,00	0,00	1.760.000,00	1.760.000,00
10.301.0010.2091	Programa de Medicamentos Especiais	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
10.301.0010.2092	Tiras Reagentes - Diabetes	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
10.301.0010.2093	Oxigenoterapia	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	1.100.000,00	68.961.600,00	70.061.600,00
10.302.0010	Saúde em Movimento	0,00	1.100.000,00	68.961.600,00	70.061.600,00
10.302.0010.1064	Construção do CAPS	0,00	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00
10.302.0010.2063	Blmac - Manutenção da Gestão Plena - Mac	0,00	0,00	57.420.000,00	57.420.000,00
10.302.0010.2064	Blmac - Caps	0,00	0,00	1.025.000,00	1.025.000,00
10.302.0010.2065	Blmac - Samu	0,00	0,00	395.000,00	395.000,00
10.302.0010.2066	Blmac - Ceo	0,00	0,00	471.600,00	471.600,00
10.302.0010.2067	Blmac - Faec Extra Teto	0,00	0,00	6.000.000,00	6.000.000,00
10.302.0010.2068	Blmac - Oncologia	0,00	0,00	3.650.000,00	3.650.000,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
10.304.0010	Saúde em Movimento	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
10.304.0010.2069	Blvgs - Vigilância Sanitária	0,00	0,00	70.000,00	70.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	347.000,00	347.000,00
10.305.0010	Saúde em Movimento	0,00	0,00	347.000,00	347.000,00
10.305.0010.2070	Blvgs - Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	255.000,00	255.000,00
10.305.0010.2071	Blvgs - Pam - DST/AIDS/Hepatite Viral	0,00	0,00	92.000,00	92.000,00
28	Encargos Especiais	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
28.843.0010	Saúde em Movimento	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
28.843.0010.0003	Pagamento Dívida Fundada Interna	710.000,00	0,00	0,00	710.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>710.000,00</b>	<b>14.200.000,00</b>	<b>115.522.420,00</b>	<b>130.432.420,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
 Planejamento e Orçamento  
**Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa**  
 Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO SUL  
 LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	0,00	129.722.420,00	129.722.420,00
10.128	Formação de Recursos Humanos	0,00	10.000,00	10.000,00
10.128.0010	Saúde em Movimento	0,00	10.000,00	10.000,00
10.301	Atenção Básica	0,00	59.233.820,00	59.233.820,00
10.301.0010	Saúde em Movimento	0,00	59.233.820,00	59.233.820,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	70.061.600,00	70.061.600,00
10.302.0010	Saúde em Movimento	0,00	70.061.600,00	70.061.600,00
10.304	Vigilância Sanitária	0,00	70.000,00	70.000,00
10.304.0010	Saúde em Movimento	0,00	70.000,00	70.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	0,00	347.000,00	347.000,00
10.305.0010	Saúde em Movimento	0,00	347.000,00	347.000,00
28	Encargos Especiais	0,00	710.000,00	710.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	0,00	710.000,00	710.000,00
28.843.0010	Saúde em Movimento	0,00	710.000,00	710.000,00
<b>Total Geral</b>		0,00	130.432.420,00	130.432.420,00

\_\_\_\_\_  
 JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
 CPF: 054.215.249-57  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 RUBIA CRISTINA MOHR  
 CRC 028616/O-4  
 Contadora





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função  
Entidade(s): 113 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Saúde	Encargos Especiais	Total
87 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	129.722.420,00	710.000,00	130.432.420,00
Total	129.722.420,00	710.000,00	130.432.420,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecadada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
41000000000000000000	Receitas correntes	717.493,45	1.657.282,78	1.148.124,17	1.253.100,00	1.391.312,00
41100000000000000000	Impostos, taxas e contribuições de melhoria	3.477,70	0,00	0,00	0,00	0,00
41110000000000000000	Impostos	3.477,70	0,00	0,00	0,00	0,00
41119000000000000000	Outros impostos	3.477,70	0,00	0,00	0,00	0,00
41119010000000000000	Outros impostos	3.477,70	0,00	0,00	0,00	0,00
41119011000000000000	Outros impostos	3.477,70	0,00	0,00	0,00	0,00
41119011100000000000	Outros impostos - principal	3.477,70	0,00	0,00	0,00	0,00
41300000000000000000	Receita patrimonial	63.760,83	29.998,90	16.324,22	1.300,00	1.300,00
41320000000000000000	Valores mobiliários	63.760,83	29.998,90	16.324,22	1.300,00	1.300,00
41321000000000000000	Juros e correções monetárias	63.760,83	29.998,90	16.324,22	1.300,00	1.300,00
41321001000000000000	Remuneração de depósitos bancários	63.760,83	29.998,90	16.324,22	1.300,00	1.300,00
41321001100000000000	Remuneração de depósitos bancários - principal	63.760,83	29.998,90	16.324,22	1.300,00	1.300,00
41321001101000000000	Remuneração de depósitos bancários de recursos vinculados	0,00	0,00	15.556,47	300,00	300,00
41321001101000000000	Remuneração de depósitos bancários outros recursos vinculados	0,00	0,00	15.556,47	300,00	300,00
41321001102000000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	63.760,83	29.998,90	767,75	1.000,00	1.000,00
41321001102010000000	Remuneração de depósitos bancários recursos não vinculados	63.760,83	29.998,90	767,75	1.000,00	1.000,00
41700000000000000000	Transferências correntes	650.254,92	1.627.283,88	1.131.799,95	1.251.800,00	1.390.012,00
41710000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	650.254,92	1.627.283,88	938.211,86	914.900,00	1.053.112,00
41718000000000000000	Transferências da união - específica e/m	650.254,92	1.627.283,88	938.211,86	914.900,00	1.053.112,00
41718030000000000000	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	162.246,82	194.335,83	0,00	0,00	0,00
41718039000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências	162.246,82	194.335,83	0,00	0,00	0,00
41718039100000000000	Fundo a Fundo	162.246,82	194.335,83	0,00	0,00	0,00
41718040000000000000	Transferência de Recursos do SUS - Outros Programas Financiados por Transferências	488.008,10	1.432.948,05	938.211,86	914.900,00	1.053.112,00
41718041000000000000	Fundo a Fundo - Principal	488.008,10	1.432.948,05	938.211,86	914.900,00	1.053.112,00
41718041100000000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Bloco Investimentos na Rede de Serviços Públicos de Saúde	488.008,10	1.432.948,05	938.211,86	914.900,00	1.053.112,00
41720000000000000000	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS destinados a Atenção Básica	0,00	0,00	193.588,09	336.900,00	336.900,00
41720000000000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas - principal	0,00	0,00	193.588,09	336.900,00	336.900,00
41728000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41728000000000000000	Transferências dos estados - específica e/m	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41728100000000000000	Transferência de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41728109000000000000	Outras transferências de convênio dos estados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41728109100000000000	Outras transferências de convênio dos estados - principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41728900000000000000	Outras transferências dos estados	0,00	0,00	193.588,09	0,00	336.900,00
41728910000000000000	Outras transferências dos estados - principal	0,00	0,00	193.588,09	0,00	336.900,00
41728911000000000000	Outras transferências dos estados - principal	0,00	0,00	193.588,09	0,00	336.900,00
41728991020000000000	Transferências de Convênios - Estado/Desenvolvimento Social	0,00	0,00	193.588,09	0,00	336.900,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL8410107-051-QONATM-306319785 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:49:45 -03:00

# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Receita Arrecada			Receita Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
42000000000000000000	Receitas de capital	0,00	0,00	0,00	3.024.900,00	2.674.900,00
42400000000000000000	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	3.024.900,00	2.674.900,00
42410000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	2.249.900,00	1.899.900,00
42418000000000000000	Transferências da união	0,00	0,00	0,00	2.249.900,00	1.899.900,00
42418100000000000000	Transferência de convênios da união e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	350.000,00	1.899.900,00
42418109000000000000	Outras transferências de convênios da união	0,00	0,00	0,00	350.000,00	1.899.900,00
42418109100000000000	Outras transferências de convênios da união - principal	0,00	0,00	0,00	350.000,00	1.899.900,00
42418109107000000000	Outras Transferências de Convênios da União - Desenvolvimento Social	0,00	0,00	0,00	350.000,00	1.899.900,00
42418120000000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	0,00	0,00	0,00	1.899.900,00	0,00
42418121000000000000	Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	0,00	0,00	0,00	1.899.900,00	0,00
42418121100000000000	Transferências de recursos dos estados, distrito federal, e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	1.899.900,00	0,00
42420000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	775.000,00	775.000,00
42428000000000000000	Transferências dos estados, distrito federal, e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	775.000,00	775.000,00
42428100000000000000	Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades	0,00	0,00	0,00	775.000,00	775.000,00
42428109000000000000	Outras transferências de convênio dos estados	0,00	0,00	0,00	775.000,00	775.000,00
42428109100000000000	Outras transferências de convênio dos estados - principal	0,00	0,00	0,00	775.000,00	775.000,00
42428109103000000000	Outras transferências de convênios do estados - Desenvolvimento Social	0,00	0,00	0,00	775.000,00	775.000,00
<b>Total Receita</b>		<b>717.493,45</b>	<b>1.657.282,78</b>	<b>1.148.124,17</b>	<b>4.278.000,00</b>	<b>4.066.212,00</b>
Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
33000000000000000000	Despesas correntes	1.337.751,59	1.369.377,69	2.263.523,27	2.616.000,00	3.129.212,00
33100000000000000000	Pessoal e encargos sociais	129.883,68	0,00	0,00	5.000,00	6.000,00
33190000000000000000	Aplicações diretas	112.212,12	0,00	0,00	2.500,00	3.000,00
33190040000000000000	Contratação por tempo determinado	24.085,56	0,00	0,00	0,00	0,00
33190049900000000000	Outros serviços temporários	24.085,56	0,00	0,00	0,00	0,00
33190110000000000000	Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	82.827,72	0,00	0,00	0,00	0,00
33190111000000000000	Vencimentos e salários	78.438,70	0,00	0,00	0,00	0,00
33190113700000000000	Gratificação por tempo de serviço	1.886,77	0,00	0,00	0,00	0,00
33190114300000000000	13º salário	2.047,28	0,00	0,00	0,00	0,00
33190114500000000000	Férias - abono constitucional	454,97	0,00	0,00	0,00	0,00
33190130000000000000	Obrigações patronais	5.298,84	0,00	0,00	0,00	0,00
33190130200000000000	Contribuições previdenciárias - INSS	5.298,84	0,00	0,00	0,00	0,00
33191000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	17.671,56	0,00	0,00	2.500,00	3.000,00
33191130000000000000	Obrigações patronais	17.671,56	0,00	0,00	0,00	0,00
33191131400000000000	Contribuição ao RPPS	17.671,56	0,00	0,00	0,00	0,00
33300000000000000000	Outras despesas correntes	1.207.867,91	1.369.377,69	2.263.523,27	2.611.000,00	3.123.212,00
33350000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	432.598,30	470.318,20	829.858,00	1.217.000,00	1.565.058,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-QONATM-306319785 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:49:45 -03:00

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
3335039000000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	33,80	1.703,20	0,00	0,00	0,00
3335039810000000000000	Serviços bancários	33,80	0,00	0,00	0,00	0,00
3335039900000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	0,00	1.703,20	0,00	0,00	0,00
3335041000000000000000	Contribuições	13.564,50	345.615,00	511.258,00	0,00	0,00
3335041020000000000000	Despesas manutenção outras entidades direito privado	13.564,50	345.615,00	511.258,00	0,00	0,00
3335043000000000000000	Subvenções sociais	419.000,00	82.000,00	318.600,00	0,00	0,00
3335043020000000000000	Transferências a instituições privadas de assistência social	419.000,00	82.000,00	318.600,00	0,00	0,00
3335092000000000000000	Despesas de exercícios anteriores	0,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00
3335092400000000000000	Subvenções sociais	0,00	41.000,00	0,00	0,00	0,00
3339000000000000000000	Aplicações diretas	775.269,61	899.059,49	1.433.665,27	1.394.000,00	1.558.154,00
3339004000000000000000	Contratação por tempo determinado	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3339004020000000000000	Serviços temporários agentes de saúde	350,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3339014000000000000000	Diárias - civil	2.537,60	5.943,82	4.224,27	0,00	0,00
3339014140000000000000	Diárias no país - civil	2.537,60	5.943,82	4.224,27	0,00	0,00
3339030000000000000000	Material de consumo	297.871,65	527.136,00	795.231,56	0,00	0,00
3339030010000000000000	Combustíveis e lubrificantes automotivos	26.198,26	46.166,66	49.332,78	0,00	0,00
3339030040000000000000	Gás engarrafado	0,00	550,00	10.364,00	0,00	0,00
3339030070000000000000	Gêneros de alimentação	138.667,73	242.776,12	412.313,41	0,00	0,00
3339030090000000000000	Material farmacológico	0,00	0,00	20.841,15	0,00	0,00
3339030140000000000000	Material educativo e esportivo	8.820,60	8.268,55	21.076,04	0,00	0,00
3339030160000000000000	Material de expediente	33.894,89	8.550,39	30.643,81	0,00	0,00
3339030170000000000000	Material de processamento de dados	6.626,17	6.464,39	3.417,15	0,00	0,00
3339030190000000000000	Material de acondicionamento e embalagem	334,12	0,00	0,00	0,00	0,00
3339030210000000000000	Material de copa e cozinha	936,70	0,00	1.472,93	0,00	0,00
3339030220000000000000	Material limpeza e produtos de higienização	29.750,51	9.921,32	70.295,84	0,00	0,00
3339030230000000000000	Uniformes, tecidos e aviamentos	4.400,00	0,00	23.786,28	0,00	0,00
3339030240000000000000	Material para manutenção bens imóveis	13.412,53	28.870,32	14.579,80	0,00	0,00
3339030250000000000000	Material para manutenção de bens móveis	1.284,90	255,00	1.069,40	0,00	0,00
3339030260000000000000	Material elétrico e eletrônico	0,00	0,00	5.309,21	0,00	0,00
3339030280000000000000	Material de proteção e segurança	945,59	120,00	4.731,34	0,00	0,00
3339030290000000000000	Material para áudio, vídeo e foto	0,00	0,00	72,00	0,00	0,00
3339030300000000000000	Material para comunicações	819,30	597,15	0,00	0,00	0,00
3339030390000000000000	Material para manutenção de veículos	11.657,61	26.081,11	24.612,22	0,00	0,00
3339030420000000000000	Ferramentas	0,00	90,19	0,00	0,00	0,00
3339030460000000000000	Material bibliográfico não imobilizável	0,00	0,00	4.920,00	0,00	0,00
3339030510000000000000	Material de conserv. e manut. bens uso comum povo	0,00	0,00	4.441,35	0,00	0,00
3339030900000000000000	Outros materiais de consumo	20.122,74	148.424,80	91.952,85	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101\*051-QONATM-306319785 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:49:45 -03:00

Pág 4 / 6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33390320000000000000	Material de distribuição gratuita	28.449,57	0,00	43.332,00	0,00
33390320300000000000	Gêneros alimentícios	28.449,57	0,00	43.332,00	0,00
33390360000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	144.924,97	44.693,19	23.541,02	0,00
33390360600000000000	Serviços técnicos profissionais	45,00	1.590,00	0,00	0,00
33390361500000000000	Locação de imóveis	116.271,88	34.879,64	0,00	0,00
33390361800000000000	Manutenção e conservação equipamentos	115,80	641,55	994,00	0,00
33390362000000000000	Manutenção e conservação de veículos	0,00	5.126,00	8.070,30	0,00
33390362200000000000	Manutenção e conservação de bens imóveis	0,00	0,00	1.600,00	0,00
33390363800000000000	Confeção de uniformes, bandeiras e flâmulas	0,00	0,00	7.800,00	0,00
33390363900000000000	Fretes e transportes de encomendas	0,00	0,00	245,72	0,00
33390369900000000000	Outros serviços terceiros - pessoa física	28.492,29	2.456,00	4.831,00	0,00
33390380000000000000	Arrendamento mercantil	218,00	0,00	0,00	0,00
33390380400000000000	Outros bens móveis	218,00	0,00	0,00	0,00
33390390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	289.822,14	315.905,55	550.041,86	0,00
33390390500000000000	Serviços técnicos profissionais	7.920,00	407,65	10.500,00	0,00
33390390800000000000	Manutenção de software	4.722,00	7.200,00	600,00	0,00
33390391000000000000	Locação de imóveis	418,53	0,00	0,00	0,00
33390391100000000000	Locação de softwares	7.710,91	6.483,24	0,00	0,00
33390391200000000000	Locação de máquinas e equipamentos	2.756,40	2.023,70	3.728,40	0,00
33390391600000000000	Manutenção e conservação bens imóveis	0,00	4.500,00	13.150,00	0,00
33390391700000000000	Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	0,00	388,05	0,00	0,00
33390391900000000000	Manutenção e conservação de veículos	1.374,00	1.998,00	6.597,30	0,00
33390392500000000000	Exposições, congressos e conferências	5.365,00	2.850,00	6.164,00	0,00
33390392200000000000	Serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins	60,00	0,00	565,00	0,00
33390394300000000000	Serviços de energia elétrica	10.499,68	4.986,77	5.079,42	0,00
33390394400000000000	Serviços de água e esgoto	4.141,08	1.714,75	0,00	0,00
33390394700000000000	Serviços de comunicação em geral	0,00	0,00	35.000,00	0,00
33390394800000000000	Serviços de seleção e treinamento	0,00	5.400,00	20.800,00	0,00
33390395900000000000	Serviços de áudio, vídeo e foto	2.876,80	3.344,00	0,00	0,00
33390396300000000000	Serviços gráficos e editoriais	12.381,15	4.487,80	2.734,00	0,00
33390396400000000000	Telefonia fixa e móvel (que não integrem pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	5.036,39	0,00
33390396900000000000	Seguros em geral	3.973,27	597,86	1.802,76	0,00
33390397200000000000	Vale-transporte	65.655,00	0,00	95.300,00	0,00
33390397300000000000	Transporte de servidores	1.300,00	0,00	0,00	0,00
33390397500000000000	Multas e infrações de Transito	0,00	170,25	0,00	0,00
33390397700000000000	Vigilância ostensiva/monitorada	16.080,00	2.680,00	13.161,45	0,00
33390398100000000000	Serviços bancários	2.366,64	3.166,00	3.666,92	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-QONATM-306319785 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:49:45 -03:00

Pág 5 / 6

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado



Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada		Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019
33390398300000000000	Serviços cópias e reprodução de documentos	215,00	0,00	0,00	0,00
33390398800000000000	Serviços de publicidade e propaganda	27.957,63	10.959,10	3.875,00	0,00
33390399000000000000	Serviços de publicidade legal	116,38	620,00	3.205,54	0,00
33390399600000000000	Outros serv. terceiros pessoa jurídica - pagamento antecipado	8.498,26	22.984,50	14.189,51	0,00
33390399900000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	103.434,41	228.943,88	304.886,17	0,00
33390400000000000000	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - Pessoa Jurídica	0,00	0,00	14.237,74	0,00
33390400500000000000	Serviços de telefonia fixa e móvel (quando integrarem pacote de comunicação de dados)	0,00	0,00	14.127,74	0,00
33390409900000000000	Outros serviços de tecnologia da informação e comunicação	0,00	0,00	110,00	0,00
33390460000000000000	Auxílio-alimentação	5.473,51	0,00	0,00	0,00
33390460100000000000	Auxílio-alimentação em pecúnia	5.473,51	0,00	0,00	0,00
33390470000000000000	Obrigações tributárias e contributivas	2.900,15	5.345,86	2.918,82	0,00
33390470200000000000	Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU	0,00	2.685,26	0,00	0,00
33390471000000000000	Taxas	0,00	0,00	1.840,62	0,00
33390471800000000000	Contribuição previdenciária s/ serv. terceiros - pessoa física	2.900,15	2.660,60	1.078,20	0,00
33390920000000000000	Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	138,00	0,00
33390923000000000000	Material de consumo	0,00	0,00	138,00	0,00
33390930000000000000	Indenizações e restituições	2.722,02	35,07	0,00	0,00
33390930200000000000	Restituições	2.722,02	35,07	0,00	0,00
34000000000000000000	Despesas de capital	205.510,86	66.973,83	175.447,76	3.067.000,00
34400000000000000000	Investimentos	205.510,86	66.973,83	175.447,76	3.067.000,00
34490000000000000000	Aplicacoes diretas	205.510,86	66.973,83	175.447,76	3.067.000,00
34490140000000000000	Diárias - pessoal civil	0,00	56,26	0,00	0,00
34490141400000000000	Diárias Pessoal Civil - no País	0,00	56,26	0,00	0,00
34490300000000000000	Material de consumo	536,98	0,00	5.006,29	0,00
34490300700000000000	Gêneros de alimentação	536,98	0,00	0,00	0,00
34490301700000000000	Material de Processamento de Dados	0,00	0,00	1.270,31	0,00
34490302200000000000	Material limpeza e produtos de higienização	0,00	0,00	1.207,17	0,00
34490302800000000000	Material de proteção e segurança	0,00	0,00	2.331,81	0,00
34490309900000000000	Outros materiais de consumo	0,00	0,00	197,00	0,00
34490390000000000000	Outros serviços terceiros - pessoa jurídica	158,85	8,80	507,60	0,00
34490392000000000000	Manutenção e conservação de bens móveis e outras naturezas intangíveis	65,00	0,00	0,00	0,00
34490398100000000000	Serviços Bancários	93,85	8,80	67,60	0,00
34490399000000000000	Serviços de publicidade legal	0,00	0,00	440,00	0,00
34490510000000000000	Obras e instalações	96.009,61	0,00	0,00	0,00
34490519800000000000	Obras contratadas	25.002,13	0,00	0,00	0,00
34490519900000000000	Outras obras e instalações	71.007,48	0,00	0,00	0,00
34490520000000000000	Equipamentos e material permanente	107.009,83	65.110,80	162.013,87	0,00

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v:2013.01

Identificador: WPL841101-051-QONATM-306319785 - Emitido por: DIOVANA MAY MACHADO

16/09/2019 07:49:45 -03:00



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Planejamento e Orçamento

Análise da Evolução da Receita e Despesa

Grau: 10 LDO: 9 Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Tipo da Despesa: Empenhado

Pág 6 / 6

Lei nº 4.320, de 17.03.64 - Art. 22, alínea III

Código	Especificação	Despesa Realizada			Despesa Prevista	
		2016	2017	2018	2019	2020
34490521200000000000	Aparelhos e utensílios domésticos	0,00	2.799,65	6.406,00	0,00	0,00
34490523300000000000	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	0,00	2.849,00	0,00	0,00	0,00
34490523400000000000	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	4.277,60	11.545,00	12.010,00	0,00	0,00
34490523500000000000	Equipamentos de processamento de dados	4.098,37	42.890,00	13.254,00	0,00	0,00
34490523600000000000	Máquinas, instalações e utensílios de escritório	798,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34490523800000000000	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	0,00	649,25	0,00	0,00	0,00
34490524200000000000	Mobiliário em geral	0,00	4.377,90	8.533,90	0,00	0,00
34490524800000000000	Veículos diversos	0,00	0,00	109.799,60	0,00	0,00
34490529900000000000	Outros equipamentos material permanente	97.835,86	0,00	12.010,37	0,00	0,00
34490920000000000000	Despesas de exercícios anteriores	0,00	727,37	7.920,00	0,00	0,00
34490925100000000000	Obras e instalações	0,00	0,00	7.920,00	0,00	0,00
34490925200000000000	Equipamentos e material permanente	1.795,59	1.070,60	0,00	0,00	0,00
34490930000000000000	Indenizações e restituições	1.795,59	1.070,60	0,00	0,00	0,00
34490930200000000000	Restituições	29.089,50	16.274,59	0,00	0,00	0,00
-	SUBTOTAL (Plano Origem X Destino não cadastrado)	1.572.351,95	1.452.626,11	2.438.971,03	5.683.000,00	5.848.212,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Anexo 1 da Lei 4.320/64 - Adendo II Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985

Receitas	R\$	Despesas	R\$
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	
Receita Orçamentária	4.066.212,00	Despesas correntes	3.129.212,00
Receitas correntes	1.391.312,00	Pessoal e encargos sociais	6.000,00
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00	Juros e encargos da dívida	0,00
Contribuições	0,00	Outras despesas correntes	3.123.212,00
Receita patrimonial	1.300,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	1.390.012,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Deduções da receita	0,00		
Receitas correntes	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
Receitas correntes intraorçamentárias	0,00		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00		
Contribuições	0,00		
Receita patrimonial	0,00		
Receita agropecuária	0,00		
Receita industrial	0,00		
Receita de serviços	0,00		
Transferências correntes	0,00		
Outras receitas correntes	0,00		
<b>Total das Receitas Correntes</b>	1.391.312,00	<b>Total das Despesas Correntes</b>	3.129.212,00
<b>Déficit</b>	1.737.900,00	<b>Superávit</b>	0,00
<b>Soma</b>	3.129.212,00	<b>Soma</b>	3.129.212,00
<b>Superávit do Orçamento Corrente</b>	0,00	<b>Déficit do Orçamento Corrente</b>	1.737.900,00
Receitas de capital	2.674.900,00	Despesas de capital	2.719.000,00
Operações de crédito	0,00	Investimentos	2.719.000,00
Alienação de bens	0,00	Inversões financeiras	0,00
Amortização de empréstimos	0,00	Amortização da dívida	0,00
Transferências de capital	2.674.900,00		
Transferências de Recursos do Fundo	0,00		
Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital	0,00		





# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 2 / 2

## Planejamento e Orçamento

### Anexo I - Demonstrativo de Receitas e Despesas Segundo Categoria Econômica

Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
Receitas de capital intraorçamentárias	0,00		
Operações de crédito	0,00		
Alienação de bens	0,00		
Amortização de empréstimos	0,00		
Transferências de capital	0,00		
Outras receitas de capital	0,00		
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>2.674.900,00</b>	<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>2.719.000,00</b>
		<b>-(Reserva de contingência</b>	<b>0,00</b>
		<b>+Reserva do RPPS)</b>	<b>0,00</b>
<b>Déficit</b>	<b>44.100,00</b>	<b>Superávit</b>	<b>0,00</b>
<b>Resumo</b>			
Receitas Correntes	1.391.312,00	Despesa Correntes	3.129.212,00
Receitas de Capital	2.674.900,00	Despesas de Capital	2.719.000,00
		Reserva de Contingência	0,00
		Reserva do RPPS	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>4.066.212,00</b>	<b>Subtotal</b>	<b>5.848.212,00</b>
<b>Transfêrencias Financeiras Recebidas</b>		<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	
<b>Transfêrencias Recebidas</b>	<b>1.782.000,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>5.848.212,00</b>	<b>Total</b>	<b>5.848.212,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

**Anexo II - Despesas Segundo Categoria Econômica**Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 2 da Lei 4.320/64 - ADENDO III Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Natureza da Despesa.

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Cat. Econômica
30000000000000000000	Despesas correntes			3.129.212,00
31000000000000000000	Pessoal e encargos sociais		6.000,00	
31900000000000000000	Aplicações diretas	3.000,00		
31910000000000000000	Aplicações diretas decorrentes de operações entre órgãos	3.000,00		
33000000000000000000	Outras despesas correntes		3.123.212,00	
33500000000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	1.565.058,00		
33900000000000000000	Aplicações diretas	1.558.154,00		
40000000000000000000	Despesas de capital			2.719.000,00
44000000000000000000	Investimentos		2.719.000,00	
44900000000000000000	Aplicacoes diretas	2.719.000,00		
<b>Total</b>				<b>5.848.212,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito MunicipalRUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Planejamento e Orçamento

**Anexo II - Receitas Segundo Categoria Econômica**

Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

LDO: 2020 codigoPpa: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

Anexo 2, Lei 4320/64, Port. SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo III

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Cat. Econômica
10000000000000000000	Receitas correntes			1.391.312,00
13000000000000000000	Receita patrimonial		1.300,00	
13200000000000000000	Valores mobiliários	1.300,00		
17000000000000000000	Transferências correntes		1.390.012,00	
17100000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	1.053.112,00		
17200000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	336.900,00		
20000000000000000000	Receitas de capital			2.674.900,00
24000000000000000000	Transferências de capital		2.674.900,00	
24100000000000000000	Transferências da união e de suas entidades	1.899.900,00		
24200000000000000000	Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	775.000,00		
<b>Total</b>				<b>4.066.212,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo V - Funções e Subfunções de Governo

Ano: 2020

Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

Cód. Função	Descrição da Função	Cód. Subfunção	Descrição da Subfunção
8	Assistência Social	241	Assistência ao Idoso
		243	Assistência à Criança e ao Adolescente
		244	Assistência Comunitária

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 2

Planejamento e Orçamento

Anexo VI - Programa de Trabalho

Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Anexo 6 da Lei 4.320/64 - Adendo V da Portaria SOF nr.º 8, de 04/02/1985

## 90 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

### 001 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	0,00	1.783.000,00	1.783.000,00
08.241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
08.241.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
08.241.0009.2098	Manutenção do Fundo do Idoso	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	0,00	1.777.000,00	1.777.000,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	1.777.000,00	1.777.000,00
08.244.0009.2080	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	0,00	0,00	1.777.000,00	1.777.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.783.000,00</b>	<b>1.783.000,00</b>

### 002 - Serviços da Proteção Social Básica Federal

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	396.000,00	0,00	396.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	396.000,00	0,00	396.000,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	396.000,00	0,00	396.000,00
08.244.0009.1087	Bloco de Proteção Social Básica	0,00	396.000,00	0,00	396.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>396.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>396.000,00</b>

### 003 - Proteção Especial de Média Complexidade Federal

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	444.033,00	0,00	444.033,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	444.033,00	0,00	444.033,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	444.033,00	0,00	444.033,00
08.244.0009.1088	Bloco de Proteção Social Especial	0,00	391.458,00	0,00	391.458,00
08.244.0009.1089	Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família e CadÚnico	0,00	52.575,00	0,00	52.575,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>444.033,00</b>	<b>0,00</b>	<b>444.033,00</b>

### 003 - Serviços da Proteção Social Especial Federal

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	213.179,00	0,00	213.179,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	213.179,00	0,00	213.179,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	213.179,00	0,00	213.179,00
08.244.0009.1005	Aprimoramento da Gestão do SUAS - IDGSUAS	0,00	20.299,00	0,00	20.299,00
08.244.0009.1006	Bpc na Escola	0,00	2.880,00	0,00	2.880,00
08.244.0009.1014	Programa Aprimora Rede	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
08.244.0009.1015	Aepeti - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação da	0,00	72.000,00	0,00	72.000,00
08.244.0009.1016	Acessuas - Trabalho	0,00	117.000,00	0,00	117.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>213.179,00</b>	<b>0,00</b>	<b>213.179,00</b>

### 004 - Co-Financiamento Estadual

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	612.000,00	500.000,00	1.112.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	612.000,00	500.000,00	1.112.000,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	612.000,00	500.000,00	1.112.000,00
08.244.0009.1011	Benefícios Eventuais Estado	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
08.244.0009.1012	Construção, Ampliação e Reformas - CREAS - Estado	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
08.244.0009.2084	Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
08.244.0009.2085	Proteção Especial de Média Complexidade Estadual	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
08.244.0009.2087	Proteção Social Básica Estadual	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>612.000,00</b>	<b>500.000,00</b>	<b>1.112.000,00</b>

### 005 - Programas Federais

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	1.900.000,00	0,00	1.900.000,00
08.244.0009.1018	Construção do Centro Dia	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
08.244.0009.1019	Construção - CREAS - Federal	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
08.244.0009.1020	Construção do CRAS - Federal	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
08.244.0009.1021	Reforma e Ampliação do Centro POP - Federal	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
<b>Total Unidade</b>		<b>0,00</b>	<b>1.900.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.900.000,00</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 2 / 2

Planejamento e Orçamento

Anexo VI - Programa de Trabalho

Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

90 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
	Total Órgão	0,00	3.565.212,00	2.283.000,00	5.848.212,00
	Total Geral	0,00	3.565.212,00	2.283.000,00	5.848.212,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo VII - Programa de Trabalho (Consolidação)

Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

ANEXO 7 da Lei 4.320/64 - ADENDO VI Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Funcional Programática

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social	0,00	3.565.212,00	2.283.000,00	5.848.212,00
08.241	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
08.241.0009	Ser Rio do Sul	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
08.241.0009.2098	Manutenção do Fundo do Idoso	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00
08.244	Assistência Comunitária	0,00	3.565.212,00	2.277.000,00	5.842.212,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	0,00	3.565.212,00	2.277.000,00	5.842.212,00
08.244.0009.1005	Aprimoramento da Gestão do SUAS - IDGSUAS	0,00	20.299,00	0,00	20.299,00
08.244.0009.1006	Bpc na Escola	0,00	2.880,00	0,00	2.880,00
08.244.0009.1011	Benefícios Eventuais Estado	0,00	12.000,00	0,00	12.000,00
08.244.0009.1012	Construção, Ampliação e Reformas - CREAS - Estado	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
08.244.0009.1014	Programa Aprimora Rede	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
08.244.0009.1015	Aepeti - Ações Estratégicas do Programa de Erradicação da	0,00	72.000,00	0,00	72.000,00
08.244.0009.1016	Acessuas - Trabalho	0,00	117.000,00	0,00	117.000,00
08.244.0009.1018	Construção do Centro Dia	0,00	600.000,00	0,00	600.000,00
08.244.0009.1019	Construção - CREAS - Federal	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
08.244.0009.1020	Construção do CRAS - Federal	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00
08.244.0009.1021	Reforma e Ampliação do Centro POP - Federal	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
08.244.0009.1087	Bloco de Proteção Social Básica	0,00	396.000,00	0,00	396.000,00
08.244.0009.1088	Bloco de Proteção Social Especial	0,00	391.458,00	0,00	391.458,00
08.244.0009.1089	Aprimoramento da Gestão do Bolsa Família e CadÚnico	0,00	52.575,00	0,00	52.575,00
08.244.0009.2080	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	0,00	0,00	1.777.000,00	1.777.000,00
08.244.0009.2084	Proteção Especial de Alta Complexidade Estadual	0,00	0,00	250.000,00	250.000,00
08.244.0009.2085	Proteção Especial de Média Complexidade Estadual	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
08.244.0009.2087	Proteção Social Básica Estadual	0,00	0,00	150.000,00	150.000,00
Total Geral		0,00	3.565.212,00	2.283.000,00	5.848.212,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Pág 1 / 1

Planejamento e Orçamento

Anexo VIII - Despesas por Função, Subfunção e Programa

Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE RIO DO SUL

LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Anexo 8, Lei 4320/64, Portaria SOF n.º 8 de 04/02/1985 - Adendo VII

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
08	Assistência Social	1.783.000,00	4.065.212,00	5.848.212,00
08.241	Assistência ao Idoso	6.000,00	0,00	6.000,00
08.241.0009	Ser Rio do Sul	6.000,00	0,00	6.000,00
08.244	Assistência Comunitária	1.777.000,00	4.065.212,00	5.842.212,00
08.244.0009	Ser Rio do Sul	1.777.000,00	4.065.212,00	5.842.212,00
<b>Total Geral</b>		<b>1.783.000,00</b>	<b>4.065.212,00</b>	<b>5.848.212,00</b>

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora





**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
Planejamento e Orçamento  
Anexo IX - Despesa por Órgão e Função  
Entidade(s): 244 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL  
LDO: 2020 PPA: 2018 - 2021

Pág 1 / 1

ANEXO 9 da Lei 4.320/64 - ADENDO VIII Portaria SOF Nr. 8, de 04/02/1985 - Despesa(Órgão/Função)

Órgão	Assistência Social	Total
90 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.848.212,00	5.848.212,00
Total	5.848.212,00	5.848.212,00

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC 028616/O-4  
Contadora

**CÂMARA MUNICIPAL****RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2019**

Publicação Nº 2215428

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2019 (ARP)  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2019

Aos 24 dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, a CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, com sede à Praça 25 de Julho, nº 01 – 2º andar, Centro Administrativo Municipal Prefeito Helmut Baumgarten, Bairro Centro, no Município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ nº 83.622.985/0001-14, representada neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, SR. MARCOS NORBERTO ZANIS, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2019, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, em razão da classificação por esta alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e suas alterações e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das demais normas legais aplicáveis e em conformidade com as disposições a seguir:

**DO OBJETO**

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual SERVIÇO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA para atender as necessidades da estrutura física da sede do Poder Legislativo de Rio do Sul, especificado no Item 1 do Termo de Referência constante do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 9/2019.

ITEM 1 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA					
PRESTADOR BENEFICIÁRIO: Vanderlei Zanis 71907700987, CNPJ nº 11.815.779/0001-10, com sede no Município de Rio do Sul, Rua Valmor Pasqualini, nº 128, Santa Galo, CEP 89.160-001. Contato: (47) 99907-1050. E-mail: vanderleizanis@hotmail.com					
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QTDE.	VALOR (UNIT.)	VALOR (TOTAL)
1	Prestação de serviço de manutenção elétrica geral para as necessidades da estrutura física do Poder Legislativo Municipal de Rio do Sul.	HORAS	160	R\$ 43,00	R\$ 6.880,00

VALIDADE DA ATA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contado a partir da data da sua assinatura.

MARCOS NORBERTO ZANIS  
Presid. Câm. Mun. Rio do Sul

VANDERLEI ZANIS 71907700978  
CNPJ: 11.815.779/0001-10

**RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 26/2019 (PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2019)**

Publicação Nº 2215518

RESUMO DO CONTRATO Nº 26/2019  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 9/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2019

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul  
Contratada: Vanderlei Zanis 71907700978

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção elétrica para atender ao Poder Legislativo Municipal de Rio do Sul.

DO PAGAMENTO: Pela prestação dos serviços objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 43,00 (quarenta e três reais) a hora, limitado o presente contrato a 160 horas.

DO PRAZO DE VALIDADE DE CONTRATO: O prazo de validade deste contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da sua assinatura (04/11/2019).

Marcos Norberto Zanis Presid. Câm. Mun. Rio do Sul	Vanderlei Zanis 71907700978 CNPJ 11.815.779/0001-10
---	--

**RESUMO DO TERMO DE CONTRATO Nº 27/2019 (PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2019)**

Publicação Nº 2215817

RESUMO DO CONTRATO Nº 27/2019  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2019

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul – SC.

Contratada: Junckes Distribuidora Ltda

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição parcelada de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha, materiais de limpeza e EPI's, para atender ao Poder Legislativo Municipal de Rio do Sul, durante o período de validade da Ata do Registro de Preços (ARP) e nos valores que a Administração se dispõe a pagar, conforme abaixo:

ITEM	QUANT.	UND.	PRODUTO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
7	20	Embalagem de 2.000ml cada	Água sanitária – Solução aquosa a base de hipoclorito de sódio ou cálcio, com teor de cloro ativo entre 2%P/P a 2,5%P/P, em embalagem de 2 (dois) litros, opaca, com tampa de rosca ou pressão. Devendo constar o percentual de hipoclorito, número de lote, data de fabricação, e validade do produto, além das determinações exigidas na Portaria nº 89/94, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Validade do produto mínima de 6 (seis) meses a contar da data de sua entrega na Câmara Municipal de Rio do Sul	R\$ 4,45	R\$ 89,00
8	7	Embalagem de 500ml	Álcool gel: álcool etílico hidratado 80 INPM, Tipo: gel sanitizante, Aplicação: produto limpeza doméstica, Características Adicionais: neutralizante, espessante e grau cosmético, registro no Ministério da Saúde. Embalagem: frasco de 500 ml.	R\$ 7,00	R\$ 49,90
9	8	Embalagem de, no mín. 360ml	Desodorizador de ambientes, aerossol, dupla ação, com spray e pressão. Diversas fragrâncias, sem CFC, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Em embalagem com no mínimo 360 ml (trezentos e sessenta mililitros)	R\$ 10,65	R\$ 85,20
10	10	Embalagem com 750 ml	Cera líquida para pisos, autobrilho, incolor, resistente a riscos, com efeito anti-pó e fragrâncias diversas. Embalagem de 750 ml (setecentos e cinquenta mililitros)	R\$ 7,85	R\$ 78,50
11	25	Embalagem com 2.000 ml	Desinfetante de uso geral, germicida e bactericida, líquido, com componente ativo a base de Cloreto de Benzalcônio e Glutaraldeído, em embalagem de 2.000 ml (dois mil mililitros)	R\$ 4,00	R\$ 100,00
12	15	Embalagem com 500ml	Detergente líquido, para cozinha, neutro, biodegradável, apresentado em embalagem de 500 ml (quinhentos mililitros) cada.	R\$ 1,30	R\$ 19,50
13	10	Unidade	Esponja para limpeza, dupla face, um lado em fibra sintética abrasiva e o outro em esponja sintética macia de poliuretano antibactericida, medindo, aproximadamente, 110 mm x 75 mm x 20 mm (vinte milímetros)	R\$ 1,27	R\$ 12,70
14	2	Pacotes com 8 und	Esponja lã de aço, para uso doméstico, pacote com 08 (oito) unidades	R\$ 1,45	R\$ 2,90
15	30	Caixa com 1 aplicador e 6 discos de gel.	Gel Adesivo para limpeza e perfume de vaso sanitário. Em embalagem contendo 1 (um) aplicador e 6 (seis) discos de gel. Cada disco deve durar até 7 (sete) dias.	R\$ 10,85	R\$ 325,50

16	10	Caixa com 1.000g	Sabão em pó biodegradável. Composição: tensoativo, coadjuvante, sinergista, branqueadores ópticos, enzimas, tamponantes, corantes, atenuador de espuma, carga, perfume e água. Embalagem de 1.000 g (um mil gramas)	R\$ 6,60	R\$ 66,00
18	20	Pacotes com 10 und	Saco plástico de lixo, capacidade para 30 (trinta) litros, resíduo normal, Classe I – Tipo A, medindo 59 cm x 62 cm (centímetros), em embalagens com 10 (dez) sacos.	R\$ 2,00	R\$ 40,00
23	4	Unidade	Escova para Vaso Sanitário.	R\$ 8,65	R\$ 17,30
26	3	Unidade	Limpador de vidros com pulverizador em gatilho que contenha em sua formulação Lauril Éter Sulfato de Sódio, tubo com 500 ml. Validade mínima de 12 meses a partir da entrega. Apresentar Registro do produto junto ao Ministério da Saúde/ANVISA e Autorização de Funcionamento da Empresa – AFE.	R\$ 8,00	R\$ 24,00
27	1	Unidade	Lustra móveis. Embalagem de 200 ml. Emulsão cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas. Aromas diversos. Frasco plástico com bico econômico. Composição: Óleo mineral, Óleo vegetal, Solvente vegetal e Aromatizantes. Validade: 3 anos após a data de fabricação. Embalagem certificada pelo IMETRO, fabricante deverá ter laudos ou fichas técnicas de especificação do produto, Informações e telefones de emergência no caso de ingestão do produto; Serviço de atendimento ao consumidor, ficha de informações sobre a segurança de produtos químicos, registros ou notificações da legislação vigente no Ministério da Saúde e ANVISA para produtos e embalagens. Data de fabricação, nome e registro do químico responsável com CRQ, razão social, endereço e CNPJ do fabricante deverão constar visivelmente na embalagem.	R\$ 5,50	R\$ 5,50
32	6	Unidade	Rodo com espuma de alta densidade, ideal para passar cera e lavar pequenas áreas como pisos e paredes. Acompanha cabo com 120cm e tamanho de, no mínimo, 30 cm com cantos arredondados.	R\$ 12,50	R\$ 75,00
34	4	Unidade	Adesivo instantâneo (tempo de colagem 20 segundos) universal a base de éster de cianoacrilato, tipo Super bonder ou similar, frasco com 5g, garantia mínima de 1 ano. Para colar porcelana, metal, borracha, couro, madeira, plástico e papel embalado.	R\$ 6,69	R\$ 26,76
36	2	Unidade	Vassoura de nylon com cerdas macias, cepo plástico de 22cm, cerdas de 11,5 cm com plumagem nas pontas, com cabo rosqueado de madeira plastificada, para limpeza em geral, tipo doméstica.	R\$ 11,60	R\$ 23,20
40	3	Pacotes com, no mínimo, 50 unidades	Guardanapo em papel, extra luxo, folha dupla, em fibra celulósica, na cor branca, medindo aproximadamente, 20 cm x 20 cm (centímetros), em pacote com, no mínimo, 50 (cinquenta) unidades.	R\$ 2,40	R\$ 7,20
41	10	Pacotes com 10 und	Prato descartável, atóxico, de poliestireno, de 21 cm (vinte e um centímetros), em embalagem com 10 (dez) unidades.	R\$ 2,90	R\$ 29,00
43	15	Caixa com 30 und	Coador de papel para café, tamanho grande, nº 103 (cento e três), em caixa com 30 (trinta) unidades.	R\$ 3,50	R\$ 52,50

48	8	Unidades	Pano de prato (louça), confeccionado em 100% algodão saco alvejado, comprimento aproximado 68 cm, largura aproximada de 40 cm com bordas costuradas para uso em cozinha com alto nível de absorção de água - cor branca.	R\$ 4,05	R\$ 32,40
49	30	Pacotes com 2 und	Papel toalha, cor branca, ultra-resistente, de alta absorção, cada folha medindo, aproximadamente, 22 cm x 20 cm (centímetros), em embalagem com 2 (dois) rolos com, no mínimo, 50 (cinquenta) toalhas cada rolo.	R\$ 4,07	R\$ 122,10
50	8	Unidades	Pano de prato (louça) felpudo, medindo, aproximadamente, 44 x 70 cm, 90% algodão.	R\$ 5,80	R\$ 46,40
53	2	Unidade	Par de Luvas para segurança - confeccionada em borracha látex; para multiuso; tamanho médio, cano curto; tipo todos os dedos, antialérgica, cor amarela, embalagem com 1 par. Tamanho M. Produzida em conformidade com a NBR 13393/1995.	R\$ 3,70	R\$ 7,40

DO PRAZO DE VALIDADE: O prazo de validade deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, já incluindo possíveis prorrogações.

MARCOS NORBERTO ZANIS  
Presid. Câm. Mun. Rio do Sul  
[assinada digitalmente]

JUNCKES DISTRIBUIDORA LTDA ME  
CNPJ nº 25.267.561/0001-82  
[assinada digitalmente]

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2019 REQUERENTE: DIRETORIA DO SERVIÇO DE ESPORTES CONSELHO DE JULGAMENTO DA 12ª OLICEDROS DECISÃO

Publicação Nº 2216040

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2019

REQUERENTE: DIRETORIA DO SERVIÇO DE ESPORTES

CONSELHO DE JULGAMENTO DA 12ª OLICEDROS

INDICIADOS: JAIR JOSÉ TOBIAS

CPF: 016.187.899-70

JURANDIR JÚLIO TOBIAS

CPF: 080.493.569-65

ELITON FELIPE TOBIAS

CPF: 092.951.109-35

Objeto: AGRESSÕES AO ARBITRO DURANTE PARTIDA DE FUTEBOL DE SALÃO

DECISÃO Ante o exposto, comprovada autoria e materialidade este Conselho de Julgamento resolve PUNIR os denunciados Jair José Tobias, Jurandir Julio Tobias e Eliton Felipe Tobias com a SUSPENSÃO DE PARTICIPAR de eventos promovidos pela Diretoria do Serviço de Esportes, bem como de PROIBIÇÃO sua participação, entrada, permanência e comparecimento a todos os locais onde se realizem eventos desportivos promovidos pela Diretoria do Serviço de Esportes de Rio dos Cedros, bem como naqueles em que esta atue como cooperadora, PELO PERÍODO DE 2 (DOIS) ANOS, dos quais deverá ser debitado o período já cumprido pela antecipação de tutela deferida.

Eventuais descumprimentos a presente decisão, comunique-se a autoridade policial para adoção das medidas pertinentes. P.R.I.A.C.-se. Rio dos Cedros, 04 de Novembro de 2019.

Antonio Valcir Bertelli Morgana Bertelli Schlup

Membro do Conselho de Julgamento Membro do Conselho de Julgamento

Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo

Membro do Conselho de Julgamento

# Rio Negrinho

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 13747 - DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215272

APROVA O REGULAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO DOS IMIGRANTES E ENTORNO PARA O MERCADO DO PAPAÍ NOEL"

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IV do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e amparado na Lei Municipal nº 724 de 01 de novembro de 1994, que Dispõe Sobre Normas de Saúde em Vigilância Sanitária, Estabelece Penalidades e dá Outras Providências, e considerando a necessidade de normatizar a utilização do Pavilhão dos Imigrantes e entorno pelo CDL conforme Portaria nº 24049 de 05 de Junho de 2019;

#### DECRETA

Art. 1º - Fica aprovado o Regulamento para utilização do espaço do Pavilhão dos Imigrantes e entorno para realização do Mercado do Papai Noel.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 29 de outubro de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 004/2019

Publicação Nº 2214896

Em razão de os contribuintes abaixo não terem sido localizados em seus endereços após várias tentativas de contato, através do presente edital ficam os mesmos, NOTIFICADOS da existência de débitos constatados em consulta ao Cadastro de Tributos Municipal, referentes aos tributos e valores conforme descrição abaixo, já inscritos e de suas responsabilidades. Ficam ainda INTIMADOS oficialmente a comparecer no Departamento de Tributação desta Prefeitura no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação deste edital. Os valores serão corrigidos até a data do efetivo pagamento. Caso o débito já estiver pago, favor comparecer no mesmo setor portando os comprovantes de pagamento. Cientificamos que o não comparecimento implicará ao contribuinte inadimplente, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, a inscrição de seu débito na Dívida Ativa do Município (se ainda não estiver inscrito), bem como, o envio do mesmo para protesto extrajudicial e para cobrança judicial, acarretando para o contribuinte, além do pagamento do tributo devido, o pagamento das custas judiciais do processo.

CONTRIBUINTE	TRIBUTOS/ANO	VALOR R\$	DATA DO CÁLCULO
Elaine Okopny	ISSQN. Simples Nacional (2017,2018) ISSQN Mensal (2018)	R\$ 880,33	27/08/2019
Image Artes Gráficas Ltda- ME	ISSQN Simples Nacional (2016, 2017)	R\$ 6.099,26	27/08/2019
Jair Hantschel - ME	ISSQN Simples Nacional (2016, 2017 ,2018)	R\$ 1.763,62	27/08/2019
Licio Transportes Ltda	ISSQN. Simples Nacional (2014)	R\$ 386,26	04/09/2019
LT Móveis e Decorações Ltda - ME	ISSQN Simples Nacional (2018)	R\$ 3.815,24	04/09/2019
Madflora Representações Ltda - ME	ISSQN. Simples Nacional (2017,2018).	R\$ 1.283,06	04/09/2019
Marilei Machado de Oliveira M.E.	ISSQN Simples Nacional ( 2015)	R\$ 88,48	04/09/2019
Mario Cesar Pereira Filho - M. E.	ISSQN. Simples Nacional (2018).	R\$ 1.121,02	04/09/2019
NJ ADM Soluções Financeiras Ltda - ME	ISSQN. Simples Nacional (2014,2015,2016)	R\$ 224,11	04/09/2019
Star Serviços Ltda	ISSQN Simples Nacional ( 2014,2015,2016,2017,2018) Taxa de Localização (2018)	R\$ 33.637,53	04/09/2019
Transportes HLJ EIRELI-ME	ISSQN Fixo e ISSQN Simples Nacional (2015,2016,2017,2018)	R\$ 4.709,72	04/09/2019
Wallace Lucas de Souza Maros	ISSQN. Simples Nacional (2017)	R\$ 73,28	04/09/2019

Rio Negrinho, 04 de novembro de 2019.

Secretário Municipal de Finanças



**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 108/2019**

Publicação Nº 2214830

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2019  
TOMADA DE PREÇOS

O Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei nº 8.666/93, COMUNICA que se acha aberto até as 09:00 horas do dia 21 de novembro de 2019, Processo Licitatório na modalidade de Tomada de Preços, do tipo Menor Preço Global, para execução de obras, pelo sistema de empreitada global, de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA JOÃO EHRENFREDO OLSEN, localizada entre os Bairros São Rafael e São Pedro, em Rio Negrinho/SC com extensão a ser pavimentada de 1.234,50 metros lineares, contemplando os serviços de limpeza de terreno, terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e serviços complementares. O contrato e ordem de serviço com a vencedora da licitação só serão assinados após a assinatura do contrato do financiamento FINISA, celebrado entre o município de Rio Negrinho e a Caixa Econômica Federal. As propostas e documentação habilitadora deverão ser protocoladas no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal, sito à Av. Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico, até o horário acima, para abertura a partir do mesmo horário, tendo por local a sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, no mesmo endereço. O Edital e seus anexos (memorial descritivo, quantitativos, cronograma e projetos) estão disponíveis no link <http://rionegrinho.atende.net> (Licitações). Demais informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos, Setor de Licitações (endereço acima) ou pelo fone 47-3646-3648/3646-3636.

Rio Negrinho, 1º de Novembro de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE DECRETOS Nº 16/2019**

Publicação Nº 2216195

O Prefeito Municipal De Rio Negrinho Estado De Santa Catarina Torna Público que resolveu baixar os Seguintes Decretos:

Decreto nº 13710 de 27/09/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

Decreto nº 13716 de 02/10/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Município de Rio Negrinho.

Decreto nº 13719 de 08/10/2019. Abre Crédito Especial ao Orçamento do Município de Rio Negrinho

Decreto nº 13721 de 08/10/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

Decreto nº 13726 de 08/10/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Município de Rio Negrinho

Decreto nº 13728 de 14/10/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Município de Rio Negrinho

Decreto nº 13729 de 16/10/2019. Declara Inservíveis e Imprestáveis Bens Móveis do Patrimônio Público Municipal

Decreto nº 13730 de 16/10/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

Decreto nº 13731 de 16/10/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Município de Rio Negrinho

Decreto nº 13739 de 22/10/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

Decreto nº 13740 de 22/10/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

Decreto nº 13742 de 24/10/2019. Homologa Resultado do Processo Licitatório nº 098/2019 Objeto: Registro de preços para aquisição de água mineral e GLP para diversas secretarias do Município, durante 12 (doze) meses. Licitantes Vencedoras: AB GÁS LTDA - EPP. nos Itens 01 e 02, no valor de R\$ 200.006,00 (duzentos mil e seis reais). PHS Comércio Eireli - ME.No Item 03, no valor de R\$ 7.064,40 (sete mil, sessenta e quatro reais e quarenta centavos). valor Total Geral: 207.070,40 (duzentos e sete mil, setenta reais e quarenta centavos)

Decreto nº 13743 de 24/10/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Município de Rio Negrinho

Decreto nº 13744 de 24/10/2019. Transfere Bens Móveis que menciona e dá Outras Providências

Decreto nº 13745 de 24/10/2019. Abre Crédito Suplementar ao orçamento da Fundação Municipal de Esportes

Decreto nº 13746 de 29/10/2019. Homologa Resultado do Processo Licitatório nº 101/2019 Objeto: Aquisição de 01 (Um) Veículo Automotor Zero Km, 4 Portas, Tipo Suv Compacto, Tração 4 X 4, Fabricação Nacional, Ano/Modelo 2019 Ou Superior, Na Cor Branca Para A Polícia Militar de Rio Negrinho. Licitante Vencedora: Autoplus Sc Distribuidora Ltda. No Valor Total de R\$ 89.000,00 (Oitenta E Nove Mil Reais)

Decreto nº 13748 de 29/10/2019. Nomeia Membros do Conselho Municipal de Educação

Decreto nº 13749 de 29/10/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Rio Negrinho - IPRERIO

Decreto nº 13751 de 30/10/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Município de Rio Negrinho

Decreto nº 13752 de 30/10/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde

Decreto nº 13753 de 30/10/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Decreto nº 13754 de 30/10/2019. Abre Crédito Suplementar ao Orçamento do Município de Rio Negrinho

Rio Negrinho, 04 de novembro de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

Os Decretos em inteiro teor estão publicados no site <http://rionegrinho.sc.gov.br/atos-municipais-decretos>




**LEI Nº 3256 - DE 30 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2215183

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Rio Negrinho no valor de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	06 - Secretaria de Educação
Unidade	002 - Departamento de Ensino Fundamental
Funcional Programática:	06.002.0012.0361.0006.2093
Programa	0006 - Excelência em Educação
Projeto/Atividade	2093 - Administração de Recursos Humanos do Ensino Fundamental
Despesa – 129	3191000000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias R\$ 15.000,00
Fonte/Recurso	01010002 - Recursos Ordinários Impostos- Educação
Órgão	03 - Secretaria De Administração e Recursos Humanos
Unidade	001 - Departamento De Recursos Humanos
Funcional Programática:	03.001.0004.0122.0003.2031
Programa	0003 - Administração Geral
Projeto/Atividade	2031 - Manutenção das Atividades do Departamento de Recursos Humanos
Despesa – 33	3191000000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias R\$ 150.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários

Art. 2º - Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	06 - Secretaria de Educação
Unidade	004 - Departamento da Merenda Escolar
Funcional Programática:	06.004.0012.0306.0006.2081
Programa	0006 - Excelência em Educação
Projeto/Atividade	2081 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar
Despesa – 163	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
Fonte/Recurso	01010002 - Recursos Ordinários Impostos- Educação
Órgão	11 - Secretaria de Infraestrutura
Unidade	001 - Departamento Rodoviário
Funcional Programática:	11.001.0026.0782.0011.1134
Programa	0011 - Estradas Vicinais e Urbanização de Vias
Projeto/Atividade	1134 - Pavimentação De Vias e Passeios
Despesa – 233	4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 30 de outubro de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

**LEI Nº 3257 - DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215185

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar por transposição de incremento ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), para reforço das seguintes dotações

## orçamentárias:

Órgão	19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	001 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional Programática:	19.001.0010.0301.0019.2207
Programa	0019 - Saúde é Prioridade
Projeto/Atividade	2207 - Manutenção do Programa ESF - Estratégia de Saúde Da Família
Despesa – 370	3190000000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte/Recurso	01020003 - Recursos Ordinários Impostos - Saúde
Órgão	19 - Fundo Municipal De Saúde
Unidade	001 - Fundo Municipal De Saúde
Funcional Programática:	19.001.0010.0301.0019.2204
Programa	0019 - Saúde é Prioridade
Projeto/Atividade	2204 - Manutenção Do Programa Agentes Comunitários De Saúde – Pacs
Despesa – 380	3190000000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
Fonte/Recurso	01020003 - Recursos Ordinários Impostos - Saúde
Órgão	19 - Fundo Municipal De Saúde
Unidade	001 - Fundo Municipal De Saúde
Funcional Programática:	19.001.0010.0301.0019.2201
Programa	0019 - Saúde é Prioridade
Projeto/Atividade	2201 - Manutenção do Programa Piso de Atenção Básica – Pab
Despesa – 386	3190000000 - Aplicações Diretas R\$ 360.000,00
Fonte/Recurso	01020003 - Recursos Ordinários Impostos - Saúde

Art. 2º - Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial por decremento das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	11 - Secretaria de Infraestrutura
Unidade	001 - Departamento Rodoviário
Funcional Programática:	11.001.0026.0782.0011.1134
Programa	0011 - Estradas Vicinais e Urbanização de Vias
Projeto/Atividade	1134 - Pavimentação De Vias E Passeios
Despesa – 233	4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 530.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Ordinários Impostos

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 30 de outubro de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

## LEI Nº 3258 - DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215187

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 404.207,89 (quatrocentos e quatro mil, duzentos e sete reais e oitenta e nove centavos), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	001 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional Programática:	19.001.0010.0301.0019.2201
Programa	0019 - Saúde é Prioridade
Projeto/Atividade	2201 - Manutenção do Programa Piso de Atenção Básica – PAB
Despesa – 370	3190000000 - Aplicações Diretas R\$ 404.207,89
Fonte/Recurso	01020003 - Recursos Ordinários Impostos - Saúde

Art. 2º - Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	19 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	001 - Fundo Municipal de Saúde
Funcional Programática:	19.001.0010.0301.0019.2203
Programa	0019 - Saúde é Prioridade
Projeto/Atividade	2203 - Manutenção do Programa Saúde Bucal = PSF Odonto
Despesa – 375	3190000000 - Aplicações Diretas R\$ 404.207,89
Fonte/Recurso	01020003 - Recursos Ordinários Impostos - Saúde

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 30 de outubro de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

## LEI Nº 3259 - DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215189

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Rio Negrinho no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	08 - Secretaria de Finanças
Unidade	002 - Departamento da Tesouraria
Funcional Programática:	08.002.0004.0123.0008.2111
Programa	0008 - Administração Financeira
Projeto/Atividade	2111 - Amortização da Dívida Pública Amortização da Dívida Pública
Despesa – 207	4690000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte/Recurso	02000038 - Recursos de Outras Fontes
Órgão	02 - Gabinete do Prefeito
Unidade	006 - Subprefeitura do Distrito de Volta Grande
Funcional Programática:	02.006.0015.0451.0002.2015
Programa	0002 - Gestão Administrativa Superior
Projeto/Atividade	2015 - Manutenção das Atividades da Subprefeitura de Volta Grande
Despesa – 20	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários

Art. 2º - Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	02 - Gabinete do Prefeito
Unidade	006 - Subprefeitura do Distrito de Volta Grande
Funcional Programática:	02.006.0015.0451.0002.1016
Programa	0002 - Gestão Administrativa Superior
Projeto/Atividade	1016 - Pavimentação entre a SC 112 e Vila de Volta Grande
Despesa – 17	4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Órgão	11 - Secretaria de Infraestrutura
Unidade	001 - Departamento Rodoviário
Funcional Programática:	11.001.0017.0122.0011.1304
Programa	0011 - Estradas Vicinais e Urbanização de Vias
Projeto/Atividade	1304 - Ampliação da Rede Coletora e Emissários de Esgoto
Despesa – 237	4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte/Recurso	02000038 - Recursos de Outras Fontes

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 30 de outubro de 2019.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

**IPRERIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RIO NEGRINHO****EXTRATO CONTRATO CORREIOS**

Publicação Nº 2215458

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 9912473813

Contratante: IPRERIO – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

Objeto: Prestação de serviços de produtos postais, telemáticos e adicionais nas modalidades nacional e internacional que são disponibilizados em unidades de atendimento da ECT no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) divididos em 12 parcelas conforme serviços prestados no mês.

Vigência: 01/11/2019 a 31/10/2020.

Fundamentação legal: Lei 8.666/93

Rio Negrinho, 01 de novembro de 2019.

EDGAR ANTON

Diretor Executivo do IPRERIO

**Romelândia****PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 86 / 2019**

Publicação Nº 2214893

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 86 / 2019

Processo Licitatório Nº. 2144/2019

Modalidade: Pregão – Registro de Preço Nº. 53/2019

O Município de Romelândia – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.821.182/0001-26 com sede na Rua 12 de Outubro, 242, na cidade de Romelândia – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, residente e domiciliado no município de Romelândia, inscrito no CPF sob o nº 304.788.399-87 e portador da Cédula de Identidade nº 899.689 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 53/2019, REGISTRAR OS PREÇOS com as empresas constantes na Cláusula Primeira desta Ata

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE TESTE SELETIVO E CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DO QUADRO PESSOAL DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA SC,, conforme vencedores a seguir:

PROponentes Vencedores	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANT	VALOR UNITÁRIO
GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	1	CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR - PROVA ESCRITA OBJETIVA	10,00	1.723,61
GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	2	CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR - PROVA ESCRITA OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS	10,00	1.846,63
GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	3	CONCURSO PÚBLICO NÍVEL MÉDIO - PROVA ESCRITA OBJETIVA	10,00	1.610,06
GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	4	CONCURSO PÚBLICO NÍVEL MÉDIO - PROVA ESCRITA OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS	10,00	1.733,08
GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	5	CONCURSO PÚBLICO NÍVEL FUNDAMENTAL - PROVA ESCRITA OBJETIVA	10,00	1.543,82
GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	6	CONCURSO PÚBLICO NÍVEL ALFABETIZADO - PROVA ESCRITA OBJETIVA	10,00	1.505,96
GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	7	CONCURSO PÚBLICO NÍVEL ALFABETIZADO - PROVA ESCRITA OBJETIVA E PROVA PRÁTICA	10,00	1.733,08
GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	8	TESTE SELETIVO NÍVEL SUPERIOR - PROVA ESCRITA OBJETIVA	10,00	1.324,81
GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	9	TESTE SELETIVO NÍVEL SUPERIOR - PROVA ESCRITA OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS	10,00	1.447,83
GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	10	TESTE SELETIVO NÍVEL MÉDIO - PROVA ESCRITA OBJETIVA	10,00	1.211,26
GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	11	TESTE SELETIVO NÍVEL MÉDIO - PROVA ESCRITA OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS	10,00	1.277,50
GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	12	TESTE SELETIVO NÍVEL FUNDAMENTAL - PROVA ESCRITA OBJETIVA	10,00	1.107,17

GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	13	TESTE SELETIVO NÍVEL ALFABETIZADO - PROVA ESCRITA OBJETIVA	10,00	1.107,17
GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	14	TESTE SELETIVO NÍVEL ALFABETIZADO - PROVA ESCRITA OBJETIVA E PROVA PRÁTICA	10,00	1.268,02

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DA ATA

1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a Administração não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.
3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.
4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

1. Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital referente à mesma.
2. Em cada fornecimento, o(s) preço(s) unitário(s) a ser (em) pago(s) para cada item será (ão) o(s) adjudicados para empresa detentora da presente Ata ao final do pregão, o(s) qual (is) também a integram.
3. A mera majoração de preços pelo fornecedor da detentora da Ata não constitui motivo para que esta pleiteie junto a Administração pedido de revisão de preço ou reequilíbrio econômico.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS

1. Após a assinatura desta Ata, a detentora obriga-se a manter sua proposta pelo prazo e validade de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA QUINTA DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

1. A DETENTORA deverá entregar os materiais solicitados no local previsto na ordem de compra.
2. O prazo para entrega dos materiais é de até 03(três) dias úteis após a solicitação emitida através da ordem de compra.
3. Os materiais deverão ser entregues no local indicado pela Administração, correndo por conta da DETENTORA todas as despesas que direta ou indiretamente incidirem na realização sobre o objeto.
4. Se algum material não corresponder ao que foi licitado, será concedido o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para a realização da troca, sob pena de aplicação de sanções legais e editalícias.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

1. Após o recebimento do serviço, acompanhado da respectiva nota fiscal, conferida e assinada pelo fiscal de contrato, o pagamento será efetuado conforme a ordem cronológica de pagamentos e disponibilidade de recursos da Prefeitura de Romelândia.
2. Caso o material não corresponda ao que foi licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição, sem prejuízo das penalidades legais e do edital.
3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.
4. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, através de crédito em conta corrente bancária, exclusivamente em nome da empresa fornecedora.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

1. A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato.
2. A penalidade de multa, prevista no item acima poderá ser aplicada cumulativamente com as penalidades dispostas na Lei nº 10.520/2002, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.
3. Sem prejuízo das sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a DETENTORA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:
4. Pelo atraso injustificado na execução do objeto, sujeita-se a DETENTORA à penalidade de multa de 0,033% sobre o valor total da obrigação não cumprida por dia de atraso, limitada ao total de 20%.
5. Pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá ser aplicado à DETENTORA as sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal 8.666/1999, multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do da Ata de Registro de Preços.
6. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.
7. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens acima será o valor inicial da Ata de Registro de Preços.
8. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a DETENTORA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Administração.
9. Sem prejuízo das penalidades de multa, fica a DETENTORA que não cumprir as cláusulas desta Ata de Registro de Preços sujeita ainda à:
10. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até dois anos.
11. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a



DETENTORA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultante e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

12. Estará sujeita às penalidades a DETENTORA que deixar de atender às condições e prazos de fornecimento estabelecidos neste edital e no contrato.

13. Ficarão suspensos os pagamentos da DETENTORA que não cumprir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a troca do material rejeitado, até que se finalize o processo administrativo que deverá ser iniciado pelo fiscal de contrato ao final do prazo dado para a troca.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

1.1. Automaticamente:

1.1.1. por decurso de prazo de vigência;

1.1.2. quando não restarem fornecedores registrados;

1.1.3. quando caracterizado o interesse público.

1.2. O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.2.1. A pedido, quando:

1.2.2. comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

1.2.3. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

1.2.4. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula Sétima desta Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

1.3. Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

1.3.1. o fornecedor que perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no Edital;

1.3.2. por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

1.3.3. o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.4. o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

1.3.5. caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

1.3.6. não atender solicitação do fiscal de contrato ou deixar de entregar documentos, comprovantes ou certificados exigidos;

1.3.7. substituir seus colaboradores (profissionais envolvidos na relação contratual) e não apresentar ao fiscal de contrato a documentação exigida quanto a qualificação técnica dos substitutos, que deverá ser igual ou superior aos substituídos;

1.3.8. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

1.4. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita por meio de documento oficial ou Através de publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº Pregão e a proposta da empresa DETENTORA.

2. Fica eleito o Foro da Comarca de Anchieta /SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata. 3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, Lei Municipal nº 2.312, e demais normas aplicáveis.

Romelândia – SC, 30/10/19.

VALDIR BUGS		GS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA
CPF: 304.788.399-87		
CONTRATANTE		
VALDINEI GREGOL		FABRÍCIO P. SIMON
CPF: 045.179.079-02		CPF: 104.212.699-25
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

#### PORTARIA 9574/2019

Publicação Nº 2215899

PORTARIA Nº 9574/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. MARTELI WEBLER, cargo de TECNICO ADMINISTRATIVO II, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 04 de maio de 2018 a 03 de maio de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 04 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de novembro de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira  
Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

## **PORTARIA 9575/2019**

Publicação Nº 2215900

PORTARIA Nº 9575/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. ILIANE BEATRIZ JUNG WENDT, cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 09 fevereiro de 2018 a 08 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 04 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de novembro de 2019.

Valdir Bugs  
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira  
Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

## **PORTARIA 9576/2019**

Publicação Nº 2215902

PORTARIA Nº 9576/2019

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO a Servidora Pública Municipal, Sra. CLEUNICE WEBLER HENSEL, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 14 de janeiro de 2014 a 13 de janeiro de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 03(três) meses, a contar de 04 de novembro de 2019 a 01 de fevereiro de 2020, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de novembro de 2019.

Valdir Bugs  
Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira  
Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.



**PORTARIA 9577/2019**

Publicação Nº 2215903

PORTARIA Nº 9577/2019

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO a Servidora Pública Municipal, Sra. IVANETE HENSEL FURTADO, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 22 de junho de 2013 a 21 de junho de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 03(três) meses, a contar de 04 de novembro de 2019 a 01 de fevereiro de 2020, conforme prevê o artigo 105, da Lei Municipal Complementar 005/2009, de 30 de dezembro de 2009.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de novembro de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

**PORTARIA 9578/2019**

Publicação Nº 2215904

PORTARIA Nº 9578/2019

NOMEIA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidora Pública Municipal Sra. FERNANDA RODRIGUES FRANÇA, para exercer o cargo em comissão de ASSESSORA ADMINISTRATIVA I CC- 06, conforme Lei Complementar nº 010/2013, de 26 de dezembro de 2013 e inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de novembro de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

**PORTARIA 9579/2019**

Publicação Nº 2215905

PORTARIA Nº 9579/2019

DESIGNA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI, RESOLVE:

RESOLVE:

Designar a Servidora Pública Municipal PAULA REGINA BILUCA, para desempenhar a função de Diretora do Pré Reino da Alegria, percebendo FG – Função Gratificada na ordem de 50% (cinquenta por cento), calculada sobre o vencimento base, com seus efeitos a partir de 04 de novembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a portaria nº 8335/2017.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 04 de novembro de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

# Saltinho

## PREFEITURA

### ERRATA CONCORRÊNCIA 002/2019

Publicação Nº 2214761

ESTADO DE SANTA CATARNA  
MUNICÍPIO DE SALTINHO

Aviso de Licitação

ERRATA

Processo N.º 061/2019 – Concorrência nº 002/2019

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que realiza Concorrência nº 002/2019 – decorrente do PROCESSO 061/2019, visando a OUTORGA DE PERMISSÃO PARA SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AO TRANSPORTE, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO PELAS POLÍCIAS MILITAR E CIVIL NO MUNICÍPIO DE SALTINHO – SC. De acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – HABILITAÇÃO e Nº 02 – PROPOSTA, contendo, respectivamente, a documentação de habilitação as propostas de preços dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 08:30MIN DO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2019, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08:30MIN DO DIA 05 DE DEZEMBRO DE 2019, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Saltinho/SC. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC, 04 de novembro de 2019. Deonir Luiz Ferronato - Prefeito Municipal

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 321/2019

Publicação Nº 2213186

PORTARIA Nº. 321 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA SERVIDORA PARA OCUPAR O CARGO DE AUXILIAR EDUCACIONAL – 40 HORAS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso - SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear e dar posse por Concurso Público, à Sra. FLAVIA BIAVA LUVISON, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações (LC 44/2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR EDUCACIONAL, 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação, com vencimentos referentes ao código CPE04, do Anexo II, Tabela II, Grupo II.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, 05 de novembro de 2019.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### 3 FEIRA E EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS DA AGRICULTURA DE ANIMAIS

Publicação Nº 2215016

#### III FEIRA E EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE SANTA ROSA DO SUL

Novembro/2019

A Comissão Central Organizadora - CCO da VIII POLVILHANA – Festa do Polvilho e da Banana de Santa Rosa do Sul, por intermédio de sua Subcomissão, formada por representantes da Secretaria da Agricultura, ABAESC, IFC, COOPERSOL, torna público o edital da III Feira e Exposição de Animais da Agricultura Familiar de Santa Rosa do Sul.

#### DO OBJETIVO

Art. 1º - O presente edital tem por objetivo regulamentar a III Feira e Exposição de Animais da Agricultura Familiar de Santa Rosa do Sul/SC que acontecerá de 14 a 17 de novembro de 2019.

#### DA PARTICIPAÇÃO

Art. 2º - Poderão participar da Feira ou da Exposição os agricultores do Município de Santa Rosa do Sul/SC que se enquadrarem no regulamento.

#### DA JUSTIFICATIVA

Art. 3º - Fortalecer, promover e desenvolver as políticas públicas de valorização da agricultura familiar local; homenagear o agricultor, possibilitando trocas de experiências e proporcionando espaços para que os mesmos consigam divulgar e comercializar seus produtos e, ao mesmo tempo, proporcionar aos participantes do evento, momentos de diversão, lazer e confraternização.

#### DA PROMOÇÃO

Art. 4º - A III Feira e Exposição de Animais da Agricultura Familiar de Santa Rosa do Sul/SC será organizada e promovida pela Subcomissão da Secretaria da Agricultura citada no início deste documento, com o apoio da CCO da VIII POLVILHANA.

#### DAS INSCRIÇÕES

Art. 5º - Para efetuar sua inscrição o agricultor deverá preencher corretamente a Ficha de Inscrição que será disponibilizada na Casa do Agricultor (Secretaria da Agricultura) a partir do dia 01 de outubro.

Parágrafo Único – As inscrições acontecerão até o dia 20 de outubro.

#### DA UTILIZAÇÃO DAS IMAGENS DOS PARTICIPANTES

Art. 6º- Todos os inscritos poderão ter suas imagens divulgadas no evento e/ou em materiais de publicidade ligados a VIII POLVILHANA.

#### DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E VISITAÇÃO

Art. 7º - O Horário de funcionamento e visitação da Feira será:  
Quinta-feira, 14/11/2019 Abertura Oficial as 20h00min até as 22h00min;  
Sexta-feira, 15/11/2019 das 10h00min às 22h00min;  
Sábado, 16/11/2019 das 10h00min às 22h00min e  
Domingo, 17/11/2019, das 10h00min às 18h00min.

#### DA ADMISSÃO DOS ANIMAIS

##### BOVINOS

Art. 8º- Para admissão na III Feira e Exposição de Animais da Agricultura Familiar de Santa Rosa do Sul/SC os bovinos deverão apresentar os seguintes Documentos Sanitários:

- GTA - Guia de Trânsito Animal para os bovinos da feira e da exposição.
- Os animais devem apresentar-se em bom estado de saúde, sem sinais de doenças e livres de parasitas externos;
- Os animais devem proceder de estabelecimentos onde, nos 60 dias anteriores à data do evento, não tenha havido ocorrência clínica de

doença transmissível para a qual a espécie seja suscetível.

- Os animais devem estar identificados de acordo com o estabelecido para cada espécie;

- Atestado com resultado negativo a teste de diagnóstico para BRUCELOSE, efetuado até 60 dias antes do início e fim do evento, para animais acima de 8 meses, FEMEAS E MACHOS NÃO CASTRADOS, emitido por médico veterinário habilitado;

- Atestado com resultado negativo a teste de diagnóstico para TUBERCULOSE, efetuado até 60 dias antes do início e fim do evento, para animais com idade igual ou superior a seis semanas (06), emitido por médico veterinário habilitado;

OBS: Propriedades certificadas como livres de Brucelose e Tuberculose, ficam dispensadas dos testes, desde que apresentem o certificado original ou cópia autenticada dentro do prazo de validade, de acordo com o PNCEBT.

**OS BOVINOS PARA EXPOSIÇÃO TERÃO SEU INGRESSO NO PARQUE NO DIA 14/11/2019 DÁS 08h00min ATÉ ÀS 18h00min. OVINOS E CAPRINOS**

Art. 9º- Para admissão na III Feira e Exposição de Animais da Agricultura Familiar de Santa Rosa do Sul/SC, os ovinos/caprinos deverão apresentar os seguintes Documentos Sanitários:

- GTA.

- Os proprietários de ovinos deverão apresentar atestado sanitário expedido por Médico Veterinário certificando que nos últimos 180 dias da data do certame não houve ocorrência de epididimite nos animais da propriedade de origem.

- Os proprietários de caprinos deverão apresentar um atestado sanitário expedido por Médico Veterinário certificando que nos últimos 180 dias da data do certame não houve ocorrência e manifestação clínica para artrite encefalite caprina (CAE) e epididimite nos animais da propriedade de origem.

- Atestado sanitário negativo para Sarna e Piolho, expedido por Médico Veterinário.

**OS OVINOS / CAPRINOS TERÃO SEU INGRESSO NO PARQUE NO DIA 14/11/2019 DÁS 08h00min ATÉ ÀS 18h00min.**

#### **EQUINOS**

Art. 10º- Para admissão na III Feira e Exposição de Animais da Agricultura Familiar de Santa Rosa do Sul/SC, os equinos deverão apresentar os seguintes Documentos Sanitários:

- GTA.

- Exame negativo para AIE (anemia infecciosa equina) e mormo dentro do prazo de validade, que cubra todo o período do evento.

- Carteira de vacinação ou atestado sanitário expedido por méd. Veterinário de que nos últimos 30 dias não ocorreu na propriedade nenhum caso de influenza equina.

**OS EQUINOS TERÃO SEU INGRESSO NO PARQUE NO DIA 14/11/2019 DÁS 08h00min ATÉ ÀS 18h00min.**

**DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS PARA O DESEMBARQUE E PERMANÊNCIA DOS ANIMAIS NO RECINTO.**

Art. 12º- Todos os animais serão obrigatoriamente desembarcados (chegada ao recinto) e embarcados (saída do recinto) em um único local apropriado designado pela Defesa Sanitária Animal CIDASC;

Art.13º - Todos os animais para entrarem no parque de eventos deverão estar acompanhados da Documentação Sanitária citada neste Regulamento e cumprirem as Legislações Sanitárias Federal e Estadual.

Art. 14º - Todos os animais deverão ter seus Doc. Sanitários avaliados e aprovados pelo Médico Veterinário R.T. (Responsável Técnico) do evento para depois adentrarem ao parque de eventos.

Art. 15º - Não será permitido, no recinto da exposição, o ingresso de animais acometidos ou suspeitos de doenças transmissíveis, ou demais reagentes aos testes laboratoriais ou alérgicos requeridos assim como de animais portadores de ectoparasitas;

Art. 16º - Os animais cujo ingresso no recinto da feira e da exposição não tenha sido permitido deverão retornar imediatamente ao estabelecimento de procedência.

Art. 17º - A movimentação dos animais no recinto da exposição será permitida somente perante autorização do Responsável Técnico.

Art. 18º - Todos os animais que participarão da Feira e Exposição passarão por uma Vistoria Técnica 15(quinze) dias antes do evento.

Art. 19º - Os animais deixarão o recinto da exposição somente no dia e horário pré-estabelecido, ou seja, no dia 17(dezessete) de novembro após as 18(dezoito) horas, salvo autorização do Responsável Técnico.

#### **DAS DESPESAS**

Art. 20º - As despesas referentes a exames exigidos e fretes para o evento correrão por conta da Prefeitura.

#### **DA FEIRA**

Art. 21º - Toda e qualquer COMERCIALIZAÇÃO de animais durante o evento da III Feira e Exposição de Animais da Agricultura Familiar de Santa Rosa do Sul/SC, serão de inteira responsabilidade dos proprietários, não incumbindo aos responsáveis do evento, nenhuma intervenção ou responsabilidade.

Art. 22º - A documentação dos animais comercializados na feira deverá ser efetuada no primeiro dia útil após o evento.

#### **DOS CUIDADOS COM OS ANIMAIS**

Art. 23º - Os cuidados e a alimentação dos animais durante o evento ficarão a cargo de cada proprietário.

Parágrafo Único - Os proprietários deverão estar cientes de que qualquer EVENTUALIDADE (incluído prejuízos ou não) com seus animais caberá a si mesmos as responsabilidades.

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 24º - Os casos omissos a este Edital serão decididos pela Subcomissão e Comissão Central Organizadora, sendo estas soberanas em suas decisões.

Art. 25º- Os participantes concordam com o conteúdo deste regulamento, se comprometem pela boa condução do evento e se responsabilizam por qualquer acidente, que por seus atos, possam provocar.

CCO - Comissão Central Organizadora.

Santa Rosa do Sul, SC 27 de setembro de 2019.

Responsável Legal do Evento Médico Veterinário R.T.

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO PÚBLICA PL 113-2019 PP 71-2019

Publicação Nº 2216160

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</b>  CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 71/2019 - PR</b>
	<b>Processo Administrativo:</b>
	<b>Processo de Licitação:</b> 113/2019 <b>Data do Processo:</b> 13/09/2019

Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE MONITORAMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL, EQUIPAMENTO DE GRAVAÇÃO, ARMANEJAMENTO E TRANSMISSÃO DO CONTEÚDO, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 28/2019 (Sequência: 1)**

Ao(s) 25 de Outubro de 2019, às 08:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designada pela(o) Decreto nº 01/2019, para dar continuidade no Processo Licitatório nº 113/2019, Licitação nº. 71/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

As 08:00 horas do dia 25 (vinte e cinco) de outubro de 2019, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, reuniram-se Pregoeira e equipe de apoio, para apreciarem e julgarem a proposta de preços e os documentos de habilitação, apresentados para a licitação na modalidade pregão presencial, tendo como objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE MONITORAMENTO PELA AUTORIDADE POLICIAL, EQUIPAMENTO DE GRAVAÇÃO, ARMANEJAMENTO E TRANSMISSÃO DO CONTEÚDO, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. Reuniu-se, para o ato de recebimento dos envelopes contendo propostas e documentações referentes ao Pregão Presencial nº 71/2019, quando que iniciada a sessão, nenhuma empresa se fez presente, não havendo interessados. A Pregoeira Oficial e sua Equipe de Apoio segundo a Lei de Licitações decide declarar a licitação DESERTA, sugerindo republicação do certame; sendo possível, mantidas as condições do edital. Encaminham-se os autos à apreciação do Sr. Prefeito Municipal para deliberação. Nada mais havendo a relatar, a Sra. Pregoeira encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Santa Terezinha do Progresso, 25 de Outubro de 2019

**COMISSÃO:**

ELENICE ELECIR PORSCHE	- ..... - Pregoeiro(a)
ERONI ALLEBRANDT	- ..... - SECRETÁRIO
MARGARETE ROSA ALVES	- ..... - MEMBRO
MARCIANE ELENI PINNO	- ..... - MEMBRO
SELMAR MAGRO	- ..... - MEMBRO
NOELI TEREZINHA VANIN	- ..... - MEMBRO
SOLANGE BRAGA	- ..... - MEMBRO



**ATA DA SESSÃO PÚBLICA PL 123-2019 TP 10-2019**

Publicação Nº 2216152

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</b>  CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 10/2019 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 123/2019 Data do Processo: 14/10/2019

Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de serviços especializados para realização de Teste Seletivo no município de Santa Terezinha do Progresso/SC, compreendendo as fases: elaboração do edital, coordenar e receber as inscrições, elaborar todas as provas escritas com questões inéditas, aplicação e correção das provas escritas e práticas, recrutamento e treinamento dos fiscais de sala no dia da prova, classificação dos candidatos, divulgação dos resultados e demais atividades afins

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 30/2019 (Sequência: 1)**

Ao(s) 4 de Novembro de 2019, às 08:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 02/2019, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 123/2019, Licitação nº. 10/2019 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

Aos 04 (quatro) dias do mês de novembro de 2019, reuniram-se na sala de licitações, a Presidente da Comissão de Licitações, e equipe de apoio, para abertura e julgamento do PL 123/2019 TP 10/2019, que tem como objeto: Contratação de serviços especializados para realização de Teste Seletivo no município de Santa Terezinha do Progresso/SC, compreendendo as fases: elaboração do edital, coordenar e receber as inscrições, elaborar todas as provas escritas com questões inéditas, aplicação e correção das provas escritas e práticas, recrutamento e treinamento dos fiscais de sala no dia da prova, classificação dos candidatos, divulgação dos resultados e demais atividades afins. Iniciados os trabalhos constatou-se que teve 02 (duas) empresas para participar do certame, sendo elas: SCHEILA APARECIDA WEISS ME, sem representante e também a empresa: DELMA ELOI BITENCOURT DA SILVA ME, representada pelo Sr. Everson da Silva Gonçalves. Inicialmente a presidente da comissão teceu alguns comentários sobre o andamento do processo e deu início aos trabalhos. De posse dos envelopes que encontravam-se devidamente lacrados, foi solicitado que os presentes rubricassem e conferissem os fechos que encontravam-se devidamente lacrados. Na sequência, foi aberto os envelopes de ambas as empresas para verificar a documentação dos participantes. Após minuciosa conferência pela presidente da comissão e toda equipe de apoio, foi constatado que ambas as empresas apresentaram toda documentação exigida para habilitação, conforme o item 7, bem como todos os sub-itens do instrumento convocatório que trata da habilitação da empresa no processo, a documentação foi analisada pelo representante da empresa presente que igualmente a equipe de apoio, assinou todas as páginas. Indagado sobre a fase recursal do processo, o representante da empresa: DELMA ELOI BITENCOURT DA SILVA, Sr. Everson da Silva Gonçalves, manifestou interesse em interpor recurso da documentação de habilitação da participante SCHEILA APARECIDA WEISS ME, especificamente no documento que trata do Ato Constitutivo da empresa, pois suspeita que teve alteração na empresa e a mesma não está contemplada na documentação aqui apresentada, sendo assim, o mesmo requer prazo para conferência e se constatado apresentar recurso contra a empresa SCHEILA APARECIDA WEISS. Neste sentido, como não é possível por parte da comissão fazer esta análise no momento, pois demanda da emissão de documentos, fica aberto o prazo de (cinco) dias para que a empresa: DELMA ELOI BITENCOURT DA SILVA, faça sua manifestação para posterior análise, por parte da equipe de licitações e parecer jurídico. Sendo assim, encerramos a presente sessão pública, lavrando a presente ata que será assinada pelos presentes. Santa Terezinha do Progresso - SC, 04 de novembro de 2019.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</b>		<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 10/2019 - TP</b>
CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC		Processo Administrativo: 123/2019 Processo de Licitação: Data do Processo: 14/10/2019
		Folha: 2/2

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Santa Terezinha do Progresso, 4 de Novembro de 2019

**COMISSÃO:**

- |                       |         |                                       |
|-----------------------|---------|---------------------------------------|
| ELENICE ELECIR PORSCH | - ..... | - Presidente da Comissão de Licitação |
| ERONI ALLEBRANDT      | - ..... | - SECRETARIO                          |
| MARGARETE ROSA ALVES  | - ..... | - MEMBRO                              |
| MARCIANE ELENI PINNO  | - ..... | - MEMBRO                              |
| SELMAR MAGROI         | - ..... | - MEMBRO                              |
| SOLANGE BRAGA         | - ..... | - MEMBRO                              |
| NOILI TEREZINHA VANIN | - ..... | - MEMBRO                              |

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

- |                            |         |                 |
|----------------------------|---------|-----------------|
| EVERSON DA SILVA GONÇALVES | - ..... | - Representante |
|                            | - ..... | - Representante |

# Santo Amaro da Imperatriz

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 6.665/2019

Publicação Nº 2215379

DECRETO Nº 6.665, de 04 de Novembro de 2019.

NOMEA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 59, XVI, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 23 e seguintes, da Lei Complementar nº 060/09, resolve

NOMEAR :

JOICE AMANCIO, brasileira, solteira, CPF 044.227.959 - 02, para o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, ANMEF-B-I-A, com 30 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 6.666/2019

Publicação Nº 2215382

DECRETO Nº 6.666, de 04 de Novembro de 2019.

NOMEA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 59, XVI, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 11 e seguintes, da Lei Complementar nº 059/09, resolve

NOMEAR :

GRAZIELA SILVA MARTINS DO CARMO, brasileira, casada, CPF nº 073.570.129-64, para o cargo efetivo de Professora da Educação Básica – Educação Infantil, nível A-III-A, com 40 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 6.667/2019

Publicação Nº 2215383

DECRETO Nº 6.667, de 04 de Novembro de 2019.

NOMEA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 59, XVI, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 11 e seguintes, da Lei Complementar nº 059/09, resolve

NOMEAR :

LUCIANA MATOS CORDEIRO, brasileira, união estável, CPF nº 084.237.079-03, para o cargo efetivo de Professora da Educação Básica – Educação Infantil, nível A-III-A, com 40 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Novembro de 2019.  
EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 15.282**

Publicação Nº 2215350

PORTARIA Nº 15.282, de 04 de novembro de 2019.  
AUTORIZA ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA VERIFICAR A POSSIBILIDADE DE CONCEDER LICENÇA A SERVIDORA POR ACIDENTE DE TRABALHO.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Art. 1º - Fica a controladora interna, autorizada a abrir procedimento administrativo, para verificar a possibilidade de conceder licença de 90 (noventa) dias a servidora Eliane Aparecida Andrade de Souza, devido acidente de trabalho estando a serviço da Administração.

Art.2º Após abertura do procedimento administrativo caberá a comissão de julgamento disciplinar, apurar os fatos, julgar e conceder a licença, caso o acidente de trabalho seja comprovado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 04 de Novembro de 2019.  
EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS  
Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

**PORTARIA Nº 15.278/2019**

Publicação Nº 2215378

PORTARIA Nº 15.278, de 01 de Novembro de 2019.

REVOGA EFEITOS DA PORTARIA Nº 15.253/2019.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

R E V O G A R :

Os efeitos da Portaria nº 15.253/2019 onde concedeu Abono de Permanência a servidora MARIA BERNADETE CARVALHO LUIZ, matrícula nº 2167, por motivo de equívoco.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Novembro de 2019.  
EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.279/2019**

Publicação Nº 2215385

PORTARIA Nº 15.279, de 04 de Novembro de 2019.  
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 169 da Lei Complementar nº 060/09

RESOLVE :

Conceder Licença Prêmio à servidora GIOVANA MÁRCIA DOS SANTOS GUIMARÃES, ocupante do cargo de Nutricionista, a partir de 06/11/2019 a 05/12/2019, relativa ao período aquisitivo de 2009/2014.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Novembro de 2019.  
EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.280/2019**

Publicação Nº 2215386

PORTARIA Nº 15.280, de 04 de Novembro de 2019.  
CONCEDE ADICIONAL DE  
REGÊNCIA DE CLASSE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme de acordo com o art. 99 da Lei Complementar nº 059, de 17/12/2009, resolve

CONCEDER :

Adicional de Regência de Classe na ordem de 10% (dez por cento) a:

Matrícula	Nome
7899	Graziela Silva Martins do Carmo
7901	Luciana Matos Cordeiro

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Novembro de 2019.  
EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.281/2019**

Publicação Nº 2215388

PORTARIA Nº 15.281, de 04 de Novembro de 2019.  
EXONERA MEMBRO DO  
CONSELHO TUTELAR.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

E X O N E R A R:

À pedido, MICHELI PETRONILHA SELL, das funções de Conselheiro Tutelar, a partir de 04/11/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Novembro de 2019.  
EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.283/2019**

Publicação Nº 2215493

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.283, de 04 de Novembro de 2019.

DESIGNA SERVIDORES

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D E S I G N A R :  
De acordo com o Artigo 272, IV da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009

MARCOS JOÃO GOEDERT, para em substituição a DILVA MARIA BOING DOS SANTOS ministrar aulas de Matemática na Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 04/11/2019 à 19/12/2019, com 20 horas semanais.

VIVIANE DE CASSIA FAGUNDES BAPTISTA, para em substituição a MARIA DO CARMO NUNES VIANA ministrar aulas de Inglês na Escola Básica Municipal Vila Santana, a partir de 05/11/2019 à 07/12/2019, com 10 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 15.284/2019

Publicação Nº 2215495

PORTARIA Nº 15.284, de 04 de Novembro de 2019.

### DESIGNA ESTAGIÁRIA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 5º da Lei Comp. nº 60, de 17 de Dezembro de 2009, resolve

#### D E S I G N A R :

THAIANE DOS SANTOS MARTENDAL, brasileira, estudante, para desempenhar atividades junto a Secretaria Municipal da Administração, Finanças e Planejamento, com jornada de estágio igual a seis horas diárias e vencimento previsto em lei, a partir de 04/11/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 04 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## TERMO DE COLABORAÇÃO 06/2019

Publicação Nº 2215833

TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 06/2019.

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, ATRAVÉS DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA E A ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL SANTO AMARO.

O Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº 306, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 557.448 – SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 288.673.009-20, residente e domiciliado na Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, através do Fundo da Infância e da Adolescência – CMDCA de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Gestor senhor Adriano de Medeiros Caldas, brasileiro, casado, portador do RG 1.667.055 e CPF nº 017.432.709-92, residente e domiciliado na Rua Geral Braço São João, nº 401, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominada simplesmente MUNICÍPIO e ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL SANTO AMARO, entidade beneficente de educação e assistência social, inscrita no CNPJ sob nº 83.431.676/0001-67, sediada na Rua Olíbio Hahn, nº 50, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC, doravante denominada ENTIDADE, neste ato representada por seu Presidente senhor Humberto Alcino da Silva, brasileiro, casado, portador do CPF nº 021.050.379-33, residente e domiciliado na Rua Emeline Matildes Crisemann Scheidt, nº 00270, Apto 401, Centro, cidade de Palhoça/SC, resolvem celebrar o presente TERMO DE COLABORAÇÃO, através do edital de Chamamento Público nº 003/2019 do CMDCA, em conformidade com a Lei nº 13.019/2014, em com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei nº 9.394/96, Lei 8.742/1993, Decreto Municipal nº 6.043/2017, conforme cláusulas e condições seguintes:

### 1. DO OBJETIVO

1.1- O presente Termo de Colaboração tem por objetivo a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO MUSICAL E CULTURAL SANTO AMARO, com a finalidade de promover o atendimento de até 84 crianças e adolescentes, adquirindo instrumentos musicais e camisetas, para a prática instrumental em grupos como ferramenta para inclusão social das crianças e adolescentes, estimulando a autoestima, o companheirismo, o respeito pelas famílias, colegas e comunidade, estimulando a solidariedade mútua, além de aprimorar a formação não só de artistas multiplicadores da cultura, como também cidadãos capazes de transformar a própria realidade em que estão inseridos, conforme Plano de Trabalho, que devidamente aprovado pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, constitui parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

### 2. DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES:

**2.1- Das obrigações da Entidade:**

- 2.1.1- São compromissos da ENTIDADE, desenvolver os serviços do ensino de música, adquirindo instrumentos musicais, conforme previsão contida no objetivo deste termo, atendendo o número de pessoas e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo;
- 2.1.2- Manter equipe de profissionais habilitados para o exercício das respectivas funções, com registro nos correspondentes órgãos;
- 2.1.3- Manter em seus quadros, devidamente registrados, pessoal habilitado para execução do programa;
- 2.1.4- A pagar salários mensais compatíveis com os vigentes no mercado para a categoria correspondente;
- 2.1.5- Atender o previsto na legislação no que se refere a aplicação dos recursos repassados;
- 2.1.6- Atender o previsto na legislação trabalhista e previdenciária;
- 2.1.7- Manter em sua estrutura administrativa setor responsável pelo arquivo e guarda de documentos relativos ao presente documento;
- 2.1.8- Contabilizar os recursos recebidos de forma regular e de acordo com a legislação vigente;
- 2.1.9 - Apresentar ao Município o Plano de Aplicação dos recursos;
- 2.1.10 - Aplicar os recursos financeiros de acordo com o Plano aprovado;
- 2.1.11 -Manter conta provisão especial;
- 2.1.12 -Manter conta especial para os recursos recebidos;
- 2.1.13- Movimentar recursos preferencialmente através de transferência bancária e somente emitir cheques nominativos quando extremamente necessário;
- 2.1.14- Excluir o Município de qualquer responsabilidade previdenciária e trabalhista;
- 2.1.15 -Permitir e facilitar amplo acesso as informações relativas a execução deste Termo de Colaboração;
- 2.1.16 - Prestar contas dos recursos recebidos na forma da lei.
- 2.1.17- Permitir o livre acesso dos servidores do MUNICIPIO, facilitando a obtenção de informações junto à ENTIDADE;
- 2.1.18 - Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do MUNICIPIO;
- 2.1.19 - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo MUNICIPIO, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição;
- 2.1.20 - Manter registros contábeis, atualizados e em boa ordem a disposição dos servidores do MUNICIPIO;
- 2.1.21 – A ENTIDADE, deverá utilizar os recursos recebidos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Após, deverá apresentar a prestação de contas no prazo de 10 (dez) dias;
- 2.1.22 - Obedecer, para fins de prestações de contas, as normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;
- 2.1.23 - Utilizar a verba a ser repassada pelo MUNICIPIO exclusivamente para cobertura de despesas relativas ao objeto deste Termo de Colaboração, sendo:
- a) despesas diretamente vinculadas a realização das atribuições e obrigações pela ENTIDADE na realização da presente parceria;
- b) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria.
- c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;
- d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.
- 2.1.24 - Restituir o Município, por ocasião da apresentação do relatório e da prestação de contas anual consolidada, os valores repassados para consecução da parceria, quando os mesmos não forem utilizados;
- 2.1.25 - Responder pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da ENTIDADE e ao adimplemento deste termo, não caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

**2.2 – Das Obrigações do Município:**

- 2.2.1 - Transferir os recursos à ENTIDADE, no valor total de R\$ 9.250,00 (nove mil e duzentos e cinquenta reais), no mês de novembro/2019.
- 2.2.1.1 – Na eventualidade de atraso da parcela, o MUNICIPIO poderá repassar os recursos em atraso num único mês, até a regularização dos repasses.
- 2.2.2 - Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:
- 2.2.3 - Apreciar a prestação de contas apresentada pela ENTIDADE;
- 2.2.4 - Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da ENTIDADE pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 2.2.5- Comunicar formalmente à ENTIDADE qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;
- 2.2.6 - Dar publicidade ao presente Termo de Colaboração através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal;
- 2.2.7 - Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à ENTIDADE quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:
- a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas.
- b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICIPIO, não prevista no Plano de Trabalho.
- c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.
- d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.
- 2.2.8 - Para fins de interpretação do item 2.2.7 entende-se por:
- a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.
- b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo a ENTIDADE, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.
- c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

**3– DOS RECURSOS FINANCEIROS:**

- 3.1- A ENTIDADE movimentará os recursos em conta bancária específica, de sua titularidade mantida junto ao Banco do Brasil ou Caixa



Econômica Federal, conforme IN nº 14/2012 do TCE/SC.

#### 4 – DA GESTÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

4.1- O acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto e condições do presente instrumento serão exercidos pelo MUNICIPIO a quem também incumbirá à análise dos relatórios de atividades dos serviços desenvolvidos e dos demais documentos apresentados pela ENTIDADE;

4.2- O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

#### 5 – DA VIGÊNCIA

5.1 - O prazo de vigência do presente Termo de Colaboração será até 31/12/2019.

#### 6 – DA RESCISÃO

6.1 - O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

#### 7 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A ENTIDADE deverá apresentar a prestação de contas, conforme previsto na cláusula segunda, item 2.1.16;

7.2 - A Prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser apresentada com os seguintes documentos:

- a)- Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- b)- Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;
- c)- Demonstrativo de Execução de Receita e Despesa, devidamente acompanhado dos comprovantes das despesas realizadas e assinado pelo dirigente e responsável financeiro da entidade;
- d)- Comprovante, quando houver, de devolução de saldo remanescente em até 30 (trinta) dias após o término da vigência deste Termo.

#### 8 – DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

8.1- O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

8.2- Pela execução da parceria em desacordo com o projeto, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à ENTIDADE as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

#### 9 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas com a execução da presente parceria correrão por conta da rubrica de dotação Orçamentária: Fundo Municipal da Infancia e Adolescência -0901.2048.3350 (116).

#### 10 – DOS CASOS OMISSOS

10.1 - Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal Nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 6.043/2017.

#### 11 – DO FORO

11.1 - Os partícipes elegem o Foro da comarca de Santo Amaro da Imperatriz/SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Santo Amaro da Imperatriz, em 30 de outubro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN HUMBERTO ALCINO DA SILVA

Prefeito Municipal Presidente

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS

Gestor do FIA



**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS - PREGÃO 43-2019**

Publicação Nº 2215933

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ</b>  <b>CNPJ: 82.892.324/0001-46</b> <b>Praça Governador Ivo Silveira</b> <b>C.E.P.: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 43/2019 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 42/2019</b> <b>Processo de Licitação: 43/2019</b> <b>Data do Processo: 22/10/2019</b>
	Folha: 1/4

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Pela contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia para a Frota de Veículos e Equipamentos do Município.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 4 de Novembro de 2019, às 14:44 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 14974, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 43/2019, Licitação nº 43/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME RICARDO BROERING ME (112568) NÃO APRESENTOU O ITEM 8.1 ALÍNEA 'D' DO EDITAL, SENDO ASSIM CONSIDERADA INABILITADA. A PREGOEIRA VERIFICOU A DOCUMENTAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO A EMPRESA JOSE JOEL SCHURHAUS -ME, NO QUAL CONSTATOU QUE ESTA APRESENTOU TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL EM SITUAÇÃO REGULAR, SENDO CONSIDERADA HABILITADA, QUESTIONOU O CREDENCIADO DA EMPRESA O SENHOR JOSE JOEL SCHURHAUS SE ACEITARIA O LOTE PELO VALOR DE SEU ÚLTIMO LANCE OFERTADO, COM A SUA ACATAÇÃO. A PREGOEIRA DECLARA COMO VENCEDOR O SEGUNDO COLOCADO A EMPRESA JOSE JOEL SCHURHAUS -ME.

**LOTE: 1****Participante: 6152 - JOSE JOEL SCHURHAUS -ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Balanceamento de pneu de automovel	un	350,00		0,0000	10,4202	3.647,07
2	Geometria de automovel	un	120,00		0,0000	27,7871	3.334,45
3	conserto de pneu de automóvel	un	140,00		0,0000	13,8936	1.945,10
4	montagem de pneu de automovel	un	200,00		0,0000	11,1148	2.222,96
5	Vulcanizo de pneu de automovel	un	30,00		0,0000	41,6807	1.250,42

**Total do Participante -----> 12.400,00****LOTE: 2****Participante: 6152 - JOSE JOEL SCHURHAUS -ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	Balanceamento de pneu utilitário	un	100,00		0,0000	20,00	2.000,00
7	Geometria de Utilitário	un	50,00		0,0000	65,00	3.250,00
8	Conserto de pneu de Utilitário	un	40,00		0,0000	20,00	800,00
9	Montagem de pneu de Utilitário	un	50,00		0,0000	20,00	1.000,00
10	Vulcanizo de pneu de Utilitário	un	30,00		0,0000	70,00	2.100,00

**Total do Participante -----> 9.150,00****LOTE: 3****Participante: 6152 - JOSE JOEL SCHURHAUS -ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
11	Balanceamento de pneu dianteiro de caçamba	un	70,00		0,0000	23,4699	1.642,89
12	Geometria de caçamba - toco	un	25,00		0,0000	82,1466	2.053,67
13	Geometria de caçamba truck	un	10,00		0,0000	82,1466	821,47
14	Conserto de pneu de caçamba	un	80,00		0,0000	20,5367	1.642,94
15	montagem de pneu de caçamba	un	100,00		0,0000	18,7764	1.877,64

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

CNPJ: 82.892.324/0001-46  
Praça Governador Ivo Silveira  
C.E.P.: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 43/2019 - PR**

Processo Administrativo: 42/2019  
Processo de Licitação: 43/2019  
Data do Processo: 22/10/2019

Folha: 2/4

**LOTE: 3**

**Participante: 6152 - JOSE JOEL SCHURHAUS -ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
16	Troca de pneu de caçamba	un	60,00		0,0000	12,9088	774,53
19	Serviços de vulcanizo de caçamba	un	30,00		0,0000	105,6171	3.168,51
20	Balanceamento de pneu de ônibus	un	120,00		0,0000	23,4705	2.816,46
21	Geometria de Ônibus	un	50,00		0,0000	82,1466	4.107,33
22	conserto de pneu de onibus	un	100,00		0,0000	20,5367	2.053,67
23	Montagem de pneu de onibus	un	120,00		0,0000	18,7764	2.253,17
24	Troca de pneu de ônibus	un	100,00		0,0000	12,9088	1.290,88
25	Vulcanizo de pneu de onibus	un	40,00		0,0000	105,6171	4.224,68
28	Balanceamento de pneu de Micro Ônibus	un	80,00		0,0000	23,4705	1.877,64
29	Geometria de Micro Ônibus	un	50,00		0,0000	82,1466	4.107,33
30	Conserto de pneu de micro onibus	un	60,00		0,0000	20,5367	1.232,20
31	Montagem de pneu de Micro Ônibus	un	80,00		0,0000	18,7764	1.502,11
32	Troca de pneu de Micro Ônibus	un	50,00		0,0000	12,9088	645,44
33	Vulcanizo de pneu de Micro Ônibus	un	30,00		0,0000	105,6171	3.168,51
74	Tip Top VD 04 - Caçamba	un	30,00		0,0000	11,7352	352,06
75	Tip Top VD 06 - Caçamba	un	30,00		0,0000	22,2969	668,91
76	Tip Top VD 04 - Ônibus e Micro Ônibus	un	40,00		0,0000	11,7352	469,41
84	Serviços de TIP TOP VD 04 - para pneu com câmara	un	40,00		0,0000	11,7352	469,41
85	Serviços de TIP TOP VD 06 - para pneu com câmara	un	40,00		0,0000	22,2969	891,88
86	Tip Top VD 05 - Ônibus e Micro Ônibus	un	30,00		0,0000	12,9088	387,26

**Total do Participante -----> 44.500,00**

**LOTE: 4**

**Participante: 6152 - JOSE JOEL SCHURHAUS -ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
35	conserto de pneu de implemento agrícola	un	25,00		0,0000	14,9092	372,73
36	conserto de pneu dianteiro de trator traçado	un	25,00		0,0000	35,6514	891,29
37	Conserto de pneu dianteiro de trator não traçado	un	25,00		0,0000	14,9088	372,72
38	conserto de pneu traseiro de trator agrícola	un	50,00		0,0000	48,6156	2.430,78
39	montagem de pneu dianteiro de trator não traçado	un	30,00		0,0000	14,9088	447,26
40	montagem de pneu traseiro de trator agrícola	un	40,00		0,0000	48,6156	1.944,62
41	montagem de pneu dianteiro de trator traçado	un	20,00		0,0000	38,8925	777,85
42	Vulcanizo de pneu traseiro de trator	un	10,00		0,0000	246,3191	2.463,19
43	Vulcanizo de pneu dianteiro de trator traçado	un	15,00		0,0000	246,3191	3.694,79
44	Conserto de pneu dianteiro de Retro escavadeira	un	70,00		0,0000	25,9283	1.814,98
45	Conserto de pneu dianteiro de motoniveladora e carregadeira	un	50,00		0,0000	48,6156	2.430,78
46	conserto de pneu traseiro de Retro Escavadeira/ Motoniveladora/Carregadeira	un	50,00		0,0000	48,6156	2.430,78
47	montagem de pneu dianteiro de Retro Escavadeira	un	70,00		0,0000	25,9283	1.814,98
48	Montagem de pneu dianteiro de motoniveladora e carregadeira	un	50,00		0,0000	48,6156	2.430,78
49	montagem de pneu traseiro de Retro escavadeira/motoniveladora/carregadeira	un	40,00		0,0000	48,6156	1.944,62
50	Vulcanizo de pneu de Retro Escavadeira - Roda 24	un	10,00		0,0000	246,3191	2.463,19
51	Vulcanizo de pneu de motoniveladora e carregadeira - Roda 24	un	10,00		0,0000	246,3191	2.463,19
52	Vulcanizo de pneu dianteiro de Retro Escavadeira traçada - Roda 18	un	10,00		0,0000	246,3191	2.463,19
78	Tip Top VD 04 - Tratores - Máquinas	un	26,00		0,0000	12,9642	337,07
79	Tip Top VD 05 - Tratores e Máquinas	un	26,00		0,0000	14,2606	370,78
80	Tip Top VD 06 - Tratores e Máquinas	un	26,00		0,0000	24,6319	640,43

**Total do Participante -----> 35.000,00**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

CNPJ: 82.892.324/0001-46  
 Praça Governador Ivo Silveira  
 C.E.P.: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 43/2019 - PR**
**Processo Administrativo: 42/2019**
**Processo de Licitação: 43/2019**
**Data do Processo: 22/10/2019**

Folha: 3/4

**LOTE: 5**
**Participante: 6152 - JOSE JOEL SCHURHAUS -ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
53	Recapagem de pneu 1400 x 24 com montagem	un	14,00		0,0000	1.106,755	15.494,57
54	Recapagem de pneu dianteiro 10 - 16.5 com montagem	un	4,00		0,0000	477,3404	1.909,36
55	Recapagem de pneu traseiro 10-16.5 com montagem	un	4,00		0,0000	477,3404	1.909,36
56	Recapagem de pneu dianteiro 12.4 x 24 trator traçado com montagem	un	12,00		0,0000	887,0928	10.645,11
57	Recapagem de pneu dianteiro 12.5/80 - 18 com montagem	un	12,00		0,0000	637,862	7.654,34
58	Recapagem de pneu dianteiro 750 x 16, 3 frisos com carcaça com montagem	un	40,00		0,0000	295,6976	11.827,90
59	Recapagem de pneu traseiro 750 x16, borrachudo com montagem	un	16,00		0,0000	270,3521	4.325,63
60	Recapagem de pneu traseiro 1000 R 20 Borrachudo com montagem	un	6,00		0,0000	490,0132	2.940,08
61	Recapagem de pneu traseiro 1000 R 20 liso com montagem	un	6,00		0,0000	490,0132	2.940,08
62	Recapagem de pneu traseiro 1000 x 20, convencional, borrachudo, com montagem	un	6,00		0,0000	464,6677	2.788,01
63	Recapagem de pneu traseiro 1000 x 20 convencional, liso, montagem	un	6,00		0,0000	464,6677	2.788,01
64	Recapagem de pneu traseiro 18.4 x 30 com montagem	un	20,00		0,0000	1.685,4764	33.709,53
65	Recapagem de pneu traseiro 19.5 x 24 com montagem	un	10,00		0,0000	1.731,9432	17.319,43
66	Recapagem de pneu traseiro 225/75 R16 borrachudo com montagem	un	14,00		0,0000	270,3521	3.784,93
67	Recapagem de pneu traseiro 215/75 R 17,5 borrachudo com montagem	un	16,00		0,0000	321,0431	5.136,69
68	Recapagem de pneu traseiro 215/75 R 17.5 liso com montagem	un	24,00		0,0000	321,0431	7.705,03
69	Recapagem de pneu traseiro 275/80 R 22,5 borrachudo com montagem	un	20,00		0,0000	498,4617	9.969,23
70	Recapagem de pneu traseiro 275/80 R 22,5 liso com montagem	un	40,00		0,0000	494,2374	19.769,50
71	Recapagem de pneu traseiro 700 x 16 borrachudo com montagem	un	6,00		0,0000	266,1279	1.596,77
72	Recapagem de pneu traseiro 900 x 20 borrachudo com montagem	un	12,00		0,0000	447,7707	5.373,25
73	Recapagem de pneu traseiro 900 x 20 liso com montagem	un	4,00		0,0000	447,7707	1.791,08
81	Tip Top VD 04 - Recapagem	un	24,00		0,0000	16,897	405,53
82	Tip Top VD 05 - Recapagem	un	24,00		0,0000	18,5867	446,08
83	Tip Top VD 06 - Recapagem	un	24,00		0,0000	32,1043	770,50

**Total do Participante -----> 173.000,00**
**Total Geral -----> 274.050,00**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ</b>		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 43/2019 - PR</b>
CNPJ: 82.892.324/0001-46 Praça Governador Ivo Silveira C.E.P.: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz - SC	Processo Administrativo: 42/2019 Processo de Licitação: 43/2019 Data do Processo: 22/10/2019	Folha: 4/4

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santo Amaro da Imperatriz, 4 de Novembro de 2019

**COMISSÃO:**

LAYS MILLENA VIEIRA MANN

Luciana de Oliveira

Adolfo Júlio Derner

- ..... - Pregoeiro(a)

- ..... - Equipe de Apoio

- ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

JOSE JOEL SCHURHAUS

- ..... - Representante

RICARDO BROERING

- ..... - Representante

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 10, § 1º, DA LEI N. 1.100/1995, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI COMPLEMENTAR N. 140/2014, AMBAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO**

Publicação Nº 2215877

fls. 89

Direta de Inconstitucionalidade n. 8000266-12.2017.8.24.0000, da Capital  
Relator: Desembargador Salim Schead dos Santos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 10, § 1º, DA LEI N. 1.100/1995, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI COMPLEMENTAR N. 140/2014, AMBAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA. REGRA QUE INSTITUI REDUÇÃO DO VALOR VENAL DAS GLEBAS EM 90%. INCONSTITUCIONALIDADE DA REDAÇÃO ORIGINÁRIA RECONHECIDA EM ANTERIOR AÇÃO DIRETA. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E ISONOMIA TRIBUTÁRIA. NOVA REDAÇÃO PROMULGADA DURANTE O ANDAMENTO DA AÇÃO ANTERIOR. INCIDÊNCIA NA MESMA VIOLAÇÃO. ADOÇÃO DOS MESMOS FUNDAMENTOS. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Direta de Inconstitucionalidade n. 8000266-12.2017.8.24.0000, da comarca da Capital Tribunal de Justiça em que é Requerente Ministério Público do Estado de Santa Catarina e são Requeridos Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz e outro.

O Órgão Especial decidiu, por unanimidade, julgar procedente a ação e declarar a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 10 da Lei n. 1.100/1995, do Município de Santo Amaro da Imperatriz, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar n. 140/2014 do mesmo município.

O julgamento, realizado em 21 de novembro de 2018, foi presidido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Rodrigo Collaço, com voto, e dele participaram os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Maria do Rocio Luz Santa Ritta, Alexandre d'Ivanenko, Sérgio Izidoro Heil, José Carlos Carstens Köhler, João Henrique Blasi, Jânio Machado, Soraya Nunes Lins, Henry Petry Junior, Roberto Lucas Pacheco, Stanley Braga, Hélio do Valle Pereira, Pedro Manoel Abreu, Cláudio Barreto Dutra, Luiz César Medeiros, Fernando Carioni, Marcus Tulio Sartorato e Ricardo Fontes. Funcionou como representante do Ministério Público o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça Durval da Silva

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SALIM SCHEAD DOS SANTOS, liberado nos autos em 26/11/2018 às 16:25.  
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000266-12.2017.8.24.0000 e código 1524FCF.

fls. 90

Amorim.

Florianópolis, 26 de novembro de 2018.

Desembargador Salim Schead dos Santos  
Relator

2

*Gabinete Desembargador Salim Schead dos Santos*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SALIM SCHEAD DOS SANTOS, liberado nos autos em 26/11/2018 às 16:25.  
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/sg/abnrConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000266-12.2017.8.24.0000 e código 1524FCF.

## RELATÓRIO

A Procuradoria-Geral de Justiça, por seu Procurador de Justiça Coordenador do CECCON, e a Promotora de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz ajuizaram ação direta de inconstitucionalidade do § 1º do artigo 10 da Lei n. 1.100/1995, com a atual redação que lhe foi dada pela Lei Complementar n. 140/2014, ambas do Município de Santo Amaro da Imperatriz, nos seguintes termos:

Art. 10. O valor venal do bem imóvel será conhecido:

I – tratando-se de prédio, pela multiplicação do valor do metro quadrado de cada tipo de edificação, aplicados os fatores corretivos dos componentes da construção, pela metragem da construção, somado o resultado ao valor do terreno, observada a tabela de valores de construção anexa a este código e conforme regulamento.

II – tratando-se de terreno, levando-se em consideração as suas medidas, aplicados os fatores corretivos, observada a tabela de valores de terrenos anexa a este código e conforme o regulamento.

~~§ 1º Toda gleba ter seu valor venal reduzido em até 50% (Cinquenta por cento), de acordo com sua área, conforme regulamento.~~

~~§ 1º Toda gleba terá o seu valor venal reduzido em até 90% (noventa por cento), de acordo com a sua área, conforme regulamento. (Redação dada pela Lei nº 1110/1996)~~

~~§ 1º Toda gleba terá o seu valor venal reduzido em até 90% (noventa por cento), de acordo com a sua área, conforme regulamento. (Redação dada pela Lei n. 1116/1996)~~

**§ 1º Toda gleba terá o seu valor venal reduzido em 90% (noventa por cento). (Redação dada pela Lei Complementar n. 140/2014)**

~~§ 2º Entende-se por gleba, para efeito do § 1º, a porção de terra contínua com mais de 10.000 m<sup>2</sup> (Dez mil metros quadrados), situada em zona urbanizável ou de expansão urbana do Município.~~

~~§ 2º Entende-se por gleba, para efeito do § 1º, a porção de terra contínua com mais de 1.000m<sup>2</sup>, situada em zona urbanizável ou de expansão urbana do Município. (Redação dada pela Lei n. 1110/1996)~~

~~§ 2º Entende-se por gleba, para efeito do parágrafo 1º, a porção de terra contínua com mais de 1.000m<sup>2</sup> (hum mil metros quadrados), situada em zona urbanizável ou de expansão urbana do município (Redação dada pela Lei n. 1116/1996) (tachado no original) (sem negrito no original).~~

De início, informaram que os parágrafos 1º e 2º, com a redação conferida pela Lei n. 1.116/1996, já foram objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2014.051007-8 (9144535-35.2014.8.24.0000) julgada

3

Gabinete Desembargador Salim Schead dos Santos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SALIM SCHEAD DOS SANTOS, liberado nos autos em 26/11/2018 às 16:25. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigitalsg/abntConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000266-12.2017.8.24.0000 e código 1524FCF.

procedente pelo Órgão Especial em 21-1-2015, sob a relatoria do Desembargador Marcus Túlio Sartorato, com fundamento na ofensa aos princípios da capacidade contributiva e isonomia tributária. Informaram ainda que, sem noticiar naqueles autos, o Município promoveu alteração no parágrafo 1º, no ano de 2014, por meio da Lei Complementar n. 140, cuja inconstitucionalidade pretendem ver declarada na presente ação. Sustentaram, em síntese, que esse novo parágrafo 1º ofende o princípio da reserva legal tributária, presente no artigo 128, § 4º, da CESC/1989, na medida em que institui isenção tributária sem a exata definição do conceito de gleba e, portanto, sem estabelecer todas as características inerentes à isenção, sobretudo após a declaração de inconstitucionalidade do § 2º do artigo em questão, que definia o que se deveria entender por gleba para fins de aplicação do § 1º. No mais, defenderam que o § 1º ainda viola o princípio da função social da propriedade, garantido pelo artigo 4º da CESC/1989 em cumulação com os artigos 5º, XXIII, 170, III e 182, § 2º, da CF/1988, pois gleba, em qualquer acepção, significa, em última análise, porção de terra sem aproveitamento adequado e, dessa forma, a isenção tributária concedida nessa hipótese estaria promovendo verdadeiro estímulo à manutenção de terras improdutivas, na contramão do comando constitucional (fls. 1 a 10). Juntaram documentos (fls. 11 a 28).

O feito foi distribuído por vinculação ao Desembargador Marcus Túlio Sartorato (fl. 29), no entanto, Sua Excelência determinou a redistribuição por sorteio (fls. 30 a 34) e, assim, após a sua realização, a mim coube a relatoria (fls. 35 e 36).

Recebida a inicial, foi determinado o processamento da ação nos termos dos artigos 6º e 8º da Lei n. 12.069/2001 (fl. 37).

Embora devidamente notificados, o Prefeito e o Presidente da Câmara de Vereadores deixaram de se manifestar (fl. 41).

O Procurador do Município apresentou sua defesa. Afirmou que a

4

*Gabinete Desembargador Salim Schead dos Santos*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SALIM SCHEAD DOS SANTOS, liberado nos autos em 26/11/2018 às 16:25.  
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigitalsg/abntrConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000266-12.2017.8.24.0000 e código 1524FCF.



fls. 93

isenção foi concedida por lei em sentido estrito de conteúdo exclusivamente tributário e que, portanto, não haveria ofensa ao princípio da reserva legal. Disse ainda que, nos termos da Constituição, compete aos Municípios dispor sobre base de cálculo e alíquota do IPTU. No mais, sustentou o seguinte:

[...] no Município existem áreas de grande dimensão que possuem o valor do seu metro quadrado inversamente proporcional a sua dimensão e, com isso, muitos imóveis que se encontram nesse contexto, que serão tributados com valor venal, para efeito de incidência do imposto territorial urbano, poderão ultrapassar o próprio valor de mercado.

Nesse contexto, a adoção do "fator gleba" como redução, serve para combater aquela anomalia, prestigiar o princípio da isonomia e equilibrar de forma justa a incidência do imposto, eis que nada mais faz do que corrigir o valor do imóvel em relação à dimensão do terreno, apontando o critério pelo qual é inversamente proporcional o valor do metro quadrado em relação à extensão do terreno a partir de uma certa metragem padrão.

Não se pode dizer, destarte, que o mecanismo instituído pela lei se afigura aberrantemente desarrazoado.

Portanto, a instituição do "fator gleba", como redução do valor venal do imóvel, formalmente em nada contraria o princípio da função social da Constituição Estadual), eis que esta medida não importa em desconsiderar os fins sociais da propriedade imobiliária (fls. 54 e 55).

Juntou documentos (fls. 56 e 57).

A Procuradoria-Geral de Justiça, por seu Procurador de Justiça Coordenador do CECCON, manifestou-se pela procedência da ação, por entender que a isenção parcial tal como concedida na lei em questão caracteriza ofensa ao princípio da reserva legal e ao princípio da função social da propriedade. Na mesma oportunidade, afirmou que

pouco importa se esta isenção tem como objetivo ajustar incongruências entre o valor de mercado de alguns imóveis e a sua dimensão, pois este argumento, para ser mensurado, exige a análise de caso concreto, de forma individualizada, o que é inaceitável em sede de controle concentrado de constitucionalidade (fls. 60 a 68).

É o relatório.

5

Gabinete Desembargador Salim Schead dos Santos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SALIM SCHEAD DOS SANTOS, liberado nos autos em 26/11/2018 às 16:25.  
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigitalsg/abnt/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000266-12.2017.8.24.0000 e código 1524FCF.

## VOTO

### 1 – Viabilidade do julgamento da ação

Cabe destacar, de início, que a ausência de manifestação do Prefeito Municipal e do Presidente da Câmara de Vereadores não impede o julgamento da ação.

Isso porque a Lei n. 12.069/2001, que regulamenta o procedimento do controle de constitucionalidade em nossa Unidade da Federação, no que pertine à instrução da ação pelo rito ordinário dispõe o seguinte:

Art. 6º O Relator pedirá informações aos órgãos ou às autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.

Parágrafo único. As informações serão prestadas no prazo de trinta dias contados do recebimento do pedido.

[...]

Art. 8º Decorrido o prazo das informações serão ouvidos o Procurador-Geral do Município, se municipal o ato impugnado, o Procurador-Geral do Estado ou caso este se abstenha de defender o ato o Procurador-Geral da Assembléia Legislativa, se estadual, e, em seguida, o Procurador-Geral de Justiça, em qualquer caso, que deverão manifestar-se no prazo de quinze dias.

Art. 9º Vencido o prazo do artigo anterior, o relator lançará o relatório, com cópia a todos os Desembargadores e pedirá dia para julgamento.

§ 1º Em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o Relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

§ 2º As informações, perícias e audiências a que se referem os parágrafos anteriores serão realizadas no prazo de trinta dias, contado da solicitação do relator.

Conforme se vê, o artigo 8º é expresso ao enunciar que "decorrido o prazo das informações" serão ouvidos, *in continenti*, o órgão de advocacia pública estadual ou municipal e o Ministério Público. No mais, com base no § 1º do artigo 9º da mesma lei, em caso de necessidade – que não há – seria possível a requisição de informações adicionais.

A propósito, comentando a lei federal que rege o controle de constitucionalidade naquela esfera – a Lei n. 9.868/1999 –, Alexandre de Moraes

6

Gabinete Desembargador Salim Schead dos Santos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SALIM SCHEAD DOS SANTOS, liberado nos autos em 26/11/2018 às 16:25.  
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigitalsg/abn/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000266-12.2017.8.24.0000 e código 1524FCF.

afirma:

[...] ajuizada a ação, o relator pedirá informações à autoridade da qual tiver emanado o ato, seja do Executivo, do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa, ou ainda do Judiciário, se for o caso. As informações serão prestadas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do pedido, podendo ser dispensadas, em caso de urgência, pelo relator *ad referendum* do Tribunal. Recebidas as informações, **ou mesmo sem elas**, o Advogado-geral da União será, previamente, citado para defender o ato impugnado, sendo abertas vistas ao Procurador-geral da República, que deverá manifestar-se, sucessivamente, no prazo de 15 dias (sem negrito no original) (Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional. São Paulo: Atlas, 2007, p. 2445).

Assim, e especialmente porque as questões controvertidas foram suficientemente debatidas, com a apresentação da defesa da lei pelo Procurador do Município, o processo está apto para o julgamento.

## 2 – Mérito

2.1 – Os autores têm razão quando afirmam que a instituição de isenções tributárias não só devem se dar mediante lei em sentido estrito como deve, essa lei, conter todos os elementos característicos da isenção, sendo vedadas as generalizações.

2.2 – O princípio da legalidade tributária está previsto no artigo 150, I, da Constituição da República e, por simetria, no artigo 128, I da Constituição do Estado de Santa Catarina, *in verbis*:

Art. 128. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Estado e a seus Municípios:

I – exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça; [...].

Sore o princípio da legalidade tributária, do qual se extrai ainda o princípio da reserva absoluta de lei tributária em sentido formal, cabe transcrever os esclarecedores ensinamentos de Antonio Roque Carrazza:

[...] só a lei pode compelir as pessoas a fazer ou deixar de fazer alguma coisa. Detalhando, só a ela é dado definir delitos e penas, impor deveres administrativos, determinar tributos (ou seja, as importâncias em dinheiro que os contribuintes deverão desembolsar para fazerem frente às despesas da coletividade) etc.

O princípio da legalidade – que não é exclusivamente tributário, pois se projeta sobre todos os domínios do Direito – vem enunciado no art. 5º, II, da

7

Gabinete Desembargador Salim Schead dos Santos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SALIM SCHEAD DOS SANTOS, liberado nos autos em 26/11/2018 às 16:25.  
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/sg/abnr/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000266-12.2017.8.24.0000 e código 1524FCF.

fls. 96

CF: "Art. 5º (...): II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

[...]

Em resumo, qualquer intervenção estatal sobre a propriedade ou a liberdade das pessoas só pode advir de lei.

O legislador, ao elaborar a lei, deve, obviamente, obedecer à Constituição.

[...].

[...]

O princípio da legalidade teve sua intensidade reforçada, no campo tributário, pelo art. 150, I, da CF. Graças a este dispositivo, a lei – e só ela – deve definir, de forma absolutamente minuciosa, os tipos tributários. Sem esta precisa tipificação de nada valem regulamentos, portarias, atos administrativos e outros atos normativos infralegais: por si só, não têm a propriedade de criar ônus ou gravames para os contribuintes.

[...]

A Constituição reforçou a competência exclusiva do Poder Legislativo para criar ou aumentar tributos, consagrando, assim, a ideia de *autotributação* [o povo, por seus representantes eleitos, deve consentir com o pagamento dos tributos]. [...].

[...]

Não é por outro motivo que se tem sustentado que em nosso ordenamento jurídico vige, mais do que o princípio da legalidade tributária, o *princípio da estrita legalidade*. [...].

Para afugentarmos, desde já, possíveis dúvidas, é bom dizermos que *criar* um tributo é descrever abstratamente sua hipótese de incidência, seu sujeito ativo, seu sujeito passivo, sua base de cálculo e sua alíquota. Em suma, é editar, pormenorizadamente, a *norma jurídica tributária*. Esta norma, por injunção do princípio da legalidade, repitamos, deve ser, no mais das vezes, veiculada por meio de lei ordinária (só as normas jurídicas dos empréstimos compulsórios, dos impostos da competência residual da União e das novas contribuições sociais, a que alude o art. 195, § 4º, da CF, devem ser veiculadas por intermédio de lei complementar).

Portanto, as exigências do princípio da legalidade tributária são cumpridos quando a lei delimita, concreta e exaustivamente, o *fato tributável*.

[...]

Evidentemente, estas noções – cediças, porém sempre oportunas – aplicam-se não só aos impostos, senão, também, às taxas e à contribuição de melhoria. Realmente, todo e qualquer tributo só pode ser criado ou aumentado por meio de lei, da pessoa política investida de competência constitucional para isso.

[...]

Tal lei deve conter todos os elementos e supostos da norma jurídica tributária (hipótese de incidência do tributo, seus sujeitos ativo e passivo e suas bases de cálculo e alíquotas), não se discutindo, de forma alguma, a delegação, ao Poder Executivo, da faculdade de defini-los, ainda que em parte. Remarcamos ser de exclusividade da lei, não só a determinação da *hipótese de*

8

Gabinete Desembargador Salim Schead dos Santos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SALIM SCHEAD DOS SANTOS, liberado nos autos em 26/11/2018 às 16:25.  
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000266-12.2017.8.24.0000 e código 1524FCF.

*incidência* do tributo, como, também, de seus elementos quantitativos (base de cálculo e alíquota).

Resta evidente, portanto, que o Executivo não poderá apontar – nem mesmo por delegação legislativa – nenhum aspecto essencial da norma jurídica tributária, sob pena de flagrante inconstitucionalidade.

[...]

À vista do exposto, o princípio da legalidade, no pertinente à instituição ou aumento de tributos, manifesta-se, entre nós, como *princípio da reserva absoluta da lei formal*, entendido no sentido de que a lei ordinária (federal, estadual, municipal ou distrital), necessariamente minuciosa, "(...) deve conter não só o fundamento da conduta da Administração, mas também o próprio critério da decisão no caso concreto", de modo que esta possa ser obtida "(...) por mera dedução da própria lei, limitando-se o órgão de aplicação a subsumir o fato da norma, independentemente de qualquer valoração pessoal".

[...]

Como se viu, *todos os elementos essenciais do tributo* devem ser erigidos abstratamente pela lei, para que se considerem cumpridas as exigências do princípio da legalidade. Convém lembrar que são "elementos essenciais" do tributo os que, de algum modo, influem no *an* e no *quantum* da obrigação tributária (Roque Antonio Carrazza. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 225 a 237).

2.3 – Sabe-se que a desoneração tributária – por meio de isenção, por exemplo – representa o pólo negativo do próprio poder de tributar e, assim, tanto a instituição quanto a desoneração tributárias submetem-se, ambas, à reserva de lei e todos os seus reflexos.

Nesse sentido são as lições de Eduardo Sabbag:

A Constituição Federal de 1988 foi explícita ao mencionar os elementos "instituição" e "aumento", levando o intérprete, à primeira vista, a associar a lei apenas aos processos de *criação* e *majoração* do tributo. Essa não parece ser a melhor exegese: a lei tributária deve servir de parâmetro para criar e, em outro giro, para extinguir o tributo; para aumentar e, em outra banda, reduzir a exação. Com efeito, conforme se estudará no transcorrer da obra, as desonerações tributárias, quer no plano da extinção (e.g., isenções, remissões etc.), quer no plano das reduções (v.g., redução da base de cálculo, concessão de crédito presumido etc.), adstringem-se à reserva de lei (art. 150, § 6º, CF). Daí assegurar que o comando previsto no inciso I do art. 150 da CF/88 atrela-se, inexoravelmente, aos paradigmas fáticos *instituição-extinção* e *aumento-redução* (Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 65).

Bem por isso, o § 4º do artigo 128 da Constituição do Estado, em simetria com o artigo 150, § 6º, da Constituição da República, dispõe que "somente a lei poderá conceder isenção, redução de alíquotas ou base de

9

Gabinete Desembargador Salim Schead dos Santos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SALIM SCHEAD DOS SANTOS, liberado nos autos em 26/11/2018 às 16:25. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigitalsg/abn/ConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000266-12.2017.8.24.0000 e código 1524FCF.

fls. 98

cálculo, anistia, remissão e outros incentivos e benefícios fiscais".

2.4 – A ofensa à reserva legal, segundo os autores, estaria caracterizada pelo fato de que, após a declaração de inconstitucionalidade do § 2º do artigo 10, que definia o conceito de gleba, a isenção prevista no § 1º deixou de conter todos os elementos necessários à sua perfeita identificação. Isso especialmente porque o conceito de gleba que havia sido definido pelo legislador municipal, mostrava-se um conceito bastante particular, segundo o qual gleba seria "a porção de terra contínua com mais de 1.000m<sup>2</sup> (hum mil metros quadrados), situada em zona urbanizável ou de expansão urbana do município", enquanto, a partir da leitura do artigo 2º da Lei de Parcelamento de Solo (Lei n. 6.766/1979), gleba seria a porção de terra ainda não submetida aos processos de subdivisão nela previstos, quais sejam o loteamento e o desmembramento, sem nenhuma especificação de área. Permaneceria, então, uma indefinição acerca do conceito de gleba que implicaria quebra da legalidade tributária.

*Data venia*, parece pouco ortodoxa a possibilidade de se reconhecer uma inconstitucionalidade decorrente, em última análise, da anterior declaração de inconstitucionalidade.

De qualquer forma, certo é que ao tempo da promulgação da Lei Complementar n. 140/2014, que deu nova redação ao § 1º do artigo 10, eliminando a álea que a expressão "em até 90%" lhe atribuía, o conceito de gleba estabelecido pelo legislador municipal no § 2º estava em vigor, ou seja, a *ratio legis* da redução do valor venal de toda gleba em 90%, conforme nova redação do § 1º, estava atrelada àquele conceito de gleba já estabelecido no § 2º. Os dispositivos operavam seus efeitos em bloco, diante de sua evidente relação de interdependência.

Dito isso, deve-se ter em mente que a doutrina majoritária e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal têm afirmado que a inconstitucionalidade é vício equiparado à nulidade do ato normativo, ou seja,

10

Gabinete Desembargador Salim Schead dos Santos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SALIM SCHEAD DOS SANTOS, liberado nos autos em 26/11/2018 às 16:25.  
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigitalsg/abrConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000266-12.2017.8.24.0000 e código 1524FCF.

verifica-se desde o momento da promulgação desse ato. Assim é que, ressalvados os casos de modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade nos termos legais, o reconhecimento da inconstitucionalidade, via de regra, surte efeitos desde a origem da norma (Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 1.359).

É por conta dessa compreensão de que a inconstitucionalidade fulmina a norma em sua origem que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, de forma pacífica, nega a possibilidade do fenômeno conhecido como constitucionalidade superveniente de normas. A esse respeito, vale citar o seguinte julgado:

DIREITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PROTOCOLO CONFAZ Nº 21/2011. INCONSTITUCIONALIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE NÃO DIVERGE DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. PRECEDENTES. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 87/2015. ALEGAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE. IMPOSSIBILIDADE. 1. No julgamento da ADI 4.628, o Plenário da Suprema Corte assentou que o Protocolo Confaz nº 21 subverteu o arquétipo constitucional do ICMS, na medida em que estabeleceu novas regras para a cobrança do imposto que destoam dos parâmetros fixados pela Carta. 2. A conclusão do Tribunal de origem não diverge da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. 3. O advento da Emenda Constitucional nº 87/2015 não tornou constitucional o Protocolo Confaz nº 21/2011. **A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não admite o fenômeno da constitucionalidade superveniente. Por essa razão, o referido ato normativo, que nasceu inconstitucional, deve ser considerado nulo perante a norma constitucional que vigorava à época de sua edição.** 4. Agravo regimental a que se nega provimento (ARE n. 683849 AgR/RR, rel. Ministro Roberto Barroso, DJe de 28-9-2016) (sem negrito no original).

Com apoio nessas premissas, chega-se à inteligência de que, no presente caso, a ofensa aos princípios da capacidade contributiva e da isonomia tributária, já reconhecida na anterior ação direta, estava presente ao tempo da promulgação da Lei Complementar n. 140/2014, razão pela qual pelos mesmos fundamentos utilizados naquela oportunidade, não há outra solução que não seja declarar, agora, a inconstitucionalidade do § 1º com sua nova redação.

11

*Gabinete Desembargador Salim Schead dos Santos*

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SALIM SCHEAD DOS SANTOS, liberado nos autos em 26/11/2018 às 16:25. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigital/sig/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000266-12.2017.8.24.0000 e código 1524FCF.



Assim, vale transcrever parte dos fundamentos apresentados naquele julgamento, que se adota como razão de decidir (art. 150 do RITJSC e AI n. 825520 AgR-ED/SP, rel. Ministro Celso de Mello, DJe de 9-9-2011):

Percebe-se, pela análise dos dispositivos guerreados, que houve uma inversão na aplicação do referido postulado da capacidade contributiva e da progressividade por parte do legislador municipal. De fato, foi conferido tratamento privilegiado à contribuintes que, em tese, possuem maior aptidão econômica para suportar a carga tributária do IPTU, em clara violação aos princípios mencionados, bem como ao princípio da isonomia tributária.

Por oportuno, extrai-se passagem do parecer da lavra do Ilustre Procurador Basílio Elias de Caro (fl. 128):

"Melhor dizendo, o fato de um imóvel possuir mais de 1.000 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados) não representa desigualdade fática de condições que mereça tratamento diferenciado pela norma, sobretudo se comparado com os imóveis com metragem menor que também estejam localizados na mesma área de zoneamento do Município. Se a norma beneficiou os imóveis maiores com a redução do valor venal, com mais razão deveria ter alcançado os imóveis menores situados na mesma região, justamente porque se presume que os proprietários destes, sob o prisma objetivo decorrente das características do imóvel, revelam menor condição de riqueza para suportar a carga tributária."

Destarte, percebe-se que a isenção concedida pelo legislador municipal configura violação aos princípios destacados na Carta Estadual Catarinense, padecendo as normas impugnadas de vício de constitucionalidade (Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2014.051007-8, de Santo Amaro da Imperatriz, rel. Des. Marcus Tulio Sartorato, j. em 21-1-2015).

2.5 – É importante destacar que, embora os princípios da capacidade contributiva e da isonomia tributária não estejam inseridos na causa de pedir da presente ação, é pacífica a orientação do Supremo Tribunal Federal no sentido de que

a causa de pedir aberta das ações do controle concentrado de constitucionalidade (ADI 1749, Rel. Min. OCTAVIO GALLOTTI, redator para acórdão Min. NELSON JOBIM, Tribunal Pleno, DJ de 15/4/2005) permite que, uma vez proposta a discussão sobre a constitucionalidade de determinada norma, inclua-se nesse julgamento todos os fundamentos influentes sobre o juízo de inconstitucionalidade da norma, não estando a CORTE limitada aos fundamentos declinados pela parte (ADI n. 5749 AgR/DF, rel. Ministro Alexandre de Moraes, DJe de 23-2-2018).

2.6 – Não fosse isso, ainda que se considerasse o § 1º de forma apartada do conceito de gleba estabelecido pelo § 2º, a redução da base de



fls. 101

cálculo, mediante um corte de 90% do valor das glebas no intuito de combater suposta anomalia no valor venal daqueles imóveis, conforme afirmado pelo Procurador do Município em sua defesa, representaria, de qualquer forma, ofensa ao princípio da capacidade contributiva, na medida em que o IPTU é imposto real por excelência e, assim, conforme lição de Roque Antonio Carrazza,

a capacidade contributiva [...] é aferida em função do próprio imóvel (sua localização, dimensões, luxo, características etc.), e não da fortuna em dinheiro de seu proprietário. Não fosse assim, além de incerteza e insegurança, proliferariam situações deste tipo: pessoa hoje pobre, mas que adquiriu caríssimo imóvel em período economicamente faustoso de sua vida profissional, estaria a salvo do IPTU. [...] Estaria inaugurado o *império da incerteza* se a situação econômica individual do contribuinte tivesse que ser considerada na hora do lançamento deste imposto.

Portanto, a capacidade contributiva revela-se, no caso do IPTU, com o próprio imóvel urbano. Do contrário, não se teria mais mãos a medir (Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 100 e 101).

Com efeito, quisesse o legislador municipal "corrigir distorções" no valor venal das glebas, deveria efetivamente corrigir a planta genérica de valores ou os próprios valores venais dentro dos ritos da legalidade tributária, mas não lançar mão de expediente impróprio como a isenção com contornos extrafiscais, quando é sabido, além de tudo, que a extrafiscalidade somente é admitida para a consecução de outras finalidades constitucionalmente aceitas que não apenas a finalidade arrecadatória. É o que Eduardo Sabbag nos ensina, valendo transcrever:

A par da forma de imposição tradicional, voltada com exclusividade à arrecadação de recursos financeiros (fiscais) para o atendimento das necessidades coletivas, exsurge a *tributação extrafiscal*, que se orienta para o fim ordenador e reordenador da economia e das relações sociais, e não para a missão meramente arrecadadora de riquezas.

Segundo Geraldo Ataliba, "consiste a extrafiscalidade no uso de instrumentos tributários para a obtenção de finalidades não arrecadatórias, mas estimulantes, indutoras ou coibidoras de comportamentos, tendo em vista outros fins, a realização de outros valores constitucionalmente consagrados".

A *extrafiscalidade* tem assim se revelado um poderoso expediente a serviço do Estado, quer quando pretende inibir condutas indesejáveis, quer quando almeja estimular comportamentos salutares.

Nesse passo, a *extrafiscalidade* se abre para a consecução de propósitos paralelos, como a "redistribuição da renda e da terra, a defesa da economia

13

Gabinete Desembargador Salim Schead dos Santos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SALIM SCHEAD DOS SANTOS, liberado nos autos em 26/11/2018 às 16:25. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigitalsg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000266-12.2017.8.24.0000 e código 1524FCF.

nacional, a orientação dos investimentos privados para setores produtivos, a promoção do desenvolvimento regional ou setorial etc."

Frise-se, ainda, que a tributação *extrafiscal* é dotada de importante atributo: a *excepcionalidade*. De fato, o tributo extrafiscal, conquanto cumpra relevante e inafastável papel regulatório, deve aparecer na via paralela da tributação fiscal, sem pretender substituí-la por completo.

É inarredável que a essência da tributação está na percepção de recursos, destinados ao atendimento da permanente necessidade do Estado, ou seja, na sua matriz de fiscalidade, restando à *extrafiscalidade* apenas a dimensão regulatória da economia.

[...] o viés extrafiscal há de rimar, em harmônica convivência, com as diretrizes principiológicas oriundas do texto constitucional, obtendo-se, assim, sua certificação de legitimidade. Posto isso, a capacidade contributiva dará lugar à extrafiscalidade se os fins indutores, almejados pelo legislador, estiverem amparados pela Carta Magna, sem prejuízo da necessária *razoabilidade*, que deve orientar a distinção perpetrada (Manual de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 161 a 162).

Neste caso, nos moldes em que foi estabelecida pelo legislador municipal, a isenção não exterioriza nenhuma função regulatória em conformidade com a principiologia constitucional; ao contrário, estimula a manutenção de propriedades improdutivas na zona urbana, na contramão da garantia à função social da propriedade (art. 5º, XXIII, da CF/1988 c/c art. 4º da CESC/1989), o que evidencia a ofensa à capacidade contributiva dos proprietários das glebas em questão, capacidade que, como visto, se presume pelas características do próprio imóvel.

3 – Ante o exposto, deve-se julgar procedente a ação a fim de se declarar a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 10 da Lei n. 1.100/1995, do Município de Santo Amaro da Imperatriz, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar n. 140/2014 do mesmo município.

É o voto.

14

Gabinete Desembargador Salim Schead dos Santos

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por SALIM SCHEAD DOS SANTOS, liberado nos autos em 26/11/2018 às 16:25.  
Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsc.jus.br/pastadigitalsg/abnrConferenciaDocumento.do>, informe o processo 8000266-12.2017.8.24.0000 e código 1524FCF.

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 208/2019

Publicação Nº 2215122

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 208/2019

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretária de Assistência Social, torna público, para quem possa interessar, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 19 de novembro de 2019, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE CARTÃO MAGNÉTICO PERSONALIZADO COM LOGOTIPO EXCLUSIVO SBS CARD BENEFÍCIO EVENTUAL, ATRAVÉS DE SISTEMAS COM FUNÇÕES DE CRÉDITOS, ADEQUADO À COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS PARA AUXÍLIO DE FAMÍLIAS CARENTES, DEVIDAMENTE CREDENCIADAS NA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47) 3631-6163 ou retirar o Edital completo através do site [saobentodosul.atende.net](http://saobentodosul.atende.net)

São Bento do Sul, 1 de novembro de 2019.

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO

Secretária de Assistência Social

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA

Pregoeira Municipal

### DECISAO PROCESSO ADM Nº 14381/2018

Publicação Nº 2215328

#### DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14381/2018

Interessado: N. L. P.

Aportou neste Gabinete o processo acima mencionado, no qual o Interessado, em pese não solicitar revisão da decisão do Fisco, mostra-se discordante do posicionamento adotado pela Administração Pública no processo nº 13023/2018, especialmente quanto ao deferimento parcial do pedido feito à Secretária de Finanças (Autoridade Fiscal).

Recebo, portanto, o pedido como "recurso".

Na análise do pedido verifica-se que o Interessado defende a prescrição do prazo para a cobrança de "taxas". Em síntese, apenas diz:

"Referente a área de 118.43 m<sup>2</sup> foi construído nos anos 2000 a 2010 em pequenas etapas com muito trabalho de final de semana meu e de minha família, portanto, não acho justo que agora a Prefeitura queira me cobrar qualquer taxa sobre isso, pois tudo foi realizado com muito sacrifício. A etapa de 96,72 m<sup>2</sup> foram feitos nos mesmos moldes e já se passaram mais de cinco anos e já prescreveu o prazo para qualquer cobrança de taxas. Portanto não concordo com a cobrança desse valor agora."

Entendo, todavia, em que pese o esforço empreendido e declarado pelo requerente para a construção de seu imóvel, o que é louvável e muito digno, que o Município não pode fazer distinção quanto à cobrança de tributos, escolhendo de quem vai cobrá-los, devendo aplicar a lei vigente em seus termos e efeitos para todos os municípios.

O parecer emitido pela Fiscal anota que "a comprovação de área existente através do lançamento do IPTU a mais de cinco anos é de 227,00 m<sup>2</sup> e foi devidamente considerado pelo fisco subtraindo esta metragem da área total construída de 404,12 m<sup>2</sup>, perfazendo o cálculo somente da diferença da metragem para liberação da carta de Habite-se".

Ou seja, a área que já estava construída entre 2007 e 2014 (227,00 m<sup>2</sup>) foi desconsiderada para fins de cobrança do ISS, restando devidamente comprovada a prescrição. Entretanto, para o restante não houve comprovação no processo, devendo a Secretaria de Finanças lançar e cobrar o valor da diferença.

Ante o exposto, indefiro o recurso do requerente. Intime-o acerca da presente decisão.

Notifique-se a Secretaria de Finanças.

São Bento do Sul/SC, 24 de outubro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**DECISAO PROCESSO ADM Nº 19462/2019**

Publicação Nº 2215338

**DECISÃO**

Processo nº 19462/2019  
Assunto: Solicita abertura de Sindicância Investigativa  
Interessada: Secretaria de Administração

Diante destes pressupostos, considerando a necessidade de se apurar e identificar o condutor infrator, e, principalmente, para que se investiguem as irregularidades apontadas, conforme documentos em anexo, o Prefeito DETERMINA, na forma do artigo 154 da Lei Municipal nº 228/2001, a abertura de Sindicância Investigativa.

Expeça-se e publique-se a Portaria de instauração da Sindicância Administrativa, que será conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância constituída pelo Decreto Municipal nº 1034 de 22 de Agosto de 2018, ou outra que venha a substituí-la, podendo se precaver de todos os expedientes, documentos e informações anexados ao processo nº 19462/2019 para instrução do processo.

Publique-se, observando-se, no que couber, o disposto no § 2º do art. 58 da LOM e após a publicação da Portaria encaminhe-se o processo à Comissão Permanente de Sindicância para autuação, registro junto ao sistema de informática, instrução e elaboração do relatório conclusivo.

São Bento do Sul, 25 de outubro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**DECISAO PROCESSO ADM Nº 19463/2019**

Publicação Nº 2215333

**DECISÃO**

Processo nº 19463/2019  
Assunto: Solicita abertura de Sindicância Investigativa  
Interessada: Secretaria de Administração

Diante destes pressupostos, considerando a necessidade de se aferir responsabilidade, promover a apuração de possíveis irregularidades e, principalmente, para que se adotem medidas cabíveis, conforme documentos em anexo, o Prefeito DETERMINA, na forma do artigo 154 da Lei Municipal nº 228/2001, a abertura de Sindicância Investigativa.

Expeça-se e publique-se a Portaria de instauração da Sindicância Administrativa, que será conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância constituída pelo Decreto Municipal nº 1034 de 22 de Agosto de 2018, ou outra que venha a substituí-la, podendo se precaver de todos os expedientes, documentos e informações anexados ao processo nº 19463/2019 para instrução do processo.

Publique-se, observando-se, no que couber, o disposto no § 2º do art. 58 da LOM e após a publicação da Portaria encaminhe-se o processo à Comissão Permanente de Sindicância para autuação, registro junto ao sistema de informática, instrução e elaboração do relatório conclusivo.

São Bento do Sul, 25 de outubro de 2019.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1538/2019**

Publicação Nº 2215357

DECRETO Nº 1538, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 3986/18, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

**DECRETA**

Art. 1º. Fica Aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) no orçamento vigente do Município de

São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Unidade: 003 - Turismo

Atividade: 2019 - Departamento de Turismo - DETUR

3390300000 - Material de consumo (01000100) R\$ 22.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Unidade: 003 - Turismo

Atividade: 2019 - Departamento de Turismo - DETUR

3390390000 - Outros serviços terceiros - pessoa jurídica (01000100) R\$ 22.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 1539/2019

Publicação Nº 2215359

DECRETO Nº 1539, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores, Edemilson Benedito de Assis, Lisane Krisz Ilg, Ivan Cesar Hamilton Formigari, Scheliga Monia Foitt Poltronieri e Sergio Ricardo Pereira, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 202/2019, a realizar-se às 09:00 horas, do dia 22 de novembro de 2019, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

## PORTARIA Nº 8699/2019

Publicação Nº 2215380

PORTARIA Nº 8699, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e também os artigos 154, 159 e 160, todos da Lei Municipal nº 228/2001, e tendo em vista o que consta no Procedimento Administrativo nº 15620/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar cometimento de supostas infrações disciplinares atribuídas à C.A.J, matrícula nº 41982, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, a qual teria, segundo consta no Procedimento Administrativo nº 15620/2019, declarado que necessita do vale-transporte para se deslocar de sua residência/trabalho e vice-versa, e após o recebimento do referido benefício teria colocado em rede social anúncio de venda dos vales recebidos.

Parágrafo único. Os fatos, se confirmados, podem caracterizar infração disciplinar por descumprimento das disposições da Lei Municipal nº 228/2001, especialmente os artigos 131, 132 e 143, que são passíveis de aplicação da penalidade de advertência, suspensão e/ou demissão do cargo público.

Art. 2º A condução do competente processo administrativo disciplinar ficará a cargo da Comissão Processante Especial constituída pelo Decreto Municipal nº 860, de 28 de Fevereiro de 2018, ou Decreto que o substitua, que deverá proceder a devida instrução.

Art. 3º Nos termos da legislação vigente, deve ser garantido o irrestrito direito ao contraditório e à ampla defesa à servidora acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei 228/2001, os trabalhos da Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 1º de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## **PORTARIAS Nº 8700/2019 A 8714/2019**

Publicação Nº 2215427

PORTARIA Nº 8700, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor EGON BENTO BAUM, ocupante do cargo de Diretor Departamento de Serviços Urbanos, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais:

- Ford/Courier, placas MDS 2627;
- Ford/Ranger, placas MBX 9437;
- GM/Corsa, placas MLO 1104;
- Fiat/Uno, placas MFB 7792;
- Ford/Courier, placas MJA 6894;
- VW/Gol, placas MHQ 7082;
- Ford/F400, placas LZT 2091.
- GM/Celta, placas MCS 6907;
- Ford/Ka, placas QJF 7185;
- Kia/Bongo, placas MKD 0329;
- Toyota, placas LZR 0941;
- Peugeot/Hoggar, placas MIO 9267;
- Ford/Fiesta, placas MEF 0074;
- Fiat/Doblo, placas MCX 3586;
- Fiat/Strada, placas MGY 3194;
- Fiat/Strada, placas MBI 6455;
- VW/Gol, placas MHQ 6765;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 1º de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8701, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 31 de outubro de 2019, LEANDRO MARCOS DE MELO, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Fiscal de Obras, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8702, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 1º de novembro de 2019, HILARIO VIANA WEISS, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Fiscal de Obras, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8703, DE 4 DE NOVENBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 1º de novembro de 2019, RODRIGO HABECK, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Técnico em Informática, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8704, DE 4 DE NOVENBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 1º de novembro de 2019, JEFERSON BAUER, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Operador de Máquina, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8705, DE 4 DE NOVENBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 1º de novembro de 2019, ROSANA KOMAR, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 05/2019, homologado em 25 de outubro de 2019, para exercer o cargo de Fiscal de Posturas, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8706, DE 4 DE NOVENBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal



MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 31 de outubro de 2019, MAYRA ALVES NUNES, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 007/2016, homologado em 01 de julho de 2016, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8707, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 1º de novembro de 2019, LEONARDO JOSE HERMES DE OLIVEIRA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 007/2016, homologado em 01 de julho de 2016, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8708, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Revoga Portaria nº 8707/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

REVOGAR, a Portaria nº 8707, de 4 de novembro de 2019, que nomeou LEONARDO JOSE HERMES DE OLIVEIRA, no cargo efetivo de Assistente Administrativo, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 1º de novembro de 2019.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8709, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Prorroga Licença de Parte da Jornada de Trabalho

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei 2585/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARIA DIAS PIASSOLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação, prorrogação de licença de parte da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á pelo prazo de um ano, a contar de 1º de outubro de 2019, conforme Processo nº 19026/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8710, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Prorroga Licença de Parte da Jornada de Trabalho



PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Nº 2585/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora TERESINHA CARVALHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, prorrogação da licença de parte da jornada de trabalho – 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á pelo prazo de um ano, a contar de 10 de outubro de 2019, consoante Processo Administrativo nº 19363/2019 (7º ano).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8711, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede Licença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora GISLAINE CARLA PILZ STOEBERL, ocupante do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 19005/2019.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 07/10/2019 a 20/11/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8712, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede Licença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LIRIA RODRIGUES SKONIECZNY, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 19408/2019.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 14/10/2019 a 22/11/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8713, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede Licença

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora PATRICIA DIRKSEN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Processo nº 19374/2019.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 11/10/2019 a 09/12/2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8714, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora TATIANE EDVACH CEZANOVSKI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, licença maternidade.

Art. 2º A licença a que se refere o artigo 1º dar-se-á no período de 28/10/2019 a 24/04/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

---

## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**

---

### **PORTARIA IPRESBS Nº 354/2019**

Publicação Nº 2214711

PORTARIA IPRESBS Nº 354, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de perito médico ad hoc, nos processos administrativos de análise e reconhecimento do direito à aposentadoria dos servidores públicos de que trata o art. 40 § 4º, inciso III da Constituição Federal.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor público municipal, Dr. CARLOS ALBERTO SEABRA ASSUNÇÃO, CRM/SC 8138, para atuar interinamente como Perito Médico ad hoc deste Instituto de Previdência, a fim de proceder a análise para caracterização e o enquadramento do exercício de atribuições com efetiva exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde ou a integridade física, nos termos de que trata o art. 40 § 4º, inciso III, da Constituição Federal, nos processos administrativos demandados pelo IPRESBS.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 01 de novembro de 2019.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

# São Bernardino

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 291/2019

Publicação Nº 2215051

PORTARIA Nº 291/2019 DE 04/10/2019

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidora Pública Municipal, Sra. ADRIANA PAULA PASTRO HENTZ, matrícula 219/01, do dia 04/11/2019 à 18/11/2019, referente ao período aquisitivo de 03/02/2015 a 02/02/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Sec. Adm. e Fazenda

# São Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 029/2019 - FMS

Publicação Nº 2216086

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo ADM. nº 029/2019 - FMS  
Pregão Presencial nº 019/2019 - FMS  
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES PARA TRATAMENTO DE SAÚDE FORA DO DOMICILIO DE SÃO CARLOS/SC .

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Inicio as 07h30min até as 07h50min – dia 14 de novembro de 2019.  
Abertura dos Envelopes: 08h00min – dia 14 de novembro de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS/SC, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.  
RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito

# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 867, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215879

DECRETO Nº 867, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

Dispõe sobre a Dispensa de empregada pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas, pela Lei Orgânica do município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar Municipal 0017, de 21/12/2007, e Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

· Considerando requerimento apresentado junto ao Setor de Pessoal protocolo nº 12914, na data de 16 de outubro de 2019, através do qual a empregada Camila Bao, solicita dispensa do cargo de Nutricionista, deste município;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada a pedido a empregada Camila Bao, ocupante do cargo de Nutricionista, 40 horas semanais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data;

Art. 2º Ficam revogados os Decretos nº 826, de 27 de agosto de 2019, nº 261 de 11 de dezembro de 2017, nº 2332 de 1º de julho de 2019 no que diz respeito a servidora.

Art. 3º Fica revogada a Portaria 1597, de 14 de abril de 2014, no que diz respeito a servidora.

Art. 4º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município;

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação;

São Domingos (SC), 25 de outubro de 2019.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 873, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2215880

DECRETO Nº 873, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a vacância do emprego público, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e pelos artigos 34 a 35 da Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; Lei Complementar nº 017 de 21/12/007 e Lei Complementar nº 034 de 17/01/2011; e:

· Considerando que a empregada pública municipal Carla Fátima de Oliveira, ocupante do emprego de Agente de Combate às Endemias, 40 horas semanais, obteve a concessão de aposentadoria por invalidez - NB 629.587.891-5 espécie 32, pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS;

· Considerando o disposto no inciso V do art. 34 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, onde dispõe que a aposentadoria é uma forma de vacância de cargo público;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica declarado vago 01 (um) emprego de Agente de Combate às Endemias, integrante do quadro de empregos do município de São Domingos, em função da concessão de aposentadoria por invalidez - NB 629.587.891-5 espécie 32, pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, a empregada pública municipal Carla Fátima de Oliveira, ocupante do emprego de Agente de Combate às Endemias 40 horas semanais, com a extinção do vínculo de trabalho respectivo com o município, a partir do dia 29 de outubro de 2019.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1039, de 09 de março de 2011, todas no que diz respeito a servidora.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 29 de outubro de 2019.

São Domingos (SC), 31 de outubro de 2019.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 874, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215881

DECRETO Nº 874, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a admissão de pessoal por tempo determinado em caráter emergencial.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0043, de 26/07/2012; e:

- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes, Ivanete Rodrigues Hennerich, solicitando a contratação emergencial de um profissional Nutricionista;
- Considerando a necessidade do acompanhamento de uma técnica responsável pela elaboração do cardápio, compra de alimentos, acompanhamento nutricional dos alunos entre outros;
- Considerando que o município atende aproximadamente 850 alunos entre oito meses a onze anos de idade necessitando de acompanhamento nutricional;
- Considerando que o município tem a preocupação de fornecer uma alimentação saudável aos alunos desde o café até o jantar;
- Considerando que o pedido de demissão da empregada pública Camila Bao, ocupante do cargo de Nutricionista;
- Considerando que o concurso público em vigência não houve candidatos aprovados no cargo de Nutricionista;
- Considerando o Parecer Jurídico sobre a matéria;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária emergencial de excepcional interesse público, a Senhora Patrícia Merlin, para exercer o cargo público de Nutricionista, Admitida em Caráter Temporário Emergencial, com 40 (quarenta) horas semanais deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora mencionada será até a realização de Processo Seletivo Simplificado, ou concurso público, ou por 12 meses, com base no art. 4º II da LCM 043/2012 o que vier primeiro.

§ 2º A servidora integrará o Quadro Anexo I – Cargos Públicos – Grupo 5 – Técnico Científico (TECIE), Código 51.13, com 40 (quarenta) horas semanais, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012 e Lei Complementar Municipal nº 018, de 28/01/ 2008.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de novembro de 2019.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 875 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2215882

DECRETO Nº 875 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Torna sem efeito o Decreto nº 846, de 02 de outubro de 2019, o qual nomeou o servidor público aprovado em Concurso Público para o cargo público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; nº. 0045, de 06 de novembro de 2012 e Lei Complementar Municipal nº 0017, de 21/12/2007, atualizada;

- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2016, de 29 de fevereiro de 2016;
- Considerando o Decreto nº 2275 de 05 de maio de 2016, que homologou o resultado final do Concurso Público nº. 001/2016;
- Considerando o disposto nos parágrafos 1º e 6º do art. 13A da Lei Complementar nº 0045 de 06/11/12, onde estabelece que a posse ocorrerá no prazo de 30 dias contados da data da publicação e caso a posse não ocorra no prazo previsto será tornado sem efeito o ato do

provimento;

· Considerando que o servidor público nomeado pelo Decreto nº 846, de 02 de outubro de 2019, não tomou posse no prazo estabelecido em Lei;

· Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o decreto nº 846 de 02 de outubro de 2019, que nomeou Ricardo Luza para exercer o cargo de Farmacêutico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de novembro de 2019.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## DECRETO Nº 876 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216132

DECRETO Nº 876, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para serviço público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04 de abril de 2012; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06 de novembro de 2012, atualizada e 043 de 26 de julho de 2012;

· Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes;

· Considerando o comprometimento do Governo Municipal através da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, em garantir a manutenção e limpeza dos espaços escolares;

· Considerando que há três servidoras titulares da Secretaria de Educação Cultura e Esportes, ocupantes do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com afastamentos para tratamento de saúde e licença maternidade;

· Considerando o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, de 07 de junho de 2019;

· Considerando o Edital nº 013, de 30 de julho de 2019, que publicou a classificação final do Processo Seletivo Simplificado, edital nº 001/2019;

· Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica Admitida para o Serviço Público Municipal a Senhora, Zulmira Aparecida Marmentini Kissel, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima irá perdurar, até o final dos afastamentos das servidoras titulares ocupantes do cargo de auxiliar de serviços gerais, conforme o que estabelece a Lei Complementar nº 0043 de 26 de julho de 2012;

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 04 de novembro de 2019.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.213/2019

Publicação Nº 2214738

DECRETO Nº 3.213, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com Art. 6º e inciso I do Art. 7º da Lei Municipal nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

21 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

001 - Fundo Municipal de Assistência Social

2131 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3300000000000000 - Despesas Correntes

3330000000000000 - Outras Despesas Correntes

3339000000000000 - Aplicações Diretas

1000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 15.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias.

21- Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

001- Fundo Municipal de Assistência Social

2131- Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3400000000000000 - Despesas de Capital

3440000000000000 - Investimentos

3449000000000000 - Aplicações Diretas

1000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 15.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 15.000,00

DECRETO Nº 3.213, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 29 de outubro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS

Secretário Municipal de Assistência Social

Secretário Municipal de Governo Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

Visto. Publique-se.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.213, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019.

A presente suplementação tem por finalidade adequar o orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social na ação 2131 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social, conforme Artigo 7º da Lei nº 2.122, de 17 de dezembro de 2018, que aprovou o orçamento para o exercício de 2019, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil Reais) para garantir a execução das atividades de Assistência Social executadas no município de São Francisco do Sul, com o objetivo principal de manter a qualidade de oferta de serviços aos usuários.



São Francisco do Sul – SC, 29 de outubro de 2019.  
RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

LUIZ ARNALDO MARTINS  
Secretário Municipal de Assistência Social

### **PORTARIA 040-2019 - EXONERAÇÃO FATURAMENTO RICARDO MACHADO**

Publicação Nº 2214757

PORTARIA SAMAE N.º 040, de 02 de outubro 2019.

HILTON RODRIGO SCHETZ DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

EXONERAR, a pedido, o servidor RICARDO MACHADO CARDOSO, ocupante do cargo de auxiliar de operações, da Função Gratificada de Chefe de Faturamento, a partir de 02 de outubro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Hilton Rodrigo Schetz  
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Registrado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **PORTARIA 041-2019 - CONCEDER INCORPORAÇÃO RICARDO MACHADO**

Publicação Nº 2214758

PORTARIA SAMAE N.º 041, de 07 de outubro de 2019.

HILTON RODRIGO SCHETZ, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

CONCEDER INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO AO VENCIMENTO, ao servidor RICARDO MACHADO CARDOSO, auxiliar de operações, de acordo com o Art. 72 e 74 § da Lei Complementar nº 008/2003, sendo 80% no FGA-2 na Função Coordenador Atividades Técnicas do SAMAE, no período constantes nas Portaria SAMAE Nº 035/2013, 030/2016,068/2015 e 10/2017. Sendo 20% no FGA-4 na Função Chefe de Faturamento do SAMAE, no período constantes nas Portarias SAMAE Nº 035/2017, 040/2019.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Hilton Rodrigo Schetz  
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Registrado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA 042-2019 - NOMEAÇÃO FATURMANTO RICARDO MACHADO**

Publicação Nº 2214759

PORTARIA SAMAE N.º 042, de 14 de outubro 2019.

HILTON RODRIGO SCHETZ DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

INDICAR, o servidor RICARDO MACHADO CARDOSO, auxiliar de operações, matrícula 128, para exercer a Função Gratificada de Chefe de Faturamento – FGA-4.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Hilton Rodrigo Schetz  
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Registrado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA 043-2019 - LICENÇA PREMIO 45 DIAS LUCINIR**

Publicação Nº 2214762

PORTARIA SAMAE N.º 043, de 16 de outubro de 2019.

HILTON RODRIGO SCHETZ, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, de acordo com o caput do art. 89 da Lei Complementar n.º 008/2003, a servidora LUCINIR MARIA DO NASCIMENTO AMORIM, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 29, por 45 (quarenta e cinco) dias, no período de 17/10/2019 a 30/11/2019, conforme requerimento protocolado.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Hilton Rodrigo Schetz  
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Registrado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA 044-2019 - REVOGAÇÃO PATRICIA - PREFEITURA MUNICIPAL - REVOGAÇÃO**

Publicação Nº 2214764

PORTARIA SAMAE N.º 044, de 31 de outubro de 2019.

HILTON RODRIGO SCHETZ, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 022 de 09/05/2019, por conta da rescisão do Termo de Cessão de Servidor nº 002/2019 firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e a Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Hilton Rodrigo Schetz  
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Registrado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **PORTARIA 045-2019 - REVOGAÇÃO ROBERSON - PREFEITURA MUNICIPAL - REVOGAÇÃO**

Publicação Nº 2214766

PORTARIA SAMAE N.º 045, de 31 de outubro de 2019.

HILTON RODRIGO SCHETZ, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria nº 023 de 09/05/2019, por conta da rescisão do Termo de Cessão de Servidor nº 001/2019 firmado entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e a Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Hilton Rodrigo Schetz  
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Registrado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **PORTARIA 046-2019 - DISPONIBILIZAR PATRICIA - PREFEITURA MUNICIPAL**

Publicação Nº 2214770

PORTARIA SAMAE N.º 046, de 01 de novembro de 2019.

HILTON RODRIGO SCHETZ, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Em conformidade com o Decreto Municipal n.º 2.198/2015, fica disponibilizado, a partir da presente data, a servidora PATRICIA CREMER DE ALMEIDA, auxiliar administrativa, matrícula 64, à Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas.

Art. 2º - A servidora deverá se apresentar junto à Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas no dia 04 de novembro de 2019, às 08:30 horas, a fim de ser orientado para o exercício das funções de seu cargo.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Hilton Rodrigo Schetz  
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Registrado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA 047-2019 - DISPONIBILIZAR ROBERSON - PREFEITURA MUNICIPAL**

Publicação Nº 2214771

PORTARIA SAMAE N.º 047, de 01 de novembro de 2019.

HILTON RODRIGO SCHETZ, DIRETOR-PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Em conformidade com o Decreto Municipal n.º 2.198/2015, fica disponibilizado, a partir da presente data, o servidor ROBERSON ALBERTO MACIEL, auxiliar administrativo, matrícula 96, à Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas.

Art. 2º - O servidor deverá se apresentar junto à Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas no dia 04 de novembro de 2019, às 08:30 horas, a fim de ser orientado para o exercício das funções de seu cargo.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e comunique-se.

Hilton Rodrigo Schetz  
Diretor Presidente do SAMAE  
Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Registrado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 16.056/2019**

Publicação Nº 2215273

PORTARIA nº 16.056, de 4 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências, e de acordo com o requerido no Processo nº 24405/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 683.874.829-00, do cargo de Diretora Presidente, da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 31 de outubro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.057/2019**

Publicação Nº 2215275

PORTARIA nº 16.057, de 4 de novembro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências, e de acordo com o requerido no Processo nº 24409/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, MARIANA CABRAL DE OLIVEIRA, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob o nº 006.875.629-10, do cargo em comissão de Gerente de Finanças, nível CC02, da Secretaria Municipal de Finanças, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 31 de outubro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 4 de novembro de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo  
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL  
LICITAÇÃO Nº 068/2019**

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o(a) Pregoeiro(a) designado(a) pela Portaria nº. **15.836 de 05/07/2019**, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às **09:00 hrs do dia 19 de novembro de 2019**, na **Sala de Reuniões do Setor de Licitações**, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01 - Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

**1. DA LICITAÇÃO****1.1 – DO OBJETO**

1.1 Aquisição de uniformes e acessórios os funcionários do SAMU, CAEPS e Vigilância Sanitária, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

1.2 O prazo estimado para a execução dos serviços constantes nesta licitação, será de 30 (trinta) dias contados a partir da data de homologação do processo licitatório

**2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.**

2.1. Local: Sala de Licitações, Rua Hercílio Luz, 09 – Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se a via postal) para o(a) Pregoeiro(a) impreterivelmente até às **08:30 do dia 19 de novembro de 2019**.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES às **09:00 do dia 19 de novembro de 2019**, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

**3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO**

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: 30 dias

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Item

3.4. LOCAL DA ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da aquisição do objeto deste Edital correrão às expensas da seguinte dotação orçamentária:

1

[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocío Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>1901 – Fundo Municipal de Saúde</b>
<b>Projeto Atividade</b>	<b>2121– Manutenção Serviço Móvel de Emergência - SAMU</b>
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>339030 23 – Uniformes, Tecidos e Aviamentos</b>
<b>Vínculo do Recurso</b>	<b>33809 – Serviço de Atendimento Móvel de Urg-Samu</b>

<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>1901 – Fundo Municipal de Saúde</b>
<b>Projeto Atividade</b>	<b>2124– Manutenção Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde – CEPAS-CAEPS</b>
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>339030 23 – Uniformes, Tecidos e Aviamentos</b>
<b>Vínculo do Recurso</b>	<b>33808 – Vig. Em Saúde – DST//AIDS E Hepatites Virais</b>

<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>1901 – Fundo Municipal de Saúde</b>
<b>Projeto Atividade</b>	<b>2125– Manutenção Vigilância Sanitária</b>
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>339030 23 – Uniformes, Tecidos e Aviamentos</b>
<b>Vínculo do Recurso</b>	<b>13806 – Vig. Em Saúde – Vigilância Sanitária</b>

**3.6. PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após entrega da NF devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

#### **4. DOS ANEXOS**

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;  
Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;  
Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;  
Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;  
Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;  
Anexo VI. Minuta do Contrato

#### **5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL**

**5.1.** O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 8h00min às 14h00min, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

**5.2.** O Edital também está disponível para download no endereço [www.saofranciscodosulsc.gov.br](http://www.saofranciscodosulsc.gov.br), <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/> no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

**5.3.** Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 horas, conforme lei.

2

**[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**6. DAS IMPUGNAÇÕES**

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail [licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br) <https://diariomunicipal.sc.gov.br/site/> ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro, pessoalmente ou encaminhada via Correios/Sedex, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24h antes da realização do pregão no endereço [www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br). Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

**7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preenchem as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) Pessoa física;
- b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;
- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

3

---

**[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**



**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**8. DO CREDENCIAMENTO**

**8.1.** Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

**8.2.** O credenciamento far-se-á por meio de **documento público de procuração ou instrumento particular**, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

**8.2.1.** Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da **cópia do respectivo estatuto/contrato social** onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

**8.3.** Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar **cópia do respectivo estatuto/contrato social** ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

**8.4.** Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

**8.4.1.** A Declaração de idoneidade e que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

**8.4.2.** Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios a estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

**8.4.3.** Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

**8.5.** A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 7.1, 7.2, 7.2.1 e 7.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 7.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

**9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS****9.1. DOS ENVELOPES:**

4

---

**[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**9.1.1.** A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

**ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**PREGÃO Nº 068/2019**  
**RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE**  
**CNPJ**

**ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL**  
**PREGÃO Nº 068/2019**  
**RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE**  
**CNPJ**

**9.1.2.** O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no **Item 9** deste Edital.

**9.1.3** O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no **Item 11** deste Edital.

**10. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**10.1.** A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

**10.2. Na proposta de preços deverão constar:**

**a)** Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

**b)** os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

**10.3.** Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

**10.4.** Prazo de execução, conforme o Termo de Referência.

5

---

**[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocío Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**10.5.** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

**10.6.** Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

**10.7.** A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

**11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO**

**11.1.** Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

**11.1.2.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

**11.2.** Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

**11.3.** Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

**11.4.** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO**

**11.1.** Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

**11.1.2.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

**11.2.** Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

**11.3.** Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6

[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

**12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

7

[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

**13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS**

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Item a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo Pregoeiro quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do Pregoeiro **serão desclassificadas as propostas que:**

- a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;
- b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúbia interpretação, que dificultem o seu julgamento;
- c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

**14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS****14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO**

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

**14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

8

[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do **Anexo IV**, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no **Anexo V** do presente Edital.

**14.1.2. RELATIVOS à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante juntamente com a respectiva certidão cadastrada no sistema eproc com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.

**14.1.3. RELATIVOS à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- b) Alvará de localização/funcionamento, devidamente autenticados e validos.

**14.2.** Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

**14.3.** A autenticação de documentos **efetuada por servidor da administração** somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

**14.4.** Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

**14.5.** O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

9

**[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**



**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocío Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**14.6.** Se o LICITANTE for **matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz**, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

**14.7.** As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

**14.8.** A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

**14.9.** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

**14.9.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

**14.9.2.** A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.9.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

**15. DOS PROCEDIMENTOS**

**15.1.** Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

**15.2.** Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

**15.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

**15.4.** O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

**16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES**

10

**[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**16.1.** Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

**16.2.** Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

**16.3.** Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

**16.4.** A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 14.1.1, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

**16.5.** Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

**16.6.** Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

**17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

**17.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

**a)** ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**b)** conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**17.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**17.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**18. DOS RECURSOS**

11

**[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**



**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**18.1.** Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

**18.2.** A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

**18.3.** Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

**18.4** O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

**18.5.** Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

**18.6.** Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

**18.7.** A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

**18.8.** Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail ou Fax-símile, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

**18.9.** O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

**19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO**

**19.1.** Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

**19.2.** Para fins de avaliação e análise dos produtos a serem entregues e de sua consonância com as especificações contidas no Termo de Referência as empresas vencedoras deverão apresentar amostras dos produtos, conforme condições a seguir:

**19.2.1.** As amostras deverão ser entregues até 15 (quinze) dias úteis após a conclusão das fases classificatória e habilitatória;

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**19.2.2.** As amostras, deverão ser entregues identificadas com etiquetas autocolantes, constando o nome da empresa e o número do item a que se referem;

**19.2.3.** A unidade competente fará a análise dos produtos, verificando a sua compatibilidade com o Termo de Referência e as propostas comerciais, e emitirá um parecer devidamente fundamentado aprovando ou contraindicando o(s) item (ns) cotado(s);

**19.2.4.** Caso a(s) amostra(s), da(s) empresa(s) que ofertou(ram) o menor preço não seja(m) compatível(is) com o objeto da licitação, será(ão) convocada(s) a(s) empresa(s) subsequente(s), na ordem de classificação, para apresentação de amostra(s), se for o caso, cujo o prazo será de 05 (cinco) dias úteis, após convocação, sem prejuízo das sanções legais pertinentes ao licitante desclassificado por incompatibilidade do produto ofertado com as especificações do edital;

**19.2.5.** As amostras aceitas ficarão sob guarda da Secretaria de Saúde para aferição com os produtos entregues, sendo devolvidas aos fornecedores após a constatação de sua adequabilidade no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de publicação da homologação, sendo que a Secretaria de Saúde não se responsabilizará por qualquer dano causado aos materiais durante o período de análise ou por eventual demora no recolhimento dos mesmos;

**19.2.6.** No caso de incompatibilidade das amostras com os requisitos editalícios, as mesmas ficarão à disposição da Secretaria de Saúde até a conclusão do processo administrativo instaurado que vise aplicação das sanções previstas neste edital ao licitante faltoso. Concluído o processo, as amostras deverão ser retiradas na Secretaria de Saúde no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos. Após este período a Secretaria de Saúde providenciará o descarte das amostras.

**19.3.** Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

**19.4.** Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

**19.5.** A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

## **20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO**

**20.1.** Após a Homologação da Licitação pela Autoridade Competente, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da **minuta constante no Anexo VI**, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

**20.2.** A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

**I -** Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

13

**[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**II** - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

**III** - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

**IV** – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

**V** – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**VI** – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

**20.3.** O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

**21. DO PAGAMENTO**

**21.1.** O pagamento dar-se-á à CONTRATADA no prazo de 30 (trinta) dias, após a apresentação da nota fiscal devidamente visada pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde e o respectivo comprovante de abastecimento.

**21.2.** A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

**21.3.** Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

**21.4.** Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

**22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**22.1.** Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14

[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**22.2.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**22.3.** As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

**23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**23.1.** A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

**23.2.** O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

**23.3.** O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

**23.4.** As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

**São Francisco do Sul, 04 de novembro de 2019.**

---

**NADIA MOREIRA RAPOSO**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**


**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
 CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
 CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**ANEXO I**
**TERMO DE REFERÊNCIA**
**1.0 OBJETIVO**

Aquisição de uniformes para os funcionários do SAMU, CAEPS e Vigilância Sanitária.

**2.0 JUSTIFICATIVA**

A aquisição é necessária para atender as necessidades dos referidos profissionais, visando ainda sua paramentação e identificação visual durante a execução de seus serviços.

**3.0 ESPECIFICAÇÃO**
**PROPOSTA POR ITEM:**

ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTO	Unid	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	<p>Tecido : Pré encolhido, tipo sarja 2/1, peso 221 g/m², largura 1,61, composto por 67% fibra de poliéster e 33 % de fibra de algodão, tipo terbrim ou similar, tingimento em cores firmes, resistentes ao uso e lavagens, na cor azul marinho. Costuras duplas .Abertura frontal, com zíper aparente (máster fino) na mesma cor do tecido. Frente : corte reto. Com gola Padre, medindo 03 cm de altura, transpassada, regulável com velcro. Com ombreiras (proteção) nos ombros, forrada com fibra 6 mm e matelassada, Embutida na gola, indo da frente até a pala das costas (embutida). Com dois bolsos (tipo profissional), medindo 28 cm de altura por 20 cm de largura abertura da boca medindo 23 cm (tipo faca), Pespontado com duas costuras. 03 cm abaixo dos bolsos frontais, será confeccionado os bolsos laterais, medindo 19 cm de largura por 20 cm de altura ( com prega fêmea no meio), com lapela medindo 07 cm de largura, presa com velcro de 2 cm de largura por 08 cm de comprimento (devidamente centralizado). 03 cm abaixo dos bolsos laterais, será aplicado joelheira (proteção), oval medindo aproximadamente 22 cm, forrada com fibra 6 mm e matelassada. Mangas : acabamento corte reto nos punhos, com lingüeta reguladora com velcro. Medindo 03 cm de largura por 17 cm de comprimento. Com lingüeta interna medindo 03 cm de largura por 20 cm de comprimento, acabamento com caseado. Na parte externa será colocado um botão (logo abaixo da película) para prender a lingüeta ( de forma que possa ser usado como mangas longas e curtas). Costas : Com pala, com duas pregas fundas ( para dar movimento). Na cintura , elástico de 4 cm de largura com aproximadamente 20 cm de comprimento (sentido horizontal) e lingüeta reguladora, logo após termino do elástico, medindo 03 cm de largura por aproximadamente 15 cm de comprimento (sentido horizontal),das costas para frente, presa por velcro ( de forma que a peça possa ser ajustada na cintura).</p>	UNID	26	R\$ 239,00	R\$ 6.214,00

16

[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**



### Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande

CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357

CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

<p>Com dois bolsos atrás , medindo 15 cm de largura por 17 cm de altura, com lapela medindo 07 cm de largura, presa com velcro de 2 cm por 08 cm de comprimento.</p> <p>Faixas Coloridas : Em 100% poliéster, nas cores laranja e vermelha, medindo 2 cm de largura. Será aplicada nas laterais , sendo que a laranja ficará embutida na ombreira e na cava e a vermelha da cintura para baixo. Nas mangas : Embutida na película até o punho (laranja na frente e vermelha atrás). (no meio da manga, de forma que quando vestida fique na frente da peça )</p> <p>Faixas Refletivas : de 5 cm , na cor prata (altamente refletiva). Na frente e nas mangas : Logo abaixo da cava e dos logotipos do SAMU aplicados. Nas pernas : Logo abaixo da joelheira ( frente e costas). Nas costas : No sentido vertical, aplicada em cima das pregas, embutida na pala até a cintura ( 03 cm acima do elástico).</p> <p>Bordados : Frente : Na altura do peito (emblema do Samu 192, medindo 07 cm X 11 cm) logo acima será bordada na cor branca a função do servidor. Manga Direita : Emblema do Samu 192, medindo 07 cm X 11 cm. Manga Esquerda : Bandeira(Logomarca) do município, medindo 07 cm X 11 cm, com os dizeres São Francisco do Sul abaixo da logomarca, em bordado branco; logo acima será bordada na cor branca o local do SAMU (Macrorregião). Costas : Emblema do Samu 192, medindo 15 cm X 25 cm, logo acima será bordado na cor branca a função do servidor.</p> <p>Tamanhos/ Quantidades: P-6 M-7 G-11 GG-2</p>				
---	--	--	--	--


**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande

CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357

CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

	<p><b>DETALHE COSTAS:</b></p>				
2	<p>Camiseta na cor branca, 100% algodão, com símbolo do SAMU frente lado esquerdo, símbolo SAMU costas.</p> <p>Tamanho/Quantidade:</p> <p>P-6 M-10 G-19 GG-4</p>	UNID	39	R\$ 29,33	R\$ 1.143,87
3	<p>Gandola Tática SAMU em tecido ripstop, com a logomarca do SAMU bordada no peito esquerdo, costas e manga direita. Com faixas refletivas prateadas de 50mm. Com faixas laterais</p>	UNID	15	R\$ 148,00	R\$ 2.220,00




**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande

CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357

CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

	<p>vermelha e laranja. Com dois bolsos na altura do peito, fechado com lapela e velcro e abaixo dois bolsos tipo cargo fechados com lapela e velcro. Com cordão interno na altura da cintura para regulagem de largura e fechamento frontal com botões. Com manga removível com zíper por baixo do refletivo. Tamanho/Quantidade:</p> <p>P-2 M-4 G-5 GG-4</p> 				
4	<p>Calça SAMU em tecido tipo rip stop profissional tingimento em cores firmes, resistente ao uso e lavagem. na cor azul marinho padrão 519 da cartela santista, com elástico atrás e cós na frente com zíper, passantes para cintos, bolso redondo interno frontal para descanso das mãos, na perna esquerda logo após o bolso de mãos, será aplicado acessório porta tesoura tipo envelope com fechamento de botão de pressão, forro no joelho com espuma, faixa refletiva nas pernas logo abaixo do joelho com cinco cm, dois bolsos cargos nas laterais, deblon laranja e vermelho nas laterais (padrão ms), dois bolsos traseiros com fechamento em velcro personalizado. Tamanho/Quantidade:</p> <p>35-1</p>	UNID	15	R\$ 120,33	R\$ 1.804,95

19



**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande

CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357

CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina


<p>40-2 42-1 44-3 46-6 48-2</p>					
5	Biriba na cor preta em velcro com nome do funcionário e tipo sanguíneo bordado em branco tam: 2,5 x 13 cm	UNID	13	R\$ 10,66	R\$ 138,58

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande

CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357

CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

6	Placa de função na cor preta em velcro com a função do funcionário bordado na cor branca Tam 5x20 cm	UNID	14	R\$ 14,33	R\$ 200,62
7	<p>Jaqueta SAMU em nylon impermeável com capuz . fechamento frontal com zíper e aba de proteção também fechada com zíper. com regulador de velcro no punho. com duas entradas para ventilação nas costas; costura reforçada; identificação (símbolo) do serviço samu 192 frente lado esquerdo e costa, bandeira do brasil manga direita, bandeira do município do lado esquerdo.</p> <p>Quantidade/Tamanho</p> <p>P-1</p> <p>M-4</p> <p>G-7</p> <p>GG-2</p> 	UNID	14	R\$ 153,33	R\$ 2.146,62
8	<p>Bota SAMU, cano curto em couro forrada, proteção frontal, fechamento em zíper e velcro em couro, solado de borracha de alta durabilidade resistente à água, com logotipo do SAMU na lateral, costuras reforçada e com palmilha confortável.</p> <p>Tamanho/Quantidade</p> <p>36 – 1</p>	UNID	1	R\$ 291,33	R\$ 291,33
9	<p>Bota SAMU, cano médio em couro forrada, proteção frontal, fechamento em zíper e velcro em couro, solado de borracha de</p>	par	13	R\$ 426,33	R\$ 5.542,29

21


[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande

CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357

CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina



	alta durabilidade resistente à água, com logotipo do SAMU na lateral, costuras reforçada e com palmilha confortável. Tamanho/Quantidade  34 – 2 36 – 1 37 - 1 38 – 2 39 – 1 40 – 2 41 - 2 44 – 2				
10	Camisas gola polo manga curta com bordado (frente bordado brasão do Município), (logo do caeps manga esquerda) (bordado SUS manga direita) Tamanhos/Quantidades G-6 GG-3  	UNID	9	R\$ 51,66	R\$ 464,94
11	Baby look gola polo manga curta com bordado bordado (frente bordado brasão do Município), (logo do CAEPS manga esquerda) (bordado SUS manga direita) 17-G 9-M	UNID	26	R\$ 40,66	R\$ 1.057,16

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande

CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357

CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

	 <div> <div>FRENTE</div> <div>COSTAS</div> </div>				
12	<p>Vestidos altura joelho social, azul, com bordado frente (brasão do município) para os servidores do CAEPS</p> <p>4-G 4-M 1-P</p> 	UNID	9	R\$ 69,66	R\$ 626,94
13	<p>Camisas social feminina manga longa com bordado frente (brasão do município) para os servidores do CAEPS</p> <p>8-2 4-M 4-P</p>	UNID	10	R\$ 86,00	R\$ 860,00

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande

CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357

CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

					
14	<p>Camisas social masculina manga longa com bordado frente (brasão do município) para os servidores do CAEPS 2-G</p> 	UNID	2	R\$ 81,66	R\$ 163,32
15	<p>Camisas gola polo com a descrição "Vigilância Sanitária"</p> <p>Tamanhos:</p> <p>16-M</p> <p>4-G</p> <p>8-GG</p> <p>10-EG</p>	UNID	38	R\$ 45,00	R\$ 1.710,00


**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande

CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357

CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

16	<p>Jaqueta Impermeável com bordado no peito e nas costas para os servidores da Vigilância Sanitária. Tamanhos: 8-M, 4-G, 4-GG e 4-EG</p>	UNID	20	R\$ 180,00	R\$ 3.600,00
17	<p>COLETE VIGILANCIA SANITÁRIA: tecido tactel fino, cor azul marinho, com bolsos transversais nas laterais inferiores – fechamento com zíper cor preto, fechamento do colete com zíper cor preto, bordado na lateral esquerda superior "VIGILÂNCIA SANITÁRIA" na cor branca, bordado na lateral direita superior o logo da Prefeitura do Município logo abaixo "FISCALIZAÇÃO" na cor branca, nas costas bordado em branco "VIGILÂNCIA SANITÁRIA", cós com elástico, nos tamanhos 3-G e 3-GG.</p>	UNID	06	R\$ 50,00	R\$ 300,00

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande

CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357

CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

18	<p>PASTA EXECUTIVA - Em poliuretano de boa qualidade, forrada internamente. Compartimento principal com porta notebook. Porta documentos e porta canetas. Um bolso frontal com zíper. Fechamento principal da pasta com zíper. Alça tiracolo ajustável e fixa. Medidas aproximadas: (Alt. x Larg. x Comp.): 29,0 x 10,0 x 38,0cm Compartimento para Notebook (Alt. x Larg. x Comp.): 24 x 05 x 35cm Personalização com bordados contendo o brasão do município e dos SUS, bem como a frase "Vigilância Sanitária" em 1/0 cor</p>	UNID	04	R\$ 95,00	R\$ 380,00

**LOGO MUNICÍPIO:****LOGO CAEPS:**

PROGRAMA MUNICIPAL DST/ HIV/ AIDS  
HEPATITES VIRAIS E TUBERCULOSE  
SÃO FRANCISCO DO SUL

**LOGO SUS:****LOGO SAMU 192:**



**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**4.0 DAS AMOSTRAS:**

4.1 Para fins de avaliação e análise dos produtos a serem entregues e de sua consonância com as especificações contidas no presente Termo as empresas vencedoras deverão apresentar amostras dos produtos, conforme condições a seguir:

4.1.1 As amostras deverão ser entregues até 15 (quinze) dias úteis após a conclusão das fases classificatória e habilitatória;

4.1.2 As amostras, em plena validade, deverão ser entregues identificadas com etiquetas autocolantes, constando o nome da empresa e o número do item a que se referem;

4.1.3 As unidades competentes farão a análise dos produtos, verificando a sua compatibilidade com o Termo de Referência e as propostas comerciais, e emitirá um parecer devidamente fundamentado aprovando ou contraindicando os itens cotados;

4.1.4 Caso a amostra da empresa que ofertou o menor preço não seja compatível com o objeto da licitação, será convocada a empresa subsequente na ordem de classificação, para apresentação de amostra, se for o caso, cujo prazo será de 05 (cinco) dias úteis, após a convocação, sem prejuízo das sanções legais pertinentes ao licitante desclassificado por incompatibilidade do produto ofertado com as especificações do presente Termo de Referência;

4.1.5 As amostras aceitas ficarão sob guarda da Secretaria de Saúde para aferição com os produtos entregues, sendo devolvidas aos fornecedores após a constatação de sua adequabilidade no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados a partir da data de publicação de homologação, sendo que a Secretaria de Saúde não se responsabilizará por qualquer dano causado aos materiais durante o período de análise ou por eventual demora no recolhimento dos mesmos;

4.1.6. No caso de incompatibilidade das amostras com os requisitos editalícios, as mesmas ficarão a disposição da Secretaria de Saúde até a conclusão das sanções previstas no Edital ao licitante faltoso. Concluído o processo as amostras deverão ser retiradas na Secretaria de Saúde, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos. Após esse período a Secretaria de Saúde Providenciará o descarte das amostras.

4.2 A qualidade do objeto desta licitação deverá estar de acordo com os padrões e exigências do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), demais

27

[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**



**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

órgãos fiscalizadores do setor, sendo, portanto, de EXCELENTE QUALIDADE fornecendo as garantias necessárias conforme o código de defesa do consumidor.

**5.0 – FORMA DE EXECUÇÃO**

A totalidade dos itens deverá ser entregue em até 30 dias após a solicitação formal da Secretaria de Saúde, a qual será realizadas após emissão de ordem de compra global e assinatura do contrato.

**6.0 – FISCALIZAÇÃO**

6.1 A fiscalização do fornecimento dos uniformes será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC, por meio do servidor designado conforme segue:

**Coordenação da Vigilância Sanitária**  
**Coordenadoria do SAMU Bravo – 05**  
**Coordenação CAEPS**

6.2 A fiscalização reserva-se ao direito de **recusar os produtos que não atenderem as especificações constantes da proposta ofertada**, bem como, as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.

6.3 Em caso de material entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo pela fiscalização para que a empresa substitua o mesmo, que terá início a partir da data do Termo de Recusa de Material. O Fornecedor ficará obrigado a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado.

6.3 Serão recusados apenas os itens que se encontrar em desacordo. Quando a recusa for parcial, será estabelecido o prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados pela fiscalização.

**7.0 – DO PAGAMENTO**

7.1 O pagamento dar-se-á à CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta dias) após a entrega do pedido, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente vistada pelo Setor de Informática.

7.2 A nota fiscal deverá discriminar as peças fornecidas, discriminadas por modelo e tamanho.

7.3 Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

7.4 Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

7.5 A Contratada deverá justificar fundamentada, prévia e formalmente qualquer ocorrência que a leve a descumprir os deveres estabelecidos neste Termo. A aceitação da justificativa ficará a critério do Fundo Municipal de Saúde.

**8.0 – LOCAL DE ENTREGA**

28

---

**[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**Fundo Municipal de Saúde**

Rua: Manoel A. Bueno, 387 Bairro: Rocio Grande  
Município: SÃO FRANCISCO DO SUL - SC  
HORÁRIO DE ENTREGA: Das 08h30min às 13h30min

**9.0 – LOCAL DE ENTREGA NOTA FISCAL****Setor de Compras**

Rua: Manoel A. Bueno, 387 Bairro: Rocio Grande  
Município: SÃO FRANCISCO DO SUL - SC  
HORÁRIO DE ENTREGA: Das 08h30min às 13h30min  
E-mail: [comprassaude@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:comprassaude@saofranciscodosul.sc.gov.br)

Nádia Moreira Raposo  
Secretária Municipal de Saúde  
Portaria nº 15.192/2018

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocío Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**ANEXO II****MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO**

Ao:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº..... e Inscrição Estadual sob nº....., representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a)....., portador(a) da Cédula de Identidade RG nº....., e CPF nº....., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a)....., portador (a) da Cédula de Identidade RG nº.....e CPF nº....., a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante ..... (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente **PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2019** com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por XXXXX

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso

**CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA**

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

30

[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande

CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357

CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**ANEXO III****MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA**

À:

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul

A/C. Pregoeiro Oficial

**Edital de Pregão Presencial nº. 068/2019**

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, DECLARA expressamente que **se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão** Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subseqüentes.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Assinatura do Representante legal da Empresa

Nome do representante por Extenso

**CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA**

31

[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**ANEXO IV****MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES**

Ao:  
Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul  
A/C. Pregoeiro Oficial  
**Edital de Pregão Presencial nº. 068/2019**

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº **068/2019** que a Proponente..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº....., com sede na cidade de ....., Estado....., na Rua/Av..... (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
**CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

---

**ANEXO V****MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS  
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Ao:  
Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul  
A/C. Pregoeiro Oficial

**Edital de Pregão Presencial nº. 068/2019**

Pelo presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa .....(indicação da razão social) **cumpre plenamente os requisitos de habilitação** para o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2019**, cujo objeto é a Aquisição de ....., de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

Assinatura do Representante legal da Empresa  
Nome do representante por Extenso  
**CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**ANEXO VI****MINUTA DE CONTRATO****PREGÃO Nº 068/2019****CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO  
FRANCISCO DO SUL – PMSFS, ATRAVES  
DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_.**

Aos 00 dias do mês de ----- do ano de 2019, o **MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF. Sob nº 01.744.089/0001-63, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. Nadia Moreira Raposo, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 035.961.299-74, residente e domiciliada nesta cidade, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, estabelecida na Rua \_\_\_\_\_ – bairro \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_ - CEP \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, brasileiro, estado civil \_\_\_\_\_, inscrito no CPF. sob nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_ – na cidade de \_\_\_\_\_ – CEP \_\_\_\_\_, doravante denominados respectivamente **CONTRATANTE e CONTRATADA**, em decorrência do processo licitatório Nº **068/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL**, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1** Aquisição de uniformes e acessórios os funcionários do SAMU, CAEPS e Vigilância Sanitária, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

**2.1.** O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, prorrogável na forma do art. 57, § 1º da Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

**3.1.** O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ ..... (.....).

**3.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas,

34

**www.saofranciscodosul.sc.gov.br**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS**

4.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>1901 – Fundo Municipal de Saúde</b>
<b>Projeto Atividade</b>	<b>2121– Manutenção Serviço Móvel de Emergência - SAMU</b>
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>339030 23 – Uniformes, Tecidos e Aviamentos</b>
<b>Vínculo do Recurso</b>	<b>33809 – Serviço de Atendimento Móvel de Urg-Samu</b>

<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>1901 – Fundo Municipal de Saúde</b>
<b>Projeto Atividade</b>	<b>2124– Manutenção Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde – CEPAS-CAEPS</b>
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>339030 23 – Uniformes, Tecidos e Aviamentos</b>
<b>Vínculo do Recurso</b>	<b>33808 – Vig. Em Saúde – DST//AIDS E Hepatites Virais</b>

<b>Unidade Orçamentária</b>	<b>1901 – Fundo Municipal de Saúde</b>
<b>Projeto Atividade</b>	<b>2125– Manutenção Vigilância Sanitária</b>
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>339030 23 – Uniformes, Tecidos e Aviamentos</b>
<b>Vínculo do Recurso</b>	<b>13806 – Vig. Em Saúde – Vigilância Sanitária</b>

**CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 XX (XXXX) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

35

[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**



**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocío Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

**CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES**

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

**CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. Os produtos serão recebidos:

a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega do produto em desacordo com as especificações técnicas exigidas

**CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

8.1. A fiscalização da execução do produto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

36

[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

**CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA****9.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

Receber provisoriamente os produtos, disponibilizando local, data e horário;  
Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do equipamento recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;  
Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;  
Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**9.2. São obrigações da CONTRATADA:**

- a) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o produto com avarias ou defeitos;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1.** Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

37

---

**[www.saofranciscodosul.sc.gov.br](http://www.saofranciscodosul.sc.gov.br)**  
**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

- I. advertência;
- II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.
- III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**10.2.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**10.3.** As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

**10.4.** As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO**

**11.1.** O presente Contrato poderá ser rescindido amigável ou judicialmente, nos casos previstos no Capítulo III – Seção V, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações.

**11.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**11.3.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**11.4.** O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

**11.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**11.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**11.4.3.** Indenizações e multas

**CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - VEDAÇÕES**

**12.1.** É vedado à CONTRATADA:

**Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul**

Rua Manoel Antônio Bueno, nº 387 – Rocio Grande  
CNPJ 03.264.792/0001-08 - Fone (047) 3444-4357  
CEP 89240-000 - São Francisco do Sul – Santa Catarina

- a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.**

**13.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

**14.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

**15.1.** É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Francisco do Sul, 00 de ----- de 2019.

\_\_\_\_\_  
**NADIA MOREIRA RAPOSO**

Gestora do Fundo Municipal de Saúde  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CPF:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**RECISÃO CESSÃO 001 ROBERSON**

Publicação Nº 2214773

**TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR  
Nº 001/2019**

Pelo presente instrumento, o SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, doravante denominado CEDENTE, pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ n.º 86.132.156/0001-41, com sede administrativa à Rua Sete de Setembro, n.º 93, Centro, CEP 89.240-000, do Município de São Francisco do Sul/SC, neste ato representado pelo Diretor Presidente, Sr. Hilton Rodrigo Schetz, brasileiro, devidamente inscrito sob o CPF n.º 936.559,409-04, residente e domiciliado neste Município; e a FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL – IPRESF, doravante denominada CESSIONÁRIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita sob o CNPJ n.º 23.017.093/0001-62, com sede administrativa à Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, Centro, CEP 89240-000, no Município de São Francisco do Sul/SC, neste ato representada por sua Diretora Presidente, Sra. Beatris Dircelha dos Santos, inscrita sob o CPF n.º 683.874.829-00, residente e domiciliado neste Município; e considerando o que tudo consta no TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR Nº 001/2019, RESOLVEM celebrar de comum acordo o Termo de Rescisão do Termo de Cessão de Servidor nº 01/2019, mediante os termos e condições a seguir estabelecidos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente Instrumento consiste na rescisão bilateral do Termo de Cessão do Servidor nº 001/2019, que visa a cessão do servidor Roberson Alberto Maciel, Auxiliar Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal do CEDENTE, para exercer as atribuições de Assistente Executivo, junto à CESSIONÁRIA desde 02 de maio de 2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

2.1. Rescindido o Termo de Cessão do Servidor nº 001/2019, deve o servidor retornar ao SAMAE para o cumprimento de suas atribuições de Auxiliar Administrativo, a partir de 01/11/2019.

**CLAUSULA TERCEIRA - DOS EFEITOS DA RESCISAO**

3.1. A presente rescisão não exclui as obrigações das partes no cumprimento de todas as cláusulas do Instrumento Original até a data da cessação de seu objeto, mormente no que se refere ao estabelecido na Cláusula Sexta.

3.2. A presente rescisão tem efeito a partir da data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICIDADE**

4.1: A eficácia deste Instrumento ficará condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, o que será providenciado pelo CEDENTE.

**CLÁUSULA QUINTA - DO FORO**

5.1. Fica eleito, desde já, o Foro da Comarca de São Francisco do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro juízo, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões que porventura surgirem em função do presente instrumento.

E, por estarem de comum acordo, as partes assinam o presente termo, em 3 (três) vias de igual teor que, depois de lidas e achadas conforme, na presença das testemunhas também signatárias, assumem o compromisso e a obrigação de fielmente cumprir e respeitar o que aqui fica pactuado.

São Francisco do Sul, 31 de outubro de 2019.

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO – SAMAE

CEDENTE – CNPJ n.º 86.132.156/0001-41

Representado pelo Sr. HILTON RODRIGO SCHETZ

Diretor Presidente

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

DE SÃO FRANCISCO DO SUL – IPRESF

CESSIONÁRIA – CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

Representada pela Sra. BEATRIS DICELHA DOS SANTOS

Diretora Presidente

**RECISÃO CESSÃO 002 - PATRICIA**

Publicação Nº 2214774

**TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR  
Nº 002/2019**

Pelo presente instrumento, o SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, doravante denominado CEDENTE, pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ n.º 86.132.156/0001-41, com sede administrativa à Rua Sete de Setembro, n.º 93, Centro, CEP 89.240-000, do Município de São Francisco do Sul/SC, neste ato representado pelo Diretor Presidente, Sr. Hilton Rodrigo Schetz, brasileiro, devidamente inscrito sob o CPF n.º 936.559,409-04, residente e domiciliado neste Município; e a FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL – IPRESF, doravante denominada CESSIONÁRIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita sob o CNPJ n.º 23.017.093/0001-62, com sede administrativa à Rua Barão do Rio Branco, n.º 377, Sala 303, Centro, CEP 89240-000, no Município de São Francisco do Sul/SC, neste ato representada por sua Diretora Presidente, Sra. Beatris Dircelha dos Santos, inscrita sob

o CPF n.º 683.874.829-00, residente e domiciliado neste Município; e considerando o que tudo consta no TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR Nº 002/2019, RESOLVEM celebrar de comum acordo o Termo de Rescisão do Termo de Cessão de Servidor nº 02/2019, mediante os termos e condições a seguir estabelecidos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Instrumento consiste na rescisão bilateral do Termo de Cessão do Servidor nº 002/2019, que visa a cessão da servidora Patrícia Cremer de Almeida, Auxiliar Administrativo, pertencente ao quadro de pessoal do CEDENTE, para exercer as atribuições de Assistente Executivo, junto à CESSIONÁRIA desde 02 de maio de 2019.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA RESCISÃO

2.1. Rescindido o Termo de Cessão do Servidor nº 002/2019, deve o servidor retornar ao SAMAE para o cumprimento de suas atribuições de Auxiliar Administrativo, a partir de 01/11/2019.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DOS EFEITOS DA RESCISAO

3.1. A presente rescisão não exclui as obrigações das partes no cumprimento de todas as cláusulas do Instrumento Original até a data da cessação de seu objeto, mormente no que se refere ao estabelecido na Cláusula Sexta.

3.2. A presente rescisão tem efeito a partir da data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICIDADE

4.1: A eficácia deste Instrumento ficará condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, o que será providenciado pelo CEDENTE.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

5.1. Fica eleito, desde já, o Foro da Comarca de São Francisco do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro juízo, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas as questões que porventura surgirem em função do presente instrumento.

E, por estarem de comum acordo, as partes assinam o presente termo, em 3 (três) vias de igual teor que, depois de lidas e achadas conforme, na presença das testemunhas também signatárias, assumem o compromisso e a obrigação de fielmente cumprir e respeitar o que aqui fica pactuado.

São Francisco do Sul, 31 de outubro de 2019.

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

CEDENTE – CNPJ n.º 86.132.156/0001-41

Representado pelo Sr. HILTON RODRIGO SCHETZ

Diretor Presidente

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

DE SÃO FRANCISCO DO SUL – IPRESF

CESSIONÁRIA – CNPJ n.º 23.017.093/0001-62

Representada pela Sra. BEATRIS DICELHA DOS SANTOS

Diretora Presidente

# São João Batista

## PREFEITURA

### 3ª ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO 023/FMS/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/FMS/2019

Publicação Nº 2214740

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

3ª ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO 023/FMS/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/FMS/2019

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde de São João Batista (SC), inscrito sob o CNPJ 08.361.788/0001-73, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, de conformidade com Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna pública a 1ª ERRATA ao PROCESSO LICITATÓRIO 023/FMS/2019 - PREGÃO PRESENCIAL nº 023/FMS/2019, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, EQUIPAMENTOS NOVOS DE PRIMEIRO USO, INCLUINDO A INSTALAÇÃO, SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS UTILIZADOS NA OPERAÇÃO E LIMPEZA, TREINAMENTO DOS USUÁRIOS, DISPONIBILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE SOFTWARE PARA GESTÃO OPERACIONAL DO CONTRATO E CONTROLE ELETRÔNICO DA PRODUÇÃO DAS PÁGINAS, DESTINADO A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Houve alteração no item 3 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS do Termo de Referência do edital. Todas as demais informações permanecem inalteradas. O novo Termo de Referência encontra-se disponível no site [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). São João Batista, 04 de novembro de 2019. Augusto Correia Junior - Pregoeiro Municipal

### EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/SISAM/2018

Publicação Nº 2215617

Extrato do terceiro termo aditivo ao Contrato nº 011/SISAM/2018

Contratante: Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista – SISAM, inscrito no CNPJ nº. 07.585.406/0001-22;

Contratada: Dalsenter Ambiental Eireli, inscrita no CNPJ nº. 06.348.937/0001-39;

Processo Licitatório 007/SISAM/2018 – Tomada de Preços 001/SISAM/2018;

Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 03 (três) meses, com início em 09/11/2019 e término em 07/02/2020;

Dotação orçamentária: (18) 3.3.90.35.01.00.00.00.00.00;

Data da assinatura: 04/11/2019.

### PROCESSO 0020.0003318-2019 - INTIMAÇÃO

Publicação Nº 2215522

INTIMAÇÃO.

Fica o servidor HUMBERTO LANZARINI NETO, matrícula 9609, intimado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste, querendo, quanto aos termos da decisão proferida pela COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO, nos autos do Procedimento Administrativo 0020.0003318/2019, na forma do § 5º, do art. 20, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2019**

Publicação Nº 2215061

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 22/2019  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 14/2019**

No dia 4 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.361.788/0001-73, com sede administrativa localizada na PCA. DEP. WALTER VICENTE GOMES 89, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 22/2019, Processo Licitatório nº. 22/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
13155	LAB. DE PRÓTESES ODONT. DESIGNERS DO SORRISO LTDA	
16924	NOVO HORIZONTE PRÓTESES EIRELI ME	1, 2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
LAB. DE PRÓTESES ODONT. DESIGNERS DO SORRISO LTDA	10.445.520/0001-61	ROGERIO CASSOL	025.569.139-40
NOVO HORIZONTE PRÓTESES EIRELI ME	26.994.522/0001-40	LUCAS SAMUEL GOMES DE FREITAS	010.143.419-73

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM., inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 16924 - NOVO HORIZONTE PRÓTESES EIRELI ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONFEÇÃO DE PROTESE DENTÁRIA TOTAL MAXILAR E MANDIBULAR. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ CONFECCIONAR DO MODELO EM GESSO: CONFEÇÃO DE PLACA BASE COM ROLETE DE CERA; FORNECER E MONTAR OS DENTES NA PLACA BASE PARA PROVA NO PACIENTE DE ACORDO COM A COR SOLICITADA PELO CIRURGIÃO DENTISTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA; INCLUIR E PRESAR A PEÇA SEGUINDO A COR PARA GENGIVA DO PACIENTE; FAZER ACABAMENTO E POLIMENTO DA PEÇA, DEIXANDO-A APTA A SER INSTALADA NA BOCA DO PACIENTE SEM QUE HAJA DANOS À SUA CAVIDADE BUCAL. OBS: CUSTO DE TRANSPORTES, MATERIAIS, MÃO DE OBRA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA.	UN	RESINA ACRI	300.000	110,0000	33.000.00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA**

Página: 2/7  
 Processo Nº.: 22/2019  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019**

Fornecedor: 16924 - NOVO HORIZONTE PRÓTESES EIRELI ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	CONFEÇÃO DE PROTESE DENTÁRIA TOTAL MAXILAR E MANDIBULAR. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ CONFECCIONAR DO MODELO EM GESSO; CONFEÇÃO DE PLACA BASE COM ROLETE DE CERA; FORNECER E MONTAR OS DENTES NA PLACA BASE PARA PROVA NO PACIENTE DE ACORDO COM A COR SOLICITADA PELO CIRURGIÃO DENTISTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA; INCLUIR E PRESAR A PEÇA SEGUINDO A COR PARA GENGIVA DO PACIENTE; FAZER ACABAMENTO E POLIMENTO DA PEÇA, DEIXANDO-A APTA A SER INSTALADA NA BOCA DO PACIENTE SEM QUE HAJA DANOS À SUA CAVIDADE BUCAL. OBS: CUSTO DE TRANSPORTES, MATERIAIS, MÃO DE OBRA SERÃO DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA.	UN	RESINA ACRY	100,000	110,0000	11.000,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 3/7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA****Processo Nº.: 22/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019****CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 4/7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA****Processo Nº.: 22/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 22/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 22/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 7/7

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 22/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2019

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 4 de Novembro de 2019.

Assinatura do Responsável

**Empresas Participantes:**

LAB. DE PRÓTESES ODONT. DESIGNERS DO SORRISO LTDA CNPJ: 10.445.520/0001-61

NOVO HORIZONTE PRÓTESES EIRELI ME CNPJ: 26.994.522/0001-40

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 06/2019**

Publicação Nº 2216039

Portaria Nº 06/2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE, EM CARÁTER PROPORCIONAL, NOS TERMOS DO ART. 40, §1º, INCISO III, ALÍNEA "B" DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, AUTORIZA O PAGAMENTO DOS PROVENTOS NOS TERMOS DA METODOLOGIA DEFINIDA NO ART. 1º, DA LEI FEDERAL Nº 10.887/2004, DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA ROSALBA DOS SANTOS CECCATO, A PARTIR DE 31/10/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara de Vereadores, nos termos do art. 22, inciso X da Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República à servidora ROSALBA DOS SANTOS CECCATO, detentora da matrícula funcional nº 26, portadora do CPF nº 777.118.749-87, RG nº 2.729.399, inscrita no PASEP nº 10267253416, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - 40 horas, do Quadro de Pessoal desta Câmara de Vereadores.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, correspondente a 37,75% (trinta e sete vírgula setenta e cinco por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) que será paga mensalmente pelo IPRESJB.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 001/2003 - Estatuto dos Servidores do Município de São João Batista.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos operam-se a partir de 31/10/2019.

São João Batista, 31 de Outubro de 2019.

Éder Vargas

Presidente

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 146/2019

Publicação Nº 2215009

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e Buschle &amp; Lepper SA

ORIGEM: Pregão Presencial nº 92/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de produtos químicos para tratamento de água, destinados para manutenção das estações de tratamento de água do município de São João do Oeste para o ano de 2019/2020"

VALOR: R\$ 47.112,00

PRAZO: 01.11.2019 até 01.11.2020

São João do Oeste – 04 de novembro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e CSM Produtos Químicos Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 92/2019

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de produtos químicos para tratamento de água, destinados para manutenção das estações de tratamento de água do município de São João do Oeste para o ano de 2019/2020"

VALOR: R\$ 32.400,00

PRAZO: 01.11.2019 até 01.11.2020

São João do Oeste – 04 de novembro de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### PP 99.19 ÁGUA, CHÁ, GÁS

Publicação Nº 2214735

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0156/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2019 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com registro de preços conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de água mineral, recargas de gás, café e demais itens para as diversas secretarias do município de São João do Oeste, para o ano 2019/2020.

Tipo: Menor preço por lote.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 18 de novembro de 2019 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 05 de novembro de 2019. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

**PP 100.19 JANTAS VOLUNTARIAS IDOSOS**

Publicação Nº 2215459



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº 0157/2019****PREGÃO PRESENCIAL nº 0100/2019****EXCLUSIVA PARA ME'S, EPP'S e MEI'S****1. PREÂMBULO**

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que o(a) Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL** pelo critério de **MENOR PREÇO**, com adjudicação por **item**, com sistema de registro de preços para eventual aquisição, com a finalidade de selecionar propostas para “*Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para o fornecimento de até 77 jantas para o encerramento das atividades das voluntarias dos grupos da terceira idade para o ano de 2019*”, de acordo com as especificações e quantitativos descritos no anexo I, deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, do tipo **EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E/OU MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS**, sob regência da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações da Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Federal nº 8.868/2015, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, alterado pelos Decretos nº 3693, de 20/12/2000 e nº 3.784, de 06/04/2001, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos.

Os envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO deverão ser entregues até a data, horários e local abaixo determinados, a saber:

- a) **Data: 18 de novembro de 2019.**
- b) **Local: Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO OESTE/SC – Setor de Licitações, localizado no piso superior da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Encantado, nº. 66, Centro, SÃO JOÃO DO OESTE/SC.**





Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

c) **Entrega dos envelopes até: às 14h00min.**

d) **Abertura do processo: às 14h00min.**

Se no dia supracitado não houver expediente, o recebimento e o início da abertura dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO" referentes a esta Licitação serão realizados no primeiro dia útil de funcionamento da Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO OESTE.

Participam as seguintes Unidades Gestoras:

a) Município de São João do Oeste – CNPJ: 80.911.936/0001-03

## **2. OBJETO**

2.1 Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para o fornecimento de até 77 jantas para o encerramento das atividades das voluntarias dos grupos da terceira idade para o ano de 2019, de acordo com as especificações e quantitativos descritos no anexo I, deste edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos.

2.2 – Para fins de aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, os Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas – ME e as Empresas de Pequeno Porte – EPP, qualificadas como tais nos termos dos artigos 18-A e 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 farão jus aos mesmos benefícios, independentemente da receita bruta anual.

**2.3 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – MEI, MICROEMPRESAS – ME e as EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, na disputa dos itens cujo valor máximo estimado no edital não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos dos artigos 47 e 48, I da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.**

2.3.1 – Ficando comprovado que existe o mínimo de três propostas válidas de licitantes que se enquadrem em MEI, ME ou EPP, a licitação passará a ser:

2.3.1.1 – **EXCLUSIVA:** para as MEI, ME e EPPs classificadas nos itens cujo valor máximo estimado no Edital não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme Art. 6º do Decreto Federal nº 8.868/2015.



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

**2.3.2 – Não se aplica os benefícios previstos no item 2.2 (Art. 49 da LC nº 123 e LC nº 147/14), quando NÃO HOVER TRÊS LICITANTES com propostas válidas enquadradas como MEI, ME ou EPP, conforme Artigo 10, inciso I do Decreto Federal nº 8.868/2015, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no Edital.**

**2.3.3. – A presente licitação dará prioridade de aquisição de empresas ME/EPPs sediadas no município de São João do Oeste. Conforme previsto no art. 47 da lei complementar 123/06 e suas alterações:**

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.

**E ainda conforme previsto no Art. 48 da Lei complementar nº 123/06 e suas alterações:**

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

§ 3º Os benefícios referidos no **caput** deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

**2.3.3.1 – Justificativa:** Levando em consideração de que existem no mínimo 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente, capazes de cumprir as exigências estabelecidas neste instrumento convocatório, será concedido prioridade a este grupo de licitantes participantes. Tendo em vista ainda, principalmente o fomento do comércio local e regional.

### **3. DAS CONDIÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1 – Poderão participar exclusivamente Microempreendedor Individual – MEI, Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, que comprovem com**



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

documentos de registros ou autorizações legais, que explorem ramo de atividade compatível com este objeto e que atenderem as condições deste Edital e apresentem os documentos nele exigidos, e aos demais interessados quando não atendidos os requisitos previstos no item 2.4.3, deste Edital.

**3.2 – Não poderão concorrer, direta ou indiretamente.**

3.2.1 – Empresas em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação;

3.2.2 – Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública Direta ou Indireta das esferas Federal, Estadual e Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com o Município de SÃO JOÃO DO OESTE, cujo conceito abrange a Administração Direta e Indireta, as Entidades com personalidade jurídica de direito privado sob o seu controle e as Fundações por ela instituídas ou mantidas, no prazo e nas condições do impedimento;

3.2.3 – Não será admitida a participação de empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio;

3.2.4 – Os interessados cujo(s) proprietário(s) ou sócio(s) seja(m) servidor (es) público(s), vereadores ou agentes políticos do Município de SÃO JOÃO DO OESTE/SC, conforme vedação no artigo 9º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.2.5 – A não observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

**3.3 – A Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e o Microempreendedor individual – MEI terão tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e demais alterações.**

**3.4 – O licitante que não se fizer representar fica automaticamente impedido de participar da etapa de lances, prevalecendo a proposta por escrito.**

**3.5 – É vedada a qualquer pessoa, física ou jurídica, a representação, na presente Licitação, de mais de uma empresa. Caso seja constatado, quando da abertura dos envelopes das propostas de preços, todas as empresas, representadas pelo mesmo credenciado, serão desclassificadas em todos os itens da licitação.**



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

3.6 – A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3.7 – Serão admitidas a participar desta licitação somente as empresas que estejam legalmente estabelecidas na forma da lei, para fins do objeto pleiteado.

3.8 – Não será permitida a apresentação de proposta por um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

3.9 – As empresas proponentes deverão apresentar carta de credenciamento, conforme modelo constante no **Anexo III**, com indicação do representante credenciado para praticar todos os atos necessários em nome da empresa em todas as etapas da licitação, ou documento que comprove sua capacidade de representar, no caso de sócio ou titular.

**4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, DA DOCUMENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO.**

4.1 – No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o(a) pregoeiro(a), inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a Habilitação, em envelopes distintos, lacrados, contendo, na parte externa, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 0157/2019**

**PREGÃO PRESENCIAL nº 0100/2019**

**ENVELOPE nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS**

**PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

**MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 0157/2019**



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

**PREGÃO PRESENCIAL nº 0100/2019**

ENVELOPE nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)

4.2 – Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos termos do item 7, deste Edital.

4.2.1 – A não comprovação de que o interessado possui poderes específicos para atuar no certame, implicará na exclusão da licitante, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.2.2 – Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.2.3 – Os envelopes e as propostas serão rubricados pelos presentes na Sessão Pública.

**5. DO CREDENCIAMENTO**

5.1 – No momento do credenciamento a licitante, por meio de seu representante, deverá apresentar:

**5.1.1 – De Pessoas Jurídicas:**

a) – Declaração de que recebeu cópia do edital, seus anexos e de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações e do objeto da licitação e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (Lei 10.520, artigo 4º inciso XIII).

b) – Cartão CNPJ da empresa.

c) – Comprovação da existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, admitida representação por procuração ou termo de credenciamento, devidamente acompanhada de comprovante de identidade do representante ou credenciada e, também, cópia do contrato ou estatuto social da empresa (ato constitutivo).

d) – As empresas que pretenderem se utilizar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar no ato do credenciamento a **CERTIDÃO ATUALIZADA DE ENQUADRAMENTO no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de**



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

**Pequeno Porte** (Artigo 8º da I.N.103/2007 do DNRC), fornecida pela **Junta Comercial** da sede da Licitante, **expedida com data não superior a 90 dias** (da sessão) de acordo com a instrução normativa DRNC nº 103/2007, juntamente com a Declaração para ME e EPP, **assinada pelo contador** da empresa e pelo representante legal da empresa.

e) – A cópia do contrato social acima referida poderá ser apresentada em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de SÃO JOÃO DO OESTE – SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O processo de autenticação por servidor do Município somente será realizado mediante a apresentação do documento original.

f) – Cópia de documento de identificação do credenciado.

5.1.2 – Se a proponente estiver representada por proprietário, sócio, dirigente ou pessoa de condição assemelhada, deverá apresentar documento comprobatório da sua condição, no qual estejam expressos os seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em nome daquela (ato constitutivo), também acompanhado de documento pessoal de identificação.

5.2 – O credenciamento ou troca de credenciamento poderá ser realizado, em qualquer tempo, durante a sessão pública de pregão, desde que os envelopes já tenham sido anteriormente protocolados junto ao Setor de Compras e Licitações desta municipalidade.

5.3 – O credenciado retardatário poderá participar dos lances de itens a partir do momento em que tiver seu credenciamento realizado.

5.4 – A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um interessado.

5.5 – Não será permitido o uso do telefone celular ou qualquer outro meio de comunicação no momento da sessão de lances, haja vista que no subitem 5.2 do edital exige-se do





Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

representante da empresa poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os atos relativos ao certame. Para maior agilidade da sessão de Lances.

5.6 – Ainda como **CONDIÇÃO PRÉVIA** ao exame da proposta e habilitação do licitante, o(a) pregoeiro(a) poderá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) – **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

b) – **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

*Nota explicativa: A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ, na fase de credenciamento, trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação, nos termos do Acórdão nº 1.793/2011 (Plenário- TCU).*

5.7 – Constatada a existência de sanção, o(a) pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

## 6. DA PROPOSTA

6.1 – A PROPOSTA COMERCIAL contida no envelope nº 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

6.1.1 – Deverá, preferencialmente, vir emitida em 01 (uma) via, impressa ou datilografada, devidamente identificada, com suas folhas rubricadas e a última assinada pelo representante legal do licitante, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas e em 1 (uma) via em meio digital, a partir do programa Betha Cotação, que está disponível no site da prefeitura, devendo esta ser entregue em CD ou em PEN DRIVE dentro do envelope das propostas. O arquivo para cotação da proposta está disponível no site da prefeitura juntamente com o edital. Prevalecendo a via impressa da proposta comercial.

6.1.2 – Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal Eletrônica, caso seja vencedora do certame, e conter ainda:



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

- a) – Endereço completo, nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente, nº telefone, e-mail se possuir.
- b) – Número deste Pregão.
- c) – Número do item, quantidade estimada, unidade de medida, especificação do item de acordo com o disposto no **Anexo I** deste Edital e marca dos produtos a serem fornecidos.
- d) – Indicação precisa dos preços unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos - duas casas decimais após a vírgula - e, de preferência, também por extenso.
- e) – Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

6.1.3 – A não indicação da marca ensejará a desclassificação da proponente.

6.1.4 – Em caso de divergência entre os preços em algarismos e por extenso, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

6.1.4.1 – No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte e deslocamentos, e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

6.1.5 – Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para entrega dos envelopes. (Caso não conste na proposta, será considerado o prazo mínimo estipulado em edital)

6.1.6 – Caso haja omissão no número do CNPJ na proposta, serão considerados os dados constantes da documentação apresentada e, caso não conste o prazo de validade da proposta, o prazo de entrega e de garantia, aplicar-se-á o estipulado neste Edital.

6.2 – Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe modificação de seus termos originais, ressalvadas aquelas:

- a) – Concernentes a eventuais erros de soma, divisão, multiplicação ou subtração, que poderão ser corrigidos pelo(a) pregoeiro(a) e Equipe de Apoio.
- b) – Resultantes de negociações feitas na etapa de lances verbais;





Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

c) – Destinadas a sanar erros não substanciais, que por sua irrelevância, não causem danos a Administração, a finalidade e a segurança da contratação, os quais serão avaliados pelo(a) pregoeiro(a).

d) – Destinadas a sanar a falta de assinatura e/ou rubrica na proposta.

e) – Em caso de apresentação de certidão vencida, a pregoeira fara a verificação no site oficial do órgão, e caso a certidão esteja válida, poderá aceitar a inclusão do documento. (Obs.: Apenas na APRESENTAÇÃO da certidão vencida)

f) – Em caso de esquecimento na apresentação de alguma declaração solicitada no edital, a pregoeira poderá solicitar para que o representante da empresa (apenas se este tiver poderes para tal) a redigir a punho e incluir no processo.

6.3 – A cotação e os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

6.4 – Apresentada a proposta, a licitante estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital;

6.5 – Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

6.6 – O(a) pregoeiro(a) considerará como formal os erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

## 7. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 – Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no ANEXO II do Edital) e entregarão os envelopes, sendo que esta declaração deverá ser apresentada juntamente com a procuração ou carta de credenciamento, porém fora dos envelopes.

7.2 – O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM.**



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

**7.3 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI, MICROEMPRESAS (ME) E AS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), na disputa dos itens cujo valor máximo estimado no edital não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nos termos dos artigos 47 e 48, I da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.**

7.3.1 – Ficando comprovado que existe o mínimo de três propostas válidas de licitantes que se enquadrem em MEI, ME ou EPP, a licitação passará a ser **EXCLUSIVA** para as MEI, ME e EPPs classificadas no item cujo valor máximo estimado no edital não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme Art. 6º do Decreto Federal nº 8.868/2015.

**7.4 – Não se aplica os benefícios previstos no item 8.3 (Art. 49 da LC nº 123 e LC nº 147/14), quando NÃO HOUVER TRÊS LICITANTES com propostas válidas enquadradas como MEI, ME ou EPP, conforme Artigo 10, inciso I do Decreto Federal nº 8.868/2015, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no edital.**

**7.5 – Não havendo mínimo de três licitantes enquadradas (MEI, ME e/ou EPP), será estendido o certame a todos os demais licitantes participantes.**

7.6 – O(a) pregoeiro(a) informará aos participantes presentes quais proponentes apresentaram propostas para o objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.

7.7 – Classificação das propostas comerciais.

7.7.1 – Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

7.7.2 – O(a) pregoeiro(a) classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais, conforme disposto no inciso VIII do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

7.7.3 – Se não houver, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o(a) pregoeiro(a) classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas, conforme disposto no inciso IX do artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

7.7.4 – Para fim de se obter a proposta mais vantajosa para a Administração, ou quando não houver ao menos três licitantes aptas a dar lances, poderá ser incluída a empresa que estiver apta a participar da sessão de lances.

7.7.4.1 – Considera-se apta a dar lance a empresa que possuir representante devidamente credenciado.

7.8. Será julgada desclassificada a proponente que:

a) – Deixar de apresentar oferta para o cumprimento integral dos itens desta Licitação;

b) – Apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital, ou vantagem baseada nas propostas das demais proponentes;

c) – Apresentar preços manifestamente inexequíveis ou excessivos.

7.9 – Somente poderão se manifestar no decorrer das reuniões os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

7.10 – No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, iniciando pelo autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor, que será o da proposta de menor preço.

7.11 – Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.12 – A oferta dos lances deverá efetuada, por item, no momento em que for conferida a palavra ao representante da licitante, na ordem decrescente dos preços inicialmente ofertados.

7.13 – É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.14. Dos lances ofertados não caberá retratação.



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

7.15 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) pregoeiro(a), implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

7.16 – Caso todas as licitantes classificadas não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o(a) pregoeiro(a), negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.17 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo(a) pregoeiro(a), as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.18 – Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, após o encerramento da etapa competitiva, como critério de desempate, será dada preferência à contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, desde que o menor preço ofertado não seja de uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

7.19 – O empate mencionado no *caput* deste item será verificado na situação em que a proposta apresentada pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta apresentada na fase de lances, ocasião no qual proceder-se-á da seguinte forma:

7.19.1 – A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada, de acordo com o disposto no subitem 7.18, será convocada pelo(a) pregoeiro(a), para no prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.19.2 – Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação definida no subitem 7.18, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito.

7.19.3 – Em caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.19, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

7.19.4 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, na própria sessão pública, após verificação da documentação de habilitação.

7.19.5 – Se duas ou mais Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte apresentarem propostas com valores iguais, o desempate será mediante sorteio.

7.20 As microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local e regionalmente gozam de prioridade de contratação na forma do § 3º do art. 48 da Lei Complementar n.º123, de 14 de dezembro de 2006.

7.20.1 Terá prioridade de contratação a microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente que ofertar proposta de preços até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço válido.

7.20.2 Ocorrendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas, em não sendo o caso de aplicação do disposto no § 2º do art. 3º da Lei n.º 8.666/93, será realizado sorteio em ato público para seleção do futuro e eventual contratado.

7.20.3 Havendo mais de 01 (uma) microempresa ou empresa de pequeno porte com proposta de preço no intervalo de que trata o subitem 7.20.1, proceder-se-á a classificação das mesmas, em ordem crescente, a fim de lhes assegurar a prioridade em caso de inabilitação da imediatamente melhor classificada. As demais propostas serão ordenadas na sequência, igualmente em ordem crescente.

7.20.4 Não havendo a participação de microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente ou, ainda, caso as participantes não se enquadrem no intervalo de preços de que trata o subitem 7.20.1, ou venham a ser inabilitadas, será o melhor preço válido mantido para fins de futura e eventual contratação.

7.20.5 Não se aplica o disposto no subitem 7.20.1 caso o melhor preço válido for ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente.

7.21 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o(a) pregoeiro(a) verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo,



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

comparando-a com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.22 – Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o(a) pregoeiro(a) procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 8 deste Edital.

7.23 – Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.24 – Em caso de a licitante desatender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

7.25 – Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante vencedora, com vista a obter preço melhor.

7.26 – Excepcionalmente quando for o caso, o(a) pregoeiro(a) poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.26.1 – A suspensão referir-se-á apenas quanto ao item questionado, prosseguindo-se quanto aos demais objetos.

7.27 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006).

7.27.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (§ 1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006).





Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

7.27.2 – A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.28 – Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o(a) pregoeiro(a) declarará a Licitante vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade às demais licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo, em secretaria.

7.29 – Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com o subitem acima.

7.30 – A ata circunstanciada deverá ser assinada pelo(a) pregoeiro(a) e por todos os licitantes presentes.

7.31 – Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7.32 – O(a) pregoeiro(a) manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras do objeto desta Licitação, pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) contratos, devendo os seus responsáveis retirá-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias após esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

## 8. DA HABILITAÇÃO



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

8.1 – O envelope nº 02 DOCUMENTAÇÃO deverá conter os seguintes documentos, com validade até, no mínimo, a data inicialmente prevista para a sua abertura:

**8.1.1 – Para comprovação da habilitação jurídica:**

a) – Ato constitutivo da empresa, que especifique o ramo de atividade (dispensado quando apresentado no credenciamento);

b) – Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

c) – Declaração de idoneidade e de inexistência de qualquer fato impeditivo de licitar ou contratar com a Administração Pública (modelo sugestivo constante do conforme Anexo IV).

d) – Declaração da empresa proponente, sob as penas da lei, de que não possui em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha parentesco com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Comissão desta Licitação, Coordenadores ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, em primeiro grau, ou por adoção (modelo sugestivo constante do Anexo VI).

e) – Alvará Sanitário, expedido pela Vigilância Sanitária;

**8.1.2 – Para comprovação da regularidade fiscal:**

a) – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) – Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto licitado;

c) – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do certificado correspondente, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;





Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

d) – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante, relativa aos tributos que incidam sobre o objeto a ser contratado, ou outra equivalente, na forma da lei.

e) – Prova de regularidade para com a justiça do trabalho, mediante a apresentação de CND do órgão competente (TST).

**8.1.3 – Para comprovação da qualificação econômico-financeira:**

a) – Certidão negativa de falência e concordata expedida pela comarca sede da proponente, expedida há menos de 60 (sessenta) dias da data de julgamento deste Edital. **Apresentar juntamente com a respectiva certidão de registro cadastrado no sistema eproc (Apenas para as empresas sediadas em estados que o exigem).**

**OBS: A EMPRESA QUE NÃO APRESENTAR A NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA EMITIDA PELO SISTEMA EPROC SERÁ INABILITADA!**

8.2 - Sugere-se que seja apresentado juntamente aos documentos de habilitação uma declaração de contato eletrônico e telefônico conforme modelo do anexo V.

8.3 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados no item 8.1 deverão estar:

8.3.1 – Em nome da licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo:

8.4 – Os documentos exigidos nesta licitação poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de SÃO JOÃO DO OESTE – SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O processo de autenticação por servidor do Município somente será realizado mediante a apresentação do documento original;

8.4.1 – O(a) pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio poderão realizar consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las;

8.4.2 – Não serão aceitas cópias ilegíveis;

8.4.3 – Não serão aceitos documentos enviados por fac-símile.



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

## **9. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

9.1 – No julgamento das propostas, será considerada vencedora a de MENOR PREÇO POR ITEM, desde que atendidas às especificações constantes neste Edital.

9.2 – O objeto deste Pregão será adjudicado, à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

## **10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

10.1 – Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na sessão pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 – As demais licitantes, já intimadas na sessão pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para, querendo, apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 – A manifestação na sessão pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.3.1 – A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo(a) pregoeiro(a) à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.3.2 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.4 – O recurso contra decisão do(a) pregoeiro(a) não terá efeito suspensivo.

10.5 – O(s) recurso(s) será(ão) encaminhado(s) de imediato ao Prefeito Municipal, por intermédio do(a) pregoeiro(a), devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

11.1 – Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital de licitação, devendo protocolar o pedido até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

recebimento das propostas, devendo o(a) pregoeiro(a), auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, (o protocolo deverá ser realizado junto ao Departamento de Compras e Licitação na Prefeitura Municipal de SÃO JOÃO DO OESTE.)

112 – Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital de licitação perante a Administração a licitante que não o fizer **até** o 2º (segundo) dia útil que anteceder o recebimento das propostas, as falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

11.3 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando houver disposição expressa em contrário.

113.1 – Só se iniciam e vencem os prazos referidos no item anterior em dia de expediente no Município de SÃO JOÃO DO OESTE.

11.4 – A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

## **12. DAS PENALIDADES**

12.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste Edital poderá sujeitar a CONTRATADA, garantida, a ampla defesa, às seguintes sanções, sem prejuízo da aplicação cumulativa com as penalidades previstas na Lei de Licitações:

a) – Multa de 5% (cinco por cento), aplicável sobre o valor total da obrigação, por inadimplemento total;

b) – Multa de 5% (cinco por cento), por inadimplemento parcial, aplicável sobre o valor do item inadimplente;

c) – Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso no cumprimento de qualquer obrigação decorrente deste Edital até o limite de 5% (cinco por cento) do valor da obrigação cumprida com atraso.

12.2 – A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades supramencionadas se admitidas as justificativas apresentadas, nos termos da Lei de Licitações.

12.3 – A multa que porventura a contratada der causa poderão ser, a critério da Administração, descontadas da fatura concernente ao objeto desta licitação.



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

12.4 – Nos termos da legislação pertinente, se o licitante deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, poderá ficar, pelo prazo de até 02 (dois) anos impedido de contratar com o Município.

12.5 – Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

### **13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1 – As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta dos recursos do orçamento do setor de terceira idade do município de SÃO JOÃO DO OESTE, que se utilizarem deste processo, para o exercício de 2019.

### **14. DA ASSINATURA DO CONTRATO OU ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

14.1 – Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e convocada para, no prazo de 03 (três) dias, assinar o instrumento contratual ou a ata de registro de preços quando for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2 – O prazo, concedido para assinatura do instrumento de contrato ou retirada do documento equivalente poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado, pela adjudicatária, durante o seu transcurso, e, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração Municipal.

14.2.1 – Decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, se a adjudicatária não aceitar, não retirar o instrumento de contrato no prazo e condições estabelecidas ou deixar de apresentar os documentos referidos neste Edital, decairá do direito à mesma, sujeitando-se às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

14.2.2 – Se a adjudicatária se recusar sem motivo justificado e aceito pela Administração a assinar o instrumento de contrato ou retirar o documento equivalente, dentro do prazo previsto no item 14.1., caracterizará o descumprimento total da obrigação, ficando sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, além de outras sanções cabíveis e previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

14.2.3 – Nos termos do § 2º do art. 64 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, poderá a Administração, quando o convocado se recusar a assinar o contrato ou retirar o documento equivalente, no prazo estabelecido, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições por ela propostas, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação, independentemente da cominação estabelecida pelo art. 81 da legislação citada.

14.3 – No ato da assinatura do instrumento contratual ou da retirada do documento equivalente, a licitante deverá apresentar:

14.3.1 – Instrumento público ou particular de mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.

14.3.2 – Prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social, apresentando a Certidão Negativa de Débito (CND).

14.3.3 – Prova de quitação com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (Lei Federal nº 9.012/95).

14.3.4 – Carta de apresentação do responsável perante a Administração que responderá por todos os atos e as comunicações formais.

14.4 – O descumprimento do disposto nos subitens 14.3.2 e 14.3.3 implicará no impedimento em assinar o termo contratual ou na retirada do documento equivalente, sujeitando a empresa às penalidades previstas no subitem. Os mesmos documentos deverão ser apresentados no dia do pagamento pelos serviços prestados, sob pena de retenção do dinheiro até que se verifique que não constam débitos por parte da Contratada.

14.5 – A ata de registro de preços resultante deste processo licitatório terá validade até 31 de dezembro de 2019.



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

## **15. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

15.1 - O proponente vencedor deverá fornecer as jantas de forma única no mês de dezembro de 2019, conforme solicitação do Setor de terceira idade do Município de São João do Oeste, sem custos adicionais ao erário público, em data a ser combinada com o setor. O município se compromete em disponibilizar o local para a realização das jantas.

15.1.1 - O prazo da ata de registro de preços será contado a partir da homologação do processo e assinatura da Ata e seu término previsto para 31 de dezembro de 2019.

15.2 - Imediatamente após a entrega dos objetos desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, cada Secretaria terá o prazo máximo de 02 (dois) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a licitante vencedora para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

15.3. Os itens entregues que não estiverem dentro das especificações deverão ser substituídos pela licitante vencedora, sem qualquer ônus à Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da comunicação do fato, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital.

## **16. DO PAGAMENTO**

16.1 – A licitante vencedora apresentará nota fiscal na entrega dos serviços/materiais para regular liquidação e pagamento da despesa pelo Município de SÃO JOÃO DO OESTE, através de ordem bancária mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data regular liquidação da despesa.

16.2 – O pagamento estará condicionado à realização dos serviços licitados, e de todas as condições de cadastramento e habilitação exigidas pelo Município de SÃO JOÃO DO OESTE.



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

16.3 – O Município de SÃO JOÃO DO OESTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, na execução dos serviços, a CONTRATADA agir com imperícia no fornecimento dos mesmos.

16.4 – As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome da Unidade Gestora indicadas no preâmbulo do presente Edital, observada sempre a indicação do CNPJ específico.

a) – De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

b) – O arquivo XML das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: **danfesjo@gmail.com**, para seu devido pagamento.

16.5 – A proponente vencedora deverá obrigatoriamente apresentar junto aos documentos fiscais, os documentos abaixo identificados:

a) – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através das certidões Negativa de Tributos Federais e Negativas da Dívida Ativa da União;

b) – Certificado de Regularidade do FGTS, e

c) – Certidão Negativa de Tributos Municipais, quando a sede da contratada for no Município de SÃO JOÃO DO OESTE.

## **17. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**

17.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

## **18. DAS RESPONSABILIDADES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS**

18.1 – À licitante vencedora caberá ainda:

18.1.1 – Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de SÃO JOÃO DO OESTE.





Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

18.1.2 – Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica, de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências de repartição pública do Município de SÃO JOÃO DO OESTE.

18.1.3 – Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação.

18.2 – Quaisquer danos e/ou prejuízos causados pela empresa prestadora dos serviços deverão ser recuperados às suas expensas.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1 – Recomendam-se às licitantes que estejam no local marcado para a sessão pública de abertura dos envelopes, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

19.2 – A não presença da licitante ou de seu representante, em todas as sessões públicas referentes ao procedimento, implicará na perda dos direitos de ofertar lances e/ou manifestarem intenção de recorrer, sem, contudo, excluí-la do certame.

19.3 – O Município reserva-se do direito de filmar e/ou gravar as sessões e utilizar este meio como prova.

19.3.1 – O Município reserva-se o direito de confiscar os celulares dos credenciados durante a realização do certame, sendo os mesmos dispostos em lugar visível aos licitantes e entregues aos mesmos no final do processo. Será ainda autorizada a realização um 01 (uma) ligação, que não seja superior a cinco minutos, quando necessário para a confirmação de um último lance.

19.4. Para agilizar os trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

19.5 – A licitante vencedora fará constar na nota fiscal o nome do banco, agência e número da conta corrente, observando-se que o descumprimento deste poderá originar atraso de pagamento e, neste caso, inexistirá qualquer ônus para a Administração.





Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

19.6 – No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) – Adiada a abertura da licitação;
- b) – Alteradas as condições do Edital, obedecendo ao disposto na Lei de Licitações.

19.7. Integra este Edital:

19.7.1. ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DOS ITENS;

19.7.2. ANEXO II – DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

19.7.3. ANEXO III – TERMO DE CREDENCIAMENTO

19.7.4. ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

19.7.5. ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO INFORMANDO ENDEREÇO ELETRONICO E CONTATO TELEFONICO;

19.7.6. ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO;

19.7.7. ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO/ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

19.8 – Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas desta licitação, com renúncia expressa a qualquer outro.

19.9 – Informações complementares poderão ser obtidas com o(a) pregoeiro(a), no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h15min às 17h15min horas, diretamente, ou pelo fone (49) 3195-2000.

SÃO JOÃO DO OESTE – SC, 04 de novembro de 2019.

FERNANDO BISIGO  
Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E CIÊNCIA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0\_\_/2019**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0\_\_/2019**

A Empresa \_\_\_\_\_, estabelecida a \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal/proprietário, Senhor (a) \_\_\_\_\_, portador (a) do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições legais declara, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da lei, que recebeu cópia do edital, seus anexos, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações e do objeto da licitação e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme Lei nº 10.520, artigo 4º inciso VII. Assim sendo, a empresa \_\_\_\_\_ concorda com todos os termos expressos no presente edital de pregão/concorrência.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura e carimbo do representante legal)



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

### ANEXO III

### CREDENCIAMENTO

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0\_\_/2019**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0\_\_/2019**

Pela presente, credenciamos o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade sob Nr. \_\_\_\_\_, e CPF sob Nr. \_\_\_\_\_, a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade acima, instaurado por este órgão público.

Na qualidade de representante legal da empresa \_\_\_\_\_, outorga-se ao acima credenciado, dentre outros poderes, o de renunciar ao direito de interposição de recurso.

\_\_\_\_\_, ..... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
(Assinatura e carimbo do representante legal)



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

#### ANEXO IV

#### IDONEIDADE

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0\_\_/2019**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0\_\_/2019**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade acima, instaurado por esse órgão público, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

....., ..... de ..... de .....

\_\_\_\_\_  
(Assinatura e carimbo do representante legal)



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO INFORMANDO ENDEREÇO ELETRÔNICO E CONTATO TELEFÔNICO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº ..../2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº ..../2019

DECLARAMOS para os devidos fins ao Setor de Compras, Licitações e Contratos que o endereço eletrônico da empresa é ..... e o contato telefônico é ..... O endereço é destinado para o recebimento de informações devidas do procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços nº ...../2019 do município de São João do Oeste – SC. DECLARAMOS ainda que se houver alteração do endereço eletrônico o mesmo deverá ser informado para os e-mails: [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e [compras2@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras2@saojoao.sc.gov.br).

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2019.

\_\_\_\_\_  
Carimbo e Assinatura do Representante Legal

**Obs.: Este documento deve constar junto ao envelope nº 02 “HABILITAÇÃO”**



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

**ANEXO VI**

Procedimento Licitatório nº 0\_\_/2019

Pregão Presencial nº 0\_\_/2019

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº.  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a)  
\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº.  
\_\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei,  
que sua empresa não possui em seu quadro societário não compõe nenhum integrante que tenha  
parentesco com: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Comissão desta Licitação, Coordenadores  
ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, em primeiro grau, ou por  
adoção.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)

**(número do RG e Órgão Emissor e número do CPF)**



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

**ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

*Município de São João do Oeste*

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

N.º .....

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Encantado, 66, na cidade de São João do Oeste, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.911.936/0001-03, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, **Fernando Bisigo**, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 028.483.129-80, residente e domiciliado na Linha Cristo Rei, interior do Município de São João do Oeste, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo nº 0157/2019, e pregão Presencial nº 0100/2019 RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações; dos decretos nºs 5.450, de 31 de maio de 2005, 6.204 de 5 de setembro de 2007, 7.203 de 4 de junho de 2010 e no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para o fornecimento de até 77 jantas para o encerramento das atividades das voluntárias dos grupos da terceira idade para o ano de 2019. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e licitação descritos acima, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de preços.



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

**1.2.** A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro. As especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as conforme anexo I desta Ata.

**2.2.** Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

**2.2.1** Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93

**2.2.2** Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

**2.2.3** A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

**2.2.4** O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo





Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior devidamente justificado no processo.

**2.2.5** No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

**2.2.6** No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**2.3** Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) Convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) Convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

**2.4** Quando o preço registrado tornar-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) Estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) Permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

**2.4.1** A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

**2.4.2** Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **3 DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1** O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços será de até 31 de dezembro de 2019.

**3.2** Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

### **4 DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1** A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

**4.2** Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

**4.3** Apenas serão emitidas Notas de Empenho, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dele decorrentes, no exercício em curso, sendo que a reserva orçamentária deverá indicar as respectivas rubricas.

**4.4** Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

serem pagos serão aqueles registrados em ata.

**4.5** Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

**4.6** O órgão gerenciador da presente Ata é o identificado em seu preâmbulo.

**4.7** Não há outros órgãos participantes no presente registro de preços.

## **5 DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1** Compete ao Órgão Gestor:

**5.1.1** A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do setor de Compras e Licitação do município de São João do Oeste – SC.

**5.1.2** O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

**5.1.2.1** O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

**5.1.3** Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

**5.1.4** Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

**5.1.5** Emitir a autorização de compra;

**5.1.6** Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

**5.2** Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

**5.2.1** Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

**5.2.2** Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

**5.2.3** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3** Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

**5.3.1** Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

**5.3.2** Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

**5.3.3** Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**5.3.4** Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

**5.3.5** Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

**5.3.6** Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

**5.3.7** Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração,



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

resultante do ato de revisão;

**5.3.8** Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

**5.3.9** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

**5.3.10** Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

## **6 DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1** A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

**6.1.1** Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

**6.1.2** Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior (devidamente justificado e comprovado)

**6.2** Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

que deu origem ao registro.

**6.3** O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

**6.4** A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no setor de compras e licitações desta municipalidade, **facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital**, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

**6.5** Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

## **7 DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

**7.1** A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

**7.2** Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

**7.3** O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou nota de empenho, ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

**7.4** Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Setor de Compras desta municipalidade, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

**7.5** A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

**7.5.1** O local de entrega dos materiais será o estabelecido no edital.





Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

**7.5.2** O prazo de entrega será conforme estabelecido no edital, com todas as suas peculiaridades, sem custos adicionais ao erário público.

**7.5.3** Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento

**7.6** As despesas relativas à entrega dos materiais/serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

**7.7** A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

**7.8** A detentora da Ata deve assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município de SÃO JOÃO DO OESTE.

**7.9** A detentora da Ata deve assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica, de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências de repartição pública do Município de SÃO JOÃO DO OESTE, bem como assumir as obrigações fiscais e comerciais resultantes.

**7.10** Quaisquer danos e/ou prejuízos causados pela empresa prestadora dos serviços deverão ser recuperados às suas expensas.

**7.11** Imediatamente após a entrega dos objetos/serviços desta Licitação, os mesmos serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital, cada Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a licitante vencedora para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

**7.12** Os itens entregues que não estiverem dentro das especificações deverão ser substituídos pela licitante vencedora, sem qualquer ônus à Contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir da comunicação do fato, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital.

**7.13** Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais/serviços, montagem, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada

## **8 DO PAGAMENTO**

**8.1** A licitante vencedora apresentará nota fiscal na entrega dos equipamentos/materiais/serviços para regular liquidação e pagamento da despesa pelo Município de SÃO JOÃO DO OESTE, através de ordem bancária mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data regular liquidação da despesa.

**8.2** O pagamento estará condicionado à entrega dos equipamentos/materiais/serviços licitados, e de todas as condições de cadastramento e habilitação exigidas pelo Município de SÃO JOÃO DO OESTE.

**8.3** O Município de SÃO JOÃO DO OESTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no fornecimento dos equipamentos/materiais/serviços, a CONTRATADA agir com imperícia no fornecimento dos mesmos.

**8.4** As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome da Unidade Gestora indicadas no Empenho ou autorização de compra, observada sempre a indicação do CNPJ específico.

a) – De acordo com o §6º, I, do Art. 23, Anexo XI, do Regulamento do ICMS Catarinense, ficam os licitantes vencedores obrigados a emitir nota fiscal eletrônica - NFe, modelo 55, em substituição às notas fiscais impressas modelos 1 e 1-A, quando for o caso.

b) – O arquivo XML das notas fiscais eletrônicas deverá ser encaminhado obrigatoriamente no seguinte e-mail: **danfesjo@gmail.com**, para seu devido pagamento.

**8.5** A proponente vencedora deverá obrigatoriamente apresentar junto aos documentos fiscais, os documentos abaixo identificados:





Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

- a) – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada através das certidões Negativa de Tributos Federais e Negativas da Dívida Ativa da União;
- b) – Certificado de Regularidade do FGTS, e
- c) – Certidão Negativa de Tributos Municipais, quando a sede da contratada for no Município de SÃO JOÃO DO OESTE

## **9 DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

**9.1** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

**9.2** A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

## **10 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

**10.1** As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

## **11 DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

**11.1** O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas no Edital e na ata de registro de preços poderá sujeitar a CONTRATADA, garantida, a ampla defesa, às seguintes sanções, sem prejuízo da aplicação cumulativa com as penalidades previstas na Lei de Licitações:

- a) – Multa de 5% (cinco por cento), aplicável sobre o valor total da obrigação, por inadimplemento total;
- b) – Multa de 5% (cinco por cento), por inadimplemento parcial, aplicável sobre o valor do item inadimplente;
- c) – Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso no cumprimento de qualquer



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

obrigação decorrente do Edital ou da ata de registro de preços até o limite de 5% (cinco por cento) do valor da obrigação cumprida com atraso.

**11.2** A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades supramencionadas se admitidas as justificativas apresentadas, nos termos da Lei de Licitações.

**11.3** A multa que porventura a contratada der causa poderão ser, a critério da Administração, descontadas da fatura concernente ao objeto desta licitação.

**11.4** Nos termos da legislação pertinente, se o licitante deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, poderá ficar, pelo prazo de até 02 (dois) anos impedido de contratar com o Município.

**11.5** Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

## **12 DO FORO**

**12.1** Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas desta licitação, com renúncia expressa a qualquer outro.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São João do Oeste, 19 de novembro de 2019

Fernando Bisigo  
Município de São João do Oeste



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

Anderson Borghetti

OAB/SC 42.316

Assessor Jurídico

Nome da empresa Participante Vencedora – CNPJ

Assinaturas

# São Joaquim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 72/2019 PMSJ

Publicação Nº 2216025

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 72/2019

Pregão Presencial Nº 33/2019

Objeto: Aquisição de materiais de combate a incêndios, resgates e outras atividades típicas do Corpo de Bombeiros Militar - Sede em São Joaquim.

Tipo: menor preço por item

Abertura: 18/11/2019 – 09h30min

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Departamento de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400 R-6456

São Joaquim, 04 de novembro de 2019

Lucas Silva

Diretor de Compras

### RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS PARA O PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 2215620

RELAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS PARA O PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR.

Conforme previsto no Edital nº. 02/2019/CMDCA, torna público a relação das Inscrições DEFERIDAS e INDEFERIDAS para o Processo de Escolha Suplementar dos Membros do Conselho Tutelar do município de São Joaquim/SC:

#### 1. INSCRIÇÕES DEFERIDAS:

Nº. Inscrição	Nome do Candidato
01	Gisela Mendonça Goulart
03	Nelci da Silva Tomaz
04	Agnaldo Luiz de Oliveira
05	Isabella Chiodelli
06	Luis Carlos Barbosa da Rosa
07	Gabriela Silva Goulart
08	Jadina Padilha Guimarães
09	Taise Abatt
10	Daiani Padilha de Souza

#### 2. INSCRIÇÕES INDEFERIDAS:

Nº. Inscrição	Nome do Candidato
02	Elaine Cristina Rodrigues

Este Conselho informa ainda que, de acordo com o item 6.6, do Edital nº. 02/2019/CMDCA, sendo "6.6 O candidato cuja inscrição não for deferida poderá manifestar-se ao CMDCA, de forma escrita, no período de 06 (seis) de novembro de 2019 a 07 (sete) de novembro de 2019, das 16:00h às 18:30 h, na Secretaria Municipal de Assistência Social."

São Joaquim, 05 de novembro de 2019.

Sarita Nunes

Presidente da CEE

# São José

## PREFEITURA

### ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 018/2019

Publicação Nº 2215876

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 018/2019 - Processo nº 450/2019 – Proc. Adm. 4705/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATENDER AOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, EXCETO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 13h00min do dia 06 de dezembro de 2019. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 13h15min do dia 06 de dezembro de 2019, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0100 ou (48) 3381-0446.

### ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 024/2019

Publicação Nº 2215834

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 024/2019 - Processo nº 554/2019 – Proc. Adm. 10439/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PARQUE FAZENDA SANTO ANTÔNIO, LOCALIZADO ENTRE AS RUAS ARNOLDO SILVEIRA DE SOUZA E RUA LINDOLFO FRANCISCO DE MELO NO BAIRRO FAZENDA SANTO ANTÔNIO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 16h00min do dia 06 de dezembro de 2019. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 16h30min do dia 06 de dezembro de 2019, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0100 ou (48) 3381-0446.

### ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 025/2019

Publicação Nº 2215699

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 025/2019 - Processo nº 556/2019 – Proc. Adm. 10438/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA E DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE REVITALIZAÇÃO E MELHORIAS DA PRAÇA DAS ORQUÍDEAS, ENTRE AS RUAS ASCURRA, DAS ORQUÍDEAS E BIGUAÇU NO BAIRRO BELA VISTA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 06 de dezembro de 2019. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 06 de dezembro de 2019, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0100 ou (48) 3381-0446.

### ANÁLISE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - CONCORRÊNCIA Nº 015/2019

Publicação Nº 2215645

#### ANÁLISE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7422/2019  
PROCESSO DE COMPRAS Nº 416/2019  
CONCORRÊNCIA Nº 015/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DA POLICLÍNICA MUNICIPAL E UBS DE CAMPINAS LOCALIZADA NA AVENIDA GOVERNADOR JORGE LACERDA, ESQUINA COM A AVENIDA OSNI JOÃO VIEIRA – CAMPINAS – SÃO JOSÉ/SC. A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

EMPRESAS HABILITADAS

- BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP;
- CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP;
- RODRIGUES & CAMARGO LTDA EPP;
- CENTAURUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA;
- AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP;
- HF CONSTRUTORA LTDA;
- TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP;
- YERGATA MONTAGENS E OBRAS LTDA;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- CONSTRUHAB CONSTRUTORA LTDA;
- VIVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELI.

É o relatório.

## 1 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações concluiu que todas as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas pelas empresas habilitadas, exceto pela empresa AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP, pois a mesma, não cumpriu com o Item 12, Subitem 12.3, Alínea C – “discriminar em algarismos o preço unitário e total para cada item, especificando o total global da proposta por extenso, que deverá ser expresso em reais, com apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Em caso de divergência prevalecerá o valor total global expresso por extenso”. A empresa não discriminou em sua planilha os preços unitários com seu valor total, apenas separou em mão de obra e matéria prima, não disponibilizando o valor total dos itens unitários. Por todo o exposto acima, à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE: DESCLASSIFICAR A PROPOSTA DA EMPRESA AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA. As demais empresas ficam CLASSIFICADAS.

### CLASSIFICAR AS EMPRESAS PELO MENOR PREÇO GLOBAL:

- 1º Classificada: VIVA CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI – R\$ 1.978.574,58 (um milhão, novecentos e setenta e oito mil, quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos);
- 2ª Classificada: RODRIGUES & CAMARGO LTDA EPP – R\$ 2.099.073,65 (dois milhões, noventa e nove mil, setenta e três reais e sessenta e cinco centavos);
- 3ª Classificada: BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP – R\$ 2.301.659,66 (dois milhões, trezentos e um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta e seis centavos);
- 4º Classificada: CENTAURUS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – R\$ 2.394.936,07 (dois milhões, trezentos e noventa e quatro mil, novecentos e trinta e seis reais e sete centavos);
- 5º Classificada: CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP – R\$ 2.407.059,97 (dois milhões, quatrocentos e sete mil, cinquenta e nove reais e noventa e sete centavos);
- 6º Classificada: HF CONSTRUTORA LTDA – R\$ 2.419.508,30 (dois milhões, quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e oito reais e trinta centavos);
- 7º Classificada: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA – R\$ 2.421.147,13 (dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil, cento e quarenta e sete reais e treze centavos);
- 8º Classificada: CONSTRUHAB CONSTRUTORA LTDA – R\$ 2.497.133,21 (dois milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, cento e trinta e três reais e vinte e um centavos);
- 9º Classificada: YERGATA MONTAGENS E OBRAS LTDA – R\$ 2.583.328,46 (dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil, trezentos e vinte e oito reais e quarenta e seis centavos);
- 10º Classificada: TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP – R\$ 2.588.652,09 (dois milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e nove centavos);
- 11º Classificada: KS CONSTRUÇÕES EIRELI – R\$ 2.639.123,70 (dois milhões, seiscentos e trinta e nove mil, cento e vinte e três reais e setenta centavos);

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes o processo será remetido a autoridade superior para adjudicação e homologação do objeto deste certame.

São José, 04 de novembro de 2019.

Junior Palharini Garcia		Paulo Dutra			
Presidente da CPL		Membro da CPL			
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior				
Membro da CPL	Membro da CPL				

**ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 040/2019**

Publicação Nº 2215910

**ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8442/2019  
PROCESSO DE COMPRAS Nº 492/2019  
TOMADA DE PREÇOS Nº 040/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE BENFEITORIAS NO CEI REGINA BASTOS, EM SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Infraestrutura quanto à Qualificação Técnica via despacho.

**EMPRESAS LICITANTES**

- ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP;
- HF CONSTRUTORA LTDA;
- ANA CAROLINE CARDOSO EMPREITEIRA EIRELI ME;
- BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP;
- TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP;
- LUIZA LEÃO ALVES CONSTRUÇÕES;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELI;
- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI;
- W & L ENGENHARIA EIRELI;
- ED CONSTRUÇÃO LTDA;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA.

**1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA INFRAESTRUTURA:**

Em colaboração com o presente certame, a Secretaria de Infraestrutura exarou um despacho informando que as empresas ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA EPP e HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI foram INABILITADAS TECNICAMENTE, pois as mesmas apresentaram Atestado em quantidades inferiores ao necessário para o objeto em questão. As demais empresas foram HABILITADAS TECNICAMENTE.

**1 – MANIFESTAÇÕES DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:**

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação apresentada pelas empresas participantes do certame.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

**INABILITAR AS EMPRESAS**

- ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- HEPAV CONSTRUÇÕES EIRELI.

**HABILITAR AS EMPRESAS**

- CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP;
- HF CONSTRUTORA LTDA;
- ANA CAROLINE CARDOSO EMPREITEIRA EIRELI ME;
- BF CONSTRUÇÕES EIRELI EPP;
- TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP;
- LUIZA LEÃO ALVES CONSTRUÇÕES;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELI;
- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- W & L ENGENHARIA EIRELI;
- ED CONSTRUÇÃO LTDA;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data prazo para eventual de recursos. Não ocorrendo manifestação, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 13/11/2019, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.



São José, 04 de novembro de 2019.

Júnior Palharini Garcia	Paulo Dutra				
Presidente da CPL	Membro da CPL				
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior				
Membro da CPL	Membro da CPL				

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº315/2019

Publicação Nº 2215726

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 315/2019 – PE 097/2019 – Processo 379/2019 – Proc. Adm. 6552/2019 – Fornecedor: NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MADEIRAS PARA USO GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE SÃO JOSÉ S/C. Valor da ATA: R\$ 373.190,00 (trezentos e setenta e três mil e cento e noventa reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 23 de outubro de 2019.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº316/2019

Publicação Nº 2215940

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 316/2019 – PE 082/2019 – Processo 323/2019 – Proc. Adm. 5464/2019 – Fornecedor: HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS PERMANENTES DESTINADOS A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE DIVERSOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ S/C. Valor da ATA: R\$ 420.644,72 (quatrocentos e vinte mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 24 de outubro de 2019.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº317/2019

Publicação Nº 2215951

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 317/2019 – PE 082/2019 – Processo 323/2019 – Proc. Adm. 5464/2019 – Fornecedor: MACHADO COMÉRCIO OBRAS E SERVIÇOS EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS PERMANENTES DESTINADOS A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE DIVERSOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ S/C. Valor da ATA: R\$ 6.059,86 (seis mil e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 24 de outubro de 2019.

## ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº318/2019

Publicação Nº 2215956

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 318/2019 – PE 082/2019 – Processo 323/2019 – Proc. Adm. 5464/2019 – Fornecedor: NEUZA SILVEIRA DOS SANTOS EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS PERMANENTES DESTINADOS A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE DIVERSOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ S/C. Valor da ATA: R\$ 162.728,39 (cento e sessenta e dois mil, setecentos e vinte e oito reais e trinta e nove centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 24 de outubro de 2019.



**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº319/2019**

Publicação Nº 2215958

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 319/2019 – PE 082/2019 – Processo 323/2019 – Proc. Adm. 5464/2019 – Fornecedor: T.J.L. COMÉRCIO & ATACADO EIRELI ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS PERMANENTES DESTINADOS A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE DIVERSOS ÓRGÃOS DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ S/C. Valor da ATA: R\$ 9.732,61 (nove mil, setecentos e trinta e dois reais e sessenta e um centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 24 de outubro de 2019.

**DECRETO Nº 12448/2019**

Publicação Nº 2216028

DECRETO Nº 12448/2019  
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2018, datado de 25 de julho de 2018;

DECRETA:

Art. 1º – Ficam contratadas para o ano letivo de 2019 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

FUNCIONÁRIO	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA ADMISSÃO
ANA PAULA WEISS	Professor-M	40 horas	29/10/2019
CAMILA BIANCHINI DOS SANTOS MAIA	Auxiliar de Ensino	40 horas	29/10/2019
SILVANA DA SILVA	Auxiliar de Ensino	40 horas	29/10/2019
TATIANA INACIO DE JESUS	Auxiliar de Ensino	40 horas	29/10/2019

Artº 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29/10/2019.

Artº 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 30 de outubro de 2019.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA  
Secretária Adjunta Municipal de Educação

**PORTARIA Nº. 035/2019/FUNESJ**

Publicação Nº 2215391

PORTARIA Nº. 035/2019/FUNESJ

DIVULGA O RESULTADO DEFINITIVO E HOMOLOGA O PROCESSO DE SELEÇÃO DE ANÁLISE DOS PROJETOS ESPORTIVOS APRESENTADOS NO EDITAL DE Nº 001/2019 DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE SÃO JOSÉ/SC

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, no uso de suas atribuições previstas na Lei Complementar nº 075/2017, e, considerando a Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, e o Decreto nº 8.623/2017, que regulamenta as parcerias entre o Município de São José e as Organizações da Sociedade Civil, torna público o resultado definitivo e a homologação da análise dos projetos esportivos apresentados no Edital de nº 001/2019 da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José/SC.

Art. 1º - Fica divulgado o resultado final, conforme tabela abaixo:

RESULTADO FINAL - EDITAL Nº 001/2019/FUNESJ			
Nº EDITAL	MODALIDADE	ENTIDADE	CLASSIFICAÇÃO

001	TIRO ARMAS CURTAS	CLUBE JOSEFENSE DE TIRO, PESCA E CAÇA	1º LUGAR
	TIRO AO PRATO	CLUBE DE TIRO, CAÇA E PESCA DE SÃO JOSÉ	1º LUGAR
	TIRO ARMAS LONGA	ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA VIDA E SAÚDE	1º LUGAR
	REMO	CLUBE DE REGATAS ALDO LUZ	1º LUGAR

Art. 2º - Esta Portaria entre em vigor na data da sua publicação.

João David Garcia  
Superintendente da Fundação de Esportes e Lazer de São José – FUNESJ

## PORTARIA SMA/PMSJ Nº1422

Publicação Nº 2215970

PORTARIA SMA/PMSJ nº 1422, de 24 de outubro de 2019.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991, bem como as indicações de fiscalização exaradas pelos órgãos participantes,

### RESOLVE:

Art. 1º – Designar os Servidores para efetuar a fiscalização das Atas de Registro de Preços 316, 317, 318 e 319/2019, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 082/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993:

- Autarquia São José Previdência:

Fiscal: Augusto Bousfield, matrícula 452-9.

Suplente: Luis Fabiano Araújo Giannini, matrícula 440-5.

- 10º Batalhão de Bombeiros Militar:

Fiscal: 2º Sgt Jusinei Wilson Ferreira, matrícula 921536-0.

Suplente: 3º Sgt Jeferson Cardoso Carboni, matrícula 921539-5.

- Fundação de Cultura e Turismo:

Fiscal: Joyce Correa, matrícula 428172-1.

Suplente: Wellington Khin Demétrio Vieira, matrícula 428226-4.

- Fundação de Esporte e Lazer:

Fiscal: Gilmar de Brito, matrícula 430166-8.

Suplente: Edson Serafim, matrícula 332453.

- Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Fiscal: Sergio Stahelin, matrícula 135356-1.

Suplente: Valdenir Pauli, matrícula 31796-0.

- Fundação Educacional - USJ:

Fiscal: Janice Damásio, matrícula 427903-4.

Suplente: Charlô Córdova Ouriques, matrícula 428003-2.

- Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito:

Fiscal: Tiago Gorges, matrícula 23191.

Suplente: Ederson dos Santos Borges, matrícula 15698.

- Secretaria de Administração:

Fiscal: Cleber Fraga Costa, matrícula 230820.

Suplente: Camila Furlan Parucker, matrícula 430045-9.

- Secretaria de Educação:

Fiscal: Guilherme Albino, matrícula 28813.

Suplente: Maria das Dores Barreto Michalak, matrícula 13710.

- Secretaria de Assistência Social:

Fiscal: Iria Locks, matrícula 33197-0.

Suplente: Renaldo Osvaldo da Silva, matrícula 428271-0.

- Secretaria de Infraestrutura:

Fiscal: Valdenir Vítor de Souza, matrícula 1227.

Suplente: Jailson Hames, matrícula 33154-6.

- Secretaria de Saúde:

Fiscal: Jailton A. Martins, matrícula 33253.

Suplente: Márcio Hoegenn, matrícula 4282159.

- Secretaria de Serviços Públicos - SUSP:

Fiscal: Leonides Fernando de Melo, matrícula 34957-7.

Suplente: Rafael Araújo, matrícula 426462-2.

Devendo desempenhar as seguintes funções:

I. Acompanhar toda a execução contratual;

II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;

III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;

IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;

V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;

VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;

IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados

X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;

XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;

XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;

XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;

XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;

XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do Fiscal, ficará automaticamente designado o Suplente pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vera Suely de Andrade

Secretária Municipal de Administração.

## **PORTARIA SMI/PMSJ Nº043**

Publicação Nº 2215731

PORTARIA SMI/PMSJ nº 043, de 23 de outubro de 2019.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O Secretário Municipal de Infraestrutura, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. Jailson Hames, matrícula nº 33154-6, para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 315/2019 decorrente do Pregão Eletrônico nº 097/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

I. Acompanhar toda a execução contratual;

II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;

III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;

IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;

V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;

VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;

IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados

X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;

XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;

XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;

XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;

XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;

XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o servidor Valdenir Vitor de Souza, matrícula nº 1227, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Milton Bley Júnior  
Secretário de Infraestrutura

Cientes,

Jailson Hames Valdenir Vitor Souza  
Fiscal Suplente

## **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129/2019 – REABERTURA**

Publicação Nº 2215807

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129/2019 – REABERTURA – Processo nº 494/2019 – Proc. Adm. 8778/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE 12 (DOZE) VEÍCULOS AUTOMOTORES, ZERO QUILOMETRO E KIT'S DE ADAPTAÇÃO PARA VEÍCULOS POLICIAIS PARA USO DA GUARDA MUNICIPAL, POLÍCIA CIVIL E SSDST NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 05 de novembro de 2019 às 18h00min até dia 18 de novembro de 2019, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 18 de novembro de 2019. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810445.

## **RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 111/2019**

Publicação Nº 2215406

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 111/2019 – Processo nº 438/2019 – Proc. Adm. 7945/2019. Fornecedores: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA – EPP; AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI; LUGRAF GRAFICA E PAPELARIA EIRELI – EPP; MAYCON WILL EIRELI – EPP; IMPERATRIZ COM. ATACAD. DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA; ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA; FGH DIST. DE ARTIGOS PARA DEPARTAMENTOS EIRELI e VINICIUS MATOS KUSSYM - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS ÓRGÃOS PERTENCENTES À PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC (ITENS NÃO CONTEMPLADOS NO PE 045/19). Valor Total: R\$ 879.609,23 – oitocentos e setenta e nove mil, seiscentos e nove reais e vinte e três centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

## **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 139/2018-01**

Publicação Nº 2215377

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 139/2018-01 – Proc. Adm. 8189/2019 – Contratado: 4U SOLUTIONS TECNOLOGIA EIRELI ME. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO SEM REAJUSTE, nos termos previstos nas cláusulas do Contrato nº 139/2018. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 139/2018, por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 08 de novembro de 2019. Data da assinatura: 24 de outubro de 2019.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 243/2019**

Publicação Nº 2215836

PORTARIA Nº 243/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os artigos 170 e 172 da Lei Municipal nº 2248/91,

Considerando a notícia de fato, dirigida a Administração da Câmara Municipal de São José, constante do Memorando nº 260/2019, relatando eventual infração disciplinar, após ocorrência de animosidade entre servidores, e

Considerando a necessidade de esclarecimentos dos fatos que possam auxiliar na tomada de decisão pela Administração,

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de Sindicância Investigativa para apurar os fatos ocorridos no dia 30 de setembro de 2019, indicando-se as circunstâncias fáticas reunindo eventuais provas;

Art. 2º Designar os servidores HENRIQUE SANTOS DA SILVA na condição de Presidente, ADILANE COELHO DE ÁVILA ROCKER, na condição de Secretária, e FILIPPE GESSER na condição de Membro da Comissão Sindicante, para apuração dos fatos acima mencionados, aplicando-lhes o disposto no art. 19, c, da Lei Complementar 68 de 02 de dezembro de 2015.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para concluir a apuração dos fatos, dando ciência dos mesmos ao Presidente da Câmara Municipal através de relatório circunstanciado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, SC, 01 de novembro 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

PRESIDENTE

Registrada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 244/2019**

Publicação Nº 2215838

PORTARIA Nº 244/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 23, III, a, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 164, de 20 de dezembro de 2005;

Considerando que os contratos administrativos devem ser fielmente executados pelas partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, que obriga a Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar a servidora Adriana Maciel Pereira para responder pela fiscalização da execução do contrato firmado com Acácia Agência de Viagens e Turismo Ltda-ME, Processo Administrativo nº 181/2019, Pregão Presencial nº 015/2019, Contrato nº 019/2019.

Art. 2º - Compete à servidora designada:

a) Promover o acompanhamento da execução do contrato, cientificando à Diretoria de Administração sobre atos e fatos que possam prejudicar a sua fiel execução bem como comunicar-lhe, com a antecedência mínima de 90 dias, o término do prazo de vigência do contrato.

b) Proceder à liquidação da despesa, que consiste na verificação da fiel execução, pela contratada, dos serviços discriminados no relatório de execução que acompanha a nota fiscal apresentada para certificação, a compatibilidade dos serviços executados com o objeto contratado e importância exata a pagar.

c) Certificar a nota fiscal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 01 de novembro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

PRESIDENTE

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 209/2019/SF

Publicação Nº 2216177

DECRETO Nº. 209/2019 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.859/2019;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$76.767,10 (setenta e seis mil setecentos e sessenta e sete reais e dez centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

1.053 MANUTENÇÃO DO PATRIMONIO DA SAÚDE – AMPLIAR/READEQUAR

"4"4.4.90.00.00.1.0002 Aplicações Diretas ..... R\$76.767,10

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$76.767,10 (setenta e seis mil setecentos e sessenta e sete reais e dez centavos), Recursos Ordinários, Fonte nº 1.0000 para a Fonte nº 1.0002 Recursos de Impostos da Saúde, em conformidade com o Artigo 10, inciso II da Lei nº 4766/2018 – LOA 2019, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

04 DEPTO DE ENSINO SUPERIOR

2.110 PROGRAMA DE APOIO AO ENSINO SUPERIOR

"89"3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$4.555,41

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.035 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

"111"3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$17.500,00

2.139 MANUTENÇÃO DO CONDER – CONSÓRCIO DE DESENV REGIONAL

"105"3.3.71.00.00.1.0000 Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$6.100,37

"106"3.3.93.00.00.1.0000 Aplicação Direta Decorrente de Op entre Orgãos.R\$7.900,00

"107"4.4.71.00.00.1.0000 Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$711,32

11 SECRETARIA DE ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

1.097 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

"150"4.4.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$8.500,00

15 FUNDO DE REEQUIP CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

01 DEPTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1.055 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS EM GERAL

"153"4.4.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$21.000,00

1.056 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ESTRATÉGICOS

"154"4.4.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$10.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



**DECRETO Nº 6601/2019**

Publicação Nº 2216182

DECRETO Nº 6.601, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.  
"NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, JOVANA DE MELLO, para exercer o cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ESF 01 – MICRO ÁREA 15), carga horária de 160 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2017, homologado através do Decreto nº. 6.069/2017, de 20 de junho de 2017, classificada em 4º lugar, média final 7,60, a partir de 01 de novembro de 2019, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo

**EXTRATO CONTRATOS MES 10/2019**

Publicação Nº 2215302

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL-Contrato Nº.: 152/2019 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: JOSEMAR JOSÉ SUCOLOTTI Valor ..... : 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 30/09/2020 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 151/2019 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : LOCAÇÃO DE ESPAÇO FÍSICO, COM ÁREA LIVRE DE 25M2, PARA SER UTILIZADO COMO ARQUIVO MORTO DE DOCUMENTOS DO SETOR CONTÁBIL, RECURSOS HUMANOS E COMPRAS. São José do Cedro, 4 de Novembro de 2019

-Contrato Nº.: 153/2019 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA Valor ..... : 14.874,32 (quatorze mil oitocentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos) Vigência ..... : Início: 02/10/2019 Término: 01/10/2020 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 153/2019 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DE ÔNIBUS DE TRANSPORTE COLETIVO REGULARES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO PARA TRANSPORTE DE IDOSOS DO INTERIOR DE NOSSO MUNICIPIO PARA CIDADE UMA VEZ POR MÊS NO DIA DO SEU PAGAMENTO DE BENEFÍCIO, CONFORME AUTORIZAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N.4.612/2017. São José do Cedro, 4 de Novembro de 2019

-Aditivo Nº ..... : 154/2019 - Contrato Nº: 148.2018 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PORTAL COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - ME Valor ..... : 0,01 (um centavo) Vigência ..... : Início: 04/10/2019 Término: 31/12/2019 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 176/2018 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar o valor (acréscimo) do ITEM 01 licitado conforme Pregão Presencial n.º176/2018, que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e VEÍCULOS DO SEMAE. São José do Cedro, 4 de Novembro de 2019

-Aditivo Nº ..... : 155/2019 - Contrato Nº: 114.2018 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: CTMGEO - SOLUCOES EM GEOTECNOLOGIAS LTDA Valor ..... : 40.233,60 (quarenta mil duzentos e trinta e três reais e sessenta centavos) Vigência ..... : Início: 09/10/2019 Término: 08/10/2020 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2018 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O presente termo aditivo tem como finalidade, aditar o prazo de vigência sem reajuste de valor, contratado conforme o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO GEORREFERENCIADO, IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS WEB E REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICÍPIO. São José do Cedro, 4 de Novembro de 2019

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor ..... : 21.550,71 (vinte e um mil quinhentos e cinquenta reais e setenta e um centavos) Vigência ..... : Início: 16/10/2019 Término: 31/12/2019 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 154/2018 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, SUPRIMIR o VALOR do contrato principal, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente de operação de crédito com o BADESC. Aditivo Nº ..... : 157.2019 - Contrato Nº: 126.2018 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor ..... : 54.473,35 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e setenta e três reais e trinta e cinco centavos) Vigência ..... : Início: 16/10/2019 Término: 31/12/2019 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 154/2018 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, SUPRIMIR o VALOR do contrato principal, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente de operação de crédito com o BADESC. Aditivo Nº ..... : 157.2019 - Contrato Nº: 126.2018 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

154/2018 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer o ACRÉSCIMO ao VALOR do contrato principal, que tem como objeto: CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente de operação de crédito com São José do Cedro, 4 de Novembro de 2019

-Contrato Nº.: 158.2019 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: ALGEU FAGUNDES Valor ..... : 0,01 (um centavo) Vigência ..... : Início: 18/10/2019 Término: 31/12/2024 Licitação .....

: Outras Modalidades Nº.: 127/2019 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : Tem por objeto o presente contrato a doação, com encargos e cláusula de reversão, de INFRA-ESTRUTURA, SENDO NA INSTALAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA A EMPRESA DO RAMO DA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR, QUE PRETENDE AMPLIAR SUAS ATIVIDADES NO MUNICÍPIO São José do Cedro, 4 de Novembro de 2019

-Contrato Nº.: 159.2019 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: FERNANDO CHRISTANI 05295282902 Valor ..... : 0,01 (um centavo) Vigência ..... : Início: 18/10/2019 Término:

31/12/2024 Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 127/2019 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : Tem por objeto o presente contrato a doação, com encargos e cláusula de reversão, de INFRA-ESTRUTURA, SENDO NA INSTALAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA A EMPRESA DO RAMO DE FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MADEIRA, QUE PRETENDE AMPLIAR SUAS ATIVIDADES NO MUNICÍPIO São José do Cedro, 4 de Novembro de 2019

Contratada...: A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA Valor ..... : 78.570,73 (setenta e oito mil quinhentos e setenta e três centavos) Vigência ..... : Início: 21/10/2019 Término: 20/11/2019 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 155/2019 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FAZER AMPLIAÇÃO DE DUAS REDES DE ENERGIA ELÉTRICA TRIFÁSICO e BIFÁSICO, VISANDO ATENDER O INCENTIVO ECONÔMICO CONCEDIDO ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº127/2019, para a empresa FERNANDO CHRISTANI (localizada em Derrubada Baixa), e empresa ALGEU FAGUNDES (localizada em Linha Imperatriz), CONFORME PROJETO ELÉTRICO EM ANEXO. São José do Cedro, 4 de Novembro de 2019

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL- - - - -

-----Aditivo Nº ..... : 16.2019 - Contrato Nº: 22.2018 Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CEDRO Contratada...: INÊS MARIA TRIACA CANTON Valor ..... : 997,26 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos) Vigência ..... : Início: 01/10/2019 Término: 31/12/2019 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 47/2018 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O presente termo aditivo tem por finalidade fazer a "anulação do item 02" do presente contrato, bem como, fazer a alteração do Setor que irá utilizar item 01, conforme objeto licitado: LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA O SETOR DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA e para OS SERVIÇOS DE PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, NUTRIÇÃO e SETORES ADMINISTRATIVOS DO CEMAS. São José do Cedro, 4 de Novembro de 2019

## EXTRATO HOMOLOGADOS MES 10/2019

Publicação Nº 2215306

NEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 153/2019 PROCESSO Nº 153/2019 HOMOLOGAÇÃO: 01/10/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DE ÔNIBUS DE TRANSPORTE COLETIVO REGULARES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO PARA TRANSPORTE DE IDOSOS DO INTERIOR DE NOSSO MUNICÍPIO PARA CIDADE UMA VEZ POR MÊS NO DIA DO SEU PAGAMENTO DE BENEFÍCIO, CONFORME AUTORIZAÇÃO DA LEI MUNICIPAL N.4.612/2017.-----CONTRATADO: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 14.874,32 (quatorze mil oitocentos e setenta e quatro reais e trinta e dois centavos) FUNDAMENTO: Art. 25,CAPUT da Lei de Licitações. =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/2019 PROCESSO Nº 147/2019 HOMOLOGAÇÃO: 01/10/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTAS e OUTROS MATERIAIS DE PINTURA, bem como CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS QUE FORNEÇA SERVIÇOS DE PINTURA, para EFETUAR A PINTURA NOVA DA QUADRA DO GINÁSIO DE ESPORTES DO BAIRRO PRÓ-MORAR.-----CONTRATADO: BRAULIO C. DOS SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 18.150,00 (dezoito mil cento e cinquenta reais)-----CONTRATADO: VALDIR JOSE TREVISOL 40256090025 VALOR DA DESPESA: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2019 PROCESSO Nº 138/2019 HOMOLOGAÇÃO: 10/10/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FAZER A IMPLANTAÇÃO DE COMANDO HIDRÁULICO E KIT TURBINA NO TRATOR DE PNEU MASSEY FERGUSON 4275/4, BEM COMO, PARA FAZER TROCAR SINALEIRAS e PARALAMA QUE ESTÃO DANIFICADAS, PARA USO NOS SERVIÇOS DE SILAGEM. O referido Trato foi concedido pela Sec. De Estado da Agricultura e da Pesca por meio do TCU 329/2013.-----CONTRATADO: MECANICA E PRESTADORA DE SERVIÇOS JUSTEN LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 154/2019 PROCESSO Nº 154/2019 HOMOLOGAÇÃO: 16/10/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GRAMA LEIVA E MUDAS DE ÁRVORES, PARA PLANTIO EM ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO.-----CONTRATADO: WILLIAM LUFT KALB 08541039960 VALOR DA DESPESA: R\$ 13.665,65 (treze mil seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos)-----CONTRATADO: CIDAMAQ MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS EIRELI VALOR DA DESPESA: R\$ 25.830,00 (vinte e cinco mil oitocentos e trinta reais)-----CONTRATADO: BC AGRO COMERCIO DE SEMENTES EIRELI VALOR DA DESPESA: R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2019 PROCESSO Nº 157/2019 HOMOLOGAÇÃO: 17/10/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, QUE SERÃO UTILIZADAS NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, SECRETARIAS, FMS E SEMAE.-----CONTRATADO: BELINKI & SOUZA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 11.500,00 (onze mil quinhentos reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2019 PROCESSO Nº 155/2019 HOMOLOGAÇÃO: 18/10/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE



SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FAZER AMPLIAÇÃO DE DUAS REDES DE ENERGIA ELÉTRICA TRIFÁSICO e BIFÁSICO, VISANDO ATENDER O INCENTIVO ECONÔMICO CONCEDIDO ATRAVÉS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº127/2019, para a empresa FERNANDO CHRISTANI (localizada em Derrubada Baixa), e empresa ALGEU FAGUNTES (localizada em Linha Imperatriz), CONFORME PROJETO ELÉTRICO EM ANEXO.-----CONTRATADO: A.S. JUNIOR INSTALADORA ELÉTRICA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 78.570,73 (setenta e oito mil quinhentos e setenta reais e setenta e três centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 159/2019 PROCESSO Nº 159/2019 HOMOLOGAÇÃO: 23/10/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO, ANTIRATIZAÇÃO/DESRATIZAÇÃO E DESCUPINIZAÇÃO, NAS UNIDADES ESCOLARES, bem como EMPRESA PARA FAZER LIMPEZA DE CAIXAS DE ÁGUA.-----CONTRATADO: DIEGO CRIVELATTI VALOR DA DESPESA: R\$ 18.601,15 (dezoito mil seiscentos e um reais e quinze centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 161/2019 PROCESSO Nº 161/2019 HOMOLOGAÇÃO: 23/10/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA MÃO DE OBRA, PARA EXECUTAR REPAROS NAS RUAS PAVIMENTADAS COM PEDRAS IRREGULARES, bem como para, EXECUTAR REPAROS NOS MEIOS FIOS DE CONCRETO DAS RUAS DO MUNICÍPIO.-----CONTRATADO: ANTONIO ORIDES BARROS - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 65.700,00 (sessenta e cinco mil e setecentos reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 158/2019 PROCESSO Nº 158/2019 HOMOLOGAÇÃO: 29/10/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA, QUE FORNEÇA AS ESTRUTURAS METÁLICAS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A DECORAÇÃO E ORNAMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DA MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, PARA EFETUAR OS CONsertos DOS MATERIAIS ANTIGOS, BEM COMO PARA EXECUTAR AS NECESSÁRIAS INSTALAÇÕES/MANUTENÇÃO/DESINSTALAÇÃO DA DECORAÇÃO NATALINA 2019, DO 18º NATAL LUZ DO MUNICÍPIO.-----CONTRATADO: L M MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 77.067,80 (setenta e sete mil e sessenta e sete reais e oitenta centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2019 PROCESSO Nº 163/2019 HOMOLOGAÇÃO: 30/10/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PACOTINHOS DE DOCES PARA DISTRIBUIÇÃO AS CRIANÇAS NA NOITE DO NATAL LUZ, QUE ACONTECERÁ DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2019.-----CONTRATADO: MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA - EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 2.975,00 (dois mil novecentos e setenta e cinco reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2019 PROCESSO Nº 162/2019 HOMOLOGAÇÃO: 31/10/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS COMEMORATIVAS, PARA O II ENCONTRO TÉCNICO DO 12º BBM (03 DE NOVEMBRO DE 2019) e para USO EM DEMAIS SOLENIDADES ALUSIVAS REALIZADAS PELO QUARTEL EM DATA FUTURAS.-----CONTRATADO: RENIR PAULO MANFRIN - EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 12.719,50 (doze mil setecentos e dezenove reais e cinquenta centavos) =====

## LEI Nº 4859/2019

Publicação Nº 2216178

LEI Nº 4.859, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$76.767,10 (setenta e seis mil setecentos e sessenta e sete reais e dez centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

1.053 MANUTENÇÃO DO PATRIMONIO DA SAÚDE – AMPLIAR/READEQUAR

"4"4.4.90.00.00.1.0002 Aplicações Diretas ..... R\$76.767,10

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$76.767,10 (setenta e seis mil setecentos e sessenta e sete reais e dez centavos), Recursos Ordinários, Fonte nº 1.0000 para a Fonte nº 1.0002 Recursos de Impostos da Saúde, em conformidade com o Artigo 10, inciso II da Lei nº 4766/2018 – LOA 2019, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

04 DEPTO DE ENSINO SUPERIOR

2.110 PROGRAMA DE APOIO AO ENSINO SUPERIOR

"89"3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$4.555,41

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.035 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

"111"3.3.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$17.500,00

2.139 MANUTENÇÃO DO CONDER – CONSÓRCIO DE DESENV REGIONAL

"105"3.3.71.00.00.1.0000 Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$6.100,37

"106"3.3.93.00.00.1.0000 Aplicação Direta Decorrente de Op entre Órgãos.R\$7.900,00

"107"4.4.71.00.00.1.0000 Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$711,32

11 SECRETARIA DE ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

1.097 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

"150"4.4.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$8.500,00

15 FUNDO DE REEQUIP CORPO DE BOMBEIROS – FUNREBOM

01 DEPTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

1.055 AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS EM GERAL

"153"4.4.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$21.000,00

1.056 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ESTRATÉGICOS

"154"4.4.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$10.500,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal de Administração.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,  
Secretária Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## PORTARIA Nº 620/2019

Publicação Nº 2216147

PORTARIA Nº 620/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, combinado com o Art. 7º, da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, a partir de 31 de outubro de 2019, a servidora pública municipal Camila Regina Kummer Brum, admitida em 10 de outubro de 2019, ocupante do cargo temporário de Professor, matrícula nº 3977.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,  
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2019 - PR Nº 109/2019

Publicação Nº 2215871

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 18/11/2019, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2019. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO, NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO, PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 04 de Novembro de 2019.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2019 - SRP - PR Nº 110/2019

Publicação Nº 2215873

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 18/11/2019, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA O ANO LETIVO DE 2019. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 04 de Novembro de 2019.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL Nº 002.4/2019 - CONCURSO PÚBLICO - HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES

Publicação Nº 2215053

EDITAL Nº 002.4/2019

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor Rafael Callefi, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

#### 1. HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

1.1. Não houve recursos interpostos contra a não homologação da inscrição, assim, em nada se altera o relatório nominal de candidatos com inscrições deferidas, anteriormente divulgado, ficando este ratificado, tornando-se o Relatório de Inscrições Homologadas, constante no Anexo I deste Edital.

1.2. Não houve recursos interpostos contra a não homologação de inscrição para concorrer pela reserva de vagas destinada às Pessoas com Deficiência, assim, em nada se altera o relatório nominal de inscrições deferidas, anteriormente divulgado, ficando este ratificado, tornando-se o Relatório de Vagas Destinadas às Pessoas com Deficiência, constante no Anexo II deste Edital.

1.3. Não houve recursos interpostos contra o indeferimento de Condição Especial Para Realização de Prova.

São Lourenço do Oeste, 05 de novembro de 2019.  
RAFAEL CALLEFI  
Prefeito Municipal

**ANEXO I**  
(Edital nº 002.4/2019)

**RELATÓRIO DEFINITIVO DE INSCRITOS**

AGENTE DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS				
#	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	RESULTADO
1	250	ANDERSON MACIEL KANOVA	22/11/1994	Deferido
2	670	EDSON SPERANSA	06/04/1982	Deferido
3	72	EVANDRO CARLOS DE ALMEIDA	08/04/1975	Deferido
4	793	FERNANDO MARINHO DOS SANTOS	12/11/1981	Deferido
5	457	IVAN DALLA VALLE	17/01/1977	Deferido
6	564	MAICON WILLIAN MONTEIRO	26/09/1987	Deferido
7	102	MARCELO SIDINEI DOS SANTOS	08/08/1988	Deferido
8	272	MATHEUS KIRSTEN	15/02/1997	Deferido
9	839	WAGNER BEGNINI	19/02/2002	Deferido
10	766	WANDER LUIZ GOBI	11/02/1959	Deferido
ANALISTA ADMINISTRATIVO				
#	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	RESULTADO
11	806	ADRIELLE GEREMIAS ZIMMER	04/12/1990	Deferido
12	194	ALAN PAULO DIERINGS	26/09/1990	Deferido
13	381	ALCIONE LUIZ PLENS DA LUZ	26/02/1990	Deferido
14	586	ALESSANDRA BARROS DE SIQUEIRA	20/05/1980	Deferido
15	729	ALEX MARTINS	21/06/1989	Deferido
16	417	ALEX PAULO RANZAN	01/03/1993	Deferido
17	11	ALEXANDRE LUIS DEBONA	08/01/1987	Deferido
18	177	ALINE ADRIELY DA COSTA	15/08/1995	Deferido
19	431	ALINE MARÇAL CORREIA	18/12/1988	Deferido
20	356	ALINE MUNZLINGER DA MOTA	21/12/1990	Deferido
21	484	ALINE POLIANA ZUCHELLI	23/08/1990	Deferido
22	863	ALINE VIAN	17/07/1989	Deferido
23	44	ALTAIR BORGES	23/09/1991	Deferido
24	822	AMANDA RAMOS STASIAK	12/07/1996	Deferido
25	347	ANA GODINHO DOS SANTOS	11/08/1990	Deferido
26	684	ANA PAULA FERREIRA DOS SANTOS	29/01/1988	Deferido
27	425	ANA PAULA PREVIDI	13/04/1992	Deferido
28	458	ANA PAULA TÁPPARO MARIOTT	18/05/1986	Deferido
29	509	ANDERSON RODRIGO VERLANG	22/12/1987	Deferido
30	694	ANDRÉ GREZELLE	24/08/1993	Deferido
31	186	ANDRÉ LACERDA AGOSTINHO	22/01/1992	Deferido
32	111	ANDREI BONCZKOWSKI	29/08/1997	Deferido
33	596	ANDRESSA BEVILACQUA	21/06/1994	Deferido
34	391	ANGELA CRISTINA MELLA	04/09/1995	Deferido
35	1	ARIADENE FRACARO	01/02/1988	Deferido
36	658	BRUNA BASTEZINI	30/05/1996	Deferido
37	588	CAMILA GOBATO FACIN	02/10/1995	Deferido
38	600	CAMILA LUISA CASTRO DO ROSARIO	26/03/1995	Deferido
39	688	CAMILA SCHUBERT	11/09/1995	Deferido
40	579	CAROLINE BACELAR HAUSCHILD	29/03/1986	Deferido
41	480	CAROLINE CENCI	22/02/1994	Deferido

42	635	CAROLINE GEREMIA	28/12/1992	Deferido
43	315	CESAR AUGUSTO RUFATTO	05/01/1983	Deferido
44	791	CHRISTIANE PATRICIA DOS SANTOS	21/12/1976	Deferido
45	481	CLARA ROSANE ARTMANN	06/03/1971	Deferido
46	22	CRISTHIAN LUIS RISSO	04/05/1995	Deferido
47	46	CRISTIANE VICENTE	16/08/1985	Deferido
48	393	CRISTIANO WELTER	06/03/1992	Deferido
49	837	DAIANE FRIGO	05/12/1986	Deferido
50	222	DANIEL ALVES DE LARA	10/04/1988	Deferido
51	648	DANIELA CAROLINA DOS SANTOS	11/01/1990	Deferido
52	510	DANUBIA SORANZO	07/02/1981	Deferido
53	727	DEBORA CRISTINA BAROSSO FUCHINA	22/12/1988	Deferido
54	201	DEIZE TEIXEIRA SCHVANZ	15/10/1981	Deferido
55	285	DENIZE PATRICIA SYDOR PACHECO	16/02/1989	Deferido
56	673	DIEGO RUARO	05/03/1989	Deferido
57	465	DIENIR SIMONI BORCHERS	24/03/1989	Deferido
58	565	DIOGO SUTTILI	25/08/1984	Deferido
59	691	DIRCEU ANTONIO NEVES DA SILVA	30/11/1979	Deferido
60	429	DOUGLAS HENRIQUE GRANDO	21/11/1985	Deferido
61	142	EDISSON ARI PILETTI	26/05/1985	Deferido
62	636	EDLAINE POSSAMAI	22/10/1997	Deferido
63	382	EDUARDO PESENTI DA SILVA	21/09/1999	Deferido
64	731	ELIANI DE BONA	15/11/1978	Deferido
65	683	ELIZANGELA CALEGARI	25/10/1979	Deferido
66	65	EMANUELE FERNANDA FANTINELLI	21/04/1997	Deferido
67	114	EVANDRO RODRIGUES	17/01/1987	Deferido
68	349	FABIA REGINA MAFFOLLETT	24/01/1988	Deferido
69	495	FABIANA CUNICO	12/08/1993	Deferido
70	530	FABIO JUNIOR SIMIONATTO	23/04/1993	Deferido
71	741	FELIX DE ROSSI JUNIOR	20/07/1991	Deferido
72	275	FRANCIELI MARIA GAVA	14/02/1983	Deferido
73	219	GABRIELA BATISTA MITOSO	16/11/1994	Deferido
74	685	GENECI MARIA BERGAMASCHI	24/04/1982	Deferido
75	775	GESIANE APARECIDA MEZOMO	19/06/1994	Deferido
76	637	GIAN JODE BENEDET	17/09/2019	Deferido
77	227	GILSON FERNANDES DE JESUS	21/08/1989	Deferido
78	40	GILVAN SPEROTTO	09/04/1979	Deferido
79	856	GIOVANA BEUX	13/11/1972	Deferido
80	804	GRASIELE DOS SANTOS LUNARDI	05/03/1985	Deferido
81	830	GUSTAVO POGERE	12/11/1995	Deferido
82	207	HELENA DA CRUZ DANELUZ	30/10/1997	Deferido
83	752	HELIZE MARIA BORGES DA SILVA	14/06/1996	Deferido
84	553	HIAGO RAVARENA	24/11/1995	Deferido
85	355	IURI KELVIN NEGRI	15/07/1994	Deferido
86	269	IVETE ELIAS CHAVES	18/08/1986	Deferido
87	351	JACKSON LUIZ DE MELLO	04/01/1987	Deferido
88	12	JADER GABRIEL IORIS	10/03/1987	Deferido
89	703	JAKELYNE LÍBERA BARZAN	02/10/1995	Deferido
90	394	JAMILLY MARIANA ALMEIDA MANFROI	27/05/1991	Deferido
91	660	JANES VILLANI GEREMIA	21/10/1989	Deferido

92	293	JANIR DETONI	19/07/1980	Deferido
93	270	JAQUELINE BORGES	20/04/1988	Deferido
94	141	JESSICA APARECIDA LUCATELLI	13/06/1993	Deferido
95	845	JHULIEN CARLA GOBI	26/08/1991	Deferido
96	398	JOÃO LUIZ SIMAS DA SILVA	23/06/1972	Deferido
97	143	JOÃO PAULO DA SILVA	06/08/1984	Deferido
98	505	JOSE DE CAMARGO	04/08/1981	Deferido
99	237	JOSIANE DA SILVA BRISIDA	03/11/1992	Deferido
100	751	JUCEMAR DE BRITES DE MELO	15/08/1979	Deferido
101	692	JULIANA BALOTIN	24/03/1981	Deferido
102	860	JULIELLE LORENZI	03/12/1993	Deferido
103	319	KAMILA KAPLAN SILVA	22/05/1990	Deferido
104	117	KAROLINE TOMAZI CATANI	12/09/1997	Deferido
105	454	KEITI GOMES SUZIN	26/02/1985	Deferido
106	110	KELI ROBERTA ZOCHE CESA	05/07/1985	Deferido
107	868	KELLY CHRISTINE PRATES BARBOSA	13/11/1987	Deferido
108	730	KELLY CRISTINA ROSSO	02/01/1982	Deferido
109	340	KELLY REGINA CELLA SANTIN	17/12/1997	Deferido
110	561	LEANDRO ORZECOWSKI	31/10/1988	Deferido
111	88	LEONARDO IPAR GOBUS	27/12/1975	Deferido
112	776	LEONIR ANTONIO LICHESKI	17/09/1993	Deferido
113	764	LISANDRO CASSIO ANDRIOLI	06/01/1987	Deferido
114	290	LUCIANA MENDES SCHNEIDER	28/09/1990	Deferido
115	217	LUIZ ANTONIO SIMM VIANA	16/10/1995	Deferido
116	676	MAIARA CANONICO	23/06/1995	Deferido
117	498	MARCELO CADOR	18/03/1982	Deferido
118	563	MARCELO CANONICA	28/10/1985	Deferido
119	581	MARCELO JUNIOR DOS SANTOS	26/07/1982	Deferido
120	19	MARCIO POSSAMAI DELLA	21/12/1978	Deferido
121	603	MARCO ANTONIO GRACIOLLI	18/01/1994	Deferido
122	527	MARCOS VIAN	22/08/1989	Deferido
123	116	MARIANE DEL SANT	26/03/1992	Deferido
124	162	MARIANNE PISSAIA	09/03/1993	Deferido
125	368	MARILÉIA DETONI	12/09/1992	Deferido
126	271	MARILENE CORATO NARESSI	08/12/1975	Deferido
127	242	MARILIA MAURA MILAN	09/06/1984	Deferido
128	819	MARINÊS VANDERLÉIA ALLAS PIVOTTO	15/12/1986	Deferido
129	671	MARIZA VENTURA GOMES	27/07/1977	Deferido
130	20	MAURICIO PADILHA MULLER	11/09/1993	Deferido
131	309	NAIANE CRISTINA MERLO	16/04/1983	Deferido
132	255	NAIARA SUZIN	17/05/1993	Deferido
133	449	NATALIA MORESCHI	27/03/1996	Deferido
134	643	NATHALIA DEON	22/05/1998	Deferido
135	331	NEREU BRUNO FRITZEN	06/04/1966	Deferido
136	416	NERLI PAGANI MOROZINI	22/05/1986	Deferido
137	476	NEUEMIR DE LIMA TRINDADE	04/05/1996	Deferido
138	130	ODINEI MACIEL	11/11/1984	Deferido
139	518	PAMELLA BELTRAME	02/09/1983	Deferido
140	560	PATRICIA BORGES DOS SANTOS	16/04/1992	Deferido
141	709	PATRICIA ERBES	09/09/1985	Deferido



142	605	PAULA CAROLINE DE CAMPOS	09/11/1988	Deferido
143	846	PAULA CASSIANA RONCONI	25/01/1993	Deferido
144	708	RADAMÉS LUIZ MASCHIO	16/04/1986	Deferido
145	247	RAFAEL FERREIRA LIMA	16/11/1983	Deferido
146	137	RAFAEL MARIANO DA SILVA	14/10/1991	Deferido
147	475	RAFAEL RODRIGO CEREZOLLI	26/06/1983	Deferido
148	870	RAQUEL AVILA	16/10/1976	Deferido
149	493	RAQUEL CECCHIN	22/10/1995	Deferido
150	91	RAUL CESAR FINGER	19/04/1991	Deferido
151	843	ROBERTO JOSE ODORCICK	31/08/1970	Deferido
152	611	RODRIGO LUIZ AMARO OSOWSKI	20/05/1986	Deferido
153	322	RODRIGO MILAN	26/12/1989	Deferido
154	583	RODRIGO PARAVISE	14/01/1997	Deferido
155	620	ROMILDA CAMARA BARBOSA BAMPI	06/10/1970	Deferido
156	300	RONALDO BERTONCELLI	12/10/1989	Deferido
157	745	ROSANE KLOH BIESDORF	29/12/1983	Deferido
158	585	ROSANE MARLEI PAGNONCELLI	29/07/1979	Deferido
159	107	ROSANGELA DE MORAIS	04/06/1978	Deferido
160	229	ROSANY ROCHA FERREIRA PICKLER	02/12/1988	Deferido
161	497	ROSELEINE MARIA DE ALMEIDA	05/02/1981	Deferido
162	662	ROSELI OLIVIA RANZAN	06/05/1968	Deferido
163	779	ROSICLEIDE APARECIDA DALPONTE GROFF	19/07/1992	Deferido
164	598	ROSMARI GALVAN	11/01/1985	Deferido
165	208	SAMIRA SCHWADE	14/09/1990	Deferido
166	742	SHAUANA DE ROSSI	01/12/1993	Deferido
167	120	SILVANA FURLANETTO	17/05/1987	Deferido
168	803	SILVANA RODRIGUES DA SILVA NOBRE	27/10/1987	Deferido
169	820	SIMONE MACHADO DEON	04/02/1987	Deferido
170	333	SIMONE MEZZOMO	26/05/1978	Deferido
171	720	SUZANE PAN	28/03/1989	Deferido
172	274	TÂNIA MARA LIMA DOS SANTOS BOTTIN	10/10/1994	Deferido
173	80	TATIANE ALICE FABRO	30/10/1991	Deferido
174	94	VALENTIM CAMBRUZZI	06/04/1986	Deferido
175	128	VALENTINA ROSECLER MARINHUK	10/05/1992	Deferido
176	348	VANESSA MOREIRA CASSIANO	07/09/1990	Deferido
177	4	YAN CARLOS PIETA	16/11/1994	Deferido
178	831	ZENAIDE DA SILVA DAL ZOT	03/05/1980	Deferido
179	438	ZENEI FAGUNDES DE GOES	11/02/1983	Deferido
180	580	ZUZIANE RIGO	02/04/1985	Deferido

## ATENDENTE DE FARMÁCIA

#	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	RESULTADO
181	452	ALINE BAMBERG	16/01/1994	Deferido
182	25	CRISTYAN KELLE RODRIGUES CORREIA	07/06/1990	Deferido
183	517	ELAINE GOMES WERNER	08/12/1988	Deferido
184	625	ESTER DE OLIVEIRA FRESCHI	12/09/1999	Deferido
185	442	IVANIR D AVILA TONIAL	23/12/1970	Deferido
186	409	LINDOMAR SIQUEIRA	17/06/1978	Deferido
187	805	MIRIAN LAZARETTI DOS SANTOS SORDI	16/08/1979	Deferido



ENFERMEIRO				
#	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	RESULTADO
188	125	ADRIANO PEREIRA PEDROSO	25/03/1981	Deferido
189	447	ALANA MARA TRECH MATIAS	21/08/1998	Deferido
190	192	ALEXANDRA FARIAS KICHEL	04/11/1983	Deferido
191	537	ANA CRISTINA ULIANA	28/04/1993	Deferido
192	736	ANA DOS SANTOS CAMBRUZZI	04/07/1978	Deferido
193	52	ANDRÉIA MUNZLINGER	16/08/1992	Deferido
194	249	ANTONIELLE MOREIRA DUTRA DA COSTA	02/06/1990	Deferido
195	168	APARECIDO GOES	21/05/1965	Deferido
196	712	ARLETE POLETTI DE MACEDO	01/11/1981	Deferido
197	151	BRUNA ANZOLIN	12/05/1990	Deferido
198	516	CAMILA ANTONIA COMUNELLO	25/08/1997	Deferido
199	686	CAMILA DE AGUIAR	22/11/1996	Deferido
200	199	CAMILA TODESCATTO GEREMIA	18/03/1996	Deferido
201	189	CARLA CRISTINA DESTRI	23/08/1988	Deferido
202	264	CASSIANE DOS SANTOS	27/11/1988	Deferido
203	234	CLADIANE DOS SANTOS	16/12/1987	Deferido
204	827	CLARICE TEREZINHA AJALA PEREIRA	16/07/1986	Deferido
205	640	CLEONICE APARECIDA SCABENI	25/09/1980	Deferido
206	85	DAIAN KARLA BERNARDI	17/02/1997	Deferido
207	27	DALVA JOSEFINA ZAGO	09/03/1965	Deferido
208	399	DANUZA FRAGATA BORGES	17/01/1995	Deferido
209	613	DÉBORA BRUNING MACHADO	26/12/1981	Deferido
210	89	DEBORA ROSSARI	10/03/1987	Deferido
211	700	DEBORAH CRISTINA SANTIN	01/11/1997	Deferido
212	679	DENISE DE FÁTIMA DAMBROS	13/05/1974	Deferido
213	78	DENISE PEGORARO	06/05/1996	Deferido
214	765	EMERSON CLAUDIO COLOMBO	12/01/1976	Deferido
215	325	FERNANDA MELERE	26/02/1989	Deferido
216	795	FRANCIELI TONIAL	15/09/1987	Deferido
217	834	FRANCYELLI DEON	24/01/1989	Deferido
218	645	GÉSSICA CRISTINA BUTTNER	17/07/1995	Deferido
219	338	GÉSSICA ZILIO	22/03/1992	Deferido
220	802	GIANA TEREZINHA BABINSKI	15/02/1974	Deferido
221	735	ISABEL CRISTINA RAMOS	27/07/1982	Deferido
222	732	ISADORA CAROLINE FARIAS	21/12/1998	Deferido
223	534	IVONETE GONÇALVES	12/09/1983	Deferido
224	848	JAINE FREZZA TODERO	16/10/1996	Deferido
225	758	JAQUELINE APARECIDA FEMININO CORADI	13/05/1997	Deferido
226	865	JAQUELYNE DALPONT	17/10/1983	Deferido
227	221	JENNIFER KAREN KLOH	15/06/1990	Deferido
228	104	JESSICA KEILLA SANTIN	27/09/1993	Deferido
229	744	JOELMA GIRARDI ANTUNES	18/06/1988	Deferido
230	230	JULIANA CRISTINA FEDRIGO RUCKS	05/03/1984	Deferido
231	814	KESSY DE AVILA FLORES	13/05/1985	Deferido
232	528	LARISSA MAFFIOLETTI SANTOS	16/10/1996	Deferido
233	591	LUZIA SORATTO BOGO	23/07/1971	Deferido
234	113	MARCIA REGINA DE ALMEIDA RODRIGUES	13/01/1988	Deferido
235	291	MARIANA DE OLIVEIRA BUENO	20/12/1994	Deferido

236	464	MARIANA ORZEKOVSKI	17/05/1995	Deferido
237	829	MARIANE SWIECH	11/05/1989	Deferido
238	150	MARILEI TARCIA NE DA ROSA	29/04/1987	Deferido
239	719	MARILENE CARTERI	17/08/1972	Deferido
240	646	MAURICIO BALDIN	28/11/1996	Deferido
241	136	MONICA PELEGRINI	18/07/1993	Deferido
242	388	MÔNICA TONDO	20/01/1990	Deferido
243	808	NELSON BRANDT	16/09/1970	Deferido
244	408	OSVALDO LUIZ SCHREINER DA CRUZ	09/07/1994	Deferido
245	82	PATRICIA CONTERATTO	17/09/1991	Deferido
246	239	PATRÍCIA KORB	04/04/1991	Deferido
247	324	REJANE MOSCHEN	07/09/1972	Deferido
248	807	SILVANA BRANDT	02/01/1974	Deferido
249	329	SIMONE LANZARIN	06/01/1988	Deferido
250	335	TAINARA MARIA DAIPRAI	03/04/1996	Deferido
251	70	TAMIREZ MINOZZO	24/07/1998	Deferido
252	38	TATIANE GRACIELE RAMON	14/03/1981	Deferido
253	134	TATIANE MOSCHEN	22/07/1989	Deferido
254	511	THAYANA MAYARA FARIAS	16/04/1994	Deferido
255	578	THAYS CAROLINA ALVES BUKOVSKI	30/04/1990	Deferido
256	867	VIVIANE PAIXÃO COELHO	22/11/1992	Deferido

## MÉDICO PLANTONISTA

#	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	RESULTADO
257	470	ESTER GASPAR DE ARAUJO	04/10/1974	Deferido
258	265	GABRIELA CUNHA ARANTES	26/06/1992	Deferido
259	768	GEISSON TOSETO ZANOTTO	21/08/1984	Deferido
260	62	GRAZIELA ZANCO	07/04/1994	Deferido
261	571	HANDER GOMES FERREIRA	05/08/1980	Deferido
262	97	HELDER SOARES DE ARAÚJO	16/06/1971	Deferido
263	633	JEAN ALEXSANDRO MENDES	22/01/1975	Deferido
264	61	JONATHA DA CONCEIÇÃO SILVA LIMA	31/07/1988	Deferido
265	825	LEONEL SANDRINI PRONER	16/11/1994	Deferido
266	572	RAFAHELLA JEANE MOURA DE MORAES GOMES	02/05/1985	Deferido
267	641	RODRIGO ALOACYR DE CAMARGO SILVA	31/08/1978	Deferido
268	287	ROSELENE DA CRUZ BASEGGIO	28/09/1978	Deferido
269	491	VAGNER BORGES DE AQUINO	09/01/1983	Deferido

## PROFESSOR SUBSTITUTO

#	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	RESULTADO
270	659	ALEX QUIRINO DOS SANTOS	24/07/1989	Deferido
271	385	ALICE ALVES DE REZENDE TARSO	28/02/1987	Deferido
272	95	ANA CARLA JAROSKI	23/01/1992	Deferido
273	83	ANA CARLA MENEGUETTI	06/04/1999	Deferido
274	430	ANA CAROLINA BERTUZZI	28/12/1996	Deferido
275	311	ANA CELIA PELISSARO	22/02/1974	Deferido
276	615	ANA PAULA DALLA VALLE	04/01/1998	Deferido
277	294	ANA PAULA MARTARELLO	22/04/1996	Deferido
278	647	ANA PAULA VIEIRA PERES	20/02/1981	Deferido
279	499	ANALIR RAVARENA DOS SANTOS	24/01/1974	Deferido

280	47	ANDREIA JOSE MARIA FERREIRA	28/05/1990	Deferido
281	607	AOEDICA MOSCHEN NERVIS	01/02/1982	Deferido
282	321	CAMILA VIERO	19/06/1990	Deferido
283	529	CARLA REGINA BATISTI PERES	18/02/1977	Deferido
284	372	CLEONICE RIBEIRO DOS SANTOS	21/05/1990	Deferido
285	138	CRISTIA REGINA MICHELETTO ZIEM	03/11/1975	Deferido
286	606	CRISTIANA DA LUZ DA SILVA DOS SANTOS ACCORSI	14/07/1984	Deferido
287	436	CRISTIANE GOBATTO	17/07/1990	Deferido
288	471	DANIELA BOTTEGA BAZI	03/04/1997	Deferido
289	657	DANIELA DE LUCCA	27/01/1994	Deferido
290	241	DANILU CAMILA FOSSATTI	31/08/1995	Deferido
291	501	DENIZE REGINA MAGGI	21/01/1987	Deferido
292	661	DIEGO CASAGRANDE	05/12/1990	Deferido
293	582	DIEGO CASARA CASTANHO SOARES	20/12/1985	Deferido
294	254	DIOGO RICARDO RIBEIRO	19/04/1991	Deferido
295	172	DONISETE APARECIDA MOSCHEN KUMER	09/11/1974	Deferido
296	146	ÉDINA MARIA DIESEL	30/04/1984	Deferido
297	258	EDINEIA MARIA DA ROSA	04/10/1987	Deferido
298	153	ELAINE MENEGUS	09/06/1980	Deferido
299	783	ELEIDA DOS SANTOS MILAN	17/10/1980	Deferido
300	56	ELÍ TAIS SPINELLO	03/07/1991	Deferido
301	157	ELIANE APARECIDA ANTUNES PEREIRA MIGUEL	22/04/1979	Deferido
302	608	ELISANGELA DE BONA	03/12/1980	Deferido
303	297	ELIZÉTE BOTTIN CARVALHO	20/10/1982	Deferido
304	86	ESTELA REGINA KUMER	17/05/1993	Deferido
305	681	EVELÇO BARBOSA	14/07/1958	Deferido
306	98	EVELYN GRAZIELE GEREMIAS	17/08/1980	Deferido
307	147	FABIANA MASSOLA	10/08/1990	Deferido
308	656	FRANCIELE CRISTINA MAZUTTI	25/10/1979	Deferido
309	610	FRANCIELI CRISTINA DO PRADO LOCATELLI	11/04/1985	Deferido
310	655	FRANCILEIA CARLIM	30/11/1997	Deferido
311	282	FRANCY ELLEN ALLIEVI	08/10/1990	Deferido
312	667	GENILCE GASPARETTO HERMES	28/01/1989	Deferido
313	108	GEOVANA SCHMITT SILVEIRA	05/05/1998	Deferido
314	754	GILVANA LOUREIRO DE QUEIROZ	13/10/1980	Deferido
315	705	GISELE BARBOZA	05/07/1981	Deferido
316	342	HELENA CARMELITA NARESSI MARCON	24/07/1970	Deferido
317	450	ISAURA SIVIERO DIESEL	12/11/1977	Deferido
318	618	IVONE FERRABOLLI LISSA DAL PRÁ	23/12/1970	Deferido
319	320	IVONE LISIAK CORRONA	19/09/1958	Deferido
320	50	IZIS DE COL ACORSI GOULART	16/04/1977	Deferido
321	507	JACKSON SMIDERLE	07/10/1991	Deferido
322	653	JANDIRA CAUS	14/08/1979	Deferido
323	248	JAQUELINE MASSOLA BARBOSA	13/12/1978	Deferido
324	835	JÉSSICA LAGO	12/02/1992	Deferido
325	818	JIAN PAULO CADORIM	18/09/1993	Deferido
326	697	JOÃO RICARDO CALDART	17/07/1977	Deferido
327	24	JOCELEI LUDWIG SANTIN	11/09/1983	Deferido
328	555	JOCEMIR BORTOLINI	12/07/1984	Deferido
329	109	JOSEANE SCHMITT SILVEIRA	05/05/1998	Deferido

330	522	JOSIANE NUNES DE SIQUEIRA	22/01/1993	Deferido
331	674	JUDITE NETTO DE OLIVEIRA	22/05/1981	Deferido
332	14	JULIANA DE MELO	06/02/1993	Deferido
333	284	JUVILDE JOSÉ MARIA FORTUNATO	20/02/1979	Deferido
334	424	KAREN LUANA DOS SANTOS DIAS	14/08/1991	Deferido
335	462	KAROLINE APARECIDA DE OLIVEIRA RIBAS	08/07/1989	Deferido
336	567	KÁTIA COMIN BEGNINI	30/10/1988	Deferido
337	665	KELE DOS SANTOS BORGES	01/01/1996	Deferido
338	81	KYMBILLE NASCIMENTO ZIMMER	20/02/1996	Deferido
339	51	LEILA BATTISTI	16/10/1987	Deferido
340	307	LETÍCIA MARIA PIASSOLI	17/03/1997	Deferido
341	570	LETÍCIA RITA MARIOTT	24/04/2000	Deferido
342	515	LIGIA MARA DE SOUZA	03/04/1988	Deferido
343	316	LORECI BRUM	07/06/1989	Deferido
344	680	LORIANE BELLEBONI	13/07/1980	Deferido
345	443	LUCIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA	12/05/1970	Deferido
346	439	LUCIANE DA SILVA	07/11/1989	Deferido
347	704	LUCIMAR JEREMIAS TOSS BAMBERG	28/01/1978	Deferido
348	289	LUCINÉIA BOSCHETTI	10/06/1981	Deferido
349	460	LUIZ ANTONIO SCHIMITZ	09/02/1979	Deferido
350	682	MADALENA DE OLIVEIRA	18/11/1978	Deferido
351	390	MÁRCIA BAESSO RIZZOTTO	15/01/1985	Deferido
352	519	MARCIANE MARIA TENUTTI	26/07/1984	Deferido
353	755	MARCIELI ANA PAULI	02/12/1991	Deferido
354	756	MARIA HELENA DE OLIVEIRA	19/11/1984	Deferido
355	266	MARIA SOLANGE PERON	14/02/1980	Deferido
356	267	MARIA SONIA ZAMPOLLI	17/01/1980	Deferido
357	728	MARÍLIA ELZA MINOSSO PRESTES	01/07/1989	Deferido
358	310	MARINES APARECIDA GOES	18/05/1976	Deferido
359	426	MARINEZ BRISIDA	24/12/1989	Deferido
360	479	MARLI TEREZINHA DIAS DAS DORES AMARO	19/07/1977	Deferido
361	288	MARLICE CARNEIRO	29/05/1991	Deferido
362	706	MERIHEM VIEIRA PEREZ	15/08/1993	Deferido
363	796	PEDRO MARTINS RODRIGUES	26/11/1991	Deferido
364	733	RODRIGO OLIVO	10/09/1984	Deferido
365	486	ROSA BUSIN	15/11/1972	Deferido
366	184	ROSANGELA BALBINOT	25/10/1985	Deferido
367	361	ROSI MERI DE FREITAS	18/11/1985	Deferido
368	256	ROZILEI APARECIDA TRENTA TARSO	24/03/1986	Deferido
369	714	ROZILEI DE FREITAS BUFFON	25/08/1987	Deferido
370	211	RUBIA TEZZA	12/03/1981	Deferido
371	386	SIDIONI BAGIO ZITKOSKI	08/02/1982	Deferido
372	545	SILVANA FARIAS	17/08/1988	Deferido
373	589	SILVIA CRISTINA DE OLIVEIRA	23/06/1986	Deferido
374	30	SILVIA LORENZETTI CAVANHOL	24/04/1989	Deferido
375	520	SOLANGE DA CRUZ	02/07/1981	Deferido
376	226	SONIA MARA CASAROTTO WINTER	09/01/1982	Deferido
377	773	STÉFANI PELISSON ZEMBRANI	22/05/1998	Deferido
378	799	STELIA LUCIENNE SOROKA	22/03/1972	Deferido
379	631	SUELEN COSTA	13/10/1990	Deferido

380	504	SUZANA DA SILVA CAMARGO	25/11/1988	Deferido
381	212	TAIS RODRIGUES FORTES BENDER	21/08/1992	Deferido
382	69	TATIANE MARIA BRAZ SANTOS	04/07/1984	Deferido
383	257	TAYANE POTRATZ	23/05/1997	Deferido
384	549	VANESA APARECIDA VIEIRA KORT	29/11/1981	Deferido
385	616	VANUSA FRANCIELLI BOELTER MULLER	22/01/1986	Deferido
386	39	VIVIANE BATISTA ALMEIDA IJOTTON	07/05/1990	Deferido
387	726	VIVIANE BENINCA JAGUSEWSKI	02/08/1991	Deferido
TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO				
#	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	RESULTADO
388	123	ADILSON RAMPANELLI	23/07/1990	Deferido
389	6	ALANA BARBIERI	22/06/1998	Deferido
390	774	ALICE MELANIA GEREMIA	22/12/1963	Deferido
391	298	ALINE CARLA BADIA	16/04/1999	Deferido
392	93	ALINI MARTINS DE JESUS	10/12/1990	Deferido
393	203	ALISANDRA SIMAO	28/03/1980	Deferido
394	397	ANA PAULA LUDWIG	20/07/2001	Deferido
395	154	ANDERSON ECCO	27/05/1995	Deferido
396	858	ANDERSON LUIZ CONSOLI	07/02/1985	Deferido
397	772	ANDREIA GOBATO FACIN	25/09/1978	Deferido
398	857	ANGELICA MELLO	22/07/1993	Deferido
399	411	ANILSON SPRICIGO JUNIOR	26/10/1998	Deferido
400	49	ANIRTO PEREIRA APOLINARIO	24/04/1986	Deferido
401	197	ARTHUR TEIXEIRA PRIOR	04/02/2000	Deferido
402	826	BEATRIZ APARECIDA NETTO	12/10/1991	Deferido
403	562	BRAULIO MARCOS FERREIRA	14/07/1980	Deferido
404	350	BRUNA BALSAN	17/10/1998	Deferido
405	500	BRUNA FREZZA LUZ	07/08/1999	Deferido
406	262	BRUNA IORIS	30/05/1999	Deferido
407	64	BRUNA REGINA SCHERER	12/03/1993	Deferido
408	723	CACIANE TRINDADE DE ABREU	04/05/1985	Deferido
409	851	CARLA EDELAINE GOBATO	18/07/1988	Deferido
410	185	CAROLINA MAZZUCO BORGES	25/12/1999	Deferido
411	456	CESAR AUGUSTO CENCI	08/06/1998	Deferido
412	188	CLEOMAR FERNANDES	08/10/1992	Deferido
413	236	CLEONICE APARECIDA DA SILVA	28/06/1990	Deferido
414	182	CLIANES CRISTINA MINOZZO DE ALMEIDA	06/11/1986	Deferido
415	176	CRISTIANE RELOGIO	10/01/1996	Deferido
416	365	DAIANA SANTIN HANAUER	18/08/1994	Deferido
417	232	DAIANI CARVALHO IJOTTON	04/02/1990	Deferido
418	59	DANIANE GELINSKI DOS REIS	25/03/1985	Deferido
419	597	DANIELA TESTON	19/06/1993	Deferido
420	204	DANIELE DA SILVA DA CRUZ	15/09/2000	Deferido
421	543	DANIELLI KUHN	25/07/1995	Deferido
422	535	DAVID CARLOS ALEXANDRE	17/08/2001	Deferido
423	235	DEIVID LUIS ALESSIO	09/03/1999	Deferido
424	156	DIEITON KEOMA RIBEIRO	14/12/1989	Deferido
425	678	DYANA DENDENA	28/02/1997	Deferido
426	770	EDERSON ARIATTI COELHO	20/02/1998	Deferido

427	612	EDUARDO BORGES	17/03/1984	Deferido
428	759	EDUARDO BORGES REDIVO	01/02/1999	Deferido
429	503	EDUARDO LUIZ WOHLFARTH	18/04/2000	Deferido
430	360	ELIANE APARECIDA ALMEIDA DOS SANTOS	14/12/1981	Deferido
431	175	ELIBETE GHISOLFI	04/07/1985	Deferido
432	713	ELISANDRA MARIA DE RAMOS	26/11/1996	Deferido
433	367	ELISANGELA MARIA PILETTI	24/06/1989	Deferido
434	810	EMILY MACHADO	25/07/2000	Deferido
435	502	EVANDRO BERNARDI	12/08/2000	Deferido
436	711	EVANDRO DE OLIVEIRA	10/12/1998	Deferido
437	196	FABIANA MARIA BOASTIK	14/08/1997	Deferido
438	548	FABIANE KNISPEN BURATO	12/12/1980	Deferido
439	343	FABIANO JOSÉ BORTOLI	27/12/1997	Deferido
440	106	FRANCIELI NINOFF LEITE	16/09/1994	Deferido
441	252	GABRIEL DE MIRANDA	14/01/1998	Deferido
442	540	GABRIEL OLIVEIRA CELLA	21/11/2000	Deferido
443	119	GABRIELA BECK LONGO	11/06/2001	Deferido
444	21	GABRIELI BASSO	18/01/1999	Deferido
445	785	GABRIELLY PORN	20/12/2000	Deferido
446	359	GEAN MARCOS BETTIATO	02/02/2001	Deferido
447	523	GIOVANA RAQUEL VILLANI	22/02/2002	Deferido
448	664	GRASIELI ROSA	18/09/1993	Deferido
449	341	GRAZIELLE MOLON	16/08/1991	Deferido
450	789	GUILHERME GOMES	03/04/1993	Deferido
451	34	HELENITA MENEGUS	25/04/1979	Deferido
452	630	HERICLES JOSE MARIA TOMASI	25/10/1997	Deferido
453	202	IGOR BARBOSA MASSOLA	01/12/1993	Deferido
454	828	INDIANARA LUÍSA ASTUN DE OLIVEIRA	05/05/1992	Deferido
455	842	INGRIDY MARIAH VILANI	20/07/1999	Deferido
456	387	ISAMARA DUARTE	02/01/1995	Deferido
457	809	ITALO MARCELO BAMPI	16/12/1998	Deferido
458	574	IVANA ANGÉLICA RIZZOTTO	30/07/1989	Deferido
459	675	IVANIO RODRIGO GOMES	25/07/1974	Deferido
460	740	IVETE FATIMA PEREGO	10/07/1982	Deferido
461	556	JANAINA MACHADO	08/09/1989	Deferido
462	668	JANDIR LUSSANI	06/09/1967	Deferido
463	435	JAQUELINE NOVELLO BORGES	20/10/1986	Deferido
464	816	JOÃO CARLOS SIQUEIRA	23/06/1984	Deferido
465	259	JOÃO VYTOR CANEVER PITON	17/11/2001	Deferido
466	514	JONAS JOSÉ DA SILVA	02/02/1987	Deferido
467	118	JOSÉ ALDAIR ABATTI LOPES	02/03/1978	Deferido
468	364	JOSIANE BARBOSA NOLASCO RAK	14/12/1990	Deferido
469	313	JULIA FREZZA LUZ	07/08/1999	Deferido
470	277	JULIA GRACIELA BEGNINI	17/05/1986	Deferido
471	669	JULIANE PERUZZO TARTAS	05/07/1984	Deferido
472	124	JULIANI ARLANA JORIS	04/05/2000	Deferido
473	547	KALIANA KETLEN BORGERT	12/11/2000	Deferido
474	60	KAMYLLA SODRE BARRA	08/03/1997	Deferido
475	2	KAREN DEL SANT BRESCIANI	26/03/2002	Deferido
476	131	KERLYN DAIANA SEGALLA VENZ	08/09/1996	Deferido



477	158	LAIS CHRIST	21/03/2002	Deferido
478	715	LAYS CRISTINA ANDRADE DE ALMEIDA	21/05/1999	Deferido
479	524	LEANDRO PEDROSO	10/07/1985	Deferido
480	451	LEANDRO STRAMARI	01/11/1998	Deferido
481	847	LETICIA COMUNELLO	15/02/1992	Deferido
482	477	LETICIA VILANI	13/11/1993	Deferido
483	299	LUAN DE LIMA ORLANDI	14/05/1997	Deferido
484	181	LUCAS PEDROSO	20/12/1997	Deferido
485	487	LUCAS SAVI MONDO DALPONT	18/09/1997	Deferido
486	303	LUCI DOS SANTOS DA COSTA	19/11/1987	Deferido
487	821	LUCIANA GOMES DE MORAIS	16/04/1989	Deferido
488	198	LUCIANA VIAL	08/12/1994	Deferido
489	68	LUCIANE BIAZUSSI DEBONA	20/09/1964	Deferido
490	43	MAIARA ARAUJO DE BRITES	29/12/2000	Deferido
491	672	MAIKELI MONTEIRO	18/05/1992	Deferido
492	693	MARCELO CARBONI BIF	16/05/1993	Deferido
493	699	MARCELO COSTA	06/07/1995	Deferido
494	7	MARCIA ANTUNES RODRIGUES	27/06/1992	Deferido
495	224	MARCIA DEON BELLEBONI	11/02/1980	Deferido
496	63	MARCIA ENI SCHERER	28/03/1981	Deferido
497	318	MARCIO ALVES RODRIGUES	10/02/1988	Deferido
498	345	MARISA PASQUALIN MORETTO	13/01/1987	Deferido
499	651	MATHEUS CAUS	29/03/1997	Deferido
500	467	MAURICÉIA RITA DALLE TESE	01/10/1998	Deferido
501	167	MAYARA DE SOUZA	21/01/1995	Deferido
502	76	MICHELI GORLIN DE ALMEIDA	08/12/1994	Deferido
503	57	MILENA DESTRI	29/06/1998	Deferido
504	121	NEIMAR LUIZ DOBLER	28/06/1993	Deferido
505	722	NEIVA MOTTA DA SILVA	28/03/1972	Deferido
506	771	NEUSA ARIATTI	24/04/1976	Deferido
507	698	NIVALDO PEREGO	22/02/1980	Deferido
508	17	NOELI ALINE DEROSI	18/08/2001	Deferido
509	337	PABIANA DA SILVA MENDO	09/10/1987	Deferido
510	739	PABLO MICHAEL HENTZ	19/02/1993	Deferido
511	45	PATRICIA BOSA	14/08/1994	Deferido
512	557	POLIANA S. NASCIMENTO	06/06/1998	Deferido
513	623	RAFAEL DE CAMARGO	19/11/1994	Deferido
514	690	RAFAEL MAEHLER BARBOSA	11/10/1999	Deferido
515	734	RICARDO DE BITTENCOURT	14/02/1993	Deferido
516	753	ROSANA OLIVEIRA DA SILVA	08/09/1978	Deferido
517	777	ROSANE PINHEIRO	05/12/1984	Deferido
518	780	SAMARA DEON	15/09/2000	Deferido
519	379	SANDRA FACHIN	05/12/1976	Deferido
520	546	SARA ALINE BERNARDO	21/10/1996	Deferido
521	58	SILVANA SIMONETTI	08/09/1993	Deferido
522	371	SILVIA HERTZ	13/12/2000	Deferido
523	584	SIMONE ALVES FERREIRA	21/10/1988	Deferido
524	228	SIMONE BATTISTEL	02/05/1980	Deferido
525	832	SIMONE FURLANETTO	18/09/1980	Deferido
526	638	SIRLEI KUNZLER	28/06/1972	Deferido

527	687	SUZAMARI DAS DORES DE ARAUJO	12/06/1985	Deferido
528	461	SUZETE MARIA CANONICO GUZATTO	09/09/1986	Deferido
529	209	TAÍS CRISTINA PAGNONCELLI DE ARAUJO	29/05/1992	Deferido
530	512	TAÍS MARA MENEGON	10/08/2001	Deferido
531	13	TAMARA MANTELLI	06/01/2000	Deferido
532	238	TATIANE MACHADO	13/12/1987	Deferido
533	305	TEREZINHA DE LURDES NUNES	08/12/1967	Deferido
534	707	VAGNER MARMENTINI MASCHIO	09/07/1990	Deferido
535	701	VALDEVINO ANTUNES RODRIGUES	22/06/1979	Deferido
536	286	VALMIR MONTEIRO	03/05/1970	Deferido
537	165	VINICIOS OSVALDO LAZARIN	27/03/1997	Deferido
538	763	VIVIANE FERRABOLLI	16/04/1995	Deferido
539	642	WAGNER BOLSAN OLIVEIRA	17/03/1993	Deferido
540	786	WINISSIUS SEGATTO	05/03/1992	Deferido
541	614	XAYANE DE ARAUJO	15/12/1997	Deferido

## TÉCNICO EM ENFERMAGEM

#	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	RESULTADO
542	797	ADRIANE MORAES GIROLOMETTO	13/08/1979	Deferido
543	521	ADRIELI DE LAZARI DE OLIVEIRA	03/06/1991	Deferido
544	743	ALEXANDRA AP. DE RAMOS	19/03/1987	Deferido
545	628	ALICE DALPONTE GOBATO	05/05/1983	Deferido
546	377	ALINE FERNANDES CHAVES	20/08/1993	Deferido
547	485	ANGELICA WANDSCHEER	07/10/1987	Deferido
548	427	BEATRIZ GORETI RAME BODANESE	08/06/1977	Deferido
549	559	BIANCA LAZZAROTTO	29/09/1992	Deferido
550	380	CARLA FERNANDA TREVISOL	17/01/1992	Deferido
551	33	CARLA RONSANI CADORE	05/05/1988	Deferido
552	129	CAROLINE LIZIANE DAS CHAGAS	14/06/1999	Deferido
553	823	CELI BELINI RODRIGUES	02/03/1981	Deferido
554	496	CLARICE DE QUADROS	02/06/1982	Deferido
555	531	CLAUDETI DE BITENCOURT	20/10/1983	Deferido
556	144	CLÁUDIO RODRIGUES DE SOUZA	05/03/1972	Deferido
557	652	CLEUNICE BRAZZO ZAMPROGNA	07/01/1983	Deferido
558	724	CRISTIANE ZINI	03/05/1993	Deferido
559	592	CRISTINA RODRIGUES DA SILVA	13/08/1990	Deferido
560	383	DAIANA PAULA MARTINELLO	04/07/1984	Deferido
561	472	DAIANE REGINA BIZARRO ALIEVI	02/10/1990	Deferido
562	378	DARCIZO RODRIGUE QUEROIS	22/07/1995	Deferido
563	233	DEBORA HENTGES	12/08/1981	Deferido
564	396	DELSIANE MORAES DE ABREU MONTEIRO	11/09/1989	Deferido
565	55	DERLAINE ZABOT LANDO	01/10/1993	Deferido
566	54	DIANA MARIA DA SILVA PAZ	21/09/1977	Deferido
567	626	ELENICE THUMS	13/11/1998	Deferido
568	15	ELIANE TEREZINHA JUNGES	19/11/1979	Deferido
569	544	ELIZABETH CARDOSO ALVES	01/02/1977	Deferido
570	762	EUNICE DOS SANTOS FERREIRA	26/06/1988	Deferido
571	748	FRANCIELI CRISTINA BRISOLA	14/04/1983	Deferido
572	469	FRANCIELI KILIAN DE PAULA RODRIGUES	17/04/1999	Deferido
573	422	GABRIELI LUSSANI	02/09/1999	Deferido



574	152	GERCICA BESSEGATTO	23/03/1992	Deferido
575	389	GÉSSICA TUANY DE BONA	03/11/1998	Deferido
576	362	GISELE CHAVES	07/01/1990	Deferido
577	468	GISLAINE DE CESARO CHAGAS	19/02/1999	Deferido
578	792	INDIAMARA FRANCIELI MORAIS	13/02/1979	Deferido
579	798	INDIAMARA RITA PERTILE	25/04/2000	Deferido
580	317	IRACEMA DE MOURA PADILHA	28/11/1964	Deferido
581	281	IRMA SALETE CASAGRANDE SANTINI	02/10/1963	Deferido
582	576	IZOLETE BRATTI ECCO	17/06/1970	Deferido
583	206	JANAINA DE JESUS	13/06/1996	Deferido
584	187	JESSICA THALIA SARTOR	08/06/1997	Deferido
585	790	JOSIELI DALLA SANTA	03/07/1990	Deferido
586	853	JUCELENE DA ROSA SBERSE	19/08/1994	Deferido
587	466	JULIANA GRAEBIM	26/09/1992	Deferido
588	781	JUSSARA DOS SANTOS	08/10/1983	Deferido
589	757	KELI CRISTINA GARBIN BOITO	22/08/2000	Deferido
590	717	LENICE BENTO	28/09/1986	Deferido
591	122	LEONICE SACARDO	10/01/1989	Deferido
592	721	LINDAYANA DE ALENCAR ARAUJO	08/05/1981	Deferido
593	749	LORENI DEIVIS MIOLA	04/05/1973	Deferido
594	824	LUANA CAROLINE PEZZUTTI TIBURSKI	21/08/1990	Deferido
595	421	LUANA ZAMARCHI DE FREITAS	16/03/1998	Deferido
596	609	LUCIANE APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS MIRANDA	13/11/1978	Deferido
597	215	LUCIANE DE FÁTIMA DOS SANTOS	29/12/1986	Deferido
598	327	LUCIANE SABEDOT	17/05/1984	Deferido
599	817	MAIARA RODRIGUES DA SILVA NOBRE	01/12/1998	Deferido
600	190	MARIA DE FATIMA ZABOT	15/10/1987	Deferido
601	444	MARIELY MACHADO DOS SANTOS	28/03/2001	Deferido
602	29	MARINA BATTISTI MARTINELLO	06/11/1995	Deferido
603	179	MARIZETE DA SILVA PADILHA	28/04/1985	Deferido
604	326	MARLI VENTURA DOS SANTOS	12/09/1988	Deferido
605	336	MARLICE CARNEIRO SCATOLIN	13/09/1985	Deferido
606	787	MARLUCI SAURIN BARIVIERA	11/06/1989	Deferido
607	77	MARTA MARIA CARVALHO	21/02/1984	Deferido
608	654	MICHELI DETONI DOS SANTOS	28/11/1989	Deferido
609	666	MICHELI DOS SANTOS BORGES LUSSANI	27/09/1994	Deferido
610	132	MICHELY ROSELI DE SOUZA	17/01/1997	Deferido
611	838	MILIANA CRISTINA RAMOS TONON	02/03/1992	Deferido
612	419	NEUSA DO NASCIMENTO JOSVIAK	24/10/1978	Deferido
613	139	PATRICIA PERES GAVA	01/11/1989	Deferido
614	31	PATRICIA ZANIN	27/05/1995	Deferido
615	279	ROSELI LEITE MORÊS	29/04/1973	Deferido
616	629	ROSICLER KNOB HONR KRINDGES	01/07/1976	Deferido
617	738	ROSILEI BENDER	21/03/1982	Deferido
618	96	SAMARA TEZZA	21/04/1998	Deferido
619	494	SILVANETE DE JESUS DO NASCIMENTO	21/12/1982	Deferido
620	761	SILVIA ZANATTO MARTINS	12/02/1982	Deferido
621	376	SIRLENE MARIA GELLER	21/12/1983	Deferido
622	595	SOLANGE BETTIATO	04/05/1983	Deferido
623	191	SUZANA KLEM VERDI	20/09/1980	Deferido

624	725	TATIANE SILVEIRA	08/03/1987	Deferido
625	811	VANESSA RODRIGUES DA SILVA NOBRE	01/12/1995	Deferido
626	87	VERLANI PELISSER	14/12/1994	Deferido
627	41	WALACE DOS SANTOS NASCIMENTO	17/06/1988	Deferido
628	747	WANESSA VICENTE	24/08/1990	Deferido
629	716	WILLYCLEIA OTELAKOSKI	09/07/1994	Deferido
630	79	ZENILDA SUTIL DIEHL	29/07/1976	Deferido

## TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

#	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.	RESULTADO
631	455	ELISANGELA SINEIDE DONHAUSER	06/08/1982	Deferido
632	602	ELIZANDRA ROVARIS DA SILVA	22/09/1976	Deferido
633	261	ILIETE RODRIGUES DA SILVA NARDI	14/08/1973	Deferido
634	308	LUCIMAR SALETE DOS SANTOS	30/01/1985	Deferido
635	550	MARILUZ CAVAZOTTO MACHADO	13/12/1970	Deferido
636	859	ROBERTA BURATTO BOTTEGA	11/07/1975	Deferido

São Lourenço do Oeste, 05 de novembro de 2019.

RAFAEL CALLEFI

Prefeito Municipal

ANEXO II

(Edital nº 002.4/2019)

## RELATÓRIO DEFINITIVO DE INSCRITOS - RESERVA DE VAGA PNE (PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS)

TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO			
#	INSCRIÇÃO	NOME	NASC.
1	675	IVANIO RODRIGO GOMES	25/07/1974

São Lourenço do Oeste, 05 de novembro de 2019.

RAFAEL CALLEFI

Prefeito Municipal

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2019 – ICSL**

Publicação Nº 2216155

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2019 – ICSL

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 013/2019 – Pregão Presencial Nº 005/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EVENTOS PARA: SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, LOCAÇÃO DE PALCO, RÁDIO FEIRA E LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED PARA REALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO VIISÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL ORGANIZADO PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: RODRIGO COSTA - ME - CNPJ: 03.389.653/0001-00.

VALOR: R\$ 31.450,00 (trinta e um mil, quatrocentos e cinquenta reais).

TOTAL: R\$ 31.450,00 (trinta e um mil, quatrocentos e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 04/11/2019.

VIGÊNCIA: 04/11/2019 à 31/12/2019.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2019 - FMS**

Publicação Nº 2216158

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2019 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 039/2019 – Pregão Presencial Nº 033/2019.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES (TIPO MARMITEX) PRONTAS E ENTREGUES NO LOCAL (CONFORME PORTARIA/GM 336 DE 19/02/2002), PARA O CONSUMO DOS PACIENTES CADASTRADOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS DO FUNDOMUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: FABIANE MIKOLAJCZYK - EPP - CNPJ: 03.966.514/0001-94.

VALOR: R\$ 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais).

TOTAL: R\$ 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 01/11/2019.

VIGÊNCIA: 01/11/2019 à 31/12/2019.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2019 - FMS

Publicação Nº 2216159

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2019 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 040/2019 – Pregão Presencial Nº 034/2019.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS COM INSTALAÇÃO INCLUSA, PARA O AUDITÓRIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME - CNPJ: 09.552.508/0001-77.

VALOR: R\$ 12.930,00 (doze mil, novecentos e trinta reais).

TOTAL: R\$ 12.930,00 (doze mil, novecentos e trinta reais).

DATA DE ASSINATURA: 29/10/2019.

VIGÊNCIA: 29/10/2019 à 31/12/2019.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2019

Publicação Nº 2216161

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2019

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 133/2019 – Concorrência para Compras e Serviços Nº 006/2019.

OBJETO: CESSÃO DE USO PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, DE ESPAÇO PARA COMERCIALIZAÇÃO DE COMIDA E DE BEBIDAS POR VEÍCULOS DENOMINADOS "FOOD TRUCKS", EM ÁREA PÚBLICA SITUADA NA PRAÇA DA BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, DENOMINADA DE "ZONA FOOD TRUCK I" CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 5.855/2018 E LEI MUNICIPAL Nº 2.352/2017.

FORNECEDOR: MARCIO RODRIGO GEREMIA 01912365944 - CNPJ: 17.035.616/0001-09.

VALOR: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

TOTAL: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

DATA DE ASSINATURA: 25/10/2019.

VIGÊNCIA: 25/10/2019 à 31/12/2019.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2019

Publicação Nº 2216164

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, através do Sr. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que o Processo Licitatório Nº 140/2019 – Pregão Presencial Nº 103/2019, com Objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PARA REALIZAÇÃO DO VII SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL, A SE REALIZAR NOS DIAS 08, 09 E 10 DE NOVEMBRO DE 2019 EM SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, com data de abertura designada para 21/10/2019, às 14h15min, restou DESERTO por não haver nenhum interessado para o certame.

São Lourenço do Oeste – SC, 21 de outubro de 2019.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2019

Publicação Nº 2216171

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2019

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 141/2019 – Pregão Presencial Nº 104/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EVENTOS PARA SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E DECORAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE FORMATURAS DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

FORNECEDOR: NEREU CESAR CHIOSSI 02465236970 - CNPJ: 17.292.720/0001-70.

VALOR: R\$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais).

TOTAL: R\$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 22/10/2019.

VIGÊNCIA: 22/10/2019 à 31/12/2019.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

**EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2019**

Publicação Nº 2216173

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2019

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 142/2019 – Pregão Presencial Nº 105/2019.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FILTROS E ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DOMUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

FORNECEDOR: PARANA EQUIPAMENTOS S A - CNPJ: 76.527.951/0008-51.

VALOR: R\$ 240.040,00 (duzentos e quarenta mil e quarenta reais).

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI - CNPJ: 30.572.270/0001-38.

VALOR: R\$ 93.745,80 (noventa e três mil, setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos).

FORNECEDOR: RODAMAX COMERCIO DE PNEUS, LUBRIFICANTES E ACESSORIOS LTDA - CNPJ: 20.519.809/0001-31.

VALOR: R\$ 6.047,35 (seis mil, quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

TOTAL: R\$ 339.833,15 (trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e trinta e três reais e quinze centavos).

DATA DE ASSINATURA: 23/10/2019.

VIGÊNCIA: 23/10/2019 à 31/12/2019.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

**EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 14/2019.**

Publicação Nº 2215886

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 14/2019.

FINALIDADE: Constitui-se objeto da presente Inexigibilidade de Chamamento Público para a celebração de Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS DO SETOR 2 DE PRESIDENTE JUSCELINO, CNPJ nº 11.382.344/0001-29, com sede na Comunidade de Linha , Zona Rural, no município de São Lourenço do Oeste - SC, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida entidade, conforme condições estabelecidas no Termo que faz parte do presente edital.

RESUMO: Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS DO SETOR 2 DE PRESIDENTE JUSCELINO, de São Lourenço do Oeste – SC.

OBJETO: CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS DO SETOR 2 DE PRESIDENTE JUSCELINO INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 11.382.344/0001-29, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), COM A FINALIDADE DE COOPARTICIPAÇÃO À REFERIDA ENTIDADE NAS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 31, CAPUT E INCISO II, DA LEI 13.019/2014, COM A REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI 13.204/2015; ARTS. 25, V e 55, XXIX, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, LEI MUNICIPAL Nº 2.505, de 29/10/2019.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: CONSIDERANDO o regramento contido na Lei 13.019/2014, com as alterações que lhe foram dadas pela Lei 13.204/2015, no que tange ao regime jurídico e às exigências materiais e procedimentais para a celebração de parcerias e entre a administração pública e as entidades e/ou organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de Colaboração ou em acordos de cooperação; CONSIDERANDO que através da Lei Municipal nº 2.505, de 29/10/2019, foi autorizado o repasse de recursos da ordem de R\$ 10.000,00 pelo Município à ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS DO SETOR 2 DE PRESIDENTE JUSCELINO, bem como que existe dotação orçamentária para tal; CONSIDERANDO que a referida entidade tem por fins e objetivos voltados a I – Administrar e zelar por máquinas e equipamentos; II – Zelar pela melhoria das condições de vida das comunidades do Distrito de Presidente Juscelino; III – Firmar convênios com associações congêneres, autarquias, entidades religiosas, federais, estaduais, municipais e outras; CONSIDERANDO a solicitação de recursos formalizada pela entidade, acompanhada da documentação mínima necessária, estatuto social, ata da assembleia de eleição da diretoria, relatório de atividades desenvolvidas/serviços prestados pela entidade no exercício 2017, balancete geral anual e balanço patrimonial, certidões de declaração de utilidade pública em âmbito estadual e municipal, comprovações do enquadramento e, certidões negativas de débitos exigidas em lei; CONSIDERANDO, ainda, o inegável serviço público prestado pela entidade no decorrer dos anos de sua existência (única dessa natureza na localidade/distrito,) em todas as áreas de atuação acima delineadas, especialmente no desenvolvimento econômico e fortalecimento dos produtores rurais, geração de emprego e renda nas comunidades do Distrito de Presidente Juscelino, zona rural do município de São Lourenço do Oeste – SC, proporcionando o incremento da produção e por consequência a melhora na economia do município como um todo; CONSIDERANDO, por fim, que cumpre todos os requisitos legais exigidos para o caso, bem como no mérito da proposta contida neste está em conformidade com a modalidade de parceria que se pretende adotar.

**EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 15/2019.**

Publicação Nº 2215889

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 15/2019.

FINALIDADE: Constitui-se objeto da presente Inexigibilidade de Chamamento Público para a celebração de Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE FREDERICO WASTNER MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CNPJ nº 03.883.258/0001-71, com sede no Distrito de Frederico Wastner, Zona Rural, no município de São Lourenço do Oeste - SC, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida entidade,

conforme condições estabelecidas no Termo que faz parte do presente edital.

**RESUMO:** Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE FREDERICO WASTNER MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

**OBJETO:** CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE FREDERICO WASTNER MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 03.883.258/0001-71, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), COM A FINALIDADE DE COOPARTICIPAÇÃO À REFERIDA ENTIDADE NAS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO.

**FUNDAMENTO LEGAL:** ART. 31, CAPUT E INCISO II, DA LEI 13.019/2014, COM A REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI 13.204/2015; ARTS. 25, V e 55, XXIX, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, LEI MUNICIPAL Nº 2.505, DE 29/10/2019.

**DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA:** CONSIDERANDO o regramento contido na Lei 13.019/2014, com as alterações que lhe foram dadas pela Lei 13.204/2015, no que tange ao regime jurídico e às exigências materiais e procedimentais para a celebração de parcerias e entre a administração pública e as entidades e/ou organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de Colaboração ou em acordos de cooperação; CONSIDERANDO que através da Lei Municipal nº 2.505, de 29/10/2019, foi autorizado o repasse de recursos da ordem de R\$ 10.000,00 pelo Município à ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE FREDERICO WASTNER MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, bem como que existe dotação orçamentária para tal; CONSIDERANDO que a referida entidade tem por fins e objetivos voltados a II – Zelar pela melhoria das condições de vida das comunidades de Frederico Wastner e Distrito Sede; III – Firmar convênios com associações congêneres, autarquias, entidades religiosas, federais, estaduais, municipais e outras; CONSIDERANDO a solicitação de recursos formalizada pela entidade, acompanhada da documentação mínima necessária, estatuto social, ata da assembleia de eleição da diretoria, relatório de atividades desenvolvidas/serviços prestados pela entidade no exercício 2018, balancete geral anual e balanço patrimonial, certidões de declaração de utilidade pública em âmbito estadual e municipal, comprovações do enquadramento e, certidões negativadas de débitos exigidas em lei; CONSIDERANDO, ainda, o inegável serviço público prestado pela entidade no decorrer dos anos de sua existência (única dessa natureza na localidade/distrito,) em todas as áreas de atuação acima delineadas, especialmente no desenvolvimento econômico e fortalecimento dos produtores rurais, geração de emprego e renda nas comunidades do Distrito de Frederico Wastner, zona rural do município de São Lourenço do Oeste – SC, proporcionando o incremento da produção e por consequência a melhora na economia do município como um todo; CONSIDERANDO, por fim, que cumpre todos os requisitos legais exigidos para o caso, bem como no mérito da proposta contida neste está em conformidade com a modalidade de parceria que se pretende adotar.

## **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 17/2019.**

Publicação Nº 2215891

**EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 17/2019.**

**FINALIDADE:** Constitui-se objeto da presente Inexigibilidade de Chamamento Público para a celebração de Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS DE LINHA NOVA FARROUPILHA, CNPJ nº 24.216.742/0001-17, com sede na Comunidade de Linha Nova Farroupilha, Zona Rural, no município de São Lourenço do Oeste - SC, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida entidade, conforme condições estabelecidas no Termo que faz parte do presente edital.

**RESUMO:** Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS DE LINHA NOVA FARROUPILHA, de São Lourenço do Oeste – SC.

**OBJETO:** CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS DE LINHA NOVA FARROUPILHA INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 24.216.742/0001-17, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), COM A FINALIDADE DE COOPARTICIPAÇÃO À REFERIDA ENTIDADE NAS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO.

**FUNDAMENTO LEGAL:** ART. 31, CAPUT E INCISO II, DA LEI 13.019/2014, COM A REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI 13.204/2015; ARTS. 25, V e 55, XXIX, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, LEI MUNICIPAL Nº 2.505, DE 29/10/2019.

**DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA:** CONSIDERANDO o regramento contido na Lei 13.019/2014, com as alterações que lhe foram dadas pela Lei 13.204/2015, no que tange ao regime jurídico e às exigências materiais e procedimentais para a celebração de parcerias e entre a administração pública e as entidades e/ou organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de Colaboração ou em acordos de cooperação; CONSIDERANDO que através da Lei Municipal nº 2.505, de 29/10/2019, foi autorizado o repasse de recursos da ordem de R\$ 10.000,00 pelo Município à ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS DE LINHA NOVA FARROUPILHA, bem como que existe dotação orçamentária para tal; CONSIDERANDO que a referida entidade tem por fins e objetivos voltados I – Administrar e zelar por máquinas e equipamentos; II – Zelar pela melhoria das condições de vida das comunidades do Distrito de Presidente Juscelino; III – Firmar convênios com associações congêneres, autarquias, entidades religiosas, federais, estaduais, municipais e outras; CONSIDERANDO a solicitação de recursos formalizada pela entidade, acompanhada da documentação mínima necessária, estatuto social, ata da assembleia de eleição da diretoria, relatório de atividades desenvolvidas/serviços prestados pela entidade no exercício 2018, balancete geral anual e balanço patrimonial, certidões de declaração de utilidade pública em âmbito estadual e municipal, comprovações do enquadramento e, certidões negativadas de débitos exigidas em lei; CONSIDERANDO, ainda, o inegável serviço público prestado pela entidade no decorrer dos anos de sua existência (única dessa natureza na localidade/distrito,) em todas as áreas de atuação acima delineadas, especialmente no desenvolvimento econômico e fortalecimento dos produtores rurais, geração de emprego e renda nas



comunidades do Distrito de Presidente Juscelino, zona rural do município de São Lourenço do Oeste – SC, proporcionando o incremento da produção e por consequência a melhora na economia do município como um todo; CONSIDERANDO, por fim, que cumpre todos os requisitos legais exigidos para o caso, bem como no mérito da proposta contida neste está em conformidade com a modalidade de parceria que se pretende adotar.

### **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 18/2019.**

Publicação Nº 2215892

#### **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 18/2019.**

**FINALIDADE:** Constitui-se objeto da presente Inexigibilidade de Chamamento Público para a celebração de Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA LINHA SÃO ROQUINHO, CNPJ nº 30.492.517/0001-06, com sede na Estrada São Roquinho, Zona Rural, no município de São Lourenço do Oeste - SC, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida entidade, conforme condições estabelecidas no Termo que faz parte do presente edital.

**RESUMO:** Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA LINHA SÃO ROQUINHO, de São Lourenço do Oeste – SC.

**OBJETO:** CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA LINHA SÃO ROQUINHO, CNPJ nº 30.492.517/0001-06, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), COM A FINALIDADE DE COOPARTICIPAÇÃO À REFERIDA ENTIDADE NAS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO.

**FUNDAMENTO LEGAL:** ART. 31, CAPUT E INCISO II, DA LEI 13.019/2014, COM A REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI 13.204/2015; ARTS. 25, V e 55, XXIX, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, LEI MUNICIPAL Nº 2.505, DE 29/10/2019.

**DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA:** CONSIDERANDO o regramento contido na Lei 13.019/2014, com as alterações que lhe foram dadas pela Lei 13.204/2015, no que tange ao regime jurídico e às exigências materiais e procedimentais para a celebração de parcerias e entre a administração pública e as entidades e/ou organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de Colaboração ou em acordos de cooperação; CONSIDERANDO que através da Lei Municipal nº 2.505, de 29/10/2019, foi autorizado o repasse de recursos da ordem de R\$ 10.000,00 pelo Município à ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA LINHA SÃO ROQUINHO, bem como que existe dotação orçamentária para tal; CONSIDERANDO que a referida entidade tem por fins e objetivos voltados I – Administrar e zelar por máquinas e equipamentos; II – Zelar pela melhoria das condições de vida das comunidades do Distrito de Presidente Juscelino; III – Firmar convênios com associações congêneres, autarquias, entidades religiosas, federais, estaduais, municipais e outras; CONSIDERANDO a solicitação de recursos formalizada pela entidade, acompanhada da documentação mínima necessária, estatuto social, ata da assembleia de eleição da diretoria, relatório de atividades desenvolvidas/serviços prestados pela entidade no exercício 2018, balancete geral anual e balanço patrimonial, certidões de declaração de utilidade pública em âmbito estadual e municipal, comprovações do enquadramento e, certidões negativadas de débitos exigidas em lei; CONSIDERANDO, ainda, o inegável serviço público prestado pela entidade no decorrer dos anos de sua existência (única dessa natureza na localidade/distrito,) em todas as áreas de atuação acima delineadas, especialmente no desenvolvimento econômico e fortalecimento dos produtores rurais, geração de emprego e renda nas comunidades do Distrito de Presidente Juscelino, zona rural do município de São Lourenço do Oeste – SC, proporcionando o incremento da produção e por consequência a melhora na economia do município como um todo; CONSIDERANDO, por fim, que cumpre todos os requisitos legais exigidos para o caso, bem como no mérito da proposta contida neste está em conformidade com a modalidade de parceria que se pretende adotar.

### **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 19/2019.**

Publicação Nº 2215898

#### **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 19/2019.**

**FINALIDADE:** Constitui-se objeto da presente Inexigibilidade de Chamamento Público para a celebração de termo de colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS DAS COMUNIDADES DE SÃO JOÃO, SÃO CAETANO, SANTA CLARA, PARTE DE TAQUARI E PARTE DE SÃO MIGUEL, CNPJ 14.749.056/0001-58, com sede na Comunidade de São João, Zona Rural no município de São Lourenço do Oeste - SC, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida entidade, conforme condições estabelecidas no Termo que faz parte do presente edital.

**RESUMO:** Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS DAS COMUNIDADES DE SÃO JOÃO, SÃO CAETANO, SANTA CLARA, PARTE DE TAQUARI E PARTE DE SÃO MIGUEL de São Lourenço do Oeste - SC.

**OBJETO:** CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS DAS COMUNIDADES DE SÃO JOÃO, SÃO CAETANO, SANTA CLARA, PARTE DE TAQUARI E PARTE DE SÃO MIGUEL INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 14.749.056/0001-58, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, NO VALOR DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), COM A FINALIDADE DE COOPARTICIPAÇÃO À REFERIDA ENTIDADE NAS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO.

**FUNDAMENTO LEGAL:** ART. 31, CAPUT E INCISO II, DA LEI 13.019/2014, COM A REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI 13.204/2015; ARTS. 25, V e 55, XXIX, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, LEI MUNICIPAL Nº 2.505, DE 29/10/2019.

**DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA:** CONSIDERANDO o regramento contido na Lei 13.019/2014, com as alterações que lhe foram dadas

pela Lei 13.204/2015, no que tange ao regime jurídico e às exigências materiais e procedimentais para a celebração de parcerias e entre a administração pública e as entidades e/ou organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de Colaboração ou em acordos de cooperação; CONSIDERANDO que através da Lei Municipal nº 2.505, de 29/10/2019, foi autorizado o repasse de recursos da ordem de R\$ 20.000,00 pelo Município à ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS DAS COMUNIDADES DE SÃO JOÃO, SÃO CAETANO, SANTA CLARA, PARTE DE TAQUARI E PARTE DE SÃO MIGUEL de São Lourenço do Oeste, bem como que existe dotação orçamentária para tal; CONSIDERANDO que a referida entidade tem por fins e objetivos voltados a 1. Administrar e zelar por máquinas e equipamentos. 2. Zelar pela melhoria das condições de vida das comunidades de São João, São Caetano, Santa Clara, parte de São Miguel e parte de Taquari. 3. Firmar convênios com associações congêneres, autarquias, entidades religiosas, federais, estaduais, municipais e outras; CONSIDERANDO a solicitação de recursos formalizada pela entidade, acompanhada da documentação mínima necessária, estatuto social, ata da assembleia de eleição da diretoria, relatório de atividades desenvolvidas/serviços prestados pela entidade no exercício 2018, balancete geral anual e balanço patrimonial, certidões de declaração de utilidade pública em âmbito estadual e municipal, comprovações do enquadramento e, certidões negativadas de débitos exigidas em lei; CONSIDERANDO, ainda, o inegável serviço público prestado pela entidade no decorrer dos anos de sua existência (única dessa natureza na localidade/distrito,) em todas as áreas de atuação acima delineadas, especialmente no desenvolvimento econômico e fortalecimento dos produtores rurais, geração de emprego e renda nas comunidades das Linhas São João, São Caetano, Santa Clara, São Miguel e Taquari, zona rural do município de São Lourenço do Oeste – SC, proporcionando o incremento da produção e por consequência a melhora na economia do município como um todo; CONSIDERANDO, por fim, que cumpre todos os requisitos legais exigidos para o caso, bem como no mérito da proposta contida neste está em conformidade com a modalidade de parceria que se pretende adotar.

## **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 20/2019.**

Publicação Nº 2215894

### **EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 20/2019.**

**FINALIDADE:** Constitui-se objeto da presente Inexigibilidade de Chamamento Público para a celebração de Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE SÃO ROQUE, CNPJ nº 03.151.088/0001-30, com sede no Distrito de São Roque, Zona Rural, no município de São Lourenço do Oeste - SC, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida entidade, conforme condições estabelecidas no Termo que faz parte do presente edital.

**RESUMO:** Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE SÃO ROQUE, de São Lourenço do Oeste – SC.

**OBJETO:** CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE SÃO ROQUE INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 03.151.088/0001-30, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, NO VALOR DE R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), COM A FINALIDADE DE COOPARTICIPAÇÃO À REFERIDA ENTIDADE NAS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO.

**FUNDAMENTO LEGAL:** ART. 31, CAPUT E INCISO II, DA LEI 13.019/2014, COM A REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI 13.204/2015; ARTS. 25, V e 55, XXIX, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, LEI MUNICIPAL Nº 2.505, de 29/10/2019.

**DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA:** CONSIDERANDO o regramento contido na Lei 13.019/2014, com as alterações que lhe foram dadas pela Lei 13.204/2015, no que tange ao regime jurídico e às exigências materiais e procedimentais para a celebração de parcerias e entre a administração pública e as entidades e/ou organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de Colaboração ou em acordos de cooperação; CONSIDERANDO que através da Lei Municipal nº 2.505, de 29/10/2019, foi autorizado o repasse de recursos da ordem de R\$ 20.000,00 pelo Município à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE SÃO ROQUE, bem como que existe dotação orçamentária para tal; CONSIDERANDO que a referida entidade tem por fins e objetivos voltados a I – Administrar e zelar por máquinas e equipamentos; II – Zelar pela melhoria das condições de vida das comunidades do Distrito de São Roque; III – Firmar convênios com associações congêneres, autarquias, entidades religiosas, federais, estaduais, municipais e outras; CONSIDERANDO a solicitação de recursos formalizada pela entidade, acompanhada da documentação mínima necessária, estatuto social, ata da assembleia de eleição da diretoria, relatório de atividades desenvolvidas/serviços prestados pela entidade no exercício 2018, balancete geral anual e balanço patrimonial, certidões de declaração de utilidade pública em âmbito estadual e municipal, comprovações do enquadramento e, certidões negativadas de débitos exigidas em lei; CONSIDERANDO, ainda, o inegável serviço público prestado pela entidade no decorrer dos anos de sua existência (única dessa natureza na localidade/distrito,) em todas as áreas de atuação acima delineadas, especialmente no desenvolvimento econômico e fortalecimento dos produtores rurais, geração de emprego e renda nas comunidades do Distrito de São Roque, zona rural do município de São Lourenço do Oeste – SC, proporcionando o incremento da produção e por consequência a melhora na economia do município como um todo; CONSIDERANDO, por fim, que cumpre todos os requisitos legais exigidos para o caso, bem como no mérito da proposta contida neste está em conformidade com a modalidade de parceria que se pretende adotar.

**EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 21/2019.**

Publicação Nº 2215896

**EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 21/2019.**

**FINALIDADE:** Constitui-se objeto da presente Inexigibilidade de Chamamento Público para a celebração de Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO, CNPJ nº 04.142.272/0001-87, com sede no Distrito de Presidente Juscelino, Zona Rural, no município de São Lourenço do Oeste - SC, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida entidade, conforme condições estabelecidas no Termo que faz parte do presente edital.

**RESUMO:** Termo de Colaboração com a ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO, de São Lourenço do Oeste – SC.

**OBJETO:** CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 04.142.272/000-87, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), COM A FINALIDADE DE COOPARTICIPAÇÃO À REFERIDA ENTIDADE NAS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO.

**FUNDAMENTO LEGAL:** ART. 31, CAPUT E INCISO II, DA LEI 13.019/2014, COM A REDAÇÃO QUE LHE FOI DADA PELA LEI 13.204/2015; ARTS. 25, V e 55, XXIX, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, LEI MUNICIPAL Nº 2.505, de 29/10/2019.

**DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA:** CONSIDERANDO o regramento contido na Lei 13.019/2014, com as alterações que lhe foram dadas pela Lei 13.204/2015, no que tange ao regime jurídico e às exigências materiais e procedimentais para a celebração de parcerias e entre a administração pública e as entidades e/ou organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de Colaboração ou em acordos de cooperação; CONSIDERANDO que através da Lei Municipal nº 2.505, de 29/10/2019 foi autorizado o repasse de recursos da ordem de R\$ 10.000,00 pelo Município à ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, bem como que existe dotação orçamentária para tal; CONSIDERANDO que a referida entidade tem por fins e objetivos voltados a I – Administrar e zelar por máquinas e equipamentos; II – Zelar pela melhoria das condições de vida das comunidades do Distrito de Presidente Juscelino; III – Firmar convênios com associações congêneres, autarquias, entidades religiosas, federais, estaduais, municipais e outras; CONSIDERANDO a solicitação de recursos formalizada pela entidade, acompanhada da documentação mínima necessária, estatuto social, ata da assembleia de eleição da diretoria, relatório de atividades desenvolvidas/serviços prestados pela entidade no exercício 2018, balancete geral anual e balanço patrimonial, certidões de declaração de utilidade pública em âmbito estadual e municipal, comprovações do enquadramento e, certidões negativas de débitos exigidas em lei; CONSIDERANDO, ainda, o inegável serviço público prestado pela entidade no decorrer dos anos de sua existência (única dessa natureza na localidade/distrito,) em todas as áreas de atuação acima delineadas, especialmente na especialmente no desenvolvimento econômico e fortalecimento dos produtores rurais, geração de emprego e renda nas comunidades do Distrito de Presidente Juscelino, zona rural do município de São Lourenço do Oeste – SC, proporcionando o incremento da produção e por consequência a melhora na economia do município como um todo; CONSIDERANDO, por fim, que cumpre todos os requisitos legais exigidos para o caso, bem como no mérito da proposta contida neste está em conformidade com a modalidade de parceria que se pretende adotar.

**PORTARIA Nº 1.276, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2214910

**PORTARIA Nº 1.276, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Instituir, a partir de 02 de dezembro de 2019, Regime Individual de Trabalho, em favor da servidora pública municipal BENICE FOLADOR, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Topografia/Agrimensura, matrícula 1914/01 carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, sendo de segunda a sexta-feira das 07h às 13h.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Fica revogada a Portaria nº 024 de 04 de janeiro de 2019 a partir de 02 de dezembro de 2019

Art.4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.



**PORTARIA Nº 1.277 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2214912

PORTARIA Nº 1.277 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008;

CONSIDERANDO, que a licença para tratamento de saúde da servidora Sonia Pires Seither foi concedida pelo INSS até 20/12/2019;  
CONSIDERANDO, o Memorando nº337/2019, do sistema 1Doc;

**RESOLVE:**

Art.1º Prorrogar a Portaria 1.195/2019, no período de 03 de novembro a 10 de dezembro de 2019, que admite em caráter temporário a Senhora PAMELA BONKEVITCH, no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na Disciplina de ESPANHOL, 10 (dez) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Irmã Neusa.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de novembro de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

**PORTARIA Nº 1.278 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2214915

PORTARIA Nº 1.278 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008;

CONSIDERANDO, que a licença para tratamento de saúde da servidora Sonia Pires Seither foi concedida pelo INSS até 20/12/2019;  
CONSIDERANDO, o Memorando nº337/2019, do sistema 1Doc;

**RESOLVE:**

Art.1º Prorrogar a Portaria 1.194/2019, no período de 03 de novembro a 10 de dezembro de 2019, que admite em caráter temporário a Senhora SILVIA CRISTINA DE OLIVEIRA, no cargo de Professor Não Habilitado – ACT, para atuar na Disciplina de PORTUGUÊS, 30 (trinta) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Irmã Neusa.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de novembro de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

**PORTARIA Nº 1.279, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2214917

PORTARIA Nº 1.279, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município, com base no Art. 8º da Lei 1.742 de 09/04/2008;  
CONSIDERANDO, o encerramento da licença para tratamento de saúde da professora Andreia Viviane Lechewetz no dia 21/10/2019;  
CONSIDERANDO, que na data supracitada, a folha de pagamento do mês estava em processo de encerramento;

**RESOLVE:**

Art.1º Exonerar, a partir de 01 de novembro de 2019, a servidora pública municipal MARA REGINA BORGES GHIZZI, matrícula nº 1927/16, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do cargo de Professor Habilitado – ACT.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

**PORTARIA Nº 1.280, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2214918

PORTARIA Nº 1.280, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município, com base no Art. 8º da Lei 1.742 de 09/04/2008;  
CONSIDERANDO, o encerramento da licença para tratamento de saúde da professora Andreia Viviane Lechewetz no dia 21/10/2019;  
CONSIDERANDO, que na data supracitada, a folha de pagamento do mês estava em processo de encerramento;

**RESOLVE:**

Art.1º Exonerar, a partir de 01 de novembro de 2019, a servidora pública municipal VANESA APARECIDA VIEIRA KORT, matrícula nº 3521/02, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, do cargo de Professor Habilitado – ACT.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

**PORTARIA Nº 1.281, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2214920

PORTARIA Nº 1.281, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos V e IX, da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 58 da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 119 da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013;

**RESOLVE:**

Art.1º Atribuir, a partir de 05 de novembro de 2019, o Adicional de Responsabilidade Nível 5 (AR-5), ao servidor público municipal YAN CARLOS PIETA ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3243/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por exercer atividade com qualificação diferenciada, além das previstas para o exercício do cargo de que é titular.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

### **PORTARIA Nº 1.282, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2214921

PORTARIA Nº 1.282, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010, CONSIDERANDO, o Memorando do sistema 1Doc nº 345/2019;

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal ERITA INES BECK, ocupante do cargo de Professor Habilitado – ACT, matrícula nº 1876/11, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 18 de novembro a 02 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2019/2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

### **PORTARIA Nº 1.283, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2214923

PORTARIA Nº 1.283, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010. CONSIDERANDO deferimento favorável do Protocolo do Sistema 1DOC nº 061/2019.

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal NADIA GAVA BOLZAN, ocupante do cargo efetivo de Analista Administrativo, matrícula nº 3113/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 02 a 16 de dezembro de 2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2019.

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### EXTRATO FINAL 55/2019 - PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2214993

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2019  
Modalidade: Pregão Presencial  
Registro de Preço

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerado vencedor para AQUISIÇÃO DE CLIMATIZADORES EVAPORATIVOS PARA O GINÁSIO DE ESPORTES MUNICIPAL, tendo como validade 12 (doze) meses a partir da assinatura da ata de registro de preço, a empresa ROTOPLAST INDUSTRIA DE CLIMATIZADORES, inscrita no CNPJ sob o nº 09.176.237/0001-00, no valor total de R\$ 72.000,00. São Miguel da Boa Vista/SC, em 04 de novembro de 2019.  
VILMAR SCHMAEDECKE  
Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 02-2019 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2215447

DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2019 DE, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

DECLARA LUTO OFICIAL NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel da Boa Vista Miguel Oli Thiago, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal, art. 19, inciso XVI.

CONSIDERANDO o falecimento do ex-vereador e pai do ex-prefeito Milton Bringhenti, Sr. Miguel Bringhenti, ocorrido em 03 de novembro de 2019.

CONSIDERANDO os trabalhos dedicados à comunidade boavistense no decorrer de sua vida como cidadão e vereador.

DECRETA:

Art. 1º Luto Oficial no âmbito do Poder Legislativo Municipal de São Miguel da Boa Vista por 03 (três) dias contados desta data pelo falecimento do ex-vereador, Senhor Miguel Bringhenti.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

MIGUEL OLI THIAGO

Presidente da Câmara de Vereadores

Fica registrado e publicado na data supra e local de costume

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO 202/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2214756

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 202/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: RS CONSTRUÇÕES LTDA - EPP

Valor ..... : R\$ 11.550,00 (onze mil e quinhentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 31/10/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 135/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DA RUA JOHN KENNEDY, LOCALIZADA NO BAIRRO SÃO LUIZ, DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE.

São Miguel do Oeste, 31 de outubro de 2019

### LEI 7.684 APROVA PROJETO DE SUBDIVISÃO DE ÁREA DE TERRAS DENOMINADO DE LOTEAMENTO PANORAMA VILLE

Publicação Nº 2215583

LEI Nº 7.684/2019

APROVA O PROJETO DA SUBDIVISÃO DE ÁREA DE TERRAS, NA MODALIDADE DE LOTEAMENTO, DE PARTE DOS LOTES RURAIS Nº 64, 64-A E 64-B, COM ÁREA DE 40.762,63M<sup>2</sup>, MATRÍCULA Nº 15.739, PARTE DOS LOTES RURAIS Nº 64, 64-A E 64-B, COM ÁREA DE 40.762,63M<sup>2</sup>, MATRÍCULA Nº 15.747, PARTE DOS LOTES RURAIS Nº 64, 64-A E 64-B, COM ÁREA DE 38.526,02M<sup>2</sup>, MATRÍCULA Nº 38.286, E PARTE DO LOTE RURAL Nº 64, COM ÁREA DE 102.016,00M<sup>2</sup>, MATRÍCULA Nº 1.765 DO CARTÓRIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC; PERFAZENDO UM TOTAL DE 222.067,28M<sup>2</sup>, SITUADOS NA RUA OIAPOQUE, BAIRRO SALETE, PERÍMETRO URBANO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica aprovado o projeto de subdivisão de Parte dos Lotes Rurais nº 64, 64-A e 64-B, com área de 40.762,63m<sup>2</sup>, Matrícula nº 15.739, Parte dos Lotes Rurais nº 64, 64-A e 64-B, com área de 40.762,63m<sup>2</sup>, Matrícula nº 15.747, Parte dos Lotes Rurais nº 64, 64-A e 64-B, com área de 38.526,02m<sup>2</sup>, Matrícula nº 38.286, e Parte do Lote Rural nº 64, com área de 102.016,00m<sup>2</sup>, Matrícula nº 1.765, Cartório do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste - SC; perfazendo um total de 222.067,28m<sup>2</sup>, situados na Rua Oiapoque, Bairro Salette, localizado na Macrozona de Expansão Urbana (MZEU); Zona de Expansão Imediata (ZEI), de propriedade de Abilio Daltoé e Alice Vazatta Daltoé, Fabiano André Daltoé e Daniele Zawadzki Daltoé, Davenir José Gasperin e Marly De Fátima Gasperin, (imóvel matrícula nº 15.739, do CRISMO); Marta Daltoé Ludwig e Vani Afonso Ludwig, Davenir José Gasperin e Marly De Fátima Gasperin, Fausto Rodrigo Ludwig e Liria Fusieger Ludwig, Ricardo Fabio Ludwig e Lucia Hammerschmitt Ludwig, Taís Luciane Ludwig (imóvel matrícula nº 15.747, do CRISMO); Junior Carlos Balbinot, Jusara Clarí Balbinot Maldaner e Valdemir Maldaner, Davenir José Gasperin e Marly De Fátima Gasperin (imóvel matrícula nº 38.286, do CRISMO); Olir Vicente Giovanaz e Divania Aparecida Toral Giovanaz, Lori Adão Giovanaz e Lucimar Fátima De Oliveira Giovanaz, Neido Todescato, Cristiane Pértile, Fernando Pertile, Davenir José Gasperin e Marly De Fátima Gasperin (imóvel matrícula nº 1.765, do CRISMO), ficando subdividido os referidos imóveis em forma de loteamento.

Art. 2º O projeto de subdivisão de que trata o Art. 1º, com área total de 222.067,28m<sup>2</sup>, passa a vigorar com o seguinte fracionamento:

- I – 122.605,18m<sup>2</sup>, referente a Área de Lotes Vendáveis;
- II – 62.231,74m<sup>2</sup>, referente a Área de Ruas;
- III – 7.436,55m<sup>2</sup>, referente a Área de Uso Institucional;
- IV – 15.750,14m<sup>2</sup>, referente a Área Verde;
- V – 5.607,49m<sup>2</sup>, referente a área de drenagem (área não edificável) lote não vendável;

Art. 3º A subdivisão de que trata a presente lei, passa a denominar-se de “LOTEAMENTO PANORAMA VILLE”.

Art. 4º O loteamento “Panorama Ville”, é composto das seguintes quadras:

- I - Quadra 01: 01 (um) lote de Área de Preservação Permanente;

II - Quadra 02: 12 (doze) lotes edificáveis;  
III - Quadra 03: 25 (vinte e cinco) lotes edificáveis;  
IV - Quadra 04: 14 (quatorze) lotes edificáveis;  
V - Quadra 05: 13 (treze) lotes edificáveis;  
VI - Quadra 06: 13 (treze) lotes edificáveis;  
VII - Quadra 07: 07 (sete) lotes, sendo 04 (quatro) lotes edificáveis, 02 (dois) lotes de Área Verde de Lazer e 01 (um) lote de Área de Preservação Permanente;  
VIII - Quadra 08: 06 (seis) lotes edificáveis;  
IX - Quadra 09: 13 (treze) lotes edificáveis;  
X - Quadra 10: 29 (vinte e nove) lotes edificáveis;  
XI - Quadra 11: 29 (vinte e nove) lotes edificáveis;  
XII - Quadra 12: 29 (vinte e nove) lotes edificáveis;  
XIII - Quadra 13: 05 (cinco) lotes, sendo 04 (quatro) lotes edificáveis, 01 (um) lote de Área Institucional;  
XIV - Quadra 14: 13 (treze) lotes edificáveis;  
XV - Quadra 15: 07 (sete) lotes edificáveis;  
XVI - Quadra 16: 08 (oito) lotes edificáveis;  
XVII - Quadra 17: 16 (dezesesseis) lotes edificáveis;  
XVIII - Quadra 18: 19 (dezenove) lotes edificáveis;  
XIX - Quadra 19: 20 (vinte) lotes edificáveis;  
XX - Quadra 20: 20 (vinte) lotes edificáveis;  
XXI - Quadra 21: 09 (nove) lotes, sendo 06 (seis) lotes edificáveis, 01 (um) lote de Área Verde de Interesse Ecológico e 02 (dois) lotes de Área Institucional;  
XXII - Quadra 22: 06 (seis) lotes, sendo 04 (quatro) lotes edificáveis e 02 (dois) lotes de Área Institucional;  
XXIII - Quadra 23: 03 (três) lotes, sendo 02 (dois) lotes de Área Institucional e 01 (um) lote de Área Verde de Interesse Ecológico;  
XXIV - Quadra 24: 13 (treze) lotes edificáveis;  
XXV - Quadra 25: 12 (doze) lotes edificáveis.

Art. 5º Os lotes, ora criados, passarão a ter as seguintes áreas e descrições:

I - Lote nº 01, com área de 3.259,13m<sup>2</sup>, Área de Preservação Permanente, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote Rural nº 64-B, por linha seca de 60,393m; Ao Leste: com parte do Lote Rural nº 64-B, por linha seca de 57,87m; Ao Sul: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 62,78m; Ao Oeste: com parte do Lote Rural nº 64-B, por linha seca de 48,41m.  
II - Lote nº 02, com área de 578,48m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 21,03m; Ao Nordeste: com as Ruas Oiapoque e Projetada "L", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 8,44m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 18,15m; Ao Sul: com o Lote nº 03, por linha seca de 26,33m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 20,43m.  
III - Lote nº 03, com área de 315,54m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 02, por linha seca de 26,33m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 04, por linha seca de 26,26m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,00m.  
IV - Lote nº 04, com área de 314,76m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 03, por linha seca de 26,26m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 05, por linha seca de 26,20m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,00m.  
V - Lote nº 05, com área de 313,98m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 04, por linha seca de 26,20m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 06, por linha seca de 26,13m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,00m.  
VI - Lote nº 06, com área de 313,20m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 05, por linha seca de 26,13m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 07, por linha seca de 26,07m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,00m.  
VII - Lote nº 07, com área de 312,42m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 06, por linha seca de 26,07m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 08, por linha seca de 26,00m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,00m.  
VIII - Lote nº 08, com área de 311,64m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 07, por linha seca de 26,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 09, por linha seca de 25,94m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,00m.  
IX - Lote nº 09, com área de 310,86m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 08, por linha seca de 25,94m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 10, por linha seca de 25,87m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,00m.  
X - Lote nº 10, com área de 310,08m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 09, por linha seca de 25,87m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 11, por linha seca de 25,81m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,00m.  
XI - Lote nº 11, com área de 309,30m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 10, por linha seca de 25,81m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 12, por linha seca de 25,74m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,00m.  
XII - Lote nº 12, com área de 308,52m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 11, por linha seca de 25,74m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 13, por linha seca de 25,68m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,00m.  
XIII - Lote nº 13, com área de 315,18m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 12, por linha seca de 25,68m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 7,50m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "L" e "B", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 20,61m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64,



64-A e 64-B, por linha seca de 12,50m.

XIV - Lote nº 14, com área de 378,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 10,95m; Ao Leste: com o Lote nº 15, por linha seca de 23,92m; Ao Sul: com parte do Lote nº 17, por linha seca de 16,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 19,02m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetada "L" e Oiapoque, por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,90m.

XV - Lote nº 15, com área de 378,64m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 16,01m; Ao Leste: com o Lote nº 16, por linha seca de 23,28m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 38 e 17, por linha seca de 16,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 14, por linha seca de 23,92m.

XVI - Lote nº 16, com área de 402,68m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 13,57m; Ao Nordeste: com as Ruas Oiapoque e Projetada "M", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,33m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 17,21m; Ao Sul: com parte do Lote nº 38, por linha seca de 18,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 15, por linha seca de 23,28m.

XVII - Lote nº 17, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 14 e parte do Lote nº 15, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 38, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 18, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m.

XVIII - Lote nº 18, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 17, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 37, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 19, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m.

XIX - Lote nº 19, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 18, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 36, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 20, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m.

XX - Lote nº 20, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 19, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 35, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 21, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m.

XXI - Lote nº 21, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 20, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 34, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 22, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m.

XXII - Lote nº 22, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 21, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 33, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 23, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m.

XXIII - Lote nº 23, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 22, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 32, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 24, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m.

XIV - Lote nº 24, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 23, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 31, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 25, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m.

XXV - Lote nº 25, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 24, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 30, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com os Lotes nºs 27 e 26, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m.

XXVI - Lote nº 26, com área de 319,64m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 25, por linha seca de 13,00m; Ao Leste: com o Lote nº 27, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 8,00m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "B" e "L", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 20,00m.

XXVII - Lote nº 27, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 25, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 28, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 26, por linha seca de 25,00m.

XXVIII - Lote nº 28, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 30, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 29, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 27, por linha seca de 25,00m.

XXIX - Lote nº 29, com área de 319,64m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 30, por linha seca de 13,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 20,00m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "M" e "B", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 8,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 28, por linha seca de 25,00m.

XXX - Lote nº 30, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 31, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com os Lotes nºs 29 e 28, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 25, por linha seca de 12,00m.

XXXI - Lote nº 31, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 32, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 30, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 24, por linha seca de 12,00m.

XXXII - Lote nº 32, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 33, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 31, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 23, por linha seca de 12,00m.

XXXIII - Lote nº 33, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 34, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 32, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 22, por linha seca de 12,00m.

XXXIV - Lote nº 34, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 35, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 33, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 21, por linha seca de 12,00m.

XXXV - Lote nº 35, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 36, por linha seca de 25,00m; Ao Leste:

com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 34, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 20, por linha seca de 12,00m.

XXXVI - Lote nº 36, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 37, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 35, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 19, por linha seca de 12,00m.

XXXVII - Lote nº 37, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 38, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 36, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 18, por linha seca de 12,00m.

XXXVIII - Lote nº 38, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 15 e com o Lote nº 16, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 37, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 17, por linha seca de 12,00m.

XXXIX - Lote nº 39, com área de 330,95m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 7,16m; Ao Leste: com o Lote nº 40, por linha seca de 25,69m; Ao Sul: com parte do Lote nº 51, por linha seca de 12,75m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 21,66m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetada "M" e Oiapoque, por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 8,51m.

XL - Lote nº 40, com área de 311,27m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 12,60m; Ao Leste: com o Lote nº 41, por linha seca de 24,12m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 50 e 51, por linha seca de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 39, por linha seca de 25,69m.

XLI - Lote nº 41, com área de 314,31m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 13,61m; Ao Leste: com o Lote nº 42, por linha seca de 22,40m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 49 e 50, por linha seca de 13,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 40, por linha seca de 24,12m.

XLII - Lote nº 42, com área de 309,26m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 14,66m; Ao Leste: com o Lote nº 43, por linha seca de 20,26m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 48 e 49, por linha seca de 14,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 41, por linha seca de 22,40m.

XLIII - Lote nº 43, com área de 323,94m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 17,16m; Ao Leste: com o Lote nº 44 e parte do Lote nº 45, por linha seca de 17,89m; Ao Sul: com o Lote nº 47 e parte do Lote nº 48, por linha seca de 17,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 42, por linha seca de 20,26m.

XLIV - Lote nº 44, com área de 314,29m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 17,32m; Ao Nordeste: com as Ruas Oiapoque e Projetada "O", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,07m; Ao Leste: com a Rua Projetada "O", numa extensão de 8,97m; Ao Sul: com o Lote nº 45, por linha seca de 21,35m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 43, por linha seca de 16,44m.

XLV - Lote nº 45, com área de 306,37m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 44, por linha seca de 21,35m; Ao Leste: com a Rua Projetada "O", numa extensão de 14,35m; Ao Sul: com o Lote nº 46, por linha seca de 21,35m; Ao Oeste: com parte dos Lotes nºs 47 e 43, por linha seca de 14,35m.

XLVI - Lote nº 46, com área de 317,02m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 45, por linha seca de 21,35m; Ao Leste: com a Rua Projetada "O", numa extensão de 10,10m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "O" e "A", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Sul: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 16,35m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 47, por linha seca de 15,10m.

XLVII - Lote nº 47, com área de 336,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 43, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 45 e com o Lote nº 46, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 48, por linha seca de 28,00m.

XLVIII - Lote nº 48, com área de 336,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte dos Lotes nºs 42 e 43, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 47, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 49, por linha seca de 28,00m.

XLIX - Lote nº 49, com área de 336,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte dos Lotes nºs 41 e 42, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 48, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 50, por linha seca de 28,00m.

L - Lote nº 50, com área de 336,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte dos Lotes nºs 40 e 41, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 49, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com os Lotes nºs 52 e 51, por linha seca de 28,00m.

LI - Lote nº 51, com área de 311,48m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 39 e parte do Lote nº 40, por linha seca de 22,25m; Ao Leste: com parte do Lote nº 50, por linha seca de 14,00m; Ao Sul: com o Lote nº 52, por linha seca de 22,25m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 14,00m.

LII - Lote nº 52, com área de 306,12m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 51, por linha seca de 22,25m; Ao Leste: com parte do Lote nº 50, por linha seca de 14,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 17,25m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "A" e "M", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 9,00m.

LIII - Lote nº 53, com área de 310,88m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 20,00m; Ao Leste: com o Lote nº 65, por linha seca de 12,65m; Ao Sul: com o Lote nº 54, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 7,65m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "M" e "A", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,85m.

LIV - Lote nº 54, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 53, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 64, por linha seca de 12,40m; Ao Sul: com o Lote nº 55, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,40m.

LV - Lote nº 55, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 54, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 63, por linha seca de 12,40m; Ao Sul: com o Lote nº 56, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,40m.

LVI - Lote nº 56, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 55, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 62, por linha seca de 12,40m; Ao Sul: com o Lote nº 57, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,40m.



LVII - Lote nº 57, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 56, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 61, por linha seca de 12,40m; Ao Sul: com parte do Lote nº 59 e com o Lote nº 58, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,40m.

LVIII - Lote nº 58, com área de 365,18m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 57, por linha seca de 17,00m; Ao Leste: com o Lote nº 59, por linha seca de 21,80m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "B" e "M", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 16,80m.

LIX - Lote nº 59, com área de 348,74m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte dos Lotes nºs 57 e 61, por linha seca de 16,00m; Ao Leste: com o Lote nº 60, por linha seca de 21,80m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 16,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 58, por linha seca de 21,80m.

LX - Lote nº 60, com área de 365,18m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 61, por linha seca de 17,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 16,80m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "N" e "B", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 59, por linha seca de 21,80m.

LXI - Lote nº 61, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 62, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,40m; Ao Sul: com o Lote nº 60 e parte do Lote nº 59, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 57, por linha seca de 12,40m.

LXII - Lote nº 62, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 63, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,40m; Ao Sul: com o Lote nº 61, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 56, por linha seca de 12,40m.

LXIII - Lote nº 63, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 64, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,40m; Ao Sul: com o Lote nº 62, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 55, por linha seca de 12,40m.

LXIV - Lote nº 64, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 65, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,40m; Ao Sul: com o Lote nº 63, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 54, por linha seca de 12,40m.

LXV - Lote nº 65, com área de 310,88m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 20,00m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "A" e "N", por uma linha curva, num raio 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 7,65m; Ao Sul: com o Lote nº 64, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 53, por linha seca de 12,65m.

LXVI - Lote nº 66, com área de 310,88m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 20,00m; Ao Leste: com o Lote nº 78, por linha seca de 12,65m; Ao Sul: com parte do Lote nº 67, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 7,65m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "N" e "A", por uma linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m.

LXVII - Lote nº 67, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 66, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 77, por linha seca de 12,40m; Ao Sul: com o Lote nº 68, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,40m.

LXVIII - Lote nº 68, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 67, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 76, por linha seca de 12,40m; Ao Sul: com o Lote nº 69, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,40m.

LXIX - Lote nº 69, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 68, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 75, por linha seca de 12,40m; Ao Sul: com o Lote nº 70, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,40m.

LXX - Lote nº 70, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 69, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 74, por linha seca de 12,40m; Ao Sul: com parte do Lote nº 72 e com o Lote nº 71, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,40m.

LXXI - Lote nº 71, com área de 365,18m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 70, por linha seca de 17,00m; Ao Leste: com o Lote nº 72, por linha seca de 21,80m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "B" e "N", por uma linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 16,80m.

LXXII - Lote nº 72, com área de 348,74m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte dos Lotes nºs 70 e 74, por linha seca de 16,00m; Ao Leste: com o Lote nº 73, por linha seca de 21,80m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 16,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 71, por linha seca de 21,80m.

LXXIII - Lote nº 73, com área de 365,18m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 74, por linha seca de 17,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 16,80m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "P" e "B", por uma linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 72, por linha seca de 21,80m.

LXXIV - Lote nº 74, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 75, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,40m; Ao Sul: com o Lote nº 73 e parte do Lote nº 72, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 70, por linha seca de 12,40m.

LXXV - Lote nº 75, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 76, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,40m; Ao Sul: com o Lote nº 74, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 69, por linha seca de 12,40m.

LXXVI - Lote nº 76, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 77, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,40m; Ao Sul: com o Lote nº 75, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 68, por linha seca de 12,40m.

LXXVII - Lote nº 77, com área de 310,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 78, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,40m; Ao Sul: com o Lote nº 76, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 67, por linha seca de 12,40m.

LXXVIII - Lote nº 78, com área de 310,88m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 20,00m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "A" e "P", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 7,65m; Ao Sul: com o Lote nº 77, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 66, por linha seca de 12,65m.

LXXIX - Lote nº 79, com área de 380,06m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 16,89m; Ao Leste: com parte do Lote nº 81, por linha seca de 15,66m; Ao Sul: com o Lote nº 80, por linha seca de 22,40m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "O", numa extensão de 13,12m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "O" e Oiapoque, por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 8,54m.

LXXX - Lote nº 80, com área de 480,82m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 79, por linha seca de 22,40m; Ao Leste: com parte do Lote nº 81, por linha seca de 21,70m; Ao Sul: com a Rua Projetada "A", numa extensão de 17,40m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "A" e "O", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "O", numa extensão de 16,70m;

LXXXI - Lote nº 81, com área de 1.000,98m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 21,17m; Ao Leste: com o Lote nº 82, por linha seca de 46,33m; Ao Sul: com o Lote nº 82, por linha seca de 20,95m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P" e com os Lotes nºs 80 e 79, por linha seca de 49,36m.

LXXXII - Lote nº 82, com área de 2.445,99m<sup>2</sup>, Área Verde de Lazer, sendo 2.014,10m<sup>2</sup> edificáveis e 431,89m<sup>2</sup> não edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 23,66m; Ao Nordeste: com o Lote nº 83, por linha sinuosa de 35,80m; Ao Sudeste, Leste e novamente Nordeste: com o Lote nº 83, por linha curva, num raio de 50,00m e numa extensão de 142,57m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 37,28m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "B" e "P", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 81,05m; Novamente ao Norte: com o Lote nº 81, por linha seca de 20,95m; Novamente ao Oeste: com o Lote nº 81, por linha seca de 46,33m.

LXXXIII - Lote nº 83, com área de 10.784,54m<sup>2</sup>, Área de Preservação Permanente, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 76,00m; Ao Leste: com o Lote nº 84, por linha sinuosa de 84,85m; Ao Sudeste: com o Lote nº 84, por linha curva, num raio de 50,00m e numa extensão de 53,66m; Ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 30,90m; Ao Sudoeste, Oeste e Noroeste: com o Lote nº 82, por linha curva, num raio de 50,00m e numa extensão de 142,57m; Novamente ao Sudoeste: com o Lote nº 82, por linha sinuosa de 35,80m.

LXXXIV - Lote nº 84, com área de 3.161,50m<sup>2</sup>, Área Verde de Lazer, sendo 2.892,14m<sup>2</sup> edificáveis e 269,36m<sup>2</sup> não edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com a Rua Oiapoque, numa extensão de 18,87m; Ao Nordeste: com as Ruas Oiapoque e Euclides da Cunha, por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 6,87m; Ao Leste: com a Rua Euclides da Cunha, numa extensão de 73,90m; Ao Sul: com o Lote nº 85, por linha seca de 26,08m; Novamente ao Leste: com o Lote nº 85 e com Parte do Lote Rural nº 64-A, por linha seca de 39,46m; Novamente ao Sul: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 39,86m; Ao Noroeste: com o Lote nº 83, por linha curva, num raio de 50,00m e numa extensão de 53,66m; Ao Oeste: com o Lote nº 83, por linha sinuosa de 84,85m.

LXXXV - Lote nº 85, com área de 1.199,17m<sup>2</sup>, Edificável, (resguardado ao incapaz Junior Carlos Balbinot), confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 84, por linha seca de 26,08m; Ao Leste: com a Rua Euclides da Cunha, numa extensão de 12,00m, com Parte da Chácara nº 11, por linha seca de 22,26m e novamente com a Rua Euclides da Cunha, numa extensão de 9,48m; Ao Sul: com o Parte do Lote Rural nº 64-A, por linha seca de 38,25m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 84, por linha seca de 32,05m.

LXXXVI - Lote nº 86, com área de 351,12m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 20,50m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "B" e "L", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 9,00m; Ao Sul: com o Lote nº 87, por linha seca de 25,43m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 14,00m.

LXXXVII - Lote nº 87, com área de 333,11m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 86, por linha seca de 25,43m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 13,12m; Ao Sul: com o Lote nº 88, por linha seca de 25,35m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 13,12m.

LXXXVIII - Lote nº 88, com área de 332,18m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 87, por linha seca de 25,35m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 13,12m; Ao Sul: com o Lote nº 89, por linha seca de 25,28m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 13,12m.

LXXXIX - Lote nº 89, com área de 331,25m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 88, por linha seca de 25,28m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 13,12m; Ao Sul: com o Lote nº 90, por linha seca de 25,21m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 13,12m.

XC - Lote nº 90, com área de 330,31m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 89, por linha seca de 25,21m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 13,12m; Ao Sul: com o Lote nº 91, por linha seca de 25,14m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 13,12m.

XCI - Lote nº 91, com área de 346,24m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 90, por linha seca de 25,14m; Ao Leste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 9,01m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "L" e "C", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Sul: com a Rua Projetada "C", numa extensão de 20,07m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 14,01m.

XCII - Lote nº 92, com área de 314,41m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 11,00m; Ao Leste: com o Lote nº 93, por linha seca de 19,99m; Ao Sul: com parte do Lote nº 95, por linha seca de 16,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 14,99m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "L" e "B", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m.

XCIII - Lote nº 93, com área de 319,78m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 16,00m; Ao Leste: com o Lote nº 94, por linha seca de 19,99m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 104 e 95, por linha seca de 16,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 92, por linha seca de 19,99m.

XCIV - Lote nº 94, com área de 354,39m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 13,00m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "B" e "M", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 14,99m; Ao Sul: com parte do Lote nº 104, por linha seca de 18,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 93, por linha seca de 19,99m.

XCV - Lote nº 95, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 92 e parte do Lote nº 93, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 104, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 96, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m.

XCVI - Lote nº 96, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 95, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 103, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 97, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m.

XCVII - Lote nº 97, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 96, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 102, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 98, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m.

XCVIII - Lote nº 98, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 97, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 101, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 99, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 12,00m.

XCIX - Lote nº 99, com área de 307,14m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 98, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 100, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com a Rua Projetada "C", numa extensão de 20,00m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "C" e "L", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "L", numa extensão de 7,50m.

C - Lote nº 100, com área de 307,14m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 101, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 7,50m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "M" e "C", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Sul: com a Rua Projetada "C", numa extensão de 20,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 99, por linha seca de 12,50m.

CI - Lote nº 101, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 102, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 100, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 98, por linha seca de 12,00m.

CII - Lote nº 102, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 103, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 101, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 97, por linha seca de 12,00m.

CIII - Lote nº 103, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 104, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 102, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 96, por linha seca de 12,00m.

CIV - Lote nº 104, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 93 e com o Lote nº 94, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 103, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 95, por linha seca de 12,00m.

CV - Lote nº 105, com área de 376,90m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 106, por linha seca de 22,49m; Ao Sul: com parte do Lote nº 108, por linha seca de 17,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 17,49m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "M" e "B", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m.

CVI - Lote nº 106, com área de 359,78m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 16,00m; Ao Leste: com o Lote nº 107, por linha seca de 22,49m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 133 e 108, por linha seca de 16,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 105, por linha seca de 22,49m.

CVII - Lote nº 107, com área de 376,90m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "B" e "N", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 17,49m; Ao Sul: com parte do Lote nº 133, por linha seca de 17,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 106, por linha seca de 22,49m.

CVIII - Lote nº 108, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 105 e parte do Lote nº 106, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 133, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 109, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m.

CIX - Lote nº 109, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 108, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 132, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 110, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m.

CX - Lote nº 110, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 109, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 131, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 111, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m.

CXI - Lote nº 111, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 110, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 130, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 112, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m.

CXII - Lote nº 112, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 111, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 129, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 113, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m.

CXIII - Lote nº 113, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 112, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 128, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 114, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m.

CXIV - Lote nº 114, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 113, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 127, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 115, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m.

CXV - Lote nº 115, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 114, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 126, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 116, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m.

CXVI - Lote nº 116, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 115, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 125, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 117, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m.

CXVII - Lote nº 117, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 116, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 124, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 118, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m.

CXVIII - Lote nº 118, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 117, por linha seca de 25,00m; Ao Leste:



com o Lote nº 123, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 119, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m.

CXIX - Lote nº 119, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 118, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 122, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 120, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m.

CXX - Lote nº 120, com área de 356,03m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 119, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 121, por linha seca de 14,36m; Ao Sul: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 19,96m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "D" e "M", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,90m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 9,52m.

CXXI - Lote nº 121, com área de 351,09m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 122, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 9,19m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "N" e "D", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,81m; Ao Sul: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 20,04m; Ao Oeste: com o Lote nº 120, por linha seca de 14,36m.

CXXII - Lote nº 122, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 123, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 121, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 119, por linha seca de 12,00m.

CXXIII - Lote nº 123, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 124, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 122, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 118, por linha seca de 12,00m.

CXXIV - Lote nº 124, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 125, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 123, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 117, por linha seca de 12,00m.

CXXV - Lote nº 125, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 126, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 124, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 116, por linha seca de 12,00m.

CXXVI - Lote nº 126, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 127, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 125, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 115, por linha seca de 12,00m.

CXXVII - Lote nº 127, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 128, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 126, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 114, por linha seca de 12,00m.

CXXVIII - Lote nº 128, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 129, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 127, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 113, por linha seca de 12,00m.

CXXIX - Lote nº 129, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 130, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 128, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 112, por linha seca de 12,00m.

CXXX - Lote nº 130, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 131, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 129, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 111, por linha seca de 12,00m.

CXXXI - Lote nº 131, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 132, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 130, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 110, por linha seca de 12,00m.

CXXXII - Lote nº 132, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 133, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 131, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 109, por linha seca de 12,00m.

CXXXIII - Lote nº 133, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 106 e com o Lote nº 107, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 132, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 108, por linha seca de 12,00m.

CXXXIV - Lote nº 134, com área de 376,90m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 135, por linha seca de 22,49m; Ao Sul: com parte do Lote nº 137, por linha seca de 17,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 17,49m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "N" e "B", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m.

CXXXV - Lote nº 135, com área de 359,78m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 16,00m; Ao Leste: com o Lote nº 136, por linha seca de 22,49m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 162 e 137, por linha seca de 16,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 134, por linha seca de 22,49m.

CXXXVI - Lote nº 136, com área de 376,90m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "B" e "P", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 17,49m; Ao Sul: com parte do Lote nº 162, por linha seca de 17,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 135, por linha seca de 22,49m.

CXXXVII - Lote nº 137, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 134 e parte do Lote nº 135, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 162, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 138, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,00m.

CXXXVIII - Lote nº 138, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 137, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 161, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 139, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,00m.

CXXXIX - Lote nº 139, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 138, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 160, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 140, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,00m.



seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 161, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 137, por linha seca de 12,00m.

CLXIII - Lote nº 163, com área de 376,90m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 164, por linha seca de 22,49m; Ao Sul: com parte do Lote nº 166, por linha seca de 17,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 17,49m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "P" e "B", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m.

CLXIV - Lote nº 164, com área de 359,78m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 16,00m; Ao Leste: com o Lote nº 165, por linha seca de 22,49m; Ao Sul: com parte dos Lotes nºs 191 e 166, por linha seca de 16,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 163, por linha seca de 22,49m.

CLXV - Lote nº 165, com área de 376,90m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "B" e "Q", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 17,49m; Ao Sul: com parte do Lote nº 191, por linha seca de 17,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 164, por linha seca de 22,49m.

CLXVI - Lote nº 166, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 163 e parte do Lote nº 164, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 191, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 167, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,00m.

CLXVII - Lote nº 167, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 166, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 190, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 168, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,00m.

CLXVIII - Lote nº 168, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 167, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 189, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 169, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,00m.

CLXIX - Lote nº 169, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 168, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 188, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 170, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,00m.

CLXX - Lote nº 170, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 169, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 187, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 171, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,00m.

CLXXI - Lote nº 171, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 170, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 186, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 172, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,00m.

CLXXII - Lote nº 172, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 171, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 185, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 173, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,00m.

CLXXIII - Lote nº 173, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 172, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 184, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 174, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,00m.

CLXXIV - Lote nº 174, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 173, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 183, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 175, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,00m.

CLXXV - Lote nº 175, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 174, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 182, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 176, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,00m.

CLXXVI - Lote nº 176, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 175, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 181, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 177, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,00m.

CLXXVII - Lote nº 177, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 176, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 180, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 178, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,00m.

CLXXVIII - Lote nº 178, com área de 329,71m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 177, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 179, por linha seca de 13,30m; Ao Sul: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 19,96m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "D" e "P", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,90m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 8,47m.

CLXXIX - Lote nº 179, com área de 324,77m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 180, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 8,14m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "Q" e "D", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,81m; Ao Sul: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 20,04m; Ao Oeste: com o Lote nº 178, por linha seca de 13,30m.

CLXXX - Lote nº 180, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 181, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 179, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 177, por linha seca de 12,00m.

CLXXXI - Lote nº 181, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 182, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 180, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 176, por linha seca de 12,00m.

CLXXXII - Lote nº 182, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 183, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 181, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 175, por linha seca de 12,00m.

CLXXXIII - Lote nº 183, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 184, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 182, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 174, por linha seca de 12,00m.



CLXXXIV - Lote nº 184, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 185, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 183, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 173, por linha seca de 12,00m.

CLXXXV - Lote nº 185, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 186, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 184, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 172, por linha seca de 12,00m.

CLXXXVI - Lote nº 186, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 187, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 185, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 171, por linha seca de 12,00m.

CLXXXVII - Lote nº 187, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 188, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 186, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 170, por linha seca de 12,00m.

CLXXXVIII - Lote nº 188, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 189, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 187, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 169, por linha seca de 12,00m.

CLXXXIX - Lote nº 189, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 190, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 188, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 168, por linha seca de 12,00m.

CXC - Lote nº 190, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 191, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 189, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 167, por linha seca de 12,00m.

CXCI - Lote nº 191, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 164 e com o Lote nº 165, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 190, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 166, por linha seca de 12,00m.

CXCII - Lote nº 192, com área de 307,13m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 7,50m; Ao Leste: com o Lote nº 193, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 195, por linha seca de 12,50m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 20,00m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "Q" e "B", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m.

CXCIII - Lote nº 193, com área de 300,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 194, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 195, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 192, por linha seca de 25,00m.

CXCIV - Lote nº 194, com área de 367,27m<sup>2</sup>, Edificável, (resguardado ao incapaz Junior Carlos Balbinot), confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "B", numa extensão de 18,48m; Ao Leste: com Parte do Lote Rural nº 64-A, por linha seca de 26,12m; Ao Sul: com parte do Lote nº 195, por linha seca de 10,90m; Ao Oeste: com o Lote nº 193, por linha seca de 25,00m.

CXCV - Lote nº 195, com área de 443,99m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com os Lotes nºs 192, 193 e 194, por linha seca de 35,40m; Ao Leste: com Parte do Lote Rural nº 64-A, por linha seca de 13,90m; Ao Sul: com o Lote nº 196, por linha seca de 31,37m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 13,30m.

CXCVI - Lote nº 196, com área de 1.387,38m<sup>2</sup>, Área Institucional, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 195, por linha seca de 31,37m; Ao Leste: com Parte do Lote Rural nº 64-A, por duas linhas secas de 62,47m e 3,87m; Ao Sul: com a Rua La Salle, numa extensão de 8,12m; Ao Sudoeste: com as Ruas La Salle e Projetada "Q", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 8,36m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 59,48m.

CXCVII - Lote nº 197, com área de 754,42m<sup>2</sup>, sendo 239,94m<sup>2</sup> não edificáveis e 514,48m<sup>2</sup> edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com a Rua Projetada "C", numa extensão de 12,34m; Ao Leste: com o Lote nº 198, por linha seca de 62,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 201, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 62,00m.

CXCVIII - Lote nº 198, com área de 4.007,51m<sup>2</sup>, sendo 3.449,00m<sup>2</sup> não edificáveis e 558,51m<sup>2</sup> edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com a Rua Projetada "C", numa extensão de 48,00m; Ao Leste: com os Lotes nºs 199 e 200, por linha seca de 26,00m; Novamente ao Norte: com o Lote nº 200, por linha seca de 28,65m; Novamente ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 36,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 201, por linha seca de 76,65m; Ao Oeste: com o Lote nº 197, por linha seca de 62,00m.

CXCIX - Lote nº 199, com área de 395,78m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "C", numa extensão de 23,65m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "C" e "M", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 9,00m; Ao Sul: com o Lote nº 200, por linha seca de 28,65m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 198, por linha seca de 14,00m.

CC - Lote nº 200, com área de 343,84m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 199, por linha seca de 28,65m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 198, por linha seca de 28,65m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 198, por linha seca de 12,00m.

CCI - Lote nº 201, com área de 3.445,64m<sup>2</sup>, sendo 2.541,89m<sup>2</sup> não edificáveis e 903,75m<sup>2</sup> edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B e com os Lotes nºs 197 e 198, por linha seca de 115,25m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 45,00m; Ao Sul: com o Lote nº 204, por linha seca de 57,21m; Ao Oeste: com os Lotes nºs 203 e 202, por linha seca de 30,00m; Novamente ao Sul: com o Lote nº 202, por linha seca de 57,92m; Novamente ao Oeste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 15,11m.

CCII - Lote nº 202, com área de 867,82m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 201, por linha seca de 57,92m; Ao Leste: com parte do Lote nº 201, por linha seca de 15,00m; Ao Sul: com o Lote nº 203, por linha seca de 57,79m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 15,00m.

CCIII - Lote nº 203, com área de 865,97m<sup>2</sup>, sendo 541,38m<sup>2</sup> não edificáveis e 324,59m<sup>2</sup> edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com o Lote nº 202, por linha seca de 57,79m; Ao Leste: com parte do Lote nº 201, por linha seca de 15,00m; Ao Sul: com o Lote nº 205, por linha seca de 57,67m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 15,00m.

CCIV - Lote nº 204, com área de 858,19m<sup>2</sup>, sendo 448,12m<sup>2</sup> não edificáveis e 410,07m<sup>2</sup> edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com o Lote nº 201, por linha seca de 57,21m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 15,00m; Ao Sul: com os Lotes nºs 209 e 205, por linha seca de 57,21m; Ao Oeste: com o Lote nº 205, por linha seca de 15,00m.

CCV - Lote nº 205, com área de 3.069,48m<sup>2</sup>, sendo 2.184,48m<sup>2</sup> não edificáveis e 885,00m<sup>2</sup> edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com o Lote nº 203, por linha seca de 57,67m; Ao Leste: com o Lote nº 204, por linha seca de 15,00m; Novamente ao Norte: com parte do Lote nº 204, por linha seca de 43,91m; Novamente ao Leste: com o Lote nº 209, por linha seca de 34,75m; Ao Sul: com a Rua Projetada "F", numa extensão de 63,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 208, por linha seca de 35,26m; Novamente ao Sul: com os Lotes nºs 208, 207 e 206, por linha seca de 38,45m; Novamente ao Oeste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 15,00m.

CCVI - Lote nº 206, com área de 460,21m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 205, por linha seca de 13,25m; Ao Leste: com o Lote nº 207, por linha seca de 35,47m; Ao Sul: com a Rua Projetada "F", numa extensão de 7,96m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "F" e "J", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 30,58m.

CCVII - Lote nº 207, com área de 446,30m<sup>2</sup>, sendo 122,27m<sup>2</sup> não edificáveis e 324,03m<sup>2</sup> edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com parte do Lote nº 205, por linha seca de 12,60m; Ao Leste: com o Lote nº 208, por linha seca de 35,37m; Ao Sul: com a Rua Projetada "F", numa extensão de 12,60m; Ao Oeste: com o Lote nº 206, por linha seca de 35,47m.

CCVIII - Lote nº 208, com área de 444,99m<sup>2</sup>, sendo 127,06m<sup>2</sup> não edificáveis e 317,93m<sup>2</sup> edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com parte do Lote nº 205, por linha seca de 12,60m; Ao Leste: com o Lote nº 205, por linha seca de 35,26m; Ao Sul: com a Rua Projetada "F", numa extensão de 12,60m; Ao Oeste: com o Lote nº 207, por linha seca de 35,37m.

CCIX - Lote nº 209, com área de 456,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 204, por linha seca de 13,31m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 29,68m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "M" e "F", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,81m; Ao Sul: com a Rua Projetada "F", numa extensão de 8,35m; Ao Oeste: com o Lote nº 205, por linha seca de 34,75m.

CCX - Lote nº 210, com área de 323,12m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 211, por linha seca de 26,85m; Ao Sul: com a Rua Virgílio Giovanaz, numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 01, do Loteamento Mont Belo, por linha seca de 27,00m.

CCXI - Lote nº 211, com área de 345,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,90m; Ao Leste: com o Lote nº 212, por linha seca de 26,70m; Ao Sul: com a Rua Virgílio Giovanaz, numa extensão de 12,90m; Ao Oeste: com o Lote nº 210, por linha seca de 26,85m.

CCXII - Lote nº 212, com área de 343,38m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,90m; Ao Leste: com o Lote nº 213, por linha seca de 26,54m; Ao Sul: com a Rua Virgílio Giovanaz, numa extensão de 12,90m; Ao Oeste: com o Lote nº 211, por linha seca de 26,70m.

CCXIII - Lote nº 213, com área de 341,35m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,90m; Ao Leste: com o Lote nº 214, por linha seca de 26,38m; Ao Sul: com a Rua Virgílio Giovanaz, numa extensão de 12,90m; Ao Oeste: com o Lote nº 212, por linha seca de 26,54m.

CCXIV - Lote nº 214, com área de 339,33m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,90m; Ao Leste: com o Lote nº 215, por linha seca de 26,23m; Ao Sul: com a Rua Virgílio Giovanaz, numa extensão de 12,90m; Ao Oeste: com o Lote nº 213, por linha seca de 26,38m.

CCXV - Lote nº 215, com área de 337,30m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 12,90m; Ao Leste: com o Lote nº 216, por linha seca de 26,07m; Ao Sul: com a Rua Virgílio Giovanaz, numa extensão de 12,90m; Ao Oeste: com o Lote nº 214, por linha seca de 26,23m.

CCXVI - Lote nº 216, com área de 354,52m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com Parte dos Lotes Rurais nºs 64, 64-A e 64-B, por linha seca de 13,85m; Ao Leste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 20,90m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetada "J" e Virgílio Giovanaz, por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Sul: com a Rua Virgílio Giovanaz, numa extensão de 8,85m; Ao Oeste: com o Lote nº 215, por linha seca de 26,07m.

CCXVII - Lote nº 217, com área de 300,04m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Virgílio Giovanaz, numa extensão de 20,45m; Ao Nordeste: com as Ruas Virgílio Giovanaz e Projetada "I", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Leste: com a Rua Projetada "I", numa extensão de 7,00m; Ao Sul: com o Lote nº 218, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 70, do Loteamento Mont Belo, por linha seca de 12,00m.

CCXVIII - Lote nº 218, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 217, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com a Rua Projetada "I", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 219, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com parte dos Lotes nºs 71 e 70, do Loteamento Mont Belo, por linha seca de 12,00m.

CCXIX - Lote nº 219, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 218, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com a Rua Projetada "I", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 220, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com parte dos Lotes nºs 72 e 71, do Loteamento Mont Belo, por linha seca de 12,00m.

CCXX - Lote nº 220, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 219, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com a Rua Projetada "I", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 221, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 72, do Loteamento Mont Belo, por linha seca de 12,00m.

CCXXI - Lote nº 221, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 220, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com a Rua Projetada "I", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 222, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 73, do Loteamento Mont Belo, por linha seca de 12,00m.

CCXXII - Lote nº 222, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 221, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com a Rua Projetada "I", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 223, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com parte dos Lotes nºs 74 e 73, do Loteamento Mont Belo, por linha seca de 12,00m.

CCXXIII - Lote nº 223, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 222, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com a Rua Projetada "I", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 224, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com parte dos Lotes nºs 76 e 74, do Loteamento Mont Belo, por linha seca de 12,00m.

CCXXIV - Lote nº 224, com área de 300,03m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 223, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com a Rua Projetada "I", numa extensão de 7,00m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetada "I" e Manoel Gomes Filho, por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Sul: com a Rua Manoel Gomes Filho, numa extensão de 20,45m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 76, do Loteamento Mont Belo, por linha seca de 12,00m.

CCXXV - Lote nº 225, com área de 300,03m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Virgílio Giovanaz, numa extensão de 20,45m; Ao Leste: com o Lote nº 240, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 226, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com a



Rua Projetada "I", numa extensão de 7,00m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetada "I" e Virgílio Giovanaz, por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m.

CCXXVI - Lote nº 226, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 225, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com o Lote nº 239, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 227, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "I", numa extensão de 12,00m.

CCXXVII - Lote nº 227, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 226, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com o Lote nº 238, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 228, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "I", numa extensão de 12,00m.

CCXXVIII - Lote nº 228, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 227, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com o Lote nº 237, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 229, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "I", numa extensão de 12,00m.

CCXXIX - Lote nº 229, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 228, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com o Lote nº 236, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 230, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "I", numa extensão de 12,00m.

CCXXX - Lote nº 230, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 229, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com o Lote nº 235, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 231, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "I", numa extensão de 12,00m.

CCXXXI - Lote nº 231, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 230, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com o Lote nº 234, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 232 por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "I", numa extensão de 12,00m.

CCXXXII - Lote nº 232, com área de 300,04m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 231, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com o Lote nº 233, por linha seca de 12,00m; Ao Sul: com a Rua Manoel Gomes Filho, numa extensão de 20,45m; Ao Sudoeste: com as Ruas Manoel Gomes Filho e Projetada "I", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "I", numa extensão de 7,00m.

CCXXXIII - Lote nº 233, com área de 300,05m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 234, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 7,00m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetada "J" e Manoel Gomes Filho, por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Sul: com a Rua Manoel Gomes Filho, numa extensão de 20,45m; Ao Oeste: com o Lote nº 232, por linha seca de 12,00m.

CCXXXIV - Lote nº 234, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 235, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 233, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com o Lote nº 231, por linha seca de 12,00m.

CCXXXV - Lote nº 235, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 236, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 234, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com o Lote nº 230, por linha seca de 12,00m.

CCXXXVI - Lote nº 236, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 237, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 235, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com o Lote nº 229, por linha seca de 12,00m.

CCXXXVII - Lote nº 237, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 238, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 236, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com o Lote nº 228, por linha seca de 12,00m.

CCXXXVIII - Lote nº 238, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 239, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 237, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com o Lote nº 227, por linha seca de 12,00m.

CCXXXIX - Lote nº 239, com área de 305,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 240, por linha seca de 25,45m; Ao Leste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 12,00m; Ao Sul: com o Lote nº 238, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com o Lote nº 226, por linha seca de 12,00m.

CCXL - Lote nº 240, com área de 300,02m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Virgílio Giovanaz, numa extensão de 20,45m; Ao Nordeste: com as Ruas Virgílio Giovanaz e Projetada "J", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Leste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 7,00m; Ao Sul: com o Lote nº 239, por linha seca de 25,45m; Ao Oeste: com o Lote nº 225, por linha seca de 12,00m.

CCXLI - Lote nº 241, com área de 302,64m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "F", numa extensão de 17,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 259, por linha seca de 14,00m; Ao Sul: com o Lote nº 242, por linha seca de 22,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 9,00m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "J" e "F", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m.

CCXLII - Lote nº 242, com área de 308,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 241, por linha seca de 22,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 259, por linha seca de 14,00m; Ao Sul: com o Lote nº 243, por linha seca de 22,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 14,00m.

CCXLIII - Lote nº 243, com área de 308,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 242, por linha seca de 22,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 245, por linha seca de 14,00m; Ao Sul: com o Lote nº 244, por linha seca de 22,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 14,00m.

CCXLIV - Lote nº 244, com área de 302,64m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 243, por linha seca de 22,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 245, por linha seca de 14,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 17,00m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "H" e "J", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 9,00m.

CCXLV - Lote nº 245, com área de 336,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 259, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 246, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com os Lotes nºs 244 e 243, por linha seca de 28,00m.

CCXLVI - Lote nº 246, com área de 336,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 258, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 247, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote

nº 245, por linha seca de 28,00m.

CXXLVII - Lote nº 247, com área de 336,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 257, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 248, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 246, por linha seca de 28,00m.

CXXLVIII - Lote nº 248, com área de 336,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 256, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 249, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 247, por linha seca de 28,00m.

CXXLIX - Lote nº 249, com área de 336,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 255, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 250, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 248, por linha seca de 28,00m.

CCL - Lote nº 250, com área de 336,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 254, por linha seca de 12,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 252 e com o Lote nº 251, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 249, por linha seca de 28,00m.

CCLI - Lote nº 251, com área de 374,21m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 252, por linha seca de 20,05m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 14,04m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "M" e "H", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,81m; Ao Sul: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 14,94m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 250, por linha seca de 19,00m.

CCLII - Lote nº 252, com área de 362,24m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 253, por linha seca de 20,20m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 18,00m; Ao Sul: com o Lote nº 251, por linha seca de 20,05m; Ao Oeste: com parte dos Lotes nºs 250 e 254, por linha seca de 18,00m.

CCLIII - Lote nº 253, com área de 379,79m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "F", numa extensão de 15,31m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "F" e "M", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,90m; Ao Leste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 13,96m; Ao Sul: com o Lote nº 252, por linha seca de 20,20m; Ao Oeste: com parte do Lote nº 254, por linha seca de 19,00m.

CCLIV - Lote nº 254, com área de 336,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "F", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 253 e parte do Lote nº 252, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com o Lote nº 250, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 255, por linha seca de 28,00m.

CCLV - Lote nº 255, com área de 336,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "F", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 254, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com o Lote nº 249, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 256, por linha seca de 28,00m.

CCLVI - Lote nº 256, com área de 336,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "F", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 255, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com o Lote nº 248, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 257, por linha seca de 28,00m.

CCLVII - Lote nº 257, com área de 336,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "F", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 256, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com o Lote nº 247, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 258, por linha seca de 28,00m.

CCLVIII - Lote nº 258, com área de 336,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "F", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 257, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com o Lote nº 246, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 259, por linha seca de 28,00m.

CCLIX - Lote nº 259, com área de 336,00m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "F", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 258, por linha seca de 28,00m; Ao Sul: com o Lote nº 245, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com os Lotes nºs 242 e 241, por linha seca de 28,00m.

CCLX - Lote nº 260, com área de 316,71m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 20,04m; Ao Leste: com o Lote nº 279, por linha seca de 12,98m; Ao Sul: com o Lote nº 261, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 7,82m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "M" e "D", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,81m.

CCLXI - Lote nº 261, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 260, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 278, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 262, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,50m.

CCLXII - Lote nº 262, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 261, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 277, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 263, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,50m.

CCLXIII - Lote nº 263, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 262, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 276, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 264, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,50m.

CCLXIV - Lote nº 264, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 263, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 275, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 265, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,50m.

CCLXV - Lote nº 265, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 264, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 274, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 266, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,50m.

CCLXVI - Lote nº 266, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 265, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 273, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 267, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,50m.

CCLXVII - Lote nº 267, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 266, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 272, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 268, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 12,50m.

CCLXVIII - Lote nº 268, com área de 312,50m², Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 267, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 271, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 269, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada

"M", numa extensão de 12,50m.

CCLXIX - Lote nº 269, com área de 321,59m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 268, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 270, por linha seca de 12,98m; Ao Sul: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 19,96m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "H" e "M", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,90m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "M", numa extensão de 8,14m.

CCLXX - Lote nº 270, com área de 316,66m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 271, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 7,81m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "N" e "H", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,81m; Ao Sul: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 20,04m; Ao Oeste: com o Lote nº 269, por linha seca de 12,98m.

CCLXXI - Lote nº 271, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 272, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 270, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 268, por linha seca de 12,50m.

CCLXXII - Lote nº 272, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 273, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 271, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 267, por linha seca de 12,50m.

CCLXXIII - Lote nº 273, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 274, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 272, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 266, por linha seca de 12,50m.

CCLXXIV - Lote nº 274, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 275, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 273, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 265, por linha seca de 12,50m.

CCLXXV - Lote nº 275, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 276, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 274, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 264, por linha seca de 12,50m.

CCLXXVI - Lote nº 276, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 277, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 275, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 263, por linha seca de 12,50m.

CCLXXVII - Lote nº 277, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 278, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 276, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 262, por linha seca de 12,50m.

CCLXXVIII - Lote nº 278, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 279, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 277, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 261, por linha seca de 12,50m.

CCLXXIX - Lote nº 279, com área de 321,65m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 19,96m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "D" e "N", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,90m; Ao Leste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 8,15m; Ao Sul: com o Lote nº 278, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 260, por linha seca de 12,98m.

CCLXXX - Lote nº 280, com área de 317,37m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 20,04m; Ao Leste: com o Lote nº 299, por linha seca de 13,01m; Ao Sul: com o Lote nº 281, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 7,84m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "N" e "D", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,81m.

CCLXXXI - Lote nº 281, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 280, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 298, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 282, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m.

CCLXXXII - Lote nº 282, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 281, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 297, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 283, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m.

CCLXXXIII - Lote nº 283, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 282, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 296, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 284, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m.

CCLXXXIV - Lote nº 284, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 283, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 295, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 285, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m.

CCLXXXV - Lote nº 285, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 284, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 294, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 286, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m.

CCLXXXVI - Lote nº 286, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 285, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 293, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 287, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m.

CCLXXXVII - Lote nº 287, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 286, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 292, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 288, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m.

CCLXXXVIII - Lote nº 288, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 287, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 291, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 289, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 12,50m.

CCLXXXIX - Lote nº 289, com área de 320,93m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 288, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com o Lote nº 290, por linha seca de 12,95m; Ao Sul: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 19,96m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "H" e "N", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,90m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "N", numa extensão de 8,12m.



CCXC - Lote nº 290, com área de 316,00m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 291, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 7,79m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "P" e "H", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,81m; Ao Sul: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 20,04m; Ao Oeste: com o Lote nº 289, por linha seca de 12,95m.

CCXCI - Lote nº 291, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 292, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 290, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 288, por linha seca de 12,50m.

CCXCII - Lote nº 292, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 293, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 291, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 287, por linha seca de 12,50m.

CCXCIII - Lote nº 293, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 294, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 292, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 286, por linha seca de 12,50m.

CCXCIV - Lote nº 294, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 295, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 293, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 285, por linha seca de 12,50m.

CCXCV - Lote nº 295, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 296, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 294, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 284, por linha seca de 12,50m.

CCXCVI - Lote nº 296, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 297, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 295, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 283, por linha seca de 12,50m.

CCXCVII - Lote nº 297, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 298, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 296, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 282, por linha seca de 12,50m.

CCXCVIII - Lote nº 298, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 299, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 297, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 281, por linha seca de 12,50m.

CCXCIX - Lote nº 299, com área de 322,31m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 19,96m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "D" e "P", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,90m; Ao Leste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 8,17m; Ao Sul: com o Lote nº 298, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 280, por linha seca de 13,01m.

CCC - Lote nº 300, com área de 311,51m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 7,79m; Ao Leste: com o Lote nº 301, por linha seca de 24,90m; Ao Sul: com parte do Lote nº 304, por linha seca de 12,75m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 19,83m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "P" e "D", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,81m.

CCCI - Lote nº 301, com área de 305,61m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 12,25m; Ao Leste: com o Lote nº 302, por linha seca de 25,00m; Ao Sul: com parte do Lote nº 304, por linha seca de 12,25m; Ao Oeste: com o Lote nº 300, por linha seca de 24,90m.

CCCII - Lote nº 302, com área de 306,85m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 12,25m; Ao Leste: com o Lote nº 303, por linha seca de 25,10m; Ao Sul: com parte do Lote nº 306, por linha seca de 12,25m; Ao Oeste: com o Lote nº 301, por linha seca de 25,00m.

CCCIII - Lote nº 303, com área de 315,22m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "D", numa extensão de 7,71m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "D" e "Q", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,90m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 20,16m; Ao Sul: com parte do Lote nº 306, por linha seca de 12,75m; Ao Oeste: com o Lote nº 302, por linha seca de 25,10m.

CCCIV - Lote nº 304, com área de 312,50m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com os Lotes nºs 300 e 301, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 306, por linha seca de 12,50m; Ao Sul: com o Lote nº 305, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 12,50m.

CCCV - Lote nº 305, com área de 331,03m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com o Lote nº 304, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com parte do Lote nº 306, por linha seca de 13,14m; Ao Sul: com parte do Lote nº 307, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 13,34m.

CCCVI - Lote nº 306, com área de 638,39m<sup>2</sup>, Área Institucional, confrontando-se: Ao Norte: com os Lotes nºs 302 e 303, por linha seca de 25,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 25,43m; Ao Sul: com parte do Lote nº 307, por linha seca de 25,00m; Ao Oeste: com os Lotes nºs 305 e 304, por linha seca de 25,64m.

CCCVII - Lote nº 307, com área de 4.851,50m<sup>2</sup>, Área Verde de Interesse Ecológico, confrontando-se: Ao Norte: com os Lotes nºs 305 e 306, por linha seca de 50,00m; Ao Leste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 19,32m; Novamente ao Norte: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 19,48m; Novamente ao Leste: com o Lote nº 308, por linha seca de 56,00m; Ao Sul: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 64,44m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "H" e "P", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,90m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "P", numa extensão de 70,28m.

CCCVIII - Lote nº 308, com área de 1.529,32m<sup>2</sup>, Área Institucional, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 22,46m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "E" e "R", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,90m; Ao Leste: com a Rua Projetada "R", numa extensão de 46,00m; Ao Sudeste: com as Ruas Projetadas "R" e "H", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,81m; Ao Sul: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 22,56m; Ao Oeste: com o Lote nº 307, por linha seca de 56,00m.

CCCIX - Lote nº 309, com área de 2.097,32m<sup>2</sup>, Área Institucional, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua La Salle, numa extensão de 10,94m; Ao Leste: com Parte do Lote Rural nº 64, por linha seca de 105,73m; Ao Sul: com parte do Lote nº 311 e com o Lote nº 310, por linha seca de 24,93m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 98,52m; Ao Noroeste: com a Rua Projetada "Q" e La Salle, por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,35m.

CCCX - Lote nº 310, com área de 379,87m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 309, por linha seca de 17,01m;

Ao Leste: com o Lote nº 311, por linha seca de 22,36m; Ao Sul: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 11,96m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "E" e "Q", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,90m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "Q", numa extensão de 17,94m.

CCCXI - Lote nº 311, com área de 352,53m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com parte do Lote nº 309 e com Parte do Lote Rural nº 64, por linha seca de 15,98m; Ao Leste: com o Lote nº 312, por linha seca de 21,77m; Ao Sul: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 15,98m; Ao Oeste: com o Lote nº 310, por linha seca de 22,36m.

CCCXII - Lote nº 312, com área de 1.646,24m<sup>2</sup>, sendo 60,13m<sup>2</sup> não edificáveis e 1.586,11m<sup>2</sup> edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com Parte do Lote Rural nº 64, por linha seca de 57,04m; Ao Leste: com parte da Chácara nº 41, com o Lote nº 45, do Loteamento Schoffen, e com a Rua Euclides da Cunha, numa extensão de 30,57m; Ao Sul: com o Lote nº 313, por linha seca de 43,27m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "R", numa extensão de 10,52m; Novamente ao Sul: com a Rua Projetada "E", numa extensão de 14,00m; Novamente ao Oeste: com o Lote nº 311, por linha seca de 21,77m.

CCCXIII - Lote nº 313, com área de 615,24m<sup>2</sup>, Área Institucional, sendo 77,30m<sup>2</sup> não edificáveis e 537,94m<sup>2</sup> edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com o Lote nº 312, por linha seca de 43,27m; Ao Leste: com a Rua Euclides da Cunha, numa extensão de 14,20m; Ao Sul: com o Lote nº 314, por linha seca de 43,38m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "R", numa extensão de 14,20m.

CCCXIV - Lote nº 314, com área de 647,16m<sup>2</sup>, sendo 82,17m<sup>2</sup> não edificáveis e 564,99m<sup>2</sup> edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com o Lote nº 313, por linha seca de 43,38m; Ao Leste: com a Rua Euclides da Cunha, numa extensão de 9,97m; Ao Sudeste: com as Ruas Euclides da Cunha e Projetada "G", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Sul: com a Rua Projetada "G", numa extensão de 33,47m; Ao Sudoeste: com as Ruas Projetadas "G" e "R", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,90m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "R", numa extensão de 10,28m.

CCCXV - Lote nº 315, com área de 5.291,15m<sup>2</sup>, Área Verde de Interesse Ecológico, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Manoel Gomes Filho, numa extensão de 49,44m; Ao Leste: com o Lote nº 316, por linha seca de 19,96m; Novamente ao Norte: com o Lote nº 316, por linha seca de 40,91m; Novamente ao Leste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 10,00m; Novamente ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 47,22m; Novamente ao Leste: com o Lote nº 317, por linha seca de 25,84m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 137,37m; Ao Oeste: com o Lote nº 77, do Loteamento Mont Belo, por linha seca de 53,60m.

CCCXVI - Lote nº 316, com área de 811,07m<sup>2</sup>, Área Institucional, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Manoel Gomes Filho, numa extensão de 35,91m; Ao Nordeste: com as Ruas Manoel Gomes Filho e Projetada "J", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Leste: com a Rua Projetada "J", numa extensão de 14,96m; Ao Sul: com o Lote nº 315, por linha seca de 40,91m; Ao Oeste: com o Lote nº 315, por linha seca de 19,96m.

CCCXVII - Lote nº 317, com área de 357,83m<sup>2</sup>, Área Institucional, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 8,96m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetadas "H" e "K", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,90m; Ao Leste: com a Rua Projetada "K", numa extensão de 21,02m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 14,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 315, por linha seca de 25,84m.

CCCXVIII - Lote nº 318, com área de 324,55m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 7,54m; Ao Leste: com o Lote nº 319, por linha seca de 26,49m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,50m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "K", numa extensão de 21,33m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "K" e "H", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,81m.

CCCXIX - Lote nº 319, com área de 318,97m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 320, por linha seca de 26,68m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 318, por linha seca de 26,49m.

CCCXX - Lote nº 320, com área de 321,27m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 321, por linha seca de 26,87m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 319, por linha seca de 26,68m.

CCCXXI - Lote nº 321, com área de 323,57m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 322, por linha seca de 27,06m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 320, por linha seca de 26,87m.

CCCXXII - Lote nº 322, com área de 325,87m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 323, por linha seca de 27,25m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 321, por linha seca de 27,06m.

CCCXXIII - Lote nº 323, com área de 328,17m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 324, por linha seca de 27,44m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 322, por linha seca de 27,25m.

CCCXXIV - Lote nº 324, com área de 330,47m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 325, por linha seca de 27,64m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 323, por linha seca de 27,44m.

CCCXXV - Lote nº 325, com área de 332,40m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 326, por linha seca de 27,72m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 324, por linha seca de 27,64m.

CCCXXVI - Lote nº 326, com área de 332,62m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 327, por linha seca de 27,72m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 325, por linha seca de 27,72m.

CCCXXVII - Lote nº 327, com área de 332,64m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 328, por linha seca de 27,72m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 326, por linha seca de 27,72m.

CCCXXVIII - Lote nº 328, com área de 332,65m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 329, por linha seca de 27,72m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 327, por linha seca de 27,72m.

CCCXXIX - Lote nº 329, com área de 332,67m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 330, por linha seca de 27,72m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com

o Lote nº 328, por linha seca de 27,72m.

CCCXXX - Lote nº 330, com área de 358,53m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 8,09m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetada "H" e Ernani Macedo, por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,90m; Ao Leste: com a Rua Ernani Macedo, numa extensão de 22,68m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 13,13m; Ao Oeste: com o Lote nº 329, por linha seca de 27,72m.

CCCXXXI - Lote nº 331, com área de 376,27m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 8,80m; Ao Leste: com o Lote nº 332, por linha seca de 27,73m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 13,76m; Ao Oeste: com a Rua Ernani Macedo, numa extensão de 22,77m; Ao Noroeste: com as Ruas Ernani Macedo e Projetada "H", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,81m.

CCCXXXII - Lote nº 332, com área de 360,45m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 13,00m; Ao Leste: com o Lote nº 333, por linha seca de 27,73m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 13,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 331, por linha seca de 27,73m.

CCCXXXIII - Lote nº 333, com área de 332,74m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 334, por linha seca de 27,73m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 332, por linha seca de 27,73m.

CCCXXXIV - Lote nº 334, com área de 388,22m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 14,00m; Ao Leste: com o Lote nº 335, por linha seca de 27,73m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 14,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 333, por linha seca de 27,73m.

CCCXXXV - Lote nº 335, com área de 332,77m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 336, por linha seca de 27,73m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 334, por linha seca de 27,73m.

CCCXXXVI - Lote nº 336, com área de 332,79m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,00m; Ao Leste: com o Lote nº 337, por linha seca de 27,73m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,00m; Ao Oeste: com o Lote nº 335, por linha seca de 27,73m.

CCCXXXVII - Lote nº 337, com área de 346,67m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 338, por linha seca de 27,73m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 336, por linha seca de 27,73m.

CCCXXXVIII - Lote nº 338, com área de 346,68m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 339, por linha seca de 27,74m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 337, por linha seca de 27,73m.

CCCXXXIX - Lote nº 339, com área de 346,70m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 12,50m; Ao Leste: com o Lote nº 340, por linha seca de 27,74m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 12,50m; Ao Oeste: com o Lote nº 338, por linha seca de 27,74m.

CCCXL - Lote nº 340, com área de 701,05m<sup>2</sup>, Edificável, confrontando-se: Ao Norte: com a Rua Projetada "H", numa extensão de 19,65m e com o Lote nº 341, por linha seca de 5,63m; Ao Leste: com o Lote nº 341, por linha seca de 27,74m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 25,28m; Ao Oeste: com o Lote nº 339, por linha seca de 27,74m.

CCCXLI - Lote nº 341, com área de 1.738,85m<sup>2</sup>, sendo 274,88m<sup>2</sup> não edificáveis e 1.463,97m<sup>2</sup> edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com o Lote nº 342, por linha seca de 43,74m; Ao Leste: com a Rua Euclides da Cunha, numa extensão de 42,97m; Ao Sul: com Parte do Lote Rural nº 63, por linha seca de 38,46m; Ao Oeste: com o Lote nº 340, por linha seca de 27,74m; Novamente ao Sul: com parte do Lote nº 340, por linha seca de 5,63m; Novamente ao Oeste: com a Rua Projetada "R", numa extensão de 15,59m.

CCCXLII - Lote nº 342, com área de 624,67m<sup>2</sup>, sendo 86,28m<sup>2</sup> não edificáveis e 538,39m<sup>2</sup> edificáveis, confrontando-se em conjunto: Ao Norte: com a Rua Projetada "G", numa extensão de 33,66m; Ao Nordeste: com as Ruas Projetada "G" e Euclides da Cunha, por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,85m; Ao Leste: com a Rua Euclides da Cunha, numa extensão de 9,72m; Ao Sul: com o Lote nº 341, por linha seca de 43,74m; Ao Oeste: com a Rua Projetada "R", numa extensão de 9,41m; Ao Noroeste: com as Ruas Projetadas "R" e "G", por linha curva, num raio de 5,00m e numa extensão de 7,81m.

Art. 6º A área destinada às ruas passará ao domínio público após o devido registro do loteamento junto ao Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste, como bem comum de uso do povo, ficando, porém, o proprietário do loteamento responsável perante o Município, se por ventura houver falta de área nas ruas, conforme planta apresentada e anexa ao projeto, isentando o Município de qualquer indenização de qualquer natureza, inclusive perante a terceiros compradores.

Art. 7º Denominam-se as ruas Projetadas do Loteamento "Panorama Ville", decorrente da subdivisão de Parte dos Lotes Rurais nº 64, 64-A e 64-B, com área de 40.762,63m<sup>2</sup>, Matrícula nº 15.739, Parte dos Lotes Rurais nº 64, 64-A e 64-B, com área de 40.762,63m<sup>2</sup>, Matrícula nº 15.747, Parte dos Lotes Rurais nº 64, 64-A e 64-B, com área de 38.526,02m<sup>2</sup>, Matrícula nº 38.286, e Parte do Lote Rural nº 64, com área de 102.016,00m<sup>2</sup>, Matrícula nº 1.765, Cartório do Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste - SC; perfazendo um total de 222.067,28m<sup>2</sup>, situados na Rua Oiapoque, Bairro Salete, perímetro urbano de São Miguel do Oeste - SC, conforme segue:

I - Fica denominada de "ALDAIR TEREZINHA BAGETTI" a Rua Projetada "A", localizada no Loteamento Panorama Ville.

II - Fica denominada de "GUIDO EUGENIO DALTOÉ" a Rua Projetada "B", localizada no Loteamento Panorama Ville.

III - Fica denominada de "ALVARO ANTÔNIO FILIPPINI" a Rua Projetada "C", localizada no Loteamento Panorama Ville.

IV - Fica denominada de "MARTIN JOSÉ ANDRIN" a Rua Projetada "D", localizada no Loteamento Panorama Ville.

V - Fica denominada de "VILSON EDUARDO BRATKOWSKI" a Rua Projetada "E", localizada no Loteamento Panorama Ville.

VI - Fica denominada de "ELISABETE REGINA CANDATEN" a Rua Projetada "F", localizada no Loteamento Panorama Ville.



VII - Fica denominada de "ATAIDES BORGES" a Rua Projetada "G", localizada no Loteamento Panorama Ville.

VIII - Fica denominada de "NILLO GIOVANAZ" a Rua Projetada "H", localizada no Loteamento Panorama Ville.

IX - Fica denominada de "CLAUDINO ORSO" a Rua Projetada "I", localizada no Loteamento Panorama Ville.

X - Fica denominada de "NEI PAULO VIDOR" a Rua Projetada "J", localizada no Loteamento Panorama Ville.

XI - Fica denominada de "FABIO ROBERTO LAMB" a Rua Projetada "K", localizada no Loteamento Panorama Ville.

XII - Fica denominada de "ANTÔNIO MENEGON" a Rua Projetada "L", localizada no Loteamento Panorama Ville.

XIII - Fica denominada de "ERMINDO LUIZ CRESTANI" a Rua Projetada "M", localizada no Loteamento Panorama Ville.

XIV - Fica denominada de "OLINDO FONTANA" a Rua Projetada "N", localizada no Loteamento Panorama Ville.

XV - Fica denominada de "LORENA ZANELLA CAPRA" a Rua Projetada "O", localizada no Loteamento Panorama Ville.

XVI - Fica denominada de "RENATO ROMANCINI" a Rua Projetada "P", localizada no Loteamento Panorama Ville.

XVII - Fica denominada de "LENIRA MARCON DONATTI" a Rua Projetada "Q", localizada no Loteamento Panorama Ville.

XVIII - Fica denominada de "NORBERTO MATHIAS" a Rua Projetada "R", localizada no Loteamento Panorama Ville.

Art. 8º O Proprietário tem o prazo de 180 dias para efetuar o registro do loteamento junto ao Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São Miguel do Oeste.

Art. 9º Fica a cargo do proprietário a execução da abertura de ruas, terraplanagem e pavimentação asfáltica ou com pedras irregulares, demarcação de lotes, logradouros, execução de obras de escoamento de águas pluviais, instalação de rede de energia elétrica e iluminação pública, água potável, com ligação de ramais de espera de água em todos os lotes e recomposição de área verde, no prazo máximo de 04 (quatro) anos, obedecendo às normas estabelecidas pela Prefeitura, CASAN, CELESC e IMA, bem como o cronograma de obras constante do projeto de loteamento

Art. 10º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.

Em, 29 de outubro de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

CHARLES DALL ORSOLETTA

Secretário Municipal de Planejamento

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1411/2019**

Publicação Nº 2215300

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1411/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

### **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR a Senhora DAIANA SARA SIRTOLI, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portador do CPF 055.944.209-24, RG 5069641 SSP/SC, para exercer o cargo de Confiança de DIRETOR DE TRANSITO, 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, a partir de 01 de novembro de 2019.

Art.2º Fica revogada a portaria 0025/2017 de 02 de janeiro de 2017.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 30 de outubro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

### **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1412/2019**

Publicação Nº 2215307

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1412/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR a servidora pública municipal efetiva GENI MARIA PADILHA GIRELLI, ocupante do cargo de Assistente Social, 40 horas semanais, para exercer o cargo de Confiança de DIRETOR DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de novembro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 30 de outubro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

### **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1413/2019**

Publicação Nº 2215310

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1413/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Edital 003/2018;

CONSIDERANDO que o titular Roberto Guilherme Christmann, encontra-se em licença prêmio;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o Sr. CHARLES DE LUCCA GASPERIN, com carga horária de 40 horas semanais, para ocupar o cargo de PROFESSOR, na disciplina de Educação Física, não habilitado, junto a EMEIEF Juscelino K. de Oliveira, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 01 de novembro de 2019 até que perdure o afastamento do titular, ou até o final do ano letivo de 2019.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 01 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

### **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1414/2019**

Publicação Nº 2215316

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1414/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

**RESOLVE:**

**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º JANICE LOURDES VIERA, ocupante do cargo de Professor, junto a Secretaria Municipal de Educação, 20 horas semanais, a partir de 01 de novembro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 01 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

### **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1415/2019**

Publicação Nº 2215317

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1415/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER a 1ª (primeira) Licença Prêmio, com direito de afastamento por 03 (três) meses, de acordo com o § 5º, do art. 190, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com o art. 108, da Lei Municipal nº 09, de 02 de abril de 2012, à servidora pública municipal efetiva MADALENA PAULA FROZZA, ocupante do cargo de Professor, que corresponde ao período aquisitivo de 05 de maio de 2014 a 16 de maio de 2019, levando-se em consideração para o cálculo as faltas/afastamentos permitidos pelo Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art.2º A concessão da referida licença deverá constar nos registros funcionais do servidor.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 01 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1416/2019**

Publicação Nº 2215318

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1416/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Edital 001/2019;

CONSIDERANDO que há uma escala de férias para os servidores ocupantes do cargo de Técnico em Enfermagem na Secretaria Municipal de Saúde;

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. SILVIA DE FATIMA TERRES, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01 de novembro de 2019 até 30 de abril de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 01 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1417/2019**

Publicação Nº 2215320

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1417/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

### **RESOLVE:**

CONCEDER a 3ª (terceira) Licença Prêmio, de acordo com o parágrafo 5º, do art. 190, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e em conformidade com a Emenda Modificativa nº 001/95, a servidora pública municipal efetiva JUSARA CLARI BALBINOT MALDANER, ocupante do cargo de Professor, a qual deverá constar nos registros funcionais, correspondente ao período de 03 de fevereiro de 2014 a 02 de fevereiro de 2019, com direito a 03 (três) meses.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 01 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1418/2019**

Publicação Nº 2215321

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1418/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

### **RESOLVE:**

CONCEDER a 1ª (primeira) Licença Prêmio, de acordo com o parágrafo 5º, do art. 190, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e em conformidade com a Emenda Modificativa nº 001/95, a servidora pública municipal efetiva MARLI TEREZINHA FABIANI, ocupante do cargo de Professor, a qual deverá constar nos registros funcionais, correspondente ao período de 05 de maio de 2014 a 04 de maio de 2019, com direito a 03 (três) meses.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 01 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1419/2019**

Publicação Nº 2215322

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1419/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Edital 003/2018;

CONSIDERANDO a abertura de turma provisória de creche junto ao CEI Primeiros Passos;

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. ANGELA MARIA FONTOURA DA SILVA, com carga horária de 40 horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, junto ao CEI Primeiros Passos, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 01 de novembro de 2019 até o final do ano letivo de 2019.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 01 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 1420/2019**

Publicação Nº 2215323

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1420/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

### **RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR a Senhora IVANETE LANHE POVALA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF 067.615.289-92, RG 3816022 SSP/SC, para exercer o cargo de Confiança de CHEFE DE DIVISÃO DE CEMITÉRIO, 40 horas semanais, junto a Secretaria de Municipal de Urbanismo, a partir de 04 de novembro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 04 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat  
Técnico Administrativo

## **PROC 242/2019 - PREFEITURA**

Publicação Nº 2215884

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 242/2019  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 12/2019

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Inexigibilidade de Licitação tendo como objeto: Rateio dos recursos necessários à estruturação e manutenção do Programa de "Gestão Ambiental" que prevê sobre a gestão associada dos serviços públicos no licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nas ecossistemas naturais do município através do Conder. Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL-CONDER. Valor Total de R\$41.072,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 04 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário de Administração e Finanças

**RESULTADO PROVISÓRIO EDITAL Nº 02/2019**

Publicação Nº 2215296

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste  
Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência  
Resultado Provisório

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA E O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 103, VIII da LCM 024/2013; torna público o resultado provisório do Edital 002/2019, o qual dispõe sobre a concessão de licença prêmio para os servidores da Secretaria Municipal de Educação, ano de 2020.

**DA CLASSIFICAÇÃO**

Art 1º- Ficam classificados os seguintes servidores, conforme estipulado no Art. 7º do Edital Nº 02, de 11 de outubro de 2019:

**Cargo: Agente de Limpeza e Serviços Gerais**

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Juliana Elwanger Pinho	131 dias	11 anos 8 meses e 20 dias	04/01/1989
2º	Claudia Adriana Dias	120 dias	16 anos 2 meses e 1 dia	18/05/1973
3º	Jurema de Fátima Vitcoski	90 dias	16 anos 2 meses e 1 dia	05/06/1969
4º	Marineusa Adriana de Oliveira	90 dias	15 anos 8 meses e 29 dias	01/12/1977
5º	Roseli de Fátima Chaves	90 dias	13 anos 8 meses e 23 dias	20/03/1965
6º	Eunice Bergamini	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	14/12/1978
7º	Marlene Ceratti Dewes	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	24/07/1969
8º	Miriam Leticia Weber	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	28/07/1977
9º	Estelamar Brisola Rodrigues	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	12/04/1978
10º	Viviane Bonatto	60 dias	17 anos 3 meses e 1 dia	13/04/1979
11º	Elisabete Kornoski	60 dias	16 anos 2 meses e 1 dia	29/07/1965
12º	Sandra Maria Dall Agnol Echer	60 dias	16 anos 2 meses e 1 dia	18/03/1978
13º	Marlene Fátima Jacoboski	60 dias	11 anos 8 meses e 21 dias	27/09/1958
14º	Lindanir Salete Magnaguagno	60 dias	7 anos 11 meses e 1 dia	13/05/1983
15º	Vanilce Antonia Sirtolli Dapper	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	13/02/1984
16º	Silvane Boaro Hoecheler	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	24/04/1985
17º	Jackeline Carla Portela Poletto	60 dias	6 anos 6 meses e 18 dias	29/10/1983
18º	Eliane Bedin	60 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	18/09/1979
19º	Marilene Ramos	42 dias	7 anos 8 meses e 27 dias	03/07/1991
20º	Mirian Isabel Da Nunciação Rech	30 dias	13 anos 8 meses e 25 dias	23/05/1972
21º	Salete Fátima Simon Klein	30 dias	13 anos 8 meses e 23 dias	13/04/1967
22º	Alceni de Lourdes Chaves Alves	30 dias	13 anos 8 meses e 20 dias	29/11/1960
23º	Lucilene Gabbiatti	30 dias	12 anos 8 meses e 12 dias	14/04/1980
24º	Mariza Inês Manto	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	04/06/1963
25º	Gabriela Regina Forchesatto Czarnowski	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	31/08/1988
26º	Elisabete Mateus	30 dias	7 anos 1 mês e 16 dias	26/04/1976
27º	Catarina Fátima Guth	Sem direito a licença prêmio		

**Cargo: Auxiliar de Creche**

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Maria Helena Dalchiavon Gasparin	105 dias	16 anos e 2 meses	04/10/1969
2º	Inês Lucia Dal Magro	90 dias	16 anos 2 meses e 1 dia	30/01/1968
3º	Verenice Bandeira Balbinot	90 dias	12 anos e 4 meses	12/06/1980
4º	Margarete Wommer Schraegle	80 dias	9 anos 3 meses e 13 dias	29/04/1984
5º	Eni de Ros	67 dias	13 anos e 9 meses	24/04/1965
6º	Ilse Terezinha Steffens Gnatta	60 dias	16 anos e 2 meses	04/11/1975
7º	Rosane Carolina Baumgratz	60 dias	16 anos e 2 meses	01/06/1983
8º	Elis Regina Bach Dutra de Campos	30 dias	9 anos 8 meses e 29 dias	23/08/1968

**Cargo: Coordenador Pedagógico**

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Maria de Fátima Costeira Hernandes	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	15/04/1966
2º	Adriana Gregolon	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	15/09/1972
3º	Patricia Gabiatti	60 dias	5 anos 6 meses e 29 dias	08/09/1988
4º	Franciele Bernardon	60 dias	5 anos 5 meses e 28 dias	11/01/1982
5º	Normélia Reeckziegel	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	12/03/1960



## Cargo: Merendeira

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Elizabete Rubia da Rosa	99 dias	12 anos 1 mês e 23 dias	18/02/1970
2º	Rosileile Allebrandt Strapason	90 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	03/08/1982
3º	Nádia Kissmann	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	23/06/1976
4º	Rúbia Rovania Cantú	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	19/08/1985
5º	Genivalda Neri	60 dias	6 anos 6 meses e 24 dias	16/02/1969
6º	Oliva Bif Demarch	30 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	11/06/1969
7º	Nilce Fátima Braitenbach	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	28/06/1976
8º	Micheli Anschau Thomaz	30 dias	7 anos e 7 meses	14/12/1987

## Cargo: Professor de Artes

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Osméri Fátima Gonzatti Schneider	90 dias	15 anos e 9 meses	06/03/1977
2º	Diana Terezinha Zanetti	90 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	12/07/1981
3º	Janete Carniel da Silva	90 dias	5 anos 1 mês e 10 dias	03/09/1980

## Cargo: Professor de Educação Física

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Marli Terezinha Fabiani	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	05/09/1963
2º	Roberto Guilherme Christmann	60 dias	17 anos 9 meses e 5 dias	27/02/1965
3º	Sérgio Luiz Nardi	60 dias	12 anos 9 meses e 21 dias	11/09/1966
4º	Katiane Fraporti	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	28/01/1987

## Cargo: Professor de Língua Espanhola

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Vanessa Miola	82 dias	7 anos e 11 dias	18/11/1986

## Cargo: Professor de Língua Inglesa

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Solange Frigeri	90 dias	5 anos 1 mês e 22 dias	29/07/1971

## Cargo: Professor de Matemática

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Ariane Angelita de Oliveira	Sem direito a licença prêmio.		

## Cargo: Professor de Educação Infantil

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Leandra Ines Pelle Delpino	210 dias 27 anos 9 meses 08/06/1972		
2º	Saete Merlini	150 dias	11 anos 8 meses e 22 dias	17/01/1982
3º	Delcilene Bianchi	120 dias	15 anos 9 meses e 1 dia	09/06/1966
4º	Neide Renz Cadore	105 dias	15 anos 8 meses e 19 dias	29/08/1974
5º	Ana Lúcia Bencke	90 dias	23 anos 8 meses e 29 dias	21/12/1970
6º	Liana Cecilia Wronski Ghizzi	90 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	15/03/1967
7º	Márcia Both Winter	90 dias	12 anos 3 meses e 2 dias	28/01/1983
8º	Kassiana Ziemniczak	90 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	16/11/1983
9º	Carla Adriane Ritter	90 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	22/11/1985
10º	Daiane Taís Dalsotto	90 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	05/01/1989
11º	Marisa Rosa Mendonça	90 dias	7 anos 6 meses e 27 dias	27/03/1979
12º	Iloí de Fátima Massignani	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	08/01/1961
13º	Izaida Veronica Skunieczni Perotto	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	09/04/1966
14º	Ione da Graças Pinheiro Cantú	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	06/05/1970
15º	Rosani Cescon	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	18/07/1974
16º	Sirlei Pastore	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	23/09/1976
17º	Claudia Riva Schemmer	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	19/02/1987
18º	Cristina Fernandes Posser	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	19/01/1990
19º	Rosilei Jeziur	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	13/11/1975
20º	Madalena Paula Fronzza	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	29/06/1980



21°	Geizibel Grassi	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	19/11/1982
22°	Daniele Casagrande Dalpiaz	90 dias	5 anos e 5 meses	10/07/1982
23°	Elizandra Toldo	90 dias	5 anos e 5 meses	12/01/1983
24°	Angelita Gusmão Tarouco	80 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	25/03/1969
25°	Ledi Carla Bedin Soares de Lima	78 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	29/08/1975
26°	Marili Leão	73 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	22/06/1985
27°	Ronise Britto Schwengber	72 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	01/02/1985
28°	Renate Beatriz Graebner	67 dias	23 anos 8 meses e 28 dias	22/08/1969
29°	Adriane Gisele Marcante	67 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	26/06/1980
30°	Leda Arcari Barb	67 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	25/04/1979
31°	Aglimone Bernardi Chittó	60 dias	23 anos 8 meses e 28 dias	09/01/1976
32°	Isabel Cristina Rauber	60 dias	15 anos e 9 meses	24/06/1977
33°	Sonia Silvia Andreolla	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	26/06/1975
34°	Ana Rita Skunieczni	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	09/03/1979
35°	Elisangela Irma Machado Greggio	60 dias	7 anos 8 meses e 27 dias	03/08/1977
36°	Maristela Alberti	60 dias	7 anos 3 meses e 3 dias	11/02/1984
37°	Eduarda Arcari Heinen	60 dias	6 anos 9 meses e 2 dias	19/02/1976
38°	Gesmari Terezinha Franzone Rodrigues	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	10/12/1965
39°	Salete Biazutti	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	16/05/1967
40°	Saionara Vanderleia Matana	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	29/01/1974
41°	Geneci Rosa Herbstrieth	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	13/12/1974
42°	Catia Stuan	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	21/04/1983
43°	Maria Tressoldi	30 dias	23 anos 8 meses e 28 dias	04/01/1965
44°	Ivania Barbieri	30 dias	14 anos 8 meses e 24 dias	28/09/1971
45°	Gereci Scapin Gehlen	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	09/07/1972
46°	Juliane Tânia Simioni	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	22/10/1979
47°	Rosane Maria Schwengber Rolhano	Sem direito a licença prêmio.		
48°	Claudia Regina Floriano Dalmagro	Sem direito a licença prêmio.		

## Cargo: Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Colocação	Servidor	Dias de Licença Prêmio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1°	Celoí Terezinha Vichroski	270 dias	23 anos 8 meses e 1 dia	18/10/1969
2°	Tatiane Cristina Coppini de Lima	150 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	29/06/1973
3°	Maristela Rautta Bernardi	119 dias	15 anos 9 meses	06/09/1975
4°	Jane Maria Rodigheri	90 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	01/07/1973
5°	Eliane Sandra Fantinel	60 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	17/10/1978
6°	Cleusa Schneider Vormá	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	21/07/1966
7°	Adelaide Maria Dilli	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	28/09/1968
8°	Rosalina Salete de Oliveira Domingues	30 dias	7 anos 7 meses e 14 dias	02/09/1975

Parágrafo Único. Quanto ao tempo de serviço, fora considerada para classificação a data de 31 de outubro de 2019, independente do dia da inscrição.

Art. 2º Considerando o número de inscrições para o cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais e Professor de Educação Infantil e, considerando a conveniência e oportunidade a Administração Municipal concederá licença prêmio mensal, sendo:

I. 03 (três) Agente de Limpeza e Serviços Gerais;

II- 05 (cinco) Professor de Educação Infantil.

São Miguel do Oeste, 4 de novembro de 2019

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

PAULO RICARDO DRUMM

Secretário Municipal de Educação

DANIELA APARECIDA MENEGAT  
Membro da Comissão

INES CARLA PERSCH THEOBALD  
Membro da Comissão

MARIALICE BRASSIANI  
Membro da Comissão

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 124/2019 - PREFEITURA**

Publicação Nº 2214753

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/11

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE****Processo Nº.: 231/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 124/2019**

No dia 1 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.821.174/0001-80, com sede administrativa localizada na RUA MARCÍLIO DIAS, 1199, bairro CENTRO, CEP nº. 89900-000, nesta cidade de São Miguel do Oeste/SC, representado pelo(a) SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, o Sr(a). ALENCAR BARBIERI, inscrito no CPF sob o nº. 004.503.869-45, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 153/2019, Processo Licitatório nº. 231/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL E SEGURO DETER, DESTINADOS AOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, DE ACORDO COM ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6322	GENTE SEGURADORA S/A	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 20, 22, 23, 24, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 57, 58, 62
1623	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	6, 15, 16, 17, 19, 21, 25, 26, 28, 35, 39, 40, 47, 50, 54, 56, 59, 60, 61

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 8.903/2017 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GENTE SEGURADORA S/A	90.180.605/0001-02	LUCAS STOLF	093.268.549-81
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	61.198.164/0001-60	JONATAS CUNHA DE OLIVEIRA	015.922.790-90

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL E SEGURO DETER, DESTINADOS AOS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, DE ACORDO COM ANEXO I, TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 1623 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	Seguro total para o veículo Chevrolet Spin 2019 (Nova), com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.900,00.	UN		1,000	1.400,0000	1.400,00
15	Seguro total para o veículo FORD RANGER XLT CD 2017/2017, placa QIL 9615, chassi 8AFAR23L6HJ014172, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais de R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 2.200,00.	UN		1,000	1.980,0000	1.980,00



## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Página: 2/11

Processo Nº.: 231/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/2019

**Fornecedor: 1623 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	Seguro total para o veículo FIAT/DUCATO VAN 2016/2017 placa QIM 6755, chassi 93W245H3RH2162668, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 4.500,00.	UN		1,000	1.990,0000	1.990,00
17	Seguro total para o veículo FIAT/DUCATO VAN 2016/2017 placa QIM 6905, chassi 93W245H3RH2160470, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 4.500,00.	UN		1,000	1.990,0000	1.990,00
19	Seguro total para o veículo FIAT/DUCATO MC TCA MIC 2016/2017 placa QIM 7019, chassi 93W245H3RH2163089, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 4.500,00.	UN		1,000	1.990,0000	1.990,00
21	Seguro total para o veículo Chery Celer 1.5 2016/2017 placa QIN4953, chassi 98RDA11B9JA000010, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.600,00.	UN		1,000	1.040,0000	1.040,00
25	Seguro total para o veículo GM SPIN LTZ 2018/2018, placa QIU 0735, chassi 9BGJC7520JB242035, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais de R\$ 20.000,00, Assistência 24 h Vidros, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.900,00.	UN		1,000	1.400,0000	1.400,00
26	Seguro total para o veículo GM/SPIN 1.8 LTZ 2018/2018 placa QIU1184, chassi 9BGJC7520JB220399, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.900,00.	UN		1,000	1.400,0000	1.400,00
28	Seguro total para o veículo GM SPIN LTZ 2018/2018, placa QIX 2456, chassi 9BGJC7520JB261383, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais de R\$ 20.000,00, Assistência 24 h Vidros, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.900,00.	UN		1,000	1.400,0000	1.400,00
35	Seguro total para o veículo GM Spin LTZ 2018/2019 placa QJC9309, chassi 9BGJC7520KB138796 com as seguintes coberturas: Danos Materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.900,00.	UN		1,000	1.400,0000	1.400,00
39	Seguro total para o veículo Renault Master L3H2 2018/2019 placa QJE 5157, chassi 93YMEN4XEKJ528090, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 4.500,00.	UN		1,000	1.990,0000	1.990,00
40	Seguro total para o veículo Renault Master L3H2 2018/2019 placa QJE 5197, chassi 93YMEN4XEKJ528084, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 4.500,00.	UN		1,000	1.990,0000	1.990,00
47	Seguro total para o veículo GM SPIN LTZ 2018/2019, placa QJN9744, chassi 9BGJC7520KB128086, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais de R\$ 20.000,00, Assistência 24 h Vidros, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.900,00.	UN		1,000	1.400,0000	1.400,00
50	Seguro total para o veículo GM SPIN PREMIER 2019/2020, placa QJT 3266, chassi 9BGJP7520LB113024, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais de R\$ 20.000,00, Assistência 24 h Vidros, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.900,00.	UN		1,000	1.400,0000	1.400,00
54	Seguro total para o veículo GM SPIN PREMIER 2019/2020, placa QJV 0936, chassi 9BGJP7520LB112726, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais de R\$ 20.000,00, Assistência 24 h Vidros, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.900,00.	UN		1,000	1.400,0000	1.400,00
56	Seguro total para o veículo Fiat Ducato chassi L 2018/2018 placa QTL 7316, chassi 3C7WVFAK1JE136526, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia R\$ 2.000,00.	UN		1,000	1.790,0000	1.790,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Página: 3/11

Processo Nº.: 231/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/2019

**Fornecedor: 1623 - PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
59	Seguro total para o veículo Renault Master Mic 2019/2020, placa RAF 9405, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 4.500,00.	UN		1,000	1.990,0000	1.990,00
60	Seguro total para o veículo Fiat Ducato chassi L 2016/2018, placa RAG 3305, chassi 3C7WFAK7JE123957, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia R\$ 2.000,00.	UN		1,000	1.790,0000	1.790,00
61	Seguro total para o veículo Renault Master 2019/2019 (Nova), com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 4.500,00.	UN		2,000	1.990,0000	3.980,00

**Fornecedor: 6322 - GENTE SEGURADORA S/A**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SEGURO PASSAGEIROS CONFORME DETERMINAÇÃO DETER-SC (ATÉ 20 PASSAGEIROS), VEÍCULO RENAULT MASTER (NOVA).	UN		2,000	3.900,0000	7.800,00
2	SEGURO PASSAGEIROS CONFORME DETERMINAÇÃO DETER-SC (ATÉ 20 PASSAGEIROS), FIAT/DUCATO VAN 2016/2017, PLACA QIM7019.	UN		1,000	4.900,0000	4.900,00
3	SEGURO PASSAGEIROS CONFORME DETERMINAÇÃO DETER-SC (ATÉ 20 PASSAGEIROS), RENAULT MASTER L3H2 2019/2019, PLACA RAF9405.	UN		1,000	3.900,0000	3.900,00
4	Seguro total para o veículo Chevrolet Montana 2019 (Nova), com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.600,00.	UN		4,000	1.000,0000	4.000,00
5	Seguro total para o veículo Chevrolet Prisma 2019 (Novo), com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.800,00.	UN		5,000	1.000,0000	5.000,00
7	Seguro total para o veículo FIAT/STRADA WORKING CD 1.4 2014/2015, placa MMB 9665, chassi 9BDS78341F7830294, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.600,00.	UN		1,000	1.000,0000	1.000,00
8	Seguro total para o veículo Renault Master Ambulância 2014/2015 placa QHC3258, chassi 93YMAF4LCFJ434485, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 4.500,00.	UN		1,000	2.990,0000	2.990,00
9	Seguro total para o veículo Renault Master Euro Ambulância 2016/2017 placa QHS7819, chassi 93YMAFELCHJ464785, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 4.500,00.	UN		1,000	2.990,0000	2.990,00
10	Seguro total para o veículo Ducato Jaedi ambulância 2016/2016 placa QHT6386, chassi 93W244F2RG2159431, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia R\$ 4.500,00.	UN		1,000	2.990,0000	2.990,00
11	Seguro total para o veículo Fiat Doblo Essence 2016/2017 placa QHT6947, chassi 9BD1196GDH1138794, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.900,00.	UN		1,000	1.450,0000	1.450,00
12	Seguro total para o veículo Fiat Palio 2015/2015 placa QHV3270, chassi 9BD171227G7574971, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.000,0000	1.000,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Página: 4/11

Processo Nº.: 231/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/2019

**Fornecedor: 6322 - GENTE SEGURADORA S/A**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
13	Seguro total para o veículo CHERY/CELER 1.5 2015/2016 placa QHX 3420, chassi 98RDA11B3GA000044, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h Guincho até 300km, Franquia máxima R\$ 1.600,00.	UN		1,000	1.047,0000	1.047,00
14	Seguro total para o veículo FIAT/STRADA HD 1.4 2017/2017 placa QIL 3516, chassi 9BD5781FFHY173661, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima 1.600,00.	UN		1,000	1.000,0000	1.000,00
18	Seguro total para o veículo FIAT/MOBI LIKE 2017/2018 placa QIM 6945, chassi 9BD341ASXJY480580, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.060,0000	1.060,00
20	Seguro total para o veículo FIAT/MOBI LIKE 2017/2018 placa QIM 7055, chassi 9BD341A5XJ480589, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.055,0000	1.055,00
22	Seguro total para o veículo FIAT/MOBI LIKE 2017/2018 placa QIN9257, chassi 9BD341A5XJY503133, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.060,0000	1.060,00
23	Seguro total para o veículo HYUNDAI HR HDB 130 CV 2017/2018 placa QIR 5456, chassi 95PZBN7KPB076730, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 2.000,00.	UN		1,000	1.740,0000	1.740,00
24	Seguro total para o veículo VW/POLO MINI PB ESC 2016/2017 placa QIS 3225, chassi 95334M62P4HR704143, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.800,00.	UN		1,000	1.999,0000	1.999,00
27	Seguro total para o veículo FORD KA, Fabricação/Modelo 2017/2018, placa QIW 5769, chassi 9BFZH54J3J8025502, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais R\$ 20.000,00, Assistência 24h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.050,0000	1.050,00
29	Seguro total para o veículo FIAT MOBI, Fabricação/Modelo 2017/2018, placa QJA 1299, chassi 9BD341A8CJY524302, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.065,0000	1.065,00
30	Seguro total para o veículo FORD/KA SE 1.5 SD 2018/2018 placa QJA 8135, chassi 9BFZH54J3J8176663, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.040,0000	1.040,00
31	Seguro total para o veículo RENAULT KWID 2018/2019, placa QJA 9695, chassi 93YRBB002KJ396104, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais de R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.050,0000	1.050,00
32	Seguro total para o veículo RENAULT KWID 2018/2019, placa QJA 9725, chassi 93YRBB001KJ403026, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais de R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.050,0000	1.050,00
33	Seguro total para o veículo Fiat Cronos 2018/2019, placa QJB 2645, chassi 8AP359A0DKU015452, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 2.200,00.	UN		1,000	1.420,0000	1.420,00
34	Seguro total para o veículo Fiat Cronos 2018/2019, placa QJB 4125, chassi 8AP359A0DKU018605 com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 2.200,00.	UN		1,000	1.420,0000	1.420,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Página: 5/11

Processo Nº.: 231/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/2019

**Fornecedor: 6322 - GENTE SEGURADORA S/A**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
36	Seguro total para o veículo GM ÔNIX 2018/2018, placa QJC 9419, chassi 9BGKL48U0JB275159, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais de R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.075,0000	1.075,00
37	Seguro total para o veículo GM ÔNIX 2018/2018, placa QJC 9589 chassi 9BGKL48U0JB282646, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais de R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00	UN		1,000	1.075,0000	1.075,00
38	Seguro total para o veículo FIAT STRADA 2018/2018, placa QJD 3316 chassi 9BD5781FFJY263708, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais de R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.600,00.	UN		1,000	1.000,0000	1.000,00
41	Seguro total para o veículo FIAT/MOBI LIKE 2018/2018 placa QJG5312, chassi 9BD341A5XJY542250, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h,Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.050,0000	1.050,00
42	Seguro total para o veículo Fiat Cronos 2018/2019 placa QJH6759, chassi 8AP359A0DKU049733, com as seguintes coberturas: Danos Materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 2.200,00.	UN		1,000	1.420,0000	1.420,00
43	Seguro total para o veículo Renault Kwid 2018/2019, placa QJk 9115, chassi 93YRBB000KJ475867, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.050,0000	1.050,00
44	Seguro total para o veículo Fiat Strada 2019/2019 placa QJM 6775, chassi 9BD5781FFKY324893 com as seguintes coberturas: Danos Materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.600,00.	UN		1,000	1.000,0000	1.000,00
45	Seguro total para o veículo Fiat Strada 2019/2020 placa QJM 6885, chassi 9BD5781FFLY348179 com as seguintes coberturas: Danos Materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.600,00.	UN		1,000	1.000,0000	1.000,00
46	Seguro total para o veículo GM ÔNIX 2019/2019, placa QJN 9534 chassi 9BGKL48U0KB212688 com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais de R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.100,00.	UN		1,000	1.050,0000	1.050,00
48	Seguro total para o veículo CHEVROLET ÔNIX, 2019/2019, QJT - 3066, chassi 9BGKL48U0KB241851, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.050,0000	1.050,00
49	Seguro total para o veículo CHEVROLET ÔNIX, 2019/2019, QJT - 3146, chassi 9BGKL48U0KB255294, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.050,0000	1.050,00
51	Seguro total para o veículo Fiat Fiorino Ambulância 2018/2019 placa QJT4891, chassi 9BD2651JHK9117100, com as seguintes coberturas: Danos Materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 3.000,00.	UN		1,000	1.999,0000	1.999,00
52	Seguro total para o veículo Fiat Fiorino Ambulância 2018/2019 placa QJT6271, chassi 9BD2651JHK9116922, com as seguintes coberturas: Danos Materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 3.000,00.	UN		1,000	1.999,0000	1.999,00
53	Seguro total para o veículo Fiat Strada 2018/2019 placa QJU 4059, chassi 9BD5781FFKY289417 com as seguintes coberturas: Danos Materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.600,00.	UN		1,000	1.000,0000	1.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE**

Página: 6/11  
 Processo Nº.: 231/2019  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/2019

**Fornecedor: 6322 - GENTE SEGURADORA S/A**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
55	Seguro total para o veículo GM ÔNIX 2019/2019, placa QJX 7864 chassi 9BGKL48U0KB239285 com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos Corporais de R\$ 200.000,00, Danos Morais de R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.050,0000	1.050,00
57	Seguro total para o veículo CHEVROLET MONTANA, 2019/2020, RAC - 3955, chassi 9BGCA8030LB112926, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.600,00.	UN		1,000	1.000,0000	1.000,00
58	Seguro total para o veículo CHEVROLET ÔNIX, 2019/2019, RAC - 4015, chassi 9BGKL48U0KB255856, com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		1,000	1.050,0000	1.050,00
62	Seguro total para o veículo Chevrolet Ônix 2019 (Novo), com as seguintes coberturas: Danos materiais de R\$ 200.000,00, Danos corporais de R\$ 200.000,00, Danos morais R\$ 20.000,00, Assistência 24 h, Guincho até 300 km, Franquia máxima R\$ 1.500,00.	UN		3,000	1.050,0000	3.150,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE**

Página: 7/11  
Processo Nº.: 231/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/2019

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE**

Página: 8/11  
Processo Nº.: 231/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/2019

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 9/11

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE****Processo Nº.: 231/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/2019****CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. Os pagamentos serão efetuados conforme Edital, mediante a apresentação de nota fiscal / fatura, em moeda corrente nacional.

8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.

8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, descrição completa conforme a autorização de fornecimento, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, bem como informar os dados de CNPJ, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: e-nota@saomiguel.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

8.5. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 10/11

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE****Processo Nº.: 231/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/2019**

8.6. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.8. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.9. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES**

11.1. As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores, quais sejam:

**11.1.1. Advertência****11.1.2. Multa**

- a) 0,5% por dia de atraso, na entrega dos produtos ou execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 20%;
- b) 10% em caso da não entrega dos produtos, não execução dos serviços ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

**11.1.3. Suspensão**

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 (cinco) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal.

**11.1.4. Impedimento**

11.1.4.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, a receber a Autorização de Fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de São Miguel do Oeste pelo prazo de até 2 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 11/11

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE****Processo Nº.: 231/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 153/2019**

11.2. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

11.4. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

11.5. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel do Oeste, 1 de Novembro de 2019.

\_\_\_\_\_  
**ALENCAR BARBIERI**  
**SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**Empresas Participantes:**

GENTE SEGURADORA S/A

CNPJ: 90.180.605/0001-02 \_\_\_\_\_

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60 \_\_\_\_\_

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO 125/2019 - PREFEITURA**

Publicação Nº 2214754

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE****Processo Nº.: 236/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 158/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 125/2019**

No dia 1 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.821.174/0001-80, com sede administrativa localizada na RUA MARCILIO DIAS, 1199, bairro CENTRO, CEP nº. 89900-000, nesta cidade de São Miguel do Oeste/SC, representado pelo(a) SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, o Sr(a). ALENCAR BARBIERI, inscrito no CPF sob o nº. 004.503.869-45, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 158/2019, Processo Licitatório nº. 236/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EQUIPAMENTOS PREVENTIVOS CONTRA INCÊNDIO PARA SEREM UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6362	ANGELO MARCOS ROSIN ME	2, 3, 4, 11, 12, 13, 14, 15, 16
12854	ND COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	1, 6, 7, 8, 9, 10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 8.903/2017 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ANGELO MARCOS ROSIN ME	11.227.260/0001-10	ANGELO MARCOS ROSIN	039.227.169-97
ND COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	32.150.124/0001-40	FABIO ANTONIO PALOSCHI	030.412.329-36

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EQUIPAMENTOS PREVENTIVOS CONTRA INCÊNDIO PARA SEREM UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.**

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6362 - ANGELO MARCOS ROSIN ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	PLACA LETRA "E"	UN	AMR PUBLICI	300,000	13,8000	4.140,00
3	FITA DEMARCAÇÃO (48 mm X 14 mm) AMARELA	UN	AMR PUBLICI	300,000	11,0000	3.300,00
4	FITA DEMARCAÇÃO (48 mm X 14 mm) VERMELHA	UN	AMR PUBLICI	300,000	11,0000	3.300,00
11	PLACA INDICATIVA COM A INSCRIÇÃO "ESCADA DE ACESSO RESTRITO"	UN	AMR PUBLICI	300,000	13,3000	3.990,00
12	PLACA INDICATIVA COM A INSCRIÇÃO "ACESSO RESTRITO"	UN	AMR PUBLICI	300,000	13,3000	3.990,00
13	PLACA INDICATIVA DE LOTAÇÃO MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO	UN	AMR PUBLICI	300,000	18,0000	5.400,00
14	PLACA INDICATIVA DE LOTAÇÃO MÁXIMA DA EDIFICAÇÃO E OCUPAÇÃO MÁXIMA DAS ARQUIBANCADAS	UN	AMR PUBLICI	300,000	18,0000	5.400,00
15	INDICAÇÃO DO SENTIDO DE ABERTURA DA PORTA (COM SETA)	UN	AMR PUBLICI	300,000	2,9500	885,00
16	INDICAÇÃO DO SENTIDO DE ABERTURA DA PORTA (COM A INSCRIÇÃO "PUXE")	UN	AMR PUBLICI	300,000	7,9000	2.370,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE**Página: 2/7  
Processo Nº.: 236/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 158/2019**Fornecedor: 12854 - ND COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO PÔ ABC (4KG)	UN	KIDY	300,000	180,0000	54.000,00
6	PLACA FOTOLUMINESCENTE (25 cm X 16 cm), COM INDICAÇÃO DA SAÍDA DE EMERGENCIA, COM PICTOGRAMA E COM SETA	UN	TAG	300,000	14,9000	4.470,00
7	PLACA LUMINOSA (50 cm X 32 cm), COM INDICAÇÃO DA SAÍDA DE EMERGENCIA, SEM PICTOGRAMA E SEM SETA	UN	SCALA	300,000	40,0000	12.000,00
8	PLACA LUMINOSA (50 cm X 32 cm), COM INDICAÇÃO DA SAÍDA DE EMERGENCIA, COM PICTOGRAMA E COM SETA	UN	SCALA	300,000	68,0000	20.400,00
9	BLOCO AUTONOMO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA "MODELO A" (SIMPLES)	UN	SEGURIMAX	300,000	23,5000	7.050,00
10	BLOCO AUTONOMO DE ILUMINAÇÃO DE EMERGENCIA "MODELO B" (FAROLETE)	UN	MANPLEX	300,000	99,5000	29.850,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observadas as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 236/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 158/2019

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 4/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE****Processo Nº.: 236/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 158/2019****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 5/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE****Processo Nº.: 236/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 158/2019****CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, conforme especificado no edital.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. Os pagamentos serão efetuados conforme Edital, mediante a apresentação de nota fiscal / fatura, em moeda corrente nacional.

8.2. O Município não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos de não entrega do objeto ora licitado e da respectiva nota fiscal nos prazos estabelecidos.

8.3. A nota fiscal deverá ser preenchida identificando o número do processo licitatório, descrição completa conforme a autorização de fornecimento, número da autorização de fornecimento ao qual está vinculada, bem como informar os dados de CNPJ, Endereço, Nome da Contratada, número da Agência e Conta Bancária (em nome da pessoa jurídica) na qual será efetuado o depósito para o pagamento do objeto.

8.4. No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: e-nota@saomiguel.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

8.5. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 6/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE****Processo Nº.: 236/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 158/2019**

8.6. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.7. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.8. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.9. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES**

11.1. As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações posteriores, quais sejam:

**11.1.1. Advertência****11.1.2. Multa**

- a) 0,5% por dia de atraso, na entrega dos produtos ou execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 20%;
- b) 10% em caso da não entrega dos produtos, não execução dos serviços ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) de até 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

**11.1.3. Suspensão**

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 (cinco) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

- a) não celebrar o Contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) cometer fraude fiscal.

**11.1.4. Impedimento**

11.1.4.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, se recusar a assinar o Contrato, a receber a Autorização de Fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de São Miguel do Oeste pelo prazo de até 2 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 7/7

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE****Processo Nº.: 236/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 158/2019**

11.2. Na aplicação das penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos e os antecedentes da licitante ou Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da licitante ou Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

11.4. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante/contratada.

11.5. Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel do Oeste, 1 de Novembro de 2019.

\_\_\_\_\_  
**ALENCAR BARBIERI**  
**SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**Empresas Participantes:**

ANGELO MARCOS ROSIN ME

CNPJ: 11.227.260/0001-10 \_\_\_\_\_

ND COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 32.150.124/0001-40 \_\_\_\_\_

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### AVISO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 43.2019

Publicação Nº 2215271

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 43.2019- MODALIDADE: Concorrência.

TIPO: Maior Percentual

OBJETO: CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO PARA REMOÇÃO, GUARDA E DEPOSITO DE VEICULOS APREENDIDOS OU RECOLHIDOS EM DECORRENCIA DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO, APLICAÇÃO DE MEDIDAS ADMINISTRATIVAS OU PENALIDADES, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 112/2016

DATA DE ABERTURA: 09/12/2019 às 09h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

São Pedro de Alcântara, 04/11/2019. ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

### PORTARIA N.º 311/2019

Publicação Nº 2215596

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 311/2019

Nomeia JOSÉ ODÍLIO HOFFMANN para o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear JOSÉ ODÍLIO HOFFMANN para o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de novembro de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.

### RESULTADO CHAMADA PÚBLICA Nº01/2019 – PNAISP

Publicação Nº 2214928

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 – Fone: 48-32770122 R: 216/229

www.pmspa.sc.gov.br – saude@pmspa.sc.gov.br

RESULTADO CHAMADA PÚBLICA Nº01/2019 – PNAISP

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

1º	DANIELA FREITAS	CLASSIFICADA
2º	CAMILA CRISTINA PEREIRA	CLASSIFICADA
3º	DAYANA CRISTINA COSTA RIBEIRO	CLASSIFICADA
4º	NIZAR AMIN SHIHADDEH	CLASSIFICADO
5º	IANNY SILVA LUCIANO JUNCKES	CLASSIFICADA
6º	MARIA SALETE DE LIMA	CLASSIFICADA

7º	MARIANE DE SOUZA CAMPOS	CLASSIFICADA
8º	ANDRESSA DOS PASSOS BARBOSA FELAU	CLASSIFICADA
9º	FRANCIELE DA ROSA	CLASSIFICADA
10º	CELIA REGINA MORAIS BETIOLO	DESCCLASSIFICADA

**CARGO: PSICOLOGO (A)**

1º	MARIA MARGARETE DE MELLO ARRAIS	CLASSIFICADA
2º	RAFAEL RODRIGUES	CLASSIFICADO
3º	MARILIA DE SOUZA DA SILVEIRA	CLASSIFICADA
4º	ROBERTO CARVALHO	CLASSIFICADO
5º	JACKELINE SILVA SANTOS	CLASSIFICADA
6º	JANAINA BOGADO DE OLIVEIRA LANG	CLASSIFICADA
7º	RENATA RODRIGUES DA SILVA	CLASSIFICADA
8º	ISAC DA SILVA JUNIOR	CLASSIFICADO
9º	CAROLINE TAVARES MEIRELES	DESCCLASSIFICADA
10º	MARCIA TAYNARA GONÇALVES TEIXEIRA	DESCCLASSIFICADA
11º	ANA ELISA ALVES	DESCCLASSIFICADA
12º	LAÍS DE FARIAS ROSCOCHE	DESCCLASSIFICADA

São Pedro de Alcântara, 04 de novembro de 2019.

Tatiana Cordeiro da Silva  
Secretária Municipal de Saúde

**TERMO DE POSSE DO SR. JOSÉ ODÍLIO HOFFMANN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.**

Publicação Nº 2215598

TERMO DE POSSE DO SR. JOSÉ ODÍLIO HOFFMANN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, perante o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal ERNEI JOSÉ STAHELIN, no Gabinete do Prefeito, compareceu o Sr. JOSÉ ODÍLIO HOFFMANN, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Antônio Carlos/SC, a fim de tomar posse no cargo em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para o qual foi indicado pelo Prefeito Municipal.

Tomou posse e entrou em exercício assumindo o seguinte compromisso:

“Por minha honra e pela minha Pátria, juro cumprir com exatidão e escrúpulo os deveres inerentes ao cargo em que sou investido, enviando todo esforço e tudo quanto em mim couber a bem no Município e dos meus concidadãos.”

Do que para constar, foi lavrado o presente termo de posse que vai assinado pelo senhor Prefeito Municipal e pelo empossado.

São Pedro de Alcântara, 04 de novembro de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN                      JOSÉ ODÍLIO HOFFMANN  
Prefeito Municipal                      Empossado

# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 23/2019-FMS

Publicação Nº 2214784

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 23/2019-FMS

PROCESSO Nº. 61/2019-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de placas e banners para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 21 de novembro de 2019 às 14h.

Abertura do Processo: 21 de novembro de 2019 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 05 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 24/2019-FMS

Publicação Nº 2214857

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 24/2019-FMS

PROCESSO Nº. 62/2019-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de oxigênio medicinal para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 22 de novembro de 2019 às 08h45min.

Abertura do Processo: 22 de novembro de 2019 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 05 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 93/2019-PMS**

Publicação Nº 2214900

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 93/2019-PMS

PROCESSO Nº. 161/2019-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em fornecimento de banheiros químicos para suprir as necessidades da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 22 de novembro de 2019 às 14h.

Abertura do Processo: 22 de novembro de 2019 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 05 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 94/2019-PMS**

Publicação Nº 2214955

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 94/2019-PMS

PROCESSO Nº. 162/2019-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles produtos congelados, refrigerados, resfriados, hortifrutigranjeiros e pães destinados à alimentação escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Ensino Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 25 de novembro de 2019 às 08h45min.

Abertura do Processo: 25 de novembro de 2019 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 05 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 4.905/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2215606

DECRETO Nº 4.905/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, REGIDO PELA LEI N.º 764/2009.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei

Orgânica Municipal,

Considerando a Legislação Municipal nº 1.764/2009, que vem estabelecer regras para a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório do Município de Schroeder.

Considerando que o servidor nomeado para cargo efetivo do quadro de pessoal do Município de Schroeder fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

Considerando o transcurso do prazo do estágio probatório.

Considerando que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº. 6.570/2016 de 13 de junho de 2016.

Considerando a Ata nº 156, apresentada pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, que vem emitir parecer final para os servidores, a fim de homologar a sua confirmação no cargo a que foram nomeados.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado conclusivo dos servidores que passaram pelo período do estágio probatório e obtiveram a aprovação ao cargo que foram nomeados, conforme Ata nº 156/2019 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, conforme segue abaixo:

§ Silvana Pereira Pacheco

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 30 de outubro de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

## DECRETO Nº 4.907/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2215623

DECRETO Nº 4.907/2019, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 15.755,00 (quinze mil setecentos e cinquenta e cinco reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.181.0014.2.057 - Manutenção Convênio Polícia Militar

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0010 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 15.000,00

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Obrigações Tributárias e Contributivas R\$ 655,00

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 100,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Material de Consumo R\$ 100,00

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0039 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 655,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 30 de Outubro de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADRO  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

## DECRETO Nº 4.908/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2216146

DECRETO Nº 4.908/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR  
05.04.12.365.0003.2.026 - Manutenção Jardins  
3.3.90.37.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Locacao de Mao-de-obra R\$ 3.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR  
05.04.12.365.0003.2.026 - Manutenção Jardins  
3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Material de Consumo R\$ 3.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 1º de Novembro de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

## DECRETO Nº 4.909/2019 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2215621

DECRETO Nº 4.909/2019 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, REGIDO PELA LEI N.º 764/2009.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Legislação Municipal nº 1.764/2009, que vem estabelecer regras para a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório do Município de Schroeder.

Considerando que o servidor nomeado para cargo efetivo do quadro de pessoal do Município de Schroeder fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

Considerando o transcurso do prazo do estágio probatório.

Considerando que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº. 6.570/2016 de 13 de junho de 2016.

Considerando a Ata nº 161, apresentada pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, que vem emitir parecer final para os servidores, a fim de homologar a sua confirmação no cargo a que foram nomeados.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica homologado o resultado conclusivo dos servidores que passaram pelo período do estágio probatório e obtiveram a aprovação ao cargo que foram nomeados, conforme Ata nº 161/2019 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, conforme segue abaixo:

§ Oziel da Silva

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 04 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 10/2019-FAS**

Publicação Nº 2215301

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 10/2019-FAS  
Dispensa de Licitação nº. 10/2019-FAS  
Processo nº. 16/2019-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.774.688/0039-28, estabelecida na Rua Mal. Castelo Branco nº 3905, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000,

Objeto: Contratação de empresa especializado para executar cursos de Iniciação, Aperfeiçoamento e Qualificação para famílias atendidas na Política de Assistência Social do Município de Schroeder/SC., sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
------	-----------	-------	-------	-----------------------	--------------------



01	<p>Curso: Produtos de Natal Carga Horária: 08h Trumas com até 20 inscrições Objetivos: Fornecer elementos de formação e aperfeiçoamento de profissionais da área de alimentos. Elaborar produtos respectivos de natal, realizando o preparo de massas, coberturas e recheios, de acordo com as normas técnicas, de segurança, higiene e saúde no trabalho. Público Alvo: Profissionais com interesse em aperfeiçoar seus conhecimentos e do setor de Alimentos (panificação e confeitaria) com interesse em ingressar profissionalmente na área.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Boas práticas de fabricação;</li> <li>- Preparação de massas fermentadas (biológicas);</li> <li>- Preparação de biscoitos;</li> <li>- Preparação de recheios e coberturas;</li> <li>- Decoração de produtos natalinos;</li> <li>- Tipos e funções dos equipamentos e utensílios;</li> <li>- Planejamento do produto (diversas gramaturas);</li> <li>- Amassamento de ingredientes manual e mecanicamente;</li> <li>- Cilindragem, divisão e modelagem da massa;</li> <li>- Preparação do forno de acordo com o produto;</li> <li>- Avaliação do produto acabado;</li> <li>- Embalagens. Armazenamento e conservação;</li> <li>- Degustação de produtos.</li> </ul>	1	Unidade	1.900,00	1.900,00
02	<p>Curso: Biscoitinhos Carga Horária: 08h Trumas com até 20 inscrições Objetivos: Fornecer elementos de formação e aperfeiçoamento de profissionais da área de alimentos. Elaborar produtos biscoitos, realizando o preparo de massas, coberturas e recheios, de acordo com as normas técnicas, de segurança, higiene e saúde no trabalho. Público Alvo: Profissionais do setor de Alimentos (panificação e confeitaria) e pessoas com interesse em ingressar profissionalmente na área.</p> <p>Conteúdo Programático:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Boas práticas de fabricação;</li> <li>- Massa de biscoitos assados;</li> <li>- Massa de biscoitos fritos;</li> <li>- Preparação de biscoitos;</li> <li>- Modelagens de diversos biscoitos;</li> <li>- Planejamento do produto (diversas gramaturas);</li> <li>- Amassamento de ingredientes manual e mecanicamente;</li> <li>- Cilindragem, divisão e modelagem da massa;</li> <li>- Preparação do forno de acordo com o produto;</li> <li>- Acompanhamento da cocção do produto;</li> <li>- Avaliação do produto acabado;</li> <li>- Embalagens. Armazenamento e conservação;</li> <li>- Degustação de produtos.</li> </ul>	1	Unidade	1.900,00	1.900,00
VALOR R\$ TOTAL					3.800,00

Valor do Contrato: R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais)

Data da Assinatura: 04/11/2019 – Vigência: 31/12/2019

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2019 - TP	
	Processo Administrativo:	122/2019
	Processo de Licitação:	23/09/2019
	Data do Processo:	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
Número da ATA: 135/2019 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 1º de maio EST OPP- Est 15+15,00m, Centro Norte, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 315,00m e área total de 3.150,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos própr

A comissão reuniu-se para abertura das propostas, conforme determinado anteriormente em ata. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo à empresa participante.

Schroeder, 4 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

- Daniela Samulescki
- Ilmar José Pereira Borges Filho
- Guilherme Sandmann Da Silva Vianna
- Marlene Neumann
- Valderi Rocha de Camargo
- Germana Heller Bauemle
- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
- ..... - Membro
- ..... - Membro
- ..... - Membro
- ..... - Secretária
- ..... - Membro Suplente
- ..... - Membro Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 7/2019 - TP	
	Processo Administrativo:	123/2019
	Processo de Licitação:	24/09/2019
	Data do Processo:	
		Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
Número da ATA: 136/2019 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Gottfried Maske - Est. OPP a Est. 9+ 2,60m, Centro Norte, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 175,15m e área total de 1.812,25m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recurs

A comissão reuniu-se para abertura das propostas, conforme determinado anteriormente em ata. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo à empresa participante.

Schroeder, 4 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

- Daniela Samulescki
- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
- Ivandra de Souza
- ..... - Membro
- Ilmar José Pereira Borges Filho
- ..... - Membro
- Guilherme Sandmann Da Silva Vianna
- ..... - Membro
- Marlene Neumann
- ..... - Secretária
- Valderi Rocha de Camargo
- ..... - Membro Suplente
- Germana Heller Bauemle
- ..... - Membro Suplente

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 8/2019 - TP	
	Processo Administrativo: 124/2019	
	Processo de Licitação: 24/09/2019	
	Data do Processo: 24/09/2019	
Folha: 1/1		

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
Número da ATA: 137/2019 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua XV de Novembro EST OPP- Est 39+15,00m, Bairro Sossego, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 795,00 e área total de 8.253,75m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos p

A comissão reuniu-se para abertura das propostas, conforme determinado anteriormente em ata. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e CONPLA - CONSTRUÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encontra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

Schroeder, 4 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

- |                                    |         |                                       |
|------------------------------------|---------|---------------------------------------|
| Daniela Samulescki                 | - ..... | - Presidente da Comissão de Licitação |
| Ivandra de Souza                   | - ..... | - Membro                              |
| Ilmar José Pereira Borges Filho    | - ..... | - Membro                              |
| Guilherme Sandmann Da Silva Vianna | - ..... | - Membro                              |
| Marlene Neumann                    | - ..... | - Secretária                          |
| Valderi Rocha de Camargo           | - ..... | - Membro Suplente                     |
| Germana Heller Bauemle             | - ..... | - Membro Suplente                     |

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER		TOMADA DE PREÇO Nr.: 9/2019 - TP	
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 125/2019	Processo de Licitação: 24/09/2019
		Folha: 1/1	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
Número da ATA: 138/2019 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Adolfo Borchardt Est. OPP a Est. 24+16m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 496,00m e área total de 4.960,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Cont

A comissão reuniu-se para abertura das propostas, conforme determinado anteriormente em ata. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo à empresa participante.

Schroeder, 4 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

- Daniela Samulescki
- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
- Ivandra de Souza
- ..... - Membro
- Ilmar José Pereira Borges Filho
- ..... - Membro
- Guilherme Sandmann Da Silva Vianna
- ..... - Membro
- Marlene Neumann
- ..... - Secretária
- Valderi Rocha de Camargo
- ..... - Membro Suplente
- Germana Heller Bauemle
- ..... - Membro Suplente

**DISPENSA 10/2019-FAS**

Publicação Nº 2215117

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 10/2019 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 16/2019</b> <b>Data: 04/11/2019</b>
Folha: 1/2	

<b>Fornecedor:</b> SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL <b>Endereço:</b> ROD ADMAR GONZAGA, 2765 - 2 ANDAR <b>Cidade:</b> Florianópolis - SC <b>CNPJ:</b> 03.774.688/0001-55	<b>Código:</b> 14283  <b>Inscrição Estadual:</b>
--	--

<b>Objeto da Compra:</b> Contratação de empresa especializado para executar cursos de Iniciação, Aperfeiçoamento e Qualificação para famílias atendidas na Política de Assistência Social do Município de Schroeder/SC.
---

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	"Curso: Produtos de Natal Carga Horária: 08h Trúmas com até 20 inscrições Objetivos: Fornecer elementos de formação e aperfeiçoamento de profissionais da área de alimentos. Elaborar produtos respectivos de natal, realizando o preparo de massas, coberturas e recheios, de acordo com as normas técnicas, de segurança, higiene e saúde no trabalho. Público Alvo: Profissionais com interesse em aperfeiçoar seus conhecimentos e do setor de Alimentos (panificação e confeitaria) com interesse em ingressar profissionalmente na área. Conteúdo Programático: - Boas práticas de fabricação; - Preparação de massas fermentadas (biológicas); - Preparação de biscoitos; - Preparação de recheios e coberturas; - Decoração de produtos natalinos; - Tipos e funções dos equipamentos e utensílios; - Planejamento do produto (diversas gramaturas); - Amassamento de ingredientes manual e mecanicamente; - Cilindragem, divisão e modelagem da massa; - Preparação do forno de acordo com o produto; - Avaliação do produto acabado; - Embalagens. Armazenamento e conservação; - Degustação de produtos."	UN	1.900,00	1.900,00
2	1,00	"Curso: Biscoitinhos Carga Horária: 08h Trúmas com até 20 inscrições Objetivos: Fornecer elementos de formação e aperfeiçoamento de profissionais da área de alimentos. Elaborar produtos biscoitos, realizando o preparo de massas, coberturas e recheios, de acordo com as normas técnicas, de segurança, higiene e saúde no trabalho. Público Alvo: Profissionais do setor de Alimentos (panificação e confeitaria) e pessoas com interesse em ingressar profissionalmente na área. Conteúdo Programático: - Boas práticas de fabricação; - Massa de biscoitos assados; - Massa de biscoitos fritos; - Preparação de biscoitos; - Modelagens de diversos biscoitos; - Planejamento do produto (diversas gramaturas); - Amassamento de ingredientes manual e mecanicamente; - Cilindragem, divisão e modelagem da massa; - Preparação do forno de acordo com o produto; - Acompanhamento da cocção do produto; - Avaliação do produto acabado; - Embalagens. Armazenamento e conservação; - Degustação de produtos."	UN	1.900,00	1.900,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 10/2019 - DL****Processo Nr.: 16/2019  
Data: 04/11/2019**

Folha: 2/2

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Os cursos contratados serão ofertados para famílias que recebem recurso do Governo Federal de transferência de renda do Programa Bolsa Família, famílias que acessam os benefícios eventuais do Município com o objetivo de qualificação e egresso no mercado de trabalho, geração de renda.

Recurso IGD Programa Bolsa Família

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 4 de Novembro de 2019

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

15/10/2019

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 15 de Outubro de 2019

**Valor da Despesa:** 3.800,00 (três mil e oitocentos reais)

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

# Seara

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 090/2019-- PL 208/2019 - OBJETIVA

Publicação Nº 2214879

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 208/2019. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 090/2019 – REGISTRO DE PREÇO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOSAta de Registro de Preços nº. 064/2019  
Pregão Presencial nº. 090/2019  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda-ME, CNPJ n.º 11.499.653/0001-83, estabelecida na rua Silvino Ciarini, n.º 530, sala A, bairro Industriários, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. Kleber Luiz Libano, brasileiro, casado, RG n.º 14/R. 2.699.456-9, CPF nº. 848.629.399-53, residente e domiciliado na rua Maria Mafessoni Rosa, nº 196, bairro Industriários, Concórdia, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 090/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de equipamentos e utensílios domésticos diversos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 13.273,86 são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 04/11/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 03/11/2020.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 090/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 04/11/2019.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
ContratanteKleber Luiz Libano  
Objetiva Com. de Equipamentos Ltda  
Contratada

### ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 090/2019-- PL 208/2019 – FRANCIELI

Publicação Nº 2214876

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 208/2019. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 090/2019 – REGISTRO DE PREÇO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOSAta de Registro de Preços nº. 064/2019  
Pregão Presencial nº. 090/2019  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Francieli Haiduk Rigo - Me, CNPJ n.º 18.473.803/0001-29, estabelecida na Avenida Botafogo, bairro Vila Nova, Erval Grande, RS, neste ato representada pela Sra. Francieli Haiduk Rigo, brasileira, casada, RG n.º 14/R. 5.920.036, CPF nº. 076.029.669-37, residente e domiciliada em Erval Grande, RS, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 090/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de equipamentos e utensílios domésticos diversos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:



“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 33.015,00 são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 04/11/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 03/11/2020.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 090/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 04/11/2019.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Francieli Haiduk Rigo  
Francieli Haiduk Rigo - Me  
Contratada

## **ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 090/2019-- PL 208/2019 – M J**

Publicação Nº 2214878

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 208/2019. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 090/2019 – REGISTRO DE PREÇO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 064/2019  
Pregão Presencial nº. 090/2019  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa M J Gambetta - Equipamentos, CNPJ n.º 22.572.455/0001-14, estabelecida na Rua José Canellas, nº 220, bairro Centro, Frederico Westphalen, RS, neste ato representada pelo Sr. Domingos Valmor Gambetta, brasileiro, solteiro, RG nº. 14/R. 8.050.410.871, CPF nº. 809.304.090-00, residente e domiciliada em Frederico Westphalen, RS, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 090/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de equipamentos e utensílios domésticos diversos, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 2.124,00 são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 04/11/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 03/11/2020.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 090/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 04/11/2019.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Domingos Valmor Gambetta  
M J Gambetta - Equipamentos  
Contratada

## **DECRETO Nº 1763**

Publicação Nº 2215913

DECRETO nº 1763, de 04 de novembro de 2019.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e da outras providências

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, em atendimento ao disposto no artigo 181 combinado com o artigo 188 da Lei Complementar nº. 18/2003;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo para comporem a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, visando instruir o processo de desligamento por aposentadoria dos servidores Cirlei Graciosa Matiello Ferenz, Diva Bordignon Steffen, Ladi Antonio Alberti, Márcia Benetti, Marise Lúcia Sparremberger:

Tânia Letícia Benetti – Agente de Atividades Gerais – Presidente  
Taís Cristina Dreon – Adjunto Administrativo - Secretária  
Arival Cruz do Nascimento- Operador de Máquinas Pesadas - Membro

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da instalação, para a conclusão do Processo disciplinar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 04 de novembro de 2019.

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 04 de novembro de 2019

Dirlei Giombelli Wildner  
Secretária de Administração

**DECRETO Nº 1762**

Publicação Nº 2214956

DECRETO Nº 1762, de 04 de novembro de 2019.

Formaliza Termo de Credenciamento nº 011/2019-FMS para consultas e exames na área de dermatologia.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "j" da cláusula 12ª do Termo de Credenciamento nº 011/2019-FMS, de 30 de outubro de 2019, Processo de Licitação nº 034/2019-FMS, Modalidade de Inexigibilidade nº 011/2019-FMS, de 30 de outubro de 2019,

**DECRETA**

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 30 de outubro de 2019, fica CREDENCIADA a empresa Naiara Luiza Bordignon para realização de consultas e exames na área de dermatologia.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 034/2019-FMS, Modalidade de Inexigibilidade nº 011/2019-FMS, datado em 30 de outubro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 04 de novembro de 2019  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em, 04 de novembro de 2019

Dirlei Giombelli Wildner  
Secretária da Administração

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 241/2019**

Publicação Nº 2215736

Processo Licitatório nº 241/2019  
Edital de Pregão Presencial nº 105/2019

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo, impreterivelmente até às 08h30min do dia 19/11/2019, "envelopes de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à contratação de empresa especializada para transmissão ao vivo de eventos em geral e jogos esportivos do município de Seara/SC, bem como eventos e jogos que a administração venha a participar fora do seu âmbito territorial, com locução e entrevistas difundidas por meio de plataformas Streaming no You Tube e Facebook, com captação de imagens, sons hd e uso de drone. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 04 de novembro de 2019.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 090/2019-- PL 208/2019 - FRANCIELI

Publicação Nº 2214880

Página: 1/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<b>Nr. do Processo: 208/2019</b> <b>Licitação: 90/2019 - PR</b> <b>Data da Homologação: 04/11/2019</b> <b>Fornecedor: 11808 - FRANCIELI HAIDUK RIGO - ME</b>									
2	433406778	FOGAO INDUSTRIAL 5 BOCAS E 1 FORNO JUNTO CARACTERISTICAS TECNICAS: FOGÕES MODULAVEIS; ESTRUTURA EM AÇO COM ACABAMENTO EM PINTURA EPOXI NA COR PRETA, DESMONTAVEL, PERFIL 5CM E GRELHA 30X30CM REMOVIVEIS; QUEIMADORES CONJUGADOS: SIMPLES CHAMA DULHA 120MM E DUPLA 160MM EM MATERIAL FUNDIDO; QUEIMADORES COM FIXAÇÃO ATRAVES DE ENCAIXE; REGISTROS INDUSTRIAIS COM ESTAGIOS CONTINUOS CROMADOS; BANDEJA COLETOIRA DE GORDURA; ACAMPANHAM SAPATAS PLASTICAS PARA OS PÉS DOS FOGÕES; FOGÕES DE ENCOSTO. FOGÕES COMERCIALIZADOS SOMENTE COM ALIMENTAÇÃO DE GAS EM BAIXA PRESSAO; O FORNO FSI-500 É PARA FOGÕES DE ATE 3 BOCAS, OS DEMAIS FOGÕES, ACIMA DE 4 BOCAS, FORNO UTILIZADO É O FSI-680 (NÃO ACOMPANHAR FORNO). 2 QUEIMADORES DE 160MM, 2 QUEIMADORES 120MM E 1 QUEIMADOR 200MM. TIPO DE GAS: GLP (BOTULHAO). MEDIDAS: 82 X 83,7 X 119,4MM (A x P x L), PESO 57,1 KG	VENANCIO	UN	1,000	0,0000	2.500,0000	2.500,00	Venceu
3	433406779	FORNO PARA FOGÕES INDUSTRIAIS PMD/PMSP/MSD ACIMA DE 4 QUEIMADORES - FSI-680N. CARACTERISTICAS TECNICAS DO FORNO QUE VAI NO FOGÃO INDUSTRIAL: ESTRUTURA EM AÇO COM ACABAMENTO EM PINTURA EPOXI; VISOR EM VIDRO E FUNDO ESMALTADO; ISOLAMENTO TERMICO COM LÂ BASÁLTICA; ACOMPANHA 1 GRADE, DADOS TECNICOS: MEDIDAS EXTERNAS: 363 X 731 X 556MM (A x P x L), MEDIDAS INTERNAS UTIL: 265 X 655 X 505MM (A x P x L), PESO LIQUIDO 21KG	VENANCIO	UN	1,000	0,0000	465,0000	465,00	Venceu
4	433406780	GELADEIRA, VOLTAGEM 220V, DEGELO SECO, MATERIAL PLASTICO, VIDRO OU COBRE E AÇO, POTENCIA 114W, 2 PORTAS, CAPACIDADE TOTAL 437 LITROS (CAPACIDADE FREEZER 107 LITROS, CAPACIDADE REFRIGERADOR ARMAZENAMENTO 330 LITROS), ALTURA 144CM, LARGURA 55CM, COMPRIMENTO 63,1CM	CONSUL	UN	2,000	0,0000	3.000,0000	6.000,00	Venceu

Página: 2/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	----------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Data da Homologação: 04/11/2019

Nr. do Processo: 208/2019      Licitação: 90/2019 - PR  
 Fornecedor: 11808      - FRANCIELI HAIDUK RIGO - ME

5	433406781	MULTIPROCESSADOR DE ALIMENTOS COM LIQUIDIFICADOR 2 EM 1. ESTE PROCESSADOR DE ALIMENTOS VEM COM SETE ACESSÓRIOS QUE PERMITEM EXECUTAR MAIS DE 25 FUNÇÕES. ELES SÃO PRÓPRIOS PARA LAVA LOUÇAS E CONSISTEM EM: BATEDOR PARA MASSAS LEVES E PESADAS, UMA FACA DE CORTE EM AÇO INOXIDÁVEL PARA CARNES, LEGUMES E VERDURAS; DISCOS DE METAL DE ENCAIXE PARA PICAR E GRANULAR EM PEDAÇOS MÉDIOS; LIQUIDIFICADOR RESISTENTE DE 1,5 LT PARA MISTURAR, TRITURAR E MEXER INGREDIENTES VARIADOS; UM DISCO EMULSIFICADOR PARA PREPARAR ALIMENTOS COMO CREMES; CLARO EM NEVE E MAIONESE. COM MOTOR DE 500W, 2 VELOCIDADES + PULSAR, 3 ENCAIXES (DISCOS). VOLTAGEM 220V	BRITANIA	UN	6,000	0,0000	250,0000	1.500,00	Venceu
6	433406782	BATEDORA PLANETÁRIA 3 TIPOS DE BATEDORES. POTÊNCIA DE 300W; COM MOVIMENTO PLANETÁRIO, 8 VELOCIDADES, CAPACIDADE 4 LITROS, TIGELA PLÁSTICA, 220V	PHILCO	UN	3,000	0,0000	405,0000	1.215,00	Venceu
8	433406784	FREEZER GAVETA. DIMENSÕES: PROFUNDIDADE 65 CM, LARGURA 55CM, ALTURA 1,73CM. VOLTAGEM 220V, ARMAZENAMENTO 231 LT E BRUTA 260 LT. COM PAINEL DE CONTROLE MANUAL FRONTAL EXTERNO, COM 4 SEXTOS REMOVÍVEIS DESLIZANTES, 1 COMPARTIMENTO CONGELA RÁPIDO, 1 GAVETA MULTILUQ.	CONSUL	UN	1,000	0,0000	1.995,0000	1.995,00	Venceu
9	433406785	LIQUIDIFICADOR COMERCIAL INOX, COPO MONOBLOCO INOX, MODELO: LS-10MB-HD, POTÊNCIA DO MOTOR: 0,5CV, FREQUÊNCIA 60HZ, TENSÃO: 220V, CAPACIDADE DO COPO: 10 LT	JLCOLOMBO	UN	2,000	0,0000	1.000,0000	2.000,00	Venceu

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	----------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Data da Homologação: 04/11/2019

Nr. do Processo: 208/2019 Licitação: 90/2019 - PR

Fornecedor: 11808 - FRANCIELI HAIDUK RIGO - ME

11	433406789	FORNO INDUSTRIAL DE LASTRO A GAS ACOMPANHADO DE CAVALETE, METVISA FLGG-90: TEMPO DE AQUECIMENTO ATE 300°C DE APROX 20 MIN. MEDIDAS INTERNAS DO FORNO: 26CM X 90 CM X 90CM. CONTEM: GABINETE FABRICADO EM AÇO INOX, REGISTRO DE ENTRADA DE GAS, GRADE INTERNA, PORTA COM ABERTURA TIPO GUIHOTINAEM VIDRO TEMPERERADO, CONTRAPESO PARA PORTA, ISOLAMENTO TERMICO, QUEIMADORES EM AÇO CARBONOCOM PROTEÇÃO ANTICORROSIVA, LASTRO COM PLACAS REFRATARIAS, QUEIMADORES COM SISTEMADE GAVETA EM AÇO INOXIDAVEL, TERMOMETRO EXTERNO, E E CAVALETE EM AÇO CARBONO. DIMENSOES EXTERNAS: 1545 X 1140 X 1097MM. PESO:97KG, CONSUMO DE GAS APROX 1,2KG/Hr	VENANCIO	UN	1,000	0,0000	2.130,0000	2.130,00	Venceu
12	433406790	FOGAO INDUSTRIAL 6 BOCAS PMD-600. MODELO: 6BSD, TIPO DE GAS GLP. MATERIAL: AÇO CARBONOTIPO DE PERFIL:PERFIL 7 MATERIAL DAS SAPATAS: BORRACHA ACABAMENTO, PINTURA: EPOXI TEXTURIZADA MATERIAL BANDEJA COLETORA: AÇO MINIMIZADO MATERIAL DA GRELHA: FERRO FUNDIDOTAMANHA DA GRELHA 30 X 30CM ( L X C) TUBO DE ALIMENTAÇÃO: 1/2 POL REGISTRO BP: TIPO APIS BORBOLETA. QUANTIDADE DE BOCAS: 6 QUEIMADORES DUPLOS. DIMENSÕES APROX DO PRODUTO: 82,5 X 115,5 X 89 CM ( A X L X P) INFORMACOES ADICIONAIS: PARA COZIMENTO RAPIDO E ECONOMICO	VENANCIO	UN	1,000	0,0000	1.590,0000	1.590,00	Venceu
13	433406791	FORNO ELETRICO COM TERMOSTATO AUTOMATICO DE 50C A 330°C E TIMER DE ATE 120 MIN COM AVISO SONORO. CAPACIDADE DE 44 LT. POTENCIA: 1750W. TERMOSTATO DE 50 A 320°C. COM ILUMINAÇÃO INTERNA COM 15W. PORTA VIDRO DUPLO TEM FUNÇÃO DE MANTER O CALOR INTERNO CONSERVADO, MANTENDO A TEMPERATURA DOS ASSADOS E REDUZINDO O CONSUMO DE ENERGIA. VOLTAGEM: 220V. FREQUENCIA 50-60HZ. CORRENTE 13,8A. CONSUMO DE ENERGIA 0,60 KWH. CERTIFICADO PELO INMETRO. LARGURA 57,50CM ALTURA 37CM PROFUNDIDADE 52CM. LARGURA INTERNA 39,20CM, ALTURA INTERNA 26,70CM, PROF INTERNA 42,50CM PESO DA EMBALAGEM 15,66KG	FISCHER	UN	6,000	0,0000	590,0000	3.540,00	Venceu

Página: 4/4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 208/2019		Licitação: 90/2019 - PR		Data da Homologação: 04/11/2019					
Fornecedor: 11808		- FRANCIELI HAIDUK RIGO - ME							
15	433406793	GARFOS DE MESA EM AÇO INOX, CABO EM AÇO INOX, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO 193 MM, LARGURA 23 MM, ALTURA 19 MM, PESO 0,03 KG.	TRAMONTINA	UN	100,000	0,0000	6,4000	640,00	Venceu
16	433406794	COLHERES DE MESA PARA SOPA EM AÇO INOX, CABOS EM AÇO INOX, MEDIDAS MÍNIMAS: COMPRIMENTO 17,6 CM, LARGURA 4,7 CM, ALTURA 2,3 CM.	TRAMONTINA	UN	100,000	0,0000	8,0500	805,00	Venceu
21	433406804	COLHER EM AÇO INOX 166X1,2MM UM POUCO MENOR DO QUE A DE SOPA	TRAMONTINA	UN	300,000	0,0000	4,6500	1.395,00	Venceu
27	433406811	FAQUINHAS DE SERRINHA EM INOX NUMERO 4 SEM PONTA COMPRIMENTO 200MM, LARGURA 15MM, ALTURA 17MM.	TRAMONTINA	UN	200,000	0,0000	8,7000	1.740,00	Venceu
56	433408316	GARFOS PARA SOBREMESA EM AÇO INOX, MEDIDAS MÍNIMAS: ALTURA 1,50 CM, PROFUNDIDADE 15,5 CM, LARGURA 2 CM, PESO 0,01 KG.	TRAMONTINA	UN	200,000	0,0000	4,2500	850,00	Venceu
58	433408319	CUMBUCAS EM POLIPROPILENO 250 ML (-10 A + 60°C) SERÁ UTILIZADO PARA SERVIR SOPA E FRUTAS NAS ESCOLAS.	PLASUTIL	UN	500,000	0,0000	4,9500	2.475,00	Venceu
59	433408320	CUMBUCAS EM POLIPROPILENO 250 ML, SERÁ UTILIZADO PARA SERVIR SOPA E FRUTAS NAS ESCOLAS.	PLASUTIL	UN	500,000	0,0000	4,3500	2.175,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					1.924.000			33.015,00	

Seara, 4 de Novembro de 2019.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 090/2019-- PL 208/2019 - OBJETIVA

Publicação Nº 2214883

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 208/2019      Licitação: 90/2019 - PR      Data da Homologação: 04/11/2019 Fornecedor: 10574 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME									
14	433406792	PRATO DE VIDRO FUNDO DE VIDRO TEMPERADO, DIMENSOES MINIMAS DE 22X3,2CM	DURALEX	UN	200,000	0,0000	10,3500	2.070,00	Venceu
20	433406802	RALADOR DE LEGUMES E QUEIJO EM INOX 6 FACES, DIMENSOES: 22,5CM ALTURA COM ALÇA, 17CM ALTURA DAS LAMINAS, 14CM LARGURA	BIGSUL	UN	8,000	0,0000	36,2000	289,60	Venceu
22	433406805	JARRA VIDRO, CAPACIDADE 1,5 L COR TRANSPARENTE	CIV	UN	12,000	0,0000	20,4500	245,40	Venceu
23	433406806	JARRA ACRILICO TRANSPARENTE COM TAMPA COM CABO CAPACIDADE MINIMA 3LT.	NIQUEIRK	UN	8,000	0,0000	25,8500	206,80	Venceu
24	433406807	DIMENSOES MINIMAS 262 X 138MM CANECA DE ALUMINIO GRANDE, CABO EM BAQUELITE: MEDIDAS APROXIMADAS ALTURA 18CM, DIAMETRO 20CM, ESPESSURA 1,70MM CAPACIDADE 5,2 L.	CINCO ESTRELA	UN	4,000	0,0000	45,5500	182,20	Venceu
25	433406808	PANELA DE PRESSAO, TAMPA EM ALUMINIO COM ACABAMENTO INTERNO SATINADO E EXTERNO POLIDO EQUIPADAS COM ALCAS, CABO DE BAQUILITE ANTITERMICO, COM GUARNIÇÃO EM ACO INOX, VALVULAS DE SEGURANÇA E INDICADOR DE PRESSÃO, CAPACIDADE MINIMA DE 10L, MEDIDAS MINIMAS COMPRIMENTO 300MM DIAMETRO 24CM	CINCO ESTRELA	UN	1,000	0,0000	110,0000	110,00	Venceu
26	433406809	PANELA DE PRESSAO, TAMPA EM ALUMINIO COM ACABAMENTO INTERNO SATINADO E EXTERNO POLIDO EQUIPADAS COM ALCAS, CABO DE BAQUILITE ANTITERMICO, COM GUARNIÇÃO EM ACO INOX, VALVULAS DE SEGURANÇA E INDICADOR DE PRESSÃO, CAPACIDADE MINIMA DE 6L, MEDIDAS MINIMAS COMPRIMENTO 365MM, LARGURA 280MM, DIAMETRO 20CM, ALTURA 260MM.	CINCO ESTRELA	UN	1,000	0,0000	112,9000	112,90	Venceu
28	433406812	CANEÇAS EM VIDRO TEMPERADO CAPACIDADE MINIMA DE 350 ML DIMENSOES MINIMAS DE 11 X 8 X 10CM COM CABO	NADIR	UN	400,000	0,0000	10,9500	4.380,00	Venceu
29	433406826	CAIXAS ORGANIZADORAS TRANSPERANTES CAPACIDADE 5L, RETANGULAR, ALTURA: 10,3 CM, COMPRIMENTO: 33CM, LARGURA 21,8 CM, MATERIAL: PLASTICO POLIPROPILENO COR: TRANSPARENTE	PLASVALE	UN	8,000	0,0000	21,9000	175,20	Venceu
32	433406829	LUVA TERMICA DE SEGURANÇA, TRICOTADA EM FIBRAS TERMICAS DE POLIESTERE SPANDEX, SEM EMENDAS, AMBIDESTRA, TAMANHA UNICO	VALE	UN	8,000	0,0000	42,9000	343,20	Venceu
33	433406830	COPOS DE VIDRO TEMPERADO, CAPACIDADE 300 ML, TRANSPARENTE	CISPER	UN	100,000	0,0000	4,9000	490,00	Venceu
34	433406832	JARRAS DE PLASTICO TRANSPARENTE, COM TAMPA 4 LITROS	TRITEC	UN	8,000	0,0000	18,9000	151,20	Venceu



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Colada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 208/2019      Licitação: 90/2019 - PR      Data da Homologação: 04/11/2019 Fornecedor: 10574 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME									
35	433406833	JARRA DE PLASTICO TRANSPARENTE, COM TAMPA 3 LITROS	PLASVALE	UN	16,000	0,0000	12,1000	193,60	Venceu
36	433406834	JARRA PLASTICA 2 LITROS, TRANSPARENTE COM TAMPA DIMENSOES: 14,5 X 20,8 X 21,8 CM	GIPLAST	UN	12,000	0,0000	11,0000	132,00	Venceu
37	433406835	ASSADEIRA RETANGULAR DE VIDRO TRANSPARENTE, FUNDA 5 L, COM TAMPA PLASTICA, ALTURA 8,4CM, LARGURA 25,5CM, COMPRIMENTO 41,1CM	MARINEX	UN	4,000	0,0000	62,8500	251,40	Venceu
38	433406836	POTES DE PLASTICO QUE VAI AO FREEZER COM TAMPA 8 LITROS.	PLASVALE	UN	8,000	0,0000	34,7500	278,00	Venceu
41	433406840	BANDEJAS PLASTICAS MULTIUSO PEQUENAS INDUSTRIAIS 13,7 LITROS 55 X 33 X 10 CM.	PLASVALE	UN	8,000	0,0000	39,9000	319,20	Venceu
42	433406841	FACAS DE MESA NUMERO 4 COM CABO DE POLIPROPILENO E LAMINA EM AÇO INOX	SIMONAGGIO	UN	44,000	0,0000	8,1500	358,60	Venceu
43	433406842	ESCUMADEIRAS DE INOX 32 CM	BIGSUL	UN	12,000	0,0000	16,9000	202,80	Venceu
44	433406843	CONCHA EM INOX 30 CM, COM APOIO PARA PANELA	MADEFER	UN	12,000	0,0000	14,0000	168,00	Venceu
45	433406845	BANDEJAS DE PLASTICO RETANGULAR PARA SALADAS DE 5 LITROS, COMPRIMENTO 34,9 CM LARGURA 28,9 CM ALTURA 7,5 CM	PLASVALE	UN	16,000	0,0000	38,9000	622,40	Venceu
46	433406846	POTES DE PLASTICO RESISTENTE COM TAMPA DE 300ML, PARA ARMAZENAR COMIDA	PLASVALE	UN	8,000	0,0000	11,9500	95,60	Venceu
47	433406847	POTES DE PLASTICO RESISTENTE COM TAMPA 500ML, PARA ARMAZENAR COMIDA	PLASVALE	UN	8,000	0,0000	18,5500	148,40	Venceu
48	433406848	COADOR DE MASSA EM AÇO INOXIDÁVEL RESISTENTE, COM ALÇA DE APOIO PODE SER USADO PARA MASSAS OU OUTROS ALIMENTOS, DIMENSOES 32 X 13 CM.	BIGSUL	UN	8,000	0,0000	52,6500	421,20	Venceu
49	433406850	PANELA PEQUENA ANTIADERENTE 2 LITROS CORPO E TAMPA EM ALUMINIO COM ACABAMENTO ANTIADERENTE INTERNO E EXTERNO	CINCO ESTRELA	UN	4,000	0,0000	85,3500	341,40	Venceu
50	433406851	PANELA ANTIADERENTE 3 LITROS CORPO E TAMPA EM ALUMINIO COM ACABAMENTO ANTIADERENTE INTERNO E EXTERNO.	CINCO ESTRELA	UN	4,000	0,0000	125,0000	500,00	Venceu
53	433406854	COLHER PARA CHA COM LAMINAS EM AÇO INOX CABOS DE INOX, MEDIDAS MINIMAS: 151 MM, LARGURA 27 MM, ALTURA 12 MM.	ZANETTI	UN	8,000	0,0000	3,0000	24,00	Venceu
55	433406893	FACA DE CARNE, COM 8 POLEGADAS, LÂMINA EM AÇO INOX E CABO EM POLIPROPILENO, COM DESIGN MODERNO E CABO ANATÔMICO E TEXTURIZADO, OFERECENDO CONFORTO E SEGURANÇA DURANTE O MANUSEIO. O CORTE DOS ALIMENTOS É FACILITADO PELO FIO DE ALTA DURABILIDADE DEVIDO AO TRATAMENTO TÉRMICO APLICADO NA LÂMINA DE AÇO INOX.	MOR	UN	4,000	0,0000	37,9900	151,96	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA  
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 208/2019      Licitação: 90/2019 - PR      Data da Homologação: 04/11/2019									
Fornecedor: 10574 - OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME									
60	433408322	PEGADOR DE MASSA EM AÇO INOX: ALTURA 4,90 CM, PESO 0,07 KG, PROFUNDIDADE 20,50 CM, LARGURA 4,80 CM.	BIGSUL	UN	32,000	0,0000	9,6500	308,80	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	966,000		13.273,86	

Seara, 4 de Novembro de 2019.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 090/2019-- PL 208/2019 – M J

Publicação Nº 2214881

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 208/2019      Licitação: 90/2019 - PR Fornecedor: 13220      - M J GAMBETTA - EQUIPAMENTOS      Data da Homologação: 04/11/2019									
30	433406827	PANELA CAÇAROLA DE FUNDO GRANDE, ESTRUTURA BAIXA, 10 LITROS, LARGURA 29CM, ALTURA 17CM, COM TAMPÁ, EM ALUMÍNIO	DOCESAR	UN	4,000	0,0000	98,0000	392,00	Venceu
31	433406828	PANELA CAÇAROLA DE FUNDO GRANDE, ESTRUTURA BAIXA, 7 LITROS, COM TAMPÁ, EM ALUMÍNIO	DOCESAR	UN	4,000	0,0000	83,0000	332,00	Venceu
51	433406852	PANELA ANTIADERENTE 5 LITROS CORPO E TAMPÁ EM ALUMÍNIO COM ACABAMENTO ANTIADERENTE INTERNO E EXTERNO	OLIVEIRA	UN	4,000	0,0000	138,0000	552,00	Venceu
57	433408318	FACA PARA SOBREMESA EM AÇO INOX. MEDIDAS MÍNIMAS: ALTURA 0,20 CM, PROFUNDIDADE 17,80 CM, LARGURA 1,60 CM, PESO 0,03 KG.	ELITE	UN	160,000	0,0000	5,3000	848,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					172,000			2.124,00	

Seara, 4 de Novembro de 2019.

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 197/2019 DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2215410

DECRETO Nº 197/2019 DE 24 DE OUTUBRO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA – SC".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 7º da Lei nº. 1.119/2018 de 05/12/2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Exercício 2019 do Município de Serra Alta – SC (Lei 1.119/2018 de 05/12/2018) Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 536,33 (Quinhentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos).

Órgão: 05.00 – SECRETARIA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção do Ensino Fundamental

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 0.3.0162 – Superávit – Outras Transferências do FNDE ..... R\$ 536,33

Dotação: 121

TOTAL SUPLEMENTADO ..... R\$ 536,33 (Quinhentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos).

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 536,33 (Quinhentos e trinta e seis reais e trinta e três centavos), são provenientes do Excesso de Arrecadação verificado no Exercício 2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogado o Decreto nº 140/2019 de 07/08/2019 e demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 24 de outubro de 2019.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI

Secretário de Administração

### EXTRATO CONTRATUAL Nº 005/2019- FMS

Publicação Nº 2214982

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019-FMS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	005/2019
Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratado	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE PINHALZINHO.
Objeto .....	A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços médicos hospitalares especializado em CIRURGIAS GERAIS ELETIVAS COM SISTEMA DE VIDEOLAPAROSCOPIA, encaminhadas via Unidade Básica de Saúde do Município de Serra Alta/SC, com sobre aviso, conforme as descrições constantes na sua proposta comercial e especificações do Anexo "D" do edital em epígrafe.  Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão nº 010/2019 - FMS, juntamente com seus anexos e proposta comercial da CONTRATADA, independente de sua transcrição.
Valor .....	Pela Prestação dos Serviços previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total previsto de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais).

Vigência....	05/11/2019 á 05/11/2020.
Dotação .....	Orçamento vigente para o exercício financeiro de 2019 e 2020: 10.00 –SECRETARIA DE SAÚDE 10.01 Departamento de Saúde 2.600 – Atenção a Saúde Preventiva – 3.3.90.00 DR 0002 / 1664
SERRA ALTA/SC, 05 de novembro de 2019.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 006/2019-FMS**

Publicação Nº 2215643

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERV. Nº 012/2019-FMS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	006/2019
Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratado	RAFAEL ARAÚJO LAFETA
Objeto .....	O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE 01 (UM) MÉDICO (A) CLÍNICO GERAL ABRANGENDO TODAS AS FUNÇÕES INERENTES A PROFISSÃO, PARA O ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO A CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS. DEVERÁ PRESTAR O ATENDIMENTO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), CONSULTAS MÉDICAS, PRIMEIROS SOCORROS, ATENDIMENTO AMBULATORIAL, SAÚDE PREVENTIVA E CURATIVA, VISITAS DOMICILIARES, PALESTRAS, PREENCHIMENTO DE TFD (PROCESSO DE TRATAMENTO PARA DOMICÍLIO) E ENCAMINHAMENTOS A OUTROS PROGRAMAS DA SECRETARIA DA SAÚDE.  Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Processo de Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 012/2019 - FMS, juntamente com seus anexos e proposta comercial do CONTRATADO, independente de sua transcrição.
Valor .....	Receberá a CONTRATADA pelos serviços citados na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil reais), valor bruto, a serem pagos, mediante apresentação de Nota Fiscal emitida em favor do Fundo Municipal de Saúde de Serra Alta, até o segundo dia útil ao mês subsequente, com estrita observância na ordem cronológica de pagamento, distribuído por todo o Contrato em 03(três) parcelas mensais no valor de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais).
Vigência....	05/11/2019 á 05/02/2020.
Dotação .....	Orçamento vigente: 10.00 –SECRETARIA DE SAÚDE 10.01 Departamento de Saúde 2.600– Atenção a Saúde Preventiva Despesa 2 / 31.90.00 DR 0002
SERRA ALTA/SC, 05 de Novembro de 2019.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

**PORTARIA Nº 105.2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2215777

PORTARIA Nº. 105/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato titular e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 010/2019- Fundo Municipal de Saúde, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:	005/2019		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES ESPECIALIZADO EM CIRURGIAS GERAIS ELETIVAS COM SISTEMA DE VIDEOLAPAROSCOPIA, ENCAMINHADAS VIA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COM SOBRE AVISO.		
EMPRESA:	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE PINHALZINHO		
CNPJ Nº:	83.297.739/0001-34		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	JEFERSON MARTINI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	044.414.139-12	MATRÍCULA:	1066
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde e Assistência Social		
E-MAIL	secretaria_saude@serraalta.sc.gov.br	FONE: (49) 3364-0245	
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	SILVANE SENHOR		
CARGO:	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
CPF:	037.868.279-23	MATRÍCULA:	347
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde e Assistência Social		
E-MAIL	saude@serraalta.sc.gov.br	FONE: (49) 3364-0245	

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato Titular e Suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 05 de novembro de 2019.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

## PORTARIA Nº 106.2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2215824

PORTARIA Nº. 106/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato titular e substituto referente ao Processo Licitatório nº. 012/2019- Fundo Municipal de Saúde, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:	006/2019		
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE 01 (UM) MÉDICO (A) CLÍNICO GERAL ABRANGENDO TODAS AS FUNÇÕES INERENTES A PROFISSÃO, PARA O ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO A CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS.		
PESSOA FÍSICA:	RAFAEL ARAÚJO LAFETA		
CPF Nº:	073.830.066-74		
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	JEFERSON MARTINI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	044.414.139-12	MATRÍCULA:	1066
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde e Assistência Social		
E-MAIL	secretaria_saude@serraalta.sc.gov.br	FONE: (49) 3364-0245	
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	SILVANE SENHOR		
CARGO:	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO		
CPF:	037.868.279-23	MATRÍCULA:	347
LOTAÇÃO:	Secretaria de Saúde e Assistência Social		
E-MAIL	saude@serraalta.sc.gov.br	FONE: (49) 3364-0245	

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato Titular e Suplente, são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 05 de novembro de 2019.  
DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

### **RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº012/2019-FMS**

Publicação Nº 2215688

PROCESSO Nº 012/2019  
DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 012/2019-FMS

DARCI CERIZOLLI, PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em seu cargo e com fundamento no artigo 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, RATIFICA:

RATIFICO a dispensa de licitação para a CONTRATAÇÃO DIRETA DO MÉDICO Sr. RAFAEL ARAÚJO LAFETÁ, inscrito no CPF sob nº 073.830.066-74 e RG 7.668.558, objetivando a Prestação de Serviços Médicos, com carga horária de quarenta horas semanais para atendimento à população serra-altense na Unidade de Saúde do Município de Serra Alta atendendo a demanda da Secretaria de Saúde, com fundamento no Parecer Jurídico e da Comissão de Licitação, tendo como base o artigo 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis Federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o empenho da despesa, no valor total de R\$ 51.000,00 (Cinquenta e um mil reais), em favor da Pessoa Física RAFAEL ARAÚJO LAFETA, cujo pagamento far-se-á em 03 parcelas mensais no valor de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais) até o segundo dia útil ao da prestação de serviço mediante apresentação da Nota Fiscal, com recursos próprios do orçamento vigente do ano de 2019 e 2020 Proj/Ativ. 2.600- ATENÇÃO A SAÚDE PREVENTIVA 3.1.90.00 DR 0002.

Serra Alta/SC, 05 de novembro de 2019.  
DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERV. Nº 012/2019-FMS**

Publicação Nº 2215649

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA</b>  CNPJ: 11.583.359/0001-55 RUA ALMIRANTE BARROSO, 525 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 12/2019 - DL</b>  Processo Administrativo: 12/2019 Processo de Licitação: 12/2019 Data do Processo: 04/11/2019
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 12/2019  
b) Licitação Nr.: 12/2019-DL  
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d) Data Homologação: 05/11/2019  
e) Data da Adjudicação: 05/11/2019 Sequência: 0  
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE 01 (UM) MÉDICO (A) CLÍNICO GERAL ABRANGENDO TODAS AS FUNÇÕES INERENTES A PROFISSÃO, PARA O ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO A CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 007219 - RAFAEL ARAÚJO LAFETA	1 1	0,0000	51.000,00 51.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.600.3.1.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 161.819,16

Serra Alta, 5 de Novembro de 2019.

LUANA RAFAELA WALKER GIRELLI  
Presidente da Comissão de Licitação

DARCI CERIZOLLI  
PREFEITO MUNICIPAL



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019-FMS**

Publicação Nº 2214945

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL SAUDE SERRA ALTA</b>  CNPJ: 11.583.359/0001-55 RUA ALMIRANTE BARROSO, 525 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 10/2019 - PR</b>  Processo Administrativo: 10/2019 Processo de Licitação: 10/2019 Data do Processo: 04/10/2019
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 10/2019  
b) Licitação Nr.: 10/2019-PR  
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d) Data Homologação: 05/11/2019  
e) Data da Adjudicação: 05/11/2019 Sequência: 0  
f) Objeto da Licitação A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES PARA A REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS GERAIS ELETIVAS REALIZADAS COM SISTEMA DE VÍDEOLAPAROSCOPIA, ENCAMINHADAS VIA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COM SOBRE AVISO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Qtde de Itens	Média Descto (%)	(em Reais R\$) Total dos Itens
- 000276 - ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE PINHALZINHO	2	0,0000	210.000,00
	2		210.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.600.3.3.90.00.00.00.00.00 (6), 2.600.3.3.90.00.00.00.00.00 (8)

Serra Alta, 5 de Novembro de 2019.

EDERSON CERIZOLLI  
Pregoeiro(a)

DARCI CERIZOLLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**Sul Brasil****PREFEITURA****DECRETO Nº 0285-2019 01-11-2019 - REMANEJAMENTO PM**

Publicação Nº 2215995

**DECRETO Nº 0285/2019 DE 01/11/2019**

“DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

**EDER IVAN MARMITT**, Prefeito(a) Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1191 de 20 de dezembro de 2018.

Art. 1º - FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Efetuar o Remanejamento no valor de R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais), nos seguintes Projetos/Atividades do Orçamento Municipal Vigente:

**DE:**

**05.002.0008.0244.0009.2.033- Atendimento aos Programas de Assistência Social**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
339000 (105)	01001000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (01001000)	10.900,00

**PARA:**

**05.002.0008.0244.0009.2.033- Atendimento aos Programas de Assistência Social**

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
319000 (102)	01001000	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (01001000)	10.900,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e está vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC, aos 01 de novembro de 2019.

**EDER IVAN MARMITT**

**Prefeito Municipal**

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

**VALDECIR TOSETTO**

**Diretor de Administração e Fazenda**

**RESOLUÇÃO 014/2019**

Publicação Nº 2215946

RESOLUÇÃO 014/ 2019

Dispõe sobre a aprovação do Projeto “Nossas crianças, nossa cultura- ano I” voltado para captação de recursos através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei 1001 de 07 de novembro de 2014, e alterações posteriores, no uso das atribuições que foram conferidas por sua Lei instituidora e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/1990,

**RESOLVE:**

Art.1º: Fica aprovado e autorizado o Projeto nº 005/2019, "Projeto Nossas crianças, nossa cultura- ano I", no valor de R\$ 16.700,00 (Dezesseis mil e setecentos reais) voltado para crianças e adolescentes do Município de Sul Brasil-SC, para captação de recurso através da lei de incentivo fiscal, tendo como proponente o Município de Sul Brasil, SC, com CNPJ nº 95.990.107/0001-30, conforme Ata nº 145 de 05 de outubro de 2019.

Art. 2º: O prazo para captação de recurso é previsto para até o dia 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sul Brasil, SC, 04 de novembro de 2019.

Simone Rottava Ferrari

Presidente do CMDCA

## **RESOLUÇÃO 13/2019**

Publicação Nº 2215942

### **RESOLUÇÃO 013/ 2019**

Dispõe sobre a alteração do art. 2º da Resolução nº 010/2018 referente ao Projeto Conviver, Brincar e Aprender- ano I, voltado para captação de recursos através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei 1001 de 07 de novembro de 2014, e alterações posteriores, no uso das atribuições que foram conferidas por sua Lei instituidora e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/1990,

**RESOLVE:**

Art.1º: Fica alterado o art. 2º da Resolução nº 010/2018 de 19 de dezembro de 2018, referente ao Projeto Conviver, Brincar e Aprender- ano I, com a seguinte redação: A data limite para captação de recurso para apoio ao projeto será até 03 de agosto de 2020.

Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sul Brasil, SC, 01 de novembro de 2019.

Simone Rottava Ferrari

Presidente do CMDCA

# Tangará

## PREFEITURA

### ATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DO PROCESSO LICITATÓRIO 147/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 005/2019

Publicação Nº 2215398

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### ATA DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DO PROCESSO LICITATÓRIO 147/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 005/2019

Aos quatro dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 236/2019, para abrir e julgar as propostas do processo licitatório modalidade Tomada de Preços nº 005/2019, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) PARA A EXECUÇÃO DE REFORMA VISANDO AMPLIAR O NÚMERO DE SALAS DE AULA E SUBSTITUIÇÃO DO TELHADO DA CRECHE ANGELA FUGANTI. Encontram-se habilitadas as seguintes empresas:

2) LUCIANO DA SILVA GOETTEN - ME, não representada neste ato;

Iniciou-se a reunião com a abertura do envelope "proposta" pela Comissão Permanente de Licitações, sendo os conteúdos vistos e analisados. Após análise, à vista das exigências constantes no edital, a Comissão constatou que todas as propostas impressas obedeceram às exigências do edital, dando prosseguimento. A Comissão constatou a apresentação da proposta no seguinte valor: 1) LUCIANO DA SILVA GOETTEN - ME com o valor total de R\$ 60.501,07 (sessenta mil quinhentos e um reais e sete centavos). Dando continuidade, sendo o critério para julgamento e classificação o de menor preço global, a Comissão de Licitações declara a empresa LUCIANO DA SILVA GOETTEN - ME vencedora do certame por apresentar o menor preço de R\$ 60.501,07 (sessenta mil quinhentos e um reais e sete centavos). Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 04/11/2019, comunicando as empresas participantes do presente julgamento que, após o decurso dos prazos recursais, que serão de 05 (cinco) dias úteis para que os recorrentes presentes e não presentes apresentem suas razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimado para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, o processo será encaminhado ao Sr. Prefeito Municipal para homologação e contratação do serviço licitado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 04 de Novembro de 2019.

Cristiane Piccinin

Presidente da Comissão de Licitações

Larissa Vendruscolo

Membro da Comissão de Licitações

Daiane Neis Alves dos Santos

Membro da Comissão de Licitações

\_\_\_\_\_ não presente \_\_\_\_\_

LUCIANO DA SILVA GOETTEN - ME

### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2019

Publicação Nº 2215025

#### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

#### ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2019

Aos quatro dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dezenove, às dez horas, reuniram-se os membros da Equipe de Apoio, designada pela Portaria nº 235/2019, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 81/2019, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS E/OU CADASTRO DE RESERVAS NO QUADRO DE PESSOAL DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIAS E AUTARQUIAS MUNICIPAIS. Participa deste certame a seguinte empresa:

1) GEORGE ALMEIDA - ME, representada neste ato por Georgeo Almeida.

Iniciado o certame, uma única empresa se credenciou, passando para vista e rubrica nos envelopes pelo representante presente, analisado o credenciamento da empresa que estava de acordo com o edital, sendo habilitada para o certame, após passou-se para a abertura do envelope da proposta, constatou-se que a empresa participante encontrava-se habilitada para os lances. Passou-se então para fase dos lances, feito a tentativa de negociação a empresa manteve o valor da sua proposta, após sagrou-se vencedor do item 1 a empresa GEORGE ALMEIDA - ME com o valor total de R\$ 21.400,00 (vinte e um mil e quatrocentos reais). Após aberto o envelope da documentação da empresa vencedora, constatou-se que as certidões exigidas no item 6.4.4 do edital de convocação estavam inválidas. No entanto, conforme Art. 48 § 3º da Lei 8.666/1993 fica concedido o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação das certidões em questão, válidas. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 04/11/2019. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com a presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 04 de Novembro de 2019.

Cristiane Piccinin

Pregoeira

Daiane N. A. dos Santos

Equipe de Apoio

Paula A. Taffarel Motter

Equipe de Apoio

GEORGEO ALMEIDA - ME

**PORTARIA Nº 518 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2.019. CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2215752

PORTARIA Nº 518 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2.019.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município c/c art. 104 da Lei Complementar 57/2012 de 02 de Janeiro de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Concede Licença Maternidade, a servidora ANA CLAUDIA MENEGÃO, ocupante do cargo de professor de educação básica I – classe A, pelo período de (120) cento e vinte dias, a partir 02/11/2019 até 29/02/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 02/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 05 DE NOVEMBRO DE 2.019

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 035 HMFR, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2.019. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2215747

PORTARIA Nº. 035, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2.019.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 002/2019, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

Considerando a necessidade de profissionais para atuar no Hospital Municipal Frei Rogério;

**RESOLVE:**

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora CRISTIANI APARECIDA DA COSTA ALVES DA SILVA, para a função do cargo de ENFERMEIRO – NÍVEL 07 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 092/2017, a partir de 01/11/2019.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO DE TANGARÁ-SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 036 HMFR, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.019. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2215749

PORTARIA Nº. 036, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.019.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 007/2019, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

**RESOLVE:**

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora DEBORA CRISTINA LISBOA, para a função do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – NÍVEL 05 – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 020/2003, a partir de 04/11/2019.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO DE TANGARÁ-SC, 04 DE NOVEMBRO DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 516, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.019.  
TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.****EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER**

Publicação Nº 2215751

PORTARIA Nº. 516, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2.019.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

Considerando, que a servidora pediu exoneração do cargo por motivos particulares;

**RESOLVE:**

Art.1º- Exonerar a servidora IZABEL CRISTINA TIZIAN PADILHA, ocupante do cargo de ZELADOR DE SERVIÇOS INTERNOS – NÍVEL 03 – CLASSE A, a partir de 01/11/2019.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 01/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 521, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2.019. PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2215770

PORTARIA Nº. 521, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2.019.

PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município c/c art. 104 da Lei Complementar 57/2012 de 02 de Janeiro de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorroga Licença Maternidade, da servidora ANA CLAUDIA MENEGÃO, ocupante do cargo de professor de educação básica I – classe A, pelo período de (60) sessenta dias, a partir 01/03/2020 A 20/04/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 01/03/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC EM 05 DE NOVEMBRO DE 2.019

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 007-2019 SAÚDE

Publicação Nº 2215141

EXTRATO DE CONTRATO  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 007/2019 com a Empresa CARLOS ALBERTO FRANCIOSI ME – CNPJ: 22.783.246/00010-10, para fornecimento de refeições aos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tigrinhos, a trabalho na Cidade de Chapecó/SC.

TIGRINHOS/SC, em 04 de novembro de 2019.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### LEI 956/2019

Publicação Nº 2214866

LEI Nº. 956 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.  
DISPÕE SOBRE O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e promulga a seguinte lei:

#### Do Orçamento do Município

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de TIGRINHOS para o exercício de 2020 estima a Receita em R\$ 13.056.476,90 (Treze milhões cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e seis reais e noventa centavos) e fixa a Despesa em R\$ 13.056.476,90 (Treze milhões cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e seis reais e noventa centavos) sendo em R\$ 13.056.476,90 (Treze milhões cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e seis reais e noventa centavos) do Orçamento Fiscal.

#### Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2020 estima a Receita em R\$ 13.056.476,90 (Treze milhões cinquenta e seis mil, quatrocentos e setenta e seis reais e noventa centavos) e fixa a Despesa para Câmara Municipal em R\$ 819.018,74 (Oitocentos e dezenove mil, dezoito reais e setenta e quatro centavos), em R\$ 9.843.983,69 (nove milhões, oitocentos e quarenta e três mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta e nove centavos) a Despesa da Prefeitura Municipal em R\$ 2.899.898,00 (dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil, oitocentos e noventa e oito reais) as Transferências Financeiras a TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS A CAMARA DE VEREADORES, TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS FUNDO DE SAÚDE.

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4.Receitas 13.056.476,90  
4.1. RECEITAS CORRENTES 12.969.114,90  
4.2. RECEITA DE CAPITAL 87.362,00  
Total: 13.056.476,90

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 2.899.898,00  
Total: 2.899.898,00  
Total geral: 15.956.374,90

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.00 – PREFEITURA MUNICIPAL 819.018,74  
02.00 - GABINETE DO PREFEITO 710.846,89  
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 1.479.018,02  
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA 173.304,38



05.00 - SECRETARIA DA EDUC., CULT. E ESP. 3.069.283,32  
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE E PROM.SOCIAL 2.792.480,37  
07.00 - SEC. DE OBRAS, SERV.URB. AGRIC. INTER 1.517.116,95  
08.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL 930.475,10  
09.00 - SEC.MUN. DE AGRIC. MEIO AMBIENTE 1.428.491,38  
10.00 - SEC. PLAN. DESENV. ECONOMICO 76.441,75  
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 60.000,00  
Total: 13.056.476,90

TRANSF. FINANC. A SECRETARIA DA FAZENDA 2.899.898,00  
Total: 2.899.898,00  
Total geral: 15.956.374,90

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 819.018,74  
04 - Administração 2.248.179,05  
06 - Segurança Pública 34.507,99  
08 - Assistência Social 897.714,35  
10 - Saúde 2.792.480,37  
12 - Educação 2.751.504,04  
13 - Cultura 72.073,65  
15 - Urbanismo 279.899,16  
16 - Habitação 32.760,75  
17 - Saneamento 180.184,13  
18 - Gestão Ambiental 27.300,63  
20 - Agricultura 1.357.509,75  
24 - Comunicação 43.681,00  
26 - Transporte 1.040.653,28  
27 - Desporto e Lazer 245.705,63  
28 - Encargos Especiais 173.304,38  
99 - Reserva de Contingência 60.000,00

Total: 13.056.476,90

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 2.899.898,00  
Total: 2.899.898,00  
Total geral: 15.956.374,90

## III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31 - Ação Legislativa 819.018,74  
61 - Ação Judiciária 38.220,88  
91 - Defesa da Ordem Jurídica 136.503,13  
121 - Planejamento e Orçamento 492.441,90  
122 - Administração Geral 712.865,60  
123 - Administração Financeira 419.337,59  
124 - Controle Interno 102.104,33  
125 - Normatização e Fiscalização 77.533,78  
128 - Formação de Recursos Humanos 221.255,31  
181 - Policiamento 34.507,99  
182 - Defesa Civil 16.380,38  
241- Assistência ao Idoso 13.104,30  
243 - Assistência à Criança e ao Adolescente 226.681,02  
244 - Assistência Comunitária 875.873,86  
301 - Atenção Básica 2.509.494,51  
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial 119.254,63  
303 - Suporte Profilático e Terapêutico 108.474,77  
304 - Vigilância Sanitária 55.256,46  
306 - Alimentação e Nutrição 264.139,99  
361 - Ensino Fundamental 1.511.880,38  
362 - Ensino Médio 46.465,66  
363 - Ensino Profissional 7.753,38  
364 - Ensino Superior 36.106,77  
365 - Educação Infantil 838.231,47  
366 - Educação de Jovens e Adultos 8.736,20  
367 - Educação Especial 38.190,19  
392 - Difusão Cultural 58.969,35  
451 - Infraestrutura Urbana 132.475,78



452 - Serviços Urbanos 147.423,38  
482 - Habitação Urbana 32.760,75  
512 - Saneamento Básico Urbano 180.184,13  
605 - Abastecimento 27.300,63  
606 - Extensão Rural 1.357.509,75  
722 - Telecomunicações 43.681,00  
782 - Transporte Rodoviário 1.040.653,28  
812 - Desporto Comunitário 245.705,63  
999 - Reserva de Contingência 60.000,00  
Total: 13.056.476,90

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 2.899.898,00

Total: 2.899.898,00

Total geral: 15.956.374,90

#### IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1000 - PROCESSO LEGISLATIVO 819.018,74  
1001 - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR 710.846,89  
1002 - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 1.444.510,03  
1003 - SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE DE TRANS. 34.507,99  
1004 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO 173.304,38  
1005 - EDUCAÇÃO E CIDADANIA PLENA 2.751.504,04  
1006 - ESPORTE E CULTURA 317.779,28  
1007 - ASSISTÊNCIA SOCIAL 930.475,10  
1008 - SAÚDE PARA TODOS 2.792.480,37  
1009 - SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA 296.279,54  
1010 - FOMENTO A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 1.428.491,38  
1011 - PLANEJ. DESENV. ECONÔMICO 76.441,75  
1012 - PARQUE RODOVIÁRIO MUN E ROD. MUNIC. 1.040.653,28  
1013 - SANEAMENTO BÁSICO URBANO 180.184,13  
1014 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 60.000,00  
Total: 13.056.476,90

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 2.899.898,00

Total: 2.899.898,00

Total geral: 15.956.374,90

#### V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA CORRENTES 12.261.901,43  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 7.358.196,15  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 4.903.705,28  
DESPESAS DE CAPITAL 734.575,47  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 734.575,47  
RESERVA DE CONTINGÊNCIA 60.000,00  
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 60.000,00

Total: 13.056.476,90

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 2.899.898,00

Total: 2.899.898,00

Total geral: 15.956.374,90

#### Do Orçamento do (a) PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Art. 3º O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS para o exercício de 2020 estima a Receita em R\$ 12.344.875,79 (Doze milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.899.898,00 (Dois milhões oitocentos e noventa e nove mil, oitocentos e noventa e oito reais) e fixa as Despesas em R\$ 9.444.977,79 (Nove milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e sete reais e setenta e nove centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 12.344.875,79  
4.1. RECEITAS CORRENTES 12.257.513,79  
4.2. RECEITAS DE CAPITAL 87.362,00

Total: 12.344.875,79  
Total geral: 12.344.875,79

§ 2º A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração 2.248.179,05  
06 - Segurança Pública 34.507,99  
08 - Assistência Social 897.714,35  
12 - Educação 2.751.504,04  
13 - Cultura 72.073,65  
15 - Urbanismo 279.899,16  
16 - Habitação 32.760,75  
17 - Saneamento 180.184,13  
18 - Gestão Ambiental 27.300,63  
20 - Agricultura 1.357.509,75  
24 - Comunicação 43.681,00  
26 - Transporte 1.040.653,28  
27 - Desporto e Lazer 245.705,63  
28 - Encargos Especiais 173.304,38  
99 - Reserva de Contingência 60.000,00  
Total: 9.444.977,79

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 2.899.898,00  
Total: 2.899.898,00  
Total geral: 12.344.875,79

## V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA CORRENTES 8.729.665,33  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 5.177.489,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 3.552.176,33

DESPESAS DE CAPITAL 655.312,46  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 655.312,46  
RESERVA DE CONTINGÊNCIA 60.000,00  
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 60.000,00  
Total: 9.444.977,79

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 2.899.898,00  
Total: 2.899.898,00  
Total geral: 12.344.875,79

Do Orçamento do (a) CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Art. 4º O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS para o exercício de 2020 estima a Receita em R\$ 0,00 e fixa as Despesas em R\$ 819.018,74 (Oitocentos e dezenove mil, dezoito reais e setenta e quatro centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 819.018,74  
Total: 819.018,74  
Total geral: 819.018,74

§ 2º A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE TIGRINHOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 819.018,74  
Total: 819.018,74  
Total geral: 819.018,74

## V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA CORRENTES 808.098,49 3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 573.313,12  
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES 234.785,37  
DESPESAS DE CAPITAL 10.920,25  
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS 10.920,25

Total: 819.018,74  
Total geral: 819.018,74

Do Orçamento do (a) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIGRINHOS

Art. 5º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE para 2020 estima a receita em R\$ 711.601,11 (Setecentos e onze mil, seiscentos e um reais e onze centavos) e fixa as Despesas em R\$ 2.792.480,37 (dois milhões, setecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta reais e trinta e sete centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. RECEITAS 711.601,11  
4.1.RECEITAS CORRENTES 711.601,11  
Total: 711.601,11

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 2.080.879,26  
Total: 2.080.879,26  
Total geral: 2.792.480,37

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIGRINHOS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 2.792.480,37  
Total: 2.792.480,37  
Total geral: 2.792.480,37

## V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 2.724.137,61  
3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 1.607.394,03  
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.116.743,58

DESPESAS DE CAPITAL 68.342,76  
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS 68.342,76  
Total: 2.792.480,37  
Total geral: 2.792.480,37

Art. 6º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 60.000,00  
9.9.0.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 60.000,00  
Total: 60.000,00

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2020 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para atender "outros riscos e eventos imprevistos", conforme definido no §2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2021 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 7º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 8º O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite não informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 10º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 11º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 12º Durante o exercício de 2020 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 13º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 15º A presente Lei vigorará durante o exercício de 2020, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Tigrinhos SC, 04 de novembro de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito

## **PORTARIA 236/2019**

Publicação Nº 2216168

PORTARIA Nº. 236/2019.

EXONERA A PEDIDO, ATRAVÉS PROGRAMA DEMISSÃO VOLUNTÁRIA SERVIDORA MUNICIPAL OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE PROFESSOR IV GEOGRAFIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 784/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera A PEDIDO da Servidora Pública, a Sra. IEDA MARIA BADIN BOURSCHIEDT, do cargo Efetivo de PROFESSOR IV - GEOGRAFIA, cadastrada sob as matrículas nº. 303/03, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que aderiu ao Programa de Demissão Voluntária no Município de Tigrinhos/SC, conforme Lei Municipal nº. 784/2014, a partir de 05 de Novembro de 2019, conforme requerimento da mesma e seu deferimento pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em cinco de novembro de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO REURB Nº 08/2019**

Publicação Nº 2216080

Processo Administrativo REURB nº 08/2019  
DECISÃO APROVANDO A CONCLUSÃO DA REURB  
Artigo 40, da Lei Federal nº 13.465, de 11-07-2017

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.566.620/0001-55, com sede administrativa na Avenida Felipe Baczinski nº 479, centro, Tigrinhos - SC, CEP: 89875-000, endereço eletrônico [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br), neste ato representado pelo Chefe do poder Executivo, senhor Derli Antonio de Oliveira, nascido aos 07-07-1961, filho de Arnildo José de Oliveira e de dona Ivanilde Provin de Oliveira, brasileiro, casado, administrador, portador da CI RG nº 1.273.745-SESP/SC, inscrito no CPF sob nº 589.844.969-87, domiciliado e residente na Linha Lowis, s/nº, interior, Tigrinhos - SC, CEP: 89875-000, endereço eletrônico [gabinetetg@mhnet.com.br](mailto:gabinetetg@mhnet.com.br), com referência ao Processo Administrativo de Regularização Fundiária Urbana – REURB, instaurado aos 20 de agosto de 2019, sob nº 08/2019, em conformidade com a Lei nº 13.465/17, com o objetivo de regularizar o “núcleo urbano informal consolidado”, denominado “REURB WACHHOLZ-I”, implantado sobre o imóvel objeto da Matrícula nº: 0.55, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha – SC, localizado frontal à Avenida Felipe Baczinski, no Perímetro Urbano desta Cidade.

Com base nos documentos que compõem o Processo Administrativo REURB nº 008/2019, denominado “REURB WACHHOLZ”; e, nos termos do artigo 40, da Lei Federal nº 13.465/17, relatamos que:

- 1) A análise dos documentos constantes no Processo ocorreu no prazo legal;
- 2) Fica aprovado o projeto de regularização fundiária resultante do processo de instaurado aos 20 de agosto de 2019, nos autos do Processo administrativo REURB nº 008/2019, conforme previsto no inciso II, do artigo 40 da Lei Federal 13.465/17;
- 3) O esgotamento sanitário está executado de forma individual por meio de fossas rudimentares, as obras de saneamento é intervenção que deverá ser executada conforme previsto no inciso I, do artigo 40 da Lei Federal 13.465/17;
- 4) Fica dispensada a apresentação dos documentos previstos no artigo 35, VI, VII e VIII, da Lei Federal nº 13.465/17, em razão de o referido núcleo não estar enquadrado em qualquer das situações elencadas nos referidos incisos;
- 5) A infraestrutura essencial está implantada parcialmente, atendendo as exigências mínimas constantes no Art. 36, § 1º da Lei Federal nº 13.465/17, ficando os ocupantes responsáveis pelo cumprimento do cronograma de execução das obras de infraestrutura e esgotamento sanitário, conforme Termo de Compromisso de Execução de Obras em REURB, datados de xx-xx-2019, bem como seus responsáveis, conforme prevê o artigo 35, IX e X, da Lei Federal nº 13.465/17;
- 6) Defino como LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA o instrumento jurídico, no âmbito da REURB, do “núcleo urbano informal consolidado” acima especificado, nos termos dos Artigos: 11, VII; 15, I; 23; e 69, da Lei Federal nº 13.465, de 11-07-2017;
- 7) Não havendo desconformidades, nos termos do artigo 35, inciso III, da Lei Federal nº 13.465/17, fica concedida a Legitimação Fundiária, aos ocupantes, abaixo identificados, das unidades imobiliárias a seguir relacionadas, nos termos do inciso III, do artigo 40 da Lei Federal 13.465/17.

Lote Urbano nº (1), da Quadra nº (1), “REURB WACHHOLZ I”, situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Adão de Oliveira, distando 85,20 metros da esquina formada com a Rua Aridio Kessler, com a área de “Trezentos e oitenta e três metros e setenta e cinco centímetros quadrados” (383,75 m²).

Ocupante do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Charles Rogerio Brambilla, brasileiro, solteiro, maior, bancário, nascido aos 22/08/1978, CNH 02050293543-DETRAN/SC, CPF nº 981.004.329/53, filho de Eugenio Brambilla e Anita Maria Brambilla, convivente em regime de união estável com Marcia Adriani de Oliveira, brasileira, solteira, maior, professora, nascida aos 19/02/1980, CNH 02841562448-DETRAN/SC, CPF nº 036.227.759/12, filha de Bonomá de Oliveira e Marlene Maria de Oliveira, domiciliados e residentes na Linha Bela Vista, M/Tigrinhos, SC.

Lote Urbano nº (2), da Quadra nº (1), “REURB WACHHOLZ I”, situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Adão de Oliveira, distando 70,20 metros da esquina formada com a Rua Aridio Kessler, com a área de “Trezentos e setenta e cinco metros quadrados” (375,00 m²).

Ocupantes do imóvel: (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Josimar Braga, brasileiro, solteiro, maior, vigia, nascido aos 10/05/1988, CNH 03922337348-DETRAN-SC, CPF nº 068.840.299/27, filho de Antonio Braga e Conceição Gessi Braga, convivente em regime de união estável com Andréia Salete Camini, brasileira, solteira, maior, agricultora, nascida aos 08/01/1996, RG: 6.852.705-SESPDC/SC, CPF nº 102.849.809/86, filha de Valdemir Camini e Sunta Maria Camini, domiciliados e residentes na Rua Claudio Schneider, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (3), da Quadra nº (1), “REURB WACHHOLZ I”, situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e localizado no lado ímpar da Rua Adão de Oliveira, distando 55,20 metros da esquina formada com a Rua Aridio Kessler, com a área de “Trezentos e setenta e cinco metros quadrados” (375,00 m²).

Ocupante do imóvel: (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Vanduir Kobs, brasileiro, agricultor, nascido aos 06/02/1985, CNH 02882059975-DETRAN-SC, CPF nº 049.346.069/12, filho de Nilson Kobs e Soili Rowe Kobs, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 23/07/2005, com Silvana Schlick Kobs, brasileira, agricultora, nascida aos 07/11/1988, RG: 4.632.927-SESPDC/SC, CPF nº 066.191.069-51, filha de Osmar Schlick e Salete Fatima Murari Schlick, domiciliados e residentes na Linha Trindade, M/Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (4), da Quadra nº (1), “REURB WACHHOLZ I”, situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Adão de Oliveira, distando 40,20 metros da esquina formada com a Rua Aridio Kessler, com a área de “Trezentos e setenta e cinco metros quadrados” (375,00 m²).

Ocupante do imóvel: (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Charles Antonio Kreuz, brasileiro, pedreiro, nascido aos 11/07/1982, RG: 12R-4.127.287-SESP/SC, CPF: 034.424.359-19, filho de Aloisio José Kreutz e Maria Silvina Kroetz Kreuz, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 18/10/2008, com Silvana Rigo Kreuz, brasileira, operária, nascida aos 21/09/1987, RG: 4.512.245-SESP/SC, CPF: 065.146.239-80, filha de Aldir Antonio Rigo e Terezinha Jardini Rigo, domiciliados e residentes na Linha Lajeado do Tigre, M/Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (5), da Quadra nº (1), “REURB WACHHOLZ I”, situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Adão de Oliveira, distando 25,20 metros da esquina formada com a Rua Aridio Kessler, com a área de “Trezentos e setenta e cinco metros quadrados” (375,00 m²).

Ocupante do imóvel: (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Telmir Jahnel, brasileiro, agricultor, nascido aos 28/09/1970, RG:



2.437.588-SESP/SC, CPF: 690.586.609-15, filho de Verno Jahnel e Osmilda Jahnel, casado pelo regime da parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 16/09/1989, com Ivanir Flores Jahnel, brasileira, agricultora, nascida aos 20/10/1971, RG: 4118091729-SSP/RS, CPF: 827.773.909-59, filha de Adelino Flores e Maria Cerila Flores, domiciliados e residentes na Rua Edwaldo Luiz Wachholz, snº, Tigrinhos, SC; Lote Urbano nº (6), da Quadra nº (1), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Adão de Oliveira, na esquina formada pela Rua Aridio Kessler, com a área de "Trezentos e quinze metros quadrados" (315,00 m²).

Ocupante do imóvel: (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Aloisio José Kreuz, brasileiro, pedreiro, nascido aos 17/09/1957, RG: 897.198.6-SESP/SC, CPF nº 386.417.719-72, filho de José Afonso Kreutz e Melina Kreutz, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 21/07/1981, com Maria Silvina Kroetz Kreuz, brasileira, doméstica, nascida aos 28/09/1958, RG 2.990.728-SESP/SC, CPF nº 951.888.009-34, filha de Renato Affonso Kroetz e Alma Kroetz, domiciliados e residentes na Rua Padre Júlio, nº 260, Bom Jesus do Oeste, SC;

Lote Urbano nº (7), da Quadra nº (1), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Aridio Kessler, distanciando 12,50 metros da esquina formada pela Rua Adão de Oliveira, com a área de "Trezentos e quinze metros quadrados" (315,00 m²).

Ocupantes do imóvel: (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Karine Francieli Johnner, brasileira, solteira, maior, nascida aos 05/02/1991, farmaceutica, RG 5.517.349-SESP/SC, CPF: 074.504.029-20, filha de Derli Darci Johnner e Nilse Johnner, domiciliada e residente na Avenida 7 de Setembro, nº 243, apto.502, Maravilha, SC;

Lote Urbano nº (8), da Quadra nº (1), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Aridio Kessler, distanciando 25,00 metros da esquina formada pela Rua Adão de Oliveira, com a área de "Trezentos e quinze metros quadrados" (315,00 m²).

Ocupante do imóvel: (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Irineu Wilsman, brasileiro, agricultor, nascido aos 25/03/1956, RG: 1.278.970-SESP/SC, CPF: 347.182.499-53, filho de Friedoldo Wilsman e Emma Wilsman, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 28/07/1979, com Ingrid Wilsman, brasileira, agricultora, nascida aos 23/03/1960, RG: 1.122.698-SESP/SC, CPF: 781.831.389-34, filha de Edgar Schultz e Erna Schultz, domiciliados e residentes na Linha Tigre, M/Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (9), da Quadra nº (1), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Aridio Kessler, na esquina formada pela Rua Edvaldo Luiz Wachholz, com a área de "Trezentos e dezesseis metros e cinquenta e dois centímetros quadrados" (317,52 m²).

Ocupante do imóvel: (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Irineu Wilsman, brasileiro, agricultor, nascido aos 25/03/1956, RG: 1.278.970-SESP/SC, CPF: 347.182.499-53, filho de Friedoldo Wilsman e Emma Wilsman, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 28/07/1979, com Ingrid Wilsman, brasileira, agricultora, nascida aos 23/03/1960, RG: 1.122.698-SESP/SC, CPF: 781.831.389-34, filha de Edgar Schultz e Erna Schultz, domiciliados e residentes na Linha Tigre, M/Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (10), da Quadra nº (1), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Edvaldo Luiz Wachholz, distanciando 25,20 metros da esquina formada pela Rua Aridio Kessler, com a área de "Trezentos e setenta e seis metros e cinquenta centímetros quadrados" (376,50 m²).

Ocupante do imóvel: (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Telmir Jahnel, brasileiro, agricultor, nascido aos 28/09/1970, RG: 2.437.588-SESP/SC, CPF: 690.586.609-15, filho de Verno Jahnel e Osmilda Jahnel, casado pelo regime da parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 16/09/1989, com Ivanir Flores Jahnel, brasileira, agricultora, nascida aos 20/10/1971, RG: 4118091729-SSP/RS, CPF: 827.773.909-59, filha de Adelino Flores e Maria Cerila Flores, domiciliados e residentes na Rua Edwaldo Luiz Wachholz, snº, Tigrinhos, SC; Lote Urbano nº (11), da Quadra nº (1), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Edvaldo Luiz Wachholz, distanciando 40,20 metros da esquina formada pela Rua Aridio Kessler, com a área de "Trezentos e setenta e seis metros e cinquenta centímetros quadrados" (376,50 m²).

Ocupante do imóvel: (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Osmilda Jahnel, brasileira, viúva, agricultora aposentada, nascida aos 23/06/1945, RG: 12R/2.433.381-SSP/SC, CPF: 004.419.999-64, filha de Armindo Kempfer e Herta Kempfer, domiciliada e residente na Rua Edwaldo Luiz Wachholz, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (12), da Quadra nº (1), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Edvaldo Luiz Wachholz, distanciando 55,20 metros da esquina formada pela Rua Aridio Kessler, com a área de "Trezentos e setenta e seis metros e cinquenta e dois centímetros quadrados" (376,50 m²).

Ocupantes do imóvel: (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Jandir Jahnel, brasileiro, funcionário público, nascido aos 11/05/1969, RG: 2.437.586-SESP/SC, CPF: 761.013.559-34, filho de Verno Jahnel e Osmilda Jahnel, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 17/06/1989, com Marlene de Oliveira Jahnel, brasileira, agricultora, nascida aos 24/06/1960, RG: 13/R-1.850.522-SESP/SC, CPF: 004.419.959-77, filha de Euclides de Oliveira e Gely Ziemann de Oliveira, domiciliados e residentes na Rua Atilio Provin, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (13), da Quadra nº (1), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Edvaldo Luiz Wachholz, distanciando 70,20 metros da esquina formada pela Rua Aridio Kessler, com a área de "Trezentos e setenta e seis metros e cinquenta centímetros quadrados" (376,50 m²).

Ocupantes do imóvel: (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Leocir Carlos Bottin, brasileiro, agricultor, nascido aos 07/03/1977, RG: 3.526.387-SESP/SC, CPF: 014.807.629-70, filho de Lirio Kliks Bottin e Irma Bottin, casado pelo regime da parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 29/11/1997, com Inezilda Wachholz Bottin, brasileira, agricultora, nascida aos 14/04/1981, RG: 4.219.805-SESP/SC, CPF: 005.812.609-02, filha de Lorivaldo Arnildo Wachholz e Lourdes Wachholz, domiciliados e residentes na Rua Edwaldo Luiz Wachholz, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (14), da Quadra nº (1), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Edvaldo Luiz Wachholz, distanciando 85,20 metros da esquina formada pela Rua Aridio Kessler, com a área de "Trezentos e oitenta e cinco metros e vinte e nove centímetros quadrados" (385,29 m²).

Ocupantes do imóvel: (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Tamara Aparecida Grünwaldt, brasileira, solteira, maior, estudante, nascida aos 02/06/2000, RG: 7.318.970-SESP/SC, CPF: 115.416.599-02, filha de Enio Guilherme Grünwaldt e Vera Lucia Maggi Grünwaldt, domiciliada e residente na Linha Trindade, M/Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (1), da Quadra nº (2), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Aridio Kessler, distanciando 12,50 metros da esquina formada pela Rua Adão de Oliveira,

com a área de "Trezentos e vinte e cinco metros e noventa e sete centímetros quadrados" (325,97 m²).

Ocupante do imóvel: (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Nelci Sansigolo, brasileiro, agricultor, nascido aos 09/03/1943, RG: 1.123.328-SESP/SC, CPF: 345.974.259-34, filho de José Sansigolo e Maria Sansigolo, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à vigência da lei nº 6.515/77, aos 15/08/1964, com Tereza Sansigolo, brasileira, agricultora, nascida aos 20/05/1937, RG: 12R.2.992.242-SSP/SC, CPF: 938.601.889-68, filha Pedro Murari e Nice Murari, domiciliados e residentes na Rua Darci Missuri, nº, M/Tigrinhos, SC; Lote Urbano nº (2), da Quadra nº (2), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Adão de Oliveira, na esquina formada pela Rua Aridio Kessler, com a área de "Trezentos e quinze metros quadrados" (315,00m²).

Ocupantes do imóvel: (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Bonoma de Oliveira, brasileiro, agricultor, nascido aos 02/01/1951, RG: 2.233.830-SESP/SC, CPF: 401.217.129-15, filho de Adão de Oliveira e Valdereza Fernandes de Oliveira, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 27/01/1979, com Marlene Maria de Oliveira, brasileira, doméstica, nascida aos 03/12/1962, RG: 4.991.395-SESP/SC, CPF: 041.610.759-10, filha de Felipe José Tiesen e Elly Gregorio Tiesen, domiciliados e residentes na Linha Bela Vista, M/Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (3), da Quadra nº (2), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Adão de Oliveira, distanciando 25,20 metros da esquina formada pela Rua Aridio Kessler, com a área de "Trezentos e oitenta e um metros e quinze centímetros quadrados" (381,15m²).

Ocupante do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Anatolio Keller, brasileiro, agricultor aposentado, nascido aos 02/09/1949, RG: 564.676-SESP/SC, CPF: 141.565.719-04, filho de Aloisio Ervino Keller e Ida Wink Keller, casado pelo regime da comunhão universal de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 26/05/1979, com Edite Florentina Keller, brasileira, doméstica, nascida aos 26/04/1961, RG: 1.618.465-SESPDC/SC, CPF: 981.010.139-20, filha de Avelino Antonio Giraldo e Maria Luiza Sattler, cujo pacto antenupcial encontra-se registrado no Livro nº 03-RA, sob o nº 1.466, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cunha Porã, SC, domiciliados e residentes na Rua Paulo Noll, nº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (4), da Quadra nº (2), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Adão de Oliveira, distanciando 40,20 metros da esquina formada pela Rua Aridio Kessler, com a área de "Trezentos e setenta e nove metros e cinquenta e dois centímetros quadrados" (379,52m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Moacir Kliks da Silva, brasileiro, soldador, nascido aos 06/05/1980, RG: 3.746.825-SESPDC/SC, CPF nº 032.368.449/14, filho de Nilson da Silva e Sueli Kliks, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 29/04/2005, com Jaquilini Janinha Stieler, brasileira, professora, nascida aos 23/04/1977, RG nº 2.994.879-SESPDC/SC, CPF nº 016.512.649/37, filha de Danilo Armando Stieler e Laura Stieler, domiciliados e residentes na Rua Iguazu, nº 354, Maravilha, SC;

Lote Urbano nº (5), da Quadra nº (2), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e localizado no lado par da Rua Adão de Oliveira, distanciando 55,20 metros da esquina formada pela Rua Aridio Kessler, com a área de "Trezentos e setenta e sete metros e sessenta e sete centímetros quadrados" (377,67m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Ivonir Trindade de Vargas, brasileiro, funcionário público municipal, nascido aos 02/12/1972, RG nº 2.656.460-SESPDC/SC, CPF nº 933.235.739/00, filho de Nicanor Trindade de Vargas e Maria Gessi Trindade de Vargas, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 16/07/1994, com Marcia Martinez Pfeifer de Vargas, brasileira, agricultora, nascida aos 29/03/1977, RG nº 13/C-3.401.289-SSP/SC, CPF nº 981.008.319/04, filha de Wilfrid Carlos Pfeifer e Lidia Pfeifer, domiciliados e residentes na Linha Lajeado das Flores, M/ Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (6), da Quadra nº (2), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Adão de Oliveira, distanciando 70,20 metros da esquina formada pela Rua Aridio Kessler, com a área de "Trezentos e oitenta e quatro metros e cinquenta e seis centímetros quadrados" (384,56m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Solange Braga, brasileira, solteira, maior, assistente administrativa, nascida aos 27/03/1984, RG nº 4.219.800-SSPDC/SC, CPF nº 014.201.741/85, filha de Antonio Braga e Conceição Gessi Braga, domiciliada e residente na Avenida Santo Antonio, nº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (7), da Quadra nº (2), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e localizado no lado par da Rua Adão de Oliveira, distanciando 85,55 metros da esquina formada pela Rua Aridio Kessler, com a área de "Trezentos e setenta e três metros e noventa e um centímetros quadrados" (373,91m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Lorivaldo Arnildo Wachholz, brasileiro, agricultor, nascido aos 04/12/1953, RG: 1.615.561-SESP/SC, CPF: 430.351.409-87, filho de Edwaldo Luiz Wachholz e Silda Neu Wachholz, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 21/06/1980, com Lourdes Wachholz, brasileira, doméstica, nascida aos 05/04/1960, RG: 12R.2.994.595-SSP/SC, CPF: 346.055.259-04, filha de Reinaldo Schaefer e Silma Hesper Schaefer, domiciliados e residentes na Linha Progresso, M/Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (1), da Quadra nº (3), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Avenida Felipe Bacinski, distanciando 75,48 metros da esquina formada pela Rua Edvaldo Luiz Wachholz, com a área de "Trezentos e sessenta metros e cinquenta e seis centímetros quadrados" (360,56m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Lorivaldo Arnildo Wachholz, brasileiro, agricultor, nascido aos 04/12/1953, RG: 1.615.561-SESP/SC, CPF: 430.351.409-87, filho de Edwaldo Luiz Wachholz e Silda Neu Wachholz, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 21/06/1980, com Lourdes Wachholz, brasileira, doméstica, nascida aos 05/04/1960, RG: 12R.2.994.595-SSP/SC, CPF: 346.055.259-04, filha de Reinaldo Schaefer e Silma Hesper Schaefer, domiciliados e residentes na Linha Progresso, M/Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (2), da Quadra nº (3), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Avenida Felipe Bacinski, distanciando 62,98 metros da esquina formada pela Rua Edvaldo Luiz Wachholz, com a área de "Trezentos e sessenta e nove metros e dez centímetros quadrados" (369,10m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Morgana Lurdes Guth, brasileira, solteira, maior, empresária, nascida aos 04/12/1998, RG: 5.408.728-SESP/SC, CPF: 067.110.609-03, filha de Rudimar Francisco Guth e Ivone Guth, domiciliada e residente na Rua Duque de Caxias, nº 960, Bairro Jardim, Maravilha, SC;

Lote Urbano nº (3), da Quadra nº (3), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Avenida Felipe Bacinski, distanciando 50,48 metros da esquina formada pela Rua Edvaldo Luiz Wachholz, com a área "Trezentos e sessenta e oito metros e doze centímetros quadrados" (368,12m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Maria Manfrin Winter, brasileira, viúva, doméstica aposentada, nascida aos 07/04/1950, RG: 6.748.627-SESPDC/SC, CPF: 019.616.049-90, filha de Anacleto Constante Manfrin e Carolina Natali Manfrin, domiciliada e residente na Avenida Santo Antonio, s/nº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (4), da Quadra nº (3), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Avenida Felipe Baczinski, distanciando 37,92 metros da esquina formada pela Rua Edvaldo Luiz Wachholz, com a área "Trezentos e cinquenta e nove metros e quarenta e sete centímetros quadrados" (359,47m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Valmor de Oliveira Pinto, brasileiro, solteiro, maior, marceneiro, nascido aos 09/07/1984, RG: 4.512.401-SESP/SC, CPF: 009.685.030-20, filho de Zacarias de Oliveira Pinto e Celeste de Oliveira Pinto, domiciliado e residente na Avenida Felipe Baczinski, s/nº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (5), da Quadra nº (3), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Avenida Felipe Baczinski, distanciando 12,72 metros da esquina formada pela Rua Edvaldo Luiz Wachholz, com a área "Seiscentos e sessenta e quatro metros e quarenta e oito centímetros quadrados" (664,48m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Geovani Edson Muscopf, brasileiro, divorciado, comerciante, nascido aos 26/06/2010, RG: 4.632.414-SESP/SC, CPF: 010.126.949/84, filho de Nelson Muscopf e Vera Laidés Bort Muscopf, domiciliado e residente na Linha Bela Vista, M/Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (6), da Quadra nº (3), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Edvaldo Luiz Wachholz, na esquina formada pela Avenida Felipe Baczinski, com a área "Trezentos e três metros e quarenta e sete centímetros quadrados" (303,47m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Ivo Ari Wachholz, brasileiro, agricultor, nascido aos 13/01/1972, RG nº 2.548.857-SESPDC/SC, CPF nº 807.668.389/00, filho de Edwaldo Luiz Wachholz e Silda Neu Wachholz, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 15/05/1999, com Vera Lucia de Oliveira Wachholz, brasileira, funcionária pública municipal, nascida aos 05/02/1981, RG nº 13/R-4.270.565-SSP/SC, CPF nº 039.514.069/25, filha de Bonoma de Oliveira e Marlene Maria de Oliveira, domiciliados e residentes na Avenida Felipe Baczinski, s/nº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (7), da Quadra nº (3), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Edvaldo Luiz Wachholz, na esquina formada com a Rua Aridio Kessler, com a área "Trezentos e quinze metros quadrados" (315,00m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Ivo Ari Wachholz, brasileiro, agricultor, nascido aos 13/01/1972, RG nº 2.548.857-SESPDC/SC, CPF nº 807.668.389/00, filho de Edwaldo Luiz Wachholz e Silda Neu Wachholz, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 15/05/1999, com Vera Lucia de Oliveira Wachholz, brasileira, funcionária pública municipal, nascida aos 05/02/1981, RG nº 13/R-4.270.565-SSP/SC, CPF nº 039.514.069/25, filha de Bonoma de Oliveira e Marlene Maria de Oliveira, domiciliados e residentes na Avenida Felipe Baczinski, s/nº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (8), da Quadra nº (3), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Aridio Kessler, distanciando 12,60 metros da esquina formada com a Rua Edvaldo Luiz Wachholz, com a área "Trezentos e doze metros e cinquenta centímetros quadrados" (312,50m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Cristian Diego Weber, brasileiro, agricultor, nascido aos 25/06/1993, RG: 5.527.975-SESP/SC, CPF: 088.004.909-05, filho de Silverio Petry Weber e Renita Reny Hübner Weber, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 09/03/2018, com Dyenifer Madalena Correa Weber, brasileira, agricultora, nascida aos 27/04/1998, RG: 6.886.693-SESP/SC, CPF: 103.318.029-70, filha de Clodoaldo José Correa e Marisa Knak Correa, domiciliada e residente na Linha Coroa da Serra, M/Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (9), da Quadra nº (3), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Aridio Kessler, distanciando 25,10 metros da esquina formada com a Rua Edvaldo Luiz Wachholz, com a área "Trezentos e doze metros e cinquenta centímetros quadrados" (312,50m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Derli Darci Johner, brasileiro, agricultor, nascido aos 07/12/1957, RG: 762.727-SESP/SC, CPF: 430.374.299-68, filho de Ernesto Cristiano Johner e Selma Johner, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 20/03/1982, com Nilse Johner, brasileira, agricultora, nascida aos 22/03/1964, RG: 12R/2.434.089-SSP/SC, CPF: 761.015.339-72, filha de Fiovarante Badia e Lourdes Mella Badia, domiciliados e residentes na Avenida Felipe Baczinski, s/nº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (10), da Quadra nº (3), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Aridio Kessler, distanciando 37,60 metros da esquina formada com a Rua Edvaldo Luiz Wachholz, com a área "Trezentos e doze metros e cinquenta centímetros quadrados" (312,50m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Alcides Antonio Furlanetto, brasileiro, agricultor, nascido aos 10/05/1952, RG: 509.108-SESP/SC, CPF: 195.184.129/87, filho de Angelo Stefano Furlanetto e Maria Nardi, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 18/03/1978, com Assunta Zanatta Furlanetto, brasileira, agricultora, nascida aos 20/08/1950, RG: 560.767-SESPDC/SC, CPF: 021.369.009-86, filha de Angelo Zanatta e Dozolina Spessatto, domiciliados e residentes na Linha Barra Bonita, M/São Miguel da Boa Vista, SC;

Lote Urbano nº (11), da Quadra nº (3), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Aridio Kessler, distanciando 50,10 metros da esquina formada com a Rua Edvaldo Luiz Wachholz, com a área "Trezentos e doze metros e cinquenta centímetros quadrados" (312,50m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Alcides Antonio Furlanetto, brasileiro, agricultor, nascido aos 10/05/1952, RG: 509.108-SESP/SC, CPF: 195.184.129/87, filho de Angelo Stefano Furlanetto e Maria Nardi, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 18/03/1978, com Assunta Zanatta Furlanetto, brasileira, agricultora, nascida aos 20/08/1950, RG: 560.767-SESPDC/SC, CPF: 021.369.009-86, filha de Angelo Zanatta e Dozolina Spessatto, domiciliados e residentes na Linha Barra Bonita, M/São Miguel da Boa Vista, SC;

Lote Urbano nº (12), da Quadra nº (3), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Aridio Kessler, distanciando 62,60 metros da esquina formada com a Rua Edvaldo Luiz Wachholz, com a área "Trezentos e doze metros e cinquenta centímetros quadrados" (312,50m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Ervino Muscopf, brasileiro, agricultor aposentado, nascido aos 17/04/1950, RG: 5.069.988-SESP/SC, CPF: 123.311.120-53, filho de Adão Muscopf e Hilda Muscopf, casado pelo regime da comunhão universal de bens, anteriormente à vigência da Lei nº 6.515/77, aos 01/07/1974, com Eli Edi Muscopf, brasileira, agricultora aposentada, nascida aos



06/11/1947, RG: 12R/2.542.248-SSP/SC, CPF: 525.755.439-91, filha de Artur Guilherme Schwanke e Marta Fridrich Schwanke, domiciliados e residentes na Rua Edwaldo Luiz Wachholz, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (13), da Quadra nº (3), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Aridio Kessler, distanciando 75,10 metros da esquina formada com a Rua Edwaldo Luiz Wachholz, com a área "Trezentos e onze metros e quarenta e cinco centímetros quadrados" (311,45m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Lauri Kolln, brasileiro, agricultor, nascido aos 20/05/1967, RG: 2.161.739-SSP/SC, CPF: 621.100.129-00, filho de Armando Kolln e Norma Kolln, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 01/09/1990, com Marli Hofmann Kolln, brasileira, agricultora, nascida aos 04/12/1963, RG: 4.632.445-SESP/SC, CPF: 015.573.929-86, filha de Hertmann Hofmann e Dora Hofmann, domiciliados e residentes na Avenida Felipe Bacchini, M/Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (1), da Quadra nº (4), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Avenida Felipe Bacchini, distanciando 25,43 metros da esquina formada com a Rua Dulce Stieler, com a área "Trezentos e cinquenta e oito metros e quarenta e dois centímetros quadrados" (358,42 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Maevellyn Wachholz, brasileira, solteira, maior, estudante, nascida aos 04/09/2002, RG: 6.188.447-SESPDC/SC, CPF: 086.815.869-04, filha de Ivo Ari Wachholz e Vera Lucia de Oliveira Wachholz, domiciliada e residente na Avenida Felipe Bacchini, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (2), da Quadra nº (4), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Avenida Felipe Bacchini, distanciando 12,81 metros da esquina formada com a Rua Dulce Stieler, com a área "Trezentos e cinquenta e um metros e dez centímetros quadrados" (351,10 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Silverio Petry Weber, brasileiro, agricultor, nascido aos 25/06/1965, RG: 5.041.952-SESP/SC, CPF: 337.368.981-34, filho de Edgar Adolfo Weber e Norma Petry, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 16/07/1986, com Renita Reny Hübner Weber, brasileira, agricultora, nascida aos 25/06/1961, RG: 2.548.907-SESPDC/SC, CPF: 960.868.829-91, filha de Sylvio Osmar Hübner e Hilda Hübner, domiciliados e residentes na Linha Três Voltas, M/Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (3), da Quadra nº (4), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Avenida Felipe Bacchini, na esquina formada com a Rua Dulce Stieler, com a área "Trezentos e trinta e cinco metros e quarenta e dois centímetros quadrados" (335,42 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Valdir Luiz Wachholz, brasileiro, divorciado, agricultor, nascido aos 26/07/1969, RG: 2.548.860-SESP/SC, CPF: 754.532.079-49, filho de Edwaldo Luiz Wachholz e Silda Neu Wachholz, domiciliado e residente na Avenida Felipe Bacchini, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (4), da Quadra nº (4), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Dulce Stieler, distanciando 25,57 metros da esquina formada com a Avenida Felipe Bacchini, com a área "Trezentos e quinze metros quadrados" (315,00 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Nair Maria Provin, brasileira, viúva, agricultora aposentada, nascida aos 20/09/1945, RG: 9.828.399-4-SESP/PR, CPF: 965.600.709-30, filha de Hugo Koelzer e Arnilda Koelzer, domiciliada e residente na Avenida Felipe Bacchini, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (5), da Quadra nº (4), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Dulce Stieler, na esquina formada com a Rua Armando Wachholz, com a área "Trezentos e quinze metros quadrados" (315,00 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Andrenize Cristina Rossa Lunkes, brasileira, funcionária pública municipal, nascida aos 20/02/1989, RG nº 4.991.583-SESP/SC, CPF nº 066.325.939/84, filha de Ademir José Rossa e Cledy Teresinha Favretto Rossa, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 15/03/2014, com Edson Claudio Lunkes, brasileiro, motorista, RG 5.069.418-SESP/SC, CPF nº 049.031.789/86, nascido aos 28/09/1985, filho de Carlos Edmundo Linkes e Clarice Lunkes, domiciliados e residentes na Avenida Felipe Bacchini, snº, M/Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (6), da Quadra nº (4), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Armando Wachholz, distanciando 25,20 metros da esquina formada com a Rua Dulce Stieler, na esquina formada com a Rua Armando Wachholz, com a área "Trezentos metros quadrados" (300,00 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Delcio Nilo Kluge, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, nascido aos 05/07/1975, RG: 3.299.391-SESPDC/SC, CPF: 022.377.429-44, filho de Nilo Nidolfo Kluge e Catarina Frida Kluge, domiciliado e residente na Avenida Felipe Bacchini, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (1), da Quadra nº (5), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Armando Wachholz, distanciando 31,00 metros da esquina formada com a Rua Dulce Stieler, com a área "Trezentos e três metros e quarenta e seis centímetros quadrados" (303,46 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Osmilda Jahnel, brasileira, viúva, agricultora aposentada, nascida aos 23/06/1945, RG: 12R/2.433.381-SSP/SC, CPF: 004.419.999-64, filha de Armindo Kempfer e Herta Kempfer, domiciliada e residente na Rua Edwaldo Luiz Wachholz, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (2), da Quadra nº (5), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Armando Wachholz, distanciando 18,00 metros da esquina formada com a Rua Dulce Stieler, com a área "Trezentos e vinte e cinco metros quadrados" (325,00 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Maristela Teresinha Tomazi Provin, brasileira, agricultora, nascida aos 08/01/1970, RG: 3.168.927-SESP/SC, CPF: 006.687.800-45, filha de Otavio Francisco Tomazi e Glaci Maria Tomazi, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 08/04/1989, com Célio Provin, brasileiro, comerciante, nascido aos 29/02/1968, RG: 3.331.163-SESP/SC, CPF: 761.025.059-72, filho de Leonildo Provin e Nair Maria Provin, domiciliados e residentes na Rua Maua, nº 211, Maravilha, SC;

Lote Urbano nº (3), da Quadra nº (5), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Armando Wachholz, na esquina formada com a Rua Dulce Stieler, com a área "Quatrocentos e cinquenta metros quadrados" (450,00 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Maristela Teresinha Tomazi Provin, brasileira, agricultora, nascida aos 08/01/1970, RG: 3.168.927-SESP/SC, CPF: 006.687.800-45, filha de Otavio Francisco Tomazi e Glaci Maria Tomazi, casada pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 08/04/1989, com Célio Provin, brasileiro, comerciante, nascido aos

29/02/1968, RG: 3.331.163-SESP/SC, CPF: 761.025.059-72, filho de Leonildo Provin e Nair Maria Provin, domiciliados e residentes na Rua Maua, nº 211, Maravilha, SC;

Lote Urbano nº (4), da Quadra nº (5), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Avenida Felipe Baczinnski, na esquina formada com a Rua Dulce Stieler, com a área "Quatrocentos e dezessete metros e oitenta e sete centímetros quadrados" (417,87 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Morgana Lurdes Guth, brasileira, solteira, maior, empresária, nascida aos 04/12/1998, RG: 5.408.728-SESP/SC, CPF: 067.110.609-03, filha de Rudimar Francisco Guth e Ivone Guth, domiciliada e residente na Rua Duque de Caxias, nº 960, Bairro Jardim, Maravilha, SC;

Lote Urbano nº (5), da Quadra nº (5), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Avenida Felipe Baczinnski, distanciando 14,73 metros da esquina formada com a Rua Dulce Stieler, com a área "duzentos e noventa e seis metros e oitenta e sete centímetros quadrados" (296,87 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Ademar Badia, brasileiro, agricultor, nascido aos 16/10/1976, RG: 3.920.539-SESPDC/SC, CPF: 023.328.079-00, filho de Luiz Badia e Edalva Badia, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 14/06/2006, com Marlei Klein Badia, brasileira, agricultora, nascida aos 28/06/1977, RG: 3.546.915-SESPDC/SC, CPF: 016.245.759-60, filha de Arnildo Klein e Leocadia Klein, domiciliada e residente na Avenida Felipe Bachinski, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (6), da Quadra nº (5), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Avenida Felipe Baczinnski, distanciando 27,73 metros da esquina formada com a Rua Dulce Stieler, com a área "seiscentos e trinta e cinco metros e oitenta e seis centímetros quadrados" (635,86 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Ivete Domingas Romanoski, brasileira, solteira, maior, doméstica, nascida aos 30/05/1966, RG: 6.119.259-0-SESP/PR, CPF: 734.627.999-91, filha de Casemiro Romanoski e Barbara Pescoski, domiciliada e residente na Avenida Felipe Bachinski, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (1), da Quadra nº (6), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Armando Wachholz, distanciando 25,20 metros da esquina formada com a Rua Dulce Stieler, com a área "trezentos e seis metros quadrados" (306,00 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Laucir Fernando Priebe, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, nascido aos 21/04/1993, CNH 05305255908-DETRAN/SC, CPF: 090.466.689-16, filho de Lauri José Priebe e Maria dos Santos Priebe, domiciliado e residente na Avenida Felipe Baczinnski, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (2), da Quadra nº (6), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Armando Wachholz, distanciando 12,70 metros da esquina formada com a Rua Dulce Stieler, com a área "trezentos e dezoito metros e setenta e cinco centímetros quadrados" (318,75 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Valdemar Eckert, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, nascido aos 04/07/1979, RG: 8100-0-39.731.357-3-SSP/SP, CPF: 028.748.859/40, filho de Roque Valerio Eckert e Lourdes Barbieri Eckert, convivente em união estável com Lorete de Campos, brasileira, solteira, maior, agricultora, nascida aos 14/09/1972, RG: 8100-0-55.026.021-3-SSP/SP, CPF: 870.574.509/82, filha de Antonio Marinho de Campos e Maria de Campos, domiciliados e residentes na Linha Três Voltas, M/Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (3), da Quadra nº (6), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Armando Wachholz, na esquina formada com a Rua Dulce Stieler, com a área "trezentos e vinte e três metros e oitenta e cinco centímetros quadrados" (323,85 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Adão Cesar Ganzer, brasileiro, motorista, nascido aos 23/11/1976, RG: 3.592.463-2-SSPDC/SC, CPF: 027.693.219-60, filho de Itelvino Ganzer e Jandira Lava Ganzer, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 12/07/2003, com Elizete Marafon Ganzer, brasileira, servente, nascida aos 03/12/1979, RG: 3.765.495-0-SESPDC/SC, CPF: 033.796.539-00, filha de Nilso Marafon e Edaci Maria Marafon, domiciliados e residentes na Avenida Felipe Baczinnski, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (4), da Quadra nº (6), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e localizado no lado ímpar da Rua Dulce Stieler, distanciando 25,50 metros da esquina formada com a Rua Armando Wachholz, com a área "seiscentos e quarenta e sete metros e nove centímetros quadrados" (647,09 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Adão Cesar Ganzer, brasileiro, motorista, nascido aos 23/11/1976, RG: 3.592.463-2-SSPDC/SC, CPF: 027.693.219-60, filho de Itelvino Ganzer e Jandira Lava Ganzer, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 12/07/2003, com Elizete Marafon Ganzer, brasileira, servente, nascida aos 03/12/1979, RG: 3.765.495-0-SESPDC/SC, CPF: 033.796.539-00, filha de Nilso Marafon e Edaci Maria Marafon, domiciliados e residentes na Avenida Felipe Baczinnski, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (5), da Quadra nº (6), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Dulce Stieler, distanciando 56,12 metros da esquina formada com a Rua Armando Wachholz, com a área "um mil trezentos e cinquenta e dois metros e dez centímetros quadrados" (1.352,10 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Felipe Baczinnski, nº 479, Tigrinhos, SC, CNPJ nº 01.566.620/0001-55.

Lote Urbano nº (1), da Quadra nº (7), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Dulce Stieler, distanciando 95,20 metros da esquina formada com a Rua Armando Wachholz, com a área "um mil quinhentos e oitenta e oito metros e dez centímetros quadrados" (1.588,10 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Felipe Baczinnski, nº 479, Tigrinhos, SC, CNPJ nº 01.566.620/0001-55.

Lote Urbano nº (2), da Quadra nº (7), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Dulce Stieler, distanciando 82,20 metros da esquina formada com a Rua Armando Wachholz, com a área "um mil cento e vinte e cinco metros e vinte e sete centímetros quadrados" (1.125,27 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Maiki Thiago, brasileiro, operador de máquinas, nascido aos 27/06/1987, RG: 1253-4-39.381.078-1-SSP/SP, CPF: 353.394.938-90, filho de Alderi Thiago e Nilva Salette Thiago, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 07/11/2007, com Patrícia Aparecida Siqueira Thiago, brasileira, doméstica, nascida aos 20/10/1985, RG: 8274-3-45.483.739-2-SSP/SP, CPF: 348.031.988-29, filha de Antonio Roberto Siqueira e Maria de Lourdes da Conceição Siqueira, domiciliados e residentes na Rua Dulce Stieler, snº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (3), da Quadra nº (7), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado

de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Dulce Stieler, distanciando 68,20 metros da esquina formada com a Rua Armando Wachholz, com a área "setecentos e sessenta e cinco metros e cinquenta centímetros quadrados" (765,50 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Roseli Teresinha Buzatto de Campos, brasileira, divorciada, professora, nascida aos 22/06/1981, RG: 4.106.930-SESP/SC, CPF: 037.031.749-19, filha de Delfino de Campos e Jacinta Maria Buzatto de Campos, domiciliada e residente na Linha Nova Brasília, M/Maravilha, SC;

Lote Urbano nº (4), da Quadra nº (7), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Dulce Stieler, distanciando 55,20 metros da esquina formada com a Rua Armando Wachholz, com a área "um mil e sessenta e quatro metros e oitenta e sete centímetros quadrados" (1.064,87 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Waldir Moser, brasileiro, agricultor, nascido aos 19/04/1965, RG: 2.161.239-SESP/SC, CPF: 621.331.019-34, filho de Altino Moser e Leocilda Moser, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 10/09/1988, com Soeli Kobs Moser, brasileira, agricultora, nascida aos 23/05/1971, RG: 2.544.118-SESPDC/SC, CPF: 816.434.979-87, filha de Osvaldo Kobs e Olga Kessler Kobs, domiciliados e residentes na Rua Dulce Stieler, nº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (5), da Quadra nº (7), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Dulce Stieler, distanciando 39,40 metros da esquina formada com a Rua Armando Wachholz, com a área "setecentos e cinquenta e oito metros e quatro centímetros quadrados" (758,04 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Andressa Wachholz, brasileira, solteira, maior, nascida aos 24/09/1997, funcionária pública, RG: 6.787.535-SESPDC/SC, CPF: 099.900.399-25, filha de Alfonso Rodolfo Wachholz e Margit Maihach Wachholz, domiciliada e residente na Linha Tigre, M/Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (6), da Quadra nº (7), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Dulce Stieler, distanciando 25,10 metros da esquina formada com a Rua Armando Wachholz, com a área "setecentos e dezoito metros e noventa e seis centímetros quadrados" (718,96 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Nilso Mafaron, brasileiro, agricultor, nascido aos 04/09/1949, RG: 823.075-SESP/SC, CPF: 162.801.489-04, filho de Luiz Marafon e Regina Vidori, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 17/06/1978, com Edacé Maria Marafon, brasileira, doméstica, nascida aos 14/08/1944, RG: 2.438.076-SESP/SC, CPF: 906.858.819-20, filha de Natal Angelo Galvoi e Cecília Zambiasi Valgoi, domiciliada e residente na Avenida Felipe Bachinski, nº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (7), da Quadra nº (7), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado par da Rua Dulce Stieler, na esquina formada com a Rua Armando Wachholz, com a área "trezentos e treze metros e setenta e cinco centímetros quadrados" (313,75 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Zamir Diego Kobs, brasileiro, gerente, nascido aos 25/04/1991, CNH 04721313869-DETRAN/SC, CPF: 087.203.599-93, filho de Vilson Kobs e Senira Antunes da Silva Kobs, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 02/07/2011, com Gislaíne Martens Kobs, brasileira, professora, nascida aos 27/07/1992, RG: 5.549.281-SESPDC/SC, CPF: 088.199.539-86, filha de Osmar Martens e Nair Fatima Martens, domiciliada e residente na Rua Armando Wachholz, nº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (8), da Quadra nº (7), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Armando Wachholz, distanciando 12,50 metros da esquina formada com a Rua Dulce Stieler, com a área "trezentos e treze metros e setenta e cinco centímetros quadrados" (313,75 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Zamir Diego Kobs, brasileiro, gerente, nascido aos 25/04/1991, CNH 04721313869-DETRAN/SC, CPF: 087.203.599-93, filho de Vilson Kobs e Senira Antunes da Silva Kobs, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 02/07/2011, com Gislaíne Martens Kobs, brasileira, professora, nascida aos 27/07/1992, RG: 5.549.281-SESPDC/SC, CPF: 088.199.539-86, filha de Osmar Martens e Nair Fatima Martens, domiciliada e residente na Rua Armando Wachholz, nº, Tigrinhos, SC;

Lote Urbano nº (9), da Quadra nº (7), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Armando Wachholz, distanciando 25,00 metros da esquina formada com a Rua Dulce Stieler, com a área "trezentos e trinta metros e cinquenta e sete centímetros quadrados" (330,57 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Romeu Wilschmann, brasileiro, agricultor, nascido aos 06/09/1960, RG: 1.615.395-SESP/SC, CPF: 460.183.529/15, filho de Friedhold Wilschmann e Emma Wilschmann, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, aos 10/03/1984, com Nilse Borth Wilschmann, brasileira, agricultora, nascida aos 05/06/1964, RG: 2.542.812-SSP/SC, CPF: 019.567.199/62, filha de Arnaldo Leopoldo Borth e Alzira Elsa Frank Borth, domiciliados e residentes na Linha Cabeceira do Iraceminha, M/Maravilha, SC;

Lote Urbano nº (10), da Quadra nº (7), "REURB WACHHOLZ I", situado na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; e, localizado no lado ímpar da Rua Armando Wachholz, distanciando 38,17 metros da esquina formada com a Rua Dulce Stieler, com a área "trezentos e quinze metros e sete centímetros quadrados" (315,07 m²).

Ocupantes do imóvel (art. 11, VIII, Lei Federal nº 13.465/17): Jussara do Carmo, brasileira, solteira, maior, vendedora, nascida aos 19/04/1987, RG nº 4.867.668-SESP/SC, CPF nº 060.887.289/06, filha de Raul do Carmo e Maira de Lourdes do Carmo, domiciliada e residente na Rua Ipe Branco, nº 184, Bairro Mata Atlântica, Tijucas, SC;

Rua Edvaldo Luiz Wachholz, situada na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; com a área de "Cinco mil e trinta e cinco metros e noventa e dois centímetros quadrados" (5.035,92 m²).

Ocupante do imóvel (art. 11, VIII, da Lei Federal 13.465/17): Município de Tigrinhos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.566.620/0001-55, com sede administrativa na Avenida Felipe Bacinski nº 479, centro, Tigrinhos - SC, CEP: 89875-000, endereço eletrônico [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br).

Rua Adão de Oliveira, situada na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; com a área de "Um mil duzentos e seis metros e sessenta centímetros quadrados" (1.206,60 m²).

Ocupante do imóvel (art. 11, VIII, da Lei Federal 13.465/17): Município de Tigrinhos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.566.620/0001-55, com sede administrativa na Avenida Felipe Bacinski nº 479, centro, Tigrinhos - SC, CEP: 89875-000, endereço eletrônico [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br).

Rua Arídio Kessler, situada na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; com a área de "Um mil e cinquenta metros e cinquenta e seis centímetros quadrados" (1.050,56 m²).



Ocupante do imóvel (art. 11, VIII, da Lei Federal 13.465/17): Município de Tigrinhos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.566.620/0001-55, com sede administrativa na Avenida Felipe Bacinski nº 479, centro, Tigrinhos - SC, CEP: 89875-000, endereço eletrônico [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br).

Avenida Felipe Bacinski, situada na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; com a área de "Um mil oitocentos e dois metros e quarenta e dois centímetros quadrados" (1.802,42 m²).

Ocupante do imóvel (art. 11, VIII, da Lei Federal 13.465/17): Município de Tigrinhos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.566.620/0001-55, com sede administrativa na Avenida Felipe Bacinski nº 479, centro, Tigrinhos - SC, CEP: 89875-000, endereço eletrônico [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br).

Rua Armando Wachholz, situada na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; com a área de "Um mil cento e noventa e oito metros e sete centímetros quadrados" (1.198,07 m²).

Ocupante do imóvel (art. 11, VIII, da Lei Federal 13.465/17): Município de Tigrinhos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.566.620/0001-55, com sede administrativa na Avenida Felipe Bacinski nº 479, centro, Tigrinhos - SC, CEP: 89875-000, endereço eletrônico [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br).

Rua Dulce Stieler – TRECHO - I, situada na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; com a área de "seiscentos e um metros e cinco centímetros quadrados" (601,05 m²).

Ocupante do imóvel (art. 11, VIII, da Lei Federal 13.465/17): Município de Tigrinhos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.566.620/0001-55, com sede administrativa na Avenida Felipe Bacinski nº 479, centro, Tigrinhos - SC, CEP: 89875-000, endereço eletrônico [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br).

Rua Dulce Stieler – TRECHO - II, situada na Cidade e Município de Tigrinhos, Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina; com a área de "um mil duzentos e setenta e nove metros e cinquenta e um centímetros quadrados" (1.279,51 m²).

Ocupante do imóvel (art. 11, VIII, da Lei Federal 13.465/17): Município de Tigrinhos, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.566.620/0001-55, com sede administrativa na Avenida Felipe Bacinski nº 479, centro, Tigrinhos - SC, CEP: 89875-000, endereço eletrônico [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br).

DIANTE DO EXPOSTO, DECIDO pela APROVAÇÃO da Regularização Fundiária Urbana – REURB e DETERMINO a expedição: de TÍTULOS DE LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA aos ocupantes, de seus respectivos lotes urbanos; e, da Certidão de Regularização Fundiária – CRF para encaminhamento para registro no Ofício de Registro de Imóveis, acompanhada do projeto de regularização fundiária, tudo com fundamento legal nos artigos 40 e 41 da Lei Federal nº13.465, de 11-07-2017.

Tigrinhos - SC, 04 de Novembro de 2019.

Derli Antonio de Oliveira  
Chefe do poder Executivo

# Tijucas

## PREFEITURA

### **AVISO DE CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/PMT/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/PMT/2019**

Publicação Nº 2215120

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE CANCELAMENTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/PMT/2019  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. 076/PMT/2019

A Prefeitura Municipal de Tijucas, por meio de sua Pregoeira, comunica o CANCELAMENTO do Pregão Presencial nº. 076/PMT/2019.

### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 013/SAMAE/2019 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/SAMAE/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/SAMAE/2019**

Publicação Nº 2214779

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 013/SAMAE/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/SAMAE/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/SAMAE/19

CONTRATANTE: SAMAE- SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO.

CONTRATADA: LABORATÓRIO BECKHAUSER E BARROS LTDA - EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS FÍSICO-QUÍMICAS E MICROBIOLÓGICAS DE AMOSTRAS DE ESGOTO TRATADO PARA MONITORAMENTO DA QUALIDADE DA ÁGUA DO RIO TIJUCAS E DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE DO SAMAE – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS /SC, EM CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO CONAMA 430/11 E LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO Nº 3412/2018.

PRAZO PRORROGADO: DE 01 DE JANEIRO DE 2020 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

TIJUCAS/SC, 04 DE NOVEMBRO DE 2019

### **EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 091/PMT/2019**

Publicação Nº 2214867

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 156/PMT/2019 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 091/PMT/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada, licenciada e legalizada para disposição final de resíduos provenientes de construção civil (apenas reforma) e serviços urbanos (poda/varrição/limpeza de terrenos e móveis inservíveis), para Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: IVORLEI ALVES DE ASSIS, foi vencedora do item: 01, no valor de R\$ 345.600,00 (Trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

### **EXTRATO RESULTADO DO REGISTRO DE PREÇO Nº 089/PMT/2019**

Publicação Nº 2215163

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 154/PMT/2019 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 089/PMT/2019

Objeto: Contratação de Empresa para Locação de 01 (um) grupo de Gerador de Energia a Diesel de 260KVA para Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: STARK ENERGIA EIRELI, foi vencedora dos itens: 01 e 02, no valor de R\$ 94.000,00 (Noventa e quatro mil reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

## **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 185/PMT/2019**

Publicação Nº 2214823

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 185/PMT/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 180/PMT/19 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/PMT/19  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATADA: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁDICAS EIRELI EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DOS CARNÊS DO IPTU PARA O ANO DE 2020, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 11.286,00 (Onze mil duzentos e oitenta e seis reais).

AMPARO LEGAL: Art. 24, inciso I, Art. 23. Inciso I da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 383/2019/PGM.

TIJUCAS/SC, 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2754-2019**

Publicação Nº 2214707

LEI Nº 2754, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Denomina de Genésio Machado uma Rua localizada no bairro Nova descoberta.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Genésio Machado, a rua no bairro nova descoberta, com seu ponto inicial localizada na Latitude -27.260733 e longitude 48.728634.

§ 1º A rua citada no caput possui identificação, na Prefeitura Municipal de Tijucas, com rua sem denominação 10302.

§ 2º Trata-se de uma rua com seu ponto inicial localizada na Latitude -27.260733 e longitude 48.728634 conforme identificado no mapa anexo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tijucas (SC), 05 de novembro de 2019.

Elói Mariano Rocha  
Prefeito do Município

Anexo

## **PORTARIA 1562/2019**

Publicação Nº 2216088

PORTARIA Nº 1562, 01 DE JULHO DE 2019

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a partir de Julho/2019, ao(a) Sr(a). SANDRA REIS, Assistente Administrativo, matricula nº 198, lotado na Secretária

Municipal de Administração (SAD), admitido(a) em 10/04/1995, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 1563/2019**

Publicação Nº 2216092

PORTARIA Nº 1563, 01 DE JULHO DE 2019

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a partir de Julho/2019, ao(a) Sr(a). JEASI FELIPE, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 8281, lotado na Secretária Municipal de Saúde (FMS), admitido(a) em 01/07/2013, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 1564/2019**

Publicação Nº 2216093

PORTARIA Nº 1564, 01 DE JULHO DE 2019

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a partir de Julho/2019, ao(a) Sr(a). LUZINETE CRUZ SANTOS, Técnico em Enfermagem, matrícula nº 8284, lotado na Secretária Municipal de Saúde (FMS), admitido(a) em 01/07/2013, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 1565/2019**

Publicação Nº 2216095

PORTARIA Nº 1565, 01 DE JULHO DE 2019

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a partir de Julho/2019, ao(a) Sr(a). RODRIGO KREISCHE, Médico Pediatra, matrícula nº 8278, lotado na Secretária Municipal de Saúde (FMS), admitido(a) em 01/07/2013, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 1566/2019**

Publicação Nº 2216099

PORTARIA Nº 1566, 01 DE JULHO DE 2019

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a partir de Julho/2019, ao(a) Sr(a). SCHIRLENE PEDRO, Técnico em Enfermagem, matrícula nº 8279, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (FMS), admitido(a) em 01/07/2013, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 1567/2019**

Publicação Nº 2216101

PORTARIA Nº 1567, 01 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

**RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a), ELZA JANICE DUTRA, Professor Nível III (Creche), matrícula nº 1836, admitido (a) em 05/08/2003, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/13" para a letra "M/14", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

**PORTARIA 1568/2019**

Publicação Nº 2216104

PORTARIA Nº 1568, 01 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

**RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a), JEANE MARI DOS SANTOS, Professor Nível II (Anos Iniciais), matrícula nº 142, admitido (a) em 01/07/1988, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/30" para a letra "M/31", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

**PORTARIA 1569/2019**

Publicação Nº 2216109

PORTARIA Nº 1569, 01 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),



**RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a), MARTA REIS LOURENCI, Professor Nível III (Creche), matrícula nº 2227, admitido (a) em 01/07/2004, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/14" para a letra "M/15", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

,

NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

**PORTARIA 1570/2019**

Publicação Nº 2216114

PORTARIA Nº 1570, 01 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

**RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a), PATRICIA EUFRASIO, Professor Nível I (Creche), matrícula nº 2228, admitido (a) em 01/07/2004, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/11" para a letra "M/12", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

,

NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

**PORTARIA 1571/2019**

Publicação Nº 2216116

PORTARIA Nº 1571, 01 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

**RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a), SILVANA SOARES, Professor Nível II (Anos Iniciais), matrícula nº 144, admitido (a) em 01/07/1988, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/30" para a letra "M/31", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

,

NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

**PORTARIA 1572/2019**

Publicação Nº 2216118

PORTARIA Nº 1572, 01 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

**RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a), VALQUIRIA PEREIRA DOS SANTOS, Professor Nível III (Creche), matrícula nº 1653, admitido (a) em 17/02/2003, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/15" para a letra "M/16", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

,  
NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

## **PORTARIA 1573/2019**

Publicação Nº 2216120

PORTARIA Nº 1573, 01 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

### **RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a), CRISTIANI VENÂNCIO, Professor Nível I (Creche), matrícula nº 8288, admitido (a) em 01/07/2013, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/05" para a letra "M/06", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

,  
NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

## **PORTARIA 1574/2019**

Publicação Nº 2216121

PORTARIA Nº 1574, 01 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

### **RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a), GISELE SIQUEIRA TERNES DA CRUZ, Professor Nível II (Creche), matrícula nº 8287, admitido (a) em 01/07/2013, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/03" para a letra "M/04", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

,  
NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

## **PORTARIA 1575/2019**

Publicação Nº 2216122

PORTARIA Nº 1575, 01 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

### **RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a), LAINEMAR SILVEIRA, Professor Nível I (Creche), matrícula nº 8286, admitido (a) em 01/07/2013, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/04" para a letra "M/05", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

**PORTARIA 1576/2019**

Publicação Nº 2216124

PORTARIA Nº 1576, 01 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

**RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a), LUCIANA SOARES RAMOS, Professor Nível III (Anos Iniciais), matrícula nº 2242, admitido (a) em 01/08/1995, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/23" para a letra "M/24", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

,

NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

**PORTARIA 1577/2019**

Publicação Nº 2216126

PORTARIA Nº 1577, 01 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

**RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a), NEUZA TEREZINHA BARRETO, Professor Nível I (Creche), matrícula nº 8289, admitido (a) em 01/07/2013, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/04" para a letra "M/05", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

,

NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

**PORTARIA 1578/2019**

Publicação Nº 2216127

PORTARIA Nº 1578, 01 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

**RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a), PATRICIA REIS GARCIA, Professor Nível II (Língua Inglesa), matrícula nº 8290, admitido (a) em 01/07/2013, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/04" para a letra "M/05", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

,

NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

**PORTARIA 1579/2019**

Publicação Nº 2216128

PORTARIA Nº 1579, 01 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do art.82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Artigo 37 da Lei Complementar 41/2015 (Estatuto dos Membros do Magistério Municipal),

**RESOLVE:**

Art 1º CONCEDER a partir do mês de Julho/2019, ao(a) Sr(a), RAFAELLA KELLY FELICIANA, Professor Nível I (Creche), matrícula nº 8285, admitido (a) em 01/07/2013, progressão funcional horizontal por tempo de serviço, da Letra "M/04" para a letra "M/05", com percentual de 1,5% (um vírgula cinco por cento).

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

**PORTARIA 1582/2019**

Publicação Nº 2216133

PORTARIA Nº 1582, 01 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR o(a) Sr(a). VALMIR MARIA ARCENO DE CAMARGO, Pensionista, exonerar por falecimento, conforme Certidão de Óbito, matrícula nº 108142 01 55 2019 4 00020 241 0021935 61.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições contraria.

ELOI MARIANO ROCHA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 1583/2019**

Publicação Nº 2216151

PORTARIA Nº 1583, 01 DE JULHO DE 2019.

NEIDE MARIA REIS, Secretária Municipal de Educação de Tijucas de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o §1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de Outubro de 2005, e demais disposições e legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR a carga horária de trabalho do(a) Sr(a). SANDRA CORREA DA SILVA, Professor Nível III (Creche), matrícula nº1669, alterar de 30 (trinta) horas semanais para 40(quarenta) horas semanais, para prestar serviços na E.E.F. Dep. Walter Vicente Gomes (SED), como professora de apoio pedagógico, no período de 04/06/2019 a 18/12/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeito a partir de 04/06/2019, revogadas as disposições em contrário.

NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

**PORTARIA 1584/2019**

Publicação Nº 2216166

PORTARIA Nº 1584, 01 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 001/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 034/Edital 001/2019.

**RESOLVE:**

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), ROSETE DA MAIA MALDOIN Professor Nível II (Anos Inicias), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para prestar serviços no E.E.F. Profª Ondina Maria Dias (SED), no Projeto Fórmula da Vitória – Instituto Ayrton Sena, no período de 01/07/2019 a 18/12/2019

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 1585/2019**

Publicação Nº 2216185

PORTARIA Nº 1585, 01 DE JULHO DE 2019

NEIDE MARIA REIS, Secretário Municipal de Educação de Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, e demais disposições legais.

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER Licença Prêmio ao(a) servidor (a) Sr(a). CLARIBERTO MARTINS, Motorista I, matrícula nº 463, lotado(a) na Secretaria de Educação (SED), por 06 (três) meses, com início em 01/07/2019 e término em 28/12/2019, referente ao período aquisitivo de 13/04/2000 a 12/04/2010, Conforme requerimento apresentado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

## **PORTARIA 1586/2019**

Publicação Nº 2216191

PORTARIA Nº 1586, 01 DE JULHO DE 2019

ELOI MARIAO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VIII do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o parágrafo § 2º do art. 14º e parágrafo § 3º do art. 15º da Lei Complementar nº 03/2010,

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a partir de Julho/2019, ao(a) Sr(a). KARINA REINERT PEIXOTO, Odontologo, matrícula nº 2239, lotado na Secretária Municipal de Saúde (FMS), admitido(a) em 02/07/2004, Promoção em Razão de Tempo de Serviço, com acréscimo pecuniário de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrario.

ELOI MARIANO ROCHA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA 1587/2019**

Publicação Nº 2216193

PORTARIA Nº 1587, 01 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 008/Edital 002/2019.

### **RESOLVE:**

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), EDVIRGEM PEREIRA, Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária Municipal de Ação Social e Direitos Humanos (FMAS), no período de 01/07/2019 a 30/06/2020.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 1588/2019**

Publicação Nº 2216194

PORTARIA Nº 1588, 01 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2019 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 035/Edital 002/2019.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), CLAUDINEI DA SILVA, Motorista III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Secretária Municipal de Ação Social e Direitos Humanos (FMAS), no período de 01/07/2019 a 30/06/2020.

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 1589/2019**

Publicação Nº 2216197

PORTARIA Nº 1589, 01 DE JULHO DE 2019.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 da Lei Orgânica do Município, de acordo com o Processo Seletivo Público Edital 002/2018 de Convocação a Admissão de Pessoal em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº 050/Edital 002/2018.

RESOLVE:

Art 1º CONTRATAR o(a) Sr(a), JANISE CRISTINE FREES, Psicólogo do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (ESF), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para prestar serviços na Unidade Básica de Saúde Orlando Barreto da Secretária Municipal de Saúde (FMS), no período de 01/07/2019 a 30/06/2020

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

ELOI MARIANO ROCHA  
Prefeito Municipal

**TERMO DE CESSÃO DE USO DO CONTRATO Nº 182/PMT/2019**

Publicação Nº 2214919

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

TERMO DE CESSÃO DE USO DO CONTRATO Nº 182/PMT/2019

Objeto: O presente termo tem por objeto a cessão de uso de 2 (duas) viaturas marca FIAT, tipo camioneta CD, modelo Toro, ano de fabricação 2019, modelo 2020, cor branca, combustível álcool/gasolina, placas QJX-6287 e QJX-6357, chassi nºs 9882261CBLKC84877 e 9882261CBLKC90684, CÓD. RENAVAL nº 1207372088 e 1207323923, respectivamente;

CESSIONÁRIO: ESTADO DE SANTA CATARINA, através da POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.931.550/0001-51, situada à Rua Visconde de Ouro Preto, nº 549, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Diretor de Apoio Logístico e Financeiro (DALF), Senhor Coronel PM DIONEI TONET, inscrito no CPF/MF sob nº. 566.543.689-68. Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 54/2019**

Publicação Nº 2214845

PORTARIA N.º 054/2019/CMT, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data à servidora VENINA RODRIGUES, matrícula 205 comissionada, CHEFE DE GABINETE, 20 (vinte) dias de férias, a serem gozadas em 05/11/2019 à 24/11/2019, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VILSON NATALIO SILVINO

Presidente

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 186/2019 NOMEIA SERVIDORES TEMPORÁRIOS

Publicação Nº 2215047

DECRETO Nº 186, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.  
NOMEIA SERVIDORES CONTRATADOS POR PRAZO DETERMINADO.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 001/2019;

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam contratados os servidores abaixo identificados, com nomenclatura de cargo e carga horária, no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul – SC, de 01/11/2019 a 23/09/2020.

Nome	Cargo	Nº Contrato Administrativo
Andreia Zanelatto	Agente Comunitário de Saúde	353
Daniela de Bettio Vitto Dandolini	Técnico em Enfermagem	354
Deniz Teixeira Spader	Auxiliar de Serviços gerais II	355
Morgana Cortes Bordignon	Agente Comunitário de Saúde	356
Patricia Bordignon	Agente Comunitário de Saúde	357
Rubia Bitencourt Pereira	Agente Comunitário de Saúde	358

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 30 de outubro de 2019.  
ROBERTO BIAVA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA  
Secretário de Administração e finanças

### PORTARIA 53/2019 CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

Publicação Nº 2215043

PORTARIA Nº. 53, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.  
CONCEDE FÉRIAS PRÊMIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.959, de 16 de julho de 2019; Art. 85; § 3º;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Férias Prêmio à Servidora MARLENE BOEIRA STECANELLA, matrícula nº 421, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, por um período de 180 dias, referente ao período aquisitivo de 15/07/2004 a 14/07/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 1º de Novembro de 2019.  
ROBERTO BIAVA  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Portaria, nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA  
Secretário de Administração e Finanças

JSP/Mat 844



**ATO CONVOCATÓRIO Nº 09/2019; CONVOCA CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 01/2019**

Publicação Nº 2215005

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIMBÊ DO SUL****ATO CONVOCATÓRIO 09/2019  
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019**

O Prefeito Municipal de Timbê do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 001/2019, torna público o que segue:

1. Ficam **CONVOCADOS** os candidatos abaixo identificados, aprovados no Processo Seletivo Edital nº 001/2019;
2. Os candidatos devem apresentar-se imediatamente, **a não apresentação do candidato no prazo de 05 dias úteis será considerada desistente**, sendo convocados os seguintes da lista de classificação.

Timbê do Sul, 04 de novembro de 2019.

Roberto Biava  
Prefeito Municipal

1/2

Criado pela Lei n.º 1069 de 11/05/67	Instalado em 23/09/67	Pertence a Comarca de Turvo	Área Territorial 347 Km2	População – Censo de 2000- 5.322	Altitude: Max: 1210 Média: 210 Mínima: 50
--	--------------------------	--------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------	---

Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro – CEP 88940-000 – Timbê do Sul – Santa Catarina – CNPJ 82.915.232/0001-34  
Fone (0\*\*48) 536 1133 – Fone/Fax (0\*\*48) 536 1144  
E-mail: pmts@contato.net

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL****ANEXO I - ATO CONVOCATÓRIO 09/2019****CARGO: MERENDEIRA**

012 - 161825 – DELVANE DE FÁTIMA VIEIRA

Roberto Biava  
Prefeito Municipal

2/2

Criado pela Lei n.º 1069 de 11/05/67	Instalado em 23/09/67	Pertence a Comarca de Turvo	Área Territorial 347 Km2	População – Censo de 2000- 5.322	Altitude: Max: 1210 Média: 210 Mínima: 50
--	--------------------------	--------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------	---

Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro – CEP 88940-000 – Timbé do Sul – Santa Catarina – CNPJ 82.915.232/0001-34  
Fone (0\*\*48) 536 1133 – Fone/Fax (0\*\*48) 536 1144  
E-mail: pmts@contato.net

**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO 03/2019**

Publicação Nº 2214902

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL/SC  
CONTRATO N.º 03/2019.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul/SC.

Contratada: Empresa BETHA SISTEMAS LTDA.

Objeto: Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de e-Social, Portal da Transparência, Contabilidade, Folha, Recursos Humanos, Patrimônio Fly, com acessos simultâneos, em ambiente Windows. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados: a) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual; b) Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) aplicativo(s) contratado(s); c) Serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado; d) Serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitado. Valor Total: R\$ 3.045,00 (Três mil e quarenta e cinco reais). Data da Assinatura: 05/08/2019. Vigência: até 05/09/2019.

**CONTRATO 04/2019**

Publicação Nº 2214905

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL/SC  
CONTRATO N.º 04/2019.

ANEXO AO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2019.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul/SC.

Contratada: Empresa BETHA SISTEMAS LTDA.

Objeto: Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de e-Social, Portal da Transparência, Contabilidade, Folha, Recursos Humanos, Patrimônio Fly, com acessos simultâneos, em ambiente Windows. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados: a) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual; b) Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) aplicativo(s) contratado(s); c) Serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado; d) Serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitado. Valor: R\$ 4.790,20. Data da Assinatura: 06/09/2019. Vigência: até 06/11/2019.

**CONTRATO 05/2019**

Publicação Nº 2214906

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL/SC  
CONTRATO N.º 05/2019.

ANEXO AO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 02/2019.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul/SC.

Contratada: Empresa BETHA SISTEMAS LTDA.

Objeto: Fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de e-Social, Portal da Transparência, Contabilidade Pública, Folha de Pagamento, Recursos Humanos, Patrimônio Web e Compras e Licitações, com acessos simultâneos, em ambiente Windows. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados: Serviços de Migração, Implantação e Treinamento para os usuários e Serviços Técnicos, após implantação dos aplicativos, quando solicitado. Valor: R\$ 35.763,00. Data da Assinatura: 11/10/2019. Vigência: até 10/10/2020.

**SUPRESSÃO CONTRATO 04/2019**

Publicação Nº 2214908

**RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL, com sede na Rua Zelindo Savi, nº 251 – Centro - CEP:88.940-000 - Timbé do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 80.989.817/0001-73, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Luiz Manoel Aguiar, portador do CPF nº 378.150.909-97, doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado

BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, nº 134 – Bairro Centro, Criciúma/SC – CEP: 88.815-010 inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, neste ato representada pela Sr.ª Helena Beatriz Pacheco Daros, portadora da cédula de identidade profissional 42.043 OAB/SC, inscrita no CPF sob o nº 071.421.392-22, residente e domiciliada na Cidade de Criciúma/SC, a seguir denominada CONTRATADA, resolvem :

Clausula Única:

Fica rescindido, a partir desta data, o Contrato Administrativo de n.º04/2019, firmado em 06/09/2019 entre as partes, conforme preceitua a cláusula décima segunda do referido contrato.

Por assim estarem de acordo às partes, firmam a presente rescisão de contrato.

Timbé do Sul, 10 de outubro de 2019

Assinatura do CONTRATANTE		Assinatura do CONTRATADO

# Timbó

## PREFEITURA

### AVISO CREDENCIAMENTO N.º 05 2019 FUMTUR

Publicação Nº 2215759

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2019 - FUMTUR

O Fundo Municipal de Turismo de Timbó torna público para conhecimento dos interessados, que está aberto o credenciamento de pessoas jurídicas para comercialização de alimentação e bebida, demais produtos e serviços específicos, inclusive voos panorâmicos, junto a Expobike 2019 que acontece de 15 a 17 de novembro, sendo o credenciado responsável pela disponibilização de toda estrutura, inclusive de venda e atendimento, nos termos das condições estabelecidas no instrumento convocatório. ENTREGA DE ENVELOPE: até às 14h30min do dia 08/11/2019. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no endereço eletrônico [www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes](http://www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes), ou através do e-mail [licitacoes@timbo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@timbo.sc.gov.br), e telefone (47) 3380-7000.

Timbó (SC), 04/11/2019  
CINTIA MARA MICHELLI PANINI  
Assessora Técnica Institucional de Turismo

### AVISO PP 33 2019 FCT

Publicação Nº 2215760

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2019 FCT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDA COM O INTUITO DE FORMAR A "PRAÇA DE ALIMENTAÇÃO" DO EVENTO "NATAL MAIS ENCANTADO 2019" QUE ACONTECERÁ NO PERÍODO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2019 A 05 DE JANEIRO DE 2020, DISPONIBILIZANDO TODA ESTRUTURA, INCLUSIVE DE ATENDIMENTO, MÃO DE OBRA, MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E DEMAIS OBJETOS NECESSÁRIOS, VENDA DE TÍQUETES E LIMPEZA DO LOCAL. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 18 de novembro de 2019. ABERTURA: dia 18 de novembro de 2019 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br), ou através do e-mail [licitacoes@timbo.com.br](mailto:licitacoes@timbo.com.br) e telefone (47) 3380 7000.

Timbó (SC), 04/11/2019  
JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó

### AVISO PP 67 2019 PMT

Publicação Nº 2215762

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2019 PMT

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DUAS CARRETAS AGRÍCOLAS, NOVAS, ANO DE FABRICAÇÃO 2019, SEM MARCAS DE USO, DESTINADAS A MELHORIA DO ATENDIMENTO AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 19 de novembro de 2019. ABERTURA: dia 19 de novembro de 2019 às 14h35min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br), ou através do e-mail [licitacoes@timbo.sc.gov.br](mailto:licitacoes@timbo.sc.gov.br) e telefone (47) 3380 7000.

Timbó (SC), 04/11/2019  
ADILSON MESCH  
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas

### DECISÃO SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇO N.º 20.2019 SAMAE

Publicação Nº 2214755

DECISÃO SUSPENSÃO ABERTURA  
EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 20/2019 PMT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ADUÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, NA RUA TIROLESES, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, QUANTITATIVOS E ORÇAMENTOS ESTIMATIVOS.

Diante do recebimento de questionamentos ao edital e considerando a necessidade de análise técnica à documentação, e primando pela aplicação dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, determina-se a SUSPENSÃO da Sessão Pública designada para o dia 05/11/2019 as 09:05 horas.

Timbó, 01/11/2019  
Waldemar Gebauer  
Diretor Presidente SAMAE

### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 190.2018 - PMT**

Publicação Nº 2215766

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 190/2018

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola .

AUTORIZADO: TERRABASE TERRAPLANAGEM LTDA.

OBJETO: Supressão de R\$ 25.283,43 (vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e três reais e quarenta e três centavos) do valor a ser pago pela municipalidade e acrescido à parte a ser pega pelos moradores, tendo em vista a adesão de novos moradores ao sistema mutirão.

DATA DA ASSINATURA: 08/10/2019.

ADILSON MESCH  
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

### **PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02 2019 FMAS - 13-11-2019**

Publicação Nº 2215783

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2019 - FMAS

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Assistência Social.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de mobiliário, para atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESA FORNECEDORA: PANIFICADORA CONFEITARIA ELSIMARI LTDA ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 36.250,00 (trinta e seis mil duzentos e cinquenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 12/08/2020

Timbó, 13/08/2019

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

### **PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 35 2019 PMT - 12-11-2019**

Publicação Nº 2215785

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2019 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados a atender as necessidades da Administração Direta e Indireta (Autarquias, Fundos e Fundações) do Município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: LIMPEXCEL PROD. LIMPEZA LTDA ME; R.S. DISTRIB. COM. ART. PAPELARIA LTDA EPP; J.P. LIMA COM. PROD. LIMPEZA LTDA - EPP; VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA; TAYU QUIMICA EIRELI - EPP; COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME; VERDESAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA - ME; LUIZ ANTONIO JUNKES ME; MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME; J3R INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA; BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA; A.V. COMERCIO ATACADISTA LTDA; BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 645.623,37 (seiscentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e três reais e trinta e sete centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 11/08/2020

Timbó, 09/08/2019

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 40 2019 PMT - 14-11-2019**

Publicação Nº 2215781

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2019 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de mobiliário, para atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: SUPRIMOVEIS EIRELI – EPP, FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA, FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME, RICHESSE MOVEIS EIRELI, CELI PRODUTOS DE AÇO LTDA, JHONATAN BAGATOLI – ME, MAW COMERCIO DE MOVEIS EQUIPAMENTOS LTDA ME, VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME, J&N COMERCIO DE MOVEIS LTDA, SLA COMERCIAL LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 271.358,50 (duzentos e setenta e um mil trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 13/08/2020

Timbó, 14/08/2019

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

**SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 01 2019 FMDE - 03-11-2019**

Publicação Nº 2215787

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2019 - FMDE

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Educação.

OBJETO: Aquisição de frutas, verduras e pães destinados à merenda escolar em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação (NEIS, UPES e Escolas) para o calendário de 2019.

EMPRESAS FORNECEDORAS: JOSÉ NEI KOCH ME E PANIFICADORA BOM DIA LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 342.965,10 (trezentos e quarenta e dois mil novecentos e sessenta e cinco reais e dez centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 30/04/2020

Timbó, 02/05/2019

ALFROH POSTAI

Secretário Municipal de Educação

**SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 18 2019 PMT - 16-11-2019**

Publicação Nº 2215792

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2019 – PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Contratação de empresa(s) para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e componentes necessários destinados à frota de veículos leves, utilitários, caminhões, máquinas pesadas, implementos agrícolas e implementos de triagem, reciclagem e geração de energia da Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquia.

EMPRESAS FORNECEDORAS: MECANICA BUZZI LTDA, MECFAR MECANICA AUTOMOTIVA LTDA ME, COMERCIAL DE MOLAS MENESTRINA LTDA EPP, MANFREDO SCHMIDT ME, R.T TRATORES COMÉRCIO DE PECAS E SERVIÇOS LTDA EPP, MTM AUTO CENTER E COMERCIO DE BATERIAS LTDA ME, MELLO AUTO DIESEL LTDA EPP, RENATO SCHUMANN, GHM SERVIÇOS E PEÇAS EIRELI EPP, TATIANA GRACIELA MARCILIO AUTO ELÉTRICA, EDENILSO DEJALMA SILVA ME e MECANICA UNIAO LTDA EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.162.728,50 (dois milhões cento e sessenta e dois mil setecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/05/2020

Timbó, 15 de maio de 2019.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

**SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 19 2019 PMT - 17-11-2019**

Publicação Nº 2215795

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2019 – PMT

ÓRGÃO GESTOR: Aquisição de materiais de consumo/expediente (papel A4 branco, reciclado e colorido e papel cartão) para atender as necessidades de consumo das unidades administrativas (diretas e indiretas) pelo período de 12 (doze) meses.

EMPRESAS FORNECEDORAS: ELO BRASIL COBRANÇAS EIRELI, AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO INFORMATICA E PAPELARIA EIRELI KRBP PAPEIS EIRELI ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 120.256,34 (cento e vinte mil duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/05/2020

Timbó, 16 de maio de 2019.  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 24 2019 PMT - 22-11-2019**

Publicação Nº 2215797

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2019 – PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através da Secretaria de Fazenda e Administração.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem, enceramento e polimento de veículos pertencentes a frota municipal, destinados a atender as necessidades da administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações) do Município de Timbó (repetição parcial do Pregão Presencial nº 105/2018, com alterações).

EMPRESAS FORNECEDORAS: GILMAR DE ASSIS CORREA 03084624917 (MEI)

TOTAL ESTIMADO: R\$ 112.707,00 (cento e doze mil setecentos e sete reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/05/2020

Timbó, 14 de maio de 2019.  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

**SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 27 2019 PMT - 27-11-2019**

Publicação Nº 2215799

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2019 – PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Fornecimento/recarga de gás liquefeito de petróleo (13kg - P13) e (45kg - P45) para atender as necessidades da Administração direta e indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: DISTRIBUIDORA DE GÁS TIMBÓ LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 171.644,20 (cento e setenta e um mil seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 23/05/2020

Timbó, 24 de maio de 2019.  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração



**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 01 2019 FMS - 18-11-2019**

Publicação Nº 2215801

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2019 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social.

OBJETO: aquisição de material hospitalar destinado às Unidades de Saúde, Salas de Vacina, CAPS, Policlínica de Referência e SAMU.

EMPRESAS FORNECEDORAS: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, BMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA – EPP e INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 643.661,45 (seiscentos e quarenta e três mil, seiscentos e sessenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/02/2020

Timbó, 15/02/2019

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde e Assistência Social

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 01 2019 PMT - 26-11-2019**

Publicação Nº 2215803

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2019 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Defesa Civil, Fundo Municipal de Trânsito e Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

OBJETO: fornecimento de oxigênio medicinal, recarga de oxigênio e mistura para solda, com concessão de equipamentos em comodato, em atendimento às necessidades da Secretaria de Saúde e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola e ao Fundo Municipal de Defesa Civil e Fundo Municipal de Trânsito.

EMPRESA FORNECEDORA: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 51.587,00 (cinquenta e um mil quinhentos e oitenta e sete reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 25/02/2020

Timbó, 25/02/2019

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde e Assistência Social

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

FABIO MELERE

Coordenador da Defesa Civil

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR

Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02 2019 PMT - 12-11-2019**

Publicação Nº 2215804

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2019 – PMT

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social, Fundação Municipal de Esportes, Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar e Fundo Municipal de Defesa Civil.

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios destinados ao Fundo Municipal de Saúde (para utilização dos usuários do centro de atenção psicossocial – CAPS), à Fundação Municipal de Esportes (para utilização dos atletas que compõe a “casa do atleta”), ao Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar - FUNREPOM (para complemento da alimentação dos policiais militares da 2ª Companhia de Polícia Militar De Timbó) e ao Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil (para utilização das guarnições em serviço do Corpo de Bombeiros Militar).

EMPRESA FORNECEDORA: MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 58.922,95 (cinquenta e oito mil novecentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 11/02/2020

Timbó, 11/02/2019  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde e Assistência Social  
MARCIO ELISIO  
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária de Fazenda e Administração, representando o Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar  
FABIO MELERE  
Coordenador da Defesa Civil

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 03 2019 PMT - 26-11-2019**

Publicação Nº 2215805

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2019 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Saúde, Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola, Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, Fundo Municipal de educação, Fundo de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar e Serviços Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: fornecimento, garantia e assistência técnica de aparelhos de ar condicionado, destinados a atender as necessidades da administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações) do município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, M A C CARLESSO ELETRO - ME, AGASERV COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EIRELI e TEMPERCLIMA REFRIGERAÇÃO EIRELI – EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 222.161,00 (duzentos e vinte e dois mil, cento e sessenta e um reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 25/02/2020

Timbó, 25/02/2019  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde e Assistência Social  
DARCÍZIO BONA  
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola  
MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR  
Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços  
ALFROH POSTAI  
Secretário de Educação  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária de Fazenda e Administração, representando o Fundo de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar  
JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente da Fundação Cultural  
WALDEMAR GEBAUER  
Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 113.2018 PMT - 06-11-2019**

Publicação Nº 2215808

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 113/2018 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços destinado à contratação de serviços de publicação legal/institucional, em jornal (is) de circulação local/regional e estadual, de materiais de interesse do Município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Raiter Editora e Eventos Ltda Me e Carlos Alberto Schroeder Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 310.192,94 (trezentos e dez mil, cento e noventa e dois reais e novena e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 05/02/2020

Timbó, 30/01/2018  
DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES  
Secretária de Saúde e Assistência Social  
JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente do SAMAE  
CARMELINDE BRANDT  
Diretora Administrativa Financeira do TIMBOPREV  
SOCRATES PRADO DE OLIVEIRA  
Divisão de Imprensa e Comunicação

MÁRCIO ELISIO  
Diretor Presidente da FME  
MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR  
Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 114 2018 PMT - 12-11-2019**

Publicação Nº 2215814

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 114/2018 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar de Timbó; do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil; da Fundação Cultural de Timbó; do Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social; da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola; do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto.

OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de jardinagem, limpeza de pátio e calçadas, corte de grama e roçada (conforme descrição constante no anexo I) para atender as necessidades da Administração Direta e Indireta.

EMPRESAS FORNECEDORAS: IDP Construções, Engenharia e Terraplenagem Ltda e Lenoir Lazzarotto Ramos 07777721917.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 148.498,00 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e noventa e oito reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 11/02/2020

Timbó, 11/02/2019

MARCIO ELISIO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

FÁBIO MELERE

Coordenador da Defesa Civil

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural

DEISE ADRIANA NICOLLETTI MENDES

Secretária de Saúde e Assistência Social

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

JAIME JOEL AVENDANO JARA

Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PARECER DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2019**

Publicação Nº 2215812

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Processo: 55/2019

Parecer: 45/2019

Matéria: PLC 12/2019

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Fabricio Dalcastagné

Conclusão: Favorável

Data: 01/11/2019

Ementa do Projeto: Autoriza a desafetação original de áreas de Utilidade Pública de uso comum e Áreas de destinação especial e posterior alienação de bens imóveis considerados inservíveis para a Administração Pública Municipal.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito, que pretende autorizar a desafetação original de áreas de Utilidade Pública de uso comum e Áreas de destinação especial e posterior alienação de bens imóveis considerados inservíveis para a Administração Pública Municipal. O Projeto foi protocolizado na Secretaria Legislativa no dia 22 de julho, tendo sido distribuído a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 18 de outubro.

A Comissão de Legislação, Juri e Redação Final, em parecer nº 43/2019, se manifestou pela tramitação da matéria, considerando que a mesma atende aos preceitos constitucionais de competência e conteúdo.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas, em parecer nº 56/2019 concluiu que a matéria não apresenta incompatibilidade orçamentária e possui viabilidade financeira.

Ao tratar da desafetação de imóveis públicos o projeto é colocado à apreciação desta Comissão, para verificação de seu impacto social, nos termos do art. 57 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Timbó.

Nos dias 18, 25 e 1º de novembro a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária, quando exarou seu parecer que ora segue.

Este é o relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

Pelo que se observa da proposição em análise, pretende o Poder Executivo desafetar da destinação original as áreas de utilidade pública de uso comum e outras de destinação especial, especificadas no texto do projeto. De acordo com a exposição de motivos, os imóveis objeto do projeto, em sua grande maioria, procedentes loteamentos e/ou desmembramentos efetuados no município, sendo inservíveis para a sua destinação, se tornando até incômodas para a Administração, pois devem ser constantemente limpas e monitoradas a fim de evitarem-se inclusive assentamentos irregulares, assim, acabam por perder sua caracterização, pois foram destinadas ao uso de bem comum, o que não chega a se concretizar.

Assim sendo, como os imóveis que serão objeto de desafetação não possuem, de acordo com o Poder Executivo, condições para serem utilizados em prol da comunidade timboense, não há empecilhos a pretensão da Administração Pública, no sentido de desafetar tais imóveis para posterior alienação, através de competente processo licitatório, como determina o art. 17 da Lei Federal n.º 8.666/1992.

Deste modo, este Relator não encontra óbices à aprovação do projeto em Plenário.

## III – CONCLUSÃO

### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 12/2019.

Esse é o voto.

## DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Atomir Sebastião Rufino

Sala das Comissões, 1º de novembro de 2019.

Rubens Borchardt

Presidente

Fabrizio Dalcastagné

Relator

Atomir Sebastião Rufino

Membro

## **SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**

### **PORTARIA N. SAMAE- 288, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2215690

PORTARIA N. SAMAE- 288, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.15, V da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 5212, de 29/05/2019;

Considerando a homologação do resultado final do Processo Seletivo n. 09/2019;

#### RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

Cargo: AGENTE DE MANUTENÇÃO				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
RENAN JEAN DANNA (Substituição servidor em Licença para tratamento de saúde)	20/05/1993	064.937.769-96	44 horas	01/11/2019 a 31/12/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2019; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

WALDEMAR GEBAUER  
Diretor Presidente

### PORTARIA N. SAMAE- 289, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2215695

PORTARIA N. SAMAE- 289, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.15, V da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e alterações;

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no inciso VIII e IX do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei 2819, de 22/12/2015 e Decreto n. 5212, de 29/05/2019;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

Cargo: AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
CRISTIANO ROPKE STEFFEN (vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	26/02/1996	063.817.739-10	44 horas	01/11/2019 a 31/12/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de outubro de 2019; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

WALDEMAR GEBAUER  
Diretor Presidente

### PORTARIA Nº SAMAE -285, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2215680

PORTARIA Nº SAMAE -285, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15 V da Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público prevista na Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015, c/c Decreto nº 4425, de 02/01/2018, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01/03/2017, Decreto nº 4681, de 30/11/2017, Decreto nº 4772, de 01/03/2018, Decreto n. 4976, de 31/10/2018, Decreto n. 5148, de 06 de março de 2019 e Decreto n. 5212, de 29 de maio de 2019;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação dos Servidores abaixo relacionados:

NOME	ALTERAR PARA
ADRIANA SOARES	22.11.2019
ANTONIO DA SILVA	22.11.2019
ANTONIO VICTOR MOURA PINHEIRO	22.11.2019
CAROLAINÉ DRABZINSKI FERREIRA	22.11.2019
CLAUDIONOR SILVA DOS SANTOS	22.11.2019
DAMIANA DE CASSIA AVIZ FARIAS	22.11.2019
ELIANE MARTINS DA SILVA	22.11.2019
ELIETE DE SOUZA	22.11.2019
ERICA GESSNER STEFFEN	22.11.2019
FABIANA APARECIDA CARDOSO DA LUZ	22.11.2019

FABIO STEUCK	22.11.2019
GRACIELA TALIA AVANCINI	22.11.2019
IZOLETE DE SOUZA	22.11.2019
JORACI DE FATIMA RIBEIRO DA SILVA	22.11.2019
REGINA APARECIDA DOS PRAZERES	22.11.2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

WALDEMAR GEBAUER  
Diretor Presidente

## PORTARIA Nº SAMAE -286, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2215683

PORTARIA Nº SAMAE -286, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados no SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15 V da Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, bem como amparado pela necessidade temporária de excepcional interesse público prevista na Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e pela Lei nº 2819, de 22/12/2015, c/c Decreto nº 4425, de 02/01/2018, alterado pelo Decreto nº 4456, de 01/03/2017, Decreto nº 4681, de 30/11/2017, Decreto nº 4772, de 01/03/2018, Decreto n. 4976, de 31/10/2018, Decreto n. 5148, de 06 de março de 2019 e Decreto n. 5212, de 29 de maio de 2019;

### RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação dos Servidores abaixo relacionados:

NOME	ALTERAR PARA
ADRIANO KLEMZ	31.12.2019
BRUNA DANIELA MELERE	31.12.2019
CATIA ERDMANN	31.12.2019
EDEGAR LOMBARDI	31.12.2019
ESTEFANIA DA COSTA AQUINO	31.12.2019
EVANDRO DOS SANTOS	31.12.2019
GILDA ANACLETO	31.12.2019
GUILHERME DOS SANTOS	31.12.2019
GUSTAVO OSMAR SIMM COSTA	31.12.2019
JAIME MAAS	31.12.2019
JEFERSON LEANDRO STEFFEN	31.12.2019
JOSIANE ALVARES	31.12.2019
JOZUE NEVES DA COSTA	31.12.2019
LEANDRO MARTINEZ DA SILVA	31.12.2019
LUCAS ALBERTO KLITZKE	31.12.2019
LUCAS ANDERSON MARTINEZ DA SILVA	31.12.2019
MAICO STEFFEN	31.12.2019
MARCIA VANDERLEIA DOS SANTOS PINHEIRO	31.12.2019
MARCOS STEFFEN	31.12.2019
MAXIMILIANA ANDRONHUC	31.12.2019
MICHEL BUTKE	31.12.2019
MOACIR STANO	31.12.2019
RAFAEL CARDOSO DA LUZ	31.12.2019
RIVALDO LOPES SOARES	31.12.2019
VALDECIR ANACLETO CARDOSO	31.12.2019
VANDERLEI FERREIRA DA SILVA	31.12.2019
VANDERLEI GESSNER	31.12.2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Outubro de 2019; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

WALDEMAR GEBAUER  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº SAMAE -287, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019**

Publicação Nº 2215686

PORTARIA Nº SAMAE -287, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre o horário de trabalho dos agentes de coleta e seleção de lixo, a contar de 01 de novembro de 2019.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15 da Lei Complementar n. 212, de 21 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei Complementar n. 234, de 12 de Dezembro de 2002, e pela Lei Complementar n. 425, de 20 de Dezembro de 2012, e,  
Considerando que a necessidade de dispor sobre o horário de trabalho dos Agentes de Coleta e Seleção de Lixo, visto que a Lei Complementar n. 409, de 16 de dezembro de 2011 que criou o referido emprego público apenas faz previsão da carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais;

**RESOLVE:**

Art. 1º O horário de trabalho dos Agentes de Coleta e Seleção de Lixo do SAMAE fica estabelecido, de segunda a sexta- feira, das 04 horas às 13:45 horas, com uma hora de intervalo intrajornada.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Outubro de 2019; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

WALDEMAR GEBAUER  
Diretor Presidente



# Três Barras

## PREFEITURA

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 108/2019

Publicação Nº 2214850

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS

Procedimento Licitatório nº. 108/2019 - Edital Pregão nº. 90/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 14 h e 00 min. do dia 19 de novembro de 2019, Propostas para "REGISTRO DE PREÇOS para Pedra Tipo Rachão; Pedra Graduada; Pedra Brita Tipo Bica Corrida; Pedra Brita nº. 01 e 02 Pó de Pedra; Cascalho, e Areia Para Construção" destinados a suprir as previsões de compra do Município pelo prazo de um ano.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 19 de novembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 04 de novembro de 2019.

LUÍZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 107/2019

Publicação Nº 2214733

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

Procedimento Licitatório nº. 107/2019 - Edital nº. 89/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, receberá até as 15 h e 00 min. do dia 18 de novembro de 2019, Propostas para "REGISTRO DE PREÇO DE BOLAS DE VINIL – DENTE DE LEITE, destinados a doação as crianças dos Centros Municipais de Educação Infantil do Município nas comemorações natalinas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 15 h e 00 min. do dia 18 de novembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – Fone/Fax: 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 01 de novembro de 2019.

LUÍZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 0668/2019

Publicação Nº 2216135

PORTARIA Nº 0668/2019 CONCEDE REGIME DE TEMPO INTEGRAL NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 234/2019, E REVOGA PORTARIAS. FABIANO JOSÉ MENDES,

Presidente da Câmara de Vereadores de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais; RESOLVE: Art. 1º. Fica concedido a gratificação de 35% sobre o salário base aos servidores efetivos abaixo relacionados, nos termos da Lei Complementar n. 234, de 28 de Outubro de 2019.

I - Joel da Cruz, Matrícula 3026, cargo de Gerente de Patrimônio e Informática;

II - Claudete da Silva, Matrícula 94-0, cargo de Recepcionista e responsável pela Ouvidoria;

III - Joel Antonio Voigt, Matrícula 60-0, cargo de Gestor Legislativo e Contábil;

IV - Ernani Wogeinaki Júnior, Matrícula 2526, cargo de Técnico Legislativo e Controle Interno.

Art. 2º. Ficam revogadas as Portarias n. 521, de 2 de fevereiro de 2016, n. 604, de 20 de fevereiro de 2018 e, n. 624, de 17 de agosto de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2019.

Gabinete da Presidência da Câmara de Vereadores de Três Barras-SC, em 4 de novembro de 2019.

A presente Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração da Câmara na data supra e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) na data de 5 de novembro de 2019.

Joel Antonio Voigt Gestor Legislativo e Contábil

Fabiano José Mendes (PSD)



# Treviso

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 594/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2214986

DECRETO Nº 594/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

RETORNO DO EMPREGADO CESAR CARMINATI SAVI AO MUNICÍPIO DE TREVISO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - O empregado CESAR CARMINATI SAVI, atualmente lotado na FUNTREV, retorna as atividades no MUNICÍPIO DE TREVISO.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 01 de Novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 04 de Novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

### DISPENSA 04/2019

Publicação Nº 2214960

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO  
PROCESSO Nº 50/2019  
DISPENSA Nº 04/2019  
AVISO DE DISPENSA

O Município de Treviso, através da nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, torna público para conhecimento dos interessados que dispensara licitação para A contratação da Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul – FAEPESUL se justifica por esta ser reconhecida como instituição de utilidade pública, de inquestionável reputação ético-profissional, e não possuir fins lucrativos. A FAEPESUL é qualificada como instituição de apoio à Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.958/94, regulamentada pelo Decreto nº 7.423 de 31 de dezembro de 2010.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO

CONTRATADA: Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul – FAEPESUL

VALOR ESTIMADO PARA CONTRAÇÃO: O valor global estimado para a contratação é de: Pela execução total do serviço prestado será pago a Contratada o valor de: 1- Considerando a estimativa de até 500 (quinhentas) inscrições homologadas o valor cobrado a ser pago será de R\$ 51.154,67 (cinquenta e um mil cento e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos). 2- Acima de 500 (quinhentas) inscrições homologadas, a Administração custeará o valor de R\$ 42,50 (quarenta e dois reais e cinquenta centavos), por inscrição excedente.

Treviso, 31 de outubro de 2019.

Getúlio Hoffman Miranda

Secretaria de Administração e Finanças

### EXTRATO CONTRATO 50/2019

Publicação Nº 2214962

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO  
PROCESSO 50/2019  
DISPENSA 04/2019  
EXTRATO DE CONTRATO 50/2019

OBJETO: contratação da Fundação de Apoio a Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul, por Dispensa de Licitação, com fulcro no Art. 24,

XIII, da Lei 8.666/93, para realização de Processo Seletivo no Município de Treviso/SC.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO

CONTRATADO: FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL

VALOR: Pela execução total do serviço prestado será pago a Contratada o valor de: 1- Considerando a estimativa de até 500 (quinhentas) inscrições homologadas o valor cobrado a ser pago será de R\$ 51.154,67 (cinquenta e um mil cento e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos). 2- Acima de 500 (quinhentas) inscrições homologadas, a Administração custeará o valor de R\$ 42,50 (quarenta e dois reais e cinquenta centavos), por inscrição excedente.

DOTAÇÃO: código reduzido: 05

CONTRATO: 50/2019

Treviso(SC), 04 de novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito Municipal

## RESCISÃO CONTRATO 56/2019

Publicação Nº 2215193

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 56/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISO - SC E A EMPRESA ROTEIROS DO SUL AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 56/2017, QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO o MUNICIPIO DE TREVISO, cadastrado no CNPJ, sob nº 01.614.019/0001-90, com sede na Av. Prof. José F. Abatti, 258, Treviso - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JAIMIR COMIN, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua, Estrada Geral, s/nº, Bairro Santo Antônio, Treviso-SC, inscrito no CPF/MF, sob nº 513.694.869-87, daqui em diante somente designado de CONTRATANTE, e a empresa ROTEIROS DO SUL AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA, com endereço Rua Pedro Frasson, nº 179, Centro, Morro da Fumaça/SC, representada por DANIEL VIEIRA PATRÍCIO, portador do C.P.F. nº 004.658.749-75, doravante simplesmente denominado de CONTRATADA, resolvem rescindir o contrato 56/2017, em conformidade com as disposições da Lei nº 8.666/93 artigos 78, inciso XII e 79, parágrafo II e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas a seguir:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 - A rescisão contratual em questão encontra amparo no disposto no art. 78, inciso XII e art. 79, II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

2.1 – A rescisão contratual foi realizada de forma amigável, por acordo entre as partes, segundo o dispositivo retro mencionado.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO

3.1 – A Contratante declara possuir valores a pagar para o Contratado a qual será realizado posteriormente.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Fica rescindido o contrato 56/2017 a partir da data de assinatura deste termo de rescisão contratual, passando a ter eficácia após publicação, conforme o disposto no § 1º, do art. 109, da Lei de Licitações vigente.

E, estando assim justos e acertados, assinam o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, lido e achado conforme, perante duas testemunhas que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Treviso, 31 de outubro de 2019.

JAIMIR COMIN ROTEIROS DO SUL AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA

Prefeito Municipal Contratado

Contratante

1ª TESTEMUNHA	2ª TESTEMUNHA
Helton da Silva	Samara Spada Nichele
CPF n. 055.785.469-51	CPF nº: 042.475.139-90

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 184/2019

Publicação Nº 2215148

PORTARIA Nº 184/19 DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Débora Bernardo Gvendtner	24/09/2018 à 23/09/2019	21/10/2019 à 30/10/2019	10
Brigite Moser Falchetti	30/05/2018 à 29/05/2019	23/10/2019 à 06/11/2019	15

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor com data retroativa a 21 de outubro de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 22 DE OUTUBRO DE 2019.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 185/2019

Publicação Nº 2215151

PORTARIA Nº 185/19 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a partir do dia 29 de outubro de 2019, o senhor REGINALDO MEDEIROS MARTINS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade N.º 4.025.974, inscrito no CPF sob o N.º 036.918.059-30, residente e domiciliado na cidade de Treze Tílias/SC, aprovado em concurso público oriundo do Edital N.º 01/2019 de 28 de maio de 2019, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2.506/2019 de 17 de setembro de 2019, para o cargo de T.M.N.S EM PSICOLOGIA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 29 DE OUTUBRO DE 2019.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 186/2019**

Publicação Nº 2215153

PORTARIA Nº 186/19 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares aos servidores municipais abaixo mencionados.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Gisela Veronica Oberbacher	04/06/2018 à 03/06/2019	04/11/2019 à 03/12/2019	30
Magda Rosana Garbin Barcaro	16/07/2017 à 15/07/2018	04/11/2019 à 23/11/2019	20

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2019 - TOMADA DE PREÇOS**

Publicação Nº 2215170

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 84/2019 – TOMADA DE PREÇOS

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para reforma do telhado da sede da Prefeitura, conforme projeto, planilha orçamentária e memorial descritivo, constantes no anexo I do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 07h30 min do dia 26/11/2019, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

# Trombudo Central

## CÂMARA MUNICIPAL

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2019, PARA DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA 2020.**

Publicação Nº 2214826

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2019, PARA DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020 DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL.

A Câmara Municipal de Trombudo Central, através de sua Mesa Diretora e da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo Municipal, em consonância com as atribuições que lhes conferem a Lei Orgânica do Município, o Regimento Interno da Câmara Municipal, e em atendimentos ao Art. 48, § 1º, inciso I da Lei Complementar Federal nº 101/00 de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), convocam as entidades civis organizadas do município e a comunidade em geral, para participar da Audiência Pública referente a discussão da lei orçamentária anual para o exercício do ano de 2020 do município de Trombudo Central, que ocorrerá no dia 11 de novembro corrente, após a sessão ordinária, no Plenário Leandro Lenzi, situado a Av. Arthur Müller Nº 290 – Botafogo – Trombudo Central/SC.

A audiência será realizada na forma da exposição formal da lei que estima as receitas e fixa as despesas do orçamento público do município de Trombudo Central para o exercício de 2020, por parte do servidor público do município Senhor Zulnei Luchtenberg/Contador.

As inscrições para fazer uso da palavra deverão ser realizadas durante o andamento da audiência, diretamente ao presidente da câmara municipal.

Trombudo Central, 04 de novembro de 2019.

LAURI FLORIANO  
Vereador Presidente

# União do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO ADM Nº 46/2019

Publicação Nº 2214854

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO Nº. 46//2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE E A EMPRESA GELSON BARICHELLO CARVALHO, CNPJ Nº 22.497.826/0001-40.

O MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. CELSO MATIELLO, no uso de suas atribuições, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa GELSON BARICHELLO CARVALHO, inscrita no CNPJ sob nº 22.497.826/0001-40, com sede na Rua Goiás, nº 160, centro, representada neste ato, pelo seu(ua) Diretor, Senhor(a) GELSON BARICHELLO CARVALHO, inscrito(a) no CPF sob nº 648.058.320-53, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº. 48/2019, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO DE IMAGENS ATRAVÉS DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA EM VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE-SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

#### CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

2.1. O Município pagará ao Contratado o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais, em moeda corrente, em parcelas sucessivas, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

2.2 Todas as despesas relacionadas com os equipamentos, como manutenção, suprimentos e outros, serão por conta da empresa vencedora.

2.3. Nos preços estão inclusos os custos com as despesas relacionadas com os equipamentos, como manutenção, suprimentos e outros, serão por conta da empresa vencedora, inclusive despesa com entrega, nos preços também estão inclusos, lucro e demais bonificações, impostos, seguros, encargos, além de outros custos pessoais ou empresariais que incidirem sobre a prestação do objeto desta licitação, não cabendo ao Município quaisquer ônus adicionais ou subsidiários.

2.4 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Município, por ocasião da liquidação das despesas, oriundas deste contrato, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos ao Contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Em havendo prorrogação do prazo de vigência do presente Contrato os valores ajustados serão reajustados com base IGP-M ou outro índice que o substituir.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO.

3.1. A instalação das câmeras de monitoramento, deverá ser efetivada IMEDIATAMENTE, após a assinatura do contrato, iniciando-se a instalação em no máximo 05 (cinco) dias da assinatura do contrato, sendo que todas as câmeras deverão estar instaladas e em funcionamento no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco dias) após a assinatura do contrato, devendo as mesmas serem instaladas conforme especificação de cada câmera e nos locais definidos conforme Termo de Referência (Anexo VII) e mapa do Município em anexo.

3.2 A empresa vencedora deverá instalar as câmeras de monitoramento nas ruas indicadas conforme especificação de cada câmera e nos locais definidos no Termo de Referência (anexo VII), testando o funcionamento das mesmas, sendo que os equipamentos de que trata o presente contrato deverão ser equipamentos de qualidade e estar em perfeitas condições de uso, devendo a empresa vencedora arcar com as despesas de manutenção, substituição de peças, substituição de suprimentos.

3.3. Deverão ser realizadas manutenções periódicas nos equipamentos instalados, renovados e/ou substituídos se necessário para melhor eficiência e qualidade dos serviços prestados.

3.4 A empresa vencedora deverá prestar suporte técnico qualificado e reposição dos insumos, com pronto atendimento quando solicitado, devendo solucioná-los em até 04 (quatro) horas da solicitação.

3.5 Todas as despesas relacionadas com os equipamentos, como manutenção, suprimentos e outros, serão por conta da empresa vencedora.

3.6 O contratado comprometer-se-á integralmente pela qualidade dos SERVIÇOS, bem como os prazos e locais de entrega estipulados no edital deste Processo.

3.7 - Todas as despesas referentes a execução do objeto, serão por conta do contratado, despesas essas previstas e/ou computadas na

proposta.

3.8 – A não entrega dos serviços contratos nos termos estabelecidos no edital e no contrato, ensejará na aplicação das sanções legais previstas na cláusula nona.

3.9 - O recebimento inicial do objeto da presente licitação será provisório até a verificação posterior das especificações e quantidades. Observar-se-á, entretanto, o prazo de decadência de 90 (noventa) dias para reclamação dos vícios aparentes ou de fácil constatação (art. 26 da Lei Federal nº 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor).

3.10 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de adequação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de adequação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

3.11 – Adotar todas as medidas e precauções tendentes a evitar danos materiais e pessoais a seus funcionários e a terceiros, porém sempre responsável por quaisquer consequências decorrentes desses danos e pelos atos por eles praticados.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado obriga-se ao fiel e bom cumprimento dos serviços técnicos avençados neste Contrato, bem como de manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme estipulado na Cláusula Terceira e no Termo de Referência.

4.2. É de inteira responsabilidade do contratado a locação autorização para uso da estrutura física (postes/torres) para instalação das câmaras bem como do local onde ficará a base avançada.

4.3. Correrão por conta da contratada todos os encargos trabalhistas do pessoal utilizado para a execução do objeto.

4.4 - A empresa deverá instalar uma base avançada de atendimento na sede do município de União do Oeste – SC, e disponibilizar uma pessoa responsável pela Base das 22:00 horas da noite até as 06:00 horas da manhã de domingo a domingo.

#### DO CONTRATANTE

5.1. São obrigações do CONTRATANTE:

I - realizar o pagamento na forma estipulada neste Contrato;

II - acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;

III - notificar o CONTRATADO por escrito, sobre quaisquer irregularidades que venham a ocorrer em função da execução dos serviços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento do exercício de 2019, projeto Atividade:

Órgão – 08 SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade - 02 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

Projeto Atividade – 2.029 MANUTENÇÃO CONVÊNIO SECRETARIA SEGURANÇA PUBLICA

Cod. Red. 178 - APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00.00

#### CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO

7.1. O presente contrato tem sua vigência na data da assinatura até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado conforme exigir o interesse público nos moldes do art. 57, II, da Lei Federal 8.666/93.

#### CLÁUSULA OITAVA - RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido: a) determinada por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicialmente, nos termos da legislação.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1. O não cumprimento as obrigações assumidas ou os preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão do direito de licitar junto ao Município;

III - declaração de inidoneidade;

IV - multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Qualquer comunicação entre as partes relativa ao presente contrato será formalizada por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

10.2. O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, designa como Gestor e Fiscal deste Contrato, o Sr. Pedro Antônio Trentin, Chefe de Gabinete, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização do objeto, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

10.3. As exigências e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO ÚNICO - A fiscalização e o controle por parte do Município, não implicarão em qualquer responsabilidade por parte deste, nem exoneração ao Contratante do fiel e real cumprimento de quaisquer responsabilidades aqui assumidas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



União do Oeste SC, 04 de novembro de 2019.

CELSON MATIELLO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

GELSON BARICHELLO CARVALHO

CONTRATADA

PEDRO ANTONIO TRENTIN

CHEFE DE GABINETE

FISCAL DE CONTRATO

Testemunhas:

01.

Nome: Andressa G. Donzelli

CPF: 090.534.369-79

02.

Nome: Joel Fernando Capeleto

CPF: 061.870.909-69

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

## RESOLUÇÃO CMAS N. 007/2019

Publicação Nº 2215038

CMAS – CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
DE UNIÃO DO OESTE/SC

### RESOLUÇÃO 007/2019

Dispõe sobre a Não Participação dos Delegados municipais eleitos para a 12ª Conferência Estadual de Assistência Social a ser realizada nos dias 11 e 12 de novembro em Florianópolis.

Considerando, que foi acordado entre os municípios da região da AMOSC sobre a não organização de transporte coletivo (ônibus) para deslocamento na Conferência Estadual de Assistência Social;

Considerando, que o valor de passagens aéreas para deslocamento próximo a data, tornam-se de alto custo;

Considerando, que o município possui automóvel para deslocamento, porém não dispõe de motorista na Secretaria de Assistência Social, e os demais motoristas já possuem agenda com suas secretarias nesta data;

Considerando, que as propostas elencadas pelo município a nível estadual e nacional foram encaminhadas para o CEAS por meio do Relatório da Conferência Municipal de Assistência Social;

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de União do Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica de Assistência Social e reafirmadas pela Lei Municipal nº 1092, de novembro de 2017,

### RESOLVE:

Art. 1º. Os delegados eleitos durante a realização da XI Conferência Municipal de Assistência Social NÃO irão participar da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social a ser realizada nos dias 11 e 12 de novembro em Florianópolis.

Art. 2º. Essa publicação entra em vigor na data da sua publicação.

Moacir Rauber

Presidente do CMAS



# Urussanga

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019/FMAS

Publicação Nº 2215843

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

#### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019/FMAS

Objeto: Tem por finalidade a aquisição parcelada de cestas básicas de boa qualidade e procedência, devendo os produtos serem novos, de acordo com o edital e seus anexos, para o exercício do ano de 2020. Recebimento dos envelopes: até 08h30 dia 19/11/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h dia 19/11/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188. Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal.

### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2019 - RETIFICADO

Publicação Nº 2215837

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO N.º 53/2019/PMU

A Prefeitura Municipal de URUSSANGA torna público, para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU O EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2019/PMU, que tem por objeto aquisição de veículo de passeio, novo, 0km, de acordo com o edital e seus anexos, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM em 23/10/2019. A retificação se refere a data de abertura inicialmente estabelecida, sendo a mesma prorrogada para o dia 20/11/2019, mantendo-se o horário de recebimento das propostas e abertura da sessão pública. Foi promovida a retificação em função de algumas alterações conforme consta no edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 13h30min do dia 20/11/2019 no setor de licitações desta Prefeitura Municipal, localizada na Praça da Bandeira, n.º 12, Urussanga – SC, somente em dias úteis.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h do dia 20/11/2019, no mesmo local da entrega dos envelopes.

Luis Gustavo Cancellier – Prefeito Municipal

### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2019

Publicação Nº 2215845

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

#### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2019/PMU

Objeto: Tem por objetivo a aquisição PARCELADA de água mineral, de boa qualidade, para o exercício do ano de 2020. Recebimento dos envelopes: até 14h30 dia 19/11/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 15:00h dia 19/11/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188. Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal.

### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019

Publicação Nº 2215851

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

#### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019/PMU

Objeto: Tem por objetivo a aquisição PARCELADA de gás de cozinha engarrafado, de boa qualidade e procedência, para o exercício do ano de 2020. Recebimento dos envelopes: até 8h30 dia 20/11/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09:00h dia 20/11/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30

e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188. Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal.

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **ATO Nº 41, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2215607

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Gilson Casagrande, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o art. 15, inciso II, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V, VIII e XXIII, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 41, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA MAIRON ALBINO, SOCIALMENTE CONHECIDO COMO "MAGALY ALBINO" AO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR DA BANCADA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES NA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º Nomeia, considerando indicação do Líder da Bancada Partidária respectiva, MAIRON ALBINO, socialmente conhecido como "MAGALY ALBINO", portador do RG nº 4.763.060, inscrito no CPF sob o nº 047.878.989-06, ao cargo de provimento em comissão de ASSESSOR PARLAMENTAR do Partido dos Trabalhadores, na Câmara Municipal de Urussanga, a partir desta data.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 4 de novembro de 2019.

Vereador Gilson Casagrande  
Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio  
Vice-Presidente

Vereador José Carlos José  
Primeiro Secretário

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori  
Segunda Secretária

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal e no site [www.camaraurussanga.sc.gov.br](http://www.camaraurussanga.sc.gov.br) em 4 de novembro de 2019.

Vereador José Carlos José  
Primeiro Secretário

# Vargem

## PREFEITURA

### LISTA DE HOMOLOGAÇÃO DE CANDIDATOS EDITAL 002/2019

Publicação Nº 2215872

#### CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE VARGEM

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conforme Edital nº002/2019, que estabelece o DEFERIMENTO de Inscritos no Processo Eleitoral de escolhas dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Vargem – SC.

Nº	NOME	SITUAÇÃO
001	Elisete de Fátima Santana	DEFERIDO
002	Rebeca de Souza Moreira Silva	DEFERIDO
003	Francieli Kunen de Camargo	DEFERIDO
004	Ana Carolina Jorge	DEFERIDO

Rita Izabel Alves Presidente CMDCA

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 059/2019

Publicação Nº 2214709

DECRETO N.º 059/2019, de 30 de outubro de 2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 4º da Lei Municipal n.º 1.150/2018 de 04 de dezembro de 2018:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Vargem Bonita, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.017 – Manutenção da Educação Infantil

Modalidade: 3390.00.00.03.0037.0049 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.636,71

Art. 2º - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE 05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PROJETO/ATIVIDADE 2.017 – Manutenção da Educação Infantil

Modalidade: 3390.00.00.01.0037.0049 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.636,71

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 30 de outubro de 2019

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 04/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 17.055/19

Publicação Nº 2215593

DECRETO Nº 17.055/19, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.641/18 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Procuradoria Jurídica

01 – Procuradoria Jurídica

2.074 – Procuradoria Jurídica

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 7.500,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 7.500,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de recursos próprios do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 4 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

### DECRETO Nº 17.056/19

Publicação Nº 2215868

DECRETO Nº 17.056/19, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

Exonera, a pedido, servidora pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 29073/2019,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, JULIANE SANTOS KUBASKI, do cargo de provimento efetivo de Médica, admitida pelo Decreto nº 16.762/19.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 16 de outubro de 2019.

Videira, 4 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2019 - FMS**

Publicação Nº 2214922

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2019 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2019 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 04/11/2019.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA AUTO MECÂNICA GERAL LTDA, PARA REALIZAR A REVISÃO RELATIVO AO 20.000 KM DO VEICULO CHEVROLET SPIN 1.8 LTZ, PLACA QJW 3575, DE UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 645,17 (seiscentos e quarenta e cinco reais e dezessete centavos)

FUNDAMENTO: Artigos 24, XVII, e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 04 de novembro de 2019.

Dorival Carlos Borge
Prefeito Municipal

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2019 - PMV**

Publicação Nº 2214836

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2019 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2019 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 04/11/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA" PARA REALIZAR A REVISÃO OBRIGATÓRIA DAS 1.000 HORAS DE UTILIZAÇÃO DE 03 (TRÊS) RETROESCAVADEIRAS RANDON RD406, SOB OS NÚMEROS DE PATRIMÔNIO Nº 44728, Nº 44729 E Nº 44730, DE UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

VALOR: R\$ 15.887,91 (quinze mil oitocentos e oitenta e sete reais e noventa e um centavo)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 04 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA
PREFEITO MUNICIPAL

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2019 - PMV**

Publicação Nº 2215457

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2019 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2019 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 04/11/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FABRICAÇÃO, E INSTALAÇÃO DE TELAS GALVANIZADAS PARA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL WESLLESLEY ANTONIO GAIO, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LUIZ ANTONIO FACCIO E ESCOLA POLO SUELI MARIA GHELLER.

VALOR: R\$ 16.805,00 (dezesesseis mil oitocentos e cinco reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 04 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

PREFEITO MUNICIPAL

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 378/19

Publicação Nº 2215579

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 378/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 003/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. EMILLY AMANDA QUADROS	AGENTE SOCIAL
2. AMANDA KAROLINE FERNANDES FRANÇA	AGENTE SOCIAL

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 30 de outubro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 379/19

Publicação Nº 2215581

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 379/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 003/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. FABIANE FRENZEL	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS
2. JACQUELINE SPOLTI ZANOTTO	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 30 de outubro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 380/19

Publicação Nº 2215585

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 380/19  
PROCESSO SELETIVO Nº 007/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 007/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. ANA CLAUDIA MORESCO CONTINI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
2. DENISE CARDOSO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
3. FRANCISLAINE GRASSI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
4. ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS DA ROSA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
5. ADELAIDE VERANA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
6. ANA PAULA UBIALI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
7. DORVALINO MORET	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
8. CAMILA TELES DE OLIVEIRA	AUXILIAR EDUCACIONAL

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Gestão de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.



Videira, 30 de outubro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 381/19

Publicação Nº 2215588

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 381/19

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica retificado o Edital de Convocação nº 376/19 onde lê-se Decreto de nomeação 17.022/19, DE 14/10/2019; leia-se: Decreto de Nomeação 17.036/19, DE 22/10/2019. Passando a vigorar com a seguinte redação:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. JULIA SCHMITT	ODONTÓLOGO	17.036/19, DE 22/10/2019

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

n) Exame toxicológico – de acordo com as exigências da Portaria nº 945/2017, do Ministério do Trabalho. (Para os cargos de Motorista e Operadores de Máquinas)

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 31 de outubro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA Nº. 24/2019**

Publicação Nº 2215289

SECRETARIA DA FAZENDA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA nº. 24/2019**

O Secretário Municipal da Fazenda, no uso de suas atribuições e em conformidade ao previsto na Lei Orgânica no seu artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) no artigo 87, §2º, e no Código Tributário Nacional, artigo 198, §3º, II, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionado da inscrição em Dívida Ativa referente aos créditos tributários e não tributários vencidos, proveniente das Notificação Fiscais e Autos de Infração.

A inscrição em Dívida Ativa será efetuada com os acréscimos previstos na legislação tributária do município, e sua execução fiscal far-se-á independentemente de nova notificação.

Contribuinte: SADI INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBUTIDOS LTDA  
Insc. Municipal: 1938860 CPF/CNPJ: 05.700.598/0001-45  
Endereço: Rodovia SC 135, Bairro Distrito Ind. – Município de Videira/SC  
Processo Administrativo 34197/2017.

Auto de Infração nº 107/2017 Data de emissão: 29/12/2017 Valor: R\$ 162,44  
Descrição do Fato Gerador: NÃO COMUNICAÇÃO DE BAIXA E/OU ALTERAÇÃO INSCRIÇÃO MUNICIPAL NO PRAZO REGULAMENTAR PREVISITO. PEDIDO DE BAIXA FOI COMUNICADO FORA DO PRAZO REGULAMENTAR DE 30 (TRINTA) DIAS CONFORME DOCUMENTOS ANEXOS AO PA34197/2017 E EDITAL DECLARATÓRIO 04/2015.  
Fundamentação Legal: Infração: Lei 69/1985 de 05/12/1985 Art. 68, Inciso II e Decreto nº 4.118/94 - Regulamento do Imposto Sobre Serviços, Art.16, Inciso I; Art. 18 MULTA: Lei 69/1985 de 05/12/1985, artigo 52, Inciso II item 2 . CORREÇÃO MONETÁRIA: Lei 69/1985 de 05/12/1985 (CTM), Art. 100, Inciso I; Decreto4691/1996; Decreto 7352/2001.  
Fiscal: Edvans Pasqual – Mat. 15.490.

Contribuinte: VB SISTEMAS E TECNOLOGIAS LTDA ME  
Insc. Municipal: 2167670 CPF/CNPJ: 19.649.036/0001-26  
Endereço: Avenida Dom Pedro II, nº 35, Bairro Centro – Município de Videira  
Processo Administrativo 839/2019.

Auto de Infração nº 18/2019 Data de emissão: 24/01/2019 Valor: R\$ 342,98  
Descrição do Fato Gerador: Omissão na entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2014 com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme ficha financeira (fls. 10) anexas ao PA839/2019 e partes integrantes deste auto de infração.

Fundamentação Legal: Infração: CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 37, § 7º; Decreto 8.864/2007, artigo 3º § 1º ; artigo 4º; artigo 14 § 1º; artigo 16, Inciso I. Decreto 4.118/94, artigo 26, §1º, Incisos I, II e III, artigo 58, inciso IX. Multa: CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 52, Inciso II, alínea a item 4. Juros: Artigo 100, Inciso II, alínea b. Atualização Monetária: artigo 100, Inciso I, §1º; artigo 191 e artigo 192. .  
Fiscal: Edvans Pasqual – Mat. 15.490.

Auto de Infração nº 19/2019 Data de emissão: 24/01/2019 Valor: R\$ 514,47  
Descrição do Fato Gerador: Omissão na entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015 com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme ficha financeira (fls.10) anexas ao PA839/2019 e partes integrantes deste auto de infração.

Fundamentação Legal: Infração: CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 37, § 7º; Decreto 8.864/2007, artigo 3º § 1º ; artigo 4º; artigo 14 § 1º; artigo 16, Inciso I. Decreto 4.118/94, artigo 26, §1º, Incisos I, II e III, artigo 58, inciso IX. Multa: CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 52, Inciso II, alínea a item 4. Juros: Artigo 100, Inciso II, alínea b. Atualização Monetária: artigo 100, Inciso I, §1º; artigo 191 e artigo 192. .  
Fiscal: Edvans Pasqual – Mat. 15.490.

Auto de Infração nº 20/2019 Data de emissão: 24/01/2019 Valor: R\$ 514,47  
Descrição do Fato Gerador: Omissão na entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2016 com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme ficha financeira (fls.10) anexas ao PA839/2019 e partes integrantes deste auto de infração.

Fundamentação Legal: Infração: CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 37, § 7º; Decreto 8.864/2007, artigo 3º § 1º ; artigo 4º; artigo 14 § 1º; artigo 16, Inciso I. Decreto 4.118/94, artigo 26, §1º, Incisos I, II e III, artigo 58, inciso IX. Multa: CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 52, Inciso II, alínea a item 4. Juros: Artigo 100, Inciso II, alínea b. Atualização Monetária: artigo 100, Inciso I, §1º; artigo 191 e artigo 192. .  
Fiscal: Edvans Pasqual – Mat. 15.490.

Auto de Infração nº 21/2019 Data de emissão: 24/01/2019 Valor: R\$ 514,47  
Descrição do Fato Gerador: Omissão na entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2017 com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme ficha financeira (fls.10 verso) anexas ao PA839/2019 e

partes integrantes deste auto de infração.

Fundamentação Legal: Infração: CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 37, § 7º; Decreto 8.864/2007, artigo 3º § 1º ; artigo 4º; artigo 14 § 1º; artigo 16, Inciso I. Decreto 4.118/94, artigo 26, §1º, Incisos I, II e III, artigo 58, inciso IX. Multa: CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 52, Inciso II, alínea a item 4. Juros: Artigo 100, Inciso II, alínea b. Atualização Monetária: artigo 100, Inciso I, §1º; artigo 191 e artigo 192. . Fiscal: Edvans Pasqual – Mat. 15.490.

Auto de Infração nº 22/2019 Data de emissão: 24/01/2019 Valor: R\$ 514,47

Descrição do Fato Gerador: Omissão na entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados ou sem movimento nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018 com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme ficha financeira (fls.10 verso e 11) anexas ao PA839/2019 e partes integrantes deste auto de infração.

Fundamentação Legal: Infração: CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 37, § 7º; Decreto 8.864/2007, artigo 3º § 1º ; artigo 4º; artigo 14 § 1º; artigo 16, Inciso I. Decreto 4.118/94, artigo 26, §1º, Incisos I, II e III, artigo 58, inciso IX. Multa: CTM - Lei 69/85 de 05.12.85, artigo 52, Inciso II, alínea a item 4. Juros: Artigo 100, Inciso II, alínea b. Atualização Monetária: artigo 100, Inciso I, §1º; artigo 191 e artigo 192. . Fiscal: Edvans Pasqual – Mat. 15.490.

Contribuinte: CARINI SERVIÇOS LTDA

Insc. Municipal: 461 CPF/CNPJ: 02.798.583/0001-73

Endereço: Rua Anita Garibaldi, nº 461, Bairro Carboni – Município de Videira

Processo Administrativo 10252/2019.

Notificação de tributos Municipais nº 26/2019 Data de emissão: 02/04/2019 Valor: R\$ 79.720,97

Descrição do Fato Gerador: Deixar de recolher, no prazo legal, o valor do tributo ISS - Imposto sobre Serviços, na qualidade de sujeito passivo de obrigação tributária, incidente sobre os serviços prestados constatados a partir da emissão de Notas Fiscais de Prestação de Serviços eletrônicas, dos meses de maio de 2018 a março de 2019, valores estes não declarados pelo contribuinte através da Declaração de Informações Fiscais - DIF on Line, prevista no §7º do artigo 37 da Lei 69/85, e no Dec. nº 8864/2007, em seus artigos 2º a 4º. Processo Administrativo nº 10252/2019.

Fundamentação Legal: RISS - Dec.4118/94, art 1º; art 2º; art 8º, par.único, I; 10; art 11; art.23, item 11.04; art 24; art 25; art 26, II e §1º; art.37, I. Lei nº 69/85: art.20; art; 21; art.22; art.23; art 26,I; art 27; art 29; art 31; art 32; art.35, item 11,04; art.36, II; art. 37; art.47. Juros: artigo 100, inc.II, alínea "b" do CTM, Multa: artigo 52, inciso I, alínea "b" do CTM, Atualização Monetária: artigo 100, I, §1º; artigo 191 e artigo 192 do CTM.

Fiscal: Wolmar Erdmann – Mat. 5.302 e Ezequiel Carlos de Oliveira – Mat. 15.936.

Auto de Infração nº 42/2019 Data de emissão: 02/05/2019 Valor: R\$ 514,47

Descrição do Fato Gerador: Não entrega da Declaração de Informações Fiscais - DIF - relativo aos serviços prestados, no período de maio de 2018 a dezembro de 2018, e do período de janeiro de 2019 a março de 2019, com obrigatoriedade de entrega mensal através do programa "Fiscal Web", conforme previsão no Dec.4.118/94, art. 26, §1º, inciso II, art. 58, IX. Multa acessória de 100 UFM ref. maio a dezembro de 2018 e 50 UFM de janeiro a março de 2019. PA 10252/2019.

Fundamentação Legal: Infração: RISS/VDA-94, aprovado pelo Dec.4.118/94, art. 16, Inciso II, art.26, §1º, Inciso II, e artigo 58, IX. CTM-Lei 69/85 de 05.12.85, art. 37 § 7º. Multa: artigo 52, Inciso II, alínea "a", item 4.

Fiscal: Wolmar Erdmann – Mat. 5.302 e Ezequiel Carlos de Oliveira – Mat. 15.936.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo aos contribuintes.

Após dez (10) dias do presente edital será promovida a inscrição em Dívida Ativa, sendo encaminhada para os procedimentos de cobrança administrativa através de protesto extrajudicial em cartório nos termos do Decreto 14.005 de 29 de maio de 2017, e/ou posterior Execução Judicial.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 04 de novembro de 2019.

Gentil Gaedke

Secretário Municipal da Fazenda

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0007/2018**

Publicação Nº 2215563

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0007/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARI TERESINHA NERES DONADEL  
CPF: 579.610.269-91  
VIGÊNCIA: de 22 de janeiro de 2018 até 21 de janeiro de 2020  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0098/2019**

Publicação Nº 2215887

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0098/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: HALLISSON RODRIGUES FONTENELE  
CPF: 025.335.743-84  
VIGÊNCIA: de 20 de fevereiro de 2019 a 21 de abril de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0140/2019**

Publicação Nº 2215551

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0140/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ANDREIA APARECIDA BORGES  
CPF: 042.536.529-60  
VIGÊNCIA: de 12 de março de 2019 a 01 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0143/2019**

Publicação Nº 2215553

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0143/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: VANESSA THOMAZI  
CPF: 045.734.589-64  
VIGÊNCIA: de 12 de março de 2019 até 30 de janeiro de 2020  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0180/2019**

Publicação Nº 2215555

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0180/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MILENA CAROLINE MOREIRA  
CPF: 111.455.039-69  
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2019 a 01 de fevereiro de 2020  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0203/2019**

Publicação Nº 2215564

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0203/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DYLVANNE ALVES DOS SANTOS  
CPF: 056.671.043-93  
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2019 a 31 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0205/2019**

Publicação Nº 2215539

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0205/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: GERUZA MARIANO  
CPF: 008.363.619-62  
VIGÊNCIA: de 04 de abril de 2019 a 03 de abril de 2020  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0225/2019**

Publicação Nº 2215561

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0225/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DIRLENE ANDRIONI SASSO  
CPF: 031.246.089-92  
VIGÊNCIA: de 08 de abril de 2019 a 07 de abril de 2020  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0226/2019**

Publicação Nº 2215538

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0226/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FERNANDA CAMPAGNIN BATISTA  
CPF: 026.617.269-50  
VIGÊNCIA: de 04 de abril de 2019 a 03 de abril de 2020  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0234/2019**

Publicação Nº 2215549

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0234/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: VILCEMARA BETTEGA GOMES  
CPF: 065.200.939-55  
VIGÊNCIA: de 08 de abril de 2019 até 15 de fevereiro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0251/2019**

Publicação Nº 2215528

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0251/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: EVELINE CRISTINE RIBEIRO  
CPF: 046.498.519-63  
VIGÊNCIA: de 24 de abril de 2019 a 10 de fevereiro de 2020  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0253/2019**

Publicação Nº 2215525

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0253/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JULIANE ANDRESSA DA SILVA  
CPF: 085.391.329-31  
VIGÊNCIA: de 23 de abril de 2018 até 23 de novembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0269/2019**

Publicação Nº 2215521

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0269/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ROSIANE FERNANDES  
CPF: 086.605.469-38  
VIGÊNCIA: de 06 de maio de 2019 até 20 de dezembro 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

“CLÁUSULA 1ª - O objeto do presente contrato é a admissão da contratada para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, com fundamento no art. 37, IX da Constituição Federal, bem como na Lei Municipal nº 2.369/10 e alteração dada pelas Leis 2.595/11, 2.848/13 e 3.609/18, para desempenhar as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Educação, no Departamento de Manutenção do FUNDEB 40% Ensino Fundamental, exercendo suas atividades na Escola Polo São Pedro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo para tanto o vencimento de R\$ 1.022,96 (um mil e vinte e dois reais e noventa e seis centavos); para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação em virtude de lista esgotada para o referido cargo, do concurso em vigor. (Processo Seletivo: 003/2018; Classificação da Contratada: 125º lugar; Vigência do Processo Seletivo: até 11 de fevereiro de 2021, conforme Decreto nº 16.119/19)”.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0282/2019**

Publicação Nº 2215556

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0282/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: NEIVA TEREZINHA RIBEIRO DOS SANTOS  
CPF: 705.452.359-87  
VIGÊNCIA: de 10 de maio de 2019 até 30 de setembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0298/2019**

Publicação Nº 2215530

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0298/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: LÚCIA MARISA GONÇALVES DE SOUZA  
CPF: 751.232.230-53  
VIGÊNCIA: de 12 de julho de 2018 até 25 de março de 2020  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0329/2019**

Publicação Nº 2215897

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0329/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: MAURO BERTI  
CPF: 933.511.869-91  
VIGÊNCIA: de 10 de junho de 2019 a 09 de fevereiro de 2020  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0338/2019**

Publicação Nº 2215540

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0338/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: ELISSANDRA COMUNELLO KEMER  
CPF: 085.270.259-06  
VIGÊNCIA: de 24 de junho de 2019 a 20 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0342/2019**

Publicação Nº 2215546

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0342/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: EDINEUZA FRANCISCA DE SOUZA  
CPF: 600.821.272-04  
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2019 a 23 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0343/2019**

Publicação Nº 2215554

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0343/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CRISTIANE CESCO TESTOLIN  
CPF: 007.368.989-05  
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2019 a 31 de outubro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0354/2019**

Publicação Nº 2215537

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0354/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: IEDA SALETE CAREGNATO FURCKEL  
CPF: 007.381.269-26  
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2019 a 20 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0364/2019**

Publicação Nº 2215560

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0364/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JUCELIA CLaura DALAMARIA  
CPF: 949.667.029-68  
VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2019 a 20 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0367/2019**

Publicação Nº 2215544

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0367/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: SABRINA DO AMARAL  
CPF: 081.844.409-60  
VIGÊNCIA: de 15 de julho de 2019 a 20 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0383/2019**

Publicação Nº 2215542

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0383/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARIA WALDENEY CARVALHO E SILVA FINGER  
CPF: 020.189.669-95  
VIGÊNCIA: de 22 de julho de 2019 a 31 de março de 2020  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0391/2019**

Publicação Nº 2215541

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0391/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: KELLY REGINA RISSARDI DEON  
CPF: 104.690.309-84  
VIGÊNCIA: de 29 de julho de 2019 a 27 de novembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0404/2019**

Publicação Nº 2215523

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0404/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: DANIELE DOS SANTOS DE OLIVEIRA  
CPF: 069.027.249-97  
VIGÊNCIA: de 19 de agosto de 2019 a 20 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0409/2018**

Publicação Nº 2215559

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0409/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MARLI DORNELES  
CPF: 010.346.979-60  
VIGÊNCIA: de 13 de agosto de 2018 até 20 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0445/2019**

Publicação Nº 2215547

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0445/2019  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: JOSIANE FRANCISCA DA SILVA  
CPF: 039.598.874-85  
VIGÊNCIA: de 17 de setembro de 2019 a 16 de dezembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N.0500/2018**

Publicação Nº 2215527

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0500/2018  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: ADEMAR GAEDKE  
CPF: 423.322.659-53  
VIGÊNCIA: de 03 de setembro de 2018 até 30 de novembro de 2019  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**INEXIGIBILIDADE 13/2019 - FMS**

Publicação Nº 2214805

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2019 - FMS

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2019 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 01/11/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO HOSPITAL DIVINO SALVADOR PARA PRESTAR SERVIÇOS DE RADIOLOGIA AOS PACIENTES ATENDIDOS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA, NAS SITUAÇÕES DE SOLICITAÇÃO MÉDICA, EM REGIME DE ATENDIMENTO 24 HORAS, DE ACORDO COM A TABELA DE PROCEDIMENTOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

VALOR TOTAL DA DESPESA: R\$ 138.000,00 (cento e trinta e oito mil reais).



FUNDAMENTO: Artigos 25, caput e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 01 de novembro de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 1222/19

Publicação Nº 2214814

PORTARIA nº 1222/19  
Remove servidora municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 37 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido nos Processos Administrativos nº 27527/2019 e 28388/2019,

### RESOLVE

Art. 1º Remover, a pedido, a partir de 7 de outubro de 2019, a servidora ANDREA APARECIDA BERTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social para o Gabinete do Prefeito - PROCON.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 7 de outubro de 2019.

Videira, 30 de outubro de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 30 dias do mês de outubro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## PORTARIA Nº 1223/19

Publicação Nº 2214811

PORTARIA nº 1223/19  
Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna, datada de 31 de outubro de 2019, do Controle Interno,

### RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 4 a 24 de novembro de 2019, o gozo de férias da servidora SCHEILA ADRIANA SAVIAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 19 de junho de 2018 a 3 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, , revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 4 de novembro de 2019.

Videira, 31 de outubro de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de outubro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1224/19**

Publicação Nº 2214808

PORTARIA nº 1224/19

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando, datado de 30 de outubro de 2019, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos,

**RESOLVE**

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 4 a 17, 29 e 30 de novembro de 2019, o gozo de férias da servidora JUCIANE THAÍS FERREIRA, ocupante do cargo comissionado de Diretora do Departamento de Arquitetura, referente ao período aquisitivo de 2 de julho de 2018 a 1º de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, , revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 4 de novembro de 2019.

Videira, 31 de outubro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de outubro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1225/19**

Publicação Nº 2214810

PORTARIA nº 1225/19

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando, datado de 29 de outubro de 2019, da Secretaria de Saúde e Ação Social,

**RESOLVE**

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 4 a 13 de novembro de 2019, o gozo de férias da servidora MARCIANE ADLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, referente ao período aquisitivo de 1º de novembro de 2018 a 31 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, , revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 4 de novembro de 2019.

Videira, 1º de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1226/19**

Publicação Nº 2214815

PORTARIA nº 1226/19  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 28918/2019,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor EFREM NAOR DOS SANTOS MOURA, Regente de Banda, a partir de 1º de fevereiro de 2020 até 1º de maio de 2020, referente ao quinquênio de 1º de julho de 1999 até 30 de junho de 2004.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2020.

Videira, 1º de novembro de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1227/19**

Publicação Nº 2215589

PORTARIA nº 1227/19  
Autoriza Interdição de Ruas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 28834/19,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a interdição da Rua Padre Anchieta (da esquina da Rua Celidonia Selbach até a altura da lombada em frente ao Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição), pelo Colégio Salvatoriano Imaculada Conceição, no dia 27 de novembro de 2019, das 10h00min às 23h00min, para a realização do Natal Luz 2019 – Janelas que Cantam a Fé.

Parágrafo Único. O ORTRAVI, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente, poderá disponibilizar cavaletes de sinalização, para tanto faz-se necessária a apresentação desta autorização na secretaria com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas) e apresentar um responsável pela posse temporária dos equipamentos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de novembro de 2019.  
DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1228/19**

Publicação Nº 2215587

PORTARIA nº 1228/19

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando, datado de 30 de outubro de 2019, do Gabinete do Prefeito,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 4 a 23 de novembro de 2019, o gozo de férias da servidora CLARISSE GHELLER ABATI, ocupante do cargo em comissão de Diretora de Gabinete, referente ao período aquisitivo de 1º de junho de 2018 a 31 de maio de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, , revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 4 de novembro de 2019.

Videira, 1º de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGHA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1229/19**

Publicação Nº 2215890

PORTARIA nº 1229/19

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna, datada de 1º de novembro de 2019, da Secretaria da Fazenda,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 14 de novembro de 2019 a 3 de dezembro de 2019, o gozo de férias da servidora CRISTINA KLOCK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contadora, referente ao período aquisitivo de 16 de julho de 2017 a 15 de julho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 14 de novembro de 2019.

Videira, 4 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGHA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 4 dia do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1230/19**

Publicação Nº 2215893

PORTARIA nº 1230/19

Remove servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos arts. 37 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12, e ainda à vista do contido nos Processos Administrativos nº 26976/2019 e 28389/2019,

RESOLVE

Art. 1º Remover, a pedido, a partir de 1º de outubro de 2019, o servidor ADEMAR PAZ MAURICIO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional, da Secretaria Municipal de Administração para a de Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2019.

Videira, 4 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 4 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 1231/19**

Publicação Nº 2215895

PORTARIA nº 1231/19

Designa servidor para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Designar ADEMAR PAZ MAURICIO, Auxiliar Operacional, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor nível IV, símbolo FG-5, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 2 de outubro de 2019.

Videira, 4 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 4 dia do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 - FMS**

Publicação Nº 2214844

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2019 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 03/2019 – FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO/INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE INTERFACEAMENTO LABORATORIAL, LICENÇA DE USO PERMANENTE, MANUTENÇÃO E SUPORTE PARA O LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. Recebimento das propostas: do dia 05/11/2019 a partir das 09h00min até o dia 18/11/2019 às 09h00min. Abertura das propostas: dia 18/11/2019 às 09h00min. Início da sessão de disputa de lances: dia 18/11/2019 às 09h15min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados nos sites: [www.videira.sc.gov.br/](http://www.videira.sc.gov.br/) [www.bll.org.br/](http://www.bll.org.br/) 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 04 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**TOMADA DE PREÇOS Nº 29/2019 - PMV - RETIFICAÇÃO**

Publicação Nº 2215066

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 29/2019 – PMV

RETIFICAÇÃO Nº 01

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que ficam RETIFICADOS os descritivos e os valores unitários dos itens 4.8 e 4.9 da Planilha Orçamentária, bem como fica AJUSTADO o descrito no título 17.6 do Memorial Descritivo e, conseqüentemente, ficam ALTERADOS o Cronograma Físico-Financeiro e o item 4.16 do edital da Tomada de Preços nº 29/2019 – PMV para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A IMPLANTAÇÃO DO EIXO CULTURAL DE VIDEIRA, NA RUA PADRE ANCHIETA, ENTRE AS ESQUINAS DA RUA CAMPOS NOVOS E RUA SELEDONIA SELBACH, PARTE DA PRAÇA EM FRENTE À BIBLIOTECA MUNICIPAL E PRAÇA EM FRENTE À IGREJA MATRIZ, BAIRRO MATRIZ, COM ÁREA TOTAL DE INTERVENÇÃO DE 8.479,36M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. Fica alterada também a data do recebimento dos envelopes de documentação e proposta, passando a ser o dia 25/11/2019 às 14:00:00h. O Edital retificado em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site [www.videira.sc.gov.br/](http://www.videira.sc.gov.br/), link “Transparência”, sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras e Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 04 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO Nº 08/19 - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 02/2019**

Publicação Nº 2215675

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

Extrato do 4º Termo Aditivo ao contrato de prestação de serviços n. 02/2019 - Termo de Aditamento n. 08/2019.

Contrato: CT n. 02/2019

Processo: DL 01/2019 - CMV

CONTRATADA: AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

OBJETO: Pedido de Reequilíbrio Econômico Financeiro apresentado pela contratada apresentando comprovantes de aumento de preço na gasolina comum, cujo valor unitário ficará em R\$ 4,08 (quatro reais e oito centavos).

ASSINATURA: 04/11/2019.

Videira, 04 de Novembro de 2019.

NÉDIO MARTINS

Presidente

**EXTRATO HOMOLOGAÇÃO IL 06/2019**

Publicação Nº 2215999

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2019 - CMV

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA COMUNICA A HOMOLOGAÇÃO DOS SEGUINTE ATOS:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2019 - CMV

HOMOLOGAÇÃO: 04/11/2019

CONTRATADA: INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ÓRGÃOS PÚBLICOS – IGAM.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO INTITULADO "CURSO PRÁTICO DE COMO FECHAR A MSC E OS DEMOSTRATIVOS DA LRF" REALIZADO PELA EMPRESA ESCOLA IGAM, NOS DIAS 13 E 14 DE NOVEMBRO DE 2019, NO AUDITÓRIO DA AMARP, PARA O SERVIDOR CÉLIO DE JESUS CAMPOS, NO VALOR DE R\$ 590,00 (QUINHENTOS E NOVENTA REAIS).

VALOR TOTAL: R\$ 590,00 (QUINHENTOS E NOVENTA REAIS).

FUNDAMENTO: ART. 25, INCISO II, C/C ART. 13, INCISO VI DA LEI Nº. 8.666/93. VIDEIRA – SC, 04 DE NOVEMBRO DE 2019. NÉDIO MARTINS – PRESIDENTE.

**VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2019 - VISAN**

Publicação Nº 2215454

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2019 – VISAN

REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

O Diretor Geral da VISAN torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 43/2019 - VISAN. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CAFÉ, CHÁS E AÇÚCAR) PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09:00:00h do dia 18/11/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 09:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034. Videira/SC, 04 de novembro de 2019

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Diretor Geral

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2019 - VISAN**

Publicação Nº 2216035

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2019 – VISAN

REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

O Diretor Geral da VISAN torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 44/2019 - VISAN. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE PORTÕES, CHAPAS METÁLICAS E CANTONEIRAS EM AÇO CARBONO, PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09:00:00h do dia 19/11/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 09:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034. Videira/SC, 04 de novembro de 2019

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Diretor Geral

**TOMADA DE PREÇO Nº 04/2019 - VISAN**

Publicação Nº 2215684

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2019 – VISAN

O Diretor Geral da VISAN comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 04/2019 – VISAN para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE ADUTORAS DE ÁGUA BRUTA, TRATADA E REDE COLETORA DE ESGOTO EM VÁRIAS RUAS DA CIDADE DE VIDEIRA, NUMA EXTENSÃO TOTAL DE 3.978 M. As propostas e documentos serão recebidos até as 09:00:00h do dia 21 de novembro de 2019. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br),

link "Transparência", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras e Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 04 de novembro de 2019.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO
--------------------------

Diretor Geral
---------------



# Xanxerê

## PREFEITURA

### EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0052/2018

Publicação Nº 2215175

Extrato 4º Aditivo ao Contrato nº 0052/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratada: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para a Pavimentação Asfáltica e Drenagem interna do pátio do Quartel do Corpo de Bombeiros de Xanxerê, perfazendo uma área total de 936,00m², conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamentos e Projetos anexos ao presente Edital.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário para até 31 de dezembro de 2019 em virtude de correções nos serviços realizados na obra para posterior medição final e pagamento.

Xanxerê-SC, 28 de junho de 2019. Rivaél Sander Freschi – Sec. De Obras, Transportes e Serviços.

### EXTRATO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0001/2016

Publicação Nº 2215169

Extrato 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 0001/2016

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA.

Objeto: Prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação.

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo nº 0001/2016, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência de 01/01/2020 até 31/12/2020. O valor total do contrato passa a ser R\$ 21.070,56 (vinte e um mil e setenta reais e cinquenta e seis centavos), a serem pagos em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 1.755,88 (um mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e oito centavos).

Xanxerê-SC, 04 de novembro de 2019. Enioivan Marques – Prefeito Municipal em exercício.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 0147/2019

Publicação Nº 2216091

Extrato de Contrato nº 0147/2019

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

CONCESSIONÁRIO: ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE CAVALOS CRIoulos DE XANXERÊ-ACCCX

Objeto: Concessão de Espaço das baias dos equinos localizado no Parque de Exposição Rovilho Bortoluzzi – FEMI, conforme especificações do Edital e seus anexos.

Valor Total Mensal: R\$ 550,00

Prazo: 05 anos.

Xanxerê-SC, 05 de novembro de 2019. Enioivan Marques–Prefeito Municipal em Exercício

### PORTARIA Nº 621/2019

Publicação Nº 2215467

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 621/2019

EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – INSS.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê- SC, em Exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.775/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 04.11.2019, a Servidora Pública Municipal, a Sra. MARISETE GATTO, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.473.328 e CPF n.º 777.859.409-91, nomeada conforme Decreto nº AM 159/08 no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, conforme benefício nº 190.604.761-5 Espécie 42.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto nº AM 159/08.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê - em Exercício.

## **PORTARIA Nº 622/2019**

Publicação Nº 2215543

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 622/2019

REVOGAR A GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina, em Exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Complementar Nº AJG 3764/2015, Lei Complementar nº AJG 3800/2015 e Decreto nº AJG 110/2016,

RESOLVE

REVOGAR a Gratificação Especial dos Servidores Públicos Municipais, que prestam seus serviços junto as unidades de saúde de urgência e emergência (Pronto Atendimento) na Rede de Atendimento do Município.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê- em Exercício.

## **PORTARIA Nº 623/2019**

Publicação Nº 2215720

PORTARIA Nº 623/2019.

DESIGNAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR ATIVIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CULTURA E LAZER.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina, em Exercício,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91.

RESOLVE

DESIGNAR a Servidora Pública Sra. LOURDES MAFARON FERAREZ, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 2.076.070 e CPF nº 657.487.439-49, nomeada conforme Decreto nº BLB 107/2010, no cargo de COZINHEIRA, com 40 (quarenta) horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar suas atividades na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 04 de Novembro de 2019

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê - em Exercício.

# Xavantina

## PREFEITURA

### ATA 095/2019 ALCEMIR FRANCISCO NADALETTI

Publicação Nº 2214775

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2019 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2019 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 054/2019 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa ALCEMIR FRANCISCO NADALETTI EIRELI, inscrita no CNPJ nº 28.614.001/0001-45, nesta Ata representada pelo seu Sócio Proprietário, Sr. ALCEMIR FRANCISCO NADALETTI, portador do CPF nº 370.169.460-53, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 054/2019 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o Registro de preços para possível aquisição de Concreto Usinado, para atender as necessidades do município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total	
1	100,00	UN	CONCRETO USINADO FCK 30 MPA PRONTO COM FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL NECESSÁRIO, EQUIPAMENTOS, INCLUSIVE BOMBA E PESSOAL, SENDO QUE O MESMO DEVE SER ENTREGUE, CONFORME A NECESSIDADE, EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA.	BRITAXAN	489,00	48.900,00	
Total						48.900,00	

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 054/2019 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Eugênio Frana.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 01 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA  
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
ALCEMIR FRANCISCO NADALETTI EIRELI  
ALCEMIR FRANCISCO NADALETTI - Representante

EUGÊNIO FRANA - Fiscal da Ata

## ATA PL 076/2019 PMXV

Publicação Nº 2215597

### ATA 001 - RESUMO

Processo Licitatório nº 076/2019 – Pregão Presencial nº 058/2019

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preço para possível aquisição de materiais e contratação de empresa para prestação de serviços para instalação e manutenção da Iluminação Natalina 2019 do Município de Xavantina-SC, conforme especificações do anexo "C" e "E" deste edital.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Xavantina e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <https://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicitacao/152450>

Xavantina, 04 de novembro de 2019.

Pregoeiro – CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH  
Equipe de Apoio: JOSELINO LUIZ NAISSINGER  
CLANCELISE BURATTI DALL BELLO  
MAIRA LUCIA ALTENHOFEN

## CREDENCIAMENTO 002/2019 PMXV

Publicação Nº 2214742

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC. AVISO DE LICITAÇÃO. CREDENCIAMENTO Nº 002/2019 PMXV. Objeto: O presente Edital destina-se a receber as inscrições para credenciamento de prestadores de serviço de silagem para os produtores rurais do município de Xavantina-SC. O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 08:00 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100. Xavantina - SC, em 01 de novembro de 2019. ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal.

## EXTRATO CONTRATUAL FMS 10.2019

Publicação Nº 2214983

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº: 13 TA RAT 1/2019 Contrato Nº: CT RAT 001/2019

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE XAVANTINA

Contratada: CIS AMAUC

Valor: 15.000,00 (quinze mil reais)

Vigência: Início: 16/10/2019 Término: 31/12/2019

Objeto: O presente Contrato de Rateio tem por objetivo fixar a despesa e estimar a receita do CIS AMAUC para o exercício de 2019, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município consorciado, em especial, para atender as despesas com a contratação de atendimentos médicos clínicos especializados, laboratoriais, em consultas, exames e cirurgias, e outros materiais e serviços em saúde nas mais diversas áreas e especificidades da saúde, junto aos profissionais credenciados.

Xavantina, 4 de Novembro de 2019

**EXTRATO CONTRATUAL PREF 10.2019**

Publicação Nº 2214965

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 3 TA ATA 16/2019 - Contrato Nº: ATA 016/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: POSTO SANDRA LTDA

Valor ..... : 1.944,00 (um mil novecentos e quarenta e quatro reais)

Vigência ..... : Início: 02/10/2019 Término: 27/03/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2019

Objeto ..... : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a possível contratação de empresa objetivando a aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde, demais Fundos, Polícia Militar e Civil, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina, 4 de Novembro de 2019

Aditivo Nº ..... : 5 TA ATA 15/2019 - Contrato Nº: ATA 015/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: POSTO PEGORINI LTDA.

Valor ..... : 3.300,00 (três mil e trezentos reais)

Vigência ..... : Início: 02/10/2019 Término: 27/03/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 12/2019

Objeto ..... : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a possível contratação de empresa objetivando a aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde, demais Fundos, Polícia Militar e Civil, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina, 4 de Novembro de 2019

Contrato Nº...: CT 044/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: ENGEOBRA ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA EIRELI

Valor ..... : 71.240,82 (setenta e um mil duzentos e quarenta reais e oitenta e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 08/10/2019 Término: 31/01/2020

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2019

Objeto ..... : A presente licitação tem por objeto contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil para a execução de obra em regime de empreitada global para revitalização do Cemitério Municipal, situado na Rua Professor Garmus na sede do município de Xavantina, conforme Projeto Básico constante no Anexo "E" deste edital.

Xavantina, 4 de Novembro de 2019

Contrato Nº...: ATA 086/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: CASSIANO DAL BELLO 09335697931

Valor ..... : 29.600,00 (vinte e nove mil e seiscentos reais)

Vigência ..... : Início: 14/10/2019 Término: 14/10/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2019

Objeto ..... : A presente licitação tem por objeto o registro de preço para a possível contratação de empresa objetivando a prestação de serviços de Pedreiro, para atender as necessidades do Município de Xavantina-SC, incluindo Fundo Municipal de Saúde de Xavantina-SC, conforme especificações do Anexo "C" e "E" deste edital.

Xavantina, 4 de Novembro de 2019

Contrato Nº...: ATA 087/2019  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
Contratada....: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA  
Valor ..... : 14.900,00 (quatorze mil novecentos reais)  
Vigência ..... : Início: 14/10/2019 Término: 14/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2019  
Objeto ..... : A presente licitação tem por objeto o registro de preço para prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina/SC, conforme especificações do Anexo "C" deste edital.

Xavantina, 4 de Novembro de 2019

Contrato Nº...: ATA 088/2019  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
Contratada....: J. VACHILESKI E CIA LTDA  
Valor ..... : 49.040,00 (quarenta e nove mil e quarenta reais)  
Vigência ..... : Início: 14/10/2019 Término: 14/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2019  
Objeto ..... : A presente licitação tem por objeto o registro de preço para prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina/SC, conforme especificações do Anexo "C" deste edital.

Xavantina, 4 de Novembro de 2019

Contrato Nº...: ATA 089/2019  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
Contratada....: BORILLI PNEUS LTDA  
Valor ..... : 136.898,00 (cento e trinta e seis mil oitocentos e noventa e oito reais)  
Vigência ..... : Início: 14/10/2019 Término: 14/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2019  
Objeto ..... : A presente licitação tem por objeto o registro de preço para prestação de serviços de recapagem, vulcanização e conserto de pneus de máquinas e veículos da frota do Município de Xavantina/SC, conforme especificações do Anexo "C" deste edital.

Xavantina, 4 de Novembro de 2019

Contrato Nº...: ATA 090/2019  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
Contratada....: CCM COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SERVIÇOS EIRELI  
Valor ..... : 80.000,00 (oitenta mil reais)  
Vigência ..... : Início: 18/10/2019 Término: 18/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2019  
Objeto ..... : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios, para as máquinas e equipamentos pesados da Frota Municipal de Xavantina, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina, 4 de Novembro de 2019

Contrato Nº...: ATA 091/2019  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA  
Contratada....: ROLEPEÇAS PEÇAS E ROLAMENTOS LTDA  
Valor ..... : 160.000,00 (cento e sessenta mil e reais)  
Vigência ..... : Início: 18/10/2019 Término: 18/10/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2019  
Objeto ..... : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios, para as máquinas e equipamentos pesados da Frota Municipal de Xavantina, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina, 4 de Novembro de 2019

Contrato Nº...: ATA 092/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: SS MÁQUINAS LTDA ME - SERMAQ

Valor ..... : 240.000,00 (duzentos e quarenta mil e reais)

Vigência ..... : Início: 18/10/2019 Término: 18/10/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2019

Objeto ..... : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios, para as máquinas e equipamentos pesados da Frota Municipal de Xavantina, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina, 4 de Novembro de 2019

Contrato Nº...: ATA 093/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA

Valor ..... : 320.000,00 (trezentos e vinte mil e reais)

Vigência ..... : Início: 18/10/2019 Término: 18/10/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2019

Objeto ..... : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios, para as máquinas e equipamentos pesados da Frota Municipal de Xavantina, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina, 4 de Novembro de 2019

Contrato Nº...: ATA 094/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: MANTOMAC COMÉRCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA

Valor ..... : 240,00 (duzentos e quarenta reais)

Vigência ..... : Início: 18/10/2019 Término: 18/10/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2019

Objeto ..... : A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com a aplicação e fornecimento de peças e acessórios, para as máquinas e equipamentos pesados da Frota Municipal de Xavantina, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Xavantina, 4 de Novembro de 2019

Contrato Nº...: CT 045/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada...: PORTALMAQ COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO E INDUS

Valor ..... : 19.280,00 (dezenove mil duzentos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 22/10/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2019

Objeto ..... : A presente licitação tem por objeto aquisição de equipamentos agrícolas novos para o município de Xavantina/SC, conforme especificações constantes no Anexo "E" deste Edital.

Xavantina, 4 de Novembro de 2019

Contrato Nº.: CT 046/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA

Contratada....: ENGEOBRA ENGENHARIA E INFRAESTRUTURA EIRELI

Valor ..... : 221.894,42 (duzentos e vinte e um mil oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 25/10/2019 Término: 31/12/2020

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2019

Recursos ..... : Dotação: 1.009.4.4.90.00.00.00.00 (70), 1.009.4.4.90.00.00.00.00 (111)

Objeto ..... : A presente licitação tem por objeto contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para a execução de obra em regime de empreitada global para a implantação de passeio público acessível no Município de Xavantina (Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, Rua Praça Rio Branco e Rua Prefeito Rebelatto), conforme Projeto Básico constante no Anexo "E" deste edital. Referente ao contrato de repasse OGU nº 868469/2018/mcidades/caixa - Operação 1054388-20 - Programa Planejamento Urbano.

Xavantina, 4 de Novembro de 2019



# Xaxim

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LIC.121/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2019**

Publicação Nº 2215968

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 0121/2019

Edital: Dispensa de Licitação para compras e serviços Nº: 031/2019

Fundamento: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93

Objeto: Dispensa para aquisição de Equipamento de demarcação horizontal, pintura de faixas e meio-fio e demais sinalizações das vias urbanas do Município de Xaxim.

Fornecedor: L.R. COMERCIAL ROSSO LTDA

Valor: R\$ 17.360,00 (dezessete mil trezentos e sessenta reais).

Dotações: 4.4.90.52.34.00.00.00 (132/2019)

Xaxim/SC, 29 de outubro de 2019. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 381/2019**

Publicação Nº 2215813

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO Nº 381/19, de 30 de Outubro de 2019**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2019.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4370/18 de 11 de Dezembro de 2018,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 4.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - Secretaria de Administração

04.02 - Fundo Mun. de Melhoria da Polícia Militar

04.02 - 06.181.0601 - 2.039 - 016/2019 - 3.3.90.00.00.00.00 - 0.1.0010.000000 4.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

04 - Secretaria de Administração

04.02 - Fundo Mun. de Melhoria da Polícia Militar

04.02 - 06.181.0601 - 2.039 - 020/2019 - 4.4.90.00.00.00.00 - 0.1.0010.000000 4.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 30 de Outubro de 2019

**LIRIO DAGORT**  
**Prefeito Municipal**

# Zortéa

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 0096 /2019 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019 - NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS**

Publicação Nº 2214800

DECRETO Nº 0096 /2019 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS – CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 0487/2014 DE 09 DE ABRIL DE 2014.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTEA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e na forma da lei Municipal nº 0487/2014 de 09 de abril de 2014.

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros e respectivos suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, do Município de Zortea – Estado de Santa Catarina, conforme Art. 5º da Lei Municipal nº 0487/2014 de 09 de abril de 2014.

I – Representantes da Esfera Governamental Municipal:

Representantes da Área de Assistência Social:

Titular - Raul Vilarino Lira

Suplente - Janaina Aparecida Garcia Zimmermann

Representantes da Área da Educação:

Titular - Elizabete Minks

Suplente - Marisete Aparecida Pereira Susin

Representantes da Área da Saúde:

Titular - Angela Aparecida Pessoli

Suplente - Liliane Aparecida Bernardi dos Santos

Representantes da Área da Administração:

Titular - Birajara Cesar da Silva

Suplente - Michele Aparecida Barcarolo dos Santos

II – Representante da Sociedade Civil Organizada do Município, sendo:

Representantes de Trabalhadores do Setor de Assistência Social:

Titular - Fernanda Spironelo

Suplente - Marian Conceição Santos Vieira

,

Representantes Usuários ou de Organizações de Usuários da Assistência Social:

Titular - Rejanete Jame da Costa

Suplente - Elisangela Patricia Cavichon

Titular - Maria Enedina Pereira da Silva

Suplente - Elizabete Dalapria da Silva

Titular - Dionilce Simara Hoch

Suplente - Solange Farias da Silva

Art. 2º - Conforme Art . 13 da Lei Municipal nº 0487/2014 de 09 de abril de 2014, será designado 01(um) técnico administrativo para atuar junto a Secretaria Executiva do Conselho de Assistência Social – CMAS, ficando designado como técnico a Sra Tamiris Mendes Calluans – lotada no Cargo de Orientador Social no CRAS.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Zortea – SC., 04 de Novembro de 2019.

ALCIDES MANTOVANI

PREFEITO MUNICIPAL

BIRAJARA CESAR DA SILVA

SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

# Associações

## AMAVI

### RESOLUÇÃO Nº 08, DE 28/10/2019

Publicação Nº 2215740

RESOLUÇÃO DIR Nº 008/2019

Autoriza o pagamento de ajuda de custo e dá outras providências.

O Presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), no uso de suas atribuições estatutárias, estabelece:

Art. 1º Fica autorizado o pagamento mensal de Ajuda de Custo aos servidores municipais recebidos em cessão, sendo:

I – Zulnei Luchtenberg: R\$ 1.312,00

II – Mariane Fernandes da Rosa: R\$ 1.266,00

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na presente data, produzindo efeitos a partir de 01/10/2019.

Rio do Sul, 28 de outubro de 2019.

Isamar de Melo

Presidente da AMAVI

### RESOLUÇÃO Nº 09, DE 28/10/2019

Publicação Nº 2215746

RESOLUÇÃO Nº 009/2019

Disciplina o cumprimento de Convênios de Cooperação, altera as Resoluções DIR nº 09/2012, 10/2012 e 003/2018 e dá outras providências.

O Presidente da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI), no uso de suas atribuições estatutárias e com fulcro na Resolução nº 003/2018, estabelece:

Art. 1º Considerando os Convênios de Cooperação firmados entre AMAVI e Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI (CIM-AMAVI) e Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (CIS-AMAVI) e, considerando que os objetivos estatutários da AMAVI compreendem ações relacionadas às finalidades dos referidos consórcios, fica estabelecido que os funcionários da AMAVI poderão desempenhar, nas áreas de atuação de seus cargos, atividades voltadas ao cumprimento dos referidos Convênios de Cooperação, independente da produção de ato específico de designação e/ou do pagamento de gratificação, sem prejuízo dos atos já produzidos.

Art. 2º Fica alterada a redação dos artigos 3º e 4º da Resolução DIR 003/2018, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Poderá ser concedida gratificação por atribuição especial quando, por ato do Presidente, por deliberação da Diretoria da AMAVI, for designado funcionário para o desempenho de função especial.

Art. 4º Quando recebido em cessão de Município associado ou órgão público municipal, o servidor permanecerá vinculado à origem, fazendo jus a ajuda de custo paga pela AMAVI a ser definida pela Diretoria da AMAVI.”

Art. 3º Ficam mantidas as gratificações em vigor, alterando-se apenas a denominação das mesmas para “gratificação por atribuição especial”, mantidos os efeitos jurídicos já produzidos e os percentuais de gratificação estabelecidos.

Parágrafo único. Para as gratificações previstas nas Resoluções DIR nº 09/2012 e 10/2012, alteram-se também as atribuições previstas, ficando estabelecido como designação “o exercício de atribuição especial de apoio à Secretaria Executiva na gestão e implantação dos consórcios instituídos com apoio da AMAVI e com os quais possua convênio de cooperação”.

Art. 4º Fica atualizado o Anexo III da Resolução DIR nº 003/2018, que passará a vigorar conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 5º As alterações ora promovidas deverão ser consolidadas na Resolução DIR nº 003/2018.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na presente data.

Rio do Sul, 28 de outubro de 2019.

Isamar de Melo

Presidente da AMAVI

ANEXO I

ESTRUTURA DE PESSOAL VIGENTE

	Cargos Funcionais	Carga Horária (semanal)	Remuneração (R\$)
1.	Agente de Serviços Gerais Insalubridade	40h	1.598,00 199,60

2.	Analista de Sistemas I	35h	6.646,00
3.	Analista de Sistemas II	35h	4.027,50
4.	Arquiteto e Urbanista	35h	7.235,00
5.	Arquiteto e Urbanista	35h	7.235,00
6.	Arquiteto e Urbanista	35h	7.235,00
7.	Assessor Contábil e Controle Interno	21h	6.646,00
8.	Assessor de Imprensa	35h	5.584,00
9.	Assessor de Turismo e Cultura	35h	4.379,00
10.	Assessor Educacional I	35h	5.584,00
11.	Assessor Educacional II	35h	3.499,50
12.	Assessor jurídico/Advogado (Gratificação por atribuição especial)	20h	6.112,50 1.834,00
13.	Assistente Social	30h	3.729,50
14.	Auxiliar Administrativo I	37h30min	2.271,00
15.	Auxiliar Administrativo II	20h	1.569,50
16.	Contador (Gratificação por atribuição especial)	35h	5.584,00 1.117,50
17.	Desenhista	35h	1.757,50
18.	Desenhista de Página da Internet	35h	4.027,50
19.	Desenhista Gráfico	35h	2.537,00
20.	Desenhista Projetista	35h	3.440,00
21.	Engenheiro Civil (Gratificação por atribuição especial)	35h	7.235,00 434,00
22.	Engenheiro Civil (Gratificação por atribuição especial)	35h	7.235,00 434,00
23.	Engenheiro Civil (Gratificação por atribuição especial)	35h	7.235,00 289,40
24.	Engenheiro Civil	35h	7.235,00
25.	Engenheiro Civil	35h	7.235,00
26.	Engenheiro Sanitarista	35h	7.235,00
27.	Psicólogo	35h	4.123,00
28.	Secretário Administrativo (Gratificação por atribuição especial)	35h	5.584,00 1.117,50
29.	Secretário Executivo (Gratificação por atribuição especial)	35h	11.076,50 3.322,41
30.	Técnico em Cartografia	35h	4.027,50
31.	Jovem Aprendiz	20h	499,00

	Servidores Municipais Cedidos			Estagiários
1.	Assessor		1.	Estagiário em Engenharia Civil
2.	Contador			
3.	Analista de Licitações			

## COSEMS/SC

### PORTARIA Nº. 004/2019-COSEMS/SC

Publicação Nº 2216050

#### PORTARIA Nº. 004/2019-COSEMS/SC

Dispõe sobre as indenizações de despesas com diárias, hospedagens, alimentações e deslocamentos das pessoas em atividades para o cumprimento dos objetivos do COSEMS/SC e dá outras providências.

O Sr. Alexandre Lencina Fagundes, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina – COSEMS/SC, no uso de suas atribuições e competências legais conferidas pelo inciso V, do Art. 18 e SS c/c Art. 44 do Estatuto Social desta instituição e,

Considerando o Art. 37 do Estatuto Social, que dispõe sobre as indenizações com despesas de diárias, hospedagens, alimentações e deslocamentos, para a execução de atividades externas, em cumprimento aos objetivos do COSEMS/SC;

#### RESOLVE

Art. 1º. As indenizações com despesas de alimentações, quando custeadas pelos membros da diretoria executiva, conselheiros fiscais,

colaboradores, assessores, consultores e apoiadores, vinculados ou contratados pelo COSEMS/SC, serão limitadas da seguinte forma:

I. Até R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por refeição, quando em atividade dentro do estado de Santa Catarina;

II. Até R\$ 60,00 (sessenta reais) por refeição, quando em atividade fora do estado de Santa Catarina;

Parágrafo único. Excepcionalmente, e eventualmente, poderá ser concedido valores diferenciados dos estabelecidos nos incisos I e II deste artigo, quando, justificadamente, for autorizado pelo Presidente ou a quem por este for delegada a atribuição, nos termos do §1º do Art. 18 do Estatuto Social.

Art. 2º. As indenizações das despesas com hospedagens, alimentações e deslocamentos, serão pagas através de depósito em conta corrente ou poupança, de titularidade do signatário(a), comprovadas através de cupons fiscais ou notas fiscais, contendo o nome e CPF do signatário(a), salvo quanto tratar-se de documento fiscal ou recibo equivalente, bem como da apresentação, em formulário próprio, do demonstrativo de despesas, que deverão ser enviados à administração/financeira através do endereço eletrônico: [cosesmsc@cosesmsc.org.br](mailto:cosesmsc@cosesmsc.org.br) ou endereço indicado pela administração, digitalizados em arquivo único na extensão PDF.

Art. 3º. As diárias serão pagas pelo regime de adiantamento de despesas, limitadas aos valores contidos no Anexo V-I do Estatuto Social, através de depósito em conta corrente ou poupança, de titularidade do signatário(a), informada em formulário de requerimento próprio do COSEMS/SC, datada e assinada pelo signatário(a), que deverá ser enviado à administração/financeira até o segundo dia útil que anteceder a data do evento, para o endereço eletrônico: [cosesmsc@cosesmsc.org.br](mailto:cosesmsc@cosesmsc.org.br) ou endereço indicado pela administração, digitalizado em arquivo único na extensão PDF.

§1º. A presença do signatário(a) no evento será comprovada, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a realização do evento, através de recibos de despesas (cupons fiscais, notas fiscais e outros documentos equivalentes) emitidos na cidade da realização do evento, contendo o nome e CPF do signatário(a), e lista de presença quando for o caso, enviados para o endereço eletrônico: [cosesmsc@cosesmsc.org.br](mailto:cosesmsc@cosesmsc.org.br) ou endereço indicado pela administração, digitalizados em arquivo único na extensão PDF;

§2º. Não comprovada a presença no evento, nos termos do §1º desta cláusula, o valor correspondente deverá ser ressarcido ao COSEMS/SC através de depósito na mesma conta originária do crédito, no prazo máximo de 01 (um) dia útil após a realização do evento, comprovando o depósito através do endereço eletrônico acima consignado, sob pena de ser descontado o valor de eventuais créditos a que fizer jus o signatário(a), acrescidos de correção monetária calculada pelo INPC (índice de preços ao consumidor), juros de 1% ao mês e multa de 10% (dez por cento) pelo inadimplemento;

Art. 4º. As despesas de deslocamento com veículo particular próprio, serão indenizadas de acordo com a tabela do Anexo V-II do Estatuto Social, compreendendo o percurso, ida e volta, efetivamente realizado, sem prejuízo do recebimento das diárias, se for o caso;

Art. 5º. As despesas com deslocamentos aéreos serão custeadas diretamente pelo COSEMS/SC e/ou mediante reembolso do valor efetivo da passagem, sem prejuízo do recebimento das diárias.

Art. 6º. As indenizações das despesas com hospedagens, alimentações e deslocamentos, estender-se-á à terceiros não vinculados a esta instituição, quando, justificadamente, for convidado para participar de eventos realizados pelo COSEMS/SC, na qualidade de palestrante, apresentador, orador ou afins.

Art. 7º. Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Registre-se e publique-se.

Florianópolis SC, 28 de outubro de 2019.

ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES

Presidente do COSEMS/SC

## **PORTARIA Nº. 005/2019-COSEMS/SC**

Publicação Nº 2216051

PORTARIA Nº. 005/2019-COSEMS/SC

Dispõe sobre ajuda de custo com alimentação e deslocamento, as pessoas que irão participar do 71º Congresso do COSEMS/SC e dá outras providências.

O Sr. Alexandre Lencina Fagundes, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina – COSEMS/SC, no uso de suas atribuições e competências legais conferidas pelo inciso V, do Art. 18 e SS c/c Art. 44 do Estatuto Social desta instituição e,

Considerando o Art. 37 do Estatuto Social, que dispõe sobre as indenizações com despesas de diárias, hospedagens, alimentações e deslocamentos, para a execução de atividades externas, em cumprimento aos objetivos do COSEMS/SC;

Considerando o evento do 71º Congresso de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina que ocorrerá nos dias 6, 7, e 8 do mês de novembro de 2019, na cidade de Lages SC;

## RESOLVE

Art. 1º. Conceder para os diretores executivos, colaboradores, assessores, consultores e apoiadores, vinculados ou contratados pelo COSEMS/SC, que irão participar das atividades do 71º Congresso de Secretarias de Saúde de Santa Catarina, nos dias 6, 7 e 8 do corrente mês, na cidade de Lages SC, a importância de R\$ 315,00 (Trezentos e Quinze Reais), para custeio com alimentação.

Art. 2º. O valor acima estabelecido será pago pelo regime de adiantamento, através de depósito em conta corrente ou poupança, de titularidade do signatário(a), mediante preenchimento de formulário próprio e recibo devidamente assinado, que deverão ser enviados à administração/financeira através do endereço eletrônico: [cosesmsc@cosesmsc.org.br](mailto:cosesmsc@cosesmsc.org.br) ou endereço indicado pela administração,

§1º. A presença do signatário(a) no evento será comprovada, através de registro em lista de presença disponibilizada pelo COSEMS/SC no dia e local do evento;

§2º. Não comprovada a presença no evento, nos termos do §1º desta cláusula, o valor correspondente deverá ser ressarcido ao COSEMS/SC através de depósito na mesma conta originária do crédito, no prazo máximo de 01 (um) dia útil após a realização do evento, comprovando o depósito através de envio do recibo para o endereço eletrônico acima consignado, sob pena de ser descontado o valor de eventuais créditos a que fizer jus o signatário(a), acrescidos de correção monetária calculada pelo INPC (índice de preços ao consumidor), juros de 1% ao mês e multa de 10% (dez por cento) pelo inadimplemento;

Art. 3º. As despesas de deslocamento com veículo particular próprio, serão indenizadas de acordo com a tabela do Anexo V-II do Estatuto Social, compreendendo o percurso, ida e volta, mediante a apresentação de cupons fiscais ou notas fiscais, contendo o nome e CPF do signatário(a), salvo quanto tratar-se de documento fiscal ou recibo equivalente, bem como da apresentação, em formulário próprio, do demonstrativo de despesas, que deverão ser enviados à administração/financeira através do endereço eletrônico: [cosesmsc@cosesmsc.org.br](mailto:cosesmsc@cosesmsc.org.br) ou endereço indicado pela administração, digitalizados em arquivo único na extensão PDF, que serão pagas através de depósito em conta corrente ou poupança, de titularidade do signatário(a).

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Registre-se e publique-se.

Florianópolis SC, 31 de outubro de 2019.

ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES

Presidente do COSEMS/SC

# Consórcios

## CINCATARINA

### 2. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0002\_2019

Publicação Nº 2214856

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24692

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE

FORNECEDOR: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA

PAL: 0002/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0002/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 31/12/2019

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24701

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA

FORNECEDOR: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA

PAL: 0002/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0002/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 31/10/2019 a 31/12/2019

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de VEÍCULOS NOVOS, ZERO KM, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 31/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

### 2. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0007\_2019

Publicação Nº 2214855

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24690

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: JAB PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

PAL: 0007/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 31/03/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24691

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE OURO



FORNECEDOR: G. C. ARAÚJO MÓVEIS DE AÇO EPP

PAL: 0007/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 31/03/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE OURO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24702

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: DUCA MÓVEIS LTDA EPP

PAL: 0007/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 31/03/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24728

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: G. C. ARAÚJO MÓVEIS DE AÇO EPP

PAL: 0007/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 31/03/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24729

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: JAB PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

PAL: 0007/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0005/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 31/03/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**2. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0012\_2019**

Publicação Nº 2214864

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24703

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 0012/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/02/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DIDÁTICO, PEDAGÓGICO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24704

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: RSUL EIRELI EPP

PAL: 0012/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/02/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DIDÁTICO, PEDAGÓGICO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24705

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP

PAL: 0012/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/02/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DIDÁTICO, PEDAGÓGICO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24706

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA

PAL: 0012/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0010/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/02/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DIDÁTICO, PEDAGÓGICO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

## 2. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0018\_2019

Publicação Nº 2214863

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24699  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE  
FORNECEDOR: FAMAHA COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA LTDA  
PAL: 0018/2019 - CINCATARINA  
EDITAL: 0014/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 31/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019  
Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24700  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
FORNECEDOR: CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA  
PAL: 0018/2019 - CINCATARINA  
EDITAL: 0014/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 31/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019  
Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24742  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ  
FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI  
PAL: 0018/2019 - CINCATARINA  
EDITAL: 0014/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 31/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ELETRÔNICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019  
Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

## 2. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0022\_2019

Publicação Nº 2214860

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24697  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM  
FORNECEDOR: PNEULOG COMÉRCIO DE PNEUMATICOS EIRELI ME

PAL: 0022/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0016/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 30/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XAXIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24707

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: PNEUBRÁS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME

PAL: 0022/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0016/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 30/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24708

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: PNEUBRÁS COMÉRCIO DE PNEUS LTDA ME

PAL: 0022/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0016/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 30/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de PNEUS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## **2. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0026\_2019**

Publicação Nº 2214858

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24693

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

PAL: 0026/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0020/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24694

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 0026/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0020/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24695

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: SUPREMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI

PAL: 0026/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0020/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24709

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: ALG BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS EIRELI

PAL: 0026/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0020/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24710

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: ELISVANDIA MATOS DONINI ME

PAL: 0026/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0020/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24711



ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: EMIGE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA

PAL: 0026/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0020/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24712

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

PAL: 0026/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0020/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24713

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA EPP

PAL: 0026/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0020/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24714

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: SUPREMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI

PAL: 0026/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0020/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24715

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME

PAL: 0026/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0020/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24716

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME

PAL: 0026/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0020/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## 2. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0029\_2019

Publicação Nº 2214852

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24680

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: CR ENERGIA E INFORMÁTICA EIRELI

PAL: 0021/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 31/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24681

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: FENIX INFORMÁTICA E TELEFONIA LTDA ME

PAL: 0021/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 31/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24682****ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA****ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE****FORNECEDOR: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA****PAL: 0021/2019 - CINCATARINA****EDITAL: 0015/2019 - CINCATARINA****REGISTRO DE PREÇO****VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 31/05/2020**

**OBJETO:** A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**DATA DA ATA: 30/10/2019****Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019****ELÓI RONNAU****DIRETOR EXECUTIVO****CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24683****ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA****ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE****FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME****PAL: 0021/2019 - CINCATARINA****EDITAL: 0015/2019 - CINCATARINA****REGISTRO DE PREÇO****VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 31/05/2020**

**OBJETO:** A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**DATA DA ATA: 30/10/2019****Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019****ELÓI RONNAU****DIRETOR EXECUTIVO****CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24684****ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA****ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE****FORNECEDOR: VALE COMERCIAL DE MATERIAL PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA EIRELI****PAL: 0021/2019 - CINCATARINA****EDITAL: 0015/2019 - CINCATARINA****REGISTRO DE PREÇO****VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 31/05/2020**

**OBJETO:** A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**DATA DA ATA: 30/10/2019****Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019****ELÓI RONNAU****DIRETOR EXECUTIVO****CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24685****ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA****ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE****FORNECEDOR: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA ME****PAL: 0021/2019 - CINCATARINA****EDITAL: 0015/2019 - CINCATARINA****REGISTRO DE PREÇO****VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 31/05/2020**

**OBJETO:** A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**DATA DA ATA: 30/10/2019****Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019****ELÓI RONNAU****DIRETOR EXECUTIVO**



**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24686

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA

PAL: 0021/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 31/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24687

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

FORNECEDOR: R.S VAREJO EIRELI

PAL: 0021/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0015/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 31/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA COMPUTAÇÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**2. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0031\_2019**

Publicação Nº 2214853

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24688

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: K.S ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI

PAL: 0031/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0023/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/07/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24689

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: MAXIMUS ESPORTES COMÉRCIO LTDA EPP

PAL: 0031/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0023/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/07/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS PARA FISIOTERAPIA E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

## 2. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0033\_2019

Publicação Nº 2214865

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24717  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO  
FORNECEDOR: DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA  
PAL: 0033/2019 - CINCATARINA  
EDITAL: 0025/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 30/07/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E DE FISIOTERAPIA, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO NEGRINHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019  
Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24718  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA  
FORNECEDOR: DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA  
PAL: 0033/2019 - CINCATARINA  
EDITAL: 0025/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 30/07/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E DE FISIOTERAPIA, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019  
Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24730  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA  
FORNECEDOR: METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
PAL: 0033/2019 - CINCATARINA  
EDITAL: 0025/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 30/07/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E DE FISIOTERAPIA, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ZORTÉA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019  
Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

**2. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0035\_2019**

Publicação Nº 2214871

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24731

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

FORNECEDOR: L.A. CN INFORMÁTICA LTDA

PAL: 0035/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24732

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JABORÁ

FORNECEDOR: L.A. CN INFORMÁTICA LTDA

PAL: 0035/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0027/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de SUPRIMENTOS PARA IMPRESSÃO E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**2. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0041\_2019**

Publicação Nº 2214862

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24698

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 0041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 15/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24721

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

PAL: 0041/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0032/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de LEITES E SUPLEMENTOS ALIMENTARES, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## 2. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0055\_2019

Publicação Nº 2214859

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24696

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA

PAL: 0055/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0043/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 30/10/2019 a 31/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 30/10/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24719

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO

FORNECEDOR: D&F COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI

PAL: 0055/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0043/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 31/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24720

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO

FORNECEDOR: D&F COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI

PAL: 0055/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0043/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 31/08/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGÊÃO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**3. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0027\_2019**

Publicação Nº 2214870

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24726

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: POLAR FIX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24727

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

PAL: 0027/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 021A/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/06/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MATERIAIS AMBULATORIAIS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**3. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0029\_2019**

Publicação Nº 2214868

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24722

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 0029/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0022/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**4. EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS\_OUTUBRO 2019 - PAL 0017\_2019**

Publicação Nº 2214869

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24723

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO  
VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24724

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ALTO BELA VISTA

FORNECEDOR: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE ALTO BELA VISTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24725

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24733

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24734

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

FORNECEDOR: S&R DISTRIBUIDORA LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA



## REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24735

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

## REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24736

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

## REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24737

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

## REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

## CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24738

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS

FORNECEDOR: LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

## REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24739

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24740

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT19CIN24741

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS

FORNECEDOR: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

PAL: 0017/2019 - CINCATARINA

EDITAL: 0013/2019 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 01/11/2019 a 15/05/2020

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de MEDICAMENTOS E CORRELATOS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUAS MORNAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 01/11/2019

Florianópolis (SC), segunda-feira, 4 de novembro de 2019

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO INGRESSO CINCATARINA - 95**

Publicação Nº 2215590

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - 95**

CONSIDERANDO a solicitação de Ingresso do Município de Orleans e as previsões contidas no Protocolo de Intenções;  
CONSIDERANDO que a Lei de Ratificação ao Protocolo de Intenções não previu reservas para afastar ou condicionar a vigência artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções e que a homologação do ingresso poderá ser de forma automática.  
CONSIDERANDO que a assembleia geral aprovou a homologação de forma automática de ingresso do referido município;

DECIDO:  
Pela HOMOLOGAÇÃO do Ingresso ao CINCATARINA do Município de Orleans, nos termos da Lei Municipal nº 2.914, de 30 de outubro de 2019;  
Publique-se.

Florianópolis, SC, 04 de novembro de 2019.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna  
Presidente do CINCATARINA

**CIS/AMOSC****CONTRATO DE PROGRAMA 01/2019**

Publicação Nº 2215225

**CONTRATO DE PROGRAMA Nº 1/2019**

Contrato de Programa celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC e o Município de AGUAS FRIAS/SC.

Pelo presente instrumento de Contrato de Programa, de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, residente e domiciliado na cidade de Paial, Estado de Santa Catarina, a seguir denominado de CONTRATADO, e, de outro, o MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.180/0001-02, com sede na Rua 7 de Setembro, 512, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor RICARDO ROLIN DE MOURA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 526.680.889-68, doravante denominado CONTRATANTE, pactuam, entre si, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO DE PROGRAMA**

1.1 O presente Contrato de Programa tem por objetivo a execução administrativa e financeira das ações que integram a Educação Permanente em Saúde (EPS), priorizadas no Plano de Ações Regional para a Educação Permanente em Saúde (PAREPS da Região Oeste de Santa Catarina), com o apoio operacional da Câmara Técnica da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES OESTE) e com a gestão pedagógica dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades/Estabelecimentos de Ensino com sedes na Região Oeste de Santa Catarina.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE**

2.1 O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor de R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REIAS), em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da assinatura do presente instrumento.  
2.2 O valor do repasse será depositado em conta corrente do CONTRATADO, aberta exclusivamente para a movimentação e controle dos recursos financeiros destinados a consecução do objeto do presente Contrato de Programa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 O CONTRATADO será responsável pela execução administrativa, financeira e pela supervisão operacional das capacitações que serão realizadas por intermédio do presente Contrato de Programa, compreendendo:  
a) as ações de orçamentação, aquisição e contratação de bens e serviços, tais como: apostilas, pastas, canetas, blocos, crachás, pinceis, papel A4, confecção de banners em lona (1.20X80) com 02 (duas) logomarcas, locação de equipamentos audiovisual, passagens aéreas/diárias/honorários aos palestrantes, monitores e facilitadores, aquisição de livros e/ou assinatura de revistas, inscrição em eventos científicos para divulgação das atividades realizadas e incentivo a publicização de experiências de EPS na Região Oeste e coffee-break;  
b) o empenhamento, liquidação e pagamento das despesas necessárias ao desenvolvimento do objeto;  
c) os registros contábeis, a prestação de contas ao CONTRATANTE e a publicidade dos atos no portal de transparência;  
d) o contato com os integrantes da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES) e com os Secretários Municipais de Saúde sobre as inscrições, a logística de transporte e sobre o local do evento e das refeições;  
e) a análise e supervisão dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS ENTIDADES PARCEIRAS**

4.1 Colaboram com as partes acima qualificadas no projeto de execução das ações de Educação Permanente em Saúde (EPS), a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), a Universidade Central de Educação Faem Faculdades (UCEFF) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC CAMPUS CHAPECÓ).

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5.1 Obriga-se o CONTRATADO:

- a) abrir uma conta corrente para movimentação dos recursos financeiros destinados às ações da Educação Permanente em Saúde (EPS);
- b) contratar um estagiário para auxiliar na operacionalização da execução do objeto;
- c) observar as responsabilidades previstas na Cláusula Terceira do presente instrumento;
- d) analisar e responder os questionamentos suscitados pelo CONTRATANTE e pelas entidades parceiras;
- e) comunicar ao CONTRATANTE sempre que houver alterações nas condições firmadas no presente instrumento;
- f) informar ao CONTRATANTE, por meio de comunicação formal (ofício/e-mail/relatório), o custo de cada ação de EPS proposta;
- g) fiscalizar a execução do Contrato de Programa.

##### 5.2 Obriga-se o CONTRATANTE:

- a) avaliar as propostas de projetos de EPS apresentados nas reuniões da CIR Oeste;
- b) indicar e liberar, mediante carta de liberação, os profissionais do município para participar das atividades de EPS em conformidade com a área de atuação;
- c) garantir o transporte dos profissionais até o local de realização das atividades de EPS;
- d) garantir a alimentação dos profissionais nos dias das atividades;
- e) repassar para o CONTRATADO os recursos destinados à execução das ações de EPS, proporcionalmente ao número de profissionais inscritos;
- f) garantir que os profissionais possam replicar as atividades em seu espaço de trabalho;
- g) realizar a avaliação dos profissionais liberados para participação das atividades de EPS conforme demanda da Câmara Técnica da CIES;
- h) realizar avaliação das ações de EPS realizadas anualmente, conforme demanda da Câmara Técnica da CIES.

##### 5.3 Obriga-se a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES):

- a) elaborar propostas e projetos de EPS (Gestão Administrativa e Pedagógica), apresentando-os em reunião ordinária da CIR para análise, discussão e aprovação;
- b) submeter ao CONTRATADO os projetos aprovados pela CIR com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência do início das atividades;
- c) indicar profissionais de referência para o desenvolvimento das atividades;
- d) identificar local e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades;
- e) divulgar as ações propostas para a região, assim como as ações realizadas na região;
- f) dar suporte aos palestrantes/monitores/facilitadores;
- g) distribuir as vagas disponíveis para cada atividade/município;
- h) coordenar as inscrições para cada atividade/município;
- i) providenciar as listas de presença;
- j) definir os materiais a serem utilizados em conformidade com o projeto;
- k) organizar os materiais para as atividades;
- l) enviar os certificados/declarações de participação;
- m) acompanhar e dar suporte as atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO;
- n) alimentar o Observatório de Educação Permanente em Saúde de SC com todas as ações desenvolvidas na região;
- o) providenciar formulário de avaliação das atividades, compilar e divulgar os resultados;
- p) acompanhar o desenvolvimento das atividades/aulas;
- q) apresentar relatório detalhado das atividades desenvolvidas, por ação de EPS, ao CONTRATADO, em até 15 (quinze) dias, contados da realização da capacitação.

##### 5.4 Obrigam-se os Estabelecimentos de Ensino (Universidades e Instituto Federal de Santa Catarina):

- a) submeter os projetos à CIES para o desenvolvimento das ações propostas no PAREPS,
- b) liberar os professores/profissionais do quadro da instituição, gratuitamente, para ministrarem os conteúdos programados pela CIES e aprovados pela CIR;
- c) realizar a gestão pedagógica dos projetos propostos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PÚBLICO ALVO DAS AÇÕES EPS

6.1 São potencialmente participantes das ações de EPS os profissionais da equipe multiprofissional e multidisciplinar dos municípios, definidos pelo Secretário Municipal de Saúde, respeitando o quadrilátero da educação permanente em saúde, assim compreendidos:

- a) profissionais de Saúde: cirurgião-dentista, assistente social; profissional de educação física; farmacêutico; fisioterapeuta; fonoaudiólogo; profissional com formação em arte e educação (arte educador); nutricionista; psicólogo; médico, enfermeiro, terapeuta ocupacional; médico ginecologista/obstetra; médico homeopata; médico pediatra; médico veterinário; médico psiquiatra; médico geriatra; médico internista (clínica médica); médico do trabalho; médico acupunturista; profissional de saúde sanitaria; auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem, auxiliar de laboratório, agente comunitário de saúde, agente de endemias, técnico de vigilância sanitária, técnico de vigilância em saúde, auxiliar de saúde bucal, técnico de saúde bucal;
- b) profissionais de outras áreas: pedagogo e demais docentes, técnico administrativo, telefonista, recepcionista, motorista, gestores e administradores e representantes do controle social.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CURSOS E CARGA HORÁRIA DAS AÇÕES EPS

7.1 Os cursos serão realizados em conformidade com o PAREPS da Região Oeste/SC, apresentando estreita relação com os temas abaixo relacionados:

- a) estratégias para realização e organização de trabalhos em grupo;
- b) práticas integrativas e complementares relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis;
- c) inclusão social dos portadores de deficiências;
- d) diagnóstico precoce das deficiências através das análises comportamentais;
- e) na área de saúde mental - instrumentalização de equipe multiprofissional para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos usuários com transtornos mentais incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras drogas;
- f) na área de urgência e emergência - instrumentalização de equipe multiprofissional da Atenção Básica e dos Hospitais de pequeno porte para o manejo de usuários com alterações cardiovasculares, neurológicas, oncológicas, politraumas, distúrbios psiquiátricos, acidentes com animais peçonhentos, entre outros;
- g) elaboração, implantação, capacitação e implementação de protocolos assistenciais, tanto para equipes de Atenção Básica como para Hospitais de pequeno porte;
- h) na área de saúde da mulher - instrumentalização de equipe multiprofissional para a qualificação do pré-natal na Atenção Básica, com foco na prevenção de agravos, tratamentos com práticas integrativas e complementares, preparação para o parto e acompanhamento puerperal e do recém-nascido em conformidade com as normativas da rede cegonha. Assim como momentos de qualificação para as equipes dos hospitais de pequeno porte, na lógica de qualificar a atenção ao parto e puerpério imediato;
- i) estratégias para trabalhar o planejamento sexual e reprodutivo;
- j) qualificação para utilização dos Sistemas de Informação em Saúde;
- k) estratégias de integração entre vigilância em saúde e atenção básica; e
- l) oficinas de desenvolvimento humano.

7.2 A carga horária mínima de cada atividade será de 16 horas.

7.3 Poderão ser incluídas novas demandas de atualização e/ou capacitação em conformidade com a realização da revisão do PAREPS.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DE BENS E DE PESSOAL

8.1 Fica estabelecido que poderá o CONTRATANTE transferir bens e pessoal para o CONTRATADO, afim de dar execução aos serviços objeto do presente Contrato de Programa.

8.2 As despesas do pessoal transferido ficam por conta do CONTRATANTE.

8.3 Os bens transferidos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO serão revertidos por ocasião da rescisão ou no término da vigência do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO DE PROGRAMA

9.1 O presente Contrato de Programa vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até pelo tempo necessário à conclusão do Plano Regional de Educação Permanente em Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1 O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente para regularizar a pendência em até 30 (trinta) dias, sob pena de ser excluído do Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato de Programa obriga a parte que deu causa a pagar, a outra, o equivalente ao percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 O presente Contrato de Programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações respeitantes à execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 dias, respeitando as metas em curso constante no Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização do presente Contrato de Programa é de responsabilidade dos Controladores Internos das partes contratantes, com a incumbência de exercerem o amplo controle e irrestrita fiscalização sobre a execução contratual.

13.2 Compete aos Fiscais do Contrato de Programa, dentre outras atribuições:

- a) solicitar ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato de Programa, anexando aos autos do processo correspondente os documentos escritos que comprovem as solicitações de providências;
- b) elaborar relatório das ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato de Programa, notificando e advertindo a parte interessada de tudo o que for constatado;
- c) encaminhar relatório circunstanciado ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS para que tomem as medidas legais cabíveis, sob pena de comunicação dos fatos aos órgãos de controle externo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A comunicação entre as partes integrantes deste Contrato de Programa deverá ser sempre por escrito.

14.2 As partes contratantes se obrigam a cumprir fielmente as condições pactuadas no presente Contrato de Programa.

14.3 O Presidente e o Diretor do CONTRATADO não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato de Programa, salvo se praticarem atos em desconformidade com a lei e com as disposições do presente instrumento.

14.4 Os casos omissos serão resolvidos à luz do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Para dirimir e julgar as questões decorrentes da execução deste Contrato de Programa, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato de Programa, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Chapecó, 01 de outubro de 2019.

CIS-AMOSC	MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
NÉVIO ANTONIO MORTARI	RICARDO ROLIN DE MOURA

## CONTRATO DE PROGRAMA 02/2019

Publicação Nº 2215229

### CONTRATO DE PROGRAMA Nº 2/2019

Contrato de Programa celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC e o Município de AGUAS DE CHAPECÓ/SC.

Pelo presente instrumento de Contrato de Programa, de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, residente e domiciliado na cidade de Paial, Estado de Santa Catarina, a seguir denominado de CONTRATADO, e, de outro, o MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, inscrito no CNPJ sob o nº 82.804.212/0001-96, com sede na Rua Porto União, 968, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor LEONIR ANTÔNIO HENTGES, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 756.568.339-68, doravante denominado CONTRATANTE, pactuam, entre si, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO DE PROGRAMA

1.1 O presente Contrato de Programa tem por objetivo a execução administrativa e financeira das ações que integram a Educação Permanente em Saúde (EPS), priorizadas no Plano de Ações Regional para a Educação Permanente em Saúde (PAREPS da Região Oeste de Santa Catarina), com o apoio operacional da Câmara Técnica da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES OESTE) e com a gestão pedagógica dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades/Estabelecimentos de Ensino com sedes na Região Oeste de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor de R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REIAS), em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da assinatura do presente instrumento.

2.2 O valor do repasse será depositado em conta corrente do CONTRATADO, aberta exclusivamente para a movimentação e controle dos recursos financeiros destinados a consecução do objeto do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O CONTRATADO será responsável pela execução administrativa, financeira e pela supervisão operacional das capacitações que serão realizadas por intermédio do presente Contrato de Programa, compreendendo:

- as ações de orçamentação, aquisição e contratação de bens e serviços, tais como: apostilas, pastas, canetas, blocos, crachás, pinceis, papel A4, confecção de banners em lona (1.20X80) com 02 (duas) logomarcas, locação de equipamentos audiovisual, passagens aéreas/diárias/honorários aos palestrantes, monitores e facilitadores, aquisição de livros e/ou assinatura de revistas, inscrição em eventos científicos para divulgação das atividades realizadas e incentivo a publicização de experiências de EPS na Região Oeste e coffee-break;
- o empenhamento, liquidação e pagamento das despesas necessárias ao desenvolvimento do objeto;
- os registros contábeis, a prestação de contas ao CONTRATANTE e a publicidade dos atos no portal de transparência;
- o contato com os integrantes da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES) e com os Secretários Municipais de Saúde sobre as inscrições, a logística de transporte e sobre o local do evento e das refeições;
- a análise e supervisão dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS ENTIDADES PARCEIRAS

4.1 Colaboram com as partes acima qualificadas no projeto de execução das ações de Educação Permanente em Saúde (EPS), a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), a Universidade Central de Educação Faem Faculdades (UCEFF) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC CAMPUS CHAPECÓ).

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 Obriga-se o CONTRATADO:

- abrir uma conta corrente para movimentação dos recursos financeiros destinados às ações da Educação Permanente em Saúde (EPS);
- contratar um estagiário para auxiliar na operacionalização da execução do objeto;
- observar as responsabilidades previstas na Cláusula Terceira do presente instrumento;
- analisar e responder os questionamentos suscitados pelo CONTRATANTE e pelas entidades parceiras;
- comunicar ao CONTRATANTE sempre que houver alterações nas condições firmadas no presente instrumento;



- f) informar ao CONTRATANTE, por meio de comunicação formal (ofício/e-mail/relatório), o custo de cada ação de EPS proposta;
- g) fiscalizar a execução do Contrato de Programa.

#### 5.2 Obriga-se o CONTRATANTE:

- a) avaliar as propostas de projetos de EPS apresentados nas reuniões da CIR Oeste;
- b) indicar e liberar, mediante carta de liberação, os profissionais do município para participar das atividades de EPS em conformidade com a área de atuação;
- c) garantir o transporte dos profissionais até o local de realização das atividades de EPS;
- d) garantir a alimentação dos profissionais nos dias das atividades;
- e) repassar para o CONTRATADO os recursos destinados à execução das ações de EPS, proporcionalmente ao número de profissionais inscritos;
- f) garantir que os profissionais possam replicar as atividades em seu espaço de trabalho;
- g) realizar a avaliação dos profissionais liberados para participação das atividades de EPS conforme demanda da Câmara Técnica da CIES;
- h) realizar avaliação das ações de EPS realizadas anualmente, conforme demanda da Câmara Técnica da CIES.

#### 5.3 Obriga-se a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES):

- a) elaborar propostas e projetos de EPS (Gestão Administrativa e Pedagógica), apresentando-os em reunião ordinária da CIR para análise, discussão e aprovação;
- b) submeter ao CONTRATADO os projetos aprovados pela CIR com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência do início das atividades;
- c) indicar profissionais de referência para o desenvolvimento das atividades;
- d) identificar local e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades;
- e) divulgar as ações propostas para a região, assim como as ações realizadas na região;
- f) dar suporte aos palestrantes/monitores/facilitadores;
- g) distribuir as vagas disponíveis para cada atividade/município;
- h) coordenar as inscrições para cada atividade/município;
- i) providenciar as listas de presença;
- j) definir os materiais a serem utilizados em conformidade com o projeto;
- k) organizar os materiais para as atividades;
- l) enviar os certificados/declarações de participação;
- m) acompanhar e dar suporte as atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO;
- n) alimentar o Observatório de Educação Permanente em Saúde de SC com todas as ações desenvolvidas na região;
- o) providenciar formulário de avaliação das atividades, compilar e divulgar os resultados;
- p) acompanhar o desenvolvimento das atividades/aulas;
- q) apresentar relatório detalhado das atividades desenvolvidas, por ação de EPS, ao CONTRATADO, em até 15 (quinze) dias, contados da realização da capacitação.

#### 5.4 Obrigam-se os Estabelecimentos de Ensino (Universidades e Instituto Federal de Santa Catarina):

- a) submeter os projetos à CIES para o desenvolvimento das ações propostas no PAREPS,
- b) liberar os professores/profissionais do quadro da instituição, gratuitamente, para ministrarem os conteúdos programados pela CIES e aprovados pela CIR;
- c) realizar a gestão pedagógica dos projetos propostos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PÚBLICO ALVO DAS AÇÕES EPS

6.1 São potencialmente participantes das ações de EPS os profissionais da equipe multiprofissional e multidisciplinar dos municípios, definidos pelo Secretário Municipal de Saúde, respeitando o quadrilátero da educação permanente em saúde, assim compreendidos:

- a) profissionais de Saúde: cirurgião-dentista, assistente social; profissional de educação física; farmacêutico; fisioterapeuta; fonoaudiólogo; profissional com formação em arte e educação (arte educador); nutricionista; psicólogo; médico, enfermeiro, terapeuta ocupacional; médico ginecologista/obstetra; médico homeopata; médico pediatra; médico veterinário; médico psiquiatra; médico geriatra; médico internista (clínica médica); médico do trabalho; médico acupunturista; profissional de saúde sanitaria; auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem, auxiliar de laboratório, agente comunitário de saúde, agente de endemias, técnico de vigilância sanitária, técnico de vigilância em saúde, auxiliar de saúde bucal, técnico de saúde bucal;
- b) profissionais de outras áreas: pedagogo e demais docentes, técnico administrativo, telefonista, recepcionista, motorista, gestores e administradores e representantes do controle social.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CURSOS E CARGA HORÁRIA DAS AÇÕES EPS

7.1 Os cursos serão realizados em conformidade com o PAREPS da Região Oeste/SC, apresentando estreita relação com os temas abaixo relacionados:

- a) estratégias para realização e organização de trabalhos em grupo;
- b) práticas integrativas e complementares relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis;
- c) inclusão social dos portadores de deficiências;
- d) diagnóstico precoce das deficiências através das análises comportamentais;
- e) na área de saúde mental - instrumentalização de equipe multiprofissional para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos usuários com transtornos mentais incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras drogas;
- f) na área de urgência e emergência - instrumentalização de equipe multiprofissional da Atenção Básica e dos Hospitais de pequeno porte para o manejo de usuários com alterações cardiovasculares, neurológicas, oncológicas, politraumas, distúrbios psiquiátricos, acidentes com animais peçonhentos, entre outros;
- g) elaboração, implantação, capacitação e implementação de protocolos assistenciais, tanto para equipes de Atenção Básica como para Hospitais de pequeno porte;
- h) na área de saúde da mulher - instrumentalização de equipe multiprofissional para a qualificação do pré-natal na Atenção Básica, com foco

na prevenção de agravos, tratamentos com práticas integrativas e complementares, preparação para o parto e acompanhamento puerperal e do recém-nascido em conformidade com as normativas da rede cegonha. Assim como momentos de qualificação para as equipes dos hospitais de pequeno porte, na lógica de qualificar a atenção ao parto e puerpério imediato;

- i) estratégias para trabalhar o planejamento sexual e reprodutivo;
- j) qualificação para utilização dos Sistemas de Informação em Saúde;
- k) estratégias de integração entre vigilância em saúde e atenção básica; e
- l) oficinas de desenvolvimento humano.

7.2 A carga horária mínima de cada atividade será de 16 horas.

7.3 Poderão ser incluídas novas demandas de atualização e/ou capacitação em conformidade com a realização da revisão do PAREPS.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DE BENS E DE PESSOAL

8.1 Fica estabelecido que poderá o CONTRATANTE transferir bens e pessoal para o CONTRATADO, afim de dar execução aos serviços objeto do presente Contrato de Programa.

8.2 As despesas do pessoal transferido ficam por conta do CONTRATANTE.

8.3 Os bens transferidos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO serão revertidos por ocasião da rescisão ou no término da vigência do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO DE PROGRAMA

9.1 O presente Contrato de Programa vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até pelo tempo necessário à conclusão do Plano Regional de Educação Permanente em Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1 O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente para regularizar a pendência em até 30 (trinta) dias, sob pena de ser excluído do Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato de Programa obriga a parte que deu causa a pagar, a outra, o equivalente ao percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 O presente Contrato de Programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações respeitantes à execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 dias, respeitando as metas em curso constante no Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização do presente Contrato de Programa é de responsabilidade dos Controladores Internos das partes contratantes, com a incumbência de exercerem o amplo controle e irrestrita fiscalização sobre a execução contratual.

13.2 Compete aos Fiscais do Contrato de Programa, dentre outras atribuições:

- a) solicitar ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato de Programa, anexando aos autos do processo correspondente os documentos escritos que comprovem as solicitações de providências;
- b) elaborar relatório das ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato de Programa, notificando e advertindo a parte interessada de tudo o que for constatado;
- c) encaminhar relatório circunstanciado ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS para que tomem as medidas legais cabíveis, sob pena de comunicação dos fatos aos órgãos de controle externo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A comunicação entre as partes integrantes deste Contrato de Programa deverá ser sempre por escrito.

14.2 As partes contratantes se obrigam a cumprir fielmente as condições pactuadas no presente Contrato de Programa.

14.3 O Presidente e o Diretor do CONTRATADO não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato de Programa, salvo se praticarem atos em desconformidade com a lei e com as disposições do presente instrumento.

14.4 Os casos omissos serão resolvidos à luz do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Para dirimir e julgar as questões decorrentes da execução deste Contrato de Programa, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato de Programa, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Chapecó, 01 de outubro de 2019.

CIS-AMOSC	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
NÉVIO ANTONIO MORTARI	LEONIR ANTÔNIO HENTGES

**CONTRATO DE PROGRAMA 03/2019**

Publicação Nº 2215231

**CONTRATO DE PROGRAMA Nº 3/2019**

Contrato de Programa celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC e o Município de ARVOREDO/SC.

Pelo presente instrumento de Contrato de Programa, de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, residente e domiciliado na cidade de Paial, Estado de Santa Catarina, a seguir denominado de CONTRATADO, e, de outro, o MUNICÍPIO DE ARVOREDO, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.247/0001-00, com sede na Rua do Comércio, 183, Centro, representado pela Prefeita Municipal, Senhora JANETE PARAVISI BIANCHIN, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 798.515.849-91, doravante denominado CONTRATANTE, pactuam, entre si, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO DE PROGRAMA**

1.1 O presente Contrato de Programa tem por objetivo a execução administrativa e financeira das ações que integram a Educação Permanente em Saúde (EPS), priorizadas no Plano de Ações Regional para a Educação Permanente em Saúde (PAREPS da Região Oeste de Santa Catarina), com o apoio operacional da Câmara Técnica da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES OESTE) e com a gestão pedagógica dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades/Estabelecimentos de Ensino com sedes na Região Oeste de Santa Catarina.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE**

2.1 O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor de R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REIAS), em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da assinatura do presente instrumento.

2.2 O valor do repasse será depositado em conta corrente do CONTRATADO, aberta exclusivamente para a movimentação e controle dos recursos financeiros destinados a consecução do objeto do presente Contrato de Programa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 O CONTRATADO será responsável pela execução administrativa, financeira e pela supervisão operacional das capacitações que serão realizadas por intermédio do presente Contrato de Programa, compreendendo:

- a) as ações de orçamentação, aquisição e contratação de bens e serviços, tais como: apostilas, pastas, canetas, blocos, crachás, pinceis, papel A4, confecção de banners em lona (1.20X80) com 02 (duas) logomarcas, locação de equipamentos audiovisual, passagens aéreas/diárias/honorários aos palestrantes, monitores e facilitadores, aquisição de livros e/ou assinatura de revistas, inscrição em eventos científicos para divulgação das atividades realizadas e incentivo a publicização de experiências de EPS na Região Oeste e coffee-break;
- b) o empenhamento, liquidação e pagamento das despesas necessárias ao desenvolvimento do objeto;
- c) os registros contábeis, a prestação de contas ao CONTRATANTE e a publicidade dos atos no portal de transparência;
- d) o contato com os integrantes da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES) e com os Secretários Municipais de Saúde sobre as inscrições, a logística de transporte e sobre o local do evento e das refeições;
- e) a análise e supervisão dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS ENTIDADES PARCEIRAS**

4.1 Colaboram com as partes acima qualificadas no projeto de execução das ações de Educação Permanente em Saúde (EPS), a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), a Universidade Central de Educação Faem Faculdades (UCEFF) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC CAMPUS CHAPECÓ).

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1 Obriga-se o CONTRATADO:**

- a) abrir uma conta corrente para movimentação dos recursos financeiros destinados às ações da Educação Permanente em Saúde (EPS);
- b) contratar um estagiário para auxiliar na operacionalização da execução do objeto;
- c) observar as responsabilidades previstas na Cláusula Terceira do presente instrumento;
- d) analisar e responder os questionamentos suscitados pelo CONTRATANTE e pelas entidades parceiras;
- e) comunicar ao CONTRATANTE sempre que houver alterações nas condições firmadas no presente instrumento;
- f) informar ao CONTRATANTE, por meio de comunicação formal (ofício/e-mail/relatório), o custo de cada ação de EPS proposta;
- g) fiscalizar a execução do Contrato de Programa.

**5.2 Obriga-se o CONTRATANTE:**

- a) avaliar as propostas de projetos de EPS apresentados nas reuniões da CIR Oeste;
- b) indicar e liberar, mediante carta de liberação, os profissionais do município para participar das atividades de EPS em conformidade com a área de atuação;
- c) garantir o transporte dos profissionais até o local de realização das atividades de EPS;
- d) garantir a alimentação dos profissionais nos dias das atividades;
- e) repassar para o CONTRATADO os recursos destinados à execução das ações de EPS, proporcionalmente ao número de profissionais inscritos;
- f) garantir que os profissionais possam replicar as atividades em seu espaço de trabalho;

- g) realizar a avaliação dos profissionais liberados para participação das atividades de EPS conforme demanda da Câmara Técnica da CIES;
- h) realizar avaliação das ações de EPS realizadas anualmente, conforme demanda da Câmara Técnica da CIES.

### 5.3 Obriga-se a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES):

- a) elaborar propostas e projetos de EPS (Gestão Administrativa e Pedagógica), apresentando-os em reunião ordinária da CIR para análise, discussão e aprovação;
- b) submeter ao CONTRATADO os projetos aprovados pela CIR com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência do início das atividades;
- c) indicar profissionais de referência para o desenvolvimento das atividades;
- d) identificar local e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades;
- e) divulgar as ações propostas para a região, assim como as ações realizadas na região;
- f) dar suporte aos palestrantes/monitores/facilitadores;
- g) distribuir as vagas disponíveis para cada atividade/município;
- h) coordenar as inscrições para cada atividade/município;
- i) providenciar as listas de presença;
- j) definir os materiais a serem utilizados em conformidade com o projeto;
- k) organizar os materiais para as atividades;
- l) enviar os certificados/declarações de participação;
- m) acompanhar e dar suporte as atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO;
- n) alimentar o Observatório de Educação Permanente em Saúde de SC com todas as ações desenvolvidas na região;
- o) providenciar formulário de avaliação das atividades, compilar e divulgar os resultados;
- p) acompanhar o desenvolvimento das atividades/aulas;
- q) apresentar relatório detalhado das atividades desenvolvidas, por ação de EPS, ao CONTRATADO, em até 15 (quinze) dias, contados da realização da capacitação.

### 5.4 Obrigam-se os Estabelecimentos de Ensino (Universidades e Instituto Federal de Santa Catarina):

- a) submeter os projetos à CIES para o desenvolvimento das ações propostas no PAREPS,
- b) liberar os professores/profissionais do quadro da instituição, gratuitamente, para ministrarem os conteúdos programados pela CIES e aprovados pela CIR;
- c) realizar a gestão pedagógica dos projetos propostos.

## CLÁUSULA SEXTA – DO PÚBLICO ALVO DAS AÇÕES EPS

6.1 São potencialmente participantes das ações de EPS os profissionais da equipe multiprofissional e multidisciplinar dos municípios, definidos pelo Secretário Municipal de Saúde, respeitando o quadrilátero da educação permanente em saúde, assim compreendidos:

- a) profissionais de Saúde: cirurgião-dentista, assistente social; profissional de educação física; farmacêutico; fisioterapeuta; fonoaudiólogo; profissional com formação em arte e educação (arte educador); nutricionista; psicólogo; médico, enfermeiro, terapeuta ocupacional; médico ginecologista/obstetra; médico homeopata; médico pediatra; médico veterinário; médico psiquiatra; médico geriatra; médico internista (clínica médica); médico do trabalho; médico acupunturista; profissional de saúde sanitaria; auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem, auxiliar de laboratório, agente comunitário de saúde, agente de endemias, técnico de vigilância sanitária, técnico de vigilância em saúde, auxiliar de saúde bucal, técnico de saúde bucal;
- b) profissionais de outras áreas: pedagogo e demais docentes, técnico administrativo, telefonista, recepcionista, motorista, gestores e administradores e representantes do controle social.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CURSOS E CARGA HORÁRIA DAS AÇÕES EPS

7.1 Os cursos serão realizados em conformidade com o PAREPS da Região Oeste/SC, apresentando estreita relação com os temas abaixo relacionados:

- a) estratégias para realização e organização de trabalhos em grupo;
- b) práticas integrativas e complementares relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis;
- c) inclusão social dos portadores de deficiências;
- d) diagnóstico precoce das deficiências através das análises comportamentais;
- e) na área de saúde mental - instrumentalização de equipe multiprofissional para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos usuários com transtornos mentais incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras drogas;
- f) na área de urgência e emergência - instrumentalização de equipe multiprofissional da Atenção Básica e dos Hospitais de pequeno porte para o manejo de usuários com alterações cardiovasculares, neurológicas, oncológicas, politraumas, distúrbios psiquiátricos, acidentes com animais peçonhentos, entre outros;
- g) elaboração, implantação, capacitação e implementação de protocolos assistenciais, tanto para equipes de Atenção Básica como para Hospitais de pequeno porte;
- h) na área de saúde da mulher - instrumentalização de equipe multiprofissional para a qualificação do pré-natal na Atenção Básica, com foco na prevenção de agravos, tratamentos com práticas integrativas e complementares, preparação para o parto e acompanhamento puerperal e do recém-nascido em conformidade com as normativas da rede cegonha. Assim como momentos de qualificação para as equipes dos hospitais de pequeno porte, na lógica de qualificar a atenção ao parto e puerpério imediato;
- i) estratégias para trabalhar o planejamento sexual e reprodutivo;
- j) qualificação para utilização dos Sistemas de Informação em Saúde;
- k) estratégias de integração entre vigilância em saúde e atenção básica; e
- l) oficinas de desenvolvimento humano.

7.2 A carga horária mínima de cada atividade será de 16 horas.

7.3 Poderão ser incluídas novas demandas de atualização e/ou capacitação em conformidade com a realização da revisão do PAREPS.

## CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DE BENS E DE PESSOAL

8.1 Fica estabelecido que poderá o CONTRATANTE transferir bens e pessoal para o CONTRATADO, afim de dar execução aos serviços objeto



do presente Contrato de Programa.

8.2 As despesas do pessoal transferido ficam por conta do CONTRATANTE.

8.3 Os bens transferidos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO serão revertidos por ocasião da rescisão ou no término da vigência do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO DE PROGRAMA

9.1 O presente Contrato de Programa vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até pelo tempo necessário à conclusão do Plano Regional de Educação Permanente em Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1 O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente para regularizar a pendência em até 30 (trinta) dias, sob pena de ser excluído do Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato de Programa obriga a parte que deu causa a pagar, a outra, o equivalente ao percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 O presente Contrato de Programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações respeitantes à execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 dias, respeitando as metas em curso constante no Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização do presente Contrato de Programa é de responsabilidade dos Controladores Internos das partes contratantes, com a incumbência de exercerem o amplo controle e irrestrita fiscalização sobre a execução contratual.

13.2 Compete aos Fiscais do Contrato de Programa, dentre outras atribuições:

- a) solicitar ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato de Programa, anexando aos autos do processo correspondente os documentos escritos que comprovem as solicitações de providências;
- b) elaborar relatório das ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato de Programa, notificando e advertindo a parte interessada de tudo o que for constatado;
- c) encaminhar relatório circunstanciado ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS para que tomem as medidas legais cabíveis, sob pena de comunicação dos fatos aos órgãos de controle externo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A comunicação entre as partes integrantes deste Contrato de Programa deverá ser sempre por escrito.

14.2 As partes contratantes se obrigam a cumprir fielmente as condições pactuadas no presente Contrato de Programa.

14.3 O Presidente e o Diretor do CONTRATADO não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato de Programa, salvo se praticarem atos em desconformidade com a lei e com as disposições do presente instrumento.

14.4 Os casos omissos serão resolvidos à luz do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Para dirimir e julgar as questões decorrentes da execução deste Contrato de Programa, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato de Programa, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Chapecó, 01 de outubro de 2019.

CIS-AMOSC	MUNICÍPIO DE ARVOREDO
NÉVIO ANTONIO MORTARI	JANETE PARAVISI BIANCHIN

### CONTRATO DE PROGRAMA 08/2019

Publicação Nº 2215235

#### CONTRATO DE PROGRAMA Nº 8/2019

Contrato de Programa celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC e o Município de GUATAMBU/SC.

Pelo presente instrumento de Contrato de Programa, de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, residente

e domiciliado na cidade de Paial, Estado de Santa Catarina, a seguir denominado de CONTRATADO, e, de outro, o MUNICÍPIO DE GUATAMBU, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.206/0001-12, com sede na Rua Índio Condá, 55, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 543.458.399-04, doravante denominado CONTRATANTE, pactuam, entre si, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO DE PROGRAMA

1.1 O presente Contrato de Programa tem por objetivo a execução administrativa e financeira das ações que integram a Educação Permanente em Saúde (EPS), priorizadas no Plano de Ações Regional para a Educação Permanente em Saúde (PAREPS da Região Oeste de Santa Catarina), com o apoio operacional da Câmara Técnica da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES OESTE) e com a gestão pedagógica dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades/Estabelecimentos de Ensino com sedes na Região Oeste de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor de R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REIAS), em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da assinatura do presente instrumento.

2.2 O valor do repasse será depositado em conta corrente do CONTRATADO, aberta exclusivamente para a movimentação e controle dos recursos financeiros destinados a consecução do objeto do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O CONTRATADO será responsável pela execução administrativa, financeira e pela supervisão operacional das capacitações que serão realizadas por intermédio do presente Contrato de Programa, compreendendo:

- a) as ações de orçamentação, aquisição e contratação de bens e serviços, tais como: apostilas, pastas, canetas, blocos, crachás, pinceis, papel A4, confecção de banners em lona (1.20X80) com 02 (duas) logomarcas, locação de equipamentos audiovisual, passagens aéreas/diárias/honorários aos palestrantes, monitores e facilitadores, aquisição de livros e/ou assinatura de revistas, inscrição em eventos científicos para divulgação das atividades realizadas e incentivo a publicização de experiências de EPS na Região Oeste e coffee-break;
- b) o empenhamento, liquidação e pagamento das despesas necessárias ao desenvolvimento do objeto;
- c) os registros contábeis, a prestação de contas ao CONTRATANTE e a publicidade dos atos no portal de transparência;
- d) o contato com os integrantes da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES) e com os Secretários Municipais de Saúde sobre as inscrições, a logística de transporte e sobre o local do evento e das refeições;
- e) a análise e supervisão dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS ENTIDADES PARCEIRAS

4.1 Colaboram com as partes acima qualificadas no projeto de execução das ações de Educação Permanente em Saúde (EPS), a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), a Universidade Central de Educação Faem Faculdades (UCEFF) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC CAMPUS CHAPECÓ).

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5.1 Obriga-se o CONTRATADO:

- a) abrir uma conta corrente para movimentação dos recursos financeiros destinados às ações da Educação Permanente em Saúde (EPS);
- b) contratar um estagiário para auxiliar na operacionalização da execução do objeto;
- c) observar as responsabilidades previstas na Cláusula Terceira do presente instrumento;
- d) analisar e responder os questionamentos suscitados pelo CONTRATANTE e pelas entidades parceiras;
- e) comunicar ao CONTRATANTE sempre que houver alterações nas condições firmadas no presente instrumento;
- f) informar ao CONTRATANTE, por meio de comunicação formal (ofício/e-mail/relatório), o custo de cada ação de EPS proposta;
- g) fiscalizar a execução do Contrato de Programa.

##### 5.2 Obriga-se o CONTRATANTE:

- a) avaliar as propostas de projetos de EPS apresentados nas reuniões da CIR Oeste;
- b) indicar e liberar, mediante carta de liberação, os profissionais do município para participar das atividades de EPS em conformidade com a área de atuação;
- c) garantir o transporte dos profissionais até o local de realização das atividades de EPS;
- d) garantir a alimentação dos profissionais nos dias das atividades;
- e) repassar para o CONTRATADO os recursos destinados à execução das ações de EPS, proporcionalmente ao número de profissionais inscritos;
- f) garantir que os profissionais possam replicar as atividades em seu espaço de trabalho;
- g) realizar a avaliação dos profissionais liberados para participação das atividades de EPS conforme demanda da Câmara Técnica da CIES;
- h) realizar avaliação das ações de EPS realizadas anualmente, conforme demanda da Câmara Técnica da CIES.

##### 5.3 Obriga-se a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES):

- a) elaborar propostas e projetos de EPS (Gestão Administrativa e Pedagógica), apresentando-os em reunião ordinária da CIR para análise, discussão e aprovação;
- b) submeter ao CONTRATADO os projetos aprovados pela CIR com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência do início das atividades;
- c) indicar profissionais de referência para o desenvolvimento das atividades;
- d) identificar local e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades;
- e) divulgar as ações propostas para a região, assim como as ações realizadas na região;
- f) dar suporte aos palestrantes/monitores/facilitadores;
- g) distribuir as vagas disponíveis para cada atividade/município;
- h) coordenar as inscrições para cada atividade/município;

- i) providenciar as listas de presença;
- j) definir os materiais a serem utilizados em conformidade com o projeto;
- k) organizar os materiais para as atividades;
- l) enviar os certificados/declarações de participação;
- m) acompanhar e dar suporte as atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO;
- n) alimentar o Observatório de Educação Permanente em Saúde de SC com todas as ações desenvolvidas na região;
- o) providenciar formulário de avaliação das atividades, compilar e divulgar os resultados;
- p) acompanhar o desenvolvimento das atividades/aulas;
- q) apresentar relatório detalhado das atividades desenvolvidas, por ação de EPS, ao CONTRATADO, em até 15 (quinze) dias, contados da realização da capacitação.

5.4 Obrigam-se os Estabelecimentos de Ensino (Universidades e Instituto Federal de Santa Catarina):

- a) submeter os projetos à CIES para o desenvolvimento das ações propostas no PAREPS,
- b) liberar os professores/profissionais do quadro da instituição, gratuitamente, para ministrarem os conteúdos programados pela CIES e aprovados pela CIR;
- c) realizar a gestão pedagógica dos projetos propostos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PÚBLICO ALVO DAS AÇÕES EPS

6.1 São potencialmente participantes das ações de EPS os profissionais da equipe multiprofissional e multidisciplinar dos municípios, definidos pelo Secretário Municipal de Saúde, respeitando o quadrilátero da educação permanente em saúde, assim compreendidos:

- a) profissionais de Saúde: cirurgião-dentista, assistente social; profissional de educação física; farmacêutico; fisioterapeuta; fonoaudiólogo; profissional com formação em arte e educação (arte educador); nutricionista; psicólogo; médico, enfermeiro, terapeuta ocupacional; médico ginecologista/obstetra; médico homeopata; médico pediatra; médico veterinário; médico psiquiatra; médico geriatra; médico internista (clínica médica); médico do trabalho; médico acupunturista; profissional de saúde sanitária; auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem, auxiliar de laboratório, agente comunitário de saúde, agente de endemias, técnico de vigilância sanitária, técnico de vigilância em saúde, auxiliar de saúde bucal, técnico de saúde bucal;
- b) profissionais de outras áreas: pedagogo e demais docentes, técnico administrativo, telefonista, recepcionista, motorista, gestores e administradores e representantes do controle social.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CURSOS E CARGA HORÁRIA DAS AÇÕES EPS

7.1 Os cursos serão realizados em conformidade com o PAREPS da Região Oeste/SC, apresentando estreita relação com os temas abaixo relacionados:

- a) estratégias para realização e organização de trabalhos em grupo;
- b) práticas integrativas e complementares relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis;
- c) inclusão social dos portadores de deficiências;
- d) diagnóstico precoce das deficiências através das análises comportamentais;
- e) na área de saúde mental - instrumentalização de equipe multiprofissional para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos usuários com transtornos mentais incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras drogas;
- f) na área de urgência e emergência - instrumentalização de equipe multiprofissional da Atenção Básica e dos Hospitais de pequeno porte para o manejo de usuários com alterações cardiovasculares, neurológicas, oncológicas, politraumas, distúrbios psiquiátricos, acidentes com animais peçonhentos, entre outros;
- g) elaboração, implantação, capacitação e implementação de protocolos assistenciais, tanto para equipes de Atenção Básica como para Hospitais de pequeno porte;
- h) na área de saúde da mulher - instrumentalização de equipe multiprofissional para a qualificação do pré-natal na Atenção Básica, com foco na prevenção de agravos, tratamentos com práticas integrativas e complementares, preparação para o parto e acompanhamento puerperal e do recém-nascido em conformidade com as normativas da rede cegonha. Assim como momentos de qualificação para as equipes dos hospitais de pequeno porte, na lógica de qualificar a atenção ao parto e puerpério imediato;
- i) estratégias para trabalhar o planejamento sexual e reprodutivo;
- j) qualificação para utilização dos Sistemas de Informação em Saúde;
- k) estratégias de integração entre vigilância em saúde e atenção básica; e
- l) oficinas de desenvolvimento humano.

7.2 A carga horária mínima de cada atividade será de 16 horas.

7.3 Poderão ser incluídas novas demandas de atualização e/ou capacitação em conformidade com a realização da revisão do PAREPS.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DE BENS E DE PESSOAL

8.1 Fica estabelecido que poderá o CONTRATANTE transferir bens e pessoal para o CONTRATADO, afim de dar execução aos serviços objeto do presente Contrato de Programa.

8.2 As despesas do pessoal transferido ficam por conta do CONTRATANTE.

8.3 Os bens transferidos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO serão revertidos por ocasião da rescisão ou no término da vigência do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO DE PROGRAMA

9.1 O presente Contrato de Programa vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até pelo tempo necessário à conclusão do Plano Regional de Educação Permanente em Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1 O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente para regularizar a pendência em até 30 (trinta) dias, sob pena de ser excluído do Contrato de Programa.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES**

11.1 O descumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato de Programa obriga a parte que deu causa a pagar, a outra, o equivalente ao percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

12.1 O presente Contrato de Programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações respeitantes à execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 dias, respeitando as metas em curso constante no Contrato de Programa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

13.1 A fiscalização do presente Contrato de Programa é de responsabilidade dos Controladores Internos das partes contratantes, com a incumbência de exercerem o amplo controle e irrestrita fiscalização sobre a execução contratual.

13.2 Compete aos Fiscais do Contrato de Programa, dentre outras atribuições:

- a) solicitar ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato de Programa, anexando aos autos do processo correspondente os documentos escritos que comprovem as solicitações de providências;
- b) elaborar relatório das ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato de Programa, notificando e advertindo a parte interessada de tudo o que for constatado;
- c) encaminhar relatório circunstanciado ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS para que tomem as medidas legais cabíveis, sob pena de comunicação dos fatos aos órgãos de controle externo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 A comunicação entre as partes integrantes deste Contrato de Programa deverá ser sempre por escrito.

14.2 As partes contratantes se obrigam a cumprir fielmente as condições pactuadas no presente Contrato de Programa.

14.3 O Presidente e o Diretor do CONTRATADO não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato de Programa, salvo se praticarem atos em desconformidade com a lei e com as disposições do presente instrumento.

14.4 Os casos omissos serão resolvidos à luz do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 Para dirimir e julgar as questões decorrentes da execução deste Contrato de Programa, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato de Programa, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Chapecó, 01 de outubro de 2019.

CIS-AMOSC	MUNICÍPIO DE GUATAMBU
NÉVIO ANTONIO MORTARI	LUIZ CLÓVIS DAL PIVA

**CONTRATO DE PROGRAMA 10/2019**

Publicação Nº 2215237

**CONTRATO DE PROGRAMA Nº 10/2019**

Contrato de Programa celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC e o Município de JARDINOPOLIS/SC.

Pelo presente instrumento de Contrato de Programa, de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, residente e domiciliado na cidade de Paial, Estado de Santa Catarina, a seguir denominado de CONTRATADO, e, de outro, o MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, inscrito no CNPJ sob o nº 80.637.457/0001-40, com sede na Av. Getúlio Vargas, 815, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor DORILDO PEGORINI, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 833.850.379-72, doravante denominado CONTRATANTE, pactuam, entre si, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO DE PROGRAMA**

1.1 O presente Contrato de Programa tem por objetivo a execução administrativa e financeira das ações que integram a Educação Permanente em Saúde (EPS), priorizadas no Plano de Ações Regional para a Educação Permanente em Saúde (PAREPS da Região Oeste de Santa Catarina), com o apoio operacional da Câmara Técnica da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES OESTE) e com a gestão pedagógica dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades/Estabelecimentos de Ensino com sedes na Região Oeste de Santa Catarina.



**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE**

2.1 O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor de R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REIAS), em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da assinatura do presente instrumento.

2.2 O valor do repasse será depositado em conta corrente do CONTRATADO, aberta exclusivamente para a movimentação e controle dos recursos financeiros destinados a consecução do objeto do presente Contrato de Programa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 O CONTRATADO será responsável pela execução administrativa, financeira e pela supervisão operacional das capacitações que serão realizadas por intermédio do presente Contrato de Programa, compreendendo:

- a) as ações de orçamentação, aquisição e contratação de bens e serviços, tais como: apostilas, pastas, canetas, blocos, crachás, pinceis, papel A4, confecção de banners em lona (1.20X80) com 02 (duas) logomarcas, locação de equipamentos audiovisual, passagens aéreas/diárias/honorários aos palestrantes, monitores e facilitadores, aquisição de livros e/ou assinatura de revistas, inscrição em eventos científicos para divulgação das atividades realizadas e incentivo a publicação de experiências de EPS na Região Oeste e coffee-break;
- b) o empenhamento, liquidação e pagamento das despesas necessárias ao desenvolvimento do objeto;
- c) os registros contábeis, a prestação de contas ao CONTRATANTE e a publicidade dos atos no portal de transparência;
- d) o contato com os integrantes da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES) e com os Secretários Municipais de Saúde sobre as inscrições, a logística de transporte e sobre o local do evento e das refeições;
- e) a análise e supervisão dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS ENTIDADES PARCEIRAS**

4.1 Colaboram com as partes acima qualificadas no projeto de execução das ações de Educação Permanente em Saúde (EPS), a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), a Universidade Central de Educação Faem Faculdades (UCEFF) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC CAMPUS CHAPECÓ).

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1 Obriga-se o CONTRATADO:**

- a) abrir uma conta corrente para movimentação dos recursos financeiros destinados às ações da Educação Permanente em Saúde (EPS);
- b) contratar um estagiário para auxiliar na operacionalização da execução do objeto;
- c) observar as responsabilidades previstas na Cláusula Terceira do presente instrumento;
- d) analisar e responder os questionamentos suscitados pelo CONTRATANTE e pelas entidades parceiras;
- e) comunicar ao CONTRATANTE sempre que houver alterações nas condições firmadas no presente instrumento;
- f) informar ao CONTRATANTE, por meio de comunicação formal (ofício/e-mail/relatório), o custo de cada ação de EPS proposta;
- g) fiscalizar a execução do Contrato de Programa.

**5.2 Obriga-se o CONTRATANTE:**

- a) avaliar as propostas de projetos de EPS apresentados nas reuniões da CIR Oeste;
- b) indicar e liberar, mediante carta de liberação, os profissionais do município para participar das atividades de EPS em conformidade com a área de atuação;
- c) garantir o transporte dos profissionais até o local de realização das atividades de EPS;
- d) garantir a alimentação dos profissionais nos dias das atividades;
- e) repassar para o CONTRATADO os recursos destinados à execução das ações de EPS, proporcionalmente ao número de profissionais inscritos;
- f) garantir que os profissionais possam replicar as atividades em seu espaço de trabalho;
- g) realizar a avaliação dos profissionais liberados para participação das atividades de EPS conforme demanda da Câmara Técnica da CIES;
- h) realizar avaliação das ações de EPS realizadas anualmente, conforme demanda da Câmara Técnica da CIES.

**5.3 Obriga-se a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES):**

- a) elaborar propostas e projetos de EPS (Gestão Administrativa e Pedagógica), apresentando-os em reunião ordinária da CIR para análise, discussão e aprovação;
- b) submeter ao CONTRATADO os projetos aprovados pela CIR com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência do início das atividades;
- c) indicar profissionais de referência para o desenvolvimento das atividades;
- d) identificar local e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades;
- e) divulgar as ações propostas para a região, assim como as ações realizadas na região;
- f) dar suporte aos palestrantes/monitores/facilitadores;
- g) distribuir as vagas disponíveis para cada atividade/município;
- h) coordenar as inscrições para cada atividade/município;
- i) providenciar as listas de presença;
- j) definir os materiais a serem utilizados em conformidade com o projeto;
- k) organizar os materiais para as atividades;
- l) enviar os certificados/declarações de participação;
- m) acompanhar e dar suporte as atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO;
- n) alimentar o Observatório de Educação Permanente em Saúde de SC com todas as ações desenvolvidas na região;
- o) providenciar formulário de avaliação das atividades, compilar e divulgar os resultados;
- p) acompanhar o desenvolvimento das atividades/aulas;
- q) apresentar relatório detalhado das atividades desenvolvidas, por ação de EPS, ao CONTRATADO, em até 15 (quinze) dias, contados da realização da capacitação.

**5.4 Obrigam-se os Estabelecimentos de Ensino (Universidades e Instituto Federal de Santa Catarina):**

- a) submeter os projetos à CIES para o desenvolvimento das ações propostas no PAREPS,
- b) liberar os professores/profissionais do quadro da instituição, gratuitamente, para ministrarem os conteúdos programados pela CIES e aprovados pela CIR;
- c) realizar a gestão pedagógica dos projetos propostos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PÚBLICO ALVO DAS AÇÕES EPS

6.1 São potencialmente participantes das ações de EPS os profissionais da equipe multiprofissional e multidisciplinar dos municípios, definidos pelo Secretário Municipal de Saúde, respeitando o quadrilátero da educação permanente em saúde, assim compreendidos:

- a) profissionais de Saúde: cirurgião-dentista, assistente social; profissional de educação física; farmacêutico; fisioterapeuta; fonoaudiólogo; profissional com formação em arte e educação (arte educador); nutricionista; psicólogo; médico, enfermeiro, terapeuta ocupacional; médico ginecologista/obstetra; médico homeopata; médico pediatra; médico veterinário; médico psiquiatra; médico geriatra; médico internista (clínica médica); médico do trabalho; médico acupunturista; profissional de saúde sanitária; auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem, auxiliar de laboratório, agente comunitário de saúde, agente de endemias, técnico de vigilância sanitária, técnico de vigilância em saúde, auxiliar de saúde bucal, técnico de saúde bucal;
- b) profissionais de outras áreas: pedagogo e demais docentes, técnico administrativo, telefonista, recepcionista, motorista, gestores e administradores e representantes do controle social.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CURSOS E CARGA HORÁRIA DAS AÇÕES EPS

7.1 Os cursos serão realizados em conformidade com o PAREPS da Região Oeste/SC, apresentando estreita relação com os temas abaixo relacionados:

- a) estratégias para realização e organização de trabalhos em grupo;
- b) práticas integrativas e complementares relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis;
- c) inclusão social dos portadores de deficiências;
- d) diagnóstico precoce das deficiências através das análises comportamentais;
- e) na área de saúde mental - instrumentalização de equipe multiprofissional para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos usuários com transtornos mentais incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras drogas;
- f) na área de urgência e emergência - instrumentalização de equipe multiprofissional da Atenção Básica e dos Hospitais de pequeno porte para o manejo de usuários com alterações cardiovasculares, neurológicas, oncológicas, politraumas, distúrbios psiquiátricos, acidentes com animais peçonhentos, entre outros;
- g) elaboração, implantação, capacitação e implementação de protocolos assistenciais, tanto para equipes de Atenção Básica como para Hospitais de pequeno porte;
- h) na área de saúde da mulher - instrumentalização de equipe multiprofissional para a qualificação do pré-natal na Atenção Básica, com foco na prevenção de agravos, tratamentos com práticas integrativas e complementares, preparação para o parto e acompanhamento puerperal e do recém-nascido em conformidade com as normativas da rede cegonha. Assim como momentos de qualificação para as equipes dos hospitais de pequeno porte, na lógica de qualificar a atenção ao parto e puerpério imediato;
- i) estratégias para trabalhar o planejamento sexual e reprodutivo;
- j) qualificação para utilização dos Sistemas de Informação em Saúde;
- k) estratégias de integração entre vigilância em saúde e atenção básica; e
- l) oficinas de desenvolvimento humano.

7.2 A carga horária mínima de cada atividade será de 16 horas.

7.3 Poderão ser incluídas novas demandas de atualização e/ou capacitação em conformidade com a realização da revisão do PAREPS.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DE BENS E DE PESSOAL

8.1 Fica estabelecido que poderá o CONTRATANTE transferir bens e pessoal para o CONTRATADO, afim de dar execução aos serviços objeto do presente Contrato de Programa.

8.2 As despesas do pessoal transferido ficam por conta do CONTRATANTE.

8.3 Os bens transferidos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO serão revertidos por ocasião da rescisão ou no término da vigência do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO DE PROGRAMA

9.1 O presente Contrato de Programa vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até pelo tempo necessário à conclusão do Plano Regional de Educação Permanente em Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1 O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente para regularizar a pendência em até 30 (trinta) dias, sob pena de ser excluído do Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato de Programa obriga a parte que deu causa a pagar, a outra, o equivalente ao percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 O presente Contrato de Programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações respeitantes à execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 dias, respeitando as metas em curso constante no Contrato de Programa.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

13.1 A fiscalização do presente Contrato de Programa é de responsabilidade dos Controladores Internos das partes contratantes, com a incumbência de exercerem o amplo controle e irrestrita fiscalização sobre a execução contratual.

13.2 Compete aos Fiscais do Contrato de Programa, dentre outras atribuições:

- a) solicitar ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato de Programa, anexando aos autos do processo correspondente os documentos escritos que comprovem as solicitações de providências;
- b) elaborar relatório das ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato de Programa, notificando e advertindo a parte interessada de tudo o que for constatado;
- c) encaminhar relatório circunstanciado ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS para que tomem as medidas legais cabíveis, sob pena de comunicação dos fatos aos órgãos de controle externo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 A comunicação entre as partes integrantes deste Contrato de Programa deverá ser sempre por escrito.

14.2 As partes contratantes se obrigam a cumprir fielmente as condições pactuadas no presente Contrato de Programa.

14.3 O Presidente e o Diretor do CONTRATADO não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato de Programa, salvo se praticarem atos em desconformidade com a lei e com as disposições do presente instrumento.

14.4 Os casos omissos serão resolvidos à luz do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15.1 Para dirimir e julgar as questões decorrentes da execução deste Contrato de Programa, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato de Programa, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Chapecó, 01 de outubro de 2019.

CIS-AMOSC	MUNICÍPIO DE JARDINOPOLIS
NÉVIO ANTONIO MORTARI	DORILDO PEGORINI

**CONTRATO DE PROGRAMA 11/2019**

Publicação Nº 2215240

**CONTRATO DE PROGRAMA Nº 11/2019**

Contrato de Programa celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC e o Município de NOVA ERECHIM/SC.

Pelo presente instrumento de Contrato de Programa, de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, residente e domiciliado na cidade de Paial, Estado de Santa Catarina, a seguir denominado de CONTRATADO, e, de outro, o MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.840/0001-68, com sede na Av. Francisco Fernandino Losina, 139, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor RAMIREZ TAPIA, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 690.950.609-00, doravante denominado CONTRATANTE, pactuam, entre si, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO DE PROGRAMA**

1.1 O presente Contrato de Programa tem por objetivo a execução administrativa e financeira das ações que integram a Educação Permanente em Saúde (EPS), priorizadas no Plano de Ações Regional para a Educação Permanente em Saúde (PAREPS da Região Oeste de Santa Catarina), com o apoio operacional da Câmara Técnica da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES OESTE) e com a gestão pedagógica dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades/Estabelecimentos de Ensino com sedes na Região Oeste de Santa Catarina.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE**

2.1 O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor de R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REIAS), em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da assinatura do presente instrumento.

2.2 O valor do repasse será depositado em conta corrente do CONTRATADO, aberta exclusivamente para a movimentação e controle dos recursos financeiros destinados a consecução do objeto do presente Contrato de Programa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 O CONTRATADO será responsável pela execução administrativa, financeira e pela supervisão operacional das capacitações que serão realizadas por intermédio do presente Contrato de Programa, compreendendo:

- a) as ações de orçamentação, aquisição e contratação de bens e serviços, tais como: apostilas, pastas, canetas, blocos, crachás, pinceis, papel A4, confecção de banners em lona (1.20X80) com 02 (duas) logomarcas, locação de equipamentos audiovisual, passagens aéreas/diárias/honorários aos palestrantes, monitores e facilitadores, aquisição de livros e/ou assinatura de revistas, inscrição em eventos científicos para

- divulgação das atividades realizadas e incentivo a publicização de experiências de EPS na Região Oeste e coffee-break;
- b) o empenhamento, liquidação e pagamento das despesas necessárias ao desenvolvimento do objeto;
  - c) os registros contábeis, a prestação de contas ao CONTRATANTE e a publicidade dos atos no portal de transparência;
  - d) o contato com os integrantes da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES) e com os Secretários Municipais de Saúde sobre as inscrições, a logística de transporte e sobre o local do evento e das refeições;
  - e) a análise e supervisão dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS ENTIDADES PARCEIRAS

4.1 Colaboram com as partes acima qualificadas no projeto de execução das ações de Educação Permanente em Saúde (EPS), a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), a Universidade Central de Educação Faem Faculdades (UCEFF) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC CAMPUS CHAPECÓ).

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5.1 Obriga-se o CONTRATADO:

- a) abrir uma conta corrente para movimentação dos recursos financeiros destinados às ações da Educação Permanente em Saúde (EPS);
- b) contratar um estagiário para auxiliar na operacionalização da execução do objeto;
- c) observar as responsabilidades previstas na Cláusula Terceira do presente instrumento;
- d) analisar e responder os questionamentos suscitados pelo CONTRATANTE e pelas entidades parceiras;
- e) comunicar ao CONTRATANTE sempre que houver alterações nas condições firmadas no presente instrumento;
- f) informar ao CONTRATANTE, por meio de comunicação formal (ofício/e-mail/relatório), o custo de cada ação de EPS proposta;
- g) fiscalizar a execução do Contrato de Programa.

##### 5.2 Obriga-se o CONTRATANTE:

- a) avaliar as propostas de projetos de EPS apresentados nas reuniões da CIR Oeste;
- b) indicar e liberar, mediante carta de liberação, os profissionais do município para participar das atividades de EPS em conformidade com a área de atuação;
- c) garantir o transporte dos profissionais até o local de realização das atividades de EPS;
- d) garantir a alimentação dos profissionais nos dias das atividades;
- e) repassar para o CONTRATADO os recursos destinados à execução das ações de EPS, proporcionalmente ao número de profissionais inscritos;
- f) garantir que os profissionais possam replicar as atividades em seu espaço de trabalho;
- g) realizar a avaliação dos profissionais liberados para participação das atividades de EPS conforme demanda da Câmara Técnica da CIES;
- h) realizar avaliação das ações de EPS realizadas anualmente, conforme demanda da Câmara Técnica da CIES.

##### 5.3 Obriga-se a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES):

- a) elaborar propostas e projetos de EPS (Gestão Administrativa e Pedagógica), apresentando-os em reunião ordinária da CIR para análise, discussão e aprovação;
- b) submeter ao CONTRATADO os projetos aprovados pela CIR com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência do início das atividades;
- c) indicar profissionais de referência para o desenvolvimento das atividades;
- d) identificar local e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades;
- e) divulgar as ações propostas para a região, assim como as ações realizadas na região;
- f) dar suporte aos palestrantes/monitores/facilitadores;
- g) distribuir as vagas disponíveis para cada atividade/município;
- h) coordenar as inscrições para cada atividade/município;
- i) providenciar as listas de presença;
- j) definir os materiais a serem utilizados em conformidade com o projeto;
- k) organizar os materiais para as atividades;
- l) enviar os certificados/declarações de participação;
- m) acompanhar e dar suporte as atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO;
- n) alimentar o Observatório de Educação Permanente em Saúde de SC com todas as ações desenvolvidas na região;
- o) providenciar formulário de avaliação das atividades, compilar e divulgar os resultados;
- p) acompanhar o desenvolvimento das atividades/aulas;
- q) apresentar relatório detalhado das atividades desenvolvidas, por ação de EPS, ao CONTRATADO, em até 15 (quinze) dias, contados da realização da capacitação.

##### 5.4 Obrigam-se os Estabelecimentos de Ensino (Universidades e Instituto Federal de Santa Catarina):

- a) submeter os projetos à CIES para o desenvolvimento das ações propostas no PAREPS,
- b) liberar os professores/profissionais do quadro da instituição, gratuitamente, para ministrarem os conteúdos programados pela CIES e aprovados pela CIR;
- c) realizar a gestão pedagógica dos projetos propostos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PÚBLICO ALVO DAS AÇÕES EPS

6.1 São potencialmente participantes das ações de EPS os profissionais da equipe multiprofissional e multidisciplinar dos municípios, definidos pelo Secretário Municipal de Saúde, respeitando o quadrilátero da educação permanente em saúde, assim compreendidos:

- a) profissionais de Saúde: cirurgião-dentista, assistente social; profissional de educação física; farmacêutico; fisioterapeuta; fonoaudiólogo; profissional com formação em arte e educação (arte educador); nutricionista; psicólogo; médico, enfermeiro, terapeuta ocupacional; médico ginecologista/obstetra; médico homeopata; médico pediatra; médico veterinário; médico psiquiatra; médico geriatra; médico internista (clínica médica); médico do trabalho; médico acupunturista; profissional de saúde sanitaria; auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem,



auxiliar de laboratório, agente comunitário de saúde, agente de endemias, técnico de vigilância sanitária, técnico de vigilância em saúde, auxiliar de saúde bucal, técnico de saúde bucal;

b) profissionais de outras áreas: pedagogo e demais docentes, técnico administrativo, telefonista, recepcionista, motorista, gestores e administradores e representantes do controle social.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CURSOS E CARGA HORÁRIA DAS AÇÕES EPS

7.1 Os cursos serão realizados em conformidade com o PAREPS da Região Oeste/SC, apresentando estreita relação com os temas abaixo relacionados:

- a) estratégias para realização e organização de trabalhos em grupo;
- b) práticas integrativas e complementares relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis;
- c) inclusão social dos portadores de deficiências;
- d) diagnóstico precoce das deficiências através das análises comportamentais;
- e) na área de saúde mental - instrumentalização de equipe multiprofissional para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos usuários com transtornos mentais incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras drogas;
- f) na área de urgência e emergência - instrumentalização de equipe multiprofissional da Atenção Básica e dos Hospitais de pequeno porte para o manejo de usuários com alterações cardiovasculares, neurológicas, oncológicas, politraumas, distúrbios psiquiátricos, acidentes com animais peçonhentos, entre outros;
- g) elaboração, implantação, capacitação e implementação de protocolos assistenciais, tanto para equipes de Atenção Básica como para Hospitais de pequeno porte;
- h) na área de saúde da mulher - instrumentalização de equipe multiprofissional para a qualificação do pré-natal na Atenção Básica, com foco na prevenção de agravos, tratamentos com práticas integrativas e complementares, preparação para o parto e acompanhamento puerperal e do recém-nascido em conformidade com as normativas da rede cegonha. Assim como momentos de qualificação para as equipes dos hospitais de pequeno porte, na lógica de qualificar a atenção ao parto e puerpério imediato;
- i) estratégias para trabalhar o planejamento sexual e reprodutivo;
- j) qualificação para utilização dos Sistemas de Informação em Saúde;
- k) estratégias de integração entre vigilância em saúde e atenção básica; e
- l) oficinas de desenvolvimento humano.

7.2 A carga horária mínima de cada atividade será de 16 horas.

7.3 Poderão ser incluídas novas demandas de atualização e/ou capacitação em conformidade com a realização da revisão do PAREPS.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DE BENS E DE PESSOAL

8.1 Fica estabelecido que poderá o CONTRATANTE transferir bens e pessoal para o CONTRATADO, afim de dar execução aos serviços objeto do presente Contrato de Programa.

8.2 As despesas do pessoal transferido ficam por conta do CONTRATANTE.

8.3 Os bens transferidos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO serão revertidos por ocasião da rescisão ou no término da vigência do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO DE PROGRAMA

9.1 O presente Contrato de Programa vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até pelo tempo necessário à conclusão do Plano Regional de Educação Permanente em Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1 O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente para regularizar a pendência em até 30 (trinta) dias, sob pena de ser excluído do Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato de Programa obriga a parte que deu causa a pagar, a outra, o equivalente ao percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 O presente Contrato de Programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações respeitantes à execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne inexequível;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 dias, respeitando as metas em curso constante no Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização do presente Contrato de Programa é de responsabilidade dos Controladores Internos das partes contratantes, com a incumbência de exercerem o amplo controle e irrestrita fiscalização sobre a execução contratual.

13.2 Compete aos Fiscais do Contrato de Programa, dentre outras atribuições:

- a) solicitar ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato de Programa, anexando aos autos do processo correspondente os documentos escritos que comprovem as solicitações de providências;
- b) elaborar relatório das ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato de Programa, notificando e advertindo a parte interessada de tudo o que for constatado;
- c) encaminhar relatório circunstanciado ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS para que tomem as medidas legais cabíveis, sob pena de comunicação dos fatos aos órgãos de controle externo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A comunicação entre as partes integrantes deste Contrato de Programa deverá ser sempre por escrito.

14.2 As partes contratantes se obrigam a cumprir fielmente as condições pactuadas no presente Contrato de Programa.

14.3 O Presidente e o Diretor do CONTRATADO não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato de Programa, salvo se praticarem atos em desconformidade com a lei e com as disposições do presente instrumento.

14.4 Os casos omissos serão resolvidos à luz do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Para dirimir e julgar as questões decorrentes da execução deste Contrato de Programa, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato de Programa, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Chapecó, 01 de outubro de 2019.

CIS-AMOSC	MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM
NÉVIO ANTONIO MORTARI	RAMIREZ TAPIA

### CONTRATO DE PROGRAMA 14/2019

Publicação Nº 2215241

#### CONTRATO DE PROGRAMA Nº 14/2019

Contrato de Programa celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC e o Município de PINHALZINHO/SC.

Pelo presente instrumento de Contrato de Programa, de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, residente e domiciliado na cidade de Paial, Estado de Santa Catarina, a seguir denominado de CONTRATADO, e, de outro, o MUNICÍPIO DE PINHALZINHO, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.857/0001-15, com sede na Av. São Paulo, 1615 - Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor MARIO AFONSO WOITEXEM, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 449.194.929-87, doravante denominado CONTRATANTE, pactuam, entre si, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO DE PROGRAMA

1.1 O presente Contrato de Programa tem por objetivo a execução administrativa e financeira das ações que integram a Educação Permanente em Saúde (EPS), priorizadas no Plano de Ações Regional para a Educação Permanente em Saúde (PAREPS da Região Oeste de Santa Catarina), com o apoio operacional da Câmara Técnica da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES OESTE) e com a gestão pedagógica dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades/Estabelecimentos de Ensino com sedes na Região Oeste de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor de R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REIAS), em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da assinatura do presente instrumento.

2.2 O valor do repasse será depositado em conta corrente do CONTRATADO, aberta exclusivamente para a movimentação e controle dos recursos financeiros destinados a consecução do objeto do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O CONTRATADO será responsável pela execução administrativa, financeira e pela supervisão operacional das capacitações que serão realizadas por intermédio do presente Contrato de Programa, compreendendo:

- as ações de orçamentação, aquisição e contratação de bens e serviços, tais como: apostilas, pastas, canetas, blocos, crachás, pinceis, papel A4, confecção de banners em lona (1.20X80) com 02 (duas) logomarcas, locação de equipamentos audiovisual, passagens aéreas/diárias/honorários aos palestrantes, monitores e facilitadores, aquisição de livros e/ou assinatura de revistas, inscrição em eventos científicos para divulgação das atividades realizadas e incentivo a publicização de experiências de EPS na Região Oeste e coffee-break;
- o empenhamento, liquidação e pagamento das despesas necessárias ao desenvolvimento do objeto;
- os registros contábeis, a prestação de contas ao CONTRATANTE e a publicidade dos atos no portal de transparência;
- o contato com os integrantes da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES) e com os Secretários Municipais de Saúde sobre as inscrições, a logística de transporte e sobre o local do evento e das refeições;
- a análise e supervisão dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS ENTIDADES PARCEIRAS

4.1 Colaboram com as partes acima qualificadas no projeto de execução das ações de Educação Permanente em Saúde (EPS), a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), a Universidade Central de Educação Faem Faculdades (UCEFF) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC CAMPUS CHAPECÓ).

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1 Obriga-se o CONTRATADO:**

- a) abrir uma conta corrente para movimentação dos recursos financeiros destinados às ações da Educação Permanente em Saúde (EPS);
- b) contratar um estagiário para auxiliar na operacionalização da execução do objeto;
- c) observar as responsabilidades previstas na Cláusula Terceira do presente instrumento;
- d) analisar e responder os questionamentos suscitados pelo CONTRATANTE e pelas entidades parceiras;
- e) comunicar ao CONTRATANTE sempre que houver alterações nas condições firmadas no presente instrumento;
- f) informar ao CONTRATANTE, por meio de comunicação formal (ofício/e-mail/relatório), o custo de cada ação de EPS proposta;
- g) fiscalizar a execução do Contrato de Programa.

**5.2 Obriga-se o CONTRATANTE:**

- a) avaliar as propostas de projetos de EPS apresentados nas reuniões da CIR Oeste;
- b) indicar e liberar, mediante carta de liberação, os profissionais do município para participar das atividades de EPS em conformidade com a área de atuação;
- c) garantir o transporte dos profissionais até o local de realização das atividades de EPS;
- d) garantir a alimentação dos profissionais nos dias das atividades;
- e) repassar para o CONTRATADO os recursos destinados à execução das ações de EPS, proporcionalmente ao número de profissionais inscritos;
- f) garantir que os profissionais possam replicar as atividades em seu espaço de trabalho;
- g) realizar a avaliação dos profissionais liberados para participação das atividades de EPS conforme demanda da Câmara Técnica da CIES;
- h) realizar avaliação das ações de EPS realizadas anualmente, conforme demanda da Câmara Técnica da CIES.

**5.3 Obriga-se a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES):**

- a) elaborar propostas e projetos de EPS (Gestão Administrativa e Pedagógica), apresentando-os em reunião ordinária da CIR para análise, discussão e aprovação;
- b) submeter ao CONTRATADO os projetos aprovados pela CIR com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência do início das atividades;
- c) indicar profissionais de referência para o desenvolvimento das atividades;
- d) identificar local e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades;
- e) divulgar as ações propostas para a região, assim como as ações realizadas na região;
- f) dar suporte aos palestrantes/monitores/facilitadores;
- g) distribuir as vagas disponíveis para cada atividade/município;
- h) coordenar as inscrições para cada atividade/município;
- i) providenciar as listas de presença;
- j) definir os materiais a serem utilizados em conformidade com o projeto;
- k) organizar os materiais para as atividades;
- l) enviar os certificados/declarações de participação;
- m) acompanhar e dar suporte as atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO;
- n) alimentar o Observatório de Educação Permanente em Saúde de SC com todas as ações desenvolvidas na região;
- o) providenciar formulário de avaliação das atividades, compilar e divulgar os resultados;
- p) acompanhar o desenvolvimento das atividades/aulas;
- q) apresentar relatório detalhado das atividades desenvolvidas, por ação de EPS, ao CONTRATADO, em até 15 (quinze) dias, contados da realização da capacitação.

**5.4 Obrigam-se os Estabelecimentos de Ensino (Universidades e Instituto Federal de Santa Catarina):**

- a) submeter os projetos à CIES para o desenvolvimento das ações propostas no PAREPS,
- b) liberar os professores/profissionais do quadro da instituição, gratuitamente, para ministrarem os conteúdos programados pela CIES e aprovados pela CIR;
- c) realizar a gestão pedagógica dos projetos propostos.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PÚBLICO ALVO DAS AÇÕES EPS**

6.1 São potencialmente participantes das ações de EPS os profissionais da equipe multiprofissional e multidisciplinar dos municípios, definidos pelo Secretário Municipal de Saúde, respeitando o quadrilátero da educação permanente em saúde, assim compreendidos:

- a) profissionais de Saúde: cirurgião-dentista, assistente social; profissional de educação física; farmacêutico; fisioterapeuta; fonoaudiólogo; profissional com formação em arte e educação (arte educador); nutricionista; psicólogo; médico, enfermeiro, terapeuta ocupacional; médico ginecologista/obstetra; médico homeopata; médico pediatra; médico veterinário; médico psiquiatra; médico geriatra; médico internista (clínica médica); médico do trabalho; médico acupunturista; profissional de saúde sanitaria; auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem, auxiliar de laboratório, agente comunitário de saúde, agente de endemias, técnico de vigilância sanitária, técnico de vigilância em saúde, auxiliar de saúde bucal, técnico de saúde bucal;
- b) profissionais de outras áreas: pedagogo e demais docentes, técnico administrativo, telefonista, recepcionista, motorista, gestores e administradores e representantes do controle social.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CURSOS E CARGA HORÁRIA DAS AÇÕES EPS**

7.1 Os cursos serão realizados em conformidade com o PAREPS da Região Oeste/SC, apresentando estreita relação com os temas abaixo relacionados:

- a) estratégias para realização e organização de trabalhos em grupo;
- b) práticas integrativas e complementares relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis;
- c) inclusão social dos portadores de deficiências;
- d) diagnóstico precoce das deficiências através das análises comportamentais;

- e) na área de saúde mental - instrumentalização de equipe multiprofissional para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos usuários com transtornos mentais incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras drogas;
- f) na área de urgência e emergência - instrumentalização de equipe multiprofissional da Atenção Básica e dos Hospitais de pequeno porte para o manejo de usuários com alterações cardiovasculares, neurológicas, oncológicas, politraumas, distúrbios psiquiátricos, acidentes com animais peçonhentos, entre outros;
- g) elaboração, implantação, capacitação e implementação de protocolos assistenciais, tanto para equipes de Atenção Básica como para Hospitais de pequeno porte;
- h) na área de saúde da mulher - instrumentalização de equipe multiprofissional para a qualificação do pré-natal na Atenção Básica, com foco na prevenção de agravos, tratamentos com práticas integrativas e complementares, preparação para o parto e acompanhamento puerperal e do recém-nascido em conformidade com as normativas da rede cegonha. Assim como momentos de qualificação para as equipes dos hospitais de pequeno porte, na lógica de qualificar a atenção ao parto e puerpério imediato;
- i) estratégias para trabalhar o planejamento sexual e reprodutivo;
- j) qualificação para utilização dos Sistemas de Informação em Saúde;
- k) estratégias de integração entre vigilância em saúde e atenção básica; e
- l) oficinas de desenvolvimento humano.

7.2 A carga horária mínima de cada atividade será de 16 horas.

7.3 Poderão ser incluídas novas demandas de atualização e/ou capacitação em conformidade com a realização da revisão do PAREPS.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DE BENS E DE PESSOAL

8.1 Fica estabelecido que poderá o CONTRATANTE transferir bens e pessoal para o CONTRATADO, afim de dar execução aos serviços objeto do presente Contrato de Programa.

8.2 As despesas do pessoal transferido ficam por conta do CONTRATANTE.

8.3 Os bens transferidos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO serão revertidos por ocasião da rescisão ou no término da vigência do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO DE PROGRAMA

9.1 O presente Contrato de Programa vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até pelo tempo necessário à conclusão do Plano Regional de Educação Permanente em Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1 O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente para regularizar a pendência em até 30 (trinta) dias, sob pena de ser excluído do Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato de Programa obriga a parte que deu causa a pagar, a outra, o equivalente ao percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 O presente Contrato de Programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações respeitantes à execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 dias, respeitando as metas em curso constante no Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização do presente Contrato de Programa é de responsabilidade dos Controladores Internos das partes contratantes, com a incumbência de exercerem o amplo controle e irrestrita fiscalização sobre a execução contratual.

13.2 Compete aos Fiscais do Contrato de Programa, dentre outras atribuições:

- a) solicitar ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato de Programa, anexando aos autos do processo correspondente os documentos escritos que comprovem as solicitações de providências;
- b) elaborar relatório das ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato de Programa, notificando e advertindo a parte interessada de tudo o que for constatado;
- c) encaminhar relatório circunstanciado ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS para que tomem as medidas legais cabíveis, sob pena de comunicação dos fatos aos órgãos de controle externo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A comunicação entre as partes integrantes deste Contrato de Programa deverá ser sempre por escrito.

14.2 As partes contratantes se obrigam a cumprir fielmente as condições pactuadas no presente Contrato de Programa.

14.3 O Presidente e o Diretor do CONTRATADO não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato de Programa, salvo se praticarem atos em desconformidade com a lei e com as disposições do presente instrumento.

14.4 Os casos omissos serão resolvidos à luz do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Para dirimir e julgar as questões decorrentes da execução deste Contrato de Programa, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato de Programa, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para que produza



seus jurídicos e legais efeitos.

Chapecó, 01 de outubro de 2019.

CIS-AMOSC	MUNICÍPIO DE PINHALZINHO
NÉVIO ANTONIO MORTARI	MARIO AFONSO WOITEXEM

## CONTRATO DE PROGRAMA 19/2019

Publicação Nº 2215246

### CONTRATO DE PROGRAMA Nº 19/2019

Contrato de Programa celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC e o Município de SERRA ALTA/SC.

Pelo presente instrumento de Contrato de Programa, de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, residente e domiciliado na cidade de Paial, Estado de Santa Catarina, a seguir denominado de CONTRATADO, e, de outro, o MUNICÍPIO DE SUL BRASIL, inscrito no CNPJ sob o nº 95.990.107/0001-30, com sede na Rua Dr. José Leal Filho, 589, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor EDER IVAN MARMITT, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 028.804.959-46, doravante denominado CONTRATANTE, pactuam, entre si, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO DE PROGRAMA

1.1 O presente Contrato de Programa tem por objetivo a execução administrativa e financeira das ações que integram a Educação Permanente em Saúde (EPS), priorizadas no Plano de Ações Regional para a Educação Permanente em Saúde (PAREPS da Região Oeste de Santa Catarina), com o apoio operacional da Câmara Técnica da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES OESTE) e com a gestão pedagógica dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades/Estabelecimentos de Ensino com sedes na Região Oeste de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor de R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REIAS), em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da assinatura do presente instrumento.

2.2 O valor do repasse será depositado em conta corrente do CONTRATADO, aberta exclusivamente para a movimentação e controle dos recursos financeiros destinados a consecução do objeto do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O CONTRATADO será responsável pela execução administrativa, financeira e pela supervisão operacional das capacitações que serão realizadas por intermédio do presente Contrato de Programa, compreendendo:

- as ações de orçamentação, aquisição e contratação de bens e serviços, tais como: apostilas, pastas, canetas, blocos, crachás, pinceis, papel A4, confecção de banners em lona (1.20X80) com 02 (duas) logomarcas, locação de equipamentos audiovisual, passagens aéreas/diárias/honorários aos palestrantes, monitores e facilitadores, aquisição de livros e/ou assinatura de revistas, inscrição em eventos científicos para divulgação das atividades realizadas e incentivo a publicização de experiências de EPS na Região Oeste e coffee-break;
- o empenhamento, liquidação e pagamento das despesas necessárias ao desenvolvimento do objeto;
- os registros contábeis, a prestação de contas ao CONTRATANTE e a publicidade dos atos no portal de transparência;
- o contato com os integrantes da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES) e com os Secretários Municipais de Saúde sobre as inscrições, a logística de transporte e sobre o local do evento e das refeições;
- a análise e supervisão dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS ENTIDADES PARCEIRAS

4.1 Colaboram com as partes acima qualificadas no projeto de execução das ações de Educação Permanente em Saúde (EPS), a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), a Universidade Central de Educação Faem Faculdades (UCEFF) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC CAMPUS CHAPECÓ).

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5.1 Obriga-se o CONTRATADO:

- abrir uma conta corrente para movimentação dos recursos financeiros destinados às ações da Educação Permanente em Saúde (EPS);
- contratar um estagiário para auxiliar na operacionalização da execução do objeto;
- observar as responsabilidades previstas na Cláusula Terceira do presente instrumento;
- analisar e responder os questionamentos suscitados pelo CONTRATANTE e pelas entidades parceiras;
- comunicar ao CONTRATANTE sempre que houver alterações nas condições firmadas no presente instrumento;
- informar ao CONTRATANTE, por meio de comunicação formal (ofício/e-mail/relatório), o custo de cada ação de EPS proposta;
- fiscalizar a execução do Contrato de Programa.

##### 5.2 Obriga-se o CONTRATANTE:

- a) avaliar as propostas de projetos de EPS apresentados nas reuniões da CIR Oeste;
- b) indicar e liberar, mediante carta de liberação, os profissionais do município para participar das atividades de EPS em conformidade com a área de atuação;
- c) garantir o transporte dos profissionais até o local de realização das atividades de EPS;
- d) garantir a alimentação dos profissionais nos dias das atividades;
- e) repassar para o CONTRATADO os recursos destinados à execução das ações de EPS, proporcionalmente ao número de profissionais inscritos;
- f) garantir que os profissionais possam replicar as atividades em seu espaço de trabalho;
- g) realizar a avaliação dos profissionais liberados para participação das atividades de EPS conforme demanda da Câmara Técnica da CIES;
- h) realizar avaliação das ações de EPS realizadas anualmente, conforme demanda da Câmara Técnica da CIES.

#### 5.3 Obriga-se a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES):

- a) elaborar propostas e projetos de EPS (Gestão Administrativa e Pedagógica), apresentando-os em reunião ordinária da CIR para análise, discussão e aprovação;
- b) submeter ao CONTRATADO os projetos aprovados pela CIR com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência do início das atividades;
- c) indicar profissionais de referência para o desenvolvimento das atividades;
- d) identificar local e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades;
- e) divulgar as ações propostas para a região, assim como as ações realizadas na região;
- f) dar suporte aos palestrantes/monitores/facilitadores;
- g) distribuir as vagas disponíveis para cada atividade/município;
- h) coordenar as inscrições para cada atividade/município;
- i) providenciar as listas de presença;
- j) definir os materiais a serem utilizados em conformidade com o projeto;
- k) organizar os materiais para as atividades;
- l) enviar os certificados/declarações de participação;
- m) acompanhar e dar suporte as atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO;
- n) alimentar o Observatório de Educação Permanente em Saúde de SC com todas as ações desenvolvidas na região;
- o) providenciar formulário de avaliação das atividades, compilar e divulgar os resultados;
- p) acompanhar o desenvolvimento das atividades/aulas;
- q) apresentar relatório detalhado das atividades desenvolvidas, por ação de EPS, ao CONTRATADO, em até 15 (quinze) dias, contados da realização da capacitação.

#### 5.4 Obrigam-se os Estabelecimentos de Ensino (Universidades e Instituto Federal de Santa Catarina):

- a) submeter os projetos à CIES para o desenvolvimento das ações propostas no PAREPS,
- b) liberar os professores/profissionais do quadro da instituição, gratuitamente, para ministrarem os conteúdos programados pela CIES e aprovados pela CIR;
- c) realizar a gestão pedagógica dos projetos propostos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PÚBLICO ALVO DAS AÇÕES EPS

6.1 São potencialmente participantes das ações de EPS os profissionais da equipe multiprofissional e multidisciplinar dos municípios, definidos pelo Secretário Municipal de Saúde, respeitando o quadrilátero da educação permanente em saúde, assim compreendidos:

- a) profissionais de Saúde: cirurgião-dentista, assistente social; profissional de educação física; farmacêutico; fisioterapeuta; fonoaudiólogo; profissional com formação em arte e educação (arte educador); nutricionista; psicólogo; médico, enfermeiro, terapeuta ocupacional; médico ginecologista/obstetra; médico homeopata; médico pediatra; médico veterinário; médico psiquiatra; médico geriatra; médico internista (clínica médica); médico do trabalho; médico acupunturista; profissional de saúde sanitaria; auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem, auxiliar de laboratório, agente comunitário de saúde, agente de endemias, técnico de vigilância sanitária, técnico de vigilância em saúde, auxiliar de saúde bucal, técnico de saúde bucal;
- b) profissionais de outras áreas: pedagogo e demais docentes, técnico administrativo, telefonista, recepcionista, motorista, gestores e administradores e representantes do controle social.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CURSOS E CARGA HORÁRIA DAS AÇÕES EPS

7.1 Os cursos serão realizados em conformidade com o PAREPS da Região Oeste/SC, apresentando estreita relação com os temas abaixo relacionados:

- a) estratégias para realização e organização de trabalhos em grupo;
- b) práticas integrativas e complementares relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis;
- c) inclusão social dos portadores de deficiências;
- d) diagnóstico precoce das deficiências através das análises comportamentais;
- e) na área de saúde mental - instrumentalização de equipe multiprofissional para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos usuários com transtornos mentais incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras drogas;
- f) na área de urgência e emergência - instrumentalização de equipe multiprofissional da Atenção Básica e dos Hospitais de pequeno porte para o manejo de usuários com alterações cardiovasculares, neurológicas, oncológicas, politraumas, distúrbios psiquiátricos, acidentes com animais peçonhentos, entre outros;
- g) elaboração, implantação, capacitação e implementação de protocolos assistenciais, tanto para equipes de Atenção Básica como para Hospitais de pequeno porte;
- h) na área de saúde da mulher - instrumentalização de equipe multiprofissional para a qualificação do pré-natal na Atenção Básica, com foco na prevenção de agravos, tratamentos com práticas integrativas e complementares, preparação para o parto e acompanhamento puerperal e do recém-nascido em conformidade com as normativas da rede cegonha. Assim como momentos de qualificação para as equipes dos hospitais de pequeno porte, na lógica de qualificar a atenção ao parto e puerpério imediato;
- i) estratégias para trabalhar o planejamento sexual e reprodutivo;

- j) qualificação para utilização dos Sistemas de Informação em Saúde;
- k) estratégias de integração entre vigilância em saúde e atenção básica; e
- l) oficinas de desenvolvimento humano.

7.2 A carga horária mínima de cada atividade será de 16 horas.

7.3 Poderão ser incluídas novas demandas de atualização e/ou capacitação em conformidade com a realização da revisão do PAREPS.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DE BENS E DE PESSOAL

8.1 Fica estabelecido que poderá o CONTRATANTE transferir bens e pessoal para o CONTRATADO, afim de dar execução aos serviços objeto do presente Contrato de Programa.

8.2 As despesas do pessoal transferido ficam por conta do CONTRATANTE.

8.3 Os bens transferidos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO serão revertidos por ocasião da rescisão ou no término da vigência do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO DE PROGRAMA

9.1 O presente Contrato de Programa vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até pelo tempo necessário à conclusão do Plano Regional de Educação Permanente em Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1 O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente para regularizar a pendência em até 30 (trinta) dias, sob pena de ser excluído do Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato de Programa obriga a parte que deu causa a pagar, a outra, o equivalente ao percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 O presente Contrato de Programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações respeitantes à execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 dias, respeitando as metas em curso constante no Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização do presente Contrato de Programa é de responsabilidade dos Controladores Internos das partes contratantes, com a incumbência de exercerem o amplo controle e irrestrita fiscalização sobre a execução contratual.

13.2 Compete aos Fiscais do Contrato de Programa, dentre outras atribuições:

- a) solicitar ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato de Programa, anexando aos autos do processo correspondente os documentos escritos que comprovem as solicitações de providências;
- b) elaborar relatório das ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato de Programa, notificando e advertindo a parte interessada de tudo o que for constatado;
- c) encaminhar relatório circunstanciado ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS para que tomem as medidas legais cabíveis, sob pena de comunicação dos fatos aos órgãos de controle externo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A comunicação entre as partes integrantes deste Contrato de Programa deverá ser sempre por escrito.

14.2 As partes contratantes se obrigam a cumprir fielmente as condições pactuadas no presente Contrato de Programa.

14.3 O Presidente e o Diretor do CONTRATADO não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato de Programa, salvo se praticarem atos em desconformidade com a lei e com as disposições do presente instrumento.

14.4 Os casos omissos serão resolvidos à luz do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Para dirimir e julgar as questões decorrentes da execução deste Contrato de Programa, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato de Programa, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Chapecó, 01 de outubro de 2019.

CIS-AMOSC	MUNICÍPIO DE SUL BRASIL
NÉVIO ANTONIO MORTARI	EDER IVAN MARMITT

**CONTRATO DE PROGRAMA 19/2019**

Publicação Nº 2215243

**CONTRATO DE PROGRAMA Nº 19/2019**

Contrato de Programa celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC e o Município de SERRA ALTA/SC.

Pelo presente instrumento de Contrato de Programa, de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, residente e domiciliado na cidade de Paial, Estado de Santa Catarina, a seguir denominado de CONTRATADO, e, de outro, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, com sede na Av. Dom Pedro II, 830, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor DARCI CERIZOLLI, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 430.332.889-87, doravante denominado CONTRATANTE, pactuam, entre si, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO DE PROGRAMA**

1.1 O presente Contrato de Programa tem por objetivo a execução administrativa e financeira das ações que integram a Educação Permanente em Saúde (EPS), priorizadas no Plano de Ações Regional para a Educação Permanente em Saúde (PAREPS da Região Oeste de Santa Catarina), com o apoio operacional da Câmara Técnica da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES OESTE) e com a gestão pedagógica dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades/Estabelecimentos de Ensino com sedes na Região Oeste de Santa Catarina.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE**

2.1 O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor de R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REIAS), em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da assinatura do presente instrumento.

2.2 O valor do repasse será depositado em conta corrente do CONTRATADO, aberta exclusivamente para a movimentação e controle dos recursos financeiros destinados a consecução do objeto do presente Contrato de Programa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 O CONTRATADO será responsável pela execução administrativa, financeira e pela supervisão operacional das capacitações que serão realizadas por intermédio do presente Contrato de Programa, compreendendo:

- a) as ações de orçamentação, aquisição e contratação de bens e serviços, tais como: apostilas, pastas, canetas, blocos, crachás, pinceis, papel A4, confecção de banners em lona (1.20X80) com 02 (duas) logomarcas, locação de equipamentos audiovisual, passagens aéreas/diárias/honorários aos palestrantes, monitores e facilitadores, aquisição de livros e/ou assinatura de revistas, inscrição em eventos científicos para divulgação das atividades realizadas e incentivo a publicização de experiências de EPS na Região Oeste e coffee-break;
- b) o empenhamento, liquidação e pagamento das despesas necessárias ao desenvolvimento do objeto;
- c) os registros contábeis, a prestação de contas ao CONTRATANTE e a publicidade dos atos no portal de transparência;
- d) o contato com os integrantes da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES) e com os Secretários Municipais de Saúde sobre as inscrições, a logística de transporte e sobre o local do evento e das refeições;
- e) a análise e supervisão dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS ENTIDADES PARCEIRAS**

4.1 Colaboram com as partes acima qualificadas no projeto de execução das ações de Educação Permanente em Saúde (EPS), a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), a Universidade Central de Educação Faem Faculdades (UCEFF) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC CAMPUS CHAPECÓ).

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1 Obriga-se o CONTRATADO:**

- a) abrir uma conta corrente para movimentação dos recursos financeiros destinados às ações da Educação Permanente em Saúde (EPS);
- b) contratar um estagiário para auxiliar na operacionalização da execução do objeto;
- c) observar as responsabilidades previstas na Cláusula Terceira do presente instrumento;
- d) analisar e responder os questionamentos suscitados pelo CONTRATANTE e pelas entidades parceiras;
- e) comunicar ao CONTRATANTE sempre que houver alterações nas condições firmadas no presente instrumento;
- f) informar ao CONTRATANTE, por meio de comunicação formal (ofício/e-mail/relatório), o custo de cada ação de EPS proposta;
- g) fiscalizar a execução do Contrato de Programa.

**5.2 Obriga-se o CONTRATANTE:**

- a) avaliar as propostas de projetos de EPS apresentados nas reuniões da CIR Oeste;
- b) indicar e liberar, mediante carta de liberação, os profissionais do município para participar das atividades de EPS em conformidade com a área de atuação;
- c) garantir o transporte dos profissionais até o local de realização das atividades de EPS;
- d) garantir a alimentação dos profissionais nos dias das atividades;
- e) repassar para o CONTRATADO os recursos destinados à execução das ações de EPS, proporcionalmente ao número de profissionais inscritos;
- f) garantir que os profissionais possam replicar as atividades em seu espaço de trabalho;
- g) realizar a avaliação dos profissionais liberados para participação das atividades de EPS conforme demanda da Câmara Técnica da CIES;



h) realizar avaliação das ações de EPS realizadas anualmente, conforme demanda da Câmara Técnica da CIES.

### 5.3 Obriga-se a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES):

- a) elaborar propostas e projetos de EPS (Gestão Administrativa e Pedagógica), apresentando-os em reunião ordinária da CIR para análise, discussão e aprovação;
- b) submeter ao CONTRATADO os projetos aprovados pela CIR com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência do início das atividades;
- c) indicar profissionais de referência para o desenvolvimento das atividades;
- d) identificar local e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades;
- e) divulgar as ações propostas para a região, assim como as ações realizadas na região;
- f) dar suporte aos palestrantes/monitores/facilitadores;
- g) distribuir as vagas disponíveis para cada atividade/município;
- h) coordenar as inscrições para cada atividade/município;
- i) providenciar as listas de presença;
- j) definir os materiais a serem utilizados em conformidade com o projeto;
- k) organizar os materiais para as atividades;
- l) enviar os certificados/declarações de participação;
- m) acompanhar e dar suporte as atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO;
- n) alimentar o Observatório de Educação Permanente em Saúde de SC com todas as ações desenvolvidas na região;
- o) providenciar formulário de avaliação das atividades, compilar e divulgar os resultados;
- p) acompanhar o desenvolvimento das atividades/aulas;
- q) apresentar relatório detalhado das atividades desenvolvidas, por ação de EPS, ao CONTRATADO, em até 15 (quinze) dias, contados da realização da capacitação.

### 5.4 Obrigam-se os Estabelecimentos de Ensino (Universidades e Instituto Federal de Santa Catarina):

- a) submeter os projetos à CIES para o desenvolvimento das ações propostas no PAREPS,
- b) liberar os professores/profissionais do quadro da instituição, gratuitamente, para ministrarem os conteúdos programados pela CIES e aprovados pela CIR;
- c) realizar a gestão pedagógica dos projetos propostos.

### CLÁUSULA SEXTA – DO PÚBLICO ALVO DAS AÇÕES EPS

6.1 São potencialmente participantes das ações de EPS os profissionais da equipe multiprofissional e multidisciplinar dos municípios, definidos pelo Secretário Municipal de Saúde, respeitando o quadrilátero da educação permanente em saúde, assim compreendidos:

- a) profissionais de Saúde: cirurgião-dentista, assistente social; profissional de educação física; farmacêutico; fisioterapeuta; fonoaudiólogo; profissional com formação em arte e educação (arte educador); nutricionista; psicólogo; médico, enfermeiro, terapeuta ocupacional; médico ginecologista/obstetra; médico homeopata; médico pediatra; médico veterinário; médico psiquiatra; médico geriatra; médico internista (clínica médica); médico do trabalho; médico acupunturista; profissional de saúde sanitária; auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem, auxiliar de laboratório, agente comunitário de saúde, agente de endemias, técnico de vigilância sanitária, técnico de vigilância em saúde, auxiliar de saúde bucal, técnico de saúde bucal;
- b) profissionais de outras áreas: pedagogo e demais docentes, técnico administrativo, telefonista, recepcionista, motorista, gestores e administradores e representantes do controle social.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CURSOS E CARGA HORÁRIA DAS AÇÕES EPS

7.1 Os cursos serão realizados em conformidade com o PAREPS da Região Oeste/SC, apresentando estreita relação com os temas abaixo relacionados:

- a) estratégias para realização e organização de trabalhos em grupo;
- b) práticas integrativas e complementares relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis;
- c) inclusão social dos portadores de deficiências;
- d) diagnóstico precoce das deficiências através das análises comportamentais;
- e) na área de saúde mental - instrumentalização de equipe multiprofissional para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos usuários com transtornos mentais incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras drogas;
- f) na área de urgência e emergência - instrumentalização de equipe multiprofissional da Atenção Básica e dos Hospitais de pequeno porte para o manejo de usuários com alterações cardiovasculares, neurológicas, oncológicas, politraumas, distúrbios psiquiátricos, acidentes com animais peçonhentos, entre outros;
- g) elaboração, implantação, capacitação e implementação de protocolos assistenciais, tanto para equipes de Atenção Básica como para Hospitais de pequeno porte;
- h) na área de saúde da mulher - instrumentalização de equipe multiprofissional para a qualificação do pré-natal na Atenção Básica, com foco na prevenção de agravos, tratamentos com práticas integrativas e complementares, preparação para o parto e acompanhamento puerperal e do recém-nascido em conformidade com as normativas da rede cegonha. Assim como momentos de qualificação para as equipes dos hospitais de pequeno porte, na lógica de qualificar a atenção ao parto e puerpério imediato;
- i) estratégias para trabalhar o planejamento sexual e reprodutivo;
- j) qualificação para utilização dos Sistemas de Informação em Saúde;
- k) estratégias de integração entre vigilância em saúde e atenção básica; e
- l) oficinas de desenvolvimento humano.

7.2 A carga horária mínima de cada atividade será de 16 horas.

7.3 Poderão ser incluídas novas demandas de atualização e/ou capacitação em conformidade com a realização da revisão do PAREPS.

### CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DE BENS E DE PESSOAL

8.1 Fica estabelecido que poderá o CONTRATANTE transferir bens e pessoal para o CONTRATADO, afim de dar execução aos serviços objeto do presente Contrato de Programa.

8.2 As despesas do pessoal transferido ficam por conta do CONTRATANTE.

8.3 Os bens transferidos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO serão revertidos por ocasião da rescisão ou no término da vigência do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO DE PROGRAMA

9.1 O presente Contrato de Programa vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até pelo tempo necessário à conclusão do Plano Regional de Educação Permanente em Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1 O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente para regularizar a pendência em até 30 (trinta) dias, sob pena de ser excluído do Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato de Programa obriga a parte que deu causa a pagar, a outra, o equivalente ao percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 O presente Contrato de Programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações respeitantes à execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 dias, respeitando as metas em curso constante no Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização do presente Contrato de Programa é de responsabilidade dos Controladores Internos das partes contratantes, com a incumbência de exercerem o amplo controle e irrestrita fiscalização sobre a execução contratual.

13.2 Compete aos Fiscais do Contrato de Programa, dentre outras atribuições:

- a) solicitar ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato de Programa, anexando aos autos do processo correspondente os documentos escritos que comprovem as solicitações de providências;
- b) elaborar relatório das ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato de Programa, notificando e advertindo a parte interessada de tudo o que for constatado;
- c) encaminhar relatório circunstanciado ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS para que tomem as medidas legais cabíveis, sob pena de comunicação dos fatos aos órgãos de controle externo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A comunicação entre as partes integrantes deste Contrato de Programa deverá ser sempre por escrito.

14.2 As partes contratantes se obrigam a cumprir fielmente as condições pactuadas no presente Contrato de Programa.

14.3 O Presidente e o Diretor do CONTRATADO não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato de Programa, salvo se praticarem atos em desconformidade com a lei e com as disposições do presente instrumento.

14.4 Os casos omissos serão resolvidos à luz do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Para dirimir e julgar as questões decorrentes da execução deste Contrato de Programa, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato de Programa, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Chapecó, 01 de outubro de 2019.

CIS-AMOSC	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
NÉVIO ANTONIO MORTARI	DARCI CERIZOLLI

### CONTRATO DE PROGRAMA 20/2019

Publicação Nº 2215249

#### CONTRATO DE PROGRAMA Nº 20/2019

Contrato de Programa celebrado entre o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC e o Município de UNIAO DO OESTE/SC.

Pelo presente instrumento de Contrato de Programa, de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, residente e domiciliado na cidade de Paial, Estado de Santa Catarina, a seguir denominado de CONTRATADO, e, de outro, o MUNICÍPIO DE UNIÃO

DO OESTE, inscrito no CNPJ sob o nº 78.505.591/0001-46, com sede na Av. São Luiz, 531, Centro, representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor CELSO MATIELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 422.972.909-00, doravante denominado CONTRATANTE, pactuam, entre si, com fundamento na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, no Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, o que segue:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO DE PROGRAMA

1.1 O presente Contrato de Programa tem por objetivo a execução administrativa e financeira das ações que integram a Educação Permanente em Saúde (EPS), priorizadas no Plano de Ações Regional para a Educação Permanente em Saúde (PAREPS da Região Oeste de Santa Catarina), com o apoio operacional da Câmara Técnica da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES OESTE) e com a gestão pedagógica dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades/Estabelecimentos de Ensino com sedes na Região Oeste de Santa Catarina.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO REPASSE

2.1 O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor de R\$ 11.000,00 (ONZE MIL REIAS), em parcela única, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da assinatura do presente instrumento.

2.2 O valor do repasse será depositado em conta corrente do CONTRATADO, aberta exclusivamente para a movimentação e controle dos recursos financeiros destinados a consecução do objeto do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 O CONTRATADO será responsável pela execução administrativa, financeira e pela supervisão operacional das capacitações que serão realizadas por intermédio do presente Contrato de Programa, compreendendo:

- a) as ações de orçamentação, aquisição e contratação de bens e serviços, tais como: apostilas, pastas, canetas, blocos, crachás, pinceis, papel A4, confecção de banners em lona (1.20X80) com 02 (duas) logomarcas, locação de equipamentos audiovisual, passagens aéreas/diárias/honorários aos palestrantes, monitores e facilitadores, aquisição de livros e/ou assinatura de revistas, inscrição em eventos científicos para divulgação das atividades realizadas e incentivo a publicização de experiências de EPS na Região Oeste e coffee-break;
- b) o empenhamento, liquidação e pagamento das despesas necessárias ao desenvolvimento do objeto;
- c) os registros contábeis, a prestação de contas ao CONTRATANTE e a publicidade dos atos no portal de transparência;
- d) o contato com os integrantes da Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES) e com os Secretários Municipais de Saúde sobre as inscrições, a logística de transporte e sobre o local do evento e das refeições;
- e) a análise e supervisão dos projetos de capacitação propostos pelas Universidades.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS ENTIDADES PARCEIRAS

4.1 Colaboram com as partes acima qualificadas no projeto de execução das ações de Educação Permanente em Saúde (EPS), a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), a Universidade Central de Educação Faem Faculdades (UCEFF) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC CAMPUS CHAPECÓ).

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

##### 5.1 Obriga-se o CONTRATADO:

- a) abrir uma conta corrente para movimentação dos recursos financeiros destinados às ações da Educação Permanente em Saúde (EPS);
- b) contratar um estagiário para auxiliar na operacionalização da execução do objeto;
- c) observar as responsabilidades previstas na Cláusula Terceira do presente instrumento;
- d) analisar e responder os questionamentos suscitados pelo CONTRATANTE e pelas entidades parceiras;
- e) comunicar ao CONTRATANTE sempre que houver alterações nas condições firmadas no presente instrumento;
- f) informar ao CONTRATANTE, por meio de comunicação formal (ofício/e-mail/relatório), o custo de cada ação de EPS proposta;
- g) fiscalizar a execução do Contrato de Programa.

##### 5.2 Obriga-se o CONTRATANTE:

- a) avaliar as propostas de projetos de EPS apresentados nas reuniões da CIR Oeste;
- b) indicar e liberar, mediante carta de liberação, os profissionais do município para participar das atividades de EPS em conformidade com a área de atuação;
- c) garantir o transporte dos profissionais até o local de realização das atividades de EPS;
- d) garantir a alimentação dos profissionais nos dias das atividades;
- e) repassar para o CONTRATADO os recursos destinados à execução das ações de EPS, proporcionalmente ao número de profissionais inscritos;
- f) garantir que os profissionais possam replicar as atividades em seu espaço de trabalho;
- g) realizar a avaliação dos profissionais liberados para participação das atividades de EPS conforme demanda da Câmara Técnica da CIES;
- h) realizar avaliação das ações de EPS realizadas anualmente, conforme demanda da Câmara Técnica da CIES.

##### 5.3 Obriga-se a Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES):

- a) elaborar propostas e projetos de EPS (Gestão Administrativa e Pedagógica), apresentando-os em reunião ordinária da CIR para análise, discussão e aprovação;
- b) submeter ao CONTRATADO os projetos aprovados pela CIR com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência do início das atividades;
- c) indicar profissionais de referência para o desenvolvimento das atividades;
- d) identificar local e infraestrutura para o desenvolvimento das atividades;
- e) divulgar as ações propostas para a região, assim como as ações realizadas na região;
- f) dar suporte aos palestrantes/monitores/facilitadores;
- g) distribuir as vagas disponíveis para cada atividade/município;
- h) coordenar as inscrições para cada atividade/município;
- i) providenciar as listas de presença;

- j) definir os materiais a serem utilizados em conformidade com o projeto;
- k) organizar os materiais para as atividades;
- l) enviar os certificados/declarações de participação;
- m) acompanhar e dar suporte as atividades desenvolvidas pelo CONTRATADO;
- n) alimentar o Observatório de Educação Permanente em Saúde de SC com todas as ações desenvolvidas na região;
- o) providenciar formulário de avaliação das atividades, compilar e divulgar os resultados;
- p) acompanhar o desenvolvimento das atividades/aulas;
- q) apresentar relatório detalhado das atividades desenvolvidas, por ação de EPS, ao CONTRATADO, em até 15 (quinze) dias, contados da realização da capacitação.

#### 5.4 Obrigam-se os Estabelecimentos de Ensino (Universidades e Instituto Federal de Santa Catarina):

- a) submeter os projetos à CIES para o desenvolvimento das ações propostas no PAREPS,
- b) liberar os professores/profissionais do quadro da instituição, gratuitamente, para ministrarem os conteúdos programados pela CIES e aprovados pela CIR;
- c) realizar a gestão pedagógica dos projetos propostos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PÚBLICO ALVO DAS AÇÕES EPS

6.1 São potencialmente participantes das ações de EPS os profissionais da equipe multiprofissional e multidisciplinar dos municípios, definidos pelo Secretário Municipal de Saúde, respeitando o quadrilátero da educação permanente em saúde, assim compreendidos:

- a) profissionais de Saúde: cirurgião-dentista, assistente social; profissional de educação física; farmacêutico; fisioterapeuta; fonoaudiólogo; profissional com formação em arte e educação (arte educador); nutricionista; psicólogo; médico, enfermeiro, terapeuta ocupacional; médico ginecologista/obstetra; médico homeopata; médico pediatra; médico veterinário; médico psiquiatra; médico geriatra; médico internista (clínica médica); médico do trabalho; médico acupunturista; profissional de saúde sanitaria; auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem, auxiliar de laboratório, agente comunitário de saúde, agente de endemias, técnico de vigilância sanitária, técnico de vigilância em saúde, auxiliar de saúde bucal, técnico de saúde bucal;
- b) profissionais de outras áreas: pedagogo e demais docentes, técnico administrativo, telefonista, recepcionista, motorista, gestores e administradores e representantes do controle social.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CURSOS E CARGA HORÁRIA DAS AÇÕES EPS

7.1 Os cursos serão realizados em conformidade com o PAREPS da Região Oeste/SC, apresentando estreita relação com os temas abaixo relacionados:

- a) estratégias para realização e organização de trabalhos em grupo;
- b) práticas integrativas e complementares relacionadas às doenças crônicas não transmissíveis;
- c) inclusão social dos portadores de deficiências;
- d) diagnóstico precoce das deficiências através das análises comportamentais;
- e) na área de saúde mental - instrumentalização de equipe multiprofissional para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos usuários com transtornos mentais incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras drogas;
- f) na área de urgência e emergência - instrumentalização de equipe multiprofissional da Atenção Básica e dos Hospitais de pequeno porte para o manejo de usuários com alterações cardiovasculares, neurológicas, oncológicas, politraumas, distúrbios psiquiátricos, acidentes com animais peçonhentos, entre outros;
- g) elaboração, implantação, capacitação e implementação de protocolos assistenciais, tanto para equipes de Atenção Básica como para Hospitais de pequeno porte;
- h) na área de saúde da mulher - instrumentalização de equipe multiprofissional para a qualificação do pré-natal na Atenção Básica, com foco na prevenção de agravos, tratamentos com práticas integrativas e complementares, preparação para o parto e acompanhamento puerperal e do recém-nascido em conformidade com as normativas da rede cegonha. Assim como momentos de qualificação para as equipes dos hospitais de pequeno porte, na lógica de qualificar a atenção ao parto e puerpério imediato;
- i) estratégias para trabalhar o planejamento sexual e reprodutivo;
- j) qualificação para utilização dos Sistemas de Informação em Saúde;
- k) estratégias de integração entre vigilância em saúde e atenção básica; e
- l) oficinas de desenvolvimento humano.

7.2 A carga horária mínima de cada atividade será de 16 horas.

7.3 Poderão ser incluídas novas demandas de atualização e/ou capacitação em conformidade com a realização da revisão do PAREPS.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DE BENS E DE PESSOAL

8.1 Fica estabelecido que poderá o CONTRATANTE transferir bens e pessoal para o CONTRATADO, afim de dar execução aos serviços objeto do presente Contrato de Programa.

8.2 As despesas do pessoal transferido ficam por conta do CONTRATANTE.

8.3 Os bens transferidos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO serão revertidos por ocasião da rescisão ou no término da vigência do presente Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO DE PROGRAMA

9.1 O presente Contrato de Programa vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado até pelo tempo necessário à conclusão do Plano Regional de Educação Permanente em Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA

10.1 O CONTRATANTE inadimplente com o CONTRATADO será notificado formalmente para regularizar a pendência em até 30 (trinta) dias, sob pena de ser excluído do Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES



11.1 O descumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato de Programa obriga a parte que deu causa a pagar, a outra, o equivalente ao percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 O presente Contrato de Programa poderá ser rescindido por:

- a) descumprimento de qualquer das obrigações respeitantes à execução do objeto;
- b) superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne inexecutável;
- c) ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 dias, respeitando as metas em curso constante no Contrato de Programa.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1 A fiscalização do presente Contrato de Programa é de responsabilidade dos Controladores Internos das partes contratantes, com a incumbência de exercerem o amplo controle e irrestrita fiscalização sobre a execução contratual.

13.2 Compete aos Fiscais do Contrato de Programa, dentre outras atribuições:

- a) solicitar ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS as providências necessárias ao bom andamento deste Contrato de Programa, anexando aos autos do processo correspondente os documentos escritos que comprovem as solicitações de providências;
- b) elaborar relatório das ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato de Programa, notificando e advertindo a parte interessada de tudo o que for constatado;
- c) encaminhar relatório circunstanciado ao CONTRATANTE e às ENTIDADES PARCEIRAS para que tomem as medidas legais cabíveis, sob pena de comunicação dos fatos aos órgãos de controle externo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A comunicação entre as partes integrantes deste Contrato de Programa deverá ser sempre por escrito.

14.2 As partes contratantes se obrigam a cumprir fielmente as condições pactuadas no presente Contrato de Programa.

14.3 O Presidente e o Diretor do CONTRATADO não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato de Programa, salvo se praticarem atos em desconformidade com a lei e com as disposições do presente instrumento.

14.4 Os casos omissos serão resolvidos à luz do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 Para dirimir e julgar as questões decorrentes da execução deste Contrato de Programa, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente Contrato de Programa, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Chapecó, 01 de outubro de 2019.

CIS-AMOSC	MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE
NÉVIO ANTONIO MORTARI	CELSO MATIELLO

### CIS/AMVI

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2019 - CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Publicação Nº 2215022

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 108/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019

(Vigência de 04/11/2019 até 22/04/2020)

CONTRATAÇÃO DE LICITANTE NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA ATENDER SALDO REMANESCENTE NOS TERMOS DO INCISO XI, ART. 24 DA LEI 8.666/1993

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, considerando que a licitante vencedora SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. – CNPJ 05.531.725/0001-20 (Ata de Registro de Preços nº 104/2019) solicitou reequilíbrio econômico-financeiro para o item 277, ou, alternativamente, o cancelamento do registro; e considerando que CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., 7ª colocada na ordem de classificação, manifestou aceite em fornecer o saldo remanescente do item em condição mais vantajosa, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2019, habilitar CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.652.030/0001-70, situada à Rodovia BR 480, 795, Bairro Centro, CEP 99740-000, na cidade de Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada pelo Sr. Edivar Szymanski, para fornecimento do saldo remanescente do item abaixo relacionado, constante(s) da ATA GERAL DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019, e sujeitando-se ao disposto na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de saldo remanescente do medicamento abaixo relacionado,

conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2019.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 15 (quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2019, na forma programada pelo Consórcio Público.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

## 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas são os que seguem:

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
277	Prednisolona Fosfato Sódico, 3mg/ml, solução oral, frasco com 30ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	HIPOLABOR	993.200 ML	R\$ 0,052	R\$ 51.646,400

## 3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade desta Ata de Registro de Preços será de 04/11/2019 até 22/04/2020).

## 4. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o CISAMVI deverá:

3.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

3.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado;

3.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento;

4.4.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

4.5 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando este as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

## 5. DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s), penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital.

5.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

5.3 A quantidade relacionada neste documento serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

5.4 Caso a empresa fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, o(s) fornecedor(es) vencedor(es) deverá(ão) substituir o produto, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação para o produto substituto proposto.

5.5 Todas as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2019 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

5.6 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

Blumenau-SC, 31 de outubro de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

Edivar Szymanski

CENTERMEDI COMÉRCIO DE

PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2019 - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.**

Publicação Nº 2215024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Nº 109/2019  
POR FORNECEDOR  
PREGÃO ELETRÔNICO 05/2019  
(Vigência de 06/11/2019 até 22/04/2020)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, considerando que a licitante vencedora SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. – CNPJ 05.531.725/0001-20 solicitou o cancelamento do item 325 da Ata de Registro de Preços nº 104/2019; e considerando que CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., 3ª colocada na ordem de classificação do certame para fornecimento do item, manifestou aceite em fornecer o saldo remanescente do fármaco, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2019, habilitar CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.782.733/0001-49, situada à Rua Severino Augusto Pretto, 560, Bairro Santo Antônio, CEP 95960-000, na cidade de Encantado/RS, neste ato representada pela Sra. Renata Casagrande Galiotto, para fornecimento do saldo remanescente do item abaixo relacionado, constante(s) da ATA GERAL DE REGISTRO DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2019, e sujeitando-se ao disposto na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de MEDICAMENTOS, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2019.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 15 (quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2019.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ 05.782.733/0001-49					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
325	Valsartana, 160mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	NOVARTIS	16.560 CPR	R\$ 2,591	R\$ 42.906,960

**3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até 22/04/2020 (06/11/2019 até 22/04/2020).

**4. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações em seus quantitativos, ressalvado o limite que trata o §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

3.2 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3.3 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o CISAMVI deverá:

3.3.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.3.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.4 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

3.4.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado;

3.4.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento;

3.4.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

4.5 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando estas medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.6 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

**5. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

4.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s), penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital.

5.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

5.3 A quantidade relacionada no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 05/2019 serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

5.4 Caso a empresa fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, o(s) fornecedor(es) vencedor(es) deverá(ão) substituir o produto, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação para o produto substituto proposto.

5.5 Todas as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2019 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

5.6 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

Blumenau-SC, 04 de novembro de 2019.

Cleones Hostins  
Renata Casagrande Galiotto

Diretor Executivo - CISAMVI  
CIAMED DISTRIB. MEDIC. LTDA.

## CISNORDESTE

### RESOLUÇÃO 29/2019

Publicação Nº 2215883

Resolução nº 29/2019

Autoriza a inclusão de procedimentos oftalmológicos na tabela do CISNORDESTE/SC e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina – CISNORDESTE/SC, Sr. Júlio Cesar Ronconi, Prefeito Municipal de Rio Negrinho, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento às disposições do Contrato de Consórcio Público do CISNORDESTE/SC, art. 78 e seguintes do Regimento Interno do CISNORDESTE/SC, considerando as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05, e, conforme deliberado na 3ª Reunião Ordinária do Conselho Administrativo realizada em 22/10/2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a contratação dos seguintes serviços de saúde com pagamento de prêmio, conforme tabela abaixo, que passam a fazer parte da tabela de serviços do CISNORDESTE/SC:

CÓDIGO	PROCEDIMENTO	PREÇO SUS	PRÊMIO	CISNORDESTE
0405030215	Retinopexia pneumática	R\$ 389,64	R\$ 195,36	R\$ 585,00
0405040199	Tratamento cirúrgico de xantelasma	R\$ 116,42	R\$ 178,58	R\$ 295,00
0405050070	Correção cirúrgica de hérnia de íris	R\$ 259,20	R\$ 130,80	R\$ 390,00
0405050127	Fototrabeculoplastia a laser	R\$ 45,00	R\$ 75,00	R\$ 120,00
0405050267	Sinequiólise Yag Laser	R\$ 45,00	R\$ 75,00	R\$ 120,00

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joinville, 04 de novembro de 2019.  
Júlio Cesar Ronconi  
Prefeito de Rio Negrinho  
Presidente do CISNORDESTE/SC



**LAMBARI****PROC. LICITATÓRIO Nº05\_2019 - PREGÃO 01/2019**

Publicação Nº 2215842

**EDITAL DO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 01/2019**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 05/2019**

O **Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense – CONSÓRCIO LAMBARI**, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 04.536.794/0001-63, com sede na Rua Marechal Deodoro nº 772, 12º Andar do Edifício Mirage Office, Centro, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Volnei Antonio Schmidt, no uso de suas atribuições, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA** tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, em **REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA, NA FORMA DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, visando o fornecimento do objeto abaixo indicado para o CONSÓRCIO LAMBARI, observadas as condições do edital que rege este pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem, nas disposições da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

**TIPO:** Menor Preço GLOBAL

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** das 08h do dia 07/11/2019 até às 08h30min do dia 20/11/2019.

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** das 09h01min às 09h30min do dia 20/11/2019.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** às 09h31min do dia 20/11/2019.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF)

**PLATAFORMA ELETRÔNICA:** [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) “Acesso Identificado”

Formalização de consultas/encaminhamentos:

**LOCAL:** Sede do CONSÓRCIO LAMBARI

**ENDEREÇO:** Rua Marechal Deodoro, nº 772, 12º andar, sala 1201, Edifício Mirage Office, Centro, Concórdia, SC. CEP 89.700-905

**Pregoeiro(a):** Vanderlei Roberto Picinini

**E-mail:** [lambari@consorciolambari.sc.gov.br](mailto:lambari@consorciolambari.sc.gov.br) [vanderlei@amauc.org.br](mailto:vanderlei@amauc.org.br)

**Telefone:** (49) 3482-3500

**1 – DO OBJETO**

1.1 – Objeto do certame é a contratação de empresa especializada para execução de serviços de complementação da SUPERVISÃO E DE SUBSÍDIOS À FISCALIZAÇÃO de SERVIÇOS RODOVIÁRIOS decorrentes de conservação estrutural, terraplanagem, pavimentação, drenagem, obras complementares, materiais asfálticos, conservação rodoviária, limpeza de

plataforma, sinalização, e serviços em rodovias não pavimentadas, todas previstas no Plano Rodoviário Estadual de Santa Catarina, aprovados pelo Decreto Estadual 759, de 21 de dezembro de 2011, nos municípios consorciados e identificadas neste Edital, conforme especificações constantes no Termo de Referência que compõe o ANEXO I deste Edital, para atender as necessidades do Consórcio.

1.2 – Os serviços a serem prestados e materiais a serem fornecidos, suas respectivas especificações técnicas e obrigações, bem como as exigências a serem cumpridas pela empresa vencedora estão definidos no Termo de Referência, baseados nos valores constantes da Tabela Referencial de Preços do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e Sistema Nacional de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI.

1.3 – O objeto da licitação compreende a supervisão e fiscalização na região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAU), Estado de Santa Catarina, identificada no Termo de Referência, Anexo I, parte integrante deste Edital, observadas as disposições deste Edital.

1.4 – Na fase inicial serão autorizados até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo previsto para execução dos serviços objeto da licitação, podendo ser ampliado mediante disponibilidade orçamentária do Consórcio.

## **2 – DA PARTICIPAÇÃO E OBTENÇÃO DO EDITAL**

2.1 – Qualquer pessoa jurídica que tenha objeto similar a esta contratação poderá participar desta Licitação.

2.2 – O presente Edital estará à disposição dos interessados na sede do CONSÓRCIO LAMBARI sito à Rua Marechal Deodoro nº 772, 12º Andar, Edifício Mirage Office, Centro, Concórdia/SC Cep 89.700-905 e ou pelo site: [www.consorciolambari.sc.gov.br](http://www.consorciolambari.sc.gov.br)

## **3 – ÓRGÃO PARTICIPANTE**

A entidade interfederativa denominada Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense – CONSÓRCIO LAMBARI é o Órgão Participante do presente processo licitatório.

## **4 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

4.1 – O Pregão, na forma Eletrônica, será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) do Portal de Compras Públicas.

4.2 – A Sessão eletrônica e todos os demais Atos Administrativos serão conduzidos pelo Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense - CONSÓRCIO LAMBARI, por intermédio de seu Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para plataforma digital constante da página eletrônica do Portal de Compras Públicas. ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)).

## **5 – RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO**

5.1 - O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

5.2 - As propostas deverão ser cadastradas no sistema eletrônico ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)), podendo ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora previstas para recebimento da proposta.

5.3 - O acompanhamento do Sistema Eletrônico é responsabilidade do Fornecedor para todas as fases do presente Procedimento Administrativo.

## **6 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

6.1 - Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital, seus Anexos e nos demais regramentos/normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

6.2 - Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação exigida pelas Normativas do CONSÓRCIO LAMBARI junto ao Portal de Compras Públicas para respectivo cadastramento.

6.3 - É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

6.4 - Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente, ou ainda Suspensa de Participar de Licitação.

6.5 - O licitante deverá ter feito a adesão ao Portal de Compras Públicas, sendo sua a responsabilidade pela tramitação prévia neste sentido.

## **7 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

7.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

7.1.01 - acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

7.1.02 - responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

7.1.03 - abrir as propostas de preços;

7.1.04 - analisar a aceitabilidade das propostas;

7.1.05 - desclassificar propostas indicando os motivos;

7.1.06 - conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

7.1.07 - verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

VIII - declarar o vencedor;

IX - receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

X - elaborar a ata da sessão;

XI - encaminhar o processo à autoridade superior para homologação.

### **CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO:**

7.2 - Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, ambas intransferíveis e de responsabilidade única do Usuário, obtidas junto ao Portal de Compras Públicas.

7.3 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do Usuário ou por iniciativa do Portal de Compras Públicas.

7.4 – É de exclusiva responsabilidade do Usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal de Compras Públicas ou ao CONSÓRCIO LAMBARI a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.5 – O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados, a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, bem como a aceitabilidade no que se refere as regras dos editais eletrônicos que escolher participar.

#### **PARTICIPAÇÃO**

7.6 – A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

7.7 – Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.8 – A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e obrigará o proponente vencedor a entrega dos produtos nas condições, locais e prazos definidos.

#### **PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

7.9 – O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do contrato previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e aceitação das regras de cumprimento de suas obrigações.

7.10 – No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas, no campo próprio, as especificações, marcas/modelos, preços unitários e totais de todos os itens ofertados.

7.11 – O objeto deverá estar total e estritamente dentro das especificações contidas para o Edital.

7.12 – Fica vetada a identificação da Empresa em qualquer campo da proposta, tal como timbres, abreviações (relacionadas a empresas), telefones e etc., o descumprimento do mesmo acarretará na desclassificação prévia da Empresa.

7.13 – O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

7.14 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

7.15 – A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, sob pena de decair seu Direito de Pequena Empresa, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC Federal nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos na lei.

7.16 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais legislações brasileiras.

7.17 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

7.18 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital e nas demais legislações brasileiras.

7.19 – Até a data limite para a apresentação da proposta, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada. Após a data limite, não poderá haver desistência da proposta, salvo aceitação de justificativa pelo CONSÓRCIO LAMBARI.

7.20 – O prazo de validade da proposta de preços não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da abertura das propostas virtuais.

7.21 – Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta licitação.

7.22 – Os preços propostos deverão consignar as isenções e benefícios decorrentes das normas aplicáveis e devem ser previstas as desonerações decorrentes dos Convênios no âmbito do CONFAZ, em especial o Convênio CONFAZ ICMS 87/02 e alterações, devendo o contribuinte demonstrar a dedução, expressamente, nas propostas deste certame e nos documentos fiscais.

7.23 – Para composição do preço unitário e total, os participantes deverão considerar até 02 (dois) dígitos após a vírgula. No fornecimento posterior, a totalização do pedido contabilizado

(total da Nota Fiscal) será de dois dígitos após a vírgula. Se houve algum dígito a mais, não importa a quantidade, será desconsiderado.

7.24 – A apresentação de proposta importa no compromisso, pelo licitante, com o cumprimento dos respectivos métodos de controle de qualidade e da sistemática de certificação de conformidade, existentes atualmente, e qualquer incremento que seja realizado pelas entidades de controle do Objeto desta licitação, não importará em custos a mais para o contrato, mesmo que a licitante precise entregar produto de melhor qualidade.

## **8 – ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

- 8.1 – A partir do horário previsto no Edital e no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 8.2 – Serão verificadas as propostas apresentadas e desclassificadas, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 8.3 – Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 8.4 – Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputas e ordenadas por valor, de forma decrescente.
- 8.5 – Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor, mantendo-se em sigilo a identificação de todos os demais ofertantes.
- 8.6 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 8.7 – Os itens, caso existentes, poderão ser disponibilizados por grupo, para otimização dos trabalhos do Pregoeiro e da Equipe de Apoio e a disputa de lances poderá se estender para outros dias, se necessário.
- 8.8 – Poderão ser ofertados lances intermediários, na impossibilidade de cobrir o menor preço, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido.
- 8.9 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.10 – Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante.
- 8.11 – No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

- 8.12 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (*e-mail*) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

**(FECHAMENTO RANDÔMICO)**

8.13 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo, em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances.

8.14 – Face à imprevisão do tempo extra, as Empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

8.15 – Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

8.16 – O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.17 – Posteriormente, os documentos de habilitação da empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data do final da sessão pública virtual, juntamente com a proposta de preços com os valores oferecidos, para a Sede do CONSÓRCIO LAMBARI:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI  
CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI  
Rua Marechal Deodoro nº 772, 12º Andar, Edifício Mirage Office Centro,  
Concórdia/SC, CEP 89.700-905  
Pregoeiro: Vanderlei Roberto Picinini  
Telefone/Fax: (49) 3482-3500  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS/LICITAÇÕES

8.18 – A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 8.17.

8.19 – O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções previstas no item 16, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

8.20 – Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa, o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

8.21 – Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

8.22 – Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço que foi habilitado.

8.23 – Quando for constatado o empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da LC Federal 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor da ME/EPP, desde que tenha declarado esta opção no Credenciamento. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública. Se aceitar a referida diminuição para o valor estimado, será Declarada Vencedora no Pregão, do contrário, poderá ser negociado valor com as empresas subseqüentes.

## 9 – PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

9.1 – A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro, a Proposta de Preços escrita, com os valores oferecidos, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no prazo estipulado no item 8.17, deste Edital (**ANEXO II**).

### NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:

- I – o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual, número de telefone, fax e e-mail;
- II – datas em suas folhas, devidamente assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- III – nos preços propostos, a inclusão de todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, composição do BDI, encargos sociais e inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da Legislação Tributária, Social, Trabalhista e Previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto desta Licitação;
- IV – o prazo de validade da proposta de preços, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da abertura das propostas virtuais;
- V – discriminação, em moeda corrente nacional, dos **preços dos itens**, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;
- VI – valor unitário e valor total com a quantidade estimada;



- VII – composição analítica das taxas de percentuais de encargos sociais;
  - VIII – composição analítica das taxas de custos administrativos;
  - IX – composição analítica da taxa de despesas fiscais;
- a) Não será admitida a inclusão de IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) nas taxas de Despesas Fiscais.

X – na composição analítica das taxas de Encargos Sociais, de Custos Administrativos, e de Despesas fiscais, o atendimento às legislações trabalhista e tributária vigentes, além de cláusulas firmadas em acordos coletivos de classe;

XII – dados bancários, dados do representante legal, declaração de domicílio eletrônico e declaração de assinatura por certificação digital, conforme **ANEXO III**.

9.2 - O valor global máximo que o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense - CONSÓRCIO LAMBARI se propõe a pagar pelo objeto desta licitação é R\$ 212.976,45 (duzentos e doze mil novecentos e setenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

9.3- Deverão ser observados os seguintes valores:

- XI – encargos Sociais: Valor mínimo de 81,00% (oitenta e um por cento);
- XII – custos Administrativos: Valor máximo 30,00% (trinta por cento);
- XIII – taxa de Remuneração de Escritório: Valor máximo 12,00% (doze por cento);
- XIV – despesas fiscais: Valor mínimo de 12,68% (doze vírgula sessenta e oito por cento).

## 10 – DA HABILITAÇÃO

10.1 – Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue dentro do prazo estabelecido no item 8.17, contendo a seguinte indicação:

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI  
CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI  
SEDE DO CONSÓRCIO LAMBARI  
PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 01/2019  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 005/2019  
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)**

10.2 – Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

### HABILITAÇÃO JURÍDICA

I – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (de acordo com as exigências do Novo Código Civil), a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores;

II – caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF – Cadastro de Pessoa Física

do Ministério da Fazenda, a fim de comprovar os poderes do outorgante; III – declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo **(ANEXO IV)**;

**Obs.:** Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva, comprovando essa condição.

IV – a condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverá ser comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

a) empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:  
Comprovação de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal,  
<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/aplicacoes.aspx?id=21>;

b) declaração firmada pelo representante legal da empresa ou seu procurador, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal 123/06, conforme modelo **(ANEXO V)**.

c) os documentos relacionados nos subitens anteriores, para efeito de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderão ser substituídos pela Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos da Instrução Normativa do DNRC nº 103, publicado no D.O.M do dia 22/05/2007.

d) esta Certidão terá validade até o prazo de 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício em que foi emitida para os casos em que a emissão tenha sido a partir de 1º de maio de 2013.

V – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

#### **HABILITAÇÃO FISCAL**

VI – certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

VII – prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

VIII – prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

IX – prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);

X – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440/2011;

#### **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA**

XI – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. O balanço das Sociedades Anônimas ou por Ações, deverá ser apresentado em publicação no “Diário Oficial”, as demais empresas deverão apresentar fotocópia autenticada das folhas do livro “Diário” onde o balanço se acha regularmente transcrito, (com fotocópias autenticadas da página de abertura e da página de fechamento desse Livro Diário);

XII – demonstrações contábeis, no balanço do último exercício financeiro, devendo a empresa apresentar os cálculos de:

a) “Índice de Liquidez Geral”, aplicando a seguinte

$$\text{fórmula: } ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \quad \text{resultando } ILG \geq 1$$

Onde: ILG - Índice de Liquidez Geral;

AC - Ativo Circulante;

RLP - Realizável a Longo Prazo;

PC - Passivo Circulante;

ELP - Exigível a Longo Prazo.

OBS.: Será considerada inabilitada a empresa cujo “Índice de Liquidez Geral” for inferior a 1 (um).

b) “Índice de Solvência Geral”, aplicando-se a seguinte fórmula:  $ISG = \frac{AT}{PC + ELP}$

$$\text{resultando } ISG \geq 1 \quad \text{onde: } ISG = \text{Índice de Solvência Geral; } AT = \text{Ativo Total } PC = \text{Passivo Circulante;}$$

ELP = Exigível a Longo Prazo.

OBS.: Será considerada inabilitada a empresa cujo “Índice de Solvência Geral” for inferior a 1(um).

c) “Índice de Liquidez Corrente”, aplicando-se a seguinte fórmula:  $ILC = \frac{PC}{AC}$

PC

resultando  $ILC \geq 1$

onde: ILC = Índice de Liquidez Corrente;

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante.

OBS.: Será considerada, inabilitada a empresa cujo “Índice de Liquidez Corrente” for inferior a 1(um).

XIII – Certidão(ões) Negativa(s) de Pedido de Recuperação Judicial ou Concordata, expedida(s) até 60 (sessenta) dias antes da data limite para apresentação das propostas, a(s) qual(is) deve(m) ser expedida(s) pela Corregedoria ou por órgão correspondente do Estado ou do Distrito Federal, ou do Fórum da Comarca, onde está sediada a empresa, devendo as empresas sediadas no Estado de Santa Catarina verificarem as exigências do Poder Judiciário, quanto à expedição da(s) certidão(ões) nos sistemas SAJ e eproc, para fins de validade;

XIV – **DECLARAÇÃO** expressa de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de acordo com o que estabelece o Decreto Federal nº 4.358, de 05/09/2002, conforme modelo constante do **ANEXO VI**;

### QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

XV – prova de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) com jurisdição no Estado onde está sediada a empresa, com validade na data limite de entrega da documentação e das propostas;

XVI – comprovante de aptidão (em nome do licitante) para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado emitido por entidade pública ou empresa privada (com identificação do emitente, descrição das obras e serviços executados e assinada por pessoa devidamente identificada, hábil a responder em nome do emitente), acompanhado da ART ou Acervo Técnico emitido pelo CREA, indicando que a proponente tenha executado obras/serviços com características

semelhantes ao objeto deste Edital, de acordo com as especificações técnicas dos serviços contidos no Termo de Referência;

XVII – demonstração de capacitação técnico-profissional através de comprovação de o proponente possuir em seu quadro de funcionários, ou como prestador de serviços, na data prevista para entrega da proposta, ENGENHEIRO CIVIL, o qual será obrigatoriamente o profissional preposto, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CREA, por execução de obras/serviços de características semelhantes às do objeto do Edital, devendo juntar para tais comprovações os seguintes documentos:

a) cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o responsável indicado pertence ao quadro de funcionários da empresa, ou é prestador de serviços para a empresa;

b) certidão de Acervo Técnico (CAT) Profissional emitido pelo CREA deste mesmo profissional que comprove ter o mesmo se responsabilizado por obras/serviços com características semelhantes às do objeto deste Edital.

XVIII – demonstração de capacitação técnico-profissional através de comprovação de o proponente possuir em seu quadro de funcionários, ou como prestador de serviços, na data prevista para entrega da proposta, LABORATORISTA, mediante comprovação de que o mesmo tenha executado obras/serviços de características semelhantes às do objeto do Edital, devendo juntar para tais comprovações os seguintes documentos:

XIX – cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o responsável indicado pertence ao quadro de funcionários da empresa, ou é prestador de serviços para a empresa.

XX – demonstração de capacitação técnico-profissional através de comprovação de o proponente possuir em seu quadro de funcionários, ou como prestador de serviços, na data prevista para entrega da proposta, TOPOGRÁFO, mediante comprovação de que o mesmo tenha executado obras/serviços de características semelhantes às do objeto do Edital, devendo juntar para tais comprovações os seguintes documentos:

a) cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que o responsável indicado pertence ao quadro de funcionários da empresa, ou é prestador de serviços para a empresa.

XXI – nominata do pessoal técnico mínimo disponível para os serviços, sendo que o Engenheiro Civil Supervisor deverá ser aquele indicado no **ANEXO VII**, anexando-se também os “curriculum vitae” desses profissionais (conforme modelo constante do **ANEXO VIII**);

a) comprovação de o proponente possuir em seu quadro de funcionários, ou como prestador de serviços, na data prevista para entrega da proposta, o pessoal técnico mínimo exigido através da apresentação de Cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal que comprove, nos termos da legislação vigente, que pertence ao quadro de funcionários da empresa, ou é prestador de serviços para a empresa;

XXII – comprovação de que a empresa interessada tomou conhecimento das especificações e normas pertinentes à execução dos serviços (conforme modelo constante do **ANEXO IX**).

XXIII – comprovação de que possui equipamentos laboratoriais necessários as análises de concreto e asfalto conforme anexos do Edital, podendo esta comprovação se dar através de contrato de prestação de serviços com terceiros desde que o laboratório em questão possua todas as licenças de funcionamento necessárias.

10.3 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, apresentada a documentação, eventual restrição poderá ser sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração, após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura do contrato, na forma das Leis Complementares Federais nº 123/06 e 147/2014.

10.3.1 – A não regularização da documentação no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo facultado ao CONSÓRCIO LAMBARI convocar os Fornecedores, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

10.4 – Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

10.5 – Em todas as hipóteses referidas neste Edital, não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido, bem como não serão aceitos, em nenhuma hipótese, “protocolo” de documento necessário à habilitação.

10.5.1 – Os documentos apresentados sem prazo de validade serão considerados válidos por 120 (cento e vinte) dias após a sua expedição.

## **11 – DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA**

- 11.1 – Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e no Contrato;
- 11.2 – Alocar profissionais especializados para o desenvolvimento dos trabalhos conforme o solicitado;
- 11.3 – Alocar durante todo o período dos serviços ao menos um profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA, acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas similares às do objeto deste Edital;
- 11.4 – Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse do Contratante em relação a serviços que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços;
- 11.5 – Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância do Contratante;
- 11.6 – Providenciar junto ao CREA, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente;
- 11.7 – Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional ao Contratante;
- 11.8 – Não subcontratar nenhum serviço sem o prévio conhecimento e consentimento do Contratante;

- 11.9 – Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os equipamentos de proteção individuais (EPI's) necessários, observando e cumprindo as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;
- 11.10 – Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares, cabendo à Contratada todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor;
- 11.11 – Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;
- 11.12 – Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato de Classe, a que seus empregados estiverem filiados, sem ônus adicional ao Contratante;
- 11.13 – Fornecer, mensalmente, declaração por escrito, sob as penas da lei, de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do contrato, de acordo com o disposto no art. 71, da Lei Federal nº 8.666/93, sem o prejuízo da consulta acerca da regularidade trabalhista prevista no art. 29, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93;
- 11.14 – Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos;
- 11.15 – A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Contratante, nem poderá onerar o objeto, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de responsabilidade, ativa ou passiva, com o Contratante;
- 11.16 – No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à Contratada formular imediata comunicação escrita ao Contratante, buscando o imediato encaminhamento do assunto de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços;
- 11.17 – Antecipar, sempre que possível, a execução dos serviços, visando garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos, a fim de compensar, preventivamente, a ocorrência de imprevistos que poderiam implicar em atraso futuro de etapas específicas de serviços;
- 11.18 – Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;
- 11.19 – Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do Contratante;
- 11.20 – Manter, durante todo o período da execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 11.21 – Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente edital;
- 11.22 – Iniciar os serviços, em até 15 (quinze) dias corridos a contar da ordem de serviço;
- 11.23 – Os serviços de mobilização e desmobilização de pessoal, ferramentas, equipamentos e demais necessidades deverão ser de responsabilidade da Contratada, devendo exceder total vigilância nos locais dos serviços, responsabilizando-se por furtos, roubos e atos de vandalismo que porventura vierem a ocorrer durante a execução da obra;
- 11.24 – Efetuar reunião, com a participação do Engenheiro Civil da Contratada e o Fiscal do Contratante, onde deverão ser entregues os diários de obra e emitido relatório que anotar as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 11.25 – Orientar a empreiteira na execução de todos os serviços contratados, no que diz respeito à interpretação das normativas de manutenção rodoviária;
- 11.26 – Acompanhar, com pessoal especializado e com instrumental apropriado, cada etapa de cada tipo de serviço, zelando pelo cumprimento das determinações emanadas das normativas vigentes, ditadas pela boa engenharia;
- 11.27 – A Contratada deverá fazer levantamento prévio, sempre que solicitado, através de drone, das áreas que receberão os serviços de manutenção rodoviária, estimando os quantitativos dos serviços necessários e sua localização. O levantamento deve ser encaminhado ao Contratante, através de filmagens e ortofotos, mapas ou cartogramas que possibilitem a identificação dos pontos levantados e relatórios de diagnóstico que contenham a descrição dos serviços necessários e suas respectivas quantidades. A entrega dessa documentação deverá ser de forma digital;
- 11.28 – A Contratada deverá realizar levantamento posterior, sempre que solicitado, à execução dos serviços de manutenção, através de drone, das áreas já diagnosticadas, possibilitando um comparativo visual e técnico. O levantamento deve ser encaminhado ao Contratante, através de filmagens e ortofotos, mapas ou cartogramas, incluindo relatório técnico descrevendo os serviços e comparando os quantitativos estimados com os efetivamente executados. A entrega dessa documentação deverá ser de forma digital;
- 11.29 – Verificar, amostrar e, se for o caso, receber cada uma das etapas dos serviços, compreendendo o acompanhamento e verificação dos materiais extraídos de jazidas de solos, areais e pedreiras, bem assim os industrializados (ligantes asfálticos, cimento, aço etc.) assim como das suas misturas e execução dos serviços; os ensaios tecnológicos serão executados pelos métodos fixados nas normas e instruções em vigor no DEINFRA e, na falta de estas, pelas equivalentes do DNIT ou ABNT;
- 11.30 – Observar a natureza e o número mínimo de ensaios, definidos pelas normas, métodos e instruções em vigor no DEINFRA, ficando, porém, a cargo do engenheiro da Contratada autorizar, mediante aprovação do engenheiro fiscal do Contratante, eventuais alterações na sistemática adotada ou no tipo de ensaios exigidos, em função da peculiaridade do trecho ou serviço;



- 11.31 – Ser capaz de executar serviços topográficos necessários à execução, controle e medições de todas as fases dos serviços, reavivando as amarrações e referências de nível, relocação e nivelamento do eixo, levantamento das seções transversais primitivas e demais serviços topográficos complementares;
- 11.32 – Realizar todos os ensaios necessários ou, quando especificamente autorizado pela fiscalização do Contratante, realizar os ensaios pelo sistema de amostragem, como forma de conferir a qualidade dos ensaios realizados pelas empreiteiras para os seus próprios controles; nesse caso, as dimensões das amostras dependerão da aderência dos resultados de ensaios da empreiteira com os da Contratada;
- 11.33 – Manter arquivados em pastas próprias, de forma organizada, todos os boletins de ensaios tecnológicos e levantamentos topográficos realizados, devendo todos os boletins e fichas de ensaios ser assinados e identificados, através de carimbo, pelo laboratorista e/ou topógrafo e pelo engenheiro da Contratada; ao final dos serviços ou do contrato, estes documentos deverão ser entregues para o Contratante, para guarda e arquivamento;
- 11.34 – Sustar, através de comunicações escritas às empreiteiras, os serviços que estejam sendo executados em desacordo com as especificações técnicas, bem assim as demais ocorrências capazes de interferir com o transcorrer normal do serviço, devendo tais atitudes da Contratada ser comunicadas, por escrito, ao Contratante;
- 11.35 – Exigir das empreiteiras o cumprimento das especificações ambientais e a execução das medidas de proteção ambiental previstas nas legislações vigentes, devendo realizar reuniões periódicas com as empreiteiras para o adequado planejamento da execução dos serviços e para a solução das pendências na área ambiental;
- 11.36 – Exigir que os serviços das empreiteiras sejam executados com segurança, requerendo uma sinalização adequada nas diversas frentes de serviços, e reportando sistematicamente, por escrito, ao Contratante sobre as condições da sinalização;
- 11.37 – Efetuar as medições mensais dos serviços executados pelas empreiteiras, medições essas que deverão ser assinadas e identificadas pela Contratada, pelo representante da empreiteira e pelo Fiscal do Contratante;
- 11.38 – Atuar como representante do Contratante na fiscalização dos serviços;
- 11.39 – Atentar para o cumprimento das cláusulas dos contratos vigentes entre o Contratante e as empreiteiras;
- 11.40 – Registrar nos respectivos “Diários de Obras” todos os eventos relevantes verificados nos serviços;
- 11.41 – Assessorar o Contratante na análise das reivindicações das empreiteiras, sob qualquer aspecto, como os relacionados com os prazos, custos, métodos executivos, soluções técnicas etc., com emissão de pareceres conclusivos sobre os assuntos;
- 11.42 – Emitir parecer conclusivo sobre qualquer assunto que envolva modificações de contratos, suspensão parcial ou total de serviços, execução de serviços não previstos nos contratos, modificações de preços unitários e composição de preços



de novos serviços, prorrogações de prazo, tendo em vista as repercussões destes assuntos nos custos e prazos contratuais;

- 11.43 – Diligenciar para o rigoroso cumprimento dos prazos de entrega ou conclusão, tanto da sua parte como das empreiteiras, de relatórios, medições, faturas e programações;
- 11.44 – Preparar todos os elementos de campo referentes aos serviços executados, necessários à elaboração das avaliações de serviços concluídos, para fins de pagamentos às empreiteiras, assumindo, solidariamente com o Contratante, a responsabilidade pelos dados constantes das medições, devendo o responsável pela Contratada assinar estes documentos, neles se identificando;
- 11.45 – Efetuar os controles físico-financeiros dos serviços, possibilitando à fiscalização conhecer, a cada momento, o seu andamento cronológico, quantitativo e financeiro, assegurando-lhe as necessárias condições de decidir, em tempo hábil, eventuais medidas cabíveis;
- 11.46 – Elaborar relatórios mensais, com modelos aprovados pelo Contratante, com informações sobre o andamento dos contratos de supervisão e sobre o andamento dos serviços, tanto sob os aspectos técnicos como os financeiros e os administrativos necessários para documentar e manter informada a fiscalização sobre o real andamento das diversas etapas dos serviços, os problemas verificados e as providências necessárias a serem tomadas;
- 11.47 – Ao final de cada serviço sob sua responsabilidade, a Contratada deverá elaborar o Relatório Final do serviço, com modelos aprovados pelo Contratante, informando o histórico dos serviços e seus antecedentes, todos os eventos técnicos, administrativos e financeiros relevantes ocorridos, e recomendações para os serviços de conservação rotineira;
- 11.48 – A Contratada deverá manter, em local indicado pela fiscalização do Contratante, um quadro permanentemente atualizado, que poderá ser eletrônico, mostrando a localização do seu pessoal.

## 12 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

- 12.1 – A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de **MENOR PREÇO, JULGAMENTO GLOBAL**, desde que atendidas às demais exigências deste Edital.

## 13 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 13.1 – Decairá do direito de impugnar os termos do Edital aquele que não o fizer até 2 (dois) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, até o dia **18/11/2019 17h30**, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.

*13.1.1 – Será admitida a Impugnação do Edital por intermédio de meio eletrônico, através da PLATAFORMA ELETRÔNICA: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) “Acesso Identificado”, ou através de peça original protocolada por meio físico, junto a Sede do CONSÓRCIO LAMBARI (Rua Marechal Deodoro, nº 772, 12º andar, sala 1201, Edifício Mirage Office, Bairro Centro, Concórdia, SC., CEP 89.700-905).*

- 13.2 – Caberá ao(à) Pregoeiro(a) decidir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre a Impugnação interposta no que se refere aos procedimentos de licitação, e a equipe técnica no que tange a avaliações dos produtos, normas e outros temas que não sejam de responsabilidade do(a) Pregoeiro(a).

- 13.3 – Se procedente e acolhida a Impugnação do Edital, seus vícios serão sanados, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

#### **14 – DO CONTRATO DE SERVIÇOS**

- 14.1 – As obrigações decorrentes das prestações de serviços previstas do objeto, constam do contrato a ser firmado entre o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense – CONSÓRCIO LAMBARI e o Contratado, nos termos da minuta prevista no **ANEXO X**.
- 14.2 – O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar e devidamente habilitado, será convocado a firmar o Contrato com o CONSÓRCIO LAMBARI, no prazo de 3 (três) dias úteis após a homologação, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração do Consórcio, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.
- 14.3 – O licitante que, convocado para assinar o Contrato, deixar de fazê-lo no prazo fixado, poderá sofrer as penalidades impostas por Lei, após regular Processo Administrativo.
- 14.4 – Na hipótese de o fornecedor primeiro classificado não assinar, não aceitar ou não retirar qualquer documento de Contrato, no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os Fornecedoros, na ordem de classificação, e poderá sofrer as penalidades impostas por Lei, após regular Processo Administrativo.

#### **15 – DO REAJUSTE DOS PREÇOS**

- 15.1 – Os preços poderão ser reajustados na forma da Lei, observadas as disposições previstas no contrato.

#### **16 – DOS RECURSOS, PENALIDADES ADMINISTRATIVAS E RESCISÃO DO CONTRATO**

- 16.1 – Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

*16.1.1 - Será admitido Recurso por intermédio de meio eletrônico, através da PLATAFORMA ELETRÔNICA: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) “Acesso Identificado”, ou peça original protocolada por meio físico, junto a Sede do CONSÓRCIO LAMBARI (Rua Marechal Deodoro, nº 772, 12º andar, sala 1201, Edifício Mirage Office, Bairro Centro, Concórdia, SC., CEP 89.700-905).*

- 16.2 – Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro(a) adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Diretor Executivo do CONSÓRCIO LAMBARI para homologação.

- 16.3 – O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Diretor Administrativo do CONSÓRCIO LAMBARI, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Diretor Executivo do CONSÓRCIO LAMBARI, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

16.4 – Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Diretor Executivo do CONSÓRCIO LAMBARI para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

16.5 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 03 (três) dias, a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

16.6 – De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei Federal n. 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

16.6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o CONSÓRCIO LAMBARI aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense – CONSÓRCIO LAMBARI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III – por atraso ou paralização da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de execução dos serviços, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;

IV – em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;

V – transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Contrato e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato;

VI – dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CONSÓRCIO LAMBARI ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme o caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade;

VII – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o CONSÓRCIO LAMBARI e Municípios Consorciados, enquanto perdurar os motivos da punição.

16.7 – A CONTRATADA será notificada da aplicação da multa e, a partir da notificação, terá o prazo de 5 (cinco) dias para recolher a importância correspondente em nome da CONTRATANTE, assegurado a direito de defesa de que trata o parágrafo 2º do artigo 87, da Lei Federal n. 8.666/93.

16.8 – Não ocorrendo o pagamento conforme previsto no item anterior o valor da multa será automaticamente descontado dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE e que a CONTRATADA vier a fazer jus.

16.9 – A Contratante suspenderá os pagamentos devidos à Contratada, até que o valor correspondente à multa seja recolhido, não cabendo correção ou atualização dos valores do pagamento suspenso.

16.10 – Nos termos do art. 7º da Lei Federal n. 10.520/2002, ao proponente que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CONSÓRCIO LAMBARI, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, bem como aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida.

16.11 – O Contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei Federal n. 8.666/93;
- b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) judicialmente, nos termos da legislação vigente;
- d) descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegurado ao CONTRATANTE o direito de rescindir o Contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

16.12 – Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

#### 17 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

17.1 – O Contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

#### 18 – DA DOTAÇÃO

18.1 – As despesas decorrentes das aquisições, objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento vigente no exercício de 2019 e seguintes, com a seguinte classificação:

<b>Órgão</b>	01-00 – CONSÓRCIO LAMBARI
<b>Unidade</b>	01-01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE- CONSÓRCIO LAMBARI
<b>Funcional</b>	0026.0782.0001-2.005 – Projeto Recuperar Lambari/Estado de SC

#### 19 – DO PAGAMENTO

19.1 – O pagamento pela execução dos serviços do objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após as entregas dos serviços e dos resultados das análises, acompanhados da respectiva nota fiscal;

19.2 – A execução dos serviços será mediante o **regime de empreitada por preço unitário**;

19.3 – Nesta empreitada por preço unitário o preço foi fixado por unidade determinada para cada serviço. Os pagamentos corresponderão ao relatório dos serviços efetivamente executados acompanhados do relatório de serviços e da respectiva Nota Fiscal/Fatura;

19.4 – Será pago a contratada somente o valor dos serviços efetivamente executados de acordo com objeto do Edital após aprovação/aceite do Contratante e da Secretaria de Estado de Infraestrutura Urbana e Mobilidade – SIE, se assim exigido;

19.5 – O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

19.6 – A forma de pagamento será em parcela única em até 30(trinta) dias após o recebimento definitivo de cada serviço, com a respectiva nota fiscal;

19.7 – Será pago à Contratada somente o valor dos serviços e materiais efetivamente executados, conforme relatório;

19.8 – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária;

19.9 – A Contratada deverá apresentar relatórios provisórios, cumulativos, e relatório final dos serviços procedidos de acordo com as instruções para os serviços de obras vigentes no DEINFRA e/ou do DNIT;

19.10 – De cada valor, proveniente de relatórios de serviços, será feito o pagamento, mediante fatura, em moeda corrente do País;

19.11 – Os resultados dos relatórios dos serviços serão lançados em formulários apropriados, de acordo com as normas adotadas pelo Contratante;

19.12 – Os relatórios dos serviços serão obrigatoriamente assinados com identificação pelo Engenheiro Civil Fiscal do Contratante e pelo Engenheiro Civil preposto da Empresa Contratada;

19.13 – Eventuais variações dos preços dos materiais ou dos serviços durante a execução do contrato não darão ensejo a qualquer aditivo contratual, devendo a proposta contemplar eventuais riscos relativos à flutuação dos preços;

19.14 – Considerando que os quantitativos previstos para cada um dos itens foram estimados, poderá ocorrer sobras (saldos de itens não utilizados), assim os valores correspondentes serão cancelados após o atingimento das quantidades previstas ou com o fim da vigência do contrato.

**20 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 20.1 – Caberá ao CONSÓRCIO LAMBARI a prática de todos os atos de controle e administração do sistema.
- 20.2 – A Empresa vencedora deverá declarar ao CONSÓRCIO LAMBARI (**ANEXO II**) o domicílio eletrônico o qual será destinado ao gerenciamento do Contrato e recebimento das ordens de serviços, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas.
- 20.3 – Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.
- 20.4 – O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações do Consórcio, logo após sua homologação.
- 20.5 – Detalhes não citados referentes à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.
- 20.6 – O Presidente do CONSÓRCIO LAMBARI poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.
- 20.7 – O(a) Pregoeiro(a) e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08h às 11h30min. e das 13h30min às 17h, através dos telefones (48) 3380-1620, ou pessoalmente na Sede do CONSÓRCIO LAMBARI, localizado na Rua Marechal Deodoro, nº 772, 12º andar, sala 1201, Edifício Mirage Office, Bairro Centro, Concórdia, SC., CEP 89.700-905,
- 20.8 – Não cabe ao Portal de Compras Públicas ou ao CONSÓRCIO LAMBARI qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitante, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.
- 20.9 – O Pregoeiro e Equipe de Apoio foram nomeados através da Resolução n 008/2019
- 20.10 – São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:
- I – ANEXO I – Termo de Referência;
  - II – ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços e Planilha de Custos e Formação de Preços;
  - III – ANEXO III – Dados bancários, dados do representante legal, declaração de domicílio eletrônico da  
Empresa e declaração de assinatura por certificação digital;
  - IV – ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
  - V – ANEXO V – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
  - VI – ANEXO VI – Declaração de Cumprimento do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República  
Federativa do Brasil;
  - VII – ANEXO VII – Relação de Pessoal Técnico;

VIII – ANEXO VIII – “Curriculum Vitae” dos Dirigentes e Técnicos da empresa licitante;

IX – ANEXO IX – Comprovação de Conhecimento das Especificações e Normas para a Execução dos

Serviços;

X – ANEXO X – Minuta do Contrato

XI – ANEXO XI – Levantamento inicial realizado pelos Municípios em março/2019 (meramente para fins de conhecimento dos trechos e situação das rodovias).

Concórdia/SC, 05 de novembro de 2019.

**VOLNEI ANTONIO SCHMIDT**

Presidente do Consórcio Lambari

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 – INTRODUÇÃO**

1.11 O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CONSÓRCIO LAMBARI é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 04.536.794/0001-63 com sede na Rua Marechal Deodoro 772, 12º Andar do Edifício Mirage Office, CEP 89.700-905, Cidade de Concordia Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal n. 11.107/05, de seu regulamento (Decreto Federal n. 6.017/07).

1.12 O objetivo do CONSÓRCIO LAMBARI é a união dos municípios da Micro Região da AMAUC – Alto Uruguai Catarinense para o desenvolvimento regional por meio da formulação de projetos estruturantes, buscando formas de articulação intermunicipal para integração, fortalecimento de ações compartilhadas nos municípios, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

1.2 – São Entes da Federação consorciados os municípios que ratificaram por lei o Protocolo de Intenções do CONSÓRCIO LAMBARI, conforme segue:

1. Alto Bela Vista - Lei Municipal nº .....;
2. Arabutã - Lei Municipal nº .....;
3. Concordia - Lei Municipal nº .....;
4. Ipira - Lei Municipal nº .....;
5. Ipumirim - Lei Municipal nº .....;
6. Irani - Lei Municipal nº .....;
7. Ita - Lei Municipal nº .....;
8. Jaborá - Lei Municipal nº .....;
9. Lindoia do Sul - Lei Municipal nº .....;
10. Peritiba - Lei Municipal nº .....;
11. Piratuba - Lei Municipal nº .....;
12. Presidente Castello Branco - Lei Municipal nº .....;
13. Seara - Lei Municipal nº .....;
14. Xavantina - Lei Municipal nº .....;

1.5 O CONSÓRCIO LAMBARI, mediante Convênio com a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE, irá atuar na recuperação e manutenção das rodovias estaduais de Santa Catarina previstas no Plano Rodoviário Estadual, aprovado pelo Decreto Estadual 759, de 21 de dezembro de 2011 e localizadas na área



de abrangência do CONSÓRCIO LAMBARI, exclusivamente com a execução de serviços de drenagem, terraplanagem, pavimentação, recuperação, reconformação de pista não pavimentada, conservação rodoviária, limpeza de plataforma, sinalização horizontal e vertical e obras complementares, visando atender as necessidades dos entes da Federação consorciados ou que vierem a se consorciar ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense – CONSÓRCIO LAMBARI, para melhoria de mobilidade e segurança de tráfego, conforme as condições estabelecidas no **Contrato de Prestação de Serviços**.

## 2 – OBJETO

2.1 – Objeto do certame é a contratação de empresa especializada para execução de serviços de complementação da **SUPERVISÃO E DE SUBSÍDIOS À FISCALIZAÇÃO de SERVIÇOS RODOVIÁRIOS** decorrentes de conservação, drenagem, obras complementares, materiais asfálticos, conservação rodoviária, limpeza de plataforma, sinalização, e serviços em rodovias não pavimentadas, todas previstas no Plano Rodoviário Estadual de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto Estadual 759, de 21 de dezembro de 2011, nos municípios consorciados e identificadas neste Edital, conforme especificações constantes neste Termo de Referência que compõe o ANEXO I do Edital, para atender as necessidades do Consórcio LAMBARI.

2.2 – O objeto do certame compreende também serviços de complementação da **SUPERVISÃO E DE SUBSÍDIOS À FISCALIZAÇÃO** dos serviços referidos no item anterior realizados nas rodovias, com testada nos municípios consorciados e identificadas neste Edital, conforme especificações constantes neste Termo de Referência que compõe o ANEXO I do Edital, para atender as necessidades do Consórcio LAMBARI e dos entes da federação consorciados.

2.3 – Os serviços a serem prestados e materiais a serem fornecidos, suas respectivas especificações técnicas e obrigações, bem como as exigências a serem cumpridas pela empresa vencedora estão definidos neste **Termo de Referência**, baseados nos valores e condições constantes da Tabela Referencial de Preços do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT e Sistema Nacional de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI.

2.4 – O objeto da licitação compreende a supervisão e fiscalização na região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), identificadas neste Termo de Referência.

2.5 – Na fase inicial serão autorizados até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo

previsto para execução dos serviços objeto da licitação, podendo ser ampliado.

### **3 – JUSTIFICATIVA**

3.1 – O CONSÓRCIO LAMBARI, em cooperação técnica/convênio com a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade – SIE, visa somar esforços dos municípios catarinenses consorciados para a recuperação e manutenção das rodovias estaduais de Santa Catarina localizadas na área de abrangência do CONSÓRCIO LAMBARI e previstas no Plano Rodoviário Estadual, aprovado pelo Decreto Estadual n. 759, de 21 de dezembro de 2011.

3.2 – O CONSÓRCIO LAMBARI atuará como ferramenta de aplicação dos recursos provenientes do Estado de Santa Catarina nos municípios consorciados, de forma a garantir o desenvolvimento econômico local e regional, racionalizando e otimizando o processo de contratação, reduzindo custos operacionais e tornando mais eficiente o uso do recurso público. Além de garantir o atendimento aos municípios consorciados, o processo busca uniformizar as especificações técnicas dos serviços a serem prestados, o que se estabelecerá através do presente procedimento licitatório.

3.3 – Os serviços objeto da cooperação técnica/convênio compreendem apenas a supervisão e fiscalização das obras e serviços inerentes às manutenções rotineiras das rodovias catarinenses contidas no Plano Rodoviário Estadual, atualmente com 6.076,70 quilômetros de extensão. Envolvem as atividades de drenagem, recuperação, reconformação de pista não pavimentada, conservação rodoviária, limpeza de plataforma, sinalização horizontal e vertical e obras complementares, ficando vedada a execução de obras estruturais.

3.4 – A abrangência territorial do CONSÓRCIO LAMBARI, atualmente com 14 municípios consorciados, compreende 337,0 quilômetros de extensão do total de 6.076,70 quilômetros de extensão de rodovias estaduais incluídas no Plano Rodoviário Estadual.

3.5 – Com a possibilidade também de o consórcio público realizar os serviços referidos nas rodovias, estradas, ruas e avenidas municipais ou municipalizadas, localizadas nos municípios consorciados e identificadas neste Edital, é que se previu a possibilidade de o objeto da licitação abranger também a supervisão e subsídios a fiscalizações de tais serviços.

3.6 – A possibilidade de utilização da modalidade de Pregão para serviços de engenharia foi analisada e julgada tanto no Tribunal de Contas da União, como no Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, concluindo pela admissão, desde que sejam serviços comuns de engenharia. Consideram-se serviços de engenharia comuns, quando as características, quantidade e qualidade forem passíveis de especificações usuais no mercado.

### **4 – NATUREZA DO SERVIÇO**

4.1 – Os serviços executados por essa contratação são de natureza continuada.

**5 – VIGÊNCIA CONTRATUAL**

5.1 – Os **Contratos de Prestação de Serviços** resultantes do edital terão vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogada a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57, da Lei Federal n. 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal n. 8.883/1994.

**6 – CONTRATAÇÃO**

6.1 – Os **Contratos de Prestação de Serviços** serão firmados entre o **Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense – CONSÓRCIO LAMBARI** e a **Empresa vencedora da licitação**.

6.2 – Os serviços podem ser realizados nos entes da Federação consorciados ou referendados ao Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense – CONSÓRCIO LAMBARI, bem como por todos os demais municípios do Estado de Santa Catarina que venham a consorciar-se, obedecidas as disposições constantes do Edital e da Lei de Licitações.

**7 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

7.1 – As despesas para a execução do objeto do presente certame correrão à conta das dotações específicas dos orçamentos do exercício corrente e seguintes no caso de prorrogação, e terão as seguintes classificações orçamentárias:

<b>Órgão</b>	01-00 – CONSÓRCIO LAMBARI
<b>Unidade</b>	01-01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE- CONSÓRCIO LAMBARI
<b>Funcional</b>	0026.0782.0001-2.005 – Projeto Recuperar Lambari/Estado de SC

**8 – DOS SERVIÇOS**

8.1 – Foi estimada estrutura e equipe a ser mobilizada pela empresa Supervisora necessária para fiscalização, contendo a equipe técnica, bem como os veículos, equipamentos, alugueis e serviços gráficos e materiais de consumo disponibilizados, conforme itens listados na Tabela 1 abaixo.

Discriminação	Classificação Funcional (Deinfra)	Unidade	Quantidade
<b>A-EQUIPE TÉCNICA</b>			
<b>A.1) Pessoal de Nível Superior</b>			
Engenheiro residente/Engenheiro supervisor regional	P2	homem/mês	1

<b>A.2) Pessoal de Nível Técnico</b>			
Topógrafo	T1	homem/mês	1
Auxiliar de topografia	T2	homem/mês	1
Inspetor de campo	T2	homem/mês	1
<b>B- ENCARGOS SOCIAIS (Mínimo 81% de A)</b>			
<b>C-CUSTOS ADMINISTRATIVOS (Até 30% de A)</b>			
<b>D-DESPESAS GERAIS</b>			
<b>D.1) Veículos</b>			
Automóvel 4.0 em obras de restauração		unidade/mês	1
<b>D.2) Equipamentos</b>			
Instrumental de topografia com Estação Total + Nível + acessórios necessários a execução dos serviços		unidade/mês	1
EPI + trena laser + termômetro laser para uso da fiscalização da Contratante durante a vigência do contrato		unidade/mês	3
Trenas laser + termômetro laser		unidade/mês	1
Microcomputador e impressoras à laser P/B e jato de tinta colorida A4 e A3		unidade/mês	1
		unidade/mês	
Instrumental de topografia com Drone + acessórios necessários a execução dos serviços		unidade/mês	1
<b>D.3) Imóveis</b>			
Escritório + Refeitório		unidade/mês	1
<b>D.4) Serviços Gráficos e Material de Consumo</b>			
Serviços gráficos e material de consumo de escritório		unidade/mês	1
<b>E-REMUNERAÇÃO DE EMPRESA</b>			
<b>Até 12% dos SUB-TOTAIS (A)+(B)+(C)+(D)</b>			
<b>F-DESPESAS FISCAIS</b>			
<b>Mínimo 12,68% dos SUB-TOTAIS (A)+(B)+(C)+(D)+(E)</b>			
Ref. Referencial de Preços para Serviços de Fiscalização e Supervisão de Obras Rodoviárias - DEINFRA			
Data base: Junho/2019			

## 9 – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1 – A Contratada deverá executar os serviços conforme condições estabelecidas neste **Termo de Referência** e demais condições previstas no edital e no contrato.

9.2 – São de total responsabilidades da Contratada a obtenção de todas as licenças necessárias à execução dos serviços, o atendimento às Normas e Procedimentos Ambientais vigentes na SIE – SC e a concepção, a implantação, a operação e o remanejamento, coordenando, em conjunto com a Coordenadoria Regional da SIE, de acordo com a evolução das frentes de serviço, todo o sistema de sinalização provisória dos serviços, de forma a conferir segurança ao tráfego e ao pessoal em serviço, bem como minimizar os transtornos aos usuários.

9.3 – A Contratada deverá produzir diários de obras, obrigatoriamente assinados pelo Engenheiro Civil da Contratada para posteriormente ser assinado pelo Engenheiro Civil Fiscal da Contratante.

## 10– DA COMPETÊNCIA DA CONTRATADA

10.1 – Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos serviços ora licitados, bem como as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

10.2 – As principais especificações dos serviços a serem supervisionados e subsidiados à fiscalização são as seguintes:

- DER-SC-ES-P-02/92 – Camadas Estabilizadas Granulometricamente.
- DER-SC-ES-P-04/92 – Pinturas Asfálticas.
- DER-SC-ES-P-05/92 – Camadas de Misturas Asfálticas Usinadas a Quente.
- MANUAL DE REABILITAÇÃO DE PAVIMENTOS ASFÁLTICOS – DNER 1998. Capítulo 4 – Conservação de Pavimentos.
- DEINFRA - SC ES-P 01/2016 – Regularização do Subleito (P).
- DEINFRA - SC ES-P 02/2016 – Camadas Estabilizadas Granulometricamente (P).
- DEINFRA-SC ES-P 05/16 - Camadas de Mistura Asfálticas Usinadas a Quente (P).
- DEINFRA-SC ES-P 06/16 - Camadas de Mistura Asfálticas Usinadas a Frio (P)
- DEINFRA-SC-ES-P-07/16 Microrrevestimento Asfáltico a Frio (P)
- DEINFRA-SC ES-P 08/16 - Tratamentos Asfálticos por Penetração a Frio (P)
- DEINFRA-SC ES-P 09/16 - Reciclagem Profunda de Pavimentos (P)
- DEINFRA-SC ES-P 10/16 - Camadas de Mistura Asfálticas Usinadas Mornas (P)

- DEINFRA-SC ES-P 11/16 - Camadas de Brita Graduada (P)
- DEINFRA-SC ES-P 12/16 - Tratamentos Asfálticos por Penetração a Quente (P)
- DEINFRA-SC ES-P 03/15 - Camada de Macadame Seco (P)
- DEINFRA-SC-ES-P-04/15 - Pinturas Asfálticas (P)
- DNIT 154/2010-ES - Pavimentação asfáltica - Recuperação de defeitos em pavimentos asfálticos.
- MANUAL DE CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA - DNIT, 2005.
- DNIT 020/2006 - ES - Meios-fios e guias - Especificação de Serviço.
- DNIT 028/2004 - ES - Limpeza e desobstrução de dispositivos de drenagem - Especificação de Serviço.
- DNIT 031/2006 - ES - Concreto asfáltico - Especificação de Serviço.
- DNIT 086/2006 - ES - Recuperação de sistema de drenagem - Especificação de Serviço.
- DNIT 088/2006 - ES - Dispositivos de segurança lateral: guarda-rodas, guarda corpos e barreiras - Especificação de Serviço.
- DNIT 101/2009 - ES - Obras complementares - Segurança no tráfego rodoviário - Sinalização vertical - Especificação de Serviço.
- DNIT 104/2009 - ES - Terraplenagem - Serviços preliminares - Especificação de Serviço.
- DNIT 144/2014 - ES - Imprimação com ligante asfáltico - Especificação de Serviço.
- DNIT 145/2012 - ES - Pavimentação - Pintura de ligação com ligante asfáltico - Especificação de Serviço.
- DNIT 035/2018 - ES - Pavimentação asfáltica - Microrrevestimento asfáltico - Especificação de Serviço.
- DNIT 100/2018 - ES - Obras complementares - Segurança no tráfego rodoviário - Sinalização horizontal - Especificação de Serviço.

10.3 - As demais execuções de serviços devem seguir a normativas do DEINFRA e, na falta destas especificações, utilizar as do DNIT ou demais órgãos estaduais, incluindo as Normas técnicas da ABNT.

10.4 - Especificações de serviços e os Manuais estão disponíveis nos links:

<http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/normas/especificacao-de-servicos-es/especificacao-de-servico-es> <http://ipr.dnit.gov.br/normas-e-manuais/manuais/publicacoes> <http://www.deinfra.sc.gov.br/doctecnicos>

10.5 - A Contratada deverá ter pleno conhecimento dos serviços de engenharia a serem executados. Em qualquer circunstância, a Contratada deverá assumir a responsabilidade técnica relativa às supervisões dos serviços.

10.6 – A Contratada tem responsabilidade técnica integral pelos serviços executados.

#### **11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 11.1 – Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial neste Termo de Referência e no Contrato;
- 11.2 – Alocar profissionais especializados para o desenvolvimento dos trabalhos conforme o solicitado;
- 11.3 – Alocar durante todo o período dos serviços ao menos um profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA, acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas similares às do objeto deste Edital;
- 11.4 – Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse do Contratante em relação a serviços que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços;
- 11.5 – Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância do Contratante;
- 11.6 – Providenciar junto ao CREA, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente;
- 11.7 – Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional ao Contratante;
- 11.8 – Não subcontratar nenhum serviço sem o prévio conhecimento e consentimento do Contratante;
- 11.9 – Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os equipamentos de proteção individuais (EPI's) necessários, observando e cumprindo as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;
- 11.10 – Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares, cabendo à Contratada todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor;

- 11.11 – Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;
- 11.12 – Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato de Classe, a que seus empregados estiverem filiados, sem ônus adicional ao Contratante;
- 11.13 – Fornecer, mensalmente, declaração por escrito, sob as penas da lei, de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do contrato, de acordo com o disposto no art. 71, da Lei Federal nº 8.666/93, sem o prejuízo da consulta acerca da regularidade trabalhista prevista no art. 29, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93;
- 11.14 – Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos;
- 11.15 – A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Contratante, nem poderá onerar o objeto, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de responsabilidade, ativa ou passiva, com o Contratante;
- 11.16 – No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à Contratada formular imediata comunicação escrita ao Contratante, buscando o imediato encaminhamento do assunto de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços;
- 11.17 – Antecipar, sempre que possível, a execução dos serviços, visando garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos, a fim de compensar, preventivamente, a ocorrência de imprevistos que poderiam implicar em atraso futuro de etapas específicas de serviços;
- 11.18 – Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;
- 11.19 – Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do Contratante;
- 11.20 – Manter durante todo o período da execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



11.21 – Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente edital;

11.22 – Iniciar os serviços, em até 15 (quinze) dias corridos a contar da ordem de serviço;

11.23 – Os serviços de mobilização e desmobilização de pessoal, ferramentas, equipamentos e demais necessidades deverão ser de responsabilidade da Contratada, devendo exercer total vigilância nos locais dos serviços, responsabilizando-se por furtos, roubos e atos de vandalismo que porventura vierem a ocorrer durante a execução da obra;

11.24 – Efetuar reunião, com a participação do Engenheiro Civil da Contratada e o Fiscal do Contratante, onde deverão ser entregues os diários de obra e emitido relatório que anotar as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

11.25 – Orientar a empreiteira na execução de todos os serviços contratados, no que diz respeito à interpretação das normativas de manutenção rodoviária;

11.26 – Acompanhar, com pessoal especializado e com instrumental apropriado, cada etapa de cada tipo de serviço, zelando pelo cumprimento das determinações emanadas das normativas vigentes, ditadas pela boa engenharia;

11.27 – A Contratada deverá fazer levantamento prévio, sempre que solicitado, através de drone, das áreas que receberão os serviços de manutenção rodoviária, estimando os quantitativos dos serviços necessários e sua localização. O levantamento deve ser encaminhado ao Contratante, através de filmagens e ortofotos, mapas ou cartogramas que possibilitem a identificação dos pontos levantados e relatórios de diagnóstico que contenham a descrição dos serviços necessários e suas respectivas quantidades. A entrega dessa documentação deverá ser de forma digital;

11.28 – A Contratada deverá realizar levantamento posterior, sempre que solicitado, à execução dos serviços de manutenção, através de drone, das áreas já diagnosticadas, possibilitando um comparativo visual e técnico. O levantamento deve ser encaminhado ao Contratante, através de filmagens e ortofotos, mapas ou cartogramas, incluindo relatório técnico descrevendo os serviços e comparando os quantitativos estimados com os efetivamente executados. A entrega dessa documentação deverá ser de forma digital;

11.29 – Verificar, amostrar e, se for o caso, receber cada uma das etapas dos serviços, compreendendo o acompanhamento e verificação dos materiais extraídos de jazidas de solos, areais e pedreiras, bem assim os industrializados (ligantes asfálticos, cimento, aço etc.) assim como das suas misturas e execução dos serviços; os ensaios tecnológicos serão executados pelos métodos fixados nas normas e instruções em vigor DEINFRA e, na falta de destas, pelas equivalentes do DNIT ou ABNT;

11.30 – Observar a natureza e o número mínimo de ensaios, definidos pelas normas, métodos e instruções em vigor no DEINFRA, ficando, porém, a cargo do engenheiro da Contratada autorizar, mediante aprovação do engenheiro fiscal do Contratante, eventuais alterações na sistemática adotada ou no tipo de ensaios exigidos, em função da peculiaridade do trecho ou serviço;

11.31 – Ser capaz de executar serviços topográficos necessários à execução, controle e medições de todas as fases dos serviços, reavivando as amarrações e referências de nível, relocação e nivelamento do eixo, levantamento das seções transversais primitivas e demais serviços topográficos complementares;

11.32 – Realizar todos os ensaios necessários ou, quando especificamente autorizado pela fiscalização do Contratante, realizar os ensaios pelo sistema de amostragem, como forma de conferir a qualidade dos ensaios realizados pelas empreiteiras para os seus próprios controles; nesse caso, as dimensões das amostras dependerão da aderência dos resultados de ensaios da empreiteira com os da Contratada;

11.33 – Manter arquivados em pastas próprias, de forma organizada, todos os boletins de ensaios tecnológicos e levantamentos topográficos realizados, devendo todos os boletins e fichas de ensaios ser assinados e identificados, através de carimbo, pelo laboratorista e/ou topógrafo e pelo engenheiro da Contratada; ao final dos serviços ou do contrato, estes documentos deverão ser entregues para o Contratante, para guarda e arquivamento;

11.34 – Sustar, através de comunicações escritas às empreiteiras, os serviços que estejam sendo executados em desacordo com as especificações técnicas, bem assim as demais ocorrências capazes de interferir com o transcorrer normal do serviço, devendo tais atitudes da Contratada ser comunicadas, por escrito, ao Contratante;

11.35 – Exigir das empreiteiras o cumprimento das especificações ambientais e a execução das medidas de proteção ambiental previstas nas legislações vigentes, devendo realizar reuniões periódicas com as empreiteiras para o adequado planejamento da execução dos serviços e para a solução das pendências na área ambiental;

11.36 – Exigir que os serviços das empreiteiras sejam executados com segurança, requerendo uma sinalização adequada nas diversas frentes de serviços, e reportando sistematicamente, por escrito, ao

Contratante sobre as condições da sinalização;

11.37 – Efetuar as medições mensais dos serviços executados pelas empreiteiras, medições essas que deverão ser assinadas e identificadas pela Contratada, pelo representante da empreiteira e pelo Fiscal do Contratante;

11.38 – Atuar como representante do Contratante na fiscalização dos serviços;

11.39 – Atentar para o cumprimento das cláusulas dos contratos vigentes entre o Contratante e as empreiteiras;

11.40 – Registrar nos respectivos “Diários de Obras” todos os eventos relevantes verificados nos serviços;

11.41 – Assessorar o Contratante na análise das reivindicações das empreiteiras, sob qualquer aspecto, como os relacionados com os prazos, custos, métodos executivos, soluções técnicas etc., com emissão de pareceres conclusivos sobre os assuntos;

11.42 – Emitir parecer conclusivo sobre qualquer assunto que envolva modificações de contratos, suspensão parcial ou total de serviços, execução de serviços não previstos nos contratos, modificações de preços unitários e composição de preços de novos serviços, prorrogações de prazo, tendo em vista as repercussões destes assuntos nos custos e prazos contratuais;

11.43 – Diligenciar para o rigoroso cumprimento dos prazos de entrega ou conclusão, tanto da sua parte como das empreiteiras, de relatórios, medições, faturas e programações;

11.44 – Preparar todos os elementos de campo referentes aos serviços executados, necessários à elaboração das avaliações de serviços concluídos, para fins de pagamentos às empreiteiras, assumindo, solidariamente com o Contratante, a responsabilidade pelos dados constantes das medições, devendo o responsável pela Contratada assinar estes documentos, neles se identificando;

11.45 – Efetuar os controles físico-financeiros dos serviços, possibilitando à fiscalização conhecer, a cada momento, o seu andamento cronológico, quantitativo e financeiro, assegurando-lhe as necessárias condições de decidir, em tempo hábil, eventuais medidas cabíveis;

11.46 – Elaborar relatórios mensais, com modelos aprovados pelo Contratante, com informações sobre o andamento dos contratos de supervisão e sobre o andamento dos serviços, tanto sob os aspectos técnicos como os financeiros e os administrativos necessários para documentar e manter informada a fiscalização sobre o real andamento das diversas etapas dos serviços, os problemas verificados e as providências necessárias a serem tomadas;

11.47 – Ao final de cada serviço sob sua responsabilidade, a Contratada deverá elaborar o Relatório Final do serviço, com modelos aprovados pelo Contratante, informando o histórico

dos serviços e seus antecedentes, todos os eventos técnicos, administrativos e financeiros relevantes ocorridos, e recomendações para os serviços de conservação rotineira;

11.48 – A Contratada deverá manter, em local indicado pela fiscalização do Contratante, um quadro permanentemente atualizado, que poderá ser eletrônico, mostrando a localização do seu pessoal.

## **12 DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS E REAJUSTAMENTOS**

12.1 – O pagamento pela execução dos serviços do objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após as entregas dos serviços e dos resultados das análises, acompanhados da respectiva nota fiscal;

12.2 – A execução dos serviços será mediante o **regime de empreitada por preço unitário**;

12.3 – Nesta empreitada por preço unitário o preço foi fixado por unidade determinada para cada serviço. Os pagamentos corresponderão ao relatório dos serviços efetivamente executados acompanhados do relatório de serviços e da respectiva Nota Fiscal/Fatura;

12.4 – Será pago à Contratada somente o valor dos serviços efetivamente executados de acordo com objeto do Edital após aprovação/aceite do Contratante e da Secretaria de Estado de Infraestrutura Urbana e Mobilidade – SIE, se assim exigido;

12.5 – O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

12.6 – A forma de pagamento será em parcela única em até 30(trinta) dias após o recebimento definitivo de cada serviço, com a respectiva nota fiscal;

12.7 – Será pago à Contratada somente o valor dos serviços e materiais efetivamente executados, conforme relatório;

12.8 – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária;

12.9 – A Contratada deverá apresentar relatórios provisórios, cumulativos, e relatório final dos serviços procedidos de acordo com as instruções para os serviços de obras vigentes no DEINFRA e/ou do DNIT;

12.10 – De cada valor, proveniente de relatórios de serviços, será feito o pagamento, mediante fatura, em moeda corrente do País;

12.11 – Os resultados dos relatórios dos serviços serão lançados em formulários apropriados, de acordo com as normas adotadas pelo Contratante;

12.12 – Os relatórios dos serviços serão obrigatoriamente assinados com identificação pelo Engenheiro Civil Fiscal do Contratante e pelo Engenheiro Civil preposto da Empresa Contratada;

12.13 – Eventuais variações dos preços dos materiais ou dos serviços durante a execução do contrato não dará ensejo a qualquer aditivo contratual, devendo a proposta contemplar eventuais riscos relativos à flutuação dos preços;

12.14 – Considerando que os quantitativos previstos para cada um dos itens foram estimados, poderá ocorrer sobras (saldos de itens não utilizados), assim os valores correspondentes serão cancelados após o atingimento das quantidades previstas ou com o fim da vigência do contrato;

12.15 – Os preços contratuais serão reajustados, para mais ou para menos, obedecendo-se a periodicidade determinada pela legislação vigente, com o mínimo de 12(doze) meses de vigência;

12.16 – O reajuste dos preços contratuais será calculado de acordo com a variação dos valores dos “Índices de Reajustamento de Obras Rodoviárias”, calculados pela Fundação Getúlio Vargas para o DNIT, aplicáveis para serviços de mesma natureza do objeto deste Edital, de acordo com a Instrução de Serviço/DG/DNIT Nº

02/2002 de 09/09/2002. [(3.1) Conservação para serviços de conservação];

12.17 – O cálculo do reajustamento será procedido aplicando-se a seguinte fórmula:  **$R = V \frac{I - I_o}{I_o}$**

**$I_o$**

Onde:

R – Reajustamento procurado;

I – Índice Correspondente à data de adimplemento da parcela do serviço faturada;

$I_o$  – Índice do mês referente à data da Apresentação de Proposta ao DEINFRA; e

V – Valor do pagamento solicitado a preços iniciais do contrato.

### **13 – MEDIDAS ACAUTELADORAS**

13.1 – A **Administração Pública** poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação;

13.2 – O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela **Contratada** poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções, podendo haver retenção de pagamento se a **Contratada** incorrer em qualquer inexecução do serviço ou não o tiver prestado a contento.

#### **14 – ROTEIRO DE ATIVIDADES BÁSICAS**

14.1 – As atividades da Contratada incluem os seguintes itens:

- I – elaboração de relatórios referente aos serviços realizados e a serem executados;
- II – análise das práticas e procedimentos das empreiteiras;
- III – exame, interpretação, detalhamento e proposição de eventuais alterações aos serviços, sempre em concordância com o Contratante;
- IV – assessoramento técnico à Fiscalização do Contratante, exercido de modo a se traduzir em ação, tanto quanto possível de caráter preventivo e, só excepcionalmente, corretivo;
- V – verificação periódica das quantidades de serviço a executar, acompanhada de atualização das estimativas de custos e quantidades;
- VI – apreciação das reivindicações das empreiteiras.

##### **14.2 – RELATÓRIOS:**

14.2.1 – No decorrer e na conclusão dos serviços serão apresentados os relatórios adiante mencionados, na periodicidade a seguir indicadas.

##### **14.3 – RELATÓRIOS PERIÓDICOS DE ANDAMENTO DOS SERVIÇOS**

14.3.1 – Elaborar relatórios mensais contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- I – mapa de situação;
- II – informações contratuais e equipe técnica;
- III – avaliação técnica da empreiteira e do andamento dos serviços abordando a quantidade dos serviços executados no período; o desempenho quanto a equipamentos e ao cronograma físico-financeiro; a segurança ocupacional do canteiro de obras; a eficácia da sinalização e das medidas de segurança de trânsito; relatório das atividades da Contratada do período; as previsões técnicas e administrativas para o mês subsequente, a correspondência emitida e recebida no período, bem como as questões pendentes; os recursos humanos e materiais alocados no período; resumo dos resultados dos ensaios de controle de qualidade.

14.3.2 – Os relatórios mensais serão apresentados até o 5º (quinto) dia útil após o término de períodos de 30 (trinta) dias consecutivos de vigência do Contrato.

#### **15 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1 – Não serão admitidas declarações posteriores de desconhecimento de fatos, no todo ou em parte, que venham a impedir ou dificultar a execução dos serviços.

15.2 – É expressamente proibida a contratação de agente público, ou de familiar, vinculado ao **Contratante**, para a execução dos serviços mencionados neste documento.

**ANEXO II – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS****PREGÃO ELETRÔNICO nº1/2019**

**Apresentamos nossa proposta para prestação de serviços objeto da presente licitação – Pregão Eletrônico acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.**

**1 – Identificação**

RAZÃO SOCIAL:  
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL Nº  
CNPJ Nº:  
ENDEREÇO:  
CIDADE/ESTADO:  
FONE/FAX  
Representante Legal  
e-mail da Empresa e do Representante

**2 – Preço** - Valor Global da Proposta de Preços: R\$ \_\_\_\_\_ ( por extenso)

**3 – Condições Gerais** - A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação

**4 - Local e Prazo** - de acordo com o especificado no termo de referencia

**5 - Validade da Proposta** - 60 Dias a contar da data da sessão pública do pregão

**6 - Prazo do Contrato:** 1 ano podendo ser prorrogado conforme art. 57 da Lei Federal 8.666/93

**OBSERVAÇÕES:** Declarar expressamente que os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, lucro, e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos como locação de equipamentos, veículos e equipamentos além de todo e qualquer material ou serviço necessário a execução dos serviços.

\_\_\_\_\_  
**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL:**

CARIMBO:



## 4 - OBJETO DA PROPOSTA:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário Mensal (R\$)	Preço Total Mensal (R\$)
1			<b>A - EQUIPE TÉCNICA</b>		
1.1			<b>A.1) Pessoal de Nível Superior</b>		
1.1.1	1	homem/mês	Engenheiro residente/Engenheiro supervisor regional		
1.2			<b>A.2) Pessoal de Nível Técnico</b>		
1.2.2	1	homem/mês	Topógrafo		
1.2.3	1	homem/mês	Auxiliar de topografia		
1.2.6	1	homem/mês	Inspetor de campo		
			<b>Subtotal A</b>		
2	1	Mínimo 81%	<b>B - ENCARGOS SOCIAIS (81% de A)</b>		
3	1	Máximo 30%	<b>C - CUSTOS ADMINISTRATIVOS (30% de A)</b>		
4			<b>D - DESPESAS GERAIS</b>		
4.1			<b>D.1) Veículos</b>		
4.1.1	10	unidade/mês	Automóvel 1.0 em obras de restauração		
4.2			<b>D.2) Equipamentos</b>		
4.2.1	4	unidade/mês	Instrumental de topografia com Estação Total + Nível + acessórios		
4.2.2	4	unidade/mês	Instrumental de laboratório para Asfaltos para CAPs Não Modificados / Podendo ser substituído por contrato de prestação de serviços com laboratório terceirizado		
4.2.3	4	unidade/mês	Instrumental de laboratório para Concretos / Podendo ser substituído por contrato de prestação de serviços com laboratório terceirizado		
4.2.4	4	unidade/mês	Microcomputador e impressoras à laser P/B e jato de tinta colorida A4 e A3		
4.2.5	8	unidade/mês	Microcomputador sem impressora		
4.2.6	4	unidade/mês	Instrumental de topografia com Drone + acessórios		
			<b>SOMATÓRIO DO SUBTOTALS A a D</b>		

5			<b>E - REMUNERAÇÃO DE EMPRESA</b>		
5.1	1	Máximo 12%	12% dos SUB-TOTAIS (A)+(B)+(C)+(D)		
6			<b>F - DESPESAS FISCAIS</b>		
6.1	1	Mínimo 12,68%	12,68% dos SUB-TOTAIS (A)+(B)+(C)+(D)+(E)		
			<b>TOTAL MENSAL - R\$</b>		
			<b>TOTAL 12 (DOZE)</b>		
			<b>MESES - R\$</b>		

Local e Data

Assinatura do representante  
Carimbo da empresa

Observação: Caso a empresa participante do Certame Licitatório não disponha de laboratório próprio para análises e amostragens de concreto e asfalto, deverá ser apresentado juntamente com a documentação de habilitação contrato de prestação de serviços ou documento similar que comprove que a mesma colocará a disposição do Consórcio laboratório devidamente credenciado e regularizado junto aos órgãos reguladores e de fiscalização.

**ANEXO III****1. DADOS BANCÁRIOS:**

<b>NOME DO BANCO:</b>
<b>CIDADE:</b>
<b>Nº DA AGÊNCIA:</b>
<b>Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:</b>

**2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

<b>NOME COMPLETO:</b>
<b>CARGO OU FUNÇÃO:</b>
<b>IDENTIDADE Nº :</b>
<b>CPF/MF Nº:</b>
<b>TELEFONE PARA CONTATO:</b>

**3. DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ELETRÔNICO DA EMPRESA**

Declaramos que o Domicílio Eletrônico da Empresa para o recebimento de autorizações de fornecimento, alerta de avisos, notificações e decisões administrativas, é:

**E-MAIL:**

**Obs.:** Informar apenas 1 (um) e-mail como domicílio eletrônico da empresa. Havendo mais de um e-mail informado, será considerado somente o primeiro da lista.

**4. DECLARAÇÃO DE ASSINATURA POR CERTIFICAÇÃO DIGITAL**

Declaramos estar ciente que, o representante legal indicado neste documento, será o signatário do “Contrato”, o qual deverá assinar o documento eletrônico em formato “PDF”, por certificação digital, caso assim solicitado.

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

**ANEXO IV****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
sediada em \_\_\_\_\_(ENDEREÇO COMERCIAL)\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da  
Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua  
habilitação no presente processo licitatório.

**OBS** – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na  
habilitação, fazer constar tal ressalva.

\_\_\_\_<CIDADE>\_\_\_\_\_ ( UF ), \_\_\_\_< DATA> \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

**ANEXO V****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS  
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurador \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei Federal nº 8.666/93, que, em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, possui a receita bruta equivalente a uma \_\_\_\_\_ (microempresa ou empresa de pequeno porte).  
Declara, ainda, que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC Federal 123/06.

\_\_\_\_<CIDADE>\_\_\_\_\_ ( UF ), \_\_\_\_< DATA> \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo

Representante da empresa

Carimbo do CNPJ:

**ANEXO VI****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA  
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ  
n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a)  
Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e  
do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins do disposto no inciso V,  
artigo 27, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Federal  
no 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em  
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (art.  
7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal).

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz  
( ) . (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

\_\_\_\_<CIDADE>\_\_\_\_ ( UF ), \_\_\_\_< DATA> \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Diretor ou  
representante legal  
CPF n.º:

Carimbo do CNPJ:

**ANEXO VII****PESSOAL TÉCNICO MÍNIMO EXIGIDO**

O quadro de pessoal técnico deverá ser constituído no mínimo pelos seguintes técnicos:

ENGENHEIRO CIVIL SUPERVISOR – nome	1
LABORATORISTA – nome	1
TOPÓGRAFO – nome	1
INSPETOR DE CAMPO – nome	1

**ANEXO VIII****CURRICULUN VITAE**  
(MODELO)

RAZÃO SOCIAL:

<b>CURRICULUN VITAE (DIRIGENTES e TÉCNICOS)</b>		
Nome Completo:	Data de Nascimento:	Permanente: Eventual:
Naturalidade: Nacionalidade:	Posição na Empresa:	
INSTRUÇÃO (Indicar o Curso, Nome da Escola, Ano de Formatura, Cursos de Pós-Graduação e de Especialização)		
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL		
ESPECIALIZAÇÃO		
QUALIFICAÇÃO e ASSINATURA DO RESPONSÁVEL		



**ANEXO IX****MODELO DE COMPROVAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS ESPECIFICAÇÕES E  
NORMAS PERTINENTES À  
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS****ATESTADO**

Atesto, para os devidos fins da Licitação referente ao Pregão, na forma Eletrônica – Edital nº 0028/2019, que a empresa \_\_\_\_\_, tomou conhecimento de todas as normas, especificações e informações necessárias e obrigatórias para a perfeita consecução do objeto do Edital supra.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Carimbo do CNPJ:

**ANEXO X****MINUTA DO CONTRATO Nº .....**

Aos ... dias do mês de ..... do ano de dois mil e ....., presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE - CONSÓRCIO LAMBARI**, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 04.536.794/0001-63, com sede na Rua Marechal Deodoro nº 772, 12º Andar do Edifio Mirage Office, Centro, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Volnei Antonio Schmidt, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa [...], pessoa jurídica de direito privado, situada na [...], na cidade de [...], inscrita no CNPJ sob o nº [...], neste ato representada pelo(a) ....., Sr(a)....., doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a execução do objeto descrito abaixo, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei Federal 10.520/02 e Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, aplicandose supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO**

1.1 - Contratação de empresa especializada para execução de serviços de complementação da SUPERVISÃO E DE SUBSÍDIOS À FISCALIZAÇÃO de SERVIÇOS RODOVIÁRIOS decorrentes de conservação estrutural, terraplanagem, pavimentação, drenagem, obras complementares, materiais asfálticos, conservação rodoviária, limpeza de plataforma, sinalização, e serviços em rodovias não pavimentadas, todas previstas no Plano Rodoviário Estadual de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto Estadual 759, de 21 de dezembro de 2011, nos municípios consorciados e identificadas neste Edital, conforme especificações constantes no Termo de Referência que compõe o ANEXO I do Edital e integra este Contrato, para atender as necessidades do CONTRATANTE.

1.2 - Os serviços a serem prestados e materiais a serem fornecidos, suas respectivas especificações técnicas e obrigações, bem como as exigências a serem cumpridas pela empresa vencedora estão definidos no Termo de Referência, baseados nos valores constantes da Tabela Referencial de Preços do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e Sistema Nacional de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO**

2.1 - A Contratada deverá executar os serviços conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e demais condições previstas neste Contrato.

2.2 - É de total responsabilidade da Contratada a obtenção de todas as licenças necessárias à execução dos serviços, o atendimento às Normas e Procedimentos Ambientais vigentes na SIE - SC e a concepção, a implantação, a operação e o remanejamento, de acordo com a evolução das frentes de serviço, de todo o sistema de sinalização provisória dos serviços, de forma a conferir segurança ao tráfego e ao pessoal em serviço, bem como minimizar os transtornos aos usuários.

2.3 – A Contratada deverá produzir diários de obras, obrigatoriamente assinados pelo Engenheiro Civil da Contratada para posteriormente ser assinado pelo Engenheiro Civil Fiscal da Contratante.

2.4 – Na execução dos serviços deverão ser observadas, de modo geral, as especificações das normas técnicas e legais vigentes no Sistema CONFEA/CREA's, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e aquelas complementares e pertinentes aos respectivos serviços ora licitados, bem como as instruções, recomendações e determinações da fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie.

2.5 – A Contratada deverá ter pleno conhecimento dos serviços de engenharia a serem executados. Em qualquer circunstância, a Contratada deverá assumir a responsabilidade técnica relativa às supervisões dos serviços.

2.6 – A Contratada tem responsabilidade técnica integral pelos serviços executados.

2.7 – As atividades da Contratada incluem os seguintes itens:

- I – elaboração de relatórios referente aos serviços realizados e a serem executados;
- II – análise das práticas e procedimentos das empreiteiras;
- III – exame, interpretação, detalhamento e proposição de eventuais alterações aos serviços, sempre em concordância com o Contratante;
- IV – assessoramento técnico à Fiscalização do Contratante, exercido de modo a se traduzir em ação, tanto quanto possível de caráter preventivo e, só excepcionalmente, corretivo;
- V – verificação periódica das quantidades de serviço a executar, acompanhada de atualização das estimativas de custos e quantidades;
- VI – apreciação das reivindicações das empreiteiras.

2.8 – No decorrer e na conclusão dos serviços serão apresentados os relatórios mencionados no Termo de Referência e neste Contrato.

2.9 – Elaborar relatórios mensais contendo, no mínimo, as seguintes informações: I – mapa de situação;

II – informações contratuais e equipe técnica;

III – avaliação técnica da empreiteira e do andamento dos serviços, abordando a quantidade dos serviços executados no período; o desempenho quanto a equipamentos e ao cronograma físico-financeiro; a segurança ocupacional do canteiro de obras; a eficácia da sinalização e das medidas de segurança de trânsito; relatório das atividades da Contratada do período; as previsões técnicas e administrativas para o mês subsequente, a correspondência emitida e recebida no período, bem como as questões pendentes; os recursos humanos e materiais alocados no período; resumo dos resultados dos ensaios de controle de qualidade.

2.10 – Os relatórios mensais serão apresentados até o 5º (quinto) dia útil após o término de períodos de 30 (trinta) dias consecutivos de vigência do Contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO**

3.1 – O valor total do presente Contrato é de R\$ .....

3.2 – O pagamento pela execução dos serviços do objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua

conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após as entregas dos serviços e dos resultados das análises, acompanhados da respectiva nota fiscal;

- 3.3 – A execução dos serviços será mediante o **regime de empreitada por preço unitário**;
- 3.4 – Nesta empreitada por preço unitário o preço foi fixado por unidade determinada para cada serviço. Os pagamentos corresponderão ao relatório dos serviços efetivamente executados acompanhados do relatório de serviços e da respectiva Nota Fiscal/Fatura;
- 3.5 – Será pago a contratada somente o valor dos serviços efetivamente executados de acordo com objeto do Edital após aprovação/aceite do Contratante e da Secretaria de Estado de Infraestrutura Urbana e Mobilidade – SIE, se assim exigido;
- 3.6 – O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;
- 3.7 – A forma de pagamento será em parcela única em até 30(trinta) dias após o recebimento definitivo de cada serviço, com a respectiva nota fiscal;
- 3.8 – Será pago à Contratada somente o valor dos serviços e materiais efetivamente executados, conforme relatório;
- 3.9 – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária;
- 3.10 – A Contratada deverá apresentar relatórios provisórios, cumulativos, e relatório final dos serviços procedidos de acordo com as instruções para os serviços de obras vigentes no DEINFRA e/ou do DNIT;
- 3.11 – De cada valor, proveniente de relatórios de serviços, será feito o pagamento, mediante fatura, em moeda corrente do País;
- 3.12 – Os resultados dos relatórios dos serviços serão lançados em formulários apropriados, de acordo com as normas adotadas pelo Contratante;
- 3.13 – Os relatórios dos serviços serão obrigatoriamente assinados com identificação pelo Engenheiro Civil Fiscal do Contratante e pelo Engenheiro Civil preposto da Empresa Contratada;
- 3.14 – Eventuais variações dos preços dos materiais ou dos serviços durante a execução do contrato não dará ensejo a qualquer aditivo contratual, devendo a proposta contemplar eventuais riscos relativos à flutuação dos preços;
- 3.15 – Considerando que os quantitativos previstos para cada um dos itens foram estimados, poderá ocorrer sobras (saldos de itens não utilizados), assim os valores correspondentes serão cancelados após o atingimento das quantidades previstas ou com o fim da vigência do contrato;
- 3.16 – Os preços contratuais serão reajustados, para mais ou para menos, obedecendo-se a periodicidade determinada pela legislação vigente, com o mínimo de 12 (doze) meses de vigência;

3.17 – O reajuste dos preços contratuais será calculado de acordo com a variação dos valores dos “Índices de Reajustamento de Obras Rodoviárias”, calculados pela Fundação Getúlio Vargas para o DNIT, aplicáveis para serviços de mesma natureza do objeto deste Edital, de acordo com a Instrução de Serviço/DG/DNIT Nº 02/2002 de 09/09/2002. [(3.1) Conservação para serviços de conservação];

3.18 – O cálculo do reajustamento será procedido aplicando-se a seguinte fórmula:  $R = V \frac{I - I_0}{I_0}$

**$I_0$**

Onde:

R – Reajustamento procurado;

I – Índice Correspondente à data de adimplemento da parcela do serviço faturada;  $I_0$  – Índice do mês referente à data da Apresentação de Proposta ao DEINFRA; e V – Valor do pagamento solicitado a preços iniciais do contrato.

3.19 – Este contrato poderá ser revisto para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual ou ainda em razão de acordo ou convenção coletiva de trabalho que fixar novo salário normativo da categoria profissional;

3.20 – O pedido, fundamentado e devidamente instruído com provas que evidenciem a necessidade da revisão de preço, deverá ser encaminhado ao CONTRATANTE, não sendo apreciado o pedido de revisão de preços que não comprovar o desequilíbrio sofrido.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 – As despesas para a execução do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica dos orçamentos do exercício corrente e seguintes no caso de prorrogação, e terão a seguinte classificação orçamentária:

<b>Órgão</b>	01-00 – CONSÓRCIO PÚBLICO
<b>Unidade</b>	01-01 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE- CONSÓRCIO LAMبارI
<b>Funcional</b>	0026.0782.0001-2005 – Projeto Recuperar Lambari/Estado de SC

#### **CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES**

5.1 – No caso de atraso injustificado por parte do contratado para o início dos serviços ou para a conclusão final dos serviços, sujeitar-se-á as penalidades previstas no Edital e neste Contrato.

5.2 – Pela inexecução total ou parcial do Contrato o CONSÓRCIO LAMBARI poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções contratuais: advertência, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com o CONSÓRCIO LAMBARI e com todos os Municípios Consorciados por prazo não superior a 2 (dois) anos e declaração de inidoneidade, nos termos dos artigos 86 e 87, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

5.3 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

5.4 – Poderão ainda ser aplicadas as seguintes penalidades:

- I – por atraso ou paralização da execução superior a 10 (dez) dias do prazo de execução dos serviços, fica o CONTRATADO sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato, a ser calculado desde o 11º (décimo primeiro) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 30 (trinta) dias;
- II – transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de execução estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Contrato e aplicada multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor do contrato;
- III – dependendo do descumprimento, se gerar algum prejuízo ao CONSÓRCIO LAMBARI ou a qualquer um dos municípios consorciados, poderá ser requerido do Contratado o valor de perdas e danos conforme caso, após Processo Administrativo de reconhecimento da responsabilidade;

5.5 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO**

6.1 – O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO**

7.1 – O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogada a vigência, até o limite legal previsto nos termos do artigo 57 da Lei Federal n. 8.666/1993 e alterações introduzidas pela Lei Federal n. 8.883/1994.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

8.1 – O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 005/2019 – CONSÓRCIO LAMBARI, Edital de Pregão, na forma Eletrônica nº 01/2019.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 – Cumprir todas as exigências constantes do edital e seus anexos, em especial no Termo de Referência e neste Contrato;

- 9.2 – Alocar profissionais especializados para o desenvolvimento dos trabalhos conforme o solicitado;
- 9.3 – Alocar durante todo o período dos serviços ao menos um profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA, acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas similares às do objeto deste Edital;
- 9.4 – Prestar assessoria técnica com orientações, sugestões, instruções ou recomendações, exemplos de aplicação em outros serviços e assistências técnicas de interesse do Contratante em relação a serviços que envolvam o objeto do contrato, fornecendo normas para aperfeiçoar e garantir eficiência aos serviços;
- 9.5 – Executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem a prévia consulta e concordância do Contratante;
- 9.6 – Providenciar junto ao CREA a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente;
- 9.7 – Tomar todas as providências necessárias ao perfeito desenvolvimento dos serviços, arcando com todas as despesas, sem ônus adicional ao Contratante;
- 9.8 – Não subcontratar nenhum serviço sem o prévio conhecimento e consentimento do Contratante;
- 9.9 – Promover medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, bem como fornecer os equipamentos de proteção individuais (EPI's) necessários, observando e cumprindo as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho e elaborar o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18 e devidamente registrado no MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;
- 9.10 – Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares, cabendo à Contratada todos os encargos e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor;
- 9.11 – Adotar todas as providências e assumir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos e empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;
- 9.12 – Acatar e cumprir todas as regras e obrigações estabelecidas na convenção coletiva do Sindicato de Classe, a que seus empregados estiverem filiados, sem ônus adicional ao Contratante;
- 9.13 – Fornecer, mensalmente, declaração por escrito, sob as penas da lei, de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do contrato, de acordo com o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93, sem o prejuízo da consulta acerca da regularidade trabalhista prevista no art. 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93;
- 9.14 – Pagar em dia os salários e demais benefícios aos seus empregados, bem como recolher, no prazo legal, todos os encargos e tributos;
- 9.15 – A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos decorrentes do contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Contratante, nem

poderá onerar o objeto, razão pela qual a licitante vencedora renuncia expressamente a qualquer vínculo de responsabilidade, ativa ou passiva, com o Contratante;

9.16 – No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à Contratada formular imediata comunicação escrita ao Contratante, buscando o imediato encaminhamento do assunto de forma a evitar empecilhos ao perfeito desenvolvimento dos serviços;

9.17 – Antecipar, sempre que possível, a execução dos serviços, visando garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos, a fim de compensar, preventivamente, a ocorrência de imprevistos que poderiam implicar em atraso futuro de etapas específicas de serviços;

9.18 – Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;

9.19 – Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do Contratante;

9.20 – Manter durante todo o período da execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.21 – Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento do presente edital;

9.22 – Iniciar os serviços em até 15 (quinze) dias corridos, a contar da ordem de serviço;

9.23 – Os serviços de mobilização e desmobilização de pessoal, ferramentas, equipamentos e demais necessidades deverão ser de responsabilidade da Contratada, devendo exercer total vigilância nos locais dos serviços, responsabilizando-se por furtos, roubos e atos de vandalismo que porventura vierem a ocorrer durante a execução da obra;

9.24 – Efetuar reunião, com a participação do Engenheiro Civil da Contratada e o Fiscal do Contratante, onde deverão ser entregues os diários de obra e emitido relatório que anotará as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

9.25 – Orientar a empreiteira na execução de todos os serviços contratados, no que diz respeito à interpretação das normativas de manutenção rodoviária;

9.26 – Acompanhar, com pessoal especializado e com instrumental apropriado, cada etapa de cada tipo de serviço, zelando pelo cumprimento das determinações emanadas das normativas vigentes, ditadas pela boa engenharia;

9.27 – A Contratada deverá fazer levantamento prévio, sempre que solicitado, através de drone, das áreas que receberão os serviços de manutenção rodoviária, estimando os quantitativos dos serviços necessários e sua localização. O levantamento deve ser encaminhado ao Contratante, através de filmagens e ortofotos, mapas ou cartogramas que possibilitem a identificação dos pontos levantados e relatórios de diagnóstico que contenham a descrição dos serviços necessários e suas respectivas quantidades. A entrega dessa documentação deverá ser de forma digital;



9.28 – A Contratada deverá realizar levantamento posterior, sempre que solicitado, à execução dos serviços de manutenção, através de drone, das áreas já diagnosticadas, possibilitando um comparativo visual e técnico. O levantamento deve ser encaminhado ao Contratante, através de filmagens e ortofotos, mapas ou cartogramas, incluindo relatório técnico descrevendo os serviços e comparando os quantitativos estimados com os efetivamente executados. A entrega dessa documentação deverá ser de forma digital;

9.29 – Verificar, amostrar e, se for o caso, receber cada uma das etapas dos serviços, compreendendo o acompanhamento e verificação dos materiais extraídos de jazidas de solos, areais e pedreiras, bem assim os industrializados (ligantes asfálticos, cimento, aço etc.) assim como das suas misturas e execução dos serviços; os ensaios tecnológicos serão executados pelos métodos fixados nas normas e instruções em vigor no DEINFRA e, na falta de destas, pelas equivalentes do DNIT ou ABNT;

9.30 – Observar a natureza e o número mínimo de ensaios, definidos pelas normas, métodos e instruções em vigor no DEINFRA, ficando, porém, a cargo do engenheiro da Contratada autorizar, mediante aprovação do engenheiro fiscal do Contratante, eventuais alterações na sistemática adotada ou no tipo de ensaios exigidos, em função da peculiaridade do trecho ou serviço;

9.31 – Ser capaz de executar serviços topográficos necessários à execução, controle e medições de todas as fases dos serviços, reavivando as amarrações e referências de nível, relocação e nivelamento do eixo, levantamento das seções transversais primitivas e demais serviços topográficos complementares;

9.32 – Realizar todos os ensaios necessários ou, quando especificamente autorizado pela fiscalização do Contratante, realizar os ensaios pelo sistema de amostragem, como forma de conferir a qualidade dos ensaios realizados pelas empreiteiras para os seus próprios controles; nesse caso, as dimensões das amostras dependerão da aderência dos resultados de ensaios da empreiteira com os da Contratada;

9.33 – Manter arquivados em pastas próprias, de forma organizada, todos os boletins de ensaios tecnológicos e levantamentos topográficos realizados, devendo todos os boletins e fichas de ensaios ser assinados e identificados, através de carimbo, pelo laboratorista e/ou topógrafo e pelo engenheiro da Contratada; ao final dos serviços ou do contrato, estes documentos deverão ser entregues para o Contratante, para guarda e arquivamento;

9.34 – Sustar, através de comunicações escritas às empreiteiras, os serviços que estejam sendo executados em desacordo com as especificações técnicas, bem assim as demais ocorrências capazes de interferir com o transcorrer normal do serviço, devendo tais atitudes da Contratada ser comunicadas, por escrito, ao Contratante;

9.35 – Exigir das empreiteiras o cumprimento das especificações ambientais e a execução das medidas de proteção ambiental previstas nas legislações vigentes, devendo

realizar reuniões periódicas com as empreiteiras para o adequado planejamento da execução dos serviços e para a solução das pendências na área ambiental;

9.36 – Exigir que os serviços das empreiteiras sejam executados com segurança, requerendo uma sinalização adequada nas diversas frentes de serviços, e reportando sistematicamente, por escrito, ao Contratante sobre as condições da sinalização;

9.37 – Efetuar as medições mensais dos serviços executados pelas empreiteiras, medições essas que deverão ser assinadas e identificadas pela Contratada, pelo representante da empreiteira e pelo Fiscal do Contratante;

9.38 – Atuar como representante do Contratante na fiscalização dos serviços;

9.39 – Atentar para o cumprimento das cláusulas dos contratos vigentes entre o Contratante e as empreiteiras;

9.40 – Registrar nos respectivos “Diários de Obras” todos os eventos relevantes verificados nos serviços;

9.41 – Assessorar o Contratante na análise das reivindicações das empreiteiras, sob qualquer aspecto, como os relacionados com os prazos, custos, métodos executivos, soluções técnicas etc., com emissão de pareceres conclusivos sobre os assuntos;

9.42 – Emitir parecer conclusivo sobre qualquer assunto que envolva modificações de contratos, suspensão parcial ou total de serviços, execução de serviços não previstos nos contratos, modificações de preços unitários e composição de preços de novos serviços, prorrogações de prazo, tendo em vista as repercussões destes assuntos nos custos e prazos contratuais;

9.43 – Diligenciar para o rigoroso cumprimento dos prazos de entrega ou conclusão, tanto da sua parte como das empreiteiras, de relatórios, medições, faturas e programações;

9.44 – Preparar todos os elementos de campo referentes aos serviços executados, necessários à elaboração das avaliações de serviços concluídos, para fins de pagamentos às empreiteiras, assumindo, solidariamente com o Contratante, a responsabilidade pelos dados constantes das medições, devendo o responsável pela Contratada assinar estes documentos, neles se identificando;

9.45 – Efetuar os controles físico-financeiros dos serviços, possibilitando à fiscalização conhecer, a cada momento, o seu andamento cronológico, quantitativo e financeiro, assegurando-lhe as necessárias condições de decidir, em tempo hábil, eventuais medidas cabíveis;

9.46 – Elaborar relatórios mensais, com modelos aprovados pelo Contratante, com informações sobre o andamento dos contratos de supervisão e sobre o andamento dos serviços, tanto sob os aspectos técnicos como os financeiros e os administrativos necessários para documentar e manter informada a fiscalização sobre o real andamento das diversas etapas dos serviços, os problemas verificados e as providências necessárias a serem tomadas;

9.47 – Ao final de cada serviço sob sua responsabilidade, a Contratada deverá elaborar o Relatório Final do serviço, com modelos aprovados pelo Contratante, informando o histórico dos serviços e seus antecedentes, todos os eventos técnicos, administrativos e financeiros relevantes ocorridos, e recomendações para os serviços de conservação rotineira;

9.48 – A Contratada deverá manter, em local indicado pela fiscalização do Contratante, um quadro permanentemente atualizado, que poderá ser eletrônico, mostrando a localização do seu pessoal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

10.1 – Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1 – É competente o foro da Comarca Concórdia/SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Local... (SC), ..... de ..... de 2019.

**Presidente do CONSÓRCIO LAMBARI**

**Contratada**

#### **Testemunhas:**

**1ª –**

\_\_\_\_\_

**2ª –**

\_\_\_\_\_

**CISAM-SUL****PARECER TÉCNICO Nº 007/2019 CISAM-SUL-REG**

Publicação Nº 2216175

PARECER TÉCNICO Nº 007/2019 CISAM-SUL - CREFISBA

Objeto	Aprovação da Nova Estrutura Tarifária para Água, município de CRICIÚMA.
Interessado	Companhia de Águas e Saneamento - CASAN
Solicitação	Ofício nº CT/D 1871 11set2019

A Companhia de Águas e Saneamento CASAN, por meio do Ofício nº CT/D 1871, recebido pelo CISAM-SUL - CREFISBA na data de 12 de setembro de 2019, solicitou análise desta Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico, para implantação de nova ESTRUTURA TARIFÁRIA para os serviços de Água e Esgoto, a serem praticados pela CASAN para o município de Criciúma. Para tanto, anexou ao ofício uma proposta de Nova Estrutura e documentação, propondo que o mesmo seja avaliado pelo CISAM-SUL.

No município de Criciúma, o serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário foram concedidos à CASAN através de Contrato de Programa.

A Lei Federal n. 11.445/2007, que trata das diretrizes nacionais para saneamento básico, traz em seu artigo 22 os objetivos da regulação, dentre os quais a definição de tarifas, conforme segue:

"Art. 22. São objetivos da regulação:

[...]

IV - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade."

Sendo importante transcrever outro dispositivo da referida Lei de Saneamento:

"Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;"

Assim sendo, entende-se ser juridicamente possível o pedido de Reestruturação Tarifária com base na Lei Federal n. 11.445/07.

Dentre os objetivos da regulação dos serviços de saneamento por parte do CISAM-SUL - CREFISBA, está o de garantir que os valores das tarifas e serviços cobrados pelo prestador sejam, além de módicos, suficientemente capazes de gerar recursos visando uma prestação eficiente dos serviços.

A planilha a seguir demonstra a base da nova Estrutura Tarifária para os serviços de Água e Esgoto a serem praticados pela CASAN para o município de Criciúma:

TARIFA FIXA DE DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURA - T F D I					
NOVA ESTRUTURA TARIFÁRIA - Preço por categorias e faixas de consumo					
"B" Residencial		Comercial		Industrial/Pública	
Faixa	Valor R\$	Faixa	Valor R\$	Faixa	Valor R\$
Valor Fixo	29,49	Valor Fixo	29,49	Valor Fixo	29,49
0 à 10 m³	1,96	0 à 10 m³	4,34	0 à 10 m³	4,34
11 à 25m³	9,11	11 à 50m³	12,18	Acima de 10m³	12,18
26 à 50m³	12,18	Acima de 50m³	15,32		
Acima de 50m³	15,32				
Residencial "A" SOCIAL		Micro Comércio		Pública Especial	
Faixa	Valor R\$	Faixa	Valor R\$	Faixa	Valor R\$
Valor Fixo	5,50	Valor Fixo	29,49	Valor Fixo	8,84
0 à 10 m³	0,37	0 à 10 m³	3,06	0 à 10 m³	1,30
11 à 25m³	2,61	Acima de 10m³	12,18	Acima de 10m³	3,65
26 à 50m³	12,18				
Acima de 50m³	15,32				

A Estrutura Tarifária apresentada, já foi objeto de estudos e aprovação por outras agências reguladoras de outros municípios do Estado de Santa Catarina, onde também, os serviços de saneamento, são operados pela CASAN. Contudo o CISAM-SUL, através da CREFISBA, realizou estudos do impacto da nova estrutura tarifária, principalmente para os consumidores de água do município de Criciúma.

A partir do Histograma de Consumo de CRICIÚMA apresentado pela CASAN, passamos a elaborar diversas planilhas comparativas mês a mês dos últimos 6(seis) meses, buscando encontrar o impacto para a população de maneira real e minuciosa, chegando ao nível de analisarmos o impacto metro a metro de consumo para todas as categorias à saber: Residencial, Residencial Social, Comercial, Industrial, Poder Público. O quadro à seguir, demonstra o comportamento em percentual de consumo na cidade de Criciúma nos últimos seis meses para a categoria de água RESIDENCIAL:

Percentual de Consumo - ÁGUA RESIDENCIAL			
MÊS / CONSUMO	ATÉ 10m³	ATÉ 20m³	ACIMA de 20m³
MARÇO	48,45%	94,73%	5,27%
ABRIL	49,01%	95,09%	4,91%
MAIO	46,63%	94,84%	5,16%
JUNHO	52,22%	95,79%	4,00%
JULHO	51,69%	95,04%	4,21%
AGOSTO	59,02%	94,13%	5,87%
MÉDIA	51,17%	94,94%	5,04%

Com o indicativo de que na média 51,17% da população gasta até 10m³ de água por mês, e que 94,94% gasta até 20m³ por mês, passamos a realizar outros levantamos do impacto financeiro na conta dos consumidores de água também de Abril à Setembro (leitura de Março à Agosto) mês a mês, para todas as categorias e faixas de consumo de metro em metro cúbico consumido.

Este estudo revelou uma ótima base de dados, que nos permitiu verificar o impacto financeiro na conta dos consumidores em todas as faixas de consumo, conforme demonstração a seguir:

Para este parecer, migramos das Planilhas do estudo apenas até a faixa 20m³ de cada categoria que abrange mais de 90% dos consumos de água:

"B" RESIDENCIAL						
Faixa de cons. M³	nº de ECONOMIAS	Valor por Fatura ATUAL	Valor por Fatura T F D I	Receita Total ATUAL	Receita Total T F D I	Incremento por faixa %
0	3.699	R\$ 45,19	R\$ 29,49	167.157,81	109.083,51	-34,74%
1	1.704	R\$ 45,19	R\$ 31,45	77.003,76	53.590,80	-30,40%
2	1.463	R\$ 45,19	R\$ 33,41	66.112,97	48.878,83	-26,07%
3	1.795	R\$ 45,19	R\$ 35,37	81.116,05	63.489,15	-21,73%
4	2.492	R\$ 45,19	R\$ 37,33	112.613,48	93.026,36	-17,39%
5	3.085	R\$ 45,19	R\$ 39,29	139.411,15	121.209,65	-13,06%
6	3.627	R\$ 45,19	R\$ 41,25	163.904,13	149.613,75	-8,72%
7	4.779	R\$ 45,19	R\$ 43,21	215.963,01	206.500,59	-4,38%
8	5.944	R\$ 45,19	R\$ 45,17	268.609,36	268.490,48	-0,04%
9	5.983	R\$ 45,19	R\$ 47,13	270.371,77	281.978,79	4,29%
10	8.929	R\$ 45,19	R\$ 49,09	403.501,51	438.324,61	8,63%
11	4.836	R\$ 53,47	R\$ 58,20	258.587,69	281.455,20	8,84%
12	4.410	R\$ 61,75	R\$ 67,31	272.329,85	296.837,10	9,00%
13	3.797	R\$ 70,03	R\$ 76,42	265.919,86	290.166,74	9,12%
14	3.084	R\$ 78,32	R\$ 85,53	241.525,31	263.774,52	9,21%
15	2.571	R\$ 86,60	R\$ 94,64	222.640,89	243.319,44	9,29%
16	1.823	R\$ 94,88	R\$ 103,75	172.963,32	189.136,25	9,35%
17	1.626	R\$ 103,16	R\$ 112,86	167.737,83	183.510,36	9,40%
18	1.615	R\$ 111,44	R\$ 121,97	179.977,54	196.981,55	9,45%
19	1.324	R\$ 119,72	R\$ 131,08	158.512,72	173.549,92	9,49%
20	795	R\$ 128,00	R\$ 140,19	101.763,18	111.451,05	9,52%

COMERCIAL						
Faixa de cons. M³	nº de ECONOMIAS	Valor por Fatura ATUAL	Valor por Fatura T F D I	Receita Total ATUAL	Receita Total T F D I	Incremento por faixa %
0	420	R\$ 66,70	R\$ 29,49	28.014,00	12.385,80	-55,79%
1	509	R\$ 66,70	R\$ 33,83	33.950,30	17.219,47	-49,28%
2	464	R\$ 66,70	R\$ 38,17	30.948,80	17.710,88	-42,77%
3	483	R\$ 66,70	R\$ 42,51	32.216,10	20.532,33	-36,27%
4	434	R\$ 66,70	R\$ 46,85	28.947,80	20.332,90	-29,76%
5	410	R\$ 66,70	R\$ 51,19	27.347,00	20.987,90	-23,25%

6	446	R\$ 66,70	R\$ 55,53	29.748,20	24.766,38	-16,75%
7	324	R\$ 66,70	R\$ 59,87	21.610,80	19.397,88	-10,24%
8	316	R\$ 66,70	R\$ 64,21	21.077,20	20.290,36	-3,73%
9	354	R\$ 66,70	R\$ 68,55	23.611,80	24.266,70	2,77%
10	492	R\$ 66,70	R\$ 72,89	32.816,40	35.861,88	9,28%
11	228	R\$ 77,77	R\$ 85,07	17.731,13	19.395,96	9,39%
12	259	R\$ 88,84	R\$ 97,25	23.008,58	25.187,75	9,47%
13	170	R\$ 99,90	R\$ 109,43	16.983,73	18.603,10	9,53%
14	109	R\$ 110,97	R\$ 121,61	12.095,99	13.255,49	9,59%
15	111	R\$ 122,04	R\$ 133,79	13.546,50	14.850,69	9,63%
16	80	R\$ 133,11	R\$ 145,97	10.648,69	11.677,60	9,66%
17	150	R\$ 144,18	R\$ 158,15	21.626,51	23.722,50	9,69%
18	64	R\$ 155,24	R\$ 170,33	9.935,67	10.901,12	9,72%
19	59	R\$ 166,31	R\$ 182,51	9.812,46	10.768,09	9,74%
20	130	R\$ 177,38	R\$ 194,69	23.059,53	25.309,70	9,76%

INDUSTRIAL						
Faixa de cons. M³	nº de ECONOMIAS	Valor por Fatura ATUAL	Valor por Fatura T F D I	Receita Total ATUAL	Receita Total T F D I	Incremento por faixa %
0	53	R\$ 66,70	R\$ 29,49	3.535,10	1.562,97	-55,79%
1	24	R\$ 66,70	R\$ 33,83	1.600,80	811,92	-49,28%
2	26	R\$ 66,70	R\$ 38,17	1.734,20	992,42	-42,77%
3	24	R\$ 66,70	R\$ 42,51	1.600,80	1.020,24	-36,27%
4	19	R\$ 66,70	R\$ 46,85	1.267,30	890,15	-29,76%
5	16	R\$ 66,70	R\$ 51,19	1.067,20	819,04	-23,25%
6	22	R\$ 66,70	R\$ 55,53	1.467,40	1.221,66	-16,75%
7	11	R\$ 66,70	R\$ 59,87	733,70	658,57	-10,24%
8	14	R\$ 66,70	R\$ 64,21	933,80	898,94	-3,73%
9	14	R\$ 66,70	R\$ 68,55	933,80	959,70	2,77%
10	20	R\$ 66,70	R\$ 72,89	1.334,00	1.457,80	9,28%
11	15	R\$ 77,77	R\$ 85,07	1.166,52	1.276,05	9,39%
12	13	R\$ 88,84	R\$ 97,25	1.154,87	1.264,25	9,47%
13	9	R\$ 99,90	R\$ 109,43	899,14	984,87	9,53%
14	13	R\$ 110,97	R\$ 121,61	1.442,64	1.580,93	9,59%
15	11	R\$ 122,04	R\$ 133,79	1.342,45	1.471,69	9,63%
16	10	R\$ 133,11	R\$ 145,97	1.331,09	1.459,70	9,66%
17	5	R\$ 144,18	R\$ 158,15	720,88	790,75	9,69%
18	9	R\$ 155,24	R\$ 170,33	1.397,20	1.532,97	9,72%
19	3	R\$ 166,31	R\$ 182,51	498,94	547,53	9,74%
20	14	R\$ 177,38	R\$ 194,69	2.483,33	2.725,66	9,76%

PÚBLICA						
Faixa de cons. M³	nº de ECONOMIAS	Valor por Fatura ATUAL	Valor por Fatura T F D I	Receita Total ATUAL	Receita Total T F D I	Incremento por faixa %
0	67,00	R\$ 66,70	R\$ 29,49	4.468,90	1.975,83	-55,79%
1	82,00	R\$ 66,70	R\$ 33,83	5.469,40	2.774,06	-49,28%
2	51,00	R\$ 66,70	R\$ 38,17	3.401,70	1.946,67	-42,77%
3	38,00	R\$ 66,70	R\$ 42,51	2.534,60	1.615,38	-36,27%
4	38,00	R\$ 66,70	R\$ 46,85	2.534,60	1.780,30	-29,76%
5	32,00	R\$ 66,70	R\$ 51,19	2.134,40	1.638,08	-23,25%
6	16,00	R\$ 66,70	R\$ 55,53	1.067,20	888,48	-16,75%
7	22,00	R\$ 66,70	R\$ 59,87	1.467,40	1.317,14	-10,24%
8	28,00	R\$ 66,70	R\$ 64,21	1.867,60	1.797,88	-3,73%
9	14,00	R\$ 66,70	R\$ 68,55	933,80	959,70	2,77%
10	40,00	R\$ 66,70	R\$ 72,89	2.668,00	2.915,60	9,28%
11	15,00	R\$ 77,77	R\$ 85,07	1.166,52	1.276,05	9,39%
12	7,00	R\$ 88,84	R\$ 97,25	621,85	680,75	9,47%
13	10,00	R\$ 99,90	R\$ 109,43	999,04	1.094,30	9,53%
14	7,00	R\$ 110,97	R\$ 121,61	776,81	851,27	9,59%
15	8,00	R\$ 122,04	R\$ 133,79	976,32	1.070,32	9,63%
16	7,00	R\$ 133,11	R\$ 145,97	931,76	1.021,79	9,66%
17	8,00	R\$ 144,18	R\$ 158,15	1.153,41	1.265,20	9,69%

18	7,00	R\$ 155,24	R\$ 170,33	1.086,71	1.192,31	9,72%
19	5,00	R\$ 166,31	R\$ 182,51	831,56	912,55	9,74%
20	10,00	R\$ 177,38	R\$ 194,69	1.773,81	1.946,90	9,76%

A" SOCIAL						
Faixa de cons. M³	nº de ECONOMIAS	Valor por Fatura ATUAL	Valor por Fatura T F D I	Receita Total ATUAL	Receita Total T F D I	Incremento %
0	57,00	R\$ 8,48	R\$ 5,50	483,36	313,50	-35,14%
1	53,00	R\$ 8,48	R\$ 5,87	449,44	311,11	-30,78%
2	50,00	R\$ 8,48	R\$ 6,24	424,00	312,00	-26,42%
3	53,00	R\$ 8,48	R\$ 6,61	449,44	350,33	-22,05%
4	72,00	R\$ 8,48	R\$ 6,98	610,56	502,56	-17,69%
5	74,00	R\$ 8,48	R\$ 7,35	627,52	543,90	-13,33%
6	69,00	R\$ 8,48	R\$ 7,72	585,12	532,68	-8,96%
7	62,00	R\$ 8,48	R\$ 8,09	525,76	501,58	-4,60%
8	66,00	R\$ 8,48	R\$ 8,46	559,68	558,36	-0,24%
9	63,00	R\$ 8,48	R\$ 8,83	534,24	556,29	4,13%
10	93,00	R\$ 8,48	R\$ 9,20	788,64	855,60	8,49%
11	48,00	R\$ 10,85	R\$ 11,81	520,93	566,88	8,82%
12	56,00	R\$ 13,23	R\$ 14,42	740,63	807,52	9,03%
13	36,00	R\$ 15,60	R\$ 17,03	561,54	613,08	9,18%
14	41,00	R\$ 17,97	R\$ 19,64	736,82	805,24	9,29%
15	31,00	R\$ 20,34	R\$ 22,25	630,66	689,75	9,37%
16	26,00	R\$ 22,72	R\$ 24,86	590,64	646,36	9,43%
17	20,00	R\$ 25,09	R\$ 27,47	501,79	549,40	9,49%
18	17,00	R\$ 27,46	R\$ 30,08	466,86	511,36	9,53%
19	21,00	R\$ 29,84	R\$ 32,69	626,54	686,49	9,57%
20	15,00	R\$ 32,21	R\$ 35,30	483,12	529,50	9,60%

Nas planilhas apresentadas neste parecer é fácil comparar e perceber o que acontece em cada faixa de consumo de todas as categorias, deixando transparente para o usuário interessado em analisar a sua situação individual.

A nova estrutura tarifária foi aplicada como SIMULAÇÃO em ESCALA REAL pelo CISAM-sul baseado nos histogramas dos meses de Abril à Setembro (leitura de março à agosto) do município de Criciúma, tendo apresentado reduções tarifárias para todas as CATEGORIAS até a faixa de 8m³.

A partir de 9m³ ou seja 9.000 (nove mil) litros de água, a nova estrutura começa a ter uma majoração que não ultrapassa 10% em nenhuma das categorias e também em nenhuma das faixas de consumo.

Considerando os dados de Setembro/2019 (leitura de agosto) para a cidade de Criciúma. Se a TFDI, já estivesse implantada, seriam 28.588 (vinte e oito mil, quinhentos e oitenta e oito) economias (contas) de água da categoria Residencial que teriam redução em seus valores atuais.

Outro fator importante para os usuários e levado em consideração por essa Câmara de Regulação e Fiscalização – CREFISBA, é que nas primeiras faixas de consumo há uma significativa redução de valores na aplicação da Nova Estrutura Tarifária. Para quem consome de 0 à 8m³, se a TFDI já estivesse implantada para os dados de Setembro/2019 (leitura de agosto) para a cidade de Criciúma em todas as contas de todas as categorias, haveria redução de valor a ser pago nos seguintes percentuais:

Percentual de Redução com aplicação da TFDI no valor da Fatura de ÁGUA por Categoria e Faixa de Consumo tendo como base a fatura de Setembro (Leitura agosto) - CRICIÚMA					
Faixa de cons. M³	RESIDENCIAL	RESIDENCIAL SOCIAL	CIMERCIAL	INDUSTRIAL	PÚBLICA
0	-34,74%	-35,14%	-55,79%	-55,79%	-55,79%
1	-30,40%	-30,78%	-49,28%	-49,28%	-49,28%
2	-26,07%	-26,42%	-42,77%	-42,77%	-42,77%
3	-21,73%	-22,05%	-36,27%	-36,27%	-36,27%
4	17,39%	-17,69%	-29,76%	-29,76%	-29,76%
5	-13,06%	-13,33%	-23,25%	-23,25%	-23,25%
6	-8,72%	-8,96%	-16,75%	-16,75%	-16,75%
7	-4,38%	-4,60%	-10,24%	-10,24%	-10,24%
8	-0,04%	-0,24%	-3,73%	-3,73%	-3,73%



Mesmo havendo redução para todas as categorias e para todas as faixas de consumo até 8m<sup>3</sup>, há que se levar em consideração que a partir do de 9m<sup>3</sup> ou seja 9.000 (nove mil) litros de água, a nova estrutura começa a ter uma majoração que não ultrapassa 10% em nenhuma das categorias e faixas de consumo, porém com a chegada do verão ocorre um aumento no consumo de água para a maioria das economias, por diversas razões, como por exemplo: banhos mais demorados e em maior quantidade, limpeza das moradias em preparação para as festividades de final de ano, manutenção e uso de piscinas, dentre outros. Esse fator principalmente no período de verão fará com que muitas das economias/ligação que consumiam até 8m<sup>3</sup> de água por mês passem a consumir mais e aí, além do aumento no consumo, passam a ter um aumento no valor na fatura de água e consequentemente de esgoto para aqueles também atendidos por esse serviço. Por esta razão, recomendamos que a nova estrutura tarifária seja aplicada a partir de MARÇO de 2020, evitando-se assim dois impactos para as faixas de consumos mais elevados.

Levamos em consideração também que mais de 90% (noventa por cento) das economias residenciais de água não ultrapassam 20m<sup>3</sup>, ou seja 20.000 (vinte mil) litros de água por mês, como a Nova Estrutura Tarifária, estabelece cobrança por cada metro cúbico consumido, estimulará o consumo racional de água, porque isso refletirá na redução do valor da fatura a ser paga pelos consumidores.

Com base nos estudos realizados os membros da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico – CREFISBA, AUTORIZAM, a aplicação da nova Estrutura Tarifária para Água e Esgoto no município de Criciúma, recomendando a sua aplicação para Março de 2020, pelas razões contidas neste Parecer Técnico, e recomendamos ainda:

- Ampla divulgação pela CASAN da NOVA ESTRUTURA TARIFÁRIA em local de fácil acesso, em seu sítio na Internet;
- Divulgar também através de mensagens em suas Contas/Faturas com antecedência para uma amplo conhecimento dos usuários;
- Ampla divulgação nos meios de comunicação, como rádio, TV e redes sociais de internet.

Assim sendo, os membros do conselho concordam e assinam este Parecer Técnico, nada havendo que merecesse qualquer outra sugestão ou retificação.

Orleans/SC, 30 de outubro de 2019.

Patrick Mendes Berto Engenheiro Sanitarista Presidente da CREFISBA	Jorge Luiz Koch Presidente CISAM-SUL
Carlos Eduardo Favaretto Menossi Químico Membro da CREFISBA	Antonio Ironildo Willemann Superintendente CISAM-SUL
Marcio José Bágio de Oliveira Assistente Administrativo Membro da CREFISBA	Enio João Zanelato Bagio Diretor Admin.Financeiro CISAM-SUL

## RESOLUÇÃO 23/2019

Publicação Nº 2216179

### RESOLUÇÃO Nº 23/2019

“Designa a Comissão Permanente de Licitação (CPL) do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental CISAM-SUL”.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental CISAM-SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:  
RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão Permanente de Licitação (CPL) do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-Sul, de acordo com o artigo 51 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que a partir desta data passará a ser composta pelos seguintes membros:

Presidente: PÂMELA MATTEI BRIGHENTE

Vice-Presidente: MARCIO JOSE BAGIO DE OLIVEIRA

Secretário: EDSON SPRICIGO

Art. 2º - A investidura constante no art. 1º terá duração de um ano contado da data de publicação desta resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans /SC, 04 de Novembro de 2019.

JORGE LUIZ KOCH

Presidente CISAM-SUL



**RESOLUÇÃO 24/2019**

Publicação Nº 2216184

**RESOLUÇÃO Nº 24/2019**

“Designa a Comissão que irá realizar os pregões do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental CISAM-SUL”.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental CISAM-SUL, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear para compor a Comissão que irá realizar os pregões eletrônicos e presenciais no âmbito do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental CISAM-Sul os seguintes membros:

Pregoeiro: PAMELA MATTEI BRIGHENTE

Equipe de Apoio: MARCIO JOSE BAGIO DE OLIVEIRA E EDSON SPRICIGO

Art. 2º - A investidura constante no art. 1º terá duração de um ano contado da data de publicação desta resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans /SC, 04 de Novembro de 2019.

JORGE LUIZ KOCH

Presidente CISAM-SUL